



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA**

**RESENHA MENSAL (ART. 269, II, DO RISF)
(PERÍODO DE 1º A 31 DE JULHO DE 2008)**

**E
ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES**

VOLUME I/II

ANO LXIII - SUP. AO Nº 112 - SÁBADO, 2 DE AGOSTO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)
1º VICE-PRESIDENTE
Tião Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Alvaro Dias - (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO
Efraim Morais - (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO
Gerson Camata - (PMDB-ES)

3º SECRETÁRIO
César Borges - (PR-BA) (1)
4º SECRETÁRIO
Magno Malta - (PR-ES)

Suplentes de Secretário
1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP)
2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)
3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB) - 21 Líder Valdir Raupp - PMDB Líder do PMDB - 21 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges ⁽¹⁾ Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 24 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu ⁽²⁾ Papaléo Paes Líder do DEM - 12 José Agripino Vice-Líder do DEM Kátia Abreu ⁽²⁾ Jayme Campos Antonio Carlos Júnior ^(3,4) Maria do Carmo Alves ⁽⁵⁾ Líder do PSDB - 12 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena ⁽⁶⁾
PTB - 8 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Dalcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya		

1. O Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008.
2. A Senadora Kátia Abreu encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008.
3. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Em 07.07.2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Vice-Líder do DEM, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF Nº 068/08-GLDEM).
5. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

VOLUME I

1 SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – RESENHA MENSAL (período de 1º a 31 de julho de 2008)..... 7

2 – ATAS DE COMISSÕES

2.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

ATA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE JUNHO DE 2008, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL. 125

ATA DA 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2008, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL. 160

ATA DA 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2008, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL. 182

ATA DA 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2008, ÀS 11H30MIN. NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL..... 200

ATA DA 18ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 2008, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL. 224

ATA DA 19ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2008,

ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL. 243

ATA DA 20ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2008, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL. 267

2.1.1 – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EM 18 DE JUNHO, DE 2008, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL..... 293

2.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS CONJUNTA COM A 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, CONJUNTA COM A 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 1º DE JULHO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS. 321

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 2 DE JULHO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS. 346

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 9 DE JULHO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS. 364

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 16 DE JULHO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS. 370

2.2.1 – SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE JULHO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 09H30MIN..... 373

2.3 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2008. 391

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2008. 414

ATA DA 34ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 2008..... 427

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE JULHO DE 2008. 462

2.4 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 14ª REUNIÃO, CONJUNTA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA COM AS COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – SF; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO – CD; DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE – CD, DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO – CD E MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CN, EM 28 DE MAIO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 15H30MIN..... 472

ATA DA 21ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 2008, ÀS 11H30MIN..... 485

ATA DA 22ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE JULHO DE 2008, ÀS 11H30MIN..... 488

2.4.1 – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E DO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

ATA DA 4ª REUNIÃO, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PARTICIPAR E ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DO FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E DO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE JULHO DE 2008, ÀS 14H30MIN..... 497

2.5 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 10 DE ABRIL DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 3, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II. 502

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 17 DE ABRIL DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 3, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II. 527

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 17 DE ABRIL DE 2008, QUINTA-FEIRA, APÓS A 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 3, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II..... 542

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 24 DE ABRIL DE 2008, QUINTA-FEIRA, APÓS AS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 3, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II..... 567

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 30 DE ABRIL DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II..... 601

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA,

CONVOCADA PARA O DIA 6 DE MAIO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO AUDITÓRIO PETRÔNIO PORTELA, ANEXO II..... 632

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 7 DE MAIO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 14H30MIN., NA SALA DE REUNIÃO Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II. 658

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 8 DE MAIO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÃO Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II. 696

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 8 DE MAIO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÃO Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.. 728

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 14 DE MAIO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÃO Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II. 752

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 15 DE MAIO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÃO Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II..... 771

VOLUME II

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 21 DE MAIO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÃO Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II..... 823

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2008, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II..... 861

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 5 DE JUNHO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 3, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II. 893

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 12 DE JUNHO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II. 926

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 12 DE JUNHO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 14H30MIN., NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II..... 940

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 19 DE JUNHO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II..... 964

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 26 DE JUNHO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II. 987

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 26 DE JUNHO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 14H30MIN., NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II..... 1021

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA/ CONJUNTA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA COM A 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA E A 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA

O DIA 1º DE JULHO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 3, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

1045

2.6 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

ATA DA 11ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE MAIO DE 2008, ÀS 10 HORAS **(re-publicação)**.....

1070

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE JUNHO DE 2008, ÀS 9 HORAS ...

1081

ATA DA 19ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE JUNHO DE 2008, ÀS 10 HORAS.....

1102

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DO ANO DE 2008, ÀS 10 HORAS.....

1128

ATA DA 21ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 3 DE JULHO DE 2008, ÀS 10 HORAS

1134

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EM CONJUNTO COM A 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA,

DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE JULHO DE 2008, ÀS 14H30MIN., NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO DO SENADO FEDERAL.....

1170

ATA DA 23ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2008, ÀS 10 HORAS

1193

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE JULHO DO ANO DE 2008, ÀS 10 HORAS.....

1221

2.7 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2008.

1228

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE JULHO DE 2008.....

1246

2.8 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE JULHO DE 2008.....

1266

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE JULHO DE 2008.....

1293



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª Sessão Legislativa Ordinária da
53ª Legislatura -2008

Resenha Mensal
(269, II, do RISF)

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

I – MEDIDAS PROVISÓRIAS APRECIADAS

Total	4
-------------	---

1 - Aprovadas na forma de Projeto de Lei de Conversão e enviadas à sanção

Total	2
-------------	---

Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2008 (Medida Provisória n 422, de 2008), que dá nova redação ao inciso II do § 2º - B do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o inciso XXI do caput do art. 37 da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da administração pública.

Sessão: 09.07.2008

Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2008 (Medida Provisória nº 426, de 2008), que altera o Anexo I da Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, para aumentar o valor da Vantagem Pecuniária Especial - VPE, devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e o § 2º do art. 65 da Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002; e revoga o art. 2º e o Anexo I da Lei nº 11.663, de 24 de abril de 2008.

Sessão: 09.07.2008

2 - Aprovada na íntegra e enviada à promulgação

Total	1
-------------	---

Medida Provisória nº 424, de 2008, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.816.577.877,00 (um bilhão, oitocentos e dezesseis milhões, quinhentos e setenta e sete mil, oitocentos e setenta e sete reais), para os fins que especifica.

Sessão: 09.07.2008

3 –Rejeitada

Total	1
-------------	---

Medida Provisória nº 425, de 2008, que altera os arts. 18 e 19 da Medida Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008, para postergar a aplicação das disposições relativas à incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS sobre as receitas auferidas na venda de álcool.

Sessão: 09.07.2008

II – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À SANÇÃO

De iniciativa do Senado Federal	3
De iniciativa da Câmara dos Deputados	7
De iniciativa do Presidente da República.....	6
De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho	1
Total.....	17

Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2001, de autoria da Senadora Marina Silva, que concede anistia post mortem a João Cândido Felisberto, líder da chamada Revolta da Chibata e aos demais participantes do movimento.

Sessão: 02.07.2008

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2004, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Piso Salarial Profissional dos Educadores Públicos, na forma prevista no artigo 206, V, e 212 da Constituição Federal e dá outras providências.

Sessão: 02.07.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2008 (nº 7215/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que cria cargos efetivos, cargos comissionados e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação.

Sessão: 02.07.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2008 (nº 2300/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que acresce, altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, cria a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, cria cargos em comissão; revoga dispositivos das Leis nº 10.869, de 13 de maio de 2004, e 11.204, de 5 de dezembro de 2005; e dá outras providências. (dispõem sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios).

Sessão: 01.07.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2008 (nº 3127/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que cria cargos efetivos, cargos em comissão e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação destinados a instituições federais de educação profissional e tecnológica e de ensino superior.

Sessão: 02.07.2008

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 274, de 1991 (nº 3491/1993, naquela Casa), de iniciativa do Senador Esperidião Amin, que dispõe sobre o exercício da profissão de oceanógrafo e dá outras providências.

Sessão: 09.07.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2005 (nº 1792/2003, na Casa de

origem), que dá nova redação aos incisos I e III do caput do art. 5º e aos incisos I e III do caput do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (igual a incidência da CIDE sobre a gasolina e querosene utilizados na aviação, reduzindo a alíquota aplicável à gasolina de aviação).

Sessão: 09.07.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2006 (nº 5245/2005, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB (dispõe sobre o direito à inviolabilidade do escritório ou local de trabalho, de instrumentos de trabalho e correspondência profissional e institui hipóteses da quebra desse direito).

Sessão: 09.07.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2006 (nº 591/2003, na Casa de origem), que regulamenta a profissão de Ecólogo.

Sessão: 09.07.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2006 (nº 5900/2005, na Casa de origem), que altera dispositivos da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício profissional das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências, para instituir a representação federativa no Plenário do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Sessão: 09.07.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2007 (nº 6782/2006, na Casa de origem), que altera o art. 143 e acrescenta o art. 143-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, e altera o art. 274 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, a fim de instituir requisito para investidura no cargo de Oficial de Justiça.

Sessão: 09.07.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2007 (nº 7424/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que concede, a título de indenização decorrente de responsabilidade civil da União, pensão especial à dependente de Roberto Vicente da Silva.

Sessão: 09.07.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2007 (nº 5334/2005, na Casa de origem), que fixa o limite máximo de chumbo permitido na fabricação de tintas imobiliárias e de uso infantil e escolar, vernizes e materiais similares e dá outras providências.

Sessão: 09.07.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2008 (nº 919/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências (Dimensiona as ações da Educação Básica, da Educação de jovens e adultos e Educação Profissional e Tecnológica).

Sessão: 09.07.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2008 (nº 2468/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que autoriza a criação da

empresa pública Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - CEITEC e dá outras providências.

Sessão: 09.07.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2008 (nº 972/2007, na Casa de origem), do iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação e a transformação de cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ) e dá outras providências.

Sessão: 09.07.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2008 (nº 7460/2006, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre pessoas portadoras de deficiência, para caracterizar a visão monocular como deficiência visual.

Sessão: 09.07.2008

III – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

De iniciativa do Senado Federal	4
De iniciativa da Câmara dos Deputados	2
De iniciativa do Presidente da República.....	3
Total.....	9

Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2008 (nº 1650/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a apuração do imposto de renda na fonte incidente sobre rendimentos de prestação de serviços de transporte rodoviário internacional de carga, auferidos por transportador autônomo pessoa física, residente na República do Paraguai, considerado como sociedade unipessoal nesse País.

Sessão: 01.07.2008

Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 2003, primeira signatária Senadora Ideli Salvatti, que acrescenta novo parágrafo ao artigo 73 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer, a partir de 2005, a regressividade da Desvinculação das Receitas da União (DRU) no cálculo da aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o artigo 212 da Constituição Federal.

Sessão: 02.07.2008

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, primeiro signatário Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Sessão: 02.07.2008

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5120/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.

Sessão: 09.07.2008

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003 (nº 84/1999, na Casa de Origem), que altera o Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal e a Lei nº 9296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências. (Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros, não autorizados pelos respectivos interessados, a informações privadas mantidas em redes de computadores, dependerá de prévia autorização judicial).

Sessão: 09.07.2008

Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2007 (nº 7515/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que acrescenta parágrafos ao art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. (A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, deverão promover a formação e capacitação dos profissionais de magistério).

Sessão: 09.07.2008

Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2008 (nº 3118/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no Planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências.

Sessão: 09.07.2008

Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2008, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito – Pedofilia, que altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, oferecendo nova disciplina à prisão preventiva para fins de extradição.

Sessão: 09.07.2008

Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2008, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito – Pedofilia, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para aprimorar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar a aquisição e a posse de tal material e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet.

Sessão: 09.07.2008

IV - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO

De iniciativa do Senado Federal	9
De iniciativa da Câmara dos Deputados	14
Total.....	23

Projeto de Resolução do Senado nº 30, de 2008, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Município de Toledo (PR), a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 7,333,700.00 (sete milhões, trezentos e trinta e três mil e setecentos dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Desenvolvimento Sócio-Econômico Sustentável do Município de Toledo", no âmbito do Pró-cidades.

Sessão: 01.07.2008

Projeto de Resolução do Senado nº 33, de 2008, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Município de Ipatinga, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, no valor de até US\$ 19,250,000.00 (dezenove milhões, duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Desenvolvimento Urbano, Social e Ambiental do Município de Ipatinga - Ipatinga Mais Humana".

Sessão: 01.07.2008

Projeto de Resolução do Senado nº 34, de 2008, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza a Prefeitura Municipal de Teresina (PI), a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 31,130,000.00 (trinta e um milhões e cento e trinta mil dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: 01.07.2008

Projeto de Resolução do Senado nº 35, de 2008, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 976,000,000.00 (novecentos e setenta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: 01.07.2008

Projeto de Resolução do Senado nº 36, de 2008, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 1,100,000,000.00 (um bilhão e cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: 01.07.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 490, de 2007 (nº 363, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE

RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE SANTANA DOS GARROTES - PB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana dos Garrotes, Estado da Paraíba.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 02.07.2008

Projeto de Resolução do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado do Amazonas a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 24,250,000.00 (vinte e quatro milhões e duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), com garantia da União.

Sessão: 02.07.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2008, (nº 1591/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO SÓCIO CULTURAL AMIGOS DE MANAÍRA - FUNSCAM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manaíra, Estado da Paraíba.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 02.07.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 2008 (nº 1893/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE SERIDÓ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Vicente do Seridó, Estado da Paraíba.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 02.07.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2008 (nº 126/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO DE INÁCIO MARTINS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inácio Martins, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 02.07.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2008 (nº 167/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO NOVO SÉCULO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 02.07.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2008 (nº 383/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à SIMPATIA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campos Novos, Santa Catarina.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 02.07.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2008 (nº 380/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Navegantes, Estado de Santa Catarina.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 02.07.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2008 (nº 371/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA - PARANÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 02.07.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 2008 (nº 345/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA PENÍNSULA NORTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasília, Distrito Federal.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 02.07.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 2008 (nº 388/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 02.07.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2008 (nº 711, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.

Sessão: 02.07.2008

Projeto de Resolução do Senado nº 38, de 2007, de iniciativa do Senador Valter Pereira, que Altera dispositivos da Resolução nº 20, de 1993, instituindo o regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

Sessão: 09.07.2008

Projeto de Resolução do Senado nº 39, de 2008, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Município de Sorocaba (SP) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até us\$ 42,790,000.00 (quarenta e dois milhões, setecentos e noventa mil dólares dos Estados Unidos da América), para o

financiamento parcial do programa ambiental e de integração social do Município de Sorocaba.

Sessão: 09.07.2008

Projeto de Resolução do Senado nº 40, de 2008, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que Autoriza o Município de Vitória (ES) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até US\$ 39,100,000.00 (trinta e nove milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: 09.07.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 2008 (nº 66/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para Evitar a Dupla Tributação dos Lucros Decorrentes do Transporte Marítimo e Aéreo, celebrado em Brasília, em 27 de julho de 2005.

Sessão: 09.07.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2008 (nº 515/2008, na Câmara dos Deputados, que aprova o texto da Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Defesa e das Relações Exteriores, relativa ao aumento do efetivo do contingente brasileiro na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti - MINUSTAH.

Sessão: 09.07.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 151, de 2008 (nº 2546/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo para Conservação de Albatrozes e Petréis.

Sessão: 09.07.2008

V – ESCOLHA DE CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

Total.....	4
------------	---

Mensagem nº 85, de 2008 (nº 244, de 2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ ALCÁZAR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Burkina Faso.

Sessão: 08.07.2008

Mensagem nº 94, de 2008 (nº 270, de 2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Sultanato de Brunei Darussalam, desde que obtido o agrément do governo desse país.

Sessão: 08.07.2008

Mensagem nº 98, de 2008 (nº 284, de 2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Nicarágua.

Sessão: 08.07.2008

Mensagem nº 113, de 2008 (nº 334, de 2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006 a indicação do Senhor RICARDO NEIVA TAVARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Comunidades Européias.

Sessão: 08.07.2008

VI – ESCOLHA DE AUTORIDADES

Total.....	4
------------	---

Parecer nº 446, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra Estrutura, sobre a Mensagem nº 50, de 2008 (nº 57, de 2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à consideração do Senado **Federal**, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Sessão: 08.07.2008

Parecer nº 625, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 125, de 2008 (nº 401/2008, na origem) pela qual o Senhor Presidente da república submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "F" da Constituição Federal, combinado com o art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, o nome do Senhor CARLOS EMMANUEL JOPPERT RAGAZZO, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, na vaga decorrente do término do mandato de Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado.

Sessão: 08.07.2008

Parecer nº 626, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 126, de 2008 (nº 402/2008, na origem) pela qual o Senhor Presidente da república submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "F" da Constituição Federal, combinado com o art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, o nome do Senhor OLAVO ZAGO CHINAGLIA, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, na vaga decorrente do término do mandato de Ricardo Villas Boas Cueva.

Sessão: 08.07.2008

Parecer nº 627, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 127, de 2008 (nº 403/2008, na origem) pela qual o Senhor Presidente da república submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "F" da Constituição Federal, combinado com o art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, o nome do Senhor VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, na vaga decorrente do término do mandato de Luiz Fernando Rigato Vasconcellos.

Sessão: 08.07.2008

VII - REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA

Total.....	2
------------	---

Requerimento nº 115, de 2008, de autoria do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do disposto nos arts. 74 e 75 do Regimento Interno do Senado Federal, seja criada Comissão Temporária Externa, composta de 05 (cinco) membros Titulares e igual número de Suplentes, com prazo de funcionamento de 12 (doze) meses, destinada a acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, podendo para tanto realizar audiências públicas e diligências externas, bem como outros atos que julguem necessários para a consecução dos objetivos da Comissão.

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 756, de 2008, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Partidária, solicitando, nos termos do artigo 74, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Temporária Externa composta por 03 (três) membros, com o desiderato de acompanhar "in loco", junto ao Senado Colombiano, o atual estágio do processo de paz e de defesa dos direitos humanos.

Sessão: 02.07.2008

VIII – REQUERIMENTOS DE SESSÕES ESPECIAIS E HOMENAGENS NO PERÍODO DO EXPEDIENTE

Total.....	5
------------	---

Requerimento nº 463, de 2008, de autoria do Senador José Nery, solicitando, nos termos do § 2º do art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal a realização de Sessão Especial no dia 18 de dezembro de 2008, em homenagem aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos a serem completados no dia 10 de dezembro de 2008.

Sessão: 01.07.2008

Requerimento nº 465, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para que seja realizada, no dia 10 de dezembro de 2008, Sessão Especial para comemorar os 60 anos da proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ocorrida no dia 10 de dezembro de 1948.

Sessão: 01.07.2008

Requerimento nº 876, de 2008, de autoria do Senador José Maranhão, em aditamento ao Requerimento nº 447, de 2008, solicitando, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, Sessão Especial, em data a ser posteriormente

marcada, para homenagear o ex-Presidente do Senado Federal Humberto Lucena, pelo transcurso do 10º ano de seu falecimento.

Sessão: 03.07.2008

Requerimento nº 886, de 2008, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do artigo 160 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Período do Expediente da Sessão do dia 16 de outubro de 2008, seja destinado a comemorar o bicentenário do Banco do Brasil, primeira instituição financeira do País, criada em 12 de outubro de 1808, pelo Rei Dom João VI.

Sessão: 08.07.2008

Requerimento nº 887, de 2008, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos dos arts. 160 e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, seja o Período do Expediente da sessão do dia 12 de agosto de 2008 dedicado à comemoração especial dos "vinte anos de funcionamento da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP".

Sessão: 08.07.2008

IX - REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES APRECIADOS PELA MESA

Total	37
-------------	----

Requerimento nº456, de 2008, de autoria da Comissão de Educação, Cultura e Esporte solicitando ao Ministro da Cultura, informações sobre os recursos e programas de fomento para a área teatral no ano de 2007.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 459, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Defesa informações sobre vôos partindo de São Paulo com destino aos aeroportos localizados na província de Mendoza, na Argentina.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 460, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Defesa informações sobre vôos do avião particular de prefixo PPMDB.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 461, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Defesa informações sobre vôos do avião particular de prefixo PPAIO.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 502, de 2008, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti solicitando informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre o quantitativo de servidores e militares ativos e inativos e instituidores de pensão dos ex-Territórios Federais de Roraima e do Amapá, discriminados por lotação e por carreira ou categoria funcional.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 520, de 2008, de autoria do Senador José Nery solicitando ao Ministro da Justiça, informações sobre as providências tomadas em relação às declarações do ex-capitão do Exército e atual Prefeito de Curionópolis no Pará sobre a posse de relatórios secretos versando sobre ações militares, especialmente sobre o local de enterro dos corpos de 59 brasileiros mortos na Guerrilha do Araguaia.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 528, de 2008, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares solicitando ao Ministro de Estado das Comunicações informações sobre as licitações para televisão e a efetiva implantação dessas concessionárias.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 532, de 2008, de autoria do Senador Renato Casagrande solicitando informações sobre a Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, que institui o número único de Registro de Identidade Civil e dá outras providências.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 608, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Senhor Ministro da Relações Exteriores, sobre PROSTITUIÇÃO E TRÁFICO DE MULHERES para o exterior.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 618, de 2008, de autoria do Senador Mário Couto solicitando ao Ministério da Educação informações sobre todos os repasses do FUNDEB, realizados ao Município de Conceição do Araguaia, no Estado do Pará, de janeiro de 2007 até os dias atuais, assim como suas respectivas prestações de contas.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 619, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior solicitando informações ao Ministro da Defesa sobre as atividades do controle do tráfego aéreo.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 622, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro de Estado do Meio Ambiente sobre imóveis desocupados administrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 625, de 2008, de autoria do Senador Heráclito Fortes solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda, se há por parte do Estado do Piauí, estrito cumprimento das metas, dos compromissos e dos resultados entre receitas e despesas das contas públicas firmados com a União, relativamente às determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 636, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro da Cultura sobre o financiamento público de produção cinematográfica.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 651, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro da Justiça, sobre prostituição e tráfico de mulheres para o exterior.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 652, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro da Justiça informações acerca de crise e violência na Reserva Indígena Waimiri Atroari, em Roraima.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 662, de 2008, de autoria do Senador João Durval solicitando informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre a política de preços ao consumidor dos combustíveis em Salvador e Feira de Santana/BA, cidades onde se praticam as maiores tarifas do País.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 665, de 2008, de autoria do Senador Delcídio Amaral solicitando informações ao Ministro de Estado dos Transportes, sobre a Estação Ferroviária de Água Clara, que vem preocupando autoridades de saúde e vigilância sanitária, em razão dos verdadeiros "criadouros de larvas do mosquito Aedes Aegypti" em que se transformaram os referidos vagões.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 668, de 2008, de autoria do Senador Renato Casagrande solicitando informações ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, acerca da atual situação patrimonial de estrangeiros em terras da Amazônia Legal.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 681, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao MINISTRO DA SAÚDE, informações acerca de ações em comum com

o Exército Brasileiro, para atendimento médico às populações do interior do Amazonas.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 705, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca sobre a nomeação da Sra. Angela Maria Slongo para ocupar cargo naquela Pasta.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 721, de 2008, de autoria da Senadora Kátia Abreu solicitando informações ao Ministro de Estado do Meio Ambiente, sobre a quantidade de Unidades de Conservação criadas.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 735, de 2008, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional sobre os projetos de grande vulto sob responsabilidade daquela Pasta.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 736, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações à Sra. Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, sobre o processo de venda da empresa Varig.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 744, de 2008, de autoria do Senador José Nery, solicitando informações ao Ministro de Estado da Defesa, a respeito da venda de um avião Super Tucano, de propriedade da Embraer, para a empresa americana Blackwater WorldWide.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 745, de 2008, de autoria do Senador José Nery solicitando informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, a respeito da venda de um avião Super Tucano, de propriedade da Embraer, para a empresa americana Blackwater WorldWide.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 759, de 2008, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando ao Ministro de Estado do Esporte a remessa de relatórios detalhados, relativos aos anos 2007 e 2008, acerca da destinação e regular aplicação dos recursos provenientes das deduções e benefícios fiscais angariados com base na Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 775, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre audiências e/ou reuniões realizadas no âmbito daquela Pasta, com a presença do Sr. Roberto Teixeira.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 776, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro de Estado da Defesa, sobre audiências e/ou reuniões realizadas no âmbito daquela Pasta, com a presença do Sr. Roberto Teixeira.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 777, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro de Estado do Trabalho sobre audiências e/ou reuniões realizadas no âmbito daquela Pasta, com a presença do Sr. Roberto Teixeira.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 778, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro de Estado da Previdência Social sobre audiências e/ou reuniões realizadas no âmbito daquela Pasta, com a presença do Sr. Roberto Teixeira.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 779, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações à Ministra -Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre audiências e/ou reuniões realizadas no âmbito daquela Pasta, com a presença do Sr. Roberto Teixeira.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 780, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo solicitando informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre o volume de recursos já liberados para recuperação da malha rodoviária nacional, uma vez que a imprensa noticia que recursos da ordem de US\$ 1,5 bilhões foram liberados pelo BNDES, de um total previsto de US\$ 1,75 bilhões, nos cinco primeiros meses deste ano, para obras de infra-estrutura em Angola.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 785, de 2008, de autoria do Senador Mário Couto solicitando informações ao Ministro dos Transportes, sobre os motivos da não recuperação das pontes da BR 222, no Estado do Pará.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 788, de 2008, de autoria do Senador Efraim Morais solicitando informações ao Ministro de Estado da Saúde, pertinentes ao descredenciamento do Serviço de Oncologia do Hospital Universitário Alcides Carneiro, em Campina Grande, Estado da Paraíba.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 801, de 2008, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para que este providencie, no estrito prazo constitucional, informações atinentes ao Programa Bolsa Família.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

Requerimento nº 906, de 2008, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicitando ao Ministro da Justiça informações sobre a "Operação Satiagraha", bem como cópia integral dos procedimentos investigatórios, apensos, apartados e outros eventualmente relacionados, em especial os áudios e/ou vídeos existentes.

(Deferido pela Mesa em 15.07.2008)

X - REQUERIMENTO DE TRAMITAÇÃO CONJUNTA APROVADO PELA MESA

Total 1

Requerimento nº 833, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 305, 443 e 568, de 2007.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 09.07.2008)

XI – REQUERIMENTOS APROVADOS DE VOTO DE APLAUSO OU SEMELHANTE

Total	6
-------------	---

Requerimento nº 882, de 2007, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em Ata de Voto de Aplauso a Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, Líder do cartel colombiano.

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 1072, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao economista ALAN GREENSPAN pelo lançamento do seu livro "A Era da Turbulência: aventuras em um mundo novo".

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 1176, de 2007, de autoria do Senador Renato Casagrande, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor ao ex-Vice Presidente norte-americano Albert Gore Jr. e ao IPCC /Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, por compartirem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 1428, de 2007, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos do disposto no art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Louvor e Congratulações pela posse da nova presidenta da Argentina, Senhora Cristina Fernández Kirchner.

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 413, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Ministro Humberto Gomes de Barros, por sua posse no cargo de Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 599, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando, pela nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam apresentados ao Corpo de Fuzileiros Navais, na pessoa de seu Comandante-Geral, Exmº Sr. Almirante-de-Esquadra Alvaro Augusto Dias Monteiro, votos de louvor e congratulações passagem dos 200 anos dos Fuzileiros Navais, tradicional força da Marinha do Brasil.

Sessão: 02.07.2008

XII - OUTROS REQUERIMENTOS APROVADOS

Total	21
-------------	----

Requerimento nº 822, de 2008, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado Complementares nºs 175, de 2003, 316 e 341, de 2004, 313, 363, 381 e 390, de 2005, 141, 231 e 261, de 2006, 265 e 684, de 2007, 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008, com os de nºs 266, 269, 274, de 2005-Complementares, que já tramitam em conjunto, por regularem a mesma matéria (alteram a Lei Complementar nº 64, de 1990, que estabelece casos de inelegibilidades).

Sessão: 01.07.2008

Requerimento nº 1302, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que requer, com fundamento no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, seja instituída, no âmbito do Senado Federal, a Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País.

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 1494, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 158, de 2008, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 176, de 2008, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 186, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 199, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 210, de 2008, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 256, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria.

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 352, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte.

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 368, de 2008, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 385, de 2008, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 417, de 2008, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, solicitando, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-senadora Ingrid Betancourt.

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 418, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-senadora Ingrid Betancourt.

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 423, de 2008, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática).

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 474, de 2008, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura (Política Nacional de Abastecimento).

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 475, de 2008, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (Política Nacional de Abastecimento).

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 494, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais).

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 506, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária)

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 857, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, seja convidada a ex-Senadora Ingrid Betancourt, da Colômbia, que foi libertada no dia 02 de julho de 2008, após ter sido seqüestrada e mantida em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARCS, desde 2002, para comparecer em sessão do Senado Federal, com o objetivo de relatar o seu longo cativeiro e também sobre os objetivos que tem expressado para promover a pacificação e a democratização da Colômbia, por meio de instituições e instrumentos de política econômica e social que possam significar a efetiva realização da justiça naquele país.

Sessão: 02.07.2008

XIII – MATÉRIAS REJEITADAS

Total	1
-------------	---

Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que acrescenta dispositivo à Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que trata e dá outras providências, objetivando responsabilizar os gestores dos bancos administradores dos Fundos Constitucionais por atos de improbidade administrativa.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 14.07.2008

XIV - MATÉRIAS RETIRADAS PELOS AUTORES

Total	7
-------------	---

Projeto de Lei do Senado nº 729, de 2007, de iniciativa do Senador Marconi Perillo, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Goiânia, no Estado de Goiás.

(Retirado pelo Requerimento nº 803, de 2008)

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 1495, de 2007, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999; e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

(Retirado pelo Requerimento nº 860, de 2008)

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 680, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, solicitando, nos termos do inciso I do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o caput do art. 50 da Constituição Federal, a convocação do Ministro de Estado da Justiça, Sr. Tarso Genro, para prestar, perante o Plenário da Casa, informações sobre graves danos aos direitos humanos e a suspeição de manipulação de resultado de concurso público para o cargo de delegado de Polícia Federal, assim como a possível leniência do Ministério da Justiça.

(Retirado pelo Requerimento nº 873, de 2008)

Sessão: 03.07.2008

Requerimento nº 1144, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, solicitando, nos termos do art. 397, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado a comparecer perante o Senado Federal o Senhor Ministro da Saúde, José Augusto Temporão, para prestar esclarecimentos sobre a aplicação do disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 2000, no que se refere aos recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de Saúde na ausência de lei

complementar prevista no Art. 198 da Constituição Federal (CF).

(Retirado pelo Requerimento nº 875, de 2008)

Sessão: 03.07.2008

Requerimento nº 1145, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, solicitando, nos termos do art. 397, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado a comparecer perante o Senado Federal o Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva, para prestar esclarecimentos sobre a aplicação do disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 2000, no que se refere aos recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de Saúde na ausência de lei complementar prevista no Art. 198 da Constituição Federal (CF).

(Retirado pelo Requerimento nº 874, de 2008)

Sessão: 03.07.2008

Projeto de Lei do Senado nº 626, de 2007, de autoria do Senador Expedito Junior, que altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, para inserir os jovens e adolescentes em situação de moradores de rua nas diretrizes do PRONASCI, e dá outras providências.

(Retirado pelo Requerimento nº 881, de 2008)

Sessão: 08.07.2008

Requerimento nº 1242, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando a remessa à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do presente projeto de lei complementar.

(Retirado pelo Requerimento nº 894, de 2008)

Sessão: 09.07.2008

XV – OUTRAS DELIBERAÇÕES

Total	22
-------------	----

Requerimento nº 830, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando, na forma do disposto no Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com as tradições da Casa, homenagens pelo falecimento do Professor Paulo Frederico do Rêgo Maciel.

Sessão: 01.07.2008

Requerimento nº 836, de 2008, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar pelo falecimento do Jornalista Paranaense Creso Luiz de Moraes.

Sessão: 01.07.2008

Requerimento nº 849, de 2008, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com as tradições da Casa, inserção em ata de voto de pesar e de apresentação de condolências à família, pelo falecimento do ex-Ministro do Tribunal de Contas da União Adhemar Paladini Ghisi.

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 862, de 2008, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar à família do Ministro Adhemar Ghisi, pelo seu falecimento.

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 864, de 2008, de autoria dos Senadores César Borges e Antônio Carlos Junior, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Dr. Humberto Castro Lima.

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 865, de 2008, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando, nos termos do art.218 do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com as tradições da Casa, homenagens de pesar pelo falecimento da ex-Primeira-Dama da República, Dra. Ruth Correia Leite Cardoso.

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 866, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pela morte trágica do jovem Jonathan dos Santos Alves.

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 868, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Sra. Maria Lobato Rodrigues.

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 869, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio,

solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à MTV, canal de televisão a cabo de Manaus, pelo lançamento, do "Programa MTV na Balada.

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 870, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal por Santa Catarina e ex-Ministro do Tribunal de Contas da União, Adhemar Ghisi.

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 871, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento de Helena Gondim.

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 872, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando, nos termos dos arts. 218 e 221, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, e de acordo com as tradições da Casa, voto de pesar ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, pelo falecimento de sua esposa, Dra. Ruth Cardoso.

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 878, de 2008, de autoria do Senador Augusto Botelho, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, e de acordo com as tradições da Casa, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manoel Mendes Silva, o seu "Manchão", que ajudou a fundar várias lojas de maçonaria em Roraima.

Sessão: 03.07.2008

Requerimento nº 885, de 2008, de autoria do Senador César Borges, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Horácio Matos Neto, ocorrido em Salvador, no dia 7 de julho de 2008.

Sessão: 08.07.2008

Requerimento nº 898, de 2008, de iniciativa da Senadora Fátima Cleide, solicitando, nos termos 218 e 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, apresentação de condolências às famílias das vítimas do acidente ocorrido no dia 11 de julho de 2008, na BR/364, próximo ao município de Ouro Preto do Oeste - RO.

Sessão: 14.07.2008

Requerimento nº 901, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando, nos termos regimentais, voto de pesar pelo falecimento do Juiz Federal aposentado Lício Bley Vieira.

Sessão: 15.07.2008

Requerimento nº 902, de 2008, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando, nos termos regimentais, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Laélcio de Almeida Lucas.

Sessão: 15.07.2008

Requerimento nº 903, de 2008, de autoria do Senador Gerson Camata,

solicitando, nos termos regimentais, voto de pesar pelo falecimento do jornalista Nilo De Mingo.

Sessão: 15.07.2008

Requerimento nº 904, de 2008, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando voto de aplauso ao jornalista da TV-Senado, Francisco Sant'Anna, pelo prêmio recebido do Senado francês.

Sessão: 15.07.2008

Requerimento nº 907, de 2008, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do servidor da Casa Norton Monteiro Guimarães.

Sessão: 15.07.2008

Requerimento nº 909, de 2008, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso para a iniciativa da oitava edição da "Cavalgada dos Aparados da Serra" e para o seu coordenador Álvaro José do Amaral.

Sessão: 15.07.2008

Requerimento nº 911, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando, nos termos dos arts. 218, inciso VII e 221, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, nesta segunda-feira, 14 de julho de 2008, de Norton Monteiro Guimarães, aos 57 anos, vítima de um acidente de moto, bem como apresentação de condolências a sua esposa Maria Anatórica Nunes de Melo Guimarães, a seus filhos Norton, Natália, Mateus, Raquel, Gabriel, Henrique e à sua mãe Maria Rosa Leite Monteiro.

Sessão: 16.07.2008

XVI – REQUERIMENTOS DE LICENÇA

Observações:

Art. 13 – licença / representação a serviço da Casa / missão política ou cultural de interesse parlamentar.

Art. 40 - representação da Casa / missão no País ou no exterior (deferidos pela Mesa).

Art. 43, I - tratamento de saúde.

Art. 43, II - interesse particular.

1. Deferidos pela Mesa

Total	70
-------------	----

Requerimento nº 334, de 2008-M, Senador Jefferson Praia – art. 13 – 1º a 03/07/2008.

Requerimento nº 335, de 2008-M, Senador Geovani Borges – art. 13 – 1º a 03/07/2008.

Requerimento nº 336, de 2008-M, Senadora Marina Silva – art. 13 – 08/07/2008.

Requerimento nº 337, de 2008-M, Senadora Marisa Serrano – art. 13 – 1º/07/2008.

Requerimento nº 338, de 2008-M, Senadora Patrícia Saboya – art. 13 – 1º/07/2008.

Requerimento nº 339, de 2008-M, Senador Fernando Collor – art. 43, I – 02/07/2008.

Requerimento nº 340, de 2008-M, Senador Renato Casagrande – art. 13 – 03/07/2008.

Requerimento nº 341, de 2008-M, Senador Romeu Tuma – art. 43, I – 03 a 10/07/2008.

Requerimento nº 342, de 2008-M, Senador Delcídio Amaral – art. 13 – 1º/07/2008.

Requerimento nº 343, de 2008-M, Senador Magno Malta – art. 13 – 03/07/2008.

Requerimento nº 344, de 2008-M, Senador João Ribeiro – art. 13 – 03/07/2008.

Requerimento nº 345, de 2008-M, Senador Fernando Collor – art. 43, I – 03/07/2008.

Requerimento nº 346, de 2008-M, Senadora Fátima Cleide – art. 13 – 03/07/2008.

Requerimento nº 347, de 2008-M, Senador Gerson Camata – art. 43, II – 8 e 09/07/2008.

Requerimento nº 348, de 2008-M, Senador Mário Couto – art. 13 – 08 a 10/07/2008.

Requerimento nº 349, de 2008-M, Senadora Rosalba Ciarlini – art. 43, I – 08/07/2008.

Requerimento nº 350, de 2008-M, Senador Carlos Dunga – art. 13 – 08/07/2008.

Requerimento nº 351, de 2008-M, Senador Carlos Dunga – art. 13 – 09/07/2008.

Requerimento nº 352, de 2008-M, Senador Carlos Dunga – art. 13 – 10/07/2008.

Requerimento nº 353, de 2008-M, Senador Wellington Salgado – art. 13 – 08/07/2008.

Requerimento nº 354, de 2008-M, Senadora Patrícia Saboya – art. 13 – 08/07/2008.

Requerimento nº 355, de 2008-M, Senador Marcelo Crivella – art. 13 – 10/07/2008.

Requerimento nº 356, de 2008-M, Senador Lobão Filho – art. 43, II – 1º a 03/07/2008.

Requerimento nº 357, de 2008-M, Senador Fernando Collor – art. 43, I – 09/07/2008.

Requerimento nº 358, de 2008-M, Senador Fernando Collor – art. 43, I – 10/07/2008.

Requerimento nº 359, de 2008-M, Senador Sérgio Guerra – art. 13 – 10/07/2008.

Requerimento nº 360, de 2008-M, Senador João Ribeiro – art. 43, II – 08/07/2008.

Requerimento nº 361, de 2008-M, Senador Adelmir Santana – art. 13 – 10/07/2008.

Requerimento nº 362, de 2008-M, Senador Expedito Júnior – art. 13 – 10/07/2008.

Requerimento nº 363, de 2008-M, Senador Tasso Jereissati – art. 43, II – 14 a 18/07/2008.

Requerimento nº 364, de 2008-M, Senador Valdir Raupp – art. 43, II – 15 a 17/07/2008.

Requerimento nº 365, de 2008-M, Senador Efraim Morais – art. 13 – 10/07/2008.

Requerimento nº 366, de 2008-M, Senador Renan Calheiros – art. 13 – 10/07/2008.

Requerimento nº 367, de 2008-M, Senadora Fátima Cleide – art. 13 – 10/07/2008.

Requerimento nº 368, de 2008-M, Senadora Ideli Salvatti – art. 13 – 10/07/2008.

Requerimento nº 369, de 2008-M, Senador Mário Couto – art. 13 – 15 a 17/07/2008.

Requerimento nº 370, de 2008-M, Senador Jayme Campos – art. 13 – 15 a 17/07/2008.

Requerimento nº 371, de 2008-M, Senador Efraim Morais – art. 13 – 15 a 17/10/2008.

Requerimento nº 372, de 2008-M, Senador Carlos Dunga – art. 13 – 15/07/2008.

Requerimento nº 373, de 2008-M, Senador Carlos Dunga – art. 13 – 16/07/2008.

Requerimento nº 374, de 2008-M, Senador Carlos Dunga – art. 13 – 17/07/2008.

Requerimento nº 375, de 2008-M, Senador Fernando Collor – art. 13 – 15/07/2008.

Requerimento nº 376, de 2008-M, Senadora Lúcia Vânia – art. 13 – 15/07/2008.

Requerimento nº 377, de 2008-M, Senador Tião Viana – art. 13 – 17/07/2008.

Requerimento nº 378, de 2008-M, Senadora Patrícia Saboya – art. 13 – 15/07/2008.

Requerimento nº 379, de 2008-M, Senador Romeu Tuma – art. 43, I – 15 a 18/07/2008.

Requerimento nº 380, de 2008-M, Senador Gim Argello – art. 13 – 14 a 25/07/2008.

Requerimento nº 381, de 2008-M, Senadora Marina Silva – art. 13 – 16/07/2008.

Requerimento nº 382, de 2008-M, Senador Delcídio Amaral – art. 13 – 16 e 17/07/2008.

Requerimento nº 383, de 2008-M, Senador Expedito Júnior – art. 13 – 16/07/2008.

Requerimento nº 384, de 2008-M, Senador Aloizio Mercadante – art. 43, II – 16 e 17/07/2008.

Requerimento nº 385, de 2008-M, Senadora Patrícia Saboya – art. 13 – 16/07/2008.

Requerimento nº 386, de 2008-M, Senadora Patrícia Saboya – art. 13 – 17/07/2008.

Requerimento nº 387, de 2008-M, Senador Fernando Collor – art. 13 – 16/07/2008.

Requerimento nº 388, de 2008-M, Senador Fernando Collor – art. 13 – 17/07/2008.

Requerimento nº 389, de 2008-M, Senador Paulo Paim – art. 13 – 16 e 17/07/2008.

Requerimento nº 390, de 2008-M, Senador Marcelo Crivella – art. 13 – 17/07/2008.

Requerimento nº 391, de 2008-M, Senador Sérgio Guerra – art. 13 – 17/07/2008.

Requerimento nº 392, de 2008-M, Senador Cristovam Buarque – art. 13 – 17/07/2008.

Requerimento nº 393, de 2008-M, Senador Marco Antonio Costa – art. 13 – 17/07/2008.

Requerimento nº 394, de 2008-M, Senador João Pedro – art. 13 – 17/07/2008.

Requerimento nº 395, de 2008-M, Senador Adelmir Santana – art. 13 – 17/07/2008.

Requerimento nº 396, de 2008-M, Senador José Sarney – art. 43, I – 09 a 11/06/2008.

Requerimento nº 397, de 2008-M, Senador Expedito Júnior – art. 13 – 17/07/2008.

Requerimento nº 398, de 2008-M, Senador César Borges – art. 13 – 17/07/2008.

Requerimento nº 399, de 2008-M, Senador Flávio Arns – art. 13 – 17/07/2008.

Requerimento nº 400, de 2008-M, Senador João Tenório – art. 13 – 17/07/2008.

Requerimento nº 401, de 2008-M, Senadora Lúcia Vânia – art. 13 – 17/07/2008.

Requerimento nº 402, de 2008-M, Senador Neuto de Conto – art. 13 – 15 a 17/07/2008.

Requerimento nº 403, de 2008-M, Senador Lobão Filho – art. 43, II – 15 e 16/07/2008.

2. Aprovados pelo Plenário

Total 5

Requerimentos nºs. 823 e 824, de 2008 – Senador Raimundo Colombo – de 26/06/2008 a 25/10/2008 – Licença dos trabalhos da Casa, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Sessão: 01/07/2008.

Requerimentos nºs. 828 e 829, de 2008 – Senadora Kátia Abreu – de 30/06/2008 a 29/10/2008 – Licença dos trabalhos da Casa, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Sessão: 01/07/2008.

Requerimento nº 914, de 2008 – Senadora Maria do Carmo Alves – de 19/07/2008 a 16/09/2008 – Prorrogação da Licença objeto do Requerimento nº 324, de 2008 – Licença dos trabalhos da Casa, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Sessão: 16/07/2008.

XVII - REQUERIMENTOS PARA DESEMPENHO DE MISSÃO

Total 14

Observação:

Art. 40 – representação da Casa / missão no País ou no exterior (aprovados pelo Plenário).

Requerimento nº 861, de 2008, de autoria do Senador José Nery, solicitando, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 07 e 09 de julho de 2008, para representar o Senado Federal no encontro dos Grupos Parlamentares de Amizades com Cuba da América Latina, a realizar-se nos dias 07 e 08 de julho de 2008, na cidade do Panamá. Comunica, ainda, nos termos do art. 39, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no período de 06 a 09 de julho de 2008.

Sessão: 02.07.2008

Requerimento nº 884, de 2008, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos regimentais, licença dos trabalhos da Casa, no dia 10 de julho de 2008, quando viajará para realizar trabalhos da Comissão de Assuntos Sociais.

Sessão: 09.07.2008

Requerimento nº 888, de 2008, de autoria do Senador Augusto Botelho, solicitando, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no dia 10 de julho de 2008, quando estará integrando comitiva da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, com o objetivo de verificar "in loco" a situação real da Santa Casa de Misericórdia do Estado do Pará.

Sessão: 09.07.2008

Requerimento nº 889, de 2008, de autoria do Senador Papaléo Paes, solicitando, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no dia 10 de julho de 2008, quando estará em visita oficial ao Estado do Pará, como representante da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde do Senado do Senado Federal (CASSAUDE), para analisar os problemas na Santa Casa de Misericórdia, na cidade de Belém.

Sessão: 09.07.2008

Requerimento nº 895, de 2008, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando licença dos trabalhos da Casa no dia 10 de julho do corrente, quando integrará comitiva oficial do Senado à Santa Casa de Misericórdia do Pará.

Sessão: 10.07.2008

Requerimento nº 912, de 2008, de autoria do Senador João Pedro, solicitando licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 8 e 12 de agosto de 2008, para representar o Senado Federal no Referendum Vocatório, a realizar-se em 10 de agosto de 2008, na Bolívia. Comunica ainda, nos termos do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do país no mesmo período.

Sessão: 16.07.2008

Requerimento nº 913, de 2008, de autoria do Senador José Nery, solicitando, nos termos do art. 40 do Regimento interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 8 e 12 de agosto de 2008, para representar o Senado Federal como Observador Eleitoral no Referendum Revocatório na Bolívia, a realizar-se no dia 10 de agosto de 2008, na Bolívia. Comunica ainda, nos termos do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do país no mesmo período.

Sessão: 16.07.2008

Requerimento nº 918, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 24

de julho e 04 de agosto de 2008, quando participará da XI Reunião do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 17.07.2008

Requerimento nº 919, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 25 a 29 de julho de 2008, quando participará da XI Reunião do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 17.07.2008

Requerimento nº 920, de 2008, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 27 a 30 de julho de 2008, quando participará da XI Reunião do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 17.07.2008

Requerimento nº 921, de 2008, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 27 a 29 de julho de 2008, quando participará da XI Reunião do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 17.07.2008

Requerimento nº 922, de 2008, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 27 a 30 de julho de 2008, quando participará da XI Reunião do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 17.07.2008

Requerimento nº 923, de 2008, de autoria do Senador Aloísio Mercadante, solicitando, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 27 a 29 de julho de 2008, quando participará da XI Reunião do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 17.07.2008

Requerimento nº 924, de 2008, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 9 a 11 de agosto de 2008, para representar o Senado Federal, como Observador Eleitoral, no acompanhamento do Referendum Revocatório a realizar-se na Bolívia.

Sessão: 17.07.2008

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS (1º a 17 de julho de 2008)	
Deliberativas Ordinária	9
Não Deliberativas	4
Deliberativas Extraordinárias	6
Especiais	0
Total	19

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL **(1º a 17 de julho de 2008)**

MATÉRIAS APROVADAS (ÍTEM I A XI) 132

I – Medidas Provisórias3

1. Aprovadas na forma de Projeto de Lei de Conversão (apresentados pela Câmara dos Deputados) e enviadas à sanção 2
2. Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação 1

II - Projetos aprovados e enviados à sanção17

III - Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados9

1. Por decisão do Plenário.....9
 - 1.1 – Do Senado..... 4
 - 1.2 – Da Câmara.....5

III - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação.....23

- 1 – Concessões de telecomunicações 10
- 2 – Operações de Crédito.....8
- 3 – Atos Internacionais.....4
- 4 – Projetos de Resolução (Outras Matérias).....1

IV – Escolha de Chefes de Missão Diplomática.....4

V – Escolha de Autoridades4

VI – Requerimento de criação ou alteração de Comissão Temporária2

VII – Requerimentos de Sessões Especiais e Homenagens no Período do Expediente.....5

VIII – Requerimentos de Informações aprovados pela Mesa37

IX – Requerimentos de Tramitação Conjunta aprovados pela Mesa1

X – Requerimentos aprovados de voto de aplauso ou semelhante6

XI – Outros Requerimentos aprovados.....	21
Pelo Plenário	21
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (ITENS XII E XIII)	9
XII - Matéria rejeitada	2
XIII - Matéria retirada pelo autor.....	7
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS (ITENS I A XIII).....	141
Requerimentos de Licença e Desempenho de Missões	89

**B - SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES**

**RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO MÊS DE JULHO
DE 2008 DAS COMISSÕES PERMANENTES**

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 2008 (ORDINÁRIA)

**ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29, DE 2006
NÃO TERMINATIVO**

Acrescenta inciso VIII ao artigo 16 de Lei nº 6.360, de 1976, para dispor sobre a inclusão de requisito a ser observado na concessão de registro sanitário de medicamento ou de princípio ativo.

Autoria: Senador NEY SUASSUANA.

Relator: Senador SÉRGIO GUERRA.

Parecer: Pela rejeição da matéria.

Resultado: Aprovado parecer rejeitando o Projeto. A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e posteriormente à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

**ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 474, DE 2007
NÃO TERMINATIVO**

Altera os artigos 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição do sistema de pecuária extensivo pelo sistema de pecuária intensivo.

Autoria: Senador JOÃO TENÓRIO.

Relatoria: Senador OSMAR DIAS.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 555, DE 2007
NÃO TERMINATIVO**

Altera os artigos 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo ao desenvolvimento do sistema orgânico de produção agropecuária.

Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Relator: Senador OSMAR DIAS.

Parecer: Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 474, de 2007, nos termos do substitutivo que apresenta, e pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 555, de 2007 que tramita em conjunto.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 474, de 2007, nos termos da Emenda nº 1 – CAE (Substitutivo), e pelo arquivamento do

PLS 555/2007. As matérias vão à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em decisão terminativa.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 95, DE 2008
TERMINATIVO**

Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento dos Museus (FNDM).

Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.

Relator: Senador GIM ARGELLO.

Parecer: Pela aprovação da matéria e as Emendas n.ºs. 1 e 2 – CE, com apresentação de uma emenda.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas de n.ºs. 1 e 2 – CE/CAE, e 3 e 4 – CAE.

FORAM APROVADOS, AINDA, OS SEGUINTE REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO Nº 24, DE 2008 – CAE

Requer o cancelamento da Audiência Pública, aprovada na reunião do dia 10 de junho de 2008, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2007, que trata da regulamentação das operações de fomento mercantil, também conhecidas como Factoring, com a participação dos seguintes convidados:

Senhor **Antônio Carlos Donini**, Presidente da Associação Brasileira de Factoring; e

Senhor **Luiz Lemos Leite**, Presidente da Associação Nacional das Sociedades de Fomento Mercantil – Factoring.

Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

REQUERIMENTO Nº 25, DE 2008 - CAE

Requer que seja dispensada a realização de Audiência Pública na Comissão de Assuntos Econômicos para instruir a relatoria do o Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2007, que dispõe sobre a adição de farinha de mandioca refinada, de farinha de raspa de mandioca ou de fécula de mandioca à farinha de trigo e seus derivados, adquiridos pelo poder público, e estabelece regime tributário especial para a farinha de trigo misturada, e dá outras providências.

Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.

**REQUERIMENTO Nº 26, DE 2008 - CAE
(ADITAMENTO AO REQ. Nº 18, DE 2008 – CAE)**

Requer, nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento ao Requerimento nº 18, de 2008 – CAE, aprovado na reunião de 10 de junho último, para incluir no rol de convidados para a Audiência Pública, sobre a concessão de patentes a fórmulas polimórficas de medicamentos o Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos – Pró-Genérico, Senhor Odnir Finotti.

Autoria: Senador DELCÍDIO AMARAL.

REQUERIMENTO Nº 27, DE 2008 - CAE

Requer nos termos regimentais a realização de Audiência Pública na Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de discutir a crise enfrentada pelo Estado do Rio Grande do Sul, refletida no elevado déficit das contas públicas, com a participação dos seguintes convidados:

Senhor **Paulo Afonso Feijó**, Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Sul;

Senhor **Aod Cunha**, Secretário da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul;

Senhora **Ana Maria Severo**, Secretária Interina de Estado do Planejamento e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul;

Senhor **Fernando Guerreiro de Lemos**, Presidente do Banco do Estado do Rio Grande do Sul; e

Senhora **Estella Maris Simon**, Diretora Presidenta do DETRAN/RS.

Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.

REQUERIMENTO Nº 28, DE 2008 - CAE

Requer nos termos do artigo 76, § 1º, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação do prazo de funcionamento da Subcomissão Temporária de Reforma Tributária pelo prazo de 6 (seis) meses, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos.

Autoria: Senadores TASSO JEREISSATI, NEUTO DE CONTO e FLEXA RIBEIRO.

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2008 (ORDINÁRIA)**1ª PARTE****ITEM Nº 01****MENSAGEM (SF) Nº 125, DE 2008****NÃO TERMINATIVO**

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso III, alínea f da Constituição Federal, combinado com o artigo 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, o nome do senhor **Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo**, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, na vaga decorrente do término do mandato de Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado.

Autoria: Presidente da República.

Relator: Senador GIM ARGELLO.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar.

Resultado: Aprovada a indicação por vinte e cinco votos favoráveis, um voto contra e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 02**MENSAGEM (SF) Nº 126, DE 2008****NÃO TERMINATIVO**

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso III, alínea f da Constituição Federal, combinado com o artigo 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, o nome do senhor **Olavo Zago Chinaglia**, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do

Ministério da Justiça, na vaga decorrente do término do mandato de Ricardo Villas Boas Cueva.

Autoria: Presidente da República.

Relator: Senador HERÁCLITO FORTES.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar.

Resultado: Aprovada a indicação por vinte e cinco votos favoráveis, um voto contra e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 03

MENSAGEM (SF) Nº 127, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso III, alínea f da Constituição Federal, combinado com o artigo 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, o nome do senhor **Vinício Marques de Carvalho**, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, na vaga decorrente do término do mandato de Luiz Fernando Rigato Vasconcellos.

Autoria: Presidente da República.

Relator: Senador ADELMIR SANTANA.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar.

Resultado: Aprovada a indicação por vinte e quatro votos favoráveis, dois votos contra e nenhuma abstenção.

2ª PARTE

ITEM Nº 01

MENSAGEM (SF) Nº 129, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal, nos termos do artigo 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 42,790,000.00 (quarenta e dois milhões, setecentos e noventa mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Sorocaba, Estado de São Paulo, e a Cooperação Andina de Fomento – CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Ambiental e de Integração Social do Município de Sorocaba”.

Autoria: Presidente da República.

Relator: Senador VALTER PEREIRA.

Parecer: Favorável a matéria nos termos do PRS que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável nos termos do PRS apresentado.

Aprovado também Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 02

MENSAGEM (SF) Nº 132, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 39,100,000.00 (trinta e nove milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Vitória, Estado do Espírito Santo, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento do “Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Vitória”.

Autoria: Presidente da República.

Relator: Senador PEDRO SIMON.

Parecer: Favorável a matéria nos termos do PRS que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável nos termos do PRS apresentado.

Aprovado também Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 03

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 136, DE 2003

NÃO TERMINATIVO

Faculta às pessoas jurídicas o armazenamento dos livros comerciais “Livro Diário” e “Livro Razão”, em meio magnético.

Autoria: Senador PAULO OCTÁVIO.

Relator: Senador FRANCISCO DORNELLES.

Parecer: Favorável a matéria na forma do substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável nos termos da Emenda nº 1 – CAE (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e posteriormente, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2008 (EXTRAODINÁRIA).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento à Resolução do Senado Federal nº 32, de 2007.

Assunto: Discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da Política Monetária.

CONVIDADOS:

Senhor **Henrique Meirelles**, Presidente do Banco Central do Brasil;

Senhor **Mário Magalhães Carvalho Mesquita**, Diretor de Política Econômica – Dipec;

Senhor **Anthero de Moraes Meirelles**, Diretor de Administração – Dirad;

Senhora **Maria Celina Berardinelle Arraes**, Diretora de Assuntos Internacionais – Direx;

Senhor **Alvir Alberto Hoffmann**, Diretor de Fiscalização – Difis.

RESULTADO: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 03

02 ORDINÁRIA/DELIBERATIVA

01 ORDINÁRIA/AUDIÊNCIA PÚBLICA

MATÉRIAS APRECIADAS: 17

01 TERMINATIVA

09 NÃO TERMINATIVAS

04 REQUERIMENTOS – CAE

02 REQUERIMENTOS DE URGÊNCIA

01 TERMO ADITIVO

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA) EM CONJUNTO COM AS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA E A DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 16, de 2008 – CAS; nº 12, de 2008 – CCJ e aditivo e nº 38, de 2008 – CDH.

Autoria: Senadoras **PATRÍCIA SABOYA** e **LÚCIA VÂNIA** e Senadores **DEMÓSTENES TORRES**, **FLEXA RIBEIRO**, **EDUARDO AZEREDO** e **PAULO PAIM**.

Assunto: Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 que “Acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – Da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o artigo 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal”.

CONVIDADOS:

Senhora **Esther Arantes**, Integrante da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia;

Senhora **Maria Luiza Moura**, Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda);

Senhora **Veleda Dobke**, Promotora de Justiça do Rio Grande do Sul, representando a Sociedade de Psiquiatria do Rio Grande do Sul;

Senhor **Fernando Luiz Carvalho**, Representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH); e

Senhor **José Antônio Daltoê Cezar**, Juiz Titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre.

RESULTADO: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2007 NÃO TERMINATIVO

Cria o rastreamento da produção e consumo de medicamentos por meio do controle eletrônico por códigos de barra.

Autoria: Deputada **VANESSA GRAZZIOTIN**.

Relator: Senador **VALDIR RAUPP**.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 728, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre os honorários de sucumbência no âmbito da Justiça do Trabalho.

Autoria: Senador **VALTER PEREIRA**.

Relatora “ad hoc”: Senadora **LÚCIA VÂNIA**.

Parecer: Favorável a matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CAS. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 77, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre incentivo fiscal ao empregador para construção de habitação para o empregado.

Autoria: Senador **GILBERTO GOELLNER**.

Relator: Senador **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**.

Parecer: Favorável a matéria, na forma do substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1 – CAS (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 120, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera a Medida Provisória nº 2.190-34, de 23 de agosto de 2001, que altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Autoria: Deputado **MANOEL SALVIANO**.

Relator: Senadora **LÚCIA VÂNIA**.

Parecer: Favorável a matéria com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 - CAS.

ITEM Nº 05
ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 19, DE 2008 – CAS (REQ. 22/08 – CAS)

Em aditamento ao Requerimento nº 19, de 2008, na Comissão Assuntos Sociais do Senado Federal por ocasião, da Audiência Pública do Dia Nacional da Luta Antimanicomial, requeiro a inclusão dos seguintes convidados;

Doutora **Helena Calil**, Professora de psiquiatria da Escola Paulista de Medicina;

Doutora **Maria Célia Toledo**, Professora de psiquiatria da UNB; e

Senhor **Antônio Geraldo da Silva**, Presidente da Associação de Psiquiatria de Brasília.

Autoria: Senadora **ROSALBA CIARLINI**.

Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA**ITEM Nº 01****SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PLS 274, DE 1991
NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre o exercício da profissão de oceanógrafo e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relator: Senador PAULO PAIM.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Substitutivo da Câmara.

ITEM Nº 02**REQUERIMENTO Nº 20, DE 2008 – CAS**

Requeremos urgência, nos termos do artigo 336, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, para o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 274, de 1991, que dispõe sobre o exercício da profissão de oceanógrafo e dá outras providências.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03**REQUERIMENTO Nº 21, DE 2008 – CAS**

Requeiro nos termos regimentais, a designação de membros da Subcomissão da Saúde e dos três Senadores do Pará e convidados, para verificar in loco a situação real da Santa Casa de Misericórdia do Pará.

Autoria: Senadora ROSALBA CIARLINI e Senadores FLEXA RIBEIRO, PAPALÉO PAES, JOSÉ NERY e MÁRIO COUTO.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01**REQUERIMENTO Nº 23, DE 2008 – CAS**

Requeiro nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, realize Audiência Pública conjunta com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAÚDE, para debater o cenário do fornecimento de órteses e próteses no Brasil. A evolução tecnológica e o aumento da oferta desses produtos acarretam a necessidade de avaliação, com o objetivo de garantir o equilíbrio entre o valor despendido com o equipamento, e a qualidade de vida proporcionada ao paciente. Este binômio deve ser observado tanto pelo gestor público, quanto pelo próprio paciente. O que muito se verifica são pessoas que aguardam durante longo tempo para a obtenção de próteses

ou órteses do SUS, nem sempre recebendo produtos adequados à suas necessidades. Também se verificam ações judiciais, onde o Poder Público, os gestores em saúde, as seguradoras de saúde, as cooperativas médicas e de medicina de grupo, são obrigados a fornecer órteses e próteses de última geração, nem sempre adequadas ao caso concreto, o que acarreta custos mais elevados, em comparação com produtos que poderiam atender às necessidades do paciente de forma apropriada. Ao mesmo tempo, as pessoas que necessitam desses produtos, não raras vezes, se defrontam com o dilema de escolher entre próteses ou órteses nacionais, ou importadas, sem saberem qual atenderá melhor às suas necessidades. O esclarecimento dessas questões leva à necessidade de que seja realizada audiência pública para debater o processo de registro destes produtos, a análise técnica de qualidade, certificações, bem como os instrumentos que permitam a verificação da adequação à necessidade do paciente. Indico com convidados um representante do **Ministério da Saúde**, o **Dr. Fausto Pereira dos Santos**, Diretor-Presidente da **Agência Nacional de Saúde Suplementar**, o **Dr. Dirceu Raposo de Mello**, Diretor-Presidente da **Agência Nacional de Vigilância Sanitária**, o **Dr. Edson de Oliveira Andrade**, Presidente do **Conselho Federal de Medicina**, a **Dra. Marília Ehl Barboza**, Presidente da **União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde**, o **Dr. Arlindo de Almeida**, Presidente da **Associação Brasileira de Medicina de Grupo**, o **Dr. João Batista Caetano** Presidente da **UNIMED Brasil**, e o **Dr. Luiz Carlos Trabuco Cappi**, Presidente da **Federação Nacional de Saúde Suplementar**.

Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 24, DE 2008 – CAS

Nos termos do inciso II do § 2º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública conjunta, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (CASSAÚDE), a fim de analisar o processo de criação e implantação do Sistema Único de Saúde instituído pela Constituição Federal de 1988 e suas perspectivas, com a participação das seguintes autoridades e representantes de entidades:

Senador **José Sarney**, Membro do Conselho Superior do Instituto Legislativo Brasileiro e seu fundador;

Senador **Tião Viana**;

Senhor **José Gomes Temporão**, Ministro de Estado da Saúde;

Senhor **Rafael de Almeida Magalhães**, ex-Ministro de Estado da Saúde;

Senhor **Nelson Rodrigues dos Santos**, Professor do Instituto de Direito Sanitário da Universidade de Campinas; e

Senhor **Arlindo de Almeida**, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo.

Autoria: Senador PAPALÉO PAES.

Resultado: Aprovado com sugestão da Senadora Rosalba Ciarlini de incluir o Presidente à época da Comissão que elaborou o Sistema Único de Saúde.

TOTAL DE REUNIÕES: 04

03 EXTRAORDINÁRIAS/DELIBERATIVA

01 CONJUNTA/AUDIÊNCIA PÚBLICA.

MATÉRIAS APRECIADAS: 10**05 NÃO TERMINATIVA****03 REQUERIMENTOS – CAS****01 REQUERIMENTOS DE URGÊNCIA****01 TERMO ADITIVO****SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE –
CASSAUDE (CAS)****REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)****ITEM Nº 01****REQUERIMENTO Nº 05, DE 2008 – CASSAUDE**

Nos termos do inciso II do § 2º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II, IX e X do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, com a finalidade de obter esclarecimentos sobre o Relatório “Desempenho Hospitalar Brasileiro”, do Banco Mundial (BIRD), com a participação dos seguintes convidados:

Doutores **Gerard La Forgia e Bernard Couttolenc**, Pesquisadores do Banco Mundial;

Doutor **Alberto Beltrame**, Diretor do Departamento de Atenção Especializada, do Ministério da Saúde; e

Doutor **Eduardo Nunes**, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Autoria: Senador PAPALÉO PAES.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02**REQUERIMENTO Nº 06, DE 2008 – CASSAUDE**

Requeiro nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, realize Audiência Pública conjunta com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAUDE, para debater o cenário do fornecimento de órteses e próteses no Brasil. A evolução tecnológica e o aumento da oferta desses produtos acarretam a necessidade de avaliação, com o objetivo de garantir o equilíbrio entre o valor despendido com o equipamento, e a qualidade de vida proporcionada ao paciente. Este binômio deve ser observado tanto pelo gestor público, quanto pelo próprio paciente. O que muito se verifica são pessoas que aguardam durante longo tempo para a obtenção de próteses ou órteses do SUS, nem sempre recebendo produtos adequados à suas necessidades. Também se verificam ações judiciais, onde o Poder Público, os gestores em saúde, as seguradoras de saúde, as cooperativas médicas e de medicina de grupo, são obrigados a fornecer órteses e próteses de última geração, nem sempre adequadas ao caso concreto, o que acarreta custos mais elevados, em comparação com produtos que poderiam atender às necessidades do paciente de forma apropriada. Ao mesmo tempo, as pessoas que necessitam desses produtos, não raras vezes, se defrontam com o

dilema de escolher entre próteses ou órteses nacionais, ou importadas, sem saberem qual atenderá melhor às suas necessidades. O esclarecimento dessas questões leva à necessidade de que seja realizada audiência pública para debater o processo de registro destes produtos, a análise técnica de qualidade, certificações, bem como os instrumentos que permitam a verificação da adequação à necessidade do paciente. Indico com convidados um representante do **Ministério da Saúde**, o **Dr. Fausto Pereira dos Santos**, Diretor-Presidente da **Agência Nacional de Saúde Suplementar**, o **Dr. Dirceu Raposo de Mello**, Diretor-Presidente da **Agência Nacional de Vigilância Sanitária**, o **Dr. Edson de Oliveira Andrade**, Presidente do **Conselho Federal de Medicina**, a **Dra. Marília Ehl Barboza**, Presidente da **União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde**, o **Dr. Arlindo de Almeida**, Presidente da **Associação Brasileira de Medicina de Grupo**, o **Dr. João Batista Caetano** Presidente da **UNIMED Brasil**, e o **Dr. Luiz Carlos Trabuco Cappi**, Presidente da **Federação Nacional de Saúde Suplementar**.

Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03

REQUERIMENTO Nº 07, DE 2008 – CASSAÚDE

Nos termos dos incisos II e V do § 2º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II e V do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (CASSAÚDE), com a finalidade de obter esclarecimentos sobre a proibição do uso de produtos de tabaco em ambientes fechados, com a participação dos seguintes convidados:

Doutora **Tânia Cavalcanti**, Chefe da Divisão do Tabagismo do Instituto Nacional do Câncer, do Ministério da Saúde;

Doutor **Humberto Coelho Martins**, Gerente de Produtos Derivados do Tabaco da Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

Doutora **Paula Johns**, Presidenta da Organização não-governamental Aliança de Controle do Tabagismo (ACTbr);

Engenheira **Marina Seelig**, Professora da UFRS, especialista em engenharia ambiental; e

Doutor **Persival Maricato**, Diretor Jurídico da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares.

Autoria: Senador PAPALÉO PAES.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04

REQUERIMENTO Nº 08, DE 2008 – CASSAÚDE

Nos termos do inciso II do § 2º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II, IX e X do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (CASSAÚDE), a fim de obter subsídio para a atuação do Senado Federal em relação à regulamentação da publicidade e da venda de bebidas alcoólicas no País. A ser realizada em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal – CCT, com a participação dos seguintes convidados:

Senhor **Gilberto C. Leifert**, Presidente do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária;

Senhor **Ronaldo Laranjeira**, Coordenador da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de São Paulo;
Senhora **Maria José Fagundes Delgado**, Gerente-Geral de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda, Publicidade, Promoção e Informação de Produtos Sujeitos a Vigilância Sanitária, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; e
Senhor **Milton Seligman**, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja.
Autoria: Senador PAPALÉO PAES.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 09, DE 2008 – CASSAÚDE

Nos termos do inciso II do § 2º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requiero a realização de Audiência Pública conjunta, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (CASSAÚDE), a fim de analisar o processo de criação e implantação do Sistema Único de Saúde instituído pela Constituição Federal de 1988 e suas perspectivas, com a participação das seguintes autoridades e representantes de entidades:

Senador **José Sarney**, Membro do Conselho Superior do Instituto Legislativo Brasileiro e seu fundador;
Senador **Tião Viana**;
Senhor **José Gomes Temporão**, Ministro de Estado da Saúde;
Senhor **Rafael de Almeida Magalhães**, ex-Ministro de Estado da Saúde;
Senhor **Nelson Rodrigues dos Santos**, Professor do Instituto de Direito Sanitário da Universidade de Campinas; e
Senhor **Arlindo de Almeida**, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo.
Autoria: Senador PAPALÉO PAES.
Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
RELATÓRIO SOBRE A VISITA NA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ
(Requerimento nº 21, de 2008 – CAS)

Relatório da Comissão de Senadores constituída no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a verificar, in loco, a situação e circunstâncias em que ocorreu a morte de duzentas e sessenta e três recém-nascidos na Santa Casa de Misericórdia do Pará, em Belém, Estado do Pará.

Relator: Senador PAPALÉO PAES.

Resultado: Aprovado, com as sugestões dos Senadores José Nery e Antônio Carlos Valadares, acatadas pelo relator. O relatório será apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 EXTRAORDINÁRIA/DELIBERATIVA

MATÉRIAS APRECIADAS: 06

05 REQUERIMENTOS – CASSAÚDE

01 RELATÓRIO - CASSAÚDE

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA) EM CONJUNTO COM AS COMISSÕES DE ASSUNTOS SOCIAIS E A DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 16, de 2008 – CAS; nº 12, de 2008 – CCJ e aditivo e nº 38, de 2008 – CDH.

Autoria: Senadoras PATRÍCIA SABOYA e LÚCIA VÂNIA e Senadores DEMÓSTENES TORRES, FLEXA RIBEIRO, EDUARDO AZEREDO e PAULO PAIM.

Em atendimento aos Requerimentos nº 16, de 2008 – CAS; nº 12, de 2008 – CCJ e aditivo e nº 38, de 2008 – CDH.

Autoria: Senadoras PATRÍCIA SABOYA e LÚCIA VÂNIA e Senadores DEMÓSTENES TORRES, FLEXA RIBEIRO, EDUARDO AZEREDO e PAULO PAIM.

Assunto: Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 que “Acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – Da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o artigo 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal”.

CONVIDADOS:

Senhora **Esther Arantes**, Integrante da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia;

Senhora **Maria Luiza Moura**, Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda);

Senhora **Veleda Dobke**, Promotora de Justiça do Rio Grande do Sul, representando a Sociedade de Psiquiatria do Rio Grande do Sul;

Senhor **Fernando Luiz Carvalho**, Representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH); e

Senhor **José Antônio Daltoê Cezar**, Juiz Titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre.

RESULTADO: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2008 (ORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****OFÍCIO “S” Nº 1, DE 1999****(Ofício nº 253-P/MC, de 14/12/1998, na origem)****TERMINATIVO**

Encaminha ao Senado Federal para os fins previstos no artigo 53, inciso X, da Constituição Federal, cópias da Lei nº 6.545, de 2 de junho de 1991, do Município de Campinas (SP), do Parecer da Procuradoria Geral da República, da Certidão de Trânsito em Julgado e do acórdão proferido por aquela corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 199517, que declarou a inconstitucionalidade do artigo 1º da referida Lei.

Autoria: Supremo Tribunal Federal.

Relator: Senador EPITÁCIO CAFETEIRA.

Relator “ad hoc”: Senador VALTER PEREIRA.

Parecer: Pelo arquivamento da matéria.

Resultado: Aprovado o arquivamento do Ofício “S”.

ITEM Nº 02**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6, DE 2004****NÃO TERMINATIVO**

Acrescenta parágrafos e incisos ao artigo 19 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a situação funcional dos empregados públicos que menciona, legalmente cedidos, pelo período mínimo que estabelece, à órgãos e entidades da União.

Autoria: Senador ARTHUR VIGÍLIO e outros Senhores Senadores.

Relator: Senador EDUARDO SUPLICY.

Parecer: Favorável a matéria, na forma do substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), acolhendo a Subemenda apresentada pela Senadora Ideli Salvatti.

ITEM Nº 03**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, DE 2008****(PL. nº 02468, de 2007, na origem)****NÃO TERMINATIVO**

Autoriza a criação da empresa pública Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A – CEITEC e dá outras providências.

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador EDUARDO AZEREDO.

Parecer: Favorável a matéria, e pela rejeição da emenda apresentada pelo Senador Antônio Carlos Valadares.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1.

ITEM Nº 04**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 98, DE 2002 – COMPLEMENTAR.
(Tramitando em conjunto os PLS's nºs 98, de 2002; 503, de 2003; e 60 e 96, de 2008 – Complementares.
NÃO TERMINATIVO**

Regulamenta o procedimento para a criação, a incorporação, a função e o desmembramento de Municípios e dá outras providências (artigo 18, § 4º, da Constituição Federal).

Autoria: Senador MOZARILDO CAVALCANTI.

Relator: Senador TASSO JEREISSATI.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 503, DE 2003 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre o procedimento para criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, regulamentando o § 4º do artigo 18 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Autoria: Senador SIBÁ MACHADO.

Relator: Senador TASSO JEREISSATI.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, DE 2008 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO**

Estabelece prazo e procedimentos para criação, incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, de conformidade com o disposto no § 4º do artigo 18 da Constituição Federal.

Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Relator: Senador TASSO JEREISSATI.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 96, DE 2008 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre o procedimento para criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, para regulamentar o § 4º do artigo 18 da Constituição Federal.

Autoria: Senador SIBÁ MACHADO.

Relator: Senador TASSO JEREISSATI.

Parecer: Favorável ao PLS 98, de 2002, e da emenda nº 1, na forma do substitutivo que apresenta, e contrário aos PLS's nºs. 503, de 2003; 60, de 2008 e 96, de 2008, e a Emenda nº 2.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao PLS nº 98, de 2002, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), e contrário aos PLS's nºs 503, de 2003; 60 e 96, de 2008 e à Emenda nº 2 apresentada pelo Senador Eduardo Azeredo.

ITEM Nº 05**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 2005****TERMINATIVO**

Estabelece normas para a divulgação, na Rede Mundial de Computadores (Internet), de informações sobre programas de transferência de renda mantidos por Estados e Municípios com a participação de recursos da União.

Autoria: Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR.

Relator: Senador EDUARDO AZEREDO.

Parecer: Pela aprovação da matéria, na forma do substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo).

A matéria será submetida à Turno Suplementar, nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92, do RISF.

EXTRA PAUTA**ITEM Nº 01****SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PLS Nº 59, DE 2004****NÃO TERMINATIVO**

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Piso Salarial Profissional dos Educadores Públicos, na forma prevista no artigo 206, V, e 212 da Constituição Federal e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relator: Senador OSMAR DIAS.

Parecer: Favorável a matéria, com os ajustes de redação nos incisos II e III do artigo 3º alterando-se a expressão “art. 4º” por “art. 5º”.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Substitutivo da Câmara, com as adequações redacionais no art. 3º.

ITEM Nº 02**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 55, DE 2008****NÃO TERMINATIVO**

Convoca plebiscito sobre a mudança do fuso horário do Estado do Mato Grosso do Sul para igualá-lo ao de Brasília.

Autoria: Senador VALTER PEREIRA.

Relator: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03**REQUERIMENTO Nº 16, DE 2008 - CCJ**

Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o PLS nº 98, de 2002 – Complementar, que tramita em conjunto com os PLS's nº 503, de 2003, 60 e 96, de 2008.

Autoria: Senador TASSO JEREISSATI.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 17, DE 2008 - CCJ

Requeiro nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para instruir o PLC 92/2008, que se encontra sob apreciação desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, acerca de alteração na Lei Complementar nº 101, de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal. Com a participação dos seguintes convidados:

Senhor **Paulo Hartung**, Governador do Estado do Espírito Santo;
Senhor **Marcelo Déda Chagas**, Governador do Estado de Sergipe;
Senhor **Affonso Celso Pastore**, Professor da USP;
Senhor **Mailson da Nóbrega**, Ex-Ministro da Fazenda; e
Senhor **Márcio Pochman**, Presidente do IPEA.

Autoria: Senador TASSO JEREISSATI.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 18, DE 2008 - CCJ

Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o PDS nº 55, de 2008.

Autoria: Senador VALTER PEREIRA.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2003 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 1º, inciso I, alínea g da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade cominada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.

Autoria: Senador EDUARDO SUPLICY.

Relator: Senador DEMÓSTENES TORRES.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2004 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.

Autoria: Senador SERYS SLHESSARENKO.

Relator: Senador DEMÓSTENES TORRES.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, DE 2004 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO**

Acrescenta os §§ 4º e 5º ao artigo 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.

Autoria: Senador EDUARDO AZEREDO.

Relator: Senador DEMÓSTENES TORRES.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2005 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO**

Acrescenta a alínea j ao inciso I do artigo 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.

Autoria: Senador ÁLVARO DIAS.

Relator: Senador DEMÓSTENES TORRES.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, DE 2005 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO**

Acrescenta a alínea j ao inciso I do artigo 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.

Autoria: Senador JEFFERSON PERES.

Relator: Senador DEMÓSTENES TORRES.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2005 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO**

Altera a Lei Complementar nº 64, de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.

Autoria: Senador TIÃO VIANA.

Relator: Senador DEMÓSTENES TORRES.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2005 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO**

Acrescenta a alínea “j” ao inciso I do artigo 1º e dá nova redação à alínea “d” do inciso I do artigo 1º e ao inciso XIV, do artigo 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Autoria: Senador PEDRO SIMON.

Relator: Senador DEMÓSTENES TORRES.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 363, DE 2005 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO**

Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.

Autoria: Senador JEFFERSON PERES.

Relator: Senador DEMÓSTENES TORRES.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 381, DE 2005 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO**

Acresce parágrafo único ao artigo 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).

Autoria: Senador PEDRO SIMON.

Relator: Senador DEMÓSTENES TORRES.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO**

Altera os artigos 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades. (Dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidade e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Autoria: Senador RENAN CALHEIROS.

Relator: Senador DEMÓSTENES TORRES.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 2006 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO**

Altera a redação do inciso I do artigo 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.

Autoria: Senador ÁLVARO DIAS.

Relator: Senador DEMÓSTENES TORRES.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, DE 2006 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO**

Altera a redação da alínea “g” do inciso I do artigo 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.

Autoria: Senador ROMEU TUMA.

Relator: Senador DEMÓSTENES TORRES.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, DE 2006 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO**

Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de condenados ou processados por crime contra a administração pública.

Autoria: Senador JEFFERSON PERES.

Relator: Senador DEMÓSTENES TORRES.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2007 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO**

Acrescenta parágrafos ao artigo 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de a inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.

Autoria: Senador EPITÁCIO CAFETEIRA.

Relator: Senador DEMÓSTENES TORRES.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 684, DE 2007 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO**

Acrescenta alínea ao inciso I do artigo 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.

Autoria: Senador SERYS SLHESSARENKO.

Relator: Senador DEMÓSTENES TORRES.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 2008 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO**

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o artigo 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazo de cessação e determina outras providências.

Autoria: Senador TASSO JEREISSATI.

Relator: Senador DEMÓSTENES TORRES.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, DE 2008 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO**

Acrescenta a alínea j ao inciso I do artigo 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.

Autoria: Senador PEDRO SIMON.

Relator: Senador DEMÓSTENES TORRES.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2008 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO**

Altera a alínea g do artigo 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecorrível do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.

Autoria: Senador VALTER PEREIRA.

Relator: Senador DEMÓSTENES TORRES.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2008 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO**

Altera a Lei nº 64, 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.

Autoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.

Relator: Senador DEMÓSTENES TORRES.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2008 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO**

Altera a redação da alínea b do inciso I do artigo 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.

Autoria: Senador EPITÁCIO CAFETEIRA.

Relator: Senador DEMÓSTENES TORRES.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2008 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO**

Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.

Autoria: Senador PEDRO SIMON.

Relator: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Favorável ao PLS nº 390, de 2005, na forma do substitutivo que apresenta, e contrário aos PLS's nºs. 175, de 2003; 316 e 341, de 2004; 266, 269, 274, 313, 363 e 381, de 2005; 141, 231 e 261, de 2006; 265 e 684, de 2007; 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008. Durante a discussão da matéria, o Relator Senador Demóstenes Torres acolhe sugestões apresentadas pelo Senador Antônio Carlos Valadares, consolidadas no substitutivo.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao PLS 390, de 2005, nos termos da Emenda nº 6 – CCJ (Substitutivo) e contrário aos Projetos que tramitam em conjunto. Aprovado, ainda, Requerimento nº 19, de 2008 – CCJ, solicitando urgência para a matéria.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01

**EMENDA DE PLENÁRIO Nº 2, OFERECIDA À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2006
NÃO TERMINATIVO**

Altera o artigo 103-B, para modificar a composição do Conselho Nacional de Justiça.

Autoria da Emenda: Senador GARIBALDI ALVES FILHO e outros senhores Senadores.

Autoria da Proposta: Senador DEMÓSTENES TORRES e outros senhores Senadores.

Relator: Senador JOSÉ AGRIPINO.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável à Emenda nº 2, de Plenário.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 19, DE 2008 - CCJ

Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o PLS 390, de 2005 – COMPLEMENTAR.

Autoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2008 (ORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2003****NÃO TERMINATIVO**

Altera a redação do § 2º do artigo 50 da Constituição Federal, para facultar também às Comissões das Casas Legislativas o poder de solicitar informações, ampliando igualmente as pessoas a quem se dirigem os requerimentos. Altera ainda o inciso V, do § 2º do artigo 58 para esclarecer sobre o poder das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal sobre a convocação de autoridades e cidadãos.

Autoria: Senador OSMAR DIAS e outros Senhores Senadores.

Relator: Senador JEFFERSON PERES.

Relator da Comissão: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Favorável à matéria com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta com as Emendas nºs. 1 e 2 – CCJ.

ITEM Nº 02**APRECIÇÃO EM TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO****AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 2005****TERMINATIVO**

Estabelece normas para a divulgação, na Rede Mundial de Computadores (Internet), de informações sobre programas de transferência de renda mantidos por Estados e Municípios com a participação de recursos da União.

Autoria: Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR.

Relator: Senador EDUARDO AZEREDO.

Resultado: O Senador Cristovam Buarque apresenta uma emenda ao Substitutivo. A emenda vai ao Relator, para se pronunciar. (art. 282 § 2º - RISF).

ITEM Nº 03**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2008****NÃO TERMINATIVO**

Altera os artigos 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Autoria: Senador GIM ARGELLO e outros Senhores Senadores.

Relator: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta.

ITEM Nº 04**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 273, DE 2005****TERMINATIVO**

Altera o inciso III do artigo 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, que disciplina o instituto do bem de família, para assegurar proteção ao patrimônio do novo cônjuge ou companheiro do devedor de pensão alimentícia.

Autoria: Senador JOSÉ MARANHÃO.

Relatora: Senadora SERYS SLHESSARENKO.

Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 05

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 476, DE 2007

TERMINATIVO

Modifica o parágrafo único do artigo 100 e acrescenta alínea ao inciso II do artigo 275, ambos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, para estender regra de fixação de competência ao foro do domicílio da vítima de acidente aéreo ou de seu sucessor e prever o rito sumário nas ações de indenização por danos morais e materiais decorrentes desse fato.

Autoria: Senadora LÚCIA VÂNIA.

Relatora: Senadora SERYS SLHESSARENKO.

Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1 e 2 – CCJ.

ITEM Nº 06

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2007

TERMINATIVO

Altera o artigo 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir as atividades de salvamento e resgate no trânsito entre as destinações possíveis dos recursos arrecadados com as multas de trânsito.

Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Relatora: Senadora LÚCIA VÂNIA.

Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta, e pela aprovação da emenda de autoria do Senador Romero Jucá.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1 e 2 – CCJ.

ITEM Nº 07

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 262, DE 2007

TERMINATIVO

Altera o artigo 148 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para permitir a utilização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nos cursos e exames de habilitação de condutor portador de deficiência auditiva.

Autoria: Senador GILVAM BORGES.

Relator: Senador GEOVANI BORGES.

Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CCJ.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 114, DE 2008

(PL nº 03.118, de 2008, na Câmara dos Deputados)

NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no Planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de

1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, e dá outras providências.

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador ADELMEIR SANTANA.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, e posteriormente à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2008 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

EMENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, DE 2000 (PL nº 04632, de 2001 na Câmara dos Deputados) NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no artigo 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, estabelecendo critérios de transparência para a exploração de concessões públicas.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Autoria do PLS: Senador OSMAR DIAS.

Relator: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Favorável à emenda, com alteração das referências ao art. 28-A para art. 28-B.

Resultado: Aprovado parecer favorável à Emenda com a adequação apresentada.

ITEM Nº 02

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, DE 2003 NÃO TERMINATIVO

Acrescenta dispositivos ao artigo 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, definindo como nula cláusula de eleição de foro em prejuízo da defesa do consumidor.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Autoria do PLS: Senador AUGUSTO BOTELHO.

Relator: Senador CRISTOVAM BUARQUE.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Substitutivo. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

ITEM Nº 03

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 516, DE 2007 NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a obrigatoriedade da União de trasladar corpo de brasileiro de família hipossuficiente falecido no exterior.

Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR.

Relator: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Favorável à matéria com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas n.ºs. 1 e 2 – CCJ. A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em decisão terminativa.

ITEM Nº 04
EMENDAS NºS. 1 a 3 DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Altera a redação do artigo 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os artigos 126-A e 126-B.

Autoria das Emendas: Senador EDISON LOBÃO.

Autoria do PLS: Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “Desmanche”.

Relator: Senador ADELMIR SANTANA.

Parecer: Favorável ao Projeto e da Emenda nº 1 – PLEN na forma do substitutivo que apresenta, e pela rejeição das Emendas n.ºs. 2 e 3 – PLEN.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 1 – PLEN nos termos da Emenda nº 4 – CCJ (Substitutivo), e contrário às Emendas n.ºs. 2 e 3 – PLEN.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

03 ORDINÁRIA/DELIBERATIVA
01 EXTRAORDINÁRIA/DELIBERATIVA
01 CONJUNTA/AUDIÊNCIA PÚBLICA

MATÉRIAS APRECIADAS: 48

07 TERMINATIVAS
37 NÃO TERMINATIVAS
01 REQUERIMENTO – CCJ
03 REQUERIMENTOS DE URGÊNCIA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E
ESPORTE – CE

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 2008 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, DE 2008
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o fim de incentivar a abertura das escolas públicas nos finais de semana, feriados e períodos de recesso, para a oferta de atividades culturais, esportivas, de lazer e de reforço escolar, bem como acrescenta dispositivo à Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, com o propósito de ampliar o alcance do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR.
Relator: Senador EDUARDO AZEREDO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 546, DE 2007
TERMINATIVO

Institui o sistema de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas na instituições federais de educação profissional e tecnológica.

Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.
Relator: Senador PAULO PAIM.

Parecer: Pela aprovação da matéria, da Emenda nº 1 – CDH, e parcialmente da Emenda nº 2 – CDH e pela apresentação de uma subemenda.

Resultado: Aprovado o Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 – CDH/CE e a Subemenda nº 1 – CE.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre veículos para transporte coletivo de estudantes, quando adquiridos por Prefeituras Municipais e pelo Distrito Federal, bem como por profissionais autônomos e suas cooperativas habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar.

Autoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.
Relator: Senador GERSON CAMATA.

Parecer: Favorável a matéria, com uma emenda que apresenta.

Obs: Durante a discussão, o Senador Flávio Arns apresenta uma emenda, que é acatada pelo relator.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 – CE. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 712, DE 2007
TERMINATIVO

Institui a Semana Nacional de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, entre os dias 4 e 10 de dezembro.

Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Relator “ad hoc”: Senador MARCONI PERILLO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, DE 2008
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Construção Naval do Município de Itajaí, em Santa Catarina.

Autoria: Senador RAIMUNDO COLOMBO.
Relator: Senador MARCO MACIEL.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 402, DE 2007

NÃO TERMINATIVO

Inserir o artigo 20-D na Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que “Dispõe sobre o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e acrescenta o inciso VIII ao artigo 2º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), para que parte dos recursos do FAT seja destinada às operações do FIES”.

Autoria: Senador WILSON MATOS.

Relator: Senador MARCONI PERILLO.

Parecer: Favorável a matéria, com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CE.

ITEM Nº 07

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, DE 2008

TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro de Especialização em Tecnologia da Carne – CETC no Município de São Gabriel no Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Relator: Senador PEDRO SIMON.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, DE 2008

TERMINATIVO

Define 2009 como o Ano de Estudo do Ensino Técnico.

Autoria: Senador GERSON CAMATA.

Relator: Senador PAULO PAIM.

Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 e 2 – CE.

ITEM Nº 09

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Institui o Fundo Comunidade Esportiva (FCE) para a construção de quadras poliesportivas nos Municípios e no Distrito Federal.

Autoria: Senador MARCONI PERILLO.

Relator “ad hoc”: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução do Imposto de Renda da Pessoa Física de despesas para custeio de educação de menores carentes.

Autoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.

Relator “ad hoc”: Senador MARCONI PERILLO.

Parecer: Favorável a matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CE. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, para tornar obrigatório o ensino de educação sexual, instituir o dia do planejamento familiar, reduzir a idade mínima para o exercício da opção pela esterilização cirúrgica e revogar a exigência de consentimento de ambos os cônjuges, na vigência de sociedade conjugal para realização de esterilização cirúrgica.

Autoria: Senador MARCELO CRIVELLA.

Relator: Senador PAPALÉO PAES.

Parecer: Pela rejeição da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 733, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Arqueólogo.

Autoria: Senador PAULO DUQUE.

Relator: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, DE 2007
TERMINATIVO

Acrescenta inciso ao artigo 14 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB), de forma a instituir a eleição direta para diretores de escolas públicas.

Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.

Relatora: Senadora FÁTIMA CLEIDE.

Parecer: Pela aprovação da matéria nos termos do substitutivo que apresenta, acatando parcialmente as emendas apresentadas pelo Senador Marconi Perillo.

Resultado: Aprovado o Projeto nos termos da Emenda nº 1 – CE (Substitutivo). A matéria foi apreciada em Turno Suplementar tendo em vista a aprovação de Requerimento de dispensa de interstício. O Substitutivo foi definitivamente adotado nos termos do artigo 284 – RISF.

ITEM Nº 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.313, de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), para tornar obrigatória a previsão da emissão de carbono e o respectivo cálculo de sua neutralização nos projetos culturais beneficiados pelo Poder Público.

Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR.

Relator: Senador MARCO MACIEL.

Parecer: Favorável a matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CE. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

ITEM Nº 15
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde.

Autoria: Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS.

Relator: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Favorável a matéria com o substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CE (Substitutivo).

ITEM Nº 16
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 459, DE 2007
TERMINATIVO

Autoriza a criação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Distrito Federal – CEFET/DF.

Autoria: Senador GIM ARGELLO.

Relator “ad hoc”: Senador PAPALÉO PAES.

Parecer: Pela aprovação da matéria nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto nos termos da Emenda nº 1 – CE (Substitutivo). A matéria foi apreciada em Turno Suplementar tendo em vista a aprovação de Requerimento de dispensa de interstício. O Substitutivo foi definitivamente adotado nos termos do artigo 284 – RISF.

ITEM Nº 17
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 455, DE 2007
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Iporá, no Estado de Goiás.

Autoria: Senador MARCONI PERILLO.

Relator “ad hoc”: Senador AUGUSTO BOTELHO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 18**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 484, DE 2007****TERMINATIVO**

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Norte de Goiás (UFNG), com sede no Município de Porangatu, no Estado de Goiás.

Autoria: Senador MARCONI PERILLO.

Relator “ad hoc”: Senador PAPALÉO PAES.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 19**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, DE 2007****TERMINATIVO**

Inscribe o nome de Ana Néri no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.

Relatora: Senadora FÁTIMA CLEIDE.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 20**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296, DE 2007****TERMINATIVO**

Altera o nome do Livro dos Heróis da Pátria para Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.

Relator “ad hoc”: Senador MARCONI PERILLO.

Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CE.

ITEM Nº 21**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 405, DE 2007****TERMINATIVO**

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Buritis, no Estado de Rondônia.

Autoria: Senador VALDIR RAUPP.

Relator: Senador LEOMAR QUINTANILHA.

Parecer: Pela aprovação da matéria com a emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CE.

EXTRA PAUTA**ITEM Nº 01****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 662, DE 2007****TERMINATIVO**

Autoriza o Poder Executivo a Universidade do Pacto da Amazônia, com sede em Manaus, Estado do Amazonas.

Autoria: Senador JOÃO PEDRO.

Relatora: Senadora FÁTIMA CLEIDE.

Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CE.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 30, DE 2008 - CE

Requer nos termos do artigo 281 do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa de interstício, para o Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2007, que “Acrescenta inciso ao artigo 14 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB), de forma a instituir a eleição direta para diretores de Escolas Públicas”.

Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 31 DE 2008 - CE

Requer nos termos do artigo 281 do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa de interstício, para o Projeto de Lei do Senado nº 459, de 2007, que “Autoriza a criação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Distrito Federal – CEFET/DF”.

Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 32, DE 2008 - CE

Requer nos termos do artigo 58, § 2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, incisos II e V do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte para debater a participação do capital estrangeiro nas instituições educacionais brasileiras.

Autoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 33, DE 2008 - CE

Requer nos termos do artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, inciso II e 93 inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para fins de instrução do Projeto de Lei do Senado nº 400, de 2007, com a participação de representantes dos seguintes órgãos e entidades, dentre outros:

Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação;

Conselho Nacional de Educação;

Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior;

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; e

União Nacional dos Estudantes – UNE.

Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****REQUERIMENTO Nº 35, DE 2008 - CE**

Nos termos do artigo 336, incisos II e III, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requiero urgência, para o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2004, que “Autoriza o Poder Executivo a instituir o Piso Salarial Profissional dos Educadores Públicos, na forma prevista nos artigos 206, inciso V, e 212 da Constituição Federal e dá outras providências”.

Autoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Cria cargos efetivos, cargos comissionados e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação.

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador WELLINGTON SALGADO.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

EXTRA PAUTA**ITEM Nº 01****SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI
DO SENADO Nº 59, DE 2004
NÃO TERMINATIVO**

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Piso Salarial Profissional dos Educadores Públicos, na forma prevista no artigo 216, V, e 212 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Autoria do Projeto: Senador CRISTOVAM BUARQUE.

Relatora: Senadora IDELI SALVATTI.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados.

ITEM Nº 02**REQUERIMENTO Nº 34, DE 2008 – CE**

Nos termos do artigo 336, incisos II e III, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requiero urgência, para o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 30, de 2008, que “Cria cargos efetivos, cargos comissionados e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação”.

Autoria: Senadora FÁTIMA CLEIDE.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 02

01 ORDINÁRIA/DELIBERATIVA
01 EXTRAORDINÁRIA/DELIBERATIVA

MATÉRIAS APRECIADAS: 30

15 TERMINATIVA
09 NÃO TERMINATIVAS
04 REQUERIMENTOS – CE
02 REQUERIMENTOS DE URGÊNCIA

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
– CMA**

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE JULHO, DE 2008 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 25, DE 2008 – CMA

Requer, nos termos do artigo 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Professor **Luis Carlos Baldisseiro Molion**, da Universidade Federal de Alagoas, para expor sobre “Mudanças climáticas e o possível resfriamento global nos próximos vinte anos”, nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Autoria: Senadora FÁTIMA CLEIDE e Senador RENATO CASAGRANDE.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
AVISO Nº 11, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 352, de 2008, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2007, encaminhados pelos Poderes e órgãos federais relacionados na Lei de Responsabilidade Fiscal (TC 026.219/2007-5).

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relator “ad hoc”: Senador GIM ARGELLO.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.

Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 714, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o recolhimento e o destino final de pilhas e baterias usadas.

Autoria: Senador GERSON CAMATA.

Relator: Senador RENATO CASAGRANDE.

Parecer: Favorável a matéria com a emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CMA. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE JULHO, DE 2008 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO SOBRE O CICLO DE DEBATES

Relatório referente ao ciclo de debates, realizado através de audiências públicas, com abordagem do controle externo, com os seguintes temas: **Mesa 1** – Instituições e padrões de controle: diagnósticos e soluções; **Mesas 2, 3 e 4** – Instrumentos e procedimentos de controle: a prevenção de fraudes e desperdícios, a repressão aos irregulares e as organizações de controle, respectivamente; e **Mesa 5** – Sistema político e orçamentário no controle de administração pública.

Autoria: Senadora RENATO CASAGRANDE.

Resultado: Apresentado.

ITEM Nº 02

PARECER Nº 1, DE 2008 – CMA

Parecer conjunto sobre as PFS nºs. 01, de 1997, 01 e 02, de 1999, 01, de 2001, 01, de 2002, 01, 02 e 03, de 2004, 02, 03, 05 e 06, de 2005, e 02 e 03, de 2006.

Autoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA.

Parecer: Pela remessa das proposições ao arquivo.

Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento das matérias.

ITEM Nº 02

PARECER Nº 2, DE 2008 – CMA

Parecer conjunto sobre os Requerimentos nºs. 02, de 2001, 15, de 2002, 02 e 04 de 2003, e 10, de 2004 – CFC.

Autoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA.

Parecer: Pela remessa das proposições ao arquivo.

Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento das matérias.

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE JULHO, DE 2008 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 26, DE 2008 – CMA

Requer, nos termos regimentais, sejam convidados para Audiência Pública, dois membros do Ministério Público Federal em Santo Ângelo (RS), um representante da empresa América Latina Logística, o senhor Juiz de Direito da Comarca de Guarani das Missões (RS) e um representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, com vistas a debater o cumprimento do termo de ajuste de conduta firmado em 2003, relativamente ao patrimônio ferroviário supostamente abandonado pela concessionária ALL.

Autoria: Senadores LEOMAR QUINTANILHA e AUGUSTO BOTELHO.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
AVISO Nº 12, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 353, de 2008, bem como dos respectivos Relatório e Voto que fundamentam, sobre levantamento realizado em diversos contratos da Administração Pública Federal, na terceirização do setor de tecnologia da informação (TC 031.531/2007-2).

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relator: Senador CÉSAR BORGES.

Parecer: Pelo conhecimento do assunto e remessa de cópias deste parecer e do Aviso, ao Primeiro Secretário, com vistas à adoção das providências cabíveis e arquivamento da matéria.

Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 03
PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 1, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Propõe que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle fiscalize convênios celebrados entre instituições notariais e de registro e repartições de trânsito, ou portarias editadas por estes órgãos, visando exigir dos consumidores brasileiros o registro em cartório dos contratos de financiamento de veículos, em expressa contrariedade ao artigo 1.361, § 1º do Novo Código Civil e as decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

Autoria: Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO.

Relator “ad hoc”: Senador ADELMIR SANTANA.

Parecer: Pela aprovação do relatório prévio.

Resultado: Aprovado o Relatório Prévio.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 436, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta § 7º ao artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, para determinar que o registro do contrato de aquisição de veículo será feito exclusivamente na repartição de trânsito competente para o licenciamento.

Autoria: Senador EDISON LOBÃO.

Relator: Senador FLEXA RIBEIRO.

Parecer: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável com a Emenda nº 1 – CMA. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

EXTRA PAUTA

REQUERIMENTO Nº 27, DE 2008 - CMA

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para debater medidas a serem tomadas sobre as contas públicas com a participação do Tribunal de Contas da União e Controladoria Geral da União.

Autoria: Senador CÉSAR BORGES.

Resultado: Aprovado com a sugestão do Senador Gilberto Goellner, incluindo, o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público.

TOTAL DE REUNIÕES: 03

03 ORDINÁRIAS/DELIBERATIVA

MATÉRIAS APRECIADAS: 10

05 NÃO TERMINATIVAS

03 REQUERIMENTOS – CMA

02 PARECERES - CMA

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FORUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E DO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA – CMAFAAFMA (CMA)

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2008 (ORDINÁRIA).

ITEM ÚNICO

REQUERIMENTO Nº 01, DE 2008 - CMAFAAFMA

Requer, nos termos dos incisos II, V e IX do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Subcomissão, para debater a eventual necessidade de aprimoramento da legislação brasileira de gerenciamento dos recursos hídricos, ocasião em que deverão ser abordadas, entre outras, questões referentes à dupla dominialidade das águas superficiais e a gestão dos recursos hídricos subterrâneos. A audiência deverá contar com a participação de representantes da Agência Nacional de Águas, do Ministério do Meio Ambiente, de Controle de Bacia Hidrográfica, da Academia e do Terceiro Setor.

Autoria: Senadores RENATO CASAGRANDE e MARISA SERRANO.

Resultado: Aprovado com a sugestão da Senadora Marina Silva para que seja incluída, no cronograma de trabalho da Subcomissão, diligência ao Pantanal e o documentário, produzido pelo INPE e apresentado por Antônio Nobre, na abertura da Audiência Pública sobre o potencial e o uso das águas da região amazônica.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 ORDINÁRIA/DELIBERATIVA

MATÉRIAS APRECIADAS: 01

01 REQUERIMENTO - CMAFAAFMA

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH.

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 2008 (EXTRAODINÁRIA) EM
CONJUNTO COM AS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E
CIDADANIA E A DE ASSUNTOS SOCIAIS.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 16, de 2008 – CAS; nº 12, de 2008 – CCJ e aditivo e nº 38, de 2008 – CDH.

Autoria: Senadoras PATRÍCIA SABOYA e LÚCIA VÂNIA e Senadores DEMÓSTENES TORRES, FLEXA RIBEIRO, EDUARDO AZEREDO e PAULO PAIM.

Assunto: Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 que “Acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – Da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o artigo 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal”.

CONVIDADOS:

Senhora **Esther Arantes**, Integrante da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia;

Senhora **Maria Luiza Moura**, Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda);

Senhora **Veleda Dobke**, Promotora de Justiça do Rio Grande do Sul, representando a Sociedade de Psiquiatria do Rio Grande do Sul;

Senhor **Fernando Luiz Carvalho**, Representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH); e

Senhor **José Antônio Daltoê Cezar**, Juiz Titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre.

RESULTADO: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2008 (EXTRAODINÁRIA).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 48, de 2008 – CDH aprovado em 05.06.08.

Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Assunto: Discutir a reportagem levada ao ar pela Rede Paranaense de Comunicação (RPC) no dia 18 de maio de, acerca do trabalho de menores no cultivo e preparo das folhas de fumo no Estado do Paraná.

CONVIDADOS:

Senhor **Flávio Pércio Zacher**, Assessor Especial do Ministro, representando o senhor **Carlos Lupi**, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego;
Senhor **Nilton Tápias Fernandes**, Fiscal Federal Agropecuário da Secretaria da Defesa Agropecuária, representando o senhor **Reinhold Stephanes**, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
Senhor **Iro Schünke**, Presidente do Sindicato da Indústria do Fumo – SINFUMO;
Senhora **Margaret Matos de Carvalho**, Procuradora do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, representando o senhor **Otávio Brito Lopes**, Procurador Geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho;
Senhor **Guilherme Cassel**, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário; e
Senhor **Benício Albano Werner**, Presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil.

RESULTADO: Realizada.

**1ª REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2008
(EXTRAORDINÁRIA)**

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 58, DE 2008 - CDH

Nos termos regimentais, requero a realização de Audiência Pública, com vistas a debater questões atinentes à criminalização e situação dos detentos indígenas. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados os representantes dos seguintes órgãos:

FUNAI;

STF;

STJ;

Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH;

Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça;

Representantes Indígenas; e

Outros a serem definidos pela própria Comissão.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 59, DE 2008 - CDH

Nos termos regimentais, requero a realização de Audiência Pública, com vistas a debater questões atinentes à Reserva Indígenas Bananal em Brasília. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados os representantes dos seguintes órgãos:

FUNAI;

Ministério Público Federal;

BNDDES;

IBAMA;

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN;

Governo do Distrito Federal – GDF; e

Outros a serem definidos pela própria Comissão.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 60, DE 2008 - CDH

Nos termos regimentais, requeiro a realização de Audiência Pública, para debater a Violência contra o Povo Indígena. Esta audiência pública discutirá, ainda no momento no qual o país está abalado, mais uma vez, com a barbárie contra a adolescente xavante Jaiya Pewewiio Tfiruipi, ocorrido na Casa de Apoio a Saúde Indígena – CASAI próxima a cidade do Gama/DF. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados os representantes dos seguintes órgãos:

FUNAI;

FUNASA;

Polícia Federal;

Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal;

Representantes Indígenas; e

Outros a serem definidos pela própria Comissão.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta parágrafo único ao artigo 4ª da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a adaptação de parte dos brinquedos e equipamentos dos parques de diversões às necessidades das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Autoria: Deputado ALBERTO FRAGA.

Relator: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Favorável, com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1 e 2 – CDH.

ITEM Nº 05
PETIÇÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 2, DE 2008 – PDH
NÃO TERMINATIVO

Denuncia e requer providências acerca da situação da execução penal de Augusto Jerônimo da Silva, conforme dossiê encaminhado pelo ofício GSFA/0109/2008, do Gabinete do Senador Flávio Arns.

Autoria: Ivan F. de Castro, José E. Mansur e Nelita F. de Freitas.

Relatora: Senadora FÁTIMA CLEIDE.

Parecer: Pela necessidade de solicitar ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, mediante ofício, os citados documentos e informações aptos a esclarecer o assunto.

Resultado: Aprovado o parecer.

EXTRA PAUTA**ITEM Nº 01****REQUERIMENTO Nº 61, DE 2008 – CDH**

Requer que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – CDH constitua Grupo de Trabalho, para discutir e estabelecer entendimentos com o Poder Executivo acerca das providências já adotadas e os novos rumos das Políticas de Estado, relativamente ao cumprimento da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, ratificada pelo Poder Legislativo brasileiro em outubro de 2005.

Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02**REQUERIMENTO Nº 62, DE 2008 – CDH**

Requer nos termos do artigo 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação de Sessão Especial do Senado Federal, em homenagem aos descendentes de João Cândido e dos Heróis da Revolta da Chibata quando da aprovação do Projeto de Anistia de João Cândido e quando se aproxima o centenário da Revolta da Chibata.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Resultado: Aprovado.

**2ª REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2008
(EXTRAORDINÁRIA)**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 53, de 2008 – CDH

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Assunto: Debate sobre a situação de segurança de vida dos Oficiais de Justiça e condições de desempenho de suas funções.

CONVIDADOS:

Senhor **Paulo Sérgio Costa da Costa**, Presidente da Federação das Entidades Representativas dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil – FOJEBRA;

Deputado Federal **Pompeo de Mattos**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados;

Senhor **Rudi Cassel**, Advogado;

Senhora **Lúcia Maria Bernardes de Freitas**, Presidenta da Federação Nacional das Associações dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais – FENASSOJAF; e

Senhor **Vantuil Luis Cordeiro**, Delegado de Polícia Federal e Chefe da DARM/DCOR.

Resultado: Realizada.

**REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)
EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E
DEFESA NACIONAL.**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 47, de 2008 – CDH e 36, de 2008 - CRE

Autoria: Senadores PAPALÉO PAES e EDUARDO AZEREDO.

Assunto: Debate sobre as relações bilaterais entre o Brasil e a França na fronteira entre o estado do Amapá e a Guiana Francesa.

CONVIDADOS:

Ministro **Eduardo Gradilone**, Diretor do Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior, representando o Chanceler **Celso Amorim**, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

Senhor **Antoine Pouillete**, Embaixador da França no Brasil; e

Deputado Estadual **Camilo Capiberibe**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Amapá.

RESULTADO: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE JULHO, DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 63, DE 2008 – CDH

Em atenção à programação da IV Semana do Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, a realizar-se em dezembro de 2008, requeiro a realização de Audiência Pública conjunta com a Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência (CASDEF), no dia 04 de dezembro, para debater o tema “Capacitação para o trabalho e empregabilidade da pessoa com deficiência”. Com a participação dos seguintes convidados:

Representante do **Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE)**;

Deputado Federal **Eduardo Barbosa**, Presidente da Federação Nacional das APAES;

Senhora **Maria Aparecida Gurgel**, Procuradora-Geral do Trabalho;

Senhor **Eduardo Puper**, Jornalista; e

Senhor **Eliezer Moreira Pacheco**, Secretário da Educação Profissional e Tecnológica do MEC.

Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 64, DE 2008 – CDH

Nos termos regimentais, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a debater a inclusão de livro didático e de histórias nos currículos escolares do ensino fundamental com vista a aplicabilidade da Lei nº 10.639, de 2003 alterada pela Lei nº 11.645, de 2008. Com a participação dos seguintes convidados:

Representante do **Ministério da Educação**;

Representante do **Ministério da Cultura**;

Autores de Livros Didáticos e de Livros Infantis; e

Outros a serem definidos pela própria Comissão.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03

REQUERIMENTO Nº 65, DE 2008 – CDH

Nos termos regimentais, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a debater questões atinentes aos cuidados paliativos. Com a participação dos seguintes convidados:

Representante do **Ministério da Saúde;**

Representante da **Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH);**

Representante da **Academia Nacional dos Cuidados Paliativos (ANCP);**

Representante do **Instituto Nacional do Câncer (INCA); e**

Outros a serem definidos pela própria Comissão.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 06

02 EXTRORDINÁRIA/DELIBERATIVA

02 EXTRORDINÁRIA/AUDIÊNCIA PÚBLICA

02 CONJUNTA/AUDIÊNCIA PÚBLICA

MATÉRIAS APRECIADAS: 10

02 NÃO TERMINATIVAS

08 REQUERIMENTOS – CDH

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2008 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 154, 2008 NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para evitar a Dupla Tributação dos Lucros decorrentes do Transporte Marítimo e Aéreo, celebrado em Brasília, em 27 de julho de 2005.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Nacional (CD).

Relator: Senador HERÁCLITO FORTES.

Relator “ad hoc”: Senador EDUARDO AZEREDO.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. Aprovado, ainda, Requerimento nº 39, de 2008 – CRE, requerendo urgência para a matéria.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 89, 2008
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau, assinado em Brasília, em 6 de junho de 2006.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Nacional (CD).

Relator: Senador JOSÉ NERY.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 101, 2008
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unidas da Tanzânia, celebrado em Brasília, em 15 de maio de 2006.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Nacional (CD).

Relator: Senador WELLINGTON SALGADO.

Relator “ad hoc”: Senador EDUARDO AZEREDO.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 103, 2008
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para a construção de uma segunda Ponte Internacional sobre o Rio Paraná, assinado em Montevidéu, em 8 de dezembro de 2005.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Nacional (CD).

Relator: Senador INÁCIO ARRUDA.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 117, 2008
NÃO TERMINATIVO

Aprova os textos emanados do XXI Congresso da União Postal Universal – UPU, que são os seguintes: Quinto Protocolo adicional à constituição da União Postal Universal – UPU; Regulamento Geral da União Postal Universal; Convenção Postal Universal e seu Protocolo Final; Acordo referente aos Vales Postais e acordo referente aos objetos Contra-Reembolso, concluídos em Seul, em 14 de setembro de 1994.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Nacional (CD).

Relator: Senador WELLINGTON SALGADO.

Relator “ad hoc”: Senador EDUARDO AZEREDO.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 06**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 119, 2008****NÃO TERMINATIVO**

Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para o America Latina e o Caribe sobre a Operação do Centro no Brasil, celebrado em Brasília, no dia 12 de setembro de 2000.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Nacional (CD).

Relator: Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR.

Relator “ad hoc”: Senador CRISTOVAM BUARQUE.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 07**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, DE 2008****NÃO TERMINATIVO**

Altera o artigo 17 de Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, acrescenta o artigo 6º-A à Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e os artigos 50-A e 50-B à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com vistas a prover recursos de compensações financeiras para o Fundo do Exército, e dá outras providências.

Autoria: Senador FERNANDO COLLOR.

Relator: Senador ROMEU TUMA.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

ITEM Nº 08**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2008****NÃO TERMINATIVO**

Altera dispositivos da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração.

Autoria: Senador ROMEU TUMA.

Relator: Senador PEDRO SIMON.

Parecer: Favorável a matéria nos termos do substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CRE (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

ITEM Nº 09**PROJETO DE RESOLUÇÃO (SF) Nº 18, DE 2007****NÃO TERMINATIVO**

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-México.

Autoria: Senador SERYS SLHESSARENKO.

Relator: Senador EDUARDO SUPPLY.

Parecer: Pelo Arquivamento da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento do Projeto, e requerendo que sejam tomadas providências para o restabelecimento e reativação do grupo que já havia sido criado em 1991.

ITEM Nº 10
OFÍCIO “S” Nº 43, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal minuta do Plano Anual de Outorga Florestal solicitando a manifestação do Presidente do Senado Federal, na condição de membro do Conselho de Defesa Nacional, sobre a proposta de concessão da Floresta Nacional de Macaúã, situada na faixa de fronteira do município de Sena Madureira, Estado do Acre.

Autoria: Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional.

Relatora: Senadora SERYS SLHESSARENKO.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Ofício.

ITEM Nº 11
OFÍCIO “S” Nº 47, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia da decisão proferida na Ação Penal nº 2007.30.00.001272-2, movida pelo Ministério Público Federal contra Franklin Mendonza Doria Medina e outro, para ciência e exame de providências que permitam a execução, com segurança e praticidade, de rogatórias na Bolívia.

Autoria: Justiça Federal de 1ª Instância Seção Judiciária do Estado do Acre.

Relator: Senador FRANCISCO DORNELLES.

Relator “ad hoc”: Senador MARCO MACIEL.

Parecer: Pelo arquivamento da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento do Ofício.

ITEM Nº 12
OFÍCIO “S” Nº 48, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia da decisão proferida na Ação Penal nº 2007.30.00.002318-7, movida pelo Ministério Público Federal contra Franklin Mendonza Doria Medina e outro, para ciência e exame de providências que permitam a execução, com segurança e praticidade, de rogatórias na Bolívia.

Autoria: Justiça Federal de 1ª Instância Seção Judiciária do Estado do Acre.

Relator: Senador FRANCISCO DORNELLES.

Relator “ad hoc”: Senador MARCO MACIEL.

Parecer: Pelo arquivamento da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento do Ofício.

ITEM Nº 13
REQUERIMENTO (SF) Nº 1.048, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a emissão de Voto de Solidariedade ao povo estadunidense pela perda de milhares de entes queridos no atentado terrorista que derrubou as Torres Gêmeas do complexo World Trade Center, em Nova Iorque, que atingiu o prédio do Pentágono em Washington, e que levou o avião da United Airlines a ser abatido e cair na Pensilvânia, em ataque ocorrido há seis anos.

Autoria: Senador MARCELO CRIVELLA.

Relator: Senador EDUARDO SUPPLY.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 14

REQUERIMENTO (SF) Nº 27, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Requerem Voto de Solidariedade a José Manuel Ramos-Horta, Presidente da República de Timor-Leste e o pleno restabelecimento de sua saúde, que na manhã de 10 de fevereiro de 2008 foi alvejado durante um ataque armado à sua casa por grupos dissidentes da política daquele país.

Autoria: Senador EDUARDO SUPPLY e outros.

Relator: Senador JOÃO TENÓRIO.

Relator “ad hoc”: Senador INÁCIO ARRUDA.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 15

REQUERIMENTO (SF) Nº 139, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Requerem nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Juiz José Barroso Filho, da Justiça Militar de Manaus, escolhido pela ONU, para o posto de Juiz Internacional no Timor-Leste.

Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO e outros.

Relator: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Relator “ad hoc”: Senador CÉSAR BORGES.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 16

REQUERIMENTO (SF) Nº 243, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Requerem nos termos regimentais, que o Senado Brasileiro conclame o Congresso Americano a derrubar o veto apostado pelo Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, ao Projeto de Lei que impede as autoridades Norte-Americanas de submeter suspeitos de terrorismo a técnicas duras de interrogatório como o “Waterboarding”, técnica na qual prisioneiros são submetidos a uma simulação de afogamento.

Autoria: Senador EDUARDO SUPPLY e outros.

Relator: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Relator “ad hoc”: Senador CRISTOVAM BUARQUE.

Parecer: Favorável a matéria com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento com as Emendas nºs. 1 e 2 – CRE.

ITEM Nº 17

REQUERIMENTO (SF) Nº 519, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Requer nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado Voto de Louvor ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) por sua resolução, aprovada na Sessão dos dias 2 e 3 de maio corrente, que dá “Respaldo à Institucionalidade Democrática, ao diálogo e à paz na Bolívia”.

Autoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Relator: Senador PAULO DUQUE.

Relator “ad hoc”: MARCO MACIEL.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

PAUTA EXTRA

ITEM Nº 01

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 113, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a construção de uma ponte sobre o Rio Mamoré entre as cidades de Guajará-Mirim e Guayaramerín, celebrado em Brasília, em 14 de fevereiro de 2007.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).

Relator: Senador JOÃO RIBEIRO.

Relator “ad hoc”: Senador EDUARDO SUPLICY.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 123, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do acordo de Cooperação em Matéria Sanitária Veterinária entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular, celebrado em Brasília, em 12 de maio de 2005.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).

Relator: Senador FLEXA RIBEIRO.

Relator “ad hoc”: Senador CRISTOVAM BUARQUE.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 125, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Liga dos Estados Árabes para a instalação da delegação permanente da Liga dos Estados Árabes em Brasília, celebrado no Cairo, em 23 de abril de 2007.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).

Relatora Senadora SERYS SLHESSARENKO.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 166, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto da exposição de motivos dos Senhores Ministros de Estado da Defesa e das Relações Exteriores, relativa ao aumento do efetivo do contingente brasileiro na missão de estabilização das Nações Unidas no Haiti – MINUSTAH.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).

Relator: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Relator “ad hoc”: Senador ROMEU TUMA.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. Aprovado, ainda, Requerimento nº 38, de 2008 – CRE, requerendo urgência para a matéria.

ITEM Nº 05

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 151, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Aprova o texto do acordo para conservação de Albatrozes e Petréis.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).

Relator: Senador CRISTOVAM BUARQUE.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. Aprovado, ainda, Requerimento nº 40, de 2008 – CRE, requerendo urgência para a matéria.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 95, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Aprova o texto do acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize, assinado em Brasília, em 7 de junho de 2005.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).

Relator: Senador PEDRO SIMON.

Relator “ad hoc”: Senador MARCO MACIEL.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 104, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Aprova o texto do acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para combater o tráfico de aeronaves envolvidas com atividades ilícitas transnacionais, assinado em La Paz, em 9 de dezembro de 2005.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).

Relator: Senador ROMEU TUMA.

Relator “ad hoc”: Senador EDUARDO AZEREDO.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 124, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Aprova o texto da adoção de Emendas à Convenção Internacional sobre normas de treinamento de marítimos, emissão de certificados e serviço de quarto, 1978.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).

Relator: Senador ROMEU TUMA.

Relator “ad hoc”: Senador CRISTOVAM BUARQUE.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04

REQUERIMENTO (SF) Nº 714, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Censura às declarações que teriam sido feitas pelo empresário sueco senhor Johan Eliasch, Consultor do Governo Britânico para assuntos relativos a preservação ambiental, propondo a compra de terras na Amazônia por estrangeiros.

Autoria: Senador JOÃO PEDRO.

Relator: Senador ROMEU TUMA.

Relator “ad hoc”: Senador EDUARDO SUPLCY.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 05

REQUERIMENTO (SF) Nº 727, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Censura e Repúdio ao senhor Johan Eliasch, Empresário Sueco apontado como o maior comprador de terras na Amazônia e Diretor da ONG Cool Earth.

Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.

Relator: Senador ROMEU TUMA.

Relator “ad hoc”: Senador EDUARDO SUPLCY.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 06

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 98, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para concessão de permanência a detentores de vistos temporários ou a turistas, celebrado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).

Relator: Senador GEOVANI BORGES.

Relator “ad hoc”: Senador PEDRO SIMON.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 07

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 102, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do acordo quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República da Índia sobre Cooperação nos usos Pacíficos do Espaço Exterior, celebrado em Nova Delhi, no dia 25 de janeiro de 2004.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).

Relator: Senador EDUARDO AZEREDO.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 08**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 105, DE 2008****NÃO TERMINATIVO**

Aprova o texto do acordo de Serviços Aéreos, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Índia, celebrado em Brasília, em 12 de setembro de 2006.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).

Relator: Senador EDUARDO AZEREDO.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 09**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 114, DE 2008****NÃO TERMINATIVO**

Aprova o texto do acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Africana, assinado em 28 de fevereiro de 2007.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).

Relator: Senador EDUARDO AZEREDO.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

**REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2008 (EXTRAODINÁRIA)
EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E
LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 47, de 2008 – CDH e 36, de 2008 - CRE

Autoria: Senadores PAPALÉO PAES e EDUARDO AZEREDO.

Assunto: Debate sobre as relações bilaterais entre o Brasil e a França na fronteira entre o estado do Amapá e a Guiana Francesa.

CONVIDADOS:

Ministro **Eduardo Gradilone**, Diretor do Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior, representando o Chanceler **Celso Amorim**, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

Senhor **Antoine Pouillete**, Embaixador da França no Brasil; e

Deputado Estadual **Camilo Capiberibe**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Amapá.

RESULTADO: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2008 (ORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 96, 2008****NÃO TERMINATIVO**

Aprova o texto de ajuste complementar ao acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, na área da tecnologia militar, celebrado na cidade de Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Nacional (CD).

Relator: Senador JEFFERSON PRAIA.
Parecer: Favorável a matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 107, 2008
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China sobre isenção parcial de vistos, celebrado em Brasília, em 20 de outubro de 2005.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Nacional (CD).
Relator: Senador CRISTOVAM BUARQUE.
Relator “ad hoc”: Senador MARCO MACIEL.
Parecer: Favorável a matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 110, 2008
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do memorando de entendimento sobre Cooperação Trilateral em Agricultura e Áreas afins entre o Governo da República Federativa do Brasil, da República da África do Sul e da República da Índia no âmbito do Fórum de diálogo Índia-Brasil-Africa do Sul – IBAS, assinado em Brasília, em 13 de setembro de 2006, durante a I Cúpula do Ibas.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Nacional (CD).
Relator: Senador JOÃO TENÓRIO.
Parecer: Favorável a matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 121, 2008
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto dos atos do XVIII Congresso da União Postal das Américas, Espanha e Portugal – UPAEP, celebrados no Panamá em setembro de 2000, a seguir relacionados: Constituição da União Postal das Américas, Espanha e Portugal – UPAEP e Regulamento Geral da UPAEP.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Nacional (CD).
Relator: Senador PEDRO SIMON.
Parecer: Favorável a matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 141, 2008
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular no campo da proteção dos vegetais e da quarentena vegetal, celebrado em Brasília, em 12 de maio de 2005.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Nacional (CD).

Relator: Senador INÁCIO ARRUDA.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 06

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 143, 2008
NÃO TERMINATIVO**

Aprova o texto do acordo de Cooperação na área de Educação Superior, Pesquisa e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Tunísia, celebrado em Brasília, em 16 de janeiro de 2006.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Nacional (CD).

Relator: Senador AUGUSTO BOTELHO.

Relator “ad hoc”: Senador MÃO SANTA.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 07

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 147, 2008
NÃO TERMINATIVO**

Aprova o texto do acordo-quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Cooperação nos usos pacíficos do espaço exterior, assinado em Lima, em 17 de fevereiro de 2006.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Nacional (CD).

Relator: Senador JEFFERSON PRAIA.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 148, 2008
NÃO TERMINATIVO**

Aprova o texto dos atos da União Postal Universal – UPU, concluídos em Beijing, em 15 de setembro de 1999, a seguir relacionados: Sexto Protocolo Adicional à constituição da União Postal Universal, Regulamento Geral da União Postal Universal, Convenção Postal Universal e Protocolo Final e Acordo referente aos Serviços de Pagamento do Correio.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Nacional (CD).

Relator: Senador WELLINGTON SALGADO.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 150, 2008
NÃO TERMINATIVO**

Aprova o texto do acordo de Cooperação no domínio do Turismo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Salvador, em 29 de outubro de 2005.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Nacional (CD).

Relator: Senador MARCO MACIEL.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 109, 2008
NÃO TERMINATIVO**

Aprova o texto do protocolo de emenda ao acordo sobre aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio – Trips – da Organização Mundial do Comércio, adotado pelo Conselho-Geral daquela Organização, em 6 de dezembro de 2005.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Nacional (CD).

Relator: Senador FRANCISCO DORNELLES.

Relator “ad hoc”: Senador JEFFERSON PRAIA.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 122, 2008
NÃO TERMINATIVO**

Aprova o texto da convenção nº 102 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, relativa à fixação de normas mínimas de Seguridade Social, adotada em Genebra, em 28 de junho de 1952.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Nacional (CD).

Relator: Senador FRANCISCO DORNELLES.

Relator “ad hoc”: Senador VIRGÍNIO DE CARVALHO.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 05

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 142, 2008
NÃO TERMINATIVO**

Aprova o texto do acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados, celebrado em Bridgetown, em 17 de maio de 2005.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Nacional (CD).

Relator: Senador GEOVANI BORGES.

Relator “ad hoc”: Senador EDUARDO SUPPLY.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 06

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 93, 2008
NÃO TERMINATIVO**

Aprova o texto do acordo básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República de Guiné Equatorial, assinado em Brasília, em 24 de agosto de 2005.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Nacional (CD).

Relator: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Relator “ad hoc”: Senador INÁCIO ARRUDA.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 07

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 91, 2008
NÃO TERMINATIVO**

Aprova o texto do acordo de Comércio preferencial entre o Mercosul e a República da Índia e os anexos, celebrado em Nova Delhi, em 25 de janeiro de 2004 e 19 de março de 2005, respectivamente.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Nacional (CD).

Relator: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Relator “ad hoc”: Senador INÁCIO ARRUDA.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 08

REQUERIMENTO Nº 43, DE 2008 - CRE

Requeiro, nos termos do artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal e dos artigos 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública convidando o Diretor Executivo do Banco Mundial para o Brasil em Washington, doutor **Rogério Studart**, assim como o Diretor no Brasil da Internacional Finance Corporation – IFC, doutor **Andrew Gunther**, para perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, exponha as linhas de atuações do Banco Mundial no Brasil e as possibilidades de investimentos em Estados e Municípios.

Autoria: Senadores SERYS SLHESSARENKO e INÁCIO ARRUDA.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09

REQUERIMENTO Nº 44 DE 2008 - CRE

Nos termos regimentais, requeiro sejam convidados, separadamente, os senhores **Clifford Sobel**, Embaixador dos Estados Unidos da América no Brasil; **Nelson Jobim**, Ministro de Estado da Defesa; e **Celso Amorim**, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para prestarem esclarecimentos sobre a reativação das atividades da Quarta Frota da Marinha Americana no Atlântico Sul.

Autoria: Senador INÁCIO ARRUDA.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08

**ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 43, DE 2008 – CRE (Req. 45, de
2008 – CRE)**

Em aditamento ao Requerimento nº 43, de 2008 – CRE requeiro a realização de Audiência Pública, em conjunto, com a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença do senhor **Rogério Stuart**, Diretor Executivo do Banco Mundial para o Brasil em Washington, e senhor **Andrew Gunther**, Diretor no Brasil da Internacional

Finance Corporation – IFC, para que exponham as linhas de atuações do Banco Mundial no Brasil e as possibilidades de investimentos em Estados e Municípios.

Autoria: Senador HERÁCLITO FORTES.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO (SF) Nº 580, DE 2006

NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos regimentais, ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, seja criada Comissão de Representação Externa a fim de acompanhar as negociações entre o Governo Brasileiro e o Boliviano, no que diz respeito à exploração de gás e óleo pela Petrobrás naquele país, bem como a situação dos brasileiros proprietários de terras no território boliviano.

Autoria: Senador MAGNO MALTA.

Relator: Senador INÁCIO ARRUDA.

Parecer: Pelo arquivamento da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento do Requerimento.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO (SF) Nº 1.423, DE 2007

NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso pelo transcurso do cinquentenário do maior movimento de jovens do mundo, o Movimento Leo de Liderança – Experiência e Oportunidade, LEO CLUBE.

Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.

Relator: Senador INÁCIO ARRUDA.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

TOTAL DE REUNIÕES: 04

02 ORDINÁRIAS/DELIBERATIVA

01 EXTRAORDINÁRIA/DELIBERATIVA

01 CONJUNTA/AUDIÊNCIA PÚBLICA

MATÉRIAS APRECIADAS: 50

47 NÃO TERMINATIVAS

02 REQUERIMENTOS – CRE

01 TERMO ADITIVO

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA- ESTRUTURA - CI

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 11, de 2008 – CI.

Autoria: Senador HERÁCLITO FORTES.

Assunto: Prestar informações acerca da situação do Porto de Luis Correia, no Estado do Piauí, e da possibilidade de se incluir essa obra no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

CONVIDADOS:

Senhor **Wellington Barroso de Araújo Dias**, Governador do Estado do Piauí; e

Senhor **Luciano José Linard Paes Landim**, Secretário de Transportes do Estado do Piauí.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 26, 28 e 20, de 2008 – CI.

Autoria: Senadores DEMÓSTENES TORRES, FLEXA RIBEIRO e MARCONI PERILLO.

Assunto: Prestar esclarecimentos sobre denúncia de favorecimento de um fundo americano pela Casa Civil na compra da empresa VARIG.

CONVIDADOS:

Senhor **Marco Antônio Audi**; e

Senhor **Paulo Ramos**, Deputado Estadual da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 31, DE 2008 – CI

Requer Audiência Pública para debater sobre a Reforma Tributária e a CIDE – Combustíveis, com a participação dos seguintes convidados:

Senhor **Alfredo Pereira do Nascimento**, Ministro de Estado dos Transportes;

Senhor **Guido Mantega**, Ministro de Estado da Fazenda; e

Senhor **Rogério Wallbach Trizzot**, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Transportes – CONSETRANS.

Autoria: Senador MARCONI PERILLO.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02**REQUERIMENTO Nº 32, DE 2008 – CI**

Requer seja realizada Audiência Pública para ouvir, sobre o tema da renovação das concessões das usinas hidrelétricas que vencem em 2015, as seguintes autoridades e representantes de entidades de classe:

Ministro de Estado de Minas Energia;

Presidente da Eletrobrás;

Secretário de Energia do Estado de São Paulo; e

Presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica – ABRAGE.

Autoria: Senador DELCÍDIO AMRAL.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03**REQUERIMENTO Nº 33, DE 2008 – CI**

Requer a formulação de convite para comparecimento do senhor **Cristiano Zanin Martins** e da senhora **Walesca Teixeira Martins**, para prestarem depoimento acerca dos processos administrativos e judiciais relativos à venda da empresa Varig, em que os convidados tiveram participação.

Autoria: Senadores SÉGIO GUERRA e TASSO JEREISSATI.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04**REQUERIMENTO Nº 34, DE 2008 – CI**

Solicita que seja reconvidado para prestar esclarecimentos a esta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura o senhor **João Ilídio de Lima Filho**, ex-Procurador Geral da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, com vistas a prestar esclarecimentos sobre a venda da VARILOG, em virtude de fatos novos, julgados relevantes, veiculados pela imprensa.

Autoria: Senador HERÁCLITO FORTES.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05**REQUERIMENTO Nº 35, DE 2008 – CI**

Requer seja convidado o senhor **Lap Wai Chan**, para em reunião de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, prestar esclarecimentos sobre a venda VARIG e VARILOG.

Autoria: Senador HERÁCLITO FORTES.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06**ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 18, DE 2008 – CI (REQ. 36, DE 2008 – CI)**

Requer o aditamento ao Requerimento nº 18, de 2008 – CI, aprovado em reunião realizada no dia 14 de maio do corrente ano, para participarem como expositores no 1º Simpósio sobre “Infra-Estrutura e Logística no Brasil: Desafios para um País Emergente” a realizar-se nos dias 20 e 21 de agosto do corrente ano, dos seguintes convidados:

Senhora **Dilma Rousseff**, Ministra da Casa Civil;

Senhor **Júlio Fontana**, Presidente da Agência Nacional de Transportes Ferroviários;

Senhor **José Augusto Coelho**, Diretor-Executivo da Confederação Nacional das Indústrias;

Senhor **Paulo Skaf**, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; e Senadores **Delcídio Amaral** e **Serys Slhessarenko**, Relatores do Orçamento de 2009.

Autoria: Senadores MARCONI PERILLO e DELCÍDIO AMARAL.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 28, de 2008 – CI.

Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Assunto: Prestar esclarecimentos sobre denúncia de favorecimento de um fundo americano pela Casa Civil na compra da empresa VARIG.

CONVIDADO:

Senhor **Élnio Borges Malheiros**, Presidente da Associação dos Pilotos da Varig.

Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 03

02 EXTRORDINÁRIAS/AUDIÊNCIA PÚBLICA

01 EXTRORDINÁRIA/AUDIÊNCIA PÚBLICA/DELIBERATIVA

MATÉRIAS APRECIADAS: 06

05 REQUERIMENTOS – CI

01 TERMO ADITIVO

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 133, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Colatina, no Estado do Espírito Santo.

Autoria: Senador GERSON CAMATA.

Relator: Senador ADELMIR SANTANA.

Relator “ad hoc”: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

ITEM Nº 02**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, DE 2008****NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais.

Autoria: Senador WELLINGTON SALGADO.

Relator: Senador JOSÉ NERY.

Parecer: Favorável a matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº. 1 - CDR. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

ITEM Nº 03**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 245, DE 2008****NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais.

Autoria: Senador WELLINGTON SALGADO.

Relator: Senador VALTER PEREIRA.

Relator “ad hoc”: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Parecer: Favorável a matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº. 1 - CDR. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

ITEM Nº 04**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, DE 2008****NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de João Monlevade, no Estado de Minas Gerais.

Autoria: Senador WELLINGTON SALGADO.

Relator: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO.

TOTAL DE REUNIÕES: 02

02 EXTRAORDINÁRIA/DELIBERATIVA

MATÉRIAS APRECIADAS: 02

04 NÃO TERMINATIVAS;

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 14, de 2008 – CRA aprovado em 12.06.08.

Autoria: Senador JOÃO PEDRO.

Assunto: Exposições e esclarecimentos sobre a situação de compra e venda de terras na Amazônia, particularmente no Município de Manicoré – AM, conforme tem sido noticiado pela imprensa.

CONVIDADOS:

Senhora **Socorro Marques**, Superintendente Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/AM;

Senhor **Henrique Pereira**, Superintendente Regional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA/AM; e

Senhor **Sebastião de Souza Nunes**, Diretor-Presidente do Instituto de Terras da Amazônia – ITEAM.

Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 474, DE 2007

TERMINATIVO

Altera os artigos 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição do sistema de pecuária extensivo pelo sistema de pecuária intensivo.

Autoria: Senador JOÃO TENÓRIO.

Relatoria: Senador OSMAR DIAS.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 555, DE 2007

TERMINATIVO

Altera os artigos 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo ao desenvolvimento do sistema orgânico de produção agropecuária.

Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Relator: Senador OSMAR DIAS.

Parecer: Pela aprovação da matéria, nos termos da Emenda nº 1 – CAE (Substitutivo).

Resultado: Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 474, de 2007, nos termos da Emenda nº 1 – CAE/CRA e o arquivamento do PLS 555, de 2007. A matéria foi apreciada em Turno Suplementar tendo em vista a aprovação de Requerimento

de dispensa de interstício. O Substitutivo foi definitivamente adotado nos termos do artigo 284 – RISF.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 15, DE 2008 - CRA

Requer, nos termos do artigo 281 do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa de interstício, para apreciação em Turno Suplementar, do Projeto de Lei do Senado nº 474, de 2007, que “Altera os artigos 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição do sistema de pecuária extensivo pelo sistema de pecuária intensivo”, de autoria do Senador João Tenório.

Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 02, de 2007 – CRA aprovado em 14.02.07.

Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR.

Assunto: A evolução do PRONAF, no atual governo e as perspectivas para o setor e, também, sobre a evolução dos assentamentos de famílias na Reforma Agrária, sobretudo com enfoque no Estado de Rondônia.

CONVIDADO:

Senhor **Guilherme Cassel**, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 13, de 2008 – CRA aprovado em 12.06.08.

Autoria: Senador NEUTO DE CONTO.

Assunto: Análise e discussão sobre a Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos no Brasil.

CONVIDADOS:

Senhor **Francisco Edilson Maia da Costa**, Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos do MAPA e Presidente da Comissão Nacional de Ovinos-Caprinocultura da CNA;

Senhor **Enio Queijada de Souza**, Coordenador da Carteira de Ovinos e Caprinos do SEBRAE Nacional; Senhor **Paulo Afonso Schwab**, Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Ovinos – ARCO; e

Senhor **Acari Luis Menestrina**, Diretor-Presidente da Companhia Brasileira de Látex – CBL.

Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 03

02 EXTRAORDINÁRIAS/AUDIÊNCIAS PÚBLICA
01 AUDIÊNCIA PÚBLICA/DELIBERATIVA

MATÉRIAS APRECIADAS: 03

02 TERMINATIVA
01 REQUERIMENTOS – CRA.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
- CCT**

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 12, de 2008 – CCT.

Autoria: Senadores ROMEU TUMA e AUGUSTO BOTELHO.

Assunto: Discutir o atual estágio de desenvolvimento tecnológico da produção de Energia Nuclear.

CONVIDADOS:

Senhor **Odair Dias Gonçalves**, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear CNEN;

Senhora **Nise Hitomi Yamaguchi**, Assessora do Ministro da Saúde – Clínica Oncologista;

Contra-Almirante (EN) **Carlos Passos Bezerril**, Diretor do Centro Tecnológico da Marinha – São Paulo/SP;

Senhor **Alfredo Tranjan Filho**, Presidente das Indústrias Nucleares do Brasil – INB;

e
Senhor **José Soares Júnior**, Presidente da Sociedade Brasileira de Biologia, Medicina Nuclear e Imagem Molecular – SBBMN.

Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01

ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 11, DE 2008 - CCT

Nos termos dos artigos 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal e 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, requiero em aditamento ao Requerimento nº 11, de 2008 – CCT, de minha autoria, seja convidado o senhor **Marcos Tolentino da Silva**, da Rede Brasil de Televisão – RBTV, e a senhora **Regiane Coimbra Muniz de Goes Cavalcanti**, advogada, para debater, em Audiência Pública, assuntos relacionados às interferências prejudiciais entre emissoras de TV e retransmissoras tanto na região metropolitana da cidade de São Paulo como no interior do Estado.

Autoria: Senador ROMEU TUMA.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 34, DE 2007 - CCT

Em aditamento ao Requerimento nº 34, de 2007 – CCT, requeiro a participação do senhor **Cezar Telles**, Presidente da Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná (AERP), para explanar na Audiência Pública que debaterá a interferência de rádios clandestinas no controle de tráfego aéreo brasileiro, acerca dos graves prejuízos causados por emissoras de rádio instaladas em regiões fronteiriças fora do Brasil, e que transmitem programação em língua portuguesa para o território brasileiro, prejudicando as emissoras de rádio legalmente constituídas no País, e a sociedade brasileira de maneira geral. É sabido que a existência dessas rádios é uma realidade recorrente em toda a extensão de fronteira do Brasil, ocasionando interferências de sinal com emissoras brasileiras que operam conforme as nossas leis, que passam por todo um processo de homologação e fiscalização diante do Poder Público Nacional, pagam impostos, direitos autorais, e prestam relevantes serviços de utilidade pública às populações brasileiras, fato contrário ao que ocorre com essas rádios clandestinas instaladas no exterior.

Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 34, de 2008 – CCT e aditamentos.

Autoria do Requerimento: Senador VALTER PEREIRA.

Assunto: Debate sobre as interferências de rádios clandestinas no controle do tráfego aéreo brasileiro e as interferências prejudiciais entre emissoras de TV e retransmissoras tanto na Região Metropolitana da cidade de São Paulo como no interior do Estado.

CONVIDADOS:

Senhor **José Joaquim de Oliveira**, Gerente Geral de Radiofrequência e Fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;

Senhora **Zilda Beatriz Silva de Campos Abreu**, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações;

Cel. Av. **Jefferson Ghisi Costa**, Chefe do Serviço Regional de Proteção ao Vôo de São Paulo – SRPV/SP;

Senhor **Ronald Siqueira Barbosa**, Assessor Técnico da Associação Brasileira de Emissora de Rádio e Televisão – ABERT;

Senhor **Yapir Marotta**, Gerente Geral de Administração de Planos e Autorização de Serviço de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;

Senhor **Marcus Aurélio Ribeiro Manhães**, Pesquisador em Telecomunicações;

Senhor **Everaldo Gomes Ferreira**, Gerente Regional da Agência Nacional de Telecomunicações da ANATEL em São Paulo;

Senhor **Cezar Telles**, Presidente da Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná – AERP;

Senhor **Marcos Tolentino da Silva**, Presidente da Rede Brasil de Televisão – RBTv;
e

Senhora **Regiane Coimbra Muniz de Góes Cavalcanti**, Advogada.
Resultado: Realizada.

2ª PARTE

PAUTA EXTRA

ITEM ÚNICO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Autoriza a criação da Empresa Pública Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. – CEITEC e dá outras providências.

Autoria: Presidência da República.

Relator “ad hoc”: Senador GIM ARGELLO.

Parecer; Favorável a matéria e contrário à Emenda nº 1 de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1.

TOTAL DE REUNIÕES: 02

02 EXTRAORDINÁRIA/AUDIÊNCIA PÚBLICA/DELIBERATIVA

MATÉRIAS APRECIADAS: 03

01 NÃO TERMINATIVA

02 TERMOS ADITIVOS

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS COMISSÕES: 37

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS SUBCOMISSÕES: 02

TOTAL GERAL DE MATÉRIAS APRECIADAS: 197

C - CONGRESSO NACIONAL – 2008
RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS NO PERÍODO DE 1º A 17 DE JULHO

PLNs -14

MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Julho	20/2008-CN (nº 192/2008, na origem)	PL nº 1/2008-CN	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2009 e dá outras providências.	10-7-2008, às 12h30min; reaberta em 15-7-2008, às 19 horas; reaberta em 16-7-2008, às 10 horas	Aprovado o substitutivo, consolidando o texto da Errata e Adendo, com destaques aprovados e Errata apresentada pela Relatora em Plenário. A sanção
Julho	48/2008-CN (nº 355/2008, na origem)	PL nº 6/2008-CN	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito especial no valor de R\$ 38.015.977,00, para os fins que especifica.	10-7-2008, às 12h30min; reaberta em 15-7-2008, às 19 horas; reaberta em 16-7-2008, às 10 horas	Aprovado. A sanção
Julho	49/2008-CN (nº 356/2008, na origem)	PL nº 7/2008-CN	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.458.185.289,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	10-7-2008, às 12h30min; reaberta em 15-7-2008, às 19 horas; reaberta em 16-7-2008, às 10 horas	Aprovado o substitutivo. A sanção
Julho	50/2008-CN (nº 357/2008, na origem)	PL nº 8/2008-CN	Altera o Anexo V da Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008.	10-7-2008, às 12h30min; reaberta em 15-7-2008, às 19 horas; reaberta em 16-7-2008, às 10 horas	Aprovado. A sanção
Julho	51/2008-CN (nº 358/2008, na origem)	PL nº 9/2008-CN	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Tribunal de Contas da União, crédito suplementar no valor de R\$ 93.250.697,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	10-7-2008, às 12h30min; reaberta em 15-7-2008, às 19 horas; reaberta em 16-7-2008, às 10 horas	Aprovado. A sanção
Julho	56/2008-CN (nº 398/2008, na origem)	PL nº 10/2008-CN	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Senado Federal, da Justiça Eleitoral e do Ministério Público da União, crédito especial no valor global de R\$ 8.082.253,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.	10-7-2008, às 12h30min; reaberta em 15-7-2008, às 19 horas; reaberta em 16-7-2008, às 10 horas	Aprovado. A sanção

Julho	57/2008-CN (nº 399/2008, na origem)	PL nº 11/2008- CN	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e da Presidência da República, crédito suplementar no valor global de R\$ 97.519.161,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	10-7-2008, às 12h30min; reaberta em 15-7-2008, às 19 horas; reaberta em 16-7-2008, às 10 horas	Aprovado. A sanção
Julho	58/2008-CN (nº 411/2008, na origem)	PL nº 12/2008- CN	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, crédito especial no valor global de R\$ 616.085.832,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.	10-7-2008, às 12h30min; reaberta em 15-7-2008, às 19 horas; reaberta em 16-7-2008, às 10 horas	Aprovado. A sanção
Julho	67/2008-CN (nº 435/2008, na origem)	PL nº 13/2008- CN	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Esporte, crédito suplementar no valor de R\$ 85.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	10-7-2008, às 12h30min; reaberta em 15-7-2008, às 19 horas; reaberta em 16-7-2008, às 10 horas	Aprovado. A sanção
Julho	70/2008-CN (nº 447/2008, na origem)	PL nº 14/2008- CN	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R\$ 9.000.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.	10-7-2008, às 12h30min; reaberta em 15-7-2008, às 19 horas; reaberta em 16-7-2008, às 10 horas	Aprovado. A sanção
Julho	71/2008-CN (nº 448/2008, na origem)	PL nº 15/2008- CN	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 65.367.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	10-7-2008, às 12h30min; reaberta em 15-7-2008, às 19 horas; reaberta em 16-7-2008, às 10 horas	Aprovado. A sanção
Julho	72/2008-CN (nº 449/2008, na origem)	PL nº 16/2008- CN	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 195.724.599,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	10-7-2008, às 12h30min; reaberta em 15-7-2008, às 19 horas; reaberta em 16-7-2008, às 10 horas	Aprovado o substitutivo. A sanção
Julho	73/2008-CN (nº 455/2008, na origem)	PL nº 17/2008- CN	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito especial no valor de R\$ 122.535.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.	10-7-2008, às 12h30min; reaberta em 15-7-2008, às 19 horas; reaberta em 16-7-2008, às 10 horas	Aprovado. A sanção
Julho	74/2008-CN (nº 456/2008, na origem)	PL nº 18/2008- CN	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Esporte, crédito especial no valor de R\$ 1.397.621,00, para o fim que especifica.	10-7-2008, às 12h30min; reaberta em 15-7-2008, às 19 horas; reaberta em 16-7-2008, às 10 horas	Aprovado. A sanção

SESSÕES REALIZADAS

Sessão	DATA/HORA/LOCAL	Finalidade
Conjunta Solene	1º-7-2008, às 10 horas, Plenário do Senado Federal	Comemorar o Centésimo Quinquagésimo Quinto aniversário de nascimento do líder cubano José Martí.
Conjunta Solene	10-7-2008, às 11 horas, Plenário do Senado Federal	Comemorar os 18 anos de vigência da Lei nº 8.069, de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente.
Conjunta	10-7-2008, às 12h30min; reaberta em 15-7-2008, às 19 horas; reaberta em 16-7-2008, às 10 horas, Plenário da Câmara dos Deputados	Apreciação do Projeto de Lei nº 1, de 2008, do Congresso Nacional, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2009 e da outras providências", e de projetos de lei do Congresso Nacional, com pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº	Assunto
29/2008 (public. no DOU de 2-7-2008)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 8 de julho de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 426, de 8 de maio de 2008, que "Altera o Anexo I da Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, para aumentar o valor da Vantagem Pecuniária Especial – VPE, devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal".
30/2008 (public. no DOU de 2-7-2008)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 11 de julho de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 427, de 9 de maio de 2008, que "Acréscencia e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, reestrutura a VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., encerra o processo de liquidação e extingue a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOP, altera as Leis nºs 9.060, de 14 de junho de 1995, e 11.297, de 9 de maio de 2006, e dá outras providências".
31/2008 (public. no DOU de 3-7-2008)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 12 de julho de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 428, de 12 de maio de 2008, que "Altera a legislação tributária federal e dá outras providências".
32/2008 (public. no DOU de 3-7-2008)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 12 de julho de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 429, de 12 de maio de 2008, que "Autoriza a União a participar em Fundo de Garantia para a Construção Naval - FGCN, para a formação de seu patrimônio, e dá outras providências".
33/2008 (public. no DOU de 4-7-2008)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 13 de julho de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 430, de 14 de maio de 2008, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no valor de R\$ 7.560.000.000,00, e dá outras providências".
34/2008 (public. no DOU de 4-7-2008)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 13 de julho de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 431, de 14 de maio de 2008, que "Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; do Plano Especial de Cargos da Cultura, de que trata a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, da Carreira de Magistério Superior, do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003, do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Carreira de Perito Federal Agrário, de que trata a Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, de que trata a Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001 e a Lei nº 10.883, de 16 de junho 2004, dos Cargos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, Agente de Atividades Agropecuárias, Técnico de Laboratório e Auxiliar de Laboratório do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de que tratam respectivamente as Leis nºs 11.090, de 2005 e 11.344, de 8 de setembro de 2006, dos Empregos Públicos de Agentes de Combate às Endemias, de que trata a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, da Carreira de Polícia Rodoviária Federal, de que trata a Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998, do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de que trata a Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - GDASUS, do Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas - PCCHFA, do Plano de Carreira e Cargos do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, e do Plano de Carreira do Ensino Básico Federal, fixa o escalonamento vertical e os valores dos soldos dos militares das Forças Armadas, altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, institui sistemática para avaliação de desempenho dos servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências".

**CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL**

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 363/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Tendo em vista requerimento de autoria do Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, consulta sobre a viabilidade de realização de sessão solene conjunta do Congresso Nacional, destinada a homenagear a memória da Senhora Ruth Cardoso.
Of. nº 364/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foram lidos, na sessão do Senado Federal realizada em 1º-7-2008, os Projetos de Lei nºs 17 e 18, de 2008, do Congresso Nacional, e foram despachados à CMO.
Of. nº 365/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que esta Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se dia 3-7-2008, quinta-feira, às 9 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de vetos presidenciais.
Of. nº 366/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Tendo em vista requerimento de autoria da Deputada Rita Camata e outros Senhores Parlamentares, consulta sobre a viabilidade de realização de sessão solene conjunta do Congresso Nacional, no dia 10-7-2008, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os dezoito anos de vigência da Lei nº 8.069, de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.
Of. nº 367/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Cancelando a sessão conjunta do Congresso Nacional convocada anteriormente para dia 3-7-2008.
Of. nº 368/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que esta Presidência, em entendimento com essa Casa do Congresso Nacional, convoca sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 5-11-2008, quarta-feira, às 10 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a comemorar os vinte anos da promulgação da Constituição Federal da República Federativa do Brasil.
Of. nº 369/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foram lidos na sessão do Senado Federal realizada em 3-7-2008, os Ofícios nºs 217 e 218/2008-CMO, cópias em anexo, do Presidente da CMO, alterando os calendários de tramitação dos PLNs nºs 10 a 18, de 2008, e foram encaminhados à publicação.
Of. nº 370/2008-CN	Sen. Valdir Raupp - Líder do PMDB (Maioria)	Tendo em vista a aprovação do Requerimento nº 107, de 2008-CN, na sessão conjunta do Congresso Nacional realizada no dia 19-6-2008, solicita a indicação de três membros titulares e igual número de suplentes, que deverão integrar a Comissão Mista Especial referida no requerimento.
Of. nº 371/2008-CN	Sen. Ideli Salvatti - Líder do Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PCdoB/PP/PRB)	Tendo em vista a aprovação do Requerimento nº 107, de 2008-CN, na sessão conjunta do Congresso Nacional realizada no dia 19-6-2008, solicita a indicação de três membros titulares e igual número de suplentes, que deverão integrar a Comissão Mista Especial referida no requerimento.
Of. nº 372/2008-CN	Sen. Eptácio Cateteira - Líder do PTB	Tendo em vista a aprovação do Requerimento nº 107, de 2008-CN, na sessão conjunta do Congresso Nacional realizada no dia 19-6-2008, solicita a indicação de um membro titular e um membro suplente, que deverão integrar a Comissão Mista Especial referida no requerimento.
Of. nº 373/2008-CN	Sen. Osmar Dias - Líder do PDT	Tendo em vista a aprovação do Requerimento nº 107, de 2008-CN, na sessão conjunta do Congresso Nacional realizada no dia 19-6-2008, solicita a indicação de um membro titular e um membro suplente, que deverão integrar a Comissão Mista Especial referida no requerimento.
Of. nº 374/2008-CN	Sen. José Nery - Líder do PSOL	Tendo em vista a aprovação do Requerimento nº 107, de 2008-CN, na sessão conjunta do Congresso Nacional realizada no dia 19-6-2008, solicita a indicação de um membro titular e um membro suplente, que deverão integrar a Comissão Mista Especial referida no requerimento.

Of. nº 375/2008-CN	Sen. Arthur Virgílio - Líder do PSDB	Tendo em vista a aprovação do Requerimento nº 107, de 2008-CN, na sessão conjunta do Congresso Nacional realizada no dia 19-6-2008, solicita a indicação de um membro suplente, que deverá integrar a Comissão Mista Especial referida no requerimento.
Of. nº 376/2008-CN	Sen. José Agripino - Líder do DEM	Tendo em vista a aprovação do Requerimento nº 107, de 2008-CN, na sessão conjunta do Congresso Nacional realizada no dia 19-6-2008, solicita a indicação de dois membros titulares e igual número suplentes, que deverão integrar a Comissão Mista Especial referida no requerimento.
Of. nº 377/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que esta Presidência encaminhou à publicação o Relatório nº 2, de 2008, do Congresso Nacional, apresentado, como conclusão dos trabalhos da Comissão Mista Especial, criada através do Ato Conjunto nº 1, de 2007, e aditado pelo Ato Conjunto nº 2, de 2007, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.
Of. nº 378/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foram lidos, na sessão do Senado Federal realizada em 7-7-2008, os Projetos de Lei nºs 19 e 20, de 2008, do Congresso Nacional, e foram despachados à CMO.
Of. nº 379/2008-CN	Dep. Mendes Ribeiro Filho - Presidente da CMO	Comunicando que nos termos do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, fica aberto, a partir do dia 8 de julho do corrente, o prazo, para interposição de recurso, por cinco dias úteis, para que sejam apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional, os PDNs nºs 1 e 2, de 2008, tendo em vista publicação em avisos, nesta data, dos pareceres da CMO.
Of. nº 380/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando, que nos termos do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, fica aberto, a partir do dia 8 de julho do corrente, o prazo, para interposição de recurso, por cinco dias úteis, para que sejam apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional, os PDNs nºs 1 e 2, de 2008, tendo em vista publicação em avisos, nesta data, dos pareceres da CMO.
Of. nº 383/2008-CN	Dep. Mendes Ribeiro Filho - Presidente da CMO	Comunicando que esta Presidência encaminhou à publicação, em Suplemento ao Diário do Senado Federal do dia 8-7-2008, o Parecer nº 19, de 2008-CN, apresentado pela CMO, sobre o PLN nº 1, de 2008, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2009 e dá outras providências".
Of. nº 384/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que esta Presidência encaminhou à publicação, em Suplemento ao Diário do Senado Federal do dia 8-7-2008, o Parecer nº 19, de 2008-CN, apresentado pela CMO, sobre o PLN nº 1, de 2008, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2009 e dá outras providências".
Of. nº 385/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que esta Presidência, em entendimento com essa Casa do Congresso Nacional, convoca sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 10-7-2008, quinta-feira, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os dezoito anos de vigência da Lei nº 8.069, de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.
Of. nº 386/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que esta Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se dia 10-7-2008, quinta-feira, às 12h30min, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação do Projeto de Lei nº 1, de 2008, do Congresso Nacional, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2009 e dá outras providências", e de projetos de lei do Congresso Nacional, com parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
Of. nº 387/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foram lidos, na sessão do Senado Federal realizada em 9-7-2008, os Projetos de Lei nºs 21, 22 e 23, de 2008, do Congresso Nacional, e foram despachados à CMO.
Of. nº 396/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que esta Presidência recebeu o Aviso nº 18 de 2008-CN (nº 714-SeSes-TCU-Plenário/2008, na origem), do Presidente do TCU, bem como o Av. nº 709-SeSes-TCU-Plenário/2008, com CD-ROM do Relatório do Senhor Ministro Benjamin Zymier, encaminhando documentos físicos, com o Relatório e sua síntese, elaborados pelo Senhor Ministro Benjamin Zymier sobre as Contas do Presidente da República referentes ao exercício de 2007, acompanhados das Declarações de Voto dos Ministros e do Parecer Prévio conclusivo, aprovado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Extraordinária realizada no dia 24 de junho do corrente.

Of. nº 399/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que terminou dia 14 de julho do corrente, o prazo, sem interposição de recurso, para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 1 e 2, de 2008-CN, fossem apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006. Informando ainda, que os projetos vão à promulgação.
Of. nº 401/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Encaminhando a Mensagem nº 59, de 2008 – CN (nº 404/2008, na origem), através da qual o Presidente da República comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 13/2008 (oriundo da Medida Provisória nº 415, de 2008, que "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro", e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências". Solicita a indicação de três membros da Câmara dos Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 402/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Encaminhando a Mensagem nº 60, de 2008 – CN (nº 405/2008, na origem), através da qual o Presidente da República comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 12/2008 (oriundo da Medida Provisória nº 417, de 2008, que "Altera e acresce dispositivos à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição e sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm e define crimes". Solicita a indicação de três membros da Câmara dos Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 403/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Encaminhando a Mensagem nº 61, de 2008 – CN (nº 406/2008, na origem), através da qual o Presidente da República comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 11/2008 (oriundo da Medida Provisória nº 416, de 2008, que "Altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci". Solicita a indicação de três membros da Câmara dos Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 404/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Encaminhando a Mensagem nº 62, de 2008 – CN (nº 420/2008, na origem), através da qual o Presidente da República comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 8/2008 (oriundo da Medida Provisória nº 410, de 2007, que "Acrescenta artigo à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo; estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural; prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais de que trata o § 6º do art. 1º da Lei nº 11.524, de 24 de setembro de 2007; e altera as Leis nºs 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 7.102, de 20 de junho de 1993, 9.017, de 30 de março de 1995, e 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991". Solicita a indicação de três membros da Câmara dos Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 405/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Encaminhando a Mensagem nº 63, de 2008 – CN (nº 421/2008, na origem), através da qual o Presidente da República comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 36/2007 (nº 4.207, de 2001, na Casa de origem), que "Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à suspensão do processo, <i>emendatio libelli</i> , <i>mutatio libelli</i> e aos procedimentos". Solicita a indicação de três membros da Câmara dos Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 406/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Encaminhando a Mensagem nº 64, de 2008 – CN (nº 422/2008, na origem), através da qual o Presidente da República comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei do Senado nº 483/2003 (nº 5.886, de 2005, na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre o bloqueio do pagamento de benefício da previdência social e dá outras providências". Solicita a indicação de três membros da Câmara dos Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.

Of. nº 407/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Encaminhando a Mensagem nº 68, de 2008 – CN (nº 429/2008, na origem), através da qual o Presidente da República comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 10/2008 (oriundo da Medida Provisória nº 412, de 2007, que "Dispõe sobre a prorrogação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – Relatório, instituído pela Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e altera as Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e 9.433, de 8 de janeiro de 1997". Solicita a indicação de três membros da Câmara dos Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 408/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Encaminhando a Mensagem nº 69, de 2008 – CN (nº 430/2008, na origem), através da qual o Presidente da República comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 14/2008 (oriundo da Medida Provisória nº 413, de 2008, que "Dispõe sobre medidas tributárias destinadas a estimular os investimentos e a modernização do setor de turismo, a reforçar o sistema de proteção tarifária brasileiro, a estabelecer a incidência de forma concentrada da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins na produção e comercialização de álcool; altera as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.488, de 15 de junho de 2007, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 7.689, de 15 de dezembro de 1988, 7.070, de 20 de dezembro de 1982, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, 8.213, de 24 de julho de 1991, 7.856, de 24 de outubro de 1989, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências". Solicita a indicação de três membros da Câmara dos Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 409/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Encaminhando a Mensagem nº 75, de 2008 – CN (nº 458/2008, na origem), através da qual o Presidente da República comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 15/2008 (oriundo da Medida Provisória nº 418, de 2008, que "Altera as Leis nºs 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e 8.256, de 25 de novembro de 1991, que cria áreas de livre comércio nos municípios de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima; e dá outras providências". Solicita a indicação de três membros da Câmara dos Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 410/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Encaminhando a Mensagem nº 76, de 2008 – CN (nº 459/2008, na origem), através da qual o Presidente da República comunica haver vetado integralmente o Projeto de Lei da Câmara nº 49/1998 (nº 2.242, de 1996, na Casa de origem), que "Cria o Dia Nacional de Vacinação da Terceira Idade e o programa de vacinação em pessoas que alcançaram a terceira idade, internadas ou recolhidas em instituições geriátricas". Solicita a indicação de três membros da Câmara dos Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 412/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada no dia 14 de julho de 2008, o Ofício nº 31, de 2008-CN (Of. Presi-755/2008, na origem), do Presidente do Banco do Brasil, encaminhando ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no artigo 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as Demonstrações Contábeis de 31-12-2007, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e foi encaminhado a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 6 DE FEVEREIRO A 17 DE JULHO DE 2008

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS (6 de fevereiro a 17 de julho de 2008)	
Deliberativas Ordinárias	60
Não Deliberativas	47
Deliberativas Extraordinárias	9
Especiais	18
Total	134
Sessão não realizada	1

MATÉRIAS APROVADAS (ITENS I A XIII) 668

I – Medidas Provisórias aprovadas27

1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção 13

2 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação 12

3 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas, e devolvidas à Câmara dos Deputados..... 2

II - Projetos aprovados e enviados à sanção36

III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados81

1 – Por decisão do Plenário 23

1.1 – Do Senado Federal..... 12

1.2 – Da Câmara dos Deputados 10

1.3 – Da Presidência da República 1

2 – Em decisão terminativa 58

IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação214

1 – Concessões de telecomunicações 181

2 – Atos Internacionais 8

3 – Operações de crédito..... 19

4 – Suspensão de Atos Normativos 3

5 – Projetos de Resolução (outras matérias)..... 3

V – Escolha de Chefes de Missão Diplomática35

VI – Escolha de Autoridades 15

VII – Requerimentos de Homenagem de Pesar5

VIII – Requerimentos de Voto de Aplauso ou Semelhante9

**IX – Requerimentos de Sessões Especiais e Homenagens no Período
do Expediente50**

X – Requerimentos de Informações aprovados pela Mesa.....	149
XI – Requerimentos de tramitação conjunta aprovados pela Mesa.....	5
XII – Requerimentos de criação/alteração de Comissão Temporária	7
XIII – Requerimentos Diversos.....	35
Pelo Plenário	34
Pela Mesa.....	1
 MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (ITENS XIV A XXII)	43
XIV - Matérias rejeitadas.....	8
XV - Matérias prejudicadas	5
XVI - Matérias retiradas pelos autores.....	20
XVII – Medida Provisória não admitida	2
XVIII – Medida Provisória rejeitada	2
XIX – Medida Provisória com prazo de vigência integral encerrado.....	1
XX – Requerimentos de tramitação conjunta rejeitados pela Mesa.....	2
XXI – Requerimentos de Informação rejeitados pela Mesa	2
XXII – Requerimentos de Informação declarado prejudicado pela Mesa	1
 TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS (ITENS I A XXII)	711
Requerimentos de Licença e Desempenho de Missões	502
Requerimento de Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito	2
Requerimento de Prorrogação de Comissão Parlamentar de Inquérito	2

**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
DO CONGRESSO NACIONAL****SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO
DE 6 DE FEVEREIRO A 17 DE JULHO DE 2008****Sessões Conjuntas realizadas..... 15**

- Sessões Conjuntas..... 7
- Sessões Conjuntas Solenes..... 8

Matérias Legislativas

- **Apreciadas..... 194**
 - Vetos (Dispositivos)..... 171
 - PLNs..... 20
 - PRNs..... 2
 - RQNs – Aprovado..... 1
- **Lidas..... 2**
 - PRNs 1
 - RQNs 1

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
RELATÓRIO DO 1º SEMESTRE DAS REUNIÕES REALIZADAS E
PROPOSIÇÕES APRECIADAS EM 2008

COMISSÕES REUNIÕES	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	CONJUNTAS	TOTAL
CAE	14	02	04	20
CE	14	18	03	35
CI	01	17	00	18
CAS	00	18	03	21
CRE	12	08	04	24
CCJ	20	09	02	31
CRA	01	14	02	17
CDR	00	09	03	12
CMA	14	06	03	23
CDH	00	31	04	35
CCT	00	21	02	23

SUBCOMISSÕES	REUNIÕES	RQS	REL
Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde - CAS	06	09	01
Temporária da Reforma Tributária - CAE	03	00	00
Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social - CE	06	01	00
Permanente dos Biocombustíveis - CRA	04	04	00
Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CAS	01	00	00
Permanente dos Direitos das Mulheres – CDH	02	05	00
Temporária para participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água - CMA	04	01	00
Temporária para acompanhar a crise ambiental na Amazônia - CMA	03	01	00

PROPOSIÇÕES APRECIADAS

COMISSÕES	REQ (COMISSÃO)	PLS (T)	PLS (NT)	PDS	EMENDAS	SUBS	PEC	IND	PET
CAE	27	04	07	00	00	00	00	01	00
CE	35	32	15	00	07	02	00	00	00
CI	31	07	01	00	07	00	00	00	00
CAS	23	00	21	00	15	01	00	00	01
CRE	29	02	02	33	05	00	00	00	00
CCJ	18	16	41	02	20	04	11	00	01
CRA	14	03	09	01	07	00	00	00	00
CDR	02	00	15	00	06	01	00	00	00
CMA	29	03	07	00	05	00	00	01	01
CDH	53	00	04	00	05	00	00	00	00
CCT	09	01	05	84	13	00	00	00	00

PROPOSIÇÕES APRECIADAS

COMISSÕES	MSF	PRS	RQS – SF	PLC	OFS	AVS	PFC	SUG	PAR	TOTAL
CAE	25	00	04	03	00	02	00	00	00	73
CE	01	03	00	19	00	00	00	00	00	114
CI	03	00	00	04	00	00	00	00	00	53
CAS	00	00	01	07	00	01	00	00	00	70
CRE	38	01	11	03	03	00	00	00	00	127
CCJ	04	01	02	18	11	00	00	00	00	149
CRA	00	00	00	01	00	00	00	00	00	35
CDR	00	00	00	01	00	00	00	00	00	25
CMA	00	00	00	02	02	22	01	00	02	75
CDH	00	00	00	02	00	00	00	01	00	65
CCT	00	01	00	02	00	01	00	00	00	116
TOTAL										902

LEGENDAS – COMISSÕES

CAE – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
CE – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
CI – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA – ESTRUTURA
CAS – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
CRE – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
CCJ – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
CRA – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
CDR – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
CMA – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
CDH – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
CCT – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LEGENDAS – PROPOSIÇÕES

REQ (COMISSÃO) – REQUERIMENTO DE PARLAMENTAR (S) APRESENTADO PERANTE A COMISSÃO
REQ (SF) – REQUERIMENTO DA COMISSÃO PARA O PLENÁRIO
PLS (T) – PROJETO DE LEI DO SENADO (DECISÃO TERMINATIVA)
PLS (NT) – PROJETO DE LEI DO SENADO (DECISÃO NÃO TERMINATIVA)
PDS – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
SUBS – SUBSTITUTIVO
PEC – PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO
MSF – MENSAGEM
PRS – PROJETO DE RESOLUÇÃO
PLC – PROJETO DE LEI DA CÂMARA
OFS – OFÍCIO “S”
AVS – AVISO
PFC – PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
IND – INDICAÇÃO
SUG – SUGESTÃO
PET - PETIÇÃO
REL – RELATÓRIO
PAR - PARECER

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO - SSCEPI

Relatório da SSCEPI - 1º Semestre de 2008
(Pág. 1 de 2)

CPMI - COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO											
Tipo	Nome	Total Reuniões	Nº de Req.	Req. Aprov.	Nº Docs Recebidos	Proposições					Obs.
						PEC	PLC	REQ	PL	PRes	
CPMI	CARTÕES CORPORATIVOS RQN 01/2008.	18	261	48	2.864				1		Relatório Final nº 1, de 2008 aprovado em 5/06/08

CPI - COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO											
Tipo	Nome	Total Reuniões	Req. Aprov.	Nº de Req.	Nº Docs Recebidos	Proposições					Obs.
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRes	
CPI	ONGs RQS 201/2007.	10	91	112	80						
	PEDOFILIA RQS 200/2008.	22	127	127	81				3		
	CARTÕES CORPORATIVOS RQS 387/2008.										Não Instalada

**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO – SSCEPI**

Relatório da SSCEPI - 1º Semestre de 2008
(Pág. 2 de 2)

CMEsp - COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS										
Tipo	Nome	Total Reuniões	Nº de Req.	Req. Aprov.	Proposições				Pres	Indic.
					PEC	PLC	REQ	PL		
CMEsp	MUDANÇAS CLIMÁTICAS ATN 01/2004.	7	8	8						
										Relatório nº 2, de 2008, aprovado em 18.06.08

COMISSÕES TEMPORÁRIAS										
Tipo	Nome	Total Reuniões	Nº de Req.	Req. Aprov.	Proposições				Pres	Indic.
					PEC	PLC	REQ	PL		
CTemp	RISCO AMBIENTAL RQS 193/2008	5	22	22						

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia três de junho do ano de dois mil e oito, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Antonio Carlos Valadares, Romero Jucá, Valdir Raupp, Mão Santa, Neuto de Conto, Gerson Camata, Valter Pereira, Adelmir Santana, Heráclito Fortes, Eliseu Resende, Tasso Jereissati, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Gim Argello e Osmar Dias. Deixam de comparecer os Senadores Francisco Dornelles, Pedro Simon, Geovani Borges, Jayme Campos, Kátia Abreu, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra e João Vicente Claudino. *Antes de dar início aos trabalhos, às dez horas e nove minutos, a Comissão procede à realização da aposição do retrato do Senador Luiz Otávio na galeria de ex-Presidentes da Comissão de Assuntos Econômicos. Compõem a Mesa para esse fim, o Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho, o Senador Aloizio Mercadante e o homenageado, Senador Luiz Otávio.* Após a cerimônia, e havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente comunica o recebimento dos seguintes documentos, para conhecimento, Aviso nº 30/08, encaminhando, nos termos dos incisos I e II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real referente ao primeiro trimestre de 2008, as razões delas determinantes, a posição das reservas internacionais a ela vinculadas e o relatório da execução da programação monetária; Aviso nº 31/08, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de abril de 2008, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e relação

entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; e os Avisos nºs 499 e 527-Seses-TCU-Plenário, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópias dos Acórdãos proferidos nos autos dos processos nºs TC 007.44/2001-7 e TC 006.493/2008-4, bem como dos Relatórios e dos Votos que fundamentam aquelas deliberações. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A seguir, a Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública a fim de debater o Marco Regulatório do Petróleo diante da perspectiva de descoberta e desenvolvimento de novas bacias petrolíferas na camada do pré-sal, em atendimento ao Requerimento nº 08/08-CAE, de autoria dos Senadores Renato Casagrande e Aloizio Mercadante, sendo convidados para compor a Mesa como expositores os Senhores José Sérgio Gabrielli, Presidente da Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras; Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo – ANP e João Carlos França de Luca, Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – IBP e, ainda, os Senhores Guilherme Estrella, Diretor de Exploração e Produção da Petrobras e Nelson Narciso Filho, Diretor Técnico da Agência Nacional do Petróleo. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Renato Casagrande, Antonio Carlos Valadares, Gerson Camata, Aloizio Mercadante, Ideli Salvatti, Valter Pereira, Eduardo Azeredo, Heráclito Fortes, Arthur Virgílio, Eduardo Suplicy e Inácio Arruda. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **ALOIZIO MERCADANTE**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

CERIMÔNIA DE APOSIÇÃO DO RETRATO
DO SENADOR LUIZ OTAVIO

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então, vamos dar início a nossa Cerimônia de Aposição do Retrato do Senador Luiz Otavio.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Excelentíssimos Srs. Senadores, senhoras e senhores, bom dia. A partir desse momento, inicia-se a Cerimônia de Aposição do Retrato do Exmo. Sr. Senador Luiz Otavio, na galeria de retratos dos Presidentes da Comissão de Assuntos Econômicos, CAE. Secretário de Transportes do Governo do Estado do Pará, na gestão do então Governador Hélio Gueiros, o Senador Luiz Otavio foi eleito o

Vereador de Belém e, na mesma ocasião, Presidente da Câmara Municipal. Deputado Estadual, em 1993, foi líder do Governo do Estado na Assembléia Legislativa e Presidente daquela Assembléia. Durante o seu mandato de Senador, que teve início em 1999, foi titular do grupo de trabalho da desburocratização e simplificação da CPMI dos Correios, da Comissão Mista Especial para o Salário Mínimo e da CPMI das Ambulâncias, entre outras Comissões das quais fez parte.

É de sua autoria o Projeto que isenta os idosos do Imposto de Renda sobre rendimentos. Quando da instalação da Comissão da Amazônia, na Câmara dos Deputados, o Senador se declarou a favor do uso da Polícia Federal e das Forças Armadas para defender a Amazônia da desenfreada ocupação que sofria. Foi também líder do Partido Progressista Brasileiro, PPB, em 2002.

Neste momento, ouviremos o Exmo. Sr. Senador Aloizio Mercadante, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Bom dia a todos, a todas, dizer que, para nós da Comissão de Assuntos Econômicos, é um prazer muito grande podermos combinar a Aposição do Retrato do Senador Luiz Otavio com a presença ilustre do Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, do Diretor de Exploração, Guilherme Estrela, do João Carlos França de Luca, Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Haroldo Lima, Presidente da ANP, e Nelson, também, da Diretoria da Agência Nacional de Petróleo e todos os demais convidados que estão aqui hoje presentes, nessa nossa Sessão. Queria dizer a vocês que nós tivemos o privilégio de conviver com o Luiz Otavio, ele tem uma característica que, às vezes, não é de conhecimento público, mas era absolutamente marcante na sua personalidade. Que é uma vocação permanente para a alegria. Então, não há nenhuma circunstância que o Presidente Luiz Otavio, da Comissão de Assuntos Econômicos, não tivesse uma piada pronta, um comentário alegre... Hoje mesmo, o Presidente, nosso Presidente entrou, Garibaldi, Senador Garibaldi, ele falou: "Olha, eu falei para não vir, mas esse pessoal fica pedindo para vir na Aposição de retrato. Já vi o José Sérgio Gabrielli, a ANP, o IBP, todo mundo quer concorrer aqui com..." Então, esse é o Luiz Otavio. E por isso ele tinha um trânsito, eu diria, com todos os Parlamentares dessa Casa, uma relação extremamente afetiva; respeitosa, por essa, eu diria, atitude permanente, que nem sempre é comum da vida pública. A gente vive num permanente estresse, tensão, disputas, mas ele sempre conseguiu iluminar a Casa com essa atitude alegre e companheira.

Eu queria dizer que como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, durante a sua gestão, nós tivemos 188 Proposições Apreciadas, 30 Audiências Públicas foram realizadas, inclusive, um Seminário Internacional: A atualidade do pensamento de Celso Furtado sobre o desenvolvimento... Nós tivemos aprovados, 53 Projetos de Lei, 05 Projetos de Resolução, 52 mensagens de empréstimo, entre outras matérias. E destas Proposições, eu gostaria de destacar o Projeto de Lei que criou o parcelamento de débitos tributários, de devedores em recuperação judicial, que era uma forma importante para tentar favorecer a recuperação das empresas; o Projeto que regulamentou os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal; o Projeto que normatizou o fundo nacional do desenvolvimento florestal, e ainda, um Projeto que dispõe sobre a Administração Tributária Federal, a chamada Super Receita, que foi uma mudança importante na estrutura de fusão entre a então Receita Federal com a Secretaria da Receita da Previdência Social, numa única instituição para fiscalizar a arrecadação e gerir todo o recolhimento dos tributos do País. Todas essas matérias relevantes tiveram, aqui, a competência na coordenação da presidência do Senador Luiz Otavio. Portanto, é com imenso prazer que os funcionários da Comissão têm um carinho muito especial por ele, os Senadores também. Então, eu acho que para nós é um momento de muito prestígio, eu diria, e de matar a saudade aí, que não é pouca, do Senador Luiz Otavio, de nós podermos realizar essa Cerimônia. Queria também citar a presença do Diretor-Geral Agaciel.

Vamos pedir para as autoridades não entrarem mais, porque fica congestionado, como diria meu... É vai dar super lotação aqui. E queria, então, passar a palavra ao Luiz Otavio, que eu tenho certeza que com sua experiência, sua vivência, a contribuição que deu na vida pública, voltará seguramente ao Senado, à Câmara dos Deputados, contribuindo ao Poder Legislativo, no qual ele tem uma militância extraordinária, desde a Câmara de Vereadores, Presidente da Assembléia Legislativa, liderança de Governo, Senador da República. E tenho certeza que ele retornará à representação do Congresso Nacional, nas próximas eleições. Com a palavra o Senador Luiz Otavio.

SENADOR LUIZ OTAVIO: Sr. Presidente do Senado Federal, do Congresso, Senador Garibaldi Alves Filho, do PMDB do Rio Grande do Norte, nosso partido, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Senador Aloizio Mercadante, do PT do Estado de São Paulo. Meus companheiros amigos, Senadores, Deputados Federais, o nosso Presidente da Petrobras, Dr. Sérgio Gabrielli, que por várias ve-

zes esteve aqui, representando essa empresa que é o orgulho nacional e uma empresa que tem a maior importância, não só para o país, mas para o mundo, como também os seus digníssimos representantes, o nosso Diretor da ANP, por várias vezes, também, já tivemos oportunidade de relacionar aqui no Senado e aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, a imprensa e nossos queridos amigos e funcionários do Senado Federal.

Estou aqui, mais uma vez, para dizer do meu agradecimento, principalmente e prioritariamente, a Deus, pela chance e oportunidade de estarmos aqui reunidos, ao povo do meu Estado, o Pará, que me honrou com a sua condição de luta e de resistência que o paraense tem e que me trouxe a esta Casa, durante oito anos. Brasília que me recebeu de braços abertos, eu tenho um filho, inclusive, que nasceu aqui em Brasília, durante minha estada. Os oito anos foram tão frutíferos que eu consegui, inclusive, fazer um filho homem, aqui em Brasília. Tenho três... Tenho uma neta, então, realmente Brasília me recebeu muito bem. Voltar aqui e ver o nosso líder, Senador Valdir Raupp, nosso Senador Valadares, meu Vice-Presidente Senador Romeu Tuma, o Senador Camata, que acaba de chegar, que não poderia deixar de vir [risos], o Deputado Vander [ininteligível] que aqui representa... Vander, [ininteligível] Gonçalves que representa a Bancada Federal do Pará. E hoje, eu vou, também, além de agradecer a todos vocês e ao Brasil inteiro por essa oportunidade, registrar também que minha fotografia ficará ao lado de um grande amigo meu e que foi Presidente dessa Comissão, que foi o Senador Ramez Tebet. Realmente é uma honra para mim muito grande, com certeza, para o meu Estado, o Pará, participar dessa galeria, onde temos ilustres homens brasileiros, que aqui deram a sua colaboração, em especial o Senador Ramez Tebet que além de ter sido Presidente do Congresso Nacional, do Senado Federal, foi um amigo particular que convivemos muito, uns oito anos, tivemos uma convivência muito próxima, e realmente é uma satisfação muito grande poder participar dessa galeria tão ilustre para mim, para minha família e para o Estado de Pará. Muito obrigado.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Ouviremos agora o Exmo. Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria... Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado, dizer que é uma honra muito grande tê-lo, também, prestigiando esse nosso evento aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. Por favor, com a palavra.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Meu caro Presidente, Senador Aloizio Mercadante, quero cumprimentá-lo, ao mesmo tempo em que cumprimento o homenageado, o Senador Luiz Otavio, cumprimentar o Vice-Presidente da época da presidência do Luiz Otavio, o Senador Gerson Camata, cumprimentar aqui, o Diretor Agaciel, Cláudia Lira, o Senador Romeu Tuma... Romeu Tuma é que foi o vice, né? E cumprimentar as autoridades especialmente convidadas para esse ato. Que é o Presidente da Petrobras, o Dr. Sérgio Gabrielli, o diretor Dr. Guilherme Estrela, e ainda os diretores da Agência Nacional do Petróleo, à frente, o Presidente... O Deputado Haroldo Lima, o ex-Deputado Haroldo Lima. E dizer, meu caro Luiz Otavio, que eu hoje acordei às quatro horas da manhã para vir lhe homenagear. Tive que tomar um avião da TAM, que só agora chegou a Brasília, para V. Ex^a. ter idéia do carinho que todos nós temos... Não apenas pela sua passagem por essa presidência, mas também por todo aquele período que você passou aqui, nos dando a honra da sua companhia.

Quero dizer que quem deveria estar inaugurando essa fotografia, em vez de você, era eu [risos]. Porque você me derrotou [risos]... Eu estou chamando de você, mas você me derrotou na eleição da CAE, quando se tornou Presidente. Foi uma das grandes frustrações da minha vida [risos]. Eu acho que eu nem deveria ter vindo aqui [risos], quanto mais ter tomado um avião às cinco horas da manhã [risos]. Mas, a vida ensina a gente a perdoar. Você está perdoado. Trata-se de um grande companheiro, um grande colega de Senado, deixou saudades aqui, está fazendo falta, porque, como dizia o Presidente Aloizio Mercadante, a sua capacidade de articulação era muito grande, e era, sobretudo, pela capacidade que você tinha de fazer com que nas horas mais tensas da articulação, você entrava com uma pitada de bom humor, com um toque de bom humor, e contribuía para que a matéria pudesse ser aprovada, sobretudo aquela que você tinha interesse [risos]. Então, Luiz Otavio, eu não sei o que você anda fazendo, mas certamente anda fazendo o bem. E eu quero declarar isso, dizer aqui, dessa falta que você está fazendo e dizer que eu jamais imaginei que uma pessoa pudesse inaugurar um retrato numa galeria dessa, com tão prestigiosas figuras e convidados, como está acontecendo. Você merece. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Bom, vamos agora, lá, permitir que o Senador Garibaldi resolva definitivamente essa frustração que foi a derrota eleitoral e vai poder inaugurar o retrato.

Cerimônia encerrada às 10h25.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos dar início, então, à nossa Audiência Pública, que foi aprovada por essa Comissão, mas, antes, eu queria informar aos membros da Comissão que nós recebemos os seguintes documentos: O Aviso nº. 30/2008, encaminhando, nos termos, dos incisos I e II do art. 7º da lei 9069/95, demonstrativo das emissões do Real referente ao primeiro trimestre de 2008, as razões dela determinantes e a ela vinculados e o relatório da execução da programação monetária. Recebemos o aviso nº. 31, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal de nº. 43/2001, Relatório contendo as características das operações de crédito no âmbito do Ministério da Fazenda, mês de abril/2008. Tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados, Distrito Federal e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos Municípios. Os avisos nº. 499 e 527 do TCU, Plenário, Tribunal de Contas, encaminhando cópias dos acórdãos proferidos nos autos dos processos do Tribunal de Contas 00744/2001/7 e Tribunal de Contas 006493/2008-4, bem como dos relatórios e votos que fundamentam aquelas deliberações. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Bom, agora vamos dar início à nossa Audiência Pública, que tem como objetivo debater o marco regulatório do petróleo, diante das perspectivas de descoberta e desenvolvimento de novas bacias petrolíferas na camada do pré-sal, em atendimento ao Requerimento nº. 08/08 da Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria dos Senadores Renato Casagrande e Aloizio Mercadante.

Queria convidar, então, para compor a Mesa, o Presidente da PETROBRAS, meu amigo e economista José Sérgio Gabrielli, que muito nos honra com sua presença, e o diretor de exploração e produção da PETROBRAS, o geógrafo Guilherme Estrella, que teve, eu diria, muito qualificada presença na última Audiência Pública desta Comissão. Igualmente queria chamar nosso companheiro, ex-Deputado Federal Haroldo Lima, que tem desempenhado missão tão importante para o país, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, ANP. E convidar também o Nelson Narciso Filho, Diretor da ANP, para acompanhar o nosso Presidente Haroldo Lima aqui na nossa audiência. E convidar o Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, João Carlos França de Luca, para permitir também a análise da discussão do marco regulatório por parte das empresas que compõem o setor privado, que são extremamente importantes hoje na economia do petróleo no nosso país.

Então, nós vamos dar início à nossa Audiência Pública. Eu pediria, inicialmente, se interventores pudessem objetivar a apresentação inicial em torno de 20, 25 minutos, para que a gente possa, depois, abrir a arguição para os senadores, seguramente os senadores terão grande interesse em debater esse tema tão estratégico para o país.

Então, vamos analisar a discussão do marco regulatório, as perspectivas do setor de petróleo e gás natural no Brasil, a partir dessas fantásticas descobertas que seguramente mudarão toda a perspectiva da economia, do setor de energia e desempenho do Brasil, na área do petróleo, que vai ganhar um peso cada vez maior na nossa economia.

Quero, antes de iniciarmos a nossa audiência, parabenizar a pessoa do Presidente José Sérgio Gabrielli e Guilherme Estrella, esse... Esse resultado que a PETROBRAS vem apresentando, em todas as áreas, em especial essa condição de ser hoje a sexta empresa do mundo, terceira empresa das Américas, que eu acho que é motivo de imenso orgulho da sociedade brasileira, essa oportunidade histórica que agora se realiza. E a auto-suficiência que, com os investimentos que estão sendo feitos a novas refinarias, vai nos dar, além da auto-suficiência, um ganho financeiro e uma perspectiva crescente de exportação do excedente de petróleo, mesmo sem o pré-sal. Com o pré-sal, as opções são fantásticas e o debate vai ter que se aprofundar.

Então, vamos dar início à exposição, eu pediria, inicialmente, ao Presidente do IBP, João Carlos França de Luca, que fizesse sua apresentação... Só enquanto, ali, a nossa assessoria organiza ali a apresentação... E nós nunca começamos a sessão antes do Senador Osmar Dias chegar. Agora que ele chegou, nós podemos dar início.

Com a palavra, então, o Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – IBP – João Carlos França de Luca.

SR. JOÃO CARLOS FRANÇA DE LUCA: Muito obrigado, senhor Presidente. Bom dia a todos. Antes de proceder à minha apresentação, quero agradecer a Comissão de Assuntos Econômicos pelo convite, agradeço também aos autores do Requerimento da Audiência Pública, Senadores Aloizio Mercadante e Renato Casagrande, sem o qual não poderíamos estar aqui hoje para discutir, de forma democrática, o marco regulatório do petróleo, diante da perspectiva de descoberta e desenvolvimento da nova província petrolífera do pré-sal.

Por último, também quero cumprimentar a todas as senhoras e senhores, Senadores integrantes da CAE, membros da Mesa, Diretor-Geral da ANP, Dr.

Haroldo Lima, Diretor Nelson Narciso, Diretor Vitor Martins, também da ANP aqui presente, o Presidente Gabrielli, Diretor Estrella, também o Presidente do Conselho do IBP, Diretor Estrella, que muito nos honra sua presença conosco aqui hoje. Quero também saudar, além dos senadores presentes, o Secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia, José Lima de Andrade Neto. E agradecer, Senador Mercadante, pelo privilégio de ser o primeiro a falar, porque pensei que normalmente iria falar a ANP, a PETROBRAS e, logo, o IBP, e eu entraria em desvantagem porque falar depois de “bons baianos”, que falam muito bem, eu, como paranaense aqui, conterrâneo do Senador Osmar Dias aqui, teria alguma dificuldade. Então, de certa forma, elimina essa pequena desvantagem inicial da forma de apresentação.

Bom, mas o que é o IBP? O IBP cumpriu, o ano passado, 50 anos de atividades, fundação em 21 de novembro de 1957; é uma associação sem fins lucrativos, apartidária, constituída de empresas, atuando em todos os segmentos da indústria de petróleo e gás natural e também agora biocombustíveis. A missão é promover o desenvolvimento da indústria a ser um fórum para a discussão, um fórum isento, apartidário, dos grandes temas do setor. Nós temos 220 empresas associadas, de todos os segmentos. Como chamamos, do poço ao posto, a petroquímica, empresas de consultorias, bancos e tudo mais. E temos 47 comissões para os diferentes setores e que têm a participação voluntária de mais de 1000 executivos especialistas, que aí que se forma a grande força do nosso IBP. E os produtos são estudos, são eventos, cursos; o evento maior, mais famoso nosso é *Rio Oil & Gas*, um dos maiores eventos de petróleo já no mundo.

Bom, como empresas associadas, nós temos aqui algumas das empresas associadas, não todas, são 220, mas, provavelmente, as que estão mais relativas ao setor de óleo e gás. Principalmente as que estão em preto, são as empresas nacionais; as em azul são as internacionais, uma larga gama de empresas presentes no IBP.

Aqui, eu gostaria de me deter um pouquinho mais porque nós entendemos, no IBP, que essa resolução do CNPE, nº. 06, do dia 08/11/2007, foi muito importante e muito precisa. Por que precisa? Porque, no momento em que ela, de certa forma, excluiu da rodada alguns blocos e o IBP, assim, entendeu que é direito soberano do Governo Brasileiro de fazê-lo, ela também... E isso como uma medida de cautela para poder verificar que tipo de... Face aos grandes descobrimentos, se esse seria o próprio modelo para seguir desenvolvendo essa área ou não, além dessa determinação aqui, ele determinou também, o CNPE,

que o Ministério de Minas e Energia e o INP tomassem as medidas para a conclusão da oitava rodada. Para aqueles que não sabem, a oitava rodada foi em realizada em 2006 e ela teve, pela primeira vez, a sua interrupção da rodada e foi interrompida por uma liminar e está pendente agora de ser executada. Então, face à determinação da Ministra Ellen Gracie, então Presidente do Supremo Tribunal Federal, que se retomasse a oitava rodada.

Aqui, eu gostaria de ressaltar a preocupação importante demonstrada pelos conselheiros do CNPE de estrita observância aos direitos adquiridos e atos jurídicos perfeitos relativos a áreas concedidas ou arrematadas em leilão no ANP. Ou seja, o nosso entendimento foi de que o Governo tentou demonstrar absoluto respeito aos contratos vigentes, estabilidade regulatória, e que aquele ato não fosse entendido como quebra de contratos ou, eventualmente, a gente tivesse maiores preocupações. E determinou... A anterior, por favor. E determinou também que avaliasse, no mais curto prazo possível, mudança no marco legal, que é exatamente o que nós estamos discutindo no momento, discussão das mais importantes para o país, e reforçou aqui essa decisão que ele tinha dado, respeitando os contratos em vigor.

Então, o entendimento nosso, do IBP, é de que os contratos atuais têm que ser preservados e o CNPE, em quatro deliberações, e em duas delas, ele reforçou esse seu entendimento e nós aplaudimos e achamos bastante meritória essa decisão do CNPE.

Bom, rapidamente, o cenário atual da indústria de petróleo, os preços do petróleo e gás vêm alcançando valores historicamente elevados em termos reais. Aqui tem uma curva de preço de petróleo desde 97 até janeiro e... A próxima, por favor. E tem mais ainda, atingindo cerca de 125 a 135, até já caindo fora da escala no nosso gráfico aqui, ou seja, essa é uma... Todos estão acompanhando a evolução dos preços do petróleo, os custos... Mas, isso é importante também que, normalmente, se nota, se observa diariamente, e se acompanha o aumento do preço do petróleo. Mas os custos da atividade vêm subindo também de maneira muito importante. Isso não tem muita repercussão fora da mídia especializada. Vocês notam aqui, por exemplo, sondas de segunda e terceira gerações, um pouco mais antigas no Mar do Norte; no período de 12 meses tiveram acréscimos de 100 mil dólares para mais de 350 mil dólares, em pouco tempo. E, hoje, as sondas mais modernas, de 5ª e 6ª geração, estão com diárias entre 500 e 600 mil dólares por dia. Ou seja, a mensagem que queremos passar aqui é o seguinte, esse é um exemplo de que os custos da atividade vêm subindo de maneira bastante importante e também tem

que ser levado em consideração na hora de se definir o modelo e economicidade dos projetos.

Vários países vêm renegociando contratos para capturar maior fatia da renda econômica. E uns vêm se fazendo de maneira... Respeitando os atores todos ou outros impostos, naturalmente, para aumentar a participação do Governo. Aqui, a nossa mensagem é de que entendemos de que o Brasil tem oportunidade única de fazer o ajuste do seu modelo regulatório de forma equilibrada, de forma... Respeitando os contratos, se firmando como país que vem merecendo o respeito internacional, haja vista aí as diferentes agências, que estão pontuando o Brasil como *Investment Grade*, fazer sua modernização com seriedade, com responsabilidade, mas... E de uma forma realmente madura e que reforça a posição do país como país atrativo aos investimentos, permitindo a atuação de todos os segmentos, num momento tão importante como esse do descobrimento das reservas do pré-sal.

Dez anos de sucesso da Lei do Petróleo, eu quero parabenizar o Congresso Nacional pela lei 9.478, que é a Lei do Petróleo. Foi uma lei de muita discussão e que, a princípio, causava muitas preocupações e se mostrou, nesse balanço de 10 anos de petróleo, um tremendo sucesso. Permitiu que hoje tenhamos 71 empresas diferentes de petróleo atuando, das quais 36 empresas são brasileiras, são empresas nacionais, permitiu um crescimento extraordinário da PETROBRAS. A PETROBRAS enfrentou a competição, de igual para igual, com sua competência, cresceu extraordinariamente, para orgulho de todos nós brasileiros, ocupa hoje uma das posições de liderança como empresas mundiais. O Brasil alcançou esse notável desenvolvimento no setor, graças a um regime progressivo de concessão; o atual modelo que está vigente dentro da atual Lei de Petróleo, que é um sistema estável, transparente e competitivo.

Então, nesse momento, que é bom que se tenha em mente o êxito desse processo de abertura, em que se considera essa discussão desse modelo [ininteligível]. No nosso entender, são 10 anos de conquistas, de avanços, e temos que preservar essas conquistas que foram feitas nesse modelo.

As vantagens do atual [ininteligível] sistema moderno, flexível e progressivo, em pleno êxito desde a sua introdução, já comentei anteriormente, e atrativo para o Governo, para os grandes investidores e operadores nacionais também, no nosso entendimento; acomoda as diferentes condições de produção, pode ser em terra, águas rasas e águas profundas; é um modelo que pode ser moldado para adequar aos diferentes interesses do Governo, em determinados momentos, e também favorece a viabilidade econômica

de campos de portes diversos, pequeno, grande ou mesmo gigantes, como são os casos das descobertas do pré-sal.

Aqui, as distribuições mundiais de tipos de contrato que têm em discussão, então, repetindo aos senhores, as duas principais modalidades de contratação são os contratos de concessão, que é vigente atualmente no Brasil, na lei 9.478, e o de partilha de produção. E eles têm distribuição relativamente equilibrada no mundo. De forma geral, os contratos de concessão tendem a dominar nos países desenvolvidos, ao passo que os de partilha são mais comuns, não exclusivamente, mas mais comuns em países onde exista regime fiscal tributário. Não existe um regime fiscal tributário adequado. Ou seja, não tem instituições fortes, jurídicas ou fiscais tributárias que permitam, digamos, um melhor exercício do contrato de concessão. O contrato de concessão é simples, é mais fácil de o Governo executar. Os contratos de serviços são menos comuns e tem sido adotados em países onde não há muito estímulo à atração de investimentos, como os dois únicos casos relevantes, que são México e Irã. E o México, inclusive, hoje está revendo a sua situação, tem feito inúmeras visitas ao Brasil; à PETROBRAS, à ANP, esteve agora em diversas delegações do Congresso, de autoridades, ao próprio IBP, para conhecer o modelo brasileiro, que é visto como um modelo brasileiro de sucesso, internacionalmente reconhecido.

Aqui vocês podem ver, nesse gráfico, como é mais ou menos a distribuição dos contratos de serviço, então, como eu comentei, México e Irã, os contratos de concessão são, na maior parte dos países, digamos, desenvolvidos. Os contratos de partilha têm maior presença em países da África, também na Índia, mas pode notar aqui, por exemplo, na Arábia Saudita, por exemplo, a parte de petróleo é toda da empresa local, a Saudi Aramco. Agora, a parte de gás, que eles estão licitando, permitindo novas empresas operar, o fazem através do regime de concessão. E nós temos, por exemplo... E aí, eu quero deixar claro aos senhores também que a indústria pode se acomodar e trabalhar muito bem nos dois modelos, quer seja o regime de concessão, quer seja o regime de partilha. Só que nós já temos 10 anos de um histórico de regime de concessão. E entendemos também que o Governo pode capturar, digamos, a sua receita igualmente, ele pode reproduzir nos dois modelos, igualmente, a questão do *government take*, que é a parte dos impostos.

Então, de certa forma, a indústria pode se acomodar em qualquer das duas situações e o Governo também, do ponto de vista de arrecadação, ele pode produzir nos dois modelos, em iguais condições. Agora, objetivamente, para o pré-sal, que é uma dívida

de Deus para todos nós brasileiros aqui, a discussão seria... Necessário mudar o modelo. Então, como eu comentei, os contratos de concessão e partilha podem oferecer uma repartição adequada da renda petroleira entre Governo e concessionária ou contratista. Já por sua parte, o contrato de partilha é mais complexo. Ele exige a criação de uma empresa 100% estatal para receber a parcela do Governo e da partilha, são... Todos os artigos são propriedade do Governo; as próprias empresas não podem colocar como... Ou colocam apenas uma parte menor de suas reservas como suas, então, isso acaba afetando também, digamos, o valor de mercado das empresas que participam de um processo como esse, de um projeto como esse. E exige também a grande estrutura burocrática, por quê? Porque o contrato de partilha tem que aprovar todas as despesas. Então, ele é ineficaz. Ele não estimula a eficiência, no nosso entendimento, porque se os custos todos vão ser reembolsados, então, não há um zelo maior, de maneira geral, claro que há exceções, pode não haver um zelo maior no trato das despesas. Porque, se precisar aprovar uma caminhonete, para um consórcio num campo, você tem que ir até o Governo para pedir autorização ao agente ou representante. Então, ele é muito mais burocrático. Então, o contrato de concessão, nós entendemos que o contrato é mais simples, a ANP o fiscaliza hoje com total competência e achamos que devia ser preservado.

Bom, a atual Lei do Petróleo, ela permite, e aí nós estamos em linha com a posição da ANP, que a ANP tem difundido, vamos escutar o Diretor Haroldo em seguida, mas a atual Lei do Petróleo, ela, que, repito, parabenizamos o Congresso pela edição tão bem equilibrada da lei, ela tem um Decreto que faz o ajuste das participações especiais, que define as participações governamentais, e aí o Governo pode, através de uma adequação desse Decreto, estabelecer, digamos, se ele quer aumentar sua taxa, estabelecer outros critérios e tudo mais. Então, esse instrumento de participação especial, que funciona exatamente como taxa especial sobre lucros extraordinários, poderá propiciar uma adequada repartição da renda petroleira.

Então, na realidade, o porquê que nós defendemos a manutenção do atual contrato de concessão, não mexer na Lei do Petróleo e fazer ajustes através do decreto? Porque, basicamente, qualquer outra alternativa poderia impactar, seria necessário alterar a Lei do Petróleo, com um prazo de tramitação incerto; os senhores aqui conhecem melhor que nós, um processo de tramitação de Lei em discussão, que poderia paralisar o setor. Então, daí a nossa preocupação e resalto que, inclusive, na Lei do Gás, a posição da

indústria foi, a princípio, havia alguns Projetos de Lei inclusive, de colocar a Lei do Gás, os conteúdos da lei do gás dentro da Lei do Petróleo. A posição nossa, da indústria, foi de preservar a Lei do Petróleo, que é uma lei boa, é uma lei consagrada, e vamos fazer uma Lei do Gás independente porque corremos o risco de ficar com uma lei ruim para óleo e gás e, pelo menos, preservamos a lei boa de petróleo e temos o desafio de fazer uma Lei do Gás atrativa.

Bom, nessas três últimas transparências, rodada de licitação. Nós temos preocupação com os atrasos da rodada de licitação. A própria ANP tem defendido com insistência a retomada dos processos e estamos em linha com a ANP também, porque adiamento de importantes vencimentos pode acontecer, com reflexos negativos, a médio prazo, no perfil de produção. E, por exemplo, eventualmente, os descobrimentos atuais do pré-sal, na realidade, foram blocos licitados no ano 2000, e que o descobrimento foi a partir de 2006 e 2007, considerando a entrada de produção que o Presidente Gabrielli deve comentar, um teste de longa duração, um piloto e tal, ou seja, você leva de 12 a 15 anos, na realidade, entre fazer a licitação e ter o início do desenvolvimento desse campo. Então, nós não podemos pensar em não fazer a rodada de licitação porque hoje, eventualmente, nós temos que pensar no amanhã e não de gerar uma solução de continuidade em relação a isso.

Por outro lado, o adiamento da arrecadação, quem mais perde com o atraso é o Governo. Quer dizer, o eventual atraso, as empresas, os operadores perdem, mas quem mais perde é o Governo porque, se nós tomarmos um campo do porte de cinco a oito bilhões de reserva, estimando que o campo de Tupi teria, mais ou menos, reserva como essa, o Governo deixa de arrecadar de três a cinco bilhões de dólares por ano. Cinco bilhões de dólares é quase uma CSS, que está em discussão agora com tanta polêmica. Então, a gente entende que, então, nós temos que levar em consideração o custo do atraso e o prejuízo que a não licitação hoje pode causar no amanhã.

Todos sabem que você não contrata alguém numa empresa hoje, em algum dia, se você deixa de contratar dois, três anos seguidos, em algum dia, você vai ter um *gap* de gerentes mais experientes, menos experientes, e é difícil de manter essa linha. Por isso que a gente defende a retomada das licitações. Defendemos a oitava rodada, seguindo o edital original, tem uma discussão se ela deve ser retomada com os blocos do pré-sal, ou excluindo ou, eventualmente, ser reaberta ou fechada, creio que o Dr. Haroldo Lima vai comentar isso, a nossa posição do IBP, é que deveria ser retomada como ela está, e concluída porque pa-

rece a solução jurídica mais perfeita, do nosso ponto de vista.

E buscar a promoção da décima rodada, ainda em 2008, se possível. Ou seja, a retomada das rodadas é um ponto bastante importante, até para manter tudo que se conquistou nesses 10 anos das diferentes empresas que aqui estão. Porque as empresas estão mobilizadas, contrataram gente, tem sua carteira de projetos... À medida que for gastando os projetos, dando certo ou não, vamos imaginar, que a minha empresa tenha um insucesso exploratório, vai gastando seu projeto, daqui a pouco já não tem mais área para trabalhar, vai embora. Então, nós corremos o risco de desmobilizar o que se conquistou, o regime de competição saudável e tudo que temos no país.

Bom, conclusões: A atual Legislação do setor é modelo comprovado de sucesso e internacionalmente é conhecido, como comentei, por sua transparência e estabilidade. Então, nós não recomendamos alterações na lei pelos prejuízos que podem vir a causar na continuidade no processo e paralisação do setor, e entendemos que pode ser feito ao abrigo da atual lei. Nós reconhecemos e apoiamos integralmente essa determinação do CNPE, que teve a preocupação de, em duas de suas deliberações, reforçar a visão de que os atuais contratos devem ser mantidos, não há quebra de regras, e acho que nós ficamos muito orgulhosos dessa determinação e essa preocupação do Governo acenar isso de maneira tão explícita. Qualquer mudança deve ser aplicada apenas às futuras licitações, esse é o nosso entendimento. E reforço, baseado inclusive na determinação do CNPE anterior, os atrasos que já comentei, os impasses que podem ter para o setor...

Bom, essas posições, nós entendemos que, devido à manutenção da atual Lei do Petróleo, e que é justo que sejam feitos eventualmente através do Decreto de Participações Governamentais, elas estão em linha com a posição da ANP nesse particular, de manutenção da lei, e também com o que foi expressado pelo Fórum de Secretários de Estado para assuntos de energia, que reúne os 27 Secretários de Estados e que também manifestou sua posição, do ponto de vista dos Estados, em relação à manutenção da atual lei. E nós estamos abertos ao debate, entendemos que é um momento importantíssimo de participar desse debate, acredito que esse debate houve muito na edição da lei 9.478, isso conseguiu produzir uma lei de sucesso, e temos certeza que nós vamos, através do debate democrático, e agradeço realmente a essa Casa a oportunidade de estar aqui trazendo nossa mensagem, tenho certeza que nós vamos convergir e produzir uma coisa que seja boa para o país, mantenha os interesses do país, mantenha a posição de

liderança e competitividade que a PETROBRAS vem tendo; permita que as empresas continuem trabalhando e tenham espaço para tudo, até porque a nossa visão é de que a PETROBRAS é a grande líder desse processo todo, e as demais empresas sempre vão atuar num processo complementar à PETROBRAS.

Então, essa é a nossa mensagem, coloco-me à disposição de todos os senhores. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria agradecer ao Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustível, João Carlos França de Luca. Acho que ficou muito clara a exposição, defendendo a manutenção da lei como é hoje, o regime de concessão como é hoje. E, depois, no debate, tenho certeza de que vamos aprofundar essa discussão. Eu, pelo menos, tenho uma dúvida básica nessa questão. Se a taxa de êxito da atividade de exploração e prospecção no Brasil estava em torno de 12%, média, a PETROBRAS, uma taxa, mais ou menos, imagino, de 50%, o pré-sal, a taxa de êxito é 100%. Então, todos os 18 furos deram a mesma coisa: Muito gás, muito petróleo leve e muita produtividade. E nós vamos manter, como as condições anteriores, diante desse cenário com reservas, com um mega campo, que pode ser o único mega campo. Então, acho que tem uma discussão, vamos ter que aprofundar hoje aqui.

Com a palavra, o Presidente da ANP, Haroldo Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Senhor Presidente da Mesa que dirige os trabalhos, Senador Mercadante, Presidente José Sérgio Gabrielli, da PETROBRAS; Presidente João Carlos França de Luca, do Instituto Brasileiro de Petróleo; Diretor Nelson Narciso, da ANP, que me acompanha nesses debates; Diretor Estrella, aqui na Mesa; Srs. Senadores, a quem eu saúdo em nome do Senador Casagrande, que é o autor do requerimento que promoveu essa audiência; Diretor Vitor Martins, que está aqui presente da ANP; Sr. Secretário Lima, de Petróleo, Gás do Ministério de Minas e Energia...

Sigo, para ganhar tempo, à apresentação de forma imediata. Passa. Aqui um sumário rápido do que vou expor, uma pequena apreciação sobre a evolução da exploração e produção no Brasil, como ela foi feita e salientando alguns aspectos que devem chamar a atenção, que são esses que estão aqui: A incidência dos poços pioneiros, o crescimento de *royalty*, a participação, o declínio da dependência externa, a redução das áreas de exploração para entrar, então, num assunto que está nos chamando aqui, que são os desafios do momento, as decisões do CNPE, a importância das

mudanças no Decreto 2.705, e uma proposta que nós estamos encaminhando. Segue.

Rapidamente, a primeira fase do setor do petróleo no Brasil, ela começa aí em 1858, quando foi feita a primeira concessão. É bom a gente salientar, pelo menos para a nossa apreciação própria, de que a idade moderna do petróleo começa em 1859, quando se funda, nos Estados Unidos, quando se cria nos Estados Unidos o poço do Coronel Drake. O primeiro poço de petróleo vitorioso no mundo, do Coronel Drake, foi em 1859, um ano antes no Brasil, o Pedro II já havia feito uma concessão para explorar óleo nas margens do Rio Maraú e Acaraí. Quer dizer, a nossa previdência é muito maior nesse particular. Nós chegamos, no setor do petróleo, com um ano de antecedência. Não se conseguiu nada, mas hoje, no Rio Maraú e Acaraí, é a bacia de Camamu-Almada, que está sendo muito vitoriosa.

A primeira fase vai desse período aqui até a criação do CNP, do Conselho Nacional do Petróleo. Por conseguinte, são 88 anos que, nessa primeira fase, estamos mexendo no petróleo. Nesse particular, o que existia era um mercado aberto, com o regime de concessões. Isso é que existiu em todos esses 88 anos. Houve poucas coisas, Taubaté conseguiu ficar [ininteligível] com o xisto betuminoso durante dois anos. E, em Bofete, em São Paulo, se descobriu um poço que não deu absolutamente nada. Segue.

Segunda fase vem com a criação do CNP e vem até a criação da PETROBRAS. São 15 anos. Também continuou o mercado aberto com o regime de concessões. O CNP passou, então, a promover a exploração. Essa com pouca novidade, relativamente à fase anterior. Aqui o CNP promove a exploração, e é na base dessa promoção da exploração do CNP, que se descobre, em 1939, o primeiro poço de petróleo do Brasil, que é em Lobato. Um pouco adiante, se faz o primeiro poço comercial, em Candeias, na Bahia, e até 53, quando surge a PETROBRAS, nós tínhamos perfurado, no Brasil, 52 poços; 38 na Bahia. Era uma quantidade bastante pequena. Segue.

Terceira fase vem com a PETROBRAS. É a fase da PETROBRAS. São 44 anos, desde a criação da PETROBRAS, até 1997, quando se cria o Conselho Nacional de Política Energética e a ANP. Aqui, são 44 anos. Nesses 44 anos, muda, passa a existir o monopólio da PETROBRAS no exercício das atividades do setor de petróleo e gás. Reparem bem que não é o monopólio do petróleo. O petróleo passou, desde o início até agora, a ser, e continua hoje, a ser monopólio da União. Quem exercia esse monopólio, nesse período aqui, nessa terceira fase, foi a PETROBRAS, exceto na distribuição e revenda. Na década de 60, consegue-se

a auto-suficiência na produção dos principais derivados. Em 68, a primeira descoberta em mar, Guaricema, em Sergipe; em 74, a primeira descoberta em Garoupa, Bacia de Campos nós chegamos, assim, à nossa principal área de produção até agora. Em 84/85, chegamos em águas profundas, em Albacora e Marlim. A partir de 86, águas ultra-profundas. A situação hoje é essa, bastante favorável. Segue.

Finalmente, chegamos à quarta fase, que é a que estamos vivendo nos dias de hoje, que vem com a criação do CNPE e ANP, e os dias de hoje. Essa fase, por conseguinte, só tem 10 anos. É a mais curta das fases. Nesse período, muda também o formato geral. Nós passamos a ter um mercado aberto, com presença de estatal. Esse mercado aberto com presença de estatal foi o que foi feito a partir da lei 9.748, e passamos a funcionar com os modernos contratos de concessão. E eu chamo atenção para essa expressão que eu botei entre aspas aqui porque não é minha, de "modernos contratos de concessão", porque, até então, como eu tinha falado, existia no Brasil sempre contratos de concessão. Mas eram contratos de concessão nas quais o contratante, que era o Estado, entrava com absoluta desvantagem. Ou seja, se o contratado descobrisse alguma coisa de grande produção e produzisse muito, não tinha importância. O que cabia ao contratante era a mesma coisa. Com esses modernos contratos de concessão, que foram feitos no Brasil e foram feitos no mundo, nós introduzimos, nos contratos de concessão, um mecanismo pelo qual você taxa, o Estado taxa se a produção for muito grande. Por conseguinte, é um moderno contrato, que tem grandes vantagens, dá muita cobertura, dá segurança ao contratante.

Já temos hoje 63... O de Luca já falou o hoje, na verdade, nós temos 71 empresas. Mas eu quis pegar esse dado aqui, que é o dado que eu tenho mais trabalhado, até final de 2007, nós tínhamos 63 empresas em exploração, 33 hoje... São 36 brasileiras, das quais 22 são grandes empresas, 17 são médias empresas e 24 são pequenas empresas. Acho isso muito importante porque nós nunca tivemos, no Brasil, pequena empresa mexendo com petróleo, nem mesmo média empresa mexendo com petróleo. Esse é um esforço que principalmente a ANP tem feito nesses últimos anos e precisa receber, inclusive, na minha opinião, mais apoio porque é criar uma vertente nova no Brasil: A de, ao lado das grandes empresas e da nossa estatal, nós temos também uma... Um setor próprio para pequenas e médias empresas brasileiras.

Em 2006, nós chegamos à auto-suficiência, e hoje, os dados oficiais, de fevereiro de 2008, dão 12.6 bilhões de barris de óleos equivalentes e dados oficio-

sos, que vai chegando a, mais ou menos, 14. Mas não são dados consolidados pela ANP. Segue em frente.

Aqui eu queria chamar atenção para isso aqui. A evolução da exploração e produção no Brasil, a incidência de poços pioneiros. Fizemos aqui um paralelo entre o Brasil e os Estados Unidos. É claro que tem enormes diferenças entre Brasil e Estados Unidos. Mas o paralelo vale para mostrar o seguinte: Primeiro, que a área sedimentar existente no Brasil é mais ou menos semelhante à área sedimentar dos Estados Unidos. Tem essas semelhanças e tem as diferenças que todos aqui sabem. Mas certo é que, em poços pioneiros, nós, do Brasil, ficamos aqui nessa linha das abscissas. Não conseguimos elevar da linha das abscissas. A nossa média é de 54 poços pioneiros por ano. Enquanto nós estamos aqui, os Estados Unidos estão aqui. Então, por exemplo, o nosso recorde foi de 127, em 1982, e os Estados Unidos chegaram a 14 mil nesse mesmo período. Depois eles caem também. Mas agora, por exemplo, que eles estão lá embaixo, eles estão com dois mil ou três mil, alguma coisa assim, que eu não estou conseguindo ler e nós estamos aqui com um número muito pequeno. Segue.

Aqui outra apreciação desse período. Os *royalties* cresceram assustadoramente. Em 1997, quando a ANP começa a consolidar esses dados, nós tínhamos 190 milhões de *royalties* que eram recolhidos da produção de petróleo do Brasil. Hoje nós estamos com aproximadamente 7.5 bilhões. O crescimento foi assustador de lá pra cá. Segue.

Introduziram-se as participações especiais nos tais modernos contratos de produção que não existiam. Isso foi introduzido recentemente. A partir dessa introdução, nós partimos do zero, de 97, e começamos a subir, de tal maneira que hoje nós estamos perto de nove bilhões. Essa queda que se deu, de 2006 para 2007, se deve à questão do câmbio e também à parada em Marlim. Segue.

Um outro fato que aconteceu nesse período é o declínio da dependência externa. Nós estávamos aqui, essa é a curva da dependência externa do Brasil. Nós estamos... Como a produção é pequena, foi crescendo bastante, a importação líquida de petróleo era grande, foi diminuindo; a importação de líquida e derivados também foi diminuindo, foi ficando meio irregular, mas o fato objetivo é que hoje nós chegamos à auto-suficiência na questão do óleo. Segue.

Esse mapa, esse slide, eu queria chamar atenção. Nós temos... Diz respeito às áreas que estão em exploração. Não são as áreas que estão em produção. São aquelas que estão sendo perfuradas para se descobrir petróleo para começar a produzir. A curva, em geral, esse mapa mostra que foi a partir desse período

aqui, onde houve a rodada zero; a rodada zero, como alguns sabem, aqui foi feita em 1997, e a partir daqui, a PETROBRAS assinou com a ANP, salvo engano, 397 contratos, dos quais tinha 280 e não sei quantos de produção e 115 de exploração. Esses 115 estão aqui. A área dos 115 é essa aqui. Então, começamos... Em 98, nós estávamos assim, na área de exploração. Depois, vem a rodada 01, aí aumentam as áreas. Depois, vem a rodada 02, aumentam as áreas. Nós chegamos aqui a ter, mais ou menos, 420 mil quilômetros quadrados de área em exploração no nosso país. De repente, começamos a cair. Vem a rodada 03, pouca coisa, rodada 04, pouca coisa, rodada 05... Aí, quando chega na rodada 07, sobe um pouco, mas sobe com uma coisa um pouquinho artificial. É que a bacia do São Francisco e a do Solimões foi tudo arrematada por uma só empresa, empresa Argentina, e não são áreas prolíferas. Isso aqui não significa grande perspectiva. Vem aqui a rodada 07, que está aqui mais por amostragem, porque a rodada 08, mais por amostragem, porque ela não foi ainda resolvida, mas, em sendo resolvida na parte que já foi, digamos assim, realizada, que é a parte da manhã, daria isso aqui. A rodada 09 deu isso e, se não houver novas rodadas, nós estamos com uma perspectiva de, a curto prazo, aí pelo ano de 2013, nós estávamos com algo em torno de cento e poucos mil quilômetros quadrados para um país dessa extensão, em que já tivemos 420, é muito pouco, o que significa que nós temos que aumentar a área de exploração, olhando os interesses do Brasil. Não estou olhando aqui outro tipo de preocupação. Mas o Brasil, com uma área dessa dimensão, não poderia chegar a esse ponto. Segue.

Observações básicas. Eu chamo atenção aqui. Sempre houve um único modelo; o mercado aberto com a presença estatal é o que existe em todos os grandes países do mundo, exceto o México, mas todos os grandes países do mundo têm isso, mercado aberto com presença estatal. Não temos tradição de muito esforço exploratório, até que chegou o pré-sal. Segue.

A PETROBRAS informou. O desafio do momento, qual é? A PETROBRAS informou ao CNPE que testes de produção por ela realizados apontam a existência de grandes volumes de óleo e gás de alto valor comercial que, se confirmado, seria um dos maiores do mundo, em uma área denominada pré-sal. Isso é que o Governo tomou conhecimento por informação feita formalmente pela PETROBRAS. Ainda considerou que a área tinha aproximadamente 160 mil quilômetros quadrados, que corresponde a 2,5% das áreas das bacias sedimentares brasileiras. Segue.

Diante dessa notícia, o CNPE determinou à ANP retirar da 9ª rodada os 41 blocos que estavam nessa

área. Ao MME providências para a conclusão da oitava rodada e ao MME, a MME e MP. E ao MME que avalie a forma de explorar, a forma de explorar o marco legal para explorar essa área nova do pré-sal. Segue.

O cumprimento... Ah, sim, e claro que se introduziu o respeito aos contratos que, como o art. 3º da Resolução, sobre o qual não há nenhuma dúvida por enquanto. Aí, vem o cumprimento das decisões. Primeira decisão: Retirada dos 41 blocos. Já foi feita. Segunda decisão: Concluir a oitava rodada. Não foi feito. Está dependendo de avaliação sobre os 10 blocos que estão na área do pré-sal. Deixa eu fazer um comentáriozinho sobre isso aqui. Nós achamos que esses 10 blocos não são 10 blocos do pré-sal. Eles estão próximos ao pré-sal. Nós, da ANP, fizemos um exame um pouco mais minucioso sobre esses 10 blocos. Verificamos que esses 10 blocos, eles têm aproximadamente, segundo a nossa expectativa, cerca de 600 milhões de barris de petróleo, levando em conta a taxa de recuperação de 10%. Como a própria PETROBRAS acha que a taxa de recuperação, no caso, pode ser de 35%, a gente acha que pode chegar, se for de 35%, coisa que nunca teve no Brasil, podemos chegar a 1.8 bilhões. E 1.8 bilhões, para 10 blocos não é grande coisa. Então, poderíamos retomar a oitava rodada com esses blocos e aí completar isso. Mas, depois eu falo outras alternativas. Terceira decisão: fazer os estudos sobre o pré-sal, que estão em curso. São estudos que estão em curso. Nesses estudos, tem duas hipóteses que são as mais salientes. A primeira é introduzir no pré-sal um contrato de partilha da produção. A segunda é manter o marco regulatório atual para todo mundo, é o contrato de concessão, e mudar o Decreto 2.075. Segue.

Apreciação sobre essas duas hipóteses. Primeiro, o contrato de partilha da produção, aplicado principalmente em países com grandes reservas e foco exportador, o país hospedeiro, a União, através de uma entidade inteiramente sua, 100% estatal, contrata empresas para exploração e produção. O produto extraído é propriedade da União, representada pela entidade que contratou a partilha. A empresa contratada recebe, em óleo ou moeda, a parte combinada, levando em conta os tributos etc. Esse é o contrato de partilha da produção. Segue.

A outra, a continuidade do marco legal, com mudanças nas tabelas de participação, dado fundamental, que eu queria observar, que definição das parcelas de produção, o dado fundamental é a definição das parcelas de produção que ficam com a União, a *Government take* e o que fica com a empresa, o *contractor take*. Quer dizer, afinal de contas quanto fica para a União, e quanto fica com a empresa concessionária.

As participações especiais nos modernos contratos de concessão e sua adequação às condições dos mega campos podem igualar as duas parcelas nos dois tipos de contratos, sem precisar alterar a lei. Segue.

Aqui esse mapa já foi mostrado pelo de Luca, só chamar atenção isso, como realmente o contrato de serviço está muito limitado, é muito limitado, e combinar... Esse combinado tem na Rússia, aqui no Azerbaijão também, uma parte é contrato de partilha, outra parte é contrato de concessão. Segue.

Importância da adaptação do decreto. Aqui queria fazer um exemplo ilustrativo para os Srs. Senadores observarem como é importante esse tal decreto. O Decreto 2.705 é o decreto que estabelece critérios e formas de calcular as participações governamentais, em particular, a participação especial. No caso da participação especial, são 12 tabelas, com alíquotas precisas em cada um dos casos. Eu pego apenas como exemplo ilustrativo a primeira linha da primeira tabela, que diz: "Está isento de pagar participação especial quem produz até 450 mil m de óleo por trimestre". Está lá escrito, e nós cumprimos isso. Agora, vamos examinar: Como um metro cúbico é 6,29 barris, significa que, em 98, quando foi feito o Decreto 2.705, nós estávamos isentando 450 vezes seis, ou seja, dois milhões e 830 barris por trimestre. Nós estávamos isentando naquele período. Segue em frente.

Dois milhões 830 barris por trimestre, a um preço de 14 dólares o barril, significa que nós estávamos 40 milhões de dólares por trimestre, a quem produzisse aquela quantidade. Essa mesma quantidade hoje significa que nós estamos isentando 367 milhões por trimestre, mantendo o mesmo parâmetro. O que significa que a diferença entre uma coisa e outra, que nós estamos isentando hoje por trimestre, a mais do que isentávamos em 98, 327 milhões. Segue em frente.

Volume de isenção atualizado. Procurando dividir o valor do que se isentava em agosto com o que se... Com o preço atual, e dividindo por... Tudo pela quantidade de barris que tem o metro cúbico, significa que hoje, mantendo a concepção do Decreto 2.705, nós teríamos que estar isentando hoje 49.638 metros cúbicos, ao invés de 450 mil metros cúbicos por trimestre. Segue.

Uma proposta a ser considerada é aqui que eu termino, com a opinião que, no caso específico, é a opinião que a ANP está tendo. É considerar... Primeira questão, considerar em estudo o modelo de exploração e produção do pré-sal. Está em estudo, não se elaborando, antes de sua conclusão, ou seja, da conclusão do estudo, nenhuma proposta de licitação que inclua novos blocos situados nos 160 mil km de sua área. Eu digo "novos blocos" porque os blocos da oitava rodada

já estão apresentados, não são propriamente do pré-sal, estão nas fraldas do pré-sal, não são novos blocos porque já estão apresentados publicamente.

Retomar, para concluir, a oitava rodada, segundo uma das três alternativas. Aí, acho que são decisões políticas que o Governo tem que tomar, no CNPE, e que são três alternativas: Uma é retomar e concluir com todos os blocos previstos. Segundo, retomar e concluir, retirando os 10 blocos que margeiam o pré-sal. Terceiro, é reabrir e encerrar os trabalhos, regularizando a situação dos blocos já arrematados.

Terceira proposta nossa é encaminhar a décima rodada. Como nós vimos, nós não podemos estar nos atrasando, no suposto de que descobrimos uma enorme, e descobrimos mesmo, uma excepcional jazida de petróleo, suspende-se a exploração no restante do país. O país é muito grande. Se fosse um país pequeno, que descobrisse uma coisa desse tamanho, podia, em função disso, parar tudo. Mas nós não podemos parar tudo, parar a explosão no país, porque descobrir isso, até chegar num acordo sobre isso, que, em nossa opinião, demanda estudos mais aprofundados, mais meticolosos, mais pensados. Encaminhar a décima rodada significa a ANP acabar de realizar, está quase concluído, estudos sobre a próxima 10ª rodada, que não tem nenhum bloco do pré-sal, mas tem, no Amazonas, no Pará, em terra, no Parnaíba, no Maranhão, no Piauí etc. etc. E realizar a terceira rodada de revitalização de campos marginais. Essa terceira rodada nós chamamos de rodadinha, é aquilo que eu falei: A novidade é que começamos a fazer, nesse período recente, umas rodadinhas, não para perfurar blocos, mas para revitalizar blocos que já estão usados e estão abandonados, campos maduros. Os campos norte nós chamamos de campos marginais. Esses campos marginais são marginais do ponto de vista do interesse que despertam para a grande empresa. Mas, para a pequena empresa brasileira, do nordeste, do sul do país, do norte, é de enorme interesse. Então, nós hoje já estamos com 20 e tantas pequenas e médias empresas brasileiras interessadas nisso; já fizemos duas rodadas altamente vitoriosas, chamo atenção, Mercadante, que, na primeira rodada nossa, nós apresentamos 17 bloquinhos, campos marginais, apresentaram-se 106 empresas, a ampla maioria paulista, para participar daquilo que só tínhamos 17 para arrematar. E foram todos arrematados. Então, esse processo continua em frente. Segue. Terminei, muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria agradecer ao Diretor-Geral da ANP, Haroldo Lima. Trouxe aí acho que uma reflexão importante em relação ao *royalties*. Porque se

somarmos as duas intervenções, fica muito interessante. A proposta do IBP é o seguinte: Mantém as regras atuais numa área que a taxa de êxito é de 100%. E, com a apropriação da renda por parte do Estado, na forma de participação especial, vou dar só um dado que queria que depois a ANP esclarecesse. Nós temos 74 campos na plataforma continental hoje. Só 14 estão pagando participação especial. Só 14. Em terra, nós temos 189 campos. Só seis estão pagando participação especial. Só seis. O campo que paga a maior alíquota, que é Marlim, é 31,2% da alíquota máxima. E a alíquota média é 18,05. Ou seja, é uma parcela muito pequena dos campos que estão pagando, com alíquotas extremamente reduzidas.

E, na repartição desses recursos, no primeiro trimestre desse ano, só 24 Municípios receberam participação especial. E Campos de Goytacazes ficou com 52% da receita. Então, nós não estamos recolhendo a participação especial, as alíquotas são insignificantes, a maioria dos campos não paga absolutamente nada de receita para a União e para o Estado; se nós mantermos a regra atual, não só vamos licitar com 100% de êxito e o Estado vai ficar roendo osso. Nós vamos entregar a área mais nobre, mais estratégica, com mais potencial, e que todas as perfurações deram 100% de êxito, praticamente sem risco, e só quem paga, na realidade hoje, alguma participação especial, vamos falar claro, é a PETROBRAS. As outras empresas não estão pagando absolutamente nada. Os dados são--

SR. GUILHERME ESTRELLA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, participação especial. Participação especial. Paga, mas paga muito pouco. Estão aqui os dados. São 189 campos em terra; só seis campos estão pagando; 74 campos na plataforma continental, só 14 estão pagando. E as alíquotas são absolutamente insignificantes em relação à potencial de participação especial.

Então, é essa discussão que o Brasil tem que fazer. Está aumentando o preço; a rentabilidade das empresas está como nunca esteve, a valorização acionária das empresas que estão no Brasil é espetacular e nós não estamos tendo a participação na receita que o Estado devia ter. Nós temos que discutir como é que distribui com mais justiça, com mais inteligência, uma visão estratégica de desenvolvimento do país, e assegurar que pelo menos se receba a participação especial, que nós não estamos recebendo. É uma coisa que é insustentável essa situação e nós precisamos discutir isso com profundidade. Com a palavra, o nosso Presidente da PETROBRAS, José Sérgio Gabrielli.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Senador Aloizio, obrigado pelo convite, muita honra estar aqui nessa Reunião, queria saudar também o nosso Diretor Haroldo Lima, da ANP; o Nelson Narciso, Diretor da ANP; o João Carlos de Luca, Presidente do IBP, e nosso Diretor Guilherme Estrella, e queria saudar também o Vitor Martins, Diretor da ANP, e o Lima, nosso secretário de [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pedir desculpas ao Vitor porque a Mesa é pequena e o petróleo é muito grande para essa Comissão. Então, de qualquer forma, se sinta mencionado e prestigiado, em qualquer momento do debate, que você quiser intervir, por favor, evidentemente, estará aberta à intervenção.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Eu tentei fazer uma apresentação um pouco menos polêmica, mas, dadas as duas apresentações anteriores, acho que, na minha apresentação, eu vou aceitar as provocações das polêmicas e vou tentar anunciar as nossas posições nas apresentações.

Eu vou começar essencialmente... A próxima, por favor. Eu vou começar tentando fazer uma análise dos contratos de concessão no Brasil e a atual Lei do Petróleo, partindo da transição entre a terceira e a quarta fase, mencionadas pelo Haroldo. O que nós tínhamos, nessa transição entre a terceira e a quarta fase da exploração de petróleo e da produção de petróleo no Brasil? Nós estávamos vivendo um momento de grande discussão sobre o tamanho do Estado. Havia uma crescente visualização, naquele momento, de que nós tínhamos que encaminhar para uma situação de Estado mínimo, onde os mercados determinavam todas as grandes políticas do mundo. Por outro lado, nós intensificamos a abertura da economia. Os anos 90... É um ano que caracteriza grande abertura da economia brasileira. E, nesse contexto, nós tínhamos uma situação em que tínhamos descoberto Garoupa, estávamos iniciando a produção no mar, mas nossa produção era relativamente pequena, com a perspectiva de preços baixos do petróleo e, portanto, com a situação em que havia alto risco exploratório para descobrir petróleo no país e havia a absoluta necessidade de atração de investimentos internacionais para crescer a atividade exploradora no país.

Neste contexto, a discussão das prevalências de interesses privados e públicos se estabeleceu e caracterizou, naquele momento, a Lei do Petróleo, a 9.478, que é uma lei que equilibra, naquele momento, dadas as conjunturas daquele momento, os interesses dos investidores, sejam empresas estatais, que é o caso da PETROBRAS, sejam os investidores privados, com os interesses, digamos, do público brasileiro, em ter-

mos de arrecadação de impostos e de recuperação de parte da renda derivada do petróleo.

Neste momento, a lei define para a atividade de exploração e produção, o contrato de concessão, e para os trabalhos de abastecimento, que é essencialmente refino, logística em geral e, particularmente, o gás, a autorização como instrumento. Então, esse é o contexto que levou a atual Lei do Petróleo ser constituída, que levou à transição entre uma fase de monopólio da PETROBRAS para uma fase em que o monopólio da União passou a ser exercido através dos contratos de concessão, através dos leilões. Próximo, por favor.

O que, economicamente, esse contrato representa? Esse gráfico tenta mostrar um pouco a divisão da renda do petróleo no contrato de concessão. Nós temos o preço do petróleo total, nós estamos chamando aqui de receita bruta, que é o preço vezes a quantidade, mas por barril a receita bruta, do qual nós tiramos o *royalty*. O *royalty* representa de cinco a 10%, o que é uma variação na lei do *royalty*, estabelecida pela 9.478, no que se refere ao petróleo. E, no caso da exploração em terra, é um *royalty* menor de 1% para o proprietário da terra. Esse restante, depois do pagamento dos *royalties*, serve para pagar a exploração, o desenvolvimento, a operação e cria uma receita tributável, sobre a qual incidem alguns impostos.

Eu queria discutir um pouco a atividade de exploração porque a atividade de exploração é a atividade fundamental que permite a descoberta do petróleo. Você pode, por meios indiretos, identificar, digamos, as três condições mínimas que existem na natureza para que se encontre petróleo. Você precisa ter uma rocha geradora, que acumulou microorganismos num determinado momento e que, sobre ela, se acumularam camadas, durante a construção geológica da terra, que levaram esse microorganismo a sofrer pressões de temperaturas adequadas para que esse microorganismo se transforme em petróleo; você precisa ter vias de migração para que esse petróleo gerado nessa situação de pressão, temperatura e combinação de microorganismos migre por dentro das falhas geológicas e por arquiteturas especiais de migração para uma rocha, que é um reservatório, e essa rocha-reservatória, ela precisa ter um selo que impeça que esse petróleo surja na superfície, aflore nessa superfície, constituindo, portanto, um reservatório.

Essas três condições podem ser identificadas por métodos indiretos. Porém, não são suficientes para dizer que há petróleo ou não há. É indispensável que se faça um furo, pelo menos, para se identificar a existência do petróleo. E esse furo, portanto, dá indícios da existência do petróleo. Com esse furo, você identifica a característica do petróleo, identifica permeabilidade,

porosidade etc., num determinado ponto. Mas não dá para você, a partir daí, definir os volumes. Você precisa ter outros furos de avaliação para definir o volume do que você encontrou naquela região. Então, essa atividade exploratória, antes do desenvolvimento da atividade de avaliação, ela é uma atividade essencialmente de risco porque envolve investimentos elevados, que podem não dar nada.

Só para dar uma informação, o primeiro poço perfurado na área de Tupi custou 240 milhões de dólares, e poderia ser de Parati, na região do pré-sal. 240 milhões de dólares. Poderia ser seco. Então, a decisão de fazer a atividade exploratória é essencialmente uma decisão de alto risco.

O desenvolvimento é já identificado, o indício, se pensa e se identificam quais são os procedimentos necessários para que se haja uma configuração da anatomia do reservatório, da dinâmica do reservatório, das possibilidades de produção, como é que se precisa, se desenvolve o plano de desenvolvimento e se decide como será a produção, quantos sistemas vão ser feitos, quantos poços serão perfurados, quantos poços injetores, quantos poços produtores... Isso se define nessa fase. Até que se começa a atividade de operação. A média mundial, reconhecida, em poços de petróleo no mundo, em média, 60% dos desembolsos de um poço... De um bloco exploratório e de produção, 60% dos desembolsos, incluindo investimento, ocorrem na fase de exploração, desenvolvimento, portanto, antes que se haja iniciada a produção. Portanto, é um investimento de alto risco a atividade de exploração de petróleo.

A operação, evidentemente, que é o custo operacional que vai ser dado ao longo da produção. Daí, resta essa receita tributável. Sobre essa receita tributável, se pagam as participações especiais. Essa relação entre participações especiais e o restante é uma relação que, evidentemente, pode ser maior ou menor, em função do risco exploratório e em função do retorno que o investidor, que toma esse risco, vai ter. Esse equilíbrio entre uma posição e a outra vai depender das condições existentes para o risco exploratório, que é tomado anteriormente, a iniciar a produção. Dessa parcela que resta, após a participação especial, se paga imposto de renda e contribuição social e, portanto, você tem as participações governamentais, sendo a soma da participação especial, do imposto de renda e as contribuições.

A estrutura das participações especiais, no Brasil, varia de taxas de 0%, para campos pequenos, com profundidade menor do que 400 metros, e maior que 400 metros, diferenciada entre isso, e chegando ao máximo de 40% de taxa de participações especiais

para campos maiores, especialmente naqueles acima de 400 metros, que começam a pagar participações maiores mais cedo.

Portanto, é uma estrutura de participações especiais que é diferenciada pelo tamanho do campo e pela profundidade em que ele se encontra em termos do mar. Claro que os campos com maior produtividade, eles vão pagar participações especiais maiores. Próximo, por favor.

Nessa questão, temos hoje algumas características do contrato de concessão, que gostaria de chamar atenção. O petróleo, no subsolo, é propriedade da União, mesmo no contrato de concessão. A mudança da titularidade do petróleo ocorre no ponto de medição. Ou seja, o concessionário tem a propriedade depois que extrai esse petróleo do chão, no contrato de concessão. Ele, portanto, a União não tem a propriedade posterior ao ponto de medição. Evidentemente que isto é muito importante para investimentos de alto risco exploratório. Mas se o risco exploratório é baixo, essa questão passa a ser questionada. Se há um alto risco exploratório, é lógico que quem tomou esse risco exploratório, para fazer esse risco exploratório, queira ter controle sobre a produção, se der certo, se for bem sucedido. Não há restrições a exportações, a não ser em caso de emergência nacional. Coisa diferente, por exemplo, do que é nos Estados Unidos da América; no Golfo do México, *offshore*, nós não podemos exportar, nós produzimos lá e não podemos exportar. Nós temos que vender para os Estados Unidos.

As participações especiais, eu já mencionei, são diferenciadas em termos da produtividade dos campos. Claro que, nos campos maiores, com maior produtividade, as participações especiais são maiores. Existe um outro conceito, que é muito importante, que é um conceito geológico, técnico, relevante, que é a chamada individualização da produção ou unitização, quando você tem reservatórios que sejam contínuos, entre dois blocos. O conceito de unitização diz que se há, geologicamente, um reservatório contínuo entre mais de um bloco, o produtor tem que fazer o processo de unitização, antes de iniciar a produção. Daí a discussão sobre a franja do pré-sal ser um elemento relevante. Porque, se a franja do pré-sal é de um reservatório contínuo, você está dando aos adquirentes da franja do pré-sal uma grande vantagem de comprar um bilhete premiado.

A nossa posição é que a oitava rodada, se for realizada, não deveria conter os blocos da franja do pré-sal. A nossa posição é muito clara. Achamos que a disputa que vai haver no pagamento do bônus e do programa exploratório para a franja do pré-sal vai fazer com que esses blocos sejam pagos muito bem, o

Governo vai receber um bônus bastante elevado, a ANP vai receber um bônus muito elevado, mas, com certeza, será menor do que o futuro e a capacidade e os ganhos exploratórios que vamos ter ao longo do tempo. Próximo, por favor.

Então, portanto, da mesma maneira que eu tentei caracterizar a situação da mudança da terceira fase de exploração para a quarta fase, estou chamando atenção que existem algumas diferenças hoje e por isso defendemos a mudança da Lei do Petróleo. Primeiro elemento: O risco exploratório que, em 98, era alto, hoje, com o pré-sal, é baixo. O potencial de descoberta do petróleo, portanto não somente o risco exploratório é importante, é um elemento relevante, mas o volume de produção também é relevante porque você pode ter baixo risco exploratório, mas baixo potencial produtivo. Portanto, com isso, você não conseguirá também atrair muita atividade. No caso nosso, os campos eram campos de tamanho médio, no pós-sal; agora, com o campo do pré-sal, provavelmente teremos grandes campos. Portanto, nós temos baixo risco exploratório e alto potencial de produção.

A capacidade de financiamento que, em 90, era pequena, o Brasil era um país que estava enfrentando dificuldades bastante grandes de conseguir financiamento de acesso ao mercado internacional, as empresas de petróleo estavam contidas no seu investimento porque os preços dos petróleos estavam baixos; essa situação é radicalmente diferente hoje, quando você tem acesso a financiamento internacional, você tem empresas de petróleo ávidas para investir, você tem hoje limites de crescimento do setor porque estamos atingindo a capacidade de produção dos equipamentos críticos existentes no setor de fornecimento de materiais e serviços para a indústria do petróleo. O preço do petróleo que, na época, estava em torno de 20 dólares, está acima de 120 dólares hoje, portanto, a nosso ver, a conjuntura hoje é completamente diferente do que era no momento em que a 9.478 foi aprovada naquele momento.

Portanto, acreditamos que, dadas essas diferenças de conjuntura e de realidade, nós deveríamos considerar a possibilidade de mudanças da Lei do Petróleo, que levassem em conta, a nosso ver, a diferenciação de áreas no Brasil. Nós temos áreas, no Brasil, que são áreas de fronteira com alto risco exploratório. Então, essas áreas têm que ter um regime e um sistema de contratação que a atual lei é adequada. Nós temos áreas, no Brasil, de bacias maduras, com baixo potencial produtivo, que também têm que ser tratadas de forma, a nosso ver, distinta da área do pré-sal, onde você tem alta... Baixo risco exploratório e potencial produtivo bastante grande. Portanto, a nossa visão é

que deveria haver uma mudança que levasse em consideração as diversidades de casos exploratórios que nós temos hoje no país. Próximo.

Do ponto de vista internacional, eu não vou apresentar o mapa, mas a origem, a mesma coisa do mapa, eu queria chamar atenção do tipo de países que usam diferentes tipos de contratos. Temos uma diferença aí na locação da Bolívia e Moçambique entre o mapa apresentado pelo Haroldo e pelo de Luca. Nós estamos colocando a Bolívia e a Venezuela como contrato de partilha de produção. Mas, se nós olharmos, os países que têm contrato de concessão são: Argentina, Estados Unidos, Peru, Portugal e Brasil. A Argentina era um país com alta produtividade, altas reservas e uma reserva de produção alta. Hoje, a Argentina tem uma situação de produção declinante e reservas declinantes. Os Estados Unidos são um país que é altamente importador de petróleo. Os Estados Unidos importam 2/3 de seu petróleo, tem áreas de reservas muito grandes, não exploradas, tem, talvez, as maiores reservas de petróleo não convencional de areias e betuminosas e de [ininteligível], uma espécie de xisto, folheiros, sendo mais técnico; e Portugal não tem grandes perspectivas, e o Brasil. O Peru, essencialmente, é um país produtor de gás, com pequena produção de petróleo. Os contratos de serviços são muito limitados; o Irã, basicamente o Irã e o México é que têm contratos de serviços hoje; o México, em discussão, nesse momento, sobre o que fazer com seus contratos de serviços; e a Noruega e o Reino Unido, que têm uma licença que é, na verdade, um misto entre contrato de partilha de produção e contrato de concessão.

Então, do ponto de vista da experiência internacional, eu diria que a divisão não deve ser entre países emergentes e países desenvolvidos, mas países com acesso à reserva, com baixo risco exploratório, e países com alto risco exploratório. Porque é essa a grande diferença que vai fazer a atração dos investidores para investir na atividade. Próximo, por favor.

Nesse período de concessão, o que aconteceu com a PETROBRAS? Nós, nesse período, a PETROBRAS, na história dela, já produziu 11,5 bilhões de barris. Isso é a história da PETROBRAS. 11,5 bilhões de barris já foram produzidos no Brasil. Depois de produzir 11,5 bilhões de barris, até dezembro de 2007, não estava contando aqui a produção de 2008, apesar de termos extraído 11,5 bilhões de barris, as nossas reservas de óleo e gás cresceram nessa proporção, diferentemente de Haroldo, aqui estou falando de reserva de óleo e gás; os dados de Haroldo são só de óleo, e isso faz com que tenhamos, em termos de barris, equivalente a 13,9 bilhões de barris de óleo equivalente, sendo claramente que, nesse momento,

esse gráfico mostra claramente que o que nós fizemos foi aumento de nossas reservas em águas profundas. As atividades em águas rasas ficaram estáveis e declinaram um pouco nesse momento e as atividades em terra se mantiveram estáveis durante quase todos esses últimos anos--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Inclui, nessa projeção de reservas, Tupi? Fora o pré-sal?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Não. Isso aqui não tem Tupi. Isso é até 31/12/2007. Então, hoje nós temos 13,9 bilhões de barris de reservas. Do ponto de vista da história dos leilões, esse gráfico é muito interessante, que é um pouco a outra visão daquele outro gráfico que o Haroldo mencionou. Se nós olharmos as áreas que a PETROBRAS adquiriu nesses leilões, em 99, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005, nós temos aqui, esta área cinza é a PETROBRAS com parcerias. A área azul escuro, a PETROBRAS 100%. Se vocês olharem em 99, 2000 e 2001 e 2002, 2001... Claramente, nós tínhamos a PETROBRAS 100%, relativamente pequena. Em 2002, houve uma queda das inversões, nós sabemos as razões e por que houve uma redução de inversões aqui nesse momento, várias crises em câmbio, crise política, expectativas etc. e, em 2003, o que aconteceu? A PETROBRAS foi praticamente sozinha, voltou praticamente sozinha. As parceiras desapareceram em 2003. As parceiras desapareceram em 2003. Só quem foi para a área exploratória foi a PETROBRAS, que está mantendo... É claro que aqui, em 2006, 2005, você tem de novo uma retomada dos parceiros, descobertas... Várias descobertas, pela PETROBRAS e você tem, portanto, aqui, uma clara indicação de mudança, tanto do apetite dos parceiros, como do apetite da PETROBRAS. Isso fez com que o portfólio exploratório da PETROBRAS hoje seja muito maior do que era em 2003, que vinha declinando. Próximo.

A situação atual das concessões de exploração da PETROBRAS: Nós temos hoje 167 contratos de concessão, sendo que, no norte e nordeste, 66, sul e sudeste, 18, e atividade em exploração *stricto sensu*, 83. 100% da PETROBRAS, 69; contratos de parceria com a PETROBRAS operadora 61, e contratos operados por parceiros, 37. Portanto, mesmo com a atividade da PETROBRAS, nós trabalhamos conjuntamente com várias empresas sócias do IBP e, portanto, temos uma série de atividades em conjunto na exploração no Brasil.

Do ponto de vista dos investimentos exploratórios, se nós olharmos os investimentos exploratórios, em termos de milhões de dólares, vamos ver que saímos daí da faixa dos 400, 500 milhões de dólares em 2001

e 2002, para estarmos hoje chegando a 1.7 bilhões de dólares, em 2007, que é investimento exploratório, que é investimento naquela fase de exploração, que eu mencionei inicialmente. Investimento de risco, onde nós vamos tentar encontrar indícios de petróleo e, depois dos indícios, vamos tentar fazer avaliação das reservas, fazer o plano de desenvolvimento e iniciar a produção. Isso exige vários elementos importantes. Existe principalmente um recurso crítico, absolutamente fundamental para isso, é sonda, sonda de perfuração... Sonda de perfuração em águas crescentemente profundas, que vão exigir sondas especiais, de quinta e sexta geração que, como disse o Haroldo, estão hoje na faixa aí dos 500 mil dólares diários de custo, porque os custos se elevaram de forma significativa.

Portanto, também quando formos analisar a participação especial em relação à receita do petróleo, temos que levar em conta não apenas o preço do petróleo, mas temos que levar em conta os custos para a produção do petróleo, sob pena de inviabilizar os investimentos também. Em termos de... Volta, por favor--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Estamos todos com pena de vocês--

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Realmente é uma situação muito difícil, uma margem muito pequena, a gente vê pelas ações e pelos resultados. Lá, no trimestre, cresceram 68% os lucros da PETROBRAS.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Tudo bem, por várias razões de não ter tido atos recorrentes no passado, que nós resolvemos alguns problemas que reduziram nosso lucro no primeiro trimestre. Mas, objetivamente, as margens estão se reduzindo. Mas não é só na PETROBRAS, nas empresas, as margens... O volume absoluto é crescido, mas as margens têm caído.

Em termos de sucesso exploratório, tem, claramente, você tem sucesso exploratório crescente na PETROBRAS, o que significa esforço tecnológico, competência tecnológica, concentração de opções. O próximo.

Do ponto de vista da situação de petróleo, nós temos hoje produção iniciada em 243 blocos, portanto, temos hoje, em produção, 253 blocos, e temos esse dado extremamente importante: Nós temos 59 blocos com declaração de comercialidade, sem que tivéssemos iniciado a produção. Nós vemos 59 blocos que estão... Já encontramos petróleo, já temos volumes para ele, temos plano de desenvolvimento, temos declaração de comercialidade e não iniciamos a produção. Isso é um potencial existente na carteira hoje existente para... Que representa a nossa reserva não desenvolvida. A nossa

reserva não desenvolvida, que é hoje quase metade das reservas que nós temos. O próximo.

Em termos de produção, nós tivemos esse crescimento da produção nesse período; a média de produção, em 93/97, foi de 891 mil barris de óleo equivalente por dia; tivemos um crescimento para a média de 2003 a 2007 de 116%, portanto, atingindo hoje uma média de 2003/2007 de 1925 barris de óleo equivalente, de óleo e gás da PETROBRAS. Próximo, por favor.

A produção prevista de crescimento sem o pré-sal é esta. Portanto, nós estamos prevendo, em 2015, estar produzindo 2,8 mil barris de óleo condensado; 2,8 milhões de barris por dia... Mil não, mil é no início; 2,8 milhões de barris por dia de óleo condensado e a demanda brasileira, estamos projetando em 2,3 milhões de barris em 2015.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ou seja, em sete anos, sem o pré-sal, nós podemos exportar mais de 20% da produção?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Sem o pré-sal. É. Não pretendemos exportar 20% da produção porque pretendemos aumentar a capacidade de refino no Brasil. Então, vamos aumentar o refino no Brasil. Estamos já concluindo os estudos de uma refinaria prêmio de 600 mil barris e estamos acelerando a possível antecipação de uma outra refinaria no Brasil. Próximo.

Em termos do pré-sal. O que é o pré-sal, em última instância? O pré-sal, ele é uma área que atinge toda essa região, que vai da fronteira de Santa Catarina e São Paulo, que é uma fronteira no mar, por esse trapézio, que é o Paraná, vai dessa região até o Espírito Santo. Portanto, é uma região extremamente grande, que é o pré-sal. O Tupi é somente esta área. O pré-sal é essa área toda. Tupi é esse bloco. Portanto, nós estamos falando hoje de uma área muito grande, cuja maioria dos blocos dessas áreas não foi ainda leiloada, não participou, portanto, dos leilões; neste entorno de Tupi, que nós estamos chamando de pólo do pré-sal, existem vários blocos leiloados, porém, muitos deles não estão... Tupi é aqui, Carioca é aqui, Parati é aqui, Bem-Te-Vi é aqui, Júpiter é aqui, Iara é aqui, Guará é aqui, e aqui é da EXXON. Caramba é do lado de cá. Caramba. Próximo, por favor.

Bom, aqui eu já fui mencionado, a Resolução 06, de 08 de novembro, ela define as mudanças necessárias no marco legal, que contempla o novo paradigma; o novo paradigma, a nosso ver, nós temos uma nova província petrolífera, temos volumes expressivos, baixíssimos índices exploratórios, portanto, vemos necessidade de mudança no marco legal com respeito aos contratos em vigor, porque os contratos em vigor foram feitos, foram tomadas decisões com uma condição de risco exploratório distinta, e mantendo, evidentemente,

não se romper as práticas e precedentes internacionais para mantermos as relações institucionais entre o Brasil e o resto do mundo. Próximo, por favor.

Eu queria chamar atenção que, pela Constituição Brasileira, é monopólio da União a atividade de pesquisa e lavra da jazida de petróleo e gás natural. É monopólio da União. Então, o primeiro elemento que a Constituição diz é que é monopólio da União a pesquisa e a lavra. E a Emenda Constitucional aprovada diz que a União poderá contratar. Então, a União é monopolista e pode contratar. Mas o "contratar" é um poder que a União exerce. Ela pode exercer diretamente a atividade de pesquisa e lavra de jazidas. Ela precisa definir como exercer diretamente essa atividade. Próximo, por favor.

Então, a nossa visão, eu não vou definir aqui o modelo, acho que compete essencialmente ao Congresso Nacional definir os modelos fundamentais; os países com grandes volumes de petróleo o regime fiscal dominante é partilha de produção; o Estado tem maior controle com a partilha de produção, o Estado, evidentemente, tem um maior controle sobre as diversas etapas, do que o contrato de concessão e, dada a situação da diversidade exploratória que nós mencionamos, nós acreditamos que o marco regulatório deve ser flexível, para permitir atender as diversidades exploratórias existentes no país. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Quero agradecer a qualidade das intervenções, acho que teremos uma excelente discussão e muitos subsídios para decisões que o Congresso Nacional deverá tomar e temos muitos conflitos e convergências também nas análises que foram apresentadas. Vamos iniciar, então, a arguição. Iniciar com o Senador Renato Casagrande, que comigo foi autor do requerimento.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Presidente. Senador Aloizio Mercadante, agradeço aí também, como um dos autores, a presença da ANP, na pessoa do nosso Presidente Haroldo e dos Diretores presentes; a presença do João Carlos de Luca e dos nossos diretores da PETROBRAS, Dr. Sérgio, Dr. Guilherme. Acho que o debate foi extremamente esclarecedor e demonstra que o Senado precisa se aprofundar, cada vez mais, neste tema, até porque, por decisão do Conselho Nacional de Política Energética, o Ministério está com a incumbência de fazer um estudo sobre a mudança do marco regulatório.

Senhor Presidente, primeira questão é que nós estamos discutindo essas duas fases. Eu pergunto, antes de fazer minha introdução, se nós temos outra experiência de exploração no pré-sal no mundo. Nós

temos, senhor Presidente, antes que eu possa... Antes que... Nós temos a exploração, em área de pré-sal, no mundo...

SR. GUILHERME ESTRELLA: Senador, a notícia que nós temos é que, no Emirado de Omã, existe uma produção pequena de rochas muito assemelhadas a essa. E, lá, afloram também essas rochas e, inclusive, a PETROBRAS já tem mandado seus geólogos estudarem essas rochas na superfície. Mas a produção é pequena no Emirado de Omã.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, esse é um fato nosso aqui do Brasil, a descoberta inédita e o que nós fizemos aqui poderá também servir de base para outros locais, outros países, outras regiões do mundo. A Legislação vem acompanhando a realidade. A decisão, em 97, de um marco regulatório que flexibilizou a área de petróleo foi uma tentativa de fazer com que houvesse mais investimentos nessa área do petróleo e na área de gás. Agora, nós estamos nessa nova fase. Assim, a palavra... São posições distintas que nós temos aqui, com toda a naturalidade. Mas eu precisava compreender um pouco o que nós temos aqui proposto. Acho que, fora o Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás, que tem uma defesa da manutenção das regras como elas são, e propõe e até aceita uma mudança por decreto na questão de participação especial, se eu entendi, mais ou menos, a posição do Instituto é essa. Fora isso, está claro que a ANP e a PETROBRAS defendem mudança na legislação. Tanto a ANP como a--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A ANP defende uma mudança no decreto, certo? A PETROBRAS, na lei. Agora, nós temos uma outra realidade. Com a participação... Com o volume ou as possibilidades que nós temos de reserva, na área de pré-sal, me parece claro que, no baixo risco de exploração, que pelo menos na área de pré-sal, nós tínhamos que ter uma nova regulamentação. Pelo menos nessa área, a gente tinha que ter uma nova regulamentação para que a gente pudesse considerar esse baixo risco da exploração.

Além da questão do debate que nós temos que fazer aqui, dessa nova regulamentação, seja mudar a lei, como alguns defendem efetivamente, até pela realidade nova que nós temos, seja melhorar a participação da administração pública naquilo que a gente pode receber, em termos de recursos, com a atividade do petróleo, acho que nós temos algumas considerações a serem feitas. A atividade do petróleo é uma atividade de um bem finito, nós estamos tratando aqui do petróleo, que é um bem finito, é uma riqueza

za, é uma fonte fóssil de energia e isso precisa levar o Congresso Nacional a se preocupar, primeiro com o futuro. Nós não teremos, por toda vida, esse bem. Acho que a preocupação com o futuro. Acho que uma nova regulamentação ou uma mudança do decreto, que eu ainda não tenho posição, tem que levar em consideração o futuro. Hoje, a participação especial já leva em consideração porque transmite 40% do Ministério de Minas e Energia para estudos e avaliações, prospecções na área. 10% do Ministério de Meio Ambiente para o trabalho de proteção ao meio ambiente. 40% para os Estados, 10% para os Municípios. Essa é a divisão da participação especial. Mas nós temos que levar em consideração, efetivamente, pelo valor do petróleo e pelo volume de produto que nós teremos... Temos que levar em consideração alguma coisa mais efetiva, que garanta, para o país, uma tranquilidade para o futuro. Então, a questão de considerar o futuro uma nova regra é fundamental.

Acho que a questão de você ampliar, como você está queimando combustível fóssil, e nós vamos continuar queimando combustível fóssil, acho que a consideração e ampliação para que nós tenhamos efetivamente uma preocupação maior e um apoio maior para financiar o Sistema Nacional de Meio Ambiente, também é uma preocupação nossa aqui do Congresso Nacional.

E acho que nós precisamos, senhor Presidente, Senador Aloizio Mercadante, compreender que, se nós temos hoje um Brasil tão desigual, nós temos uma experiência no Estado do Espírito Santo, a experiência de um Fundo de Desenvolvimento para os Municípios mais... Com menor IDH; acho que o volume de recursos que teremos, cada vez maior, nessa atividade, exigirá de nós também aqui uma preocupação com regiões e Municípios que têm o menor índice de IDH e uma riqueza finita, combustível fóssil como esse, deve levar em consideração essas questões na hora do debate da nossa nova legislação, se for o caso, ou da alteração do decreto, se for o caso, para que nós possamos ter uma segurança para agora, especialmente uma segurança para o futuro.

Não sei se nós teremos também que fazer uma discussão sobre a questão do bônus. Hoje, o bônus pago à ANP, que vai para a conta do Governo, é um bônus que não tem uma destinação específica, me parece. Não sei, acho que, pela quantidade de áreas que a gente pode ter, sendo licitada ou, de alguma outra forma, no futuro, acho que isso merece também uma preocupação nossa. São mais questionamentos e mais dúvidas que nós temos nesse momento para dar certeza de que a realidade que nós vamos entrar, nós

temos hoje, e vamos entrar, pelo preço e quantidade, é uma realidade diferente. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Renato Casagrande. Nós temos uma lista bastante ampla de inscritos e vamos fazer por blocos. Acho que fica mais adequada a discussão. Para que todos possam... Já são quase meio-dia, a gente poder contemplar a todos. Eu sou autor do requerimento, mas eu falarei logo a seguir. Vamos avançar mais aqui. Senador Antonio Carlos Valadares, com a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu, inicialmente, enalteço a iniciativa do Senador Casagrande em apresentar esse requerimento, convidando autoridades ligadas, juntamente com o nosso Presidente Aloizio Mercadante, convidando autoridades ligadas ao setor de petróleo, com o objetivo da discussão pormenorizada do marco regulatório do petróleo.

Pelo que eu entendi, o Presidente da PETROBRAS, nosso Dr. Sérgio Gabrielli, acertadamente, defende, devido à nova conjuntura nacional e internacional, uma alteração na Lei do Petróleo. E eu acho que o Presidente da PETROBRAS tem toda razão, porque ele apontou diversos fatores que deverão estimular o Congresso Nacional e o Governo Federal a fazerem uma modificação, de tal modo que determinados pontos da exploração petrolífera mereçam um tratamento especial, de vez que a atividade da exploração petrolífera é uma atividade marcadamente de risco, como foi bem acentuado por todos os palestrantes, mas que não se podem conceder, em função disso, vantagens especiais àqueles que estão muito próximos ao pré-sal, naquelas franjas que podem ser resultado de um lençol contínuo de petróleo, o que facilitaria, sem dúvida alguma, uma melhor e uma maior remuneração às empresas que estivessem habilitadas naqueles pontos.

Por isso, V.Exa. tem toda razão e vou, sem dúvida alguma, atuar aqui no Congresso Nacional nessa mesma direção, ao lado do nosso Presidente da Comissão, Senador Aloizio Mercadante, que pensa da mesma forma.

Eu também escutei, da parte do Presidente da PETROBRAS a reafirmação de dispositivos constitucionais que dão à União o controle, o monopólio da exploração, ou seja, da lavra, da pesquisa, da comercialização. Quer dizer, pode-se fazer, inclusive o refino, por intermédio da empresa privada, mas tem que ter o dedo da União, sem o qual... Sem cuja autorização, essa atividade não pode acontecer. De fato.

Agora, eu gostaria de perguntar, em função desse monopólio da União, para, inclusive o refino do petróleo, se há, na Agência Nacional do Petróleo, um proje-

to da criação de uma refinaria particular, de um grupo chamado *South Atlantic*, no valor de dois bilhões, que é um empreendimento que já teria recebido a devida autorização da ANP para ser tocado, no Estado de Sergipe, nas proximidades de Aracaju.

Então, o início da operação se daria no ano de 2012, e nós sabemos que, das 13 refinarias existentes no Brasil, 11 são da PETROBRAS; uma é de... Só existe uma privada, que é a de Manguinhos, no Rio de Janeiro, existiu a Ipiranga, lá no Rio Grande do Sul, mas ela foi comprada pela PETROBRAS, pela BRASKEM e mais a ULTRA. Então, seria um projeto novo, a iniciativa privada, investidores de fora, que vinham aqui para o país construir uma refinaria, onde gastariam dois bilhões de reais e o mercado a que seria destinada essa produção não seria o mercado interno, mas o mercado internacional, Europa e Estados Unidos. Esta é a informação que nós colhemos lá no Estado de Sergipe. Por outro lado, o petróleo a ser utilizado na operação não seria petróleo brasileiro; seria um petróleo adquirido na África, um petróleo muito leve, para a produção de... Preferencialmente de diesel, a ser vendido no mercado, como eu disse, europeu e americano.

Então, eu gostaria de saber do nosso... Dr. Haroldo, que é o Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, se tem fundamento essa autorização, para o Estado de Sergipe, porque, para nós, seria realmente marcante, do ponto de vista social e econômico, se tal fato vier a acontecer, e se há tentativa de outras empresas estrangeiras no intuito de transformar o Brasil aqui num mercado de exportação de bens de petróleo, aproveitando a legislação nacional e os incentivos que são concedidos pelos governos estaduais para a instalação dessas usinas.

No mais, eu parablenizo a todos pela forma segura, firme com que se pronunciariam, muito embora não esteja de acordo com o Sr. João Carlos França de Luca, que tem uma tese, eu respeito, mas eu fico ao lado do nosso Presidente da PETROBRAS, a iniciativa privada vem sendo bem aquinhoadada ao longo desses anos todos, no campo do petróleo, e não é possível que uma legislação que, há 10 anos, quando a situação do Brasil era uma, ela não possa ser alterada; tem que ser alterada em benefício da sociedade do Brasil, não para prejudicar as empresas porque elas terão... Continuarão a ter o apoio de todos nós para desenvolverem os seus trabalhos aqui, inclusive com o apoio da PETROBRAS e da Agência Nacional de Petróleo. Agradeço a V.Exa., Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Antonio Carlos Valadares, tem sempre uma atividade bastante

vinculada ao setor, um mandato bastante atento aos temas da economia do petróleo, e passo a palavra ao Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):

Presidente, muito obrigado. Primeiro, queria cumprimentar V.Exa. e ao Senador Renato Casagrande e à Comissão; essa audiência é fundamental nessa hora. Estamos todos aprendendo. Depois, cumprimentar os expositores, desde o Haroldo, o Dr. João Carlos e o Sérgio Gabrielli e o Guilherme Estrella, que está ali, que é um pessoal pé quente; lá na PETROBRAS está dando tudo certo. Então, o que é muito difícil achar, ele acha, vai com o dedo no mapa, tchum, fura e tam...

[risos].

O Estrella não precisa de sonda, exploração geológica não. É sortudo, pé quente. Mas continue assim.

E eu queria dizer o seguinte: Tive um deputado da Noruega, quando a Noruega começou a descobrir o petróleo do Mar do Norte, que usou uma expressão muito interessante, que é sempre usada: "Para os economistas, o petróleo é o ouro negro; para os sociólogos, é o mijo do capeta". Até porque ele sai, fica a miséria para trás, se a gente não cuidar de distribuir bem, usar bem os recursos que ele deixa porque ele é findado.

Então, essa audiência tem essa importância muito grande. E nós vimos aqui duas posições: Há que mudar. As coisas mudaram, o Presidente da PETROBRAS colocou bem. 98 era uma situação; 2008 é outra situação. E burro é quem não muda. As pessoas têm que mudar. Todo mundo tem que mudar. As circunstâncias em torno da gente fazem com que a gente mude de opinião constantemente até, muitas vezes.

Outra colocação certa, ou muda pelo decreto, mudando o decreto, ou muda a legislação. Pareceu-me a visão do Presidente da PETROBRAS muito interessante. É um continente. Então, pode ter uma legislação de um determinado ponto numa, uma legislação diferente noutra área do país, que interessa ao país... A outra coisa interessante que nós vimos é que a participação especial é sobre a produção do barril. Deveria ser sobre o preço, sobre... O percentual sobre os dólares do barril e não sobre a quantidade de barris porque a variação de preço ia aumentando a participação da União também em cima, sobre o preço e não sobre a produção. Talvez, se a gente fosse mudar o decreto, ele devesse ser mudado por aí, talvez.

Aí, eu faria uma pergunta. Também--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Se o Senador permite, o preço... Variando o preço, paga mais também. O preço--

[falas sobrepostas].

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):

Ah, então já contempla isso? Obrigado. A outra coisa interessante que tem que se colocar é... Eu acho que, nessa... Se fizer uma legislação adaptável a cada região, nós precisamos ouvir também os estados. Os estados precisam, embora o controle seja da União, as Unidades Federadas devem ter o direito de expor sobre isso, de colocar opiniões sobre isso. Eu me lembro que alguns anos atrás eu li, o Canadá, a província petrolífera é Alberta. Não é uma República Federativa, é uma República unitária do Reino Unido, inclusive com regime parlamentarista. Quando a União, quando o Governo Central do Canadá resolveu pagar o preço do petróleo produzido no Canadá, mais baixo que o mercado internacional, a Assembléia Legislativa Parlamentar de Alberta ameaçou fechar. Simplesmente não venderia mais petróleo para o Canadá, vendia para fora. E é um Estado Unitário, não é uma República Federativa, como nós somos. Então, os Estados deveriam ser mais ouvidos sobre isso. Por exemplo, quanto ao *royalty*, o Espírito Santo é um exemplo porque nós não podemos entrar lá e dizer como é que o Espírito Santo tem que dar o *royalty* para lá ou para cá. O Espírito Santo tem um exemplo, o Dr. Guilherme Estrella está sempre lá, o tempo todo, e acompanha... O Gabrielli... O *royalty* que o Estado recebe é distribuído 30% para os municípios, de acordo com o IDH do município, de acordo com a necessidade do município, e com a regra para aplicação. Não pode pagar funcionário público, tem que pagar em projetos estruturantes em favor daquele município. Então, acho que se cada estado contemplasse, dessa maneira, o uso do seu *royalty*, cada estado teria mais responsabilidade e daria até prazer pagar a um *royalty* um estado que se estrutura com o dinheiro vindo do *royalty*.

Aí, eu faria uma pergunta, que vou fazer depois para responder no momento oportuno, ao Dr. João Carlos e ao Dr. Sérgio. Para o Dr. Sérgio Gabrielli: Onde a PETROBRAS, como empresa, que ela atua muito fora do Brasil, ganha mais dinheiro? Na partilha, nas concessões ou nas autorizações? Onde é melhor para a PETROBRAS? E também pergunto ao Dr. João Carlos França, aonde é melhor para as empresas que ele representa? Qual o regime? Então, são as perguntas que eu faço.

Cumprimento o Dr. Haroldo, que ele defende uma mudança mais rápida: Vai lá no decreto... Tchum... Aumenta a participação, o que é bom também para os estados, e atinge quase o objetivo que o Dr. Gabrielli deseja. Acho que, se mudar o decreto é bom, que é rápido, o Presidente vai lá e assina, enquanto se faz uma lei mais apropriada e diversificada para todo o país. Muito obrigado, senhor Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Muito obrigado, Senador Gerson Camata. Eu pediria ao nosso Vice-Presidente, peça autorização à comissão para fazer minha intervenção. Posso fazer daqui? Vou ser bem objetivo. E, assim, a gente encerra esse primeiro bloco. Primeira questão que eu queria chamar atenção da nossa comissão é que, se nós analisarmos a história dos países, das grandes potências petrolíferas exportadoras, é uma história marcada por algumas tragédias. Primeira tragédia de grandes conflitos internos, conflitos militares, relações diplomáticas extremamente tencionadas e principalmente uma incapacidade de combinar a riqueza que o petróleo gera com um desenvolvimento econômico sustentável. A indústria, a agricultura, tecnologia... Porque a sociedade acaba se acomodando com a renda do petróleo, gera burocracias agigantadas e você transforma essa renda em importação e consumo e não constrói um projeto de futuro e não desenvolve as forças produtivas.

Então, via de regra, essa é a experiência predominante das grandes potências exportadoras. Eu estou absolutamente convencido que o Brasil está se transformando numa potência petrolífera tardia. Nós estamos nos transformando numa grande potência petrolífera tardia. Exatamente por essa condição, nós podemos aprender com os erros e com os acertos das experiências anteriores. Nós não temos por que repetir os mesmos erros que a história já registrou. O que é que eu destaco? Primeiro, há uma questão macroeconômica relevante, absolutamente relevante: A renda do petróleo hoje é 10% da economia. Rapidamente, a economia do petróleo vai representar pelo menos 15% do PIB brasileiro. E, com o peso nas nossas exportações, que a projeção da PETROBRAS, sem o pré-sal, quero chamar atenção disso, sem o pré-sal, é a possibilidade de, em sete anos, nós estarmos exportando quase 30% da nossa produção atual. Estamos falando de dois milhões de barris/dia. E com o diferencial: Não vamos mais exportar óleo bruto e importar óleo leve. Vamos ser auto-suficientes no consumo... Ah, os 26 bilhões de dólares, estamos modernizando as nossas refinarias, vamos processar óleo pesado e vender subproduto. Portanto, com mais valor agregado.

Só isso já tem um imenso impacto no nosso saldo comercial. E nós já vivemos agora, não vou longe, mas, nos últimos três anos, mega saldos comerciais geram a apreciação do câmbio, estimulam as importações, prejudicam a competitividade das exportações e prejudicam o investimento e crescimento da indústria de serviços. Como é que nós não... Como é que nós equacionaremos essa questão? Nós temos que constituir um Fundo Soberano. E a experiência da Noruega

é a melhor experiência histórica. Um Fundo Soberano, hoje, a Noruega tem 300 milhões de euros nesse Fundo Soberano. O Fundo Soberano é um Projeto de futuro; nós podemos aplicar esses recursos e a rentabilidade desse fundo nos dará condições de financiar projetos estruturantes para o desenvolvimento. Por exemplo, educação, ciência e tecnologia, por exemplo, aposentadoria e pensão. Primeiro.

Segundo tema. O pré-sal, eu queria aquele... Eu queria só chamar atenção do seguinte: Se nós pegarmos este poço aqui, que é Tupi, este, nós estamos falando de cinco a oito bilhões de barris. Este poço aqui. Se nós pegarmos esta região, que já foi identificada, todos os furos deram a mesma coisa. A sonda bateu no óleo, óleo de alta qualidade, muito gás e muita produtividade. O que é que nós estamos discutindo que possa ser o pré-sal? O pré-sal pode ser daqui até aqui. Essa é a área do pré-sal. É isso que nós estamos discutindo. Um país que tem essa possibilidade histórica pela frente precisa discutir com prioridade, com muita profundidade, o que é que nós vamos fazer, do ponto de vista da regulamentação dessa atividade, no marco regulatório, da renda que a sociedade... Quer dizer, e essa reserva toda aqui, antes de ser concessionada, é reserva da União. O que nós estamos diante de uma situação histórica, que nós podemos, diante dessas reservas, por exemplo, monetizadas a valor atual, liquidar a dívida pública do Brasil. Nós podemos simplesmente liquidar dívida pública do Brasil; nós podemos liquidar uma parte expressiva da dívida pública e da dívida externa. E nós podemos constituir um Fundo Soberano.

Então, essa discussão, ela tem que ser muito bem feita e muito aprofundada. O maior erro que nós poderemos tomar é nos apressarmos em decidir sobre a questão dessa importância. Nós temos que ter cautela. Cautela... Qualquer mudança tem que ser feita com transparência, com muita discussão, preservar a credibilidade do país; acho isso fundamental, do ponto de vista dos investimentos internacionais, do que nós conquistamos, como o grau de investimento, mas jamais abdicar dos interesses nacionais, que são absolutamente decisivos no que vamos fazer.

Então, a minha recomendação, pelo menos, espero, acho que é o sentimento dessa comissão hoje, é muita cautela da ANP em relação a qualquer concessão no que diga respeito ao pré-sal. Nós não podemos avançar nessa questão, nas condições que fazíamos anteriormente. Mesmo porque existe algum risco aqui do desenvolvimento desses poços. Existe risco tecnológico, produtivo. Mas o risco exploratório até agora foi zero. Taxa de êxito é 100%. Ora, se a taxa de êxito é 100%, nós não podemos tratar todo esse potencial

nas regras que nós tínhamos há 10 anos atrás. Essa é a advertência que a PETROBRAS está fazendo e que é absolutamente legítima.

E quero também dizer uma coisa: Se a PETROBRAS é o parceiro mais estratégico da nação, acho que a nação inteira sabe disso, sente isso, é a empresa que é a sexta empresa do mundo, o cenário é absolutamente promissor, ela não é uma empresa 100% pública. Ela é uma empresa de capital aberto. E há uma diferença entre o interesse da União e da própria PETROBRAS, uma diferença que é maior ainda quando a gente trata da União, com as empresas privadas e, sobretudo, com as empresas internacionais.

Então, nós temos que saber administrar e temos que construir essa solução numa parceria estratégica com a PETROBRAS. Não vejo nenhum sentido em propostas do tipo: "Vamos criar uma nova empresa estatal". Não há uma saída para essa discussão que não passe pela PETROBRAS. Com tudo que ela acumulou de tecnologia, de êxito, de construção no país, passa pela PETROBRAS, pode passar por outros parceiros privados, mas a União, o povo brasileiro, tem que preservar os seus interesses que podem transformar radicalmente a nossa perspectiva, como nação, a nossa perspectiva econômica, a nossa perspectiva social.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Presidente, dá um aparte na fala de V.Exa.?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Semana passada, estive com o Ministro Guido Mantega, discutindo a questão do Fundo Soberano. O Ministro Guido Mantega disse que o Governo encaminhará essa semana para a Câmara dos Deputados a proposta do Governo e a proposta vai ter uma base inicial como excedente do superávit primário.

Eu disse ao Ministro Guido Mantega, ele me convidou por esse motivo, que eu tenho um projeto protocolado aqui no Senado, na Comissão de Assuntos Econômicos. Disse que achava fundamental que o debate se desse lá na Câmara com o projeto do Governo e começasse aqui também com o projeto de minha autoria.

O senhor se referiu ao Fundo Soberano e fez um vínculo a essa riqueza que nós temos, não como patrimônio da União. Talvez fosse importante, eu já tenho requerimento inclusive, convidando algumas pessoas inclusive para o debate do Fundo Soberano. Acho muito importante que o senhor pudesse designar um relator ou o senhor assumisse a relatoria, que seria ainda mais apropriado, para que nós, juntamente com o debate que a Câmara vai fazer, que nós possamos também iniciar

o debate sobre o Fundo Soberano nesse contexto mais amplo aqui na nossa Casa, no Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a menção extrema que eu concordo e compartilho. É um grande tema para o país hoje a discussão do Fundo Soberano. Se é verdade que nós temos um déficit de transação corrente de 14 bilhões de dólares, e temos necessidade de aumentar o superávit primário para amortecer esse choque inflacionário de *commodities*, de alimentos, petróleo, matérias-primas, e o Fundo tem que ter um caráter predominantemente fiscal nesse momento, ele, seguramente, terá uma dimensão cambial estratégica, especialmente pelo desempenho da economia do petróleo.

Acho que esse é um tema muito relevante. A segunda discussão que eu acho que temos que fazer hoje aqui é que nós precisamos abrir a discussão sobre a renda pública, o setor estatal, em todos os níveis, Município, Estado e União, recebem da atividade petróleo. Porque é uma legislação que foi se acomodando ao longo do tempo, é uma legislação que eu acho que não sobrevive a uma análise técnica aprofundada; ela está marcada por graves distorções, por uma hiperconcentração de participação na renda do petróleo que, diante desse cenário que nós estamos discutindo, é uma situação absolutamente insustentável, insustentável. O país precisa rediscutir a questão da renda do petróleo, como é que o setor público vai se apropriar. Primeiro, num compromisso intergeracional. O petróleo é uma fonte... São recursos não renováveis. O *royalty*, a participação especial é uma compensação financeira por um recurso que é do povo, que é da União. Por isso tem que ter um compromisso de futuro. Nós não podemos desperdiçar essa receita para consumo perdulário, para desperdício e concentrado, como está sendo a participação de alguns entes federados nesses recursos.

Eu gostaria que a ANP realmente... Que a gente leve para frente a revisão do critério da participação especial, porque não é possível com esse aumento do preço do petróleo, esses dados que apresentei aqui. Nesse primeiro trimestre, só 16 campos de petróleo estão pagando participação especial, dos 73 campos que temos na plataforma marítima. A ampla maioria dos campos de petróleo não está pagando nada de participação especial. Em terra, é mais grave ainda... Só um minutinho. Deixa-me pegar o dado exato aqui. São 74 campos; apenas 14 estão pagando participação especial em mar. Em terra, dos 189 campos, só seis estão pagando participação especial. Portanto, o petróleo não está pagando a participação especial, diria, sobretudo com a rentabilidade que os novos

preços trouxeram, porque se é verdade que o custo marginal das novas atividades é alto, a maioria desses campos já estava instalada, já estava produzindo. E produzia com preço de petróleo de 18, 20, 70 dólares, e agora a 130.

Então, o custo marginal é uma coisa, a rentabilidade é outra, e ela cresceu extraordinariamente. A alíquota mais elevada de participação especial, que é Marlim, é 31,2%. A média hoje está em 18,05. Portanto, muito abaixo do teto. Colocando aqui o teto--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não. A alíquota efetiva superior é 10%. Se eu pegar esses 10%, Marlim é 31,2%, desce 10% da renda líquida do setor. E a média é 18,05. Bom, e o mais importante, igualmente relevante, é a concentração indevida. Um único Município do... É só olhar para Campos ali e verificar o que acontece. O que nós temos aqui no Município de Campos... Eu não tenho aqui a projeção, mas ele abre, assim como o Rio de Janeiro abre aqui para o mar, você vê que o litoral do Rio de Janeiro aparece muito mais amplo que outros Estados; Paraná, então, é um caso dramático. É só olhar e perguntar se isso é justo com a Federação. Nós não estamos discutindo nada contra ninguém. Só quero um critério que seja pelo menos proporcional à área do litoral que cada ente federado tem; como o IBGE sugeriu nessa sala, pegar o ponto imaginário que é o que divide o Brasil da Guiana e do Rio Grande do sul, é o que calcula a nossa plataforma marítima e projetar sadiáz(F) para que cada um tenha exatamente a sua área. O que não pode é o Paraná ser tratado dessa forma e nós termos uma concentração no Município de Campos, que tem 52% da participação dos municípios do Brasil; um único município. Um único município teve 52% da renda da participação especial nesse trimestre--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Permita-me um aparte?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --Eu pergunto se isso é sustentável, especialmente diante das perspectivas de crescimento muito significativo da renda do petróleo nos próximos anos. Nós temos que discutir uma partilha mais racional, mais justa, mais equilibrada. Não se trata aqui de dizer que os municípios que são impactados pelos equipamentos de petróleo, gasoduto, oleoduto, ou que têm embarque ou desembarque, ou que são confrontantes, não têm que ter uma renda adicional; eu não estou defendendo a pulverização. No modelo atual, uma parte da renda do petróleo vai para o Fundo de Participação dos Estados e Municípios. Já vai uma parte pequena.

Podemos discutir qual é a parte que deve ir. E evidente que temos que dar um retorno diferenciado para os Estados que são impactados, que são confrontantes. Mas não com o nível de hiperconcentração de recursos, sem nenhum controle, sem nenhum compromisso de futuro, sem nenhuma forma de nós administrarmos essa riqueza, numa visão de longo prazo. Então, acho que esse debate é fundamental ao país. Pois não, Senador. Queria concluir, mas, pois não.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Mercadante, acho que a discussão que V.Exa. está suscitando é da mais alta significação. No meu entendimento, o mar não é do município nem do estado. O mar é do país. E é bem verdade que tem que ressaltar o impacto de cada uma das... Cada um dos entes federados. Mas, todavia, a riqueza tem que ser compartilhada com todo o território nacional sim. Não justifica ilhas de prosperidade num país cheio de problemas, como é o Brasil, onde tem um Nordeste que ainda enfrenta o problema da linha de pobreza; onde tem o Centro-Oeste, que ainda se arrasta para o desenvolvimento; quando nós temos, como V.Exa. bem acentuou aí, alguns municípios cuja renda dá para se esbanjar recursos. Então, acho que essa discussão tem que ser ferida, sim, e tem que ter como foco o interesse nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Valter Pereira. Acho que o debate vai permitir, inclusive porque nós temos que fazer uma transição que não desestabilize... Nenhum ente federado perca a situação que tem hoje. Dá para fazer isso porque a renda do petróleo vai crescer muito, principalmente se fizermos a mudança no critério... Estou pegando isso porque a ANP tratou da participação especial e o que está acontecendo é indefensável, quer dizer, as empresas não... Principalmente quem sobrecarrega a participação especial é a PETROBRAS. As empresas privadas praticamente não estão contribuindo com nada em termos de participação especial. É insignificante a participação das empresas privadas. E a PETROBRAS paga menos do que deveria pagar. Então, temos que discutir a participação especial. Tem os dados, a maioria dos campos não estão pagando absolutamente nada. Tem que ter um adicional de renda e tem que ser repartido com mais justiça e temos que discutir o Fundo Soberano e uma perspectiva de longo prazo, como fez a Noruega--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E o Presidente Haroldo Lima, senhor Presidente, podia nos informar como está esse debate dentro do Governo--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Esses dados que eu estou dando são do primeiro trimestre. Eu proponho—

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Como é por decreto—

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --Eu proponho, primeiro, nós corrigirmos a participação especial. Imediatamente... Que é uma coisa que dá para fazer agora. Discutimos e fazemos essa correção, uma coisa equilibrada e responsável. Segundo, aprofundarmos o debate do marco regulatório e não tomarmos nenhuma decisão de nova concessão, mesmo porque nós já temos tudo isso aqui para ser desenvolvido. Todas as grandes empresas, empresas mais importantes do mundo, já estão aqui em parceria com a PETROBRAS. A EXXON está aqui, tem um campo específico, a Shell está aqui, a Petrogal está aqui, a Bis(F) Petróleo, estão todos ali. Então, vamos desenvolver esses campos que são espetaculares e enquanto o país amadurece, o que vai fazer, em termos de potencial de reserva, que é absolutamente fantástica, e dado que a taxa de risco exploratório até agora aqui foi zero. Todo mundo bateu e chegou na mesma coisa. É um selo perfeito e pode ser uma única reserva. E se for uma única reserva, a unicidade dessa reserva, que está na lei, é um direito de quem iniciou o processo. E a PETROBRAS está colocando isso como uma possibilidade de nós equacionarmos esse processo exploratório.

Então, quero dizer que terá, de nossa parte, todo o apoio nessa demanda, espero que a gente aprofunde esse debate com o Senado Federal, é um grande debate para o país, e termino só dizendo o seguinte: As perspectivas dos negócios na cadeia do petróleo é uma coisa fantástica. Só no meu estado, a PETROBRAS vai formar, em três anos, 43 mil novos técnicos junto com o SENAI. O concurso que a PETROBRAS fez, para 2600 vagas, meio milhão de pessoas se inscreveram. É uma perspectiva em termos de emprego, desenvolvimento, tecnologia, ciência muito importante para o Brasil.

E o Brasil não tem como errar como erraram os países exportadores de petróleo. Temos que construir um futuro diferente e aprender com o que teve de mais importante e mais exitoso, que eu acho que a experiência da Noruega que deveria nos inspirar.

Então, vamos agora aí à intervenção de todos, vamos inverter a ordem agora. Poderia começar o Presidente José Sérgio Gabrielli.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Eu vou começar pelo comentário do Senador Gerson Camata, que falou da sina do petróleo. E aproveitar isso para comentar um pouco também o que o Senador Aloizio Merca-

dante mencionou. Acho que a história do petróleo tem essa sina de ficar dependendo muito grandemente da receita de um produto e, com isso, destruir as outras atividades e, portanto, criar um parasitismo ou o que tecnicamente chama-se de doença holandesa, que é matar os outros que estão em volta.

Acho que esse risco existe, com toda a empresa e todo o momento que tem um grande fluxo de um setor, a probabilidade de que se crie um parasitismo desse setor é muito grande. Acho que nós temos algumas condições que inibem esse processo. Temos uma economia diversificada, que não é o caso dos outros países produtores de petróleo, nós temos... Por mais importante que o petróleo seja no Brasil, ele não tem o papel que ele tem na geração de renda e no PIB dos diversos países grandes produtores de petróleo, onde ele é muito maior, e ele, felizmente, não é a principal fonte de receita do país. É a maior, mas não é... Nós hoje representamos, talvez, alguma coisa em torno de 10, 12% da receita tributária do país e os governos são muito ávidos pela receita do petróleo, mas o petróleo brasileiro não é, como nos outros países, não representa 70, 80% da receita tributária.

Então, essas três coisas podem dar algum... Digamos, proteção a essa doença. Acho que nós corremos o risco de tentar caminhar para essa doença. Esse é um perigo. O Senador perguntou se nossas experiências sobre partilha, reprodução e contratos de concessão, quem ganha mais? Acho que não há diferença nesse sentido, significativa, comparando internacionalmente, porque tem experiências diferentes, de condições de partilha de produção e de contrato de concessão, que são distintas em vários lugares.

Então, comparar internacionalmente, eu não acredito numa resposta única. Ganha mais com contrato de concessão ou ganha mais com partilha de produção? Então, não acho que haja uma posição que partilha de produção a empresa ganha menos e o Governo ganha mais. O que eu acho que é que partilha de produção dá ao Governo mais opções de comandar o setor, pode tirar mais das empresas. Mas, na medida em que ele tira mais das empresas, ele pode inibir investimentos. Na medida em que inibe investimentos, não tem produção. E o petróleo debaixo da terra, é petróleo debaixo da terra. Tivemos alguns países que tiveram esse problema recentemente. Você tenta aumentar a participação do Governo, os investimentos param e a produção cai. Então, conseqüentemente, não é um tipo de contrato ou outro que vai dizer se a empresa vai ganhar mais ou menos. Acho que é a política que o Governo vai adotar frente às conjunturas específicas, é isso que vai dar flexibilidade. Eu defendo, portanto, esse sistema porque ele dá mais flexibilidade ao Go-

verno de ajustar, de forma mais adequada, porque ele vai ter mais instrumentos do que o contrato de concessão. Então, desse ponto de vista, eu não poderia dar uma resposta onde ganha mais ou menos. Depende de como é feita essa situação.

O Senador Aloizio Mercadante mencionou outro elemento também que eu considero extremamente relevante, é que dados os volumes que nós estamos falando, qualquer decisão sobre o futuro tem que ser muito cautelosa. Eu acho, por outro lado, que em relação ao passado, o CNPE, até agora, definiu de forma clara que os contratos são respeitados, as condições são dadas e a legislação atual, ela é clara sobre o que fazer com as concessões já dadas. Mas eu acho que nós devemos ter cuidados para o futuro. E, portanto, temos que ter a cautela, porque... Um pouco de cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Presidente Sérgio Gabrielli, que fez uma advertência muito importante. Os países que não tiveram o marco regulatório sólido e bem equacionado acabaram comprometendo a capacidade de investimento e de prospecção; é só olhar para a Venezuela, a Bolívia, Argentina; são países próximos, que estão com grande dificuldade de prospecção e exploração e desenvolvimento, exatamente por ausência de uma visão, eu diria, de longo prazo, do setor. Com a palavra, agora, o nosso Presidente, Diretor-Geral da ANP, Haroldo Lima.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Senhor Presidente, Srs. Senadores, observo que os senadores, todos que se pronunciaram, tiveram... Manifestaram o cuidado com relação ao tratamento dessa questão nova, do pré-sal. Alguns colocaram questões localizadas. O Senador Renato Casagrande, um dos autores do requerimento, ele chama atenção... Ele observa que é possível uma nova legislação, como ele disse, se for o caso, ou um novo decreto, se for o caso.

Acho que essa que é a questão que, na verdade, a gente precisava examinar, como encaminhar o processo prático à luz desses cuidados. O Casagrande, Senador Casagrande, enfatiza a questão do negócio do Fundo Soberano, coisa com a qual eu tenho pleno acordo. O Senador Antonio Carlos Valadares, ele fala na necessidade de um tratamento especial às áreas recém-descobertas e chega a falar na alteração da Lei do Petróleo. Eu considero que o tratamento especial deve ser dado. Nós não podemos nos precipitar em dar um tratamento... Quer dizer, não dar um tratamento especial a uma coisa especial que foi descoberta. Na minha opinião, isso não significa necessariamente fazer a alteração na Lei do Petróleo. Nós teríamos que

examinar direito o que isso implica para o desenvolvimento do Brasil.

Eu fui parlamentar, como V.Exas. o são, e sei que uma lei de importância, aqui no Congresso Nacional, ela não pode ser alterada rapidamente. Isso implica num bom tempo. Se nós entrarmos agora na questão agora de alterar essa lei que, diga-se de passagem, está dando certo, nós vamos truncar o processo de exploração, esse processo vitorioso de exploração e produção de petróleo no Brasil, a curto prazo. O projeto...

Senador Valadares, ele me pergunta sobre o projeto de uma refinaria particular, Atlântico Sul, lá em Sergipe, se isso passou pela ANP. Respondo que passou e que nós aprovamos. Então, a refinaria de Atlântico Sul, lá para Sergipe, o projeto foi submetido à apreciação da ANP, nós mandamos chamar os responsáveis, os donos do projeto, eles estiveram lá, discutimos com eles, mandamos chamar inclusive pessoas dos órgãos do estado de Sergipe para examinar conosco a questão fruto de todos os exames, nós demos autorização. Isso já foi dado.

O Senador pergunta se há outras tentativas semelhantes. Não tenho notícia. Acho que por enquanto é essa e é uma boa iniciativa.

Senador Camata, ele faz esse exemplo de Alberta e chama atenção da necessidade que os Estados brasileiros, que não são propriamente tão independentes, como Alberta o é relativamente ao Canadá, mas também sejam ouvidos e tenham seus interesses respeitados nessa questão do destino dos *royalties* etc. Estou de acordo, de pleno acordo com isso.

O Senador Mercadante, ele... Primeiro que ele enfatiza, mais uma vez, a boa experiência da Noruega, coisa com a qual eu também acho que é correto. Em síntese, a temática de como nós vamos proceder, de agora por diante, com relação às participações governamentais, à parcela relacionada com municípios etc., é uma questão que precisamos rediscutir mesmo porque está criando uma espécie de insatisfação nacional a atual forma pela qual se faz a distribuição, o que não significa prejudicar os estados que são detentores dos atuais benefícios.

No que diz respeito ao assunto mais em pauta, o Senador Mercadante chama atenção da necessidade de ter cautela. Chega a falar na história aí de que... Aliás, foi o Gabrielli que, se apoiando nessa cautela, falou na questão do caldo de galinha, como é uma recomendação apreciável por essas oportunidades. Eu quero dizer, sinteticamente, o seguinte, meus senadores, senhor Presidente, eu acho que nós... A cautela que todos aqui falaram e a necessidade de tratamento especial que todos aqui falaram, nós precisamos convergir essas preocupações, essas atitudes para uma

preposição concreta. Na minha opinião, isso significa “suspende imediatamente o tratamento de 160 mil quilômetros quadrados, que significa o pré-sal”. Suspende... Ele está afastado das discussões. A ANP não está autorizada a colocar nenhum bloco em licitação, que seja relacionado com o essa área. Por quê? Porque essa área está em estudo. Em que estudo? Ou vai se fazer para essa área aplicação de uma partilha de produção, ou vai se manter essa lei mudando o decreto ou vai se fazer outra coisa qualquer, que está sendo estudada no Ministério, na ANP, na EPE, aqui no Senado, na Câmara etc. Estudo esse que não é rápido e não deve ser rápido, como aqui colocaram muito bem todos que me precederam. E se não é rápido, nós não podemos parar o restante da exploração do Brasil e da produção, porque está fazendo um estudo importante. O estudo importante deve ser feito com toda cautela e, paralelamente, nós retomamos o processo de exploração de desenvolvimento do processo exploratório brasileiro, que, na minha opinião, significa retomar a oitava rodada a curto prazo; autorizar a estudar a décima rodada, sem que se inclua evidentemente nenhum bloco relacionado ao pré-sal, e atualizar também o Decreto 2.705, que o Senador Mercadante falou aí bastante o seguinte, a participação especial só algumas... Ele disse, só dos 77 campos em mar, só mais ou menos 14, salvo engano, pagam participação especial, e seis em terra é que pagam. Isso é verdade, senador. É verdade porque hoje a ANP, ela calcula a participação especial com base no Decreto 2.705, que não dá nenhuma margem de flexibilidade para nós cobrarmos participação especial de quem não tem produção para pagar a participação especial. Nós cobramos a participação especial de todos os campos que têm produção que, no decreto tal, estabelece. A partir de determinado nível, paga a participação especial. Se não tem produção naquele nível, não paga. Então, nenhum campo brasileiro deixa de pagar participação especial se tem produção que está enquadrada naquela legislação. Está sendo assim.

O problema que eu levantei aqui na minha exposição, senador, é que o próprio Decreto 2.705, ele está desatualizado. Ele está desatualizado. E ele precisava estar... O que eu mostrei aí, o que ele estabelece como isenção, quem produz até 450 mil m por trimestre está isento de pagar. Isso, em 1998, significava uma coisa; hoje significa mais ou menos oito vezes a isenção que nós dávamos. Então, nós temos... Aí sim. Então, penso que atualizar esse decreto é urgente, necessário, e indispensável e não tem nada a ver com o tratamento que se dá, de estudo, ao pré-sal. O tratamento de pré-sal deve ser estudado à margem, paralelamente, a partir de uma decisão do Governo, no sentido de não autori-

zar a ANP a realizar nenhum tipo de leilão que envolva aqueles blocos, porque o modelo para ali está sendo examinado. A última coisa que eu gostaria de-

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):

Permite-me, Dr. Haroldo? Eu acho que houve, na pergunta que eu fiz, não houve o entendimento. Acho que, ao invés do número de barris produzidos para ser à margem, até onde se cobra a participação especial, devia ser sobre quantos milhões de reais, basear em reais ou em dólares e não em barril. Porque, às vezes, um poço pequeno, uma boa produção, baseando no preço do petróleo, ele pode subir e descer, e não tem que mudar o decreto. Se você bota sobre o barril, vamos botar sobre o que ele produz em dólares ou em reais. Reais hoje melhor do que dólar.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA:

Porque o decreto fala, a legislação fala que cobra-se participação especial sobre o volume da produção e a produtividade, a rentabilidade. Nós não estamos... O mecanismo atual não... Só sobre o volume. O que nós estamos estudando, na ANP, e já esta com o estudo quase concluído, é uma adaptação desse decreto à situação do hoje, não só levando em conta o volume, que V.Exa. colocou muito bem, mas também a rentabilidade. E também a mudança dos preços do produto. Terminei.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Muito bom. E nós vamos já, brevemente, convidar a ANP para discutir conjuntamente com a CAE essa mudança nos critérios da participação especial. Não temos nenhum interesse, evidentemente, de prejudicar as empresa, de que há uma coisa indevida... Mas está totalmente defasado, com esse aumento de preço, com a rentabilidade do setor, nós temos a ampla maioria dos poços não pagando e, quando pagam, com alíquotas extremamente reduzidas, como nós estamos vendo. Então, esse é um tema de grande interesse do país e isso vai ajudar também a gente rediscutir os critérios de repartição para fazer mais justiça e evitar essa hiperconcentração. Com a palavra, o Presidente do IBP, João Carlos França.

SR. JOÃO CARLOS FRANÇA DE LUCA: É somente reforçar aqui a nossa proposta e dizer que o IBP foi pró-ativo no sentido de até se antecipar, elaborar seus estudos tão logo o CNPE identificou que queria uma mudança no marco regulatório e que a ANP estudasse.

Nós promovemos estudos, ainda continuamos estudando, não temos a posição final ainda, submetemos esses estudos à ANP, submetemos esses estudos ao Ministério de Minas e Energia, no sentido inclusive, de dizer que se o Governo tem interesse de captar maior fatia da rede petroleira, que o fizesse através do

ajuste das participações especiais. Queria esclarecer que, em nenhum momento, a indústria se opôs à mudança, até porque entende e, na nossa apresentação, os senhores podem observar, está claro que o mundo todo vem fazendo isso, de maneira negociada ou não negociada. Nós dissemos aqui que o Brasil deve dar um exemplo, nesse momento, de maturidade, que o Brasil está ocupando isso, e é responsabilidade de todos nós, senadores, podem contar com todo o apoio do IBP para esse momento.

Então, na realidade, deixar claro que a indústria não é contra mudanças. Pelo contrário, ela só define que entende a importância desse tema e defende que talvez o modelo de concessão pode acomodar as mudanças, porque o modelo de concessão tem diversos instrumentos: Tem o decreto presidencial, tem portaria do INP, tem contrato de concessão, edital de licitações. Então, talvez usando esse conjunto, vamos esgotar as alternativas de verificar se as mudanças através do edital sobre o contrato de concessão podem atender aos interesses do Governo. E, na realidade, já respondendo algumas perguntas que foram feitas, o contrato de... E já também uma pergunta do Senador Gerson Camata, como é que as empresas vêem, qual o regime melhor? Eu faço coro com as palavras do Presidente Gabrielli. As empresas se adaptam a qualquer modelo, quer contrato de concessão, quer contrato de partilha. E o Governo também pode captar, se ele quiser... "Eu quero X por cento de participação". Ele pode obter isso, através do contrato de partilha ou de concessão. Então, eu cito exemplos de novo, países onde tem alto risco, onde tem concessão: Marrocos, Chad, Portugal; onde tem baixo risco, onde tem alto risco, compartilha: Tanzânia, Índia, Uruguai. Países com baixo risco, que têm concessão: Arábia Saudita, para gás; repórter novo foi feito exatamente no contrato de concessão; Venezuela, apesar de haver uma diferença de conotação entre licenças e contrato de risco, o nosso entendimento, o Presidente Gabrielli comentou, é de que é um contrato de concessão. A Venezuela é baixo risco também e tem regime de concessão. Golfo do México também é assim. Baixa o risco, partilha; Angola é assim. A própria PETROBRAS trabalha com Angola, com a Líbia, no Iraque também. Países exportadores, visão de importadores e importadores, contrato de concessão: Venezuela é exportadora e tem contrato concessão, Canadá, Noruega; já no contrato de partilha, Argélia, Líbia, Angola. Países importadores, que tem concessão: Estados Unidos e França... Então, é muito variada a diversidade de situação. Então, nós podemos acomodar os diferentes interesses governamentais e a indústria se adapta a isso. Então, queria deixar claro isso. E a nossa proposta, do IBP, foi--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): O senhor sabe, por exemplo, o Timor Leste, V.Exa. sabe... Timor Leste, nós estivemos lá, recentemente, com o Senador Heráclito, e mantém um contrato lá com, o país, com a Austrália, que extrai o petróleo e lá, me parece, que é partilha.

SR. JOÃO CARLOS FRANÇA DE LUCA: Pois é. Tem a maior diversidade, como a gente mostrou. Tem sistemas mistos, a própria Rússia tem sistema misto, tem sistema de concessão, o Azerbaijão... A Arábia Saudita opera através da *Saudi Aramco*, não está aberto, mas a parte de gás foi aberta para o regime de concessão.

Então, em resumo, queria deixar claro que a indústria consegue se acomodar perfeitamente. E a indústria foi até proativa no sentido de fazer estudos e submeter ao Governo nossos estudos e nossas conclusões parciais e nós, nesse momento, não definimos, em nenhum momento, qual deveria ser o nível de participação que deveria ser porque é atribuição do Governo, seria até uma intromissão nossa, dos assuntos internos do Governo; O Governo que tem autonomia para dizer: "Eu vou estabelecer um valor maior, vai ser assim"; o Governo e pela geração apoiada aqui no Congresso. Então, estamos tentando cumprir nosso papel.

Nessa questão de risco exploratório, eu acho que é importante... Como eu disse, existem áreas de elevado potencial com baixo risco e que convivem com o regime de concessão e o desafio nosso está exatamente em construir, ajustar a legislação, ajustar a legislação atual, que é uma legislação vitoriosa, como muito bem comentada por todos e principalmente pelos diretores da ANP, para evitar uma solução de continuidade e não paralisar os processos. Uma dificuldade, por exemplo, se fala... É um tema de unitização. Unitização é quando... Acho que o Presidente Gabrielli até comentou alguma coisa sobre isso. Quando tem uma área já colocada e tem outras áreas vizinhas, que não estão, eventualmente nem licitadas para nenhuma empresa; estão de posse da ANP.

Se nós tivermos uma área licitada no regime de concessão e outras, eventualmente, em regime de partilha, é uma complicação no nosso entendimento também. Pode vir a ser um... E nós vamos ter que passar por um processo de unitização. Porque esperamos, realmente, que tenha toda essa expectativa que a gente tem de desenvolvimento de reservas, e inicialmente em áreas de grande potencial, os maiores campos sempre são os mais descobertos; o risco também existe... Se minimizou na fase de exploração, o risco do desenvolvimento é um risco bastante importante. O Presidente Gabrielli disse que dos 240 milhões de dólares que custa um poço exploratório.

Mas os riscos de desenvolvimento também são muito grandes. E a questão de rentabilidade e taxaço tem que ser levada em conta para esse futuro. Nós estamos em zonas de 2300, 2500 metros de profundidade, 270 quilômetros da costa, poços abaixo de cinco, seis mil metros, de complexa tecnologia. Então, tudo isso tem que ser levado em consideração porque--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O risco é tão grande que vocês estão brigando como podem para entrar, né?

SR. JOÃO CARLOS FRANÇA DE LUCA: Não, mas é natural. Todos os *players* buscam oportunidades onde tem, de alto risco, médio risco e baixo risco. Mas, por exemplo, o único carbonato que tem hoje em produção, conhecido de mesmo tipo de reservatório que o pré-sal aqui, se não me engano, estou falando com um especialista, que é o Dr. Estrella, ex-colega de PETROBRAS, mas seria nas Filipinas. Reservatórios de alta profundidade, *in deep water*. Nós temos uma condição de reservatório desconhecido, que nós não sabemos bem, aparentemente tem altíssima produtividade, mas não temos ainda conhecimento.

Então, senhores, o nosso cuidado é... Acho que nós temos muito mais pontos em comum do que eventuais divergências. A indústria aceita... Aceita não, ela entende a posição do Governo de que quer aumentar a taxaço e que tem que ser rediscutido isso, entendendo perfeitamente. Estamos sendo pró-ativos. Agora, a questão de... A própria taxaço, a questão da participação especial, só um detalhe. Ela foi criada... Por que é que é especial? Exatamente porque é especial. Porque é como se fosse um imposto de grandes fortunas. À luz da época, somente os grandes campos, grandes produtividades, grandes lucros que seriam taxados. E hoje, basicamente, a maior parte da produção está com a PETROBRAS e outras empresas que participam, as empresas privadas têm uma pequena parcela de produção, muito pequena ainda, mas têm empresas, sim, que estão pagando participação especial. Então, o senador está correto, que uma parte é empresa privada, mas não é que não pague por um mecanismo de tentar fugir. Não. É simplesmente porque, primeiro, não tem produção. Segundo, porque, se tiver, paga conforme o Diretor Haroldo Lima disse que a ANP está ultra-vigilante no cumprimento da legislação.

Então, eu entendo que o momento realmente é de... Muito importante. A indústria está à disposição para discutir isso, levar suas contribuições, suas visões para manter a atratividade. O Presidente Gabrielli remeteu muito bem. "Senhores, não vamos taxar demais as empresas e tirar sua capacidade de investimento". Vamos olhar essa questão de *royalties* e tudo ade-

quadamente, mas não vamos viver uma ilusão de que estamos com preço de 130 dólares por barril agora, fazer um regime que venha a taxar sobremaneira as empresas, e tirar a capacidade de investimento das empresas e principalmente da própria PETROBRAS. No dia seguinte que sair uma taxaço das empresas, a PETROBRAS vai perder valor na Bolsa de Valores. Porque todo mundo sabe que vai ter que pagar a mais. Essa é uma verdade que todos sabemos, que queremos proteger a PETROBRAS--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas, no dia seguinte, ela anuncia um outro mega campo, já sobe de novo.

SR. JOÃO CARLOS FRANÇA DE LUCA: Pois é. São pontos que a gente quer colocar, respeitosa-mente, à consideração de todos os senhores, e temos certeza que, a exemplo do que foi a Lei do Petróleo, o grande debate, nós vamos produzir um instrumento adequado, que preserve os interesses do país, preserve a competição, a atratividade de investimentos, a PETROBRAS seja cada vez mais forte e, dentro de pouco tempo, a gente acha que a PETROBRAS será a nº. 01 do mundo, e seguramente estamos esperando para ajudar a aplaudir porque entendemos, até fomos parte de construir, botar alguns tijolinhos nessa empresa, aí nessa grande obra que é hoje.

Então, acho que o grande desafio nosso é esse e, em resumo, acho que nós temos muito mais pontos convergentes do que, eventualmente, alguma... Alguma divergência, e a posição da indústria é de que esgotar as alternativas de tentar ver se conseguimos resolver, através do contrato de concessão, para não paralisar o setor e tentar dar velocidade e dinamismo para que essas riquezas possam ser produzidas, possam ser gerados *royalties* para estados e municípios todos que estão carentes também e essa riqueza possa ser usada para o desenvolvimento do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, permite fazer uma pergunta só ao Dr. Guilherme Estrella?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Permito. Mas pode ser no final, só para os que esperaram até agora? Em seguida, fazemos uma última rodada se sobrar alguma coisa. Senadora Ideli. Depois, Senador Valter Pereira e, depois, Senador Suplicy, eu lerei a intervenção do Senador Suplicy, que ele está afônico hoje. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senhor Presidente, queria, em primeiro lugar, cumprimentar todos os nossos convidados a esta Audiência Pública extremamente importante. E queria iniciar a minha inter-

venção nos seguintes termos: Os países são defrontados com momentos históricos raros. Tem determinadas situações na vida de um país que fazem total e absoluta diferença no que estes países foram, o que eles são e o que eles podem ou não vir a ser. E eu acho que o Brasil está de frente a este momento histórico raro na vida de muitos países. Porque esta descoberta... E aí, eu queria que, não o Mercante, mas eu queria que o Presidente da PETROBRAS, o Sérgio Gabrielli, o Dr. Haroldo Lima, da ANP, pudessem realmente--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O Haroldo não vai falar sobre isso porque senão a Bolsa vai disparar de novo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): --Dispara de novo né? Mas o seguinte, como todo mundo calou, eu entendi que é aquela história do quem cala consente porque o Mercadante fez ali a canetinha e colocou que não são campos, não são campos. É um único. Pode ser um único. Eu acho que esta perspectiva que está colocada e... Eu, inclusive, queria até confirmar com o Estrella, porque parece que, finalmente, Santa Catarina vai entrar também na rabeirinha desse mega campo, porque parece que tem coisa lá em Itajaí, também descoberta agora recentemente. Eu quero a confirmação porque eu quero uma fatia desse campeão aí, né? Desse campeão.

Então, se nós temos essa perspectiva concreta, me parece, cada vez mais concreta, de termos um campo único, com esta dimensão, não campos, como até agora nós estamos debatendo e tem sido anunciado, é esta a questão histórica, desse marco histórico impressionante que esta descoberta dá. Porque, a partir do momento que se configura, e a União, ela é a detentora, ou seja, pertencem à União os recursos naturais, ou seja, pertencem ao Brasil, pertencem a todos os brasileiros, então, nós precisamos rever tudo efetivamente. Precisamos rever o marco regulatório; eu não vejo como não fazer, nós precisamos rever o decreto, nós precisamos rever os *royalties*, precisamos rever. Porque é o seguinte: O Senador Valter Pereira já tem a infelicidade de não ter praia. Não tem praia lá no... E nem *royalty* de petróleo. Quer dizer, é muito sofrimento, né? Para muitos Estados brasileiros, que não têm a oportunidade de ter praias maravilhosas, como o Senador Camata, no Espírito Santo, eu, em Santa Catarina, o Suplicy, em São Paulo, não tem ninguém aqui do Rio de Janeiro, as praias do Rio. Mas, além de não termos ainda essa questão dos *royalties*, que são apropriados de forma absolutamente indevida por apenas alguns, quando o benefício e a riqueza são do país. É do país.

Por isso que eu tenho o entendimento de que o nosso principal desafio frente a esta descoberta fan-

tástica, que coloca o país num outro patamar, num patamar histórico, num patamar de mudança significativa do que o Brasil é, para o que ele pode vir a ser, o nosso principal desafio é: Como é que o Brasil e todos os brasileiros vão se apropriar desta fantástica descoberta? Eu acho que esta é a nossa principal preocupação. Tem que ser. Porque eu fico imaginando assim; Tem uma Lei Kandir, que quem exporta pode vir aqui explorar, exporta, não paga imposto nenhum. Só vai pagar *royalty*. Então, qualquer empresa que venha a participar nesta exploração pode encher o navio com o petróleo retirado e levar para fora e nós vamos ficar apenas com os *royalties* disso. Não vamos ficar com nada mais do que os *royalties*, numa riqueza dessa magnitude, dessa dimensão. A *Minerals Management Service*, nos Estados Unidos, que faz estudos sobre as reservas minerais nos Estados Unidos, eles, em 2006, apresentaram o estudo do que, na plataforma continental, tanto do Atlântico quanto do Pacífico, os Estados Unidos teriam algo, uma previsão, de 86 bilhões de barris de petróleo. Essa é a projeção que eles fizeram. Os Estados Unidos imediatamente decretaram moratória exploratória nessas áreas. O Brasil vai fazer o quê? Tem uma descoberta dessa dimensão e vai ficar com as regras, com os parâmetros de quando não tinha... Tinha risco, quando a gente não tinha esta dimensão de potencialidade de exploração?

E, depois, é o seguinte. Se isso aqui é um campeão só, não sei se é, ninguém retrucou ao Mercadante, eu até estou desafiando a me dizerem se é ou não é, quem descobriu foi a PETROBRAS. Portanto, ninguém tasca, é nosso, e vamos cuidar disso como nosso, e como nosso, sob a lógica do benefício do país e dos brasileiros. Por isso que eu tenho o entendimento de que nós estamos num momento histórico, que precisamos ter muita atenção porque oportunidade igual a esta, Deus, por mais brasileiro que seja, talvez, não nos dê outra. Então, é muito importante que a gente possa fazer o debate da questão dos *royalties*, da questão do marco regulatório, da questão do decreto, da questão de quem explora só paga *royalty* e, se exporta, não paga mais nada... Então, tudo isso é de fundamental importância.

E, como eu não poderia deixar de perguntar, eu quero a confirmação lá de Itajaí, se tem mesmo uma pontinha do campeão já descoberto no meu estado também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço à Senadora Ideli. Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senhor Presidente, em primeiro lugar, em meio a tantas más notícias que se alastram pelo mundo afora, de

repente, quando se entra na CAE, nessa memorável sessão, nós começamos a nos sentir dentro de uma Arábia Saudita brasileira. Com tanto... Com tanta notícia de petróleo e gás, e isso daí certamente faz muito bem para todos nós. Mas eu gostaria de fazer uma intervenção ao Dr. Sérgio Gabrielli sobre--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Essa expressão Arábia Saudita não é apropriada porque vão começar a chamar o nosso Arthur de Arthur Bin Laden, não vai ficar bem.

[risos].

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É verdade. Isso é horrível.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ao contrário. Veja como nós somos ligados, assim espiritualmente. Eu estava imaginando o Mercadante de xequê, com aquele turbante, enfim... Agora, não quero as mulheres brasileiras de burca. De jeito algum.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Aí, nós temos total unidade.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Acho que é um pleito do mais justificável possível, que o Senador Arthur Virgílio está fazendo. Mas, Presidente Sérgio Gabrielli, V.Exa. falou aí sobre as reservas de petróleo e gás, e que são efetivamente monumentais. No entanto, V.Exa. não separou qual seria a estimativa do gás disponível, qual a perspectiva que nós temos de emancipação, de alcançar a auto-suficiência, se existe alguma previsão, até porque nós passamos por uma... Por algumas... Algumas turbulências nessa relação com a Bolívia, que é o grande fornecedor, e, obviamente, isso inquieta o setor produtivo e inquieta até uma ponderável parcela da população, que foi acessível a uma campanha para a utilização de gás veicular e que hoje está com a brocha na mão.

E eu gostaria que o senhor falasse sobre essas potencialidades, mas eu gostaria de fazer um relato também sobre algumas dúvidas que subsistem historicamente em Mato Grosso do Sul, acerca de reservas de gás. Para que o senhor tenha uma idéia, lá no Pantanal do Mato Grosso do Sul, tem o chamado Morro do Azeite. E esse Morro do Azeite tem um indício muito forte da presença, ou de gás ou de petróleo, que a PETROBRAS, várias vezes, já foi instada a pesquisar e sempre descartou. Mas os populares, só para que o senhor tenha uma idéia, utilizavam os líquidos que afloravam à superfície como combustível para a iluminação de lamparinas; pegavam o líquido ali, jogava na lamparina e funcionava como lamparina. E a PETROBRAS sempre descartou a presença de gás e de petróleo no Morro do Azeite.

Então, nesse momento que... De tantas descobertas, o que eu gostaria de suscitar era exatamente

uma nova discussão sobre isso. Será que não está na hora da PETROBRAS fazer novas pesquisas, novas prospecções, já que as tecnologias se aprimoraram tanto e nós estamos vivendo num momento de grande prosperidade nessa área, será que não é o caso de levantar novamente essa investigação para saber se, efetivamente, o Pantanal não tem o potencial de gás ou outras áreas do Mato Grosso do Sul? Aqui não é uma resposta, Senadora Ideli, não é porque eu fiquei meio complexado com a insinuação de que não temos praia... De repente, pode existir ali algum sinal, e eu acho que compensaria fazer alguma pesquisa ou pelo menos ouvir as razões pelas quais essas pesquisas foram efetivamente abandonadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Valter Pereira. Agora, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senhor Presidente, Srs. Senadores, são três pontos que eu gostaria de saber. Um deles é em relação a essa questão do novo limite que está proposto ali. Nós temos 200 milhas; está se propondo um novo limite, quais são as pendências internacionais que possa haver essa fixação. Outro é com relação ao gás natural, é um pouco na linha do que o Senador Valter coloca, uma questão mais regional, lá de Minas Gerais, na região do São Francisco, nós tivemos até Audiência Pública aqui, em que Haroldo Lima esteve presente, como Diretor da ANP, então, é saber em que pé está essa pesquisa do gás natural, já que nós vemos, pelos gráficos aqui, que o gás natural não tem acompanhado o crescimento na mesma proporção do petróleo. O gás natural tem tido crescimento muito menor e nós sabemos da nossa dependência dos bons humores do Governo da Bolívia.

E, finalmente, se tem algum motivo técnico que impede, qual é o motivo técnico que impede que o contrato de concessão, nos termos do atual marco legal, seja capaz de garantir à União a rentabilidade equivalente à rentabilidade do contrato de partilha. Queria mais informação sobre isso. Não tenho muita informação. A gente vê que o contrato de partilha é mais usado pelo mundo afora. Mas qual é o motivo técnico que o contrato de concessão não dá essa mesma rentabilidade? Qual seria o motivo? Se é que existe.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Eduardo Azeredo. Senador Arthur Virgílio, depois, Senador Heráclito--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Presidente, como eu não tenho pergunta muito longa para fazer, eu queria pegar uma carona na do próprio Senador Azeredo para facilitar. É sobre essa questão

das 200 milhas. O Dr. Haroldo, que nós sabemos, é um brasileiro que defende o país como ninguém; numa ida à Câmara dos Deputados, no dia seguinte, a imprensa trouxe uma informação atribuída a ele, de que os Estados Unidos não estariam respeitando as 200 milhas brasileiras no nosso mar territorial. E eu queria incluir no contexto do Azeredo esse fato, pedindo que ele falasse para essa comissão com mais clareza sobre esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Heráclito. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Muito bem, senhor Presidente. Eu vou retornar, Dr. Gabrielli, a uma pergunta muito simples, muito singela, a uma questão que venho acompanhando com V.Exa., há muito tempo, que é o gasoduto Coari-Manaus. Eu sei que nós temos, ali na região, dois problemas muito graves. Um deles é o período das chuvas, que dificulta as obras, e o outro é o da estiagem, que dificulta igualmente o trabalho de engenharia. Então, fazer uma obra daquele porte, na região, não é uma tarefa fácil. No Governo passado, havia oposição do Governo estadual e não se chegava a um acordo entre a PETROBRAS e o Governo estadual para começar a obra. Suspenso esse óbice, então, se partiu para aqueles episódios todos que já vivemos aqui. Eu tenho que estar em alguns municípios por onde se trabalha e por onde deverá passar o gasoduto, e percebo que a gente sempre tem que fazer um cronograma com uma certa elasticidade porque não dá para se trabalhar como se as coisas fossem previsíveis porque uma das marcas da Amazônia é precisamente a imprevisibilidade.

Levando em conta isso e tendo certeza de que V.Exa. incorpora a experiência da PETROBRAS na região, trabalhando na região, talvez V.Exa. pudesse dizer hoje, de maneira realista, o que julga que seria o prazo mais elástico para se concluir a obra. Porque, depois, teríamos uma outra etapa, que seria a instalação do processo de distribuição em Manaus. E o que já vai demandar um outro tempo, enfim...

E, olha que, olhando com realismo, tem gente que vende, de maneira demagógica, que vai cair o preço da energia. Não cai. Ou seja, o Brasil pára de subsidiar, o que já é muita coisa; o Brasil pára de subsidiar o preço nível que está. O importante é nos conscientizarmos que ali tem uma obra verde, uma obra que arranha a natureza, e eu sempre acredito que a mão do homem vai sempre intervir sobre a natureza, sempre. A questão é fazer a melhor opção. A melhor relação custo/benefício.

Eu sou a favor de hidrelétricas, por exemplo. Entendo que tem o arranhão, mas, depois, ele é far-

tamente compensado pela não utilização do diesel, que é altamente poluente. No caso do gás, temos um exemplo muito claro, um trabalho, aliás, muito bem feito pela PETROBRAS. O gasoduto... O óleo... O duto que vai de Urucu a Coari, ele, obviamente, mexeu com a floresta, mas a recomposição já está muito clara. Não dá para se ver mais os canos. E a PETROBRAS faz aquele trabalho muito bonito de orquidário, de ver as espécies danificadas, para depois devolvê-las à floresta, enfim. É o que se podia fazer. Não fazer nada é compactuar com o diesel; fazer isso significa enfrentar toda aquela torrente de reclamações, de ordem ecológica que houve, com certo exagero. A obra é ecológica porque o resultado é ecológico e atende a uma boa ecologia, que é a ecologia de se impulsionar uma economia que tem um homem no centro, como toda economia deve ter.

Portanto, dentro dessas premissas, levando em conta as peculiaridades da minha região, eu aqui estou a admiti-las, eu não estou aqui a fazer cobranças levianas ou: "Ah, ia completar tal dia, não vai mais". Quero simplesmente, com o coração bem aberto, saber qual é a previsão realista, dentro das condições adversas, de se trabalhar na região? Muito obrigado a V.Exa. É um prazer revê-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Arthur Virgílio. Vamos agora... Eu vou ler a... Não com a mesma competência, mas vou tentar ter o mesmo entusiasmo que o Senador Suplicy tem pelo tema. Quem adivinhar qual é o tema, vai ganhar depois um almoço aqui da comissão—

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas vamos lá. "Por estar sem voz, o que me faz ir ao médico no início da audiência, peço a gentileza de ler a minha intervenção. Em que medida a ANP e o INP e a PETROBRAS têm acompanhado a tramitação do projeto de lei que cria o Fundo Brasil de Cidadania, já aprovado no Senado, e que tramita na Comissão de Tributação da Câmara, onde o relator é o Deputado Ciro Gomes, e que prevê a destinação, dentre outros recursos, de 50% do *royalties* decorrentes da exploração dos recursos naturais para um fundo que, uma vez acumulado, pagará uma renda básica de cidadania a todos os brasileiros. A ANP e a PETROBRAS já deram parecer a respeito? Trata-se de proposição que leva em conta uma sugestão de Thomas Paine, em 1795, segundo o qual todos têm direito de participar da riqueza da nação, e o exemplo pioneiro, bem-sucedido do fundo permanente foi do Alasca. Senador Eduardo Suplicy".

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos agora concluir a intervenção. Presidente Haroldo Lima, vamos lá, sua última intervenção.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Senhor Presidente, Srs. Senadores, as questões que eu anotei, levantadas nessa última rodada dos Srs. Senadores, com relação à Senadora Ideli Salvatti, ela pergunta se é um campo contínuo ou se são diversos campos. Aí eu deixo a resposta para o... Provavelmente o Dr. Estrella, é quem tem melhores condições de... A Bolsa não caiu, exato--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não provoque, senão vai subir a bolsa do planeta hoje. Vamos com calma.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Uma resposta mais contida aqui poderia elevar a Bolsa a um índice enorme--

[risos].

Essa pergunta do Senador Valter Pereira também, sobre o Morro do Azeite, também deixo para o pessoal da PETROBRAS responder.

Senador Eduardo Azeredo levanta a questão do mar, de 200 milhas, e o Senador Heráclito Fortes faz referência a uma audiência também, que participei na Câmara, em que esse assunto foi tratado. Só lembrando, na Câmara, eu estava fazendo uma audiência desse tipo e um deputado perguntou sobre as 200 milhas, eu estive respondendo que não era especialista no assunto, não conhecia em profundidade; de lá pra cá, estudei um pouco mais a questão e disse que, do que eu sabia, não existia nenhum tipo de questão. Não tinha... Mas, historicamente, ele fez, ele insistiu na resposta, eu disse: "Do que eu acompanhei, como parlamentar, essa questão das 200 milhas, no início, os Estados Unidos não aceitavam". Eles não se pronunciavam claramente a favor do mar de 200 milhas. Não sei como isso se desdobrou posteriormente. De lá pra cá, eu tenho procurado examinar o assunto porque passa a ser assunto de enorme importância para nós todos. Não tenho ainda respostas conclusivas. Sei que existe um acordo da ONU, aí sim, já da ONU, que é acordo sobre direitos do mar. Esse acordo é firmado bem mais recentemente; o Brasil ratificou e homologou o acordo, faz parte, e o acordo basicamente define a linha base para todos os países, que é a baixa mar. A linha base é a maré baixa. A partir do baixa mar, da linha base da maré baixa, conta-se 12 milhas, que eles chamam de mar territorial. 12 milhas. Depois dessas 12 milhas, tem 12 milhas de área contígua, e depois dessas 12 milhas de área contígua, vai até 200 milhas,

que eles chamam de zona econômica exclusiva. Isso aí é a convenção da ONU sobre os direitos do mar. Ao que parece, todos estão de acordo com isso e, por conseguinte, eu repito, por enquanto, a resposta que dei naquele dia, lá na Câmara, de que não me parece que nenhum país tenha questionado essa questão do nosso direito às 200 milhas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não há nenhum questionamento envolvendo poços da PETROBRAS ou áreas da PETROBRAS?

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Não, que nós saibamos, não existe.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): E novo limite? Tem um novo limite proposto ali.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Aí, o Gabrielli é que está propondo esse novo limite. Não sei bem o que ele--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos dar continuidade então. E o porta-aviões que veio visitar o Brasil veio por outras razões, sem nenhuma ligação com essa discussão que estamos fazendo.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nosso Presidente, João Carlos de Luca.

SR. JOÃO CARLOS FRANÇA DE LUCA: Bom, não me lembro de nenhuma pergunta direta. Posso pegar carona em algumas perguntas que foram feitas pelo Senador Valter Pereira e também pelo Senador Eduardo Azeredo, sobre a questão do gás. A gente... Entendemos que o tipo de óleo e gás que tem nas reservas do pré-sal tem uma quantidade de gás em torno de cinco vezes mais gás e, para cada barril de petróleo, do que comparado com os óleos da bacia de Campos, que são mais pesados. É isso, né, Diretor Estrella? A razão gasosa do pré-sal normalmente é cinco vezes maior do que, por exemplo, dos campos de óleos pesados na bacia de Campos. Estou falando um pouquinho da quantidade de gás. Então, eu pego, por exemplo, o Albacora Leste, que é um campo que produz hoje 150 mil barris por dia e um milhão de metros cúbicos por dia de gás. Pros mesmos 150 mil barris por dia do pré-sal, ele vai produzir cinco a seis milhões de metros cúbicos por dia. Então, o correto desenvolvimento dessa reservas pode trazer, sim, a diminuição da nossa dependência e quiçá a nossa independência no gás e vamos buscar por esse caminho, que realmente é uma perspectiva muito boa e também acelerando a produção de gás, e tornando atrativa a exploração de gás em outras áreas porque quantas áreas, a exemplo do que essa, podem estar aí disponíveis no Brasil? O Brasil ainda é inexplorado.

Nós temos hoje 7% só conhecimento das bacias brasileiras exploradas. Então, ainda elas são--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas esse melhor cenário é só incluindo o pré-sal?

SR. JOÃO CARLOS FRANÇA DE LUCA: Não. Esse cenário quer dizer na medida em que começar a serem desenvolvidos os campos do pré-sal já descobertos pela PETROBRAS e seus parceiros, e começar a ser disponibilizada a produção, o volume de gás que vai produzir, por cada barril de óleo, é de cinco a seis vezes mais do que os óleos pesados da Bacia de Campos. Então, aí, pode vir a ser um importante... Uma importante oferta de gás novo brasileiro ao nosso mercado para atender a nossa demanda.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Por isso vamos discutir a Lei do Gás aqui com muito cuidado. Já pedimos vista. Senador José Sérgio Gabrielli, com a palavra.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Eu não fui promovido a isso.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas você sabe que leva jeito. Já teve ex-Presidente da PETROBRAS que já tinha sido senador. Pode ser que o atual possa vir a ser. E a Bahia está de braços abertos esperando a candidatura.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): A Bahia está aberta...

[risos].

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Respondendo à Senadora Ideli, concordo com ela. Nós estamos vivendo um momento histórico. Estamos frente a uma oportunidade histórica fundamental. Nós temos, antes, a possibilidade de estar em nossas mãos decisões importantes que vão mudar substantivamente o país. Em relação à Santa Catarina, a descoberta que nós tivemos perto de Santa Catarina, no sul de São Paulo, vou pedir ao Diretor Estrella para depois detalhar a parte técnica, mas é pós-sal, não é pré-sal. É água rasa, é outro tipo. Outro horizonte interessante que apareceu, nesses últimos tempos, que abre também outra possibilidade, que é água rasa, óleo de excelente qualidade, leve, e muito mais próxima do solo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas é muito mais a sul de São Paulo do que norte de Santa Catarina.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Nem vem que não tem, Mercadante.

[risos].

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Em relação ao Senador Valter Pereira, vou também pedir ao Estrella também para falar em detalhes sobre o Morro do Azeite. Mas, antes... O Morro do Azeite. Mas, antes disso, eu

queria alertar para uma situação, que é a lei brasileira hoje. A PETROBRAS não pode fazer prospecção de petróleo em áreas que não sejam concessionadas dela. Então, ela tem hoje, pela Lei de Petróleo, ela só pode fazer prospecção depois que a ANP colocar no leilão e nós adquirirmos o direito dão explorar essa área. Nós não podemos sair... Se no passado nós podíamos ter dito uma avaliação sobre áreas que nós estivemos, hoje não podemos fazer isso porque é necessário primeiro que a ANP defina o que fazer, ou seja, o leilão, e nós vamos discutir.

O Senador Eduardo Azeredo perguntou sobre aquele limite proposto. Ali, aquele limite proposto, Senador, é a visão atual do Comitê Técnico da ONU, que está sob avaliação por nossa Marinha, certo? Aquele limite ali, que está em avaliação pela Marinha Brasileira, de uma proposta tecnicamente aprovada pelo organismo da ONU, que está fazendo a revisão dessas áreas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Que é, por acaso, a Autoridade de Direito do Mar, com sede na Jamaica?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Isso. Não sei se é na Jamaica. Aí, o detalhe não sei, Senador. Mas é o órgão da Marinha, o órgão da ONU, técnico, e a nossa Marinha está avaliando a proposta que está sendo feita.

O Senador Azeredo também perguntou sobre contrato de concessão e rentabilidade equivalente. Eles podem ter a mesma rentabilidade. Você pode modular ou o contrato de partilha de produção ou o contrato de concessão, de forma que eles resultem na mesma rentabilidade. O que a partilha de produção dá é maior controle sobre o desempenho, sobre a operação, sobre as condições posteriores. Enquanto que o contrato de concessão dá mais flexibilidade à operação e, posteriormente, à concessão. Essa é a grande diferença entre o PSA, o partilha de produção e o contrato de concessão.

E eu defendo, pessoalmente, que, para os campos novos, de baixo risco exploratório, deve ser partilha de produção... Para os novos. Não mudando o passado, e não para áreas de alto risco.

Bom, o Senador Arthur Virgílio me pergunta sobre Coari-Manaus, ele sabe que ele é um dos patrocinadores desse gasoduto; esse gasoduto tem sido um aprendizado e um desafio. A PETROBRAS e as empreiteiras contratadas para fazer esse gasoduto estão aprendendo e apanhando muito com o Amazonas. Não só todos os cuidados ambientais que foram tomados para minimizar os impactos sobre a floresta, mas nós estamos vivenciando situações, que vou lembrar algumas aqui. Por exemplo: A lógica construtiva para

período de chuvas e o período de secas, nós estamos invertendo, em alguns trechos, essa lógica. Nós estamos adotando técnicas de construção no mar para águas profundas, aplicadas nas águas... No período de águas, nesse gasoduto, em trechos desse gasoduto. Nós estamos enfrentando situações que, no cinema, chamamos de areia movediça. Estamos vivendo situações de equipamentos desaparecem. Você coloca o equipamento e, da noite para o dia, ele desaparece, ele afunda na época da seca. Nós estamos vendo situações de pequena capacidade do solo de resistir ao peso da tubulação, o que exige outro tipo de técnica.

Então, estamos enfrentando esses desafios de forma... Tivemos um pico da obra, sete mil homens trabalhando... A nossa expectativa hoje, nós ainda trabalhamos que o gasoduto se conclua no final do ano. Essa é a nossa expectativa, que ele se conclua no final do ano. Não quer dizer que teremos gás no final do ano. Por quê? Porque ainda temos o outro gasoduto, que é o GLP duto, que só pode começar a construir depois que o duto ficar pronto até Manaus, para viabilizar o transporte de GLP e não de gás natural. Conseqüentemente, vai ter um tempo a mais para que o gasoduto fique pronto, nós vamos fazer o duto de GLP, vamos concluir de Coari para Urucu e, portanto, vamos ter, só depois desse período, vamos ter o gás disponível. Mas a expectativa nossa é que, ao final do ano, nós teremos a conclusão dessa grande obra de engenharia, que é uma obra absolutamente extraordinária de engenharia, que foi realizada lá, com excelente performance ambiental também. Não somente porque vai levar o gás para substituir o diesel, mas, no processo de construção, nós estamos muito orgulhosos do cuidado que nós tivemos com a construção.

O Senador Valter Pereira perguntou também sobre gás. A nossa perspectiva de gás, nós estimamos... Hoje a demanda de gás brasileira está um pouco acima, está entre 42 e 46 milhões de m³/dia de gás. Hoje. A nossa previsão para 2015, para 2012, é que esse gás, o crescimento da demanda do Brasil, vai elevar essa demanda de 42 para 134 milhões de m³. Portanto, vai quase triplicar a demanda de gás no Brasil até 2012 para 134 milhões de m³. Como nós vamos atender essa demanda? Nós estamos incrementando, crescendo enormemente a capacidade de produção no Brasil. O Estrella está me lembrando aqui, nosso PLANGÁS, só nesse ano, se compararmos o primeiro trimestre de 2007, que entregamos, nós, PETROBRAS, entregamos uma média de 24 milhões de m³/dia, agora passamos de 24 milhões para 32 milhões, um crescimento de 30% em um ano, da produção nacional. A nossa previsão é que, até 2019, nós vamos continuar trazendo 30 milhões de m³/dia da Bolívia. Vamos cres-

cer a produção até 71 milhões de m³. Então, 30 mais 71, dão 101. A diferença será em GNL. Até 2012, com certeza, mas essa é a previsão que nós temos. Com o pré-sal, dado o fato de que a razão gás/óleo é muito alta, comparativamente aos outros, temos que definir mais precisamente as condições de produção do pré-sal para definir a melhor utilização do gás produzido. Podemos ter várias alternativas para o gás produzido. Podemos ter gasoduto, podemos ter liquefação, podemos ter geração de energia elétrica, temos uma série de alternativas que estamos discutindo, a depender, de fato, dos volumes que nós encontrarmos no pré-sal.

Respondendo a Senadora se é contínuo ou não--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, antes do contínuo ou não, nessa questão do gás, eu estive, há poucos dias atrás com a Dra. Graça Foster, e ela confirmou que o terceiro pólo, que o da Bahia de Guanabara e lá do Ceará está em andamento a obra. E que o terceiro pólo também, porque o terceiro navio a PETROBRAS está comprando inclusive. Então, o terceiro pólo é inexorável.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Não, o terceiro pólo vai depender do leilão de energia agora. Porque dependendo do leilão de energia, vamos saber a demanda existente ou não para isso. Aqui para dizer o problema da continuidade ou não, esses pontos pretos são poços perfurados. Esses pontos pretos encontraram óleo. Em Tupi, nós tivemos dois poços perfurados. Em Tupi, nós tivemos dois poços perfurados. Aqui é Júpiter, aqui é Caramba, aqui é Carioca, aqui é Parati, aqui é Bem-te-vi. Pontos pretos são poços perfurados. Em Tupi, nós temos dois. Por isso nós podemos afirmar um intervalo de volumes... Com um só, não podemos afirmar porque não sabemos. É um ponto só. Não temos como afirmar volume a partir de um poço. Nem tampouco podemos afirmar se é contínuo. Nós estamos encontrando e com condições parecidas. Mas nós não podemos afirmar que é contínuo porque tem que fazer mais poços para testar a continuidade.

Então, infelizmente, nós não temos a informação ainda. Nós sabemos que tem uma grande mancha. Agora, essa mancha é contínua? No momento, não podemos ter certeza. Temos que... Infelizmente, tem que fazer a punção da terra, ouvi o ronco lá dos 160 milhões de anos, quando ela aparece no teste de produção, para depois afirmar se tem ou não continuidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria agradecer a todos--
[falas sobrepostas].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, só a explicação de Santa Catarina que, para mim, é muito importante.

SR. GUILHERME ESTRELLA: O Morro do Azeite, Senador Valter Pereira, a PETROBRAS esteve lá, há uns 20 e poucos anos, é uma área conhecida. E é uma área de exsudação. Quer dizer, o petróleo, como disse o Presidente Gabrielli, que, aliás, o Presidente Gabrielli foi aprovado *suma cum laude* na sua aula de geologia aqui, na sua defesa de tese de geologia do petróleo. Mas, de qualquer maneira, a exsudação, muitas vezes, é uma indicação negativa. Quer dizer, o petróleo foi gerado e não encontrou um selo para que se acumulasse em sub-superfície. Então, ele vem à tona. Na bacia do Paraná, é rica em exsudações porque falta selo na bacia. Agora, por favor, eu não quero julgar as prospectividades na bacia do Paraná. Mas, em muitas áreas, faltam selo na bacia do Paraná. É uma bacia que foi grandemente explorada, não só pela PETROBRAS, mas, na época dos contratos de risco, algumas empresas grandes, internacionais, fizeram prospecção, perfuraram poços e a PAULIPETRO perfurou inúmeros poços e--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A audiência vinha tão bem... Poderíamos não relembrar essa passagem da história do petróleo.

SR. GUILHERME ESTRELLA: De qualquer maneira, a prospectividade da Bacia do Paraná é considerada de médio a baixo. Agora, como o Presidente Gabrielli disse, a atuação da companhia, não só a PETROBRAS, mas de todas as outras companhias, depende da colocação, nas licitações, dos blocos cuja seleção é feita pela ANP.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ali, gostaria só de frisar o seguinte: A mesma formação geológica de... Do Pantanal, dessa área do Pantanal, é a que produz gás do lado de lá da Bolívia. Daí a suspeita que podem existir, no Pantanal, grandes jazidas de gás. Acho que, com as novas tecnologias que foram desenvolvidas nessas duas décadas, eu acho que compensaria a PETROBRAS fazer novos investimentos e, talvez, com a intervenção lá da ANP, para que se chegasse a um diagnóstico definido sobre a existência ou não de gás ou de petróleo nessa área, já que ela é contígua com o Chaco boliviano, onde existem realmente grandes reservas--

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --A paixão dos Senadores é de tal ordem, que já tem uma certa vocação de geólogos aqui para descobrir petróleo nos Estados--

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --O pessoal está disposto a caminhar nesse--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Presidente Mercadante--
[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Tem outra exsudação aqui. Vamos lá.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Nós, como é já é uma área decidida pela PETROBRAS para perfurar, e nós estamos dependendo de uma sonda que vem descendo aí, lá da região do Maranhão, não é isso, Estrella? Uma sonda da ENRON--

SR. GUILHERME ESTRELLA: DEVON.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): DEVON. Então, essa sonda da DEVON vem descendo, talvez, para o Espírito Santo. Mas, provavelmente, ela tem uma outra área. E nós estamos preparando ali, Gabrielli, uma turma de jangadeiros para a gente enfrentar essa sonda, parar naquele ponto ali em Paracuru e fazer essa perfuração, finalmente, de Paracuru, que já está nas mãos da PETROBRAS. E associar, nós estamos discutindo com o Diretor Estrella sobre a área de gás lá do Estado do Ceará. Uma bacia. Eu já falei com o Presidente da Agência Nacional de Petróleo e com o Estrella. Uma, para saber se estava com a PETROBRAS ainda, e a outra, que se não tiver com a PETROBRAS, para colocar imediatamente no leilão, para a gente também entrar em matéria de gás, contribuindo com esse esforço, até 2012, da PETROBRAS. Que não é fácil, 2012, nós chegarmos com essa vantagem adicional que a PETROBRAS está planejando. Para 2012? É um objetivo ousado da PETROBRAS. Acho que a gente pode ajudar no Ceará. E, se precisar, nós estamos com os jangadeiros a postos ali para barrar essas sondas que vão passando--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O Presidente José Sérgio acha essa idéia fantástica. Como o aluguel está 600, 500 mil dólares/dia, é uma excelente iniciativa dos jangadeiros--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Como nós já paramos os navios negreiros, quem sabe não paramos uma sonda dessas e não faz a perfuração do petróleo?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria agradecer a todos--
[falas sobrepostas].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, só faltou a explicação de Itajaí.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Itajaí e São Francisco.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): e a renda básica.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aquele Itajaí que o senhor quer anexar já no litoral de São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Quem disse foi o Presidente da PETROBRAS, que disse que estava no sul de São Paulo. Vamos lá. Itajaí ainda.

SR. GULHERME ESTRELLA: Senadora, é o seguinte: É uma descoberta de óleo leve, mas, como disse o Presidente Gabrielli, está numa seção geológica acima do sal. Mas a importância que temos é que a área é repleta de anomalias geológicas prospectivas. E o primeiro poço que a empresa acabou de perfurar deu informações muito importantes, quer dizer, resultados muito importantes. Não fizemos ainda os testes finais, estamos em avaliação; foi isso que divulgamos na imprensa porque é um fato relevante, de qualquer forma, abre-se uma perspectiva muito boa para a área. Os 30 quilômetros acima de Coral, Estrela do Mar ali, de modo que, certamente, o nosso posto avançado, lá em Santa Catarina, tem todas as condições de continuar e até crescer um pouco, mas é uma importante descoberta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu entendo que nós estamos iniciando um diálogo. Nós tivemos aqui um aprofundamento, nós não temos posições cristalizadas, estamos construindo um melhor modelo para o Brasil. Queria agradecer ao IBP por essa disposição de diálogo; à ANP por todo o conhecimento que acumulou e a reflexão que trouxe; à PETROBRAS por essa experiência histórica, que orgulha muito o Brasil, e acho que o Senado é um ambiente bastante favorável para que a gente possa aprofundar essa discussão e tentar construir o melhor modelo de desenvolvimento. A informação que me deram, Senador Suplicy, é que eles não tinham um posicionamento formal e institucional sobre esse tema, que compete mais ao Congresso Nacional decidir. Então, assim sendo, agradeço a todos. Está encerrada a nossa audiência.

Sessão encerrada às 13h40.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia dez de junho do ano de dois mil e oito, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presi-

dência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio Amaral, Renato Casagrande, Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Antonio Carlos Valadares, Romero Jucá, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Wellington Salgado, Eliseu Resende, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Júnior, Rosalba Ciarlini, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Marconi Perillo, João Vicente Claudino, Osmar Dias e Jefferson Praia. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Expedito Júnior, Pedro Simon, Mão Santa, Geovani Borges, Gerson Camata, Adelmir Santana, Heráclito Fortes, Kátia Abreu, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, e Gim Argello. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, o Presidente da Comissão, Senador Aloizio Mercadante, dá início à apreciação das Matérias constantes da Pauta da Reunião, Item 01–Mensagem do Senado Federal nº 04, de 2008, não terminativa, de autoria da Presidência da República, “que encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho 1995, a Programação Monetária para o 1º trimestre e para o ano de 2008”, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do PDS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Relator *Ad Hoc* Senador Jayme Campos e colocada a Matéria em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável nos termos do PDS apresentado; Item 02–Mensagem do Senado Federal nº 104, de 2008, não terminativa, “que solicita ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 7,333,700.00 (sete milhões, trezentos e trinta e três mil e setecentos dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Toledo, Estado do Paraná, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Sócio-Econômico Sustentável do Município de Toledo”, no âmbito do Pró-cidades”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Jefferson Praia que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do PRS que apresenta. De acordo com o artigo 34 da Resolução nº 43/01 do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da Matéria, o Exmo. Sr. José Carlos Schiavinato, Prefeito de Toledo-PR; Senhor Luiz Alberto Cypriano, Secretário da Administração do Município de Toledo-PR, e, representando o Tesouro Nacional, o Senhor Eduardo Luiz

Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda. Após a leitura do Relatório pelo Senador Jefferson Praia e colocada a Matéria em discussão, usam da palavra os Senadores Osmar Dias e Flávio Arns. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável nos termos do PRS apresentado. A Comissão aprova também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 03-Mensagem do Senado Federal nº 103, de 2008, não terminativa, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 24,250,000.00 (vinte e quatro milhões e duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado do Amazonas e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada a financiar o Projeto de Desenvolvimento Regional do Alto Solimões – em suporte ao Projeto Zona Verde”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do PRS que apresenta. De acordo com o artigo 34 da Resolução nº 43/01 do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da Matéria, a Sra. Nafice Bacry Valoz, Presidente da Comissão de Cooperação e Relações Institucionais – CCRIA do Governo do Amazonas; Sr. Laércio da Costa Cavalcanti, Coordenador Executivo da Unidade de Coordenação do Projeto – UCP e, representando o Tesouro Nacional, o Senhor Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda. Usa da palavra, pela ordem, o Senador Arthur Virgílio e, a seguir, os Senadores Valdir Raupp e Antonio Carlos Júnior. A Comissão aprova o Requerimento nº 22/08-CAE, de autoria do Senador Arthur Virgílio, para realização de Audiência Pública para instruir da Matéria; Item 04– Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2008, não terminativo, que “dispõe sobre a apuração do imposto de renda na fonte incidente sobre rendimentos de prestação de serviços de transporte rodoviário internacional de carga, auferidos por transportador autônomo pessoa física, residente na República do Paraguai, considerado como sociedade unipessoal nesse País”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria tramita em Regime de Urgência, e simultaneamente nas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Assuntos Econômicos e na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. Após a leitura do Relatório pelo Relator *Ad Hoc*, Senador Antonio

Carlos Júnior, e colocada a Matéria em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CAE; Item 05-Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003, não terminativo, “que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências. (Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros, não autorizados pelos respectivos interessados, a informações privadas mantidas em redes de computadores, dependerá de prévia autorização judicial)”, de autoria do Deputado Luiz Piauhyllino, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2000, não terminativo, que “define e tipifica os delitos informáticos, e dá outras providências”, não terminativo, de autoria do Senador Renan Calheiros e com o Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2000, não terminativo, que “estabelece nova pena aos crimes cometidos com a utilização de meios de tecnologia de informação e telecomunicações”, de autoria do Senador Leomar Quintanilha. As Matérias já foram apreciadas pela Comissão de Educação, com Parecer favorável nos termos da Emenda nº 01-CE (Substitutivo), e pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com Parecer favorável nos termos da Emenda nº 02-CCT (Substitutivo). As Matérias têm como Relator o Senador Aloizio Mercadante que oferece Parecer favorável aos Projetos nos termos da Emenda nº 02-CCT (Substitutivo) com as Subemendas nºs 01 a 23 que apresenta. As Matérias serão ainda apreciadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O Presidente passa a Presidência ao Senador Eliseu Resende, Vice-Presidente da Comissão, para relatar a Matéria. Após a leitura do Relatório pelo Senador Aloizio Mercadante e colocada a Matéria em discussão, usam da palavra os Senadores Eduardo Azeredo, Renato Casagrande, Antonio Carlos Júnior, Delcídio Amaral, Flexa Ribeiro, Jefferson Praia e Antonio Carlos Valadares. Colocada a Matéria em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável aos Projetos nos termos da Emenda nº 02-CCT (Substitutivo) com as Subemendas nºs 1 a 23-CAE; Item 06-Indicação do Senado nº 01, de 2006, não terminativa, “que sugere à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificção desta indicação”, de autoria do Senador Aloizio Mercadante e tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro que oferece Parecer pelo encaminhamento da

Matéria à Comissão Mista Especial do Congresso Nacional sobre Mudanças Climáticas. A Matéria já foi apreciada pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com Pareceres concluindo pelo encaminhamento da Matéria à Comissão Mista Especial do Congresso Nacional sobre Mudanças Climáticas. Após a leitura do Relatório pelo Senador Flexa Ribeiro, a Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado, também, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 07-Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2008, não terminativo, “altera as Leis nºs 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências”, de autoria do Deputado Gilberto Kassab, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp. Em 19/05/08, foram apresentadas as Emendas nºs 01 e 02, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. A apreciação da Matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 632, de 2007, terminativo, “que estende os benefícios fiscais da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, aos setores exportadores que especifica”, de autoria do Senador Francisco Dornelles que oferece Parecer favorável ao Projeto e às Emendas nºs 01 a 08 apresentadas, nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 10/06/08 foi apresentada a Emenda nº 09, de autoria do Senador Marconi Perillo. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2007, não terminativo, “que institui o Balanço Social Empresarial, autoriza a criação do Selo Empresa Responsável, altera o § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e o inciso IV do art. 3º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências”, de autoria da Senadora Lúcia Vânia. A Matéria já foi aprovada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e será apreciada ainda pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. A Matéria tem como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2007, não terminativo, “que altera dispositivos da Lei nº 297, de 2007, não terminativo, “que altera dispositivos da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a competência da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para arrecadar e aplicar sanções administrativas”, não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apre-

ciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2006, terminativo, que “acrescenta o inciso VI ao art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos representantes comerciais a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis”, de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Eliseu Resende, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 06/05/2008, foi concedida Vista ao Senador Gim Argello. A apreciação da Matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2003, terminativo, “que altera o artigo 13 da lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o artigo 159, inciso I, alínea c da Constituição Federal, para prever a instituição dos Conselhos Deliberativos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte e do Nordeste”, de autoria do Senador Sibá Machado, tendo como Relator o Senador Gerson Camata que oferece Parecer pela prejudicialidade da Matéria. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer pela prejudicialidade. A apreciação da Matéria é adiada; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2008, terminativo, “que altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra”, de autoria do Senador Tasso Jereissati e tendo como Relator o Senador Renato Casagrande que oferece Parecer favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a Emenda de Redação nº 02 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela CRA. Em 06/05/08, foi concedida Vista ao Senador Eduardo Suplicy, que devolveu sem manifestação. A apreciação da Matéria é adiada; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2007-Complementar, não terminativo, “que acrescenta o § 13 ao art. 3º da Lei Complementar nº 123 – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte”, de autoria do Senador Pedro Simon e tendo como Relator o Senador Marconi Perillo, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2006, não terminativo, “que acrescenta inciso VIII ao art. 16 da Lei nº 6.360, de 1976, para dispor sobre a inclusão de requisito a ser observado na concessão de registro sanitário de medicamento ou de princípio ativo”, de autoria do Senador Ney Suassuna e tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra. A Matéria será apreciada ainda pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comuni-

cação e Informática e pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 16-Aviso nº 29, de 2008 (nº 137/08 na origem), não terminativo, “referente ao Relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior”, de autoria do Ministério da Fazenda, e tendo como Relator o Senador Jayme Campos que oferece Parecer concluindo pelo conhecimento e posterior arquivamento da Matéria. Após a leitura do Relatório pelo Senador Jayme Campos, a Comissão aprova o Parecer do Relator. A Comissão aprova, ainda, os Requerimentos nº 18/2008-CAE, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, nos termos do artigo 93 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública sobre concessão de patentes a fórmulas polimórficas de medicamentos, com a presença das seguintes autoridades e representantes da sociedade civil: o Presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), Sr. Jorge Ávila; o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Sr. Dirceu Raposo de Mello, o Secretário-Executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia, Dr. Luiz Antonio Elias; o Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Sr. Gerson Oliveira Penna; o Secretário de Tecnologia Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Sr. Francelino Grando; o Presidente da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma), Sr. Gabriel Tannus e o Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e Outras Especialidades (Abifina), Sr. Luiz Cláudio Barone; nº 19/2008-CAE, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, nos termos do Inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o Sr. Antonio Carlos Donini, Presidente da Associação Brasileira de Factoring, e o Sr. Luiz Lemos Leite, Presidente da Associação Nacional das Sociedades de Fomento Mercantil – Factoring, para instruir o PLC 13, DE 2007, que trata da regulamentação das operações de fomento mercantil, também conhecidas como Factoring; nº 20/2008-CAE, de autoria do Senador Renato Casagrande que requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Audiência Pública com a presença dos senhores Antônio Delfim Netto, Professor emérito da FEA-USP; Luiz Gonzaga Belluzzo, Professor-titular da Unicamp; Mailson Ferreira da Nóbrega, ex-Ministro de Estado da Fazenda e Yoshiaki Nakano, Diretor da Escola de Economia da FGV de São Paulo para exporem sobre o teor do PLS 39/2008, que cria o Fundo Soberano do Brasil – FSB; nº 21/2008-CAE, de autoria do Senador Arthur Virgílio,

nos termos regimentais, a inclusão de representante da Associação Brasileira das Empresas de Leasing – ABEL, para participar da reunião de Audiência Pública com o objetivo de instruir o PLS Nº 266/2007 (Complementar) que altera o art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para dispor sobre o local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil (leasing). (Adendo ao Requerimento nº 13, de 2008-CAE) e de nº 22/2008-CAE, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que requer, nos termos regimentais e constitucionais, que seja realizada, no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos, Audiência Pública com o objetivo de discutir a contratação de operação de crédito externo entre o Estado do Amazonas e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento-BIRD, no valor de até US\$ 24,2 milhões, destinada a financiar o Projeto de Desenvolvimento Regional do Alto Solimões, (MSF 103 DE 2008) com os seguintes convidados: Sr. Lucas Furtado, Procurador-Geral do Tribunal de Contas da União; Sra. Silvana Nobre de Lima Cabral, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas; Sr. Luis Inácio Lucena Adams, Procurador-Geral da Fazenda Nacional; Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional; Sr. Alvir Alberto Hoffmann, Diretor de Fiscalização do Banco Central do Brasil; Sr. John Briscoe, Diretor para o Brasil do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento-BIRD; Sr. Raimundo José Michiles, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e Sr. Isper Abraham Lima, Secretário de Fazenda do Estado do Amazonas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e dezenove minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informaticizada. – Senador **ALOIZIO MERCADANTE**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria dar início à nossa sessão, a 15ª Sessão da nossa Comissão de Assuntos Econômicos, e, antes de iniciarmos os trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário Oficial do Senado Federal.

Eu queria dar conhecimento à Comissão do Item 16. Aviso nº 29, de 2008 (nº 137/08, na origem) não terminativo, referente a relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos, de responsabilidade do Tesouro Nacional no exterior. Autoria: Ministério da Fazenda. O relator é o Senador

Jayme Campos, que ele dá um Parecer pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria.

Com a palavra o relator, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, senhoras e senhores senadores, eu vou na fase da análise, Sr. Presidente, até porque já é de conhecimento dessa Comissão do nosso relatório.

Análise – Mediante a Resolução nº 20/04, o Senado Federal autorizou a União a executar o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos, de responsabilidade do Tesouro Nacional no exterior. Esse programa compreende operações de emissões de títulos com contrapartida em moeda corrente nacional ou estrangeira, e a administração de passivos, contemplando operações de compra de permuta de outras modalidades de operações, inclusive com derivativos financeiros.

O art. 4º da referida resolução estabelece que o Ministro da Fazenda apresentará, em reunião desta Comissão e até 30 dias após o final de cada trimestre, relatório da execução de Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos, de responsabilidade do Tesouro Nacional no exterior, com as informações que prescreve.

Como não houve emissão no período, não há necessidade de enviar relatório, bastando, para atender ao disposto na Resolução nº 20/04, a comunicação tempestiva da ausência de operações, nos termos do Aviso nº 29/08. Assim, esta Casa fica informada sobre a execução do referido programa de gestão da dívida externa, e aos membros dessa Comissão cabe, tão somente, tomar conhecimento sobre o seu teor.

Voto – Diante do exposto, é uma vez dada a ciência aos membros desta Comissão, recomendo o arquivamento do Aviso nº 29/08, do Ministro de Estado da Fazenda. Esse é meu voto e o meu Parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria agradecer o Parecer do nobre Senador Jayme Campos, que é dado conhecimento à Comissão e posterior arquivamento da matéria desse relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos, de responsabilidade do Tesouro Nacional no exterior.

A matéria está em discussão... Não havendo quem queira discutir, vamos encaminhar à votação. É pelo arquivamento da matéria. Os senhores senadores e senadoras que são favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado o Parecer do relator pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria.

Eu queria, antes de dar prosseguimento à nossa Comissão, saudar o Senador Jefferson Praia, que

passa a se incorporar, agora, à nossa Comissão, representando a bancada do PDT, e acho que seguramente fará um desempenho bastante relevante nesta Comissão, pela sua formação, Economista e Advogado. E, no entanto, queria também registrar a imensa perda que nós tivemos do Senador Jefferson Peres, que sempre esteve presente nas nossas Comissões. Ele tinha uma característica também diferenciada, que ele sempre chegava nos horários marcados para todos os eventos, inclusive na Comissão, e contribuiu de forma inestimável nos debates que nós fizemos. Quero destacar, em particular, a atitude que ele sempre teve em matérias referentes à responsabilidade fiscal, que nesta Comissão é uma tarefa permanente e árdua, e o Senador Jefferson Peres sempre se destacou por essa atitude.

Sei que todos já expressaram os seus sentimentos e já publicizaram a sua convicção de que ele foi um senador dos mais destacados, ao longo de toda a sua trajetória, em particular, nesta Comissão e nesta Legislatura. Quero, portanto, saudar o Senador Jefferson Praia, que substitui, a partir de agora, o Senador Jefferson Peres.

Queria destacar, também, que nós temos alguns requerimentos em pauta. O primeiro requerimento é do Senador... O próprio que vos fala...

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública sobre a concessão de patentes e fórmulas polimórficas de medicamentos, com a presença das seguintes autoridades representantes da sociedade civil: o Presidente do INPI, Sr. Jorge Ávila; o Diretor Presidente da ANVISA, Dr. Dirceu Raposo de Mello; o Secretário-Executivo do Ministério de Ciência & Tecnologia, Luiz Antonio Elias; Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Gerson Oliveira Penna; o Secretário de Tecnologia Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Sr. Francelino Grando; o Presidente da Associação Indústria Farmacêutica e Pesquisa (INTERFARMA), Sr. Gabriel Tannus; e o Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e outras especialidades (ABIFINA), Sr. Luiz Cláudio Barone.

O objetivo é discutir os critérios do INPI para o reconhecimento de patentes, porque nós estamos, eu diria, introduzindo alguns dispositivos que não fazem parte dos acordos internacionais, os TRIPS, os acordos sobre patentes intelectuais, e que seguramente podem criar obstáculo ao reconhecimento de genéricos e ao desenvolvimento de uma indústria nacional de produção de conhecimento nessa área, porque, depois do período de caducidade, nós precisamos ter a segurança de que o Brasil vai agilizar o reconhecimento de patentes na área de fármacos.

Então, estão as entidades empresariais, todas as agências de regulação, Ministério da Ciência e Tecnologia e Saúde para debater o assunto.

Temos um segundo requerimento, Senador Antonio Carlos Júnior. É realização de Audiência Pública com o Sr. Antonio Carlos Donini, Presidente da Associação Brasileira de *Factoring*; Dr. Luiz Lemos Leite, Presidente da Associação Nacional de Sociedade Fomento Mercantil-*Factoring*, para instruir o PLC 13/07, que trata da regulamentação das operações de fomento mercantil, também conhecidas como *factoring*. E V.Ex^a é o relator da matéria e está propondo uma Audiência Pública sobre esse assunto.

Eu pergunto se os senadores concordam com esse encaminhamento? Todos concordam? Vamos, então, realizá-la.

Há um... Há um terceiro requerimento do Renato Casagrande, propondo uma Audiência Pública com a presença do Sr. Antonio Delfim Netto, Professor Emérito da FEA-USP; Luiz Gonzaga Belluzzo, Professor Titular da UNICAMP; Mailson Ferreira da Nóbrega, ex-Ministro de Estado da Fazenda; e o Yoshiaki Nakano, Diretor da Escola de Economia da FGV de São Paulo, para exporem sobre o teor do PLS nº 39/08, que cria o Fundo Soberano do Brasil.

Eu pergunto se todos estão de acordo. Também aprovaremos, faremos, então, o debate sobre o Fundo Soberano.

Temos, agora, aqui, um do Senador Arthur Virgílio. Requer, nos termos regimentais, a inclusão de entidades para participar da reunião da Audiência Pública, com o objetivo de instruir o PLS nº 266, que altera o art. 3 da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho 2003, para dispor sobre o local de recolhimento de ISS das operações de arrendamento mercantil – *leasing* –, conforme Requerimento nº 03/08, aprovado por esta Comissão.

Esta Comissão aprovou, no último dia 22 de abril, o Requerimento nº 03/08, para discutir a Audiência Pública 266/07, complementar, que altera o art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para dispor sobre o local de recolhimento de ISS nas operações de arrendamento mercantil – *leasing*.

É mister que se inclua, entre as entidades convidadas a participar dos debates, os representantes da Associação Brasileira de *Leasing* (ABEL). ABEL é o nome da entidade, e não é, propriamente, o Presidente. Tendo em vista tratar-se de segmento mais afeto ao tema.

Já tinha sido aprovado o requerimento e já está marcada a data da Audiência [pronunciamento fora do microfone]. Está acertada a data. Veja para mim qual

vai ser a data... Só precisa o nome do Presidente, mas nós o localizaremos.

Acho que está... Os requerimentos que tínhamos em mãos são esses e nós daremos início, então, à nossa pauta. Por solicitação do Senador Arthur Virgílio, vamos iniciar... [pronunciamento fora do microfone].

O Item 03 da pauta. Mensagem do Senado Federal nº 103/08 não terminativa. Proponho ao Senado Federal que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de 24 milhões e 250 mil dólares, dos Estados Unidos da América, de principal, entre o Estado do Amazonas e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), destinado a financiar o Projeto de Desenvolvimento Regional do Alto Solimões, em suporte ao Projeto Zona Franca Verde. Autoria: Presidência da República. Relatoria: Senador Valdir Raupp, favorável, nos termos do PRS que apresenta.

Senador... Queria também destacar que, de acordo com a Resolução nº 43/01 do Senado Federal, encontram-se presentes, para acompanhar a apreciação da mensagem Amazonas, a Sra. Nafice Bácsy Valoz, Presidente da Comissão de Cooperação e Relações Institucionais (CCRIA), do Governo do Estado do Amazonas; Sr. Laércio da Costa Cavalcanti, Coordenador Executivo da Unidade de Coordenação de Projeto (UCP); e, ainda, representando o Tesouro Nacional, o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidade Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional e do Ministério da Fazenda.

E... Eu não sei se o relator gostaria de iniciar o seu Parecer, porque o Senador Arthur Virgílio pediu...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Gostaria de arrazoar, antes... Porque eu peço essa Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então, pela ordem, a palavra ao Senador Arthur Virgílio, que está solicitando uma Audiência Pública para tratar desta matéria, previamente à aprovação do Parecer.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Queria me inscrever, pela ordem, também, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O Senador Osmar Dias também se--

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Só para solicitar que, após o Item 03, a gente retorne ao Item 02.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Seguramente.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): --que é o caso de Toledo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Seguramente. Nós estamos fazendo isso em deferência, porque o Senador Arthur Virgílio tem a sessão de homenagem ao Senador Artur da Távola e ele ficou responsabilizado pela Presidência do Senado para acompanhar a família que está chegando na sessão. E ele pediu que fosse feita uma alteração na ordem cronológica dos projetos, mas nós retornaremos depois à pauta na ordem como foi estabelecida previamente pela Presidência. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Muito bem, Sr. Presidente, senhoras e senhores senadores. Eu trago, aqui, Sr. Presidente, notícia da imprensa do Amazonas, do dia 15 de janeiro de 2008, terça-feira: “Estado pagou 17 milhões de reais por série de obras fantasmas”. Em seguida, outra edição: “Obras fantasmas, Governo admite que pagou 18 milhões de reais”. Obra fantasma é isso. O dinheiro deveria estar aplicado nesta via, por exemplo, e aqui moram Ticunas, pobres, figuras deserdadas socialmente no meu estado, e as obras não... estão sendo realizadas às pressas, agora, mas nós vamos mostrar a fraude por inteiro.

Em seguida, mais alguns dias: “Obras fantasmas derrubam Secretário de Eduardo Braga”; e, por último: “Tribunal de Contas do Estado atesta desvio de 29 milhões nessas mesmas obras no Alto Solimões”.

Volto a dizer, Senador Valdir Raupp, índios Ticunas são as principais vítimas desse escândalo de negociatas jamais visto no meu estado – e olha que meu Estado não é virgem em matéria de negociatas.

Tenho, ainda, Sr. Presidente, Parecer que encaminho à Mesa, para que cópia fique nos anais desta Comissão, da Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Tecnologia, Departamento de Construção, exibindo tecnicamente a fraude. As obras, Sr. Presidente, peço atenção de V.Ex^a, deveriam ter... Senador Valdir Raupp, deveriam ter resolvido esses problemas aqui... E a constatação de que o dinheiro foi para o bolso dos espertalhões das mesmas empreiteiras que se locupletam de um Governo corrupto. Aqui estão as provas.

Ainda, Sr. Presidente, para essa mesma região do Alto Solimões, região rarefeita populacionalmente... Eu tenho planilha de recebimento por empresas de dinheiro público, no total de 165 milhões de reais: 29 de irregularidades, 18 de obras fantasmas; 165 milhões, na verdade, não aplicados no Alto Solimões.

E aqui temos o Parecer contundente do Ministério Público do Estado do Amazonas decretando o seqüestro de bens de empresários “testas-de-ferro” de empresas envolvidas nesse escândalo sugerindo, cobrando a suspensão do contrato – que eu estou tentando resumir, isso vai, também, para os anais da

Comissão –, decretando o afastamento de funcionários e do Secretário de Infra-Estrutura do Estado, e o Secretário continuou, cândida e sinicamente, depois, despachando, numa saleta, dando as ordens como sempre, expedição de mandado ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – o COAF –, e aqui pede quebra de sigilos bancários e fiscais, expedição de mandados de busca e apreensão. É contundente o que diz o Ministério Público do Estado.

Sr. Presidente, no meu pedido de Audiência Pública, eu peço que sejam ouvidos os senhores Lucas Furtado, Procurador-Geral do Tribunal de Contas da União; a Dra. Silvana Nobre de Lima Cabral, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas; o Sr. Antonio Fernando de Souza, Procurador-Geral da República; o Sr. Luís Inácio Lucena Adams, Procurador-Geral da Fazenda Nacional; Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional; Sr. Alvir Alberto Hoffmann, Diretor de Fiscalização do Banco Central do Brasil; Sr. John Briscoe, Diretor para o Brasil do Banco Internacional para Reconstituição e Desenvolvimento, o BIRD; o Sr. Raimundo José Michiles, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas; e o Sr. Isper Abraham Lima, Secretário de Fazenda do Estado do Amazonas.

É meu dever como parlamentar. Alguém pode dizer: “Poxa, mas aqui os empréstimos passam todos. Sem questionamento qualquer”. Eu mesmo já tive ocasião de ajudar na aprovação de empréstimos para o Estado do Amazonas, por exemplo, para um programa chamado PROSAMIM, do qual hoje eu tenho provas igualmente contundentes de corrupção, e quando vier aqui o pedido de aditivo a esse empréstimo eu me manifestarei do mesmo jeito. Mas não neguei.

Agora, esta Casa não é homologatória. Esta Casa tem responsabilidades para com a aplicação correta de um dinheiro que ela está avalizando. E, no Alto Solimões, se honestidade houvesse do Governo, não haveria necessidade nenhuma de nenhum empréstimo para qualquer fim, porque desperdiçaram 165 milhões de reais; 29 dos quais com irregularidades já absolutamente a descoberto e com 18 milhões de obras não realizadas.

Eu tenho o dever de zelar pelo dinheiro público neste país, pelo dinheiro público aplicado no meu estado. É por isso, Sr. Presidente, que solicito à Comissão que não faça esse jogo do senta-e-levanta, que não faça esse jogo do partido: “Ah, porque é do meu partido, então eu vou ter que ajudar aprovar”. Isso aqui não é questão de oposição nem de Governo. Isso é questão de seriedade ou de improbidade.

V.Ex^a já teve ocasião de se manifestar a respeito do que lhe parecia irregular no Estado de São Paulo,

em certas ocasiões. V.Ex^a não contou com nenhuma reprovação de minha parte, até porque é seu dever de homem que faz oposição a quem governa o Estado de São Paulo, no caso, companheiros meus... É seu dever fiscalizar. É meu dever fiscalizar, e é dever desta Casa de olhar de maneira impessoal.

Eu tenho certeza que um homem experiente e sério como o Senador Valdir Raupp concordará com o fato de que isto aqui deve, no mínimo, ser analisado, que isso aqui deve, no mínimo, ser levado a sério, que isso aqui, no mínimo, deve ser transformado numa grande preocupação para o Senado Federal. Quem sabe, em alguma hipótese, até se estabelecendo mecanismos de controle da aplicação desse dinheiro para que não se repita o que tem sido uma prática no meu Estado – dinheiro desaparece feito à voragem do tempo nas mãos de quatro, cinco ou seis empreiteiras amigas do poder. Algumas delas dos tempos em que o atual governador era prefeito já começam a render bons frutos na Justiça.

Decretação, Senador Raupp, de reclusão de um dos testas-de-ferro por 11 anos, o outro testa-de-ferro por dois anos e oito meses. Ou seja, a Justiça tem tardado, mas não tem falhado mais. E eu estou prevenindo aos “laranjas” – que são “laranjas” os que operam essa dinheirama toda – que não terão bom futuro se não contarem para o Ministério Público, para a Justiça, tudo aquilo que sabem a respeito do esquema de apodrecimento que, lamentavelmente, toma conta do meu estado.

É por isso que faço este requerimento, imaginando que terá ele a acolhida para nós ouvirmos as autoridades que poderão, primeiro, tomar conhecimento dos fatos; segundo, opinar sobre ele; e, terceiro, o Senado estabelecer mecanismos muito rígidos de controle de cada real aplicado em dinheiro que é contraído a título de empréstimo pelo povo do Amazonas sim e pelo povo brasileiro também.

E o Senado não pode avalizar negociatas, porque são fatos como esses que desmoralizam o nosso conceito perante o país, perante a sociedade brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Arthur Virgílio. Pergunto se o relator tem interesse em se manifestar sobre a matéria para nós encaminharmos.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu acho, Sr. Presidente, senhoras e senhores senadores, com todo o respeito, que é legítima a preocupação do nobre Senador Arthur Virgílio, mas nós poderíamos estar abrindo, aqui, um precedente um tanto perigoso. Porque qual Estado que não tem problemas hoje? Se formos pegar aqui do Estado de Alagoas, que recentemente foram aprovados alguns projetos, aqui, tem

problemas. Se formos olhar o Estado do Rio Grande do Sul, tem problemas, que, hoje, a Governadora Yeda, com toda a boa vontade de reestruturar as finanças do Estado do Rio Grande do Sul, está tentando, junto com o Tesouro Nacional, desenvolver uma engenharia que possa minimizar a situação crítica que se encontra no Estado do Rio Grande do Sul, e, fatalmente, uma hora vai passar aqui no Congresso Nacional, aqui no Senado.

Eu não estou olhando, aqui, partido, acho que nós temos, aqui, atendido a todos os governadores, independentemente de partido político. E eu vejo que, se um secretário cometeu um deslize, um problema, o secretário foi ou está sendo punido, e o governador não pode – que não é ordenador de despesa –, de repente, ser responsabilizado por tudo o que acontece na sua pasta. Eu já fui governador e sei disso.

Então, eu vejo com muita preocupação e gostaria que de pedir a ponderação do nobre Senador Arthur Virgílio a esse respeito.

E esse é um projeto que visa, também, à área ambiental, e o Estado do Amazonas tem dado demonstração de que tem zelado pelo meio ambiente, e é um projeto que vai nesse sentido.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Senador Mercadante--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Posso só ponderar uma questão antes de nós continuarmos o debate que é absolutamente legítimo?

A Audiência Pública é absolutamente regimental, e acho que ela é oportuna; que a gente discuta a questão com transparência. O que eu ponderaria ao Senador Arthur Virgílio é: se nós não poderíamos eleger pessoas que estejam mais diretamente envolvidas à matéria, porque alguns nomes, aqui, por exemplo, Procurador-Geral da República, ele, evidentemente, ele nem deve se manifestar, porque o caso ainda não chegou nele. Ele não pode antecipar o seu Parecer sobre um processo--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mas pode ouvir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, isso sim, mas eu solicitaria que nós trouxéssemos as pessoas que estão realmente com condições de debater a matéria, como é o caso do representante... do Procurador-Geral do Tribunal de Contas, a Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas, seguramente o Secretário da Fazenda. V.Ex^a citou um outro documento, talvez alguma outra Autoridade envolvida--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Tribunal de Contas do Estado...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): é, o Secretário do Tesouro, seguramente, eu acho que tem que vir e o BIRD tem que vir.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): O Banco Central.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O Banco Central pode acompanhar. E a gente se trouxe pessoas que estão mais diretamente--

[falas sobrepostas].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pelo que eu vejo, V.Ex^a sugere a exclusão apenas do Dr. Antonio Fernando.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu acho que ele não deveria estar presente porque--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Concordo, concordo com V.Ex^a. E estou de acordo. E queria fazer um arrazoado a respeito do que acaba de aqui relatar e proferir o Senador Valdir Raupp.

Senador Valdir Raupp, se houver alguma irregularidade envolvendo, no episódio da aplicação do dinheiro público, governador qualquer do meu partido, ex-Senador Teotônio Vilela ou ex-Deputada Yeda Crusius, conte comigo para que o projeto de empréstimo não seja aprovado aqui.

Não posso aceitar – e, se eu pudesse, pela estima que tenho pelo Senador Raupp, eu pediria para tirar dos anais essa sua declaração – é que aqui nós estabelecemos um pacto. Então, ninguém olha problema nenhum de Estado nenhum, porque aqui nós temos que aprovar todos os empréstimos de todos os Estados. Não posso aceitar isso. Não posso aceitar isso. E, mais, eu estou pedindo, é regimental, e diz o Senador Antonio Carlos Júnior que é salutar. Eu estou pedindo apenas que se faça uma reunião de Audiência Pública para que aqui nós possamos debater exaustivamente, cumprindo aquilo que deveria ser uma praxe do Senado. Esta Casa não é uma homologatória. Esta Casa não está aqui para aprovar o que quer que seja; está aqui para aprovar o que seja bom para o interesse público. Mas o Senador Raupp é vizinho, mas as nossas vigências são de distâncias amazônicas. Talvez não saiba que está funcionando no meu Estado uma quadrilha, e o chefe da quadrilha não é o Secretário, o chefe da quadrilha é o Governador. É isso que eu quero demonstrar com clareza e à farta, quando chegar, aqui, o momento próprio.

Eu tenho todo interesse em que recursos cheguem ao meu Estado, recursos que sejam bem aplicados. Mas eu estou tendo provas – e vou demonstrar isso à farta para a Comissão – que os recursos estão

indo mesmo é para o bolso de meia dúzia de empreiteiras ligadas ao poder, e isso é intolerável.

Agora, eu não estou aqui para provar o que é que seja de equivocado de governador nenhum do meu partido. Não tenho compromisso nenhum com nada que qualquer governador do meu partido possa fazer de equivocado ou de errado. Estou aqui para zelar pelo meu país e eu zelo pelo meu país em qualquer latitude, em qualquer circunstância. Não aceito esse pacto, esse pacto de que vamos abrir um precedente perigoso. Perigoso é o Senado dar dinheiro para quem pode roubar esse dinheiro; perigoso é o Senado dar dinheiro para quem pode malversar esse dinheiro; perigoso é o Senado dar dinheiro para quem amanhã vai deixar o Senado mal, como avalista de algo que deveria servir para minorar o sofrimento de índios Ticunas e, no entanto, está servindo para enriquecimento de espertalhões.

Fala da preocupação ambiental. Essa preocupação ambiental do Governador se manifesta muito mais quando ele coloca anúncios caríssimos nas revistas, imaginando que, com isso, vai comprar opiniões. O Governador, na verdade, lava dinheiro numa fazenda no Acre, devastando florestas no Acre; lava dinheiro e, mais, tem um capataz que foi deputado federal, chamado Márcio Bittar. Esse cidadão se intitula capataz do Governador e ganha dos cofres públicos do Amazonas 12 mil reais em duas sinecuras. É o capataz mais bem pago do mundo. Por aí se faz uma certa justiça social. O capataz mais bem pago do mundo. Está no Imposto de Renda do Governador ele como criador de gado no Acre, ecologista, para alguns efeitos, e criador de gado para algo que – estou bem próximo de comprovar – significa lavagem de dinheiro.

Então, vamos ver se estabelecemos, aqui, o caráter técnico da nossa Comissão. Se depois de constatar que o empréstimo deva ser concedido, que se faça isso, cercando o empréstimo de todas as condições, todas as condicionantes que significam casamento com a moralidade pública. Mas não porque amanhã vem o empréstimo do PSDB, porque amanhã vem o empréstimo do PP, que amanhã vem o empréstimo do PT... Não. Se vier empréstimo do PSDB errado, eu voto contra. Se vier empréstimo do PT errado, eu voto contra. E se vier empréstimo do PT certo, eu voto a favor. Se vier empréstimo do PMDB, eu voto a favor.

Esse pacto eu não aceito. Esse pacto é absolutamente incapaz de passar pelo consenso desta Casa, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Antonio Carlos Júnior com a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Senhoras e senhores senadores, eu quero, aqui, concordar com o Senador Arthur Virgílio em que o Senado tem a obrigação de analisar não só, digamos, se o empréstimo está dentro das regras... A aplicação desses recursos... se está havendo suspeitas da aplicação de recursos na mesma área em que o projeto está sendo tocado... Aí é muito mais grave.

Então, eu acho que é salutar. Nós tivemos um caso, onde eu era relator, com a Prefeitura de Uberaba, que nós pedimos esclarecimentos, era um Prefeito do PP. Nós pedimos esclarecimentos, portanto eu já tive um caso que eu pedi esclarecimentos. Então, não é a primeira vez que isso acontece na Casa. Então, eu acho que é salutar, principalmente quando as denúncias precisam ser esclarecidas.

Eu acho que a Audiência Pública, aqui, vai colocar muita coisa a claro, e aí nós poderemos aprovar ou não aprovar, mas eu acho que o Senado não pode se omitir em se aprofundar nessa questão, já que há suspeitas de fraude, e, portanto, nós não podemos simplesmente aprovar por aprovar.

Nós não podemos, por exemplo, se tiver um projeto da Câmara: "Ah, não, não vamos alterar no Senado, porque se não vai voltar para a Câmara". Não. O nosso dever é alterar se for necessário. Então, se esse caso tiver que ser sobrestado, nós vamos sobrestar. Então, se for o caso de ser aprovado, deve ser aprovado. Então, senhores, aqui eu estou também a favor da Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Antonio Carlos Júnior. O relator com a palavra.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu pergunto, Sr. Presidente, se poderia essa Audiência Pública ser numa reunião extraordinária?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Preferencialmente numa reunião extraordinária, porque nós estamos com uma pauta muito sobrecarregada. Nós temos quantas Audiências Públicas demandadas? Eu acho que são mais de 30 Audiências Públicas demandadas. Nós não temos conseguido dar conta. Então, nós faremos as Audiências Públicas de preferência em outro horário, para permitir a nossa pauta ordinária dar prosseguimento, e marcaríamos com a maior urgência possível essa Audiência Pública.

E eu quero dizer que eu acho que o Senador Valdir Raupp, o que ele disse é que nós temos que focar no financiamento, nas implicações, nos desdobramentos. Eu me lembro que a Comissão, nós criamos uma Comissão externa para o financiamento do Metrô, que havia tido aquele acidente, e fomos a São Paulo le-

vantar as informações, e é um exemplo dos cuidados que eu acho que a Comissão deve ter na liberação de recursos para os estados, municípios, enfim, para os entes federados.

E quero lembrar, inclusive, que acabou de sair a auditoria, aquela que nós pleiteamos naquela ocasião, fazendo um diagnóstico final. E vou solicitar que a Comissão tenha acesso e verifique que a gente acompanhe, assim como outros temas correlatos.

Acho que isso... O sentido da aprovação dos projetos é exatamente este: o rigor do Senado para colocar a sua assinatura no financiamento. E tenho certeza que essa Audiência Pública vai trazer o contraditório, vai permitir esclarecer a natureza do projeto; as autoridades também do Estado do Amazonas estão sendo contempladas. Se tiver algum outro nome que o Governo do Estado queira sugerir, ele poderá apresentar.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, para ficar bem democrático, eu sugeriria o Governador. Ficaria bem democrático.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Arthur Virgílio, eu acho que nós devemos preservar a forma como temos conduzido essas questões, aqui, e que eu acho que é fundamental. Vamos deixar que o Governo do Estado estabeleça quais são seus interlocutores para debater o projeto.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, de minha parte, eu não tenho nada contra--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, exatamente. Eu acho que está bem posto o processo. Então, vamos aprovar o requerimento e faremos a Audiência antes de tratar a matéria no mérito, porque a Comissão não tem poderes para alterar o Parecer... o projeto, mas pode ou não aprovar, e a Audiência Pública tem esse significado.

Então, os senadores e senadoras que são favoráveis à Audiência Pública permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos para o Item 01 da Pauta. Estando ausente o Senador Romero Jucá, a mensagem do Senado Federal nº 4/2008 não terminativa. Encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a programação monetária para o primeiro trimestre para o ano de 2008. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Romero Jucá. O Parecer é favorável nos termos do PDS que apresenta.

Solicitaria ao Senador Jayme Campos... Que o Senador Jayme Campos hoje de manhã ele já estava reivindicando, aqui, o empréstimo de Mato Grosso, que

ainda não saiu do Tesouro e não sei nem se já saiu do BID, mas ele já está pleiteando.

Em seguida, o Item 02 da Pauta será feito em deferência, aqui, ao nosso Prefeito de Toledo. Item 01 da Pauta.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, senhoras e senhores senadores. Tendo em vista de que essa matéria--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Essa matéria é protocolar. Eu pediria a V.Ex^a se pudesse ir direto ao voto.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Exatamente. Estou vendo aqui. Concluindo aqui... Uma vez que ainda permanecem em vigor os comandos legais sobre a apreciação da programação monetária e da sua execução, cabe a CAE dar consequência às formalidades previstas na Lei nº 9.069/1995, votando pela aprovação da programação monetária encaminhada por intermédio da mensagem nº. 04/2008.

Voto – Somos, face ao exposto, pela aprovação da programação monetária relativa ao primeiro trimestre de 2008, nos termos do seguinte Projeto de Decreto Legislativo: Projeto de Decreto Legislativo 2008. Aprova a programação monetária relativa ao trimestre de 2008. O Congresso Nacional decreta: fica aprovada a programação monetária relativa ao primeiro trimestre de 2008, com as estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários e as metas indicativas de sua evolução, nos termos da mensagem presidencial nº 1.015/2007. Art. 2º – Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação. Este é o Parecer e é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Jayme Campos pelo Parecer. Senadores e senadoras que queiram discutir a matéria? Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Os senadores e senadoras que são favoráveis, por favor, permaneçam como se encontram. Aprovado o Parecer.

Item 02 da Pauta. Mensagem do Senado Federal nº 104/2008 não terminativa. Solicita ao Senado Federal que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil no valor de até 7 milhões, 333 mil e 700 dólares dos Estados Unidos da América, entre o Município de Toledo, no Estado do Paraná, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Sócio-Econômico Sustentável do Município de Toledo, no âmbito do Pró-Cidades. Autoria: Presidência da República. Relatoria: Senador Jefferson Praia.

Eu quero, aqui, saudar já a primeira relatoria e com a presteza com que V.Ex^a apresentou o Parecer a essa Comissão. O Parecer é favorável, nos termos do PRS que apresenta. De acordo com a Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, encontram-se presentes, para acompanhar a apreciação da mensagem de Toledo, Paraná: Sr. José Carlos Schiavinato, Prefeito do Município de Toledo – agradecer a presença do Sr. Prefeito –; o Sr. Luis Alberto Cipriano, Secretário de Administração do Município de Toledo; e, ainda representando o Tesouro Nacional, o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

Com a palavra o relator, Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Sr. Presidente. Da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem 104/08, nº 318/08 na origem. O Presidente da República que solicita autorização para a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até 7 milhões, 333 mil e 700 dólares dos Estados Unidos, entre o Município de Toledo, Paraná, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Sócio-Econômico Sustentável do Município de Toledo, no âmbito do Pró-Cidades.

Sr. Presidente, o voto, em conclusão, opino favoravelmente à concessão da autorização pretendida nos termos do seguinte: Projeto de Resolução do Senado 2008, ainda sem número.

O Senado Federal resolve, Sr. Presidente, art. 1º: é o Município de Toledo autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até 7 milhões, 333 mil e 700 dólares dos Estados Unidos.

§ Único – Os recursos advindos da operação de crédito externo referido no *caput* destinam-se ao financiamento [soa a campainha] parcial do Programa de Desenvolvimento Sócio-Econômico Sustentável do Município de Toledo, no âmbito do Pró-Cidades.

Art. 2º – A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições: 1º – Credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); 2º – Valor do empréstimo: até 7 milhões, 333 mil e 700 dólares dos Estados Unidos da América; 3º – Opções de conversão: o mutuário poderá exercer a opção de conversão dos desembolsos de moeda e/ou opção de conversão de moeda dos saldos devedores, sendo cobrada, a cada conversão, uma comissão equivalente a

25 pontos-base, anualizada sobre o montante convertido; 4º – Valor da contrapartida municipal: 7 milhões, 333 mil e 700 dólares dos Estados Unidos da América; 5º – Desembolso: Prazo de 48 meses, contados a partir da data de vigência do contrato; 6º – Carência: 60 meses; 7º – Amortização do saldo devedor em dólares em até 41 parcelas semestrais sucessivas e, sempre que possível, iguais, pagas sempre no 15º dia dos meses de abril e outubro; 8º – Amortização do saldo devedor em reais: Será fixada para cada desembolso convertido para reais, de acordo com as condições oferecidas pelo BID na carta de cotação indicativa da conversão do desembolso ao mutuário e da carta de notificação da conversão de desembolso; 9º – Juros aplicáveis aos saldos devedores em dólares: Nos empréstimos do mecanismo unimonetário, o mutuário poderá optar pela taxa de juros baseada na LIBOR ou pela taxa de juros ajustável:

A – À taxa de juros baseada na LIBOR, os juros serão exigidos semestralmente e calculados sobre o saldo devedor do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre, composta pela taxa de juros LIBOR trimestral para o dólar americano, mais ou menos uma mensagem de custo relacionada às captações que financiam os empréstimos modalidade LIBOR. Mas o valor líquido de qualquer custo/lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da LIBOR e mais a margem *spread* atual para empréstimo do capital ordinário.

B – No caso de empréstimos do mecanismo unimonetário com taxa de juros ajustável, os juros incidirão sobre os saldos devedores diários do empréstimo, a uma taxa anual para cada semestre que será determinado em função do custo dos empréstimos, qualificados como a taxa de juros ajustável na moeda única do financiamento, acrescida da margem vigente *spread*, para o empréstimo do capital ordinário, expressa em termos de uma porcentagem anual.

10º – Os juros aplicáveis nos saldos devedores em reais: No caso da conversão da moeda, o BID indicará, por meio das cartas de notificação, a taxa de juros-base, que significa a taxa de juros equivalente no mercado, BRL, à soma da taxa USD LIBOR para três meses, mais dez pontos-base, e será determinada para cada conversão, em função da taxa fixa de juros, aplicada ao montante nominal corrigido pela inflação do cronograma de pagamentos da data de conversão do montante nominal de cada conversão; 11º – Comissão de Crédito de até 0,75% ao ano, calculado sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, exigido juntamente com os juros, entrando em vigor 60 dias após a assinatura do contrato; 12º – Despesas com inspeção e supervisão gerais de até 1% do financia-

mento, cabendo ressaltar que, no momento, essa taxa não está sendo cobrada.

Art. 3º – Fica a União autorizada conceder garantia ao Município de Toledo na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ Único – A autorização prevista no *caput* fica relacionada... Ou melhor, condicionada que o município, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, satisfaça as seguintes demandas: 1º – cumpra os seguintes requisitos prévios à realização do primeiro desembolso, inclusive mediante manifestação do BID. A – Criação formal, por Decreto da unidade executora do programa (UEP), do comitê deliberativo e do comitê técnico e seleção do sistema gerencial e do controle financeiro contábil e formalize o respectivo contrato de contra-garantia.

Art. 4º – O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º – Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Muito bem, Sr. Presidente, esse é o relatório e o Parecer que passo a V.Ex^a, com o nosso voto favorável.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Jefferson Peres e queria registrar – e peço ao Prefeito José Carlos que o faça no seu município – o empenho do Senador... Desculpe, Jefferson Praia, e peço ao nosso Prefeito José Carlos... Peço ao Senador... Ao Prefeito José Carlos que o faça, lá na Cidade de Toledo, o empenho da bancada do Paraná. E, em particular, o Senador Osmar Dias, que foi o primeiro a pedir urgência na tramitação do projeto, sugeriu, inclusive, um senador. É o primeiro projeto que o Senador Jefferson Praia é relator, e o fez nas madrugadas, porque o projeto chegou, e, em seguida, foi relatado com toda a competência que V.Ex^a pôde acompanhar. E queria registrar, também, o empenho do Senador Flávio Arns nessa matéria.

Com a palavra o Senador Osmar Dias, que foi o primeiro a pedir essa prioridade na tramitação para a cidade de Toledo. Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, Senador Mercadante, senhores senadores e senhoras senadoras, eu quero registrar apenas, Sr. Presidente, o objetivo deste financiamento. O Município de Toledo é um município que se localiza no oeste do Paraná, numa região onde a agricultura, é a agricultura mais moderna, mais forte do país. Para se ter uma idéia, a agricultura do oeste do Paraná é responsável por 8%,

praticamente, da produção de grãos do país inteiro. Uma região pequena, com altíssima produtividade, com um solo fértil, e agricultores que investiram em tecnologia que têm a maior competência; caracterizada por pequenas propriedades.

O Município de Toledo se industrializou, além de ter essa característica de ser um produtor de alimentos, se industrializou e tem, hoje, uma estrutura universitária invejável. Diversas universidades se instalaram na cidade de Toledo, que ajuda, inclusive, na formação de tecnologia, no avanço tecnológico das atividades econômicas da cidade e da região.

E o Prefeito José Carlos, ele inovou, ele tomou uma iniciativa que eu chamo atenção dos senadores, porque, há 20 anos atrás, quando eu fui Secretário de Agricultura do Paraná, nós fizemos um trabalho de readequação de estradas rurais e manejo de solo. Nós incorporamos as estradas às lavouras, de forma a impedir que as estradas fossem caminhos de erosão e permitindo que as estradas fossem distribuidores de água para as propriedades. Colocamos todas as estradas em nível para que, junto com outras práticas, as estradas fizessem a distribuição adequada da água pela lavoura, evitando a concentração de água, de volume de água muito alto num só local e, dessa forma, impedindo que houvesse a erosão naquelas lavouras. Foi um trabalho que nós integramos todos os produtores, porque não tinha mais divisa de propriedade. Uma propriedade se integrava à outra através das curvas de nível, através das microbacias.

E agora o prefeito dá um passo adiante nesse trabalho, porque ele está colocando uma malha asfáltica em cima dessas estradas. E ele já fez 60 quilômetros de um asfalto de três quilômetros e meio, e aqueles que tiveram oportunidade de viajar pelo interior de países da Europa – por exemplo a França – vão ver que zona rural da França há aquelas estradas estreitas que servem exatamente para o escoamento da produção, para dar mais conforto para quem vive na zona rural, mas, fundamentalmente, para dar segurança para que os produtores possam tirar a sua produção na chuva, no barro, na poeira, enfim, em qualquer tempo. E como aquela região tem uma avicultura e muita suinocultura e, praticamente todos os dias, tem que entrar caminhão de ração e sair caminhão de suínos e de aves, é uma região que precisa de estradas boas, se não prejuízo certo para o produtor.

E o que é que o prefeito fez? Ele começou um projeto de asfaltamento das... Essas estradas rurais, onde o produtor rural – vejam como continuou aquela integração do produtor rural com o Governo Municipal – e neste caso o Governo Municipal. Ele entra com 40%, o produtor rural, e o Governo Municipal entra

com 60%. Com esses recursos, é possível fazer este asfaltamento da malha de estradas rurais... Senador Flexa Ribeiro, fale mais alto, porque eu não consigo ouvir o que eu estou falando.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): [soa a campainha] Eu só queria registrar que uma intervenção dessa vai direto para o programa eleitoral, porque um elogio desse no Senado Federal, Prefeito José Carlos, V.Exª já pode colocar direto... Eu acho que o PSDB está obstruindo sua candidatura lá... Seguramente tem outro candidato.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Mas, então, Presidente, para encerrar, aqui, a minha fala, eu gostaria de dizer que é realmente um programa inovador, e este dinheiro tem outros objetivos. Mas eu diria que 80% vai ser destinado para essa finalidade, que é asfaltar a zona rural, dar conforto, transporte escolar – V.Exª sabe da importância que tem os alunos da zona rural poderem se deslocar até a escola –, transporte escolar, escoamento da produção, enfim, cidadania, mesmo, àqueles que vivem na zona rural.

Por isso, eu peço o apoio de todos os senadores. É um valor compatível com a capacidade de pagamento de Toledo, que tem 110 mil habitantes e indústrias na área de carnes, principalmente, e que conferem a Toledo uma bela receita, e por isso nós estamos aqui aprovando... Este, sim, um projeto importante para um objetivo nobre, que é dar conforto aos trabalhadores e produtores rurais, à população de Toledo, e, sobretudo, para um prefeito que está fazendo realmente um belo trabalho na sua cidade, na cidade de Toledo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Osmar Dias. Senador Flávio Arns com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, quero também cumprimentar o Município de Toledo por esta conquista na aprovação do... da operação de crédito que está sendo objeto do relatório do Senador Jefferson Praia, a quem cumprimento também, e dizer que concordo inteiramente com que o Senador Osmar Dias já colocou em relação ao município, em relação à região, em relação à importância e necessidade.

Toledo, que é o município do oeste do Paraná, município importante, desenvolvido, com preocupações, como o próprio projeto diz, Programa de Desenvolvimento Sócio-Econômico, ou seja, preocupando-se com a área social, com a área econômica; na área social um conjunto de boas iniciativas.

Eu, inclusive, quero dizer, de público, e o prefeito está aqui presente, o trabalho extraordinário que é feito na área da Educação, da Educação Infantil, inclusive, zero a três, quatro e cinco anos, na pré-escola, o trabalho da APAE de Toledo, a Associação de Pais e

Amigos dos Excepcionais de Toledo, que é, sem dúvida, uma das melhores entidades do Brasil na área do atendimento da pessoa com deficiência. Existe a lei municipal, no Município de Toledo, que regula as relações da Prefeitura com a APAE, e esta Legislação Municipal está sendo objeto de estudo por parte de muitos outros municípios, para que possa, também, ser, até no bom sentido, copiada para desenvolver cidadania, e este projeto é Programa de Desenvolvimento Sócio-Econômico Sustentável, quer dizer, esta palavra é a palavra-chave hoje em dia... É Meio Ambiente, é geração de emprego, geração de renda, é o ser humano, no contexto, tendo as condições necessárias para que ele, como ser humano, seja valorizado.

Quero, então, me associar a todas as palavras do Senador Osmar Dias, que já detalhou, de uma maneira muito adequada, fazendo inclusive um histórico do qual ele participou intensamente como Secretário de Agricultura, inclusive em duas Gestões Estaduais, mas neste contexto de um desenvolvimento sustentado.

Então, nós, como bancada do Paraná, podemos assegurar que é um recurso importante para um município desenvolvido, sério, que precisa de apoio e que poderá, inclusive, com esta captação desta operação de crédito externo, inclusive, fazer ainda muito mais a favor da economia, do ser humano e do meio ambiente naquela região tão estimada por todos nós.

Eu quero parabenizar, Sr. Presidente, o relator, Senador Osmar Dias, o Município de Toledo...

[Pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, eu sei... Quero parabenizar o relator, o Senador Jefferson Praia, além do relator, o Senador Osmar Dias, para deixar bem claro... E com o prazer que o Senador Jefferson Praia, de maneira tão rápida e tão ágil, tenha apresentado o relatório, mas, principalmente, parabenizar todas as pessoas de Toledo, porque é um município que merece o apoio de todos nós. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Flávio Arns. Senadores e senadoras que são favoráveis ao projeto permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não, Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É para registrar, também, o empenho do deputado e o seu super afinco(F) para a aprovação desse projeto e pedir a V.Exª urgência para a votação deste empréstimo no Plenário do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Os senadores que são favoráveis

ao pedido de urgência permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos agora ao item 5º da pauta. Gostaria de solicitar para fazer homenagem, aqui, à oposição, que o Senador Sérgio Guerra presida a Sessão, para que eu possa relatar a matéria.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, novamente, Sr. Presidente, apenas enquanto V.Exª arruma o microfone, eu gostaria de pedir que fosse retirado de pauta um requerimento que apresentei em conjunto com o Senador Flávio Arns para uma Audiência Pública sobre o projeto de lei que permite a mistura de farinha de mandioca na farinha de trigo. É apenas para cancelar esse requerimento.

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Trata-se do Requerimento de número... Projeto de Lei da Câmara de nº 89/03 não terminativo. Altera a Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e dá outras providências. Dispõe sobre crimes cometidos na área de informática e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros não autorizados pelos respectivos interessados às informações privadas mantidas em rede de computadores dependerá de prévia autorização judicial. Projeto de autoria do Deputado Luis Piauilino. O relator é o Senador Aloizio Mercadante. Com a palavra o relator.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria, antes de iniciar a leitura do Parecer, registrar que esse projeto, ele apensa várias iniciativas: O PLS nº 137, de autoria do Senador Leomar Quintanilha; o PLS nº 76/00, do Senador Renan Calheiros, autor; o PLC nº 89/03, de iniciativa do Deputado Luis Piauilino, e, em 2004 e 2005, o Senador Eduardo Azeredo relatou essa matéria, e diria que esse Parecer não seria possível sem a participação, sem o empenho, sem a dedicação com que ele tem tratado esse tema, que é matéria extremamente complexa, e o Senador Eduardo Azeredo tem uma formação profissional, uma longa experiência nesse tema.

Eu queria sugerir que, ao invés de nós lermos o Parecer que está escrito e é de conhecimento de todas... de todo o Plenário, que eu me atenha aos itens que são verdadeiramente relevantes. E queria convidar o Senador Eduardo Azeredo para ser co-relator dessa matéria, dado que nós trabalhamos juntos para poder construir esse Parecer no Ministério da Justiça, o Senador Eduardo Azeredo, e nós poderíamos ser co-relatores da relatoria e trabalharíamos junto nessa matéria que foi bastante complexa e exigiu um trabalho muito intenso.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador, eu agradeço com muita honra.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Então, eu vou destacar verbalmente o que é que o nosso Parecer trata, o que é que ele altera, do ponto de vista do processo.

O Parecer, e por consequência o substitutivo do Senador Eduardo Azeredo, altera as seguintes leis: Código Penal, Código Penal Militar, Lei de crimes de preconceito de raça ou de cor, que é a Lei nº 7.716/89, Estatuto da Criança e Adolescente, a lei que trata das infrações penais de repercussão interestadual ou internacional, que exige repressão uniforme, e além de criar uma nova norma com artigos autônomos.

Ele cria, no Código Penal e no Código Penal Militar, os seguintes novos tipos penais ou novos crimes:

Primeiro – Crime de acesso não autorizado a dispositivo de comunicação ou sistema informatizado. Portanto, quem invadir um dispositivo de comunicação ou um sistema informatizado estará incorrendo na prática de crime. Passa a ser tipificado com o Código Penal.

Segundo – A obtenção de transferência ou fornecimento não autorizado de dados ou informações. Então, qualquer um que acessar a rede globalizada da Internet e obter informações ou dados não autorizados estará incorrendo, agora, num tipo penal.

Terceiro – A divulgação ou utilização indevida de informações de dados pessoais. Também passa a ser crime apropriação indevida de dados de natureza pessoal. A inserção ou difusão de código malicioso, chamados “vírus”, que são lançados na Internet com danos e prejuízos bastante sensíveis. A inserção ou difusão de código malicioso seguido de dano. Esse é uma pena mais grave, porque traz, às vezes, inclusive a destruição do equipamento do usuário. O estelionato eletrônico, conhecido como *fishing*, que é o envio de e-mails que pedem senha ou instalam programas para a captura de senha. Hoje esse é um instrumento dos fraudadores; algumas iniciativas para captar senha de acesso e poder utilizar, depois, para fraudar outros interesses. O atentado contra a segurança do serviço de utilidade pública, energia elétrica, gás... Nós já temos sistemas de transporte urbano, nós já temos experiências internacionais, onde nós tivemos atentado à segurança do serviço de utilidade pública. A interrupção ou perturbação do serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático, dispositivo de comunicação, rede de computadores ou sistema informatizado. Quando você prejudica qualquer desses serviços também estará incorrendo num novo tipo penal.

Falsificação de dados eletrônicos públicos e falsificação de dados eletrônicos particular. Portanto, falsificar dados na rede da *internet* passa também a ser crime passivo de enquadramento no Código Penal.

As emendas definem, para fins penais, os seguintes conceitos: dispositivo de comunicação, sistema informatizado, rede de computadores, código malicioso, dados informáticos e dados de tráfico.

O projeto passa a proteger, também, o dado, o dispositivo de comunicação, a rede computadores, o sistema informatizado. Portanto, esses instrumentos passam a ser protegidos legalmente e não podem ser agredidos por qualquer dispositivo.

O projeto também prevê a criação, pelos órgãos da polícia, de setores e equipamentos especializados no combate à ação delituosa em rede de computadores. Por exemplo, o trabalho que faz hoje a Inteligência da Polícia Federal em relação à pedofilia. A quebra, por exemplo, do sigilo do ORKUT permitiu que a Polícia Federal e a CPI do Senado Federal tivessem, agora, informações de mais de 600 pessoas que incorreram, provavelmente, nesse crime, que é um dos piores degraus da condição humana, que é a pedofilia, de degradação moral.

Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para introduzir novos verbos no tipo penal da pedofilia, que é o art. 241. Apresentar, produzir, vender, receptar, fornecer, divulgar, publicar ou manter consigo, por qualquer meio de comunicação, inclusive rede mundial de computadores ou Internet, fotografias e imagens com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo crianças e adolescentes. Portanto, nós estamos agravando a penalidade no caso do crime de pedofilia, incorporando “receptar” e “manter” consigo. Quer dizer, quem guarda imagens ou recebe imagens de pedofilia também passa a ser passivo de enquadramento no Código Penal.

Com relação aos provedores de acesso, criam-se as seguintes obrigações... Nós modificamos as exigências em relação aos provedores de acesso; eles argumentavam que a lei como estava gerava obrigações incompatíveis com a condição de muitos provedores. De qualquer forma, nós continuamos responsabilizando os provedores para algumas finalidades que a Justiça poderá requerer, mas sem aquela sobrecarga de encargos que nós tínhamos até então.

Então, fica: manter por três anos dados de endereçamento eletrônico da origem, hora e data de conexão efetuada por meio de rede de computadores e fornecê-los, exclusivamente, à autoridade investigatória, mediante prévia requisição judicial. Então, quando a Justiça requer ao provedor, ele tem que guardar por pelo menos três anos o processo de circulação da informação – ele não tem que guardar a informação, mas as conexões que foram feitas ele tem que guardar por pelo menos três anos. Com isso, reduz substancialmente a necessidade de memória para armazenar

as informações e viabiliza o trabalho; preservar, após requisito judicial, dados acima e outras informações requisitadas; informar, de maneira sigilosa, à autoridade competente denúncia da qual tenha tomado conhecimento e que contenha indícios de prática de crime, ou seja, o provedor, ele não é obrigado a denunciar o acesso na rede, mas ele é obrigado a encaminhar a denúncia que ele recebe sobre a rede, de forma sigilosa, à polícia. Então, ele não exerce o papel de polícia, mas, se ele receber uma denúncia, ele é obrigado a encaminhar imediatamente à autoridade policial de forma sigilosa.

A multa varia de dois mil reais a cem mil reais, aplicada em dobro no caso de reincidência, em caso de descumprimento da Ordem Judicial. Com isso, nós também estabelecemos as responsabilidades dos provedores de uma forma, eu diria, mais objetiva, mais eficiente, mas adequada à função que essas Instituições exercem no âmbito da Internet.

É estabelece, por fim, o prazo de 120 dias para entrar em vigor a Legislação. Então, eram 180 dias e nós estamos reduzindo para 120 dias o prazo para entrar em vigência a Legislação.

Eu quero, com isso, dizer que essas são as principais alterações. Eu não vou... Com isso, nós estamos adequando a nossa Legislação para harmonizar com a Lei de Crimes Cibernéticos e com a Convenção sobre Cibercrimes da Europa. Essa Convenção, exatamente, ela exige uma série de procedimentos dessa natureza. O Brasil estaria, aí, modernizando toda a sua Legislação em relação a esse grande instrumento de modernização da sociedade que é a Internet, mas é igualmente um espaço que tem que preservar toda a sua liberdade, mas as responsabilidades daqueles que violam essa condição e destroem equipamentos, praticam crimes hediondos, utilizando esse instrumento, fraudam instituições, se apropriam de informações sigilosas, e, evidentemente, nós precisamos modernizar a Legislação para poder acompanhar o estelionato eletrônico, que é uma prática amplamente difundida hoje e não propriamente qualificada como a lei deveria exigir.

Então, esse equilíbrio entre a preservação dessa condição da mais ampla liberdade da Internet, que está assegurada, os provedores não exercem qualquer tipo de cerceamento ou atividade repressiva, mas passam a serem responsabilizados quando acionados judicialmente para responderem perante a Justiça.

Diante disso, o voto... Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 89/03, nº 84/99, da Câmara dos Deputados, e dos Projetos de Lei do Senado de nº 77 e nº 137, ambos do ano de 2000, na forma do substitutivo aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, com as seguintes emendas: a

Emenda nº 01, a Emenda 02, a Emenda 03, a Emenda nº 04 – todas elas estão detalhadamente redigidas – a Emenda nº 05, nº 06, a Emenda nº 07, a Emenda nº 08, a Emenda nº 09 – todas elas são alterações do texto –, a Emenda nº 10, a Emenda nº 11, a Emenda nº 12, a Emenda nº 13, a Emenda nº 14, a Emenda nº 15, a Emenda nº 16, 17, 18, a Emenda 19, 20, 21, 22, e suprimem-se os art. 22, 23, 24 e 25 do substitutivo aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, essa é a Emenda nº 23.

Portando, são feitas algumas supressões e uma série de aditivos e de aprimoramentos, mas nós fizemos questão de manter o substitutivo do Senador Eduardo Azeredo, porque ele tinha, eu diria, a consistência necessária, e é uma forma, também, de respeitar a contribuição intelectual que ele deu a este trabalho, que eu acho seguramente será imprescindível à construção, à valorização, ao estímulo à Internet.

Eu quero lembrar que o ano passado nós tivemos 10 milhões e 400 mil computadores vendidos e este ano cerca de 13 milhões de computadores. O Brasil, desde o ano 2000 a 2008, é o país com maior velocidade de inclusão digital na rede da Internet. Nós queremos manter – e eu mesmo sou autor de um projeto que prevê que, em cinco anos... Essa Comissão já aprovou por unanimidade e a Câmara está concluindo a votação... Cinco anos para colocar a banda larga em todos os municípios do Brasil, em todas as escolas urbanas e rurais – e o Governo já segurou as escolas rurais –, equipamentos de computador e treinamento de professores para a gente colocar 47 milhões de alunos da rede pública na Internet.

Agora, a Internet tem que ter essas salvaguardas para preservar este instrumento fundamental, dinâmico, eu diria, decisivo, na construção da sociedade do conhecimento, na sociedade do futuro. Esse é o nosso voto, e quero, aqui, registrar também a contribuição do Michael, Assessor, que contribuiu decisivamente junto com o Portugal, do gabinete do Senador Eduardo Azeredo, na interlocução e na construção desse Parecer, que, eu tenho certeza, aprimora o projeto, tem a aprovação do Ministério da Justiça, todas as Instituições que estão afins a essa matéria, dialogamos com todos os setores que tratam desse assunto, e eu acho que temos um avanço que preserva a essência da liberdade da Internet. Esse é o nosso Parecer, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):
Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senhores senadores, a matéria está em discussão. Senador Eduardo Azeredo, Senador Re-

nato Casagrande... Bem, vamos ouvir logo o Senador Eduardo Azeredo, pela ordem.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sr. Presidente, o Senador Mercadante foi muito feliz na exposição que fez com clareza e mostrando os objetivos e as alterações feitas. São alterações de cinco leis brasileiras, tipificando 11 crimes. Houve toda uma discussão sobre essa questão... Na verdade uma discussão já de alguns anos. Na Câmara o projeto foi inicialmente aprovado em mil, novecentos e... Há mais de dez anos. Em 1996 foi o início do projeto, ainda do Deputado Luis Piauilino, o hoje Governador Cássio Cunha Lima também fez projeto original. Depois nós tivemos aqui no Senado a aprovação já na Comissão de Educação, na Comissão de Ciência e Tecnologia, o projeto está na Comissão ainda de Comissão de Justiça, para onde volta.

O Senador Mercadante faz, portanto, um relatório, aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, aperfeiçoando o projeto. E por que na Assuntos Econômicos? Porque esse assunto exatamente da nova tecnologia, as novas tecnologias, esse é um assunto que envolve toda a economia de um país como o Brasil.

Nós temos um crescimento do número de usuários de computador, isto é muito bom, mas como tudo de bom tem o lado perverso. O lado mau são os maus usuários, são aqueles que usam o computador para fraudes, para roubos, para estelionato eletrônico... Basta acompanhar na imprensa para vermos no dia-a-dia o que acontece. Apenas um ponto está aqui listado, que é o da pedofilia. Nós temos nesse momento a CPI da Pedofilia instalada no Senado, da qual sou membro, e aqui nós estamos aperfeiçoando o que já está no Estatuto da Criança e Adolescente de maneira que até a posse do material pornográfico também será criminalizado.

Eu quero, portanto, manifestar o meu "apoio" ao que foi colocado aqui pelo Senador Mercadante. Lembrando que realmente é uma discussão já de muito tempo que envolveu o Ministério da Justiça, envolveu Organizações Não-Governamentais. Audiências Públicas foram realizadas na Comissão de Educação, na Comissão de Constituição e Justiça, ainda tivemos, no último... na última semana de maio, um debate, um seminário internacional na Câmara dos Deputados.

O Conselho da Europa tem interesse claro na participação do Brasil, exatamente para poder ter a troca de informações, já que muitas dessas irregularidades, esses crimes são cometidos "transfronteiras". E, da mesma forma, eu quero aqui registrar realmente o trabalho não só do José Henrique Portugal e do Michael Mohallem, mas também do Desembargador Fernando Botelho, do Tribunal de Justiça de Minas Ge-

rais, o General Félix da GSI, juntamente com a Tatiana Malta, e também do Ministério da Justiça, através do Pedro Alpomovar(F) e toda a sua equipe, a Carolina e todos que puderam participar até esse momento. De maneira, Sr. Presidente, que eu queria registrar a minha concordância com todas as alterações propostas e com essa aprovação, aqui, que eu espero que possa acontecer na parte de todos os senhores senadores, então, possamos voltar à Comissão de Constituição e Justiça e encerrar essa discussão, aqui, para que o Brasil possa ter uma Legislação moderna.

Eu quero ainda, finalmente, dizer que a Argentina aprovou, na última semana, uma lei semelhante a essa. Portanto, nós estamos em tempo de estarmos à frente das necessidades.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente, sou eu?

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA

(PSDB-PE): [Pronunciamento fora do microfone].

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Aloizio Mercadante, Relator na Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Azeredo, parabenizá-los pelos relatórios. E a área de informática e as possibilidades tecnológicas que hoje nós temos, e a capacidade e a facilidade com que as pessoas hoje têm acesso às novas tecnologias de fato têm gerado um conforto muito grande à população mundial e à população brasileira.

O Brasil, como já foi dito aqui, está crescendo muito no acesso à Internet, e o acesso à Internet é um instrumento de gestão, é instrumento que está possibilitando o gestor público a ter mais transparência na condução das ações de Governo, em todos os níveis, e muitas pessoas hoje têm usado a Internet para bons propósitos. E temos evitado, também, dispêndio, gasto, geração de gases de efeito estufa, porque seja através de Internet, através de teleconferência, nós temos conseguido evitar muitas viagens que são dispendiosas e as viagens que agredem o meio ambiente, por tudo o que você tem que gastar de energia para poder fazer o deslocamento de pessoas e grupo de pessoas. E a Internet hoje é um meio que temos de fácil comunicação e com consumo baixo de energia.

Então, nós temos que incentivar de fato cada vez mais o uso da Internet, mas, como disse o Senador Eduardo Azeredo, esse crescimento e essa facilidade têm promovido e provocado problemas também. Porque tudo o que está à nossa disposição pode ser usado para o bem como pode ser usado para o mal.

E esta Legislação de crimes de informática, na área de informática, é uma Legislação que nos atende, porque a Justiça não precisará mais interpretar ou dar,

estabelecer sentença por interpretação, por analogia ou por costume. Ela terá, agora, um instrumento real de efetivação para poder aplicar penalidades, seja com a alteração do Código Penal, do Código Penal Militar, do Estatuto da Criança e do Adolescente, com as definições dos novos tipos, tipificando novos delitos na área de informática. Então, eu acho que este é um avanço importante que coloca o Brasil, que já entrou na era da informática, coloca o Brasil, também, também o Brasil legal nesta área, antenado; antenado para que nós tenhamos condições de evitar o uso abusivo e a agressão ao direito individual e coletivo de quem quer praticar o crime via Internet.

Então, parabéns ao Senador Aloizio Mercadante, parabéns ao Senador Eduardo Azeredo, parabéns ao autor Luis Piauilino.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sr. Presidente, senhores e senhoras senadores, eu queria também reiterar todos os comentários feitos pelo Senador Mercadante, pelo Senador Azeredo, pelo Senador Casagrande, da importância de se regulamentar e tipificar os crimes praticados na Internet, já que o avanço tecnológico, embora nos dê amplas condições de trabalho e de conforto, também traz problemas que, se não forem coibidos, não forem punidos, poderão nos causar bastantes problemas.

Então, a gente... Na verdade, é a atualização dessa Legislação ela é da maior importância, e eu parabeno, aqui, o trabalho conjunto do Senador Mercadante, Senador Azeredo e também o meu voto é pela aprovação desse projeto como também serei favorável a ele na CCJ.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): [Pronunciamento fora do microfone]... E a Presidência. A função é sua...

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Para dar continuidade à discussão, com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, só para registrar, eu acompanho a tramitação de projetos assemelhados porque esse projeto, ele é quase uma consolidação de outros que por aqui tramitaram... E eu me lembro quando nós fizemos os primeiros debates, as primeiras Audiências Públicas para discutir isso, e o Senador Eduardo Azeredo está aqui e acompanha isso muito de perto, não só aqui, mas ele tem uma formação muito focada na questão digital, uma formação consistente na área de informática, Internet, enfim, e de sistemas.

Houve uma rejeição tremenda a esses projetos, quando nós fizemos a primeira Audiência Pública. Eu me lembro bem as nossas... os nossos e-mails foram bombardeados, porque diziam que esses projetos atentavam contra a liberdade que a Internet proporcionava, a agilidade, a rapidez, que nós estávamos criando entraves para o bom funcionamento da Internet.

Eu me lembro que, naquela época, nós acompanhamos, inclusive, experiências da Comunidade Econômica Européia, dos Estados Unidos, preocupados com essa utilização ilegal da Internet. Se ela trouxe muito mais benefícios, ela trouxe também problemas. Os *hackers* operando nas contas bancárias, nos cartões de crédito, isso foi muito bem relatado aqui pelo Senador Aloizio Mercadante. A questão dos crimes cometidos na Internet. Eu me lembro bem, Senador Aloizio Mercadante, o debate sobre a questão dos arquivos, o prazo e o que é que deveria ser efetivamente guardado. A obrigação de se prestar informações, que eu agora vejo que... sobre e-mails e sobre esse relacionamento via Internet, que, agora, mais do que nunca, foi resolvido por esse trabalho do Senador Aloizio Mercadante, que incluiu o Ministério da Justiça e outras áreas também diretamente ligadas a essa questão.

Portanto, eu acredito que esse projeto do Senador Eduardo Azeredo é um projeto que avança bastante num tema sensível. E o Senado Federal teve condições de enfrentar, apesar dos questionamentos que surgiram, e articular uma solução que atenda efetivamente àquilo que o Brasil espera. Houve um grande avanço nesse sentido, e eu quero registrar, aqui, também o meu voto favorável. Lembrar aqui a questão da Argentina, que aprovou na semana passada um projeto parecido, e dizer que está de parabéns o Senador Eduardo Azeredo, um especialista na área, o Senador Aloizio Mercadante, que soube entender muito bem os objetivos do projeto e contribuiu nessa articulação para conduzir a esse texto que ora nós analisamos. E o meu voto é favorável, porque nós precisamos ter instrumentos legais para combater uma série de distorções e desvios que infelizmente a Internet tem introduzido no dia-a-dia da nossa gente.

Parabéns Senador Eduardo Azeredo, parabéns Senador Aloizio Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Continua a matéria em discussão. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Eliseu Resende, Senador Aloizio Mercadante, Relator do projeto, senhores senadores. É também para unir a minha declaração ao que já foi dito pelos meus pares. Parabenizar. Parabenizar

o Senado Federal por tratar deste assunto da forma como o tem feito.

Senador Azeredo, Eduardo Azeredo, ele é um conhecedor profundo da matéria, fez um trabalho competente quando relatou este mesmo projeto na Comissão de Constituição e Justiça, tem sido chamado a proferir palestras pelo mundo afora para defender exatamente as suas idéias, e agora o Senador Aloizio Mercadante, ao relatar aqui na CAE, o enriquece e reconhece o trabalho feito pelo Senador Eduardo Azeredo da necessidade de que a Legislação seja adequada à tecnologia. Não é só nessa questão da rede mundial de computadores, não. Nós temos em vários outros assuntos que a tecnologia avança numa velocidade tão grande que a Legislação fica defasada. Isso acontece no caso das comunicações. Ainda o nobre Senador Antonio Carlos Júnior, ele preside uma Comissão da Comissão de Ciência e Tecnologia para que a gente possa adaptar a Legislação hoje da Radiodifusão, da TV a cabo, das coisas, ao avanço da tecnologia.

Neste caso, nós temos uma gravidade maior, que são os crimes praticados e que permanecem impunes, por não haver uma Legislação que acompanhasse o avanço da tecnologia. E esse projeto veio ao encontro dessa necessidade e teve o cuidado, tanto do Senador Eduardo Azeredo quanto o Senador Aloizio Mercadante, de preservar a privacidade. Mas não pelo fato de a privacidade na rede mundial de computadores deixar como modo de se tornar impune todas as práticas nocivas feita através da Internet.

Então, parabéns, eu acho que o Senado hoje dá um grande avanço no sentido de trazer ao cidadão brasileiro, trazer à Legislação Brasileira o encaminhamento de uma modernização do seu processo Legislativo, no sentido de trazer responsabilidade àqueles que usam a rede mundial de computadores de forma indevida.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Nós temos um projeto muito interessante, e acredito que temos avançando. E gostaria de externar, aqui, meu voto favorável à proposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Senador. Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, no momento em que estamos discutindo, debatendo o assunto tão importante, que é a regulamentação do uso da Internet e a possibilidade da adoção de medidas enérgicas, inclusive com penalidades para os seus infratores, o Ministério Público Federal, em São Paulo, recentemente, pediu ao

Google a relação de aficionados, de clientes do ORKUT que estavam se utilizando da pedofilia, de imagens de sexo indecorosas e como também a utilização de políticas de ódio, racistas, através de meios eletrônicos, através da rede mundial de computadores.

O Tribunal Superior Eleitoral, por outro lado, preocupado com a onda de calúnias, injúrias e difamações que são perpetradas contra candidato, na época do período eleitoral, também já está se detendo sobre matéria tão importante, de vez que o Brasil, como disse o nobre Relator Mercadante, tem sido dos países que tem mais crescido em termos de utilização de recursos da Internet em todos os sentidos.

Por isso, eu vejo com bons olhos a regulamentação de tal matéria, inclusive eu apresentei projeto na Comissão de Justiça que em parte foi aproveitado pelo Senador Eduardo Azeredo, falando da questão dos *spams* ou dos... das mensagens indesejadas que nós recebemos freqüentemente nos nossos e-mails ou nas nossas caixas de e-mails, que e que nós não temos, assim, como recusar essas mensagens indesejadas, algumas delas de conteúdo perigoso ou de conteúdo imoral, de conteúdo violento, racista, que nós não temos nenhum dever, nenhuma obrigação de receber tais mensagens.

Portanto, Sr. Presidente, eu sou totalmente favorável à aprovação de matéria como esta e quero aproveitar a oportunidade para felicitar ao Senador Eduardo Azeredo e ao Senador Mercadante, que estudaram em profundidade o assunto e conseguiram apresentar de forma consensual dispositivos capazes de coibir a criminalidade, o abuso dos meios tecnológicos proporcionados pelo avanço da Internet. Agradeço a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Pela ordem, Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu gostaria de concluir, agradecendo às manifestações que foram feitas, e dizer que nós conseguimos construir uma solução que retirou aquelas objeções que tinham alguma procedência.

A discussão que a Internet precisa evidentemente de um instrumento legal que estabeleça as responsabilidades dos usuários, eu acho que hoje é inquestionável. Quer dizer, ninguém pode admitir, por exemplo, que um *hacker* entre na Internet e lance um "vírus" e destrua o equipamento do outro. Ou que entre, por exemplo, como já aconteceu numa universidade pública brasileira, entre num centro de pesquisa, com uma série de pesquisas que estão sendo feitas, e simplesmente destrói a memória de toda uma inteligência, de todo um trabalho científico. Tem que ser responsabilizado penalmente

Eu tenho certeza também que ninguém vai questionar que alguém possa utilizar um instrumento, um *software* para se apropriar de uma senha sigilosa para entrar num banco e roubar um cidadão daquilo que é seu trabalho, sua poupança, sua atividade bancária. Evidente que tem que ser penalizado como qualquer outra forma de estelionato ou roubo que possa ser utilizado, e infelizmente a Internet pode se prestar a ser um veículo para esse tipo de prática. É inaceitável.

Hoje ninguém discute que no Brasil é fundamental o trabalho que a CPI da Pedofilia e a Polícia Federal estão fazendo. Havia um ORKUT, um espaço dentro da Internet, integralmente dedicado à prática da pedofilia, à troca de informações, à escolha das vítimas. É uma coisa inadmissível numa sociedade civilizada. É evidente que nós precisamos de um Estatuto legal para coibir essas práticas todas.

Agora, havia resistência em relação à responsabilidade do provedor, porque na idéia originária nós estávamos transferindo ao provedor o trabalho de vigência no espaço da Internet e de responsabilidades indevidas, porque, evidente, ele não tem como ficar vigiando o fluxo de informações, e, menos ainda, eu diria, seria da natureza do provedor ter uma atividade policial fiscalizatória.

O que nós construímos é, quando ele recebe uma denúncia, ele tem que encaminhar imediatamente, de forma sigilosa, ao órgão competente da Polícia Federal, que vai ser essa delegacia eletrônica. Pois não, Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador, V.Ex^a tem conhecimento de que o Tribunal Superior Eleitoral recentemente proibiu o uso da Internet na campanha eleitoral. Isso por quê? Porque muitas vezes o adversário se esconde através de um nome fictício, de um e-mail fictício, e, tentando burlar a lei, maltrata o adversário... Quer dizer, apresenta notícias falsas, comete crime de calúnia, de difamação ou de injúria em plena campanha eleitoral. Eu acho que o Tribunal Superior Eleitoral, nesse aspecto, já está regulamentando o uso indevido da Internet nas campanhas eleitorais.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E nós estamos permitindo, agora, com esses instrumentos legais a exata responsabilidade do cidadão. Não há qualquer cerceamento ou qualquer censura prévia. A liberdade é absolutamente plena, e esse é dos grandes valores da Internet.

Por último, a responsabilidade do provedor não pode se guardar todas as informações por um prazo de três anos. Ele teria que ter uma capacidade de memória que tem um custo que inviabiliza alguns provedores ou encarece de tal forma que isso será repassado

ao usuário e vai dificultar o acesso à Internet. Então, ele é obrigado agora a registrar os acessos, portanto é uma capacidade de memória bastante reduzida, mas é indispensável quando ele for acionado judicialmente para prestar esclarecimento de quem conectou, o quê e como. E isso vai ficar resguardado para que a Justiça tome as providências quando achar necessário.

Por tudo isso, nós construímos um grande avanço no que tem de mais moderno na Legislação, um tema novo, do ponto de vista Legislativo, e eu acho que ficou bastante equilibrado e tem total apoio. O Ministério da Justiça... eu quero agradecer ao Ministro Tasso Genro pelo apoio do Ministério da Justiça, da Polícia Federal, do Ministério Público, que trabalharam junto para construir essa solução. Dialogamos também com os provedores para construir esse caminho, que eu tenho certeza que será consensual e terá o apoio também dos usuários da Internet, que serão preservados na sua integridade, na sua liberdade, e também para que esse instrumento e comércio possa se desenvolver no Brasil sem os prejuízos dessas quadrilhas que falsificavam, abusavam e, evidentemente, agrediam a Internet por tudo que ela representa.

Assim sendo, Presidente, eu acho que nós estamos prontos para votar a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Concluída a discussão. Colocaremos em votação o Parecer do relator. Os Senadores que concordam com o Parecer do relator permaneçam como estão. Aprovado o Parecer do relator favorável ao PL da Câmara nº 89/03, aos PL do Senado de n. 137 e n. 76/2000, nos termos da Emenda 62 da Comissão de Ciência e Tecnologia, com as emendas de números 01 a 23 da Comissão de Assuntos Econômicos.

Devolvo a Presidência ao Senador Aloizio Mercadante.

[troca de presidência]

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, eu queria apenas registrar os meus cumprimentos ao Senador Aloizio Mercadante que mostrou realmente entender bem toda a importância desse projeto, e nós podemos realmente fazer uma modificação que melhora o projeto, que atende ao que é necessário, e essa visão, portanto, que nós acabamos conseguindo aprovar aqui, essa redação, ela espelha o que é necessário. De maneira que eu quero, Senador Presidente Mercadante, cumprimentá-lo por ter exatamente entendido a amplitude e a importância desse projeto. Esperamos que agora possamos andar com ele mais rápido até a aprovação em Plenário, no interesse maior da população brasileira. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Eduardo Azeredo.

Vamos agora ao último item da pauta, Item 06 – indicativo do Senado nº 01/06: sugere à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como a Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam estudos para a criação do Fundo Mundial Ambiental na forma proposta do texto e justificação dessa indicação. Autoria: Senador Aloizio Mercadante. Relator: Senador Flexa Ribeiro. Parecer pelo encaminhamento da matéria à Comissão Mista Especial do Congresso Nacional sobre mudanças climáticas. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com Pareceres concluindo pelo encaminhamento da matéria à Comissão Mista Especial do Congresso Nacional sobre mudanças climáticas. Com a palavra o relator.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Aloizio Mercadante, senhores senadores, em 7 de dezembro de 2006, o Senador Aloizio Mercadante apresentou a indicação nº 01 que foi distribuída para exame das três Comissões Permanentes, que já foram aqui mencionadas. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a Comissão que pelas duas... Melhor dizendo, comissões, e agora a Comissão de Assuntos Econômicos. Eu quero parabenizar o Senador Aloizio Mercadante por ter feito o encaminhamento dessa indicação nº 01 propondo a criação de um Fundo Mundial Ambiental.

Essa questão do meio ambiente é uma questão que preocupa de forma globalizada a todos nós, principalmente na questão brasileira e da questão “amazônica”.

Então, o Senador Mercadante, ao apresentar esse indicativo, ele fez vários “considerandos” e, ao final, ele propõe a criação, com o aval das Nações Unidas e da Organização Mundial do Comércio (OMC), de um Fundo Mundial Ambiental, com receitas oriundas da cobrança de taxa de até 1% sobre as importações em nível global, a ser gerido e fiscalizado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com o intuito único de financiar programas, projetos e ações destinados à promoção do desenvolvimento sustentável e do meio ambiente equilibrado.

Diz ainda o Senador Aloizio Mercadante, no seu indicativo, que a distribuição dos recursos do Fundo será feita apenas entre os países que resolverem dele participar e levará em consideração as contribuições

financeiras de cada nação, bem como as relevâncias dos projetos locais para o meio ambiente global.

Na análise, nós tivemos o cuidado de dizer que cuida-se de importante sugestão de estudo sobre o tema dos problemas ambientais globais, incluindo a proposta de criação, como eu disse, de um Fundo Mundial para enfrentá-las.

A indicação apresentada pelo Senador Aloizio Mercadante, já com elevado grau de elaboração, traz um alentado rol de princípios e justificações e a idéia também detalhada de um Fundo Financeiro de Suporte para com a política ambiental e global.

O grande problema ambiental global hoje é o câmbio climático, como não poderia deixar de ser, portanto, a indicação do Senador Mercadante reporta-se com mais ênfase a essa situação.

O mundo se debruça sobre o tema do aquecimento global em busca de mecanismos que atenuem ou resolvam o problema que a ação do homem vem causando ao Planeta. Durante o período de tramitação da indicação nº 01/06, foi aprovada e instalada nova instância técnica de alto nível no Congresso Nacional afeta ao tema.

Criou-se e está em plena atividade a Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, presidida pelo Deputado Eduardo Gomes, tendo como Vice-Presidente o Senador Fernando Collor e Relator o Senador Renato Casagrande. Assim, concordamos com os Pareceres emitidos pela Comissão de Relações Exteriores e pela Comissão de Meio Ambiente, no sentido de que a indicação em análise seja encaminhada à Comissão Mista sobre mudanças climáticas, para que seja objeto de discussão e até de tema para uma Audiência Pública, de modo a dar segmento à sugestão contida na indicação da forma que se considere mais apropriada.

Voto, Sr. Presidente. Pelo exposto, voto pelo encaminhamento da indicação nº 01/06 à Comissão Mista do Congresso Nacional sobre mudanças climáticas. E, ao encerrar, Sr. Presidente, quero parabenizá-lo... Quero parabenizá-lo pela iniciativa de propor a discussão da criação desse Fundo Mundial Ambiental. É uma forma que vem ao encontro da preservação ambiental em nível globalizado, mas que cria uma fonte de financiamento. Porque os discursos que são permanentes e as cobranças que são feitas principalmente sobre o nosso país, que tem a maior floresta tropical do mundo, ela não tem o efeito prático, porque não dá os meios existentes hoje de tecnologia e financeiros para que nós possamos desenvolver o nosso país e a região Amazônica de forma sustentável.

V.Exª vem, com esse indicativo, trazer essa condição de que se faça, se crie um Fundo Mundial Ambiental com recursos das exportações feitas... Das

importações, melhor dizendo, das importações dos países que aderirem a este Fundo. Quero parabenizá-lo, e somos favoráveis para o encaminhamento a esta Comissão de mudanças climáticas para que possa ser, então, lá analisado e aprimorado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro, e vamos, então, à votação. Os senadores que são favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado.

Há requerimento também solicitando urgência da matéria para encaminhar à Comissão que está tratando das mudanças climáticas, porque ela tem prazo regimental para encerrar suas atividades. Os senadores que são favoráveis, por favor, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Senador Delcídio Amaral com a palavra.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, gostaria também de mais uma vez ressaltar o trabalho que a Comissão de Assuntos Econômicos tem feito, especialmente V.Ex^a.

O tema ambiental hoje é, talvez, o tema mais importante em debate no mundo, até porque as principais questões hoje levantadas por autoridades mundiais, elas, inexoravelmente, têm como pano de fundo a questão ambiental. E eu espero que essa iniciativa venha... Agora encaminhada à Comissão de Mudanças Climáticas, venha enriquecer ainda mais esse grande debate ligado às questões ambientais, e quero também parabenizar pela iniciativa de V.Ex^a, sempre conectado com a modernidade, basta ver o projeto de V.Ex^a relativo à Internet nas escolas, à banda larga nas escolas. Agora, esse projeto que cria as condições necessárias para coibir uma série de abusos que infelizmente a Internet vivencia, e, por último, esse Fundo Ambiental. Essa proposta apresentada por V.Ex^a, que está absolutamente ligada ao que há de mais atual, sob o ponto de vista político, sob o ponto de vista de futuro de toda a humanidade.

Por isso, eu quero também parabenizar o Senador Flexa, que vem de uma área, vem da Amazônia, uma área onde a discussão sobre o meio ambiente, ela a cada dia toma uma dimensão cada vez maior e, portanto, também não poderia deixar de destacar essa iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos e parabenizar o nosso querido Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Delcídio Amaral. Pediria só atenção do senador, nós temos um projeto de urgência constitucional, que é o Item 04, Projeto de Lei da Câmara nº 71/08 não terminativom que dispõe sobre a apuração do Imposto de Renda na fonte incidente sobre regimentos de prestação de serviços de transporte rodoviário internacional de carga, afe-

ridos, portanto, por transportador autônomo, pessoa física residente na República do Paraguai, considerado uma sociedade unipessoal nesse país. É da Presidência da República a origem. A relatoria é do Senador Romeu Tuma, como eu estava esperando ele chegar e não foi possível, mas o Parecer dele é favorável ao projeto, com a Emenda nº 01 que apresenta. Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O nobre Senador Romeu Tuma, que é o relator, não se encontra presente. Eu pediria que nós pudéssemos deixar para a próxima sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O problema é que vence o prazo da urgência constitucional na Comissão hoje. Se nós não votarmos, não poderemos apreciar a matéria.

Então, eu proponho que a gente apresente o Parecer e trate depois do debate mais aprofundadamente no âmbito do Senado Federal. Se for possível esse entendimento, só para nós preencheremos o prazo regimental. Se houver divergência de mérito, nós suspendemos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se o prazo vence hoje, não há como deixar de apreciá-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então, vamos à leitura, Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Inclusive, Sr. Presidente, eu vou ler o Parecer do Senador Romeu Tuma sem necessariamente concordar--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Exatamente. V.Ex^a seria apenas um relator *ad hoc*.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Exatamente. Vou ler o relatório, mas, como não me aprofundei na matéria, eu não... Não é necessariamente a minha opinião sobre isso. Eu quero ressaltar, porque nós vamos cumprir nossa obrigação na Comissão e no Plenário... Então, se fará qualquer--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Debate de mérito.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, senhores e senhoras senadores, o relatório do Senador Romeu Tuma é sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 71/08, de autoria da Presidência da República, dispondo acerca da incidência de Imposto de Renda sobre rendimentos auferidos por transportadores autônomos residentes na República do Paraguai.

O PLC nº 91/08 coaduna-se com os parâmetros constitucionais aplicáveis que é no tocante a legitimidade da iniciativa do processo Legislativo, art. 61

caput da Constituição Federal, quanto à competência da União e do Congresso Nacional para legislar sobre a matéria. Art. 24, inciso I; art. 48 *caput* inciso I; e art. 153, inciso III da Constituição Federal.

A matéria é veiculada na proposição... Não estão no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de quaisquer outras de suas Casas, expressos nos art. 49, 51 e 52 da Constituição Federal. Além disso, atende ao comando do § 6º do art. 150 da Carta Magna, que exige lei específica para regular exclusivamente o benefício fiscal concedido.

A proposição gera perda de arrecadação na ordem de 8,5 milhões de reais, valor este que será compensado de forma a não afetar o cumprimento da meta fiscal estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, mostrando-se adequada em termos orçamentários e financeiros.

A proposição não apresenta vícios de juridicidade, regimentalidade ou técnica legislativa. No mérito, o PLC resolve antigo problema envolvendo transporte de carga autônomo entre Brasil e Paraguai. Com efeito, a Lei nº 7.713/88 tributa as pessoas físicas residentes ou domiciliadas no Brasil de forma consideravelmente mais benéfica e aplicando-se a tabela progressiva mensal do Imposto de Renda sob base de cálculo reduzida, equivalente a 40% do rendimento bruto decorrente do transporte de carga. Em relação aos residentes ou domiciliados no exterior, a base de cálculo é o rendimento bruto, sem qualquer dedução, havendo tributação de forma definitiva da ordem de 25%.

Fica evidente que o transportador autônomo paraguaio, cujo concurso é indispensável, sobretudo nos momentos de pico de safra de grãos, tem a sua atividade laboral e econômica prejudicada, pois não podem embutir no preço do frete o custo do tributo.

O projeto, contudo, necessita de correção no que se refere à aplicação na tabela progressiva mensal do Imposto de Renda. Isso porque os valores constantes do § 1º art. 1º estão desatualizados e se referem ao ano calendário de 2007.

O art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, oriundo da Convenção da Medida Provisória nº 340 de 29 de dezembro de 2006, atualiza a tabela progressiva mensal anualmente, até 2010.

Diante disso, para que seja realmente observado o Princípio da Reciprocidade enunciado... É necessária modificação do dispositivo nos termos da Emenda abaixo, aplicando-se à tributação dos transportadores autônomos paraguaios não residentes a atualização automática da tabela do Imposto de Renda prevista na mencionada lei.

Então, o Senador Romeu Tuma vota pela aprovação do projeto com a Emenda que ele apresenta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Antonio Carlos Júnior, que relatou em nome do Senador Romeu Tuma, que deu Parecer preliminar.

Esse projeto está com urgência constitucional e venceria hoje o nosso prazo regimental para apreciar a matéria. Com isso, nós permitimos que outras Comissões se manifestem e, eventualmente, o Plenário do Senado, onde evidentemente poderemos aprofundar o debate ao longo da sua tramitação. Os senadores que são favoráveis ao seu Parecer permaneçam como se encontram. Aprovado. Agradeço a presença de todos.

Está encerrada a nossa sessão.

Sessão encerrada às 12h19.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia dezoito de junho do ano de dois mil e oito, na sala número dezoito da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Eliseu Resende, Vice-Presidente no Exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Francisco Dornelles, Aloizio Mercadante, Antonio Carlos Valadares, Valdir Raupp, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Marconi Perillo, Gim Argello, Osmar Dias e Jefferson Praia, e ainda do Senador José Agripino. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, Romero Jucá, Pedro Simon, Mão Santa, Geovani Borges, Neuto de Conto, Gerson Camata, Adelmir Santana, Heráclito Fortes, Kátia Abreu, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati e João Vicente Claudino. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente comunica o recebimento do seguinte documento, para conhecimento, Aviso nº 34/08, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de abril de 2008, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas. O expediente será encaminhado aos

membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública a fim de instruir a Mensagem do Senado Federal nº 103, de 2008 que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 24.250.000,00 (vinte e quatro milhões e duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado do Amazonas e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada a financiar o Projeto de Desenvolvimento Regional do Alto Solimões – em suporte ao Projeto Zona Franca Verde”, em atendimento ao Requerimento nº 22/08-CAE, de autoria do Senador Arthur Virgílio, sendo convidados como expositores os Senhores Raimundo José Michiles, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas; Silvana Nobre de Lima Cabral, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas; Marcelo Luiz Souza da Eira, Secretário de Macro Avaliação Governamental – TCU; Eduardo Coutinho Guerra, Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional; Sônia Portella, Coordenadora-Geral de Operações Financeiras da União – PGFN; Nafice Bacry Valoz, Presidente da Comissão de Cooperação e Relações Institucionais do Estado do Amazonas e Sr. Laércio Cavalcante, Coordenador Executivo do Programa de Desenvolvimento Regional do Estado do Amazonas para a Zona Franca Verde. Após a exposição dos Senhores Raimundo José Michiles, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas; Silvana Nobre de Lima Cabral, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas; Marcelo Luiz Souza da Eira, Secretário de Macro Avaliação Governamental – TCU; Eduardo Coutinho Guerra, Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional; Sônia Portella, Coordenadora-Geral de Operações Financeiras da União – PGFN; Laércio Cavalcante, Coordenador Executivo do Programa de Desenvolvimento Regional do Estado do Amazonas, da Sra. Nafice Bacry Valoz, Presidente da Comissão de Cooperação e Relações Institucionais do Estado do Amazonas, representando o Sr. Isper Ibrahim Lima, Secretário de Fazenda do Estado do Amazonas, e ainda do Sr. Thomás Afonso Queiroz Nogueira, Secretário Executivo do Tesouro do Estado do Amazonas, usam da palavra os Senadores Arthur Virgílio, Marconi Perillo, Valdir Raupp, José Agripino e Jefferson Praia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de

Estenotipia Informatizada. - Senador **ELISEU RESENDE**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Havendo número regimental declarado aberta a 16ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que essa Comissão recebeu o seguinte documento para o seu conhecimento. Aviso nº 34/2008, encaminhando em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95 o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de abril de 2008. As razões dela determinantes e a posição das reservas internacionais à ela vinculadas. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

A presente reunião se destina a Audiência Pública, a fim de instruir a Mensagem do Senado Federal nº 103/2008 que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil no valor de 24 milhões e 250 mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal financiamento entre o Estado do Amazonas e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento destinado a financiar o projeto de desenvolvimento regional do Alto Solimões em suporte ao projeto de desenvolvimento da Zona Franca Verde em atendimento ao Requerimento nº 28/2008 da CAE de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Temos como convidados o Exmº Sr. Raimundo José Michiles, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): A Srª Silvana Nobre de Lima Cabral, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas; o Sr. Marcelo Luiz Souza da Eira, Secretário de Macro Avaliação Governamental do TCU; o Sr. Eduardo Coutinho Guerra, Secretário Adjunto do Tesouro Nacional; a Srª Sônia Portella, Coordenadora Geral de Operações Financeiras da União; o Sr. Thomás Afonso Queiroz Nogueira, Secretário Executivo do Tesouro do Estado do Amazonas; o Sr. Laércio Cavalcante, Coordenador Executivo do Programa de Desenvolvimento Regional do Estado do Amazonas para a Zona Franca Verde.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, precisamente eu gostaria de saber se há alguém do Governo do Estado do Amazonas com assento à Mesa, porque eu havia proposto um convite ao Secretário de Fazenda do Estado, Dr. Isper Abraham, o Sr. Isper por qualquer razão houve por bem não comparecer a Audiência Pública.

Eu havia, inclusive, dito que se a explicação viesse da própria boca do Governador do Estado, Dr. Eduardo Braga, seria até algo mais legítimo. Se fosse eu Governador não teria nenhuma dúvida que os meus deveres morais haveriam de ser cumpridos com a minha própria presença em reverência ao Senado e mostrando a lisura dos meus atos, mas conhecendo o que conheço o que pratica o Governador eu não louvo suas atitudes, mas até as entendo.

Agora, entendo por outro lado que é justo que a Mesa haja lugar para quem vai falar pelo Governo do Estado do Amazonas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Nós temos aqui os representantes do Estado do Amazonas que serão entre os convidados o Sr. Thomás Afonso Queiroz Nogueira, Secretário Executivo do Tesouro do Estado do Amazonas e o Sr. Laércio Cavalcante, Coordenador Executivo do Programa do Desenvolvimento Regional do Estado do Amazonas para a Zona Franca Verde.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu peço aos senhores convidados para tomarem assento à Mesa.

Nós gostaríamos de convidar também para tomar a frente aqui do plenário a Sr^a Nafice Bacry Valoz, Presidente da Comissão de Cooperação e Relações Institucionais do Estado do Amazonas.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Pela ordem com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, como peça introdutória e de modo a deixar bem explicitada a minha preocupação eu quero remeter alguns antecedentes deixando para o final e após ouvir os ilustres convidados, dizer os porquês da minha desconfiança em relação ao Governo do Estado do Amazonas. E mais, deixar bem claro que eu me coloco acima desse joguinho medíocre de perseguindo ou não perseguindo Estado. Eu sou a favor de empréstimo em boas condições para o meu Estado desde que esse empréstimo vá beneficiar o meu

povo. Eu sou contra conluio, conúbio, mancebia entre empreiteiras e o Governo do Estado. Isso redundando no enriquecimento de alguns e no empobrecimento do povo de uma região miserável habitada por índios Ticuna e pelos mais deserdados brasileiros que se possa supor.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de dizer algumas coisas. Há uma certa farsa, há uma certa fraude que vai ser desmontada. Questão número um, o Governador, iludindo a revista Isto É, foi brasileiro do ano de 2007 como ambientalista. Muito bem. Ele é desde 2005 proprietário de gado no Acre, 3.374 cabeças de gado numa fazenda de um irmão de um capataz dele, um ex-Deputado que recebe em duas sinecuras no Estado do Amazonas 12.000 reais por mês, é o capataz mais bem pago do país e aqui me diz um especialista em Receita Federal, atual Prefeito de Manaus, Dr. Serafim Fernandes Correia, que a primeira aula que um auditor recebe na receita é desconfiar de políticos que dizem ter aplicações em negócios agropecuários.

Aqui estão os documentos. Eduardo Braga investe em gado na região Amazônica e aqui está o ex-Deputado Márcio Bittar se dizendo funcionário do Estado em duas sinecuras, se dizendo capataz da fazenda. E aqui eu digo que aquilo que foi lançado de acusação sobre o Senador Renan Calheiros é absolutamente brincadeira de criança se nós chegarmos a examinar esse documento que serão passados de maneira bem organizada a cada um dos senhores e senhoras presentes a esta sessão.

Aí eu vou, aliás o Governador vive em outro tempo. Ele imagina que ao longo do tempo poderá amordaçar a imprensa brasileira e publica caríssimos anúncios nas revistas de circulação nacional dizendo, inclusive, que está mudando o Alto Solimões, depois nós aqui podemos provar como vamos provar que só está fazendo as obras porque foi flagrado pelo Tribunal de Contas do Estado, foi flagrado pelo Ministério Público Estadual, foi flagrado por quem ainda faz imprensa livre no Amazonas, não aplicando recursos que são desviados sistematicamente para empreiteiras.

Agora, avião. O Estado gasta 7 bilhões de reais para Braga ter jato de luxo. Eu já vou explicar bem o que é isso. Aqui nós temos. O governo do Amazonas tem um jato de prefixo PP-AIO, um *Saitation* muito bom. O Governador deixa de lado esse avião e um preposto dele, um testa-de-ferro dele, literalmente um testa-de-ferro dele adquire do Moinho Dias Branco, do proprietário da empresa Moinho Dias Branco do Ceará, um jato de marca PP-MDB. Esse MDB não é de fidelidade partidária que ele nunca teve. É de Moinho Dias Branco. Simplesmente isso.

Muito bem. Esse jato, Moinho Dias Branco é uma empresa de capital aberta que está sujeita a todas as avaliações e todas as fiscalizações da CVM. Esse jato, 107 mil dólares por mês, no aluguel trimestral, era assim que a Moinho Dias Branco alugava o jato, aluguel de 322 mil por 120 meses, dava mais ou menos 171 mil reais. Muito bem. Esse jato foi comprado pelo preposto do Governador no dia 11/04/2007, no mesmo dia 11/04/2007 foi feita uma licitação publicada no Diário Oficial que também aqui está em que o jato passava a ser alugado por quase 600 mil reais mensais para o Estado do Amazonas.

E a farra aérea não pára por aí. O helicóptero que foi comprado eu indico que foi caixa-dois, sugiro a Receita que investigue isso. Comprado a empresa agropecuária de Mato Grosso do Sul, Jóia... aqui está o nome dela, Jóia Agropastoril LTDA, esse jato era vermelho, foi pintado de negro na intimidade da corrupção passaram a chamar de "morcego negro" numa atitude debochada de compará-lo com o jato do malfado PC Farias.

Mas muito bem. Esse helicóptero e o jato passaram a figurar como de propriedade de uma empresa que está falida, empresa Rico Táxi Aéreo. Falida e, portanto, não poderia comprar nada desse porte. Não resiste a uma investigação mínima. Alguns dados sobre o helicóptero, seis meses de aluguel, a cada seis meses renova, um milhão e meio de reais pelos seis meses, mostrando que o avião que faz parte da declaração de campanha, de prestação de contas de campanha do Governador lá consta que ele teria alugado por 38 horas, saía em outras palavras, por 2.500 reais a hora alugada ao candidato. Foi uma farsa. O Governador paga 4.200 reais a hora para o helicóptero que é de propriedade de um preposto seu, através dessa empresa Rico Táxi Aéreo.

Aqui estão os documentos todos no Diário Oficial. Muito bem, terreno. Tem um terreno, contrato que não atendeu o princípio da publicidade, não foi o Diário Oficial, não passou pela Procuradoria Geral do Estado. Tem uma carta do Superintendente de Habitação do Estado do Amazonas, Dr. Robson Roberto dizendo que o terreno que foi comprado pelo Estado ao Sr. Juarez Oliveira, talvez pertencesse ao Estado, era para se averiguar isso, passaram por cima dessa preocupação e adquiriram por um milhão e 200 mil reais um terreno que um ano depois foi vendido ao Estado por 12 milhões de reais. Repetindo uma negociata anterior dos tempos em que o atual Governador era Prefeito e repetindo uma negociata que tem um processo que foi arquivado no Superior Tribunal de Justiça e junto com outros que estamos lá impetrando, merece ser reaberto

e será reaberto, será reavaliado. Aqui estão as documentações todas a respeito dessa farra glebária.

Muito bem, eu deixo aqui, então, antes de entrarmos no assunto que já serei mais ouvinte para depois falar um pouco, ao que é estarecedor. É absolutamente estarecedor. Uma Lei Alfaiate foi aprovada pela Assembleia Legislativa a pedido do Governador cabendo no figurino de uma empresa muito poderosa chamada Andrade Gutierrez, fartamente financiadora de campanhas, muito generosa em relação aos seus aliados, seus amigos. Ela é sócia hoje da empresa TELEMAR. A empresa TELEMAR, esse contrato é o seguinte, essa Lei Ordinária nº 3062/2006, de 6 de julho de 2006, ela dispõe sobre a extinção de créditos tributários mediante compensação nos casos que especifica, ou seja, trocar dívidas de ICMS por compensação e como é que se dá compensação no caso da Gutierrez.

A TELEMAR dirige para o Amazonas o principal da sua arrecadação, de DDI, DDD, e tudo o que dali sai para os cofres públicos se destinaria aos cofres da empresa Andrade Gutierrez. Então, tem vários contratinhos no valor, tenho aqui cópia de um no valor de 4 milhões e 700 mil reais, 4 milhões e 500 mil reais, vários contratinhos, um operador do direito qualquer ainda que desleixado como eu que não me formei, não cuidei disso jamais, percebe que isso foi feito num quarto de hotel durante um conluio, não é matéria séria, para merecer respeito de quem opere direito com seriedade.

Mas muito bem. Aqui está, então, eu gostaria de dizer que o Estado pagou 456 milhões de reais a empresa Andrade Gutierrez ao longo do tempo. Ela se julga credora só a título de juros e correção monetária de mais de 700 milhões e daqui a pouco estará em um bilhão de reais. E isso significaria uma negociata a meu ver sem par na quadra que vivemos neste país chamado Brasil. Eu estou dando os antecedentes.

Em relação a este episódio que vamos discutir, eu gostaria de dizer as Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de dizer a todos que prestarão aqui seus depoimentos, que acima dessa coisa canhestra, medíocre [ininteligível], está contra empréstimo, enfim, eu entendo que o Senado não deve ser uma casa meramente homologatória, o Senado tem que saber das suas responsabilidades até o final. Avalizo o empréstimo, então, tenho que saber se o empréstimo significou melhoria de qualidade de vida para as pessoas que se beneficiariam dele. O Senado não tem compromisso com empreiteiras nem com governos espúrios, tem compromisso com o povo que ele representa. Com os Estados que ele tem que defender. Essa é a casa dos Estados. Não me colocaria e não me colocarei contra a liberação de empréstimo para o Estado do Amazo-

nas em condições vantajosas. O que eu quero é deixar claro que tenho razões para desconfiar.

Lá eu desconfio de 165 milhões de reais na região do Alto Solimões. O Tribunal de Contas do Estado já constata 29 milhões de irregularidades, 18 milhões de obras fantasmas foram flagradas pelo Ministério Público do Estado, flagradas pela imprensa porque ainda consegue fazer o mínimo de imprensa livre no meu Estado. O Estado pagou 17 milhões de reais por obras fantasmas. Obras fantasmas, Governo admite que pagou 18 milhões. Obras fantasmas derrubam Secretário de Eduardo Braga por recomendação do Ministério Público do Estado. PC... aí isso é outra confissão, aí já é um apaniguado do Governador que prática as piores barbaridades no Município de Guari, eu me espanto de estar solto. Pessoas do meu Estado andam soltas porque o meu Estado é longe, é distante dos centros nervosos da política do país. Mas aqui nós temos TCE, Tribunal de Contas do Estado atesta desvio de 29 milhões. Esse é o tema principal.

Mas eu gostaria de ver, então, o empréstimo aprovado se tiver que ser com todas as garantias de que este dinheiro não será desviado, de que este dinheiro não servirá de forma alguma de pasto para qualquer empresa empobrecer mais o povo de um Estado rico como o Amazonas. É apenas isso, que fique bem claro. Estou disposto a enfrentar toda a imprensa paga, todas as vozes alugadas, estou disposto a enfrentar quaisquer dificuldades, mas o meu dever como Senador eu o estou cumprindo. Eu não quero o Senado homologatório. Eu quero o Senado capaz de fiscalizar cada real que liberou. Isso aqui não é uma brincadeira. É dívida que vai ser paga pelas gerações que sucederão as gerações do atual Governador.

E, portanto, entendo, que é oportuno nós darmos ciência disso ao Tesouro Nacional, ao Tribunal de Contas da União, nós que temos muito que ouvir, claro, na versão do Governo do Estado, temos muito que ouvir da palavra respeitável do Dr. Raimundo José Michiles, que é Presidente do Tribunal de Contas do Estado e da Dr^a Silvana Nobre Cabral que é digna representante do Ministério Público Estadual.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Por hora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): A Presidência adotará as seguintes normas. Os convidados farão as suas exposições e em seguida abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. Espero que os expositores façam a exposição com a brevidade possível dando um tempo de até 10 minutos para exposição de cada um dos convidados.

As palavras dos Senadores e Senadoras serão concedidas na ordem de inscrição. Os interpelantes

dispõe de 3 minutos assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Daremos a palavra inicialmente ao Sr. Raimundo José Michiles, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas para fazer sua exposição.

SR. RAIMUNDO JOSÉ MICHILES: Sr. Senador Eliseu Resende, Sr. Senador Arthur Virgílio, Senador Marconi Perillo da região de Rondônia, conheço só de televisão, Valdir Raupp, líder do PMDB, não é, está registrado, senhores componentes da Mesa, meus senhores e minhas senhoras.

Na verdade, o convite foi feito para tratar sobre o contrato, sobre esse empréstimo que o Governo do Estado pretende contrair junto ao BIRD, mas o Senador trouxe alguns aspectos relacionados a alguns convênios firmados com um consórcio do Alto Solimões que foi objeto de denúncias de um jornal do Amazonas e que o Tribunal tomou a iniciativa de fazer uma inspeção extraordinária para averiguar exatamente a extensão dessa denúncia.

Em relação aos outros aspectos levantados pelo Senador o Tribunal está fazendo também uma inspeção na Secretaria de Governo para averiguar esses contratos que também foi objeto de denúncia embora não tenha sido, seja uma inspeção extraordinária nós resolvemos fazer uma inspeção ordinária para levantar todos esses problemas.

No que diz respeito ao contrato objeto da Audiência Pública, o Tribunal expediu todas as certidões exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, as certidões estão dentro dos padrões exigidos, de sorte que o Tribunal de Contas não tem nada a opor em relação a esse empréstimo. Então, já se manifestou isso através das certidões expedidas.

De sorte que eu não sei até onde vai a minha participação aqui, creio que o papel do Tribunal já foi manifestado nessas certidões que foram analisadas pelo Senado, pela assessoria técnica do Senado, de sorte que o Tribunal de Contas já fez o seu papel nessa medida. No que diz respeito às outras colocações do Senador, o Tribunal de Contas está tomando providências, fazendo as inspeções necessárias e realmente o que a imprensa mencionou aí em relação ao Conatosol lá o consórcio, houve uma liberação de recursos para a execução de obras e dessa liberação de recursos houve prestação de contas e o Tribunal de Contas constatou que durante a inspeção que algumas dessas obras não foram executadas.

Mas também a imprensa dá conta agora de que as obras estão sendo concluídas, naturalmente que o Tribunal de Contas após a instrução do processo que se encontra com pedido de vista de um conselheiro fará naturalmente aquilo que a Constituição da República

garante que é o contraditório e a ampla defesa e após essa manifestação dos entes responsáveis, dos agentes responsáveis nós faremos uma nova inspeção até para constatar se efetivamente aquilo que a imprensa está divulgando, se essas obras já foram realmente concluídas. Então, me parece que a minha participação seria nesse sentido. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Agradecemos a manifestação do Sr. Raimundo José Michiles, logo a seguir imediatamente passaremos a palavra a Sr^a Silvana Nobre de Lima Cabral, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas para fazer sua exposição. Com a palavra Sr^a Silvana Nobre.

SRA. SILVANA NOBRE DE LIMA CABRAL: Exm^o Sr. Presidente da Mesa, na pessoa da qual eu cumprimento todos os demais que se encontram no recinto. Eu, na verdade, como Promotora de Justiça eu só poderia falar realmente do aspecto jurídico que motivou, inclusive, uma ação civil por parte do Ministério Público. Nós tomamos conhecimento, a nossa cidade, por meio dos jornais acerca da denúncia de que o Estado teria contratado obras e essas obras não estavam realizadas, apesar de ter pago quase 18 milhões de um total de 34 milhões que deveria ser o valor total.

O Ministério Público instaurou inquérito civil e fez uma inspeção nas obras nos interiores da cidade e nós constatamos realmente que as obras sequer tinham começado em algumas localidades. Três dias antes de nós chegarmos, até porque os contatos foram feitos com as cidades, com algumas autoridades na cidade e o que nós encontramos em várias comunidades foram areias depositadas, um início de tapume colocado que pode, se os senhores, se tiver tempo podem ver as fotos que fazem parte do laudo que foi encaminhado à justiça e dentro dessa ação civil também, nós constatamos algumas irregularidades formais e uma prática de corrupção que posteriormente a propositura da ação, outros membros do Ministério Público também chegaram e disseram que tem semelhante problema, exemplo disso é a cidade de Iranduba com a mesma empresa, sendo que esse recurso não é, não faz parte do patrimônio do Estado mas repassado de forma absoluta ao Município e aí a responsabilidade fica sob autoridade Municipal e não Estadual.

Mas a prática é a mesma, são obras que são contratadas, são pagas antecipadamente e de acordo com o que o dono da empresa Pampulha relatou ao Ministério Público, havia um pedido de antecipação porque a empresa não teria uma condição financeira de arcar com os custos de mobilização inicial de material. E uma das questões que o Ministério Público levou à justiça foi justamente se a empresa não tinha

condição financeira para contratar com Estado ela não poderia jamais ter participado da licitação.

A própria licitação ela tem alguns pontos que são muito questionados pelo Ministério Público, a começar pelo transporte que é feito entre as empresas bancados pelo Conatosol, que é um consórcio formado por Municípios da região do Alto Solimões. As irregularidades elas iniciam no contrato, mas elas vão muito mais além e aí a responsabilidade individual dos Municípios e não do Estado. O Estado particularmente a responsabilidade é perante o contrato, um contrato que foi assinado no dia 23 de novembro e pelas datas no dia 19, no dia 05 de dezembro teve o primeiro pagamento no dia 19 de dezembro, teve a segunda parcela totalizando os quase 18 milhões. Na apuração que o Ministério Público fez nós detectamos que somente 3% não da obra, mas da mobilização do material teria sido feita. Isso aí equivaleria a quase mil reais, 963 reais seria o que o Estado teria que pagar por essa obra até então não realizada.

Há um convênio celebrado pelo Estado e aí a primeira parcela ela estava acobertada por esse convênio porque ela seria passada com assinatura, mas a partir da primeira parcela toda a liberação financeira, ela deveria ter uma liquidação como a Lei de Licitação manda, deveria também ter tido uma avaliação dos servidores da SEINF que, inclusive, foram denunciados por ato de improbidade.

É um rol de quase 16 réus, a ação hoje ela se encontra paralisada, todas as liminares pedidas para se aprofundar a investigação elas foram negadas e hoje o que nós temos somente é o afastamento do Secretário de Infra-estrutura.

Nós tivemos uma denúncia na semana passada de que a empresa Pampulha, nós temos uma preocupação de repor o patrimônio do Estado e nós nos dirigimos à empresa Pampulha, segunda-feira dessa semana, porque nós recebemos a denúncia de que a empresa estava fechando as portas e realmente está, fez uma venda de 50 imóveis, entregou carros que estavam alienados e cada vez fica mais difícil de refazer o patrimônio do Estado ainda que as obras sejam concluídas, porque o Ministério Público também busca fixar a responsabilidade daqueles que participaram dessa negociação.

Então, hoje o que nós temos é uma investigação que não está completa, mas que também está parada numa ação civil em razão dos trâmites processuais, mas o que nós verificamos e que foi a base da ação civil pública e da ação de improbidade oferecida ela nos revela uma grande parceria em atos de corrupção.

Eu trouxe um CD com as fotos das localidades que nós visitamos, inclusive algumas, eles não falam

sequer o português, são milhões destinados para essas comunidades e que elas não têm sequer uma infra-estrutura, não tem escola, não tem posto de saúde, mas tem um projeto de calçamento. Existe uma comunidade em São Paulo de Olivença que são em média 17 casas e, na verdade, aquilo é um grande sítio, aquilo não é, é reduzida a comunidade de índios que vivem numa situação de penúria e de exclusão social absoluta.

É algo que realmente nós nos preocupamos pelo compromisso que nós temos e queremos que o Estado saneie sim essas irregularidades e aqui nós não estamos falando de empréstimo, porque a nós não cabe decidir que se deve ou não fazer empréstimo. O que nós queremos é que a lei seja cumprida, que a Lei de Licitação ela seja obedecida, que não haja negociações anteriores, que os pagamentos não sejam feitos de forma antecipada e que haja o compromisso efetivo além da fixação da responsabilidade daqueles que participaram do ato. Eu não sei se estaria pronto, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Houve um problema técnico na exibição do CD. Nós estamos tentando resolver. O técnico está chegando, não é? De qualquer maneira no momento que ficar acertado, reparado o problema técnico nós voltaremos a exibir o CD. Não sei se V.Ex^a já terminou sua exposição.

SRA. SILVANA NOBRE DE LIMA CABRAL: Já terminei.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Agradecemos a palavra da Sr^a Silvana Nobre de Lima Cabral, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Damos a palavra agora ao Sr. Marcelo Luiz Souza da Eira, Secretário de Macro Avaliação Governamental do TCU.

SR. MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA: Senador Eliseu Resende, na pessoa de quem cumprimento os demais senadores presentes e os membros da Mesa. É sempre motivo de muita satisfação para nós do TCU estarmos aqui no Congresso Nacional, especificamente no Senado, porque entendemos que a nossa participação pode contribuir muito para a atuação dos Srs. senadores e podemos dessa forma defender de forma mais efetiva os recursos públicos federais.

Especificamente a respeito dessa operação de crédito é uma operação de crédito entre o Estado do Amazonas e o Banco Mundial, portanto, não se trata de recurso federal. Nesse ponto a competência para fiscalização da aplicação dos recursos oriundos desse empréstimo é do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e do Poder Judiciário do Estado do Amazonas.

Nós temos, sim, alguma competência em relação à autorização para a contratação da operação de crédito e também para em relação à concessão da garantia da União para essa operação. A atuação da Secretaria do Tesouro Nacional da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional nos autos, nós recebemos a informação, parece que todos os exames foram feitos adequadamente, constam às certidões emitidas pelo Tribunal de Contas do Estado, o que nós não analisamos no TCU porque não temos um processo específico sobre essa operação.

Se viermos a ser provocados por solicitação desta comissão ou do Congresso Nacional faremos, sim, com prazer uma verificação de todo esse processo de verificação do atendimento aos parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal e das Resoluções do Senado Federal. Alguns pontos que constam dos pareceres tanto da PGFN, quanto da Secretaria do Tesouro demonstram que a análise foi criteriosa. Apenas alguns detalhes que obviamente não constam ou não poderiam constar todos os detalhes nos pareceres e que para nós termos, ou formarmos um juízo adequado sobre a operação precisaríamos ter acesso às certidões, por exemplo, emitidas pelo Tribunal de Contas do Estado, saber exatamente o que foi certificado, a questão da despesa com o pessoal se os limites estão sendo respeitados por todos os poderes e órgãos, se o art. 37 da Lei de Responsabilidade Fiscal está sendo cumprido. E todos os demais dispositivos da lei.

Então, o que eu gostaria de deixar claro é isso, do ponto de vista do Tribunal de Contas da União a nossa atuação ela se restringe à verificação do atendimento às condições para autorização da operação de crédito e concessão de garantia por parte da União. Quanto à aplicação dos recursos trata-se de recurso estadual fora da nossa competência.

É o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, me coloco à disposição no momento adequado para responder ao que for perguntado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Agradecemos a exposição do Sr. Marcelo Luiz Souza da Eira, Secretário de Macro Avaliação Governamental do TCU.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Pela ordem Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, eu terei que me ausentar para participar de uma outra comissão, gostaria de saudar a todos os convidados e colocar também aqui a minha preocupação em relação às garantias que devem ser

definidas aqui pela CAE, pelo Senado, para contração desse empréstimo.

As preocupações elencadas pelo Senador Arthur Virgílio são absolutamente evidentes e certamente exigem por parte da CAE uma série de providências garantidoras de que efetivamente os recursos serão aplicados adequadamente observando todas as questões que implicam a economicidade, transparência na aplicação dos recursos que serão contraídos através do empréstimo junto ao Banco Mundial.

De nossa parte nós estaremos vigilantes no sentido de que o empréstimo uma vez autorizado pela CAE possa efetivamente cumprir a sua finalidade. E eu gostaria também de dizer que vou apresentar um requerimento solicitando que sejam prestadas contas a CAE e ao Senado Federal periodicamente a respeito da aplicação.

As denúncias que estão nos jornais, as informações trazidas pelo Senador Arthur Virgílio são extremamente preocupantes e nós temos que zelar pelas funções que exercemos aqui na CAE e no Senado Federal.

Portanto, para aprovar esse empréstimo efetivamente nós precisaremos definir aqui uma série de posturas garantidoras da aplicabilidade desses recursos da forma como prevista pela legislação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado Senador Marconi Perillo. Foi reparado o CD que está sendo apresentado aqui pela Srª Silvana. Eu gostaria de autorizar a Secretaria da Mesa, fazer a exposição do CD, logo a seguir darei a palavra ao Senador Valdir Raupp que solicitou.

SRA. SILVANA NOBRE DE LIMA CABRAL: Esse Município é Santo Antonio do Içá e essa foi a condição que nós encontramos da obra que já estaria cerca de 35% realizada. Você pode ir passando mais rápido porque não tem problema.

Praça da igreja. O tapume aí foi colocado quando nós chegamos ao local, descarregamento de areia, de seixo. A maioria estava com esse volume de areia também nos municípios, muita areia retirada da própria reserva indígena, mas que está contabilizada na conta geral da obra.

Nesse caso aí eles derrubaram os monumentos que estavam, mas não fizeram retiradas. O caminhão chegando com areia, cerca de 7 horas da manhã.

Essa estrada ela foi, faz parte da obra porque levaria um aterro sanitário. O aterro sanitário ele está paralisado há vários anos, nem o aterro funciona, nem a obra acaba também. Esse é o aterro sanitário.

Esse coreto já estaria pronto pela prestação de contas e ele não foi nem tocado.

Essa estrada, ela segundo as obras, ela teria sido desmatada pela empresa, só que esse desmatamento foi feito no projeto “Luz Para Todos”, um ano antes e mesmo assim foi contabilizado. É o outro lado da estrada, há uma aldeia indígena desse lado, do lado oposto e foram eles que fizeram o desmatamento. A empresa no final passou, tirou os tocos de árvores que ficaram. Acabou que nessa comunidade a “Luz Para Todos” também não foi instalada e a abertura ficou.

Essa comunidade da Bethânia e a areia estava já por toda a rua que é uma única rua lá.

Essa já é uma comunidade indígena mais avançada do Estado. Tem escola, posto... Um outro problema que nós encontramos também é que, na verdade, o pagamento foi feito de forma global, não é possível você identificar o quê que é recapeamento, o quê que é construção e muitas são pagas como construção quando é só recapeamento, acho que também foi uma irregularidade que o Tribunal de Contas encontrou, várias ruas também estava à previsão de ser asfaltada até a metade, a outra metade seria o próximo contrato, ficaria para uma outra obra, ruas também que a própria Prefeitura já teria asfaltado, estava dentro do contrato, ruas que não existiam e que estavam dentro do contrato.

As placas foram colocadas três dias antes de nós chegarmos, essa cidade de Tabatinga. Esse bairro que as ruas estão até a metade para serem asfaltadas, a própria empresa com outro contrato também deixou de asfaltar várias ruas, já estava em débito com o Estado, antes da contratação.

Eu acho que já dá para ter uma noção, não é, Presidente. Pode parar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado Srª Silvana. Antes de prosseguir daremos a palavra ao Senador Valdir Raupp, afirmando que como relator da matéria, da proposição de financiamento V.Exª tem prioridade na fala posterior logo a seguir do Senador Arthur Virgílio que requer esta Audiência Pública.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. convidados, eu também a exemplo do Senador Perillo, eu vou ter que me retirar devido numa audiência com o Presidente do STJ, mas gostaria de fazer uma manifestação tendo em vista eu estar relatando esse projeto. Eu acho que... da preocupação...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Senador Valdir Raupp, senão levamos a sério realmente nosso mister, eu não sei se posso pedir a V.Exª que não se retire, mas pedir a V.Exª que me ouvisse primeiro então. V.Exª não me ouve.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): V.Ex^a já falou bastante no início da Sessão.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É que o seu companheiro de partido tem uma vida pregressa. Eu não disse metade. Eu teria que ser dono do Senado, da TV Senado, eu teria que ser dono da Rede Globo de televisão, é uma vida pregressa, grave. Ou seja, eu tenho que dizer.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu também tenho, eu realmente estou em cima do horário.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mas essa é a forma como se aprova empréstimo no Senado. É assim que se aprova empréstimo no Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu acho que eu devo conduzir a nossa Audiência dando a palavra aos expositores, parte deles ainda por falar. Eu espero que eles sejam rápidos, mas vamos terminar essa fase, então, das exposições dos relatores, se os Senadores me permitirem.

Eu dou a palavra ao Sr. Eduardo Coutinho Guerra, Secretário Adjunto do Tesouro Nacional, para depois dar a palavra aos representantes do Governo do Estado do Amazonas.

SR. EDUARDO COUTINHO GUERRA: Sr. Senador Eliseu Resende, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Sr. Senador Arthur Virgílio, demais Senadores e Senadoras, bom dia, bom dia a todos.

Gostaria de confirmar a disposição da Secretaria do Tesouro Nacional de sempre disponibilizar a Comissão de Assuntos Econômicos todas as informações de que tem posse nos processos de análises de Operações de Crédito submetidas ao Ministério da Fazenda.

Inicialmente é interessante lembrar as competências do Ministério da Fazenda na avaliação das referidas Operações de Crédito. Em se tratando de Operações de Crédito externo com a garantia da União, o objeto da avaliação, o parecer do Ministério da Fazenda são dois atos, a contratação da operação pelo ente federado e a concessão da garantia da União.

A primeira competência decorre do art. 32 da LRF que coloca o Ministério da Fazenda a atribuição de calcular os limites de endividamento do Estado e verificar o cumprimento das demais condições, obrigações da Lei de Responsabilidade Fiscal para fins de contratação de Operações de Crédito.

O Senado Federal por sua vez adicionalmente por meio da Resolução nº 43 atribui ao Ministério da Fazenda competência de instruir o processo referente ao pedido de autorização desta Casa Legislativa, identificando, por meio da resolução todos os aspectos que devem ser observados nessa instrução.

A análise do pedido de garantia da União decorre primeiro do fato de se constituir ato do Ministério

da Fazenda e atende também exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Resolução nº 48/2007 do Senado Federal. Nesse sentido para as operações que hora se analisa foram elaborados dois pareceres em relação à análise da contratação de operação de crédito, o Parecer STN/COPEM nº 628, em relação à concessão da garantia da União, o Parecer STN/COREF nº 778.

Os referidos pareceres tendo por base os normativos que regem a contratação da operação de crédito ou a concessão da garantia da União manifestam posição favorável para a avaliação do Senado Federal. As informações que deram amparo às análises são aquelas discriminadas nas Resoluções nº 43/2001 e nº 48/2007 e outras informações ou documentos na forma prevista nos regulamentos do Ministério da Fazenda o anual da instrução de pleitos e a Portaria nº 497 no caso da concessão de garantia da União e Portaria nº 89 para análise da capacidade de pagamento.

Os requisitos para contratação de Operações de Crédito podem ser resumidos em algumas categorias. A verificação das vedações da lei, ou seja, operações vedadas seja pela Lei de Responsabilidade Fiscal ou pelo Senado, os limites de endividamento dos quais a regra de ouro, o limite para o fluxo do ingresso dos recursos para o estoque da dívida e para o serviço da dívida, limites de gastos de pessoal para todos os poderes e órgãos a situação de adimplência junto a diversas entidades e obrigações de transparência, entrega dos relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, avaliação do custo financeiro da operação e também compatibilidade da operação de crédito com o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal firmado pelos Estados.

A concessão da garantia da União, além dos requisitos acima, comprovação da existência de contragarantia, suficiente para cobertura do risco da União vir a honrar eventualmente a obrigação, a capacidade de pagamento e verificação também pelo Tribunal de Contas do Estado exercício da plena competência tributária, gastos mínimos de saúde e educação, cumprimento de limites de resto a pagar e limites para obrigações derivadas das Parcerias Público Privadas.

Tem sido feita toda a diligência pela própria secretaria, sempre que há dúvidas ou questões que envolvam a análise do cumprimento dessas condições. Nós nos colocamos a disposição caso haja necessidade de detalhar ou verificar alguma dessas condições, caso haja identificação de irregularidade ou por interesse do Senado Federal algum aspecto mereça algum detalhamento, algum aprofundamento também, cabe ao Senado no caso a restituição do processo, a solicitação de alguma manifestação complementar e

para este propósito também a Secretaria do Tesouro fica à disposição para qualquer eventualidade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado Sr. Eduardo Coutinho, Secretário Adjunto do Tesouro Nacional. Nós passamos a palavra agora à Sr^a Sônia Portella, Coordenadora Geral de Operações Financeiras da União.

SRA. SÔNIA PORTELLA: Sr. Presidente da Mesa, Srs. Senadores, demais autoridades presentes, senhoras e senhores.

A vista do minucioso, da minuciosa indicação dos requisitos por parte do Dr. Eduardo Coutinho, eu vou procurar ser mais objetiva tendo em vista que grande parte da nossa análise se respalda exatamente nos pareceres da Secretaria do Tesouro no sentido de verificá-los e atualizar algumas das informações que pelo decurso do tempo necessitam de revalidações.

As atribuições da Procuradoria Geral da Fazenda elas têm o seu principal foco na análise e na negociação das obrigações jurídicas constantes das minutas contratuais. Isso eu diria que é realmente a nossa principal atribuição, demanda um especial cuidado e isso se dá num primeiro momento em âmbito interno com a delegação do Governo Brasileiro juntamente com o do interessado para a elaboração de uma posição de Governo para depois disso se dar início a própria negociação do contrato com o organismo credor.

No caso específico deste contrato, eu posso assegurar que houve uma absoluta normalidade em todos os procedimentos. Há situações nas quais nós nos vemos em grande dificuldade tendo em vista as informações geradas pelos Tribunais Estaduais, não foi este o caso e de fato não houve dificuldades em todo o processo.

Finalizada evidentemente a negociação é que os pareceres são gerados por parte da Secretaria do Tesouro e da Procuradoria Geral da Fazenda com vistas ao encaminhamento ao Senado para fins de autorização. Após autorização do Senado novamente a Procuradoria se manifesta em relação à atualização de informações e etc. para fins da assinatura do contrato. Às vezes isso pode, inclusive, demorar em face de alguma pendência que possa ter ocorrido nesse meio tempo.

Então, deixar claro que ainda há uma análise posterior da Procuradoria da Fazenda *a posteriori* a resolução emitida pelo Senado Federal e evidentemente estou aqui inteiramente à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas relativas ao caso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado Sr^a Sônia Portella. Nós daremos a palavra agora ao Sr. Thomás Afonso Quei-

roz Nogueira que é o Secretário Executivo do Tesouro do Estado do Amazonas. Sr. Thomás Afonso falará em nome do Sr. Laércio Cavalcante, da Sr^a Nafice Valoz, não obstante as interpelações as perguntas podem ser dirigidas individualmente a cada um deles. Com a palavra o Sr. Thomás Afonso.

SR. THOMÁS AFONSO: Obrigado, Presidente. Sr. Presidente, Sr. Senador Arthur Virgílio, Sr. Senador Jefferson Praia, Srs. membros da Mesa, é com satisfação que nós estamos aqui participando desta Audiência Pública.

Ao iniciar a minha fala, quero primeiro dar uma explicação necessária que o convite foi dirigido ao Secretário do Estado da Fazenda, Isp^{er} Abrahim Lima, desde o primeiro momento o Secretário Isp^{er} dispôs-se a estar aqui presente. Ponderou com a assessoria do Senador Aloizio Mercadante que em razão de compromissos previamente agendados sugeriria que nós realizássemos essa Audiência na semana seguinte. Isso não foi possível. Não é uma desculpa formal. Nesse instante o Secretário do Estado da Fazenda está reunido com os demais Secretários de Fazenda em discussão da Reforma Tributária.

A Reforma Tributária é um assunto como bem sabem os senadores do nosso Estado, absolutamente crítico para a sobrevivência econômica, em razão disso é que não pôde estar aqui presente o Secretário da Fazenda.

Dito isto, eu queria abordar alguns outros aspectos que entendo preliminares à nossa exposição. Certo? Não queria deixar de me referir às ponderações levantadas pelo Senador Arthur Virgílio para que não parecesse omissão. Queria dizê-lo diretamente, Senador, que aqueles questionamentos levantados ao comportamento do Governador do Estado, creio que ele de viva-voz possa exercer a sua defesa.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não. Não acredite nisso. Eu faço, há meses que peço isso, S.Ex^a não demonstra a menor coragem moral de responder a qualquer das acusações fundamentais que lhe faço semanalmente.

SR. THOMÁS AFONSO: É de minha crença fundada.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mas eu sou de uma crença que, talvez, o torne o Matusalém da crença. Mas não espere por isso.

SR. THOMÁS AFONSO: Que assim seja. Os outros demais assuntos institucionais, eu quero dizer que estão efetivamente submetidos ao devido processo legal. Nós poderemos nos referir a esses dois últimos que aqui foram colocados e buscar esclarecer um ponto, do último especificamente.

Há aqui um contrato, há um convênio realizado com um conjunto de prefeituras, que um consórcio de prefeituras do Alto Solimões onde o Governo do Estado repassou verbas a este convênio como já relatou a Sr^a Silvana e ao ter questionamento da prestação de contas e pagamento efetuado o Governo determinou que fosse constituída uma comissão para internamente avaliar e identificar quais são as eventuais irregularidades ali cometidas. De igual forma como já foi comunicado a esta comissão o Ministério Público tomou uma iniciativa de instalar uma ação pública. Então, este assunto está no âmbito do Poder Judiciário. Creio que o Poder Judiciário, então, com certeza há de chegar dentro do processo contraditório, devido processo legal, a uma conclusão sobre este fato específico.

É preciso deixar claro que este assunto não se refere ao objeto deste contrato. São coisas absolutamente distintas. Está certo? E neste caso do contrato em si, creio que essa, e a gente tem de realmente de agradecer, é uma oportunidade que o corpo técnico tem para demonstrar a validade de um, que eu diria um projeto inovador. Esta é a 5ª Audiência Pública que este programa é submetido. Foram realizadas duas Audiências na cidade de Tabatinga, uma Audiência em Benjamim Constant, perdão, duas em Benjamim Constant, uma em Taguatinga e uma em Manaus.

Então, este como os senhores verão na exposição técnica que será feita efetivamente é um programa que tem sustentabilidade, é um programa que tem consistência e que com certeza vai incorporar a cidadania uma das áreas mais isoladas deste país porque envolve comunidades indígenas, uma distância de algumas cidades superior a mil quilômetros da capital, as pessoas que não conhecem a realidade Amazônica talvez não entendam o que pode ser isso. É superior a uma distância de Salvador à capital Federal.

Então, realmente tem um grande objetivo. A oportunidade que nós temos, eu vou passar a palavra para concluir dentro do nosso tempo ao Dr. Laércio Cavalcante que vai fazer a exposição do conteúdo do programa.

O outro ponto a passar é que a manifestação dos órgãos que analisaram formalmente o processo nos dispensa de reafirmar a qualidade da capacidade do Estado de tomar financiamento, da capacidade do Estado de honrar os seus compromissos, queria apenas acrescentar em um dado.

No exercício de 2003 a relação da dívida do Estado com a sua receita corrente líquida era da ordem de 72%. Porque nós tínhamos uma dívida da ordem de 2 bilhões e 200 milhões e uma receita corrente líquida naquele exercício da ordem de 3 bilhões. Esta dívida tem se reduzido ano a ano, estando agora no patamar

de um bilhão e 900 milhões e a receita corrente líquida em 5 bilhões e 300, significa dizer que esta relação caiu de 71,96% para uma relação de 36,70%, mercê de um trabalho de gestão fiscal muito sério.

Dito isso, passo a palavra ao Dr. Laércio Cavalcante que no decorrer do tempo apresentará o programa em si.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Pela ordem com a palavra o Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar o Dr. Laércio Cavalcante, o Sr. Thomás Afonso Queiroz Nogueira, a Sr^a Silvana Nobre de Lima Cabral, o Sr. Raimundo José Michiles, o Sr. Eduardo Coutinho Guerra, a Sr^a Sônia Portella e o Sr. Marcelo Souza da Eira.

Sr. Presidente, eu queria, essa é uma Audiência Pública para tratar de um assunto de interesse de um Estado. E eu gostaria de falar para todos. Eu convivo nesse Senado com o Senador Arthur Virgílio, eu estava no meu gabinete ouvindo o que acontecia na Casa passando de um canal para o outro e me detive na apreciação do que o Senador Arthur Virgílio estava dizendo com relação à concessão de um empréstimo para o seu Estado.

Eu queria dizer a V.S^{as} que o Senador Arthur Virgílio pode ter os defeitos do mundo todo, menos o de ser acusado de não ser um zeloso guardador dos interesses do seu Estado e da Zona Franca. Ele vira bicho quando se tenta tirar um naco qualquer do Amazonas e da Zona Franca. Ele é uma pessoa inteligente, racional, às vezes comete uns excessozinhos, próprio de qualquer pessoa. Agora do ponto de vista do zelo pelo interesse do Estado ele é impecável. Impecável.

E quando eu vi S.Ex^a se manifestar com dúvidas com relação a concessão de um empréstimo para o seu Estado eu me antenei e passei a ouvir as observações dele e percebi que ele não é contra o empréstimo, ele é contra a burla, a procedimentos, a convivência, talvez, com uma eventual improbidade. Não se trata de discutir aqui formalidades, mas probidade, nada de formalidade, é probidade.

Eu quero dizer que independente das considerações do Senador Arthur Virgílio o meu partido vai ficar, claro, que atento às considerações que vão ser feitas ao longo dessa Audiência Pública e da tramitação do empréstimo. Eu desejo que o empréstimo seja concedido como ele, agora, para ser aplicado com correção absoluta tanto do Amazonas, como do Pará, como do Rio Grande do Norte, do Rio Grande do Sul,

do Rio de Janeiro, de São Paulo, de qualquer um, que é nossa obrigação.

Então, eu fiz questão de vir aqui para prestar esse depoimento e dizer que o Senador Arthur Virgílio que tem preocupações, ele vai ter essas preocupações compartilhadas pelos seus companheiros. Evidentemente sem excessos, sem exageros, sem partidarismos que não cabe partidarismos, mas com interesse público presidindo os entendimentos, as negociações e evidentemente a concessão do empréstimo que eu e ele queremos que aconteça, mas resguardado pela condição da segurança absoluta da probidade. Era essa a palavra que queria colocar com a permissão de V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado pela sua manifestação Senador José Agripino, líder dos Democratas. A palavra está concedida ao Sr. Laércio Cavalcante.

SR. LAÉRCIO CAVALCANTE: Sr. Presidente, Senador Eliseu Resende, na pessoa que eu cumprimento os demais Senadores e membros da Mesa.

Há mais de 20 anos o Estado do Amazonas não firmava uma parceria com organismo internacional do porte do Banco Mundial. O nosso Estado com mais de um milhão e 500 mil km², com regiões de geografia atípica, diferenças intra e interregionais e com a reconhecida competência do Banco Mundial, inclusive, em diversos países, pelo suporte não só financeiro, mas o apoio técnico na preparação e na condução de projetos.

O Governo do Estado do Amazonas firmou parceria técnica e financeira com o Banco Mundial para o mapeamento, diagnóstico e propostas em diversas regiões do Estado do Amazonas. Fruto desse trabalho elegeu-se como região prioritária o Alto Solimões.

Eu apresento as senhoras e aos senhores quatro dos principais motivos para a escolha da região do Alto Solimões. 1^a – O baixo IDH; 2^a – O alto índice de pobreza; 3^a – O perfil epidemiológico com alta incidência de doenças de veiculação hídrica; 4^a – A questão da tríplice fronteira Colômbia, Peru e Brasil, que é do conhecimento, pelo menos, da maioria parte dos brasileiros, das ameaças constantes que nós temos nesse pedaço de chão que torna não um problema do Estado do Amazonas, e sim um problema da nação brasileira, de Segurança Nacional.

Foi pensando nisso após 4 anos de um trabalho exaustivo de uma equipe de governo multisetorial que nós começamos a desenhar o projeto PRODERAN, e o que é o PRODERAN? É um projeto que visa executar políticas públicas regionais integradas em três áreas: saúde, saneamento e desenvolvimento sustentável. Eu diria as senhoras e aos senhores, quais os objetivos

do PRODERAN? Três. A geração econômica, prover saneamento básico para a região e o terceiro, melhorar os resultados de saúde naquela região.

Idealizamos o projeto, construímos esse projeto ouvindo as lideranças locais, as autoridades Municipais, Federais, inclusive, Forças Armadas. Realizamos Audiências Públicas para a população indígena e não indígena. E ao final dessas Audiências Públicas ouvimos as suas reivindicações, os anseios da população e colocamos na formatação final desse projeto.

O projeto hora em tela, tem um valor global nesta primeira fase de 35 milhões de dólares, sendo 24 milhões 250 mil dólares de recursos externos, Banco Mundial, justamente que se encontra nesta Casa para a competente autorização do Senado Federal. E a contrapartida do Estado de 10 milhões 750 mil dólares via Tesouro Estadual.

Como nós vamos fazer esse arranjo institucional para a implantação do projeto? Nós temos cinco secretarias do Governo do Estado do Amazonas envolvidas diretamente nesse projeto.

Como executora a Secretaria de Planejamento do Governo do Estado do Amazonas por meio da unidade de coordenação do projeto que é instituída no âmbito da CEPLAN, que é responsável pela execução técnica, orçamentária e financeira do projeto.

Como implementadora nós temos a Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas – CIA-MA e como co-executoras na área técnica do projeto, na parte do desenvolvimento sustentável, nós temos a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável – SDS, Secretaria de Produção Rural – SEPRO no saneamento a Secretaria de Infra-estrutura – SEINF e na saúde nós temos a SUSAN – Secretaria de Saúde.

Trabalhamos em três áreas: saúde, saneamento e desenvolvimento sustentável. Mas o ponto importante do projeto é que há um quarto componente que está contido que agrega essas três áreas, é o componente do fortalecimento institucional. O quê que se pretende com esse componente, fortalecimento institucional? É criar uma plataforma de Governo regional, ou seja, fortalecer a presença do Estado na região.

Foi dito aqui, inclusive, pelo nosso Secretário do Tesouro a região do Alto Solimões tem Municípios que a distância são três horas de avião, sete dias de barco. E realmente você tem que criar uma plataforma de Governo para que você possa melhorar cada vez mais os resultados em benefício da população nas diversas áreas e principalmente nas três que é objeto do projeto saúde, saneamento e desenvolvimento sustentável.

Dentro desse fortalecimento institucional além da plataforma regional de Governo nós temos o fortalecimento da estrutura dos Governos Municipais e isso

passa principalmente na questão da saúde, da geração de renda e do saneamento. Além do fortalecimento das associações comunitárias e iremos levar através desse componente uma coisa que parece muito simples para nós tanto de Brasília, Manaus e de outras partes, uma conectividade colocando esses Municípios que hoje muitos deles não têm o menor acesso de *internet*, de comunicação *on-line*, vamos criar essa conectividade dos órgãos Estaduais, Federais e Municipais.

E posso falar as senhoras e senhores que têm uma meta ambiciosa, muito em breve nós chegaremos a tele medicina na saúde. [soa a campainha]. O segundo componente é o desenvolvimento sustentável que é a parte que eu prefiro chamar na geração de renda, não de emprego, de ocupação econômica, porque é a realidade da nossa região. E passa pela vocação da região e dos nossos Municípios, respeitando as potencialidades naturais da nossa população interiorana e pegam as principais cadeias produtivas, produtos florestais, madeireiros e não madeireiros, inclusive, com extrativismo, a pesca, a piscicultura, experiências exitosas como já temos desenvolvida pelo Estado manejo de lagos. E também à parte de Organização Social uma forma de criar meios para subsistência das comunidades e vamos pensar além, que eles possam comercializar o excedente da produção.

O saneamento. O saneamento visa otimizar os sistemas hoje existentes das nove sedes Municipais atendendo 100% da população. Atendendo as nove sedes Municipais, ou seja, universalizando água para 100% da população. Vamos aproveitar os sistemas existentes, mas trabalhando as melhorias para o universo de 20 anos, ou seja, água potável com qualidade, faremos um projeto de esgotamento sanitário em Benjamin Constant, um sistema de aterro sanitário em Tabatinga e trabalharemos com experiência já desenvolvida pelo Estado do Amazonas nas comunidades rurais e populações dispersas principalmente com aproveitamento de água de chuva. Além disso, estamos criando um novelo novo de gestão para gerir esse sistema de saneamento na região que a idéia é replicar para todo o Estado.

E o último componente, a saúde que tem como meta a ampliação, a melhoria da atenção básica e Programa de Saúde da Família passando pelos tratamentos mais especializados como média complexidade e alta complexidade quando preciso for. Hoje todos os nossos, há um grande êxodo de pacientes dessa região para Manaus. Então, a idéia é dotar, primeiro começando com as unidades de atenção básica, depois fortalecendo o hospital que nós podemos denominar que um hospital pólo na região para que possa atender a média complexidade. E se preciso for é até alto.

E o mais importante é que cria-se um complexo regulador regional que acompanhará o nosso usuário do sistema de saúde desde quando ele tiver a primeira consulta nas unidades da atenção básica até esse centro de média e alta complexidade. Devida a exigüidade do tempo, Sr. Presidente, era o que eu tinha a apresentar, mas me coloco à disposição, senhoras e senhores, para quaisquer esclarecimentos que porventura forem necessários. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Solicito ao Sr. Thomás que conclua a sua exposição.

SR. THOMÁS AFONSO: Bem, apenas para concluir alguns aspectos a relevar aqui. Essa é uma proposta, Senadores, de Estado. Ela transcende ao atual mandato. Há, o desembolso é mais de 4 anos. Então, isso não tem a ver apenas com o mandato do atual governante. Isso precisa ser dito.

O outro aspecto que entendo que além dos mecanismos institucionais preexistentes e que já foram manifestados aqui, queria me, digamos, registrar como extremamente interessante a proposta do Senador Marconi Perillo que se fosse feito um acompanhamento pelo próprio Senado Federal *a posteriori*.

Então, isto para demonstrar a transparência, a validade técnica deste projeto para as nossas populações. Creio que também colocando à disposição a gente possa esclarecer eventuais pontos que não tenham sido suficientemente aprofundados. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Terminadas as exposições nós vamos passar ao debate com os Srs. Senadores. Tem a palavra o primeiro orador Senador Arthur Virgílio, autor do requerimento.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Muito bem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. convidados. Eu termino concordando com o Dr. Thomás, eu juro que deste dinheiro nenhum tostão será surrupiado ao povo do Amazonas. Eu juro. Não permitirei. Não acontecerá.

Dr. Marcelo, Dr^a Sônia, eu poderia fazer interpeleções a cada qual, Dr. Eduardo Coutinho. Dr^a Sônia é filha de um homem de bem que foi Governador do seu Estado e não enriqueceu e que contribuiu com as limitações de quem serviu ao partido do Governo na época e muito para a instalação da democracia nesse país. Entende a minha linguagem. V.S^a entende a minha linguagem.

Mas eu não estou aqui falando de papel estar em ordem, papel não estar em ordem, TCE tem a ver ou não tem a ver, é trabalho do TCU ou não é trabalho do TCU. A formalidade foi cumprida, não foi cumprida. Estou falando de roubo de dinheiro público. Eu estou falan-

do de roubo de dinheiro público, pura e simplesmente. E isso sensibiliza a senhora, com certeza. Sensibiliza ao senhor, ao senhor, ao Dr. Michiles, enfim.

Eu faço algumas observações. O Tribunal de Contas do Estado tem toda a razão de dizer que, tanto aos demais entes e do ponto de vista formal estava tudo correto. Agora, o Tribunal de Contas do Estado sabe que o relatório preliminar apontou nessa mesma região para a qual se demonstra agora pela parte do Governo do Estado tanta boa-fé desvio de 29 milhões de reais.

E aqui tem as recomendações, estranhamente um dos conselheiros, figura extremamente simpática, eu não divido as pessoas entre simpáticas ou não simpáticas, divido aquelas que têm espírito público e aquelas que não o tem, disse que estava vendo, pedia vista do processo porque estava vendo na televisão que as obras estavam sendo realizadas, ou seja, toda a vez que um governante não for apanhado em flagrante surrupiando dinheiro público, ele não precisa nem realizar obra, mas se for apanhado pelo Ministério Público ou pelo Tribunal de Contas do Estado, aí ele faz a obra e o crime desaparece.

Seria ótimo se por essa via nós pudéssemos devolver a vida da filha do Nardoni, da Isabella Nardoni. Seria ótimo, mas não se pode. Nesse caso querem fazer um remendo.

Eu gostaria de dizer ainda que o Ministério Público terminou obtendo a exoneração do Secretário de Infra-Estrutura que continua Dr^a Silvana despachando lá mesmo numa salinha, continua cumprindo as ordens, nada foi obedecido em relação ao que foi prescrito pela sua entidade.

São coisas diferentes. Vamos deixar isso aqui bem claro de uma vez por todas, são coisas diferentes sim. Eu estou falando dos antecedentes de quem vai manipular este recurso. Tudo a favor de um empréstimo que vem em condições vantajosas, de prazo, de juros, de objetivos, mas toda a observação em cima de quem tem estes antecedentes aqui, em cima de quem é capaz de fazer isto aqui, em cima de quem é capaz de praticar aquilo que a Dr^a Silvana mostrou.

Então, eu não quero é que aconteça isto. O Dr. Laércio diz, saneamento, saúde, desenvolvimento sustentável, quem é capaz de ser contra isso? Eu exijo é que o dinheiro chegue à ponta. Dr. Laércio não chegou à ponta. Neste episódio 165 milhões entregues a quatro empreiteiras viciadas, uma dando a vez à outra em licitações para as quais eu chamo a mais absoluta atenção do Tribunal de Contas do Estado, fazer um rodízio da corrupção.

Dessa vez vai ter que chegar a conta. Por isso esta Audiência Pública. Por isso Dr^a Nafice, o seu equí-

voco ao assinar um artigo dizendo que eu me coloquei contra o Estado e que certa vez... Minha vigilância vem de longe. O Governador Eduardo Braga havia dito que com a eleição de um correligionário, do Senador Renan Calheiros para Presidente do Senado, estava tudo resolvido. Não está não. Assunto do Estado tem que passar pelos Senadores do Estado e se os outros se omitirem, e não é o caso dos meus colegas, eu não me omito.

Então, eu disse: "Eu quero explicações claras sobre o outro empréstimo para o PROSAMIM", aí me diz o Deputado Átila Lins. Se o Governador ligar, atende? Claro que atendo. Me ligou e me explicou o que era, rezou suas boas intenções todas. Aí diz o Dr^a Nafice num artigo, num jornal que eu não sei, tomara que nesse jornal não tenha nada haver com a empresa Pampulha, tomara que não tenha. Mas me diz aqui que passou o empréstimo para o Governo de Minas Gerais, eu não fiz nada. Eu não sou Senador por Minas Gerais, passou o empréstimo para o Paraná, Senador Jefferson Praia votou a favor, eu teria votado a favor, eu não estava aqui mais e não teria porque se nenhum Senador do Paraná tivesse colocado qualquer óbice eu conheço as diferenças enormes que separam Senador Alvaro Dias, Senador Osmar Dias do Governador Requião, eles teriam feito o meu papel se houvesse alguma irregularidade.

Eu sou representante do Estado, isso é Constitucional e o Estado que eu represento é o Estado do Amazonas. É em cima do Estado do Amazonas que eu não devo me omitir. Mas eu não vou perder tempo com isso mais, vou apenas dizer que as obras estão sendo realizadas, Dr^a Sônia Portella por uma empresa lixeira. A senhora, talvez, não saiba o que é uma empresa lixeira. Está acima das certidões que passam pelas mãos do TCE, Dr. Eduardo Coutinho. E não fez a obra, foi apanhado, manda uma empresa de lixeira para consertar.

Ou, ainda, recebe já, há o caso de uma estrada lá na mesma região com essa característica. Recebe dinheiro do Estado, a corrupção engole 100% do dinheiro do Estado, aí depois vai buscar dinheiro Federal como se fosse uma coisa nova. Aí entrega para uma empresa lixeira fazer aquilo que a outra empresa não fez. E ainda tem as comissões de praxe que chamam de fundo político, enfim.

Agora vamos lá. Já está claro, Dr^a Nafice nunca mais vai escrever que eu sou contra empréstimo até porque eu quero aprová-lo.

SRA. NAFICE BACRY VALOZ: Senador eu sei que não é o momento, a fala é de V.Ex^a.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Não, é, sempre é o momento, para debater sempre é o momento.

SRA. NAFICE BACRY VALOZ: Mas se V.Ex^a me permite, a matéria escrita e assinada por mim é muito simplória, é algo que retrata fatos. Fatos ocorridos.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mas não é simplório, a senhora não é simplória, a senhora é uma moça inteligente, não é simplória. Simplória é a forma de roubar o dinheiro do Amazonas que tem sido praticado lá que salta aos olhos da cara.

SRA. NAFICE BACRY VALOZ: V.Ex^a, por favor, a matéria ela retrata os fatos ocorridos, Senador. Fatos que não podemos refutar. Mas ela contém algo mais significativo, ela é um apelo, ela é um apelo pelo bem do Amazonas. O que acontece é que não é comum nesta Casa os representantes do Estado obstruírem um processo de votação de recursos que irão beneficiar a sociedade. E nesse aspecto a minha nota foi dirigida à sociedade e a V.Ex^a.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Feitas as explicações da Sr^a Nafice. Eu peço ao Senador Arthur Virgílio que prossiga nas suas indagações para que os convidados possam responder suas perguntas um a um.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu preciso de tempo, Sr. Presidente, para fazer uma explicação agora especificamente sobre o Conatosol, como funciona essa verdadeira máquina de roubar dinheiro público que é esse tal Conatosol com o qual foi feito esse convênio que redundou nas obras fantasmas, dos 29 milhões glosados pelo TSE e dos 165 milhões totais sobre os quais eu coloco suspeição.

Dr^a Nafice, o que não deve ser normal é alguém fazer isto aqui, lavar dinheiro com gado, não realizar obras, apesar do dinheiro estar destinado para realizar obras. O normal é um Senador ser vigilante e não permitir que contra o seu Estado aconteçam desvios terrivelmente criminosos de dinheiro público.

Senador Jefferson Peres dizia que não tem nada mais danosamente democrático e ele era muito mordaz do que o roubo de dinheiro público. Porque o ladrão que assalta uma casa está prejudicando uma pessoa, uma família, o ladrão de dinheiro público está prejudicando todo mundo. Ele democratiza a capacidade de ser maléfico.

Mas, muito bem, eu gostaria, já está explicado, enfim, que eu não sou contra o empréstimo, eu quero a certeza e mais eu tenho a certeza de que dessa vez não vai haver empresa Pampulha com empresa Etan, com aquelas empresa WP, quatro ou cinco apanigua-

das no poder que assaltam sistematicamente os cofres públicos do meu Estado, do Estado do Amazonas.

Vou agora, então falar de alguns detalhes de como se chegou a essa situação no TCE e, sobretudo no Ministério Público do Estado. Aqui tem o contrato para se realizar as obras que não foram realizadas conforme no tempo previsto, conforme mostrou a Dr^a Silvana. Esse documento aqui que vai estar disponibilizado para todos mostra a falta de zelo da Secretaria de Infra-Estrutura chamada SEINF. O contrato foi assinado no dia 27 de novembro. Aí houve muita pressa para fazer a obra não, foi publicado no Diário Oficial do dia 27 de novembro. A nota fiscal saiu no dia 28 de novembro atestando a empresa dizendo que havia realizado 26% da obra. Vou repetir. Vou repetir para ficar bem patente que não sou eu que sou contra o Estado. Contra o Estado é quem rouba dinheiro público do meu povo. Esse tipo de gente é contra o meu Estado.

Dia 27/11 se assina um contrato. Diário Oficial 27/11 de novo, nota fiscal da empresa Pampulha, uma empresa viciada em se locupletar as custas dessas oportunidades ilegítimas, ela apresenta uma nota fiscal tendo a caradura de dizer que havia feito 26% das obras, numa tecnologia americana, sueca, japonesa, todas juntas para conseguir esse milagre da engenharia. Mas, muito bem, não ficamos por aí. Ela apresenta essa nota querendo receber e recebeu obviamente 9 milhões 237 mil 9 reais e 72 centavos.

No dia 30/11, pessoas que não saíram de Manaus são designadas, designadas como engenheiros dos quais, essas três pessoas só uma era engenheiro de fato segundo atesta o CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, mas então eles atestam, eles são designados. No dia 3/12... No dia 30 do, no dia 30/11 eles chegam também ao laudo técnico sem sair de Manaus dizendo que de fato 26% das obras estavam concluídos. No dia 3/12 tudo muito a jato e essa é uma praxe sempre assim, não é uma exceção. Infelizmente essa é uma praxe. 3/12, essa empresa Pampulha, que tem um falso dono, dono verdadeiro não é o Sr. Alexandre Magno não sei das quantas.

Deve até ser uma boa pessoa, outro dia eu o vi pelo meu carro ele poupando a vida de um calango. Ele desceu, esperou, interrompeu o trânsito para salvar a vida de um calango. Não deve ser má pessoa, deve ter alguma coisa de bom no coração. Eu suspeito de quem está por trás dele.

Mas, então, ele dia 3/12 essa empresa Pampulha recebe 8 milhões 972 mil e 20 reais e 85 centavos. Aí vai, tem aqui tudo comprovado, vai ao Bradesco, cai no Bradesco esse dinheiro e saca em dinheiro, é até perigoso andar com tanto dinheiro assim, mas por

outro lado essas propinas costumam ser pagas em dinheiro. Não são pagas em cheque. Mas é perigoso. Daqui a pouco tem o ladrão que assalta ladrão. Isso pode. Ladrão sai atrás, olha, uma forma fácil e naquela história de quem rouba ladrão, aspirando quem sabe 100 anos de perdão.

Em mais 20 dias essa empresa recebe outros 9 milhões de reais. Então, em menos de um mês foi comprada à falsa verdade para um Estado conivente de que 56% do total do contrato haviam sido executados e a Dr^a Silvana mostrou agora aquilo que está acima e além das boas intenções declaradas pelo Dr. Thomás, pelo Dr. Laércio, não tenho absolutamente nada contra nenhum dos dois. E acima e além das formalidades preenchidas e que acabaram obtendo nível [ininteligível] do Dr. Marcelo, da Dr^a Sônia, do Dr. Eduardo, do Dr. Michiles.

Então, eu gostaria de dizer Sr. Presidente, que quem vai cuidar desse empréstimo é a Secretaria de Infra-Estrutura, a mesma que foi capaz de atestar tudo isso aqui. Ela que vai cuidar desse empréstimo. Por isso eu julgo estar cumprindo estritamente com o meu dever. Se outros Senadores estão deixando passar batidos empréstimos para os seus Estados com características semelhantes é de se deplorar. Espero que não esteja acontecendo isso. Eu não deixo passar batido. É um fato.

Esse empréstimo no momento próprio vai passar, mas vai passar com o compromisso que é de honra assumido aqui, por uma pessoa que demonstra ter honra, que é o Dr. Raimundo José Michiles. Vai passar sob a vigilância da Dr^a Silvana Cabral, vai passar sob a responsabilidade do Dr. Thomás e do Dr. Laércio, vai passar agora sob o crivo cidadão do Dr. Marcelo, da Dr^a Sônia, do Dr. Eduardo Coutinho, vai passar sob a vigilância desta figura de emblema moral que é o Presidente Eliseu Resende, vai passar sob os olhos argutos e vigilantes dessa figura decente que tem duas responsabilidades, defender a sua própria decência, decência de uma vida, e substituir o Senador Jefferson Peres nessa Casa que é o Senador Jefferson Praia, vai passar.

Agora, vai passar em termos completamente diferentes. Não acontecerá mais aquilo que está fazendo do meu Estado algo que teria dado já escândalo nacional, absolutamente inédito pelo montante do que se faz, pela forma como se faz, pelo absurdo que se pratica, se o meu Estado não fosse tão distante, se o meu Estado não estivesse tão distante dos centros nervosos do país.

Portanto, eu mais do que fazer perguntas eu estou fazendo aqui afirmações. Eu estou aqui a sustentar que me sinto junto com o Ministério Público, junto com

o Tribunal de Contas do Estado, junto com quem ousa fazer imprensa livre no meu Estado, me sinto reconfortado porque pelo menos estão fazendo as obras. O que eu não quero e vou ser bem claro é que esses 24 milhões de dólares se não vigiados pelo Senado como eles serão, se não vigiados pelo Tribunal de Contas do Estado como eles terão que ser, se não vigiados pelo Ministério Público como eles terão que ser, sirvam para cobrir o buraco nas contas da corrupção que foi descoberta por todos nós. E aquilo tudo que foi colocado de tão bonito ali vire letra morta de novo. Vire letra morta de novo. Porque aquilo tudo era para ter sido feito nas fotos que poderiam ser diferentes se fossem fotos elogiosas aquelas que foram exibidas, como fotos que provam uma fraude aqui exibidas pela Dr^a Silvana Nobre.

Então eu entendo que cumpri com meu dever. O relator não está aqui. A praxe, essa praxe tão elogiada, enfim.

SR. THOMÁS AFONSO: Senador, você me permite?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sem dúvida, com muito prazer.

SR. THOMÁS AFONSO: Só uma informação...

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu gostaria que o Senador terminasse.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu puder permito o aparte a ele e concluo, Sr. Presidente.

SR. THOMÁS AFONSO: Satisfeito com a sua posição de visão relação ao empréstimo, só uma informação pontual. Sem que signifique um juízo de valor, mas nesta operação a coordenação cabe à Secretaria de Planejamento. Certo?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sim, eu suponho que tomara que seja e se eu pudessem sugerir alguém para tomar conta, lá no Governo, eu sugeriria o Papa Bento XVI, enfim, acho difícil ele aceitar o encargo. Mas agradeço seu aparte e encerro, Sr. Presidente. Lamento a ausência do relator. Relator vai simplesmente fazer aquilo de sempre, preenchidas as circunstâncias, preenchidas as formalidades, enfim, Dr. Eduardo Coutinho falou que estava tudo bem normalmente, a Dr^a Sônia Portella falou que estava tudo bem formalmente, o Dr. Marcelo Luiz falou que estava tudo bem formalmente, o Dr. Raimundo Michiles falou que estava tudo bem formalmente.

São coisas diferentes. Nós estamos tratando aqui e disse o Dr. Laércio, o Dr. Thomás, disse, Presidente, já encerro. São coisas diferentes, como se o agente da corrupção não fosse o mesmo, são coisas diferentes, mas como se nós pudéssemos confiar que porque

são projetos diferentes então desta vez vai sair tudo cristãmente honesto. O fato está feito, Sr. Presidente. E esta é uma lição que vão tomar. Os processos virão, vai tudo bater no Superior Tribunal de Justiça. Os processos virão.

Mas a vigilância da sociedade brasileira começa a se por de alerta em relação a isso. Não vai acontecer mais no Amazonas aquilo que aconteceu até então e que foi provado sem contestação pela representante do Ministério Público nesta sessão, Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância em relação ao tempo e muito obrigado a V. Ex^a pela lisura com que sempre trata esse seu colega, representante do Estado do Amazonas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado Senador Arthur Virgílio. Pergunto aos convidados se tem alguma outra observação? Depois darei a palavra ao Senador Jefferson Praia. Gostaria de perguntar, três minutos para cada um, por favor. Faz favor.

SRA. SÔNIA PORTELLA: Eu gostaria apenas de fazer mais um comentário, inclusive não pronunciei por esquecimento no momento. É muito importante ter em mente que esses empréstimos tradicionais do Banco Mundial como do Banco Interamericano tem no seu bojo todo um acompanhamento de resultados. E acompanhamento também no tocante as grandes licitações. Na verdade há um acompanhamento de termos de referência em relação às licitações médias e as grandes licitações são acompanhamentos bastante intensos.

Então, eu acho que isso é importante que seja levado em consideração. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Alguém mais quer fazer uso da palavra? Faz favor Sr. Raimundo José Michiles.

SR. RAIMUNDO JOSÉ MICHILES: Só para manifestar a minha... Parabenizar o Senador Marconi Perillo que disse que a partir de agora, talvez houvesse uma maior fiscalização. Eu entendo que deve ser assim. Nós temos os órgãos de fiscalização, Controle Externo que é o Congresso Nacional em nível Estadual, as Assembleias Legislativas, Municipal, as Câmaras Municipais, naturalmente com o auxílio dos Tribunais de Contas da União, dos Estados em alguns casos dos Municípios.

Muitas vezes o contrato está exatamente do jeito que está bonitinho com todas as normas preenchidas, normas legais, mas a execução, o que importa é a execução do contrato. E isso que naturalmente nós vamos verificar após a assinatura do contrato, a obtenção do empréstimo.

Eu me recordo que há uns 15 anos atrás, mais ou menos, o Tribunal de Contas da União fez um levantamento das obras inacabadas e eu julguei que depois de mais ou menos 15 anos todas aquelas obras já houvessem sido concluídas e de quando em vez se observa, se vê na mídia nacional, nas televisões, reportagens em que obras que deveriam ter sido executadas e beneficiado a sociedade, a população de uma maneira geral, principalmente em termos de Nordeste, muitas obras continuam do jeito que estava há 15 ou 20 anos atrás, sem conclusão. E o dinheiro da população, dos contribuintes saiu pelo ralo, porque naturalmente que essas obras foram pagas e não foram executadas.

Eu espero que a partir de agora com essa preocupação dos Senadores em verificar não só a autorização, a legalidade da autorização do empréstimo, mas também verificar o que interessa exatamente à sociedade. O que é? A execução correta, a aplicação correta desses empréstimos. Não só empréstimos, mas também dos recursos públicos de uma maneira geral.

E é isso que nós estamos procurando fazer no Tribunal de Contas. E nesse ponto a imprensa tem um papel fundamental nesse trabalho de fiscalização. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Tem a palavra o Sr. Marcelo por três minutos.

SR. MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA: Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Senador Arthur Virgílio, as palavras de V. Ex^a assim como também as palavras da Dr^a Silvana, elas mexem profundamente com o nosso espírito público e também com a nossa veia de auditor de recursos públicos.

É difícil ouvir o que foi dito, ver as fotos que foram mostradas e sentir-se impotente por não se tratar de competência do Tribunal de Contas da União. Eu gostaria de sugerir se me for possível sugerir se esta comissão encontrar uma forma regimental de no instrumento que autorizar a operação de crédito prever diligências ou prever alguma forma de fiscalização da aplicação desses recursos eu creio que, talvez, seja possível então a esta comissão, nesse processo de fiscalização do uso dos recursos solicitar o auxílio do Tribunal de Contas da União, requisitar ao auditor do Tribunal de Contas da União, é bem-sabido desta Casa da expertise do Tribunal de Contas da União em acompanhamento de obras, em fiscalização de obras. Então, se me for possível sugerir fica essa opinião. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra a Dr^a Silvana por três minutos.

SRA. SILVANA NOBRE DE LIMA CABRAL:

A única coisa que eu acho que faltou integrar nessa Audiência é o Poder Judiciário. Esse compromisso de fiscalização que inicia no Tribunal de Contas, Assembleia Legislativa, no Ministério Público e o nosso forte compromisso em fiscalizar, apesar de todas as dificuldades estruturais que o Ministério Público tem, mas nós não podemos deixar de mencionar a importância do Poder Judiciário para impedir que situações como essa aconteça.

Porque o que nós queremos realmente é que o nosso Estado cresça, que aquela pobreza que nós vimos ela seja dissipada e que se construa realmente um Estado melhor.

Mas, Excelência, o Poder Judiciário ele tem que estar aqui porque não existe controle de corrupção sem uma resposta a contento do Poder Judiciário e envolve um tempo mínimo, mínimo. Nós estamos vivendo nesse processo, os precatórios que até hoje não retornaram porque é um rol imenso de réus, são mais de 16 salvo engano e pelas distâncias que o Amazonas tem, como o seu Thomás falou, levam dias para se chegar e nós estamos na estaca zero do processo. Isso, talvez, seja o maior incentivo a que outras situações ocorram.

E nós temos esse dever de registrar que o Poder Judiciário ele tem grande importância e também deve ser chamado a intervir em causas desse naipe em que com um só ato você atinge toda uma população de que tenha efetivamente como tem prioridade os processos de idosos, que tenha também prioridades as ações coletivas.

O Ministério Público fica de mãos atadas porque não adianta nós entrarmos com ação civil, ação de improbidade e elas prescrevem. E a imediatidade que nós queremos que nesse caso aconteceu, que foi a obra está sendo feita e o dinheiro não realmente foi bloqueado, não foi pago nenhum outro valor, mas nós estamos aqui esperando uma resposta do Poder Judiciário e nós não podemos deixá-lo fora disso aí, dessa mudança que nós queremos que haja no Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado. Nós passaremos a palavra agora ao Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, Eliseu Resende, demais autoridades que compõe à Mesa, conterrâneos lá do nosso Amazonas, eu vou fazer algumas observações independente de qualquer paixão política, mas como amazonense, como amazônida, na verdade, Senador Arthur Neto, eu estou envergonhado e triste por estarmos aqui.

Mas não tiro a razão de V.Ex^a. Envergonhado pelo que estamos vendo e pelo que vimos, o que foi apresentado pela Dr^a Silvana da não aplicação de recur-

sos, é um Estado tão pobre, riquíssimo quanto a sua biodiversidade, mas com um povo muito pobre. E nós jamais seríamos perdoados, Senador Arthur Neto, se deixássemos que esta comissão não avaliasse quantas irregularidades, as suspeitas de irregularidades, de aplicação de recursos lá no Alto Solimões quando vem, Dr. Laércio, essa nova proposição.

Quando V.Ex^a expôs o projeto. O projeto é excelente. Nós não somos contra o projeto. Eu vou votar favoravelmente ao empréstimo. Mas nós não poderíamos deixar de fazer essas observações, de verificarmos como essas questões se encontram. Quando hoje percebo a Dr^a Silvana colocar que o Ministério Público está acompanhando, mas que o Judiciário precisa também se envolver de forma muito mais intensa nessa questão.

Portanto, o que temos aqui é uma situação em que nós avaliamos quanto à autorização que o Senado dá para que a União ela dê sustentação a esse tipo de empréstimo. Esse é o nosso voto. Mas nós não poderíamos naquele momento quando foi apresentado o relatório votarmos sem que houvesse esses esclarecimentos.

Daqui para frente foi como observou muito bem o Senador Arthur Neto. Nós temos que acompanhar não só o novo empréstimo, mas toda essa situação que nos deixa aqui e aí eu falo ao nosso povo, ao povo principalmente do Alto Solimões, povo sofrido daquela terra quando você vê que os recursos não foram aplicados. Se nós formos a aquelas regiões, ou melhor, aqueles Municípios verificarmos o grau de pobreza, o quanto se deixou de ser aplicado, quantas vidas nós deixamos de melhorar naquele Estado em decorrência do que foi observado quanto a essas irregularidades.

Então, isso não me deixa feliz. E eu como representante do povo não poderia jamais de fazer essas observações. Infelizmente o nosso Estado nesta manhã a esta comissão chega aqui numa situação de vergonha, de muita vergonha. Eu não saio daqui sem essa vergonha.

Não tenho culpa no cartório, Senador Arthur Neto não tem culpa no cartório, muitos de V.Ex^s também não têm culpa nenhuma. Mas nós não podemos deixar de fazer as observações quanto aqueles que infelizmente não aplicam os recursos públicos de forma correta ou deixam de aplicar. Isso nós não poderíamos estar com nossas consciências tranquilas sem fazermos essa avaliação.

Portanto, Dr. Laércio, quando V.Ex^a faz a observação, quanto ao PRODERAN eu vou votar favoravelmente sim, mas entendemos que essas observações tinham que ser feitas como acabamos de ter após as

diversas exposições feitas pelos senhores e pelas senhoras. Era isso, Sr. Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Esqueci de dizer que a Dr^a Sônia Portella é filha do Senador, Ministro, Governador, Petrônio Portella, foi a ele que eu me referi.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Saudoso homem público que deixa uma memória inapagável nessa Casa.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): E, portanto, Sr. Presidente, para sintetizar. Nada contra o empréstimo, sobretudo nos moldes em que o estamos contratando. Tudo a favor de uma fiscalização que daqui para frente haverá de ser norma por parte do Senado Federal. Terceiro. O que foi relatado aqui pela Dr^a Silvana é crime mil vezes, é dinheiro roubado do desenvolvimento sustentável da região do Alto Solimões, é dinheiro furtado da vida de índios Ticuna.

Quarto. Aqui está. “Estado pagou 17 milhões por série de obras fantasmas”. Aqui está. “Obras fantasmas, Governo admite que pagou 18 milhões de reais”. Aqui está. “Obras fantasmas derrubam Secretário de Eduardo Braga”. Aqui está. “Tribunal de Contas do Estado aponta desvio de 29 milhões de reais” e a Dr^a Silvana e o Ministério Público Estadual já haviam denunciado a existência nesse total de 165 milhões suspeitos, 29 milhões glosados pelo Tribunal de Contas do Estado, 18 milhões de obras fantasmas, com recomendações muito duras do relatório preliminar do Tribunal de Contas do Estado.

Eu tenho a impressão que foi esta uma Audiência Pública vitoriosa e que começa a mostrar aos que se imaginam inimputáveis nesse país que não dá mais, está aí o filho, não sei com que razão, não sei avaliar do mérito, o filho de uma Governadora, preso por supostamente chefiar uma quadrilha, que ninguém mais se sinta inimputável nesse país, que ninguém mais se sinta a margem, ao resguardo da lei, porque a lei tem que valer para todos e tem toda a razão a Dr^a Silvana quando fala da obrigação que tem o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas de ele também olhar com olhos duros, olhos firmes, rígidos esse quadro de vergonha a que se refere o Senador Jefferson Praia que está infelizmente sendo vivido pelo povo do meu Estado.

Muito obrigado a V.Ex^a, obrigado a todos os convidados.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com os nossos agradecimentos aos senhores convidados, os expositores, queremos pa-

rabenizar o Senador Arthur Virgílio por uma iniciativa tão importante nesta Casa. E encerrar a presente reunião.

Sessão encerrada às 12h28.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2008, ÀS 11:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e nove minutos do dia vinte e quatro de junho do ano de dois mil e oito, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Eliseu Resende, Vice-Presidente no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Ideli Salvatti, Marina Silva, Romero Jucá, Valdir Raupp, Pedro Simon, Neuto de Conto, Gerson Camata, Adelmir Santana, Heráclito Fortes, Raimundo Colombo, Gilberto Goellner, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Gim Argello, Sérgio Zambiasi e, ainda, do Senador João Pedro. Deixam de comparecer os Senadores Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Renato Casagrande, tendo falta justificada em virtude de estar em viagem oficial, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, tendo falta justificada em virtude de estar em viagem oficial, Mão Santa, Geovani Borges, Jayme Campos, Kátia Abreu, Cícero Lucena, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, João Vicente Claudino e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, o Presidente em exercício da Comissão, Senador Eliseu Resende, dá início à apreciação das Matérias constantes da Pauta da Reunião. Item 01—Mensagem do Senado Federal nº 120, de 2008, não terminativa, de autoria da Presidência da República, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 31,130,000.00 (trinta e um milhões e cento e trinta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre a Prefeitura Municipal de Teresina, no Estado do Piauí e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento do Programa Lagoas do Norte, tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que

apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Gim Argello e colocada a Matéria em discussão, usam da palavra os Senadores Adelmir Santana, Heráclito Fortes, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi e Romeu Tuma. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 02-Mensagem do Senado Federal nº 119, de 2008, não terminativa, de autoria da Presidência da República, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 19,250,000.00 (dezenove milhões, duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre a Prefeitura Municipal de Ipatinga, no Estado de Minas Gerais e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata, destinada ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Urbano, Social e Ambiental do Município de Ipatinga – Ipatinga Mais Humana”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Romeu Tuma e colocada a Matéria em discussão, usa da palavra o Senador Eduardo Azeredo. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável nos termos do PRS apresentado. A Comissão aprova também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 03-Mensagem do Senado Federal nº 123, de 2008, não terminativa, de autoria da Presidência da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor até US\$ 976,000,000.00 (novecentos e setenta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Minas Gerais e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial do Programa de Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais II”, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do PRS que apresenta. O Presidente em exercício, Senador Eliseu Resende, designa o Senador Heráclito Fortes Relator *ad hoc*. Após a leitura do Relatório, e colocada a Matéria em discussão, usa da palavra o Senador Eduardo Azeredo. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável nos termos do PRS apresentado. A Comissão aprova também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 04-Mensagem do Senado Federal nº 103, de 2008, não terminativa, de autoria da Presidência da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de

crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 24,250,000.00 (vinte e quatro milhões e duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado do Amazonas e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada a financiar o Projeto de Desenvolvimento Regional do Alto Solimões – em suporte ao Projeto Zona Franca Verde”, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do PRS que apresenta. Em 19/06/08, foi realizada Audiência Pública para instruir a Matéria, com a presença do Sr. Raimundo José Michiles, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, Sra. Silvana Nobre de Lima Cabral, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas, Sr. Marcelo Luiz Souza da Eira, Secretário de Macro Avaliação Governamental – TCU, Sr. Eduardo Coutinho Guerra, Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional, Sra. Sônia Portella, Coordenadora-Geral de Operações Financeiras da União – PGFN, Sr. Laércio Cavalcante, Coordenador Executivo do Programa de Desenvolvimento Regional do Estado do Amazonas para a Zona Franca Verde, Sra. Nafice Bacry Valoz, Presidente da Comissão de Cooperação e Relações Institucionais do Estado do Amazonas e do Sr. Thomás Queiroz Nogueira, Secretário Executivo do Tesouro do Estado do Amazonas. Usam da palavra para discutir os Senadores Arthur Virgílio, João Pedro, Valdir Raupp, Eduardo Suplicy e Pedro Simon. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável ao Projeto nos termos do PRS que apresenta. A Comissão aprova também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 05-Mensagem do Senado Federal nº 128, de 2008, não terminativa, de autoria da Presidência da República que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 1,100,000,000.00 (um bilhão e cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos são destinados a apoiar o Programa de Sustentabilidade Fiscal para o Crescimento”, de autoria da Presidência da República, e tendo como Relatora a Senadora Ideli Salvatti que oferece Parecer pelo favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pela Senadora Ideli Salvatti, e colocada a Matéria em discussão, usam da palavra os Senadores Pedro Simon, Eduardo Azeredo, Romeu Tuma, Gerson Camata, Sérgio Zambiasi, Eduardo Suplicy e Neuto de Conto. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável nos termos do PRS

apresentado. A Comissão aprova também Requerimento de Urgência para a Matéria. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 23/2008-CAE, de autoria do Senador Arthur Virgílio que requer, nos termos regimentais, que a Comissão de Assuntos Econômicos solicite ao Tribunal de Contas da União – TCU, o acompanhamento, no que couber, da aplicação de empréstimo do BIRD, ao Governo do Estado do Amazonas, no valor de US\$ 24.250.000,00 (vinte e quatro milhões e duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), para financiar o Projeto de Desenvolvimento Regional do Alto Solimões – em suporte ao Projeto Zona Franca Verde, cuja contratação é objeto de exame do Senado Federal e tendo em vista a garantia da República Federativa do Brasil. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e nove minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **ELISEU RESENDE**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os senhores senadores e senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

A nossa pauta de trabalhos, aqui, vai se restringir aos financiamentos de operação de crédito externo. O restante da pauta será transferido para a próxima terça-feira.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Pela ordem, Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, V.Exª já informou que a pauta vai se restringir à aprovação dos financiamentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Financiamentos. Operação de crédito.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Todos os que estão na--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): São cinco.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Cinco. Mas eu queria pedir, Sr. Presidente, o seguinte. No

dia de amanhã, estava agendado... Estava, não, está agendada uma Audiência Pública para tratar de um projeto de minha autoria que reformula a forma de cobrança do ISS sobre *leasing*. Arrendamento Mercantil. O relator dessa matéria é o Senador Osmar Dias, que não poderá estar presente amanhã. Então, eu gostaria de solicitar que, dada a ausência do relator, que nós pudéssemos remarcar. Aí, na terça-feira que vem, nós pudéssemos encontrar, junto com o relator, outro dia para nós podermos realizar a audiência, tendo em vista que, com a ausência do relator, a audiência ficaria bastante prejudicada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Obrigado. Preferia bem, para atender à sugestão de V.Exª, que nós transferíssemos a reunião de amanhã, Audiência Pública, para quarta-feira da próxima semana.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pode ser.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Está bem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E, ainda, Presidente, se fosse possível, nós vamos ter, agora, no dia 7 de julho, um importante encontro, que, inclusive, vai ser em Santa Catarina, reunindo todos os museus, administradores, funcionários dos museus em todo o Brasil, e nós temos um... Eu apresentei um projeto que já foi aprovado, inclusive, na Comissão de Educação e está aqui na CAE e ele é terminativo aqui na CAE, e está faltando apenas a designação da relatoria. Então, se fosse possível, eu... Até o Senador Flávio Arns já manifestou o desejo de ter a relatoria. Se fosse possível designá-lo, para que a gente possa fazer o debate, quem sabe a aprovação, antes do Encontro Nacional dos Museus, que vai acontecer em Santa Catarina, eu gostaria muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): O Mercadante tem tempo de designá-lo?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sim. Ele disse que vai designar essa semana toda a parte--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E o PL é o PL 95, se facilita aí para--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): O titular da Presidência dessa Comissão, Senador Mercadante, deve designar essa nova relatoria no decorrer dessa semana.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Vamos ao item 1 da pauta. Mensagem do Senado Federal nº. 120/08. Aprovação não terminativa. “*Propõe ao Senado Federal seja autorizada a*

contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de 31 milhões, 130 mil dólares, entre a Prefeitura Municipal de Teresina, no Estado do Piauí, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD, destinado ao financiamento do Programa Lagoas do Norte.” É de autoria da Presidência da República, e o relator é o Senador Gim Argello.

Quero informar que está presente neste Plenário o Sr. Sílvio Mendes de Oliveira Filho. Peço que tenha assento à frente do Plenário, Prefeito de Teresina, no Piauí.

Com a palavra o relator, Senador Gim Argello.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Pela ordem, Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria registrar, também, a presença do Secretário de Planejamento de Teresina, ex-senador da República e ex-governador do Estado, ex-prefeito de Teresina, Freitas Neto, que aqui também se encontra, acompanhando o Sr. Sílvio Mendes.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): A nossa homenagem ao ex-senador Freitas Neto, solicitando, também, que tome assento em uma das primeiras mesas do Plenário, primeiras cadeiras do Plenário. Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado, Sr. Presidente. Senhoras e senhores senadores, demais membros, Sr. Prefeito Sílvio Mendes, que tão brilhantemente está defendendo a capital do Estado do Piauí, Teresina.

Vou ao relatório, Sr. Presidente. “*É submetido à apreciação do Senado o pleito da Prefeitura Municipal de Teresina, por intermédio da mensagem nº. 120/08, solicitando autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD.*

Os recursos provenientes da operação de crédito em análise destinam-se ao financiamento do Programa Lagoas do Norte. Segundo informações contidas em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, além deste empréstimo do BIRD, a ser desembolsado nos anos de 2008 a 2013, o programa contará com contrapartida de recursos do município, estimado um montante de até 13 milhões e 340 mil dólares.

A operação de crédito externo pretendida em suas condições financeiras está devidamente incluída no sistema de registro de operações financeiras do Banco Central do Brasil, BACEN. Conforme deter-

minação, dessa forma, a referida operação de crédito foi credenciada por intermédio do expediente nº. 2008 de 86, de 28 de maio de 2008. Ademais, as condições financeiras do empréstimo são usualmente praticadas pelo BIRD, que geralmente encontra-se em condições mais favoráveis do que as oferecidas pelas instituições privadas.

A operação de crédito se processará na modalidade de empréstimo com margem fixa, na qual incidirão juros com taxas com equivalência da labor para moeda dos empréstimos, mais despesas e margem relativa à remuneração de seu capital ordinário.

De acordo com os cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo efetivo desse empréstimo deverá ser da ordem de 5,44% ao ano, flutuante, conforme a variação da taxa da labor.

Análise. A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu pareceres favoráveis ao pleito e à concessão de garantia da União nesta operação de crédito externo. Nos pareceres são fornecidas informações acerca da situação da Prefeitura Municipal de Teresina, no que diz respeito ao cumprimento das exigências e condições de natureza financeira e processual, estipuladas nas resoluções nº. 43/01 e 48/07, do Senado Federal, e na Lei Complementar nº. 101/00.

Essas operações financeiras estão, portanto, sujeitas ao cumprimento das condições e exigências estabelecidas nas referidas resoluções, que, além da observância dos aspectos de natureza estritamente financeira, exigem que a União observe, dentre outras, as seguintes condições prévias à prestação de garantia:

1. Oferecimento de contrapartidas suficientes para o pagamento de qualquer desembolso que a União possa vir a fazer se chamada a honrar a garantia.

2. Cumprimento pelo tomador do empréstimo dos compromissos tributários financeiros e fiscais assumidos para com a União em quantidades controladas pelo Poder Público Federal.

A Secretaria do Tesouro Nacional, de acordo com o parecer nº. 975/01, de maio de 2008, informa que consulta realizada por meio eletrônico, na presente data, não indicou a existência de débito em nome da prefeitura do município de Teresina, junto à administração pública Federal e suas entidades controladas. Ademais, há previsão de oferecimento de garantias por parte da Prefeitura Municipal de Teresina. Para tanto, é prevista a formalização de contratado entre o município e o Tesouro Nacional, para concessão de contrapartidas, sob a forma de vinculação das receitas, das cotas de repartição constitucional a que se referem os art. 158 e 159, complementados pelas receitas próprias do que trata o art. 156, nos termos do art. 167, inciso IV, todos da Constituição Federal.

Assim sendo, poderá o Governo Federal reter os recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados, diretamente nas transferências federais ou das contas centralizadoras da arrecadação do município.

Enfatiza-se que o município de Teresina não procedeu ao refinanciamento de suas dívidas com a União, nem há registro de compromissos honrados com a União em seu nome, nos últimos cinco anos, decorrentes de garantias concedidas. Também não há registro de pendências do município no âmbito do SIAF, relativo à prestação de contas recebidas pela União.

Entendemos, ainda, como é reconhecido pela própria Secretaria do Tesouro Nacional, ser possível atender a esse pleito de garantia, pois não apenas são consideradas suficientes e adequadas as contrapartidas a serem prestadas, como também, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, a Prefeitura Municipal de Teresina conta com recursos suficientes, devidamente demonstrados, para o ressarcimento à União, caso ela venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação.

Não são impostas, portanto, restrições à atual situação fiscal do município, nem são atribuídos ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles que normalmente assumidos em operação já contratada com agências oficiais de crédito.

Dessa forma, estão sendo observadas as exigências definidas no art. 10, Resolução 48/07, assim como disposto no inciso II, 1º e 2º do art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira definidos na resolução nº. 48/07 e 43/01 do Senado Federal, aplicáveis ao financiamento pretendido, cabem os seguintes esclarecimentos:

A) Os limites para a concessão de garantias da União, estipulados na referida resolução nº. 48/07, são atendidos conforme informado no referido parecer nº. 975/08.

B) O parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGFN, nº. 1.019, de 02 de julho de 2008, encaminhado ao Senado Federal, conclui que as cláusulas da minuta contratual são admissíveis e cumprem legislação brasileira aplicável à espécie. Tendo sido observado o disposto no art. 8º da resolução nº. 48/07 e no art. 20 da resolução nº. 43/01, que vedam dispositivo contratual de natureza política ou atentatória à soberania nacional e à ordem pública.

C) Relativamente à exigência constitucional de que os programas ou projetos constem no Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual. É informado que os investimentos previstos no programa mencionado constam do Plano Plurianual municipal para o período

2006–2009, em que se inserem as ações do programa em exame.

D) Por seu turno, a lei municipal nº. 3.725, de 26 de dezembro de 2007, que estima a receita e fixa a despesa do município de Teresina para o exercício financeiro de 2008, contempla dotações para a execução do projeto no ano em curso. Consta desse orçamento dotações relativas ao ingresso de recursos externos e a contrapartida no município. Neste ano de 2008 não haverá pagamento de encargos financeiros relativos ao financiamento pretendido.

E) Como ressaltado pela Secretaria do Tesouro Nacional, considerando as informações prestadas pelo município e o cronograma de utilização de recursos, essa secretaria entende que o mutuário dispõe de dotações suficientes para o início da execução do programa.

F) Os limites de endividamento da prefeitura municipal de Teresina, estipulados nas resoluções nº. 40 e 43/01, foram calculados e considerados atendidos, conforme demonstrado no parecer nº. 294, de 11 de março de 2008, também anexo à presente mensagem.

Dessa forma, a operação de crédito em exame atende a todas as exigências previstas nos art. 6º, 7º e 21 da Resolução 43/01, cumprindo as condições processuais e os limites de endividamento nela estabelecidos, assim como previsto na Resolução nº. 40/01, todas do Senado Federal.

Ressalta-se, ainda, que o custo efetivo da operação de crédito, equivalente a 5,44% ao ano, constitui um indicativo aceitável pela Secretaria do Tesouro Nacional, em face do custo médio anual de captação do próprio tesouro em dólar no mercado internacional. Ademais, condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nº. 48/07, 40 e 43/01 do Senado Federal, são atendidas pelo município de Teresina, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem.

Quanto ao mérito do programa, há de se enfatizar que ele visa modernizar e melhorar a capacidade de gestão do município na área financeira, urbana, ambiental, prestação de serviços e desenvolvimento econômico, levando sua execução a uma melhora na qualidade de vida da população de baixa renda da região das lagoas do norte.

Estudo detalhado de todos os custos e benefícios do programa anexo à mensagem demonstra, entre outros benefícios, a requalificação urbana e ambiental, o controle das enchentes e a melhoria das condições sanitárias e de saúde, do sistema viário e das condições de habitabilidade da população."

Este é o relatório. Vamos ao voto.

“Em conclusão: O pleito encaminhado pela prefeitura municipal de Teresina encontra-se de acordo com o que preceitua as Resoluções nº. 48/07, 40 e 43/01 do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida. Nos termos do seguinte:

Projeto de Resolução. Projeto de resolução autoriza a prefeitura municipal de Teresina no Piauí a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD, no valor de 31 milhões, 130 mil dólares americanos.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º. É a prefeitura municipal de Teresina autorizada a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD, no valor de 31 milhões, 130 mil dólares dos Estados Unidos da América.

Parágrafo Único. Os recursos advindos da operação de crédito referido no caput destinam-se ao financiamento do Programa Lagoas do Norte.

Art. 2º. A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser contratada nas seguintes condições:

1º – Devedor: Prefeitura municipal de Teresina, no Piauí.

2º – Credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD.

3º – Garantidor: República Federativa do Brasil.

4º – Valor: Até 31 milhões, 130 mil dólares dos Estados Unidos da América.

5º – Prazo de desembolso: Até 60 meses, contados a partir da vigência do contrato.

6º – Amortização: Em 40 parcelas semestrais e consecutivas, pagas nos dias 1º de fevereiro e agosto de cada ano, vencendo a primeira em 1º de agosto de 2013 e a última, a mais tardar, em 1º de fevereiro de 2033, correspondendo cada parcela a 2,5% do valor desembolsado.

7º – Juros: Exigidos semestralmente na mesma data de pagamento das amortizações e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta pela labor para o dólar dos Estados Unidos da América ou de taxa equivalente para a moeda de empréstimo, acrescida de um spread a ser determinado pelo BIRD a cada exercício fiscal e fixado na data da assinatura do contrato.

8º – Juros de mora: 0,50 centésimos por cento ao ano, acrescidos aos juros devidos ainda não pagos, decorridos 30 dias da data prevista para o seu pagamento.

9º – Comissão à vista de até 0,25 centésimos por cento do valor do financiamento a ser debitado na data em que o contrato entrar em efetividade.

Inciso I – Ao empréstimo referido no caput, fica facultada a convenção da taxa de juros aplicável ao seu montante parcial ou total, de flutuante para fixa ou vice-versa. O estabelecimento de tetos e bandas para a sua flutuação e alteração de sua moeda de referência para o montante a desembolsar ou já desembolsado.

Inciso II – É autorizado o pagamento dos custos eventualmente incluídos pelo BIRD, quando exercidos das operações referidas no § anterior, assim como suas comissões de transação deverá variar de 0,125 ou até 0,25.

Inciso III – As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, bem como os desembolsos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º. Fica a União autorizada a conceder garantia à prefeitura municipal de Teresina na operação de crédito externo referida nessa Resolução.

Parágrafo Único – O exercício da autorização prevista no caput fica condicionado que a prefeitura municipal de Teresina celebre o contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 156 das cotas de repartição das receitas de que trata o art. 158 e 159, todos da Constituição Federal, e outras em direito admitidas, podendo o Governo Federal reter os recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados, diretamente das transferências federais ou das contas centralizadoras da arrecadação do município.

Art. 4º. O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 dias, contados a partir da sua publicação. Essa resolução entra em vigor da data da sua publicação.”

Sr. Presidente, esse é o relatório, e aproveitando para parabenizar o Sr. Prefeito Sílvio Mendes, porque se mostrou, por tudo que se viu, em todo o processo, ele teve o trabalho de levar para mostrar o que é o Programa Lagoas do Norte, que, realmente, eu tenho certeza que os senadores estão honrados, senadores do Piauí aqui presentes, como é o caso do João Vicente Claudino, que tantas vezes me pediu para fazer esse relatório o mais breve possível, como é o caso do Senador Heráclito Fortes, como é o caso do Senador Mão Santa, que tanto se interessaram por esse parecer, que possa realmente essa Comissão a aprovar.

Eu já dou como lido o meu relatório e, logo em seguida da aprovação, vou pedir, também, o regime de urgência, tendo em vista que essa é uma matéria que o povo da capital do Piauí, de Teresina, tem real-

mente uma ansiedade muito grande e quer ver logo colocada essa autorização para que possa ser feito esse empréstimo.

Por ser verdade isso tudo o que eu estou colocando, meu voto é favorável. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Senador Gim Argello.

Antes de colocar a matéria em discussão, eu quero registrar a presença, aqui no Plenário, do Sr. Eduardo Coutinho Guerra, que é Secretário-Adjunto da Secretaria do Tesouro Nacional, cumprindo a tarefa do Tesouro no que preceitua a Resolução do Senado nº. 43, de que sempre quando este Plenário estiver analisando aprovação de financiamento de crédito externo, haja presença de um representante da Secretaria do Tesouro. Agradecemos a presença do Sr. Eduardo Coutinho.

Fica a matéria em discussão. Em votação o parecer do relator. Os senadores que concordam com o parecer do relator permaneçam como estão. Aprovado o parecer do relator, favorável aos termos do PRS apresentado. Nossas congratulações ao povo de Teresina, na pessoa do Prefeito do município, Sílvia Mendes de Oliveira, e na pessoa do ex-senador Freitas Neto, que nos honra com sua presença.

Antes disso, deixe-me relatar, eu quero apenas parabenizar o Senador Heráclito Fortes e todos os piauienses presentes. Isso me traz à memória de que, 40 anos atrás, em 1968, mais precisamente, nós construímos a ponte de Teresina a Timó, quando eu era Prefeito, o atual Senador Heráclito Fortes, e foi a pedido dele que essa ponte foi construída. Espero que o êxito dessa ponte seja acompanhado, agora, pelo êxito do Programa Lagoas do Norte, para qual programa nós estamos destinando esse financiamento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Heráclito era prefeito 40 anos atrás?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Quero pedir a votação também do pedido de urgência na tramitação da matéria pelo Senador Gim Argello. Os que estiverem de acordo com o pedido de urgência permaneçam como se encontram. Fica aprovado.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, antes de entrar no item 2...

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Eu queria me congratular com os senadores piauienses e, naturalmente, como advindo daquelas áreas e como cidadão piauiense que sou, quero também me congratular

com o empréstimo, com a aprovação do relatório e desejar sucesso à administração piauiense, na pessoa do Prefeito Sílvia Mendes, do secretário de planejamento, senador que acompanha o prefeito, o ex-senador Freitas Neto, que está aqui conosco, desejando que o projeto seja de pleno êxito. Parabéns a todos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, quero agradecer a compreensão de todos, em uma semana onde a expectativa era de que nós não tivéssemos números para a votação de nada em Brasília e nós vemos esse Plenário repleto. Talvez as pessoas não entendam que, para ver fogueira e pisar em brasa, não precisa ir ao São João no Nordeste, no dia-a-dia, aqui, já temos bastante. Portanto, estamos todos aqui cumprindo a nossa missão.

Eu quero me congratular com os companheiros, com o relatório do Senador Gim Argello e dizer que o Piauí tem por V.Ex^a uma gratidão sempre crescente, mas eu queria apenas lhe lembrar, para melhorar, inclusive, os feitos de V.Ex^a pelo Piauí. A ponte a que V.Ex^a se refere, a ponte sobre o rio Parnaíba, que recebe o nome de engenheiro Noronha, uma ponte federal que tinha sido iniciada e era sonho, e V.Ex^a, de uma maneira ágil, fez a conclusão, naquela época, eu era, inclusive, assessor direto do Ministério de V.Ex^a. E foi um pedido, um apelo em nome do Piauí. Portanto, fico altamente feliz e grato.

Como prefeito, eu fiz uma segunda ponte, mas essa cortando o rio Poti, foi uma ponte feita em cem dias, e que V.Ex^a também me deu conselhos sobre a tecnologia a ser implantada, e foi a primeira ponte feita misto entre aço e cimento em Teresina. Essa em parceria com o então Governador Freitas Neto que aqui está.

Eu agradeço a V.Ex^a e aos senhores senadores por essa atenção ao Piauí, registrando que o Piauí, como sempre, pede pouco, é o mais modesto de todas as liberações, aqui, desta manhã. Muito obrigado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, pela ordem.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Parabéns, Heráclito.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Pela ordem, o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, quero apenas me congratular também com o meu colega de partido, do PSDB, o Prefeito Silvío Mendes, que faz uma administração séria, correta, e, sem dúvida alguma, esse dinheiro será muito bem utilizado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito bem. Vamos à seqüência da nossa pauta. Vamos para o item 2 da pauta.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente. Presidente Eliseu.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Senador Sérgio.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Esta sessão, hoje, ela deve-se muito à luta, ao trabalho e à obstinação de três colegas, na última sexta-feira, Senador Pedro Simon, Senador Heráclito Fortes e Senador Gim Argello, em função de uma expectativa que se gerou lá no Rio Grande do Sul, em torno de uma dos empréstimos, é o 5º item da pauta, e uma homenagem ao trabalho, à luta, à perseverança, à persistência desses três colegas--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Sérgio, não pede inversão, porque todo mundo vai ficar aqui por causa do Rio Grande do Sul, em homenagem ao Pedro Simon, a V.Exª, e todos nós aqui viemos para cumprir a palavra com ambos.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): --Diante do apelo do Senador Romeu Tuma e na certeza de que nós conseguiremos chegar ao quinto item, eu não vou pedir a inversão de pauta.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado. É só porque eu queria dizer--

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu apenas quis homenagear. Eu não poderia deixar passar esse momento, Senador Tuma--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, senador, eu quero...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): --de fazer o registro do trabalho desempenhado no Plenário dessa Casa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): V.Exª sabe que sou praticamente descendente de filho do Rio Grande do Sul. Pelotas está no meu coração.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): E o Sul deve essa homenagem a V.Exª.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas eu queria, só para dar início a uma nova modalidade, se todos concordarem, de leitura, porque o Gim Argello foi correto e, lendo todo o projeto, toda a determinação, todo o parecer da Secretaria Nacional do Ministério da Fazenda, então, eu queria, se V.Exª e os demais senadores permitissem, ler somente o projeto de re-

solução, visto que tudo foi examinado, aqui, pela nossa consultoria, pelos membros do Governo que têm todas as assinaturas, aqui, na densa documentação que foi apresentada.

Então, eu pediria para, se houvesse concordância, ler só o projeto de resolução, que praticamente encampa todas as decisões que são embutidas dentro do pedido e da análise que foi feita. Eu não sei se os senhores concordam, eu leria apenas o...

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Esgotada a discussão da matéria do item um: Financiamento para a capital do Estado do Piauí, Teresina, nós consideramos a matéria aprovada e também o pedido de urgência do Senador Gim Argello. Vamos passar para o item dois. Foi aprovada a urgência.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Prefeito Sílvio, a urgência também foi aprovada. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Parabéns, Prefeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Mensagem do Senado Federal nº. 119/08, não terminativa: "*Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de 19.250.000 dólares dos Estados Unidos da América, entre a prefeitura municipal de Ipatinga, no Estado de Minas Gerais, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, FONPLATA, destinado ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Urbano, Social e Ambiental do município de Ipatinga, programa denominado 'Ipatinga Mais Humana'.*"

Eu quero registrar a presença, aqui, do Deputado Federal Leonardo Quintão, que representa o prefeito, por ser seu filho, e que aqui está passando a sua mensagem para nós.

Nós desejamos que esse projeto, se aprovado, seja realmente responsável por tornar Ipatinga uma cidade mais humana, porque é uma cidade do vale do aço, onde há um complexo siderúrgico, um dos maiores do Brasil, e que tem um time de futebol, o Ipatinga, que disputa o campeonato brasileiro.

Autoria da Presidência da República, e o relator é o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pergunto a V.Exª se os senadores e senadoras concordam que eu leia o projeto de resolução, visto a exposição de V.Exª e de toda a documentação já juntada para a análise da consultoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Fica o relator com a palavra nesse sentido.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Agradeço. Cumprimento o Deputado Leonardo Quintão, aqui presente, e queria estender minha solidariedade ao Senador Arthur Virgílio, pelas ameaças de morte que seu filho recebeu.

Então, estamos solidários com ele e não podemos aceitar situações idênticas.

V.Ex^a já leu o preâmbulo do empréstimo de 19 milhões, 250 mil dólares dos Estados Unidos, para o projeto de desenvolvimento da bacia do Prata, FONPLATA, no município de Ipatinga, "Ipatinga Mais Humana", que é um desenvolvimento social e ambiental.

"É o município de Ipatinga, Estado de Minas Gerais, autorizado a contratar operação de crédito externo, com a garantia da União, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, FONPLATA, no valor de até 19 milhões, 250 mil dólares dos Estados Unidos da América.

Parágrafo Único: Recursos advindos da operação de crédito externo referido no caput destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento Urbano, Social e Ambiental do município de Ipatinga – 'Ipatinga Mais Humana'.

Art. 2º. A operação de crédito referida no art. 1º deve ser materializada nas seguintes condições:

1º. Credor: Fundo financeiro para o desenvolvimento da bacia do Prata, FONPLATA.

2º. Valor do empréstimo: 19 milhões, 250 mil dólares dos Estados Unidos da América.

3º. Valor da contrapartida municipal: Mesmo valor.

4º. Prazo de desembolso: 48 meses, contados a partir da data da vigência do contrato.

5º. Carência: 54 meses.

6º. Amortização: Será feita em 32 parcelas semestrais sucessivas, sempre que possível iguais, pagas sempre no 20º dia dos meses de abril e outubro.

7º. Juros: Exigidos, semestralmente, em 20 de abril e 20 de outubro de cada ano, calculado sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta pela labor semestral para dólar americano, acrescido de um spread de 3%.

A taxa de juros anual poderá ser reduzida em 0,25%, caso o Programa seja concluído no tempo previsto, sem que seja ampliado o prazo de desembolso originalmente previsto.

A redução prevista na alínea anterior, quando cabível, será aplicada a partir da data do vencimento do prazo de desembolso.

8º. Comissão de compromisso: Será de 0,75 centésimos de 1% ao ano, sobre os saldos não desembolsados dos financiamentos, exigidos semestralmente na mesma data do pagamento dos juros, entrando em vigor 130 dias após a assinatura do contrato.

9º. Comissão de administração: Será de 169 mil, 375 dólares dos Estados Unidos da América, sendo descontado o montante total do empréstimo em uma única cota, tão logo sejam cumpridas as condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 3º. Fica a União autorizada a conceder garantias ao município de Ipatinga, Estado de Minas Gerais, na operação de crédito externo referida nessa resolução.

Parágrafo Único. A autorização prevista no caput fica condicionada a que o município, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, atenda aos seguintes requisitos:

I – Formalize o respectivo contrato de contraguarantia. Cumpra os seguintes requisitos prévios e a realização no primeiro desembolso, inclusive mediante manifestação no FONPLATA.

a) Constituição da executora do projeto, com a respectiva designação do pessoal responsável pelo controle e acompanhamento do programa.

b) Apresentação do plano operativo anual, referente ao primeiro ano de execução do programa, bem como o respectivo manual operacional.

c) Apresentação de pareceres jurídicos que demonstrem ser juridicamente possível deter a posse ou a propriedade de todas as áreas que não pertençam ao município e que deverão ser utilizadas na execução do Programa. O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 dias, contados a partir de sua publicação.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação."

Esse é o relatório, e, posteriormente à aprovação, que acredito que será feita, em homenagem ao Senador Eduardo Azeredo e ao filho do prefeito, pedirei urgência para o seu encaminhamento ao Plenário. Muito obrigado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Fica a matéria em discussão. Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, como V.Ex^a colocou, Ipatinga é um pólo siderúrgico, que foi implantado há 40 e poucos anos atrás. No início, a população sofreu muito, do ponto de vista ambiental. Com o tempo, felizmente, com a ação

responsável da Usiminas, com a evolução tecnológica, isso já é coisa do passado.

Entretanto, é fundamental que ações sejam feitas para que a cidade fique mais humana, e não é só, na verdade, Ipatinga. Ipatinga é o centro de uma região metropolitana de mais de 500 mil habitantes. De maneira que o parecer do Senador Tuma faz justiça, já que prefeitura está adimplente com todas as exigências, e, portanto, eu queria só me manifestar favoravelmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Continua a matéria em discussão. Em votação o parecer do relator. Os senadores que concordam com o parecer do relator permaneçam como estão. Aprovado o parecer do relator, favorável, nos termos do PRS apresentado.

Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Faço pedido de urgência para que seja encaminhado ao Plenário do Senado na primeira sessão para ser votado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Submeto a matéria à aprovação do Plenário: o regime de urgência solicitado pelo relator, o Senador Romeu Tuma. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Fica aprovado.

Item nº. 3. Mensagem do Senado Federal nº. 123, não terminativa. *“Propõe seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de 976 milhões de dólares dos Estados Unidos da América”* – deveria ser um bilhão, para arredondar. *“Como principal financiamento este entre o Governo do Estado de Minas Gerais e o Banco Internacional, para Reconstrução e Desenvolvimento, destinado ao financiamento parcial do Programa de Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais, Programa nº. 2”*. Autoria: Presidência da República. O relator é o Senador Sérgio Guerra. E o parecer é favorável, nos termos do PRS que apresenta.

Não estando presente o Senador Sérgio Guerra, relator da matéria, designo como relator *ad hoc* o relator Heráclito Fortes. Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, pra mim é motivo de muita alegria e, acima de tudo, de muita honra poder relatar esse pedido de concessão de empréstimo ao Estado de Minas Gerais, pela sua história, por ter esse momento a presidir esta Comissão um mineiro que tem toda uma vida dedicada a Minas Gerais e ao Brasil, estando aqui presente um outro mineiro que governou o Estado, que é o Senador Eduardo Azeredo, e, estando a governar Minas Gerais nesse momento, o Governador Aécio Neves, com quem tive a oportunidade de conviver na Câmara dos Deputados, apenas seqüenciando uma convivência muito fraterna que tive com o seu pai e seu avô Tancredo Neves.

Eu pediria a V.Ex^a para me ater apenas à análise, uma vez que os pressupostos iniciais estão às mãos de cada um dos senhores senadores, e o objetivo é ganhar tempo para que possamos votar os cinco itens aqui elencados para esta sessão.

Apenas quero dizer que a operação de crédito externo sob exame encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no sistema de registro e de operações financeiras, ROF, do Banco Central do Brasil, sob o número TA 457411.

“A presente operação de crédito se processará na modalidade de empréstimo com margem fixa, na qual incide juros vinculados a labor semestral mais o spread. A margem fixa acordada é de 00,5 ao ano. De acordo com os cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional, cujo objetivo desse empréstimo deverá ser da ordem de 5.00% ao ano, considerado aceitável pela secretaria.

A análise. As operações de crédito interno e externo da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios estão sujeitas à observância e ao cumprimento das condições exigentes estipulados pela Resolução nº. 48/07, e 40 e 43/01 do Senado Federal, bem como das disposições constantes na denominada Lei de Responsabilidade Fiscal.

Atendendo às determinações desses normativos, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu pareceres favoráveis ao pleito e à concessão de garantia da União a essa operação de crédito externo.

Nos pareceres, são fornecidas informações acerca da situação do Estado de Minas Gerais, no que diz respeito ao cumprimento das exigências de condições de natureza financeira e processual estipuladas na referida Resolução nº. 43/01, bem como, relativo às disposições constantes da Resolução 48/07, que trata das premissas a serem observadas para que possa a União conceder garantias em operações de crédito.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria do Tesouro Nacional emitiram os seguintes pareceres favoráveis à operação PGFN/COF nº. 11/07, de 11 de junho de 2008. Parecer nº. 326, COPEN/STN, de 14 de março de 2008. Parecer 779/08, GERFI/CO-REF/STN, que é a Secretaria do Tesouro Nacional, de 8 de maio de 2008.

Com relação ao cumprimento das exigências contidas nas citadas resoluções do Senado Federal [soa a campainha] e na Lei de Responsabilidade Fiscal, destacam-se as seguintes informações:

1. Consulta realizada por meio eletrônico pela STN não indicou existência de débito em nome do Governo do Estado de Minas, junto à administração pública federal e suas entidades controladas.

2. As ações do programa financiado pela presente operação estão previstas na lei do Plano Plurianual 2008/2011 PPA e na Lei Orçamentária de 2008.

3. A Lei Estadual 17352, de 17 de janeiro de 2008, autoriza o Governo do Estado a contratar operações de créditos com o BIRD.

4. O empréstimo sob exame atende ao limite de endividamento do Estado de Minas Gerais e da União.

Ressalta-se, também, que operação de crédito está incluída no programa de reestruturação e de ajuste fiscal do Estado de Minas Gerais e que o ente federativo encontra-se adimplente com as metas e compromissos estabelecidos no âmbito do referido programa. Ademais, a previsão do oferecimento de garantia da parte do Estado de Minas Gerais. Para tanto, é prevista a formalização do contrato entre o Estado e o Tesouro Nacional para concessão das contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referirem os art. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 155, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal.

Entendemos, assim, como também é reconhecida pela própria Secretaria do Tesouro Nacional, se possível atender esse pleito de garantia, pois são consideradas suficientes e adequadas as contragarantias a serem prestadas, e o Estado de Minas Gerais conta com recurso suficiente, devidamente demonstrado, para o seu ressarcimento à União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação.

Não são impostas, portanto, restrições à atual situação fiscal do Estado, nem são atribuídas ao Tesouro riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações já contratadas com agências de crédito.

As demais condições e exigências estipuladas pela Resolução 48/07 e 40 e 43/01 do Senado Federal são atendidas pelo Estado de Minas Gerais, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem.

O voto. Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado de Minas Gerais encontra-se de acordo com o que preceitua a Resolução 48/07 e 40 e 43/01 do Senado Federal, devendo ser concedida autorização para a contratação da operação de crédito externo, pretendida nos seguintes termos:

Projeto de resolução do Senado Federal. Autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD, no valor de até 976 milhões de dólares dos Estados Unidos da América. O Senado Federal então resolve:

Art. 1º. É o Estado de Minas Gerais autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD, no valor total de até 976 milhões de dólares dos Estados Unidos da América.

Parágrafo Único. Os recursos das operações de crédito destinam-se ao desenvolvimento de parcerias para o desenvolvimento de Minas Gerais.

Art. 2º. A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

1º. Devedor: Estado de Minas Gerais.

2º. Credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD.

3º. Garantidora: República Federativa do Brasil.

4º. Valor: Até 976 milhões de dólares americanos.

5º. Prazo de desembolso: 36 meses, contados a partir da data de vigor do contrato.

6º. Amortização: Em 47 parcelas semestrais sucessíveis e, sempre que possível, iguais, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2014 e a última em 15 de outubro de 2037, correspondendo cada uma das primeiras 46 parcelas a 2,13% do valor total do empréstimo e a última, a 2,02%.

7º. Juros: Exigidos trimestralmente nas mesmas datas de pagamento das amortizações e calculados sobre o saldo devedor periódico dos empréstimos e a taxas compostas pela taxa de juros labor semestral de dólar americano acrescido de uma margem a ser determinada pelo BIRD a cada exercício fiscal e fixado na data da assinatura do contrato [soa a campanha].

8º. Prazo de carência: 72 meses.

9º. Comissão: À vista, 0,25 sobre o valor do empréstimo a ser debitada na data que o contrato entrar em atividade.

10º. Juro de mora: 0,50 ao ano, acrescido dos juros devidos e ainda não pagos 30 dias após a data prevista para o seu pagamento.

§ 1º. Ao empréstimo referido no caput fica facultada a convenção das taxas de juros aplicáveis ao montante parcial ou total de flutuante para fixo ou vice-versa. O estabelecimento de tetos e bandas para a sua flutuação e alteração de sua moeda de referência para o montante a desembolsar ou já desembolsado.

§ 2º. É autorizado o pagamento dos custos eventualmente decorridos pelo BIRD, quando do exercício das opções referidas no § anterior, assim como de suas comissões de transação, que deverão variar de 0,125 até 0,25.

§ 3º. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, bem como do desembolso, po-

derão ser alteradas em função da data da assinatura do contrato.

Art. 3º. Fica a União autorizada a conceder a garantia ao Estado de Minas Gerais na contratação da operação de crédito externo referida nessa resolução.

Parágrafo Único. Da autorização prevista no caput fica condicionado que o Estado de Minas Gerais celebre contrato com a União para a concessão das contragarantias sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 155 e nas cotas de repartição das receitas de que trata os art. 157 e 159 da Constituição Federal e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras de arrecadação do Estado ou das transferências federais.

Art. 4º. O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 dias, contados a partir da vigência desta resolução.

Art. 5º. Esta Resolução entrará em vigor a partir da sua publicação."

Sala das comissões, [soa a campanha] assinado pelo relator Senador Heráclito Fortes, que, ao mesmo tempo, solicita a V.Exª que seja votado em regime de urgência. Muito obrigado, Presidente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, [soa a campanha] para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes. Fica a matéria em discussão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Para discutir, Presidente. Eu, Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vou falar outra vez Presidente. Esse empréstimo para o Estado de Minas Gerais, como já foi bem colocado pelo Senador Heráclito Fortes e pelo relatório do Senador Sérgio Guerra, Minas Gerais tem todas as condições, atendeu a todas as condições legais e necessárias, está cumprindo as condições previstas, e esse projeto, na verdade, é um segundo projeto, Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais. E, com esse recurso, o Estado vai concluir, inclusive, [soa a campanha] a questão da ligação asfáltica de todos os mineiros--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Gostaria de pedir a atenção aos senhores senadores e pedir aos representantes dos assessores que se recolham na parte anterior do Plenário

para que nós possamos dar seqüência aos nossos trabalhos na reunião de hoje.

Continua com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Bem, Presidente, estava exatamente lembrando, aqui, que essa operação de crédito está incluída no programa de reestruturação e ajuste fiscal do Estado de Minas Gerais, e que o Estado está adimplente com as metas e compromissos estabelecidos no âmbito do referido programa e que, entre os objetivos desse recurso, está o de terminar a ligação asfáltica de todos os municípios mineiros, já que o Estado tem realmente um grande número, são 853 municípios.

Portanto, eu quero pedir aos senhores senadores o apoio a esse projeto. E, antes de encerrar, Presidente, eu quero também manifestar minha solidariedade ao Senador Arthur Virgílio; esse assunto nós vamos discutir no Plenário depois, mas exatamente pelo que aconteceu com ele em relação a seu filho, as ameaças que o filho dele sofreu.

Eu peço, portanto, voto favorável a esse projeto de grande interesse para Minas Gerais, sob a gestão do Governador Aécio Neves.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Continua a matéria em discussão. Em votação o parecer do relator. Os senadores que concordam com o parecer do relator permaneçam como estão. Aprovado o parecer do relator favorável nos termos do PRS apresentado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pedido de urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Peço a aprovação do Plenário para o regime de urgência da matéria solicitada pelo relator, Senador Heráclito Fortes. Os que estejam de acordo permaneçam como estão. Fica aprovado.

Eu quero me associar pessoalmente parabenizando o Governador do Estado de Minas Gerais por esse financiamento obtido do Banco Mundial, o que vai certamente incrementar ainda mais o processo de desenvolvimento a que hoje assiste o Estado de Minas Gerais.

O Governador Aécio Neves tem feito um governo exemplar, não apenas no aspecto da busca do déficit zero, da eliminação do déficit público, como também de um programa de investimentos que vai promover o desenvolvimento econômico do Estado de forma acelerada nos próximos anos.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Pela ordem, Senador--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu solicito a V.Ex^a ouvir do Plenário que inverta a pauta para colocar o empréstimo do Rio Grande do Sul nessa posição. Eu percebo que parece que está havendo algumas dúvidas. Nós estamos aqui convocados pelo Senador Pedro Simon, e ele merece de nós essa deferência. Obrigado a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu tenho de colocar a matéria à aprovação do Plenário. Se estiverem de acordo--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Perfeito, Presidente. É que está havendo algumas dúvidas, está havendo uma discussão, era bom que já se tratasse rapidamente do assunto para se encontrar a solução.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Aprovada a inversão da pauta. Vamos tratar, então, do item nº. 5. Mensagem do Senado Federal nº. 128. *"Propõe seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de um bilhão e cem milhões de dólares da América. Como principal financiamento entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, cujos recursos serão destinados a apoiar o programa de sustentabilidade fiscal para o crescimento."* Autoria da Presidência da República; relatora, a Senadora Ideli Salvatti.

Parecer favorável, nos termos do PRS que apresenta. Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, apenas para justificar um pouco uma certa conversação que acabou tendo aqui, é porque no meu parecer eu coloquei uma data, que é uma solicitação de correção. E, portanto, nós estamos apenas aguardando a confirmação, mas, enquanto isso, eu vou já dando o meu parecer.

Nós estamos apreciando, nesse momento, a mensagem nº. 128 do Presidente da República, que solicita autorização para que seja contratada a operação de crédito externo, com garantia da União, no valor de até um bilhão e cem milhões de dólares, entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD.

Este empréstimo, este financiamento, ele tem como objetivo atender primeiro ao Programa de Sustentabilidade Fiscal para o Crescimento do Estado do Rio Grande do Sul e prevê que os recursos deste empréstimo sejam desembolsados em duas tranchas, ou seja, em duas parcelas. A primeira, de 650 milhões de dólares, que será aplicada na substituição das seguintes parcelas das dívidas extralimite do Rio Grande do Sul, ou seja, aquelas que não se beneficiam do limite de comprometimento de receita:

A) Dívida mobiliária e mercado.

B) Dívida com a Fundação Banrisul, referente à reestruturação da dívida do PROES, Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária.

C) Dívida referente ao fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério, FUNDEF, administrada pelo Banco do Brasil.

D) Dívida do PROES, administrada pelo Banco do Brasil, em nome da União.

A segunda parcela, a segunda trancha, de 450 milhões, será aplicada exclusivamente na reestruturação da dívida do PROES, administrada pelo Banco do Brasil em nome da União.

A fim de assegurar o pagamento das dívidas acima mencionadas, o BIRD fará os pagamentos aos credores do Estado, que, para tanto, firmou com cada um deles acordos em separados por meio dos quais esses credores se comprometem a aceitar o pré-pagamento pelo devedor.

É de se ressaltar que a parcela relativa à dívida mobiliária a ser paga com os recursos da primeira trancha, como anteriormente exposto, já foi paga pelo Estado em 30 de maio de 2008 – e é exatamente esta data que nós estamos corrigindo, porque vencia no dia 15 e foi paga no dia 16. Portanto, depois vou ter que pedir uma emenda de redação, para corrigir apenas no projeto de Resolução a data de 30 de maio, passando para 16 de maio de 2008.

Ainda assim, o Estado do Rio Grande do Sul pleiteou a manutenção da parcela na operação de reestruturação, de modo que o montante gasto seja reembolsado aos cofres estaduais. Portanto, este é o objetivo, e a aplicação deste financiamento.

Por outro lado, eu gostaria de fazer o registro que me chegou às mãos um documento encaminhado pelo Supremo Tribunal Federal, em caráter sigiloso, que, como só me chegou agora, eu tive aqui uma certa dificuldade de fazer o entendimento, de ter o entendimento, que, quando preparei o meu parecer, não tinha esse documento. A assessoria, inclusive, me comunica que aquilo que chegou em caráter sigiloso, boa parte do que está aqui, está na Internet do Supremo Tribunal Federal em como está na Internet, portanto, é público.

Eu acho importante, até tinha aqui uma dúvida se nós pediríamos para que todos tomassem conhecimento ou não, mas, como está na Internet, eu vou fazer apenas a leitura final do despacho do Ministro Levandowski, que, na interposição de recurso de agravo feito pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, quando havia uma decisão preliminar do Ministro

Joaquim Barbosa, havia indeferido o pleito de poder encaminhar o processo, aqui, para a deliberação do Senado.

O Ministro Levandowski decidiu contrariamente, e eu quero, então, fazer a leitura da decisão que está, como eu já disse, na Internet.

“Embora juridicamente e escoreita a respeitável decisão proferida pelo Ministro Joaquim Barbosa, ao indeferir a liminar em face dos limites então integrantes do processo, entendo que, tendo em conta os dados e esclarecimentos que agora dele constam, a liminar pode ser parcialmente deferida.

Naquela ocasião, o então relator decidiu a questão à luz do amplíssimo pedido contido na inicial, no qual se pretendia que esta corte suprisse e superasse, dentre outras, as objeções da secretaria do Tesouro Nacional, quanto ao cumprimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

No presente agravo, todavia, a recorrente” – que é o Governo do Estado do Rio Grande do Sul – “restringiu significativamente o pedido que fez originalmente, pugnando, agora, tão-somente pela supressão dos apontamentos feitos pela Secretaria do Tesouro Nacional, no que se refere às despesas com pessoal. Este é, justamente, o principal óbice que resta para a solução do impasse, conforme anotado pelo Banco Mundial, das suas minutas de negociação juntadas às folhas 484 e 489.

A Lei Complementar 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece, dentre outros parâmetros de observância obrigatória pelo Poder Público, em todos os níveis político-administrativos da federação, os critérios para a contratação de operações de crédito pelos Estados membros, sem prejuízo da aprovação pelo Senado Federal, nos itens do artigo, § 2º, inciso IV, da Carta Magna.

Em seu art. 32, a Lei de Responsabilidade Fiscal comete ao Ministério da Fazenda, em tal hipótese, a função de Fiscalização e Controle dessas operações nos seguintes termos:

Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da federação, inclusive das empresas por eles controladas direta ou indiretamente.

§ 1º. O ente interessado formalizará seu pleito, fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições.

Inciso III. Observância dos limites e condições fixadas pelo Senado Federal.

Inciso IV. Autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo”, que é o que nós estamos fazendo neste momento. “Ocorre que o próprio art. 59, § 2º, atribui aos tribunais de contas e ao Poder Legislativo dos Estados a competência de fiscalizar o cumprimento das normas que integram a Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial no tocante à observância dos limites de despesas com pessoal.

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada poder e do Ministério Público fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

§ 2º. Compete, ainda, aos Tribunais de Contas verificar os cálculos dos limites da despesa total com o pessoal de cada poder e órgão referido no art. 20.

O art. 20, cumpre esclarecer, estabelece os percentuais máximos para as despesas com pessoal, considerada receita corrente líquida nas esferas federal, estadual e municipal.

Da mesma forma, a resolução 43/01 do Senado Federal, em seu art. 21, inciso IV, atribui competência aos Tribunais de Contas dos Estados para atestar o cumprimento de tais limites, conforme segue.”

Aí se refere ao nosso regimento, a nossa resolução, que eu vou omitir, aqui, que é de conhecimento de todos.

“Assim, se ao Ministério da Fazenda cabe verificar o cumprimento dos limites e condições para a realização de operações de crédito, no caso dos estados membros, sua atuação, em princípio, há de basear-se nos pareceres dos Tribunais de Contas, quanto aos limites com despesas de pessoal.

Se o Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul atestou a higidez das contas públicas nesse aspecto, entendimento contrário da Secretaria do Tesouro Nacional, acostado às folhas 55 e 62, não pode, por si só, obstar a apreciação do pleito de empréstimo formulado por aquele ente federado, pelo Senado Federal.

Isto posto, verificando a presença da fumaça do bom direito e do perigo na demora, reconsidero a decisão de folhas 378 e 381 para deferir, em parte, a medida liminar pleiteada de referendo no egrégio plenário desta corte, apenas para permitir que o pedido de empréstimo formulado pelo Estado do Rio Grande do Sul, junto ao Banco Mundial, seja apreciado pelo Senado.

Quanto aos limites da despesa com pessoal, com base nas certidões emitidas pelo Tribunal de Contas local, sem prejuízo do exame, por parte daquela Casa Legislativa, do parecer contrário da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e do cum-

primento de outras exigências pertinentes. Ministro Ricardo Levandowski, 27 de maio de 2008."

Eu fiz questão de fazer a leitura, porque o Ministro Levandowski estabelece o seguinte: a apreciação a respeito das condições do empréstimo é da Secretaria do Tesouro Nacional. A questão do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, portanto, se os Poderes, os três Poderes do Rio Grande do Sul, estão gastando ou não, é de competência do Tribunal de Contas do Estado. Mas ele também fez questão de deixar o registro de que há divergência.

A Secretaria do Tesouro Nacional diz que não está sendo cumprida a Lei de Responsabilidade Fiscal com relação ao pagamento de pessoal, extrapola o limite e extrapola numa questão que, inclusive, está em debate aqui no Congresso. O próprio Senador Valdir Raupp me lembrou que há um Projeto de Lei tramitando para que a gente não tenha situações do tipo.

Como os Poderes são independentes, com o orçamento próprio, cada Poder estabelece o seu gasto com pessoal e, na somatória, acaba prejudicando o ente federado, o Estado, e eu não tenho conhecimento profundo se é esta a situação lá do Rio Grande do Sul, mas isto pode ter acontecido. Ou seja, um dos Poderes--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Permite um aparte?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não, Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Na verdade, é o Poder Judiciário.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O Poder Judiciário extrapolou.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O Poder Judiciário extrapola; o Executivo, não, o Legislativo também não. Mas, na soma dos três, o estado está cumprindo o percentual da lei, que está sendo bem inferior ao máximo necessário.

Então, somando os três Poderes, o que o Estado do Rio Grande do Sul gasta com funcionários é inferior ao estabelecido na regra fiscal.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu fiz questão absoluta de fazer a leitura, porque eu acho que esta Comissão ela tem a obrigação de ter ciência do que ela vai deliberar.

Primeiro, este procedimento ele foi encaminhado, porque havia um parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, que não é coincidente com o do Tribunal de Contas. Houve um pedido, uma medida cautelar, que foi, num primeiro momento, negada pelo Ministro Joaquim Barbosa. Posteriormente, com novos esclarecimentos, foi interposto agravo, e o Ministro Levandowski apresentou o parecer dele deferindo, em parte, a liminar,

a liminar e, portanto, autorizando que esta Comissão apreciasse e que nós fôssemos, digamos, o juiz, inclusive da divergência que tem entre a Secretaria do Tesouro Nacional e o--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senadora, um aparte. Eu queria só esclarecer que quem analisa o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal nesse aspecto é o Tribunal de Contas estadual e o Tribunal de Contas da União. Não é a secretaria do Tesouro.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas, veja bem, eu inclusive coloquei isso de forma clara, Senador Eduardo, mas, assim, também me senti na obrigação de... Num primeiro momento eu estava muito em dúvida de como é que eu iria proceder, porque estas questões estavam num documento que me chegou às mãos sigilosamente, entende? Que eu não poderia dar ciência, mas eu quero dizer, inclusive quando eu fiz meu parecer, e ele é público, todos sabem que o meu parecer... É, me chegou agora pela manhã, chegou agora antes de começar o... Então, o meu parecer é público, está na mão de todo mundo, todos sabem que é favorável à aprovação.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas este parecer altera o parecer de V.Exa?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, não altera. Apenas eu estava muito angustiada, porque um documento sigiloso dessa magnitude, eu tinha muita dúvida, inclusive, até porque o regimento permitiria, poderia até pedir sessão secreta, para que todos... Como, depois, verificaram que estava na Internet boa parte do que está no documento sigiloso; a parte, digamos, o principal está na Internet, eu apenas me senti na obrigação de...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O que V.Ex^a leu está na Internet?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Está na Internet. Eu me senti na obrigação de dar ciência a todos, até para que não paire nenhuma dúvida e que eu fique com minha consciência, também, absolutamente tranqüila do parecer que eu estou dando neste momento.

[falas sobrepostas].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O projeto de resolução de V.Ex^a permanece sem alteração?

[falas sobrepostas].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Nós vamos fazer uma alteração da data, e tem outra questão que eu quero--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu quero que a relatora, sem interrupções, conclua o seu parecer e proponha efetivamente

o seu voto, para que nós possamos colocar a matéria em discussão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Bom, Presidente, o meu voto, que também já é público, está na mão de todos os senadores. *“O pleito encaminhado pelo Estado do Rio Grande do Sul encontra-se de acordo com que preceituam as Resoluções nº. 40 e 43/01 e 48/07 do Senado Federal ou, quando não, acha-se amparado em liminares do Supremo Tribunal Federal.”*

Portanto, nós estamos respaldados, o que nós estamos aqui deliberando, estamos respaldados inclusive em liminar da Justiça.

Ante o exposto, devem, do meu ponto de vista, serem tomadas as seguintes providências, que eu não encaminhei ainda, vou encaminhar só posteriormente, porque eu não quero que se desvinculem as coisas. Eu vou apresentar na próxima reunião uma solicitação de Audiência Pública para que a gente possa discutir a situação econômica do Rio Grande do Sul. Eu acho que merece esse debate, aqui. Agora, isto vai ser feito posteriormente, porque o segundo item é: *“conceder, aprovar, conceder autorização para a contratação da operação de crédito pretendida nos termos do seguinte”*.

E aí eu tenho, aqui, o projeto de resolução do Senado que eu peço vênha para não fazer a leitura, porque ele é extenso e é de acordo, conforme eu já fiz a exposição.

Então, apenas nós estaremos apresentando uma emenda de redação no artigo, que eu já estou fazendo verbalmente, no art. 3º, no projeto de resolução, art. 3º, § 2º, onde aparece a data 30 de maio, vai ser substituído por 16 de maio.

Então, Sr. Presidente, o meu aparecer e o meu voto é pela aprovação do projeto de Resolução, apenas com esta alteração da data, de 30 para 16 de maio, e é um comunicado. Na próxima reunião vou apresentar um requerimento para a realização da Audiência Pública, que, se for do entendimento de todos os membros da Comissão, será aprovado como já tem de outros estados também.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V.Ex^a permite um aparte?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, não. Está totalmente desvinculado.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Vamos então--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu estou dando um apartezinho, só--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Antes de entrar com a matéria, só dizer que o parecer da Senadora Ideli Salvatti é no sentido de aprovação da matéria--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): De aprovação da matéria--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): --com a correção identificada.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Só, e ainda--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): E quanto ao pedido de audiência, ela vê depois--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, eu vou apresentar o requerimento. Estou apenas comunicando que vou apresentar o Requerimento posteriormente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Este é o voto conclusivo da Senadora Ideli Salvatti--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Só um minutinho ainda, Sr. Presidente. Apenas por uma questão de compromisso que eu assumi. Em primeiro lugar, o Senador Mercadante pediu que eu justificasse a sua ausência no dia de hoje e de amanhã, tendo em vista aquele problema médico, inclusive de internamento que ele teve, ele tinha que fazer exames de acompanhamento da sua situação e ele marcou estes exames para esta semana, tendo em vista que nós estaríamos numa semana sem deliberação. Então, ele pediu que eu justificasse.

Por outro lado, ele pediu que resgatasse que, na sexta-feira, ele já tinha comunicado inclusive os senadores do Rio Grande do Sul, de forma muito especial o Senador Zambiasi, de que a Secretaria do Tesouro Nacional tinha o compromisso de enviar na sexta-feira, como realmente chegou na sexta-feira, o processo, para que nós pudéssemos apreciar.

Da mesma forma, o Senador Mercadante me acionou já na sexta-feira para que nós pudéssemos ter o parecer pronto, para, qualquer eventualidade, podermos trazê-lo no dia de hoje.

E, ainda, atendendo a um pedido do Senador Paulo Paim, que tinha um compromisso inadiável no Rio Grande do Sul no dia de hoje, está tendo neste momento, nós fizemos, a pedido do Senador Paulo Paim e a pedido do Senador Zambiasi, para que pelo menos dois terços da bancada do Rio Grande do Sul estivesse presente, caso houvesse a deliberação, inclusive a substituição, o Senador Paulo Paim está hoje substituído oficialmente pelo Senador Zambiasi.

si, para que nós pudéssemos ter a presença de dois terços da bancada aqui do Rio Grande do Sul. Então, eram esses a--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O Senador... Se inscreve para discutir, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Vamos entrar na discussão, Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Se V.Ex^a quiser--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Não, eu lhe dou a palavra em primeiro mão, em primeiro lugar. Mas, antes disso, eu quero--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu solicito a minha inscrição, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Vamos excluir os participantes da discussão. Tem a palavra, inicialmente, o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, senhores senadores. Primeiro lugar, um carinho muito obrigado pela realização dessa reunião, que os companheiros, inclusive, vieram dos seus estados, porque havia uma expectativa de que a reunião não saísse e terminou saindo. Muito obrigado mais especial a V.Ex^a, que está presidindo, e, de modo muito especial, à relatora. Eu quero reconhecer o esforço que a relatora fez. Em primeiro lugar, ela não era relatora, a relatora era a ilustre, aliás, conterrânea nossa do Rio Grande do Sul, a senhora companheira Serys, do Mato Grosso do Norte. Mas ela, que era para ser a relatora, está no Japão, então, à última hora, o Senador Mercadante pediu para a senadora líder do PT ser relatora.

Ela não só foi relatora, é relatora, mas teve um acidente, um acidente difícil, porque S.Ex^a, lá em Santa Catarina, não está muito acostumada com escada rolante e deu uma confusão e, na verdade, S.Ex^a teve o gesto de grandeza de, apesar dessas dificuldades, do problema que teve, veio aqui e apresentou seu voto. Eu fico muito emocionado e agradeço profundamente isso.

Quero dizer que sou totalmente favorável ao que diz a Senadora, e já, eu e o Zambiasi, e creio que nós todos vamos aprovar a solicitação para que a Governadora, o Secretário da Fazenda, todas as pessoas que quiserem estejam à disposição da Comissão para debater essa matéria.

Acho que é absolutamente correto, quer dizer, acho que é importante, e acho que isso devia ser

quase que uma norma, no sentido de analisar, debater, discutir.

Nós viemos com a maior satisfação. Já antecipo que eu ia até prever, eu ia até propor no sentido de que isso fosse feito, mas, a pedido da relatora, eu recebo com muita satisfação. Bom, aqui vamos discutir, vamos debater o porquê desse bilhão e cem milhões, que é uma coisa muito interessante, é um empréstimo que não está sendo contratado para realizar obra, para coisa nenhuma; ele está sendo contratado. É uma coisa até estranha, quer dizer, o Rio Grande do Sul foi o primeiro Estado que fez a federalização das dívidas estaduais. Atrás do Rio Grande do Sul vieram todos os outros Estados.

Quer dizer, foi feita uma negociação no Governo Fernando Henrique, na época muito positiva, o Governador Antonio Brito, que fez... havia e foi até o Deputado Colares que fez esse debate, havia uma irresponsabilidade, de certa forma. Os Estados deviam para Bancos particulares, era um devia um juro tal... Era uma confusão anárquica.

Então se federalizou a dívida. O Governo do Distrito Federal realmente unificou e chamou todos os estados, e esses estados passaram de dever a uma infinidade de pessoas e ficaram com o Tesouro Nacional.

À época o Governador Antonio Britto e o Governo Federal fizeram uma boa negociação. Os juros, naquela época, eram 22%, 23%, e o Rio Grande do Sul negociou a 19%. Então, os juros negociados a 19% eram muito inferiores a 22%, 23%.

Mas o que está acontecendo agora? Os juros são de 12%, e o Rio Grande do Sul continua pagando 19%. É uma coisa que, de certa forma, a mim me parecia que o tesouro deveria, ao natural, resolver essa questão. Quer dizer, afinal, não é Banco e uma entidade particular, é o Estado e o Governo Federal. Governo e Governo. Então, estamos pagando 19%... O Rio Grande do Sul paga hoje 19% do que arrecada para o serviço da dívida. Quer dizer, uma loucura; 19% do que arrecada, para pagar os serviços da dívida.

E vai acontecer uma coisa que é muito estranha. Não vamos nem debater, mas é isso aí. Vamos pegar dinheiro do Banco Mundial e vamos entregar esse dinheiro do Banco Mundial para o Governo Federal, para o Tesouro, e vamos pagar pelo serviço da dívida metade do que estamos pagando.

Então, a vantagem do Rio Grande do Sul é que ele vai pegar esse bilhão e entrega ao Tesouro, abate na dívida, e, em vez de pagar 19%, vamos pagar 12, 13%. É uma coisa fantástica, mas é a realidade, é o que está acontecendo.

Então, é essa a questão, é uma questão realmente importante que o Governo do Estado melhorou a sua situação, está fazendo um esforço dramático muito grande. Não vamos esquecer que o Governo do Rio Grande do Sul, desde o governo passado, com a emenda aprovada, aqui, das exportações, o Rio Grande do Sul deixa de receber um bilhão por ano, na falta de imposto sobre exportação e na Lei Kandir tinha ficado determinado que a União satisfaria, compensaria essa negativa de resposta.

Então, nós estamos perdendo um bilhão por mês, por ano, perdão, um bilhão por ano, exatamente por causa da Lei Kandir. Então, é essa situação que agora nós estamos querendo botar em dia. E eu acho muito bacana. Eu vou dar um beijo na senhora, Senadora, porque a sua oportunidade de trazer a Governadora e a Secretaria da Fazenda aqui para debater; não é com relação ao Governo Lula, é com relação aos 30, 40 anos do Brasil com o Rio Grande do Sul. Quer dizer, começa com Getúlio Vargas, quando Presidente da República, que foi um grande Presidente, mas, para o Rio Grande, foi muito duro.

Então, acho que essa análise que a senhora vai permitir é muito importante e eu quero dizer que o Rio Grande do Sul vem com grande alegria fazer essa exposição, aqui. E agradeço do fundo do coração. Quero dizer que, justamente, o Senador Mercadante, não tenho nenhuma dúvida de que ele, inclusive, liberou a primeira idéia dele, e eu acho que era correta; ele achava que, como não ia ter quorum, não ia ter sessões deliberativas, seria difícil reunir, mas, quando ele soube que ia ter quorum, ele foi o primeiro que telefonou para o Secretário-Geral da Mesa, deliberando e telefonou para todo mundo para que viessem aqui.

Então, eu sou solidário ao Mercadante, agradeço ao esforço dele, sou muito solidário à líder, que, na sua maneira de ser, comigo ela não é muito simpática, mas eu gosto dela, apesar disso, mas eu quero dizer que eu agradeço profundamente. A sua ação que foi espetacular.

Não quero falar com relação ao nosso gaúcho lá de Piauí, que teve uma atuação e o nosso Presidente que teve uma atuação bonita. Quero agradecer ao Zambiasi, que o Zambiasi não é membro da Comissão, então, foi uma saída muito boa. Quer dizer, a líder concordou, quer dizer, o Paim, que é membro da Comissão, trocou com o Zambiasi. Quer dizer, não havia jeito de os dois estarem aqui. Então o Zambiasi veio; o Paim teve uma decisão importante lá e só não está aqui porque o Zambiasi entrou no lugar dele. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):

Para discutir, Sr. Presidente. Trinta segundos cronometrados.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Quero apenas informar que o Senador Sérgio Zambiasi é suplente da Comissão, já de forma oficializada. Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, observa-se que o Rio Grande unido jamais será vencido.

Eu queria apenas cumprimentar a relatora pelo zelo com que deu o voto. A leitura do parecer do Ministro Levandowski nos leva à necessidade de emendas que nós temos que colocar na Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu acho que é importante que tiremos uma lição disso. Dizer que já voto, agora, a favor desta Audiência Pública para se discutir. O Rio Grande do Sul merece isso da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. A gente acompanha as vicissitudes, os dramas vividos pelo Rio Grande do Sul, e eu acho que nós temos o dever de apoiar a iniciativa da relatora, no sentido de que essa Comissão possa se debruçar sobre os problemas do Rio Grande do Sul e até recomendar outras medidas, além do empréstimo, que possam tirar o Rio Grande do Sul do poço em que ele se meteu.

É o meu voto favorável e os cumprimentos à Sra. relatora pelo zelo com que exerceu o seu direito de relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Senador Gerson Camata. Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Eliseu Resende, eu agradeço a gentileza de me conceder a palavra e dizer que há uma grande expectativa no Rio Grande do Sul, o Estado inteiro estava acompanhando, está acompanhando esse momento, desde sexta-feira passada, em que a perseverança, a persistência, a determinação, a coragem do Senador Pedro Simon, acompanhado do Senador Heráclito Fortes e do Senador Gim Argello, mantiveram a sessão durante seis horas consecutivas, para que o Governo Federal, em consonância com o Governo do Estado, pudesse cumprir as últimas etapas na apresentação da documentação.

Na realidade, a sessão teve um fator histórico extremamente importante, eu digo fundamental, porque, neste período todo, em que esses três companheiros se mantiveram em Plenário, o Governo Federal e o Governo gaúcho compatibilizaram a documentação necessária, complementando essa documentação e, assim, cumprindo o compromisso assumido pelo

Presidente da Comissão, Senador Mercadante, para que, ainda na sexta-feira, este projeto estivesse aqui, lido em Plenário e publicado para que acontecesse a votação hoje.

Eu estou aqui, Presidente, por gentileza do colega, companheiro, amigo e Senador Paulo Paim. Ele era até ontem suplente da Comissão. Impossibilitado de estar presente aqui hoje, porque preside um encontro lá em Porto Alegre, nesse momento, da Comissão de Direitos Humanos que ele preside aqui nesta Casa; encontro com movimentos sociais, com a polícia, enfim, uma série de ações junto à vida pública do Estado. Ele, ontem, teve a iniciativa de sugerir a sua substituição pela minha pessoa, imediatamente acolhida pela líder Ideli Salvatti, pelo Senador Mercadante, que me oportunizou estar aqui nesse momento histórico para meu Estado.

Então, o Rio Grande está completo, está inteiro aqui. E quero de público, também, reconhecer, Senador Simon, o intenso trabalho do secretário Aod e sua equipe técnica da Fazenda gaúcha, que promoveram, produziram para que a Senadora Ideli pudesse, ancorada na liminar vinda do Supremo, apresentar o seu parecer favorável.

Enfim, foi um movimento conjunto, coletivo, fruto do esforço de muitas pessoas, para que nós pudéssemos, neste momento, oferecer uma demonstração de reconhecimento, de respeito e de solidariedade para com o Rio Grande do Sul.

É isso que o Senado, o Congresso e a Comissão de Assuntos Econômicos estão promovendo nesse momento; é um gesto realmente de reconhecimento ao esforço que o Rio Grande do Sul está fazendo para superar um momento de crise que está vivendo.

Com certeza, como o Senador Simon muito bem explicou, aqui, esse dinheiro não vai para a caixa do Governo do Estado, ele vai para reduzir o juro que o Governo paga, e, em consequência, o próprio caixa do Estado possa produzir ações e investimentos lá no Rio Grande do Sul.

Então, deixo aqui publicamente, Senador Heráclito, a admiração, o carinho e o reconhecimento do Rio Grande do Sul a V.Ex^a. Ao Senador Gim Argello, que ficou presidindo a sessão, e ao Senador Simon nem se fala, ele é uma referência, um ícone para o Brasil, imagine para o Rio Grande do Sul.

Então, nós queremos deixar aqui nosso muito obrigado a todos, à Ideli, que se submete a um grande sacrifício pessoal, em função dos ferimentos sofridos em acidente, mas aqui está presente para mostrar ao Sul, aos gaúchos de Santa Catarina o zelo, o carinho e o respeito que ela tem para com aquela comunidade que convive de forma tão harmônica e bonita com

a nossa querida Santa Catarina e com o Rio Grande do Sul. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Senador Sérgio. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pela ordem, Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, só...

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Avalio que a manifestação de respeito e carinho e de calor humano, de forma tão bela expressa pelo Senador Pedro Simon, agora pelo Senador Sérgio Zambiasi, à Senadora Ideli Salvatti merece que as palavras proferidas pelo Senador Pedro Simon se transforme em ato, e não apenas proferidas figurativamente. Portanto, todos nós ficamos aguardando que o beijo se efetive.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ele vai dar, como dizia minha mãe, beijinho passará.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, estou com a palavra, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Senador Romeu Tuma. Fica atendido o pleito do Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, eu queria realmente cumprimentar a Senadora Ideli Salvatti, porque, Senadora, qualquer um de nós, numa relatoria dessa, poderia hesitar em dar um parecer favorável. Então, cumprimento V.Ex^a, que buscou, através da conversa com os dois senadores do Rio Grande do Sul, encontrarem um caminho para a solução e aprovação desse projeto.

Não poderia deixar de cumprimentar os três senadores do Rio Grande do Sul. Esta semana, por várias vezes, o Senador Paim pediu que eu o acompanhasse ao Rio Grande do Sul, e o Senador Pedro Simon, mais de uma vez me telefonou, pedindo que eu estivesse presente.

Senador Sérgio, até pelo respeito que tenho pela Governadora Yeda Crusius, por amizade pessoal e acompanhando de perto o seu sofrimento, a agonia de restabelecer a administração política do estado e também a economia do estado, que se encontra em defasagem tão grande, que o Senador Pedro Simon relatou aqui no pagamento, principalmente, dos juros.

Eu não posso, Senadora Ideli, também de cumprimentar o Ministro Levandowski, pela delicadeza de encaminhar, imediatamente, o seu parecer às mãos de

V.Ex^a, para que, com base nele, V.Ex^a pudesse concluir seu relatório, e aguardaremos com ansiedade, segundo o Senador Pedro Simon, a Audiência Pública que vai ser proposta por V.Ex^a, e assim a sociedade brasileira por inteiro, tomar conhecimento do que realmente ocorre no Rio Grande do Sul nesta hora de agonia.

Cumprimento V.Ex^a e transformo em ato, com abraço e o desejo de completo restabelecimento, conforme sugestão do senador paulista que aqui lhe faz uma homenagem, a qual endosso por completo, e, se puder dar um beijo para sarar, também o farei.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, o Rio Grande do Sul vive uma situação de exceção, do ponto de vista econômico.

Disse bem aqui o Senador Pedro Simon, o Estado foi um dos principais prejudicados com a questão da Lei Kandir, já que o Rio Grande do Sul, juntamente com Minas Gerais, são os dois estados, são os segundos estados em exportação. O primeiro é São Paulo, o segundo é Minas e o terceiro é o Rio Grande do Sul.

Então, esse prejuízo fez com que, há muitos anos, o Rio Grande do Sul venha tendo dificuldades, especialmente a partir do Plano Real, para se adaptar a uma nova realidade.

Então, eu quero ressaltar, aqui, o trabalho da Governadora Yeda Crusius, do meu partido, do PSDB, lembrando que nós estamos, aqui, numa sessão de votação, em que V.Ex^a, nós estamos mostrando questão suprapartidária a favor do Rio Grande do Sul. V.Ex^a é do DEM, a relatora é do PT, o Senador Pedro Simon é do PMDB, o Senador Zambiasi é do PTB, nós somos, aqui, do PSDB.

De maneira que eu quero dizer que é importante o relatório que foi feito, as ressalvas colocadas, e o esforço que vem sendo feito pelo Rio Grande do Sul justifica que o Senado aprove esse empréstimo para viabilizar as finanças desse estado.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, vamos colocar a urgência, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra, Senador.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu gostaria, em 30 segundos, cumprimentar o brilhante relatório da Senadora Ideli Salvatti, pela área técnica, pela área jurídica, cumprimentar em nome dos três senadores gaúchos, me somando, dizendo de que o Rio Grande do Sul exportou o seu maior patrimônio para todo o Brasil, que é o ser humano. Hoje, eles estão em todos os estados brasileiros, e isso faz com que este valor, este ensinamento, faz com que não só aprova-

mos, mas vamos, sim, recuperar e ajudar esse grande estado brasileiro. Sou favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Senador Neuto De Conto. Com a palavra, para terminar, a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Só para concluir, eu quero primeiro agradecer todos os carinhos e os elogios, mesmo os elogios espinhudos do Senador Pedro Simon, que ele elogia e dá uma cutucadinha, mas é o jeito de ser dele, a gente também tem que relevar.

Mas eu queria deixar, aqui, de forma muito clara, muito clara. Todos nós temos a compreensão, porque todos os estados estão com dificuldades, querem fazer remodelagem da sua dívida; Santa Catarina quer fazer isso, outros Estados também querem fazer. E, portanto, eu acho que nós temos que tratar desta questão de forma suprapartidária. A briga político-partidária a respeito da situação lá do Rio Grande do Sul está sendo feita lá. Aqui, nós temos que cuidar dos interesses dos entes federados.

Por isso que o Senador Mercadante, quando me consultou a respeito da relatoria, eu coloquei de forma muito clara: "Eu vou fazer o meu parecer como se Santa Catarina estivesse nesta situação; vou olhar o Rio Grande do Sul como eu olharia ou aguardaria que um outro senador olhasse para o interesse e a superação das dificuldades do meu Estado".

E queria, ainda, apenas realçar, de que eu fiz muita questão de fazer a leitura, também, do Ministro Levandowski, é porque não é tão clara assim a competência do Tribunal de Contas do Estado para dar a palavra final sobre o limite. Porque a própria Lei de Responsabilidade Fiscal, do meu ponto de vista, ela tem artigos conflitantes sobre esta questão, porque ela estabelece, no art. 32, inciso VI, ela diz no art.32: "*O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da federação, inclusive das empresas por eles controladas direta ou indiretamente*". E, lá no inciso VI, diz o seguinte: "*Atendimento do disposto no inciso terceiro do art. 167 da Constituição*", que são exatamente os limites. E, depois, lá no art. 59, no inciso III, fala do Tribunal de Contas do Estado. Então, art. 59: "*O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada poder e do Ministério Público fiscalizarão o cumprimento das normas desta lei complementar, com ênfase no que se refere às medidas adotadas para o retorno da despesa total com o pessoal ao respectivo limite nos termos do art. 22 e art. 23*".

Então, num determinado artigo, estabelece que o Ministério da Fazenda tem esta competência e, em outro artigo, estabelece que o Tribunal de Conta do Estado ou da União também tem esta competência.

Portanto, acho absolutamente conveniente que, de todo este debate, a gente possa dar agilidade, e na Audiência Pública talvez a gente possa até aprimorar e ter alguma agilidade no sentido.

E gostaria, Sr. Presidente, que, com a aprovação, nós também pudéssemos já aprovar o regime de urgência, apesar de que a urgência só nos leva, no máximo, até terça-feira, porque nós não teremos Plenário esta semana para deliberar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti.

Nós vamos colocar a matéria em votação, lembrando que o seu parecer, o seu voto é favorável, com a correção de data indicada e acompanhado de um pedido de Audiência Pública, que V.Ex^a fará posteriormente, sobre as questões econômicas do Rio Grande do Sul.

Em votação. Os senhores senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Fica aprovado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Pela ordem, Senador Heráclito Fortes. Após, nós vamos passar ao último item da pauta.

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Queremos colocar em votação o regime de urgência solicitado pela relatora. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Fica aprovado. Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em primeiro lugar, eu quero parabenizar ao Senador Simon, Senador Zambiasi, Senador Paulo Paim, mas, de uma maneira muito especial, ao povo do Rio Grande do Sul por esse gesto da Comissão.

Eu, ontem, quero lhe dizer, Sr. Presidente, que dormi com uma certa preocupação, quando fui comunicado que não teríamos essa reunião hoje. Eu achava um risco, não só por causa do Rio Grande do Sul, mas também para todos os itens aqui colocados, uma vez que bastaria um pedido de vista semana que vem para colocar a perigo a aprovação dos empréstimos em tela.

Eu vivi, aqui – Senador Adelmir Santana é testemunha e o Senador Gim Argello, que presidiu também –, um dia de Dom Quixote comandado pelo nosso Simon na sexta-feira. Dom Quixote, não, é muito dis-

tante, mas vamos à trilogia do velho Érico Veríssimo, com Rodrigo Cambará. O Simon foi um bravo aqui na sexta-feira. E com toda razão.

Esperava-se que a mensagem chegasse às 10h da manhã. A sessão fluía normalmente, depois ela foi sendo adiada, e, à medida que ela foi sendo adiada, a preocupação dele foi crescendo.

Eu lhe confesso que ia a uma viagem para São Paulo e fui adiando, adiando e terminei conseguindo sair daqui quase sete horas da noite. Eu tinha assuntos posso dizer que inadiáveis, mas o cumprimento do dever e a solidariedade ao companheiro gaúcho falaram mais alto e saí daqui depois de ver todos os problemas vencidos.

Eu não teria leviandade de culpar o Presidente da República ou os Ministros, mas a burocracia. Tanto isso é verdade que o Presidente da República saiu do Palácio da Alvorada e foi ao Planalto exclusivamente assinar a mensagem e depois se dirigiu a algum ponto do Brasil que não sei lhe afirmar qual foi, mas vi, inclusive, porque fui para o aeroporto no mesmo horário, o avião atrasou por conta da decolagem do Presidente da República.

Esse gesto, Sr. Presidente, para mim ele foi muito importante, muito significativo, porque a sequência foi uma verdadeira chuva de e-mails que recebi em meu gabinete. Até ontem já passavam de mil, todos em agradecimento à solidariedade que tive ao Pedro Simon e ao Rio Grande do Sul. Talvez que muitos não saibam o apreço e a admiração e a amizade que eu tenho pelo Senador Simon.

Quando eu cheguei a Brasília como Deputado Federal, ele já era Senador, e freqüentei durante muitos anos a mesma roda. E disse, certa vez, o Senador Simon, como o Dr. Ulysses, o Dr. Tancredo, foram para mim o meu [ininteligível], ajudaram-me nos primeiros passos nessa Casa do Congresso Nacional, e a luta dele pela liberação desse empréstimo era uma luta de todo o Rio Grande do Sul, e a demonstração disso, Senador Simon, foram as manifestações que eu recebi e recebo até hoje por conta disso.

Eu quero me congratular com V.Ex^a, quero louvar a atitude do Gim de ter ficado até o final, do Adelmir, que teve que sair por compromisso inadiável, mas, enquanto pôde, nos foi solitário. Acho que esse foi um gesto que tem que ser seguido. A solidariedade de entes federados é uma das razões de ser desta Casa, e é preciso que nós vençamos, de qualquer maneira, a burocracia, até porque a solução desse problema é boa para o Rio Grande do Sul, é boa para o Governo Federal, é boa para o Brasil. Não sei por que não era boa para a burocracia.

Felizmente tivemos êxito, está de parabéns ao Senador Simon, e fica de pé o meu compromisso com ele de fazermos um acordo do chimarrão com a rapadura, defendendo os nossos Estados pelo bem do Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Vamos ao item nº. 4. Mensagem do Senado Federal nº. 103, não terminativa. *“Propõe seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de 24 milhões, 250 mil dólares, da América do Norte. Como o principal, financiamento este entre o Estado do Amazonas e o Banco Mundial, destinado a financiar o Projeto de Desenvolvimento Regional do Alto Solimões, em suporte ao projeto Zona Franca Verde.”* Autoria: Presidência da República. Relator: Senador Valdir Raupp.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, V.Ex^a presidiu, uma semana atrás, sessão de Audiência Pública em que ficou muito patente... Eu não posso dizer a existência de obras fantasmas, porque obras fantasmas não existem, mas o pagamento por obras não existentes por parte do Governo do Estado do Amazonas, nessa mesma região do Alto Solimões; 165 milhões de reais sob suspeição, supostamente deveriam ter sido investidos, entre 2006 e 2007, nessa região, e ela deveria ter mudado de face, e ela não mudou de face; 29 milhões já considerados como desviados pelo Tribunal de Conta do Estado; 18 milhões constatados como de obras absolutamente fantasmas, pelo Ministério Público do Estado; licitações fraudulentas, viciadas, sempre com os mesmos protagonistas, as mesmas empresas: empresa Pampulha, empresa Etam, empresa WP, as mesmas de sempre, uma dá cobertura à outra, configurando aquele quadro de aberração moral, de aberração ética que infelizmente avassala o meu Estado.

E eu aqui historiei lavagem de dinheiro com bois, com fazendas de gado no Acre, figura o Governador como alguém que defende ecologia num ponto e, ao mesmo tempo, mantém gados de maneira pouco clara, do ponto de vista da decência, porque a primeira aula que um auditor toma quando trabalha na Receita Federal é que fique muito de olho em político que diz que tem ganhos agropecuários, porque quase sempre está ali a figura da lavagem de dinheiro, enfim. Aqui

falei da farra com aviões; avião e helicóptero comprados com caixa 2, uma aberração que, se o Amazonas não fosse tão longe, já teria dado escândalo de proporção nesse país.

Foi muito eloqüente a representante do Ministério Público do Estado, a Dra. Silvana Nobre. Eu, então, aqui me posicionei, sou a favor do empréstimo, mas eu quero, e por isso já antecipo o pedido de vistas. Apresentei um requerimento, Sr. Presidente, pedindo que a Comissão solicite ao Tribunal de Conta do Estado que fiscalize a execução de cada fase, cada momento dessa obra.

Eu fico muito feliz de ver que há senadores com absoluta confiança nos seus governadores, nos seus prefeitos. Eu não tenho confiança no Governador do Amazonas e meu dever é fiscalizar o que acontece no meu Estado. Fico até triste de perceber que não posso tomar a mesma atitude que tomou aqui o Senador Simon, que tomou o Senador Zambiasi. Eu não tenho e por isso quero que o dinheiro vá, mas que, dessa vez, não vire um mero filme. Eu vi um filme muito bonito, vai ficar assim, vai ficar assado, mas era pra ter sido assim antes.

Ainda há pouco eu conversava com o querido amigo, e ele me dizia: “Puxa, nós temos que disputar aquela região ao narcotráfico”. Eu lhe digo: “É verdade”. Agora, quem desvia 165 milhões de reais está fazendo o Amazonas perder a luta para o narcotráfico; quem desvia 29 milhões de reais está fazendo o Amazonas perder a luta para o narcotráfico; quem paga por obras fantasmas está fazendo o Amazonas perder a luta para o narcotráfico. Então, eu quero garantias de que dessa vez não haverá desvio com nenhum real. Portanto, até antecipo que pedirei vistas da matéria, sem nenhuma vontade de obstaculizar a sua aprovação, mas quero garantias de que nós não teremos as mesmas empresas, as quatro, cinco ou seis empresas privilegiadas, fazendo a mesma farra, praticando a mesma farra que tem sido objeto de enorme preocupação por todos aqueles que têm interesse em preservar a lisura na aplicação dos recursos públicos no meu Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Vou considerar o pedido de vistas de V.Ex^a, ouvindo, primeiro, o parecer do relator Valdir Raupp, pelo menos numa análise sucinta do voto. Para que o Plenário tenha conhecimento--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, gostaria de fazer uma ponderação para me manifestar na condição de representante do Amazonas, antes de o relator se manifestar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): O relator coloca ao conhecimento do

Plenário o seu parecer. Daí é que se gera a oportunidade da discussão e do pedido de vistas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Se fosse gerar vistas, não teríamos mais discussão.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): É, não temos discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Pelo menos o relator...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Por isso que, se o relator se manifestar, encerra a discussão, e eu gostaria de externar minha opinião. Sr. Presidente--

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Nós podemos ouvir o Senador João Pedro, e depois eu me manifesto. Se o Presidente permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu acho que o relator tem que dar conhecimento do voto. Depois eu concedo a palavra a V.Ex^a.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Aí fica prejudicado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): O conceito de pedido de vista é depois do Plenário e os demais membros da Comissão conhecer o parecer do relator, aí que pede vistas. Eu gostaria que o Senador Valdir Raupp fizesse uma exposição rápida de seu parecer.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, tendo em vista o pedido de vista, acho que até se dispensaria a leitura do relatório. Ficaria para a próxima terça-feira. Então, nesse caso eu--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, se é uma prerrogativa, houve pedido de vista. Ok. É regimental. Por isso que eu gostaria de me manifestar sobre a matéria, antes do... Porque o relator não vai ler parecer.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu posso até fazer, se o Plenário entender que eu deva fazer o relatório e semana que vem apenas-- [falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Relator Valdir Raupp, eu concederei a palavra, por poucos minutos, ao Senador João Pedro.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sem dúvida, acho que pelo tempo necessário para S.Ex^a expor o que tem de razões sobre o caso.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, penso que esta matéria, e eu estou aqui na condição de representante do Amazonas, não sou membro da Comissão, não sou membro da Comissão e gostaria de discutir essa matéria, o mérito, até para ajudar os senadores, neste dia em que foram discutidos valores importantes para Teresina, para o Estado

de Minas Gerais, para o Rio Grande do Sul e para o Amazonas.

Esta é uma região da tríplice fronteira do Brasil com a Colômbia e o Peru. No semestre passado, eu fiz uma viagem de barco, Sr. Presidente e senhores senadores, por essas cidades, cidades do Solimões, cidades pequenas, mas cidades que garantem, inclusive, a soberania do Brasil na tríplice fronteira. Uma região emblemática, uma região com problemas seriíssimos de saúde. É ali um dos maiores índices de hepatite C, hepatite B, com a presença de várias etnias.

Eu gostaria de fazer uma defesa, aqui, e eu não vou contraditar o eminente Senador Arthur Virgílio, no que diz respeito ao zelo pela aplicabilidade do recurso público. Tem uma questão anterior, que está, inclusive, no Ministério Público, e ela merece ser investigada, e quem tiver culpa tem que pagar isso. Agora, essa questão, não podemos punir essa população. São nove municípios. Municípios que o Senador conhece. Inclusive, tem um que não podemos esquecer, que é Jutai, Senador Arthur Virgílio, Jutai.

Pois bem, Presidente, então eu gostaria de fazer essa ponderação ao eminente Senador Arthur Virgílio. Quero dizer que já li o parecer. É público o parecer do Senador Valdir Raupp, e concordo com o parecer. Quero chamar atenção para a justeza do objeto desses recursos para aquela população, para as populações que ali estão. É justo. E não abro mão de que os recursos públicos devam ser aplicados em obediência absoluta ao objeto do empréstimo.

Penso que ele é muito importante para aquelas populações dos nove municípios. Estou falando de Tabatinga, de Benjamim, de Atalaia do Norte, de São Paulo de Olivença, de Jutai, enfim, e eu espero que os senadores possam votar com toda a observância do Senador Arthur Virgílio, que é justo, mas ele é necessário, é urgente fazer saneamento básico, fazer manejo florestal, trabalhar saneamento básico para aquelas cidades, sob pena de nós não revertermos problemas seriíssimos de saúde pública nessa região. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Vou considerar o parecer do Senador Valdir Raupp já como conhecido e conceder vistas da matéria--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, de uma maneira bastante breve para--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): --Conceder vistas à matéria ao Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Antes de mais nada, esclarecer que essa viagem a Jutai a que se refere o Senador João Pedro, eu era

candidato a Governador em 86 e ele a Deputado Federal. Nós estávamos num barquinho muito pequeno e capotamos num braço de rio. A primeira conclusão a que eu cheguei com o João, quando nós chegamos do outro lado salvos, fomos salvos por um menino de 13 anos, eu disse: “João, com esse barco a gente não ganha eleição nunca, nós não temos a menor condição de ganhar eleição”.

Enfrentávamos, já àquela altura, um império de corrupção, império de mandonismo, de oligarquia, enfim, e quase ganhamos. Houve suspeitas gravíssimas de fraude naquela eleição, foi uma eleição muito bonita, enfim. Mas, veja, esse empréstimo envolve uma quantia que é irrisória, perto das outras, 40 milhões de reais. Se não tivesse desviado 165 milhões, não precisava nem desse empréstimo, que vai ser pago pelas novas gerações e, mais, quando o Senador João Pedro visitou, no semestre passado, essas cidades, ele percebeu, obviamente, a mesma situação de penúria, não percebeu avanço, não percebeu que tivessem aplicado essa quantia tão vultosa de 165 milhões de reais.

Então, eu sou a favor, tanto quanto ele, do empréstimo; sou a favor tanto quanto essa população que está a aguardar boa aplicação do dinheiro do empréstimo. Eu pergunto se há algum incômodo, em que, havendo essa suspeição toda, que está no TCE, que está no Ministério Público Estadual de se requerer o acompanhamento também do Tribunal de Contas da União, aí estou pronto para provar. Se aprova isso aqui agora, eu aprovo esse projeto agora. Eu retiro o pedido de vista, se é que se o meu requerimento for aprovado, de que o TCU vai também acompanhar. Neste momento eu... Agora, não admito é que continue como está, porque, se não, nós vamos ver mais hepatite...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vai ter que acompanhar. Eu acho que é natural.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu acho que é praxe o TCU acompanhar todos--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Estou de acordo, Sr. Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não, Senador Simon, é que o Senador Raupp tinha outro assunto fora, numa sessão, e Aí não é bem assim, não é automático assim, não.

Disse aqui na Audiência Pública o representante do TCU que ele não podia entrar nesse caso por não se tratar de dinheiro Federal, por se tratar de dinheiro internacional, e encontramos uma brecha, pela boa vontade dele, sensibilizado que ele ficou com o quadro de corrupção que foi demonstrado pela Procuradora Silvana Nobre, do Ministério Público Estadual, sensibilizado, ele disse: “Eu estou com a minha alma de auditor aqui em polvorosa. Eu quero entrar nisso”. E

descobriu conosco, Senador João Pedro, uma fórmula de entrarmos nisso. Então, essa fórmula eu lutarei por ela aqui ou no Plenário. Havendo a efetiva possibilidade, nada para inglês ver, porque não é verdade que o Tribunal de Contas da União, em matéria de crédito externo, automaticamente esteja dentro, ele não está dentro. Ele pode estar dentro se essa Comissão autorizar nesse momento. Se a Comissão autorizar neste momento, aprovando o meu Requerimento, esse empréstimo está aprovado aqui e conta com a minha ajuda para aprová-lo lá no Plenário.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, eu quero dizer que eu assino o requerimento. Eu acho que nós não podemos, de forma alguma, criar óbice para a fiscalização da aplicação--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Nós vamos apresentar ao Plenário, então, o requerimento apresentado pelo Senador Arthur Virgílio.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Sr. Presidente, na medida em que a União vai ser garantidora, então, portanto, ela tem que fiscalizar, e é de bom-senso. Estamos de acordo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): De qualquer maneira, eu vou ler a emenda do requerimento. “*Requer que a Comissão de Assuntos Econômicos solicite ao TCU, faça o acompanhamento no que couber, na aplicação do empréstimo do Banco Mundial ao Governo do Estado do Amazonas, no valor de 24 milhões 250 mil dólares, para financiar o projeto do Alto Solimões em suporte ao projeto Zona Franca Verde, cuja contratação é objeto do exame do Senado Federal e tendo em vista a garantia da República Federativa do Brasil.*” Fica o requerimento colocado em votação.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu queria apenas acrescentar uma emenda nesse requerimento, de que todos os empréstimos sejam fiscalizados pelo TCU. Não só do Estado do Amazonas.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): E V.Exª conta com o meu apoio. Ou seja, eu sou a favor de que nós, aqui, não permitamos espaço nenhum para ladrão respirar. Ladrão pode ser amazonense, ladrão pode ser uruguaio, pode ser o que quer que seja de ladrão trabalhando no Brasil, que nós peguemos pela gola. Essa é minha proposta, e eu estou plenamente de acordo. Tanto que fiquei calado.

Eu fico imaginando que tem que fiscalizar nos estados são os senadores dos estados. Se os senadores dos estados não reclamaram esses outros projetos, é porque deve estar tudo muito bem. Eu tenho reclamações, sim, em relação ao comportamento e à falta de postura ética do Governador do meu Estado,

por isso a atitude que tomo e por isso não abro mão de que haja a fiscalização conjunta TCE, TCU e Ministério Público do Estado, rigorosamente sobre ele. Confiança sobre ele é nenhuma. Alguém que mora numa casa que tem uma cozinha de 500 mil reais, e eu tenho a nota fiscal dessa casa, é de se ter todo olho em cima dele. Não é confiável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Embora possa ser considerado por-- [pronunciamento fora do microfone]. [falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): E deve ser redundante ou não. Vou colocar em votação o requerimento.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Minha causa é única: impedir roubo de dinheiro público. E me parece que sempre foi a bandeira de V.Exa. ao longo de sua vida.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Senadores que estiverem de acordo com o requerimento do Senador Arthur Virgílio permaneçam como se encontram. Fica aprovado o requerimento. Com isso V.Exª retira o pedido de vistas. A matéria fica então aprovada, com o requerimento também.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Farei agora o meu relatório, Sr. Presidente. Eu agora vou fazer o relatório, né?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): O relatório de V.Exª já foi considerado como conhecido.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Ah, como conhecido? Tudo bem. Eu só queria, aqui, apenas fazer um comentário a respeito do empréstimo do Rio Grande do Sul. Acho que essa sessão foi providencial. Eu parabeno o Senador Pedro Simon pela sua insistência, pela sua tenacidade em relação a esse projeto. Acho que o Rio Grande do Sul merece, porque o Rio Grande do Sul já foi, junto com São Paulo, Porto Alegre e São Paulo, as duas cidades mais industrializadas do Brasil, e, nos últimos tempos, o Rio Grande do Sul vem sendo, principalmente a capital, Porto Alegre, vem sendo desindustrializada, perdendo indústrias para outros estados. Portanto, ele merece novamente o seu equilíbrio fiscal, o seu equilíbrio econômico.

Então, está de parabéns o Estado do Rio Grande do Sul e também os outros estados que tiveram aqui seus empréstimos aprovados. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Fica aprovado o requerimento, então, para o financiamento em causa. Fica aprovada a ma-

téria de acordo com o parecer da Senadora. Temos que colocar em votação a matéria.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu queria pedir, também, Sr. Presidente, da mesma forma dos outros, o regime de urgência, também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Vamos submeter à aprovação do Plenário a matéria. De acordo com o parecer do relator. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. O relator solicita aprovação do regime de urgência. Os senhores senadores que concordarem permaneçam como estão. Fica aprovado o regime de urgência. Fica encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 14h09.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE JULHO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia primeiro de julho do ano de dois mil e oito, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Renato Casagrande, Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Antonio Carlos Valadares, César Borges, Valdir Raupp, Pedro Simon, Mão Santa, Neuto de Conto, Gerson Camata, Valter Pereira, Adelmir Santana, Eliseu Resende, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Marconi Perillo, Gim Argello, Sérgio Zambiasi, Osmar Dias e, ainda, do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Expedito Júnior, Romero Jucá, Geovani Borges, Heráclito Fortes, Kátia Abreu, Raimundo Colombo, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Cícero Lucena, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Tasso Jereissati e João Vicente Claudino. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, o Presidente da Comissão, Senador Aloizio Mercadante, comunica o recebimento do Aviso nº 590-GP/TCU, de 26 de junho de 2008, do Sr. Walton Alencar Rodrigues, Presidente do Tribunal de Contas da União, que registra o recebimento do Ofício OF. 155/2008/CAE, o qual solicita "o acompanhamento, no que couber, da aplicação do empréstimo do BIRD, ao Governo do Estado

do Amazonas, no valor de US\$ 24.250.000,00 (vinte e quatro milhões e duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), para financiar o Projeto Zona Franca Verde” e que o referido expediente foi encaminhado à Unidade Técnica daquele Órgão para adoção das providências pertinentes. A seguir, o Presidente dá início à apreciação das Matérias constantes da Pauta da Reunião, Item 01–Projeto de Resolução do Senado Federal nº 26, de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá, que “altera dispositivo da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal. (Modifica o cálculo do comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada)”, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Senador Jayme Campos, o Presidente da Comissão concede Vista ao Senador Marconi Perillo, nos termos regimentais; Item 02–Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que “altera a alínea “c” do art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, a fim de modificar os fusos horários dos Estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul do fuso horário de Greenwich menos quatro horas para o fuso horário Greenwich menos três horas”, tendo como Relator o Senador Geovani Borges, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 03–Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2008, não terminativo, que “altera as Leis nºs 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências”, de autoria do Deputado Gilberto Kassab, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp. Em 19/05/08, foram apresentadas as Emendas nºs 01 e 02, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. A Matéria é retirada de pauta a pedido do Relator; Item 04–Projeto de Lei do Senado nº 632, de 2007, terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “estende os benefícios fiscais da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, aos setores exportadores que especifica”, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro. Foram apresentadas as Emendas nºs 01 a 03, de autoria do Senador Raimundo Colombo, nºs 04 a 07, de autoria do Senador Renato Casagrande, e nºs 08 e 09, de autoria do Senador Marconi Perillo. A Matéria é retirada de pauta a pedido do Relator; Item 05–Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2007, não terminativo, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que “institui o Balanço Social Empresarial, autoriza a criação do Selo Empresa Responsável, altera o § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e o inciso IV

do art. 3º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências” tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06–Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que “altera dispositivos da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a competência da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) para arrecadar e aplicar sanções administrativas”, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Senador Gerson Camata, usa da palavra o Senador Renato Casagrande. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07–Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2006, terminativo, de autoria do Senador Marcos Guerra, que “acrescenta o inciso VI ao art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos representantes comerciais a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis”, tendo como Relator o Senador Eliseu Resende, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 06/05/08, foi concedida Vista ao Senador Gim Argello, que devolveu com Voto em Separado concluindo pela aprovação do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 08–Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2003, terminativo, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que “altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra”, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 01–CRA (Substitutivo), aprovada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a Subemenda que apresenta. Em 06/05/08, foi concedida Vista ao Senador Eduardo Suplicy que devolveu sem manifestação. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09–Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2006, não terminativo, de autoria do Senador Ney Suassuna, que “acrescenta inciso VIII ao art. 16 da Lei nº 6.360, de 1976, para dispor sobre a inclusão de requisito a ser observado na concessão de registro sanitário de medicamento ou de princípio ativo”, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Ciência,

Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Senador Sérgio Guerra e não havendo quem queira discutir a Matéria, a Comissão aprova o Parecer do Relator pela rejeição do Projeto; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 474, de 2007, de autoria do Senador João Tenório, que “altera os arts. 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição do sistema de pecuária extensivo pelo sistema de pecuária intensivo”, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 555, de 2007, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que “altera os arts. 48 e 103 da Lei 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo ao desenvolvimento do sistema orgânico de produção agropecuária”, não terminativos, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer favorável ao PLS nº 474, de 2007, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pelo arquivamento do PLS nº 555, de 2007. As Matérias ainda serão apreciadas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Senador Osmar Dias e colocada a Matéria em discussão, usam da palavra os Senadores Gerson Camata, Renato Casagrande, Jayme Campos, João Tenório e Antonio Carlos Valadares. Colocada a Matéria em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao PLS nº 474, de 2007, nos termos da Emenda nº 01-CAE (Substitutivo), e pelo arquivamento do PLS nº 555, de 2007; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 273, de 2003, não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para permitir ao empregado participar do capital da empresa em que trabalha, utilizando-se do saldo do referido Fundo”, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com decisão terminativa. Em 06/03/07, foi concedida Vista ao Senador Romeu Tuma, que devolveu sem manifestação. Em 30/06/08, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Romero Jucá, concluindo pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2006, não terminativo, de autoria do Senador Marcos Guerra, que “acrescenta art. 2º-A à Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e art. 1º à Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, e art. 2º-D, à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para permitir a concessão dos benefícios do Programa de

Alimentação do Trabalhador (PAT) e de Vale-Transporte aos trabalhadores desempregados, durante o período de frequência a curso de capacitação, readaptação ou reciclagem, e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Wellington Salgado, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 616, de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção dos depósitos judiciais em instituições financeiras oficiais e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada. Em seguida, a Comissão aprova a inclusão, extrapauta, do Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2008, terminativo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que “cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento dos Museus (FNDM)”, tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02-CE, apresentando ainda a Emenda nº 03. Ao anunciar a inclusão da Matéria, a Senadora Ideli Salvatti apresenta a Emenda nº 04 ao Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Senador Gim Argello, e não havendo quem queira discutir, o Presidente procede à votação nominal. A Comissão aprova o Projeto com as Emendas nºs 03 e 04-CE-CAE e nºs 05 e 06-CAE, por treze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. A Comissão aprova, ainda, os Requerimentos nº 24/2008-CAE, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, que requer o cancelamento da Audiência Pública, aprovada na sessão do dia 10 de junho de 2008, com o Sr. Antonio Carlos Donini, Presidente da Associação Brasileira de Factoring, e o Sr. Luiz Lemos Leite, Presidente da Associação Nacional das Sociedades de Fomento Mercantil – Factoring, para instruir o PLC nº 13, de 2007, que trata da regulamentação das operações de fomento mercantil, também conhecidas como Factoring; nº 25/2008-CAE, de autoria do Senador Flávio Arns, que requer seja dispensada a realização de Audiência Pública na Comissão de Assuntos Econômicos para instruir a relatoria do PLC nº 22, de 2007, que dispõe sobre a adição de farinha de mandioca refinada, de farinha de raspa de mandioca ou de fécula de mandioca à farinha de trigo e seus derivados, adquiridos pelo poder público, e estabelece regime tributário especial para a farinha de trigo misturada, e dá outras providências; nº 26/2008-CAE, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do

Senado Federal, o aditamento do Requerimento nº 18, de 2008–CAE, aprovado na Reunião de 10 de junho último, para incluir no rol de convidados para a Audiência Pública sobre concessão de patentes a fórmulas polimórficas de medicamentos o Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos – Pró-Genérico, Sr. Odnir Finotti; nº 27/2008–CAE, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que requer, nos termos regimentais, sejam convidados a participar de Audiência Pública na Comissão de Assuntos Econômicos, os membros do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Vice-Governador, Sr. Paulo Afonso Feijó; Secretário da Fazenda, Sr. Aod Cunha; Secretária de Estado do Planejamento e Gestão, Sra. Ana Maria Severo (interina); Presidente do Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul, Sr. Fernando Guerreiro de Lemos e a Diretora Presidente do Detran/RS, Sra. Estella Maris Simon, a fim de discutir a crise enfrentada pelo Estado do Rio Grande do Sul, refletida no elevado déficit das contas públicas; e nº 28/2008–CAE, de autoria dos Senadores Tasso Jereissati, Neuto de Conto e Flexa Ribeiro, que requer, nos termos do art. 76, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação do prazo de funcionamento da Subcomissão Temporária de Reforma Tributária pelo prazo de 6 (seis) meses, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **ALOIZIO MERCADANTE**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Bom dia a todos. Vamos iniciar a nossa Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Antes de iniciar o nosso trabalho, dispensa leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Os senhores senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A ata está aprovada e será publicada do Diário do Senado Federal.

Nós temos uma pauta extensa, mas, antes, eu gostaria de mencionar alguns requerimentos que estão sobre a Mesa e a que nós poderíamos dar o encaminhamento.

Primeiro, o requerimento do Senador Antonio Carlos Júnior ele requer o cancelamento da Audiência Pública aprovada na sessão do dia 10 de junho de 2008: Sr. Antonio Carlos Donini, Presidente da Associação Brasileira de *Factoring*; e Sr. Luiz Lemos Leite, Presidente da Associação Nacional da Sociedade Fomento Mercantil – *Factoring*, para instruir o PLC 03/07, que

trata da regulamentação das operações de fomento mercantil, também conhecidas como *factoring*.

Portanto, é o cancelamento de uma Audiência Pública. Imagino que todos os senadores e senadoras estariam de acordo. Cancelada a audiência. Só mais um cancelamento, aqui, Senador Osmar Dias, e já passo.

O requerimento do Senador Flávio Arns: também requeiro que seja dispensada a realização de audiência pública na Comissão, na CAE, para instruir relatoria do PLC 022/07, que dispõe sobre a adição de farinha de mandioca refinada, de farinha de raspa de mandioca ou de fécula de mandioca à farinha de trigo e seus derivados, adquiridos pelo Poder Público; estabelece regime tributário especial para a farinha de trigo misturada e outras providências.

O cancelamento de audiência pública se justifica em face de entendimentos havidos com setores do Governo, dos produtores de mandioca e dos produtores de trigo, supervenientes à aprovação da audiência, onde se concluiu pelo consenso acerca da aprovação da matéria, que já pode ser imediatamente constar na pauta da Comissão. Então nós colocaríamos—

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Permite? Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não, Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu queria sugerir a V.Ex^a e eu acho que é bom para o andamento dos trabalhos da Comissão, limitar o número de Audiências Públicas. Pode ter uma por mês. Duas por mês.

Porque normalmente ela é usada para retardar a tramitação do projeto e ela acaba abafando um assunto importante que, às vezes, Comissão precisa debater. E diminui a resolutividade da Comissão com essas demoradas Audiências Públicas, às vezes, sobre um assunto que cada um já tem sua opinião formada.

O ideal seria que se limitasse: olha, é uma por mês. Então, a gente faria com que, com menos Audiência Pública, a Comissão funcionasse melhor. É uma sugestão que eu queria fazer a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Excelente sugestão, e eu utilizarei esse argumento sempre que forem propostas novas audiências, e realmente algumas têm o caráter regimental de protelar a decisão. Mesmo que seja um tema ainda relevante, mas tem o caráter de prorrogar o processo decisório.

Senador Osmar Dias com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu pedi pela ordem, Presidente, para fazer uma solicitação a V.Ex^a. É que no dia 19 de dezembro do ano passado, nós

aprovamos, no Plenário do Senado, uma resolução, um projeto de resolução que não passou pela Comissão de Assuntos Econômicos, mas que anulava a multa que o Paraná paga à União, por conta da privatização do Banco do Estado, e V.Ex^a, naquele momento, alertou a Casa de que aquela resolução poderia não ser aceita pela Secretaria do Tesouro Nacional, o que acabou ocorrendo.

V.Ex^a estava correto, e eu defendi, naquele momento, a aprovação do projeto de resolução, claro, defendendo o meu Estado. E, como o projeto de resolução não prosperou, nós continuamos trabalhando, e V.Ex^a, desde o primeiro momento, acompanhou nosso trabalho.

Ocorre que houve uma decisão do Supremo Tribunal Federal, julgando uma matéria relativa ao processo, que declarou ou determinou ou reconheceu que o Senado tem competência para interpretar suas próprias resoluções e remeter ao Senado essa obrigação ou responsabilidade.

O Paraná continua sendo penalizado; isso traz uma multa de cinco milhões de reais por mês, mas não é só isso, o Paraná tem que recalcular a sua dívida mobiliária, que passa de GPDI, o indexador, para taxa SELIC, e isso dá um impacto imediato de um bilhão e 500 milhões de reais na dívida do Paraná, e mais, Senador Mercadante, nós teríamos, aí, outro problema grave, que seria a inadimplência do Paraná por não estar cumprindo essa obrigação com a União, que precisa ser eliminada por uma questão de Justiça, porque o Paraná não pode realmente continuar pagando essa multa.

V.Ex^a tem sido parceiro, mas age dentro do Regimento Interno da Comissão e da Constituição. E, por isso mesmo, V.Ex^a alertou a Casa naquele momento. O respeito que nós temos por V.Ex^a na presidência da Comissão faz com que aceitemos a orientação de V.Ex^a. No entanto, o Senador Mercadante designou o Senador Valdir Raupp, que, assim como V.Ex^a, tem sido parceiro nessa luta para encontrarmos uma solução em conjunto.

Eu apresentei um novo projeto de resolução que tira as inconstitucionalidades e a ilegalidades daquele outro projeto de resolução. O Senador Valdir Raupp, que é o relator, com quem eu tenho conversado, quer também contribuir para que este assunto seja resolvido e o Paraná fique livre da multa, e eu estou, neste momento, solicitando que V.Ex^a analise a possibilidade de colocar extrapauta, ainda na reunião de hoje, esse projeto de resolução e o relatório do Senador Valdir Raupp. É a solicitação que faço.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Valdir Raupp com a palavra.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, acho que essa é uma questão que tem que ser resolvida; isso já vem de muito tempo causando dificuldades para o Estado do Paraná. Há um entendimento do Governo Federal que se deve encontrar um caminho para resolver esse problema.

Esse projeto de resolução do Senador Osmar Dias acho que é a solução, é o caminho. Eu já pude analisar e estou pronto para prestar o relatório, se V.Ex^a assim entender, e acho que nós não podemos mais protelar essa questão. Já que há um entendimento entre quase todos, é difícil o consenso entre todas as partes, mas, pelo menos, duas das partes estão consensuadas, que é o Estado do Paraná e o Governo Federal, eu acho que é o momento da gente realmente resolver esse problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Valdir Raupp e agradeço ao Senador Osmar Dias.

Esse é um tema bastante polêmico; ele foi objeto de uma série de questionamentos jurídicos à época, e eu entendi que o esforço de construção de uma solução, apresentada pelo Senador Valdir Raupp, eu não estava, inclusive, naquele dia, na presidência da CAE, por causa da reunião do Parlamento do Mercosul, buscava encontrar uma solução, mas que feria a Lei de Responsabilidade Fiscal e tinha aspectos absolutamente insustentáveis, do meu ponto de vista jurídico.

Entendi o esforço, a busca de um entendimento, mas me parecia que o relatório não poderia ser aprovado da forma que o foi. Eu apenas registrei minha posição em Plenário; fiz uma advertência e, de fato, eu acho que foi o que aconteceu: nós acabamos não... Assim como o caso de Rondônia, nós tomamos decisões que não resolveram o problema dos estados.

Como é uma matéria complexa, acho que os senadores querem se inteirar e acompanhar, eu solicito ao Senador Valdir Raupp que apresente o seu parecer. Nós distribuiremos a todos os senadores e entra como primeiro ponto de pauta da próxima sessão da Comissão de Assuntos Econômicos. Assim, todos os senadores da Comissão poderão ter acesso às informações e avaliarem e se posicionarem.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, o som está muito baixo e está difícil de ouvir e entender.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): [soa a campainha] Eu queria que melhorasse o som, porque está muito baixo.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É. Agora, eu gostaria de agradecer a V.Ex^a.

Eu entendo que, assim que os senadores da Comissão tiverem conhecimento do relatório do Senador Valdir Raupp, não haverá problemas para aprovarmos, aqui, o projeto de resolução, porque ele, na verdade, atende àquilo que V.Ex^a disse na reunião do dia 19 do Plenário; tirar a inconstitucionalidade e a ilegalidade, ou seja, a agressão à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Semana passada, conversei com o procurador da Secretaria do Tesouro Nacional, Luís Inácio, que me disse: "Aprovado o texto..." – que eu apresentei aqui na Comissão de Assuntos Econômicos – "... a Secretaria do Tesouro Nacional estará de acordo".

Como há um consenso entre o relator e V.Ex^a de que isso poderá ser votado, então fica, segundo V.Ex^a, como primeiro item da pauta da próxima terça-feira. É isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Primeiro item da pauta.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Está bem. Eu agradeço, Sr. Presidente, em nome do Paraná

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está bom, agradeço Senador Osmar Dias.

Vamos ao próximo item. Só um minutinho. O Senador Delcídio Amaral propõe adicionar um nome. Essa é uma audiência de mérito, viu Senador Gerson Camata, não é audiência de obstrução. É para tratar do problema relacionado a patentes e formas polimórficas de medicamentos.

Ele sugere mais um nome na Mesa: o Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Medicamentos Genéricos, Pró-Genéricos, Sr. Odnir Finotti.

A idéia dessa audiência é discutir o problema de registro de patentes, critérios do INPE e da ANVISA, que são critérios que precisam ser muito bem analisados, porque o país está criando algumas exigências que vão além do tratado de investimentos, especialmente o INPE; me parecem descabidos alguns procedimentos que prejudicam a produção de fármacos e genéricos e, portanto, o desenvolvimento da tecnologia nacional e o barateamento do custo dos medicamentos.

Então, é uma audiência relevante, está sendo sugerida pelo Senador Delcídio mais um nome. Acho que todos são, evidentemente, favoráveis. Nós marcamos, depois, essa audiência.

Queria apenas comunicar, ainda, à Comissão que eu recebi o seguinte requerimento do Presidente do Tribunal de Contas da União:

"Ao cumprimentar cordialmente V.Ex^a, registro o recebimento do ofício 155/08 da CAE, de 25 de junho de 2008, por meio da qual foi encaminhado o requere-

mento 23/08 da CAE, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que solicita o acompanhamento, no que couber, da aplicação do empréstimo do BIRD ao Governo do Estado do Amazonas, no valor de 24 milhões e 250 mil dólares, dos Estados Unidos da América, para financiar o Projeto do Desenvolvimento Regional do Alto Solimões, em suporte ao Projeto Zona Franca Verde.

A propósito, informo a V.Ex^a que o referido expediente, autuado nesse Tribunal como processo nº TC 016.558/2008-4, foi encaminhado à unidade técnica competente desta Casa para a adoção das providências pertinentes.

Portanto, o Tribunal de Contas da União irá acompanhar os desdobramentos desse empréstimo do BIRD ao Estado do Amazonas, conforme foi sugerido na Audiência Pública que viabilizou a aprovação de empréstimo."

Quero dizer que tenho, também, aqui, um requerimento da Senadora Ideli Salvatti:

"Requeiro a V.Ex^a, nos termos regimentais, sejam convidados a participar da CAE, os seguintes membros do Governo Estado do Rio Grande do Sul: vice-governador Sr. Paulo Afonso Feijó; Secretário da Fazenda, Aod Cunha; Secretário do Estado de Planejamento e Gestão, Sra. Ana Maria Severo; Presidente do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), Sr. Fernando Guerreiro de Lemos; Diretora Presidente do DETRAN, Sra. Estella Maris, a fim de discutir a crise enfrentada pelo Estado do Rio Grande do Sul, refletida no elevado déficit de contas públicas."

Senadores que são favoráveis ao empréstimo, ao empréstimo não, desculpem, à audiência, aprovado.

Concluimos, aqui, a fase dos requerimentos. Podemos entrar na nossa Ordem do Dia. Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, na semana passada, eu fiz uma solicitação, V.Ex^a não estava presente, mas o Senador Eliseu Resende acatou, no sentido de que nós possamos apreciar, no dia de hoje, o PLS 95, que trata da criação do Fundo Nacional do Desenvolvimento dos Museus, e até porque, na semana que vem, dia sete, vai haver um Encontro Nacional de todas as entidades de museu de todo o país, no meu Estado, em Santa Catarina, e nós gostaríamos muito de poder levar a notícia da aprovação, aqui, pela CAE, se for possível.

Então, eu queria pedir a inclusão extrapauta; já foi designado o Senador Gim Argello, que deverá estar chegando, já fez o parecer. Então, se for possível incluir, eu agradeceria muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está incluído na pauta. Tem urgência e relevância e quero parabenizar V.Ex^a pelo empenho

em prestigiar os museus brasileiros que são instrumento fundamental de preservação da nossa identidade, da nossa cultura e da memória nacional.

Portanto será incluído na pauta e pedimos ao Senador Gim Argello urgência do parecer, ele já entregou à Mesa, mas, talvez porque tenha trabalhado até de madrugada não pode chegar ainda a tempo na nossa audiência.

Vamos agora ao primeiro item da pauta. Projeto de Resolução do Senado nº. 26/2008, não terminativo, altera dispositivo da Resolução nº. 43/2001 do Senado Federal, modifica o cálculo de comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada. A autoria Senador Romero Jucá. O parecer é favorável Senador Romeu Tuma que não pôde comparecer e eu solicitaria ao Senador Jayme Campos, se pudesse ser o relator *ad hoc* desta matéria que tem bastante urgência no tratamento, o Tesouro Nacional pediu que nós olhássemos com atenção esse encaminhamento.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Sras. e Srs. Senadores. O relatório do Senador Romeu Tuma. Relatório: "O projeto Resolução do Senado PRS nº. 26/2008 de autoria do Senador Romero Jucá, foi apresentado em 21 de maio último, em 19 de junho após ter recebido por esta Comissão de Assuntos Econômicos fui incumbido de relatá-lo. A proposição é composta por dois artigos: o 1º modifica o § 4º do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº. 43/2001, o 2º contém a cláusula da vigência com a norma de ser editada, entretanto, entrando em vigor na data da sua promulgação. A Resolução 43/2001 dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização no art. 7º, inciso II, estipula que o comprometimento anual com a amortização, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive, relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratados e a contratar, não poderá exceder 11.5 da receita corrente líquida. O § 4º desse mesmo artigo por sua vez determina que o cálculo comprometimento seja feito pela média anual nos cinco exercícios financeiros subsequentes incluídos da própria apuração da relação entre despesas financeiras prevista e a receita corrente líquida projetada ano a ano. O PRS nº. 26/2008 propõe que o cálculo em questão seja feito, tendo como base, todos os exercícios financeiros em que houver pagamentos associados à operação pretendida.

Conforme justificção do autor do projeto, a metodologia em vigor exatamente por limitar a verificação somente para os cinco próximos exercícios, pode

permitir que a operação com carência venham a ser autorizadas ainda que os efeitos a partir do sexto ano, não medidos atualmente, venha demonstrar a extrapolação do limite do fluxo. Essa preocupação cresce na medida em que se verifica que o desempenho das operações externas oferecidas pelos organismos internacionais, em regra, apresenta período de carência em torno de quatro a cinco anos.

Análise: É atribuição desta Comissão a apreciação das proposições, preposição sobre os limites globais em condições para operações de crédito externo e interno dos estados, do Distrito Federal e dos municípios de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal, conforme previsão contida nos art. 99, inciso IV e nº. 393, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal. O PRS 26/2008 não contém vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade, tampouco merece reparos quanto à técnica Legislativa.

No mérito, entendemos que se trata de proposição mais do que oportuna, pois não há verificação de todo o fluxo de pagamento das operações de crédito pleiteados pelos governos estaduais e municipais pode estar gerando o acúmulo de obrigações financeiras, incompatíveis com os limites prudenciais condizentes com a nossa gestão pública responsável, como preconizado pela Lei Complementar nº. 101/2000, Lei de Responsabilidades Fiscais, LRF. A maior disponibilidade de recurso para atuais Governadores e Prefeitos pode ter como contrapartida, pelas regras atuais, o estrangulamento financeiro de seus sucessores. Efetivamente a proposição do Senador Romero Jucá está inteiramente sintonizada com a própria razão de ser da resolução nº. 43/2001, que estabelece um controle rigoroso de fluxo futuro de endividamento de estados e municípios. Essa norma pretende regular automaticamente o endividamento total dos [ininteligível] subnacionais em função de suas condições, prazos e custos. De modo que se considerasse além de seu valor absoluto, a qualidade e o perfil da dívida, assim, estipulou-se para a contratação de novas operações de crédito um percentual máximo de 11.5 para a relação entre os serviços da dívida projetada e a receita corrente líquida. Em outras palavras, o comprometimento anual com a amortização juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações já contratadas e a contratar não pode ultrapassar 11.5 da receita corrente líquida. Originalmente entendeu-se que o valor anual médio dos cinco exercícios financeiros subsequentes bastaria para obter uma estimativa segura para o limite citado. A experiência acumulada nos últimos sete anos, porém, mostra que são necessários cuidados adicionais. A pro-

posta ora analisada pretende sanar essa deficiência da sistemática em vigor, ampliando período de análise dos atuais cinco anos para o período integral do ciclo de pagamentos da operação pretendida. Dessa forma, o impacto total da operação captado evitando a falsa impressão de que os limites prudenciais exigidos por esta Casa foram atendidos. Além do mais, o limite máximo de comprometimento da receita corrente líquida anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada anual é mantido preservando um dos pilares da gestão pública responsável.

Voto, Sr. Presidente. Em face do exposto, voto pela aprovação do projeto resolução do Senado nº. 26/2008."

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Jayme Campos para debater a matéria...

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Peço vistas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Solicitada vista pelo Senador Marconi Perillo.

Eu vou fazer uma inversão de pauta pelo prestígio que o Senador Sérgio Guerra possui nessa Casa e na vida pública, e ele tem responsabilidades exatamente de trabalhar pela oposição contra o meu Governo, mas ele evidentemente ele continua com todas as prerrogativas pela sua história e competência nessa Comissão. Então ele solicita a inversão da pauta para colocar o item 06 para ser votado, é um Projeto de Lei do Senado nº. 297/2007 não terminativo, altera dispositivos da lei nº. 9998 de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a competência da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, para arrecadar e aplicar sanções administrativas, autoria, não, desculpe. É o projeto nº. 9. Item 9. Desculpe. É o Projeto de Lei nº. 9 do Senado Federal de 2006 não terminativo. Acrescenta o inciso VIII do art. 16 da Lei 6.360 de 1976, para dispor sobre a inclusão de requisito a ser observado na concessão de registro sanitário de medicamentos ou de princípio ativo. Autoria Senador Ney Suassuna, relatoria Senador Sérgio Guerra. É pela rejeição do projeto. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, primeiro obrigado pela compreensão. Temos que daqui a poucos minutos tratar da questão da aprovação de empréstimos que interessam a vários Estados. Agora mesmo a líder Ideli me chamou atenção para essa questão.

Mas Presidente é o seguinte: "O relatório da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei de nº. 29/2006 que acrescenta o inciso VII ao art. 16 da lei 6.360 de 1976, predispor sobre a inclusão de requisitos a serem observados na concessão de registro sanitário de medicamentos ou de princípio ativo. Trata-se de projeto do Senado nº. 29/2006, de autoria do Senador Ney Suassuna, que dispõe sobre a inclusão de requisitos a ser observado na concessão de registro sanitário de medicamentos ou de princípio ativo pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA. O 1º art. da proposição acrescenta dispositivo da lei de 6.360 de 23 de setembro de 1976 para incluir a exigência de comprovação de titularidade ou de licença de uso de patente em vigor por ocasião de registro do princípio ativo ou de medicamentos. O 2º art. cláusula de vigência, determina que a lei em que o projeto deve se transformar entrará em vigor a partir de data de sua publicação. O projeto foi distribuído inicialmente na Comissão de Assuntos Sociais para decisão de caráter terminativo. No entanto, por força da aprovação de Requerimentos nº. 951 e 952 ambos de 2007 subscritos pelo Senadores Aloizio Mercadante e Demóstenes Torres, representativamente, a proposição será apreciada primeiramente pela Comissão de Assuntos Econômicos e de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Não foram oferecidas emendas ao Projeto Lei. De acordo com o art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre aspectos econômicos de qualquer matéria que seja submetida por despacho do Presidente, por deliberação do plenário ou por consulta de comissão ou ainda quando em virtude desses aspectos houver recurso de decisão terminativa de Comissão para o Plenário. Nesse sentido, o autor do projeto sob análise argumenta que o direito de patente é o importante incentivo à pesquisa na área farmacêutica, sem o que inexisteriam medicamentos inovadores e não existiria medicamentos inovadores. Conseqüentemente, a concessão do registro sanitário para produto que viole direito de patentes contrariam interesse econômico do país. É fato que compete à ANVISA conceder registro de medicamento para fins de comercialização mediante o cumprimento de requisito legalmente definido mormente daqueles relacionados com a eficácia, segurança e qualidade desses produtos. Por outro lado, o exame de registro e a concessão de patentes não se insere na competência funcional e institucional da agência, outrossim, cabe ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial, INPI, analisar o preenchimento das condições de patenteabilidade de medicamentos. Além disso, cabe ressaltar que o país já é signatário da patenteabilidade de produtos farmacêuticos acor-

dada durante a denominada rodada Uruguai e adotada no Brasil em meados da década de 1990 por força da lei de nº. 9.279 de 14 de maio de 1966. A chamada Lei da Propriedade Industrial. Por essas razões, não obstante as louváveis intenções do autor de estimular o desenvolvimento tecnológico no país, conferir à ANVISA uma atribuição adicional desvinculado de sua competência sanitária e de sua missão proteger e promover a saúde da população garantindo a segurança sanitária de produtos e serviços, reapresentaria o desvio de finalidade prejudicial à sociedade brasileira. Em face do exposto, opinamos pela rejeição ao Projeto de Lei nº. 29/2006."

Sr. Presidente, eu fiz consultas sobre esse assunto a própria ANVISA e outras instituições todos reconhecem que não faz sentido para a própria ANVISA essa tarefa. Que essa questão já é resolvida no fórum adequado e que a criação de mais essa exigência representaria seguramente impedimento adicional à já complicada aprovação de registro de propriedade industrial para produtos farmacêuticos. E segundo, que a própria ANVISA não tem estrutura, nem orçamento para desenvolver esse tipo de trabalho. Me pareceu absolutamente sensato a ponderação feita que eu acho que atende o essencial, que é garantia a saúde pública que já faz a ANVISA, quando examina a credencial dessas patentes, e deixar onde ele se dá o exame da questão da patente propriamente dita.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria parabenizar V.Ex^a pelo relatório, que eu entendo que o registro de patentes se faz e no INPI e não na ANVISA. Nós já temos acordos internacionais que o Brasil cumpre rigorosamente, e o INPI, inclusive objeto daquela audiência anterior tem sido mais rigoroso do que os acordos que nós temos. Que é coisa que temos que discutir. E os genéricos é instrumento de barateamento do medicamento para população e é o caminho para desenvolver uma tecnologia nacional para gerar desenvolvimento de pesquisa, para nós dominarmos procedimentos e estamos totalmente dentro das exigências internacionais. Quero parabenizar V.Ex^a pela relatoria. Não havendo mais quem queira discutir a matéria, podemos colocar em votação. Senadores e Senadoras que são favoráveis ao projeto do Senador Sérgio Guerra permaneçam como se encontram. Aprovado. O projeto, portanto, vai à Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação e Comunicação sem o apoio da Comissão de Assuntos Econômicos que rejeitou a iniciativa. Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pediria a V.Ex^a consultar do Plenário para que nós pudéssemos fazer uma inversão de pauta, e apre-

sentarmos o requerimento de autoria do nobre Senador Tasso Jereissati com o Senador Neuto De Conto que eu também subscrevo para que a gente pudesse discuti-lo e aprová-lo se assim for pensamento dos nossos pares.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro, apesar de ser uma Comissão, Subcomissão Temporária, na realidade está quase se transformando numa Subcomissão Permanente. Mas de qualquer forma eu acho que não há nenhuma objeção da Comissão. A única coisa que quero ponderar é que se de fato nós tivermos a oportunidade de discussão da reforma tributária, eu acho que toda Comissão vai querer se envolver e nós devemos fazer isso no âmbito da Comissão no momento posterior. Inclusive, como é uma PEC, a tramitação vai se dar pela Comissão de Constituição e Justiça, e não aqui. Então nós não podemos ter uma competência concorrente. Mas de qualquer forma a Comissão fez um excelente trabalho, apresentou um relatório preliminar para o debate, está dando contribuição, mostra a disposição do Senado de se antecipar essa agenda tão importante para o Brasil, tenho certeza que todos Senadores e Senadoras são favoráveis à iniciativa. Então os Senadores que são favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado a prorrogação.

Vamos ao próximo item da pauta. Item 3. Item 3 da pauta. É um projeto não terminativo nº. 12, altera as Leis 9.991 de 24 de julho de 2000, 10.925 de 23 de julho de 2004, 10.438 de 26 de abril de 2002 e dá outras providências. Autoria Deputado Gilberto Kassab. Relatoria Senador Valdir Raupp. Em 19 de maio foram apresentadas emendas nº. 1 e 2 de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares. A matéria ainda será apreciada na Comissão de Assuntos Sociais. É um tema bastante relevante que trata de desoneração tributária para criar tarifária social na área de energia elétrica. Com a palavra o relator, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, eu tive uma reunião na semana passada no meu gabinete com representante de vários Ministérios, Casa Civil, Ministério da Ação Social, Ministério de Minas e Energia e não há ainda um consenso sobre esse projeto. Ele não está redondo ainda para ser votado. Eu conversei com o Deputado Zaratini, que é o interessado lá na Câmara dos Deputados, realmente é um projeto interessante, mas não tem ainda esse consenso no meio do Governo. Então preciso de um pouco mais de tempo para chegar ao entendimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então ótimo. Retirado de pauta por sugestão do relator. Nós recolocaremos na pauta assim que tivermos o "ok" da relatoria. Vamos agora

ao Item 4. Não, Senador, é solicitou, Senador relator Flexa Ribeiro solicitou para ser retirado de pauta, é uma matéria também bastante complexa, desoneração para estímulo às exportações e há uma negociação em andamento com a Receita Federal e o relator Senador Flexa Ribeiro solicitou a retirada de pauta. Item 06, que está o nosso autor aqui, o relator não está, mas está o autor Projeto de Lei do Senado nº. 297/07 não terminativo, altera dispositivo da Lei 9.998 de 17 de agosto de 2000 para dispor sobre a competência da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, para arrecadar e aplicar sanções administrativas. Autoria Senador Renato Casagrande. Relator, Senador Arthur Virgílio, favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Solicitaria ao Senador Gerson Camata se poderia nos brindar com sua relatoria *ad hoc*, substituindo o relator Senador Arthur Virgílio que essa matéria está na pauta há algum tempo.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com muita honra, Sr. Presidente, trata-se de um projeto de autoria do Senador Renato Casagrande, companheiro de bancada do Estado do Espírito Santo que atribui expressamente à Agência Nacional de Telecomunicações a competência para arrecadar o FUST e aplicar sanções pertinentes à arrecadação.

O projeto, Sr. Presidente. *“Busca disciplinar a incidência de juros e multa em caso de não recolhimento no prazo devido sob o argumento de que o assunto não encontra previsão expressa na lei. O art. 8º, § 1º do Decreto nº. 3.624 de 2000, determina a incidência de multa de 2% e de juros de 1% ao mês, a cobrança da multa de fato carece de base legal, pois não pode ser estabelecida por Decreto, diante do disposto nos art. 97, inciso V e 161 do Código Tributário Nacional. Quanto aos juros sua fixação em 1% ao mês, ainda que conforme a regra geral do art. 161 da CTN, situa-se em dissonância com regra aplicável aos demais tributos federais, que é a incidência da taxa SELIC nos termos do art. 84 da Lei 8.981. Nesse sentido merece aplauso o intento de estender a contribuição do FUST a mesma regra válida para os demais tributos federais, no que tange a taxa de juros. Entendemos, todavia ser mais adequada a simples referência aos dispositivos legais que já tratam da matéria mencionada no parágrafo anterior. O mesmo procedimento também deve ser observado no tocante a cobrança de multa, tendo em vista que o tema para os demais tributos arrecadados pela União encontra regramento no art. 84 da citada Lei 8.981 de 1995. De modo diverso, propomos, diz o relator Arthur Virgílio, que seja mantida a disciplina proposta quanto à solidariedade passiva pelo pagamento da contribuição do FUST entre as empresas que prestam serviço em nome de ou-*

trem e aquelas que se utilizam de outras prestadoras para ofertar seus serviços. É mister reconhecer que de acordo com o art. 124, inciso I da CTN, do Código Tributário Nacional, são solidariamente obrigadas ao pagamento do tributo as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua fator gerador da obrigação principal. Essa regra em tese poderia ser invocada pelo fisco para abranger a situação prevista no projeto. Todavia seu enquadramento na norma geral estaria certamente sujeito a toda sorte de contestações que poderiam dificultar sobremaneira se não impedir completamente a cobrança do tributo. Feitas essas considerações, entendemos que a proposição deva ser aprovada, diante das alterações que entendemos necessárias, contudo, tomamos a liberdade de propor de formulação substitutiva.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 297/2007, de autoria do Senador Renato Casagrande na forma da seguinte proposição substitutiva.” Na página 92, Sr. Presidente, está o substitutivo proposto pelo relator, Senador Arthur Virgílio. É o relatório, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Gerson Camata pela intervenção. Está aberto o debate. Senadores que queiram discutir. O autor da proposição, Senador Renato Casagrande com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só para fazer uma explicação, nós na verdade estamos regulamentando por lei a contribuição feita ao FUST, todos nós pagamos nossas contas telefônicas, mas as empresas operadoras é que tem a tarefa de recolher esta contribuição ao fundo. E não existir, isso é feito por Decreto, isto é feito por Decreto. Nós achamos que o Decreto é um instrumento com menor força e com menos força do que uma Lei. Então estamos estabelecendo por lei esse repasse das empresas ao FUST, e ao mesmo tempo estamos, aí sim fazendo uma coisa nova que é aplicando uma sanção, caso a empresa não repasse esse recurso ao FUST, porque não existia nenhuma sanção para o não repasse do recurso ao fundo. Portanto, o Senador Arthur Virgílio, ele considerou essa parte da sanção, mas não considerou a parte da transformação da obrigação que hoje por Decreto, que é feita por Decreto, para ser feita por um amparo legal. Então, o que eu apelo com todo o respeito ao relatório do Senador Arthur Virgílio, que eu apelo é que nós possamos manter a proposta original de que a regulamentação do repasse também seja por lei e a sanção, aí sim acho que o Senador Arthur Virgílio também concorda, seja uma proposta de alteração legal. É essa a minha colocação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao autor, Senador Renato Casagrande. Não havendo mais quem queira debater a matéria, vamos à votação. Senadores e Senadoras que são favoráveis...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Posso pedir para que vote meu requerimento, o meu projeto, a minha proposta, senhor...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A proposta original?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A proposta original.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Lógico que pode.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, eu solicito que seja...Incorporamos boa parte do parecer do Senador Arthur Virgílio. A parte que nós estamos incorporando Senador Arthur Virgílio é a parte do estabelecimento de sanção, caso as empresas operadoras não transiram. Então estamos concordando, ele concorda com a gente, com o projeto que eu apresentei, ele concorda, só a parte que hoje é feita por decreto ele acha que pode continuar por decreto. Acho que é mais seguro a gente transformar numa lei. Então por isso que eu peço que se vote de acordo com a proposta original e aí seria uma concordância, o mérito não tem nenhuma discordância entre eu e o Senador Arthur Virgílio. É só a forma que tem a discordância.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Renato Casagrande, é o seguinte, com a ausência do relator, nós estamos alterando o parecer do relator, eu acho que só poderíamos fazer essa alteração com concordância dele. Eu acho que não, ele estudou a matéria, ele fez um parecer, o Senador Arthur Virgílio é uma liderança relevante na Casa, eu acho que não seria, a pressa às vezes é inimiga da perfeição.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Concordo plenamente com o senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então nós adiaremos como segundo ponto de pauta da próxima reunião.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Concordo também, Sr. Presidente, é necessário que se ouça as opiniões e as ponderações do relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É o entendimento é sempre o melhor caminho, vamos então terça-feira que vem colocaremos como segundo ponto da pauta e peço que V.Ex^a. entre em contato com o relator para construir esse entendimento.

O item 8. Item 10. Vamos então em deferência ao Senador Osmar Dias, foi o primeiro Senador a chegar na Comissão, alterar a ordem. Então item 10. Projeto de Lei do Senado nº. 474/2007 não terminativo, altera os art. 48 e 103 da Lei 8.171 de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir entre os objetivos do crédito rural o estímulo à substituição do sistema de pecuária extensivo para sistema de pecuária intensiva. Autoria Senador João Tenório. Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº. 557/2007 não terminativo. Altera os art. 48 e 103 da Lei 8.171 de 17 de janeiro de 1991 com a finalidade de instituir objetivos do crédito rural estímulo ao desenvolvimento do sistema orgânico de produção agropecuária. Autoria Senador Antonio Carlos Valadares, relator Senador Osmar Dias. Parecer é favorável ao PL 474/2007 nos termos do substitutivo que apresenta e pelo arquivamento do PLS 555/2007. As matérias ainda serão apreciadas na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com decisão terminativa. Com a palavra o Senador relator Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, são dois projetos de extrema importância... Agradeço a V.Ex^a ter-me designado relator, porque ele faz parte inclusive daquele assunto que nós tratamos aqui numa Audiência Pública onde estiveram presentes os parlamentares franceses. Quando nós dizíamos o seguinte: O Brasil tem resposta a esta pergunta, se podemos produzir para alimentos ou só para alimentos ou devemos investir para produzir alimentos e biocombustíveis. A resposta é: Nós temos terra, temos clima, temos gente capacitada, temos tudo para produzir. Para suprir a demanda por alimentos, tanto interna quanto externa, contribuir nesse momento de crise de alimentos no mundo, e que a inflação volta a ameaçar o país exatamente em função dessa crise de alimentos, e temos tudo também para dar resposta à demanda por biocombustível, tanto da Europa, que quer mais o biodiesel, quanto dos Estados Unidos que quer mais o álcool. Um por razões mais econômicas e outro por razões mais ecológicas. E o Brasil pode, por razões econômicas, ecológicas e sociais produzir alimentos e produzir biocombustível.

E esse projeto vem de encontro, porque o projeto do Senador João Tenório, que acaba de chegar, ele propõe que a gente, que possamos incluir na lei 8.171/91, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição do sistema de pecuária extensiva pelo sistema de pecuária intensivo. Olha a importância desse projeto do Senador João Tenório. Nesse momento que estamos discutindo ele está propondo que o crédito rural possa ter como prioridade e objetivo, financiar o produtor que tem hoje uma pecuária extensiva e transformá-la em pecuária intensiva. O que vai

acontecer com isso? Vai sobrar área para a produção de grãos. O Brasil tem hoje 210 milhões de hectares de pastagens, e que a própria EMBRAPA reconhece metade disso são pastagens degradadas que têm um baixíssimo índice de produtividade. Se nós tomarmos 50, 60, 70 milhões de hectares dessas áreas e incorporarmos no sistema de produção de grãos, nós estaremos dobrando a capacidade do Brasil em produzir grãos, produzir grãos para alimentos, produzir grãos para o biocombustível.

Então, é uma política que está sendo colocada aqui como proposta pelo Senador João Tenório exatamente para contribuir nesse momento em que se debate a crise de alimentos no mundo para mostrar que o Brasil pode, sem nenhum prejuízo à produção de carne, porque ela continuará ou até aumentará com a pecuária intensiva, e mais qualidade inclusive nessa carne produzida para ganhar outros mercados lá fora, nós poderemos colocar esses 60 milhões de hectares, vamos colocar aqui, não de imediato, mas dentro de cinco, seis anos, incorporando isso no sistema produtivo de grãos. Crédito é importante. Tem outros mecanismos de política agrícola que poderão ser aqui também acrescentados. Mas o crédito é fundamental nesse momento.

Esses dias eu conversava com o ex-Ministro Roberto Rodrigues. Ele me dizia, eu perguntei a ele: "O que você acha que dever ser a primeira providência que o Governo deve colocar em prática para aproveitar essas pastagens degradadas e transformá-las em produção de grãos?" Ele disse: "Crédito. Sem crédito não dá". E eu acrescento: Crédito para aquisição de máquinas, porque eles vão precisar dessas máquinas, crédito para o custeio no plantio dessas lavouras, mas fundamentalmente crédito de investimento para que possam ter a estrutura de equipamentos, de máquinas, e infra-estrutura de armazéns para que eles possam transformar aquela área de produção de carne para a produção de grãos, de alimentos.

Bom, isso vai evitar inclusive o desmatamento, porque nós não precisaremos avançar em áreas de mata para incorporar no sistema produtivo essas novas áreas de produção de grãos. Então, é um projeto muito oportuno mesmo, eu quero cumprimentar o Senador João Tenório, ele vem dar resposta neste momento àquilo que o Brasil pode fazer para contribuir nesse debate mundial de crise de alimentos e crise de energia. Aqui está sem, nenhuma dúvida, um dos mecanismos, não é o único, mas um dos mecanismos de política agrícola que poderão ajudar neste momento a incorporar novas áreas no sistema produtivo, áreas degradadas que não estão produzindo, que não estão dando renda, e que poderão dar renda, gerar empregos, porque quando

você tira a pastagem e coloca a produção de grãos também multiplicam-se os empregos e é um projeto que pode contribuir muito nesse momento.

E outro projeto igualmente importante do Senador Valadares, que ele inclui o estímulo desenvolvimento orgânico de produção agropecuária, o sistema orgânico de produção agropecuária. O quê que significa isso? No momento que se criam nichos de mercados para os produtos orgânicos. No momento em que a exigência dos consumidores se torna cada vez mais forte. Em que se abrem perspectivas de exportação de produtos orgânicos, nós não podemos deixar de priorizar os produtores que estão hoje investindo na produção de orgânicos. Especialmente porque esses produtores, na grande maioria, são agricultores familiares. Porque a produção orgânica exige cuidados especiais e que demandam mais mão-de-obra, demandam mais custos, demandam muito maior cuidado para que aquela lavoura possa chegar ao final de seu ciclo produzindo, combater pragas, doenças sem usar defensivos agrícolas, isso não é em qualquer lugar e em qualquer área. É preciso ter uma área restrita, muitas vezes. Mas precisa de crédito específico. Objetivamente para aquela finalidade de produção de orgânicos. E a produção de orgânicos também tem, Sr. Presidente, a finalidade de incorporarmos no sistema produtivo mais áreas com menos degradação, menos poluição.

Eu creio que esses dois projetos eles se somam tanto no aspecto ambiental, porque aquele do João Tenório, do Senador João Tenório tem a qualidade de incorporando pastagem evitar desmatamento, e esse do Senador Valadares tem a qualidade de aumentar a produção, a produtividade, dar renda a produtores familiares, e a grandes e médios também se quiserem entrar nesse sistema, mas com o alimento de melhor qualidade e livre, evidentemente, de qualquer poluição ou de qualquer veneno que possa ter sido aplicado porque existe, evidentemente, a exigência para se registrar um produto orgânico de que não se tenha utilizado fertilizantes químicos, que não se tenha utilizado defensivos, etc.

Então para aprovar os dois projetos nós tínhamos que fazer um substitutivo. E foi o que nós estamos apresentando sem tirar evidentemente o mérito dos autores dos projetos, um substitutivo, que engloba os dois projetos ficando assim. O art. 48 da lei 8171, no seu inciso VII, fica apoiar a substituição do sistema de pecuária extensivo pelo sistema de pecuária intensivo. Atende, portanto, o projeto extraordinário, oportuno do Senador João Tenório. E o inciso VIII, estimular o desenvolvimento do sistema orgânico de produção agropecuária. Projeto tão importante também quanto o outro do Senador Antonio Carlos Valadares e que

eu tive o privilégio de relatar esses dois projetos pela oportunidade deles, pela importância deles para o país, Sr. Presidente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Osmar Dias pela intervenção, qualidade do parecer, parabenizar os dois autores que estão presentes, e queria Senador Gerson, antes de passar a palavra, chamar a atenção de duas questões, um, amanhã o Presidente estará lançando o Plano Safra no Paraná, em Londrina, quero sugerir que o Senador Osmar Dias esteja presente que acho que é momento importante da agricultura brasileira porque nesse cenário de pressão inflacionária dos alimentos, o Brasil tem uma grande oportunidade de aumentar sua safra, de dar uma resposta positiva e de crescer onde é possível crescer nessa conjuntura, especialmente no setor de alimentos.

Quero só lembrar que faz falta aqui o Senador Jonas Pinheiro para discutir essa matéria que era uma figura de grande competência na área, mas o Senador Osmar Dias o substitui à altura. E só queria parabenizar o projeto, porque dentro do Plano Safra do Governo, uma das metas é exatamente recuperar 50 milhões de hectares de área degradada de pastagem exatamente para poder avançar a agricultura de grãos. E registrar que nos últimos cinco anos o Brasil aumentou em 49,5% a safra de grãos, ampliou em 20% a área plantada de grãos, vamos para 47 milhões de hectares e que não há nenhuma procedência nas afirmações de que o nosso etanol é que devasta a Amazônia. Nós temos 137 milhões de hectares no bioma amazônico, e apenas sete milhões de hectares em álcool e açúcar, sendo que mais de 60 % está no Estado de São Paulo. O problema da floresta é muito mais a pecuária extensiva e algumas culturas.

Então esse é um caminho de modernização da agricultura brasileira, de aumentar a produtividade e eficiência, de ocupar melhor as áreas já abertas usando o crédito com uma política de direcionamento. E da mesma forma parabenizar o Senador Antonio Carlos Valadares por dar um estímulo à agricultura orgânica que cada vez cresce mais na... Como a preferência na vida dos consumidores, é uma agricultura mais saudável que está abrindo grande mercado internacional, precisa de mão-de-obra intensiva, muito afim a pequena agricultura familiar, então acho que são duas iniciativas que ajudam a orientar a política de crédito e um desenvolvimento saudável da nossa agricultura. Queria passar a palavra primeiro ao Senador Gerson Camata, depois Senador Renato Casagrande, seguramente os autores vão querer se manifestar e parabenizá-los por

essa iniciativa e ao relator pela forma como conduziu a matéria. Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, eu vou ser bem rápido, secundando o que V.Exª disse, esse projeto é inspirador. Parabéns Senador João Tenório, parabéns ao Senador Antonio Carlos Valadares, e o relator que conseguiu unir os dois projetos na mesma lei propondo as emendas. Vai de encontro às preocupações do Governo, que vinha manifestando desde o início do ano, e do Congresso da Fau, agora em Roma, da preocupação à necessidade da elevação da produção de grãos. Ao mesmo tempo em que você incentiva a pecuária intensiva, também o consumo de grãos vai aumentar por parte dos rebanhos que estão confinados. E a agricultura intensiva. Me passa aqui o Senador Osmar Dias, venda de orgânicos vai crescer 25% em supermercados. O levantamento feito pelo SEBRAE, comparando o ano 2006 com o ano de 2007, principalmente no Estado de São Paulo. Tanto é que vão representar 1,5 bilhões de reais.

Esse Senado e esse Congresso Nacional, Sr. Presidente, é na verdade um depósito, um banco de maravilhosas idéias que estão sempre aí efervescendo e apontando e emergindo em favor da defesa da população brasileira e das aspirações da população brasileira e para solucionar os problemas que vêm frequentemente ao encontro... Que a população enfrenta. De modo que eu quero cumprimentar os autores, cumprimentar o relator, e pena que nós não possamos fazer isso com o regime de super urgência, Sr. Presidente, para que ele vá direto para a Câmara e possa se transformar em lei imediatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Renato Casagrande, pediria só desculpas a V.Exª, mas... Hein?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Acho que agora vamos resolver a situação do Rio Grande do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Podíamos ter resolvido hoje também, não há nenhuma diferença, porque o Plenário só pode ser votado hoje mas está sendo construído um acordo para a gente poder remover os obstáculos à votação de Plenário. De qualquer forma a bancada pôde demonstrar seu trabalho, seu empenho na semana passada, a sua dedicação ao Estado. Eu acho que seguramente é bom para nossa bancada tão respeitada, bancada do Rio Grande.

V.Ex^a concede a palavra ao Senador Renato Casagrande, depois o nosso autor. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado Senador Aloizio Mercadante, Senador João Tenório pela concessão da palavra. E parabeno Senador João Tenório, parabeno Senador Antonio Carlos Valadares pela autoria, pelas autorias desses dois projetos. É importante que nós façamos um debate sobre esse tema, além da criação intensiva de gado de fato ter a possibilidade de retorno maior, econômico, é uma necessidade para nós hoje. Porque o gado criado de forma extensiva ele é antieconômico e ele não é eficiente para a área ambiental. Porque pela quantidade de água que o gado consome, pelo rendimento, pela transformação que é feita no consumo de água e no consumo de ração, pela quantidade... Para se produzir um quilo de carne, o gado já é um animal ineficiente, o frango é mais eficiente, o suíno é mais eficiente, transforma muito mais, transforma quantidade maior em carne com menos água e com menos ração. Então o gado já é por si só um animal, enquanto animal ineficiente nessa transformação. Então a gente tentar diminuir essa ineficiência é importante economicamente e é importante ambientalmente. Nessa visão da ocupação dos espaços.

Senador Mercadante colocou e eu estava no encontro internacional esse fim de semana sobre mudanças climáticas e o grande debate que se faz sobre biocombustível no Brasil. Se faz o debate na... Com a preocupação de que nós vamos ocupar a área da Floresta Amazônica ou área com cobertura florestal. Nós de fato ocupamos quase sete milhões de hectare com cana, que é uma quantidade três vezes menos do que a soja, nós temos mais de cem milhões de hectares ainda em condições de serem ocupados de forma mais produtiva, então nós temos condições enormes de ampliarmos área de cana, de ampliarmos áreas de alimentos, e temos se a gente conseguir ser eficiente na criação de gado, nós temos ainda mais áreas com disponibilidade. Então, só o meu comentário de aprovação para o Senador João Tenório, e também para o Senador Antonio Carlos Valadares, porque a produção orgânica hoje é uma produção importante também ambientalmente e importante para o equilíbrio do ecossistema do nosso planeta. Incentivarmos uma redução de uso de produtos químicos também é necessário para a saúde do ser humano e para o meio ambiente. Então o meu apoio e minha aprovação aos projetos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu queria discutir a matéria apenas dizer aqui ao ilustre Senador João Tenório, ilustre Senador Antonio Carlos Valadares, que é louvável o projeto de V.Exas. Todavia, nós gostaríamos nessa oportunidade de dizer que é fundamental que nesse Projeto de Lei, relatado pelo Senador Osmar Dias, buscarmos a linha de financiamento. Na verdade nós temos muita lei no Brasil que na verdade na prática quase nada de concreto acontece.

Quando V.Ex^a diz que nós vamos passar de... A pecuária brasileira, sobretudo os Estados, que detêm os maiores rebanhos do país, como é o caso do Mato Grosso e é o caso do Mato Grosso do Sul, nós temos primeiro e segundo colocado, de extensivo para intensivo, ele é fundamental. Entretanto o que se percebe hoje, V.Ex^a tem conhecimento, que a renda do produtor, sobretudo o homem que mexe com a pecuária, ela é muito pequena. Houve nesse exato momento até uma melhoria que vai permitir, com certeza, uma recuperação financeira da maioria dos pecuaristas brasileiros. Então praticamente literalmente quase todos falidos por falta de mercado e sobretudo de que nós tenhamos uma política clara, nítida em relação do que o Governo quer para a pecuária brasileira. E que me chama muita atenção na verdade é de que quando se propõe nós reduzirmos a área hoje, que é habitada pelo bovino brasileiro, sobretudo especificamente a região Centro-Oeste do Brasil, nós, especificamente, nós temos hoje 28 milhões de hectares ocupados na pecuária. E detêm um rebanho bovino de 26 bilhões de cabeça. Na verdade, é 0.8 a sua ocupação. É muito pequena. Eu tenho certeza que o... É interessante, é louvável, é criativo, é oportuno, mas o Governo precisa ter regras primeiro claras em relação à pecuária da agricultura brasileira. Se não bastasse isso, nós precisamos de linha de financiamento. V.Ex^a talvez não saiba, o pecuarista brasileiro hoje ele não tem suficiente caixa para comprar nem o calcário que é o mais barato na altura do campeonato. O calcário é muito barato. Nós dependemos hoje da parte da mecanização que é trator, do diesel, precisamos financiamento para fosfatar a terra, porque não é o suficiente nós jogarmos apenas um calcário. O fosfato que era há poucos dias atrás, o Senador Osmar Dias sabe, 450 reais a tonelada passou, Senador Gerson Camata, para quase 900 reais a tonelada. Torna-se inviável. Na medida em que nós tivermos linha de financiamento para essa área que já há alguns anos há, já há alguns anos, talvez V.Ex^a não saiba, para compra de matrizes, para compra do boi macho, não está tendo. No Mato Grosso não tem, que é o maior Estado pecuarista dessa nação. Então acho louvável.

Agora, esse projeto, não sei se vai dar garantia, se vai permitir que o Governo tenha financiamento para esta área. Nós fazemos o projeto, não tem o financiamento, é mesma coisa de que chover no molhado. Então é louvável, parabéns, mas eu espero que esse projeto possa trazer algo de concreto, sobretudo resultados promissores em relação à pecuária brasileira. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Jayme Campos pediu pela ordem e causou uma desordem aqui na nossa inscrição. Mas como ele é um homem afeito à pecuária, que vive um grande momento econômico, Brasil líder das exportações mundiais, o preço da arroba subindo, evidentemente ele precisa reforçar seu discurso e sua combatividade pecuarista. Vamos agora ao nosso autor, Senador João Tenório, autor da propositura, e depois Senador Antonio Carlos Valadares autor da outra propositura.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, Senador Osmar Dias, primeiro registro a minha admiração pelo trabalho que foi feito, V.Ex^a conseguiu sintetizar os dois projetos num só de maneira brilhante, e segundo agradecer as palavras de afeição...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador João, se V.Ex^a olhar demais para o Senador Osmar Dias ninguém vai ouvir o que fala e não ficará nos anais da Casa. Tem que falar no microfone.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): É difícil estando ao lado dele não olhar com frequência para o nosso nobre Senador. Mas Sr. Presidente, a pecuária brasileira ela foi montada, foi desenvolvida fundamentalmente baseado num tripé que deixou de existir. O tripé era o seguinte: terra demais, Brasil a vontade, muita terra, pouco capital, pouco capital e uma preocupação apenas relativa com as questões ambientais, o que era o cenário de 15, 20 anos atrás. Não havia essa preocupação devida que se encontra no mundo hoje. Isso é uma realidade. A outra realidade é que começamos a identificar uma discussão que a meu ver e ao ver de pessoas que se dedicam um pouco a estudar essa causa, ela é inoportuna e não cabível que é a questão do conflito entre áreas para produzir bioenergia, o conflito para produzir alimentos, área para produzir alimentos, e, sobretudo também a preocupação de não devastação de novas áreas para a questão ambiental.

Então, na verdade eu tive oportunidade de estar na comitiva brasileira que foi a Fau e a discussão é essa: a discussão é, biocombustível versus alimentos e ambos versus questões ambientais. Na verdade os números são absolutamente contundentes. O rebanho

brasileiro, segundo as informações, variam um pouco, mas é da ordem de grandeza de 200 milhões de cabeça de gado. Numa área aproximada de 180 a 200 milhões de hectares. O que faz com que a produtividade seja cerca de um animal por hectare. A migração da produção extensiva para a produção intensiva, integralmente, isso permitiria a elevação para níveis extremamente mais elevados, três, quatro animais por hectare. Mas, no primeiro momento, eu nem pensaria nessa hipótese. Eu acho que se o Brasil conseguir migrar de um animal por hectare para um e meio animal por hectare, isso já é um avanço extraordinário, importantíssimo, e que terá conseqüências absolutamente imprevisíveis. Vou dar alguns números aqui que nós conseguimos levantar, que são impressionantes. Se nós, na mesma, no mesmo tamanho do rebanho que nós temos hoje, migrar de uma produtividade de um animal por hectare para um e meio animal por hectare, nós conseguiríamos liberar cerca de 43 milhões de hectares de pecuária produzindo o mesmo gado, o mesmo rebanho que o Brasil produz hoje. O efeito de 43 milhões de área pronta, é bom que se diga, pronta, sem ser necessário derrubar uma árvore, ela está absolutamente disponível. Poderia ser transformado em oportunidade, nós poderíamos dizer o seguinte, isso se fosse totalmente utilizado para cana-de-açúcar, para produzir álcool, isso proporcionaria, Sr. Presidente, veja bem, poderia proporcionar 250 bilhões de litros de álcool. Olha que o Brasil produz 25 a 27 bilhões de litros de álcool e já é o segundo maior produtor do mundo. Isso poderia proporcionar produção de 250 bilhões de litro de álcool que significa, na prática, uma possibilidade de mistura de substituição de 12,5% de toda a gasolina usada no mundo, no mundo. Então a utilização de 42 ou 43 milhões de hectares por cana-de-açúcar poderia proporcionar álcool suficiente para uma mistura de 12,5% de todo o total da gasolina no mundo. O mundo consome cerca de dois trilhões de gasolina, 250 bilhões é mais ou menos 12,5% da produção. Ou alternativamente, cem milhões de produção de grão adicional. O Brasil produz hoje cerca de 140 milhões, 150 milhões, poderia crescer em 100 milhões a produção de grão, sem, repito, e sem competir com bioenergia, sem derrubar uma árvore.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A nossa área total de grão são 47 milhões de hectares.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): 47 milhões.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É praticamente é quase dobrar a área agrícola dedicada a grãos no Brasil.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Se a preferência for crescer com o rebanho, que é outra alternativa, então o Brasil poderia crescer dentro dessa proporção de 1,5 animal por hectare, poderia crescer isso para 64 milhões, para, não, mais 64 milhões de cabeças de gado no Brasil. Então, o impacto de um projeto desse são conseqüências assim absolutamente importantes e levando em consideração, repito, a questão ambiental. Isso será feito, ao contrário, recuperando terras que estão de certa forma degradadas sem agredir a Mata Atlântica, sem ser necessário derrubar uma árvore, não seria absolutamente necessário. Então, como a solução é evidentemente será um misto, mais cana, mais grãos e mais pecuária, então eu acho que esse projeto contempla as questões mais discutidas no mundo da agricultura de hoje que é a competição entre bioenergia com alimento versus agressão ambiental.

Eu acho que esse projeto ele contempla de uma maneira assim importante os três novos pilares. Porque os primeiros pilares era terra demais, dinheiro pouco, e preocupação apenas relativa com questões ambientais. Hoje o mundo está capitalizado, o Brasil está capitalizado, então dinheiro, se for orientado, como diz o nosso, concordo plenamente com a sua visão da questão, é preciso que se disponibilizem os recursos, não apenas coloque na lei, mas que se disponibilizem os recursos, mas o Brasil está numa situação financeira muito recomendável para pensar num projeto desse. Então a questão do capital não é mais uma questão limitadora. A questão de disponibilidade de terra começa a ser discutido, não é mais aquela disponibilidade que nós tínhamos há 15, 20 anos atrás, e a questão ambiental adquiriu uma importância que até então não existia. Então esse projeto ele contempla, sobretudo, cria um novo tripé para o desenvolvimento da agropecuária brasileira. Isso que eu desejo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradecer ao Senador João Tenório. Senador Antonio Carlos Valadares com a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, o Senador João Tenório e eu tivemos a oportunidade de no ano 2007 apresentarmos proposições diferenciadas sobre assuntos relevantes da agropecuária no Brasil. Alterando a lei nº. 8171 de 17 de janeiro de 1991 que é a lei que dispõe sobre a política agrícola. E o Senador relator, Senador Osmar Dias, ele fez uma junção das duas proposições transformando-as numa só, com os mesmos objetivos aqui nos dispusemos, eu e o Senador João Tenório, quando apresentamos essas proposições. A do Senador João Tenório procura substituir através do estímulo creditício a agricultura extensiva, digo melhor,

a agropecuária extensiva pela agropecuária intensiva. Fazendo com que se utilize a mesma área, o mesmo número de hectares para um número maior de bovinos, por exemplo, na pecuária na utilização de terras no Brasil. Isso significa uma economia substancial de áreas agricultáveis utilizadas no nosso país, de grande extensão territorial, mas onde a agricultura extensiva tem ocupado grandes áreas. Subtraindo espaços que poderiam ser empregados como, por exemplo, na agricultura, na produção de alimentos além da pecuária.

E, por outro lado, nós apresentamos uma outra proposição também alterando a lei 8171, que é a lei da política agrícola, fixando estímulos para a produção de agricultura orgânica. E a agricultura orgânica hoje o Brasil é o segundo maior produtor, sendo que 70% vai para o mercado externo. Quer dizer, a economia do nosso país hoje depende substancialmente da produção orgânica. E o estímulo a essa atividade significa mais divisas para o nosso país. Significa mais emprego, significa mais riqueza para o Brasil. Por isso o Senador Osmar Dias no poder de síntese extraordinário uniu essas duas proposições e em boa hora apresentou seu relatório, o seu parecer à Comissão de Assuntos Econômicos, mostrando que esta proposição estimula o desenvolvimento do sistema orgânico de produção agropecuária. E ainda diz o Senador Osmar Dias, o estímulo à pecuária intensiva reduz a pressão sobre as áreas de floresta e aumenta a produtividade do setor. Então, nesse sentido a própria assessoria técnica do Governo, que é muito exigente na aprovação de matérias, principalmente quando essas matérias se voltam para o sistema agropecuário do nosso país, termina concordando sobre esses dois aspectos. O prisma ambiental e o prisma da pressão que é exercida nas áreas florestais em função do interesse da prática da pecuária.

Então, Senador Osmar Dias, eu quero agradecer a V.Ex^a em ter aproveitado a nossa proposição que se volta para uma questão que hoje é preocupação no mundo inteiro, a redução de agrotóxicos na utilização, na atividade agropecuária, porque isso não só atinge o meio ambiente como também produz doenças nas pessoas que se utilizam diariamente de produtos contendo agrotóxicos. Então na medida em que nós utilizamos a agricultura orgânica, estamos preservando a saúde do povo brasileiro. Por isso, Sr. Presidente, eu enalteço o relatório do Senador Osmar Dias e também enalteço a idéia da agricultura, da prática da agricultura intensiva e também o estímulo creditício a essa prática da autoria do Senador João Tenório.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Antonio Carlos Valadares. Não havendo mais quem queira discutir,

vamos à votação. Os Senadores e Senadoras que são favoráveis ao projeto permaneçam como se encontram. Aprovado. Eu queria pedir--

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Sr. Presidente. Esse projeto é tão importante, ele coincide com o lançamento do Plano Safra, eu gostaria de pedir urgência na votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós temos um obstáculo regimental, que o projeto não é terminativo nessa Comissão. Então não cabe urgência. Teria que ser apreciado ainda na Comissão de Agricultura. Eu vou propor ao Presidente da Comissão de Agricultura que a gente faça um acordo para dar urgência dos líderes em Plenário. E se isso for aceito, nós poderíamos votar em Plenário com urgência. Caso contrário, se o Presidente da Comissão quiser... Porque a outra alternativa é votar na Comissão de Agricultura que aí respeitado o prazo interstício e não havendo nenhuma emenda, nenhuma alteração, ele vai direto à Câmara e tem a mesma eficácia, sem precisar passar pelo Plenário. Então, a minha sugestão, acho que facilitaria na reunião de Comissão de Agricultura, se reúne amanhã, né? Não é amanhã? Então, amanhã na Comissão de Agricultura, se o Presidente colocar como prioridade na pauta, nós poderíamos aprovar. Eu queria sugerir aos autores, eu me empenharei também nisso, tal relator, for votada amanhã na Comissão de Agricultura, ele já está conclusivamente aprovado no Senado se não houver emendas. E aí iria diretamente à Câmara dos Deputados e nós poderíamos, já amanhã mesmo, concluir pela votação no âmbito do Senado Federal. Acho que esse caminho é mais fácil e prestigia uma Comissão que, evidentemente, tem interesse no tratamento dessa matéria.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, estou de acordo e como sou da Comissão de Agricultura, farei o apelo ao Presidente amanhã para que paute e votemos amanhã mesmo.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, também sou da Comissão de Agricultura e V.Exª está realmente apresentando a sugestão viável e interessante. Inteiramente de acordo. Amanhã estarei defendendo a proposição de V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Essa aliança João Tenório, Osmar Dias e Antonio Carlos Valadares a gente é capaz até de fazer o cruzamento de jacaré com capivara. Portanto, seguramente será aprovado na Comissão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Adelmir Santana primeiro, depois Senadora Ideli.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, fiz um requerimento a esta Comissão, naturalmente não com o objetivo de obstar o andamento do Projeto de Lei do item 9. Vários requerimentos foram colocados em votação, aprovados, e o meu requerimento não foi levado em consideração. O quê que eu gostaria... Qual era o objetivo desse nosso requerimento? Era exatamente discutir essa matéria, porque todos nós aqui temos... Sabemos e temos colocado, outros Senadores têm feito isso, a posição da ANVISA que tem legislado sobre muitas matérias e exorbitando inclusive de algumas outras questões que não lhe dizem respeito. O projeto, o relator, inclusive recusa o projeto. Mas o meu objetivo com esse requerimento era discutir essa questão da ANVISA.

Então eu quero saber, eu quero que o senhor me explique as razões porque o meu requerimento não foi objetivamente colocado em votação. Não foi levado em conta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Adelmir, faço questão de explicar, ainda mais a V.Exª que é um Senador tão atuante e tem ajudado tanto essa Comissão.

Por duas razões. Primeiro que nós temos já um requerimento aprovado que trata exatamente de uma Audiência Pública para discutir patentes e procedimentos do marco regulatório de fármacos. Aonde está a ANVISA, INPI e qualquer outro nome que V.Exª quiser sugerir nós incorporaremos. Esta audiência já está prevista na Comissão. Como esse projeto não era terminativo, estava na pauta em regime de votação, o art. 242 exige que nesse caso o autor tem que estar presente. Como V.Exª não estava presente, e era, claramente era um requerimento que se fosse vinculado ao projeto suspenderia a votação, nós aprovamos. Como não é terminativo, tem duas comissões que o projeto vai tramitar, nós faremos essa questão do papel da ANVISA, marco regulatório, patentes, polimorfos, enfim, já há uma audiência prevista na Comissão. Foi apenas por essa razão. Então nós marcaremos de comum acordo na Comissão, se V.Exª quiser sugerir algum outro nome nessa audiência, nós, evidentemente, incorporaremos e este projeto específico ainda vai passar por mais duas comissões. Foi apenas por essa razão.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Certamente vou insistir nessa convocação, nesse requerimento em outras comissões. Mas eu não poderia deixar de pedir essa--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Absolutamente correto.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF):

Achei extremamente, até pela sua elegância, pela relação que temos...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas V.Ex^a viu que eu fui. Eu só concedi ao relator, Senador Sérgio Guerra, que pediu inversão de pauta. E ele faz tempo que vem na Comissão--

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Lamentavelmente como eu pensava, eu estava na Casa, mas sabendo que era o item 9, eu não me apressei em vir aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu peço desculpas a V.Ex^a, quis fazer uma gentileza ao Senador Sérgio Guerra e acabei prejudicando.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): E fez um prejuízo a mim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu fiz. Mas V.Ex^a não está prejudicado. Tem mais duas comissões para tratar do assunto, fora o Plenário. Então tem um longo caminho para tratar essa matéria e faremos a audiência com qualquer... Porque os nomes já estão... Praticamente são os mesmos nomes. Eu acho que tem uma exceção que é o ex-Deputado Ney Lopes que não estava na Audiência Pública.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Quer dizer, nessa intercessão existe esses nomes já na Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Porque todo mundo quer discutir esse tema com profundidade, tem vários projetos que tratam desse assunto. Então nós faremos a Audiência Pública o mais breve possível. Se possível faremos antes de terminar ainda o recesso parlamentar. Vamos ver se a semana que vem a gente consegue fazer.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Agradeço a V.Ex^a pela explicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E peço desculpas a V.Ex^a.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem Sr. Presidente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, nós pedimos e foi acatado pela Comissão, uma inclusão na pauta do PL 95 que trata do Fundo Nacional de Desenvolvimento dos Museus, se nós tivermos quórum, eu gostaria de poder, pedir, né, inversão de pauta para fazer sua apreciação até porque nós temos matéria na Comissão de Educação onde eu também sou relatora de várias matérias, então se pudéssemos...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos colocar. Só que antes disso eu tenho que votar o item 10 que pelos encaminhamentos acabou sendo prejudicado. Os Senadores e Senadoras que são favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado o projeto do Senador João Tenório e Antonio Carlos Valadares, não temos substitutivos. Senador Osmar Dias.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, mais uma vez as inversões de pauta pode considerar leva a alguém a ter prejuízo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pode. Mas nós temos feito inversão de pauta para votar primeiro os não terminativos. Por causa da questão de quórum. Então, sempre que há uma demanda de algum Senador a gente acaba concedendo. Mas de qualquer forma a intenção não era essa, sinceramente, Senador Adelmir. Como esse tema vai continuar sendo debatido na Casa, tem um longo percurso, tenho certeza que não faltará oportunidade. E na Audiência Pública nós voltaremos a tratar essa matéria com rigor. Se não houver objeção, nós poderemos conceder essa solicitação à Senadora Ideli, porque vai haver o encontro dos Geólogos do Brasil e ela gostaria que essa proposição fosse apresentada já com o parecer favorável dessa Comissão. A proposta prevê... Altera a lei número... Não.

Projeto de Lei do Senado nº. 95/08, terminativo. Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento dos Museus, autoria Senadora Ideli Salvatti, o relator Senador Gim Argello. Parecer é favorável ao projeto e às emendas nº. 1 e nº 2 da Comissão de Educação apresentando ainda a emenda nº. 3. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação e Cultura e Esporte com parecer favorável ao projeto com as emendas 1 e 2 e agora teremos o parecer do Senador Gim Argello e agradeço a ele o empenho com que trabalhou para que pudéssemos agilizar essa sugestão. Com a palavra o relator. Eu peço objetividade no relatório para que a gente possa ter quórum para votar, porque é terminativo.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito bem, Sr. Presidente. Só parabenizar a Senadora Ideli Salvatti com um projeto tão importante que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento de Museus, ela copilou todas legislações e realmente é um projeto que se faz muito necessário no nosso território, tendo em vista a quantidade de museus que nós temos no nosso país e que realmente não tem a assistência merecida.

Veja você, nós temos mais de 2500 museus no Brasil e que agora com esse projeto vão poder ser olhados. Vejam vocês, tem 2500 centros museológicos, responsável preservação da memória brasileira.

A maior parte dela está concentrada no sudeste com 943 e no sul com 712. Dispõe na análise muito... Em cima disso, Senador Mão Santa, só um segundinho. Vou direto ao voto, Sr. Presidente. Diante do exposto o voto é favorável à aprovação do PLS nº 95/2008, com as emendas aprovadas na Comissão de Educação e Cultura e Esporte e acrescida da emenda da CAE, e a emenda da CAE, a presente emenda encontra justificativa do fato da não existência de concursos de loterias federais da cultura, embora seja uma proposta de tramitação, ainda não transformada em lei. Então, foi todos os quesitos olhados. E também o art. 6º. O Poder Executivo para fim de observância do estabelecido no inciso II do art. 17 da Lei Complementar nº. 101 de 4 de maio de 2000, estimará despesa decorrente dessa lei a qual será compensada pela margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado explicitado na Lei de Diretrizes Orçamentárias incluirá no Projeto de Lei orçamentário cuja apresentação se deve após decorrido 60 dias da publicação dessa lei. Portanto, é uma lei... É um Projeto de Lei autorizativo aonde vai ser criado o nosso Fundo Nacional de Desenvolvimento de Museus. Parabenizo a nobre Senadora Ideli Salvatti e nosso voto é favorável.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Suplicy está com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sou o próximo orador. Preciso estar no Plenário. Peço que considere meu voto como sim, por favor, Sr. Presidente. É terminativo. Se posso registrar meu voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Se não houver ninguém para discutir a matéria, nós iremos direto à votação. Não havendo ninguém para debater a matéria, vamos à votação. Senadores e Senadoras que são favoráveis à votação, é nominal, Senador Eduardo Suplicy, voto sim. E também a emenda, né? As emendas também? Voto sim. Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sou autora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Conta para quórum. Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador César Borges. Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Com o Gim Argello.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o Gim Argello. Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Adelmir Santana.

SENADOR ALDEMIR SANTANA (DEM-DF): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador João Tenório. Senador Gim Argello, voto conhecido. Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com a autora Ideli e com o relator Gim. Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com o relator, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Valter Pereira. Já foi. Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sim. Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Todos os Senadores votaram. Aprovado por unanimidade. V.Exª poderá fazer discurso no Encontro Nacional de Museologia, contribuindo para a preservação da memória, da cultura e da nossa identidade cultural.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço, Sr. Presidente. Em primeiro lugar ao Senador Zambiasi que já teve que se retirar porque nós temos votação na Comissão de Educação, ele foi o relator na Comissão de Educação, aliás, as emendas que ele apresentou foram acatadas pelo relator aqui nesta Comissão, Senador Gim Argello, a quem também eu agradeço muito pela presteza, a rapidez com que fez o parecer atendendo ao nosso apelo para que a gente possa exatamente apresentar a estes que com toda dificuldade mantém viva a cultura, preservam a cultura, a história do nosso país atuando em mais de 2.500 instituições que preservam a memória nacional nas instituições e nos inúmeros museus, eu queria agradecer a toda a comissão pela aprovação por unanimidade e de forma muito especial ao Senador Gim Argello.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E V.Ex^a com essa autoria, Senador Gim Argello com esse parecer, seguramente preservarão seus mandatos em algum museu da história do Parlamento brasileiro. Com destaque merecido.

Eu queria agradecer a presença de todos e dado a produtividade que nós tivemos na Comissão, o resto da pauta nós retomaremos na próxima semana. Muito obrigado. Está encerrada essa nossa Sessão.

Sessão encerrada às 12h00.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia oito de julho do ano de dois mil e oito, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, Romero Jucá, Valdir Raupp, Pedro Simon, Mão Santa, Geovani Borges, Neuto de Conto, Valter Pereira, Leomar Quintanilha, Paulo Duque, Adelmir Santana, Heráclito Fortes, Eliseu Resende, Jayme Campos, Marco Antônio Costa, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Gilberto Goellner, Antonio Carlos Júnior, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Marconi Perillo, Gim Argello, Sérgio Zambiasi, Osmar Dias e Jefferson Praia. Deixam de comparecer os Senadores Gerson Camata, Raimundo Colombo, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Cícero Lucena, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado e João Vicente Claudino. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, o Presidente da Comissão, Senador Aloizio Mercadante, comunica o recebimento do Aviso nº 37/08, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de maio de 2008, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência passa, a seguir, à apreciação da primeira parte da Reunião, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 125, de 2008, de autoria do Presidente da República,

não terminativa, que “submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “F” da Constituição Federal, combinado com o art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, o nome do Senhor Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade do Ministério da Justiça, na vaga decorrente do término do mandato de Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado”, tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece Parecer a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Gim Argello, usa da palavra o Sr. Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo para fazer sua exposição. Após a exposição, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Renato Casagrande, Flexa Ribeiro, Aloizio Mercadante, Expedito Júnior, Heráclito Fortes, Delcídio Amaral e Adelmir Santana. Encerrada a votação secreta, a Presidência convida os Senadores Francisco Dornelles e Jefferson Praia para atuarem como escrutinadores. Procedido o escrutínio, a Comissão aprova a indicação do Sr. Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo por vinte e cinco votos favoráveis, um voto contrário e nenhuma abstenção; Item 02-Mensagem do Senado Federal nº 126, de 2008, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “F” da Constituição Federal, combinado com o art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, o nome do Senhor Olavo Zago Chinaglia, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade do Ministério da Justiça, na vaga decorrente do término do mandato de Ricardo Villas Boas Cueva”, tendo como Relator o Senador Heráclito Fortes, que oferece Parecer a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Antonio Carlos Júnior, usa da palavra o Sr. Olavo Zago Chinaglia para fazer sua exposição. Após a exposição, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Renato Casagrande, Flexa Ribeiro, Aloizio Mercadante, Expedito Júnior, Heráclito Fortes, Delcídio Amaral e Adelmir Santana. Encerrada a votação secreta, a Presidência convida os Senadores Francisco Dornelles e Jefferson Praia para atuarem como escrutinadores. Procedido o escrutínio, a Comissão aprova a indicação do Sr. Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo por vinte e cinco votos favoráveis, um voto contrário e nenhuma abstenção; Item 03-Mensagem do Senado Federal nº 127, de 2008, não terminativa, que “submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “F” da Constituição Federal, combinado com o art. 4º

da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, o nome do Senhor Vinícius Marques de Carvalho, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade do Ministério da Justiça, na vaga decorrente do término do mandato de Luiz Fernando Rigato Vasconcellos”, de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Adelmir Santana, que oferece Parecer a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Eduardo Azeredo, usa da palavra o Sr. Vinícius Marques de Carvalho para fazer sua exposição. Após a exposição, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Renato Casagrande, Flexa Ribeiro, Aloizio Mercadante, Expedito Júnior, Heráclito Fortes, Delcídio Amaral e Adelmir Santana. Encerrada a votação secreta, a Presidência convida os Senadores Francisco Dornelles e Jefferson Praia para atuarem como escrutinadores. Procedido o escrutínio, a Comissão aprova a indicação do Sr. Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo por vinte e quatro votos favoráveis, dois votos contrários e nenhuma abstenção. Em seguida, o Presidente dá início à segunda parte da Reunião, Item 01-Projeto de Resolução do Senado nº 24, de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias, que “revoga os §§ 7º e 8º do art. 2º da Resolução do Senado nº 98, de 1998. (Que tratam da assunção da obrigação de pagamento por parte da União, mediante retenção do FPE, de débito do Estado do Paraná)”, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Senador Valdir Raupp, usam da palavra para discutir os Senadores Osmar Dias, Flexa Ribeiro, Valter Pereira, Francisco Dornelles, Expedito Júnior e Romeu Tuma. A Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 02– Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que “altera dispositivos da Lei n.º 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a competência da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para arrecadar e aplicar sanções administrativas”, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 03-Mensagem do Senado Federal nº 129, de 2008, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil,

no valor de até US\$ 42,790,000.00 (quarenta e dois milhões, setecentos e noventa mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Sorocaba, Estado de São Paulo, e a Cooperação Andina de Fomento – CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Ambiental e de Integração Social do Município de Sorocaba”, tendo como Relator o Senador Valter Pereira que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. A Presidência comunica que, de acordo com a Resolução nº 43/01 do Senado Federal, encontra-se presente para acompanhar a apreciação da Matéria o Sr. Maurício Biazotto Corte, Secretário de Governo e Planejamento da Prefeitura de Sorocaba e, ainda, representando o Tesouro Nacional, o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional-Ministério da Fazenda. Após a leitura do Relatório pelo Senador Valter Pereira e colocada a Matéria em discussão, usam da palavra os Senadores Marconi Perillo, Osmar Dias e Flexa Ribeiro. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 04-Mensagem do Senado Federal nº 132, de 2008, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 39,100,000.00 (trinta e nove milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Vitória, Estado do Espírito Santo, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento do “Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Vitória”, tendo como Relator o Senador Pedro Simon que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. A Presidência comunica que, de acordo com a Resolução nº 43/01 do Senado Federal, encontra-se presente para acompanhar a apreciação da Matéria o Sr. João Luiz Paste, Secretário de Projeto e Obras Especiais de Vitória e, ainda, representando o Tesouro Nacional, o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional-Ministério da Fazenda. Após a leitura do Relatório pelo Senador Pedro Simon, usa da palavra o Senador Renato Casagrande. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 05-Projeto de Resolução do Senado nº 26, de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá, que “altera dispositivo da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal. (Modifica o cálculo do com-

prometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada)”, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma que oferece Parecer favorável ao Projeto. Em 01/07/08 foi concedida Vista ao Senador Marconi Perillo que devolveu com Voto em Separado concluindo pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2003, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Octávio, que “faculta às pessoas jurídicas o armazenamento dos livros comerciais “Livro Diário” e “Livro Razão” em meio magnético”, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece Parecer Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com Parecer favorável ao Projetos nos termos de um Substitutivo. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Senador Francisco Dornelles, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 02-CAE (Substitutivo); Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que “altera a alínea “c” do art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, a fim de modificar os fusos horários dos Estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul do fuso horário de Greenwich menos quatro horas para o fuso horário Greenwich menos três horas” tendo como Relator o Senador Geovani Borges que oferece Parecer Favorável com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2007, não terminativo, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que “institui o Balanço Social Empresarial, autoriza a criação do Selo Empresa Responsável, altera o § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e o inciso IV do art. 3º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências” tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2006, terminativo, de autoria do Senador Marcos Guerra, que “acrescenta o inciso VI ao art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos representantes comerciais a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis”, ten-

do como Relator o Senador Eliseu Resende, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 06/05/08, foi concedida Vista ao Senador Gim Argello, que devolveu com Voto em Separado concluindo pela aprovação do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2003, terminativo, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que “altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra”, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 01-CRA (Substitutivo), aprovada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a Subemenda que apresenta. Em 06/05/08, foi concedida Vista ao Senador Eduardo Suplicy que devolveu sem manifestação. A apreciação da Matéria é adiada; Item 11– Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2006, não terminativo, de autoria do Senador Marcos Guerra, que “acrescenta art. 2º-A à Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e art. 1º à Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, e art. 2º-D, à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para permitir a concessão dos benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e de Vale-Transporte aos trabalhadores desempregados, durante o período de frequência a curso de capacitação, readaptação ou reciclagem, e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Wellington Salgado, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 12– Projeto de Lei do Senado nº 616, de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção dos depósitos judiciais em instituições financeiras oficiais e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 273, de 2003, não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para permitir ao empregado participar do capital da empresa em que trabalha, utilizando-se do saldo do referido Fundo”, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com decisão terminativa. Em 06/03/07, foi concedida Vista ao Senador Romeu Tuma, que devolveu sem

manifestação. Em 30/06/08, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Romero Jucá, concluindo pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **ALOIZIO MERCADANTE**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queremos solicitar a presença dos Senadores para darmos início à nossa sessão ordinária. Temos uma pauta bastante carregada. A arguição de representantes do CADE, que é fundamental que se faça hoje para não prejudicar o quorum da instituição, créditos a serem aprovados e vários projetos de lei que ficaram acordados que seriam aprovados na sessão de hoje. Gostaria de pedir a todos Senadores que se dirijam imediatamente à Comissão para nós darmos início aos nossos trabalhos.

Nós teremos hoje nessa 19ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Ordinária a arguição de três Conselheiros do CADE. O Presidente da República encaminhou nos termos do art. 52, inciso III da alínea F da Constituição Federal, combinado com o art. 4 da Lei 8884 de 11 de junho de 94, o nome do Sr. Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo para exercer o cargo de Conselheiro no Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE, do Ministério da Justiça na vaga decorrente do término de mandato de Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado, Economista competente que hoje nos brinda também com a sua presença.

Também encaminhou nos termos do art. 52, inciso III alínea F da Constituição Federal, combinado com o art. 4º da lei 8884 de 11 de junho de 94 o nome do Sr. Olavo Zago Chinaglia, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho de Administração de Defesa Econômica CADE, Ministério da Justiça, na vaga decorrente do término do mandato de Ricardo Villas Boas Cueva.

Primeiro relator será o Senador Gim Argello. No segundo indicado será o Senador Heráclito Fortes, que foi receber o Embaixador da Coreia e rapidamente retorna à nossa comissão.

E também a mensagem 127/08 que submete à consideração do Senado Federal nos termos do art. 52, inciso III alínea F da Constituição Federal combinado com o art. 4º da lei 8884 de 11 de junho de 94 o nome do Sr. Vinícius Marques de Carvalho para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE, Ministério da Justiça,

na vaga decorrente do término do mandato de Luiz Fernando Rigato Vasconcellos. As três indicações do Presidente da República já estão presentes na pauta, e os indicados também estão presentes na nossa comissão. Acho que nós poderíamos... Senador Osmar Dias com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem. Presidente, além da pauta que V. Exª acaba de anunciar, os três primeiros itens que se tratam de mensagem para arguição dos candidatos ao CADE, nós ainda temos uma matéria que é do Item 1 da segunda parte que é do interesse do Estado do Paraná. Então eu pediria à secretaria da comissão para que entrasse em contato com os gabinetes dos senadores no sentido de nós formarmos o quorum suficiente para a votação de matérias também. E gostaria, Senador Mercadante, eu estou preparando um projeto de lei e esse projeto de lei tem como objetivo uma questão de extrema importância que eu gostaria... Não de ouvir a opinião de V. Exª, mas ter a autorização de V. Exª para que assim que apresentado esse projeto pudesse constar da pauta pelo interesse que ele gera entre principalmente o magistério público. É que pela Lei de Responsabilidade Fiscal os Municípios não podem gastar mais do que 54% de suas receitas com pessoal. Ocorre que nós temos hoje o FUNDEB. E está ocorrendo um fato inusitado. Sobrando recursos do FUNDEB que não podem ser aplicados em determinadas finalidades. Por exemplo, se tomarmos os 54% de limite, mesmo que haja um excedente de recursos do FUNDEB, se não for aquele recurso para construção, para equipamentos, ele não pode ser utilizado para melhorar o salário dos professores em função da Lei de Responsabilidade Fiscal. E eu quero apresentar pelo menos para debater o assunto um Projeto de Lei que exclua os recursos do FUNDEB dessa exigência de cumprir os 54%. Porque acredito eu que nós poderíamos dar aí um grande avanço no sentido da valorização do magistério, da melhoria do salário dos professores do ensino público no país. Se nós déssemos essa condição, ou seja, não contar os recursos do FUNDEB para efeito do cálculo dos 50% da receita líquida que é calculado para limitador dos gastos com pessoal. Aí nós poderíamos usar os recursos do FUNDEB também para correção do salário. O que eu peço é que V. Exª considere a oportunidade de nós debatermos pelo menos esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Faremos isso, Senador Osmar Dias, com a maior urgência. Quero lembrar também que nós temos dois empréstimos e precisam ser votados pra não prejudicar entes federados. Município de Sorocaba no Estado de São Paulo e do Município de Vitória no Espírito Santo. E gostaria que os dois

processos, um a relatoria o Senador Valter Pereira já encaminhou e o Senador Pedro Simon é o relator da segunda matéria.

Então vamos dar início então à arguição dos três representantes do CADE para depois imediatamente votaremos os empréstimos e demais itens da pauta.

Queria chamar então Vinícius Marques de Carvalho, Olavo Zago Chinaglia e Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo para darmos início à Audiência Pública que diz respeito à arguição dos indicados pelas mensagens 125, 126 e 127 do Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Antes de... Declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa e a leitura da aprovação da ata da reunião anterior. Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A ata está aprovada e será publicada no diário do Senado Federal.

Comunico aos membros desta Comissão que recebemos os seguintes documentos para nosso conhecimento. Aviso nº 37/08 encaminhando em cumprimento ao dispositivo da Lei nº. 9069/95 o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de maio de 2008, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais e a ela vinculadas. O expediente será encaminhado aos membros da comissão por meio de ofício circular. Daremos então a arguição, passando a palavra primeiro para o Relator Gim Argello apresentar o seu voto na indicação do Sr. Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente, pela ordem. Antes do relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

O Senador Demóstenes Torres não apresentou relatório ainda do candidato a Presidente, é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não foi apresentado. Ele nos comunicou na sexta-feira o declínio dessa possibilidade e nós por recomendação das lideranças do governo Romero Jucá e líderes da oposição Arthur Virgílio e José Agripino, achamos por bem transferir para segunda semana de agosto onde faremos a arguição e debateremos com profundidade o tema da presidência do CADE. Vamos então agora à relatoria do Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Senhores futuros conselheiros. O relatório da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a mensagem 125/08, do Sr. Presidente da República que submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Carlos Emmanuel Jo-

ppert Ragazzo, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE, do Ministério da Justiça. Na vaga decorrente do término de mandato do Sr. Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado. Por intermédio da mensagem 125/08, mensagem nº 401 de 18 de junho de 2002 na origem e nos termos do art. 52, inciso III da alínea F da Constituição combinado com o disposto no art. 4º da Lei nº 8884 de 11 de junho de 1994, o Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE, na vaga decorrente do término do mandato de Luis Carlos Thadeu Delorme Prado. Segundo consta no *curriculum vitae* que acompanha a mensagem, Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo é brasileiro, nasceu em 20 de março de 1977 no Rio de Janeiro, filho de Gilda Joppert da Silva e Darso Registro(F) Ragazzo, é portador da série de identidade nº. 108652041-1, do Instituto Félix Pacheco do Rio de Janeiro, inscrito no CPF com o número 011787237-71. O indicado é bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC Rio de Janeiro, curso concluído em 1999. Fez pós-graduação em Direito do Consumidor na Universidade Cândido Mendes, curso concluído em julho de 2001, com louvor. Tem título... Pela Universidade de Nova York em curso concluído de Mestre em 2002. É mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tendo graduado em 2005 com distinção e louvor. Atualmente é doutorado em Direito pela UERJ. Sua experiência profissional compreende atividades de estagiário de Advogado do escritório Pinheiro Neto Advogados no Rio de Janeiro. No período de 1997 a 2001. Estagiário da Federação [ininteligível] Nova York em 2002, e Coordenador-Geral de Defesa da Concorrência da Secretaria de Acompanhamento Econômico em Brasília desde 2003. No campo acadêmico o indicado lecionou Direitos da Concorrência e Regulação na graduação da Faculdade de Direito da UERJ em 2003 e 2007. Participou de Grupos de Pesquisa e Análise Econômica do Direito de Concorrência entre 2004 e 2005 na mesma instituição. E lecionou Direito Privado Patrimonial na pós-graduação da PUC, Rio de Janeiro, em 2006. Foi também Coordenador Editorial da Revista de Direito da Cidade do programa de pós-graduação stricto sensu da Faculdade de Direito UERJ. Em 2007, 2005 a 2007. Além disso, participou como palestrante de diversos eventos acadêmicos. Publicou três livros, dois dos quais como co-autor, e mais de uma dezena de artigos em jornais e revistas especializadas. Por fim, consta do currículo remetido a essa Casa Legislativa que o indicado foi aprovado no

exame de Ordem do Estado de Nova York, aprovado no concurso para Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental em 2005, foi Consultor do Governo de Angola na área de Defesa da Concorrência em 2007 e é membro titular do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Em vista do exposto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, consideramos que os integrantes dessa Comissão dispõem dos elementos informativos necessários e suficientes para deliberarem a respeito da indicação do Sr. Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Esse é o Relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Gim Argello. Eu solicitaria se o Senador Antonio Carlos Júnior poderia apresentar o Relatório do Senador Heráclito. Ele estava presente inclusive no horário do início da nossa reunião, mas se retirou para receber o Embaixador da Coreia que está visitando o Senado Federal. Então ele pediu que... Ele está vindo, mas de qualquer forma ele está num compromisso inadiável, e o outro, o nosso Relator Senador Adelmir Santana também está a caminho da Comissão. Pediria ao Senador Antonio Carlos Júnior se poderia ler o Relatório do Senador Heráclito Fortes.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Por intermédio da mensagem nº. 126/08, nº. 402/08 na origem e nos termos do art. 52, inciso III alínea F da Constituição combinado com o disposto no art. 4º da lei 8884 de 11 de junho de 94, o Exmo. Sr. Presidente da República submete à consideração do Senado o nome do Sr. Olavo Zago Chinaglia para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE, na vaga decorrente do término do mandato de Ricardo Villas Boas Cueva. Conforme o curriculum vitae que acompanha a mensagem, o indicado filho do Deputado Arlindo Chinaglia e da Sra. Tereza Zago Chinaglia, nascido em 10 de maio de 75 nesta capital é bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo, especialista em Direito Empresarial pela Escola Paulista de Magistratura diplomado pela Associação Brasileira de Formação de Governantes e tem doutorado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na área de concentração em Direito Comercial, com tese intitulada Destinação dos elementos intangíveis do estabelecimento empresarial e do aviamento na instituição parcial do vínculo societário. Ademais é Professor de Direito Econômico na graduação e na pós-graduação da Faculdade de Direito da Fundação Armando Álvares Penteado desde 2005 e

lecionou a disciplina de Direito Comercial no Centro Universitário UNIFMU nos anos de 2002 e 2003. Atua também como Advogado nas áreas de Direito Econômico e Comercial sendo inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil seção São Paulo desde maio de 98. É sócio do escritório Velloso, Pugliese & Guidoni Advogados desde 2006, tendo também atuado como sócio no escritório de Advocacia de José Del Chiaro, de 2000 a 2006, e como Advogado associado nos escritórios Tozzini, Freire, Teixeira e Silva Advogados e Hélio Batista Advogados. Dr. Chinaglia já proferiu diversas palestras sobre temas ligadas ao Direito Comercial, e publicou o artigo *Brasilien* [ininteligível] *Finest Magazine*, editado em Londres. Em vista do exposto, consideramos que os integrantes dessa Comissão dispõem dos elementos informativos necessários e suficientes para deliberarem a respeito da indicação do Sr. Olavo Zago Chinaglia para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE. Este é o Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Antonio Carlos Júnior e agora solicitaria ao Senador Eduardo Azeredo se poderia oferecer o Relatório apresentado pelo Senador Adelmir Santana, referente à indicação de Vinícius Marques de Carvalho.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O cargo para o qual o candidato foi indicado evidentemente é de grande importância para a defesa da concorrência no Brasil, haja vista o rol de competência atribuído aos conselheiros, e prevê emitir votos dos processos questões submetidas ao Plenário do CADE, proferir despachos, lavrar decisões nos processos que forem relatores, submeter ao Plenário a requisição de informações e documentos quaisquer pessoas órgãos ou autoridades entidades públicas ou privadas a serem mantidas sob sigilo legal, quando for o caso, bem como determinar as diligências que se fizerem necessárias no exercício das suas funções, ainda adotar medidas preventivas fixando o valor da multa diária pelo seu descumprimento e desincumbir-se das demais tarefas que forem acometidas pelo Regimento Interno do CADE. O currículo do candidato mostra que ele nasceu em 1977, é filho de Demitrio de Carvalho, e Cleide da Costa Carvalho, bacharel em direito desde 2001 pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Doutor Em Direito Comercial em 2007 pela Faculdade de Direito também de São Paulo, e Doutor em Direito Econômico Comparado em 2007, pela Universidade de Paris, em regime de co-orientação com a Universidade de São Paulo. É professor do curso de Especialização de Direito Econômico setores regulados e do Curso de Graduação da Escola de Direito da Fundação Getúlio

Vargas em São Paulo. É ainda especialista em políticas públicas e gestão governamental em exercício na Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Foi anteriormente Assessor da Presidência do CADE, atuando no acompanhamento da execução das decisões do Conselho na Assessoria Parlamentar Legislativa. Foi Assessor Parlamentar do Senado Federal, com atuação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ainda Assessor Parlamentar da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, Administrador de Condomínio e Assessor Jurídico da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano no Município de São Paulo. O candidato publicou ainda diversos art.s em revistas especializadas, com destaque para sua tese de doutorado apresentada em agosto de 2007, na Universidade de Paris, Panteon Sorbone e na Universidade de São Paulo, denominada Estado e setor privado na gestão de serviço e saneamento básico no Brasil. Uma análise jurídica a partir do exemplo francês. Em síntese, Sr. Presidente e Srs. Senadores, as informações contidas no currículo anexado à mensagem 127/08 demonstra que o Sr. Vinícius Marques de Carvalho reúne os atributos requeridos para exercer o cargo que foi escolhido pelo excelentíssimo Sr. Presidente da República. Nesse termo submetendo a indicação constante na referida mensagem presidencial a apreciação e julgamento dessa Comissão, voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Eduardo Azeredo. Vamos iniciar então a nossa arguição. Queria também registrar a presença da Economista Elisabeth Farina que esteve à frente da Presidência do CADE durante todo este período, e está nos prestigiando aqui neste momento. Nós passaremos a palavra então agora a vocês para uma breve intervenção e depois para a sabatina para que os Senadores possam fazer as perguntas que julgarem oportunas. Com a palavra o Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo.

SR. CARLOS EMMANUEL JOPPERT RAGAZZO: Bom dia a todos. Eu gostaria de agradecer a relatoria do Senador Gim Argello, e aproveitar essa breve exposição para falar um pouco sobre o desenvolvimento do sistema brasileiro de defesa à concorrência. Queria fazer isso dividindo um pouco em gerações, em etapas. Essa primeira etapa já tem algum tempo foi de análise de atos de concentração que eu considero a primeira geração, já está consolidada, com a utilização de guias de análise internacionais, a sociedade reconhece a importância do papel do CADE nessa seara, basicamente ascende em toda a sociedade, o consumidor reconhece a importância do CADE na sua seara.

Mais recentemente, especificamente a partir de 2003, houve por parte dos órgãos de defesa da concorrência uma maior ênfase no combate aos cartéis, na repressão às condutas anticompetitivas. Essa especificamente, foi uma parte que eu participei quando por ocasião da minha atuação ao Ministério da Fazenda e tem se tornado cada vez mais e mais uma prioridade hoje no sistema brasileiro de defesa à concorrência os benefícios do consumidor também são bastante substanciais e significativos.

E uma terceira geração está se aproximando agora bem mais recentemente é a Advocacia da concorrência. Que é basicamente a disseminação da cultura da concorrência, não só para a sociedade mas também para órgãos governamentais. Agências reguladoras, secretarias, órgãos quaisquer. E a importância dessas três gerações é uma só. Na realidade, o benefício da concorrência são muito, muito significativos, muito substanciais. Concorrência implica preços mais baixos para o consumidor. Concorrência implica mais opção para o consumidor. Maior qualidade para produtos, para serviços. Concorrência incentiva o desenvolvimento tecnológico. Mas eu também não gostaria de perder muito tempo com essa exposição, até porque para deixar mais espaço para as perguntas e indagações dos Senadores, então eu gostaria apenas de ressaltar a importância dessas três etapas e abrir para qualquer pergunta que seja eventualmente feita por um Senador. É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a brevidade e objetividade, com a palavra agora Olavo Zago Chinaglia.

SR. OLAVO ZAGO CHINAGLIA: Bom dia a todos os Senadores presentes, Deputado Panuzio e demais. Quero manifestar inicialmente a minha enorme satisfação, quero dizer que é uma honra estar presente neste momento da vida pública nacional ao lado de personagens tão relevantes no cenário político. Na condição de indicado para conselheiro do CADE eu me deparo com enorme desafio. Não apenas pelas funções de extrema relevância do ponto de vista de estado que esse órgão está investido, mas também pelos que me antecederam nessa... No exercício dessa função. Os órgãos de defesa da concorrência, a Secretaria de Direito Econômico e o CADE em particular, tem se desenvolvido com... Tem se desincumbido com grande capacitação, grande qualidade de suas funções e isso tem sido reconhecido no âmbito internacional por publicações especializadas, por agências de defesa da concorrência de outros países, enfim, o desafio que nós temos, portanto é dar continuidade a esse trabalho e na medida do possível seguir aperfeiçoando em benefício de toda a economia brasileira e consequen-

temente de toda a sociedade. Vou seguir o exemplo do meu colega Ragazzo, não vou me estender nessas considerações preliminares para que possamos passar rapidamente então aos debates. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Olavo Chinaglia. Agora Vinícius Marques de Carvalho.

SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO: Bom dia a todos--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria apenas registrar também agradecer como eu tinha dito o Senador Heráclito foi o primeiro a chegar hoje aqui na Comissão, ofereceu seu Relatório, mas diante do compromisso que estava com o Embaixador da Coreia, nós acabamos pedindo para o Senador Antonio Carlos Júnior ler em sua ausência. Mas Senador quiser depois participar da arguição estará evidentemente com prioridade nas inscrições. Queria registrar também Deputado Antonio Carlos Pannunzio que está aqui vigilante para o empréstimo de Sorocaba. Está na pauta e será votado. Vinícius.

SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO: Bom dia a todos Senadores Aloizio Mercadante Presidente dessa Comissão, em nome de quem cumprimento todos os Senadores e Senadoras presentes. Queria também afirmar a honra de estar aqui hoje presente recebendo indicação do Presidente da República para compor o Conselho como Conselheiro, ser um dos componentes do CADE, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, é uma enorme satisfação, uma enorme alegria, é uma área de estudo que eu tenho desenvolvido desde o tempo da minha graduação quando eu sob orientação do professor José Eduardo Faria ingressei num programa de pesquisa financiado pela CAPES em que tinha como grande objetivo estudar as relações entre direito e economia, no momento em que o país vivia de grandes transformações. O CADE desde 94 se consolidando como uma autarquia e como uma agência de regulação da concorrência, no momento em que o país vivia transformações, setores da economia passavam a ser incorporados à lógica da iniciativa privada, a lógica do mercado, e a partir desse momento a concorrência virou um grande valor a ser defendido por toda a sociedade brasileira. E desses anos para cá o CADE evoluiu muito institucionalmente nessas três etapas que o Carlos mencionou aqui com grande desafio que existe hoje que é de espalhar os valores relacionados à liberdade de concorrência e entendidos tanto a liberdade de acesso ao mercado quanto à liberdade de permanência no mercado, de espalhar esses valores na sociedade brasileira. Esse interesse pela defesa da concorrência também foi o que motivou a minha tese de doutorado. É uma tese

vinculada a um setor específico que é o setor de saneamento básico, mas com um campo e com o capítulo inteiro voltado para o tema da regulação e da concorrência nesse setor. Porque eu entendia que o setor de saneamento era um setor que ainda não havia passado pelas grandes reformas que os outros setores de infra-estrutura haviam passado e que era necessário entender um pouco as motivações que geravam esse fortalecimento e a necessidade de uma implementação de um novo marco regulatório para o setor. Nesse sentido, foi o objeto da minha tese analisar de que forma a participação privada... E aí o exemplo francês era um exemplo muito importante, porque embora a França seja um país notabilizado por uma presença muito forte do Estado nos setores de infra-estrutura, no caso do saneamento básico ele tem a participação privada muito desenvolvida, a maioria do setor é gerido por empresas privadas. Então, eu procurei entender, por isso que eu fui para França fazer meu doutorado lá também, entender a relação e o que do exemplo francês poderia ser usado no caso brasileiro. Só para finalizar, eu também sou gestor, especialista em políticas públicas e gestão governamental, um concurso que eu participei foi um concurso em que a grande parte da minha turma, aliás, estou vendo vários aqui hoje, foram designados para o sistema brasileiro de defesa da concorrência, porque havia uma especialização no concurso voltada para a regulação, e hoje a gente... Eu tenho orgulho de ser um gestor e estar aqui representando de certo modo a carreira e para consolidar também a necessidade e a possibilidade da carreira pública ser um instrumento de aperfeiçoamento institucional, de aperfeiçoamento das instituições do Brasil. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Tenho certeza que o sentimento de toda a turma é o mesmo em relação a carreira de gestor. E os salários já não estão tão mal assim como estavam no passado. Só os trabalhos que aumentaram. Vamos agora à arguição, primeiro Senador Eduardo Suplicy, depois Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Aloizio Mercadante, gostaria de fazer uma pergunta--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sugerir a V.Ex^a que primeiro desligasse seu celular.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Já está em mãos. É o Juca Pereira, fala que depois eu ligo. Eu gostaria de aproveitar um pouco do conhecimento e a experiência de cada um dos que estão indicados para o CADE, para conhecermos melhor e mais aprofundadamente as suas contribuições. Primeiro lugar, ao

Sr. Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo observo que no seu currículo que ele teve uma contribuição significativa internacional para estudar e propor ações ao Governo de Angola sobre o sistema de concorrência. E agradeceria muito se puder nos transmitir como é que o conhecimento e experiências suas aqui no Brasil puderam de alguma forma contribuir para uma situação provavelmente muito diferente aquela de Angola com outro estágio de desenvolvimento, mas também um país que passou a ter um crescimento muito acentuado nos últimos anos, por causa inclusive das descobertas de reservas e exploração de petróleo, avalio que se puder nos transmitir isso será muito útil. Eu tenho uma pergunta de natureza geral para os três. Que se refere ao... E como debate público acerca da política da concorrência nos últimos anos tem ganhado grande notoriedade, mas um problema que todos observamos é a morosidade das decisões e as contradições derivadas da atual configuração do sistema de defesa de concorrência brasileiro. Tendo em conta o conhecimento e experiência dos três, gostaria que fizessem uma análise da Lei de defesa da concorrência 8884, que alterações julgam necessárias nesse sistema de defesa da concorrência e na Legislação em vigor para compatibilizar a defesa dos direitos dos consumidores com a promoção da eficiência econômica nos distintos mercados e setores da economia brasileira. Ao Sr. Olavo Chinaglia, Zago Chinaglia, eu gostaria de também perguntar um problema que às vezes se observa que é o objetivo de se ter a saudável concorrência que possa beneficiar os consumidores, não haver abusos de marcação de preços de um lado, e por outro lado, quer dizer, uma coisa é aquilo que se observa para a economia doméstica, a economia brasileira e se... E em que medida estes mesmos princípios devem ser levados em conta quando se pensa que muitas vezes empresas quando grandes e fortes têm maior possibilidade em princípio de estar competindo no mercado internacional. Então gostaria que fizesse uma reflexão sobre este tema e como é que o sistema de defesa da concorrência deve levar isso em conta? E ao Vinícius Marques de Carvalho, tendo em conta o estudo que realizou, inclusive da sua tese sobre a economia de saneamento básico e tendo em conta que este é um setor onde há uma interação muito forte com o Estado, em especial os governos estaduais, os governos municipais, então... E como muitas vezes esta... Trata-se de uma situação em que normalmente as empresas que prestam serviços de um lado ou são empresas municipais ou estatais, ou então empresas que participam de licitações para prover os serviços de saneamento, como é que analisou em sua tese em especial esta área da economia brasileira? Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy. Com a palavra Carlos Ragazzo. Senador Flexa Ribeiro, está sugerindo que a gente faça a arguição em bloco, eu acho também que nós temos uma pauta bastante carregada hoje, tem empréstimos que são inadiáveis e algumas matérias que tem urgência que nós tínhamos colocado na pauta já compromisso anteriormente assumido com a Comissão. Acho que talvez seja o melhor encaminhamento. Então Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Na verdade, os indicados dispensariam em tese qualquer tipo de arguição. Os currículos são suficientes para que nós possamos tomar posição em relação aos três indicados. Portanto eu não vou basear meu voto no... Em perguntas, porque eu estou plenamente satisfeito com o que nós vimos nos relatórios em relação aos currículos de cada um. A única... Vou só levantar um ponto que eu queria ouvir a opinião de todos os três indicados é que no final do ano passado, na memorável Sessão onde foi... Onde a CPMF não foi prorrogada, o Senado Federal aprovou uma Lei Complementar que dá poderes ao CADE para analisar fusões e aquisições de instituições financeiras, que normalmente seriam atribuição do Banco Central e que isso normalmente o Banco Central nunca deu muita atenção a esse ponto, e esse Projeto de Lei Complementar do Senador Antonio Carlos Magalhães dá poderes ao CADE, para o CADE analisar fusões e aquisições de instituições financeiras, e que seria mais apropriado em função de que nós estamos discutindo concorrência, e, portanto, seria muito mais adequado a transferência para o CADE. Esse projeto está na Câmara dos Deputados, mas de qualquer maneira eu queria ouvir comentários a respeito, digamos, desse projeto. Dos três indicados.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria só registrar que essa Comissão aprovou por unanimidade o projeto que estabelece a competência do CADE para a regulação da concentração bancária excluindo os cenários em que havia risco sistêmico. Então foi um projeto muito bem formulado, quero aqui prestar minhas homenagens ao Senador Antonio Carlos Magalhães tantas contribuições deu a essa Comissão e à vida pública. Senador Eduardo Azeredo com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, é desnecessário falar sobre a importância do CADE na questão da regulação da economia brasileira. Entretanto, eu gostaria de só registrar que todos os três são muito jovens, estão na faixa dos 30 anos aí. Eu gostaria de ouvir só a opinião sobre um

dos casos mais rumorosos que nós tivemos no tempo passado que foi a questão da GAROTO, lá em Vitória, que se teve um dilema entre aplicar a lei na sua integridade ou na sua totalidade ou buscar uma solução econômica para uma empresa que estava praticamente à beira da falência. Então queria alguns comentários a esse respeito como conciliar as duas questões.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Eduardo Azeredo. Renato Casagrande com a palavra. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Indicados. Primeiro acho que é fundamental numa audiência como essa, uma sabatina como essa nós reafirmarmos a importância do CADE. No momento em que a economia mundial ela tende a uma concentração através de incorporações, de fusões, de se estabelecer aí uma cadeia de grandes empresas com atuação mundial, o Brasil não tem ficado à margem deste processo. Muitas empresas brasileiras estão buscando fundir as suas atividades, incorporar outras empresas menores, e o CADE passa a ter importância cada vez mais significativa neste processo uma vez que nestes casos onde se tende a um monopólio, oligopólio, uma concentração, também há uma tendência, um desrespeito--

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria pedir silêncio aos que não são da Comissão para que a gente possa escutar a contribuição do Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Presidente. Tende a um desrespeito ao cidadão e ao consumidor. Então, o CADE, assim como a Secretaria de Defesa do Consumidor, o Ministério da Justiça, são instituições com muita importância. Até porque o poder econômico ele domina muito. O poder econômico ele é dominante, ele acaba exercendo muito charme na relação pública, na relação entre as pessoas, então você ter instrumentos de controle é fundamental. Primeiro quero fazer esse registro. Segundo registro que quero fazer é que nós hoje não estamos votando no Presidente do CADE. A imprensa especulou com relação a este assunto. Mas o Relator não apresentou o seu relatório. Espero que nós possamos resolver isto o mais rápido possível, no início do mês de agosto para que nós não fiquemos com nenhum vácuo na composição da Diretoria do CADE, e que nenhuma... Toda forma de gestão e de diálogo e de defesa de interesse quando feitas abertamente são legítimas. Mas o CADE é um instrumento de contraponto ao poder econômico exercido de forma exa-

gerada. Esta é a função, uma das funções do CADE. É fazer esse contraponto.

Então a gente espera que no início de agosto a gente de fato possa votar a Presidência do CADE para que nós possamos ter de forma completa essa composição. A outra questão, Presidente, para poder encerrar, perguntar aos membros que estão sendo indicados, o CADE é questionado e criticado porque toma uma decisão por deferir ou indeferir uma junção de atividades, depois dela feita. O debate da decisão antecipada é um debate que talvez seja o mais adequado para que você não crie expectativa nas empresas, não deixe as empresas executarem as suas operações. É possível, é factível, é operacional que nós possamos tomar essa medida preliminar antes da incorporação da fusão de qualquer atividade empresarial no nosso país?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Renato Casagrande. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Aloizio Mercadante, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Indicados ao Conselho do CADE. A Legislação em vigor... É uma pergunta aos três. A Legislação em vigor deu ao CADE características muitas vezes conflitantes. Por um lado é uma entidade que goza de relativa independência em suas decisões, pois embora seus Conselheiros sejam indicados pelo Presidente da República tem mandatos definidos e não podem ser demitidos por quem os indicou. Por outro lado, é uma autarquia vinculada ao Ministério da Justiça. E tendo em vista a duração do mandato e a necessidade de nova indicação para a recondução, não há dúvida que o Governo Federal exerce influência sobre sua ação. Temos visto na imprensa, contudo casos em que o CADE teria tomado decisões contrárias à linha desejada pelo Governo, coincidência ou não, as indicações para o CADE que sempre tenderam a serem eminentemente técnicas, parece estar assumindo feições progressivamente mais políticas. Pergunto. Na opinião dos senhores, qual é efetivamente e qual deve ser o grau de influência do Governo Federal nas atividades do CADE, considerando sua competência para o estabelecimento das diretrizes da política econômica do país? Que perfil deve ter e o que se deve esperar na atuação dos Conselheiros do CADE e dos ocupantes dos cargos de comando da Secretaria de Direito Econômico, da Procuradoria-Geral do CADE e da Secretaria de Acompanhamento Econômico, esta última vinculada ao Ministério da Fazenda? Na opinião dos senhores, quais são as principais dificuldades enfrentadas pelas entidades de defesa da concorrência na aplicação dos princípios constitucionais e legais que regem sua atuação? Outra questão. O Projeto de Lei

nº. 5877/05, enviado pelo Poder Executivo e hoje em tramitação na Câmara dos Deputados, promove várias alterações na lei nº 8884 de 1994. Como V. Sas analisariam essas alterações? Quais são em sua opinião, na opinião de V. Sas as grandes diferenças promovidas por essas alterações em relação aos procedimentos que o CADE e os demais órgãos adotam hoje? Ainda em relação ao PL 5877/05, uma das inovações mais marcantes propostas é o controle prévio dos atos de concentração com diminuição do valor mínimo para que a operação seja submetida ao CADE. Ou seja, o projeto propõe que mais operações de fusão ou aquisição sejam submetidas ao CADE, e que esses contratos privados só têm validade após sua aprovação. Como V. Sas vêem essa proposta? Em sua... Na opinião de V. Sas, considerando a celeridade do CADE, isso não poderia dificultar transações legítimas potencialmente benéficas à economia como um todo? Eram essas as questões, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Flexa Ribeiro. Eu sou o último inscrito. Queria ser... Fazer minha arguição bem objetiva. Primeiro, saudar o currículo dos que estão indicados. Os três têm doutorado na área, tem uma formação acadêmica compatível com o exercício da função, o rigor técnico, e também fico satisfeito que tenham dois gestores que são funcionários de carreira. Porque a primeira questão que eu levanto é o problema do aprisionamento das instituições de regulação. Chamada porta giratória. Quer dizer, um dos mecanismos que hoje nós temos que discutir é como é que o mercado, as empresas aprisionam as agências de regulação. E o principal mecanismo é exatamente alguém que sai do mercado, exerce a função pública, e depois volta com o currículo enriquecido para o mercado. E esse mecanismo é o mecanismo que a teoria já vem discutido, qual é a avaliação que os três tem e como tratar esse desafio. A segunda questão que eu queria levantar é sobre a globalização e a questão da concorrência. Nós estamos vivendo numa economia globalizada, as escalas e as concentrações são hoje um tema fundamental, um dos principais setores mais dinâmicos da economia globalizada, e eu quero dar alguns dados elementares para a gente raciocinar sobre isso. Vamos pegar o caso do cimento. O Brasil produzia 35 milhões de toneladas, hoje está produzindo 53 milhões de toneladas de cimento. Os Estados Unidos produzem 130 milhões de toneladas de cimento. A China está produzindo e consumindo um bilhão, 350 milhões de toneladas. A China consome o que o Brasil produz por ano a mais. Esse é o volume de expansão da escala da produção chinesa. Vamos pegar o caso do aço. O Brasil é um grande produtor siderúrgico. Nós

produzimos hoje 35 milhões de toneladas de aço. A China produz 400 milhões de toneladas, está crescendo um Brasil por ano. O que é a concentração quando nós estamos lidando com essa dinâmica da economia globalizada? Como é que nós vamos regular no mercado interno diante desse desafio e que nos principais setores concorrenciais as grandes empresas atuam de forma global, numa escala planetária e com escalas que estão muito superiores à capacidade de produção das empresas nacionais? Segundo argumento, também relacionado à globalização diz respeito a cartel de exportação.

Eu não conheço na literatura nenhum exemplo que recomende a um país fazer enfrentamento de um cartel de exportação. Exemplo mais clássico, a OPEP. A OPEP tem 76% da produção de petróleo do planeta. Evidente que a Arábia Saudita não vai denunciar a OPEP por cartel. Nem o Iraque, nem o Irã, nem a Venezuela, nenhum dos países que estão evidentemente sendo beneficiados pelos interesses exportadores em função da cartelização de uma matéria-prima estratégica como é o caso do petróleo, tratariam esse tema como uma economia de cartel. Eu não vou tratar de exemplos do Brasil. Mas eu gostaria de chamar atenção que o CADE precisa ter uma visão estratégica sobre concorrência global, sobre barreiras a entrada, sobre a fragilidade de uma economia que tem 1,5% do PIB mundial, que é o que nós temos hoje em termos de exportações, o desafio da concorrência globalizada. Em setores sensíveis como o agronegócio que nós enfrentamos subsídios, todo tipo de barreira à entrada, nós temos que olhar dentro de uma visão estratégica o que é a economia globalizada e quais são os desafios da regulação numa área tão sensível e tão difícil e tão complexa como é hoje os padrões de concorrência da economia globalizada. Então gostaria de ouvir um pouco a arguição esses temas que foram sugeridos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Gostaria de saber, Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ouvir um pouco a visão deles sobre esses temas. Senador Expedito para argüir.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, gostaria só de cumprimentá-los, os três indicados, dizer que pela primeira vez eu pelo menos no meu gabinete recebi o Sr. Olavo, e que foi pessoalmente levar o currículo e também a sua capacidade, o que já fizeram. E eu acredito muito nessa juventude. Apesar de ser um dos senadores mais jovens dessa Casa, e por conta disso acredito muito nessa juventude. Eu não tinha nenhuma pergunta a fazer, Sr. Presidente, mas

por nós termos vivido recentemente um problema aéreo brasileiro, eu gostaria de só indagar aos três para que depois na explanação pudesse falar também sobre isso, para que falasse ou que fizesse uma reflexão sobre a concorrência no setor aéreo. Sobretudo se o CADE tem atuado nesse setor para assegurar aos usuários do transporte aéreo uma concorrência adequada diante da crise que assistimos nos últimos meses. Então era só este questionamento e eu não ousaria falar depois do professor Aloizio Mercadante, jamais.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É mais uma provocação para o debate. Vamos agora à arguição--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Desculpe. Senador Heráclito. Senador Delcídio após.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Era apenas um esclarecimento. Eu fui alertado aqui pela assessoria sobre a possibilidade de um dos inquiridos ter participado de consultoria ou assessoria no período não previsto pela lei. Onde há impedimento. Eu gostaria de que esse caso fosse esclarecido. Até para que evitasse conflitos posteriores. O que eu procurei pesquisar no caso do Chinaglia, que eu sou Relator, não alcancei essa informação. Mas gostaria de que ele esclarecesse esse fato até para que não tenha nenhum problema posterior com relação a isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Heráclito. Senador Delcídio com a palavra.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, queria primeiro cumprimentar V.Ex^a, saudar o Dr. Vinícius, o Dr. Olavo, Dr. Carlos Emmanuel, desejar caso venham a ser aqui, ter seus nomes aprovados muito sucesso, a responsabilidade de comandar o CADE é uma grande responsabilidade, o país precisa disso, em função de todo o... De todo o quadro que se apresenta e que se avizinha, como vários Senadores aqui que me antecederam, aqui disseram, falaram sobre fusões, o papel do CADE nesse sentido, a autonomia do CADE com relação a essas decisões. Temas importantes que vão ser discutidos e debatidos agora, em função de processos em andamento. Eu ouvi aqui questionamentos com relação às empresas aéreas, ouvi aqui questionamentos com relação à área de mineração, onde muitos processos aí têm transitado e tem levado o CADE a se aprofundar sobre esses temas. O Senador Aloizio Mercadante fez um registro sobre essa questão, sobre o problema do mercado internacional. Essa realidade que nós vivemos. Os subsídios lá fora... Eu acrescento, já que foi

aqui citado o agronegócio, eu acrescento o problema que nós enfrentaremos relativo aos fertilizantes, nos próximos anos nós vamos gastar 15 bilhões de dólares em fertilizantes e os fornecedores de insumos no Brasil fazem o que bem entendem. Aproveitando a carona do Senador Aloizio Mercadante. E para ser bem rápido nas minhas considerações, eu gostaria de colocar, e aí Presidente, para todos os sabatinados, qual é a leitura do Dr. Vinícius, do Dr. Olavo e do Dr. Carlos Emmanuel sobre a fusão da Brasil Telecom com o grupo Oi, que é um movimento grande uma área de telecomunicações vital para o desenvolvimento do país que leva a alterações nessa modelagem até então adotada, e eu gostaria de ouvir também a opinião dos três sabatinados. Muito obrigado Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Delcídio. Quero dizer que os três estão evidentemente à vontade para responder. Mas se eles anteciparem o juízo, estarão prejudicados para depois dar parecer sobre essa matéria. Então quero aqui expressar uma preocupação relevante para a natureza da arguição que nós estamos fazendo. Quer dizer, casos concretos a serem examinados, o parecer prévio poderá representar o impedimento no julgamento.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, eu retiro essa pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Delcídio. Sobre o apagão da telefônica V.Ex^a pode arguir. Bom, assim sendo, quero também agradecer--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então mudo a minha pergunta pelo apagão da telefônica em São Paulo, que até agora é inexplicável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Adelmir Santana foi um dos Relatores, agradeço a contribuição, Senador Eduardo fez a leitura *ad hoc*, V.Ex^a estava num compromisso muito importante e não conseguiu chegar a tempo, mas de qualquer forma agradeço a contribuição e a presteza com que apresentou o Relatório.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, queria agradecer primeiro as palavras elogiosas e agradecer publicamente aqui no Plenário a anuência e a participação do Senador Azeredo em sendo o Relator *ad hoc*. Muito obrigado e desejo a todos que tenham sucesso nas suas missões.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Se V.Ex^a estivesse ouvido inclusive a entonação da leitura dele, V.Ex^a ficaria emocionado. Vamos agora à resposta dos três.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente. Eu acho que esse esclarecimento que eu pedi é preliminar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Evidente. É preliminar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Evidente. Agradeço Senador Heráclito, e seguramente essa questão é preliminar. V.Ex^a dirige a questão... Aos três.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Parece que os três por serem de carreira, aparentemente não participam de nenhuma assessoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ta certo. É encaminhado aos três. Vamos seguir a ordem de inscrição. Apenas essa questão preliminar sobre consultoria.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Exercício profissional na área que seja conflitante com a indicação.

SR. CARLOS EMMANUEL JOPPERT RAGAZZO: Não senador. Seis anos sou servidor do Ministério da Fazenda, não teria absolutamente nada.

SR. CARLOS EMMANUEL JOPPERT RAGAZZO: Bom, eu como Advogado talvez seja aquele que deva prestar um esclarecimento um pouco mais detalhado sobre a questão de possíveis conflitos. Na realidade, até 2006, até setembro de 2006 eu atuava num dos principais escritórios de Advocacia dentro da área de livre concorrência e por consequência disso estava envolvido em um número muito grande de casos. Mas desde então, ou seja, já são quase dois anos em que eu me desliguei desse escritório, a minha atuação com processos diretamente tramitando dentro do sistema brasileiro de defesa da concorrência diminuiu substancialmente. Eu posso dizer que hoje todos os meus casos do escritório na área de direito da concorrência já foram julgados, com exceção de um cujo julgamento está previsto para ocorrer amanhã. Trata-se de um ato de concentração que tramita pelo rito sumário, e apenas para esclarecimento de V.Exas, o rito sumário ele é... Ele foi concebido justamente para acelerar o trâmite daquelas operações que claramente não tem nenhum condão, nenhum potencial de causar dano à concorrência. Por isso acredito que não terei nenhum tipo de impedimento para julgar nenhum caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só queria esclarecer também que caso tenha participado de algum parecer ou de algum... Alguma demanda judicial, o impedimento é específico naquela matéria que for a voto. Isso já aconteceu no caso em mais de uma oportunidade, de pareceristas

que deram opinião sobre a matéria que tramitava, e evidentemente, pela natureza, pela especialização da função no julgamento daquele caso ficam impedidos como todas as demais demandas judiciais. Bom, vamos agora para a continuidade da arguição e agradeço assim a precisão e o empenho do Senador Heráclito Fortes como relator da matéria. Carlos Ragazzo.

SR. CARLOS EMMANUEL JOPPERT RAGAZZO: Queria agradecer as perguntas dos Senadores, todas oportunas, todas pertinentes para o debate, vou começar pela pergunta do Senador Eduardo Suplicy sobre a minha atuação em Angola. Na verdade Angola está saindo--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria citar a presença ilustre, aqui querida nesta Casa, do Senador Sibá, sempre Senador, um prazer muito grande tê-lo aqui, faz falta no nosso--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro já vai querer abrir o debate. Só de lhe ver já vai querer abrir o debate.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quero saudar a presença do Senador Sibá Machado. Seja bem-vindo, Sibá. Sente-se aqui conosco.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É que V. Exa., V.S^a não pôde acompanhar os debates acalorados entre o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Sibá. Mas é muito bonita aqui a menção.

SR. CARLOS EMMANUEL JOPPERT RAGAZZO: Angola está se desenvolvendo muito, eles ainda não têm o sistema brasileiro de defesa à concorrência, solicitaram ao Ministério da Fazenda o envio de um consultor específico para lidar com questões relacionadas à concorrência e regulação, eles têm um Projeto de Lei, a minha atuação foi muito centrada na elaboração desse projeto, no auxílio à elaboração desse Projeto de Lei de defesa a concorrência, e também a demonstração de casos concretos no Brasil. Tanto no âmbito de defesa da concorrência com relação à análise dos atos de concentração, como também especificamente nas técnicas de investigação que são utilizadas no Brasil. Na realidade, é sair do zero. Montar um sistema de defesa à concorrência absolutamente do zero, novo. A atuação foi muito centrada nessa área.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Você pode responder todas as perguntas... Curto e grosso. Você está indo muito bem. Não complica muito não.

SR. CARLOS EMMANUEL JOPPERT RAGAZZO: Com relação à segunda pergunta, em relação à morosidade das decisões da contradição, acho que uma das soluções apresentadas pelo Projeto de Lei é justamente a análise prévia dos atos de concentração. Essa é uma possibilidade que vai adiantar, vai alavancar provavelmente a velocidade da análise dos atos hoje em dia. E também com o próprio Projeto de Lei, levando em consideração que vamos ter apenas um balcão, que hoje em dia existe CA, SDE, existe CADE. Nós vamos ter... Você vai eliminar a duplicidade da CA e da SDE, embora que hoje tenha melhorado muito, a melhora foi significativa em relação à velocidade de análise dos casos, hoje uma média de análise é 52 dias, e o volume de casos é absurdo, entram mais de 500 casos por ano para análise, mas provavelmente com a unificação dos balcões certamente essa análise vai se tornar mais rápida. Esses seriam os dois pontos que talvez eliminariam o problema de morosidade, pelo menos melhora bastante e certamente eliminaria o problema de contradição que hoje já foi bastante amenizado por conta do procedimento de instrução conjunta. As perguntas subseqüentes, acho que diz respeito aos outros também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço. Olavo.

SR. OLAVO ZAGO CHINAGLIA: Bom, há algumas perguntas que enfim são convergentes e eu vou ao invés de responder a cada uma delas na ordem que foram feitas, tentar fazer um raciocínio que as comporte. Se eventualmente algumas das perguntas ficar sem resposta, eu peço a gentileza de o Senador me alertar para que eu possa posteriormente responder. Senador Eduardo Suplicy, por exemplo, e o Senador Renato Casagrande, ambos comentaram sobre uma tendência mundial à concentração econômica como condição para o exercício da atividade econômica em condições de competição efetiva. E perguntaram se isso não seria de alguma maneira antagônico com os valores defendidos pelo direito da concorrência. Eu tenho a opinião muito clara, muito segura de que ao contrário, ao invés de existir uma possível... Um possível antagonismo entre esses valores há na realidade uma grande complementariedade. Pelo simples fato de que a concorrência é uma maneira de garantia de condições de concorrência nos diversos mercados é uma maneira de assegurar que nenhum dos agentes econômicos que atuem nesses mesmos mercados se acomodem protegidos por uma condição estrutural de monopólio ou de oligopólio.

Nesse sentido, um nível saudável de rivalidade entre as empresas faz com que elas se preparem para a atuação competitiva tanto no mercado interno quanto

no mercado internacional. Evidente que a questão da concentração ou da tendência mundial à concentração econômica não pode ficar à margem da análise por parte dos órgãos de defesa da concorrência. Há, no entanto, que se considerar quais são os objetivos da concentração econômica e de que maneira eventuais eficiências associadas a essa concentração possam ser efetivamente repassadas aos consumidores, enfim, e aos demais integrantes das diversas cadeias de produção e de serviços. O papel do CADE e da Secretaria de Direito Econômico, da CA inclusive. O sistema brasileiro de defesa da concorrência, na análise dos atos de concentração é exatamente identificar se a lógica de ganho de eficiência econômica é compatível com a tutela dos interesses dos outros agentes envolvidos em cada um dos mercados. E particularmente se o ganho de eficiência econômica tende ou não a ser repassado para os consumidores. O instrumental, portanto, de que o CADE... De que o sistema brasileiro de defesa da concorrência dispõe para fazer esse tipo de análise ele é um instrumental bastante amplo, e passa entre outras discussões sobre o momento da análise dos atos de concentração.

Atualmente o sistema brasileiro permite a notificação feita a *posteriori*, ou seja, que as empresas celebrem as suas operações e posteriormente comuniquem ao sistema brasileiro de defesa à concorrência e esse é um dos pontos talvez o mais importante a ser endereçado pelo Projeto de Lei que tramita no Congresso Nacional para reforma do sistema de defesa da concorrência. Trata-se em primeiro lugar de uma mudança que vai colocar o Brasil ao lado da grande maioria das economias de mercado mundiais que possuem um órgão atuante de defesa da concorrência, pois enfim, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa onde a tradição de aplicação do direito concorrencial é muito mais longa, a análise é sempre feita antecipadamente. Ou seja, antes de concluir o negócio as empresas têm que submetê-las às autoridades de defesa da concorrência. Surge a dúvida sobre se no Brasil a estrutura dos órgãos de defesa da concorrência é compatível com essa responsabilidade. E essa dúvida surge porque houve casos no passado em que por diversas razões as análises concorrenciais tomaram um tempo muito... Um tempo absolutamente incompatível com a premência das necessidades econômicas. A esse respeito, o que se pode comentar é que houve, como meu colega Ragazzo já apontou, uma substancial evolução quanto a essa questão, houve um... A grande maioria dos casos apresentados ao sistema brasileiro de defesa da concorrência é decidida num prazo inferior ao mínimo, um prazo inferior cronologicamente a aquele prazo de 60 dias estabelecido na lei, e eu faço a ressal-

va de que se trata de uma... De um prazo cronológico sem parecer redundante, mas é pela razão de que é possível haver sucessivas interrupções desse prazo em determinadas circunstâncias.

Quero dizer que mesmo havendo possibilidade de por decisões dos conselheiros, haver a interrupção desse prazo a grande maioria deles dos casos apresentados ao sistema tem sido julgados em menos de 60 dias. Vou acrescentar a essa questão que a tendência ao contrário do que poderia parecer com a mudança nos critérios de modificação ao sistema brasileiro de defesa da concorrência, é a diminuição do número de casos a serem apresentados a esse sistema. Porque a última versão do Projeto de Lei que foi aprovada na Comissão Especial designada na Câmara dos Deputados e que foi então encaminhada à votação no Plenário, salvo engano manteve o critério de faturamento no montante de 400 milhões de reais por ano e acrescentou um dado que até então não existia, hoje não existe na lei 8884 de que a empresa, a outra parte no negócio, a empresa adquirida tem que ter o faturamento mínimo de 30 milhões de reais por ano. Sem que essas duas condições se verifiquem concomitantemente o ato não vai precisar mais ser notificado ao sistema de defesa da concorrência. Então, pela evolução técnica dos órgãos de defesa da concorrência, pela mudança dos critérios de Legislação, enfim, pelo acúmulo que se tem nesses 15... Nesses 14 anos de vigência da lei 8884, acredito que a tendência hoje seja que o sistema de defesa da concorrência nacional tenha... Apresente resultados cada vez mais eficientes na... Enfim, no controle das estruturas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Olavo. E agora para concluir o Vinícius de Carvalho.

SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO: Obrigado, Senadores, pelas questões. São muitas questões. Eu vou tentar seguir a metodologia adotada aqui pelo meu colega, o Olavo. E não responder individualmente a cada uma delas, mas tentar fazer um raciocínio só que englobe todas as questões ou pelo menos grande parte delas. Bom, sobre a lei de defesa da concorrência, contradições, a questão da estrutura do CADE, da imunidade em relação à captura, um pouco também o tema que o Senador Aloizio Mercadante levantou da porta giratória e o tema que o Senador Flexa Ribeiro também levantou sobre a questão do perfil e dessa contradição mesmo entre a influência política e a independência decisória do órgão. Senadores, o CADE como uma agência de certo modo responsável pela regulação da concorrência vive... E seria natural que isso acontecesse, os mesmos dilemas que as agências reguladoras vivem em geral. De tentar calibrar

a necessidade de um órgão técnico com decisões coerentes, isso não quer dizer que sejam decisões inquestionáveis, são temas que geram muitas disputas, então é normal que haja insatisfação em relação às decisões de qualquer órgão dessa natureza, mas que as decisões de fato sejam coerentes e tecnicamente embasadas e de outro lado o fato de você ter o exercício político de um órgão vinculado ao Ministério, em que o Ministro é escolhido pelo Presidente da República e tudo mais. Essa contradição eu acho que se resolve em primeiro lugar pelo aprimoramento institucional do órgão, o que tem acontecido nos últimos tempos, os exemplos aqui que já foram citados, e agora a tendência com a aprovação do Projeto de Lei é que o CADE adquira realmente uma estrutura ainda mais forte que possa tomar suas decisões com cada vez mais autonomia, inclusive o Projeto de Lei também prevê toda uma reequação das várias espécies de processos administrativos que o CADE julga, até porque sem essa reestruturação seria muito difícil a gente conseguir implementar a notificação prévia dos atos de concentração.

Como o Olavo citou, sem uma estrutura que consiga agir com uma certa presteza e agilidade, é muito difícil que esses atos com notificação prévia sejam julgados num prazo razoável. Hoje muita coisa foi feita. O rito sumário é um exemplo, outro exemplo é a mudança em relação ao critério dos 400 milhões para submissão, que hoje a empresa tem que ter um faturamento de 400 milhões no Brasil. Antes era em geral. Então, isso já diminuiu um pouco a quantidade de casos que vão para o sistema. Essa necessidade de transformar... Trazer a estrutura da SDE que vai se chamar Superintendência Geral para dentro do CADE também vai ajudar muito, porque a instrução dos processos vai acontecer dentro do Conselho, e aí o Conselho vai ter um Tribunal Administrativo, a Superintendência Geral e o Departamento de Economia, o Economista chefe que vai ser responsável também por... Por uma contribuição muito importante que é a análise das decisões a longo prazo que o CADE toma e a efetividade dessas decisões ao longo do tempo. Então acho que esses são temas muito relevantes e que vão aprimorar a institucionalidade do órgão, a importância do órgão no momento em que a gente vive e aí eu queria comentar um pouco o questionamento do Senador Aloizio em relação a economia internacional, à globalização. Acho que é importante notar que no caso brasileiro, a história é sempre uma boa professora, até muito tempo atrás a defesa da concorrência e política industrial, Estado que regula a economia e que dinamiza a economia e que incentiva determina-

dos setores era algo incompatível, ou era uma coisa ou era outra.

Hoje a gente imagina, e aí reforçando um pouco o argumento do Olavo, que é plenamente compatível um Estado ter uma política de Estado, uma política pública de longo prazo voltada para o desenvolvimento de determinados setores, voltada para garantir que esses setores aumentem suas exportações, isso traga divisas para o país, e uma política de defesa concorrência enérgica, uma política de defesa da concorrência séria que consiga conter os abusos de poder econômico, os abusos de posição dominante e as condutas tendentes à dominação de mercados. Isso eu acho que é um passo essencial que o Brasil tem dado nos últimos anos que vai ajudar muito a gente se consolidar como nação e garantir a expansão aí da... Do desenvolvimento brasileiro. Por último, uma questão que eu queria levantar em relação ao que o Senador Suplicy colocou, sobre a questão do saneamento básico. Foi objeto da minha tese, Senador, e uma coisa que eu posso hoje dizer com certeza, não há solução para a questão do saneamento básico no Brasil que não seja nacional. Nacional no sentido que envolva os Estados, envolva os Municípios e envolva a União. A União no seu papel de apresentar e... As diretrizes para o desenvolvimento do setor é um papel designado pela Constituição do qual ela não pode abrir mão no seu papel de financiamento via FGTS, via Caixa Econômica Federal, e os Estados com as suas empresas estaduais e os Municípios responsáveis pela prestação direta dos serviços em que a princípio pelo menos a regra geral é de que a titularidade da prestação é dos Municípios. Então nesse contexto há que se ter uma articulação com a capacidade da União desenvolver seu papel de coordenação dessas atividades para que o problema de uma vez por todas seja resolvido no Brasil e os investimentos necessários sejam realizados. Acho que é isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Vinícius. Queria registrar a presença da secretária da SDE, Mariana Tavares, dos Conselheiros do CADE, Luis Carlos Prado, Luis Fernando Vasconcellos, Paulo Furquim de Azevedo, Ricardo Villas Boas Cueva e Fernando Magalhães Furlan, agradecer o trabalho que fizeram ao longo desse período na instituição, aos que se afastam agora e saudar os que seguramente assumirão sua função. Pediria aos Senadores que ainda não votaram que votassem para que a gente possa fazer a apuração e dar prosseguimento aos outros itens da pauta.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Renato Casagrande com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só para consultar V.Ex^a. Eu tenho que apresentar na Comissão de Fiscalização e Controle o relatório das Audiências Públicas sobre controle público como instrumento da cidadania, mas não posso deixar de votar no empréstimo de Vitória.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Se o Plenário concordar, enquanto a gente apura. Nós poderemos dar prosseguimento à pauta e colocaríamos em votação--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E queria pedir que a cidade de Vitória pudesse...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Em primeiro ponto da pauta. É mais uma vitória de V. Ex^a nessa Comissão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E de Vitória também, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Seguramente. Antonio Carlos, votar, por favor. Queria convidar o Senador Dornelles e Senador Jefferson para fazerem a apuração da votação. Vamos proclamar. Agradeço Senador Jefferson Prado e Senador Francisco Dornelles, vamos agora ao resultado. Os três Conselheiros. Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo 25 votos sim, um não. Sr. Olavo Zago Chinaglia, 25 votos sim, um não. Sr. Vinícius Marques de Carvalho 24 votos sim, dois não. Os três estão aprovados, parabéns, bom trabalho na Comissão. Falta a votação em Plenário.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Já vai a Plenário. Tem acordo dos líderes para nós votarmos até amanhã para segurar o quorum do CADE. V.Ex^a com o prestígio que tem nessa Casa é capaz de conseguir essa tarefa fundamental. Tenho certeza que a liderança o acompanhará. É, nós vamos votar hoje. Vamos agora à nossa pauta ordinária. Eu pediria apenas inversão de pauta por solicitação dos presentes para votarmos os dois empréstimos, em seguida votaremos o primeiro item. Pediria ao Senador Valter Pereira se poderia relatar a mensagem do Senado nº. 129/08, não terminativa, propõe ao Senado Federal nos termos do art. 52 incisos V, VII, VIII da Constituição Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil no valor de até 42 milhões, 790 mil dólares dos Estados Unidos da América, entre o Município de Sorocaba, Estado de São Paulo, e a Corporação Andina de Fomento, CAF cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial

do programa ambiental e de integração social do Município de Sorocaba. Pediria ao Senador Valter Pereira se poderia oferecer o voto.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu entreguei o parecer a sua Assessoria e não estou encontrando aqui no...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas a assessoria de V.Ex^a entregou o parecer. Será entregue imediatamente.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Apenas destacar que além do Deputado Pannunzio, que tem muita atenção a todos os temas referentes à cidade de Sorocaba, a nossa querida Sorocaba, encontra-se presente também o Sr. Maurício Biazotto Corte Secretário do Governo de Planejamento da Prefeitura de Sorocaba, e ainda representando o Tesouro Nacional, Sr. Eduardo Luiz Gudab Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda. Com a palavra o Relator, Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, é submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Município de Sorocaba por intermédio da mensagem 129/08 que solicita autorização para contratar a operação de crédito externo com a garantia da União com a Corporação Andina de fomento CAF. Os recursos provenientes da operação de crédito em exame destinam-se ao financiamento parcial do Programa Ambiental e de Integração Social do Município de Sorocaba. Segundo informações contidos nos pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional, os recursos do empréstimo da CAF serão complementados com a contrapartida de igual valor do Município de Sorocaba, ou seja, de até 42,79 milhões de dólares. A operação pretendida e suas condições financeiras estão devidamente incluídas no sistema de registro de operações financeiras, ROF do Banco Central do Brasil sob registro T A 451855 tendo sido a operação credenciada de acordo com a manifestação favorável da Secretaria do Tesouro Nacional. Ademais, as condições financeiras do empréstimo são as usualmente praticadas pela CAF, geralmente mais favoráveis do que as oferecidas por outras instituições privadas. De acordo com o cálculo da STN, o custo efetivo médio da operação deverá ser de 5,48% ao ano, flutuante conforme variação da LIBOR. Essas operações financeiras, Sr. Presidente, estão assim sujeitas ao cumprimento das condições e exigências estabelecidas nas referidas resoluções que além da observância dos aspectos de natureza estritamente financeira exigem que a União observe

dentre outras as seguintes condições prévias à prestação da garantia.

1. Oferecimento de contra garantias suficientes para o pagamento de qualquer desembolso que a União possa vir a fazer se chamada a honrar a garantia.

2. Cumprimento pelo tomador dos compromissos tributários financeiros e fiscais assumidos para com a União e com as entidades controladas pelo Poder Público Federal. As demais condições e exigências estipuladas pelas resoluções nº. 48/07, 40 e 43/01 do Senado Federal, são atendidas pelo Município de Sorocaba conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem. De acordo com o parecer técnico enviado pelo Município com relação ao programa a ser executado, seus objetivos são os de melhorar as condições do sistema viário, efetuar a drenagem urbana de modo a reduzir a área de inundações e alagamentos, e no campo ambiental urbanizar praças, parques e criar áreas verdes destinadas à recreação e a prática esportiva. Em suma, o programa deverá melhorar a qualidade de vida urbana do Município beneficiando os moradores atualmente atingidos pelas inundações, os usuários de transportes coletivos e melhorando a situação ambiental. Em conclusão, Sr. Presidente, o pleito encaminhado pelo Município de Sorocaba encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções 48/07 e 43/01 do Senado Federal devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida nos termos seguinte. Aí vem o Projeto de Resolução que foi distribuído a todos Srs. Senadores. Esse é nosso parecer, Sr. Presidente, pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Valter Pereira e tenho certeza que esta Comissão aprovará e nós pediríamos urgência também a este projeto, demos prioridade à tramitação, é interesse do Município bastante importante do Estado de São Paulo e um programa que tem relevância social e ambiental. Senador Marconi Perillo com a palavra.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. O voto, a análise e o parecer do ilustre Senador Valter Pereira já são muito objetivos e deixam muito claro as finalidades desse empréstimo, no valor de 42 milhões 790 mil dólares. O objetivo é melhorar, qualificar o Município, especialmente na área de meio ambiente, melhorando também para os usuários de transporte coletivo e, sobretudo a questão ambiental. Sorocaba é um dos mais importantes Municípios de São Paulo, Município que tem sido muito bem administrado ao longo dos últimos anos, desde a gestão do nosso querido Deputado Antonio Carlos Pannunzio, e em virtude da relevância desse

projeto e especialmente pelo interesse demonstrado pelo nosso ex-líder da bancada do PSDB que aqui está presente defendendo junto de todos nós a aprovação do empréstimo, o nosso voto será favorável mais uma vez enaltecendo o apoio e a presença marcante aqui do nosso ex-líder Antonio Carlos Pannunzio.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço as palavras do Senador Marconi Perillo. Vamos agora à votação. Senadores que são favoráveis e Senadoras ao projeto de empréstimo para a cidade de Sorocaba permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu encaminho agora o pedido de urgência ao Plenário. Senadores e Senadoras que são favoráveis ao projeto permaneçam como se encontram. Aprovado. Quero parabenizar a cidade de Sorocaba, nosso Deputado Pannunzio, atuante parlamentar por essa conquista, e daria a mesma... Em seguida votaremos a questão do Paraná. Só pediria para votar Vitória que o Senador Renato Casagrande tem urgência para outro compromisso.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Quero só tirar uma dúvida. V.Ex^a pediu urgência nesse projeto. Como nós vamos pedir no caso de Vitória, mas--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, Sorocaba.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sorocaba e depois Vitória.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agora vem Vitória.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Tendo em vista a questão eleitoral, esses Municípios poderão ainda assinar esses contratos?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu não tenho como esclarecer esta questão. Até 2 de setembro pode-se assinar operações de crédito. Então, está dentro do período. Não há nenhum impedimento legal.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente. Só para registrar a satisfação de aprovarmos empréstimo para seu Estado, Município de Sorocaba, e a luta do Deputado Pannunzio. Aqui esteve presente para que pudéssemos juntos aprovar esse empréstimo para Sorocaba. Vamos à Vitória agora. Senador Casagrande também defende e vamos aprovar o empréstimo para o Município de Vitória.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos sim. Agora o Senador Pedro Simon com a palavra, agradeço inclusive a presteza com que fez o Relatório porque esse empréstimo só chegou também na sexta-feira, e já está pronto o parecer. Senador Pedro Simon com a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu agradeço a gentileza de V.Ex^a me conceder, analisar esse projeto que digo com toda sinceridade, está absolutamente perfeito. Trata-se de uma mensagem nº. 132 de um empréstimo para o Município de Vitória. Podemos... Para poder contratar operação no valor de 39 milhões e cem mil... Moedas americanas. O projeto está totalmente de acordo. Eu posso dizer com mais absoluta tranquilidade que podemos votar favorável porque ele vem se identificando com as exigências necessárias. Eu voto favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Pedro Simon. Nós estamos votando a mensagem Federal 132, proponho ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil no valor de 39 milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal entre o Município de Vitória, Estado do Espírito Santo, e o Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD, destinado ao financiamento do programa de desenvolvimento urbano e inclusão social de Vitória. Senador Renato Casagrande vai querer discutir esse assunto, Senador?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, só fazer um registro, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Faço questão para que V.Ex^a fale. Tempo suficiente para que Vitória inteira saiba do empenho e do papel que V.Exa. teve, por sinal antes mesmo de chegar o empréstimo V. Ex^a já estava nos solicitando colocar com urgência na pauta e foi cumprido aí o nosso compromisso.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só para que eu possa de fato fazer o registro primeiro de agradecimento a V.Ex^a e aos demais Senadores que com toda certeza votarão favoravelmente à matéria. Mas fazer o registro aqui do Secretário João Passos, que é Secretário de Projetos Especiais do governo da cidade de Vitória, uma homenagem aqui ao Prefeito João Coser e ao é Vice-Prefeito, Sebastião Balarini, pelo trabalho que desenvolvem na capital do meu Estado, uma cidade belíssima, e esse empréstimo de aproximadamente 40 milhões de dólares é empréstimo que vai colaborar em muito no trabalho de drenagem, de construção de galerias na cidade de Vitória, que é uma cidade que depende muito desse tipo de investimento. Então, Sr. Presidente, só fazer a minha homenagem ao Prefeito e ao Secretário aqui presente e já agradecer preliminarmente a colaboração de V.Ex^a e de todos Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Casagrande.

Quero estender também meus cumprimentos ao Sr. João Luiz Passos, Secretário de Projetos e Obras Especiais, também registrar a presença do representante do Tesouro Nacional, Eduardo Luiz Gudab, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, e estender também meus cumprimentos ao João Coser, grande Prefeito, grande companheiro e foi também no passado um parlamentar destacado dessa Casa. Senadores e Senadoras que são favoráveis ao projeto permaneçam como se encontram. Aprovado. Quero encaminhar também a urgência. Senadores e Senadoras que são favoráveis à urgência permaneçam como se encontram. Aprovado. O projeto vai a Plenário.

Vamos agora ao item 1 da pauta. Projeto de Resolução do Senado nº. 24/08 não terminativo. Revoga os §§ 7º e 8º do art. 2 da Resolução do Senado Federal nº. 98 de 1998 que tratam da assunção da obrigação de pagamento por parte da União mediante retenção do fundo de participação dos Estados, do débito e do Estado do Paraná. O autor é o Senador Osmar Dias. O Relator é o Senador Valdir Raupp. O parecer é favorável ao projeto. Com a palavra o relator, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, submete-se à apreciação dessa Casa o projeto de resolução do Senado Federal nº. 24 de 20 de maio de 2008 do Senador Osmar Dias que revoga os parágrafos 7º e 8º do art. 2º da Resolução nº 98 de 1998 do Senado Federal. A Resolução objeto dessa alteração autoriza o Estado do Paraná a contratar operação de crédito e compra e venda de ações sob condição celebrado em 30 de junho de 1998 entre a União e o Estado do Paraná. Nos termos do disposto na Medida Provisória nº 1654-25 de 10 de junho de 1998. E na lei 9.496 de 11 de setembro de 1997. No âmbito do programa de apoio à reestruturação e ajuste fiscal dos Estados, no valor total de até três bilhões e 850 milhões de reais. No art. 2º inciso III da referida Resolução ficou estabelecido que o Estado compromete-se a adquirir do BANESTADO no prazo de um ano, contado de 30 de junho de 1998, os títulos públicos por esse Titulados em 30 de agosto de 1998, de emissão do Estado de Alagoas, do Estado de Santa Catarina e do Estado de Pernambuco, bem como dos Municípios de Osasco, São Paulo e Guarulhos também São Paulo. A cláusula semelhança de outras condições, exigências e aportes financeiros procedidos pela União tinha por objetivo o saneamento financeiro do Banco do Estado do Paraná, BANESTADO, que foi posteriormente comprado pelo banco Itaú. No entanto, os títulos públicos em questão não foram pagos ao banco Itaú e a União passou a

aplicar multas ao Estado do Paraná com base no entendimento de que o Estado estaria inadimplente com suas obrigações acordadas nos termos do contrato de financiamento de suas dívidas celebradas com a União. O Estado do Paraná, em resposta impetrou ação judicial contestando a cobrança de multa e alegando a nulidade dos títulos. Nesse ínterim o Senado Federal tentando resolver a pendência jurídica aprovou a Resolução nº. 47/07 que acrescentava três parágrafos ao art. 2º da Resolução 98/98, a saber:

Parágrafo 6º. É considerada a cumprir a condição contida no item terceiro alínea D desse art. no momento de celebração do contrato da aquisição dos títulos públicos.

Parágrafo 7º. Para a questão de débito originário dos títulos públicos referidos nesse art. a União assumirá a obrigação de pagamento ao credor do contrato de aquisição referido no parágrafo 6º, mediante a retenção parcelada no fundo de participação dos Estados de Santa Catarina, Paraná e Alagoas, e dos Municípios de Osasco e Guarulhos no montante de seus débitos atualizados.

Parágrafo 8º. É a União autorizada a celebrar contratos ou termos aditivos aos contratos já celebrados com os Estados e Municípios devedores referindo-se ao parágrafo 7º para a cobrança do montante atualizado dos títulos públicos mediante retenção do FPE e FPM. Respectivo. Devendo quitar no mesmo prazo o débito diretamente ao banco credor do contrato de aquisição dos títulos.

Assim sendo, o Projeto de Resolução sob análise propõe a revogação dos parágrafos 7º e 8º do art. 2º da Resolução 98 de 1998 incluídos pela resolução nº. 47/07. O art. segundo do PRS estabelece a cláusula de vigência. Na justificação o autor faz um breve histórico do litígio entre a União e o Estado do Paraná. Ele informa que o Estado do Paraná vinha recebendo multas da União pelo descumprimento de uma das cláusulas da Resolução nº. 98/98. O autor do projeto entende que os §§ 7º e 8º do art. 2º da Resolução nº 98 de 1998 devem ser revogados em conformidade com o próprio entendimento do Supremo sobre a questão. Nessa Comissão de Assuntos Econômicos não foram apresentadas emendas ao projeto. O projeto de resolução nº. 24/08 se encontra de acordo com a Constituição Federal, com as regras regimentais do Senado Federal e tendo aos princípios da boa técnica legislativa nada temos a opor quanto aos aspectos jurídicos da proposta. Eu já vou ao voto, Sr. Presidente. Diante do exposto votamos pela aprovação do projeto de Resolução nº. 24/08. É o voto, Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Valdir Raupp. Queria registrar também a presença do Procurador-Geral do Estado do Paraná, Carlos Marés, e pela inscrição Senador autor da matéria, Osmar Dias, e depois Senador Flexa Ribeiro. O Relator ainda pediu a palavra.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Queria aqui fazer um apelo para que se possível votemos esse projeto nessa Sessão porque logo vem o recesso, ficaria então depois se tiver mais alguma dúvida, alguma discussão no Plenário do Senado Federal. Esse é o apelo que eu faço, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Valdir Raupp. Só queria registrar que as advertências de inconstitucionalidade eu fiz por ocasião da votação do projeto original que me parecia que não tinha amparo constitucional. De qualquer forma a autoria as correções apresentadas pelo Senador Osmar Dias com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, Senador Aloizio Mercadante, eu vou fazer um breve histórico deste assunto para que os Senadores entendam e me render aqui ao conhecimento que V.Ex^a tem sobre as matérias no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos porque V.Ex^a efetivamente nos alertou da inconstitucionalidade daquela Resolução. Ocorre o seguinte. A resolução 98 do Senado, ainda dos anos 90, ela foi aprovada para haver um empréstimo da União ao Estado do Paraná num valor de três bilhões 850 milhões para que houvesse a privatização do Banco do Estado do Paraná. O Banco do Estado foi privatizado e adquirido pelo Banco Itaú. No negócio efetuado entre o Banco Itaú e o Banco do Estado do Paraná, o contrato previa que os títulos precatórios adquiridos pelo Paraná de Osasco, Guarulhos, Santa Catarina, Pernambuco e Alagoas deveriam ser de responsabilidade do Tesouro do Estado do Paraná. Portanto transferiu a responsabilidade do Banco do Estado para o Tesouro do Estado do Paraná. A CPI dos precatórios efetivamente não considerou nulos aqueles títulos. O que a CPI dos precatórios fez, foi recomendar aos Estados adquirentes daqueles títulos que ingressassem na justiça para contestar a validade dos títulos. Foi o que o Paraná fez, e desde a posse do atual Governador que ocorreu em 2003, no seu primeiro mandato, ele não concordou com o pagamento desses precatórios e pelo contrato assinado, resultava numa multa. Essa multa que vinha sendo cobrada do Paraná, ou vem sendo cobrada do Paraná tem o valor de cinco milhões de reais por mês. Mas não é o fato apenas da multa, quero chamar atenção dos Senadores.

O Senador Eduardo Azeredo que foi Governador de Minas Gerais sabe o que é... O que representa no orçamento do Estado o peso da dívida mobiliária. Pela inadimplência do Paraná com essa multa, o cálculo da dívida mobiliária deixa de ser corrigido por IGPD para ser corrigido por taxa SELIC. Dá um salto de um bilhão e quinhentos milhões de reais automaticamente. O impacto, portanto do não pagamento da multa significam apenas cinco milhões de reais. Ou não representa apenas cinco milhões de reais. Mas representa os cinco milhões de reais por 20 anos, mais o fato da correção da dívida imobiliária saltar de IGPD para taxa de SELIC. Aí tem um outro problema. O Paraná já pagou 200 e poucos milhões de reais. Ao aprovar a Resolução no ano passado, o que se pretendeu? Pretendeu-se anular a multa, desconsiderar a inadimplência, portanto do Estado do Paraná, ou seja, o Paraná deixaria de ficar inadimplente, porque também a inadimplência impede o Paraná de assinar contratos externos, de contratar empréstimos, de receber convênios do Governo Federal. Então o que nós fizemos no final do ano passado e devo aqui dizer que a Comissão de Assuntos Econômicos não analisou essa matéria porque o Senador Mercadante estava no Uruguai presidindo o Parlamento do MERCOSUL, ou participando do Parlamento do MERCOSUL, e claro que para defender meu Estado eu pedi para que houvesse aprovação de um Requerimento aqui para apreciação no Plenário diretamente. Foi o que aconteceu. No dia 19 de dezembro do ano passado, no último dia, portanto do semestre, nós aprovamos um Projeto de Resolução de autoria do Senador Valdir Raupp. Que hoje é o Relator desse Projeto. E eu defendi aquele Projeto no Plenário do Senado. E o Senador Mercadante chegou de viagem e alertou que aquele Projeto poderia, se aprovado, não ser respeitado pela Secretaria do Tesouro Nacional porque se considerava inconstitucional.

E foi o que aconteceu. Embora nós defendêssemos naquela oportunidade a sua aprovação, o Senador Mercadante provou que estava correto, porque a Secretaria do Tesouro Nacional não atendeu ao Projeto de Resolução. Mas há um fato que eu quero alertar aos Senadores que ocorreu depois disso. Que foi a decisão do Ministro Cezar Peluso, que julgando uma ação ordinária impetrada pelo Estado do Paraná, no Supremo, considerou que o Senado Federal é legítimo no sentido de interpretar as suas Resoluções. E o que nós estamos fazendo hoje é aprovando um Projeto de Resolução que eu estou propondo, como autor, relatado pelo Senador Valdir Raupp, que propõe retirar exatamente as inconstitucionalidades daquele outro Projeto de Resolução. Porque aquele outro Projeto de Resolução, além de anular a multa, transferia para os Estados

emitentes dos títulos, aliás, para a União cobrar dos Estados emitentes dos títulos os valores dos precatórios, descontando do fundo de participação dos Estados, no caso dos Estados, ou do fundo de participação dos Municípios no caso dos Municípios. Exatamente aí que o Senador Mercadante alertou que não poderia prosperar. Porque não há pela Lei de Responsabilidade Fiscal nenhuma possibilidade de a União descontar de Estados e Municípios nenhum valor por conta de dívidas com a União de Estados e Municípios. Tendo em vista afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal, nós estamos retirando essa obrigação da União assumir esses débitos. O Estado do Paraná continuará sendo responsável pela cobrança desses títulos precatórios dos Estados emitentes. Mas o Estado do Paraná ficará livre de pagar a multa à União. Porque nós estamos pagando uma multa injusta, Senador Mercadante. O Paraná não pode continuar condenado a pagar essa multa por conta de títulos precatórios emitidos por Estados e Municípios que não honraram. E para provar que daria para ter honrado, o Estado de Pernambuco governado pelo Senador Jarbas Vasconcellos pagou os títulos ao Paraná. Pagou, honrou os títulos. O Estado de Alagoas honrou parte dos títulos e não honrou a outra parte dos títulos. Portanto é de se reconhecer que esses títulos precisam ser honrados pelos seus emitentes, e que o Estado do Paraná não pode ser condenado a pagar essa multa porque não é devido. O Paraná não deve essa multa. Quem paga são os paranaenses. E mesmo tendo sido adversário do Governador nas últimas eleições, com resultado apertado de 10 mil votos, quero dizer que nenhuma divergência pessoal política que tenha eu com o Governador do Paraná está acima dos interesses do Estado. E é por isso que eu estou aqui defendendo, propondo a aprovação desse Projeto de Resolução, defendendo a votação deste Projeto na manhã de hoje para que o Paraná possa dar o primeiro passo no sentido de se livrar dessa multa. Teremos ainda o Plenário. Este Projeto ainda vai para o Plenário. Mas cumprindo agora o rito normal que não foi cumprido naquela ocasião e eu aqui me penitencio perante V.Exª que me alertou, não faça isso que vamos ter problema no Plenário. Agora fazemos a coisa certa, vamos aprovar na Comissão Técnica, presidida com todo cuidado por V. Exª que não quer que nenhuma matéria saia daqui com os aspectos legais e jurídicos atendidos. Mas vamos aprovar porque agora nós estamos propondo um Projeto de Resolução que é legal porque não afronta a Lei de Responsabilidade Fiscal, já que estamos retirando os §§ 7º e 8º que eram afrontantes à Lei de Responsabilidade Fiscal, e constitucional porque o próprio Supremo reconhece a legitimidade do Senado Federal em interpretar suas Resoluções.

Eu fiz questão de fazer esse histórico, Senador Mercadante, para que a gente possa votar, dar o primeiro passo aqui e depois o Plenário consumir essa justiça que se faz, que vamos fazer ao Estado do Paraná e que vai trazer sem nenhuma dúvida um alento para as próximas administrações do Estado do Paraná, Sr. Presidente. Eu peço a votação desse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Osmar Dias. Agradeço ao Senador Osmar Dias e somos todos aqui testemunhas da competência e da luta que V. Exª sempre fez em defesa especialmente da agricultura e do Estado do Paraná. E falou hoje aqui não apenas como Senador eleito defendendo seu Estado, mas, sobretudo um Governador com um imenso potencial eleitoral tratando já de cuidar dos interesses do Estado no futuro próximo. Com a palavra para discutir a matéria, Senador Flexa Ribeiro e depois Expedito Júnior.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Aloizio Mercadante, Presidente da CAE, Senador Osmar Dias, Senador Valdir Raupp. Eu vou solicitar vista do projeto porque esse processo ele já foi aprovado aqui pelo Senado, V.Exª mesmo na ocasião teve a oportunidade de se chamar atenção da Casa com relação à inconstitucionalidade, pela... Para que a STN não cumprisse, não pudesse cumprir a resolução que nós estávamos aprovando. Nos preocupa demais, nós temos feito isso aí e eu tenho ido à Tribuna por diversas vezes, alertar o plenário do Senado sobre a inconstitucionalidade que temos votado em várias Medidas Provisórias com relação a crédito extraordinário. E lamentavelmente nós continuamos votando isso. Então eu pediria ao nobre Senador Osmar Dias que nós pudéssemos avaliar melhor. Até o saudoso Senador Jefferson Peres, ele por ocasião da tramitação desse projeto ele já chamava atenção também para a inconstitucionalidade. Senador Osmar Dias diz que pelo projeto que tramita agora já foi retirada a questão da inconstitucionalidade pela retirada de art.s que ele fez nesse novo projeto. Eu só pediria vista para analisar o projeto e retornar na próxima sessão.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com a palavra... Ele concorda. O autor do projeto.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, a questão é muito séria para o Estado do Paraná. Nós estamos diante de um problema. Esta semana nós estamos aqui votando. A semana que vem eu não sei se nós estaremos aqui votando. Porque a semana que vem provavelmente o quorum será muito dificultado em função do final do semestre Legislativo, e a

difficuldade de nós votarmos essa matéria na semana que vem vai ser muito grande. E esse projeto está aqui na Comissão há muito tempo. Eu apresentei esse projeto já há vários meses. E nós tivemos a oportunidade de debater esse assunto o ano passado. E eu estou exatamente retirando, extraindo os dois parágrafos que consomam, ou consumavam a ilegalidade do projeto, a afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal. V.Ex^a aceitou explicitamente no Plenário. Sou contra o projeto porque ele é ilegal, porque ele afronta a LRF no parágrafo 7º e 8º. O que eu fiz? Estou simplesmente retirando o parágrafo 7º e 8º para que o que era ilegal fosse retirado. Então, a parte boa do projeto que V.Ex^a considerou que todo o plenário... Senador Jefferson Peres quando se referiu à inconstitucionalidade, ele se referiu a esses dois parágrafos. Porque bate na Lei de Responsabilidade Fiscal. Então não há mais nada para ser debatido ou discutido em relação à legalidade, inconstitucionalidade... Eu temo que nós estamos perdendo a oportunidade de votar um projeto que vai beneficiar um Estado, um Estado da União, um Estado da federação, que não abre precedente nenhum, e nós não podemos comparar um projeto de resolução desse com as Medidas Provisórias. Uma coisa são as Medidas Provisórias com créditos suplementares. Aí sim está explícito na Constituição. Outra coisa é nós deliberarmos sobre a nossa competência de interpretar as resoluções do Senado conforme reconhecido pelo próprio Supremo. Se o Senado reclama que não pode legislar porque o Governo Federal não deixa, porque manda um milhão de Medidas Provisórias para o Congresso Nacional e na hora que vai legislar o Senado tiver medo de legislar, aí então é melhor a gente continuar com as Medidas Provisórias. E talvez a gente peça para o Presidente da República fazer uma Medida Provisória para cancelar essa multa.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): (interrupção no áudio) E eu pediria à Mesa tomar cuidado com o som porque está... Agora voltou. Ficar mais atento aí, porque nós estamos com— [interrupção no áudio].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, se quiser conceder a palavra pela ordem ao Senador Valter, sem problema nenhum, eu permito que ele fale primeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem concedida então— [interrupção no áudio].

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): [Interrupção no áudio] é que o Senador Osmar Dias está querendo monopolizar o discurso. Ele abriu o som e não desligou mais. Senador Valter Pereira com a palavra.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, poucos projetos se ajustam tanto à atividade--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Valter Pereira, só quero ponderar uma coisa, para não [interrupção no áudio]. Senador Francisco Dornelles também já me disse aqui que vai pedir vista coletiva. Então é uma prerrogativa regimental, é um direito [interrupção no áudio] Eu pediria... É uma matéria complexa, então a Mesa não tem... Nós somos escravos do regimento. [Interrupção no áudio].

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É tão complexa que deu colapso no sistema de comunicação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, é regimental.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então. É regimental, é uma matéria juridicamente complexa, todos reconhecem. Tanto que nós estamos tratando pela segunda vez no âmbito dessa Comissão. E a Mesa não tem outro caminho. Senador Flexa Ribeiro mantém o pedido de vista. Senador Francisco Dornelles solicitou vista coletiva, a vista está concedida, a matéria está fora da pauta, e nós pautaremos no... O mais brevemente possível. Mas está dada a coletiva, a solicitação do Senador Flexa Ribeiro, Senador Francisco Dornelles.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O sentido da minha intervenção, Sr. Presidente, era exatamente para pedir a vista coletiva. E sorte que sinto-me contemplado com a decisão de V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Ex^a está incluído na vista coletiva. E o Senador Delcídio também incluído na vista coletiva.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu pergunto se semana que vem teremos Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Verificarei com a Mesa e informarei V.Ex^a o mais breve possível.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Porque eu reconheço o direito de se pedir vista. Claro que eu reconheço. Mas pelo amor de Deus, nós estamos tratando do interesse de um estado. E adiar a solução de um problema de um estado como o Paraná, amanhã pode ser o Pará, depois amanhã pode ser o Mato Grosso do Sul, e se a gente continuar não legislando,

então é melhor a gente pedir para o Presidente Lula mandar mais Medida Provisória. Um dia eu estive com ele e ele falou pelo amor de Deus, não fala em Medida Provisória porque é a coisa melhor que existe. Chega edita, já aprova e já entra em vigor. Uma Medida Provisória pelo amor de Deus para resolver o problema da multa do Paraná.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para tranquilizar o Senador Osmar Dias, da minha parte eu estarei aqui na próxima terça-feira, sendo convocado por V. Ex^a. E também ele fez referência à questão do Senado legislar, o Congresso legislar, e que poderia ser... Estar com medo de legislar. Não é medo não, Senador Osmar Dias. É responsabilidade. Então, nós temos responsabilidade para avaliar como bem disse o Senador Mercadante, é um assunto que é controverso, que é preciso fazer análise profunda, V. Ex^a tem toda razão e tem o nosso apoio em defender o interesse do Estado do Paraná. Tem todo nosso apoio. V. Ex^a que deixou de ser Governador do Paraná por 10 mil votos apenas, e agora de uma forma bastante democrática defende o interesse do seu Estado, terá evidentemente o apoio nosso em resolver essa questão. Vamos apenas aprofundá-la junto com a consultoria do Senado para que possamos votar com responsabilidade sem nenhum problema.

E para concluir, Presidente, já fora deste assunto, eu pediria a V. Ex^a, faria um apelo a V. Ex^a que pautasse os projetos das zonas de processamento de exportação. Eu propus para o Pará duas zonas de processamento de exportação na cidade de Santarém, Marabá, tem um ano que isso está feito aqui e está com embargo de gaveta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, não. V. Ex^a está sendo injusto com a Mesa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então eu pediria a V. Ex^a que V. Ex^a pautasse. Porque tem mais de 50 projetos para serem aprovados e nós temos que abrir esse instrumento da maior importância para o Brasil e para o meu Estado.

PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Deixa eu ponderar V. Ex^a. Só para esclarecer o Senador Flexa Ribeiro. A lei que trata da zona de processamento de exportação só foi sancionada a semana passada. Primeiro. Em segundo lugar, o procedimento de Constituição de uma zona de processamento de exportação é o Município pleitear junto

ao Ministério do Desenvolvimento Econômico que... Protocolar o pedido, será julgado por um conselho de seis Ministros e só pode ser autorizada por Decreto presidencial. De qualquer forma, a relatoria todas as ZPEs foram entregues ao Senador Eliseu Resende, e V. Ex^a evidentemente será contemplado nesse pleito, apesar da pouca eficácia que temos em relação às ZPEs. Senador Expedito Júnior com a palavra.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, eu sei da agonia do Senador Osmar Dias de verdadeiramente acreditar que na próxima semana nós não devemos estar discutindo esse projeto de autoria dele e da relatoria do Senador Valdir Raupp. Eu passei por esta dificuldade também aqui na Comissão, o caso quase que idêntico, é o caso BERON, tivemos praticamente dois Senadores que se opuseram a esse Relatório, um foi V. Ex^a, que inclusive defendeu na Tribuna do Senado a inconstitucionalidade, essa inconstitucionalidade que fala o Supremo ainda não reconheceu a inconstitucionalidade, o Supremo ainda não julgou esse ato jurídico perfeito no caso nosso, no caso do Estado de Rondônia, essa Resolução que foi criada aqui ainda não foi decidida no Supremo, e outro Senador foi o Senador Romero Jucá que inclusive foi o Relator que foi voto vencido aqui na Comissão. Mas eu também gostaria estar encaminhando e votando isso hoje, Senador Osmar Dias. Mas como houve esse pedido de vista e praticamente pedido de vista coletiva. Eu até gostaria de analisar um pouquinho para saber qual é o caminho que V. Ex^a está buscando no sentido de sanar o problema do Estado do Paraná, o caminho encontrado por V. Ex^a das inconstitucionalidades para que eu possa de repente fazer a mesma coisa, e ajudar o Estado de Rondônia. Eu sei que o seu pleito é justo como o Estado do Paraná, inclusive no dia eu defendi logo depois de aprovado na tribuna no Plenário do Senado eu defendi também que se estendesse ao Estado do Paraná, e espero que de repente o que V. Ex^a está usando hoje para o seu Estado, para o Estado do Paraná que sei que são assuntos diferentes, mas que de repente eu possa embarcar no mesmo caminho e quem sabe aí com a competência e com a ajuda do professor que eu disse hoje aqui do Senador Aloizio Mercadante nós possamos pavimentar o caminho e eu possa buscar o mesmo entendimento também para o povo do Estado de Rondônia. Assim como defendo sempre o Senador Valdir Raupp, a Senadora Fátima Cleide para que nós possamos corrigir uma distorção e uma injustiça feita com o meu Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria só registrar, Senador Expedito Júnior, sou testemunha da luta, da prioridade que V. Ex^a deu a esse tema, teve um papel político re-

levante de pautar e de decidir a questão do BERON, mas eu mais uma vez uma voz solitária, mas registrei a minha preocupação porque achava que a solução encontrada não tinha amparo constitucional e não teria eficácia no desdobramento. E quero louvar essa reflexão de V.Ex^a de buscar novas possibilidades que possam fundamentar juridicamente, tecnicamente uma demanda que é evidentemente socialmente é relevante ao Estado que V.Ex^a tão bem representa nessa Casa. Senador Osmar Dias com a palavra ainda.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Só para registrar que o Senador Flexa tem todo direito de pedir vista. Mas ele disse que é por responsabilidade. Eu quero dizer que não estou sendo irresponsável em apresentar um Projeto de Resolução, depois de estudar com a consultoria, depois de consultar juristas a respeito, e tenho certeza que ele se analisado sob a luz da constitucionalidade, da juridicidade, ele vai passar tranqüilo porque não tem mais problemas. Os problemas que V.Ex^a alertou. E dizer tanto para o Senador Flexa Ribeiro que já saiu, mas eu quero deixar aqui registrado, e ao Senador Expedito Júnior, que eu não vou pedir vista dos processos nem do Pará e nem de Rondônia.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a V.Ex^a a intervenção. Só queria passar a palavra ao Senador Romeu Tuma que teve aí uma pequena... Intervenção cirúrgica, mas é muito bom ver V.Ex^a voltando a essa Casa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu saí na marra do hospital, o médico não queria deixar, sofri uma cirurgia e depois tive um problema de agravamento, mas eu tinha o compromisso de estar aqui hoje para votar no pessoal do CADE, e também esse compromisso sobre... É uma coisa que me amargura muito desde o início da minha gestão, Senador Osmar Dias, é a CPI que nós fizemos dos precatórios. V.Ex^a não sei se estava aqui. E foi sofrido, porque teve uma série de consequência, inclusive o Banco Central com o caso do BERON agiu... Não fui muito correto na intervenção que fez à época, o Paraná sofreu muito, o Presidente, o relator da CPI era o Requião, viajamos para o Paraguai, fomos buscar informações na lavagem de dinheiro que foi feito lá através de remessas de dinheiro que não tinham nada com a... Com os... Como chama? Que vendiam mercadorias, faziam como se fosse, trazia lavagem de dinheiro dos precatórios, Pernambuco V.Ex^a fez uma referência a Pernambuco... E eu obrigatoriamente tive que acompanhar tudo isso porque fazia parte da CPI. Inclusive houve prisões durante a CPI. Quando eu vinha no carro ouvindo V.Ex^a

depor, enaltecendo a figura do Senador Mercadante pela correção, honestidade, dignidade com que alertou do risco de perder o Projeto de Resolução, eu tinha certeza que seria votado. Porque nós temos que tirar da frente esse processo que tem 10 anos, Senador. Senador, Não é... O senhor está aqui há quanto tempo? Dois anos. Isso tem quase 10 anos. Do meu primeiro mandato.

Então é uma coisa que acho que o Senado tem que limpar Presidente. Tem que limpar. Eu concordo, vista, querem olhar, mas não são só esses Estados. Tem que fazer um balanço geral de todos os Estados envolvidos no problema da CPI dos precatórios. E dar um final. Quem sabe V. Ex^a na Presidência com uma visão profunda de economia, de tudo que aconteceu, possa apresentar algo que limpe de vez e tire isso da cabeça dos Governadores que alguns vem sofrendo muito com isso. Agradeço e cumprimento V. Ex^a pela medida.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a V.Ex^a. Todos aqui desejam o pronto restabelecimento. Senador Valter Pereira, depois Francisco Dornelles. Senador Dornelles quer votar ainda uma matéria. Se for possível nós colocaremos na pauta, eu peço a presença de todos. Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu fui um dos que pediu vista sobre o Projeto de Resolução nº. 24, de autoria do Senador Osmar Dias. E quero aqui explicar o seguinte. Que poucos projetos se ajustam tanto às finalidades do Senado Federal como a iniciativa do ilustre senador do Paraná. Efetivamente a representação da federação que é exercida pelo Senado Federal tem, nesse projeto, um dos seus alvos mais proeminentes. Eu não consigo compreender, Sr. Presidente, uma... Um comportamento meio autofágico que existe no setor público brasileiro. Esse episódio do Paraná é um dos tantos que existem onde a União passa a cumprir um papel de agiotagem ao promover uma especulação inexplicável sobre outros entes da federação. E isso precisa efetivamente ser estudado e reclama decisões do Senado Federal.

Requeri vistas porque eu quero aproveitar a carona da iniciativa do Senador Osmar Dias a fim de estudar melhor esta matéria e contribuir para que não só o problema do Paraná seja resolvido, mas que nós consigamos enxergar na plenitude os fundamentos que levam a União funcionar como verdadeira agiota em relação a outros entes da federação. Portanto, Senador Osmar Dias, o sentido do meu pedido, e acredito que dos demais colegas que pediram vista, tem esse foco também. Certo? Então, queria que V. Ex^a entendesse

essa posição e quero inclusive louvar aqui a iniciativa de V. Ex^a. V.Ex^a aqui está mostrando claramente que as razões políticas que geralmente nos separam têm que ceder lugar, sim, ao interesse público que deve nos unir sempre. E V. Ex^a está dando uma demonstração clara disso. Esqueceu a questão político-partidária e ideológica que o separa do Governador, mas passa aqui a defender o interesse maior que é do Estado. Meus parabéns a V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Valter Pereira, não quero me ater especificamente ao caso do Paraná. Mas eu só quero pedir que o Senado Federal, ele é responsável não apenas para defender o interesse de cada Estado, mas para preservar o pacto federativo. E preservar o equilíbrio fiscal e financeiro da nação brasileira. O maior problema que nós temos ainda do ponto de vista macroeconômico, do crescimento sustentável, é exatamente a irresponsabilidade fiscal que esse país teve no passado. A Lei de Responsabilidade Fiscal é um instrumento indispensável para que a gente possa disciplinar as finanças públicas, permitir que a taxa de juros caia sustentadamente, evitar conflitos jurídicos que se arrastam nos tribunais durante anos entre os entes federados, setor privado, setor público. Então temos que buscar soluções evidentemente o fortalecimento dos Estados, mas resguardando o Tesouro Nacional que é também uma competência específica dessa Casa. Dito isso, vamos então ao item 7, último item da pauta para termos... Desculpa, item 6, para termos conhecimento do voto do substitutivo do Senador Francisco Dornelles. Projeto de Lei do Senado nº. 136/2003 não terminativo. Faculta as pessoas jurídicas o armazenamento dos livros comercial, livro diário e livro razão e meio magnético. Autoria Senador Paulo Octávio. Relator, Senador Francisco Dornelles. É favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Com a palavra o Relator.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Srs. Senadores, o projeto admite o arquivamento em meio magnético do livro diário dos exercícios anteriores ao exercício financeiro em andamento. Ele esteve em várias comissões, a Receita Federal já se pronunciou, e as modificações feitas, apenas uma delas modifica aonde se fala meio eletrônico de armazenagem, se estabelece a palavra por meio exclusivamente eletrônico. A segunda admite que na forma de regulamento estabeleça a guarda da escrituração em meio eletrônico. É um assunto pacífico. Esse é meu Relatório, pedi a aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Ex^a é conhecedor dessa matéria profundo e parabenizo entendimento com a Receita

Federal que sempre facilita tramitação de matérias dessa natureza. Senadores e Senadoras que estão favoráveis ao parecer permaneçam como se encontram. Aprovado. O projeto vai a Plenário, não havendo mais o que tratar, agradeço a presença de todos e um bom dia.

Sessão encerrada às 12h53.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia quinze de julho do ano de dois mil e oito, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Renato Casagrande, Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Antônio Carlos Valadares, César Borges, Mão Santa, Adelmir Santana, Eliseu Resende, Marco Antônio Costa, Flexa Ribeiro, Gilberto Goellner, Antonio Carlos Junior, Osmar Dias, Jefferson Praia e, ainda, dos Senadores Augusto Botelho e Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Expedito Junior, Romero Jucá, Valdir Raupp, Pedro Simon, Geovani Borges, Neuto de Conto, Gerson Camata, Heráclito Fortes, Jayme Campos, tendo falta justificada em virtude de participação em missão política de interesse parlamentar, Raimundo Colombo, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Cícero Lucena, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, João Vicente Claudino e Gim Argello. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente comunica o recebimento dos seguintes documentos, para conhecimento, Aviso nº 38/08, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de maio de 2008, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; e Ofício do Banco Central, encaminhando, em atendimento ao Requerimento nº 45/07-CAE, Relatórios de Inflação de julho do corrente ano, divulgados conforme determina

o art. 5º do Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Em seguida, a Presidência passa à Audiência Pública tendo a presença, como expositor, do Exmo. Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, e, ainda, dos Senhores Mário Magalhães Carvalho Mesquita, Diretor de Política Econômica – Dipec, Anthero de Moraes Meirelles, Diretor de Administração – Dirad; Maria Celina Berardinelle Arraes, Diretora de Assuntos Internacionais – Direx, e Alvir Alberto Hoffmann, Diretor de Fiscalização, Difis, para discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, em cumprimento à Resolução do Senado Federal nº 32, de 2007. Após a exposição do Exmo. Sr. Henrique Meirelles, usam da palavra para a arguição, os Senadores Antonio Carlos Júnior, Francisco Dornelles, Eduardo Suplicy, Osmar Dias, Jefferson Praia, Marco Antonio Costa, Adelmir Santana, Flexa Ribeiro e, ainda, o Senador Aloizio Mercadante. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e treze minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotíпия Informatizada. – Senador **ALOIZIO MERCADANTE**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos dar início à 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Gostaria, antes de começar os trabalhos, convidar: o Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles; Sr. Mário Mesquita, Diretor de Política Econômica do Banco Central; Sr. Antero Meirelles, Diretor de Administração do Banco Central do Brasil; o Presidente da Casa, o Senador Garibaldi Alves, também, que nos dá a honra e nos acompanha nesta Audiência Pública; Sra. Maria Celina Arraes, Diretora de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil (DIRECS); e Sr. Alvir Hoffmann, Diretor de Fiscalização do Banco Central do Brasil.

Queria agradecer à honrosa presença: do Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Garibaldi Alves; do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles; do Sr. Mário Mesquita, Diretor de Política Econômica do Banco Central; Sr. Antero Meirelles, Diretor Administrativo do Banco Central; da Sra. Maria Celina, Diretora de Assuntos Internacionais do Banco Central; Sr. Alvir Hoffmann, Diretor de Fiscalização do Banco Central.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião ante-

rior. Senadores e senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso n. 38/08, encaminhando, em cumprimento ao art. 41, da Resolução do Senado Federal nº. 43, relatório contendo as características das operações de créditos analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de maio de 2008; tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos estados e Distrito Federal; relação entre dívida consolidada líquida e receita corrente líquida dos municípios; Ofício do Banco Central encaminhando atendimento ao Requerimento 45/07 da CAE; relatório de inflação de julho do corrente ano, divulgados conforme determina o art. 5º, do Decreto n. 3.088, de 21 de junho de 1999.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Queria, também, informar que nós tivemos, nesta 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, tivemos: 11 reuniões ordinárias e extraordinárias; nove Audiências Públicas; uma reunião técnica; um total de 20 reuniões realizadas.

Nós aprovamos: três projetos da Câmara dos Deputados; 11 projetos de origem do próprio Senado Federal; dois avisos do Senado Federal; uma indicação do Senado Federal; mensagem do Senado Federal “Programação Monetária” quatro; mensagem do Senado Federal “Empréstimo” 17; mensagem do Senado Federal “Aditamento” um; mensagem do Senado Federal “Indicação do CADE” quatro; requerimentos da Comissão 27. Portanto, tivemos: 61 proposições aprovadas; nove rejeitadas; total de proposições apreciadas 70 proposições.

Eu queria destacar, também, nesta Legislatura, algumas matérias como a que dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática e suas penalidades; uma matéria extremamente relevante e disciplinando os crimes no âmbito da Internet, que é uma grande exigência da convenção de Budapeste, vários países já o fizeram. Também o PLS 474, com a finalidade de instituir entre os objetivos do crédito rural o estímulo à substituição do sistema de pecuária extensivo pelo sistema de pecuária intensivo; uma proposição muito criativa do Senador João Tenório e Antonio Carlos Valadares, relatado pelo Senador Osmar Dias, que busca redefinir o foco da pecuária extensiva para a pecuária intensiva, a fim de compatibilizar essa forte atividade agrícola brasileira com a preservação de florestas.

A criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento dos Museus, da Senadora Ideli Salvatti, relatado pelo Senador Gim Argello. E, também, o PLS 136, que fa-

culta às pessoas jurídicas o armazenamento de livros comerciais, livros diários e livros razão em meios magnéticos; era de autoria do Senador Paulo Octávio e a relatoria foi do Senador Francisco Dornelles.

Tivemos, também, a criação do Fundo Ambiental de Preservação da Amazônia, de minha autoria, relatado pelo Senador Flexa Ribeiro. Entre tantas outras matérias, e muitos, mais de 17 empréstimos que nós aprovamos ao longo desse período.

Tivemos audiências com o Presidente do Banco Central e sua Diretoria, duas audiências já, esta é a terceira. Definimos audiência para discutir a regulamentação da propaganda comercial. Tivemos uma audiência sobre royalties e petróleo, extremamente concorrida e com grande repercussão. Audiência Pública conjunta sobre o projeto sacoleiros. Audiência, também, sobre petróleo, a questão do marco regulatório do pré-sal, com o Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli; Presidente da ANP, Haroldo Lima; o Diretor Geral da ANP, João Carlos França de Luca, do IBP; e o Guilherme Estrella, Diretor da Petrobras. Tivemos, também, Audiência Pública com o Presidente do IBGE. Enfim, tivemos um trimestre bastante produtivo, presidente.

Enfim, vamos dar início, então, agora, à nossa audiência, com a exposição do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, que, mais uma vez, o Ministro nos prestigia, aqui, na Comissão, com essa forma inovadora de nós discutirmos a política monetária, porque o regime de metas pressupõe transparência; esta é a essência da credibilidade: a qualidade das informações oferecidas, por isso as atas do Banco Central e por isso, também, essas audiências periódicas, onde nós podemos discutir a ata do COPOM, as decisões do Banco Central, a avaliação do cenário macroeconômico, e, nesse momento, há um grande interesse do país todo em relação a essa audiência, em função da evolução da inflação de uma forte pressão internacional, uma das mais fortes pressões das últimas décadas, que atinge toda a economia internacional, atinge, também, o Brasil.

O Brasil tem tido um bom desempenho, mas é evidente que esse é um tema que exige todo o rigor, todo o cuidado não apenas do Banco Central, mas do conjunto do Congresso Nacional e das outras áreas de Governo. O Governo teve, aí, um aumento de superávit primário de meio ponto percentual. Foi mais uma contribuição a esse esforço de combate à inflação, mas o país precisa estar muito atento pelo nosso histórico, pela memória inflacionária, todos sabem quanto é importante tanto para o crescimento sustentado quanto para o conforto das famílias, para essa melhora na distribuição de renda, o controle da inflação e a estabilidade dos preços, a estabilidade monetária.

Então, esse é o objetivo da nossa audiência. Queria agradecer à presença do Ministro Meirelles e passar a palavra para que, evidentemente, o Presidente do Congresso Nacional possa se manifestar a hora que julgar oportuno. Então, com a palavra o Presidente do Banco Central, Ministro Henrique Meirelles.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Obrigado, Presidente Mercadante. Obrigado pela presença, Presidente do Senado, Senador Garibaldi Filho.

Como sempre, é uma honra muito grande estar no Senado Federal discutindo, exatamente, os resultados da economia e as ações do Banco Central do Brasil, com os resultados, também, dessas ações.

Nós vamos começar pelo setor externo, interessando, como foi mencionado pelo Presidente Mercadante, a evolução do cenário internacional. Nós temos dois fenômenos acontecendo ao mesmo tempo, no cenário internacional. Em primeiro lugar, a chamada Crise do *Subprime* nos Estados Unidos. E nós estamos mostrando, aqui, um dos dados desta evolução, que é a questão do que... De uma medida razoável, que se usa para analisar como vai a situação nos mercados de crédito, que é o chamado crédito de *fold swap(F)*, que é a linha amarela.

Na realidade, isto, basicamente, mede a diferença entre o que era um risco, digamos, dos Bancos, normal, no passado, avaliado pelo mercado, e o que aconteceu com a evolução dos riscos de crédito dos Bancos, a partir de 2007.

Nós vamos ver, portanto, um aumento grande da linha amarela. A linha vermelha, que é outra medida, é o chamado *TED spread*, isso mede problemas de liquidez. Portanto, mede a diferença entre as taxas do tesouro e os fundos federais e as taxas de curto prazo pagas no mercado interbancário.

Então, vamos ver, por exemplo, que a liquidez do sistema americano apertou, num primeiro momento, em virtude da desconfiança gerada pela Crise do *Subprime*, e, em seguida, os riscos de crédito aumentaram, houve uma queda, mas ainda em patamares elevados.

O sumário dessa primeira observação é que a situação dos mercados financeiros americanos continua complicada e tende, ainda, a se prolongar por certo período. A cada momento, tem-se uma preocupação diferente, evidentemente, agora, as grandes agências de crédito. Mas nós temos problemas periódicos, que são os desdobramentos de uma crise no mercado imobiliário americano.

Outra maneira de se medir, também, são as medidas de risco de crédito dos Estados Unidos, de cinco anos, comparado com outros países. Nós vamos ver em azul o risco medido nos Estados Unidos; em vermelho, do Reino Unido; e na União Européia, em verde.

Nós vamos ver como o risco americano dos Bancos americanos, por exemplo, subiu fortemente. Ao redor março deste ano, voltou a cair e voltou a subir, recentemente. Nós temos, por exemplo, também, uma evolução no nível mais baixo do Reino Unido e próximo ao Reino Unido, da União Européia.

Portanto, isto mostra com clareza, portanto, em azul, a evolução do risco americano, do Reino Unido e da União Européia. Nós temos, por exemplo, aqui um critério de medida, como muitos, para verificar, exatamente, qual é a evolução da crise sistêmica de crédito nos Estados Unidos.

Se nós olharmos – agora, outra maneira de mostrar isso é uma variação do período de 14 de junho de 2007 a 11 de junho de 2008, da piora da medida de risco da União Européia, do Reino Unido e dos Estados Unidos –, vamos ver que de fato, nos Estados Unidos, houve uma piora bastante mais pronunciada do que no Reino Unido e na União Européia.

Portanto, nós tivemos um problema que começou no mercado de *subprime*, que são aqueles créditos imobiliários de maior risco, evoluindo, posteriormente, para o mercado imobiliário de risco já um pouco melhor, o chamado *prime*, e isso fez com que houvesse uma queda de preços dos imóveis americanos, que continua. Isso tem um efeito no patrimônio das famílias, tem um efeito, também, na dificuldade de pagamento por parte das famílias, o que faz com que isso tenha consequências diversas para os Bancos e para as próprias famílias e para a economia. E, depois, o aperto de liquidez, em função disso, gerou também problemas em outros tipos de crédito.

Nós temos, agora, uma comparação com o Risco Brasil. Nós vamos ver que o Risco Brasil, medido, aqui, através, indicado através da linha vermelha, comparada com o total do risco dos demais emergentes. Nós vamos ver que o Risco Brasil, que muitas vezes era bastante superior ao risco dos demais emergentes, caiu, convergiu e, na realidade, hoje, é um pouquinho abaixo.

Em uma tabela com outra escala, nós vamos ver que o Risco Brasil, hoje, é considerado menor do que dos emergentes. E o amarelo é o chamado índice de aversão ao risco, que é uma maneira de medir o risco do sistema financeiro como um todo, das aplicações financeiras como um todo, melhor dizendo.

Nós vamos ver, de novo, que o índice de aversão ao risco subiu, pronunciadamente, recentemente, e não foi acompanhado, nesse caso, com o aumento do risco país, como, muitas vezes, aconteceu no passado.

Comparando, agora, como eu mencionei, numa escala mais apropriada, a comparação do Risco Brasil com demais emergentes, nós temos, aqui, o Risco

Brasil em cinza escuro. Nós vamos ver como ele era maior do que o dos demais emergentes e depois convergiu e hoje é menor.

Em vermelho, em vermelho, nós podemos ver a diferença. Isto é, antes do Risco Brasil era maior e, hoje, o Risco Brasil é menor do que dos demais emergentes. Portanto, a performance, como mencionado pelo Senador Mercadante, em relação, também, a esse fator de risco, em relação ao mercado internacional, está favorável.

Comparado à evolução do risco, à variação de 14 de junho de 2007 a 11 de junho de 2008, em alguns países americanos, nós vamos ver que o Brasil tem um desempenho, de novo, favorável.

Se nós, agora, analisarmos uma das outras características que está sendo uma marca registrada desta crise, é exatamente a depreciação do dólar norte-americano. Nós vamos ver que o dólar norte-americano, mesmo em relação à moeda chinesa, está se depreciando. Em vermelho, o iene, e, em relação ao euro, aqui, em amarelo. Portanto, vamos ver que o dólar está caindo de valor em todas as moedas, evidentemente, inclusive, frente ao real.

Se nós, no entanto, compararmos o real com o euro, nós vamos ver que, com alguma oscilação, que é normal nesse mercado de moedas, mas o euro tem tido, a partir de julho de 2007, uma pequena apreciação. Se nós compararmos, aqui, a partir de novembro de 2007, nós vamos ver que está num dos pontos baixos da curva, mas existe uma estabilidade bem maior do que, por exemplo, das demais moedas em relação ao dólar.

Passando, agora, para o mercado de exportação de bens e serviços brasileiros, nós vamos verificar que, de 2002 a 2007, as exportações brasileiras cresceram no mundo 173% *versus* 50% de crescimento das exportações mundiais. Portanto, as exportações brasileiras têm crescido mais do que a média mundial nesse período: 173% a 50%, comparado.

Se nós olharmos, agora, a diversificação das exportações por mercado, nós vamos ver que, hoje, acumulado em 12 meses, até junho de 2008, a União Européia, aproximadamente, 25% do total de exportações brasileiras, 24,9%; a América Latina, 22,6%; os Estados Unidos, 14%; Ásia, excluindo Oriente Médio, 16%; e outros, 21%.

Se nós olharmos 12 meses, até junho de 2003, nós vamos ver que a União Européia era um pouquinho mais, mas não muito: passou de 25,9% para 24,9%. Os Estados Unidos, sim, era pouco mais, era 24%, passou, hoje, para 14%. Então, houve uma queda de quase 10%, do percentual que é exportado para os Estados Unidos, o que, nesse momento, é positivo, na medida

em que a crise, hoje, maior é com certeza em relação aos Estados Unidos. A Ásia cresceu bastante... Desculpe, a Ásia manteve-se relativamente estável: 16,3% para 16,8%. A América Latina, sim, cresceu bastante: de 15,9% para 22,6%. E, muito importante, outros: de 17% para 21%.

O que significa? O Brasil está diversificando seus mercados de exportação. Isso é algo extremamente positivo para a segurança do país. A diversificação de exportações por grupo, de novo, segundo fontes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, em 12 meses, até junho, nós temos que: manufaturados foram 51,1%; básicos, 35%; e, semimanufaturados, 13%. Portanto, em 12 meses, até junho, manufaturados representaram mais do que 50% do total das exportações brasileiras, apesar do alto crescimento das commodities, não só da produção como o preço.

Passando a outro ponto da maior importância, que é a questão dos fluxos líquidos de câmbio. Preocupa-se muito sobre a questão dos fluxos, até que ponto poderia haver um influxo elevado de aplicações financeiras no Brasil que pudesse criar distorções nos nossos mercados.

Nós vamos notar que, em azul, nós temos o fluxo comercial e, em vermelho, o fluxo financeiro. Nós vamos ver que, na maior parte do tempo, inclusive no período recente, em 2008, portanto, o fluxo financeiro tem sido negativo; o que tem sido de fato positivo tem sido o fluxo comercial, que são os contratos de câmbio de exportação fechados, menos os contratos de câmbio de importação.

Os exportadores, inclusive, têm sido muito agressivos no fechamento antecipado de contratos de câmbio. Portanto, é muito importante mencionar que o saldo do balanço de pagamentos brasileiro é fortemente condicionado e influenciado pelos saldos de fechamento de contratos de câmbio comerciais.

Outro fator da maior importância é o investimento estrangeiro direto líquido, que atingiu, em maio de 2008, acumulado em 12 meses, o valor de 38 bilhões de dólares, que é o maior valor registrado até hoje.

Portanto, nós temos, aqui, um número que cresceu substancialmente, a partir de 2007. Vamos dizer, houve um salto, em 2007, muito grande, mas está se mantendo em patamar elevado e crescente. Isso de novo é um sinal de confiança na economia brasileira e dinamismo da economia brasileira. Isto é, na medida em que a economia brasileira, hoje, está mais sólida, mais estável, nós temos, cada vez mais, as empresas, os investidores colocando os seus investimentos no Brasil para aumentar sua capacidade produtiva no Brasil e atender à crescente demanda doméstica e também para as exportações. Portanto, de novo, é um símbolo,

aqui, uma demonstração do grau de confiança que se tem hoje na economia brasileira.

Reservas internacionais crescentes. Temos, aqui, um número, até 10 de julho, de 203.4 bilhões de dólares. Nós atingimos, em abril de 2003, um valor mínimo de 15.9 bilhões de dólares. Portanto, isso é outra demonstração do nível atual de segurança da economia brasileira. Quer dizer, o Brasil aproveitou com competência períodos de mais favoráveis, não só da economia internacional como, principalmente, o excepcional desempenho do balanço de pagamento brasileiro para acumular reservas internacionais no mercado *spot*, aqui, isto é, dólar, o chamado dólar chamado à vista. E também existe uma posição de 23 bilhões de dólares no mercado futuro, que, de novo, é uma posição sólida do Governo brasileiro, que visa, exatamente, dar maior resistência ao país em momentos de crise como este.

Portanto, isto é uma das coisas que têm citado por agências internacionais e agências de *rating* como uma das razões do bom desempenho atual da economia brasileira. Não há dúvida de que existe um custo associado ao carregamento das reservas; posições não só de dólar à vista como de dólar futuro, mas é importante mencionar que isso se reflete na melhor avaliação de risco do país, portanto, em última análise, em uma queda do custo de captação de recursos pelo Tesouro Nacional e pelas empresas brasileiras, de maneira geral.

Portanto, o benefício para o país é realmente positivo. A dívida externa líquida, que é o total da dívida externa brasileira, menos as reservas, hoje, é negativo em 16 bilhões(F). Significa que o Brasil é um credor líquido internacional. É outro dado da maior importância, porque, de novo, isso significa que um problema histórico que o Brasil tem, praticamente, desde a sua independência, com crises periódicas de dívida externa, que levavam à necessidade de ajuste de balanço de pagamentos drásticos e momentos de problema internacional, como tivemos várias vezes. Já tivemos momentos em que a taxa Selic chegou a 43% ao ano, exatamente porque estávamos numa crise de balanço de pagamento e precisávamos defender a moeda. Hoje em dia, nós estamos em um momento de muito maior estabilidade, e uma das razões importantes é exatamente o fato de que o Brasil, hoje, é um credor líquido.

Passando, agora, à atividade econômica, vendas no varejo. Aqui, é a média móvel de três meses, isto é, os últimos três meses, comparados com os três meses anteriores. Nós temos, portanto, um dado da maior importância, que mostra o crescimento, desde

2003, de forma continuada e acentuada, exatamente, das vendas.

O comércio geral para os senhores e senhoras senadores terem uma idéia, o comércio geral cresce a 54 meses consecutivos no Brasil. O comércio ampliado, que é o que envolve mais outra série de medidas, cresce a 53 meses consecutivos. O comércio ampliado, no caso, incorpora o setor automobilístico e material de construção. O comércio geral não incorpora automobilístico e construção.

Se nós, portanto, olharmos o comércio geral, até maio, cresceu, em 12 meses, 10,3%; dois dígitos de crescimento. O crescimento ampliado, 14,1%, em 12 meses. Então, nós temos um comércio crescendo a taxas muito robustas e, ainda, crescendo na margem, isto é, no mês de maio, o crescimento sazonalizado(F) foi, ainda, de 0,6% no mês e 0,8% na média móvel trimestral; 10,3% em 12 meses.

Eu gostaria, também, de mencionar que o comércio de base ampliado cresce à taxa superior a 10%, desde janeiro de 2007. Portanto, há 17 meses, crescendo a taxas superiores a 10% ao ano.

Vendas no varejo, comércio varejistas. Se nós olharmos, aqui, por regiões do país, 10,7%, como eu mencionei... Desculpe, esse aqui é até o mês anterior. Norte: houve uma pequena queda; Nordeste: está estável, ao redor de 10%; o Sudeste, que vinha bastante fraco, ampliou; o Sul ampliou, também. O Sul vinha, ainda, um pouco fraco há três anos, em 2006 ampliou substancialmente e manteve isso esse ano; Centro-Oeste mantendo a taxas fortes.

O varejista ampliado muda um pouco o quadro, porque o Norte, ao invés de 5,6%, cresce 13,4%, quando se incluem automobilístico e materialização de construção. Aí, sim, equivalente ao Nordeste, com 13,5%; ao Sudeste, com 14%; o Sul, com 15%; e o Centro-Oeste, com 16%. Portanto, houve, aqui, uma recuperação forte da região Sul e da região Centro-Oeste do país.

À média móvel de três meses, a venda no varejo, agora, comparando-se com crédito, nós vamos ver o crédito crescendo; na linha mais escura, nós vamos ver que o crédito está crescendo a uma taxa ainda importante, cerca de 36%, média móvel de três meses, na variação anual.

Então, para os outros três meses, uma variação anual de 36%. Vendas à esquerda, portanto, aí, com um crescimento ao redor de 10%. Nós vamos ver a correlação entre o aumento do crédito e das vendas no varejo. Por outro lado, tem uma correlação da maior importância, que é entre as vendas no varejo e a massa salarial. A massa salarial crescendo, a taxas também elevadas, aqui, um pouco abaixo de 8% ao ano, real,

o que é um crescimento muito importante na massa salarial; massa salarial no sentido de ser o total de salários e benefícios pagos no país. E as vendas no varejo também crescendo a taxas importantes.

A taxa desemprego, como temos acompanhado, caindo; a linha de tendência é a linha marrom clara, e os dados pontuais, a linha marrom escuro. Então, nós temos, de novo, um desemprego, em maio, de 7,9%, que é o melhor registrado pela série; e o menor registrado pela série é a linha de tendência, mostrando, claramente, que a tendência é de queda continuada do desemprego no país.

Criação de empregos. Como já mencionamos, no passado, o Brasil, de 95 a 97, teve um decréscimo no número... Até, de 95 a 99, teve um decréscimo do número de empregos, em média, de por ano 323 mil por ano; de 2000 a 2003, um acréscimo de cerca de 664 mil novos empregos por ano; de 2004 a 2008, um milhão 476 mil novos empregos por ano; e, em 2008, até agora, a 12 meses, até maio, um milhão 756 mil novos empregos por ano. Portanto, a maior criação de empregos da série registrada e medida no Brasil pelo CAGED.

Se nós olharmos, agora, a questão da massa salarial, nós vamos ver, portanto, que a massa salarial tem crescido de forma importante; o rendimento médio também tem crescido de forma importante. Essa diferença é exatamente a criação do emprego. Quer dizer, a massa salarial cresce: 1— pelo crescimento do salário médio; e 2— pelo crescimento do número de pessoas empregadas. Portanto, a massa salarial tem um crescimento, aí, duplo, que faz com que ela, de fato, esteja crescendo a taxas muito robustas, em termos reais. E é exatamente a evolução do crescimento da massa salarial real. Nós vamos ver que, desde 2006, ela está crescendo, aí, acima de 6% ao ano.

Comparando, agora, vendas no varejo, produção industrial e importação, nós vamos ver, aqui, a produção industrial crescendo a taxas robustas; vendas crescendo ainda mais, por quê? Porque existe um aumento importante das importações, que estão permitindo com que as vendas cresçam ainda acima da produção industrial.

Formação bruta de capital fixo. Muito importante, porque, com o crescimento do Brasil, muitas vezes, nós vimos, no passado, que existia uma insegurança muito grande dos investidores, em geral, quanto à possibilidade de se continuar crescendo no país. Portanto, o nível de investimento era baixo, as vendas aumentavam muito, o consumo aumentava, a produção não aumentava de acordo, e, com isso, nós tínhamos um fenômeno inflacionário.

Hoje, a formação bruta do capital fixo, que é um investimento em capital, está, em bens de capital, está crescendo de forma robusta e consistente, fazendo com que, portanto, a capacidade produtiva do país aumente. É aquilo que nós chamamos “dividendos da estabilidade”.

O que são dividendos da estabilidade? Na medida em que o país é mais estável, os horizontes de planejamento se estendem, aumenta-se o nível de investimento, o país tem maior capacidade de crescer.

Insumos da condição civil. A mesma direção, mesma tendência, crescendo, sistematicamente, desde 2003.

Safra agrícola, estimativa do IBGE, em junho, é de 143,6 bilhões de toneladas, comparado com os 133 bilhões, de 2007, e os 117 bilhões, de 2006. Portanto, existe uma curva de crescimento pronunciado e forte, não só em função da revolução tecnológica, no Brasil, da agricultura e toda a política desenvolvida para o crescimento desse setor, mas também, evidentemente, agora, já reagindo à evolução dos preços internacionais.

Quer dizer, a evolução dos preços internacionais de commodities tem um duplo efeito para o Brasil: de um lado, é negativa, porque aumenta os custos; do outro lado, gera maiores receitas, não só de exportação, mas também para todas as pessoas que participam da produção agrícola e pecuária no Brasil.

O consumo das famílias está aumentando, também, a taxas robustas. Tivemos uma evolução para cerca de 6%, no terceiro trimestre de 2007. Houve um salto, aqui, no último trimestre de 2008, que, certamente, não seria sustentável, porque estava um índice, de fato, muito elevado. Houve uma acumulação de 6,6%, no primeiro trimestre de 2008, mas, de novo, ainda acima do terceiro trimestre de 2007.

Então, se nós traçarmos, aqui, uma linha de tendência, nós vamos ver que é, ainda, até o primeiro trimestre, um crescimento robusto do consumo das famílias. Se nós fizermos o acumulado em quatro trimestres, sobre os quatro trimestres anteriores, nós vamos ver que aquele que termina, os quatro trimestres que terminam no primeiro trimestre de 2008, têm um crescimento de 6,7% sobre os quatro trimestres anteriores. Um ano sobre o ano anterior.

Nós vamos ver, de novo, a linha de tendência de crescimento de consumo das famílias. Faixas robustas, fortes, inclusive, para o padrão internacional. Isso significa uma melhora do padrão de vida da população brasileira. Isso representa, exatamente, a capacidade de consumo das famílias, que, em última análise, é uma das finalidades da política econômica de qualquer país, a qualquer tempo. Evidentemente, é importante

que a economia como um todo esteja balanceada na sua equação de demanda e oferta.

Formação bruta de capital fixo crescente: 15,2%, no primeiro trimestre de 2008, em relação à igual trimestre do ano anterior. Portanto, crescimento entre 13%, 14%, 16%, 15%, o crescimento, portanto, em nível elevado; estável, em nível elevado, oscilando, aí, entre 14% e 16% neste período, nos últimos trimestres. Portanto, crescimento forte da formação bruta de capital fixo, de novo, sinalizando possibilidade de que o país possa manter uma trajetória de crescimento sustentado, baseado, de novo, na estabilidade; estabilidade, inflação estável, estabilidade econômica, balanço de pagamentos, área fiscal, de maneira que dê condições para que todos tenham confiança de que o país possa prosseguir crescendo. A formação bruta de capital fixo, crescimento acumulado em quatro trimestres, outra forma de mostrar isso.

Finalmente, vamos mostrar a evolução da demanda interna e da demanda externa. Isto é, a demanda interna, no Brasil, está crescendo, até o primeiro trimestre de 2008, e comparado com igual trimestre do ano anterior, cerca de 8,5%. Com a contribuição negativa no setor externo, devido ao alto crescimento das importações, de 2,6%. Portanto, o diferencial é que, exatamente, mostra a produção doméstica.

E nós vemos, portanto, que há um crescimento muito forte da demanda e, certamente, até o primeiro trimestre, nós estávamos vendo um crescimento da demanda doméstica, demanda interna na margem.

Formação bruta... Desculpe. O crescimento do produto, finalmente, aqui é igual... Em relação ao igual trimestre do ano anterior, primeiro trimestre de 2008, 5,8%, de novo, 5,4%, 5,6%; um crescimento um pouco mais forte, 6,2%, no último trimestre, 5,8%. Mas, se nós olharmos, nós estamos com uma linha, de novo, forte de crescimento do produto.

Crescimento acumulado em quatro trimestres, agora, quatro trimestres sobre os quatro trimestres anteriores. É uma linha, também, outra maneira de ver, que dá uma perspectiva de um prazo um pouco maior. Nós vamos ver o crescimento, a partir... O aumento das taxas de crescimento, a partir de 2006, de forma constante. O crescimento já nós vimos que já se atingiu esse pico, aqui, em final de 2004, mas foi um pico maior. Agora, nós estamos crescendo de uma forma mais sustentada.

Muito bem. Passamos, agora, a uma preocupação, hoje, no mundo todo, que é a questão da inflação. Não há dúvida de que nós temos, em função do aumento de consumo da economia global, hoje, principalmente, impulsionado pela incorporação de vastas quantidades de mão-de-obra e de novos consumidores

nos mercados emergentes, principalmente a China, segundo a Índia, e outros países, inclusive o Brasil, que também está incorporando um grande número de pessoas ao seu mercado de trabalho. O Brasil, por exemplo, incorporou 12% da sua população apenas em dois anos: de 2005 a 2007 saiu das classes D e E e passou para a classe C. A China tem números, como tem uma população muito maior, números maiores e a Índia também. Com isso, nós temos uma pressão mundial: a economia muito aquecida, globalmente, sobre os preços das commodities.

Então, nós temos os combustíveis em azul; o total do índice do preço das commodities e alimentos em amarelo, também crescentes. Mas nós vamos ver como, de fato, a pressão não é apenas em alimentos. O índice total de commodities, em vermelho, na realidade, cresce acima, inclusive, do índice de alimentos. Alimentos também, mas todas as matérias-primas estão sujeitas a uma pressão muito forte de demanda internacional, global.

Preço de grãos. Vamos apenas concentrarmos, agora, na questão agrícola. Variação desde fevereiro de 2007: 67%, trigo; soja, 104%; milho, 78%. Em 2008, apenas: trigo, 6%; soja, 42%; milho, 46%. Então, é uma pressão forte internacional de preços desses produtos.

Preço do petróleo. Todos estão acompanhando a evolução. Como, desde janeiro de 2004, nós tivemos uma evolução constante, até o meio de 2006, há uma queda, até o final de 2006, e, depois, retoma uma escalada, de fato, importante.

Preços de commodities ajustados ao câmbio. Nós vamos ver, agora, o que uma parte da evolução dos preços das commodities, em dólares, que são os valores cotados internacionalmente, é resultado da depreciação cambial. Por quê? A variação, neste período, de fevereiro de 2007 até agora, nós vamos ver que o preço das commodities, em dólares, cresceu 54%, em euro, 26%.

Então, nós vamos dizer que uma parte pode-se, seguramente, afirmar que uma parte da evolução do preço de commodities é a desvalorização da moeda norte-americana. E, se nós olharmos, por exemplo, a evolução do preço das commodities em euro, é uma evolução menos pronunciada. Porém, está subindo também. De novo, uma demanda internacional aquecida, porque, mesmo eu euros, cresceu cerca de 26% neste período. Muito bem.

Passando, agora, para o Brasil. Vamos começar analisando o chamado núcleo do IPCA por exclusão. O que é isso? Temos acompanhado a evolução do IPCA, nos últimos meses. Vamos analisar o núcleo. O que é

o núcleo? O núcleo é o IPCA, excluindo-se alimentos e administrados.

Por quê? Nesse período recente, nos últimos 12 meses, nós tivemos um aumento de alimentos acima da média do IPCA, como foi mostrado. Por outro lado, os administrados foram abaixo da média. Foi um período favorável, por razões diversas. Espera-se, o mercado espera um equilíbrio para o próximo ano. Os administrados voltam para os compatíveis com a média, e os alimentos, também. As previsões, muitas vezes, os analistas podem estar erradas. Vamos confirmar, mas essa seria uma previsão.

Se nós olharmos, portanto, o núcleo do IPCA com exclusão de alimentos administrados, nós vamos ver que, no acumulado em 12 meses, está 5,38%. Mesmo tirando alimentos e tirando administrados, que compensam um pouco, nós ainda temos um índice de 5,38%, que seria um dos índices que os analistas definem como índices para indicar a tendência, uma indicação, apenas.

Se nós analisarmos outras medidas de núcleo, e, agora, uma medida de núcleo de trimestre, contra trimestre anterior. Portanto, não é uma medida de um ano e não é uma projeção, também; é meramente trimestre contra o trimestre anterior. Mas, comparando quarto trimestre de 2006 com quarto trimestre de 2007, segundo trimestre de 2007, segundo trimestre de 2008. Então, nós vamos ver, aqui, exatamente, começando, aqui, este processo. Por exemplo, aqui, no índice por exclusão, o quarto trimestre de 2006 era 3,54%; o segundo trimestre de 2007, 3,41%; passando, agora, para o quarto de 2007, agora, era 2006, quarto de 2007, 5,58%; segundo trimestre de 2008, 7,27%.

O que quer dizer isso? Por que nós pegamos o quarto trimestre e quarto trimestre, segundo trimestre e segundo trimestre? Para, de certa maneira, levar em conta os efeitos sazonais da inflação. Então, nós comparamos, em última análise, o segundo trimestre com segundo trimestre e o quarto trimestre com o quarto trimestre. E, além do mais, pegamos um trimestre; um trimestre sobre o anterior. Não é uma projeção... Eu vou mostrar as projeções. Não é uma projeção, é meramente uma medida de indicação, um trimestre, como é que está evoluindo o trimestre, numa taxa anualizada.

Então, nós vamos ver, nesse último trimestre... Desculpe, no segundo trimestre de 2008, sobre o trimestre anterior, uma taxa já relativamente elevada, de 7,27%.

Os núcleos de médias aparadas. O que é isso? Tiram-se aqueles preços que cresceram mais e os que cresceram menos, para ter uma noção do que está ali naquele núcleo. Nós vamos ver, de novo, também, uma

evolução; e a média dos núcleos, uma evolução, também, como podemos ver, de segundo trimestre para segundo trimestre e de quarto para quarto.

Então, nós vamos ver exatamente como evoluiu. Quarto, segundo, quarto, segundo; 2006 e 2007; quarto e último trimestre de 2008. Resumo. Meramente, para dar uma indicação para os senhores de que existe, de fato, uma inflação internacional e existe, também, uma inflação que cresceu, também, no Brasil, fortemente influenciada por alimentos, sim, commodities, sim, mas dentro de um ambiente de demanda forte, aquecida, como eu mostrei, e que, portanto, temos índices de núcleo já mostrando o crescimento.

Se nós olharmos, agora, o índice geral de preços, que envolve, inclusive, atacado, etc., últimos 12 meses, junho de 2008, 13,96%. Preços no atacado, agora, apenas agrícolas, na coluna da esquerda, 35% linha amarela; linha azul, apenas industriais, linha da direita, um pouco abaixo de 12%. Portanto, o preço no atacado está subindo. Portanto, o Banco Central e o Governo estão atentos, tomando medidas, exatamente, para evitar de que uma economia muito aquecida possa levar que haja repasses de preços do atacado para o varejo, de uma forma negativa para a economia.

O IPCA, agora, o percentual de aumento de preços. Está aumentando, como vemos. A linha de tendência atingiu, aqui, o valor baixo final de 2006; valor baixo, no sentido de que o número de itens que aumentava preço era menor, e isso foi crescendo, gradualmente, na média, o que significa, de novo, mais uma indicação de que existe inflação no mundo, grande parte, na maior parte dos países, mas que o Brasil também está tendo este fenômeno.

Falando, agora, de expectativas. Eu mencionei dados nos últimos 12 meses, mencionei dados de trimestre contra trimestre e, agora, estou mencionando expectativa dos analistas. Em azul, a expectativa dos analistas para o ano de 2008, como cresce a partir do último trimestre de 2007, chegando, agora, num patamar ao redor, próximo, ao redor de 6,5%. Em 2009, já temos uma evolução, também, esse número crescendo já ao redor de 5%, em 2009.

Se nós olharmos, agora, expectativas de inflação de prazo mais longo, o consenso do mercado dos analistas, em geral, é, em 2008, 6,48%, como mencionei, ao redor de 6,5%; 2009, 5%; 2010, 4,5%, que é o centro da meta; 2011, 4,5%. Não tem meta definida para 2011, o mercado prevê 4,5% e, em 2012, o mercado prevê uma inflação de 4,30%.

Não temos, portanto, metas definidas para 2011 e para 2012. O mercado, portanto, está prevendo inflação de 4,50%, em 2011, que é a meta de 2010, e 4,30% para 2012. Esse é dado importante, significa que

os analistas, os formadores de preços confiam que as autoridades monetárias brasileiras estão trabalhando e vão continuar a trabalhar para que a inflação brasileira convirja para as metas definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Outra maneira de ver isso é a evolução da inflação medida em azul, e, como ela está subindo, as previsões dos analistas, em vermelho, e nós vamos ver que ela está em 6,48%. Em algum momento, os analistas, o mercado prevê que ela, inclusive, supera o topo, aqui, da meta, um pouquinho menos do que aconteceu no passado, ao redor do topo da meta, mas que cai, em seguida, em direção ao centro da meta.

É importante mencionar que, quando os analistas fazem essas previsões, o fazem porque estão levando em conta as medidas tomadas pelas autoridades, isto é, porque o Banco Central está reagindo, outros setores do Governo estão tomando suas medidas, mas, principalmente, porque o Banco Central está comprometido com a sua função básica de manter a inflação numa trajetória de convergência para o centro da meta.

Esse é um dado importante, porque é a chamada “surpresa inflacionária”, isto é, quando a linha está abaixo da linha pontilhada, a linha vermelha, significa que os analistas foram surpreendidos positivamente, isto é, a inflação veio menor que o previsto. Depois, quando foram surpreendidos negativamente: inflação maior do que o previsto, que é o que tem acontecido nos últimos meses.

Isso é um fenômeno importante, porque leva a certa deterioração do ambiente de previsão inflacionária, e, portanto, é importante que as autoridades monetárias tomem providências a tempo e à hora, que é o que está fazendo o Brasil e o Banco Central do Brasil.

Dado da maior importância, agora. Muito bem, mas a inflação está subindo, seria motivo para se preocupar? É um problema a inflação subir? Já tivemos inflação tão alta no Brasil, muitas vezes podemos até pensar numa inflação um pouco mais alta, qual seria o custo disso? Existem diversos custos. O mais importante deles é a questão do salário real, do poder de compra do trabalhador.

Nós vamos ver que, com a inflação alta, em vermelho, medida pelo INPC, aqui, que é o que medo o índice de inflação para faixa de compra de até um a seis salários mínimos de rendimento, nós vamos ver que, com a inflação alta, o rendimento do salário real médio tende a ser baixo; com a queda da inflação, há uma subida concomitante do salário real médio, e, com a inflação baixa, isso tende a continuar crescendo.

Sobe um pouquinho a inflação, nós já sentimos uma pequena queda no salário real médio. Portanto, em primeiro lugar, é muito importante, portanto, que

se mantenha a inflação baixa, sob controle, estável, visando preservar o salário real. Por quê? Não só porque é o poder de compra da população, mas também porque, à medida que cai o salário real, caem as vendas, nas empresas, cai a produção. Isto é, é uma ilusão se pensar que a inflação mais elevada não vai levar a uma queda da atividade econômica, que, no devido tempo, leva pela perda de poder de compra do trabalhador. E, segundo, pela desorganização econômica, incerteza, queda dos investimentos. Já conhecemos esta história do Brasil.

Portanto, é muito importante que os trabalhadores, a população, os empresários, os formadores de preços e salários tenham segurança de que o Banco Central do Brasil e o Governo estão comprometidos com manter a inflação baixa, sob controle, convergindo para a trajetória de metas.

Se nós olharmos, agora, a inflação por faixa de renda, nós vamos ver que, hoje, principalmente, quanto menor a faixa de renda, maior a inflação. Em marrom, aqui, a faixa de... O IPC, C1, que é para a faixa de renda entre um e meio salário mínimo; em azul, um a seis salários mínimos; depois, em marrom mais claro, um a 33; e o IPCA, que é para de um a 40 salários mínimos. Mais uma razão para rigor no combate à inflação, porque ela está atingindo, principalmente, rendas mais baixas.

Ciclo de política monetária. Eu vou apenas me concentrar, aqui, no final, para mostrar que a taxa Selic, que estava localizada num determinado patamar, há alguns meses, e tínhamos as taxas de juro comercializadas no mercado a termo, que são representativas da taxas de mercado – 180 dias, 360 – mais ou menos alinhadas com a Selic.

No momento que a expectativa de inflação se deteriora, as taxas de mercado sobem – antes da Selic, inclusive –, o que significa que não... Alguns acham que, ou pensam que bastaria o Banco Central deixar a Selic mais baixa, que nós não teríamos um aumento das taxas de juro que impactam o mercado atividade econômica. Não.

Aumenta a inflação, aumenta a expectativa, portanto, de inflação, sobem as taxas de juros futuras, sobem as taxas de juro mercado e isso impacta diretamente a atividade econômica, e, se o Banco Central sanciona essa subida, não tomando as providências necessárias, esse fenômeno de deterioração, de aumento de expectativa de inflação e de prêmio de risco prossegue.

Ciclos de política monetária. Eu mencionei isso. Começando, aqui, em janeiro de 2001, mas, se nós formos desde 97, nós vamos ver que a Selic já atingiu, como eu mencionei, valores de 43%, 45%. Mas,

como a Selic está num ciclo de alta, mas, de novo, partindo de um patamar mais baixo, em comparação ao passado. Algumas pessoas dizem: “Mas o Brasil está tão melhor do que antes. Está tão bem. O senhor está falando que temos, aqui, reservas, está crescendo, tem investimento, etc., e por que o senhor subiu o juro? Subir juro! O Brasil está tão bem, etc.”. Bom, subir e descer juro acontece em todas as economias do mundo. A questão de ciclos econômicos: ciclo de expansão, ciclo de contração. Começa a subir a inflação, os Bancos Centrais têm que apertar um pouco a política monetária, subir a taxa de juros, para contrair um pouco a demanda.

Em dito isso, nós estamos fazendo isso em patamares menores, através da passagem dos anos. E está claramente demonstrado neste gráfico o que estou dizendo. Isto é, os ciclos existem, o Banco Central está comprometido a manter a inflação na meta, está comprometido a tomar as providências necessárias, mas, de novo, nós estamos trabalhando com níveis de crescimento, de emprego, de renda, de produção, cada vez maiores, e níveis de taxa de juros historicamente menores, partindo de patamares menores, melhor dizendo.

Eu gostaria de terminar dizendo o seguinte: como já mencionei, o Banco Central do Brasil está comprometido a fazer o necessário, enquanto for necessário, para segurar uma convergência da inflação para o centro da meta no ano já de 2009.

O BC entende que não há vantagem em se conviver com taxas de inflação elevadas. Nesse contexto, a sociedade deve ter segurança, e não deve ter dúvidas de que o Banco Central saberá responder, vigorosamente, a mudanças no cenário da inflação. Isto é, o Banco Central está comprometido, fará o que for necessário, pelo tempo necessário, para preservar as conquistas da economia brasileira, as conquistas do povo brasileiro, e prosseguirmos o nosso ritmo de crescimento sustentado, pelos próximos anos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, pela apresentação. O Ministro, mais uma vez, colocou com bastante vigor, aí, o pensamento do Banco Central, a evolução dos dados macroeconômicos.

E vamos, agora, à nossa arguição, com a certeza de que nós temos um imenso desafio, nesse período, que é continuar mantendo esse desempenho de crescimento do país, esses dados sociais, diante dessa grande tarefa, que é conter essa pressão internacional de preços que atinge toda a economia mundial e também o Brasil.

Vamos iniciar, então, a arguição. Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Júnior. Eu sou subscritor do requerimento, teria precedência na arguição, mas eu prefiro que os outros falem e eu falarei ao final. Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sr. Presidente, Sr. Ministro Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, senhores diretores do Banco Central, senhoras e senhores senadores.

Bom, realmente, essa exposição nos deixou com bastante clareza da situação que enfrentamos hoje, e, principalmente, a ação do Banco Central. Nós confiamos na atuação do Banco Central, em relação a manter a inflação sob controle. Isso aí a gente conhece a maneira de agir do Banco Central, portanto, a confiança é total.

Mas me preocupam outros pontos, que não dependem do Banco Central. Primeiro, é a questão da importação da inflação externa. Esse é um ponto. A elevação brutal no preço das commodities. E o outro ponto que me preocupa é a questão da oferta interna, porque, do lado da demanda, o Banco Central vai... Está tomando as providências devidas, está elevando as taxas de juros, que a elevação é necessária para contar a demanda, em função de não permitir que os preços que se elevaram no atacado, em função da questão externa e da questão, também, da oferta externa, venha a ser transmitido inteiramente para os preços no varejo, atingindo diretamente o consumidor.

Então, nós sabemos da vigilância do Banco Central, mas me preocupa a questão da oferta interna. Embora a taxa de formação bruta de capital fixo tenha se mantido em elevação, me preocupa que esse crescimento do investimento no Brasil não se dê em todas as áreas uniformemente. Então, nós possamos ter, em alguns setores estratégicos, problemas de oferta. Ou seja, no momento em que a demanda está muito aquecida, o Banco Central está aumentando o juro para combater esse, digamos esse excesso de demanda, nós tenhamos setores que tenham capacidade instalada a esgotar ou até esgotada e tenhamos, então, aumentos de preços nesses setores, que fogem, inteiramente, do controle do Banco Central. Não há como, porque o Banco Central combate a questão da demanda, através da taxa de juros, através dos instrumentos de política monetária. Mas nós sabemos que poderemos enfrentar essa situação.

Não é exatamente uma pergunta, é uma reflexão que eu gostaria de ouvir do Presidente e dos diretores do Banco Central se essa preocupação existe em relação à possibilidade de que alguns setores da economia tenham já a sua capacidade industrial instalada já esgotando ou esgotadas, e que o investimento,

através... Embora os números sejam interessantes de crescimento, na base de 15%, 16%, 17% de crescimento da formação bruta de capital fixo, isso não venha a se dar em todos os setores. Então, tenhamos blocos inflacionários na oferta que possam preocupar e que fazer com que o Banco Central não tenha condições de, mais rapidamente, fazer com que a inflação recue através dos efeitos de suas ações sobre a oferta com as taxas de juros e com os instrumentos de política monetária.

Então, é mais um... Ouvir a opinião do Banco Central em relação. Não estou fazendo pergunta. Quero ouvir a opinião do Banco Central em relação ao assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Antonio Carlos Júnior.

Senador Francisco Dornelles com a palavra.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, as questões que eu gostaria de levantar já foram 95% abordadas pelo Presidente Meirelles, de modo que eu desejo, nesse momento, mais uma vez cumprimentar o Presidente, pela sua exposição; cumprimentar o Presidente Lula, pelo Presidente do Banco Central que ele escolheu.

E vou fazer apenas um questionamento muito rápido. É o seguinte, Presidente, o político é visto como uma inspeção de milagreiro. As pessoas acham que os políticos podem resolver todos os problemas, podem resolver todas as situações, desde as mais impossíveis, de modo que o político tem certo sentimento.

Eu queria dizer senhor, Presidente, que, nos últimos meses, nos últimos dois meses, um tipo de... Ao receber pessoas, um dos pontos que tem sido trazido, que vem aumentando com intensidade, é o seguinte: comprei um carro à prestação e estou sem dinheiro para continuar pagando; comprei uma casa à prestação e estou sem dinheiro para continuar pagando. Isso está ocorrendo e aumentando com frequência. O que eu pergunto é se o Banco Central está acompanhando esse problema dessas operações de crédito e como é que está a situação, se já verifica algum sinal de inadimplência que pode, que merece ser examinado. Esse é o questionamento que eu queria fazer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Dornelles. Com a palavra o Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Aloizio Mercadante, prezado Presidente Henrique Meirelles, senhores diretores do Banco Central.

Na semana retrasada, quando diversos senadores, Senador Flávio Arns e outros parlamentares, conversaram com V.Ex^a a respeito do ocorrido com o Bamerindus e me reportou o Senador Flávio Arns de que foi uma reunião muito positiva, proveitosa, naquele dia, havia sido publicado um artigo do Sr. César Benjamin, na Folha de São Paulo, a respeito dos chamados “swaps reversos”.

E eu... E V.Ex^a, com muita presteza, encaminhou-me, naquele mesmo dia, de tarde, com um excremento sobre aquele assunto que li da Tribuna do Senado. Também foi publicado pelo jornalista José Carlos de Assis, um artigo no sítio eletrônico correio da cidadania, dia 8 de julho último, em que eles procuram argumentar de que estas operações de *swaps reversos* estariam dando prejuízos. Salienta o jornalista José Carlos de Assis que, somente no último mês de maio, implicaram em prejuízo de dois bilhões a serem repassados ao Tesouro Nacional.

Dada a complexidade dessa matéria, que não é de tão fácil compreensão, eu agradeço se V.Ex^a puder nos dar um breve esclarecimento para que todos conheçamos a maneira como o Banco Central tem procurado dar transparência a essas operações de *swaps*, de *swaps reversos*, por que é que elas, de alguma maneira, contribuem na condução da política monetária, com vistas aos objetivos do Banco Central, e, se, porventura, representem prejuízos, se, por outro lado, há benefícios significativos decorrentes destas operações.

E um aspecto que, obviamente, é importante, se, porventura, há qualquer risco de qualquer segmento do mercado de capitais, seja grupos ou de estarem, eventualmente, recebendo benefícios por informação, digamos, privilegiada ou algo assim. Se os cuidados estão sendo tomados para que o Banco Central aja da maneira a mais adequada na defesa do interesse público e dos próprios objetivos de estabilidade da moeda, de crescimento da economia, e assim por diante.

Em segundo lugar, tendo em vista essa preocupação com a inflação, que agora está sendo mais elevada do que a própria expectativa que o Banco Central tinha e das suas próprias metas, e tendo em conta que isso deve significar um maior cuidado de todos os agentes públicos, na hora de estar tomando decisões sobre gastos adicionais, ainda que V.Ex^a estará, obviamente, respeitando o Congresso Nacional sobre as decisões que são nossas, mas eis que surge uma oportunidade para o Congresso Nacional estar decidindo sobre realizar ou não um gasto.

Eu me refiro a uma decisão que a Mesa Diretora, chamada hoje pelo Presidente Garibaldi Alves, estará

tomando, sobre se cria ou não cargos que representariam 12 milhões a mais de gastos para o Congresso.

Eu, aqui, expresso minha opinião, na circunstância que o senhor nos mostra, acho que devem o Congresso e, particularmente, o Senado dar o exemplo. Não vamos realizar um gasto adicional, melhor, se possível termos os funcionários que são objeto de concurso público.

Essa pergunta, V.Ex^a não precisa, necessariamente, responder, mas, se achar adequado que o Banco Central esteja fazendo recomendações a todos os órgãos da administração pública: “Olha, na medida do possível, vamos conter gastos, especialmente neste momento”, porque, se for para realizar este gasto, eu preferiria que esses 12 milhões fossem para o fundo da renda básica de cidadania, o que eu consideraria mais prioritário.

Ainda, Sr. Presidente, nesta última, no último sábado, nós tivemos uma contribuição, por parte de um dos economistas que mais tem estudado o assunto das contas externas e dos objetivos de estabilidade de preço e crescimento da economia, e que hoje é, inclusive, o Diretor do Banco, Diretor do Fundo Monetário Internacional, designado pelo Governo Brasileiro ali em Washington, e ele faz algumas observações, de uma maneira muito construtiva, mas acredito que seria importante se V.Ex^a pudesse comentar, porque o sentido das palavras do professor Paulo Nogueira Batista, aqui, são mais, olha, uma espécie de alerta ao que está ocorrendo.

Então, ele diz que um país que acumula déficit e dívidas com o exterior pode comprometer o seu desenvolvimento e até mesmo a sua autonomia. Ninguém é independente quando precisa de apoio financeiro externo; ressalta a piora da balança comercial em um passado recente. As remessas de lucro, as despesas com turismo e outros gastos externos vêm crescendo de forma extraordinária, e, em consequência, a conta-corrente do balanço de pagamentos, que inclui a balança comercial, serviço e renda, tem registrado rápida deterioração.

Passamos de um superávit de 13,6 bilhões de dólares, em 2006, a um déficit de 15,2 bilhões de dólares, nos 12 meses, até maio de 2008. E a projeção do Banco Central aponta para um déficit em conta-corrente de 23 bilhões, em 2008, e 32,5 bilhões de dólares em 2009; um déficit em conta-corrente de mais de 30 bilhões já é motivo de preocupação.

É verdade que temos atualmente reservas de 203 bilhões, conforme V.Ex^a salientou. Mas essas são as reservas brutas do Banco Central. O país tem um montante considerável de dívidas ou vencimentos ex-

ternos de curto prazo, que, não sendo refinanciados, levam à perda de reservas ou à depreciação.

Em maio, a dívida de curto prazo chegava a 38 bilhões de dólares. A dívida de médio e longo prazo, com vencimentos nos 360 dias seguintes, situava-se em 24 bilhões de dólares. Além disso, ressalta, há que se considerar o estoque de investimento de portfólio pertencente a estrangeiros. Em abril, esse estoque era de 255 bilhões; algo que pode sair rapidamente do país.

Assim, o estoque de passivos externos de curto prazo ou voláteis é da ordem de 290 bilhões, admitindo-se que todos os títulos de renda fixa em mãos de estrangeiros sejam líquidos ou de curto prazo.

Há um risco de drenagem externa das reservas em situações de grave crise no país ou no exterior. Não se deve perder de vista que a drenagem externa costuma ser acompanhada de drenagem interna, de fuga de capitais pertencentes a brasileiros. Essa fuga pode ser rápida, pois os ativos financeiros internos têm liquidez, e não existem mais restrições importantes à saída de capitais.

Ele diz que estamos longe, ainda, desse cenário. Dificilmente, haveria uma situação de pânico que pudesse levar à saída imediata das aplicações financeiras ou à impossibilidade de refinanciar as dívidas externas de curto prazo, e assim por diante, e conclui dizendo que, no limite, o país poderia até ser levado ao FMI. Experimentaríamos, de novo, as delícias de ter que seguir as metas e o aconselhamento desse organismo, e o menor dos males: o Diretor Executivo do Brasil ficaria reduzido à condição de pedinte aqui em Washington, então. É a palavra final dele.

Agora, o que podemos notar é que o tom do seu artigo é mais no sentido de ajudar o Banco Central a pensar e de como caminhar. Para prevenir, resolver, então, acho que coloco aqui como algo construtivo e agradeceria se puder o Presidente Henrique Meirelles esclarecer a respeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu preferi a parte anterior da sua intervenção, Senador Suplicy. Porque eu, hoje, essa semana, em Araraquara, o Senador Suplicy fez a construção da renda básica de cidadania. Nós estávamos juntos lá. Ele agora conseguiu fazer uma ponte mais difícil que o Iraque [risos], ele juntou com a audiência do Banco Central e com o salário dos senadores e meteu a renda básica de cidadania.

Realmente, hoje, V.Ex^a se superou, e olha que eu acompanho nesse tema há pelo menos dez anos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É, então, de o salário dos senadores ajudar a financiar a renda básica de cidadania. Foi uma grande... Salário da assessoria. Uma grande criação. Foi mais impactante que do Iraque.

Senador Osmar Dias com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente Senador Mercadante, Presidente Meirelles.

Eu até... A primeira pergunta que eu vou fazer para o Presidente do Banco Central é se ele, respondendo ao Senador Suplicy em relação ao cargo do Senado, se isso vai baixar ou subir o dólar. É a primeira pergunta que eu faço. Porque fiquei, aqui, pensando, e o Presidente interpretou na Mesa o que tinha a ver uma coisa com a outra. Não consegui entender, pelo seguinte: a decisão de criar ou não o cargo deve ficar restrita ao Senador, e o Presidente do Banco Central, evidentemente, acho que não pode perder um segundo sequer tendo que responder a uma coisa dessas. A responsabilidade tem que ser do Senado de saber que não pode criar esse cargo nesse momento, e não transferir.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então, V.Ex^a está de acordo comigo. Perdão.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Estou de acordo só de não discutirmos esse assunto aqui, e já estou perdendo tempo, também.

Presidente, eu acho o seguinte: que, mais ou menos, um ano atrás, e para mim que sou engenheiro agrônomo foi ficando cada vez mais difícil contestar a política do Banco Central. Quando a gente via, alguns anos atrás, que tinha uma crise na agricultura ou o agronegócio balançava em função do clima, e tudo mais, nós tínhamos sempre uma crítica em relação à política cambial. Mas, quando a gente vê a apresentação desses gráficos que V.Ex^a apresentou, fica difícil, para quem não é especialista no assunto, contestar a política cambial do Banco Central, mesmo porque, um ano atrás, eu ouvia o seguinte: “Bom, o dólar está R\$ 2,30. Se ele descer e cair para R\$ 2,10, quebra o agronegócio. Nós não vamos mais exportar, nós vamos ter dificuldades, a renda da agricultura vai cair”. Aí, ele caiu para R\$ 2,10, e não quebrou. Aí, diziam: “Bom, se cair para baixo de R\$ 2,00, vai acabar com o agronegócio, o setor calçadista fecha. Vai ser uma catástrofe”. E eu até fazia, também, esse discurso de preocupação, mesmo, criticando a política do Banco Central.

Na verdade é que caiu para R\$ 1,80, R\$ 1,70; hoje está aqui R\$ 1,59, e o setor, o agronegócio nunca esteve num momento tão bom em relação a mercado. Mas tem um problema que, todas as vezes que o Governo apresenta os gráficos, de forma muito po-

sitiva, ao crescimento da economia, aos ganhos com o agronegócio; agora eu vi um dado que mostra que nós teremos uma exportação de 190 bilhões esse ano, provavelmente, com uma participação de 60 bilhões do agronegócio, eu não estou vendo uma preocupação com o ingresso de insumos no país, que estão, hoje, custando 83%, 90%, em média, mais caros do que no ano passado. A inflação dos preços dos insumos agrícolas bate, hoje, praticamente, 90% de inflação, em relação ao ano passado.

Então, eu gostaria de perguntar, tendo em vista o conhecimento de V.Ex^a, que eu não tenho, se há alguma coisa a fazer, por parte do Governo brasileiro, que fosse indicado, não pelo Presidente do Banco Central, mas por um brasileiro que está vendo uma grande oportunidade de o Brasil dar um salto de crescimento, aproveitando esse momento da crise mundial de alimentos e de bioenergia, que o Brasil tem toda capacidade para abastecer esse mercado que é carente. Se nós não poderíamos, com medidas do Governo, se V.Ex^a enxerga que há possibilidade, adoção de medidas do Governo para conter essa inflação desses produtos, que são utilizados para a produção, que, aí, nós teríamos uma margem de ganho maior, o Brasil ganharia muito mais, inclusive na balança comercial.

Em relação a essa... Eu deixo essa pergunta, que eu tenho certeza V.Ex^a deve ter algum caminho, porque não é possível a gente continuar com esse custo de produção colado nos preços das commodities. Não há justificativa.

Eu sei que o preço do petróleo teve esse aumento imenso que teve, mas não há porque os fertilizantes, especialmente, entrem no Brasil custando tanto.

E, do outro lado, se não há uma preocupação de V.Ex^a com as dívidas dos estados, tendo em vista essa evolução do IGP-DI, que é o indexador da dívida dos estados. Eu faço essas duas perguntas a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Osmar Dias. O próximo é o Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, Aloizio Mercadante, Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, Sra. Diretora, Maria Celina, demais diretores.

Presidente Henrique Meirelles, meu nome é Jefferson Praia, sou um senador de um pouco mais de um mês. Estou aqui sucedendo o nosso ilustre Senador Jefferson Peres, que, infelizmente, chegamos a perdê-lo há um pouco mais de um mês.

Eu quero, inicialmente, como acompanhamento a política do Banco Central pela mídia e pelas informações a que tive acesso, parabenizar o senhor e toda a sua

equipe pela forma como vem buscando controlar a inflação no nosso país.

E, nesse momento em que a inflação volta e começa a nos preocupar novamente, tem uma questão que eu gostaria de... Eu acho que essa política que está sendo feita na atualidade ela vem contribuir no sentido de amenizarmos o efeito psicológico. Ou seja, a população começa a pensar em inflação, quando, antes, não pensava. Eu sou da geração que cresceu, acredito que todos nós, que cresceu num mundo inflacionário. Mas aqueles que estão, aí, com os seus dez anos de idade, eles não sabem nem o que é isso.

Então, quando começarmos a ter números preocupantes de inflação, essa questão psicológica começa a voltar. Mas as medidas que estão sendo adotadas, eu quero dizer que, por mais que não seja um especialista na área, eu percebo que o caminho é esse.

Quando o Senador Suplicy coloca a questão dos cargos do Senado, ele se reporta, aí, e compreendo muito bem a questão dos gastos do Governo, dos gastos públicos, e o quanto isso influencia na inflação.

Mas a minha questão que eu gostaria que pudéssemos fazer uma reflexão. Quando vejo, aqui, as expectativas de inflação de longo prazo, fico contente ao perceber os percentuais que caem de uma expectativa de 6,48%, em 2008, para chegarmos, em 2012, com 4,3%.

E eu gostaria de saber de V.S^a quanto ao crescimento econômico, que é a grande questão: como é que iremos fazer com que o nosso país continue crescendo e com percentuais consideráveis, dentro de um contexto de conter, cada vez mais, a inflação em um percentual dentro da meta estabelecida pelo Banco Central. Era isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Jefferson Praia. Agora, com a palavra o Senador Marco Antonio Costa. Quero saudá-lo, aqui, pela presença em nossa Comissão.

SENADOR MARCO ANTONIO COSTA (DEM-TO): Excelentíssimo Sr. Presidente Aloizio Mercadante, Sr. Presidente Henrique Meirelles.

Gostaria de manifestar o meu sentimento de que o Banco Central vem realizando uma política séria em relação ao combate à inflação. Porém eu queria ressaltar que nós, no Brasil, já temos uma carga tributária excessiva e que isso penaliza, sobremaneira, os mais pobres.

O gráfico apresentado por V.Ex^a, "Inflação por faixa de renda", demonstra claramente, também, que o crescimento da inflação aumenta esse fosso, punindo novamente os mais pobres.

Eu, além de fazer essa constatação e acreditar que esse combate será ainda mais duro, gostaria de perguntar se alguma coisa pode ser feita, além do puro e simples combate à inflação.

Finalizando, agradecer às bem-vindas do Senador Aloizio Mercadante, em relação à Diretoria do Banco Central e ao seu Presidente; parabenizar pela demonstração do que foi-nos apresentado e dos resultados daquilo que se vem fazendo para combater, principalmente, a inflação, que demonstra crescimento neste momento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Adelmir Santana com a palavra.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, Sr. Ministro Henrique Meirelles, senhores diretores, senhoras e senhores senadores.

Nós estávamos nos atendo à questão do comércio varejista, até por uma questão de origem, e observamos que o crescimento desse comércio varejista, das vendas no varejo, tanto o comércio varejista como o comércio varejista ampliado, tem uma íntima relação com o aumento do crédito, com o aumento da massa de salários, que é crescente, com o aumento da criação de empregos, que também é crescente, com o decréscimo, naturalmente, uma coisa contrária da outra, do desemprego, que vem em baixa já há alguns anos, e sentimos que o gráfico, a partir de abril, com relação ao crescimento da inflação, ele começa a ser crescente também, foge um pouco ao controle e chega a atingir o pico de mais de 6% e, para os mais pobres, em torno de 9%.

Entretanto, mesmo com esse crescimento da inflação, a gente não percebe, a recíproca não é verdadeira na queda das vendas a varejo. O meu questionamento é se como... Qual é a perspectiva de futuro com relação a isso? Porque é crescente. Mesmo em abril, quando começam a crescer as taxas de inflação, continuam crescentes as vendas a varejo.

A pergunta, portanto, é se há alguma perspectiva, o que nós esperamos com relação ao comportamento de vendas a varejos no comércio varejista, bem como no comércio varejista ampliado.

Chamou minha atenção, também, que esse fato ocorre, o crescimento; foram mostrados os anos de 2006, 2007 e 2008, por regiões. Se há alguma explicação, porque é crescente em todas as regiões do país, ano a ano, 2006, 2007 e 2008, mas um fato que me chamou atenção é a região Norte. Tanto no comércio varejista como no comércio varejista ampliado, é uma região que vem decrescendo as vendas no varejo, tanto em relação a 2006, em 2007 em relação a 2006, bem como 2008, e decrescente de forma vertiginosa, ao

contrário de outras regiões brasileiras. Tem isso alguma explicação plausível para esse fato?

Então, dois questionamentos: se há uma tendência, continuará essa tendência de crescimento do comércio varejista e o que ocorre com a região Norte por ter, nesses últimos anos, apresentado, ao contrário das demais regiões, crescimento negativo ou uma queda vertiginosa nesses procedimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Adelmir Santana. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Aloizio Mercadante, Presidente da CAE, Ministro Meirelles. E, em seu nome, eu quero saudar a toda a Diretoria do Banco Central. Senhoras senadoras e senhores senadores.

A visita do Ministro Meirelles à CAE já, para nós, já é, eu diria que é uma sessão ordinária a cada dois meses, três meses. Isso é muito bom, Ministro Meirelles, porque a gente tem a oportunidade, primeiro, de ouvi-lo, depois, de tomar conhecimento pelas... Quais as ações do Banco Central, com relação à política monetária, principalmente, nesse momento em que toda a Nação brasileira se preocupa com o dragão da inflação, que a mídia tem colocado, permanentemente, como tentando retomar a sua vida, que, para nós, tem que ser esquecida.

Eu perguntaria a V.Ex^a: primeiro, nós tomamos conhecimento de que o IPEA mudou a metodologia do cálculo da inflação prevista. Ao invés de fazer por trimestre, só vai dar a previsão anualmente. Ou seja, a sociedade brasileira vai ficar com uma idéia que, a meu juízo, pode ser errada em relação à tendência da inflação, porque 12 meses, a previsão que o IPEA vai dar, leva a crer que seja uma forma de não trazer ao conhecimento da sociedade brasileira a real intensidade da inflação.

E V.Ex^a tem se manifestado, em todas as oportunidades, sempre preocupado e sempre dizendo que o Banco Central, a Diretoria do Banco Central estará atenta no sentido de tomar as ações necessárias para que a inflação não possa retornar.

Nós temos o exemplo na Argentina, que fez exatamente isto, de esconder a inflação real através dos índices, e o resultado que nós estamos vendo, aí, agora, e que se pode ter visto, eu estive em Buenos Aires uns seis meses atrás, e lá os taxistas, a população já dizia que a inflação não era aquela que o Governo dizia, mas sim a que estava pesando nos bolsos, ou seja, na compra, no dia-a-dia.

Então, eu perguntaria a V.Ex^a se V.Ex^a concorda com essa nova sistemática do IPEA ou se deveria manter a previsão ou a cada trimestre. Eu pergunta-

ria, também, a V.Ex^a se nós estamos passando por um problema nas transações, no saldo das transições correntes.

O real está muito valorizado em relação ao dólar; isso dificulta as exportações brasileiras e favorece a importação. Então, nos últimos, o saldo acumulado dos 12 meses, após ter atingido o máximo de 14 bilhões, em outubro de 2006, começou a declinar continuamente. E temos, agora, num déficit acumulado de 12 meses, 2,4 bilhões na balança, na transação comercial.

Aí, eu pergunto a V.Ex^a e à Diretoria: como o Banco Central está avaliando o déficit em transações correntes? Existe a intenção de tomar alguma medida para revertê-lo, em especial no que trate da apreciação do câmbio ou o Banco Central prefere aguardar o comportamento do mercado financeiro internacional e, se for necessário, utilizar as reservas internacionais?

Gostaria, também, de ouvir de V.Ex^a, Presidente, Ministro Meirelles, sobre o fundo soberano: se esse fundo soberano tão propagado pelo Ministro da fazenda, se, hoje, na atual situação que a economia do Brasil vive, com essa possibilidade real de aumento da taxa de inflação, se ainda o Governo pretende criar o fundo soberano e pretende levar adiante e de onde é que esses recursos viriam, porque me parece que estariam vindo das reservas para formar o fundo soberano. E, agora, com esse declínio nas transações comerciais, nós corremos contra a vontade do Ministro Guido Mantega de ter reserva suficiente para criar o fundo soberano.

E, por último, o crédito do Brasil – é mais ou menos a pergunta que o Senador Adelmir fez há pouco, sobre a expansão do crédito. Eu já tive a oportunidade de me referir, aqui, algum tempo atrás, até desde o ano passado, que a sociedade brasileira estava muito endividada, principalmente o crédito consignado, para o funcionalismo e para os aposentados.

Eu próprio recebi, no meu Estado, o Estado do Pará, vários e-mails de pessoas, de aposentados que estavam sem condições de cumprir as suas obrigações correntes de sobrevivência, como o compromisso com água, com luz, com IPTU, porque foram além da conta no crédito fácil e hoje estavam arrependidos de terem tomado aqueles recursos, porque eles estariam nessa situação.

Aí, eu pergunto a V.Ex^a: o Banco Central está pensando em tomar providências que atuem diretamente sobre o mercado de crédito, com o objetivo de conter a sua expansão? Em caso afirmativo, quais seriam essas providências?

Eram essas as questões, Presidente Mercante.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro.

Eu farei, então, agora, a minha intervenção. Peço à Comissão autorização para poder fazer aqui mesmo para facilitar o andamento dos trabalhos. Se houver algum impedimento, a gente altera a Mesa. Não havendo, eu as farei.

Sr. Presidente Henrique Meirelles, eu queria, primeiro, me associar a todos aqueles que reconhecem que a credibilidade que o Banco Central do Brasil construiu e a consistência dos fundamentos macroeconômicos que o país desenvolveu são hoje dois fatores decisivos para que o país tenha tido, até esse momento, um desempenho bastante satisfatório diante dessa pressão inflacionária, que é, seguramente, a mais forte das últimas décadas.

Eu considero que o fator fundamental dessa crise é que o mundo vem sofrendo um excesso de demanda. Quer dizer, a economia mundial vem crescendo num patamar acima de 5%, quando a média histórica era alguma coisa em torno de 3%, 3,5%, e esse excesso de demanda se manifestou numa redução drástica dos estoques de alimentos; no aumento significativo do consumo de petróleo, mais da metade do consumo, inclusive, é a China, e boa parte desse aumento de consumo mundial é China.

E, num cenário como esse, há um forte movimento especulativo que está exacerbando as tendências do ciclo; especialmente o mercado futuro de commodities de petróleo está aprofundando as tendências do ciclo.

A primeira pergunta que eu faço: nós temos visto no Senado americano, mesmo alguns comentários na reunião do G8, se existe de fato nas reuniões dos Bancos Centrais alguma discussão mais consistente sobre regulação do mercado futuro, medidas de prudência para que a gente não assista a uma situação como essa. O preço do petróleo, de setembro do ano passado para cá, praticamente dobrou, trazendo um custo econômico, social inflacionário para toda a economia mundial, e não, simplesmente, problema de consumo, é, também, depois da crise bancária do *subprime*, uma migração dos fundos para especulação com commodities. Se há algum encaminhamento em relação a essa matéria.

A segunda questão que eu levanto, ainda dentro dessa reflexão internacional, é que o custo dessa crise será tanto menor, se houver uma convergência dos Bancos Centrais.

Quero parabenizar o Banco Central do Brasil que se antecipou, saiu na frente. E talvez isso possa reduzir o custo que o Brasil venha a ter em relação a

esse ajuste. Mas só agora o Banco Central europeu se manifestou, e a China, que é o grande fator de aquecimento da demanda global, até o momento, não se moveu. E se é possível você resolver o problema de excesso de demanda global sem que a China se mova. Se isso não vai aumentar o custo dos demais países que estão fazendo a sua parte em relação à política monetária.

Meu terceiro comentário ainda é sobre a crise bancária internacional, que, do meu ponto de vista, está em evolução. Os 50 maiores Bancos do mundo perderam alguma coisa em torno de 850 bilhões de dólares de capital, e isso significa uma forte retração das linhas de crédito internacional.

Nós estamos vendo o esforço do Banco Central americano de suportar essa crise bancária, e, evidentemente, isso acaba agravando a crise da moeda americana, e, do outro lado, essa crise bancária traz problemas de liquidez. E como é que o Banco Central analisa esta evolução?

O terceiro comentário que eu queria fazer é para a fiscalização do Banco Central. Pode responder o Presidente o Alvir. Mesmo considerando que há o sigilo bancário, que é uma prerrogativa absolutamente fundamental para o Banco Central, nós tivemos, agora, uma ação da Polícia Federal que prendeu toda a Diretoria de um Banco. A questão que eu coloco é se as instituições republicanas estão trabalhando em sintonia, porque só há duas possibilidades.

Quer dizer, primeiro é saber se o Banco Central, de fato, na sua fiscalização do Banco *Opportunity*, identificou os problemas que estão sendo expostos através desse inquérito da Polícia Federal, que justificaria, a princípio, a prisão da Diretoria. Porque, não sendo assim, ou temos o exagero da Polícia Federal ou temos uma omissão da fiscalização do Banco Central.

E eu gostaria de saber como a fiscalização do Banco Central vai se manifestar nesse inquérito. Se vai se manifestar e como será a atuação do Banco Central diante de um episódio como esse. Porque eu entendo que, em primeiro lugar, deveria ter atuado a fiscalização do Banco Central. Ela deveria ter tomado medidas, porque a ação da Polícia Federal é uma ação que diz respeito... Evidente que há outros aspectos desse processo, mas há um aspecto que diz respeito ao desempenho do Banco: a suspensão de gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro, utilização indevida de paraísos fiscais, omissão de dados em relação ao Banco Central, e isso tudo precisa ser muito bem esclarecido por parte do Banco Central do Brasil, da fiscalização do Banco Central, mesmo porque nós não podemos, e a crise internacional demonstra isso, que

a prudência bancária depende também do desempenho da fiscalização.

Nós estamos diante de um cenário internacional, o *subprime* é uma crise, e acho que o Banco Central tomou alguma medida de prudência. Quero, aqui, parabenizar o Conselho Monetário Nacional como, por exemplo, a redução do crédito de leasing; quer dizer, enxugou 40 bilhões de reais. Os Bancos pequenos são obrigados, agora, a colocar em balanço o risco da inadimplência das carteiras que eles terceirizaram para os grandes Bancos. Acho que são medidas muito importantes, de aprimoramento. O Banco fez recomendação de prudência em relação à liquidez bancária, mas a fiscalização tem um papel relevante, e eu gostaria de saber qual é o posicionamento do Banco diante desse episódio.

Para concluir, eu considero que a resposta que o país tem dado, quer dizer, o Governo aumentou o superávit primário em 0,5%, o Banco Central aumentou a taxa Selic, tomou medidas de prudência bancária, reduziu a liquidez das linhas do leasing, as linhas de crédito do leasing. Acho que tudo isso ajuda a reverter o excesso de demanda. Há uma desaceleração que tem sido bastante, eu diria, moderada e prudente, por parte do Banco Central. Espero que continue assim o desempenho da economia brasileira e que, evidentemente, vai depender da evolução do cenário internacional, porque a principal linha de defesa que nós temos para essa pressão inflacionária internacional é a própria taxa de câmbio.

Agora, eu considero que o instrumento mais eficiente para enfrentar uma situação como essa é o superávit primário. Quer dizer, eu tenho defendido que quanto maior for o esforço em superávit primário, tanto menor será o custo de ajuste da política monetária. E é muito mais inteligente um país se antecipar e aumentar o superávit primário do que ter que aumentar o superávit primário depois, para poder pagar o custo da política monetária que se desenvolve a partir da pressão inflacionária que nós temos.

Então, a austeridade do gasto público eu acho que é um valor fundamental nessa conjuntura. Eu acho que o Senado tem que dar o exemplo, sim, nessa questão salarial, acho que nós temos que cobrar essa atitude um do outro; não tenho sentido isso no ambiente do Plenário, tenho me manifestado várias vezes. Nós tomamos uma série de decisões que sinalizam continuação de gasto continuado, quer dizer, aplicação de gasto continuado, que é uma medida imprudente num cenário como esse. Nós não podemos criar imposto nessa conjuntura e nós não podemos aumentar despesas continuadas. Temos que ter austeridade fiscal, aumentar o superávit, porque isso vai aliviar a política

monetária e vai representar um custo econômico, social e político menor para a sociedade brasileira.

E o Congresso Nacional acho que tem que fazer a sua parte, e o Governo tem que fazer a sua parte. Eu acho que, se nós tivermos mais vigor e mais empenho no superávit, nós teremos menos aumento de juros, e será muito mais inteligente combater a inflação fazendo superávit do que, depois, ter que fazer superávit para pagar os juros, que, seguramente, serão elevados nesse cenário a que nós estamos assistindo.

Então, essas são as minhas questões, aí, para reflexão, e quero, já, antecipadamente, parabenizar a qualidade da intervenção do Banco Central.

Com a palavra o Presidente do Banco Central, Ministro Henrique Meirelles.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Obrigado, Presidente.

Realmente é uma oportunidade importante. Agora, discutimos alguns dos temas que foram levantados, aqui, pelos senhores senadores.

Em primeiro lugar, S.Ex^a o Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior manifestou uma preocupação no que diz respeito ao aumento do preço das commodities em geral, e o efeito disso sobre a inflação, e, dentro desse quadro, portanto, de oferta, que, em alguns segmentos do mercado mundial, não estão acompanhando o aumento da demanda. O caso em pauta, o caso das commodities, é uma, mas o Senador menciona, também, no Brasil. Isto é, se existem setores estratégicos da economia brasileira que possam estar com a sua capacidade instalada em uso já pleno, e, portanto, que isso possa configurar algum gargalo de atendimento do aumento da demanda.

Seria importante mencionar, Senador, o seguinte: que, de fato, existe um nível alto, hoje, de uso da capacidade instalada no Brasil. Por exemplo, nós temos, só para citar alguns exemplos, um aumento grande no uso da capacidade instalada de bens de consumo, de bens de capital, de materiais de construção; bens intermediários, não, houve até uma pequena queda em relação à comparação, por exemplo, com junho de 2007.

O uso da capacidade realmente está se dando em todos os setores. No entanto, o aumento do uso da capacidade está se dando numa escala menor do que o aumento da produção industrial. Isso significa que é a maturação dos investimentos. Isto é, a estabilização da economia brasileira está permitindo um aumento dos investimentos, que estão permitindo que a capacidade instalada, portanto, não aumente na mesma proporção que aumenta a produção industrial, que é exatamente o que se esperava, o que esperávamos.

Em dito isso, pode sim existir, em alguns momentos, o fenômeno identificado por S.Ex^a, e a solução para

isso é exatamente evitar que a demanda, portanto, cresça mais do que a capacidade de crescimento da oferta nesse produto, gerando, portanto, uma inflação.

E a razão para que se adotem mecanismos de controle da demanda são de duas ordens, Senador. Em primeiro lugar, para dar tempo para a maturação dos investimentos, que é um processo que demanda tempo. Tudo é uma questão de tempo. E, segundo lugar, também, dar confiança ao investidor, ao empresário, de que, com a inflação sob controle, o país vai continuar num ritmo de crescimento sustentado, porque, muitas vezes, não só no Brasil como em muitos países, exatamente a ansiedade por crescer acima das condições possíveis de certa forma [interrupção no áudio] faz com que o aumento excessivo da demanda leve a um fenômeno inflacionário, e isso, sim, a uma queda no poder de compra do trabalhador, desorganização; e aí sim a queda da demanda no final do processo acaba se dando da pior forma possível, que é pela desorganização inflacionária. E isso o investidor teme.

Portanto, na medida em que as autoridades dão uma demonstração de que vão manter a economia equilibrada e, portanto, a inflação na meta, a tendência, portanto, é que se mantenha o nível de investimento. Isto é, o investimento ele é a razão duas coisas. Sim, um continuado aumento de demanda no futuro, mas também previsibilidade e, principalmente, previsibilidade. Porque se estivermos presenciando um aumento muito grande da demanda, mas cujo comportamento futuro será imprevisível por um fenômeno inflacionário, certamente isso não--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Ministro, o me dá certo conforto é essa posição do senhor de que, na média, o investimento está crescendo mais do que o crescimento, digamos, da capacidade instalada. Quer dizer, na média, quer dizer, não há. Pode haver algum outro setor, mas, na média--

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: A produção industrial está crescendo.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Dá conforto. Isso é importante porque, de qualquer maneira, no momento em que a oferta, a demanda for contida, nós teremos uma condição de, a médio prazo, ter o controle da inflação sem problemas.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Certamente, Senador. Não há dúvida de que é importante que a informação de que, de um lado, o investimento está crescendo mais do que a produção industrial e, de outro lado, porque a produção industrial está crescendo mais do que o aumento da capacidade. Estou falando os positivos.

Por outro lado, sabemos que uma demanda superaquecida leva a um fenômeno inflacionário. Então,

a correção de qualquer desequilíbrio é a função básica da autoridade monetária.

O Senador Francisco Dornelles pergunta se o Banco Central está fazendo um acompanhamento da inadimplência. Sim, Senador, estamos acompanhando isso atentamente. Os dados agregados de inadimplência não indicam, no momento, até o momento, um aumento substancial no agregado, levando-se em conta todas as formas de crédito.

No entanto, estamos atentos a isso. Se nós olharmos, por exemplo, a inadimplência da pessoa jurídica, ela, na realidade, se compararmos, a partir de dezembro de 2006, ela tem caído: de 2,7%, está hoje 1,8%. Da pessoa física, caiu um pouquinho: de 7,6% para 7,3%; já houve momentos até a 6,9%. Então, ela estava estável, entre 7% e 7,1%, e chegou a cair a 6,9%, em março de 2008, e voltou a 7,3% agora.

Estamos acompanhando atentamente. O que muitas vezes está acontecendo é que existe, digamos, a priorização dos pagamentos. Isto é, muitas vezes, a família toma um crédito consignado que deduz do salário e compra, também, um automóvel, aí, paga, certamente, pela sua própria característica de garantia de salário o consignado e sobra menos para o automóvel. Ou uma família que comprou outro bem durável, uma geladeira ou o que for, que possa ter dificuldade de pagamento por causa do aumento do preço dos alimentos, por exemplo. Existem vários exemplos.

O que eu gostaria de dizer é que nós estamos, sim, muito atentos a isso, temos que olhar no agregado. Agora, o que é importante nesse processo é o controle da inflação, além do controle geral dos índices de inadimplência e medidas prudenciais, se necessário. O Senador Mercadante já mencionou algumas. O Banco Central está sempre preparado para tomar medidas, se necessário, nessa área.

Agora, é importante mencionar, portanto, que o fato concreto, portanto, é que a inflação é que, em última análise, leva a essa desorganização. Nós temos, aqui, um exemplo com problema de alimentos que eu mencionei. E, se a inflação sobe de uma forma generalizada, nós sabemos que o poder de compra cai, porque os preços tendem a subir mais do que os salários mais rapidamente do que os salários. Aí sim o problema de inadimplência é grave.

A experiência anterior nossa no Brasil diz isso. Quer dizer, quando a inflação sobe, cai o poder de compra, sobe a inadimplência, aí, o crédito começa a diminuir, ficar mais caro, e nós entramos naquele ciclo. Então, portanto, é fundamental não só o monitoramento das taxas de inadimplemento e a questão prudencial, mas também a questão da inflação, porque a inflação desorganiza, a inflação tira a capacidade de

produção das famílias; as famílias fazem um plano e, de repente, são surpreendidas por seus aumentos de custos. Ele tem um salário, determinadas despesas, os empréstimos a pagar, de repente, as despesas sobem, e o empréstimo continua. Então, isso gera... É um compromisso. Por isso que é um compromisso fundamental de qualquer Banco Central, como missão básica, a manutenção da inflação na meta definida pelo Governo.

Em relação às diversas perguntas do Senador Eduardo Suplicy, ele pergunta em relação à questão dos *swaps* reversos, pedindo que mencione a questão da transparência, da contribuição para a economia e qual é exatamente a finalidade.

Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer o discurso feito, o pronunciamento feito pelo Senador, esclarecendo uma série de aspectos disso naquela oportunidade, mas eu gostaria de dizer duas coisas. Em primeiro lugar, existe um esclarecimento bastante detalhado e didático desse aspecto, que foi um artigo elaborado pelo Diretor responsável da área do Banco Central, Dr. Mario Torós, publicado no mesmo jornal, na *Folha de São Paulo*, que é bastante didático, bastante claro, e eu acho que deixa todos esses pontos detalhadamente explicados.

Mas, além do mais, eu poderia sumarizar alguns pontos, dizendo o seguinte: o Banco Central, visando, exatamente, a aumentar a resistência do país, as crises internacionais, diminuir o custo de captação do tesouro e das empresas brasileiras, nos mercados internacionais e mesmo nos domésticos, eliminar a possibilidade daquelas crises periódicas que o Brasil enfrentava no passado, por problemas de balança de pagamento, além da resistência geral da economia brasileira, um dos pontos fundamentais é exatamente as reservas internacionais brasileiras, como, inclusive, já ressaltado por agências de risco e diversos agentes de avaliação econômica no mundo todo. É um dos pontos fortes do Brasil.

Nesse aspecto, o Brasil e o Banco Central atuam de duas formas: ou compra de reservas no mercado a vista, que é o chamado mercado *spot*, ou o que equivale à compra de reservas do mercado futuro de dólares, que é o chamado contrato de *swap* reverso, porque isso é consequência da situação de fluxo de cada mercado em alguns momentos.

No passado, os *swaps* reversos não existiam; existia uma posição contrária, porque o Brasil estava fraco e a moeda era fraca. Então, o Brasil vendia dólares no mercado futuro. Isso chegou a representar 70% das reservas. Os *swaps*, hoje, representam apenas 11% das reservas e têm efeitos econômicos

relativamente similares, visando, portanto, a aumentar a resistência do país.

Em relação à questão dos custos, é importante mencionar que os custos são muito variáveis, em função da evolução, exatamente, das cotações de moeda. Então, durante certo período, durante os anos, por exemplo, de 2003, 2004 e 2005, esses custos tiveram, na realidade, um resultado positivo. Se nós olharmos na projeção, por exemplo, vamos ver o resultado acumulado das operações de *swaps* cambial.

Tivemos resultados negativos no ano de 2002 e início de 2003, os resultados acumulados. Depois, se nós começarmos, a partir de 2003, nós vamos ver resultados positivos, de níveis bastante elevados. E, posteriormente, nos últimos meses, um resultado acumulado negativo, que é um percentual pequeno em relação ao produto. E, dependendo, evidentemente, da evolução, é altamente provável que volte a ser positivo num certo momento, dependendo da evolução, das contas-correntes e com tudo o que se configura para frente para a evolução dos fluxos de comércio e financeiros do mundo.

Portanto, é uma política do Governo brasileiro, é uma política da resistência do país, é um aumento da capacidade do país de captar recursos mais em conta, não só no mercado internacional como no mercado brasileiro. Portanto, aumenta de fato a estrutura, o risco, a força de estrutura financeira do Estado.

Eu vou, agora, responder à segunda pergunta do Senador, que diz respeito ao outro ponto que se relacionada a esse, Senador. Foi interessante que o senhor mencionou duas perguntas, e uma responde a outra. Isto é, o risco de termos, mediante um aumento do déficit de conta-corrente e em função do aumento das importações, etc., que nós possamos ter, a qualquer momento, um pânico, uma corrida, como já tivemos, muitas vezes, no passado.

Além da solidez na economia, um dos pontos importantes é exatamente a reserva de dólares comprados no mercado à vista e os dólares comprados no mercado futuro. São exatamente esses dois instrumentos do Banco Central que dão grande segurança de que aqueles que foram especular, em algum momento de incerteza, contra o real vão enfrentar um Banco Central com um poder de fogo, com um montante de mais de 200 bilhões de dólares no mercado à vista e mais de 20 bilhões de dólares no mercado futuro.

Portanto, exatamente algo que diminui a preocupação em relação à sua segunda pergunta é exatamente a resposta da primeira pergunta. Isto é, são mecanismos usados para aumentar a resistência do Brasil exatamente contra esse tipo de evento que existia no passado, do que tínhamos pânico, exatamente

porque as reservas, entre outras coisas, eram muito baixas.

Para finalizar, é muito importante que, na medida em que o país é credor líquido, não só no mercado à vista como no mercado futuro, o que ocorre? É uma situação diversa do passado. Isto é, no passado, quando existia uma preocupação cambial, o real se depreciava, isto é, por exemplo, o dólar subia, nós tínhamos, como o Governo era devedor líquido, nós tínhamos um aumento da dívida pública, e isso gerava uma preocupação maior, e isso, às vezes, ajudava o pânico.

Hoje, como o Brasil é credor líquido, o que ocorre? No momento em que se deprecia o real, aumenta o valor do dólar e de outras moedas, diminui a dívida pública, porque nós somos credores em dólar. Isto é um mecanismo de defesa, um seguro altamente eficiente da economia brasileira.

Finalmente, em relação a questões de transparência, sim, a preocupação e o rigor é muito grande, e isto é feito nas áreas responsáveis pelo Banco Central, através de leilões públicos, não só no mercado à vista como também no mercado futuro. Os valores, de novo, no mercado futuro são, inclusive, apenas 11% do mercado à vista, mas isso é feito com todo o rigor, já reconhecido internacionalmente por todos os órgãos de fiscalização, na medida em que são leilões públicos, eletrônicos, absolutamente transparentes e sujeitos a todas as rigorosas normas de auditoria e de transparência e atendendo às recomendações do Código de Ética do servidor público federal. Senador.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Permite apenas, Presidente, que--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Curto e grosso, porque têm muitas perguntas a serem respondidas ainda.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): O que eu queria sugerir é que, como pela primeira vez, além do dia em que veio ser argüida, para ser diretora do Banco Central, está à Mesa a Sra. Maria Celina Arraes, que é a Diretora de Assuntos Internacionais.

Gostaria, Sr. Presidente, que possa a Sra. Maria Celina Arraes complementar as respostas às questões relativas à área internacional, como uma homenagem à mulher diretora do Banco Central. Salvo engano, é a segunda. Havia a Sra. Tereza Grossi e agora... Salvo engano, mas pelo menos na gestão do Presidente Henrique Meirelles, salvo engano, é a primeira mulher. Antes, teria--

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Exatamente. O ambiente do Banco Central, nas reuniões da diretoria colegiada, melhorou muito, viu, Senador, depois que elas entraram--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu queria que nós pudéssemos ter um pouco disso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A Mesa agradece, mas depois que o Presidente concluir as suas respostas, se for necessário, qualquer um dos diretores, evidentemente, poderão solicitar a palavra, com preferência absoluta para a Dra. Maria Celina [risos].

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Eu gostaria apenas de mencionar que esta área das reservas e de operações do mercado de câmbio e de outros mercados é de responsabilidade do Diretor Mario Torós, que está de férias e está sendo substituído pelo Diretor Mário Mesquita, que está à vontade para adicionar qualquer esclarecimento. A Diretora Celina é diretora da área de normas de câmbio, que também será bem-vinda se quiser adicionar qualquer esclarecimento.

Em relação, agora, às perguntas do Senador Osmar Dias, em primeiro lugar, a questão do custo dos insumos.

Senador, tem dois componentes. Em primeiro lugar, o aumento do custo dos insumos é internacional. E tem um fenômeno, que é exatamente o aumento da demanda. Exatamente, à medida que tem o aumento da demanda por commodity, por grãos, aumenta-se o preço dos grãos, os agricultores do mundo todo vão aumentar sua capacidade de produção. À medida que vão aumentar sua capacidade de produção, eles vão, evidentemente, demandar mais insumos, e também temos, aí, algumas questões de oferta no mercado de insumos.

Em dito isso, a solução para os insumos é a mesma que está se adotando em relação aos alimentos. Isto é, o aumento da produção, o aumento da oferta no mundo todo e no Brasil. Por que no Brasil, também? Porque o Brasil é o país que tem a maior capacidade no mundo todo de aumentar a oferta de grãos, de commodities agrícolas, principalmente.

Em dito isso, existe, sim, uma orientação do Presidente da República, já houve, inclusive, uma reunião ministerial nesse sentido, visando, também, ao Governo adotar medidas de aumento da produção nacional de insumos, que é o que o Brasil pode fazer. Não podemos controlar a demanda mundial ou o aumento da oferta mundial, mas no Brasil podemos, sim. O Governo brasileiro trabalhar nesse sentido, está trabalhando, há uma responsabilidade, primordialmente, do Ministério da Agricultura, mas também do Ministério do Desenvolvimento e da Indústria, no sentido de ter programas de fomento específico nessa área.

Em relação à questão do IGP-DI, sim, Senador, preocupa. E é uma das razões, por isso que eu mostrei, também, o IGP-DI, que indexa uma série de contratos, para chamar atenção de que o aumento da inflação é, em última análise, um grande problema, não só para a população que paga, mas também para o Governo, através da indexação dos contratos dos estados, como o senhor mencionou, municípios, e mesmo no setor público federal existe uma parcela da dívida pública indexada, no caso, o IPCA, não o IGP-DI, mas indexada a preços, e também no caso dos preços de mercado, como eu mencionei, que tendem a subir.

Portanto, é uma preocupação, sim. Qual é a solução, Senador? Controle da inflação, tomar as medidas necessárias. Estamos, como eu já mencionei, comprometidos a, vigorosamente, adotar procedimentos para fazer com que a inflação convirja para a meta, em 2009, e estamos preparados para olhar com uma atenção a evolução no cenário de inflação e reagir com decisão a qualquer mudança de cenário.

Em relação, agora, à pergunta do Senador Jefferson Praia, em primeiro lugar, eu gostaria, mais uma vez, de mencionar a nossa tristeza de não ver aqui a presença do Senador Jefferson Peres, não só porque era uma grande presença humana e uma grande presença no Senado e para o país, mas também porque era alguém que sempre teve uma postura extremamente leal, simpática e de apoio às atitudes do Banco Central do Brasil. E eu me lembro de algumas frases do Senador Jefferson Peres que talvez devíamos até botar lá em algum lugar de destaque no Banco Central do Brasil, que vamos, quem sabe, fazer isso.

Em relação à pergunta do Senador sobre crescimento econômico, a previsão do Banco Central é de 4,8% de crescimento para o ano 2008; em relação a 2009, o Banco Central ainda não publicou a sua previsão; o mercado prevê 4%.

Em relação às perguntas do Senador Marco Antonio em relação ao combate à inflação. O que pode ser feito pelos mais pobres, não é verdade? Além de combater a inflação? O que pode ser feito para fazer com que os mais pobres possam ter o seu poder de compra, em última análise, defendido?

Em primeiro lugar, continuar o aumento do emprego e, em consequência, o aumento da renda real, o aumento da renda média, como já vem ocorrendo. É importante que isso aconteça. E, para isso, de novo, é necessário ter a inflação na meta; é necessária a estabilidade, para que o país continue a crescer.

E, certamente os programas sociais, que hoje são uma das prioridades do Governo brasileiro. Portanto, isto são as preocupações fundamentais.

Pergunta do Senador Adelmir Santana. Primeiro lugar, se continuará a tendência do crescimento do varejo. Senador, o varejo vai continuar a crescer. Não há dúvida de que o varejo vai continuar a crescer. A questão das taxas vai, exatamente, depender muito, exatamente, da evolução da demanda doméstica. Não há dúvida de que a demanda doméstica está bastante aquecida e prevê-se certo desaquecimento. Mas, ainda, certamente, o varejo vai continuar a crescer, sim, no Brasil.

Em relação à queda no varejo da região Norte e o porquê da queda do varejo do Norte de uma forma mais pronunciada do que nos outros países, basicamente duas razões fundamentais. Uma razão é a inflação de alimentos.

A inflação de alimentos tem um impacto maior na região Norte, porque os alimentos, no índice de consumo dos habitantes da região Norte, têm um peso um pouco maior, mesmo, do que no Nordeste ou no Sul ou Sudeste ou Centro-Oeste do país.

Em segundo lugar, como a região Norte cresceu muito rapidamente há alguns anos, até o ano passado, então, a base estatística ficou um pouco mais elevada, portanto, na margem, tende, estatisticamente, a crescer bastante, ainda crescendo bastante, mas crescendo a uma taxa... Não é que está caindo, está crescendo a uma taxa menor. É diferente. [ininteligível] Não está caindo. O varejo do Norte continua crescendo a taxas elevadas, reais, acima da inflação, 6%, 7%. Apenas crescendo a uma taxa menor do que o crescimento de outras regiões.

A pergunta do Senador Flexa Ribeiro é em relação ao déficit das transações correntes. E quais seriam as ações do BC, o que o Banco Central pode fazer sobre isso? Senador, duas coisas, fundamentalmente. Em primeiro lugar, uma das razões pelas quais nós estamos tendo um avanço muito grande das importações no Brasil é o fato de que nós estamos com a demanda doméstica, como eu mostrei, bastante aquecida, crescendo a 8,5% ao ano, real. Portanto, uma política monetária que assegure um equilíbrio maior entre as diversas equações da economia brasileira de oferta e demanda e que possa desacelerar um pouco esse crescimento da demanda doméstica certamente vai se refletir diretamente nas importações e nas transições correntes. Então, isso é uma medida.

A segunda medida da maior importância, aí, sim, Senador Suplicy, entra aqui na área da Diretora Celina, que é o fato de que temos que manter os mercados de câmbio continuamente sendo aperfeiçoados. E o Banco Central tem tomado medidas recentes nessa área.

É importante que os mercados de câmbio sejam flexíveis, transparentes, e o Banco Central tem feito uma

série de reformas importantes nessa área. A maior de todas começou no ano de 2005, com a unificação de mercados de câmbio, etc., para permitir que o mercado de câmbio reaja a tempo e à hora a deteriorações de perspectiva dos fluxos cambiais no futuro, fazendo com que os ajustes das taxas de câmbio sejam graduais e não haja, digamos, mal funcionamento dos mercados de câmbio com mal funcionamento de preço, para no futuro termos dificuldades de ajuste muito rápido.

E, muito importante, nesse quadro, de novo, como eu já mencionei na resposta ao Senador Suplicy, as reservas cambiais do Brasil e as posições de dólar futuro, porque isso permite que se dê, juntamente com o mercado, funcionando bem, nós temos condições de, com reservas, dar tranquilidade aos mercados para evitar ações ou movimentos de pânico no futuro.

Agora, em resumo, são ações macroeconômicas e também ações normativas e ações, também, pontuais, mas de importância macro, como a questão das reservas. Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite, Ministro? Alguns analistas da economia escreveram sobre a possibilidade de essa reserva não ser suficiente para sustentar por médio prazo o déficit da corrente. V.Ex^a comunga desse pensamento ou acha que elas são robustas o suficiente para agüentarem essa passagem da inflação retornando?

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Senador, no passado, muitos países, inclusive o Brasil, tinham um regime de câmbio fixo, controlado. E, portanto, no momento em que tínhamos um regime de câmbio controlado, quando a taxa de câmbio ficava, digamos, assim, desequilibrada, num determinado momento, e sobrevalorizada, em alguns momentos, e, portanto os déficits de transações correntes começavam a aumentar, de uma forma preocupante, o mercado de câmbio não tinha como reagir, porque o Banco Central controlava a taxa de uma maneira artificial. E, aí, sim, num determinado momento, nós poderíamos ter saídas expressivas de capitais, apostas nos mercados futuros muito grandes, e, aí, sim, o país poderia, em algum momento, ficar sem reserva.

O problema da época era esse. Hoje, o Brasil tem um regime de câmbio flutuante. Não há nenhuma razão para o câmbio ficar desequilibrado por períodos prolongados. Não somos apenas nós ou alguns economistas que estão vendo esta questão. Não é um ou outro economista. São economistas do mundo inteiro, operadores do mercado do mundo inteiro. Então, se houvesse uma avaliação de que, de fato, o país vai caminhar para déficits e transações correntes, que não sejam sustentáveis no futuro, os preços irão ser ajustados e, ao mesmo tempo, reservas internacionais

elevadas, reservas de mercado futuro, dando poder de fogo ao Banco Central, que, em última análise, faz com que os mercados não reajam em pânico ou não incentivem especuladores a atacar a moeda brasileira, no sentido de forçar, apostar por uma depreciação acentuada, porque não só temos um regime de câmbio flutuante, mas temos reservas elevadas no mercado futuro, posições no futuro. É exatamente por isso que o Banco Central executa essas políticas.

Em relação à questão do fundo soberano. O fundo soberano, Senador, ele, de acordo com o projeto enviado ao Congresso Nacional, ele pode ser constituído de diversas formas. Eu vou sumarizar, mencionando apenas dois usos possíveis para o fundo soberano.

Num primeiro momento, os recursos do fundo soberano serão provenientes das contas primárias e serão aplicados em títulos denominados em real, de maneira que constituir-se-á em uma poupança em reais e, portanto, que seria equivalente a um aumento do saldo primário.

Num segundo momento, e terceiro ou quarto, existe, sim, a possibilidade formal, segundo esse projeto apresentado, de que o fundo pudesse vir a adquirir outros tipos de ativos, inclusive os ativos externos.

Neste momento, quando for tomada essa decisão, será uma outra discussão, uma outra avaliação sobre as fontes de recursos para o fundo soberano, naquela oportunidade.

Hoje, é meramente uma possibilidade que se abre para o Brasil, além da poupança doméstica, se for o caso, também tiver condições, na época, de fazer uma poupança externa, através do fundo soberano para aplicações diferente das reservas, e aqui é importante diferenciar. O fundo soberano, em nenhum momento, na realidade, contemplou-se, apesar de alguns comentários nessa linha, o uso de reservas. Não. As reservas são aplicações líquidas, aplicações altamente conservadoras, exatamente, que visam a defender o patrimônio do país e defender o país numa hipótese de crise internacional ou pânico, como já tem acontecido no último ano, ao passo que um fundo soberano, não. Faz investimentos estratégicos, faz investimento de maior retorno, mas também de maior risco, etc.

A filosofia de um fundo soberano é outra, portanto, as fontes de recursos de um fundo soberano que aplicasse no mercado internacional seriam diferentes das reservas e não teriam tirado recursos das reservas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas, Ministro, na atual conjuntura da economia mundial e brasileira, V.Ex^a é a favor da criação do fundo soberano?

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: O fundo soberano, Senador, como definido hoje, no sentido de

usar uma parte dos recursos primários da União para aumentar a poupança e, na prática, aumentar o superávit primário de 3,8% para 4,3%, este efeito é positivo, porque ajuda, inclusive, o combate à inflação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Seria outra alternativa, Senador.

Agora, a segunda questão do futuro, o Banco Central tem por norma não trabalhar sobre hipóteses. Naquele momento, caso sejamos... Essa discussão esteja na Mesa, aí, sim, vamos discutir.

O projeto abre uma possibilidade. Se o país tiver recursos, se as condições forem favoráveis, vai ser feito.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Não, se existirem recursos e se as condições favoráveis, sim. Não há dúvida. Está certo? Mas vamos aguardar, na época, para ver como será essa questão. Agora, abre-se, meramente, uma possibilidade.

Senador Mercadante, a questão do mercado futuro. Presidente, existe uma discussão muito grande no Senado americano, sobre a regulação do mercado futuro, e essas regulações deverão ser nacionais. Não é uma discussão que se aplique tanto ao Brasil, porque essa formação de preços se dá, principalmente, nos mercados internacionais, particularmente no mercado de Chicago. Então, é algo extremamente pertinente, de fato, ao regulador americano. Isso está sendo muito discutido. Existe muita controvérsia nos Estados Unidos, até que ponto, de fato, os mercados futuros alteram, fundamentalmente, a médio prazo, a estrutura de preços, a tendência, ou até que ponto eles, meramente, apostam dentro de uma tendência, antecipando aumentos que ocorrem em função de desequilíbrio entre oferta e demanda. Mas, de novo, sim, existe uma discussão muito grande no Senado americano.

É possível controlar a demanda global sem a China? Bom, em primeiro lugar, até certo ponto, sim, na medida em que a China, sim, é uma fonte importante, mas não é a única. Isto é, a China representa, hoje, uma parcela importante da demanda de algumas commodities, mas, certamente, não é a maioria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Deixa só eu fazer uma provocaçãozinha, aqui. Petróleo. Nos últimos anos, metade do aumento do consumo mundial é China. Produtos siderúrgicos. Nós somos um grande produtor/exportador, 35 milhões de toneladas. China, 400 milhões de toneladas e está crescendo um Brasil por ano. Cimento. Nós produzimos 53 milhões de toneladas; Estados

Unidos 130 milhões; China, um bilhão e 350 bilhões. Está crescendo um Brasil por ano.

Então, na realidade a grande pressão sobre as commodities vem fundamentalmente da Ásia e especialmente da China. É aí que os outros países, porque a minha questão foi a seguinte: sem uma sincronia dos Bancos Centrais, o custo do ajuste não vai ser muito maior? Sem que a China se mova, não será muito maior o custo que os outros países terão que fazer?

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Não há dúvida, Senador, de que o custo, se a China não se mover, aumenta o custo, inclusive para a China. Porque o preço do petróleo aumenta também para a China. Está certo?

Então, o ideal seria que a China, de fato, adotasse medidas, também, para equilibrar a sua economia. Vamos aguardar o que vai acontecer depois das Olimpíadas. Mas não há dúvida de que, se a China não o fizer, de novo, não é o único, o Senador mencionou, mesmo que no petróleo é 50%. Tudo bem, 50% é o restante da humanidade. É alto? Altíssimo. Importante? Importantíssimo. Agora, em dito isso, se, porventura, a China não o fizer, eles estarão criando um desequilíbrio, inclusive, para eles próprios, na medida em que o preço do petróleo e das commodities sobe também na China, de um lado. De outro lado, um aumento da inflação chinesa vai servir para desorganizar cada vez mais a economia chinesa, que é uma forma perversa de equilibrar a oferta e demanda a longo prazo.

Portanto, a expectativa é que, sim, todos os países, inclusive a China façam este controle do aumento da demanda, aliando isso com as possibilidades de oferta, mas, de novo, nós não controlamos, certamente, a China. Se eles ou outros não o fizerem, de novo, todos vão pagar um preço, inclusive a própria China.

Agora, em relação à questão de sintonia entre os diversos órgãos fiscalizadores, etc. Em primeiro lugar, deixe-me definir claramente, Sr. Presidente, como é que funciona a estrutura fiscalizatória e regulatória. Em primeiro lugar, o Banco Central fiscaliza instituições financeiras: Bancos, financeiras, corretoras, distribuidoras, etc. Os fundos são fiscalizados pela CVM.

Então, em alguns casos, inclusive neste caso mencionado, se fala indistintamente do fundo e do Banco. Na realidade, de novo, o fundo é CVM e Bancos é o Banco Central. Número um. Número dois. O que o Banco Central fiscaliza são ações que possam vir a prejudicar a saúde financeira da instituição, colocando em risco seus depositantes e o sistema.

Em resumo, o Banco Central verifica a questão toda prudencial, a aderência às normas e a eventual violação de procedimentos que regulam o mercado

financeiro. E a punição se dá através de processos, na esfera administrativa.

Pois bem, a esfera criminal, sejam de pessoas daquela instituição que possam cometer... Eu estou falando em tese, qualquer instituição. Crime em qualquer esfera envolvendo ou não a instituição financeira, isto, aí, se o Banco Central detecta qualquer indício, isso é imediatamente repassado para o Ministério Público, que, se julga adequado, aciona a Polícia Federal.

Então, a parte criminal é uma questão, portanto, que fica absolutamente a cargo da Polícia Federal e do Ministério Público Federal. Portanto, é esse o funcionamento do sistema como um todo. No caso do Banco Central, existe, sim, um procedimento, portanto, interno, que faz com que, em havendo qualquer indício de algum problema criminal, portanto, encaminha-se ao Ministério Público, e o Banco Central fiscaliza. Em verificando violações de normas prudenciais, financeiras, etc., então, instaura-se um processo administrativo; para isso tem um comitê no Banco Central do Brasil, que instaura os processos administrativos, e, depois, existe outro comitê que julga o processo administrativo.

No caso da instauração, existe o COPAB(F), que é o comitê que analisa possíveis potenciais e infrações cometidas por dirigentes de Bancos, e o COPAM de outras instituições financeiras. Posteriormente, essa decisão será tomada pelo CODEP, que é o comitê de decisões do Banco Central para todas as instituições financeiras.

Muito bem. Esses comitês são autônomos, funcionam na Diretoria de Fiscalização do Banco Central. Isso se opera de uma maneira, onde essa decisão deste comitê tem uma instância de recurso do Banco Central, que é o Diretor de fiscalização. Na medida em que a decisão do Diretor é tomada, na instância Banco Central é final. O próximo recurso é o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional e, evidentemente, depois disso, pode haver recursos à Justiça.

Muito bem. Essa decisão de abertura de processo administrativo ou de julgamento, seja pelo comitê ou na instância de recurso ao Diretor, ela é prerrogativa da Diretoria de fiscalização, que opera com absoluta autonomia, segundo as normas e regimentos do Banco Central, e, inclusive, essas apurações são mantidas sigilosas dentro da própria estrutura do Banco Central, isto é, o julgamento não é sequer informado pela Diretoria de fiscalização à Diretoria colegiada ou à Presidência do banco.

Exatamente, são normas de segurança. Em alguns países, inclusive, a fiscalização é independente do Banco Central. No Banco Central do Brasil ela faz parte do Banco Central, mas funciona, nessa área, de forma absolutamente independente, e isso é remetido,

portanto, para o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro.

Pois bem. Como funciona isso? O conteúdo do processo administrativo é sujeito ao sigilo bancário, tanto que o Banco Central não divulga isso à opinião pública.

A existência ou não de um processo administrativo, segundo normas de governança adotadas pelo Banco Central do Brasil, tal qual diversos Bancos Centrais do mundo, não são divulgadas baseado na responsabilidade que tem o Banco Central, de acordo com a Lei 4.595, de preservar a liquidez e o bom funcionamento do sistema financeiro, não colaborando para disseminar boatos ou outras formas de intranquilidade ao mercado.

Portanto, o Banco Central do Brasil não divulga a existência ou não de processo administrativo. Quando o processo administrativo chega à instância do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro, aí, sim, neste caso, é divulgado o que está em pauta na reunião do Conselho, naquele momento. São normas de governança internacionalmente apreciadas, e o Banco Central tem sido muito elogiado pela sua evolução nessas áreas. Portanto, é importante mencionar.

E, finalmente, que há, sim, perfeita sintonia entre o Banco Central e a Polícia Federal. De novo, todas as informações, sejam como funcionam operações, normas, todas as informações que não sejam sujeitas a sigilo bancário, são fornecidas pelo Banco Central, normalmente, à Polícia Federal, quando solicitado ou quando o Banco Central nota, de novo, alguma irregularidade, e, aí, sim, comunica ao Ministério Público e, em consequência, ou não, à Polícia Federal.

Em relação à questão, especificamente, dos resultados de fiscalização, com existência ou não de processo administrativo, isto aí é objeto de uma decisão judicial. Aí, o juízo determina a quebra do sigilo bancário, se for o caso, e, aí, sim, todas as informações protegidas pelo sigilo bancário o Banco Central entrega à Polícia Federal, por determinação do juiz.

Portanto, o Banco Central funciona dentro de uma norma institucional absolutamente rigorosa, rígida; funciona de uma forma bastante eficaz e, de novo, o Banco Central se manifestará também no futuro dentro das normas e da regulamentação vigente. Isto é, informações não sigilosas, oferecidas dentro do clima de cooperação com a Polícia Federal e com o COAF e outros órgãos fiscalizadores, e as informações sujeitas a sigilo, evidentemente, obedecendo às determinações do Judiciário. Em relação à questão da--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só um comentário.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu acho que, de qualquer forma, o país vai ter que discutir essa questão com mais profundidade.

Toda a prudência do Banco Central, inclusive porque trata do problema do risco sistêmico, os Bancos trabalham alavancados, você está, em última instância, protegendo economias correntistas, eu entendo e é absolutamente condizente com o que é o princípio do sigilo bancário e o que é o desempenho dos Bancos Centrais em outros países.

Agora, olha do ponto de vista do correntista, do aplicador. Quer dizer, você tem um Banco oficialmente funcionando no país, um fundo de investimentos pretensamente fiscalizado pela CVM, uma instituição que tem autorização do Banco Central para desempenhar suas atividades bancárias, e, de repente, no dia seguinte, o correntista se depara com a seguinte situação: toda a diretoria do Banco está presa. Então, essa discussão nós vamos ter que fazer. E evidente que essa investigação vai mostrar até onde a fiscalização do Banco Central está de fato em sintonia com a atitude da Polícia Federal.

Eu volto a dizer: ou houve exagero da Polícia Federal ou nós temos uma omissão do Banco Central, da CVM. Inclua, aí, a CVM nessa discussão, porque é uma instituição regulatória e fiscalizatória. Eu acho que essa é uma discussão que o país vai ter que aprofundar, a partir desse episódio. E eu quero chamar atenção disso, porque não é possível. Quer dizer, as instituições que fiscalizam, pelo menos publicamente, não tomaram nenhuma providência prévia, e, de repente, você tem a prisão da Diretoria do Banco, que não poderia ter fato mais relevante para, digamos assim, a consistência da instituição ou o impacto na economia, de uma decisão dessa natureza.

Então, acho que há um problema, sim, de articulação entre as instituições da República que têm como função fiscalizar as atividades bancárias.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Senador, o seguinte. Eu acho que é importante deixar claro alguns pontos. Em primeiro lugar, eu acho que discutir a lei de sigilo bancário e o que deve ou não deve são prerrogativas do Congresso Nacional. Eu acho absolutamente saudável, deve discutir, estamos prontos a colaborar, etc., porque a nossa função é seguir a lei. Temos que atuar, estritamente, dentro das normas legais e não há dúvida de que estamos dispostos a colaborar e fornecer subsídios ao Congresso Nacional para discutir a questão da lei do sigilo bancário, etc.

Em dito isso, eu gostaria de chamar alguma atenção do Senador de que a opção não é tão simples: ou houve uma coisa ou houve outra. Por quê? Porque eventuais ações... Em qualquer situação, de qualquer Banco, de qualquer fundo, de qualquer empresa, a atuação da Polícia Federal e do Ministério Público é por ações da pessoa física, que, muitas vezes, não tem nada que ver ou tem com a instituição financeira. A pessoa física, muitas vezes, as pessoas físicas têm interesse diversos, não é isso?

É aquilo que, usando um exemplo, um cidadão é funcionário de um Banco e descobre-se que ele, nas horas vagas, está cometendo algum tipo de crime. Usando um exemplo mais genérico. Muito bem. O Banco Central não viu isso? Não. Não necessariamente. O Banco Central analisa os demonstrativos financeiros, as ações do Banco. E compete aos outros órgãos fazer a outra análise e cruzar as informações, no momento adequado, que é o que está acontecendo agora.

Então, nesse e em quaisquer outros casos. O eu quero dizer, especificamente, é o seguinte: o Banco Central analisa criteriosamente a saúde financeira da instituição e toma providências a tempo e à hora, caso haja risco para a saúde da instituição, como outros Bancos Centrais de outros países o fazem, inclusive, como o Banco Central do Brasil também está preparado para fazê-lo, em qualquer evento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V.Ex^a permite, Senador? Completando a sua observação--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só minha última pergunta sobre superávit primário não foi respondida, imagino que o silêncio seja um sintoma de apoio irrestrito.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Senador, eu já disse aqui, nesta Comissão, da última vez, e já disse, também, falando para as diversas comissões do Congresso, na Comissão Mista, que, em relação a esse assunto, qualquer ajuda é bem-vinda. Isto é, o aumento do superávit primário certamente ajuda o combate à inflação. Existem outras prioridades, outras coisas. De novo, não é o Banco Central que tem que estar aqui opinando sobre isso. Agora, o que eu posso dizer é o seguinte: qualquer ajuda é bem-vinda, e não há dúvida de que qualquer aumento de saldo primário ajuda. Mas, de novo, senhores congressistas e o Executivo têm as suas prioridades, e os senhores saberão tomar o melhor decisão para o país.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu gostaria que V.Ex^a respondesse a questão do IPEA, de mudar a sistemática da... E mais...

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Tem razão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu poderia aditar a isso que o Senador Mercadante pediu que respondesse. Eu quero louvar, o Banco Central tem feito isso várias vezes, aqui, mas o aumento da taxa de juros, ele é um remédio muito amargo para a economia e o desenvolvimento do país.

V.Ex^a não acha que o Governo... Agora mesmo V.Ex^a disse que qualquer ajuda é bem-vinda. Não seria o caso de pedir ao Presidente Lula para ele ajudar e reduzir os gastos correntes do Governo, que têm crescido, anualmente, acima da taxa de crescimento do PIB e acima da taxa de inflação? Não seria uma grande ajuda à Nação brasileira diminuir o número de Ministério, reduzir os gastos, melhorar a qualidade desses gastos? V.Ex^a não poderia pedir ao Presidente Lula que lhe ajude e ajude a Nação brasileira no combate à inflação?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos encerrar, então, agora. Última intervenção.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Muito bem. Com a devida instrução do Presidente, não é verdade?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Não, não é isso. É que eu acho que devo estar na hora.

É o seguinte. Com relação ao IPEA. Senador, é importante mencionar o seguinte: o Senador mencionou outro país. Países que de fato não divulgam com precisão os dados criam prejuízos graves e sérios à economia.

Felizmente, no Brasil nós não temos esse problema. O IBGE e o Banco Central e as instituições que divulgam os dados da economia brasileira o fazem a tempo e à hora, na periodicidade correta, mensalmente, etc., e não temos esse problema. O que nós estamos discutindo, aqui, é uma questão de previsão, projeções. Então, é algo um pouco diferente.

Evidentemente, que, quanto mais projeções para os analistas econômicos disponíveis, etc., para o Banco Central, melhor. Quanto maior o número de projeções existentes, do ponto de vista do Banco Central, facilita o nosso trabalho. Nós temos as nossas próprias projeções, evidentemente, mas também são bem-vindas outras projeções.

Nós fazemos um trabalho, inclusive, conhecido "Pesquisa Focus", que pede projeções e publica médias de projeções de um grande número de analistas. O Brasil, hoje, tem fontes diversas de projeções, instituições lucrativas, não lucrativas, universidades, etc., instituições públicas também. Então, quanto mais, do ponto de vista do Banco Central, melhor.

Evidentemente, que, em relação às razões do IPEA, por deixar de publicar suas projeções de curto prazo, eu não tenho essa informação, portanto, não posso julgar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria agradecer ao Presidente Henrique Meirelles. Seguramente, a previsão é sempre boa, porque os economistas passam metade do tempo fazendo previsão e a outra metade explicando por que não deu certo. E, assim sendo, agradeço à presença de todos e um bom recesso para todos os senadores. Voltaremos na primeira semana de agosto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, faltou a resposta sobre a ajuda dos gastos correntes.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É que V.Ex^a tinha se retirado. Eu insisti exatamente nesse tema. Mas fico muito satisfeito que V.Ex^a tenha apoiado a minha pergunta. Agradeço a todos e muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h13.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EM 18 DE JUNHO, DE 2008, ÀS 14:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia dezoito de junho do ano de dois mil e oito, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, e em seguida do Senador Tasso Jereissati, Presidente da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, reúne-se a Subcomissão Temporária da Reforma Tributária em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores Francisco Dornelles, Romero Jucá, Neuto de Conto, Antonio Carlos Júnior, João Tenório e Flexa Ribeiro e, ainda, dos Senadores Gim Argello, Marisa Serrano, Jefferson Praia, Antônio Carlos Valadares e Leomar Quintanilha. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy e Raimundo Colombo. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece

que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública com a presença do Sr. Bernard Appy, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; Exmo. Sr. Mailson da Nóbrega, Ex-Ministro de Estado da Fazenda; Exmo. Sr. Paulo Roberto Haddad, Ex-Ministro de Estado da Fazenda; Sr. Marcos Costa Holanda, Diretor-Geral do Instituto de Pesquisas e Estratégia Econômica do Ceará – Ipece; e Sra. Maria Helena Zockun, Coordenadora de Pesquisas da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, a fim discutir questões relativas à política de desenvolvimento regional vis-à-vis as propostas de Reforma Tributária apresentadas pelo Governo Federal e pela Subcomissão de Reforma Tributária”, em atendimento ao Requerimento nº 08/2008-CDR, de autoria dos Senadores Tasso Jereissati e Valter Pereira. Audiência Pública realizada com a presença dos Srs. Bernard Appy, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; Mailson da Nóbrega, Ex-Ministro de Estado da Fazenda; Marcos Costa Holanda, Diretor-Geral do Instituto de Pesquisas e Estratégia Econômica do Ceará – Ipece; e da Sra. Maria Helena Zockun, Coordenadora de Pesquisas da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE. Após as exposições dos convidados, usam da palavra os Senadores Antonio Carlos Valadares, João Tenório, Neuto de Conto, Antonio Carlos Júnior, Marisa Serrano, Tasso Jereissati, autor do Requerimento nº 08/2008-CDR, Francisco Dornelles, Relator da Subcomissão, e Lúcia Vânia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **TASSO JEREISSATI**, Presidente da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Boa tarde a todos e a todas aqui presentes. Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e a 3ª Reunião da Subcomissão Temporária de Reforma Tributária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realizam em conjunto.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores das comissões. As senhoras e os senhores senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. As atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Eu gostaria de informar aos senhores que o Presidente da Subcomissão de Reforma Tributária, o Se-

nador Tasso Jereissati, encontra-se em uma reunião e, concluindo essa reunião, ele estará aqui conosco para essa Audiência Pública. Na sua ausência, estará representando ele aqui o Senador Neuto De Conto, que é o Vice-Presidente da Subcomissão de Reforma Tributária.

Senhoras e senhores senadores, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, com a finalidade de discutir questões relativas à Política de Desenvolvimento Regional, vis-à-vis as propostas de reforma tributária apresentadas pelo Governo Federal e pela Subcomissão da Reforma Tributária, em atendimento ao Requerimento nº. 08, de 2008, da CDR, de autoria dos senadores Tasso Jereissati e Valter Pereira, com a participação dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Máílson da Nóbrega, Ex-Ministro de Estado da Fazenda; Sr. Bernard Appy, Secretário de Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda; Dr. Marcos Costa Holanda, Diretor-Geral do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE); Sra. Maria Helena Zockun, Coordenadora de Pesquisas da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). O Exmo. Sr. Paulo Roberto Haddad, Ex-Ministro de Estado da Fazenda, também foi convidado, mas justificou a sua ausência devido a compromisso anteriormente assumido para esta data.

Senhoras e senhores, temos procurado fazer desta Comissão um fórum permanente, capaz de subsidiar o país na formulação e na implantação de Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional.

Neste contexto, o surgimento de uma nova proposta de reformulação da política tributária no país, dada as suas dimensões políticas, social e econômica, merecem atenção especial desta Comissão e da Subcomissão Temporária de Reforma Tributária.

A proposta de Emenda à Constituição nº 233, de 2008, apresentada pelo Governo na Câmara dos Deputados, prevê, para enfrentamento das desigualdades regionais, a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), que visa, principalmente, permitir a coordenação da aplicabilidade de recursos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e o aprimoramento de políticas atualmente praticadas.

Pela proposta, haverá a ampliação do montante de recursos destinados à Política de Desenvolvimento Regional, com estimativa que chega a 14,6 bilhões em 2016, mediante a destinação de 4,8 de receitas tributárias, em contrapartida aos 3% hoje aplicados nos programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

No mais, temos, atualmente, um papel bem definido dos Fundos Constitucionais de Financiamento e

dos Fundos de Desenvolvimento, sobretudo em relação à sua destinação e à sua sistemática de administração. Também conhecemos bem a divisão de responsabilidades entre o Ministério de Integração Nacional e Superintendências de Desenvolvimentos Regionais. Estamos reproduzindo, inclusive, este modelo na futura SUDECO, em cuja relatoria tenho trabalhado ao longo dos últimos meses na CCJ, com o apoio desta Comissão.

Deste modo, com o objetivo de esclarecer essas questões tão relevantes para o desenvolvimento harmônico do Brasil, esta Comissão, em conjunto com a Subcomissão de Reforma Tributária da CAE, em atendimento ao Requerimento nº. 8, de 2008-CDR, de autoria dos ilustres Senadores Tasso Jereissati e Valter Pereira, promovemos esta Audiência Pública. Esperamos, assim, contribuir uma vez mais para o aprimoramento deste debate.

Em conformidade com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a presidência adotará as seguintes normas: os convidados dispõem de dez minutos para fazer as suas exposições. Naturalmente, esses dez minutos poderão ser estendidos por mais um tempo que desejar cada um dos expositores.

Eu só quero aqui afirmar que nós temos apenas duas horas para a realização desta Audiência Pública, em função da Ordem do Dia, que temos que estar submetidos no seu horário adequado. Portanto, essa atenção dos dez minutos poderá se estender por mais dez minutos, e, em seguida, abriremos à fase de interpeção pelos senadores e senadoras inscritos.

A palavra aos senadores e senadoras será concedida em ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para as respostas do interpelado.

Antes de passar a palavra, apelo aos convidados e aos parlamentares presentes para que sejam breves nas suas considerações, uma vez que, de acordo com o art. 107, Parágrafo Único, do Regimento Interno do Senado Federal, em qualquer hipótese, a reunião de Comissão Permanente ou Temporária não poderá coincidir com o tempo reservado à Ordem do Dia das sessões deliberativas ordinárias do Senado.

Portanto, ao iniciarmos as nossas palavras, concedo a palavra, neste momento, ao Sr. Bernard Appy, Secretário da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, para fazer a sua exposição.

SR. BERNARD APPY: Boa tarde a todos. Eu queria agradecer à Senadora Lúcia Vânia a oportunidade de fazer essa apresentação. Eu vou fazer uma rápida apresentação da proposta do Governo e da lógica da proposta do Governo de aprimoramento da Política de

Desenvolvimento Regional na reforma tributária. Podia passar, por favor?

Bom, o que é importante dizer é que essa proposta do Governo que consta da proposta de reforma tributária, ela já seria importante em si. Ela, no entanto, tem uma dimensão adicional dentro da reforma tributária, que é o fato que a reforma tributária tem como um dos objetivos acabar com a guerra fiscal. E, embora a guerra fiscal, hoje, tenha se tornado disfuncional para a maioria dos Estados, ela perdeu completamente o sentido como Política de Desenvolvimento Regional, porque hoje ela é praticada de forma generalizada por todos os Estados do Brasil.

Aliás, eu queria agradecer os demais membros da Mesa, cumprimentar a Dra. Maria Helena Zockun, o Ministro Máílson da Nóbrega, o Professor Marcos Holanda, e, embora elas tenham perdido essa função, o fato é que alguns Estados ainda entendem a palavra "guerra fiscal" como uma alternativa ao desenvolvimento. Cada vez menos funcional, é verdade, mas ainda é vista como alternativa desse desenvolvimento. Desse ponto de vista, esse aperfeiçoamento da Política de Desenvolvimento Regional, que é proposto no âmbito da reforma tributária, tem como um dos objetivos, sim, fornecer instrumentos que sirvam como alternativa mais eficiente ao desenvolvimento regional do que a que existe hoje com base na guerra fiscal. Podemos passar.

Rapidamente, muito rapidamente, a discussão que foi feita para levar a proposta que foi incluída na reforma tributária, ela foi feita junto com o Ministério da Integração e com o IPEA, ela levou em consideração as tendências recentes da Política de Desenvolvimento Regional, principalmente nos países mais desenvolvidos, na União Européia. E o que tem a Política de Desenvolvimento nessas regiões, o que ela tem apresentado como características? Primeiro, ao invés de foco em macrorregiões, cada vez foco em mesorregiões, regiões mais limitadas, que têm características semelhantes dentro da região. Segundo, o objetivo fundamental tem sido buscar ou aumentar a produtividade local e, principalmente, através da exploração de vantagens competitivas locais. Identificar qual é o potencial daquela localidade e buscar explorar aquele potencial através do fornecimento de bens públicos e, principalmente, através de investimentos que gerem externalidades positivas para o desenvolvimento daquela região. E

uma questão que aparece de forma muito clara na literatura internacional é que ela mostra que políticas baseadas em investimentos que geram externalidades costumam ter resultados claramente mais positivos do que políticas focadas em incentivos fiscais e sub-

sídios que têm um impacto mais limitado em induzir o deslocamento de firmas para as regiões menos desenvolvidas. Ao contrário, o que se identifica é que, muitas vezes, essas políticas, via incentivos e subsídios, elas funcionam mais ao deslocamento de firmas dentro de regiões com características semelhantes do que entre regiões com grandes dissimilaridades. Podemos passar.

O segundo ponto que fica claro na política, na experiência internacional, e aqui falando, eu estou falando de forma muito rápida, porque o tempo é muito curto, Senadora, é que eles têm buscado, também, dado grande ênfase à necessidade de novas fórmulas de governança e coordenação na execução da Política do Desenvolvimento Regional, seja nas relações verticais entre níveis de governo, União, estados e municípios, seja nas relações horizontais entre, por exemplo, os vários Ministérios do Governo ou entre várias localidades em áreas que têm problemas semelhantes. Sinalizam, também, a necessidade de maior cooperação entre o setor público e privado, principalmente através de parcerias público-privadas. E um ponto muito importante é que, na execução da Política de Desenvolvimento Regional, a literatura internacional reforça a importância de, desde o início, ter critérios de monitoramento e avaliação muito claros e muito bem definidos. Então, essa avaliação dessa experiência internacional foi utilizada como referência para a proposta que o Governo elaborou. Podemos passar.

Bom, o que é que nós temos hoje como instrumentos de Política do Desenvolvimento Regional no país? Podemos passar.

Basicamente, nós temos duas categorias de instrumentos. Uma delas são incentivos fiscais ou gastos tributários, que nós não estamos tratando dentro da proposta de reforma tributária. Eles podem ser, na nossa avaliação, aqui, pode sim, há um espaço de racionalização desses instrumentos, é possível racionalizar, mas isso é legislação infraconstitucional e, portanto, não entrou como parte da reforma tributária.

Nós temos os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que, como todos sabem, recebem 3% da receita do Imposto de Renda do IPI, e temos um mecanismo que chama-se Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e da Amazônia (FDA), que é a alocação compulsória de recursos orçamentários para a aquisição de debêntures de empresas no Nordeste e na Amazônia, em condições financeiras favorecidas.

Agora, efetivamente, na execução do FDNE e do FDA, a execução tem sido relativamente restrita nos últimos anos. Então, se a gente pegar 2007 como referência, os Fundos Constitucionais tiveram cinco bi-

lhões e 30 milhões de reais, basicamente totalmente executados, enquanto que o FDNE e o FDA tiveram um bilhão e 900 milhões de dotação orçamentária, e a execução foi da ordem de 439 milhões de reais.

No agregado, na soma dos dois, ou seja, nos dois, são mecanismos de financiamentos em condições favorecidas, sete bilhões e 200 na dotação, uma execução de cinco bilhões e 800 milhões de reais.

Então, essa é a realidade, são os instrumentos que a gente tem hoje como instrumentos de desenvolvimento regional, deixando de fora a questão da Zona Franca de Manaus, que é uma questão específica, que nós não estamos tratando nesse momento. Podemos passar.

Bom, esse aqui é apenas um gráfico para a gente entender um pouco o que está acontecendo no país nos últimos anos. Aqui vem, desde 1939 até hoje, a participação do PIB *per capita* de cada região como proporção do PIB *per capita* brasileiro.

O que a gente vê? Aqui, a linha de cima é o Sudeste, obviamente; o que a gente vê aqui é que o Sul, ao longo dos anos, a longo prazo, vem aproximando a renda *per capita* do Sul ao PIB *per capita* do Sudeste; o Centro-Oeste, principalmente em função, eu acho que, do desenvolvimento da agricultura na região, também tem hoje uma produção *per capita* que vem se aproximando do resto do país, inclusive hoje já ultrapassando a média nacional, embora ainda inferior ao Sul e Sudeste; o Norte tem um pulo, aqui, na década de 70, provavelmente em função da Zona Franca de Manaus, mas, a partir daí, na verdade, tem até alguma involução, em relação ao resto do país; e o Nordeste, que é de fato a região menos desenvolvida do país, efetivamente, o que nós vemos é uma estabilidade da renda do Nordeste com proporção da renda nacional, do PIB do Nordeste como proporção do PIB nacional, o que indica que, efetivamente, até hoje, a Política de Desenvolvimento Regional, principalmente para aquela região, que talvez seja a menos desenvolvida do país, que é o Nordeste, efetivamente não foi muito bem-sucedida no objetivo de reduzir as desigualdades regionais. Podemos passar.

Bom, além desses instrumentos, nós temos algumas mudanças recentes que criam condições para uma melhoria na qualidade da Política do Desenvolvimento Regional.

Que avanços recentes são esses? Primeiro, a recriação da SUDENE e da SUDAM, que pode suprir falhas relevantes no modelo que existia anteriormente. Primeiro, elas criam condições para uma melhor coordenação das ações federais e de ações entre níveis de Governo. Está prevista na própria lei que cria essa possibilidade de coordenação. Segundo, tem o Con-

selho Deliberativo composto por Ministros, Governadores, Prefeitos e Sociedade Civil, que pode ser um fórum importante de discussão e deliberação sobre as necessidades do desenvolvimento regional. E, terceiro, como são organismos que estão sendo recriados, criados nesse momento, cria-se a condição de, nesse processo de recriação, estruturaram-se mecanismos adequados de seleção de projetos e monitoramento, avaliação que, como nós colocamos, é um requisito importante da Política de Desenvolvimento Regional. Segundo, o Ministério da Integração Nacional propôs, eu acho que no início de 2007, se não me engano, um Decreto que regulamenta a Política Nacional do Desenvolvimento Regional, que avança também no sentido da experiência internacional, ampliando o foco das macro-regiões para as mesorregiões; então, procurando encontrar regiões mais homogêneas como foco da Política de Desenvolvimento Regional e, também, com uma clara preocupação na coordenação das políticas setoriais como um instrumento importante ao desenvolvimento regional.

Além disso, o Governo propôs, o Congresso aprovou um Projeto regulamentando as ZEPs, foi complementado por uma Medida Provisória do Governo, que também cria um instrumento adicional de desenvolvimento regional. Podemos passar.

Bom, feito esse acordo, quais são as propostas que existem hoje no bojo da reforma tributária para Política de Desenvolvimento Regional? Pode passar.

Quais são as propostas? 1) uma ampliação do montante de recursos destinados à Política de Desenvolvimento Regional; 2) a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, que servirá para coordenar a aplicação dos recursos [soa a campainha]; 3) a possibilidade de alocação de recursos não apenas em financiamentos, em condições favorecidas, como existe hoje, mas também em investimentos, que nós chamamos de investimentos estruturantes, ou seja, investimentos que gerem externalidades positivas para o desenvolvimento, por exemplo, investimentos em infraestrutura, por exemplo, investimentos em qualificação de mão-de-obra, que procurem, em uma cidade com potencial turístico e investimento em infra-estrutura turística, por exemplo, que gerem externalidades positivas para o desenvolvimento regional indo na linha do que existe em termos de experiência internacional.

E esses recursos em investimentos estruturantes poderão ser aplicados de duas formas: 1) uma parte aplicado pela União, segundo as diretrizes estabelecidas pelas superintendências regionais, mas com uma execução descentralizada – eu vou explicar isso em seguida; 2) uma parcela poderia ser transferida a Fundos Estaduais em Desenvolvimento. Seriam recursos

não vinculados, ou seja, o Estado teria liberdade na gestão desses recursos, que seriam aplicados, poderiam ser aplicados ou em investimentos estruturantes ou, se essa for a decisão do Estado, em subvenção a empresas.

E, finalmente, cria-se a possibilidade de aplicação de até 5% dos recursos da Política de Desenvolvimento Regional nas áreas menos desenvolvidas do Sul e do Sudeste. Porque, como eu falei, o foco da Política de Desenvolvimento Regional não tem que ser apenas com as macro-regiões, mas sim com regiões que apresentem problemas de desenvolvimento, por exemplo, a região sul do Rio Grande do Sul, que hoje está em um claro processo de involução econômica. Justifica-se ter uma ação federal para essa área do país. Podemos passar.

Bom, grosso modo, qual é a proposta da Política de Desenvolvimento Regional? Dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional, no mínimo 60% seriam destinados a financiamento, que é o que já existe hoje, que são os instrumentos que já existem hoje, porque nós entendemos que, embora não sejam o ideal, como único instrumento de desenvolvimento regional, eles são importantes, e já existe uma estrutura que está funcionando, principalmente no âmbito dos Fundos Constitucionais, e até 40% seria destinado para esses investimentos estruturantes, dos quais uma parte transferido para os Fundos de Desenvolvimento Estaduais e uma parte aplicado através das superintendências regionais. Podemos passar.

Em mais detalhe, qual seria a idéia? Teria uma vinculação de recursos, que estaria dada na Constituição, que iria para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional; uma parte seria aquela transferência para os Fundos de Desenvolvimento Estaduais e uma parte seria aplicada, através das superintendências regionais, em financiamento ao setor produtivo. Isso aqui, a forma como isso seria feito fica para a legislação complementar, mas pode ser no modelo dos Fundos Constitucionais, e a idéia é manter os Fundos Constitucionais, pode, se julgar que é necessário, no modelo de debêntures, como é o caso do FDNE e do FDA, e uma parte aplicada em investimentos estruturantes. O mesmo se aplicaria na SUDAM e, para a região Centro-Oeste, como disse a Senadora, através da SUDECO, cuja recriação está sendo discutida no Congresso Nacional. E, para as outras regiões, em função de diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração, poderiam ser aplicados em investimentos estruturantes. Podemos passar.

A transição que nós estamos propondo, como foi colocado, hoje existe 3% do Imposto de Renda e do IPI que vão para os Fundos Constitucionais. Existe um

montante orçamentário, que corresponde a um pouco mais de 1% do Imposto de Renda e IPI, que vai para o FDNE e FDA, cuja execução está sendo muito baixa.

O que nós estamos propondo é que o montante de uma base de partilha, que corresponde à arrecadação, hoje, do Imposto de Renda e de IPI, de 4,2%, no segundo ano após a aprovação da reforma, e até 4,8%, no oitavo ano após a aprovação da reforma, seja destinado ao Fundo de Desenvolvimento Regional. Dessa parcela, uma parcela seria destinada a financiamento, uma parcela decrescente, ao longo do tempo, e uma parcela mínima destinada ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que chegaria a 95% no final do processo.

Em termos de valores, isso significa... Essa tabela, aqui, é em bilhões, de 2008, com uma hipótese de crescimento do PIB de 5% ao ano. Ela implicaria, em 2010, ter o valor de nove e meio bilhões de reais, dos quais 7,6 para financiamento; e 1,9 bilhões de reais para os investimentos estruturantes. E, em 2016, chegaria a 14,6 bilhões de reais, sendo 8,8 bilhões de reais em financiamento e 5,8 bilhões de reais em investimentos estruturantes. Podemos passar.

Bom, além disso, nós estamos propondo um aprimoramento na forma de execução da Política de Desenvolvimento Regional, e isso, obviamente, não está na Emenda Constitucional. Isso é uma questão que estão sendo discutida com o Ministério da Integração e que se propõe que seja implementado na regulamentação.

A idéia seria uma descentralização através da maior participação dos estados e municípios na elaboração e execução de projetos; uma maior coordenação das ações federais; uma integração com a política industrial, através de estímulo ao desenvolvimento de Kansas(F) produtivos e exploração de potenciais exportadores.

Os responsáveis pela política industrial já estão trabalhando na identificação dessas potencialidades, e a idéia é que o modelo estimule a competição entre projetos, ou seja, a idéia é que as superintendências, a SUDENE, a SUDAM e SUDECO definam as diretrizes para a aplicação dos recursos e, com base nessas diretrizes, sejam apresentados projetos que podem ser elaborados por estados, municípios ou outras entidades, e esses projetos seriam selecionados com base em critérios técnicos, em função do seu retorno econômico e social. Essa é a proposta que está sendo colocada, e a participação dos estados e municípios nesse modelo seria, em parte, a gestão direta através dos Estados na transferência de recursos para os Fundos de Desenvolvimento Estaduais e, em parte, a participação indireta dentro do modelo que seria

gerido pelas superintendências de desenvolvimento regional. Podemos passar.

A idéia básica da execução da parte que passa pelas superintendências regionais seria como? As superintendências e o Ministério de Integração para as demais regiões definem as diretrizes; estados e municípios ou outros agentes apresentariam propostas; essas propostas seriam analisadas com base em critérios técnicos. Haveria decisão. A execução seria feita de forma descentralizada, também, e se propõe se criar um mecanismo bastante avançado de monitoramento, avaliação, que realimentaria as decisões da superintendências sobre como deveriam ser executados esses recursos. Podemos passar.

Bom, qual é, do nosso ponto de vista, a vantagem do modelo proposto? Primeiro, ele traz maior flexibilidade na alocação dos recursos. Hoje, nós temos um modelo absolutamente rígido, que tem um valor fixo para os Fundos Constitucionais, um valor fixo para o FDA e o FDNE e não tem recursos para os investimentos estruturantes a fundo perdido.

O modelo, da forma como está, ele mantém o mínimo, sim para financiamento, para não desmontar a estrutura que já existe hoje, mas ele dá uma maior flexibilidade na alocação dos recursos entre os vários instrumentos, permitindo adequar a política às necessidades regionais.

Segundo, ao criar a possibilidade de alocação de recursos e investimentos estruturantes, abre-se a possibilidade de realização de projetos, como eu falei, de infra-estrutura, qualificação, assistência técnica, apoio gerencial, e isso faz uma enorme diferença.

Tem uma experiência recente feita no Piauí, onde tem uma área de produção de mel importante, por incrível que pareça, em que foi feito um trabalho de melhoria da qualidade tecnológica da produção; a produtividade mais do que duplicou. Isso significa que a renda das pessoas, ali, mais do que duplicou, em função dessas melhorias que foram feitas, com um custo relativamente baixo, explorando uma vocação regional, que é o objetivo desse modelo que está sendo proposto.

E, na verdade, ao colocar recursos para aplicação em investimentos a Fundo Perdido, cria-se a capacidade de mobilização de outros recursos, porque, quando você tem recursos para alocar na política, você consegue, com isso, mobilizar outros recursos, sejam recursos de outros Ministérios federais, sejam recursos estaduais e municipais ou mesmo recursos financeiros, por exemplo, recursos de Fundo Perdido, no limite, que podem ser utilizados como mecanismos de equalização de taxas de juros, permitindo, por exemplo, que uma maior parcela de financiamentos do BNDES, por exemplo, seja alocada nas regiões menos

desenvolvidas do país, criando condições de competitividade, diferenciais de competitividade para essas regiões. Podemos passar.

E, finalmente, no que diz respeito aos Fundos de Desenvolvimento Estaduais, os Estados, a opção, aqui, é o seguinte: os recursos seriam transferidos para os Estados; os Estados teriam que escolher se seria melhor, do ponto de vista do desenvolvimento estadual, alocar os recursos em investimentos, em infra-estrutura, qualificação de mão-de-obra, o que eles acharem interessante, volto a falar, recursos não-vinculados, ou, então, se eles entendem que seja importante utilizar esses recursos para a subvenção a empresas como uma alternativa à guerra fiscal, hoje, como uma forma de manter as empresas instaladas na região.

Qual é a vantagem desse modelo? Primeiro que o Estado tem que optar, vai saber avaliar se é melhor investir em infra-estrutura para o desenvolvimento ou fazer uma subvenção. Segundo que, ainda que ele opte pelo modelo de subvenção, o custo dessa subvenção tende a ser muito menor que o custo que existe hoje nos incentivos fiscais, porque os incentivos fiscais concedidos para áreas menos desenvolvidas do país hoje eles têm... Primeiro que é mais difícil calibrar o montante de incentivo em relação à necessidade da empresa. Segundo, eles têm que ser concedidos em montante que não apenas cubra o diferencial de competitividade que existe nas regiões menos desenvolvidas, mas cubra também o fato de que os estados mais desenvolvidos também estão concedendo incentivos para as empresas se instalarem. Então, o custo, hoje, da guerra fiscal está extremamente elevado para os estados, e certamente esse mecanismo, via subvenções, tende a ter um custo muito menor em termos fiscais.

Eu acho que era basicamente isso que eu tinha para apresentar. O tempo é curto, mas eu tentei resumir da melhor forma possível o que está sendo proposto na reforma tributária. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço ao Dr. Bernard Appy e passo a palavra ao Exmo. Sr. Máilson da Nóbrega [soa a campainha].

SR. MÁILSON DA NÓBREGA: Minha cara Senadora Lúcia Vânia, demais membros da Mesa, minha amiga Maria Helena, Dr. Appy, Dr. Holanda, senhores senadores. Em primeiro lugar, dizer da minha satisfação de comparecer a esta Comissão, trocar idéias, trazer algumas reflexões sobre o tema. Em segundo lugar, dizer que é muito oportuno discutir questões do desenvolvimento regional no contexto da proposta de reforma tributária do Governo, uma vez que, sem uma solução adequada para a grave situação do sistema tributário brasileiro, as políticas de desenvolvimento

regional terão menor impacto e menor será a capacidade do país de implementá-las.

Eu acho que é oportuno lembrar, aqui, que o Brasil já teve um sistema tributário que era um dos melhores do mundo. A reforma tributária de 1965, dezembro de 1965, que começou a funcionar, entrou em vigor em janeiro de 1967, era avançada sob muitos aspectos.

O Brasil foi um dos pioneiros da introdução da tributação do consumo pelo método do valor agregado, o nosso ICMS; naquela época ICM, o IPI. Nós introduzimos esse método no Brasil antes da Inglaterra, da Alemanha, da Itália, da maioria dos países da Europa, e hoje esse método é adotado por cerca de 130 países. E por que esse sistema virou um caos, que provavelmente é a palavra mais adequada para caracterizar o sistema tributário brasileiro?

Eu identifico quatro razões para o caos que se instalou no sistema tributário. Eu não sei qual é a ordem de importância, mas a primeira delas foi a partilha de recursos da Constituição de 1988, que concentrou a destinação de recursos aos estados e municípios, em um equívoco monumental sobre os dois tributos de maior produtividade fiscal da União: o Imposto de Renda e o IPI.

Hoje, 58% do IPI e 48% do Imposto de Renda se destinam à partilha aos estados e municípios e a Fundos Regionais de Desenvolvimento e, do que restar, 18% tem que ser aplicado obrigatoriamente em educação.

A União fica com apenas 42% da receita do Imposto de Renda e pouco mais de 32% da receita do IPI. E a União foi obrigada, e aí vem o segundo fator, que foi a ampliação substancial da despesa pública na Constituição de 1988, particularmente, os gastos com previdência, pessoal, educação e, mais recentemente, saúde.

E a União buscou recursos para atender a esses encargos crescentes e gigantescos, em alguns casos, através da imposição de contribuições que lhe rendessem 100% da arrecadação, e, nesse contexto, a União foi desprezando a importância de um tributo importante, como um *ecsize(F)*, como um imposto específico, que é o IPI. O IPI já foi 4% do PIB, a sua arrecadação, e hoje é pouco, anda em torno de 1% do PIB, porque para a União não há interesse em arrecadar IPI. Ela prefere arrecadar COFINS, PIS, PASEP, CPMF, e já tem gente que está querendo até uma tal de CSS.

Então, essa coisa foi piorando, piorando, teve um terceiro fator que agravou todo esse quadro que foi, no contexto do que significaria uma descentralização federativa, a atribuição aos estados de legislar sobre o ICMS, que é um dos grandes equívocos da Constituição de 1988.

O mínimo de harmonia que existia no ICMS se transformou em uma bagunça, para usar uma palavra bem forte. São 27 legislações, milhares de alíquotas implícitas ou explícitas do tributo, centenas ou milhares de regimes especiais, impossível a uma empresa cumprir de maneira adequada todas as obrigações diretas e acessórias do ICMS.

E um quarto fator foi a guerra fiscal. A guerra fiscal como que corrou, através da manipulação do uso do ICMS como um instrumento de atração de indústrias por algumas regiões do país e depois generalizado por outros estados, o ICMS, eu diria que, entrou em processo de metástase e o ICMS é realmente um imposto completamente falido.

Sem uma solução para esse caos, é muito pouco provável que tenhamos solução para o desenvolvimento mais rápido do país. Eu diria que o sistema tributário é um dos maiores, se não o maior, inibidor do processo de crescimento do país, sem contar que tudo isso levou ao recurso crescente de impostos indiretos de toda a natureza.

Os brasileiros pagam sete tributos sobre o consumo, alguns estaduais, um municipal, outros federais, e isso não existe em canto nenhum do mundo. E, por isso, o sistema tributário se tornou altamente regressivo, isto é, os pobres no país pagam impostos, em uma proporção de sua renda, muito mais do que pagam os ricos.

Existem saídas para esse caos, duas saídas racionais, fácil de propor e difícil de realizar em uma sociedade complexa, em um federalismo também complexo como o nosso. O primeiro seria a redução das despesas. O Brasil tem um nível de despesa pública incompatível com o seu nível de renda. Nós gastamos, atualmente, 40% do PIB no setor público. É um gasto proporcionalmente maior do que o dos governos, nas suas diversas esferas, nos Estados Unidos, e não temos renda para arrecadar essa quantidade de dinheiro para financiar tamanha despesa.

Acontece que toda essa despesa é rígida. As despesas rígidas, incluindo previdência, pessoal, aplicações obrigatórias por força de vinculações, e a conta dos encargos financeiros da União, dos estados e municípios, andam por volta de 33% do PIB, ou seja, se o Governo, se fosse possível parar todas as suas obrigações, fora dos gastos mandatários, mesmo assim seria necessária uma carga tributária de 33% do PIB.

Não precisa ser um especialista na matéria para saber que é impossível existir um sistema racional em um país de nível de renda do Brasil para arrecadar sem distorções essa gigantesca massa de recurso. Na verdade, nós estamos arrecadando perto de 36%, 37% do PIB, segundo estimativas mais recentes.

Então, eu não vejo muita saída por aí. Por exemplo, a China tem uma carga tributária de pouco mais de 20% do PIB. Acontece que os gastos previdenciários dos chineses são inferiores a 2% do PIB. O do Brasil é 13% do PIB. Então, não dá para mudar esse quadro da noite para o dia.

Uma outra saída racional seria rever o sistema tributário, particularmente a tributação do consumo. Eu acho que a melhor proposta que apareceu até agora é o que está se convencendo a denominar a Proposta Dornelles. Realmente é uma proposta ampla, ousada; não é 100% ousada porque ainda deixa o ISS na competência municipal, mas é melhor, do ponto de vista teórico, do que a própria proposta do Governo.

Também existem chances de essa proposta passar? Eu acho que, no contexto atual, muita pouca, para não dizer nenhuma, embora eu vou torcer por ela, trabalhar por ela o quanto eu puder.

É nesse contexto que eu vou rapidamente fazer algumas menções, algumas reflexões sobre a proposta do Governo. O Governo optou parcialmente pela racionalização do sistema tributário. O Dr. Appy conhece a minha opinião, já elogiei de público mais de uma vez a proposta que ele coordenou, que, nas circunstâncias, a meu ver, é a melhor que o Governo Federal poderia propor. Tem suas limitações, tem seus defeitos, mas nenhuma reforma tributária no Brasil [soa a campanha] acontecerá sem defeitos, e eu tenho realçado o papel do Dr. Appy, porque sentei na cadeira que ele senta atualmente, já trabalhei em outras propostas de reforma tributária e sei da complexidade das dificuldades de propor algo nesta linha.

Eu acho que mesmo a proposta dele, ele também conhece a minha opinião, eu sou cético quanto à possibilidade de essa proposta vir a triunfar. Primeiro porque ela não obteve o consenso dos estados, e não há reforma tributária, centrada no ICMS – como é este o caso –, sem que os estados com ela concordem.

Embora o Congresso tenha a palavra final, eu não vejo chance de uma reforma tributária dessa natureza sair sem uma concordância ampla dos estados. E, para isso, é preciso liderança, uma liderança transformadora, capaz de mobilizar os estados, os municípios, as lideranças políticas, para convencê-las, com paciência, determinação, habilidade, que é melhor uma proposta ousada para gerar frutos no futuro do que algum remendo que acomode pressões localizadas no presente.

Sinceramente, pelo maior respeito que eu tenho ao Presidente Lula, eu não vejo nele as características requeridas para essa missão, e uma prova disso é a sua declaração de que já fez o que tinha que ser feito:

mandou o projeto para o Congresso, e o Congresso agora que cuide de aprovar.

E os senhores, aqui, sabem mais do que eu que, em uma proposta dessa complexidade, é impossível levar avante sem difíceis negociações, sem uma participação efetiva do Executivo, particularmente do Presidente da República, nas negociações finais desse processo.

Digamos que seja difícil e que essa reforma não saia. Ela vai sair algum dia, ela vai sair, seja porque haverá um cansaço com o caos, seja porque aparecerá a liderança no Congresso ou no Executivo para levar avante uma proposta mais ousada, que eu acho que, se for mais ousada, a linha terá que ser muito mais na proposta pelo Senador Dornelles do que na gestada, produzida, proposta pelo Ministério da Fazenda.

E, agora, rapidamente, quanto à questão regional – Senadora, eu me esqueci de marcar. Quanto tempo eu já falei? Com, acho que em cinco minutos eu termino.

Olha, eu acho que a questão regional merece... Um primeiro comentário sobre a guerra fiscal. Eu sou contra a guerra fiscal, fui contra a guerra fiscal, desde o meu tempo de burocrata no Ministério da Fazenda. Concordo inteiramente com as razões que o Dr. Appy tem exposto para considero condenar o uso do ICMS como instrumento de ação fiscal, mas reconheço que é muito difícil evitar que a guerra fiscal aconteça, particularmente, porque existe um problema difícil de coordenação, porque, individualmente, para cada estado é conveniente o uso do incentivo fiscal, porque o custo é repassado aos demais componentes da Federação.

O problema é que todos começam a pensar da mesma maneira, e, daqui a pouco, todos estão fazendo a mesma coisa e se neutraliza qualquer efeito de uma política de atração de indústrias com o uso do ICMS, até porque, tecnicamente, o ICMS é pago pelo contribuinte, e o contribuinte é o consumidor. Então, ela é questionável, inclusive como instrumento de atração de indústria.

Todo mundo sabe, eu vou chover no molhado aqui, ela gera a competição desleal, produz uma alocação menos eficiente dos recursos, empresas se deslocam para determinadas regiões, não porque lá elas serão mais competitivas, mas porque terão a compensação do tributo, e assim por diante.

Eu acho que nessa questão nós temos que começar a pensar diferente. Se nós olharmos todo o esforço de desenvolvimento regional ocorrido no Brasil nos últimos anos, está muito centrado, em primeiro lugar, na liderança do Estado, particularmente, do Governo Federal, que tem o seu sentido. Em segundo lugar,

no uso do incentivo fiscal. Em terceiro lugar ou talvez segundo, o crédito.

Se nós fizermos uma reflexão desapaixonada, nós vamos ver que essas três fontes de desenvolvimento regional no Brasil estão se esgotando. Primeiro porque não é mais possível continuar a guerra fiscal, isso está se tornando cada vez mais evidente. Em segundo lugar porque o crédito é cada vez mais disponível em condições de mercado. A grande fonte de financiamento de longo prazo no Brasil, nos próximos anos, será o mercado de capitais e o crédito, como acontece nos países desenvolvidos.

Nós estamos criando as condições para isso pela evolução institucional do país, pela consolidação da estabilidade macroeconômica e, futuramente, pela redução da taxa de juros. Nós temos, hoje, investidores institucionais poderosos que já representam uma soma apreciável de recursos, que se aproxima de um trilhão de dólares ou equivalente, entre os Fundos de Pensão, Fundos de Investimento, seguradoras, e assim por diante.

E esses Fundos serão um e meio, dois trilhões de dólares dentro de cinco a dez anos, a busca de ativos para rentabilizar as suas reservas. O BNDES vai perder o papel de principal financiador do investimento de longo prazo no Brasil; ele vai ter que se redirecionar para áreas que exijam a eliminação de falhas de mercado, e será o mercado, através do financiamento de longo prazo das debêntures, das ações. No ano passado, as empresas brasileiras obtiveram, no país e no exterior, recursos de capital em volume superior a todos os desembolsos do BNDES.

O Brasil está se transformando, e é preciso deixar de pensar que o desenvolvimento do Nordeste, da Amazônia, de outras regiões do país continue a depender essencialmente do crédito, a não ser que se diga que precisa subsidiar, que também é uma coisa que tem que ser discutida.

Eu acho que outra questão que merece reflexão é saber se é a indústria a principal fonte de desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas do país. A meu ver, não é. Esta é uma visão que era verdadeira nos anos 50, provavelmente nos anos 60, foi diminuindo nos anos 70 e, no século XXI, já não é mais. Se nós olharmos exemplos mundiais, e o Dr. Appy mostrou aqui, em termos macro, algumas idéias, o desenvolvimento regional se deu através da descoberta de vocações regionais, pode ser até uma indústria, através de investimento que gere bens públicos capazes de proporcionar externalidades positivas do que pela atuação tópica do incentivo e do crédito subsidiado. Esta é uma revolução de pensamento que nós precisamos fazer, particularmente nós do Nordeste – e eu

sou nordestino, vocês sabem –, nós da Amazônia, nós do Centro-Oeste.

Eu acho que pouca dúvida há no enorme potencial que o Nordeste tem no turismo. E, aqui, eu gostaria de lembrar o que diz um amigo meu: “Imagina se tivesse uma rodovia das mesmas características da Rodovia dos Bandeirantes, em São Paulo, ligando o Sudeste ao Nordeste, a importância que isso teria na redução de custos de transporte, na melhoria da logística e no transporte de pessoas em busca lazer no turismo”.

Eu estava contando, aqui, para a Maria Helena, em uma das minhas viagens fora do país, eu conheci a Côte d'Azur, muitos de vocês aqui conhecem, e, em um dos hotéis em que permaneci, havia uma história da região. E eu fiquei sabendo que a Côte d'Azur era uma região de pescadores pobres do Sul da França, no final do século XIX, e que começou a ser descoberta pelos ingleses que estavam ficando ricos [risos]. E a Côte d'Azur explodiu como região de atração turística depois da Segunda Guerra Mundial, fruto de investimento em infra-estrutura, da ampliação das acomodações, da redução dos custos de transporte e do aumento de renda das pessoas.

Eu acho que essas condições estão amadurecendo no Brasil. O Nordeste tem milhares de quilômetros de praia que podem ser exploradas na geração de renda, de emprego, de produto, se a infra-estrutura, a formação de mão-de-obra e a criação de um ambiente propício à atração de investimento nessa área acontecerem. E é bom lembrar que o turismo tem um efeito de transbordamento, um *spillover*, é uma expressão inglesa que os economistas usam, e é o que aconteceu no Sul da França. O Sul da França é uma das regiões mais desenvolvidas do país hoje e depende menos do turismo e mais de atividades como tecnologia de informação. Outro exemplo é a Espanha. É bom lembrar que a Espanha recebe hoje um número de turistas parecido com o da França, 90% dos quais chegam lá de automóvel, através de estradas, de automóvel ou de trem.

Enfim, eu acho que, além de repensar essas questões, conceitos, melhorar o diagnóstico, eu não estou dizendo que eu tenho o melhor diálogo, eu estou propondo que nós deveríamos rediscutir as premissas que até hoje formam as bases das Políticas de Desenvolvimento Regionais, dadas essas limitações, as limitações do incentivo fiscal, a limitação do crédito e a limitação do Governo Federal.

Nós vimos, aqui, o Secretário Appy fazer uma exposição centrada, em grande parte, no Fundo, no FNDE, e ele mostrou lá que o FNDE terá, em 2010, 9,5 bilhões de reais. Sabe quanto isso significa? Menos de 0,5% do PIB; 40% só serão destinados à infra-

estrutura. Sabe quanto isso representa? 0,2% do PIB. Sabe quanto o Brasil precisa investir? 20 a 22% do PIB. Eu acho que é uma questão de fazer conta.

Será que o FNDE terá o poder de alavancar a infra-estrutura do Nordeste? Por maior que seja o interesse, vimos, ali, a burocracia que está associada ao FNDE, SUDENE, SUDAM, Comissões, etc. Quanto vai haver de desperdício ao longo desse processo de exame de projeto, aprovação de projeto, fiscalização, etc.?

Eu não estou dizendo que deve ser extinto, eu estou dizendo que a gente precisa ter a dimensão exata da força que tem o Governo Federal no processo de desenvolvimento, que é muito pequena. E por isso é preciso pensar grande e pensar grande significa atrair o setor privado para a infra-estrutura. Existe um volume considerável de recursos e de vontade e de expectativa de ganhos que podem ser canalizados através de um amplo processo de privatização das rodovias, das estradas, dos aeroportos, dos portos que servem a regiões menos desenvolvidas, através de investimento direto das empresas, através de parceria como a PPP.

Eu acho que a infra-estrutura – isso vimos aqui o Secretário Appy assinalar – tem um papel gigantesco no processo de desenvolvimento, pelo seu papel na geração de bens públicos de externalidades positivas para a atividade do setor privado.

Eu acho que repensar uma Política de Desenvolvimento Regional no Brasil implica também repensar a dependência do Governo Federal. Nós que somos de regiões menos desenvolvidas do país temos que nos convencer que essa fonte de desenvolvimento é extremamente limitada nos dias de hoje. Ela tem a grande capacidade de coordenação, especialmente em áreas cruciais, como a da educação, como a da saúde, mas, na atuação direta da geração de bens públicos como a infra-estrutura, definitivamente será o setor privado o principal provedor desse fator.

Senadora, meus caros amigos, aqui, da Mesa, caros senadores, Senador Dornelles, fiz um elogio à sua proposta, aqui, Senador Dornelles [risos].

É isso, eu acho que chegou a hora de pensar grande no desenvolvimento regional e não manter as visões, os diagnósticos que presidiram as políticas de desenvolvimento do passado, porque, na minha opinião, elas estão esgotadas. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço ao ex-Ministro Mailson da Nóbrega e concedo a palavra ao Sr. Marcos Costa Holanda, Diretor-Geral do Instituto de Pesquisas e Estratégia Econômica do Ceará.

SR. MARCOS COSTA HOLANDA: Senadora Lúcia Vânia, Senador Tasso, Professora Maria Helena, Ministro Mailson, Secretário Appy, demais senadores e senadoras.

Eu gostaria, primeiro, de concordar e enfatizar a importância levantada pelo Secretário Appy da utilização da proposta de reforma tributária como instrumento de fortalecimento da discussão de uma Política de Desenvolvimento Regional para o Brasil. Eu acho que a Política de Desenvolvimento Regional é uma proposta antiga, mas a gente ainda tem que avançar muito em uma coisa mais crível, mais objetiva, e daí a importância de usar a reforma tributária como instrumento para discutir. Eu vou ser também muito breve. O próximo, por favor.

Eu acho que a Política de Desenvolvimento Regional brasileira ela, no mínimo, tem que responder quatro questões básicas. Ela tem que responder à questão de onde ela quer chegar, e aí o Secretário Appy enfatizou muito a importância de você ter indicadores objetivos e concretos que permitam, inclusive, o monitoramento e a avaliação da política, saber se ela está evoluindo bem ou não; ela tem que responder a quais são os atores principais que vão participar dessa política; a terceira pergunta: quais seriam as diretrizes fundamentais dessa política? E o último, a questão de como será financiada, a partir da qual a proposta reforma tributária se insere e se coloca.

A primeira pergunta, eu acho que, dentro da lógica de sugestões para levantar o debate, a gente propõe que se parta do básico do básico, em que você definiria a desigualdade regional que você quer perseguir, a partir, fundamentalmente, de três indicadores que, na verdade, compõem o já muito conhecido hoje IDH. O IDH, fundamentalmente, coloca que a densidade básica de desenvolvimento de qualquer país, região ou estado estaria iniciada pelas dimensões saúde, dimensão educação e dimensão renda.

O IDH, fundamentalmente, procura captar isso, e o que a gente propõe, basicamente, é uma pequena alteração na dimensão saúde e educação, em que você, diferente do IDH tradicional, ao invés de taxa de expectativa de vida, você coloca mortalidade infantil, ao invés de a simples taxa matrícula e a taxa de analfabetismo, você vai para o desempenho escolar dos alunos, que é o que importa realmente, e mantém a renda *per capita*. Esse simples indicador já construído, balizado na lógica da média brasileira – a próxima –, ele já mostra claramente o desafio e a magnitude da questão regional no Brasil. O próximo.

Como ele é construído baseado na média brasileira, o cálculo desse indicador, os estados ou regiões que têm esse IDH estrela menor do que um São Esta-

dos ou regiões onde existem desigualdades regionais, e os estados e regiões que têm o IDH estrela maior do que um são os Estados onde existiria uma lógica de que esses indicadores de saúde, renda e educação estão acima da média brasileira. O próximo.

Esse mapa desse cálculo desse IDH estrela mostra muito claramente onde está o desafio maior da desigualdade regional no Brasil. Você, em um extremo, tem o Estado de Alagoas, cujo IDH estrela está 40% inferior à média brasileira, e, no outro, você tem o Distrito Federal, que está 80% acima da média brasileira.

Você claramente verifica a Região Nordeste, ampliada por Tocantins e aqui pelo Acre, como a região onde o desafio da desigualdade é maior. E essas regiões, quanto mais forte o vermelho, maior a desigualdade; quanto mais forte o azul, menos a questão da desigualdade. Mas, então, esse indicador muito simples, muito claro, muito objetivo, pode ser o indicador concreto e objetivo de mensuração daquilo que você quer perseguir, ou seja, a política tem que dizer aonde ela quer chegar, ela quer chegar a uma maior homogeneização, uma maior igualdade entre os IDHs estrela, entre os vários estados brasileiros. O próximo.

Na questão dos atores, eu acho que o importante, o Secretário Appy já colocou de forma implícita, você tem quatro grandes atores na Política de Desenvolvimento Regional: você tem o Governo Federal, claramente financiador, a Política de Desenvolvimento Regional no mundo todo sempre tem que ser financiada pelo Governo Federal, que é o grande definidor das diretrizes e metas; você tem as Agências de Desenvolvimento, a SUDENE, a SUDAM, a SUDECO, que seriam as grandes executoras dos Planos Regionais de Desenvolvimento e também com um papel importante de coordenação e otimização dos Planos Estaduais de Desenvolvimento. Eu acho que esse papel coordenador, integrador dos Planos Estaduais, que seriam desenvolvidos pelas Agências de Desenvolvimento Regionais, é fundamental, é importantíssimo; você tem os Governos estaduais, eu acho que, aqui, diferentemente da época em que a SUDENE foi criada, há 40, 50 anos atrás, hoje os estados já têm estruturas de planejamento, competência de definição, de estratégias e de política de desenvolvimento, que não devem ser relegadas, são certamente atores ativos de uma Política de Desenvolvimento Regional; e, por último, você tem os Bancos Regionais, que seriam os agentes financeiros da política. Então, esses são os quatro grandes atores que estariam presentes na Política de Desenvolvimento Regional. O próximo.

A diretriz básica de uma Política de Desenvolvimento Regional, eu acho que o Appy também já colocou e o próprio Ministro Máílson colocou, também,

fundamentalmente é a competitividade regional, ela tem que ser construída na lógica de competitividade. Política de Desenvolvimento Regional não é política social, é uma política de competitividade que explore de forma o máximo possível as vantagens comparativas regionais, estaduais e mesmo locais. Essa seria a diretriz fundamental dessa política de desenvolvimento. O próximo.

Na questão de como seria financiada, aí eu colocaria, diferentemente da proposta, hoje, do Governo Federal, a criação de um Fundo Único, eu acho que a idéia mais interessante seria você, já de início, ter três Fundos independentes, claramente complementares, claramente integrados, mas com papéis específicos.

Você teria o Fundo, que seria, basicamente, o Fundo privado, que basicamente é o Fundo que existe hoje, os Fundos Constitucionais do FDNE, o Fundo da Amazônia e o Fundo do Centro-Oeste. Esses Fundos, basicamente, seriam voltados ao financiamento do setor produtivo, como a própria proposta do Governo Federal hoje é, com o detalhe de que a gente acha que é fundamental que se abra espaço para que esses Fundos direcionados ao setor privado também acolham a possibilidade de investimento em capital de risco.

Eu acho que é importante essa modalidade como fundamental para a questão da inovação. Se você quer colocar a inovação na Política de Desenvolvimento Regional você tem que ter a possibilidade de capital de risco. Os Fundos Regionais seriam basicamente os Fundos geridos pelas Agências de Desenvolvimento Regionais; teriam como foco principal a infra-estrutura regional, infra-estrutura, aí, lida de forma mais ampla possível, não é só a infra-estrutura física, ela vai desde a estrutura física, a humana e até a infra-estrutura de governança, mas sempre na lógica regional, que é fundamental, e que alguns investimentos têm que ser entendidos como regionais e, aí, tem que ser papel fundamentalmente dessas Agências de Desenvolvimento de financiá-los.

E os Fundos Estaduais de Desenvolvimento, cujas prioridades seriam a infra-estrutura local. É óbvio, como eu falei, o importante é que esses investimentos nos vários setores, principalmente a infra-estrutura local com a infra-estrutura regional, sejam trabalhadas de forma integrada, de forma a otimizar os investimentos não só das Agências de Desenvolvimento, como os investimentos dos estados.

Poderia haver, inclusive, algumas regras de compartilhamento, em que, toda vez que uma infra-estrutura regional fosse proposta, ela tivesse, como contrapartida, na lógica dos estados, o apoio a partir da infra-estrutura local, mas ficaria a proposta de três Fundos diferenciados. O próximo.

Por último, na questão da divisão dos recursos, para encerrar, na questão da magnitude do que está hoje proposto para o Fundo Único, que seriam os 4,8% da base, nova base tributária, a gente claramente, aí, concordando com o Ministro Mailson, a gente percebe como sendo ainda insuficiente, em termos de recursos necessários para financiar uma política regional realmente efetiva e crível. O que você tem hoje em uma proposta de 4,8% a preços de 2007, você está falando em valores da ordem de nove bilhões de reais para todo o financiamento de toda a Política de Desenvolvimento Regional, para todo o país. Quer dizer, nove bilhões, hoje o termo referência é um orçamento menor do que o próprio orçamento do Estado do Ceará, hoje. Então, eu acho que os recursos realmente são insuficientes.

E chamando a atenção – o próximo –, que, no Fundo, em termos da proposta, em termos de dinheiro novo, na medida em que você já tem hoje, nos Fundos Constitucionais, algo em torno de 3% dessa base tributária e tem já, nos Fundos Regionais, da SUDENE e da SUDAM, em torno de 1,1%; de dinheiro novo que você tem para os Fundos de Desenvolvimento dos Estados, algo em torno de 0,7% dessa base tributária, algo em torno de 1,3 bilhões, o que certamente seriam valores insuficientes para financiar essa coisa nova da Política de Desenvolvimento Regional, que seriam os Fundos Estaduais de Desenvolvimento, que teriam o seu papel de investimento em infra-estrutura local, fundamentalmente, investimento em infra-estrutura local. A gente acha que certamente tem que haver um aporte maior.

E, para concluir, na lógica de procurar – o próximo – algum espaço para aumentar esse percentual desse Fundo, que seria destinado a esses três Fundos, a gente acha que o local onde pode você ter recursos, na própria proposta de reforma tributária existe a proposta daqueles recursos ligados ao PIS, que são mantidos, na lógica do Governo Federal, para manter não só todo o programa de seguro desemprego, mas 40% desses recursos são direcionados ao BNDES para financiar a Política de Desenvolvimento Social.

Então, eu acho que esses recursos que vão para o BNDES podem, parte deles, ser direcionados ao fortalecimento desse conjunto de três Fundos para realmente você ter valores suficientes, minimamente necessários para financiar uma Política de Financiamento de Desenvolvimento Regional de forma crível e factível. O próximo.

Então, a gente propõe que o Fundo, no mínimo, seria da ordem de 7,5%, e esses 2,7% a mais viria exatamente da fonte que vai direcionada ao BNDES na Política de Desenvolvimento, na lógica de fazer

uma proposta e gerar o debate. Então, basicamente era isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu agradeço ao Dr. Marcos Costa Holanda e passo a palavra à Sra. Maria Helena Zockun, Coordenadora de Pesquisas da Fundação do Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

SRA. MARIA HELENA ZOCKUN: Eu agradeço muito ao convite da Senadora Lúcia Vânia. É um prazer estar aqui de novo na Comissão com o Senador Tasso Jereissati para tratar de um tema que é caro a todos nós, de regiões desenvolvidas e menos desenvolvidas.

A autonomia tributária dos estados os levou a adotar como instrumento principal para atrair investimento privado os incentivos fiscais; isso todo mundo sabe. Agora, incentivo fiscal, ele atrai investimento, porque ele torna rentáveis atividades que não seriam viáveis economicamente naquela região, pela falta de infra-estrutura, de ambiente econômico para se desenvolver.

Agora, então o que é que acontece? Quer dizer, quando acaba esse incentivo, quando ele não pode mais ser concedido, a atividade não floresce se aquelas condições básicas para que ela pudesse se desenvolver não forem alteradas. Então, não é incomum situação de empresas que vão embora da região, porque elas passam a ser inviáveis economicamente se o incentivo fiscal desaparece. Quer dizer, na verdade, um incentivo duradouro, quer dizer, uma política para atrair investimentos duradouros para uma região; muito mais eficaz do que incentivo fiscal, são as ações públicas, mesmo, que criem esse ambiente econômico verdadeiro para as empresas florescerem: uma boa infra-estrutura de transporte, especialmente, de educação, de saúde; enfim, infra-estrutura, coisas verdadeiras, e não um incentivo que simplesmente torna momentaneamente a atividade privada mais rentável.

Desse ponto de vista, quer dizer, da criação desse ambiente na localidade mais interessante para o investimento, o nosso sistema tributário não é nada funcional. O primeiro slide, por favor.

Apesar da redistribuição de recursos que a União faz através dos Fundos Constitucionais e das transferências voluntárias, a disponibilidade de recursos públicos por habitante é muito desigual entre os estados brasileiros. Então, aí vocês estão vendo todo o recurso que cada estado tem por habitante. Nisso está incluída a arrecadação tributária estadual, a municipal e toda a transferência constitucional, legal e voluntária que a União faz para os estados e municípios.

Então, vejam que o maranhense, por exemplo, tem 1/3 de recursos público disponível ao brasileiro que

mora em Roraima. O morador do Pará, outro exemplo, dispõe da metade do recurso disponível, do recurso público disponível ao morador de Tocantins.

Esta disponibilidade – o próximo slide – ela é, em parte, determinada pelos impostos estaduais e municipais que ficam onde eles são arrecadados. Esse é um perfil distributivo que as transferências federais atenuam, mas não compensam, apesar de as transferências federais representarem 35% de todo o recurso disponível para os estados e municípios.

Atribuir ao estado de destino a arrecadação do ICMS é um critério justo, quando se pensa os estados como unidades autônomas, porque são os consumidores que pagam o tributo, mas, quando a gente pensa o Brasil como um Estado único, um único país, um único povo, com os mesmos direitos à qualidade de saúde e educação, parece muito difícil justificar, por que é que o brasileiro do Maranhão, do Piauí, do Ceará, da Bahia tenha disponibilidade de recurso público tão inferior ao brasileiro que mora em outras regiões do país. É muito difícil justificar isso.

É claro que os centros mais desenvolvidos devem contar com mais recursos, porque oferecem serviços públicos para toda a população. Quer dizer, um Hospital das Clínicas, no caso de São Paulo, está atendendo população do país inteiro, mas, como eles são mais populosos, naturalmente teriam mais recurso público, mesmo se houvesse uma perfeita equidade de distribuição dos recursos no território nacional. Então, é muito difícil, do meu ponto de vista, encontrar justificativas para que existam diferenças de recursos por habitante, se o objetivo é redistribuir melhor a renda no país.

Cada estado eu acho que tem que ter autonomia para alocar os seus recursos de acordo com as aspirações de suas populações, mas elas não estão sendo beneficiadas pela autonomia que os estados têm em legislar sobre ICMS. As nossas desigualdades pessoais e regionais dificilmente vão ser aplainadas nesse modelo federativo. Nós precisamos de uma Federação mais solidária, se nós quisermos atenuar as diferenças regionais que o gráfico do Secretário Appy mostrou, como o Nordeste e o Norte continuam na mesma participação da renda do total do país há décadas, com todo esse movimento, com tanto quadrado que a gente inventou na nossa organização para transferir recursos. Mesmo assim aconteceu muito pouco.

É claro que não basta igualar recurso público *per capita* disponível nas esferas nacionais de Governo. A União sempre vai ter que participar do financiamento dos investimentos que atendem a mais de um estado ou a todo o país, do mesmo modo como cada estado cuida dos investimentos que atendam aos interesses de mais de um município ou, então, a todo estado.

Em resumo, eu diria que a autonomia tributária dos estados não tem favorecido o desenvolvimento mais harmonioso das nossas regiões e que o critério de distribuição dos recursos tributários nacionais formado pelos atuais ICMS, IPI, PIS, COFINS, CID e todos os outros que estão na proposta da reforma do Senador Dornelles, aqui do Senado, eles sim poderiam, a médio prazo, utilizar como critério de distribuição o tamanho da população de cada estado. Essa visão, ela não se ajusta à manutenção do ICMS sobre competência estadual, como está na proposta do Executivo, mesmo delegando a regulação do ICMS ao CONFAZ.

Um critério que igualasse a disponibilidade de recursos públicos *per capita*, impondo alíquotas uniformes em todo o território nacional, evitaria que os estados mais pobres tributassem seus pobres mais do que os estados mais ricos, por exemplo. Os estados mais ricos – o próximo, por favor – conseguem desonerar mais a cesta básica do que os estados mais pobres, porque eles dispõem de uma base econômica mais ampla para tributar. Então, esses dados, eles não são muito recentes, foi o IPEA que calculou, com base no ICMS de cada um dos estados brasileiros. É um cálculo complicadíssimo. Eles fizeram isso em 2000, e eu não tive coragem de refazer esse cálculo, mas o que ele está dizendo? Que as famílias mais pobres, é tanto mais pobre, ela é mais tributada ainda quanto mais pobre é o Estado.

Então vejamos: aqui é o conteúdo de tributos indiretos na despesa de alimentação, nas famílias com até dois salários mínimos de rendimento. Então, a família no Ceará, essa mesma família, com o mesmo nível de renda, ela é tributada em 13,2% da sua renda, mas, se ela mora em São Paulo, porque nós temos um ICMS mais baixo na nossa cesta básica, tem uma tributação menor do que o mesmo pobre lá no estado mais pobre. Então, a gente intensifica a concentração de renda dessa maneira.

E essa diferença resulta – o próximo, por favor –, esse aqui é um dado mais recente, em que as famílias pobres, elas dependem do seu orçamento, no Norte e no Nordeste, 39%, 38% do seu orçamento para comer, para alimentação, enquanto os estados do Sul, Sudeste e do Centro-Oeste, que têm outras condições, essa participação da cesta básica é muito menor no seu orçamento.

Lembre-se que são as populações pobres as grandes prejudicadas com a regressividade do nosso sistema. Esses gráficos, alguns dos senhores já conhecem: qual é a carga tributária por faixa de rendimento da família? Então, aqui, nós temos aquela faixinha azul é a tributação direta, que é crescente com a renda; nós temos a vermelha, que é a tributação indireta, IPI, ICM,

PIS, COFINS, enfim, esses impostos indiretos que lhe são crescentes – quanto menor a renda mais eles impactam na renda da família –; e, lá,, aquela faixinha amarela é a CPMF, que também eu deixei aí no gráfico porque vocês continuam discutindo essa questão, eu já tinha tirado, mas, enfim, tive que botar aí de novo, e ele também é altamente regressivo, quer dizer, quanto mais pobre a família, mais ela paga de CPMF.

Então, essa é a situação brasileira, mas ela fica muito pior quando a gente olha regionalmente, porque aonde é que estão – por favor – aquelas famílias mais pobres que mais são então tributadas? Cinquenta e nove por cento das famílias com rendas de até dois salários mínimos moram no Norte e Nordeste. Apesar de a região Sudeste ter 45% da população total, 59% das famílias pobres estão lá no Norte e Nordeste. A mesma coisa – o próximo – nas famílias de dois a três salários mínimos, 45% estão também na região Norte e Nordeste. E as famílias que menos são tributadas – o próximo – estão lá no Sul e Sudeste. Quer dizer, então, a regressividade do nosso sistema, que é geral, ele impacta muito mais nas regiões mais pobres, porque é lá que concentra a pobreza.

Então, para concluir, eu diria o seguinte: o incentivo fiscal não é o melhor instrumento de desenvolvimento regional a longo prazo, por isso a reforma tributária deveria ser desenhada para impedir a guerra fiscal, coisa que a proposta do Senado faz, mas a do Executivo não faz. O Brasil deveria ser pensado como um país único, e os nossos estados deveriam conviver em um regime federativo mais solidário, por isso a distribuição de recursos deveria ser proporcional à população de cada estado, com a União comparecendo com os investimentos que beneficiam a mais de um deles. Os estados deveriam ter autonomia para gerar os seus recursos de acordo com as necessidades e aspirações das suas populações, e não com essa parafernália de Fundos; enfim, cada flechinha nesse fluxo, aí, deve ser um canal de retenção de recursos enorme, quando ele poderia ir direto para onde ele tem que ser aplicado. E, eu diria, finalmente, retificar a regressividade do sistema tributário nacional seria uma grande contribuição à melhor distribuição regional de renda no país. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço à Sra. Maria Helena Zockun e passo a palavra aos senhores senadores.

Os autores do requerimento são o Senador Tasso Jereissati e Valter Pereira, que solicito que fiquem um pouco para frente, uma vez que não puderam ouvir os primeiros relatos.

Passo a palavra, então, ao Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sra. Presidenta Senadora Lúcia Vânia, eminentes convidados, Senador Tasso Jereissati, presidente e autor do requerimento.

Conforme ficou evidenciado através da palavra abalizada de todos os convidados, o modelo de tributação no Brasil é realmente injusto e precisa ser alterado profundamente.

O Dr. Máilson, do alto de sua autoridade como economista de renome, conhecedor profundo da realidade nacional, afirmou que a nossa legislação tributária é uma verdadeira bagunça. E, agora, a Sra. Maria Helena também demonstrou com números e com argumentos irresponsáveis que há uma injusta cobrança de impostos indiretos que recaem principalmente sobre a população mais pobre e ela demonstrou que, da forma como é feita a cobrança de impostos no Brasil, as regiões mais pobres sofrem mais com a tributação, pagam mais impostos do que as regiões mais ricas, porque, lá, nas regiões mais ricas, há uma maior capilaridade, uma maior facilidade de aumentar as faixas de tributação, etc.

A pesquisa do IPEA, realizada pelo Professor Márcio Pochmann, demonstrou que 10% dos mais pobres no Brasil pagam 44,5% mais do que os 10% mais ricos. E, no caso do imposto de renda, dados do IBGE, de 2005, demonstram que 45% dos 460 proprietários dos maiores patrimônios declarados no país pagaram menos de 20 mil dólares; destes, 12% justificaram o aumento de seus patrimônios com rendimentos não tributáveis, e 5% não justificaram o aumento patrimonial. Então, no Brasil, a tributação sobre o patrimônio é de apenas 3% do PIB; sobre a renda, 7,1%; enquanto, sobre o consumo, representa 47,9%.

Logicamente que uma reforma tributária, se ela for justa e equilibrada, vai render benefícios para todo mundo, principalmente para as regiões mais pobres, para o nosso Nordeste, a região Norte, a região Centro-Oeste, que são regiões que ainda estão se desenvolvendo e muitos carentes de recursos.

Então, eu focalizaria a minha atenção justamente nesta preocupação do IPEA, afirmando que o Brasil se preocupa mais com impostos indiretos do que os diretos, como Imposto de Renda, imposto sobre o patrimônio. Afinal, isto viria, esta argumentação do IPEA iria divergir fundamente da proposta que está na Câmara dos Deputados, a proposta do Governo, porque a do Governo continua com o ICMS, o IVA federal, que vai reunir várias contribuições que hoje são cobradas, que são impostos indiretos e que também prejudicam a população mais pobre, que, na prática, continuariam subsistindo, já que o Governo não renuncia a essas contribuições.

Então, eu perguntaria ao Dr. Maílson da Nóbrega, principalmente, eu perguntaria: teria viabilidade, eu sei que politicamente é difícil, mas, tecnicamente, seria uma virada de mesa atender a esse projeto do IPEA, mas seria uma proposta que, inclusive, se casa, se harmoniza com o que hoje se aplica nos países mais evoluídos do mundo, na Europa, nos Estados Unidos. Na Inglaterra há uma preocupação com o Imposto de Renda. Então, aqui no Brasil, já houve época, nós temos uma tabela que foi divulgada pelo IPEA, no Brasil já houve até 12 alíquotas, 12 faixas de Imposto de Renda. Hoje, nós só temos duas faixas: uma de 15%, que começa a ser cobrada a partir de R\$ 1.352,00; e outra de 27,5%, mas, no ano de 1982, por exemplo, até 1982, existiam 12 faixas para a cobrança do Imposto de Renda.

Então, essa diluição, esse aumento da base da cobrança do Imposto de Renda redundaria em que benefício? Eu acho que seria bom, porque entraria mais gente. Em compensação, quem estivesse lá no topo ganhando, suponhamos, 50 mil reais, pagaria 60% de Imposto de Renda. Hoje, paga 27,5% de Imposto de Renda.

Então, eu perguntaria, em primeiro lugar, a possibilidade técnica, porque a política eu reconheço que é difícil, Dr. Maílson, a possibilidade técnica de reverter esse quadro de o Brasil ter uma ação preferencial no que diz à reforma tributária de impor uma legislação onde os impostos diretos tenham prevalência, tenham prioridade, como o Imposto de Renda, inclusive, regulamentar aquela questão de uma proposta do Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, das grandes fortunas. E, afinal, Sra. Presidente, essas faixas da cobrança do Imposto de Renda em que redundaria? Quais os benefícios para o Governo e para a população? E, teoricamente falando, quanto seria de acréscimo de receita com o aumento das faixas para substituir, por exemplo, a Contribuição sobre o Lucro Líquido e outras contribuições que são cobradas no nosso país? Seriam essas as perguntas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Antes de passar a palavra ao Dr. Maílson, eu perguntaria aos senhores senadores se poderíamos ouvir todos para depois eles responderem, porque a gente ganharia tempo, e o nosso tempo é escasso.

Os senhores que concordam, permaneçam como se acham. Então, aprovado.

Com a palavra o Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sra. Presidente Lúcia Vânia, Sr. Presidente da nossa Subcomissão Temporária de Reforma Tributária, Tasso Jereissati.

Primeiro, um pequeno registro, aqui, que o Dr. Maílson foi o único palestrante que se referiu ao tamanho da nossa carga tributária. Realmente é um fato que merece uma avaliação. Hoje, eu tenho uma percepção de que é um problema muito sério. Infelizmente a reforma que se propõe não contempla de uma maneira mais robusta essa questão da carga tributária, mas eu até entendo. Eu acho que a carga tributária é uma consequência do tamanho do Estado brasileiro. Eu acho que é impossível tentar se reduzir a carga tributária sem, antes, fazer uma reforma do Estado brasileiro.

Enquanto o Estado brasileiro for um leão, nós temos que alimentá-lo como leão. Para alimentá-lo como outro felino do tipo um gato ou qualquer coisa que o valha, que é muito menos comida, nós temos que reduzi-lo, primeiramente, ao tamanho de um gato, caso contrário, nós vamos matar o leão. E como o Estado é uma coisa que tem que ser financiada de qualquer maneira, então, a redução da carga tributária, em não se fazendo uma reforma do Estado brasileiro, eu acho que é algo extremamente, se não impossível, mas profundamente difícil de ser questionado.

As regiões regionais. Primeiro, eu gostaria não de fazer uma defesa da guerra fiscal, mas registrar o entendimento da guerra fiscal. Como não existe geração espontânea no mundo, está provado pela ciência, a guerra fiscal foi consequência única e exclusiva da mais absoluta falta de políticas públicas que tentassem diminuir essas brutais desigualdades regionais que o país teve. Os governos, e é bom que se diga, não apenas esse, mas os últimos governos tiraram da sua agenda, completamente, políticas públicas, criação de políticas públicas que viessem a atenuar, se não resolver, pelo menos atenuar as desigualdades regionais. Então, eu acho que a guerra fiscal é um efeito, e não uma causa.

No que diz respeito ao Dr. Marcos Costa Holanda, ele levantou a questão do tamanho dos Fundos necessários para, digamos assim, compensar o "ausentamento" dessa guerra fiscal, de um lado, e de fato dar consistência a essas políticas que viessem a promover essa aproximação do desenvolvimento regional. Eu concordo, eu acho que nós estamos com um procedimento, eu diria, me perdoem a palavra, mas mesquinho em relação a regiões subdesenvolvidas ou menos desenvolvidas do país.

Eu sempre procuro comparar, assim, pelo menos visualmente, e aqui foi citado, eu acho que pelo Ministro Maílson, exemplos que aconteceram no mundo, aliás, o Secretário Appy também se referiu a isso, alguns exemplos que deram certo, digamos assim. A União Européia, que foi um deles que resolveu criar uma política consistente, robusta de diminuição das

desigualdades regionais, com a absorção dos países que se propuseram a fazer, e, pelo menos visualmente, a quantidade de recursos que foi colocada nos países menos desenvolvidos para criar certa assimetria econômica e desenvolvimento social com os países desenvolvidos foi uma coisa muito grande.

Então, você pega um Portugal de hoje, você pega uma Espanha de hoje, o que era 20 anos atrás, evidentemente que aquilo não aconteceu de uma forma espontânea, aquilo foi muito recurso que foi colocado. As duas Alemanhas, quando as duas Alemanhas se reunificaram, digamos assim, a decisão das duas Alemanhas construírem uma Nação única, evidentemente está provado que a quantidade de recursos que a Alemanha Ocidental está colocando na Alemanha Oriental é uma coisa muito grande.

Então, eu acho que para atenuar, se não resolver, repito, pelo menos atenuar essas desigualdades regionais, nove bilhões, dez bilhões, 12 bilhões não é, nem de longe, próximo para que isso possa de fato acontecer, principalmente levando em conta que esse Fundo, digamos assim, ele não é o único instrumento que tem sido usado para o desenvolvimento, para a aproximação dessa desigualdade regional.

Eu vou citar um dado, aqui, que me parece muito importante. A renúncia fiscal que o Governo Federal faz na nossa região, Ministro Mailson, é de 14,8 bilhões por ano. Uma série de projetos, uma série de ações. Isso confere uma renúncia fiscal de R\$ 283,57 *per capita*. No Norte, em função da Zona Franca de Manaus, que tem uma renúncia fiscal importante e grande, a renúncia fiscal da região é 19,6%, o que dá R\$ 991,00 *per capita*. A renúncia fiscal no Brasil como um todo confere R\$ 410,00 *per capita*. Então, verifico o seguinte: que a região mais pobre do país, como ficou absolutamente provado, aí, é aquela que hoje já tem uma Política de Desenvolvimento Regional no que diz respeito à renúncia fiscal federal, muito menos adequada, se isso de fato é um instrumento importante para a melhoria.

O Dr. Mailson levantou um ponto, aí, que parece importante, que é a utilização do mercado de capital como um instrumento forte e adequado para melhorar as condições de investimento na região. Isso é verdade. Agora, convencer os empresários e os Fundos Internacionais de investir em regiões que tenham dificuldades estruturais, que tenham um mercado restrito, como é o caso nordestino, em detrimento de outros investimentos que se substituem nas regiões mais desenvolvidas, como é o caso do Centro-Sul, mesmo no Centro-Oeste, é uma coisa complicada, haja visto a quantidade de IPO que tem acontecido na região Nordeste versus a quantidade de IPO que tem acontecido na região mais desenvolvida do país.

Então, há uma dificuldade, Ministro Mailson, nisso eu concordo plenamente com V. Ex^a., de que é o instrumento mais moderno que existe no sentido de fomentar, de desenvolver, de financiar o desenvolvimento. Entretanto, em função da dificuldade de infra-estrutura, da ineficiência dos nossos mercados nordestinos, das dificuldades que nós temos com mão-de-obra qualificada, enfim, tudo aquilo que leva a um atraso natural do desenvolvimento econômico e social da nossa região, sobretudo do Nordeste, é um inibidor disso, não tenha a menor dúvida. Os IPO que têm acontecido no país com sucesso têm sido quase todos eles situados em outras regiões, regiões mais desenvolvidas.

Eu acho que essa questão do desenvolvimento regional, ela tem, dentro de si, um componente que tem que ser muito considerado, que é a questão da despolarização do desenvolvimento brasileiro. Se comenta, aí, eu acho que até de galhofa, de brincadeira, que um dia São Paulo vai parar, daqui mais cinco, seis anos a cidade vai parar. Então, nós estamos entrando num processo de "deseconomia", em algumas regiões do país.

Então, é importante que isso também seja levado em consideração, quando se parte para políticas públicas que tendem a atenuar, e isso justificaria até menos parcimônia do Governo Federal quando propõe essa reforma tributária que aqui se encontra.

Eu tenho um dado, aqui, que ele é insignificativo, mas sugere, assim, muito levemente, o que é a distribuição de oportunidades que o Brasil tem por região. É um dado que não é representativo, mas, de qualquer forma, ele indica alguma, digamos assim, alguma distribuição das oportunidades que esse país tem.

A Lei Rouanet, no ano de 2007, aplicou no Nordeste 1,16% do total da Lei Rouanet; ela aplicou no Norte 0,52%; ela aplicou no Sudeste 9,86%; e ela aplicou no Sul 3,69%. É uma coisa de segunda ordem, claro que é de segunda ordem, mas é mais um indicador de que as políticas que estão sendo sugeridas, aqui, agora, elas devem levar em consideração também esses fatos, levar em consideração as desonerações fiscais, devem ser revistas, no sentido de estabelecer novos pólos de desenvolvimento. Nós somos obrigados a reconhecer que a Zona Franca de Manaus é uma coisa que deu certo. Tiramos uma parte, eu não diria importante, mas certa parte do desenvolvimento industrial que naturalmente ficaria em São Paulo, pela infra-estrutura que o estado tem, pelo mercado que o estado tem, e levamos para uma região que não tinha uma oportunidade nenhuma. Claro que isso exige uma presença forte e importante de políticas públicas, que são manifestas na renúncia fiscal naquela região.

Então, eu não queria deixar nenhuma questão, mas fazer essas considerações para uma reflexão geral de todos os senhores que aqui participam.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Obrigada, Senador João Tenório. Passo a palavra ao Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senadora Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Senador Tasso Jereissati, Presidente da Subcomissão da Reforma, Sr. Ministro Máílson da Nóbrega e Marcos Holanda, Bernard Appy e a Professora Maria Helena, senhores senadores e senadoras.

Eu acabei sendo requisitado para um outro momento e perdi uma importante palestra e, conseqüentemente, fiquei um pouco... Eu vejo de que a reforma tributária, ela é necessária, ela é urgente. O país precisa ser preparado para esse grande desenvolvimento que se avizinha. E, sem uma reforma tributária profunda, nós teremos, sem dúvida alguma, grandes dificuldades por toda esta conjuntura, entre todos os segmentos que aqui se falou. Eu vejo que toda ela está voltada por interesses, interesses de Governos para manter mais receita e que, é lógico, interesse dos municípios para buscar um quinhão maior, os estados, com suas dificuldades, querendo pegar mais espaço nas receitas, e, conseqüentemente, é muito difícil, sem ter um pacto federativo para saber o que cada segmento das administrações do nosso país terá que fazer.

Quem é que vai ficar com a educação, em que nível? A segurança pública, em que nível? A educação, a segurança pública, enfim, todos os segmentos que a sociedade reclama e exige. E é lógico que o município, como o primeiro e mais próximo, é o que mais reivindica, é o que menos recebe, onde vive o cidadão. Os estados, um pouco mais distantes, mas também próximos à sociedade, eles têm toda essa dificuldade, e a União, que centraliza a grande fatia e, principalmente, o desvio que a nossa própria Constituição nos deu, os parâmetros da divisão, e passou-se a criar taxas e alguns tributos para não se dividir, como falou o Ministro da Nóbrega, e que nos deixa com muita dificuldade. Então, é muito difícil fazer uma reforma tributária sem nós termos, também, pacto da distribuição.

Eu vou me restringir a um outro ponto. Eu não tenho visto nem na reforma que o Governo mandou para a Câmara atualmente, vai chegar ao Senado, e tem muito pouca gente discutindo a importância da agricultura nesse contexto. Já somos 1/3 do PIB, representamos, nesta agricultura, 36% da exportação nacional. E essa mesma agricultura alimenta 190 milhões de brasileiros. Já somos e seremos o primeiro produtor e exportador de alimentos do mundo e também

vamos ser o primeiro e vamos ser o maior exportador de bioenergia.

Conseqüentemente, o nosso Relator da Comissão, o eminente Senador Francisco Dornelles, ele coloca, na sua proposta, um artigo exclusivo; só o artigo desta reforma que trate da agricultura. Seremos, sem dúvida nenhuma, na próxima década, 50% do PIB nacional. E são números tão fortes e tão poderosos que temos que olhar de frente. Esse país precisa, e aí eu vou fugir um pouco, os seus insumos têm que ser assunto estratégico do país. Nós não podemos ficar dependendo de fosfato, de fósforo, dos insumos dos outros países e que temos condições, temos jazidas, temos condições de produzi-los no país, como se faz com a Petrobrás para produzir petróleo, produzir condições para esse potencial desse país.

E eu vou só citar um pequeno número. Sabe quanta terra nós usamos para produzir agricultura, excluindo a pecuária? 7,3% do território brasileiro. Veja se nós multiplicarmos isso por quatro, e que temos condições, sem agredir o meio ambiente, sem agredir as reservas permanentes e, sim, somente utilizando terras degradadas, utilizando terras consorciadas com fazendas e agregando, certamente, os nossos cerrados do Nordeste, do Centro-Oeste, que poderão.

Deixo isso como reflexão, mas fico imensamente gratificado por esta reunião importante que aqui se discute e que nos dá a oportunidade de conhecermos mais o nosso Brasil e do que o Brasil precisa.

Eu não tenho dúvida de que juntos poderemos, sim, não só produzir uma reforma tributária, produzir uma reforma que esse país precisa para alcançarmos, e também eu tenho lido muito, e vamos alcançar. Seremos, na próxima década, talvez, um dos três maiores países do mundo. Só ficaremos atrás dos Estados Unidos e da China. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Obrigada ao Senador Neuto. Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sra. Presidente Senadora Lúcia Vânia, Senador Tasso Jereissati, que é Presidente da Subcomissão da Reforma Tributária, Dr. Máílson da Nóbrega, Dra. Maria Helena, Secretário Bernard Appy, Dr. Marcos Holanda.

A apresentação que a Dra. Maria Helena fez mostrando a regressividade do nosso sistema tributário realmente é impressionante; chega a ficar escandaloso o quadro tributário nosso, porque, na verdade, todo o nosso sistema tributário é baseado em impostos indiretos e, portanto, isso faz com que a regressividade dele seja extremamente alta. Somente o Imposto de Renda é progressivo.

Então, isso aí, na verdade, o meu pronunciamento é válido também para a discussão, para a reflexão. E, se a CSS viesse a ser aprovada – eu falo assim porque aqui no Senado eu não vejo clima para a aprovação –, se viesse a ser aprovada, nós estaríamos aumentando mais ainda a regressividade. Então, isso é preocupante, e, na verdade, qualquer projeto de reforma tributária que fosse concebido, ele deveria levar em consideração a busca de uma inversão. Não é de repente ele ser todo progressivo, mas é o início, quer dizer, ter mais progressividade e menos regressividade. Isso aí eu acho que é uma coisa que qualquer projeto de reforma tributária que nós viémos a discutir deveria levar em consideração ou, digamos, uma tentativa de minorar o problema. É claro que não se pode da noite para o dia tornar o sistema tributário progressivo no Brasil, isso não é possível, mas seria necessário se pensar em atenuar essa situação, ou seja, aumentar a progressividade e diminuir a regressividade.

Também queria concordar com o posicionamento do Dr. Maílson da Nóbrega em relação à questão do projeto de reforma tributária elaborado aqui na Subcomissão de Reforma Tributária, aonde o Relator é o Senador Francisco Dornelles. Esse projeto é o melhor projeto que se tem em discussão; disso eu não tenho dúvida nenhuma.

Analisando os dois projetos que estão em debate, sem dúvida o projeto relatado pelo Senador Francisco Dornelles é, sem dúvida nenhuma, o melhor projeto.

São pontos que eu estou colocando mais para a discussão, para reflexão, eu não tenho perguntas a fazer.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Obrigada ao Senador Antonio Carlos. Passo a palavra para a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada Presidente, Presidente Tasso. Eu quero me desculpar, primeiro, por não ter ouvido nem o Dr. Maílson, nem o Dr. Appy, mas nós estávamos na Comissão de Meio Ambiente, votando para a nossa Presidente. Eu sou Relatora de lá e não tinha como não estar presente.

Mas eu quero fazer algumas reflexões a partir das palavras do Dr. Marcos e da Dra. Maria Helena.

O Centro-Oeste é, pelo menos, o que mais perde com a reforma tributária que está na Câmara dos Deputados. Na semana retrasada, o Deputado [ininteligível] esteve no Mato Grosso do Sul discutindo com o Governador, Secretário de Fazenda, todos os deputados estaduais, todos os deputados federais, os senadores, a questão da reforma tributária, porque o meu Governador, Deputado André Puccenelli, está preocupadíssimo, porque Mato Grosso do Sul, segun-

do todas as projeções, é o Estado que mais perde em toda a reforma.

Mas eu acredito muito na necessidade de um pacto federativo e dentro, paralelo, concomitante, talvez, com a reforma tributária. E por que isso? Porque, se os recursos, Dra. Maria Helena, vão para o Norte e Nordeste e eles realmente não impactam na mudança de qualidade de vida da população, como garantir, minimamente, a aplicação de recursos que garantam essas melhorias? Talvez exigindo cumprimento de metas, eu não sei.

Aquilo que a senhora disse que há anos os recursos vão indo e é muito lenta a progressão em termos de melhoria de qualidade de vida. A gente transfere renda, a gente incentiva o aumento de renda e a gente produz renda. Eu não sei como é que nós poderíamos fazer para que esse conjunto de todos os incentivos fiscais da Nação, e não sei, Dr. Marcos, se nós temos esse conjunto, se nós somos capazes de ter pesquisas que nos dão o conjunto de todos os incentivos fiscais que a Nação produz por regiões.

Por exemplo, quando o Senador João Tenório falou da Lei Rouanet, que eu trabalho mais porque é a minha área, a minha área mais de atuação é de educação e de cultura, nós fizemos esses dias um debate em cima disso, da Lei Rouanet e das regiões em que ela impacta. E é interessante notar que o Nordeste brasileiro, que tem uma tradição cultural fortíssima, popular no país, se a população nordestina é vista pelo país como uma cultura popular muito forte, muito ativa, é a que menos recebe incentivos da Lei Rouanet. Por quê? Porque a Lei Rouanet impacta muito mais e apóia e é apoiada, também, por questões da cultura mais elaborada, mais tradicional, que tem mais condições de fazer bons projetos e, também, porque tem uma população pagante que participa ativamente, que são os nossos teatros, os concertos, os museus, etc. e tal, que estão centrados mais no eixo Rio-São Paulo, no Sudeste. Mas a população, a população que usufrui da cultura, que produz cultura e que consome cultura, gratuitamente, essa não tem o apoio de incentivos fiscais.

Então, como fazer, talvez, com que a gente tivesse, eu não tenho, eu não sei nem se existe, mas eu gostaria de saber, de todos os incentivos fiscais em todas as áreas. O João lembrou da Lei Rouanet, mas como fazer para que nós, aqui, no Senado pudéssemos ter acesso? Eu não tenho, Senador Tasso. Se, em todas as regiões, juntando tudo, é da cultura, da educação, todos os incentivos fiscais que tenham, se isso realmente impacta em uma região e se isso transforma uma região. Se não transforma e não impacta, a nossa base tributária está errada.

Eu não vejo, Dr. Appy, eu não sou da área, mas eu não vejo como nós discutirmos tributo, base tributária, se isso não for para realmente melhorar a qualidade de vida da população. Se não for para melhorar a vida da população brasileira, eu não sei como é que nós vamos discutir uma reforma tributária, se vai discutir para melhorar a vida dos banqueiros, se vai discutir para melhorar a vida de agricultor, de pecuarista. Espera aí, mas nós queremos a vida da população inteira, quer dizer, o marco tem que ser essa, a base tem que ser essa.

Eu sei que parece isso aqui meio ilusório e meio sonhador, mas eu não acredito, mas não acredito que a gente possa mudar a vida da população brasileira dando bolsa alimentação. Se não for através do conhecimento, se não for através da cultura do povo, do conhecimento, da educação, eu não vejo como a gente possa mudar.

Eu só quis fazer também para reflexão as minhas preocupações.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Obrigada à Senadora Marisa. Eu passo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia. Eu gostaria apenas de fazer, aqui, uma observação sobre o que falou a Senadora Marisa. Na verdade, o que demonstrou a Dra. Maria Helena Zockun, aqui, é que, apesar deste aparente festival de recursos que vão para o Norte e Nordeste, na verdade, os recursos públicos disponíveis para a maioria dos Estados do Nordeste são menores do que os recursos públicos disponíveis.

Eu acho que é isso que ela demonstrou. O somatório total é diferente, eu acho que ela vai ter a ocasião. Se faz muito um oba-oba quando se coloca, por exemplo, 800 milhões de investimento lá em uma barragem nas Alagoas, do Senador João Tenório. Isso é considerado investimento regional. Mas, quando se coloca 20 bilhões em uma barragem de Itaipu, esse é investimento nacional. Então, no frigir dos ovos, a conta que vai e não muda não é verdadeira; não vai, vai muito menos *per capita* do que vai para as regiões mais ricas do Brasil. Esse é o número real quando se levanta.

É uma das questões, desculpe aqui, mas faz parte, principalmente, dessa Comissão da Senadora Lúcia Vânia, que, quando nós fizemos a SUDENE, a nova SUDENE, a nova SUDAM, nós criávamos os orçamentos regionais, os orçamentos iam ser regionalizados, com metas específicas, e essas metas deveriam ser aprovadas dentro destas proporções, aqui, no Congresso Nacional, e foi uma das coisas que o Presidente Lula vetou, que era a base da SUDENE, a

base da SUDAM e é a base da SUDECO, que se tentava criar, àquela época, quando fizemos aqui no ano passado. É para que essa transferência deixasse de ser propagandística ou virtual e passasse a ser orçamentária, e isso foi o que o Presidente vetou.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [pronunciamento fora do microfone] ... é regimental, é só porque a Dra. Maria Helena disse que os recursos estão indo para o Nordeste e que isto não impacta. Foi em cima dessa colocação dela que eu fiz a minha colocação que, então, temos que achar um caminho para que isso não aconteça mais.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu entendi bem, Senadora. Eu estou apenas fazendo um esclarecimento, aqui, para que fique bem claro que não existe essa disponibilidade maior.

Mas eu gostaria, aqui, nessa discussão há uma junção da Secretaria de Desenvolvimento Regional e da Subcomissão de Reforma Tributária. E a questão que eu queria colocar a todos que estão presentes, aqui, é a seguinte: nós temos concretamente, hoje, uma proposição do Governo Federal, já na Câmara dos Deputados, que está vindo para cá. Ao mesmo tempo, é muito, na mesma linha, uma proposta da Comissão feita, aqui, nessa Casa, com o relatório feito pelo Senador Dornelles, que eu diria que tem o mesmo espírito da proposta do Governo, sendo mais ousada, bastante mais ousada do que a proposta do Governo, principalmente em relação ao IVA.

Há uma questão que está claramente pegando, não só pelos governadores, mas pelos congressistas das regiões mais pobres. Isto vai e há um consenso que está se formando sobre as propostas em relação à questão do desenvolvimento regional, que vai congelar a flexibilidade dos Governos Estaduais de atrair investimentos, e fica a sensação, que é a sensação legítima: se nós somos mais fracos, se nós somos menos atrativos, se nós não temos mercado, se nós não temos infra-estrutura, como é que nós vamos fazer para atrair investimento competindo com os estados que têm isso tudo e muito melhor do que nós? Então, esse é o grande pavor, a meu ver, hoje, da reforma tributária.

Como poderia, dentro desse ponto de vista, e aí me perdoe o Appy, como isso poderia, e aí me ficou uma dúvida da colocação da Dra. Maria Helena, que ela falou, eu não sei se eu entendi corretamente, que era contra a cobrança do imposto no destino. Eu queria esse esclarecimento, eu queria entender isso. Mas, como nós podemos compatibilizar em uma reforma tributária moderna, que realmente visa uma estrutura moderna, pode ser até nas nossas circunstâncias mais justa ou mais injusta, mas é algo que está sendo feito

por aí, o IVA, o imposto único, é o que nós vamos chegar, mais cedo ou mais tarde, porque é uma tendência mundial. Mas como compatibilizar isso à fraqueza dos Estados mais pobres e sua incapacidade?

Dentro da própria reforma, quer dizer, dentro da própria reforma, se nós vamos dar educação, claro que nós precisamos dar educação, mas nós precisamos definir concretamente quais são esses fundos e de onde vêm e como virão esses recursos para a educação. A infra-estrutura, nós precisamos de infra-estrutura. E, pelo menos, durante um determinado período, alguma diferenciação de operação, de custo operacional, porque não é possível se operar no mesmo nível de custo em regiões tão diferentes, com infra-estruturas tão diferentes. Então, é esta a colocação que eu gostaria de fazer.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Tasso Jereissati.

Antes de passar a palavra aos expositores, eu gostaria de fazer um adendo ao que foi falado aqui pelo Senador Tasso. O Senador Tasso foi também Presidente, foi o primeiro Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional. Aliás, ela nasceu sob a inspiração do ex-Senador Antonio Carlos Magalhães, do nosso colega que faleceu, o Senador Antonio Carlos Magalhães, e do Senador Tasso Jereissati. E eu sou a segunda Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional.

Eu gostaria de colocar, Dr. Appy, Ministro Máílson, Dra. Maria Helena, Dr. Holanda, que a grande preocupação dessa Comissão está centrada realmente no Fundo, no FNDR. Não ficou muito claro para os parlamentares que trabalham com desenvolvimento regional qual o mecanismo de distribuição e por que o FNDR, se nós temos os Fundos regionais que deveriam ser descentralizados, sem uma burocracia, como foi colocado aqui pelo Ministro Máílson, que realmente eu acho que faz uma engenharia um pouco complicada e centralizada dos recursos regionais. Eu acho que isso dificulta.

E a segunda dificuldade seria que nós não temos o montante definido por regiões, e tudo isso será feito através da Lei Complementar. E essa Lei Complementar nós não conhecemos e temos receio de que ela venha a ser alterada através de uma correlação de forças. Isso preocupa o Centro-Oeste, isso preocupa o Nordeste e preocupa o Norte.

Portanto, eu gostaria de colocar isso antes de passar a palavra aqui ao Dr. Appy, como o primeiro expositor, para que ele pudesse responder aos senhores senadores.

Antes, eu gostaria de perguntar ao Senador Flexa se ele gostaria de fazer alguma intervenção ou se ele

aguardaria e, posteriormente, eu daria a ele a oportunidade de perguntar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu agradeço à nossa Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão do CDR. Eu, lamentavelmente, estava em outro compromisso, não ouvi as exposições, vou ouvir as respostas. Se houver necessidade, eu farei em seguida.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu me lembrei em V. Ex^a. quando se falou aqui no Pará.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu passo a palavra ao Dr. Appy.

SR. BERNARD APPY: Bom, eu gostaria, Senadora, antes de responder às questões dos senadores, fazer alguns rápidos comentários sobre as questões colocadas pelos demais expositores.

Primeiro, com relação ao Ministro Máílson, eu queria dizer que eu tenho uma grande concordância com a visão que ele trouxe, aqui, para essa Reunião, eu acho que existe uma convergência muito grande de visão, inclusive com relação às quatro razões que o Ministro apresenta para o caos tributário atual. Eu diria que a reforma tributária procura atacar três delas, eu acho que já é uma boa porcentagem, que é a questão de a Constituição Federal de 1988 ter concentrado a partilha em Imposto de Renda e no IPI. É verdade, isso levou, na verdade, a União, ao longo dos últimos 20 anos, a concentrar o aumento das suas receitas em tributos não partilhados, que são basicamente o PIS e o COFINS, que são tributos indiretos, regressivos. E, com isso, o que aconteceu é que nós, em função do desenho da Constituição Federal de 1988, em que se colocou o principal tributo indireto da União que é o PIS e o COFINS vinculado à seguridade como um tributo não partilhado e o Imposto de Renda como um tributo partilhado com os Estados e Municípios, isso levou a União a concentrar o aumento da sua receita em tributos indiretos. Isso teve uma consequência séria do ponto de vista da concentração de renda, e o projeto da reforma tributária, na verdade, Ministro Máílson, o projeto da reforma tributária, ao unificar os tributos diretos e indiretos na mesma base de partilha e de financiamento da seguridade, ele cria condições para que nós possamos avançar no sentido de uma maior progressividade do sistema tributário.

Professora Maria Helena, eu acho que seria um ponto importante de entender o desenho. Hoje, o desenho do sistema tributário brasileiro, ele induz a União a aumentar tributos indiretos e não explorar a base de tributos diretos, que é o Imposto de Renda. Na forma

como nós estamos propondo na reforma tributária, isso passa a ser indiferente, e, com isso, cria-se condição para uma racionalização(F) da estrutura tributária, que avance no sentido da progressividade.

Eu acho que é um avanço. Isso é infraconstitucional, isso não precisa estar na Constituição, mas a condição estrutural está dada.

Segundo, o Ministro Máílson fala da questão da atribuição aos Estados de legislação sobre ICMS. Isso é um ponto que nós também estamos atacando com a unificação da legislação de ICMS.

E, terceiro, o professor Máílson fala da guerra fiscal. Aí, eu queria deixar claro, quer dizer, a reforma tributária tem como objetivo, inclusive, Dra. Maria Helena, a reforma tributária de fato cria condições para acabar com a guerra fiscal? Eu não vou entrar, aqui, em detalhes pelo adiantado da hora, mas eu estou à disposição em recebê-la e explicar isso com detalhes para a senhora e mostrar que claramente a reforma tributária cria condições para acabar com a guerra fiscal no país.

Portanto, esses três pontos são atacados na reforma tributária. A questão da ampliação da despesa pública de fato continua sendo um problema. O Ministro Máílson, foi do Ministério da Fazenda, eu sou, a preocupação com a despesa é uma preocupação constante no Ministério da Fazenda.

O Ministro Máílson colocou uma questão que não tem liderança do Presidente Lula. Eu queria dizer que tem sim. O Presidente Lula continua atuante na defesa da reforma tributária. Eu tenho certeza que vai continuar sendo, Dr. Máílson.

E, finalmente, a questão, eu acho que a mais importante, o Dr. Máílson coloca: será que os recursos que nós colocamos no Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional são suficientes como instrumentos de Política de Desenvolvimento Regional? Não é melhor deixar o setor privado ter um papel atuante nessa política? E, aqui, eu queria dizer, Dr. Máílson, obviamente a demanda por mais recursos vai existir sempre; isso é natural que ocorra. Agora, efetivamente, se nós comparamos, por exemplo, com a porcentagem do PIB os recursos que nós temos para a Política de Desenvolvimento Regional com os recursos que têm na União Européia para a Política de Desenvolvimento Regional, nós vamos ver que no Brasil é maior. Mesmo esse pouquinho que nós temos é maior.

Por que é que eles são importantes? Eles são importantes, porque eles geram a capacidade de mobilização de mais recursos. Eu tentei explicar isso muito correndo na minha apresentação, mas o fato de eu ter recursos que eu possa utilizar com liberdade a Fundo Perdido, cria condições para que eu possa mobilizar

mais recursos, seja de outros Ministérios, seja de estados ou municípios, seja do próprio setor privado para avançar na Política de Desenvolvimento Regional.

Isso eu acho que é um avanço, essa flexibilidade, ainda que o montante de recursos não seja monumental, em termos, comparado com o PIB, ele cria, ele atrai para si mais recursos, e isso ajuda a fazer uma política mais eficiente de desenvolvimento.

Eu volto a falar que quando nós comparamos com os recursos que a União Européia tem para aplicar na política de desenvolvimento e eles são inferiores, na verdade, com a proporção do PIB e, no entanto, têm sido utilizados de forma bastante efetiva, explorando investimentos que geram externalidades positivas.

O Professor Marcos Holanda colocou a questão--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

O senhor me permite? Eu não entendi isso, os investimentos são--

SR. BERNARD APPY: Os recursos que têm, os investimentos da União Européia, que estão dentro do bojo da Política de Desenvolvimento Regional, eles são, como proporção do PIB da região, menores do que os recursos que nós estamos colocando no Fundo de Desenvolvimento Regional para investimentos em desenvolvimento regional no--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Está previsto?

SR. BERNARD APPY: Está previsto no Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Não foi feito até--

SR. BERNARD APPY: Não, é o que está previsto no escopo da reforma tributária. Eu posso, depois, pegar esses dados com um pouco mais de detalhe, mas, efetivamente, é isso que ocorre hoje.

O Professor Marcos Holanda, na verdade, ele traz várias questões, mas a principal foi uma preocupação com a... é evidente que são poucos recursos adicionais que têm para a Política de Desenvolvimento Regional.

Aqui, são dois pontos importantes. Um primeiro, que eu acho que tem que ser considerado, eu volto a falar, é que nós não estamos apenas colocando mais recursos, nós estamos mudando o instrumento, inclusive com o impacto fiscal. O recurso de financiamento, ele tem um impacto primário menor do que o recurso que você aplica a Fundo Perdido e em investimentos, e nós estamos assumindo esse custo fiscal maior sem gerar... Porque é que nós fizemos esse modelo? É uma forma de ser aceito um impacto fiscal maior, sem gerar muito mais rigidez orçamentária, além daquela que nós já temos, que é muito grande, hoje, no país. Então, nós

temos que olhar esse desenho não apenas do volume de recursos, mas, também, nos instrumentos que estão sendo criados, que são instrumentos que têm um potencial maior em termos de resultados da Política de Desenvolvimento Regional.

E segundo, Professor Marcos, eu acho que até uma questão que, na verdade, eu tentei falar muito rapidamente, mas o fato é que uma parte dos recursos que existem hoje, principalmente dos Fundos de Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia, está tendo uma baixa execução. Na forma como que nós estamos propondo, não haveria esse risco de baixa execução, porque eles seriam aplicados em investimentos estruturantes, e, portanto, isso, na verdade, tem, de fato, comparando aquilo que está sendo executado hoje, isso é um avanço relevante.

Com relação às questões que a Professora Maria Helena colocou, eu queria colocar... A Professora colocou que a distribuição das receitas com base na população seria a mais correta, do ponto de vista da justiça fiscal e das necessidades do país em relação àquilo que existe hoje. Talvez seja verdade, professora, mas o fato é que nós partimos de uma situação federativa que não pode ser, inclusive no que diz respeito à distribuição das receitas de ICMS, que não pode ser simplesmente ignorada, e isso diz respeito tanto à autonomia tributária dos Estados quanto diz respeito à questão do critério de partilha.

O que está sendo proposto, que é deslocar a tributação da produção, que é o que nós temos hoje para a tributação do consumo, já tem um impacto bastante positivo do ponto de vista de redução na distribuição de receitas regionais no país; beneficia principalmente os estados mais pobres do país, nos quais o montante de consumo é superior ao montante da produção. Então, já tem um efeito desconcentrador relevante apenas essa mudança, e é um critério correto.

O segundo ponto, e eu volto a falar, aqui, a questão não é o modelo ideal do ponto de vista técnico, eu acho que aqui é ponto importante. O Dr. Maílson colocou que o projeto do Senador Dornelles é melhor do ponto de vista técnico do que o meu projeto. Nós também entendemos que é possível ter projetos do ponto de vista técnico melhor do que o nosso, tanto é que nós iniciamos a discussão, um ano atrás, inclusive nesta Comissão aqui, com o Senador Tasso, apresentando o nosso projeto que era aquela idéia do IVA dual, que é uma única legislação para o IVA federal e o IVA estadual, com unificação do ISS junto do IVA estadual, mas, infelizmente, nós percebemos que, na nossa avaliação, politicamente, complicaria muito a discussão.

Se, na tramitação pelo Congresso e na tramitação pelo Senado, se conseguir definir que politicamente existem condições para ter um maior avanço em termos dessa unificação, inclusive em termos de legislação, nós achamos excelente, nós não somos contrários, nós claramente apoiamos um projeto que vá além.

Agora, a nossa avaliação foi... O projeto que nós apresentamos, do ponto de vista técnico, ele recuou em relação à nossa proposta original de discussão. Mas é o que nós achamos que era possível politicamente. Aqui, nós não podemos esquecer a questão política e a questão federativa na discussão, professora, e eles são limitações importantes do que pode ser feito no bojo da reforma tributária.

Inclusive, tem um ponto que para as pessoas talvez não tenha ficado claro até hoje, eu botei na minha apresentação, é que, além do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, o Fundo de Equalização de Receitas que tem como função, no curto prazo, cobrir eventuais perdas de Estados por conta da reforma tributária, no longo prazo, a idéia é de redirecionar esse Fundo. Na reforma tributária há uma garantia de 15 anos, após a aprovação da reforma, no qual seria feita essa cobertura pelo [ininteligível], mas, no longo prazo, a nossa idéia é redirecionar esse Fundo para que ele avance no sentido de equalização de receitas dos estados, reduzindo as desigualdades que a senhora colocou. Inclusive ele foi inspirado em uma proposta do Professor Fernando Resende, que vem exatamente nessa direção. Então, ele é um Fundo do curto prazo de compensação de perdas, porque isso é necessário para fazer a transição, e, no longo prazo, o um Fundo voltado a melhorar a distribuição de receitas entre as unidades federadas do país.

E, finalmente, com relação à questão dos tributos indiretos, da regressividade do sistema, eu acho que há uma preocupação muito importante. Agora, a questão tem alguns pontos que são importantes. O primeiro é que, quando você está falando em sistema tributário, você tem três objetivos que são muitas vezes antagônicos, que são os objetivos de eficiência econômica, eficiência tributária, ou seja, facilidade de arrecadação e justiça tributária, justiça social. Nem sempre é possível compatibilizar os três modelos.

A reforma tributária, ela foi sim feita essencialmente e principalmente com a visão de eficiência econômica. Ela tem como objetivo fundamental criar condições para que o país possa crescer mais, e isso beneficia a todos. Mas ela tem uma preocupação, sim, do ponto de vista da justiça social. Ela tem, como eu disse, ela cria condições para que se possa tributar mais a renda e menos o consumo, cria condições para isso estruturais. Essa definição de alíquotas é infraconstitu-

cional, não é constitucional, ela tem um compromisso do Governo assumido de avançar na desoneração da cesta básica na criação do IVA federal, que também vai nesse sentido.

Ela resolve todos os problemas? Não, não resolve todos os problemas de regressividade do sistema, continua havendo regressividade no sistema; continua sendo um sistema muito regressivo. O objetivo fundamental dela é, de fato, de eficiência econômica. Inclusive, queria colocar aqui, o Senador Antonio Carlos Valadares colocou a questão do IPEA, a discussão do IPEA sobre a questão de regressividade. Eu queria dizer que, na verdade, não existe um contra-senso. O IPEA, na verdade, tem um foco que concentra mais na questão distributiva, mas não nega a importância do projeto da reforma tributária do Governo do ponto de vista da eficiência econômica. Eu acho que há um grande avanço, e a questão da distributiva é infraconstitucional, ela não é constitucional, ela é uma questão de alíquota que tem que ser tratada, pode e deve ser tratada via legislação infraconstitucional.

Então, eu acho que essas são as questões mais importantes com relação aos comentários iniciais.

Com relação aos senadores, eu acho que é isso, o Senador Antonio Carlos Valadares colocou essa questão da regressividade, eu volto a falar, é uma preocupação, sim. O que nós estamos fazendo é criando condições estruturais para que o Congresso possa, o Congresso e o Governo como um todo, possa avançar no futuro via um tratamento igual do ponto de vista de distribuição de receitas, do IVA federal, do Imposto de Renda e do IPI, criam-se, assim, condições para que se possa deslocar a carga dos tributos indiretos para os tributos diretos e, principalmente, aqui eu diria, que é a renda da pessoa física que hoje está pouco tributada no Brasil.

Eu não sei se é uma questão de alíquota mais importante, mas é que existe, na verdade, um nível de baixa tributação de pessoas de alta renda, não por causa da alíquota, por causa de mecanismo que permite a evasão, que eu não vou detalhar, que de fato possa ser explorado e com o mecanismo que está sendo feito poderia ser explorado.

O Senador João Tenório colocou algumas questões. Primeiro eu concordo, Senador, com a sua colocação de que a guerra fiscal foi consequência da falta de Políticas de Desenvolvimento Regional. Inclusive, eu costumo falar isso, não falei hoje aqui talvez pela correria, mas eu concordo plenamente, eu costumo falar isso. O problema é que ela se tornou disfuncional. Ela foi importante, mas, como ela se generalizou, ela acabou se tornando disfuncional e prejudica o investimento no país.

A questão do volume de recursos do FNDR, eu acho que eu já procurei responder para o senhor, eu acho que não é pouco, a mudança no desenho que está sendo proposta é importante, não podemos olhar só para o montante de recursos, precisamos olhar o fato de que é uma baixa execução que tem hoje do FDA e do FNDE.

O senhor colocou a questão que as políticas públicas precisam considerar questões como, por exemplo, o fato que têm deseconomias de aglomeração em São Paulo. É totalmente verdade. Agora, isso é menos função do Ministério da Fazenda, mais função do Ministério da Integração, que está aqui presente. O que nós discutimos, aqui, é o desenho institucional do financiamento da política. Os objetivos e a gestão da política, obviamente, dizem respeito a uma outra esfera de Governo, mas o senhor tem toda razão, eu acho que o desafio no Brasil hoje é desconcentrar, talvez seja desconcentrar concentrando. Não adianta só desconcentrar e achar que, se a gente começar a fazer, explorar as regiões... O desafio eu acho que hoje é desconcentrar dos grandes centros urbanos, mas para criar economias de aglomeração, que são importantes, procurar desenvolver regiões menos desenvolvidas, aonde se justifica ter alguma concentração econômica nas áreas menos desenvolvidas do país. Eu acho que esse é o desafio que o Brasil tem hoje.

O Senador Neuto De Conto colocou a questão da necessidade da revisão do pacto federativo. Totalmente de acordo, Senador, nós, inclusive, concordamos, queremos, estamos fazendo estudos hoje para fazer uma grande discussão sobre essa questão. Pensamos, no início, em fazer essa discussão paralelamente à reforma tributária e chegamos à conclusão de que ia ser um volume de assuntos tão monumental que inviabilizaria a tramitação da discussão e, portanto, resolvemos fazer em duas etapas. Nós temos a intenção de abrir uma agenda de discussão federativa com todos os estados da Federação, discutir competências, discutir financiamento e discutir, inclusive, o sistema de partilha. Agora, infelizmente, por falta de tempo, talvez esteja ainda mais lentamente do que eu gostaria que estivesse indo, a reforma tributária é muito absorvente, mas é um assunto fundamental.

Com relação à questão da agricultura, o senhor tem razão, mas nós não estamos tratando de questões setoriais dentro da reforma tributária, ela diz respeito ao desenho geral, questões setoriais eu acho que têm que ser tratadas em legislação infraconstitucional, e nós temos dado o apoio à agricultura, agora mesmo com a renegociação das dívidas, como o senhor colocou.

Em algumas coisas avançam a reforma tributária. Por exemplo, hoje, a guerra fiscal, ela desestimula a

produção de fertilizantes no Brasil, desestimula, porque você dá concessão, os Estados concedem incentivos que beneficiam a importação em detrimento da produção nacional. Com a reforma tributária, isso é corrigido. Então, alguns efeitos positivos ela tem também.

A Senadora Marisa Serrano colocou duas questões, aqui, uma questão do Centro-Oeste. Eu acho que a questão, aqui, do Centro-Oeste, Senadora, eu não fui ao Mato Grosso do Sul, fui no ano passado em uma reunião com o Governador, inclusive, naquela época, apoiando a reforma tributária, fui agora ao Mato Grosso, porque fui convidado, tenho todo o interesse se for convidado a ir ao Mato Grosso do Sul, mas eu acho que a questão que tem que se discutir é o mecanismo do Fundo de Equalização de Receitas, que a nossa intenção é que dê segurança para os estados de que eles não vão ser prejudicados pela reforma tributária.

Eu acho que nós não podemos, em função de uma preocupação, de algum Estado que eventualmente possa ter uma perda de receitas, que nós queremos compensar, atrapalhar um projeto que é um projeto voltado para fazer com que o país todo, inclusive o Centro-Oeste, claramente, tenha condições de se desenvolver mais aceleradamente e resolver os problemas que o Professor Maílson trouxe aqui. Então, eu acho que esse é um desafio bastante importante.

E a senhora colocou a questão, colocou se não vale a pena discutir a reforma tributária se não for para melhorar a qualidade de vida da população. Eu concordo totalmente, agora, volto a dizer: o objetivo fundamental da reforma tributária é criar condições para o país crescer mais, e isso, com certeza, beneficia todo mundo, Senadora, isso com certeza absoluta. Tem preocupações sociais, avançamos um pouco, não é o foco da reforma, de fato não é o foco principal, mas isso avança bastante.

Bom, o Senador Tasso Jereissati colocou uma questão que é uma questão que na verdade foi o objetivo na minha apresentação, Senadora, infelizmente, que é a questão de como compatibilizar o impacto da reforma tributária sobre os estados mais pobres e a necessidade deles de terem condições de continuar se desenvolvendo. Aqui, Senador, eu acho que existem alguns pontos que são importantes. Primeiro--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Eu lamento, realmente, eu estava em outra Reunião, exatamente sobre reforma tributária, inclusive, e não pude participar. Eu queria pedir desculpas, inclusive, por não ter podido participar, mas eu conheço a sua proposta de reforma que vem, mas eu acho que ela não é suficiente para... Não é só o recurso que é suficiente, o recurso não é suficiente, mas a proposta também não é suficiente para dar a tranquilidade necessária

às desigualdades, à promoção do fim das desigualdades regionais. Eu acho que é uma discussão que nós vamos ter que ter--

SR. BERNARD APPY: Eu acho que, com certeza, vamos avançar nessa discussão, eu teria todo o prazer em recebê-lo, Senador, para discutir isso. Agora quero lhe dizer, Senador, a reforma tributária ataca uma parte da questão do desenvolvimento regional, ela não ataca o conjunto dos problemas de desenvolvimento regional, que, inclusive, diz respeito ao conjunto das políticas públicas.

O senhor mesmo colocou a necessidade da importância de educação e infra-estrutura. Então, do ponto de vista da educação, por exemplo, nós temos o FUNDEB, que claramente beneficia mais os estados mais pobres do país hoje em dia. Do ponto de vista de infra-estrutura, nós temos o PAC, que claramente, como proporção do PIB regional, ele tem uma participação maior nas regiões menos desenvolvidas no país.

Não podemos resumir o conjunto das políticas públicas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. Eu acho que ele é um instrumento importante, ele é um avanço, inclusive, como mobilizador de outros recursos, mas não podemos entender que a discussão da Política de Desenvolvimento Regional certamente é mais ampla do que apenas a questão do Fundo de Desenvolvimento Regional. O senhor mesmo colocou isso, eu concordo com o senhor.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Eu não estou querendo interrompê-lo, Sra. Presidente, mas é só porque, na verdade, gerou expectativa com relação à reforma tributária, porque, quando o Presidente Lula vetou os artigos mais importantes da nova SUDENE, que realmente davam uma perspectiva mais global, mais abrangente de Política de Desenvolvimento Regional, ele acenou que na reforma tributária essa política, esse veto seria compensado por uma proposta mais abrangente. Não vamos debater isso aqui, mas não é mais abrangente esta política na reforma tributária. PAC, também, já é outra discussão.

SR. BERNARD APPY: Tá bom. Senador, eu quero dizer que do ponto de vista do volume de recursos, no nosso ponto de vista é mais abrangente do que tem. Tem a questão dos incentivos fiscais que eu coloquei aqui na minha apresentação, nós precisamos discutir, eu entendo que nós precisamos discutir, apenas entenda que talvez o ideal não seja simplesmente utilizar o que existe hoje e ampliar como está proposto no projeto da SUDENE, mas eu acho que é uma questão a ser discutida. Agora no montante de recursos, certamente a reforma tributária avança em relação àquilo que tinha no projeto da SUDENE e da SUDAM. Agora volto, eu concordo com o senhor, eu acho que

a discussão tem que ser uma discussão mais ampla do que aquela que nós estamos fazendo.

E, finalmente, Senadora Lúcia Vânia colocou a questão com a preocupação com o FNDR, com os mecanismos de distribuição, que trariam para a Lei Complementar. Aqui, Senadora, eu acho que de fato tem que ficar numa Lei Complementar, porque se o grau de desigualdade regional do país é algo que é móvel, que muda ao longo do tempo, a distribuição dos recursos também tem que se adequar a essa mobilidade das desigualdades regionais e isso é melhor ser feito por uma legislação infraconstitucional do que ser feito por legislação--

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Mas ela virá junto com a reforma tributária ou posterior?

SR. BERNARD APPY: Nós podemos, na verdade nós já estamos discutindo com o Ministério da Integração, nós temos a intenção de discutir já junto, não temos problema nenhum em discutir junto com a discussão da reforma tributária como é que seria o desenho da operação da realização do Fundo de Desenvolvimento Regional. E a sua preocupação com a descentralização, sem burocracia, uma parte dos recursos sim vai para os Fundos de Desenvolvimento Estaduais, absolutamente automático, sem burocracia. Uma parte fica sim para ser utilizado via Superintendências de Desenvolvimento, e aqui, juntando um pouco com o que o Senador Tasso colocou, nós entendemos que isso é importante, porque senão, sem esse instrumento para ser operacionalizado pelas superintendências, aí sim nós vamos ter criado a as Superintendências de Desenvolvimento sem um instrumento, que são esses recursos para investimentos estruturantes, que é um instrumento que elas precisam para poder executar a sua Política de Desenvolvimento Regional. Então eu acho que é importante sim ter uma parte dos recursos que sejam geridas pela União, até porque a visão das superintendências tende a ser diferente da visão dos Governos estaduais em termos não só de prioridades, mas de alocação e, inclusive, de ações que muitas vezes são supraestaduais, que dizem respeito a mais de um estado. Nesse ponto de vista eu acho que os dois existem, existem os recursos centralizados... De fato o que tem na reforma é que nós não definimos o quanto vai para os Estados e o quanto fica nas superintendências. Isso está em aberto, isso é verdade. Se o Congresso quiser definir, pode definir, não seria o problema, mas nós deixamos isso com uma discussão em aberto de fato quando enviamos o projeto ao Congresso Nacional. Agora entendemos sim que é importante manter os recursos para serem geridos pelas superintendências, exatamente porque eles é que vão

fazer com que as superintendências que foram recriadas pelo Congresso possam ter uma função mais ativa na Política de Desenvolvimento Regional.

Eu acho que é isso, eu queria agradecer ao convite para participar dessa Reunião à Senadora, ao Senador Tasso. Eu acho que esse tema certamente voltará à pauta, não é um tema fácil, que se esgota em uma única reunião. Talvez, às vezes, fazer pautas com focos mais específicos seja talvez até mais produtivo. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço ao Dr. Appy e passo a palavra ao ex-Ministro Máílson da Nóbrega.

SR. MÁILSON DA NÓBREGA: Eu quero me referir a duas ou três intervenções que me citaram, os Senadores.

A primeira a questão levantada pelo Senador Antonio Carlos Valadares, sobre a proposta feita pelo Dr. Márcio Pochmann, do IPEA, de mudança na tributação do Imposto de Renda das pessoas físicas. Eu achei uma proposta inacreditável, porque ele usou o conhecido diagnóstico da regressividade do sistema tributário e fez uma proposta absolutamente equivocada para a sua solução. A saída para resolver a questão da regressividade tributária não é ampliar a tributação da classe média, como ele propôs, e das pessoas de renda mais alta, mas é reduzir a despesa. É como aquele velho ditado, ou seja, "atirei no que vi e matei o que não vi". Ele atirou no que viu e tentou acertar o que enxergou melhor, que foi a classe média. Na verdade o Dr. Márcio Pochmann está atrasado no mínimo vinte anos, com todo o respeito. Vejo ali o Senador Francisco Dornelles, um dos maiores tributaristas do Brasil, e que foi um estudioso desse assunto, a eliminação do número de faixas de tributação de Imposto de Renda, que eram onze, se não me engano, ele mencionou 12--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Já chegaram a 12, segundo ele.

SR. MÁILSON DA NÓBREGA: Isso aconteceu quando eu era Ministro da fazenda, fruto de estudos da Secretaria da Receita Federal e a observação do que era a tendência mundial. O mundo vem evoluindo há trinta anos para percepção de que alíquotas punitivas para renda geram fugas de capital e desestímulo ao investimento. Por exemplo, a Inglaterra chegou a ter alíquota marginal de Imposto de Renda de 95%, o que significava que do quanto se ganhava se retinha apenas 5%, 95% ia para o fisco. Essas reformas começaram nos Estados Unidos, como a gente sabe, na época do Presidente Ronald Reagan, que também houve uma grande redução do número de alíquotas, e se manteve apenas duas. A proposta do Ministério da Fazenda, na época, que se transformou numa reformulação total do

Imposto de Renda da pessoa física, foi de seguir esse mesmo parâmetro que já era observado por outros países de ter apenas duas alíquotas. Na nossa época foi uma de 10% e outra de 25%, depois a de 10% passou para 15% e a de 25% passou para 26,5%, na época de um esforço de ajuste fiscal no Governo Fernando Henrique Cardoso. O mundo inteiro caminha para percepção de que é mais eficaz do ponto de vista social reduzir as disparidades de renda via políticas públicas, via despesa, do que pela progressividade no Imposto de Renda. Além disso, o Ministério da Fazenda, na época, fez uma avaliação dessa proposta de duas alíquotas e chegou a interessante conclusão. Ao contrário do que se pensava, a arrecadação aumentou e a arrecadação aumentou porque caiu o potencial e o estímulo à sonegação.

Em mais de uma ocasião propostas de mudança desse quadro já aconteceram, por exemplo, no Governo Collor o Ministro Marcílio Moreira, Max Moreira, propôs a criação da alíquota de 35% e a própria Receita Federal foi contra, porque é possível provar que um aumento da alíquota faz retornar o estímulo à sonegação.

Portanto, a saída para reduzir a regressividade da carga tributária brasileira não é tributar mais, como ele propôs, é reduzir a despesa para permitir a diminuição da carga de tributos indiretos que caracterizam essencialmente o sistema tributário brasileiro.

Uma curiosidade, existe uma regra de bolso que não tem valor científico, mas dá para entender melhor essa situação, é que nos países ricos o Imposto de Renda e outros tributos diretos constituem a parte mais importante da carga tributária. Por exemplo, nos Estados Unidos é 50%. Por quê? Porque é um país rico, as pessoas têm renda e riqueza, e uma comparação que se faz é que nesses países o número de contribuintes de Imposto de Renda é semelhante ao de eleitores, enquanto que no Brasil nós temos atualmente mais de cento e vinte milhões de eleitores e nem 10% deles são contribuintes efetivos do Imposto de Renda, simplesmente porque a massa de pessoas que têm renda no Brasil cai no limite de isenção, porque a renda per capita brasileira é menor do que a dos Estados Unidos.

Portanto a saída, novamente, não é tributar, retornar às onze ou doze alíquotas do Imposto de Renda, muito menos aumentar as alíquotas marginais para tributar as pessoas de maior renda. É bom lembrar isso, isso vai incidir basicamente sobre a classe média, que é isso que ele está propondo.

Quando ao Imposto Sobre Grandes Fortunas, talvez fosse a ocasião de regulamentar. O imposto sobre grandes fortunas é uma idéia absolutamente em

desuso em todo o mundo porque ela se provou inócua como instrumento de redistribuição de renda. Muitos países voltaram atrás, são raríssimos os países que adotam a tributação sobre grande fortuna e uma prova disso é que o Presidente Fernando Henrique, quando Senador, propôs a regulamentação do dispositivo da constituição que cria o Imposto Sobre Grandes Fortunas, foi aprovada na décima hora por uma proposta de um Senador do meu Estado, o saudoso Senador Antonio Mariz, quando o Presidente não lutou por sua regulamentação, porque ele se convenceu, com base nos estudos do Ministério da Fazenda, que esse tipo de tributação--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MAÍLSON DA NÓBREGA: Não, é o imposto... É parecido, porque o Imposto Sobre Herança não existe no Brasil. Existe o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis por *Causa Mortis*, que é parecido com o Imposto Sobre Herança. Mas, enfim, é por isso que uma das vantagens da proposta do Senador Francisco Dornelles é eliminar de vez o Imposto Sobre Grandes Fortunas da Constituição, se e não estou enganado.

Então, em resumo, eu acho uma péssima proposta a do Dr. Márcio Pochmann, equivocada, não leva em conta a evolução do conhecimento sobre a tributação direta e ressuscita idéias que estão enterradas há pelo menos vinte anos. É impressionante.

Sobre o ponto levantado pelo Senador João Tenório--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Dr. Tonai(F), o senhor poderia, com a licença da Presidente, fazer uma rápida intervenção. Mas existe a possibilidade de o aumento da arrecadação ter mais ou menos uns sete bilhões se nós acabarmos com algumas isenções, isenções que incidem, por exemplo, sobre os lucros e dividendos que são distribuídos pelos bancos, como, por exemplo, os juros sobre o capital próprio, quer dizer, que é uma fórmula fictícia de uma despesa fictícia hoje que é utilizada pelos bancos e que isso daí, há uma renúncia fiscal de mais ou menos uns dois bilhões. Então nós teremos sete bilhões, segundo informações que nós recebemos, e aí já não foram informações do IPEA, porque realmente V. Ex.^a tem razão na sua apreciação com relação a essa distribuição e de faixas do Imposto de Renda. Nós iríamos tributar substancialmente a classe média, que já é penalizada, de vez que grande parte de funcionários públicos não têm como correr do pagamento do imposto. Então eu gostaria sobre esses dois aspectos, o que é que, por exemplo, V. Ex.^a e o Dr. Appy poderiam me responder, se possível.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

... a responder também, por favor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu queria só fazer uma retificação pelo ex-Ministro Máílson, que ele não se refere ao IPEA, ele se refere ao Márcio Pochmann, porque eu estou vendo uma porção de funcionários do IPEA ali com um sorriso amarelo na boca e eu estou fazendo--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): É o Presidente do IPEA, ele representa a Instituição. Agora se tiver algum funcionário que não esteja satisfeito com a declaração do Presidente, pode me dar que eu leio na tribuna do Senado.

SR. MÁILSON DA NÓBREGA: Senador, muito obrigado por essa retificação. Aliás, eu cometi pecado semelhante quando critiquei o Fundo Soberano e outras idéias do Ministério da Fazenda e declarei que a pasta tinha se tornado uma usina de más idéias. Na verdade eu estava criticando o Ministro e não o Ministério da Fazenda, mas alguns meus amigos do Ministério da Fazenda protestaram, porque eles não são uma usina de más idéias e eu me penitenciei pela generalização. Na verdade eu estou me referindo à proposta do Dr. Márcio Pochmann, porque os estudos do IPEA não propõem, pelo menos até ele chegar no IPEA, eu não conheço nenhum estudo que propusesse resolver a questão da progressividade aumentando a tributação da classe média.

Esse ponto da tributação de lucros e dividendos, primeiro eles são tributados, porque eles são tributados exclusivamente na fonte, mas isso não é só de banco, são de todos os contribuintes.

A outra coisa que é a tributação do capital próprio, é uma alternativa que o Ministério da Fazenda pôs à disposição de todos os contribuintes e os estudos provaram que isso pode redundar em aumento de arrecadação e não em perda de arrecadação, e é por isso que o Ministério da Fazenda propôs. O Ministério da Fazenda jamais, nem antes e nem agora, proporá alguma medida que reduza--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E foi na administração de V. Ex^a.?

SR. MÁILSON DA NÓBREGA: Não me lembro, mas se fosse eu estaria muito honrado em fazer.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas eu não me recordo em que Governo foi.

SR. MÁILSON DA NÓBREGA: O Dornelles está dizendo que é anterior, não?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu fiz uma pergunta, vamos dizer, sem nominar Governo, nem sei qual foi o Governo que fez. Eu sei que em 1995 é que foi criada essa possibilidade.

SR. MÁILSON DA NÓBREGA: Então não só os bancos usam--

SR. MÁILSON DA NÓBREGA: Então em 1995, foi no Governo Fernando Henrique.

SR. MÁILSON DA NÓBREGA: Mas não são só os bancos que usam essa faculdade, mas qualquer contribuinte, pessoa jurídica, pode usar esta faculdade.

E, finalmente, eu queria fazer uma observação sobre o que disse o Senador João Tenório, sobre mercado de capitais. Talvez eu tenha sido mal interpretado. Eu não quis dizer aqui que o mercado de capitais é uma alternativa para o desenvolvimento regional. Ela é um instrumento adicional do desenvolvimento regional e como é uma atividade privada, é movida pelas questões que envolvem risco e retorno, e apenas as empresas que têm futuro, que podem provar rentáveis, é que são capazes de fazer os IPO. Eu acredito que cedo ou tarde muitas empresas do Nordeste abrirão seu capital num novo mercado, nas novas condições de mercado e se financiarão de forma mais adequada do que hoje. Mas eu acho que o mercado de capitais tem um papel a desempenhar hoje, que é o de servir de fonte de financiamento para investimentos em infraestrutura se nós assistirmos nos próximos anos a um grande esforço, uma retomada dos esforços de privatização da infra-estrutura. Eu não tenho dúvida nenhuma que medidas na área de parceria público-privada e de privatização, concessão na área de energia, transportes, comunicações e assim por diante, o mercado de capitais será um instrumento adequado para financiar esses investimentos. Eu acho que é isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu passaria a palavra à Professora Maria Helena, porque ela tem vão marcado e gostaria de fazer algumas observações. Posteriormente eu passaria para o Dr. Appy, que quer fazer uma observação sobre o que o Ministro Máílson falou e, por fim, o Dr. Holanda, que fecharia a nossa exposição.

SRA. MARIA HELENA ZOCKUN: Obrigada, Senadora. Eu só queria, vou responder a algumas questões que me foram feitas, mas também colocar a minha colher aqui nessa história dos juros do capital próprio e do dividendo. Na verdade os juros de capital próprio, eles foram tributados na empresa, essas foram correções que a Receita Federal fez quando fez essas modificações. O dividendo é tributado na pessoa física e os juros de capital próprio quando está na empresa, então como remuneração do acionista. Então eu acho que isso é uma correção que foi feita.

Outra coisa que eu queria mencionar é o seguinte: a progressividade do Imposto de Renda está lá no Manifesto Comunista como uma grande conquista da classe trabalhadora, enfim, do socialismo. A primeira

coisa que os países socialistas fizeram quando caiu o Muro de Berlim foi colocar o *Flat Rate Tax*, quer dizer, é um imposto com a mesma alíquota para todas as rendas. Então a gente está indo no caminho ao contrário, essa proposta está indo no caminho ao contrário.

Bom, terminada essa questão, quer dizer, eu acho que existem diferentes maneiras de se ter uma progressividade melhor, uma redução da regressividade com, por exemplo, com uma alíquota única no Imposto de Renda, acabar com os abatimentos, as deduções que na verdade são escolhas do contribuinte e não deveria isso, não afeta a capacidade contributiva dele, mas eu acho que essa é uma discussão que eu não queria entrar porque vai muito longe.

Mas eu queria colocar, na questão que eu acho que ficou não muito clara, do pensamento a respeito das duas propostas. Então veja: a proposta daqui do Senado, ela substitui o ICMS e um monte de outros impostos pelo IVA nacional. Então os Estados perdem, nas duas propostas, tanto do Senado quanto do Executivo, eles param de poder legislar sobre ICMS. Então a autonomia para tributar com esse imposto desaparece nas duas propostas, só que na proposta aqui do Senado, ela avança porque ele é transformado no IVA nacional e a repartição é feita pela rede bancária. Na proposta do Executivo, ele continua sendo arrecadado no Estado de origem e é feito, por mudança na alíquota interestadual, é que você faz a redistribuição para o Estado de destino. Quando você faz o IVA nacional, você pára de pensar, pelo menos na minha cabeça, você pára de pensar nos Estados autonomamente, você começa a olhar o país. E na proposta aqui do Senado, a repartição, ainda que seja pela rede bancária, é feita de acordo com a participação de cada Estado no consumo nacional. Então na verdade reproduz a mesma repartição da proposta do Executivo. O que eu estou pensando é que a médio e longo prazo, ao invés de pensar dessa maneira, de fazer a repartição de acordo com o consumo de cada Estado, se faça de acordo com a população, porque na verdade vai indo recursos para onde já tem, quer, o Estado que mais consome é o Estado mais rico ou mais populoso, então por que é que não faz direto com a população? Eu acho que aí seria um critério muito mais equânime do ponto de vista do desenvolvimento harmonioso do país do que fazer com esses outros tipos de variável. Era simplesmente ao invés da repartição ser pelo consumo, da participação de cada Estado no consumo total, é na população. Essa é a minha sugestão.

Bom, eu agradeço muito, eu acho que as questões que eu tinha que colocar já foram colocadas, eu vou pedir licença para não perder o meu vôlei. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradecemos à Professora Maria Helena, quero dizer da nossa satisfação em tê-la aqui conosco e queremos novamente a sua presença aqui em outra oportunidade.

SRA. MARIA HELENA ZOCKUN: Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Passo a palavra, agora, ao Dr. Bernard Appy.

SR. BERNARD APPY: São só duas questões rápidas. Com relação às questões que o Senador Antonio Carlos Valadares colocou, eu prefiro não me pronunciar. Quando o Governo se pronuncia sobre os assuntos, vira posição oficial de Governo, então, efetivamente, prefiro não me posicionar.

Eu queria fazer um comentário rápido, que o Ministro Máílson colocou a questão do Ministro Mantega e a questão do Fundo Soberano. Eu, na verdade, eu não vou transformar isso num debate aqui, Dr. Máílson, mas eu gostaria de recebê-lo um dia para discutir, eu acho que uma boa conversa e o senhor vai ficar mais favorável às boas idéias do Ministério da Fazenda. Mas não vou entrar, não vou transformar isso daqui numa discussão sobre os Fundos Soberanos não, só para colocar que eu teria todo o prazer de discutir a questão, eu tenho certeza que quando o senhor entender a concepção, o senhor certamente terá menos resistência à proposta.

SR. MÁILSON DA NÓBREGA: Com todo prazer.

SR. BERNARD APPY: E, Senador, fico lhe devendo aí, mas infelizmente o Governo não pode fazer muitos comentários sobre questões que não tenham decisão de Governo, senão isso vira manchete no dia seguinte, está certo, e a imprensa está lá prontinha para essas questões.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Como o Dr. Máílson não é mais, não é, então ele pode dizer o que quiser [risos].

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Passo a palavra ao Dr. Marcos Costa Holanda para que faça as suas observações.

SR. MARCOS COSTA HOLANDA: Eu vou ser o mais breve possível, eu vou falar basicamente de dois pontos. O primeiro seria na questão do tamanho do Fundo Regional. Lembrar ao Appy que mesmo que do ponto de vista de percentual do PIB o Fundo europeu seja menor do que o Fundo brasileiro, a nossa desigualdade regional, a magnitude da desigualdade regional no Brasil realmente é bem superior à Europa, quer dizer, a questão da reunião na Europa se restringe basicamente à Espanha e Portugal. No Brasil a questão, o tamanho do desafio, é bem maior. Então

a variável relevante para a gente verificar o tamanho adequado do Fundo seria essa questão, a magnitude da questão regional.

E o segundo ponto, eu acho que compartilhar a preocupação da Senadora Marisa Serrano, que é naquela preocupação, haver definido o tamanho dos Fundos na questão da distribuição dos recursos, existe essa preocupação com a boa utilização dos recursos, ou seja, que haja mecanismo que incentivem os Estados, as regiões a usarem os recursos na efetiva melhoria da qualidade de vida da população, ou seja, a regra não pode ser simplesmente quanto pior, mais recursos. Tem que haver incentivos para que os recursos sejam bem aplicados e redundem em melhorias, por exemplo, do indicador que a gente propôs, o IDH, ou seja, tem que haver incentivos para o bom uso, eu acho que essa preocupação certamente é muito relevante.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço ao Dr. Holanda e quero aqui, na oportunidade, registrar a presença dos que estão e já saíram também, o Dr. Christian Schneider, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Regional da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste do Ministério da Integração Nacional; o Dr. Antonio Roberto Albuquerque Silva, Diretor do Departamento de Gestão de Fundos de Desenvolvimento Regional da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional; do Dr. Ronaldo Coutinho Seixo de Brito, Presidente da Agência Goiana de Desenvolvimento Regional; o Sr. Jorge Robson da Silva, da Agência Goiana de Desenvolvimento Regional; José Alves Filho, Presidente da Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Industrial; Dr. Humberto Tannús, Diretor Superintendente da Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Industrial; Sr. José Walter Vasques, Assessor de Assuntos Governamentais da Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Industrial. Agradeço, também, a presença, durante todo o tempo, do Deputado Manoel Salviano.

Encerrando a nossa Audiência Pública, quero aqui cumprimentar aos senhores senadores, de forma muito especial ao nosso Relator da Subcomissão de Reforma Tributária, Senador Francisco Dornelles, agradecer e dizer da nossa satisfação em receber aqui mais uma vez o Dr. Appy, que tem sido incansável e sempre disponível para estar aqui no Congresso Nacional colocando as suas posições, esclarecendo aquilo que por ventura ainda não está muito claro em relação ao projeto oferecido pelo Governo. Quero agradecer de forma muito especial ao Ex-Ministro Mailson da Nóbrega, que nos deu o prazer de estar presente, de esclarecer também alguns pontos importantes, a sua definição sobre o sistema tributário, eu acredito foi do

agrado de todos quantos aqui estavam e, especialmente, desta Comissão. Agradecer ao Professor Holanda pela sua contribuição e pela sua disponibilidade também de estar sempre aqui conosco. A todos os senhores os meus agradecimentos e uma boa tarde a todos.

Sessão encerrada às 17h28

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA DÉCIMA SETIMA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS CONJUNTA COM A 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, CONJUNTA COM A 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 01 DE JULHO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 14:00 HORAS.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Às quatorze horas e vinte oito minutos do dia um de julho de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob a presidência do Senhor Senador **MARCO MACIEL** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais conjunta com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, INÁCIO ARRUDA, VALDIR RAUPP, JAYME CAMPOS, EDUARDO AZEREDO, LÚCIA VÂNIA, IDELI SALVATTI, MAGNO MALTA, VALTER PEREIRA E CRISTOVAM BUARQUE**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Comparecem também os Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Jarbas Vasconcelos, Antônio Carlos Júnior, João Ribeiro, César Borges, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo e Marina Silva. O Senador Marco Maciel declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo aos Requerimentos nº 16 de 2008 – CAS; nº12, de 2008 – CCJ; Aditivo nº 01, de 2008 ao Requerimento nº 12, de 2008 – CCJ e nº 38, de 2008 – CDH de autoria dos Senadores Arthur Virgílio, Demóstenes Torres, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Paulo Paim, Patrícia Saboya e Lúcia Vânia, com vistas à realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais e com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a fim de debater as propostas de mudanças na legislação processual

penal e estatutária da criança e do adolescente no que tange à regulação do “Depoimento Sem Dano” (DSD). O Senador Marco Maciel dá início a Audiência Pública, convidando os palestrantes para comporem a Mesa, que terão 10 minutos, com tolerância suficiente para conclusão de suas exposições. Usaram da palavra os seguintes convidados: **Dra. Esther Arantes** – integrante da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia; **Dra. Maria Luiza Moura** – Presidente do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA; **Dra. Velela Dobke** – Promotora de Justiça do Rio Grande do Sul – representando a Sociedade de Psiquiatria do Rio Grande do Sul; **Dr. Fernando Luiz Carvalho** – Representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH; e **Dr. José Antônio Daltoé Cezar** – Juiz Titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre. Fizeram uso da Palavra para seus questionamentos, os Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Marina Silva, Magno Malta, Flexa Ribeiro e a Senadora Lúcia Vânia. Após os convidados terem usado da palavra para responder a todas as questões dos Senhores Senadores e não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Senadores Marco Maciel, Paulo Paim e a Senadora Lúcia Vânia, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador **MARCO MACIEL**, Presidente da CCJ; – Senador **PAULO PAIM**, Presidente da CDH; – Senadora **LÚCIA VÂNIA**, Membro Titular da CAS.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA
E CIDADANIA – CCJ

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E
LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

17ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, EM CONJUNTO COM A 27ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA E COM A 30ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 1º DE JULHO DE 2008, ÀS 14 HORAS E 25 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Havendo número legal e regimental, decla-

ro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em conjunto com a 17ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e com a 30ª Reunião de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa, como faço habitualmente, da dispensa da leitura da ata da reunião anterior. As senhoras senadoras e os senhores senadores que a aprovam queiram permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara 35/07, sobre Depoimento Sem Dano. Os convidados são os seguintes: Dr. José Antonio Daltoé Cezar, juiz titular da 2ª Vara da infância e juventude de Porto Alegre/RS; Dr. Fernando Luiz Carvalho, representante da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; da Dra. Velela Dobke, promotora de Justiça, representante da Sociedade de Psiquiatria do Rio Grande do Sul; do Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), a Dra. Maria Luiza Moura; e a Sra. Esther Arantes, integrante da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia.

Eu, então, vou convidar os integrantes da referida Audiência Pública para que venham à Mesa, para que nós possamos começar a oitiva dos depoimentos. Nós temos uma limitação de tempo, em virtude de haver, hoje, reunião do Plenário de caráter deliberativo. E teremos que encerrar a reunião tão logo ocorra o início da Ordem do Dia.

Então, gostaria que os expositores pudessem ocupar o lugar à Mesa, para que nós possamos iniciar as nossas exposições.

Então, eu vou conceder, inicialmente, a palavra... Eu quero registrar a presença do nobre Senador Eduardo Suplicy e quero dizer que há número regimental; 12 senhores senadores subscreveram, já, a pauta de presença, e vou começar colhendo o depoimento da Dra. Esther Arantes, integrante da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia.

S.S.^a disporá de dez minutos para a sua exposição, podendo prorrogar caso haja necessidade de alguma colocação adicional.

Portanto, concedo a palavra à Dra. Esther Arantes.

SRA. ESTHER ARANTES: Muito obrigada. Boa tarde, senhoras e senhores, Presidente e demais presentes.

Estamos aqui para um debate difícil, porque o que vamos aqui discutir são diferentes entendimentos do que seja a proteção integral à criança e ao adolescente.

É um debate difícil não apenas pela importância e complexidade do tema, como também pelo respeito e admiração que temos por todos aqueles que não pensam como nós.

Não estamos aqui combatendo inimigos, mas divergindo, democraticamente, de companheiros, pessoas que, como nós, estão igualmente interessadas e comprometidas com a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que foi o resultado de ampla mobilização de setores da sociedade em prol dos direitos da criança e do adolescente.

Posto essas considerações iniciais, passemos ao que está estabelecido na Legislação nacional sobre a proteção integral. Tal proteção encontra-se claramente formulada no estatuto, sendo que seu art. 1º diz exatamente isto: *“Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”*.

Podemos dizer que a proteção integral de que trata o estatuto se organiza em torno de três fundamentos ou princípios básicos, sem os quais não existe tal proteção integral: 1) crianças e adolescentes são sujeitos de direitos; 2) pessoas em condição peculiar de desenvolvimento; 3) prioridade absoluta.

É condição para a proteção integral que esses três princípios venham juntos e nunca separados ou em oposição. Portanto, não se deve opor, por exemplo, proteção especial e responsabilização, no caso do adolescente autor de ato infracional, bem como não se deve opor sujeito de direitos e pessoa em condição peculiar de desenvolvimento, particularmente em situações de vulnerabilidade, quando, mais do que nunca, esses dois princípios devem vir juntos, como nos ensina Wanderlino Nogueira Neto.

Esse é o desafio imposto para todos nós: o de entendermos o caráter ético, jurídico, político e social do Estatuto da Criança e do Adolescente. O estatuto assegura à criança e ao adolescente a condição de sujeito de direitos, retirando-os da condição de objeto, que por muito tempo lhes foi imposta. No entanto, em nenhum momento o estatuto abole a diferença entre crianças e adultos. Ao contrário, em seu art. 2º, o estatuto distingue, inclusive, a criança e do adolescente, considerando criança a pessoa até 12 anos de idade incompleta e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade.

Estas não são distinções burocráticas; elas produzem efeito. Não fosse assim, não seriam penalmente imputáveis os menores de 18 anos sujeitos às normas da Legislação especial, conforme dispõe o art. 228 da

Constituição Federal. Não fosse assim, a Legislação também não imporá restrições ao acesso de crianças e adolescentes a determinadas situações reservadas apenas ao adulto.

Não se trata, evidentemente, de infantilizar as crianças e os adolescentes, de reduzi-los à condição de objeto, numa retomada do chamado “menorismo”. Trata-se apenas de assegurar, ao mesmo tempo e no mesmo movimento, a condição da criança e do adolescente como sujeito de direitos, pessoa em desenvolvimento e prioridade absoluta.

Isto posto sobre a proteção integral, passemos ao PL. Se aprovado, o PL significará o acréscimo de toda uma Sessão VIII ao Título VI do Capítulo III do estatuto, alterando, também, o Código de Processo Penal.

Trata-se de Projeto de Lei que dispõe sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova nas situações que envolverem crianças e/ou adolescentes vítimas e testemunhas de crimes.

Não consideramos este um acréscimo menor, uma vez que, em lugar algum, o estatuto menciona que crianças e adolescentes devam ser inquiridos judicialmente para a produção antecipada de prova, seja como vítima ou testemunha.

No Capítulo VI, relativo ao acesso à Justiça, o art. 142 do estatuto diz que os menores de 16 anos serão representados, e os maiores de 16 e menores de 21 anos, assistidos por seus pais, tutores ou curadores, na forma da Legislação civil ou processual.

O Parágrafo Único diz que autoridade judiciária dará curador especial à criança ou adolescente sempre que os interesses destes colidirem com os de seus pais ou responsáveis ou quando carecer de representação ou assistência legal, ainda que eventual.

Portanto, entendemos que o PL não trata da regulamentação de matéria existente no estatuto, mas sim acrescenta matéria nova, qual seja: a inquirição judicial de crianças e adolescentes, vítima ou testemunha, para a produção antecipada de prova.

Além do mais, tal procedimento previsto quando se tratar de crimes contra a dignidade sexual poderá também ser utilizado para apuração de crimes de natureza diversa, de acordo com o PL.

Curiosamente, o procedimento de inquirição denominado “depoimento sem dano” não é previsto para o único caso em que o estatuto menciona uma situação que o permitiria. Trata-se do Capítulo III relativo às garantias processuais, onde se lê: art. 110: *“Nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal”*; art. 111: *“São asseguradas ao adolescente, entre outras, as seguintes garantias: pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional; igualdade na relação processual; direito de*

ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente; direito de solicitar a presença de seus pais ou responsáveis em qualquer fase do procedimento". Isto porque o adolescente está, aqui, nesse caso, sendo acusado de ato infracional, então, ele tem como garantias esse contraditório processo.

Assim, antes de decidirmos sobre a técnica ou o modo da inquirição, devemos, primeiro, decidir se o direito da criança de se expressar e de ser ouvida, tal como está no estatuto, significa o mesmo que ser inquirida judicialmente como vítima ou testemunha para a produção de prova antecipada, podendo tal prova se voltar, inclusive, contra seus pais e familiares.

Perguntamos: estaria o PL equiparando o direito de ser ouvido à obrigação de testemunhar? Estaria a criança obrigada a depor? Os pais podem se opor e não permitir que seus filhos testemunhem? Poderão se recusar a falar? Assumem crianças e adolescentes na condição de testemunho o compromisso de dizer somente a verdade? Tem a criança pequena condição de entendimento do contexto no qual se encontra? Entende as consequências de seu depoimento? Podem crianças e adolescentes serem colocados na situação de depor contra os seus pais?

São neste mesmo sentido os questionamentos feitos pela procuradora de Justiça Maria Regina Fay de Azambuja, especialista em violência doméstica pela USP, para quem: expressar as próprias opiniões, como menciona o documento internacional, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito da Criança, tem sentido diverso de exigir da criança, em face de sua peculiar condição de pessoa em desenvolvimento, em juízo ou fora dele, o relato de situações extremamente traumáticas e devastadoras ao seu aparelho psíquico.

Segundo ela, não há que confundir a hipótese inovadora do art. 28, § 1º do estatuto, com a oitiva coagente da criança. Nesses casos, a oitiva visa, essencialmente, à produção de prova da autoria e materialidade, recaindo na criança uma responsabilidade para a qual não se encontra preparada.

Entendemos que, com esta metodologia de inquirição, busca o PL, principalmente, responsabilizar o agressor, não deixando impunes os crimes contra crianças [soa a campainha] e adolescentes nas situações em que não existam terceiros adultos como testemunhas ou quando não acham indícios materiais revelados pela perícia médica.

No entanto, ressalvadas as boas intenções de seus proponentes, é legítimo perguntar se, para reparar um dano, podemos causar outro dano.

Alega-se injustamente que a filmagem do depoimento da criança evitaria que ela repetisse inúmeras vezes a sua história, o que poderia causar-lhe um dano

secundário. É ilusório acreditar que a filmagem do depoimento por si elimina o dano que existe numa tal situação, tornando-se inevitável perguntar o que vem a ser um dano, pois essa pergunta antecede a análise desse dispositivo inventado justamente para proteger a criança de possíveis danos.

Quanto a esse aspecto, o Conselho Federal de Psicologia e sua Comissão Nacional de Direitos Humanos vêm há muito demonstrando suas preocupações em relação a esse dispositivo, tanto nos aspectos relativos ao exercício da profissão de psicólogo quanto em relação aos Direitos Humanos de crianças e adolescentes.

Sobre o que seja um dano, pondera o Conselho Federal de Psicologia que, em resposta a uma situação traumática, inúmeros sintomas podem se colocar no universo infantil, dentre eles, o silêncio. Se a criança se cala, é preciso respeitar o seu silêncio, pois é sinal de que ainda não tem como falar sobre isso.

Todos os esforços, no entanto, devem ser feitos pelos psicólogos para que este tempo de falar para elaborar se apresente no universo infantil, e, mesmo depois dessa elaboração, é preciso que a criança tenha o direito de decidir se quer continuar falando sobre o fato na Justiça, na escola ou mesmo, se for o caso, na terapia.

Nós psicólogos devemos caminhar junto à criança, seguindo as alternativas de suas possibilidades, para que o tecido subjetivo não se esgarce, já que se encontra bastante fragilizado, agindo como facilitadores para que a criança possa dar sentido à experiência traumática e, conseqüentemente, utilizar a fala como modo de expressar verbalmente tais sentidos.

Contudo, se a criança apresentar as condições psíquicas de falar sobre a experiência traumática, em situação de abuso, é importante perguntar-lhe se ela deseja falar, se deseja dar o seu depoimento sobre o fato perante o juiz. Se a criança ou o adolescente apresenta a condição e o desejo de falar, poderá falar diretamente ao juiz, pois decidiu por estar diante dele para falar sobre o fato, tendo uma história para lhe contar.

Assim, diante dessas ponderações, causa-nos incômodo e apreensão que o PL sequer mencione uma idade mínima para que a inquirição possa acontecer, como também não menciona como será feita a segurança dessas gravações para que não venham a cair em mãos inescrupulosas e ser, por exemplo, divulgadas na internet. Também não limita a inquirição de crianças e adolescentes aos casos em que o depoimento da vítima seja a única prova possível de ser produzida, não descartando, inclusive, a possibilidade de reinquirição.

De acordo com o PL, a inquirição judicial de criança, na forma prevista, tem o objetivo de evitar que uma perda de memória dos fatos prejudique a apuração da verdade real. No entanto, cabe também perguntar o que vem a ser a verdade real, principalmente, quando contrastada com a subjetividade da criança e do adolescente.

Em nome dessa verdade real ou dessa “verdade verdadeira”, o PL propõe que a inquirição da criança ou do adolescente seja feita em recinto especialmente projetado para tal finalidade, contendo equipamentos próprios à idade do depoente.

No entanto, gostaríamos de perguntar se a utilização de tais equipamentos, como brinquedos, fantoches, bonecos, não se constituiriam, antes, em técnicas da extração da verdade, sem que a verdade se dê conta de que está sendo inquirida.

Sobre isso, consideramos pertinente o que diz a professora de Direito, Clélia Aleixo, quando pergunta se tal dispositivo, na medida em que esconde o juiz, o promotor, o advogado e, eventualmente, o réu, os quais estariam na sala de audiência, não induziria a criança a acreditar que está em companhia apenas de uma pessoa de sua confiança, nada modificando essa situação dizer à criança que o juiz e demais pessoas encontram-se na sala ao lado.

Não seria a técnica do depoimento sem dano – pergunta a professora – uma forma de enganar o depoente, buscando angariar sua confiança no sentido de que ele revele o ocorrido e assim produza a prova judicial, ainda que mal compreenda o contexto em que se encontra e as consequências de sua fala? Não feriria tal procedimento o princípio da dignidade, do respeito à criança e ao adolescente, submetendo-os a uma teatralogia que subverte o próprio papel do psicólogo e de sua intervenção?

Ainda de acordo com as considerações da professora, em nome da verdade real, o PL autoriza o juiz a determinar de ofício à produção de prova, antes mesmo da existência do processo penal. Permite-se ao juiz que atue com parte na produção da prova, recolhendo material que vai constituir o seu convencimento, o que compromete de maneira irreparável a sua imparcialidade no julgamento da causa.

Neste sentido, tanto a impunidade do agressor quanto a busca de responsabilização a qualquer custo devem ser evitados, remetendo-nos à necessidade de primeiro avaliar a que se deve tão altos índices de condenação nessa modalidade de inquirição tecnológica, em comparação com a modalidade tradicional, antes de propormos o depoimento sem dano como lei para todo o Brasil.

Segundo a psicóloga e professora da UERJ, Leila Brito, o fato de técnicas semelhantes existirem em outros países não significa que tenha havido consenso para a sua implementação.

Na Argentina, por exemplo, a alteração do Código de Processo Penal para que os depoimentos de criança e de adolescente fossem possíveis suscitou árdua polêmica entre os profissionais; da mesma forma na África do Sul e na França.

Para finalizar, permitam-nos a referência a um exemplo tomado de uma situação trágica acontecida recentemente no Brasil: o da menina Isabella, que teria sido morta, de acordo com as investigações até agora realizadas, pelo próprio pai e madrasta, na presença de dois irmãos pequenos, um de 11 meses e outro de três anos de idade. Alguém teria ouvido a voz de uma criança, possivelmente esse irmão de três anos, dizer algo mais ou menos assim: “Pára! Pára! Pai! Pai!”.

A morte da menina Isabella tem sido noticiada exaustivamente pela mídia escrita e televisiva, diga-se que, algumas vezes, de maneira sensacionalista, criando pânico nas crianças; muitas, agora, amedrontadas por terem que conviver com o pai e a madrasta. O sentimento de desproteção que tomou conta das crianças pequenas brasileiras deve nos preocupar e nos fazer pensar.

Também se aventa, de vez em quando, a hipótese de ouvir essa criança de três anos como testemunha, ainda mais agora, quando veio a público a fala de uma pessoa que teria conversado com a criança logo após a morte de Isabella. Essa pessoa teria se perguntado se havia mais alguma pessoa no apartamento, ao que a criança teria respondido que não. À outra pergunta sobre o que teria acontecido naquela noite com a irmã, o menino apenas soluçou.

Este caso doloroso talvez possa nos ensinar algumas lições. Acreditamos que, se o PL já tivesse sido aprovado, não haveria impedimento legal para que essa criança de três anos fosse ouvida como testemunha. Não há, no PL, menção alguma à faixa etária ou idade mínima em que crianças e adolescentes podem ser inquiridos como testemunhas. O PL também não se limita aos casos de abuso sexual, desde que autoridade judiciária, de ofício ou a requerimento das partes, assim o determine, conforme já mencionado.

Esta criança de três anos não apenas perdeu a sua irmã pela morte, como foi retirada do convívio de seus pais, dado que estes se encontraram presos, foi retirada de sua casa, de seu quarto, de seus brinquedos e, também, salvo engano, da escolinha que freqüentava e, conseqüentemente, do convívio com seus coleguinhas.

Se é verdade que essa criança encontrava-se presente na cena do crime, por que nos opormos a que ela seja constituída como testemunha? Não vamos responder, apenas perguntar, já que a pergunta é também dirigida a nós. Em que mundo queremos viver? Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE): Concedo, agora, a palavra à Dra. Maria Luiza Moura, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Com a palavra a Dra. Maria Luiza Moura.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE): É, nós tivemos... A secretaria da Comissão pode tirar cópia das palavras da Dra. Esther Arantes. Vou recomendar à secretária que providencie as cópias.

SRA. MARIA LUIZA MOURA: Obrigada, Sr. Presidente Senador Marco Maciel, pelo chamado. E cumprimento, na vossa pessoa, todos os componentes desta Mesa, nesta importante Audiência, e estendo o meu "boa tarde" a todos os presentes, Senadora Marina e os senadores que aqui também nos apóiam nessa importante audiência.

Inicialmente, agradeço, em nome do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), o convite para participar desta Audiência Pública que se realiza por meio da reunião conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a Comissão de Assuntos Sociais e com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cujo objetivo é instruir o Projeto de Lei nº. 35/07, PL 4.126/04, na origem, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de crianças e produção antecipada de prova, quando se trata de delitos tipificados no Código Penal, com vítima ou testemunha crianças e adolescentes, e acrescenta o art. 469-A ao Código de Processo Penal, de autoria da Comissão Parlamentar Mista de exploração sexual, no momento, sob exame da CCJ, conforme Requerimento nº 12/07 da CCJ e termo aditivo de iniciativa da Senadora Lúcia Vânia e dos Senadores Arthur Virgílio, Demóstenes Torres, Flexa Ribeiro e Eduardo Azeredo.

Gostaria de, nessa oportunidade, manifestar o nosso reconhecimento especial ao trabalho desenvolvido pela Senadora Lúcia Vânia, do PSDB-GO, por sua postura firme em favor da garantia dos Direitos Humanos da população infanto-juvenil, marca de sua atuação política, bem como dos demais integrantes da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de

Assuntos Sociais e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Chegou na hora, Senadora. Participativa, em que se empenham em pautar as demais relevantes temáticas...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone].

[risos]

SRA. MARIA LUIZA MOURA: ...Referentes à infância e adolescência brasileira, de forma permanente e atual; esforço que se soma à luta do CONANDA e nos traz, aqui, a este relevante debate.

Cumprimento, também, de forma especial, a Senadora que pertence ao Estado de origem meu, que é Goiás [risos] e que tem sido parceira em temas extremamente delicados que a população infanto-juvenil enfrenta nesse país, haja vista a própria redução da maioridade penal.

Destaco que, em 2008, ano em que comemoramos 70 anos de declaração de Direitos Humanos, 20 anos de Constituição Federal e também de celebração do aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente, que, há exatamente 18 anos e daqui a 13 dias, completará quase duas décadas de conquista pelos Direitos Humanos de crianças e adolescentes.

Eu diria que o estatuto nos leva a uma importante reflexão, pois estamos falando sobre uma das mais importantes conquistas da sociedade brasileira, justo pelos avanços significativos da pauta de reivindicações políticas e da implementação das políticas sociais em torno dos Direitos Humanos no país.

A partir da ênfase social nos direitos, tem-se, no estatuto, um divisor de águas, cujo marco jurídico e social traduz o reconhecimento da criança e do adolescente em sua condição de ser humano e sujeito social, portanto, possuidores de direitos e deveres próprios, previstos em diversos instrumentos internacionais e na Legislação brasileira, que enfatiza a condição dessa população como titulares de direito, como sujeitos concretos.

Nesse contexto, o Estatuto da Criança e Adolescente inaugurou o novo paradigma ético, político e jurídico na sociedade brasileira, pois colocou os direitos da população infanto-juvenil inscritos na agenda contemporânea dos Direitos Humanos, haja vista essa nossa audiência de hoje.

Essa construção revolucionária foi resultado de um longo processo de mobilização social que promoveu transformações profundas, principalmente na concepção da criança do que é ser criança e adolescente: como seres humanos em desenvolvimento, reafirmando sua condição peculiar que lhes assegura proteção especial, integral e especial.

Crianças e adolescentes, pela sua condição de seres humanos e sujeitos sociais, possuem direitos e deveres próprios. Esses todos – como já havíamos dito – inscritos nesses vários instrumentos legais.

No plano internacional, ressaltamos a Convenção sobre Direitos da Criança e do Adolescente, aprovada pela ONU em 1989 e em vigência no Brasil desde 90, que conclama os direitos nacionais, os Estados nacionais, desculpe, a proteger a criança de todas as formas de violação de direitos.

No Brasil, a Constituição Federal, em seu art. 227, é clara ao conceder às crianças e adolescentes absoluta prioridade, exigindo, para tanto, uma lei específica que regulamentasse. Esta lei é o estatuto, aprovado em 13 de julho de 90, que passou a exigir direito à vida, à saúde, à educação, à convivência familiar e comunitária, lazer, profissionalização, liberdade, integridade, etc.

No corpo da lei, encontra-se incorporada a responsabilidade compartilhada, ao afirmar: “É dever de todos, Estado, família e sociedade, em livrar e proteger a criança e o adolescente de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

A complexidade das relações que envolvem a violação de direitos de crianças e adolescentes exige que o sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente funcione em sintonia com o conjunto com a sociedade no estabelecimento de interlocuções flexíveis e criativas. Sendo, assim, ele não é algo isolado da realidade, mas se encontra profundamente inserido em um macrocontexto.

Esse movimento foi responsável também pela concepção do desenho do sistema de garantia do direito, demarcou princípios básicos que orientam o atendimento para a municipalização, a participação direta da sociedade e a criação dos conselhos de direitos de composição paritária, envolvendo o Estado e a sociedade civil.

Nessa perspectiva, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) é o órgão do Estado brasileiro de caráter deliberativo e controlador das ações de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, incumbindo-se, assim, de zelar pela efetivação das políticas sociais públicas destinadas à criança e ao adolescente.

O CONANDA congrega importantes 14 Ministérios como titulares e 14 suplentes e também 14 entidades na condição de titulares e 14 outros suplentes, representando a sociedade civil e os movimentos sociais, que se reúnem, permanentemente, em esforços pela luta da cidadania de crianças e adolescentes; nossa prioridade absoluta.

O Relatório Mundial sobre Violência contra Criança e Adolescente, da Organização das Nações Unidas, mostrou que, entre janeiro de 2003 e novembro de 2004, foram registrados 70.568 denúncias de violência contra crianças. Dessas, 55.578 agressões apresentaram envolvimento familiares. Em 81,3%, os pais são identificados como os autores das agressões.

Os dados apresentados pelo relatório foram registrados pelos “disque denúncia”, um serviço da Secretaria Especial de Direitos Humanos que recebe denúncias sobre agressões contra crianças e adolescentes.

Em média, segundo dados da secretaria, 93 ligações dão relatos de maus-tratos e agressões, por dia, dão relatos de agressões, maus-tratos e espancamentos são recebidos. Crianças são as principais vítimas de violência no país; crianças e adolescentes. Ao lançar luz sobre essa temática da escuta ou do que está em questão, do PL, do depoimento sem dano, em processos judiciais, o CONANDA dá sequência ao movimento permanente de luta por Direitos Humanos, aqui, materializado no enfrentamento [soa a campanha] de uma realidade que convoca e recoloca todos os profissionais, frente a frente, com o compromisso ético, político e social com milhões de crianças e adolescentes brasileiras que, infelizmente, cotidianamente, vivem tais violações.

Participar dessa audiência consiste-se em uma forma de contribuir com a produção de conhecimento que amplie e aprofunde e qualifique a compreensão e atuação dos gestores, dos conselheiros e profissionais que lidam com a problemática da violação de Direitos Humanos nessa faixa etária, nessas faixas etárias.

Vários documentos retratam a magnitude e o impacto da violência contra a criança, mostram claramente que ela representa um problema global, sério, e de grandes proporções. Tais situações ocorrem em todos os países do mundo, sob diferentes formas, em diferentes situações. Encontram-se marcadas e assimiladas nas práticas culturais, econômicas e sociais.

Ao entender as múltiplas faces implicadas nas situações de violência sexual em que são submetidas crianças e adolescentes, enquanto questão social, cultural, econômica e política, abrem-se possibilidades para a revisão de concepções, muitas vezes cristalizadas ou intocáveis, bem como para a possibilidade de construir propostas e alternativas concretas para enfrentar e prevenir tais violações.

Compreender que a violência cometida contra a criança e o adolescente é um fenômeno complexo deve ser objeto de um trabalho coletivo, contemplando suas diversas dimensões, cuja abordagem, em decorrência disso, deve ser sempre multiprofissional e interdisciplinar. Por isso, a necessidade de diversas áreas

do conhecimento na apreensão e compreensão das relações, favorecendo a leitura da realidade a partir de vários olhares, traduzidas no conjunto das ações interventivas, evitando a fragmentação e possibilitando a real intervenção com os diversos campos do saber.

Discutir esse tema, então, supõe situar a criança e o adolescente em um mundo real, em que os mesmo comparecem como sujeitos concretos, portanto, históricos e sociais. Dentre as denúncias registradas, as mais freqüentes são relativa à violência doméstica, situações reveladoras de uma ocorrência no mundo intrafamiliar.

Diante desse contexto, vale refletir sobre a situação que as famílias também se encontram, por isso o CONANDA, em dezembro de 2006, aprovou um Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, justo na perspectiva de olharmos para as relações familiares e garantir, aí, o direito da criança à convivência familiar e comunitária.

Diante dessas considerações iniciais, conclui-se que a violência é um problema muito sério e grave, é uma realidade a se enfrentar. Fica, também, demarcado que a violência possui historicidade, não é algo natural e nem é uma fatalidade. Portanto, trata-se de uma situação que atravessa fronteiras geográficas, raciais, de classe, de religião e cultura. Ela ocorre na humanidade.

Em relação à temática da violência contra a criança e o adolescente, sexual, o CONANDA aprovou o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, cujo objetivo prima pelo estabelecimento de ações articuladas entre Governo e sociedade civil, que permita a intervenção técnica, política e financeira para o enfrentamento de tal situação.

Penetrar nesse universo trouxe à tona grandes desafios. Vale salientar que o CONANDA, ao se fazer presente nesse debate, se inscreve em valiosas reflexões da vida pública, numa pauta reveladora de questões nacionais. Tal movimento desparticulariza e desmistifica temas relevantes, como este que nos une nesta tarde e que possibilita-nos aprofundar a importância do mesmo e construir interlocuções com as políticas públicas e sociais, na perspectiva da garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

O CONANDA, nessa perspectiva, ele tem uma posição de aprofundar nesse debate. Nós ainda não colocamos como pauta a questão da escuta de crianças nesses processos, crianças que vivem em situação. Então, em nossa última plenária, nós definimos e deliberamos que vamos colocar em pauta essa temática, até para nos aprofundarmos, nos colocarmos, como nos demonstra essa nossa atitude, aqui, de ampliar-

mos o debate para, assim, reunir mais elementos para essa temática de tamanha complexidade, que é o ato de inquirir ou de escutar crianças nesses processos.

O CONANDA avalia que, pela complexidade e as especificidades decorrentes das situações que envolvem escuta de criança, aqui destacada pelo método do depoimento sem dano, exigem dos conselheiros e conselheiras a proposta de ampliação do debate na direção da construção de diálogo com diversas áreas do conhecimento e com os operadores do sistema de garantia. Para esse fim, chama atenção de diferentes profissões que não podemos mais abordar o problema isoladamente e de maneira estanque.

Para a concretização dessa tarefa, o CONANDA toma como referência a matriz desta Audiência Pública, que parte de uma reunião conjunta para debater este tema. Nesse sentido, sugerimos que o debate que aqui se inicia, no formato público, também se estenda envolvendo demais operadores do sistema: conselhos estaduais, municipais, tutelares, fóruns estaduais e nacionais, órgão do poder jurídico, da área jurídica, do Ministério Público, Defensoria Pública, delegacias especializadas e demais parceiros, pois tal movimento de interlocução abre possibilidades para as diversas áreas do saber e experiências em curso nos favorecem uma leitura da realidade mais rica, pois, ao reunir vários conhecimentos, amplia-se a visão do todo, evitando a fragmentação da realidade.

O desenho dessa proposta revela-se importante por seu objetivo, que possibilita ser capilar o suficiente para capacidade de acionar os parceiros. A complexidade das relações que envolvem a violação de direitos de crianças e adolescentes exige que o sistema funcione em sintonia com o conjunto da sociedade, no estabelecimento de interconexões flexíveis e criativas.

Nessa direção, são compreensíveis os desafios postos nesse processo de construção dialética de um serviço de enfrentamento à violência, ao abuso, à exploração e às demais formas de violência, tendo como base a interdisciplinaridade nas perspectivas de atuação em rede, que, muitas vezes, assim se assentam em bases por vezes idealizadas e metafóricas.

Por fim, é relevante saber que, em relação à proteção integral, tem-se um caminho importante a fazer, que, sobretudo, exige reconhecimento de Direitos Humanos de criança e adolescente, em sua dimensão política e na conquista diária da construção da humanidade, da cidadania por essa população específica; processo este bem recente em nossa realidade social.

Portanto, o CONANDA se propõe a ampliar o debate. Ele já se manifestou uma vez publicamente no caso já citado pela psicóloga Esther, quanto ao depoimento do irmão de Isabella Nardoni, onde pu-

blicamente o CONANDA se manifestou contrário à acolhida de depoimento daquela criança, porque ela tem três anos, mas ela, vivendo na idade nossa, que compomos essa Mesa, ela vai, realmente, carregar muitos conflitos. Então, a gente coloca que estamos diante de um tema de extrema delicadeza que envolve como vamos conjugar e construir uma forma de ouvir crianças, uma metodologia de ouvir crianças, já tem um em curso, que é o depoimento sem dano, mas outros mais.

Quais são as formas de depoimento que têm a ver, que têm consonância com o nosso sistema de garantias de direito, com a proteção integral? Porque o Brasil é o único nesse processo; o Estatuto de Criança e do Adolescente dá lição ao mundo. Então, assim, como construir esse diálogo e afirmar essas relações nessa direção?

Então, são essas as palavras que eu trago do colegiado do CONANDA, em que o nosso pedido a essa CCJ é de que ampliemos o debate e criemos essa publicidade para os vários parceiros que compõem a questão de criança e adolescente no Brasil.

Assim encerro e agradeço a atenção de todos.
[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu agradeço às palavras da Dra. Maria Luiza Moura, Presidente do Congresso Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e concedo, a seguir, a palavra à Dra. Velela Dobke, que é promotora de Justiça e que representa o Presidente da sociedade de psiquiatria do Rio Grande do Sul, o Dr. Fernando Lejdermani.

Concedo, então, a palavra a S.S.^a para que possa fazer sua manifestação.

SRA. VELELA DOBKE: Exm^o Sr. Senador Marco Maciel, no momento em que o cumprimento, cumprimento a todos os colegas que compõem a Mesa e os demais presentes. Peço a V.Ex.^a, Presidente, autorização para ser informal.

Sou promotora de Justiça há 24 anos e estou em vésperas de me aposentar. E, hoje, certamente é um dos dias mais felizes da minha vida profissional, porque aqui estou reunida com pessoas que querem debater uma das maiores preocupações que tive ao longo da minha vida profissional: a inquirição das crianças em juízo.

Como nós, operadores do Direito, ouvimos a criança? Como nós, com nossa capacitação técnico-jurídica, somos capazes de realizar esse ato processual?

Em 93, quando passava por uma comarca do interior, me deparei com a atuação, em processo de abuso sexual intrafamiliar, onde eu e o juiz com quem

trabalhava tivemos que atuar e ouvir a adolescente que ali estava para depor.

Muitas questões, muitos episódios aconteceram naquela audiência que nem eu, nem o juiz de Direito entendíamos bem por que é que aquilo acontecia. Movida nesta ânsia de saber o que existia naquela dinâmica que nós do Direito não tínhamos capacitação para entender perfeitamente e para atuar adequadamente naquele ato, me dispus a estudar, desde então, o abuso sexual intrafamiliar, mais especificamente, a inquirição das crianças em juízo.

Para falar em inquirição de criança em juízo, nós precisamos lembrar de dois grandes objetivos que nós, operadores do Direito, temos no processo. E os dois objetivos são: primeiro, primeiríssimo lugar, não causar dano à criança; e, em segundo lugar, não podemos esquecer nunca, é o de produzir prova naquele processo. Porque nenhum abusador, nenhum acusado será responsabilizado em processo algum se não houver prova segura do cometimento daquele fato.

Não podemos esquecer, também, de outro princípio constitucional, que é o princípio do *"in dubio pro reo"*; o princípio que nos diz que, com qualquer dúvida, o réu será absolvido.

Nos crimes sexuais, nos crimes contra a liberdade sexual, muitas vezes, na maioria das vezes, não há vestígios e não há testemunhas. Por quanto estes delitos ocorrem sempre na clandestinidade. E, nestes processos, então, a palavra da vítima assume uma importância imensa, porque é, com base neste depoimento, é com base na escuta da criança que nós iremos responsabilizar aquele que ofendeu o seu direito.

Após feito o estudo, então, no 2º Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre, o Dr. Daltoé Cezar, sensível a esta questão e a esta preocupação, idealizou, então, uma nova metodologia de ouvir as crianças. Esta metodologia ficou conhecida como depoimento sem dano. Nome e conceito com o qual não concordamos e pensamos que melhor seria conceituá-lo como "redução de danos". Mas, por outro lado, sabemos, também, que conceituar não é o mais importante, o que importa são as mudanças no comportamento profissional.

Uma das críticas que se faz a esta nova metodologia é de que seria uma metodologia de extração da verdade, de que a criança seria responsabilizada e obrigada a depor. Esta argumentação não é verdadeira, porque a criança é consultada e acolhida previamente por técnicas, para saber se ela deseja e pode ser ouvida naquele momento.

A culpabilização que a criança sente, o sentir-se culpada por estar condenando pai ou parente deve ser pensado, penso, de outra maneira; a questão de pro-

teger essa criança, de modo a que ela pense que não é ela a responsável, que não é ela que está sendo a responsável pela condenação, mas sim aquele que ofendeu o seu direito.

Deixar de condenar um abusador ou de alguém que ofende um direito seu por conta de não querer fazer com que ela se sinta culpada não nos parece bom. Bom será que ela seja protegida psicologicamente para que entenda que ela está ali por conta de garantir um direito seu e ver aquele que ofendeu seja condenado e tenha a sua punição.

O depoimento sem dano, como ficou conhecido, então, ele não ignora, em hipótese alguma, a vontade da criança. Não a obriga a depor. Ao contrário, como já disse, deixa os profissionais que estão capacitados para ver se ela pode ou não depor em juízo. Se ela não puder, então, outra audiência será determinada.

O depoimento sem dano, senhores, mostra a humildade intelectual e demonstra que nós, operadores do Direito, estamos vendo que, nesta questão, nós precisamos de um trabalho interdisciplinar. E estamos pedindo ajuda a profissionais de outra área do conhecimento para que possamos realizar adequadamente esse ato processual.

Outros países, com menores índices de punição, utilizam também profissionais para a escuta da criança nos tribunais. E isto tem contribuído sensivelmente na América do Norte e na Europa.

Senhores, as crianças precisam ter voz; as crianças precisam ser ouvidas; as crianças precisam ser protegidas. Não apenas por nós da Justiça, por todos os profissionais, por toda a sociedade.

Àqueles que querem calá-la, resta a pergunta: a quem interessa não ouvi-la? A quem interessa que ela não fale? Com a sua "ouvida", com a sua palavra, podemos, em muitos casos, ter prova, sim, para condenar aquele que ofendeu os seus direitos.

Eram estas as colocações. Para terminar, digo que a Sociedade de Psiquiatria do Rio Grande do Sul se coloca a favor dessa nova metodologia de "ouvida" das crianças, após ter assistido a várias audiências no 2º Juizado, após ter ouvido as técnicas que trabalham junto ao Juizado e ao juiz, Dr. Daltoé Cezar, que aqui se encontra e que irá tecer maiores considerações.

Obrigada, Sr. Presidente, e obrigada a todos pela atenção.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Ao agradecer a manifestação da Dra. Velleda Dobke, promotora de Justiça e representante do Presidente da Sociedade de Psiquiatria do Rio Grande do Sul, eu concedo, a seguir, a palavra ao Dr. Fernando Luiz Carvalho, que representa a Subsecretaria de

Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Sra. Carmem Silveira de Oliveira.

Concedo, pois, a palavra ao Dr. Fernando Luiz Carvalho.

SR. FERNANDO LUIZ CARVALHO: Boa tarde a todos e todas, Sr. Senador, em nome de quem a gente cumprimenta essa Mesa e os demais senadores e senadoras presentes.

Na qualidade de representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos, com relação ao projeto de lei de aprovação do depoimento sem dano, a gente entende que seria interessante, antes de entrar propriamente no projeto, fazer um resgate de um estudo que foi realizado no âmbito tanto do comitê nacional de enfrentamento da violência sexual como no âmbito da Comissão intersetorial de enfrentamento da violência sexual, por ocasião do 18 de maio do ano passado, de 2007, que foi o estudo "Proteger e Responsabilizar".

Esse estudo teve como objetivo fazer uma avaliação e um acompanhamento atualizado dos casos emblemáticos da CPMI da exploração sexual, de 2003 e 2004. Naquela ocasião, foram elencados 80 casos no país todo como emblemáticos, dada a complexidade da situação, o envolvimento de redes de exploração organizadas como aliciadores, agenciadores e, também, muitas vezes, a presença do poder político e econômico, o que foi um critério para elencar esses casos como emblemáticos.

A partir da análise da resposta da Justiça e do sistema de segurança a esses casos, a gente teve uma elaboração de uma crítica da atuação desses órgãos e da falta de integração dessas políticas; digamos, aqui, a segurança, os órgãos de segurança, os órgãos de Justiça e, principalmente, os órgãos de proteção.

Como conclusão, a gente pode ter que as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, elas são ouvidas, hoje, pelo processo penal, no Brasil, da mesma forma que um autor de um homicídio, por exemplo. Isso a gente não tem como dizer que está correto e, de alguma maneira, já é parte de um ponto inicial: essa questão tem que ser mudada.

A partir dessa análise, também houve algumas proposições do estudo que basicamente se condensam em duas questões: o apoio e o fortalecimento de procedimentos de inquirição diferenciados, especiais, com redução de dano – no caso da experiência de Porto Alegre, chamado de depoimento sem dano –, assim como também outras experiências que já acontecem nesse país; em segundo lugar, a necessidade da integração das diversas políticas dos sistemas de segurança e Justiça e proteção, como a gente falava

aqui, também, principalmente, aí, a saúde, pensada nesse âmbito da proteção de direitos dessas vítimas.

Na prática, várias alternativas de redução da re-vitimização de crianças e adolescentes já estão acontecendo neste país. A título exemplificativo, a gente coloca, aqui, a própria experiência do depoimento sem dano; uma experiência muito interessante, também, que acontece em Manaus, no Amazonas, numa maternidade em que a integração da saúde é fundamental para a produção de perícias e provas para o processo penal, nos casos de crimes de violência sexual; a própria experiência de acolhimento diferenciado do Instituto Médico Legal de Salvador, na Bahia, também com a produção de provas técnicas diferenciadas para também compor o processo penal; as próprias... as experiências das delegacias especializadas, a experiência, a exemplo, do Pará, da delegacia especializada, onde há uma unidade funcionando dentro da Santa Casa.

Então, você tem um atendimento articulado da saúde com os órgãos de segurança e também a produção de provas, de elementos no inquérito, que podem ser levados, também, à composição do processo; enfim, outras experiências, também, de redução de dano, a exemplo da experiência do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre, que já são implementadas no Rio Grande do Norte, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Goiás e Espírito Santo; algumas delas, inclusive, apoiadas pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

Partindo desse ponto, também, algumas ações eu acho que merecem destaque da secretaria, com relação ao apoio a esse tipo de iniciativa. Nós acreditamos que essas experiências merecem ser melhor testadas e aprofundadas e que, para isso, a gente precisa construir, cada vez mais, a implantação dessa experiência em novos locais, para entender e, aí, conseguir chegar ao modelo melhor possível que possamos formular.

Nesse sentido, a secretaria, no seu edital de apoio de projetos, criou uma linha específica para o apoio de experiências de depoimento com redução de danos, experiências de inquirição especial. Além disso, a gente, em parceria com outros órgãos, aqui, o próprio CONANDA e a WCF, a ONG WCF, está um intercâmbio com a pesquisa de levantamento, tanto dessas experiências nacionais como também de algumas experiências internacionais referenciais nos procedimentos de inquirição diferenciada. E isso culminará, logicamente, com a realização de um seminário e com a capacitação de técnicos de Varas, tanto que já desenvolvem esse projeto como também de técnicos da Justiça naqueles estados da agenda social do Governo Federal.

Com relação ao foco do projeto, a gente entende que o foco do projeto não é a culpabilização, a criminalização do agressor, e sim a proteção e a redução dos danos causados à vítima de violência sexual. Nesse sentido, a gente entende, assim como a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, que fala da criança, o direito... da criança e do adolescente de participar no processo; de fato constitui um direito, e não obrigação. E vemos que esse projeto não fere o que está preconizado na própria Convenção dos Direitos da Criança, entendendo que a criança ou o adolescente, vítima, não é obrigada a falar nesse processo. Existe um acolhimento, existe um entendimento, na perspectiva de conseguir buscar a realidade dos fatos e ter uma resposta definitiva, que não, necessariamente, será a culpabilização de um possível agressor.

É verdade que a oitiva ainda é o principal meio de prova no nosso sistema de Justiça, e esse é um ponto muito negativo que a gente avalia. Numa análise geral do sistema de Justiça no país, a gente percebe que a nossa produção de provas ela ainda é muito pouco técnica, deixando a cargo de produção de provas testemunhais, basicamente o principal veículo de alimentação, de formação da opinião de um juiz no processo. E isso, de fato, tem que mudar, e acredito que o projeto vai ao encontro dessa perspectiva, no ponto em que apóia, no ponto em que define a produção antecipada de provas, que, a nosso ver, é a maior inovação desse projeto, que é o grande diferencial, tanto pelo fato de garantir a produção de provas mais técnicas e com atendimento diferenciado, um atendimento mais humanizado, mas, principalmente, por evitar a re-vitimização, evitar todo o percurso percorrido, normalmente, por uma vítima de violência sexual neste país.

Para exemplificar, a gente sabe, aí, que pelo menos Conselho Tutelar, Departamento ou Instituto Médico Legal, delegacia, Vara, enfim, vários órgãos, a criança vai ter que prestar seu depoimento e vai ter que reviver toda a situação pela qual passou. E, nesse ponto, a produção antecipada de provas é um instrumento riquíssimo que a nossa Legislação pode ganhar na perspectiva de conseguir reduzir a re-vitimização de crianças e adolescentes.

Quanto à atuação da equipe técnica de suporte ao projeto, voltando à experiência do depoimento sem dano, especificamente, não entendemos que é uma atuação de um mero tradutor, de um mero condutor de uma opinião de um juiz. É um técnico judiciário que não necessariamente é um psicólogo, um assistente social; enfim, um técnico que terá condição de conduzir aquela oitiva de uma forma humanizada, de garantir [soa a campainha] um suporte àquela vítima que está sendo ouvida.

Por fim, eu acho que, como falei, todas essas experiências elas precisam ser testadas, elas precisam ser aprofundadas; nós não temos, ainda, uma verdade pronta com relação a isso. O fato é: precisamos construir essa experiência o quanto antes, porque, enquanto debatemos, crianças e adolescentes em todo este país estão sendo ouvidas de forma completamente constrangedora, colocadas dentro de uma sala de audiência, na frente do agressor e na frente do advogado, que, por essência, vai tentar desqualificar o seu depoimento e tentar garantir a defesa do seu cliente. Então, resta essa preocupação, que acho que é de todos, de caminhar para construir a melhor perspectiva possível, o quanto antes, evitando a re-vitimização de crianças e adolescentes neste país. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE): Desejo agradecer à interação do Dr. Fernando Luiz Carvalho, que falou, aqui, como representante da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, e concedo, agora, a palavra ao último expositor, após o que, nós vamos iniciar os debates, como deseja a Senadora Lúcia Vânia, autora do requerimento da presente Audiência Pública.

Eu gostaria, então, portanto, de conceder a palavra ao juiz titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Dr. José Antonio Daltoé Cezar.

Com a palavra S.Ex^a, e, após a sua exposição, nós vamos ouvir as interpelações das senhoras e senhores senadores.

SR. JOSÉ ANTONIO DALTOÉ CEZAR: Senador, obrigado pela oportunidade, senhores e senhoras senadores.

Vou pedir para começar a exposição com um pequeno vídeo, porque a imagem tem condições de mostrar um pouco melhor como funciona isso. É uma reportagem que foi veiculada publicamente pela TV Ulbra, no Rio Grande do Sul.

[exibição de vídeo]

>> *Uma fase da vida que deveria ser de fantasia e sonhos pode ser destruída em poucos minutos. Mais de 168 crianças e adolescentes, por dia, em todo o Brasil, só no ano passado, tiveram essa perda, vítimas do abuso sexual. Em grande parte do país, os menores de idade são obrigados a passar por outro sofrimento ao denunciar a violência.*

>> *A criança era ouvida dentro de uma sala de audiência como um adulto é até hoje, onde estão presentes: o juiz, o promotor de Justiça, o advogado, mais um servidor da Justiça e, em alguns casos, o próprio*

réu. Ela senta, fala e é inquirida com perguntas diretas sobre o fato. Não tem diferença nenhuma de como um adulto presta depoimento.

>> *Os registros de abuso sexual na infância são altos. Em Porto Alegre, uma iniciativa deste juiz mudou as estatísticas na região metropolitana. Cerca de 59% dos suspeitos de violentar menores de idade acabam punidos; seis vezes mais que a média de presos por esse tipo de crime em todo o país. Há cinco anos, a 2ª Vara de Infância e Juventude da capital realiza o depoimento sem dano. Crianças vítimas dessa violência no corpo denunciam isoladas, em uma sala decorada com o colorido da infância, tudo somente na mira das lentes desta câmera. Acompanhados por uma psicóloga ou assistente social, os menores tentam desabafar as marcas que podem ficar por toda a vida.*

>> *O ambiente é acolhedor, embora o fato que ela tenha que relatar não seja agradável para ela. É uma forma de reconstruir essa criança que foi vitimada, e ela tem a oportunidade de se manifestar.*

>> *Nesta sala, distante da outra, o juiz e o advogado do suspeito acompanham ao vivo o depoimento pela televisão. Apesar de a criança saber de todo o procedimento, é como se ninguém estivesse acompanhando. O juiz e até os advogados podem fazer perguntas durante a audiência. Se sentindo mais seguro, o menor de idade, aos poucos, revela o que pode ter acontecido.*

>> *Acho que foi duas ou uma, mas só que lá no sítio ele fazia um montão de vezes. Eu queria que ele fosse preso, ouvido, ele ficou surpreso quando eu falei que eu vinha(F).*

>> *Desde a implantação, em 2003, são quase mil casos que já passaram por esta sala. Hoje, seis estados brasileiros já levaram adiante esse procedimento. Agora, a expectativa é que esta técnica, que já foi transformada em projeto de lei, seja aprovada o quanto antes no Senado brasileiro, permitindo que as Varas judiciais de todo o país ofereçam este trabalho. Em 41% dos casos de violência sexual infantil em Porto Alegre, os suspeitos não são condenados. Um dos principais motivos é o silêncio. Confusa ou intimidada, a criança evita falar a verdade.*

>> *Existe uma confusão entre o carinho e aquele ato sexual, até onde pode, até onde vai, até onde é um carinho e quando começa a ser algo proibido. E a criança muitas vezes ela sente prazer pelo toque, pelo... Acha que é um carinho. E a pessoa é conhecida, ainda mais quando é um familiar. Então, ela fica confusa.*

>> *Hoje, a iniciativa permite que as famílias possam ter confiança e vontade na hora de denunciar quem, por muitas vezes, roubou a inocência e os sonhos de quem ainda está no começo da vida.*

>> *É muito cruel. É uma coisa muito cruel. É muita maldade, é muita crueldade. Eu acho que, a partir do momento que tu agrides um adulto, esse adulto tem condições de pelo menos tentar se defender, mas uma criança, não. Ele tinha quatro anos, na época. E a coisa já acontecia há muito tempo; então, acho que bem antes dos quatro anos. E eu não hesitei em denunciar, porque, mesmo com as chantagens que ele tenta fazer, medo, eu jamais iria conseguir encarar meu filho um dia se eu tivesse me omitido. Se eu tivesse... Se eu omitisse, eu seria conivente com que aconteceu.*

Essa aí foi uma reportagem que foi feita pela TV Ulbra, lá no Rio Grande do Sul, e eu complementaria aos senhores com as seguintes palavras. Srs. Senadores, eu agora, mês passado, completei 20 anos de magistratura. Naquela época, eu me lembro, nós éramos nomeados pelo Governador do Estado, fui nomeado pelo então Governador Pedro Simon, porque a Constituição de 88 ela começou a vigor no mês de outubro. E, também, naquela época, o que vigia era o código de menores e a Constituição de 1969.

E o que é que dizia? Qual era a grande transformação que veio com a Constituição e veio com o Estatuto da Criança e Adolescente? Todos já ouvimos falar, aqui. A criança deixou de ser objeto de direito para ser sujeito de direito. E quem já leu o Código de Menores – e eu recomendo a todos que um dia dêem uma lida no Código de Menores –, falava que quem defendia a criança era o juiz, com o seu prudente arbítrio. E se não era prudente? E se não era um bom arbítrio, se era arbitrário?

Essa mudança é que transformou que a criança fosse sujeito de vês, porque aquilo está previsto, o que é bom para ela está previsto em lei; está previsto na Constituição que ela tem direito à convivência familiar ou comunitária, à escolarização, à saúde e assim por diante.

E o que também essa lei diz? A Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, no art. 12, que é direito interno, foi incorporado à nossa Legislação, diz que: *“É assegurada à criança a oportunidade de ser ouvida nos processos judiciais e administrativos que lhes digam respeito”*.

Então, não é uma prerrogativa do juiz, não é uma faculdade do juiz. O juiz tem a obrigação de garantir que ela, de forma acolhedora e profissional, tenha a oportunidade, se quiser falar. Ela jamais vai ser obrigada a exercer esse direito, mas nós temos que garantir esse direito.

E a Dra. Velda escreveu uma monografia e citou alguns exemplos de processos que ela pesquisou, e todos os juízes já fizemos isso. Eu tomei posse em 88 e eu fui para a comarca de Santa Maria, no Rio Grande

do Sul, terra do Ministro Nelson Jobim, Tarso Genro, e, no primeiro mês, eu era obrigado a ouvir criança dentro da sala de audiência, como são ouvidos em mais de 99% das comarcas, hoje, do Brasil: é colocada na frente da gente, com promotor de Justiça, com advogado e, no mínimo, mais um serventuário, sem a mínima preparação para que isso ocorra.

E nós passamos pelos concursos públicos, somos questionados em direito constitucional, processo penal, processo civil, nos tiram o sangue, mas ninguém sequer toca como validar e respeitar a criança como ser em desenvolvimento. Os concursos públicos a mesma coisa; as universidades sequer oferecem, a maior parte delas, isso como uma disciplina facultativa, opcional. E, nessas circunstâncias, nós tivemos... Por óbvio que a pessoa se sente constrangida em ver uma criança que já teve dificuldade de notificar aquela agressão, e chegar em juízo, naquele momento, e não ser acolhida e a sua palavra não ser validada.

Os dados que existem hoje no mundo dizem que apenas 10% dos delitos de violência sexual são notificados. Por quê? Porque 90% deles ocorrem dentro do ambiente familiar. É muito difícil a pessoa quebrar o silêncio, a síndrome do silêncio, o segredo. Por quê? Porque ela sabe que vai ser responsabilizada [soa a campainha] pela destruição da família.

Então, nessa circunstância, quando a criança consegue notificar, e nós a acolhemos de uma forma inadequada, por certo, ela vai se sentir mais vitimizada. Quando ela consegue verbalizar aquela agressão, nós temos que dar condições de que aquela palavra seja ouvida de forma satisfatória.

Eu poderia... O projeto, como foi falado aqui pelo Dr. Fernando, ele contempla mais do que a inquirição numa sala diferente, numa sala acolhedora e por um técnico que estuda para fazer isso, para respeitar esse momento, ele contempla a produção antecipada de prova. Porque a criança, quando fala – e 80% é criança, 80% tem menos de 11 anos –, essa criança, quando ela começa, ela consegue verbalizar, ela vai falar no colégio. E, depois, a professora ela vai falar no centro de orientação educacional. E, depois, vão chamar o conselho tutelar. E, depois, vão encaminhar para a polícia; depois para o IML; e, depois, vão encaminhar para o Ministério Público. E, se tiver sorte, ela vai ser ouvida só sete vezes.

Então, isso nós temos que trazer, e existe em outros países, eu vejo. Eu estive em Cuba, a convite da embaixada britânica no mês janeiro, e vi como eles respeitam as crianças. A Costa Rica já está produzindo a produção antecipada de prova que vale para todos esses organismos, para o Conselho Tutelar, para o Inquérito Policial e para todos esses demais. E a criança

só é ouvida, em regra, uma vez, porque, a partir daí, ela vai ser encaminhada para ser tratada, para passar, superar aquele dano que não é dano decorrente do depoimento, é dano decorrente de quem violou o direito dela.

Então, nessas circunstâncias, eu acho que, quando nós temos... Esse dado, Senadora Lúcia Vânia, depois que eu tive conversando com a senhora, eu fui buscar, e não existia, o CNJ não sabia quantas comarcas da Justiça comum existiam no Brasil. Eles fizeram o levantamento: 2.580 e alguma coisa assim; 2.579, não, tem mais; 2.596 comarcas, quase 2.600. Dessas, só 17 cidades têm esse tipo de entrevista. Em 2.579, as crianças são ouvidas na sala de audiência, por gente não preparada, e isso ocorre quando o estatuto... foi referido hoje aqui, está completando 18 anos de idade.

Esses documentos internacionais e nacionais, a Constituição, a Constituição está completando 20 anos. Ela trouxe esse cabedal jurídico para a gente observar. A Convenção Internacional é de 89, o estatuto é de 90, em 13 dias vai completar 18 anos, e nós não conseguimos atualizar a Legislação processual para que a gente consiga ouvir de forma mais adequada.

Eu vejo, hoje: tem como melhorar? Por óbvio que tem. Nós, junto com a Secretaria de Direitos Humanos, vamos pesquisar em outros países. Amanhã, eles estão em Porto Alegre, vamos realizar quatro audiências; quinta e sexta; vamos para a Argentina, e depois eles vão para Cuba, vão para a Inglaterra, Canadá e a Lituânia. Vão buscar para, em setembro, fazer um seminário internacional aqui.

Tem como melhorar. Agora, não dá para deixar do jeito que está, porque são 2.579 comarcas que ouvem de forma inadequada a criança. Por melhor que seja a boa vontade dos operadores do Direito ou de pessoas que a eles auxiliem, nós não estamos fazendo isso. Isso invalida a palavra dela, não responsabiliza o agressor e o Direito não tem efetividade.

Muito obrigado pela atenção dos senhores.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Finda a etapa dos depoimentos, eu gostaria de conceder a palavra, como primeiro orador inscrito, ao nobre Senador Eduardo Suplicy. E, posteriormente, ouviremos as manifestações, inclusive, sobretudo, da relatora da matéria, Senadora Lúcia Vânia, que propôs a referida Audiência Pública [soa a campainha].

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, V.Exª conhece tão bem o regimento, mas, até pela iniciativa da Senadora Lúcia Vânia e sendo ela quem requereu, ela tem o direito antes do que eu. Então...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Mas, como V.Exª tinha solicitado...

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Eu me inscrevi primeiro. Mas ela tem...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Está certo.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Tem direito a...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Se V.Exª quiser...

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, eu gostaria que o Senador Suplicy falasse, a Marina, se, porventura, quisesse, porque eu fecharia com a opinião... que não deveria ser só minha.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu também acho que é melhor, porque teria a soma...

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu acho que é melhor. É uma soma melhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Teria a soma. É nesse sentido que eu entendi que seria melhor, já que ela é relatora da matéria.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Mesmo porque também eu não escutei a psicóloga. Mas seria bom que os senadores falassem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Exatamente. Então...

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Presidente, Senador Marco Maciel, V.Exª observou... Eu tenho que estar no Plenário daqui a pouco. Sou o relator do projeto dos sacoleiros.

V.Exª me convidou com o olhar, insistindo para que eu aqui ficasse. Eu quero agradecer a V.Exª, porque o Congresso, o Senado Federal, para nós, é uma universidade, de tantas coisas que nós aprendemos.

Eu quero lhes dizer, eu não conhecia o tema, mas, desde o momento que eu cheguei aqui até agora, eu quero, sobretudo, agradecer, porque eu aprendi muito. Mas também achei importante, há uma característica comum dos cinco depoimentos. Cada um com sua experiência, a sua história, a Dra. Esther Arantes, como membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos, do Conselho Federal de Psicologia, psicóloga; a Dra. Maria Luiza Moura, como Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; a Juíza Dra. Velleda Dobke, com sua história e experiência de quem esteve, enfim, ouvindo situações de pessoas que foram objeto... de crianças que foram... crianças e adolescentes objeto de maus-tratos e que nos trouxe um depoimento tão importante; Dr. Fernando Luiz Carvalho, também com o seu cuidado, que é comum a todos, de... para com a criança e o adolescente; e agora o Juiz Dr. José Antonio Daltoé Cezar, que nos

traz uma experiência concreta. Ele, como juiz, percebendo as situações em que crianças e adolescentes precisavam ser ouvidos, em situação que não fosse aquela descrita por todos, da sala, ali, onde normalmente são feitas as audiências, mas, para a criança e para o adolescente, de fato, tão melhor será se houver o ambiente adequado, conforme V.S^a, Dr. Juiz José Antonio, nos mostrou.

Pode ser, inclusive esta, e me parece, então, ser uma experiência nova, e é algo que o Rio Grande do Sul, por sua iniciativa, inova, como também a Dra. Veleda, porque me parece que se trata de algo novo, mas de extrema relevância, e, conforme a Dra. Esther Arantes lembrou o caso da criança que foi infelizmente tragicamente morta e que abalou tanto a opinião pública brasileira, então, que possam pessoas estar prestando depoimento, sendo elas crianças e adolescentes, de uma maneira mais adequada possível e sem dano.

Eu apenas quero agradecer. Eu aprendi muito. Felizmente fiquei aqui, embora tenha que estar já no Plenário.

Presidente Marco Maciel, quero informar que eu até convidei para estar aqui o Deputado Estadual Pedro Teruel, do Mato Grosso do Sul, e que é Presidente da Comissão do Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos e veio aqui porque ele também é coordenador da Frente Parlamentar Sul-Mato-Grossense de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Então, eu o convidei para sentar aqui, Sr. Presidente, para que ele também esteja aprendendo conosco.

Meus parabéns pelo excelente conjunto de depoimentos com que nos brindaram.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu, após as colocações do Senador Eduardo Suplicy, consultaria se, antes da palavra da relatora, Senadora Lúcia Vânia, se há senador ou senadora.

Nesse caso, então, já a Senadora Marina Silva... Eu concedo a palavra a S.Ex^a.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, minhas senhoras e meus senhores.

Primeiro, eu acho que nós estamos diante de um problema que tem uma natureza complexa, para a sua abordagem, sob todos os aspectos, e talvez essa audiência – que já quero, aqui, parabenizar a relatora, Senadora Lúcia Vânia – ela possa nos trazer o espaço para um ponto de inflexão, em que seja possível mediar essa aprendizagem que vem acontecendo com essa experiência do Rio Grande do Sul.

O que eu pude sentir, aqui, tanto no depoimento da Dra. Esther, da Maria Luiza e de todos os demais, é que não temos uma situação em que se quer calar, de qualquer jeito, a criança e nem uma situação em

que se quer escutar de qualquer jeito a criança; há dois espaços a serem protegidos e um processo a ser re-significado de ambos os lados; uma re-significação que precisa acontecer no espaço do depoimento, das autoridades do direito, das autoridades judiciais, e que louvo esse esforço e essa capacidade quase que intuitiva, a partir de uma experiência prática, de uma vivência, transformar em uma nova competência, em um novo processo, que, como muito bem disse o Dr. José Antonio, há que ser, digamos, assim, aperfeiçoada, e o cuidado daqueles que querem, igualmente, proteger o aparelho psíquico dessas crianças.

Na verdade, o que eu vejo que essa audiência nos traz, Senador Marco Maciel, é a possibilidade de que possamos entender que, da forma como está sendo feito, vem sendo feito esse depoimento, eles não são suficientes nem eficientes para promover a proteção e o cuidado que o Conselho Federal de Psicologia quer. E, da forma como se está propondo atualmente, talvez a gente já esteja no começo do caminho.

E, aí, nesse caso, não é apenas mudando a maneira de caminhar, não, é criando um novo caminho, em que esses diferentes olhares das pessoas que lidam com os aspectos da psicologia, preocupadas de que elas não são capacitadas para serem inquiridores, mas para ajudar essas crianças a re-significar, a simbolizar essa experiência, e que tem toda uma escuta que precisa ser feita num espaço qualificado, e daqueles que querem qualificar o espaço do depoimento, que não é necessariamente o da escuta psicológica.

Há uma diferença incompleta nos dois espaços. É como a gente faz essa mediação, e, aí, vou me ater, talvez, a uma... digamos assim, a uma percepção que é muito do campo da psicologia e da psicanálise: o que nós estamos buscando, aqui, é a sustentação do outro; só que é desse outro institucional.

As autoridades do Direito, as autoridades judiciais já perceberam que, sem a sustentação dos psicanalistas, dos psicólogos, dos psicopedagogos, das pessoas que têm a capacidade de acolher a criança na sua inteireza psíquica, já que ela foi, digamos assim, completamente invadida e se encontra numa situação que ela própria não consegue simbolizar e, se não consegue simbolizar, não tem como verbalizar, porque é quase impossível nós transformarmos em palavra aquilo que nós não conseguimos compreender, como é que isso pode ser feito com a ajuda desses profissionais, nesse espaço da Justiça, e como a Justiça pode significar, também, a oportunidade de que essas crianças não sejam apenas depoentes para instruir um processo judicial? Que é essa a preocupação que vejo aqui. Que elas tenham o encaminhamento adequado.

Eu sei o quanto é difícil para as vítimas diretamente envolvidas, as crianças, para a família e para todos aqueles que se envolvem com uma demanda dessa natureza.

Eu fiquei impressionada com o aumento para 59% dos casos em que de fato se consegue penalizar o criminoso, em relação aos demais estados, também, que não têm essa qualificação.

Então, o que eu posso dizer, aqui, é que, talvez, desta audiência, se a gente pode tirar alguma, digamos assim, alguma questão de imediatamente já concreta, é a possibilidade dessa mediação entre os dois olhares, que eu acho que isso é o que o conselho esteja nos dizendo: "Olha, há um esforço importante que está sendo feito no Rio Grande do Sul e que precisa considerar todas essas questões que nós estamos dizendo".

E a experiência louvável do Rio Grande do Sul está dizendo, aqui, na própria voz do Dr. José Antonio, de que pode ser aperfeiçoado, de que estão buscando em outros países, em outras referências. Que a gente possa, aqui, talvez, fazer uma síntese de algo que é muito difícil, complexo, mas que, no meu entendimento, não dá para ficar como é feito, porque não protege, não alcança o objetivo com que os psicólogos e as pessoas que lidam com as crianças, sob esse aspecto, estão preocupados e, ao mesmo tempo, também não atende às pessoas que querem promover a justiça.

E à medida que aumenta a criminalização – não sei se o termo técnico é esse –, diminuem também as infrações, porque existe, a certeza da impunidade leva também ao acometimento do crime.

Ainda, que tenhamos que ter clareza, também, de que as pessoas que praticam esses atos são pessoas doentes. E o olhar para essa doença não é como se quiséssemos tirar a culpabilidade, mas é de saber que não é apenas uma questão de justiça. Às vezes, têm pessoas que precisaram ser paradas pela Justiça, interditas pela Justiça, porque elas podem ficar 50, 30 anos na cadeia, no dia em que elas saírem, elas vão cometer o crime de novo, porque elas não têm controle sobre a sua doença, sobre a sua perversão.

Então, é algo de natureza complexa. Eu louvo o esforço da Senadora Lúcia Vânia e louvo, sobretudo, aqueles que, de forma inovadora, estão propondo um novo caminho e louvo também o esforço e a preocupações daqueles que diziam: "Olha, nesse novo caminho é preciso também uma nova maneira de caminhar".

Então, eu quero mais é agradecer e me colocar à disposição para que possamos fazer a intermediação, para que não usemos, em hipótese nenhuma, as dificuldades para ficarmos onde estamos. É preciso que possamos promover esse avanço com o respeito ao olhar de cada um, porque acho que são pessoas

altamente comprometidas com os dois aspectos: o aspecto da criminalização, da proteção; e o aspecto da proteção subjetiva dos aspectos emocionais, psíquicos dessas crianças e dos familiares.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A seguir, eu concedo a palavra ao nobre Senador Magno Malta, e, após a palavra do Senador Magno Malta, nós vamos ouvir a palavra do Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sr. Presidente, eu cheguei atrasado, infelizmente, mas é exatamente por causa de uma criança abusada, de 12 anos, que eu fui socorrer, grávida de um homem de 70 anos de idade.

Eu, na verdade, quero parabenizar essa iniciativa, e não é a primeira vez que o Rio Grande do Sul tem uma grande iniciativa. Quando discutimos a lei de narcotráfico, o hoje procurador do Rio Grande do Sul veio assessorar a mim, naquela ocasião; e a chamada justiça terapêutica, onde se separava o usuário do dependente veio do Rio Grande do Sul, que calhou na novela da Glória Perez, quando tratou da questão das drogas e nos ajudou a escrever o texto da lei de narcotráfico, que, depois, virou um monstro na Câmara, mas que não invalida nada do que esse trabalho positivo do Rio Grande do Sul.

Eu estou vivendo na pele, com a CPI da pedofilia, a necessidade de tratarmos com seriedade e celeridade esse assunto. Queria até pedir socorro, não sei se dá para botar um profissional desse à disposição da CPI, aqui. Até estamos indo para uma oitiva em Roraima, que tem mais de 15 crianças, e que, nesse exato momento, é como se o depoimento delas fosse a pior miséria do mundo, não vale nada, é mentira, a criança desqualifica, e chega a ponto de alguém dizer que a criança aliciou o cara. Urge a necessidade da tomada de posição.

Eu fui a Uberaba, ouvi um pedófilo que abusou de 27 meninos de nove anos de idade. Quer dizer, ele foi pego com os 27. A ocasião não faz o ladrão, revela. O delegado acha que tem mais de cem. E eu me vi com aqueles meninos, com a angústia no coração, olhando nos olhos daquelas crianças, e minhas filhas vindo tudo para a minha cabeça, as minhas sobrinhas, os meus sobrinhos. E eu tenho pedido todos os dias, Senadora Lúcia Vânia, a Deus para não ser movido a ódio nesse processo e querendo perguntar às crianças e sem sabem por onde começar.

Esse debate é absolutamente importante. Eu não tenho condições de usar termos técnicos e, se tivesse, não o faria, porque, nesse momento, eu estou é no meio do lodo, mesmo. Eu estou encarando essa

lama com as mãos. E olha para uma criança de apenas 12 anos grávida de um homem de 70 e você não sabe por onde começar com essa criança, porque ela te olha, os olhos dela entram nos seus e, lá, no fundo, você começa a ouvir um grito de socorro, um de “me ajuda!”, de timidez, de vergonha e tentando fazer postura para dizer que não está com vergonha, uma série de coisas que você começa a ler, e não sabe por onde começar.

De maneira, Sr. Presidente, que esse debate, a proposta da Senadora Lúcia Vânia é de extrema importância para o Brasil, não tão-somente por esta Casa; por esta Casa, porque é a partir daqui.

Eu não ouvi, ouvi um pouco o Dr. José Antonio Daltoé, mas conheço já um pouco da experiência do Rio Grande do Sul. De maneira que penso que no mundo espiritual há uma determinação de fulminar as crianças nessa última dispensação. A cada dia mais a minha fé me conduz a acreditar nisso.

E, quando a gente pensava que eram as pessoas de periferia, desempregados, aquele padrasto bêbado que abusou da criança porque a mãe foi trabalhar, porque fazia a limpeza na casa de alguém; quando a mídia mostrava só isso, parecia que era uma coisa, mas é mais do que nós imaginamos. As crianças são abusadas pelas pessoas que estão nas colunas sociais, que vestem toga, que vestem estola, têm anel no dedo, religiosos, políticos... E a gente não sabe como proceder.

De maneira que eu sou grato, muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia, pelo debate. Espero que nós tenhamos rapidamente efetivada essa proposta, em função da necessidade que urge nesse país, porque é avassalador. O sentimento que a sociedade vive hoje com relação a abuso de criança vai crescer muito mais. A sociedade está encorajada à denúncia, e vai crescer muito mais, Sr. Presidente, vai crescer muito mais.

Lá no seu Estado, Pernambuco, mataram um pedófilo ontem, e as pessoas fizeram uma ciranda em volta dele cantando: “Matamos um cachorro, matamos um cachorro”. E a polícia veio, protegeu as pessoas e largou o corpo lá, porque a sociedade rejeita, absolutamente, esse tipo de procedimento, e as coisas vão tomando corpo de maneira que deixa a gente numa situação muito difícil.

Eu fiz, com um tom de brincadeira, no começo, Dr. José Antonio, mas eu quero dizer que é muito sério. Eu quero votar na CPI um pedido, e o senhor me oriente, para que nós tenhamos um profissional desse à disposição dessa nossa CPI, uma vez que nós temos “n” casos que nós estamos dentro deles e precisamos ir fundo neles, onde envolve crianças que

nós precisamos realmente ouvi-las. De maneira que o senhor, por favor, me oriente, porque nós precisamos já dessa experiência, efetivamente, nesse trabalho que está fazendo. Muito obrigado, Sr. Presidente [soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Agradeço à intervenção de V.Ex^a, nobre Senador Magno Malta, e concedo, a seguir, a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro, para se manifestar sobre o assunto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Marco Maciel, senhoras senadoras, senhores senadores, senhores convidados.

Lamento, Presidente, não ter assistido às palestras dos nossos convidados, das nossas convidadas. Estava no Plenário, inicialmente, presidindo a sessão e depois fazendo um pronunciamento sobre a situação por que passa a saúde do meu Estado do Pará.

Lamentavelmente, é notícia na mídia internacional e nacional pela morte de 22 bebês, em cinco dias, na Santa Casa de misericórdia; fato este que já tivemos oportunidade de denunciar, inúmeras vezes na Tribuna do Senado Federal, pedindo clemência, pedindo misericórdia para a Santa Casa, e, lamentavelmente, não fomos atendidos pela Governadora. E, agora, somos manchete nacional e internacional por um episódio lamentável que não representa realmente o que é o Estado do Pará, o que são os paraenses. E, por isso, não pude estar aqui para ouvir, mas farei a leitura das notas taquigráficas, porque quero realmente me inteirar do assunto, que é da maior importância, como aqui foi registrado pelos senadores e senadoras que me antecederam.

Até porque o Projeto de Lei que se discute nesta audiência, o PLC 35/07, recebeu várias manifestações ao longo da sua tramitação. Aqui, tenho o registro de inúmeras manifestações – e que tenho certeza que foram consideradas pela nobre relatora.

E, aí, a gente perguntaria por que o entusiasmo em relação ao chamado depoimento sem danos, DSD? A resposta que se tem, aqui, na prática, é que ele poupa crianças e adolescentes dos rigores do rito judicial.

Eu vou fazer três questionamentos. Apenas um, se o Presidente permite, apenas uma observação inicial: porque essa proteção à criança e aos adolescentes, porque o local das indagações será em sala, diverso da sala de audiências. Os menores têm contato com um profissional especialmente capacitado para a decodificação das perguntas, que interessa ao deslinde da causa. Mas não participo do calor dos debates que, em muitos casos, podem gerar mais traumas e seqüelas psicológicas.

Por outro lado, os defensores do DSD estão convencidos de que o novo procedimento diminui os efeitos da chamada re-vitimização. Isto é, quando a vítima é chamada a colaborar com a Justiça, é obrigada a reviver, perante pessoas estranhas, todos os sofrimentos causados pela ofensa, verbalizando-os em minúcias. É o que se chama de dano psicológico secundário.

Sensível a essa vantagem que o DSD, em tese, oferece, o relatório da nobre Senadora Lúcia Vânia, como é já é do conhecimento de todos, conclui pela aprovação do PLC nº 35/07, alterando, assim, o Código de Processo Penal.

Aí eu pergunto, primeiramente, à senhora Esther Arantes, da Comissão Nacional de Direitos Humanos: o PLC nº 35/07 determina que *“a inquirição seja intermediada por profissional devidamente designado pela autoridade judiciária, o qual transmitirá ao depoente a pergunta do juiz e das partes”*. A rigor, portanto, quem formula as perguntas são as partes e o juiz. Cabe ao profissional apenas a função de intermediário, de tradutor. Tecnicamente, não é ele quem está inquirindo a testemunha. Ademais, a proposta fala em “profissional”, e não necessariamente de psicólogo.

Sendo assim, indagamos, Dra. Esther, se a redação proposta não contorna as preocupações levantadas pelo Conselho Federal de psicologia. E mais, se o Conselho Federal teria uma proposta alternativa para a tomada de depoimento nas instâncias judiciais, com menor custo emocional para crianças e adolescentes.

Ao Dr. José Antonio Daltoé Cezar perguntaria, Dr. Antonio, o art. 202 do Código de Processo Penal determina que: *“toda pessoa poderá ser testemunha”*. A particularidade é que os menores de 14 anos estão dispensados do compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 208 do CPP. Ou seja, eles têm o dever de depor, mas, ao mesmo tempo, não estão obrigados a prestar formalmente o aludido compromisso. V.Exª entende que a atual temática do CPP é adequada? Ou seria necessário prever situações em que a criança nem mesmo teria o dever de depor? Ou, na prática, isso fica a critério do magistrado?

Gostaria, ainda, da opinião de V.Exª sobre o valor do depoimento da criança, considerando especialmente as hipóteses de crimes sexuais, como bem colocou aqui o Senador Magno Malta. O procedimento do DSD já foi contestado por advogados, por meio de recursos às instâncias superiores dos tribunais?

E, finalmente, à Dra. Carmem Silveira de Oliveira. Ela não se encontra. Mas quem puder fazer a... Responder ao questionamento. O Governo Federal tem destinado recursos financeiros à “exportação”, digamos assim, da experiência gaúcha a outros estados da

federação? Do ponto de vista logístico, qual é o custo para se dotar uma Vara judicial com os equipamentos técnicos necessários à realização do DSD? Quanto tempo em média leva-se para a capacitação dos profissionais? A aprovação do PLC nº. 35/07 pode facilitar a liberação de recursos?

Eram essas as questões, Sr. Presidente [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nobre Senador Flexa Ribeiro, gostaria de dizer a V.Exª, com relação à interpelação que V.Exª faz com relação à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, à Dra. Carmem Silveira de Oliveira, poderá ser respondida pelo Dr. Fernando Luiz Carvalho, que é o representante dela na presente Audiência Pública.

Então, eu gostaria de saber se há senadora ou senador ainda desejando, antes da relatora, fazer alguma interpelação.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Eu só queria... O relato que foi colocado pelo Senador Magno Malta do que aconteceu no seu estado... Tem um livro de dramaticidade da nossa miséria humana, de uma forma muito, muito chocante. Porque, em qualquer hipótese, eu vou me ater, aqui, nas palavras do Sherrington(F): “Não há erro em punir. O erro é não nos importarmos com aqueles que punimos”. Porque a punição, a justiça, não é vingança. O ato de justiça é um ato de parar o criminoso e, no meu entendimento, é um ato também de amor, para que ele pare com o crime, o dano que ele faz à sociedade e, principalmente, a ele mesmo, mesmo quando ele não tem consciência.

Então, a fraqueza, a incapacidade dos sistemas que temos, em termos da estrutura do Estado para mediar a violência, para mediar o conflito, a contravenção, o crime, o dolo, nos leva a situações que são terríveis do ponto de vista humano, porque qualquer forma de “justiçamento” é terrível. Nós temos instituições. E eu acho que o esforço que está sendo feito, aqui, é para que as instituições funcionem, para que os cidadãos não se sintam vulneráveis e não tenham que praticar atos desesperados, que são também desconstitutivos do gesto que queremos praticar, que é de fazer justiça. Porque justiça não é vingança, justiça é um ato de parar, de corrigir aquele que está cometendo o dolo.

Então, de fato, nós estamos diante de uma situação dramática, em relação a esses casos e outros que deixam as pessoas estarrecidas, em que as autoridades, que somos nós, aqui, e vocês em outros espaços, temos que começar a repensar que tipo de sociedade adoecida nós temos que está nos levando a isso. Porque está comprometendo a nossa continuidade no futuro, que é desconstituindo as nossas

crianças e nos desconstituindo, no presente, quando não temos os meios adequados para tratar, em todos os aspectos, a violência que está nos dilacerando. É muito mais porque, digamos, a força do relato, o que aconteceu é algo que nós temos que receber com um imenso sentido de responsabilidade, do ponto de vista das instituições que queremos aperfeiçoar e transformar. Porque têm algumas coisas que não dão nem para ser aperfeiçoadas, têm que ser, mesmo, transformadas, que eu acho que é o esforço que está sendo feito aqui [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo, pois, agora, a palavra à nobre Senadora Lúcia Vânia, que foi autora do requerimento para que se realizasse a presente Audiência Pública, e eu quero cumprimentá-la pela iniciativa e concederei a palavra.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, senhores expositores, senhores e senhoras parlamentares.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, quero agradecer a V.Ex^a a oportunidade que me dá para dirimir algumas dúvidas que ainda tenho, tinha e continuo tendo alguma dúvida, ainda, em relação ao projeto.

Talvez, aqui, nas respostas ao questionamento do Senador Flexa, eu não vou repeti-las, talvez possa esclarecer alguma coisa, principalmente em relação ao Conselho Nacional de Psicologia.

Eu quero apenas dizer que o projeto é fruto de um trabalho, foi colocado aqui pelo Dr. Fernando, da CPMI da exploração sexual de crianças, e adolescentes; foi um exaustivo trabalho feito por esta Comissão, na ocasião, levantando alguns projetos que pudessem de certa forma minorar o que nós conseguimos detectar durante todo o processo daquela CPMI.

Portanto, é um projeto pensado, não é um projeto que surgiu da vontade desse ou daquele parlamentar. Mas é um projeto nascido da experiência e da vivência que aquela CPMI pôde observar durante todo esse processo.

Em relação à questão do depoimento sem dano – que acho que o melhor seria o segundo termo, “menor dano”, “redução de dano”, e não “sem dano”, eu acredito também –, eu queria colocar que o que me preocupou, que eu ouvi tanto o Dr. José Antonio como ouvi as psicólogas, ouvi o CONANDA, e há uma dúvida. Mas é importante colocar, aqui, e eu gostaria, depois, de ouvir o contraditório das duas, porque esse projeto, o objetivo dele visa garantir direitos da criança. Ele não está inovando, ele não está colocando nada além do que a preocupação de garantir os direitos da criança, quando esse depoimento é feito de maneira inadequada.

Então, acho que a Marina foi muito feliz, e o que nós podemos fazer, agora, com o projeto é primeiro caracterizá-lo como um direito, mas também com a preocupação de aprimorá-lo cada vez mais, para que essa redução de dano seja cada vez maior.

A minha dúvida é em relação aos demais estados. Eu vou colocar uma dúvida que me atormenta em relação à prática do nosso cotidiano, dos diversos estados, estados menos desenvolvidos... Se, porventura, a aprovação desse projeto não poderia suscitar, de repente, a presença mais freqüente de crianças nesses depoimentos, às vezes até sem muita necessidade. Então, eu gostaria de saber, é a primeira coisa.

O fato, por exemplo, do caso da Isabella Nardoni: uma criança de três anos, uma família extremamente traumatizada, um quadro o pior possível para uma vida saudável dessa criança. Colocar essa criança, neste momento, para um depoimento não seria muito, muito ruim para o futuro ou para a saúde psicológica dessa criança?

O meu único receio é não ter profissionais capacitados nos demais estados para poder fazer um trabalho no nível que está sendo desenvolvido no Rio Grande do Sul. Mas, como o Dr. José Antonio disse que, naturalmente, existem em todas... Em todos os estados esses depoimentos sem nenhum cuidado, eu acredito que o projeto, buscando esse cuidado, ele dá um passo à frente, na minha visão.

Agora, como a gente fazer para que o projeto seja realmente, contemple as duas áreas? Essa preocupação levantada pelo conselho das psicólogas e a preocupação dos promotores, da Justiça, no sentido de penalizar o agressor. Porque, na verdade, eu acho que nós temos uma responsabilidade enorme nesse caso, porque penalizar o agressor é, sem dúvida nenhuma, um dos grandes objetivos de todos aqueles que trabalham com a proteção da criança e do adolescente.

E o que nós podemos detectar, da CPI para cá, é que muito pouco foi feito no sentido de penalizar este agressor. Então, nós temos que buscar qual é o caminho que vamos fazer para que esse agressor seja penalizado. Seria este o caminho, mas observando as preocupações relativas à saúde psicológica dessa criança. O que fazer mais? O que acrescentar mais no projeto que pudesse favorecer esses... o encontro desses dois pontos de vista?

Esta é a colocação que eu faria. Quero dizer, de antemão, que a tendência, por ser uma pessoa que participou ativamente da CPMI, a minha tendência é a aprovação do projeto, porque a experiência tem me mostrado que, de lá para cá, nós conseguimos pouquíssimo avanço ou quase nenhum. E talvez este seja o grande passo que possamos dar.

Mas, ao mesmo tempo, eu quero dizer da minha preocupação de não se generalizar, com a aprovação desse projeto, o depoimento de crianças em qualquer outra situação que não seja essa do abuso sexual.

Portanto, deixo aqui essas perguntas, deixo a minha preocupação e quero, se possível, se a gente conseguir, hoje, com as respostas das duas posições, dirimir essas dúvidas, nós poderemos aprovar esse projeto no dia que vamos comemorar os 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Acredito que o Presidente fará tudo para nos ajudar a acelerar a tramitação, uma vez encontrado o caminho que possibilite ao projeto agradar a todos que aqui trabalham a questão da criança e do adolescente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu agradeço à palavra da Senadora Lúcia Vânia, relatora da matéria, e a cumprimento pelo trabalho que realiza nesse campo tão sensível. E, ao mesmo tempo, aproveitar a ocasião para agradecer à contribuição trazida pelos expositores: Dra. Esther Arantes; Dra. Maria Luiza Moura; Dra. Veleida Dobke; Dr. Fernando Luiz Carvalho; e Dr. José Antonio Daltoé Cezar.

E, antes de encerrar a presente Audiência Pública, eu gostaria, mais uma vez, de agradecer a presença de todos, inclusive de membros de outras comissões, além da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e fazer meus votos, como assim deseja a Senadora Lúcia Vânia, de que se possa concluir com brevidade a elaboração do projeto e, mais do que isso, a sua aprovação, para que nós possamos, dentro do quadro de comemorações dos 20 anos da Constituição de 88 e da criação do CONANDA, nós possamos ter um instrumento legal capaz de aperfeiçoar a Legislação brasileira nesse difícil território, que é da proteção dos direitos da criança e do adolescente.

Então, nada mais havendo a tratar... Pois não.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu gostaria de ouvir as respostas dos expositores [risos]. E, se possível, Presidente, eu gostaria de ouvir, em primeiro lugar, a representante do Conselho Federal de Psicologia, que eu não a ouvi. Não ouvi seu depoimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Certo. Então, com a palavra a Dra. Esther Arantes.

SRA. ESTHER ARANTES: Bom, quero agradecer à Senadora Lúcia Vânia pela convocação da audiência, dizer que eu também sou goiana, embora atualmente residindo no Rio de Janeiro. Faço parte da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, sou também professora da

PUC do Rio de Janeiro e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Agradecer muito às palavras da Senadora Marina Silva, que teve que se ausentar, e agradecer às perguntas do Senador Flexa Ribeiro, também endossada pela Senadora Lúcia Vânia.

Então, inicialmente, a questão desse projeto do depoimento sem dano, ele nos chamou atenção, porque foi proposto que os profissionais que realizariam a inquirição seriam psicólogos e assistentes sociais, o que parece que efetivamente acontece. Não todos, mas alguns psicólogos e assistentes sociais parecem que participam desse modo de inquirição.

Mas, depois, a nossa preocupação cresceu, porque se trata, no nosso entendimento, de uma técnica, de um modo de inquirição que está se propondo como lei. E eu acho que há uma questão de princípio, uma questão ampla a ser discutida não apenas do modo como deve ser inquirida, que já coloca uma série de questões técnicas, mas também questões de fundamento jurídico, ético, político, da própria questão do estatuto, da própria questão do Direito Penal.

Então, acho que é uma questão mais ampla, e que toda essa questão... Porque o projeto, como ele está redigido, ele é muito amplo. Inicialmente, ele parte de uma preocupação com as vítimas de abuso, mas ele se estende para testemunhas, ele se estende para outros crimes que não apenas os crimes de abuso sexual. Ele não delimita a idade da criança.

É óbvio que o Dr. Daltoé, como uma pessoa sensível, uma pessoa inteligente, uma pessoa comprometida, ele fará a entrevista com a criança e com o adolescente, a escuta da criança, com a maior sensibilidade, independente de ser depoimento sem dano ou com dano ou de qualquer outro modo. Mas um Projeto de Lei ele não é feito para o Dr. Daltoé, ele é feito para todos os juízes do Brasil, para todas as crianças, para... Então, se ele está aqui permitindo que crianças sejam inquiridas como vítimas e testemunhas de abuso e outros crimes, ele está facultando isso a todos, inclusive a pessoas que não terão a sensibilidade e o preparo do Dr. Daltoé, porque é uma lei, e uma lei é geral, para todo mundo, em todas as circunstâncias, para ser cumprida.

Então, o Dr. Daltoé talvez não chamasse essa criança de três anos para ser ouvida como testemunha. Mas, estando na lei, nada impede que outro o faça, porque não há nada que impeça no PL. Então, nós acreditamos que há muitas questões problemáticas, e não é apenas o Conselho de Psicologia; nós temos debatido também com outros profissionais, e eles também, igualmente, estão preocupados; inclu-

sive pessoas da própria área jurídica também estão preocupados.

Então, eu acho, Senadora, que não devíamos ter essa pressa de aprovar esse projeto para os 18 anos do estatuto, não, porque talvez a gente cause muito dano às crianças e adolescentes aprovando este projeto sem a necessária discussão de todos aspectos, chamando, inclusive, outros interlocutores, a OAB, o Conselho de Serviço Social, o fórum DCA, as diversas entidades que lidam com a questão da criança e do adolescente.

Então, o que nós até estaríamos propondo, endossando uma proposta que o CONANDA também parece que tem, de um seminário em que nós discutiríamos isso em profundidade, levando em conta os diversos aspectos, os diversos problemas, e que, quem sabe, esse seminário poderia ser, começar, inclusive, nesta Casa, proposto, para o qual nós, com o maior prazer, contribuiríamos e o CONANDA também, creio que o Dr. Daltoé e todos os aqui presentes, porque, como disse, nós não estamos aqui combatendo inimigos, mas divergindo democraticamente de pessoas que, como nós, também estão interessadas na questão da criança. Apenas temos diferentes entendimentos do que seja a proteção. Óbvio que não são posições absolutas. Não existe a verdade absoluta inquestionável, mas também não queremos, açodadamente, admitir um procedimento técnico sem discutir questões mais amplas do que seja a própria questão do depoimento da criança na Justiça. É isso [soa a campainha].

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, eu posso fazer uma pergunta--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pode, eu apenas, eu gostaria--

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): --à Dra. Esther?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não. Eu só gostaria de fazer uma observação que não se dirige à senhora, mas também pedir aos demais expositores que sejam concisos, porque nós estamos começando a Ordem do Dia [soa a campainha].

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Dra. Esther, tomando por base a situação que existe hoje. Esses depoimentos são colhidos de qualquer forma. Como V.S.^a vê isso e se o projeto não viria, nesse momento, se limitado.

Eu concordo perfeitamente com a sua posição, quando diz que isso generaliza; não é caso apenas de abuso. Essa era a minha grande preocupação: em todo tipo de crime cometido dentro de Casa, como esse que eu citei, poderia ser levada a criança a depoimento. Eu acho que isso é uma coisa muito complicada.

Outra coisa que V.S.^a coloca, que também eu concordo, é o fato de que não ter uma limitação de idade. Eu acho que isso também é uma questão importante. Eu gostaria de, então, que V.S.^a pudesse me responder, tomando por base a situação atual, que o depoimento da criança é tomado de qualquer forma, e como a senhora veria isso em relação ao projeto.

SRA. ESTHER ARANTES: Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente [soa a campainha]. Poderia complementar rapidamente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Rapidamente. Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só também para a Dra. Esther.

Porque o projeto prevê, como fiz o questionamento, fala em profissionais, não fala em psicólogo. Mas, mesmo psicólogo, eu perguntaria a V.S.^a se não teria que ter um treinamento específico para fazer essa intermediação, que tipo de treinamento e quanto tempo teria e se haveria, em nível do Brasil, o atendimento necessário a todas as necessidades?

SRA. ESTHER ARANTES: Bom, [soa a campainha] posso responder?

Bom, nós estamos, aqui, tratando de questões complexas. Evidentemente, não há respostas simples para nenhum desses questionamentos. Óbvio que a questão é da violência contra criança e adolescentes é muito grave.

Quando nós estamos fazendo análise crítica desse projeto, isso não significa que nós não estejamos preocupados com a questão da violência contra a criança. Ao contrário. O Conselho Federal de Psicologia tem uma longa tradição nos Direitos Humanos da criança e do adolescente. Então, é até em nome dessa tradição, dessa preocupação que a gente solicitou esta audiência. Pode ter sido solicitada por outras pessoas também, mas o Conselho de Psicologia foi um dos que solicitou a audiência por achar necessário o debate público dessa questão.

Então, ela é muito complexa. E nós, psicólogos, estamos muito preocupados com isso e querendo contribuir. Mas também não achamos que o modo de inquirição como ele está proposto, ele é ético para o psicólogo e nem com o treinamento nem sem treinamento. Não se poderia usar as técnicas da psicologia para propósitos que ferem a dignidade da profissão e que, eventualmente, ferem a dignidade da criança.

E é isso que a gente quer discutir, independente do profissional. Claro que nós estamos na berlinda, porque nós fomos chamados a participar. E nós já participamos das Varas da Infância, porque o Estatuto da Criança e do Adolescente designa para a equipe

técnica uma função. E a gente acredita que, quando esse psicólogo está na inquirição, essa função está sendo desvirtuada.

Então, por isso, nós estaríamos propondo um adiamento dessa votação, que não tenhamos tanta pressa; óbvio que as questões são urgentes, mas, às vezes, a pressa, tomar uma decisão de qualquer jeito pode não gerar o efeito que a gente pretende. Então, é muito melhor esperar um pouquinho mais, mas realmente ter um debate muito mais qualificado e muito mais amplo, envolvendo outros atores, tomando essas questões na dimensão complexa que elas são. E, óbvio, o Dr. Daltoé, por quem nós temos o maior respeito, obviamente não temos problema nenhum em debater, em chamá-lo para um debate, desde que esteja colocada essa possibilidade de abertura, de debate— [interrupção no áudio] em todos os aspectos [soa a campainha].

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu concederei, agora, a palavra à Dra. Maria Luiza Moura, que fez uma referência elogiosa às suas iniciativas, mas V.Ex^a não tinha chegado ainda ao Plenário da Comissão. Mas eu não gostaria de deixar de fazer esse registro.

SRA. MARIA LUIZA MOURA: Então, eu quero me somar, aqui, às preocupações levantadas, que também são do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, já manifestas pelos senadores e por esta Mesa, e dizer que também achamos que podemos correr riscos, e não podemos correr riscos. E, por isso, o CONANDA, em nota pública – eu acho que já tentando responder a uma questão que a senadora levanta –, ele manifestou um posicionamento sobre a participação de crianças de três anos como testemunhas em processo criminal do Tribunal de Justiça.

Eu vou só pegar um trecho, na tentativa dessa resposta.

“O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, principal órgão do sistema de garantia dos direitos da infância e adolescência do país, vem manifestar sua preocupação, e posicionar-se de forma contrária à participação de crianças em processos criminais, perante o Tribunal do júri, prestando depoimentos na condição de testemunhas.

Os casos de violência contra criança e adolescente não são isolados. Eles ocorrem com significativa frequência na sociedade brasileira e precisam ser enfrentados de forma exemplar e prioritária, no âmbito preventivo e punitivo. Essa certeza é a principal preocupação do CONANDA.

Bom, o art. 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que: ‘é dever de todos zelar pela digni-

dade da criança e do adolescente, pondo-as a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório e constrangedor’.

Certamente, a inquirição de qualquer criança acataria consequências para o seu desenvolvimento psíquico, independente da forma utilizada. Em um caso complexo e de tanta repercussão, onde todas as informações são exaustivamente tornadas públicas, imediatamente, certamente geraria grande constrangimento para uma criança de três anos. Eis que, além de ter uma imagem, a sua imagem e privacidade extremamente devassada, acentuaria as dificuldades de convivência familiar e comunitária. Além disso, avaliamos as dimensões e repercussões emocionais ao longo do desenvolvimento dessa criança, ao se culpar e/ou ser culpada pela possível prisão dos pais.

Isso não significa que o crime e a superação dos traumas não devam ser tratados nos processos psicoterapêuticos. O que não podemos aceitar é a exposição dessa criança perante a Justiça e, conseqüentemente, perante toda a sociedade brasileira. Considerar a proteção do mundo subjetivo da criança também é pensar na garantia dos Direitos Humanos de uma pessoa em situação peculiar de desenvolvimento, que tem direito de calar e elaborar seus conflitos.

Outra reflexão é o risco da exposição do universo psicológico de uma criança, e, com isso, romper as fronteiras da proteção, em momento de extrema fragilidade psicológica. A questão que se coloca nessa problematização é a de que inquirir qualquer criança é algo polêmico e muito delicado.

No caso específico, nos parece que a criança aos três anos de idade se encontra no período de estruturação psíquica e vivenciando repetidos acontecimentos traumáticos. Portanto, não vislumbramos qualquer benefício a este processo e, principalmente, à criança, que se encontra extremamente vulnerável, a citada inquirição como testemunha.

Neste sentido, respeitando as competências e atribuições, além da imparcialidade e discricionariedade do Ministério Público e do Poder Judiciário, apresentamos o presente posicionamento e recomendações.”

Esse documento foi enviado ao juiz e ao promotor de Justiça, que acataram essa decisão e, recentemente, quando a mãe foi em julgamento, agora, o casal, a primeira solicitação foi de que essa criança fosse a depoimento. E, por conta dessa posição nossa, a gente conseguiu criar proteção.

Então, o que a gente diz é que estamos num limite, numa fronteira, como bem disse e colocou a Senadora Lúcia Vânia e a Senadora Marina e os demais participantes desta audiência de que estamos num momento polêmico. E, diante desse, acho que nos

cabe a prudência de, nos 18 anos de estatuto, de fato tentarmos trazer o depoimento sem dano, trazer outras experiências, como é a proposta do CONANDA, de a gente ampliar esse debate e dele a gente poder depurar a melhor decisão da sociedade junto às crianças e aos adolescentes brasileiros, em especial, nessas condições [soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra a Dra. Velea Dobke. Promotora de justiça do Rio Grande do Sul.

[palmas]

SRA. VELEDA DOBKE: Então, realmente a questão é complexa, muito complexa e polêmica.

Evidente que nenhum Promotor de Justiça ou Juiz de Direito irá determinar que uma criança com três anos de idade seja ouvida, sem que um profissional capacitado para isso nos diga que isso é possível e que a criança tem condições.

Parece que, aqui, os profissionais que vão atuar nesta intermediação do juiz e da criança deverão ter capacitação, qualquer que seja ele: seja o profissional, seja a assistente social, seja psicóloga, seja pedagogo, seja médico, seja enfermeiro, deverá ter essa capacitação, para, no momento em que chegar a criança e houver o acolhimento, seja verificado se ela realmente tem condições disso.

Em nenhum momento nós da Justiça pensamos diferente. Nós queremos sempre, em primeiríssimo lugar, a proteção da criança. Claro que queremos a prova, mas, se tivermos que optar entre a prova e a proteção da criança, evidentemente, ficaremos com a proteção da criança.

[palmas]

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu gostaria de fazer uma pergunta. É normal, em caso de depoimento de uma criança, o juiz buscar um especialista para opinar se a criança deva ou não depor, deve ou não depor?

[pronunciamento fora do microfone]

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Por exemplo, da menina, no caso Isabella, por exemplo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então, eu concederei a palavra ao Dr. José Antonio Daltoé.

SR. JOSÉ ANTONIO DALTOÉ: São várias as questões que a Senadora fez. Mas isso ocorre, Senadora, isso ocorre de crianças, e eu recomendo. Nós fazemos muitas precatórias lá em Porto Alegre de juizes, ao redor de Porto Alegre que pedem para nós ouvirmos as crianças.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Mas o senhor acha que isso seria o normal em todos os estados do Brasil?

SR. JOSÉ ANTONIO DALTOÉ: Mas isso... Não. Eu acho, Senadora... A lei é geral. A Dra. Esther disse que a lei do depoimento sem dano não pode ser feita para o Dr. Daltoé. A lei atual também não é feita para mim. E crianças são ouvidas. E são ouvidas como vítimas e são ouvidas não como testemunhas, porque não prestam depoimentos, mas também são ouvidas; e são ouvidas daquela outra forma a que nós referimos aqui, com toda essa preocupação. E são muitas crianças.

Ocorre de crianças pequenas, com dois, três anos, nós temos essa... Abaixo de três anos é complicado. É muito difícil. Agora, vai surgir complicador. E se a defesa pedir essa... Ela não vai alegar cerceamento de defesa? Então, são vários complicadores que têm que ser resolvidos. No caso em concreto, não dá para fixar três anos em lei, porque tem crianças com cinco anos, e não vão ter condições de prestar depoimento; e têm outras que com quatro têm condições.

Tem que fazer a avaliação do caso em concreto e tem direito a recurso, se a parte, se o responsável legal não concordar, pode recorrer dessa decisão. Então, isso vai ter... Pode juntar um laudo, algo nesse sentido. Agora, é muito difícil, porque crianças com quatro anos têm crianças que conseguem falar e têm crianças que não conseguem falar.

Só para... O Senador Flexa, o técnico ele é um facilitador do depoimento. Ele não repete perguntas. Ele tem autonomia técnica, e isso está dentro do art. 151 do Estatuto da Criança e do Adolescente. O sistema de audiência presidencial é presidido pelo juiz, mas o técnico não repete, ele adapta a pergunta e, inclusive, diz: "Essa não dá", porque ele é mais um filtro daquilo que vai chegar para a criança. Então, isso está previsto já no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O art. 202 do Código de Processo Penal, ele fala que não pode prestar depoimento, mas o nosso sistema processual penal – é complicado aqui falar – ele não tem a prova tarifada, não tem prova que valha mais do que outra. Pode-se ouvir uma criança dessas, e o juiz, na decisão judicial, fundamentar, com base num depoimento, que não foi tomado compromisso. Nós vemos nos filmes americanos: não tomou compromisso. Então, não tem validade, retiro daqui. O nosso sistema não é assim. Não existe a prova tarifada.

Os crimes sexuais, por óbvio, por não terem testemunhas e, em 90% dos casos, não terem exame, prova da materialidade, a palavra da vítima é muito importante. Outras poderão se somar a ela, mas ela se faz indispensável. Não tem como.

Tempo de capacitação. O Fernando pode dizer, eu acho que dá para em duas semanas, com *full time*, oito horas por dia, quem já tem iniciação nessa maté-

ria, lendo o material com antecipação, com um curso, dá para ter alguma coisa, melhorar.

A idéia do Rio Grande do Sul, Senadora, nós estamos começando lá. Não é ter técnico em toda cidade; não existe para isso. O que nós fizemos, botamos 14 cidades regionalizadas no Estado, e colegas vão até lá, que querem fazer dessa forma. Ele não é obrigatório, ele é preferencial, onde ele existe.

Agora, a idéia é que cada vez mais se capacitem técnicos. Isso aí vai levar um bom tempo. A lei da Argentina é de 2004, e eles não têm essa capacitação até agora. E essa questão, como vai ser regulamentada até a questão da eliminação de ceder a guarda, o acolhimento inicial, isso pode ser feito na via administrativa. O próprio CNJ pode abrir um debate a respeito e regular: "A criança que vai ser ouvida por esse método tem que chegar tanto tempo antes; depois vai ser encaminhada para a rede de proteção, se houver necessidade".

A lei não precisa entrar em tanta minúcia. Isso pode ser feito por regulação administrativa. Todos esses que apoiaram o projeto, que constam do depoimento, eles foram lá, Senadora. Eles auditaram o programa. Eles participaram, propuseram. Esse debate já vem sendo realizado há cinco anos. O Conselho de Psicologia, Dra. Esther, foi convidado, nenhuma vez foi lá. Foi convidado desde o início, que começou em 2003. Reiterados os convites para o Conselho Regional, não quis participar, não quis verificar *in loco*, não quis propor alternativa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone].

SR. JOSÉ ANTONIO DALTOÉ: Não, estou falando o regional. E o... E a Sociedade de Psiquiatria, até na moção de apoio que falo, ela disse que não é uma proposta acabada, mas tem que implantar e propõe a rediscussão dentro de cinco anos. É algo que consta dentro da moção.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pelo que eu pude entender [soa a campanha], é que a questão da psicologia é uma questão de princípios; eu acho que é o que rege. Eu acho que jamais o conselho de Psicologia iria se adequar a esse projeto, uma vez que o objetivo do trabalho da psicóloga, no caso, é inteiramente diferente. Ela vai trabalhar a criança na recuperação. E dar o tempo da criança. Ela não vai fazer com que o tempo seja diminuído ou visto, ali, sem que a criança esteja preparada para isso. Ela vai dar um tempo, que é um tempo muito mais longo. Se a criança não quiser falar, ela não vai falar nunca [soa a campanha].

Então, eu acho que a preocupação dela é exatamente essa, porque, de certa forma, o depoimento

induz à fala. O cuidado para se conseguir, que o objetivo é conseguir a prova, e, obviamente, ele vai forçar ou pelo menos buscar um tempo para que essa prova exista, e da psicologia, não. Ela trabalha com o tempo que a criança quer se dar. Eu acho que é isso [soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu concedo à nobre Dra. Esther Arantes para uma breve intervenção, lembrando que já estamos na Ordem do Dia.

SRA. ESTHER ARANTES: Apenas para esclarecer, porque o Dr. Daltoé disse que o conselho foi chamado inúmeras vezes, eu não posso dizer, talvez seja o Conselho Regional, mas, aqui, nós estamos tratando do Conselho Federal e nós gostaríamos muito que esse convite fosse feito, Dr. Daltoé, e aceitaríamos com o maior prazer [soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo, agora... Pois não.

SRA. VELEDA DOBKE: Eu gostaria de me manifestar, aqui, no sentido de entender que o Conselho Federal de Psicologia está, evidentemente, muito preocupado, assim como nós do Direito e preocupados, assim, com esse novo papel do psicólogo. Cada vez que temos uma nova demanda e precisamos dar uma nova resposta, nós ficamos atentos, preocupados, com toda a razão; queremos sempre fazer o melhor possível.

E, agora, examinando, então, a documentação que nos foi entregue, aqui, vimos no parecer, no manifesto da Dra. Lúcia Cavalcanti Albuquerque Williams, que é coordenadora do Laboratório de Prevenção da Violência, da Universidade Federal de São Carlos, pessoa que estuda muitíssimo o abuso sexual intrafamiliar, uma pesquisadora que tem publicado no exterior muito, ela diz o seguinte: que o psicólogo não tem apenas um verdadeiro papel, e sim múltiplos.

Por exemplo, um profissional poderia especializar-se na inquirição de criança; outro, em avaliação e elaboração de laudos; outro, em intervenções com crianças vítimas de abuso.

Então, é isso o que nós pensamos, o profissional da psicologia ele tem tantos conhecimentos sobre o desenvolvimento da criança, como ouvir a criança, em que momento ouvir, como pode ser feito; eu penso que ele é um profissional, vamos dizer, com mais possibilidades de auxiliar do que outro. Mas isso não quer dizer que outro profissional da área da saúde, com esta capacitação, que é necessária para ouvir a criança, o faça.

Então, eu penso que nós temos que estar atentos, assim, às novas demandas. Nós estamos num processo acelerado, estamos com mudanças muitís-

simos aceleradas e precisamos estar atentos a essas novas demandas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo, agora, ao fim ao Dr. Fernando Luiz Carvalho, para a sua intervenção final, e possamos, assim, dar por encerrada a Audiência Pública convocada pela Senadora Lúcia Vânia.

SR. FERNANDO LUIZ CARVALHO: Apenas respondendo, aqui, anteriormente, ao questionamento quanto às ações do Governo Federal, na perspectiva da expansão da experiência do depoimento sem dano, o equipamento para se constituir, para se compor essa sala de inquirição diferenciada, ele deve custar em torno de 20 mil reais.

A capacitação, como o Daltoé falou, inicial, para essa equipe técnica que deve acompanhar o projeto, ela... se pensa em uma capacitação inicial em torno de duas semanas, como dito, e, além disso, também todo um processo de capacitação continuada, de supervisão, de avaliação dos casos, da intervenção desses técnicos para o aprimoramento da técnica.

Quanto às experiências já apoiadas, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos apóia, através de convênio, uma experiência no Rio Grande do Norte, outra no Acre e a própria experiência do Rio Grande do Sul, e estávamos com o edital aberto, até ontem, o edital da Secretaria Especial de Direitos Humanos, em que havia uma linha de financiamento para experiências voltadas para os procedimentos de inquirição especial, no recorte do Programa Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, complementou, ainda, dizendo que estamos com um projeto, em parceria com o CONANDA e com a ONG WCF, de realização de uma pesquisa, tanto de avaliação das experiências em nível nacional como em nível internacional, culminando, aí, com um encontro, onde essas experiências vão ser amplamente debatidas e, logicamente, esperamos compor esse debate da maneira mais democrática e mais ampla possível, e o CFP é um integrante fundamental.

Além disso, a gente vai ter uma capacitação para técnicos que já estão atuando nesses projetos. Além dos que nós estamos financiando, existem outros projetos sendo implementados, através de outros apoios, e, então, vai haver um projeto de capacitação, em que a gente tem conversado, basicamente, a partir da experiência já adquirida no projeto de Porto Alegre, por ser uma experiência pioneira aqui no país.

E, por fim, lembro que esse assunto ele vai voltar à pauta, ele vai ser amplamente discutido também no III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, que o Brasil sediará em novembro, no Rio de Janeiro.

Fazendo as considerações finais, tentando ser o mais breve possível, eu queria muito agradecer o espaço. Acho que o debate é muito rico, e estamos de acordo com o Conselho Federal de Psicologia e com o CONANDA de que esse debate tem que ser ampliado, mas também dizemos que estamos a favor do projeto de lei que hoje se encontra aqui nesta Casa.

A gente acha que esse projeto tem muito a contribuir e que a gente não pode ficar pendente de mais debates, lembrando que ele já é oriundo de uma CPMI de 2003 e 2004. Então, já tem um longo tempo de tramitação. Lógico que outras experiências, outras discussões podem enriquecê-lo, podem alterá-lo e podem chegar a uma proposta cada vez melhor; o que não impede que não caminhemos com o que já temos hoje. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu acho que a Senadora Lúcia Vânia--

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu acho que todos os senadores, aqui, estão divididos. Mas, de qualquer forma, eu quero agradecer.

A gente vai refletir mais. Eu acho que realmente o projeto demanda um pouco mais reflexão. Acho que todos os que colocaram a sua fala aqui puderam mostrar a complexidade do projeto. Eu, pessoalmente, não obtive resposta se isso generalizaria o depoimento das crianças, se poderia generalizar o projeto ou se seria mais prudente a gente aproveitar, e aí o Governo é que poderia falar ou responder, aproveitar a experiência do Rio Grande do Sul e implementar aos poucos essa nova experiência, antes de se tornar lei. E daria tempo, nesse intervalo, de se fazer o debate mais amplo.

SR. FERNANDO LUIZ CARVALHO: Isso já está acontecendo. Temos três experiências que estão sendo apoiadas atualmente. Eu só acho que a gente precisa fazer uma ressalva, a sensibilidade dos magistrados e promotores deste país não vão vir a partir de um projeto de lei.

A gente sabe que, por exemplo, hoje, existem Varas especializadas, em que o próprio magistrado faz questão de colocar a vítima na frente do acusado, na frente do seu advogado, numa sala de audiência extremamente constrangedora.

Então, a questão da sensibilidade dos nossos profissionais que estão atuando no sistema de Justiça, de fato, não será jamais resolvida com um projeto de lei [soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Bom, eu gostaria também de dizer, ao final, que, na realidade, pelas palavras do Dr. Fernando Luiz Carvalho, eu acho que os questionamentos da Senado-

ra Lúcia Vânia, em parte, foram atendidos, na medida que ele anunciou uma série de providências que serão tomadas que vão ajudar e instruir o projeto de lei.

Eu sempre tenho presente que o Brasil não quer muitas leis, quer boas leis. A gente não deve ter, como disse, em certa feita, o poeta: “nós não podemos ter a pressa que aniquila o verso”. Entendeu? Nós temos que estar sempre atentos a essa questão.

Houve, no começo do século passado, um jornalista chamado Pedro Dantas; na realidade, o nome dele era Prudente de Moraes Neto, neto do Prudente de Moraes que foi Presidente da República, como sabem. Ele, de certa feita, num artigo que fez num jornal – e esse artigo está parcialmente transcrito na obra de Gilberto Freyre –, que diz assim: “*O Parlamento não é fábrica que se deva caracterizar pela produção. Sua maior virtude estará sempre naquilo que depura, discute, analisa*”. Porque, de fato, depois que um projeto vira lei, ele passa a ser cogente, obrigatório, e uma série de conseqüências. E por isso que eu fico muito preocupado, às vezes, quando nós estamos muito... Aqui na Casa, também na Câmara, em às vezes medir produção, etc., e que, na verdade, isso é importante, mas não é o ideal. O ideal, talvez, seja fazer o que a senhora está mesmo procurando fazer e que eu acho que é esse o caminho: fazer uma reflexão, discutir, ouvir e chegarmos a um caminho que, inclusive, possa colocar o país, quem sabe, numa posição de vanguarda na solução desse problema. Porque esse também não é um problema especificamente brasileiro.

Então, agradecendo à presença de todos, inclusive dos que participaram desta assembléia e desta Audiência Pública, e dizer que declaro encerrada a presente reunião e convocando uma ordinária para amanhã às dez horas da manhã, hora regimental.

[palmas]

Sessão encerrada às 16h57.

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 02 DE JULHO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e cinquenta e oito minutos, do dia dois de julho de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI**, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM,**

INÁCIO ARRUDA, JOSÉ NERY, VALDIR RAUPP, JAYME CAMPOS, EDUARDO AZEREDO, LÚCIA VÂNIA, FÁTIMA CLEIDE, EXPEDITO JÚNIOR, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, IDELI SALVATTI, HERÁCLITO FORTES, ROMEU TUMA, SÉRGIO GUERRA E CRISTOVAM BUARQUE. Comparece também o Senador Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência leva ao conhecimento dos Senhores e Senhoras Senadoras presentes o aviso nº 729 – Sesses – TCU – Plenário, que encaminha, para conhecimento desta comissão, cópia do acórdão proferido nos autos do processo nº TC 012.484/2005-6, bem como do relatório de auditoria elaborado pelo SEPROG que trata-se de auditoria operacional destinada a avaliar as ações referentes à concessão de autorização e de controle sobre a atuação de colaboradores, pesquisadores, ONGs, missões religiosas e outros agentes em contato com as populações indígenas. Deficiências e dificuldades no cumprimento da missão institucional da FUNAI. Determinações, recomendações, comunicação e monitoramento. A referida correspondência ficará à disposição das Senhoras e Senhores Senadores por 15 dias na Secretaria da Comissão. Comunico ainda o recebimento de “Folder” do TCU – Tribunal de Contas da União, referente ao relatório de atividades do 1º Trimestre de 2008, contendo as principais decisões acerca das funções do governo: saúde e previdência social, que está sendo distribuído aos Senhores Senadores. O folder ficará à disposição das senhoras e senhores senadores por 15 dias na Secretaria da Comissão. Passa-se à apreciação das matérias. **ITEM 15 EXTRA-PAUTA – SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 1991** “Dispõe sobre o exercício da profissão de oceanógrafo e dá outras providências” **Autor:** Câmara dos Deputados. **Relator:** Senador Paulo Paim. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto **Resultado:** **Aprovado o parecer favorável ao Projeto. ITEM 16 EXTRA-PAUTA – REQUERIMENTO DE URGÊNCIA Nº 20, DE 2008 – CAS** “Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 274 de 1991, que ‘Dispõe sobre o exercício da profissão de oceanógrafo e dá outras providências.’” **Autor:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** **Aprovado. ITEM 01 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2007** “Cria o rastreamento da produção e consumo de medicamentos por meio do controle eletrônico por códigos de barra”. **Autora:** Deputada Vanessa Grazziotin. **Relator:** Valdir Raupp. **Parecer:** Pela

aprovação do Projeto **Resultado: Aprovado o parecer favorável ao projeto. ITEM 12 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 77, DE 2008** “Dispõe sobre incentivo fiscal ao empregador para construção de habitação para o empregado”. **Autor:** Senador Gilberto Goellner. **Relator:** Senador Antônio Carlos Valadares **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado: Aprovado o parecer, na forma do substitutivo apresentado. ITEM 11 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 728, DE 2007** “Dispõe sobre os honorários advocatícios de sucumbência no âmbito da Justiça do Trabalho”. **Autor:** Senador Valter Pereira. **Relatora “ad hoc”:** Senadora Lúcia Vânia **Parecer:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado: Aprovado o parecer, com a emenda apresentada. ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 685, DE 2007** “Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas e da organização e custeio da previdência social para desonerar a remuneração de férias e o décimo terceiro salário”. **Autor:** Senador Sérgio Zambiasi. **Relatora:** Senadora Lúcia Vânia **Parecer:** Pela aprovação do projeto, com quatro emendas que apresenta. **Resultado: Lido o relatório, foi concedido vista coletiva.** Às doze horas e cinquenta e sete minutos o Senador Augusto Botelho assume a Presidência. **ITEM 13 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 120, DE 2007** “Altera a Medida Provisória nº 2.190-34, de 23 de agosto de 2001, que altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária”. **Autor:** Deputado Manoel Salviano. **Relatora:** Senadora Lúcia Vânia **Parecer:** Pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta **Resultado: Aprovado o parecer favorável com as duas emendas apresentadas. ITEM 17 EXTRA-PAUTA – REQUERIMENTO Nº 21, DE 2008 – CAS.** “Requeiro nos termos regimentais, a designação de membros da Subcomissão de Saúde e dos três Senadores do Pará e convidados, para verificar in loco a situação real da Santa Casa de Misericórdia do Pará”. **Autores:** Senadora Rosalba Ciarlini, Senador Flexa Ribeiro, Senador Papaléo Paes, Senador José Nery e Senador Mário Couto. **Resultado: Aprovado.** Durante a discussão o Senador Flexa Ribeiro indica também para participar da comitiva os senhores: Dr. Francisco Batista Júnior – Presidente do Conselho Nacional de Saúde e Dr. Edson de Oliveira Andrade – Presidente do Conselho Federal de Medicina. **ITEM 14– REQUERIMENTO Nº 22, DE 2008 – CAS** “Em aditamento ao Requerimento nº 19 de 2008, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal por ocasião, da Audiência Pública do Dia Nacional da Luta Antimanicomial, requeiro a inclusão dos seguintes

convidados: Dr^a Helena Calil – professora de psiquiatria da Escola Paulista de Medicina, Dr^a Maria Célia Toledo – professora de psiquiatria da UNB; e Antônio Geraldo da Silva – Presidente da Associação de Psiquiatria de Brasília”. **Autora:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Resultado: Aprovado.** Os itens 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09 ficam adiados. Fizeram uso da palavra os Senadores Paulo Paim, José Nery, Valdir Raup, Antônio Carlos Valadares, Lúcia Vânia, Flávio Arns, Flexa Ribeiro e Augusto Botelho. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **ROSALBA CIARLINI**, Presidente em exercício.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 2 DE JULHO DE 2008, ÀS 11 HORAS E 58 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. **Aprovado.**

Eu gostaria também, aqui, de registrar a visita que muito nos... Fico muito feliz em recebê-los, do Sr. Manoel e Wilma, que estão aqui, Diretores da TV União, lá do nosso Estado do Rio Grande do Norte, do Vereador Adenúbio Melo e do Pastor Oaldo. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Comunico o recebimento do aviso nº 729 SE-CIS/TCU/Plenário, que encaminha para conhecimento desta comissão cópia do acórdão proferido nos autos do processo nº TC 012484/2005-2006, bem como do relatório de auditoria elaborado pelo SEPROG.

Trata-se de auditoria operacional destinada a avaliar ações referentes à concessão de autorização e de controle sobre a atuação de colaboradores, pesquisadores, ONGs, missões religiosas e outros agentes em contato com as populações indígenas... com populações indígenas. Deficiência e dificuldades no cumprimento da missão institucional da FUNAI, determinações, recomendações, comunicação e monitoramento.

O referido aviso ficará à disposição das senhoras e senhores senadores pelos próximos 15 dias na secretaria da comissão.

Comunico, ainda, o recebimento de *folder* do TCU – Tribunal de Contas da União –, referente ao relatório de atividades do primeiro trimestre de 2008, contendo as principais decisões acerca das funções de Governo, Saúde e Previdência Social, que está sendo distribuído aos senhores senadores.

Eu solicito que todos os senadores analisem, porque é de extrema importância. Trata-se de questões da vida do cidadão no seu dia-a-dia, que é saúde e Previdência Social.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu queria pedir, se possível...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Colocar extrapauta um projeto que está com V.Ex^a, Projeto de Lei do Senado nº 274/1991, que dispõe sobre o exercício da profissão de oceanógrafo e dá outras providências.

Esse projeto foi aprovado aqui; foi para a Câmara, houve alterações. Volta para cá e eu sou relator do projeto. Todos aqueles que atuaram concordam com o substitutivo da Câmara, e eu gostaria, então, se possível, entrar extrapauta. Eu faria o relatório, ele não é terminativo, e nós poderíamos ser o primeiro projeto aprovado, sem prejuízo dos demais.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós concordamos, mas gostaria, se os senhores senadores estão de acordo, não há nenhuma dificuldade. Eu até sugiro, Senador Paim, que colocássemos como o primeiro item a ser discutido.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E eu faria a leitura do relatório.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Até porque essa é uma questão muito importante.

Eu tive, agora, uma experiência que tive contato muito próximo de oceanógrafos; foi exatamente na visita à Antártica que fiz; essa experiência maravilhosa e inesquecível. O quanto realmente a gente fica muito orgulhosa de ver o Brasil com a sua base lá na Antártica, ocupando aquele espaço, e você sente o seu país mais forte, mais soberano.

E, recentemente, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que está completando... Esse ano é o ano dos 50 anos da nossa universidade. Uma das solenidades foi exatamente com relação a uma parceria que existe da Universidade com a Marinha, com relação ao Arquipélago São Pedro e São Paulo, onde existem inúmeras pesquisas e que muitos oceanógrafos do Brasil todo estão indo para ver.

Vários estavam presentes, eu tive oportunidade de estar com eles, e essa reivindicação eles fizeram. Então, ao senhor, que é o relator, responsável pela avaliação desta matéria, eu passo a palavra para fazer sua defesa.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Fico feliz, Senadora Rosalba, de a senhora estar presidindo esta sessão, porque V.Ex^a, pelo que percebo, domina a matéria até mais do que este relator.

Então, é uma justa homenagem a V.Ex^a e a todos os profissionais que dedicam a sua vida a essa atividade.

Eu vou fazer a leitura do relatório, e, aí, poderemos colocar em votação, já que ele não é terminativo.

“Relatório. Em análise nesta comissão, o substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 274/1991, que tem por finalidade regulamentar o exercício da profissão de oceanógrafo.”

A proposição, após deliberação desta Casa, seguiu para a Câmara dos Deputados, que, em 29 de maio do corrente ano, aprovou a matéria na forma de um substitutivo, que, em sua parte substancial, propõe o livre exercício da profissão de oceanógrafo: aos portadores do diploma de oceanografia, em oceanologia, expedido pela Universidade do Rio Grande; aos graduados em áreas ligadas em geociências, ciências exatas, natureza do mar(F), inclusive os diplomados pela Escola Naval, com aperfeiçoamento em hidrografia, que tenha exercido ou esteja exercendo atividade oceanográfica por um período de cinco anos em entidade privada ou pública.

As atribuições desses profissionais que vão desde formular, executar, fiscalizar e dirigir estudos, planejamentos, projetos e pesquisas científicas que visem ao conhecimento e à utilização racional do meio marinho, orientar, dirigir, assessorar e prestar consultoria, realizar perícia, emitir e assinar pareceres e laudos técnicos e dirigir órgãos, serviços, seções de grupos ou setor de oceanografia e, até, ainda que não de forma privativa ou exclusiva, atuar em atividades ligadas à limnologia, aquicultura, processamento e inspeção dos recursos naturais de águas e interiores.

Do projeto original, aprovado pelo Senado, foram excluídos os dispositivos referentes ao piso salarial do oceanógrafo, sua jornada de trabalho, serviço extraordinário e respectiva remuneração. Retirou-se, ainda, de seu texto art. 6º, que trata da penalidade imposta à inflação e seu dispositivo e, de uma forma genérica, sem explicitar dispositivos susceptíveis de originarem essas penalidades.

Análise. A matéria em discussão objetiva disciplinar as condições para o exercício da profissão. Inclui-

se entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal.

A competência para legislar sobre o tema é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 da Carta Magna. Com relação à iniciativa e à competência para legislar, não há, portanto, impedimentos formais e constitucionais. Também não identificamos aspectos jurídicos ou regimentais que obstem a aprovação da matéria, estando ela apta para entrar no nosso ordenamento jurídico.

Quando se trata de regulamento de uma determinada profissão, muitos entendem que ela deve acontecer por via de negociação, onde as regras e condição de trabalho de natureza profissional seriam demarcadas por meio de entendimentos entre os interessados. Argumento que seria um contra-senso: de um lado fazer da negociação coletiva um grande instrumento jurídico para criar normas e condições de trabalho e, de outro, continuar regulamentando o exercício de uma profissão prévia legal.

A despeito desses argumentos, contundentes e atuais, não é demais enfatizar que, num país de grandes dimensões, como o nosso, consenso sobre as condições de exercício de atribuição de certo ramo profissional seria não só custoso, como também demandaria mais tempo para atingi-lo.

Ademais, Sr. Presidente, não se pode esquecer que a regulamentação legal de uma profissão integra a tradição do nosso ordenamento jurídico. Confirmo as diversas leis e dispositivos da nossa CLT.

Teve seu início na década de 30, do século passado, com a finalidade de disciplinar essas profissões e garantir aos cidadãos a prestação qualificada de bens e serviços. Nesse contexto, se insere o projeto no mundo globalizado, onde a qualidade e a excelência de bens e serviços vêm se sofisticando cada vez mais.

Os profissionais que pretendem atuar nessa atividade de uso e exploração racional de recursos marinhos e costeiros, renováveis e não-renováveis, devem ter habilitação especializada. Só assim nós brasileiros podemos não só melhorar e preservar, mas também um conhecimento com mais o mais precioso dos recursos naturais da nossa zona costeira e de sua forma de utilização ambientalmente sustentadas.

O projeto é, portanto, meritório, e seu aperfeiçoamento na Câmara dos Deputados é bem-vindo."

Aqui, eu quero dizer, Sr^a Presidente, que a Câmara fez uma série de alteração, mas eu consultei as universidades sobre o tema, e eles concordaram com a aprovação do substitutivo. Por isso, eu me submeti a que fosse aprovado exatamente como está vindo da Câmara dos Deputados.

"Enfim, o Brasil conta, hoje, com 12 cursos de oceanografia. A Universidade Federal de Pernambuco confirmou a abertura de mais um curso superior a partir de 2009, na Universidade Federal do Ceará, que acaba de implantar sua 1^a turma de oceanografia. O índice de procura foi de 90,2 candidatos por vaga, o que demonstra claramente o grande interesse dos estudantes pela profissão e a necessidade de sua regulamentação.

Finalmente, não podemos deixar de mencionar, nesse momento, que a aprovação desta profissão irá coroar uma luta que dura 29 anos por parte de oceanógrafos e da Associação Brasileira de Oceanografia.

À vista do exposto, opinamos pela aprovação do substitutivo oferecido pela Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 274/1991."

Sr^a Presidente, em resumo, é isso.

O projeto já havia sido aprovado; foi feito um grande entendimento entre o Executivo, as entidades, os profissionais da área e foi feito, então, essa... Eu diria esse ajuste, para que alguns artigos não fossem considerados inconstitucionais, porque diziam aqueles que eram contrários ao projeto original da Casa que seria de iniciativa do Executivo da forma que estaria e poderia, aí, haver o veto do Presidente.

Então, nesse aspecto é que eu concordei, fazendo todas as alterações, conforme me pediram os profissionais da área.

Era isso, Sr^a Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA

CIARLINI (DEM-RN): Quero parabenizar o Senador Paim pelo seu brilhante relatório e em discussão. Não havendo mais quem... Ah, o Senador José Nery para discutir.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr^a Presidente, Senadora Rosalba Ciarlini, senhores senadores, quero cumprimentar o Senador Paulo Paim pelo relatório que apresenta e por extensão cumprimentar aos oceanógrafos brasileiros, graduados em várias instituições de ensino superior. Existem cursos de graduação em mais de 13 universidades brasileiras, e a aprovação deste projeto na Comissão de Assuntos Sociais... Que conclui a sua tramitação nas comissões indo para deliberação no Plenário, na verdade, significa o nosso apoio a uma luta de uma categoria, como disse o Senador Paim, feito há 29 anos.

Toda vez que nós podemos nos associar e contribuir na tomada de deliberação, numa votação, para afirmar, referendar a luta de uma categoria profissional muito importante na atualidade, sem dúvida, representamos a todos, Senador Sérgio Guerra, todos que, de boa vontade, querem construir um Brasil melhor. E o Senador Sérgio Guerra me diz aqui para atender ao

PSDB, na verdade, porque na comissão anterior, Senadora Rosalba, na votação de um projeto houve um pedido para que pudéssemos... Um pedido de vista que havia feito um projeto em outra Comissão e foi feito pelo líder do Governo. Não há aqui a nossa postura de oposição, porém não somos intransigentes.

Então, não tem nenhum problema de aquiescer inclusive aqui manifestar não só meu apoio, o apoio do Senador Sérgio Guerra ao projeto que ora votamos aqui, parabenizar aos oceanógrafos brasileiros por essa etapa vencida da tramitação do projeto nas Comissões, esperamos que a aprovação obtida aqui tenha igual destino no Plenário do Senado Federal.

Muito obrigado a V.Ex^a, parabéns aos nossos oceanógrafos pela conquista obtida.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador José Nery.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem. Posterior.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em votação. Os senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidente, queria se possível ver com a assessoria da Mesa se nós podíamos garantir o regime de urgência ou se é automático para ver se conseguimos, como a exemplo do piso dos professores, que nós todos concordamos, para que ele seja votado ainda hoje à tarde ou amanhã no Plenário.

Então, eu peço que seja aprovado--
[falas sobrepostas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos fazer o requerimento de urgência para ser votado, nós vamos fazer esse requerimento, inclusive eu estou de pleno acordo com o Sr. Relator, porque eu acho que nós temos que ganhar tempo já que os oceanógrafos do nosso Brasil já perderam muito tempo. Há 29 anos e de uma coisa tão importante, Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V.Ex^a deu uma aula aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A Amazônia Azul, os nossos oceanos, a importância da aquicultura, a importância do estudo para preservar o meio ambiente para fazer com que nós possamos conhecer melhor, porque não se conhece muita coisa ainda dos nossos mares, do nosso potencial. Então, acho que é de extrema importância e, como Presidente, não posso dar o voto, mas eu acho que o seu encaminhamento é importante.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se V.Ex^a pudesse, nesse momento, botar em votação o meu pedi-

do de requerimento de urgência para o Plenário, e eu formulo em seguida. E o Plenário já se posiciona.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Se o Plenário estiver de acordo. Então, em votação. Aprovado o requerimento de urgência. A matéria vai a Secretaria--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu sou Relator de duas matérias. O Item 4 e do Item 6. O Item 6, que isenta o aposentado maior de 60 anos por invalidez de exame médico pericial, da autoria do nobre Senador Paulo Paim. Se V.Ex^a pudesse conceder prioridade, os dois são importantes, mas este último de nº 6, se não for terminativo, gostaria que eu pudesse ler o parecer e votar nesta sessão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Valadares. Como o Senador Valdir Raupp--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Ele é terminativo. Pelo menos a leitura.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Senador Valdir Raupp, o Item 1, ele vai ter um compromisso, é não terminativo, vamos fazer o do Senador Valdir Raupp e, em seguida, faremos o Item 4 e Item 6.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço a V.Ex^a.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Por solicitação do senhor e aprovação do Plenário da Comissão.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Agradeço à compreensão, além do compromisso esta noite eu praticamente queria até comunicar as senhoras e senhores senadores que o meu primeiro suplente do Senado, lá em Rondônia, sofreu um AVC esta noite. Está vindo para o INCOR aqui em Brasília num Estado um pouco crítico. Então, esta noite eu praticamente não dormi, vou ter que correr atrás agora para arrumar ainda vaga no INCOR. Agradeço a compreensão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E nós queremos nos solidarizar nesse momento que é difícil para o senhor, o seu suplente, com certeza um grande amigo e a todos do seu Estado que, com certeza, devem estar angustiados por esse momento difícil e desejar que Deus proteja as mãos dos médicos que vão estar à frente no tratamento e que ele possa ficar bem.

Mas em... O Item 1. É uma decisão não terminativa, Projeto de Lei da Câmara nº 24/2007 que cria o

rastreamento da produção e consumo de medicamentos por meio do controle eletrônico por código de barra. Autora é a Deputada Vanessa Grazziotin, o Relator é o Senador Valdir Raupp e o parecer foi pela aprovação do projeto em 19/12/2007. O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. A matéria constou na Pauta da reunião de 15/05/2008 e 11/06, quando foi retirada a pedido do Relator para reexame. Em 17 de junho foi encaminhado novo parecer pelo Relator Valdir Raupp.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp para proferir seu relatório.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr^a Presidente, senhoras e senhores senadores. O Projeto de Lei da Câmara, PLC nº 24/2007, visa instituir o rastreamento eletrônico para a produção da produção e do consumo de medicamentos por meio de código de barra. Para tanto cria o Sistema Nacional de Controle de Medicamentos que deverá envolver a produção, a comercialização, a dispersão e a apreciação médica, odontológica e veterinária, bem como os demais tipos de movimentação previstos pelos controles sanitários.

Da análise. O objetivo do Projeto de Lei é bastante meritório, pois pretende estabelecer maior controle sobre os medicamentos comercializados e dispensados no país. A proposta é que sejam inseridos dados no Sistema Nacional de Controle de Medicamentos, permite identificar os seguintes componentes: Fabricante, fornecedor, comprador, produto, unidades de transporte, logística, consumidor, paciente, prescrição e profissional prescritor. Médico odontólogo ou veterinário.

Com a adoção do sistema de registro eletrônico nacional por código de barra os medicamentos serão facilmente rastreados, o que permitirá a detecção precoce de problemas e a adoção de medidas corretivas com maior agilidade. Com certeza o controle mais rigoroso dos medicamentos em todas as fases da cadeia produtiva irá conferir mais segurança aos consumidores pelo que merece nosso total apoio.

Do voto. Pelas considerações expedidas, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 24/2007. É o voto, Sr^a Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, passamos à votação. Senhores senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Senador Valdir Raupp, parabéns pelo seu relatório de um assunto que é de extrema importância, porque trata do acompanhamento de medicamentos e eu, como médica, sei e muitas vezes por ações inescrupulosas

levam pessoas a ficarem dependentes ou então serem até vendidos de forma sem nenhum controle.

Então, parabéns. E a matéria está aprovada e sobe para a Mesa da Secretaria da Casa.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Obrigado a V.Ex^a, parabéns à Deputada Vanessa e obrigado às senhoras e senhores senadores. Muito obrigado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr^a Presidente, eu quis só contribuir para acelerar a votação, mas quero cumprimentar também o Senador Valdir Raupp e a Deputada Vanessa Grazziotin pelo projeto tão importante que, a partir dele, nós teremos de fato um controle melhor da questão dos remédios.

Então, meus cumprimentos pelo voto e pelo projeto original da Senadora Vanessa Grazziotin.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigado, Senador Paim.

Passamos ao Item 12, não terminativo, Relator é o Senador Antonio Carlos Valadares. Dispõe... Projeto de Lei do Senado nº 77/2008 que dispõe sobre incentivo fiscal ao empregador para construção de habitação para o empregado. Autor é o Senador Gilberto Goellner. Esse é alemão, né? Gilberto Goellner. E o Relator é o Senador Antonio Carlos Valadares.

O parecer foi pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta, e a matéria irá à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento de sua tramitação.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares para proferir seu relatório.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, tendo em vista que o relatório foi distribuído a todos os Senadores, eu procurarei fazer uma síntese para acelerar a aprovação desta matéria e de outras que estão na pauta.

Na verdade, a proposição expressa em sete artigos a proposição objetiva instituir um programa de incentivos fiscais aos empregadores, pessoas físicas ou jurídicas para facilitar o acesso de seus empregados à moradia popular. Nos termos da proposta, a União facultará aos contribuintes a opção de aplicarem parcelas do Imposto de Renda no apoio a projetos residenciais em benefício de seus empregados. Apresentado tanto por pessoa física quanto por pessoa jurídica.

Nesse sentido poderá haver dedução do imposto devido relativamente à quantia efetivamente despendida nos limites e condições estabelecidas na legislação tributária.

Passando à análise, é notório o princípio ético que inspira a proposição a despeito de dotar-se de uma economia dinâmica que há mais de meio século já se assenta sobre uma base urbana industrial em permanente atualização tecnológica o Brasil ainda mantém

em circunstâncias habitacionais indignas da condição humana cerca de sete milhões de famílias, em grande parte concentrada nos centros urbanos.

Não resta dúvida assim de que a escassez dos recursos públicos destinados à produção habitacional, especialmente à moradia popular, impõe a exigência de que as várias instâncias do Governo dediquem essa grave questão à prioridade requerida.

Não foi por outra razão que a própria Constituição Federal com a promulgação da Emenda Constitucional nº 26/2000 passou a tratar o direito à moradia como um dos direitos sociais inscritos em seu art. 6º ao lado entre outros o direito à educação, à saúde e à segurança. Abrigada nesse princípio constitucional não haveria reparo a fazer quanto à pertinência da norma proposta.

Ocorre, contudo, que a proposição encontra óbices em outros dispositivos da lei maior ao instituir por iniciativa parlamentar um programa administrativo que demanda subsídios fiscais. O art. 167, inciso I da Constituição Federal, por exemplo, é explícito ao vedar o início de programas... Um momento, o pessoal assessor aí que... É o Senador que estava tomando a frente, aí, da TV Senado. O art. 160 da Constituição Federal, por exemplo, é explícito ao vedar o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual. Ao qual por sua vez o teor do art. 163 demanda a iniciativa exclusiva do Poder Executivo.

Embora o PLS nº 77/2008 em vários dispositivos tenha sido cuidadoso ao remeter ao Poder Executivo as providências legislativas reclamadas pela tanto pela constituição quanto pela Lei de Responsabilidade Fiscal não se pode afastar o viés da ineficácia da lei proposta que em síntese reverte de perfil tão somente autorizativo voltado para sugerir adoção de medida Legislativa e administrativa por outro poder.

Portanto, Srª Presidente, ante o exposto, voto pela aprovação do projeto em Pauta na forma de um substitutivo, e tornando o projeto um projeto autorizativo. Autoriza o Poder Executivo a instituir programa de incentivo fiscal ao empregador com a finalidade de promover o acesso à moradia dos trabalhadores de baixa renda. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir programa de incentivo fiscal ao empregador, pessoa física ou jurídica que implemente ações com vistas a assegurar o direito à moradia a seus empregados. E outros artigos que estão subseqüentes a esse que estou lendo que regulamentam a matéria de forma autorizativa.

Então, Srª Presidente, para não desprestigiar o Senador e, conseqüentemente, o Senado Federal e manter o espírito da proposição, eu sugiro que o projeto seja convertido em projeto autorizativo, nos

termos do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 77. Agradeço a V.Exª.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e passamos à aprovação. A votação. Como o parecer foi pela aprovação, o parecer do Senador Valadares, eu peço aos senhores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Senador Valadares, parabéns pelo seu trabalho porque realmente vem aqui com as devidas alterações, melhorar o projeto de autoria do Senador... Do Senador... Gilberto... Toda vida eu... Do Senador Valter Pereira...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Do Senador Gilberto Goellner.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Gilberto Goellner. Que o nome é alemão e é difícil de ler. Senador Gilberto Goellner. Parabéns ao Senador Gilberto Goellner e ao Senador Valadares. Assim os empregadores poderão contribuir para que o índice de... Cresça o número de moradias para aqueles que estão sem-teto.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): E reduzir o déficit habitacional que é de sete milhões de pessoas. De famílias. Sete milhões de famílias.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Exatamente. Item 11. Valadares, como este é terminativo, eu gostaria de... Não terminativo--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, logo no início da sessão, eu pedi prioridade para o Item 6 que é terminativo. E como já temos número, quem sabe poderíamos colocá-lo em votação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ainda necessita crescer o número. Nós estamos precisando de mais três senadores para votar os terminativos. Vamos votando os não terminativos, logo que o *quorum* esteja completo, colocaremos em votação o Item 4 e o Item 6. O item 11.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Presidente, pela ordem Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Expedito.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Senadora Rosalba, eu tenho um requerimento extrapauta. Eu não sei qual é o entendimento da comissão, se é antes da... Se tem como votar antes, se vai votar depois. Se tiver condições de nós discutirmos o requerimento. É rápido, acredito que não vai ter muita discussão. E... Em sendo de acordo com a Mesa, gostaria de ver as

possibilidades de nós discutirmos o meu requerimento extrapauta que apresentei.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Expedito, nós vamos. Pois não, Senador

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Rosalba, senhoras senadoras, senhores senadores, quero primeiro agradecer a V.Ex^a a permissão de eu, como não-membro da Comissão de Assuntos Sociais, poder usar da palavra nesta comissão. E--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós ficamos felizes com a presença do senhor aqui participando desta reunião.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mais feliz fico eu de retornar à comissão da qual já participei ativamente em outra Legislatura, e que acompanho sempre o trabalho competente de V.Ex^a à frente da comissão e de todos os senadores e senadoras membros desta comissão.

Eu também, assim como o Senador Expedito Júnior, eu pedi ao Senador Papaléo Paes, que é membro da comissão, e a V.Ex^a, como vice-Presidente, que assinassem junto comigo um requerimento que eu pediria também que fosse incluído extrapauta na sessão de hoje.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Flexa. Nós vamos incluir o seu requerimento e também o do Senador Expedito para que seja apreciado pela nossa Comissão nesta Sessão.

Passamos ao Item 11. Decisão não terminativa. Projeto de Lei do Senado nº 728/2007. Que dispõe sobre os honorários advocatícios e de sucumbência no âmbito da Justiça do Trabalho. Autoria do Senador Valter Pereira, Relator é o Senador Demóstenes Torres e designo como Relatora *ad hoc* a Senadora Lúcia Vânia. Parecer pela aprovação do projeto com uma Emenda que apresenta.

Passo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): O Projeto de Lei do Senado nº 728/2007 que dispõe sobre os honorários advocatícios de sucumbência na Justiça do Trabalho é de autoria do eminente Senador Valter Pereira. A proposição em exame trata de assunto polêmico no âmbito do processo trabalhista. Até hoje as reclamações trabalhistas derivadas em grande parte por infrações a legislação laboral são isentas de pagamentos de honorários advocatícios de sucumbência.

O Projeto de Lei é inovador ao se afastar das regras estabelecidas pelo código de processo civil, pois fixa os honorários de sucumbência em patamar míni-

mo de 5% e no máximo de 15%. Estabelece, também, que os honorários de sucumbência pertencem ao advogado, nos termos do Estatuto da OAB, e exclui da regra de sucumbência dos beneficiários da assistência judiciária gratuita.

Insere, ainda, disposição que fixa o teto máximo de sucumbência para o empregado ou trabalhador reclamante em três vezes o valor do seu salário o último valor recebido a esse título. E, por fim, pede que entidades sindicais e associativas, considerada a missão que lhes foi conferida por mandamento constitucional de representação administrativa e judicial dos trabalhadores *ex vi* do disposto no art. 8º, do inciso III, da Constituição Federal, de serem condenados em honorários de sucumbência.

No âmbito desta Casa, desta comissão, não foram apresentadas emendas até a presente data.

Análise. No termo do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre projeto de lei em caráter não terminativo, uma vez que essa atribuição foi delegada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Há muito que se discute a condenação em honorários advocatícios de sucumbência na Justiça do Trabalho sem que até hoje a tese tenha encontrado guarida na maioria das jurisprudências, na doutrina pátria e ordenamento jurídico vigente. A Justiça do Trabalho é ramo especializado do Poder Judiciário incumbido de conciliar e julgar os dissídios trabalhistas quer sejam ele de natureza coletiva, quer seja de natureza individual.

Desde os primórdios, busca-se um conceito mais uniforme do direito do trabalho muito embora diversas escolas recorrentes doutrinárias se dividam sobre o assunto. Qualquer que seja a definição adotada, não se pode esquecer que o direito do trabalho, como conjunto de princípios e normas jurídicas reguladoras das relações de trabalho, tem por objetivo compensar com uma superioridade jurídica a inferioridade econômica do trabalhador.

Para Cesarino Júnior, o direito social é mais amplo que do trabalho. Segundo ele, não poderíamos dizer que em última análise o direito social é o sistema legal de proteção aos economicamente fracos. Além disso, releva-se o direito do trabalho do direito processual do trabalho em relação aos demais ramos do direito. A dicção do art. 769 da CLT nesse sentido é lapidar. Art. 769. Nos casos omissos o direito processual comum será a fonte subsidiária do direito processual do trabalho exceto naquele que for incompatível com as normas desse título.

Não obstante a esse preceito legal chama atenção a regra incerta no art. 791 da CLT que assevera. Os empregados e empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar suas reclamações até o final. Ademais, a reclamação pode ser verbal levado a termo na própria Secretaria da Vara do Trabalho sem necessidade de Advogado ou petição escrita nos termos do art. 839, alínea "a" 840 § 2º da CLT. Por isso, é que na Justiça do Trabalho não há condenação em honorários advocatícios exceto quando o trabalhador recebe assistência jurídica diretamente do seu sindicato.

O egrégio Tribunal Superior do Trabalho já uniformizou a jurisprudência sobre essa matéria como indica algumas de suas decisões já sumuladas *verbis*.

Enunciado da súmula 219. Na justiça do trabalho a condenação em honorários advocatícios, nunca superior a 15%, não decorre pura e simplesmente da sucumbência devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional e comprovar a percepção de salário inferior ou dobro do mínimo legal ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permite demandar sem juízo do próprio sustento ou da respectiva família.

Enunciado da súmula 329. Mesmo após a promulgação da Constituição da República em 88 permanece válido o entendimento consubstanciado no enunciado 219 do Tribunal Superior do Trabalho. Inexiste flexibilidade jurisprudencial quando se trata desse assunto. Os maiores interessados nos honorários de sucumbência são os advogados. Trata-se de legítima postulação dos advogados principalmente os que militam a favor do empregador e são geralmente assalariados.

O que importa, entretanto é a aplicação do bom senso a este caso, pois, no Brasil, a Justiça do Trabalho mais se assemelha a uma justiça dos desempregados. Tal conclusão decorre do fato de que o trabalhador só postula seus supostos direitos após a rescisão do contrato de trabalho. Antes disso, a reclamação é praticamente impossível na prática mesmo quando o representado pelo sindicato profissional.

Há algum tempo já no Governo do Presidente Lula, vale lembrar, a existência de uma versão de Anteprojeto de Lei divulgado pelo Fórum Nacional do Trabalho que incluía a seguinte disposição. Art. 232. Nas ações de que trata essa lei são devidos honorários advocatícios no termo do Código de Processo Civil e da Lei nº 8.906 de 4 de julho de 1994. Certamente nesse caso o prestígio dos advogados prevaleceu sobre os outros interesses.

Mais recentemente a promulgação da Emenda Constitucional nº 45 do Tribunal Superior do Trabalho editou a Resolução nº 126 de 16 de fevereiro de

2005 estabelecendo seu art. 5º a seguinte regra. Art. 5º. Exceto nas leis decorrentes de relação de emprego os honorários advocatícios são devidos pela mera sucumbência. Houve aqui uma evolução, mas apenas em função da aplicação de competência da Justiça do Trabalho determinada pela Emenda Constitucional nº 45/2005, mantido o posicionamento cristalizado em súmulas anteriores relativamente a não condenação de honorários de sucumbência em reclamações trabalhistas o que ora se retira na dicção da exceção acima grifada.

O acesso da Justiça do Trabalho já é dificultado pelo medo e o receio por parte do empregado de perder o emprego em caso de reclamação trabalhista individual. Como na Justiça do Trabalho a reclamação trabalhista está exonerada de qualquer necessidade de fundamentação jurídica, competindo ao juiz do trabalho à aplicação e o enquadramento jurídico do pedido a partir dos fatos narrados pelo reclamante é de supor que muitos dos pedidos formulados podem ser equivocados, irregulares e principalmente improcedentes.

Pretender-se do empregado mesmo que assistido por advogado ter feito interpretação jurídica de centenas de regras e da jurisprudência devida da aplicação do direito do trabalho é travar antes de iniciado o processo o exercício de postular em juízos os direitos que ele acredita terem sido violados ou suprimidos.

A regra contida no projeto de lei é boa, pois limita e equilibra as relações que são diferentes entre empregados e empregadores, competindo ao Juiz do trabalho mensurar o valor adequado dos honorários de sucumbência, excluído dessa sistemática, os abrangidos pela assistência judiciária gratuita.

Nos moldes como está proposto é de se avaliar que essa proposição possa significar um primeiro passo para impedir a proliferação de reclamações trabalhistas de má-fé ou completamente despropositadas. Por último, relevante à regra de isenção as entidades sindicais e associativas porque não suportariam arcar com os honorários de sucumbências em face da representação de seus associados ou de uma única categoria. Ou de uma categoria inteira.

A única sugestão que apresenta, em forma de Emenda, o Relator deste projeto, o Senador Demóstenes Torres – e eu estou lendo o relatório como a Relatora *ad hoc*. A única sugestão apresentada pelo Relator é que no caso de má-fé também será fixado um limite na condenação de honorários de sucumbência dado à subjetividade que às vezes deriva de tal condenação.

Assim, propõe o Relator que o limite máximo seja fixado em cinco mil reais atualizados anualmente pela

resolução editada pelo Tribunal Superior do Trabalho com base na variação anual do INPC e do IBGE.

Voto. Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 728/2007 com a seguinte Emenda. Acrescenta-se ao art. 791 "a" da CLT na forma que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 728/2007 o seguinte parágrafo – Os honorários de sucumbência quando comprovado a má-fé a que se refere o parágrafo anterior serão fixados no patamar máximo de cinco mil reais atualizado anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, por intermédio da resolução baixada pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Era o que tinha a relatar, Sr^a Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, passamos à votação da matéria. Senhores senadores que se encontram... Que se encontram... Sentados, continuem sentados. Continuem como se encontram [risos]. Aprovada a matéria.

Passamos também à votação da Emenda. Senhores e senhoras senadoras que se encontram [risos]. Permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça para prosseguimento de sua tramitação.

Passamos agora ao Item 10, decisão não terminativa. Projeto de Lei do Senado nº 685/2007. Altera a Legislação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas e da organização e custeio da Previdência Social para desonerar a remuneração de férias e o 13º salário. O autor é o Senador Sérgio Zambiasi e a Senadora Lúcia Vânia é a Relatora.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia para proferir seu relatório.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Vem a essa Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 665/2007 descrito na Ementa de autoria do ilustre Senador Sérgio Zambiasi o qual é composto de cinco artigos.

Análise. Como se vê, o projeto versa sobre isenções fiscais referentes a direitos sociais do trabalhador daí a competência da CAS para emitir opinião sobre a matéria. Primeiramente destacamos que sob o ponto de vista constitucional como suporte do art. 61 *caput* da Constituição Federal não há qualquer impedimento à iniciativa do processo legislativo por membro dessa Casa quanto ao objeto da proposição visto que é atribuição do Congresso Nacional dispor sobre matéria de competência da União referente ao sistema tributário no âmbito do imposto sobre a renda e da contribuição para custeio da seguridade social.

A isenção pretendida atende também à exigência da lei específica para regular exclusivamente a matéria. No mérito a proposta deve ser vista como alívio ao trabalhador já que na fonte acaba de ser pesada e cruelmente tributada em relação ao seu salário no que diz respeito ao imposto de renda e a contribuição para custeio da seguridade social.

Muito embora o autor tenha justificado a proposição em grande parte pela intenção constitucional de conceder o valor integral das verbas em questão, a nossa Lei Maior não faz alusão a nenhuma isenção sobre as referidas verbas trabalhistas. Entendemos, entretanto que o benefício seria cabível em relação à remuneração de férias. Como prêmio ao trabalhador, nada mais justo do que isentar de Imposto de Renda a remuneração de férias. Essa isenção comporia um cenário propício a que os trabalhadores pudessem usufruir o período de descanso de forma mais completa e amena com mais dinheiro para fazer face às despesas sempre aumentadas nesse período.

De forma semelhante, no que diz respeito à contribuição para o custeio da seguridade social, o afastamento da incidência sobre as referidas parcelas tem inegável mérito. Em relação à tributação sobre o 13º salário, hoje ela se faz exclusivamente na fonte e não compõe a base de cálculo do Imposto de Renda do mês em que recebido, em acréscimo a sua remuneração normal o que impede que esse rendimento seja onerado de maneira mais gravosa.

Quanto à técnica legislativa, há necessidade de correção da Ementa do projeto que, equivocadamente, fez referência ao Imposto de Renda de pessoas jurídicas e a Previdência Social em vez de Imposto de Renda das Pessoas Físicas e Seguridade Social. Vale acrescentar que o projeto no art. 3º teve o cuidado de adotar as providências necessárias para atender as exigências sobre renúncia de receitas constantes no art. 14 de responsabilidade fiscal a fim de que as preocupações e interesses de natureza fiscal não se sobreponham ao tratamento justo e adequado trazido proposta em tributação sobre a remuneração de férias e seu adicional.

Voto. A vista do exposto, concluímos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 685/2007 no mérito o voto é pela sua aprovação com as seguintes Emendas. Dê-se à Emenda Projeto de Lei 685/07 a seguinte redação. Altera a Legislação do Imposto de Renda de pessoas físicas e da organização de custeio de seguridade social para desonerar a remuneração de férias. Dê-se ao inciso XXI, segunda Emenda. No artigo 6º da Lei nº 7.703, de 22 de dezembro de 1988, na forma proposta ao art. 1º, do PLS nº 685/2007, a seguinte

redação. Os valores correspondentes à remuneração de férias, inclusive o respectivo abono de que trata o art. 7, inciso XVII, da Constituição Federal. Emenda. Suprima-se... Terceira Emenda. Suprima-se alínea “z” do, § 9º, do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, na redação dada pelo art. 2º, do Projeto de Lei do Senado nº 685/07. Emenda quarta. Suprima-se o art. 4º do PLS 685/2007, remunerando-se o atual artigo para 4º.

Este é o voto, Srª Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão a matéria.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Srª Presidente, para discutir a matéria.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Lúcia Vânia, eu recebi aqui agora um parecer do Ministério da Fazenda, um longo parecer fazendo uma série de considerações. Esse projeto é de um amigo meu pessoal o qual tenho maior carinho, Senador Zambiasi. Se V.Exª concordar, eu nem vou ler tudo que está escrito aqui. Senadora Lúcia Vânia. Nem vou ler tudo que está escrito aqui. Mas eu resumo aqui a parte final sem ler que a partir da aprovação do projeto, digamos, da forma que está, significaria que ninguém mais vai contribuir para a seguridade social sobre 13º e férias.

Por que é que eu levanto uma preocupação? Eu que cobro tanto que a Previdência tem que pagar, inclusive, indexando o mesmo percentual do reajuste aos aposentados e pensionistas que são a fim do fator Previdência, eu não me manifestar nesse momento que vai reduzir em muito o caixa da Previdência, eu acho que não seria correto de minha parte.

Então, eu faria o apelo a V.Exª da seguinte forma. Eu não peço vistas se nós pudermos tirar de pauta, nós conversaríamos com o Senador Zambiasi, eu entendi bem sua intenção, é das melhores, para ver se a gente acha uma forma de... Não, não há problema pra mim também se for vista coletiva. Que seja o melhor para a senhora. O respeito que tenho à senhora e Senador Zambiasi.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Que fosse uma vista coletiva. Porque é realmente um projeto complexo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pode ser vista coletiva. Então, vista coletiva, que daí volta já semana que vem, né? Então, vista coletiva, e eu me comprometo de dialogar com o Senador Zambiasi. Muito obrigado, Senadora Rosalba.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Solicitado vista coletivas, nós vamos suspender a tramitação e na próxima reunião,

daqui a cinco dias ela voltará. De acordo, Senadora? Pronto.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos aprovar. Vamos aprovar o projeto, com a negociação [falas sobrepostas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pronto, ótimo. E, na paz, nós vamos conseguir que ele seja ainda melhor. Mas eu gostaria.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pela ordem, Presidente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Srª Presidente. Queria... Srª Presidente...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Flávio.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É só uma observação. De fato foi concedida vista coletiva para o projeto, não sei se vai haver tempo para a gente discutir ou na semana que vem, porque acho que é a última... Últimos dias, mas de qualquer forma, se for possível, mas a gente tem que se deter, assim, sobre o projeto porque eu acho assim de importância muito grande a iniciativa do Senador Zambiasi, o relatório da Senadora Lúcia Vânia, porque de fato essa questão de tributação tem que ser melhor avaliada.

Um dos parágrafos do relatório da Senadora Lúcia Vânia, que é de três linhas, está escrito da seguinte forma. “De forma semelhante no que diz respeito à contribuição para o custeio da seguridade social”, que depois mudou para Previdência, “o afastamento da incidência sobre as referidas parcelas tem inegável mérito”. Então nesse sentido, quer dizer, a incidência do Imposto de Renda sobre a Previdência Social.

Quer dizer, a pessoa ganha um determinado valor, é descontado Imposto de Renda sobre o rendimento bruto, a pessoa não tem acesso ao valor da Previdência, da seguridade social, e apesar disso existe o desconto do Imposto de Renda. É nesse sentido, se entendi bem. Quer dizer, é uma... Quer dizer, nem viu o dinheiro... Quer dizer, não viu o “dinheiro”, né? Porque a Previdência, como o Senador Paulo Paim, colocou é um grande seguro social. Não é só para a aposentadoria, mas existe incidência de imposto sobre imposto, sobre contribuição, e no final acaba diminuindo.

Quer dizer, além de você descontar para a Previdência, quer dizer, tem que se descontar para a Previdência. Que é o ponto do Paulo Paim, com toda razão. É um seguro social. Aposentadoria, doença e tudo mais. Mas você ainda está pagando Imposto de Renda sobre a contribuição que você está direcionando para a Previdência. Olha, não tem cabimento. Vamos... Pensar seriamente nisso.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu considero o projeto, Srª Presidente, um projeto polêmico, sem dúvida nenhuma. Eu não me detive na análise econômica do projeto porque eu acredito que ele vai passar pela Comissão de Assuntos Econômicos. Eu avaliei apenas o mérito da proposta em se tratando de Comissão de Assuntos Sociais. Acho que o nosso dever aqui é analisar o mérito. Acho que o Senador Flávio Arns coloca alguns questionamentos que ultrapassam a questão econômica. Mas, de qualquer forma, eu considero a vista prudente. O projeto é muito mais abrangente, ele permitia também a isenção do Imposto de Renda sobre o 13º salário--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pela ordem, Srª Presidente.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): E eu consegui reduzir apenas para férias. Mas mesmo assim eu considero que precisa... Que precisamos determinar numa alternativa que não venha a causar transtorno à Previdência. Mas eu acho que pelo mérito aqui é que eu dei o meu parecer favorável.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Srª Presidente, se permitir, antes de o nosso Senador falar, eu falei agora com a assessoria do Senador Sérgio Zambiasi, o qual eu respeito muito, sei que a assessoria do Senador Zambiasi, como o Zambiasi, teve a melhor das intenções, eu quero me comprometer com a vista coletiva. Nós vamos sentar com a assessoria com o Senador e vamos tentar, já na próxima quarta-feira, votar o projeto, quando não tivermos mais nenhuma dúvida sobre isso. Sei que a intenção do Senador Zambiasi foi das melhores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bem, a intenção do Senador Zambiasi com certeza todos nós concordamos, sabemos que foi das melhores, a relatora fez... Analisou o mérito, agora, a questão de pedido de vista, Senador Flávio Arns, é regimental. São apenas cinco dias. Então--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Srª Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas para... Se for necessário mais tempo, aí teria que a Senadora concordar para reexame. Seria o caso. Aí ficaria...

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Acho que cinco dias são suficientes.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): São suficientes?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): São, são suficientes.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Volta na próxima Sessão, já.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Está ótimo. Então, todos aprovam, podemos passar agora a palavra para o Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Srª Presidente, tem um requerimento de autoria dos senadores Papaléo Paes e de V.Exª, Senadora Rosalba, a pedido do Senador Flexa Ribeiro que trata da formação de uma Comissão para diligência na Santa Casa de Misericórdia do Estado do Pará onde morreram em uma semana 12 bebês.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vinte e dois.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Vinte e dois no final de semana e mais dez; são vinte e dois no total. É uma situação bastante grave da qual o Senado e essa Comissão, Subcomissão de Saúde não podem deixar de acompanhar e verificar exatamente tudo o que aconteceu, até porque para que situações semelhantes não ocorram. É uma questão muito mais uma questão do Estado do Pará, mas aqui tem que ser analisado, tem que ser vistas as providências que devem ser tomadas com relação a esse fato.

Como tenho que me ausentar nesse exato momento e já bastante atrasado para o encontro com o Presidente Garibaldi e o com Presidente da Assembléia Nacional de Cuba, queria dizer antecipadamente que sou favorável à proposição no momento em que ela for colocada, manifestar meu apoio à proposição que vai ser votada no final dessa reunião.

Agradecer a V.Exª e dizer que ao subscrever o requerimento junto com o Senador Papaléo a bancada do Pará, e aí a senhora fez... Atendendo a solicitação do Senador Flexa Ribeiro com a qual eu tenho concordância. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador. Pode ficar tranquilo, nós entendemos a sua responsabilidade como líder de partido para a reunião dos líderes, mas fica aqui já... Já fica antecipadamente a sua concordância e quero dizer que após o Item 13, que é o último não terminativo, eu quero... Solicito ao Senador Augusto Botelho que venha presidir porque nós temos dois requerimentos, esse que sou autora e mais outro com relação à outra Audiência Pública.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Srª Presidente, de acordo com V.Exª que é autora, e aí eu dizendo a V.Exª que eu também se for aceito é um prazer em subscrever, conjuntamente com a Srª e o Senador Papaléo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E nos acompanhar se for o caso. Mas eu gostaria de solicitar aqui o Item 13, Projeto de Lei da Câmara nº 120/2007, que altera Medida Provisória nº 2.190/34, de 23 de agosto de 2001, para a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

O autor é o Deputado Manoel Salviano, a relatora é a Senadora Lúcia Vânia. Eu gostaria de... O parecer foi pela aprovação do projeto com duas Emendas que apresenta. E... Gostaria de... A matéria já constou da pauta da reunião do dia 16/04, quando foi retirado de Pauta a pedido da relatora para reexame. E no dia 24 de junho deste ano foi encaminhado novo parecer.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia para proferir seu relatório.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr^a Presidente, esse projeto realmente já esteve em Pauta, eu pedi que fosse retirado para que eu pudesse conversar com a vigilância sanitária. Tivemos uma reunião proveitosa entre o autor do projeto, o Deputado Manoel Salviano, e o Dr. Dirceu, Presidente da agência sanitária... Da vigilância sanitária, e chegamos a um ponto comum que me permitiu fazer um relatório, e apresentando nesse relatório três Emendas.

A argumentação do autor do projeto é que não gostaria que fosse emendado em função de que o projeto teria que voltar para a Câmara. No entanto, nós não encontramos caminhos que pudesse resolver esse problema, atendendo ao que foi acordado. Infelizmente tivemos que fazer as Emendas e o projeto deverá voltar para a Câmara.

Mas, o projeto trata de... Ele altera a Medida Provisória nº 2.190/34 de 23 de agosto de 2001 que altera a Lei nº 9.782 de janeiro de 1999 que define o sistema nacional de vigilância sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária. A proposição compõe-se de dois artigos.

O art. 1º amplia para dois anos o prazo para se renovar a certificação de boas práticas de fabricação conferida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, para estabelecimento ou unidades fabris de medicamentos por linha de produção.

O art. 2º, cláusula de vigência, estabelece que a lei em que o projeto eventualmente se transformará entrará em vigor na data da publicação. As Emendas foram Emendas também acordada, portanto eu acredito que não há necessidade de leitura das mesmas.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 120/2007 com as seguintes Emendas. Dê-se à Emenda do Projeto a Lei da Câmara nº 120/2007 a seguinte redação. Altera a

Lei nº 9.782/1999 para dispor sobre as certificações de boas práticas para produtos sujeitos a regime de vigilância sanitária. Aqui a Emenda segundo estabelece os prazos e, portanto eu acredito que dessa forma nós atendemos tanto o autor da Emenda quanto o que desejava a vigilância sanitária.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTE-LHO (PT-RR): O relatório da Senadora Lúcia Vânia está em discussão. Não havendo quem queira discutir, está em votação. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos agora à leitura do requerimento. Tem dois requerimentos da Senadora Rosalba. Gostaria que a Senadora apresentasse seu requerimento. Já apresentou por escrito queria que ela lesse.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, senhores senadores. O requerimento... Requeiro, nos termos regimentais, a designação de membros da Subcomissão de Saúde e dos três senadores do Pará e convidados, para verificar *in loco* a situação real da Santa Casa de Misericórdia do Pará. A morte de 22, a justificativa. A morte de 22 recém-nascidos na Santa Casa de Misericórdia do Pará em pouco mais de uma semana, número que aumenta a cada dia e justifica esse requerimento.

As denúncias de superlotação, a falta de equipamentos, a falta de pessoal, falta de condições de higiene e falta de medicamentos, veiculadas pela mídia nacional, determinam a necessidade de uma visita de senadores para também em defesa da sociedade paraense brasileira levantar verdadeira situação da instituição.

Sr. Presidente, senhores senadores, senhoras senadoras, eu gostaria, aqui, de acrescentar. Essa situação nós não podemos ficar insensível e muito menos não sentir que o que aconteceu no Pará, na Santa Casa de Misericórdia, também acontece em escala menor em muitos dos municípios brasileiros. A mortalidade infantil ela, apesar de ter decaído no nosso Brasil, mas infelizmente hoje ela ainda é muito alta em alguns estados e municípios em função da mortalidade pré-natal. Por falta de condições, por falta do acompanhamento necessário, e aí nós podemos ver que a questão também de certa forma está ligada à mortalidade materna que ainda é muito alta no nosso Brasil.

Então, o requerimento... Quero aqui parabenizar o Senador Flexa Ribeiro, lá do Estado do Pará, que está com muita responsabilidade querendo que nós possamos, através da Comissão de Assuntos Sociais e da Subcomissão de Saúde, ver *in loco*, porque isso se reflete sobre todo o Brasil. Nós já tivemos casos

que aconteceram em São Paulo, em outros Estados, e não podemos, de forma nenhuma, nos acomodarmos. Não podemos deixar de ouvir este clamor que é gravíssimo, porque nós que somos mães e os senhores pais podem imaginar a dor de quem aguarda ansiosamente nove meses a chegada de seu filho e de repente por falta de condições o seu filho perde essa criança depois de vê-lo chegar à vida.

Então, eu acho que isso é muito grave, muito sério, e quero aqui dizer ao Senador Flexa que não somente estou sendo autora do Requerimento, ao lado aqui do Senador Papaléo, do Senador Augusto Botelho e de tantos outros senadores, mas que também farei todo esforço para acompanhar e poder dar minha colaboração até porque além de mãe sou médica e neonatologista.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Senadora. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Augusto Botelho, que preside a Comissão de Assuntos Sociais nesse momento, quero agradecer a V.Exª e agradecer à Vice-Presidente, Senadora Rosalba Ciarlini por ter subscrito junto com o Senador Papaléo Paes o requerimento de minha autoria que como não membro desta Comissão precisaria do apoio de senadores membros para que ele pudesse ser aprovado.

Eu ao agradecer a Senadora Rosalba, Senador Papaléo e aos demais membros da Comissão, quero dizer da situação caótica que vive a saúde. Isso é um problema nacional. Mas, no meu Estado, a situação chegou a um nível insustentável. Eu próprio vim já à Tribuna do Senado várias vezes para pedir à Governadora que ela... Apelando à Governadora que ela tivesse o cuidado de olhar pela Santa Casa de Misericórdia que é como todas as Santas Casas de Misericórdia no Brasil é um hospital que atende a população mais carente, e que era até 2006, Senadora Lúcia Vânia, Senador Flávio Arns, até dezembro de 2006 considerado como referência nacional de hospital materno infantil.

Recebendo prêmios, Senadora Rosalba, prêmios do Governo Federal. Prêmios do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. E que em um ano e meio foi sucateada, e que apesar dos apelos feitos por diversas vezes da Tribuna do Senado, por mim, pelo Senador Mário Couto, pelo próprio Senador Nery que ela tivesse uma atenção voltada para a Santa Casa e para a saúde do Estado.

Não é só a Santa Casa, nós fizemos uma Comissão de Senadores, e V.Exª, Senador Augusto Botelho, esteve conosco em Santarém, um hospital regional de média e alta complexidade, Senadora Rosalba, que muitas capitais dos Estados do Brasil não tem um

hospital daquele nível com equipamentos de última tecnologia. De ressonância magnética, de tomografia, de cirurgia cardíaca, de hemodinâmica e que está lá um ano e meio abandonado, sem utilização, que o Ministério Público cobrando da Governadora ações no sentido de colocar o hospital em funcionamento. E mortes e vidas sendo perdidas também.

Então, a situação da saúde no Estado do Pará é caso de Polícia. Nesse caso aqui da Santa Casa de Misericórdia, ela necessita de ação emergencial. Não foram atendidos os apelos, chegamos agora ao ponto de 22 mortes de recém-nascidos num final de semana e que a imprensa internacional, não só a nacional, a internacional divulga esse caos a nível para o mundo todo.

E aí o Estado do Pará que era considerado até dezembro de 2006 como cinco melhores Estados da Federação Brasileira, em todos os índices de referência, hoje se encontra nessa situação. Então eu pediria, o Presidente, o Diretor do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, ex-Presidente da seccional da OAB do Pará, ele fez uma declaração e diz o seguinte, o Dr. Ofir Cavalcanti Júnior. “É necessário que o Governo do Pará assuma sua responsabilidade por essas mortes. Peça desculpas à sociedade e às famílias, e em relação à saúde pública no Estado, tome as rédeas da situação dando uma resposta eficaz à sociedade”. Mais adiante ele diz que “além do caso das mortes dos bebês, também as mulheres têm sido vítimas fatais da má gestão da saúde do Governo do Pará. A quem acusa de descompromisso com uma política séria nessa área”. Abro aspas. Diz o Dr. Ofir. “Há um descalabro com mulheres mães que também estão morrendo em grande número na Santa Casa e muitas delas grávidas, e portadoras de câncer. Estão sendo obrigadas pela atual gestão a fazer tratamento fora dali”.

Diz ainda o Diretor do Conselho Federal da OAB que o Estado do Pará está em débito com a sociedade, pois falta capacitação funcional, faltam condições de trabalho, falta compromisso com as pessoas pobres que vem do interior do Estado para serem atendidos na Santa Casa e outros hospitais em Belém como os hospitais regionais que eu fiz referência ainda há pouco que estivemos lá numa comissão com o Senador Augusto Botelho participando e outros senadores em Santarém que também não funcionam, também não funcionam.

Então, eu quero aqui agradecer. Agradecer em nome do povo do Pará, agradecer em nome daquelas famílias que têm a nossa solidariedade, que estão sofrendo o luto da perda como V.Exª, especialista na área sabe que a espera de um filho por nove meses e

chegar na gestação perder esse filho por incapacidade, por falta de atendimento do Governo é lamentável, é inaceitável em qualquer lugar deste país. Por mais miserável que seja esse município, que não é o caso da capital de um Estado, que não é o caso de Belém, capital do Estado do Pará.

Eu pediria a V.Ex^a, Senador Augusto Botelho, que preside nesse instante em função da Senadora Rosalba ter assumido o requerimento de minha autoria, como disse por não ser membro da CAS, que nós pudéssemos, Senadora Rosalba, na condição de Presidente, acelerar essa ida porque é um caso emergencial. Quanto mais tempo demormos, mais mortes virão. Então, é uma questão de consciência nossa que nós possamos fazer isso ainda essa semana, Senadora Rosalba, e como foi pedido aqui no requerimento, que seja a Comissão, a diligência composta pelos membros da Subcomissão de Saúde da CAS, de senadores convidados, porque existem senadores que não são da CAS, mas que têm interesse também, até alguns como o Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Tião Viana, que estudaram na escola, se formaram na Faculdade de Medicina do Estado do Pará e que tinha a Santa Casa como hospital de apoio, hospital de apoio para o ensino, então eles conviveram com a Santa Casa.

O Senador Papaléo Paes, Senador Mozarildo e o Senador Tião Viana são médicos formados pela Faculdade de Medicina do Estado do Pará, conviveram com a Santa Casa. Então eles também têm interesse em ajudar a Santa Casa e fazem questão de comparecer, de irem com essa Subcomissão. Daí o requerimento também de além de membro da Subcomissão, de senadores convidados e outros convidados como o Presidente do Conselho Federal de Medicina e o Presidente do Conselho Nacional de Saúde, que já se colocaram à disposição tal a gravidade da situação, Senador Flávio Arns, para irem junto a essa diligência.

E a nossa intenção é que fique bem claro para o povo do Pará. A nossa intenção é de encontrar uma solução definitiva para a recuperação da Santa Casa de Misericórdia. Vamos lá, vamos todos juntos, se houver necessidade vamos ao Ministro da Saúde, vamos ao Presidente da República, vamos buscar os recursos necessários, vamos ver de que forma o Ministério da Saúde pode aparelhar o Governo do Estado. O que nós não podemos mais permitir é que se percam vidas como estão sendo perdidas no Estado do Pará, principalmente de inocentes como são essas crianças que não têm nem o direito à vida, porque elas mal nascem, elas por falta de atenção vão a óbito.

Então, eu pediria, eu falei com o Senador Papaléo Paes que é o Presidente da Subcomissão, e pediria a V.Ex^a, Senadora Rosalba, que se fizesse um ofício

ao Presidente Garibaldi Alves pela Subcomissão para que o Presidente Garibaldi Alves pudesse atender aos convidados que não são membros da CAS e nem membros da Subcomissão para que ele pudesse também fazer com que eles tivessem condições de irem junto a essa diligência para o Estado do Pará.

Então, eu pediria que esse ofício também fosse encaminhado ainda hoje de tal forma que junto com V.Ex^a nós pudéssemos fazer a programação da ida dessa diligência na sexta-feira a Belém para que pudéssemos lá visitarmos a Santa Casa, termos audiência com o Ministério Público Estadual, com o Ministério Público Federal, com o Conselho de Medicina, com todos os órgãos que estão envolvidos na questão e que têm interesse com o Governo do Estado, evidentemente, através da Secretaria da Saúde e da Governadora, para que nós pudéssemos encontrar definitivamente uma solução para que a Santa Casa volte a ser uma referência nacional e, mais do que isso, volte a atender a população carente do Estado do Pará.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O requerimento está em votação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Pois não.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só queria fazer algumas observações. Eu sou membro da Comissão de Assuntos Sociais e sou membro da Subcomissão de Saúde, como V.Ex^a também é e honra muito aquela Subcomissão. Inclusive na condição de médico e muito sensível, muito solidário com todas as situações.

Então, quero dizer que da minha parte eu não tenho qualquer dúvidas em relação a que esse procedimento deva ser feito. Acho que é um caso sério, uma... Assim, uma necessidade grande, e não se admite mesmo que tantas famílias sejam penalizadas, crianças morram, e isso tem que ser investigado, tem que ser apurado, refletido, aprofundado.

Então, quanto a isso sou a favor do Requerimento. Agora, a gente tem que pensar no seguinte também. Eu diria assim que nós temos que a partir desse caso concreto, e que é infelizmente tão triste, a gente ver quais os encaminhamentos que podem ser feitos para uma política pública de atendimento à gestante, de atendimento ao pré-natal, ao nascimento e depois do nascimento.

A gente sabe que o Estado do Pará está sendo governado pela Governadora Ana Júlia, que é do PT, e também nós somos de todos os partidos, eu sou do PT também e outros senadores são de outros partidos, mas a gente fazer um esforço possível para não

partidarizarmos esse debate. Porque eu penso que o desafio para o atendimento com qualidade antes da gestação, no momento do nascimento e depois do nascimento, é um desafio para o Brasil todo. E a partir desse caso concreto a gente dizer o que está acontecendo no Brasil.

Entre outras coisas, o que o Ministério da Saúde está fazendo, o que o Governo do Estado está colocando, está aplicando os 12% que V.Ex^a inclusive foi o relator, os 12% do orçamento na saúde. O que o município de Belém está fazendo também em termos da gestão, apesar de eu ter sido comunicado que eu estranhei que a Santa Casa está sob responsabilidade estadual. Quer dizer, isso é uma circunstância também que tem que ser vista, mas o município também, o município também tem que aplicar 15%.

Falar, inclusive, com a pastoral da criança, eu penso que a pastoral da criança também no Pará certamente acompanha nos bolsões de pobreza o desenvolvimento da criança. Separarmos questões de gestão de hospital com questões de financiamento e atitudes das autoridades públicas. Porque a gente sabe que no Brasil me parece, salvo melhor juízo, que a questão da saúde é uma questão de financiamento por um lado, e questão de administração e de gestão do outro lado também.

Se denúncias foram feitas anteriormente, porque se a gente chega num momento em que 22 crianças estão morrendo, quer dizer, quais as atitudes que foram tomadas antes? Mas de qualquer forma eu penso assim que o que nós queremos é que a gestante e o bebê sejam atendidos com qualidade. Não é verdade? Isso que a gente quer no Brasil. E como é que a partir de um caso concreto, infeliz, triste, difícil, a gente possa assim além de atender a necessidade específica da Santa Casa, do hospital, pensarmos em termos de uma política pública de iniciativas de recursos, de gestão, de administração para que a saúde melhore no geral.

Porque se está acontecendo no Pará, em Belém, olha a gente infelizmente tem que dizer olha, certamente está acontecendo em muitos outros lugares também. Não poderia. Não deveria estar acontecendo. Então, essa visita serve pra gente depois inclusive chegar aqui na Subcomissão e discutirmos no detalhe o que fazer em termos de Brasil.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Senador Augusto Botelho, só em relação ao Senador Flávio Arns. Concordo plenamente que esse pode ser o ponto de partida. Porque esse é um retrato do Brasil. Infelizmente o fato tomou essa dimensão nacional e internacional porque o número, o número gritante. Vinte e duas crianças em uma semana. Mas nós sabemos

que infelizmente talvez agora nesse segundo esteja morrendo alguma criança por falta de condições nas maternidades, nos hospitais do Brasil.

Não se trata de uma questão partidária. Se porventura a Governadora é do PT, ela poderia ser de qualquer partido. Agora, a ação administrativa que cabe, aí, pelo que eu entendi, por ser um hospital de atendimento estadual. Estou fazendo esse comparativo com o meu estado, onde nós temos, na cidade de Mossoró, e eu lutei muito para municipalizar, porque havia forma de até recebendo pessoas de outros municípios poder haver a compensação entre os municípios, mas muitas vezes o próprio Estado não sei porque, eles ficam talvez com receio de perder poder, que acontece também na educação, onde as escolas Municipais já deveriam ser todas municipalizadas, eu considero que um dos atrasos na educação é isso.

No mesmo município você tem escola estadual, escola municipal de ensino fundamental. Duas metodologias, duas formas de administrar as ações. Então, acho que isso prejudica, como também em nível de hospitais. Como também em nível de hospitais. Eu estou sentindo assim porque eu já batalhei muito inclusive na cidade de Mossoró por um serviço de materno infantil, maternidade fosse pública. O serviço fica dependendo de uma "fundação" ligada a um grupo político, que é uma "fundação", que faz e já tivemos casos gravíssimos, quando o próprio hospital regional se negou a ter uma ala destinada para fazer o atendimento da maternidade.

Então, vocês vejam como é grave. Em todo o Brasil. Então nós temos realmente ver a partir desse fato lá no Belém levantarmos essa bandeira em defesa da vida das nossas crianças, recém-nascidos e das mães para reduzir a mortalidade materna e infantil que acredito, Senador Augusto Botelho, e tantas coisas podem ser feitas, medidas tão simples, meu Deus do céu, tanta coisa que existia e que hoje não existe mais. Que nós sabemos, nós que militamos, já posso dizer 30 anos no exercício da medicina que comecei no tempo que eram parteiras. Depois foi crescendo o número de profissionais. Então, hoje existem condições de melhorar ainda mais.

Então, eu acho que é exatamente isso, esta questão não é de partido, não. Mas nós não podemos nos calar, nós não podemos, de forma nenhuma, nos acomodarmos. Se a Governadora do meu Estado não está cumprindo, eu tenho que dizer. Se do Pará também não estiver, nós temos que dizer seja de que partido for. Eu acho que nós não podemos ter nenhum prurido em relação à defesa da vida das nossas crianças.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, eu só gostaria deixar muito claro que eu concordo

inteiramente com a Senadora Rosalba, com o Senador Flexa, e isso tem que ser feito. Deixar muito claro. Eu só disse assim não vamos deixar que a tentação partidária se sobreponha à necessidade de acharmos solução para os problemas, porque é sempre um debate que se faz.

Mas eu tenho certeza, conhecendo a Senadora Rosalba, que é Presidente desta comissão e eu disse ao Senador Papaléo, que é Presidente, que é médico também da subcomissão, e o Senador Flexa Ribeiro, que é autor do requerimento, que o grande objetivo é dar qualidade de atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal. Isso que a gente tem que perseguir e brigar com todo mundo para que a criança seja a prioridade.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Eu gostaria aqui só mais uma palavrinha, só para complementar, depois passo ao Senador.

Senador Flávio Arns, eu quero aqui até aproveitar esse momento e dizer que sei dos bons propósitos do senhor, até porque você tem ao seu lado uma irmã que eu admiro muito. A tia, aliás, a sua tia que é a Dr^a Zilda Arns, que foi quem iniciou todo aquele trabalho da pastoral da criança, que eu participei e que é um trabalho magnífico de combate à mortalidade infantil chegando com ações tão simples, mas tão necessárias importantes de orientação, de acompanhamento às nossas crianças.

Então, eu gostaria... inclusive eu tive a oportunidade de conviver alguns dias com a Dr^a Zilda Arns, quando fui a Cuba, Havana, no encontro sobre saúde da família, saúde infantil, isso anos atrás, e nesse trabalho maravilhoso. Então, eu acho que o senhor está imbuído e faz nos ajudar, vamos nos somar. Agora temos que realmente sermos muito... Nessa questão não podemos tentar tapar o sol com a peneira, não. É vida. E o momento importantíssimo na vida das mulheres quando elas estão chegando... O seu filho chegando, isso é uma coisa das mulheres e dos casais. Porque acho que é doloroso perder o filho em qualquer época da vida, mas nesse momento também por negligência, por falta de cuidado.

Porque o Governo deixou de repassar recursos para... Porque as Santas Casas, Senador Augusto Botelho, no passado as Santas Casas funcionavam. Eu também fui estagiária, fui plantonista de Santa Casa quando estudante. Então, é um sistema que precisa realmente ser... Ser analisado e ser apoiado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu preciso só fazer uma observação. Quer dizer, que a Senadora Rosalba usou a expressão "Não podemos tapar o sol com a peneira". Só deixando muito claro que, em hipótese alguma, estamos tentando sequer de longe fazer isso.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Não, Senador. Não foi com relação ao senhor. Muito pelo contrário.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O importante é fazer o levantamento, discutir, ver, e a gente estar junto nessa caminhada.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Senador, desculpe. Não tive a intenção, de forma nenhuma, dizer isso com o senhor. Não foi com o senhor. Eu quis colocar... Nós que não podemos deixar de ir a fundo nesta questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):

Senador Augusto Botelho, Senador Flávio Arns, V.Ex^a tem toda razão quando diz que a diligência que irá a Belém poderá tirar lamentavelmente da tragédia que está acontecendo lá orientação no sentido de se criar um programa através da Subcomissão de... Ou melhor, se criar uma proposta de programa que atenda a nível nacional a questão da neonatal ou da infância, da maternidade, da coisa. Acho que está correto.

Agora, quero que V.Ex^a tenha absoluta certeza. Não há partidização nesta questão. Com a vida não se tem partidização. O próprio Presidente Luis Inácio Lula da Silva chegou a dizer em uma das suas... Um de seus pronunciamentos dizendo que com a saúde não se brinca. V.Ex^a deve estar lembrado disso. Então, a saúde não tem coloração... Acho que tem três... Todos são importantes, todas as áreas são importantes. Mas saúde, educação e segurança não têm que haver aparelhamento dessas áreas. Porque vai exatamente na formação da educação, na formação das futuras gerações, a educação, a saúde na manutenção da vida e da qualidade de vida, e a segurança na proteção da sociedade.

Então, são áreas que não podem e não devem, não devem deixar de ter atenção prioritária de todos nós brasileiros. Então, não há intenção de partidizar. Tanto não há que os senadores que eu procurei para que pudesse apoiar a vida desta diligência são senadores do PT, do seu partido. O Senador Augusto Botelho, o Senador Tião Viana, do PT, o Senador Mozarildo, que é do PTB, da base do Governo. Quer dizer, não há partidização. E o Senador Papaléo Paes que é do PSDB, mas pelo fato de ele presidir a Subcomissão, e mais do que isso, Senadora Rosalba, de ele ter sido... Ele é paraense, é bom que saibam isso, ele é paraense, está cedido e fazendo um trabalho enorme e obstinado pelo Amapá, mas estudou medicina no Pará e sabe o que representa a Santa Casa de Misericórdia paraense.

Eu nasci na Santa Casa de Misericórdia. Minha mãe fez o seu parto, meu e de meus irmãos, na Santa Casa de Misericórdia de Belém. Os meus filhos nasceram na Santa Casa de Misericórdia de Belém. Eu não posso aceitar em hipótese nenhuma que esse hospital, que é emblemático para o nosso Estado, e que atende e por isso ele é estadual, ele atende o Estado como um todo, principalmente os municípios circunvizinhos de Belém, nas emergências, na maternidade. Nós não podemos deixar que esse hospital seja abandonado à própria sorte. Porque hoje a Santa Casa que é de misericórdia pede misericórdia.

Eu acho que nós, Senadora Rosalba, que representamos os Estados brasileiros, não podemos nos furtar a atender a esse pedido de misericórdia da população carente com Estado do Pará. Era isso que eu queria acrescentar. E fique certo, Senador Flávio, quero contar com a presença de V.Exª nessa ida a Belém. Porque V.Exª tem o compromisso com o social. V.Exª tem um compromisso com os menos favorecidos. E a ida de V.Exª com a isenção de V.Exª com certeza absoluta dará a essa Comissão que irá a Belém, o respaldo para nós possamos encontrar uma solução emergencial para a Santa Casa de Misericórdia de Belém e em seguida para todas as Santas Casas do Brasil e uma proposta como V.Exª tem razão.

Gostaria muito, Senadora Rosalba, de ainda pertencer a esta comissão para que pudesse fazer parte desse grupo que irá propor uma atenção especial para as gestantes a nível nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Senador Flexa.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, gostaria pelo avançar da hora que fosse logo colocado em votação, porque ainda tem um outro requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Isso que estou tentando fazer, Senadora. Então, em votação o requerimento da Senadora Rosalba. Os senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Outro requerimento da Senadora...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, o Requerimento de nº 19/2008 da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal por ocasião da Audiência Pública do Dia Nacional de Luta Antimanicomial, requeiro a inclusão dos seguintes convidados: Sr. Presidente, senhores senadores, senhoras senadoras anteriormente havíamos proposto um requerimento, foi aprovado nessa Comissão, nós subscrevemos, exatamente solicitando Audiência Pública para que essa questão dos problemas mentais, da luta antimanicomial e também o que isso vem re-

fletindo, se é bom, se é ruim, para que possamos fazer uma análise maior dessa questão com relação a saúde mental.

Gostaria de pedir que fossem incluídos entre os convidados a Drª Helena Calil, Professora de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina e uma grande especialista na área de doenças como psiquiatra, mas grande especialista conhecedora na área de bipolar, na área de psiquiatria, mas, claro, psiquiatra, mas especialista em vários transtornos, e a Drª Maria Célia Toledo, Professora de Psiquiatria da UnB, e Antonio Geraldo da Silva, Presidente da Associação de Psiquiatria de Brasília.

Esses convidados com certeza irão nos trazer informações da sua experiência, do seu dia-a-dia já que eles tratam diretamente essas questões da saúde mental e que com certeza irão trazer um... Engrandecer essa Audiência com várias informações para que nós possamos também analisar como está a situação da saúde mental em nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigado, Senadora. Coma a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, eu concordo com o requerimento e quero até propor, porque quando esse requerimento foi proposto, se V.Exª se lembra, houve um grande debate aqui na Comissão sobre a importância da iniciativa. Não ser só um dia de luta antimanicomial, mas nos debruçarmos às necessidades da pessoa com doença mental, com distúrbio psíquico, seja em termos até de gestante, gestante, bebê, o caso, por exemplo, de Curitiba agora que a mulher arremessou a criança do 8º andar do prédio e o porteiro falando não, essa mulher ela está em tratamento há bastante tempo por distúrbio mental.

Porque realmente, quer dizer, a pessoa... Mas aí a gente pergunta que tipo de atendimento que essa mulher estava tendo, qual o apoio... Porque se isso representava um perigo para a criança, isso naturalmente é prevenção. Vamos dizer, a pessoa tem que... Então, há um conjunto de necessidades na educação, a queixa dos professores com alunos com distúrbios de comportamento... Não é problema de conduta, mesmo. Não é mau comportamento. É distúrbio de comportamento. Adultos, remédio, hospitalização... Pessoas que inclusive eu conheço uma situação específica em que a pessoa quer se matar, mas quer se matar matando alguém junto também. Imagina a situação. E a pessoa não pode ser internada, no caso. Quer dizer, não dá para internar porque a legislação nesses casos também não dá para abrir porque senão acaba internando pessoas que não necessitam... Enfim, é um conjunto

de necessidades e um conjunto de pessoas que podem oferecer muitos subsídios.

O que se sugeriu naquela época, em vez de ser uma Audiência Pública, Senadora Rosalba, que a gente pudesse, talvez pela Comissão e pela Sub-comissão, organizarmos, talvez, um ciclo de debates sobre isso para que várias pessoas do ponto de vista da educação, da assistência, medicamento, jurídico, segurança, tal, pudessem participar e a partir daí inclusive estimularmos o Dr. Pedro Gabriel, que já está estimulado, mas ajudarmos que a pessoa que cuida pelo menos na área da saúde, mas isso é um problema de educação, de antidrogas, álcool, drogas, tudo isso, para que... Então, a minha sugestão é que eu concordo com o requerimento, mas que pudesse aprofundar isso e organizar um ciclo de debates.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Eu gostaria até de propor uma experiência que nós estamos tendo recentemente com relação lá na Comissão de Educação a Lei do Teatro. Houve um ciclo de Audiências. Então, claro, porque uma Audiência Pública com relação a essa questão que nós sabemos que ela tem uma dimensão bem maior do que muitos possam imaginar. Com muitos convidados, talvez ela não seja muito produtiva.

Então, nós poderemos, através da Comissão de Saúde, e gostaria, aqui, de propor, Senador Augusto, que nós fazemos parte da Comissão de Saúde, que a gente analisasse para fazer em vários momentos, exatamente sobre a questão de internação; isso é um caso que precisa ser visto. Só uma Audiência poderia tratar disso. A outra, questão da educação e dos transtornos mentais, e acho que realmente estou de acordo.

Seria uma série de Audiências, podemos, aqui, pelo número de convidados que temos, já gostaria de propor duas Audiências. Que poderão surgir outras de acordo com a necessidade. Porque realmente é grave. Hoje a doença maior, de maior... Que mais atinge a população hoje são os transtornos mentais. É porque infelizmente as estatísticas, muitas vezes, não refletem a realidade, porque ainda existe muito, vamos dizer assim, muito preconceito.

Então, a pessoa está no seu ambiente de trabalho que tem algum transtorno, ele simplesmente tenta esconder. A família esconde. Então, isso é uma coisa muito grave e precisa ser tratada com uma atenção especial. Então, acho que realmente é importante que a gente possa debater exaustivamente e podermos trazer sugestões para melhorar o programa de saúde nacional, que nós sabemos que existem ainda muitas distorções, falhas que precisam ser corrigidas. Inclusive, essa questão da internação tem que ser revista, porque nós temos estatísticas, nós temos comprova-

ção de que aumentou o número de pessoas que têm transtornos mentais nas ruas, abandonadas, e isso realmente é algo muito grave. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigada, Senadora. Em votação o requerimento. Os senhores senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

Os requerimentos serão atendidos de acordo com o Regimento da Casa.

Declaro encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 13h37.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 09 DE JULHO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e trinta e um minutos, do dia nove de julho de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA**, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, INÁCIO ARRUDA, JAYME CAMPOS, MARCO ANTÔNIO COSTA, ROSALBA CIARLINI, EDUARDO AZEVEDO, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, NEUTO DE CONTO, ADEMIR SANTANA, ROMEU TUMA e CRISTOVAM BUARQUE**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação das matérias. **ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131, DE 2001** – “Que cria o Serviço Social da Saúde (SESS) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (SENASS)”. **Autor:** Senador Geraldo Althoff. **Relator:** Senador Sérgio Guerra. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto com as emendas aprovadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado: Retirado de Pauta e encaminhado ao relator para exame das emendas apresentadas.** **ITEM 11 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2005** “Que regulamenta a profissão de taxista e dá outras providências”. **Autor:** Senador Valdir Raupp. **Relator:** Senador Paulo Paim. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Retirado de pauta.** **ITEM 13 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008** “Que revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Revoga o artigo que permite

a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente)”. **Autor:** Deputado Magela. **Relator:** Senador Paulo Paim. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Lido o relatório, foi concedido vista coletiva.** O Senador Paulo Paim solicita o registro em Ata da leitura do seu relatório ao PLC Nº 46, de 2008. Os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 12, 14 e 15 ficam adiados. Fizeram uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Adelmir Santana e Flávio Arns. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **PATRÍCIA SABOYA**, Presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE JULHO DE 2008, ÀS 11 HORAS E 31 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Bom dia a todos e a todas, havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. Os senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

A pedido do autor, o item nº. 11 da pauta, PLS nº. 175, de 2005, fica retirado de pauta. Eu começaria pelo item 13, se todos estiverem de acordo, que é de acordo também com a presença dos relatores e o Senador Paulo Paim, que relatou e já está presente. É o Projeto de Lei de Câmara, nº. 46, de 2006, que “*Revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943. Revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente*”. Autoria, Deputado Magela, relator, Senador Paulo Paim, que tem a palavra para proferir seu relatório.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, Senadora Patrícia SABOYA Gomes, eu entendo que o projeto do senador, do Deputado Geraldo Magela é mais do que procedente, importante, porque, entendo eu, inclusive, que é uma proposta... A proposta que estava na CLT, na minha avaliação, absurda, porque

o cidadão, contra, atualmente, à sua vontade, ficou inadimplente, ele pode ser demitido por justa causa, por isso que faço o relatório com muita satisfação.

“*Esta comissão recebe para análise, Projeto de Lei da Câmara, nº. 46, de 2008, de autoria do Deputado Geraldo Magela, que pretende revogar o art. 508 da CLT, que permite a demissão por justa causa dos bancários, por falta contumaz de pagamento de dívida legalmente exigíveis. Segundo o autor, esse artigo representa uma demonstração clara de discriminação no trabalho e, é totalmente incompatível com os preceitos da nossa Constituição Federal, especialmente os previstos no art. 5º, que estabelece os direitos fundamentais da pessoa, não havendo, portanto, razão alguma para manutenção de tamanha agressão aos trabalhadores bancários. Na Casa de origem, a matéria foi aprovada apenas com uma emenda de redação, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e na Comissão de Constituição e Justiça e da Cidadania. No prazo regimental, não foram apresentadas emendas nessa comissão.*”

Análise: “*As relações de emprego dos bancários, inserem-se no campo do Direito do Trabalho, proposições a esse respeito são de iniciativa comum, previsto no art. 61, da nossa Constituição Federal, cabendo ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema, nos termos do art. 48, da mesma Carta. Não há, portanto, impedimento no que se refere aos ditames constitucionais. Quanto ao mérito, também não vislumbramos aspectos contrários à aprovação da matéria. Na realidade, a norma vigente está em absoluta desconformidade com os princípios constitucionais relativos ao devido processo legal e à própria dignidade humana.*

Não se pode, ‘a priori’, condenar uma pessoa sem saber as razões e a gravidade de seus atos. No caso dos bancários, a legislação atual mantém uma odiosa presunção de culpa ou dolo, ao determinar que configura justa causa a falta contumaz de pagamento de dívidas legalmente exigíveis. É preciso avaliar muito bem os impactos que o comportamento do empregado tem sobre o seu desempenho no trabalho bancário. Nada se pode presumir a esse respeito. É possível e bastante provável que ele esteja enfrentando dificuldades em função de problemas pessoais ou até mesmo de saúde. Ademais, o campo para a cobrança ou transação de eventuais dívidas, é a via judicial, divididas por serem... Dívidas podem ser contestadas, uma eventual execução pode ser decorrente de negócios mal administrados, escolhas mal feitas ou, simplesmente, da necessidade de optar entre pagar as contas ou manter os dependentes na escola, ou ainda suprir as necessidades básicas da família.

Ademais, muitos bancários não lidam diretamente com valores monetários em espécie, e, eventual deslize, implicaria problemas com a legislação penal, aí sim. Retirar, a partir de uma mera presunção de desonestidade, o direito do empregado às verbas indenizatórias, não é só um ato arbitrário, mas cruel e pode representar prejuízo para os próprios credores do empregado, que, enquanto ele estiver empregado, ainda pode esperar, pelo menos, o recebimento de parte ou total de seus créditos."

Em suma, Sra. Presidente, dificuldades financeiras temporárias não podem assolar qualquer ser humano, com emprego é mais fácil superá-las. Assim, concordamos integralmente com os argumentos já registrados na análise empreendida na Câmara dos Deputados. O referido artigo não merece continuar fazendo parte da nossa legislação trabalhista, que deve ser essencialmente protetiva e destituída de qualquer conteúdo discriminatório. Voto, em face dos argumentos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara, nº. 46, de 2008.

Em suma, Sra. Presidente, é esse o relatório que eu fiz, com muita satisfação. Eu considero, efetivamente, um artigo discriminatório contra o trabalhador bancário, nenhuma categoria tem isso. Se for, então, para um, que seja para todos; quem ficar devendo, quem for para o SPC, está demitido no outro dia; está no SPC, o famoso SPC, não pagou as contas, está demitido, não pagou o sistema financeiro, está demitido. Por isso que eu acho, é—

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): [pronunciamento fora do microfone] trabalho, não é, senador?

[risos].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Exatamente. Por isso, meus cumprimentos ao Deputado Magela pelo seu projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Obrigada, Senador Paulo Paim. Em discussão o projeto. Para discutir, o Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sra. Senadora Presidente Patrícia, que vem desde muitos anos, naturalmente eu não me debrucei sobre a matéria, Senador Paim, mas acho que esses instrumentos, tanto para a admissão, como para a demissão, efetivamente, são relevantes serem examinados, merecem ser examinados, sem nenhuma, não quero aqui me colocar já como contrário ao projeto, mas eu solicitaria vistas desse projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Pois não.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, eu sei que é regimental, lamento, naturalmente, mas é um direito do nobre senador pedir a vista. Eu só faço um apelo, então, que seja vista coletiva, porque, com isso, ele volta à pauta na próxima quarta-feira.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Vista coletiva, então, concedida, o projeto volta na próxima... na próxima sessão, para que possa ser votado novamente.

Nós temos aqui todos os outros projetos que estão na pauta, são projetos terminativos, portanto, não temos ainda a presença dos senadores suficiente, apesar de termos aqui o quorum, mas não temos ainda a presença suficiente dos senadores, para votar todos os outros projetos e os dois requerimentos que nós iríamos votar, também foram adiados a pedido do Senador José Nery. Então, eu deixo os microfones abertos para os senhores senadores, se alguém quiser ou desejar se pronunciar.

Eu, então, o faço apenas para convidar a todos e a todas, amanhã, para a Sessão que vai comemorar os dezoito anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Eu acabei de vir de uma sessão com o Ministro Gilmar Mendes, em que essa reflexão foi feita lá, com muitos parceiros, dia 13 nós estaremos comemorando os dezoito anos, portanto, a maioridade do Estatuto da Criança e do Adolescente. Infelizmente, ainda não foi, na prática, implementada pelos governos, por todos os governos, no Brasil. E isso acaba gerando uma certa desconfiança e até uma crítica da sociedade em relação a uma conquista tão extraordinária, eu considero assim, Senador Flávio Arns, que foi o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Mas, por ser uma lei avançada, por ser uma lei moderna, muitas vezes não encontra na sociedade o respaldo que deveria ter uma obra tão importante como essa, e muitas vezes eu escuto o argumento de que o Estatuto é muito moderno e, portanto, não pode ser aplicado no nosso país, como se nós, brasileiros, devêssemos nos espelhar naquilo que não é bom, naquilo que não é moderno para as nossas crianças e os nossos adolescentes. E nós estamos vivendo agora, eu acho que um momento bastante importante de nos debruçarmos sobre essa reflexão do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nos últimos dias, todos nós fomos atingidos por notícias de crimes bárbaros, que acabou vitimando muitas crianças, a última agora, o João Pedro, de apenas..., não é, uma criança, covardemente assassinada, morta pela própria incompetência e despreparo de policiais. E eu acho que cabe a cada um de nós, que tem a responsabilidade de fazer da sua voz uma interlocução daqueles que não podem estar aqui, mas daqueles

que sentem, se sentem representados por nós, a voz das nossas crianças, dos nossos adolescentes e da nossa juventude, que, infelizmente, ainda é tão maltratada, tão desprotegida e tão descuidada por nós, que somos adultos e deveríamos ter a responsabilidade da proteção integral desses direitos.

Portanto, amanhã, nós estamos pedindo uma sessão solene aqui no Senado e eu convido a todos os senadores dessa comissão, para, a partir de 11h00, nós estarmos presentes ao plenário do Senado, para que a gente possa fazer essa reflexão que cabe, certamente, a todos os homens e mulheres de bem desse país, que desejam e que sonham em cuidar do nosso maior patrimônio, que são os nossos filhos. Senador Flávio Arns com a palavra e, em seguida, o Senador Adelmir Santana.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É... Não, eu queria também reforçar o que V. Ex^a já colocou, em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, e o mesmo argumento que foi trazido, eu também escuto a mesma argumentação pelo Brasil, que é um documento muito moderno, muitas coisas, inadequado para a realidade. E eu tenho, inclusive, dito para as pessoas que, se o Brasil fosse, realmente, moderno nessa área, nem precisaríamos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Com certeza.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só precisamos, porque os direitos da criança e do adolescente, não estão sendo adequadamente seguidos, orientados, implementados, e por causa disso, há necessidade do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Agora, eu sempre lastimo, Sra. Presidente, porque, na verdade, existe a necessidade do orçamento para a concretização do Estatuto da Criança e do Adolescente. V. Ex^a, inclusive, com o apoio de entidades comunitárias, do próprio Fundo das Nações Unidas para a Criança, UNICEF, e de outras entidades, sempre tem, assim, procurado externar a visualização do orçamento, chamar assim “orçamento criança-adolescente”. Mas eu diria que eu... Ainda continuo dizendo, e não tivemos sucesso até o momento, que o maior avanço que poderíamos ter na realização dos direitos da criança e do adolescente, com os recursos para a área, seria a aprovação, pela Câmara, daquele projeto do Imposto de Renda que teve origem na Câmara, foi relatado no Senado há cerca... Eu não sei se já não foi há dois anos, sabe?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Dois anos. Eu acho que dois anos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Dois anos. V. Ex^a e eu participamos, junto com outros senadores,

na liderança do Governo, para alteração de artigos e parágrafos, para que ficasse, e não houvesse a possibilidade de veto e tudo foi feito, e retornou para a Câmara só para, vamos dizer, aceitar, acatar ou não, as sugestões do Senado, e está parado na Câmara dos Deputados, faz eu acho que dois anos. Uma mudança extremamente simples, que a pessoa pode contribuir para o fundo da criança e do adolescente, seja ele municipal, estadual ou federal, fazendo a doação, por exemplo, neste ano, para a apresentação no Imposto de Renda no ano que vem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Ano que vem.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): A alteração é a seguinte: na hora da declaração do ajuste, naquela hora, quando a pessoa estiver fazendo a declaração de ajuste, naquele momento, ela vai dizer: “Não, eu quero que esses dez reais, esses vinte reais, dentro dos percentuais previstos, sejam destinados--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Ao fundo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Para o fundo da criança e do adolescente. Porque, um ano antes, a pessoa não está pensando em Imposto de Renda, não sabe quanto que vai pagar e na hora da declaração do ajuste, faria essa destinação. E eu--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Algo bem simples, não é, senador.?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu me arrisco a dizer, Senadora Patrícia, que isso representaria, na minha ótica, uma revolução, porque aí a empresa e a pessoa física, todo mundo vai querer ajudar, não há porque não ajudar: “Não, eu estou pagando cem para o Governo, eu posso destinar seis para a criança e para o adolescente, vou destinar seis”, todo mundo vai fazer isto, basta... Não, vai fazer um ano antes, mas na hora da declaração do ajuste, vai fazer.

Então, eu não sei, eu acho que é justamente isto que o Executivo teme. Não está sendo aprovado, porque o executivo sabe--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Que as pessoas vão...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Que isso vai representar recurso para a área, e saída de recurso, teoricamente, do orçamento. Então, eu diria assim, olhe, é essa... Na minha ótica este seria, assim, o maior avanço, a redenção, da área, porque isso representaria, olha, um recurso substancial, e direitos precisam ser concretizados através de orçamento, de políticas públicas bem definidas.

Então, eu faço assim, eu sei que não é fácil, V. Ex^a sabe, os senadores sabem, mas eu acho que nós

deveríamos, ainda tentar falar com o Presidente da Câmara, eu sei que é um... Pode parecer uma espécie de intromissão nas coisas da outra casa, mas explicar: "Olha, nós temos, há um acordo com o Governo, foi tudo alterado de acordo com o que o Governo pensava", basta colocar na pauta para votar e radicalmente transformar, na minha ótica, a realidade.

Não vai corrigir o episódio do assassinato da criança no Rio de Janeiro, porque aí, realmente, a gente tem que pensar na outra área, que é uma polícia despreparada, desqualificada e, assim, com abordagens truculentas, como aconteceu lá e que tem, assim, uma repulsa da sociedade e a família tem a solidariedade, assim, de todos nós e nada vai fazer com que essa situação seja corrigida, mas todas as outras situações, assim, do atendimento da criança, do adolescente em situação de risco, pessoal e social, que é o objetivo da destinação desse recurso, isto aí eu acho que seria corrigido.

Então, um apelo novamente e só dizer para V. Ex^a que nós vamos ter, daqui a pouco, a promulgação do Decreto Legislativo, da Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência, onde as entidades do Brasil, embaixadores de outros países que já ratificaram, inclusive, a Convenção, vão estar presentes e houve a aprovação desse texto legal, aqui pelo Senado Federal por unanimidade também. Então, são princípios importantes que ajudam, ajudam, contribuem a mudar a realidade em relação à pessoa com deficiência em nosso país e em outros países do mundo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Com certeza. Muito Obrigada, Senador Flávio Arns. Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Senadora Presidente Patrícia SABOYA e senhores senadores, eu queria me associar às colocações de V. Ex^a em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Na verdade, esse assassinato último, porque isso tem sido uma constante, uma seqüência, o assassinato dessa criança, João Roberto, se não me falha a memória, a senhora citou o nome, mas eu não consegui me... É João Roberto; demonstrou claramente o quanto o aparato do estado está despreparado para determinadas ações.

Foi dito aí, pelo Senador Arns a truculência, o despreparo, a desqualificação, a forma como as pessoas são abordadas pelas autoridades policiais. E o mais revoltante disso tudo, que calou fundo na população brasileira, foi a revolta do pai, as colocações que o pai faz, acusando, não apenas o Estado, as figuras dos entes federativos, mas faz uma acusação à sociedade, a todos nós, foi uma coisa que causou impacto enorme no seio da população brasileira a forma como aquele

pai, um taxista, a mãe tentou por todos os meios, ver se tinha um outro tipo de abordagem pela autoridade policial, jogando a bolsa da criança na rua, fez várias manifestações, realmente foi uma coisa que chocou a sociedade brasileira.

Então, eu acho que aqui sempre há um fato maior para esquecer o anterior. Tivemos aquele caso da criança que foi puxada nas ruas, agora, o João Hélio, agora mais um João, o João... o João Roberto, então, isso assusta todos nós, quer dizer, e o que é pior, nesse caso, agora, com entes do Estado brasileiro, a Polícia, que deveria ter a capacidade de entender, o preparo para abordar de forma mais educada, ou de forma mais preparada, o faz com a maneira que revoltou a todos nós.

Então, eu queria também, Sra. Presidente, registrar a nossa... a nossa... a nossa... O nosso temor de, inclusive, andar nas ruas, quando vemos fato ao ocorrer daquela natureza. E eu me pergunto: imagine em outros rincões do Brasil? Nós estamos falando da Polícia no Rio de Janeiro, como se dará o processo de abordagem de outras pessoas, pessoas humildes, simples, em locais em que não tenha a força da comunicação, a presença da sociedade de forma mais clara? É assustador vermos uma ação daquela natureza.

Então, me associo às colocações de V. Ex^a, em relação à comemoração do Estatuto da Criança e do Adolescente, mas fazendo esse registro que não poderia deixar de fazer, até porque, na minha própria casa, eu passei a ser cobrado: "Você não se revolta com isso? Você...", como se nós tivéssemos a força para resolver essa questão. Então, aproveito essa oportunidade, para dar uma satisfação do meu comportamento, também da minha revolta em relação a esse acontecimento do Rio de Janeiro, com o João Roberto.

E mais... Chamou-me mais a atenção, foi exatamente o grito de uma pessoa, um taxista, não que os taxistas não tenham preparos, mas ao invés de partir de uma autoridade mais credenciada, a revolta do taxista, do pai daquela criança, foi uma coisa que impressionou a todos nós. Revolta essa dirigida à sociedade, ao Estado e a todos nós que compomos e fazemos parte dessa sociedade e desse Estado.

[interrupção no áudio].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Adelmir Santana, eu quero só fazer coro à sua voz, de situações tão dramáticas que, há muito tempo, nós estamos tentando denunciar essas situações aqui, através da tribuna, das audiências públicas, dos debates que são celebrados aqui, nesta casa, mas chega a um determinado momento, que você como cidadã até, talvez para aqueles que são pais, para aqueles que são mães, avós, que mundo é esse, que

país é esse que nós estamos construindo em que não se respeitam, definitivamente, os nossos filhos.

Eu já disse em diversas ocasiões e tenho tido, graças a Deus, o apoio de tantos colegas que tem também nos ajudado a levar essa indignação, para levar essa coisa que aperta o coração, que nos tira o sono tranquilo, de imaginar que isso pode acontecer a qualquer um de nós, às nossas famílias e aos nossos filhos. E que, portanto, é um caso que deve ser abraçado por todo povo brasileiro, de não permitir mais que as nossas crianças sofram esse tipo de coisa.

Eu queria muito, e eu sonho com um dia, nesse país, em que as nossas crianças sejam respeitadas, sejam cuidadas, sejam tratadas, porque o que mais revolta um homem e uma mulher de bem, é você não ter a liberdade de ir e vir nessa sociedade, é você ter medo que seu filho saia sexta-feira e não volte no sábado, ter medo do seu filho comprar pão numa padaria e não conseguir voltar, porque foi atingido por uma bala perdida, ou porque foi pego por um bandido, ou porque foi atraído, seduzido pelo... pelo crime organizado, pela banditagem, pelas drogas, pela marginalidade, pela exploração sexual, pela exploração do trabalho infantil, e não é possível que esse país, com tantas, tantos, tantos exemplos cruéis e dramáticos que vivem as famílias brasileiras, não acorde de uma vez por todas e não permita que isso mais aconteça, que cada um de nós, senador, independente da nossa posição, do cargo que a gente ocupe, nós possamos ser um fiscal das nossas crianças, um tomador de conta das nossas crianças, desde o farol, desde o sinal de trânsito, que eles param para nos vender um bombom, para fazer uma graça, para imitar palhaço, para ser malabarista, para engolir fogo, numa tentativa de sobrevivência de crianças, que são muito mais vítimas do que algozes, mas de uma sociedade que parece que não tem a paciência, o coração, a inteligência a serviço de se construir uma sociedade melhor.

Dezesseis jovens morrem por dia, e eu já disse isso aqui, no mínimo, umas mil vezes. Aonde eu chego, dezesseis jovens morrem por dia, nesse país, jovens que não tem nome, que não têm endereço, que não tem família, que não tem casa, que não estão na escola. É como se fosse um Boeing que cai de dez em dez dias nesse país com 160 jovens, aonde está a alegria, a criatividade, a inteligência, aonde está a energia de vencer, de ser capaz de fazer desse país uma nação muito forte.

Portanto, eu agradeço mais uma vez as palavras de V. Ex^a, o Senador Flávio Arns e com certeza do Senador Paulo Paim, que tem trazido para o debate, nessa casa, palavras de conforto a essas famílias que hoje vivem o desespero de perderem seus filhos

sem nenhum tipo de explicação e, é antinatural, nós, que somos pais, que temos filhos, um filho partir antes da gente.

Hoje alguém me dizia: "Deveria ter uma lei que não permitisse que os nossos filhos morram antes dos seus pais", porque é antinatural, parece uma coisa que não é normal, e que não é natural, mas, mesmo assim, nós temos que conviver. Que, pelo menos, ao convivermos, ao nos depararmos com essas mortes, que sejam, pelo menos, mortes naturais, mas não mortes em que nossas crianças são as principais vítimas, torturadas, machucadas, espancadas, negligenciadas e abandonadas. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Patrícia, depois da sua fala, eu acho que não precisamos falar mais nada. Eu só diria, primeiro, quero me somar na íntegra a tudo que foi dito aqui, e segundo, dizer que a indignação daquele pai, daquele taxista é a indignação de todo o povo brasileiro.

Ele conseguiu, naquela sua forma de se expressar, rude, dura, mas falar com a alma, falar com o coração. É aquilo que o povo brasileiro está pensando, até pelas cenas são chocantes; o carro pára, estaciona... O mínimo de bom senso seria você pedir que eles descessem, nem que ficassem a distância, mas saiu atirando sem saber, efetivamente, quem estava dentro, e só depois que a mãe joga, de fato a... Enfim, o que ela estava portando em relação ao filho, é que eles pararam de atirar.

A indignação é total, mostra a falta de preparo da Polícia Militar na abordagem, que é lamentável, eu falo isso com muita tranquilidade, porque a gente que preside lá a Comissão de Direitos Humanos, quando você vai numa certa cidade e mostra a forma da polícia está tratando os movimentos sociais, sempre tem alguém para dizer: "Não, vocês vêm sempre para defender os movimentos sociais". E num momento desse, o que a gente faz? Vamos dizer que a polícia também está certa? Fazer um ato como esse?

Então, é preciso que a sociedade, que, às vezes, julga, que veja a nossa posição, nós todos que somos comprometidos com os direitos humanos. Aquela expressão do pai, é aquilo que nós pensamos, é aquilo que a sociedade pensa, é preciso também reeducar a nossa Polícia Militar, os órgãos de segurança, como é que você sai atirando? E não é a primeira vez que acontece isso, usando o abuso da força, do poder, com a posse da arma.

E a segunda questão, Senadora Patrícia, me permita, nós estamos recebendo já ligações, que o Presidente Garibaldi já está indo lá para o Salão Negro, se não me engano, onde vai ser feito o ato da promulga-

ção definitiva da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Eu queria, eu... Vamos ter que ir para lá, naturalmente, vamos ter que ir, eu queria só que V. Ex^a, que ficasse em ata que eu já li o relatório do Projeto do Deputado Magela, que considero de suma importância, já foi lido, porque esse relatório e esse projeto, ele não tem meio termo, ou revoga essa... esse artigo ou não. Eu queria que ficasse claro que eu já fiz a leitura, eu respeito, não é porque o senador saiu, eu respeito a posição dele, é legítimo o direito dele, e ele concordou, inclusive, com a vista, que na próxima quarta-feira eu entendo que será votado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Com certeza, Senador Paulo Paim, quarta-feira teremos o projeto na pauta para que nós possamos já votar. Muito obrigado a todos, não havendo... Pois não, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só... Semana que vem... V. Ex^a está falando quarta-feira, porque quarta-feira haverá reunião da comissão?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Quarta que vem, sim. Sim, normal.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Normal?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Normal.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está bem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Está bom? Então, muito obrigada e não havendo mais nada a tratar, muito obrigada a todos. Está encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 12h00.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 16 DE JULHO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às treze horas e vinte e um minutos, do dia dezoito de julho de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI**, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, MARCELO CRIVELLA, INÁCIO ARRUDA, JOSÉ NERY, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, MARCO ANTÔNIO COSTA, LÚCIA VÂNIA, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES e MARISA SERRANO**. Comparece também o Senador Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Justifica a ausência os Senadores Jayme

Campos e Romeu Tuma. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação das matérias. **ITEM 16 – REQUERIMENTO Nº 23, DE 2008 – CAS** “Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que a **Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal (CAS)**, realize audiência pública conjunta com a **Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento, e Defesa da Saúde (CASSAUDE)**, para debater o cenário do fornecimento de órteses e próteses no Brasil. A evolução tecnológica e o aumento da oferta desses produtos acarreta a necessidade de avaliação, com o objetivo de garantir o equilíbrio entre o valor despendido com o equipamento, e a qualidade de vida proporcionada ao paciente. Este binômio deve ser observado tanto pelo gestor público, quanto pelo próprio paciente. O que muito se verifica são pessoas que aguardam durante longo tempo para a obtenção de próteses ou órteses do SUS, nem sempre recebendo produtos adequados às suas necessidades. Também se verificam ações judiciais, onde o Poder Público, os gestores em saúde, as seguradoras de saúde, as cooperativas médicas e de medicina de grupo, são obrigados a fornecer órteses e próteses de última geração, nem sempre adequadas ao caso concreto, o que acarreta custos mais elevados, em comparação com produtos que poderiam atender às necessidades do paciente de forma apropriada. Ao mesmo tempo, as pessoas que necessitam desses produtos, não raras vezes, se defrontam com o dilema de escolher entre próteses ou órteses nacionais, ou importadas, sem saberem qual atenderá melhor às suas necessidades. O esclarecimento dessas questões leva à necessidade de que seja realizada audiência pública para debater o processo de registro destes produtos, a análise técnica de qualidade, certificações, bem como os instrumentos que permitam a verificação da adequação à necessidade do paciente. Indico como convidados um representante do Ministério da Saúde, o **Dr. Fausto Pereira dos Santos**, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, o **Dr. Dirceu Raposo de Mello**, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o **Dr. Edson de Oliveira Andrade**, Presidente do Conselho Federal de Medicina, a **Dra. Marília Ehl Barboza**, Presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde, o **Dr. Arlindo de Almeida**, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo, o **Dr. João Batista Caetano** Presidente da UNIMED Brasil, e o **Dr. Luiz Carlos Trabuco Cappi**, Presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar”. **Autor:** Senador Flávio Arns. **Resultado: Aprovado. ITEM 17 – REQUERIMENTO**

Nº 24, DE 2008 – CAS “Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinados com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública conjunta, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (CASSAUDE) para, com a participação das autoridades e dos representantes de entidades abaixo relacionados, analisar o processo de criação e implantação do Sistema Único de Saúde instituído pela Constituição Federal de 1988 e suas perspectivas”. Convidados: **Senador José Sarney**, Membro do Conselho Superior do Instituto Legislativo Brasileiro e seu fundador ; **Senador Tião Viana**; **Dr. José Gomes Temporão**, Ministro de Estado da Saúde; **Dr. Rafael de Almeida Magalhães**, ex-Ministro de Estado da Saúde; **Professor Nelson Rodrigues dos Santos**, Professor do Instituto de Direito Sanitário da Universidade de Campinas; e o **Senhor Arlindo de Almeida**, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo. **Autor:** Senador Papaléo Paes. **Resultado:** **Aprovado com a sugestão da Senadora Rosalba Ciarlini de incluir o Presidente à época da Comissão que elaborou o Sistema Único de Saúde. O item 01**, PLC 46 de 2008, foi retirado de pauta e enviado ao relator, Senador Paulo Paim, por ter recebido emenda substitutiva de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini. Os itens 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 ficam adiados. Fizeram uso da palavra os Senadores Augusto Botelho e Rosalba Ciarlini. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. - Senadora **ROSALBA CIARLINI**, Presidente em exercício.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE JULHO DE 2008, ÀS 13 HORAS E 20 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião

anterior. Aprovado. Os senadores não... Já que os senadores permaneceram como se encontram, está aprovado.

Nós colocaremos, agora, em votação requerimentos que já foram aprovados na Subcomissão de Saúde, hoje, e que nós estaremos agora apreciando na Comissão de Assuntos Sociais, para que o encaminhamento seja o mais rápido possível, com relação: Item 16. A Audiência Pública conjunta da Comissão de Assuntos Sociais e Subcomissão de Saúde para debater o cenário do fornecimento de órteses e próteses no Brasil.

Em discussão. Já que nenhum senador deseja discutir, os senhores e senhoras senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Qual é o Item, Senadora, que estamos aprovando?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É o Item 16.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Está bom. Do Flávio Arns?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Do Senador Flávio Arns, que já foi debatido nesse dia da Comissão de Saúde.

Passamos, agora, para o Item 17. Nos termos do inciso II, do § 2º, do art. 58 da Constituição Federal, combinados com o inciso II, do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública conjunta no âmbito da CAS – Comissão de Assuntos Sociais – e da Subcomissão de Acompanhamento e Defesa da Saúde, para, com a participação das autoridades e dos representantes de entidades abaixo relacionadas, analisar o processo de criação, implantação do Sistema Único de Saúde, instituído pela Constituição Federal de 1988 e suas perspectivas.

Serão convidados para participar, na condição de expositores, as seguintes autoridades: Senador José Sarney, Membro do Conselho Superior do Instituto Legislativo Brasileiro e seu fundador; Senador Tião Viana; Dr. José Gomes Temporão, Ministro de Estado da Saúde; Dr. Rafael de Almeida Magalhães, ex-Ministro de Estado da Saúde; Prof. Nelson Rodrigues dos Santos, Professor do Instituto de Direito Sanitário da Universidade de Campinas; Sr. Arlindo de Almeida, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo.

Eu gostaria, aqui, de sugerir, inclusive, se os senhores concordarem, que a esses nomes que aqui já foram colocados, nós possamos colocar da comissão que foi formada à época para a formulação do Sistema Único de Saúde, quem presidia naquela época a comissão, porque conhece toda a filosofia, todo o trabalho, os debates e participou para a formulação do SUS e,

agora, é pertinente que seja avaliado, analisado, já que nós, agora, há poucos instantes, já discutimos um assunto tão importante dentro do SUS, que é exatamente a assistência neonatal e a assistência pré-natal.

Então, para discutir. Em votação. Os senhores e senhoras senadores permaneçam como se encontram. Aprovado. Então, o Requerimento nº 15, que também estava na pauta, mas, como o Senador José Nery não se encontra, fica adiado.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senadora?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Vai encerrar? Eu queria dirigir uma palavra ao pessoal do Pará, aos trabalhadores da Santa Casa do Pará e às mães que vão ter filhos na maternidade da Santa Casa do Pará, que levam seus filhos para lá. Eu passei por uma experiência parecida com essa de vocês, em 1998, no Estado de Roraima, e sofri o que vocês estão sofrendo, os funcionários e as pessoas, também, que ficam com medo de ter o filho na maternidade.

Tenho certeza de que os funcionários da maternidade usam o melhor que eles sabem, fazem o melhor que eles podem para que os filhos de vocês tenham melhores condições lá. Então, não fiquem, assim, com preconceito, falando mal da Santa Casa, que realmente o que houve foi um erro de três níveis, que começou no município, na assistência pré-natal, que não é adequada, às vezes, porque o Programa Saúde da Família não foi adequado e, às vezes, porque as próprias pessoas omitem.

Todo mundo tem na família uma menina que teve filho cedo, que engravidou cedo, que elas escondem e, quando aparecem, como o Senador Papaléo falou, já está no 6º, 7º mês, e já o pré-natal é feito atropelado e, às vezes, a pessoa tem o filho precocemente. Porque a gravidez não é para acontecer em adolescentes, a gravidez é para ter em adultos. O ideal é que a mulher tivesse mais de 23 anos para engravidar.

Então, que continuem. A Santa Casa de lá é boa. Nós já vimos o serviço, é um serviço... As pessoas estão dedicadas, estão tristes, porque a gente passa a ser responsável pela morte de todo mundo. E que, normalmente, numa maternidade em que nascem 600 crianças, é aceitável que 10% dessas crianças que nascem com malformação, com defeito, com pré-natal inadequado faleçam. Aceitável aqui. Nós queremos evoluir para não morrer quase ninguém. Mas, então... E, quando a gente fala em números de crianças que morreram, porque, no ano passado, até o meio do ano, tinham morrido pelo menos 200 crianças, também,

no hospital. A gente está falando... Agora, no mês de maio e de junho realmente houve um aumento: da média de 16%, 13%, pulou para 20% dos partos com complicação.

Então, que respeitem e ajudem, não joguem pedras nos funcionários da maternidade, que eles não têm nada a ver com isso, não são os principais responsáveis por isso.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu quero só deixar realmente a minha mensagem de agradecimento à direção da maternidade, através do Sr. Diretor, à Sra. Secretária de Saúde, que realmente eu quero elogiar aos dois pela forma de transparência que nos deram ali, deram, realmente, um *show* de profissionalismo; aos funcionários da Santa Casa que nos receberam muito bem, nos abriram as portas. Enfim, agradecer a todos aqueles que sempre nos deixaram à vontade e não colocando nenhuma dificuldade na nossa visita.

Então, eu quero dizer que os funcionários, os novos dirigentes e todos aqueles que colaboram com a Santa Casa se sintam pessoalmente orgulhosos de pertencer ao quadro daquela instituição. E que esse orgulho de pertencer àquela casa de tratamento de saúde faça com que cada vez mais eles lutem, dêem a sua força pessoal para que nós tenhamos essas questões, lá, minimizadas e, se Deus quiser, um dia resolvidas. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador. Realmente é o que todos nós queremos, aqui, possamos ter um Brasil onde as mães possam ter o direito de ver seu filho com saúde. Porque não há nada mais doloroso do que aos pais, não só à mãe, à família, a perda do seu filho. E imagino aquelas que passam nove meses na ansiedade, naquela alegria maior, no momento tão divino que é o de dar a vida, o momento do nascimento de um filho, e que perde esse filho por falta de condições para o tratamento, por falta, realmente, de estrutura. Isso é lamentável, e nós queremos, tenho certeza, que é a vontade dos senhores, e, se conseguirmos que no Brasil possamos ter atenção maior para a mãe e as crianças, já valeu o meu mandato.

Eu gostaria, agora, para finalizar esta Comissão, nós estamos iniciando o recesso, foram 20 reuniões realizadas durante este período, de fevereiro até aqui, da Comissão de Assuntos Sociais, sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya, que, na realidade, dirigiu com muita competência os trabalhos da Comissão.

Eu tive a honra de ser sua vice-presidente, estarmos aqui podendo anunciar ao Brasil que o trabalho na Comissão de Assuntos Sociais avançou na questão do projeto de licença maternidade. Hoje a lei já que beneficia as empresas que queiram estar inseridas nesse projeto, já existe a proposta, inclusive da minha autoria, tramitando no Senado, já aprovada na comissão, mas já na Câmara Federal, da licença maternidade estender a todos, independente de serem funcionários de empresa ou não, a todas as mulheres, então, com direito maior.

Debatemos, aqui, sobre a questão da mortalidade infantil, sobre a questão do câncer mamário e avançamos, também, nas discussões relacionadas a projetos ligados aos deficientes físicos e, também, muitas questões voltadas ao apoio às mais diversas profissões, como economistas, contabilistas. Então, eu gostaria, aqui, de dizer, agradecer.

Foram 65 matérias pautadas na Comissão 37 foram apreciadas, aprovadas, 37 aprovadas; 4 rejeitadas; 5 foram pelo arquivamento; e, pela prejudicialidade, nenhuma.

As reuniões foram 20 reuniões, e gostaria, aqui, de desejar a todos um bom descanso e que voltem com muita energia, porque temos muito, muito, mesmo, o que trabalhar e avançar na questão... Nas questões da Comissão de Assuntos Sociais.

Os demais itens não foram apreciados hoje, porque são itens em que os relatores não estiveram presentes e também itens terminativos, que ficarão... Farão parte da primeira reunião, já no dia 7 de agosto, se eu não estou enganada.

Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 13h32.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

ATA DA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE JULHO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 09:30 HORAS.

Às dez horas e trinta e um minutos, do dia dezesseis de julho de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador **PAPALÉO PAES**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, com a presença dos Senhores Senadores **AUGUSTO BOTELHO**, **FLÁVIO ARNS**,

JOÃO DURVAL, **ANTÔNIO CARLOS VALADARES** e **ROSALBA CIARLINI**. Comparecem também os Senadores Flexa Ribeiro e José Nery. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. A presente Reunião destina-se à deliberação de requerimentos para a realização de Audiência Pública no âmbito desta Subcomissão. Passa-se à apreciação da pauta. **ITEM 01 – REQUERIMENTO Nº 05, DE 2008**

– **CASSAUDE** “Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II, IX e X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde e com a participação das autoridades relacionadas, para obter esclarecimentos sobre o Relatório “Desempenho Hospitalar Brasileiro”, do Banco Mundial (BIRD)”. Convidados:

Dr. Gerard La Forgia e **Dr. Bernard Couttolenc**, pesquisadores do Banco Mundial; **Dr. Alberto Beltrame**, Diretor do Departamento de Atenção Especializada, do Ministério da Saúde; **Dr. Eduardo Nunes**, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Autor:** Senador Papaléo Paes. **Resultado:**

Aprovado. ITEM 02 – REQUERIMENTO Nº 06, DE 2008 – CASSAUDE “Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que a **Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal (CAS)**, realize audiência pública conjunta com a **Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento, e Defesa da Saúde (CASSAUDE)**, para debater o cenário do fornecimento de órteses e próteses no Brasil. A evolução tecnológica e o aumento da oferta desses produtos acarreta a necessidade de avaliação, com o objetivo de garantir o equilíbrio entre o valor despendido com o equipamento, e a qualidade de vida proporcionada ao paciente. Este binômio deve ser observado tanto pelo gestor público, quanto pelo próprio paciente. O que muito se verifica são pessoas que aguardam durante longo tempo para a obtenção de próteses ou órteses do SUS, nem sempre recebendo produtos adequados às suas necessidades. Também se verificam ações judiciais, onde o Poder Público, os gestores em saúde, as seguradoras de saúde, as cooperativas médicas e de medicina de grupo, são obrigados a fornecer órteses e próteses de última geração, nem sempre adequadas ao caso concreto, o que acarreta custos mais elevados, em comparação com produtos que poderiam atender às necessidades do paciente de forma apropriada. Ao mesmo tempo, as pessoas que necessitam desses produtos, não raras vezes, se defrontam com o dilema de escolher entre próteses ou órteses nacionais, ou importadas, sem saberem qual atenderá melhor às suas necessidades.

O esclarecimento dessas questões leva à necessidade de que seja realizada audiência pública para debater o processo de registro destes produtos, a análise técnica de qualidade, certificações, bem como os instrumentos que permitam a verificação da adequação à necessidade do paciente. Indico como convidados um **representante** do Ministério da Saúde, o **Dr. Fausto Pereira dos Santos**, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, o **Dr. Dirceu Raposo de Mello**, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o **Dr. Edson de Oliveira Andrade**, Presidente do Conselho Federal de Medicina, a **Dra. Marília Ehl Barboza**, Presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde, o **Dr. Arlindo de Almeida**, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo, o **Dr. João Batista Caetano** Presidente da UNIMED Brasil, e o **Dr. Luiz Carlos Trabuco Cappi**, Presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar". **Autor:** Senador Flávio Arns. **Resultado: Aprovado.** **ITEM 03 – REQUERIMENTO Nº 07, DE 2008 – CASSAUDE** "Nos termos dos incisos II e V do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinados com os incisos II e V do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (CASSAUDE) para, com a participação das autoridades e dos representantes de entidades abaixo relacionados, obter esclarecimentos sobre a proibição do uso de produtos de tabaco em ambientes fechados". Convidados: **Dra. Tânia Cavalcanti**, Chefe da Divisão de Controle do Tabagismo do Instituto Nacional de Câncer, do Ministério da Saúde; **Dr. Humberto Coelho Martins**, Gerente de Produtos Derivados do Tabaco da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; **Dra. Paula Johns**, Presidente da organização não-governamental Aliança de Controle do Tabagismo (ACTbr); **Eng. Marina Seelig**, professora da UFRS, especialista em engenharia ambiental; e o **Dr. Persival Maricato**, Diretor Jurídico da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares. **Autor:** Senador Papaléo Paes. **Resultado: Aprovado.** **ITEM 04 – REQUERIMENTO Nº 08, DE 2008 – CASSAUDE** "Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II, IX e X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, a fim de obter subsídios para a atuação do Senado Federal em relação à regulamentação da publicidade e da venda de bebidas alcoólicas no País. A ser realizada em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia – CCT." Convidados: **Dr. Gilberto**

C. Leifert, Presidente do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária; **Dr. Ronaldo Laranjeira**, Coordenador da Unidade de Pesquisa em Alcool e Drogas da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de São Paulo; **Dra. Maria José Fagundes Delgado**, Gerente-Geral de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda, Publicidade, Promoção e Informação de Produtos Sujeitos a Vigilância Sanitária, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; e o **Dr. Milton Seligman**, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja. **Autor:** Senador Papaléo Paes. **Resultado: Aprovado.** Durante a discussão, a Senadora Rosalba Ciarlini sugere que a audiência pública seja realizada em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal – CCT. **ITEM 05 – REQUERIMENTO Nº 09, DE 2008 – CASSAUDE** "Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinados com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública conjunta, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (CASSAUDE) para, com a participação das autoridades e dos representantes de entidades abaixo relacionados, analisar o processo de criação e implantação do Sistema Único de Saúde instituído pela Constituição Federal de 1988 e suas perspectivas". Convidados: **Senador José Sarney**, Membro do Conselho Superior do Instituto Legislativo Brasileiro e seu fundador; **Senador Tião Viana**; **Dr. José Gomes Temporão**, Ministro de Estado da Saúde; **Dr. Rafael de Almeida Magalhães**, ex-Ministro de Estado da Saúde; **Professor Nelson Rodrigues dos Santos**, Professor do Instituto de Direito Sanitário da Universidade de Campinas; e o **Senhor Arlindo de Almeida**, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo. **Autor:** Senador Papaléo Paes. **Resultado: Aprovado.** A presente reunião foi suspensa às dez horas e cinquenta e sete minutos, em razão da realização no mesmo horário da Sessão do Congresso Nacional; sendo reiniciada às doze horas e cinco minutos. Às doze horas e trinta e dois minutos, o Senador Papaléo Paes passa a presidência ao Senador Augusto Botelho e a Senadora Rosalba Ciarlini assume a presidência a partir das treze horas e um minuto até o fim da presente reunião. **ITEM 05 EXTRA-PAUTA – RELATORIO DA COMISSÃO DE SENADORES CONSTITUÍDA NO ÂMBITO DA SUBCOMISSÃO DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DESTINADA A VERIFICAR, IN LOCO, A SITUAÇÃO E CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE OCORRERAM A MORTE DE DUZEN-**

TOS E SESENTA E TRÊS RECÉM-NASCIDOS NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, EM BELÉM, ESTADO DO PARÁ Relator: Senador Papaléo Paes. **Resultado: Aprovado, com as sugestões dos Senadores José Nery e Antônio Carlos Valadares, acatadas pelo relator. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.** Durante a discussão do relatório, o Senador Papaléo Paes sugere que sejam encaminhadas ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, as notas taquigráficas da presente reunião para conhecimento. Fizeram uso da palavra os Senadores Papaléo Paes, Flávio Arns, Augusto Botelho, Rosalba Ciarlini, Antônio Carlos Valadares, Flexa Ribeiro, e José Nery. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Papaléo Paes, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador **PAPALÉO PAES**, Presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE – CASSAUDE

6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE JULHO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 31 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata. As Senadoras e Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Então está aprovada.

Sobre a mesa há requerimento que passo a ler, o Item 1 da pauta. O autor é o Senador Papaléo Paes. “Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II, IX e X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde e com a participação das autoridades relacionadas, para obter esclarecimentos

sobre o Relatório ‘Desempenho Hospitalar Brasileiro’, do Banco Mundial (BIRD). Os relacionados são três mestres e o requerimento é de minha autoria, Gerard Forgia; Bernard do Banco Mundial; Alberto Beltrame, Diretor de Atenção Especializada do Ministério da Saúde; Eduardo Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística”. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovado o requerimento.

Item 2 da pauta. Requerimento, autor Senador Flávio Arns. “Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal (CAS), realize audiência pública conjunta com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (CASSAUDE), para debater o cenário do fornecimento de órteses e próteses no Brasil. A evolução tecnológica e o aumento da oferta desses produtos acarreta a necessidade de avaliação, com o objetivo de garantir o equilíbrio entre o valor despendido com o equipamento e a qualidade de vida proporcionada ao paciente. Este binômio deve ser observado tanto pelo gestor público, quanto pelo próprio paciente. O que muito se verifica são pessoas que aguardam durante longo tempo para a obtenção de próteses ou órteses do SUS, nem sempre recebendo produtos adequados às suas necessidades. Também se verificam ações judiciais, onde o Poder Público, os gestores em saúde, as seguradoras de saúde, as cooperativas médicas e de medicina de grupo, são obrigados a fornecer órteses e próteses de última geração, nem sempre adequadas ao caso concreto, o que acarreta custos mais elevados, em comparação com produtos que poderiam atender às necessidades do paciente de forma apropriada. Ao mesmo tempo, as pessoas que necessitam desses produtos, não raras vezes, se defrontam com o dilema de escolher entre próteses ou órteses nacionais, ou importadas, sem saberem qual atenderá melhor às suas necessidades. O esclarecimento dessas questões leva à necessidade de que seja realizada audiência pública para debater o processo de registro destes produtos, a análise técnica de qualidade, certificações, bem como os instrumentos que permitam a verificação da adequação à necessidade do paciente. Indico como convidados um representante do Ministério da Saúde, o Dr. Fausto Pereira dos Santos, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, o Dr. Dirceu Raposo de Mello, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Dr. Edson de Oliveira Andrade, Presidente do Conselho Federal de Medicina; Dra. Marília Ehl Barboza, Presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde; Dr. Arlindo

de Almeida, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo; Dr. João Batista Caetano, Presidente da UNIMED Brasil, e o Dr. Luiz Carlos Trabuco Cappi, Presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar". Em discussão a matéria.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senador Flávio Arns, o autor do requerimento.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero dizer que considero esse assunto da maior relevância, porque é exatamente o que já está escrito no texto lido por V. Ex^a.: órteses, próteses, valor despendido de acordo com as necessidades do paciente. O que a gente observa, muitas vezes, é a concessão de órteses e próteses, perna mecânica, braço mecânico, isso e aquilo, e que não atende a necessidade do paciente. E a mesma coisa em relação ao debate que se faz entre produtos nacionais e importados, que é muito comum o médico chegar para o paciente e dizer: "Olha, o que o SUS fornece é isto, mas existe um outro produto de muito mais qualidade que vai trazer muito mais benefícios para você", para o paciente. Então esse debate tem que acontecer não só para os pacientes do SUS, mas para os pacientes dos planos de saúde, que é a mesma discussão, os planos de saúde também precisam ter critérios, porque isso tudo representa dispêndio. Ao mesmo tempo está escrito aqui para debater o processo de registro, análise técnica de qualidade, certificações, bem como os instrumentos que permitam a verificação da adequação à necessidade do paciente. Então os planos de saúde, Ministério da Saúde, Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANVISA, para que as pessoas venham debater esse assunto.

Ontem eu participei de uma reunião, inclusive no Ministério da Saúde, no Conselho Nacional de Saúde, Subcomissão do Idoso, onde eles pediram para eu debater o Projeto de Lei, de minha autoria a, partir da discussão na Comissão de Direitos Humanos sobre concessão de medicamentos excepcionais de alto custo para doenças crônicas, que, aliás, esse debate a gente tem que fazer aqui também para aprimorar o texto e a gente precisa fazer uma discussão boa para que haja, inclusive, uma orientação em relação à questão da judicialização, que, aliás, foi feito até o debate no Interlegis outro dia, mas os grupos de doentes foram aliados desse debate, não puderam participar, então foi uma discussão estranha, no meu ponto de vista, porque todo mundo participou, menos a pessoa mais interessada, que são os grupos de doentes. Então, também, não entendi muito bem o tipo de debate que o Senado promoveu no Interlegis, mas de qualquer

forma, apesar de ser direcionado aquele debate, não atendendo às necessidades da sociedade, a gente tem que fazer esse debate. Mas lá nessa Subcomissão do Idoso eles pediram que fosse feito o debate de órteses, próteses, porque é um problema, assim, sério que vem sendo enfrentado. Então esse requerimento é para atender essa necessidade. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senador Flávio Arns, eu quero dizer que V. Ex^a. foi muito feliz nessa proposição e dizer a V. Ex^a. que realmente o seu interesse, a sua convivência, a sua intenção de olhar para esses pacientes é que faz com que V. Ex^a. tenha tido essa iniciativa, porque até muitos nós, médicos, que não convivemos com situações por a nossa especialidade estar distante dos portadores de deficiência, nós talvez não tenhamos a sensibilidade que V. Ex^a. tem ao propor esta Audiência Pública. Mas digo que quando V. Ex^a. propõe, aí nós caímos na realidade e vamos ver que essas iniciativas são iniciativas importantes e que ficam passando, indo, indo e indo até acostumando os técnicos, as autoridades, a deixarem essas coisas acontecer sem as providências, que eu tenho certeza absoluta, vão resultar após esta Audiência Pública.

Então eu quero agradecer, em nome da nossa Subcomissão, a V. Ex^a. por iniciativa brilhante. Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria apenas de reforçar as palavras do Presidente Senador Papaléo Paes, dizer ao Senador Flávio Arns que realmente essa iniciativa é muito oportuna, porque nós sabemos e o requerimento apresentado já faz referência a essas dificuldades que realmente são gritantes, principalmente, Sr. Presidente, que a experiência que eu tenho do interior, onde muitas vezes para que você, através do SUS, possa ter direito de receber uma prótese ou uma órtese, passa por várias instâncias: as cidades menores ficam na dependência da referência estadual, a referência estadual alega, eu não sei se é essa realmente a posição, que depende do federal e são meses e meses que muitas vezes, quando vem, no caso inclusive de criança, porque aí é a minha área que eu trabalhei bastante, no caso de criança nós temos uma dificuldade imensa. O senhor também é médico e sabe disso. Se a criança não for atendida logo naquele período, Augusto, muitas vezes quando vem chegar a órtese ou a prótese já não serve porque a criança cresceu, se desenvolveu e ficou sem condições mais de receber aquele tipo de equipamento tão importante.

Então eu acho que, realmente, é de uma importância muito grande para que nós possamos fazer uma avaliação e analisar a forma como está sendo e

encontrar caminhos que agilizem, porque são milhares, milhões de brasileiros que precisam desse apoio, precisam receber as suas próteses, as suas órteses e então infelizmente não podem, não podem mesmo. Mas eu conheço histórias que são, assim, desesperadoras, de pessoas que pela demora em receber, já está numa situação de desespero, são capazes até de vender algo, o pouco que tem para poder dar ao seu filho ou à sua filha, a alguém da família, a órtese ou a prótese que está precisando. Então, realmente, eu acho que é muito importante e que nós poderemos, com a Audiência Pública, conhecer melhor como se processa, conhecer melhor todas as ações que são desenvolvidas nessa área e, também, tentarmos encontrar caminhos que agilize e chegue principalmente aos mais pobres e aos mais carentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu agradeço à Senadora Rosalba. Não havendo mais quem queira discutir, os Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Item 3 da pauta. Requerimento cujo autor é o Senador Papaléo Paes. “Nos termos dos incisos II e V do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinados com os incisos II e V do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde para, com a participação das autoridades e dos representantes de entidades abaixo relacionadas, obter esclarecimentos sobre a proibição do uso de produtos de tabaco em ambientes fechados. Serão convidados para participação, na condição de expositores, as seguintes autoridades e representantes: Dra. Tânia Cavalcanti, Chefe da Divisão de Controle do Tabagismo do Instituto Nacional de Câncer, do Ministério da Saúde; Dr. Humberto Coelho Martins, Gerente de Produtos Derivados do Tabaco da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Dra. Paula Johns, Presidente da Organização Não-Governamental Aliança de Controle do Tabagismo; Engenheira Marina Seelig, Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especialista em engenharia ambiental; Dr. Persival Maricato, Diretor Jurídico da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares”. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o requerimento. Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. O requerimento está aprovado.

Item 4 da pauta. O autor é o Senador Papaléo Paes. “Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II, IX e X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Fe-

deral, requero a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, a fim de obter subsídios para a atuação do Senado Federal em relação à regulamentação da publicidade e da venda de bebidas alcoólicas no País. Solicita-se a participação dos seguintes expositores: Gilberto Leifert, Presidente do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária; Ronaldo Laranjeira, Coordenador da Unidade de Pesquisa em Alcool e Drogas da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de São Paulo; Dra. Maria José Fagundes Delgado, Gerente-Geral de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda, Publicidade, Promoção e Informação de Produtos Sujeitos a Vigilância Sanitária, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Dr. Milton Seligman, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja”. Em discussão a matéria. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero, Sr. Presidente, dizer que esse assunto é da mais alta importância. Nós já tivemos, assim, efeitos muito positivos em relação à chamada Lei Seca e eu penso, assim, que esta propaganda do álcool na televisão, apesar de todo o esforço que o congresso de publicidade vem fazendo no sentido de direcionar que é uma questão de liberdade, de democracia, de decisão das pessoas, mas eu sou totalmente favorável à limitação de propaganda de álcool na televisão, porque a gente vê crianças de dez, onze, doze anos, o objetivo da propaganda é convencer alguém de que aquilo tem que ser feito, quer dizer, vai fazer a propaganda da cerveja para convencer a pessoa a tomar cerveja, esse que é o objetivo da propaganda, e a gente vê criança, jovens e adultos com problemas de alcoolismo, levando à questão do distúrbio mental, distúrbio psíquico, sempre associado com beleza, com vida boa, com isso e com aquilo.

Então eu acho que é da mais alta importância a gente debater, continuar conscientizando a sociedade, a gente sabe que o lobby contra isto é extraordinário, é muito dinheiro envolvido, muito dinheiro envolvido com os meios de comunicação que têm nessa propaganda uma possibilidade de receita muito grande. Então nesse sentido, pensando na saúde da população a gente não pode deixar de debater esse tema. É a mesma coisa com relação ao cigarro, quer dizer, propaganda de cigarro na televisão, quer dizer, isso causa prejuízo, causa um mal, um problema de saúde para a população. E o problema do álcool, é claro que a gente sabe que tomando-se o álcool, quer dizer, diferente do cigarro, que dá duas tragadas e a pessoa... ninguém pode dizer que aquilo seja uma coisa boa, dar duas tragadas. No caso do álcool é até um pouco

diferente, porque você tomando o álcool, o vinho, coisa semelhante, na quantidade certa, isso não vai causar o problema, mas, quer dizer, no geral o que a gente observa é uma coisa assim incrível.

Agora eu só queria dizer, Sr. Presidente, que uma hora nós teríamos que discutir em termos de saúde como ter uma legislação extremamente severa, a exemplo da Lei Seca, para não vender bebida alcoólica para menor de idade, na minha opinião, porque é, assim, inacreditável, isso já está proibido na lei, mas tornar a lei efetiva no Estatuto da Criança e do Adolescente é claro nesse sentido, mas para que essas festas, essas baladas, essas isso e aquilo, para que haja uma lei assim, eu diria, extremamente severa para quem vender bebida alcoólica para criança ou adolescente.

Eu acho que se nós tivéssemos essas três medidas, propaganda, proibição de venda para menor de idade e ao mesmo tempo a Lei Seca, que também o pessoal está dizendo: "Ah, mas eu tenho liberdade". Você tem a liberdade de beber, só não tem a liberdade de dirigir quando você tiver bebido, é só essa que é a questão, ninguém está proibindo você de beber, você pode beber o quanto você quiser, só não pode dirigir, porque você está entrando no direito da outra pessoa de poder saírem segurança. Então é nesse sentido, mas eu acho o requerimento da mais alta importância, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu agradeço a V. Ex^a., a sua sugestão é extremamente importante, inclusive solicito que V. Ex^a. possa requerer, também, sobre este assunto. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, a minha posição é semelhante à do Senador Flávio Arns, quer dizer, nós temos que discutir isso aqui, porque o álcool é uma droga, ele é encarado como uma droga, é uma droga permissiva, que todo mundo permite, até as famílias permitem que os filhos bebam antes da idade adequada em casa. Nós temos que esclarecer aqui que o álcool é uma droga. Então não podemos deixar que essa propaganda seja feita dessa forma que é feita, induzindo como se beber uma bebida, tipo cerveja, fosse uma coisa boa, aumenta o acesso às mulheres, inclusive a mulher da propaganda da cerveja, uma das principais, é uma das principais atrizes nossa, com qualidades assim de beleza e de simpatia também.

Então nós temos que fazer isso, nós não podemos deixar dessa forma, porque as indústrias cervejeiras alegam que está havendo cerceamento da liberdade, mas a liberdade de um começa quando ela ofende a liberdade do outro. O álcool, quando começa a ser ingerido cedo e desregradamente, prejudica a saúde

dos jovens. Eles alegam que a propaganda não é para induzir a beber, é só para mostrar o produto. Isso é chacota, é para querer tratar a gente como beócio.

Então nós temos que discutir isso daqui mesmo e tomar posições mais rígidas quanto a isso, é talvez chegar até como foi feito nos Estados Unidos em relação ao cigarro, que as próprias empresas começaram a pagar indenização para os doentes. No cigarro nós avançamos muito, muito, mas nós estamos tendo retrocesso. Eu tenho percebido que os jovens estão voltando a fumar em maior intensidade, com predominância das mulheres. Eu não sei aonde é que eles estão agindo, que estão conseguindo atingir os jovens, eu não captei aonde é que está a propaganda que está conduzindo os jovens a fumar com mais frequência. Então nós temos que trabalhar nisso, porque esses jovens estão começando a fumar agora, eles não sentem nada, vão sentir daqui há vinte, trinta, quarenta anos que vão ter os problemas, problemas tipo câncer de pulmão, bronquite, enfim, coisas que pioram a qualidade de vida deles, fora o número de câncer que está relacionado ao cigarro, que aumenta a incidência de câncer em todas as pessoas e vários tipos de câncer. Então temos que trabalhar nesse sentido. Eu acho que a obrigação nossa, que somos aqui da Comissão de Saúde, é alertar o Brasil para isso. E não há nenhum cerceamento de liberdade se a gente regulamentar a propaganda.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu quero dar uma explicação. Eu recebi um comunicado que está havendo Sessão do Congresso. Então eu queria pedir a compreensão de todos e votar o Item 5, que é extremamente importante, aprovando ou não nós vamos encerrar, ter que encerrar, manter o quorum para depois do Congresso, senão serão anulados todos os nossos atos aqui. Em votação--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Presidente, eu queria discutir esse seu requerimento.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu recebi agora, nós corremos o risco de ter toda a nossa Reunião anulada.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Nery, só--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu retomo em seguida. Eu sugeria que não votasse então o seu requerimento, ao retomar a reabertura da Reunião voltasse a discutir o seu requerimento e o projeto que trata do Item nº 5, seria a proposta que eu faço para garantir que depois a gente retorne aqui. É o que eu proponho a V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu queria, então, se todos concordam, manter a discussão do Requerimento nº 4 e votarmos o nº 5, que V. Ex^a. vai ver a importância do nº 5. Eu requero uma Audiência Pública aqui na nossa comissão, conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais, para participação das autoridades e representantes das entidades relacionadas analisando o processo da criação e implantação do Sistema Único de Saúde, instituído pela Constituição Federal de 1988 e suas perspectivas. Serão convidados para participar na condição de expositores as seguintes autoridades: Senador José Sarney; Senador Tião Viana; Dr. José Gomes Temporão, Ministro da Saúde; Dr. Rafael de Almeida Magalhães; Professor Nelson Rodrigues dos Santos e Sr. Arlindo Almeida, Presidente da Associação Brasileira de Grupo.

Então este é um assunto extremamente importante e peço que os Srs. Senadores, se quiserem discutir sobre a matéria, o que será muito temeroso por causa do tempo, eu pergunto se os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Então está aprovado o requerimento.

O Item nº 4, a pedido do Senador Nery, nós vamos continuar discutindo e iremos aprovar ou não.

A Sessão está suspensa enquanto nós vamos cumprir o regimento do Congresso que faz com que... O Sr. Presidente atual da Sessão mandou avisar que vai mandar anular, se nós não encerrássemos em cinco minutos, anular todos os atos das Sessões. Então está suspensa.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, só um detalhe, depois [interrupção do áudio] nós retornaremos. Obrigada.

Sessão suspensa às 10h57.

Sessão reaberta às 12h04.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Está reaberta a nossa Sessão da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, 6ª Reunião Extraordinária, da 53ª Legislatura.

Voltamos à discussão do Item 4, que o Senador Nery, embora não faça parte da Subcomissão, tem direito a usar da palavra e é o que vai fazer agora, inclusive eu quero aqui agradecer a presença de V. Ex^a. que honra esta importante Comissão e que vem colaborar conosco com o seu parecer durante a discussão.

Se precisar, eu posso ler o teor do requerimento: “Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II, IX e X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de audiência pública, no âmbito

da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, a fim de obter subsídios para a atuação do Senado Federal em relação à regulamentação da publicidade e da venda de bebidas alcoólicas no País”. É esse o requerimento de minha autoria e que V. Ex^a. solicitou--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pela ordem, Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Antes do Senador Nery, até porque quando da suspensão da Sessão eu também tinha solicitado, era só exatamente para dizer do quanto eu acho que é pertinente discutirmos essa questão, quando o Senador Flávio Arns aqui colocava, ele disse: “Eu penso ser nos jovens a bebida alcoólica que traga tantos transtornos”, e eu digo com toda certeza: eu não penso, eu sei que é um dos fatores provocadores de violência, de acidentes, está comprovado isso, e eu acho que agora que nós temos a Lei Seca, é muito importante que tenhamos mecanismos de inibir que, através da propaganda, seja estimulado o consumo de álcool.

Então, eu gostaria só de colocar desde já a minha posição favorável a essa audiência, que com certeza será de um valor muito alto para que a gente possa conhecer melhor os mecanismos e possamos ter dispositivos capazes de coibir que principalmente as nossas crianças, porque a TV chega não somente aos adultos e aos jovens, chega às crianças, que desde os primeiros anos de vida já começam, de certa forma, com aquela propaganda que podemos dizer enganosa, que não mostra os malefícios do álcool, não mostra o quanto provoca de distúrbios psicossociais, não mostra o quanto provoca de destruição do organismo, levando inclusive à seqüelas irreversíveis e à morte através de cirrose hepática e de tantas outras enfermidades, isso muitas vezes já vai induzindo desde a infância como se o álcool fosse algo benéfico, muito bom para uma vida saudável.

Então eu acho que é realmente muito importante que nós possamos debater extensivamente esse assunto e pudermos cada um tirar as suas conclusões para nos somarmos em ações neste Congresso que levem à promoção de Projetos de Leis que venham a proteger a infância e a juventude dos brasileiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu agradeço a V. Ex^a. pelo seu feliz comentário, que realmente nós queremos alcançar esse objetivo que V. Ex^a. se pronunciou muito bem. Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador Papaléo Paes, Srs. Senadores, Sena-

dor Flexa, Senadora Rosalba, Senador Antonio Carlos Valadares, que acaba de chegar.

Primeiro quero parabenizar a V. Ex^a. por essa iniciativa da realização de uma Audiência Pública para tratar da regulamentação da publicidade na venda de bebidas alcoólicas no país.

Eu creio que o Governo e o Legislativo, ao criar regras, normas que contribuam para diminuir o consumo de drogas lícitas, é uma forma de promover a saúde e combater a violência, tendo em vista que não só é referente à adoção daquilo que agora se configurou chamar a chamada Lei Seca, que no primeiro mês da sua efetiva aplicação tem produzido resultado extraordinário na diminuição do número de acidentes com automóvel e que ceifam Brasil, por ano, trinta e cinco mil reais, tem diminuído significativamente em trinta dias o número de acidentes com mortos e de acidentes com feridos graves. Então regulamentar a publicidade de bebida alcoólica cujo consumo produz um cem número de situações de violência, de morte, é fundamental.

E mais fundamental ainda, Sr. Presidente e digam o autor dessa iniciativa, quando no dia de hoje se encerra em São Paulo o 4º Congresso Brasileiro de Publicidade, e as palestras, os debates ontem ocorridos no âmbito daquele congresso, ficou muito clara uma estratégia para tentar esvaziar ou até combater o papel do Governo e o papel especialmente do Legislativo ao citar que há em tramitação no Congresso Nacional algo em torno de duzentas e cinquenta Projetos de Lei que tratam da proibição de publicidade de produtos, os mais variados, que têm incidência direta na vida das pessoas. Portanto, quando realiza-se o Congresso Brasileiro de Publicidade, onde os mais importantes expoentes da comunicação no Brasil tratam a questão da liberdade de expressão e a relação entre a publicidade e a liberdade de imprensa como algo fundamental, não temos dúvida disso: liberdade de imprensa é uma coisa; libertinagem na propaganda para o consumo de drogas lícitas e outros tantos produtos, de agrotóxico ou coisa parecida, é outra muito diferente. E houve ali um arsenal de críticas aos parlamentares, ao Congresso Nacional, por estar aqui tentando, como se nós estivéssemos inibindo a liberdade de imprensa. Não se trata de liberdade de imprensa. A imprensa é livre e deve assim... é um pilar da democracia, agora liberdade de expressão não pode ser confundida com libertinagem de expressão, o que significa a propaganda, a publicidade para promover a venda de muitos produtos que ao invés de contribuir para uma sociedade mais saudável, mais humana, onde reine uma cultura de paz, na verdade muito do que a publicidade promove contribui exatamente para

uma sociedade à qual não desejamos, nem queremos e até repudiamos.

Portanto, essa iniciativa de V. Ex^a. de trazer aqui ao debate a regulamentação da publicidade, especialmente em relação a um dos aspectos da publicidade, que é a propaganda permanente, diária, incisiva, agressiva para o consumo de bebidas alcoólicas, eu diria que essa iniciativa de V. Ex^a. com certeza vai ajudar na tramitação dos Projetos que se encontram na Casa tratando do tema. É o combate na outra ponta daquilo que já conseguimos, estamos conseguindo colher os frutos com a Lei Seca, que é a proibição de que as pessoas que ingeriram algum tipo de bebida possam vir a dirigir nas estradas, nas ruas do nosso país, das nossas cidades.

Portanto, eu quero louvar e por estar aqui na condição apenas de membro, digamos, eventual e afetivo por conta do tema, que é um tema ligado à vida, o tema da Subcomissão que V. Ex^a. aqui preside, ligado à saúde, à defesa da vida, para manifestar o meu apoio e dizer que essa contribuição do senhor, num momento em que há uma campanha incisiva para a publicidade sem limites, é hora sim de aprofundarmos, de melhorar a legislação, de criar mecanismos que impeça essa publicidade danosa à vida e ao bem-estar das pessoas. Portanto, essa Audiência Pública, com certeza, será coroada de êxito, porque se têm muitos que fazem esse combate, que querem a publicidade a qualquer custo, há importantes setores da sociedade brasileira que já tomou consciência de que essa é uma publicidade sem limites, que leva ao esgarçamento do tecido social, leva à violência, e há um conjunto de consciência.

Então parabéns a V. Ex^a. por essa iniciativa, eu tenho certeza que será uma Audiência com grande participação e contribuirá efetivamente no debate dos projetos de iniciativa legislativa que estão no âmbito do Congresso Nacional. Parabéns a V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu que agradeço a lucidez de V. Ex^a. e o detalhamento que V. Ex^a. deu para essa questão relacionada à propaganda, quanto à liberdade de imprensa e a libertinagem que V. Ex^a. falou da propaganda, no sentido de que realmente a estratégia hoje do capitalismo em cima do álcool, do tabaco, cada vez mais estão atingindo as idades mais precoces para continuar nessa concorrência entre eles a terem uma maior freguesia, o que é lamentável, lamentável nesse nosso país.

Eu lembro, Senador Nery, porque eu não sei se pega o tempo de V. Ex^a., mas na nossa juventude, eu tenho hoje cinquenta e cinco anos, na nossa juventude eu apostei que quando chegava num grupo de pesso-

as, de rapazes, jovens, era determinado por aquele grupo mesmo: “Não, só fuma se tiver dezoito anos”, entendeu? Por quê? Nós não tínhamos a televisão, não tínhamos o rádio, não tínhamos nada influenciando sobre isso. Depois que nós passamos a ter, a meninada aí, outro dia eu fui num Município lá do meu Estado, durante a campanha passada, em um clube desse Município, eu fiquei... Realmente é para nós entrarmos num estado depressivo, analisando como está a evolução que é uma evolução que eu não consigo me acostumar. Quando dá meia-noite, chega um carro da polícia para esvaziar a sede do pessoal da tertúlia. Era um monte de molequinho e molequinha desse tamanhinho, criancinhas, crianças, tudo vestidinho, passando fumando e tudo mais, muitos com sinais de embriaguez, uso de droga. É ali que o investimento do vendedor de droga, do traficante se faz. Exatamente começa na bebida, depois vem a maconha, a cocaína e assim por diante. Então--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): --quando mais cedo iniciar no vício, mais lucro dá. Obrigado, Senador Nery, pela sua participação.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, pela ordem. Eu gostaria aqui de propor que essa Audiência que versa sobre propaganda e relacionada com a questão da venda de bebidas alcoólicas, ela pudesse ser realizada em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia. Eu sou membro também da Comissão de Ciência e Tecnologia e como esse assunto também é do interesse da Comissão, eu acho que seria interessante que pudéssemos realizar em conjunto. Eu coloco para a sua análise e análise da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu acrescento aqui em meu requerimento, aceito vossa sugestão e pergunto aos demais membros da Subcomissão se concordam com a proposição da Senadora Rosalba. Não havendo quem queira discutir, nós perguntamos aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam que permaneçam como se encontram. Então está atendida a vossa solicitação.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pela ordem, Senador Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Presidente, eu queria solicitar a V. Ex^a. a possibilidade de fazer a inversão da pauta para colocar em discussão e votação o relatório da Comissão de Senadores que visitou a Santa Casa de Misericórdia, no Pará, na qual o

senhor é o Relator da matéria, tendo em vista que eu queria, pelo menos na discussão inicial, fazer rápidas considerações e infelizmente eu preciso me dirigir para participar do encerramento da Reunião Regional do PARLAMAZ, o Parlamento Amazônico, que se reúne aqui no Interlegis, que está se encerrando daqui a poucos minutos, mas eu queria, como eu fiz parte da Comissão, gostaria de fazer uma breve consideração.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Primeiro vamos perguntar às Sras. e aos Srs. Senadores se permitem a inclusão na pauta do dia de hoje do relatório que foi feito, relatório esse consequente à visita de uma Comissão determinada pelo Senado Federal, teve os Senadores Rosalba Ciarlini, Flexa Ribeiro, Papaléo Paes, José Nery, Mário Couto, foram autores do requerimento que culminou com esta delegação que foi fazer visita ao Estado do Pará.

Eu quero deixar bem claro aqui aos senhores e às senhoras, principalmente ao partido da senhora Governadora do Estado do Pará, de que quem compareceu ali viu que nós fizemos todo o processo que impediu qualquer tipo de politização partidária. Nós discutimos a questão. O único que se pronunciou foi um Deputado, que eu não me lembro nem o nome dele, do Estado do Pará, que veio com politicagem na hora de discutir, Deputado José Geraldo. Infelizmente foi o único que desrespeitou a seriedade do nosso trabalho. Por isso, eu fiz este relatório com a intenção de que nós fizéssemos cumprir uma ação, que eu chamo de ação emergencial, principalmente considerando que nós vamos entrar de recesso e não posso, eu, me submeter – se outros quiserem assino embaixo –, a ser o autor do relatório e, depois, ser cobrado pelo relatório e ser considerado como irresponsável. Eu quero cumprir a minha obrigação, isso é democrático, vai ser discutido aqui. Não se preocupem da questão política partidária porque aqui é o primeiro passo da evolução desse relatório. O Senador Augusto Botelho ainda a pouco me falou no corredor, dizendo: “Papaléo, nós precisamos crescer alguns dados aí ou alterar”. Eu digo: “Augusto, eu lhe espero”. Infelizmente ele não está presente aqui, porque eu acatarei como Relator, ainda não estou falando como Relator, mas acatarei como Relator a proposta de qualquer Senador que fez parte da Comissão ou Senador que faça parte da Comissão de Assuntos Sociais.

Mas o que eu faço, eu até peço, encareço o meu pedido, no sentido de que a burocracia não atrapalhe o desenvolvimento deste processo. Por quê? Ele vai ser avaliado aqui, depois vai para a Comissão de Assuntos Sociais, depois para a Mesa da Casa, para a Casa oficializar o nosso relatório. Então não se preocupem que este relatório, eu estou falando já partidária-

mente, que este relatório seja usado politicamente porque não é esta a intenção, ou seja, quem ler este relatório vai ver que pode até estar faltando alguma coisa aqui dentro, mas não tem nada em excesso e inadequado para todos os dados que nós recebemos lá. Nós recebemos diversas instituições representativas da área da saúde e todas elas, Secretário de Saúde, o Diretor-Presidente da Santa Casa, estavam presentes e todos viram que nós jamais deixamos aquilo descambar para a política partidária. Infelizmente um Deputado Federal, chamado José Geraldo, manchou a nossa reunião, mas ele foi praticamente excluído automaticamente porque foi o único que conseguiu querer partidizar aquela reunião técnica, porque eu me portei como técnico e respeitando uma instituição de quase trezentos e cinquenta anos que o Pará tem e que eu estudei lá, eu, o Mozarildo e outros, o Tião Viana e outros mais que estudamos e respeitamos, queremos o bem da Casa.

Então eu pergunto se aprovam que seja incluído em pauta a discussão sobre o relatório que estou apresentando à Subcomissão de Saúde e não à CAS.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aprovamos, Sr. Presidente. Eu queria só aqui fazer uma observação, pela ordem, depois eu passo para o senhor, Senador Valadares. Algum acréscimo que--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Aceitarei.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas se por ventura algum Senador que não pode estar presente hoje quiser acrescentar--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Na Comissão de Assuntos Sociais.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Na Comissão de Assuntos Sociais poderá fazê-lo, não é assim?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): É.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois eu quero já anunciar o meu Voto, eu sou pela aprovação do relatório. Eu li, Senador Papaléo, eu quero parabenizar ao senhor e à Comissão que lá estive e dizer com toda a sinceridade: eu senti que de questões partidárias está totalmente isento, não poderia ser diferente. Eu sei do seu interesse e de todos que foram à cidade de Belém, inclusive esse requerimento foi da minha autoria, no dia eu não pude ir, porque eu sou pediatra e tinha todo o interesse de ver realmente as reais condições de trabalho lá da Santa Casa, mas o trabalho que os senhores fizeram merece de todos nós os nossos aplausos, todos os méritos. E quanto à

questão partidária, está totalmente isenta, não existe, saúde não tem partido. Nós precisamos é exatamente nos somarmos para que a saúde melhore e ações como essas, com o Senado presente, o Senado trazendo o seu relatório, vai ser... Eu tenho certeza que esse documento, aconteceu esse fato desagradável em Belém, mas de duzentas crianças não tiveram direito à vida, mas isso não acontece apenas em Belém.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Exato.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Por exemplo, no nosso Estado do Rio Grande do Norte, eu vi o depoimento da Diretora da Maternidade Januário Cicco, que é Maternidade Escola, referência na cidade de Natal, dizendo, alertando que a qualquer momento pode acontecer algo semelhante lá em Natal. A maternidade é referência, que recebe pacientes de todo o interior e que, na realidade, ontem na matéria que eu li, ela dizia, eu não lembro exatamente qual foi o dia, mas já foi esse mês, tinham dezesseis parturientes chegando na maternidade, sem ter leito, ficando em cadeiras, num banco, em macas nos corredores. Isso é um absurdo. Em Mossoró também há uma preocupação muito grande. A UTI Neonatal, que foi reivindicada, cobrada, o Governo ficou de fazer, fez lá, podemos dizer assim, uma gambiarra, mas não é uma UTI Neonatal que realmente dê segurança. E muitas das crianças ou vão para Fortaleza ou para Natal.

Então isso daqui eu acho que é importantíssimo, Senador Papaléo, para que a gente possa fazer uma reflexão e irmos ao Ministério para que a Política de Atendimento Neonatal precisa ser analisada, debatida e que recursos cheguem, porque isso tudo está acontecendo porque na capital, além da falta de condições como está aqui nesse relatório da Santa Casa, falta de condições, a superlotação, falta de medicamentos, eu vi o quanto tanto a Associação Médica, o Sindicato Médico, os profissionais fizeram reivindicações bem anteriores, denúncias e nenhuma providência tinha sido tomada. Mas tem, além disso, outro fator, a superlotação acontece porque no interior estão esquecendo de estruturar.

Isso daí é algo que a gente precisa ver com muita atenção e eu estou aqui para parabenizá-lo pelo trabalho, dizer que o meu Voto é pela aprovação do relatório e que este assunto, na Comissão de Saúde, ele deve ser amplamente debatido, nós temos que realmente irmos criar condições para que o Ministério tenha uma atenção especial ao materno infantil.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Então eu convido o Senador Augusto Botelho para presidir a Mesa e eu fazer o meu relatório para ser discutido.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Foi pedido pelo Senador José Nery a inversão da pauta e V. Ex^a. consultou ao Pleno a inclusão extrapauta. Então já está aprovada a inclusão e a inversão?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Exato, por isso eu estou convidando o Senador Augusto Botelho para presidir enquanto eu faço o meu relatório para ser discutido e seguirmos os trâmites.

[troca de presidência]

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, pela ordem, antes da palavra do nobre relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Este relatório circunstanciado, de vinte e sete páginas, já foi distribuído a todos os Senadores e se possível eu gostaria que o nobre Relator fizesse uma síntese, de vez que já temos o relatório em mãos e podemos discuti-lo posteriormente com maior profundidade. V. Ex^a. faria uma síntese, eu até tenho umas sugestões a dar a V. Ex^a. para alterar o seu relatório, que por sinal o relatório, de um modo geral, sintetiza a atuação da nossa Comissão e diz aquilo que todo mundo sabe no Estado do Pará, que houve realmente omissão das autoridades, as autoridades foram advertidas antecipadamente de que a tragédia poderia acontecer e, infelizmente, as medidas vieram, estão vindo, mas depois do acontecido. Estivemos, inclusive, com a Secretária da Saúde, que é uma pessoa muito competente, uma técnica da melhor formação profissional, que deu um show de informação das providências que a Secretaria da Saúde está tomando, não só em relação à Santa Casa de Misericórdia, como também em relação à desconcentração do atendimento do setor saúde no Estado do Pará.

Então eu parabenizo a V. Ex^a., Senador Papaléo Paes, pela eficiência com que conduziu os trabalhos da relatoria e, após a ouvida de V. Ex^a., eu me proponho a fazer, a sugerir a V. Ex^a. algumas alterações, não alterações tão substanciais, mais alterações que visam aperfeiçoar matéria que foi tão estudada e com muito carinho por V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a palavra o Senador Papaléo Paes para fazer o relatório. Senador Nery quer alguma coisa?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Pois não, Senador Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Antes de o Senador Papaléo Paes ler o relatório ou o encaminhamento que V. Ex^a. dará para esta nossa Reunião que apreciará aqui o relatório da visita da Comissão à Santa Casa no Estado do Pará, eu já li o relatório, tenho concordância com o diagnóstico feito, bem como com as medidas sugeridas, mas eu queria apresentar a V. Ex^a., ao Relator, ainda antes de ler, se fosse possível acolher três sugestões que formulei a V. Ex^a., se possível, para ser atendida e acolhida no âmbito da Comissão. Eu quero saber, Sr. Presidente, se eu posso apresentar, tendo em vista que preciso me deslocar imediatamente para uma outra atividade. Eu posso apresentar, antes da leitura, sugestões para a inclusão, antes mesmo que seja lido?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Pode falar.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Submeto à apreciação do nobre Relator pelo menos três recomendações, inclusive recuperando aqui sugestões apresentadas durante o nosso debate na Audiência Pública lá na Santa Casa de Misericórdia. São dois temas que fizeram parte do nosso debate lá.

Sugerir ao Governo do Estado do Pará e ao Conselho Estadual de Saúde a realização de uma Conferência Extraordinária de Saúde, no início de 2009, para redefinição das políticas de saúde no Estado do Pará, contando com a participação decisiva dos novos gestores municipais e delegados eleitos na Conferência Municipal Extraordinária de Saúde; sugerir ao Governo do Estado do Pará e à Secretaria de Saúde do Estado do Pará a reformulação do Conselho Estadual de Saúde, em conformidade com os debates que vem sendo realizados no âmbito das entidades da sociedade civil para que dessa forma venha ocorrer um efetivo controle social sobre as políticas de saúde no Estado do Pará; e a terceira recomendação para o nosso relatório, talvez seja uma recomendação aqui à própria Comissão, e aproveitando, na verdade, a sugestão do Senador Flexa Ribeiro, que eu gostaria de, talvez, oficializar no relatório, saber se é possível assim fazer: sugerir que esta Subcomissão, tal qual a que trataram com o Senador Flexa Ribeiro, agende reunião com o Ministro da Saúde para tratar não só da questão da Santa Casa, mas dos recursos orçamentários, inclusive de Emendas parlamentares e recursos de investimento do próprio Ministério da Saúde que possam ser direcionados ao Estado do Pará.

São essas três sugestões que submeto a V. Ex^a. como Relator e, por conseguinte, aos membros da Comissão que visitou o Estado do Pará. Muito obrigado a V. Ex^a., agradeço e peço desculpas por ter que me ausentar imediatamente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador, o Relator gostaria que o senhor encaminhasse essas proposições escritas para ele.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Vou encaminhar.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Tá bom, obrigado. Com a palavra o Relator, o Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente Senador Augusto Botelho, antes de iniciar o meu relatório, que todos já tem conhecimento, eu quero registrar que, após a primeira parte da nossa reunião, tivemos a oportunidade de termos uma conversa lá no Plenário e V. Ex^a. já me dizia que queria acrescentar algo de matérias importantes no relatório. E das matérias que V. Ex^a. fez referência, quero dizer que antecipadamente eu acato, porque são proposições importantes e que só fazem enriquecer este relatório, porque este relatório se propôs exatamente a avaliar a nossa visita que fizemos lá numa quinta-feira à Santa Casa, das nove horas da manhã até as três horas da tarde.

Quero deixar registrado aqui, mais uma vez, que nós nos portamos como cidadãos que respeitamos aquela Casa de Saúde e que em momento algum estabelecemos qualquer debate político partidário. Fomos lá tratar pura e simplesmente de saúde pública. Estavam presentes o Senador Flexa Ribeiro, como Presidente da Comitiva, eu como Relator, o Senador Nery, o Senador Augusto Botelho, o Senador Moza-rildo e o Senador Antonio Carlos Valadares. Ressaltamos sempre a questão de que o Senador Antonio Carlos Valadares foi Relator da Emenda 29, de grande importância, que estamos até hoje debatendo sobre sua regulamentação. Então a importância do Senador foi muito grande lá.

Estavam presentes, além dos membros que citei, o Deputado Zenaldo Coutinho, Daniel Lerner, representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, a Secretária de Estado da Saúde, Laura Rossetti, que é uma técnica de primeira linha e uma pessoa finíssima, que em momento algum colocou qualquer tipo de obstáculo para a nossa visita, porque ela entendeu que a nossa visita era uma visita técnica, e o Dr. Maurício Bezerra, outro abnegado, que hoje é Presidente da Santa Casa de Misericórdia do Estado do Pará. Vejam as instituições representadas que participaram desta Audiência, que foi muito organizada e que realmente mostrou a seriedade da nossa

visita: o Conselho Estadual de Saúde, a OAB do Pará, todos falaram, o ex-Presidente da Santa Casa, Hélio Franco e Paulo Motta, conheço todos os dois, convivi com os dois, são duas pessoas abnegadas também por aquela Casa, Rui Martins, Presidente do Instituto Criança Vida, Sindicato dos Médicos do Estado do Pará, Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará, Centrais Sindicais e Universitárias, Movimento de Mulheres da Amazônia, Movimentos Populares e Sociais, Fórum de Moradia, Conselho Comunitário do Tapanã, que é um bairro lá do Município de Belém, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, Movimento de Juventude, SINDSAUDE, que é o Sindicato dos Trabalhadores da Saúde do Estado do Pará.

Nós fizemos a nossa visita, recebemos muitos documentos, recebemos as informações que nos foram prestadas por todas essas entidades e fizemos o nosso relatório com um cuidado, mais uma vez, de não fazermos a mistura da política partidária com a política de saúde. Quero dizer que pessoalmente sou amigo da Governadora Ana Júlia Carepa, foi nossa companheira aqui do Senado e ninguém está tratando isso contra pessoas, mas sim contra as instituições que são responsáveis por esta Casa de Saúde, pela Santa Casa de Misericórdia, e notamos que o foco principal dessa tragédia é a gestão deficiente que existe e que trouxe como consequência todo esse processo aí, como disse a Senadora Rosalba, que não ocorre só lá no Estado do Pará não, isso praticamente é em todo o país, e como a visita foi no Estado do Pará eu acredito até que nós tenhamos condições de chamar a atenção dos outros Estados enviando este relatório, que é a favor da saúde pública brasileira.

Então eu espero que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras tenham recebido esse relatório, que está detalhado aqui da maneira como eu consegui detalhar e na urgência que nós precisamos ter, visto do recesso e as tomadas de medidas imediatas que devem ser feitas, e eu faço apelos aos membros desta Comissão. O primeiro apelo é que a burocracia já está atropelando a urgência, porque vai ter que passar ainda pela Comissão de Assuntos Sociais e depois pela Mesa do Senado. Então que nada mais burocratize esses encaminhamentos. Então nós podemos decidir aqui nesta Comissão, e eu dizia, na ausência do Senador Augusto Botelho, não impediria depois nós agregarmos ao meu relatório a sugestão dele, porque ainda tinha a Comissão de Assuntos Sociais, viu Senador Augusto? Então V. Ex^a. na hora não estava presente, mas eu dizia que V. Ex^a. teria condições de fazer a sua proposta na Comissão de Assuntos Sociais. Então eu até solicito aos Srs. Senadores, às Sras. Senadoras, que, primeiro, nós possamos aprovar este relatório hoje

com as alterações propostas, que vão ser propostas pelo Senador Nery, por todos os que propuserem aqui eu acatarei como Relator, Sr. Presidente, e se tivermos de ter mais uma sugestão, nós acataremos na Comissão de Assuntos Sociais. Nós não podemos é deixar burocratizar esse trabalho que é uma emergência na área da saúde. Eu faço uma proposta, inclusive ao Sr. Presidente, de nós mandarmos as notas taquigráficas, para não passarmos por omissos, ao Ministro da Saúde, porque o Ministro da Saúde tem uma grande responsabilidade, principalmente, sobre as UTIs Neonatais, porque lá o dinheiro federal predomina e é obrigação do Ministério da Saúde, para ele tomar conhecimento através das notas taquigráficas, que não significa o nosso relatório, e que possam ser antecipadas as providências. A questão que nós estamos discutindo é de responsabilidade. Então, por isso, eu até pergunto ao Sr. Presidente--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): --se acata a minha sugestão e eu declaro que meu relatório esteja concluído, visto que os Senadores já tem conhecimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu também vou querer discutir o relatório depois.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para agradecer, primeiro, aos membros da Comissão de Assuntos Sociais, a sua vice-Presidente, a Senadora Rosalba, que assumiu, junto comigo, que não sou membro da CAS, a autoria do requerimento que possibilitou a ida da Comissão Externa à Belém do Pará. Eu quero, reforçando, primeiro parabenizar a diligência do Relator, o Senador Papaléo Paes, no sentido de em tão curto prazo ele ter feito o seu relatório, face à emergência que o caso requer. A informação que nós temos é que os óbitos continuam ocorrendo lamentavelmente ao longo desses dias.

A aprovação desse relatório na Subcomissão de Saúde do Senado vai propiciar, como o Senador Nery fez aqui um adendo ao relatório, mas que o Senador Papaléo Paes, como Presidente da Subcomissão, já estava no propósito de solicitar uma Audiência ao Ministro da Saúde para que a Subcomissão pudesse ir até o Sr. Ministro e pedir a ele uma ação emergencial com relação à Santa Casa. Eu sei e tenho certeza absoluta, Senador Papaléo Paes, que o relatório de V. Ex^a. vai servir para que possamos ajudar a resolver o problema que ocorre no Brasil inteiro, no Brasil inteiro, mas nós precisamos que o Ministro da Saúde volte a

sua atenção imediatamente para a tragédia que ocorre lá no Estado do Pará.

Então eu peço aos nobres pares da Subcomissão da Saúde que nós possamos fazer as alterações que serão propostas, já me antecipou aqui o Senador Antonio Carlos Valadares, e possamos ir, ainda hoje, ao Sr. Ministro da Saúde para que ele tome providências imediatas, porque nós vamos entrar em recesso e só voltaremos às atividades parlamentares em agosto e não podemos deixar sem atendimento emergencial durante pelo menos esses vinte dias a Santa Casa de Misericórdia do Estado do Pará.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, pela ordem. Eu gostaria de discutir e fazer algumas sugestões ao nobre Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Em primeiro lugar não há o que esconder diante de uma realidade triste que conseguimos ver, não através da imprensa, mas pessoalmente, da situação vexatória em que se encontra, ainda hoje, a Casa de Misericórdia do Estado do Pará, que é uma instituição que funciona há mais de cem anos, mas a sua criação tem uma origem de trezentos anos, significando dizer que temos que reconhecer o valor técnico do seu corpo profissional, médicos, enfermeiros, funcionários, todos integrados, se esforçando para dar o melhor de si e cuidar da saúde da população do Estado do Pará. Infelizmente essa situação se agravou, justamente por causa das condições e dos recursos que não foram direcionados a tempo pelas autoridades competentes. Foram duzentas e trinta e duas crianças, duzentas e trinta e duas está aqui, recém-nascidas, de janeiro até 10 de julho de 2008 que morreram na Santa Casa de Misericórdia. Então isso daí nós não podemos esconder, uma realidade, uma tragédia como esta onde em alguns meses, como meses de maio, junho e julho, os índices extrapolavam, quer dizer, houve uma extrapolação em relação às previsões do Conselho Nacional de Saúde e, também, dos órgãos ligados à saúde pública do mundo inteiro, como a Organização Mundial de Saúde, quer dizer, esses índices ficaram acima de mortalidade, ficaram acima dos previstos por essas entidades.

O que é que eu estou propondo? É que nas conclusões, comentários e conclusões, pág. 23, ao invés dessa redação concisa, onde aponta os erros que foram cometidos, que nós sejamos mais sucintos, de vez que é tudo público e notório. O que é que eu proponho? No terceiro parágrafo, "De qualquer forma a tragédia pôs em evidência uma situação complexa, no contexto da

qual ficou evidenciado que providências reclamadas de forma antecipada pelo corpo médico--“

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Ex^a. está fazendo uma alteração no Item A?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): No Item A.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, no Item A, qual é a redação que V. Ex^a. propõe?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Atualmente apenas diz que houve omissões do Governo do Estado do Pará. O que é que eu quero? Aqui são quatro itens: “Houve omissões do Governo do Estado do Pará; a tragédia era prevista de forma anunciada; providências deixaram de ser tomadas; o problema de imputação de responsabilidade devem estar sendo conduzidas pelo Ministério Público Estadual e Federal”. Bom, esses três itens nós colocaríamos num só. Como? “De qualquer forma a tragédia pôs em evidência uma situação complexa, no contexto da qual ficou evidenciado que providências, reclamadas de forma antecipada pelo corpo médico do hospital e outras entidades, inclusive o Ministério Público Federal, não foram devidamente tomadas pelo Governo do Estado”

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Aca-to.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): “Não foram devidamente tomadas pelo Go-
verno do Estado, através da Secretaria da Saúde”.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Acato, só quero a redação para incluir aqui no relatório.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): E, agora, ficou também claro que houve um encaminhamento exagerado por parte dos Muni-
cípios que contribuíram para quê? Para a superlota-
ção do hospital, da Casa de Misericórdia, quer dizer, não houve uma triagem. Na verdade tudo quanto era
paciente, grave ou não, foi encaminhado para a Santa
Casa de Misericórdia e isso promoveu um inchaço na
Casa de Misericórdia. Então isso não deve acontecer,
deve haver no interior, a Secretaria da Saúde deve
mais do que tudo descentralizar o serviço de saúde
no intuito de evitar que esses fatos aconteçam, quer
dizer, um paciente entra na ambulância, coloca-se um
paciente na ambulância, de qualquer maneira manda-
se lá para a Santa Casa de Misericórdia. Então isso aí
deve ter contribuído para um inchaço, a superlotação
do hospital, da Casa de Saúde.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Ex-
celência?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agora manter o problema de imputação:

“Deve estar sendo conduzido pelo Ministério Público
Estadual e Federal”, manter esse item também.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Man-
ter o Item D?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Exato. Agora uma outra coisa: onde tem
“A omissão...”

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sena-
dor, permita-me fazer uma correção?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pois não.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): V. Ex^a.
ainda está com o relatório que não foi corrigido. Ao invés
de duzentos e trinta e dois recém-nascidos--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Ah, estava duzentos e trinta e dois.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Du-
zentos e sessenta e três, tá?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Desculpe, mas eu li o que estava aqui no
relatório.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): É, é
o antigo.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É duzentos e sessenta e três?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Du-
zentos e sessenta e três recém-nascidos.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O número é duzentos e sessenta e três?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Duzen-
tos e sessenta e três, e acato plenamente na íntegra.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço a V. Ex^a. Sr. Relator, na pág. 23
ainda, já no último parágrafo, “A omissão”. Onde tem
“Houve omissão do Ministério da Saúde em reverter a
sua política de desassistência ao Estado, de redução
de recursos de investimento, de remuneração insatis-
fatória dos procedimentos que compra?” Aqui consta
compra porque é o seguinte: o Ministério da Saúde
transfere recursos e remunera o serviço, realmente
compra. Então, veja: isso daí é nacional, é um problema
nacional. Então o que é que nós devemos dizer aqui?
“Que o Ministério da Saúde deve rever a remuneração
que é concedida aos médicos e ao corpo para-médico
no intuito de proporcionar maior dignidade aos presta-
dores de serviço”, porque a remuneração, por exemplo,
quanto é que custa hoje, por exemplo, um médico que
faz um parto? Quanto é, Dr. Augusto? Não deve ser
mais de R\$ 60,00. Deve ser quanto, R\$ 10,00?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):
Até um dia desses uma consulta era só R\$ 3,00, não
sei agora.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agora uma operação desse tipo, o atendimento a uma parturiente, R\$ 10,00?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Um parto.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Um parto.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Um parto, assim exatamente hoje, talvez seja pouco mais de R\$ 50,00, um parto como todo.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então o que é que eu estou propondo aqui? “Que o Ministério da Saúde deve envidar esforços no sentido melhorar a remuneração, dando maior dignidade aos prestadores de serviços nas Casas de Saúde do Brasil inteiro”, porque isso aqui é nacional. Ele compra não é só lá em Belém do Pará, compra do Brasil inteiro; do mesmo jeito que compra em Belém do Pará, compra no Brasil. Então é a remuneração, na verdade é a remuneração, é a contraprestação do serviço.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu concordo com V. Ex^a.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): E, por último, aqui na pág. 24, no primeiro parágrafo, onde tem “Houve omissão do Governo do Estado do Pará em investir mais recursos em Santa Casa e deixar de atender aos pedidos das entidades representativas dos médicos, dos próprios funcionários, implantando o caos no hospital, que culminou com a tragédia de dezenas de óbitos de recém-nascidos que poderiam ser evitados”. Bom, é uma redação que realmente houve um caos no hospital, agora será que quem implantou mesmo foi o Governo do Estado? Então são vários fatores, são vários responsáveis. Um deles, naturalmente, que é o Governo do Estado. Então eu acho que poderíamos só mudar a redação, todo mundo sabe que--

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pois não, sugira.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): “Houve a omissão do Governo do Estado do Pará”, quer dizer, “Houve uma omissão do Governo do Estado do Pará em investir mais recursos na Santa Casa”, quer dizer, “Não houve a preocupação imediata do Governo do Estado em face dos encaminhamentos que foram feitos por entidades representativas do setor saúde”, fazer de forma mais suave.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu concordo com V. Ex^a.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): E assim por diante. É isso que eu quero dizer, que não houve, quer dizer, a preocupação predominante do Governo do Estado em atender aos recla-

mos justos e legítimos das entidades ligadas ao setor saúde, que viram o perigo a que estavam sujeitos os pacientes da Santa Casa de Misericórdia.

Então é isso daí, são essas as sugestões, e no mais eu quero parabenizar ao Senador Flexa Ribeiro, ao Relator, aos autores do requerimento, inclusive a Senadora Rosalba, que foi uma das autoras do requerimento, por essa iniciativa, porque nós estávamos apenas no ouvir dizer, na leitura dos jornais, porque as auditorias que foram feitas não foram divulgadas, não é Senador, e precisávamos tomar conhecimento *in loco*. Então a nossa presença foi realmente importante, porque nós verificamos que há dentro do hospital pessoas com responsabilidade, pessoas ligadas há anos e anos, pessoas que participaram da fundação desse hospital e que estavam com lágrimas nos olhos diante da tragédia que abalou não só o Estado do Pará, como o Brasil inteiro.

Agora há uma referência aqui aos funcionários que V. Ex^a, Senador, poderia ignorar.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Qual é?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Porque apareceram realmente lá uns manifestantes--

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Qual é a página?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É isto que eu estou procurando. Houve uma manifestação logo que nós chegamos e toda manifestação, nós--

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pág. 19.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): — podemos até não concordar, mas temos que respeitar, qualquer que ela seja. Como não havia identificação da manifestação, a priori nós temos que considerá-la legítima, já que o próprio hospital deixou que os manifestantes entrassem ali na--

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu também concordo plenamente, vamos ignorar.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então não vamos fazer nenhuma referência porque nós somos democratas, temos que respeitar. Podemos até não concordar da forma que fizeram, agora não vamos fazer referência a isso.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Nós não sabemos quem eram as pessoas.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Nós não sabemos quem eram as pessoas, então vamos subtrair este fato para que não signifique que a gente estava querendo reprimir manifestações.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Está certo.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): E a nossa presença lá foi bem aceita pela sociedade e bem conduzida pelo nosso anfitrião, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Então suprimir esse parágrafo?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Esse parágrafo. Agradeço a V. Ex^a. e Voto favorável com essas alterações.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu agradeço a V. Ex^a. pela sua participação lúcida e que realmente vem trazer uma redação mais adequada para os pontos alterados no relatório. Muito obrigado, Senador.

[troca de presidência]

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Para discutir, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Augusto Botelho com a palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Inicialmente eu quero dizer que o relatório do Senador Papaléo está bem feito, mas só que nós temos que fazer algumas coisas.

Em relação ao que eu queria aproveitar é assim: nós não podemos resolver só o problema da maternidade de Belém, porque em 1998 eu já trabalhava, eu trabalhava na Maternidade Boa Vista como cirurgião e acompanhava a cirurgia infantil, que é uma neonatologia que eu gosto de ver, de criança. Tivemos um problema parecido. O nosso problema foi analisado, foi feita uma análise, a conclusão sobre a causa da morte das crianças não foi uma coisa imediata, nós não temos um fato imediato. Temos vários fatores que foram analisados na época e que contribuíram para que aquilo ocorresse, certo? E que eu, transpondo para cá, para a situação da maternidade lá da Santa Casa, vejo que contribuíram. Nós estamos num Sistema Único de Saúde onde as três esferas, municipal, estadual e federal, trabalham na assistência à saúde, cada uma no seu nível.

Nessa emergência agora, Senador Papaléo, o Ministério da Saúde já passou recursos para o Governo do Pará, passou um milhão para a aquisição de aparelhos para a UTI Neonatal, de equipamentos hospitalares, e passou duzentos mil mensais para a contratação de novos leitos de UTI. Isso foi no dia 08/07, que foi publicado isso daqui. Nós não tínhamos esses papéis, esse papel chegou na minha mão ontem, que ela me apresentou. Duzentos mil mensais por seis meses,

que depois de seis meses será reavaliado para poder renovar e repassar mais recursos.

Teve uma equipe do Ministério da Saúde lá e ela detectou também uma coisa que na conversa com os pediatras lá nós vimos, que uma das causas da complicação das crianças também é que elas são transportadas em condições inadequadas do Município que vem, quando vem para a maternidade de Belém. A Santa Casa é a *Mater*, é a mãe das maternidades de lá, todos os casos complicados vão para lá. Então o Ministério da Saúde também já fez o repasse de cinquenta e cinco mil mensais para a manutenção e ampliação dos serviços do SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, que é aquele que transporta as pessoas, que lá em Belém já está instalado. Então o Ministério da Saúde já tomou algumas atitudes em relação a isso.

Em relação à mortalidade das crianças, a média da mortalidade neonatal lá no Pará tem ficado entre 14,5 e 16,5 e 2,2. É ruim a gente falar em número de crianças que morreram porque parece podia ficar muito assim, dá aquele assombro e cria, quando eu estava na maternidade eu sentia esse constrangimento, as pessoas já chegam lá com pedra na mão como se já fosse para brigar, com medo de que a pessoa vai matar o filho dela. Lá no Pará está a mesma coisa, que eu conversei com as pessoas e já está acontecendo isso, já chega todo mundo hostil lá. Então a mortalidade realmente é em percentual de nascidos vivos que a gente tem que fazer. A mortalidade lá no Pará, realmente nos meses de maio e junho houve um aumento, a média vinha sendo em torno de 16%, 17% e 13%, pulou para 20,6% e 21,7% em junho, quer dizer, houve realmente um pulo grande. Morreram dentro da maternidade, mas do ponto de vista de estatística de hospital, as mortes consideradas hospitalares são aquelas que ocorrem após vinte e quatro horas da internação. E aquele chefe da pediatria neonatal lá, eu não lembro o nome dele, é muito antigo, que era o que andou com a gente, me disse que aquela enfermaria externa lá do hospital é para receber as crianças que nascem fora e chegam no hospital, e que a mortalidade lá realmente deu aquele pulo muito grande, mas muitas crianças foram crianças que tinham chegado no hospital a menos de vinte e quatro horas, e em virtude das condições de transportes, da falta de pré-natal, que o pré-natal é responsabilidade de Municípios, e isso não está acontecendo só em Belém não, em Roraima está do mesmo jeito. O pré-natal está relaxado porque a equipe de saúde da família não tem feito o pré-natal a contento. Infelizmente no Brasil todo ocorre isso. Eu afirmo isso perante a Nação porque é verdade. Eu tenho notado, inclusive, um outro defeito da saúde da família

lá no meu Estado é que os preventivos de câncer estão diminuindo, então as mulheres estão começando a morrer de câncer, que não precisavam morrer. Se acontece em Roraima, acontece no Brasil, eu estou dizendo de Roraima, porque eu vivo em Roraima, eu não ando nos serviços de saúde dos outros Estados para dizer, mas é um imagem do Brasil.

Essa morte na maternidade lá do Pará talvez tivesse sido evitada se a gente tivesse tomado umas medidas mais amplas no Brasil. Nós temos falta de neonatologista no Brasil e no Norte todo só tem dez vagas de residência pediatria, que é lá na cidade do Flexa, só dez vagas, e em neonatologia são cinco vagas de residente e tem um déficit muito grande tanto lá no Pará como em Roraima também. Com certeza tem no Amazonas, em Mossoró deve ter isso também.

E nós, eu acho que nesse nosso relatório nós devemos sair com uma sugestão concreta, baseada em dados estatísticos que eu requeri já à Sociedade Brasileira de Pediatria, ainda não tive resposta, certo, sobre o número de vagas de residências de neonatologia, de intensivismo em neonatologia, para a gente poder dar uma sugestão direta no Ministério da Saúde nesse sentido, de aumentar recursos nessa área, para não acontecer, porque são quatro vezes que já acontece. Aconteceu em Roraima, depois em Pernambuco, depois no Rio e agora no Pará, mortes assim em cachoeira de crianças. É triste. Eu senti lá em Roraima, porque Roraima inclusive é a minha terra, eu conheço as pessoas e via o que acontecia.

Então o nosso relatório, a gente tem que realmente, como o nosso mais experiente Senador do que a gente, que foi o Relator da Emenda 29, o Antonio Carlos Valadares, talvez moderar um pouco mais os termos e também não colocar a culpa... Temos que falar do sistema, das falhas de pré-natal, que pode ir examinar os prontuários, porque lá em Roraima, e está sendo feito, com certeza agora foram, foram examinados prontuários por prontuários por uma equipe do Ministério da Saúde e por uma equipe do CDC, do *Control [ininteligível]*, dos Estados Unidos, que nós pedimos o socorro deles, eles mandaram as pessoas lá e fizeram análise individual. Realmente havia promiscuidade, porque todo mundo que chegava tinha que ser internado, como é aquela maternidade. Eu vi, foi um filme que eu já tinha visto. Quando chega uma criança doente numa maternidade, prematuro, de um quilo e meio, dois quilos, um quilo e oitocentos, você não pode mandar aquela criança de volta. Então o médico faz um jeito de colocar ela lá. Aumenta o risco? Aumenta. Aumenta o risco? Aumenta, mas não podemos devolver uma criança dessa. Ela já viajou sem o aquecimento adequado, sem a ventilação de oxigê-

nio adequado, sem as condições adequadas, chega lá, nasceu em condições que a gente não sabe como numa outra maternidade, num outro hospital.

Então eu quero que essa Comissão nossa faça uma coisa, eu sou Senador agora, nós somos Senadores, aconteceu a mesma coisa que aconteceu na minha terra, então eu quero dar uma solução definitiva de ampliação das vagas de residência para neonatologia, para intensivista, mas com recursos do Ministério da Saúde, não só recursos para contratar vagas de leito ou só para comprar aparelhos não, temos que investir em pessoal. Eu estou falando em medicina, médico, mas os recursos têm que ir para treinar as pessoas que trabalham dentro da unidade de UTI. O Senador Flexa viu, ela está acostumada a ver, criancinha de oitocentas gramas, de um quilo, não é qualquer pessoa que pode manipular e pegar não. Então tem que haver um treinamento específico, tem que ter recursos para treinar o pessoal que ajuda nisso. Eu quero que no nosso relatório seja incluído isso, Senador Papaléo. Eu estava propenso até de pedir vista, mas já que V. Ex^a. vai aceitar essas sugestões, nós vamos acrescentar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Botelho, nós gostaríamos de agilizar o andamento aqui, e como ficou já acordado que as sugestões serão acatadas pelo Relator, nós aprovaríamos na Subcomissão de Saúde e essas alterações seriam colocadas, para quando da votação na Comissão de Assuntos Sociais, elas seriam analisadas.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Que é o relatório definitivo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Seria o relatório definitivo, o relatório que vai para o Plenário. Mas o senhor aí colocou uma coisa que eu acho que é importante. Vou lhe dizer uma coisa, Senador Flexa: eu acho que, infelizmente, o brasileiro só fecha a porta depois de roubado. Duzentas e sessenta e três crianças morreram somente nessa maternidade, mas quantas morreram nesse Brasil que não foram notificadas, que não foram anunciadas? Por falta de um pré-natal bem feito, por falta da assistência no parto, por falta da maternidade que deixou de funcionar nesta ou naquela região, do leito de UTI que foi colocado e que o equipamento chegou, mas está lá encaixotado e não funcionou.

Então eu acho que isso é uma questão realmente que tem interesse para todo o Brasil, e sei que as mulheres que estão nos ouvindo, que já passaram por situações difíceis, e não são poucas, nas maternidades, na hora do parto, elas sabem muito bem do que nós estamos falando. Então o que é que nós estamos vendo aqui? Que isso é um caminho que, infelizmente

te, foi necessário. Foi necessário não, foi uma fatalidade por uma questão de gestão, de recursos que não chegaram, dessas e dessas outras causas, que tantas crianças faleceram que agora nós não podemos é deixar esse assunto ser esquecido. Vem agora o recesso, são dezessete dias, mas eu quero dizer aqui que nós devemos logo na retomada iniciar essa discussão e trazer aqui para debater, para discutir aqueles que estão responsáveis, tanto na esfera federal do Ministério, tem que partir do Ministério, sim, porque daí emanam as diretrizes que chegam aos Estados, que a partir do Conselho Estadual chegam aos Conselhos Municipais, que o senhor conhece muito bem o sistema, e que nós possamos debater para valorizar, para que seja prioritário, porque nós estamos vendo a saúde no Brasil cada vez piorando mais. Não se pode dizer que faltou recurso porque, na realidade, quando tinha, a situação era tão ruim como está agora. Então eu vejo o seguinte: a gente tem que debater e nós que temos essa responsabilidade, da Comissão de Saúde, e também por conhecermos um pouco mais a área, por sermos médicos, eu acho que a gente não pode esquecer de forma nenhuma de analisar. Se queremos melhorar a saúde, tem que começar na origem e a origem é exatamente desde a maternidade. Eu acho que muitas ações do senhor, desde o pré-natal, desde a gestação. Então eu acho que são muito pertinentes as suas sugestões. Se o Senador Papaléo concordar, eu gostaria de propor dessa forma.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu quero aqui, primeiro, deixar bem claro que todas as sugestões são acatadas por mim. A que o Senador Augusto Botelho propõe é um acréscimo. As alterações de redação que o Senador Antonio Carlos Valadares propôs eu já acatei. O acréscimo ao relatório que o Senador Augusto Botelho propõe eu acato antecipadamente e faço um apelo a V. Ex^a. Eu sei que V. Ex^a. vai fazer um acréscimo significativo, importante como sugestão. Então o apelo que faço a V. Ex^a. é que nós possamos aprovar neste momento, até para mostrar para a opinião pública que nós estamos fazendo o nosso papel e estamos cumprindo com a nossa responsabilidade pela urgência do caso, aprovar este relatório aqui, que receberá as suas sugestões, que antecipadamente eu aprovo, na Comissão de Assuntos Sociais, e façamos cumprir essa primeira etapa. Eu peço, encareço a V. Ex^a., que a Sra. Senadora Rosalba Ciarlini presidindo a Sessão, ela coloque em votação, para que nós possamos votar, aprovarmos e deixamos este acréscimo

importantíssimo que foi a grande... eu não digo falha, porque eu relatei aquele acontecimento, mas a grande colaboração complementar que seja feita.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria de--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu peço a palavra um minutinho só para dizer que realmente nós não tivemos tempo de discutir, mas uma coisa assim: nós não tivemos tempo de conversar mais, Papaléo, por isso que faltaram essas coisas. Mas, então, vamos dizer assim: as sugestões do Nery e do Valadares vão ser incorporadas já?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Já.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): E as minhas eu vou apresentar depois, porque eu tenho que ter esse estudo da Sociedade Brasileira de Pediatria, eu estou aguardando isso.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): É, é muito técnico, é a parte técnica, já sugerindo, que vai ser uma sugestão nacional.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Exato, mas eu queria também acrescentar aqui nas palavras, porque nós estamos falando só na ponta final, lá na UTI, mas devemos acrescentar também que houveram falhas, que eu conversei também, do atendimento pré-natal, da gestação em adolescente, no atendimento básico também, pode incluir, porque foram constatadas essas falhas. Eu não vi todos os prontuários, mas conversei com os médicos.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Não, isso foi constatado, e eu quero dizer que--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Então é acrescentar no relatório isso, que houve falha também no nível dessa intenção básica.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): A realidade é que tudo caiu nas costas da Santa Casa.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Foi.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Tudo.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Isso, é isso que eu não quero que--

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): É isso que eu quero deixar bem claro, porque o Estado é um Estado grande, tem cento quarenta e três Municípios, se não me engano, de difícil ligação rodoviária, muitas são feitas pelos rios e tal. O que é que acontece ali? Muitas crianças de onze e doze anos engravidam, escondem a gravidez, quando chega no sétimo mês aí que vão descobrir, seis ou sete meses que estão grávida, não recebem o pré-natal adequado, aí geram crianças de baixo peso, prematuros. Conclusão: vai para o óbito da Santa Casa. Então nós estamos pegando todos esses procedimentos preventivos e va-

mos fazer com que esses procedimentos preventivos sejam exatamente executados. Aí vem V. Ex^a. com a sua sugestão para nós acatarmos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bem, eu vou colocar em votação--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Que é responsabilidade dos três níveis: federal, estadual e municipal.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Botelho, eu acho que já ficou bem claro, inclusive como eu coloquei, que o assunto da Santa Casa, ele é, vamos dizer assim, emblemático para que a gente discuta a origem de todo esse problema, que é nacional.

Coloco em votação o relatório da Comissão de Senadores, constituída no âmbito da Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a verificar *in loco* a situação e circunstâncias em que ocorreram a morte de duzentos e sessenta e três recém-nascidos, no período de janeiro a 07 de julho, na Santa Casa de Misericórdia do Pará, em Belém, Estado do Pará. Os Srs. e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. O relatório segue para a Comissão de Assuntos Sociais, já com os devidos acréscimos dos Srs. Senadores.

Eu gostaria aqui de pedir ao Senador Flexa, dois minutinhos para o Senador Flexa, porque a Comissão de Assuntos Sociais se reúne agora, vamos encerrar a Subcomissão de Saúde e vamos abrir a Comissão de Assuntos Sociais.

Sessão encerrada às 13h20.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2008.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e dezessete minutos do dia vinte e quatro de junho de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, e com a presença dos Senhores Senadores Valdir Raupp, Raimundo Colombo, Marisa Serrano, João Pedro, Marina Silva, Romeu Tuma e Eduardo Azeredo reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senado-

res Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, João Ribeiro, Wellington Salgado, Geovani Borges, Mão Santa, Paulo Duque, Lobão Filho, Gerson Camata, Heráclito Fortes, Marco Maciel, Marconi Perillo, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Sérgio Zambiasi. Justificam a ausência os Senhores Senadores Flávio Arns e Virginio de Carvalho. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 56/07 – CE de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Paulo Duque, que tem como objetivo **“Discutir os problemas enfrentados pelos professores e alunos de altas habilidades (superdotados) e as políticas públicas com vistas ao incremento das potencialidades desses alunos”**. A Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, da Senhora Marília Gonzaga, Diretora de Ensino Fundamental do Governo do Distrito Federal – GDF; Senhora Lênia Gonçalves, Chefe do Núcleo de Programas Especiais da Diretoria de Educação Especial do Governo do Distrito Federal – GDF; Senhora Andréia Coelho, Coordenadora da Unidade da Família do Núcleo de Atividades das Altas Habilidades do Distrito Federal – DF; Senhora Elizete Fernandes, Coordenadora da Unidade do Aluno do Núcleo de Atividades das Altas Habilidades do Distrito Federal – DF; Senhora Vera Lúcia Palmeira Pereira, Representante do Conselho Brasileiro para Superdotação; Senhores Professores e Psicólogos do Núcleo de Atividades das Altas Habilidades do Distrito Federal – DF; Senhores Pais dos alunos atendidos no Núcleo de Atividades das Altas Habilidades do Distrito Federal – DF; Senhora Giselda Jordão de Carvalho, Diretora de Educação Especial do Governo do Distrito Federal – GDF; Senhora Kátia Aparecida Marangon Barbosa, Coordenadora-Geral da Política Pedagógica da Educação Especial do Ministério da Educação – MEC, Senhor Professor Josué Mendes, Coordenador da Unidade do Professor do Núcleo de Altas Habilidades do Distrito Federal – DF e Senhor Renato Accioli, Presidente da Associação dos Superdotados do Distrito Federal – DF. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o Senhor José Luiz da Silva Valente, Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal – DF; Senhor Isaac Roitman, Diretor de Políticas e Programas Temáticos do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT; Senhora Denise de Souza Fleith, Professora da Universidade de Brasília – UnB, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento; Senhora Cláudia Maffini Griboski,

Diretora do Departamento de Políticas de Educação Especial – SEESP, do Ministério da Educação – MEC e a Senhora Olzeni Ribeiro, Coordenadora do Núcleo de Atividades de Altas Habilidades do Distrito Federal – DF. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Marisa Serrano, Marina Silva, Romeu Tuma e Cristovam Buarque, autor do Requerimento. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e trinta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTE – CE

32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE JUNHO DE 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia para cada uma e para cada um de vocês. Havendo número regimental declaro aberta a 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Essa reunião atende ao Requerimento nº. 56 da Comissão de Educação, aprovado, de autoria dos Senadores Paulo Duque e eu próprio, para realização dessa audiência destinada a debater os problemas enfrentados por professores e alunos de altas habilidades, chamados superdotados, bem como definir políticas públicas com vistas a incremento das potencialidades desses alunos.

E dando início à audiência solicito ao Secretário Júlio Linhares que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Eu quero, em primeiro lugar, avisar aos que estão em pé, se não encontrarem lugar, aqui a gente reserva para os senadores, que vão chegando aos poucos,

que há aqui ao lado um telão transmitindo tudo. Já está cheio também? Quando eu entrei lá não estava. Mas, de qualquer maneira, são bem-vindos aqui. Só peço desculpas porque a sala é pequena, mas em geral, normalmente, ela é até grande demais; é que o tema atraiu o interesse de muita gente.

Eu fico muito feliz de abrir essa audiência, tendo em vista que, em geral, a gente discute temas...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Fui avisado que ainda há uns quinze lugares vazios, mas não se sintam obrigados a ir. Ao contrário, calor humano é positivo aqui dentro.

Eu quero dizer que, em geral, nós discutimos sempre problemas com características negativas. Hoje a gente discute um problema cuja causa é positiva. Positivo. É ótimo que haja o contrário da deficiência e haja a superdotação para alguns.

Entretanto, o que justifica essa audiência é que esse estado de alta qualificação, de uma percepção maior que alguns têm, o que chamam superdotados ou alta habilidade, traz problemas também. Traz problema para a família, traz problema para os professores, traz problemas para as crianças e os jovens que se sentem muitas vezes deslocados. E traz um problema para o país quando a gente não aproveita bem esse potencial. Quando esse potencial não é aproveitado, nós estamos desperdiçando recursos que o Brasil teve por alguma razão. Nós gastamos fortunas tentando procurar petróleo, agora querendo produzir o etanol e muitas vezes jogamos fora um potencial muito maior, uma energia muito mais permanente, que é a inteligência dos brasileiros.

Então, o que nós queremos fazer aqui é entender o problema, formular propostas a partir do que aqui for escutado. Depois vai se discutir mais, debater, de tal maneira que a gente possa fazer com que essas crianças e jovens que têm altas habilidades sejam, duas coisas: por um lado, sejam bem atendidas para que possamos desenvolver ao máximo o potencial delas; e segundo, para que sejam felizes, porque às vezes esse fato termina gerando uma... um desequilíbrio entre os colegas, que traz infelicidades muitas vezes e problemas psicológicos. Então nós queremos a felicidade e o potencial dessas crianças. E é para isso que eu vou passar--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, pela ordem, se V.Exª permitir, é que--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Tuma, pela ordem.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu só peço desculpas, não deveria interromper o início da fala de

quem entende do assunto. Mas eu estou tão entusiasmado e emocionado por essa decisão de V.Ex^a e do Paulo Duque, em discutir um assunto que, até a pouco, é sempre um noticiário ou outro de jornal, nunca eu ouvi na minha vida uma discussão sobre esse assunto, a não ser com a minha mulher que foi diretora de escola e tinha a parte dos deficientes, que não encontram caminho para poder se adaptar, às vezes nós vimos naquela novela qual o sofrimento da mãe, e também as dificuldades do superdotado em se adaptar aos colegas que têm o nível normal de inteligência.

Nós... a gente acompanha de perto, eu tenho visto, e os estudos que fazem hoje dos cérebros daqueles que se destacaram no mundo da ciência, da tecnologia, para saber se há algum indício e eu vi agora, ainda ontem, o noticiário de que a violência traz consequências de modificação de alguns aspectos dentro do cérebro.

Então, V.Ex^a verifica: eu estive na Coreia e fui visitar uma universidade coreana, porque o investimento no ensino na Ásia era brutal. Então, eu, da Coreia, me levaram a uma universidade muito bonita, muito bem ajardinada e tudo. Eu falei: "Quais os cursos que ela tem?" "Não, aqui forma PhD. Nós selecionamos os superdotados que saem das universidades e preparamos para concorrer com o Japão, que nós estamos muito atrasados em questões de investimento de pesquisa e pedagogia." Então isso faz quase vinte anos, Presidente.

Então nós estamos agora caminhando ou talvez engatinhando ainda, num assunto tão importante. Não sei se vai ser importante, eu vi que Brasília está desenvolvendo um trabalho nesse sentido, se vai ter escola especial ou não. Porque eu acho que tem menino aí que vai fazer vestibular com 10, 12 anos e passa. Se bem que às vezes o vestibular é... Você sabe como é aquelas coisas. Fazer vestibular marcando horário e audiência, eu acho um pouco difícil, mas nós sabemos que para ter coragem, o menino deve achar que é, tem competência para fazê-lo. Então, desculpa estar iniciando antes dos depoentes aqui, mas é uma coisa que realmente o Brasil tem que se agarrar à idéia, para que nós tenhamos, no futuro bem próximo, uma visão melhor sobre pesquisadores, cientistas e aqueles que buscam através da sua inteligência de superdotados, ajudar o país a crescer.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço...

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço, senador, e vou lhe apresentar a gravação de um programa feito pela Rádio Senado sobre o superdotado. A reportagem chama

"Superdotado: o desafio de ser diferente", de autoria dos jornalistas Maurício de Santi e Larissa Bortoni. É um documento que traz o assunto para ser muito bem entendido.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone] receber das mãos do senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado, senador. Haverá também para os outros senadores que estiverem na mesa... que estejam presentes e as pessoas da mesa.

Bem, eu passo a palavra ao meu amigo José Luiz da Silva Valente, Secretário de Educação do Governo do Distrito Federal, a quem nós vamos dar dez minutos, podendo estender um pouco mais, não se preocupe que não vamos ficar aqui cortando o tempo, só que era bom que terminássemos tudo antes da 01h00 da tarde ou perto da 01h00. Mas fique à vontade. Quando tocar a campanha, não se assuste; é automática.

SR. JOSÉ LUIZ DA SILVA VALENTE: Bom, Senador Cristovam, é um enorme prazer estar aqui, mais uma vez na sua companhia e na companhia dos presentes, o Senador Pedro Simon, senador do meu Estado, apesar de eu estar doze anos em Brasília, ainda sou um gaúcho gremista de coração, mas... eu vou me permitir pedir aos senhores que aturem um pouco uma leitura minha sobre o assunto, até porque na presença de tão importantes palestrantes, a gente, como gestor da área de educação aqui do Distrito Federal, não podia improvisar num assunto tão importante.

Aliás, antes de começar, eu queria tentar passar para vocês, muito rapidamente, os focos de atuação nossa aqui no Distrito Federal, na Secretaria de Educação. A gente trabalhou com dois aspectos muito... de uma forma muito intensa aqui, desde o início de 2007. O primeiro deles, a gestão escolar: implantamos e não é o caso agora, no momento, de ficarmos discorrendo sobre isso, mas implantamos uma série de ações que envolvem mudanças na forma de gestão das escolas e da rede de educação pública aqui do DF, graças a Deus estamos obtendo resultados bastante positivos. Mas há um segundo ponto, não menos importante, que nós procuramos enfocar desde o início, que é a educação especial, entendida em todas as suas vertentes e que não pode ser considerada de forma diferenciada.

E esse assunto ligado às altas habilidades, é um assunto que, particularmente, desde o início das conversas com a professora Giselda, diretora da área e com o pessoal envolvido com o núcleo de altas habilidades, é um assunto que sempre me seduziu muito.

E eu não sei se eles foram muito bons ao me convencer de que isso era uma coisa fantástica, so-

bre todos os aspectos, mas a gente procurou ao longo desse período e apesar de todas as confusões, eu vejo aqui pais que certamente vão reclamar que a sala do elefante branco ainda não é a sala legal que a gente está querendo, mas a gente vai chegar lá, eu não tenho a menor dúvida, e asseguro a todos vocês que tudo que for possível fazer para que essa área dentro da educação especial possa se desenvolver com qualidade no DF vai ser feito. Às vezes demora um pouquinho.

Mas eu vou me permitir então começar essa leitura, que eu acho que é importante e bastante interessante: *“A legislação brasileira não é omissa quanto ao tema altas habilidades ou superdotação, porque a Lei de Diretrizes e Bases, de 1961, e a Lei 5.692/1971, na lei, houve a preocupação com essa área, ora para garantir atendimento educacional especializado ao aluno de altas habilidades, superdotado, ora para estimular o desenvolvimento das habilidades desse aluno talentoso. Também a Constituição da República Federativa do Brasil de 88, em seu art. 208 determina que o Estado ofereça, preferencialmente, na rede pública de ensino, atendimento educacional especializado, obrigação ratificada na LDB, em seu art. 4º, inciso III e na Resolução do Conselho Nacional de Educação, na Câmara de Educação Básica nº. 02 de 2001, art. 8º, que enfatiza que as escolas de rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns, o serviço de apoio pedagógico especializado em salas de recurso, nas quais o professor especializado realize a complementação ou suplementação curricular utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos.”*

Tem um outro aspecto importante aqui que a partir desse ano de 2008, nós colocamos em todas as escolas, mesmo aquelas que têm infra-estrutura física mais comprometida, uma sala de recursos, para que a gente pudesse dar atenção especial a esse assunto.

“Considerando ainda que mesmo com essa obrigatoriedade legal e diante dos números que apontam para um potencial de superdotação entre 15 e 20% do total de alunos da educação básica, de acordo com o censo escolar, as iniciativas de atendimento ao aluno de altas habilidades ainda são muito tímidas.”

Vejam os números tomando o Distrito Federal como exemplo. Se nós considerarmos que temos 510 mil alunos na educação básica e aqui nós temos 510 na educação básica, sendo que no ensino fundamental apenas, hoje são em torno de 306 mil alunos, poderíamos ter aí entre 30... de 30 a 60 mil alunos, só do fundamental, com potencial de superdotação, mas não chegamos nem perto desses números. Fica claro,

portanto, que temos muito a fazer para atender alunos com esse potencial, mas muito mesmo.

“Tendo como referência a meta do MEC de atendimento entre 15 e 20 milhões dos alunos superdotados, em uma sociedade com mais de 180 milhões de habitantes, como a nossa, teremos identificados cerca de 27 milhões de superdotados. Se considerarmos a taxa irreal da OMS de 1%, seriam quase dois milhões de superdotados no Brasil.”

Bom, nem tudo, porém, gira só em torno de números, embora, evidentemente, eles sirvam para balizar o nosso trabalho. *“Constatamos que nas últimas décadas há um reconhecimento crescente da necessidade de se favorecer uma educação que atenda as necessidades de todos os indivíduos indistintamente, o que naturalmente e legalmente abrange a camada da população denominada como portadores de altas habilidades. Esses indivíduos cada vez mais estão sendo percebidos como peça chave para impulsionar o desenvolvimento dos países e o seu potencial, como diferencial responsável pela qualidade e competência dos profissionais que se destacam por sua excelência.”*

Já dizia o professor, o jornalista Cláudio Moura Castro, professor, que estima-se que 3% da população “são diamantes em meio ao cascalho e ao cristal” e que são ignorados pela escola pública do Brasil, onde deveriam ser integrados aos demais quando em outros países eles já desfrutavam de atenção especial.

“É fato que países de educação bem sucedida possuem programas especiais para os talentosos”, e eu vou me permitir pular essa parte do texto.

“No contexto do Distrito Federal, sempre esteve presente a...” e aí o que eu gostaria de enfatizar, “sempre esteve presente a preocupação em cumprir as exigências legais, no que se refere aos direitos do atendimento educacional especializado do aluno superdotado. Temos a consciência de que a lei se aperfeiçoou em sua aplicação e entendemos que o futuro de uma nação depende necessariamente de um investimento em seu potencial criativo. Por essa razão a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal procura estimular e implementar ações e estratégias voltadas para a identificação e o desenvolvimento do potencial talentoso de nossos alunos.”

Quando não por bem a gente tem pais que forçam a barra de uma forma muito bacana e isso faz com que a gente não, não... fique inerte sobre o assunto ou que não deixe aquilo em terceiro ou quarto plano. A presença do pai, da mãe, dos responsáveis portanto é indispensável nesse processo.

“Nota-se que é cada vez mais crescente o número de crianças e adolescentes em idade escolar e, por isso, os desafios são muitos. Temos que dar

conta da formação de professores e ainda cumprir as metas a que nós mesmos nos propomos. Queremos, por exemplo, ampliar o nosso atendimento ao aluno superdotado, com olhos fixos na meta de 15 a 20% do DF. Enquanto gestor da educação pública gostaria de marcar a minha atuação e da nossa equipe, pelo cuidado e compromisso com todos os alunos, mas com um olhar muito especial para o aluno talentoso, nesse aspecto.

As leis educacionais específicas são importantes porque garantem o acesso, a permanência, os serviços e os recursos na escola regular, para os alunos com necessidades educacionais especiais. No entanto, a preocupação da Secretaria de Estado de Educação do DF passa a ser a construção de uma rede de apoio às iniciativas que ajudem na implantação de uma política de inclusão, em que haja equiparação de oportunidades igualitárias de desenvolvimento de todos os alunos, com qualidade e em todas as etapas da escolarização.

Nosso grande desafio, dentro dessa concepção, é convencer de que uma boa educação para todos não significa uma educação idêntica para todos. Também queremos implementar ações que garantam nas escolas da rede pública de ensino as condições favoráveis ao desenvolvimento do talento, oferecendo uma gama de experiências cuidadosamente planejadas para o encorajamento e desenvolvimento da produtividade criativa daqueles que se destacam por suas capacidades intelectuais superiores.

Muitos são os problemas que temos e outros que ainda nos chegarão, dentre os quais a falta de infraestrutura física [soa a campainha] e de materiais para um atendimento de excelência. No entanto estamos abrindo portas de investimento, formalizando parcerias e propondo ações como essa audiência pública, a fim de que o Distrito Federal, no particular, e o Brasil, no geral, possam potencializar a grande riqueza intelectual de nosso povo.

Finalizo minhas considerações apresentando algumas sugestões de ações, que com força de lei poderão fazer grande diferença na educação brasileira e ao mesmo tempo podem nos tornar importantes agentes de transformações. Por exemplo: formulação de projetos de lei com vistas a isenção de impostos das empresas que formalizarem parcerias para o incremento potencial do aluno talentoso da educação básica; garantia de transporte para o deslocamento desse aluno superdotado até as salas de recurso, que muitas vezes não é na própria escola; treinamento especializado aos profissionais nas escolas regulares", eu julgo isso indispensável, "para que consigam identificar e orientar os alunos potencialmente talentosos;

alocação de recursos mínimos necessários às necessidades educativas desses alunos; e por fim adaptação e diferenciação de currículos e programas aos níveis, em escolas públicas e particulares, oferecimento de curso de graduação nos CEFETs e de pós-graduação específicos nas universidades públicas, criação, aqui no DF...", nós vamos fazer isso até 2010, "de um centro de pesquisa e apoio ao superdotado e talentoso, que possa servir de referência nacional aos programas de enriquecimento para alunos superdotados e fomento à realização de mais pesquisas com a população de alunos talentosos para mapeamento da realidade brasileira."

Então, essa, basicamente, é a idéia que a gente traz, via Secretaria de Educação do Distrito Federal, não desconhecendo todas as dificuldades que temos enfrentado e que ainda vamos enfrentar no caminho, não desconhecendo, principalmente, que aqui dentro do DF nós priorizamos nesses anos a busca de oferta, de equipamentos, material pedagógico, enfim, situações diferenciadas para os alunos, antes da preocupação com a infra-estrutura física.

Nós tínhamos um dilema aí para resolver. Ou atacávamos fortemente a recuperação de todas as escolas, e temos escolas em situação muito precárias e provavelmente passaremos os próximos quatro anos fazendo isso, porque são 616 escolas na rede e certamente não teríamos como reformar todas as escolas e construir escolas novas a ponto de dar atenção igualitária para todos, optamos então por um caminho diferenciado.

Optamos por começar o trabalho a partir da busca de materiais pedagógicos, de equipamentos, de... enfim, de dinâmicas para que os... capacitação de professores, para que esses nossos professores pudessem então ter condições diferenciadas de apoio aos alunos, e que todos os alunos da rede, em todos os programas, pudessem ter acesso às mesmas tecnologias. A diferença é que uns vão fazer trabalhos em umas mesas bonitas como essa e outros vão fazer trabalho no chão, mas todos vão ter a mesma oportunidade e esse é o fator mais importante que nós elencamos na nossa meta de ação: equidade de oportunidades.

Evidentemente, em determinadas circunstâncias, a infra-estrutura física é horrorosa, e aí nós vamos ter que correr para buscar essa recuperação. Eu queria deixar aqui uma mensagem ao Senador Cristovam e a todos os senhores, da grande satisfação que nós temos de poder estar presente aqui nesse debate hoje e eu espero aprender muito com todos os que aqui estão. Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço a fala do Valente e antes de passar para o Professor Isaac Roitman, eu quero dizer que além de transmissão para a sala ao lado, essa audiência está sendo transmitida ao vivo, para o Brasil inteiro, através da TV Senado, o que permite chamar ao país a atenção do assunto.

Eu passo a palavra ao Isaac Roitman, lembrando que essa audiência deve muito a ele. Ele que me chamou atenção de que eu deveria procurar trazer esse debate ao Senado. Eu agradeço ao Isaac, especialmente.

[interrupção no áudio].

SR. ISAAC ROITMAN: Gostaria de cumprimentar o Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de educação do Senado, elogiar essa iniciativa de a gente poder discutir esse tema, queria cumprimentar meus companheiros de mesa, a senadora, o senador e senhoras e senhores.

Na realidade a minha intervenção vai abordar de uma maneira superficial três dimensões dentro do tema de estudantes de altas habilidades: primeiro, o jovem talentoso, o segundo, a situação que nós temos no Brasil em atenção a esse jovem talentoso, e depois tecer algumas considerações o que a gente pode fazer, como é que a gente pode avançar, sobre o ponto de políticas públicas.

O jovem talentoso, eu não vou definir, vou deixar para a minha colega Denise, Professora Denise Fleith, que é uma das especialistas no tema, é a representante brasileira nos fóruns internacionais desse tema. Mas o jovem talentoso ele... Qual é a situação dele num sistema educacional de baixa qualidade que nós temos no Brasil? É um indivíduo revoltado, porque a expectativa e as potencialidades que ele tem não são cobertas pela escola que ele frequenta, e ele começa a ter um comportamento escolar que nós criticamos. É rebelde, não quer ir à aula, é contestador, e isso pode também dar a ele um comportamento social também criticável, que a sociedade critica. Esse jovem talentoso muitas vezes se isola, tem problemas psicológicos, que vai desde a depressão, leve ou profunda, e muitas vezes, na literatura a gente vê, ao suicídio.

Como o professor Cristovam Buarque mencionou no início, é um problema não só do jovem, mas também da família. As famílias que têm um jovem talentoso, que dentro desse panorama de educação de qualidade baixa no Brasil, têm problemas. Os professores, a maioria dos professores do ensino básico, não têm preparo para administrar esse jovem talentoso.

Então, a primeira dimensão é que ele é um candidato a ser uma pessoa infeliz, infeliz. Marginalizado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E isolada.

SR. ISAAC ROITMAN: Se isolado, exatamente, senador. E o Brasil, na dimensão do país, ele perde muito, porque essa inteligência, essa potencialidade é jogada no lixo.

A preocupação com estudantes talentosos, ela já vem desde Platão, que estava muito interessado em ter uma elite, uma elite intelectual. Mas o grande marco foi no século passado, de interesse de se estudar esse tema, quando em 1924 a editora da Universidade de Chicago faz um livro sobre o que eles chamam de *gifted students*, os estudantes talentosos. E começou a ser abordado sob um ponto de vista científico esse tema.

Agora, o ponto de inflexão que ocorreu, tanto nos Estados Unidos como em países europeus, foi quando em 1957 os russos lançaram o primeiro satélite artificial da Terra, o Sputnik. E naquela época havia uma grande disputa na corrida espacial e os americanos acordaram, falaram: "Puxa vida, os russos estão na frente!" E se começou, após o lançamento do Sputnik, a se formar centros de caça-cérebros, caça de estudantes talentosos nas universidades americanas e se estendeu para universidades européias, na Ásia e outros países.

No Brasil a gente fez muito pouco ainda. A gente tem tudo a fazer, tudo a fazer. Se a gente consultar na internet os principais sites das universidades européias ou americanas, nós vamos ver que em cada universidade existe um centro de identificação de talentos e um centro que orienta esses talentos dentro da sua vida de formação humana e profissional.

A gente poderia dizer aqui alguns marcos do que ocorreu no Brasil dentro desse tema. Uma iniciativa bastante antiga foi do Instituto Pestalozzi do Brasil, com a professora Helena Tipof, que começou a dar atenção para jovens que tinham pendão para a literatura, para o teatro, para a música. Essa mesma professora em 62 criou um programa para atender jovens na zona rural, na periferia urbana, um programa numa fazenda em Ibirité, em Minas Gerais, e ela teve assim, já na década de 60 uma atitude pioneira. Em 1973, foi formado o Centro Nacional de Educação Especial-CENESP, que começou a reunir especialistas e discutir o tema. Em 78 foi implantada a Associação Brasileira para Superdotados. Em 1993 o Centro para Desenvolvimento do Potencial e Talento, na cidade de Lavras, Minas Gerais. Mais recentemente, em 2003, foi implantado o Conselho Brasileiro para Superdotação e mais recentemente a primeira iniciativa pública, que foi a criação dos núcleos de atividades de altas habilidades em 2005, que foi conduzida pela Secretária de Educação Especial

do MEC, e que, provavelmente, minha companheira de mesa, Professora Cláudia Maffini Griboski vai nos dizer como está essa aventura.

Houve outras iniciativas pontuais em universidades, mas nós não temos tempo de discorrer. Na realidade, a lei nos permite a dar um tratamento especial aos talentosos ou superdotados, estudantes superdotados, porque no art. 59, da Lei de Diretrizes e Bases, de 66(F), o art. 59 diz: *“Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências”*, então são os deficientes auditivos, etc. e *“aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para superdotados.”*

Nós temos um aval da lei, mas a gente praticamente não usa essa lei, com raras exceções, e eu destaco o que aconteceu já algum tempo no Instituto de Matemática Pura Aplicada, no Rio de Janeiro, que é um instituto de matemática com renome internacional, em que dois estudantes do ensino médio, passaram do ensino médio para o curso de doutorado, pulando o curso de graduação. E nós tivemos, há dez anos atrás, a formação de um doutor no instituto brasileiro, no IMPA, do Rio de Janeiro, que ele não fez graduação. E mais recentemente, um talento do Estado de Sergipe foi identificado [soa a campanha] e fez o doutorado.

Então, nós podemos, devemos usar isso que a lei nos dá, a liberdade para fazer um programa, uma trilha especial, para esses estudantes que têm uma certa habilidade.

No que diz respeito à proposta, eu acho que nós precisamos, primeiro, preparar pessoal para fazer essa abordagem com o estudante, com a família, e o núcleo de atividades, de altas atividades, ele pode... Não é difícil, porque existem testes, muitos deles desenvolvidos no exterior, que podem ser utilizados com adaptações no Brasil, mas o que fazer com o... Após a identificação desse indivíduo talentoso.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Professor Isaac, o senhor permite um segundo.

SR. ISAAC ROITMAN: Pois não, pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Desculpa, Presidente. Mas é que a gente fica... Meu filho teve... Eu sou um pouco pedante com negócio dos filhos e de esposa, ele... Médico, foi se preparar para oncologia, no Johns Hopkins, uma universidade que tem vários prêmios Nobel lá na universidade. Ele me disse uma coisa, Presidente, interessante. Quando ele vai... Quando o aluno chega, o formando, para se especializar, ele não recebe o interesse do orientador, do professor. Na demonstração do interesse dele é

que depois ele é atraído para participar do grupo. Eu pergunto: Esse jovens superdotados não podem ser orientadores de um grupo dentro dessa fraqueza do nosso ensino primário, secundário? Ser um captador de jovens, para readaptá-los a uma profundidade melhor, adaptando-se a um ensino curricular mais correto? Eles mesmos serem como um amigo dentro da escola, para não serem alijados, não serem defenestrados ou amargurados, eles teriam uma participação ativa na formação de seus colegas. Não sei se isso seria uma idéia razoável ou não.

SR. ISAAC ROITMAN: É muito interessante, senador, a sua intervenção, porque nesse exemplo que eu dei do IMPA, do Instituto de Matemática Pura Aplicada, o primeiro egresso que pulou a graduação, hoje ele é um dos coordenadores da Olimpíada da Matemática, que tem várias funções, estimular nossa juventude, mas também identificar talentos dentro dessa área. E ele coordena a Olimpíada Matemática, que no ano passado teve a participação de 18 milhões de estudantes, de escola pública, e quando a gente fala 18 milhões, Senador Cristovam, é 10% da população brasileira. É realmente uma coisa incrível. Mas eu acho que esse pensamento do Senador é perfeitamente legítimo.

Continuando nas propostas, o que fazer com o estudante identificado? Se ele for de uma classe média alta, a própria família, se ele tem pendor para piano, já vai mandar ele para o melhor professor, melhor centro internacional, etc. Mas o que fazer sob o ponto de vista de política pública com o estudante talentoso de uma classe que não é de classe média, classe média baixa e o segmento menos favorecido?

Eles têm poucas oportunidades, se a gente não instalar políticas públicas. E dentro das políticas públicas, nós podemos ter vários, vários instrumentos, como, por exemplo, as salas de atividades aqui que ocorrem no Distrito Federal, podemos fazer com que a universidade converse, o ensino superior converse mais com o ensino básico, fundamental e médio, e esse aluno talentoso ele poderia ser adotado, ele podia ter um tutor dentro da academia, de uma universidade, a um centro de pesquisa, e sem tirá-lo, muitas vezes, da trajetória educacional que ele está fazendo, fazer atividades extras. Um leque de atividades que vai se adaptar caso a caso. Nós não podemos tratar o estudante super... talentoso com uma regra; é caso a caso. Precisa haver... Ser analisada a maturidade emocional, a vida pregressa, o que... Quais são os sonhos desse estudante.

Então, o que nós poderíamos é que a academia, o segmento do ensino superior pudesse adotar essas crianças, traçando um caminho adicional no sentido de que ela possa ser feliz, possa potencializar todas as

suas expectativas e o país vai ganhar muito com isso. O país vai ter... Inculcando um pouco de responsabilidade social nos alunos talentosos, nós todos vamos ganhar muito com isso.

Para terminar, eu gostaria de dizer que... Talvez fazer até um desafio aqui ao Secretário de Educação do Distrito Federal, porque o Distrito Federal, ele começou a fazer esse tipo de trabalho em 1976. E aqui no Distrito Federal nós temos inteligências, *experts* na área. Eu destacaria a Professora Eunice Soriano Alencar, a Professora Ângela Virgolim, a Professora Denise Fleith, que nos está dando o prazer de sua companhia e existe aí uma grande geração nova, como a professora Jane Farias Chagas, Professor Olzani Ribeiro, o Professor Josué Mendes, etc., e essa grande audiência, senador, reflete, esse grande número de pessoas, reflete o interesse do tema aqui no Distrito Federal.

Então, eu acho que Brasília foi fundada para que aqui acontecessem as principais decisões e inspirações nacionais, o Juscelino Kubitschek falou isso. E nós temos o dever de sermos um modelo para todo o Brasil. E eu acho que nós podemos ter um ponto de inflexão e fazer aqui, o Distrito Federal, conduzir o Distrito Federal como a vanguarda de ações dentro desse tema.

Existem, só para terminar, existem vários instrumentos que a gente... já ocorrem, já... que nós temos, que podem ser úteis a essas ações e eu destaco a Bolsa de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que é uma bolsa que foi iniciada no início de 1950. Hoje temos 80 mil universitários fazendo programa de iniciação científica e em 2003 foi introduzido um novo programa, que é a Bolsa de Iniciação Científica Júnior, que atinge os estudantes do ensino médio. E o nosso ponto, o próximo ponto é estender essa Bolsa de Iniciação Científica Júnior ao ensino fundamental. Já na Portaria de criação dessa bolsa, já nós podemos ter estudantes de quinta a oitava série. De maneira que é um instrumento que já existe, existem atualmente 7 mil Bolsas de Iniciação Científica Júnior, isso pode ser expandido e nós podemos usar esse instrumento principalmente para os jovens talentosos que se encontram em condições econômicas e familiares de não terem esse suporte. Muito obrigado, Senador.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de passar a palavra à professora Denise de Souza Fleith, eu quero dizer que aqui estão presentes e, muito nos orgulham, a Professora de Educação Especial do GDF, Professora Giselda Jordão de Carvalho, a Coordenadora-Geral da Política Pedagógica da Educação Especial do MEC, Kátia Aparecida

Barbosa, e o Coordenador da Unidade do Professor do Núcleo de Altas Habilidades do DF, Professor Josué Mendes. Passo a palavra à professora Denise.

SRA. DENISE DE SOUZA FLEITH: Bom dia a todos. Em meu nome e em nome do professor Roberto Aguiar, Reitor da Universidade de Brasília, eu gostaria de agradecer o convite formulado à UnB para participar dessa Audiência Pública. Nós consideramos que é um marco essa audiência. Um marco para a área de superdotação no nosso país. Você poderia mudar, por favor, o slide.

Bom, eu gostaria de começar então a minha fala, apresentando alguns dados, algumas reflexões acerca da educação do superdotado no Brasil. Inicialmente, alguns desafios estão presentes nessa nossa tarefa. De acordo com o censo escolar de 2006, nós observamos que apenas 2.769 alunos foram identificados como superdotados. Se a gente considera o universo de 55.9 milhões de matrícula, realmente é um percentual muito reduzido.

Também gostaria de chamar atenção para o fato de que o superdotado, além de ter pouca visibilidade no contexto escolar, no contexto social, eles ainda constituem um grupo que é muito pouco compreendido, eu vou abordar um pouquinho mais adiante acerca dos mitos, das falácias, das idéias errôneas acerca do indivíduo superdotado.

Observamos também uma hostilidade encoberta por parte da sociedade àqueles que apresentam um potencial superior. Uma hostilidade muitas vezes velada acerca daqueles que se destacam. E uma justificativa para isso é que muitos afirmam que é um absurdo, não faz muito sentido investir em programas para alunos superdotados, quando existe um largo contingente de alunos com dificuldades, com deficiências e que, esses sim, mereceriam maior atenção por parte do Governo. Então, realmente uma visão distorcida acerca do aluno superdotado.

Observamos também, como consequência disso, um apoio limitado por parte da sociedade aos projetos, a investimentos na área da superdotação. E ainda, esse atendimento ainda é visto por muitos como um atendimento elitista. Então, para que vamos investir neste grupo? E a gente observa que muito dessa resistência à implementação de um atendimento, ou de programas, ou de serviços ao aluno superdotado, é fruto de uma série de idéias falsas, de uma série de mitos, que a seguir vou comentar com vocês.

A gente observa algumas idéias inadequadas, algumas idéias pré-concebidas, estereótipos mesmo, acerca deste aluno superdotado. E a gente poderia destacar, por exemplo, a super valorização dos valores genéticos, ficando em segundo plano o papel

do ambiente. Então existe ainda aquela idéia de que o superdotado ele nasce superdotado e isso vai permanecer ao longo da sua vida. Então, a idéia de que a superdotação é fruto apenas de fatores genéticos, o que não é verdade.

Também um outro mito é a idéia de que o superdotado tem recursos intelectuais suficientes para desenvolver, por conta própria, seu potencial superior, ou seja, independe da estimulação da escola, da família, o superdotado por si só vai se desenvolver ao longo de sua vida, ao longo de sua trajetória de vida. Então é importante ressaltar, gente, que o superdotado por si só não vai fazer este trabalho. A gente tem sempre que lembrar que o indivíduo, ele está inserido no contexto social, no contexto educacional, no contexto familiar e essa interação que vai proporcionar o seu desenvolvimento. Então não depende apenas dele.

Um superdotado apresenta excelente desempenho acadêmico em todas as disciplinas. Também se espera muito isso, que o aluno, ele tenha uma performance excepcional em tudo que ele faz. Então existem muitos superdotados que têm um talento específico para uma área. Então, por exemplo, o talento em matemática, mas não necessariamente em outras áreas, em outras disciplinas curriculares. Então muitas vezes esse superdotado, esse aluno, ele fica subaproveitado, ou muitas vezes ele não é mesmo indicado para o programa, porque os professores imaginam: "Ah, como ele se deu bem em apenas uma disciplina, ele não pode ser considerado superdotado." Então, uma visão realmente limitada acerca deste indivíduo.

Também gostaria de destacar aqui a noção pré-concebida de que o aluno superdotado, ele é visto como excêntrico, instável emocionalmente e isolado socialmente. Então acredita-se que muitas vezes esse aluno, ele apresenta um desajuste, nós temos aquele estereótipo do aluno superdotado como aluno magrinho, de óculos, franzino, instável emocionalmente, que tem dificuldades de fazer amigos. Então, muitas pesquisas têm mostrado que não é bem esse o perfil do aluno superdotado.

Um outro mito é de que esse potencial superior se desenvolve apenas em contextos de nível sócio-econômico médio e elevado. Um outro estereótipo, um outro mito, porque, na realidade, o fenômeno da superdotação, ele perpassa qualquer nível sócio-econômico, qualquer nível educacional.

Observamos também em muitos programas, uma prevalência de alunos, de estudantes do sexo masculino. Parece que mais alunos são indicados em comparação às alunas. A gente poderia concluir: "Então quer dizer que os homens são mais inteligentes, são mais competentes do que as mulheres?" Claro que não, não

é gente? O que a gente observa são as práticas socializadoras que muitas vezes favorecem alguns tipos de comportamentos, em detrimento aos outros. Então, a mulher é mais socializada no sentido de ser obediente, de ser quieta, de ser passiva e o menino, ao contrário. Então muitas vezes os alunos se destacam mais em função disso, não em função de que são mais competentes do que as mulheres. Então, esse é um aspecto importante a ser trabalhado com os professores, com os pais, nesse processo de socialização.

Outro mito, a idéia do superdotado como um grupo homogêneo, tanto do ponto de vista intelectual quanto do ponto de vista afetivo, como se existisse uma forma e todos tivessem que caber nessa forma. Então, realmente, existem características variadas, diferenciadas, acerca do aluno superdotado.

Um outro mito também, muitas vezes acontece do aluno superdotado ser diagnosticado, ser identificado equivocadamente como autista, como indivíduo hiperativo, com déficit de atenção, ou algum problema comportamental. Então muitas vezes é difícil o diagnóstico porque muitas características do aluno superdotado, estão presentes também no aluno hiperativo. Mas não existe uma associação entre superdotação e hiperatividade.

E, assim, gostaria também então de discutir com vocês aqui: por que então investir na educação do superdotado? E eu cito uma fala de uma pesquisadora inglesa que dirige um centro de pesquisa para alunos com altas habilidades na Inglaterra e ela diz o seguinte: "*Os alunos superdotados de hoje são os líderes culturais, econômicos, intelectuais e sociais de amanhã e seu desenvolvimento não pode ser deixado ao acaso*".

Então, quais seriam os objetivos, de um programa, de um atendimento, de uma educação voltada para o aluno superdotado? Então, inicialmente, o objetivo primordial, desenvolver ao máximo seus talentos, as suas potencialidades, fortalecer um auto-conceito positivo, uma auto-imagem positiva. Nós temos dados de pesquisa mostrando que muitas vezes o aluno superdotado ele se sente incomodado em sala de aula, se sente diferente do outro, então isso pode gerar problemas na imagem [soa a campanha] que ele tem acerca de si mesmo. Ampliar as áreas de experiência, desenvolver uma autoconsciência social e ética. Então utilizar seu potencial, sua habilidade para o bem, digamos assim. Apresentar uma produtividade criativa, então não apenas reproduzir conhecimento, consumir conhecimentos, mas também produzir conhecimentos. E promover uma aprendizagem significativa e prazerosa para esses alunos.

Então, como sugestões, como desafios a serem encontrados, superados na educação do aluno superdotado, a gente pode mencionar: a identificação dos pontos fortes desse aluno; a implementação de atividades em sala de aula que sejam desafiadoras, que sejam motivadoras, que atenda aos interesses desses alunos; um currículo, a implementação de um currículo cujo conteúdo seja integrado, complexo e aprofundado, então, muitas vezes, esse é um problema que o superdotado enfrenta. Ele tem o interesse numa área, mas o conteúdo, ele não é aprofundado, ele não segue o ritmo de aprendizagem desse aluno.

Também destacamos a necessidade de um processo de aprendizagem que privilegie o desenvolvimento do pensamento independente, do pensamento crítico, criativo, além também de prover oportunidades para reflexão e avaliação do seu próprio processo de aprendizagem. E, para isso, é fundamental que a gente conscientize o público em geral. Educadores, responsáveis pelas políticas públicas, os pais e gestores; é importante informá-los. A gente observa que são muitos os mitos que ainda prevalecem na nossa sociedade acerca do superdotado, a falta de informação ou a informação equivocada acerca de quem são esses alunos.

É importante também que a gente estabeleça alianças temporárias ou permanentes, com instituições que apóiam a educação do superdotado e, principalmente, a defesa dos direitos deste grupo. Por isso a importância dessa audiência pública. Ampliação, fortalecimento e renovação da legislação vigente. Porque a gente observa muitas vezes que há documentos para a educação especial como um todo, mas seria importante o desenvolvimento, a elaboração de documentos voltadas, voltados para o aluno superdotado.

Como tendências atuais na educação do aluno superdotado, que a gente observa em vários países, primeiro, a expansão da clientela atendida. Então nós mencionamos aqui, o professor Isaac acabou de citar, programas para talentos específicos supervisionados por mentores. Aí a importância da parceria entre a universidade e a escola pública ou a escola particular. O professor, um aluno de pós-graduação poderia atuar como mentor, um tutor desses alunos. Competições e olimpíadas e programas de enriquecimento, maior parte dos programas que são implementados no Brasil são programas de enriquecimento curricular.

Sem dúvida nenhuma é fundamental o investimento na formação inicial e na formação continuada dos professores que vão trabalhar com o aluno superdotado, seja nas salas de recursos, seja nas salas de aula regular, e também é importante que a gente garanta, por meio de políticas públicas, oportuni-

des educacionais de qualidade, por meio de currículo apropriado, organização escolar, uso de recursos e parcerias com a comunidade.

Destaco também a necessidade de se implementar uma confluência de abordagens no atendimento a este aluno e para isso a gente destaca a modalidade de aceleração escolar, ou aceleração de aprendizagem e o enriquecimento curricular. A gente observa, a aceleração escolar, existem várias modalidades, desde o mais conhecido, que seria pular a série como também a entrada precoce na escola, a entrada precoce na universidade, fazer, por exemplo, o ensino médio em dois anos ao invés de três anos. Então é importante que a gente ofereça a esses alunos essas possibilidades de avanço curricular, tanto também como o enriquecimento curricular.

Outro ponto muito importante é sempre lembrar que as necessidades dos alunos superdotados elas perpassam não apenas a área cognitiva, a área intelectual, mas também a área afetiva, a área social. Então a implementação de programas para esses alunos não devem focar apenas as necessidades cognitivas, as necessidades acadêmicas, mas também nas suas necessidades sociais e emocionais. E a gente sabe que não existe um perfil único de aluno superdotado. Então é muito... a gente deve tomar muito cuidado ao adotar procedimentos de identificação desses alunos. Isso é especialmente importante no caso de alunos que são provenientes de nível sócio-econômico desfavorecido. Então muitas vezes os instrumentos que são utilizados não atendem às necessidades, são instrumentos que retratam uma realidade típica da classe média ou da classe alta e muitas vezes não são instrumentos adequados para serem utilizados com alunos de nível sócio-econômico desfavorecido. Então é necessário a revisão desses procedimentos de identificação e avaliação do aluno superdotado.

Também fundamental, o Professor Isaac destacou aqui, a parceria entre a família e a escola, e mais ainda, a implementação de serviços, a implantação de serviços de atendimento à família. Não adianta apenas atender o aluno superdotado, sem incluir, sem envolver a família. Então, a orientação é para o professor, é para o aluno, mas também para a família. Então, a necessidade da implementação, da implantação de serviços de apoio à família do aluno superdotado.

Eu gostaria também de destacar aqui um documento que foi produzido nos Estados Unidos sobre os direitos do superdotado. Produzido pela Associação Americana para Crianças Superdotadas, que eu acho que a gente tem que considerar, os educadores devem considerar no trabalho que desenvolvem com seus alunos. Então, o aluno superdotado tem direito:

a saber mais sobre o seu talento; aprender uma coisa nova a cada dia; desenvolver seu talento com paixão, sem precisar se desculpar o tempo inteiro em função de seu talento; ter uma identidade para além do seu talento; se sentir bem quando vivencia experiências de sucesso; ter direito a errar; buscar ajuda no desenvolvimento de seu talento; ter muitos amigos; escolher áreas de talento que deseja se aprofundar e especializar e não demonstrar seus talentos o tempo inteiro.

E para concluir a minha fala, eu gostaria de citar dois pesquisadores da área de superdotação bastante conhecidos que já há duas décadas atrás chamam atenção para o fato de que o potencial do superdotado é inquestionavelmente o recurso natural mais precioso que uma civilização pode ter. Obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço e passo a palavra à Professora Cláudia Maffini Griboski.

SRA. CLÁUDIA MAFFINI GRIBOSKI: Bom dia, em nome do Senador Cristovam Buarque quero agradecer o convite feito ao Ministério da Educação e em nome da Secretaria de Educação Especial, a Professora Cláudia Dutra, expressar que esse momento para nós, ele é bastante importante, porque é um momento de divulgação das políticas públicas que estamos implementando e a partir das falas desta mesa, torna-se importante também reconhecer que essas políticas, elas estão tendo uma seqüência na fala do Professor Valente a gente vê o quanto esses núcleos de atividade de altas habilidades e superdotação têm nos sistemas de ensino, aprimorado suas ações e buscado atender a essa população de alunos com altas habilidades, superdotação, que tiveram por muito tempo ações tímidas que não atendiam a esse reconhecimento.

Inicialmente eu quero dizer para vocês de um movimento importante que aconteceu no Ministério da Educação no ano passado, e em janeiro de 2008, quando o Ministério da Educação publicou a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação Inclusiva”, e situar dentro da política de educação especial a questão das altas habilidades e superdotação.

A Política Nacional de educação especial, ela... o único documento que havia era de 1994 e ele ainda era balizado nos princípios da integração. Então havia toda uma preparação do aluno para a inclusão nas classes comuns e ensino regular e sobre a perspectiva da educação inclusiva, essa concepção modifica as estruturas escolares nos sistemas de ensino e concebe que a escola deve se organizar, os professores devem ter formação, os recursos devem estar dispo-

níveis, então todos os alunos terem acesso às classes comuns de ensino regular.

Então, qual o grande objetivo do trabalho da Secretaria Nacional de Educação Especial? A partir desta política, orientar os sistemas de ensino para promover o acesso, a participação e aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades— superdotação, nas escolas regulares. Então vejam que já no seu objetivo define quem é o público alvo da educação especial, que, na declaração de Salamanca, nos trouxe conceitos de necessidades educacionais especiais e com isso ampliou o público alvo da educação especial para aqueles alunos que apresentavam dificuldade de aprendizagem no sistema de ensino. E com isso a educação especial tomou um leque muito grande de alunos e alunos que são considerados, nesse entendimento, como alunos da educação básica e o atendimento deve ser feito naquele contexto educacional.

Passa então a entender que a educação especial ela não é um nível de ensino. Ela perpassa todos os níveis de ensino. E ela então tem uma nova definição enquanto esses recursos, os serviços e o atendimento educacional especializado. A Professora Denise Fleith, que está aqui na mesa conosco, participou dessa construção da política e a todo momento, situando como é que colocaríamos nessa política, mais enfaticamente, as questões das altas habilidades e superdotação.

Então a política objetiva garantir a transversalidade da educação especial em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, o atendimento educacional especializado, as políticas de continuidade da escolarização nos níveis mais elevados de ensino, a formação de professores para esse atendimento educacional especializado, a participação da família e da comunidade, garantir a acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários, nos transportes, nas comunicações e informações e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

A educação especial, então entendida como aquela que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, ela está ali para complementar os recursos e serviços e realizar o atendimento educacional especializado. E é desta forma que tem que ser pensada a educação especial também no atendimento do público das altas habilidades e superdotação. Pode passar, por favor.

No atendimento educacional especializado então, tem a função de identificar, elaborar e organizar os recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. Então nessa política que tem a função de orientar a organização de todos os sistemas de ensino, o aten-

dimento educacional especializado para os alunos com altas habilidades e superdotação, é neste espaço que são disponibilizados programas de enriquecimento curricular, aonde tem toda uma organização, um planejamento desse professor naquela área de interesse do aluno, articulado com o professor que está atuando na educação básica e que realiza então esse atendimento complementar, necessário para que esse aluno tenha atendidas as suas necessidades e também desenvolvidas as suas potencialidades. Pode passar, por favor.

Na Política definimos quem são os alunos com altas habilidades e superdotação. Então aqueles alunos que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas, ou seja: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Então com esse entendimento da política, os sistemas de ensino têm claro qual é a definição das altas habilidades e têm orientações a partir da criação dos núcleos de atividades de altas habilidades e superdotação, de como implementar esses serviços dentro da escola, tendo centros de referência em todos os Estados, que passem a atuar nessa orientação.

Aqui eu trouxe uma fala do Ministro Fernando Haddad, numa entrevista sobre a Política Nacional de Educação Especial, então trazendo que *“a política está definida e que na opinião o conteúdo está muito bem construído. Mas tão importante quanto o conteúdo desta política é trabalhar para que ela aconteça. Torna-se um desafio diminuir os temores que ainda possam existir no sistema de ensino. Algumas preocupações precisam ser superadas, e de fato a experiência das escolas vai transformar essa realidade.”*

Então uma política educacional, ela se constrói a partir de orientações claras e de parcerias que são estabelecidas nos sistemas de ensino, com ações que promovam o desenvolvimento dessas metas que são colocadas. E é assim que entendemos que os alunos com altas habilidades e superdotação então que na Resolução nº. 2, de 2001, já colocava quem são esses alunos, alunos que apresentam grande facilidade de aprendizagem, que dominam rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes, requerem ter um aprofundamento e enriquecimento de conteúdos, ter um atendimento nas classes comuns, com essa identificação e com essa disponibilização de atividades complementares, atendimento em salas de recursos ou em outros espaços que constituam esses programas, e concluir também em menos tempo a série ou etapa escolar.

Também aqui já foi falado no art. 8º, da mesma Resolução, coloca a competência para os sistemas de ensino, que as escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns o serviço de apoio pedagógico especializado em salas de recurso, nas quais o professor especializado em educação especial realize a complementação ou suplementação curricular. O quê que é a suplementação curricular? As atividades que venham complementar essas áreas de interesse dos alunos, utilizando para tanto procedimentos, equipamentos e materiais específicos.

Quando a professora Denise Fleith falava sobre o número de alunos em 2006, 2.769, eu já trago um dado que vai para além desse número, que cresceu em 2007 e temos então em 2007, 2998 alunos identificados como altas habilidades e superdotação nos sistemas de ensino. Então, fruto dessa política que vem possibilitando que nos estados e municípios façam o reconhecimento das altas habilidades e tenham um atendimento contínuo nesse processo educacional.

E é também ali registrado o atendimento desses alunos em instituições privadas e em instituições públicas. Então é notável o destaquê que se dá que as instituições públicas têm a grande maioria [soa a campanha] desses atendimentos com 2.532 alunos. Então a rede pública se destaca na identificação e, para além dela, no atendimento desses alunos no âmbito da escola e com ações que proponham o desenvolvimento desses potenciais. Aqui só situar dentro do plano de desenvolvimento da educação, então, criado em 2007, as ações da Educação Especial e que colocam metas bastante ousadas no trabalho do Ministério da Educação juntamente aos sistemas de ensino.

Então, vejam que o programa de formação continuada de professores pretende formar até 2010, 160 mil professores, e destaca-se que esse programa ele foi criado em... Com as instituições públicas do nosso país e são vinte cursos ofertados, e desses 20 cursos ofertados, nós temos cursos destinados à formação de professores para a área das altas habilidades e superdotação, outros que têm módulos que contemplam esta formação, e é destinado para professores da rede pública de ensino, então professores que estão em serviço, que estão atuando nas escolas e uma meta bastante ousada mas que é a necessidade comprovada hoje de demanda, de que para além de colocar recursos nas escolas, nós precisamos ter professores que atuem com esses alunos nas escolas públicas.

Assim também o programa de implantação de salas de recursos atende a perspectiva da política, quando implanta a sala de recursos multifuncionais, possibilita esse atendimento complementar nas escolas

e, somente no ano de 2008, vai estar disponibilizando 4.300 salas de recursos nas escolas públicas. Então propõe que esse recurso esteja próximo dos alunos e favoreça esse atendimento.

Também Programa Escola Acessível, de acessibilidade às escolas, o Programa BPC na Escola, que não vou me deter, que não é o assunto em tema aqui, mas é uma inovação quando procura identificar quais são os alunos beneficiários do benefício da Previdência, o benefício de prestação continuada e que são identificados como pessoas com deficiência, e que não estão na escola. A forma de trazê-los para a escola e tornar esse programa também como uma continuidade, trazendo que esses alunos tenham acesso à educação.

A principal política então na área de altas habilidades e superdotação é, como vocês conhecem o Núcleo de Atividades. Eu lembro, Professor Isaac, quando, pela primeira vez, nós sentamos para discutir um projeto de criação desses núcleos e nós pensávamos criar um núcleo no DF ou quem sabe, cinco núcleos, um que atendesse cada região do país. E para nós termos conseguido implementar vinte e sete núcleos, cada um nos seus Estados, é uma grande satisfação porque é realmente aquilo que possibilita que as informações cheguem, que os professores estejam orientados e, para além dos professores, ele propõe uma estrutura que atende amplamente as necessidades desses alunos.

E eu vou explicar para vocês então como é que coloca essa estrutura. O que é o NAAHS então, esse Núcleo? São espaços voltados para o atendimento às altas habilidades e superdotação dos alunos, nos estados e municípios brasileiros, para identificar, atender e estimular o potencial criativo do aluno com altas habilidades e superdotação, matriculado no sistema público de ensino. Então esses espaços ao serem construídos, nós orientamos que eles estivessem vinculados na Secretaria de Educação, e assim foi feito. Muitos deles criaram esses núcleos nos seus âmbitos locais, inclusive por lei distrital ou por lei estadual e institucionaliza como uma prática do Estado, é uma parceria do MEC, mas ela é uma prática colocada nos seus Estados.

Para que o NAAHS? Para estimular e desenvolver as potencialidades criativas, o senso crítico dos alunos com altas habilidades e superdotação, com uso de recursos didáticos e pedagógicos, bem como promover profissionais com competência técnica para prover esses desafios acadêmicos, sociais e emocionais e organizar o aprendizado desses alunos.

Como que se organiza então? A partir de três unidades. Cada um desses núcleos foi solicitado a

disposição de espaço físico dos estados que contemplasse a unidade de atendimento do aluno, a unidade de atendimento do professor e a unidade de atendimento à família.

Assim tem como objetivo o núcleo de formação dos profissionais então: apoiar os profissionais e professores na rede de ensino, quer dizer, ele está localizado no Estado, mas ele atende a todos os seus municípios por meio da formação; oportunizar esse acesso a materiais de formação docente, os recursos didáticos, pedagógicos para o desenvolvimento dos alunos e os profissionais então também fazem o atendimento nas escolas, quando é próximo, quando é naquela capital, mas também alguns já estão apresentando práticas de itinerância, indo aos municípios e fazendo atendimentos quando são solicitados; também viabilizar a sistematização de cursos de formação, eles passaram a ser referência para a construção de cursos que são disponibilizados nos Estados, que trabalham com a identificação do comportamento do aluno, o aprofundamento e enriquecimento curricular, a organização de critérios para o avanço e aceleração de estudos, nós sentimos que as escolas, na sua organização, às vezes elas não sabiam como promover esse avanço, que já estava colocado na própria LDB, então tem um centro de referência que faz essa orientação, e o desenvolvimento nas diferentes áreas de interesse desses alunos.

O núcleo de atendimento ao aluno então, ele está ali para prestar esse atendimento complementar. Então com os recursos que estão ali disponibilizados, ele atende diretamente o aluno para o desenvolvimento das habilidades relacionadas à criatividade, problemas de raciocínio lógico, desenvolvimento de habilidades sociais e outras que eles venham a solicitar. E essas ações então elas se impulsionam quando acontecem as parcerias, com instituições de educação superior, empresas, que possam então atuar no desenvolvimento de pesquisas, atividades, projetos e cursos com alunos, professores e pais.

O núcleo de apoio à família, com a competência de orientar e apoiar a família. Com vistas à compreensão do comportamento dos seus filhos, às vezes não sabem como agir e acabam por não auxiliar o aluno, melhorando as relações inter-pessoais desta família com os seus filhos, criando ambiente acolhedor, incentivando o desenvolvimento das potencialidades dos alunos.

Como que foi constituído então esse núcleo? O Ministério da Educação disponibilizou equipamentos, computadores, televisão, DVD, scanner, armários, toda a estrutura física para constituir esse espaço, o Ministério da Educação também realiza seminários

nacionais de formação para aqueles que atuam nos núcleos, então para aqueles que estão localizados para que possam fazer a multiplicação dessa formação no âmbito de seus Estados, fez uma contratação de especialistas que aconteceu durante todo o ano passado e ainda alguns estão concluindo seu trabalho no início desse ano, que constituíram os documentos referenciais de cada um desses núcleos. Os consultores estiveram nesses núcleos para a organização desse material, tanto no âmbito legal quanto no âmbito das políticas educacionais.

O material pedagógico que foi disponibilizado, referencial com técnicos e especialistas importantes na área que construíram uma coleção que subsidiou a formação dos professores nas instituições e também a orientação para a avaliação processual no atendimento nesses núcleos. Por favor, pode passar.

Eu concluo assim e quero expressar para vocês que essa política, ela teve início em 2005, e ela é bastante recente para os resultados que ela já alcança. Quer dizer, nós estamos em 2008, e a gente encontra muitas experiências, os consultores nos trouxeram os resultados dos trabalhos feitos em cada um desses NAHHS, muitos deles podem hoje servir de subsídios para um trabalho aí de cinco anos à frente. Atividades práticas que foram construídas nesses locais, experiências que foram realizadas com alunos, realmente uma estrutura inédita que não acontecia, quer dizer, o país teve sempre estruturado dentro da educação especial este público de alunos com altas habilidades e superdotação, mas não havia nenhuma política indutora para isso.

Então, os NAHHS, eles são realmente a referência, assim como a gente tinha, em outras áreas que são definidas na educação especial, como deficiência, transtornos, mas as altas habilidades e superdotação, elas não constituíam como prioridade diante de tantos problemas que se viam nas outras áreas.

Então, hoje a gente tem uma equiparação dessas ações na política e um investimento que já traz, em pouco tempo, resultados muito positivos dessa prática. E para nós é uma satisfação muito grande quando a gente vê a aceitação por parte dos estados e municípios, que realmente se apropriaram dessa ação e hoje, por sua vez, desenvolvem nos seus estados esse trabalho, de tão grande forma e espetacular, que a gente parabeniza a cada um e a todos. Obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de abrir a palavra às Senadoras Marina e Marisa, eu quero comentar outras pessoas presentes. Marília Gonzaga, Diretora de Ensino Fundamental do GDF; Línia(F) Gonçalves, Chefe do

Núcleo de Programa Especial da Diretoria de Educação Especial do GDF; Andréia Coelho, Coordenadora da Unidade da Família do Núcleo de Atividade das Altas Habilidades do DF; Elisete Fernandes, Coordenadora da Unidade do Aluno do Núcleo de Atividade das Altas Habilidades do DF; a Vera Lúcia Palmeira Pereira, que é representante do Conselho Brasileiro para a Superdotação, que inclusive enviou um documento do Conselho Brasileiro para a Superdotação aos senadores e senadoras, e, obviamente, quero citar aqui os professores e psicólogos do Núcleo de Atividade das Altas Habilidades do DF e os pais dos alunos atendidos nos Núcleo de Atividade das Altas Habilidades do DF. Creio que eles, esses dois grupos, são os que mais têm responsabilidade pela realização dessa audiência, junto com o professor Isaac Roitmann. Eu passo a palavra à Senadora Marisa Serrano.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Desculpe, desculpe. Esse é o problema de não ser superdotado.

[risos].

Eu deixei passar... Peço mil desculpas à Professora Olzani Ribeiro, Coordenadora do Núcleo de Atividade das Altas Habilidades do DF.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. OLZANI RIBEIRO: Estava achando tão bom ter deixado passar, senador...

[risos].

Eu quero agradecer, felicitar o Senador Cristovam pela sensibilidade de abrir as portas dessa Casa, abrir essa Comissão para discutir os nossos problemas do superdotado, ao nosso Secretário pelo apoio incondicional que tem dado a causa na secretaria, cumprimentar meus ídolos de mesa, meus colegas, alunos, professores e principalmente os alunos, que são a nossa meta.

E eu vou me dar o direito de começar assim como a professora mesmo, de raiz, atitude bem de professora e abrir com uma história para vocês para... Só virar aqui um pouquinho:

"O almoço do urso feroz. Dois meninos estão caminhando em uma floresta. São muito diferentes um do outro. Os professores do primeiro menino acham-no inteligente, seus pais acham-no inteligente e consequentemente ele se acha inteligente. Tem 'scores' excelentes, notas excelentes e um futuro acadêmico brilhante. Poucas pessoas consideram o segundo menino inteligente. Seus 'scores' não são nada de especial, notas não tão maravilhosas, currículo pouco notável.

Na melhor das avaliações, as pessoas diriam que ele é esperto ou que ele sabe se virar.

Embrenhando-se na floresta se deparam com um problema. Um urso imenso, feroz, aparentemente faminto, se prepara para atacá-los. O primeiro garoto calcula que o urso feroz levará 17,3 segundos para chegar até eles. Esse menino sabe não só sabe a fórmula, distância igual a velocidade vezes tempo, como também é capaz de aplicá-la em situações de grande coação. O segundo garoto jamais seria capaz de calcular o número de segundos até o impacto, e ele nem tentaria. O primeiro, em pânico, olha na direção do segundo garoto que está tirando as botas de caminhada e calçando o tênis de corrida. O primeiro diz para o outro: "Você deve estar louco. É completamente impossível correremos mais do que este urso feroz". O segundo réplica: "É verdade. Mas tudo que eu tenho de fazer é correr mais do que você". O resultado da história é que o primeiro se torna o almoço do urso feroz e o segundo corre até se salvar."

Essa história é... Por que é que eu trouxe essa história? Porque nós vamos discutir aqui, nessa audiência, a nossa discussão vai se concentrar principalmente nessa capacidade diferenciada de resolver problemas. Para dizer para vocês que nós temos alunos que têm uma percepção diferenciada e que se lhes forem dado--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Nesse sentido aí, os aspectos da ética é fundamental.

[risos].

SRA. OLZANI RIBEIRO: Com certeza, com certeza. Se lhes forem dado investimento adequado, apoio adequado, eles podem provocar uma revolução no país, uma revolução nas escolas, de uma... Com alternativas simples, viáveis, de custo viável e que realmente dão resultado.

Nós vamos falar, estamos falando, de indivíduos que têm facilidades de aplicar o conhecimento e utilizar para isso o pensamento de forma orientada para a resolução de problemas reais. Práticos. Esses indivíduos, com esse perfil eles demonstram uma realização superior de produção. É uma capacidade diferenciada, uma inteligência diferenciada e uma capacidade de percepção e algo mais, que a gente coloca como tempero muito importante para a sociedade, que é uma marca profunda de responsabilidade social, como um componente da sua personalidade, de suas características de superdotado. Nós estamos falando de pessoas que apresentam estes traços, que correspondem de 15 a 20% da população e que nós só identificamos 0,03% até hoje.

Então em relação ao atendimento ao superdotado pela Secretaria, eu vou colocar rapidamente alguns

problemas e desafios, que muita coisa já foi colocada aqui. Nós temos alguns problemas fundamentais em relação à infra-estrutura, acomodação de espaço, recursos para os projetos dos alunos, a Secretaria, a capacidade deles chega a um nível de excelência ou de aprofundamento, que o espaço da secretaria não comporta, e que eles precisam avançar além dos nossos espaços e por isso precisam desse apoio.

A formação específica da equipe de atendimento na área de altas habilidades, com níveis crescentes de pós-graduação. Para se atender a excelência é preciso buscar a excelência. Então nós precisamos desenvolver a nossa capacidade, enquanto professores, enquanto pesquisadores, para alcançar o nível desses alunos e conseguir fazê-los desenvolver. Parcerias produtivas que é... Entra nesse âmbito do avanço que eles precisam ter além das portas da sala de aula da Secretaria.

Tudo isso culmina com a visão de gestores que a gente percebe muito ainda no âmbito da visão de país, que é de não valorizar, uma cultura de país que não atende, não se antena com a visão mundial, que é de colocar o talento não como algo que está supervalorizando, diferenciando alguém, mas realmente como alguém que pode contribuir com a sociedade.

Dentro dos desafios, grandes gênios e visionários, eles deram contribuições à humanidade em todas as áreas do conhecimento, levando a cultura, o país a patamares inusitados. E eles não nasceram com isso, embora eles tenham uma carga genética forte, eles precisaram de que esse talento fosse desenvolvido. Não nasceram prontos.

E eu vou colocar aqui dois alunos superdotados na área artística, que participaram de programas especiais em dois países diferentes pra gente comparar.

O primeiro, em maio de 2004, os principais jornais brasileiros noticiaram a apresentação no Brasil de um jovem violinista russo com 15 anos de idade. Nascido em Saint Petersburg, começou os estudos de violino em 94, com apenas seis anos. 8 anos: ele foi convidado a integrar o elenco da escola especial de música para crianças talentosas, de um reservatório renomado. 10 anos: fazia o primeiro recital solo. 99: conquistou o 3º concurso internacional em Moscou. Em 2000 foi o grande vencedor do 2º Congresso para Violonistas de toda a Rússia. Em 2001 recebeu o prêmio máximo de um concurso internacional em Milão. 2004, em Paris, foi aclamado de pé, durante 10 minutos, ao término de seu recital no auditório do Louvre.

Segundo caso. Aluno brasileiro, brasileiro, talentosíssimo em desenho, apenas aos 17 anos foi indicado para participar do Programa para Altas Habilidades da Secretaria de Educação. Ninguém conhece.

Embora suas habilidades para o desenho fossem já excepcionais, desde criança. Dinâmico e criativo, trabalhava como caixa empacotador de supermercado, onde também era estagiário na área de computação. Estudava a noite para concluir o terceiro ano do ensino fundamental. Perguntado sobre suas pretensões futuras, o jovem revelou que não pretendia cursar universidade, ele precisava trabalhar para garantir seu sustento e de sua família.

Então são histórias... Eu queria encher mais esse slide, não tinha, o que colocar. E são histórias como essa que a gente lutou para implementar a política. Elevar o nível da educação e das oportunidades oferecidas a esses jovens talentosos, no nosso país, oportunizar inclusão em programas especiais para que desenvolvam ao máximo suas habilidades desde a mais tenra idade, e não só aos 17 anos, ele ser identificado e captado e em salas de recursos, “de” e “com” recursos.

Tornar realidade uma flexibilidade curricular que permite que crianças talentosas aprendam apenas o básico das disciplinas tradicionais, para ter mais tempo livre para estudo e refinamento do seu talento, e oferecendo condições para isso.

Viabilizar a tutoria, ou subsídio ao desenvolvimento do talento desses alunos. Esses são os nossos principais desafios.

Soluções mais adequadas para os problemas e desafios da sociedade terão mais chance de partir desses indivíduos, que tenham componente do ponto de vista intelectual e criativo, voltado para a produção. A falta de reconhecimento e desenvolvimento das capacidades dessas crianças poderão concorrer para o desuso das habilidades e sua conseqüente estagnação, e aí, que como coloca o Cláudio Moura e Castro, o Brasil desperdiça o seu talento, desperdiça os diamantes.

Quais são as reações? Demonstrar comportamento social inadequado, hostilidade e agressão e entregar-se a atos de delinquência social. Então, outro aspecto que a gente luta pela causa do superdotado é para que esse talento seja canalizado para dar um retorno positivo.

E eu coloquei para encerrar, alguns marcos na história, que não tanto de lei e que eu queria colocar para a reflexão hoje aqui. Um marco foi uma visão progressista dos legisladores que se adiantaram à maioria dos educadores brasileiros. Porque nós temos educadores que ainda não admitem a existência do talento e que ainda não se... Não incorporaram a necessidade de perceber essa diversidade na sala e desenvolver o talento, quebrando todos esses mitos de que o que é bom já é bom, não precisa de mais nada. Em 29 o

Governo do Estado de Minas Gerais estimula uma grande reforma de ensino voltada para uma escola ativa. Em 71, organizações não-governamentais, que levantam a bandeira e conseguem transformar decisões governamentais em favor dos alunos com altas habilidades. Em 96, um novo cenário educacional, por força de lei [soa a campanha] com a publicação da Lei 9.394, que é a Lei Darcy Ribeiro, que fez uma mudança também nesse âmbito. Em 2000, um documento do Departamento de Educação da América aponta a necessidade de um largo contingente de indivíduos altamente talentosos, para que os Estados Unidos possam manter sua liderança na indústria, na educação superior e nas ciências. Documento do Governo inglês: os alunos superdotados têm muito a contribuir para o futuro bem-estar da sociedade, desde que seus talentos sejam desenvolvidos plenamente durante a educação formal.

E eu coloco um marco que é o dia 24 de junho de 2008. Para isso nós estamos aqui reunidos nessa audiência e cabe uma responsabilidade muito grande. Que marco nós vamos deixar hoje na vida desses alunos superdotados? Nós temos documentos inglês, nós temos documento da América, o quê que vai sair do Brasil? Para onde o Brasil vai apontar para a gente colocar o dia 24 de junho de 2008, como um marco na vida desses alunos, principalmente desses alunos da educação básica. Muito obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço a fala da professora e embora eu pensava falar isso no final, mas vou tomar um minutinho só para lembrar essa história do menino de 17 anos, que era desenhista. Quantos outros milhares e milhares, ou milhões ficaram sem ser descobertos? Porque são três lugares que eles são descobertos, salvo exceções muito raras como quando aparece um urso, fazendo você correr. Primeiro é a escola: na escola onde você descobre. Segundo é a boa escola: é a boa escola onde você descobre. E terceiro: é a boa escola adaptada ao superdotado. Sem escola, a gente não vai conseguir identificar todos os talentos que esse país tem.

Eu costumo dizer que o Brasil não tem até hoje nenhum Prêmio Nobel, porque ele morreu analfabeto. Ou morreu sem saber as quatro operações. Porque se a gente for medir de 1889, da República para cá, devem ter morrido cerca de 50, 60 milhões de adultos brasileiros analfabetos. Adultos. Não falo a mortalidade infantil. Em 60 milhões, se você colocar 1%, já dá 600 mil. Se você colocar 0,1%, para dar 60 mil. Programas fora, provavelmente 60 mil. Então, a escola em primeiro lugar, é o caminho para o talento. Agora,

aqui a gente está discutindo para aqueles que descobrimos já o talento, como é que a gente faz para que ele possa desenvolver ainda mais. Eu passo a palavra à Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Obrigada, Sr. Presidente. É um prazer enorme recebê-los aqui na nossa Casa, não pude assistir as duas primeiras, meu querido amigo Professor Valente e o Dr. Isaac, porque também estava preparando uma reportagem que nós estamos fazendo sobre recursos hídricos junto com a Senadora Marina aqui.

Mas fiquei muito contente em ouvi-los. Porque há uma cultura no nosso país, e aliás, no mundo, mas principalmente no Brasil e que vem muito ainda... Eu discuti esses tempos com vários professores, da época da 2ª Guerra Mundial, quando a Alemanha e Hitler deram uma força muito grande para os superdotados, para os grandes talentos, e eu acredito que tenha ficado um pouco na nossa memória, na nossa história, que isso não era muito bom ou que se a gente começasse a separar os superdotados ou a investir nos superdotados, nós estaríamos criando uma casta, que poderia ser perigosa para a nação. Conversei com alguns professores que tinham essa idéia de que poderia acontecer isso.

Então, nós temos que trabalhar e acho que o 24 de junho pode ser um marco em que a gente pudesse movimentar a nação, em termos de “incutar”, “incubar” nos nossos professores, principalmente nos pais, a idéia de que o talento tem que ser sempre benéfico e que, dentro das possibilidades das carências também que nós temos no Brasil, acho que eles devam ser sempre estimulados.

Eu falo isso porque tenho uma afilhada que está agora com seis, sete anos e esteve comigo no sábado e a mãe é agente de saúde, a menina é extremamente agitada e inteligente, e a mãe acha que isso é o pior que podia acontecer na vida dela. Ela tem uma filha que é rápida no raciocínio, que já pulou a primeira série, que não tinha condições de ficar com seus próprios companheiros, a escola avançou com o conhecimento, e a mãe quer segurar de todas as formas, porque ela não admite que a criança tenha idéias mais rápidas ou participe mais ou questione mais ou queira saber, ler rapidamente. A mãe não admite. Acha que isso é algo, segundo ela me disse, “Isso é coisa do demônio.” Foi o que ela me disse no sábado, quando eu estava conversando com ela, porque ela acha que a filha tem alguma coisa errada. Eu como já tinha conversado com a diretora da escola, a professora, ela está numa escola de balé, que ela queria fazer, eu a coloquei, e a mãe acha que eu não possa estimular a que ela faça

aquilo que ela gosta de fazer, porque isso não é uma coisa correta.

Então eu quero deixar aqui a minha idéia de que o talento, as potencialidades, a superdotação, altas habilidades, a criatividade aplicada justamente através do conhecimento, é algo que no Brasil, até hoje, para nós é uma coisa de somenos importância.

Eu fico muito contente de ver o Dr. Isaac aqui, no MERCOSUL, que o Professor e Senador Cristovam e eu fazemos parte, a nossa Comissão é Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esportes. E muito pouco a gente investe na área da Ciência e Tecnologia. Muito pouco a gente investe nas pessoas também que tenham condições de ir para frente. Até nos nossos orçamentos. E aí eu queria perguntar ao Professor Valente, que nos dissesse, já que é nosso único Secretário aqui à mesa, como é que nós temos o orçamento para essa área, para ajudar aqueles que querem aprender mais, que tenham condições de crescer, que tenham talentos? E queria também que o professor Isaac nos fizesse isso. Temos condições? Temos recursos para isso? O orçamento feito nas nossas secretarias que vem para cá estimulam? Nós temos condições de ajudar a crescer com esses orçamentos? Além, é claro, de fazer com que as pessoas sintam que o superdotado, aquele que tem altas habilidades, é um ser que precisa ser estimulado e que não pode ser visto como pária da sociedade, que não pode ser visto como... Que temos que colocá-lo num gueto ou abafar as suas habilidades, porque ele pode ser perigoso para a sociedade.

Então, eu acho que são duas vertentes, Senador Cristovam, que nós podíamos trabalhar. Uma da sociedade e uma, principalmente, nos orçamentos das nossas secretarias e dos nossos Ministérios. Muito obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a palavra à... Antes de passar a palavra à Senadora Marina, eu quero dizer que está presente o Sr. Renato Acioli(F), que é Presidente da Associação dos Superdotados do DF. Com a palavra, a Senadora Marina.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, eu quero em primeiro lugar cumprimentá-lo por essa iniciativa e cumprimentar a todos os que já fizeram suas exposições, todas elas muito carregadas do compromisso, eu sinto, pessoal e da competência técnica, o que é fundamental para lidar com essa questão, e eu observava, na questão da educação especial, que nós estamos diante de uma mesma situação no que concerne àqueles que têm dificuldades de aprendizagem e àqueles que, entre outras, tem facilidades de

aprendizagem. Parece contraditório o que vou dizer, mas diante do Estado, nós temos que tratar os dois em pé de igualdade.

São pessoas que não podem ser tratadas como se fossem iguais, porque são diferentes e se são diferentes, têm que ser acolhidos de formas diferentes. Nós temos aqueles que têm dificuldade para aprender, temos aqueles que têm facilidades, entre aspas, em alguma área ou em alguma especialidade e tem aqueles que estão na média. Nós temos que ter políticas que sejam capazes de acolher os três níveis que estão na sociedade.

Por que eu digo que são iguais? E que talvez, quando a gente coloca o foco no estímulo desses que têm habilidades especiais, as altas habilidades, exatamente porque está faltando para os demais. E aí dá a sensação de que se está se investindo, entre aspas, numa casta, o que não pode ser tido como verdadeiro, até porque, esses jovens e essas crianças, se eles não tiverem o acompanhamento necessário para que sejam direcionados, eu não gosto da palavra direcionado, mas pelo menos adequadamente estimulados para levar as suas potencialidades para o bem, como falou a Professora Denise, eles vão às vezes de alguma forma, direcionar esses talentos de acordo com o ambiente em que, enfim, foram acolhidos, e às vezes nem sempre é o mais adequado.

O erro não está em potencializar os que têm altas potencialidades. O erro está se não tiver o atendimento para os que têm necessidades, que são tão importantes quanto esses, de receberem os mesmos estímulos e as mesmas condições.

Eu fico muito feliz de verificar que já existem programas, você colocava que desde 2005, é muito recente, mas, já está colhendo bons frutos. Já existem experiências nos vários governos, enfim, instituições privadas que estão dando esse atendimento transdisciplinar, fazendo com que esses jovens possam ter contatos com outros jovens que estão nas universidades, sobretudo aqueles que estão no nível do segundo grau, mas eu concordo, esses jovens e esses adolescentes, eles têm uma maturidade cognitiva para alguns aspectos que às vezes não correspondem ao amadurecimento psíquico-emocional, que precisam ser tratados adequadamente.

Às vezes, a alta exposição desses jovens também cria problemas e a mediação, como se fazer, para que ele não se torne um exibicionista, ou para que ele não se torne alguém muito recolhido, é tratá-los como seres humanos especiais, que é o que somos todos nós, seres humanos especiais, porque cada indivíduo deve ter um tratamento de acordo com aquela que é sua necessidade. Eu sempre repito uma frase, que eu

não sei exatamente onde eu li, de que as boas instituições elas são criadas para que a gente não dependa das virtudes das pessoas. Porém, não se cria boas instituições sem que se tenham boas pessoas. Então, estimular essas pessoas, esses jovens para que eles sejam aqueles cidadãos que vão criar boas instituições. E as boas instituições, com certeza, estarão retro-alimentando melhores pessoas.

Eu sinto que, no caso do Brasil, nós ainda temos 0,3 desses jovens, 0,03 que estão identificados e outros tantos que sequer poderão ser identificados, porque não terão sequer como serem enxergadas as suas habilidades. Eu gostei de começar com uma história do urso e do menino que fazia o cálculo, porque nós temos, na verdade, duas pessoas com altas habilidades: uma em matemática e autocontrole; o outro em resolução de conflito diante de recursos escassos e autocontrole. Então são duas pessoas com altas habilidades. Todavia como era numa floresta, havia uma saída. Se o que tinha essas habilidades soubesse subir numa árvore e ajudar a puxar o outro, de sorte que haviam habilidades que ainda não eram desenvolvidas, porque se fosse num campo aberto ia ficar muito difícil, mas numa floresta daria para subir numa árvore, ajudar o outro colega a subir também e salvar do urso. O urso é que ia ficar diante de... enfim, uma situação difícil, pela escassez de alimento, mas com certeza ele poderia arranjar uma outra forma.

Então é só pra gente ver como que o manejo desses conceitos, ele deve ser feito de forma cuidadosa. A Senadora Marisa dizia que identificar como sendo uma casta e histórias tristes que nós temos em relação ao Hitler e outras histórias terríveis que temos no processo civilizatório, mas elas vêm de antes. Se nós formos olhar a história do povo judeu, nós identificamos o menino com altas habilidades, que foi José do Egito. Só que ele ficava falando e de certa forma se exibindo, a começar pela capa colorida que ele ganhou do pai dele, talvez por ter altas habilidades, e os irmãos começaram a ficar com inveja dele. E resolveram enterra-lo no buraco, depois o venderam para os amalequitas, ele foi vendido como escravo para o Egito, mas as habilidades continuaram. E ele foi, digamos assim, o chefe, não é, de Potifar teve um bom desempenho, depois por essas habilidades... Não é para ficarem com medo de ter habilidade não, pelo amor de Deus, mas para não ficar falando só do prejuízo de ter sido um jovem talentoso ele acabou sendo o segundo homem forte do Egito, e o seu povo sobreviveu uma grande seca graças à sua habilidade de dizer que deveria juntar trigo no tempo de escassez, em armazéns, para que pudessem comer no tempo de seca. E foi assim que o povo hebreu chegou ao Egito.

Isso é apenas uma história para mostrar como, de fato, as pessoas que têm essas habilidades às vezes elas são celebradas, mas às vezes também são tratadas de forma inadequada. E o importante é que tenhamos apoio à família, apoio dentro das instituições, os recursos para que ambos possam ser atendidos. Porque é tão maravilhoso verificar uma criança ou um jovem com altas habilidades que tem um processo de aceleração no seu conhecimento, nos seus processos cognitivos, o quanto é maravilhoso ver uma criança que muitas vezes não tem condição de ter os estímulos adequados e quando essa criança, por alguma deficiência, por algum processo maturativo não adequadamente alcançado, também é capaz de aprender de acordo com as suas capacidades.

Então, eu também sou professora, sou professora secundária, e eu sempre digo para as minhas professoras, eu tenho a minha professora aqui, a Gisela, lá do Curso de Pedagogia da Católica, que um dia quando eu voltar para a escola, eu quero lidar com jovens e adolescentes. É algo que eu tenho uma verdadeira paixão, porque muitas vezes, sobretudo nas escolas públicas, esses jovens chegam e são tratados como se fossem delinquentes e na verdade o que eles precisam é de um acolhimento adequado, de um tratamento adequado para as suas demandas, que às vezes não são apenas demandas de conhecimento, são demandas de outra natureza que muitas vezes eles não encontram no grupo familiar [soa a campainha] e muitas vezes nem têm família.

De sorte que eu quero parabenizar a todos vocês e acho que deveríamos fazer desse momento, Professor Cristovam, Senador Cristovam e Marisa, desse dia 24 de 2008, o quê, do ponto de vista do marco legal, ainda pode ser feito e que tipo de grupo de trabalho interdisciplinar ou trans-disciplinar poderíamos fazer para ter uma iniciativa legal? Olhando para, digamos, a educação como um todo, sem subsumir a questão em tela, que são os alunos com altas habilidades, mas fazendo com que os processos de ensino e aprendizagem no nosso país, possam ser efetivamente atendidos em todos os níveis, tanto para esse quanto para aqueles, tanto para aqueles quanto para esses.

Esse é o meu sonho e acho que é a maior oportunidade que uma pessoa tem, é de aprender. E de aprender a aprender. Porque muitas vezes a gente só aprende. E quando a gente só aprende, a gente é facilmente tragado pelo urso e, principalmente, da globalização. Quando a gente aprende a aprender, a gente é capaz de se atualizar, de se resignificar de acordo com as circunstâncias que a gente está vivendo. E para isso nós temos que nos constituir como mediadores desse processo de aprender a aprender, que é isso o

que nossos jovens talentosos devem aprender nessas oportunidades que nós podemos disponibilizar.

Parabéns e muito obrigada pelos conhecimentos e já peço a ajuda para que esse marco legal possa ser feito não apenas pelos Senadores e os seus consultores, mas já com a alimentação dos núcleos vivos da sociedade que lidam com essas demandas e que estão processando essas demandas.

[palmas].

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-
ARQUE (PDT-DF):** Eu vou passar a palavra ao Senador Tuma, que vai ter que se ausentar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É... Eu.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-
ARQUE (PDT-DF):** Eu sei por causa do... Mas só para comentar um pontinho aqui da Senadora.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, eu não poderia falar nada, só aplaudir. As duas professoras conhecedoras profundas do assunto, eu tenho uma convivência de quase 50 anos com uma professora, diretora de escola, que acompanha de perto, mesmo aposentada, a evolução, involução eu diria, do ensino público que o Brasil vem sofrendo. À época em que ela me disse que iria se aposentar, ela já tinha uma tristeza, senadores. Ela dizia: "Nós não vamos ter capacidade mais de ensinar bem. Porque a professora com o salário que recebe, ela tem que correr atrás de três ou quatro escolas e não consegue preparar as aulas e discutir sobre problemas sérios que os alunos têm que aprender." Eu acho que... Eu não posso bater palmas para ela, posso beijá-la, porque eu sei que o sofrimento dela é antigo e grande, e de vez em quando elas se reúnem, uma vez por mês, as diretoras à época, porque a velhice não atrapalha o raciocínio e o investimento que é a opção de vida que vocês escolheram. Então, essa... Há sempre uma discussão permanente, pouco importa a idade, o tempo, se está na ativa ou não.

Eu aprendi alguma coisa com as três exposições que eu ouvi. Tive que me ausentar de duas por ser relator de quatro projetos na CAE e eu pedi licença por um minuto para vir aqui, primeiro para agradecer os senhores e as senhoras os ensinamentos que trouxeram, e as Senadoras pelo conhecimento e pelas colocações que fizeram. É claro que as notas taquigráficas vão dar oportunidade de a gente se inteirar de tudo que falou.

E como a Senadora Marina disse, precisa saber aprender para aprender, eu tinha uma máxima no Exército, quando fiz o CPOR, sem comparação com o professor, mas dizia assim: "Primeiro é preciso saber obedecer, para depois saber comandar." Então, é um princípio do Exército, quer dizer, esse Tenente que

fez a besteira, ele não aprendeu a comandar nem a respeitar. Por mim ele já tinha sido arrancado, como eu vi duas vezes, tirarem a farda do comprometimento ilegal, imoral de soldados, todos os membros do quartel onde eu estava estagiando, viraram as costas eles foram expulsos e entregues à Polícia por procedimento legal. Este é meu pensamento que deve acontecer com esses elementos que praticaram o crime no morro do Rio de Janeiro. Não é um protesto, é apenas uma visão de vida que eu tenho e que realmente, o Exército é respeitado e deve-se fazer respeitar, impedindo que algumas pessoas pratiquem, sob a farda, indignidade como eles fizeram.

Então é um protesto que estou fazendo aqui, peço desculpas, mas todo mundo que ensina sabe como é que tem que ser o comportamento de um jovem. E agora aqui eu vi, a professora, as duas quase nas projeções estavam meio empatadas naquelas observações que fizeram, e eu e fico aqui pensando um pouquinho, que o excepcional, que é o que tem mais possibilidade de crescer na inteligência, na cultura, em servir melhor o país, nas suas pesquisas, nas buscas por uma melhora do contexto, da inclusão, mas mesmo na globalização que é perigosa, mas acho que vale a pena investir nesses jovens, estão sendo... Hoje a gente é uma visão de... Médica, e não psíquico-educacional. Não sei se estou errado. Porque a gente fica preocupado em levar para o médico, o excepcional, para saber o que está acontecendo com ele, quando deveria dar oportunidade a ele de se desenvolver dentro do ensino.

Quando eu fiz o CPOR também, desculpa estar citando, porque as coisas vão passando pela nossa cabeça, tem mais de 50 anos, mas tinha um rapaz, ele fazia a Politécnica. E eu estava fazendo contabilidade, mas nós estávamos no mesmo curso no CPOR. O comandante do curso, ele sabia menos que o estudante. Ele era excepcional em qualidade de engenharia, de projeção de matemática... Então o quê que ele fez, o comandante? Humildemente passou para ele a instrução de algumas teses que a gente tinha dificuldade em aprender para que ele nos orientasse. Então ele valorizou o aluno excepcional e ele teve um pacto de lealdade, de ligação, praticamente de entrosamento perfeito, entre aqueles que dependiam dele para conseguir saber o que era azimute, como é que se calculava a localização, e tudo aquilo que a matemática e a engenharia ensinava.

Então é um aprendizado que a gente tem na vida. Eu acho que o excepcional tem que ser usado, permanentemente, para que ele possa ser realmente um instrutor daqueles que tenham mais dificuldade no aprendizado e colaborar com os professores nessa fase difícil da formação profissional.

Então eu acho que aqui, senador, V.Ex^a tem trazido para a educação o fórum competente para discutir tudo aquilo que interessa ao país, principalmente nessa área. Parabéns, e que Deus o abençoe por isso.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado, Senador Tuma. Eu vou passar a palavra aos painelistas...

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Eu me interessei muito pelo que a Professora Denise falou, em relação a que se ter um procedimento de fazer essa identificação entre jovens incluídos e crianças incluídas, e as crianças que estão em situação de risco social. E gostaria só de saber como é que é feita essa diferenciação? Porque, de fato, às vezes você identifica uma criança simples, no meu estado a gente tem uma situação parecida, você tem crianças que vieram sobretudo da floresta, e elas chegam na cidade, o seu universo cultural, o seu universo simbólico é completamente diferente. Quer dizer, elas são crianças altamente inteligentes, que passam a ser tratadas como se fossem crianças inteligentes, porque as ferramentas para identificar essa inteligência, não estão levando em consideração as suas estruturas prévias, que são inteiramente desconsideradas.

Como é que isso poderia ser feito? Porque de fato aumentaria sobremaneira o número de pessoas que nós encontramos com essas habilidades especiais.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de passar a palavra aos expositores, eu queria primeiro tocar num ponto que a Senadora Marina falou e que ao falar lembra que cada um de nós pode ser superdotado numa área e ser ingênuo e incompetente em outra. E um papel fundamental dos que trabalham com superdotados é fazer com que eles percebam os outros lados da vida, inclusive a ética. E, outros aspectos, por exemplo, o José ele aprendeu uma coisa muito grande com os irmãos ao usar capa e ser exibido. Foi a ficar discreto. Porque se ele continuasse exibido, o faraó cortava a cabeça dele. Faraó não gosta de ninguém exibido junto dele.

[risos].

Então a gente precisa aprender a desenvolver outros lados também. Dar ênfase ao que ele quer e também outras áreas. Eu fiquei bastante impressionado com as exposições, porque apesar de estar nessa área, o tempo todo em educação, eu confesso que não sabia quanta coisa vem sendo feita especificamente nessa área. Eu fiquei satisfeito. Mesmo assim, a pergunta que

eu faço para cada um é: o que é que vocês acham que falta fazer? O que é que vocês gostariam de ter ainda mais na área de cada um de vocês? Qual é a ambição que a gente pode ter? Isso é uma coisa.

E a outra, é para inclusive os pais, os professores, é um apelo: que entendam que não vale a pena, como brasileiros, a gente ficar apenas no nosso universo, cuidando apenas dos 0,3% que já identificamos. Vocês têm uma responsabilidade de fazer com que esse número aumente a totalidade dos superdotados. Não a totalidade dos brasileiros porque não há a necessidade de exigir isso. A gente esquece. Eu sou um defensor, por exemplo, e digo isso sabendo que a maioria é contra, eu sou um defensor do uso das cotas para negros, mas reclamo muito, porque o movimento negro só luta para cota para entrar na universidade, ou seja, quem já terminou o segundo grau, quem fez o cursinho... Não luta para 100% de cotas de todos de todos terminando o ensino médio.

A gente perdeu no Brasil a capacidade de pensar geral. A gente pensa corporativamente. Esse é um encontro para discutir o problema dos superdotados. Mas não podemos ficar restritos apenas aos atuais superdotados, aos que são perceptíveis porque entraram na escola. Porque criança fora da escola, ela é invisível do ponto de vista do potencial dela; ela pode ser visível do ponto de vista da ameaça que ela faz se for assaltar alguém na rua. Mas do ponto de vista de seu potencial, é invisível. Como aquele menino de 17 anos empacotando. Fica invisível o potencial dele de desenhista. O potencial dele de desenhista só seria percebido, e foi em algum momento, em uma escola, em algum lugar onde outros desenhistas viram o que ele fazia.

Então é um apelo que eu faço: não fiquemos pensando apenas nos nossos já identificados 0,03 de talentosos. Vamos trabalhar também para que 100% termine o segundo grau, para que 100% das crianças sejam visíveis no potencial que elas têm. E ao serem visíveis, a gente identifica quais têm um talento além do comum. Não disse normal, além do comum. Além do usual. Dito isso, eu passo a palavra, de minha parte, uma única pergunta: o que é que vocês acham que falta fazer? Eu vou passar a palavra na mesma ordem [interrupção no áudio] mas o Professor Valente está aqui fora dando uma entrevista para a televisão sobre os problemas de sua pasta no Distrito Federal, então eu passo a palavra para o Isaac Roitman e depois para a Denise e depois para a Cláudia e depois para a Olzeny e depois, por último, para o Valente.

SR. ISAAC ROITMAN: Eu queria, primeiro, fazer um comentário sobre as observações da Senadora Marina, que na história identificou habilidades

nos dois personagens descritos. E felicitar o autor da história, porque ele podia ter feito um urso com altas habilidades também, o que seria muito ruim para os dois personagens.

Eu acho que todos nós temos habilidades. Eu acho que o problema é descobrir e desenvolver essas habilidades. Alguns mais que os outros. Com respeito a pergunta formulada pela Senadora Marisa Serrano, sobre recursos, sobre instrumentos. Existem dentro do âmbito do Ministério de Ciência e Tecnologia uma série de ações que estimulam os jovens, as olimpíadas, que a de matemática é a mais mencionada, pelo número grande, mas existem olimpíadas de física, de química, de literatura, e isso é estimulado pelo... Existe sempre um edital do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, existem também estímulos à educação científica, vários projetos, existem também estímulos feito pelo Ministério de Ciência e Tecnologia em parceria com o Ministério da Educação, em feiras de ciências que são ambientes estimulantes. No entanto isso é insuficiente. Eu tinha comentado na minha fala, a Senadora não estava presente, um dos instrumentos mais importantes é a bolsa de iniciação científica, onde nós temos 80 mil universitários fazendo essa bolsa em todo Brasil, e uma iniciativa recente, iniciação científica júnior, para alunos do ensino médio, onde nós temos 7 mil bolsas concedidas em todo o Brasil. Um programa bastante novo.

No entanto a gente vai precisar de outros instrumentos. Por exemplo, se a gente identificando um talentoso e vai pôr um mentor, seria interessante pensar em uma bolsa para esse mentor, além de uma bolsa que permitisse o estudante se deslocar, fazer um lance, se ele vai fazer um estágio numa universidade, vamos ter que ter recursos para expor esse estudante a outros ambientes, um Congresso da área em que ele é mais vocacionado.

Recursos sempre faltam, mas, muitas vezes nós podemos ter outros estímulos além de recursos. Eu vou dar um exemplo que aconteceu aqui no Distrito Federal, no início da bolsa de iniciação científica júnior, em que doze professores da rede, do ensino básico, pegaram, agruparam grupos de dez alunos e trabalhavam dentro daquele tema com esses alunos, uma atividade extracurricular. Acontece que as horas que eles se dedicavam a esses meninos não era contada como carga horária. Não havia recursos, absolutamente nenhum e muitas vezes o professor tirava dinheiro do bolso para certos gastos para poder conduzir o projeto.

Então a gente tem outros instrumentos de estímulo, de reconhecimento a esse trabalho, acho que esse é o grande ponto, e remetendo ao comentário do Senador Romeu Tuma [soa a campanha] nós va-

mos chegar e também respondendo a pergunta do... Que falta fazer. Falta fazer muita coisa. Mas, a primeira coisa é valorizar o professor. Nós vamos ter tudo isso resolvido quando o professor de ensino básico, principalmente, for o funcionário público mais bem pago do Brasil, como acontece na Finlândia.

Na Finlândia, como o Senador Cristovam costuma dizer, os pais vão estar orgulhosos quando o filho disser: "Eu quero ser professor." Então, eu acho que é a primeira valorização do professor e formar o novo professor, de acordo com o contemporâneo que existe. Por exemplo, não adianta a gente formar um professor para continuar com a pedagogia da sala de aula. Hoje existem possibilidades de avanços pedagógicos e não enfatizar o conhecimento, porque o conhecimento está disponível para todos, mas usar esse conhecimento e ter uma consciência de responsabilidade social com todos os animais, inclusive homem e com a natureza. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero dizer a vocês que quando eu estava de Reitor na Universidade de Brasília, o Professor Isaac, professor de biologia, ele, por conta dele, juntava meninos e meninas do segundo grau, acho que até de ensino fundamental, e levava para o laboratório dele e fazia isso que hoje tem 80 mil. Acho que ele foi o precursor. E quando ele disse que a experiência que o professor é capaz de tirar dinheiro do bolso para pagar o lanche, é capaz de ter sido ele, e não quis dizer. Eu passo a palavra para a Professora Denise.

SRA. DENISE DE SOUZA FLEITH: Bom, respondendo à Senadora Marina, então como identificar os alunos provenientes de nível sócio-econômico desfavorecidos ou provenientes de outros ambientes culturais? Existe muita literatura sobre isso, muitas pesquisas sobre essa área, mas eu poderia listar algumas alternativas.

Inicialmente, eu acho que é importante um processo de avaliação da performance do aluno ao longo do tempo. Ao longo da sua trajetória escolar e não em um momento específico, como se fosse um retrato. Só aquele momento, mas uma avaliação da formação, uma avaliação processual e não formativa.

Uma outra sugestão, então como fazer essa avaliação? Claro, naturalmente por meio de algum produto que esse aluno vem apresentando ao longo da sua trajetória escolar, por meio por exemplo de uma elaboração de um portfolio, onde esse material do aluno pudesse ser coletado ao longo do tempo, também por meio de jogos, exercícios, de criatividade, enfim, outras formas, indicação de colegas de sala é uma outra maneira também de a gente encaminhar alunos para

programas e serviços, então quem na sua opinião é o colega que você gostaria de participar de uma atividade de ciências? Quem você gostaria de trabalhar na área de matemática? Quem você gostaria que fosse o capitão do seu time de futebol? E assim por diante. Então a indicação de colegas também é uma alternativa e também a própria auto-indicação. O aluno ele se percebe como tendo um potencial numa área então ele poderia se auto-indicar para o programa. No programa da Secretaria de Educação do Distrito Federal isso já vem ocorrendo. O próprio aluno do ensino regular se indica para o programa. Então seriam algumas alternativas.

Respondendo a pergunta do professor Cristovam, o que é que falta ainda? Eu começaria destacando a necessidade de maior investimento em pesquisas na área, nós temos, já temos uma certa... Um certo número de estudos realizados, mas é importante ampliar o investimento na área de pesquisa. Também acho muito importante ampliar os serviços de atendimento aos pais, o foco ainda tem sido muito no aluno, então o atendimento aos pais. Também acho fundamental que as escolas, elas apresentem maior flexibilidade curricular, que não seja um sistema tão rígido, que sempre tem que ser da mesma forma para todos, então acho que uma flexibilidade curricular é um ponto importante a ser trabalhado junto às escolas. Também acho muito importante a divulgação de fatos atualizados, corretos, acerca do fenômeno da superdotação, porque a gente ainda vê muitos mitos, muitos estereótipos, preconceitos em relação ao tema e, sem dúvida nenhuma, concordo com o Professor Isaac, uma parceria mais forte entre a escola e a universidade. Acho que isso pode ser feito, então acho que a gente poderia investir nessa área.

Então acho que a princípio seriam esses os pontos que eu gostaria de destacar. Obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de passar a palavra à Professora Cláudia, eu quero dizer... E tendo a ver muito com a fala da Professora Denise, eu recebi um bilhete aqui com um coração, mas com um puxão de orelha e muito correto.

Alguém escreveu aqui: "Falaram tanto na importância dos pais e não tem nenhum dos pais na mesa." É verdade. Foi uma falha.

[palmas].

E eu não posso nem usar a desculpa de que é difícil identificar os pais a que representam os grupos, porque existe uma associação. Então teria sido perfeitamente possível. Peço desculpas por isso. Eu passo a palavra à Professora Cláudia.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Isaac--

SRA. CLÁUDIA MAFFINI GRIBOSKI: Ou nossos filhos não tenham sido identificados ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Isaac deu uma resposta boa aqui. Ele disse que tem netos, então eu posso dizer: não tem porque todos os pais sentem que os seus filhos são superdotados.

SRA. CLÁUDIA MAFFINI GRIBOSKI: Bom, eu me senti bastante provocada na fala da Senadora Marina, quando coloca o paralelo entre as dificuldades para aprender as facilidades de aprendizagem. Eu acho que esse paralelo, ele está muito colocado na escola até porque a concepção que tem sido trabalhada na educação até hoje, ela coloca toda a situação no aluno, parece que todo o problema é do aluno. Então é ele que apresenta as dificuldades de aprendizagem ou ele que apresenta determinada facilidade em aprendizagem.

O que nós tentamos trazer no documento da política nacional da educação especial foi que, na verdade, o que tem que ser dado a todos os alunos são as oportunidades. E a partir de então ele vai mostrar sua potencialidade. E aí não teremos um aluno com menor dificuldade ou com maior facilidade. Nós teremos alunos se desenvolvendo a partir daquelas oportunidades que lhes foram dadas.

E aí eu penso que quantos alunos nossos não têm desenvolvido suas potencialidades porque não tem os recursos, porque não tem os materiais, porque não tem os atendimentos especializados, não tem os serviços e não tem sido possível então para eles demonstrar o potencial que poderiam ter apresentado se tivessem tido essas oportunidades.

Então eu acho que a gente precisa entender e aí eu diria que o que falta, Senador Cristovam, é primeiro a escola entender que é ali o lugar de desenvolvimento de habilidades e competências. Então não é raro quando a gente vê quais são os objetivos de cada um dos componentes curriculares na escola, todos eles iniciam assim: "Desenvolver habilidades e competências para... Desenvolver habilidades e competências para...". E muitas vezes a escola tem falhado nesse processo de desenvolvimento de habilidades e competências. E ela própria não tem identificado esses alunos na sua escola, na sala de aula.

E aí, como segundo momento então, o que falta é valorizar essas diferenças na escola, porque se todos têm condições de desenvolvimento de habilidades e competências, alguns apresentarão diferenças, e essas diferenças, elas têm que ser entendidas num contexto de enriquecimento social, educacional

e pessoal e têm então que ser transpostas e serem trabalhadas para que esses alunos possam cada vez mais se desenvolver.

E é nesse sentido então que a gente está aqui, e eu acho que esse espaço, ele é importantíssimo, porque ele também torna possível essa visão de prioridade que tem que ser dado nas nossas ações enquanto gestores públicos. O orçamento da Secretaria de Educação Especial, que a Senadora colocou, em 2003 era de cerca de 20 milhões, eram 23 milhões. Hoje em 2008, com alguns aportes de outras secretarias, pela transversalidade, a Secretaria de Educação Especial trabalha com 114 milhões. Então isso demonstra o quê? Um investimento na área e a possibilidade de investimento em algumas políticas que não eram priorizadas. E a partir dos movimentos sociais, a partir das relações que são feitas, é possível investir em outras ações que venham a desenvolver áreas que até então não eram desenvolvidas. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra à Professora Olzani Ribeiro.

SRA. OLZANI RIBEIRO: Bom, colocando de uma forma bem pontual sobre o que falta, de tudo que nós sonhamos ou almejamos alcançar para esses alunos, eu posso colocar, que, dentro do que é mais forte, o que falta é não perdemos mais nenhum aluno dos poucos identificados, por eles não terem condições de se deslocarem da casa até a sala de recursos. E aqueles que conseguem se deslocar por vias próprias, que eles consigam chegar numa sala de recursos com recursos. Que tenham as ferramentas mínimas para desenvolver o seu talento e potencializar isso.

[palmas].

E dentro daquela idéia de que uma educação boa para todos não é exatamente uma educação idêntica para todos, que aqueles que se colocam sensíveis a essa causa e que querem resolver o problema, que é o caso de empresas, por exemplo, abraçar a situação e colocar os projetos como prioridade, que elas tenham, por exemplo, um incentivo fiscal, uma isenção fiscal como incentivo, por... Diferencial da atuação deles na sociedade.

E um outro diferencial que nós colocamos é que os professores universitários, que é o campo que nós queremos alcançar e colocar esses alunos, que aqueles que se diferenciam pela sensibilidade em atender, que também seja dado um tratamento diferenciado com incentivo financeiro, por exemplo, para aqueles que dão apoio ao acompanhamento à tutoria dos alunos.

Então se nós alcançarmos, no mínimo, o deslocamento, os recursos e colocar no campo que eles precisaram ir alguma coisa que possa sustentar isso e

que possa valorizar a iniciativa dos que se diferenciam também, nos que querem abrir os abraços para os superdotados, nós vamos dar um avanço muito grande nessa área. Obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de encerrar, se nenhuma das senadoras tem o que falar, eu quero dizer que amanhã nós vamos ter uma Sessão aqui, onde vão estar alguns daqueles que demonstraram ao Brasil a mais alta habilidade possível, até para mostrar que habilidade não é uma coisa só intelectual. Aqui vão estar na comissão, Pelé, Zagallo, Djalma Santos, Pepe, Zito, Bellini, Gilmar, Mazzola, Moacir, Dino Sani, De Sordi, Orlando.

Para os que são jovens, eu quero dizer que esses faziam parte da Seleção Brasileira Campeã em 1958.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E a presença deles aqui faz parte de alguns dias de comemoração dos 50 anos da conquista da Copa do Mundo de 1958. Os que tiverem interesse nesse tipo de alta habilidade poderão estar aqui.

Eu quero agradecer muito aos que vieram, a cada um de vocês e dizer que essa é uma sessão que, a meu ver, deixará frutos. Daqui, além da transmissão que foi feita, haverá repetição, as idéias serão digeridas, os documentos serão publicados, ficarão nos anais e eu espero que tenhamos dado uma contribuição para que o Brasil olhe para esse lado, muitas vezes esquecido, de um potencial imenso que esse país tem, esquecido, escondido, que é o potencial daqueles que têm o dom de alta habilidade em algum ramo das atividades humanas. Muito obrigado a cada um e a cada uma de vocês.

[palmas].

Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 12h38

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2008.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e quarenta minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e oito, na sala de reuniões da

Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, e com a presença dos Senhores Senadores Fátima Cleide, Paulo Paim, Valdir Raupp, Gerson Camata, Heráclito Fortes, Raimundo Colombo, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, João Pedro, Jarbas Vasconcelos, Neuto De Conto, Adelmir Santana, Eduardo Azeredo e Álvaro Dias, não membro desta Comissão, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, João Ribeiro, Wellington Salgado, Geovani Borges, Mão Santa, Paulo Duque, Lobão Filho, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro e Virginio de Carvalho, que justifica a ausência. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 25/08 – CE de autoria dos Senadores Sérgio Zambiasi e Virginio de Carvalho, que tem como objetivo **“Comemorar os 50 anos da conquista da Copa do Mundo de 1958, homenageando dirigentes, jogadores e cronistas esportivos que participaram da memorável conquista do futebol brasileiro (...)”**. A sessão é aberta com um vídeo sobre a conquista da Copa do Mundo de 1958, realizada na Suécia. A Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Wadson Ribeiro, Secretário Executivo, representando o Excelentíssimo Senhor Ministro do Esporte, Orlando Silva; Senhor Deputado Federal Fernando Ferro – PT/PE; Senhor Paulo Machado de Carvalho Neto, Diretor da Rádio JOVEM PAN BRASIL e neto do Doutor Paulo Machado de Carvalho, Chefe da Delegação Brasileira na Copa do Mundo de 1958; Senhor Silvestre Gorgulho, Secretário de Cultura do Governo do Distrito Federal – GDF e Senhor Deputado Federal Rodrigo Rollemberg – PSB/DF. Comparecem à Audiência Pública os Senhores Mário Jorge Lôbo Zagallo (Zagallo), Djalma Santos, José Macia (Pepe), José Ely Miranda (Zito), José João Altafini (Mazzola), Dino Sani, Moacir Claudino Pinto (Moacir), Newton De Sordi (De Sordi) e Orlando Peçanha de Carvalho (Orlando), Campeões Mundiais de 1958; Senhor Luiz Mendes, Jornalista que cobriu como Locutor a Copa de 1958; Senhor Kurt Hamrin, Jogador da Seleção da Suécia, Vice-Campeã Mundial da Copa do Mundo de 1958, e Senhor Bengt Agren, Representante do Comitê Organizador da Copa de 1958. Prosseguindo, a Presidência informa que os Senhores Hideraldo Luiz Bellini (Bellini) e Gylmar dos Santos Neves (Gilmar), convi-

dados a participar desta Audiência Pública, justificam a ausência, em virtude de problemas de saúde. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, solicita que seja feito um minuto de silêncio em memória dos Jogadores da Copa de 1958, já falecidos, e da Senhora Ruth Cardoso, Socióloga e Esposa do ex-Presidente da República, Senhor Fernando Henrique Cardoso, falecida no dia de ontem. Findo o minuto de silêncio, a Presidência passa a palavra ao Senhor Senador Sérgio Zambiasi, que faz um pronunciamento como autor do Requerimento. Prosseguindo, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores João Pedro, Valdir Raupp, Adelmir Santana, Raimundo Colombo, Paulo Paim e Álvaro Dias, não membro desta Comissão. Logo após, a Presidência esclarece que, em virtude da singularidade desta histórica reunião, submete ao Plenário a sugestão para flexibilizar o Regimento Interno e permitir que outras personalidades presentes possam fazer uso da palavra. A sugestão é acatada por unanimidade. Usam da palavra os Senhores Deputados Federais Fernando Ferro e Rodrigo Rollemberg, e o Senhor Secretário de Cultura do Governo do Distrito Federal – GDF, Silvestre Gorgulho. Dando continuidade à reunião, o Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, passa a palavra ao Senhor José João Altafini (Mazzola) e Senhor Mário Jorge Lôbo Zagallo (Zagallo), para falarem em nome dos campeões de 1958, e ao Senhor Luiz Mendes, jornalista que transmitiu a Copa do Mundo de 1958. Encerrada a fase de pronunciamentos, a Presidência inicia a entrega das placas comemorativas que homenageiam os participantes da Copa de 1958. Recebe a placa em nome do jogador Hideraldo Luiz Bellini (Bellini), o seu sobrinho, Senhor Antonio Hélio Nicolai; em nome do jogador Gylmar dos Santos Neves (Gilmar), o seu filho, o Senhor Marcelo Izar Neves, e em nome do Senhor João Havelange e do jogador Edson Arantes dos Santos (Pelé), o Secretário de Cultura do DF, Silvestre Gorgulho. As demais placas são entregues pelos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Sérgio Zambiasi e Raimundo Colombo, e Senhores Deputados Federais Fernando Ferro e Rodrigo Rollemberg. Ao término da solenidade da entrega das placas comemorativas, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e trinta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor

Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um bom dia a cada uma e a cada um de vocês. Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

A presente reunião atende a requerimento feito pelo Senador Sérgio Zambiasi, aqui presente, e pelo Senador Virgínio de Carvalho, para a realização de uma Audiência Pública com o objetivo único de comemorar os 50 anos da Copa do Mundo de 58, por meio de uma homenagem aos craques que trouxeram para o Brasil a Taça *Jules Rimet*, dando, sem dúvida, o momento de maior alegria que o Brasil já teve.

Feita essa abertura, eu passo a palavra ao locutor.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Senhoras e senhores, bom dia. Bellini, Castilho, De Sordi, Dida, Didi, Dino Sani, Djalma Santos, Garrincha, Gilmar, Joel, Mauro Ramos, Mazzola, Moacir, Nilton Santos, Oreco, Orlando Peçanha, Pelé, Pepe, Vavá, Zagallo, Zito e Zózimo, comandados por Vicente Feola. Que time!

Abençoados fomos todos nós com essa conquista. Até a torcida sueca aplaudiu de pé os Campeões do Mundo de 58, um ano para guardar na memória.

A conquista inédita da seleção deixou o povo eufórico por todo o Brasil. Cada rosto feliz confirmava a máxima de que o futebol é a alegria do povo; do brasileiro, sem dúvida. Meio século de uma jornada vitoriosa da nossa seleção canarinho.

Recebemos hoje os heróis dessa conquista por uma singela, porém sincera homenagem que, temos certeza, está sendo feita em nome de todo o povo brasileiro.

Vamos assistir agora ao vídeo dessa jornada campeã.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Apagar a luz, por favor.

[exibição de vídeo]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Neste exato momento, convidamos para fazer uso da palavra o Presidente da Comissão, o Senador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero dizer que, se nós estivéssemos em outros países, por exemplo, nos Estados Unidos, daqui a 30 anos, reuniríamos provavelmente os astronautas que chegaram à Lua para prestar uma homenagem a eles. Acredito que o Senado Americano talvez faça.

Nós estamos aqui para prestar uma homenagem aos nossos heróis. E os nossos heróis são esses que estão aqui e aqueles que não puderam vir por diversas razões. Com uma diferença que os astronautas aparecem como os heróis, mas, na verdade, os grandes heróis são os cientistas que por trás deles fizeram com que eles chegassem lá em cima. Já no caso do futebol, os nossos heróis são aqueles que conquistaram no campo, jogando, a vitória para o Brasil.

De lá para cá houve outras vitórias. Conquistamos outras Copas, mas nenhuma é igual à primeira. Ninguém esquece a primeira Copa. E eu tenho idade suficiente para, naquele momento, poder assistir, através da rádio, lá em Pernambuco, o grito que todos nós demos naquela tarde.

Eu quero dizer que para mim é uma felicidade imensa estar aqui ao lado de mitos da minha geração. Mitos que nos enchem de orgulho, mas que mais do que qualquer astronauta, nos enchem de alegria. Porque aqueles fatos que nós vimos aqui nesse vídeo, que nós vimos naquele dia, que nós ouvimos até... Porque ainda não podíamos ver pela televisão, ali nos dava orgulho e alegria. Duas coisas que nem sempre vêm juntas. É por isso que eu trago para vocês, em nome do Senado, essa pequena homenagem.

Agradecendo ao Senador Zambiasi, que teve a iniciativa de pedi-la, eu quero dizer que vocês são os heróis brasileiros, que vocês são os grandes artistas do Brasil. Vocês são os nossos grandes bailarinos, vocês são nossos grandes artistas. Que os nomes de vocês deviam estar no livro dos heróis brasileiros que fica aqui na praça... Ao lado do Congresso [palmas].

O Presidente Garibaldi, Presidente do Senado, não está presente porque está em trabalho político no seu Estado, o Rio Grande do Norte, mas pediu para dizer que ele sente profundamente não estar presente, porque ele também, como brasileiro, da idade que nós temos, eu e ele, nós somos muito gratos a vocês.

O Brasil não ganhou uma guerra, até porque a Guerra do Paraguai não tem uma data fixa para ter sido ganha. A nossa guerra, a nossa vitória, aquela que nos enche de orgulho, foi aquele dia em 1958, em que vocês fizeram o nome do Brasil ser citado como o grande país do futebol. De lá para cá ninguém tirou mais isso do Brasil. Mas vocês foram, de fato, os primeiros.

Muito obrigado pelo que vocês fizeram pelo Brasil. Muito obrigado pelo que vocês fizeram pela minha geração e algumas que vieram depois e muito obrigado pelo que vocês fizeram por todas as gerações que virão. Porque os nomes de vocês não serão esquecidos jamais. Muito obrigado [palmas].

Eu quero citar a presença, aqui, do Watson Ribeiro, que é Secretário-Executivo do Ministério dos Esportes; do Deputado Federal Fernando Ferro, do PT de Pernambuco; do Paulo Machado de Carvalho Neto, a quem agradeço muito [palmas] a presença, que é neto do “Marechal da Vitória”, como ficou chamado o Diretor da Rádio Jovem Pan do Brasil; e do Secretário de Cultura do GDF, Silvestre Gorgulho.

Eu vou passar a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi, mas, antes, eu queria pedir que nós fizéssemos uma lembrança a alguns que não estão aqui, porque já não estão neste mundo.

Eu quero pedir que a gente faça um minuto de silêncio por todos aqueles que já se foram. E eu gostaria de pedir a atenção de vocês para agregar, pelo momento, pela oportunidade, neste minuto de silêncio, também, a figura da D. Ruth Cardoso, que muito fez pelo Brasil.

Então, vamos dedicar um minuto de silêncio àqueles que aqui não estão, porque já não estão no nosso mundo.

[minuto de silêncio]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado [palmas].

Que onde vocês estejam saibam que não estão esquecidos.

Eu passo a palavra ao Senador Zambiasi, que é o autor da solicitação que deu origem a esta sessão.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Cristovam, na realidade, a circunstância me colocou como autor. A autoria é da Comissão de Educação do Senado, e eu tive o privilégio de estar designado no dia. Foi um desígnio. O desígnio é que me oportunizou que V.Ex^a me designasse a ser o autor do requerimento para que nós pudéssemos viver este momento aqui nesta Casa do povo brasileiro. Casa do povo brasileiro.

E dizer que, nestes cinco anos e meio que estou aqui como senador, representante do meu amado Rio Grande do Sul, eu não recorro de ter vivido emoção maior. Não me lembro de emoção tão grande; talvez nem igual. Eu não me lembro de ter visto colega como o Camata, aqui, chorar de emoção e dizendo que ele tinha à época a idade do Pelé, tinha 16 anos. Quando, portanto, curtiu com a força de sua juventude toda a emoção daquele momento. E a emoção ainda maior, porque a informação que nós recebíamos era pelo rádio,

que nos permitia imaginar todas as jogadas belíssimas, que, como bem disse, um dos suecos entrevistados, ou russo, não sei, era mais que futebol, era uma arte, era o Brasil mostrando ao mundo uma nova arte. Porque até então era apenas um esporte, né, Camata? Até 58 o futebol era apenas um esporte.

Em 58 se transformou numa arte, graças, exatamente, e eu gostaria que pudéssemos aplaudir um a um: ao Mário Jorge Lobo Zagallo [palmas]; ao Djalma Santos [palmas]; ao Pepe [palmas]; o Zito; [palmas]; o Mazzola [palmas]; Dino Sani [palmas]; Moacir [palmas]; De Sordi [palmas]; Orlando [palmas]; o jornalista Luiz Mendes, que está presente aqui também; ao Kurt Hamrin, jogador sueco de 58 [palmas]; Bengt Agren, Comitê Organizador da Copa de 58 [palmas]

Presidente Cristovam, eu não quero me alongar, até porque bom seria se a gente pudesse ouvir um pouco de emoção de cada um. Hoje de manhã, ainda, eu te assisti, Zagallo, quando tu falavas dos vermelhinhos, dos russos assistindo ao treino com toda aquela organização e com toda a estrutura e, de repente, eles são surpreendidos, não é? Com a garra, a alegria e a arte do futebol brasileiro. Fiquei muito emocionado em entrar um pouco para dentro dessa fantástica história que nós estamos celebrando hoje nos seus 50 anos.

Dizer apenas “bem-vindos” e “parabéns”, e nós saudamos a todos e estamos muito felizes e muito honrados em receber todos vocês aqui, dividindo com o Brasil esse momento tão especial da nossa história. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Temos inscrito, e nos orgulha muito, um deputado federal que quer fazer uso da palavra. Eu passo a palavra ao Fernando Ferro, meu conterrâneo.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Muito obrigado, Presidente. Eu quero saudar aos senhores congressistas aqui presentes e expressar a emoção de estar diante dessas lendas vivas do esporte brasileiro. Eu, como o Senador Cristovam Buarque, sou Pernambucano, e nós assistíamos pelo rádio, e foi um dos primeiros momentos de identificação enquanto nação que o País teve. A idéia de país, inclusive, surge numa parte da nossa geração por um símbolo esportivo que é a Seleção do Brasil.

Eu acho que a Seleção do Brasil é um patrimônio material e imaterial desta nação. E nós temos que sempre tratá-la desse jeito. Portanto, aos bailarinos da bola, aos homens que se transformaram em Embaixadores do Brasil. Eu acho que o Itamaraty nunca teve Embaixadores com a repercussão, com a dimensão

que os senhores tiveram e os que lhes seguiram nas outras conquistas também trouxeram para o Brasil.

Eu, no início desse ano, fazia pela... junto com a Comissão de Relações Exteriores uma visita à Turquia e fiquei impressionado com a identificação do povo turco com os brasileiros que lá estão. E alguém dizia que o Brasil ficou muito mais conhecido depois da chegada de jogadores brasileiros naquele país.

Então, sem sombra de dúvida que esse momento da nossa história e dessa homenagem tem que ser compreendida com essa dimensão histórica, com essa dimensão do esporte, essa dimensão política do futebol que nos traz essas memórias tão importantes.

Eu finalizo minhas palavras, Senador Cristovam Buarque, dizendo que, como brasileiro, principalmente, muito mais do que como parlamentar, nós sentimos um imenso orgulho desses homens, dessas lendas vivas que fazem parte da história desse país.

O Brasil, sem sombra de dúvida, como muitos falaram, passou a ter aumentada a sua auto-estima e, como falou Nelson Rodrigues, superando o complexo de vira-lata das memórias anteriores, da tristeza de derrotas anteriores, essa geração, sem sombra de dúvida, é daquelas que elevou o nome do país.

E queria, por fim, homenagear os nossos visitantes, aqueles que tão bem nos receberam na Suécia pelos seus dois participantes. E também àqueles que, como Luiz Mendes, foram responsáveis por trazer pelo rádio essa história, foram importantíssimos para exatamente trazer essa conquista, transmitir essa conquista. Os locutores também fazem parte dessas lendas que povoam a nossa imaginação e a imaginação do povo brasileiro. Como brasileiro e como parlamentar, tenho muito orgulho de participar desse momento. Muito obrigado, Senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Temos dois senadores inscritos, aos quais passo a palavra. Em primeiro lugar, ao Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu estou aqui na ponta esquerda, mas não sou o Zagallo [risos].

Presidente Cristovam, brasileiros ilustres de 58, desse título importante não só da Seleção, mas é um título do povo brasileiro. E aqui eu falo do povo brasileiro do estado que represento que é o Amazonas. Lá no extremo Norte do nosso país.

Em 58, nós não tínhamos a televisão naquele território importante da Amazônia, mas a emoção de acompanhar este feito era aqui pelo Luiz Mendes, esse homem que fez rádio e que faz rádio até hoje, continua na rádio.

Então, Sr. Presidente, eu quero me associar aos senadores, ao Zambiasi, a toda a Comissão – eu sou membro desta Comissão, Comissão de Educação –, dizer da alegria de participar e dar... deixar para vocês, aqui, dar um abraço do povo do Amazonas, do povo da Amazônia em vocês brasileiros que ajudaram... Vejam só, porque essa foi a primeira conquista a consolidar valores, identidade de um povo, que é esse povo tão magnífico que forma a nação brasileira.

Então, o futebol, esta alegria, há poucos dias eu estava assistindo a esse campeonato da Europa, né? E vendo os estádios cheios... E eu, cá comigo, disse: “Não é só... A paixão pelo futebol não é só do brasileiro; o mundo gosta de futebol”. E, com certeza, o mundo gosta de futebol pela beleza especial dos brasileiros em jogar futebol, não é? E vocês estão aqui, vocês fizeram isso, contribuíram não só para a identidade, para consolidar essa identidade tão bonita que é o futebol, mas para consolidar esse esporte no mundo. Em 58, era o início, ainda, das competições internacionais. Para se chegar, para sair do Brasil, estava conversando aqui com o Luiz Mendes, ele estava dizendo: “Olha, três dias para você sair do Rio de Janeiro para Recife, do Recife para cá”. Enfim, três dias. Olha só, três dias... E agora em poucas horas você vai para a Europa.

Quero dizer para vocês como isso é importante para o Brasil. Há poucos dias, eu fiz uma viagem pela Costa Ocidental Africana e, justamente, no Senegal, na Nigéria, em toda a África, o Brasil... O termo “Brasil” e os seus jogadores, os seus craques, eles são conhecidos. E como a África adora o futebol, quer aprender futebol, quer aprender futebol. Quem sabe um de vocês ainda possa retornar a esses países irmãos, países que têm a língua portuguesa, para falar para juventude sobre esse esporte tão bonito, e que o Brasil é craque.

Então, quero me associar a este momento importante do Senado, Senado da República, da Comissão de Educação, que é presidida pelo Senador Cristovam, e dizer da minha admiração, dizer do meu reconhecimento pela importância do futebol, mas pela importância de vocês brasileiros que deram essa conquista tão magnífica para o povo brasileiro; vocês, atletas, vocês, homens, pais de famílias. Eu quero dizer “parabéns”.

Eu não estava lá em 58, mas é um título tão importante que meu filho de 12 anos, o Yuri, está aqui para dar um abraço em vocês quando eu disse que hoje no Senado ia ter uma Sessão Especial de reconhecimento por um título que faz parte da história do povo brasileiro e do esporte no Brasil e no mundo. Parabéns a todos vocês.

Eu quero dar um “parabéns” especial por ser também botafoguense, como o Presidente Cristovam, ao

Zagallo, esse símbolo, como vocês, por favor, mas o Zagallo tem essa identidade com o Botafogo, e por ter sido técnico, campeão do Brasil, tá bom?

Então, parabéns a todos vocês. Parabéns senadores e parabéns Presidente Cristovam.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Apenas um esclarecimento. No meu tempo, em que não havia quase Campeonato Nacional, nós tínhamos um time na nossa cidade e um no que chamava Sul. Eu sou botafoguense, mas sou, sobretudo, Náutico [risos].

Eu passo a palavra agora ao Senador Valdir Raupp. Estão inscritos: Adelmir Santana, Alvaro Dias e o Deputado Rodrigo Rollemberg.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Senador Cristovam, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Deputados, Senadores, Srs. Atletas, em nome do nosso querido Zagallo, eu queria cumprimentar todos os atletas aí da Copa de 58.

Eu não pude, na época, tinha apenas três anos de idade, assistir àquela brilhante Copa do Mundo e às vitórias do nosso... da nossa querida Seleção Brasileira. Mas, como falou o Senador Sérgio Zambiasi, acho que ninguém mais do que os atletas da nossa Seleção, desde o seu início, divulgou mais o nome do país do que a nossa Seleção Brasileira. Realmente, são verdadeiros Embaixadores.

E têm países que ficam famosos pelas guerras, pelo seu potencial bélico, e o Brasil ficou famoso, divulgado no mundo inteiro, pela bola, e não pela bala, pelo futebol, e isso é muito bom, porque futebol é uma coisa bonita, é uma coisa que enche os olhos de todos aqueles que gostam. Eu que já fui atleta, também, jogava na ponta-esquerda, na meia-esquerda, no meio-de-campo, ainda sinto, hoje, quando vejo um gramado, coça a sola do pé de vontade de jogar futebol.

Então, o futebol é sem dúvida um dos esportes mais populares do Brasil, e foi com ele que o Brasil levou o nosso nome, o nome do nosso país mundo afora. Então, parabéns e ficam aqui as nossas sinceras homenagens. Rendemos, neste momento, as nossas homenagens aos nossos heróis da Copa de 58. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a palavra ao Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Srs. Parlamentares, Deputados e, vou chamar, Srs. Heróis, como bem colocou o Senador Cristovam.

Também eu, naquela época, tinha apenas 13 anos. Mas a história não tem idade. Nós conhecemos todos os fatos que ocorreram no decorrer daquela disputa tão importante para todos nós. Primeiro que saímos em 1950 de uma derrota no Maracanã, símbolo do nosso país no mundo inteiro, de futebol. E havíamos saído de uma derrota que nos tirou, vamos dizer assim, o sentimento, inclusive, de nacionalidade.

Então, a história da Copa de 58, bem como a construção de Brasília, foram fatos que marcaram a redenção histórica do nosso país. Começamos a ter um sentimento de nacionalidade a partir daquela Copa de 58. Eu, naquela época, colecionava as figurinhas. Eu tinha os álbuns de figurinha. E de alguns dos senhores como era difícil a gente achar a figura para completar o álbum naquela época, pela importância que cada um tinha na disputa de todos nós, jovens, em formarmos o álbum de figuras dos atletas da Copa de 58.

Então, aos Srs. Heróis, as nossas homenagens, como Senador aqui do Distrito Federal, eu quero louvar a atitude de se fazer uma semana de comemoração, a participação do Governo local, na figura do nosso Secretário de Cultura, que aqui está presente, o esforço em fazer com que os senhores estivessem na Capital do país simbolizando essa comemoração.

Quero fazer uma referência, como jovem da época, à forma como eram transmitidas as partidas. E, certamente, o jornalista e locutor Luiz Mendes demonstrava a sua emoção e, imbuído dessa emoção, transferia a todos nós, à distância, o sentimento que nós estávamos naquele instante das disputas da Copa de 58.

Portanto, eu quero me associar a essas homenagens dizendo da nossa alegria dessa convivência. Naquela época, como eu disse, a convivência era apenas através das figurinhas e do rádio. E hoje em vên-lo pessoalmente, na verdade, nos enche de emoção, como se estivéssemos voltando 50 anos atrás.

Parabéns a todos, heróis nacionais, como bem caracterizou o nosso Presidente o Senador Cristovam Buarque.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senador Adelmir. Passo a palavra o Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, Cristovam Buarque, Srs. Senadores, convidados, convidados ilustres. Eu quero destacar, primeiramente, a importância deste evento e cumprimentar a Comissão – Senador Zambiasi, que foi o autor do requerimento, Senador Cristovam Buarque, o Presidente da Comissão –, pela iniciativa.

Trata-se de cultivar a memória; trata-se de preservar a imagem dos grandes ídolos nacionais; trata-

se de rememorar os bons exemplos que certamente podem orientar as novas gerações do futebol brasileiro. Afinal, o futebol para o Brasil é muito importante. Mas, antes, eu gostaria de dizer que, ainda garoto e estudando num colégio interno, num Seminário, Seminário Menor São José, em Botucatu, eu pude, pelo rádio, ouvir os gols que deram o título, Zagallo, ao Brasil na Copa do Mundo de 58. Apenas ouvi, mas fica na retina da nossa lembrança aquele feito magnífico da Seleção Nacional. Que só ocorreu porque houve organização. Se não houvesse organização, não aconteceria a conquista.

E eu quero destacar, aqui, na figura do Paulo Machado de Carvalho Neto, a importância de Paulo Machado de Carvalho naquele momento histórico vivido pelo futebol brasileiro [palmas].

Ele foi o grande artífice da organização, e, pela primeira vez, o nosso futebol se organizou, com comissão técnica, com administração competente, com preparação física, para que pudesse surpreender o mundo jogando o futebol que jogou e conquistando esse memorável título.

O futebol não é só prazer. O futebol não é apenas essa atividade lúdica. O futebol é a integração nacional. O futebol nos une especialmente durante os finais de semana, Senador Adelmir, como jamais outra atividade pôde nos unir. Nos estádios, à frente das emissoras de televisão, nas ruas das cidades, nas praças comemorando os feitos dos nossos clubes. Futebol é essa paixão nacional administrada, a meu ver, com certo descaso.

O futebol no mundo movimenta mais de 200 bilhões de dólares por ano. Portanto, não pode ser o futebol encarado apenas como uma atividade para o prazer e para o deleite, uma atividade lúdica. É uma atividade essencialmente econômica, geradora de renda, de receita pública e de emprego; de oportunidades de vida digna. Não é só uma atividade que permite a ascensão social de poucos. Aqueles atletas que, oriundos de camadas pobres da população, conseguem alçar vôo, realizar conquista, se sobressaindo e emergindo socialmente. Não é só isso... O futebol é gerador de oportunidades, de trabalho, de receita, de renda, é uma atividade que oferece oportunidades de vida digna e como tal deve ser tratado.

Eu estou dizendo isso até porque presidi, aqui, no Senado Federal, uma Comissão Parlamentar de Inquérito do futebol que apresentou um diagnóstico sobre a nossa realidade. Apresentou as mazelas existentes, demonstrou que há aproveitadores. Porque, se temos esse patrimônio, e a Seleção Brasileira faz parte do patrimônio cultural do povo brasileiro e, por isso, tem que ser tratada como tal, não tem sido às

vezes. Há exploração indevida. O Brasil é um celeiro de craques. Os craques se constituem no patrimônio maior do nosso futebol. E nem sempre eles são colocados no patamar em que devem estar. No passado, pior. Hoje, houve um avanço na legislação. A Lei Pelé acabou com aquela escravidão que existia, mas nós temos que modernizar a legislação.

Esses anos de vigência da Lei Pelé nos possibilitaram ver os equívocos, os erros e onde podemos melhorar. Então, cabe a esta Comissão, especialmente, e ao Congresso Nacional, trazendo aqui os especialistas, aqueles que militam no esporte nacional, aqueles que conhecem futebol, aqueles que conhecem a administração do futebol, aqueles que conhecem essa relação que existe entre atleta, empresário e clube de futebol, dirigente de futebol, para que nós possamos modernizar a nossa legislação.

O futebol do Brasil é especial, é incomparável. Não há no mundo nada que se compare ao atleta brasileiro. Mas nós estamos devendo muito ainda em matéria de organização, de administração e de legislação.

A legislação nos compete fazer. Portanto, é uma responsabilidade que nós devemos assumir. Especialmente esse debate deve-se travar aqui nesta Comissão.

Eu vejo, aí, grandes ídolos do futebol brasileiro: Djalma Santos, Mazzola, De Sordi... Aliás, o De Sordi, que teve uma passagem pelo meu Estado, lá na cidade de Bandeirantes, foi técnico de futebol, acho que chegou a jogar futebol por lá, teve o filho Prefeito da cidade, portanto uma presença no meu Estado do Paraná. Mas nós... O futebol não tem Estado. O futebol é Brasil. O futebol é nação, o futebol é paixão, o futebol é alegria, mas o futebol tem que ser competência, organização e boa administração.

Os nossos cumprimentos, Senador Cristovam Buarque, a V.Ex^a e todos os senadores desta Comissão, e a certeza de que este evento pode nos estimular a assumirmos, daqui para a frente, uma postura mais afirmativa em relação à nossa responsabilidade no que diz respeito a uma legislação competente que possa contribuir para o avanço do futebol no Brasil. Muito obrigado e parabéns a esses nossos ídolos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a palavra ao Deputado Rodrigo Rollemberg.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Prezado Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal, preza-dos homenageados.

Eu queria destacar, aqui, o nome, em nome de Zagallo, cumprimentar de forma muito especial todos

esses “monstros sagrados” que nos emocionam de poder estar participando dessa homenagem, nós, botafoguenses, temos pelo Zagallo um profundo carinho e um profundo reconhecimento.

Eu, em 1958, eu ainda não tinha nascido. Mas, por incrível que pareça, eu fui iniciado no meu amor, na minha paixão pelo futebol pela Seleção de 1958. Porque, na minha casa, nós nos mudamos para Brasília em 1960, no apartamento tinha um móvel muito grande, ainda, aquelas eletrolas antigas, e tinha um *long play* que onde ali tinha a narração dos gols do Brasil, da Copa de 58 e da Copa de 62. E eu, muitas vezes, ao lado de meu pai, tive a oportunidade de ouvir, por muitas vezes, a narração daqueles dois momentos maravilhosos da história brasileira, quando conquistamos a Copa de 58 e de 62.

E foi ali que me tornei botafoguense. Meu pai era um grande botafoguense, acompanhando, claro, o desempenho de toda a Seleção, mas também de Didi, Garrincha e de Nilton Santos. E ali aprendi, Presidente Cristovam, e o senhor está muito bem aí ao lado desse escrete, no meio desse escrete, que a Seleção Brasileira sempre para ser campeã tem que ter botafoguense no meio [risos].

Agora, o futebol realmente e de fato é uma coisa espetacular, porque, além de ser um esporte coletivo, ele precisa muito do brilho individual, ou seja, é um esporte onde se junta o coletivo, ou seja, a união dos esforços dos 11 jogadores, do técnico e até da torcida, mas também não apaga o brilho individual de cada um. E aqui todos tiveram a oportunidade de demonstrar isso, tanto jogando para o conjunto, mas também brilhando individualmente.

E é impressionante como é que o esporte divulga de forma positiva a imagem do Brasil. Recentemente, estive em Roma, na conferência da FAO sobre segurança alimentar, e era impressionante que, em todo lugar que a gente chegava e se identificava como brasileiro, os italianos viam e perguntavam pelo Brasil, perguntavam pelos craques, comentavam sobre os craques brasileiros que jogam na Itália. E isso, sem dúvida, faz do Brasil uma referência mundial.

E é importante dizer que foi com a conquista de 58, a partir daquele momento, o Brasil começou a perder, no cenário mundial, o complexo de inferioridade e que vem superando esse complexo a cada ano, com conquistas não apenas no futebol, onde somos inegavelmente os melhores do mundo, mas também começamos a nos destacar em outros ramos, sobretudo da economia, da agroenergia, enfim, também do conhecimento humano.

Mas o futebol, como nenhuma outra atividade, consegue sintetizar as qualidades do povo brasileiro.

As qualidades de criatividade, de inventividade, de ginga, enfim... Que faz com que a gente desconserte os adversários.

Portanto, eu espero que o exemplo da Seleção Brasileira de 58 e o exemplo das Seleções Brasileiras, que tantas alegrias trouxeram ao povo brasileiro, possam servir também como um exemplo para todos nós nas diversas atividades, no sentido de que a união, a criatividade, a dedicação possam contribuir para dar muitas alegrias ao povo brasileiro.

Parabéns a todos vocês, é um momento de muita emoção para mim poder homenagear os “monstros sagrados” do futebol brasileiro.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a palavra ao Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, Cristovam Buarque, Srs. Senadores, Srs. Atletas.

Muitos países têm como referência como seus heróis gerais, resultado de grandes guerras. Mas o Brasil, para nós os heróis são vocês, e para mim, de forma muito especial.

Eu era um recém-nascido em 58, mas a minha vida se pautou em tentar ser também um jogador e tentar ser, da forma amadora, um seguidor daquilo que vocês representavam para toda a sociedade brasileira: vencedores, vitoriosos, pessoas de bem, exemplo para todos nós. É uma forma de se apresentar à sociedade. A vitória de 58 ela mudou o perfil da sociedade brasileira, porque o esporte, o futebol é um esporte coletivo, de integração, de solidariedade, de conjunto, onde, mesmo que se sobressaíam alguns, o todo é que vale.

E isso de certa forma influenciou toda uma geração, a minha, eu tenho 50 anos, 52 anos, e ver vocês hoje, aqui, essas figuras sagradas. Eu me tornei um santista fervoroso; sou de Santa Catarina, mas me apaixonei pelo Santos, Zito, Pepe... E isso eu acompanho todo jogo do Santos, sofro, torço, porque no passado existiram vocês, que são para todos nós a referência. Esse ídolo saudável, esse exemplo extraordinário, isso orgulha a sociedade.

A gente viaja por diversos lugares do mundo e seja aonde a gente tá, o assunto que a gente puxa, o orgulho nosso é o futebol. Então, aquele amadorismo saudável, aquele profissionalismo amador, aquilo tudo está dentro do espírito brasileiro, influencia a nossa atitude, a nossa personalidade, o nosso jeito de ser. Então, está tudo mais... É tudo muito mais amplo que um campo de futebol, do que quatro linhas... É real-

mente o orgulho nacional. São as estrelas, são, enfim, os nossos heróis.

Temos aqui hoje, podemos homenagear, reconhecendo isso, é algo especial. Falar mais do que isso é cair no lugar comum. Mais do que parabéns, é dizer: “Muito obrigado”. Um grande abraço e vocês são excelentes brasileiros.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam Buarque, eu quero cumprimentar V.Ex^a e ao mesmo tempo o Senador Zambiasi, que é um dos autores do requerimento e está aqui presente.

Queria dizer para os senhores que estão sendo homenageados, neste momento, que a nós, políticos, é fácil a palavra tanto na Tribuna como num debate, como numa entrevista, mas, num momento como este, é difícil. Porque nós olhamos para o nosso passado, olhamos a nossa Seleção no presente e estamos na frente – que aquilo que foi dito aqui – dos nossos ídolos, os nossos “gigantes”, aqueles que nortearam as nossas vidas.

Eu tinha oito anos em 58. Sou de 50. Joguei lá no juvenil do Flamengo e do Juventude e, ao longo da minha vida, eu tinha em vocês as minhas referências. Eu me sentirei gratificado só em poder, Senador Cristovam, e eu pedi só dois minutos, poder só citar o nome de vocês. Que, quando no futuro eu tiver meus netos, eu quero dizer para eles que eu estive nessa reunião, vou estar com essa fita, e eu tive a alegria de dizer, aqui: “Muito obrigado, Jorge Lôbo Zagallo”; dizer: “Muito obrigado, Djalma Santos”. Eu nunca imaginei que eu ia ter essa alegria de estar na frente de todos os senhores. Dizer: “Muito obrigado, José Maria”, o nosso Pepe; dizer: “Muito obrigado, José Ely Miranda”, o nosso Zito; dizer: “Muito obrigado, José João Altafini”, nosso Mazzola. Dino Sani, se eu errar, me corrija. Vocês têm que entender que, no futebol, a gente ganha, empata e perde. Eu achei brilhante, porque alguns acham que a gente faz milagre. Futebol é isso. Se não me engano, treinando no meu Inter, lá no Rio Grande do Sul, o Moacir Claudino Pinto, o nosso Moacir, o Newton De Sordi, o De Sordi, sempre lembrado por todos nós em todos os momentos, dizer a todos vocês, a cada um: “muito, muito obrigado”. Orlando Peçanha de Carvalho, o nosso Orlando, muito obrigado. E dizer também “muito obrigado”, aqui, também representando os jornalistas, o Luiz Mendes.

Agora, a minha pronúncia aqui que vai pegar, mas eu vou lá. O jogador sueco aqui presente, Kurt Hamrin, saiu mais ou menos? Você me ajudou. Valeu

a sua... O que ele me ajudou aqui valeu. Mais ou menos saiu? Então, chegamos lá... Aí “muito obrigado” e o outro também... Vão me ajudar... É Bengt Agren? Mais ou menos? Saiu? Então, agradeço e muito obrigado do Comitê Organizador.

Olha, nós que estamos na política, e aí, Zagallo, vou ter que me dirigir a você mais uma vez, porque eu disse no seu ouvido quando cheguei... Permita dizer Zagallo. Já nem é o senhor e aqui é o Paim que está falando, e que adora o futebol. O que eu mais gostei da frase que um dia o senhor disse e marcou minha vida – eu usei seu nome inúmeras vezes em discurso, tanto em palanque como aqui no Congresso Nacional – foi aquela que lhe criticavam, criticavam, a Seleção é campeã do Mundo: “Vão ter que me engolir!”.

Parabéns a todos vocês. É isso que eu queria dizer: “Vão ter que me engolir!”. Parabéns a todos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu pergunto se há algum outro Parlamentar que quer fazer uso da palavra. Como não, eu vou passar a palavra ao Mazzola e depois ao Luiz Mendes. Com a palavra o Mazzola.

SR. JOSÉ JOÃO ALTAFINI (MAZZOLA): Boa tarde a todos. Sr. Presidente, Autoridades, senhoras e senhores. Eu usei os pés toda a vida e vou ter que usar a palavra agora. Vivendo na Itália há 50 anos, posso só tropeçar. Perdoem se eu tropeço no meu português, com a gramática e com a sintaxe. Sinto-me orgulhoso de representar meus companheiros aqui e talvez eu não seja nem tão digno a fazê-lo, porque tem gente mais importante do que eu, meus colegas, e acho que isso é uma grande satisfação para mim.

Estou comemorando esse mundial junto com vocês, 58, e estou comemorando também minha ida para a Itália, que são 50 anos. Vocês me permitem derrubar uma palavra, uma frase usada de John Fitzgerald Kennedy: “Nunca pergunte o que o seu país pode fazer para você, mas pergunte o que você pode fazer para o seu país”. Isso é muito importante. Nós, em 58, fizemos... Tivemos uma façanha memorável. Era outros tempos, outra situação. O nosso esporte não tinha verba, não tinha situação ótima para poder ajudar os jogadores. Mas, mesmo assim, esses grandes jogadores, com o tempo, tiveram outras funções memoráveis, como o Zagallo, que foi, se não me engano, cinco vezes campeão mundial, jogando... Quatro... Eu pensei que estava na outra também.

Bom... Então, eu agradeço, naturalmente, a todos vocês e me perdoem se, naturalmente, estou emocionado, porque isso é uma coisa muito bonita. Essa demonstração de afeição e de reconhecimento veio...

Não é que chegou tarde, porque Deus escreve direito sobre linhas tortas [palmas].

Obrigado. Mas nesse meu “obrigado” vai todo o meu coração. Obrigado ao Governo Brasileiro por ter se lembrado de nós.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a palavra, agora, ao grande Luiz Mendes.

SR. LUIZ MENDES: Muito obrigado. Senador, Presidente da Comissão, Cristovam Buarque, Srs. Senadores, Srs. Deputados, jornalistas presentes, meus amigos.

A minha recordação da Copa de 58 repousa na minha saudade. Saudade que se transforma num sentimento ainda maior quando aqui eu vejo Moacir, Zito, Dino Sani, Pepe, Zagallo, De Sordi, Mazzola e Djalma Santos... Ah, e o meu amigo Orlando Peçanha, com quem eu sempre convivo e cujo setor de conquista de técnicos novos – ele tem uma escola no Rio em que surgem todos os anos excelentes novos técnicos de futebol – e eu colaboro com ele todos os anos... Não poderia esquecê-lo. Na verdade, passou. Mas não passaram, meu caro Orlando, do meu sentimento de recordação, de memória, aquelas jogadas maravilhosas que você realizou, defendendo a zaga do Brasil, onde estavam outros valores ajudando-o e onde estavam esses que aqui se encontram, outros que não se encontram aqui, por motivos vários, e muitos que também se foram e que hoje se encontram, evidentemente, jogando no time lá de cima, cujo técnico não perde jamais. Porque é nada mais e nada menos de que Deus.

A grande verdade é que essa Copa de 58, como muitos já disseram e eu repito, se concretizou na verdadeira descoberta do Brasil. Porque também me recordo que era uma tristeza quando nos perguntavam se a Capital deste país era a cidade de Buenos Aires, quando nos perguntavam em que continente ficava o Brasil. E a gente tinha que ir ao mapa para mostrar que ficava na América do Sul. A partir de 58, o mundo passou a saber a localização do Brasil, passou a entender que havia um povo, que havia uma raça, que havia um país que se impunha através da maior paixão do planeta, que é o futebol.

Eu viajo na minha recordação e me lembro que, quando chegamos à Suécia, belo país, hospitaleiro, de gente supercivilizada – meus parabéns aos dois suecos que aqui se encontram –, não acreditávamos nós mesmos, na força do nosso futebol. Porque escrevíamos e dizíamos que o nosso futebol era o melhor do mundo, mas não provávamos, porque não ganhávamos. A ponto de o genial Nelson Rodrigues ter dito

que isso acontecia porque o nosso espírito era o espírito de vira-latas.

Tudo isso vocês afastaram. Apresentaram o Brasil ao mundo, e tiraram esse complexo terrível de vira-latas que nós alimentávamos a cada derrota, principalmente nas Copas do Mundo. Eu levava no coração uma ferida, que havia sido o Campeonato Mundial de 1950, no estádio que construímos para realizar a Copa do Mundo naquele ano. Um estádio que pensávamos ter construído para ser a coroa de glória do nosso futebol, do nosso povo, da nossa raça. E, no entanto, nos decepcionamos. Eu vi aquele estádio chorar. Vi homens barbados – permitam-me a expressão – chorando como crianças. Os soluços femininos quebravam o silêncio sepulcral daquela derrota terrível, daquele momento angustiante por que passou nosso país em todos os seus quadrantes. Então, aquela ferida se abriu em todos os nossos corações.

Chegamos à Suécia, depois de termos passado pela Suíça, quatro anos antes, também com um insucesso. Aumentava, portanto, essa afirmação do nosso espírito de vira-latas. Aqueles moços que entraram em campo com a camisa amarela, naquele jogo com a Áustria, levavam a desconfiança de muitos, da maioria, mas havia pessoas, como eu, que acreditavam, otimistas; sinceramente, eu era otimista. Tinha um pressentimento de que ganharíamos a Copa.

Quando passamos pela Itália, a Seleção fez duas partidas, uma contra a Internacional de Milão, mais tarde clube do nosso Mazzola, e a Fiorentina, da cidade de Michelangelo. E o Brasil ganhou de 4 x 0 os dois jogos. Fez 8 x 0 em dois jogos.

O Mazzola falou que Deus escreve certo por linhas tortas. E eu mudei esse ditado, Mazzola. Depois do jogo com a Rússia, eu coloquei apenas uma palavra que modificou o ditado; troquei a palavra “linhas” e botei “pernas”: “Deus escreve certo por pernas tortas” [risos], porque o nosso Garrincha fez, naquele jogo, coisas que só os filmes que estão por aí podem dizer que eu não estou mentindo, e esses que com ele jogaram são testemunhas oculares daquela façanha de ter desbaratado a drible e com a ginga brasileira os metódicos russos que fizeram planos científicos para detê-lo, e não conseguiram.

Então, eu me recordo disso tudo. E chego ao ponto da nossa vitória contra o país anfitrião. A nossa vitória de 5 x 2 sobre os suecos. Os suecos tinham um excelente time. Este era um extraordinário ponta-direita, Hamrin. Eu me recordo que eu disse que, se o Garrincha não estivesse naquela Copa, o maior ponta-direita daquela Copa seria Hamrin, e hoje vim conhecê-lo aqui pessoalmente. Foi uma glória ter apertado a sua mão. Grande jogador [palmas].

E ele representa o país mais desportista que eu conheci, porque, se na derrota de 1950, nós choramos nas arquibancadas do Maracanã e continuamos chorando por algum tempo, eles se levantaram, os torcedores suecos todos nas arquibancadas do estádio de Estocolmo e aplaudiram a volta olímpica do nosso time. Muito obrigado, Srs. Suecos. Muito obrigado [palmas].

Onde está você, Mauro Ramos? Onde está você, Oreco? Onde está você, Didi? Onde está você, Vavá? Onde estão aqueles que se foram? Eu sei. Estão nos braços de Deus, estão no coração do povo brasileiro e estão aqui, porque eu acredito na imortalidade da alma.

Felicidades meus grandes amigos que me deram a maior alegria da minha vida, porque tiraram a ferida do meu coração e a transformaram numa simples cicatriz. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero agradecer a presença, neste encontro, da voz do Luiz Mendes. A sua voz que é tão lembrada quanto as pernas tortas do Garrincha [risos].

Eu passo a palavra, agora, ao Coordenador, ao representante do Comitê Organizador da Copa, o Sr. Bengt Agren, que nos dará a honra de falar. Haverá uma tradução simultânea.

SR. BENGT AGREN: [Pronunciamento em inglês].

INTÉRPRETE: Sr. Presidente, o ano de 1958 foi o recomeço, mais ou menos, do Brasil, com a vitória da Copa do Mundo de 58.

SR. BENGT AGREN: [Pronunciamento em inglês].

INTÉRPRETE: O time... O povo brasileiro ganhou uma nova confiança, e a Nação se reconstruiu a partir de 58.

SR. BENGT AGREN: [Pronunciamento em inglês].

INTÉRPRETE: Nós sabemos que o Brasil ficou traumatizado em 50 pela derrota, mas no ano de 50 foi um bom ano para a Suécia, porque nós ficamos em terceiro lugar numa disputa.

SR. BENGT AGREN: [Pronunciamento em inglês].

INTÉRPRETE: Em 1958, esses senhores à minha frente ensinaram ao time sueco como se jogava futebol, e não só ao time sueco, mas a todo o mundo.

SR. BENGT AGREN: [Pronunciamento em inglês].

INTÉRPRETE: Em 1954, os jogos foram muito violentos. Mas, em 1958, esses senhores ensinaram como se jogar com técnica e beleza.

SR. BENGT AGREN: [Pronunciamento em inglês].

[palmas]

INTÉRPRETE: Em 1958, nós entendemos que esses senhores deixaram um legado para o Brasil. Mas é importante que eles entendam e que todos entendamos que esse legado não foi só para o Brasil, foi para a Suécia e para o mundo inteiro. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao último Parlamentar inscrito e aviso que, para a nossa satisfação, e tenho certeza que todos vocês terão, o Zagallo disse que quer dizer umas palavras depois. Com a palavra o Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, como Senador por Minas Gerais, eu quero trazer, aqui, também uma homenagem a todos esses heróis que trouxeram para o Brasil essa grande conquista em 58.

Diferentemente do Rollemberg, eu já tinha nascido, mas ainda era pequeno, também. Veja bem como evoluiu a tecnologia, na época não tinha televisão colorida, não tinha televisão preto e branco, eu escutei no rádio mesmo. Era o rádio que nos trazia a emoção dos jogos do Brasil.

Entre numa fila, lembro bem, numa fila no Rio, uma fila enorme para pegar um autógrafo do Bellini quando fiz uma viagem ao Rio ainda quando criança. De maneira que todos nós trazemos essa lembrança tão feliz, tão bonita, e foi muito bem dito, aqui. Essa Seleção do Brasil ela elevou a auto-estima do Brasil, ela despertou o Brasil. Foi num momento em que o país vivia realmente anos muito felizes, foi na época ainda em que o Presidente era o Juscelino Kubitschek, à época da construção de Brasília, uma série de eventos, e esse evento, a conquista da Copa do Mundo, ele foi um evento que, sem dúvida alguma, deu ao Brasil um patamar diferenciado não só no esporte, mas de valorização do Brasil.

De maneira que eu quero trazer, aqui, os meus parabéns, os meus cumprimentos a todos esses grandes profissionais que disputaram e conquistaram a Copa do Mundo em 58.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra, com muita satisfação, ao Zagallo.

SR. MÁRIO JORGE LÔBO ZAGALLO (ZAGALLO): Ao Senador Cristovam Buarque e aos de-

mais senadores, deputados. É uma satisfação muito grande, e todos nós aqui agradecemos por essa viagem que vocês estão nos proporcionando, uma viagem que nós sabemos que demorou 34 horas num *Costellation* da *Panair*. Um quadrimotor em que eu ficava tomando conta para não parar nenhum deles; paramos na Itália, como já disseram, ganhamos de 4 x 0 os dois jogos e chegamos, de fato, em Estocolmo, indo depois para Gotemburgo e fazendo uma pequena viagem de trem para chegarmos a Hinda, onde ficamos concentrados.

De fato, aconteceu uma situação difícil até de vocês acreditarem, eu já tive a oportunidade de falar, ao chegarmos à varanda, tinham todas as bandeiras no mastro, e Joel e eu procuramos a do Brasil. Não achamos. Fomos à gerência, nós não falávamos nem inglês nem sueco, foi na base da mímica, e a palavra que eu disse para o gerente "*come here*" e apontei para o mastro lá das bandeiras, fiz um retângulo, fiz um losango e fiz assim com a mão. Não podia ser de outra maneira. Aí eu disse: "*Come here*", ele entendeu, fomos até o fundo, ele procurou as bandeiras e apontou a bandeira de Portugal. Aí eu disse: "Não, Portugal é Portugal. Brasil é diferente". Aí ele retornou à gerência, abriu um livro, assim, folheou, aí viu a bandeirinha do Brasil. Ele foi lá, pegou a bandeira, deve ter pedido desculpas, e fomos até onde estavam as bandeiras, ele hasteou a bandeira de Portugal e colocou a bandeirinha do Brasil lá, e até eu comentei com o Joel, os últimos serão os primeiros [palmas].

Foi um fato importante, um fato interessante. Essa viagem em que nós estamos voltando ao passado, que vocês estão nos proporcionando, desde o jogo da Áustria até chegarmos ao jogo da Suécia, claro que eu não vou ficar citando jogo por jogo, eu vou direto ao final, ao jogo da Suécia, em que eles nos proporcionaram uma gentileza que jamais um país nos dedicou essa... uma satisfação muito grande, porque eles sabiam que o futebol brasileiro não gostava de jogar com chuva. O campo enlameado... Eles botaram uma lona impermeável, e, no dia do jogo, a bola rolou com toda facilidade, sem problemas.

Nós entramos com uma camisa azul, porque a deles era amarela, e demos, assim, a caminhada para um primeiro título que nós conquistamos.

Tem um fato que aconteceu dentro de campo, quando nós estávamos perdendo de 1 x 0, e o Skoglund, um ponta-esquerda sueco, cruzou, o Gilmar escorregou, e eu tive a felicidade, não sei por que eu estava ali, tirar de cabeça o que seria o segundo gol deles.

Depois desse lance, o Brasil desenvolveu o seu jogo. Claro que, quando eles abriram o placar, eu pensei no que havia acontecido em 1950. Que eu estava ser-

vindo o Exército e vendo o Brasil iniciar o final da Copa do Mundo fazendo um gol; tinha um empate ainda pela frente, eu digo: "Já somos campeões do mundo". Quando empataram, e o Gija fez aquele segundo gol, e eu estava justamente nesse ângulo. E me veio à memória tudo aquilo que eu vivi, como é que eu poderia em 58, oito anos depois, eu jogava no juvenil do Flamengo na época, depois é que eu fui para o Botafogo, eu não podia imaginar que oito anos depois eu estaria dentro de uma Seleção Brasileira levantando um primeiro título, que foi importante e inédito, onde o Brasil deu o seu pontapé inicial para todo o mundo.

E a nossa bandeirinha brasileira, a partir daquele instante, ela ficou tremulando, e o reconhecimento da Europa que existia um país que sabia jogar futebol. Porque botaram a bandeira de Portugal. Ótimo, são nossos irmãos, ou nós somos irmãos deles, como queiram, não há problema nenhum. O importante é que nós ganhamos.

Eu quero aproveitar a oportunidade e agradecer a Deus, nós todos, porque ouvi palavras de todos vocês. Um não tinha nascido, o outro tinha dois anos, o outro tinha seis, o outro tinha oito e um tinha 13. O 13; positivo o 13, hein? [risos]. E eu poder estar falando para vocês, nós, todos, aqui, é excelente. Estamos vivos. E vamos prosseguir, se Deus quiser, por muito tempo.

Então, a minha última palavra porque tenho que dizer é que: "Vocês têm que nos engolir" [risos].

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Senador. Não, terminamos. Passo ao locutor. Mas, antes, o Secretário de Cultura do Distrito Federal, que está participando como promotor, dos mais importantes desses eventos, pediu a palavra para fazer uma saudação. Passo a palavra ao Secretário Gorgulho.

SR. SILVESTRE GORGULHO: Senador Cristovam Buarque, só queria agradecer. Evidente que todos agradeceram, todos nós... Eu tinha 10 anos, viu Zagallo? [risos] Eu estava no Seminário e queria escutar o jogo, não podia. O padre chegava, depois de cada jogo, e falava foi 3 x 0. A gente queria saber de quem foi o gol, o padre não falava e tal... Era um problema, era uma ansiedade muito grande.

Mas eu queria trazer para os senadores e os deputados presentes uma lembrança da Copa de 58, que é o selo que os jogadores lançaram ontem; ontem à noite os jogadores presentes lançaram o selo da ECT e gostaria que o Júlio providenciasse. E para os jogadores... O Moacir eu acho que não estava ontem, né, Moacir? O Moacir não estava, o Djalma Santos chegou também e o Mazzola não estava e não receberam. E o Luiz Mendes também.

São selos que foram lançados ontem pelos Correios comemorando a Copa de 58. Nós lançamos lá na 508, eu disse, o zero não vale nada, tira o zero da 508 e fica 58. E lembrar, também... O Zagallo tem essa superstição, né? Eu não sei, porque nove morreram e 13 estão vivos. Não sei quem está melhor, se os que morreram ou os que estão vivos. Mas 13 estão vivos, né, Zagallo?

SR. MÁRIO JORGE LÔBO ZAGALLO (ZAGALLO): Estão. Estão vivos. E 58, oito e cinco, treze [risos].

SR. SILVESTRE GORGULHO: Obrigado ao Senador Cristovam Buarque, porque todo esse evento não seria possível sem que o Senado e a Comissão de Educação e Esporte nos ajudasse. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nós... Secretário, nós é que queremos agradecer ao Governo... Secretário, nós é que queremos agradecer ao Governo do Distrito Federal, que o Senado esteve fazendo parte também desse evento. Eu passo a palavra ao locutor.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Neste momento, o Presidente da Comissão, o Senador Cristovam Buarque, autor do requerimento, e o Senador Sérgio Zambiasi farão a entrega aos campeões de 58 de placa comemorativa aos 50 anos da histórica conquista.

Nós solicitamos a presença dos senadores aqui ao lado do púlpito para a entrega da placa aos campeões.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero explicar que nós vamos, aí... Porque nas formaturas são os alunos que passam em frente. Mas os mestres aqui são vocês.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Chamo, agora, aos campeões. Representando Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, convidaremos o Sr. Silvestre Gorgulho, Secretário de Cultura do Distrito Federal, para receber a placa de campeão.

[palmas]

SR. SILVESTRE GORGULHO: O Pelé, por causa do velório da D. Ruth, ele foi ministro do Fernando Henrique, atrasou a viagem dele. Ele vinha hoje aqui, mas só vai chegar às três horas. Recebo com muita honra, em nome dele.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Chamaremos em seguida Mário Jorge Lôbo Zagallo.

[palmas]

Na sequência, chamaremos o jogador Djalma Santos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Peço ao Senador Paim que faça a entrega.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Chamaremos, na sequência, José Macia, o Pepe.

[palmas]

Chamaremos para fazer a entrega o Senador Eduardo Azeredo.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Irá receber a placa de campeão José Ely Miranda, o Zito.

[palmas]

Chamaremos o Senador Colombo para fazer a entrega da placa de campeão.

[palmas]

Chamaremos para receber a placa de campeão de 58 o representante de Hideraldo Luiz Bellini, o Toninho Bellini, Prefeito de Itapira-SP, sobrinho de Bellini.

[palmas]

O Senador Sérgio Zambiasi irá entregar a placa de campeão.

[palmas]

Na sequência, chamaremos o representante de Gilmar dos Santos Neves, o Gilmar. Convidamos para a entrega da placa o Senador Cristovam Buarque, representando o Gilmar dos Santos Neves, o Gilmar. Convidamos o Marcelo, o Marcelo Neves, ele é Presidente da Associação dos Campeões Mundial do Brasil.

[palmas]

Nós registramos o filho do Gilmar.

Na sequência, chamaremos José João Altafini Mazzola.

[palmas]

Convidamos o Senador João Pedro para fazer a entrega da placa de campeão.

[palmas]

Chamaremos, a seguir, Dino Sani. E irá fazer a entrega da placa de campeão o Senador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu chamo o Deputado Fernando Ferro para fazer essa entrega em nome da Câmara e de Pernambuco.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Para receber, na sequência, a placa de campeão, chamaremos o jogador Moacir Claudino Pinto, o Moacir. Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Vou pedir ao Deputado Rodrigo Rollemberg, representando a Câmara e Brasília, para que faça a entrega.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Irá receber a placa, também de campeão, Newton De Sordi, De Sordi. Chamaremos o Senador Cristovam Buarque para fazer a entrega da placa de campeão.

[palmas]

Chamaremos para receber a placa Orlando Peçanha de Carvalho, o Orlando. Chamaremos para fazer a entrega o Senador Sérgio Zambiasi.

[palmas]

Chamaremos, também para receber a placa de campeão, o jogador Nilton Santos. O Senador Cristovam Buarque irá fazer a entrega da placa de campeão.

[palmas]

O Deputado Rodrigo Rollemberg irá receber a placa de campeão no lugar de...

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Só explicar, o Nilton Santos está hospitalizado. É um honra muito grande receber em nome dele.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Portanto, recebendo a placa de Nilton Santos, o Deputado Rodrigo Rollemberg.

Convidamos, agora, os demais homenageados, o locutor e jornalista Luiz Mendes.

[palmas]

Senador Cristovam Buarque passando a placa de campeão para o jornalista e locutor Luiz Mendes.

[palmas]

Convidamos o Deputado Gilmar para passar... E os demais homenageados ao Sr. Kurt Hamrin, vice-campeão mundial da Copa de 58.

[palmas]

Convidamos Sr. Bengt Agren, do Comitê Organizador da Copa de 58. Irá fazer a entrega o Senador Sérgio Zambiasi, a placa de campeão.

[palmas]

Representante do Presidente de honra da FIFA, o Sr. João Havelange, chamaremos o Secretário de Cultura do Distrito Federal, Silvestre Gorgulho.

[palmas]

Convidaremos para compor a Mesa o Senador Cristovam Buarque, que fará uso da palavra para o encerramento da Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu creio que raramente tivemos uma Sessão nesta Comissão tão histórica e tão emocionante.

Eu quero dizer, ao encerrar, que os gregos antigos, na sabedoria deles, eles transformaram seus grandes heróis em deuses. Eles consideravam que seus heróis pairavam acima dos homens comuns, embora fossem, também, de certa forma, seres humanos.

Eu quero dizer que, com aquela sabedoria dos gregos, nós, brasileiros, transformamos vocês em deuses da mitologia brasileira. Vocês são deuses da mitologia, da religião do futebol que esse país adotou. É por isso que, nesta reunião, a gente não deveria nem falar sentado. Nós deveríamos ter ficado em pé ou até de joelhos para poder falar de vocês.

Pessoalmente, eu quero dizer que um dia um jornalista me perguntou que personagem do mundo que eu tinha conhecido tinha me tocado mais profundamente? Se o Papa, se presidentes, se grandes escritores, revolucionários, que eu tive a sorte de conhecer pessoalmente. E, na hora, eu disse, com a maior clareza: “A pessoa que mais me impactou quando conheci foi o Pelé”.

[palmas]

Eu lembro o momento exato... Na posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso, eu já Governador do Distrito Federal, estava lá na arquibancada do Congresso e ouvi uma voz que me apareceu conhecida atrás. E, quando eu me virei e vi que era Pelé, eu tive um arrepio. Porque os outros que eu conheci, Fidel Castro, o Papa João Paulo II, são pessoas que apareceram na minha vida quando eu era adulto. Mas Pelé e vocês, eu falo Pelé, mas seria com qualquer um de vocês, vocês apareceram não tão jovem quanto os que estavam na creche, não tão jovem quanto os que já estavam no curso primário. Não, eu já estava um pouquinho mais avançado do que isso. Mas, de qualquer maneira, me acompanharam ao longo do tempo. Todo. Por isso a minha emoção.

Mas eu quero concluir dizendo que esta é a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Eu não posso deixar de falar de Educação. Desculpem-me.

E quero dizer que essa homenagem, aqui, a gente não pode prestar, por exemplo, a nenhum Prêmio Nobel brasileiro, que nós não temos nenhum. Temos, sim, grandes craques de futebol. Por que isso? E por que – e eu chequei com o Zagallo se eu estava certo – daqui nenhum veio de classes altas, todos vieram de classe pobre ou de classe média baixa.

E por que a gente consegue colocar lá em cima os que vêm das classes baixas no futebol, e, na hora da educação, na hora da vida intelectual, os que chegam lá em cima não conseguem o Prêmio Nobel, mas vêm sempre das classes abastadas? Sabe por quê? Porque a bola é redonda para todos. E a escola é redonda só para alguns que podem pagar por ela.

Vocês tiveram a sorte de que, no futebol, a elite brasileira não conseguiu diferenciar a maneira de jogar entre pobres e ricos. Todos têm bola redonda e todos começam aos quatro anos, aos cinco anos, e todos seguem as mesmas regras. E aí os que chegam

lá em cima são os melhores escolhidos entre todos os brasileiros, e não apenas entre alguns.

Lamentavelmente, no mundo da ciência, no mundo da alta cultura, os que chegam lá em cima eles não têm que disputar com todos... Eles só disputam com aqueles que conseguiram terminar o 2º grau, entrar na universidade, ter livros em casa. A gente precisa redondear as escolas como a bola de futebol é redonda. No dia em que todo brasileiro das classes mais baixas tiverem a mesma chance que aqueles das classes mais altas na luta por se transformar num craque da ciência e do saber, na hora em que a escola for igual para todos, como é igual à bola, a gente vai poder fazer uma solenidade como essa para os nossos “Prêmio Nobel”. E, entre esses “Prêmio Nobel”, vão estar muitos filhos dos mais humildes brasileiros que formam a maioria desse povo.

Que essa presença de vocês sirva não apenas para glorificá-los como os deuses da mitologia brasileira, mas sirva também como uma lição ao Brasil. Precisamos fazer na democracia do acesso ao futebol que existe no Brasil, onde todos jogam com bola redonda, precisamos fazer isso também na escola brasileira, que ela seja igual para todos, que o filho do pobre estude na mesma escola que o filho do rico; da mesma maneira que o filho do pobre joga futebol com a bola igual à bola que joga o filho do rico.

Esse é o futuro que eu espero: que, além dos deuses do futebol que nós temos, um dia tenhamos também deuses do saber, do panteão da mitologia brasileira. Enquanto isso não acontece, muito obrigado por vocês existirem e conseguirem fazer com que o Brasil esteja presente no cenário mundial graças à arte de vocês.

Muito obrigado e que vocês fiquem por muito e muito mais tempo para que a gente possa, um dia, não nós, mas vocês, como deuses, estarem aqui quando a gente comemore o 1º centenário da Copa de 58.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, atendendo a seu pedido, palmas de pé.

[palmas]

Sessão encerrada às 12h15.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01º DE JULHO DE 2008.

Às onze horas e trinta e dois minutos do dia primeiro de julho de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15,

sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, João Ribeiro, Mão Santa, Valdir Raupp, Gerson Camata, Marco Maciel, Marconi Perillo, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Sérgio Zambiasi, João Pedro, Marina Silva, Antônio Carlos Valadares, Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Valter Pereira, Neuto De Conto, Adelmir Santana, Eduardo Azeredo e Sérgio Guerra reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Salgado, Geovani Borges, Paulo Duque, Lobão Filho, Heráclito Fortes, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marisa Serrano e Virginio de Carvalho, que justifica a ausência. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 011: Projeto de Lei do Senado nº 726, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá que, “Altera o nome do Aeroporto Internacional de Boa Vista, no Estado de Roraima”. O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. O projeto é retirado de pauta, atendendo solicitação do relator, para reexame do parecer. **Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Wilson Matos que, “Insere o art. 2º-D na Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e acrescenta o inciso VIII ao art. 2º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), para que parte dos recursos do FAT seja destinada às operações do FIES”. O relator designado é o Senador Marconi Perillo e o parecer favorável, com a emenda nº 01-CE é aprovado. **Item 016: Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior que, “Altera a Lei nº 8.313, de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), para tornar obrigatória a previsão da emissão de carbono e o respectivo cálculo de sua neutralização nos projetos culturais beneficiados pelo Poder Público”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o parecer favorável, com a emenda nº 01-CE é aprovado. **Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 020, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque que, “Concede isenção do

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre veículos para transporte coletivo de estudantes, quando adquiridos por Prefeituras Municipais e pelo Distrito Federal, bem como por profissionais autônomos e suas cooperativas habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar”. O relator designado é o Senador Gerson Camata e o parecer favorável, com a emenda nº 01-CE é aprovado, acatando ainda a emenda nº 02-CE de autoria do Senador Flávio Arns. **Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 546, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti que, “Institui o sistema de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas nas instituições federais de educação profissional e tecnológica”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por 16 (dezesesseis) votos favoráveis incorporando ao texto final a emenda nº 01– CDH/CE, aprovada por 15 (quinze) votos, a emenda nº 3-CE, de autoria do Senador Marconi Perillo, aprovada por 15 (quinze) votos, a subemenda nº 1-CE, aprovada por 15 (quinze) votos, e parcialmente a emenda nº 2-CDH/CE aprovada por 15 (quinze) votos. **Item 005: Projeto de Lei do Senado nº 712, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns que, “Institui a Semana Nacional de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, entre os dias 4 e 10 de dezembro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marconi Perillo e o projeto é aprovado por 16 (dezesesseis) votos favoráveis. **Item 006: Projeto de Lei do Senado nº 025, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Construção Naval do Município de Itajaí, em Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 16 (dezesesseis) votos favoráveis. Neste momento, o Senhor Senador João Pedro requer, oralmente, a inclusão extra-pauta, do Projeto de Lei do Senado nº 662, de 2007, o que é aprovado. **(Ver Extra-Pauta, Item 001)**. **Item 008: Projeto de Lei do Senado nº 092, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que, “Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro de Especialização em Tecnologia da Carne – CETC no Município de São Gabriel no Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Pedro Simon e o projeto é aprovado por 16 (dezesesseis) votos favoráveis. **Item 009: Projeto de Lei do Senado nº 044, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Gerson Camata que, “Define 2009 Como o Ano de Estudo do Ensino Técnico”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis incorporando ao texto final as emendas nº 01 e 02-CE aprovadas por

14 (quatorze) votos. **Item 014: Projeto de Lei do Senado nº 733, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Duque que, “Dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Arqueólogo”. O relator designado é o Senador Antonio Carlos Valadares e o projeto é aprovado por 18 (dezoito) votos favoráveis. **Item 015: Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti que, “Acrescenta inciso ao art. 14 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de forma a instituir a eleição direta para diretores de escolas públicas”. A relatora designada é a Senadora Fátima Cleide e o substitutivo ao projeto é aprovado por 16 (dezesesseis) votos favoráveis incorporando ao texto final a emenda substitutiva nº 03-CE de autoria da relatora e parcialmente as emendas nº 01 e 02-CE oferecidas pelo Senador Marconi Perillo. Neste momento, a Senhora Senadora Ideli Salvatti requer, oralmente, a inclusão extra-pauta, de Requerimento de dispensa de interstício, referente ao Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2007, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 002: Requerimento de Dispensa de Interstício nº 30/08-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senhora Senadora Ideli Salvatti que, “Nos termos do artigo 281, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a dispensa de interstício, para o Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2007, que ‘Acrescenta inciso ao art. 14 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de forma a instituir a eleição direta para diretores de escolas públicas’”. O Requerimento é aprovado. **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 011, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior que, “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o fim de incentivar a abertura das escolas públicas nos finais de semana, feriados e períodos de recesso, para a oferta de atividades culturais, esportivas, de lazer e de reforço escolar, bem como acrescenta dispositivo à Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, com o propósito de ampliar o alcance do Programa Nacional de Alimentação Escolar”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 020: Projeto de Lei do Senado nº 400, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Wilson Matos que, “Altera o § 2º do art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, de forma a permitir que universidades e centros universitários, públicos ou privados, possam revalidar diplomas expedidos por universidades estrangeiras”. O relator designado é o Senador Antonio

Carlos Valadares e o parecer é pelo sobrestamento do projeto, para aguardar a realização de audiências públicas destinadas a instruir a matéria, sendo a primeira audiência nos termos do requerimento oferecido. Neste momento o relator solicita a retirada do parecer que conclui pelo sobrestamento e a manutenção do requerimento apresentado. O requerimento é aprovado e a matéria fica sobrestada na Comissão, até a realização da audiência pública. **(Item 05 – Extra-Pauta). Item 022: Projeto de Lei do Senado nº 455, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Iporá, no estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 023: Projeto de Lei do Senado nº 484, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Norte de Goiás (UFNG), com sede no município de Porangatu, no Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 024: Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko que, “Inscreve o nome de Ana Néri no ‘Livro dos Heróis da Pátria’”. A relatora designada é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Antônio Carlos Valadares. **Item 025: Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko que, “Altera o nome do ‘Livro dos Heróis da Pátria’ para ‘Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria’”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marconi Perillo e o projeto é aprovado por 16 (dezesesseis) votos favoráveis incorporando ao texto final a emenda de redação nº 01-CE aprovada por 15 (quinze) votos. **Item 026: Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Buritis, no Estado de Rondônia”. O relator designado é o Senador Leomar Quintanilha e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE aprovada por 14 (quatorze) votos. **Item 021: Projeto de Lei do Senado nº 459, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Gim Argello que, “Autoriza a criação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Distrito Federal – CEFET/DF”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o substitutivo (Emenda nº 01-CE) ao projeto é aprovado por 16 (dezesesseis) votos. Neste momento, o Senhor Senador Flávio Arns requer, oralmente, a inclusão extra-pauta,

de Requerimento de dispensa de interstício, referente ao Projeto de Lei do Senado nº 459, de 2007, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 03: Requerimento de Dispensa de Interstício nº 31/08-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns que, “Nos termos do artigo 281, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a dispensa de interstício, para o Projeto de Lei do Senado nº 459, de 2007, que ‘Autoriza a criação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Distrito Federal – CEFET/DF’”. O Requerimento é aprovado. **Item 012: Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque que, “Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução do Imposto de Renda da Pessoa Física de despesas para custeio de educação de menores carentes”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marconi Perillo e o parecer favorável, com a emenda de redação nº 01-CE é aprovado. **Item 013: Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella que, “Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, para tornar obrigatório o ensino de educação sexual, instituir o Dia do Planejamento Familiar, reduzir a idade mínima para o exercício da opção pela esterilização cirúrgica e revogar a exigência de consentimento de ambos os cônjuges, na vigência de sociedade conjugal para a realização de esterilização cirúrgica”. O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o parecer pela rejeição é aprovado. **Item 019: Projeto de Lei da Câmara nº 002, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Raimundo Gomes de Matos que, “Institui o Dia Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido, é aprovado. **Item 010: Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo que, “Institui o Fundo Comunidade Esportiva (FCE) para a construção de quadras poliesportivas nos municípios e no Distrito Federal”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o parecer favorável é aprovado. **Extra-Pauta, Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 662, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador João Pedro que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade do Pacto da Amazônia, com sede em Manaus, Estado do Amazonas(AM)”. A relatora designada é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE aprovada por 13 (treze) votos. **Extra-Pauta, Item 004: Requerimento nº 32/08-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador

Cristovam Buarque que, “Nos termos do disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte para debater a participação do capital estrangeiro nas instituições educacionais brasileiras”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 05: Requerimento nº 33/08-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares que, “Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiências públicas, no âmbito da Comissão de Educação, para fins de instrução do Projeto de Lei do Senado nº 400, de 2007, a ser realizada com a presença de representantes dos seguintes órgãos e entidades, dentre outros: Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação; Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior; Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; União Nacional dos Estudantes”. O Requerimento é aprovado. **Item 27: Comunicados da Presidência: Comunicado 01:** Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, para a solenidade de instalação da Comissão de Implementação da Universidade Federal do Oeste do Pará, a ser realizada no dia 4 de julho do corrente, sexta-feira, às 9:00h, na Sala de Atos do Ministério da Educação, em Brasília. **Comunicado 02:** Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de Moção, aprovada na 1ª Conferência Nacional de Educação Básica, de apoio à aprovação do Projeto que cria o piso salarial nacional dos professores de educação básica e demais Projetos de Lei que versem sobre a valorização dos profissionais de educação básica. A Moção solicita ainda que os Senhores Senadores acatem as modificações do texto, fruto de acordos e amplamente discutido, da Câmara dos Deputados. Ficam adiadas em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias: **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2007; Item 017: Projeto de Lei da Câmara nº 035, de 2008; Item 018: Projeto de Lei da Câmara nº 022, de 2008.** O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e quarenta e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada,

será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTE – CE

34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 01 DE JULHO DE 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada uma. Bom dia a cada um dos presentes. Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Vamos entrar na discussão da pauta a partir dos não terminativos para aproveitar enquanto o *quorum* qualificado não é conseguido.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, eu gostaria de pedir retirada de pauta do Item 11 para reexame.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Do Item 11. É uma prerrogativa do Relator, que é o Senador Augusto Botelho, e então está autorizada a retirada.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador Perillo pediu a palavra? Não.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Na sequência dos não terminativos o Item 7.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É... E vamos direto ao Item 7 que é o primeiro não terminativo cujo Relator está presente, Senador Marconi Perillo.

Trata-se do Projeto de Lei nº 402/2007 que insere o art. 2º “d” na Lei nº 7.998 de 11 de janeiro de 1990 que dispõe sobre o Fundo de Amparo ao Trabalhador e acrescenta o inciso VIII ao art. 2º da Lei nº 10.260 de 12 de julho de 2001 que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior – FIES, para que parte do recurso do FAT seja destinado às operações do FIES.

A matéria constou da pauta das reuniões do dia 10 de junho e 17 de junho e como a matéria é uma

matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais, eu passo a palavra ao Senador Marconi Perillo, lembrando que o autor é o Senador Wilson Matos.

Com a palavra o Senador Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei nº 402 do Senado de iniciativa do Senador Wilson Matos tem por objetivo garantir que os recursos do FAT possam ser utilizados para financiamento dos encargos educacionais na rede de ensino superior. Para tanto o PLS nº 402 prevê o acréscimo do art. 2º alínea “d” a Lei nº 7.998 de 11 de janeiro de 1990 que estabeleceu o FAT.

Análise. Na justificação do PLS o Senador Wilson Matos, que honrou muito esta Casa e esta Comissão, sublinhou que os mais importantes mecanismos para emprego do FAT são: o oferecimento do Seguro Desemprego ao trabalhador sem ocupação laboral, e o incentivo à geração de emprego e renda na economia brasileira pelo fomento a programas de desenvolvimento econômico.

O projeto parte da premissa de que a educação superior seria também ela uma via segura para a qualificação profissional uma vez que os cursos superiores permitem a capacitação do trabalhador em nível mais elevado o que contribui para sua melhor inserção no mercado de trabalho.

Outro motivo apontado para a apresentação da proposta reside na dificuldade de acesso ao ensino superior gratuito por parte dos jovens. O aumento da demanda por vagas nas universidades, sobretudo as particulares, que embora onerosas, atendem a muito mais estudantes que a rede pública de instituições de ensino superior, nos leva a conclusão lógica de que seu acesso deve ser facilitado a todo cidadão que deseje aperfeiçoar seus conhecimentos.

No que diz respeito aos aspectos constitucionais e formais, a proposição encontra-se em conformidade com as normas vigentes, inclusive no que se refere à técnica legislativa nos termos da Lei Complementar nº 95/1998.

O benefício, todavia, deve também alcançar os cursos de capacitação profissional de nível médio, uma vez que o trabalhador desempregado que ainda não atingiu tal escolaridade apresenta dificuldades ainda maiores para se realocar no mercado de trabalho. Por essa razão, encaminhamos Emenda abaixo.

Voto. Pelos motivos expostos nosso voto é pela aprovação do PLS nº 402/2007 com a seguinte Emenda: Art. 1º – A Lei nº 7.998 de 11 de janeiro de 1990 passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º alínea “d”. A qualificação profissional que se refere o art. 2º abrange cursos de educação superior e de educação profissio-

nal de nível médio, devendo ser dirigidos os recursos do FAT às operações do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior de que trata a Lei nº 10.260 de 12 de julho de 2001 para que o trabalhador pague encargos educacionais no ensino privado.

Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A discussão está aberta. Os Srs. Senadores que quiserem fazer uso da palavra. Não havendo nenhum que deseja comentar, está em votação. Os que estiverem a favor permaneçam como estão. Está aprovada.

Eu vou colocar agora em discussão o Item 16, cujo Relator é o Senador Marco Maciel. Projeto não terminativo de Lei do Senado nº 167/2007 que altera a Lei nº 8.313/1991 que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura para tornar obrigatória a previsão da emissão de carbono e o respectivo cálculo de sua neutralização nos projetos culturais beneficiados pelo Poder Público.

Eu passo a palavra ao... A matéria é terminativa na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. O projeto é do Senador Expedito Júnior.

Eu passo a palavra ao Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, nobre Senador Cristovam Buarque, Sr^{as} Senadoras, Senadora Fátima Cleide, Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado – PLS nº 167/2007, de autoria do nobre Senador Expedito Júnior, foi distribuído preliminarmente à Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, para que sobre ele emita seu parecer nos termos do que preceitua o art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Em seguida, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, examinará a proposição nos termos do art. 102, inciso II, especialmente as alíneas “a” e “c”, no âmbito de sua competência e por incumbir-lhe decidir em caráter terminativo sobre a matéria – avaliações aspectos constitucionais, jurídicos e regimentais em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Nesse sentido cabe à CE pronunciar-se apenas no que tange às normas gerais sobre cultura conforme disciplinado no projeto alterar a Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991. A proposição insere um artigo na referida lei determinando que os projetos culturais beneficiados pelo Fundo Nacional de Cultura e pelo Fundo de Investimento Cultural e Artístico – FICARTE ou aqueles patrocinados mediante incentivo fiscal devam prever a emissão de carbono e os mecanismos destinados à sua neutralização em todas as etapas de execução.

Dispõe também que os critérios para o cálculo da referida neutralização serão definidos em regulamento mediante o atendimento dos seguintes princípios: Dimensão, abrangência e custo de projeto; Dados e limites da tabela de cálculo da neutralização e eventuais isenções a essa obrigatoriedade; Certificação pelo Poder Público de que o projeto respeita os parâmetros técnicos estabelecidos. Finalmente, reverte para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal os recursos provenientes da aplicação do dispositivo inserido no projeto.

No transcurso de sua tramitação, o Senador Expedito Júnior protocolou requerimento em que solicitava a dispensa da oitiva da Comissão de Educação. Em seguida, optou por não fazer e promoveu a retirada daquela petição. Não houve Emendas ao texto do projeto.

O projeto em exame, Sr. Presidente, objetiva inserir os projetos culturais no espírito da legislação referente à defesa do meio ambiente. Para tanto, altera a chamada Lei *Rouanet* para disciplinar e quantificar a emissão de carbono decorrente da execução de projetos culturais e propõe sua neutralização entendida como forma de neutralizar ou reduzir a poluição atmosférica por força de mecanismos compensatórios.

Sobre esse prisma, a iniciativa bem atende ao que se propõe. De fato, ao estabelecer uma contrapartida financeira pelos danos efetivamente causados pelos projetos culturais ao meio ambiente, soma-se uma série... Soma-se a uma série de ações legislativas de cunho ecológico que redundarão em bem-estar para a atual e, principalmente, para as gerações futuras.

Acautela-se o autor, ao prever isenções decorrentes da realização de eventos que não transtornem o ambiente, ao mesmo tempo em que faz progredir o alcance das compensações financeiras em decorrência da grandeza dos malefícios que as referidas ações promovam. Do ponto de vista do mérito, nada há a contrapor à iniciativa.

Cumpra-se, no entanto, para dois breves reparos de técnica de redação. O primeiro na substituição do ponto e vírgula ao final do enunciado no inciso III do § 1º do art. 2º “b”, conforme se encontra no art. 1º da proposição por ponto final. Tal correção poderá ser efetuada por ocasião da redação final no âmbito da própria comissão sem a necessidade regimental de se promoverem os referidos acertos por meio de Emenda, graças ao que dispõe o art. 92 em associação com o art. 98, inciso V do Regimento Interno. Inciso V do Regimento Interno.

O segundo reparo diz respeito ao disposto no § 2º do dispositivo acrescentado à Lei nº 8.313/1991. Com efeito, a proposição não menciona que recur-

sons provirão de sua aplicação. Por essa razão, faz-se necessário explicitar sua existência mediante oferecimento de Emenda.

Voto. Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 167/2007 com a seguinte Emenda. Emenda 1 CE, dê-se ao § 2º do art. 2º “b” da Lei nº 8.313/1991, na forma do art. 1º do PLS nº 167/2008, a seguinte redação: Artº 2º “b”. § 2º – Os valores financeiros apurados em decorrência do cálculo de neutralização serão destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal para sua aplicação nos termos da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006.

É este, Sr. Presidente, portanto, o meu parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Lido o parecer, eu abro a discussão.

Senadores e Senadoras que quiserem comentar estão com a palavra. Não havendo nenhum interessado, eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam estão. Está aprovado. Agradecendo ao Relator, Senador Marco Maciel.

Vamos ao Item nº 4 cujo Relator, Senador Gerson Camata, está presente.

O Item nº 4 também não terminativo, embora estamos quase com o *quorum*, e eu peço carinhosamente aos Senadores e Senadoras presentes que não saiam, apesar de saber que há compromissos, especialmente do Senador Marco Maciel que me avisou, porque hoje talvez seja a última sessão, a última reunião deste semestre, e o próximo será um semestre complicado em termos de *quorum*.

O Item 4, não terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 020/2008 concede isenção de imposto sobre produtos industrializados – IPI incidente sobre veículos para transporte coletivo de estudantes quando adquirido por prefeituras municipais e pelo Distrito Federal e bem como por profissionais autônomos e suas cooperativas habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar. [soa a campanha]

Autoria é do Presidente da Mesa, é minha, e o Relator Senador Gerson Camata. A matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Lei nº 20/2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que tem por objetivo isentar do IPI os veículos que sejam expressamente adquiridos para fins de transporte escolar coletivo.

No art. 1º o projeto isenta do IPI os veículos classificados da posição 8702 e seus desdobramentos da tabela de incidência do imposto sobre produtos

industrializados desde que adquiridos por prefeituras municipais ou pelo Distrito Federal.

O art. 2º inclui entre os beneficiários os trabalhadores autônomos habilitados e dedicados com exclusividade ao transporte escolar, além de cooperativas que atuam no segmento.

Análise. A questão levantada pelo projeto atenta para o grave problema do transporte escolar. Sabemos que a precariedade do transporte escolar é patente tanto na cidade quanto no campo. As prefeituras municipais interioranas, particularmente, enfrentam o problema de proporcionar ensino de qualidade a estudantes residentes em localidades distantes e de difícil acesso. A dispersão geográfica dos estudantes matriculados tem se constituído em entrave ao oferecimento desse direito ao brasileiro residente em local inóspito. Nas cidades, em maior ou menor grau, o problema também existe, porque aí vigem condições ligadas à violência urbana, à complexidade do trânsito, ao alto custo do transporte escolar para famílias carentes.

Por falar nisso, Sr. Presidente, faço um parêntese. No Espírito Santo, o Governador Paulo Hartung isentou de transporte coletivo todos os estudantes de escola pública, podem usar transporte coletivo de qualquer cidade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] De uniforme.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): De uniforme, então, não pagam mais transportes. A frequência nas escolas aumentou 25% depois desse Decreto do Governador. E o Governo subsidia o menino entrega um papelzinho no ônibus, a empresa de ônibus apresenta e o Governo paga a passagem.

A política [ininteligível] que promova transporte digno, seguro e eficiente aos estudantes atinge de modo indireto toda a política econômico-social do Governo.

A isenção do IPI que se pleiteia nesse projeto representa um investimento na melhoria do padrão de vida dos cidadãos e na evolução do sistema educacional como um todo.

Para resguardar a boa técnica legislativa, consoante com o art. 11 da Lei Complementar nº 95 de 26 de fevereiro de 1998, propomos uma Emenda de redação ao parágrafo Único do art. 2º da proposição.

O voto. Pelo exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 20 com a Emenda que é apenas uma Emenda de redação e que diz assim no... Que acrescenta um § 2º... Parágrafo Único ao art. 2º. O disposto no *caput* desse artigo não se aplica se antes de decorrido cinco anos da data de aquisição do veículo for verificado. E aí, então se segue a colocação.

O Projeto de Lei se encontra na página 42 e pode ser consultado pelos Srs. Senadores, inclusive, com o § Único que está colocado no art. 2º da proposição original do Senador Cristovam Buarque.

É o Relatório com voto favorável, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O assunto está em discussão. Senador Flávio--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Gostaria de uma explicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flávio e depois Senador Augusto Botelho.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero, em primeiro lugar parabenizar V.Ex^a como autor do projeto, que é da mais alta relevância, uma das grandes dificuldades que as prefeituras enfrentam hoje em dia é relacionada ao transporte escolar, porque as prefeituras, inclusive, fazem o transporte escolar além dos alunos municipais, fazem dos alunos estaduais, chamados assim de quinta série, ensino médio, e também muitas vezes até da própria faculdade.

Agora, quero parabenizar o Relator, Senador Gerson Camata, que sempre batalha nessas áreas e com muita clareza expõe também com muita praticidade seus pontos de vista. Mas eu gostaria de perguntar ao Relator e ao autor se nós não poderíamos só acrescentar uma expressão no art. 1º que ficam isentos tal, destinados a transporte coletivo de estudantes quando adquiridos por prefeituras municipais, pelo Distrito Federal, e eu colocaria: "e por entidades sem fins lucrativos".

Por que isso? Porque o transporte, uma das maiores dificuldades que as APAEs, as Pestalozzis, escolas de surdos, de cegos enfrentam é que o aluno não consegue chegar na escola. Muitas vezes é uma escola no Município, o Município é distante, quando o aluno pode ou tem condições se utiliza do transporte municipal, mas em muitas situações o aluno tem uma necessidade tão acentuada que precisa de um transporte adequado, especial, e isso atenderia, assim, uma demanda incrível no Brasil inteiro.

Então, é só para transporte escolar, são escolas, escolas autorizadas pela Secretaria de Educação e entidades sem fins lucrativos. Quer dizer, sem fins, comunitárias. E sem fins lucrativos as pessoas sempre têm os registros aí no Conselho Nacional de Assistente Social, atestados de registros, utilidade pública, e assim por diante.

Eu sei que o Senador Cristovam é muito ligado nessa área, conhece bem, o Senador Camata também. Então, se fosse possível só acrescentaria a expressão "por prefeituras municipais, pelo Distrito Federal e por entidades sem fins lucrativos".

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço. Agora, estão inscritos Senador Augusto Botelho, Senador Paim, Senador Perillo, e depois passo a palavra para o Relator. Está bem? Senador Augusto.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Já esclareci minha dúvida aqui quando ouvi o Senador Flávio Arns falar. Então, eu gostaria de parabenizar a iniciativa do projeto e dizer que V.Ex^a realmente está trabalhando para a educação quando faz um projeto desse.

As Prefeituras com transporte de escolas, eu sou de Roraima no interior e sei que a grande dificuldade é transporte. Por exemplo, lá em Roraima agora tem áreas, devido à chuva, nossa chuva começou a ficar forte agora, as crianças não podem ser transportadas, porque caem as pontes e não conseguem ir e só veículo com tração nas quatro rodas que conseguem ultrapassar.

E as pessoas têm dificuldade de adquirir esses veículos, porque são realmente veículos mais caros para as cooperativas ficarem adquirindo para transportar pouca gente, mas com essa isenção pode ser que eles consigam adquirir com tração nas quatro rodas que possa trafegar em estradas mais precárias.

O Governo conserta as estradas, o Incra conserta, mas a chuva é muito forte e não tem jeito, elas rompem as estradas de acordo com o uso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, é mais para cumprimentar V.Ex^a pela iniciativa.

Eu tenho assistido quase que o desespero, eu diria, até de milhões de alunos nesse país, no interior que tem que deslocar quilômetros a pé até a sede, ou seja, a escola do município. E com essa sua iniciativa, as prefeituras, destaco aqui, quando diz desde que adquiridas por prefeituras municipais e pelo Distrito Federal.

As prefeituras poderão então ter um veículo decente, porque ao que assistimos recentemente eram veículos caindo aos pedaços. E os alunos amontoados dentro daqueles veículos, principalmente no interior.

Então, a sua iniciativa com certeza vai contemplar milhões de crianças nesse país que poderão deslocar,

principalmente do nosso interior, para a escola sede e ter acesso então à educação.

Parabéns a V.Ex^a, conte com o nosso voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador Botelho. Mais?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Pegando o mote do que o Paim falou dos veículos caindo aos pedaços, eu gostaria de falar aqui publicamente na TV Senado, do Governador que morreu agora, [ininteligível], fez na última avaliação do transporte escolar na cidade, ele determinou o ano do carro. O carro não poderia ter mais de que três ou dois anos de uso, entendeu? Criou uma confusão lá toda, mas os veículos que estão sendo usados no meu Estado, graças a Deus, são veículos em boas condições. Tem Município que tem 18 ônibus zero quilômetro carregando aluno.

Então, isso melhorou muito a qualidade e as condições de vida. Quando tinha um acidente com transporte escolar era uma lástima lá em Roraima. Porque tem sempre, né? E não tem jeito de não ter e se o ônibus tiver mais segurança, a coisa melhora. Então, os Municípios e Estados podem tomar essa iniciativa de exigir que o veículo seja novo, principalmente a partir do vigor dessa lei, que eles não vão alegar que não têm capital para carro novo. Muito obrigado Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Eu agradeço. Senador Perillo pediu a palavra? Faltam apenas dois Senadores para termos... Terminativos.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Um minuto apenas, Sr. Presidente, para louvar a iniciativa de V.Ex^a, esse é um projeto meritório. De fato um dos grandes gargalos para a educação na zona rural é a questão do transporte, os veículos utilizados, via de regra, são de péssima qualidade. Quando existem... Eu passei por essa experiência duas vezes como Governador, em que pese o apoio que era oferecido às prefeituras com recursos do Estado, para que as prefeituras pudessem colaborar no transporte dos alunos do ensino médio, ainda assim tínhamos enormes deficiências.

Lamentavelmente, os projetos de escola pólo na zona rural até por deficiência de professores foram sendo aos poucos banidos, foram sendo aos poucos abolidos, e restou às prefeituras apenas o meio do transporte escolar para suprir essas carências na zona rural. De modo que V.Ex^a pela experiência na área da educação como Governador e depois de ter sido um competente Ministro da Educação, certamente, colaborou para que V.Ex^a tivesse essa visão, apresentasse este projeto e que agora teremos o grande prazer de aprovar, esperando que este projeto uma vez sancio-

nado possa começar, iniciar o processo de solução dessa lacuna que existe hoje para o estudante da zona rural. Muito obrigado e parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Eu agradeço, senador. Falta apenas um senador para o *quorum* qualificativo. Quando isso acontecer, eu suspendo os não terminativos, mesmo que tenham meus, não importa, para que possamos discutir os terminativos.

Está em discussão o projeto. Não havendo ninguém mais para pronunciar... Ah, Senadora Marina.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Muito rapidamente, Senador Cristovam, para dizer da importância da sua iniciativa e também testemunhar no sentido de que boa parte das dificuldades de acesso que tem as nossas crianças às escolas se constitui num grande empecilho para que elas possam ser devidamente atendidas em suas necessidades de ensino e aprendizagem.

De sorte, que essa renúncia fiscal, ainda que ocorra, ela também causa um benefício significativo para que as crianças possam ter o acesso mediante um transporte escolar de boa qualidade e com isso evitar, inclusive, danos que muitas vezes podem ocorrer a essas crianças, acidentes, em função de transporte inadequado e de condições inadequadas para que elas possam chegar às escolas.

Então, é muito mais para parabenizá-lo pela iniciativa e parabenizar o Relator pelo acolhimento da iniciativa e todos aqui se somam a ela.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Muito obrigado, senadora. Eu ponho, então, não havendo mais ninguém para se pronunciar, eu ponho em votação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, só antes da votação eu queria...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Sim, sim. Senador Gerson Camata. Senador Gerson falta a palavra do...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu queria dizer que V.Ex^a estou aceitando a... Agora, eu precisava de uma assistência para a redação, nobre Relator e ilustre Presidente. Porque a sugestão do Senador Flávio Arns é "entidades sem fins lucrativos". Eu acho que deveria ser "entidades educacionais" ou "educativas sem fins lucrativos" para fechar um ponto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): De acordo, Senador Flávio?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Estou de acordo. Só não mencionei educacional, mas eu entendo assim porque antes estava transporte de alunos. Transporte de alunos.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Exato. É desnecessário. Diz transporte coletivo de estudantes. Então, a Emenda está aceita com o consentimento do autor, Senador Presidente Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em votação com a Emenda sugerida pelo Senador Flávio Arns. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado o projeto.

Quero felicitar esta Comissão pelo *quorum* qualificado, que é algo muito difícil atualmente.

Agradecer ao Senador Marco Maciel que já são 12h00, mas continua aqui. Eu peço atenção. [soa a campainha] Peço atenção do Plenário e vamos iniciar a votação dos projetos terminativos. A partir daquele que tem Relator presente.

O Item 3 é o Senador Paulo Paim. Senador Pedro Simon. Sim. Vai chegar lá. Rapidamente. Não, primeiro o Senador... É da Senadora Ideli.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu já li. Sr. Presidente, eu já li o... Já fiz a leitura do relatório da Senadora Ideli. É só votar. Não?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso. Já foi feita a... O Item 3 institui o sistema de reservas de vagas para estudantes egressos de escolas públicas e instituições federais de educação profissional e tecnológica. Autoria da Senadora Ideli, Relator Senador Paulo Paim.

Temos que fazer três votações. Uma para o projeto--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Uma para Emenda e outra para subEmenda.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Júlio disse, eu achei que eu tinha lido já esse daqui também, não? Então, eu vou direto ao voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso, direto ao voto.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Projeto de emenda, vou direto ao voto. Pelas razões expostas, que estão aqui no relatório comprovado, abre espaço para alunos mais uma vez na importância das escolas técnicas, eu faço apenas duas Emendas ao projeto original. Dê-se ao art. 4 do Projeto de Lei do Senado nº 546/2007 a seguinte redação: Caberá ao Poder Executivo regulamentar o processo de acompanhamento e a avaliação do sistema implantado.

E a Emenda nº 2, inclua-se onde couber o seguinte artigo ao texto do Projeto de Lei do Senado 546/2007, as pessoas com deficiência independente do fato de terem cursado a educação básica em escolas

públicas terão acesso às vagas reservadas, conforme regulamentação pelo Poder Executivo.

Esse é o voto, Sr. Presidente, resumido do Projeto de Lei de autoria da nobre Senadora Ideli Salvatti que institui o sistema de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas nas instituições de educação profissional e tecnológica. Está explicado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero parabenizar esta Comissão e dizer que estamos... [Soa a campainha] Senadores, estamos com problema contrário ao *quorum*. Está faltando cadeira para os Senadores. Eu convido o Senador Mão Santa para sentar aqui na Mesa. E todos os Senadores que estão extrapolando ao *quorum*. Algum Senador quer fazer uso da palavra para este projeto?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sim, Sr. Presidente.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Valter.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Só para parabenizar V.Exª pela mobilização. Que todas as Comissões pelas quais eu passei estava ali uma intimização para comparecer aqui e promover a votação. V.Exª está sendo um excelente oficial de justiça. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero agradecer e dizer que seria impossível sem contar com a equipe e funcionários da Comissão.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, para discutir.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A palavra está com o Senador...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Todos nós sabemos da eficiência da bancada da saúde no Congresso Nacional. E nós esperamos e, hoje, eu acho que vai ser um dia muito feliz para a bancada da educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Por isso temos que ir rápido, antes que o *quorum* diminua. Para discutir. Senador Perillo

está com a palavra para a discussão. Eu peço... [soa a campainha].

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Quero propor à Senadora Ideli uma Emenda incluindo também a educação superior. Se ela concordar, eu acho que a gente completa o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Há uma sugestão... O Senador... Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Consulto a Senadora Ideli Salvatti, que é autora do projeto. Senadora Ideli, por favor.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, já está tramitando um na Câmara com a questão do ensino superior. Mas eu quero dizer que não tenho nenhuma dúvida de que se pudermos aprovar o ensino superior, 50% das vagas de egressos de escolas públicas, um grande avanço para a educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, a palavra está com o Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu acato a proposta do Senador Perillo e já que houve entendimento também com a autora do projeto original.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, vamos à votação. Está encerrada a discussão. Vamos à votação. Primeiro, a votação do projeto. Senador Flávio Arns, como vota?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim. Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Paim, que é o Relator. Senadora Ideli, que é autora, não precisa. Senador Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o Relator. Senador Valdir Raupp, como vota?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Gerson Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marina Silva?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Pedro Simon?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Adelmir Santana?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, vamos votar agora... Quero saber se todos mantêm o voto para Emenda e as subEmendas, inclusive a do Senador Perillo. Os que estiverem... Quiserem manifestar-se contrário às Emendas se pronunciem. Se todos estão de acordo, então, está aprovado. As Emendas e a subEmenda. Estão aprovadas.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Só tenho a agradecer, Presidente. E a educação ainda mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nós que agradecemos. O Brasil inteiro. É um belo projeto.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, me permita, para que a gente ganhasse tempo eu acabei não fazendo os comentários que eu gostaria

de fazer pelo excelente projeto que é esse aqui. Então, eu me darei o direito de no Plenário, Senadora Ideli, fazer os comentários mediante aprovação da importância deste projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nós temos o Item 5, do Senador Flávio Arns, já esteve na pauta quatro vezes, então eu vou indicar um Senador *ad hoc*. Algum se candidata a ser Senador *ad hoc*?... Oh, Relator *ad hoc*. Senador Perillo.

Então, Projeto de Lei do Senado nº 712/2007 institui a Semana Nacional de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência. Essa semana será entre os dias 4 e 10 se aprovada pela Comissão.

O Senador Perillo como Senador *ad hoc*. Desculpe, Senador *ad hoc*, não... Relator *ad hoc*.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Tá bom. Sr. Presidente, relatório. Vem à Comissão de Educação para exame em caráter terminativo Projeto de Lei do Senado nº 712, de autoria do Senador Flávio Arns, que institui a Semana Nacional de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência entre os dias 4 e 10 de dezembro.

Eu quero saudar e cumprimentar o autor que tem sido ao longo dos anos um parlamentar engajado nessa luta da acessibilidade.

Já vou direto ao voto para facilitar a aprovação. Em face do exposto, não havendo qualquer óbice de natureza constitucional e jurídica, regimental e técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 712/2007. Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está... Vou pôr... Alguém quer se pronunciar? Algum Senador ou Senadora? Está em discussão. Não havendo ninguém inscrito, eu passo à votação. Senador Flávio Arns, que é autor. Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Gerson Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marconi Perillo foi o Relator. Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marina?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Pedro Simon?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Adelmir Santana?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está aprovado. E passamos ao Item nº 6 cujo Relator é o Senador Marco Maciel, presente. Projeto de Lei do Senado nº 025/2008, autoriza o Poder Executivo criar Escola Técnica Federal de Construção Naval no Município de Itajaí em Santa Catarina. O projeto é do Senador Raimundo Colombo, e eu passo a palavra ao Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, Sr^{as} Senadoras, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Srs. Senadores, Senadora Marina Silva.

Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº 25/2008, de iniciativa do nobre Senador Raimundo Colombo, autoriza o Poder Executivo a criar no âmbito do Ministério da Educação a Escola Técnica Federal de Construção Naval de Itajaí, no Estado de Santa Catarina. Art. 1º, *caput*. Consoante ao art. 2º do PLS, a Escola Técnica Federal de Construção Naval de Itajaí atuará na construção profissional... Na educação profissional com o objetivo de formar técnicos, principalmente em nível médio, para atender às demandas sócio-econômicas do setor na região.

O art. 3º reza que a instalação da referida instituição subordinada-se à prévia consignação de dotações orçamentárias necessárias ao funcionamento da instituição e a criação de cargos, funções e empregos indispensáveis.

Em seguida o art. 4º estabelece que a regulamentação da lei de criação da instituição tratará dos recursos indispensáveis à instalação da mesma. Por fim, o PLS, no seu art. 5º, estatui que a lei da criação da Escola Técnica de Construção Naval de Itajaí entrará em vigor na data de sua publicação.

Entre os argumentos apresentados para embasar à iniciativa o autor ressalta a relevância do Município de Itajaí no Estado de Santa Catarina, de fato, um dos mais importantes do Estado de Santa Catarina. Com população de mais 150 mil habitantes e renda per capita superior a seis mil Reais, e onde se encontra um dos mais importantes portos do Brasil. Não foram apresentadas Emendas ao projeto no prazo regimental.

Análise. Conforme determina o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal a matéria objeto do Projeto de Lei do Senado nº 25/2008 situa-se entre aquelas sujeitas à apreciação da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Quanto ao mérito, o PLS nº 25/2008 revela a necessidade de atuação mais efetiva do Governo Federal na expansão da oferta de educação técnica e profissional de qualidade vocacionada para atendimento de demandas urgentes ao desenvolvimento das diversas regiões do país segundo as características e potencialidades das economias locais.

Observamos que ao ampliar a participação da União nessa modalidade de ensino são ofertados maiores e melhores oportunidades de acesso ao mercado de trabalho dos nossos jovens. O que vem ao encontro da situação financeira dos Estados federados, ora impossibilitados de fazer investimentos relevantes no

setor, especialmente em face das restrições orçamentárias de que padecem.

Outrossim, julgamos que inexistem impedimentos formais à aprovação da matéria, tendo em conta sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa.

Meu voto, Sr. Presidente, em vista do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 25/2008. É o meu parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Parecer lido. A matéria está em discussão. Aquele que quiser se pronunciar, se inscreva. Não há nenhum inscrito. Eu passo à votação. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Gerson Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel, que é o Relator. Senador Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marina Silva?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Pedro Simon?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Adelmir Santana?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo Paes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está aprovada a matéria.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, eu tenho uma matéria que está tramitando e, inclusive, ela chegou a participar de duas reuniões aqui, de entrar na pauta em duas reuniões com relatoria favorável do saudoso Senador Jefferson Peres.

Eu gostaria com esse *quorum* privilegiado e pelo caráter, talvez, a última reunião que esta matéria entrasse extrapauta, e V.Ex^a que já designou Senadores *ad hoc*, pudesse designar um Relator *ad hoc* para a minha matéria. [risos] Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senador João Pedro,

por errar para cobrir o meu erro e muito obrigado pela solidariedade.

Eu ponho em discussão. Se os senadores aceitaram a inclusão extrapauta. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aceito, está incluído.

Vamos ao Item terminativo nº 8. Esse projeto não precisa ser discutido, porque foi discutido... Lido e discutido numa Sessão anterior.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O nono também.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É projeto que autoriza o Poder Executivo a criar o Centro de Especialização e Tecnologia da Carne no Município de São Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul. Aatoria: Paulo Paim. Relatoria: Pedro Simon. Eu passo a palavra ao Senador Pedro Simon, já foi lido.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Plenamente favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Favorável. Em votação. Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim. Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sim. Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli Salvatti. Senadora Ideli Salvatti, como vota?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Gerson Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel. Marco Maciel, como vota?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marina Silva?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pedro Simon?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Valter Pereira. Senador Adelmir Santana?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo Paes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, está aprovada a matéria.

Eu passo então agora ao Item nº 9 que o Senador Gerson é o autor e o Senador Paulo Paim é o Relator. Projeto terminativo nº 44/2008 define 2009 como ano de estudo de ensino técnico. Relatoria do Senador Paulo Paim, autoria de Gerson Camata.

Serão realizadas duas votações nominais. Uma para o projeto e outra para a Emenda. A matéria foi lida e a discussão encerrada na reunião do dia 17/06.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Reafirmo, brilhante projeto do Senador Gerson Camata, já foi discutido, lido e peço para votar só. Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel, ainda pode votar esse. Senador Adelmir também.

Isso. Peço licença à nobre bancada Democrata para, democraticamente, votarmos. Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Paim, Relator.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa. Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Gerson Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador João Pedro, Senadora Marina, Senador Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Pedro Simon. Senador Valter Pereira, não está. Senador Adelmir Santana?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo e Senador Papaléo Paes, já falei.

Está aprovado. Eu peço ainda aos Democratas por mais um minuto.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Lembrar a Emenda, Sr. Presidente. Aprovar a Emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem uma Emenda que eu ponho em discussão. Os que estiverem de acordo permanecem como estão. Aprovada também.

Agradeço ao Senador Valdir Raupp a lembrança da Emenda. Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu quero ver a possibilidade de colocar em pauta, mesmo o Relator não estando presente, o Senador Leomar. Mas se possível nomear um Relator *ad hoc* para o Item 26 que já foi lido na Sessão anterior. Que é de minha autoria. O Item 26.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A Mesa tem prerrogativa, creio, de aceitar. Não é isso? Não precisa de votação.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está aceita. Está na pauta.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Igual providências em relação ao 22, 23 que já estão a várias semanas na pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vão ser atendidos todos. O Item 11 foi retirado de pauta a pedido do Senador Augusto Botelho.

Passamos ao Item 14. O 13 é não terminativo. O 14. O Senador Antonio Carlos Valadares é o Relator. Projeto de Lei do Senado nº 733. Peço ao Senador que leia o parecer. 733 que dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Arqueólogo. Autoria: Senador Paulo Duque.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, submete-se à apreciação desta Comissão de Educação o Projeto de Lei do Senado nº 733 de autoria do Senador Paulo Duque que institui o Dia Nacional do Arqueólogo.

Passando diretamente à análise, nos termos do art. 90, inciso I, art. 91 inciso I e § 1º inciso I, § 102 inciso I e VI do Regimento Interno do Senado Federal, compete à comissão deliberar, inclusive, em caráter terminativo sobre proposições pertinentes às normas gerais sobre Educação, Cultura, Ensino, Desportos, instituições educativas e culturais bem como sobre outros assuntos correlatos.

É este o caso do PLS nº 733/2007 que cria o Dia Nacional do Arqueólogo. A matéria de competência do Congresso Nacional constante do art. 24 9º da Constituição Federal. A iniciativa da proposição está respaldada no art. 61 *caput* da Carta de 1988 cabem ainda a lei dispor fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais consoante ao art. 215 § 2º do texto Magno.

Quanto ao mérito, avalio que argumentos trazidos pelo ilustre Senador Paulo Duque demonstram o acerto desta justa homenagem a esses valorosos profissionais.

Como bem frisou o proponente, o trabalho do arqueólogo é de suma importância para que o país consiga atingir o desenvolvimento econômico sem descuidar da preservação da memória nacional e da proteção ambiental.

À vista do exposto, opinamos pela constitucionalidade e juridicidade e no mérito pela aprovação do Projeto de Lei nº 733/2007. É o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Lido o parecer, eu ponho em discussão. Não havendo quem queira se pronunciar, eu ponho em votação. Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): [pronunciamento fora do microfone] Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o Relator Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Gerson Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel. Teve que se retirar. Senador Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo Paes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marina Silva?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): [pronunciamento fora do microfone] Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Pedro Simon. Foi Relator, verdade. Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está aprovado.

Passamos ao Item nº 15. Projeto de autoria da Senadora Ideli Salvatti. Segundo projeto hoje da Senadora Ideli.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): E esse é um projeto, Sr. Presidente, assim de uma expectativa geral da Nação Brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Verdade. Projeto de Lei do Senado nº 344/2007. Acrescento o inciso ao art. 14 da Lei nº

9.394/1996, conhecida como “Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional” de forma a instituir a eleição direta para diretores de escolas públicas.

A relatoria da Senadora Fátima Cleide. Parecer favorável na forma do substituto oferecido, acatando parcialmente as Emendas do Senador Marconi Perillo.

Na reunião de 10 de julho, foi concedido vistas ao Senador Marconi Perillo que apresentou duas Emendas. Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar nos termos do disposto no art. 282, combinado art. 98 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria já constou da pauta da reunião do dia 6/5/2008, e ponho em votação. Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, nosso relatório já foi lido anteriormente, foi... Já teve pedido de vista faz um ano que este projeto está aqui tramitando na Comissão de Educação, de forma que vou passar diretamente ao voto.

Com base no exposto, acolhemos parcialmente as Emendas apresentadas. Voto pela aprovação do PLS nº 344/2007 na forma do substitutivo que acrescenta inciso e parágrafo Único ao art. 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação que estabelece para instituir a eleição para as funções de direção das escolas públicas da educação básica.

Assim, Sr. Presidente, a redação do inciso III e do parágrafo Único passam a ser da seguinte forma: Inciso III – O acesso às funções de direção das escolas públicas de educação básica se dará preferencialmente de acordo com as normas do respectivo sistema de ensino por eleição direta dentre profissionais de educação para mandato de pelo menos dois anos com participação da comunidade escolar, constituída por professores, funcionários, estudantes e responsáveis.

Parágrafo Único – Os eleitos deverão, antes de sua posse, receber capacitação em gestão educacional e terão sua administração avaliada para fins de direito à reeleição a qualquer das funções de direção.

É esse o voto, Sr. Presidente, pela aprovação do Projeto de Lei nº 344/2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): [soa a campanha] Foi lido o parecer. Eu abro a palavra. Está inscrito o Senador Perillo e Senador Azeredo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, eu continuo, Sr. Presidente, refratário a aprovar o parecer, o projeto aliás, desde que continue havendo essa palavra “preferencialmente”. Eu acho que nós temos que ter a possibilidade de eleição direta todos os níveis sem que haja essa coisa de “preferencialmente”.

Quando institui eleição direta em Goiás, inclusive com curso formação para os candidatos a gestores escolares que acho que é uma medida preventiva muito importante para que a gente tenha bons gestores, gestores efetivamente qualificados, eu não deixei nenhuma válvula de escape para casos em que não se tivesse essa previsibilidade de realização de eleição direta.

Então, ou a gente faz eleição direta para todas as escolas ou a gente não faz. Essa expressão “preferencialmente”, na minha opinião, não coaduna com esse princípio da gestão escolar democrática.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão. Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, a minha observação é no mesmo sentido. Colocar “preferencialmente” significa nada, na verdade, porque não tem força de lei. Eu realmente considero que nós deveríamos deixar claro que tem que ser por eleição direta.

Em Minas Gerais isso já é assim, o Governo do Estado já implementou isso há mais de dez anos, ainda no Governo Hélio Garcia, depois continuou comigo, fizemos a universalização, então eleição já é direta lá há muitos anos na rede estadual.

Então, eu sou premente favorável, mas eu também sugeriria que retirasse a palavra “preferencialmente”.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu gostaria de lembrar que existem escolas que só tem uma sala de aula onde a professora dá para múltiplas classes a aula. E existem escolas pequenas de comunidades indígenas e comunidades rurais que não vão ter condições de fazer essa coisa. Por isso, tem que ser preferencialmente. Como vão obrigar a escola que só tem uma professora a fazer uma eleição? Então, a palavra “preferencialmente” tem que permanecer que é para dar oportunidade aos que ainda estão evoluindo, começando. Escolas indígenas só têm um professor. É uma escola.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Para esclarecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Alguém ou algum outro senador quer se pronunciar antes de passar a palavra à Senadora Fátima Cleide? Então, a palavra está com a relatora.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, apenas para explicar ou para esclarecer o porquê da palavra “preferencialmente”.

Nós, tanto eu – como relatora – quanto a Senadora Ideli que é autora do projeto, também entendemos que a eleição direta deve se dar em todas as escolas, em todos os níveis. O que ocorre? Ocorre que não temos ainda, infelizmente, um Sistema Único de Educação Básica neste país. Meu sonho é que um dia nós tenhamos, mas, por enquanto, não temos.

E a palavra “preferencialmente” aqui ela vem para atender justamente a um pleito do Estado de São Paulo. Porque em São Paulo a nomeação, a escolha do diretor de escola se dá através de concurso. Então, o sistema da educação básica de São Paulo diferente dos outros sistemas, dos 26 Estados e do Distrito Federal, ela se dá por concurso.

Então, para assegurar que lá no Estado de São Paulo continue a ser da forma como eles têm tratado até agora, é que nós colocamos a palavra “preferencialmente”. Mas se a comissão entender que tem que retirar, desconsiderando o sistema de São Paulo, por mim não tem problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pergunto se a exclusão da palavra “preferencialmente” já está na Emenda inicial do Senador Marconi, já está incluída no relatório. Não?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Está incluída no meu relatório por acatar também a solicitação do Estado de São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marconi, eu entendo que, como faz em Goiás, e o senhor que fez, lá existia um curso anterior para os diretores serem candidatos. Não é isso? Como aqui no Distrito Federal. A minha idéia, inclusive eu tenho insistido, é que haja uma escola de gestores e que só possam ser candidatos os que fizerem o curso de gestor.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Antes da candidatura.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): No futuro, mas não estou influenciando nada neste projeto.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu acho que o ideal seria--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, a palavra “preferencialmente” atende isso. A palavra “preferencialmente” permite um ajuste que o senhor fez, que o Governador Arruda fez aqui...

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, eu tenho essa dúvida, tenho também uma outra que é em relação ao tempo. No inciso III do art. 14, a escolha para mandato de “pelo menos dois anos dos ocupantes de cargo ou função de ensino médio”. Eu acho que no máximo dois anos com uma recondução.

Eu acho que também poderíamos aprimorar também, Senadora Fátima Cleide, esse item. Quer dizer, o diretor poderia ficar no máximo dois anos. Porque, senão, ele fica *ad eternum*(F). Então, no máximo dois anos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Complexo de terceiro mandato.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu acho que nós deveríamos fixar a no máximo dois anos com a previsão de uma recondução.

Esta questão do curso anteriormente à candidatura, na minha opinião, aperfeiçoaria muito o sistema de ensino. Nós não teríamos candidatos desqualificados disputando eleições, e esta palavra “preferencialmente” continua me preocupando em que pese respeitar o sistema adotado pelo Estado de São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero consultar. São dois pontos aqui. Um é excluir a palavra “preferencialmente” e ficar “obrigatoriamente”. Não é isso?

O outro é a idéia de não ter reeleição.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pelo tempo de... Máximo de dois anos. E uma reeleição apenas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Uma reeleição. E o prazo... No prazo não está.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Dois anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): São duas coisas diferentes.

Vamos discutir a que eu acho mais simples que é este caso de reeleição e o mandato. A Senadora... Consulto a Relatora e a autora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu quero dizer que não tenho nenhum óbice à questão de apenas uma reeleição e o prazo de dois anos. Eu acho que é bastante adequado.

Agora, a discussão a respeito do “preferencialmente”, olha, que o projeto original, Senador Marconi, não tinha o “preferencialmente”.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não tinha, é verdade.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não tinha. Nós gostaríamos muito, inclusive porque o seguinte, nós já tivemos um número muito maior de Estados e Municípios que adotavam a eleição direta. E tirou. E inclusive tirou não por causa disso, não porque caiu, Senador Gerson Camata, mas é porque o seguinte, dependendo de quem se elegia, se tinha interesse ou não de nomear ou não nomear, acabava com os processos já regulamentados e em funcionamento de eleição para diretores. Por exemplo, o caso de Santa Catarina foi assim. O caso aqui do Distrito Federal foi

assim. Então, por problemas políticos partidários, né? Já houve.

Então, a nossa vontade era de que não tivesse o “preferencialmente”. Aí esbarramos nesta questão de São Paulo que é por concurso. E mais, uma série de Estados fazem argüição, como foi no caso de Santa Catarina, fazem a argüição pela inconstitucionalidade. Porque dizem que o cargo de Diretor é de livre nomeação.

Então, arma uma confusão, inclusive jurídica, que acaba... Em vez de a gente avançar, retrocedendo.

Por isso, que nós, em comum acordo com a Relatora, Senadora Fátima Cleide, entendemos que para evitar esses tumultos e controvérsias, inclusive numa imposição a um sistema que já funciona há bastante tempo no Estado de São Paulo, que é por concurso público, até porque a gente deve caminhar, eu espero que a gente caminhe da mesma forma como temos o Sistema Único na Saúde termos um Sistema Único também na área da educação para não ter mais esta questão.

Então, eu entendo que o melhor para nós não termos todas estas controvérsias é manter o “preferencialmente” e acatar as sugestões do Senador Marconi Perillo no sentido do mandato de dois anos com no máximo uma reeleição.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A questão do mandato está bem, está resolvida. Agora, a questão do “preferencial”, a minha preocupação é que “preferencial”, na verdade, significa só uma orientação. Não vai significar, não vai ter força de lei. Nós podemos colocar que será eleição direta, observadas pré-condições a serem definidas pelas assembleias estaduais. Você mantém a questão Constitucional, que as Assembleias é que vão definir as regras, só que você põe eleições diretas observadas pré-condições. Qual pré-condição? Num Estado pode querer concurso, outro Estado pode querer que só seja professor, por exemplo, sei lá. Tira o “preferencialmente”.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): O que já está previsto aqui porque nós já colocamos de acordo com as normas do respectivo sistema de ensino. Já asseguramos isso na redação.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): [pronunciamento fora do microfone] A palavra “preferencialmente” vai induzir...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Tudo bem. Por mim acho ótimo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, Fátima--

[falas sobrepostas].

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, para que a gente possa agilizar, nós concordamos com a retirada do termo “preferencialmente” e concordamos também com a proposta de revisão aqui do mandato de no máximo dois anos e com uma reeleição.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Agora, a redação que está dada atende à sugestão do Senador Azeredo?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim, no meu entendimento, sim.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Queria devolver para os Estados.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): De acordo com as normas do respectivo sistema de ensino.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Definidas por legislação estadual.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Aí é do sistema de ensino.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Mas o sistema de ensino é estadual. Da forma como está hoje é estadual.

[falas sobrepostas].

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Tem ensino municipal também.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Não, estou dizendo do Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas não está escrito o pré-requisito de acordo com o Estado. Ou Município. O que ele propõe é que tem que ser eleição. Agora, pode-se colocar pré-requisitos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Definido pela legislação estadual. Você mantém a autonomia dos Estados, tira o risco de inconstitucionalidade, quer dizer, o Estado que vai definir.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ter sido por concurso público ou professor para ser candidato. Ter tido algum curso de gestão. Então, haveria pré-condições. Isso que ele propõe. Como está não fica claro isso.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, a pré-condição da capacitação já está prevista no parágrafo Único. Depois de eleito, antes da posse...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está escrito isso?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Está no parágrafo Único, Sr. Presidente. Os eleitos deverão, antes de sua posse, receber capacitação em gestão educacional. Terão a administração avaliada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas o que acontece se um eleito

não se submeter ao curso? Senadora, o que acontece se um não se submeter? Ou não for aprovado no curso depois de eleito? Será destituído? Fica difícil.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Eu acredito que não deva tomar posse. Não deva tomar posse, senão houver a capacitação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas não está escrito isso.

[falas sobrepostas].

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senadora Fátima Cleide, Senador Cristovam, eu passei por essa experiência muitos anos como Governador, foram quatro eleições diretas e eu gostaria de dar meu testemunho. A introdução desse pré-requisito de realização do curso anterior à candidatura qualificou extraordinariamente a gestão escolar. Então, eu insisto porque eu tenho convicção disso.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E eu apoio essa manifestação, Senadora Fátima. Eu tenho debatido isso com Governos, com movimento de professores, Senador Cristovam, e a escolha democrática ela é fundamental. Mas ela tem que ser mesclada com critérios e com preparação. Porque senão você acaba transformando a escola num local de embate político, de interesse político que não ajuda na qualificação da nossa educação.

Então, eu acho que a escolha democrática é fundamental, exigindo que tenha esse curso ministrado pela administração pública, quem quiser fazer faça, quem quiser disputar depois, dispute, está certo? Acho que esse é o melhor...

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Só mais um adendo, Senador, a definição desses critérios reduziu extraordinariamente os embates que havia anteriormente. Porque a discussão passou a se dar em cima de critérios e de programas, de projetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero dizer que a posição da Mesa primeiro é que a gente deve votar hoje. Este é um projeto muito esperado, muito desejado pela comunidade dos professores do Brasil.

Segundo, que a idéia de tirar o “preferencialmente” é aceita, e eu creio que aumenta a democratização. Fica obrigatório para que o Governador e o Prefeito não mude.

A idéia da pré-qualificação agrega ao processo democrático a formação e consolida mais o processo democrático até. Além disso, o que está escrito... Sim, dois anos já foi aceito, ótimo. Além disso, está dizendo que isso é a critério do estados e municípios. Se o estados e municípios quiserem fazer sem qualificação prévia, pode fazer também. Não vamos na lei obrigar. Não é isso?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): [pronunciamento fora do microfone] Eu acho que deveria ser obrigatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Relatora, como é que a gente pode aprovar hoje reescrevendo para atender a este sentimento que parece que é comum? De inverter a ordem. Em vez de a formação ser depois da eleição, ser antes.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Ok. De acordo. Primeiro, excluimos a palavra “preferencialmente”. Segundo, mandato de no máximo dois anos e com direito a uma reeleição. Terceiro, no lugar... No parágrafo Único no lugar de “os eleitos”, podemos colocar “os candidatos” deverão antes de sua posse receber capacitação em gestão educacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Excelente solução. Parabéns, Relatora. A autora aceita. A autora aceita a idéia. Perfeitamente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, eu não tenho nenhum óbice. A Senadora Marina que tem uma dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marina, qual é a dúvida? Depois Senador Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Justamente minha dúvida era em relação a São Paulo. Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Primeiro a Senadora Marina. Senadora Marina.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): É muito mais uma dúvida. Porque se em São Paulo há concurso público para escolher o Diretor de escola...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Para escolher o candidato.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Para escolher o candidato?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Os candidatos vão ter que antes... Depois vai ter que ter eleição.

[falas sobrepostas].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): São Paulo é concurso público para o cargo de Diretor.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Hoje tem o concurso público. Isso que estou dizendo. Aí vai mudar...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Uma lei federal vai mudar isso.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Assim, é consenso que todos acham que no futuro se o Diretor de escola for por concurso público, é melhor para educação de qualidade, né? E São Paulo já é concurso público. São Paulo é o Estado mais desenvolvido e é o leme dos Estados brasileiros. Então, eu acho que poderia colocar uma exceção aqui. Exceto para os Estados onde haja concurso público. Quer dizer, essa nossa lei vai valer para todos os Estados, exceto onde já haja concurso para Diretor.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso perverte a concepção do projeto.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Por quê?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Porque o projeto visa democratizar. Casar a competência com a democracia. Se a gente põe concurso, pode ter mérito, não vou negar, mas--

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mas a questão é conceitual. Conceitualmente a gente apóia a eleição direta.

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Conceitual.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, Presidente, parece que a questão de São Paulo se resolve colocando respectivo sistema de ensino definido por legislação estadual. Vamos deixar os Estados.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso está escrito também.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Já está sugerido. Acatada a sugestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mão Santa pediu a palavra também. Senador Mão Santa. Mas só um detalhe. O projeto como está prevê a exceção, de acordo com a legislação local. Eu até acho que por mim seria uma lei federal. Os Estados têm que submeter a isso. Mesmo Estado leme, se é que existe isso.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Só para que a gente tenha consciência, isso que o senhor falou, Senador, que uma lei federal se sobrepõe ao sistema. Se nós já temos um Estado em que o sistema se organiza por concurso público, a lei federal vai dizer que não será mais concurso público e será por eleição.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não. A lei vai dizer que permite o

concurso público, mas os que passarem em concurso público, terão que se submeter também a uma eleição. É isso que está... Pela lei está dito isso.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): [pronunciamento fora do microfone] Eu não sou a favor da meritocracia, mas acho que vai dar um problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem que casar os dois. A meritocracia com a democracia. A demeritocracia.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Entendo que no caso de São Paulo vai acontecer isso. Vai passar no concurso e depois vai ter uma eleição.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Hoje não tem. Senador Mão Santa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não teria.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos passar para o Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Professor Cristovam Buarque, Franklin Delano Roosevelt disse: "Toda pessoa que eu vejo é superior a mim em determinado assunto e nesse particular eu procuro aprender".

Eu fui Governador de Estado, eu fui prefeitinho, mas a maior autoridade, mais do que V.Ex^a, mais do que eu, esse aqui. Eu fui Governador, estava surgindo. Tumultos muitos. E ele dá sabedoria atual é o que tem mais experiência do que eu. Está certíssimo. Eu vi o nascer disso, tumultos muitos, lado bom, lado negativo, mas ele é o recente, é o que tem. Ele que tem observação, Marconi Perillo.

Então, eu sou pela eleição com a capacitação prévia e dois mandato limitando. Eu acho que ele supera a todos nós. Ele tem uma experiência real vivida. Melhor que a minha, melhor que de V.Ex^a também que nós fomos Governadores juntos. E no começo abraçou-se, eu me aconselhava com o maior político do Piauí, Prof. Wall Ferraz, ele era professor e Prefeito de Teresina que avançou muito. Mas eu acho e ouvi atentamente a todos. Marina, o mais atualizado o nosso aqui... Não é nem do meu partido, é o Marconi Perillo. Vamos segui-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): As sugestões do Senador Marconi Perillo foram atendidas. Ficou apenas uma dúvida levantada que não virou Emenda. Então, Senadora Fátima.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu acho que a preocupação da Senadora Marina pode ser depois atacada na redação final, Senadora, para não ficar também essa dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Até porque vamos ter um turno suplementar. Senadora Fátima, como seria a relatório--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Senador, só por uma questão. Para que a gente tenha clareza do que a gente está votando aqui.

Veja bem, um concurso público, pessoas de diferentes lugares, de diferentes regiões se candidatam para o concurso. Depois essas pessoas passarão por uma eleição, elas são estranhas à comunidade escolar, porque um está em Perdizes e outro está em Pinheiros, dificilmente haverá identificação daquele concursado com a comunidade escolar.

É só para que a gente tenha a clareza de que uma eleição, ela exige envolvimento com a comunidade escolar para que haja compromisso no processo de eleição daquele candidato. Alguém que passou no concurso público ele vai querer tomar posse de acordo com a lei do concurso público. É só para que a gente veja que não é uma questão fácil se no Estado de São Paulo, como falou a Senadora Ideli e a Senadora Fátima Cleide, é um concurso público, qualquer cidadão pode se candidatar no sistema de São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas Senadora, é exatamente isso que a lei quer evitar. Que alguém do concurso público, descolado da comunidade acadêmica chegue lá com muita competência, mas sem a vivência da comunidade. Que é fundamental.

Então, por isso, que o concurso público seria uma pré-condição, boa, positiva. Mas, teria que haver um casamento com a comunidade. Inclusive uma pessoa de fora pode ter esse casamento, mas se não tivesse não seria nomeado. Essa é... Esse é o espírito que está valendo aqui. Que acho que o Senador Perillo está de acordo.

Senadora Fátima Cleide, poderia dizer qual é a lei que ficou? Que vamos votar?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): O inciso III--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marina, vamos prestar atenção à Relatora para votar.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): --acatando as sugestões, porque eu sinceramente, Sr. Presidente, eu acredito que o termo "preferencialmente" iria garantir que nós não tivéssemos problemas com o Estado de São Paulo, mas acatando as sugestões da comissão a redação fica da seguinte forma: O acesso às funções de direção das escolas públicas de educação básica se dará de acordo com as normas do respectivo sistema de ensino, definido por legislação estadual, acatando a sugestão do Senador Eduardo

Azeredo, por eleição direta dentre profissionais de educação para mandato de no máximo dois anos com direito à reeleição com a participação da comunidade escolar, com a participação da comunidade escolar constituída por professores, funcionários, estudantes e seus responsáveis. Parágrafo Único – Os candidatos deverão, antes de sua eleição, receber capacitação em gestão educacional e terão sua administração avaliada para fins de direito à reeleição a qualquer das funções de direção.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bem assim? Vamos pôr em votação. O substitutivo com todas as alterações propostas de uma vez. Senador Flávio Arns?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim, Senadora Relatora. Desculpe não pedir...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu sou obrigada a confirmar uma questão antes de iniciar a votação. Nós estamos incluindo lei estadual. O problema é que o sistema de ensino tem rede estadual e rede municipal. A lei estadual não vai se aplicar aos sistemas municipais.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] Vai incluir as municipais também.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois é, mas veja bem, o art. 14 da LDB diz o seguinte: “Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: 1 – participação dos profissionais de educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; 2 – participação das comunidades escolares e locais em conselhos escolares ou equivalentes”.

Portanto, o sistema de ensino já define. Se nós incluirmos a questão da eleição, entende? Como obrigatório, é isso que vai garantir que vai respeitar a legislação local, própria, específica que o sistema de ensino inclui tanto da rede estadual como da rede municipal.

Então, é por isso que eu acho que a gente não tem que colocar lei estadual, porque não vai acabar...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] O ensino já abrange tudo--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, já que foi aberta só uma exceção para--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só um minuto. Alguém quer se pronunciar sobre a fala da Senadora?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu estou insistindo só que nós estamos fazendo uma

lei federal para definir o sistema de eleição direta. Agora, as condições que se dará essa eleição é que elas podem dentro do sistema federativo elas estarem delegadas aos Estados e Municípios. Quem define a lei estadual? É a Assembléia Legislativa. Quem define a lei municipal? É a Câmara. Estou querendo preservar uma autonomia do poder municipal e do Poder Legislativo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas aí não podemos especificar que é a lei estadual. Entendi... Mas não pode ter a palavra “lei estadual”.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Definida por legislação estadual ou municipal. Tem que ter as duas.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só gostaria de destacar que a preocupação da Senadora Fátima e da Senadora Ideli e dos outros, é com relação ao Estado de São Paulo onde existe, entre outras preocupações, onde existe o concurso público. Quando se faz o concurso público, né Senador Perillo, a pessoa já faz, o profissional já faz o concurso público para um determinado Município. Existem 10 escolas, 10 vagas para aquele Município.

Então, eu não consigo visualizar como os dois sistemas que são bons, como V.Ex^a colocou, como é que a pessoa vai fazer concurso e depois vai se submeter a uma eleição. Para que se a pessoa não for eleita, este profissional vai para onde. Quer dizer, porque a pessoa fez o concurso no Estado de São Paulo, para a direção num determinado Município. Aí passa por um processo, se submete a um processo de eleição. E se a pessoa não for eleita, vamos supor, fez o concurso, o que o Estado vai fazer com esse profissional? Não tem o que fazer. Porque ele fez um concurso, tem o direito garantido, e depois ele não pode ser deslocado para outro Município porque lá ele teria que se submeter à eleição de novo e ao mesmo tempo originalmente ele prestou concurso para um determinado Município.

Então, a gente ficaria com uma equação complicada. Eu acho que aquela sugestão original, indo pela linha do Senador Marconi Perillo em que a pessoa não seja, neste caso, obrigada a se submeter aos dois aspectos. Quer dizer, deve acontecer de acordo com normas estabelecidas. Porque senão a palavra “preferencialmente” aí teria que ser usada. Eu não vejo como sairmos desta problemática, vamos dizer assim, sem... Quer dizer, não está bem resolvida a situação na minha ótica.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, eu quero... Desculpe eu entrar... Senadora Fátima e Senadora Ideli, desculpa da Mesa entrar nesse debate, mas é que ele faz um concurso dentro da regra de que para ser nomeado Diretor ele terá que ser aprovado pela comunidade. Por que isso? Porque ele não é... Não é concurso para gestor de um organismo morto, é de um organismo vivo. Que são os pais, os professores e os alunos. A convivência é uma condição necessária da capacitação que o concurso sozinho não mostra.

Então, o concurso é uma pré-condição. Eu pessoalmente acho que não deveria ser concurso, deveria ser curso de gestor. Deveria ser uma escola de gestor. Quem tiver diploma, vai e se inscreve para o concurso. Mas é um outro projeto mais distante. Já está aí dentro. Permite isso. E a equação minha principal agora, falando em equação, é como não perder o quórum. Não perder o *quorum*. Estamos prontos para votar? Senador Papaléo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Duas palavras. Quero concordar plenamente com a Senadora Marina, com o Senador Flávio Arns, porque concurso não combina com eleição. Concurso não combina. Um pré-curso, sim. Agora, o concurso não combina.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, esse é um problema de São Paulo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): São Paulo que resolva.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos votar então. Nós vamos votar de acordo com o substitutivo lido pela Senadora Fátima Cleide. Senador Flávio Arns? Sempre é o primeiro. Eu deveria inverter essa ordem.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, não. Está perfeito. Dentro dessa preocupação, eu concordo com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Fátima Cleide é a Relatora. Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli é autora. Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com a Relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): [pronunciamento fora do microfone] Com a Relatora após as inspirações do Senador Marconi Perillo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marconi Perillo que é autor de Emenda. Senador Papaléo Paes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): [pronunciamento fora do microfone], com o Senador Marconi Perillo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com a Relatora, com a autora e com o Senador Marconi Perillo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com a Relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marina Silva?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): [pronunciamento fora do microfone] Com a relatora, mas sempre nos jornais as minhas ressalvas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Estão, guardadas. Senador Pedro Simon. Saiu. Senador Valter Pereira. Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a relatora. Está aprovada, mas a matéria...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Será aprovado...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar no termo do disposto no art. 282. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu queria, Sr. Presidente, se possível, que já há precedentes na comissão de um acordo se todos forem favoráveis de quebra do interstício, e nós podemos fazer a votação do segundo turno agora em seguida. Estou fazendo requerimento verbal.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A Mesa aceita a proposta e põe aqui em discussão se o Plenário está de acordo em dispensar o interstício. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aceito.

Passamos à votação outra vez. Precisamos votar um a um? Não houve nenhuma Emenda. Então, os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado. Eu parabeno a Senadora Ideli e a Senadora--

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Desde que haja acatamento das Emendas.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Claro, com as Emendas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com todas as Emendas. Eu peço aqui mais um minuto para votarmos--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, quero agradecer a todos, porque este foi um projeto... Se teve projeto aprovado com redação a muitas mãos, foi esse aqui. Um belo debate, fomos construindo aqui com todas as Emendas e o consenso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Gente, faltam apenas quatro terminativos e todos eles, a meu ver, mais rápidos que esse.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): O Item 26, Sr. Presidente, eu tinha pedido inversão de Pauta para votar que é a terminativo também. Sugiro que V.Ex^a que designe a Senadora Fátima Cleide como Relatora *ad hoc*.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Aceito plenamente. Mas vamos seguir os quatro em ordem já porque vão ser rápidos. Vou para o item nº 1 cujo Senador... Senador Eduardo Azeredo é o Relator. Altera a lei... Peço atenção de todos. Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 com fim de sempre há abertura das escolas públicas nos finais de semana, feriados e períodos de recesso.

Eu passo a palavra ao Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O parecer favorável ao projeto do Senador Expedito Júnior no sentido de que esses são espaços ociosos e que estando abertos, inclusive, com a oferta de alimentação e virão atender a população. Alimentação é item muito importante, muitos alunos só tem alimentação escolar. De maneira que o parecer é favorável,

conforme está escrito no material distribuído aos Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Está em discussão. Todos estão de acordo? Passo à votação. Encerrada a discussão. Senador Flávio Arns?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Paim. Senador Renato Casagrande. Senador Mão Santa. Saiu. Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sim, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Valdir Raupp... Mão Santa, Valdir Raupp... Senador Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo Paes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sérgio Zambiasi. Senador Sérgio Zambiasi. João Pedro. Marina Silva. Senador Eduardo Azeredo é o Relator.

Está aprovado o projeto. Tem *quorum*?

Agora, vamos direto ao Item 20. Projeto de Lei do Senado nº 400/2007 altera o art. 2º do art. 48 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem, Sr. Presidente. Meu nome não foi chamado para votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ele queria deixar registrado o voto favorável na matéria anterior.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas foi considerado. Desculpe. Foi considerado.

Altera, estabelece garantias de forma a permitir universidade ou centro universitário público ou privado possam revalidar diplomas expedidos por universidades estrangeiras. Projeto do Senador Wilson Matos, Relator Senador Antonio Carlos Valadares a quem eu

passo a palavra apenas aproveitando o *quorum* dizendo que é possível que precisemos convocar uma reunião extra para amanhã ou depois. Com uma razão muito útil e legítima. É que está chegando, eu espero hoje, se conclui-se na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados o projeto do Piso Salarial do Professor.

A Senadora Ideli é a Relatora e se chegar isso à Mesa hoje vão pedir que enviem imediatamente a esta comissão, porque aqui será terminativo finalmente, e os professores vão poder, indo ao Plenário, ter um piso salarial nacional pela primeira vez na história.

Então, eu vou pedir o carinho de todos os Senadores para essa convocação extraordinária. Senador Antonio Carlos Valadares, peço que leia o parecer.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, antes, porém quero parabenizar V.Ex^a pela preocupação com esta proposição da afiação do piso salarial do professor. Proposição esta que deve ser votada aqui em caráter terminativo e vai diretamente ao Presidente para sancioná-la.

Então, eu acho que esse é o caminho adequado, mais rápido, vez que os professores estão numa expectativa muito grande em todo o país. Para que essa justiça se faça imediatamente. Obrigado a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu submeto a voto. No requerimento que ele vai apresentar.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, é o seguinte. Eu estou apresentando um requerimento, aliás, fazendo uma retificação no relatório. Ao invés de o sobrestamento do Projeto de Lei do Senado nº 400, que trata sobre as diretrizes e bases da educação, de forma a permitir que universidades e centros universitários públicos ou privados possam revalidar diplomas expedidos por universidades estrangeiras.

Então, essa matéria em se tratando de uma matéria polêmica e onde há interesses contundentes de parte a parte, eu gostaria de que ela fosse seguida de um debate o mais aprofundado possível. Por isso que o nosso requerimento é no sentido de ao invés de um sobrestamento, é que algumas autoridades sejam ouvidas. Naturalmente, se houver mais alguma sugestão, estamos abertos a essas sugestões.

Secretaria da Educação Superior do Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação; Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior; Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior; e União Nacional dos Estudantes. Estas seriam as instituições a serem convidadas a participarem de Audiências Públicas na Comissão de Educação.

Esta é a nossa sugestão, Sr. Presidente. A não ser que haja um acréscimo de ouvida de outras autoridades.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Perfeito. Então, a proposta do Relator de haver uma Audiência eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovada a Audiência.

Passo ao Item 22. Passo ao Item 22 que é um projeto do Senador Marconi Perillo. A Senadora Lúcia Vânia é a Relatora, mas a matéria já constou de pauta em diversas Sessões e eu peço ao Senador Augusto Botelho que seja o Relator.

Autorizo o Poder Executivo a criar Escola Técnica Federal de Iporá, no Estado de Goiás. Relator *ad hoc*.

Teremos apenas mais três. Rapidamente. Senador Augusto. Peço que leia o parecer.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): *Ad hoc* da Senadora Lúcia Vânia. O parecer da Senadora Lúcia Vânia é pela aprovação do Projeto de Lei nº 455/2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passemos à votação. Está em discussão. Não havendo discussão, passamos à votação. Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): [pronunciamento fora do microfone] Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Augusto Botelho é o Relator. Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, com o Relator. Escolas técnicas são o que há de bom em todos nossos locais. Portanto, somos plenamente favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): [pronunciamento fora do microfone] Com o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador João Ribeiro. Está aqui? Senador João Ribeiro. Senador Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): [pronunciamento fora do microfone] Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo Paes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): [pronunciamento fora do microfone] Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senadora Marina Silva?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Está aprovado o projeto.

Vamos ao projeto Item... Ao Item 23. Projeto também já constou da pauta em diversas reuniões. Senador Paulo Duque não está presente.

Eu peço ao Senador Papaléo Paes que seja o Relator *ad hoc*.

Projeto do Senador Marconi Perillo autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Norte de Goiás com sede no Município de Porangatu, naquele Estado. Senador Papaléo Paes, peço que leia o parecer.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Quero parabenizar o Senador Marconi Perillo por atender a uma necessidade do Município citado e eu opino pela aprovação do Projeto de Lei nº 484/2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Está em discussão. Não havendo interessado na discussão, passo à votação. Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): [pronunciamento fora do microfone] Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o brilhante relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo foi o Relator. Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senadora Marina?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Está aprovado.

Passamos ao Item 24. Da Senadora Serys Slhessarenko. Projeto de Lei nº 294 que escreve o nome de Ana Nery no livro de Heróis da Pátria. Senadora Fátima Cleide é a Relatora.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Já foi lido o relatório, Sr. Presidente. Nosso voto é pela aprovação deste projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Eu peço a votação então nominal. É terminativo. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Fátima Cleide foi a Relatora. Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o autor e a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo Paes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marina?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu leio o 25 rapidinho. *Ad hoc*.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está aprovado e o último projeto...

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Já tem várias Sessões também. Senadora Serys.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Projeto de Lei que altera o nome

do livro dos Heróis da Pátria para livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Senadora Serys Silhessarenko é autora. Senadora Lúcia Vânia é a Relatora, mas a matéria já constou de diversos. Senador Marconi Perillo como Relator *ad hoc*.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O parecer da Senadora Lúcia Vânia é pela aprovação, eu mantenho como Relator *ad hoc*. Pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Esse é um projeto que estávamos devendo ao Brasil. Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador João Ribeiro. Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marina?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Quintanilha?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim. Está aprovado por unanimidade a mudança do nome para livro dos Heróis e Heroínas do Brasil.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Presidente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só quero perguntar ao Sr. Secretário, porque há uma Emenda. Se não precisa ser votada a Emenda também? Só a alteração da expressão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Qual é a emenda?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Que é a mesma votação, no caso. Repetição do voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo com a Emenda permaneçam como estão. Está aprovada a Emenda.

Extrapauta vai chegar. Falta o 26. Autoriza o Poder Executivo criar a Escola Técnica Federal de Buritis, no Estado de Rondônia. Autoria Senador Valdir Raupp e o Senador Leomar Quintanilha é o Relator.

Eu passo a palavra ao Senador Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, eminentes Senadores, trata o Projeto de Lei nº 405/2007 de autorizar o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Buritis, no Estado de Rondônia.

É dispensável, Sr. Presidente, apesar de ser uma proposição meramente autorizativa, é dispensável falar sobre a sua importância, sobre a sua oportunidade, porque qualquer iniciativa que vise a investir na capacitação, na formação profissional das pessoas, é bem-vindo neste Senado.

Sorte que o nosso voto é pela aprovação, Sr. Presidente, do Projeto de Lei de autoria do eminente Senador Valdir Raupp com os nossos cumprimentos a S.Ex^a. Incluindo uma Emenda com a seguinte expressão: O art. 4º dessa lei entra em vigor na data de sua publicação. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está aberta a discussão. Não ha-

vendo discussão, eu passo à votação. Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim. Com autor e Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador João Ribeiro não está. Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Já votou. Valdir Raupp. Senador Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo Paes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sérgio Zambiasi. Senador João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marina. Senador Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Quintanilha foi o Relator.

Consulta se mantém a Emenda. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

O último projeto, que é o extrapauta, aprovado, autorizo o Poder Executivo a criar a Universidade do Pacto da Amazônia com sede em Manaus. O Senador... O Relator *ad hoc*... Algum Senador... Senadora Fátima Cleide é a Relatora. Aqui está o projeto.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Esse parecer vai ser favorável. É que existe um tratado amazônico de 1978. De oito países. Estão criando essa Universidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Peço que leia o parecer.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, este relatório trata da autorização para o Poder Executivo criar a Universidade do Pacto da Amazônia, com sede em Manaus, Estado do Amazonas, e o nosso voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 662/2007 acolhida a Emenda de redação apresentada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem... Em discussão. A discussão encerrada. Passamos à votação. Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Fátima Cleide. Foi a Relatora. Senadora Ideli?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em homenagem ao Senador Jefferson Peres, com a Relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo Paes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Augusto Botelho. Senador Sérgio Zambiasi, não está. Senador Valdir Raupp. Senador João Pedro. Senador João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, é rápido. Eu sou autor, mas quero registrar o voto favorável deixado nos Anais do projeto desta Casa, do Senador Jefferson Peres, que foi favorável.

Eu quero agradecer a relatoria da Senadora Fátima Cleide. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço a lembrança do Senador Jefferson Peres. Senadora Marina?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): [pronunciamento fora do microfone] Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Quintanilha?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está aprovado. O último terminativo. Temos *quorum* ainda. Depois temos não terminativos. É o terminativo cujo Relator é o Senador Antonio Carlos Valadares. É o 21. Que autoriza a criação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Distrito Federal. O autor é o Senador Gim Argello. A relatoria do Senador Raimundo Colombo, que não está presente. Mas o... Já foi... Já entrou várias vezes na pauta.

Eu peço ao Senador Papaléo Paes, como Senador *ad hoc*, para ler o parecer.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Decisão terminativa sobre o Projeto de Lei do Senado nº 459/2007 que autoriza a criação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Distrito Federal. Eu... O voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 459/2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em votação. Senador... Ponho em discussão. Não havendo discussão, está encerrada a discussão. Ponho em votação. Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-
ARQUE (PDT-DF):** Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-
ARQUE (PDT-DF):** Inácio Arruda. Renato Casagrande.
Valdir Raupp. Senador Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):
Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-
ARQUE (PDT-DF):** Senador Papaléo Paes foi o Relator,
Sérgio Zambiasi. Senador João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-
ARQUE (PDT-DF):** Senadora Marina Silva?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-
ARQUE (PDT-DF):** Antonio Carlos Valadares. Eduardo
Azeredo. Está aprovado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela or-
dem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-
ARQUE (PDT-DF):** Sendo aprovado o substitutivo, como
foi a matéria, entra na pauta da próxima reunião--

**SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-
TO):** Presidente, primeiro para cumprimentar V.Ex^a
pela capacidade de administração, mas eu gostaria
de votar no projeto.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-
ARQUE (PDT-DF):** Esqueci, Senador Quintanilha.
Desculpe.

**SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-
TO):** O meu voto é sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-
ARQUE (PDT-DF):** Com o voto do Senador Quintanilha
o Distrito Federal agradece. Sendo aprovado, como foi
à matéria, será incluída em pauta na próxima reunião
para apreciação em turno suplementar nos termos do
disposto no art. 282.

Agora, nós temos diversos não terminativos. Eu
peço aqueles que possam permanecer são apenas
três.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Presidente,
como aconteceu no outro projeto, turno suplementar
ser feito hoje também desde que haja concordância.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-
ARQUE (PDT-DF):** Eu fico satisfeito porque é do Dis-
trito Federal, eu não quis tomar essa iniciativa, mas o
Senador Gim agradece.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então,
colha os votos Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-
ARQUE (PDT-DF):** Eu submeto à suspensão, a dis-

pensa do interstício para votar o substituto. Os que
estiverem de acordo permaneçam como estão. Está
aprovado. Ponho em votação. Os que estiverem de
acordo permaneçam como estão. Está aprovado. Va-
mos ao não terminativos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presi-
dente, apenas eu queria uma única observação, se
V.Ex^a me permite.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-
ARQUE (PDT-DF):** Diga.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): V.Ex^a
já alertou para a necessidade de podermos vir a ter
uma Sessão Extraordinária amanhã para apreciarmos
a questão do piso, dos professores, caso a Câmara
cumpra a votação final, redação final e a gente possa
apreciar aqui no Senado rapidamente.

Agora, eu queria fazer duas observações. Nós de-
veremos ter o acordo de líderes para fazer as votações
das matérias esta semana não só das matérias que
estão trancando a Pauta, que são projetos de urgên-
cia constitucional, inclusive tem uma negociação para
retirar a urgência constitucional do mais polêmico que
é aquele dos sacoleiros para poder fluir, as votações
inclusive de empréstimos que nós temos para vários
Estados. E nós estamos buscando colocar no acordo
que nós possamos aproveitar a janela desta semana, de
terça e quarta-feira, que são os dias que nós temos um
número maior de senadores e senadoras no Plenário
para que nós possamos votar a retirada da educação
da DRU, que é uma PEC que está quase já dois me-
ses no Plenário, não tivemos ainda oportunidade de
ter número suficiente para poder apreciá-la.

Então, eu acho que seria muito importante que nós
possamos votá-la de uma vez, terminarmos o primeiro
semestre com mais essa vitória para a educação. E
tem também um projeto que permite a contratação de
nada mais nada menos do que 25 mil professores para
todas essas escolas técnicas e universidades que nós
estamos no dia de hoje autorizando, fazendo projetos
autorizativos. Porque sem profissionais nenhuma des-
sas unidades educacionais podem funcionar.

Então, eu queria pedir o apoio de toda a Comis-
são de Educação para a votação da PEC que retira
a educação da DRU e também para a aprovação do
curso para 25 mil novos professores tanto do en-
sino das universidades como do ensino profissiona-
lizante federal.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-
ARQUE (PDT-DF):** Agradeço a Senadora e lembro o
piso salarial que às duas horas da tarde a Comissão
de Constituição e Justiça da Câmara vai ler o que já
foi aprovado. Chegando aqui, vamos ver se a gente

faz uma reunião ou amanhã ou quinta-feira. Vou pela ordem--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, pela ordem. Senadora Ideli, eu gostaria que V.Ex^a na discussão com os líderes nessa possibilidade dessa janela que acontece nas votações só pudesse Senador Garibaldi a Convenção das Pessoas com Deficiência da ONU e até a quebra do interstício de cinco Sessões, porque eu acho que existe, parece salvo melhor juízo, um entendimento pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, na ordem dos não terminativos – o Projeto de Lei nº 138 que altera a Lei nº 9.250 26 de outubro de 1995 para permitir a dedução do Imposto de Renda da Pessoa Física de despesa para custeio da educação de filho dos pobres. Dos menores carentes. E não apenas dos filhos dos próprios contribuintes.

Eu sou autor, o Senador Romeo declinou, vou passar a relatoria, mas tem um aviso antes. A relatoria é o Senador Marconi Perillo dizendo que há sobre a Mesa um requerimento propondo a Audiência Pública. De qualquer maneira, eu gostaria de ver o parecer. Depois votamos.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O parecer é pela aprovação, Senador Cristovam Buarque, parabenizando pela iniciativa e ao mesmo tempo gostaria de fazer um apelo à Senadora Marisa, se possível no sentido de retirar o requerimento já que a propositura de iniciativa do Senador Cristovam é muito meritória. Eu acho que a dedução de Imposto de Renda de Pessoa Física de despesa para custeio de educação de menores carentes preenche uma lacuna, uma sociedade tão injusta como a nossa.

Senadora Marina Santana é, certamente, uma das brasileiras mais comprometidas com as questões ambientais, com a questão da redução das desigualdades e se possível gostaria de solicitar, como Relator, que ela pudesse retirar a fim de que possamos agilizar a apreciação e tramitação do Projeto de Lei tão meritório, de tão importante iniciativa do Senador e Presidente Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero avisar que a Senadora me ligou essa manhã, eu disse que eu pessoalmente não posso em nenhuma hipótese ficar contra um pedido dela. Eu só quero lembrar que esse projeto visa, a meu ver, corrigir uma falha.

No Brasil, paga-se com dinheiro público, que é a dedução do Imposto de Renda, que é dinheiro que ia para o Estado para pagar a educação privada dos filhos dos ricos que pagam Imposto de Renda. Que já é algo discutível. Mas não se permite que alguma

pessoa que pague Imposto de Renda e queira pagar educação de alguém carente possa deduzir. Então, visa corrigir essa falha. Mas eu passo a palavra à Senadora Marina.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Eu gostaria que fosse lido requerimento, porque no requerimento eu me coloco favoravelmente ao projeto, todavia no meu entendimento há algumas questões que talvez precise melhor... De melhor esclarecimento. Porque a gente fala conceitos que muitas vezes podem ser apropriados inadequadamente.

A idéia do apadrinhamento ou da tutoria de alguma forma, que eu compreendo inteiramente legítima e correta, talvez nós pudéssemos melhorar o conceito para evitar os desusos. Porque a gente sabe que a lei não evita completamente os desvios, mas se formos capazes de dar essa conceituação da forma mais adequada não vejo nisso um prejuízo à medida em que poderíamos aqui, eu até liguei, de fato, para o Senador Cristovam, dizendo que concordo no mérito, mas gostaria de que pudéssemos ter maior segurança em relação aos conceitos que aí estão postos como, por exemplo, essa questão da tutoria ou apadrinhamento.

Para que possamos evitar possíveis desvios porque a gente sabe que isso acontece em várias situações em que o legislador tenta favorecer uma situação eticamente favorável vem sempre os aproveitadores de sorte que é apenas essa a minha questão. Mas se isso não for possível, não vou fazer aqui um cavalo de batalha. Porque no mérito sou favorável.

Todavia, na minha experiência como educadora, como pessoa que já viu agrupamentos que se reúnem para às vezes usufruir benefícios em prejuízo da nossa intenção e sei que a nossa intenção aqui, inclusive do proponente, é a melhor possível.

Foi com essa intenção que apresentei para que tivéssemos uma Audiência Pública até porque eu acho que é um projeto que deva ser altamente legitimado com os vários agentes da sociedade.

Concordo inteiramente com a tese de que aquelas pessoas, eu conheço inúmeras pessoas que ajudam crianças carentes e que não recebem nenhum tipo de desconto do seu Imposto de Renda e que seria uma forma de fazermos com que mais e mais pessoas pudessem tutelar aprendentes(F) na condição de ensinante(F) solidário.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Para discutir, Sr. Presidente.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, como Relator, eu queria apenas sugerir, se possível, se caso haja concordância da ilustre Senadora Marina, que essa discussão se desse na

CAE. Essa matéria ainda vai tramitar pela CAE. Talvez pudéssemos aprovar aqui hoje e na CAE...

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): V.Ex^a, eu acho que na CAE as questões vão se ater aos aspectos econômicos. Eu tenho muito medo quando ela vai para... Eu tenho um projeto que é de altíssima relevância para proteção da Amazônia que tira 0,5% do Norte e Nordeste, 1,5% do Sul e Sudeste para compor um fundo que depois seria distribuído proporcional às áreas preservadas no país.

Esse projeto está há 12 anos tramitando em que pese ter conseguido acordo com os Governos de Estado na época para aquele zero vírgula alguma coisinha que saía de alguns Estados do Nordeste. Até hoje não foi aprovado. Na CAE vai ser uma discussão econômica. A área de tributação discutindo os aspectos de oportunidade e conveniência.

No meu entendimento, aqui seria o momento de estarmos, digamos assim, fazendo a legitimação do ponto de vista da educação, ampliando os conceitos inclusive para que possamos ganhar força para esse debate na Comissão de Assuntos Econômicos que eu tenho medo de que a discussão vá por um caminho meramente de que estamos mexendo com o tributo, com a arrecadação, que é o meu temor pela minha experiência em alguns temas como, por exemplo, Imposto de Renda ecológico e tantas outras iniciativas altamente meritórias em benefício de determinados aspectos sociais ou ambientais e que muitas vezes não prosperam, porque ficam na tutela do olhar econômico.

Aqui seria o espaço para dar a grandiosidade da matéria, envolver inclusive a experiência de pessoas que já trabalham com a tutoria e de pessoas que são beneficiários dessa tutoria para que a gente pudesse sensibilizar a Casa e os agentes inclusive da área econômica.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senadora Marina, os argumentos de V.Ex^a, são argumentos corretíssimos, são argumentos sérios, da parte da relatoria, Sr. Presidente, se V.Ex^a pudesse, desde que aprovado pudesse agendar para essa semana ainda ou na próxima semana nós teríamos aí um curto espaço de tempo para aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu creio que é absolutamente impossível fazer essa Audiência neste semestre e duvido muito que no próximo, com as eleições. Eu acho muito difícil pela lista que nós temos de Audiências esperando. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, apenas para concordar com as questões levantadas pela Senadora Marina, porque eu também tenho algumas preocupações. Eu acho extremamente

meritório, quero parabenizá-lo pela iniciativa de propor esse Projeto de Lei.

Agora, as preocupações que eu tenho também, além dos aspectos conceituais colocados pela Senadora Marina, vão também para a questão dos procedimentos. Como é que nós poderemos garantir, né?

Minha preocupação, Sr. Presidente, é com os desvios mesmo. Eu acho que nós precisamos discutir e buscar caminhos. Eu acredito que um esforço muito grande nosso acho que dá para fazer essa Audiência aqui. Acho até para poder buscar as respostas para as nossas aflições nesse momento.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Como professora e alguém que se beneficiou da tutoria de tantas pessoas na vida, eu não poderia obstaculizar esse projeto em hipótese alguma.

A minha preocupação é com a questão dos desvios, aspectos conceituais e de que possamos ter força e legitimidade para fazer com que ele ande na velocidade que eu acho que deva andar. Mas se os senhores querem remeter o debate para a Comissão de Assuntos Econômicos, para mim não tem nenhum problema.

Eu até retiro meu requerimento para favorecer a idéia. Mas gostaria de poder debater os aspectos conceituais para que possamos nos cercar daqueles que, muitas vezes, se aproveitam de boas intenções e de boas propostas como essa.

Da minha parte acho que não é o melhor espaço, o melhor espaço para trazer e fazer essa Audiência é aqui, porque esse é o *locus* da educação, é aqui que nós vivemos a sensibilidade daqueles que não têm acesso e que, muitas vezes, o estender da mão de alguém é fundamental na sua vida, mas eu não vou criar nenhum obstáculo até porque se não vai ser debatido no semestre inteiro, longe de mim querer criar esse empecilho.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, alguém quer se pronunciar? Senadora Marina, depois de suas preocupações que eu confesso, que todos nós temos, eu acredito eu mesmo, mas o Senador Marconi foi muito claro que na CAE vai ser discutido tudo isso. E até com mais rigor talvez. Aqui a gente analisaria...

Mas de qualquer maneira será lá de qualquer maneira será. Então, eu coloco em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Vamos ao Item nº 13 cujo Senador Papaléo Paes é o Relator, Senador Marcelo Crivella é o autor. Projeto de Lei nº 284 que altera a Lei nº 9.263 de 12 de janeiro de 1996 que trata do planejamento familiar. O objetivo do projeto é tornar obrigatório o ensino de

educação sexual e institui o Dia do Planejamento Familiar e reduzir idade mínima para o exercício da opção pela esterilização cirúrgica e revogar a exigência de consentimento de ambos os cônjuges na vigência de sociedade conjugal para a realização de esterilização cirúrgica.

É um projeto extremamente importante que o parecer é pela rejeição, mas eu passo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, é um projeto realmente polêmico, que envolve essas questões todas já relatadas por V.Ex^a, de autoria do Senador Marcelo Crivella que altera a Lei nº 9.263 de 12 de janeiro de 1996.

Então, é tornar obrigatória a educação sexual no ensino médio e fundamental nas esferas pública e privada bem como na instrução prestada aos militares das Forças Armadas que cumprem serviço militar obrigatório, nas academias e demais cursos de formação militar, e na formação das Polícias Federal, Rodoviária Federal e Ferroviária Federal.

Instituir o Dia do Planejamento Familiar a ser comemorado no dia 12 de janeiro de cada ano para que sejam difundidos os direitos da população. E um tema bastante polêmico é reduzir a idade mínima para esterilização voluntária de 25 para 18 anos de idade, desde que o interessado tenha pelo menos dois filhos vivos.

Senador Marcelo Crivella, eu quero dizer, lembrar aos senhores e senhoras que estão presentes aqui, senadoras e senadores, que nós tivemos Audiências Públicas relativas ao tema, é um tema muito polêmico, volto a dizer, principalmente relacionado ao caso da redução da idade para esterilização nessa moderna sociedade que nós vivemos que aos 18 anos de idade, eu tenho certeza absoluta, que casamentos que acontecem bem antes dos 18 anos de idade para a mulher ter dois filhos, por exemplo, ou até se ela não for casada, pode causar problema para o futuro se ela tiver uma outra opção de um outro casamento.

Então, isso é muito discutido, tem muitas alterações que provocam essa situação, então, por isso, eu quero dizer que a Comissão de Educação não contempla todas as análises aqui contidas. Porque muitas delas têm que ser analisada na Comissão de Assuntos Sociais.

Por isso, eu quero basear meu parecer no Regimento Interno do Senado Federal nos seus art. 101, § 1 e 2. Art. 102 – A Comissão de Educação compete opinar sobre a proposição que verse sobre normas gerais sobre educação, cultura, ensino, desporto e instituições educativas e culturais diretrizes e bases da educação nacional e salário educação. 2 – Diver-

são, espetáculos públicos, criações artísticas, datas comemorativas e homenagens cívicas.

Em vista do exposto, com o relatório que todos têm em mãos, eu sou e voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 284/2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Passamos ao último projeto dessa manhã formidável de votação, que é o projeto não terminativo cujo Relator é o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É o Item 19.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Item 19. Projeto de Lei da Câmara nº 002/2008 que institui o Dia Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde. O autor é o Deputado Raimundo Gomes de Matos. Senador Flávio Arns com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Este é um projeto, como V.Ex^a já mencionou, que institui o Dia Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde. À época quando o Deputado Raimundo Gomes de Matos apresentou o projeto, não havia o Dia Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde. Porém, depois da apresentação foi criado o Dia Nacional que é o dia 29 de novembro. E o Deputado Raimundo de Matos apresentou no Projeto de Lei um outro dia, que seria o dia 4 de outubro.

Então, nesse sentido, o Projeto de Lei não poderia ser aprovado por já existir o Dia Nacional do Agente Comunitário de Saúde. Porém, o projeto do Senador... Deputado Raimundo de Matos vai além da sugestão do Dia Nacional, para que seja outorgada no Dia Nacional a medalha de mérito Oswaldo Cruz, por proposta do Ministério da Saúde para aqueles que se distinguem de forma notável e relevante em suas funções como agente de saúde em seus Estados.

Como esta segunda parte do projeto não está atendida pelo projeto já sancionado, nós somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 2/2008, do Deputado Raimundo Gomes de Matos... Na forma do substitutivo. Ou seja, aproveitando a segunda parte do Projeto de Lei da Câmara. Que é o substitutivo.

Então, o Congresso Nacional decreta art. 1º a Lei nº 11.585 de 28 de novembro de 2007 passa a vigorar do seguinte: art. 1º, letra "a": "No Dia Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde" que é o dia 29 de novembro, conforme lei já aprovada, "poderá ser outorgada medalha de mérito Oswaldo Cruz mediante proposta do Ministro de Estado de Saúde àqueles que se distinguem de forma notável ou relevante em

suas funções como agente de saúde em seus Estados". Ainda no parágrafo Único, os critérios de avaliação de desempenho de que trata o *caput* "serão determinados pelo órgão de coordenação de saúde da administração pública competente".

Quero destacar, Sr. Presidente, então que o voto é pela aprovação mas quero também na leitura desse parecer sobre o Projeto de Lei também destacar e parabenizar o trabalho de fôlego, de envergadura importante que é desenvolvido no Brasil pelos agentes comunitários de saúde.

Se nós pensarmos no avanço nas áreas da saúde, na diminuição da mortalidade infantil, na aproximação da saúde com a população, na presença de alguém de saúde em todas as comunidades, todos nós devemos isto muito aos agentes comunitários de saúde. O Brasil avançou por várias razões, e entre elas, de maneira incisiva e importante, através dos agentes comunitários de saúde.

Quero aproveitar, nesta ocasião, para enaltecer, parabenizar o trabalho dos agentes comunitários de saúde e destacar o projeto do Deputado Raimundo Matos também, e dizer que além de já se ter o dia, que é o dia 29 de novembro, esses profissionais poderão ser também homenageados de acordo com o projeto com a medalha de mérito Oswaldo Cruz de acordo com os critérios do Ministério da Saúde.

É o parecer, Sr. Presidente pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado, Senador Flávio Arns. Eu ponho em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Nós já votamos 21 projetos. Vamos para o 22 e terminamos.

É um projeto também não terminativo que institui o Fundo Comunidade Esportiva para a construção de quadras poliesportivas nos Municípios e no Distrito Federal. Autoria: Senador Marconi Perillo. Relator: Senador Renato Casagrande e que me autorizou a indicar um Relator *ad hoc* que eu indico o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É o projeto, como já foi dito, que institui o Fundo Comunidade Esportiva para a construção de quadras poliesportivas nos Municípios e no Distrito Federal.

É uma área da mais alta importância fundamental para a cidadania, para a educação, para a segurança. O Senador Renato Casagrande faz uma análise bastante adequada levantando esses aspectos todos e todos nós no Brasil somos favoráveis ao desenvolvimento, ao apoio na área esportiva para que todos tenham chances, oportunidades, e inclusão, e parabenizando

o Senador Marconi Perillo também pela iniciativa fundamental, né? Como são outras assim de autoria de V.Ex^a, e diante do exposto o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 110/2008.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão. Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu quero parabenizar mais uma vez o Senador Marconi Perillo pela sua sensibilidade e eu tenho certeza, além da sensibilidade pessoal, humana, é a sensibilidade da experiência como Governador de Goiás e outros cargos importantes que o Senador já exerceu.

Então, sua sensibilidade faz com que V.Ex^a, pelo menos hoje aqui, tenha deixado a nossa disposição grandes projetos para o país e que realmente são... Devido à importância de cada um, todos os seus projetos aqui foram aprovados.

Então, eu quero parabenizar V.Ex^a e dizer que esse projeto de nº 110 é extremamente importante e não é discriminador de nenhuma classe social. Muito pelo contrário. É integrador das classes sociais. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senador Papaléo. Encerrada as discussões. Eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Eu quero ler apenas um requerimento que é de minha autoria e dois comunicados. Um requerimento Senador João Pedro para que no âmbito desta comissão debatamos a participação do capital estrangeiro nas instituições educacionais brasileiras.

A presente proposição pretende iniciar o debate público no âmbito do Senado Federal. [interrupção no áudio] Então, a idéia é fazer um debate sobre isso. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Tenho um comunicado do Sr. Ministro da Educação convidando para solenidade de instalação da Comissão de Implementação da Universidade Federal do Oeste do Pará, a ser realizado no dia 4 de julho do corrente às 9:00h na sala de atos do Ministério da Educação. E o comunicado que eu distribuirei a cada senador, uma moção que foi aprovada na I Conferência Nacional de Educação de Base de apoio à aprovação do projeto que cria o piso salarial dos professores de educação básica e demais Projeto de Lei que versam pela valorização dos profissionais de educação básica.

A moção solicita que os senadores e senadoras, esqueceram de colocar, acatem as modificações do

texto fruto de acordos amplamente discutido na Câmara dos Deputados.

Está encerrada essa Sessão. Agradecendo aos senadores, às senadoras, e especialmente à equipe técnica da comissão que conseguiu fazer com que tivesse um *quorum* tão alto que faltou cadeira para senador e aprovamos 24 projetos. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 13h44.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2008.

Às doze horas e treze minutos do dia dois de julho de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Wellington Salgado, Mão Santa, Valdir Raupp, Paulo Duque, Rosalba Ciarlini, Marisa Serrano, Flexa Ribeiro, Sérgio Zambiasi, Antônio Carlos Valadares, Romero Jucá, Pedro Simon, Valter Pereira, Adelmir Santana, Romeu Tuma e Eduardo Azeredo reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Renato Casagrande, João Ribeiro, Geovani Borges, Lobão Filho, Gerson Camata, Heráclito Fortes, Marco Maciel, Marconi Perillo, Papaléo Paes e Virginio de Carvalho, que justifica a ausência. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 02: Projeto de Lei da Câmara nº 030, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Presidente da República que, “Cria cargos efetivos, cargos comissionados e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado e o parecer favorável é aprovado. Neste momento, a Senhora Senadora Fátima Cleide requer, oralmente, a inclusão Extra-Pauta, de Requerimento de Urgência, o que é aprovado. **(Ver Extra-Pauta, Item 02)**. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, propõe que a Comissão passe a deliberar o Item 01 da Extra-Pauta, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Substitutivo da Câmara dos**

Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 059, de 2004, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados que, “Autoriza o Poder Executivo a instituir o piso salarial profissional dos educadores públicos, na forma prevista no artigo 206, V, e 212 da Constituição Federal e dá outras providências”. O PLS nº 059, de 2004, de autoria do Senador Cristovam Buarque, foi aprovado terminativamente nesta Comissão em 01º de agosto de 2006. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o parecer favorável é aprovado. Prosseguindo, a Presidência submete à deliberação o Item 01 da Pauta. **Item 01: Requerimento de Urgência nº 035, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque que, “nos termos do artigo 336, incisos II e III, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro Urgência, para o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2008, que ‘Autoriza o Poder Executivo a instituir o piso salarial profissional dos educadores públicos, na forma prevista no artigo 206, V, e 212 da Constituição Federal e dá outras providências’”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Requerimento de Urgência nº 034, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Fátima Cleide que, “nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro Urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2008, que ‘Cria cargos efetivos, cargos comissionados e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação’”. O Requerimento é aprovado. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. — Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 02 DE JULHO DE 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada uma e a cada um de vocês. Havendo número regimental, declaro aberta

a 35ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Essa Sessão tem uma pauta curtíssima e importantíssima. Talvez seja a Sessão desse semestre, se não de alguns anos, com a pauta menor e com a pauta mais importante de todas. Nós vamos discutir dois projetos. O Projeto de Lei da Câmara nº. 30/08, que cria cargos efetivos, cargos comissionados e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, que é de autoria da Presidência da República e a relatoria do Senador Wellington Salgado. E depois vamos discutir o projeto que autoriza o Poder Executivo a instituir o piso salarial profissional dos educadores públicos na forma prevista no Art. 206, Parágrafo 5º e 212 e dá outras providências. Vamos discutir a autoria do substitutivo da Câmara dos Deputados, em função da autoria do PLS nº. 59 dessa Casa. A relatora será a Senadora Ideli Salvatti.

Eu quero agradecer muito ao Senador Wellington, que estava em suas atividades políticas em Uberlândia, e conseguiu chegar aqui a tempo para apresentar a relatoria do seu projeto, que eu vou passar a discutir. Eu passo a palavra ao Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Cristovam, muito obrigado pela lembrança, mas realmente conseguimos no dia 30 fazer um grande acordo com o PT em Uberlândia, onde o PT botou o cabeça de chapa e nós demos a vice na Prefeitura, acho que vai ser grande momento de mudança, e temos um candidato que veio das classes mais baixas e que realmente tem uma visão muito parecida com a do Presidente Lula.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse Parecer que sou o relator é da Comissão de Educação, que cria alguns cargos comissionados que são gratificados no âmbito do Ministério da Educação. Não vou fazer aqui nenhum elogio ao Ministro, que realmente ele tem procurado atender as necessidades, o homem que criou o PROUNI, que foi uma sacada fenomenal, que realmente vai marcar sua passagem pelo Ministério da Educação. Então vou direto à análise, Sr. Presidente, para não tomar muito tempo, porque é um projeto de muita importância, estava aguardando já uma Sessão especial para que pudéssemos fazer a relatoria.

Vou direto à análise, Sr. Presidente. No Brasil a educação superior desenvolveu-se de forma a se concentrar nas regiões mais ricas do país. A expansão atendeu de início as pressões de demanda e se

deu principalmente por iniciativa da rede privada. Sem controle por parte do Poder Público, o crescimento não esteve associado à melhoria de qualidade. Nesse processo, os jovens economicamente carentes concluintes das fracas escolas públicas de ensino fundamental e médio encontram uma barreira de difícil transposição para o acesso ao ensino superior público e gratuito. Os que não conseguem transpô-la, buscam as instituições privadas em grande parte muito caras e com qualidade de ensino duvidosos.

Os dados do censo da educação superior 2005 revelam uma cobertura da graduação ainda muito baixa, apenas 9% dos jovens entre 18 a 24 anos. Fazendo com que a democratização do acesso a esse nível de ensino constitua um grande desafio para governos Federal e Sub Nacional. Para enfrentá-lo, urge que se torne como prioridade a melhoria da eficiência do sistema de ensino, especialmente da educação básica. Paralelamente medidas devem ser tomadas para ampliar a oferta de vagas nas instituições federais de educação superior. O plano de reestruturação de expansão da educação superior implementado pelo MEC desenvolve-se nessa direção. Assim sendo, a criação de cargos efetivos de professor e técnicos administrativos proposto pelo PLC nº.30/08 constitui medida indispensável para a viabilidade das ações em andamento do referido plano. Por fim, entendemos que para o setor educacional é iniciativa de garanto mérito, na medida em que poderá contribuir para efetivamente eliminar a persistência e discriminação para abusos mais carentes.

Queria colocar aqui também, Sr. Presidente, que quando se fala que o ensino na iniciativa privada acaba sendo de uma baixa qualidade, é porque a matéria-prima que vem para a iniciativa privada acaba sendo esses alunos que não têm oportunidade no ensino público. Então a iniciativa privada trabalha com uma matéria-prima de não boa qualidade, digamos assim. Mas uma matéria-prima, Senador Cristovam, que representa hoje uma classe D e E, emergente para a classe C, que é uma classe que não tem medo de nada, que é uma classe que trabalha de dia e estuda a noite, e essa classe que vem hoje dando esse aquecimento na economia do Brasil. Não é uma classe C que vem de A para B reclamando, não. E chega na C reclamando. É uma classe que vem de D para E com vontade de subir, consome geladeira, consome ar-condicionado e que daqui a três anos vai querer educação de ensino superior para os seus filhos. Essa é uma classe fenomenal. É uma classe que só tinha o seu nome limpo e lutava por isso, luta por isso, e que vem a todo o momento subindo, não é isso Senador? V. Exª. conhece bem essa classe. Então me orgulha muito fazer esse

relatório e dizer que em face ao exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 30/08. Esse é meu Parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão o Parecer do Senador Wellington.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, rapidamente, acho que o Ministro e os relatores tanto na Câmara como aqui no Senado buscaram uma sintonia afinada com a educação superior e daqui a pouco vamos ter que tratar desses mesmos cargos para o ensino técnico profissionalizante, porque houve uma expansão muito grande das escolas técnicas profissionalizantes no país. Quase que nós constituímos o mesmo número de escolas que foram construídas em cem anos, porque no próximo ano nós vamos completar cem anos de formação técnica superior no Brasil. E cem anos de formação técnica de nível médio no Brasil. E é o centenário também das velhas escolas de arte e ofícios.

Então nós vamos aprovar, a expectativa toda é nossa, o projeto do Governo que vem do MEC garantindo a abertura de novos postos para professores. Vai ser uma boa disputa. São dois mil e poucos cargos para professores, mais de mil e setecentos cargos para técnicos dentro das universidades federais brasileiras, mas com um projeto de grande significado. Então Sr. Presidente, nós queremos dar o nosso voto de louvor ao Governo Federal por essa iniciativa, dizer que precisamos um pouco mais ainda do que esses cargos que estão sendo propostos aqui agora, talvez o mesmo número, daqui a pouco teremos que aprovar só para o ensino superior. Mas de qualquer sorte, eu acho que o Senador Wellington apontou bem para a questão da necessidade, da importância da aprovação imediata desses cargos para as universidades federais brasileiras.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Continua em discussão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, apenas muito rapidamente. Em primeiro lugar eu devo desculpas públicas ao Senador Wellington. Porque ontem, com toda a empolgação que nós estávamos de transformar esta semana na semana da educação aqui no Senado, com a aprovação de tantas matérias importantes, talvez eu tenha cometido uma indelicadeza ao citar que era importante também a gente aprovar mais este projeto. E que seria muito importante ele colocar juntamente com a Sessão Extraordinária que o Senador Cristovam já havia anunciado para votarmos o piso, também podermos incluir o projeto que o Senador Wellington... Então quero da mesma forma como cometi a delicadeza de público, Senador, eu

quero me retratar de público, porque V. Ex^a. tem sido extremamente atenta, uma pessoa que tem cumprido os seus compromissos. Tanto que a Presidência na Comissão que foi desmembrada aqui da Comissão de Educação, que V. Ex^a. preside de Ciência e Tecnologia, tem tido uma atuação também extremamente profícua e dando sustentação a esse enorme desenvolvimento e necessidade de desenvolvimento que nós precisamos que ter na área da educação, da tecnologia, da ciência, para que a gente possa dar condição de manter o país crescendo com sustentabilidade.

E eu queria apenas registrar que esse projeto criando estes cargos, ele é muito importante no complemento do que nós fizemos ontem. Porque ontem nós aprovamos aqui vários projetos autorizativos de novas escolas técnicas, de novas universidades, e nada disso consegue funcionar de forma adequada se não tivermos os nossos professores e os nossos técnicos administrativos. Então queria parabenizar o Senador Wellington e de público me redimir, pedir desculpas escusas, porque foi absolutamente involuntário, foi apenas a vontade de aproveitar essa boa vontade do Senado, não é Senador Cristovam? E votar tantas matérias importantes na área da educação.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Uma pequena colocação, Sr. Presidente, se me permitir. É que quando uma líder fala, ecoa e vai longe. O presidente me ligou, o Ministro deu uma ligada também, quer dizer, quando a líder fala, é uma repercussão. E eu estava aguardando o momento propício. EU acho que é esse o momento, então realmente foi muito bem colocado e eu não poderia deixar de momento algum, estava fazendo um acordo em Uberlândia até o dia 30 com o PT de V. Ex^a., acordo muito bom para o PMDB e para o PT, foi feito na cidade de Uberlândia, e larguei tudo, chamado pelo nosso Presidente, o homem da educação, a gente sabe disso, e vim para cá relatar imediatamente, e não poderia deixar de passar esse momento.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quero agradecer ao Senador Wellington... Senadora Fátima.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, também para parabenizar o Senador Wellington na presteza da relatoria dessa matéria que é tão importante para o ensino superior no Brasil. Em Rondônia nós temos uma Universidade Federal que tem vários campus e com cursos que quase não conseguem funcionar por falta de professores. É com muito prazer que eu voto favorável a essa matéria e gostaria de, compreendendo a importância dela, pedir, Sr. Presidente,

requerer nesse momento que ela tramite em regime de urgência, para que vá hoje ainda para a CCJ.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tudo bem. Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só rapidamente, eu vi a Senadora Ideli pedir tantas desculpas que eu me assustei aqui um pouco, porque ontem também eu não consegui acompanhar por inteiro a Sessão, e sei quando a Senadora fala, balança a roseira. E as folhas caem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Atualmente sou eu que ando caindo, Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [risos] Não, a gente segura. A gente segura. Mas é um projeto tão importante, acho que os dois têm o seu valor. E a Senadora Ideli, ao reclamar pela falta de leitura, e o Senador Wellington com a outra atividade, hoje nós estamos numa atividade intensa, política em todos os Municípios, mas ele não deixou de aprontar o relatório e hoje comparecer para fazê-lo. Pela importância que representa na educação.

Eu aqui, Senador Wellington, não posso deixar sempre que fala em educação em cumprimentar o Dr. Cristovam Buarque. Porque a pauta nacional de educação cresceu tanto depois de ele ser candidato à Presidência e ter como bandeira a educação e defender com tanto ardor que a gente já se acostumou a ter algum projeto para discutir sobre educação. Quando não tem faz falta a semana. Então não posso deixar de cumprimentar o Senador Wellington pelo relatório, V. Ex^a. pela presença contínua nas discussões sobre educação, Senadora Ideli e todos nós acredito com a aprovação unânime do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senador Romeu Tuma. Mas para fazer justiça é preciso dizer que não é o surfista que faz a onda. A onda pela educação... Alguns coincidiram falar sobre ela no exato momento e aí eu cito muitos empresários que tem falado disso e muitos políticos também. Mas agradeço a lembrança do meu nome. Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente, Professor Cristovam Buarque, eu não me canso de dizer que tenho uma grande admiração pelos ensinamentos que tenho tido aqui nessa Comissão. Ontem, por exemplo, eu estive no Plenário e não ouvi nenhum tipo de crítica da Deputada Ideli, Senadora, aliás, Ideli Salvatti. Porque Ideli, umas pessoas chamam de Ideli, outras de Ideli, como eu estou na dúvida. Mas creio que a Senadora não vai ficar zangada pela nova denominação. Agora que ela está se restabelecendo de uma pequena queda. Mas chamei de Ideli, porque

de fato um catarinense me disse: "A Ideli", mas quem é essa Ideli?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Não, não quero. Mas Presidente, isso já devia ter sido feito há séculos, há decênios. E graças à iniciativa do Presidente da República e graças também ao ilustrado Parecer desse educador que está aqui ao meu lado, que quem pensa que ele é professor de matemática, está muito enganado, ele é professor de educação física, e não poderia ser de outra maneira. Será que aquele ali é professor de física, ou de química ou de matemática? Educação física.

Eu gostaria até de subscrever também esse Parecer. É um Parecer ilustrado, ilustrativo, dentro de uma realidade que ele vive desde criança, aprendendo, aprendendo, aprendendo, fazendo... Aceitando a evolução da sua universidade, lá em São Gonçalo, e que se espalha hoje pelo Brasil inteiro. Então não poderia deixar de aprovar e torcer pelo projeto. Torcer pelo projeto, porque os prazos são muito longos, as dificuldades são grandes, para a gente obter às vezes uma Audiência com o Ministro, pelo menos durante 10 dias você tem que esperar para ver se o Ministro pode marcar para daqui um mês. Não estou criticando, estou dentro da realidade. E dentro da realidade educacional de V. Ex^a. que exige o dinamismo da educação. Eu cumprimento o nosso ilustre Senador Wellington Salgado, e faz de conta que eu subscrevi também. Faz de conta que eu subscrevi também o seu Parecer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quero agradecer ao Senador Paulo Duque e já que ele não fez, eu faço aqui um registro da necessidade do Governo Federal transferir para o Rio de Janeiro o prédio do Ministério da Educação, que ele sempre luta por isso.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Então vou dizer a V. Ex^a. o seguinte. Estou lutando para transferir o prédio construído por Oscar Niemeyer, Lucio Costa e um grupo de arquitetos, na época de Getúlio Vargas, que inaugurou o prédio com Gustavo Capanema, Ministro da Educação. Ministro. Há meio século, quase, a capital mudou. O prédio está lá. Está lá com grandes obras de artistas nacionais, grandes obras.

Teve Parecer da Comissão, teve Parecer da Comissão de Justiça favorável. Foi para uma outra Comissão na Câmara dos Deputados. E lá, lamentavelmente, um Deputado do PT do Rio Grande do Sul pediu vista do processo. A pedido do SPU, lamentavelmente. Então, o prédio com as obras de Portinari, de Bruno Jorge, dos grandes artistas da época, está lá mal aproveitado, mal cuidado, e não vem para cá.

Então já apresentei um outro, um outro projeto. Transferimos também para o Estado do Rio de Janeiro o prédio do Ministério da Fazenda, com aqueles longos, longos e longos espaços vazios. Já temos outro Ministério aqui em Brasília, não precisa de dois, um lá no Rio e outro aqui. Peço a V. Ex^a. que me ajude.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem todo meu apoio. Bem, não havendo mais nenhuma outra manifestação, eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Quero votar agora a urgência para que esse projeto, conforme sugestão da Senadora Fátima Cleide, seja levado para o Plenário ainda hoje. Os que estiverem de acordo com o pedido de urgência permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Eu quero dizer que esse projeto não há dúvida nenhuma vai ter impacto positivo no ensino superior brasileiro. Eu tenho dito e afirmado que no Governo Lula há um salto grande no ensino superior. Às vezes mesmo quando eu critico que o salto na educação de base é mais devagar do que eu desejava, mas não deixo de reconhecer que no ensino superior estamos tendo uma mudança. No ensino superior público. No ensino superior privado o salto começou antes, no Governo anterior. Agora, essa de contratar mais de quatro mil servidores, 2500 professores, 1700 servidores vai trazer impacto positivo. Como diz o Senador Inácio, claro que nada é o ideal, mas hoje se quiser contratar mais que isso é capaz de ter dificuldade de encontrar gente com a qualificação que se precisa. Então, parabéns bastante o Ministro Fernando Haddad, o Presidente Lula e fico orgulhoso que o Senado esteja dando sua contribuição. Está aprovado o projeto e irá o pedido de urgência.

Passamos agora ao segundo projeto. Que diz respeito exatamente à educação de base. Projeto extrapauta que é o substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº. 59, que autoriza o Poder Executivo a instituir o piso salarial profissional dos educadores na forma prevista no Art. nº. 206 e 212 da Constituição Federal. A autoria do substitutivo é a Câmara dos Deputados, autoria do PLS foi minha e a relatoria do substitutivo é da Senadora Ideli Salvatti. Eu quero dizer... Eu quero antes pedir autorização para colocar extrapauta. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovado. Eu passo então a palavra à Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, nós estamos vivendo uma semana muito especial aqui no Senado. Aqui na Comissão de Educação, ontem, tivemos deliberações importantíssimas de matérias que há muito

tempo tramitam aqui no Congresso Nacional, na Casa, na Comissão de Educação, e tivemos ontem uma Sessão histórica, eu diria até da Comissão de Educação, porque um *quorum* altíssimo, o... Eu brinco, o Senador Júlio inclusive me observou de que tivemos mais de 30 Senadores e Senadoras ontem participando da Sessão, com matérias polêmicas, como é a questão de reserva de vagas, esta é uma questão polêmica sempre, mas aprovamos por unanimidade a reserva de 50% das vagas para as universidades e para as escolas técnicas. Aprovamos também com um belo debate, inclusive com alterações, a Senadora Fátima Cleide absorvendo o debate e fazendo modificações para a gente poder aprovar a eleição para diretores de escola. E hoje aprovamos a contratação de professores, a relatoria do Senador Wellington e eu espero que também aprovemos o projeto que é inicialmente de autoria do Senador Cristovam Buarque, um projeto de 2004, que depois com o envio do projeto pelo Presidente da República em 2007 teve o substitutivo, as alterações necessárias para que nós possamos finalmente instituir o piso nacional para os professores de toda a educação básica do nosso país.

E a Senadora Fátima Cleide inclusive fez uma observação que eu acho absolutamente relevante que nós possamos fazer. Porque desde 89 se tenta instituir o piso nacional. Na Câmara dos Deputados houve nove tentativas, Senador Cristovam Buarque. E nunca conseguiu sair da Câmara para chegar aqui ao Senado para nós podermos aprovar a matéria. V. Ex^a. tomou a iniciativa em 2004, o projeto foi aprovado aqui no Senado, foi enviado à Câmara, quando chegou o do Presidente foi acoplado, a Câmara fez uma profunda discussão, uma boa discussão e o substitutivo que nós estamos aqui aprovando, espero no dia de hoje, ele estabelece o piso em 950 reais para os professores de nível médio, para 40 horas, sendo que no substitutivo já fica estabelecido uma outra briga histórica nossa de que no mínimo um terço tem que ser dedicado à nossa famosa hora atividade para o professor poder ter tempo de se preparar, corrigir os trabalhos, poder fazer também remuneradamente a sua atividade extra-classe.

Nós temos também no substitutivo o estabelecimento de que as jornadas inferiores no mínimo tem que ser proporcional ao piso, também a extensão do piso para as aposentadorias e pensões, que é uma outra coisa que foi estabelecida na tramitação da Câmara, e de que o piso, ele vai ter uma graduação. Os Estados e os Municípios que tiverem condições, tem alguns que já têm inclusive piso superior, e os que puderem fazer antes do prazo estabelecido aqui na lei poderão fazê-lo, obviamente, mas o gradual é a par-

tir de primeiro de janeiro o acréscimo de um terço da diferença entre o valor praticado pelo Estado e pelo Município para chegar no 950, e a partir de primeiro de janeiro o acréscimo... De 2009 o acréscimo de dois terços, e a partir de primeiro de janeiro de 2010 o valor integral atualizado.

O projeto estabelece também que o piso será atualizado anualmente no mês de janeiro, a partir de 2009, utilizando-se o mesmo percentual do aumento do valor anual mínimo por aluno, do FUNDEB, e uma coisa muito importante é de que a União e os entes federados deverão elaborar, ou adequar seus planos de carreira e remuneração do magistério para o cumprimento do piso nacional, conforme disposto no Art. único do nº. 206 da Constituição Federal. E nós temos também que a União fará complementação utilizando recursos do FUNDEB para Estados e os Municípios que tiverem dificuldade de aplicar o piso nacional.

Portanto, nós estamos apresentando nosso Parecer plenamente favorável, aprovação do substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senador Cristovam Buarque nº. 59/04, e apenas tomando o cuidado de alterar os Incisos II e III do Art. 3º, a expressão Art. 4º para Art. 5º, como ajuste de redação aqui ao projeto. E é claro que se nós não tivéssemos aprovado o FUNDEB, o piso não seria possível. Então eu acho que é toda uma evolução de propostas, de projetos, que vêm ao encontro daquilo que a gente pleiteia a tanto tempo que é ter uma educação cada vez mais com financiamento garantido, com mais recursos, com valorização do magistério, com valorização da formação e da capacitação profissional e da gestão democrática que ontem nós tivemos oportunidade inclusive de debater com a aprovação do projeto de eleição para diretores.

Então era isso, Sr. Presidente, que eu queria aqui deixar o registro e como militante ativa da defesa da educação pública e gratuita, como alguém que na luta histórica sempre defendeu a questão do piso, a retirada da educação da DRU, que eu espero que hoje também a gente possa votar, a democratização cada vez maior do ensino, eu estou vivendo uma semana de êxtase. Porque lutas históricas que a gente há tanto tempo vem trabalhando para que ela se concretize, eu acho que nós vamos ter um grande avanço esta semana aqui no Senado por tudo que já votamos e temos perspectiva de votar ainda no dia de hoje. Esse é meu Parecer, e espero que a gente tenha capacidade de aprovar não só aqui na Comissão de Educação, mas também no Plenário esta luta do piso nacional do magistério.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão. Estão inscritos a Senadora Fátima Cleide, o Senador Romeu Tuma. Senadora Marisa

pediu também. Então, com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, apenas para ressaltar também a importância histórica deste momento para nós que atuamos na militância da educação há alguns anos, junto com a Senadora Ideli fiz também parte da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, nós sempre entendemos ali que para que houvesse realmente valorização profissional dos trabalhadores da educação básica, para que as pessoas pudessem voltar a ter orgulho de ser professores era fundamental que nós tivéssemos um piso. E como já disse a Senadora Ideli, nós estamos vivendo uma semana de glórias.

Tivemos já definindo o FUNDEB, hoje temos a possibilidade de para o financiamento da educação também aprovarmos a retirada dos recursos da educação da DRU, estamos aqui... Ontem estivemos nessa Comissão discutindo o projeto de gestão democrática, que através da eleição de diretores que é apenas um passo, nós entendemos, para a gestão efetivamente democrática da educação, tanto na unidade escolar, quanto no sistema, mas é um importante passo. Hoje estamos discutindo o piso salarial, e estamos aguardando o projeto do Deputado Carlos Abicalil e o piso salarial teve uma contribuição importantíssima de V. Exª., e eu quero parabenizá-lo por essa iniciativa. E aguardamos agora que a Câmara se pronuncie e envie para o Senado tanto o projeto do Deputado Carlos Abicalil que trata das diretrizes de carreira, quanto o nosso projeto já aprovado aqui nesta Casa também que trata da profissionalização dos funcionários de escola.

Veja bem, Senador, nós estamos construindo as bases da qualidade da educação. Pensando nos trabalhadores, naqueles que operam diretamente o processo ensino/aprendizagem na escola. E com isso, e claro que com vários outros projetos que nós aprovamos nesse semestre, nessa Comissão de Educação, nós estamos dando a nossa parcela de contribuição e cumprindo com a nossa responsabilidade de legislar e de garantir um marco regulatório para a educação.

Então, eu quero parabenizar a Senadora Ideli como relatora deste projeto, parabenizar o Senador Cristovam Buarque pela propositura, e parabenizar também o Governo Federal pelo compromisso de fazer acontecer efetivamente as melhorias das bases da educação para que a gente possa ter melhoria principalmente na qualidade do que se ensina nas escolas. E gostaria também, Senador Cristovam, de dizer que eu acredito muito que hoje a tarde nós, o Senado Federal se manifestará no Plenário sobre o piso, cumprindo assim isso que é um sonho já colocado pela Senadora Ideli aqui, desde 89 que várias medidas

legislativas são colocadas na Câmara visando a instituição deste piso, como ela falou, é a nona vez, e o seu projeto foi o nono, e graças à instituição do FUNDEB foi possível aprovarmos hoje aqui o seu projeto e o substitutivo que vem da Câmara. Meus parabéns, Senador Cristovam. É com muita alegria que eu participo desse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado, Senadora. Sei que realmente essa alegria é muito espontânea de todos nós. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, Senhoras e Srs. Senadores, cumprimentar a Senadora Ideli pelo histórico que o seu relatório representa num programa de valorização do magistério e o marco regulatório. Senador Wellington é jovem, eu sou mais velho. Senador Wellington vive muito nas áreas rurais. Senador, eu tenho... Sou casado há 48 anos com uma professora e trabalhou muito na zona rural. A época... O tempo passa. A época as pessoas mais importantes do Município era professor, delegado de polícia e o juiz. A professora perdeu toda aquela estrutura de respeitabilidade pelo desespero de completar o salário correndo de uma escola para outra, para tentar se equilibrar financeiramente.

Eu vejo que a Senadora Ideli teve um cuidado aqui, Senadora, chamar atenção que 950 não é o ideal. E que a proposta apresentada em 89 era de 2490. Esperamos que chegue lá. Chegue lá rapidamente, que era o equivalente. E outras atenções que ela chama pelo PLS nº. 59 de autoria de V. Ex^a., já propondo, 2004... Há quatro anos este valor. Então há uma discrepância da evolução financeira do custo de vida que permaneceu estável no salário proposto pelos professores. De forma que eu acho que é um princípio básico, Senadora Ideli, como V. Ex^a. fala no seu relatório e dá a margem para que os Governadores de Estado que têm uma capacidade maior, os Municípios, possam acrescentar alguns outros valores que não fixem só no 950, que é o piso.

Nós teremos sem dúvida nenhuma que lutar para que melhore, porque o professor tem que recuperar o prestígio, o amor, porque ele é o formador da cidadania. Ele é que cresce com essas crianças aprendendo o amor que tem não só pelo ensino, pela educação, pelo país, e sem dúvida nenhuma pelo futuro que poderá lhe proporcionar uma professora com a competência, desde que receba um salário digno e uma formação profissional equivalente às necessidades do país. Parabéns, Senador, pela iniciativa do PLS nº. 59. Parabéns Senadora Ideli, e vamos votar. É hoje ou amanhã, Senadora? Hoje?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Hoje.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Se Deus quiser. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a palavra à Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Eu quero lembrar aqui que durante muito tempo no Congresso Nacional, e aqui eu falo como experiência que eu tive duas gestões em que eu participei deste Congresso como Deputada Federal que o meu partido, o PSDB, tem se fixado sempre durante muito tempo na melhoria da qualidade da educação e do trabalho com a educação no país. Eu me lembro da luta que nós tivemos para votar a nossa LDB. Foram anos e anos lutando e brigando com cada Art., cada Parágrafo, cada capítulo da LDB. Em 96 votamos a LDB, eu era Deputada Federal à época.

Depois, uma luta muito grande para criar o FUNDEF, e votar o FUNDEF. E a expectativa do meu partido não é uma oposição de quantidade pior, melhor. Nunca foi. Temos apoiado o Governo naquilo que é essencial para o país. Sofremos muito quando a oposição à época, o PT à frente, a oposição rejeitou o FUNDEF e não apoiou com nenhum tipo de ressalva, nem de modificação no projeto. O projeto foi rejeitado integralmente. Hoje para termos um piso nacional e para termos o FUNDEB que temos hoje, nós tivemos que ter o FUNDEF para organizar principalmente a pesquisa e a adequação de todos os Estados a uma assimetria necessária para que chegássemos ao FUNDEB e agora ao piso.

Portanto, se nós estamos aqui apoiando e dizendo que o piso hoje... E ouvi muito bem a Senadora Ideli, a Senadora Fátima Cleide, que o piso hoje é uma... Só é possível, é uma consequência por termos votado o FUNDEB, o FUNDEB também só chegou aonde chegou porque tivemos antes dele o FUNDEF. Isso é bom que a gente lembre que há toda uma sequência neste país que as coisas não começam por geração espontânea, que há todo um processo para chegarmos aonde chegamos, a educação é feita dessa forma, e é por isso que a gente sofre muito quando há um retrocesso, porque nós queremos sempre avançar. Se tínhamos o FUNDEF, veio o FUNDEB, veio o piso e virão outras conquistas, tenho certeza.

Portanto, a valorização do magistério é fundamental, é uma participação aí nacional, uma equalização salarial no país de uma base que é fundamental, e depois é clarividente que todos nós queremos o melhor salário para os professores. Não há quem aqui nessa sala que possa dizer o contrário. Principalmente quando a gente pensa num país que se propaga tanto o equilíbrio financeiro, recorde na arrecadação, aumento

na base tributária, e clarividente que tudo isso, esse clima que se propaga no país de tranquilidade financeira é claro que nesse momento, que tudo leva a crer que o país está uma maravilha em termos financeiros, um equilíbrio muito bom, é claro que a gente esperava mais. Quando nós estávamos saindo de uma hiperinflação era mais difícil, mas depois de termos essa estabilidade financeira, sempre se espera mais. Então esse clima que se propagou foi que nós teríamos um piso salarial maior numa época de tranquilidade econômica, não vai ser na época de dificuldade econômica que a gente vai propor um piso salarial maior. Mas nesse momento eu acho que nós poderíamos ter tido um piso salarial maior, já que a tranquilidade financeira e econômica do país é cantada em prosa e verso. Acho que era nesse momento que nós podíamos querer mais. Se não deu, é o possível, vamos lá, mas não vamos deixar de brigar por mais salário, mais tranquilidade para a educação brasileira. Era só isso, Presidente. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigada, Senadora Marisa. Fazendo justiça, primeiro que a senhora tem razão e foi bem lembrado que antes do FUNDEB veio o FUNDEF. Mas segundo que quando o projeto saiu daqui, de minha autoria, era 700 reais para professor sem ensino superior e 950. Hoje o piso que saiu é superior ao que saiu daqui. Graças à compreensão do Ministro da Educação e das negociações dele com as autoridades da Fazenda. Se formos corrigir pela inflação, talvez tivesse mais ou menos igual, mas houve um aumento do piso inicial. O piso que coloquei aqui era ainda menor, como a senhora disse, era ainda menor do que está aí. Na Câmara esse piso foi aumentado e só foi possível nas discussões e cooperação com o próprio Governo. Senador Paulo Duque. Depois o Senador Inácio Arruda.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): A fixação dele, do valor dele é que eu gostaria de ter melhores informações. Esse é um processo já antigo, pelo que estou vendo. 2004, 2005, 2006, 2007, nós estamos em 2008. Lá se vão cinco anos, praticamente. E os professores naquela expectativa. A minha primeira dúvida é desde quando vai vigor essa rotina, essa determinação e este... Esta norma? Este piso, afinal. Desde quando? Desde daqui a três meses, ou desde o início do ano, ou desde quando esse valor vai começar? Essa é minha primeira dúvida aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A partir de 2009.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): A partir de 2009. E 08?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um aparte?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Só um minuto. A partir de primeiro de janeiro de 2008.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sim.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): No mínimo um terço da diferença entre o que o Estado ou Município paga para chegar até os 950 tem que estar já incluído no inicial de carreira do magistério. E aí, em janeiro de 2009, no mínimo dois terços da diferença. E a partir de primeiro de janeiro de 2010 tem que estar absolutamente integrado. E sempre com a correção.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Então, V. Ex^a. há de convir que esse cálculo é meio complicado de fazer. Sobretudo...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): 2009, exatamente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): 2009. Desculpa, perdão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Primeiro de janeiro de 2009.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É que eu ainda estou em 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas será um processo, não será de vez.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Não será de vez. É um processo lento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não é lento.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Não é lento?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um processo que leva dois anos é rápido.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Para quem está com o piso lá embaixo, é um pouquinho lento. V. Ex^a. me desculpe. Mas essa é uma dúvida que eu tenho, realmente. A partir de janeiro de 2008, não é isso? Janeiro de 2008 começa a vigor esses valores aqui.

Agora, outra dúvida que eu gostaria que ficasse esclarecida. Nas escolas primárias do interior do Brasil, ou da capital, da antiga capital, quem é que vai pagar essa conta?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quem vai pagar é o Prefeito com recursos do FUNDEB. O FUNDEB prevê recursos que possam compensar a fragilidade das finanças dos Municípios pobres.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Haverá um grande repasse?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Haverá um grande repasse que acredito que já está sendo feito.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Quando houver fragilidade, tem Município que pode pagar até mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Haverá recursos federais para complementar. Isso está aprovado, já está no orçamento sob a rubrica FUNDEB.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Para os Estados e por sua vez para os Municípios. Não é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Exatamente.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Matematicamente está tudo de acordo com o que se esperava. Vamos torcer para que aconteça.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos torcer. Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu quero reafirmar as palavras que proferi já na Comissão de Constituição e Justiça. Há um histórico produzido pela Senadora Ideli Salvatti, que vem desde a proclamação da independência brasileira. Está registrado aqui, vai constar dos anais.

Eu quero apenas acrescentar o que ocorreu no Século 20, uma batalha também histórica de grandes educadores, de grandes mestres, como Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Paulo Freire, outro que se bateu intensivamente pela educação, o Deputado Federal, mas também um estudioso, um homem com grande sensibilidade que foi o Florestan Fernandes. O Senador Calmon, que estabeleceu já regras para que os Estados e Municípios e União estivessem absolutamente comprometidos com a educação, com recursos, com garantias no recurso ali.

E agora nós damos um outro passo, que é exatamente a Constituição do piso. Então V. Ex^a. vai se enfileirando ao lado dessas personalidades ilustres da vida republicana e da vida brasileira deste Século 20, início do século 21. E quem sabe, eu tive uma sorte imensa, imensa, porque eu caí dentro de uma escola federal, de formação técnica. E os meus professores eram todos exclusivos, eles não podiam ter outro emprego, outra fonte de sustentação senão aquela da Escola Técnica Federal do Estado do Ceará, hoje Centro Federal de Educação Tecnológica. Essa talvez seja a passada seguinte ao piso. Estabelece um piso nacional, depois vamos partir para a exclusividade. O professor é daquela escola, exclusivamente. Ele não corre daquela escola de manhã para ensinar numa

outra escola às vezes 30, 40, 50 e 100 quilômetros de distância de diferença uma da outra. E a noite ter que correr para outra. Tem que ter dois empregos públicos e mais um privado para minimamente sustentar ele e a sua família. É a passada seguinte. O que vai significar uma majoração substancial do piso para frente.

Hoje é esse passo que V. Ex^a. tem a oportunidade de oferecer ao país com o apoio de todos nós que estamos aqui, do Presidente Lula. E repito aqui a sua frase, o que é muito significativo, um escriturário do Banco do Brasil em qualquer parte do país recebe o mesmo valor, não importa. Não tem sentido você tem o escriturário ganhando o mesmo valor em todo canto do Brasil e os professores terem essa diferença abissal. E outro é de um funcionário da Petrobras. Em qualquer canto do país o funcionário da Petrobras só pode trabalhar na Petrobras, ele não pode ter contrato com empresa vizinha seja de que for. Ele não pode ser funcionário da Petrobras e exercer uma outra função, ele tem um contrato de exclusivamente com aquela empresa. Então, no futuro os professores também, eu espero, possam ter um contrato de exclusividade com aquela escola, porque ali ele vai dar toda atenção aos estudantes, ele vai ter todo zelo, porque é o seu local de trabalho de manhã ou à tarde, e quem sabe a manhã inteira estar dedicado exclusivamente àquela escola.

Dou parabéns a V. Ex^a., extensivo a essas autoridades todas que fizeram a história da educação no Brasil, e atualmente ao Ministro Fernando Haddad. E acho que é esse sentimento do Lula em relação à educação. Que significou expandir o ensino técnico profissional, universidades pública, estabelecer o FUNDEB, depois de estabelecer o FUNDEB, contratar professores, porque é um discurso intenso, batido em nosso país, chamado de discurso da ganância. Isso aqui é gasto, isso aqui é gasto. Piso salarial, contratação de professores, ampliação das escolas técnicas é gasto. Isso tem sido tratado midiaticamente como ganância do Governo. O Governo está gastando mais. Essa ganância aqui é uma ganância boa. Boa para o Brasil. Boa para não só o Governo do Lula atualmente, mas boa para o nosso futuro. Acho que essa ganância nós não podemos aceitar esse debate, que está havendo ganância. Porque esse dinheiro está indo para formação de professores, formação de profissionais no Brasil inteiro. Acho que aqui é uma ganância justa, correta. Talvez a ganância que pudesse fazer um grande movimento para barrar é a ganância estúpida com juros elevadíssimos no nosso Brasil. Talvez aí sim tivéssemos que dar um grande freio. Mas essa daqui, não, essa aqui nós temos que aplaudir e por isso estou também aplaudindo V. Ex^a. que tomou a iniciativa de fazer o

projeto aqui no Senado, ele tramitou na Câmara, volta para cá, e finalmente é aprovado, hoje a tarde e com certeza vamos vê-lo aprovado definitivamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado, Senador Arruda. É uma ganância, mas é investimentos. Obviamente que o importante é que a soma dos gastos no final estejam equilibradas com as receitas--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Esse é chamado investimento puro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, V. Ex^a. me roubou a palavra que eu ia usar. É exatamente essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Desculpe.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Na verdade é um grande investimento no nosso povo, na nossa gente, nas nossas crianças, enfim na educação. Eu quero cumprimentar V. Ex^a. como autor do projeto, efetivamente V. Ex^a. me disse ontem que esta Sessão da Comissão de Educação e do próprio Congresso Nacional, da CCJ, seria uma data histórica. Eu quero cumprimentar também a Senadora Ideli Salvatti pelo relatório, cumprimento o MEC, o Presidente Lula que incentivou muito efetivamente para que a sua base trabalhasse pela aprovação desse projeto. Senador Cristovam, V. Ex^a. hoje, eu diria que faz dois gols de placa. Que eu lembro como é que começou a discussão de retirar a DRU da educação--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senador Paim, V. Ex^a. me desculpe, mas é gol de letra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agora aceitei a sua correção. Já que eu concordei que é investimento, concordamos que é investimento. Agora é de letra, não é de placa. Assino embaixo das considerações do nobre Senador Inácio Arruda.

Eu me lembro da discussão da CPMF, V. Ex^a. disse que até votaria, mas desde que desvinculasse definitivamente a DRU da educação. E ontem ainda falava com a Senadora Ideli e ela me dizia da negociação que estávamos tendo do empréstimo do Rio Grande do Sul, que eu incluísse no debate junto à bancada gaúcha o compromisso que todos teriam que assumir, Senadora Ideli. Pedi inclusive que eu conversasse no diálogo, tivemos com outros líderes que era fundamental retirarmos a DRU da educação, e será enfim votado no dia de hoje, mediante pelo menos o acordo que todos nós firmamos.

Mas voltando ao piso ainda. Eu queria lembrar, Senador Cristovam, que eu tive a obrigação de apre-

sentar uma emenda constitucional dizendo que Prefeitura nenhuma poderia pagar um valor menor do que o salário mínimo. Olha o absurdo que nós tivemos que chegar. Fazer uma emenda constitucional daquilo que já está na Constituição que diziam, pagavam o professor no interior menor que o salário mínimo alegando que era tal de piso ou base salarial. Um absurdo. Com essa redação dada aqui do piso salarial, sem sombra de dúvida eu me informava com a assessoria quando chegava, dois milhões e meio de professores serão beneficiados. Olha, muitos professores que não ganhavam o salário mínimo passarão a ganhar o piso ora aqui estipulado. Exatamente. Dois salários mínimos para quem não ganhava um. Não, era o piso básico, e tal. Menos que um salário mínimo.

Eu queria rapidamente registrar minha alegria por esse momento, é um momento de fato histórico, isso é investir no futuro. Invisto em toda a nossa gente. Tenho certeza que o Plenário do Senado há de votar por unanimidade a sua proposta pela sua relevância, pela sua importância, enfim, todos estão de parabéns. Quero cumprimentar muito aqui a nossa Senadora, relatora como V. Ex^a., e como também o Governo Lula por esse ato. Parabéns a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Todos tendo já falado. Quero dizer da satisfação que tenho. São momentos como esse que justificam essa luta na vida política. Que de vez em quando dá um desânimo, Senador Paulo Duque, não só pela lentidão, mas por discussões sobre assuntos prisioneiros do contemporâneo, sem olhar o futuro. Um momento como esse vale a pena desenvolver a vida pública tão incompreendida.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Senador Cristovam, eu queria fazer minhas as palavras do sábio Senador Arruda. Exclusividade. Eu tenho uma vivência na medicina. Existia o F7, o médico tinha exclusividade. Foram bons momentos de saúde. Não tinha essa dengue, essa febre amarela, essa rubéola. Exclusividade e foi lembrado pelo Senador Arruda. Quero fazer minhas as palavras dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado, Senador Mão Santa. E quero... Lembrando o que falou a Senadora Ideli, que de fato essa é uma semana privilegiada para a educação e para essa Comissão. Ontem tivemos um *quorum* que eu acho que a gente nunca teve na história, é um momento difícil. Faltaram cadeiras para Senadores, para ter uma idéia, em geral sobram. Votamos 24 projetos terminativos, tudo isso está vindo.

O Presidente Lula faz 15 dias também sancionou uma lei que não se deu destaque devido. Que é aquele que garante que toda criança tem direito a vaga a

partir dos quatro anos. Uma idéia que eu quero aqui agradecer a pessoa presente, que é o nosso Consultor João Monlevard que deu essa idéia, numa reunião seis anos atrás, quando a gente estava fazendo parte do grupo que elaborava o Programa de Governo do Presidente Lula. Falta agora aprovarmos a obrigatoriedade do ensino médio, que é um projeto que está em andamento também.

Pouco a pouco eu creio que nós estamos dando saltos na educação. Obviamente a revolução mesmo ainda está demorando a vir, mas está dando salto e eu fico feliz de fazer parte de um grupo como aqui os Senadores e Senadoras, e graças a cada um de vocês poder estar dando minha contribuição. Não havendo mais nenhum pronunciamento, eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu peço agora apenas que aprove, se estiverem de acordo, um pedido de urgência, como fez a Comissão de Constituição e Justiça para que seja votado essa tarde. Os que estiverem de acordo com o pedido de urgência permaneçam como se encontram. Está aprovado e está encerrada essa Sessão.

Sessão encerrada às 13h09.

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

14ª REUNIÃO, CONJUNTA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA COM AS COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS-SF; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO-CD; DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE-CD, DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO-CD E MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO-CN, EM 28 DE MAIO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 15:30 HORAS.

Às quinze horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e oito de maio do ano de dois mil e oito, reuniram-se as seguintes Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO/CN); de Finanças e Tributação da Câ-

mara dos Deputados (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados (CDEIC/CD); de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD); de Assuntos Econômicos, do Senado Federal (CAE/SF); e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA/SF), no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, e realizar o debate sobre o tema: avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços – 2º semestre de 2007, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Foi registrado o comparecimento dos seguintes parlamentares: – Deputados: Alfredo Kaefer, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, André Vargas, suplente da CMO/CN e suplente da CFT/CD, Antonio Palocci, titular da CFT/CD, Carlito Merss, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Carlos Melles, titular da CFT/CD, Carlos Zarattini, titular da CMO/CN, Cezar Silvestri, titular da CMO/CN, Chico Lopes, suplente da CMO/CN, Colbert Martins, suplente da CMO/CN, Dagoberto, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD, Dilceu Sperafico, titular da CMO/CN, Dr. Pinotti, titular da CFFC/CD, Eduardo da Fonte, titular da CMO/CN, Eliseu Padilha, titular da CMO/CN, Felipe Bornier, suplente da CMO/CN, suplente da CDEIC/CD e titular da CFFC/CD, Gilmar Machado, suplente da CMO/CN, Guilherme Campos, titular da CMO/CN, suplente da CDEIC/CD e titular da CFT/CD, Jaime Martins, titular da CMO/CN e titular da CFFC/CD, Jilmar Tatto, titular da CDEIC/CD, João Dado, suplente da CFFC/CD e titular da CFT/CD, João Pizzolatti, titular da CFFC/CD, Jorge Bittar, titular da CMO/CN, Jorge Khoury, suplente CMO/CN e suplente da CFT/CD, José Guimarães, titular da CMO/CN e titular da CDEIC/CD, Júlio César, titular da CFT/CD, Lázaro Botelho, suplente da CMO/CN, Leonardo Monteiro, titular da CMO/CN, Luiz Bittencourt, titular da CMO/CN, Luiz Carlos Busato, titular da CMO/CN, Luiz Carlos Setim, suplente da CMO/CN, Manoel Junior, titular da CFT/CD, Marcelo Almeida, suplente da CFT/CD, Marcos Montes, titular da CMO/CN, Mendes Ribeiro Filho, titular da CMO/CN, Mendonça Prado, titular da CMO/CN, Miguel Martini, titular da CMO/CN e titular da CDEIC/CD, Milton Monti, suplente CMO/CN, Osvaldo Reis, titular da CMO/CN, Pedro Eugênio, titular da CFT/CD, Raimundo Gomes de Matos, titular da CMO/CN, Rodrigo Rollemberg, titular da CMO/CN, Vanderlei Macris, suplente da CDEIC/CD, Virgílio Guimarães, titular da CFT/CD, Wellington Fagundes,

suplente da CMO/CN, William Woo, titular da CMO/CN e Zezéu Ribeiro, suplente da CMO/CN. – Senadores: César Borges, titular da CMO/CN e titular da CMA/SF, Eduardo Suplicy, suplente da CMO/CN e titular da CAE/SF, Jayme Campos, titular CAE/SF, Kátia Abreu, titular da CMO/CN e titular da CAE/SF, Leomar Quintanilha, suplente da CAE/SF e titular da CMA/SF e Serys Silhessarenko, suplente da CMO/CN, titular da CAE/SF e suplente da CMA/SF. Compareceu, ainda, o Deputado Paulo Rubem Santiago, parlamentar não integrante das Comissões participantes. ABERTURA: a reunião foi iniciada sob a direção do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Deputado Mendes Ribeiro Filho, que convidou as seguintes autoridades para tomarem assento à mesa: Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil; Dr. Mário Mesquita, Diretor de Política Econômica e Dr. Anthero de Moraes, Diretor de Administração. Em seguida, o Presidente informou que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporia de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteado. Conforme o estipulado no § 5º do mesmo artigo do referido Regimento, os parlamentares inscritos para interpellar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpellado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Em seguida, o Presidente em exercício anunciou a abertura da lista de inscrição para o debate. De posse da palavra, o Dr. Henrique Meirelles fez apresentação em datashow sobre o tema em referência, tendo finalizado sua apresentação às dezesseis horas e quarenta e três minutos. Prosseguindo, o Presidente facultou a palavra aos Presidentes das Comissões envolvidas na Reunião: Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e de Fiscalização e Controle do Senado Federal; Deputado Dr. Pinotti, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; Deputado Pedro Eugênio, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados e o Deputado Jilmar Tatto, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados. O palestrante iniciou as respostas aos questionamentos efetuados pelos Presidentes das Comissões. Às dezessete horas, o Presidente anunciou queria se dirigir para o Plenário da Câmara dos Deputados, onde estava havendo a realização de votação nominal. O Presidente do Banco Central retomou a palavra, concluindo resposta aos questionamentos. O debate foi iniciado.

Interpellaram o expositor os Deputados Wanderley Macris, Marcelo Almeida e Lázaro Botelho; e o Senador Eduardo Suplicy. O Presidente registrou a presença do ex-Deputado Federal Luís Roberto Ponte. Em seguida, o palestrante respondeu aos questionamentos efetuados pelo grupo de interpelladores. Participaram do segundo bloco os Deputados Miguel Martini, Antonio Palocci, Alfredo Kaefer, Paulo Rubens Santiago e Carlos Melles. Às dezoito horas e onze minutos, o Presidente passou a condução dos trabalhos ao Deputado Jorge Khoury, Relator da Receita da Proposta Orçamentária para 2009. Dando seqüência ao segundo bloco de interpelladores, usaram da palavra os Deputados Luis Carlos Setim, Chico Lopes e Carlito Meriss. Às dezoito horas e vinte e três minutos, o Presidente reassumiu a direção dos trabalhos. Dando prosseguimento ao debate, o Deputado Jorge Khoury fez uso da palavra para interpellar o orador. Finalizando, o palestrante respondeu aos questionamentos efetuados e concluiu a exposição. Em seguida, o Deputado Virgílio Guimarães apresentou breve consideração sobre o assunto. ENCERRAMENTO: o Presidente agradeceu a presença do Dr. Henrique Meirelles e, às dezenove horas e oito minutos, encerrou os trabalhos. Para constar, eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO REALIZADA EM 28/05/2008

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Senador ainda presente, ilustre expositor, o Presidente do Banco Central, passo às minhas considerações e questionamentos.

O Banco Central tem adotado como política para atingir a meta de inflação o expediente de aumentar a taxa de juros. Eu indago se isso realmente produz o efeito desejado, considerando-se, por exemplo, que hoje a nossa inflação é um pouco de demanda mas basicamente se dá em função do preço das *commodities* internacionais, o que nós, com taxa de 0,50 ou de 0,75 ponto não vamos conseguir modificar, e considerando-se também que grande parte dos nossos preços são administrados e que também eles não têm influência sobre a taxa de juros. Será que nós não estaríamos realimentando a inflação? Será que o cachorro não está tentando morder o rabo, dando voltas nele mesmo? Será que não estamos criando mais custos para

o setor produtivo cada vez que aumentamos a taxa de juros? Não seria inócua essa situação?

Segundo pergunta. Se o Governo, se o Tesouro reduzisse seus gastos pelo menos abaixo do crescimento do PIB, o senhor poderia afirmar que o expediente de aumento da taxa de juros poderia ser diferente, ou mesmo não ser usado?

Terceira pergunta. Taxa de câmbio. Por que nós não adotamos mecanismos praticados em alguns países, mas deixamos sistematicamente o câmbio cair, despencar – apesar da política saudável de dólar fluante – muito mais do que qualquer outra moeda? O dólar perdeu 100% do seu valor. Nossa moeda valorizou-se 100%, num período em que, em relação às outras moedas fortes, o dólar só perdeu a metade do seu valor. A discrepância é muito grande. E, como é função do Banco Central ser guardião da moeda tanto para que ela não se desvalorize quanto para que ela não se valorize excessivamente, será que o Banco Central não está pecando nesse item, ou não poderia adotar instrumentos para evitar isso? Posso citar alguns exemplos: há países que adotam o expediente de trabalhar, principalmente com as empresas exportadoras, em moeda estrangeira, fazendo movimentação interna de moeda estrangeira, o que impediria a pressão para se transformar o dólar em moeda local, o que aumenta a dívida, porque cada vez que entra 1 dólar no País ele tem de ser transformado em real. Esse mesmo conceito eu uso para a dívida: cada vez que aumentamos a taxa de juros, aumentamos também a dívida pública, ficando com taxa de juros para pagar.

Outra pergunta: até quando nós vamos agüentar o déficit da balança? Porque hoje nós temos superávit cambial, mas em função do ingresso de dólares, que aparentemente são efetivos, são permanentes, mas nunca se sabe. Nos últimos meses, houve saídas expressivas de moedas estrangeiras que muitas vezes não se sabe se ingressaram efetivamente ou se são moedas transitórias, que a qualquer momento podem sair se não tivermos previsto algum mecanismo de valorização do dólar.

Outro quesito. O déficit nominal zero é excelente, observado sob o aspecto técnico global, mas nós temos que levar em conta que o déficit nominal zero só se consegue através do Orçamento, através de imposto.

Nós temos provisionado no Orçamento deste ano 158 bilhões de reais para pagamento de taxa de juros. Quanto isso representa do PIB? Cinco, seis pontos? Quão menor seria nossa carga tributária se não fosse o peso da dívida pública? Isso sem considerar que em algum momento nós temos de começar a pagar o principal. Como nós não temos um plano de desestatização, como nós não temos um plano de desmobili-

zação, de onde vai sair esse dinheiro? Do Orçamento e do contribuinte, até porque nós, no meu entender, cometemos um erro grave ao trocar dívida externa barata, que dá para se transformar em dívida de longo prazo, por dívida interna. Qual é o prazo médio da nossa dívida? Quarenta meses, Palocci? Quarenta, cinquenta meses em média? Uma dívida externa nós poderíamos alongar. Como é que vamos sair desse imbróglio sem afetar cada vez mais o contribuinte? Porque é através do imposto que nós vamos pagar o juro da dívida interna.

Sobre taxa de juro, ouvimos tanto o Banco Central quanto o Tesouro dizerem que querem tomar providências para evitar a apreciação do dólar. A pergunta é esta: será que não é de interesse do Banco Central e do próprio Tesouro manter o dólar baixo? Porque se o dólar estivesse valendo 1,70 ou 1,80 certamente o senhor já teria dado ordem anterior para aumentarem a taxa de juro. De fato, o dólar baixo é um instrumento de política monetária. Com o dólar baixo, o que prejudica alguns setores de exportação, certamente temos preços mais baixos, porque as *commodities* estão todas indexadas, referenciadas no mercado externo. Pergunto: não é de interesse do Banco Central e do Governo manter o dólar baixo? Se o dólar estivesse alto, certamente já estaríamos em outra posição.

Por fim, pergunto por que outros países em situação semelhante, para conseguir controlar sua inflação, não precisam apelar drasticamente para o aumento da taxa de juros. Por que alguns países que têm superávit de exportação fantástico, onde ingressam dólares em volumes absurdos, não têm uma apreciação cambial como a nossa? Como fazer isso?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Disponha V.Exa. São poucas as oportunidades de conversar com o Presidente do Banco Central, por isso concedemos um tempo maior.

O Deputado Rodrigo Rollemberg não se encontra.

Tem a palavra o Deputado Júlio Cesar. (*Pausa.*)

Tem a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO

– Sr. Presidente desta Comissão, prezado Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, a primeira questão que eu quero ressaltar, e que é uma das questões que mais me orgulha quando defendo a Câmara dos Deputados, é a excelência da nossa consultoria técnica, dos assessores da Casa. Vou fundamentar a minha intervenção e algumas perguntas ao Presidente do Banco Central tendo como referência a Nota Técnica nº 10.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Fico feliz pelo registro de V.Exa.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – A Nota Técnica nº 10 é assinada pelos consultores do Núcleo de Assuntos Econômico-Fiscais, o Flávio Leitão Tavares, o José Fernando Consentino Tavares e a Márcia Rodrigues Moura.

A primeira questão dirijo ao Presidente da nossa Comissão. No item 3 da Nota Técnica, nossos consultores reafirmam o que já foi dito em outras reuniões desta Comissão sobre a obrigatoriedade de o Banco Central encaminhar o relatório, que não pode ser simplesmente substituído pelas demonstrações financeiras e as notas explicativas publicadas na Internet com antecedência, antes da vinda a esta Comissão do Presidente do Banco Central. Os nossos consultores afirmam que esse relatório, aliás previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal – § 5º do art. 9º –, nunca foi entregue à Comissão, que o que é disponibilizado é a cópia da explanação do Presidente do Banco Central e, dias antes, a íntegra das demonstrações financeiras e das notas explicativas.

Quero, portanto, solicitar ao Presidente da Comissão que, em diálogo com os nossos consultores, faça que a Comissão tenha cumprida esta prerrogativa, que é essencial para o trabalho da Consultoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Agradeço a V.Exa. a preocupação.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – A segunda questão eu dirijo ao Presidente do Banco Central.

No item 7, ao abordar a situação do Banco Central e a responsabilidade do Tesouro com a entrega de títulos para a cobertura do prejuízo do Banco Central, nossos consultores informam que o prejuízo que deveria ser coberto no primeiro exercício de 2008, como também normatiza a Lei de Responsabilidade Fiscal, foi antecipado ainda em 2007, com a abertura de um crédito no Orçamento do ano passado no valor de 33,9 bilhões.

Gostaria de ouvir do Presidente do Banco Central se isso realmente ocorreu e por que ocorreu, contrariando a norma da Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê que o prejuízo apurado no semestre deve ser coberto a partir do décimo dia útil do próximo exercício fiscal subsequente.

Seria, portanto, segundo a norma da Lei de Responsabilidade Fiscal, desnecessária a abertura de um crédito, no Orçamento ainda de 2007, nesse valor de 33,9 bilhões, que conseqüentemente só pode ter sido aberto com a anulação de outros créditos correspondentes a outros programas.

Outro aspecto importante que me parece deve ser observado e levado em consideração, também aqui destacado pela Consultoria, refere-se à famosa questão das nossas reservas cambiais.

Quero reiterar a preocupação de que esse assunto precisa ser tratado com mais transparência para a sociedade brasileira. Não estamos discutindo aqui se estamos com 190, 200 ou 210. O que precisa ser dito com transparência é como é que se compõem as reservas cambiais que nós temos. Muitas vezes, alardeia-se ao País que estamos em uma situação astronômica, a situação mais confortável da história das reservas cambiais, mas não se explica adequadamente à sociedade que parte ponderável dessas reservas não vem – a exemplo do colesterol bom e do colesterol ruim – fruto do superávit da balança comercial, dos investimentos diretos estrangeiros, mas parte ponderável vem da intervenção do Banco Central no mercado de câmbio, e, conseqüentemente, a emissão subsequente de títulos que impacta exatamente o custo fiscal da manutenção dessas reservas.

Por que isso é grave e tem de ser dito com transparência para a sociedade? Porque, no próximo ano, vamos estar há 10 anos da vigência de um conjunto de normas fiscais, oriundas de 1999 e 2000, com a Lei de Responsabilidade Fiscal – de lá para cá todas as Leis de Diretrizes e as Leis Orçamentárias Anuais impõem, em primeiro lugar, um conjunto de exigências para o atendimento das metas fiscais. Quando há pressões sobre o Tesouro – e a emissão de títulos para enxugar os reais usados para a compra de dólar no mercado impõe uma pressão imensa ao Tesouro –, essa pressão implica mais uma rodada de contingenciamento. Essa rodada anual de contingenciamento implica o retardamento da consecução das metas sociais, em velocidade de inclusão social, em amplitude de inclusão social.

Espero que no próximo ano, uma década depois da adoção do regime de metas de inflação e depois da Lei de Responsabilidade Fiscal, possamos, definitivamente, construir o entendimento nacional de que estabilidade monetária é essencial, mas não se pode subjugar a estabilidade social à estabilidade monetária, que é freqüentemente instável.

O que é dito, portanto, pelos nossos consultores – quero ouvir do Presidente do Banco Central se confirma a afirmação – é que parte ponderável das nossas reservas internacionais, do aumento das nossas reservas, está sendo financiada por operações de mercado, com o aumento da dívida pública, o conseqüente custo fiscal e o impacto do custo fiscal nas metas do PPA, nas metas da LDO e nas metas da Lei Orçamentária. Afinal de contas, o PPA, a LDO e a LOA não têm ape-

nas metas fiscais. Há metas na infra-estrutura e há metas nos programas sociais.

Outra questão que me parece grave – e tomo como referência a publicação do Plano Anual de Financiamento da Dívida Pública: a opção do Banco Central por uma intervenção no câmbio para conter a elevada apreciação do real tem feito triplicar, entre dezembro de 2006 e abril de 2008, as operações compromissadas de curto prazo. Isso contradiz o Plano Anual de Financiamento da Dívida Pública, que prevê o alongamento do prazo de financiamento da dívida pública do País.

Para concluir, Sr. Presidente, parece que estamos dando várias voltas, ora para avançar em determinadas áreas importantes da política macroeconômica, ora para retroceder e ter de corrigir as conseqüências de uma atitude, que, mais para frente, irá exigir outra atitude corretiva. E é isto que está publicado nos próprios relatórios do Tesouro Nacional e do Banco Central.

Então, mais uma vez, quero ratificar o meu respeito e a minha consideração pelo valor desse trabalho da Consultoria e também louvar o Presidente do Banco Central pela sua exposição, solicitando a S.Exa. uma opinião sobre essas afirmações que fiz e sobre esses dados, todos oficiais, ou seja, não são especulações de nossa autoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado Carlos Melles. É o Ministro...

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – É que Carlos Melles é o primo rico...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – É diferente de Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Carlito é o primo pobre.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES – Carlito Merss é o primo rico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Isto diz V.Exa. Que o Banco Central não lhe ouça.

Tem a palavra V.Exa., Ministro.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES – Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Mendes Ribeiro Filho.

Primeiramente, quero cumprimentar o Ministro Palocci pela sua intervenção, que corroboro, porque S.Exa. foi o responsável pela escolha da equipe tão competente, Ministro Meirelles, que V.Exa. lidera e que realmente faz uma grande diferença no Brasil de hoje.

Irei pedir também um esclarecimento, uma explicação ao Ministro Meirelles, se S.Exa. puder dar, sobre uma área específica.

Sempre entendemos que o Brasil, com uma população de 170 a 180 milhões de habitantes, teria um mercado interno muito promissor e, à medida que chegasse a expansão de crédito, iríamos ver claramente o que está acontecendo. Se antes não tão rápido, agora, graças a Deus, com essa rapidez, e todos nós estamos aplaudindo.

Explicou muito bem V.Exa. que a nossa expansão de crédito ainda é pequena perante o mundo e que nós estamos seguros. Mas, Ministro Meirelles, quero fazer referência, e se V.Exa. puder fazer algumas considerações a respeito, ao seguinte: hoje a imprensa noticia que se iniciou a quarta renegociação do endividamento agrícola dos últimos 20 anos.

Isto nos traz uma grande preocupação. Daí o nosso desejo de saber como poderia V.Exa. nos orientar e como seria o comportamento estrutural do Brasil em virtude da atual conjuntura. As folhas 15 e 16 do gráfico distribuído por V.Exa. mostram que as *commodities* nunca estiveram tão valorizadas, mas o endividamento agrícola dos anos 1994/1995, que renegociamos, girava em torno de 18, 20 bilhões de reais. Em 2002, foi feita a segunda renegociação, e o endividamento estava em 26 bilhões de reais; a terceira, perto de 30; e, agora, 140 bilhões de reais, porque 76 bilhões de reais referem-se ao endividamento agrícola de uma safra.

O interessante, Ministro, é que se zerássemos essa dívida hoje e todos os produtores rurais comesçassem a produzir novamente, na média, na próxima safra, já haveria dívidas novamente, porque não há uma política de renda. Certamente, o Brasil, hoje, é um país em que agricultura precisa ser subsidiada. Todos nossos ganhos de competitividade, que foram grandes, ficaram acima de 100% em produtividade e em todas as culturas.

Mas, obviamente, se olharmos apenas para o lado perverso, verificaremos que o maior imposto hoje é o do câmbio, embora seja algo que pode ser alterado. Seria muito bom vender *commodities* hoje aos preços atuais, se o câmbio pudesse ser chamado pelo menos de razoável, mas ele é o que está aí.

A demanda por alimentos no mundo continuará crescente até pelos ganhos, e não é só aqui no Brasil. A falta de insumos básicos, sobretudo na área de fertilizantes, é muito grande e não se vê uma solução para os próximos 3 ou 5 anos no mínimo. A Argentina, errada ou não, taxou a exportação. A Rússia taxou em até 150% a exportação de potássio e de nitrogenados.

Como V.Exa. vê o negócio agrícola e o setor primário no Brasil? Porque, ao longo desses anos, quando

se tira do que foi exportado e da sobra líquida, 90% tem sido do setor primário, das *commodities*. Certamente, esse setor ficará a cada dia mais estrangulado e sem perspectiva de renda.

Quero saber o que o Ministro pensa desse setor e que contribuição V.Exa. poderia nos dar, porque o Governo Central não consegue perceber esse movimento em todo o mundo, nem as políticas agrícolas, ou pelo menos não quer perceber o que o mundo vem praticando no agronegócio. E o Brasil vem ficando em uma situação insustentável. Quanto à renegociação, se querem saber, ano que vem, haverá uma nova renegociação de dívida, porque o setor não tem renda.

Quero ouvir a opinião de V.Exa. sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Eu agradeço, Deputado Carlos Melles.

Peço a V.Exas. a maior brevidade possível, porque já cessou o tempo da Comissão.

Passo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Luiz Carlos Setim, que não é fazenda, é o Setim.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS SETIM – Não é fazenda, mas é mais bonita que a fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Peço ao nosso Relator de receitas que venha presidir os trabalhos por 2 minutos, por favor.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS SETIM – Sr. Presidente desta Comissão, Sr. Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, fazemos coro aos cumprimentos aqui externados a V.Exa., dizendo que a saúde financeira brasileira vem dando inveja, acredito, em muitos países. Nós o cumprimentamos por isso. Já foi dito aqui do acerto da escolha de V.Exa. para dirigir os destinos do nosso Banco Central.

Tinha alguma dúvida quanto àquela pergunta do Deputado Lázaro Botelho sobre a dívida em dólar e a dívida... Acho que ele se referiu a por que não pagar a dívida externa, e V.Exa. respondeu que, quanto à saúde brasileira, é preferível haver uma reserva para atraírmos mais investimentos.

Mas continuo na mesma linha de raciocínio, dizendo que as reservas brasileiras são excelentes, têm nível altíssimo, mas nos rendem uma taxa relativa do mercado internacional, que, se comparada com a nossa dívida interna, custa-nos uma taxa bem diferente.

Então, na mesma linha de raciocínio do Deputado Lázaro Botelho, digo que as nossas reservas internacionais são altíssimas, com taxas de remuneração, pelo nosso conhecimento, pequenas. Os leigos, aquelas pessoas que às vezes nos interrogam, não têm essa percepção internacional de saúde financeira interna-

cional, de atração de investimentos internacionais em relação à saúde financeira brasileira.

Pelas nossas estimativas, a taxa interna, a SELIC, ou juros internos, não baixará mais. Muitos dizem que nosso juro é muito alto. Acreditamos piamente em V.Exa., um *expert*, quando diz que essa taxa está no devido lugar e serve de garantia de certos fatores que poderão influir negativamente na economia brasileira. Então, concordamos com essa taxa, mas o menos avisado imagina que essa taxa seja muito alta em relação à taxa que recebemos das nossas reservas.

Assim, eu pergunto: por que não pagar um pouco da nossa dívida interna, diminui-la, tendo em vista que nossa taxa interna é maior do que a que vem de fora? Outra pergunta: qual o impacto que o aumento dessa taxa – para nós aqui de fora ela é alta, mas para V.Exa. é a ideal – provocará na dívida interna, sendo que essa nossa dívida é muito grande, e taxa alta produzirá uma bola de neve cada vez maior?

Finalmente, já foi aqui perguntado sobre o Fundo Soberano e volto a fazê-lo. V.Exa. está a favor da criação desse fundo? Se criado, qual seria o impacto das operações do fundo na meta de inflação, que acredito o Governo busca com muito acerto o seu controle.

Uma última indagação, que não sei se seria pertinente. Estamos hoje discutindo, ou está para entrar na pauta, Deputado Antonio Palocci, a criação da CSS. Se existe na saúde financeira disponibilidade para criarmos esse fundo, quer dizer que temos sobra de dinheiro, sobra de possibilidades. Não seria contrasenso criarmos um fundo e, por outro lado, criar mais uma tributação, no caso a CSS?

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Khoury) – Agradeço ao Deputado Luiz Carlos Setim a participação.

Peço aos presentes que façam silêncio e prestem atenção às exposições.

Passo a palavra ao colega Deputado Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES – Sr. Presidente, inicialmente, parabênz a equipe do Banco Central.

Recentemente, travamos uma boa batalha sobre as taxas bancárias, e creio que foi bem-sucedido o trabalho desempenhado pelo Ministério da Fazenda, Banco Central e a Comissão de Defesa do Consumidor, da qual sou membro.

Sr. Presidente, não tenho o brilhantismo do Deputado Antonio Palocci, mas seguirei a mesma linha de pensamento de S.Exa. sobre o tema.

Desejo fazer uma indagação ao Sr. Ministro. Em que devemos ter cuidado na elaboração do Orçamento deste ano, uma vez que ele será feito diante de uma série de dificuldades.

Uma reportagem publicada na revista *Carta Capital*, intitulada *Farinha pouca*, diz: “*Um relatório Merrill Lynch alerta que “pela primeira vez em nossa memória: a inflação, e não o crescimento, é a principal preocupação no nível macroeconômico global”*”. E continua o texto.

Sabemos, portanto, que a inflação não é preocupação só do País, mas também da macroeconomia. Estamos diante de uma discussão de reforma tributária e temos impressão, em determinado momento, que não querem pagar nada, porque reclamam na nossa tributação e de uma série de coisas. Sabemos que há pelo menos 40 anos fazer o Orçamento era pressão de receita e despesa, e pronto. Hoje, o processo é muito mais complicado, mais técnico, mais científico.

Diante disso, pergunto ao Ministro como podemos elaborar o Orçamento, levando-se em consideração essa inflação global. Com relação ao câmbio – vários aqui já perguntaram –, como V.Exa. acha que ele deve se comportar, porque temos um Orçamento este ano feito num período sem turbulência internacional. Vamos elaborá-lo este ano, e prova disso é o Banco Central ter vindo a convite a esta Casa para dizer em que aspectos estamos negativos, falar das dificuldades por nós enfrentadas, mas que, por outro lado, temos alguns aspectos positivos.

Sr. Ministro, como isso irá se refletir no Orçamento e qual a preocupação de V.Exa. com relação a ele?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Khoury) – Agradeço ao companheiro Chico Lopes a participação.

Passo a palavra ao Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Sr. Presidente, Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, aquele grupo ali é que me assusta às vezes, com sua postura inflexível. Mas, com certeza, foi esse grupo – muitos diretores foram trocados – que mesmo contra a nossa vontade... E V.Exa. se lembra dos primeiros anos, principalmente em 2003/2004, quantas vezes a bancada do PT foi até V.Exa. perguntar se era necessária aquela rigidez inicial. Ainda nos primeiros meses, a taxa chegou a 26,5%. E com muita presteza, V.Exa. nos explicou que era isso mesmo e que deveria haver persistência.

Naquela época, eu já tinha clara noção da sensatez, da correção da política macroeconômica, inclusive do estabelecimento da taxa de juros, mas me preocupava com o crédito. Sempre foi uma preocupação minha a dificuldade do crédito.

Foi feita uma pergunta há pouco sobre a concentração bancária, algo que, parece, voltamos a perceber no País, as dificuldades dos bancos regionais, a possibilidade inclusive da incorporação da Nossa Caixa, de São Paulo, pelo Banco do Brasil, apesar de que se ficar no âmbito público será menos mal. Mas, na época, eu já dizia que uma das saídas seria a criação de mais cooperativas de crédito.

Na minha cidade, Joinville, existem hoje praticamente 5 cooperativas de crédito, uma ligada aos médicos, a UNIMED, uma ligada aos servidores públicos e algumas agora ao setor têxtil, inclusive daquele velho modelo luzzati, que, parece, sobraram 10 ou 13 no País. À época, entendia a dificuldade de se regulamentar as cooperativas no Brasil. Há um monte de picaretagem. Muita gente se junta para formar cooperativa de trabalho, não sei do quê, mas não é nada disso. O próprio Ministério tem-se preocupado com a regulamentação do ato cooperativado.

Desejo perguntar especificamente sobre cooperativas de crédito – há setor específico no Banco Central para tratar do assunto –, se existe dificuldade de permitir a criação de mais instituições como essa. Isso se dá muito pela dificuldade da caracterização do ato cooperativo ou o Banco Central resiste a possibilitar que cooperativas de crédito possam atender a essa parte de crédito necessária? Fico feliz de saber que chegamos a cerca de 36% hoje do PIB em crédito. Mas, a meu ver, as cooperativas de crédito poderiam dar maior contribuição à economia, principalmente no microcrédito, nos pequenos valores. Há, por parte do Banco Central, possibilidade de deslanchar isso de uma vez por todas?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Com a palavra o último inscrito, Deputado Jorge Khoury.

O SR. DEPUTADO JORGE KHOURY – Caro Presidente Mendes Ribeiro Filho, Sr. Presidente do Banco Central, é evidente que a esta altura quase todos os questionamentos já foram feitos. No entanto, desejo fazer mais um acerca da LDO.

Para 2009, está previsto na LDO superávit primário de 3,8% do PIB para a União. Pergunto como V.Exa. avalia esse número. Ele está adequado aos propósitos da redução da dívida? Em que medida eventual aumento dos resultados fiscais poderiam auxiliar na redução dos juros e da pressão inflacionária?

Eram só essas as perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Agradeço a V.Exa.

Comunico que terá início no plenário outra votação nominal. Assim, passo a palavra ao Presidente do Banco Central, Ministro Henrique Meirelles, para responder as indagações dos Parlamentares.

Por favor, Ministro. *(Pausa.)*

Informo aos Parlamentares que a votação nominal começou neste instante. Creio que o Ministro, com sua habilidade e competência, responderá em curto espaço de tempo a todas as indagações.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – O Deputado Palocci disse: “*Cinco minutos para dez perguntas?*” *(Risos.)*

O Ministro estava organizado, agora houve um problema de sistematização.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Sr. Presidente, vou passar às respostas.

Em primeiro lugar, o Deputado Miguel Martini pergunta sobre o Fundo Soberano e se esse fundo usará 10% das reservas brasileiras. S.Exa. pergunta também qual é o percentual de uso das reservas.

Deputado, a decisão do Governo é no sentido de que, para a constituição do Fundo Soberano, não será usada parte da reserva no Brasil. Portanto, não procede a notícia de que 10% das reservas serão aplicadas no Fundo Soberano.

Caso esse fundo de fato seja constituído nos termos anunciados, ele, por meio de um processo ainda a ser definido, vai comprar recursos de reserva no mercado e constituir o seu fundo usando recursos de origem fiscal. A resposta, portanto, é que não será usado nenhum percentual das reservas para a constituição do fundo. E a razão disso é porque são finalidades diferentes. Como eu já mencionei, a reserva visa aumentar a resistência do País a choques e trazer estabilidade à economia brasileira, enquanto o Fundo Soberano tem outras finalidades estratégicas de aplicação internacional pelo País de recursos externos.

A segunda pergunta diz respeito à produção de alimentos. O Deputado se preocupa com o fato de que a inflação de alimentos no mundo, de um lado, causa impacto na inflação brasileira e, de outro, S.Exa. me parece que se preocupa com a oportunidade que temos de aumentar a produção de alimentos para atender à demanda mundial. Ele pergunta então como aumentar a produção de alimentos.

Eu poderia responder a S.Exa. que o Brasil, sim, tem um potencial enorme de produção de alimentos, está investindo nisso e há um trabalho de longo prazo que está, inclusive, tendo sucesso. Existe toda uma série de políticas governamentais já em implementação nessa área e, certamente, existirão outras medi-

das que os órgãos do Governo, da área, certamente, anunciarão no momento adequado.

Acho que, de fato, é um esforço grande que o Brasil deve fazer, porque este é um dos poucos países do mundo que tem área agricultável disponível para aumentar a produção de alimentos, o que não só vai afetar os preços, no sentido de evitar aumento excessivo, mas certamente pode ser uma fonte importante adicional de reservas para o País, por meio do aumento da receita de exportação.

O Deputado Antonio Palocci nos pede uma avaliação da crise americana, do crescimento mundial, uma avaliação sobre qual seria a preocupação maior hoje entre inflação e crescimento e, finalmente, se estamos, de fato, no fim de um ciclo econômico.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu amigo Dr. Antonio Palocci as palavras generosas e quero lhe dizer que, de fato, não há sinais de que os fundamentos da crise no setor real da economia americana estejam já estabilizados e que, portanto, a crise já esteja caminhando para o final.

O que significa isso? Significa que os estoques de imóveis nos Estados Unidos continuam altos e, em alguns segmentos, crescentes. Os preços ainda não deram sinais de terem se estabilizado. Isso significa que a raiz da crise americana, que é imobiliária, começou no seu *prime*, mas hoje já é um pouco maior do que isso, já atinge segmentos importantes do chamado mercado *prime*. Na realidade, essa crise ainda deve se desenrolar por um bom tempo, até que tenhamos a visão clara de que ela atingiu o piso.

A crise de crédito, no entanto, já dá sinais de estabilização. Já existem sinais de que os preços dos papéis de crédito mostram uma certa reação. Com o reconhecimento dos prejuízos, que já chegam hoje, em todo o mundo, a cerca de 400 bilhões de dólares, e na medida em que os bancos começam a ter maior segurança, o sistema financeiro já está se capitalizando para enfrentar esses prejuízos, o que certamente deverá fazer com que o mercado de crédito em si mostre alguns sinais de estabilidade. E é isso o que já está ocorrendo.

Em relação ao sumário disso, o fato concreto é que poderemos ter um cenário de uma economia americana mostrando, digamos, um comportamento de baixo crescimento, com riscos de recessão durante um período que pode ser mais prolongado do que pareceu inicialmente.

Quanto ao crescimento mundial, de fato o mundo hoje deve estar crescendo, segundo as expectativas, a taxas menores do que se previa há alguns anos. O crescimento mundial, por exemplo, em 2007 foi de 4,5%, médio, e se espera, para 2008, 3,6 e, para 2009, 3,8,

portanto, com uma pequena recuperação dos países industrializados. O crescimento de 2008 se espera seja de 1,5 e, em 2009, de 1,9, saindo de um patamar de 2,4 para 2007.

O sumário disso é que a economia americana, de fato, está ainda mostrando um crescimento, na melhor das hipóteses, baixo, e, na pior das hipóteses, não se elimina completamente a possibilidade de algum número negativo, mas o cenário mais provável é de, digamos, uma certa estagnação, de crescimento muito baixo.

Os países emergentes estão mostrando resistência muito maior do que se esperava antes, principalmente o Brasil, a Rússia, a Índia e a China, os chamados BRICs, e outros países emergentes, o que tem, de certa maneira, amortecido bastante, digamos, a queda de atividade da economia mundial gerada principalmente pelos Estados Unidos.

A Alemanha, por outro lado, mostrou, pelo menos até agora, resistência maior, principalmente pela sua capacidade de exportação de alguns itens industriais específicos. Mas existe ainda uma grande preocupação com a Europa. Até que ponto a Europa ainda pode vir a mostrar sinais de um certo arrefecimento mais preocupante? Portanto, é um momento de atenção.

Em relação à pergunta de S.Exa. sobre inflação *versus* crescimento, não há dúvida de que a preocupação que era fundamentalmente possibilidade grave de recessão, há poucos meses, gradualmente passou a ser inflação, inclusive nos Estados Unidos. O FED já tem dado sinais de que já começa a se preocupar.

Quer dizer, o risco é o cenário da década de 70, em que tivemos um choque do petróleo, um aumento grande desse componente de custo na economia mundial, uma política leniente, digamos, uma política monetária frouxa da maior parte dos Bancos Centrais tentando acomodar esse aumento do preço do petróleo, que gerou a generalização da inflação, na medida em que houve contaminação da inflação por meio de efeitos secundários do efeito primário do petróleo. E depois custou muito caro trazer a inflação de novo para patamares aceitáveis. O exemplo maior disso foram os Estados Unidos.

Acho que existe de fato uma diferença grande no mundo em relação à década de 70, porque hoje a maior parte dos Bancos Centrais tem um compromisso muito maior com a estabilidade. O sistema de metas de inflação está estabelecido e – um dado da maior importância, Deputado – a maior parte dos Bancos Centrais do mundo são legalmente independentes. Essa é uma diferença fundamental e crítica em relação à década de 70. Portanto, existe essa preocupação, mas, na realidade, nós não vemos no horizonte

um risco de que de fato seja igual a 70. É um risco de cenário, mas, na realidade, a probabilidade maior é a de que os Bancos Centrais já tomem as ações necessárias. E já temos sinais disso. E outra pergunta que ainda vou responder fala sobre outros países, mas já existem 16 ou 17 países do mundo que já estão subindo a taxa de juros e fazendo aperto monetário. Portanto, de novo é uma preocupação, mas os Bancos Centrais do mundo todo já começam a mostrar que de fato estão comprometidos com a inflação, como, aliás, tem sido na última década. Desde que foi implantado o regime de metas de inflação e que Bancos Centrais ficaram independentes – começou com a Nova Zelândia, em 1989 –, a inflação média no mundo tem sido mais baixa, o crescimento, maior, e as taxas de juros médias, menores.

O Deputado pergunta se isso significaria fim do ciclo. Não há dúvida de que existe uma mudança importante na economia mundial, que é o fato de que a chamada deflação importada, particularmente da China, mas não só da China – houve aquele processo todo de grande incorporação de mão-de-obra no mercado chinês, no mercado de trabalho, grandes ganhos de produtividade por parte da China e, em consequência, uma queda dos preços dos produtos exportados chineses –, também de serviços da Índia, de mão-de-obra da Europa Oriental, que passou a ser disponível, mão-de-obra treinada, para diversas economias, etc. Tudo isso já mostra certo sinal de arrefecimento. Isso é claro no preço dos produtos chineses, na questão da remuneração de custo unitário de trabalho na China e, portanto, é parte também de um processo, que é agudizado, certamente, pela questão dos recursos naturais. Quer dizer, o crescimento, principalmente dos países emergentes, tem levado a um aumento muito grande, como já mencionamos, da demanda por alimentos ou por matéria-prima, principalmente porque a grande demanda de matéria-prima vem exatamente dos emergentes, que estão investindo mais em infraestrutura e a sua população está começando a se alimentar melhor. Portanto, não há dúvida de que temos um cenário um pouco diferente do que o que tínhamos nos últimos anos. Mais uma vez, eu agradeço a generosidade ao amigo.

O Deputado Alfredo Kaefer pergunta – uma vez que, na visão dele, a inflação decorre das *commodities* e que preços administrados não são impactados diretamente pela política monetária – se isso não faria com que o aumento de juros não só fosse inócuo, mas também alimentasse a inflação.

Em primeiro lugar, eu diria que, sim, nós temos uma inflação de *commodities* no mundo, conforme já mencionado, mas, se nós olharmos outras medidas

de inflação, Deputado... Por exemplo, eu mostrei aqui as nossas medidas de núcleo por exclusão. O que é núcleo por exclusão da inflação, núcleo do IPCA? É a exclusão exatamente dos alimentos no domicílio e dos administrados. E nós vamos ver que o núcleo por exclusão mostra um aumento das taxas de inflação paulatina durante os últimos meses, atingindo, inclusive, já um patamar um pouco acima da meta central. Isso configura que de fato nós temos um componente, sim, de demanda também na questão da inflação hoje no Brasil. Nós temos uma economia que está funcionando e crescendo de forma robusta, uma demanda que está crescendo de forma robusta, etc. Mas a boa notícia – e é uma boa notícia de fato se compararmos com outros países – é que o Banco Central do Brasil está atuando e tem atuado a tempo e a hora, isto é, de forma tempestiva. O Banco do Brasil anunciou a sua preocupação e tomou medida preventivamente. Isso mostra que este cenário que eu descrevi não surpreende o Banco Central do Brasil. E o mais importante: nós não vamos depois estar atrasados, como se diz na linguagem popular, correr atrás do prejuízo. Não, o Banco Central do Brasil está atento e não foi surpreendido. E a história mostra que o custo das inflações é sempre menor à medida que ações são tempestivas.

Portanto, gostaria de dar uma mensagem de tranquilidade e de serenidade ao Deputado, no sentido de que existe um Banco Central sintonizado com a melhor prática dos demais Bancos Centrais no mundo, bastante atento a todos esses fenômenos do Brasil e tomando as medidas necessárias.

Outra pergunta: se o Tesouro reduzisse os gastos, qual o efeito? Não há dúvida de que um aumento do superávit primário que levasse a uma queda mais rápida da relação dívida/produto teria efeitos positivos para a formação da taxa de juros no País ao longo do tempo. Dito isso, tenho mencionado que é evidente que essa não é uma decisão que cabe ao Banco Central. Existem diversas prioridades que o País considera – de um lado, esta; de outro, os gastos públicos; de outro, o investimento público –, e compete ao Executivo, compete ao Congresso Nacional decidir quais são as prioridades do País neste momento.

Passo à questão da valorização da moeda: até que ponto poderíamos tomar uma série de medidas, visando conter a valorização da moeda, por exemplo, a movimentação interna de moeda estrangeira que alguns países adotaram? Já existe algo muito importante nessa linha. S.Exa. se recorda da questão da cobertura cambial. Os exportadores brasileiros, por décadas, são obrigados a trazer para o País as divisas resultado das suas exportações. Isso já foi abolido pelo Conselho Monetário Nacional e, antes, por uma lei

que deu esse poder ao Conselho, quer dizer, cobertura cambial inicialmente diminuindo, etc. Portanto, hoje os exportadores tem a oportunidade de deixar recursos no exterior. Isso já é um passo importante nessa direção. A hipótese de ter contas em dólares ou em moedas estrangeiras no Brasil já envolve outras questões mais complexas, alguns riscos importantes – países vizinhos do Brasil tiveram problemas gravíssimos com isso –, na medida em que o Banco Central de um país não tem como ser o emprestador de último recurso em moeda estrangeira. Então, isso envolve alguns riscos prudenciais importantes para as instituições financeiras. Mas, de qualquer maneira, existem estudos na linha de achar alternativas. A Diretoria de Assuntos Internacionais do Banco Central, que trata de normas de câmbio, está prioritariamente estudando exatamente como modernizar o sistema de câmbio no Brasil, visando dotá-lo de instrumentos mais modernos, pelos padrões do mundo de hoje.

A última pergunta: até que ponto há interesse do Banco Central no dólar baixo? Eu poderia assegurar a S.Exa. que pode ficar tranquilo, porque, desde que anunciou a política de acumulação de reservas em janeiro de 2004, o Banco Central se comprometeu a não tentar influenciar a cotação, a tendência da cotação do dólar. Na realidade, o Banco Central foi muito criticado no setor inverso.

Muitas pessoas pensam que o Banco Central comprar reservas poderia, na realidade, influenciar do outro lado, isto é, impedir uma apreciação maior da moeda.

Mas posso lhe garantir que o Banco Central tem rigorosamente se mantido muito coerente, consistente com sua política, sim, de acumular reservas, visando aumentar a segurança do País a choque externo etc. Não tentaram, em nenhum momento, ter objetivo de influenciar a tendência do mercado de câmbio e da devolução das taxas de câmbio etc.

Com relação a sua pergunta sobre outros países, já mencionei que 16, 17 países já aumentaram, nos últimos 12 meses, a taxa de juros. Portanto, já existe um número grande de países reagindo à pressão inflacionária.

Por que outros países apreciaram menos do que o Brasil a sua moeda? Há causas diversas. Uma delas é que, de fato, o real estava muito depreciado, devido à crise de 2002. Então, a apreciação foi maior. Segundo, as melhoras de fundamento da economia brasileira foram notáveis para os padrões internacionais nos últimos anos. Isso também influencia a cotação das moedas. O Risco Brasil caiu muito, conforme mostrei. A melhora do Brasil nos fundamentos macroeconômicos foi muito mais pronunciada do que nos outros

países. Isso também tem um efeito na taxa de câmbio, como mostrei aqui, uma correlação entre risco e taxa de câmbio. Existe outro exemplo: a questão de que o Brasil também se beneficia da mudança dos termos de troca com a valorização das *commodities*. Isso também tem uma certa correlação com a taxa de câmbio. Esse é o sumário das respostas.

O Deputado Paulo Rubem Santiago, em primeiro lugar, pergunta o porquê de o Banco Central não apresentar um relatório das suas atividades, nos termos da lei. O que eu poderia dizer a S.Exa. é que a interpretação do nosso Jurídico, que já prevalece há quase 10 anos (que é a duração desse dispositivo legal), é de que, em primeiro lugar, o Banco Central, com a apresentação dos seus demonstrativos contábeis, de todos os seus resultados – esse material foi distribuído aos Srs. Senadores e Deputados –, atende perfeitamente às determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal. Quer dizer, esse é o relatório.

Talvez o Deputado ou um órgão de assessoria técnica da Comissão entenda que o relatório deveria ser algo no sentido de prosa, uma coisa mais descritiva. De qualquer maneira, não é a interpretação do Jurídico do Banco Central do Brasil. Mas eu não tenho o menor problema, Deputado. Já fiz uma consulta informal ao nosso procurador...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – É uma norma da Lei de Responsabilidade Fiscal. Não sei se compete...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Por favor, a Presidência vai tratar do assunto, inclusive já o encaminhou ao Banco.

Continue, Presidente Henrique.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Pois não.

Eu vou “sumarizar”. O entendimento do Jurídico do Banco Central do Brasil é de que cumprimos a Lei de Responsabilidade Fiscal, em relação à apresentação do material entregue a S.Exa.

A segunda pergunta: por que houve antecipação da cobertura do prejuízo do Banco Central no ano de 2007? A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que o resultado deve ser coberto até o primeiro semestre do ano seguinte. Existe o termo “até o primeiro semestre do ano seguinte”. Portanto, o Banco Central e o Tesouro Nacional cumpriram a determinação.

A pergunta correta do Deputado sobre a necessidade dessa antecipação, quer dizer, não se esperar até o último dia previsto pela lei. Deu-se a necessidade da recomposição de Carteira do Banco Central, da Carteira de Títulos Públicos do Banco Central para efeito de execução de política monetária.

Portanto, a razão de a lei dar essa flexibilidade é exatamente permitir que, se na execução da nossa

política monetária o Banco Central tiver necessidade de títulos públicos antes do vencimento do prazo legal, esse resultado, portanto, pode ser coberto naquele período. Essa foi a razão dessa medida.

Quanto a outra pergunta de S.Exa., a compra das reservas, se há aumento da dívida interna e, portanto – a pergunta –, se a reserva não aumenta a dívida líquida. A outra pergunta, agora citando o relatório técnico, é se parte ponderável não está sendo financiada por captação, gerando, portanto, um aumento da dívida.

A resposta a S.Exa. é que, de fato, temos de separar o que significa a transparência da questão das reservas, em que as reservas estão aplicadas. As reservas estão aplicadas em títulos de primeira linha, de primeira qualidade etc., no mercado internacional, dentro de todas as normas.

Agora, o financiamento feito pelo Banco Central, certamente, uma parte importante do financiamento das reservas é feito por meio de operações compromissadas, lastreadas em títulos públicos que estão exatamente na Carteira do Banco Central. Certamente! Não há dúvida!

Agora, isso, num primeiro momento, não aumenta necessariamente a dívida líquida do setor público, na medida em que aumenta, sim, uma captação por parte do Banco Central. Por outro lado, temos um aumento também das reservas, que são deduzidas da dívida bruta, para efeito do cálculo da dívida líquida.

O que quero dizer é o seguinte: são reservas líquidas que podem ser usadas por interesse do País, a qualquer momento, para liquidar a dívida interna ou as operações compromissadas. Portanto, a questão é uma decisão de política macroeconômica do País: se compensa fazer isso, se é uma boa política macroeconômica o País ter reservas internacionais de um lado e captações de outro.

A avaliação que fazemos até este momento é de que sim. A resistência da economia brasileira a essa crise recente dos mercados internacionais e a não-repetição aqui do tipo de problemas que tivemos no passado, que geraram recessão, desemprego e perda de arrecadação para o Tesouro Nacional é importante. E pior: V.Exa. deve se recordar de que em crises anteriores, inclusive tão recentemente quanto 2002, o custo de financiamento da dívida interna brasileira, não estou falando nem da externa, subiu muito.

Uma das razões por ter caído o custo médio de financiamento de toda a dívida brasileira é exatamente as reservas internacionais, que dão maior segurança de estabilização ao País. Não é apenas isso: aquela da relação dívida/PIB também; a inflação está consistente com a trajetória de metas. Tudo isso faz parte desse cenário mais virtuoso. Mas estamos vendo, por exemplo,

que o custo de financiamento da dívida com percentagem do produto tem caído, conforme temos mencionado recentemente aqui. De fato, é algo que...

Há ainda outra pergunta, mas já vou antecipar. Por exemplo, se olharmos o custo de juros do Governo Federal como percentagem do produto, foi 5% em 2006, 4,2% em 2007 e nos últimos 12 meses 3,74%. Portanto, essa política de melhora dos fundamentos macroeconômicos do País está, em última análise, gerando inclusive uma queda do custo de carregamento da dívida pública federal.

O Deputado tem razão quando diz que, sim, o aumento das reservas gera um aumento das operações compromissadas. Mas, de novo, é uma questão de avaliação macroeconômica de custo/benefício para o País.

Finalizando, não há dúvida de que as nossas áreas técnicas e jurídicas voltarão a analisar com maior seriedade a questão de até que ponto o relatório apresentado pelo Banco Central atende perfeitamente às normas da responsabilidade fiscal. Estamos dispostos inclusive a ouvir as ponderações das áreas técnicas da Comissão, mas é esse claramente o entendimento até o momento.

A pergunta do Deputado Carlos Melles sobre a negociação da dívida agrícola: até que ponto essas negociações vão continuar? Infelizmente, o Deputado não pôde estar presente, desculpou-se, porque teve que atender aos seus compromissos parlamentares, mas confesso que não ficou claro para mim qual seria exatamente a solução que ele tem em mente. Parece-me que poderia ser algo como um perdão da dívida. Talvez. Não sei. Mas, evidentemente, confesso que essa é uma decisão que extrapola – e muito – o Banco Central do Brasil, na medida em que estamos falando do uso de recursos públicos, da população. Então, existem todas as prioridades debatidas no Congresso Nacional. Mas certamente procurarei entrar em contato com o Deputado para entender um pouco mais qual seria a sugestão de S.Exa., porque gostaríamos de entender com maior exatidão para poder dar uma resposta mais precisa.

Com relação à pergunta do Deputado Carlos Setim, exatamente a questão das reservas. As reservas rendem menos do que a dívida interna, portanto, seria ou não uma boa medida ter reservas. Acredito que foi suficientemente respondido na pergunta anterior.

O impacto da SELIC no custo da dívida interna, também já discutimos bastante no seguinte sentido: há um impacto direto na parcela da dívida interna indexada à SELIC. Por outro lado, uma parte da dívida interna é indexada a índices de preços. Portanto, pressupondo-se que a inflação seja controlada, há um benefício ao

Tesouro por inflação mais baixa a prazo médio. Por outro lado, uma parte dela é prefixada. Num primeiro momento não há impacto, exatamente por ser prefixada. Num segundo momento, mesmo que haja um aumento do custo de mercado do prefixado, existe uma questão conceitual muito importante de que, na realidade, o que define o custo prefixado ao longo do tempo é a expectativa de inflação. O Banco Central, em última análise, vai fixar uma política monetária que terá em mente fazer com que a inflação seja consistente com uma trajetória de metas, apesar de não haver dúvida de que, num primeiro momento, as decisões do Banco Central podem, sim, com outros fatores, influenciar a curva de juros.

O importante é mencionar que a estabilização, a diminuição do risco-país e o controle inflacionário fazem com que o prêmio de risco do país caia. Em consequência, as taxas de juros reais de mercado a longo prazo tendem a cair na economia brasileira com a estabilização, e, portanto, pode ser inferido que essa queda continuada da relação dívida/produto no País, além do esforço fiscal, que é fundamental, tenha um componente também de uma queda ao longo dos anos na taxa de juros real, que vem em consequência da queda dos prêmios de risco, que vem em consequência da estabilização.

No que diz respeito ao Fundo Soberano, a pergunta é, primeiro, se há um impacto direto na meta de inflação. Acredito que a resposta é de que não há uma inter-relação, uma interação direta. O Fundo Soberano, basicamente, significa, em última análise, o Governo fazendo compras no mercado para fazer aplicações estratégicas. Digamos que é uma análise de certa complexidade.

É importante mencionar que o Fundo Soberano é uma decisão anunciada, mas ainda não temos os detalhes dele.

O Fundo Soberano visa exatamente fazer uma aplicação estratégica no exterior de recursos adquiridos no mercado de câmbio, visando exatamente atender a interesses estratégicos do País.

Parece-me que a pergunta do Deputado era mais voltada no sentido de que, se há recursos para o Fundo Soberano, então, haveria recursos ou para não aumentar impostos ou para efetuar esses gastos públicos em outras áreas.

S.Exa. mencionou especificamente o aumento de impostos. É evidente que essa é uma decisão da sociedade brasileira, que pode tomar decisão de, por exemplo, cortar outros gastos ou aumentar outros gastos ou fazer investimentos estratégicos, mas não compete por certo ao Banco Central entrar nesse debate.

O Banco Central tem dado todo o suporte técnico possível para que esse fundo, em sendo constituído, seja dentro das melhores normas técnicas no mundo. Por exemplo, não haverá, como já mencionei, o uso de reservas, etc.

O Deputado Chico Lopes se preocupa com a confecção do Orçamento. S.Exa. pergunta que tipo de preocupação nós, do Banco Central, poderíamos ter e poderíamos sugerir aos Srs. Parlamentares na confecção do Orçamento. A preocupação de um Banco Central, Deputado, é macro, na medida em que o Orçamento atenda aos interesses e às prioridades do País na execução dos seus gastos de investimentos públicos, de um lado, e que de fato atenda ao equilíbrio orçamentário, expresso no cumprimento das metas de superávit primário, do outro lado. Portanto, as nossas preocupações são mais de ordem geral e macroeconômicas.

A pergunta do Deputado Carlito Merss, em relação às cooperativas de crédito. Preocupações de um lado com a formação das cooperativas e de outro lado uma pergunta sobre como poderemos fazer para aumentar o número, digamos assim, da participação das cooperativas na economia brasileira. Poderia dizer ao Deputado, em primeiro lugar, que existe uma grande preocupação no Banco Central com essa questão. As áreas técnicas do Banco analisam rigorosamente as cooperativas de crédito, principalmente as que vão ser abertas, de livre admissão. E, portanto, existe uma certa limitação técnica ao número, na medida em que é importante que todas as regras prudenciais e os equipamentos técnicos das cooperativas sejam feitos, etc. Poderia dar, portanto, a informação ao Deputado de que entre 2004 e 2007 foram aprovadas 355 novas cooperativas de crédito no País pelo Banco Central do Brasil. É um número recorde. De fato, é um esforço muito grande. S.Exa. concorda com o Banco Central. Concordamos com o fato de que cooperativa de crédito é algo muito importante, fundamental para o crescimento e desenvolvimento do País e para o desenvolvimento do mercado de crédito.

O Deputado Jorge Khoury, referindo-se à LDO de 2009, referente ao superávit primário de 3,8%, pergunta se um aumento, em última análise, do superávit primário não poderia levar a uma queda de juros no mercado, e, por parte do Banco Central, a queda de juros no País. Nós podemos dizer que, como já mencionei, não há dúvida de que uma queda da dívida pública, com percentagem do produto, resultado de um maior superávit primário – a experiência empírica mostra que isso tende a colocar a menor pressão na captação do Tesouro no mercado,

em consequência, menor pressão na confecção de taxas de juros, na estruturação do mercado de taxas de juros do País. Em consequência, tende-se a ter taxas de juros, de fato, menores no País. Mais uma vez, isso é uma definição que cabe ao Executivo e ao Congresso Nacional.

Basicamente, acredito que terminamos. Presidente, respondemos a todas as perguntas.

(Não identificado) – Presidente, queria interromper um pouquinho para dar uma notícia interessante ao Presidente do Banco Central, que recebo no meu *flash*: “*Agência canadense DBRS leva também Brasil a grau de investimento e anima BOVESPA, que sobe a 3,04%, e o dólar cai a 0,89%*”.

(Não identificado) – Eu já sabia, mas não quis falar.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, antes de terminar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Pois não.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Não vou fazer perguntas.

Presidi uma reunião no Plenário nº 9. Logo que terminou, imediatamente vim para cá. Eu sempre participo das reuniões com o nosso Presidente Henrique Meirelles, que, de vez em quando, me brinda com uma rodada, uma vez por ano, um pouco mais do que isso, para discutir no Banco Central problemas relativos a questões financeiras e econômicas do País. Então, queria cumprimentá-lo, Presidente.

Vi as declarações do Presidente Lula, que muito me alegraram, de que caminhamos no sentido de, no futuro – não sei em que data –, ter um banco central único no MERCOSUL. Espero que se acelerem as discussões a respeito desse assunto tão importante, que vai ajudar, com certeza, a derrubar as taxas de juros no Brasil.

Presidente, parabéns! Claro que não é o esforço de uma só pessoa ou de um só órgão, mas esse grau de investimento tem o seu rosto, a sua digital. Parabéns, portanto, Presidente, por mais essa conquista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Agradeço ao Presidente Henrique Meirelles por ficar nesta Comissão quase 4 horas. Falou de tudo, sem se negar a responder a uma pergunta, mostrando que quem lidera pelo saber o faz de forma extremamente consciente para o bem do País.

Esta Comissão Mista sente-se extremamente honrada em contar com a sua presença nesta tarde.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
PERMANENTESCOMISSÃO DE MEIO AMBIENTE,
DEFESA DO CONSUMIDOR E
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 21ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE JULHO DE 2008, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e dezesseis minutos do dia primeiro de julho de dois mil e oito, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam a lista de presença os Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE**, **MARINA SILVA**, **CÉSAR BORGES**, **VALTER PEREIRA**, **ELISEU RESENDE**, **MARCONI PERILLO**, **GIM ARGELLO**, **AUGUSTO BOTELHO**, **SERYS SLHESARENKO**, **PAPALÉO PAES** e **FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A pedido do relator, Senhor Senador **GIM ARGELLO**, a Presidência retira de pauta os itens 3 e 11: **Item 03) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO**, que “concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, quando adquiridos por empresas recicladoras, cooperativas e associações para emprego, exclusivo, em serviços e processos de reciclagem”. Autoria: Senador **MARCELO CRIVELLA**. Relator: Senador **GIM ARGELLO**. Parecer: **Pela aprovação da matéria com a emenda que apresenta**. Resultado: **Adiado**. **Item 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2008 – TERMINATIVO**, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte”. Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE**. Relator: Senador **GIM ARGELLO**. Parecer: **Pela aprovação do projeto**. Resultado: **Adiado**. A Presidência dá prosseguimento à pauta. **Item 01) REQUERIMENTO Nº 25 DE 2008–CMA – NÃO TERMINATIVO** que “requer nos termos do artigo 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Professor Luis

Carlos Baldisseiro Molion, da Universidade Federal de Alagoas, para expor sobre ‘Mudanças climáticas e o possível resfriamento global nos próximos vinte anos’, nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle”. Autoria: Senadora **FÁTIMA CLEIDE** e Senador **RENATO CASAGRANDE**. Resultado: **Aprovado**. **Item 02) AVISO Nº 11, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO** que “encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 352, de 2008, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2007, encaminhados pelos Poderes e órgãos federais relacionados na Lei de Responsabilidade Fiscal (TC 026.219/2007-5)”. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relator “ad hoc”: Senador **GIM ARGELLO**. Parecer: **Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo**. Resultado: **Aprovado o parecer**. **Item 04) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 1, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO** que “propõe, que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle fiscalize convênios celebrados entre instituições notariais e de registro e repartições de trânsito, ou portarias editadas por estes órgãos, visando exigir dos consumidores brasileiros o registro em cartório dos contratos de financiamento de veículos, em expressa contrariedade ao art. 1.361, § 1º do Novo Código Civil e as decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça”. Autoria: Senador **JOÃO VICENTE CLAUDINO**. Relator: Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**. Parecer: **Pela aprovação do relatório prévio**. Resultado: **Adiado**. **05) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 714, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO** que “dispõe sobre o recolhimento e o destino final de pilhas e baterias usadas”. Autoria: Senador **GERSON CAMATA**. Relator: Senador **RENATO CASAGRANDE**. Parecer: **Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta**. Resultado: **Aprovado o parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 01-CMA**. **Item 06) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 436, DE 2007–NÃO TERMINATIVO** que “acrescenta § 7º ao art. 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, para determinar que o registro do contrato de aquisição de veículo será feito exclusivamente na repartição de trânsito competente para o licenciamento”. Autoria: Senador **EDISON LOBÃO**. Relator “ad hoc”: Senador **MARCONI PERILLO**. Parecer: **Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta**. Resultado: **Adiado**. Em razão da falta de quorum, a Presidência adia a deliberação dos demais itens da pauta. **Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 625, DE 2007 – TERMINATIVO** que “altera o Código de Defesa do Consumidor, para dispor sobre a rescisão dos contratos de adesão pelo consumidor.”

Autoria: Senador **JOÃO DURVAL**. Relator: Senador **MARCONI PERILLO**. Parecer: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. Resultado: **Adiado**. **Item 08) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2007 – TERMINATIVO** que “acrescenta § 6º ao art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor que as cláusulas dos contratos de adesão que regulam as relações entre as concessionárias de serviços públicos outorgados pela União, bem como por suas associadas, coligadas e filiadas, e os consumidores e usuários de seus serviços, devem ser aprovados previamente pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça”. Autoria: Senador **GERALDO MESQUITA**. Relator: Senador **RAIMUNDO COLOMBO**. Parecer: Pela rejeição do projeto. Resultado: **Adiado**. **Item 09) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2006 – TERMINATIVO** que “altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer que os rótulos de alimentos devem atender aos requisitos de clareza e simplicidade e fornecer informações compreensíveis para o consumidor”. Autoria: Senador **VALDIR RAUPP**. Relatora: Senadora **SERYS SLHESARENKO**. Parecer: Pela rejeição do projeto. Resultado: **Adiado**. **Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2008 – TERMINATIVO** que “acrescenta parágrafo no art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – que, dispõe sobre a proteção do consumidor, para tornar obrigatório prazo mínimo de cinco dias úteis de antecedência do vencimento o recebimento da cobrança”. Autoria: Senador **ROMEUTUMA**. Relator: Senador **PAPALÉO PAES**. Parecer: Pela aprovação do projeto com as emendas que apresenta. Resultado: **Adiado**. **Item 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, DE 2008 – TERMINATIVO** que “acrescenta dispositivo à Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que ‘dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências’, para estabelecer meta de redução de consumo de combustíveis”. Autoria: Senador **GIM ARGELLO**. Relator: Senador **VALTER PEREIRA**. Parecer: **Pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta**. Resultado: **Adiado**. Usam da palavra os Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE** e **GIM ARGELLO**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO REALIZADA EM 01/07/2008

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Senhores senadores que aprovam a dispensa da leitura da ata da sessão anterior queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V.Exª a palavra, Senador Gim.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Só pedir a V.Exª que o Item 3 da ordem do dia de hoje, o Item 3 e o Item 11, a gente possa deixar para a próxima sessão, tendo em vista que eu sou o relator e gostaria de me aprofundar um pouco mais nas duas matérias. No Item 3 e no Item 11. Surgiu uma dúvida agora, eu gostaria de me aprimorar na matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Por solicitação do relator dos Itens 3 e 11, eminente Senador Gim Argello, ficam retirados de pauta os itens. Vão para a próxima sessão, semana que vem.

O Tribunal de Contas nos encaminha um folheto com o resumo das atividades realizadas por aquele órgão no primeiro trimestre de 2008. Eles entendem que, para facilitar a compreensão, o relatório foi dividido por funções de Governo, sejam elas: energia, gestão ambiental e recursos hídricos, transporte, ciência e tecnologia.

Nós estamos fazendo chegar às mãos dos eminentes senadores membros dessa comissão o folheto, e o Tribunal informa que se tiverem necessidade de mais, eles estão prontos a fornecer. Determino à secretaria que faça a distribuição do folheto, encaminhado pelo Tribunal de Contas da União.

Passamos ao Item 1 da pauta. Requerimento: “*Requer, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o professor Luis Carlos Baldisseiro Molion, da Universidade Federal de Alagoas, para expor sobre mudanças climáticas e o possível resfriamento global nos próximos 20 anos, nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle*”. Este requerimento é subscrito pela Senadora Fátima Cleide e Senador Renato Casagrande, a quem concedo a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Na verdade, eu estou apoiando a Senadora Fátima Cleide neste requerimento. Ela quer que o professor Luis Carlos Molion, que é um professor conhecido no Brasil por suas pesquisas e seus trabalhos, venha aqui tratar não do aquecimento, mas sobre as mudanças climáticas e, dentro das mudanças climáticas, as pesquisas que ele desenvolve com relação a resfriamento do ambiente. Por isso que nós estamos apoiando e subscrevemos o relatório junto com a Senadora Fátima Cleide.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito obrigado, Senador Casagrande.

Acho que é interessante, já que o tema, que envolve as mudanças climáticas no país, tem merecido um destaque ou atenção especial de técnicos, profissionais, estudiosos; importante que este professor fale exatamente o oposto: quando se discute muito sobre o aquecimento global, ele quer falar sobre o resfriamento global. E acho que a nossa Comissão é o foro adequado para ouvir as opiniões desse cientista.

Então, em discussão o requerimento apresentado. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Passamos ao processo de votação. Os senhores senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao Item 2. Aviso nº 11, de 2008: “*Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão 352, de 2008, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentaram, referentes aos relatórios de gestão fiscal do 2º quadrimestre de 2007, encaminhado pelos Poderes e órgãos federais relacionados na Lei de Responsabilidade*”.

Tal aviso é de autoria do Tribunal de Contas da União e tem como relator *ad hoc* o ilustre Senador Gim Argello, a quem concedo a palavra.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente, o nosso relatório é pela aprovação e o encaminhamento, Sr. Presidente, para que a gente possa ganhar a paz(F) na nossa comissão, e o encaminhamento é pelo conhecimento da matéria, remessa do processado ao arquivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o parecer do Senador Gim Argello. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Passamos ao processo de votação. Os senhores senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Item 4. Não se encontra o relator presente. Passaremos ao Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 714: “*Dispõe sobre o recolhimento e destino final de pilhas e baterias usadas*”. É de autoria do Senador Gerson

Camata e tem como relator o Senador Renato Casagrande, a quem confiro a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, eu já fiz o relatório dessa matéria. É porque teve pedido de vista.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não se manifestou.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, mas eu já fiz o relatório. Já apresentei o relatório na Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): De fato foi concedido pedido de vista ao Senador Marconi Perillo e...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Já apresentei o relatório, pela aprovação da matéria, com uma emenda de redação só. Está certo?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Então, nós vamos colocar em discussão o relatório emitido pelo Senador Casagrande. Não havendo quem queira discutir, em votação. Encerrada a discussão.

Passamos ao processo de votação. Os senhores senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Item 6. Também o autor não se encontra.

Passamos para o Item 7. Também não se encontra aqui presente o relator.

As demais matérias são de caráter terminativo, e nós não temos visivelmente quorum para delas tratarmos.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente, se não ferir a tradição da Comissão, esse Item 6 parece que é assunto até, da semana passada, de vários órgãos de imprensa, hoje, ainda, está sendo muito discutido esse Item 6. Se o senhor aceitar uma sugestão, nomeie o nobre Senador César Borges ou o Senador Renato Casagrande, a mim mesmo como relator *ad hoc* e vamos votar, porque é uma matéria que já foi e voltou, e a mídia está falando sempre sobre ela, sobre esses contratos do DETRAN. A gente podia avaliar isso, se o plenário assim decidir e V.Ex^a assim concordar.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nós precisamos acolher, aqui, o relatório do relator *ad hoc*. Já foi designado um relator *ad hoc*. Como nós não podemos agora substituí-lo, vamos aguardar a apresentação do seu relatório.

Então, não havendo mais nada a tratar, agradeço a atenção dos senhores senadores e declaro encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 12h25.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA
DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO
E CONTROLE – CMA

ATA DA 22ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2008, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e vinte e seis minutos do dia oito de julho de dois mil e oito, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam a lista de presença os Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE, FÁTIMA CLEIDE, CÉSAR BORGES, GIM ARGELLO, AUGUSTO BOTELHO, SERYS SLHESSARENKO, INÁCIO ARRUDA, EXPEDITO JÚNIOR, ROMERO JUCÁ, GEOVANI BORGES, ALMEIDA LIMA, GERALDO MESQUITA, PAPALÉO PAES e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência registra a presença do Conselheiro Luiz Sérgio Gadelha, Vice-Presidente da Atricon; da Conselheira Dóris Coutinho, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins; do Conselheiro Salomão Ribas Júnior, membro Tribunal de Contas de Santa Catarina e Presidente do Instituto Ruy Barbosa e de representantes do Sindicato dos Servidores do Tribunal de Contas do Tocantins, do Sindicato dos Inspectores do Tribunal de Contas de Goiás, do Sindicato dos Servidores do Tribunal de Contas da Bahia, do Sindicato dos Trabalhadores do Tribunal de Contas do Mato Grosso, do Sindicato dos Auditores do Tribunal de Contas do Mato Grosso do Sul e do Sindicato dos Servidores do Tribunal de Contas de São Paulo. O Senhor Presidente registra ainda a presença do ex-Senador Sibá Machado. Na sequência, passa-se à deliberação da pauta. **Item 01)** Relatório referente ao ciclo de debates, realizado através de audiências públicas, com abordagem do controle externo, com os seguintes temas: Mesa 1 – Instituições e padrões de controle: diagnósticos e soluções; Mesas 2, 3 e 4 – Instrumentos e procedimentos de controle: 1) a prevenção de fraudes e desperdícios; 2) a repressão aos atos irregulares e 3) as organizações de controle, respectivamente, e Mesa 5 – Sistema político e orçamentário no controle da administração pública. Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE**. Resultado:

Relatório apresentado. Item 02) PROPOSTA DE ATO Nº 1, DE 2008-CMA – NÃO TERMINATIVO que “dispõe sobre o tratamento a ser dado aos avisos oriundos do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União.” Autoria: Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. Resultado: **Concedido pedido de vista ao Senador AUGUSTO BOTELHO**. A pedido do relator, Senhor Senador **VALTER PEREIRA**, a Presidência adia a deliberação do item 12 da pauta. **Item 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, DE 2008 – TERMINATIVO** que “acrescenta dispositivo à Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que ‘dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências’, para estabelecer meta de redução de consumo de combustíveis”. Autoria: Senador **GIM ARGELLO**. Relator: Senador **VALTER PEREIRA**. Parecer: **Pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta**. Resultado: **Adiado**. A Presidência retorna à ordem inicial da pauta. **Item 03) PARECER Nº 1, DE 2008-CMA – NÃO TERMINATIVO** “sobre as PFS nºs 01/1997, 01/1999, 02/1999, 01/2001, 01/2002, 01/2004, 02/2004, 03/2004, 02/2005, 03/2005, 05/2005, 06/2005, 2/2006 e 03/2006”. Autoria: Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. Parecer: **Pela remessa das proposições ao arquivo**. Resultado: **Aprovado**. **Item 04) PARECER Nº 2, DE 2008-CMA – NÃO TERMINATIVO** “sobre os Requerimentos nºs 2/2001, 15/2002, 2/2003, 4/2003 e 10/2004-CFC”. Autoria: Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. Parecer: **Pela remessa das proposições ao arquivo**. Resultado: **Aprovado**. A Presidência adia os itens 5, 6 e 7 da pauta em razão da ausência de seus respectivos relatores. **Item 05) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO**, que “concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, quando adquiridos por empresas recicladoras, cooperativas e associações para emprego, exclusivo, em serviços e processos de reciclagem”. Autoria: Senador **MARCELO CRIVELLA**. Relator: Senador **GIM ARGELLO**. Parecer: **Pela aprovação da matéria com a emenda que apresenta**. Resultado: **Adiado**. **Item 06) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 1, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO** que “propõe, que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle fiscalize convênios celebrados entre instituições notariais e de registro e repartições de trânsito, ou portarias editadas por estes órgãos, visando exigir dos consumidores brasileiros o registro em cartório dos contratos de financiamento de veículos, em expressa contrariedade ao art. 1.361, § 1º do Novo Código Civil e as decisões do Supremo Tribunal Federal e do Su-

perior Tribunal de Justiça”. Autoria: Senador **JOÃO VICENTE CLAUDINO**. Relator: Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**. Parecer: Pela aprovação do relatório prévio. Resultado: **Adiado. Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 436, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO** que “acrescenta § 7º ao art. 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, para determinar que o registro do contrato de aquisição de veículo será feito exclusivamente na repartição de trânsito competente para o licenciamento”. Autoria: Senador **EDISON LOBÃO**. Relator “ad hoc”: Senador **MARCONI PERILLO**. Parecer: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. Resultado: **Adiado**. Em razão da falta de quorum, a Presidência adia os demais itens da pauta. **Item 08) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 625, DE 2007-TERMINATIVO** que “altera o Código de Defesa do Consumidor, para dispor sobre a rescisão dos contratos de adesão pelo consumidor.” Autoria: Senador **JOÃO DURVAL**. Relator: Senador **MARCONI PERILLO**. Parecer: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 09) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2006 – TERMINATIVO** que “altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer que os rótulos de alimentos devem atender aos requisitos de clareza e simplicidade e fornecer informações compreensíveis para o consumidor”. Autoria: Senador **VALDIR RAUPP**. Relatora: Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. Parecer: Pela rejeição do projeto. Resultado: **Adiado. Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2008 –TERMINATIVO** que “acrescenta parágrafo no art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, para tornar obrigatório prazo mínimo de cinco dias úteis de antecedência do vencimento o recebimento da cobrança”. Autoria: Senador **ROMEU TUMA**. Relator: Senador **PAPALÉO PAES**. Parecer: Pela aprovação do projeto com as emendas que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2008 – TERMINATIVO**, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte”. Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE**. Relator: Senador **GIM ARGELLO**. Parecer: **Pela aprovação do projeto**. Resultado: **Adiado. Item 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 2007 – TERMINATIVO** que “acrescenta § 2º ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para permitir a fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço à vista”. Autoria: Senador **ADELMIR SANTANA**.

Relator: Senador **RENATO CASAGRANDE**. Parecer: **Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CAE**. Resultado: **Adiado**. Usam da palavra os Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE, PAPALÉO PAES, FLEXA RIBEIRO, AUGUSTO BOTELHO, VALTER PEREIRA** e **GIM ARGELLO**. O Senhor Presidente **LEOMAR QUINTANILHA** concede a palavra aos Senhores Amilson Carneiro de Araújo, Presidente da Fenastc, Conselheiro Victor Faccioni, Presidente da Atricon e Conselheira Dóris Coutinho para se manifestarem sobre o ciclo de debates de que trata o item 1. No transcorrer dos trabalhos, o Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA** passa temporariamente a Presidência ao Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quatorze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO REALIZADA EM 08/07/2008

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Os senhores senadores que aprovam a dispensa da leitura da Ata da sessão anterior queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

O Item 1 da pauta refere-se à apresentação do relatório elaborado sobre o ciclo de debates aqui realizado, através de audiências públicas, com a abordagem do controle externo, com os seguintes temas: Mesa 1 – Instituições de padrões de controle: diagnósticos e soluções; Mesas 2, 3 e 4 – Instrumentos e procedimentos de controle: a prevenção de fraudes e desperdícios, a repressão aos atos irregulares e as organizações de controle, respectivamente; e Mesa 5 – abordou o tema sistema político e orçamentário no controle da administração pública.

Este ciclo de debates foi inspiração muito oportuna e apropriada do eminente Senador Renato Casagrande, que conduziu, como Coordenador Geral, todo este evento e a quem eu convido para ocupar a Mesa, para que nós possamos finalmente apresentar o relatório dos resultados obtidos com o trabalho aqui realizado.

É com satisfação que registro, na sessão de hoje, as ilustres presenças do Conselheiro Luiz Sérgio Ga-

delha, Vice-Presidente da ATRICON; da Conselheira Dóris Coutinho, Presidente do Tribunal de Contas do meu Estado, o Tocantins; Conselheiro Salomão Ribas Júnior, do Tribunal de Contas de Santa Catarina e Presidente do Instituto Ruy Barbosa. A presença ainda ilustre de representantes do Sindicato dos Servidores do Tribunal de Contas do Tocantins, do Sindicato dos Inspetores do Tribunal de Contas de Goiás, do Sindicato dos Servidores do Tribunal de Contas da Bahia, do Sindicato dos Trabalhadores do Tribunal de Contas do Mato Grosso, do Sindicato dos Auditores do Tribunal de Contas do Mato Grosso do Sul e do Sindicato dos Servidores do Tribunal de Contas de São Paulo.

Concedo a palavra ao eminente Senador Renato Casagrande para apresentar o seu relatório.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente. Senador Leomar Quintanilha, senadores presentes, Senadora Fátima Cleide, senhoras e senhores, os conselheiros aqui presentes, através do cumprimento à ATRICON e a Federação Nacional dos Tribunais de Contas presentes e todos os seus sindicatos aqui também acompanhando esta apresentação do relatório final, mas que já acompanharam todo o debate, todas as Mesas deste ciclo de debates que nós produzimos.

Sr. Presidente, antes de iniciar, também eu quero fazer o registro do Senador Sibá Machado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): É com grande satisfação que nós recebemos na Comissão este extraordinário colega ilustre e competente Senador Sibá Machado, que conviveu conosco, aqui, momentos muito importantes na vida desta comissão. É com alegria que nós registramos a presença de V.Ex^a.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Bem, Sr. Presidente, o relatório é um relatório síntese de todas as propostas feitas durante todas as cinco Mesas e as cinco palestras e os cinco debates.

Este relatório está aqui publicado nesse documento que todos vocês receberam, que é a pauta do dia, a pauta da reunião nossa. Então, tudo o que foi proposto durante o nosso debate está apresentado como um relatório-síntese.

É lógico que, deste relatório-síntese, Senador Papaléo, nós estaremos fazendo um encaminhamento daquilo que é factível, daquilo que é plausível, daquilo que é mais importante e debatendo sempre aqui na Comissão de Fiscalização e Controle.

Então, Sr. Presidente, eu não vou apresentar o relatório todo, apresentarei um relatório-síntese também, além deste relatório-síntese, aqui, eu farei o meu relatório-síntese para dizer da alegria de estar concluindo esta fase do trabalho.

Muito obrigado, e todos nós acompanhamos e assistimos pelos meios de comunicação aqui do Senado ao resultado e aos debates do controle público e instrumento de cidadania, promovido por esta Comissão, que foi realizado em todas as manhãs de quinta-feira, entre os dias 8 de maio e 12 de junho deste ano.

Nesse período, foram debatidos diversos temas já anunciados por V.Ex^a, e, inicialmente, eu gostaria de destacar e recordar a questão central que motivou esta Comissão a promover o ciclo de debates.

A sociedade brasileira vive hoje um agravamento das tensões derivadas da existência de corrupção endêmica, de problema de eficiência e eficácia dos serviços públicos e do rechaço, do rechaço que todas essas insuficiências provocam entre a cidadania. Expressão pelo clamor popular, diante da revelação de uma espiral quase interminável de casos reprováveis. É preciso ouvir o grito popular, são precisos mais e eficientes melhores controles.

Nesse sentido, vemos com muito bons olhos uma série de propostas legislativas a serem debatidas, propostas de reformas estruturais e ações administrativas que podem ser tomadas pelo Poder Legislativo para aperfeiçoar o sistema de controle.

Dentre as propostas legislativas apresentadas, destacamos um conjunto, aqui, para que a gente possa, nesse dia de hoje, simbolizarmos todas nossas propostas. Destacaremos um conjunto que consideramos especialmente relevantes e factíveis em específico.

1º – Estabelecimento da obrigatoriedade da publicação dos dados de gasto público na Internet, a exemplo do Portal da Transparência, para todos os entes federativos, para a qual já existe proposta legislativa com origem no Senado e hoje em tramitação na Câmara, a qual apoiamos e oferecemos sugestões de aperfeiçoamento. Debateremos isso, nem todo órgão público ainda lança em tempo real as suas despesas, seus gastos; seu controle não é feito pela sociedade, porque não tem esse dado disponibilizado em tempo real.

Então, eu acho que isso é fundamental, a lei já passou aqui, está na Câmara, pode ser aperfeiçoada. Todos os níveis de administração pública têm que lançar em tempo real as suas despesas para que a sociedade, através do Ministério Público, dos Tribunais de Contas, o cidadão possa controlar os gastos. A transparência é o principal instrumento, e a tecnologia é hoje aliada nossa na transparência.

2º – Definição, em lei específica, dos critérios gerais de controles internos na administração pública, contendo: I – obrigações relativas à transparência e divulgação pública das informações e registros das administrações públicas, como já disse anteriormente; II – regime dentro da administração pública dos con-

troles da administração pública. Regimes de incompatibilidade dos membros de poderes, autoridades, servidores e demais agentes público. Por exemplo, incluindo caracterização uniforme nos casos de nepotismo. A regra de nepotismo tinha que ser uniforme para todo órgão público e a exigência de quarentena deles decorrentes; III– definição precisa de situações de conflitos de interesse e as redações necessárias para preveni-las; IV– regras e princípios gerais de segregação de funções, trilhas de auditoria e pontos de controle; e V– um último, dentro dessas questões de controle da administração pública, responsabilização do legal do próprio gestor pela implantação e cumprimento de procedimento de controle interno, seguindo as tendências internacionais.

3º – Item que nós julgamos relevante dentro do nosso relatório. Definição e lei dos critérios e meios de proteção aos servidores que denunciem irregularidades, desperdício ou má gestão, conhecidos no exercício da função. Às vezes, o servidor fica preocupado, intimidado em fazer a denúncia.

4º – Criação do Conselho Superior para controle dos Tribunais de Contas, nos moldes do Conselho Nacional de Justiça, proposta a qual defendemos. Eu acho que esse é um meio de controlar, também, a ação e a forma de a sociedade participar da gestão dos Tribunais de Contas.

5º – Elaboração da Lei Complementar Geral de Orçamentos e Finanças Públicas, para substituir a atual Lei nº 4.320/1964, matéria que tramita interinamente no Congresso há quase duas décadas.

6º – Definição precisa em texto legal dos critérios e condições de fixação do caráter sigiloso de qualquer gasto público.

O que é gasto sigiloso? A gente viu esse debate, agora, na crise dos cartões corporativos. O gasto sigiloso tem que estar explícito na lei o que é gasto sigiloso, para que nós não tenhamos dúvida na hora da publicação desses gastos do Governo.

7º – Fixação do limite de endividamento para União previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. Muito pertinentemente sugerida pelo Ministro do Planejamento de competência exclusiva do Senado Federal.

8º – Reforma política que torne transparente, mais barato e controlável os gastos de campanha e que enseje menores possibilidades de corrupção.

A reforma política pode ser um bom instrumento de controle da corrupção. E nós estamos, aqui, adiando, permanentemente, o debate da reforma política.

Neste contexto destacam-se, especialmente, algumas propostas de fôlego que envolve atualização e consolidação das normas de finanças públicas e reformas estruturais no sistema financiamento de es-

truturas e campanhas públicas, políticas, que, periodicamente, produzem escândalos envolvendo partidos das mais variadas colorações em todas as esferas da federação.

Dentre as ações estruturais, no âmbito do Poder Legislativo, que foram propostas, eu ressalto: 1– a criação da Comissão Mista de Fiscalização e Controle, possibilitando que as atividades de controle tenham a prioridade em uma Comissão do Congresso Nacional; 2– reestruturação da Comissão Mista de Orçamento e do processo orçamentário, estipulando os critérios técnicos para emendamento e justificação adequada, priorização de emendas coletivas em detrimento das emendas individuais, eliminação de dotações globais e/ou irrisórias que caracterizem janelas orçamentárias, limitação da capacidade de emendar as próprias prioridades e metas.

Dentre as ações administrativas que foram propostas e podem ser tomadas pelo Senado Federal, ressaltamos: 1– usar a Internet para facilitar o treinamento no Siga Brasil, formar multiplicadores estaduais para divulgar e treinar usuários no país todo; 2– medidas relativas à divulgação e controle da ação parlamentar, avançando no sentido já desenvolvido pela Câmara dos Deputados; 3– treinamento de atores sociais e gestores municipais para o desenvolvimento de ações de fiscalização e controle, 4– criar ações que tornem o Senado Federal e o Congresso Nacional em um dos principais nós de uma rede nacional de controle.

Além dessas propostas que destacamos, estão consignados no trabalho que ora está sendo distribuído mais de cinco dezenas de sugestões e contribuições que foram produzidas nestas cinco sessões de audiências realizadas nos dois últimos meses, em que participaram parlamentares, professores, pesquisadores, membros e presidentes de associações de Tribunais de Contas e seus servidores, procuradores e destacadas personalidades da sociedade civil.

Todo esse material é importante, fonte para o debate parlamentar e nacional, sobre a construção e evolução do sistema de controle.

Neste sentido, ressaltamos que solicitamos que este material seja encaminhado para a Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados e Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Além disso, aproveitamos a oportunidade para conclamar os presentes a participar nos debates, na produção e aperfeiçoamento das propostas que pretendemos encaminhar, para que as duas Casas do Congresso promovam os aperfeiçoamentos necessários para a construção de um efetivo sistema de controle público. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Meus cumprimentos ao eminente Senador Renato Casagrande, que, de forma bastante sucinta, nos relata o que de mais importante esta Comissão pôde apreender deste ciclo de debates, das diversas manifestações expendidas não só pelos senhores parlamentares, mas pelos técnicos profissionais, representantes de entidades convidadas que deles participaram.

Esse relatório não será submetido à votação, mas consultei o relator, e ele concordou, nós abriremos um espaço, se da conveniência dos senhores parlamentares e dos convidados quiserem expender alguma opinião, alguma observação, alguma manifestação a respeito do relatório do Senador Renato Casagrande.

Eu começaria, então, pelos parlamentares. Eu consulto os senhores parlamentares presentes se interessam fazer qualquer comentário a respeito do ciclo de debates, sobretudo a respeito do relatório que o Senador Renato Casagrande agora nos apresenta.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Papaléo Paes, tem V.Ex^a a palavra.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu quero parabenizar o Senador Renato Casagrande. Foi extremamente feliz na apresentação do que ele disse que foi uma apresentação sucinta deste projeto relatado por ele, e eu estou de pleno acordo, estou... Meu voto é com o relator. E eu não tenho nenhuma dúvida de que eu estou votando de uma maneira correta, porque, tratando-se de um projeto não terminativo, ele poderá ser observado... Ou melhor, o parecer pela remessa das proposições ao arquivo.

Então, eu estou completamente de acordo com V.Ex^a, não tenho nenhum reparo e acredito que, se houver algum tipo de discussão, deva ser feita exatamente pelos senadores aqui presentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senador Papaléo. Consulto, ainda, os senhores senadores se querem se manifestar a respeito do ciclo de debates e a respeito do relatório que o Senador Renato Casagrande acaba de nos apresentar.

Não havendo mais nenhum eminente senador que queira se manifestar, eu consulto se há alguém... V.S^a, Presidente do...

SR. AMILSON CARNEIRO DE ARAÚJO: Da Federação dos Servidores dos Tribunais de Contas. Amilson Carneiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V.S^a a palavra.

SR. AMILSON CARNEIRO DE ARAÚJO: A nossa manifestação, Presidente, é para agradecer e cumprimentar o Senador Renato Casagrande, que oportunizou, pela vez primeira, que o Senado, de forma organizada e oficial, pudesse desenvolver, aqui, nesta Comissão um debate que é um anseio da Nação Brasileira. O controle público precisa ser aperfeiçoado, para que todos os brasileiros possam usufruir e usufruir bem do gasto público.

Nesse sentido, eu creio que, interpretando o sentimento dos vários companheiros de sindicatos e associações que aqui estiveram, durante o ciclo, e que estão aqui testemunhando a apresentação deste relatório é que nós agradecemos penhoradamente à Comissão de Fiscalização e Controle e ao Senador Renato Casagrande pelo brilhantismo do relatório aqui apresentado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Presidente, só por gentileza, para nós registrarmos nos anais da Casa. O seu nome completo?

SR. AMILSON CARNEIRO DE ARAÚJO: Amilson Carneiro de Araújo

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Amilson Carneiro de Araújo, Presidente da FENASTC--

SR. AMILSON CARNEIRO DE ARAÚJO: FENASTC, que é a Presidente da Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço a V.S^a à rica contribuição que trouxe ao debate e traz à sessão de hoje.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V.Ex^a a palavra, pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pediria a V.Ex^a para ouvir do Plenário se poderíamos fazer uma inversão de pauta para analisarmos agora o Item 7.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu submeteria à propositura de V.Ex^a, imediatamente, tão logo nós concluamos. Têm mais duas pessoas que querem se manifestar a respeito do tema que está sendo tratado.

Conselheiro Luiz Sérgio Gadelha, Presidente da ATRICON. Tem V.S^a a palavra.

SR. LUIZ SÉRGIO GADELHA: [Pronunciamento fora do microfone] e Vice-Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil.

Inicialmente, meus cumprimentos a todos os Exmos Srs. Senadores, e, na pessoa do Senador Leomar Quintanilha, Presidente desta Comissão, e também do Senador Renato Casagrande, que foi o Coordenador Geral deste ciclo de debates.

Na realidade, a nossa palavra inicial é para parabenizar a Comissão pelo excelente trabalho realizado e dizer que os Tribunais de Contas brasileiros procuraram participar de todas as Mesas, trazendo o seu testemunho e a sua palavra, no sentido, exatamente, do fortalecimento do controle externo em nosso país.

Nós temos um programa; evidenciamos que os Tribunais de Contas eles possuem um programa, estão executando um programa denominado PROMOEX, que é um convênio com o Governo Federal, Ministério do Planejamento, com recursos inclusive do BIRD, exatamente buscando a modernidade, e uma ação bastante atuante no sentido de realizar um controle externo mais concomitante e mais eficiente, de modo que a palavra é modernização e integração; integração com os Poderes constituídos e, de uma maneira muito especial, com o Poder Legislativo, uma vez que temos esta missão.

O Poder Legislativo, como sabemos, é o titular do controle externo. E os Tribunais de Contas, então, ocupam um espaço no sentido de colaborar, de auxiliar e de executar várias etapas, várias fases, vários aspectos deste controle externo, de modo que o nosso propósito é, sobretudo, de colaborarmos, em toda a linha, com o Congresso Nacional e, mais uma vez, parabenizar ao Senado e à Comissão de Meio Ambiente e de Finanças e Controle pela realização deste ciclo de debates. Era isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradecemos ao Presidente da ATRICON, Conselheiro Luiz Sérgio Gadelha, reconhecendo que este ciclo de debate foi enormemente enriquecido com a participação de V.S^a e de tantos convidados e técnicos e profissionais que deles participaram, exatamente fazendo com que aqui seja o foro adequado do debate dos grandes temas nacionais, como é, efetivamente, esta questão do controle externo.

Tenho a honra de conceder a palavra à eminente Presidente do Conselho... Do Tribunal de Contas do Estado de Tocantins, Conselheira Dóris.

SRA. DÓRIS COUTINHO: Exmos Srs. Senadores presentes, cumprimento a todos na pessoa do Senador Leomar Quintanilha, Presidente desta Comissão e originário do meu Estado, do Tocantins.

Eu estive presente praticamente em quase que todas as reuniões, e as em que não estive procurei, com o material que me foi fornecido, analisar.

Gostaria de cumprimentar V.Ex^a, Senador Casagrande, pelo excelente relatório, pela extração realmente da substância de tudo aquilo de mais substancial que tivemos nas exposições, aqui, e eu vi contemplados no relatório.

Parabenizo-o, então, pela sua iniciativa, tanto dessa reunião, deste ciclo de debates, quanto pelo trabalho apresentado, e coloco-me à disposição para futuras discussões acerca do tema "controle externo" e espero que as sugestões e que os encaminhamentos, aqui, prosperem. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço à ilustre Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Tocantins, Conselheira Dóris, que demonstrou um interesse muito grande pelo trabalho aqui realizado, comparecendo tanto quanto possível em todas as reuniões realizadas neste amplo ciclo de debates, onde técnicos, profissionais e representantes de diversas entidades dos diversos estados brasileiros se fizeram presentes, trazendo a sua experiência para que este trabalho fosse o mais amplo e pudéssemos, efetivamente, aprimorar o arcabouço jurídico que regulamenta a fiscalização e o trabalho dos agentes de controle deste país.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, só para concluir.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Renato Casagrande, tem V.Ex^a a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Primeiro, assim, nós temos diversas propostas, aí, elencadas. Nós temos agora, como eu disse, vamos selecioná-las, a Comissão, aqui... A equipe técnica da Comissão mais com quem acompanhou, nós teremos condições de apresentar diversas propostas de aperfeiçoamento legal e apresentarmos propostas de ação administrativa para os órgãos públicos.

Mas estamos ainda abertos, estamos sugerindo, aqui, ao Presidente que a gente possa dar um prazo até o dia 1º de agosto, para quem tiver sugestão, outras sugestões. Quem ainda não se sentiu contemplado pelas sugestões elencadas, que possa, até o dia 1º de agosto, encaminhar as suas sugestões a esta Casa, com base nos debates que nós fizemos. Porque nós vamos trabalhando, agora, durante os próximos meses, na efetivação das propostas que foram apresentadas e relacionadas no nosso relatório.

Sr. Presidente, obrigado pelo seu apoio, o apoio de V.Ex^a foi fundamental para que a gente pudesse fazer e realizar este ciclo de debate aqui na Comissão de Fiscalização e Controle.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Renato Casagrande,

a Mesa rende-lhe as devidas homenagens pela escolha, pela oportunidade do tema, pela consistência do debate aqui travado, pela amplitude das discussões também ocorridas.

E determina à secretaria que adote as medidas, a seu cargo, para que as sugestões de V.Ex^a sejam ultimadas.

Concordo exatamente com a concessão do prazo para que, eventualmente, outras sugestões possam ser apresentadas e incorporadas ao relatório de V.Ex^a.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Como este relatório não é objeto de deliberação do Plenário, ele não requer votação. Mas a Mesa compreende que ele foi, por unanimidade, aprovado pelas manifestações aqui expendidas.

Portanto, registramos, mais uma vez, os nossos cumprimentos a V.Ex^a.

Senador Flexa Ribeiro, tem V.Ex^a a palavra, pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem. Só, Presidente, para parabenizar a Comissão de Meio Ambiente, de Controle e Fiscalização e Defesa Nacional, para que, pelo ciclo de audiências, controle público e instrumento de cidadania. E parabenizar o Senador Casagrande como relator e autor desta proposta deste ciclo de audiências.

Eu acho da maior importância, Presidente Leomar Quintanilha, que nós possamos, agora, como bem disse V.Ex^a e o nobre Senador Renato Casagrande, implementar as sugestões que foram trazidas pelas audiências que aqui foram feitas. E, ainda mais, V.Ex^a ainda permite que novas sugestões sejam trazidas ao bojo do projeto e do relatório do Senador Casagrande para que haja, então, uma amplitude maior e que os Tribunais de Contas, nos seus diversos níveis, possam, realmente, fazer uma fiscalização que seja preventiva, e não apenas punitiva, como normalmente ocorre.

Eu acho, Senador Renato Casagrande, da maior importância que os Tribunais de Contas façam o acompanhamento, inclusive, *pari passu* da execução financeira dos projetos, dos convênios, e não apenas ao final de que já tenha ocorrido as incorreções que aí vá fazer só a parte punitiva. Nós temos que evitar que incorreções e maus feitos ocorram em nosso país.

Então, parabéns a V.Ex^a, parabéns ao Senador Leomar Quintanilha e à Comissão de Fiscalização e Controle.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu transfiro a Presidência dos trabalhos desta sessão para o Senador Renato Casa-

grande, para que eu possa me manifestar sobre os três itens subseqüentes, que são de minha relatoria.

Desculpe-me, mas o Senador Flexa Ribeiro havia solicitado a inversão de pauta. Para qual item?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 7.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): O Item 7? O relator ad hoc do Item 7 não está presente, Senador Flexa. Embora tenha sido V.Ex^a designado o relator da matéria, com a constituição do relator ad hoc, V.Ex^a foi por ele substituído.

Então, essa inversão de pauta não poderá ser submetida à votação do Plenário sem a presença do relator, que é hoje o relator ad hoc.

Então, pediria a compreensão de V.Ex^a.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu entendo, regimentalmente. Lamento não ter estado presente na sessão em que V.Ex^a indicou o relator ad hoc do projeto que tinha o meu parecer.

Eu apenas gostaria que nós votássemos esse projeto. Esse projeto é da maior importância para o interesse do consumidor brasileiro. Eu acho que todos nós estamos aqui para defender os interesses dos consumidores.

Então, o projeto do nobre Senador e hoje Ministro Edison Lobão, ele é de uma importância vital, porque ele exime a obrigatoriedade de registro de contratos de financiamento na aquisição de veículos para, nos cartórios, fazendo apenas, como eu faço constar no meu parecer, o registro no órgão correspondente, que são os departamentos de trânsito dos diversos estados.

Nós não vamos criar, aqui, mais um encargo para o consumidor brasileiro, que já não suporta os gastos e a carga tributária elevada que tem sobre as suas costas. E esse projeto nós não conseguimos votar. Nós temos que discuti-lo e votá-lo. Aprová-lo ou rejeitá-lo. Mas o que nós não podemos deixar é de legislar, é de dar andamento a este projeto.

Eu pediria a V.Ex^a, que tão bem conduz a Comissão de Meio Ambiente, que V.Ex^a, então, numa próxima... Na próxima sessão, se possível na semana próxima, nós possamos pautar, discutir e votarmos e definirmos, de uma vez por todas, até porque não é terminativo. Ele ainda vai à Comissão de Constituição e Justiça, se não me falha a memória, não é isso? Vai à CCJ. Então, lá ele vai ser discutido também.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): V.Ex^a tem toda razão. Concordo com V.Ex^a sobre a urgência de votar. Lamentavelmente, esta matéria ainda não foi votada. A primeira vez nós não tivemos quorum, ela foi transferida, e depois V.Ex^a não estava presente, nós, no afã de procurarmos dar celeridade ao processo de votação, designamos um

relator ad hoc, Senador Marconi Perillo. Na outra vez o Senador Marconi Perillo não estava, como hoje não está presente, e nós não pudemos apreciar a matéria.

Mas V.Ex^a tem razão, nós tentamos contatar o Senador Marconi Perillo, não conseguimos com que ele viesse a esta sessão, porque ele está atuando em outra comissão neste momento. Há uma concorrência, aí, de horários, ele não pôde vir, mas nós vamos combinar com ele para que na próxima semana a gente possa dar cabo a esta matéria.

Eu transfiro a Presidência dos trabalhos ao Senador Renato Casagrande, para que eu possa apreciar os três itens subseqüentes. Mas, antes, gostaria de, eu estava me esquecendo, de agradecer às presenças ilustres das pessoas representativas de diversos órgãos que compareceram a esta sessão, para tratar das questões relacionadas ao ciclo de debates sobre o controle externo, que estiveram presentes hoje na leitura do relatório e estiveram presentes nos ciclos de debates. Nós registramos nossos penhorados agradecimentos.

Senador Casagrande.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Senador Leomar Quintanilha, Presidente desta Casa, é com prazer que assumo a presidência da Comissão e reafirmando o agradecimento a todos e todas que vieram participar da solenidade de entrega do relatório do ciclo de debates sobre o controle público e instrumento da cidadania.

Sr. Presidente, Item 1 da pauta... Item 2 da pauta, dispõe sobre o tratamento a ser dado aos avisos oriundos do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União. De autoria do Senador Leomar Quintanilha, a quem concedo a palavra.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, senhores senadores, a intenção é de dar vazão e um fluxo mais rápido aos inúmeros avisos que temos recebido do Tribunal de Contas da União.

A idéia é dispor sobre o tratamento a ser dados a eles, para que nós tenhamos celeridades nos trabalhos. A idéia é de que os avisos oriundos do Tribunal de Contas e da Controladoria Geral da União passem a ter o seguinte procedimento:

“Serão lidos como expediente, ao início de duas sessões deliberativas consecutivas desta Comissão.

Qualquer Senador que desejar examinar poderá fazê-lo na secretaria ou requerer em sessão vistas do processo pelo prazo de sete dias corridos. Em havendo mais de um senador interessado em ter vistas,

serão abertas vistas conjuntas aos interessados por prazo de 14 dias corridos, também, remetendo-se o processo ao gabinete do senador que primeiramente pedir vistas.

Ao final do pedido de vistas, será nomeado relator, se houver requerimento de qualquer senador pela relatoria, e, havendo mais de um interessado, serão seguidas regras regimentais de escolha.

Em não havendo qualquer interessado na relatoria, o processo ficará à disposição aos senadores pelo período de 14 dias corridos; findo o qual, será remetido imediatamente ao arquivo, com alusão ao presente ato.

Submetem-se ao presente ato os processos em andamento, inclusive aqueles em que os relatores entenderem ser desnecessária a discussão sobre a matéria e ao aprofundamento do exame.”

Isso é para evitar que nós estejamos constituindo relator um senador sobre um aviso que não tem nenhum sentido, a não ser a remessa imediata para o arquivo. É essa a razão principal dessa normatização que estamos propondo.

Então, é esse o voto, Senador Renato Casagrande, Presidente dos trabalhos, que nós propomos a aprovação deste ato.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão o Item 2 da pauta. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, tendo em vista as alterações que têm ocorrido em relação às gestões e tudo, a nossa assessoria gostaria de ter mais um tempinho para esmiuçar melhor o projeto, para discutir melhor, e tudo; nós somos favoráveis, mas precisamos analisar mais sobre os outros pontos de vista.

Então, eu gostaria de pedir vistas para poder fazer uma análise deste projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É regimental. Concedo, então, vistas. Pergunto ao Senador Leomar Quintanilha--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Pretendo devolver na próxima semana.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nós concordamos, sem qualquer objeção. Eu acho que não só é regimental como o Senador tem direito de conhecer melhor a proposta.

Eu só lamento que não tenha sido bem claro o suficiente para que pudesse entender na primeira apresentação, mas tenho certeza que V.Ex^a vai compreender, pelo volume de avisos que nós recebemos

do Tribunal e para que nós não deixemos os eminentes senadores membros desta Comissão sem deles ter conhecimento, nós procederemos à leitura, em duas sessões consecutivas, e facultando a abertura de prazo para que cada um possa requerer a vista de cada um dos processos. Mas V.Ex^a tem, por direito, vistas ao processo.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não, Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu sou relator do Projeto de Lei do Senado nº 55, que está no Item 12.

Eu fui procurado por alguns técnicos do Ministério do Meio Ambiente, querendo discutir mais essa matéria. De sorte que eu gostaria de solicitar a V.Ex^a que retire de pauta e eu, com a maior brevidade possível, vou manter os entendimentos para os quais fui solicitado e, posteriormente, devolvo para a devida apreciação.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Qual item? Ok, Sr. Senador. Item 12, a pedido de V.Ex^a, que é relator da matéria, que tem o direito de retirá-lo de pauta e pedir prazo, está concedido.

Item 3. Parecer conjunto sobre PFS nº 01/97, 01/99, 02/99, 01/2001, 01/2002, 01/2004, 02/2004, 03/2004, 02/2005, 03/2005, 05/2005, 06/2005, 02/2006, 03/2006. Autoria: Senador Leomar Quintanilha, a quem passo a palavra.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, senhores senadores, essa propositura também é de limpar a pauta. Nós recebemos, nos últimos 11 anos, nesta Comissão as seguintes propostas de Fiscalização e Controle que estão paralisadas e inconclusas.

Então, a nossa proposta, já que os senhores senadores têm conhecimento das propostas apresentadas, delas que... Por decurso de prazo, perderam o sentido, e as três últimas, que perderam o objeto.

Em razão de terem perdido o objeto e, por decurso de prazo, terem perdido a validade, o meu voto é no sentido de que as 11 propostas de fiscalização citadas sejam encaminhadas ao arquivo, sendo as oito primeiras por decurso do prazo regimental, e as três últimas, de carência de oportunidade, atributo indispensável à manutenção de seu curso. Esse é o voto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Renato Casagrande, relator, Senador Leomar Quintanilha. V.Ex^a apresenta o parecer conjunto para remessa ao arquivo de oito propostas de Fiscalização e Controle anteriores a 2004 por decurso de prazo, e três do ano de 2004 por perda de oportunidade.

Eu solicito a V.Ex^a que também inclua a proposta de Fiscalização e Controle PFS nº 01/2004, referente a Enlur(F), que encontra-se na exata situação das três últimas, ou seja, por perda de oportunidade. Foram propostas na legislatura anterior e por senador que não se reelegeu.

Assim, eu peço a V.Ex^a que coloque também em votação a proposta que faço para que seja acrescentada aquelas propostas que serão encaminhadas ao arquivo o PFS nº 01/2004, pelos fundamentos jurídicos que já expostos. Era o que eu tinha a pedir a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só perguntar ao Senador Quintanilha se concorda com a alteração solicitada pelo Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Perfeitamente. Ainda submeto em apreciação o meu voto e acolhendo a sugestão do eminente Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Alguém mais para discutir a matéria? Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Quem for favorável ao voto apresentado pelo Senador Leomar Quintanilha e com o acréscimo feito pelo Senador Flexa Ribeiro permaneça como se encontra. Aprovada a matéria. A matéria vai para o arquivo.

Item 4, parecer conjunto sobre o Requerimento nº 02/2001, 15/2002, 02/2003, 04/2003, 10/2004 da CFC. Também autoria do Senador Leomar Quintanilha, a quem passo a palavra.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, senhores senadores, nós passamos à apreciação de parecer conjunto sobre o Requerimento nº 02/2001, 15/2002, 02/2003, 04/2003 e 10/2004.

Os requerimentos foram aprovados. Todavia, não foram devidamente processados; três deles por falta de resposta dos órgãos argüidos e um, de nº 15/2002, por não ter sido apreciado pela Comissão o relatório e

voto, que, inclusive, posicionam-se no sentido da não aprovação com base em parecer da advocacia.

Em razão disso, o voto é no sentido de que sejam remetidos ao arquivo os processados dos Requerimentos nº 02/2001, 15/2002, 02/2003, 04/2003 e 10/2004, por força de decurso do prazo regimental. Ressalta-se que o Regimento Interno do Senado faculta o desarquivamento por aprovação de requerimento pelo Plenário do Senado, subscrito por um mínimo de 1/3 dos senhores senadores.

É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão o voto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Quem for favorável à matéria, como foi relatada, permaneça como se encontra. Aprovado o Item nº 4. Encaminhamos ao arquivo.

Devolvo, então, a palavra e a Presidência ao Senador Leomar Quintanilha.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradecendo à contribuição do Senador Renato Casagrande, nós comunicamos que o Item 5, a pedido do relator, Senador Gim Argello, foi retirado de pauta.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pela ordem, Sr. Presidente. Desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Papaléo Paes, tem V.Exª a palavra, pela ordem.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu prefiro que V.Exª evolua no seu raciocínio, nas suas informações. Depois eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nos Item 6, Item 7, os relatores não se encontram presentes; estão retirados de pauta.

E do Item 8 em diante as matérias são de caráter terminativo, e nós não temos, aqui, quorum suficiente para discussão e deliberação dessas matérias.

V.Exª ainda deseja se manifestar?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Exatamente. Eu já fui informado por V.Exª dos itens que saem de pauta. Então, era o que eu desejava saber. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Esta Presidência informa aos eminentes senhores senadores que a audiência pública previamente agendada para amanhã, com as presenças do Sr. Ministro de Meio Ambiente, Carlos Minc, e Ministro do Planejamento Estratégico, Assunto Estra-

tégico, Mangabeira Unger, pela dificuldade de agenda dos senhores ministros, foi adiada para o começo de agosto, provavelmente para o dia 12 de agosto.

Não havendo mais nada a tratar e agradecendo à presença dos senhores senadores, eu declaro encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 13h14.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE,
DEFESA DO CONSUMIDOR E
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PARTICIPAR
E ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DO FÓRUM
DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E DO
FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

ATA DA 4ª REUNIÃO, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PARTICIPAR E ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DO FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E DO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2008, ÀS 14:30 HORAS.

Às quinze horas e nove minutos do dia dois de julho de dois mil e oito, na Sala nº 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora **MARINA SILVA**, reúne-se a Subcomissão Temporária para participar e acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE**, **MARISA SERRANO** e **FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Subcomissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta. **Item único) REQUERIMENTO Nº 01, DE 2008-CMAFAAFMA** que “requer, nos termos dos incisos II, V e IX do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Subcomissão, para debater a eventual necessidade de aprimoramento da legislação brasileira de gerenciamento dos recursos hídricos, ocasião em que deverão ser abordadas, entre outras, questões referentes à dupla dominialidade das águas superficiais e a titularidade dos recursos hídricos subterrâneos. A audiência deverá contar com a participação de representantes da Agência Nacional de Águas, do Ministério do Meio Ambiente, de Comitês de Bacia Hidrográfica, da Academia e do Terceiro Setor”. **Autoria:** Senado-

res **RENATO CASAGRANDE** e **MARISA SERRANO**. **Resultado: Aprovado** com a sugestão da Senadora **MARINA SILVA** para incluir no cronograma de trabalho da Subcomissão diligência ao Pantanal e exibição de documentário do INPE em Audiência Pública. Usam da palavra os Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE** e **MARISA SERRANO**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senadora **MARINA SILVA**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO REALIZADA EM 02.07.2008

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Subcomissão temporária para participar e encaminhar as atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, permaneçam como se encontram. **Aprovado.**

Eu sempre acho que no Senado essa história de “permaneçam como se encontram” é uma forma de aprovar mais rápido, porque como a gente já tem uma certa idade, daqui que se levante, exceto o Casagrande, é claro.

A reunião tem como objetivo colocarmos em votação dois pontos de pauta: o requerimento que está propondo nos termos do inciso II, V e IX do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal a realização de Audiência Pública no âmbito desta Subcomissão para debater a eventual necessidade de aprimoramento da Legislação Brasileira de gerenciamento dos recursos hídricos, ocasião em que deverão ser abordadas, entre outras questões, referentes à dupla dominialidade das águas superficiais e a gestão dos recursos hídricos subterrâneos. A audiência deverá contar com a participação de representantes da Agência Nacional de Águas do Ministério do Meio Ambiente e de Comitês de Bacias Hidrográficas da Academia e do Terceiro Setor. Esta audiência, nós achamos por bem, que ela tivesse um desdobramento específico para os Comitês de Bacias envolvendo alguns comitês de bacias muito importantes que podem dar uma contribuição numa audiência específica e que depois estaremos fazendo um encaminhamento, mas que já fique aprovado aqui

também que teremos audiências com representantes dos Comitês de Bacia do PCJ, Paraíba do Sul, Rio Doce, São Francisco, Paranaíba e Piranhas-Assu. Todos esses comitês serão igualmente convocados para, em audiência específica, fazerem a sua manifestação.

Uma outra questão que os Srs. Senadores, juntamente com a Senadora Marisa, nossa relatora, entenderam ser oportuno é que aprovássemos uma agenda de audiências públicas para tratarmos da questão da política do aperfeiçoamento da política da gestão dos recursos hídricos com alguns temas específicos e entre esses temas específicos estariam: gestão do sistema de gestão de recursos hídricos onde se poderia enfocar a questão do pacto federativo, principalmente, a questão do art. 22 da Constituição Federal no que concerne à sua regulamentação, a poluição das águas e gestão das águas dos ambientes urbanos, e a implantação do sistema de gestão das águas na Amazônia e no Semi-Árido porque nós teríamos dois extremos: uma região em que temos a abundância do recurso e uma em que temos a escassez até para que possamos trabalhar com essas realidades diferenciadas e podermos verificar que forma de gestão é mais apropriada. No caso da Amazônia, nós já sabemos até na minha experiência no Ministério de que é impossível transplantar o modelo de Comitês de Bacias que temos em outras regiões porque as grandezas são tão abissais que seria impossível criarmos um comitê para determinadas bacias de alguns rios da Amazônia.

E uma sugestão que de estou agregando aqui é a de que possamos também buscar o apoio, além, do que já temos aqui das nossas assessorias e da assessoria do próprio Senado, de outros técnicos para que pudéssemos consolidar um documento final em apoio a todo trabalho da nossa Senadora Marisa, porque à medida que nós vamos fazer audiências públicas com todos esses ascultamentos(F) chamando técnicos representantes da sociedade civil, talvez seria importante agregarmos alguns técnicos que a gente poderia recrutar junto à Agência Nacional de Águas, a Secretaria, talvez a própria Câmara dos Deputados, para fazer um comitê, não de bacias, mas um comitê de apoio ao nosso trabalho para que pudéssemos consolidar, se esse for o entendimento da nossa relatora, que depois poderá manifestar, não estou colocando em voto aqui, apenas a título de sugestão. Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento apresentado pela Senadora Marisa e pelo Senador Renato Casagrande nos termos em que foi lido, permaneçam como se encontram. Os que são contra fiquem de pé. **Aprovado.**

Eu estava dizendo, Casagrande, que com exceção dos que estão aqui, essa história de que fiquem de pé, é porque no Senado durante muito tempo as pessoas

já tinham uma idade um tanto quanto avançada, daqui que ficassem de pé já estava aprovado. Uma brincadeira. Mas agora, enfim. Então está aprovado com o encaminhamento que foi sugerido aqui de que possamos fazer as reuniões, as audiências específicas.

A Senadora Marisa Serrano já até fez uma proposta de meses. Ainda não tem data, Senadora? Mas seria uma por mês até o mês de outubro em que estaríamos chamando essas pessoas tanto para o Semi-Árido, quanto para a Amazônia e quanto para a questão do art. 22 da Constituição Federal, começando pelo requerimento que acabamos de aprovar.

Eu pergunto aos Srs. Senadores se gostariam de fazer alguma manifestação. Eu e a Senadora Marisa Serrano fizemos uma visita ao Complexo de Gestão de Recursos Hídricos, bem como, o Complexo Cantareira. Fizemos um sobrevôo, visitas e foram feitas apresentações técnicas de altíssima relevância e, ao mesmo tempo, eu tive a oportunidade de participar da abertura da unificação dos três comitês lá no Município de Extrema. Ali estava o Comitê de São Paulo, o Comitê Federal e o Comitê de Minas Gerais numa demonstração de que é possível, de fato, ter uma gestão de recursos hídricos compartilhada, inclusive, envolvendo uma região em que a disputa pelo recurso é bastante acirrada, o envolvimento da sociedade tanto de políticos, quanto de empresas, quanto de representantes da sociedade civil é muito forte e com uma competência instalada muito significativa, tanto por parte do Governo de São Paulo, tanto por parte dos governos municipais, sem falar na importante mediação que é feita pela Agência Nacional de Águas, como estando no topo do sistema. Foi uma visita altamente enriquecedora para os trabalhos da Comissão e eu tenho absoluta certeza que a nossa relatora estará incluindo já no seu relatório essas contribuições. Eu pergunto se alguém gostaria de se manifestar? Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Presidente. Eu quero também cumprimentá-la e dizer que foi excelente a sua companhia e a experiência que V. Exa. tem em toda essa área para ajudar a fazer, realmente um trabalho efetivo que possa dar uma contribuição, que o Senado possa dar uma contribuição real.

Quanto à questão dos especialistas eu achei que é importante porque nós vamos trabalhar vários setores. Nem todos são especialistas em todos os setores. Por exemplo, a questão de bacia é uma questão. Mas as questões, por exemplo, de água nas metrópoles, há um problema que São Paulo daqui a seis anos vai começar a ter problema de água. Ela está transpondo água, que a transposição de água, eu brinquei falando que a gente fala tanto--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Importação...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --Ele fala exportação de água, é importação de água, mas que é transposição. Eles estão trazendo água de Minas Gerais e gostaria de trazer até do Rio de Janeiro, se fosse possível, porque preciso, é ali do Guanabara. Mas preciso de água, é fundamental. Eles estão analisando já uma área de São Paulo, retirando água do Aquífero Guarani, quer dizer, eles precisam disso. Então a questão das metrópoles Rio de Janeiro com as favelas todas que têm no morro, precisa ser discutido, Belo Horizonte, Fortaleza, Recife, as grandes metrópoles são problemas sérios que a gente precisa discutir aqui. Então técnicos específicos para discutir essa questão e nos subsidiar nisso. São Paulo está com problema sério de água. Eu acho que os especialistas então, Senadora Marina, seria ótimo que a gente pudesse ver elencando várias áreas que são problemáticas e que nós poderíamos discutir.

A outra questão é a questão das audiências públicas, discutirmos ali a possibilidade então só para ficar registrado aqui que ficaríamos com audiências públicas aqui em Brasília, aqui no Senado, uma por mês, e que uma delas, a última, a gente pudesse fazer lá no Semi-Árido, discutir a transposição do São Francisco, mas discutir também outras questões, a falta de água, não só da transposição, mesmo os perímetros urbanos do Nordeste. Eu acho que essas são questões fundamentais, fora a questão da gestão. Isto é, como fazer com que os Comitês de Bacias funcionem no País, como fazer com que todos tenham responsabilidade, que cada município tenha responsabilidade e possa interagir através dos Comitês de Bacias. Para nós, e a gente fica muito feliz de ter visto um Comitê de Bacia funcionando, como esse que nós vimos em São Paulo e no sul de Minas, mas não pode ser um, dois Comitês de Bacias, nós queremos que o Brasil inteiro esteja ligado, sintonizado com a questão da água. E aí os Comitês de Bacias são fundamentais para isso.

Então eu acho que essas eram questões que a gente podia discutir muito bem aqui e o Senado dá um exemplo, isto é, o que é preciso fazer em toda nossa legislação para que a gente possa auxiliar o Brasil a manter a água que tem e preservar a água que tem e ajudar aqueles que já têm problemas.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Na medida em que vocês fizeram, o que é que você trouxe assim de... O Comitê lá funciona?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Funciona. Eles ficaram de nos enviar aqui levantamento, mas aí como vai ter uma audiência só de Comitês de Bacias, eles poderiam trazer para essa reunião, todo

o projeto, por exemplo, que São Paulo está fazendo para preservar a água que tem, projetos...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Os lagos são...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Tudo. Até a parte que nós achamos interessantíssima, eles fizeram, nos deram uma aula lá, eu acho que foram duas horas, mais ou menos, de aula e falaram de serpentário, que nós brincamos muito assim, porque é um mapa muito interessante de toda a transposição de água, ou toda a importação de água deles e quais os problemas que eles estão enfrentando e como resolver. Eles fizeram uma licitação agora que tem 11 meses para dar resultado de todos os projetos que São Paulo vai utilizar em todo o Estado para sanar, procurar resolver a questão. Isto é, aonde intervir, como intervir em todas as áreas. Eu perguntei até para um técnico Rui e ele me disse que é na área de educação, utilizando os grupos sociais todos existentes para todo mundo poder participar desse esforço.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

E esse Sistema Cantareira atende essa região metropolitana de São Paulo?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

É. Região metropolitana de São Paulo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):

Parte.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Uma parte dela porque tem Guarapiranga e vários outros, o Aquífero Guarani, todos, cada um num canto atendendo uma área.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):

No caso do Aquífero Guarani é uma das possibilidades que eles mapearam para o futuro, como forma de atendimento do suprimento de água. De fato, o Sistema Cantareira é um sistema complexo. Só para se ter uma idéia, eles, para movimentarem o sistema em termos do bombeamento gastam energia equivalente a uma população de 300 mil habitantes, essa é toda capital do meu Estado só para movimentação das bombas.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

De todas as turbinas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):

Exatamente. Das turbinas lá. E, além disso, o que eles estão alegando é que São Paulo tem um crescimento de população muito grande, cerca de 250 mil pessoas por ano entram, digamos, demandando água. Então o sistema, todo o estudo que eles fizeram aí com esse serpentário que tem um duplo sentido, porque o desenho do mapa parece uma serpente, mas a luta que se dá na disputa do recurso também é uma briga ferrenha, ainda que eles tenham uma re-

lação muito civilizada. E que esse esforço gigantesco daria para suprir São Paulo, pelo que eu pude entender, pelos próximos cinco anos. Quando você vê o tamanho do investimento, inclusive, com reversão de bacia, não sei se é o termo correto, porque você tem a água que desce rio a baixo, depois você vai ter que captar lá em baixo para levar rio acima com gasto de energia enorme, com um sistema de engenharia fantástico. Sorte que nós tivemos a oportunidade de ver toda essa complexidade quando foi feita a negociação para que, novamente São Paulo tivesse o direito de obter as águas do Sistema Cantareira mediante--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Para 9,5 milhões de pessoas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):

--Isso. Enfim, o atendimento lá, a parte da Bacia do PCJ houve um compromisso do Estado de São Paulo de tomar uma série de medidas no sentido de resolver endogenamente seus problemas de água, sem precisar ficar pegando a água dos Estados irmãos. E até há algum tempo esse trabalho não tinha sido feito. O Governo de São Paulo, o Governador Serra baixou um decreto e criou um Comitê, digamos, interdisciplinar que envolve a Secretaria de Meio Ambiente, a Secretaria acho que de ambiente--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Educação, ambiente urbano, planejamento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):

--Planejamento. É um conjunto de setores do próprio governo, mais representantes da sociedade civil, e mais representantes dos diferentes comitês para que eles possam apresentar essas medidas que é uma exigência da Agência Nacional de Águas. Sorte que tanto eu quanto a Senadora Marisa aprendemos muito e aprendemos, sobretudo, que precisamos aprender muito mais, porque a complexidade do problema é bem maior do que nós imaginávamos.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

E extremamente caro. É uma coisa impressionante. Nós descemos de elevador, quer dizer, estávamos na... Para nós, nós estávamos no térreo, e aí descemos onde estavam as bombas; o bombeário(F), para poder as bombas jogar a água para cima e chegar lá no patamar e poderem então começar a descer para São Paulo. Nós vimos todo o começo desde a captação da água dos reservatórios até a hora que saiu para as bombas de São Paulo. Ainda eu saí daquele almoço e ainda fui visitar a última estação, e ainda fui lá na saída, e eles falaram: "Olha é passagem". Eu falei: "Então vamos visitar". Foi muito interessante. Vi os tanques todos de decantação, os filtros todos, uma coisa imensa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):

60m de profundidade.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

O Rio Parnaíba?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

O Rio Parnaíba que nós vimos. Foi Parnaíba e Guandu. Tem um outro. Como é que chama o outro rio que nós...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Piracicaba.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Piracicaba.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Piracicaba, o

Jaguarí e o Atibaia.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Jaguarí e Atibaia. Interessantíssimo. Mas era isso, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA

(PT-AC): Casagrande você vai dar o informe da viagem aqui não, né? Acho que seria interessante.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Primeiro assim, acho que o roteiro e o cronograma de trabalho, acho que está um bom cronograma. Nós vamos entrar numa fase de eleições municipais, então nós também temos que ter ciência de que temos as nossas limitações nesses três meses próximos, mas acho que tem um norte bastante definido no cronograma apresentado, em termos daquilo que se deseja na nossa Subcomissão, e o assunto é um assunto empolgante porque ele é desafiador, daquilo que nós precisamos em termos de mais essencial para a nossa sobrevivência.

Eu estive... A Senadora Marina está me sugerindo que eu faça e aqui rapidamente farei em um, dois minutos, um relato da visita que eu, a Senadora Serys e o Deputado Palocci fizemos ao Japão. Essa visita é uma visita que... Este seminário é um seminário patrocinado pela Globo International que é uma entidade inglesa que tem debatido o tema mudanças climáticas e tratando e buscando debater dentro do tema maior alguns subtemas de alguns pontos de interesse para que nós possamos constituir nos parlamentos idéias, concepções, formarmos opiniões, e o debate deste, que aconteceu no Japão, foi um debate que se prendeu a três questões básicas: o Protocolo pós-Kyoto, a nova fase de compromisso, temos um protocolo, temos um compromisso até 2012 que é a redução de 5,2% de gases nos países do anexo I que são os países desenvolvidos, os países em desenvolvimento entram nesse sistema com mecanismo de desenvolvimento limpo, com a compra de crédito de carbono, mas não temos nenhum compromisso explícito. A discussão que a então Ministra Marina participou em Bali aponta para que haja um aumento desse compromisso para os países desenvolvidos pós 2012, a partir de 2013 em um compromisso a longo prazo até 2050, se indica

aí 50% de redução com base em 1990, mas aferidos e acompanhados de cinco em cinco anos ou de seis em seis anos para que isso não fique perdido pelo tempo. E os países em desenvolvimento começariam com compromissos de adoção de políticas públicas, que é o que o Brasil também defendeu em Bali. Nós não vamos assumir metas de redução, nós vamos assumir metas de adoção de políticas públicas, redução do desmatamento, energia renovável e, assim por diante. Diversas políticas a gente pode adotar e assumir compromissos porque isso seriam medidos e aferidos internacionalmente pela Organização das Nações Unidas e por quem a Organização determinasse. Então, discutirmos isso, discutimos esse novo protocolo porque isso vai ser encaminhado agora aos chefes de estado que estão reunidos em Tóquio, não em Tóquio, no norte do Japão, o G8 + 5 que o Presidente Lula estará presente agora a partir do dia 9, dia 8. Então a gente sempre faz uma reunião que antecede para preparar alguns documentos para serem encaminhados para subsidiar, para que esses documentos possam subsidiar também a posição dos parlamentares com os chefes das nações.

Outro tema foi de biocombustível, porque é um tema que nos interessa muito. Também fechamos um documento com relação a biocombustível e da necessidade da certificação, tem muita preocupação com biocombustível. Mas das últimas reuniões para essa, o que se avançou é que a questão do biocombustível, de cana-de-açúcar, já está separado da concepção das pessoas dos outros tipos de etanol produzido através de alimentos, de beterraba, de milho, e assim por diante, de canola... Então já tem uma separação, tem uma compreensão de que o etanol brasileiro é um etanol eficiente, mas ainda preocupados com o desmatamento, preocupados com a questão do trabalho escravo. Então que é um trabalho que tem que ser vencido com certificação mesmo e com zoneamento agroecológico nosso aqui no País. Então, assim, esse é um processo que tem que se ir vencendo porque tem muita resistência de quem tem a estrutura já do petróleo, tem uma logística mundial instalada com refinarias, com armazenamento, com postos de gasolina; o etanol teria que montar uma outra logística no mundo para poder... Como o Brasil montou. O Brasil montou, os países têm que montar. Então isso não é barato. Mas não tenho dúvida de que o etanol de cana-de-açúcar terá cada vez mais espaço, mas o Brasil sozinho não atende ao mundo. Tem que ter outros. Nós não fomos defender o etanol brasileiro, fomos defender o etanol de cana-de-açúcar porque é um etanol que tem um retorno energético muito maior do que qualquer outro tipo de etanol. E discutimos um pouco de segurança.

Segurança mesmo, segurança das nações com base nas grandes movimentações, nos grandes eventos climáticos, movimentações de população, refugiados ambientais, a questão do Ártico. O ártico há 10, 15 anos já tem uma rota marítima passando por lá diminuindo, consideravelmente, uma rota de transporte de mercadorias por navios. Então tem uma briga entre os países lá que isso tem que ser considerado, porque o interesse econômico tanto na rota marítima quanto na exploração de petróleo no Ártico é muito grande. E todos dizem que em 10, 15 anos o Ártico já não existirá mais durante todos os meses do ano, com gelo, abrindo essa nova rota e abrindo possibilidade de trabalho humano com mais facilidade. Então tem interesses econômicos e tem ameaças ambientais e ameaças de disputas entre nações e a preocupação com as nações, com as grandes movimentações por falta de água, por eventos climáticos extremos que isso acaba atingindo e ameaçando a segurança de um país.

Então foram os grandes temas que a gente teve. Esteve presente o Primeiro Ministro Japonês, esteve presente o Ex-Primeiro Ministro Tony Blair, alguns outros ministros da Inglaterra e da França... Então foi um bom debate na construção dessa política que nós estamos sendo protagonistas em nível internacional.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Muito obrigado Senador Casagrande. Eu pedi que fizesse esse informe porque boa parte dos nossos problemas referente a recursos hídricos tem um forte rebatimento em relação às questões de mudanças do clima e o aquecimento global.

Eu vou aqui ainda apresentar duas sugestões, se me é possível, como nós falamos do Semi-Árido e da Amazônia, talvez nós pudéssemos também, se tivermos como, incluir o Pantanal, porque é um sistema frágil com uma outra configuração em termos de gestão que talvez a gente pudesse incluir. E no dia da Audiência Pública sobre a Amazônia, eu acho que nós deveríamos abrir essa audiência com a exposição feita pelo pesquisador do Impa Antonio Nobre, que fala não só dos recursos hídricos que temos, tanto subterrâneo, quanto, enfim, nas bacias, mas que estão aqui passando por sobre nossas cabeças, que é um estudo fantástico do que significará a destruição da Amazônia para a escassez de água em regiões como Sul e Sudeste do País, e é algo que eu acho que merece ser conhecido da Casa pelos rebatimentos que tem em relação à questão do desmatamento. Então é uma apresentação rápida, muito eficiente, muito impressionante. Eu já assisti essa apresentação três vezes e nas três vezes me impressionei, como se tivesse vendo pela primeira vez pela dramaticidade do problema. De sorte que é uma sugestão para que quando possamos discutir a

Amazônia ele trazer essas informações, porque no caso da Amazônia não é algo que se resolve de uma hora para outra, mas tem um problema em curso que já é grave que é a questão do desmatamento que diminui as precipitações na própria região e diminui as precipitações em algumas regiões no País. Há suspeitas de que as secas recorrentes no Sul do País já podem ser em função de já termos alcançado 17% de destruição da cobertura vegetal da Amazônia. Isso ainda não é peremptoriamente afirmado, mas já existem pesquisadores que estão caminhando nessa direção.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

A Audiência Pública no Pantanal, em Campo Grande, nós tínhamos pensado nisso. Porque há uma viagem programada e que a gente pudesse fazer na Assembleia Legislativa uma audiência pública, até porque, há pós e contras muito acentuados e os pantaneiros, principalmente, querem participar muito ativamente. Há o irmão do Manoel de Barros, que é um grande poeta nosso, de nome nacional, Dr. Abílio Leite de Barros, ele, por exemplo, está fazendo um estudo inteiro desde os primeiros bandeirantes que chegaram lá que já havia notícia desses rios móveis, que tem as margens móveis e que tenha bancos de areia e há um assoreamento que ele diz natural das bocas que caem no Pantanal. Mas muitos técnicos dizem que não, que não é natural, que isso é muito consequência do desmatamento, principalmente, do agrotóxico, do avanço da área de plantação, da agricultura. Quer dizer, tudo isso tem que ser debatido. Eu acho que era uma coisa muito boa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 15h37.

ATA DA 11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 10 DE ABRIL DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº. 03, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às nove horas e onze minutos do dia dez de abril de dois mil e oito, na sala três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos seguintes Senhores Senadores: **Flávio Arns, Fátima Cleide, Paulo Paim, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Gilvam Borges, Romeu Tuma, Magno Malta, Cristovam Buarque, Serys Slhessarenko, Eduardo Suplicy, Sibá Machado e Virgínio de Carvalho.** O Se-

nador Cícero Lucena justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e, em seguida, faz suas considerações iniciais explica como serão conduzidos os trabalhos, cita nominalmente os convidados e passa à apreciação da pauta. **ITEM ÚNICO:** Audiência Pública convocada na nos termos do Requerimento nº 10, de 2008-CDH, de autoria da Senadora Fátima Cleide, aprovado em 21/02/08, com a finalidade de conhecer e discutir a **implementação da declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas**". Comparecem os convidados: Carlos Eduardo da Cunha Oliveira, Chefe interino, em representação da Senhora, Ministra Ana Lucy Gentil Cabral Petersen – Diretora do Departamento de Direitos Humanos e temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores; Marinho Pereira Rezende Filho – Coronel do Exército representante do Ministério da Defesa; e Mariano Marcos Terena, Memorial dos Povos Indígenas do Distrito Federal. O Senhor Presidente convida os expositores para tomarem lugar à mesa e fazerem suas explanações. O Senhor Presidente, após as exposições dos Senhores Convidados, franqueia a palavra aos Senhores Senadores e Convidados. **EXTRAPAUTA. Item nº 1:** Requerimento nº 28, de 2008 – CDH, que trata da "criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-senadora Ingrid Betancourt. Neste dia, 23 de abril de 2008, em todos os parlamentos do mundo haveria debates e apelos para que a vida, a integridade e a liberdade da senadora Bittencourt sejam asseguradas. Requeremos, ainda, que o Presidente do Senado Federal, senador Garibaldi Alves Filho, através da Mesa Diretora e de sua Assessoria Internacional, divulgue de imediato esta decisão junto a todos os parlamentos de todas as nações que compõem a família neste início do século XXI.". Autoria: Senador Cristovam Buarque. Resultado: **Aprovado. Item nº 2:** Requerimento nº 29, de 2008 – CDH, que trata da "Em aditamento ao Requerimento nº 26, de 2008– CDH, Requer seja alterado a referida proposutura para constar que será convidada a Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência da Comissão de Assuntos Sociais para realização de audiência conjunta.". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item nº 3:** Requerimento nº 30, de 2008 – CDH, que "Em aditamento ao Requerimento nº 27, de 2008-CDH, requer seja alterado a referida proposutura para constar que será realizada no dia 09 de maio de 2008 às 09h00 e convidada a Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência da Comissão de Assuntos Sociais para realização de audiência conjunta". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado.** Fazem uso da pa-

lavra os seguintes Senhores Senadores: Paulo Paim, Geraldo Mesquita Júnior, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Cristovam Buarque, Romeu Tuma e Siba Machado. Encerradas as falas dos Senhores Senadores e dos convidados, o Senhor Presidente faz suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que as aprovam, permaneçam como se encontram. **Aprovado.**

Item único, audiência pública. "Nos termos do Requerimento nº. 10/2008, a CDH, de autoria da nobre Senadora Fátima Cleide, aprovado em 21/02/08, com a finalidade de reconhecer e discutir a implementação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas". Foram convidados para essa Audiência Pública a Sra. Ana Lucy Gentil Cabral Petersen, Ministra e Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores. Como ela se encontra fora do país, em Genebra, vai representá-la também o Dr. Carlos Eduardo da Cunha Oliveira, o qual eu já chamo, se possível, para se fazer presente na Mesa.

Também convidado o Presidente da Comissão Nacional de Políticas Indigenistas da FUNAI, Márcio Augusto Freitas de Meira. Todos os que eu for listando, ao mesmo tempo, já estou convidando para a Mesa. Também o Sr. Gecinaldo Saterê-Mawê, representante do Fórum em Defesa dos Povos Indígenas; Ela Wiecko, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão; socióloga Azelene Kaingáng; em nome do Memorial dos Povos Indígenas do Distrito Federal, Marcos Terena, e Coronel do Exército, representante do Ministério da Defesa, Sr. Marinho Pereira Rezende Filho.

Os nossos dois primeiros convidados já estão aqui na Mesa. Eu queria também cumprimentar os Senadores que já estão aqui presentes, Senador Flávio Arns, Senadora Fátima Cleide, autora do Requerimento, Senador Geraldo Mesquita, Senador Gilvam Borges, Eduardo Suplicy e o Senador Virginio Carvalho, está aqui, está aqui tomando nota.

Eu queria, antes mesmo de nós iniciarmos o nosso debate nessa importante audiência pública, que vai tratar os direitos dos povos indígenas, resgatar, rapidamente, a importância do que foi a Sessão do Senado, no dia de ontem. Acho que, pelo menos três Projetos que lá aprovamos, merecem uma declaração aqui da Comissão de Direitos Humanos. O primeiro, a Emenda 29. A regulamentação da Emenda 29, de autoria do nobre Senador Tião Viana, que trata da questão da saúde. Ontem foi o Dia Nacional da Luta pela Saúde e, nesse mesmo dia, nós conseguimos regulamentar, então, a Emenda 29, que vai aportar, de imediato, algo em torno de 20, 23 milhões de reais para a Saúde e, em torno de 11 anos, vai ultrapassar a 11 milhões de... Vai ultrapassar a 85 milhões de reais. Algo fundamental para no país, nesse momento inclusive, que estamos atravessando essa grave epidemia, eu diria, da dengue que avança sobre grande parte, infelizmente, do povo brasileiro.

Pelo outro lado, Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Exa., que foi um dos comandantes, eu diria, junto com o Senador Mário Couto, Senador Mão Santa, enfim, daquele debate para nós termos uma política de recuperação do salário mínimo e dos benefícios dos aposentados. Porque o PL 42, que ontem aprovamos, ele garante uma política permanente agora, de recuperação do salário-mínimo, conforme a inflação mais o PIB, e estende a mesma política de recuperação para os aposentados e pensionistas, que eu sempre digo, que são os mais pobres da Previdência, porque aqueles que ganham entre um e seis salários-mínimos. Porque ninguém ganha mais 10 salários-mínimos. Devido ao fator que nós também derrubamos, mas, está sendo aplicado desde 1999 e... A política, infelizmente, adotada nos últimos 20 anos, que é sempre dar o índice para o mínimo e o outro... Ou a metade ou 1/3 para os aposentados, hoje, eu diria que 99,9% dos aposentados ficam na faixa de um a seis salários-mínimos. Então, é a esses que nós, com esse movimento que fizemos, de forma articulada, com Senadores de todos os partidos, que vai permitir que os aposentados e pensionistas possam ter as suas aposentadorias. Eu não digo nem sequer atualizadas com o número de salários-mínimos que recebiam na época em que se aposentaram, por isso seria o PL 58. E o PL 58, como era terminativo, ele retornou para a Comissão porque tem que ser votado na Comissão. Mas, o 42 resolveu o impasse no momento. O aposentado passa a receber o mesmo percentual concedido ao salário-mínimo, daqui para frente, de março em diante. E vai sendo, inclusive, atualizado, sempre antecipando um mês cada ano. Esse mês foi março, o mês que vem é fevereiro e

no outro mês, no outro ano, já é janeiro. Próximo ano fevereiro; no outro ano, já passa a ser janeiro.

E o outro também, Senador Mesquita Júnior, estou me dirigindo a V. Exa. porque V. Exa. esteve muito ali nas negociações, ali no Plenário do Senado, é o fim do fator. Eu sempre digo que o fator previdenciário, os 30 milhões de assalariados brasileiros com carteira assinada talvez não perceberam ainda o que é que é esse tal de fator. Porque mesmo os que são celetistas em todo o país nem sabem que, de 99 para cá, com a entrada do fator previdenciário, o seu benefício que ele teria de direito vai ter um redutor, no caso da mulher, de 40% e do homem, de 35%. Felizmente, aprovamos o fim do fator. Apresentamos a PEC 10, para que ninguém diga que a gente está sendo irresponsável, que vai garantir a idade mínima. Mas, tudo na mesma linha que é para o servidor público. Como é que ficaria, daqui para frente, a forma de cálculo? São as 80 maiores contribuições de 94 para cá. Isso garante o princípio da integralidade com a queda do fator. O que é que é o princípio da idade mínima? Para o servidor, na regra de transição, como o servidor começa a trabalhar com 18 anos, com mais 35, deu 53. Trabalhador da área privada começa com 16; nós botamos os mesmos 35 anos, por isso que deu 51. Então, quem está no sistema para se aposentar, no caso, vai se aposentar com 51 anos no mínimo. E, a partir da aprovação da PEC 10, como é para o servidor, essa nova geração vai se aposentar com 55, 60. Exatamente igual àquilo que é aplicado para o servidor, no princípio da isonomia, da igualdade e de uma previdência universal. O servidor tem a paridade entre aquele que está na ativa e o que está aposentado. Para o regime geral, nós colocamos somente o mesmo percentual concedido ao salário-mínimo. Eu acho que foi um grande momento, um grande entendimento, onde todos os Senadores, de situação e oposição caminharam na mesma linha. Não teve uma votação nominal. Limpamos a Pauta das Medidas Provisórias. Votamos cinco ou seis Projetos. Eu estou destacando três, pela sua importância, que é a questão da saúde e a questão do assalariado brasileiro e também do aposentado. E também já ficamos acertados, Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Exa. Que participou diretamente do acordo, que votaremos mais três MPs a semana que vem. E vamos aí votar outros Projetos oriundos da Casa.

Eu quero permitir um aparte a V. Exa., Senador Geraldo Mesquita Júnior, que havia pedido. E, em seguida, nós vamos iniciar o nosso debate aqui, já que eu percebi que chegou um outro convidado nosso, que eu queria já convidar para a Mesa. Marcos Tereza, já está aqui conosco. Então, bom te ver aqui, Mar-

cos, alegria sempre estar com você. Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Paim, caro amigo, Presidente dessa importante Comissão, Senadora Fátima, Srs. Senadores, Srs. convidados. Senador Paim, V. Exa. fez um... Uma síntese do que aconteceu ontem e, já no final dos nossos trabalhos ontem, eu tive a oportunidade de dizer que, quando nos é permitido trabalhar em torno de Projetos que brotam aqui do nosso esforço, do trabalho de V. Exa., do trabalho da Senadora Fátima, do trabalho dos Parlamentares, a sociedade brasileira percebe que aqui há inteligência, há esforço, há dedicação e que tudo isso converge, num encontro muito importante, com o sentimento da população brasileira. O exemplo de ontem é... É enorme, não é? Ontem, aprovamos matérias de fundamental importância. Aprovamos um mecanismo de financiamento da saúde pública brasileira. Aprovamos mecanismos de reajuste, é... Mais dignos para os aposentados, como V. Exa. diz, aposentados pobres desse país, não é? É... Colocamos por terra o mecanismo da maior crueldade, que punia os trabalhadores brasileiros, que era o fator previdenciário.

Enfim, tudo isso, fruto da dedicação, da inteligência e do esforço de Parlamentares. Quando o Governo não entope essa Casa aqui de Medidas Provisórias, o que surge, na verdade é isso. A sociedade brasileira percebe que aqui há muito trabalho, há muito esforço. Eu... Eu quero dizer apenas que para mim foi um motivo de satisfação e de muito orgulho estar ao lado de V. Exa. e de tantos Parlamentares, que se empenharam de forma leal e de forma segura, pressionaram para que isso tudo viesse à baila, para que isso tudo fosse alvo de apreciação do Senado Federal, não é? É...

E dizer que estou pronto e preparado para novos embates, para novas batalhas, Senador Paim. Ontem fiz referência a uma convergência muito positiva de fatores. V. Exa. comandando um... Uma verdadeira operação nesse Senado. V. Exa. que, por muitos anos, com muito esforço, sempre, não digo sempre, mas, por vezes, batendo em portas fechadas, nessa oportunidade agora, V. Exa., e eu faço questão de ressaltar isso porque é um fator importante, V. Exa. encontrou na firmeza, na segurança, na dignidade de um Presidente do Senado, que lhe abriu uma porta: "Senador Paim, está aqui. Vamos abrir essa porta. Venha por aqui que esse caminho pode levar à concretização de velhos sonhos, de velhos ideais". Então, a convergência de dois fatores muito positivos, que eu sempre faço questão de ressaltar.

E, de resto, Senador Paim, é me colocar à inteira disposição para novos embates porque novas conquis-

tas precisamos obter nessa Casa, porque é isso que esperam os trabalhadores brasileiros, o povo brasileiro, de nosso esforço, de nosso trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita. Eu queria reforçar mesmo a sua fala. O Senador Garibaldi foi exemplar. É muito bom a gente poder dialogar com homens e mulheres, ser Senador ou ser ou não ser, não é o caso, mas que cumprem a palavra, que têm palavra, que aquilo que dizem vale. E o Senador Garibaldi nos demonstrou e V. Exa. aqui destacou muito bem, ele disse: "Quando destrancar a Pauta, os três Projetos vão para a votação". E foram. E ele foi fundamental para que isso acontecesse. Eu, por uma questão de justiça, quero também cumprimentar os líderes de todos os partidos, de todos os partidos. Todos colaboraram. Mas, sem sombra de dúvida, o Senador Romero Jucá, que eu já critiquei muitas vezes, quero fazer justiça aqui, ele foi também exemplar. No momento que ele disse: "Paim, quais são os Projetos?" "296, 58 e 42". Eu vou lá para a tribuna e digo: "O 58 volta porque é terminativo não daria para voltar. Mas o 42, que contempla a tese do 58, vai ser votado e o 296 também". E nós votamos. Então, eu faço questão de dizer que o Senador Romero Jucá, que eu já critiquei tantas vezes, cumpriu o acordo na íntegra e teve uma posição muito firme, mesmo quando foi tencionando para que recuasse do acordo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): É verdade. Eu reconheço também o papel do líder do Governo nessa Casa. Agora, eu fico apenas esperançoso de que ele conduza a questão da mesma forma na interlocução com os nossos pares na Câmara dos Deputados. Porque paira uma preocupação no ar de que o que aqui foi feito ontem possa ser desfeito na Câmara dos Deputados. E isso é uma ameaça grave, que não podemos permitir. Espero apenas que o Senador Jucá, que teve um papel importante também, juntamente com o Senador Arthur Virgílio, Senador Agripino e vários outros líderes, que possam atuar da mesma forma, no sentido de manter a conquista obtida ontem, aqui nessa Casa, lá na Câmara dos Deputados, Senador. Senão, terá sido em vão todo o esforço e dedicação que emprestamos ontem nos nossos trabalhos aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Mesquita Júnior, eu não quero só ficar aqui porque vou ter que lembrar de todos os líderes. Mas, dizer que o Relator foi o Senador Valdir Raupp e deu parecer favorável, inclusive, para a Emenda dos aposentados. Eu quero destacar aqui. Enfim, todos, todos foram... Cumpriram um papel importantíssimo, não só na saúde, como também para o trabalhador

do Regime Geral, que está lá na fábrica, ia se aposentar com 40% a menos, como também aquele que está aposentado, que vai ter agora a mesma política.

Eu quis só fazer essa consideração devido à Sessão histórica que foi ontem, na minha avaliação, porque mostrou um grande momento do Senado da República. E aí entraríamos agora nos nossos painelistas. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu quero cumprimentar, sobretudo a V. Exa. e ao Senador Tião Viana. E já ontem tive a oportunidade de manifestar, cumprimentando o Senador Garibaldi Alves, líder Romero Jucá e a todos que colaboraram, inclusive para que houvesse o entendimento e o Senado, depois de algumas semanas de grande tensão e dificuldade entre oposição e base de Governo, ontem, pudéssemos avançar e votar Projetos de grande significado e que terão uma responsabilidade da parte do Poder Executivo quanto nossa, de viabilizar as proposições que estão sendo agora... Que vão, inclusive, para a Câmara dos Deputados, para a sua apreciação e viabilização. Quero me colocar à disposição de... Inclusive de V. Exa. e dos demais responsáveis, para ajudar a pensar em como é que, do ponto de vista das finanças públicas, tudo poderá ser compatibilizado.

Sr. Presidente, eu quero informar que, depois da visita que ontem, ao final do dia, fizemos, eu e o Senador Cristovam Buarque, à Associação dos Docentes, por sua Presidente, a professora Raquel, pediu-me que pudesse estar presente hoje, ainda que brevemente, na Assembléia dos Professores da Universidade de Brasília, que se realizará daqui a instantes, às 09h30. Então, eu, daqui a pouco, vou precisar ausentar-me para fazer uma visita lá e voltar, então... Apenas gostaria de dar essa informação e... Acho que o faço também em nome da Comissão de Direitos Humanos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu que agradeço, Senador Suplicy. E nós todos estamos torcendo para que, efetivamente, essa situação de intranquilidade na nossa querida UNB chegue a um ponto final. Eu lhe confesso que fiz contato com alguns líderes dos estudantes, ainda ontem, pela manhã. Conversamos por telefone longamente e... E botei, inclusive, a Comissão de Direitos Humanos inteiramente à disposição para encontrarmos uma saída para que a nossa querida UNB volte à sua normalidade. A UNB... A UNB eu considero um patrimônio do povo brasileiro. Às vezes, quando eu falo UNB, eu confundo quase como OAB, pela importância, a simbologia da UNB, desde a luta contra a ditadura, momentos tão difíceis e passando por esse momento, que preocupa a todos nós. Desde a questão da Reitoria, a questão

dos alunos, a questão dos professores, dos funcionários. Eu tive uma longa conversa por telefone com eles. E eu espero, como disse a eles, que o Senado, pelo menos em nome da Comissão de Direitos Humanos, está inteiramente à disposição para aquilo que for para ajudar, não para interferir, para complicar. Aquilo que for para ajudar, nós estamos, tenho certeza, todos os membros da Comissão de Direitos Humanos, inteiramente à disposição, no que for ao alcance, naturalmente, de nós aqui.

Então, de imediato, eu passo a palavra ao representante da Ministra e Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério de Relações Exteriores, Dra. Ana Lucy, que será aqui representada pelo Dr. Carlos Eduardo da Cunha Oliveira, que está com a palavra. Eu apenas estou chamando aqui, de acordo com a orientação que recebi aqui.

Eu queria também, Senadora Fátima Cleide, se me permitir. Convidar que V. Exa., que foi autora do Requerimento, que está acompanhando passo a passo essa situação, ficasse na Mesa conosco aqui, se assim V. Exa. entender, fica o convite feito. Está ok. O tempo seria, como é de praxe nessa Comissão, 10 minutos. Mas, mais cinco, se necessário.

SR. CARLOS EDUARDO DA CUNHA OLIVEIRA: Eu gostaria de agradecer muitíssimo à Senadora Fátima Cleide pelo convite que foi estendido ao Ministério das Relações Exteriores. Eu gostaria de agradecer também ao Senador Paulo Paim por ter aberto as portas da Comissão, uma vez mais, à participação do Itamaraty. A última ocasião que eu estive presente a uma dessas Sessões foi no dia 12 de fevereiro, quando foi discutido o relatório do Brasil ao mecanismo de revisão periódica e universal, criado pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em 2007. Neste exato momento, a Ministra Ana Lucy está em Genebra preparando-se para a apresentação do relatório do Brasil ao Conselho de Direitos Humanos, daí a impossibilidade dela comparecer a essa Sessão.

Eu gostaria de assinalar e agradecer também a presença do Coronel Marinho, com quem eu já tive a oportunidade de intercambiar muitas impressões a respeito desse tema. É um prazer, enfim, partilhar dessa discussão com o senhor e também o líder Marcos Terena, que é um conhecido nosso do Ministério das Relações Exteriores. Enfim, é uma honra também estar aqui com sua presença.

Eu gostaria, antes de dar detalhes sobre como se deu o processo negociador da Declaração Universal, mencionar alguns elementos sobre os quais se ampara a posição do Ministério das Relações Exteriores, no tratamento dessa questão. Eu acho que não é demais repetir que o Brasil é um estado multiétnico e multicul-

tural. O Brasil abriga mais de 220 povos indígenas, que falam mais de 180 idiomas. Segundo estimativas da FUNAI, há cerca de 63 comunidades indígenas ainda não contatadas. O Brasil é dono de uma das maiores diversidades culturais do planeta. Os direitos originários desses povos são amparados pela Constituição Federal. Esses direitos são implementados mediante concurso de uma série de órgãos do Estado Brasileiro, dentre os quais a FUNAI tem uma atuação destacada. Mas, que é complementada também pela atuação de outros órgãos, entre os quais o Ministério Público Federal, os próprios órgãos da Defesa e também a Polícia Federal, entre outros.

As áreas destinadas ao uso exclusivo dos povos indígenas brasileiros correspondem atualmente a cerca de 12,4% do território nacional. É... Outras áreas, ainda não demarcadas, deverão ser, nos próximos anos, e isso foi um compromisso assumido pelo Estado Brasileiro, pelo Presidente da República, quando do anúncio da... Da Agenda Social dos Povos Indígenas, em 21 de setembro do ano passado. A Agenda Social dos Povos Indígenas prevê também uma série de ações no campo social, que serão executadas por diferentes órgãos de governo a fim de melhor promover e proteger os direitos dos povos indígenas no Brasil.

A influência dos povos indígenas, ela perpassa a nossa história, perpassa a nossa cultura e identidade. Os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, sobretudo os conhecimentos associados ao uso da biodiversidade, têm exigido uma proteção crescente por parte do Estado Brasileiro, uma vez que esse conhecimento, ele contém uma importância extrema para o tratamento de algumas das principais questões atuais no campo do desenvolvimento, como a proteção da biodiversidade e o combate a doenças.

Além da contribuição inegável dos povos indígenas à construção da Comunhão Nacional, é necessário reconhecer que os povos indígenas têm uma realidade cultural própria. Essa realidade, ela encerra um potencial de desenvolvimento diferenciado e que também merece a proteção e o reconhecimento do Estado. E esse é um ponto muito importante, que eu gostaria de salientar. Os povos indígenas são, sim, titulares de um direito fundamental, que é o de desenvolverem-se de acordo com suas aspirações e as formas tradicionais pelas quais a sua identidade se reproduz e se reconstrói, uma vez que essa identidade tampouco é algo estático.

Apesar disso, a história dos povos indígenas tem sido marcada por séculos de violações a esse e a outros direitos fundamentais. Lutar contra a discriminação, ao mesmo tempo em que se avança a promoção e a proteção dos direitos dos povos indígenas,

deve ser um objetivo do Estado Brasileiro, tanto por um imperativo ético, quanto pela contribuição prestada pelos povos indígenas à vida material e cultural do nosso país. Foi com esse espírito, foi imbuído desse propósito, que o Brasil votou a favor da resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, que aprovou a Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas, em setembro de 2007, em Nova Iorque. O Brasil considera a adoção da declaração uma conquista importante e que dará ímpeto e reconhecimento aos esforços que já têm sido feitos internamente para a promoção e a proteção do direito dos povos indígenas.

As posições do Ministério das Relações Exteriores, no tocante à negociação da Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas procuraram pautar-se pela observância do marco jurídico brasileiro. Nunca é demais reafirmar que a Constituição assegura aos indígenas seus direitos à identidade cultural, à terra e à proteção especial do Estado. O apoio dado à declaração é também coerente com a atuação construtiva que o Brasil mantém no campo da promoção internacional dos direitos humanos, em geral, e na luta contra a discriminação racial em prol dos direitos dos povos indígenas em particular.

A declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas reafirma o compromisso da comunidade internacional em garantir a realização dos direitos humanos e liberdades fundamentais dos povos indígenas. Eu gostaria de destacar aqui que a declaração recebeu um apoio maciço da comunidade internacional. De todos os países presentes à Sessão em que ela foi aprovada, 177 países votaram a favor da declaração; 11 apenas se abstiveram e quatro se opuseram. Desses quatro países que se opuseram à declaração, um deles já anunciou a sua decisão de assiná-la, o que foi feito em um ato público, me refiro à Austrália. O que foi feito em um ato público, dotado de grande simbolismo, em que o Governo da Austrália reconhece essa responsabilidade por violações acarretadas a seus povos originários.

O apoio maciço recebido pela declaração reforça o entendimento de que ela é percebida sob a ótica específica dos Direitos Humanos dos povos indígenas, aos quais a declaração procura dar reconhecimento em consonância com os marcos legal e político de cada país, que cada país aplica no tratamento dessa questão.

O Brasil participou de todo o processo negociador da declaração. Já em 93, o Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas, vinculado a então Comissão de Direitos Humanos, concluiu a redação do documento que serviria de base às negociações. Em 95, a Comissão de Direitos Humanos criou um grupo de tra-

balho, ao qual foi dado um mandato de 10 anos, de 94 a 2004, para negociar, em caráter definitivo, o Projeto de declaração. Durante o período de negociações, as posições brasileiras sofreram uma paulatina evolução, em linha com os avanços trazidos pela Constituição de 88 e pela assinatura e posterior ratificação—

[soa a campanha].

SR. CARLOS EDUARDO DA CUNHA OLIVEIRA:

--Em 2004, da convenção 69 da Organização Internacional do Trabalho sobre povos indígenas e tribais, em países independentes. Uma das mais importantes atualizações do Brasil, no processo negociador, ocorreu ainda em 1999, quando o Brasil passou a aceitar a utilização da expressão “povos indígenas”, sem que com isso estivessemos sinalizando uma anuência a quaisquer ações ou demandas que implicassem uma limitação à soberania ou à integridade territorial dos estados. Essa mudança de atitude implicou uma evolução importante na área dos Direitos Humanos e tornou o Brasil um interlocutor ativo no processo negociador da declaração.

Esse é um ponto que eu gostaria de ressaltar uma vez mais, já que esse é o entendimento que presidiu a participação brasileira nas negociações da declaração. Eu me refiro ao fato de que o exercício dos direitos dos povos indígenas é consistente com o respeito à soberania, à unidade política e à integridade territorial dos Estados em que habitam. O Brasil apoiou o reconhecimento, pela declaração, de que os povos indígenas são titulares de direitos coletivos. Também defendeu que a declaração tivesse aplicação universal, conformando um conjunto de padrões que pudessem ser invocados por povos indígenas de todos os países.

O Ministério das Relações Exteriores entende que o seu trabalho não se encerra, uma vez tendo sido concluídas as negociações da Declaração Universal. Esse trabalho deve incluir também atividades voltadas para uma melhor compreensão da declaração junto a outros órgãos de Governo e entidades do movimento indígena e indigenista. Daí a importância dessa audiência pública, à qual o Ministério das Relações Exteriores gostaria de emprestar o seu reconhecimento e que deverá constituir uma de tantas outras ocasiões, oportunidades para o aprofundamento nos diálogos sobre esse tema.

Por fim, eu gostaria de salientar que a declaração é o primeiro documento político aprovado pela Assembleia Geral da ONU, dedicado especificamente à promoção dos direitos humanos dos povos indígenas. A declaração não cria obrigações juridicamente vinculantes, mas constituirá uma base importante para o fortalecimento da proteção que o Brasil já outorga aos

povos indígenas no plano interno e também para o tratamento do tema no plano internacional. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Retomou aqui. Eu vou ter que chamar um novo orador aqui, Mercadante. Está bom. Está bom. Obrigado. Está bom, obrigado. Desculpem, eu estava falando com um dos líderes do Governo aí sobre os encaminhamentos das votações de ontem.

Então, se me devolverem a minha lista aqui de chamada, eu volto a chamar os companheiros que estão na Mesa. Chegou aqui a lista de volta. Então, de imediato, eu passo a palavra ao Sr. Romancil Creta Kaingang, representando o Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas. Pelo menos foi o que a Mesa me passou aqui, que o Sr. Romancil estava presente. Passo a palavra ao... Passo a palavra ao nosso amigo Marcos Terena, que falará em nome do Memorial dos Povos Indígenas do Distrito Federal.

SR. MARIANO MARCOS TERENA: [pronunciamento em língua indígena].

[soa a campanha].

SR. MARIANO MARCOS TERENA: [pronunciamento em língua indígena].

Eu estou falando numa das 180 línguas existentes no Brasil. Meu nome é Mariano Marcos Terena. Segundo os meus familiares, o Mariano vem da homenagem ao Marechal Rondon, e o que eu falei, na minha língua, basicamente, é pedindo ao Grande Criador “Ituko’oviti”, como nós chamamos, para que dê sabedoria aos Senadores, aos Deputados, e inspiração para todos nós que estamos nessa Casa, como eu disse. Porque as nossas aldeias esperam fazer parte do chamado “futuro melhor”.

Para quem não me conhece, eu sou indígena do povo Terena, lá do Pantanal do Mato Grosso do Sul. Eu nasci numa pequena aldeia, chamada Visconde de Taunay e, atualmente, eu sou dirigente aqui do Memorial dos Povos Indígenas, aqui em Brasília, convidado pelo Governador Arruda. E também sou, profissionalmente, eu sou piloto comercial de avião, funcionário da FUNAI. E, como piloto de avião, eu conheci praticamente todas as aldeias do Brasil, inclusive as áreas de fronteira. Conheci as bases militares da fronteira. Socorri, muitas vezes, tanto o Exército como o pessoal da Aeronáutica, Polícia Federal e me sinto honrado de encontrar aqui o Senador Paulo Paim como irmão negro e baluarte, inclusive, da dignidade do Senado Federal. Considero isso, Senador. O que tem sido muito raro nos tempos dessa Casa, nos últimos tempos, repercussão não muito boa na opinião pública.

Eu queria também cumprimentar aqui o Cristovam, o próprio Suplicy, não é? Velhos companheiros do... Do... Hoje não sou mais do PT e... A própria Se-

nadora Fátima, líder nova aqui na Casa, que, inclusive, quero, em nome dos povos indígenas, agradecer a iniciativa dela de haver traduzido essa declaração para a língua portuguesa. O português não é uma língua oficial da ONU, apesar de terem inúmeros, milhares, milhões de pessoas que falam o português, o português não é considerado uma língua oficial das Nações Unidas. E... Para que nós pudéssemos ler, na nossa língua, o significado, inclusive, interpretativo dessa declaração.

E, como líder indígena, que me considero, eu participei das conversações, lá em Genebra, há muitos anos atrás, quase 20 anos atrás, com outros líderes indígenas não brasileiros, indígenas advogados, indígenas políticos, indígenas Deputados, indígenas Senadores, não brasileiros, volto a dizer, para a construção dessa declaração.

E eu quero salientar também a importância de havermos conquistado o coração do corpo diplomático do Itamaraty, porque quem nos representa lá no exterior é o Itamaraty. O próprio... Dois Celso, Celso Amorim, que hoje é Ministro, e o Celso Lafer e a sua equipe. Havia uma desconfiança muito grande do corpo diplomático da missão em Genebra, quando estávamos participando das... Das reuniões das Nações Unidas, porque, aparentemente, nossa missão era criticar o Governo e mudamos a estratégia, de mostrar que o Governo do Brasil também é Governo do índio, porque nós somos as primeiras nações do Brasil. Eu olho para todos vocês, inclusive para os Srs. Senadores, e vejo mechas do sangue indígena na cara, na maneira de sentar, na maneira de conversar. Não tem como fugir. Vocês têm um pedaço de índio dentro de vocês.

Então, por isso que nós não temos medo de dizer que essa declaração não fere, de maneira nenhuma, o que é chamado soberania de um país. Porque aqui nós não temos as crises do continente africano, as guerras interétnicas. Nós não temos aqui a fome, que paira sobre as tribos indígenas da Centro-América. Nós não temos. Mas, temos a Amazônia. Temos o Pantanal. Temos, como disse o Dr. Carlos, nosso Brasil é considerado a grande reserva da biodiversidade do mundo.

Eu estou falando, assim, um pouco como informativo para os senhores, porque eu, como frequente bastante as Nações Unidas, eu conheço o Brasil, olhando de lá para cá. E muitas informações que nós, povos indígenas, líderes, temos, nós não conseguimos descobrir aqui no Brasil, mas, de lá para cá. Então, nós temos uma visão estratégica para o nosso país, mas, se os poderes constituídos não têm informação a esse respeito, como é que nós podemos dialogar?

Então, por isso, Senador Paulo e Senadora Fátima, eu achei louvável e me dispus a vir aqui. Cheguei da minha aldeia ontem à noite, lá do Pantanal, para atender a esse chamamento porque eu creio que o diálogo é necessário. Eu, inclusive, escrevi um texto aqui, com o título de "Que é tempo de despertar". E... O que eu não posso aceitar, como indígena, é que os argumentos que estão nascendo de um lado ou de outro, sutilmente, discretamente, é... É considerar que o risco da Amazônia, o risco à soberania do nosso país é culpa das conquistas dos direitos indígenas na arena internacional. Isso é empobrecer muito, poderia até dizer assim, o debate sobre a nossa Pátria, sobre o nosso país.

Nós, povos indígenas, a gente detém quase 15% do território nacional, do território brasileiro. Se não fossem os Terena, meu povo, vocês não teriam o Pantanal do Mato Grosso do Sul para o Brasil. Nas regiões da fronteira, nós lamentamos, Coronel Rezende, que as Forças Armadas, que têm o dever constitucional de proteger as fronteiras, estejam totalmente sucateadas, totalmente sem investimento, porque o orçamento para essa área não foi aprovado. Quem é que aprova o orçamento da União?

Então, não são os índios os culpados pela falta de uma estratégia geopolítica para a proteção do nosso país. Ao contrário, naquilo que é possível, os indígenas têm instruído, orientado, por exemplo, a chamada "Guerra na Selva", e nós vamos demonstrar isso na Semana do Índio aqui, aqui em Brasília, através do Memorial dos Povos Indígenas. Índios Ianomâmi, desana, tucano, ensinados oficiais do nosso Exército a como combater dentro do mato. Ninguém fala isso como valor indígena, apenas dizem que a demarcação das terras em fronteiras põem em risco a soberania do nosso país. O que é a soberania, afinal de contas? Soberania é apenas a demarcação territorial de um país? Nós acreditamos que não. A soberania tem a ver, por exemplo, com a demarcação das terras indígenas. Porque, quando nós falamos que 15% do território brasileiro pertencem aos povos indígenas, na verdade, são bens, são patrimônio do nosso país, da União e... Por isso que eu saliento, aqui na minha... Na minha análise rápida, nesses 20 minutos, é que nós queremos abrir o diálogo; diálogo franco, o diálogo, inclusive, com direito a controvérsias, mas, o diálogo respeitoso, que não coloque o índio como selvagem—

[soa a campainha].

SR. MARIANO MARCOS TERENA: --Da soberania brasileira. Não, esse tempo já passou. Nós conhecemos os nossos direitos hoje em dia. Desde 84, existe uma proposta de regulamentação da Constituição Federal, proposta, inclusive, pelo ex-Deputado Aloizio

Mercadante, dormindo nas gavetas da Câmara dos Deputados, por quê? Por que não querem debater os direitos indígenas, através de uma Lei Especial, chamada Estatuto dos Povos Indígenas? Por quê? Qual o medo? Seria, seria medo ou seria... Drasticamente, poderia dizer, discriminação, preconceito contra os povos indígenas? E quando eu falo que o diálogo tem que ser franco, aberto, é porque a gente não pode ter medo um do outro. Eu nunca tive medo. Aprendi a não ter medo do inimigo. Ao contrário, o meu povo aprendeu a entrar na área do inimigo para conhecer a sua linguagem, a sua estratégia.

Infelizmente, Senador Paim, o senhor, como oriundo da cultura negra, eu queria tê-lo como base, porque nós não temos ainda índios no Senado Federal, para conhecer a linguagem do Senado, para defender os nossos direitos. Nós tivemos apenas o Deputado Mário Juruna como Deputado Federal, apenas por quatro anos. Nós temos aqui um indígena da nação apurinã, do Acre, que é reserva do... Do Sibá Machado. Em nenhum momento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Suplente.

SR. MARIANO MARCOS TERENA: Suplente, né?

[risos].

SR. MARIANO MARCOS TERENA: Obrigado, Senador. Eu quero dizer o seguinte, em nenhum momento, o grupo partidário, o grupo político que defende os direitos humanos falou com o Sibá: "Sibá Machado", assim como o Collor fez com o cunhado dele, se não me engano. "Sibá Machado, dá um tempo lá no Acre, deixa um índio assumir pelo menos por três meses, que seria histórico para o Senado Federal". Não existe esse acordo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): 120 dias.

SR. MARIANO MARCOS TERENA: 120 dias, né? No mínimo. Seria histórico, sabe por que, Senador? Eu queria terminar, pontuando a agenda que nós percorremos nos últimos 20 anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MARIANO MARCOS TERENA: Dentro do meu tempo... Tá.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ele foi gentil e prorrogou.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ele tinha direito a mais cinco e, se necessário, vou dar mais cinco.

[risos].

SR. MARIANO MARCOS TERENA: Obrigado. É importante também me... Me faz responsável por aquilo

que eu falo, né? É... Eu queria salientar que nós não... Não... Nunca tivemos essa oportunidade, o primeiro suplente, depois do Sibá Machado, é um índio apurinã, lá do Acre, do PCdoB. Eu nunca vi uma articulação no sentido de proporcionar a esse indígena, pelo menos o... Dizer: "Tivemos um índio no Senado Federal". Nunca. Mas, nós vamos conquistar esse espaço aqui, com o apoio de vocês, dos Senadores, dos Deputados, que vêem o Brasil grande, o Brasil multidiverso, como diz o... Multicultural, como disse o diplomata Carlos. E nós vemos também o Brasil do futuro, onde nós não seremos mais vítimas do passado. Porque nós estamos freqüentando, como brasileiros inclusive, as instâncias do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, da Organização Mundial de Propriedade Intelectual. Agora, no final do mês de maio, vamos ter a chamada COP 9. Quantos Senadores sabem o que significa COP 9? De que trata essa matéria? Significa o debate sobre a proteção da biodiversidade brasileira, promovido pela ONU, na Alemanha. E, lá, vão estar em torno de 50 indígenas brasileiros, que estão treinando, neste momento, para defenderem o patrimônio, não só indígena, mas, do Brasil. Mas, nós não estamos fazendo negociações com o patrimônio que não pertence mais somente aos índios, mas, a todo o país. Por isso que, quando nós fazemos o debate sobre a declaração das Nações Unidas, há um passo a ser seguido por essa Casa, que é o desafio que eu lanço para todos os senhores, que é a regulamentação dessa declaração como matéria legal—

[soa a campainha].

SR. MARIANO MARCOS TERENA: Para os direitos indígenas.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mais cinco.

SR. MARIANO MARCOS TERENA: Eu vou terminar, falando da Agenda. Dizendo que, em 1977, chegou, pela primeira vez, na porta das Nações Unidas, um índio e, da mesma forma que muitos setores, inclusive militares, da imprensa, é... Parlamentar do Brasil, que agora estão querendo morder os direitos indígenas, falam, aqui e acolá, mas não se apresentam com proposta. Então, qual é o encaminhamento, lá nas Nações Unidas, 77 aconteceu isso também. Houve uma correria. "Os índios chegaram. Como, os índios na ONU? Por quê? Eles não são diplomatas!" E os índios chegaram em 77, no dia 09 de agosto, que hoje é considerado o Dia Internacional dos Povos Indígenas, dia 09 de agosto, que nós vamos celebrar aqui em Brasília, também lá no Memorial. Para conscientizar a sociedade brasileira de que nós não estamos vendendo o nosso Brasil. Nós não estamos entregando o patrimônio. Não fomos nós que vendemos

a Vale do Rio Doce. Não fomos nós que vendemos a CSN. Se pensam que nós não conhecemos... Nós não entregamos a ramificação telefônica do Brasil para as multinacionais. Não fomos nós. Não fomos nós que, por exemplo, criamos essa... Essa situação de dependência econômica externa. Não fomos nós. Foram os acordos do homem branco, dirigente do Brasil, com outro homem branco, internacional.

Então, eu queria dizer que nós estamos vivendo, apenas para despertar esse... Essa consciência e o desafio que essa Casa está propondo a partir de agora, inclusive me colocando à disposição dos senhores, que nós estamos vivendo a chamada “década dos povos indígenas”. Começou em 2005 e vai terminar em 2015, “década dos povos indígenas”. E... Até 2015, nós esperamos que, como um grande ato da nação brasileira, seja a regulamentação dessa declaração.

E, por último, que eu queria dizer é... Eu vi alguns comentários de que os militares não podem mais entrar em terras indígenas. Isso não é uma interpretação verdadeira. Ela é uma interpretação da chamada “meia verdade”. Porque essa Declaração, ela diz que ela não pode ferir os direitos dos Estados. Agora, o que... A inovação é que tem que conversar com os índios. Essa é a riqueza dessa relação onde o exército ou aeronáutica ou a Marinha ou a Polícia Federal não é tratada como inimigo do índio e vice-versa.

Eu lembro, Senador Tuma, quando o senhor era da Polícia Federal, quantas vezes os índios não prenderam os agentes da Polícia em missões que eles faziam tomando armamento--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Principalmente no Maranhão--

SR. MARIANO MARCOS TERENA: Maranhão, e eu ia lá explicar para os índios que a Polícia Federal não era nosso inimigo, mas, sim, o fazendeiro, o chamado fazendeiro, né? Então, ia lá negociar. Não havia problema nenhum.

Então, eu gostaria de terminar é... Eu também sou escritor indígena, eu gostaria de terminar não como... Com guerra, mas, lembrando uma frase aqui de um grande poeta brasileiro, chamado Carlos Drummond de Andrade. Quando nós fizemos uma campanha para a demarcação das terras Yanomâmi, ele disse assim: “Eu vou escrever o meu pensamento sobre esse negócio”. E ele diz assim, que eu quero terminar com isso: “Não podemos permitir que, a pretexto de progresso e civilização, se cometam atentados precisamente contra a civilização e o progresso” – jogo de palavra – “que no fundo são simplesmente a arte de conviver”. Isso daqui que estamos exercitando, a arte de conviver. Se isso não foi entendido no passado contra os povos in-

dígenas, que seja no presente, como estamos fazendo aqui e também no futuro. Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra, de imediato, ao Sr. Marinho Pereira Rezende Filho, Coronel do Exército, representante do Ministério da Defesa. 10 minutos, com a tolerância que foi dada aos outros painelistas.

SR. MARINHO PEREIRA REZENDE FILHO: Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Srs. Parlamentares, estimados representantes das comunidades indígenas e também indigenistas aqui presentes, minhas senhoras e meus senhores. Bem, inicialmente, gostaria de me apresentar, eu sou o Coronel Marinho Pereira Rezende filho, representante do Ministério da Defesa, e aproveito também a oportunidade para externar a minha grande satisfação de participar das atividades desta manhã aqui no Senado.

De antemão, também agradeço o convite formulado e... Esperamos que possamos colaborar e contribuir, principalmente nos assuntos pertinentes à Defesa, para o tema de hoje, que seria a discussão e o conhecimento da implementação da Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas.

Nós não faremos uma apresentação formal a respeito da... Da Declaração especificamente porque julgamos, muito bem colocados pelo Dr. Eduardo, pelo Sr. Marcos Terena, os posicionamentos do Ministério das Relações Exteriores, bem como também da parte indígena. De forma que achamos mais proveitoso que destinemos o tempo, um tempo maior, para a parte dos debates, nos colocando à disposição para qualquer questionamento que possamos ter, pertinentes à área de Defesa.

Aqueles que sejam direcionados à minha pessoa e que eu não tenha condições de responder no tocante à Defesa, nós faremos o máximo esforço possível, depois, alimentar o processo de *feedback*. E, mais uma vez, eu agradeço o convite formulado e estamos prontos para colaborar e contribuir. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Eu passo a palavra, de imediato, à Senadora Fátima Cleide, como autora do Requerimento dessa audiência pública. Em seguida, ao Senador Cristovam e Senador Romeu Tuma, pela ordem de chegada.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isto. Senadora Fátima Cleide, com a palavra, como autora do Requerimento.

SENADOR FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, senhores convidados, eu queria, inicialmente, Sr. Presidente, informar que vários dos nossos convidados não estão presentes nessa audiência, na manhã de hoje, em função da decisão do STF ontem, com relação à operação “o Patacon”, lá em Roraima, para a desinstituição da terra indígena Raposa Serra do Sol.

Gostaria de agradecer imensamente a presença do Dr. Carlos Eduardo, Coronel Marinho, do nosso guerreiro Marcos Terena. E dizer que a proposição dessa declaração ou desta... Desta audiência sobre a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, eu acredito, não poderia ter sido em melhor hora, a data que a gente marcou, até em função de que eu vejo presente, neste momento, uma violação de um direito indígena, e me entristece, por parte do Judiciário. E... Dizer que acho que o Dr. Carlos Eduardo explicitou muito bem a evolução que há, no Ministério das Relações Exteriores e no Governo brasileiro, com relação ao entendimento do que significam os direitos dos povos indígenas e Marcos complementou isto muito bem.

Eu acho que, até em função do ocorrido no dia de ontem, hoje a imprensa e parte, inclusive, das Forças Armadas, Coronel Marinho, tem se posicionado contrários à assinatura dessa declaração por parte do Governo brasileiro. E eu gostaria de ressaltar que o art. 46 da Declaração tem uma ressalva, que guarda muito bem a soberania dos povos. A Declaração não foi feita única e exclusivamente para o Brasil, mas, é uma declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e que deve orientar... Orientar o nosso país, o nosso Governo, as nossas representações, com relação ao que significam os direitos dos povos indígenas.

E aí, Marcos, eu quero dizer a você que me sinto muito feliz com suas palavras, quando você diz: “Nós não temos representação no Senado Federal. Nós não temos representação no Congresso Nacional”. E quero te dizer que a nossa cultura, essa cultura majoritariamente branca, que perpassa nos bancos escolares e faz com que a gente, inclusive, negue a parte da composição social referente aos povos indígenas na nossa formação, na nossa própria identidade.

Eu costumo dizer isso, a partir da minha própria existência, né? Eu sou uma pessoa cuja ascendência imediata reúne negro, índio e branco. A minha avó materna era índia, morreu negando que era índia, aos 85 anos, em 1984. Ela foi, aos 14 anos, retirada do seu local por um português, que era meu avô, que chegou no início do século XX no Rio Madeira, né? E hoje eu fico pensando, e a partir da minha própria existência, eu reflito nas colocações que eu assisto, com relação

a verdadeiros ataques aos direitos dos povos indígenas, principalmente com relação à terra, né? Eu sou neta de índio, de uma índia que morreu negando que era índia porque isso foi dito a ela que era feio dizer que era índia. E eu tenho apenas um terreno de 10 por 30, é tudo o que eu tenho de terra.

E eu vejo, no meu estado que é um estado novo, constituído há apenas 26 anos, pessoas que chegaram há 30 anos dizerem: “Estamos aqui há muito tempo e temos essa terra que nós conseguimos”. Eu não sei como conseguiu porque eu acho que... Não sei que Deus é esse que é mais bondoso com quem chegou há 30 anos do que eu que estou lá há 45 e cuja ascendência está lá há muito mais tempo.

Então, eu fico, a partir da minha própria existência, refletindo sobre essa história da posse da terra. Por que é que quando a gente fala no direito à terra para o índio é ataque à soberania? E por que não é ataque à soberania a propriedade privada de latifúndio? Então, isso é uma questão que eu acho que nós, legisladores, nós, Congresso Nacional, devemos nos debruçar, e eu acredito que a oportunidade da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas é de extrema importância porque é oportuno que a gente reflita sobre essas questões, no momento em que nós, aqui no Congresso, temos a tarefa, como disse o Dr. Carlos, que é a regulamentação da declaração. E temos que conhecer essa realidade, que não é uma realidade uniforme, a dos povos indígenas.

Dr. Carlos iniciou falando, são 220 povos, com 180 línguas; há poucos dias atrás, nós discutíamos nessa Comissão, inclusive por iniciativa do Senador Cristovam, a questão das línguas indígenas, da necessidade de o povo brasileiro conhecer as línguas indígenas. Nós conhecemos, nosso Ministério de Relações Exteriores foi preparado, não é, Dr. Carlos? Para se relacionar com outras línguas de 180 países, pelo menos, mas não é preparado para dialogar com as nossas nações indígenas, com os nossos povos indígenas, porque, quando o Marcos começou a falar ali, eu disse: “Nossa! Que bom que ele nos constrange, né?” Porque nós não conhecemos o que ele está falando. E isso é fundamental para que a gente possa decidir sobre essa nossa relação com este povo que, a meu ver, que a meu ver, Senador Romeu Tuma, no meu entender, se nós temos hoje fronteiras nesse país, se nós temos fronteiras neste país e se nós temos a Amazônia da forma como ela é, com a sua biodiversidade guardada, com o Pantanal, com toda a sua riqueza, todos os nossos biomas nós devemos a estes povos que estão lá, há muito mais tempo do que a sociedade branca.

Então, dizer hoje que assinar a Declaração, por parte do Governo do Brasil, é uma irresponsabilidade porque é um ataque à soberania, eu acho uma afirmação extremamente preocupante e me preocupa porque fico pensando também que outras possibilidades existem atrás dessa afirmação? E o resultado disso é que a nossa Justiça se sente totalmente respaldada para retirar uma operação que visava apenas a garantir a reintegração de posse aos índios lá em Roraima no dia de ontem, por unanimidade, por uma decisão unânime de 11 a 0. Então, isso me preocupa muito, e eu queria aqui dizer simplesmente que me sinto muito feliz com a oportunidade de nós estarmos aqui hoje, discutindo essa questão da Declaração dos Povos Indígenas, uma vez que, nos editoriais da imprensa de hoje, o que nós assistimos é um ataque, um ataque expresso a esta assinatura, a este compromisso do povo brasileiro, a este compromisso do Governo brasileiro com os povos indígenas. Então, eu acredito que este Senado não pode aceitar pacificamente esse tipo de coisa. Acho que nós temos que dizer que os povos indígenas fazem parte do povo brasileiro. Aqui ninguém está querendo assegurar que territórios sejam isolados, muito pelo contrário, o que se busca assegurar com a Declaração é a integração, mas, uma integração respeitosa aos direitos dos povos indígenas. Uma integração como a que Marcos aqui colocou, que é de fundamental, de fundamental importância na Amazônia, quando os nossos índios ajudam o nosso Exército a aprender a sobreviver na selva.

Então, é isso o que a gente quer, em termos de integração, e não imposição de cultura, que passa pela imposição da língua. A língua é necessária para haver o diálogo, para haver o conhecimento da realidade do outro. Mas, ela não pode servir de instrumento de aculturação, como, infelizmente, a gente viu acontecer na história dos povos indígenas nesse país.

Então, Senador Paim, eu agradeço muito a oportunidade da realização desta audiência no dia de hoje e espero, sinceramente, acredito que ela vai contribuir bastante para que, quando gente comece a trabalhar na regulamentação desta Declaração aqui no Senado Federal, estes preconceitos possam não ter espaço nesta Casa, e que a gente possa avançar, inclusive, na discussão do Estatuto dos Povos Indígenas. Porque, quando se trata de mineração em terras indígenas, todos nós achamos que os índios já têm cultura suficiente, como nós brancos, para explorar a riqueza. Agora, quando se trata de propriedade da terra, aí o assunto é diferente, aí a propriedade tem que ser nossa porque nós somos a cultura que prevalece. Então, essa discussão, ela tem uma inversão que precisa ser tratada, e eu acredito que a Comissão de Direitos

Humanos do Senado Federal é o local onde a gente pode ter abrigo para todos os direitos dos povos indígenas, como direitos humanos. Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Senadora Fátima Cleide, autora do Requerimento. Eu quero só dar esse testemunho também, da fala de V. Exa. e do nosso querido Terena, que diz que a questão do estatuto dos povos indígenas... Eu sempre digo que o negro é muito discriminado nesse país, V. Exa. é companheiro dessa jornada, é parente, como a gente usa o termo, né? Eu digo, o estatuto da Igualdade Racial está há 10 anos, aqui no Senado nós aprovamos por unanimidade. Agora, o estatuto dos povos indígenas está há 20 anos. E isso que é grave, né? Então, se nós negros somos discriminados, com certeza, a nação indígena é mais discriminada ainda. E nós temos que, de fato, reagir. E por isso a sua presença aqui é fundamental.

Eu estou muito esperançoso. E até, Senadora Fátima Cleide, claro que os povos indígenas vão decidir: Ou a Câmara vota lá o Estatuto dos povos indígenas ou nós todos nos reunimos, apresentamos aqui e aprovamos aqui no Senado. Posso te garantir que aqui no Senado nós aprovamos. Eu espero que a Câmara cumpra o seu papel e aprove, que está há 20 anos lá e não aprovou. Se não aprovar, nós apresentamos aqui, não é em nome pessoal. O nome, tenho certeza, da maioria dos Senadores e aqui nós aprovaremos, como uma forma de mostrar para a Câmara que tem que avançar essa questão, de uma forma ou de outra, terá que avançar. Senador Cristovam, com a palavra, como orador inscrito.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, senhores que estão apresentando as propostas e Srs. Senadores. Eu quero dizer da minha satisfação de estar aqui, trazendo para essa Casa esse debate. Agradeço, como Senador, como cidadão, agradeço à Senadora Fátima Cleide a iniciativa.

Eu creio que a gente tem que defender a nacionalidade brasileira. Mas, se a garantia dos direitos dos povos indígenas ameaça a soberania, discutamos como fazer a... A soberania dos povos indígenas sem ameaçar a soberania e não sacrificar as nações dos povos indígenas em nome da soberania brasileira, até porque é uma contradição. Por que a soberania do povo brasileiro é mais importante do que a soberania de uma única família indígena, do ponto de vista daquela família indígena? Aí, é uma questão de competência, não de opção política ou ética. Ética e política, temos que defender o direito de cada povo como, aliás, a Constituição prevê a defesa do direito de cada pessoa. É garantida a liberdade de cada pessoa e a gente

não está respeitando a garantia de alguns povos. Está ameaçando os povos inteiros.

Eu coloquei um Projeto aqui que obriga filhos de Parlamentares, Deputados, Senadores, Prefeitos etc., colocarem seus filhos na escola pública e um argumento contrário é que fere a liberdade de cada um da gente escolher onde botar o filho. Está na Constituição esse direito à liberdade. Se o indígena é brasileiro, ele tem que ter seus direitos respeitados, política e eticamente. Como fazer isso, sem ameaçar a soberania de todo o povo brasileiro, vamos discutir, vamos conversar como é que se faz. Mas, não é simplesmente sacrificar a soberania de um povo para garantir a de outro povo, só porque esse outro povo tem mais gente. E sem esquecer que, dentro desse outro povo, estão os grupos indígenas também. Aí, alguém pode dizer: “Não, não é assim. O povo indígena é uma nação, o povo brasileiro é outro”. Então, o povo indígena tem direito de defender a sua soberania, sem se incomodar com o resto do Brasil.

Aí, o que eu ia sugerir, se fosse assim, é que peçam reconhecimentos internacionais, que busquem apoio lá fora e que façam a guerra do mundo, que defende os indígenas, contra o Brasil. Não é o caminho. Até porque nós devemos nos orgulhar dos povos indígenas, como parte da grande diversidade da família brasileira. Eu acho que essa é a idéia. Existe uma família brasileira? Existe. Os povos indígenas fazem parte? Fazem. Então, como é que a gente vai conviver, respeitando o direito de cada um dessa família, sem que uma ameace a outra? Aí é um problema técnico. Como é que as Forças Armadas vão garantir a soberania brasileira, tendo em vista que os Ianomâmis atravessam a fronteira com outro país, como a Venezuela, pelo menos. Vamos discutir tecnicamente como é que se faz isso do ponto de vista militar. Vamos discutir diplomaticamente como é que se faz isso do ponto de vista de acordos com a Venezuela. Mas, sem sacrificar o direito dos Ianomâmis apenas porque, milhares de anos depois deles estarem aqui, um grupo de pessoas decidiu que, no meio do território deles, passa uma fronteira internacional. Eles não têm nada a ver com o que alguns de nós, no passado, fizemos uma fronteira ali no terreno deles. Mas, eles querem ser brasileiros e não venezuelanos. Os venezuelanos querem ser venezuelanos e não brasileiros. Vamos ver qual é a saída diplomática e militar para isso.

Mas, do ponto de vista ético e político, eu creio que a gente não deveria imaginar a possibilidade de simplesmente dizer: “Os povos indígenas ou tal, e tal, e tal povo está ameaçando a soberania brasileira”. É como defender a soberania, respeitando os povos indígenas. Uma das coisas que podem não ser importante

do ponto de vista militar, mas é cultural, é a gente poder compreender, quando o amigo Terena fala no idioma dele. Não todos. Não vamos aqui querer falar, são 186 hoje? 180 idiomas, mas podia ter um tradutor aqui. Ele tinha o direito de vir aqui. Hoje nós já conquistamos o direito de ter tradutores para os deficientes auditivos brancos, negros. Mas, não temos tradutores para o que fala idioma. Por isso, esse Projeto meu de lei, que falou a Senadora Fátima Cleide, que está aqui nessa Comissão para análise, que põe como obrigação nas escolas, sempre que houver interessados, não obrigação de quem não está interessado, ensinamento em idiomas indígenas. Só famílias, são 38, se não me engano, famílias de idiomas. E cada família tem, às vezes, dois, três, quatro, tem uma que, se não me engano, que tem 15 línguas diferentes.

Eu creio que a gente, aprovando isso, eu agradeço à Senadora Fátima Cleide ter trazido, ajudaria um pouco. Porque, em muitos lugares, há crianças no Brasil que querem aprender um idioma indígena. E essa é a única maneira deles sobreviverem porque estão morrendo alguns desses idiomas. Tem idioma que cinco pessoas falam porque é oral, não é escrito. Mas, mesmo escrita, se você não tem o som, uma língua morre. Então, uma maneira de sobreviver é ter gente falando. E a maneira de ter gente falando, é ensinado. E hoje, com a redução do tamanho da população das etnias, tem que ensinar essa língua para quem não é da etnia. Às vezes, como um capricho, como um gosto, como uma curiosidade. Tem gente que aprende tantos idiomas, podemos incentivar os nossos jovens a manterem vivos os idiomas indígenas.

Essa é a contribuição que eu dei, meu caro Terena, velho companheiro de muitas lutas. Mas, e aí eu peço ao Presidente e à Senadora Fátima Cleide, que é a Relatora, não é? Senadora Fátima, que a gente pudesse aprovar, pelo menos aqui nessa Comissão para avançar mais rápido, esse Projeto. Ou, quem sabe, se houver dúvida, fazer uma boa audiência sobre isso--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, ele não é terminativo nessa Comissão?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não sei, ele é terminativo aqui? Não sei. Confesso que eu não sei. Ou façamos uma audiência. É interessante até para divulgar ao Brasil que um Projeto desse, assessores meus não queriam que eu apresentasse porque disseram que ia parecer quixotismo, ia parecer folclore. Eu disse: “Eu não quero saber se é folclore, mesmo que seja, eu quero saber se é importante”. Mas, de repente, uma audiência pode ser, Senadora Fátima, até mais importante do que a Lei. Porque o que a gente quer é divulgar o problema.

Então, isso é o que eu tinha que falar, Senador. Eu quero agora interromper, fazer uma consulta. Como eu tenho uma Comissão de Relações Exteriores e como nós temos aqui cinco Senadores, e eu vou precisar de 10, eu estou com um Requerimento que eu gostaria, me permitem? Porque é muito urgente. Eu estou com um Requerimento, com uma proposta de que o Presidente Garibaldi assuma a liderança de termos um dia, um dia mundial de todos os Parlamentos do mundo, em defesa da Ingrid Betancourt, que é uma Senadora que está para morrer e que a gente precisa fazer alguma coisa. Então, a idéia é um Requerimento para que a Comissão tome a iniciativa e que, hoje à tarde, a gente apresente a idéia. Um dia mundial, o mesmo dia, no mundo inteiro, todos os Parlamentos do mundo falariam da defesa da vida, da integridade e da liberdade da Senadora Betancourt, que está com a vida por um fio, porque continua, e eu vou usar esse verbo com muita convicção, seqüestrada pelas FARC.

Então, essa é a minha proposta, mas precisa... Me falaram, de 10 nomes para que seja da Comissão. Engraçado é que se eu quiser apresentar sozinho no Plenário, eu posso apresentar sozinho. Mas, aqui, precisaria de 10 nomes. Aqui nós já temos seis.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com certeza, vai ter os 10 nomes. A presidência já acata. Faço questão que seja aqui, a partir da Comissão de Direitos Humanos, com a assinatura de mais de 10 Senadores, com certeza absoluta.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Então, era só isso--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Antes de concluir a nossa audiência pública, nós vamos botar extrapauta e vamos votar hoje.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Vota já, Presidente.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ótimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem que ser extrapauta, então, encerra. Tem que ser extrapauta, encerra a audiência pública, eu boto como extrapauta e votamos, fruto dessa audiência pública também, naturalmente.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas, finalmente, como o meu querido amigo, irmão Sibá, chegou agora, eu quero ser porta-voz do Terena. Ele fez aqui um pedido a você, eu cheguei até a pensar em fazer um acordo com você. Ele fez um pedido--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já falei com ele--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Já falou? Que você aceite ter uma licença. Eu cheguei a propor, eu tiro licença, se você tirar também, só para

que a gente tenha um índio aqui. Só que não adianta muito. Se eu pudesse dar o meu para você, você dava para o índio, eu gostaria demais--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Cristovam. Daria licença--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): --O meu suplente é do PT, eu sou capaz de fazer o mesmo para continuar a maioria petista aqui dentro.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, eu queria só dizer que nós temos uma índia declaradamente índia, a nossa Requerente de hoje, uma índia bonita, e ela tem que ser, sem dúvida nenhuma, a representante da comunidade indígena pelas suas origens.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas, não basta se declarar indígena.

SENADOR FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sou apenas 25%. Nós precisamos ter um índio 100%.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): --Nós precisamos ter um Senador indígena. Nós tivemos um Deputado, graças a Leonel Brizola, quando ele bancou a campanha, com seu prestígio, do nosso saudoso Mário Juruna, que morreu aqui no Guará, no Distrito Federal. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Senador Cristovam. Então, está acatado já o seu encaminhamento quanto ao Requerimento da Senadora Ingrid, que está numa situação, segundo informações que nos chegaram, praticamente de... Quase que de coma, né? E o seu movimento, essa Comissão endossa, acata e vamos travar juntos essa boa batalha em nome da vida. Parabéns pela iniciativa.

Senador Romeu Tuma, eu passo a palavra a V. Exa. E dizer, me permita essa fala, porque a gente, me permita, com o carinho que eu tenho a V. Exa. e V. Exa. comigo, né? É que, nesse país, sempre eles tentam vender a imagem do que é que é uma pessoa bonita ou não bonita. E V. Exa. quis dar um elogio para a nossa Senadora, eu quero dizer que, na nossa concepção, e é o mesmo de V. Exa., todas as índias são lindas, todas as negras são lindas e todas as mulheres brancas, enfim, de outras etnias, todas as cores também, são lindas. É que--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já declarei na tribuna que não existe mulher feia.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Senador Romeu Tuma--

SENADOR FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Nem homem feio, todas as pessoas são bonitas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Nenhuma mulher é feia, já disse isso da tribuna. Os homens é que não sabem compreendê-las.

Mas, Presidente, Senadora Fátima Cleide, primeiramente, gostaria de cumprimentá-la por trazer o assunto a debate, até porque historicamente, Terena, você, desculpa, V. Exa. sabe que eu tive uma convivência muito grande, principalmente na região amazônica, por dever de ofício. E eu pediria à Senadora Fátima que eu recebesse uma cópia desse... Do contexto todo, para a gente poder estudar com mais tranquilidade e cautela.

Eu faria aqui um parêntese, Senador, do trabalho que o Exército faz na região de fronteira. Não só o Projeto, principalmente o Projeto Calha Norte, com os pelotões de fronteira, que existe uma convivência altamente respeitosa e pacífica com as comunidades indígenas. Até porque, Terena, você vai a um quartel do pelotão de fronteira, onde o Tenente, são oficiais ainda novos, jovens, com a esposa, que casam, vão para comandar... E a esposa, ela é a professora e cuida praticamente das comunidades locais, que a maioria é indígena. E, quando há uma demonstração qualquer, para qualquer tipo de autoridade que chega, eu acredito que 80% dos soldados que servem nos pelotões têm origem das comunidades indígenas que convivem nesta área. E... Lá, eu sempre, quando jovem, qualquer um na escola, no grupo, aprende que tem o Tupi Guaraní, não sabe que tem tantas e tantas línguas. Mas, na Amazônia, a gente aprende porque o próprio comando do Exército permite que eles dêem o cumprimento de missão respondendo na sua língua, na sua língua. Não há, do Exército, nenhum desrespeito a que eles continuem a usar a língua própria da comunidade. É claro que eles aprendem porque ninguém... Para aprender a obedecer à determinação do comando, tem que saber alguma coisa em português.

Assim, um pouco da história. A gente, quando teve o caso que o Senador falou da... Dos Ianomâmi, se falava muito, Senador Cristovam, em Nação Ianomâmi, não é isso? Na fronteira com a Venezuela. Então, a grande... A grande preocupação das autoridades à época, isso vem mudando ao longo do tempo, é que se juntasse e se criasse uma nação independente naquela região. Se desvinculassem os índios da Venezuela e dos índios brasileiros e formasse uma nação própria. Que, provavelmente, teria dificuldades de sobrevivência, até porque não teria nenhum tipo de assistência.

Por isso que eu acho que essa soberania que a gente fala, ela tem que respeitar o índio como brasileiro. Não há esse problema de que é uma nação nova... Não é, porque é a força de expressão, o povo indígena, nação Ianomâmi, que não condiz com a realidade geopolítica, econômica do país, que são todos brasileiros e estão mesmo nessa fronteira de demarcada.

É claro que o Terena fez uma exposição e, desculpa, não vi do senhor, eu vou ler com acalma as notas taquigráficas. Sei que o Itamaraty se aprofunda nisso, porque há questões internacionais em que se discute... Tanto é que isso saiu da ONU. E essas questões internacionais são discutidas pelo Itamaraty, do confronto do interesse das comunidades indígenas no mundo inteiro e de cada um dos países soberanamente constituídos.

Então, eu vou ler com acalma a exposição que o senhor fez. Eu andei muito com o Sidney Possuelo, que era um membro da FUNAI, especialista, principalmente, em comunidades indígenas que não tiveram contato com os brancos. Ele me disse uma vez que ele ficou dois anos atrás de uma comunidade, mas, sem intervir, procurando. E ficou na selva, mais de dois anos. Quando ele voltou, a mulher largou dele, né? Falou: "Fica com teus índios, que eu fico com os meus filhos aqui, não quero saber de você". Mas, ele é um homem brilhante, no interesse das comunidades indígenas; eu duvido que tenha alguém que conheça mais profundamente. E não era bem visto por muitas autoridades, por quê? Porque era a paixão dele era respeitar e buscar introduzir as comunidades indígenas dentro dos direitos que eles teriam.

Quando o senhor falou da prisão, foi no Maranhão, uai-uai, a comunidade lá, uai-uai, no Maranhão? O que houve? Às vezes, é falta de conhecimento dos costumes indígenas, quando há uma intervenção policial. O que é que eles estavam fazendo? Uma operação de erradicação da maconha que a comunidade indígena plantava e vendia. Então, foram lá para erradicar. E um deles, o cachorro veio e ele matou o cachorro, que é uma coisa, que é uma violência reconhecida pelos índios. Então, prenderam todos os policiais, que estavam 12 ou 15 policiais. Eu estava na Secretaria de Segurança, da Polícia Federal, Diretoria. Eu fui para lá e o Sidney Possuelo me disse: "Não, você não vai comigo. Eu vou primeiro tratar direitinho porque você vai correr risco". Eu falei: "Não, para mim, vai ficar muito feio eu não ir com você. Se... Se tiver alguma agressão, que eu duvido que vai ter agressão". Ele falou: "Está bom. Se você quiser ir, eu não posso impedir". Fui lá, sentei quietinho. Ele disse: "Você não se mexe, não fala. Deixe que eu falo na linguagem deles". E ficou tratando ali, tratando. E vinha um índio com a flecha na minha frente, todo pintado de guerra porque era... Uma revolta a um ato que não foi corretamente praticado. Eu, na minha ali. Não podia tremer, né? Porque... Depois de ele acertar, aí eu falei com o Capitão. Capitão, Capitão era o Cacique. Capitão, desculpa a expressão, é como eram tratados, o Capitão era o chefe da comunidade indígena do Maranhão. E depois nós fizemos um acordo

de repor todos os bens que eles pudessem ter perdido, fornecimento de roupa e outras coisas, e saímos.

À noite, eu encontrei vários deles freqüentando a escola pública, entendeu, Senador Cristovam? Encontrei com vários deles, vieram falar comigo, tomamos café juntos e tal. Estavam freqüentando a escola pública, já eram aculturados. Porque nós temos os índios que nunca tiveram contato com os brancos. Tem as comunidades indígenas que não têm... Só vivem da cultura indígena e dos costumes e têm aqueles que já se integraram, praticamente, na comunidade local, indo para a escola, se formando... Terena deve ser um bom exemplo para nós da cultura, até pela exposição que fez aqui, e outras vezes já o ouvi fazendo uma exposição em defesa da comunidade indígena, sempre com equilíbrio, tranquilidade, inteligência e objetivamente, com conhecimento de causa.

Então, eu, aqui, fiz várias anotações, durante a fala do... Principalmente do Terena. O Coronel, inteligentemente, não interveio no procedimento porque é mais uma posição de respeito à Constituição, que o Exército participa de... De ocupação dessas áreas, até para defesa. Eu me lembro que o nosso inimigo, em tese, em tese, era a Argentina e a concentração de força era no sul. Depois, com o surgimento do narcotráfico, exércitos revolucionários, passou a ser a fronteira Norte. Então, vários... Não diria pelotões, batalhões do Exército, foram passando para a região Norte. E hoje o Brasil tem um pouco mais de capacidade, mas, muito aquém da necessidade. E não vi, nenhuma vez, em nenhum desses pelotões de fronteira, nenhum conflito com a comunidade indígena local. Tanto é que eles acorrem ao pelotão e o pelotão funciona sozinho, Embaixador. O senhor é Embaixador, né? Desculpa... Se tiver... Mas... Pode, o senhor é... Eu não consigo enxergar?

SR. CARLOS EDUARDO DA CUNHA OLIVEIRA:

Obrigado, Senador, eu sou chefe interino da Divisão de Direitos Humanos. Eu não sou Embaixador--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pensei que fosse o Embaixador, tem que ser Embaixador das comunidades indígenas.

[risos].

Mas, quem sabe o Ministro, quem sabe o Ministro de Relações Exteriores está ouvindo e já toma providências hoje. Mas, aí... O Exército está sozinho e esse Projeto, que é do Presidente Sarney, é para, no mínimo, cinco Ministérios ocuparem, não sei se é barracão de... De comum, que tem dentro dos Pelotões, que é para a FUNAI, para a Polícia Federal. Senhor?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Instalações de terceiros.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Instalações de terceiros, desculpa aqui, mas... Eu falo barracão

porque ele tem uma forma de barracão. E eu fiquei até hospedado e comi lá também. Então, eu pisei no chão frio da Amazônia. Então, eu me considero um amazona.

Mas, esta força que o Exército tem, que dá como exemplo às outras comunidades. Nós fazemos, viu, Terena? Você vê a luta do MST para a ocupação. Se estão radicalizando, exagerando, é uma coisa que tem que ser discutida posteriormente. Mas, a reforma agrária, ela fala só para o branco, não fala das comunidades indígenas, que é o direito à terra que está sendo discutido. Eu me lembro que à época que o nosso Romero Jucá era Presidente da FUNAI, surgiu o problema de terras contínuas da demarcação. Não é isso, Terena? Então, houve um Projeto, que era... Por causa dos garimpeiros, que havia um conflito forte entre as comunidades indígenas. Não sei se eu estou saindo fora do tema, Presidente? As comunidades indígenas e os garimpeiros. Havia umas tribos que se davam bem e acabavam, sem dúvida nenhuma, uma aculturação negativa, eu acho. Iam lá, davam bebida, trocavam bebida para o trabalhador, davam comida. Quer dizer, mudavam os usos e costumes de algumas comunidades indígenas. Então, o Governo queria fazer, em vez de terra contínua, ilhas para as comunidades indígenas. Que não deu certo. Hoje, me parece, que a tese é... É demarcação contínua. Tanto é que a gente tem uma preocupação com esse problema da "Raposa Serra do Sol", porque há um interesse econômico de mais de 100 anos ali. E tem comunidades indígenas que se dão bem com os agricultores e tem outra parte que quer a terra, por direito, das comunidades indígenas. E hoje... A própria Justiça, estive conversando com o Ministro do Supremo, interveio a Justiça para suspender a operação da Polícia Federal. Então, são coisas delicadas que têm que ir evoluindo.

Eu acho que o senhor cria, Presidente, um fórum próprio para ver, para discutir todos esses pontos, que têm que encontrar um... Uma... Uma harmonia porque somos todos brasileiros. Marechal Rondon foi um exemplo claro de que para instalar as comunicações, percorrer essa região quase inóspita de várias áreas, ele fez um trabalho muito bom, que vive até hoje, com o auxílio das comunidades indígenas.

Então, eu acho que eu preservaria sempre qualquer restrição à atividade do exército na região de fronteira. Porque não há conflito entre as comunidades indígenas e as Forças Armadas. Até porque a maioria dos soldados são das comunidades indígenas. Eu... Peço desculpas, se não... Se falei mais da coisa pessoal por... Porque a gente tem uma memória que... É como um filme. Como velho, a gente não lembra muito. Mas, quando a gente começa a falar, parece que

ela volta e dá saudades. Dá saudades mesmo e quem sabe o Terena me convida para ir numa comunidade indígena comer uma comidinha indígena, que é gostosa, não é, Terena?

SR. MARIANO MARCOS TERENA: Melhor do que ficar preso.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Hein? Melhor do que ficar preso. Eu não fiquei preso, fiquei quietinho ali, para não ter conflito maior. Mas, foi uma solução pacífica porque tinha um brasileiro, um branco, que conhecia profundamente os usos e costumes indígenas, que é Sidney Possuelo, a quem eu peço, aqui, por... Eu presto uma homenagem a ele apesar de, politicamente, ele não ser bem visto, o senhor sabe disso. Mas, ele... Ele é claramente um grande indigenista e sabe aonde põe o pé. Obrigado, Presidente. Cumprimento aos senhores por terem tido a virtude de vir aqui a convite da Fátima Cleide e nos trazer as aflições de cada segmento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Queria só cumprimentar os Senadores que, de uma forma ou de outra, estão participando desse evento. Alguns passaram, depois foram para outras comissões. Senador Flávio Arns, Fátima Cleide, Geraldo Mesquita, Senador Gilvam Borges, Eduardo Suplicy, Senador Virginio Carvalho, Senador Cristovam Buarque, Romeu Tuma e Senador Sibá Machado, que está com a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Presidente, Dr. Carlos Eduardo, Coronel Marinho, liderança indígena Mariano, demais Senadores. Eu peço desculpas por ter chegado atrasado, estava com a agenda já previamente, que não podia mais desmarcar. Mas, não sei como foram as exposições anteriores, mas, quero me reportar ao acompanhamento que já faço ao tema, de algum tempo, e que eu considero pivô de muitas discordâncias e algumas delas que acompanhei pessoalmente aqui, já na qualidade de Senador da República.

Acompanhei um pouco dessa situação de "Raposa Serra do Sol", ao ponto de estar no estado de Roraima por algumas vezes. Situação no estado do Pará, várias delas. Um pouco do que diz respeito também àquela situação de Rondônia, um pouco mais à distância, dos cintas-largas e assim por diante.

Então, Sr. Presidente, em primeiro lugar tem já uma... Já existe uma certa concordância nacional, eu não sei pela forma da pregação do assunto, de que as crianças já pensam que índio tem terra demais. Isso já é tão divulgado no Brasil, de que eles têm terra demais, a ponto de que toda vez que se toca nesse assunto com pessoas que não têm nada a ver com o setor agrário, ela tem também esta visão de que eles

têm terra demais. E quando a gente vai para essa disputa da propriedade fundiária no Brasil, este negócio parece um câncer, chega ao ponto, eu tenho essa visão, que é tratado como se fosse um câncer. Todos os tipos de preconceitos possíveis são colocados e a disputa, principalmente das riquezas, seja ela de superfície ou de subsolo. E é isto que está em jogo, desde muito tempo. Se a gente for trabalhar essa história do tamanho do território como sinônimo de riqueza, o que diríamos, então, do estado de Sergipe? Já deveriam todos ter morrido de fome, um estado que tem menos de 50 mil quilômetros quadrados. É menos de 1/3 do tamanho do Estado do Acre, que já é um dos menores do Brasil. E a população do Acre não chega a 700 mil pessoas e o de lá chega a cerca de dois milhões de habitantes, três milhões de habitantes.

Deixemos, então, Sergipe, vamos para o caso da Holanda. Que, de tão pequeno é, tiveram que brigar com o mar para tomar um pedaço de território e se autoproteger. Um paizinho daquele tamanho, 26 mil quilômetros quadrados e com uma população, me parece aí, se não me falha a memória, 10 milhões de pessoas. Então, o que fazer com o tamanho do território, e a União Soviética chegou a 22 milhões de quilômetros quadrados.

Então, eu queria que a gente tomasse um cuidado, aqui no Senado Federal, e eu sei que é difícil isso, não é fácil. Toda vez que a gente trata deste assunto, nós já vamos para cima de uma... Relação muito apaixonada e fica quase difícil conversar, não dá nem para conversar às vezes. Porque a situação é difícil de se puxar um diálogo. Quando eu voltei de Roraima, com aquela história inicial de se faria ou não a homologação em terras contínuas ou a chamada fatiada, queijo suíço, como alguns falaram, de separar algumas áreas, como a área de... De produção da rizicultura, a... Território urbano e assim por diante. Eu estive lá, ouvi, vi mapas e tudo o mais. E, voltando de lá para cá, foram criadas duas Subcomissões, uma na Câmara e uma no Senado, da qual rodou a situação de Roraima e a do Mato Grosso porque estava lá, naquele momento, tido que alguns indígenas tinham colocado capuz e feito algumas embaixadas em algumas sedes de fazenda, que lembrava muito mais uma guerrilha urbana do que os tradicionais combates indígenas.

E os relatórios, quando voltaram, chegou a ser motivo de uma reunião do alto comando do Exército, cujo Parlamentar da época, Lindenberg Farias, eu pedi para ir ao meu gabinete e tivemos uma conversa que nós quase não... Acho que a gente não se fala direito até hoje. A conversa não foi das melhores. E por quê? Porque eu disse para ele: "Eu digo, por que é que você não vai cuidar da praia do Rio de Janeiro, meu irmão?

Pelo amor de Deus. O Rio de Janeiro já tem tantos problemas e você vai agora querer dar aula para nós sobre a nossa situação de fronteira? Por favor! Pediria a você que tivesse a hombridade de renunciar a esta função e vá pelo menos cuidar daquilo que é óbvio e ululante, cuide dos garotos, das meninas, dos meninos do Rio de Janeiro. Da situação dos morros e daquelas praias sujas, que já é um bom trabalho que você faz e nos ajudaria muito”.

Já foi nesse tom porque não tem jeito da gente conversar. E qual era a tese? A tese que todo marco de fronteira amazônico brasileiro teria que ser imediatamente ocupado por cidades, território vivo, território ocupado, território marcado, é território ocupado. E foi dizer isso lá para o alto comando do Exército, que já gosta desse discurso. Este é um dos poucos temas que hoje eu tenho discordâncias profundas com o pensamento militar brasileiro, que eu acho que não tem mais razão desta tese. Sr. Presidente, não há mais razão dessa tese. Porque, se nós formos dizer que alguns índios, com dificuldades de saúde, com uma pequena flecha feita de taboca de quinta categoria, vai ameaçar a soberania do Brasil, paciência. Paciência. Com a guerra nuclear que nós temos hoje... Um submarino que pode lançar um míssil a muitos quilômetros de distância e nós estamos aqui preocupados com os indígenas brasileiros?

Eu pediria a V. Exa. Que a gente pudesse conversar com o comando militar. Paciência, não é essa a razão. Eu queria que me dissesse, de fato, qual é a razão. Porque eu não vejo essa razão. O que está em jogo, de fato, é o minério que está embaixo, sim. O que está em cima da terra, a força motriz das águas dos rios para novas hidrelétricas. O grande potencial madeireiro. Grande potencial, um cálculo feito em 1992, por um jornalista da revista “Veja” dizia que a cada um milhão de quilômetros de hectares da Amazônia, com alto potencial madeireiro nobre, chegava a um bilhão de potencial de dólares, na época.

Então, são... Dessas coisas que nós estamos falando. Então, ficar discutindo que índio atrapalha o desenvolvimento do Brasil, aí, vamos ter que virar a página do livro. O que nós temos aqui nos artigos que compõem aqui a assinatura do Brasil, isso aqui é preconceito se não assinar isso aqui. Isso é puro preconceito. Onde é que isso aqui vai atrapalhar a soberania brasileira? Isso não... Não faz sentido. Quando nós discutimos a questão dos quilombolas, quer dizer, então, vamos varrer de volta todos os não índios do Brasil e os não negros para... Para devolver o território que a eles pertencia. Também não precisa exagerar e tratar dessa maneira apaixonada. Mas, é preciso dar

sinais. Nós temos que começar a pensar nos sinais verdadeiros.

O que está acontecendo agora em Raposa Serra do Sol? No meu entendimento é um excelente recado para outras organizações camponesas do Brasil é seguir o mesmo caminho. Eu acho que João Pedro Stédile poderia vir nos dizer o que é que ele acha daquilo, porque são dois pesos e duas medidas--

SENADOR FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Ele não está podendo nem falar, Senador.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): --O que está acontecendo em Roraima é parte do poder público participando de uma desobediência civil. Então, vale para os outros. Então, vale para os demais Vale Fernando Beira-Mar desafiar as forças do Brasil. Vale todo mundo. Então, não pode ter dois pesos e duas medidas, isso é um Estado Nacional, que todos nós temos que preservá-lo com muito carinho.

Então, tem uma decisão que já se arrasta por muitos anos. Se fosse ontem, que tivesse acontecido, por que é que o Supremo Tribunal Federal não tratou deste assunto desde que ele se iniciou? Quantos anos faz que nós estamos tratando deste assunto? O que tem ali, foi feita uma ocupação, por entendimento legal não poderia. E, portanto, há uma decisão de sair. Pode se discutir no mínimo o ululante. Tem o investimento? Tem. Esse investimento merece uma indenização? Aí, tudo bem. É neste tom que se discute. Aí, eu concordo. Porque eu acho que, quando o Governador esteve aqui para pensar numa transferência de propriedade fundiária da União para o Estado, para que o Estado pudesse oferecer novas áreas legalizadas e ainda falou que é possível até infra-estrutura necessária para recomençar o novo trabalho, ele se comprometeu a... A estabelecê-la e, por último, ficou essa questão da... Da indenização. Mas, tratarmos aqui da questão indígena como problema do Brasil, às vezes, eu me ofendo até. Eu me ofendo. Porque não há razão para isso.

Então, na faixa de fronteira, se a gente fizer uma população, então, nós estamos elegendo a Amazônia como o novo Saara. O novo Saara do planeta. Porque não há a menor possibilidade, pelo pouco que eu estudei na minha... No meu curso de geografia, dizer que as águas da Amazônia são águas de transferência. Ela não é uma água local, é um ciclo hidrológico natural do planeta, que manda, através da atmosfera, toda a chuva que vai para lá e são essas chuvas que alimentam os grandes rios da Amazônia. Então, quando alguma pessoa sobe aqui, bradando que nós temos 12% da água doce do planeta, isto é discutível, porque poderá não ter. E se sabe que um território daquela... Daquele tamanho, ele provoca, sim, a firmeza deste ciclo hidrológico. E ainda há quem diga, na his-

tória de onde o vento faz a curva, que esta massa de ar úmida, que vem do Atlântico, o chamado ZIT, zona intertropical, entra por cima do Rio Amazonas, como um verdadeiro novo rio, um Rio Grande de superfície e outro por cima, através da atmosfera e que, quando chega na imediação do sul do Amazonas, faz uma curva por conta da imediação da barreira dos Andes e desce e vai fazer chover na terra de V. Exa., encontrando com a massa fria e seca que vem da Antártida. Se os climatologistas estão errados, tem que xingar a eles e não a mim.

Então, eu estou usando palavras deles. E, em 2005, nós tivemos um teste da natureza do que é a Amazônia sem chuva. Foi um desespero. Foi um desespero. Então, eu peço aqui, na presença do Coronel Marinho, que o Exército Brasileiro, as Forças Armadas brasileiras não alimentem essa tese, porque nós podemos ganhar de um lado, preservar o território brasileiro, que eu discuto se precisa ou não desse mecanismo, porque o Exército já tem por constituição entrar em qualquer lugar sobre defesa do território. E se houvermos uma guerra com os argentinos? Por exemplo, Região sul, que é super povoada a zona de fronteira, tem cidades do Rio Grande do Sul que a diferença entre ela e uma cidade do Uruguai é uma rua. Tem uma cidade do Amazonas com a mesma circunstância em relação à Colômbia. É uma rua. Ninguém sabe nem direito onde é que está. Então, quais são os mecanismos de defesa que nós temos? Os mecanismos são outros. Não é este.

Então, a Amazônia, como disse aqui uma vez, num debate como esse, o Senador Jefferson Peres, a Amazônia foi feita para ter pouca gente e a maior parte das pessoas vivendo conforme a floresta permite. Assim, nós temos aquilo que o mundo inteiro discute que tem que preservar a região. Se colocar mais cidades, aumentar a densidade demográfica da região, nós podemos não ter o que nós mais discutimos, que é a preservação florestal. E, sem ela, não teremos a água. E, sem os dois, vai uma nova tese que surgiu agora a partir do Acre. Por conta do desmatamento que houve nos anos 70 e 80, descobriu-se agora uns desenhos no solo, chamados de geoglifo, já se discute se aquilo é geoglifo ou não, que são uns desenhos que os analistas agora começaram a se preocupar, que viveu uma sociedade, uma comunidade perdida, há cerca de alguns milhares de anos, que fizeram aqueles desenhos. E, no estudo de paleoclima se diz que, naturalmente, por conta dos processos glaciais, a Amazônia teve o chamado fluxo e refluxo da floresta, em alguns momentos praticamente morrendo. E, neste momento, ela ficou não... Não um cerrado, como é o caso do Centro-Oeste, mas, ela virou uma savana,

como ainda tem resquícios dela no Estado de Roraima, que é todo o Norte de Roraima é um resquício de savana deste período. Isso faz cerca de 18 mil anos, que foi quando encerrou o período glacial.

Então, nós estamos aqui diante de vários problemas que encerram no que é, de fato, econômico. Eu disse, da vez passada, numa reunião, que onde tem riqueza tem pecado e, às vezes, o pecado mortal. E o que nós estamos discutindo aqui é que, quando fala de nação indígena, o que é que isto fere a soberania nacional? “Ah, a nação indígena...” O que é que isto fere a soberania nacional? É um direito deles, se constituíram como povos muito antes do que nós. Tá, mas índios brasileiros, dê o nome que quiser, mas, a preservação do território, com a sua verdadeira cultura, tem que ser uma decisão de Estado.

Segundo, que a nossa responsabilidade maior de preservação do território nacional, que está depositado via Constituição, nas mãos das Forças Armadas do nosso país, pela tecnologia que se tem de guerra, pela nova concepção que tem dessas estratégias de guerra, ficar preocupado se os nossos indígenas Ianomâmis, porque seu território está em duas... Em dois países. Tem os Ashaninkas no Acre também, que estão em dois; está uma parte no Acre e está uma parte no Peru. Quem mais? Os guaranis, lá no sul do país, que estavam nos quatro países do sul. Como é que fica essa situação? Então, nós não estamos preocupados com estas coisas. Queríamos, em primeiro lugar, um sinal do país assinando isto aqui. Isto não vai ferir nunca, aliás, vai é melhorar a imagem do Brasil, dizendo que cuida de tudo. Queremos ser um país rico. Queremos ser um país soberano diante de qualquer outro país, solidário com os povos internos e externos. Isso aqui é o nosso sinal.

Segundo, esta discussão de repovoar a Amazônia. Tirar isto da cabeça, do pensamento militar brasileiro que, para mim, isto é coisa de passado. Está encerrada esta situação porque, pela tecnologia que nós temos hoje de ocupação de território, não precisaria disso aqui, de jeito nenhum. Agora, tem uma coisinha que nós podíamos cuidar, a biopirataria. Aí, Sr. Presidente, isso é preocupante. Porque tantas informações que tem hoje na biodiversidade amazônica e a gente não consegue se apropriar destas informações porque através, inclusive, dos métodos legais, porque, conversando com alguns professores de química da nossa Universidade, eles disseram que, por conta de um aluno fazer um mestrado e um doutorado no exterior, aí, a pesquisa mais fina da parte química, que tem que ser feita em laboratórios muito sofisticados, e não encontrando ambiente no Brasil ou financiamento à pesquisa, é obrigado a se submeter a financiamento

internacional. E, aí, ele fica apenas com um anel de doutor, um diploma na sua parede e uma tese pendurada não sei aonde e mais nada porque a verdadeira informação vai ser comercializada lá fora.

E vou encerrar, dizendo a V. Exa. O seguinte: Primeiro ponto, o comandante da Aeronáutica, que é o Diretor Reitor do Instituto, do ITA, ele me fez uma provocação, que eu nunca vou esquecer e tenho dito em todas as oportunidades e buscado agora seguir esta orientação dele, que, se o Acre e parte da Amazônia ficar preocupada em ficar rica pelo número de carretas que vão carregar para exportar, ele fez a seguinte conta. Quando o melhor momento da soja brasileira, a soja foi vendida a cerca de 35 centavos de dólar um quilo. Enquanto que a EMBRAER estava vendendo os seus aviõezinhos da época a 2.600 dólares, 2.500 dólares o quilo e quando eles venderam o primeiro foguete para a União Soviética, saiu a 65 mil dólares o quilo de foguete. Então, por que é que a gente não faz da pesquisa, junto com as informações que as populações tradicionais têm para vender informação e vender riqueza intelectual aos quilos? E, portanto, ficaríamos ricos e felizes, sem precisar estar invejando o centro-sul brasileiro. Esse foi o primeiro desafio.

E, para encerrar, definitivo, essa discussão da substituição do Sibá Machado pelo Antônio Apurinã, primeiro, dizer o seguinte, isso já mostra como que a gente pensa também o dado político. Isto eu gostaria de ser... Aplaudir a Ministra Marina Silva, que este é um arranjo político do Estado do Acre, compreendendo esta necessidade. Ela, seringueira, de cortar com a cabrita. Eu, agricultor, de quantas vezes coloquei meus pés a prêmio na boca de uma cobra para trabalhar com... Com enxada, e o apurinã é um indígena. Pronto, está aqui a marca do campo brasileiro, a Marina é seringueira, o Sibá é agricultor, um dos assentados da reforma agrária do INCRA no estado do Pará, no ano de 1973, e o Antônio Apurinã, um índio apurinã do sul do Amazonas, ali na divisa com o Acre. Então, isto mostra. Mas, o debate de ontem, nesta sala, na Comissão de Constituição e Justiça, deu para entender o que é que o Senado pensa sobre suplente de Senador. E, aí, eu só pediria, antes da gente aqui sair daqui extremamente animado de que pode ter Antônio Apurinã, um indígena, no Senado Federal, depois de 180 e tantos anos de existência desta Casa, um primeiro índio vir aqui, para mim é motivo de muita alegria fazer isto. Mas, eu digo a V. Exa. que eu pediria ajuda de V. Exa. e dos demais Senadores que diga isso para os demais desta Casa, o que significa, o que eu ouvi ontem, o que eu tenho escutado durante muito tempo sobre o papel de um suplente de Senador. E eu não gostaria de submeter um... Nem a mim, nem a Apurinã

e nem a ninguém e especialmente a casos indígenas, um ridículo de ser destrutado desta Casa, se assim for o entendimento da maioria.

Assim, eu encerro, pedindo a V. Exa. ajuda a esta missão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Fátima Cleide, alguma consideração? Então, nós vamos para as considerações finais aqui da nossa Mesa. Reafirmando que também esteve conosco aqui a Senadora Serys Slhessarenko. Eu vou inverter agora a ordem de fala. Eu vou começar com o Coronel do Exército, representante do Ministério da Defesa, por favor, Dr. Marinho.

SR. MARINHO PEREIRA REZENDE FILHO: Bem, eu acho que o nosso posicionamento inicial de, primeiro ouvir para depois fazer algumas colocações, foi bastante produtivo, porque eu pude aquilatar aqui também, vou tecer alguns comentários a respeito de tudo o que foi colocado no aspecto da defesa nacional. É... Inicialmente, concordamos plenamente que o diálogo, o equilíbrio e a solidariedade devem estar pautando qualquer decisão que venha a ser tomada e o cumprimento do que já foi tomado como decisão.

Então, esse diálogo é muito importante, para quê? Para que a gente tenha conhecimento das deficiências e falhas e possamos melhorar o processo para anos vindouros. Eu falo isso porque nós trabalhamos com... Apoiados em diplomas legais. Então, o primeiro, a nossa Carta Magna, Constituição Federal e, dentro desses... Esses diplomas legais, nós chegamos no... Eu achei muito interessante citar aqui, que talvez poucos tenham conhecimento, que existe uma diretriz de relacionamento das Forças Armadas com as comunidades indígenas, que foi colocada em vigor em 2003. E algumas coisas que foram colocadas aqui estão contempladas nesta diretriz. Como o Sr. Marcos Terena falou sobre a... O trabalho do indígena na consolidação e no aperfeiçoamento das técnicas de combate de guerra na selva, ela está prevista nessa diretriz. Eu vou até me permitir fazer aqui uma leitura rápida. É só um parágrafo. É... "Por conhecer melhor a região onde vive e estar a ela perfeitamente adaptado, o índio pode constituir-se um valioso aliado na obtenção de dados sobre a região nas operações e nas ações rotineiras das Forças Armadas".

Então, esse reconhecimento e esse convívio também, como colocou o Exmo. Sr. Senador Romeu Tuma, ele já é rotineiro e vem sendo aprimorado de forma que a gente considere o todo, ao invés das exceções. A que eu me refiro? No somatório geral, as Forças Armadas têm contribuído e muito, têm feito muito pelas comunidades indígenas, principalmente pela sua capilaridade e, nesses apoios, que são fundamentais

como ele colocou, na parte da educação, na parte da saúde. Hoje, são Gabriel da Cachoeira atende praticamente 90% dos atendimentos são destinados às comunidades indígenas.

Mas, eu volto a frisar que estamos alinhados perfeitamente com o que foi colocado aqui, que o diálogo e o equilíbrio na busca de atender a todas as... Os anseios, assim, digamos, né? É... A atuação das Forças Armadas em terras indígenas é um assunto bastante falado, mas também nós temos que considerar, como consideramos? As Forças Armadas atuam no território nacional. E como também trabalhamos com diplomas legais, há também um Decreto, que é o 4412/2002, que dispõe sobre a regulamentação da atuação das Forças Armadas em terras indígenas.

Bem, sempre que possível, o tempo permitir e a natureza da missão também permitir, há essa consulta, esse contato prévio com as comunidades indígenas. Isso aí tem sido feito. Agora, eu citei aqui três fatores, que são os principais, para que a gente possa fazer aqui uma conversa não muito técnica, para que todos tenham um entendimento. É o tempo disponível para esse contato; a natureza da missão que vai ser desenvolvida e, principalmente, essa parte do contato é muito importante que seja feita. Por vezes, por vezes, considerando esse... Esse conjunto, não é viável esse... Esse contato prévio. Mas também está dentro das nossas diretrizes esse contato, para que haja uma informação e se mantenha sempre informado. Interessante também frisar que um outro diploma legal, que é o decreto, a Lei 97/99, ela também regula isso. Regula que para o preparo das Forças Armadas, poderá ser utilizado todo o território nacional público e privado, mediante contato prévio também. E... É o que é adotado pelas Forças Armadas até aqui, tem sido feito dessa forma.

Esse apoio das Forças Armadas, ele tem se mostrado constante, de tal forma que, há pouco tempo, nós fomos solicitados, Ministério da Defesa, para trabalhar em conjunto na região do Javari, do Vale do Javari, para dar assistência às comunidades indígenas; foi feito um grande empenho das três forças e vai sair uma operação, já está em andamento uma operação, coordenada com o Ministério da Saúde, FUNASA, para que haja essa assistência. Então, acredito eu que, dentro dessa ótica do diálogo e do ponto positivo, que eu acho que nós temos que ser, olhar sempre para frente, no somatório total, o nosso relacionamento tem sido muito bom com as comunidades indígenas.

Essa... A intenção colocada pelas Forças Armadas, dentro da nossa política de defesa nacional, é a prioridade da região amazônica. Então, há pouco tempo, podemos dizer aí que, num intervalo de 20 anos,

três, três unidades do Exército foram deslocadas para a região amazônica, para Boa Vista, São Gabriel da Cachoeira e Tefé e com todos os seus implementos logísticos, que incluem também a parte de saúde, a parte de transporte, que levaram também para essas comunidades indígenas locais um grande benefício no atendimento. Não só as unidades do Exército, que também, quando são deslocadas, levam consigo também o apoio das... Dos meios navais e também da Força Aérea Brasileira, que é fundamental para operar, principalmente na região amazônica. A gente se reporta muito à região amazônica porque, dentro dos 12,4% das terras indígenas, se considerarmos os 150 quilômetros de faixa de fronteira, podemos dizer que de 80 a 90% das terras indígenas estão enquadradas na região amazônica.

Então, eu quero aqui deixar bem claro que o Ministério da Defesa está perfeitamente alinhado com todos os diplomas legais e tem sempre pensado em melhorar os procedimentos e processos para que esse relacionamento seja o mais... O mais saudável possível. Agradeço, mais uma vez, o convite à participação. E espero que, em outras oportunidades, possamos ser convidados para elucidar ou contribuir nessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu agradeço ao Dr. Marinho e, de imediato, passo a palavra ao Dr. Carlos e, por último, eu passo a palavra ao doutor, que sei que é doutor também, Marco Terena.

SR. CARLOS EDUARDO DA CUNHA OLIVEIRA

Eu gostaria de agradecer, uma vez mais, a oportunidade que foi estendida ao Ministério das Relações Exteriores, de participar desse debate. Eu gostaria de agradecer as intervenções feitas por todos os que me antecederam. E também os comentários feitos pelos Senadores presentes a essa Sessão.

Eu serei bastante breve, agora, nas minhas conclusões. Durante o debate, destacou-se muito essa interface entre a atividade das forças militares e... E a promoção, proteção dos direitos dos povos indígenas, e eu gostaria de fazer presente aqui o testemunho de que o diálogo com o Ministério da Defesa, com os comandos militares, tem... Tem se pautado por um elevado espírito construtivo e tem contribuído, sim, para a evolução da posição do Estado Brasileiro no tratamento dessas questões. É... É importante fazer constância disso.

E eu achei muito interessantes algumas intervenções feitas sobre... Sobre o relacionamento que há entre as forças da Defesa e os povos indígenas. Eu estava me lembrando agora de alguns episódios da nossa história que ilustram bem essa... Essa interface.

Joaquim Nabuco, há cerca de um século atrás, era o nosso negociador no tratamento da questão de limites com a Guiana, então, pertencente ao Reino Unido. E ele invoca a lealdade dos povos wapixana, tauripã(F), patamona, que ocupam a área indígena Raposa Serra do Sol, primeiro à Coroa Portuguesa e, depois, ao Império Brasileiro, para justificar que aquele era um território pertencente ao Brasil.

Não há dúvidas quanto às qualidades de estadista e de devoção e interesse público de uma pessoa como o Joaquim Nabuco. Ele referia-se à presença desses povos e à lealdade que eles tinham em relação ao Estado Brasileiro, como as muralhas do sertão. Mais recentemente, ainda na área indígena Raposa Serra do Sol, Nós tivemos o exemplo de informações prestadas pelos próprios indígenas quanto a tentativas de exploração ilegal de minérios no Rio Tacutu, na fronteira entre o Estado Brasileiro e a Guiana.

O Senador Sibá Machado mencionou a situação dos Ashaninka e foram, uma vez mais, os próprios Ashaninka que alertaram o Estado Brasileiro para a incursão de exploradores de madeira do outro lado da fronteira, que buscavam explorar esse recurso no nosso próprio território.

Há outros exemplos também, na região da Cabeça do Cachorro, comunidades indígenas auxiliaram as Forças Armadas na identificação de pistas de pouso e alertaram para uma... Um aumento significativo da presença de indígenas colombianos do lado brasileiro da fronteira que vinham buscar apoio dos seus parentes, devido ao conflito civil que ocorria do lado boliviano.

Enfim, tudo isso salienta que essa relação entre Forças Armadas e povos indígenas, ela pode, sim, ser explorada, desenvolvida de uma maneira construtiva e benéfica, antes de tudo, para o interesse nacional, sem prejuízo do reconhecimento e da proteção que o Estado Brasileiro deve dar às próprias comunidades indígenas.

Eu tenho acompanhado também a situação na terra indígena Raposa Serra do Sol, devido à existência de dois casos que tratam da situação da reserva e que tramitam perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e o Comitê Contra a Discriminação Racial das Nações Unidas. O Estado Brasileiro tem sido chamado constantemente a se pronunciar sobre a situação na área indígena. É... Nós fizemos isso em contato com a FUNAI, com a Casa Civil da Presidência da República. Esse é um tema que tem uma repercussão grande, no plano interno, mas, que também guarda um significado, para o Estado Brasileiro, no plano internacional.

Eu gostaria, enfim, de... De concluir, agradecendo uma vez mais, Senadora Fátima Cleide, Senador Paulo

Paim, a todos que se manifestaram e à presença dos representantes de outros órgãos, que puderam contribuir com suas visões, suas perspectivas, para esse debate. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço, Dr. Carlos Eduardo. E passo, de imediato, para as suas considerações finais, para o Dr. Marcos Terena.

SR. MARIANO MARCOSTERENA: Eu gostaria, inicialmente, de agradecer todas as observações dos Senadores que aqui estiveram. E eu só queria dizer para o Senador Sibá Machado que, na verdade, eu dei um exemplo de que os povos indígenas não têm voz, são os grandes mudos da história. Não só aqui no Senado, mas eu citei o caso do Antônio Apurinã porque eu sou companheiro dele, desde muitos anos, e eu posso dizer que, pessoalmente, ele foi várias vezes passar o terno para assumir aqui, na expectativa de que teria essa oportunidade e isso nunca aconteceu. E, do ponto de vista político, eu acredito que o apurinã, assumindo e até sugiro uma data, dia 19 de abril, Dia do Índio, nós possamos marcar uma página histórica aqui no Senado Federal, através da sua pessoa inclusive. Mas, eu sei que depende de uma série de negociações de bastidores para essa composição. Não há pressa nisso, Senador, não há pressa. O tempo chegará, assim que nós, tradicionalmente, como indígenas, acreditamos.

E gostei muito da sua análise, com conhecimento, vamos dizer assim, o senhor disse que é formado em geografia, né? E traz consigo também a característica do povo tradicional do Acre. Isso é muito importante para essa Casa também, assim como quando a Senadora Fátima fala: "Eu tenho 25% de sangue indígena"; ela já pode requerer a identidade dela na FUNAI.

E eu queria também dizer, finalmente, que agora eu estou com dor de garganta por causa do ar-condicionado, eu gostaria de dizer que, para todos os senhores aqui, eu sou do Mato Grosso do Sul, eu tenho orgulho de informar para todos os senhores que a Miss Mato Grosso do Sul, é pena que o Senador Romeu Tuma saiu, a Miss Mato Grosso do Sul é uma índia Terena de verdade, ela mora na aldeia, ela não é descendente não, ela mora na aldeia. E o... E nós fizemos, tivemos que juntar 12 mil reais, porque tem que pagar uma inscrição lá. Nós não tínhamos esse dinheiro. Fizemos uma vaquinha lá. Vaquinha... Aquela maneira de falar, não é o gado verde do pantanal não. E conseguimos. E ela, dia 13, vai concorrer a Miss Brasil.

Então, eu quero dizer o seguinte, que nós não... Como eu disse que, da mesma forma que não temos medo do diálogo, mas temos a ambição de educar os sistemas do Estado Brasileiro, educar, nessas novas

linguagens que o brasileiro não conhece. E eu queria também aqui, inclusive, sobre... Nós estamos aqui com o Coronel do... Representando o Ministério da Defesa, eu conheço muito bem o perfil do Nelson Jobim; ele é um articulista. Ele joga com as leis. Ele é um grande meio-de-campo. Depende para que lado ele vai correr, para a esquerda ou para a direita, eu estou dizendo em termos de campo e não de...

Eu queria dizer que os militares, todos esses que nós falamos aqui, o Ianomâmi, o Desana, o Tucano, que estão dando instrução para os oficiais da Academia Militar de Agulhas Negras, principalmente, os jovens, são membros do... São membros efetivos do Exército Brasileiro, não são apenas informantes. Quando eu entrei na Força Aérea, eu era um dos melhores atiradores de HK e também sabia montar e desmontar uma metralhadora em 12 segundos. Então, eu não era um índio bobo, assim como os índios que estão prestando um trabalho para a soberania do nosso país não são índios apenas informantes, como costumam dizer os pesquisadores de terras indígenas. Nós estamos sabendo o que estamos fazendo.

E eu queria salientar, inclusive, Senador Paulo Paim, que, dentro desse patamar de capacidade indígena, existem dois índios que são membros da Força de Paz da ONU, índios brasileiros. Eu tenho certeza que vocês não sabiam disso. Eles são... Como é que se chama? São boinas azuis. E estiveram na... No Haiti, defendendo o Brasil. E nós não temos ainda a força necessária, aparentemente, de mudar, por exemplo, assim, quando o Supremo Tribunal Federal vota, como é que se diz? Totalmente contra uma demarcação de terras já num ato oficial do Governo brasileiro. Nós não temos essa força ainda. Mas, nós vamos chegar lá.

E eu queria dizer, também no campo internacional, que no próximo dia 21, 21 de abril ao dia 04 de maio, a ONU vai reunir cerca de 1200 índios, em Nova Iorque, como faz anualmente, como faz anualmente, no chamado Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas. E creio que em torno de 30 indígenas brasileiros vão estar lá.

Eu queria salientar, Senador Paim, finalmente, que algum tempo atrás houve uma polêmica também, em relação a uma outra convenção, chamada 169, que o Bernardo Cabral era o Senador Relator e convenceu o Senado Brasileiro a assinar essa Declaração, Convenção de Genebra. E aí, aqui, tem alguns itens que dão trabalho para a gente, como indígenas hoje. Por exemplo, o auto-reconhecimento de quem pode ser índio, quem quer ser índio, aqui é assegurado. Inclusive, o termo "povos indígenas". Então, muitas das... Muitas das polêmicas levantadas sobre a Declaração, elas já estão superadas. Claro que há sempre um res-

to de conservadores, de racistas contra os indígenas, que não permitem assumirmos o papel soberano de primeiros povos do Brasil.

Eu cito, inclusive, em relação ao governo brasileiro, eu tenho que falar isso, apesar de conhecer o Lula desde 81, por isso que eu lembrei do Suplicy. Suplicy ainda era... Treinava boxe, e era casado com a Marta Suplicy àquele tempo. E o Lula precisou fazer uma viagem para buscar um dinheiro para o PT, lá na Líbia. E eu fui escalado para viajar com o Lula. E eu, como líder indígena, do movimento indígena naquele tempo, eu cheguei duas horas antes no aeroporto para observar os passos do Lula, como manda a tradição indígena, observar. Porque ele era um homem perigoso para a segurança nacional. E fui com o Lula falar com o homem chamado Coronel Muammar al-Khadafi. Foi lá que eu aprendi comer carne de carneiro. Foi lá que eu descobri que eles não gostam de mulheres, ou melhor dizendo, eles não deixam as mulheres serem livres, como nós brasileiros tratamos as nossas mulheres.

E eu lembro que o Lula, fizemos uma escala em Madri, ele chorou porque... Vendo aquele homem barbudo, hoje a barba dele está arrumada, mas, naquele tempo, ele era barbudo mesmo, era bem feio. E mais gordo. E ele chorou, Senador Paulo Paim, na mesa, e eu fiquei constrangido de ver aquele líder sindical em ascensão, chorando como criança, porque ele disse que ele era discriminado pela TV Globo, pelos meios de comunicação e não podia transmitir os seus ideais. E hoje ele é o Presidente do Brasil, quase 70% de aprovação, mas não consegue colocar um índio na presidência da FUNAI, por quê? Nós temos inúmeros índios preparados para assumir a FUNAI. O único que defende o índio na presidência da FUNAI aqui por... Por contradição, é o Mozarildo Cavalcanti. E nós... Nós, que temos uma série de demandas, que nós nunca tivemos oportunidade, por isso eu estou esticando um pouquinho o meu encerramento de palavra, para mostrar para os senhores que nós precisamos ter o Senado Federal um aliado forte, confiável, para o protagonismo indígena. Porque, com o protagonismo indígena, a gente assegura a cara do Brasil multiétnico, sem discriminação, sem preconceito.

Lá na... No fórum permanente, como bem sabe o diplomata Carlos, eu ajudei a construir esse fórum permanente dentro da ONU. A ONU não admitia, como volto a dizer, quem representava... Quem representa o povo brasileiro na ONU é o Itamaraty. Mas, o fórum... A ONU criou o Fórum Permanente para as Questões Indígenas, composta por 16 membros, oito indicados pelos Governos e oito indicado pelas organizações indígenas. Até os árabes viraram índio lá na ONU. Eu propus para o Itamaraty que ele ajudasse a gente a

indicar um índio para ter assento como indígena lá no fórum permanente e nós tivemos um representante, não sei se os senhores sabem, com mandato de três anos, que era o ex-presidente da FUNAI, o Eduardo Almeida. Ele não era índio. E ele tomou o lugar do índio. Ele disse que era índio. Ele usou a palavra indigenista e indigenista, em inglês é meio parecido com índio, né? *Indigenas people*, quase parecido. Então, eles achavam que era índio. Aí, chegou o Eduardo Almeida lá e ficou quatro... Três anos lá. E agora, 21 de abril, vão assumir novos membros do Fórum Permanente, Senador, e o Brasil perdeu a vaga dele para o Evo Morales. E nós lamentamos porque nós alertamos o Governo brasileiro, alertamos o Itamaraty de que era preciso termos um índio lá na instância das Nações Unidas, porque às vezes a gente fala um pouquinho de inglês, de espanhol.

E... No campo doméstico, a gente lança esse desafio também, Senador Sibá, o senhor, como um dos líderes novos, da nova geração de Senadores, para que, sem qualquer discriminação, sem qualquer desqualificação do Márcio Meira, mas, é preciso chegar o tempo de termos um índio na presidência da FUNAI. E termos uma FUNAI com *status* de Ministério, inclusive, são 220 povos indígenas, 180 línguas. Nós temos até o Ministério do Peixe. Não tem uma Secretaria com *status* de Ministério para tratar de assuntos dos peixes? E as primeiras nações do Brasil têm uma Fundação, cujo orçamento equivale a aproximadamente sete dólares por índio ao ano. E com 15% de minerais, biodiversidade, enfim.

Então, eu queria agradecer essa oportunidade. Eu me sinto honrado, de verdade, não estou sendo demagógico, demagogo, pela oportunidade de estar aqui. Eu pensei, realmente, que o tema da aprovação da Declaração pelo Senado fosse tenebroso, mas creio que alguém disse que “quando a carruagem passa, os cachorros ladram”. Creio que a declaração está atravessando essa ponte e, certamente, vamos ouvir muitos cantos, eu chamo de canto dos cachorros, não considero um cachorro como cachorro, mas, como... Como disse o Senador, o policial matou o cachorro do índio, ele quase morreu. É assim a relação indígena: verdadeira, franca, não pode ter subterfúgios. Por isso que nós, por muito tempo, não acreditamos na palavra do homem branco. Por isso que o Juruna inventou o gravador. E por isso que nós olhamos para o futuro e vemos um índio como parte estratégica da soberania do Brasil.

Eu queria terminar, estimulando a Comissão aqui a avançar nesse campo. Como dizia antigamente o PT, “sem medo de ser feliz”. Eu queria também dizer que os povos indígenas são considerados, pelas Nações

Unidas, como parte estratégica da qualidade de vida mundial, parte estratégica, por exemplo, na questão dos câmbios climáticos, das mudanças climáticas. Eu, como indígena terena, vou usar essa expressão puro, os pajés avisam que aqui no Brasil, nas mudanças climáticas, nunca vai ter terremoto, nunca vai ter maremoto, como em outros lugares. Mas, eles avisam também que é preciso cuidar do ar, da água, porque aí virão as doenças, e é verdade. Até aqui em Brasília, nós tivemos a questão da febre amarela, da dengue, no Rio de Janeiro, e das doenças tropicais que vão crescer por aí afora. São os efeitos das mudanças climáticas que os líderes espirituais chamam de “agressão à Mãe Terra”.

Então, por isso que nós, quando lutamos pela terra, nós não vemos o bem do índio, mas, o bem comum, como um todo. E eu espero que todos vocês, Senadores, as pessoas que ficaram aqui até agora, sejam sábias, como eu fiz o pedido ao grande “Ituko'Oviti”, no começo das suas atividades, sejam grandes líderes e sejam, no mínimo, pessoas dignas da missão que a vida lhes dá, como temos procurado ser. Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Fátima Cleide, que foi autora do Requerimento, está com a palavra.

SENADOR FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Não, Sr. Presidente, apenas para agradecer, mais uma vez, aos nossos convidados, dizer ao Coronel Marinho que eu fico muito feliz com as suas declarações aqui, a respeito do Ministério da Defesa, e espero que... Ouvir, daqui para frente, uma posição diferente dos nossos Generais lá na Amazônia, que infelizmente têm servido e têm pautado a ala mais conservadora, tanto na política quanto na imprensa neste país, com relação aos direitos humanos dos povos indígenas.

E queria, só para só para esclarecer aqui ao Marcos, que a bancada do Partido dos Trabalhadores neste Congresso, principalmente aqui no Senado Federal, que é a nossa realidade viva todos os dias, ela é completamente a favor dos direitos dos povos indígenas como direitos humanos. Nós nos colocamos, apesar de não sermos índios, mas, como apoiadores da causa indígena aqui neste Senado. Precisamos e tentamos, no nosso dia-a-dia, conquistar mais corações e mentes para esta causa.

Mas eu gostaria muito que o que você expressou aí, que é o teu sentimento de que não há essa... Não há um movimento contrário à Declaração, fosse uma verdade. Mas, infelizmente, não é uma verdade ainda. Nós estamos buscando construí-la, certos de que o Senado Federal terá uma maioria na sua composição, que apoiará a regulamentação da Declaração.

O meu muito obrigada, Sr. Presidente. Meu muito obrigada aos Senadores e Senadoras que aqui estiveram nesta audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Fátima Cleide, Senador Sibá Machado, se me permitirem, antes de agradecer aos convidados, eu teria que votar três Requerimentos, e eu o faço nesse momento. Espero o aval de ambos, tanto da Senadora como do Senador.

Requerimento nº. 01, que eu proponho, se os senhores concordam que o vote os três Requerimentos. Há concordância, vamos à votação.

Requerimento, “nos termos do art. 222 do Regimento Interno, requeremos a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-senadora Ingrid Betancourt. Nesse dia 23 de abril de 2008, em todos os Parlamentos do mundo, haverá debates e apelos para que a vida, a integridade e a liberdade da Senadora Bittencourt sejam asseguradas. Requeremos, ainda, que o Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho, através da Mesa Diretora e de sua assessoria internacional, divulgue, de imediato, essa decisão junto a todos os Parlamentos, de todas as Nações que compõem a família da humanidade nesse início de século XXI”. Assinam Senador Cristovam e todos os Senadores dessa Comissão. Em votação, o Requerimento. Aprovado.

Requerimento nº. 02 é de minha autoria. “Com fundamento no Regimento, em aditamento ao Requerimento nº. 27, requeiro que seja alterada a referida proposição para constar que seja realizada, no dia 09 de maio de 2008, às nove horas”, audiência pública sobre trabalho e previdência e que seja, então, convidado para, nessa audiência conjunta, a subcomissão do trabalho e previdência da Comissão de Assuntos Sociais, que eu também sou o Presidente. Então, já há aqui uma parceria.

Com fundamento também no mesmo artigo do Regimento, requeiro seja alterada a referida proposição para um outro debate que teremos aqui sobre previdência, na Comissão de Assuntos Sociais, que a audiência seja conjunta com esta Subcomissão de Trabalho e Previdência, lá da Comissão de Assuntos Sociais, que também está sob a minha responsabilidade. Já está conversado com os Senadores. Se os senhores concordam, eu coloco em votação. Aprovado.

Eu queria concluir somente, agradecendo ao Dr. Carlos Eduardo da Cunha de Oliveira, que aqui representou a Sra. Ana Lucy Gentil Cabral, Ministra e Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores. Agradecer também a... Ao nosso querido amigo, Dr. Marcos Terena, Memorial dos Povos Indígenas do

Distrito Federal, e uma personalidade, sem sombra de dúvida, eu não diria somente dos povos indígenas, uma personalidade da humanidade. Eu faço isso com enorme carinho e com enorme respeito e a forma como V. Exa. aqui discorreu, na sua palestra, mostra que seria muito bom que a gente ouvisse muito mais, muito mais V. Exa. e outras lideranças que, tenho certeza, os povos indígenas, pelo seu conhecimento, pela sua sabedoria de um tema que mexe, como disse a Senadora aqui, com a nossa alma, com o nosso coração e com a nossa mente.

Agradecer também ao Coronel do Exército e representante do Ministério da Defesa, Coronel Marinho Pereira Rezende Filho, que fez aqui a sua exposição com muita transparência, deixando, inclusive a sua fala mais para o final, buscando poder responder o questionamento dos Senadores e Senadoras.

Agradeço a todos e gostaria de dizer, e posso dizer, meu querido Marcos Terena, aquela frase que eu disse aqui, logo que iniciamos os trabalhos: O estatuto dos povos indígenas está na Câmara há 20 anos. Eu diria para V. Exa. que a Comissão de Direitos Humanos assume essa responsabilidade. Se a Câmara não votar, nós vamos usar a mesma tática que usamos com o Estatuto da Igualdade Racial. A Câmara não votava, eu rerepresentei aqui, aprovamos, está na Câmara, e agora parece que vai votar esse ano. Faremos a mesma tática. Está lá, não anda? Vamos apresentar aqui, naturalmente, combinando com as lideranças indígenas, porque eles têm que ser, como V. Exa. colocou muito bem, os sujeitos desse processo, qual a redação que deve ser, e a gente apresente, até em nome da Comissão de Direitos Humanos, o Projeto do Estatuto dos Povos Indígenas. Há possibilidade, via o que nós chamamos aqui Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que não sai no nome individual de nenhum Senador, que, no meu entendimento, teria muito mais peso político, entraria; nós indicariamos, escolheríamos, de comum acordo, um Relator, e a Comissão de Direitos Humanos apresentaria, então, o estatuto dos povos indígenas, se assim a comunidade entender. Se a nação indígena, o povo indígena entender, nós apresentariamos como iniciativa da Comissão de Direitos Humanos. Claro que vamos torcer para que a Câmara aprove com rapidez.

Com essa declaração, eu encerro a presente Reunião, agradecendo a todos. Parabéns, Senadora Fátima Cleide, pela iniciativa e, com certeza, teremos outras. Como estaremos agora, durante todo o mês de abril, debatendo a questão indígena, com uma série de agendas já acertadas, inclusive, no Nereu Ramos, né? Onde eu estive com uma Comissão. Fomos ao Presidente Garibaldi, que já confirmou também a sua

presença e nós estaremos lá nesse debate, que interessa a toda a humanidade. Um abraço a todos. Está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 11h46.

ATA DA 12ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 17 DE ABRIL DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº. 03, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às nove horas e oito minutos do dia dezessete de abril de dois mil e oito, na sala três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores **Senadores Flávio Arns, Paulo Paim, Patrícia Saboya, Inácio Arruda, José Nery, Leomar Quintanilha, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, César Borges, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, Ideli Salvatti, Virgínio de Carvalho e Sérgio Zambiasi**. O Senador Cícero Lucena justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente abre os trabalhos e solicita a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, coloca em votação e a aprova. Em seguida, o Senhor Presidente faz suas colocações iniciais acerca de vários temas de direitos humanos e da pauta. O Senhor Presidente passa a apreciação da pauta: Item nº. 01: **Requerimento nº 31, de 2008, que altera o Requerimento nº30 de 2008-CDH**, para que a Audiência Pública com vistas a tratar do Fundo de Pensão Portus seja realizada no dia 06 de maio de 2008 às nove horas. Autor: Senador Paim. Resultado: **Aprovado**. Item nº. 02: **Projeto de Lei da Câmara nº. 54, de 2007** – não terminativo – que “Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, dispondo sobre atendimento prioritário aos idosos na rede de serviços de saúde, nas condições que especifica”. Autoria: Deputado Pompeo de Mattos. Relatoria: Senador Leomar Quintanilha. Parecer: Pela rejeição da matéria. Resultado: **Aprovado**. Item nº. 03: **Projeto de Lei do Senado nº. 638, de 2007** – terminativo na CE – que “Insere o art. 59-A na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a capacitação de profissionais da educação básica na identificação de efeitos decorrentes de maus-tratos e de abuso sexual praticados contra crianças e adolescentes”. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senadora Patrícia Saboya. Parecer: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Aprovado**. Item nº. 04: **Projeto de Lei do Senado nº. 646, de 2007** – terminativo na CAE – que “Dá nova redação ao inciso IV, do art.

1º, da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que trata da isenção de IPI aos portadores de deficiência física, dentre outros”. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Flávio Arns. Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. Resultado: **Aprovado**. Item nº. 05: **Projeto de Lei do Senado nº. 202, de 2006** – Terminativo na CCJ – que “Altera o art. 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente”. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Flávio Arns. Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. Resultado: **Adiado**. Item nº. 6 **Projeto de Lei do Senado nº. 14, de 2008** – Terminativo na CAE – que “Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências, para incluir os portadores de deficiência auditiva”. Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Geraldo Mesquita Júnior. Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta. Resultado: **Adiado**. Item nº. 07: **Projeto de Lei do Senado nº. 315, de 2007** – Terminativo na CAS – que “Altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT para dispor sobre a proteção do trabalho do idos e dá outras providências”. Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senador Paulo Paim. Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. Resultado: **Adiado**. Item nº. 08: **Projeto de Lei do Senado nº. 339, de 2007** – Terminativo – que “Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre pessoas portadoras de deficiência, para incluir as anormalidades decorrentes da visão monocular entre as que caracterizam a deficiência visual”. Autoria: Senador Papaléo Paes. Relatoria: Senador Flávio Arns. Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta. Resultado: **Adiado**. Item nº. 9: **Projeto de Lei do Senado nº. 417, de 2007** – Terminativo – que “Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para obrigar entidades a terem, em seus quadros, pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos de crianças e adolescentes”. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta. Resultado: **Adiado**. Item nº. 10: **Projeto de Lei do Senado nº. 596, de 2007** – Terminativo – que “Altera a redação do art. 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso) de forma a garantir aos idosos a liberdade de escolha de assento obje-

to dos benefícios criados por esta Lei.”Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Flávio Arns. Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. Resultado: **Adiado**. Item nº. 11: **Projeto de Lei do Senado nº. 38, de 2008** – Terminativo – que “Altera § 2º do art. 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para declarar, como efeito da condenação, a perda de valores e bens utilizados na prática ou exploração de prostituição de criança ou adolescente.”Autoria: Senador Demóstenes Torres. Relatoria: Senador Magno Malta. Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. Resultado: **Adiado**. Item nº. 12: **Projeto de Lei do Senado nº. 382, de 2003** – Terminativo – que “dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal.”Autoria: Senador Rodolpho Tourinho. Relatoria: Senador Flávio Arns. Parecer: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **Adiado. Extra-pauta**. Item nº1: **Requerimento nº 32, de 2008**, que requer a Realização de Audiência Pública para tratar do “fim do fim do Fator Previdenciário e extensão do mesmo aumento anual do salário mínimo aos aposentados do RGPS”. A Audiência Pública contará com a presença dos representantes dos trabalhadores e aposentados. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Item nº 2: **Requerimento nº 33, de 2008**, que Requer, nos termos regimentais, o adiamento da Audiência Pública destinada a debater o “conflito entre o Consórcio Estreito Energia – CESTE e as populações atingidas pela Usina Hidrelétrica Estreito”, convocada para o dia 17 de abril de 2008, por esta Comissão, tendo em vista a importância da participação de lideranças representativas da região de implantação do empreendimento. Autoria: Senador César Borges. Resultado: **Aprovado**. Item nº 3: **Requerimento nº 34, de 2008**, que requer à Comissão de Direitos Humanos realize Audiência Pública no mês de maio de 2008 para debater as denúncias formuladas pelo Bispo da Prelazia do Marajó (PA), dom José Luiz Azcona Hermoso, sobre casos graves de violação dos direitos humanos no Arquipélago do Marajó, envolvendo narcotráfico, tráfico de mulheres e exploração sexual de menores. Autoria: Senador José Nery. Resultado: **Aprovado**. Item nº4: **Requerimento nº 35, de 2008**, que requer sejam convidadas as seguintes autoridades para participarem da audiência pública que será realizada no dia 24 de abril de 2008, em comemoração ao Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas, conforme Requerimento nº 09, de 2008, aprovado por esta Comissão: Representante da Organização Internacional do

Trabalho – OIT; Representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos; Representante do Ministério das Cidades; Representante do Ministério da Previdência Social; Representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços – CONTRACS. Autoria: Senador Fátima Cleide. Resultado: **Aprovado**. Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores: Paulo Paim, Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Patrícia Saboya, Geraldo Mesquita, Romeu Tuma e José Nery. O Senador Flávio Arns sugere ao Senhor Presidente que seja agendada uma audiência com o Presidente da Câmara dos Deputados para que, uma comitiva de Senadores representantes da Comissão, se reúna para tratar da agilidade do PLC 00051/2004, no Senado Federal, e PL. 01300/1999, na Câmara dos Deputados, de autoria da Deputada Federal Angela Guadagnin, que “Altera a redação do art. 260 e acrescenta artigos à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (dispõe dedução do Imposto de Renda para doação aos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais em favor da criança e do adolescente). O Senhor Presidente acata a sugestão do Senador Flávio Arns”. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dez horas e trinta minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, esta Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto encaminhado pelo Senador Eduardo Suplicy para ser inserido nas notas taquigráficas e deferido pela Presidência)

“EXEMPLO EM PARANAPIACABA”

Artigo – Eduardo Matarazzo Suplicy – Publicado na Folha de S. Paulo em 16/4/2008

“O exemplo da biblioteca os estimulou a criar a renda de cidadania, por causa de sua simplicidade para prover dignidade às pessoas”.

“QUANDO ROSANI Evangelista da Cunha, secretária nacional de Renda e de Cidadania, concluir sua exposição sobre o desenvolvimento e os resultados positivos do programa Bolsa Família na tarde de hoje perante os participantes da Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios (a marcha dos prefeitos e das prefeitas dos municípios brasileiros), uma reflexão será posta: quando se dará a transição do programa Bolsa

Família, que hoje beneficia 11,1 milhões de famílias, para a renda básica de cidadania? “

“Será possível que prefeitos façam de seus municípios exemplos pioneiros da renda básica de cidadania? Estará o ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, disposto a colaborar nessa transição, uma vez que o programa Bolsa Família é administrado em uma colaboração do MDS com as prefeituras? “

“Há alguma experiência no mundo em desenvolvimento? Sim. Justamente onde se registra o maior coeficiente de desigualdade pelo índice de Gini, 0,743 (1993), a Namíbia, iniciou-se em janeiro deste ano, em Otjivero-Omitara, num assentamento rural em que moram 1.005 pessoas, o pagamento de uma renda básica de 100 dólares da Namíbia, equivalentes a US\$ 12,50 por mês, a toda a população. A experiência piloto vai durar pelo menos dois anos. Em 2002, formou-se uma coalizão por uma renda básica na Namíbia, liderada pelo bispo Zephania Kameeta, composta pelas mais diversas organizações das igrejas, dos sindicatos e da sociedade civil.”

“O bispo Kameeta, que esteve no Brasil em 2006, ficou feliz quando soube que, aqui, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já havia sancionado a lei 10.835, que institui, por etapas, a renda básica de cidadania, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados, como o faz o Bolsa Família.”

“Essa mesma coalizão resolveu levantar os fundos suficientes para a experiência pioneira, em cooperação com o governo.”

“No Brasil, na última sexta-feira, o Instituto pela Revitalização da Cidadania, por sua presidente, Bruna Augusto Pereira, e seu coordenador, Marcus Vinicius Brancaglione dos Santos, convidou a população da Vila de Paranapiacaba, município de Santo André (Estado de São Paulo), para uma reunião com a finalidade de explicar a proposta da criação de um Fundo Permanente da Renda Básica de Cidadania de Paranapiacaba, o qual tornará possível o pagamento de uma renda a todos os seus aproximadamente 1.400 habitantes. “

“Ao final da reunião, em que estavam presentes a subprefeita Vanessa Figueiredo, de Paranapiacaba, e o secretário-adjunto Gilson Lameira, representando o prefeito João Avamileno, a subprefeita perguntou: quem é a favor? Dos presentes, 100% o foram.”

“Paranapiacaba é um extraordinário patrimônio histórico e ambiental, tombado pelo Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) e considerado pelo World Monuments Fund um dos cem monumentos mais importantes do mundo. Foi lá que, no século 19, o Barão de Mauá e os ingleses criaram uma das primeiras ferrovias do Brasil. Como Paranapiacaba é uma vila tão

preciosa, na qual existem 18 pousadas, que recebeu no ano passado a visita de 61 mil turistas, circundada por mais de 150 empresas, estimam Bruna e Marcus que todas têm a disposição de fazer uma contribuição para que o fundo permanente se torne uma realidade e um exemplo para todo o Brasil.”

“Baseiam sua fé no que já criaram.”

“Uma biblioteca livre, para a qual as pessoas foram convidadas a doar livros e brinquedos para uso da comunidade, com o mínimo de burocracia. “

“As pessoas podem retirar os livros e brinquedos com o compromisso de bem cuidar enquanto os estiverem usando. Hoje a biblioteca tem 550 livros e é um sucesso apreciado por toda a comunidade.”

“O exemplo da biblioteca os estimulou a criar a renda de cidadania, exatamente por causa de sua simplicidade e racionalidade para prover dignidade e liberdade real às pessoas.”

“EDUARDO MATARAZZO SUPPLY, 66, doutor em economia pela Universidade Estadual de Michigan (EUA), professor da FGV, é senador da República pelo PT-SP. É autor do livro “Renda de Cidadania – A Saída é pela Porta”.”.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós vamos começar a nossa pauta. Hoje é rápido, porque são requerimentos. Nós só botaremos em votação os Projetos terminativos quando tivermos efetivamente o número de Senadores e Senadoras aqui presentes na nossa reunião.

Temos aqui o Item nº 1, Requerimento nº 31, de 2008. Assunto: “Altera o Requerimento nº 30, de 2008-CDH, para que a Audiência Pública com vistas a tratar do Fundo de Pensão dos Portus, seja realizada no dia 06 de maio de 2008 às 09h00 ao invés do dia 09 de maio de 2008 às 09h00”. Essa mudança foi por uma questão de agenda que foi combinada com as partes interessadas. Essa Audiência Pública é um requerimento de nossa autoria. Iremos realizar nesse dia, se os senhores aprovarem, pela importância da situação dos trabalhadores nos portos, que estão muito preocupados com os seus benefícios, que poderão até não receber se essa questão não for discutida com a profundidade que exige. Então aqueles que concordam com essa Audiência Pública permaneçam como se encontram. Aprovado.

O Item nº 2 é Projeto de Lei não terminativo. Como não está presente ainda nem o Relator, nem o autor do Projeto, nós vamos passar para o próximo item.

O Item nº 3 é terminativo.

Nós temos ainda o Item nº 4, o Senador Flávio Arns está aqui, Projeto de Lei do Senado nº 646, de 2007. Ementa: "Dá nova redação ao inciso IV, art. 1º, da Lei 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que trata da isenção de IPI aos portadores de deficiência física, dentre outros". O autor é o Senador Marcelo Crivella e a relatoria é do Senador Flávio Arns. Senador Flávio Arns, esse tema é terminativo, não poderíamos botar em votação. Se V. Ex^a. quiser apresentar o relatório, se derem quorum a gente vota no momento adequado, se não nós continuaremos a nossa Audiência debatendo os temas e fazendo os relatórios devidos até que a gente tenha o quorum exigido para os Projetos terminativos.

Quero também dizer que ainda nós vamos, no dia de hoje, votar um requerimento de minha autoria para que possamos ter a inclusão extrapauta de um requerimento de minha autoria que eu passo a ler. Esse requerimento visa, senhores e senhoras, Senadores e Senadoras, permitir que a gente faça hoje aqui ainda, das 10h00 em diante, um debate a pedido das entidades Centrais Sindicais e Confederações sobre os dois Projetos que nós aprovamos aqui no Senado, o Projeto do fim do fator previdenciário e também aquele que garante ao aposentado o mesmo percentual que é concedido ao salário mínimo. A intenção das entidades, naturalmente, nesse depoimento que aqui farão, pelas informações que eu recebi, é dar total apoio à decisão do Senado, que aprovou por unanimidade esses dois Projetos. Então eu botaria em votação, se os senhores assim entenderem, esse é o requerimento, para que a gente possa, a partir das 10h00, termos essa reunião aqui com as entidades para explicar os dois Projetos e ver como é que eles querem atuar na Câmara dos Deputados. Os senhores que concordam, eu colocaria em votação o requerimento, primeiro concedendo a palavra para o Senador Flávio Arns, para que ele entre extrapauta e depois a votação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu concordo inteiramente com o conteúdo que V. Ex^a. está lendo, eu acho que foi um momento importante dentro do Senado Federal em relação aos aposentados. Houve o compromisso do Senado Federal, até eu diria, no Dia Nacional dos Aposentados, e a partir daquele dia V. Ex^a. e particularmente essa Comissão de Direitos Humanos, nós em toda reunião abordávamos, como havíamos prometido que faríamos, este assunto, bem como no Plenário, inclusive com manifestações assim fortes a favor desta área. E, naturalmente, que as enti-

dades apóiam e o Executivo vem mostrando, pelo menos pelas manifestações do Executivo, de que haverá dificuldades na orientação à Câmara dos Deputados. Agora eu diria que o que está faltando na verdade, no meu ponto de vista, é o entendimento, a negociação, o diálogo, sentar-se junto numa mesa, porque a situação dos aposentados no Brasil é assim problemática. O fator previdenciário, quando foi aprovado, anos atrás, o Partido dos Trabalhadores foi contundente contra, inclusive colocando em listas, em painéis, em *outdoors* os nomes dos parlamentares que naquela ocasião votaram a favor do fator previdenciário, em jornais, em documentos e tudo isso. Muito bem. Agora o Partido dos Trabalhadores, do qual V. Ex^a. e eu fazemos parte e o Senador Suplicy também, que é uma figura ilustre, amiga e cidadã, quer dizer, eu diria que já é suprapartidária até, mas nós temos a ocasião de corrigirmos então essa injustiça, quer dizer, com o fator previdenciário a pessoa vai se aposentar e de imediato já tem assim, de acordo com os cálculos que sejam feitos, uma diminuição de 30%, 40%, dependendo da situação, dos recursos que irá perceber quando aposentado ou aposentada. A gente sabe que as despesas não diminuem, as pessoas dizem que aumentam. Naquela época era um determinado contexto histórico, havia uma dificuldade, crises internacionais, o Brasil não tinha reservas, não exportava, inflação, quer dizer, era um determinado contexto. Eu não quero dizer que aquele contexto justificasse essa medida, mas era um contexto diferente de qualquer forma. Agora nós temos uma situação diferente, histórica, também, no Brasil e no mundo. É outra realidade. Então eu até diria que tem que sentar, tem que discutir, tem que conversar, e eu pelo menos fico muito preocupado quando vejo manifestações dizendo: "não, a Câmara vai ser orientada para votar contra". Como contra? Vamos conversar, vamos dialogar, vamos chegar a uma conclusão a favor do aposentado, do regime geral da previdência, estamos falando do regime geral da previdência, pois quem se aposenta pelo Poder Público já são outras regras, mas regime geral da previdência. E fazer todos aqueles cálculos que V. Ex^a. inclusive sempre coloca, Senador Paulo Paim, de dinamização da economia, de geração de emprego, essas pessoas vão gastar o dinheiro, gastando dinheiro gera-se mais imposto, mais recursos.

Então eu acho da melhor iniciativa e diria até para as entidades de aposentados que, além de falar aqui, que realmente agora se concentrem, como nós devemos nos concentrar como Senadores e fazendo esse debate com os Deputados, que se concentrem na Câmara dos Deputados agora. Mas a gente fica fe-

lizar que tenha sido aprovado, lógico, como a sociedade toda está feliz.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Suplicy, sobre o mesmo tema, é sobre o requerimento do debate que a gente quer fazer. Só me permita, Senador Suplicy, que embora eu tenha ouvido um ou outro respondendo de forma... não é nem respondendo, mas se posicionando de forma desrespeitosa com o próprio Senado da República em relação aos dois PLS aprovados, primeiro eu tenho dito para todos que me procuram que não vou fazer o debate desqualificado nesse nível da ofensa pessoal ou ofensa à instituição. Eu acho que quem usa esse tipo de argumento não está nem preparado para o cargo que exerce. Então eu não vou fazer um debate nesse nível. Agora se for um debate qualificado em matéria de números, dados e argumentos, eu estou inteiramente à disposição em qualquer espaço. Aqueles que partem para a ofensa pessoal mostram total despreparo para a função que estão exercendo e com esses eu não vou debater. Se quiserem debater, mesmo eles, desde que não nesses termos da ofensa pessoal e desqualificada, de pessoas despreparadas, aí muda tudo. Se quiserem dizer o seguinte: quais são os argumentos? Onde estão os fundos? Onde que estão as receitas? Eu estou inteiramente à disposição. E o primeiro desafio que eu coloco, para aqueles que tem dúvida sobre a sustentação do nosso argumento, eu desafio a aprovarem a PEC 24, de minha autoria. Não é nem a PEC 10, que essa tem que aprovar, que é a idade mínima. O que é a PEC 24? "Recursos da seguridade social não podem ser desviados". Ponto. É só aprovar essa PEC. Eu duvido que não teremos mais dinheiro para a saúde, mais para a assistência e mais para a previdência.

Mas é um debate que faremos num momento adequado, com interlocutores que eu espero preparados e não os desqualificados que partem para a ofensa pessoal. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente Senador Paulo Paim, em primeiro lugar eu não quero manifestar-me favoravelmente ao requerimento para um esclarecimento ainda melhor das proposições que V. Ex^a. tem aqui defendido e que foram objeto de apreciação e aprovação pelo Senado Federal.

Como o Senador Flávio Arns e V. Ex^a. eu estou de acordo que o importante é nós estarmos dialogando com um debate de profundidade para ver o que é compatível com os recursos financeiros, com as prioridades, com a carga tributária. Eu tenho feito a seguinte observação, sempre quando alguns Senadores aqui dizem: "ah, precisamos estar diminuindo a carga tribu-

tária". Pois bem. Será que efetivamente é tão alta? É interessante que muitos daqueles que dizem isso estão também apoiando os Projetos relativos à garantia de recursos para a previdência, para os aposentados. É importante que estejamos sempre tomando decisões aqui, muito conscientemente, de maneira a tornar inteiramente transparente a destinação de recursos para que a sociedade saiba para onde vão os recursos, quem é que vai ser beneficiado e como é que vamos, efetivamente, garantir que aquilo que é de prioridade estará sendo aprovado e com o apoio dos representantes da sociedade.

Quando nós observamos que em alguns países, como os escandinavos, a proporção de tributos sobre o produto doméstico bruto é da ordem de 45 a 50%, ora, nesses países a população aceita isso de bom grado, com muita consciência, de que há uma série de contrapartidas nas áreas da educação, da saúde, das transferências de renda e assim por diante, o direito aos aposentados, que fazem com que a sociedade aceite isso. Então eu acho que nós precisamos caminhar na direção de bem definir, dialogar o que desejamos como prioridade e, então, aprovar.

Então, sobre o requerimento, eu estou de acordo. Em seguida há outro item que eu gostaria também de me expressar sobre ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Eu vou botar o requerimento em votação. Mas, Senador Suplicy, se me permite só ainda uma frase, que eu acho que essa frase, Senador Romeu Tuma, é importante. Eu só gostaria de dizer que nós temos que pensar, Senador Suplicy, numa previdência universal. Enquanto não chegarmos a esse entendimento esse embate vai continuar acontecendo aqui no Congresso Nacional. Eu não admito, Senador Suplicy – e me refiro mais uma vez a V. Ex^a. –, que um trabalhador que ganhe dois salários mínimos tenha fator e não tenho nenhum tipo de paridade, e quem ganha vinte e cinco mil tenha paridade e não tenho fator. Não é justo, isto não é justo. Isto norteou a minha vida ao longo desses mais de cinquenta anos. Eu sempre digo o seguinte: eu quando sair daqui, eu tenho três décadas no Congresso, eu saio com uma aposentadoria de no mínimo quinze mil reais e saio ainda com a paridade. Agora os companheiros das fábricas de onde eu vim ou de onde todos nós viemos, cada um na sua área, vão se aposentar no máximo com dois ou três salários, ainda perdendo 40% e com nenhum tipo de paridade, nem ao salário mínimo e muito menos àqueles que estão na ativa. E nós sabemos que existem, eu posso listar, uma série de países no mundo que têm paridade para todos e uma série de países no mundo que têm paridade com o salário mínimo. Em nenhum

país do mundo tem fator previdenciário, a não ser o Brasil. Se me disserem um país do mundo que adota essa fórmula mágica que nos envergonha, para mim, perante a humanidade, eu estou disposto a fazer uma outra reflexão. Não tem. Idade mínima sim. E não esqueçam que nós apresentamos a PEC 10, está aqui, espero que votem também. Eu acho que um discurso qualificado, competente e de alto nível é o seguinte: “tudo bem, fim do fator, então vamos aplicar o princípio da idade mínima”. É isto que nós queremos. Então é neste caminho que eu espero que a gente permita que o debate aconteça.

Eu falei hoje para uma rede emissora de São Paulo e confesso que fiquei muito satisfeito. Foi uma das primeiras vezes que eu vi articulista, economista e jornalista numa mesma sala e todos, quando terminamos o debate, concordando com a tese que nós defendemos, que é essa de um princípio da igualdade para todos. Eu acho que se essa questão for discutida sem aquela paixão absoluta ou sou oposição ou sou governo, mas se pensarmos no conjunto da população do país, como disse muito bem aqui o Senador Flávio Arns – e sei que é a posição do Senador Suplicy e do Senador Romeu Tuma – de construirmos o que for melhor para todos, eu acho que é possível nós chegarmos a um entendimento.

Eu vou dar a palavra, em seguida, para os dois Senadores, mas, se permitirem, só para nós deixarmos isso para um segundo momento, eu coloco em votação esse requerimento que vai permitir que o debate aconteça num segundo momento aqui hoje. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram, pela extrapauta, e aqueles que concordam com esse debate, que vai acontecer quando terminarmos essa Audiência, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passo a palavra ao Senador Suplicy e em seguida ao Senador Romeu Tuma. O tema é o mesmo, só para tirarmos essa matéria. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, daqui a instantes, às 9h30, no Auditório Nereu Ramos, ocorrerá uma reunião com a presença de Dom Thomas Balduino e inúmeros membros das Pastorais da Terra, do MST, das entidades representativas dos trabalhadores rurais em que estarão memorizando o Massacre de Eldorado de Carajás, no Pará, ocorrido há dezenove anos, quando dezenove trabalhadores sem-terra foram mortos ali por ação da Polícia Militar num momento em que tentavam impedir aos trabalhadores de estarem realizando aquela manifestação para o direito à posse da terra em Eldorado de Carajás. Então, inclusive, eu vou também participar e gostaria até que possamos, os Senadores que ali estiverem, claro que esta reunião prossegue, mas, se me

permite, falarei até em nome da Comissão de Direitos Humanos expressando ali a nossa solidariedade.

Eu gostaria, Sr. Presidente, primeiro reafirmar o meu respeito pela verdadeira paixão com que V. Ex^a. tem procurado defender o direito dos trabalhadores e dos aposentados deste país. Eu acho que cabe razão a V. Ex^a. quando pede que todos procurem fazer um diálogo racional, colocando os números na mesa, o que é possível e o que não é possível e visando, sobretudo, prover maior igualdade de direitos a todos os brasileiros.

Como V. Ex^a. sabe que eu, da mesma maneira, sou um apaixonado pelo direito de todos partilharem da riqueza da Nação, através de uma renda como um direito à cidadania, uma renda básica para todos, então eu gostaria de encaminhar a V. Ex^a. e pedir que sejam transcritos nos anais desta reunião da Comissão de Direitos Humanos o artigo que ontem a Folha de São Paulo publicou sobre o exemplo da Vila de Paranapiacaba, uma vez que uma organização, o Instituto Revitalizar a Cidadania, se entusiasmou pela proposta de fazer em Paranapiacaba, que fica ali no alto da Serra do Mar, uma Vila que tem cerca de mil e quatrocentos habitantes, que fica num lugar muito bonito, o Senador Romeu Tuma certamente conhece muito bem, foi ali que a partir de 1850 o Barão de Mauá e os ingleses resolveram construir uma ferrovia, num lugar bastante difícil. Até aquela época o transporte do café produzido no planalto paulista para o Porto de Santos era feito por muares, numa longa travessia desde a região de Jundiá, Campinas, Sorocaba e outras para o Porto de Santos. Foi então que surgiu o Barão de Mauá e os ingleses, que tinham a tecnologia desenvolvida sobre isso, resolveram fazer a São Paulo *Railroad* e a Santos/Jundiá com o sistema funicular, onde inclusive a locomotiva e os trens que subiam, de alguma forma, tinha a tecnologia de que enquanto uma composição subia a outra descia, e depois com as máquinas a vapor e tudo. Há, inclusive, uma reivindicação dos moradores de Paranapiacaba para que logo volte o trem a funcionar para facilitar a locomoção dos moradores. Mas eis que um grupo de jovens do Instituto Revitalizar a Cidadania resolveu ter a idéia de formar um fundo permanente, inclusive sugerindo às empresas que circundam a Vila de Paranapiacaba para formarem um fundo para uma OSCIP que poderá se constituir na primeira experiência local numa comunidade de uma renda básica de cidadania paga de forma igual a todos os seus moradores.

Assim, Sr. Presidente, esta iniciativa de Bruno Augusto Pereira, Presidente do Instituto Revitalização da Cidadania, e Marcos Vinícius Brancalhoni dos Santos, que convidaram a população para reunirem-se no Clu-

be União Lyra Serrano na última sexta-feira, eu estive lá, e depois de três horas de diálogo, de exposição, eis que a população ali presente, e, Senador Paulo Paim, estavam presentes nada menos do que quatrocentos e cinquenta pessoas, numa Vila onde há quatrocentos e cinquenta residências, praticamente uma pessoa por residência, em média, e eu fiquei imaginando: imagine se em Porto Alegre V. Ex^a. convidasse a população para discutir e saber se estariam todos de acordo com a proposta da garantia de uma renda de cidadania e se fosse realizado o mesmo convite, nem no Estádio do Beira-Rio caberia a proporção de moradores que aconteceu ali e--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Os gremistas iriam dizer: também o Olímpico, só para não ficar fora.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): O Olímpico também. Pois bem. E eis que, na conclusão do diálogo, foi perguntado pela subprefeita de Paranaapiacaba: "quem aqui é contra a proposta de se constituir um fundo e uma renda básica de cidadania?" Nenhuma mão se levantou. "Quem é a favor?" Todos os presentes levantaram a mão e, portanto, a idéia vai ser levada adiante, inclusive com o apoio, acredito, do Prefeito João Avamileno, de Santo André, justamente em Santo André, onde o último ato do Prefeito Celso Daniel, infelizmente antes de ser tragicamente assassinado, foi exatamente de comprar da empresa ferroviária todo o patrimônio da Vila, que agora é parte de Santo André e este ato foi confirmado pelo Prefeito João Avamileno.

Então, Sr. Presidente, encaminho a V. Ex^a., peço a gentileza e requiero que seja transcrito nos anais de nossa reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V. Ex^a. será atendido e eu quero, ainda, dizer que vou fazer um apelo a V. Ex^a. Como nós aqui teremos esse debate que vai passar também por esses outros dois Projetos, que V. Ex^a. represente, se assim me permitir, em nome de todos os Senadores, registre a nossa não presença, mas o apoio total ao Abril Indígena, e V. Ex^a. fale lá em nomes, eu posso lhe pedir esse favor, fazer um carinho à nossa Comissão, em nome da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Transmitirei ao Deputado Adão Preto, que foi quem nos convidou, a representação de toda a Comissão. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Depois da exposição feita pelo Senador Suplicy eu não teria o que falar. Mas duas coisas são importantes: o pro-

blema de Paranaapiacaba, recuperação da cidade e da ferrovia, Senador, é um fato histórico importante. Eu chamaria a atenção para a importância para o turismo. Então eu faria um apelo, se todos concordassem, de fazer uma comunicação à Ministra Marta Suplicy de que forma ela poderia colaborar, principalmente na parte financeira, para a rapidez da recuperação daquela cidade histórica, conforme a descrição do Senador Suplicy. Então eu deixo aqui essa tese, se o Senador Suplicy concordar, de a gente fazer um requerimento nesse sentido.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Sim.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Para que todos assinemos e mandemos um ofício coletivo com a Ministra, que tem tido uma dedicação--

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Eu disponho-me a prepará-lo para a próxima reunião.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): A Ministra tem feito uma dedicação especial à área de turismo, ao Aeroporto do Guarujá, uma série de pontos importantes no território nacional para um desenvolvimento de um turismo mais acessível e de maior interesse para a população para não gastar ir gastar dólares no exterior. Então, se V. Ex^a. concordar, faremos juntos. Eu não sei se o Senador Arns também concorda.

Outra coisa que o senhor levantou foi de Carajás. Eu conheço um pouco, não vou entrar no mérito da ocorrência, mas recentemente, numa das reuniões de uma das Comissões, há sempre o desejo de intervenção da Polícia, do Exército. Eu, com todos os anos da minha vida na área de segurança, eu tenho uma conclusão, Senador Arns, Senador Suplicy e Senador Paim: a repressão teria que ser a última atividade quando se tem que tomar uma providência de ordem legal. Então a repressão é a coisa mais fácil de ser feita, a mais perigosa e em que as piores consequências são trazidas. O exemplo está aí, então eu pediria que o senhor nos representasse com a nossa preocupação de que tudo aquilo que acontece tem que servir de exemplo para que no futuro garanta que outras formas realmente são mais importantes do que a própria violência.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Se me permite, Senador Romeu Tuma, até então eu faço um apelo à Polícia Federal, através da pessoa de V. Ex^a., porque ainda ontem o Gilmar Mauro, um dos coordenadores nacionais do MST, informou-me de que diversos membros do MST, no interior de São Paulo, acabaram sendo detidos pela Polícia Federal. Eu espero que esteja havendo o necessário diálogo para logo estarem sendo libertados, porque estavam justamente realizando uma manifestação em memória dos dezoito mortos de Eldorado de Carajás. Eu, depois, vou

saber melhor a informação e lhe informarei se já foram liberadas essas pessoas, inclusive o Delvechi(F), que é um dos coordenadores do MST em São Paulo.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Eu sei, Senador Suplicy, que a Polícia Federal pode e deve tomar a iniciativa quando há uma *notitia criminis*, como é o caso dos cartões corporativos, o vazamento. Não precisava ordem de ninguém, porque ela tinha que tomar a iniciativa porque é um crime de ação pública. Então às vezes essas ações são determinações judiciais. Então o grande problema é o policial estar preparado para poder realmente ter um comportamento de dissuasão de quem está agindo ilegalmente sem precisar o emprego da violência. Eu tenho a impressão que tem muita gente nas polícias que estão preparadas para isso, para diálogo, para enfrentar situação de crise. Tem uma série de fatores que os cursos que vão sendo feitos vão avançando.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu quero receitar, também, que, por outro lado, a minha recomendação sempre ao MST é que procurem agir nunca utilizando da violência e de qualquer forma que depois venha a justificar qualquer ação repressiva. Então eu acho que se terá sempre muito maior simpatia para a causa de maior assentamentos, da realização da reforma agrária, quando sempre caracterizarem as suas ações pela não violência.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): O grande problema é o cumprimento da Lei, saber como cumpri-la. Com relação ao requerimento de V. Ex^a., eu também não vou poder estar aqui porque eu requeri a cerimônia em homenagem ao Dia do Exército hoje e eu sou o primeiro orador, é às 10h00. Eu tenho aqui cinco Comissões que estão funcionando, inclusive do Mercosul, eu estou vendo o Presidente aí e mais essa cerimônia que o Senador Suplicy anunciou.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas eu peço a V. Ex^a. que nos represente, inclusive, também nessa sessão de homenagem que teremos no Plenário.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Outra coisa: eu acho tão importante que V. Ex^a. proponha essa discussão, porque eu tenho uma tranquilidade de espírito muito grande, Senador. Eu fui contra a reforma previdenciária da forma como foi apresentada. Ela foi quase que imposta dentro de um programa que a previdência dizia que estava falida. Eu votei contra. Agora eu tenho lido os jornais e tenho alertado – e falei eu acho que com V. Ex^a. – que os jornais estão praticamente em campanha contra o Projeto de V. Ex^a. Nós temos que ter alguém e V. Ex^a. devia escrever um artigo esclarecendo o porquê dessa medida. Agora equidade e justiça, eu diria que também comporia com

outro termo: desumanidade. É desumano como é tratado o aposentado, principalmente aqueles de salário mínimo. Então se nós não tentarmos corrigir, é o que eu disse: ninguém pode impor à Câmara. A Câmara é representante, os Deputados foram eleitos legalmente, estão lá representando o povo. Ninguém pode impor uma decisão que venha, em tese, a prejudicar uma grande maioria da população. Então não há que aceitar nenhuma imposição de ordem econômica, de ordem governamental e sim a consciência de cada um. Eles têm liberdade para analisar. Agora se vem com a imposição para não deixar o cidadão pensar e vem representar uma camada grande da sociedade, isso também é muito triste para nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Romeu Tuma, o senhor pode ficar tranquilo que a Audiência, teremos hoje aqui uma reunião com as entidades sindicais e dos aposentados e todos estão muito tranquilos, porque eu diria aqui, se me permitirem, de cada cem pessoas consultadas, 99,9 são totalmente favoráveis ao fim do fator e o reajuste dos aposentados. É como o Senador Suplicy deu o exemplo aqui: se pegar um estádio de futebol e mandar perguntar alguém que é contra uma renda mínima, todos levantarão a mão. Então o importante é ver que o Senado e a Câmara estão em sintonia com a população brasileira. Eu tenho participado de alguns debates, quando termina o debate, 99,9%, anuncia aquele que pensa diferente, é legítimo também, mas todos são a favor do fim do fator e uma política de reajuste para os aposentados.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Senador, todos nós aqui, de corpo e alma, respeitamos e sabemos que cada Deputado lutou para representar uma camada da população. Então não há crítica quanto a qualquer ação que eles tomarem decisão, porque eu não acho justo é se alguém for querer impor por questão partidária, por questão--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Claro, cada um que vote com a sua consciência.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Isso não dá para poder ser aceito por ninguém.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Cada um vote com a sua consciência.

Eu tenho dois requerimentos, para depois iniciarmos o debate sobre essa questão, que eu gostaria de colocar em votação. Senador José Nery, os dois tem a ver com V. Ex^a., me permita. Se todos concordam eu botaria os dois extrapauta.

O primeiro deles tem a ver com V. Ex^a., mas é do Senador César Borges. Ele propõe que outras entidades sejam ouvidas naquele debate. “Requerimento de

Audiência, nos termos regimentais, destinado a debater o conflito entre o Consórcio Estreito de Energia". Eu acho que não há problema nenhum, que venham mais outras entidades para esse debate. Ele lista aqui algumas entidades e nós faremos, eu já combinei com V. Ex^a., seria no dia 07, às 14h00, era para ser hoje, transferimos para o dia 07, e vamos fazer o debate, se for necessário, das 14h00 até às 22h00, sem problema nenhum, e ouviremos a todos. O que nós queremos é buscar uma saída, inclusive essa é a vontade de V. Ex^a., negociada para essa situação que lá se encontra. Então aqueles que concordam com esse aditamento para que outras entidades sejam ouvidas permaneçam como se encontram. Aprovado.

E o requerimento de V. Ex^a., extrapauta, que eu queria que V. Ex^a. pudesse justificar, V. Ex^a. diz aqui: "Requeiro, baseado no Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Direitos Humanos realize Audiência Pública, no mês de maio de 2008, para debater denúncia formulada pelo Bispo da Prelazia do Marajó, Dom José Luís Azcona Hermoso, sobre casos graves de violação dos direitos humanos no arquipélago de Marajó, envolvendo o narcotráfico, tráfico de mulheres, exploração sexual de menores". V. Ex^a. com a palavra, Senador José Nery, e daí vamos em seguida à votação.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador Paulo Paim, Srs. Senadores. A apresentação desse requerimento para que a Comissão de Direitos Humanos receba em Audiência Pública o Bispo Dom José Luís Azcona, Bispo da Prelazia do Marajó, no Estado do Pará, é motivado pelas recentes declarações tanto da CNBB, em sua assembléia anual, que publicamente prestou solidariedade aos bispos por conta das ameaças de morte que vêm sofrendo em razão da denúncia de um conjunto de violação dos direitos humanos que envolve o tráfico de seres humanos, especialmente mulheres e adolescentes, exploração sexual de jovens e adolescentes, cometida inclusive por representantes do Poder Público em algumas cidades de Marajó, no Estado do Pará, além de uma situação que envolve denúncia em relação ao narcotráfico. O bispo chega a dizer que futuramente, há uma projeção, de que a maioria dos Municípios do Marajó, Senador Geraldo Mesquita, a maioria dos Municípios de Marajó no futuro sejam governadas por pessoas ligadas ao tráfico, ao narcotráfico.

É muito grave a denúncia feita pelo bispo, ele é um dos três ameaçados no Estado do Pará, ao lado de Dom Flávio Giovenale, em Abaetetuba, e Dom Erwin Krautler, Bispo Presidente do CIMI da Prelazia de Altamira, no Xingu. O motivo do requerimento, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é convidar aqui, além do

bispo, o Ministro das Relações Exteriores, que tem uma equipe específica que acompanha os fatos relacionados com o tráfico internacional de seres humanos, a Polícia Federal, que tem feito investigações na área, o Secretário de Segurança Pública do Estado do Pará. Sobre tudo o convite à Polícia Federal e ao Secretário de Segurança Pública do Pará é motivado porque esses fatos são fatos recorrentes. Há três anos atrás houve denúncia igual, todo um aparato foi criado para investigar esses fatos, mas o bispo denuncia que não mudou significativamente essa realidade.

Portanto, a realização dessa Audiência Pública terá o sentido de contribuir para que esses fatos sejam apurados, os responsáveis identificados e punidos e, assim, a população do Marajó, no Estado do Pará, passe, então, a confiar muito mais nos órgãos públicos, na justiça, nos órgãos de investigação, porque esses fatos são muito graves e atingem, com certeza, a dignidade de milhares e milhares de marajoaras. Portanto, a realização dessa Audiência contribuirá muito para solucionar essas questões na medida em que os encaminhamentos sejam aqui adotados.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão. Como ninguém quer discutir, em votação. Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos ao Item nº 2 da pauta, passando a palavra de imediato ao relator da matéria. O autor é o Deputado Pompeu de Mattos e a relatoria é do Senador Leomar Quintanilha, referente a uma Ementa que "Altera a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, dispondo sobre o atendimento peremptório aos idosos da rede de serviços de saúde, nas condições que especifica". Senador Leomar Quintanilha com a palavra para o seu relatório.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Ilustre Presidente Paulo Paim, eminentes colegas desta Comissão. O Item nº 2 trata do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de autoria do Deputado Pompeu de Mattos, que dispõe sobre atendimento prioritário aos idosos na rede de serviços de saúde. A proposição visa a abrigar as instituições de saúde públicas e particulares, em qualquer nível de atenção, a prestar atendimento prioritário aos cidadãos com idade igual ou superior a sessenta anos. O art. 1º do Projeto acrescenta quatro artigos, 18-A, 18-B, 19-C, 18-D, à Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, que é o Estatuto do Idoso. O *caput* do texto postulado para o art. 18-A estabelece que a prestação dessa assistência prioritária basear-se-á nas orientações descritas na política nacional de saúde do idoso, as quais compreendem os níveis de atenção ambulatorial, hospitalar e domiciliar. O § único desse art. prevê que para a obtenção do benefício o

interessado deverá requerê-lo formalmente à direção do estabelecimento de saúde com a devida comprovação de sua idade.

O postulado no art. 18-B prevê, também, a comprovação dessa idade através de certidão de nascimento.

No 18-C estabelece que a mensagem indicada no benefício instituído pela Lei em que o Projeto se transformar será afixado em todos os estabelecimentos da rede de serviços de saúde.

No 18-D estabelece que as despesas decorrentes da execução dos dispositivos da proposição em tela correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, as quais, se necessários, serão suplementadas.

Por fim, o art. 2º do Projeto sob análise fixa a cláusula de vigência da Lei a partir da sua publicação.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a preocupação do eminente Deputado que subscreve esta proposição, o Deputado Pompeu de Mattos, vem realmente ao encontro dos anseios e das necessidades de uma proteção mais ampla à pessoa idosa. Todavia, entendemos que a questão da priorização do atendimento deve ser feita pelo profissional, pelo técnico, pelo médico que está assistindo naquele ambulatório, porque é possível que à sua demanda chegue pacientes com situações mais críticas do que aquela que levou o idoso a estar ali presente. Apesar da propositura ter esse aspecto positivo nós entendemos que essa definição seria mais apropriada se ela ocorresse pelo profissional, pelo médico que está atendendo no ambulatório no momento. E eu registro da seguinte forma essa análise: a garantia de atendimento preferencial ao idoso já existe no ordenamento jurídico brasileiro, já está previsto no Estatuto do Idoso. Ela já é contemplada em artigos das seguintes normas: a Lei 8.842, de 04 de janeiro de 1994, a Lei 10.048, de 08 de novembro de 2000, e, finalmente, no Estatuto do Idoso, exatamente a mesma norma jurídica que a proposição em tela propõe alterações.

Em vista da existência dessas normas são desnecessárias as disposições que o Projeto em análise pretende implementar, pois as medidas já estão contempladas de modo adequado. Não se justifica tornar obrigatória a adoção de mais medidas, sobretudo de cunho burocrático, no serviço de saúde. Cumpre destacar, ainda, que essas disposições desconsideram o fato de que o serviço de saúde possui uma especificidade que outros prestadores de serviço público não tem. Burocratizar o atendimento, obrigar por Lei os estabelecimentos integrantes da rede de serviços de saúde a dar efetiva e circunstancial prioridade aos idosos, preferencialmente em função de sua faixa etária, conflita diretamente com a necessidade de que o

atendimento nesse serviço seja resolutivo, baseado em critérios médicos de classificação de risco. Esses critérios levam em conta as complexidades dos fenômenos saúde e doença, o grau de sofrimento dos usuários e a priorização da atenção do tempo, com vista a diminuir o número de mortes, seqüelas e internações evitáveis. As unidades de saúde devem garantir os direitos dos idosos, orientando-se pelas conquistas a eles já asseguradas, porém, não podem negligenciar que a determinação das prioridades no atendimento médico constem de protocolo preestabelecido que as determinam.

Então nós entendemos, Sr. Presidente, que o atendimento privilegiado, prioritário aos idosos, já estão contemplados nas normas já aprovadas nesta Casa e na Câmara dos Deputados, sendo desnecessária a aprovação da propositura em tela. Então o nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Alguém mais para discutir a matéria? Como o Projeto é não terminativo e a posição do Relator é pela rejeição, eu vou botar de imediato à votação e entendo a posição do Senador Quintanilha, que é o Presidente inclusive da Subcomissão do Idoso nesta Comissão, porque ele elenca aqui, eu tive o cuidado, Senador Quintanilha, para dar a minha posição também, de ler o seu relatório, e V. Ex^a. demonstra aqui com muita clareza que já é Lei tanto no Estatuto do Idoso e outras leis correlatas o atendimento preferencial para o idoso tanto na justiça como também junto à questão da rede hospitalar, tanto no art. 3º, § único, como V. Ex^a. coloca muito bem, como no art. 8º. Então eu acho que não há motivo e por isso vou encaminhar a votação entendendo o relatório de V. Ex^a. do nobre autor, que é o Deputado Pompeu de Mattos, Deputado do Rio Grande do Sul, pelo qual eu tenho um enorme carinho e respeito e que é Presidente também da Comissão de Direitos Humanos, e o resultado, acompanhando provavelmente o seu relatório, eu mesmo falarei com ele e explicarei do porquê da posição.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero, Sr. Presidente, reforçar o argumento do Relator e o argumento de V. Ex^a. e dizer que esta Comissão tem procurado dar toda a atenção possível ao atendimento com dignidade, entre outros setores da sociedade, para a pessoa idosa. Mas é fato que esta proposta que consta do Projeto de Lei é meritória, é importante, porém, já assim descrita na legislação em vigor. Então haveria uma repetição e eu acho que a repetição até causaria problemas. O importante é já cumprir o que existe. Eu concordo com o relatório do Senador Quintanilha.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em votação. Os Senadores e Senadoras que concordam com o parecer do Relator, Senador Quintanilha, permaneçam como se encontram. Aprovado o parecer do Relator. A matéria foi rejeitada.

Vamos ao Item nº 4 da nossa pauta. O Relator é o Senador Flávio Arns. “Dá nova redação ao inciso IV, art. 1º, da Lei 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que trata da isenção de IPI aos portadores de deficiência física, dentre outros”. A autoria é do Senador Marcelo Crivella e o Relator é o Senador Flávio Arns, que está com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É um Projeto, como V. Exª. colocou, de autoria do Senador Marcelo Crivella. Ele coloca no Projeto de Lei, faz um histórico inclusive dizendo que já há vários anos as pessoas com deficiência física são beneficiadas com a isenção do IPI (Impostos sobre Produtos Industrializados) na aquisição de automóveis. Isto, vamos dizer, já faz parte desse histórico de benefícios justos aqui no Brasil. Depois esta Lei da Pessoa com Deficiência Física foi alterada para que as pessoas com deficiência visual, mental, severa, profunda e autistas também fossem beneficiados. Ficou de fora a parcela da população com deficiência auditiva. E a proposta do Senador Marcelo Crivella é incluir as pessoas com deficiência auditiva, que constituem o único setor, vamos dizer, fora dessa possibilidade de adquirir o automóvel sem pagar o imposto, para que eles possam também se beneficiar desse aspecto da legislação. A inclusão, ele inclusive diz “a inclusão dos deficientes auditivos corrige esta omissão, em consonância com a intenção do legislador original”. Fazemos uma Emenda para adequar, em relação às medidas orçamentárias necessárias à renúncia de receita dele decorrente. Isso faz a adequação necessária à Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Por isso que oferecemos essa Emenda, só para adequar a questão orçamentária.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 646, de 2007, com esta Emenda que já foi relatada. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Alguém quer discutir a matéria de autoria do Senador Marcelo Crivella e relatoria do Senador Flávio Arns? O relatório, conforme lido, é pela aprovação com uma Emenda. Ninguém para discutir. Colocaremos em votação. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com o parecer do nobre Senador Flávio Arns pela aprovação da matéria com a Emenda permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai para a CAE.

Item nº 3, Senadora Patrícia Saboya, com a sua presença, também não é terminativo. Ementa: “Inserir

no art. 59-A na Lei 8.069, de 03 de maio de 1990, para dispor sobre a capacitação de profissionais da educação básica na identificação de efeitos decorrentes de maus-tratos e de abuso sexual praticados contra crianças e adolescentes”. A autoria é do Senador Cristovam Buarque e a relatoria é da Senadora Patrícia Saboya. Com a palavra a nobre Relatora, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Bom dia Sr. Presidente, Srs. Senadores. Chega ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado nº 638, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que visa incluir artigo no Estatuto da Criança e do Adolescente para determinar que os cursos de formação de professores para a educação básica e os cursos de pedagogia ofereçam orientação sobre a identificação de efeitos físicos e psicológicos decorrentes de maus-tratos e de abuso sexual sofrido por crianças e adolescentes. A proposição prevê que a Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do ano letivo subsequente.

Análise. Infelizmente a violência contra crianças e adolescentes é uma realidade em praticamente todos os Estados brasileiros, independentemente da classe social a que pertencem. As crianças brasileiras são vítimas contumazes de violações de Direitos Humanos na forma de maus-tratos e negligência, violência física e psicológica, abuso sexual, muitas vezes perpetradas no ambiente doméstico por aqueles que deveriam ser os principais responsáveis por seu bem-estar e seu desenvolvimento integral. Os dados levantados a esse respeito, embora incompletos, são aterrorizadores. O disque-denúncia nacional de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes, mantido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, recebeu somente no período de janeiro a novembro de 2007 mais de vinte e duas mil denúncias, uma média de sessenta e sete denúncias por dia. 1/3 das denúncias registradas no sistema de 2003 até hoje referem-se à situação de violência física e psicológica. Outros 33% correspondem a situações de negligência e cerca de 19% abuso sexual. Isso sem contar os inúmeros casos que nunca chegam a ser denunciados ou que são conhecidos apenas em âmbito local. Há estudos que estimam que para cada denúncia há entre dez e vinte casos que nunca chegaram a ser registrados. Nesse contexto a escola é um local privilegiado para o combate a situações de violência contra crianças e adolescentes. É lá que as crianças passam boa parte do dia em estreito contato com professores, coordenadores, orientadores educacionais e supervisores pedagógicos. Esse grupo de profissionais da educação pode

ter um papel cada vez mais ativo na transformação da escola em espaço de enfrentamento e prevenção da violência, desde que adequadamente orientados para atuar na detecção e no diagnóstico precoce de casos de maus-tratos e de abuso sexual. É justamente isso que pretende o PLS nº 638, de 2007, ao estabelecer que os cursos de licenciatura e de pedagogia que formam os docentes e demais profissionais do magistério para atuar nas escolas de educação básica forneçam orientação sobre a identificação dos efeitos físicos e psicológicos decorrentes de maus-tratos e de abuso sexual sofrido pelos alunos. A proposição avança no cumprimento do preceito constitucional expresso no art. 227 da Carta: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

No que se refere aos aspectos formais e de técnica legislativa não vislumbramos óbices à proposição e destacamos a competência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para, conforme estabelece o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre as matérias afetas à proteção à infância e à juventude.

Voto. Pelas razões expostas o voto é pela aprovação do Projeto de Lei no Senado nº 638, de 2007.

Antes, Sr. Presidente, eu gostaria em primeiro lugar de agradecer a V. Ex^a, por ter me designado Relatora de uma matéria e de uma proposição tão importante e expressiva no combate, no enfrentamento à violência praticada contra as nossas crianças e os nossos adolescentes, algo que está muito claro e definido no art. 227 do Estatuto da Criança e do Adolescente e previsto na Constituição brasileira.

Ultimamente todos nós, Senador Paulo Paim, temos sido testemunhas, Senador Flávio Arns e Geraldo Mesquita, do abuso que tem acontecido no nosso país envolvendo as nossas crianças e os nossos jovens. Todos os dias nós estamos acompanhando pelas televisões, pelos rádios, pelos telejornais, enfim, o caso que aconteceu com a menina Isabella, um caso que certamente mexeu com todos os corações das famílias brasileiras, com a alma do nosso povo e, principalmente, com a solidariedade que se pretende dar à mãe dessa criança, principalmente à sua mãe por um caso tão brutal, inexplicável, em que nós não encontramos realmente nenhum tipo de justificativa, nenhum tipo de alegação que possa sequer aliviar a dor de tantas famílias que têm sido solidárias com a

morte trágica da menina Isabella. Não só este caso como tantos outros que acontecem todos os dias nas ruas escuras dos nossos países, nos bairros abandonados, principalmente da periferia, onde as nossas crianças e os nossos jovens estão sendo dizimados. Infelizmente, eu preparei inclusive um pronunciamento, Senador Flávio Arns, para fazer sobre isso, alertar a sociedade brasileira, como diz o padre que era lá do Rio de Janeiro, que país é esse que antes uma criança ao nascer era uma benção para todos; hoje uma criança para nascer acaba sendo um muro de lamentações, porque o Poder Público cada vez mais omisso, cada vez mais ausente da proteção desses direitos de crianças e adolescentes que acabam pela falta de perspectiva, pela falta de oportunidade, sendo atraídos e abraçados pelo crime organizado, pelas redes de exploração sexual, pela bandidagem, pelas drogas e pela criminalidade de um país que cada vez aumenta a sua dívida em relação aos nossos filhos e às nossas filhas. São crianças que são ferradas como o gado, são crianças que são presas e torturadas, são crianças que são negligenciadas, abandonadas em rios, em lagoas, em matagais. Infelizmente é essa a realidade e o retrato de um país ainda muito injusto e muito perverso. E é preciso criar um sentimento de mobilização na sociedade brasileira para que todos nós, independente da ocupação que nós tenhamos, das nossas profissões, das nossas vocações, homens e mulheres brasileiros sejam responsáveis pela proteção dos direitos dessas crianças e desses adolescentes. Que a sociedade brasileira fique indignada, mas, mais do que isso, não permita que esse tipo de crime seja um exemplo, como tem acontecido na nossa sociedade, não da raridade, da exceção, mas de crimes que têm ocorrido todos os dias de mães que muitas vezes sequer tem o direito e a voz de falar na proteção ou o direito de sentir a dor da perda dos seus filhos. Seja com esse tipo de violência ou seja com a omissão do próprio Estado que atinge, por exemplo, numa epidemia de dengue, a grande maioria das nossas crianças, dos nossos jovens e dos nossos adolescentes.

Portanto, eu quero aproveitar a iniciativa do meu companheiro de partido, Senador Cristovam Buarque, que tem levado essa preocupação como uma bandeira em todo o país, em todos os lugares dessa proteção, dizer aqui do meu voto, do parecer favorável a essa proposição, mas, mais do que isso, do meu empenho, a minha dedicação, a minha determinação e a minha convicção que nós só poderemos viver num país com mais justiça quando os nossos filhos e as nossas filhas forem respeitados e protegidos por todos nós brasileiros, homens e mulheres de fé, de esperança

que acreditamos nesse nosso país. Muito obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A matéria está em discussão. Se alguém quiser se posicionar, se não vamos de imediato para a votação. Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Sr^a. Senadora, Srs. Senadores, Senadora Patrícia Saboya. Muito oportuna sua indignação no momento em que relata um Projeto de autoria do Senador Cristovam Buarque que trata justamente da capacitação de profissionais para identificar, no dia-a-dia de nossas crianças e adolescentes, ter a responsabilidade e a capacidade de identificar os maus-tratos, os crimes que são cometidos contra crianças e adolescentes. A reação indignada da Senadora Patrícia Saboya, Relatora desse Projeto, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais e Coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa do Direito das Crianças e dos Adolescentes, esta manifestação contundente é importante, não só pelo conteúdo e a firmeza com que a senhora defende e nós defendemos aqui o direito de crianças e adolescentes, mas, sobretudo, pelo fato de nos chamar a atenção, nos alertar, porque está se tornando banal as violações, os crimes, o abuso de crianças e adolescentes. Muitas vezes como se fosse normal. Está tão banalizada essas questões que muitos encaram como se fosse algo normal, natural, e é bom que o Congresso Nacional, especialmente a Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado, em todos os momentos que tivermos a oportunidade, bradar, exigir, legislar, criar mecanismos legais e, principalmente, contribuir para a mobilização da sociedade, pelo fortalecimento de seus organismos de cobrança, de organização, fortalecimento dos Conselhos Tutelares, dos Conselhos de Direitos de Crianças e Adolescentes. Eu tenho recebido, sobretudo no meu Estado do Pará, Senador Paulo Paim, muitas denúncias do abandono, da falta de estrutura de funcionamento dos Conselhos Tutelares, órgãos fundamentais para o cumprimento de direitos das crianças e adolescentes.

Então, além de votar a favor do Projeto de autoria do Senador Cristovam Buarque, relatado tão brilhantemente pela Senadora Patrícia Saboya, aproveito esse momento para dizer da nossa solidariedade, do nosso compromisso de fortalecer a Frente Parlamentar em Defesa do Direito da Criança e do Adolescente contra os abusos de toda natureza. Inclusive o requerimento que apresentei a pouco foi aprovado pela Comissão para uma Audiência Pública com a presença do Bispo da Prelazia de Marajó, no Estado do Pará, a motivação principal para a denúncia, a ameaça de morte contra Dom Luís Azcona está justamente vinculada

ao seu compromisso para denunciar os crimes contra crianças e adolescentes. Inclusive à Comissão Mista do Congresso que visitou Portel, no Marajó, em 2006 ou 2005, Dom Azcona cobra justamente que aquelas denúncias, aqueles fatos sejam apurados, porque muitos deles ainda continuam impunes. Então nos somamos a essa indignação, mas também temos aqui a obrigação de aprovar legislação que torne mais rígido e mais adequado o acompanhamento desses fatos e, principalmente, o tratamento e encaminhamento deles por profissionais que sejam capacitados para identificar os abusos e a violência, os maus-tratos e, assim, contribuir com a proteção dos direitos das nossas crianças e adolescentes. Voto favorável e parabeno pela autoria e pela relatoria, reafirmando aqui o nosso compromisso, inclusive.

Eu queria chamar a atenção por último do nosso Presidente e de todos os nossos parlamentares: está na pauta do Senado, desde o ano passado, a redução da maioridade penal. Creio que devemos fazer um verdadeiro mutirão de mobilização para evitar que esse Projeto seja aprovado no Congresso Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço ao Senador José Nery. Eu vou passar a palavra já aos Senadores, só informando que já estão presentes diversos líderes sindicais, o Deputado Federal Paulinho, que é Presidente também da Força Sindical, estão outras centrais, está aqui o José Augusto que representa o Fórum Sindical dos Trabalhadores com todas as Confederações que estão aqui representadas, que logo após a votação dos Projetos nós faremos o debate sobre a questão dos aposentados e o fim do fator. É uma Audiência Pública de emergência, porque entendo que o momento exige. Nós já aprovamos o requerimento e será logo após a votação dos Projetos. Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Paim, Sr^a. Senadora Patrícia--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita dizer também que a COBAP está presente.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): — Srs. Senadores, Sr. Deputado Paulo Pereira, senhores sindicalistas. Eu queria apenas fazer uma pergunta à Senadora Patrícia. Por que a senhora não faz parte, Senadora Patrícia, da CPI da Pedofilia? Eu queria saber o posicionamento. Sabe por que eu pergunto? Porque a CPI da Pedofilia está pegando muito do trabalho produzido por V. Ex^a. e pelos parlamentares que fizeram parte da CPI que V. Ex^a. presidiu, está pegando no muque e envidando esforços para que todas aquelas suas proposições encaminhadas, algumas tramitando na Câmara, tenham uma apre-

ciação célere a partir de agora. Então eu vejo assim como uma coisa muito natural a sua participação na CPI da Pedofilia porque seria uma continuidade do seu trabalho. Eu estou curioso para saber: por que a senhora não faz parte?

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Geraldo Mesquita, me permita Senador Paulo Paim. Eu trabalhei durante mais de um ano numa CPI que visitou vinte e dois Estados brasileiros, assim que cheguei no Senado. Foi o momento talvez mais rico do meu mandato por tudo que eu pude conhecer, mas, ao mesmo tempo, talvez o ano mais doloroso da minha vida, onde, infelizmente, acabei ficando até doente em função das coisas estão cruéis que eu vi. E fora o período da CPI, da CPMI, nós ficamos mais de um ano acompanhando, através de uma Comissão Permanente, buscando as informações necessárias para a apuração de mais de duzentos indiciamentos que foram feitos pela nossa CPMI, naquela ocasião, mas que, infelizmente, resultaram em muita pouca ação por parte tanto do Governo como por parte do Judiciário. A Polícia Federal, inclusive, na época que nós fizemos a CPI, não tinha ainda o preparo suficiente, eu diria, para acompanhar esses casos, tanto é que isso acabou sendo um grande prejuízo. Eu conversei com o Senador Magno Malta, que preside a CPI, disse que me colocaria inteiramente à disposição do Senador para aquilo que estiver ao meu alcance, que eu possa ajudá-lo. Mas, infelizmente, pelas outras atribuições que agora me levam também a ficar um pouco mais no meu Estado e na cidade de Fortaleza, haveria dificuldades para que eu pudesse ocupar um lugar permanente na Comissão, com essa atribuição de viajar pelo país e fazer aquilo que for determinado pela Comissão de Investigação. Mas tenha a certeza que o meu coração, a minha cabeça, a minha alma está lá ao lado de vocês e eu tenho, naquilo que o Senador Magno Malta tem me procurado, eu tenho procurado colocar todo o gabinete, a nossa estrutura, o relatório, o que foi apurado, o que precisa ainda ser investigado para que essa CPI realmente possa ter um resultado eficiente no combate a essa chaga, a essa doença, infelizmente, que tem tornado esses abusos, a exploração sexual, a pedofilia um fenômeno que precisa ser combatido e estudado no nosso país.

Então tenha a certeza, Senador, que eu estou acompanhando muito de perto, através da nossa assessoria, e tenho me empenhado também para que tudo que precise ser feito seja feito através dessa CPMI. Infelizmente eu não tenho a disponibilidade de estar lá com os senhores todos os dias, mas estarei acompanhando certamente tudo que tiver ao meu alcance.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Paim, eu queria, num momento dessa nossa reunião, eu queria cinco minutos para tecer considerações acerca de um documento que me chegou às mãos aqui e que me levou inclusive a fazer uma grosseria inexplicável com o Deputado Paulinho, que está aqui presente, porque eu hoje amanheci, eu estou assim, não estou bem de saúde, estou meio zonzó, nauseado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Mesquita, eu estou entendendo, mas, se me permitir, eu só botaria em votação esse Projeto, que todos já se posicionaram.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E V. Ex^a. entra nesse debate.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): É por isso que eu lhe digo que no momento em que V. Ex^a. achar apropriado, eu gostaria de ter cinco minutos para fazer considerações acerca desse documento.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, eu só queria me colocar também a favor do Projeto, a favor do relatório da Senadora Patrícia Gomes, ao mesmo tempo dizer que toda a argumentação já foi colocada por ela de maneira irretocável e compartilho inclusive da argumentação.

Mas eu gostaria só de colocar dois aspectos, já conversei inclusive com a Senadora Patrícia, que no relatório consta que 1/3 das denúncias registradas referem-se a situações de violência física e psicológica; outro terço, 33%, situações de negligência; e 19% abuso sexual. E lá no Projeto de Lei está escrito cursos de formação de professores de educação básica e de pedagogia devem oferecer orientação sobre identificação de efeitos físicos e psicológicos decorrentes de maus-tratos. Eu colocaria, sugeriria uma vírgula, “de negligência”, para estar de acordo inclusive com o relatório, “e de abuso sexual sofrido por crianças e adolescentes”. Por que negligência também? Porque se nós observarmos a situação da criança e do adolescente no Brasil, são casos bárbaros que são relatados todos os dias pelos meios de comunicação, mas ao mesmo tempo nós vemos muitas crianças e adolescentes sendo vítimas da negligência, indo para a área do crime, para a área da má formação porque os pais não dão a atenção que deveriam dar para a criança e para o adolescente. Isso se refere também à classe média e alta, quer dizer, não é só o maltrato físico, matar a criança, que é um absurdo, uma barbárie inconcebível, mas também os maus-tratos em relação

a outros aspectos. Então “de negligência”. A Senadora Patrícia até disse que coordenaria.

Mas o outro aspecto que eu gostaria de colocar, Sr. Presidente, que são vinte e dois mil casos denunciados, como a Senadora Patrícia já colocou. Para cada denúncia existem, de acordo com as estimativas, dez ou vinte casos que não são denunciados. Isso significa que nós teríamos no Brasil perto de quinhentas mil denúncias por ano. Agora para atendermos os direitos da criança e do adolescente à cidadania, dignidade, isso significa casa, comida, escola, saúde, assistência, lazer, políticas públicas, nós temos que ter dinheiro, temos que ter recursos. As pessoas que ficam falando aí que a criança é prioridade e a gente observa, vai lá no orçamento olhar para ver se essa prioridade é demagogia ou de fato existe, a gente vê que na maior parte dos casos é demagogia, porque não existe dinheiro, recurso, orçamento para atender a cidadania da criança e do adolescente.

Nós aprovamos um Projeto aqui no Senado, Sr. Presidente, com a participação da Senadora Patrícia, minha própria, que eu era o Relator do Projeto, negociamos com o Governo, convergimos para um texto de consenso para ser aprovado, este Projeto foi mandado para a Câmara e lá está esquecido. Eu acho que não deveria estar esquecido. O que é o Projeto? A doação, a dedução, a renúncia fiscal do Imposto de Renda, as pessoas têm que fazer no ano anterior para vigorar, para poder deduzir no ano seguinte. O que é que nós fizemos no projeto? Quer dizer, na hora da declaração do ajuste, declaração de ajuste, quer dizer, até 30 de abril nesse ano, a pessoa que tiver imposto a pagar vai dizer: “olha, eu quero que esses 6% aqui vão para o Fundo da Criança e do Adolescente”, por exemplo. Eu me arrisco a dizer que nós teríamos alguns bilhões se essa pequena alteração fosse feita. Porque no ano anterior, em dezembro do ano passado, nenhum de nós está pensando na questão da criança e... não na questão da criança e do adolescente, que nós todos pensamos o tempo todo, mas no ajuste do Imposto de Renda. A gente só pensa neste em fevereiro, março e abril do ano seguinte.

Então eu quero sugerir a V. Ex^a. que fruto desse debate, concretamente, nós marcássemos um horário, coordenados por V. Ex^a. como Presidente, para que fôssemos lá conversar com o Presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, mostrar essa necessidade, dizer que houve a negociação quando o Aloízio Mercadante ainda era líder. Nós fizemos essa negociação na sala da liderança do Governo, tiramos vários aspectos que estavam impedindo a continuidade assim tranquila do Projeto. Então não existe o porquê não aprovar este Projeto. E isso significaria recurso, dinheiro, orçamen-

to, não seria mais uma demagogia, como tem sido até hoje, demagogia pura, mas passaria a ser direito efetivo com dinheiro e com orçamento.

Então a sugestão é só de acrescentar a palavra “negligência”, em função, inclusive, do relatório. E vamos marcar uma reunião, Sr. Presidente, que aí a gente conversa com o Presidente da Câmara assim numa coisa bem tranquila e informal.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se a Relatora concordar, eu colocaria em votação com a alteração proposta, ele diz na sua fala que V. Ex^a. já concordou e eu me comprometo a marcar essa Audiência com o Presidente da Câmara.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Presidente, eu só queria agradecer, inclusive ao Senador Flávio Arns, por essa lembrança que é importante no aspecto da negligência, que esteja no nosso parecer, até para coincidir com aquilo que venha a justificativa do Projeto da proposta de Lei do Senador Cristovam Buarque.

Dizer que concordo plenamente também com o segundo item colocado pelo Senador Flávio Arns, eu acho que é essencial, porque nós chegamos a discutir esse projeto durante muito tempo e demoramos a encontrar uma saída para ele. Então seria muito importante essa agilidade na tramitação do Projeto que está na Câmara já há algum tempo, porque infelizmente no nosso país, como disse o Senador Flávio Arns, e eu acompanho isso através da Frente Parlamentar e pelo Orçamento Criança, cada ano mingam mais os recursos, os dinheiros que seriam destinados à políticas públicas para enfrentar esse drama que as nossas crianças, os nossos adolescentes e os jovens vivem no país.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com a aprovação do relatório da Senadora Patrícia Saboya, com as alterações propostas e o encaminhamento que eu farei junto ao Presidente da Câmara, permaneçam como se encontram. O Projeto foi aprovado.

Nós temos aqui para votar até três outros Projetos, mas nenhum deles é polêmico, todos são por acordo, sendo que como já estão presentes os sindicalistas, eu diria aqui, sem medo de errar, pela relação que recebi, de todas as Centrais Sindicais e das Confederações, e nós teremos uma Audiência Pública na sequência para dialogarmos sobre a questão do fator previdenciário e a situação dos aposentados, o Senador Mesquita Júnior eu sei que está querendo falar sobre o tema, nós votaríamos somente um requerimento, que é o requerimento da Senadora Fátima Cleide, que pede uma Audiência Pública para discutir a situação dos

trabalhadores domésticos, e passaríamos, em seguida, para a Audiência Pública, podendo dialogar sobre esse tema que é tão importante para todos nós e eu sei que os Senadores também querem se pronunciar. Os Senadores que concordem com esse encaminhamento permaneçam como se encontram. Aprovado esse encaminhamento.

Vamos diretamente então ao requerimento da Senadora Fátima Cleide, que eu já expus, que é uma Audiência Pública para discutir a situação dos trabalhadores domésticos. Não há quem queira discutir. Em votação. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Então nesse momento, porque os outros Projetos, repito, nenhum deles é polêmico, o Ministério do Trabalho inclusive me pediu aqui, Senador Flávio Arns, que dois deles, se possível, eu desse prazo de mais uma semana, os dois Projetos que foram me solicitados, eu farei esse encaminhamento, mas também disse às pessoas que me perguntaram: “esses Projetos que ficaram, que não foram votados, serão votados na próxima quinta-feira”. Vamos torcer que até lá a gente consiga um entendimento e na próxima quinta-feira nós votaremos os Projetos que ficaram na pauta não terminativos. E, naturalmente, se tivermos o número de Senadores e Senadoras presentes, votaremos na próxima quinta também os terminativos.

Então, a partir desse momento, dando por aprovado os encaminhamentos por nós aqui propostos, realizaríamos uma reunião extraordinária para discutir os dois PLs, o do fator previdenciário e também a questão dos aposentados.

Está encerrada essa reunião.

Sessão encerrada às 10h30

ATA DA 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 17 DE ABRIL DE 2008, QUINTA-FEIRA, APÓS A 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, NA SALA DE REUNIÕES Nº. 03, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dez horas e trinta minutos do dia dezessete de abril de dois mil e oito, na sala três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos seguintes Senhores Senadores: **Flávio Arns, Paulo Paim, Patrícia Saboya, Inácio Arruda, José Nery, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy e Virgínio de Carvalho**, O Senador Cícero Lucena justifica sua ausência. Deixam de com-

parecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e, em seguida, faz suas considerações iniciais explica como serão conduzidos os trabalhos. **Item único:** A presente reunião foi convocada na forma de Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 32, de 2008-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 17/04/08, com a finalidade de tratar do assunto referente ao fim do Fator Previdenciário e extensão do mesmo aumento anual do salário mínimo aos aposentados do RGPS, com a presença dos representantes dos trabalhadores e aposentados”. Comparecem os seguintes convidados: Trajano Jardim, COBAP; Wilson Pereira, Diretor Tesoureiro da Nova Central; Deputado Federal Paulo Pereira da Silva; Arthur Henrique da Silva Santos, CUT; Jose Augusto da Silva Filho, Coordenador Nacional do Fórum Sindical do trabalhador; João Batista Inoncentini, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados; Francisco Canindé Pegado, Secretário-Geral da UGT; e Joilson Antônio Cardoso do Nascimento, Secretário de Políticas Sindicais e Relações Institucionais da CTB. O Senhor Presidente, antes das exposições dos Senhores Convidados, franqueia a palavra aos Senhores Senadores. O Senhor Presidente, após as exposições dos Senhores Convidados, franqueia a palavra aos Senhores Senadores e Convidados. Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores: Paulo Paim, Geraldo Mesquita Júnior, Patrícia Saboya, José Nery e Flávio Arns e o Senhor Deputado Federal Paulo Pereira da Silva. Encerradas as falas dos Senhores Senadores e dos convidados, o Senhor Presidente faz suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às treze horas e quatorze minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta então a partir desse momento a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa da 53ª legislatura. Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram.

Eu de forma bem informal, pela forma como dermos urgência para essa Audiência Pública, eu convidaria para que viessem à Mesa os Presidentes das centrais sindicais presentes e o representante do Fórum

Sindical dos Trabalhadores. E também o Presidente, o representante da COBAP. Sei que esses aqui presentes representam, e tomo a liberdade à visão das centrais sindicais e também aqui a COBAP aqui representa não só ela, simbolicamente, mas também as outras entidades de aposentados e pensionistas do país que querem fazer esse bom debate. E o companheiro José Augusto representa aqui o fórum das confederações. Depois vou fazer a leitura inclusive de todas as centrais e confederações que me pediram que eu realizasse esse debate para que não fique nenhuma dúvida sobre esta questão tão importante para o conjunto dos trabalhadores. Eu peço à assessoria aqui da Mesa que providencie as devidas identificações dos nossos convidados. E se me permitirem, eu faria uma pequena introdução porque sei que diversos Senadores já querem falar.

Qual é a introdução sobre essa Audiência Pública? O Senado aprovou na semana passada três projetos de suma importância pra mim para a nação brasileira. A regulamentação da PEC 29 no que trata da saúde, ninguém tem dúvida pela importância, e aprovou também uma política para o salário mínimo que vai até 2011, com os indicativos até 2023 que teve uma contribuição fundamental do movimento sindical brasileiro e nós fizemos também o debate aqui no Senado da República na mesma linha. A Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Patrícia. A Comissão de V.Ex^a, o relator foi o Senador Valdir Raupp, acatou uma proposta que eu entendi que era também uma demanda não só dos aposentados e pensionistas mas todo o assalariado brasileiro de termos também uma política de recuperação dos benefícios. Eu sei que o movimento sindical interagiu e fez avançar a questão do salário mínimo. Mas todo e qualquer avanço que o Congresso venha somando e não diminuindo aquilo que o movimento sindical conseguiu no primeiro momento é visto com bons olhos, claro, no debate que faremos aqui, qualificado, e que não seja depreciativo a ninguém, mas a favor das causas, sempre digo isso, e essa frase é sua, Senador Geraldo Mesquita Júnior, V.Ex^a às vezes diz aqui e eu tenho usado a frase. É muito bom ver Senadores e Deputados que não são contra a ninguém, e não são a favor de coisas, mas a favor de causas. A frase é sua, eu estou repetindo ela aqui nesse momento. E como criou algumas dúvidas, eu vou resumir que o fim do fator é uma luta antiga do movimento sindical brasileiro. Vou dizer do movimento sindical representando todos os trabalhadores do país. E também de Deputados e Senadores. Ele surgiu no momento em que, na época do Governo Fernando Henrique, o Governo Fernando Henrique perdeu o debate da idade mínima, daí apresentou essa chamada

enjabração, que é muito pior que a idade mínima no nosso entendimento que é o tal do fator previdenciário. Que prejudica a todos, e só atingiu os mais pobres, que são aqueles que formam de cálculo do benefício e o reajuste posterior fica no máximo até seis salários mínimos. Mesmo que o teto hoje que dizem que é dez, e não é dez, porque se fosse dez seria mais de quatro mil reais, e sabemos que não passa de 3038, ficaria em torno de sete, aplica o fator e baixa para cinco, seis. O fim do fator contempla principalmente o que eu chamo os pobres do país. Eu dizia na abertura, me permita que eu repita agora, sairei aqui do Congresso Nacional porque tem quase três décadas, vou repetir essa frase, com uma aposentadoria de mais ou menos 15 mil reais. E com paridade ainda. Toda vez que derem aumento para Deputado ou Senador, eu ganho aumento em casa. Eu às vezes digo e dou como exemplo, isso é o Executivo, Legislativo e Judiciário. Não tem fator e tem ainda paridade. Se aposenta, bem dizer, com o princípio da integridade e ainda não tem paridade.

Quando eu voltar lá para minha Canoas, que um dia eu vou voltar para Casa, como a gente fala, os peão que estão lá, no bom sentido, o trabalho do comércio, do banco, a professora, o metalúrgico, o comerciante, vai dizer: "legal, Paim, nós te botamos lá, tu voltou com 15 mil, vai morrer feliz queira Deus. Agora, nós que pagamos sobre mil reais, me aposentei com 600. Perdi de 30 a 40%. E vocês estavam lá e não fizeram nada. Eu não volto com isso para Casa. Eu não quero. Eu não volto com isso para Casa. Eu não. Eu não" E por isso que eu acho que deixando a emoção de lado, que às vezes ela contagia e prejudica o bom debate, eu diria até que mesmo um ou outro cidadão do país que foi de forma desrespeitosa com o Senado e com os Senadores eu não farei um debate desqualificado. Enfim, cada um se expressa como entender melhor, e o povo que julgue esse tipo de forma de agir. Eu sei que há senadores muito indignados, mas quero dizer que eu tentarei manter o máximo de equilíbrio aqui e fazer o debate propositivo, afirmativo, que permita que no futuro eu possa olhar. Tenho cinco filhos. Eu quero olhar nos olhos deles com tranquilidade. Porque eu não vim aqui para trair os trabalhadores. Nunca farei isso. E se o dia que eu fizer isso, por favor me chamem atenção e me mandem para Casa. Olha, vai para Casa que tu não tem mais razão de estar aqui. Antes mesmo de passar a palavra aos nossos debatedores, quero convidar para a Mesa o nosso companheiro também João Inocentino que é Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados da Força Sindical. Isso é uma luta coletiva que não tem... São todas as centrais, todas as federações, todas as confederações, nós queremos que todos estejam na mesma trincheira. Mas antes de

passar a palavra aos nossos convidados e nós poderemos responder, quero passar a palavra, se algum dos Senadores quiser usar a palavra nesse momento... Senador Mesquita Júnior com a palavra.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu agradeço, Senador Paim, Sr^{as}. e Srs. Senadores, nossos ilustres convidados. E agradeço até o fato de V.Ex^a ter me segurado um pouquinho, porque hoje a coisa está complicada pra mim. Eu estou meio... Eu estou ruim. Eu estou assim meio nauseado, estou tonto, estou... A ponto de... Isso não se justifica, mas caiu aqui na minha mão... E não precisava nem disso. Nós que estamos acompanhando há tanto tempo a sua luta e nos engajando nela, mas esses fatores me fizeram cometer uma indelicadeza inominável com o Deputado Paulinho que está aqui presente. Olhe só aonde foi a minha... Deputado Paulinho entrou aqui e eu confundi não sei por que cargas d'água botei na minha cabeça que o Deputado Paulinho era o Ministro Luís Marinho. Olha só que confusão. Pode ser um vaticínio aí, mas eu estou agora mais calmo. Fui ali pedir desculpas ao Deputado Paulinho, ele não era nem obrigado a aceitar minhas desculpas, porque eu fui muito grosseiro com ele. Mas ele com a gentileza que lhe é peculiar ele aceitou minhas desculpas. E eu estava aqui impregnado de uma indignação imensa, Deputado Paulinho. Imensa. Como eu disse, eu não precisava nem desse texto aqui para falar sobre o assunto. Nós estamos aqui empenhados há muito tempo nessa luta capitaneada por vocês, pelo Senador Paim, pela retirada do fator previdenciário do conjunto normativo brasileiro, pela luta encetada em prol da equiparação do reajuste do valor das aposentadorias e como disse o Senador Paim, daqueles que ganham pouquinho menos. Eu costumo dizer... Senador Paim, V.Ex^a falando aí de fator previdenciário, eu lembrava que a expressão mais correta para ele deveria ser fator... Como se diz... Me fugiu da cabeça. Mas fator presidiário. Porque mantém uma camada enorme de trabalhadores nesse país aprisionados num esquema cruel de redução salarial. E eu dizia um dia desses no Plenário: "Nós temos o conjunto de trabalhadores, nós temos o conjunto dos empresários desse país, nós temos o conjunto dos banqueiros desse país, e nós temos outros conjuntos que no somatório eles estão envolvidos nessa questão. E apenas os trabalhadores brasileiros são chamados a pagar a conta". É um negócio impressionante isso. São sempre os trabalhadores brasileiros que são chamados a pagar a conta. Essa balela... Eu estou indignado com a falta de respeito. Essa semana, por exemplo, depois de cansar, de aprovar Requerimento, por exemplo, na nossa representação brasileira no Parlamento do Mercosul, Deputado Paulinho, aprovar requerimentos

convidando, porque no Senado hoje em dia é proibido convocar Ministro.

A gente tem convidar Ministros para vir discutir conosco lá no âmbito do Parlamento do Mercosul, aqui na nossa representação, assuntos relativos às suas pastas. O quê que o Brasil pensa a partir do Ministério da Educação em levar para o Parlamento do Mercosul, para aquele importante fórum, questões relativas àquela pasta, questões importantes. E nós temos tido como resposta, o silêncio, a omissão, e eu diria a falta de respeito de Ministros de Estado, que não precisariam nem de convites desses para comparecer à nossa representação. E essa semana, como se diz, no popular na rua, eu chutei o pau da barraca. Renunciei a Presidência da representação do Parlamento Mercosul em protesto, Senador Paim, contra a atitude de alguns Ministros de nosso país que teimam, teimam, insistem desrespeitar o Congresso Nacional. E aí eu me deparei com a nota aqui que atribui ao ex-sindicalista, Luiz Marinho. Expressões dirigidas ao Congresso Nacional, a parlamentares que atuam aqui com extrema responsabilidade, e ele vem se somar a um movimento que eu consigo distinguir com clareza. O movimento que tende a desmoralizar o Congresso Nacional. O objetivo é esse, claramente. Lá atrás o objetivo é esse, Senadora Patrícia. É a tentativa de desmoralização do Congresso Nacional. Quando o Ministro consegue formular, que coisa impressionante um negócio desse, segundo o Marinho, os projetos de enganadores, quer dizer, está chamando o Senador Paim, a Senadora Patrícia, está chamando o Senador Nery, alguns de nós aqui, de enganadores. Enganador é ele. Enganador é ele. Vira-casaca, metamorfose ambulante. Enganador é ele. Que ele respeite o Congresso Nacional.

As decisões que são tomadas aqui, como diz V.Ex^a, elas estão em sintonia com a maioria da população brasileira. Com o conjunto dos trabalhadores brasileiros. Tenho certeza absoluta, e esse povo foge disso, na discussão da CPMF, V.Ex^a é testemunha, eu propus que aprovássemos aqui a CPMF e submetêssemos a decisão do Congresso a um referendo popular. E eles fogem. O Governo foge porque sabe que perde. O Governo fugiu de uma proposição como essa. Tenho certeza absoluta, Senador Paim, a minha consciência está absolutamente tranqüila, como a sua. Se colocássemos sob referendo popular a decisão que o Congresso Nacional tomou de retirar o fator previdenciário, de equiparar o reajuste dos aposentados com o valor do salário mínimo, iniciativa de V.Ex^a também, tenho certeza absoluta do resultado, o qual seria. De apoio irrestrito, Senadora Patrícia. Portanto, pessoas como o ex-sindicalista Luiz Marinho, que hoje inexplicavelmente, para mim, inexplicavelmente, se coloca

numa postura subserviente, se coloca numa postura de “baba ovo”, entende? E entra no jogo de desqualificação do Congresso Nacional. Esta é uma postura indecente que eu tenho certeza absoluta que o povo brasileiro rechaça, o povo brasileiro não aceita esse tipo de acusação. Há todo um conjunto de ações articuladas inclusive, e bem articuladas, bem preparadas. Porque tem recurso para isso. Ações dessa natureza não surgem de forma tão bem articulada quando ela não tem grana por trás para mantê-la, Senador Paim. Muita grana mantendo uma postura como essa, uma ação articulada como essa de investir contra o Congresso Nacional, desmoralizar o Congresso Nacional. Lamentavelmente mais um aqui, Luiz Marinho, que merece todo o meu repúdio. Se algum dia que eu não me lembro se tive, se tive alguma consideração por um elemento como esse, ele hoje merece o meu asco. Digo aqui com absoluta sinceridade. Merece o meu asco por uma postura servil, subserviente, comprometida com o que há de pior nesse país. Portanto, eu não gostaria de sair desse nosso fórum e peço licença inclusive para me retirar, vou lá para a nossa outra representação, mas não gostaria de deixar de dizer o que acabei de dizer aqui. Assumindo a responsabilidade pelo que eu disse. Cumprimento ao Deputado Paulinho mais uma vez, aos nossos convidados e peço licença ao Presidente Paim, aos meus colegas para poder me retirar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador Mesquita Júnior, agora eu entendi por que você estava com tanta raiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar a palavra para os nossos convidados, e só lembrar a todos que essa Audiência Pública será reproduzida com certeza para todo o Brasil, porque o tema é um tema que o Brasil está discutindo, por duas ou três vezes com certeza. Como tem sido os debates que eu tenho feito aqui nos estúdios da TV Senado. Senadora Patrícia se quiser usar a palavra...

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Eu queria apenas, Senador Paulo Paim, me solidarizar com V. Ex^a por toda luta que V. Ex^a vem implementando ao longo de sua vida pública e pessoal, particular. V. Ex^a é certamente uma das pessoas mais respeitadas do Congresso Brasileiro pela sua lealdade aos trabalhadores brasileiros como um todo, sua voz é sempre a voz mais forte que se levanta nessa Casa na defesa dos trabalhadores. E eu queria lamentar a posição do Ministro Marinho quando chama a esse Congresso, a V. Ex^a e evidentemente a todos nós de enganadores ou irresponsáveis por termos feito justiça aos trabalhadores, aos nossos pais, aos nossos avós que infelizmente no nosso país não têm o respeito que

deveriam ter, merecido de toda a sociedade brasileira. Um dia desses eu estava assistindo algum programa desses de televisão, mostrava a forma de tratamento, por exemplo, dos mais velhos em... Por exemplo, na Europa, em alguns países, na maioria dos países da Europa como aqueles que têm a experiência, na verdade eles servem como conselheiros das nações por tudo que já puderam contribuir, por tudo que já fizeram na construção desse país. Mas, infelizmente, nosso país ainda não tem, ou não atingiu a maturidade suficiente para entender e para reconhecer essa realidade. Portanto, eu queria só trazer aqui a minha voz também, junto com V. Ex^a, me juntar a V. Ex^a nessa sua luta, do meu partido, PDT, nessa nossa luta aqui, Paulinho também, pela justiça. Que a justiça seja feita e que o Governo Brasileiro, através de seus Ministros, possam respeitar, não só a essa Casa e a decisão soberana desta Casa, mas principalmente aos trabalhadores e aos aposentados brasileiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Patrícia, antes mesmo de passar para os convidados, eu queria dizer só duas coisas de forma muito rápida. Eu tive com o Presidente da República. E disse ao Presidente Lula que esse debate dos aposentados e do fator iriam acontecer aqui no Congresso, e que provavelmente seriam aprovados. O Presidente Lula me respondeu da seguinte forma, eu dou esse depoimento o mais transparente porque nada pra mim é segredo e sei que o próprio Presidente vai entender muito bem o que estou dizendo. Me disse o Presidente: “Paim, mas o Marinho, sindicalista como você, vocês não conversaram sobre esse tema?” Eu respondi ao Presidente: “Houve alguns diálogos, mas não avançou”. O Presidente me respondeu: “Paim, eu vou pedir para que o Marinho vá conversar com você”. Quero dizer que eu reuni com o Ministro Marinho antes da votação por duas vezes. Apresentei a PEC 10, apresentei o PL42, a questão dos aposentados, e apresentei o fim do fator previdenciário. A última reunião que tivemos na busca do entendimento, o Ministro levou a PEC 10 porque ao mesmo tempo que a gente tirou o fator, colocamos a idade mínima. E tomei a liberdade também de reunir com todo esse movimento sindical que está aqui para apresentar a idéia da idade mínima que ninguém dissesse que nós estávamos de forma irresponsável tirando o fator e não apresentando nada. O quê que me respondeu o movimento sindical? “Paim, você tem toda liberdade, naturalmente, você é um parlamentar de apresentar. E nós do movimento sindical vamos debater o tema.” Disseram isso de forma muito respeitosa. E eu assim o fiz. Por isso, Senadora Patrícia, Senador José Nery, eu estou quase que... Eu não estou querendo acreditar que essa declara-

ção foi de um sindicalista experiente como é digamos o sindicalista Luiz Marinho. Estou querendo acreditar que houve uma distorção dos fatos. Talvez o Ministro quisesse dizer que ele estava preocupado com a repercussão no campo econômico. Eu não sei se V.Ex^a está entendendo, não estou querendo acreditar que ele dito isso em relação ao Congresso--

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): ...Entendendo que V.Ex^a é uma alma muito boa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ao movimento sindical, aos milhões de aposentados e pensionistas, à companheirada lá de São Bernardo do Campo. Porque senão todos aqueles companheiros que estão lá e que temos maior carinho, ninguém está entendendo bem. Confesso que ninguém está entendendo. Por isso que eu vou me dar o direito da dúvida. Como eu não falei com ele, eu queria me dar o direito da dúvida, de achar que ele não falou isso que houve talvez um mal entendido. Com isso eu passo a palavra...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): [Pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Senador Flávio Arns está sendo mais duro do que eu aqui. Quando eu estou dizendo que não gostaria de acreditar que fosse verdade. Eu não gostaria de acreditar que o Ministro Marinho usou essas expressões em relação ao Congresso Nacional e consequentemente aos 81 Senadores. Eu estou ainda, digamos, sobre o impacto da declaração. Que se for verdadeira, ela é desrespeitosa, ela não é qualificada, ela não ajuda em nada. Não é o debate. Podemos até debater. Por isso que quero dizer que não estou querendo acreditar, que não houve alguma... Não que vou culpar agora a imprensa, não é essa a minha intenção. Que houve talvez um mal entendido naquilo que ele quis dizer. Senador José Nery pediu a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador Paulo Paim, Senador Flávio Arns, Senadora Patrícia Saboya, Deputado Paulo Pereira da Silva, cumprimentar os nossos dignos representantes das centrais sindicais de federações de trabalhadores que compõem o Fórum Sindical dos Trabalhadores, em primeiro lugar para dizer da nossa mais absoluta solidariedade a essa jornada de luta para fazer valer o direito dos aposentados e pensionistas da Previdência Social. Esse tema é tratado e sabemos das profundas divergências que ele tem apresentado quando ele vem ao debate, à discussão, à pauta. Uma das etapas da Reforma da Previdência conduzida em 2003 foi responsável por uma cisão, uma dissidência e um processo doloroso no interior do Partido dos Trabalhadores. Partido que estive construindo durante 25 anos da minha

vida. Os processos da Reforma da Previdência levou aqui à expulsão de Heloísa Helena e de três Deputados Federais.

Então, vejamos que não é um tema fácil, capaz de gerar esse tipo de consequência. Quando o Senado aprovou os projetos que trata dos aposentados e pensionistas, política do reajuste do salário mínimo, e extingue o fator previdenciário que com certeza agride os direitos adquiridos dos trabalhadores brasileiros, me vem as autoridades do Poder Executivo, o Ministro do Trabalho chamar de enganação. O Ministro do planejamento nos chamou de irresponsáveis. É o que está escrito e ele não se preocupou em desmentir. Mas se fossem verdade as declarações de enganação e irresponsáveis, não que preferiríamos esse tipo de título, mas os senhores que já estiveram do outro lado... Esses senhores que já estiveram do outro lado do balcão, da Mesa, deveriam ser mais comedidos ao avaliar decisões soberanas como o Congresso Nacional tomou, aliás, como o Senado adotou na semana passada e agora a Câmara dos Deputados tem a mesma tarefa de adotar. Se por acaso a pressão sobre a base parlamentar na Câmara for tão intensa que a Câmara viesse a cometer esse suicídio político para enterrando os direitos dos aposentados e pensionistas da Previdência Social pública no Brasil, eu não acredito que isso venha acontecer. Porém, resta se aprovado na Câmara, resta o mecanismo do veto. A primeira batalha é para aprovar na Câmara agora. Uma vez aprovado, é trabalhar e se possível usar de todas as formas possíveis de pressão legítima, Senador Paulo Paim, para exigir a garantia da sanção do projeto tal qual aprovamos aqui no Senado e na Câmara dos Deputados. Por isso sou absolutamente favorável a um amplo processo de imobilização que unifique todas as centrais, todos os sindicatos, todas as correntes do movimento sindical, aqui, ou há unidade ou seremos derrotados. O que importa aqui é a causa. Nesse sentido, apoiamos a realização... Nós já combinamos aqui como um conjunto de entidades a realização também de uma Audiência Pública, se não estou enganado, Senador Paulo Paim, na Câmara, nos próximos dias. Uma mobilização mais geral, com todas as centrais e sindicatos para exercer a legítima pressão, o debate na Câmara dos Deputados, dialogando com todas os partidos, com todas as lideranças, e montar um verdadeiro mutirão nacional envolvendo Congresso, os partidos, os sindicatos, as centrais, as confederações de trabalhadores com um único objetivo, de aprovar na Câmara e depois lutar para que seja sancionado pelo Presidente da República. Repudiamos todas as declarações infelizes quando da referência de ministros aos membros do Senado, porque ao chamar esse projeto de enganação, estão

atingindo não apenas os Senadores e Senadoras, ou os Deputados e Deputadas, estão atingindo o trabalhador aposentado, o trabalhador brasileiro.

Portanto, quero finalmente render aqui as minhas homenagens a todos que estão envolvidos com essa causa. Mas como eu faço questão de dizer sempre, nessa questão aqui no Senado nós temos, do Parlamento brasileiro, especialmente do Senado, nós temos um verdadeiro comandante timoneiro. A coragem, a determinação do Senador Paim, incansável, coerente com que nos disse há pouco. Não voltará para casa se um dia quando vier a se aposentar quando não for mais possível... Porque o povo do Rio Grande do Sul com certeza ou o conduzirá para o Senado ou fará Governador do Rio Grande do Sul, ou a quem sabe fará um dia Presidente até do país, no entanto, não voltará para casa, como ele disse, tendo que dar explicações por ter de alguma forma traído os direitos dos trabalhadores. Então, essa determinação, essa energia e até a emoção com que ele transmite ao falar desses temas, contagia a todos nós. Nos mobiliza. E encerro dizendo que estarei... A todas centrais, todo debate, toda mobilização que for feita, inclusive, estímulo para que faça as mobilizações mais contundentes possíveis para garantir esse direito, podem contar com o apoio do nosso mandato, do partido socialismo e liberdade, o PSOL, aqui na Câmara, nas mobilizações que houver pelo país inteiro, e devemos fazer no primeiro de maio. Entre outras tantas bandeiras de lutas dos trabalhadores da reforma agrária dos direitos trabalhistas pela garantia e manutenção dos direitos trabalhistas que querem flexibilizar para retirada dos trabalhadores, nós devemos colocar como central na pauta do primeiro de maio a luta popular democrática dos sindicatos para garantir a aprovação desse projeto, a sanção.

E por último mesmo só fazer um rápido comunicado, que acredito que interessa a todos. Hoje completam-se 12 anos do massacre de Eldorado dos Carajás. Nesse momento os trabalhadores sem terra pelo Brasil inteiro promovem mobilizações, ocupações, lutas para fazer valer seus direitos. E os trabalhadores sem terra, ocupam. Rico é quem invade. E por ter ido a semana passada lá em Carajás dar apoio ao movimento dos sem terra, nessa última semana, senhores e senhoras Senadores, tendo sido atacado violentamente por órgãos de imprensa, por setores ligados à poderosa companhia Vale do Rio Doce, porque por mais que nos combatam, não haverão de nos dobrar no nosso compromisso de defender os interesses de quem merece ser defendido. E nesse momento os trabalhadores ocuparam a ferrovia de Carajás lá em Paraopebas, dois mil trabalhadores, um contingente policial de mais de 800 policiais que estão na área para... Esperamos que

não seja para reprimir, apesar de saber que a intenção é essa, esperamos que nesse dia de memória, de luta dos sem terra, não aconteça mais uma tragédia como aconteceu 12 anos atrás, que infelizmente naquele momento tive a infeliz situação de ver em Eldorado, em Marabá, os corpos daqueles sem terras estendidos no chão, crivados de bala, cérebros despedaçados, e aí tem gente que diz que são os trabalhadores que são violentos, desordeiros, inclusive queria repudiar aqui nessa Comissão de Direitos Humanos para encerrar, as palavras do Presidente da Vale do Rio Doce, Sr. Roger Agnelli, que disse para todo o país na semana passada, que os trabalhadores sem terra são criminosos, são bandidos. Com essa afirmação ele, representante da mais poderosa empresa de mineral das Américas, daqui a pouco talvez seja uma das maiores do mundo, dessa forma se mostra conivente e até certo ponto estimula a violência contra trabalhadores indefesos, na medida em que diz que os atos de ocupação pela Reforma Agrária, pela soberania do país, defesa do meio ambiente, luta pela Reforma Agrária são atos criminosos. Criminosos é quem espolia, é quem retira do subsolo riquezas fundamentais e pagam muito pouco imposto para fazer essa exploração. Portanto, ao mesmo tempo que me solidarizo com a luta dos aposentados e pensionistas, igualmente denuncio, repudio e afirmo meu compromisso que deve ser o compromisso de todos nós de defender os trabalhadores em suas lutas, defender a mobilização dos indígenas na sua semana, do acampamento terra livre que está aqui na frente do Congresso Nacional, defender os indígenas de Raposa Serra do Sol, as ações do Governo Federal que lá estão fazendo ação para garantir a demarcação das terras indígenas. E nessa manhã deveríamos fazer aqui uma Audiência Pública. Eu sei que estou exagerando, mas encerro em meio minuto, devemos fazer... Deveríamos fazer uma Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos para discutir com indígenas, trabalhadores rurais, quilombolas, ribeirinhos, agricultores, indígenas do Tocantins e do Maranhão que estão sendo vítimas da espoliação com a construção da barragem de estreito. Os órgãos do Governo e os parlamentares pediram que a Sessão fosse daqui alguns dias adiada porque não podiam alguns representantes do Governo estar aqui hoje. Esperamos que esteja no dia 7 quando o Presidente Paulo Paim marcou na reunião. E naquele momento que eles pediram para marcar a reunião eu concordei e o senhor adiou, a Comissão de indígenas, agricultores e apoiadores já tinham saído de Tocantins, de Estreito, e inclusive uma Comissão já está aqui presente porque não chegaram, não... Não tivemos como avisar porque quando fomos contatados, Senador Paulo Paim, eles

já estavam a caminho. Mas estarão de volta no dia 7 de maio, às 14h00 para uma grande Audiência Pública e questionamentos necessários a essa barragem, a essa hidrelétrica.

Desculpe, os senhores convidados, ter tratado de outro assunto que não dos aposentados e pensionistas, mas é uma luta comum, é uma luta que nos une, a luta por um Brasil mais digno. Nesse dia que nos une à luta dos trabalhadores sem terra do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Obrigado, Senador José Nery. V.Ex^a usou de forma correta o tempo em relação a assalariados indígenas que estão aqui, já tinham se deslocado. Nós queremos aqui aquelas pessoas que possam decidir o encaminhamento. E por isso faremos a reunião no dia 7. Eu vou dar aqui à Mesa cinco minutos. Eu vou começar com o nosso representante da COBAP, que é o companheiro Trajano. A COBAP que organizou uma vigília aqui no Senado com outras lideranças no momento da votação dos dois PL que interessa aos trabalhadores da área privada e também aos aposentados. Companheiro Trajano, cinco minutos, por favor.

SR. TRAJANO JARDIM: Senador Paulo Paim, a quem eu cumprimento todos os outros membros da Mesa, Srs. Senadores, senhoras e senhores. A COBAP, Confederação Brasileira de Aposentados, está nessa luta não apenas pela reposição e pela integralização das perdas salariais dos aposentados, mas também na luta contra o fator previdenciário. Que embora nós aposentados já temos ultrapassado esta fase, aqueles que estão aposentados, mas nós estamos voltados à nossa ótica para aqueles que ainda vão se aposentar. Para os trabalhadores da ativa, para os jovens brasileiros trabalhadores e trabalhadoras que estão sendo vilipendiados por esse fator previdenciário que foi feito e colocado num instante de um Governo que nos chamou a nós aposentados de vagabundos, e hoje nós estamos vendo que um Governo que nós colocamos como trabalhadores, que votamos e lutamos para que todo aquele passado de 20 anos de ditadura nós pudéssemos ter a democracia e lutar pelos direitos que nos pertencem.

Por coincidência, Senador Paim, eu estava essa semana lendo um folheto. Do Senador Cristovam sobre educacionismo onde ele fazia algumas críticas à situação de hoje, onde nossos bravos companheiros dirigentes sindicais estão trocando o seu passado de luta pelos cargos. E coincidentemente também nós líamos um artigo do frei Beto em que ele colocava todas essas questões que a declaração do Ministro Marinho vem apenas corroborar com as opiniões desses dois companheiros que são Senadores que é o Senador Cristovam e o frei Beto. Nós estamos aqui no Senado

numa decisão de 19 federações de aposentados em vigília permanente em defesa dos projetos apresentados pelo Senador Paulo Paim. E essa vigília ela tem, felizmente, trazido resultados em apoio ao Senador, e ela também pode se transformar em um desagravo ao Senador Paulo Paim, ao Senado, por essas declarações infelizes que foram feitas pelo Ministro. Cada declaração que fazem, não só o Ministro Marinho, mas outros Ministros, com relação à Previdência Social, com relação aos aposentados, a gente volta aos tempos obscuros da ditadura. São as mesmas declarações, são as mesmas desculpas, a Previdência está falindo, a Previdência não tem... Está com liquidez, não tem liquidez para cumprir os seus compromissos, e a gente vê que o próprio Presidente da República, depois de muito ser massacrado pelos membros do IPEA, aqueles que estão lá há 20, 30 anos trabalhando para confrontar os direitos dos aposentados e dos trabalhadores, o Presidente da República chegou à conclusão de que a Previdência não é deficitária. Felizmente. Mas parece que não existe uma consonância entre o Presidente da República e seus Ministros. E aí a gente ouve declarações como essas. Nós continuaremos, a COBAP continuará com a vigília também na Câmara. Nós estamos programando para cada semana três, quatro federações trazerem as suas delegações para cá e nós vamos permanecer até que sejam votados esses projetos tanto o PL 58 quanto o fator previdenciário e depois de votado nós vamos continuar essa vigília aí voltada para o outro lado. Para o palácio. Porque nós não vamos permitir, e isso nós devemos contar com o apoio dos trabalhadores da ativa, com todas as confederações, com todas as centrais sindicais para que o Presidente da República não vete. Porque eu acredito que o Presidente Lula, como o Senador Paulo Paim, não queira levar para casa esse estigma de ter sido contra os trabalhadores e contra os aposentados. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já está na Mesa conosco, Canindé Pegado que representa aqui a UGT. Seja bem-vindo Canindé, e todas as outras centrais que não estão na Mesa ainda eu peço a gentileza de informar aqui à coordenação dos trabalhos e vai ser providenciado uma cadeira aqui na Mesa principal. De imediato passo a palavra ao Sr. Wilson Pereira que representa aqui a Nova Central Sindical. Quero dizer que o Presidente Calixto me ligou, me permita que eu diga isso antes de V.Ex^a falar, e dizer que ele só não está aqui porque ele está reunido com os sindicais filiados, a Nova Central ali a confederação, numa plenária lá em... Lá na sede. V.Ex^a está com a palavra. Mas que está apoiando integralmente--

SR. WILSON PEREIRA: Bom dia a todos, eu quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, V.Ex^a que vem desenvolvendo um trabalho nesta Casa, digno realmente de aplauso da classe trabalhadora e da sociedade brasileira, cumprimentar os Srs. Senadores e de forma especial o Senador Flávio Arns, da minha terra, eu que sou paranaense, presido a federação dos trabalhadores em turismo do Estado, cumprimentar os demais companheiros de Mesa, companheiro Paulinho, nosso Deputado, Presidente da Força Sindical, dirigentes sindicais, de forma especial também os companheiros da nova central. Já foi feita a justificativa pelo Senador Paim, a ausência do companheiro Calixto, e quero justificar também, Senador, a ausência do companheiro Moacir que gostaria de estar presente, o Moacir da Contrato, mas infelizmente não pôde estar presente porque está envolvido com a eleição de uma Confederação. Pois bem, realmente eu acho que hoje é um dia de protesto. Não apenas, Senador Paim, dos dirigentes sindicais do Senado Federal, mas sim da sociedade brasileira. O que ocorreu, efetivamente, com a manifestação do Sr. Ministro da Previdência, é algo de se repudiar efetivamente. E a Nova Central sindical vem aqui para manifestar o apoio à V.Ex^a, apoio ao Senado Federal, e dizer que nós defendemos nesse país um Estado de direito com liberdade, evidentemente de manifestação, mas acima de tudo respeito às pessoas e respeito às instituições. Me pronunciei alguns tempos atrás nesta Casa e lembrei o que disse o meu conterrâneo Roberto Antônio Busato quando Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil nacional, em uma solenidade de posse de um Ministro do Supremo Tribunal Federal, na Presidência, aonde disse que o Brasil é um país da inconstitucionalidade. E lamentavelmente, Sr. Presidente, efetivamente o nosso país em nosso país muito pouco se faz para com que as leis e a Constituição brasileira seja cumprida. Então, o que V.Ex^a está fazendo no Senado Federal com relação a recuperar aquilo que, efetivamente, a classe trabalhadora, os aposentados, porque o aposentado hoje ele continua trabalhando.

Eu mesmo sou um aposentado, mas eu continuo lutando na vida sindical, eu continuo brigando pelos direitos dos trabalhadores, continuo desenvolvendo minhas atividades de forma normal. Mesmo porque se eu ficasse apenas com a minha aposentadoria... O Senador Flávio Arns conhece a região de Teixeira Soares. Eu sou dali, Senador. Trabalhei até os 16 anos de idade na roça. Depois fui para Ponta Grossa. Agora recentemente fiz um acordo com a Previdência Social para que reconhecesse o meu tempo de trabalhador rural, fizemos o acordo só que a Previdência não cumpriu o acordo com que fizemos na justiça. Então, é uma

situação lamentável, mas só apenas mencionar, Senador, a situação, porque V.Ex^a colocou a vossa posição de quando vai se aposentar e receber o valor que disse, e dizer que a Nova Central está engajada com V.Ex^a e com o Senado Federal nessa luta e temos que efetivamente mobilizar a sociedade e vir para Brasília lutar na Câmara dos Deputados para fazer com que se cumpra aquilo que o Senado Federal efetivamente defende e aprova. Muito obrigado

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Passo a palavra ao Paulinho, como Deputado Federal e Presidente da central sindical, e em seguida nessa seqüência aqui... Pode ver que a gente aqui não se preocupou em privilegiar um ou outro, colocamos na seqüência como combinado e dei a palavra à COBAP em primeiro lugar. Paulinho, em seguida o Artur Henrique.

DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT-SP): Quero cumprimento a todos Senadores, Flávio Arns, meu conterrâneo também sou paranaense, da região de Londrina, companheiros que estão aqui das centrais. Meu cumprimento especial ao companheiro e amigo Senador Paulo Paim, que sempre faço questão de lembrar, fui um dos primeiros a assinar um documento apoiando para que ele fosse candidato a Senador. Depois os outros companheiros das centrais também assinaram. Então, portanto, ele foi candidato com o apoio de todas as centrais sindicais. E o Paim tem cumprido o seu objetivo aqui, que é defender os direitos e os interesses dos trabalhadores no Senado Federal. E nós todos temos uma satisfação muito grande de ter um Senador que se dedica a uma causa. E lógico, um trânsito dentro da casa. Porque aqui também não adianta, né Flávio, você vir para cá e radicalizar em cima daquilo se não tiver uma articulação aqui dentro. E o Paim nos surpreende. Por quê? Eu não acreditava que você conseguia aprovar esses dois projetos no Senado. Pra mim foi uma surpresa. Por unanimidade. Por quê? Porque são duas questões que os trabalhadores aposentados lutam há muito tempo. Há muitos anos. Quanto tempo a gente não ouve falar, José Augusto, dessa questão do fator previdenciário? Que é um inferno na vida da pessoa. Você paga até dez salários mínimos, na hora de se aposentar vem lá um cálculo desgraçado que não sei como é que inventaram aquilo, com zero não sei o quê, que para calcular o cara tem que comprar uma calculadora, porque ele jamais vai imaginar como é que faz aquele cálculo, de cabeça jamais, de cabeça... E aí ele só sabe que ele se lascou no final. Que o salário dele caiu.

Os companheiros aqui da frente sindical mostraram dois exemplos, de um trabalhador, ou de uma

trabalhadora que é pior ainda. No caso da trabalhadora é pior ainda. Enfim, então, ninguém consegue entender isso. Você não consegue explicar na porta de uma fábrica por que é que você paga, se você ganha dois mil reais você paga sobre os dois mil reais, e quando você vai se aposentar não dá mil. Ou dá ali mil e cem, mil e duzentos. E o pior, toda vez que tem uma mudança na política econômica quem se lasca é o aposentado, que cai mais ainda. E já chegaram, Flávio, a 16 milhões de aposentados que ganham salário mínimo. Se a gente não breca essa situação, em pouco tempo será os 24, 25 milhões de aposentados ganhando salário mínimo. Então, Paim, eu não acreditava que você conseguiria, aliás, que o Senado desse esse presente aos trabalhadores aposentados do Brasil. Parabéns a todos os Senadores. Porque vocês colocaram de pé essa questão, e eu sei que isso tem muito do teu trabalho... Aliás, tem exclusivamente trabalho do Paim de falar com um por um. É muito mais fácil do que na Câmara, aqui tem só 81, 80 tem que falar, na Câmara é impossível. Porque até hoje eu não consegui convencer a metade dos Deputados. E é uma dificuldade, porque são 513. Esses dias atrás eu trouxe, eu vou tomar um pouquinho mais do tempo aqui para falar isso, uma delegação do Canadá, aí eles entraram lá e estava lotado. Falou: "Vem cá, o que está acontecendo?" Eu falei: "Não, Deputado." "Eu pensei que era uma assembléia." Era uma assembléia, mas assembléia de Deputados. Enfim, então, eu fiquei muito satisfeito e também na questão do salário mínimo. Porque o salário mínimo, as centrais sindicais nunca se preocupou com isso, Senador. Nunca tinha se preocupado com isso. De 2000 para cá nós cismamos de nos preocupar. Por que é que não nos preocupávamos? Porque nas nossas bases não tem ninguém que ganha salário mínimo. O trabalhador do salário mínimo é aquele trabalhador que muitas vezes não está organizado num sindicato, não está organizado nas federações, não está nas bases sindicais oficiais. E esse trabalhador normalmente era discriminado. E as centrais não se preocupavam com isso.

Nos preocupamos de um tempo para cá e conseguimos não só recuperar... Quantas vezes nós fizemos um cartaz de cem dólares? Eu cheguei a fazer um cartaz de cem dólares, ele inteiro. Pegamos um dólar e transformamos em um cartaz, lembra disso? Hoje o salário mínimo está em 260 dólares, não porque o dólar caiu, mas também porque a gente conseguiu melhorar. E a gente pensa que isso não é muita coisa, mas vai no interior do país, no meio da mata amazônica ou lá no nordeste, numa cidade pequena, o que significa 415 reais. Eu estive em algumas delas, Paim, muita gente achava que eu estava mentindo, que eles

não iam receber 415. E muito menos com antecipação, nós trouxemos isso para março e o ano que vem vai ser em fevereiro e em outro ano vai ser em janeiro. Então foram conquistas que a gente foi conseguindo também para esse povo mais pobre, que o ano passado significou 41 bilhões de reais que nós pusemos na mão desses trabalhadores. Esse ano, esse aumento agora de 415, significou 21 bilhões de reais na mão também desse povo mais pobre. Que vai comprar, vai comer, vai comprar mais um pouquinho de roupa... E é isso que fez o comércio, o país está crescendo um pouco mais.

Então, são duas questões importantes. E nós conseguimos uma política para o salário mínimo, independente do Presidente da República que passar aqui até 2023. Vai ter que dar esse aumento. Aí teve a surpresa de uma emenda do Senador Paulo Paim nos dando esse mesmo aumento da inflação mais o PIB de dois anos anteriores para aqueles trabalhadores que ganham mais que o salário mínimo. Esse também era outro grande problema que a gente até hoje nunca conseguimos negociar com o Governo que pudesse dar esse benefício ao trabalhador, porque normalmente o que ganha mais, o trabalhador do salário mínimo tem pego um aumento e o que ganha mais salário mínimo tem pego apenas a inflação. E bom lembrar que tem pego a inflação neste Governo, porque nos outros não pegava. Nem isso se pagava para o aposentado. Por isso que caíram para o salário mínimo 16 milhões de pessoas. Então queria passando um pouco do tempo, dizer o seguinte. Parabéns a você, parabéns a todos os senadores Senador Flávio, e dizer o seguinte: Agora nós teremos uma grande batalha. Eu queria aqui fazer uma referência ao Ministro Marinho, ao qual nós temos como um companheiro nosso. E considero ainda meu companheiro. E sei que ele deve ter imaginado o pepino que ele arrumou dentro do Governo. E por isso, talvez até deu essas declarações. Porque o Marinho tem sido todas às vezes, que tem uma causa dos trabalhadores dentro do Governo, ele tem sido um dos Ministros que fica do nosso lado. Como tem ficado o Ministro Lupi, o Ministro Luiz Dulci. Ou seja, temos uma parte dentro do Governo que nos defende. Agora, ele deve ter imaginado, porque a Previdência com todos esses problemas, essas duas questões vão aumentar o custo, então, acabou dando declaração... Sei lá. Infeliz. Mas acho que o Marinho, ele continua sendo um companheiro dos trabalhadores dentro do Governo. Nós temos que preservá-lo. Até para que ele possa nos continuar defendendo. Quero dizer o seguinte, vai ser uma batalha, companheiros da Mesa. Quero... Acho que dentro da Câmara nós temos que jogar muito pesado. Muito pesado. Se for o caso até de acampa-

mento de aposentados aqui dentro dessa Casa para garantir a votação e aprovação dessas duas medidas. Porque aqui tem duas maneiras. Você pode votar ou pode enrolar também na votação. Pode ser um caminho. Ano eleitoral... Se não tiver pressão na Câmara não só corre o risco de perder como corre o risco de não votar e ficarem parados esses dois projetos lá, muito talvez dos projetos mais importantes nos últimos 20, 30 anos que já tiveram para os aposentados ou para aqueles que vão se aposentar.

Então, acho que nós devíamos começar uma discussão com o Presidente da Câmara, porque ele pode imediatamente fazer uma Comissão especial para cuidar, principalmente da questão do salário mínimo e do aumento dos aposentados que ganham mais que o mínimo, uma Comissão especial, exigindo além da criação da Comissão Especial. E na questão do fator, essas duas questões a gente fazer na Comissão do trabalho, urgente, vou pedir ainda hoje uma Audiência Pública. Porque hoje nós estamos aqui na verdade trazendo um agradecimento. Essa Audiência Pública ela está acontecendo depois de aprovada. É mais até de um agradecimento ao Senado pelo que fez, pelos Senadores que eles só falam mal de nós aqui também. Quando tem uma coisa boa, ninguém vem agradecer. Nós cismamos de agradecer. Centrais sindicais, ao invés de ficar falando mal de quem vota contra nós, nós resolvemos fazer um agradecimento. Fizemos um certificado, foi criticado pela imprensa, mas eu sei por que é que a imprensa nos criticou. Porque a imprensa gostaria muito que os trabalhadores continuassem lá em cima, na rua, fazendo manifestação e não aqui dentro. E nós mudamos o jeito de atuar Senador, nós estamos atuando aqui dentro, conversando com cada um dos senadores, porque somos trabalhadores, mas não somos bandidos. Então viemos para dentro. E quando viemos fazer uma festa aqui dentro para agradecer os Deputados e Senadores, nos criticaram. Mas pode continuar criticando porque nós já descobrimos como é que vamos atuar aqui dentro, é aqui falando com cada um de vocês para que a gente possa continuar ganhando voto dos Senadores Deputados, nas causas dos trabalhadores. Quero ainda hoje procurar o Presidente da Comissão de trabalho para marcar para a próxima semana uma Audiência Pública para já debater essas duas questão lá na Câmara. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vou passar de imediato a palavra ao Artur, que é o Presidente da CUT, me permita só registrar a presença também aqui do... Sempre Presidente da CUT estadual do Rio Grande do Sul, que é meu companheiro Quin-

tino Severo. Quero lhe dar esse depoimento, Quintino, porque você sempre foi um companheiro desde a luta dos sapateiros, lá onde mataram um amigo nosso, um lutador, um trabalhador, quando estávamos concluindo aquela greve. Nós dissemos: "olha a greve está concluída" estávamos retornando e pedimos para eles que voltassem para casa com calma, e assim mesmo um deles foi assassinado pela segurança na época. E ver tua presença aqui pra mim é muito importante. Pode saber disso. Artur.

SR. ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS:

Bom dia Senador Paulo Paim, queria em primeiro lugar agradecer em nome da Central Única dos Trabalhadores o convite para essa audiência, cumprimentar aqui a todos os Senadores presentes, aos companheiros aqui da Mesa, companheiros e companheiras que estão nos assistindo, e que estão aqui também presentes nessa audiência. Em primeiro lugar eu queria aproveitar esse momento, como diz o Paulinho, é raro a gente ter oportunidade de falar com o Brasil todo, porque nem sempre uma parte da mídia nos dá a possibilidade de discutir assuntos de interesse do conjunto da classe trabalhadora e evidentemente a repercussão que tem a TV Senado por todo o Brasil, nós temos que aproveitar. E dizer sobre esse processo de unidade das centrais sindicais que se iniciou com as marchas da classe trabalhadora feitas no final do ano aqui em Brasília, e que em uma dessas marchas da classe trabalhadora feitas no final do ano aqui em Brasília e que uma dessas marchas ou a segunda marcha nós já colocamos como uma das principais bandeiras a questão do salário mínimo. E eu estou dizendo a importância daquela política de valorização do salário mínimo porque ela tem claramente uma ligação com quase 40 milhões de pessoas que direta ou indiretamente dependem do salário mínimo e 16 milhões de aposentados que ganham o salário mínimo. Então, é preciso em primeiro lugar fazer essa diferenciação e saber do que é que nós estamos falando. Segundo, registrar aqui que não só a marcha do salário mínimo como a tabela do Imposto de Renda foram fruto desse conjunto de unidade das centrais sindicais que mesmo mantendo as suas diferenças de concepção, mantém essa unidade quando o assunto é de interesse geral da classe trabalhadora e assim deve continuar. Estou chamando atenção para isso porque lembro que na marcha do salário mínimo de Imposto de Renda nós tivemos a oportunidade de ter numa das marchas o Ministro Luiz Marinho, então Presidente da CUT, e na outra marcha o Ministro Luiz Marinho, ex-Presidente da CUT, então Ministro do Trabalho. E que conduziu junto com as centrais sindicais todo o debate, inclusive enfrentando dentro do próprio Governo situações

adversas em relação a garantir a manutenção dessa política de valorização do salário mínimo. E acho isso fundamental de ser registrado porque foi assim que aconteceu e todas as centrais sindicais aqui presentes lembram disso.

Segundo, aproveitar esse momento para dizer da nossa pauta, não só a importância de ter votado esses temas que quero falar também em seguida, mas também aproveitar esse momento para falar da importância de aprovar as convenções 151, 158 da organização internacional do trabalho, que estão na pauta dos trabalhadores, estão na pauta, na agenda das centrais sindicais, a 151 que trata da regulamentação da negociação coletiva no setor público e a convenção 158 que trata da demissão sem justa causa, da regulamentação da necessidade de se ter no Brasil, não uma estabilidade de emprego, não uma garantia de emprego, mas sim uma proposta que crie obstáculos a uma demissão sem justa causa. Queria aproveitar esse momento parabenizando Senador Paulo Paim por essa iniciativa, mas também aproveitar colocar nossa pauta e esperar que aqueles Senadores e Senadoras que votaram unanimemente pelo fim do fator previdenciário que é fundamental para o conjunto da classe trabalhadora, que votaram unanimemente pela recomposição do salário das aposentadorias também de quem ganha acima de um salário mínimo para ser recomposta conforme a política de valorização que nós negociamos entre as centrais do Governo, quiça, nós tenhamos nessa Casa aprovação por unanimidade da convenção 151, da convenção 158 e da redução da jornada sem redução de salário que é a campanha que as centrais sindicais unitariamente estão também levando à frente.

Queria falar rapidamente no último minuto que me resta sobre a questão do fator previdenciário. Paulo Paim sabe disso, Senador, nós tivemos um ano discutindo e vários companheiros aqui da Mesa também, no fórum da Previdência Social, onde esse debate teve a todo momento na discussão com os atores sociais. Trabalhadores, empregadores, aposentados e Governo. E o que mais chamou atenção de todos no debate que fizemos no fórum da Previdência, é que ninguém hoje tem condição de saber quando é que ele pode se aposentar ou qual é o valor da sua aposentadoria. O que disse o Paulinho aqui, você não é uma situação como a gente existia algum tempo atrás, dizia bom, eu posso escolher, posso retardar... Não. Hoje a pessoa... "Mas eu tenho condição de me aposentar?" "Não sei." E dificilmente um sindicalista consegue se não tiver uma calculadora do lado para fazer a conta da fórmula e eu queria lembrar aqui, não só do ponto de vista político, como é que foi suplementado o fator previdenciário, mas

o que ele representa do ponto de vista da fórmula que foi muito bem engendrada por quem, evidentemente, pensou na fórmula para postergar as aposentadorias. Porque nós temos um problema naquela fórmula que 2/3 do peso da fórmula, é uma fórmula matemática, 2/3 do peso está na chamada expectativa de vida. Ou seja, o problema não é quanto tempo se contribui, o problema não é quanto você tem de idade, mas qual é a sua expectativa de vida. E como a expectativa de vida altera-se ano a ano, você empurra cada vez mais para frente a sua condição de receber 100% não 100% de aposentadoria, mas fator 1 da sua aposentadoria. "Ah, mas você pode sair antes" Sim, pode sair antes com esses exemplos que estão colocados no documento aqui aonde um homem tem quase 40% de perda do seu salário de sua opinião e uma mulher mais ainda, 45, 50% de perda se acaso sair com a implantação do fator previdenciário. Portanto, na nossa opinião, o fim do fator previdenciário é uma bandeira que deve ser construída coletivamente por todas as centrais sindicais, as entidades de aposentados e trabalhadores e pressionar o Congresso Nacional junto com a pauta que as centrais estão encaminhando para que a gente possa avançar no conjunto de direitos da classe dos trabalhadores. Agradeço mais uma vez essa oportunidade e fico também à disposição dos Senadores para discutir os outros temas da pauta. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos lá, devido ao nosso tempo, com rapidez. Passamos de imediato a palavra ao José Augusto, que representa aqui o fórum das confederações. Como eu recebi aqui uma lista do número de confederações que estão aqui presentes, o Augusto vai fazer o registro porque na verdade eu entendo muito a minha letra. Então, a letra que veio não é a minha, ele poderia registrar.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: Correria, né? Bom dia a todos. Senador Flávio Arns, Senador Paulo Paim, companheiros de Mesa, João Inocentino, Sindicato dos Aposentados nacional, o Artur da CUT, o Paulinho da Força Sindical, o Trajano da COBAP, o Wilson Pereira da nova central, nosso amigo Canindé Pegado da UGT, então conforme a orientação do Senador vou fazer uma leitura rápida e depois fazer uns comentários na qualidade de Coordenador Nacional do Fórum sindical dos trabalhadores que congrega aí várias confederações que vão ser citadas também e algumas centrais sindicais. Gilberto Antônio Vieira, Secretário-Geral da CONTEC, Paulo Pereira da Silva, já foi citado, Dr. Enézio que agora mudou o nome, não é Delegado mais, é Superintendente regional do trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego no Estado do Espírito Santo, também aqui presente, Gilberto Torres

da UGT, Manoel Queiroz de Oliveira da UGT, Milton Pereira de Oliveira, vice-Presidente da Federação Nacional dos técnicos segurança do trabalho e da CTB, Luiz Seufiteli Dutra, Diretor da USI(F) João Rodrigues Filho, Diretor e Secretário da CNTS, João inocente, Sindicato Nacional nos Aposentados, da Força Sindical, Roosevelt Dagoberto Silva, Contrato e da Nova Central, Milton Ferreira Amaral da Contrato, diretor da Contrato, Wilson Pereira, Diretor- tesoureiro da Contrato da Nova Central, Evelar(F) de Galvão, Contrato, Henrique Seibnitz, Contrato, Paulo Nascimento da Contrato, Artur Henrique da Silva, já citado Presidente da CUT, Carlos Henrique Diretor Executivo da CUT, Quintino Severo, Secretário Geral da CUT, Francisco Canindé Pegado, Secretário Geral da UGT, José Aquiles de Almeida, Diretor de Patrimônio da Confederação Nacional, CNTC que é dos bancários, Eunice Cabral vice-Presidente da Força Sindical, Jânio Bosco Gandra, Presidente da Confederação Brasileira dos Policiais Civis e registrar aqui Paulo Paim, a ausência do Calixto que está em eleição hoje lá na sede, e do Almar também que está em processo de eleição hoje da Confederação Nacional dos Transportes, CNTTT. Educação e Cultura CN-TEEC, que é o Aquiles que está presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [ininteligível] que ficou aqui comigo, eu não passei para ti, que é o Carlos Henrique, Diretor Executivo da CUT e também a Eunice Cabral, Presidente do Sindicato das Costureiras. Mas já tinha registrado.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: Para ser rápido, Paulinho, o Fórum Sindical dos Trabalhadores hoje, ele contempla a CNTI, a CNTC, CNTTT, CNPL, CONTIMAF, que são as marítimas, CONTEC, CONTICOP, CNTEEC, CONTRATO, CNTA, CNTS da saúde, CSPB, CNTV, CNTN, CONTAG, COBRAPOL, USI, NOVA CENTRAL, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, CCT, CSP que é Central dos Sindicatos dos Profissionais, essas são as entidades que compõem o Fórum Sindical dos Trabalhadores. Vou primeiramente agradecer pelo convite, primeiramente Senador Flávio Arns, parabenizar a iniciativa do Senador Paulo Paim, parabenizar e ser solidário a essa Casa, ao Senado Federal. Pela coragem e iniciativa e por compreender o anseio e desejo da classe trabalhadora. [Soa a campainha] Como disse o Artur, não existe nenhum tipo de divergência entre os trabalhadores, seja de qualquer central de confederações nacionais de trabalhadores com relação a essa matéria. Mas eu prefiro enveredar por outro caminho para não ficar repetitivo, acho que os telespectadores já têm uma ciência perfeita, principalmente os indicadores econômicos que foram colocados aqui, esse fator maléfico aí, maquiavélico que precisa... até estava brincando

com o Artur aqui falando em *off*, precisa de uma calculadora, Senador Flávio Arns, daquela de função, viu? Essa comum não faz a conta não. Tem que ser daquela boa. Funções, logaritmo para poder calcular. Então, eu gostaria Senador de fazer um encaminhamento mais do ponto de vista estratégico e político com relação a essa matéria delicada para o Brasil. Para todos os brasileiros. Que é a questão, Paulinho, da mobilização. Uma mobilização muito oportuna porque nós temos que fazer o trabalho não só aqui dentro do Congresso Nacional, como nós sempre fizemos através do Fórum Sindical dos Trabalhadores, e as centrais sindicais também, aquele trabalho pró-ativo, inclusive não é cultura da Casa, às vezes o Senador ou Deputado, Flávio Arns, fala: “mas isso não está na pauta.” “Justamente por não estar na pauta que estamos vindo até aqui já para alertar, preparar, dialogar com os parlamentares, sobre o risco, o dano desse projeto que está sendo encaminhado.” Isso no passado e no presente acho que temos que continuar com essa estratégia, porque todas elas deram certo. Inclusive, essa última aí com relação à reforma sindical de reconhecimento das centrais sindicais. Não é isso, Artur? Onde nós nos aliamos com as centrais sindicais, fizemos uma tentativa de acordo porque a gente estava correndo o risco de sair sem nada. E a nossa salvação foi, apesar do desgaste que teve com a síndrome Augusto Carvalho que aconteceu na Câmara, mas foi teimar... Veio para bem, porque aqui no Senado a gente conseguiu fazer uma outra discussão, uma coisa mais participativa, junto com as centrais sindicais, junto com os Senadores e eu não vou entrar em detalhe, o resultado do projeto vocês todos têm conhecimento.

Então, seria aí no encaminhamento de trabalho não só aqui, Paulinho, você deu até uma sugestão aí, a gente também tem outras, que nós discutimos dentro do Fórum, mas pessoal, atuar também na base dos parlamentares. Lá na base do Senador, do Deputado, é um ano oportuno para isso, é um ano eleitoral, e nós já acostumamos fazer isso no Fórum, vamos botar a cara no poste, Senador Flávio Arns. Como já fizemos uma vez e fomos até processados por isso. Um Deputado processou a gente por ter botado a cara dele num poste. Quer dizer, pode botar a cara dele no poste só para elogiar. Para dizer que ele está traindo a classe trabalhadora não pode. Porque é processado, vem Ministério Público, vem polícia, vem tudo. Mas vamos divulgar que acho que é um trabalho dos sindicatos, do movimento sindical como temos nós feito pelo Fórum mete na internet, quem votou a favor, quem votou contra, as centrais foram até mais longe, a CUT optou em mandar, por exemplo, essa votação das centrais, um ofício, as outras estais, uniram e fizeram aquela

recepção, totalmente válida, como o Paulinho acabou de citar, mas é um ano atípico que nós temos que trabalhar estrategicamente, que nós corremos um risco muito grande. Aqui no Senado, atualmente, nessa atual magistratura é muito mais fácil o entendimento, o diálogo, o avanço. Nós não temos essa mesma liberdade, desculpe Deputado Paulinho, ele pode até reforçar isso aí, na Câmara dos Deputados nós temos problema lá dentro. Seríssimo. Tanto é a traição que nós tivemos na aprovação daquela lei do comércio dos trabalhos aos domingos e feriados, onde fomos traídos por vários segmentos. Onde não foi aprovado aquilo que foi acordado entre a patronal, o Governo e os trabalhadores. E nós estamos retomando essa discussão. Belém do Pará... O José Nery chegou agora aqui. O José Francisco está botando para quebrar lá. Um vitorioso, conseguiu a conquista de ir para o acordo, Santa Catarina, através do companheiro Alano, que é da CUT, que é o pessoal da Contrax(F), nós estamos trabalhando através de um Fórum Unitário dos Comerciantes onde nós participamos também, nós estamos reavaliando, rediscutindo e vamos retomar. Porque aquele parecer do Ministério do Trabalho e a própria aprovação da Lei 11603, foi uma luta muito desigual dentro da Câmara dos Deputados. E o Senador e o Paulo Pereira aqui, o Paulinho, acompanhou esse processo. Onde pessoal, numa votação, um líder de um partido foi retirado da liderança provisória do partido, foram buscar uma pessoa em casa de cadeira de rodas pra vir no braço, botaram dentro da Câmara para poder, Senador Flávio Arns, fazer o quê? Liberar a bancada do partido para poder votar contra os comerciantes do Brasil. E foi isso que aconteceu.

Então na Câmara é muito difícil, hoje na magistratura é muito difícil trabalhar. A gente tem maior facilidade, por isso eu louvo a atitude do Paim e prestígio e enalteço essa Casa, devido o maior trânsito, a facilidade de uma discussão mais evoluída, democrática e aberta que sempre teve aqui. E não é demagogia minha não. Isso é fato real, já citei a lei de reconhecimento das centrais há pouco. Reuniões com as lideranças, Paulinho, individualmente. E com o Presidente Chinaglia também, o Presidente da Câmara, de forma individual tratar sobre essa matéria. Esse assunto está na pauta do Fórum Sindical dos Trabalhadores, quando foi aprovado acho que foi até a noite liguei para o Senador parabenizando na hora, liguei no celular: "Paim, vitória total, parabéns." E no dia 13 de maio, pessoal, como o Artur fez aí uma divulgação, vou fazer também um pequeno marketing aqui, eu acho que é importante principalmente porque o Brasil está ouvindo a gente, dia 13 de maio ocorrerá na Academia de Tênis aqui um auditório enorme com capacidade de dois mil e qui-

nhentos a três mil pessoas, a gente vai realizar, Paulo Paim, o nosso Encontro Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores, onde na oportunidade, já aqui, já convido o Senador para estar presente, os Presidentes inclusive das centrais aqui, os componentes da Mesa, Senador Flávio Arns e principalmente, José Nery, desculpe, assim como o José Francisco te trata, Senador José Nery, nós contamos com a sua presença inclusive foi um pedido do José Francisco, Presidente da Federação dos Empregados do Comércio no Pará, que é da UGT, faz questão da sua presença no evento. Da mesma forma o Flávio Arns, a Patrícia Saboya, o Geraldo Mesquita e o Paulo Paim que sempre esteve junto com a gente. Então, será no dia 13 de maio, o dia todo, das 08h às 18h, intercategoria, Paulinho, vai vir gente do Brasil todo, esse assunto está na pauta, até o assessor--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já quero confirmar que eu estarei lá. Para falar dos dois projetos.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: O assessor parlamentar Campanela me disse assim: "Augusto, vocês do Fórum foram felizes" por quê? Coincidentemente foi marcado o encontro e nessa oportunidade simultaneamente está rolando o quê? Essa negociação, essa tramitação do projeto na Câmara. A 158, Artur e a 151 está sendo discutida, está na pauta, até faço um convite para comparecer nem que for na abertura. Vamos tratar também de uma matéria com o movimento sindical às vezes esquece um pouco que as condições do trabalho, José Nery, você inclusive citou na sua fala, condições de segurança e saúde no trabalho, a questão do meio ambiente, a questão da Reforma Agrária, mas não só a Reforma Agrária, a gente vê o outro lado que é o meio ambiente e a preservação do meio ambiente e também as matrizes energéticas. Então, é um tema... São temas assim importantíssimos e oportunos para a atual conjuntura. Onde aqui eu deixo um convite aberto a todos, Paulo Paim, já concluindo, e deixando também o site aqui para que lá tem ficha de inscrição, tem programação, para eu não me alongar que já encerrei, que é o www.fstnoticias.com.br. Lá irão encontrar todas as informações e inclusive essa nota de repúdio que nós divulgamos para todos vocês aqui do Fórum Sindical dos Trabalhadores, pela infelicidade e a inconveniência do Ministro com relação a essa matéria e não vou detalhar porque ela já foi amplamente debatida aqui. Obrigado, Paulo Paim, pelo convite e até uma próxima oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo a palavra ao João Batista Inocen-

tini, que é o Presidente do Sindicato dos Aposentados vinculado à Força Sindical.

SR. JOÃO BATISTA INOCENTINI: Ao nosso Senador companheiro Paim, na qual eu cumprimento todos os Senadores e agradecer pela votação que foi revisto, um erro que cometeu no ano 91 que quando desvincula o aumento dos aposentados do salário mínimo. Então vocês estão de parabéns, que foi corrigido aquele erro que cometeu lá atrás onde se falava que era para recuperar o salário mínimo e o salário mínimo nunca foi recuperado, só começa a ser recuperado quando as centrais assumem esse papel, sai nas ruas, as caminhadas, as passeatas e onde hoje estamos recuperando o salário mínimo. E os membros da Mesa, os Presidentes das centrais sindicais, o nosso Deputado Paulinho, cumprimento todo mundo, os demais companheiros aí. Então para nós, a nossa discussão com o Governo nesses últimos cinco anos é sempre que nós colocamos, que nós precisamos recuperar o poder de compra das aposentadorias. Por quê? O NPC nesses últimos três anos que está vindo o NPC completo que antes nem o NPC nós tínhamos. Nesses últimos três anos. Mas mesmo assim o NPC não repõe o poder de compra das aposentadorias. Porque nós, quando chega numa idade, nós passamos dos 50 anos, nós não temos mais como fugir de algumas coisas. Por exemplo, medicamento. Nós não temos como fugir do medicamento. E o medicamento nesse mesmo período do NPC de cinco, ele subiu quase 13%.

Então, o que acontece cada ano que passa? O aposentado ele compra menos. Então, ele está perdendo o seu poder de compra. E principalmente quem menos ganha. E você vê quando o Paulinho fala 16, Paulinho, não é 16 milhões que ganha o salário mínimo. Já está em 18 milhões. Só esse ano, passa 800 mil aposentados e pensionistas que ganhava acima de um salário mínimo passa a ganhar um salário mínimo. Aí o Governo coloca que está recuperando o salário mínimo. Tudo bem, mas o quê que ele faz, com quem ganha acima do salário mínimo? Primeiro ele joga no fundo do poço para depois entrar no salário mínimo. Então isso que nós não queremos. E esse estudo que tem de quem aposentou até 94, no ano 2020 estaria todo mundo ganhando salário mínimo. Quer dizer, é isso que nós não queremos. Então nós queremos e fazemos essa discussão com o Governo nesses últimos cinco anos, isso é, todas as reuniões está em pauta, que nós queremos recompor o poder de compra das aposentadorias. E principalmente quem ganha menos. Que são os mais prejudicados. Aí quem ganha de um salário mínimo a dois. Esses são os grandes prejudicados. Você vê os planos de saúde, aí subiram em torno

de 20%, em média 20%. As contas públicas subiram em torno de 11%, em média.

Então, o aposentado não tem como sair disso aí. Então, nessa luta que o Senado já aprovou, nós temos que lutar e bastante não só nos Deputados para aprovar, e também para o Presidente depois não vetar. Então acho que nós temos que fazer uma mobilização, todo mundo em conjunto, trabalhadores, aposentados, porque também os trabalhadores têm que estar nessa luta. Porque vai ser o aposentado amanhã. Então, acho que todos nós temos que nos unir nessa luta para esse projeto ser aprovado e recuperar o poder de compra das aposentadorias. Então, inclusive na outra reunião nós estávamos conversando com o Senador, onde nós colocamos que tem que mudar a lei. A lei foi feita para mudar. Porque o Ministro coloca: “não, existe uma lei e nós não podemos.” É só mudar a lei. Não foi mudada em 91, onde desvinculou o aumento dos aposentados do salário mínimo? Então é só mudar a lei. Essa Casa dos Senadores e Deputados, eles são eleitos pelo povo para mudar a lei. Para fazer as leis do país.

Então, essa discussão, esse argumento do Governo não está mais convencendo ninguém. Então, nós aposentados, temos que estar nessa luta, estamos nessa luta, e na mobilização e vamos até a vitória. Então para nós é muito importante, deu o primeiro passo, mas ainda não ganhamos a batalha. Então, Paulinho, lá nos Deputados você tem que fazer uma mobilização, tem que contar com os aposentados e com os trabalhadores para nós aprovar também lá e depois até o Presidente da República para ele vetar que a única coisa que falta um gesto nesse país, é para os velhinhos. Isso colocamos para o Presidente da República, várias vezes, que está na hora de fazer um gesto para os velhinhos que ajudaram a construir esse país. Temos que ser tratados com dignidade, com respeito, como nós merecemos, que a nossa parte nós já fizemos. A nossa contribuição nós já fizemos para esse país. Então, Paim, está de parabéns, todos Senadores e vamos contar também com os Deputados também, segue essa trilha e votar a favor dos trabalhadores e aposentados. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nosso último convidado aqui na Mesa, o Canindé Pegado, representando a UGT, Canindé Pegado também de longas jornadas. Só quero saber qual é o segredo da sua barba e do teu cabelo não branquear, que o meu está todo branco já. Vai lá, Canindé, está com a palavra.

SR. FRANCISCO CANINDÉ PEGADO: O senhor é muito observador, Senador. Bom, eu quero cumprimentar aqui a todos os companheiros da Mesa, o João

Inocentini, que é o vice-Presidente da Força Sindical e o Presidente do Sindicato dos Aposentados da Força Sindical, o companheiro José Augusto, Secretário-geral da CNTC, e o Presidente do Fórum Nacional dos Trabalhadores, da UFNT, quero cumprimentar o nosso companheiro Artur Henrique, Presidente Nacional da CUT, o nobre Senador Paulo Paim, de longas batalhas desde a época da Câmara dos Deputados já de notória especialização em defesa dos interesses dos trabalhadores, aqui no Parlamento, companheiro Paulinho, Presidente da Força Sindical e Deputado Federal também, da Nossa Central com a irmã, Força Sindical, cumprimentar o representante da Nova Central Sindical, representante da COBAP, Joilson, representante aqui da CTB, central sindical dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, e alguns companheiros, ainda aqui da UGT que não foram citados, o Gilberto da Associação dos Aposentados do Distrito Federal, outro Gilberto também da CONTEC, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito. Eu quero dizer, Senador, e os demais Senadores aqui, o Senador Flávio Arns e também o Senador José Nery. Que é companheiro do José Francisco lá no Pará, companheiro de luta da UGT. Eu quero dizer que para nós, Senador Paulo Paim, foi uma surpresa muito agradável de fato, ver que o Senado Federal conseguiu reparar um grande erro que cometido aí nos anos 91 quando foi... Entrou em vigor justamente o fator previdenciário.

Eu entendo que hoje, na área dos aposentados e pensionistas, só aparecem mazelas. Se a gente for enumerar aqui algumas dessas mazelas a gente poderia dizer o seguinte. Primeiro: que o custo de vida no país, independentemente, do companheiro da pessoa se aposentar hoje ou já ter se aposentado, o custo de vida para o aposentado e para o não aposentado continua o mesmo. E é justamente no momento em que acontece aí a aposentadoria que esse cidadão que contribuiu para o desenvolvimento também da nação, no momento que ele deveria manter seu poder aquisitivo é justamente no momento que ele perde seu poder aquisitivo com o mesmo custo de vida. Quer dizer, ele passa, então, a ter mais necessidades do que quando ele estava justamente na ativa. Então, quer dizer, isso ninguém observa, ninguém repara. Verifica se o supermercado tem preços para aposentados e tem preços para o trabalhador ativo? Não. É tudo igual. E é também nesse momento que o aposentado ele precisa, inclusive, de certos tipos de produtos e de serviços que são caros para a idade dele. Ou são os medicamentos, ou são outros tipos de produtos que são inerentes justamente à idade do... Dessa pessoa, e que não têm nenhum tipo de mudança ou de alteração ou

de facilidade para que esses aposentados adquiram também qualquer tipo de produto. Ou seja, a sua manutenção passa a ser, efetivamente, muito mais difícil. Segundo: inventaram também, Senador, a história donexo causal epidemiológico. O sujeito tem que provar que está doente. E quando ele prova que está doente, aí inventaram outra coisa, a licença médica programada. Quer dizer, que o sujeito está doente, mas o médico lá da Previdência só dá determinados dias ou determinado tempo para o camarada ficar bom. E ele evidentemente, não tem a possibilidade de se curar, de se tratar, e mesmo assim ainda tem que voltar a trabalhar. Doente, porque senão ele perde, efetivamente, o seu tempo ali de trabalho, compreende, talvez até seja prejudicado do próprio emprego. Só mazela que acontece. Depois, o fator previdenciário. O fator previdenciário que na verdade é justamente uma maldade, uma perversidade isso daí.

Hoje o fator previdenciário, aliados a alguns elementos de informação ou de estatísticas que o próprio instituto brasileiro de geografia e estatística, o IBGE, programa a expectativa de vida do brasileiro, então todos os anos fica aumentando. Seis meses a mais de expectativa de vida. Daqui uns dias o brasileiro vai ter cem anos de média de vida e o fator previdenciário vai influenciar na aposentadoria dessas pessoas. Isso que o companheiro Augusto falou há pouco tempo que no ano 2020 a expectativa é de que quase todos os aposentados e pensionistas tenham justamente a sua... O seu... A sua aposentadoria ou a sua pensão nivelada literalmente pelo salário mínimo. Agora, sabe o porquê acontece isso, Senador, Deputado Paulinho e demais companheiros da Mesa? Ninguém se lembra de dizer e o Augusto até me cutucou para que eu lembrasse aqui, isso daí também tem um agravante, altamente significativo, e que todos nós deveremos estar aqui alertas. Todos os aposentados e pensionistas e todos os trabalhadores ativos estão forçando a barra para que nós...vá para a chamada Previdência Privada. Que é de interesse aí das multinacionais que estão se instalando aqui no Brasil com essa oportunidade. Encontrando justamente esse filão aí. Ou seja, o aposentado e o pensionista do sistema público, fica tão insatisfeito, que ele tem que migrar ainda na ativa para a aposentadoria privada, fazer lá a poupança, etc. e tal, e com isso vai garantir, Senador Arns, justamente, a entrada aqui no país, como já está, de diversos grupos de aposentadoria privada para pegar esse filão dos nossos trabalhadores ativos, aposentados e pensionistas. Então, para concluir, eu queria aqui pedir a atenção dos companheiros Deputados, o Senador Paulo Paim com todos os Senadores aqui da Casa, o companheiro Paulinho, junto lá com o Roberto San-

tiago, junto com esses companheiros da nossa área sindical que são aqui parlamentares, para duas coisas, Paulinho. Primeiro, necessitamos claramente criar uma frente parlamentar em torno do assunto. O PLC 42/07 que estende justamente a política de reajuste do salário mínimo aos aposentados e o PLS 296/03 que extingue de vez esse famigerado fator previdenciário, para esses dois PLs é necessário nós agirmos através de uma frente parlamentar aqui no Congresso Nacional iniciando justamente pela Câmara.

E outra, uma mobilização como nunca vista, uma mobilização sindical envolvendo trabalhadores ativos e os aposentados. Porque o fator previdenciário pega justamente, também, hoje esses companheiros que estão em vias de aposentadoria. Mande qualquer um trabalhador a um posto do INSS e peça a um funcionário do INSS o trabalhador vai lá com a carteira de trabalho e manda ele calcular, para ver, o tempo de serviço que ele tem e quanto falta para se aposentar para ver se ele não sai todo enrolado de lá. Porque nem o próprio funcionário público ele sabe fazer esse cálculo corretamente. Não sabe mesmo. Isso temos experiências comprovadas em várias entidades sindicais. É necessário como nunca visto uma grande mobilização e vamos mostrar com quantos paus se faz uma jangada aqui dentro desse Congresso Nacional. Vamos nos juntar, nos unir, isso interessa a todas as centrais sindicais, aqui não tem diferença, não tem ideologia, não tem cor. Tem unidade de ação entre aposentados e pensionistas e as centrais sindicais brasileiras. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Passo a palavra ao Joilson, que representa a CTB.

SR. JOILSON CARDOSO: Saudar o Senador Paim pela iniciativa, cumprindo assim um legado que tem a ver com a sua própria história política, que é a defesa da classe trabalhadora. A CTB queria justificar a ausência, apesar da representação ser impessoal, mas justificar a ausência do companheiro Wagner Gomes, nosso Presidente que não pôde estar aqui, está de manhã numa reunião em São Paulo e a tarde estaremos juntos com as centrais discutindo um outro tema. Saudar as centrais sindicais, dizer que a CTB, ao chegarmos aqui vimos que a Mesa estava completa. Não tinha espaço. Mas, em função da política de confiança que nós temos desenvolvido nessa relação entre as centrais, entre o fórum sindical, entre amplos setores do movimento sindical, nós estamos plenamente contemplados e representados nessa Mesa mesmo não estando aqui sentados. Não precisaríamos estar aqui sentados. Dizer que o fato do Senado Federal ter aprovado essas duas ações, reporta as centrais, nos

traz e nos lembra de que no Congresso Nacional a importância das centrais estarem aqui atentas àquilo que envolve a vida e o interesse dos trabalhadores. No ano de 2006, o DIAP, que é um organismo importante aqui do Congresso Nacional, fez um levantamento e descobrimos que aqui nesta Casa existem uma centena, mais de cem projetos que atendem aos interesses da classe trabalhadora, dos trabalhadores. E nós das centrais não estávamos muito atentos a isso. As centrais estavam... Nós estávamos muito acostumados de vir aqui e defender questões mais gerais. Entretanto, de um tempo para cá as centrais sindicais entenderam que às vezes a defesa que fazemos aqui de um setor específico da população é de extrema relevância porque na verdade ela sinaliza para um projeto nacional. Essa questão da Previdência, Paulo Paim, ela passa por uma questão de concepção de um projeto nacional. Não pode se estabelecer uma sociedade em que os compromissos e o pacto social dessa sociedade é quebrado a todo instante. E essa questão do redutor previdenciário, porque eu chamo assim, não é fator é redutor. Ela na verdade é uma quebra de pacto social. Ela estabelece uma insegurança nas relações dentro da sociedade brasileira. E toda vez que nós, os trabalhadores, começamos a nos debruçarmos sobre esse tema da Previdência, nós não somos mais surpreendidos no sentido dos discursos, falando de que a Previdência não tem sustentabilidade econômica para arcar com esse pacto social. E, entretanto, nós sabemos, já é do conhecimento de toda a sociedade brasileira, de que a Previdência tem sustentabilidade econômica para fazer essas questões.

Então, muita coisa já foi dita aqui, nós da CTB estamos de pleno acordo com os pronunciamentos aqui colocados para não tomar mais tempo, que nós queríamos dizer o seguinte, é que nós das centrais junto com toda a amplitude do ambiente sindical brasileiro, estaremos atentos e vigilantes sobre essa matéria, nós concordamos com a agenda que está posta aqui na Mesa no sentido de fazer um acompanhamento dentro da Câmara dos Deputados, eu tenho certeza que a Câmara será sensível a esse pleito, a devolver o pacto social da Previdência que é a extinção do fator previdenciário, e nós da CTB estamos, então, contemplados com as falas, com os argumentos de todos aqui dessa Mesa, estamos serrando fileiras, junto com o Paulo Paim e com todo o Senado Federal que num dia histórico aprovou esses dois Projetos de Lei do Senado. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-

RS): Me permitam rapidamente. Primeiro dizer, Senador Flávio Arns, que você tem sido um companheiro de

todas as jornadas. Quero dar esse testemunho, e me permitam aqui, Senador, aqui conosco nesse momento, Senador Flávio Arns, é daqueles que... Não sei se essa é a expressão correta, que não dobra a espinha em hipótese nenhuma. Ele está pronto para todos os debates. E com argumentos. Não é às vezes, como até eu digo, com muita emoção, muita paixão, mas com muito argumento. Esse é o Senador Flávio Arns, um defensor, com certeza de todos os trabalhadores do campo e da cidade de todas as áreas. Noto que ele está aqui paciente, mas tinham que ter visto quem chegou mais cedo, a declaração que ele fez aqui. Ele não entrou no mérito dos Ministros. Por que é que ele defende com muita convicção essa questão dos aposentados e pensionistas e o fim do fator. Queria aqui, Flávio, me permita mais uma vez. Que não é a primeira vez que falo em relação a sua trajetória, sua história, por isso está aí sentado, ouvindo, cada um e cada uma da importância desse momento histórico.

Aqui, pelo que percebi de uma agenda mínima teríamos o seguinte encaminhamento. Que o dia primeiro de maio, já o dia primeiro de maio, seja um dia que a gente leve o debate para as praças da importância da aprovação dos dois projetos. Segundo, que o dia 13 de maio, vou aproveitar esse grande encontro da... Do fórum, das confederações, a gente se compromete estar lá, sei que outros Senadores vou convidar Deputados, e as centrais que puderem em outras confederações, a gente faria no dia 13 de maio, olha que tem a simbologia. 13 de maio lembra o quê? A tal da escravidão. Como sempre digo que é a abolição não conclusa, vamos tentar tirar as correntes dos assalariados, dos mais pobres, porque os mais pobres é que são sacrificados com esses projetos. Então, dia 13 de maio, teríamos também esse evento lá que vai ser uma forma de irradiar. E eu conversava com a Mesa, e nós faríamos já na sequência, aproveitando a presença de todos em Brasília, no dia 14 de maio, uma grande Audiência Pública, lá na Câmara, e tem que ser lá. Vamos conquistar o espaço lá. Aproveitando aquele momento que já estamos aqui e iríamos fazer esse movimento.

Eu, se me permitirem, eu queria também dizer que, para mim, quando eu voltava para o Rio Grande do Sul, e nos aeroportos, havia aquele movimento de trabalhadores e aposentados, com as suas resoluções que culminou com a aprovação da PEC paralela, por isso fomos vitoriosos, eu sei que todos aqui apoiaram, se nós conseguíssemos também, durante esse período principalmente na quinta-feira, que é o dia que nós Senadores e Deputados estamos voltando, a gente fazer aquele corpo a corpo democrático, legítimo, e num alto nível com os Deputados e Senadores que estão voltando, pedindo para eles a aprovação

dos dois PLs lá na Câmara, ajuda. Uma faixazinha, contamos com os Deputado, tenho certeza que vão acompanhar o Senado. Acho que ajuda. Então ficaria aqui também essa recomendação. Quem puder no seu Município e no seu Estado visitar a Câmara de Vereadores pedindo moções de apoio assinada por todos os Vereadores para remeter para a Câmara dos Deputados, quem puder na Assembleia Legislativa, fazer moções de apoio remetendo aqui para o Congresso Nacional, pedindo a aprovação, ajuda. Ajuda. Porque é um momento de fato emblemático para todos nós. Eu tenho certeza que esse movimento suprapartidário, não há de se dividir entre situação e oposição, é um movimento pela causa do Brasil. E aqui eu queria fazer, se me permitirem, rapidamente, não a defesa, mas só um esclarecimento. Porque muitos disseram, me permita que eu diga isso. Paim, a sua Audiência Pública, as centrais não virão, as confederações não virão porque muitas estão vinculadas nos cargos do Governo. Nós aqui provamos o contrário.

[palmas]

Nós aqui provamos o contrário. O movimento sindical, de forma autônoma, independente sabe muito bem. Cada um de nós tem o seu partido. Defender o seu partido. Agora, por outro lado, por uma causa como essa, ela envolve a todos nós. E por isso nós estamos todos aqui nessa grande caminhada a favor da aprovação desses dois projetos. Eu acho que o próprio companheiro da COBAP aqui foi feliz, porque ele fez esse alerta, e um alerta que demonstrou que estamos todos aqui. Porque não acreditávamos que nós estávamos todos aqui. Diziam isso. E hoje nós provamos que nós sabemos separar o bom debate que a gente faz em relação ao Governo Lula e seus avanços, e aqui alguns companheiros disseram, e aqui eu falo como um Senador da base do Governo, nós temos essa dívida com os aposentados e pensionistas desse país. E eu quero muito mesmo, que o Presidente Lula, quando terminar seu mandato ele possa dizer que atendeu a todos, e inclusive os aposentados e pensionistas mediante esse debate que nós estamos fazendo aqui.

Acho que há clima para esse debate, há clima para construirmos essa perspectiva do fim do fator e reafirmo aqui, ninguém diga que nós somos irresponsáveis. Porque aqueles que dizem que porventura a gente foi irresponsável, pode saber que tem alguns editoriais. É claro, pessoal, por que é que alguns editoriais estão colocando lá, "ah, isso não é bom." Sabe por que é que é? Porque todo mundo sabe que se continuar... Todo mundo em 2020, 2018, vão estar ganhando um salário mínimo. O que vamos fazer? Ir todos para a Previdência privada. Que o sistema financeiro quer isso. Eles querem que a gente veja que a Previdência

pública não é mais viável, por que eu vou pagar sob 10, 15 ou sobre 20 se o destino é me aposentar com um salário mínimo? Por que é que vou pagar vou pagar sobre um, e me aposento com um. Isso é que nós temos que fazer um bom debate. Estamos fazendo aqui e o movimento do sindicato pode mostrar para a sociedade. Não temos nada contra a Previdência Privada. Mas pelo menos até dez salários mínimos desde que a gente fique com a Previdência Pública. Nós estamos pedindo no fundo é isso. Que até esse limite, bom, quem quiser ganhar 15 salários, 30 salários, 50 salários, que pague a sua Previdência Privada. Não tenho nada contra isso. Mas pelo menos, até 10 salários mínimos, que essa é a idéia que nos unifica aqui, que é o regime geral da Previdência, nós temos que ter direito, primeiro, ao mínimo de paridade. E essa paridade, pode ser sim ao salário mínimo. Porque se o PIB cresce, o país fica mais rico. Por que é que a gente pode olhar para todos e não podemos olhar para aqueles que fizeram isso acontecer? Foram aqueles que trabalharam no longo de suas vidas. Então, com essa falação bem rápida, eu quero dizer que aqui no Congresso vocês todos disseram, eu tenho como eu digo sempre, quase três décadas aqui dentro. Tem que mobilizar, tem que articular, tem que fazer a pressão democrática para permitir que, efetivamente, os projetos sejam aprovados. Eu acredito que eles podem ser aprovados também na Câmara. E a gente dá não um prêmio, mas fazer com que o conjunto da sociedade brasileira conquiste esse novo momento da nossa história, que é principalmente o respeito ao assalariado brasileiro, e ao nosso aposentado, e também aos pensionistas. Eu quero dar a palavra ao Senador Flávio Arns para que ele dê a sua opinião ainda no fim dessa Audiência Pública, mas se alguém aqui da Mesa por motivo de vício tiver que sair, eu quero também já liberar. Porque eu sempre combino o seguinte, antes de encerrar, eu sempre permito ainda, que no mínimo, três ou quatro da plenária possa usar da palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Da minha parte é bem rápido. Quero dizer que eu concordo com todos os argumentos colocados. Também os encaminhamentos que V.Ex^a fez no final, acho que precisamos tomar essas medidas na Câmara dos Deputados, sem dúvida alguma, aproveitar o primeiro de maio, o 13 de maio, a frente parlamentar, a audiência, esse reforço em cima dos Deputados Federais através da Câmara de Vereadores, dos aeroportos, da comunidade. Porque na verdade o fator previdenciário é inexplicável. A gente não tem como. A sociedade não entende, muitos que vão se aposentar nem sabem que existe o fator previdenciário e vão se aposentar e aí 30, 40% a menos do que se estava imaginando. E foi colocado muito bem a

inflação da pessoa com mais idade, foi colocado muito bem, é uma inflação diferente. Se a gente pensar, por exemplo, na pessoa que tem um plano de saúde, já pela carga tributária deveríamos ter uma saúde de qualidade. Não temos saúde de qualidade, a pessoa paga pela saúde que não tem, mas tem que pagar uma segunda vez que é o plano de saúde. Para 40 milhões de brasileiros aí que têm o plano de saúde.

Então, na verdade a pessoa está pagando o dobro da inflação e aquele aposentado recebe o índice da inflação. Depois de um tempo, há uma diferença de 10, 20, 30, 40% e já não paga mais o plano de saúde. Os serviços públicos, como foi mencionado, também acima. E a inflação aí vai corroendo o poder de compra, achatando como foi colocado, bota todo mundo lá no fundo do poço para receber um salário mínimo. E o salário mínimo também deveria ser dois mil reais. Quer dizer, o salário mínimo deveria ser perto de dois mil reais, de acordo com os cálculos e estimativas que são feitas, e todos nós sabemos que o salário mínimo é uma ainda é uma questão de miserabilidade. Quer dizer, um processo de recuperação do salário mínimo que é bom, como foi colocado, é uma política saudável, mas ao mesmo tempo, o aposentado está aliado, se nós estamos fazendo um processo de recuperação do salário mínimo, é uma incoerência tão grande que nós estamos dizendo para 18 milhões de brasileiros: “não, vocês têm que ficar pobres, têm que empobrecer” na idade onde as pessoas já deveriam ter as suas garantias asseguradas, porque você chegar de repente num determinado momento agora e não posso mais procurar emprego, não posso mais procurar outras alternativas. “Não, você tem que se empobrecer para daí entrar numa política de recuperação que deveria ser de dois mil reais.” Sabe que na área da pessoa com deficiência, a pessoa ter o BPC, o Benefício da Prestação Continuada, aquele salário mínimo para a pessoa com deficiência, o critério é de um quarto do salário mínimo. Quer dizer, a pessoa tem que ter uma renda per capita de um quarto do salário mínimo. Ou seja, uma família de quatro pessoas, o critério não pode ser... Se a pessoa receber um pouco mais do que um quarto de salário mínimo e não ganha o BPC. E a gente diz que o BPC, esse critério de BPC, é de miserabilidade. Ou seja, uma família de quatro pessoas que ganha o salário mínimo é o critério de miserabilidade. É o termo oficial usado. Quer dizer, uma coisa miserável. É claro que é bom que tenha a política, porque isso em muitas regiões é adequado, mas tem que pensar que o salário mínimo para atender as pessoas com dignidade, com respeito, com cidadania deveria ser maior, como eu já mencionei. Então, é um debate. Agora, o que me surpreende é que não existe.

O próprio Ministro colocou, vamos também esperar que ele se retrate nesse sentido da questão da enganação. Enganação, não. Acho que é o enfrentamento de um problema. Esse é um problema. Aflige de 18 milhões de pessoas, pensando que essas 18 milhões têm um esposo, alguma família e tal, são 40 milhões de pessoas que são envolvidas com essa questão. Então, é o enfrentamento, mas o que me surpreende nisso é a falta de diálogo. Quer dizer, em vez de dizer que é uma enganação, o Ministro, o Governo, deveria estar dizendo: “vamos chegar aqui, vamos sentar, vamos discutir, vamos ver o quê que pode ser feito. Vamos ver os números, concordo ou não com os números, e tudo isso.” Agora, você chegar para sociedade e dizer: “não, você se aposenta e vai de imediato e perde 40%.” Não tem explicação. Fator previdenciário, se foi colocado anos atrás, como eu falei antes, num determinado momento histórico, não querendo justificar com isso também, mas hoje em dia é outro momento. É outra realidade no Brasil, no mundo, na inflação, nos controles... Tem que ter outro tipo de abordagem. E ao mesmo tempo tem que ser preocupação da sociedade em dar para o aposentado uma situação de dignidade, de respeito. Quer dizer, vamos dar o índice de inflação. Mas a inflação do idoso é muito maior do que a inflação que está aí também. Quer dizer, estamos dizendo: “Vocês têm que se contentar como idosos, como aposentados em ter menos dignidade e menos respeito.” Depois vamos discutir de novo. Quer dizer, não pode. Infelizmente... Agora, atitude, o que me surpreende nisso tudo para reforçar, é a atitude de falta de diálogo. Quer dizer, foi ótimo se aprovar o projeto. É extraordinário que se faça a pressão sobre os Deputados, e que as pessoas responsáveis também digam: “olha, vamos nos sentar, vamos discutir e vamos achar os caminhos.” Porque é isso que a gente quer que aconteça. Fazendo os cálculos, vendo o recurso, o dinheiro, onde é que está esse dinheiro, quer dizer, como esse manifesto já coloca, não são os aposentados que estão criando esse problema. Os aposentados são explorados, na verdade. Eu sempre cito o empréstimo para os aposentados. Antigamente a gente falava de agiotagem. Dizia assim, o agiota o quê que é? É aquele que cobra, vamos dizer, dez vezes, cinco vezes acima da inflação. No outro empréstimo em vez de cobrar cinco cobra 25. Quer dizer, hoje em dia empréstimo de aposentado, o juros é de 3, 2,5, 3,5. Oficial, quando a inflação é 0,3, 0,4. Quer dizer, um empréstimo, que não pode haver um empréstimo mais seguro do que dar empréstimo para o aposentado. Porque o aposentado não vai perder o emprego. Primeiro lugar. O emprego está assegurado. E cobrar 3%, 2% ao mês? Rapaz, isso é... E a inflação de 3%,

sete, oito vezes mais. Então o aposentado a gente tem que dizer “olha, gente” como foi dito aqui na reunião: “vamos sentar e vamos ver e vamos achar os caminhos” e isso tem que ser feito. Então quero parabenizar, dizer que estou totalmente a favor, foi uma medida que não é de enganação, é de dizer de enfrentamento da realidade, os aposentados estão pedindo isso, e quero dizer, como foi dito, que os trabalhadores têm que se associar a isso. Os da ativa. Porque os da ativa daqui a pouco vão estar na mesma situação dos aposentados. E não vão pensar. Vamos pensar em termos de uma política que assegure respeito, dignidade, que é o que todos nós queremos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quero registrar a presença conosco também do Robson Alves, que é Presidente da FENAMOTO.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Até vou pedir licença, porque até o Fórum da Reforma Agrária, estão pedindo pra gente chegar lá na Presidência também para apresentar as iniciativas do pessoal. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu que agradeço. Entre os inscritos aqui, nós havíamos combinado, íamos remeter ao Plenário, três inscrições. Chegou uma inscrição aqui do Milton Pereira de Oliveira, vice-Presidente da FENATEST CTB. O Gilberto, o Gilberto, quem mais? O Quintino, sempre olho o Quintino como Presidente da CUT do Rio Grande do Sul. O Presidente lá deve reclamar. Não é mais o Presidente Quintino. Quem é o Presidente lá agora? É o Celso. Vamos lá, o primeiro inscrito, o Milton Pereira de Oliveira, vice-Presidente da FENATEST, CTB.

SR. MILTON PEREIRA DE OLIVEIRA: Bom dia a todos, boa tarde já pelo horário adiantado. Quero parabenizar, não só o Senador Paim, que é grande lutador, grande defensor da classe trabalhadora, como também todas autoridades aqui presentes e aos demais sindicalistas. Senador, eu gostaria de esclarecer uma coisa que muita gente já sabe, mas no meio da sociedade em si, poucas pessoas sabem que o INSS, o nosso serviço social ele é de direito diretamente do trabalhador. É o trabalhador que contribui diretamente da fonte. E é sabido que não se tem prejuízo nenhum. Porque de que maneira queriam passar para a iniciativa privada? Jamais iriam querer pegar uma bananosa que desse tanto prejuízo. E é também de conhecimento num todo que um dos maiores sonegadores, para não dizer o maior que existe, da Previdência Social, é o próprio Governo. Daí os trabalhadores ficam felizes em saber, e eu vou ser bem sucinto, bem rápido, que tem pessoas, tem autoridades, tem parlamentares nessa Casa que luta, que está numa linha de frente em defesa da classe trabalhadora. São pessoas aposenta-

das que construíram o INSS de hoje. O serviço social de hoje. São pessoas que nem essas que devem ser levadas em consideração e acabar com o fator previdenciário. Que isso é um crime. É uma afronta contra o trabalhador. Eu só queria deixar esse meu protesto e também a minha manifestação de apoio a V.Ex^a. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Agradeço porque foi preciso no tempo inclusive. Passo a palavra ao Gilberto Antônio Vieira, Secretário-Geral da CONTEC.

SR. GILBERTO ANTÔNIO VIEIRA: Senador, nós gostaríamos inicialmente de enaltecer o trabalho e a liderança de V.Ex^a aqui na Casa, bem como elogiar a visão que teve a Casa, que teve o Senado nessas duas matérias. Veja, nós saímos do regime de capitalização na época dos meus avós, dos meus pais. Só que hoje acho que nós estamos numa situação em que a gente precisa aperfeiçoar o sistema de repartição adotado pela Previdência. Aí eu me filio também à corrente de V.Ex^a, de trabalharmos, acho que é muito necessário que a gente faça até pegando a idéia do Canindé Pegado, uma frente parlamentar para trabalhar a favor da PEC 10 se não me falha a memória, que diz respeito a vetar os desvios de recursos da Previdência para outros fins. Temos que atuar com muita força. Mas queria dar uma sugestão a V.Ex^a, e ir um pouquinho além. Veja, na época dos meus pais, na época dos meus avós, nós somos em seis irmãos. Meu sogro teve 14 filhos. Entrava um aposentado, quer dizer, saía do mercado de trabalho uma pessoa e entrava em média 10 pessoas. Então, o regime de repartição que se passou a adotar ele tinha uma boa base, uma boa sedimentação. No entanto, numa conjuntura como a de hoje, uma conjuntura atual, eu e minha esposa, por exemplo, temos duas filhas. A minha esposa aposentou e minha filha mais velha entrou no mercado de trabalho. Quer dizer, vai ser um por um. Não tem regime de repartição ou pelo menos haveria muita dificuldade que suporte essa falta de crescimento populacional. Por isso nós daríamos uma sugestão da formação de um fundo para suportar essas variações de arrecadação decorrente da variação de comportamento do mercado. Então, seriam duas coisas: Uma, trabalhar na PEC 10, para evitar o desvio, que todos os recursos da área permanecessem com a Previdência, e adicionalmente a isso que se fizesse, se criasse um fundo, pode ser até nos modos de fundo de pensão de Previdência privada para suportar essas variações. Para não chegarmos ao ponto em que chegaram outros países como a Itália que tiveram sérios problemas por falta de recurso para a Previdência pública. Então, Senador, com os nossos

agradecimentos eram essas as sugestões que a gente gostaria de transmitir. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): As sugestões estão colocadas aqui e serão apreciadas. Eu quero dizer, Canindé, que... Canindé Pegado que a frente parlamentar pra mim está reforçada ali pelo amigo, mas está sacramentada. Nós vamos confessar a fazer um abaixo-assinado na Câmara e Senado para que todos os Senadores e Deputados assinem a frente parlamentar em favor dos projetos. Passo a palavra ao Quintino.

SR. QUINTINO SEVERO: Boa tarde companheiros e companheiras, boa tarde Senador Paim. Quero mais uma vez aqui cumprimentar a sua atuação nesse Parlamento desde Deputado Federal, e agradecer também a deferência que fizeste o início da nossa participação no Rio Grande do Sul, dizer que ontem mesmo eu estava lembrando daquela sua atitude na Tribuna da Câmara, quando deslocastes uma folha da constituição para defender nosso interesse especialmente no debate 618 da CLT lá no ano de 2001. Relembrando aquilo eu relembro aqui a tua... Posso chamar de tu, porque nós somos do Rio Grande, a sua atuação enquanto parlamentar exemplar nessa Casa e no nosso Parlamento brasileiro. Segundo, eu fiquei aqui desde o início ouvindo as manifestações dos Senadores e depois dos nossos companheiros da Mesa, e fiquei satisfeito pela autocrítica que muitos Senadores fizeram. Sei que não é o teu caso. Sempre trilhou mesmo caminho, mas alguns Senadores fizeram autocrítica, inclusive do que fizeram no passado, nos seus partidos, ou suas bancadas que fizeram no passado quando aprovaram tanto o fator previdenciário quanto a desvinculação das aposentadorias do salário mínimo.

Então, só gostaria de registrar isso, que é importante essa autocrítica que muitos fizeram e que hoje leva a ter uma postura diferente. Segundo, eu creio que nesse processo, tanto do fator previdenciário lá na Câmara, como também esse debate com relação à correção e a justa recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas que eu sou um defensor também junto com outros tantos companheiros aqui das centrais da necessidade da recuperação do poder de compra dos benefícios dos aposentados no país. Creio que tanto num tema quanto no outro, além da profunda mobilização que precisamos ter e tenho a certeza que nós estaremos junto na defesa, no fim do fator previdenciário, com certeza, e também numa política de recuperação dos benefícios, dos aposentados e pensionistas, nós precisamos também de uma capacidade de negociação nesse processo. Ou seja, também além de fazer a pressão, também ter a capa-

cidade de negociar e articular com outros setores e articular propostas que possam consolidar essa vitória importante que nós tivemos aqui no Senado. Então, quero destacar aqui a necessidade de a gente fazer as duas coisas combinadas, criar o máximo de instrumento possível, seja a frente parlamentar, sejam outros instrumentos que estarão sendo criados, mas que haja uma combinação de várias ações para gente concluir essa vitória até a sanção do Presidente da República. Creio que nós precisamos ter vários movimentos conjuntos. E quero aqui deixar uma sugestão, ou pelo menos abrir esse debate, que eu tenho feito em vários debates, quando falo em debate com aposentados e pensionistas, especialmente debate recuperação dos benefícios, eu tenho dito uma coisa: Nós precisamos criar as condições para estabelecer uma política nesse país que além de recuperar, mantém o poder de compra. E nós sabemos as resistências que têm em relação a voltar a vincular o salário mínimo. Isso acho que todos nós sabemos, as dificuldades que estamos encontrando e vamos encontrar. Eu creio que... Por isso que digo que precisamos construir propostas. Propostas que levem nós a criar mecanismo que dê a condição de recuperar e também de manter, e que talvez não seja a vinculação ao salário mínimo. Não estou dizendo que seja. Não sou contra que seja. Mas creio que precisamos ter um instrumento alternativo, porque é esse que vai nos dar a garantia também de vitória nesse processo. E por último mais uma vez reafirmar o nosso compromisso de concluir essa vitória que iniciou-se aqui, que é derrubar esse famigerado fator previdenciário. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como é de praxe aqui na Comissão, eu vou conceder um minuto para cada um dos membros aqui da Mesa para que façam suas considerações finais. Podemos começar com você Joilson.

SR. JOILSON CARDOSO: Ao fim dessa Audiência Pública a CTB se coloca nesta trincheira, a trincheira desta Mesa, apóia e se somará às propostas de construção de um... No sentido de a gente buscar aqui na Câmara dos Deputados o apoio que tivemos no Senado, e por fim, o apoio também do Presidente da República. Temos certeza que esse é um caminho que as centrais e o movimento sindical irá fazer com o apoio do nosso batalhador e o nosso guerreiro Paim, e os demais que irão se somar a essa trincheira. Então a CTB se sente totalmente engajada nessa causa e nessa luta. Obrigado.

SR. WILSON PEREIRA: Apenas encerrando nossa participação, a participação da Nova Central Sindical nessa Audiência Pública, agradecer ao Senador Paulo Paim pela abertura que ele deu, tem dado ao

movimento sindical, e em especial aos trabalhadores de estar nessa Casa discutindo aquilo que interessa à sociedade de modo geral. E ser mais... Dizer mais uma vez, Senador, que a Nova Central é solidário a V.Ex^a e sempre tem divulgado e levado nas bases o que V.Ex^a tem feito aqui pelo Brasil. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): José Augusto vamos na sequência.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: Devido àquela exigüidade de tempo, Senador, não deu para falar tudo, inclusive com aquela atribuição de apresentar os companheiros que estão aqui nessa plenária, é só três coisas para finalizar. Rapidinho. Primeiro, acho que todas as propostas apresentadas aqui, Canindé, acho que é de comum acordo, com todo mundo. Acho que... Só soma. Inclusive a sua, de aglutinar tudo num conjunto de combinações. Não é isso? O segundo é o trabalho na Câmara propriamente dito de forma proativa. Quer dizer, não é para esperar no dia da votação. Aquilo que o Fórum Sindical dos Trabalhadores sempre fizemos, nós sempre atuamos fora daqui e dentro da Câmara. Não adianta fazer barulho só lá fora. Tem que fazer barulho aqui dentro também. De forma proativa.

Segundo, outra estratégia, Paulo Paim, que nós já passamos por isso aí no passado. O risco do veto. Nós temos que atentar para o risco. Não vamos jogar todas as forças aqui e depois chegar lá... Por que é que estou falando isso? O próprio Ministro, acho que o próprio Paim que falou aqui, não sei se eu prestei atenção na fala dos demais, na própria declaração na Folha de São Paulo ele disse que se passar na Câmara ele vai conversar com o Lula, fazer todo o empenho para vetar. Conversar com o Presidente Lula para vetar. É um ano complicado, um ano eleitoral, onde vários parlamentares dessa Casa, do Congresso vão sair a Prefeito nos seus Municípios aí. Temos que refletir o risco do veto. Mandar vê, quebrar o pau, vai no Estado, aquela coisa toda, aí fizemos um excelente trabalho, combinado, em conjunto e tal. Aí o Lula pega e veta. Quer dizer, aquela decepção total todo o trabalho por água abaixo. Então a minha proposta também, eu sou também de um partido da base do Governo que é o PSB. Há muitos anos. Na época até que era proibido falar esse nome. Mas nós temos, a proposta Paulo Paim, trabalhar os Presidentes dos partidos. Já começar assim a partir de hoje. Mostrar a gravidade... Vou fazer um pedido para os Senadores, se não for muita ousadia, Senador, disponibilizar no seu site, o seu blog, essa matéria que chama fôlego para os mais pobres, para todos terem acesso, inclu-

sive para os telespectadores que é uma matéria que poderia trabalhar acima dela junto aos--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Esse é um artigo que eu escrevi que alguns jornais pediram que eu encaminhasse e eu escrevi. Eu sei que a Zero Hora já publicou esse artigo e se eu não me engano, alguns jornais já publicaram, mas eu vou colocar no site. Sei que o Correio Brasiliense pediu, disse que ia publicar também, onde faço uma série de argumentos muito tranquilos, sem atacar ninguém só dizendo que é possível aprovar e conceder aos aposentados a linha dos dois projetos. Um do fator, pega dois milhões, quem é assalariado que está assistindo a TV Senado nesse momento tem que entender que nós estamos tratando aqui da vida dele. Não importa se ele tem 5 anos de carteira assinada, 10, 15, 20 ou 30. Se não acabar o fator, ele vai se ferrar. Esse é o termo. Temos que acabar o fator para te garantir o princípio da aposentadoria integral como é para os outros setores.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: Então, uma das ferramentas, Paulo Paim, seria essa matéria sua e outras que a gente poderia até dentro do movimento sindical produzir até de forma conjunta. Uma proposta que eu deixo aqui também. CTB, aqui está o Joilson, o pessoal da Nova Central aqui também. Porque nós corremos esse grande risco do veto do Presidente da República. Então nós temos que fazer uma articulação política junto dos Presidentes do partido, base aliada do Governo, PSB, PC do B, o próprio PSB como eu disse aqui, começar a partir de hoje aqui já. Começar a detonar, já trabalhar em cima disso. Pra gente não ficar a deriva. O tema é esse também, depois de todo empenho. Só para finalizar, Paulo Paim, eu encontrei com o Inácio Arruda aqui, ele estava doidinho para vir para cá, mas estava com outra atividade, e até pediu para falar contigo, ele me fez algumas reflexões que eu achei interessante. O Inácio Arruda. Ele falou assim: "O que importa, José Augusto, de tudo isso aí é a causa." E foi repetido aqui. Não lembro quase Senador falou. Acho que foi o Paulo Paim, ou o José Nery também. "E outra, a Previdência não foi criada para dar lucro. Ou ser um grande banco de investimento." Isso aqui tem profundidade. Isso que ele está falando aqui. "O Estado que aproveite a melhor forma possível de arrecadação e administração da verba pública." E uma coisa que eu não consegui falar, mas graças ao Canindé Pegado, eu dei um cochicho em off, né Pegado? E ele falou... "É isso mesmo." Nada acontece por acaso, pessoal. Essa ameaça tem na minha área também, que é a área de prevenção de acidentes, Paulo Paim, onde aqui essa Casa, o Congresso Nacional já derrubou também a privatização, não sei se lembra, a privatização do se-

guro acidente de trabalho. Foi recente até, na época do Berzoini, que era o Ministro parece. Onde a gente ia correr risco. Várias classes de trabalhador. Aquele assistido pelo Estado e... Não vou citar nome aqui que é um perigo. Mas para essas instituições financeiras nacionais e internacionais, que trabalham com a questão da previdência privada e com o seguro de acidente de trabalho privado também. Privatizar o seguro de acidente de trabalho.

Então, não acontece nada por acaso, Senador, isso existe uma corrente muito forte por trás disso tudo, do ponto de vista econômico, de interesse econômico, nós estamos enfrentando grandes Bancos nacionais e empresas multinacionais. Por isso precisa ter uma unidade muito forte dentro do movimento sindical, seja lá através da CUT, do Fórum Sindical dos Trabalhadores, da UGT, não interessa. Acho que esse momento é unificar a luta. Agora, não esquecer de fazer sua mobilização, e trabalhar só na Câmara. Acho que tem que trabalhar politicamente nas grandes lideranças políticas que fazem base, que compõem a base do Governo Lula, para a gente através de uma ferramenta como essa que eu falei do Senador Paulo Paim, com essa matéria que ele chama de fôlego para os mais pobres e outras que nós produzimos junto trabalhar em cima dos Presidentes e dos líderes tentar conquistar e quem sabe de forma eloquente no conjunto convencer o Presidente Lula que ele está sancionando, e não vetando uma lei que é de grande interesse para o Brasil e de grande interesse para família brasileira. Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): João Batista Inocentini, por favor.

SR. JOÃO BATISTA INOCENTINI: Aí da CUT lá do Rio Grande do Sul ele coloca o negócio do fundo. Se você pegar a constituinte de 88, quando se discutiu o conjunto da Constituição, então nós temos lá a seguridade social. Que a seguridade social já é um conjunto de arrecadações que a Previdência está dentro da seguridade social. Só que infelizmente os governos desvincularam a Previdência da seguridade. Eles não aceitam falar da seguridade como um total. Que a Previdência faz parte. De fato essa constituinte é uma das melhores do mundo. Porque nós temos, se for usar a mesma constituinte, nós temos uma das maiores proteções do mundo. É o Brasil. Só que os governos desviaram esse dinheiro que está na Previdência social para investimentos, para outros fundos aí. Então, nós temos esse dinheiro. Então que quando se coloca de recuperar o poder de compra, ninguém está dizendo que nós vamos quebrar a Previdência Social. E com o crescimento do país, a geração de emprego, então

a Previdência vai arrecadar mais. E também quando o Governo pega e leiloa. A arrecadação da Previdência ele faz por exemplo os exportadores de grão. Ele liberou para não pagar a Previdência que deixou de arrecadar esse ano seis bilhões para a Previdência que daria para pagar esse aumento. Que custaria em torno de quatro bilhões. Então, só os exportadores de grão deixou de contribuir seis bilhões para a Previdência. Então, ele dá esse incentivo e quem paga a conta somos nós, os trabalhadores. A Previdência. Então, ela está mal administrada. Então nós entendemos que a Previdência ela não pode ser leiloada para partido político, ela tem que ser uma política de Estado. A Previdência tem que ser tratada com o Ministro da Fazenda. É importante porque se protege 25 bilhões, hoje nós temos de pessoas que está na Previdência. Passou de 25. E nós vamos chegar no ano 2030 em torno de 40 milhões de pessoas que vai estar na Previdência Social. Então, nós temos de tratar isso com muito carinho e fazer uma política de Estado, independente de quem seja o Presidente para nós mantermos essa proteção social, e um fato importante também talvez muita gente não saiba, nós temos 560 mil pessoas que recebem o benefício da Previdência menos de um salário mínimo. Enquanto também lá na constituinte diz que ninguém pode ganhar menos que um salário mínimo. E nós temos mais de meio milhão de pessoas que ganham menos de um salário mínimo da Previdência. É uma contradição muito grande isso aí. Então acho que essa votação do Senado ela vem num momento muito importante e é um momento histórico para os Senadores e vai ser para os Deputados, que onde rever essas injustiças que estão acontecendo no nosso país. E aquelas pessoas que contribuíram parte da sua vida ajudando a construir esse país. Então merece mais respeito, merece mais dignidade e o fator previdenciário também que é um desastre, principalmente eu tive a oportunidade de aposentar novo, mas comecei a trabalhar com 13 anos, contribuí, e aonde eu tive uma perda de quase 48% no meu benefício por causa do fator previdenciário. Quem aposenta com menos de 50 é um desastre. Isso também são duas coisas que tem que tratar com muito carinho, e dia 13 e 14, Paim, pode contar conosco, o Sindicato Nacional dos Aposentados vai estar com uma grande mobilização, trazer aposentados do Brasil inteiro para estar junto nessa luta, todo esforço for possível estaremos junto com os Senadores e Deputados. Um abraço e obrigada pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Companheiro Canindé, por favor.

SR. FRANCISCO CANINDÉ PEGADO: Senador e demais companheiros. Para não ficar apenas na exi-

gência de que cabe ao Congresso Nacional, especificamente daqui por diante à Câmara dos Deputados, através da criação dessa frente parlamentar. Às vezes para a gente para não dizer que nós estamos transferindo somente esse desafio para a Câmara, eu digo também que esse desafio cabe, primeiramente, a nós. Nós dirigentes sindicais, nós trabalhadores ativos, nós os representantes dos aposentados e pensionistas nas suas diversas entidades, que é para poder fazer com que se crie o caldo de cultura do debate da importância desse processo daqui para frente. Quer dizer, o Senado Federal, através da sua competência, da sua liderança, fez o seu papel. Mas ficou aqui dentro. Quer dizer, nós precisamos fortalecer a luta do Congresso Nacional, mas essa luta tem que vir através da nossa base, da nossa presença lá nas entidades sindicais, nas nossas representações levar justamente para dentro das nossas categorias o que está acontecendo, o que aconteceu e o que deverá acontecer daqui para frente até a gente obter o sucesso da votação aqui no Congresso Nacional. Isso é uma via de mão dupla, se nós não estivermos convencidos, se não conseguirmos mobilizar os trabalhadores e aposentados e pensionistas em prol desta luta, não adianta somente estar exigindo aqui do Congresso Nacional que ele faça ou assuma essa responsabilidade. O Congresso vai também empurrado pela mobilização das bases. Sem dúvida nenhuma. Então eu quero dizer que aproveitemos, inclusive, o primeiro de maio que será celebrado ali pelas diversas centrais sindicais, e muitos eventos ocorrerão pelo Brasil afora para que nós já coloquemos dentro do primeiro de maio para milhões e milhões de trabalhadores aí esta questão. Anunciemos que essa mobilização já começou e que ela precisa estar altamente bem organizada para que nós possamos obter esse sucesso aí que é o fim do fator previdenciário de forma definitiva e também aí justamente a questão da correção das aposentadorias vinculada ao salário mínimo. Além de outras questões relacionadas diretamente aos aposentados e pensionistas desse Brasil que aqui acabamos de citar. A UGT, União Geral dos Trabalhadores, agradece seu empenho, empenho aqui da Câmara, do Senado Federal e muitos parlamentares aqui da Câmara também que apoiaram, o companheiro Ricardo Patah manda um abraço a todos vocês e a UGT estará aí somando tranquilamente com todo o vigor e todas suas entidades filiadas nessa luta em prol da defesa dos interesses dos aposentados e pensionistas do Brasil.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me pediram aqui e eu vou encaminhar como ficaria nosso calendário. 22 de abril... 22 de abril agora,

teremos já uma plenária aqui no Senado, lá no Plenário do Senado, foi uma proposta que eu encaminhei que é uma homenagem aos aposentados e pensionistas do Brasil, então estão todos convidados. E nesse dia vamos falar da questão dos aposentados. Semelhante àquelas que fizemos aos trabalhadores do regime geral. Dia 22 de abril se inicia 10h00 da manhã. Muitos vão se deslocar de manhã para cá, uma plenária... No Plenário do Senado uma plenária de homenagem aos aposentados do Brasil. Dia 30 de abril teremos a Comissão de Direitos Humanos aqui no Senado, onde todos estão convidados para discutir a questão dos trabalhadores e dos aposentados. Por que dia 30 de abril? É véspera do dia primeiro de maio. Dia primeiro de maio, em todo o país o apelo que a gente faz que em cada ato que tiver, em cada Município, cada região, cada Estado, que se levante o tema da aprovação do PL 42 na íntegra como veio do Senado como também PL 296 que é aquele que acaba com o fator previdenciário. Dia 14 de maio... Não, dia primeiro de maio. Dia 13 de maio vamos ter então esse evento do fórum. O Fórum vai se reunir na Academia de Tênis aqui de Brasília, dia 13 de maio a partir de oito horas da manhã. É um Encontro Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores, e a gente aqui com a concordância, dia 13 de maio, com a concordância do Presidente nós vamos transformar num evento nacional, se possível onde todos são bem-vindos, para que um certo momento a gente debata somente a questão do PL 42 e também do PL 296 que é o fim do fator previdenciário. Quero lembrar também que teremos no dia 14 de maio, vai ser uma Audiência Pública lá na Câmara dos Deputados, o companheiro Paulinho ficou encarregado de marcar. A companheirada que vier já para o dia 13 de maio, no dia 14 vamos fazer lá na Câmara. O companheiro Paulinho vai tentar solicitar que seja no Plenário da própria Câmara dos Deputados pela parte da manhã. Que dia... Se não me engano dia 14 de maio cai numa... Quem é que tem calendário aí? Uma quarta-feira. O Paulinho disse que vai tentar ver se consegue o Plenário da própria Câmara pra gente fazer esse debate pela parte da manhã. Então, a companheirada que vem dos Estados já poderia participar. E por último eu lembraria as manifestações nos aeroportos, quando chegam os Deputados e Senadores, de forma carinhosa eu diria e respeitosa só pedindo que aprovem o 42 e o 296. Que se dirijam às Câmaras de Vereadores, tenho certeza que os Vereadores de todo o país haverão de aprovar moções de apoio aos dois projetos e encaminhem para o Congresso. Quer dizer, encaminhem a mim e eu encaminho à Câmara ou diretamente para a Câmara dos Deputados. Se dirijam dentro do possível as assembleias estaduais pedindo

a mesma coisa, moção de apoio dos Deputados, e se puderem também fazer contato com os partidos políticos para que se posicionem a favor dos dois projetos. Comissão de direitos humanos que existe praticamente em todos os municípios, também seria recomendável e vamos fazer a frente parlamentar e sindical com esse compromisso amplo de nós aprovarmos então esses dois projetos. A pedido aqui do José Augusto, ele disse: "Paim, já que vai ser publicado nos jornais, seria bom que você lesse esse artigo, então, aqui aproveitando o momento da TV Senado para saber o que diz o artigo." Vou ler de forma muito rápida.

"Fôlego para os mais pobres. O brasileiro, hoje, ao se aposentar sai perdendo muito. É fato. Mas isso está prestes a mudar. O Senado, ao aprovar o projeto que revoga o fator previdenciário PLS 296, beneficia 30 milhões de trabalhadores. Se aprovado na Câmara e sancionado pelo Presidente Lula, a forma de cálculo da aposentadoria será feita a partir daí com base nas 80 maiores contribuições. Isso a contar de 94 até hoje. Garantindo, assim, o princípio da integralidade, da isonomia, da igualdade. Ou seja, todos receberão o benefício conforme os seus vencimentos. Não haverá mais redutor." Eu complemento, será igual como é hoje para os servidores públicos. É somente isso. Previdência universal, igual para todos. Pois o artigo diz: "Com a incidência do fator previdenciário, as perdas são altíssimas. Já no ato do cálculo da aposentadoria, as mulheres, como é hoje, perdem até 40%. Os homens em torno de 35% daquilo que teriam de direito." E isso se dá em razão da fórmula de cálculo do fator, que leva em consideração a idade, a alíquota, o tempo de contribuição do trabalhador no momento da aposentadoria e o pior de tudo, a expectativa que eles falam da sobrevida. Que é calculado conforme tabela do IBGE que muda praticamente todos os anos. Quanto maior a expectativa de vida, menor será o benefício a ser recebido. O fator só atinge os mais pobres. Por isso ele tem que ser revogado. Quem ganha, por exemplo, 25 mil reais no serviço público, não pega fator. E tem direito ainda a paridade. Eu digo: Por isso é justo que o trabalhador do regime geral da Previdência, aquele que ganha no máximo de 500 reais, como exemplo, a 3.038 reais poderá ter o direito de não ter mais o redutor. Quando derrotamos o fator no Senado, como alternativa para que ninguém diga, como alguns tentam vender a idéia de que nós somos irresponsáveis, apresentamos a proposta de idade mínima, que garante aos trabalhadores do regime geral da Previdência o mesmo princípio da idade mínima adotada aos servidores públicos. PEC nº. 10. Essa PEC está aqui para ser votada. É importante ressaltar que a idade mínima, debate que muitos não querem enfrentar, que

é preciso ter coragem para enfrentar esse debate, é uma tendência mundial. Por isso nós não temos medo de enfrentar o debate da idade mínima.

A idade mínima, diferentemente do fator previdenciário, que não existe em nenhum país do mundo, nenhum país do mundo tem fator previdenciário. Isso é uma invenção do Governo anterior, 1999, no Brasil. E por que é que inventaram isso? Porque perderam o debate naquela época no que tange qual seria a idade. Digo mais: O fator previdenciário, de forma alguma é motivo de orgulho pelo seu pioneirismo no Brasil. Devia ser vergonha por ser adotado no Brasil. O princípio da igualdade existe na maioria dos regimes previdenciários do mundo. A idéia da PEC é seguir uma série de norma de transição, a fim de evitar injustiças e assegurar direitos daqueles que já estão no sistema, especialmente os que estão próximos da sua aposentadoria. O que diz? Aqui vou simplificar. Está escrito, vou simplificar. O que diz a PEC nº. 10? Fala o seguinte: Eu peguei o princípio que é adotado pelo servidor, como é que foi feito a regra de transição pelo servidor público? O servidor inicia trabalhar com 18 anos. Só pode entrar assim no serviço público. Foi somado com mais 35. Por isso que deu 53. Para quem está no sistema hoje, no serviço público esse é o princípio. O que eu fiz para o trabalhador da área privada? Peguei como a idade mínima para entrar é 16, eu apliquei os mesmos 35, por isso que deu 51. Então tem uma lógica. Não quis dar nenhuma regalia especial para o trabalhador da área privada. Mas enfrentar o mesmo debate da regra de transição que foi dada para o servidor público. Isso o que foi feito. E aqui em resumo porque o artigo vai em duas páginas, o que eu digo daí? Quem entrar no sistema que não tem direito a essa regra de transição, é aquele cidadão que aprovada a PEC 10, digamos hoje, e ele entrar no sistema amanhã, como é para o servidor público, aí sim, esse vai ter a idade de 55 e 60. Quando ele completar os 35 anos de contribuição no caso do homem e 30 a mulher. Porque assim é para o servidor.

Então, eles têm que entender que nós estamos propondo aqui só o princípio da igualdade. Nós queremos o mesmo tratamento para o trabalhador da área pública e da área privada. Conversei muito com os dirigentes dos servidores públicos e todos concordam, dizem: "Paim, não temos nada contra. Nós não queremos que esse fator previdenciário perverso daqui a pouco apliquem também para o servidor." Isso que eles não querem. Agora, o princípio da isonomia, da igualdade que eles têm o direito, o trabalhador do regime geral o mesmo direito do servidor é tranquilo. Por isso não temos medo nenhum de discutir as regras de transição, ser bem transparente e dizer: "Bom, quem vai entrar?"

"Vou dizer, meu filho por exemplo", só como exemplo, ele tem 15 anos. Vai entrar no sistema ano que vem, com 16 anos. Só vai se aposentar daí com 55 anos no caso mulher e 60 anos o homem. Meu filho no caso é Paulo Renato Paim Júnior. Vai ter que trabalhar até os 60. Mas vai começar a entrar no sistema a partir da aprovação dessa PEC, que é a mesma coisa para o servidor público. Ninguém pode ser contra isso porque se a expectativa de vida aumenta, como creio eu que vai aumentar, tomara que a expectativa de vida dele quando chegar lá daqui a 35 anos seja 100 anos. Vai se aposentar com 60 e Oxalá tenha mais 40 de sobrevivência como a gente fala. Tomara. Vamos torcer para isso. Questão nº. 2 que foi bem colocada e eu coloco aqui, pessoal. Ninguém tenha dúvida, aquilo que foi dito aqui, eu fui constituinte lá de 86 para 88, e nós sabíamos que só a contribuição da folha de pagamento de empregado e empregador não ia sustentar a Previdência. O que a gente fez? Botou faturamento, a gente botou lucro, botou PIS/PASEP, botou jogos lotéricos, depois a CPMF... Essa arrecadação para a Previdência, e está na seguridade constitucionalmente, ela assegura recursos muito maior do que a contribuição de empregado e empregador. E qual é o desafio que eu faço? Para aqueles que dizem que a Previdência ou a seguridade social é deficitária? Aprove então a minha PEC 24. O que diz a PEC 24? Bem singela, dinheiro da seguridade não pode ser destinado para outro fim. Se o dinheiro da seguridade ficar na seguridade, vou dar o exemplo de 2007, ANFIP *superávit* 62,7 bilhões de reais. É só isso. Dizem que se alguém quer manter o discurso que não tem dinheiro, vamos aprovar a PEC 24. Não quero um centavo de área nenhuma. Só quero que cumpra-se o que manda a Constituição. Dinheiro da seguridade, fica na seguridade. O que é a seguridade? Previdência, saúde e assistência. Não destinando o dinheiro da seguridade para outros fins com tranquilidade nós temos como manter a Previdência pública. Em resumo, o que diz o artigo, e aqui foi dito também, se desse o reajuste para o aposentado? Bom, se a gente diz aqui que graças ao Governo Lula, mais oito milhões de trabalhadores estão no mercado com carteira assinada, o que dá para deduzir isso? Mais oito milhões de pessoas estão contribuindo com a Previdência. E que só vão se aposentar daqui a 30 anos. Em tese, pelo menos, não todos naturalmente. Se 8 milhões de pessoas passarem a contribuir com certeza só aí já teria recurso para pagar os aposentados e pensionistas. Se a economia, como a gente fala, está "bombando" como nunca, todos estão arrecadando mais, se o PIB está crescendo, consequentemente nós estamos arrecadando mais também para a Previdência. Nunca a Previdência arrecadou tanto

como está arrecadando agora. Eu tenho que colocar esses argumentos, eu sei que muitos de vocês estão com pressa, que são fundamentais. Nós estamos tratando aqui da vida de quase 50 milhões de pessoas que estão com essa expectativa e querem ver de onde sai o dinheiro. Estou colocando aqui. Vamos dizer só o aumento desse ano. Dá 350 milhões por mês. 350 milhões por mês para atender 8 milhões de aposentados não é nada. É cisco. Não é nada no orçamento como o nosso da seguridade. O quê que vai dar por ano? Esse ano dá 3,5 bi. Mas se falo que tem o *superávit* de no mínimo 62 e a perspectiva é que o *superávit* seja maior ainda pela forma que estamos arrecadando, onde está o problema?

Bom, para resumir, eu quero dar mais esse dado, que se nós pegarmos os últimos 10 anos, mais de cem bilhões foram destinados para outros fins da seguridade social. Não estou nem falando somente da Previdência. Depois poderia lembrar ainda, não esqueçam que nós abrimos mão de 40 bilhões da CPMF. Eu falo com muita tranquilidade que fui para Tribuna, defendi porque entendia que esses 40 bilhões deveriam ser destinados para a saúde para os mais pobres. Perdemos. Mas assim mesmo, a arrecadação da Receita Federal, recentemente divulgada, mesmo sem a CPMF, foi 15 bilhões a mais no que foi os últimos 12 meses. Mesmo sem a CPMF. Nós temos hoje recursos, e aqui mais uma vez eu elogio o Governo Lula, até para pagar a dívida externa se quiséssemos, ainda ficaríamos com mais de 13, 14 bilhões em caixa. Bom, eu quero concluir só dizendo a questão da inflação. Se pegarmos de 94 a 2004, a inflação para os idosos, foi 224.30 para os jovens foi 175.96. Vejam a questão da inflação. Recentemente foi divulgado, para quem ganha até dois, três, quatro salários mínimos, a inflação é uma. É bem maior para aqueles que ganham um salário maior por que aqui eles gastam somente aquela faixa. Não pode pegar produto chamados de luxo em que pelo alto valor e que acaba entrando no componente para calcular o NPC é outra realidade. Isso é mais uma demonstração de quanto que perdemos nossos aposentados. E por último, eu pego a última frase, escrevi somente o seguinte: “É inconcebível que enquanto os planos de saúde, os remédios, os gastos com alimentação aumentam desproporcionalmente, os vencimentos de nossos idosos diminuem cada vez mais. É inadmissível que as pessoas que passam anos e anos trabalhando por esse país e tenham que ainda ouvir que os seus direitos não serão respeitados, ou seja, não receberão nem sequer de acordo com o número de salários mínimos que pagaram no longo de suas vidas.” A última frase é essa: “O que queremos é garantir uma Previdência igual para todos. Trabalhadores da área pública e priva-

da.” E digo depois: “Queira Deus que a Câmara tenha a mesma posição do Senado.” É isso. Muito obrigado. Está encerrada a nossa Audiência Pública.

[palmas]

Sessão encerrada às 13h14

ATA DA 14ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 24 DE ABRIL DE 2008, QUINTA-FEIRA, APÓS ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº. 03, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e oito, na sala três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos seguintes Senhores Senadores: **Fátima Cleide, Paulo Paim, Inácio Arruda, Leomar Quintanilha, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Geovani Borges, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy Ideli Salvatti e Lúcia Vânia** e da presença dos não-membros Deputado Federal Eduardo Valverde Araújo Alves e da Ex-Senadora Emília Fernandes. Os Senadores Romeu Tuma, Cícero Lucena e César Borges justificam suas ausências. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e, em seguida, faz suas considerações iniciais explica como serão conduzidos os trabalhos. Antes de iniciar a pauta convocada o Senhor Presidente coloca em votação quatro Requerimentos extrapauta. Às nove horas e treze minutos passa a presidência a Senhora Senadora Fátima Cleide. **Item único:** A presente reunião foi convocada na forma de Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 09, de 2008 – CDH, de autoria da Senadora Fátima Cleide, aprovado em 21/02/2008, “com vistas a tratar do Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas”. Comparecem os seguintes convidados, primeira mesa: Ezequiel Sousa do Nascimento, Secretário de Políticas Públicas de Emprego, representando Carlos Lupi, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego – MTE; Eloí Ferreira de Araújo, Secretário Adjunto, em representação de Edson Santos, Ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Social – SEPPIR; Creuza Maria Oliveira, Presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD; Jorceli Pereira, Diretor do Regime Geral de Previdência Social, representando Luiz Marinho Ministro da Previdência Social – MPS; Alci Matos Araújo, Secretário de Relações Internacionais da Contracs, em representação da Senhora Lucilene

Binsfeld, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços – CONTRACS. Segunda mesa: Solange Sanches, Coordenadora da área de Gênero e Raça da OIT, em representação de Laís Abramo, Diretora da Organização Internacional do Trabalho – OIT, Maria Elizabete Pereira, Diretora da Subsecretaria de Articulação Institucional da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em representação da Senhora Nilcéa Freire, Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República; Ivair Augusto Alves dos Santos, Assessor Especial, em representação do Senhor Paulo de Tarso Vannuchi, Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH; Emília Fernandes, Ex-Senadora da República, presidente do Fórum de Mulheres do Mercosul Capítulo Brasil. Os Senhores convidados Fernando Haddad, Ministro de Estado da Educação – MEC e Márcio Fortes de Almeida, Ministro de Estado das Cidades, justificaram suas ausências através dos ofícios 183/2008-ASPAR/GM/MEC, fac-símile, de 23.04.2008, e 4348/2008/GABIN/MCIDADES, de 17.04.2008, respectivamente. Às dez horas e dois minutos a Senhora Presidente, Fátima Cleide, passa a presidência ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Às dez horas e treze minutos o Senhor Presidente, Geraldo Mesquita Júnior, passa a presidência a Senhora Senadora Fátima Cleide. A Senhora Presidente, Fátima Cleide, após as exposições dos Senhores Convidados, franqueia a palavra ao presentes no plenário da Comissão. **Extrapauta.** Item nº 1: **Requerimento nº 36, de 2008**, que requer a realização de Audiência Pública para tratar da “demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima”. Com a presença dos seguintes convidados: Eduardo Viveiros de Castro, antropólogo e professor do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Sydney Possuelo, indigenista especialista em relações com índios “isolados”; Joênia Wapixana, advogada indígena, integrante da delegação brasileira no Fórum Permanente dos Povos Indígenas da Onu; Márcio Meira, antropólogo, presidente da Funai. Autoria: Senador Sibá Machado. Resultado: **Aprovado.** Item nº2: **Requerimento nº 37, de 2008**, em aditamento ao Requerimento nº14-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para que sejam convidados a participarem da Audiência Pública do requerimento aditado a Senhora Rosângela Piovizani Cordeiro, representante da via Campesina. Autoria: Senador José Nery. Resultado: **Aprovado.** Item nº3: **Requerimento nº 38, de 2008**, que requer a realização de Audiência Pública conjunta com as Comissões de Assuntos Sociais e com a Comissão de Constituição Justiça e Cidadania para tratar “das Propostas de mudanças na

legislação processual penal e estatutária da criança e do adolescente no que tange à regulação do “depoimento Sem Dano” (DSD), ou seja, à incorporação de novos procedimentos de inquirição de testemunhas e de produção antecipada de prova em processos judiciais que versem sobre crimes sexuais e outros tipificados, quando a vítima ou a testemunha for criança ou adolescente”. Autoria: Senador Patrícia Saboya e outros. Resultado: **Aprovado.** Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores: Paulo Paim, Fátima Cleide, Eduardo Suplicy, Geraldo Mesquita, Cristovam Buarque e os não membros o Deputado Federal Eduardo Valverde Araújo Alves e a Ex-Senadora Emília Fernandes. Encerradas as falas dos Senhores Senadores e dos convidados, o Senhor Presidente faz suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Essa Audiência Pública, teríamos hoje uma Audiência Pública aqui na Comissão, com o item... Realização de uma Audiência Pública, nos termos do Requerimento 09/2008-CDH, de autoria da nobre Senadora Fátima Cleide, aprovado no dia 21/02/2008, com vistas a tratar do Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas. Mas, antes, já cumprimento as nossas amigas, companheiras, lutadoras que estão aqui conosco já, representando as empregadas domésticas de todo o Brasil, a Senadora Fátima Cleide já está se deslocando para essa Audiência Pública, enquanto ela não chega eu queria fazer os seguintes encaminhamentos, se os Senadores Geraldo Mesquita Júnior e Leomar Quintanilha assim concordarem. A Senadora Fátima Cleide, eu já convido V.Exa. a ficar aqui na Mesa, que V.Exa. sabe que, em seguida, eu vou passar a coordenação dos trabalhos para V.Exa.

Então, nesse primeiro momento, eu queria colocar em votação, se os Senadores concordarem, de um, dois, três, quatro Requerimentos. Um Requerimento da Senadora Patrícia, um do Senador Sibá Machado e

um Requerimento do Senador José Nery, e outro, que é uma solicitação da Deputada Janete Capiberibe.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Da minha parte, não há objeção, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Mesquita Júnior? Então, de imediato, para ganharmos tempo, vou começar fazendo uma comunicação, que foi encaminhada a nós por parte do Senador Romeu Tuma. O Senador Romeu Tuma encaminhou a essa Presidência o seguinte ofício: “Sr. Presidente, cumprimento cordialmente V.Exa. Lamento informar a impossibilidade de comparecer à Reunião de Audiência Pública para tratar de um tema tão importante, Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas, iniciativa da nobre Senadora Fátima Cleide. Informo que desejaria muito estar presente nessa importante Reunião, contudo, estou impedido de comparecer, tendo em vista os trabalhos da CPI da Pedofilia e a designação de representar o Senado Federal na solenidade de assinatura de protocolo de cooperação técnica entre essa Casa e a Assembléia Legislativa de São Paulo, relativo à sensibilidade e a valorização das pessoas com deficiência. Assim, solicito a gentileza de transmitir a todos os nossos amigos e amigas, Senadores e Senadoras, e convidados, os motivos da minha involuntária ausência e meus cumprimentos às trabalhadoras domésticas”.

Vamos ao primeiro Requerimento. Requerimento do Senador Sibá Machado, que já se encontra aqui: “Nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno, requeremos realização de Audiência Pública com a finalidade de debater a demarcação da terra indígena Raposa do Sol, no Estado de Roraima. Solicitamos que sejam convidados, na qualidade de debatedores: Eduardo Viveiros de Castro, antropólogo, professor do Museu Nacional da UFRJ; o indigenista Sidney Possuelo, especialista em relações com os índios isolados; Joeni Vapijana(F), advogada indígena integrante da delegação brasileira do Fórum Permanente dos Povos Indígenas da ONU. E Márcio Meira, antropólogo Presidente da FUNAI.

Se os Srs. Senadores e Senadoras concordarem, devido à nossa... Eu... Botaríamos em votação e depois eu abro já para aqueles que quiserem fazer comentários para nós acelerarmos o Requerimento. Os que concordarem com a aprovação do Requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos a outro Requerimento. Requerimento do Senador José Nery agora: “Em aditamento ao Requerimento nº. 14 da CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado nessa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, requeiro seja incluído no rol dos participantes da audiência pú-

blica objeto do referido Requerimento, a Sra. Rosângela Piovisani(F) Cordeiro, representante da Via Campesina, cujos contatos a seguir. Eu, como autor do Requerimento, não tenho nada contra. Se os Senadores não tiverem nada contra, em votação. Aprovado.

Esse, na verdade, é um convite. Havia a intenção nossa de fazermos aqui um debate sobre uma situação relacionada também à Amazônia. Foi uma iniciativa do Senador José Nery. Nós aprovamos aqui o Requerimento. A Câmara dos Deputados encaminhou um Projeto no mesmo sentido. O Senador José Nery consultou a mim. Eu disse que tinha que submeter à Comissão, se nós poderíamos fazer essa Reunião conjunta entre Câmara e Senado. Daí, teria que ser da seguinte forma: Como a Câmara gostaria desse debate, nós não precisaríamos fazer aqui essa Audiência Pública e acompanharíamos, lá, o debate que a Câmara está fazendo e, inclusive, quem está propondo é a Deputada Janete Capiberibe, que todo mundo conhece o seu compromisso com essas causas. Então, o que diz aqui a Deputada Presidente daquela Comissão, Deputada Janete Capiberibe: “Exmos. Srs., tenho a satisfação de convidar V.Exas., todos os membros dessa Comissão, para participar da Reunião de Audiência Pública da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, a realizar-se no dia 06 de maio, terça-feira, às 14h00, no Plenário 14, anexo II da Câmara dos Deputados; o objetivo da audiência seria discutir com os Srs. Parlamentares o tráfico de mulheres e crianças para exploração sexual na Amazônia e situação dos religiosos ameaçados de morte por combater esses criminosos. Em atendimento ao Requerimento nº. 352/08 da Deputada Janete Capiberibe e do Deputado Marcelo Serafim de nº. 361/08 e da Deputada Maria Helena aprovada a essa Comissão. Srs. Senadores que concordarem, permaneçam como se encontram. Então, aprovado.

O último Requerimento é da Senadora Patrícia Saboya. “Requeremos, nos termos do art. 93, inciso II, a realização de Audiência Pública conjunta da Comissão de Direitos Humanos com as Comissões de Assuntos Sociais e também da CCJ, com convidados a serem oportunamente definidos, visando discutir a proposta de mudança de legislação processual penal e estatutária de criança e do adolescente, no que tange à regulação de depoimento sem dano. Depoimento sem dano, vou justificar, é uma iniciativa de um Juiz lá de Porto Alegre, que foi muito positivo. Aqui explica, ou seja, a incorporação de novos procedimentos na inquirição de testemunha e da produção antecipada de provas em processos judiciais que versem sobre crimes sexuais ou outros tipificados, quando a vítima ou testemunha for criança ou adolescente. Essa inicia-

tiva feita em Porto Alegre, por esse Juiz, ela não expõe a criança, nesse caso aqui, excessivamente, mesmo quando ela foi agredida. Eu, inclusive, confesso, que apresentei um Projeto de Lei, que está em debate na Casa, que diz o seguinte: O infrator, o criminoso, o bandido, ele, sendo menor, vocês sabem que não pode ser exposta a fotografia dele, o rosto dele. Ele tem todo direito. E a vítima não tem. A vítima, a imagem, o seu nome é jogado na televisão, como diz o outro, no cinema, no teatro, no gibi, no Pato Donald, como diz o outro, aonde quiser, joga.

Então, acho que esse Requerimento para esse debate vai possibilitar também que a gente discuta se o Projeto é procedente ou não. Quer dizer, só poderia, efetivamente, permitir que a imagem do agredido, sendo menor, fosse publicada, da mesma forma que o agressor tenha a sua imagem preservada. Por isso que esse debate desse Requerimento acaba indo nesse sentido. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. De imediato, vamos à realização da nossa Audiência Pública.

Eu queria convidar para a Mesa o nosso sempre amigo, ex-sindicalista, e eu diria, um companheiro de longa jornada; convido aqui o Sr. Ezequiel Sousa do Nascimento, Secretário de Políticas Públicas de Emprego, representando o Ministro Carlos Lupi. Convido também Edson Santos. O Edson Santos... Ou seu representante. Então, o representante do Ministro Edson Santos, Ministro da Secretaria Especial de Política da Promoção da Igualdade Racial, está aqui o nosso sempre também lutador, Elói Ferreira, representando o Ministro Edson Santos. Convido também a Ministra da Secretaria Especial de Política para as mulheres da Presidência da República ou a sua representante, Ministra Nilcéia Freire. Foram convidados ainda... Poderemos iniciar com os convidados que estão na Mesa, o Ministro Haddad, da Educação; foi convidado o Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos – FENATRAD – a Creuza Maria de Oliveira. A Creuza, então, muito prazer receber aqui a Creuza, a nossa sempre lutadora das causas populares aqui. Foi convidado também o Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministro Paulo de Tarso Vannuchi. Convidamos ele ou o seu representante; Márcio Fortes de Almeida, Ministro das Cidades, ou seu representante; Jorceli Pereira, Diretor do Regime Geral da Previdência Social, representando o Ministro Luiz Marinho; Laís Abramo, Diretora da Organização Internacional do Trabalho ou representante; Lucilene Binsfeld, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços – CONTRACS – ou seu representante.

Nesse momento, por uma questão até de justiça, mas também porque tenho que pegar um vôo daqui a minutos, eu passo a Presidência dos trabalhos à nobre Senadora Fátima Cleide, que foi quem encaminhou o Requerimento que permitiu essa Audiência Pública, que é de suma importância para as trabalhadoras e trabalhadores domésticos.

Eu queria dizer que temos uma relação muito grande, no longo de nossas vidas, com esses trabalhadores, desde o tempo em que a ex-Senadora Benedita da Silva apresentou o primeiro Projeto que avançou um pouco, mas falta muito ainda, em matéria de Legislação para as trabalhadoras domésticas. Então, nesse momento, eu passo a Presidência para a nossa Senadora.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): V.Exa. me permite uma breve--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vou passar a Presidência e, ao mesmo tempo, já passo a palavra a V.Exa. Por favor, Senadora Fátima Cleide. Senador Eduardo Suplicy, com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Senador Paulo Paim, Senadora Fátima Cleide, na medida em que foi anunciado um entendimento importante na categoria dos trabalhadores na área química, de redução jornada de trabalho, gradualmente, de 44 para 40 horas, um entendimento, por enquanto, na área sindical, apoiado pela Central Única dos Trabalhadores, mas se constitui num marco importante. E como V.Exa. fez questão aqui de assinalar os passos importantes que se dão na vida sindical brasileira, acho que é importante nós assinalarmos isso porque essa é uma informação relevante para a vida dos trabalhadores brasileiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Eduardo Suplicy, eu não poderia, porque eu tenho dois minutinhos antes de sair, dizer da importância do registro que faz V.Exa. V.Exa. sabe que, junto com o Senador Inácio Arruda, nós somos autores da PEC que vai reduzir a jornada, de 44 para 40 horas semanais e, depois, reduziria uma hora por ano até chegar a 36. As centrais sindicais conseguiram apoio para essa PEC, de todas... Todo o movimento sindical brasileiro. E agora, recentemente, da CNBB. A CNBB encampou essa proposta e vai fazer abaixo-assinado em todo o país. E, ontem, ainda me informaram, os dirigentes das Centrais Sindicais da CUT, tiveram uma Reunião com o Presidente da FIESP. E o Presidente da FIESP se propôs a fazer esse debate e até caminhar para entendimento e pediu como alternativa a não ratificação da convenção 158 da OIT, aquela que proíbe a demissão imotivada.

O importante é que está havendo uma negociação e acho que esse Parlamento vai ter uma oportunidade, quem sabe, em aprovar a PEC que vai reduzir a jornada de trabalho de 44 para 40 horas, num primeiro momento, e, num segundo momento, quem sabe uma hora por ano, até chegar ao turno de 36 horas. Eu agradeço muito a colocação de V.Exa., que vem, digamos, na mesma caminhada daquilo que todos nós defendemos, que é a redução da jornada sem redução de salário. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Bom, bom dia a todos e a todas, eu quero aqui agradecer inicialmente ao Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Agradecer as presenças do Senador Sibá Machado, Senador Geraldo Mesquita, Senador Leomar Quintanilha, Senador Eduardo Suplicy para esta, que é uma Audiência Pública com o intuito de discutirmos e darmos visibilidade ao dia 27 de abril, Dia da Trabalhadora Doméstica. Nós pensamos em fazer duas Mesas porque são várias as convidadas e os convidados e, no decorrer, sabemos que outros convidados estarão chegando. Então, nós vamos... Como temos cerca de 12 convidados e convidadas, nós vamos iniciar os nossos trabalhos, até porque as empregadas domésticas deste país merecem ouvir dos nossos representantes do Poder Executivo, das nossas representações no Legislativo, o que a sociedade brasileira pensa a respeito do trabalho doméstico.

Quero iniciar, saudando aqui a presença de várias representantes do Movimento, da Federação, da Confederação de Trabalhadoras Domésticas no país e saudar também representantes da Secretaria de Política Especial para Mulheres, e fazer a saudação especial aqui à minha companheira Mara Araújo, que é Coordenadora de Política para as Mulheres, no Município de Porto Velho, no meu Estado de Rondônia.

Bom, nós vamos iniciar passando a palavra para meu companheiro Ezequiel Sousa do Nascimento, Secretário de Políticas de Emprego do Ministério do Trabalho, aqui representando o Ministro Carlos Lupi.

SR. EZEQUIEL SOUSA DO NASCIMENTO: Bom dia, Senadora Fátima Cleide. Bom dia, Senador Suplicy, Senador Leomar Quintanilha, Senador Geraldo Mesquita. Primeiro, justificar a ausência do Ministro. O Ministro está em uma agenda fora do Brasil e já com... Já prevista com muita antecedência, e por isso não veio e me pediu que viesse, mas que justificasse aqui a ausência dele, e a vontade dele de estar participando de um evento dessa importância. Evento em que eu parabeno a Comissão de Direitos Humanos,

parabeno o Senado da República, por trazer à baila um tema como esse.

Nós vamos falar um pouquinho das políticas atualmente existentes e de algumas que estão por acontecer, que estão sendo já encaminhadas, naturalmente, todas elas discutidas com as representações desse segmento da sociedade, tentando construir aí uma... Especialmente nesse segmento do mercado, um segmento um pouco mais igual. A gente tem a consciência de que o fator cultural, ele tem uma relevância muito grande, mas, cada vez mais, a gente também percebe a necessidade de o Estado intervir e intervir articuladamente com as representações.

Uma das grandes dificuldades já de entrada é a questão da quantificação de quantas são as trabalhadoras domésticas no Brasil, que nós não temos dados, no nosso cadastro geral de empregadas e desempregadas, porque ali registra o mercado formal. A parte formal desse mercado nós temos, a outra não. Mas a PNAD de 2006 nos dá um número de seis milhões, 714 mil trabalhadores domésticos no Brasil. Destes, um milhão, 832, com carteira assinada e quatro milhões, 882 sem carteira assinada. Esse é um dado que já nos assusta; é grande a informalidade, mais do que do restante do mercado. É uma informalidade que apenas, isso que a gente falou aqui, o fator cultural justifica, justifica no sentido de a gente entender o fenômeno, não no sentido de aceitar, mas tem evoluído. De 2002 até 2006, ela avançou bem mais do que o restante do mercado. Ela cresceu... A formalização do trabalho doméstico, no Brasil, aumentou, de 2002 para 2006, 16,31%, e o percentual de crescimento, no mesmo segmento, sem carteira assinada, 7,7%. Ou seja, está lento. O avanço está lento. Eu acho que precisa acelerar muito mais. Mas, inevitavelmente, tem avançado, e especialmente depois da intervenção do Congresso Nacional.

Hoje a trabalhadora doméstica, depois de... Do Congresso Nacional e do Governo como um todo passou a adquirir uma série de direitos que ano passado não tinha: carteira assinada, salário mínimo em lei, redutibilidade salarial, 13º salário, repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, férias civis, férias de 30 dias remuneradas, férias proporcionais, estabilidade no emprego, em razão de gravidez, licença gestante, sem prejuízo de salário; licença paternidade de cinco dias, auxílio doença pago pelo INSS, aviso prévio de no mínimo 30 dias, aposentadoria, integração à Previdência, vale-transporte, FGTS e Seguro Desemprego. No Seguro Desemprego, acho que o Congresso Nacional ainda também pode avançar nesse aspecto, porque o Seguro Desemprego, ele, apesar de seguir normas que são do seguro-desemprego formal, ele tem algumas peculiaridades. Exige que o

trabalhador esteja empregado há 15 meses, nos últimos dois anos; ter recolhimento de Previdência Social, pelo menos 15 recolhimentos, nesses últimos dois anos; não ter gozo de nenhum benefício, mas exige que o empregador desconte o FGTS. E isso faz com que o Seguro Desemprego para empregado doméstico tenha uma cobertura bem menor do que tem o trabalhador formal, o restante do trabalhador. E hoje a quantidade de trabalhadores domésticos, um milhão e 800 mil trabalhadores formais, nós tivemos, ano passado, pouco mais de 12 mil trabalhadores alcançados pelo Seguro Desemprego, muito em função disso. O patrão, o empregador não recolhe o FGTS. Talvez, uma campanha, mais até do que outra coisa. Tanto a campanha do Ministério do Trabalho, a campanha do Governo Federal, nós estamos em... Está em andamento, no âmbito do Governo Federal, uma grande campanha em relação à conscientização acerca de como o trabalhador doméstico deve ser tratado, mas, fundamentalmente, uma campanha de seus direitos. Como os direitos do trabalhador têm que ser seguidos.

Ano passado, nós pagamos para 11.663 segurados somente. É muito pouco em relação a esse universo. A quantidade de trabalhadores domésticos e trabalhadoras domésticas demitidos ano passado é muitíssimo maior do que isso. Isso dá, talvez, e aí esse é um mercado também com poucas informações, uma dimensão de quantos são os trabalhadores, qual é a média de trabalhadores e trabalhadoras que estão sendo recolhidos, na integridade, seus direitos.

Ontem ainda, no Ministério do Trabalho, nós fizemos uma audiência de concertação, que envolve todos os segmentos, e aí envolve outros demais órgãos da Administração Pública, como Secretaria de Mulheres, Secretaria de Igualdade Racial, para articular um grande Plano Nacional de Qualificação Profissional das Trabalhadoras Domésticas. Por que isso? Nós temos visto, no nosso sistema público de emprego, ano passado, apenas como dado, algo em torno de 208 mil trabalhadoras se inscreveram no sistema público para encontrar uma vaga de trabalho no mercado. 208 mil se inscreveram. Foram oferecidas 33 mil vagas para esse segmento. E só foram preenchidas 13 mil vagas. A maioria esmagadora dessa... Esse abismo que existe, uma das causas mais importantes ainda é a falta de qualificação. Hoje, também neste mercado, e não é somente neste, porque, no nosso sistema público nacional de emprego geral, ano passado, nós captamos dois milhões e 60 mil vagas e só inserimos 980 mil vagas, ou seja, você percebe que o mercado, como um todo, cada vez mais, exige trabalhador qualificado. A cozinha da sociedade brasileira, a casa da sociedade brasileira mudou também. Caminhou

junto. E hoje, também nesse segmento, a exigência de qualificação é um fato. E esses números em que... Em relação à quantidade de vagas, somente menos de 40% foi preenchido, mas, em relação ao número de trabalhadores que gostariam de conseguir aquela vaga, foi menos de 10%.

Então... E, aí, ontem, nós fizemos uma Audiência Pública justamente para tentar, ainda este ano, iniciar um Plano Nacional de Qualificação Profissional para este segmento. Especificamente para este segmento. A idéia é, ainda este ano, é a gente alcançar em torno de oito, 10 mil trabalhadores e, ano que vem, dependendo do que o Congresso nos diga sobre o nosso orçamento, ampliar esse número e ampliar, cada vez mais, em qualificação... Bom dia, Senadora. Em articulação com as entidades representativas do segmento.

O Ministério também desenvolveu, e aí acho que precisa ser bastante divulgado, ele elaborou essa cartilha, e é uma cartilha que acho que serve para o trabalhador doméstico, mas serve principalmente para o seu empregador, por exemplo, eu não sei como é que foi votado aqui no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, mas o empregador pode abater do Imposto de Renda o que ele paga de INSS ao empregado doméstico. E nós estamos... Deixo com a Senadora Fátima Cleide, e nós estamos fazendo uma campanha de... Na verdade, uma campanha de divulgação da lei 11324/2006, votada aqui no Congresso Nacional, porque uma parte muito grande desses empregadores sequer sabe que pode abater do Imposto de Renda isso aí.

A sensação do Ministério do Trabalho é de que, uma vez divulgada, bem divulgada essa lei, a gente pode aumentar bastante a formalização nesse segmento. A falta de informação acerca de direitos e deveres neste segmento, ela é grande, dentre os empregados, mas é muito grande também entre os empregadores. A quantidade de empregadores que não sabe, a classe média não sabe que pode abater no Imposto de Renda, não sabe que determinados direitos ali... É uma via de mão dupla, ele está reconhecendo um direito do trabalhador, mas que também ganha com isso aí, é muito grande.

Então, o Ministério está preparando uma campanha, aproveitando esse momento de... Do Dia Nacional das Empregadas Domésticas para, no âmbito do Governo Federal, tentar clarear ainda mais, tentar levar mais, jogar luz sobre... Principalmente sobre a lei 11.324. Eu, depois, posso enviar aos gabinetes dos Senadores as cartilhas também--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Nós vamos receber as cartilhas? Acho que é relevante.

SR. EZEQUIEL SOUSA DO NASCIMENTO: E a idéia era, na verdade, à medida que se traz à baila esse tema à sociedade como um todo porque esse é um tipo, na nossa visão, diferentemente do canavial, de uma empresa, que não está obedecendo rigorosamente aos direitos dos trabalhadores, esse é mais delicado. E esse exige o Ministério ir em cada casa. Isso não vai acontecer no Estado Brasileiro.

Então, é o caso de Estado, trabalhadores e empregadores se unirem numa grande campanha e tentar, aos poucos, porque a mudança cultural não acontece de um dia, de uma hora para outra. Mas, fundamentalmente, mudar essa cultura. A cultura, hoje, a relação do patrão com o empregado é uma relação de patrão e empregado. Não é mais uma relação de superior com subordinado, não é de senhor com escravo. É uma relação hoje absolutamente regulamentada no âmbito do sistema jurídico brasileiro. No mundo, no universo do trabalho brasileiro.

Então, a gente acha que, nesse caso aí, as entidades têm um grande papel a desempenhar, juntamente com o Ministério do Trabalho, juntamente com a sociedade como um todo, no sentido de levarmos, jogarmos luz sobre essa relação. Acho que à medida que, tanto o empregador quanto o empregado conhecerem seus direitos, certamente a gente vai diminuir esse abismo, que hoje é muito grande, de quatro milhões e 800 mil trabalhadores sem carteira assinada, e aí não estamos falando de interior da Amazônia, nós estamos falando do interior... Não, estamos falando das cidades brasileiras como um todo.

Então, ainda, esse talvez seja, da parte do Governo, das políticas públicas de Governo, um grande desafio; é reduzir essa quantidade, que hoje é absurda, de trabalhadoras domésticas sem o reconhecimento dos seus direitos mais elementares. E é claro que tem uma participação forte do Estado na fiscalização disso, mas é fundamentalmente uma questão de cultura. E, aí, acho que o começo disso aí vai ter que ser da parte... E eu já estou encerrando, Senadora, da parte do... Das representações dos trabalhadores junto com o Estado Brasileiro.

E, em nome aqui do Ministério do Trabalho, na Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, o Ministério do Trabalho está absolutamente animado, à disposição disso aí, tentando construir uma relação mais justa do que essa que a gente tem hoje. Senadora, era isso que eu tinha a falar. Muitíssimo obrigado.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senadora Fátima--

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Dr. Ezequiel, nós é que agradecemos--

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): --Uma questão de Ordem. Tenho certeza absoluta, e gostei muito da fala do Dr. Ezequiel, muito proveitosa e muito útil. Agora, me ocorre uma preocupação. Nós temos aqui autoridades que representam o Poder Público e temos a nossa companheira Creuza, que aqui está representando o conjunto das trabalhadoras domésticas. Será que não era o caso de fazermos um revezamento? Que há uma expectativa, pelo menos da minha parte, uma expectativa muito grande, conheço razoavelmente as políticas implementadas pelo Estado, em relação às conquistas até agora obtidas. Agora, há uma expectativa muito grande, pelo menos de minha parte, de ouvir, de imediato, o posicionamento da categoria. O que elas acham desse... Desse pequeno avanço já implementado? Será que não era o caso, Senadora Fátima, e aqui estou sugerindo que a gente alterne, ouçamos o Secretário, ouçamos a Creuza, talvez mais representantes da categoria? Acho que o debate fluiria muito mais--

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Eu iria justamente explicitar agora o que nós tínhamos pensado a respeito dessa Audiência Pública. E, aí, eu quero pedir desculpas a todos aqui pelo embarço inicial da organização da Mesa, mas tínhamos pensado uma Mesa, onde seriam expostos a... A implantação... De que forma o Poder Público está trabalhando a implantação do Programa Trabalho Doméstico Cidadão. E, em seguida, nós faríamos uma Mesa sobre o direito das trabalhadoras domésticas. Fizemos... Tivemos um embarço e nós vamos continuar a nossa Mesa inicialmente organizada, aceitando a sugestão do Senador Geraldo Mesquita de que agora, neste momento, nós ouçamos a representante das trabalhadoras domésticas do Brasil, a companheira Creuza, mas, antes, eu gostaria de agradecer a todos os que... Os convidados que compareceram, ao Alci, que é o Secretário de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços – CONTRACS. Agradecer aqui ao Elói Ferreira Araújo, que é Secretário Adjunto da Secretaria Especial das Políticas de Promoção à Igualdade Racial, a SEPPIR; agradecer à companheira Creuza, que nos motiva sempre e nos demanda sempre sobre os direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil; agradecer também ao Jocerli Pereira, que aqui representa o Ministério da Previdência Social, e agradecer ao Dr. Ezequiel de Mattos.

A próxima Mesa nós traremos a Secretaria de Políticas para as Mulheres, está aqui a sua representante; a Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Especial de Direitos Humanos, e a Organização Internacional do Trabalho, cujos representantes também

já estão aqui. Então, nesse momento, eu passo sem muitas delongas, a palavra para nossa companheira Creuza. Queria informar que nós temos o tempo de 10 minutos, com a tolerância de 15, mas, para Creuza, a gente vai... Até porque, como bem ressalta o Senador Geraldo Mesquita, nós temos apenas a Creuza aqui representando as trabalhadoras. E... Na Mesa. E queria também fazer o registro da presença já entre nós, o Senador Cristovam Buarque, membro da Comissão de Direitos Humanos, e da nossa companheira Emília Fernandes, ex-Senadora, mas sempre Senadora no nosso coração e no nosso desejo.

Então, passar a palavra agora para a companheira Creuza Maria Oliveira, Presidente da Federação... Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Permita, Presidente Senadora Fátima Cleide, O Secretário Ezequiel Sousa do Nascimento já iniciou algo que eu considero muito relevante, que acho que há muitas pessoas que estão nos ouvindo, que gostariam muito de saber, até didaticamente, tanto aquelas pessoas que contratam empregadas domésticas, como também as empregadas domésticas, sobre quais são hoje esses direitos... E, conforme o Secretário Ezequiel salientou, não são tão conhecidos. Eu vou até fazer uma observação. Ontem... Eu tenho uma pessoa que trabalha na minha residência há quase 10 anos. Então, ela, ontem, me perguntou: "Eu não gostaria de ser mandada embora, mas será que não tenho já um direito, porque eu preciso iniciar a construção de casa no meu lote..." Falei: "Eu não sei desse direito, mas... Porque eu não quero lhe mandar embora. Que direito haveria eventualmente na lei?" Ela me perguntou: "Bom, quem sabe de acordo com a sua consciência". Eu falei até falei para ela: "Assista, então, a Presidente Creuza Maria Oliveira, porque ela..." E estou pedindo a ela para explicar todos os direitos e deveres referentes às empregadas domésticas. A senhora estará sendo assistida por muitas pessoas no Brasil e, por favor, aproveite bem essa oportunidade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Supply, eu ia inclusive sugerir a todos os Senadores e Senadoras que não apenas leiam, mas também utilizem parte da sua cota de material gráfico para fazer a divulgação desta cartilha, que é muito importante. Que o Governo está fazendo a parte dele, mas nós temos também uma grande inserção na sociedade brasileira e poderíamos contribuir muito com a divulgação desses direitos e deveres. Companheira Creuza Maria Oliveira, Presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, FENATRAD.

SRA. CREUZA MARIA OLIVEIRA: Senadora Fátima... Quero saudar aqui a Mesa, na pessoa da

Senadora Fátima, todos aqui na Mesa na pessoa da Senadora Fátima. E desejar um bom dia para todos e todas aí no auditório, no Plenário. E os Senadores aqui presentes e agradecer também pela presença de estar aqui prestigiando esta Audiência Pública. Que... Falando enquanto Presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, onde tem várias companheiras aqui, do Rio de Janeiro, de Sergipe, de São Paulo, Campinas, de Belo Horizonte, São Paulo também, Capital, Maranhão, que estão aqui presentes, e eu, que sou da Bahia e sou Presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas. Uma pena nós não poderemos trazer mais companheiras que, com certeza, se a gente tivesse condições de trazer, com certeza, esse auditório não teria nem lugar para acomodar todas elas. Mas, tem o ditado que se diz que o importante não é a quantidade, é a qualidade, né? E eu espero que essa discussão aqui traga resultados positivos para a nossa organização para a luta das trabalhadoras domésticas. E, falando um pouco da história das trabalhadoras domésticas, na verdade, a Organização das Trabalhadoras Domésticas está completando esse ano 72 anos de Organização Sindical das trabalhadoras domésticas. A primeira organização começou em 1936, por D. Laudelina de Campos Mello, em Santos – São Paulo, que foi criada a primeira associação de trabalhadoras domésticas. De lá pra cá, nós temos avançado nessa organização, com muita dificuldade, porque, na verdade, essa categoria é uma categoria formada por mulheres, e mulheres negras, diferente de outros sindicatos, que os homens aqui que estão à frente dos sindicatos. E aí, quando você vai para os sindicatos da indústria e tal, os homens que estão na direção dos sindicatos, presidindo os sindicatos. E nós não, no caso de nós, trabalhadoras domésticas, somos nós mulheres que estamos à frente dessas organizações, dos sindicatos, dos grupos. E existe uma grande dificuldade de organização porque, como bem estava falando o Secretário Ezequiel, da questão dos direitos, a categoria, ela é dispersa, está cada uma numa residência, em um apartamento. O âmbito do trabalho doméstico é privado. Ou seja, não pode ter uma fiscalização nesse local de trabalho, que acho que essa lei poderia mudar, deve mudar, porque quando é para fiscalizar a questão do trabalho, a questão da trabalhadora, acho que teria que ter uma lei que permitisse para ver as condições de trabalho dessas trabalhadoras. E até ver também se essas mulheres estão em condições dignas de trabalho nesse local. Na verdade, dentro do trabalho doméstico, existe insalubridade, existe a questão dos trabalhos perigosos, os acidentes de trabalho, que não é falado nessa categoria. A idéia que se tem é que todo mundo pode fazer

o trabalho doméstico, mas não é verdade. O trabalho doméstico, ele exige segurança, qualificação, exige um monte de demandas que, infelizmente, a sociedade não vê essa, como é que diz? Essas diversas demandas que têm desse trabalho.

E, inclusive, quando essa trabalhadora é acidentada no local de trabalho e ela vai ser atendida num pronto-socorro ou numa emergência, não tem o CAT, como tem os outros trabalhadores, que é notificado aquele problema, aquele acidente que aconteceu com aquele trabalhador daquela área. No caso da gente, não. Anota simplesmente “dona-de-casa”. “Bota dona-de-casa” e fica parecendo que essa trabalhadora é a dona da casa. E não é a trabalhadora que se acidentou naquele local de trabalho.

Uma outra coisa que existe é a questão da exploração do trabalho infanto-juvenil, que também não é falada. Então, hoje já se fala por conta de uma luta nossa de muito tempo, a OIT, junto com outras organizações, resolve, então, ver a situação e descobre-se que, no Brasil, mais de 500 mil crianças e adolescentes, no emprego doméstico. Houve uma pesquisa, houve campanhas, mas uma medida que não é dada a continuidade, com certeza, ela volta, depois, de novo, tudo novamente, quando não se dá continuidade àquilo que você começou, uma campanha de combate às várias formas de exploração e tal, nessas crianças. E o que a gente percebeu, nessas pesquisas, que essas meninas sofrem violência sexual, inclusive, as meninas que foram entrevistadas, as crianças, elas sofreram algum tipo de violência física, psicológica, a violência de estar fora da família e a violência de estar fora da escola. E, aí, quando o Secretário Ezequiel fala também dessas trabalhadoras que não conseguiram trabalho por conta da qualificação, não é só a questão da qualificação. Existe também a questão da baixa escolaridade. Porque, hoje, o mercado de trabalho exige a escolaridade, além da qualificação, e a qualificação é escrita mesmo, que é a questão da escolaridade.

Então, se vai aquela mulher levar um currículo e ela tem... Não tem o primeiro grau completo, não tem o segundo grau, não tem o ensino médio e o fundamental, essa mulher está fora desse mercado. E o número de trabalhadoras domésticas, porque começaram a trabalhar na infância, não tiveram oportunidade de estudar, então, essas mulheres estão sem condição de disputar o mercado de trabalho com outros e outras que conseguiram ter a sua oportunidade de se qualificar na escola e conseguir um ensino médio, uma faculdade. Então, quer dizer, também tem esse agravante. Não é só a qualificação profissional. Mas a qualificação também na escola.

Então, a gente tem lutado e temos alguns avanços, sim, e o Secretário Ezequiel falou também do Trabalho Doméstico Cidadão, que esse Trabalho Doméstico Cidadão, ele iniciou em 2006, deu uma parada em 2007, e a gente sempre, desde que o Ministro Jacques Wagner foi o Primeiro-Ministro do Trabalho, quando o Presidente Lula foi eleito, então, nós tivemos uma audiência com ele, depois tivemos com o Ministro Berzoini, e, depois, com o Marinho, com o Ministro Marinho, do Trabalho. E já tivemos também audiência com o Ministro Carlos Lupi, no qual a gente, exigindo a questão da... Desse Projeto do Trabalho Doméstico Cidadão que, pela primeira vez, é uma política pública voltada para essa categoria, que isso nunca tinha acontecido em nenhum Governo. Eu lembro que a última vez que a gente chegou a ter uma audiência com o Ministro do Trabalho foi com o Almir Pazzianoto, naquela época que ele era o Ministro do Trabalho. E, depois, nesse, a gente conseguiu ter audiência com todos os Ministros. E sempre fazendo, levando as nossas demandas.

Então, em 2007 deu uma parada e agora, em 2008, a gente está lutando para dar continuidade a esse Projeto, que é o Trabalho Doméstico Cidadão, que é um projeto com três ações, que é a qualificação profissional e social com elevação de escolaridade, a questão também das políticas públicas, e do fortalecimento das organizações das trabalhadoras domésticas, porque, infelizmente, a lei nos discrimina de todo esse sentido, tanto no direito trabalhista, como também no direito também de organização sindical. A gente se organiza, no sindicato, por ousadia. Nós não temos imposto sindical, nós não temos desconto em folha, nós não temos o mesmo direito que os outros... Estabilidade sindical. É muito fácil uma mulher ou um homem estar na direção de um sindicato e ele, quando é eleito Presidente do Sindicato ou na Executiva do Sindicato, ele, automaticamente, ele é liberado para fazer o trabalho do sindicato, recebendo da empresa o salário dele, continua recebendo da empresa o salário dele e está à disposição do sindicato. No caso da gente, não. A gente não tem esse direito. E nem sequer o imposto sindical, que todo sindicato sobrevive com o imposto sindical, para nós, não é esse... A gente não tem esse direito do imposto sindical.

Agora, os senhores e senhoras imaginem o que é essas mulheres, de Norte a Sul, se organizarem dentro de um sindicato que a liderança são mulheres e que essas mulheres têm família e como é para essas mulheres estar levando esse sindicato em frente, sem a estrutura de carro, de telefone, de sede própria e um monte de coisa.

Então, é importante também que, além de falar da questão da qualificação profissional e da qualificação

profissional e dos direitos trabalhistas, também dos direitos sindicais também. Porque fica difícil, nós, enquanto categoria, que as pesquisas oficiais dizem que nós temos... Que são seis milhões e meio, e nós temos pesquisa que diz que tem mais de oito milhões. Então, tem país aí que não tem oito milhões de habitantes. E, no Brasil, tem oito milhões de trabalhadoras, que é o mercado de trabalho que mais emprega a mão-de-obra feminina, e uma coisa que é muito importante ver, que são mulheres negras. Então, esse trabalho doméstico ainda tem resquício da escravidão, onde se olha para a trabalhadora doméstica como se fosse coisa, objeto ou um móvel da casa porque não existe nenhuma categoria que mora no local de trabalho. Só a trabalhadora doméstica que mora no local de trabalho. Mesmo aqueles trabalhadores, por exemplo, a PETROBRAS, que tem o trabalhador fica na plataforma e ele vem de 15 em 15 para casa, então, fica 15 lá e 15 em casa. No caso da trabalhadora doméstica, não. Ela fica 24 horas na residência, morando naquela casa, no emprego, e que ela não tem a privacidade, não tem o respeito, e aí, dentro desse local que ela está ali 24 horas, ali que acontece todo tipo de violência, o assédio sexual, o assédio moral; nós que estamos dentro do sindicato, a gente é que vê, ouve e sabe de coisas... Quem está fora... Inclusive, já vi companheiras dizer assim, no trabalho doméstico, naquela que dizia poder descontar, graças a Deus, o Presidente Lula, na lei 11.324, tirou isso, descontar utilidade do salário da gente. Mas, no Norte e Nordeste, se descontava a habitação da trabalhadora doméstica, que é absurdo. Você ser obrigada a morar no local de trabalho e querer descontar 30% de moradia. E 25% de alimentação. E essa alimentação, na verdade, era resto. Porque, depois que eles terminavam de almoçar, diziam: "Creuza, pode tirar a Mesa. Tira a mesa e pode almoçar". Então, a gente não podia almoçar antes, só depois, e claro que a gente comia o resto. E pagava 25% dessa alimentação e que, nas outras categorias, quando a empresa fornece o ticket-refeição é 3%. E, no caso da gente, são 25.

E com a lei 11.324, isso foi... Acabou com esse negócio de descontar utilidade do nosso salário. Mas a gente conseguiu, inclusive com toda essa... Que a gente falou aqui das dificuldades, conseguiu avançar com esse Projeto de Trabalho Doméstico Cidadão, que foi muita luta, foi praticamente dois ou mais... Três anos, praticamente, andando aqui para Brasília, nos Ministérios, negociando, apresentando nossas demandas e que esse Projeto Trabalho Doméstico Cidadão tem a participação de vários Ministérios: Ministério da Educação, Ministério do Trabalho, Secretaria de Políticas para as Mulheres; a SEPPIR, que tem sido

a nossa grande parceira nesse Trabalho Doméstico Cidadão, a OIT...

Então, foi um resultado, a princípio, foi um projeto-piloto, que eram 30 turmas, em sete cidades, de 30 alunas, mas que teve um resultado positivo na nossa avaliação e a idéia é que esse ano amplie, não só para 200 ou 300 alunas, mas para cinco mil, três mil alunas e depois, 10 mil, até atingir toda a categoria no Brasil. 2009, 2010, 2011, 2012. E a luta nossa é que esse Projeto se tornasse uma política pública de Estado e não de Governo. Seria... A luta nossa é isso, é que esse Trabalho Doméstico Cidadão se torne uma política pública de Estado. Porque o Governo que entre, o Projeto continue, porque não é justo que a nossa categoria seja esquecida. Porque essa questão de ampliação dos direitos trabalhistas, direitos previdenciários, que é outro problema sério, a questão da Previdência, muito sério mesmo. Porque a questão da Previdência, gente, a medida 284, que foi o incentivo para que o patrão e a patroa descontassem do Imposto de Renda, cada um que assinasse carteira e recolhesse a Previdência, pudesse descontar do Imposto de Renda. Mas precisa ter divulgação. Precisa ter campanha maciça, nos meios de comunicação, que existe isso. Porque a desinformação não é só da trabalhadora doméstica, não. Às vezes, as pessoas dizem que só a trabalhadora que é desinformada, não. O empregador também. A gente vê, lá no sindicato, os casos que chegam são de total desinformação dos patrões. Então, muitos patrões não sabem que essa medida 284, que desconta o Imposto de Renda, isso pode ser feito. Então, é preciso ter divulgação.

Uma outra discriminação é a questão do FGTS. O FGTS, quando o Presidente Fernando Henrique, em 2000, aprovou aquela medida do FGTS, deixou opcional. Gente, o que a lei obriga, o patrão não faz, imagina aquilo que é opcional. Aí, alguns patrões recolhem o FGTS. Mas a grande maioria não. Porque é uma coisa que faz se quiser. E aí, se é uma coisa que faz se quiser, claro que vou optar por não fazer. E, mesmo assim, dentro dessa medida... Do FGTS opcional, são 15 meses. Nos outros trabalhadores, são quantos meses? Que têm direito a FGTS? Quem sabe? Imediatamente. Pois é. Então, nas outras categorias, é imediatamente, a partir do momento que o trabalhador trabalha e tal, ele tem direito ao FGTS, ao Seguro Desemprego. Nós, trabalhadoras domésticas, é depois de 15 meses. Por quê? A Constituição diz: "Todos são iguais perante a lei". E, aí, essa mesma Constituição vem e discrimina essa categoria de mulheres, trabalhadoras, que fazem parte da classe operária brasileira, e aí discrimina, que só depois de 15 meses, que o FGTS é opcional, que a gente não

tem direito à estabilidade sindical, que a gente não tem direito ao imposto sindical... Então, essa Constituição é machista e, aí, a gente vê como um... É discriminadora. E, aí, quando a gente fala da discriminação, ou seja, como é o nome da palavra? Eu esqueci agora. O Estado discrimina... O Estado discrimina. Então, esse Estado, que é para proteger o trabalhador, o cidadão, a cidadã, discrimina a categoria. Então, é preciso estar atento à questão.

Nós, hoje, temos direito ao salário, a primeira lei, em 72, garantiu para a gente o recolhimento do INSS, 20 dias de férias, e o... 20 dias de férias e o INSS, que garantiu. Quando foi na Constituição de 88, com muita luta, a gente vindo aqui para Brasília, conseguimos que fosse aprovado o direito ao salário, 13º, as férias continuaram de 20 dias, até... E tinha aquela maior polêmica, em 88, a folga aos domingos, 13º, que nós conquistamos. A licença à gestante, e agora, na lei 11.324, que foi em 2006, julho de 2006, a gente conquistou agora a estabilidade gestante para a gestante, a grávida, mais os 30 dias de férias, que antes era uma polêmica na Justiça do Trabalho, que se era 20 ou 30, a estabilidade à gestante, não poder descontar a utilidade em nosso salário, e o feriado, que também era polêmico, que não se estendia o feriado pra gente. Então, a partir de 2006, passamos a ter direito a esse feriado. Então, foram conquistas que a gente conquistou até agora.

Esse FGTS, enquanto ele não for obrigatório, eu não considero direito. Porque uma coisa que é “se quiser”, não é lei. Então, tem que ser obrigatório, como é para qualquer trabalhador e, inclusive, com os 40% que, no ano passado, em 2006, nós tivemos a Mesa de negociação e foi, assim, terrível. A mentalidade das pessoas de dizer que “não, vamos aprovar o FGTS, mas sem os 40%”. Mais uma vez, a lei quer nos tratar de forma discriminatória. Se todo trabalhador tem direito ao FGTS com os 40%, por que, para nós, vai ser diferente? Então, são coisas que a gente está, assim, lutando e dizendo: “Não, nós queremos esse direito”.

E, na questão da Previdência, que a trabalhadora doméstica chega na idade de se aposentar, não tem o tempo de contribuição porque não existe uma fiscalização da Previdência, aí, chega lá... A gente vê companheiras que são soropositivos, tem problema seriíssimo de saúde e não têm direito ao benefício porque o empregador não recolheu o INSS. Uma outra coisa grave é a questão do carnê que a gente contribui para a Previdência. É o carnê de autônomo. Nós não somos autônomas. Nós temos um vínculo empregatício. Então, se a gente trabalha para alguém, está com a carteira assinada e tal, tem que ser tratada com a mesma... Com o mesmo direito que os outros trabalhadores que

pagam a Previdência. Aí, o que acontece? O empregador não recolhe a Previdência, o autônomo, ele é responsável, quando a gente vai ver, trabalha 10 anos, 20 anos, pensando que o empregador está recolhendo a Previdência, quando chega na hora do benefício, vai lá e vê que a Previdência está atrasada, há anos que o empregador não recolheu. E essa trabalhadora é responsabilizada. Não é como na empresa. Que, na empresa, se o patrão não recolher a Previdência, o trabalhador não é prejudicado. Foi a empresa que não recolheu. O trabalhador vai receber o benefício dele. No caso, não, foi a trabalhadora que não recolheu. Mesmo ela estando com a carteira assinada e a obrigação era do patrão de recolher. Então, gente, é preciso fazer essas reparações. E, no caso, não sei, na outra Mesa, não vou participar, não é? Não?

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Você vai permanecer na Mesa.

SRA. CREUZA MARIA OLIVEIRA: Então, é assim. Nós sabemos que temos muito que avançar; a questão dos direitos das trabalhadoras domésticas, no Brasil, é uma questão de reparação, é uma questão de empoderamento dessas mulheres. Hoje, o movimento feminista, o movimento de mulheres fala do empoderamento das mulheres, de equiparação de direito, com os homens, dessas mulheres que estão no mercado de trabalho. Então, nós também queremos reparação na questão dos direitos das mulheres trabalhadoras domésticas. Se não houver essa reparação, a sociedade não vai ser justa. Não... Vai continuar com a injustiça. Porque não é justo que essas mulheres que, muitas vezes, elas saem da sua casa cinco horas da manhã e vão para casa de outra mulher, de outro homem, do homem e da mulher que são trabalhador e trabalhadora, que saem para trabalhar e deixam sua casa na mão de outra pessoa, e essa pessoa, ela gera condições de trabalho para o outro trabalhador e trabalhadora, que saem para seu trabalho e deixa uma pessoa cuidando de seus filhos, cuidando da sua casa, cuidando de seus bens. Muitas vezes, dizem assim: “Doméstica não gera lucro para o patrão”. A gente gera saúde, educação, limpeza, bem-estar e repõe a força de trabalho do outro e da outra trabalhadora que saem para buscar suas riquezas.

Então, a gente gera lucro sim. E o Brasil não pode ficar de olhos fechados. E, aí, eu peço também aos Senadores aqui presentes, Senadoras, Ministro do Trabalho, Senado, que atentem para essa questão, na hora de aprovar o direito dessas mulheres que, com certeza, são o sustentáculo do Brasil. Porque, se nós trabalhadoras domésticas, a grande maioria tivesse consciência da sua importância, da sua força de tra-

balho, e resolvesse fazer uma greve, o Brasil parava, com certeza. Aí, o médico não ia para o consultório, o Deputado não ia para o Parlamento, o Senador também não ia... Entendeu? Então... E ia ser um caos. Então, é preciso ter mais atenção para essa categoria. Obrigado e é isso.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Creuza. É sempre uma alegria muito grande ouvir a Creuza. Queria anunciar aqui a presença dos gestores do Fórum Intergovernamental de Igualdade Racial da SEPPIR, são os gestores municipais, que estão aderindo ao programa Trabalho Doméstico Cidadão. Anunciar também a presença do Pedro Nepomuceno, que é representante do Banco do Brasil, que está iniciando um trabalho de desenvolvimento regional sustentável, com o apoio aos trabalhadores e trabalhadoras domésticas do Brasil.

Quero passar imediatamente a palavra, por 10 minutos, ao Secretário Adjunto da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Elói Ferreira de Araújo. A sineta... O aviso toca aqui com um minuto, tá?

SR. ELÓI FERREIRA DE ARAÚJO: Está bom. Bom dia a todos. Senadora Fátima Cleide, Presidente em exercício da Comissão de Direitos Humanos, Senadores, companheira Creuza, demais membros da Mesa, essa data do Dia Nacional, dia 27 de abril, Dia Nacional do Trabalho Doméstico, é uma data, assim, muito interessante, muito importante. Lá na SEPPIR, nós temos assistido um trabalho de fazer uma reflexão sobre a importância das datas. Nesse ano que comemoramos os 120 anos de sanção da Lei Áurea, a lei que foi um marco, talvez o principal marco do Século XIX, das relações sociais de trabalho, das relações sociais de emprego, quando é abolida a escravidão, ela deixa ainda por... Muitas questões a serem resolvidas e que nós estamos trabalhando até hoje no sentido de resolvê-las. Daí, inclusive, a ação do Presidente Lula, no instante de criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, porque ainda temos muito que fazer para poder avançar no sentido da igualdade racial, da igualdade de oportunidades em nosso país.

E, quando a gente vê a necessidade de festejar um dia, de trazer um dia da empregada doméstica, ela é uma data que sobressai de importância, como assinalou a companheira Creuza, porque a maioria, ou, talvez, a totalidade do empregado doméstico, em nosso país, é de mulheres. E, com certeza, a maioria absoluta, talvez nenhuma outra área do emprego, em nosso país, tenha tão grande concentração de mulheres negras. E isso é um dado absolutamente impor-

tante de se observar que, nessa base da pirâmide, a presença dos negros onde está mais sinalizada. E aí a gente vê a necessidade da busca de mais... De elementares direitos.

A fala da companheira Creuza, ela é, assim, basilar, é meridiana. Da importância das questões que nós temos que nos debruçar e avançar. A SEPPIR tem tido essa parceria com o Ministério do Trabalho, que é do Trabalho Doméstico Cidadão. Está aqui o Subsecretário de Ações Afirmativas, Dr. Giovanni Harvey, que está trabalhando... Inicia, na nossa Secretaria, a construção e acompanhamento, de per si, para poder avançar mais ainda, companheira Creuza, na direção de que o trabalho doméstico cidadão, com adoção de políticas públicas, construindo essa transversalidade com os demais Ministérios e programas do nosso Governo, avancem no sentido de disponibilizar, tanto a qualificação, os direitos necessários e imprescindíveis que essa gama importante de trabalho cumpre na nossa sociedade.

Gostaria de, talvez, não usar o tempo todo, mas de saudá-la pessoalmente, porque essa sua militância no trabalho é admirável. A minha mãe foi trabalhadora doméstica, durante muitos anos, e, durante muitos anos, sem carteira assinada, e, durante muitos anos, nós experimentamos de ficarmos em casa, minha irmã e eu, enquanto minha mãe saía para o trabalho. E a gente reconhece, sabe muito bem do que é a dor dos filhos, do que é a dor da mãe e da relação desigual, injusta, quando ela, ao cuidar de outros, não cuida dos seus, em sua casa. Então, nós sabemos muito bem disso.

E, na Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, as trabalhadoras domésticas podem estar certas que têm aliados, têm parceiros para construir políticas públicas de igualdade de direitos, de igualdade racial, até reconhecendo que a sua grande maioria de empregadas domésticas são de mulheres negras e de mulheres trabalhadoras, que merecem e que necessitam ter os mesmos direitos. Não é possível estarmos no século XXI, ainda lutando por direitos que já são elementares para a maioria dos trabalhadores brasileiros.

Então, festejamos o Dia da Trabalhadora Doméstica e parabéns à Senadora Fátima Cleide; parabéns ao Senado Federal, por iniciar esse debate aqui que, com certeza, estará avançando, avança devagar, em nosso país, as coisas avançam devagar e, percebendo que elas avançam devagar, não vamos, em nenhum momento descuidar, que elas continuem avançando. Vamos continuar e continuar trabalhando juntos para que os direitos de todos os trabalhadores sejam estendidos, o mais rapidamente possível, a todas as trabalhadoras domésticas do nosso país. Muito obrigado.

[palmas].

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Nós é que agradecemos, Dr. Elói. Uma informação para todos, principalmente para os Parlamentares presentes e aqueles que estão nos ouvindo, ou através de suas assessorias, O Dr. Ezequiel acaba de me informar a propósito da cobrança feita pelo Senador Suplicy, que essa cartilha, o seu conteúdo pode ser reproduzido e o seu conteúdo pode ser colhido do site do próprio Ministério. Então, aqueles Parlamentares que, assim como sugeriu a Senadora Fátima Cleide, que pretendam disponibilizar parte de sua cota na gráfica do Senado, acho que seria uma ação muito importante, destinando, inclusive, grande parte para a própria federação poder dispor desse material e distribuir a quem lhe interessar. O site?

SR. ELÓI FERREIRA DE ARAÚJO: mte.gov.br.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): mte.gov.br.

Eu passo a palavra ao Dr. Jorceli Pereira, Diretor do Regime Geral de Previdência Social, que aqui está representando o Ministro Luiz Marinho.

SR. JORCELI PEREIRA: Muito bom dia. Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar a Mesa e os promotores desta Audiência Pública e também aos que aqui estão presentes, que se dedicam ao tema, e a todos aqueles que se envolvem, de alguma maneira, ou como interessados ou como estudiosos do assunto.

O Ministro Luiz Marinho não pôde comparecer pessoalmente, em razão da sua apertadíssima agenda, a Previdência Social é um complexo muito difícil de ser administrado e ele pede desculpas pelo não comparecimento. Relativamente ao tema aqui tratado, que se insere nas festividades de comemoração do Dia da Empregada Doméstica, do trabalhador doméstico de uma forma geral, a Previdência Social também tem a sua participação, e a sua participação é, julgamos, de suma importância.

No contexto da relação trabalhista, já foi dito aqui pelo representante do Ministério do Trabalho, Dr. Ezequiel, o quanto há de informalidade nessas relações de trabalho da trabalhadora doméstica. Mas, uma coisa a mais eu gostaria de acrescentar, relativamente ao quadro que foi colocado; dos seis milhões e 800 mil, levantados pela PNAD, porque esse é dado da PNAD, pode haver outras pesquisas que indiquem números diferentes, mas o dado PNAD do IBGE aponta nessa direção, nós temos com carteira assinada, um milhão 840, no dado PNAD, ou algo próximo disso, mas há outro dado a ser levantado, quantos de carteiras assinadas estão tendo suas contribuições recolhidas. Cerca de 450 mil carteiras assinadas não comparecem com

o recolhimento das contribuições, independentemente da formalização de contrato, mas há uma obrigação por trás dessa formalização de contrato, que não está sendo cumprida, e isto é importante esclarecer.

A atuação da Previdência Social, ela se dá na esteira, na seqüência da relação do trabalho. Ela não antecede a relação trabalhista. Ela não pode, como um seguro social, seguro contributivo na forma constitucional, não pode se antecipar à relação trabalhista. E, como seguro social, de caráter contributivo, esta contribuição, ela é fundamental para a consubstanciação do direito do trabalhador doméstico.

Agora, é preciso esclarecer que, uma vez formalizados, uma vez feito o requerimento das contribuições, todos os direitos previdenciários estão à disposição da trabalhadora doméstica, exceto a caracterização do acidente de trabalho, porque até agora a nossa Legislação não conseguiu fazer com que se fixe o nexo epidemiológico entre o trabalho e o acidente. Por isso a nossa Legislação trata de benefícios de acidentes de qualquer natureza, independentemente se é de trabalho ou não. A questão do acidente de trabalho, ela entraria para compor um quadro epidemiológico estatístico, para saber o que ocorre nas relações de periculosidade do trabalho. Mas, dada a inviolabilidade... A palavra é longa, complexa e cumprida, e não nos permite não só pronunciá-la, como também adentrar lá para fazer essa fiscalização. Alguma coisa precisaria ser feita, mas isso aí passaria por um debate e nós passaríamos, então, a cumprir a Legislação a partir do momento em que nos fosse permitido isso. Porque nem a autoridade policial pode, assim, inadvertidamente, também adentrar o lar. A questão é complexa.

Então, do ponto de vista previdenciário, o que é que ocorre? Nós não temos conhecimento de quem... Onde está o trabalhador doméstico informal. Esse dado a gente tem por pesquisa, por amostragem, do IBGE. Mas não podemos localizar onde estão essas pessoas. O assunto não é de fácil solução para nós, por quê? Nós atuamos sempre que a relação de trabalho já está formalizada e que as contribuições estão sendo recolhidas.

Eu gostaria de fazer um esclarecimento aqui quanto ao carnê. O carnê da trabalhadora doméstica, mensalista, é responsabilidade do seu empregador. A trabalhadora adquire a natureza de trabalhadora autônoma quando é diarista e presta serviço a diversas residências. Aí, a responsabilidade não é mais do empregador, é dela. Porque ela não tem um só empregador; ela tem diversos... A diarista... Se ela tem apenas um empregador e trabalha permanentemente para ele, aí se caracteriza vínculo empregatício. Essa questão também freqüenta os tribunais, o que é o vínculo empregatício

do trabalho doméstico? Porque a diarista, ela é autônoma e é responsável pelas próprias contribuições. A mensalista, ela é autônoma e ela é responsável pelas próprias contribuições. A mensalista ela é a empregada e o responsável é o empregador. Se o empregador não recolhe as contribuições, a Previdência Social tem como conceder o benefício de salário mínimo, por quê? Porque não tem acesso ao valor do salário. Se tiver acesso ao valor do salário, nós podemos calcular e mandar a responsabilidade do recolhimento ao seu empregador. O benefício pode ser concedido, sim, sem o recolhimento. Agora, é preciso que a inscrição seja feita. E a inscrição não é responsabilidade da trabalhadora. A inscrição é responsabilidade do seu empregador. Agora, se ele não cumpre uma obrigação legal, o INSS não tem como cumprir também a sua obrigação legal porque uma coisa decorre da outra. A gente não pode ir além do que a lei determina. E, nesse sentido, a Previdência Social tem, sim, enfrentado dificuldades porque a trabalhadora chega com a carteira, muitas vezes assinada, mas sem que o patrão tenha feito o recolhimento. Aí, o tempo é reconhecido, o benefício é concedido, se nós não tivermos o valor do salário para calcular o valor do benefício, nós concedemos o benefício de salário mínimo e encaminhamos isto à fiscalização para fazer a cobrança. Agora, a fiscalização cobrar de pessoa física é algo complexo porque não existe o instrumento da fiscalização de pessoa física; a fiscalização da Previdência Social, que agora está no âmbito da Receita Federal do Brasil, ela é direcionada para empresas. E o nosso Auditor Fiscal não tem como atuar neste campo. Mas, uma vez formalizada a relação trabalhista, o direito dela é inerente, é igual ao de qualquer trabalhador.

Agora, uma coisa não ocorre em relação aos demais trabalhadores. Aliás, ocorre também em relação aos demais trabalhadores. Se um empregado de multinacional não tem a carteira assinada, embora esteja lá trabalhando, isso possa ser comprovado, mas não tem a carteira assinada e não tem o recolhimento feito, ele não tem o direito ao benefício. Mas, se tem a carteira assinada, o direito ao benefício já é garantido tanto para trabalhador de empresas quanto para o doméstico. O que é necessário é a formalização; o recolhimento das contribuições da mensalista não é previamente exigido; da diarista, sim. Porque ela é a responsável. Então, aí, a coisa muda de figura. E essa diferença diarista/mensalista, como eu disse, frequenta tribunais. Porque recentemente eu tenho notícia de que um Juiz determinou o estabelecimento de vínculo empregatício de uma pessoa com cinco patrões. Um na segunda, outro na terça, outro na quarta, outro na quinta e outro, sexta-feira. Aí, nós da Previdência não

sabemos como agir relativamente a isso porque o salário de contribuição de cada emprego é um salário mínimo e a diária, aí no caso, não atingiria esse valor.

[soa a campanha].

SR. JORCELI PEREIRA: Então, temos aí algo complexo para resolver. De qualquer forma, a Previdência Social também tem à disposição de todos, no seu site, uma cartilha do empregado doméstico, cujo *layout* eu trago aqui; eu não trouxe cópias, mas está aqui à disposição e também no site da Previdência Social.

Além disso, foi editado pela Secretaria de Políticas de Previdência Social, recentemente, um livro de autoria de Mônica Cabañas, esse livro, que trata do problema da empregada doméstica, de modo geral, histórico e técnico, ele é direcionado mais aos estudiosos do assunto. Porque os estudiosos do assunto que têm que ver qual é a política pública voltada para isto. E este livro já é referência em todos os países da Ibero... Da Organização Ibero-Americana de Seguridade Social, que também está à disposição, a Creuza já tem o livro para distribuir, e conte com a gente, se precisar de mais, a gente remete mais para que os estudiosos do assunto possam se inteirar do problema da trabalhadora doméstica em nosso país. Muito obrigado a todos.

[palmas].

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Jorceli Pereira. Vamos passar a palavra para o Alci, não sei se indago aos Senadores se querem fazer uso da palavra neste momento. Senador Cristovam e, em seguida, a gente passa para o outro representante dos trabalhadores na Mesa.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a todos, Sra. Presidente, Srs. convidados. Eu quero, inicialmente, dizer da minha satisfação ao assistir essas falas. Não tive a oportunidade de assistir à do primeiro, mas me entusiasmou, cada uma delas, especialmente a fala da Creuza. Eu quero dizer que, realmente, essa sua fala, o Senador Suplicy tem razão, tem que ser espalhada por aí, para o Brasil inteiro, e espero que a sua provocação tenha feito com que muitos tenham assistido, não apenas para aumentar a auto-estima do trabalhador e da trabalhadora doméstica, embora quase todos no Brasil sejam mulheres; em alguns países, sabem que têm trabalhadores homens, não aceitam mulheres como trabalhadoras, como é o caso de alguns países da África.

Eu tenho certeza que a sua fala levanta a auto-estima dessa categoria, que precisa muito de auto-estima. Segundo, eu gostei de ver o conhecimento que você demonstrou das leis, das mudanças e, sobretudo daquilo que é preciso fazer ainda.

Mas gostei substancialmente da senhora ter falado o vínculo que há entre o trabalho doméstico e raça no Brasil. As pessoas esquecem isso, mas, em grande parte, o trabalho doméstico é trabalho da raça negra. E isso é quase geral. Obviamente, não 100%. Então, a sua manifestação nesse sentido demonstra uma consciência extremamente lúcida. Agora, o que eu queria perguntar é visando daqui para frente. Por exemplo, não se falou e no documento não tem o problema da jornada de trabalho. Qual é a jornada de trabalho da trabalhadora doméstica? Isso é uma coisa. Segundo, a possibilidade e o incentivo dela estudar, se existe ou não existe. São as duas coisas que eu queria saber, e que a senhora falou diversas vezes também, nesse aspecto do estudo, é uma categoria que fica marginalizada da possibilidade de ascensão social ou dificultada. Só com esforço muito grande.

Eu gostei muito quando vi o Elói falar das trabalhadoras que deixam seus filhos em casa para cuidarem dos filhos dos outros. Eu trabalhei essa idéia durante muito tempo, quando defendi a bolsa-escola. Por que é que uma mãe vai para a casa de outra, para que essa outra estude, e ela não pode receber uma remuneração para que seu filho estude? Que é o que a bolsa-escola procurava, pagar a mãe para que o filho estude. Era o contrato de trabalho entre o Governo e a trabalhadora.

Eu não nego, e está no livro em que eu lancei a idéia da bolsa-escola, que inspirei na renda mínima. Mas a gente sempre discutiu sobre essa diferença, um é a renda mínima, um direito, que eu também estou de acordo; o outro é um contrato de trabalho. Eu lhe pago para que seu filho estude.

Então, essa é uma visão que muita gente não tem. As pessoas esquecem que as classes médias e altas brasileiras conseguem trabalhar porque as empregadas domésticas estão cuidando dos filhos ou cozinhando. E a Sra. Creuza lembrou muito bem, se houvesse uma greve de trabalhadora doméstica, o Brasil pararia mais do que qualquer outra categoria. Nenhuma outra conseguiria parar o Brasil tanto, sem precisar fechar estrada, sem precisar nada disso. Agora, ao Ezequiel, eu também quero dizer... Então, fica aqui a pergunta da jornada de trabalho e do incentivo ao estudo.

Do Ezequiel, o que eu gostei muito é quando ele mostrou que a falta de qualificação é que leva hoje ao desemprego, mais do que a falta de vagas. Eu aí queria fazer uma provocação a ele e ao nosso querido companheiro Lupi, se não é o caso, praticamente, de a gente transformar o Ministério do Trabalho no Ministério da Qualificação Profissional. Tudo mais que precisa fazer, seria detalhe. O fundamental seria dizer: "Esse é o Ministério que vai lutar para que todo trabalhador tenha a

possibilidade, o incentivo, a facilidade e até a obrigação, se fosse o caso, de ter uma formação de qualificação que o aprimore, cada vez mais, para o mercado". São as duas perguntas que eu deixo para a Mesa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Querida Presidente, Senadora Fátima Cleide, quero cumprimentá-la pela iniciativa, porque nós estamos tendo uma oportunidade muito positiva de estar conhecendo melhor sobre os direitos e deveres e também a perspectiva. Eu quero dizer à Presidente, Sra. Creuza Maria Oliveira, que inclusive liguei tanto para a minha residência em São Paulo quanto a minha residência em Brasília, onde há pessoas que trabalham em casa, para que pudessem ouvir e estar esclarecidas sobre os direitos, e eu acho que a sua fala foi muito relevante.

Essa questão que o Senador Cristovam fala sobre o direito de as pessoas que trabalhando como domésticas ou domésticos, que precisam ter a oportunidade de estarem estudando, isto é algo fundamental e acho que seria importante que pudessem estar sempre se reservando o tempo necessário para isso.

Acho que também é interessante para muitos que possam ter a informação e o acesso a oportunidades de microcrédito porque, na medida em que pessoas que trabalham como domésticas e, muitas vezes, estão limitadas e, às vezes, até, conforme ressaltou, dando a oportunidade para que quem as emprega esteja estudando, esteja trabalhando, esteja criando riquezas, então, a senhora ressaltou muito bem, sim, o trabalho doméstico propicia a terceiros a possibilidade de criar riquezas neste país, e isto decorre daquele trabalho que é feito em casa, junto às crianças, junto até a limpeza da casa e, assim por diante.

Então, seu depoimento foi altamente esclarecedor. Eu e o Senador Cristovam, aqui, sempre colaboramos, já há anos, na questão da renda mínima, do Bolsa-Escola, do Bolsa-Família, da renda básica de cidadania. Permite-me, eu vou lhe dar um exemplar do livro da Renda Básica de Cidadania para que possa ter conhecimento de como, inclusive já é uma lei, que diz que será instituída um dia, por etapas, porque seria difícil fazê-lo de uma hora para outra, esta renda básica, como um direito incondicional de toda e qualquer pessoa, não importa sua origem, raça, sexo, idade, condição civil e socioeconômica, e eu tenho a convicção de que o dia em que estiver instituída, a trabalhadora terá maior grau de liberdade porque terá condições, eventualmente, se a condição de trabalho que lhe for oferecida estiver colocando a sua saúde, a sua vida em risco, se tiver sendo, porventura, objeto de humilhação para a pessoa, ela terá condição

de dizer: “Não, nessas condições... E graças à renda básica, eu não vou aceitar”. A pessoa terá maior grau de liberdade.

E me coloco à disposição, inclusive perante a federação, os sindicatos em São Paulo e onde for para estar debatendo este assunto. E eu vou precisar pedir licença, às 10h30, eu tenho um compromisso, Sra. Presidente, mas eu ouvir o Sr. Alci, mas eu terei que pedir licença para outro compromisso, também urgente. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senador Suplicy, Senador Cristovam, quero passar a palavra ao Alci imediatamente e, antes da outra Mesa, as considerações destes que aqui estão lembrando que a Creuza continua na segunda Mesa também, em função de ter sido indicada pelas suas companheiras a permanecer.

Alci é Secretário de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio e Serviços.

SR. ALCI MATOS ARAÚJO: Obrigada, Senadora Fátima, a qual a cumprimento pela belíssima iniciativa de estar proporcionando, nessa semana em que estamos, alguns dizem no “dia de comemoração dos trabalhadores e trabalhadoras domésticas”, nós dizemos, no meio sindical, que é dia de luta, de reivindicação e de organização, cada vez mais, dessa categoria. Em nome da Senadora, agradeço a todos os componentes da Mesa, Senadores, Parlamentares, também cumprimentar a Creuza, acho que depois da fala que ela proporcionou, a nossa grande mestra da Confederação para os trabalhos de orientação de categoria e, em nome da Creuza, cumprimento a todas as companheiras do nosso Sindicato, filiado à CONTRACS. A Conferência Nacional – a CONTRACS – nos setor de serviços, nós organizamos não só os trabalhadores e trabalhadoras domésticas, mas outros setores, nos quais representamos na organização sindical brasileira e que têm filiação à CUT.

Então, para nós, nessa semana, uma preocupação muito grande num tema que é ampliação ou a igualdade, equiparação de direitos de trabalhadores e trabalhadoras domésticas. Acho que esse, para nós da Confederação, é o grande norte. Então, em nome da Diretoria da Confederação, a qual a Creuza está lá conosco, parabenizar todos os trabalhadores e trabalhadoras domésticas do nosso país, porque é nesse trabalho que elas têm buscado valorizar e têm se colocado à disposição e com essa coragem de construir uma luta dos trabalhadores e das trabalhadoras domésticas do nosso ramo.

E é possível que a Mesa, a nossa Mesa de hoje falou muito nas trabalhadoras, mas, de fato, se faz aí

o número de representar quase em torno de 94, 95% são mulheres, nessa categoria. E nós já ouvimos, pela Mesa, mais de seis milhões, que compõem as trabalhadoras. Algumas inseridas no processo de inclusão social no país, com carteira assinada, com Previdência, mas, muitas, na sua maioria, estão ainda fora desse processo, no qual a responsabilidade é toda nossa.

Essa audiência é muito importante porque nos faz refletir sobre a importância desta função em nossos lares. Muitos de nós aqui temos, em nossas residências, uma trabalhadora, uma secretária, que está lá, fazendo da responsabilidade, da tecnologia que existe em nossas moradias, da responsabilidade de nossos filhos, esse ofício. Então, nós devemos, nesse momento, nos remeter na responsabilidade de como é que nós condicionamos o direito dessas trabalhadoras no nosso local de moradia. E principalmente, depois de todas as falas ouvidas aqui, junto com a Confederação, queremos trazer a responsabilidade que é a responsabilidade do Senado e responsabilidade esta da Câmara dos Deputados, em proporcionar a igualdade dos direitos das trabalhadoras. Não é só o FGTS, não é só a Previdência, não é só a carteira de trabalho, mas o descanso remunerado, uma jornada reduzida, menos estresse, fim da violência sexual dentro desse local de trabalho; muitos dos trabalhos infantis estão colocados aí, as nossas adolescentes, como que se coloca, nessa situação, nesse cenário; o Ministério do Trabalho tem uma responsabilidade muito grande. Todos os Ministérios de Governo, porque, de fato, a Creuza disse muito bem, tem que ser uma política pública e, portanto, é uma política de inclusão social das trabalhadoras e trabalhadores domésticos. Organizar essa categoria no Brasil não é fácil. Temos muitos sindicatos, e a Creuza também já mencionou essa dificuldade financeira, estrutural, a grandeza que tem esse país, mas ainda têm pessoas que, de fato, companheiras, que largam seus lares para estar se dedicando a esse trabalho. Então, depende ainda de muito reconhecimento por parte do Governo, apesar de que se avançou bastante, mas tem que ser, para nós, da CONTRACS, uma preocupação estratégica da organização dos trabalhadores e trabalhadoras domésticas do nosso país.

Acredito que, no decorrer desses últimos três anos nós iniciamos uma campanha e que, de fato, hoje se configura, que é a carteira, a possibilidade de carteira assinada, que foi o direito à carteira de trabalho. A CONTRACS encampou, junto com a luta das companheiras dos nossos sindicatos, o direito à carteira de trabalho e também, num segundo momento, uma campanha que o trabalho doméstico também é profissão.

Portanto, todas essas iniciativas trazem hoje, na responsabilidade de a gente estar concretizando e avançar. Devemos avançar mais para garantir às companheiras a igualdade, como têm os trabalhadores privados. Eu sou trabalhador de uma empresa privada, eu tenho meu descanso semanal remunerado e, como é que se encontra hoje, num domingo, apesar de que o setor comerciário passou aqui dentro dessa Casa, no Senado e depois foi para a Câmara dos Deputados, novamente a questão do domingo. Com alta tecnologia do nosso país, mas como é que fica a questão do trabalho, nesse trabalho estressante, essa grande jornada de trabalho? E aí, Senadores, fizeram alguns questionamentos sobre a jornada de trabalho. Como qualquer trabalhador do nosso país, o nosso setor está numa jornada de 56 horas. Nós temos, na Legislação, de 44. E a CUT tem uma campanha para a redução da jornada de trabalho na qual é conhecido e de conhecimento dos senhores, para diminuir o estresse, buscar maior empregabilidade, garantir, de fato, um local decente e sadio para o trabalho.

Creio que, nessas campanhas, não só é necessária toda a viabilidade. Essa semana nosso site, que é www.contracs.com.br, estará dando a maior ênfase, até domingo, de todas essas condições que se encontram os trabalhadores e trabalhadoras domésticas do nosso país. Nós temos aqui alguns representantes dos nossos sindicatos, mas temos outros inúmeros sindicatos, inúmeras outras organizações, que chamamos de associações, que estão juntas nesse trabalho, para poder melhorar o local de trabalho. E acho que, de fato, muito nós temos que fazer ainda para esse ofício, no qual a profissão da doméstica necessita dos nossos cuidados.

Eu queria, assim, em breves palavras nesse sentido, só parabenizar, não me alongar muito, porque a nossa anfitriã, creio que é a Creuza, ela já fala também em nome da CONTRACS, do nosso ramo, que é o setor de serviços, e propiciar de que essa responsabilidade é de todos nós.

O Projeto chamando atenção do Ministério do Trabalho, na qual estava na audiência ontem, ela tem que ter o vínculo de ouvir a origem que está para esse Projeto do PLANSEC, do trabalho doméstico cidadão, que são as trabalhadoras. É a primeira instância a ser ouvida e, na audiência de ontem, nós, os trabalhadores, ficamos muito preocupados com as posições que poderiam se tomar, de questões muito técnicas. Respeitamos todos os técnicos, mas o ofício da prática do Projeto PLANSEC anteriormente, no qual atingimos 350 trabalhadores, e queremos ampliar, como disse a Creuza, deve ser do propósito, a partir da qualificação

profissional e elevação escolar, mas, principalmente, a partir do saber.

O trabalhador, ele sabe, ele conhece, ele precisa fazer a matemática, como faz nas nossas casas, do quilo, do trigo, do quanto pãozinho colocar na mesa. Ele precisa saber da história, a história que é aquela conquistada na sua organização, na sua dificuldade com transporte, com saúde... Então, acho que precisamos reportar para o Ministério do Trabalho a possibilidade que possamos ouvir, em primeira instância, a organização dos trabalhadores para um sucesso ao qual tanto avaliamos e despontamos que é o PLANSEC para o trabalho doméstico cidadão. No mais, meu muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Muito obrigada ao Alci. Nós tivemos aqui, neste momento, quero registrar que o Sr. Jorceli Pereira, representante do Ministério da Previdência, teve que se ausentar por um motivo de saúde, dizer que nós agradecemos muito a presença de todos os representantes aqui do Governo, dos trabalhadores, e registrar, nesse momento, a presença também entre nós, da Senadora Ideli Salvatti, que é Presidente da Subcomissão Permanente dos Direitos da Mulher, nesse Senado Federal.

Antes de passar a palavra para os membros da Mesa que irão se retirar em função da composição da outra Mesa, quero passar a palavra à companheira aqui... Pode se apresentar e fazer a sua consideração.

SRA. MARIA REGINA TEODORO: Bom dia a todas e a todos. Meu nome é Maria Regina Teodoro. Sou Coordenadora-Geral do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Campinas. Eu queria agradecer à Senadora por essa Audiência Pública. É uma ansiedade que a gente tinha, há algum tempo, que nós participávamos de várias audiências, vários debates, mas nós nunca estávamos na Mesa para poder colocar às autoridades, aos Deputados, aos Senadores a nossa ansiedade e aquilo que nos aflige.

Então, hoje é uma oportunidade única de estarmos aqui, ao outro lado da Mesa, para que as autoridades e as pessoas, os homens do Governo nos ouçam, homens e mulheres, e se sensibilizem com a nossa organização.

Eu queria também aproveitar, já que vai trocar a Mesa, me dirigir ao Sr. Ezequiel que está aqui representando o Ministério do Trabalho, nós gostaríamos de ter uma audiência ou uma Reunião com as representantes da Federação, junto ao Ministério, para colocar algumas coisas delicadas, que competem... Sobre os nossos sindicatos, a legalização dos nossos sindicatos. Então, é um assunto que não dá para discutirmos agora, e eu

gostaria que o representante pensasse com carinho e contatasse a Federação para que a gente pudesse, com urgência, estarmos tendo uma audiência com o Ministério do Trabalho, para discutirmos, com mais tempo, com mais conteúdo, a questão dos sindicatos dos trabalhadores do Brasil. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Regina Teodoro, que é Presidente do Sindicato em Campinas. Nós estamos tendo um pedido de um companheiro lá atrás. Você poderia se apresentar e fazer sua consideração para que a gente possa passar para Mesa?

SR. MOZART JOSÉ SERAFIM: [interrupção no áudio] Gostaria de parabenizar a Senadora Fátima Cleide por essa Audiência Pública importantíssima, próxima ao Dia da Trabalhadora Doméstica, e gostaria de parabenizar a Creuza e agradecer-lá por todo esse trabalho que ela vem desenvolvendo, há muito tempo, à frente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas.

Acho que a Creuza é a pessoa, parece que foi escolhida por Deus, para poder ocupar esse espaço, para poder desenvolver esse trabalho em prol das empregadas domésticas. Esse Projeto Trabalhador Doméstico Cidadão começou a partir da FENATRAD e, em conjunto com o Ministério do Trabalho e com a SEPPIR. Então, é importante que esse conjunto permaneça, para que ele, realmente, a gente, mais na frente, consiga colher frutos de todo esse esforço dessas trabalhadoras. E, para isso, eu gostaria até de pedir ao nosso querido Ministro em exercício, Elói, para pensar, com muito carinho, sobre o papel da SEPPIR dentro desse Projeto Doméstico Cidadão, por quê? Porque nós temos uma pessoa que tem, desde o início, se dedicado muito a esse Projeto, que é a nossa querida Gerente Denise Pacheco. Ela tem se dedicado muito, foi ela que viajou aos Municípios, nos Estados, fazendo a apresentação do Projeto, fazendo o convencimento das pessoas, dos Prefeitos, dos Secretários, dos Gerentes, dos Gestores, eu sou um Gestor do FIPIR, e fez um trabalho belíssimo, onde as pessoas se convenceram. E hoje o Brasil todo está interessado nesse Projeto, está cobrando do Ministério do Trabalho, está cobrando da SEPPIR a execução desse Projeto o mais rápido possível.

Então, eu peço que olhe com muito carinho, para que esse conjunto, SEPPIR, Ministério do Emprego, do Trabalho e Emprego, e FENATRAD, permaneçam e continuem e dentro de pouco tempo a gente tenha pelo menos a metade das trabalhadoras domésticas, já com elevação de escolaridade e com qualificação para o trabalho. Obrigada.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Mozart. Quero informar que nós estamos aqui quebrando um pouco o protocolo, o Regimento da Comissão, mas entendemos que é muito importante que as pessoas que se deslocam até esta Comissão possam também expressar e contribuir com o debate. Eu queria, inclusive, registrar que esta audiência, ela foi provocada também como uma sugestão da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade racial, através da Denise, a Denise Pacheco, quero agradecer também a contribuição da nossa companheira de luta e de guerra, do Movimento Feminista, lá do Estado de Rondônia, que agora está na Bahia, companheira Francisca Helenir Alves, que também contribuiu bastante com sugestões e ressaltar a contribuição da SEPPIR, Elói, leve nosso abraço e agradecimento ao Ministro Edson Santos, cuja ausência já foi justificada pelo Elói, que contribui inclusive para a vinda das trabalhadoras até esta Comissão, nesta audiência do dia de hoje.

Vou passar aqui para as considerações e também com relação ao que foi levantado pelos Senadores, para o Ezequiel, depois, para a Creuza e, em seguida, para o Elói.

SR. EZEQUIEL SOUSA DO NASCIMENTO: Primeiro, a provocação do Senador Cristovam Buarque, de fato Senador, o Brasil de hoje nos traz a todos um grande e bom problema. Qual é? Que a maior parte do problema hoje no mundo do trabalho, em relação a esse tema que nós estamos discutindo aqui, não é o de emprego, é de empregabilidade. Ano passado no nosso sistema sobraram das... dois milhões e 60 mil vagas oferecidas para o mercado, sobraram mais de um milhão de vagas. E a maior parte do problema, tem outros problemas, naturalmente, nenhum desses problemas é sozinho, mas a maior parte dele é falta da qualificação profissional.

Então, vai passar aqui por esta Casa, em breve, um Projeto de Lei que muda um pouco esse cenário. Eu acho que não é muito fácil, mas levarei, certamente, a sua provocação ao Ministro Lupi, transformar o Ministério do Trabalho num Ministério da Qualificação, mas, talvez, nós conseguíssemos, e isso é desejo do Presidente Lula e desejo do Ministro do Trabalho, transformar na principal marca do Ministério.

Nós temos prerrogativas legais e constitucionais de zelar pela qualidade do trabalho. Zelar pela segurança do trabalhador, erradicar o trabalho infantil, acabar definitivamente com o trabalho degradante, o trabalho escravo, essas são prerrogativas das quais também o Ministério, e aí não tem outro órgão para tratar disso, mas acho que a marca mais positiva pode ser da qualificação profissional.

O Presidente da República já nos colocou como meta para este ano qualificarmos 320 mil jovens; não é uma coisa muito simples; o Brasil não tem estrutura instalada, não tem capacidade instalada para metas dessa natureza; nós vamos ter que usar as estruturas de organizações e a qualificação profissional, no Brasil, ela é praticamente 100% executada por Organizações Não-Governamentais. O Estado Brasileiro não possui estruturas, até tendo em vista a peculiaridade disso. São 2.700 profissões. São sete mil e tantos sinônimos de cada uma dessas profissões aí. Mas vai passar aqui no Senado, em breve, um Projeto de Lei, que está... Sua origem está sendo MEC e Ministério do Trabalho, em que me parece que a gente turbina, amplia muito a nossa capacidade instalada, que é em relação ao Sistema S. O Sistema S, a partir... Caso o Senado e a Câmara aprovem a lei, o Sistema S pode incrementar aí um número superior a um milhão e meio de vagas por ano, de qualificação profissional, com a qualidade do Sistema S; passar por esta Casa em breve.

Em relação ao que a Regina falou, Regina, hoje se vocês quiserem, 16 horas, está marcada já a audiência. Não tem problema não. Com as entidades, a minha sala é terceiro andar lá do Ministério. E o PLANSE, que nós estamos marcando e trabalhando junto com a categoria, é da natureza dele nascer junto, nascer e ser estruturado e formulado junto com a categoria. O PLANSEC não existe num lado só. Ele existe no momento em que todos os movimentos envolvidos estejam ali formulando, desde a sua formulação até a sua execução.

Nós já temos um Projeto, que está em andamento, com a SEPPIR, para... Projeto do Trabalho Doméstico Cidadão e vamos executar em conjunto com a SEPPIR e outros órgãos, mas principalmente SEPPIR e a categoria. Então a idéia é que efetivamente usássemos a experiência adquirida ao longo do ano de 2006 e 2007, e dessa vez, olha, já aprendemos, agora vamos funcionar.

E, por fim, Senadora, parabenizar o Senado Federal por uma audiência dessa magnitude, dessa importância, parabenizá-la, Senadora Fátima Cleide, pela iniciativa e, mais uma vez, colocar aí, só respondendo também a pergunta do Senador Cristovam, do ponto de vista formal, a Constituição não permite jornada de trabalho no Brasil acima de oito horas. Ou seja, nós temos um limite. Negociação abaixo disso aí, e a informação que a gente tem, e esse, de fato, é, por incrível que pareça, um universo da informalidade porque é incrível, porque estamos falando de classe média alta. Não estamos falando de uma fazenda de produção de cana do interior de algum Estado aí. Não. Estamos fa-

lando das casas, das residências, dos edifícios, enfim, da classe média alta.

Eu tenho a impressão de que ainda... O que se andou é pouco, neste Governo, já se andou muito, mas ainda é insuficiente. Agora, é uma tarefa que envolve toda a sociedade brasileira e daí a importância do Senado Federal promover discussões e audiências como esta. Eu acho que esse desafio, ele é grandioso demais para ficar por conta, ou de Governo ou de uma categoria ou de um setor. Ele é um problema que envolve toda a sociedade brasileira; é um problema de ordem de várias naturezas, mas de ordem cultural, talvez seja o aspecto mais relevante disso aí, o Ministério do Trabalho sempre vai ter, qualquer Estado democrático sempre vai ter dificuldades em entrar na casa, no lar, com o caráter de Estado, a não ser que seja convidado. Então, é um desafio.

Acho que todos temos que aprender com isso aí, todos temos que avançar com isso aí, agora, eventos como esses são de absoluta e fundamental importância e aí, em nome do Ministro Lupi, em nome do Governo, do Ministério do Trabalho, Senadora, eu queria agradecer e colocar, mais uma vez, o Ministério à disposição de todas as senhoras e senhores. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Dr. Ezequiel. Antes de passar a palavra para o Elói Ferreira, eu gostaria de registrar a presença da representante do CEFEM, a Eneide, e dizer também que a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres é uma parceira de primeira hora, de todas as atividades que dizem respeito aos direitos das mulheres neste Senado Federal, especialmente nesta Comissão de Direitos Humanos. E registrar que a Secretaria de Políticas para as Mulheres também foi, mais uma vez, parceira nessa convocação e realização desta audiência. Com a palavra, Elói Ferreira.

SR. ELÓI FERREIRA DE ARAÚJO: Eu quero cumprimentar, assim, com muito entusiasmo, a Senadora Fátima Cleide, ao Senado Federal por ter essa iniciativa aprovada, que foi... Uma audiência dessas é marcante, sob todos os aspectos. O Ministro Edson Santos não se fez presente porque cumpre uma agenda internacional, que já estava marcada anteriormente, e me incumbiu de comparecer, não faltar a esse compromisso de forma alguma. E, como já foi dito um número bastante grande de vezes aqui, a SEPPIR está absolutamente envolvida nesse programa, nesse Projeto do Trabalho Doméstico Cidadão. E, até sinalizando para o companheiro Mozart, que fez uma fala, é que, depois desse encontro, e ouvindo a companheira Creuza, eu saio bastante convencido que vamos ter que trabalhar, buscar, o companheiro Ezequiel, que tem esse amadurecimento, buscar no Ministério do Trabalho juntos,

é que nós não devemos deixar que esse Programa do Trabalho Doméstico Cidadão, ele se encerre, como se fosse somente um programa.

A preocupação que eu pude perceber, também bastante acentuada da companheira Creuza, é que precisamos ter políticas do Estado. Ação do Estado, que não seja somente de uma ação governamental. E refletir, nós vamos pensar juntos, na Subsecretaria de Ações Afirmativas, como trabalhar para que isso seja para além da nossa passagem. Como o Senador Cristovam sinalizou, que o Ministério seja o Ministério da Qualificação, se a gente não trabalha também... Existem escolas de formação de inúmeras categorias profissionais, que qualificam. Pensar como constituir, trabalhar a constituição de uma escola, por que não uma escola de formação nacional, que qualifique e que reconheça e que busque estar assegurando os direitos elementares para, noutros encontros, quem sabe noutros encontros, estejamos aqui não para poder falar: "Não, está faltando, está explicitada a jornada de trabalho. Ah, está faltando estar explicitado esse ou aquele direito". Mas refletir sobre os outros aspectos, aspectos de outra natureza. Não sobre esses direitos, que já são relativos a todas as demais categorias de trabalhadores.

É um aspecto muito, por fim, que gostaria até de repartir com vocês, que um dos primeiros encontros, lá atrás, que tivemos com o Senador Cristovam Buarque, até falava aqui agora com a Creuza, tratava que minha esposa... Trazer o exemplo pessoal, às vezes, é a pequeno, mas acho que é relevante de trazer. Minha esposa é professora da rede pública municipal. E a minha esposa teve sempre uma militância de esquerda, desde sua formação, e... De sua primeira formação, e ela, num instante, ela refletiu de fazer uma luta diferenciada, como professora da escola pública Municipal, que os professores iniciavam uma paralisação, os servidores iniciavam uma paralisação. E ela tinha percebido que, nas paralisações que tinha na escola pública e não tinha na escola particular, as crianças não tinham para onde ir, porque as mães e os pais estavam trabalhando, na sua grande maioria, trabalhadoras domésticas. Aí, quando os professores, ao paralisar as atividades, democraticamente, tem o direito assegurado para paralisar, eles jogavam as crianças da escola pública na rua. Aí, ela falou: "Elói, eu não paro mais as minhas aulas. Eu sou professora de matemática, eu sou concursada, eu tenho estabilidade. Ninguém me tira meu emprego. Mas eu não paraliso aula das crianças da escola pública".

É isso foi muito marcante porque, talvez seja, assim, um pouco diferente falar assim uma militante de esquerda e ter uma conduta dessas? É porque a

conduta da esquerda, que ela entendeu, era da solidariedade àquelas mães que não poderiam ter ninguém cuidando de seus filhos naquela hora. Então, aquele compromisso que ela assumiu ali me emocionou muito, e me emociona até hoje, porque é um compromisso cidadão, um compromisso de assegurar que a possibilidade da ascensão social, da ascensão intelectual dos nossos filhos, dos filhos das trabalhadoras domésticas, é pela educação.

Então, eu reparto isso com vocês e confirmo, com certeza, o compromisso da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que não vai se afastar em nenhum momento. E vamos avançar, junto com o Ministério do Trabalho, para poder imaginar que essa política de trabalho doméstico cidadão não seja somente um programa do nosso Governo, mas ganhe contornos de uma política de Estado, com permanência, com constância, para assegurar qualificação, educação e, sobretudo, os direitos e a dignidade do trabalho doméstico, que é muito importante para o nosso país, como está bem demonstrado aqui, em todas as intervenções. Muito obrigado.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Presidente, permita, estou com muita ansiedade de escutar a Creuza, mas não posso fugir desse debate com o Elói. Primeiro, felicitar a sua esposa pela posição. Outra coisa é o seguinte, houve um tempo, quando a gente falava esquerda, sabia o que era, porque era uma coisa só; hoje existem diversas categorias. Um dos homens mais reacionários desse país, que é o Governador da Califórnia, ele faz parte da esquerda ecológica. Ele é da esquerda ecológica. Ele é reacionário no resto. Existe a esquerda da relação trabalhista, aquele que faz greve. Não vou dizer que não são de esquerda. A sua esposa é da esquerda moral. Do ponto de vista moral, ela é à esquerda. Claro que pode ser também nas outras coisas. Porque é a opção moral para que não haja criança na rua. Aí, ela é capaz até de sacrificar os outros aspectos da sua militância por essa militância moral.

Então, quero parabenizar e dizer que existem categorias diferentes hoje. Antigamente não, era uma coisa só. Hoje temos categorias diferentes. Conheço muita gente de esquerda, do ponto de vista da luta com a relação do trabalho, mas que está se lixando para o meio ambiente. Então, não é de esquerda do ponto de vista ecológico. Outro que não liga para as minorias. Então, não é da esquerda do ponto de vista moral. As minorias entram na categoria moral.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO):

Quero agradecer aqui, parabenizar o Elói e também ressaltar que é uma atitude importante, mas a gente, eu tinha inclusive anotado aqui, espero que essa

audiência contribua, não apenas pra gente ampliar os direitos das trabalhadoras domésticas na Legislação, mas também para fortalecer a concepção necessária da organização sindical, que é uma reivindicação feita aqui pela Creuza, tanto pela Creuza quanto pela Regina, e afirmada também pelo Alci.

E passo, nesse momento, a palavra para a Creuza, para que a gente possa ouvi-la sobre estas provocações da Comissão de Direitos Humanos.

SRA. CREUZA MARIA OLIVEIRA: Bem, o Senador Cristovam Buarque, ele perguntou sobre a questão da escolaridade, sobre a questão da liberação. Na verdade, os patrões e patroas das trabalhadoras domésticas não liberam suas trabalhadoras para estudar. É a maior dificuldade. Inclusive, quando você lê um anúncio no jornal: "Precisa-se de uma empregada", está lá dizendo que não estude.

Então, na sociedade brasileira, é preciso também mudança de mentalidade, porque essa trabalhadora, que está lá trabalhando, ela precisa estar sabendo ler e escrever muito bem, até para poder servir melhor, dentro do trabalho, nas suas funções. Mas, a grande maioria não permite que estude porque quer que esteja lá para dar o jantar, essa coisa toda. Então, é muito difícil essa trabalhadora, quando ela estuda à noite, é uma luta para que ela saia no horário e consiga chegar em tempo na escola. Porque uma trabalhadora que sai 18h00, 18h30, 19h00 do trabalho, fica difícil de ela chegar em sala de aula em tempo para estudar.

Outra questão é a questão da carga horária. A grande maioria trabalha 16 horas por dia, principalmente aquela que está lá no local de trabalho, a que mora no local de trabalho. Então, trabalha de 14 a 16 horas por dia essa questão da carga horária. Então, é mais uma mudança de consciência e de mentalidade desses empregadores para estar percebendo que essas trabalhadoras também têm o direito de viver sua cidadania, e cidadania também é estudar e ter sua carga horária de serviço. Aí, a questão da carga horária excessiva causa problema de depressão, cansaço físico, um monte de questão de saúde para essa categoria.

O Senador Suplicy, ele falou da questão do microcrédito. Então, esse trabalho, o Projeto Trabalho Doméstico Cidadão, ele é importante para a nossa categoria. E, aí, quero aqui reforçar e pedir o apoio, inclusive da Secretaria de Direitos Humanos e dessa Comissão também, no apoio a esse projeto de Trabalho Doméstico Cidadão. Porque o Projeto, ele vem sendo executado pelo... Com recursos do Ministério do Trabalho, Ministério das Cidades, Secretaria de Política para as Mulheres e a SEPPIR. Então, é preciso... Esse Projeto é sim importante.

E sem falar de outras parcerias, como a assessoria da OIT, que tem estado desde o início no acompanhamento, na assessoria desse Projeto. E, quando se fala do microcrédito, pela primeira vez, as trabalhadoras domésticas têm uma política de habitação, coisa que nunca houve. Porque as políticas de educação que existiam eram para o trabalhador que recebesse de mil a um mil e 500 reais. E aí, claro, a trabalhadora doméstica estava de fora dessas políticas. Então, a partir do Trabalho Doméstico Cidadão, a gente consegue, então, Projeto de Habitação com o Ministério das Cidades que, lá em Campinas, já está negociando, em Aracaju, em Salvador, na Bahia, em Lauro de Freitas, a gente já tem o terreno cedido pela Prefeitura, pela Prefeita Moema Gramacho, lá de Lauro de Freitas, aonde vão se construir 180 apartamentos de um, dois e três quartos, para as trabalhadoras domésticas e, no caso, com... E são apartamentos com dignidade, ou seja, que tenha creche no local, que tenha espaço de lazer e escola, a segurança, posto médico... Então, é isso.

Então, esse Projeto é importante demais. E por isso que ele tem três ações, que a política pública é a questão da aplicação dos direitos, que culminou na lei 11.324, a questão das políticas de habitação, que está... Em Salvador, na Bahia, já está para começar a construção; em Campinas, já está se conversando, em São Paulo... Em Sergipe também... E o Ministério das Cidades, que é com recursos do Ministério das Cidades, do Governo Estadual, Municipal e Estadual.

Então, gente, é uma coisa muito importante, a gente precisa do apoio, que as outras Secretarias que não estão nesse Projeto, que é o caso de Direitos Humanos, e em Direitos Humanos é importante também, porque a questão dos direitos das trabalhadoras domésticas é uma questão de Direitos Humanos. E não dá para Secretaria ficar de fora disso aí, desse Projeto Trabalho Doméstico Cidadão.

E, quando o Mozart fala da questão da companheira Denise, com certeza, Mozart, você está com toda razão, porque a companheira Denise, lá na SEPPIR, com todo o apoio, quando a gente começou essa discussão do Projeto desde o início e, aí, a Ministra Matilde Ribeiro, hoje o Ministro Edson, a gente já teve uma audiência inclusive com o Ministro Edson, e a gente falou da questão da continuidade desse Projeto junto ao Ministério do Trabalho, e Denise tem sido, assim, uma pessoa que tem feito essa conversa e tal, até porque o Ministro não tem condições, a agenda dele é muito grande, para estar viajando para os Municípios, para estar conversando, a ampliação do Projeto Trabalho Doméstico Cidadão com os Municípios e com os Gestores. E Denise tem sido, assim, uma companheira

importante nessa continuação e nesse Projeto Trabalho Doméstico Cidadão. E é isso. Quero agradecer.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Nós é que agradecemos a felicidade de tê-la conosco. E ressaltar que é uma alegria muito grande ouvir da companheira Creuza, a Presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, tantas boas notícias. É a primeira vez... E quero ressaltar que o Estado Brasileiro tem políticas públicas para esta categoria. É o início. Nós temos a consciência de que temos muito ainda para avançar nessa construção. Alci.

SR. ALCI MATOS ARAÚJO: Obrigado, Senadora. Um dos aspectos que eu queria também mencionar, agora nesse final, era esse que a Creuza acabou de mencionar, que é o direito à moradia, viu, Senadora? Porque um dos testemunhos que eu estive numa formatura do PLANSEC, eu estava presente, estive em quatro delas, uma das trabalhadoras, a Creuza, de vez em quando, nos apresenta, na formatura, já está pensando em fazer mais elevação escolar e atingir a Universidade, e uma outra mãe de família, porque nós temos trabalhadoras domésticas que ajudam na renda, mas nós temos trabalhadoras domésticas que são as instituidoras da renda da família, e ela tinha seis filhas. E, aí, o problema dela era o problema da moradia.

Então, acho que essa audiência também tem que buscar caminhos para fortalecer no qual o Projeto que a Creuza mencionou, buscar os Ministérios possíveis, as jurisdições possíveis para ampliar onde que está a trabalhadora doméstica ou o trabalhador doméstico morando, com que condições, como que se encontra, qual a renda... Porque, às vezes, ela passa todo o dia num ritmo de vida, e a Creuza Deus agora, seis horas, portanto, umas trabalham e moram no seu local, outras trabalham e vão para casa, então, tem transporte coletivo, tem a renda para família, tem a tecnologia que ela trabalha todo dia e chega na sua casa, a realidade como é que é. Apesar de que o Presidente Lula tem buscado ampliar esse direito às condições no seu local de moradia para todos os cidadãos brasileiros, e isso tem sido uma política que tem ajudado a contribuir com o nosso país, então, acho que isso é importante para que nós também possamos estar com o foco nessa questão do direito à moradia, para essas trabalhadoras que estão no nosso local de trabalho, na nossa residência.

Uma outra questão, é importante frisar que esta audiência contribui, e nós os órgãos, tanto que estão aqui das trabalhadoras como órgão de Governo para contribuir a ajudar a aumentar a auto-estima dessas trabalhadoras a serem, de fato, a mola impulsora, que é para o nosso Brasil. São milhões de trabalhadores que

fazem, dia-a-dia, a força de trabalho para a produção desse país. Não é só a indústria, o setor de comércio, o setor de serviços, um setor que cresce e cresce muito, temos muito problema da terceirização, é um problema porque precisa do trabalho, e principalmente no trabalho doméstico, estão várias automações.

Então, eu acho que, dos assuntos falados, nós, do movimento sindical, sempre temos dito que a correlação de poderes entre capital e trabalho é muito desigual. Então, faz com que nós possamos contribuir para igualar, para buscar melhores caminhos, melhores condições para que esses direitos dos trabalhadores domésticos sejam, de fato, respeitados, pela fiscalização, que o Governo cumpra o seu papel, que esses empresários ou contratantes façam o seu papel, de conduzir no seu local de trabalho; o Ministério do Trabalho tem muito a contribuir, por isso estamos aqui, mas, Senadora Fátima Cleide, em nome da Confederação Nacional do Comércio e do Serviço, especialmente da Presidente nossa, que é a Lucilene Binsfeld, agradecer; ela sempre participou muito desse debate e nós não vamos, de fato, nos furtar, vamos estar discutindo e vamos estar sempre presente, a qualquer momento em que formos solicitados. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Alci. Obrigada à Confederação Nacional do Comércio e do Serviço. Quero agradecer aqui a todos os nossos convidados, que fizeram parte desta primeira Mesa, dizer que nós, ao fazermos a solicitação desta audiência na Comissão de Direitos Humanos, entendíamos a necessidade de dar viabilidade à importância do trabalho doméstico na nossa sociedade para justamente esta falta de direitos que não são reconhecidos ainda na nossa sociedade, que insiste, como tanto fala o nosso querido Senador Cristovam Buarque, pelo caminho do escravismo. E isso se repete, queria dizer aqui, Creuza, na nossa sociedade, nas várias instâncias.

Nas escolas, por exemplo, e eu e o Senador Cristovam adotamos a Educação como eixo de trabalho, nós percebemos que as mulheres que fazem o trabalho de limpeza, da alimentação, aqueles que cuidam das crianças nos intervalos, pelos corredores da escola, e aquelas, são vistos como menores, como sub, como auxiliares, sempre com afirmações que negam a possibilidade do seu trabalho como educador. E hoje nós afirmamos que essas pessoas são funcionários de escola e não mais auxiliares, não mais não docentes, não mais ajudantes ou serviçais, mas, como funcionários de escola, devem ser respeitados. Até porque, nesse espaço, que deveria ser de socialização do conhecimento para todos, nós percebemos que, ainda hoje, a maioria são mulheres, são negras, com baixíssimas

escolaridades... Quer dizer, na escola, nós reproduzimos também o trabalho doméstico e, por isso, não valorizamos a estas pessoas.

Por isso, Senador Cristovam, queria aproveitar a oportunidade aqui de dizer que apresentei, ainda no primeiro ano do meu mandato neste Senado Federal, um Projeto que busca também a elevação de escolaridade e a profissionalização dessas pessoas, como trabalhadores em Educação, como educadores que o são, para que a gente comece, a partir da escola, a mudar a mentalidade, tão necessária de mudanças, das pessoas, com relação ao trabalho, que é de responsabilidade de todos, porque eu sonho com o dia em que cada um, tanto em casa, quanto na escola, no hospital, limpe a sua própria sujeira. E não deixe para que o outro o faça.

Então, a gente vai buscando, a partir dessa nova vivência no Legislativo, e colaborando para que a sociedade mude a sua postura com relação às pessoas, com relação às mulheres, em sua grande parte, que fazem esse trabalho tanto em casa quanto nos espaços públicos, de serviço público, que a sociedade destina a apenas o papel da limpeza. O papel de cuidar daquilo que os outros não cuidam, que é da sua própria sujeira.

Então... E que a gente, dessa forma, possa contribuir com a superação desse conceito de sociedade escravista que reproduzimos até hoje. Então, muito obrigada, com certeza, a participação de todos vocês aqui colabora e muito na construção dessa sociedade sem discriminação, sem preconceito e na construção efetiva do Estado de Direito.

Meu muito obrigada e quero já, imediatamente, compor a próxima Mesa, já convidando a Creuza para que chegue aqui para perto da gente nessa segunda Mesa, representando a FENATRAD. Agradecer ao Ezequiel, agradecer ao Alci, convidar a Solange Sanches, que é representante da Organização Internacional do Trabalho, é responsável pela área de gênero e raça da OIT. Convidar a nossa parceira da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, sempre atendendo aos nossos chamados, Dra. Elisabete Pereira. Convidar este, que também é um grande parceiro dessa Comissão de Direitos Humanos, e que sempre está presente nas nossas discussões, Dr. Ivair Augusto. E convidar também... Quero convidar também a nossa querida Emília Fernandes, ex-Senadora da República e atualmente Presidenta do Fórum de Mulheres do MERCOSUL Brasil, representando também uma entidade não-governamental, será um prazer tê-la na Mesa aqui conosco.

Quero registrar a presença do professor Eduardo de Oliveira, Presidente do Congresso Nacional Afro-

Brasileiro. Seja bem-vindo. E registrar a presença, ainda entre nós, de Maria das Graças Souza, Secretaria Nacional de Mulheres da Central Única dos Trabalhadores; de Edmílson de Mello, também representando a Central Única dos Trabalhadores; Maria Santos, do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Rio de Janeiro; Sueli Santos, do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Aracaju; Maria Regina, Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Campinas; Maria Ferreira, Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de São Paulo; Valdelice de Jesus, Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Maranhão; Maria das Graças, da CUT, que nós já registramos aqui.

Então, nós vamos passar imediatamente para a exposição... Registramos aqui também a presença de Maria Hilma, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Belo Horizonte.

Passar a palavra para Solange Sanches, Coordenadora da Área de Gênero e Raça da Organização Internacional do Trabalho. E quero convidar para presidir os trabalhos, nessa segunda Mesa, Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Posso fazer uma pergunta, Presidente, de público, se for por cortesia, eu estou muito bem aqui. Se for por alguma... Por preferência, eu irei aí...

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Não, é que eu acredito que o senhor também poderia abrilhantar a nossa Mesa aqui, coordenando os trabalhos.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Eu acredito que está muito abrilhantada com a sua presença.

[risos].

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Muito obrigada.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

E eu fico muito feliz de estar aqui, de frente aqui. Mas, se precisar, diga, viu?

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, então. Solange.

SRA. SOLANGE SANCHES: Bom dia a todos e a todas. Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer muito à Fátima Cleide pelo convite para que a OIT estivesse aqui presente nessa Audiência Pública tão importante. Cumprimentar a companheira Creuza e os representantes da Secretaria da Mulher e da Secretaria de Direitos Humanos, e as Senadoras também aqui presentes na Mesa. Cumprimentar o público, bom dia a todos e a todas.

E dizer da nossa satisfação de estar aqui porque o tema do trabalho doméstico é um tema muito caro para o OIT, e no qual a gente vem trabalhando não só

o escritório da OIT no Brasil, mas a OIT, no mundo, vem trabalhando de forma cada vez mais intensa, pela importância que vem sendo cada vez mais reconhecida, do trabalho destas mulheres, aqui no Brasil e em vários países do mundo e, particularmente, aqui na América Latina, onde ele é uma das ocupações importantes das mulheres, e também em outras regiões do mundo, como na África, na Ásia, onde responde por uma quantidade enorme de empregos das mulheres, e, no mundo inteiro, infelizmente, essa inserção sempre é marcada pela mesma precariedade, pelo mesmo tipo de problemas, que já foram mencionados aqui, tão perfeitamente nessa nossa primeira Mesa.

Eu não vou, então, me repetir... Aquilo que já foi aqui tão bem colocado, mas gostaria de fazer algumas pontuações que, do ponto de vista da OIT, são importantes. Bom, em primeiro lugar, a Creuza mencionou a questão da... E a Senadora também mencionou a questão da organização das trabalhadoras e como vocês sabem a OIT é uma organização tripartite, é a única no sistema das Nações Unidas que é formada por Governos, trabalhadores e empregadores e, portanto, para a OIT, é muito caro que os trabalhadores possam se organizar. A OIT dá muita importância para que os trabalhadores estejam organizados de maneira que eles tenham voz, que eles tenham representação, para que possam participar, em condições de igualdade, de todas as instâncias de diálogo social. E lutar por seus direitos.

Portanto, e reconhecendo a importância que tem, para as trabalhadoras domésticas em especial; o fato de estarem organizadas é que a OIT recomenda que os Governos, que as sociedades dêem especial atenção a essa questão, porque, como a Creuza já levantou, nós não estamos falando de trabalhadoras que têm uma inserção semelhante aos outros trabalhadores, que podem ser dispensados do trabalho, que podem sobreviver com outros recursos, que não o recurso da mensalidade dos seus associados, e que tenham facilidades para desenvolver seu trabalho sindical.

E, da mesma forma, nós não estamos falando de trabalhadoras que consigam acessar o sindicato com a mesma facilidade que outros trabalhadores conseguem. Então, é muito importante, não só pensar em fortalecer os sindicatos, mas fortalecer os canais de comunicação das trabalhadoras para com os seus sindicatos, de maneira que elas possam de alguma maneira, elas possam fazer uma queixa, pedir apoio, esclarecer uma dúvida com mais facilidade e o mais rapidamente possível.

E por isso, por dar tanta importância para a organização dos trabalhadores para o diálogo social é que a OIT ficou muito contente de participar, desde o

início, do Programa Trabalho Doméstico Cidadão. A OIT já vinha fazendo um trabalho, que outros colegas fazem, aqui do escritório do Brasil, muito importante, em relação ao trabalho infantil doméstico, a prevenção e a erradicação do trabalho infantil doméstico, e eles já vêm acumulando, junto com a FENATRAD, junto com outras instituições que trabalham nessa área, um trabalho importante na prevenção e erradicação do trabalho infantil doméstico, que é considerado pela OIT como uma das... Está entre uma das piores formas de trabalho infantil, justamente pelo risco que ele oferece às meninas que, muitas vezes, estão dentro das casas, não como trabalhadoras, mas sim, são, vamos dizer, "adotadas" pelas famílias para que... Como... Para tirá-las de uma situação de pobreza ou qualquer coisa. E, de fato, elas estão ali para fazer o trabalho doméstico e são meninas pequenas, que se as trabalhadoras adultas já estão sujeitas a acidentes, a problemas, o que dirá de meninas pequenas, mexendo com fogão, com produtos químicos, com animais, com trabalho perigoso de limpeza em armários... E, além do prejuízo maior ainda, que é tirar essas crianças da escola, do seu desenvolvimento natural como meninas.

Então, o pessoal da OIT, aqui no Brasil, já vinha desenvolvendo, junto com a FENATRAD, um grande trabalho nessa área e, no momento em que foi feito o convite para a OIT, para participar do Programa Trabalho Doméstico Cidadão, nós nos sentimos muito entusiasmados de participar e contribuir no que fosse possível e continuamos assim, em primeiro lugar, porque esse programa surgiu para responder a uma demanda das trabalhadoras, a reivindicações e demandas colocadas pelas trabalhadoras. E foi um programa construído junto com elas, como continua sendo, nesta segunda fase, que deverá aprofundar já aquilo que foi obtido na primeira fase. E esses são aspectos desse programa, que a OIT considera fundamental, porque isso garante que ele, de fato, como uma política pública, atenda àquilo que é o interesse, àquilo que é a necessidade das trabalhadoras domésticas.

E, por fim, para não me estender muito, gostaria de mencionar a relevância de um ponto que, também a Creuza já falou aqui, e que nós também consideramos importante, é que, dentre os três subprojetos do Trabalho Doméstico Cidadão, um é a elevação de escolaridade e a outra é o apoio à ação sindical, existe também o da articulação de políticas públicas, né, Creuza? E esse também é um ponto que nos parece bastante importante, já foi possível essa iniciativa em relação à questão das moradias.

O Senador Suplicy levantou a questão do microcrédito, e eu me lembro de a gente ter discutido, em algumas reuniões do Programa Trabalho Doméstico

Cidadão, a questão do crédito para as trabalhadoras domésticas, que não são recebidas como os outros trabalhadores, na hora que elas adentram uma instituição de crédito para fazer um crédito, para adquirir um bem ou mesmo para pedir um empréstimo. Essa foi uma questão que foi trabalhada. E quantas outras que poderiam ser tratadas, pensando na construção de políticas públicas articuladas no país?

Então, eu agradeço, mais uma vez, à Senadora. Agradeço a todos aqui a oportunidade de a OIT estar aqui presente e quero parabenizar o Senado por essa importante iniciativa, pela abertura desta Casa para que um tema tão relevante para as mulheres possa ser aqui debatido. E tão relevante para a constituição daquilo que, para OIT, vem sendo a nossa grande... A nossa grande idéia-força, que é a Constituição de um trabalho decente no país.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Muito obrigada, Solange. Nós agradecemos também a participação da OIT em todo esse trabalho de resgate de cidadania das nossas trabalhadoras domésticas.

Quero registrar a presença da nossa companheira, guerreira, Senadora Serys Slhessarenko, que está de passagem por aqui, porque está também na Comissão Mista de Orçamento.

[soa a campainha]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Quero passar a palavra para a Dra. Elisabete Pereira, representando aqui a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

SRA. ELISABETE PEREIRA: Bom dia a todos e a todas. Quero saudar a Senadora Fátima Cleide, através da qual saúdo todas e todos que estão aqui à Mesa. Em primeiro lugar, quero dizer que, para Secretaria Especial de Política para as Mulheres, essa Audiência Pública se reveste de um caráter muito importante, tendo em vista que a gente traz para essa Casa, para o Legislativo, anseios que já são reclamados há muito tempo e para as quais, tanto nós, do Poder Executivo, como o Poder Legislativo, tem que se ater, para que a gente possa criar condições para responder a esses anseios de forma mais rápida, tendo em vista o percurso histórico dessa reivindicação e o tempo de sacrifício, de luta, que as mulheres trabalhadoras domésticas vêm enfrentando e vêm, obviamente, clamando para que sejam ouvidas.

Em segundo lugar, eu quero começar minha fala, ressaltando uma questão que, para nós, é de fundamental relevância, e creio que para todos nós, brasileiros e brasileiras, que é o princípio constitucional que a nossa Constituição cidadã determinou, em 88, que

é o princípio da igualdade, o princípio da cidadania, o princípio da dignidade humana. Eu acho que trazer esses princípios para o início dessa discussão é fundamental, como também é fundamental a gente dizer que essa própria Constituição Federal, quando prevê, no seu art. 5º, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, e aqui nós estamos falando de todas elas, de gênero, de raça, de etnia, de classe social ou de qualquer outra distinção possível.

Quando a gente fala desses princípios, a gente quer invocar também esta Constituição para mostrar que ela traz, no seu conteúdo, uma grande violação aos Direitos Humanos porque, é o no seu art. 7º, que tem um único lugar aonde se demonstra claramente a exclusão, ao colocar nitidamente que algumas pessoas são mais iguais que as outras. Porque a outras são vedados direitos que todos os demais têm.

Então, a partir dessa constatação, nós temos começar, obviamente, a discutir políticas públicas e Legislação nesse país, começando pela revisão da própria Constituição. E esta é uma das propostas da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, que já começa a articular, dentro do Governo e, logo, logo, estará trazendo para a bancada feminina, a revisão, não só da Constituição Federal, mas de toda a Legislação discriminatória que impede que uns sejam mais iguais que outros, coisas que nós, por princípio, temos que começar a rechaçar.

A outra questão que queremos colocar aqui é que também, para nós, foi gratificante participar da parceria que discutiu o Projeto e a implementação do piloto Trabalho Doméstico Cidadão. Mas colocar que não só o Trabalho Doméstico Cidadão é importante, ele tem que se reavaliar, ele tem que se solidificar, ele tem que juntar todos os parceiros estratégicos, fundamentais no Governo Federal, para que ele se torne realmente uma política pública, caso contrário, ele vai virar uma ação pontual, e não é isso que, nem as trabalhadoras domésticas querem e nem, obviamente, as Secretarias Especiais, que estão nessa parceria, e acredito que o próprio Ministério do Trabalho, ao começar a disseminar agora o Projeto, replicando e corrigindo seus rumos, a partir do piloto realizado.

Para complementar essa discussão e para fortalecer as ações voltadas à implementação dos direitos das trabalhadoras domésticas, a 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres fez a discussão de toda a problemática, que envolve essa temática e, no Plano Nacional, no 2º Plano Nacional de Política para as Mulheres, no capítulo de autonomia econômica no mundo do trabalho com inclusão cidadã, nós incluímos, porque foram aprovadas amplamente nas conferências Estaduais, Municipais e na Nacional, di-

versas ações voltadas especialmente a essa temática. As duas primeiras ações eu já me referi, que é a revisão da Legislação, a questão de ampliar e solidificar o trabalho doméstico cidadão, mas nós temos que fazer mais. Nós temos que fazer a capacitação dos profissionais, e profissionais das Delegacias Regionais do Trabalho, para que tenham clareza e sensibilidade para atender a essas trabalhadoras e a esses trabalhadores. Nós temos que realizar campanha de divulgação da lei que garante os seus direitos. Mas nós também temos que fazer campanhas para a implementação de novos direitos.

Afora isso, nós, da Secretaria, estamos num momento aonde nós começamos a fazer a tabulação do impacto gerado pela lei 11.324, que foi a Lei da Isenção Fiscal, que possibilitou e quer estimular, cada vez mais, o registro das trabalhadoras domésticas. Essa lei, iniciada pela Secretaria Especial de Política para as Mulheres, ela, agora, com essa tabulação de dados, acho que nós vamos poder ter, não só nós, Secretaria, nós, Governo, mas nós, todos e todas, inclusive as própria trabalhadoras domésticas, a noção de se essa lei realmente fez com que o trabalho formal crescesse e que, portanto, era uma política efetiva.

Por fim, eu quero colocar mais uma questão fundamental. Eu quero chamar atenção para a Lei Maria da Penha. Porque a Lei Maria da Penha, quando foi elaborada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, teve o olhar também para as trabalhadoras domésticas, para trabalhadoras que, independente da sua idade, partilham espaços privados, mas que, dentro desses espaços privados, sofrem todo o tipo de discriminação e violência.

O art. 1º da lei Maria da Penha, ele já prevê que essas pessoas que convivem nos espaços privados e que sofrem essas violações, que podem ir da violência ao abuso sexual, ao assédio moral ou ao assédio psicológico, podem estar usando a Lei Maria da Penha para poder fazer as denúncias e reclamar seus direitos.

Portanto, eu quero concluir aqui a nossa fala, dizendo o seguinte: É fundamental que a gente realmente cerre fileiras, dentro de Executivo e dentro do Legislativo, para que a gente possa realmente tratar trabalhadores e trabalhadoras domésticas em pé de igualdade com os demais trabalhadores que, diga-se de passagem, já sofrem várias discriminações. Então, o que dirá desta categoria, que continua ainda abaixo desse trabalhador, que já é vilipendiado em diversos de seus direitos.

Então, estamos aqui para declarar, mais uma vez, que a Secretaria Especial de Política para as Mulheres continuará lutando pelas mulheres, trabalhadoras domésticas, chefes de família, como foi colocado aqui

muitas vezes, para que os direitos dessa mulher e a sua dignidade sejam restabelecidos. E restabelecidos na sua plenitude. Obrigada.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Muito obrigada, Elisabete. Eu quero passar a palavra para o Dr. Ivair Augusto, Assessor Especial da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

SR. IVAIR AUGUSTO ALVES: Bom dia, senhores e senhoras, muito bom dia, Senadora Fátima Cleide. Nós, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, nos sentimos muito honrados de participar desse evento. Queremos também dizer que, para nós, da Secretaria, toda vez que a gente tem uma Audiência Pública ou uma ação liderada pela Senadora Fátima Cleide, para nós, é sempre motivo de muito orgulho, por várias razões: A Senadora tem trabalhado no sentido da defesa de segmentos que, normalmente, são discriminados, como movimento de GLBT, movimento de gays... E agora, com essa Audiência Pública, fica mais claro como o mandato da Senadora é importante nesse processo.

E queria dizer para as nossas trabalhadoras e trabalhadores domésticos que a Secretaria quer se colocar inteiramente à disposição, ou seja, quer ter uma participação muito mais ativa, nesse Programa do Trabalho Doméstico Cidadão, por diversas razões.

Eu gostaria de fazer uma citação um pouco histórica, que foi a Conferência Mundial contra o Racismo, em 2001. A Conferência contra o Racismo, ela foi precedida de várias e várias conferências nos Estados, ao longo do país, e, quando nós chegamos em Durban em 2001, houve uma Mesa que era a Mesa "Vozes das Vítimas de Racismo no Mundo". E, nessa Mesa, das vozes das vítimas do racismo do mundo, foi uma Mesa muito especial, porque você ouviu pessoas da Bósnia, da Índia, da África do Sul, estava aquele painel todo. E, entre as pessoas que estavam lá presentes, estava uma empregada doméstica brasileira, que era a nossa querida Creuza Maria Oliveira.

E, quando ela começou a fazer seu depoimento, olha que era um fórum internacional e mundial, você tinha lá gente do mundo inteiro ouvindo aqueles vários depoimentos, de várias mulheres e homens que foram vítimas de racismo, da África do Sul à Índia, e tinha lá uma brasileira fazendo depoimento. Foi um depoimento tão duro que várias pessoas foram levadas à comoção. Literalmente, começaram a chorar, dando a dimensão do problema do que é ser trabalhadora doméstica no Brasil.

Várias pessoas que me antecederam destacaram vários aspectos na questão trabalhista, na questão do acesso à carteira de trabalho. Vou me deter aqui sobre

a violência. A violência com que muitas empregadas, muitas trabalhadoras domésticas são submetidas, elas fogem de um padrão de civilidade absurdo, ou seja, é racismo, é humilhação, é assédio moral, assédio sexual, e isso é feito dentro das quatro paredes, dentro de um lar, onde a empregada doméstica, muitas vezes, ela não tem sequer o conhecimento de que aquilo é um abuso, de que aquilo está excedendo qualquer tipo de domínio, ou seja, essas pessoas...

Eu acho que nós podemos, nesse ano... Concorro muito com as palavras da minha colega que me antecedeu, de fazer um esforço coletivo dentro do Governo para que, de fato, esta política não seja uma política só de um Governo, mas uma política de Estado, que a gente possa permear as diferentes Secretarias, diferentes Ministérios, que possam incorporar essa questão, porque é uma questão cultural, ou seja, são oito milhões de pessoas que convivem diariamente com milhões de pessoas e, para uma mudança do olhar sobre a empregada doméstica, é preciso muito mais do que boa vontade, do que um Projeto-piloto. É preciso ter uma articulação bastante vigorosa em relação a isso.

O outro cenário que eu queria chamar atenção é que é... Que eu gostaria de dar um destaque, que, há mais ou menos alguns meses, eu sentei com a Creuza, durante a Conferência das Mulheres, a gente conversou durante muito tempo. E uma coisa que a gente... Ficou claro para mim, é o seguinte, é que grande parte das nossas trabalhadoras domésticas, elas sequer têm a consciência do direito a ter direitos. Ou seja, é como se aquelas condições a que elas estão submetidas fossem naturalizadas e fossem incorporadas como se fosse algo normal. Ou seja, eu negar, por exemplo, o acesso à educação a um trabalhador, é um negócio normal. Eu, por exemplo, submeter uma trabalhadora a 16 horas no trabalho também é algo natural, normal. Ou seja, se eu transplanto isso para uma fábrica, para um banco, uma unidade, isso viria um escândalo. Mas, dentro das quatro paredes de uma casa, isso é traduzido como uma naturalidade, como se fizesse parte da casa.

O que é mais assustador nesse processo é o seguinte. Nosso querido professor Florestan Fernandes, no famoso livro "Integração do Negro na sociedade de classes", quando ele relata o trabalho das mulheres negras no nicho do Século XX, ele destaca como foi o grande esteio da comunidade negra, foram as mulheres negras terem conseguido trabalho para poder manter a família. Quando ele destaca isso, ele destaca que houve um prolongamento do que era a escravidão, na forma de tratar as mulheres, tratar as pessoas, para um sistema capitalista, de uma forma

natural. Como se essa passagem de ser escravo e ser livre, para a empregada doméstica, não houve, em nenhum momento. Continuaram-se as agressões, as humilhações, o assédio. E a nossa literatura é farta em relação a isso. Eu fico até assustado, por exemplo, que, de repente, você tem algumas televisões que, quando fazem algumas novelas, mostra um quadro tão irreal da empregada doméstica, como essa novela das oito, que eu fico imaginando que será que alguém acredita que aquela relação de negro com pobre, será que é tão permeável e tão tranqüila assim? Será que a questão do racismo é tão profunda assim, que impede que as pessoas possam até respirar e falar: "Não, e vou estudar". Ou seja, não estou falando um direito... O direito de você estudar, de você morar, de você ir e vir, tudo isso é controlado na vida de uma trabalhadora doméstica.

Então, eu queria nesta Sessão, fazer um convite e, ao mesmo tempo, é um convite de muito trabalho, esse ano nós comemoramos 60 anos da Declaração Universal de Direitos Humanos. E eu estou fazendo um convite público para que a Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas participe, juntamente conosco, num grande momento de celebração da Declaração Universal de Direitos Humanos, mas de forma atuante. Como é que vamos levar para as trabalhadoras domésticas do país inteiro o que são Direitos Humanos. Como é que a gente vai romper esse laço de ter direito a ter direito, junto a todas as trabalhadoras domésticas. Como é que vamos fazer isso juntos?

Então, o primeiro desafio e, ao mesmo tempo, tarefa que eu queria deixar destacado, é que nós, da Secretaria de Direitos Humanos, estamos incorporando a Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas e todos os Sindicatos, num grande trabalho, na comemoração dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esse é o nosso primeiro desafio e nossa primeira tarefa.

O segundo desafio, que acho importante nós fazermos é o seguinte: Todos nós ouvimos vários relatos de violência doméstica. Tem vários relatos. Mas você não tem hoje... Se você fizer uma investigação e quiser saber qual é o Estado de violência que sofre uma trabalhadora doméstica? Quais são... Como é que é esse dia-a-dia? Como é que você consegue mapear e qual é a forma que uma empregada doméstica tem para poder recorrer, quando ela sofre uma violência? A quem ela procura? A quem ela vai recorrer se, no lar, ela sofre uma humilhação, sofre um assédio, a quem ela vai recorrer? Esse trabalho, eu acho que nós temos que fazer junto com os sindicatos.

Então, em segundo lugar, Creuza, eu quero propor, juntamente com a Secretaria Especial de Direitos

Humanos, juntamente com os sindicatos, a gente fazer o mapeamento da violência contra a trabalhadora doméstica. Ou seja, como é que isto está se dando no nosso dia-a-dia, como é que nós temos que elaborar formas e estratégias para poder garantir que as trabalhadoras domésticas tenham acesso mínimo a seus direitos?

E queria também, finalizando, dizer o seguinte: Eu queria também fazer uma homenagem a uma pessoa da platéia, que é a Denise Pacheco, pela persistência desse trabalho com a trabalhadora doméstica, porque, das várias pessoas que eu conheço na Explanada, ela foi a que mais persistiu em sensibilizar os colegas, da importância de a gente levar esse assunto, às várias esferas do Governo. Então, eu presto a minha homenagem à minha colega de trabalho, a Denise Pacheco.

[palmas].

DR. IVAIR AUGUSTO ALVES: Queria dizer também o seguinte, que quando eu fui convidado para fazer parte dessa Mesa, pela Senadora Fátima Cleide e a assessoria dela, eu queria dizer também que eu fiquei duplamente agradecido pelo convite porque eu também, como vários colegas aqui da Mesa, também tive uma mãe que foi empregada doméstica. Tive uma mãe, tive tias que foram empregadas domésticas e que vivenciaram muito daquilo que eu denunciei aqui, essa humilhação, o assédio, você trabalhar enquanto criança para poder manter sua família não é algo que a gente possa esquecer como se fosse algo que outro está fazendo. Eu falo como pessoa, como filho de uma mulher que foi trabalhadora doméstica, sobrinho de uma tia que foi empregada doméstica, neto de uma avó que foi empregada doméstica. Falo da minha história, embora seja Assessor da Secretaria Especial de Direitos Humanos, sei o que é ser filho de uma empregada doméstica. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Dr. Ivair, pela sua generosidade de suas palavras. Dizer que é sempre uma honra tê-lo aqui conosco, contribuindo com nossos debates e na busca de avançar ainda mais nos Direitos Humanos. E quero dizer também que prazer maior trabalhar com o Dr. Ivair sempre, que é uma pessoa cuja sensibilidade hoje é muito importante, dentro do espaço onde ele está trabalhando, que é a Secretaria de Direitos Humanos.

Vou passar a palavra, combinei aqui com a Creuza, de passar a palavra para a nossa querida Emília Fernandes, Presidenta do Fórum de Mulheres do MERCOSUL, e gostaria de registrar também a presença entre nós de um outro homem de sensibilidade enorme, que é o Deputado Eduardo Valverde, que nos honra com sua presença.

SRA. EMÍLIA FERNANDES: Muito obrigada, Senadora, amiga, lutadora social, Fátima Cleide, cumprimentando, inicialmente, pela iniciativa desta audiência que, sem dúvida, eu acredito que terá reflexos muito positivos na luta das trabalhadoras domésticas. Cumprimentar todas as pessoas que fizeram suas exposições na Mesa, na primeira Mesa, agora na segunda, abraçando, de uma forma muito especial, a Creuza, que é esta mulher maravilhosa que, rompendo barreiras, busca colocar, no coletivo da sua ação e atuação, a transformação da vida das suas companheiras de luta, que são as empregadas domésticas. Cumprimentar os Senadores e as Senadoras, Deputados, Deputadas, representantes da sociedade civil, que se encontram aqui, e, abraçando o Senador Cristovam Buarque, que está aqui desde o início desta audiência, nós cumprimentamos todos os Srs. Senadores desta Casa.

Eu quero... Não pretendo ser repetitiva, mas é com grande orgulho que o Fórum de Mulheres do MERCOSUL, uma entidade não-governamental, que existe desde 1995, nos países que integram o MERCOSUL, exatamente criado por mulheres, Parlamentares, sindicalistas, educadoras, que entenderam que, quando se falou em MERCOSUL, não se poderia jamais pensar que o MERCOSUL seria um espaço para se tratar questão econômica e aduaneira somente, mas que deveriam ser tratadas todas as questões culturais, as questões legais e a militância e a vida do dia-a-dia das pessoas e, em especial, das mulheres que representam a maioria da população.

Nós integramos, desde 96, ainda quando Senadora da República, representando o meu querido Estado do Rio Grande do Sul, e, a partir daí, junto com mulheres lutadoras de todos esses países, inclusive Marta Suplicy, Benedita da Silva, que aqui registramos a nossa homenagem, nós fizemos um trabalho de integração e de mobilização das mulheres de todos os países do MERCOSUL, para que as coisas avançassem no sentido mais amplo da palavra integração. Então, nós estamos muito felizes de estar aqui e queremos agradecer à Fátima por esta oportunidade.

Eu não quero ser repetitiva, mas eu gostaria de fazer alguns registros, acrescentando as falas, importantes falas e considerações que aqui foram feitas. Primeiro, que eu entendo que é importante que se registre que nós estamos aqui diante de uma lutadora social, que é a Creuza, que inclusive já foi reconhecida por esta Casa, o Senado Federal, quando, em março, todos os anos, desde 2002, destaca cinco mulheres lutadoras sociais e oferece o diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz, e a Creuza, uma empregada doméstica, já foi homenageada por esta Casa, como reconheci-

mento do valoroso trabalho que ela representa, junto com todas as mulheres da sua categoria.

E, particularmente para mim, é um orgulho, Creuza, porque eu fui autora do Diploma Mulher Cidadã, que vem se perpetuando, renovando e destacando mulheres. Forçou o objetivo, forçou o Senado a olhar com um olhar diferente as mulheres que compõem a luta social deste país. Então, é um legado que nós, humildemente, colocamos e que temos o prazer e a honra de ter colocado na Pauta e anais dessa Casa.

Acho que uma outra questão que é fundamental que a sociedade brasileira, os Parlamentares saibam também, que, nesta transformação histórica que vive o Brasil, desde 2003, quando chega um trabalhador à Presidência desse país, pela primeira vez na história, as trabalhadoras domésticas passam oficialmente a integrar o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Tivemos a honra e o prazer e a satisfação, na luta histórica que travamos, junto com tantas mulheres que estão aqui e outras tantas que não estão, de, quando assumimos a Secretaria de Política para as Mulheres, no primeiro ano do Governo Lula, constituímos, reformulamos o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, e chamamos, exatamente como primeira fila, as mulheres trabalhadoras domésticas para que viessem, junto com as sindicalistas, com as empresárias, com as trabalhadoras rurais, enfim, compor esse Fórum de Discussão de Construção de Políticas para as Mulheres do nosso país. A Creuza integra o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, também para orgulho e espaço garantido de luta.

Nós queremos dizer que... E eu quero só aproveitar essa oportunidade para dizer que a temática da exploração, do desrespeito, da desvalorização das mulheres trabalhadoras rurais, e quando falamos mulheres é porque a predominância são mulheres, ela não se dá apenas no Brasil. Eu posso afirmar, com certeza, pelos estudos, pela análise, pela troca de experiências que fazíamos com os países do MERCOSUL de que também a problemática, ela é grave em todos os países. Nem iríamos para os países em desenvolvimento porque lá ainda se agrava mais. Porque lá os serviços domésticos, eles, além de serem de uma forma também discriminatória, realizados, eles ainda são realizados com pessoas de outros países que lá vão à procura de um emprego e de um melhor salário. Mas ficaríamos no MERCOSUL. Podemos afirmar, com certeza, que o tratamento é um problema comum, é grave, o grau de discriminação e de desrespeito é muito grande, e o Brasil, por incrível que pareça, é o país que está mais avançado, do ponto de vista da Legislação. O que precisa e o grande desafio nosso é, sem dúvida, tornar,

na prática, na ação e na cultura e na consciência das pessoas o que a lei prevê.

Eu diria também que um assunto que nós estamos trabalhando, observando, são as lacunas que existem na Legislação e na vida das pessoas. Nós trabalhamos observando a questão de gênero, observando a questão racial, a questão educacional, porque eu, particularmente, como professora e sindicalista, que toda vida fui, sei do quanto nós precisamos trabalhar, por dentro da educação, a transformação da consciência das pessoas e das novas gerações.

A ausência é gravíssima. O que nós avaliamos, os reflexos que trazem a ausência da mãe, da chefe de família, da mulher, dentro da sua casa, em relação à sua própria família e aos seus próprios filhos. A questão de escolaridade, que foi colocada aqui... É impossível que um país não se dê conta que, urgentemente, tem que resgatar essa dívida social, que tem com as empregadas domésticas porque, por enquanto, nós estudávamos, nós construíamos nosso espaço de escolarização, certamente, uma mulher, heróica e anônima, Cuidava de nossos filhos para que pudéssemos chegar aonde chegamos.

Então, o que eu quero, inclusive, para encaminhar para as conclusões, é levantar três questões: Primeiro, se a sonegação, que tanto falamos nesse país, é crime, a sonegação de informação, a sonegação de recolhimento para os cofres públicos, como é dever de todo cidadão, também é crime a sonegação de direitos. E, portanto, nós temos que construir imediatamente esse compromisso coletivo de política de Estado, de política de consciência, de que não é um Governo que transforma um país, mas é a sociedade mobilizada para que as políticas tenham aquela extensão, além dos partidos políticos e além das pessoas que, hoje ou amanhã ou ontem, ocupavam cargos. Nós precisamos ter consciência, e aqui vai o meu carinho, o meu respeito às empregadas domésticas de todo o nosso país e de todo o mundo, porque realmente cada uma de vocês, homens e mulheres, mas na grande maioria mulheres, são a força viva do estímulo da economia, da presença da mulher no mercado de trabalho, do empoderamento da mulher, que nós tanto lutamos e defendemos. Aqui está um exemplo vivo: Creuza, uma mulher que se empoderou de sua agenda, fez com que seu conhecimento, sua luta não fosse individual, mas se tornasse coletivo.

Então, quando nós queremos... Eu quero fazer um apelo às mulheres. Normalmente, onde tem uma empregada doméstica, tem uma patroa. É difícil a casa que só tem um homem e que tem uma empregada. Ali, a maioria é diarista. Mas, normalmente, onde tem mulheres, predominam a presença da empregada

mensalista. E eu quero fazer um apelo às mulheres. Como é que nós, mulheres que lutamos pela liberdade, conseguimos várias conquistas, nós podemos conviver num espaço onde uma companheira, mulher, que estudou menos, que ganha menos que nós, que talvez não seja da nossa cor, mas que tem sangue igual o nosso, pode estar sendo humilhada e estarem sendo sonegados seus direitos previdenciários e sociais? Duas sugestões, se é que posso tomar a liberdade de sugerir a esta Casa e sugerir ao Brasil, primeira, uma vigilância maior, e aí entra, inclusive, um apelo ao Conselho de Engenharia deste país; cada vez que se constroem prédios mais bonitos, apartamentos mais modernos e sofisticados, casas mais lindas e cada vez se reduz mais o espaço da área de serviço onde as trabalhadoras domésticas, que saíram da senzala, foram para as ruas, foram para o desemprego, foram para as estradas, hoje estão confinadas num espaço de quatro metros quadrados, no máximo, para que ali elas passem o dia e a noite muitas vezes. Essa é uma sugestão. Nós precisamos policiar como é que estão sendo feitos, onde estão diminuindo os espaços. Como se não bastasse os quartos, nas habitações da família inteira, hoje, cada vez mais, se espremem e se colocam as empregadas domésticas num espaço que é simplesmente ultrajante.

Segunda sugestão, Senadora, e concluo, todas brasileiras e brasileiros são chamados pela Receita Federal a fazer a sua declaração. Isso nós sabemos. E todos nós devemos fazer, até para cada vez mais saber o que existe neste país e contribuir com os nossos recursos para os impostos. Lógico que nem vou falar aqui porque quem realmente ganha mais contribui menos, e o assalariado é hoje que é fiel ali na sua declaração. Mas eu quero dar uma sugestão, por que a Receita Federal não faz, no seu formulário, onde cada um de nós, assalariados, faz a sua declaração de renda, por que não incluir a informação se nós temos ou... Aquele declarante ou aquela declarante tem empregada doméstica ou não? Sim ou não? Mensalista ou diarista? E, a partir daí, nós faremos e teremos dados suficientes para saber se aquelas pessoas estão recolhendo impostos em relação ao trabalhador ou à trabalhadora que tem dentro de sua casa.

Então, a nossa mensagem é uma mensagem de otimismo, é uma mensagem firme, no sentido de que as grandes transformações se dão a partir destes momentos, quando a sociedade se junta com o Parlamento, com o Poder Executivo, com o Judiciário e constrói as grandes transformações.

O Fórum de Mulheres do MERCOSUL se sente muito honrado e cumprimenta esta Casa por esta iniciativa, de tão importância, audiência em homenagem

a estas mulheres anônimas, silenciosas, mas hoje barulhentas na construção da transformação de seus direitos. Parabéns e obrigada.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Sra. Emília Fernandes--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, me permite?

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pois não, Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Primeiro, dizer que eu lamento um debate como esse, tão poucos Senadores conseguiram tempo para ver. E, segundo, que mesmo eu, que tenho muito interesse, dizer que meu tempo esgotou completamente, não só por Comissões, mas por pessoas que estão me esperando há muito tempo. Então, vou pedir desculpas. Como a Sra. Creuza, eu creio que não sei se vai ser outro tema que ela vai falar ou se vai ficar para responder apenas, e eu já ouvi, então, ouvi todos, eu quero pedir licença para me retirar, mas quero dizer que aqui o meu gabinete está à disposição da Federação e que gostaria muito de saber como posso ajudar nessa luta pela emancipação, que não está completa ainda, da trabalhadora e do trabalhador doméstico. E, sobretudo, como colocar, que eles possam ter uma ascensão social graças à educação.

O bom de audiências como essa é a gente formular Projetos de Lei. E eu já adquiri algumas idéias aqui, que depois eu gostaria de discutir com a Senadora Fátima e com todos que representem a categoria. Então, eu peço licença, mas não se preocupem se não ficar nenhum Senador. Porque tem a televisão, tem a rádio, tem a transcrição e tem as conversas que depois vamos ter. Então, parabéns, Senadora Fátima, para mim, foi um prazer ter participado, toda a manhã, dessa audiência.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Muito obrigada, Senador Cristovam, fique à vontade. Nós que agradecemos a sua presença por toda esta audiência até este momento. Eu vou passar a palavra para a Creuza, para que faça suas considerações também nesta segunda Mesa.

SRA. CREUZA MARIA OLIVEIRA: Bem, eu quero agradecer, mais uma vez, à Senadora Fátima Cleide por esta oportunidade de a gente estar aqui nessa audiência, com as companheiras aqui de vários Estados. E, como a Senadora Emília Fernandes estava falando da questão da... Falando da minha pessoa, enquanto Presidenta da FENATRAD, eu quero dizer que nós... Ou eu só estou dando continuidade ao que muitas mulheres, trabalhadoras domésticas, começaram. E,

aí, D. Laudelina Campos Mello, em 1936; Lenira, em Recife, que hoje está com quase 80 anos, mas também, na Região Nordeste, teve um papel muito grande na organização das trabalhadoras domésticas; Eudete Conceição, no Rio de Janeiro, não podemos esquecer; a Maria Hilma, que está aqui presente, em Belo Horizonte. Essas aí começaram antes de mim. Com certeza, a Maria Hilma, Lenira, Eudete Conceição, D. Laudelina e outras, lá em São Paulo, D. Dulce, que hoje está com 80 anos, mas que também é uma histórica do movimento. E nós, aqui, eu e as meninas que estamos aqui, Regina, Sueli, Noeli, Maria Lima, Valdelice, nós só estamos dando continuidade ao que essas mulheres guerreiras começaram, há anos atrás, e, com certeza, não tiveram a mesma oportunidade que nós temos hoje. Hoje, nós estamos fazendo parte do Conselho Nacional do Direito das Mulheres, temos assento no Conselho Nacional do Direito da Mulher, como bem a nossa ex-Senadora Emília falou; temos assento também no Conselho da Promoção da Igualdade Racial, SEPPIR; temos assento nos Estados, nos Conselhos de Mulher dos nossos Municípios, dos nossos Estados.

Então, com certeza, hoje a luta das trabalhadoras domésticas está muito mais visível do que há alguns anos atrás. Já recebemos prêmios diversos, como aqui da Secretaria de Direitos Humanos, nós tivemos a honra de receber o prêmio pela luta em combate ao trabalho infantil doméstico, em 2003, várias outras... Da Previdência Social, mulher guerreira, e indicação para o Prêmio Nobel da Paz. Isso aí não é Creuza, é a luta das trabalhadoras domésticas. É como bem a companheira disse, "foi a luta que me fez crescer". A luta. E nos faz crescer. Não é Creuza, é a luta, é por tudo que nós passamos, que nós não queremos que os nossos filhos, nossas filhas, nossas netas passem pelo que a gente passou, como bem aqui o Dr. Ivair estava falando, que a mãe dele, a família dele. Então, hoje, mesmo aqueles e aquelas que estão, mulheres e homens negros, que conseguiram um cargo, conseguiram ir para faculdade, com certeza, suas mães, suas bisavós, suas tataravós foram escravas, foram depois agregadas, foram a amas de leite, foram as criadas, e hoje nós estamos dizendo: "Somos trabalhadoras domésticas". Então, lutando por melhores condições e aí também a companheira Maria Luiza falou da questão da Constituição, da mudança do art. 7º, porque, quando a gente fala da questão da Constituição Federal, e que é uma violação dos direitos dessa categoria e, aí, o Estado, porque, quando a Constituição Federal do Estado, ou seja, é o... É o Estatuto que rege todo o país. E, aí, de repente, esse estatuto não pode discriminar o setor que é tão importante para a sociedade

e é a questão da garantia dos Direitos Humanos. Não se podem tapar as vistas para isso.

E, aí, a questão da luta das mulheres, que tanto se fala na questão do direito das mulheres, e aí as mulheres têm conquistado a Lei Maria da Penha, têm conquistado a questão da participação no espaço de poder, e aí no espaço de poder, nós também queremos mais mulheres nesses espaços, como a Senadora Fátima está aqui, Senadora, nós queremos outras mulheres aqui também, como Senadora, como Deputadas Federais, e nós queremos também as trabalhadoras domésticas também sendo Senadora, sendo Deputada, sendo Advogada, sendo Juízas...

Então, nós não queremos que a gente seja simplesmente, para nós seja só o emprego doméstico. Nós não queremos. Nós queremos que nós tenhamos oportunidade de escolher o que é que a gente quer fazer. Se quer ser trabalhadora doméstica, com dignidade e com respeito, com salário digno, se a gente quer ser uma Parlamentar, se a gente quer estar em outro setor e não ser simplesmente o espaço para essas mulheres seja só o trabalho doméstico. E quando a gente luta para que as meninas não continuem sendo exploradas, a gente quer que as nossas meninas negras tenham oportunidade de estar na escola e não trabalhando, para que elas possam, então, optar pela profissão que elas querem seguir e, aí, a nossa organização não luta para acabar o trabalho doméstico, não. Pelo contrário, a gente luta para esse trabalho ser valorizado, com salário digno e com o direito de escolher se a gente quer ou não.

E uma outra coisa que foi falada aqui, foi a questão do Executivo/Legislativo. Nós sabemos que todos eles que estão... Todos que estão no Executivo, no Legislativo e no Judiciário são empregadores domésticos. E, na hora de elaborar uma lei para essa categoria, eles pensam no seu umbigo. Na hora de aprovar uma lei e tal. Então, é preciso também a mudança de mentalidade e o senso de Justiça. E, no caso, o Executivo, a gente vê que o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, muitas vezes, a gente está lá na Justiça do Trabalho, e o Juiz tem uma postura de discriminação. Quantas vezes eu já fui para uma audiência acompanhando as trabalhadoras domésticas na Justiça do Trabalho, e eu presenciar comportamento de Juízes e Juízas totalmente discriminador, de dizer: "Ora doutor..." Para o nosso Advogado do Sindicato. "Ora, doutor, eu não dou folga todo domingo para minha empregada. O senhor está pedindo demais. Doutor, que isso aqui? Seu cálculo está exagerado. Já viu empregada ter esses direitos?" Quer dizer, é preciso... Teve alguém aqui na Mesa que falou sobre curso de formação para aqueles que estão nas Delegacias, nas Delegacias do Trabalho e tal,

nas DRTs. Mas não só na DRT, mas também dentro do Judiciário, como Juiz e tal.

A gente... Já tem mais de um ano que foi aprovada a lei 11324. Na Paraíba, o Juiz... O pessoal lá da DRT na Paraíba diz que não, que doméstica não tem direito a feriado. E as companheiras lá da Paraíba, ligando e dizendo: "Creuza, eles estão aqui, quando a gente vai para DRT, diz que a gente não tem esse direito do feriado". Quer dizer, já está na lei. Imagine quando fica opcional. É a mesma coisa do FGTS, quando o empregador, que não é obrigatório, o FGTS, mas tem empregador que quer fazer esse depósito. Chega lá no Banco, na Caixa Econômica, o companheiro lá, trabalhador também, que trabalha lá no Banco diz: "Não, para quê o senhor vai fazer esse depósito de FGTS para doméstica? Não é obrigatório não. Para quê isso? Não precisa". Então, é preciso mudar essas mentalidades dessas pessoas, que não vêem a gente enquanto trabalhadora, não vê como classe operária, que faz parte dessa sociedade.

Então, nós temos muito ainda que mudar, companheira Maria Luiza, Eliza, nós temos que... Elisabete. Maria Elisabete. Então, a gente ainda tem muita coisa e a gente sabe que o empoderamento das mulheres tem que estar em primeiro lugar. E o empoderamento das mulheres negras também desse país. Senão a gente não vai conseguir avançar. A minha companheira também, Solange Sanches, que também tem sido uma grande parceira dentro da OIT, ela tem, inclusive, nos nossos encontros latino-americanos de trabalhadora doméstica, porque a gente também tem uma Confederação Latino-Americana aqui no Brasil, temos um Sindicato, a Federação Nacional, temos a CONTRACS, que a gente também faz parte da CONTRACS, e temos a Confederação Latino-Americana de Trabalhadoras Domésticas, que reúne os sindicatos da América Latina.

E a gente tem discutido muito com a OIT, em vários encontros que a OIT promoveu e tem promovido, para discutir a questão do trabalho doméstico, infantil e o geral, das mulheres adultas. E hoje, graças à nossa luta, graças a Deus e graças à nossa luta, estamos hoje ouvindo a possibilidade de a OIT ter uma convenção específica para a trabalhadora doméstica. Porque a OIT tem quantos anos de existência?

[palmas].

SRA. CREUZA MARIA OLIVEIRA: Muitos anos, né? Mas não tem ainda uma convenção específica para a nossa categoria. Então, isso quer dizer avanço.

E, para finalizar, quero reforçar aqui a todos os presentes, todos os parceiros e parceiras, na questão de fortalecer o trabalho doméstico cidadão. Isso é uma política, esse programa é uma política pública, que não

pode deixar de existir para a nossa categoria e tem que ser ampliada, cada vez mais, fortalecida, e aí, o Senador Cristovam, ele perguntou de que forma podemos ajudar e eu posso ajudar? Eu acho que é importante, assim, em nível dos Deputados e Senadores, no fortalecimento, são Emendas de financiamento, ou seja, de recursos para o Programa Trabalho Doméstico Cidadão. Então, eu acho que os Parlamentares, homens e mulheres que querem realmente ver a diferença—

[palmas].

SRA. CREUZA MARIA OLIVEIRA: --Tem que aprovar Emendas para estar fortalecendo esse Projeto, para se estender em todo o país. E não só em algumas cidades e tal, mas em todo o país. E pedir mais uma vez aqui o apoio da Secretaria de Direitos Humanos, eu sei que o meu irmão aqui, Dr. Ivair, ele tem colocado a Secretaria à disposição inclusive de projetos em nível do jurídico, mas assim, a questão do Projeto Trabalho Doméstico Cidadão, ele é importante sim, de dar essa continuação. Obrigada e valeu por essa Audiência Pública. Agradecer, mais uma vez, à Senadora Fátima, dizer assim que é importante ter muitas outras mulheres, Senadoras, que tenham esse compromisso com as mulheres, com a classe social desse país, que constroem essa sociedade. Obrigada.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Creuza. Queria dizer que você é que enriquece o nosso trabalho aqui, dizer que acho que essa lógica deveria ser invertida. A Creuza é quem deveria presidir a Mesa para ouvir o Legislativo, ouvir o Executivo e um dia a gente consegue trazer o Judiciário aqui dentro também, para poder ouvir e dizer essas coisas que ficam entaladas na garganta de milhares e milhares de mulheres por esse país afora. A gente caminha para o encerramento, mas, antes, gostaríamos de ouvir também o Deputado Eduardo Valverde e, posteriormente, a Solange tem uma informação ainda a nos dar.

DEPUTADO EDUARDO VALVERDE (PT-RO): Bom dia. Vou cumprimentar nossa companheira e colega de Parlamento, Senadora Fátima Cleide. A Presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, D. Creuza, parabenizá-la pelo seu depoimento, sua fala, e também, em seu nome, cumprimento todos os trabalhadores e trabalhadoras domésticas do Brasil, pelo seu dia 27 de abril, agora, que comemora o Dia Nacional do Trabalhador Doméstico. Nossa companheira Emília Fernandes, um abraço, Ivair Augusto, da CDH, externalizo(F) nosso cumprimento ao Secretário de Direitos Humanos, o Vannuchi, Dra. Solange da OIT e a Maria Elisabete Pereira.

Obviamente, que a origem do trabalho doméstico, no Brasil e no mundo, ela tem uma matriz de buscar uma subalternização de determinados grupos de trabalhadores. Até porque a origem do trabalhador doméstico no mundo deveu-se muito à escravidão, onde o amo, o senhor tinha maior habilidade trabalhar no âmbito do lar. E deixando o restante para a lavoura, o trabalho pesado. Esta estigma vem perdurando ao longo dos séculos, apesar dos avanços da Legislação de vários países. Só que esse estigma está hoje muito arraigado na própria cultura social de determinadas regiões, determinadas classes sociais. Apesar de reconhecer que hoje a família tradicional não é mais aquela, na sua composição. Hoje, muitas mulheres hoje, chefiam lares e têm que buscar o seu sustento fora de casa. E, para tanto, para se ocupar dos afazeres domésticos, acabam contratando outra trabalhadora. Isso é uma tendência, não só nacional, e tem crescido muito no Brasil, nesse momento em que a renda da família vem aumentando, então, a família tem disponibilidade de contratação.

Só que a... O marco legal de que estende os direitos devido aos demais trabalhadores a esse tipo de trabalho não tem sido também elástico. Tem tido muita morosidade nesse... Tem chegado muito tarde para os trabalhadores domésticos, todo o alcance da lei de proteção ao trabalho. Na Câmara Federal, nós temos buscado dar encaminhamento a essa extensão. O principal deles no tocante à conceituação do trabalho doméstico, até para acabar com aquela odiosa diferenciação entre o empregado doméstico e o diarista. O trabalhador doméstico, na condição de empregado, e o diarista porque, no texto legal atual, na atual lei em vigor, ela exige o trabalho contínuo. Então, aquele que trabalha um dia, mesmo que seja rotineiro acaba não tendo a abrangência da lei atual. Então, temos que acabar, existem alguns Projetos, sou autor de um deles, que tentam acabar com essa... Esse quesito de ter a continuidade. Porque o trabalhador urbano comum, não exige a continuidade, basta haver a subordinação jurídica.

O segundo trabalho... O segundo avanço que eu consideraria importante é no tocante a quando existe denúncia de trabalho de criança ou que existem maus-tratos. Hoje, quando um trabalhador comum sofre maus-tratos ou trabalha em condições degradantes numa empresa, ele vai à delegacia do trabalho e faz a denúncia. Logo em seguida, a fiscalização vai e faz a auditoria. Como a lei do trabalho doméstico está fora da CLT, quando há denúncia, sou auditor fiscal do trabalho, na época em que exercitava esse cargo de fiscal do trabalho, quando chegava esse tipo de denúncia, eu nada podia fazer porque não tinha au-

torização para entrar no lar da pessoa e fiscalizar se aquela criança, de fato, estava trabalhando, se havia maus-tratos, se havia o assédio moral.

Tramita também na Câmara um procedimento administrativo, em que a autoridade fiscal, ela, ao saber, ao tomar conhecimento dessa condição, ela convoca ou convida o patrão doméstico ou a patroa doméstica para prestar esclarecimento, sob pena de pagamento de multa. Com isso, permitiria à autoridade do trabalho de não só, ao tomar conhecimento, de se iniciar procedimento de apuração desse fato. Constatado que ocorreu aquele tipo de situação, encaminhar os autos para o Ministério Público do Trabalho iniciar a ação administrativa ou ação penal, qualquer ação civil correspondente. Isso é também um dos Projetos que tramita na Câmara Federal.

E a outra é o Código do Trabalho, o Código Material do Trabalho. Como está sendo revista a CLT e como a lei do trabalho doméstico é uma lei extemporânea, nesse novo código, tem uma Comissão especial trabalhando, há esse interesse de buscar abranger todas as demais profissões ou relações de trabalho não abrangidas pela atual CLT, dentre elas o trabalho doméstico, o trabalho de técnico de radialista, todas as profissões que hoje têm legislações extemporâneas: Trabalhador eventual, o trabalhador estivador, da estiva, que são trabalhos que são regulamentados por leis esparsas, abrangendo dentro de um novo código todas essas relações trabalhistas que a CLT não abriga nesse momento, e incluindo essa... Dentre estas, o emprego doméstico. Isso é um trabalho Legislativo.

Se me perguntar a condição de sucesso desses Projetos, eu lhe responderia que vai depender da capacidade de mobilização de vocês. Como falou a Dra. Creuza, há Parlamentares que são empregadores domésticos, há juízes que são empregadores domésticos, obviamente, que, muitas vezes, são muito mais factíveis em defender seus interesses pessoais do que defender o interesse de uma classe ou de um segmento da sociedade. O próprio fato de não estarem presentes aqui hoje, uma boa presença de Senadores e Deputados, até porque do lado ali tem uma Audiência Pública, onde estão debatendo terra. Estão debatendo terra como maior devastar a Amazônia, como maior agilidade de desmatar a Amazônia... Esta cheio lá, tem imprensa, tem... Está cheia a platéia, porque esse é um tema que interessa, um tema econômico, tema de apoderamento de pedaço de terra. E pedaço de terra empodera a gente. Empodera no Brasil. Estão lá discutindo isso aí e, obviamente, que outros temas sociais como este, obviamente, que acabam não despertando interesse por parte do poder político.

Então, essa presença ativa dos trabalhadores e trabalhadoras nessa disputa por espaço de poder, ela é necessária. Porque sem essa, nós não vamos avançar a Legislação contemporânea. Nós não vamos dessubalternizar esse tipo de trabalho porque, cada vez mais, vai exigindo qualificações mais especificadas para exercer esse trabalho. Não podemos pensar o trabalhador doméstico naquela visão do século passado. Hoje, até acho, é uma opinião pessoal, de que não se deva dar a esse trabalho um trabalho de passagem, ou seja, enquanto aparece coisa melhor. E sim como algo que, pelo contexto atual, vai exigir desse trabalhador ou trabalhadora uma qualificação profissional que lhe permitirá até mesmo se sentir honrado por exercer esse trabalho. Obviamente que, dentro da proteção que a lei estabelece a todo e qualquer trabalhador e, pelo próprio contexto social, que esse trabalho hoje vem desenvolvendo, vem tendo no mundo.

No Brasil, um dos setores econômicos que mais cresceu dentro desse boom de crescimento que o país está tendo, é o setor de serviço. Aí envolvendo cabeleireiras, trabalhadores no setor de estética, trabalho doméstico... Esse é o setor que está empregando e gerando mais agenda a um segmento que, no passado, constava na estatística de Bolsa Família. E hoje são trabalhadores que estão tendo renda própria e, com isso, tocando seu destino.

Eu não tenho pergunta a fazer, tenho aos elogios a fazer à iniciativa da Senadora Fátima Cleide, de estar provocando este debate no Senado, que é uma Casa conservadora. A Senadora Emília, quando Senadora, sentiu isso aqui na pele, esse conservadorismo que existe nessa Casa. Então, a presença dos senhores e das senhoras aqui nos leva, força um pouco a barra para desconstituir preconceitos, discriminações e que estão arraigados na cabeça e nos corações de muita gente. Parabéns a todos vocês.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Deputado Valverde. Vou passar a palavra para a Solange Sanches da OIT, que tem uma informação complementar, muito importante para nós.

SRA. SOLANGE SANCHES: Na verdade, eu tinha deixado para falar depois, mas acho que foi bom porque a notícia foi dada por quem de direito. A Creuza falou dessa possibilidade de existência de um instrumento de proteção para o trabalho doméstico, que vai iniciar... Que a discussão vai se iniciar na OIT.

Então, eu ia dizer isso para vocês, mas eu só queria dar umas duas informações. Quer dizer, na Conferência Internacional do Trabalho que se reúne todos os anos, em 2010... 2009, o tema da conferência vai

ser gênero. Então, as questões das mulheres, nós temos que nos preparar para essa conferência, porque os temas das mulheres vão estar colocados lá. 2010 é a data da discussão do tema do trabalho doméstico, para definir um instrumento de proteção para o trabalho doméstico, que pode ser uma convenção, que é um instrumento mais alto, ou uma resolução, ou alguma recomendação.

Então, vai ser necessário que os Governos, que as instituições nos países se mobilizem porque há todo um processo de consulta, de construção dessa Convenção, e que a gente precisa se organizar, se mobilizar e estar preparado para intervir, de maneira que essa convenção espelhe, de alguma forma, né, Creuza? Aquilo que nós julgamos necessário para elevar o trabalho doméstico ao patamar que ele merece estar. Era só isso, Senadora. Obrigada pela palavra.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Solange. Eu quero aqui, ao encerrar os trabalhos desta audiência, agradecer a participação de todos que atenderam ao nosso convite; da Elisabete, representando a Secretaria de Política para as Mulheres; a Solange, representando a OIT; a nossa querida Emília Fernandes, que traz, mais uma vez, para esta Casa, a sensibilidade emocionada da mulher do MERCOSUL, como Presidenta hoje do Fórum de Mulheres do MERCOSUL, representando o Brasil. Quero agradecer ao Dr. Ivair que, mais uma vez, contribui conosco na discussão dos Direitos Humanos. Agradecer à Creuza e dizer, informar que esta Comissão de Direitos Humanos instalou uma Subcomissão em defesa... Aliás, na defesa da mulher, Subcomissão Permanente da Defesa da Mulher, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos.

E, brevemente, Creuza, nós vamos chamá-la novamente aqui, porque a próxima audiência da Subcomissão vai tratar do tema trabalho e Previdência. E quero, desde já, convidar a todos e a todas e a quem quiser contribuir conosco, para podermos aprofundar as questões relativas ao trabalho doméstico neste outro espaço, que é... Que quer se tornar também mais um espaço e um instrumento de visibilidade das lutas das mulheres brasileiras e buscar também, juntos, fortalecermos a nossa luta pelo avanço dos direitos das mulheres. E, principalmente, neste momento, das mulheres domésticas.

Quero dizer que nós podemos encerrar esta audiência com o compromisso da Subcomissão de Defesa da Mulher e desta Comissão de Direitos Humanos, de trabalhar para que o Congresso Nacional fortaleça o Programa Trabalho Doméstico Cidadão, e pela ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas na legislação brasileira. Fica este compromisso aqui e,

desde já, a informação também de que a Senadora Serys Slhessarenko, que não pôde estar aqui nesta manhã integralmente porque está, neste momento, trabalhando na Relatoria da Lei de Diretrizes Orçamentárias, e já se colocou, se disponibilizou para, na LDO, garantir a ampliação dos recursos necessários para o fortalecimento deste programa, assim como de outros programas que tratam de Direitos Humanos, como é o caso também agora de pessoas homossexuais. Ela fez questão de deixar registrado aqui, para que nós registrássemos também.

Então, quero agradecer muito mesmo a presença e a colaboração e a contribuição de todos e todas que aqui atenderam ao nosso convite e dizer que esta Comissão se sente muito honrada em poder ouvir, em poder participar, com todos, nesta luta pelo avanço dos direitos das trabalhadoras domésticas.

E quero parabenizar especialmente aqui à Creuza e às nossas representantes dos sindicatos de trabalhadoras domésticas espalhados pelo país afora, parabenizar por dois motivos, primeiro por serem trabalhadoras domésticas e, como tal, guerreiras e com coragem para trazer ao Congresso Nacional, ao Governo deste país, as suas demandas e suas reivindicações. E pela coragem também de atuar na organização sindical, que eu sei como dirigente sindical que também o sou, sei o quanto é difícil para a gente que teve a estrutura de serviço público a vida inteira, e a gente teve que batalhar muito para construir o nosso espaço como servidores públicos, tendo organização sindical, e a gente imagina, porque é difícil, é muito difícil a gente saber o que o outro passa. Só quando está na pele. A gente imagina as dificuldades que vocês têm para levar adiante esse trabalho. E nós, aqui, temos, neste momento, a obrigação de nos colocarmos à disposição de vocês para o fortalecimento dessa luta sindical. Porque nós acreditamos, sobretudo, que é através da organização social e para o trabalhador e para a trabalhadora, não há outro caminho, que não a organização sindical. É só por aí que a gente consegue colocar a nossa luta na rua e a gente sabe também que é a luta que faz a lei.

Então, meus parabéns, duplo, pela coragem de trabalhar na organização sindical com todos os problemas e dificuldades que existem para vocês. E meu muito obrigada, mais uma vez, e boa tarde a todos e a todas.

[palmas].

Sessão encerrada às 12h35.

ATA DA 15ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 30 DE ABRIL DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº. 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às nove horas e três minutos do dia trinta de abril de dois mil e oito, na sala dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos seguintes Senhores Senadores: **Flávio Arns, Paulo Paim, José Nery, Geraldo Mesquita Júnior, César Borges, Serys Slhessarenko, Valter Pereira, Heráclito Fortes e Sérgio Zambiasi**. O Senador Romeu Tuma e o Senador Cícero Lucena justificam sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e, em seguida, faz suas considerações iniciais explica como serão conduzidos os trabalhos.

Item único: A presente reunião foi convocada na forma de Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 06, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 21/02/2008, “com vistas a tratar das questões atinentes ao Povo Negro”. Comparecem os seguintes convidados: **Lílian de Arruda Marques**, Assessora Especial da DIEESE, representando Clóvis Roberto Scherer, Supervisor Técnico do Escritório Regional do DIEESE/DF; **Antônio José Corrêa do Prado**, Chefe do Departamento de Relações com o Governo, representando Luciano Coutinho, Presidente do BNDES; **Luiz Alberto de Vargas**, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região; **José Calixto Ramos**, Presidente da Nova Central; **Moacyr Roberto Tesch Aversvald**, Secretário Geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores. O Senhor Presidente após as exposições dos Senhores Convidados, franqueia a palavra aos Senhores Senadores e a um representante dos aposentados da Caixa Econômica Federal, Senhor Antônio Andrade Silva. O Senador Geraldo Mesquita Júnior repudiou as declarações do Senhor Antônio Dantas, coordenador do curso de medicina da Universidade Federal da Bahia, que, segundo matéria jornalística, caderno Internet, publicado no dia 30/04/2008 na Folha de São Paulo, disse “se não houve boicote dos estudantes, o que não acredito, o resultado mostra a baixa inteligência dos alunos” e “O baiano toca berimbau porque só tem uma corda. Se tivesse mais, não conseguiria”, sic, em referência aos questionamentos do jornalista da Folha de São Paulo, sobre o fraco desempenho do curso de medicina daquela universidade no ENAD – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, anexo. Em resposta, O Senhor Presidente anuncia que apresentará requerimento de Moção de Repúdio às declarações

do Professor Antônio Dantas, no Plenário do Senado Federal, em nome da CDH. O Senhor Presidente solicita a inclusão de extrapauta e a Comissão aprova.

Extrapauta. Item nº1: **Requerimento nº 39, de 2008**, que requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Subcomissão do Trabalho e Previdência, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para debater a situação dos trabalhadores rurais a luz da Medida Provisória nº 410 de 2007, com convidados a serem definidos. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado.** Item nº 2: **Requerimento nº 40, de 2008**, que requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Subcomissão de Trabalho e Previdência, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para debater o Projeto de Lei da Câmara Nº 1987, de 2007, que visa consolidar os dispositivos normativos que especifica referente ao Direito material Trabalhista e revoga as leis extravagantes que especifica e os artigos 1º ao 642 da CLT, de autoria do Deputado Cândio Vaccarezza, com convidados a serem definidos. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado.** Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores: Paulo Paim, Geraldo Mesquita e José Nery. Encerradas as falas dos Senhores Senadores e dos convidados, o Senhor Presidente faz suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

São Paulo, quarta-feira, 30 de abril de 2008 Folha de São Paulo – Cotidiano

Na BA, coordenador atribui resultado a “baixo QI dos baianos”

RENATA BAPTISTA
DA AGÊNCIA FOLHA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Para o coordenador do curso de medicina da UFBA (Universidade Federal da Bahia), Antônio Dantas, 69, o baixo rendimento dos alunos da faculdade no Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) se deve ao “baixo QI [quociente de inteligência] dos baianos”.

Os alunos de medicina da UFBA obtiveram conceito dois no exame. “Se não houve boicote dos estudantes, o que não acredito, o resultado mostra a baixa inteligência dos alunos.”

Para Dantas, que é baiano, o corpo docente da faculdade é qualificado e não seria justificativa para o mau resultado no exame. O coordenador disse que o suposto baixo QI dos baianos é hereditário e verificado “por quem convive [com pessoas nascidas na Bahia]”.

“O baiano toca berimbau porque só tem uma corda. Se tivesse mais [cordas], não conseguiria”, afirmou, ressaltando que há exceções a sua regra.

Questionado se já foi alvo de críticas, Dantas disse que é “franco” e que “reconhece a limitação dos que o cercam”. Ele afirmou que não foi notificado pelo MEC sobre os resultados e que vai analisar os erros dos alunos assim que recebê-los.

A diretora da Faculdade de Medicina da Ufal (Universidade Federal de Alagoas), Rosana Vilela, disse que uma possível explicação para o baixo rendimento dos alunos de medicina (conceito dois) foi a mudança no currículo em 2006.

“A nota [do Enade] é construída basicamente em cima da nota do concluinte, que é o aluno do currículo antigo, sendo que a prova é feita baseada nas novas diretrizes que norteiam o currículo novo”, disse.

A UFPA (Universidade Federal do Pará) -que recebeu conceito dois- informou, em nota, que só se pronunciará sobre a avaliação quando for notificada. Na UFAM (Universidade Federal do Amazonas), ninguém foi localizado para comentar a nota do Enade.

Boicote

Para Arquimedes Ciloni, presidente da Andifes (associação que representa os reitores das universidades federais), é provável que o desempenho ruim de quatro cursos de medicina de universidades federais no Enade seja resultado de um boicote dos estudantes.

“Chama a minha atenção a situação da UFBA, que tem condições de oferta de ótima qualidade”, afirmou.

Ele citou ainda o fato de a universidade ser considerada tradicional -ela abriga o primeiro curso de medicina criado no Brasil, no ano de 1808. Para Ciloni, embora não seja um fator decisivo para o desempenho dos estudantes, um dos maiores problemas dos cursos de medicina das instituições federais hoje é a dívida dos hospitais universitários.

O débito -que, segundo ele, já soma R\$ 450 milhões- dificulta a modernização dos equipamentos, disse. A **Folha** procurou a Anup (Associação Nacional das Universidades Particulares), mas ninguém ligou de volta até o fechamento desta edição.

Colaboraram **SÍLVIA FREIRE**, da Agência Folha, e **KÁTIA BRASIL**, da Agência Folha, em Manaus

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Essa Audiência Pública tem como Item Único. Audiência Pública nos termos do Requerimento nº. 06/2008 CDH de autoria desse Senador com vistas a tratar as questões atinentes ao mundo do trabalho, com o corte específico na questão do povo negro. Nós convidamos sindicalistas e também o DIEESE, o DIEESE já está conosco aqui, a Lilian, sempre presente, pontual, que vai fazer uma bela exposição sobre a questão do mundo do trabalho com esse corte específico.

Eu faço questão de nessa abertura dizer a todos vocês que amanhã é uma data emblemática, histórica para todos os trabalhadores do mundo. Homens e mulheres que dedicam a sua vida a construção de um mundo melhor para todos. E é nesse aspecto que essa reunião, que essa Audiência Pública de hoje, vai debruçar o seu olhar, porque é inegável que os homens e mulheres que sempre produziram, acabam sendo aqueles que, historicamente, são marginalizados e que mais são chamados a pagar a conta. São as mulheres que estão aqui e os homens sabem muito disso. Por isso que, na verdade, essa Sessão é uma Sessão de homenagem a estes homens e mulheres que escrevem a bonita história da humanidade com a força do seu trabalho. Quero dizer também que o mês de maio ele é também emblemático e simbólico não somente por ser o dia internacional do trabalho. Esse mês de maio no Brasil nós estamos chegando aos 120 anos da abolição não conclusa. Todos vocês sabem que infelizmente há 120 anos em 13 de maio de 88, de 1888, nós tivemos a assinatura da chamada Lei Áurea, mas à comunidade negra não foi dado o direito nem ao trabalho, nem ao estudo e nem sequer o direito a comprar a terra. Então nós estamos nesse..., nessa data dos 120 anos fazendo um ciclo de debates nessa Comissão. Hoje nós entendemos que tinha que ter um vínculo. Da vida dos trabalhadores negros, brancos, índios, mulheres, enfim, todos aqueles que dedicam a sua força para a construção desse país.

Já na próxima quinta-feira será especificamente sobre a questão do povo negro, pegando numa quinta a questão quilombola, na outra quinta a não aplicação correta da lei que manda contar a história desse povo na formação do povo brasileiro, na outra vai falar de Zumbi, na outra vai falar da saúde e assim nós vamos numa sequência. Já estão os outros nossos convidados chegando. Seja bem-vindo, você sempre é bem-vindo

e nunca é atrasado. Sempre chega na hora adequada, porque eu estou apenas fazendo a minha introdução e como dizem que eu falo um pouco demais, os painelistas estão aqui, tranquilos. Está aqui o Senador José Nery.

Eu preparei aqui um texto que eu escrevi no dia de hoje para essa abertura, para mim, que é muito importante pela sua simbologia. Eu poderia chamar até, esse texto, como preconceito zero. Porque o preconceito é sempre contra os mesmos. Contra as pessoas com deficiência, os negros, as mulheres, as crianças, os idosos, os índios, os assalariados, os aposentados e pensionistas. Não é Senador José Nery? Que é nosso parceiro.

Então me permitam que eu inicie com esse pequeno artigo que eu escrevi: *“Todos os anos, no dia primeiro de maio o país pára suas atividades para homenagear os trabalhadores e as trabalhadoras. Sejam eles da ativa, aposentados, pensionistas, enfim, eles representam a força do trabalho e a força do trabalho ecoa através nesse dia primeiro de maio o que eu chamo do silêncio das máquinas, do silêncio dos escritórios, do silêncio dos Bancos, do silêncio do comércio, dos consultórios, das escolas fechadas, das feiras, das ruas, dos campos. Quando as enxadas e os tratores repousam, calam. Dia primeiro de maio é um dia de reflexão. O silêncio, o barulho das máquinas cala, mas a voz do nosso povo tem que ser ouvida. Eu digo mais, é aí nesse silêncio que enxergamos o poder que homens e mulheres imprimem ao trabalho. Nós nos damos conta de que o caminho que a nação percorre tem as pegadas fortes, as pegadas fortes deles, e que exercem as mais diferentes profissões. Eles dão a sua vida e fazem pulsar o coração do espaço que ocupamos. No dia de hoje é de perguntarmos, meu amigo Moacyr que já vai para mesa. Afinal, o que homenageamos? Que homenagens podemos fazer a esses homens e mulheres de tanta força, de tanta garra? Eu respondo em parte. Não seria melhor, por exemplo, se o dia primeiro de maio fosse transformado no dia do trabalhador, ao invés de ser o dia do trabalho? Apresentei um Projeto de Lei nesse sentido. Projeto nº. 103/2008. Porque eu quero que nesse dia se volte toda a atenção, não somente para o trabalho, mas se volte toda a atenção para o trabalhador. Temos outras formas de agradecer aos trabalhadores. Poderíamos por exemplo, transformar em leis, projetos como o fim do fator previdenciário. Uma batalha aqui no Senado, que estou vendo resistência da Câmara. Por que não transformar em lei uma batalha aprovada aqui no Senado, que é a correção dos proventos dos aposentados e pensionistas no mesmo índice do salário mínimo? Por que não aprovarmos o FUNDEP, que é um fundo*

de investimento no ensino técnico profissionalizante para capacitar os filhos do nosso povo para enfrentar a disputa no mercado de trabalho? Porque não reduzimos a carga horária de 44 para 40 horas semanais e depois uma hora por ano até chegarmos às 36 horas como proponho em duas PECs, uma que apresentamos com o Inácio Arruda, ainda como Deputado lá na Câmara e outra que está tramitando no Senado? Por que não lembrarmos aqui que no Governo Lula, mais de oito milhões de trabalhadores tiveram a sua carteira assinada? Foi importante. Avançamos. Avançamos no salário mínimo com a política de inflação mais o PIB, mas com certeza nós temos que avançar muito mais. Tanto na questão do salário mínimo como na questão dos aposentados, dos pensionistas e dos direitos dos trabalhadores. Poderíamos somar aqui, a aprovação desses projetos, condições mais igualitárias no mercado de trabalho para homens e mulheres. Vejo que as mulheres aqui, estão até em maioria, marcando o seu espaço e corretamente. Elas continuam a receber proventos menores, tendo muitas vezes uma escolaridade até superior ao homem, ou seja, tem mais estudo, estão mais preparadas, estão na mesma função e recebem a metade do vencimento. Fala-se tanto que o Brasil pode ser o celeiro mundial. Queremos ser. Mas então seria importante valorizarmos também o trabalhador rural. Homens e mulheres que de sol a sol produzem o santo alimento de cada dia que nos mantém. Os negros. O que os negros querem? Os negros só querem a igualdade de oportunidades. Com isso nós mudaríamos todo esse cenário. No ano passado a fundação SEADE divulgou um estudo feito em outubro de 2006 a setembro de 2007, na grande São Paulo. Ela indicava que os negros têm quatro vezes mais dificuldades para ocupar os melhores postos de trabalho, ou seja, pela discriminação, que eu dava o exemplo da mulher, ao negro também, mesmo que ele tenha o mesmo estudo, a mesma capacidade, ele tem quatro vezes mais dificuldades na disputa do mesmo espaço no mercado de trabalho”.

Enfim, o que nós falávamos aqui no início desse texto que escrevi é o preconceito zero. Eu vou à frente. Temos que mudar, Senador José Nery, o triste quadro do trabalho infantil e do trabalho escravo, que V.Ex^a. preside aqui esta Subcomissão com muita competência. Também seria gratificante nós erradicarmos o trabalho, acabarmos com o trabalho escravo e o trabalho infantil. Segundo dados da organização internacional do trabalho, existem no mundo 165 milhões de crianças, de 05 a 14 anos de idade, vítimas do trabalho infantil. Fazer com que todos tenham acesso à educação, à moradia, à saúde, emprego, renda, que permitissem que eles vivessem com dignidade. Seria uma forma de

presenteá-los. Por que não aprovarmos o Projeto de Lei 89/07? Esse, efetivamente, vai garantir a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. Vamos debater a CLT agora esse ano que completamos 65 anos, vamos debater. Não há problema nenhum, meu amigo Moacyr. Mas o que não vou aceitar de jeito nenhum, é que venham propostas para restringir os direitos históricos da nossa gente, como propõe o PL 1987 de 2007 que está lá na Câmara, já aprovado numa Comissão. Podem saber que se esse projeto vier aqui para o Senado, nós vamos estabelecer aqui uma trincheira de resistência e ele não passará. Nos moldes que estão propondo nesse PL, que estava claro, eu tive o cuidado de lê-lo, só não vou citar o nome do autor, porque acho que eu tenho discordância do projeto, mas não tenho problema nenhum de debater o projeto, desde que ele seja uma atualização da CLT, mas não venha na linha de retirar direitos. Então, eu sou alerta. Quem pensa que o PL 1987, que já aprovaram numa Comissão na Câmara, vai passar no Senado, retirando direitos dos trabalhadores, se enganou, mas se enganou mesmo. Aqui, a trincheira, não é Senador José Nery? Está montada para fazer um bom debate, um debate qualificado e respeitoso, mas retirar direito dos trabalhadores, podem crer que não vai acontecer.

Termino dizendo: “Nós podemos fazer muito pelo nosso povo. Temos que combater todo tipo de preconceito. Temos responsabilidade no combate às desigualdades. Devemos respeitar a luta histórica do trabalhador”. E só lembrarmos que foi graças a esse trabalhador que o país avançou e o PIB já ultrapassa a barreira de 5%. Quero também dizer aos empresários, os empresários terão que assumir cada vez mais a sua responsabilidade social, garantindo o que eu chamo de um desenvolvimento sustentável do país. Defender o meio ambiente é defender a vida. Não aceitaremos nenhum tipo de política transversal que venha com discurso do desenvolvimento social, mas na questão de fundo venha trazer prejuízo para o trabalhador. Os trabalhadores têm consciência de que somente políticas humanitárias que promovam a harmonia do planeta poderão ajudar na construção de um mundo melhor para todos. O mundo que queremos. Temos certeza também, que vamos somar a tudo isso, com muito carinho, o nosso forte aperto de mão, o nosso abraço mais sentido, o nosso coração há de pulsar pela mesma causa, a dignidade do trabalhador brasileiro. Só informo a todos que fiz esse tipo de introdução enquanto chegavam os nossos convidados, sobre um texto que escrevi que vou usar hoje à tarde, no Plenário do Senado, claro, num discurso muito mais longo sobre a realidade do trabalhador, dos aposentados e pensionistas, a situação da mulher, das crianças, do

trabalho escravo, a discriminação contra o negro, contra o índio e eu dizia na abertura e reafirmo aqui e vou passar para nossos convidados de imediato. Além de primeiro de maio, amanhã, e esta Sessão tem essa simbologia, amanhã nós iniciamos no mês de maio os 120 anos também, da abolição não conclusa no nosso país. Infelizmente o Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravatura. E nós temos a obrigação de, durante esse ano ainda, aprovarmos políticas afirmativas e aprovarmos o próprio estatuto da igualdade racial. Como eu havia combinado, vou então de imediato passar a palavra à nossa assessora especial do DIEESE, a Sra. Lilian De Arruda Marques, para que ela possa fazer suas considerações e em seguida vai falar o Antonio José Correia, chefe do Departamento de Relações do Governo, representando o BNDES e depois o meu amigo do tempo de sindicalista ainda. Nós éramos lutadores daqueles anos, muitos, muitos anos atrás e hoje, para alegria nossa, o Luis Alberto Vargas, eu o chamava de Varguinhas(F) na época, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho, da 4ª região.

E depois vamos chamar também, creio que o Moacyr está representando o fórum das Confederações e também a nova central para que o Moacyr já venha fazer parte da Mesa, já nessa primeira Mesa e depois nós mudaremos os outros convidados. Moacyr, já convidaria, se quisesse ou ficar na primeira fila ou participar da Mesa. O Calixto já está aqui também, então peço ao Calixto que fique na primeira fila. Os representantes das centrais sindicais, que em seguida eles participariam então da segunda Mesa que seria os representantes das confederações e das centrais sindicais. Com a palavra a nossa amiga Lillian.

SRA. LILIAN DE ARRUDA MARQUES: Bom dia a todos e a todas. Agradecendo o convite da Comissão e do Senador Paim. Para o DIEESE é uma honra estar aqui hoje. O DIEESE, para quem não conhece, é uma entidade criada, dirigida e mantida pelo movimento sindical. É uma entidade que vai completar agora 53 anos de existência e uma entidade única no mundo com essa característica, inclusive dentro dela nós temos todos os... As centrais sindicais, hoje são filiadas ao DIEESE e têm toda uma representação política de todos os setores do movimento sindical dentro do DIEESE. Nós temos uma série de dados em relação ao mercado de trabalho. O DIEESE faz uma pesquisa de emprego e desemprego, em cinco regiões metropolitanas e DF e, além disso, nós acompanhamos centenas de acordos e negociações no Brasil todo. Acordos e convenções coletivas que vou comentar no final. Então, para ser bem rápida na apresentação, eu selecionei algumas tabelas, algumas questões para apresentar para vocês. A gente, todo mês de novembro, outubro,

a gente lança um estudo com resultado do mercado de trabalho, por causa do dia da consciência negra. Então a gente, em outubro a gente faz o trabalho, lança em novembro e é em cima desse dado que a gente lançou o ano passado. Então, a gente faz uma média de 12 meses, de agosto 2006, o último dado, a julho de 2007, mostrando um pouco o mercado de trabalho, na questão dos negros. Aqui são as regiões que nós pesquisamos, regiões metropolitanas muito importantes em termos de mercado de trabalho.

Então, para vocês terem uma idéia, a taxa de desemprego. Quando a gente fala em taxa de desemprego, normalmente a gente fala um número só e aqui, a gente desagregou entre mulheres negras, homens não negros, homens negros e homens não negros. A gente vê que a maior taxa de desemprego em todas as regiões pesquisadas é da mulher negra. Então, para vocês terem uma idéia, a mais alta aqui, Salvador, a taxa de desemprego para as mulheres, aqui é 26.3%. Então a cada cem mulheres negras no mercado de trabalho, 26 estão desempregadas. Então aqui, das mulheres não negras, 19,4; homens negros 20,7; e homens não negros 13. E vocês podem ver que isso se reproduz em todas as regiões. Então, quando a gente desagrega a taxa de desemprego, apesar de a mulher negra estar cada dia mais presente no mercado de trabalho, as mulheres em geral e principalmente as mulheres negras, está crescendo bem a sua participação no mercado de trabalho, ela muitas vezes vai para o mercado de trabalho e não consegue uma ocupação. Então, a gente observa aqui, que a taxa de desemprego das mulheres negras é sempre bem superior a do homem não negro, por exemplo. Vocês podem ver a diferença. E tem uma diferenciação também, entre o homem negro e o homem não negro. A taxa do homem negro é sempre bem superior a do homem não negro. Próximo.

Aqui nós apresentamos como é que foi o movimento da taxa de desemprego nos últimos anos. Então, vocês podem ver que tem alguns períodos que a taxa de desemprego cresce em todos esses lugares que a gente pesquisa, nessas regiões metropolitanas. Alguns períodos aqui, olha. Vocês observam que cresce bastante. Salvador, por exemplo, é a taxa mais alta que a gente tem de desemprego nessas regiões pesquisadas, onde a população negra tem a maior participação de todas as regiões pesquisadas. Salvador há uma população negra muito grande e quando a gente vai desagregando todos os dados para Salvador, a gente vê que é o mercado de trabalho onde ocorrem as maiores diferenciações entre os trabalhadores negros e os trabalhadores não negros. É onde, apesar de ter muito negro na população, é onde a diferença

de salário, de jornada, taxa de desemprego, são as mais altas. Então, para vocês terem uma idéia, o desemprego está caindo bastante em todas as regiões, para vocês terem uma idéia, para depois observar também a questão do negro, que eu já tinha dito antes, mas vocês vêm aqui, que a taxa de desemprego, olha, por exemplo, Salvador já chegou a 29,2, hoje está em 23,4. E a taxa sempre maior para a população negra. Próxima. Aqui. Índice de rendimento médio por hora. A gente colocou aqui 100% para o homem não negro. 100. Então, a gente comparou aqui, as regiões, as regiões metropolitanas que a gente pesquisa em relação aos 100 do homem negro.

Então, vocês podem olhar aqui que as mulheres negras, em Belo Horizonte, ganham 47% do que ganha o homem não negro, em Belo Horizonte. E o homem negro ganha 61% do homem não negro. Então, a gente vê aqui uma situação um pouco mais favorável a Porto Alegre, onde a população negra lá tem uma participação menor, em todas essas regiões, é onde a população negra tem menor participação no total. 11% da população, Senador, está dizendo aqui. Então você tem uma situação melhor lá, no mercado de trabalho. As mulheres ganham quase 57% do que ganha o homem não negro. E aí, por exemplo, Salvador vocês podem observar que é a menor participação da mulher em relação ao salário, aos rendimentos do homem não negro. Salvador, a mulher ganha, a mulher negra, 43,6% do que o homem não negro ganha. A próxima.

A gente pesquisa também, a questão das inserções vulneráveis. Que a gente classifica aqui, autônomos, que trabalha para o próprio público, trabalhadores familiares não remunerados, empregados domésticos, a gente diz que são ocupações e inserções vulneráveis no mercado de trabalho. Então, a gente agrega isso e compara com outros tipos de ocupações. A gente vê que a pior situação, também é das mulheres negras. São as que têm maior presença nas ocupações vulneráveis. Por que é que, até a gente está usando esse dado aqui? Tem vários aspectos aí. Primeiro que a gente vê que o trabalho doméstico está muito presente, principalmente para a mulher. Hoje a principal ocupação da mulher no mercado de trabalho, uma das principais é o emprego doméstico. Até, a gente vai tratar um pouco para frente. Mas, inclusive em relação à discussão, hoje muito presente, do trabalho decente, a gente dizia todas as pessoas querem arrumar uma ocupação, um trabalho. Mas que tipo de trabalho? Será que é qualquer trabalho? Será que é qualquer trabalho que tira a pessoa da pobreza, da miséria? Tanto que a gente vê que várias pessoas que tem uma ocupação hoje, estão na linha de pobreza.

Então não é o fato só de você ter um trabalho hoje em dia. É qual trabalho você tem e em que condições ele se dá. Já que é um país tão rico e está crescendo tanto, acho que mais do que nunca, essa é discussão é pertinente. Qual o trabalho? Que tipo de trabalho? Será que é qualquer trabalho? Será que se justifica no Brasil hoje, qualquer tipo de trabalho? Num país tão rico e com tanto hoje, desempenho econômico, a gente olha tantos indicadores positivos, acho que essa discussão é muito pertinente nesse momento. Então, a gente olha aqui, por exemplo, em Recife 51% das inserções vulneráveis estão com as mulheres. Ou melhor, 50% das mulheres estão inserções vulneráveis. Próxima.

Estou passando muito rápida essa apresentação, porque são várias pessoas para falar e até para algumas--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. LILIAN DE ARRUDA MARQUES: Tá. Porque esses dados ficarão e aí, os estudos estão disponíveis no site do DIEESE. Tem vários estudos dos negros no mercado de trabalho e de acesso, não tem restrição dos estudos, de acesso aos estudos. Em relação ao ensino, porque muito que é dito é que a escolaridade dos negros é bem inferior a dos não negros. De fato a escolaridade é menor, como vamos observar. Mas não é só isso que justifica a diferenciação no mercado de trabalho. Então, em Belo Horizonte, por exemplo, no ensino médio incompleto a participação dos negros é bem maior do que a dos não negros. Então a gente vê aqui: Belo Horizonte 57%, Porto Alegre 65%, com ensino médio incompleto. E a gente sabe que o mercado de trabalho hoje, quase todas as ocupações exige um ensino médio completo. Então, quando a gente pensa em políticas públicas, esse tipo de indicador é muito importante. Porque daí, você sabe que tem que ter o investimento pesado na questão da escolaridade, da qualificação e qual o público que tem maior necessidade. Não que os outros trabalhadores não tenham, mas você sabe que tem que ter um direcionamento maior para o tipo de público, aqui no caso dos negros. E São Paulo, por exemplo, olha, também é muito grande a diferença entre negro e não negro. 60% da PEA, das pessoas que estão no mercado de trabalho, sejam empregadas ou não, têm o ensino médio incompleto. Próximo.

E aqui também, a proporção da PEA, entre negros e não negros com ensino superior. Pegamos os dois lados. Aqui o ensino superior. A gente vê que o ensino superior está muito mais presente com a população não negra. São Paulo, por exemplo, como a gente estava falando, só 3,9 da PEA negra tinha ensi-

no superior, enquanto 19, praticamente 19% dos não negros tinham ensino superior. Da população economicamente ativa, das pessoas que estão no mercado de trabalho. Então a gente vê que é uma diferença muito grande aqui, além de... A gente briga para elevar o número de pessoas com ensino superior completo. Mas a gente percebe aqui, que no caso dos negros também tem que ter uma política específica porque são muito poucos negros hoje, cursando uma universidade. Está melhorando, vem melhorando ao longo do tempo, mas ainda é muito grande a diferença e é muito pequena a participação dos negros no ensino superior. Próximo.

Então aqui eu pus algumas constatações que a gente andou fazendo nos dados que a levanta. Que é uma grande concentração de negro nas faixas de menor escolaridade, baixa presença nas faixas de maior escolaridade. A dificuldade em permanecer e progredir nos estudos, limitando a trajetória profissional. Então, o que a gente observa é que a desistência do negro ao longo de sua vida escolar, digamos assim, é muito grande. Então, você tem que ter políticas públicas no sentido de fazer a permanência dele. Normalmente frequenta... A gente sabe que muitas vezes o local de moradia, a qualidade da escola, das escolas públicas, enquanto uma parte grande das pessoas que frequentam escolas privadas é de pessoas não negras. Então, quer dizer, você tem que pensar tudo na qualidade da escola pública, que é onde a população negra está mais presente, inclusive. Porque se você tem uma escola de má qualidade, uma escola ruim em vários aspectos e você tem uma renda familiar baixa. Por isso que é importante então a questão do salário mínimo, das políticas públicas, onde você tem Bolsa Família, uma série de outras medidas onde você aumenta a renda familiar, você incentiva a permanência na escola, principalmente dos jovens negros, principalmente, para que completem seus estudos. Porque a desistência por diversos motivos é muito grande ao longo de sua história. Os homens negros estão em pior situação, a gente vê que a escolaridade das mulheres negras é maior do que dos homens negros, a escolaridade está aumentando, em todos os setores está aumentando, mas a pior situação tanto em relação à escolaridade como em relação, muitas vezes, ao mercado de trabalho, quando comparado a do homem negro e homem não negro. E uma coisa interessante é que a taxa de desemprego é sempre superior para os negros. Sempre superior. Quando você compara, sempre superior aos negros. Independente da escolaridade. Foi um pouco até o que o Senador falou nessa introdução que ele fez. Nos níveis de maior escolaridade, o desemprego cai mais para os não negros. A gente está vendo que

o desemprego vem caindo nos últimos anos, ele vem caindo, mas ele está caindo mais para os não negros, principalmente com escolaridade maior. Então, quando você vai para escolaridade maior e fica acompanhando o desempenho da taxa de desemprego, ela cai mais para os não negros. Então uma das alegações é que a discriminação é mais social. Tem toda essa discussão em relação à discriminação e tal. Mas quando a gente olha a questão da escolaridade, a gente vê que mesmo dentro da mesma escolaridade, há uma diferenciação muito grande. Então, você tem um problema aqui, desafio para as políticas públicas. Muito aqui, resumidamente. Então você tem que melhorar a inclusão social, a questão da escolaridade, da renda familiar, a questão do mercado de trabalho, das políticas... Outras políticas públicas... E o combate à discriminação. Porque além das questões sociais, você tem a questão da discriminação muito forte no mercado de trabalho, assim como em outros setores. Alguns outros. Então, é muito grande ainda. O próximo.

Aqui, até usando um estudo que a OIT... Eu tinha até colocado aqui. A OIT divulgou a semana passada, em relação ao trabalho doméstico. Por que trabalho doméstico? Estou falando porque, como a gente vai ver, na questão das mulheres, o trabalho doméstico é muito presente. É uma das principais ocupações hoje. E é uma das principais ocupações no Brasil hoje, o trabalho doméstico. É mais de seis milhões de trabalhadores domésticos no Brasil, que é muito, muito alta essa ocupação. Então, quando a gente olha aqui, a questão do rendimento médio, tanto entre homens e mulheres, você tem uma diferenciação, 95, 2001 e 2006, todos em valores de março de 2008. Entre brancos e negros há uma diferenciação. Os homens, normalmente eles são muito poucos, no trabalho doméstico, você tem uma presença pequena de homens, relativamente. Normalmente são motoristas, são outros tipos de ocupações. As mulheres são mais as empregadas domésticas, a babá. E tem uma diferenciação grande aqui. Inclusive em brancos e negros, em 2006, por exemplo, 358 para brancos, e negros 315, e quando a gente desagrega por brancos, negro, mulheres brancas e mulheres negras a gente vê que a pior situação é das mulheres negras. Vamos dizer que as mulheres teriam a mesma ocupação, que dizem que é de menos qualificação hoje, apesar de que tem que saber cozinhar, fazer tudo, mexer em todos os equipamentos. Hoje qualquer coisa, o microondas tem um monte de botões. Não é qualquer coisa hoje, o trabalho. Mudou muito nos últimos anos. A gente vê que a diferenciação é muito grande. Então, mesmo numa, num setor onde há uma ocupação muito grande. No próximo.

Então aqui, em relação ao trabalho doméstico, 2006, 6,6 milhões de pessoas com mais de 16 anos no trabalho doméstico, 93% eram mulheres. O trabalho doméstico representa 16,7% de toda ocupação das mulheres no Brasil. Então, 6,2 milhões de mulheres estão no trabalho doméstico. Mulheres negras. Tem o maior contingente de mulheres negras entre o trabalho doméstico, somente 27,8% das trabalhadoras tinham carteira de trabalho assinado no trabalho doméstico. Então, acho que essa é uma discussão fundamental hoje. Às vezes a gente fica discutindo muito outros setores, que eu acho que tem que discutir, mas que empregam muito menos pessoas que o trabalho doméstico. Então, o trabalho doméstico, hoje existe muito problema no trabalho doméstico. E entre as mulheres trabalhadoras domésticas, negras, 75%, quase 76% não têm carteira de trabalho assinada. 75,6%. Então, é muito sério isso. Porque você tira o direito, uma série... A gente sabe o que é a diferença--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Aproveitando essa sua fala, tira o direito e o próprio empregador, ele está brincando com a sorte. Vou dizer por que. A empregada doméstica, uma vez demitida, vai botar na justiça. E tem que botar mesmo, tem que botar, porque não assinou a carteira. Resultado: Ele vai ter que pagar muito mais do que ele imagina. Estou até fazendo um alerta. Fazendo um alerta para o empregador, aquele que tem a sua empregada doméstica. É um equívoco, é um erro, e no fim vai pagar em dobro. É um equívoco não assinar a carteira da empregada doméstica, porque significa que depois ela vai recorrer legitimamente e ele vai ter que pagar. Então, eu aproveito aqui, com todo carinho aos empregadores, quer um conselho de amigo? Assine a carteira da tua empregada doméstica e pague tudo em dia. Então, é por esse lado que você está dizendo. É uma tendência natural. A pessoa vai procurar, quando sair de lá ou no momento posterior, os seus direitos. E aí, ele vai pagar talvez, algo até que não tenha. Não sei se percebeu. Estou apenas tentando fazer aqui, uma campanha pela assinatura da carteira.

SRA. LILIAN DE ARRUDA MARQUES: Nós temos também, um estudo no site do DIEESE que demonstra que para o empregador que declara o Imposto de Renda e inclui o que paga, deduz, tem o direito à dedução, você praticamente não tem diferença nenhuma. O fato de ele registrar e não registrar, o custo para ele é o mesmo. Então, quando ele registra e declara no Imposto de Renda e ele não registra, o abatimento compensa para ele. Então... E para empregada faz toda a diferença em termos de direito, de cidadania--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Permito porque eu acho que isso é didático, além

de educativo ajuda as pessoas. Você está dizendo e eu sei, porque eu deduzo também, quero reafirmar só, você está alertando que reconhecer, assinar a carteira, deduz depois do Imposto de Renda. É até uma vantagem para ambos.

SRA. LILIAN DE ARRUDA MARQUES: É. E você garante o direito daquela trabalhadora que está dentro da tua casa, que é de confiança e que tem a cada dia, inclusive, maior exigência profissional em relação às qualificações e tudo isso. Então, eu fiz um destaque ao trabalho doméstico porque hoje, ele é muito importante para as mulheres e principalmente mulheres negras. E a OIT acabou de lançar esse estudo semana passada, eu acho que foi interessante desse aspecto. O próximo.

Só queria comentar mais algumas coisas, é uma apresentação muito rápida, eu tentei pegar um pouco dos estudos. Nós temos um banco de dados também sobre acordos e convenções coletivas. Nós analisamos mais de 200 acordos e convenções coletivas das grandes categorias, principalmente as negociações nacionais, estaduais, regionais. E o que a gente observa é que as cláusulas relativas à discriminação estão aumentando. O que é positivo. Sobre vários aspectos. Mulher, negro, assédio moral, assédio sexual, essas cláusulas vem crescendo ao longo dos últimos anos. Mas quando a gente vai observar o conteúdo, o conteúdo ainda é muito tímido na grande maioria das vezes. Tem algumas questões importantes, mas na grande maioria das vezes é reproduzir a lei. Discriminação... Isso a lei já... É importante colocar a lei por que é que em acordos e convenções se reproduz muitas vezes algumas questões que já estão na lei? Porque o descumprimento da lei e dos acordos e convenções coletivas é muito grande ainda, no Brasil. Você assina para não cumprir. Infelizmente o setor empresarial, ainda a gente inclusive observa nos dados de greve, que a gente também tem um banco de dados sobre greves, que muitas das greves que ocorrem, ocorreram nos últimos anos e ocorrem ainda, é pelo descumprimento de Legislação e descumprimento do acordo e convenção que foi assinado de comum acordo. [soa a campanha]. Mais cinco minutos. Quer dizer, você assina de comum acordo e descumpra. Você tem uma lei que descumpra e assina de comum acordo que também descumpra. Então, por isso que se reproduz muitas vezes a legislação nos acordos e convenções. Nesse aspecto, temos feito alguns seminários com o movimento sindical, porque a gente está vivendo um momento agora, a inflação reagiu agora, um pouco, mas mesmo assim não está, não lembra os períodos anteriores onde a inflação era bem mais alta.

Então hoje, a maioria das categorias, acho que vocês têm observado pela imprensa, a maioria das categorias, a grande maioria estão repondo a inflação, 96, 97% e mais, cerca de 86% estão repondo a inflação com ganho real. Então, a gente está fazendo uma discussão com o movimento sindical no sentido de incorporar novas questões, já que a questão da recomposição de salário tem sido mais fácil do que em momentos anteriores. E eu acho que a questão da discriminação, a tendência é ela melhorar. Você aprofundar mais a questão da discriminação. Várias empresas não aceitam colocar nos acordos de convenções cláusulas em relação à discriminação, porque até então, eles dizem, assim, não explicitamente, mas que é uma forma de você reconhecer que existe a discriminação. Mas, começam a fazer ações internas nas empresas no sentido de diminuir a discriminação. Algumas empresas estão fazendo isso. Isso vem crescendo. Não colocam no acordo de convenção, mas não deixa de ser uma negociação, não deixa de ser um ganho. Começam a praticar, a fazer algumas políticas internas e pessoais no sentido de incentivar. Mas é uma briga muito difícil. É muito pouco ainda, o mundo do trabalho, se você pensar, mas é uma coisa que vem ganhando espaço. E eu acho que é muito importante melhorar as cláusulas de negociação e mesmo que não esteja na negociação coletiva, na mesa da data base, que tenha uma negociação permanente no sentido da diminuição de discriminação. E hoje acho que são questões muito mais presentes. A questão da mulher, do negro, do deficiente, dos setores de deficiente também a gente viu que a maioria das cláusulas não negocia questões relativas ao trabalho do deficiente, mas sim de familiares de deficientes.

Então, são coisas que chegaram à negociação, mas precisam ser melhoradas. De qualquer forma, tem uma melhora muito grande. Mas, em relação à escolaridade, as políticas públicas para melhorar a condição da população negra no mercado de trabalho, eu acho que tem que ter políticas para todos porque você está numa situação de escolaridade baixa, de qualificação, mas eu acho que para a população negra tem que ter políticas específicas, porque a gente viu aí que a diferença é grande. E em relação à negociação, eu acho que é o trabalho com o movimento sindical. Acho que todo mundo, acho que... O professor Calixto está aqui, vai poder falar melhor, mas é uma discussão muito presente, hoje. Vários seminários, essa discussão já faz parte das ações das centrais, das confederações. Então, acho que é isso basicamente, a gente tem muita informação, eu tentei colocar algumas dessas informações, o site é aberto do DIEESE para as pessoas que querem aprofundar, a gente se coloca à

disposição também e para alguma outra questão. Eu queria por fim, dar um kit do DIEESE para o Senador. Nós estamos com várias divulgações também, que estão disponíveis no site, alguns anuários com série histórica sobre o mercado de trabalho, salário mínimo, uma série de coisas, Anuário dos trabalhadores. Está sendo distribuído para o movimento sindical, para as instituições, para a justiça, TST, tribunais regionais— [interrupção no áudio] Anuário de qualificação, social e profissional com todos dados que a gente conseguiu agregar sobre qualificação profissional no Brasil para quem vai pensar política pública nesse setor ou vai negociar e uma caneta e um caderno do DIEESE para o Senador, que a gente tem uma relação muito antiga com o Senador Paim e o Senador sempre apoiou muito o DIEESE e sempre esteve muito presente nas discussões dos trabalhadores. Eu agradeço a oportunidade, desculpe a pressa e espero que essa discussão realmente se aprofunde cada dia mais.

[palmas].

**SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-
RS):**

Muito obrigado Lillian. O DIEESE é um, Já é um marco, é um símbolo do movimento sindical brasileiro e cumpre um papel fundamental. Desde que comecei minha via pública, há cerca de 30 anos atrás, sempre tive um carinho e uma relação muito forte com o DIEESE, inclusive me subsidiando nos debates que eu participei no longo de minha vida. Quero dizer Lillian, que esse material é tão importante... [soa a campainha]. Isso é pra mim, porque eu falo demais. Esse material é tão importante que vou deixar aqui na Comissão de Direitos Humanos. Então, cada Senador que precisar poderá consultar. Vai ficar aqui na biblioteca da Comissão. Para ninguém dizer que eu falo demais, vou passar de imediato porque ele vai ter que pegar um vôo em seguida, para o Antônio José Correia de Prado. O Prado que eu conheço de muitos anos, inclusive de debates com o DIEESE, sempre um construtor de causas públicas para todo o nosso povo. O Prado é chefe do Departamento de Relações com o Governo, representa aqui, o Luciano Coutinho, me permita dizer isso aqui, eu tinha tido algumas conversas com o próprio Presidente do BNDES, o Luciano Coutinho e com você e todas as vezes vejo que há um compromisso muito grande com o social. E conversando com o Presidente do BNDES numa viagem que fiz com o Presidente ao Rio Grande do Sul, eu tinha mais ou menos esse dado e daí ele me confirmou que o BNDES é o maior banco do mundo. Parece que ele disse que pode pegar o Banco mundial e multiplicar por dois se quiser.

SR. ANTÔNIO JOSÉ CORREIA DE PRADO:

Pode somar os desembolsos do Banco Mundial e do

BIRD juntos, pode somar juntos, que não dá a metade dos recursos desembolsados pelo BNDES.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então achei um dado importantíssimo. Por isso passo a palavra para você, se você puder inclusive reafirmar esse depoimento, que a população saiba a importância que é o BNDES para todos nós, que é um banco que tem compromisso com o social. Está com a palavra.

SR. ANTÔNIO JOSÉ CORREIA DE PRADO: Senador Paim, eu quero agradecer o convite ao BNDES, eu fico honrado que o Presidente Luciano Coutinho tenha me designado como seu representante nessa Audiência Pública, quero saudar também o Juiz Vargas, a Lillian, fico muito satisfeito, eu também entrei no DIEESE em 1977, fiquei lá mais de 20 anos, então para mim é uma grande satisfação ouvir a apresentação feita pela Lillian e a afirmação feita pelo Senador Paulo Paim da importância da instituição, do DIEESE. É sem dúvida alguma, uma instituição exemplar. Nem todos sabem, mas o DIEESE, o BNDES foi criado em 1952. O DIEESE foi criado em 1955. Essa foi uma época de criação de grandes instituições. A PETROBRAS também foi criada nesse período. Eu realmente acho que a gente deve incluir o DIEESE nessa grande safra de criação de instituições fundamentais para o país. Eu, certamente, me senti muito honrado de ter sido um servidor do DIEESE por 23 anos. Sinto honrado também de estar aqui nessa audiência porque fui servidor dessa Casa. Trabalhei aqui em 2003, 2004, período em que nós convivemos. Eu fui assessor da liderança do Governo, então é uma, pra mim é bastante, me sinto bastante confortável de estar aqui nesse momento. Cumprimento os companheiros e companheiras do movimento sindical. Nós chegamos a trabalhar junto também, em várias ocasiões, e em relação ao BNDES, como eu estava dizendo, o BNDES é uma instituição criada em 1952, fundamentalmente para financiar o desenvolvimento brasileiro. E o BNDES começou muito focado na questão da infra-estrutura e da indústria pesada, na década de 50, mas foi ao longo dos anos incorporando nas suas linhas operacionais cada vez, políticas mais voltadas para outros setores além dos setores mais pesados da economia brasileira. Mas o BNDES nunca, evidentemente, deixou de ter uma participação significativa na questão da infra-estrutura, na questão da produção de insumos básicos, do apoio à indústria de bens de capital, no apoio à indústria em geral, mas também passou a financiar linhas para a agricultura, linhas para as pequenas e micro empresas e desenvolveu a partir da década, de meados da década de 80 políticas na área social. Quando incorpora o S, à sigla da instituição.

Então, nesse sentido foi ocorrendo uma evolução importante. O BNDES, já no Governo Lula, é importante ressaltar esse ponto que o Senador Paim trouxe como informação, o BNDES hoje está com o orçamento de 80 bilhões de reais. 80 bilhões de reais. Precisa dessa Casa, porque tem uma Medida Provisória que amplia os recursos do BNDES, é um empréstimo do Tesouro, é de 12,5 bilhões de reais. Isso é fundamental para que haja o atendimento pleno de toda a demanda que o desenvolvimento brasileiro atual está colocando para a instituição. Senador Paim, essa MP já foi aprovada na Câmara dos Deputados, deve estar entrando aqui no Senado Federal. Esse crescimento da instituição, que está agora com os 80 bilhões de orçamento. Esse crescimento fez com que o BNDES seja do nosso continente, de fato, o BNDES é o maior banco de desenvolvimento. Hoje o BNDES é maior do que o Banco Mundial, em termos de desembolsos e é maior do que o BIRD. Só não é maior que o Banco Europeu de Investimentos. O Banco Europeu de investimentos ainda é maior do que o BNDES. Então, nós temos no Brasil ainda, isso é devido a todas as lutas que ocorreram nos últimos anos de preservação das grandes instituições do Estado Brasileiro. Então nós temos ainda, um sistema financeiro federal da maior relevância. Temos o BNDES, temos o Banco do Nordeste, temos o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Basa(F)... E isto é absolutamente fundamental. Não só do ponto de vista do financiamento do desenvolvimento brasileiro, mas também do ponto de vista de você ter as instituições do Estado assumindo a obrigação de contribuir, não só para o desenvolvimento, mas também para a redução da desigualdade e para redução das discriminações. Isso é absolutamente fundamental. Durante muitos e muitos anos nós ouvimos que desenvolvimento, por si só reduz desigualdades, o desenvolvimento, por si só tem um caráter civilizatório. Nós sabemos que não é bem assim. Nós conhecemos a história brasileira, passamos por um longo período de desenvolvimento. O Brasil cresceu no Século 20, 5% ao ano, em média. Foi o segundo país que mais cresceu durante o Século 20 e nem por isso é um país que apresenta indicadores significativos de igualdade social. Pelo contrário. É um país que pelo seu desenvolvimento, pela sua capacidade produtiva, apresenta indicadores de desigualdades que são vexatórios. Essa é a verdade. Nós temos avançado muito, mas o papel do Estado para a redução da desigualdade e para a inclusão social e para a ampliação da igualdade de direitos de cidadania, o papel do Estado é absolutamente fundamental. Essas coisas não ocorrem de forma natural. Como tampouco é natural a desigualdade. A desigualdade não é um fenômeno natural. A desigualdade é um fe-

nômeno social, histórico, construído. Ela depende de como a sociedade se organiza, como a sociedade estrutura inclusive, as suas leis e estrutura a sua cultura empresarial, estrutura a sua cultura de cidadania. A sociedade brasileira ainda está construindo, está indo nessa direção. Eu admiro muito os esforços do Senador Paim. Eu sempre acompanhei o trabalho excelente que ele fez, principalmente em relação à questão do salário mínimo. O salário mínimo, durante muitos e muitos anos foi uma política social relegada ao segundo plano e todos nós somos testemunhas do esforço do Senador Paim, do esforço das centrais sindicais e do esforço do DIEESE que sempre esteve nessa trincheira, sempre esteve na defesa do salário mínimo. Em 2006, o Presidente do BNDES, Demian Fiocca(F) na época, solicitou que eu escrevesse alguns artigos sobre essa questão da desigualdade e a questão do salário mínimo. Por que ele solicitou? Ele sabia que eu era um especialista na questão do mercado de trabalho e tinha lido um estudo que falava sobre desigualdade no Brasil e que simplesmente o salário mínimo não aparecia como fator relevante da explicação da redução da desigualdade, nos últimos dez anos. O que era uma coisa absolutamente surpreendente, que possa se retirar a política do salário mínimo com fator explicativo da redução da desigualdade. Então, eu realizei três estudos nesse sentido, para mostrar um fato óbvio. Não é nem um fato econométrico(F), aquelas coisas que os economistas vão e fazem grandes modelos econômicos. É muito simples. É praticamente uma correlação histórica elementar. No período, nos dez anos em que houve um aumento real de salário mínimo, houve uma redução dos indicadores de desigualdade. Houve uma redução do índice de Gim(F) e assim por diante, quer dizer, houve uma redução do leque, da amplitude, do leque salarial. Houve inclusão de parcela significativa da população em faixas de rendas maiores.

Então, o salário mínimo é absolutamente fundamental como política para a redução da desigualdade. É absolutamente fundamental. Escolher o salário mínimo, um valor do salário mínimo, é escolher qual é o grau da sociedade, o grau de desigualdade que a sociedade aceita. Nos países em que o salário mínimo é de 1000 dólares, é porque a sociedade diz: Não aceitaremos uma desigualdade extrema. Então, as políticas de Estado, a estrutura jurídica é toda criada na direção de criar uma sociedade que seja mais igualitária. Uma sociedade que não tenha desequilíbrios profundos. Uma sociedade que tenha mobilidade social. A questão do debate da inclusão dos negros no mercado de trabalho e dos negros na cidadania brasileira é um debate absolutamente fundamental. Tem reações dos vários tipos. Eu, quando estava na direção

técnica do DIEESE, tive a oportunidade de coordenar o primeiro estudo desses que foi feito, que a Líllian apresentou. Na época o DIEESE ainda não fazia o levantamento simultâneo das pesquisas de emprego e desemprego. Então, tinha uma pesquisa de emprego e desemprego em São Paulo, outra em Recife, outra em Porto Alegre, etc. Nós realizamos esse estudo a partir da solicitação de uma Instituição Inspirito(F), é isso? Fez essa solicitação, nós aceitamos o desafio e pedimos, pela primeira vez, uma tabulação com a mesma estrutura em todas essas pesquisas realizadas nas seis regiões metropolitanas. Todos nós, teoricamente e até evidentemente pela observação cotidiana da sociedade brasileira, não só do ponto de vista teórico, é claro, sabíamos da existência de discriminação racial no Brasil. É claro, sabíamos disso. Mas fomos realizar a pesquisa. À medida que as informações chegavam dos diferentes Estados, das diferentes regiões metropolitanas que nós realizávamos a pesquisa, os dados se apresentavam da mesma forma. Essa mesma pirâmide aqui, que a Líllian apresentou agora. Ou seja, uma pirâmide de rendimentos em que os homens brancos ganham mais do que os homens negros, que ganham mais do que as mulheres brancas, que ganham mais do que as mulheres negras. Você tem uma pirâmide que expressa ao mesmo tempo, dois elementos, aliás, as mulheres brancas ganham mais do que os homens negros. Eu não me lembro aqui, mas, você tem uma pirâmide que apresenta dois fenômenos simultâneos. O fenômeno da discriminação racial e o fenômeno da discriminação de gênero. O que mais nos impressionou naquele momento é que a medida que os dados vinham chegando, nós não tínhamos a expectativa de que tivesse essa estrutura em todas as regiões metropolitanas que nós pesquisamos. Isso é uma surpresa absoluta para nós pesquisadores. Mas é igual. E pior, onde nós achávamos que poderia ser melhor, na Bahia, era pior. Os piores dados estavam na Bahia. Os melhores no Rio Grande do Sul, onde a população negra é menor.

Então veja, isso realmente chamou atenção. Chamou atenção. Quer dizer, é uma coisa absolutamente fundamental. Tanto que chamou atenção, esse estudo do DIEESE que o Governo na época, o Governo Fernando Henrique tratou de incluir essa questão na sua pauta. Não estava, não fazia parte. Foi incluído esse tema na pauta do Governo Fernando Henrique. Porque aquilo soou como... Veja isso aqui. Depois o IBGE fez um estudo mais detalhado, mas se transformou num levantamento estatístico regular. Por que é que eu falei que nós temos... É fundamental que o Brasil tenha preservado os seus Bancos Federais? Eu recebo frequentemente delegações estrangeiras

aqui na representação da Presidência do BNDES em Brasília e essas representações sempre dizem assim, principalmente os argentinos: Nós adoráramos ter um BNDES. Porque ninguém tem. Ninguém tem uma instituição com essa característica e tampouco, depois de tantos anos de políticas neoliberais, quase que país latino americano nenhum tem banco federal. Não tem nenhuma estrutura como a que nós temos. Essas estruturas são fundamentais para financiar o desenvolvimento, mas elas podem dar uma outra contribuição e é esse tema que nós levamos ao Senador Paim e que resultou nessa oportunidade de trazer aqui, essa informação e esse debate para vocês. Que é o seguinte: Quando o Presidente, quando o Ministro Mantega foi Presidente do BNDES, o Ministro Mantega fez uma resolução que foi aprovada pelo colegiado que dirige o BNDES, fez uma resolução proibindo que o banco contratasse com empresas que estivessem na lista suja do Ministério do Trabalho, que é a lista que cadastra as empresas que foram flagradas com trabalhadores em condições análogas à escravidão. Então fez essa resolução. E foi absolutamente fundamental. Por quê? Porque a empresa que quer pegar financiamento e que está lá inscrita nesse cadastro, o banco diz [soa a campainha]. Tenho mais cinco minutos só. O banco diz: Não contrato. Não contrato. A contratação simplesmente não se realiza. Quer dizer, a equipe da área jurídica do banco verifica o cadastro, se está lá no cadastro, acabou. O contrato cai imediatamente. Mesmo que tenha passado por enquadramento prévio, isso cai imediatamente. Bem, o Presidente Luciano Coutinho avançou em relação a essa resolução do Ministro Mantega, quando o Ministro foi Presidente do BNDES. Avançou, inclusive por estímulo das centrais sindicais e estabeleceu uma cláusula social. Quer dizer, o banco agora tem uma cláusula social que amplia essa, eu vou ler a cláusula. Essa cláusula não se trata de uma cláusula abstrata. Ela está incorporada nos contratos do BNDES. Quer dizer, todos os contratos do BNDES têm essas cláusulas. Passaram a ter essas cláusulas. Isso a partir de fevereiro agora. E diz o seguinte: *Condições prévias para operação*. O que significa que na hora que está se analisando a elegibilidade, um período que pode demorar de 180, 200 dias, quer dizer, condições prévias. *Inexistência de sentença condenatória transitada em julgado ou de ato administrativo, que é o caso da lista do Ministério do Trabalho exarada por entidade oficial em decorrência de suas atribuições legais concernentes à prática de atos pela beneficiária que importe em infringência à legislação que trata do combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo*. Isso é uma condição prévia, que está na questão da elegibili-

de. Quer dizer, se a empresa, se durante o processo de exame do pedido de financiamento, aparecer uma sentença desse tipo ou aparecer um ato administrativo como eu disse o banco não contrata. Mas, mais importante do que isso, que é uma condição prévia, tem um outro elemento que é o seguinte: *Vencimento antecipado*. O vencimento antecipado significa que no período de vigência do empréstimo, se a empresa incorrer nesses delitos, o banco pode simplesmente declarar que isso, declarar o vencimento antecipado do contrato. O que significa que a empresa vai ter que pagar imediatamente o que deve para o banco. Bem. Isso é bastante importante. A tendência é que outros Bancos federais adotem como já adotam em relação à lista suja do Ministério do Trabalho, já tem, outros Bancos federais adotando a mesma postura. O que nós trouxemos tanto a alguns Senadores, no Senado Federal, como o Senador Paim, que é o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, como a alguns Deputados, é que essa cláusula, nós temos que dar efetividade a essa cláusula. A efetividade significa o seguinte. No caso do cadastro do Ministério do Trabalho, é simples. Está lá. Tem uma lista. O Ministério do Trabalho já fez a fiscalização, já incluiu no cadastro. Então, para a área jurídica do banco é mais simples, porque já está lá. Nas outras questões, é mais complicado. Porque nós precisamos ou que uma denúncia seja apresentada ou que haja instrumentos semelhantes ao do Ministério do Trabalho. Estamos trabalhando nesse sentido. Fomos procurar a Secretaria Especial de Direitos Humanos e o Ministério da Justiça para dizer: Bem, o banco criou a cláusula social, atendendo a uma... [soa a campainha], não só, evidentemente a consciência da sua direção, mas atendendo a um pedido das centrais sindicais, mas o banco também quer dar efetividade. E, portanto, vai precisar de instrumentos que sejam mais sofisticados do que, simplesmente a denúncia. Seria mais adequado que existisse um cadastro desse tipo de sentenças. Isso seria mais adequado. Seria tanto útil para o banco, quanto útil para trabalho da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministério da Justiça, para as centrais sindicais. Você tenha lá um cadastro em que, caso haja uma sentença transitada em julgado, tenha o cadastro com essa informação. Então, essencialmente é isso. Eu só queria gastar mais um minuto, Senador Paim, se o Presidente me permite, para dizer o seguinte. Isso é um passo ainda preliminar. É importante, é necessário, é uma forma das instituições públicas de financiamento contribuírem para uma melhoria das condições de cidadania, das condições do mercado de trabalho, mas nós podemos avançar. Existe um debate que está ocorrendo, o DIE-ESE faz parte desse debate, que é sobre a ISO de res-

ponsabilidade social. É uma discussão, pode demorar anos, essas coisas são extremamente difíceis. Todos nós que militamos por Direitos Humanos, direitos de cidadania, direitos trabalhistas, sabemos que as coisas demoram muito tempo. Mas você tem que começar. Então essa coisa da ISO de responsabilidade social é muito importante e pode, inclusive, mudar a forma dos Bancos Federais também, tratar o tema. Pode tratar de uma forma positiva. E não apenas punitiva. [soa a campainha] Ou seja, as empresas que tiverem o seu certificado de responsabilidade social, mas certificado mesmo, como é feito uma ISSO, em que você tem uma, em que você tem um método para chegar àquele certificado, você tem uma auditoria, você tem um monitoramento freqüente. Não é simplesmente fez lá uma fotografia num determinado momento: Ah! Essa empresa é responsável socialmente. Daí a seis meses ela não é mais e você não sabe. Essa discussão da ISSO, eu acho muito importante, quero alertá-los sobre isso. É um instrumento que pode ser sim, utilizado futuramente de forma positiva, porque as instituições públicas de financiamento podem, por exemplo, reduzir o spread. Se há um certificado desse tipo. Reduz. Meio ponto de spread num financiamento de centenas de milhões, até de bilhões, é muito significativo. Não é uma coisa irrelevante. Então estou trazendo esse outro elemento, que é uma agenda muitos anos para frente, mas acho extremamente fundamental alertá-los sobre isso e também eu já tinha registrado isso, essa questão com o Senador Paim, e faço agora publicamente nessa audiência. Agradeço mais uma vez, Senador Paim, quero parabenizá-lo pela sua luta, tenho maior admiração pelo seu trabalho. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência quer agradecer mais uma vez ao Prado, representando aqui o BNDES, representando o Presidente Luciano Coutinho e também a Sra. Iglesias e dizer que o informe que você me deu sobre essa decisão do Presidente Luciano Coutinho só fortaleceu a idéia de convidá-lo para essa exposição, exatamente no dia de hoje, para os que chegaram no segundo momento, hoje na verdade nós estamos fazendo essa Sessão de homenagem ao dia internacional do trabalhador que é amanhã, e ao mesmo tempo, porque, amanhã, nós iniciamos o mês de maio, com 120 anos da abolição da escravidão não conclusa, inconclusa. O debate aqui é amplo. É a discriminação no seu total. Contra o trabalhador, contra a mulher, contra o índio, contra o negro, contra o branco, enfim. E a nossa companheira Lillian abriu com uma belíssima exposição sobre o negro no mercado de trabalho. Agora o BNDES faz essa exposição que eu acho muito impor-

tante com a questão da ISO e eu chegaria a simplificar aqui, que essa ISO seria tipo um carimbo da responsabilidade social. Aquelas empresas que dessem efetivamente, que aplicassem o que nós chamamos do corte da diferença, tivessem o compromisso com todos os setores que são discriminados, naturalmente teriam esse aval, digamos, para investimentos públicos. Eu passo de imediato aqui a palavra, eu posso dizer ao meu amigo também, Luiz Alberto de Vargas, que hoje é Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª região. Nós todos aqui da Mesa e do muitos do Plenário somos da mesma safra, viu. Nós fomos militantes sindicais na época, dois foram para o DIEESE, ele foi para justiça e eu vim para o Parlamento, mas somos mais ou menos da mesma safra como muitos aqui do Plenário também são.

SR. LUIZ ALBERTO DE VARGAS: Senadores, companheiros de Mesa, parlamentares, senhoras e senhores. É um prazer estar aqui, aceitar esse honroso convite, estou participando também na condição de Diretor da Associação dos Magistrados do Brasil. Eu quero saudar a todos na pessoa do meu amigo Paim, que eu conhecia já, conheço já há muito tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não diz o número de anos.

SR. LUIZ ALBERTO DE VARGAS: Não vou dizer o número de anos, mas conheci sempre o mesmo Paim. Essencialmente, o Senador Paim sempre foi o mesmo. Desde que liderou uma passeata de Canoas a Porto Alegre no primeiro de maio, em plena a Dita-dura. Ali, emergia uma das maiores lideranças que o Rio Grande do Sul teve e tem. E desde então, de alguma maneira, todos nós estamos seguindo o Paim como seguimos o Paim naquela passeata, continuamos seguindo o Paim. Ele vai propondo e a gente vai indo atrás. Aqui também, quero dizer nessa questão extremamente importante, dessa comemoração dos 120 anos da abolição da escravidão, mas também do primeiro de maio. Só podemos entender o Brasil como nação a partir da abolição da escravidão. A partir da República. Não se pode entender o país como sendo civilizado, o país que mantinha a escravidão. Então o Brasil tem poucos anos, tem 120 anos. O Brasil como nação tem 120. E nesses 120 anos não há dúvida que o principal desafio do Brasil como nação, era exatamente incorporar a população trabalhadora, especialmente a população escrava, recém saída da escravidão, à cidadania, a essa nação. Então nesse momento que propõe o Senador Paim, é um momento propício para analisarmos qual foi o balanço disso tudo. Afinal de contas, é o balanço da nossa própria civilização brasileira. Ou seja, que resultado esses 120 anos de civilização brasileira tivemos? E aí, eu acho que a me-

lhor síntese que pode ser feita desses 120 anos é feita por um poeta popular. Um samba enredo, de escola de samba. Ou seja, pergunte ao criador quem pintou essa aquarela, livre da senzala, mas preso à miséria da favela. Ou seja, a síntese do nosso processo civilizatório. É claro que quando se tratou de incorporar à cidadania, os escravos recém libertos, o povo pobre. Evidentemente isso tem uma dimensão muito importante, econômica, social. Basicamente essa integração só se podia fazer dentro de uma sociedade através do trabalho. A porta cidadania sempre foi o trabalho. Ou seja, quando nós analisamos esse balanço de 120 anos, nós estamos dizendo, afinal de contas, quais foram as condições que nós demos a essa massa de brasileiros através da oportunidade de trabalho? Ou seja, é fundamental analisar isso sob a ótica do trabalho. É claro que digo isso por quê? Uma nação é tão rica quanto é rico o seu povo. Ou seja, quanto a sua riqueza que produz é melhor distribuída. Não há dúvida que o Brasil é uma nação riquíssima. Naturalmente e uma nação hoje que desponta no cenário internacional como uma potência emergente. Entretanto, é preciso reconhecer que o grande déficit do Brasil é com o seu povo. É preciso reconhecer que a desigualdade é o principal problema brasileiro a ser resolvido. É preciso reconhecer que nós temos muito ainda que caminhar, até poder dizer realmente que somos uma nação civilizada. E podemos dizer que nessa análise das promessas, se foram cumpridas ou não cumpridas nesses 120 anos. Nós precisamos dizer que a questão do trabalho, a questão do trabalho, ela passaria por quais promessas? A primeira e mais evidente é a promessa de pleno emprego ou de trabalho para todos. A afirmação do direito do trabalho como concreta e não como afirmação meramente programática, já que está em nossa Constituição. O primado trabalho está na nossa Constituição até como princípio. O primeiro emprego como forma de inserção de todo trabalhador e toda trabalhadora.

Mas como diz a Dra. Lillian, não é apenas a questão do trabalho. O trabalho também pode ser insuficiente, pode ser não digno. É um trabalho, um trabalho estável, um trabalho por tempo indefinido, um trabalho que garanta uma fonte de remuneração àquele trabalhador. Um trabalho precário não é um trabalho digno. Ou seja, não estar aqui pregando o trabalho para toda vida, que pode ser uma coisa ainda, ligada ao chamado modelo fordista. Mas nós queremos apenas dizer que a fonte de renda garantida, a possibilidade que o trabalhador tenha de previsivelmente saber que sustentará a si e sua família, isso inclui também após o trabalho, a jornada de trabalho, após o tempo de trabalho, a possibilidade de se aposentar e garantir uma fonte de

renda, ela é essencial se estamos falando de garantia de cidadania ao trabalhador e povo brasileiro. Também um trabalho digno, um trabalho dentro dos moldes da OIT, um trabalho que lhes garanta uma remuneração e condições dignas de trabalho. E também um trabalho criativo, um trabalho emancipador. Analisando por essa via, a questão do pleno emprego, ela, pelo trabalho do DIEESE, porque o pleno emprego continua sendo, o desemprego continua sendo um dos grandes problemas brasileiros. A taxa de ocupação brasileira continua sendo baixa, há muitos desempregados. É verdade que está caindo o nível de desemprego, mas é muito aquém do que precisamos. Um país jovem que a todo ano coloca no mercado de trabalho uma contingência enorme de jovens que precisam de emprego. E aqui nós precisamos fazer uma ponderação. A grosso modo, em termos econômicos, pode se dizer que o Brasil sempre se dividiu em dois pensamentos. Pensamento de desenvolvimento social, independente, autônomo e para todos e pensamento de desenvolvimento pequeno, insuficiente, associado ao grande capital, associado ao capital estrangeiro e na verdade, insuficiente e que não basta para a população brasileira, porque na verdade ele se insere de uma visão que privilegia a elite. Nós temos essa dicotomia ainda hoje, ainda hoje se discute essa questão.

Por trás da questão de [ininteligível], a taxa de juros, por exemplo, nós estamos discutindo se o Brasil vai aumentar o emprego, se vai, a economia vai crescer? Se vai se desenvolver ou se ele vai, na verdade jogar o Brasil nessa linha antiga de privilegiar a elite, especialmente o setor elitista. Ou seja, esse debate não está concluso ainda, ele está ainda sendo disputado. Não apenas na mídia, não apenas aqui no Parlamento, mas em todos setores sociais. E nessa parte eu quero dizer que o BNDES é um parceiro do primeiro grupo, ou seja, o BNDES sempre e o DIEESE também, mas o BNDES é um fator fundamental para o desenvolvimento nacional. Só fazendo uma pontuação sobre isso, quero lembrar que nós vivemos hoje nas ruas, nas grandes magazines, nas feiras, todos locais do Brasil, supermercado, nas concessionárias de automóvel, uma verdadeira febre de consumo, ou seja, demonstrando que o Brasil estava ávido de uma política de desenvolvimento. Essa euforia criada por um desenvolvimento de quatro, cinco por cento, nós achamos que o Brasil merece prosseguir com esse tipo de política, o Brasil merece se desenvolver, o Brasil não precisa ficar dependendo de modelos anacrônicos que não servem ao Brasil, não servem a seu desenvolvimento. Eu falava que também, o trabalho tem que ser estável. Isso nos remete já para o dia do trabalho. É claro que um trabalho estável, ele pressupõe nós enfrentarmos de-

cidamente uma das grandes insuficiências do direito do trabalho brasileiro. Até diria, uma das vergonhas do direito do trabalho brasileiro. Ou seja, a nossa legislação, em termos de proteção, a despedida imotivada é a pior do mundo. Não estou dizendo eu aqui. Eu digo isso baseado nos dados do Banco Mundial. Ou seja, foi feito pela instituição chamada Doing Business(F) uma qualificação sobre o nível de proteção do Brasil, dados de 2008, o nível de proteção do Brasil, do trabalho, do emprego, é zero. Enquanto em outros países é 20, 30, 40, 50, 60, o Brasil é zero. Ou seja, não há nenhuma proteção contra a despedida no Brasil, apesar do artigo 7º, inciso primeiro, estabeleça como um dos compromissos do legislador nacional a proteção contra a despedida imotivada, está no inciso primeiro da CLT, isso jamais saiu do papel. Como Lei Complementar, jamais foi votada no Congresso Nacional. E continua havendo grandes resistências. E basta ver a resistência que nós temos hoje à re-ratificação da convenção 158.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone]. Esse projeto complementar, eu apresentei a vinte anos, na Câmara.

SR. LUIZ ALBERTO DE VARGAS: Exatamente. Fazia destaque, não é falta da luta dos Senadores, Senador Paim, outros parlamentares, mas pela resistência absurda que a nossa classe patronal tem em relação a isso, ou seja, não é possível falarmos de trabalho decente, trabalho estável, sendo que hoje a admissão é ato potestativo do empregador. Nós sabemos que quando alguém é despedido, isso equivale a decretar a esse pobre trabalhador despedido uma desgraça pessoal, ou seja, a ele se condena à incerteza de poder alimentar sua família, à incerteza de poder reingressar no mercado de trabalho, à incerteza do salário desemprego, que é pequeno, insuficiente, ou seja, é uma questão fundamental hoje de resgate da cidadania, nós protegemos a relação de trabalho, não apenas como prega Convenção 158, em termos de exigir que o empregador motive a despedida, mas principalmente nas demissões coletivas que a Constituição 158 tem esse papel também. A partir de sua vigência, compromete-se o legislador a estabelecer mecanismos e os tribunais a cumprir, inclusive essa norma internacional, até de inclusive um monista(F) diretamente, se for o caso, de exigir que o empregador que for demitir um certo número de empregados, comunique o sindicato, comunique as autoridades administrativas e negocie com os sindicatos a partir de um certo prazo. Isso é o mínimo. Nós sabemos, por exemplo, que boa parte das empresas são financiadas pelo Governo, pelo BNDES. Elas têm que cumprir a

função social. Se vão demitir, se vão se eximir, se vão se demitir dessa função social de manter o emprego, elas devem, no mínimo, uma satisfação ao Governo, às autoridades administrativas e também aos seus trabalhadores, devem abrir uma negociação para que isso possa ser de alguma maneira ignorado, ou seja, através de reinserção através de educação profissional, seja através de uma demissão menor e a prazo mais elásticos, etc. Enfim, esse é um ponto fundamental. Outro ponto que eu acho fundamental é o trabalho digno. O trabalho no Brasil está longe de ser digno. Ou seja, além dessa questão da inexistência de proteção contra despedida imotivada, nós podemos também, elencar o fato de que hoje a jornada do trabalho brasileiro, ela é de 54 horas semanais. Enquanto em outros países que o Brasil pretende se equiparar economicamente, essa jornada é de 40 horas. Aqui eu faço também, uma nova homenagem ao Senador Paim e ao Senador Inácio Arruda, né? Inácio Arruda, que apresentaram já há alguns anos, o projeto de redução da jornada de trabalho. Eu adendaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone]. Apresentamos lá e apresentamos aqui.

SR. LUIZ ALBERTO DE VARGAS: Eu adenderia, consta do projeto, mas eu quero fazer também essa pontuação. Não basta só reduzir a jornada de trabalho, é preciso avançarmos e proibirmos, ou pelo menos reduzir consideravelmente, a possibilidade de pretensão de horas extraordinárias. Senão, realmente não adianta reduzir jornada de trabalho. Mas, precisamos também elevar o salário mínimo. Essa é outra luta importante do Senador Paim, mas me surpreende que não se perceba isso, ou seja, a elevação do salário mínimo tem repercussões inclusive previdenciárias. Hoje não sei qual é dado, mas se diz, por exemplo, que vários Municípios vivem hoje, do salário mínimo, ou seja, vivem da Previdência e graças a elevação do salário mínimo, essa repercussão dos benefícios previdenciários, somado ao Bolsa Família e outros programas sociais, isso explica hoje, a redução expressiva da pobreza que acontece no país nesse momento. Ou seja, a política consistente de elevação do salário mínimo é fundamental no país. Num trabalho digno, também precisa haver--

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Dr. Luiz, desculpe lhe interromper, mas ao contrário do que se propalava, que o aumento do salário mínimo iria quebrar a maioria dos Municípios brasileiros. Não é verdade?

SR. LUIZ ALBERTO DE VARGAS: Esse não é argumento terrorista. Na verdade nós trabalhamos com isso. Ou seja, quando se falou no Brasil de estabelecer

o domingo como repouso remunerado, se disse que a classe trabalhadora iria cair na marginalidade, na vadiagem, e por aí vai. Como também se fala hoje que não devemos ter redução da jornada de trabalho para 40 horas. São argumentos terroristas que realmente não constroem um debate nacional. Falava também no meio ambiente sadio, uma remuneração suficiente, uma cobertura previdenciária, uma cobertura sindical. E finalmente, quando..., ou seja, se remete também à saúde, à saúde pública. E quando eu falo finalmente em trabalho criativo e qualificado, evidentemente se fala em educação. Não só educação formal, mas também educação permanente, ou seja, educação que, hoje a qualificação deve ser permanente e nós devemos ter políticas públicas que garantam ao trabalhador, não só o jovem ingressar no mercado de trabalho, mas também velho, porque hoje a população brasileira graças a Deus tem uma população cada vez mais expressiva de idosos, ou seja, de pessoas que continuam no mercado de trabalho e continuam úteis e devem ser aproveitadas e isso só pode ser feito através da qualificação profissional, através da educação permanente. Tudo isso em relação ao trabalhador, mas também é preciso, como disse muito bem a Dra. Líllian, é preciso também analisar especificamente a expansão do negro no Brasil, ou seja, a questão da igualdade de oportunidades. Nessa corrida de Fórmula 1, digamos assim, o povo negro sai dos boxes, ou seja, já sai atrasado, ou seja, é importante percebermos que a questão do preconceito, da discriminação, ela não é só uma questão individual, ela está disseminada na cultura. Talvez o empresário que escolha o branco e não o negro com o mesmo nível de educação, nem saiba bem porque faz isso, mas faz porque na cultura nacional está impregnada essa visão de que o trabalhador branco é mais qualificado, é mais instruído, é melhor do que o trabalhador negro. Isso deve ser explicitado. A única possibilidade de nós enfrentarmos isso é explicitarmos culturalmente o que está acontecendo. Por isso esse debate sobre cotas é tão importante. Seja a favor das cotas ou não, as cotas permitem, a discussão sobre as cotas permite que a Nação Brasileira contemple essa situação, ou seja, encare essa situação. E é preciso haver um debate, haver uma ação política concreta, afirmativa em relação a isso. [soa a campainha] Tenho mais... cinco minutos.

Eu vou, vou ter que reduzir bastante o que eu pretendia dizer. Primeiro lugar, é preciso estabelecer que a igualdade é algo a ser conquistado no Brasil, especialmente em relação ao trabalho. Nós já superamos algumas coisas, por exemplo, já superamos, por exemplo, a política de contratação pela boa aparência, ou seja, a exigência de fotos no primeiro currículo. Tudo

isso, na verdade estava por trás, o preconceito racial, ou seja, se fosse negro, não seria contratado. Ou por não ter boa aparência ou por qualquer razão outra que o empregador assim denominasse. Nós temos recentemente no Brasil uma política ante discriminatória. Ela não tem mais do que 15, 20 anos, ou seja, pela lei, quanto à admissão da mulher efetivamente, no direito do trabalho é de 1990. E é uma lei pouco conhecida e pouco aplicada, que fala inclusive da possibilidade de nulidade da despedida quando ela for baseada em motivo discriminatório. E como ela é ampla, essa lei já foi direcionada para a mulher, mas como ela fala em discriminação em geral, ela pode se aplicar também em relação à discriminação de cor ou de raça. Nós ainda temos muito que avançar nesse aspecto, porque uma política ante discriminatória na relação de trabalho, ela deve começar, como apontou o DIEESE, ela deve começar pela quantificação desse déficit democrático, desse déficit em relação à população negra e a população branca, ou seja, o salário vis-a-vis(F), o salário do trabalhador branco, o salário do trabalhador negro. E aí é preciso lembrar que a discriminação não precisa ser direta. A discriminação pode ser também indireta, ou seja, a jurisprudência e a doutrina têm entendido que quando, na verdade, não discriminação contra a pessoa negra, mas uma discriminação mais sutil está embasada em regulamentos, até uma política ainda não explicitada do empregador, se pode caracterizar uma situação de desigualdade do trabalhador negro e ele pode inclusive anular judicialmente essas medidas, essas resoluções arbitrárias, essa política pode ser alterada, no caso concreto. Isso já existe em relação à mulher. Conheço poucas ações, aliás, conheço uma só em que isso foi realmente feito em relação ao negro. Mas é possível caracterizar, por exemplo, uma situação de exigência de super-qualificação, ou seja, eu exijo não apenas que saiba inglês, francês e espanhol, mas também alemão. Atrás dessa exigência de super-qualificação pode existir uma política discriminatória, ou seja, na medida em que os negros têm pouco acesso, têm menos acesso a instrução, especialmente à instrução mais qualificada, etc e tal, isso pode classificar uma política discriminatória.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone] Queria dizer que tem uma denúncia que eu recebi aqui, numa cidade do interior do país, onde foi exatamente essa forma de discriminar. Queriam que as postulantes a uma empregada no comércio soubessem alemão. E casualmente eram negras.

SR. LUIZ ALBERTO DE VARGAS: Exatamente. Isso não é pouco, ou seja, isso acontece no país, só que ainda não criamos uma cultura de resistência e de

reação a esse tipo de coisa. É preciso criar essa consciência. Aliás, eu quero fazer aqui um elogio à Comissão de Direitos Humanos porque ela faz esse debate, ou seja, esse debate não é só para ficar apenas com especialistas da questão, deve ser um debate em todo, amanhã também pode vir os educadores para discutir a discriminação de cor e de raça. Depois pode ser empresários, todo o setor social tem seu déficit, tem o seu dever de que essa discussão seja ampliada, essa discussão seja feita. Eu quero, já tem um minuto e 30 segundos, quero dizer que é um prazer estar aqui, sou otimista em relação ao que acontece no Brasil, acho que estamos avançando bastante, esse debate mostra o avanço e eu acredito muito na transversalidade. Eu acho que o que disse, por exemplo, o nosso grande BNDES, eu vou levar, anotei e vou levar para a minha entidade, a Associação dos Magistrados do Brasil [soa a campainha], e também para a ANAMATA(F), ou seja, nós estamos aqui julgando, nós Juízes do Trabalho julgamos todos os dias situações em que nós configuramos trabalho infantil, trabalho escravo, mas aquela é uma situação única, nós julgamos aquela situação isolada. Nós gostaríamos que isso pudesse ser um dado para embasar uma política pública, ou seja, nós temos acesso a esses dados. Nós não sabemos o que fazer com essas informações. Agora temos já um caminho, um cadastro pode ser feito através de nossos Tribunais ou nossas entidades e pode servir talvez para o BNDES e outras entidades preocupadas com políticas públicas que levem à afirmação de mais igualdade, uma afirmação de direitos do trabalhador. É isso. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria convidar aqui para a Mesa os nossos companheiros, o Calixto vai aqui representar, conforme acordo feito com alguns companheiros que não puderam viajar por problema de voo, e amanhã é primeiro de maio ele tem que estar nos Estados, então o Presidente da nova central vai representar na Mesa, pelo acordo que fiz com as outras, todas as centrais sindicais e o Moacyr vai representar as confederações. Queria que ambos viessem à Mesa e pudessem então, fazer seu depoimento e em seguida vou abrir palavra aos nossos Senadores, sempre aqui de plantão para defender as causas comuns. Senador José Nery e Senador Mesquita Júnior. Eu convidaria os dois para Mesa, se puderem. Pode ficar, bota mais duas cadeiras aí. Eu vou passar a palavra de imediato ao Presidente Calixto, da nova central sindical e também da CNTI, Confederação Nacional dos Trabalhadores. Presidente José Calixto Ramos da CNTI e da nova central, se me permite dizer que eu tive a alegria de estar em Canela,

com líderes de central sindical, fui muito bem recebido, eles, de pronto tiraram o apoio, tanto ao fim do fator, ao salário dos aposentados e pensionistas vinculado ao mínimo, o benefício, e também às 40 horas e eu tive uma moção que entreguei aqui no Congresso.

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: Nós queríamos registrar de início, os agradecimentos ao ilustre Senador Paulo Paim, pelo convite para participar dessa Audiência Pública. Cumprimentar todos os integrantes da Mesa e a companheira Lillian, os companheiros e as companheiras das centrais, Srs. Senadores que estão prestigiando essa audiência. Eu diria preliminarmente, que eu não sou um estudioso do tema, por isso nós procuramos um texto, trazer um texto que eu espero ler pausadamente, dentro do tempo que nos é concedido, tendo em vista que numericamente, quando se trata da discriminação, o DIEESE, através da Lillian, já expôs, inclusive deixou à nossa disposição. Então, *tratar do tema 120 anos de abolição não concluída e a questão do trabalhador, é para nós sindicalistas militantes há muito tempo, matéria de significativa importância, considerando que o companheirismo, um dos suportes do sindicalismo, nos conduz à luta por nossos semelhantes, em busca de melhores dias, condições de vida e de trabalho. Na abordagem do tema relembramos o Barão de Cotegipe, então Ministro do reino que no dia em que foi assinada a Lei Áurea, entrou no gabinete da Princesa Isabel e esta, sorridente e rodeada de flores, lhe disse: Veja barão, quantas flores. E Cotegipe limitou-se a observar. Cuidado com os espinhos dessas flores. Um ano depois veio a proclamação da República e o barão ao entrar novamente no gabinete, viu a princesa chorando. Ele então replicou: São os espinhos das flores de 1888. Referimos a esse fato porque ninguém dúvida que a abolição não chegou a ser concluída. Precipitada ante a pressão de pessoas influentes, incluindo poetas de renome, teve reflexo negativo na economia nacional. O livro História do Brasil, da Bloch Editoras observa que a lei denominada Lei Áurea provocou uma profunda desorganização na atividade econômica do país, porque apenas em São Paulo é que se iniciava a substituição do braço escravo pelo braço livre. Isto porque, diferente de outros países o Brasil tinha os escravos, como escravos, os negros maltratados e torturados desde o momento em que eram capturados em suas terras natais. Muitos, cerca de 8,6% morriam durante a viagem. Já em terras brasileiras, eram vendidos aos senhores de engenho, aos cafeicultores e outros dedicados à atividade agrícola. Não tinham direitos, mas deviam trabalhar muitas vezes de forma humilhante, até para a própria família. Abolida a escravidão, tornaram-se trabalhadores livres com direito a receber retribuições pelos serviços que*

viesses a prestar. Era natural que essa mudança da situação de escravos para de homens livres, tivesse influências negativas para a economia nacional, de vez que eram impulsionadores da riqueza da pátria. Esperava-se que atingissem desde logo a completa igualdade com os trabalhadores livres chegados do continente europeu para o trabalho nos cafezais. Assim não ocorreu, chegando-se à conclusão de que, na realidade, a abolição ainda não tinha sido concluída e ainda não foi. Não podemos desconhecer disposições constitucionais definidas, definidoras de igualdade de direitos entre todos brasileiros sem distinção de cor, raça, religião, etc. Está na Constituição. Todavia, o convívio social demonstra que os negros continuam sendo discriminados, a começar pelo corriqueiro uso de expressões que lhes são pejorativas. Nesse sentido, Vicente de Paula da Silva e Maria Aparecida Silva Bento, em trabalho intitulado *Racismo e Mercado de Trabalho* afirmam: Tem-nos indignado e incomodado profundamente a indignação cada vez maior de expressões que sempre relacionam os negros a situações de momentos ruins. Não podemos aceitar textos e discursos com temas como “lista negra”, “a coisa está preta”, “denegrir” e tantos outros. Essas expressões, na verdade, dão a entender subjetivamente que negro é algo negativo, inferior e mal. Não basta dizer que não há intenção ou preconceito. Quem bate, esquece. Quem apanha, nunca esquece. O poder dessas frases e expressões é tão grande quanto o do termo “judiar”. Infeliz referência aos Judeus, definidos como povo que maltrata seus semelhantes, publicado em relações raciais e grupos socialmente segregados. A prática do racismo é outra forma de discriminação. Vez por outra assistimos a imprensa noticiar processamento de pessoas por esse crime, que por sinal é inafiançável. Nenhum resultado prático tem sido obtido, sendo avaliada a observação dos dois autores citados quando afirmam: Por outro lado, em quase quatro décadas, desde que a discriminação racial passou a ser infração penal, ninguém ainda cumpriu pena de prisão por crime de racismo, mesmo a discriminação racial sendo um fato constante na vida dos afro-brasileiros. Os dados a esse respeito nos indignam. Apenas 1% da população negra consegue chegar aos cursos superiores. A taxa de analfabetismo dos negros, comparada a dos brancos, é o dobro. 40% contra 20%, respectivamente. A mortalidade infantil de afro-brasileiros no país, chega a ser pior do que em alguns países do continente africano. Isso está na obra citada. A desigualdade salarial é outro fato estarrecedor que já foi demonstrado também pela companheira Lillian. Acrescentamos ainda a desobediência frontal aos Direitos Humanos, entendidos por Ivair Augusto Alves dos Santos como

um conceito histórico que surgiu progressivamente, tendo como idéia central a dignidade humana. Isso foi dito muito rapidamente pelo companheiro representante do BNDES. Consideramos ser necessário tratar os negros com mais dignidade e sobretudo com fraternidade. É indispensável afastar qualquer forma de preconceito. E o Ivair que nós nos referimos diz o seguinte: *Em síntese, ao se analisar as várias facetas do preconceito, alguns aspectos se tornam evidentes. A postura de suposta superioridade de um grupo sobre o outro, pela definição de papéis diferenciados, pelo privilégio e o medo de competição e das aspirações do grupo subordinado.* Também está na obra que nós citamos. Não somos partidários de concessão de direitos especiais a trabalhadores negros, tendo em vista que em matéria jurídica, quanto mais se especifica, mais se restringe, e que o caminho a seguir deve ser de eliminar toda e qualquer forma discriminatória. Colocando brancos e negros em completa e irrestrita igualdade de direitos.

Em lugar de leis novas, específicas e afinal restritivas, é mais aconselhável desenvolver ampla e permanente atividade de conscientização do povo, incluindo trabalhadores e empregadores e dos próprios negros com vistas a exterminar os preconceitos ainda existentes e que são resquícios de uma abolição precedida sem os cuidados necessários a evitar prejuízos irreparáveis à própria economia nacional. Os negros carecem de melhores esclarecimentos sobre os seus direitos, em especial humanos e os de natureza trabalhista. E um dos primeiros passos com esse objetivo é fazê-los desprenderem-se daquela posição de inferioridade que sempre, que quase sempre demonstram e consolida em mais de duas centenas de anos de trabalho escravo e humilhante. É aconselhável também, conscientizar a todos que cor não significa superioridade. Negros e brancos devem estar em igualdades de condições. Como empregados, empregadores em qualquer lugar de destaque no convívio nacional. A história está repleta de belas atuações de negros e que comprova serem tão inteligentes e capazes quanto os brancos. Entendemos que deve ser desenvolvida campanha permanente, não basta idealizar. É importante agir com todos os meios ao nosso alcance. Não pretendemos ver parados programas governamentais, que apesar de bem elaborados, não são colocados em prática. Não nos consideraremos satisfeitos com projetos que não saem do papel. Queremos atuação bem dirigida e realista até chegarmos ao objetivo final que é a completa igualdade de direitos entre todos os brasileiros, consolidando-se uma pátria justa e não preconceituosa como se pretende. [soa a campainha] Chegaremos então, ao momento de afirmar que a abolição estará

completada. A Constituição Federal de 88 está repleta de dispositivos que possibilita esse tipo de ação. Basta cumprir eficazmente suas determinações. E eu traria, para terminar, dois exemplos dessa discriminação que chega a ser gritante. Um exemplo muito até empírico, mas que é evidente a todo o momento. Quem aqui não assiste ou não assistiu algum dia o programa do Faustão? Quase todos assistem pelo menos uma vez ou outra assiste, a Globo. E o Faustão tem um grupo de bailarinas. Os senhores vêem duas negras e no mínimo tem 20 bailarinas brancas. É interessante. Basta ver esses programas, mesmo populares, que você identifica automaticamente, a presença negra é ínfima. E quando você vai para uma atividade profissional diferente, por exemplo, na aviação. Nós viajamos muito, Senadores viajam muito, colegas dirigentes dos sindicatos também viajam muito, dificilmente você encontra uma aeromoça negra e um piloto negro é quase impossível no Brasil. Não encontra. É uma coisa interessante.

Quer dizer, são coisas simples que você enfrenta diuturnamente, mas não se atém a uma reflexão. O que é que acontece afinal de contas? E quando se vai para as próprias Instituições, os Poderes, as Forças, você vai a Marinha, por exemplo, é difícil ter um marinheiro negro. A grande maioria é exatamente branca. Então, nós estamos nos deparando todas as horas com uma discriminação que é vista de maneira, assim muito fácil, uma situação muito transparente, e na verdade, nós dificilmente paramos para analisar todas essas consequências. E como nós dizíamos, de acordo com a própria história, chega a tal ponto que os próprios negros, quer dizer, gente da nossa cor, que eu já estou incluído, quer dizer, está sempre se sentindo humilhado, sentindo diminuído. Ele próprio se põe nessa situação.

Eu vou dar um exemplo muito parecido, que eu vivi quando era Presidente do sindicato dos metalúrgicos em Recife, há mais de 20 anos passados. Eu ouvia, eu não era Presidente do sindicato, eu era Secretário. Secretário nas Instituições é o homem que carrega o piano. Ele tem que fazer tudo. Eu era Secretário do sindicato. Então estava na periferia, chegando, isso vai mais de 20 ou 30 anos, e uma coisa interessante que eu sentia é que eu ouvia muitos líderes sindicais fazer um discurso inflamando, uma linguagem muito fácil. Eles prendiam muito e eu ficava admirado, pensando que, como a gente dizia lá na nossa terra, não ia nem amarrar a chuteira dele, em momento algum. Quer dizer, eu já me sentia diminuído em relação àqueles companheiros. No entanto, a vida foi caminhando, veio a revolução gloriosa de 64, muitos daqueles colegas foram afastados, outros exilados, outros presos e eu terminei, depois de muito tempo, [soa a campai-

nha] chegando aqui a Brasília, à Confederação. E aí passei a ajudar muitos daqueles companheiros que me causava aquele espanto todo, pela sua facilidade e cheguei a terminar, terminando, ajudando a esses companheiros que estavam aqui implorando por Justiça, através desses processos que foram todos encaminhados para a polícia, para o Exército, para o SNI, para o Ministério do Trabalho e afastando aqueles companheiros. E eu terminei ajudando, com muito prazer, já aqui, e eles no ostracismo da vida, excluídos da vida sindical e até da vida em sociedade. Aconteceu muito isso. Então, quer dizer, é um exemplo para dar, fazer um comparativo, de como muitas vezes nós chegamos a um determinado recinto e se nós não tivermos um pouco de independência e de força de vontade, nós até recuamos um pouco, porque só vê aquela turma lá, loiro, branco e tal, e nós vamos fazer o que aqui? Então, isso é importante que os nossos companheiros negros, eles comecem exatamente a avaliar essa situação e levarem a cabeça, porque nós somos todos iguais perante a lei, na terra e muito mais perante a lei divina. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vou de imediato passar a palavra ao nosso companheiro Moacyr, líder também sindical, e aqui vai falar em nome das confederações de trabalhadores do Brasil. Moacyr.

SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD:: Primeiramente eu gostaria de agradecer a oportunidade, cumprimentando também ao Senador Paim, nossa companheira Lillian, do DIEESE, Dr. Luiz Alberto, Juiz do Tribunal, companheiro Calixto, Presidente da nossa Central, os Senadores aqui presentes, Senador Nery, Senador Mesquita, os demais aqui presentes, cumprimentar os nossos dirigentes sindicais, em especial da nossa Confederação, companheira Rose que vem de Goiás, através de você todos os setores aqui presentes, companheiro Orlando, aqui do Distrito Federal, toda sua delegação que está aqui presente. Companheiro Irlaquim(F), da CNTTT aqui presente, representa os trabalhadores de transportes, gostaria, na questão do primeiro de maio, cumprimentar os companheiros colaboradores das entidades sindicais e nessas duas pessoas eu gostaria de cumprimentar todos trabalhadores, dirigentes sindicais, funcionários das entidades sindicais que é o Jair e o Elias que aqui está presente e gostaria de cumprimentar aos servidores do Congresso pelo dia primeiro de maio, na pessoa do Osmar, o qual está nos ajudando e colaborando nesse momento.

Senador Paim, existe no mundo pessoas e pessoas. Tem pessoas que vêm para o mundo para, na mis-

são de prejudicar, de atrapalhar, de acabar, quanto pior melhor. E essas pessoas a gente pode ser, hoje está muito conhecido, que é a questão da destruição do ser humano, que nós podemos chamar dos homens-bomba, que colocam dinamite, explosivo no seu próprio corpo, para matar o próprio ser humano e destruir Instituições, destruir a cidadania, e coisa e tal. Nós também temos os homens trincheira, que são as pessoas que se colocam na frente, para defender o ser humano, defender o trabalhador, defender a dignidade e defender o seu irmão. E esse homem trincheira, me permitam todos, V.Ex^a. é um deles. A luta aqui dentro do Congresso, através dos Senadores que têm o compromisso e aqui estão também, presentes, numa quinta-feira, véspera de feriado, são pessoas que não nos faltam. Senador Mesquita, Senador Nery e para nós trabalhadores é muito importante saber que os trabalhadores podem chegar a essa Casa e ter esses homens trincheira que seguram nossas necessidades. Recentemente, Senador, eu tive a felicidade de fazer parte, através do Ministério do Turismo, de uma Comissão que está tentando desenvolver as questões da copa do mundo de 2014. E recentemente eu tive a oportunidade de conhecer a África do Sul, onde a questão do racismo é muito forte. Nós tivemos o Apartheid, onde Mandela teve um fator assim, fundamental para tentar democratizar o país. E lá nós conhecemos onde o Mandela esteve preso, onde o Mandela passou exilado, preso, massacrado. E a gente se sentiu naquele país, como é difícil trabalhar na questão do racismo. Existem leis específicas, que até 2010 há necessidade de colocar na direção das empresas, na Diretoria, tem que ter um negro, tem que ter um percentual de negros trabalhando dentro das empresas, tem que ter mulheres trabalhando, mas é através de Decreto, porque a sociedade em si, não consegue absorver. E a pobreza é tão grande e a dificuldade, vamos supor, do negro se colocar no mercado de trabalho, que as empresas que já chegaram e já colocaram alguns negros no seu quadro funcional, falam aquilo com o maior, como se fosse uma grande vantagem estar colocando um ser humano igual a eles no quadro funcional. E uma das questões para que seja exercida fundamentalmente essa questão, é que se até 2010 as empresas organizadas não tiverem dentro daquele quadro, elas poderão perder a possibilidade de trabalhar com o Governo. E o Governo lá, é muito concentrado o poder dentro do Governo.

Mas aqui no Brasil, se a gente olhar, também não é muito diferente. Foi colocado agora pouco, através da nossa companheira Lillian, do DIEESE, a questão de Salvador. O nosso sindicato, Sindicato dos Empregados no Turismo e Hospitalidade, junto com o Minis-

tério Público, fez uma pesquisa dentro de Salvador e que nós não temos um negro, um negro no poder de mando, numa agência de turismo, numa recepção, na gerência de um hotel. Em nada, vamos supor que tenha um mando direto, que seja um Gerente, um Diretor, em Salvador. Nós temos negros em tudo quanto é lugar. Até porque, a maioria de Salvador é negra. Tem na cozinha, grandes chefes e coisa e tal, mas na direção, não temos. E o que mais nos deixou assim, decepcionado. Não foi nesse Governo, mas foi no Governo anterior, que é contrato, conforme V. Ex^a. sabe, nós temos diversas campanhas, campanha da evasão escolar, da valorização do ser humano, contra o combate do turismo sexual, a questão da criança, da droga e coisa e tal e nós queríamos fazer uma campanha contra a discriminação. E começando por Salvador. Nós conseguimos o selo do patrocínio, não era patrocínio financeiro, mas sim o direito de usar o selo na campanha do Ministério do Trabalho, do Ministério do Turismo, do Ministério da OIT e nós não conseguimos do Governo da Bahia, no Governo anterior. E o que nós não estávamos pedindo dinheiro, nós estávamos pedindo o direito de colocar o selo do Governo da Bahia na nossa campanha. E tendo em vista essa situação, nós não conseguimos, não fizemos a campanha. A campanha era direcionada especialmente aos nossos colaboradores, funcionários, nossos irmãos de Salvador. Vamos reverter esse processo. Vamos voltar, vamos ver se agora, mudou o Governo, se a gente consegue alterar. Na questão da abolição ainda, a gente imagina que quando foi feita a abolição, foi feito um grande negócio. Os seus donos de senzala, dono das grandes fazendas, na oportunidade, quando foi feita a liberdade dos negros, eles foram indenizados pelos negros que tinham. Talvez não fosse nada de social, mas talvez, um grande negócio que as pessoas que estavam já não tinha mais espaço, já não tinha mais questão social, estava muito pesado e talvez eles lucrassem muito mais. Em vez dos negros serem indenizados para começar, dar continuidade numa vida decente, muito pelo contrário, eles não tiveram nem sequer oportunidade, que muitas vezes pediam até para retornar, que não tinham nem sequer comida para comer no dia seguinte. E hoje foi colocado aqui, uma coisa que me deixou impressionado. Nós vamos trabalhar, vamos supor que a questão do salário mínimo. E foi colocado um negócio que eu nunca tinha me apercebido. O valor do salário mínimo é o tamanho que a sociedade coloca, é o tamanho da discriminação e o tamanho da pobreza que o país impõe à sua sociedade. Se você imaginar que até pouco tempo atrás nós tínhamos o homem do salário mínimo, que era o Senador Paim, que brigava para chegar aos cem dólares em todos os

cantos desse país, seu discurso primeiro, era o salário mínimo para cem dólares. Graças a Deus já passamos cem dólares, passamos os 200, e acho que à dignidade, aos poucos está chegando. Esse primeiro de maio, Senadores, não vamos dizer que não temos nada a comemorar. Nós já tivemos oportunidade de se questionar o que o trabalhador iria fazer em comemoração ao primeiro de maio. Este ano acho que nós temos algumas coisas.

Nós temos a questão do reconhecimento das centrais, o qual temos absoluta certeza que o trabalhador vai ganhar e ganhar muito com isso. Através do movimento unificado das centrais sindicais, nós já conseguimos melhorar, ajudar, melhorar a questão do salário mínimo, reduzir a tabela do Imposto de Renda, a campanha agora da questão das 40 horas, que é bandeira sua, de muitos anos. A questão da dignidade do trabalhador, questão do fator previdenciário que passou nessa Casa, que nós temos muito que agradecer a V.Ex^a., a qual necessitamos e temos o compromisso com a sociedade de agora fazer que isso passe e ande dentro da Câmara dos Deputados. Nós sabemos que esse ano é um ano eleitoral, que nós necessitamos fazer com que a Câmara sinta isso na pele, no sangue, que esse fator previdenciário não é somente a questão da remuneração da aposentadoria, mas é uma questão da dignidade, porque aquele momento que você tira o pão nosso de cada dia da mesa, da condição do ser humano ir lá e comprar, você está tirando a vida dele, está tirando a dignidade. Senador, nós os trabalhadores das confederações, nós temos uma gratidão muito grande por V.Ex^a. E me permita os demais Senadores, nesse homem negro que nunca fugiu das suas raízes, que tem--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita dizer que negros e brancos. Os dois são brancos, mas são dois lutadores iguais.

SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD:
--Com certeza, mas hoje em função da pauta, que--

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Há controvérsias.

SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD:
-- que nós temos Senador Paim, que nunca alterou seu modo de vida. De ser dirigente sindical, de ser Deputado, de ser Senador. Aonde que tem orgulho do seu passado, tem orgulho da sua mãe, orgulho da sua vida sindical e aonde que o movimento sindical bate na sua porta para brigar a questão da redução da jornada de trabalho, do fator previdenciário, a questão do idoso, questão do negro. Nós vamos necessitar muito e muito dos senhores nessa PL 1987, que diz que vem fazer a reforma da CLT, que normalmente a reforma quando é colocado na mão de um terceiro,

nunca sai do jeito, a Casa, do que a gente quer. Porque normalmente quando faz reforma é para tirar, não é para aumentar. Nós temos a convenção 151 que dá o direito ao funcionário público à negociação coletiva. Nós temos a convenção 158 que já é antiga essa luta dentro do Congresso, que já foi uma vez ratificada e voltada para trás.

Enfim, nós temos nesse primeiro de maio muita coisa para nós comemorarmos. Mas tem um compromisso muito maior com a sociedade do que vem, vai passar por essas duas casas, porque a luta nossa de movimento sindical [soa a campainha] Não pára no dia-a-dia. E nós temos de termos em sã consciência que o movimento sindical deve muito, principalmente nas articulações com esses Senadores que têm a vocação e tem o compromisso social. Nós temos aqui mais uns dias, um segmento dentro do nosso segmento da Confederação dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, a Medida Provisória 415, em que foi alterada dentro do Congresso, foi feita uma alteração, inclusive avançamos, que proíbe a venda da bebida nas áreas urbanas, que foi derrubada, foi imposta condições mais rígidas para quem bebe, acho que é importante isso, quem deve ser penalizado é o motorista que bebe e não os passageiros, a sociedade, nem quem está trabalhando. Mas ainda houve uma grande discriminação, que o trabalhador que trabalha nos restaurantes, que vende essa atividade, na área rural não vai poder consumir, não vai poder vender a bebida e o trabalhador da área urbana poderá. E aí fica difícil. Será que o trabalhador da área urbana é mais privilegiado que da área rural ou será que o da área rural é mais privilegiado que da área urbana? Vamos precisar do apoio de V.Ex^a. E finalizando, para não estender muito meu tempo, Senador, eu gostaria de, acabando nosso pronunciamento, fazer uma denúncia em nome de todo o movimento sindical, Senador Paim. E uma denúncia muito séria, que é contra o Ministério Público. O Ministério Público tem lutado contra o movimento sindical de forma arrasadora. O movimento sindical, nem no tempo dos militares, dos milicos, que tiveram no poder, nós não fomos tão massacrados como nós estamos sendo agora.

Na época dos militares matavam dirigente sindical, seqüestravam, mas não atacava as Instituições. As pessoas morriam, eram seqüestradas, mas ficavam seus discípulos. Hoje o Ministério Público está passando através de rodão(F) em cima do artigo 8º da Constituição, aonde que nos dá o direito e a liberdade sindical. Ele esquece o artigo 513 da Constituição e vem impondo condições ao movimento sindical de verdadeira barbárie. Tem entrado com ações contra o movimento sindical, contra os sindicatos, impedindo

do que ele venha a receber as taxas sindicais, que movimenta, é os valores que mantém o movimento sindical, impondo multas e a devolução, inclusive dos recursos dos últimos cinco anos que os sindicatos receberam, multa de mil reais por empregado que foi feito o recolhimento, sendo que esse recolhimento foi feito através do artigo 8º da Constituição, artigo 513 da Constituição. Multa de 50 mil de danos morais, que nós não conseguimos entender de que forma que é isso e lamentavelmente eu fazia um apelo ao Dr. Luiz Alberto que é sensível, participou do movimento sindical, das questões sociais, e lamentavelmente os Juízes têm deferido esse tipo de ações. [soa a campainha] Com ações desta forma, nós temos absoluta certeza que o movimento sindical está fadado a acabar de uma hora para outra. Porque uma ação, uma sentença mandando devolver os últimos cinco anos as taxas assistenciais do movimento sindical, demandando mais uma multa de mil reais por empregado, mais a multa de 50 mil reais por danos morais, lamentavelmente não há Instituição que consiga.

Sabemos Senador, do seu processo, do seu projeto, nós estamos trabalhando para que isso aconteça. E nós temos de colocar uma barreira, mais uma vez um homem trincheira vai ter que trabalhar nessa questão. Agradeço a todos, felicito a todos pelo dia primeiro de maio e dizer que a luta da discriminação, vamos continuar que essa luta permanece no nosso dia-a-dia. Muito obrigado pela oportunidade.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu que agradeço ao companheiro também, Moacyr, que falou pelas confederações. O companheiro Calixto falou pelas centrais sindicais e nesse momento eu abro a palavra para os nossos Senadores. Senador Mesquita Júnior e o Senador José Nery e depois vou abrir a palavra para que um representante dos aposentados da Caixa possa fazer aqui seu depoimento. Se hoje é uma Sessão que estamos combatendo todo tipo de discriminação e amanhã é o primeiro de maio, é mais do que justo que os aposentados da Caixa, que tenham direito a fazer seu pronunciamento logo após a fala dos Senadores. Sem prejuízo também, que vamos abrir espaço para outros dois sindicalistas do Plenário fazerem depoimentos ou fazerem perguntas aos nossos painelistas. Senador José Nery com a palavra e em seguida Senador Mesquita Júnior.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, quero cumprimentar a todos os expositores e painelistas dessa Audiência Pública, a Dra. Lillian Marques do DIEESE, Dr. Luiz Vargas, Juiz do trabalho da quarta região, Sr. Calixto Ramos, Presidente da Nova Central e o Moacyr, aqui represen-

tando a nova Central Geral Sindical de Trabalhadores. Senhoras e senhores, meu caro companheiro Senador Geraldo Mesquita. Essa série de Audiências Públicas que atendendo a convocação do Senador Paulo Paim para tratar de questões atinentes ao povo negro e nesse momento em que realizamos essa audiência na véspera do dia do trabalhador, primeiro de maio, que muitos insistem como de fato é assim legalmente dito, dia do trabalho, para nós é o dia do trabalhador e da trabalhadora que com o suor do seu rosto, do seu esforço, constrói as riquezas e o desenvolvimento, seja do país e da humanidade. Portanto, um dia universal, como universal precisam ser todos os direitos, todas as garantias de bem-estar que precisam todos os seres humanos, especialmente os trabalhadores e trabalhadoras do mundo inteiro. No dia de amanhã, mais do que importante, que as diversas centrais sindicais, que os diversos movimentos de todas as formas que for possível tratar das questões como pauta prioritária a luta pela garantia de direito dos trabalhadores e jamais aceitar, sob qualquer hipótese, proposições, idéias que visam retirar direitos, quando na verdade, nós precisamos trabalhar para ampliar direitos. Dizer não à redução dos direitos sociais dos trabalhadores, direitos trabalhistas, direitos previdenciários, deve ser a tônica do primeiro de maio dos trabalhadores e trabalhadoras, brasileiros e brasileiras para que aqui neste Congresso Nacional, na Câmara e no Senado não venham a prosperar os projetos que apelidados de fazer, com a intenção de fazer reformas, como a reforma da CLT, na verdade buscam, de alguma forma, garantir, retirar direitos e garantir os lucros das empresas, dos Bancos, do agro-negócio, em detrimento da garantia e ampliação dos direitos dos trabalhadores. Vejo com preocupação a Medida Provisória 410, já aprovada na Câmara, que permite que na convenção ou acordo coletivo de trabalho, seja permitido o contrato na safra sem a assinatura da carteira de trabalho. A Medida original é pior, porque já previa isso dois meses, foi alterado e foi aprovado na Câmara, que se houver autorização na negociação coletiva, que se permita que o trabalhador safrista, por dois ou três meses venha, não necessite de ter a carteira assinada.

Não podemos permitir, temos que fazer uma trincheira para que essa proposta não passe aqui no Senado Federal. Embora saibamos das dificuldades. Mas o próprio Senador Paim e eu tivemos a oportunidade de subscrever, Senador Geraldo Mesquita com certeza, uma Audiência Pública para tratar especificamente dessa questão que pretendemos Senador Paim, como a medida vai chegar, o projeto vai chegar aqui por esses dias, que nós possamos fazer aqui um grande debate em torno da garantia do direito da

carteira assinada a todo e qualquer trabalhador, não se permitindo, sob toda e qualquer hipótese, a oficialização da informalidade, especialmente no campo, quando no campo as campanhas salariais de 15, 20, 30 anos atrás, já traziam como ponto nº. 01 da pauta de reivindicação dos trabalhadores a carteira assinada e os direitos trabalhistas e previdenciários.

Portanto, é preciso fazer uma trincheira de luta para não permitir que haja qualquer brecha que permita que trabalhador venha a exercer sua função, sem a carteira de trabalho assinada. É um retrocesso que não podemos aceitar sob qualquer hipótese. E creio que aprovar essa medida pode significar uma abertura de uma porta para depois ser escancarada aí, com as reformas que venham retirar direitos dos trabalhadores. Portanto, o dia primeiro de maio tem que se converter num dia de luta para a afirmação de direitos, um dia de luta para mobilizar a sociedade e junto ao Congresso Nacional, especialmente agora junto à Câmara dos Deputados, para garantir a aprovação do fim do fator previdenciário que o Senado já o fez, aprovar na Câmara o reajuste dos aposentados e pensionistas de acordo com que estabelece o reajuste do salário mínimo. Essas bandeiras, encampadas e dirigidas pelo Senador Paim, o grande timoneiro dessas causas, a qual nos associamos, creio que devem fazer parte do primeiro de maio como bandeiras históricas dos trabalhadores as quais não podemos renunciar. Como deve fazer parte dessa luta em prol da liberdade, do fim da escravidão que permanece sobre milhares de trabalhadores que nos últimos 13 anos foram libertadas em condições análogas de escravos, oficialmente pelo Ministério do Trabalho, 28.900 brasileiros nessa condição e que, portanto, exige que o Brasil tome uma posição mais decidida sobre todo ponto de vista do arcabouço jurídico legal, votando aqui, medidas para punir de uma vez por todas os escravagistas contemporâneos. Nesse sentido um apelo e uma convocação. A luta sem tréguas para aprovar na Câmara Federal o projeto de emenda constitucional, a PEC 438 que trata da expropriação das áreas onde for constatada a prática de trabalho escravo.

E aqui, Senador Paim, Senador Geraldo Mesquita, senhores convidados e convidadas, no dia de ontem participei de uma reunião com um conjunto de entidades que chama movimento nacional pela aprovação da PEC 438, e há uma proposta que trago público aqui, torno público aqui nessa reunião da Comissão de Direitos Humanos, com a presença de parlamentares sindicalistas, as entidades da sociedade civil, de magistrados, de Procuradores do trabalho, da OIT, a Igreja, CPT e outras, sugerem e eu creio que esse é o momento adequado, pediram que eu, aqui

manifestasse essa proposta, que fosse estimulada a criação imediata de uma frente de parlamentares e sindicalistas envolvendo todas as centrais sindicais do país, para um movimento mais ofensivo, organizado, no sentido de buscar o convencimento do Congresso Nacional, especialmente dos Deputados e Deputadas Federais para votar o projeto que é de 2001, aprovado no Senado em 2001, em 2004 aprovado em primeiro turno na Câmara dos Deputados, a PEC 438 que trata justamente da expropriação das terras onde for constatada a prática de trabalho escravo e com isso, evidentemente, um instrumento poderoso para inibir essa prática em nosso país. Porque não é aceitável como temos dito e reafirmado que 120 anos após o fim da escravidão, aliás, a abolição não concluída, nós não podemos admitir nem aceitar que as novas formas, a escravidão contemporânea que não se dá e essa é uma questão importante, discutir o conceito de escravidão contemporânea, porque muitos imaginam a escravidão no dia de hoje com o trabalhador acorrentado, preso, chicoteado nas senzalas. Não é isso. A escravidão contemporânea se dá pela negação dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários daqueles que trabalham, especialmente nas grandes fazendas, empreendimento do agro-negócio pelo país afora, especialmente na Amazônia. A escravidão se dá pela colocação de trabalhadores em alojamentos fétidos, negação de alimentação adequada, de transporte, escravidão por dívida, servidão por dívida.

Então, eu creio que essa questão necessita de um posicionamento mais firme de todos aqueles e aquelas e o apelo aqui e a convocação, Senador Paulo Paim, que nós possamos estimular, Senador Geraldo Mesquita, uma frente de parlamentares que se articule mais firmemente em torno dessa questão com a presença decisiva, necessária e importante de todas as centrais sindicais do país, de todos os trabalhadores e trabalhadoras para um movimento muito forte, com a compreensão de que é importante votar neste ano de 2008, a PEC, na Câmara dos Deputados. Porque entendemos que há tanto tempo que esse projeto vem sendo discutido, em algum momento é preciso ter uma definição sobre o projeto, a PEC 438, já aprovada no Senado Federal e desde 2003, 2004, aguardando votação em segundo turno na Câmara. Essas questões têm a ver com a luta em defesa dos direitos dos trabalhadores, tem a ver com o fim da discriminação, tem a ver com o fim de todo e qualquer processo que não respeite a dignidade humana. Portanto, o primeiro de maio e essa audiência aqui, pode estar sintonizada com essas lutas, com essa mobilização e eu gostaria, Senador Paim, que pudéssemos, a partir dessa reunião, convocar em um momento que pudesse discutir

com as centrais sindicais a Submissão de Combate ao Trabalho Escravo e a Comissão de Direitos Humanos, essa atividade mais imediata, necessária para marcar 2008 como o ano em que o Brasil pode assinar a sua segunda Lei Áurea, quando na verdade, possamos de uma vez por todas, punir com a perda da propriedade aqueles que mantêm trabalhadores em condições análogas à escravidão. Era o que tinha a manifestar nessa audiência, embora tenhamos questões outras, principalmente para dialogar em outro momento com o BNDES, em função da exposição feita pelo Dr. Antônio do Prado, eu creio que são questões fundamentais para ampliar o conceito e a visão de um banco estatal onde a questão social possa ter de fato, um desdobramento muito mais efetivo num processo de desenvolvimento nacional que privilegie as regiões mais empobrecidas do país e os setores mais empobrecidos da sociedade. Então, a saudação a todos que participam dessa Audiência Pública e a certeza de que ela contribui com os dados e as informações aqui prestadas para que possamos avançar na luta contra a discriminação racial, na luta contra a desigualdade de toda natureza, como parte fundamental desse processo civilizatório que, apesar de termos avançado em muitas questões, na garantia de direitos, mas há muito a fazer para que sejamos verdadeiramente uma sociedade justa, livre e democrática como todos nós sonhamos e de alguma forma nos somamos na conquista do trabalho para concretizá-las. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar a palavra ao Senador Mesquita Júnior, mas informando já, Senador José Nery, que recebi aqui a comunicação nesse momento, que foi conseguido dia 14 de maio agora, o auditório Petrólio Portela onde faremos um grande encontro com a participação de todas as centrais sindicais, todas as confederações, para debatermos a Previdência e naturalmente, o fim do fator, o benefício dos aposentados e pensionistas e aproveitaremos lá quem sabe, para lançarmos já a frente parlamentar.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Seria muito importante. Como nós queremos, Senador Paim, que esse tema do direito dos aposentados, relacionado aos aposentados e trabalhadores brasileiros tenha uma importância fundamental, quem sabe ali seja o momento para marcar e organizar essa frente em que o movimento sindical brasileiro de forma mais decisiva e organizada se soma a esse processo para, em 2008 assinarmos a segunda Lei Áurea que esperamos seja defina e que de fato ajude. Claro, têm outros fatores, outra Legislação, outros assuntos, outros temas relativo à busca do trabalho digno e decente, mas sem dúvida,

lutar contra a escravidão contemporânea deve ser o objetivo de todos nós que queremos um Brasil mais justo, mais livre, mais solidário. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Mesquita Júnior, por favor.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, caro companheiro Senador Paulo Paim, Senador Nery presente, quero cumprimentar nossas convidadas, nossos convidados, todos aqui presentes e falar muito pouco, Paim, porque hoje colhi aqui, manifestações e informações muito importantes. Graças à sua iniciativa de iniciar esse ciclo de seminários e debates em torno da questão do povo negro. Eu cheguei e estava falando com o Dr. Antônio parado e fiquei muito feliz em saber que os expositores aqui, inclusive a Dra. Lillian que eu perdi a sua fala, infelizmente, mas a fala do Dr. Luiz Alberto também que foram escolhidos a dedo, como se diz né, pelas suas qualidades, sabe, Paim, eu fico muito feliz, por exemplo, quando eu travo contato e tenho conhecimento de um Juiz que se dá o direito de pensar. Eu fico muito feliz com isso. Um Juiz que se dá o direito de decidir, inserido no contexto em que ele está. Isso pra mim, eu que sou Advogado de formação, isso reforça a minha expectativa de que o mundo pode melhorar e que vai melhorar e que as coisas podem mudar. Viu Dr. Luiz? A fala do Dr. Antônio Prado me deixou, também muito estimulado. Ele traz aqui informações acerca da cláusula social do BNDES, que eu confesso que desconhecia, acho que é uma coisa muito interessante, e eu cheguei aqui inclusive a anotar algumas afirmações dele, uma delas me chamou muita atenção, quando ele se refere ao fato de que a desigualdade é um fenômeno social e econômico e não natural, porque durante muito tempo a própria Igreja sustentou que a desigualdade era um fenômeno natural, lastimavelmente. Outra expressão dele é de que escolher o valor do salário mínimo é decidir que nível de desigualdade social queremos no nosso país. Algo que tem muito a ver com sua batalha. Mas em algum momento a fala de alguém aqui me fez lembrar, Paim, que alguém aqui se referiu a cotas. Acho que foi o próprio Dr. Luiz Alberto. E eu queria aqui revelar qual foi a reflexão que eu fiz, o argumento final que eu utilizei para me convencer da necessidade das cotas. Eu chamo a atual cota, Paim, aquela pela qual você briga, pela qual muitos de nós lutamos para introduzir e avançar com ela. Eu chamo essa cota, de cota positiva. Em contraposição, a cota negativa que sempre houve nesse país. Lembremos todos, que aqui havia não só no nosso país, mas todos aqueles que se valeram da escravidão, utilizavam do sistema de cota. No Brasil recebíamos, não digo co-

tas, mas lotes. A cota de antigamente, eram lotes de, preferencialmente inclusive, de negros.

Então, essa resistência que há hoje, a tentativa de muitos, de introdução da questão da cota, Dr. Luiz, eu acho que aqueles que a ela se opõem, devem lembrar que anteriormente, antigamente, eles mesmos instituíram outra cota. A cota dos escravos, a cota dos negros. Então, nada mais, até justo do que, em contraposição, nós firmarmos posição efetivamente, em torno da necessidade da adoção de cotas. Ponto. Quero como eu disse Paim, vou falar muito pouco, porque aqui eu ouvi e gostei muito do que eu ouvi e aprendi muito hoje. Mas eu não poderia sair hoje daqui, Paim, o momento em que você, por sua iniciativa inaugura um ciclo de seminários, como eu disse, para tratar da questão do povo negro, seminários que vão ser realizados no decorrer do mês de maio, etc, a gente inaugura esse, exatamente nas vésperas em que se comemora o dia do trabalhador e não do trabalho, como muitos, ultimamente têm tentado mistificar uma data como essa. A gente ouve na rua: é o dia do trabalho. Não, é o dia do trabalhador. É o dia da luta do trabalhador. É uma data histórica e importante.

Mas exatamente neste momento, Senador Paim, quando V.Ex^a. inaugura com seu Requerimento aprovado nessa Comissão, um ciclo de palestras e seminários tão importantes como esse, eu abro o jornal hoje e aqui quero despejar minha indignação. Eu abro o jornal hoje, particularmente o jornal Folha de São Paulo, e colho a manifestação de um cidadão da Bahia, um coordenador de um curso de medicina, pelo menos é atribuído a ele, Antônio Dantas. Eu faço essa, eu achei uma coisa assim, tão absurda o que é atribuído a ele, que eu estou aqui torcendo para que não seja verdade o que ele disse. A propósito do resultado, dos baixos resultados, colhidos pelo ENADE, exame nacional de desempenho dos estudantes, na escola de medicina da Bahia, ele disse simplesmente, que ele atribui esse baixo resultado ao baixo QI dos Baianos. Ao baixo QI dos Baianos. Eu não sou Baiano, mas eu me tomei de uma indignação tão grande, Paim, porque eu vou explicar por que. É a manifestação mais cabal de racismo que eu já vi na minha vida. Porque, em seguida ele diz o seguinte. Em seguida, não satisfeito com a besteira que falou, ele diz o seguinte: O baiano toca berimbau porque só tem uma corda, o berimbau.

Então, Paim, eu me convenci de que a manifestação dele não foi uma manifestação qualquer, foi uma manifestação de racismo. Ele deve inclusive, ser processado por isso. Ele se trai quando ele traz aqui a questão do berimbau, que berimbau só tem uma corda. Berimbau foi introduzido pelos escravos negros para marcar o compasso do jogo, da luta na capoeira.

Então, a manifestação dele é de um extremo racismo, como há muito tempo eu não via no Brasil. Então, eu queria simplesmente, trazendo esse fato aqui, que eu torço, estou torcendo para que o jornal tenha se equivocado e que realmente esse cidadão não tenha dito isso. Porque, no momento em que, repito Paim, você inaugura um ciclo de seminário para a gente tratar da questão do povo negro no país, um cidadão como esse aqui, que se diz baiano, inclusive, me aparece com uma manifestação tão cabal, tão grosseira de racismo puro. Racismo mesmo. Eu li, li de novo, li a terceira vez para me convencer do que eu estava lendo, porque não acreditei. Portanto, eu queria apenas manifestar aqui, a minha completa indignação, Paim. Esse é o tipo de coisa que a gente não pode deixar passar e nem deixar barato no nosso país. Entende? Não podemos deixar barato isso aqui. Vamos ter que aprofundar, vamos ter que investigar se isso aqui realmente correu. E se ocorreu, Paim, baianos ou não, nós vamos ter que tomar uma atitude com relação a isso aqui. Porque não pode ficar barato isso aqui.

Então, com isso eu queria festejar com você, com o Senador Nery, com todos aqui presentes a data de amanhã, festejar o início desse ciclo de seminários que eu acho que vai ser algo de fundamental importância, já está sendo, já está sendo, pelas manifestações colhidas aqui hoje, complementadas pelos dois sindicalistas. Eu quero saudar a todos, está ficando meio que um lugar comum, Paim, mas existe lugar comum muito bom. Existe lugar comum que a expressão corresponde, mas existem lugares comuns excepcionais. Eu digo lugar comum, é o fato de a gente estar aqui, convocado por você, participando de uma audiência importante, mais uma vez. Colhendo aqui, de pessoas que convivem com você há muito tempo, a manifestação de respeito, de admiração e eu quero dizer para Lillian, para o Dr. Luiz Alberto e para os sindicalistas que estão aqui que esse mesmo carinho, esse mesmo respeito, nós temos aqui dentro do Senado Federal, pelo Senador Paim. Aquele parlamentar que eu digo que está aqui para defender causas e não coisas. Digo isso, repito, por isso que eu falei lugar comum. Porque eu já disse isso uma centena de vezes, não me canso de dizer isso, me satisfaz, me dá imenso prazer repetir isso a exaustão. Portanto, queria lhe parabenizar, saudar todos que estão aqui nesse Plenário e convocar a todos para que passemos essa história a limpo desse cidadão da Bahia, de forma emblemática mesmo, sabe Paim. Eu gostaria que todos fossem tomados pela indignação que eu fui tomado. Eu me senti ofendido com a afirmação desse cidadão. Vou levar essa questão ao Plenário hoje, Paim, que não pode, não podemos deixar isso barato. Entende? E queria encerrar a minha

participação, agradecendo o privilégio, inclusive, de ter estado hoje aqui, de ter participado dessa importante audiência. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Mesquita Júnior, permita, que essa Presidência também não sabia desse fato, estou sabendo agora, fiquei perplexo, fiquei, até diria, assustado de ver que amanhã 120 anos da abolição não conclusa e pelo que recebi aqui do nosso, meu amigo Magrinhas(F) e Juiz. Diz que o camarada é coordenador, é isso? Coordenador do curso.

Eu também concordo com V.Ex^a., acho que é um tema que tem que ir ao Plenário, uma situação por ele aqui apresentada, de total desrespeito ao povo brasileiro, a todo o povo brasileiro. E claro, especificamente aqui, uma agressão truculenta ao povo da Bahia e que nós temos que fazer uma Sessão, eu diria, eu propus ontem já que o horário do pequeno expediente hoje seja dedicado à questão dos trabalhadores e dos aposentados do país, já que amanhã é o dia primeiro de maio. Eu avançaria na linha do que o Senador aqui colocou o Senador Mesquita Júnior, de nós já aprovarmos aqui, claro, vamos conferir os dados, uma moção de repúdio a essa manifestação e vamos levar essa moção também para que seja referendado ao próprio Plenário, remetida à Universidade, mas dirigida ao agressor, a quem cometeu esse crime hediondo. Se vocês concordarem, nós botaríamos aqui, simbolicamente, a aprovação, vamos redigir ela nos moldes, que é só isso mesmo, uma moção de total repúdio à agressão feita ao povo brasileiro e especificamente à nossa querida Bahia, terra de todos os Santos, da qual todos nós temos um carinho e me diz ela aqui que, com orgulho é baiana, é baiana. Então, uma salva de palmas ao povo da Bahia. [palmas]. Ao povo da Bahia. Senador Mesquita Júnior e na hora de aprovar a moção, que nós vamos aprovar no fim, eu tenho certeza que vamos aprovar de pé aqui, uma homenagem ao povo da Bahia e que por extensão, nós aqui saudando o povo da Bahia, estamos saudando todo o povo brasileiro. Eu vou então, de pronto, mais uma vez cumprimentando o Senador José Nery, Senador Mesquita Júnior, pela firmeza como defenderam aqui as causas dos trabalhadores e combatendo naturalmente sempre a todo tipo de discriminação, eu vou passar a palavra ao representante dos aposentados da Caixa Econômica Federal, Sr. Antônio Antrades da Silva, V.Ex^a. tem a palavra para expor aqui, as suas preocupações, que eu tenho certeza é a preocupação de todos nós.

SR. ANTÔNIO ANTRADES DA SILVA: Senador Paulo Paim, Presidente da CDH, Srs. Senadores, senhoras e senhores convidados, sindicalistas presen-

tes, meus colegas aposentados da Caixa Econômica Federal. Outrora os aposentados e pensionistas da Caixa foram injustamente considerados de marajás. Fama que não durou por muito tempo, até porque a verdade chegou mais cedo do que a injustiça das palavras. Os aposentados da Caixa hoje sofrem defasagens salariais monumentais, fruto de uma política de reajuste salarial implantada naquela empresa no período de 95 a 2002, em que criaram o fenômeno desumano chamado reajuste zero, para a aposentadoria e para as pensões. Este reajuste zero caracterizou uma verdadeira devastação na situação financeira dos aposentados e pensionistas da Caixa. O reajuste zero fez com que num período de oito anos nós tivéssemos apenas 6% de reajuste, num período em que a inflação oscilava entre 18 e 26% ao ano. Os remédios tinham reajustes, em média de 600%, a energia subia mil e tantos por cento, a alimentação 400% ao ano. E isso fez uma devastação total. Nós tivemos 1% em 1998 e 5% em 2002, coincidentemente, anos de eleição para Presidência da República. É triste, termos que registrar que há aposentados da Caixa recebendo 200 reais, 150 reais, 70 centavos. Deixa-nos indignado termos que fazer cotas para pagamento de remédios de colegas, pagamento de conta de luz. Este apelo que nós fazemos é no sentido de que o Brasil inteiro ouça, veja, sinta que o aposentado da Caixa jamais foi marajá. Hoje o aposentado da Caixa briga por uma inclusão social, tanto quanto a maioria dos trabalhadores brasileiros. Nós temos dois problemas graves. Na parte relativa ao Fundo de Pensão, em função do reajuste zero que foi aplicado e apenas 6% em oito anos, nós tivemos uma defasagem em torno de 90%, que o Grupo de Trabalho foi instituído no Fundo de Pensão conseguiu um resultado de 49,15 e depois de muita luta conseguimos um reajuste de 27,07. Esse reajuste vai ser feito em função da rentabilidade do Fundo de Pensão ano a ano. Não vai ser aplicado de uma só vez sobre as aposentadorias. Então, ontem foi aprovado no Conselho de administração da Caixa Econômica, 27,07%, e nós estamos aguardando que no DEST(F), Ministério da Fazenda e na Secretaria de Previdência complementar nós tenhamos uma breve aprovação dessas três etapas para que possamos, no exercício de 2009, começar a receber 3%, em seguida 4,5%, desses 27,07.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero dizer ao senhor que o telefone está tocando, porque eu estou ligando, inclusive para alguém da Caixa. Eu acho que essa denúncia é da maior gravidade, que os senhores estão fazendo aqui e eu quero que alguém me fale sobre isso ou me marque

uma audiência ou nós fazemos uma Audiência Pública específica. Onde é que se viu reajuste zero? Alô?

SR. ANTÔNIO ANTRADES DA SILVA: Então, nós estamos aqui para solicitar dessa Casa e do povo que, juntamente com a luta que está ocorrendo para o reajuste das aposentadorias no âmbito do INSS, que também haja um posicionamento dessa Casa junto à Direção da Caixa Econômica Federal, para que essa tramitação se dê no DEST, se dê no Ministério da Fazenda e na Secretaria de Previdência complementar, com a celeridade necessária para que nós possamos recuperar um pouco do muito que nos foi tirado em todo esse período. Agradeço a V.Ex^a. essa oportunidade, em nome de todos os meus colegas aqui presentes e dos 28 mil aposentados que estão sofrendo em todo o território nacional. Gostaria ainda, Senador Paulo Paim, de dizer que somente dois aqui podem votar em V.Ex^a. Mas os brasileiros de outros Estados estão frustrados como eu, do Ceará, por não poder sufragar seu nome nas eleições para Senador, mas eu espero que o tempo muito curto, a gente possa, o Brasil inteiro, poder votar em V.Ex^a. Muito obrigado pela oportunidade.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu agradeço as considerações. Eu sei que quando alguém está falando, eu mesmo não gosto que alguém fique no telefone e não me dê a atenção devida. Eu queria dizer que enquanto o senhor estava falando, eu estava ligando aqui, que eu quero uma reunião com o pessoal da Caixa. E proponho mais, eu vou tentar interagir junto à Caixa, que fique aqui registrado, que nós estamos ao vivo para todo Brasil e vai, depois, ser reproduzido. Eu me proponho a nós termos uma reunião com o pessoal da Caixa, com vocês, eu mesmo patrocino, quer dizer, provoço essa reunião e tenho certeza que eles virão aqui na Comissão de Direitos Humanos, não numa Audiência Pública, eu acho que não é esse o caso, para que possam deixar muito claro as situações de vocês e nós possamos ouvir qual é a posição da Caixa. E no meu entendimento está mais do que justo o que vocês estão reivindicando. Vocês ficam aqui até quando? Seis que são de diversos Estados. Até amanhã à tarde?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ta. Tem como... Ah, amanhã à tarde. Eu vou tentar ainda, até acertar uma reunião, quem sabe hoje ainda, nem que seja seis, sete horas da tarde, para que a gente tenha uma conversa sobre esse tema. Ta Ok? Então, meus parabéns a todos vocês, pelo movimento que estão fazendo, acho que a denúncia é da maior

gravidade e por isso teremos uma reunião, quem sabe hoje à tardinha ainda, com representantes da Caixa Econômica, para que a gente aponte caminhos e soluções que atendam a justa reivindicação dos aposentados da Caixa, porque eu considere a denúncia aqui, da maior gravidade. Muito obrigado pela presença de vocês aqui e contem conosco. Ok?

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se vocês me permitirem, eu gostaria de fazer aqui, ao doutor e Juiz Vargas, qual é a posição que vocês estão tendo em relação ao PL 1987/07, aquele que fala da reforma da CLT. Porque eu recebi no Rio Grande do Sul mesmo, companheiro Calixto e companheiro Moacyr, uma delegação de sindicalistas, nesse fim de semana, que dizem que esse PL pode desmontar o que há de avanço na CLT. Discutir a CLT para atualizar e avançar em conquistas é uma coisa. Agora retirar direitos, em hipótese alguma, nós vamos concordar. E como faremos uma Audiência Pública para discutir especificamente esse PL, eu queria aproveitar o momento, já que amanhã é o dia do trabalhador, para ver como é que V.Ex^a. está vendo essa questão. E aí, quem sabe os dois sindicalistas podem interagir se assim entender.

SR. LUIZ ALBERTO DE VARGAS: Paulo Paim, é importante esse debate porque aí falo não só em nome da AMB, mas também posso dizer em nome dos juízes do trabalho de todo o Brasil, através da ANAMATRA. Os Juizes do trabalho de todo o Brasil são contrários a esse projeto. Posição oficial nossa, porque, na verdade, o projeto é insidioso, ou seja, ele aparentemente, se trata de uma simples compilação, uma simples sistematização de todas as leis existentes. Na prática, nós sabemos que não existe sistematização neutra. Quem participou do Congresso constituinte sabe que a principal Comissão foi a Comissão de sistematização e ao sistematizar... Sabemos que ali se decidiu fundamentalmente tudo na Constituição. A mesma coisa acontece agora. A pretexto de sistematizar se altera profundamente a CLT, se flexibilizam direitos, se desregulamenta várias matérias e o projeto é altamente danoso aos trabalhadores e o grave é que não foi discutido com ninguém. Ninguém. Nós tomamos conhecimento do projeto quando ele já estava pronto. E aí sim, foram chamados os juízes, os advogados, a pretexto de praticamente, cancelarem aquilo como se fosse uma sistematização neutra. Não é. Nós estamos reivindicando que esse projeto seja paralisado e que se abram discussões em todo o Brasil, com os setores interessados e que não se faça nada às pressas. Não se faça nada sem dar o devido tempo, sem permitir a sociedade participar e colaborar, se for o caso. Nós

não achamos necessário nenhuma sistematização da CLT. Nós achamos necessária uma pauta positiva que albergue projetos de redução da jornada de trabalho, fim das horas-extras, ratificação da convenção 158, 151 que foram mencionadas aqui, ou seja, esse tipo de agenda positiva nos interessa. Não nos interessa um projeto que a pretexto de simplificar a CLT ou sistematizar a CLT, na verdade ataca profundamente os direitos dos trabalhadores, essa é a nossa posição, posso falar tranquilamente em nome dos juízes do trabalho de todo o Brasil, até porque agora, nesse momento, estamos reunidos em Manaus, com a ANAMAT, voltarei ainda hoje para lá e certamente isso será aprovado pelo Plenário do ANAMAT, dos juízes do trabalho, a posição contra, frontalmente esse projeto.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vou passar aqui para Mesa, para que cada um faça... Quiser expor seu ponto de vista sobre esse projeto e as considerações finais, mas antes, como eu havia combinado, há um sindicalista ainda que gostaria de fazer a palavra, que é o Sr. Roselvert da Silva, Diretor Presidente da Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade, vou conceder a ele cinco minutos e em seguida vamos passar às considerações finais de cada um de nossos convidados.

SR. ROSELVERT DA SILVA: Gostaria de agradecer, Senador Paulo Paim, pela oportunidade que o senhor nos concede. Gostaria de aproveitar a presença--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só permita, que eu gostaria, se pudessem os representantes dos aposentados da Caixa ficar até o fim da reunião, que vou interagir junto à Caixa para ver se acerta uma conversa o mais rápido possível. O mais rápido possível pra mim é hoje.

SR. ROSELVERT DA SILVA: --Como eu ia dizendo, gostaria de aproveitar a presença do Sr. Juiz Luiz Alberto e externar uma preocupação que a gente tem, e como o senhor é um dos representantes da ANAMATRA, em conversa, em reuniões de vocês, vocês possam, possa estar levando essa preocupação da gente. Que seria contra algumas decisões que o TST tem tomado e que no meu humilde entendimento, acaba flexibilizando a CLT. Não diretamente, mas indiretamente com uma decisão ou outra acaba flexibilizando a CLT. Recentemente agora, semana passada, por exemplo, o TST divulgou um Enunciado, que é o de número 358, que trata do pagamento de salário inferior ao salário mínimo a trabalhadores que não façam 44 horas semanais. Tá. Falando assim, dá impressão que realmente, trabalha menos, poderá receber menos. Mas nós temos no âmbito da nossa base de

representatividade, algumas empresas, por exemplo, os fast foods, que utiliza do expediente de não utilizar o trabalhador para trabalhar essas 44 horas, porque não querem. Fazendo com que o trabalhador fique à disposição da empresa, mas trabalhando o que? Duas horas de manhã, duas horas à tarde, só. Que no somar dessas horas, no final da semana não vai dar as 44. Percebendo no final do mês, um salário de 150 reais, 160, 180. E isso tem sido a ação não só dos sindicatos de representatividade, mas da federação junto ao Ministério Público combatendo. Porque o trabalhador, na verdade ele fica a disposição da empresa as oito horas necessárias que a empresa, só que a empresa não quer. Então, prejudica. E aí, saiu esse enunciado que a gente entende ser prejudicial, inclusive fere até a Constituição Federal, que fala que o trabalhador não pode perceber salário inferior ao mínimo desse país, então a gente gostaria de estar levando essa preocupação para que o Senhor possa levar a seus pares e para que possam ter cuidado na hora de decidir ou de uma decisão, de um enunciado ou até mesmo de uma, de um julgamento, ver de verdade o que tem por trás disso para não estar, de maneira indireta, flexibilizando a CLT. Seria isso. Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou agora passar para Mesa. Cada um faça suas considerações finais, convido a fazerem as considerações finais e se quiser se posicionar sobre as perguntas ou algum tema levantado fica a disposição. Vou começar com o Moacyr. Representando aqui as confederações de trabalhadores.

SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD: Gostaria mais uma vez, de agradecer a oportunidade, Senador Paim e pedir a Deus que continue dando muita força, muita luz a V.Ex^a. e dizer que nós das confederações, nós temos muita preocupação mesmo com essa sistematização da CLT. Quem participou e quem fez a articulação dentro do Congresso, na época da constituinte, em 88, sentiu o drama e sabia como é que fazia. Então, nós temos uma grande preocupação e não podemos deixar que essas questões avancem. E tem uma grande questão nisso aí. Que, após essa Comissão fazer a sistematização, vai direto para o Plenário. Não passa nas comissões. Que se passasse nas comissões ainda haveria a possibilidade de fazer uma discussão mais ampla. Mas vai direto para o Plenário. E direto no Plenário nós sabemos como é que são feitas as discussões e como é que é aprovado. Quer dizer, não tem como pegar um livro aí de 600, 700 páginas e em uma, duas, três, que seja dez sessões, que o Senado, ou a Câmara não vai gastar esse tempo todo para aprovar. E tem a questão da confiança

que tem os Senadores com o colega, quer dizer, se ele faz um Relatório e diz que aquilo está dentro dos padrões, ele tem que acreditar que ele está e isso nos traz uma preocupação muito grande. Então, acho que nós temos que botar essa barreira para acontecer, mais uma vez vamos chamar ao nosso Senador para que nos ajude, mais esse homem trincheira para segurar essas questões, para que a gente possa colocar um fim nessa discussão. Informar também, Senador, que o dia 14 de maio, lamentavelmente nossa Confederação, infelizmente também, estamos realizando em São Luís do Maranhão, um Encontro Nacional dos hoteleiros, então, lamentavelmente não estaremos aqui. Mas terá um representante CONTRATO(f), um representante das confederações no Plenário para fazer também essa discussão. O demais, mais uma vez pedir que Deus o proteja, continue dando essa força, muita luz, porque os trabalhadores precisam de homem igual a V.Ex^a. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos a Lillian pelo DIEESE, para as considerações finais.

SRA. LILIAN DE ARRUDA MARQUES: Antes dos agradecimentos eu gostaria de colocar um dado aqui. Acompanhando as convenções coletivas. Os dados têm saído muito na imprensa, ultimamente, inclusive até o Banco Central num dos relatórios porque do aumento real dos salários. O que a gente tem observado das negociações, na grande maioria, tem recomposto a inflação e em torno de 1 a 2% de ganho real. Só que quando a gente vai olhar o crescimento do PIB per capita que é real, o resultado, já descontou a inflação, está em torno de 4% o crescimento do PIB per capita. O PIB como um todo cresceu mais, a população também cresce, o PIB per capita é um pouco menor, então, em torno de 4%. Raras categorias conseguiram um ganho de 4%. Isso quer dizer que se você tem um PIB per capita de 4% de ganho real e os trabalhadores não estão pondo 4% nos seus ganhos, essa diferença está indo para alguém. Ou seja, você corre o risco de crescer novamente concentrando renda. O salário mínimo é fundamental nesse processo. Porque o salário mínimo não é negociação coletiva, é um outro corte e ele tira um pedaço dessa renda que está sendo apropriada pelo capital ou por impostos. Então, é fundamental, acho que a luta dos trabalhadores, das campanhas salariais estão se fortalecendo, acho que é fundamental, mas se a gente não discutir a distribuição da renda nesse país, vai voltar a concentrar de novo.

Então, a questão do salário mínimo, a questão das aposentadorias, é uma discussão fundamental

nesse processo. Porque se os salários não estão se apropriando diretamente quem está no mercado de trabalho organizado, que tem um sindicato organizado, que tem poder de barganha, que senta numa mesa de negociação, quem dirá aqueles que não têm esse poder. E a lei do salário mínimo vem ajudar nesse sentido, porque ela repõe acima do PIB per capita, ela repõe o PIB como um todo. Então ela dá um ganho real nesse sentido. E a questão dos aposentados e tantos outros. A reforma tributária é fundamental, está muito tímida nesse aspecto, mas entrar firme na discussão da Reforma Tributária porque ela é fundamental para distribuir renda, para mudar a estrutura. Porque senão você volta a crescer e concentra renda. Então nós temos que estar muito atento a isso porque senão pode reproduzir de novo, como o Prado falou, o Brasil foi o segundo país que mais cresceu no mundo, no século passado e concentrou renda e tanta gente vive na miséria até hoje. Então, não podemos reproduzir esse modelo. E acho que o Senador tem papel fundamental nessas discussões aí e a gente como sociedade organizada também. Eu agradeço a oportunidade, acho que é um debate muito importante, eu acho que há 10 anos atrás quando começou a surgir essa discussão a gente vê o quanto avançou, apesar de todas as dificuldades, apesar de tudo, mas acho que é assim. Infelizmente nós temos uma democracia recente, porque vários períodos de ditadura, estamos retomando, essas coisas não acontecem do dia para noite. Mas acho que nós estamos dando passos muito importantes. Acho que todos estão de parabéns e principalmente o Senador por promover esse debate. E pode contar com o apoio do DIEESE. Muito obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra ao Juiz Luiz Alberto de Vargas, que eu dizia no início, que fizemos muitas caminhadas juntos, só que não digo há quantos anos atrás, que vai ser mais que 30 atrás. Então pára por aqui.

SR. LUIZ ALBERTO DE VARGAS: --para defender o TST, mas a verdade é que o TST está aplicando uma lei existente, que é a lei do tempo parcial, aprovada ainda sob o Governo Fernando Henrique Cardoso. Como sendo uma série de ações flexibilizadoras aprovadas nesse período e esse debate não está terminado ainda, continua sendo discutido, já é uma súmula, mas se permite, apenas uma ponderação, não sei se estamos discutindo exatamente a mesma coisa. Porque o exemplo concreto que trouxe o companheiro não exatamente de horas de trabalho, mas de disponibilidade durante todo o dia, ou seja, a interpretação na verdade é qual é verdadeiramente o tempo à disposição do empregador? É apenas aquele

restrito em que ele opera ou também aquele, ou seja, essa é a discussão. Essa discussão não se resolve pela súmula. Eu acho que é um caminho que possa ser repensado. Quero agradecer muito a Comissão de Direitos Humanos, foi pra mim muito importante essa, pessoalmente esse debate porque saio com uma série de informações e coisas a pensar, inclusive propostas de trabalho conjunto que acho muito importante e quero mais uma vez destacar o agradecimento e o trabalho incansável do Paim que como disse, é o nosso líder e continuará sendo, porque na verdade, nessa visão que tenho, otimista, muito nós temos para construir e tenho certeza que à frente estará o nosso bravo Senador. Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo ao companheiro Calixto, que é o Presidente da Nova Central Sindical e que aqui, conforme combinado, fez a sua fala representando as centrais sindicais do Brasil.

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: Bom, eu queria primeiramente mais uma vez agradecer ao Senador pela oportunidade que está nos concedendo e trabalhar um pouco nessas questões inerentes, não só aos trabalhadores, mas à sociedade de modo geral. Sobre a questão da Medida Provisória 410, na verdade isso nos chamou muita atenção porque como disse o nosso Senador, se abrir um precedente, você abre condições para que esse problema ao invés de ficar apenas lá no setor rural, venha também para o setor urbano. E basta que nós já temos o contrato de experiência de 90 dias e mesmo sendo experiência é um contrato assinado, com carteira assinada. Então, não tem essa história que dois meses não assina carteira. Claro que nós temos uma dissidência muito grande com a própria CONTAG. A CONTAG abraçou o problema e foi até quem incentivou a Medida Provisória. Nós vamos ver isso internamente. Sobre o Ministério Público, nós também estamos enfrentando situações complicadas, porque em alguns casos parece até haver um pouco de terrorismo, o Ministério criou o tal do termo de ajuste de conduta e quando ele leva isso para o dirigente sindical, cria um pavor. Principalmente nas cidades mais distantes. Cria um pavor absoluto. De qualquer forma é bom ressaltar que essa não é a posição integral do Ministério Público. Eu estive acerca de duas semanas na cidade de Ponta Grossa, lá no Paraná, e fui de propósito participar da instalação de uns núcleos que o Ministério Público está instalando no Brasil inteiro. Eles chamam de ofícios. É exatamente para aproximar mais o Ministério Público dos problemas, que o Ministério Público normalmente ficaria aqui, ficava aqui em Brasília e não alcançava o problema exatamente

no seu nascedouro. Quer dizer, é uma idéia louvável do Ministério Público. E nós fomos por quê? Porque lá no Paraná o Ministério Público já conseguiu fazer uma série de parceria com as entidades sindicais, eliminando exatamente essas pressões que na grande maioria está acontecendo no Brasil inteiro.

Então, eu não diria, nós estamos tentando trabalhar junto ao Ministério Público para que haja também. Nós queremos trabalhar em sintonia. Nós não queremos explorar ninguém. Agora, queremos ter o direito de trabalhar também. Sobre o problema da 438, aliás, o PL 198, é interessante. A primeira idéia era que pegar a CLT, selecionar todos os artigos que tivessem sido recepcionados pela Constituição. E eliminá-los da CLT. Quer dizer, ao invés de você ter 900 e poucos artigos, poderia ter 300, 400, 600 artigos. No entanto fizeram um catatau que tem mais de 600 artigos, é praticamente um tratado. É evidente que ali tem coisas boas e tem coisas prejudiciais. Daí, nós estamos com dois advogados e mais um Diretor nosso, fazendo análise desse trabalho, que é um catatau de fato, para tentarmos de alguma forma contribuir, eliminando tudo aquilo que vem em prejuízo da classe trabalhadora. E nessa sistematização que estão tentando fazer, estão inclusive legislando. Eles estão retirando alguns direitos e reduzindo outros. Estão dando possibilidade para tudo isso. Então nós estamos também muito atentos a esse processo. Então, Senador, eu queria mais uma vez dizer que é uma satisfação muito grande, claro que a nossa contribuição, ela pode não ser a mais salutar, mas é uma contribuição partida assim de um dirigente sindical que tem um propósito, que eu creio que o propósito de todos é lutar pelo bem-estar dos trabalhadores, da sociedade e da própria nação. Parabéns pela convocação dessa audiência, Senador. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou solicitar só mais um minuto de tolerância de meus amigos convidados e do Plenário antes de encerrar esta Sessão. Eu tenho que fazer o seguinte procedimento. Que tem a ver inclusive como foi o debate aqui. Solicito a inclusão extra pauta de dois requerimentos. Primeiro Requerimento para a realização de uma Audiência Pública conjunta com a Subcomissão do Trabalho e Previdência do Senado Federal para debater a situação dos trabalhadores rurais, à luz da Medida Provisória nº. 410/07, que acrescenta artigo à lei nº. 5889 de 8 de junho de 73, criando o contrato de trabalho rural pelo pequeno prazo, estabelecendo normas transitória sobre a aposentadoria do trabalhador rural e prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais que trata o parágrafo 6º, do artigo 1º,

da Lei nº 11.524, de 24 de setembro de 2007, ou seja, eu estou aprovando esse Requerimento propondo que haja uma Audiência Pública para discutir esta situação que, na nossa avaliação, traz prejuízos ao trabalhador rural na Medida Provisória 410. Segundo Requerimento. Requerimento de Audiência Pública conjunta com a Subcomissão de Trabalho e Previdência do Senado Federal, caso queira essa em data e hora a ser definidos, com vistas a debater o Projeto de Lei nº. 1987/07 que visa consolidar os dispositivos normativos que especifica referente ao direito material trabalhista e revoga as leis consideradas por eles extravagantes que especifica o artigo primeiro, 642 da CLT de autoria do Deputado Cândido Vaccarezza. Na verdade esse Requerimento, em resumo é isso, para que a gente faça uma Audiência Pública, todas as centrais sindicais e também os representantes de confederações serão convidados, como vamos convidar o Juiz Luiz Alberto Vargas, V.Ex^a. e todo, o DIEESE, se assim entender, todas aquelas entidades sobre o tema, porque a lista de entidades eu posso acrescentar depois da aprovação desse Requerimento para preservar o direito dos trabalhadores.

Eu proponho a inclusão em pauta, os que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado a inclusão em pauta. Agora vamos à votação. Em votação os requerimentos que trata da situação dos trabalhadores rurais, aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Em votação o Requerimento que trata do Direito Material trabalhista, aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Isso é protocolar, mas eu queria ainda, dizer para vocês que eu era Deputado Federal quando, e vocês aqui lembram, todos que estão na Mesa lembram, quando no Governo anterior quiseram aprovar um Projeto de Lei que dizia em síntese o seguinte. Acima da lei, acima do que está na Constituição e aquilo que está na própria CLT vale o negociado entre as partes. 618. Todos nós sabemos que na negociação entre as partes se não tiver uma lei que ampare a parte mais fraca, quem vai pagar a conta de novo, é trabalhador. Lembro-me como se fosse hoje. Fui à Tribuna do Senado, disse: estão arrancando o coração da Constituição e rasgando a CLT e isso não vou permitir e quando eu desloquei uma folha da Constituição, simbolicamente, dizendo que eles é que estavam arrancando, aí como diz o outro, o pau pegou. O mundo caiu, e no fim depois de quatro, cinco, seis horas de debate, nós perdemos a votação. Quero dizer para vocês que foi naquele dia decidi me candidatar ao Senado. Eu disse: Aqui eu perdi, agora sou candidato ao Senado, vou para o Senado, que aí quase a última Sessão do ano, só vai ser votado o ano que vem e lá nós vamos derrubar, eu dizia ou derruba

ou renuncio meu mandato. Felizmente o Presidente Lula foi eleito, articulamos com o Ministério do Trabalho e com o Presidente Lula a primeira vitória nossa aqui, foi a derrubada daquele projeto e eu, com isso garantir a não renúncia de meu mandato, em defesa dos trabalhadores. Felizmente deu certo. Eu digo isso porque se alguém pensa que esse PL aqui, esse PL que faz a reforma trabalhista em outras palavras e que foi muito bem aqui colocado pelo meu amigo Vargas, Juiz... Eu digo meu amigo porque nós de longa jornada, né? Hoje ele é Juiz e eu sou Senador. E pelo os outros sindicalistas o Moacyr e o Calixto e pelo outros que eu conversei neste fim de semana, não pense que esse projeto vai aprovar da forma que veio da Câmara dos Deputados. Nem que eu tenha que de novo dizer que só por cima de meu cadáver, porque mandato eu não posso renunciar mais, que está no fim.

Bom, faremos um bom debate e por isso a Audiência Pública vai se realizar. Por fim, mediante a denúncia feita aqui pelo Senador Mesquita Júnior, eu aí, não sairá a votação, naturalmente, mas eu apresentarei no Plenário como Presidente da Comissão de Direitos Humanos o seguinte Requerimento. Que se vocês entenderem que esse Requerimento é procedente, depois a justificativa farei no Plenário, nós faremos um apoio, digamos, do Plenário, simbolicamente, com uma salva de palma, ao Requerimento apenas me recomendando que eu o apresente então no Plenário. O que é que diz o Requerimento? Nos termos do artigo 222, requeiro o voto de repúdio à notícia veiculada no meio da imprensa escrita, especificamente a Folha de São Paulo, creditada ao professor... Eu quero dar aqui o direito da dúvida ainda, vamos conferir. Creditada ao professor Antônio Dantas, coordenador do curso de medicina da Universidade Federal da Bahia. Diz ele que o baixo desempenho no ENADE, exame nacional de desempenho de estudantes da UFBA – Universidade Federal da Bahia se deu pelo baixo QI do povo baiano. Fato que revoltou não só o povo baiano, a todo o povo brasileiro e depõe contra toda a dignidade humana. É um ato de racismo explícito, uma vez se confirmado. Se vocês me autorizarem, nós faríamos o seguinte gesto. Um gesto de apoio ao povo baiano, um gesto de repúdio a todos aqueles que têm políticas racistas e conseqüentemente também, um gesto de solidariedade a todo o povo brasileiro. Que foi de forma truculenta agredida nesse momento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ah, vamos colocar inclusive isso. Que da maior gravidade, que o povo baiano só serviria, no caso, para tocar berimbau porque tem uma única corda. Vamos

pegar tudo isso aqui, extrair da imprensa e apresentaremos hoje à tarde em Plenário, tenho certeza que será aprovado por unanimidade. Se vocês concordarem num gesto bonito, de carinho, de amor ao nosso povo, ao povo brasileiro, e com um beijo no coração de cada um dos baianos vamos dar esse essa salva de palmas de pé, demonstrando nosso carinho.

[palmas].

Está encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 12h34.

ATA DA 16ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 06 DE MAIO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO AUDITÓRIO PETRÔNIO PORTELA, ANEXO II.

Às nove horas e dois minutos do dia seis de maio de dois mil e oito, no Auditório Petrônio Portela, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos seguintes Senhores Senadores: **Flávio Arns, Paulo Paim, José Nery, Eduardo Suplicy, Senador Gilberto Goellner e Heráclito Fortes.** Os Senadores Cícero Lucena e Geraldo Mesquita Júnior justificam suas ausências. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior, faz as considerações iniciais e explica como serão conduzidos os trabalhos. **Item único:** A presente reunião foi convocada na forma de Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 27, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 03/04/2008, com vistas a tratar do fundo de pensão Portus. Comparecem os seguintes convidados: Ricardo Pena Pinheiro – Secretário da Previdência Complementar (SPC) do Ministério da Previdência e Assistência Social; Eduardo Lírio Guterra – Presidente Federação Nacional Dos Portuários; Vilson Balthar Arsênio – Presidente da União Nacional das Entidades Representativas dos Participantes do Portus – UNAPPORTUS; Claudia Muinhos Ricaldoni, Secretária-Geral da ANAPAR, em representação de José Ricardo Sasseron – Presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão – ANAPAR; Eduardo Celso de Araújo Marinho – Diretor-Presidente do Fundo de Pensão Portus; José Roberto Correa Serra – Ministro-Interino da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, representando o Ministro Pedro Brito do Nascimento. O Senhor Presidente, após as exposições dos Senhores Convidados, franqueia a palavra aos Senhores Senadores e aos presentes. O Senhor Senador José Nery

solicita a inclusão de matéria extrapauta e a Comissão aprova. **Extrapauta.** Item único: **Requerimento nº41, de 2008**, que requer o aditamento ao Requerimento nº 23, de 2008 – CDH, de realização de audiência pública, aditado pelo Requerimento nº 33, de 2008, de autoria do Senador César Borges, aprovado em 17/04/2008, para debater o conflito entre o Consórcio Estreito Energia – CESTE e as populações atingidas pela construção da Usina Hidroelétrica de Estreito, na divisa dos estados do Maranhão e Tocantins. Autoria: Senador José Nery. Resultado: **Aprovado.** Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores: Paulo Paim, Heráclito Fortes, Eduardo Suplicy, Eduardo Casagrande e José Nery e os não membros Deputado Federal Raymundo Veloso Silva (PMDB-BA), Deputada Federal Iriny Lopes (PT-ES) e a Deputada Federal Alice Portugal (PCdoB-BA). Encerradas as falas dos Senhores Senadores e dos convidados, o Senhor Presidente faz as considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e cinquenta e seis minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou convidar a todos para que sentem, que é a tradição dessa Comissão iniciar exatamente às 9h00. Hoje, só vamos iniciar 9h05, 9h10 e quero que vocês entendam que estou aqui sentado, meio que atravessado porque eu estou com problema em uma perna, eles queriam que eu fosse fazer uma série de exames no hospital e eu disse que não podia devido a essa reunião que tenho com vocês hoje. Daí eu vou à tarde. Então vou ficar de lado, porque estou com uma perna aqui na tipóia, como a gente diria; e já tomei uma injeção agora de manhã. Eu vou, a partir desse momento, eu declaro aberta a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item único

Audiência Pública. Realização de Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº. 27 de 2008, de autoria desse Senador, aprovado em 3/04/2008, com vistas a tratar o fundo de pensão Portus.

Vou fazer a leitura dos convidados. Aquele convidado que não estiver presente, mas tiver um representante, eu peço que o representante venha à Mesa

e assumo o lugar do convidado oficial e se identifique aqui, para que se faça a devida identificação na plaqueta aqui.

Convidamos o Sr. José Ricardo Sasseron, Presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão – ANAPAR; convidamos o Ministro do Estado do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi ou seu representante; convidamos o Ministro de Estado de Planejamento, Paulo Bernardo Silva ou seu representante; convidamos o Eduardo Lírío Guterra, Presidente da Federação Nacional dos Portuários. Está aqui ao meu lado, uma salva de palmas para nosso comandante aqui.

[palmas]

Para fazermos um bom debate aqui. Convidamos o Sr. Vilson Balthar Arsenio, Presidente da União Nacional de Entidades Representativas dos Participantes da Portus – UNAPORTUS.

[palmas]

Convidamos o Sr. Eduardo Celso de Araújo Mariño, Diretor-Presidente do Fundo de Pensão Portus.

[palmas]

Convidamos o Sr. Ricardo Pena Pinheiro, Secretário da Previdência Complementar (SPC), do Ministério da Previdência e Assistência Social.

[palmas]

Convidamos também o Sr. José Roberto Correia Serra, Ministro interino da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, representando o Ministro Pedro Brito do Nascimento.

[palmas]

Eu vou... para iniciarmos o nosso debate, de um tema tão importante, que conforme informações que recebi, diretamente mais ou menos, 40 mil pessoas estão envolvidas, eu vou ler aqui o documento que recebi e que fez com que nós provocássemos, então, essa Audiência Pública. “A Portus, Instituto da Seguridade Social foi criada em 1979, pela extinta Empresa dos Portos do Brasil S.A. – PORTOBRÁS. A PORTOBRÁS foi extinta pelo Governo Federal, em março de 1990, no auge do Sistema Portuário Nacional, à época administrava também, vários Portos que antes eram subordinados ao também extinto Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis. Com a extinção da PORTOBRÁS, seus funcionários foram realocados a diversas Companhias Docas e Administrações Portuárias, sem que antes fosse realizada uma avaliação das estruturas. Mesmo assim, o Governo distribuiu funcionários para o Estado da Bahia – Vou só citar o Estado para ser mais rápido – Estado da Bahia, Estado do Espírito Santo, Estado de São Paulo, Estado do Rio Grande do Norte, Estado do Maranhão, Estado do Ceará, Estado do Pará, Estado do Rio de Janeiro, Ala-

goas, Pernambuco e Paraíba. Ainda para Amazonas e Santa Catarina. Tudo isso ocorreu com o compromisso do Governo Federal, em custear a folha de pagamento desse pessoal, incluindo seus passivos trabalhistas, o que em diversos casos, infelizmente, não foi cumprido, comprometendo assim, profundamente, os recursos dessas empresas. O quadro acima se refere, tão-somente, aos funcionários da extinta PORTOBRÁS. Então, como a PORTOBRÁS administrava os Portos que não estavam dentro das estruturas das Companhias Docas, também através de convênio, houve a seguinte distribuição de pessoal: Porto de Aracaju, hidrovias de São Francisco – CODEBA; Porto de Manaus e hidrovias – CODOMAR; Porto de Itajaí, Laguna, Estrela e hidrovias – CODESP; Porto de Maceió, Recife, e Cabedelo – CORDEN(F), hidrovias CBD [ininteligível], ainda, CDP e CDRJ. Como a partir de 80, todas as Docas aderiram aos portos, começaram a ir os passivos, em razão da RTSA – Reservado do Tempo de Serviço Anterior -, em que números atuais chegam a Um bilhão e 150 milhões de reais. Ainda, sobre outras dívidas contratadas R\$250 milhões, não contratadas R\$34 milhões, déficit atuarial de R\$155 milhões. Importante destacar que a PORTOBRÁS Portos e Hidrovias também devem a RTSA, na condição de fundadores, hoje em dia, da PORTOBRÁS, está estimada essa dívida, em R\$900 milhões de reais. Em resumo, as dívidas das patrocinadoras, que são em número de 14, já passaram de R\$1 bilhão e meio, as patrocinadoras são: Portos, CODOMAR, CDC, CORDEN(F), CODEBA, CDP, CDRJ, Porto de Recife, Docas da Paraíba, CODESA, CODESP e INSP, SPI, IMAP, SNPH. A partir de 1996, quando, por determinação do Governo Federal, as Companhias Docas deixaram de realizar operações portuárias, a situação ficou caótica em razão da drástica redução da receita dessas empresas e os passivos aumentaram, sendo uns originários pelas próprias e outros herdados de portos conveniados sem as devidas aporte do Governo Federal na época. Tudo isso refletindo negativamente na vida dos portos. Tudo isso tem refletido negativamente na vida do Portus. A grande redução de participantes, em consequência das demissões em massa e antecipação de aposentadorias contribuiu, também, para o seguinte cenário: redução de receita e aumento de benefício. Até o ano de 2001, quando entraram em vigor as Leis complementares 108 e 109, registrando que a Portus era regido pela Lei 6.435 que não obrigava paridade nos conselhos e assim a Portos era constituído primeiro: a. Diretoria executiva; b. Conselho de curadores. c. Conselho Fiscal. O Conselho de curadores era assim formado, primeiro: Representante de cada entidade patrocinadora, 12 e dois representantes, os participantes e assistidos. Ora, aquela es-

trutura era bastante autoritária, pois os participantes assistidos, pensionistas só tinham dois votos contra 12. Então, nem precisa ser contra ou mesmo votar". – Aqui, eu vou para os finalmente, já e quero dizer quem assina o documento que estou lendo é o Sr. José Renato. É isso? Estou recebendo aqui e estou tocando para frente para fazer o debate sobre o tema. Diz o final aqui. "Com as novas Leis ficou contemplado a paridade dos conselhos, inclusive, reduzindo o número de membros, feito isso, deu-se início à democratização do Instituto, onde se pôde trabalhar a realidade de todas essas dívidas antes camuflada, anterior ao Governo atual. Destacamos que o Portus já passou por e uma administração e uma administração especial e que o Governo é sabedor dessa dívida. Acrescentamos que nos últimos cinco anos, a cobrança ao Governo Federal foi intensificada, sendo expostos em vários Fóruns, principalmente um dos Ministérios dos Transportes tabulamos, pela informação que recebi, algumas discussões, antes responsável pela administração da Cia. Docas temos levado a preocupação, também, ao Legislativo através de vários Parlamentares".

Eu só li esse documento, que foi baseado nesse documento e com conversa que tive aqui com o meu Presidente, Sr. Eduardo Lírío Guterra, que nós entendemos que devíamos fazer uma Audiência Pública em que ficasse tudo, tudo esclarecido. Sei da boa vontade, tanto dos representantes dos trabalhadores, aposentados, pensionistas, como do Governo, de buscar uma solução. Então nós estamos aqui, eu sempre digo, não contra ninguém, nós estamos aqui a favor de vocês. Por isso uma salva de palmas a vocês. Vamos ao debate.

[palmas].

O Dr. Ricardo Pena Pinheiro me pediu, que ele gostaria de falar primeiro, devido ao tempo dele. Então seria bom que ele expusesse já as diversas conversas que ele está tendo dentro do Governo, sobre a situação dos senhores e das senhoras. Dr. Ricardo, por favor.

SR. RICARDO PENA PINHEIRO: Obrigado, Senador. Bom dia a todos. Bom, eu em nome da Secretaria, inicialmente, gostaria de tecer alguns comentários. Primeiro, sobre o papel da Secretaria, para que as pessoas aqui, os participantes do Portus e as lideranças do Parlamento e do, também, do Governo Federal possam entender o papel da Secretaria do ponto de vista em relação ao Portus. Também falar sobre os objetivos de um Fundo de Pensão, para que é que se constitui um Fundo de Pensão, abordar alguns aspectos legais, que na verdade, interferem na situação do Portus e aí, Senador, se me permitir, também fazer um breve histórico, dar um quadro da evolução em seguida explorar, na visão da Secretaria, qual que é a situação

do Portus, e aí, Senador, se me permitir também fazer um breve histórico, dar um quadro da evolução, a situação atual e qual é a perspectiva do Portus.

Bom, inicialmente, então, dizer que a Secretaria de Previdência complementar do Ministério da Previdência Social é o órgão responsável pela fiscalização dos Fundos de Pensão. Hoje o Brasil tem 370 Fundos de Pensão, que administram mais de mil planos de benefícios, acumula recursos de mais de R\$400 milhões, tem mais de R\$2 mil patrocinadores, cobre um universo de mais de R\$6 milhões de pessoas. E é uma Previdência complementar, quer dizer, ela adiciona a Previdência Social. E o nosso papel é de fiscalizar as operações de investimento, as operações de pagamento de benefício, a própria gestão e governança dos fundos, e a Secretaria tem cumprido isso nos últimos 30 anos. Inclusive esse ano a Secretaria completou 30 anos de existência. E do ponto de vista de atuação da Secretaria em relação aos fundos, a principal atuação é com relação à fiscalização propriamente dita. Então nós temos um Departamento de Fiscalização, em que tem auditores sediados em seis regionais, em Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília e Recife cobrindo todo o território nacional das operações dos Fundos de Pensão. E, além disso, um objetivo estabelecido na própria Lei 109, que é o objetivo da ação do Estado, é o de proteger o interesse do participante assistido, entendendo que é o elo na verdade que é responsável, que vai receber seus benefícios e que por isso o Estado precisa dar uma proteção a esses participantes e assistidos.

Então esse é o trabalho da Secretaria. Olhar, monitorar, acompanhar e supervisionar todas as operações dos Fundos de Pensão. E para isso a secretaria organiza, anualmente, um plano de fiscalização, seleciona as entidades e vai fiscalizar essas operações. Bom, do ponto de vista da entidade de Previdência, qual é o seu objetivo? A própria Lei 109, ela atribui que o regime de Previdência complementar, ele é operado por entidade e Previdência que tem por objetivo principal, instituir e executar planos de benefícios de caráter previdenciário. Então a entidade existe, o objetivo finalístico dela é executar plano, e o objetivo finalístico dela é pagar benefícios. Só que no meio do caminho ela acumula recursos, ela precisa acumular reservas, ela tem que fazer boa gestão dessas reservas; tem que atender seu participante. Estamos falando de entidades com 30 anos, 40 anos, vão continuar, você tem as pessoas que estão se aposentando e tem as pessoas que estão entrando dentro do Fundo de Pensão. Então o objetivo do Fundo de Pensão é exatamente isso. Quer dizer, garantir o benefício pelo qual foi contratado aquele benefício. Só que para isso

tem que ter a reserva constituída. Quer dizer, o Fundo de Pensão ele nasce do esforço de contribuição do participante e do patrocinador. E, às vezes, o próprio assistido também contribui. Então há um esforço, de maneira voluntária, a Previdência complementar, ela não é compulsória no Brasil, ela é voluntária, por iniciativa do participante e do patrocinador, muitas das vezes com política de Recursos Humanos, exatamente para atrair e reter bons quadros é que se estabelece um Fundo de Pensão.

Então, o objetivo – só para reforçar, esse objetivo do Fundo de Pensão é executar planos desde que seja constituída a reserva. Então o plano tem lá seus compromissos presentes e futuros, mas para isso ele tem que ter o recurso sendo aplicado de maneira correta, fazendo boa gestão, tendo boa governança, exatamente para poder honrar esses compromissos de pagar os seus benefícios aos seus participantes numa fase não laborativa. Do ponto de vista legal, a Constituição Federal, no art. 202, dá o arcabouço de atuação da Previdência complementar. Então, o art. 202, da Constituição diz que o “Regime de Previdência Privada, de caráter complementar e organizada de forma autônoma em relação ao regime geral de Previdência Social, será facultativo, baseado na Constituição de reservas que garantam o benefício contratado e regulamentado por Lei Complementar”. Então o que a gente extrai daqui que um regime de Previdência complementar está baseado na Constituição da reserva. Tem que ter os recursos dentro da entidade. Se não tiver o recurso dentro da entidade você não tem como cumprir os objetivos do Fundo de Pensão. E a Secretaria, ela faz valer o disposto constitucional e também o disposto na Lei Complementar de 2001, a Lei 108 e 109. E para isso, a Secretaria acompanha a vida dos fundos, vê o nível das reservas constituídas e de alguma forma, aquelas entidades que não têm um nível necessário para honrar seus compromissos a Secretaria pode, ela tem o poder atribuído pela Lei Complementar 108 e 109, exercer seu poder de fiscalização, seu poder de intervenção, seu poder de instituir um regime especial na entidade Previdência. Então essa é uma prerrogativa da Secretaria de Previdência Complementar.

E por último, Senador, eu queria agora tecer alguns comentários, também, e aí de maneira mais ampliada, sobre a situação do Portus. O Portus é uma entidade que administra um único plano de benefício. Um plano de benefício definido. O Portus tem no seu conjunto de participantes, mais de 13 mil participantes. Quer dizer, é um fundo que tem relevância social do ponto de vista de estender essa proteção previdenciária para seus participantes. Agora, o Portus ele é um fundo que tem passado por alguns problemas nos últi-

mos anos. A Secretaria, para o senhor ter uma idéia, a Secretaria desde 2001 vem acompanhando, de maneira muito intensa, a vida do Portus. De 2001 a 2003 nós tivemos... A secretaria decretou um regime especial no Portus, uma administração especial do Portus, por problemas de dissolvência; por problema de dívida do patrocinador; por problema de atraso no pagamento das contribuições patronais; por problema de atraso no pagamento das dívidas contratadas, sem adoção de medidas judiciais cabíveis, que os dirigentes deveriam ter tomado; por cobertura insuficiente dos benefícios, alguns benefícios inclusive, sendo pagos de maneira incorreta; por aplicação de recursos no mercado financeiro, feito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional. Então, isso começou em 2001, de 2001 para cá então nós tivemos: o regime especial, até 2003; tivemos fiscalizações em 2005, 2006 e 2007. E aí a situação do Portus ela... Na verdade, ela tem evoluído de maneira não satisfatória do ponto de vista de solvência. O quê que é a solvência do fundo? O plano todo mês ele recebe as contribuições e ele tem benefício para pagar. Normalmente esse fluxo tem que igualar. O fluxo do que entra e do que sai em termos de uma folha de benefício para seus assistidos, tem que estar igualado com as contribuições. A situação do Portus vem se agravando, vem se deteriorando em função, principalmente, de não ser honrado as dívidas das patrocinadoras.

Então nós temos dívidas do Portus hoje, uma parte das dívidas relativo à contribuições em atraso e a outra parte, e a principal, seria as partes das dívidas relacionadas ao serviço passado. O que é o serviço passado? A pessoa entra numa empresa com 45 anos e vai se aposentar aos 60. Bom, normalmente se estima que ela entre aos 25. Então tem 25 anos que está faltando de contribuição. Normalmente quando ela entra aos 45 a empresa assume aquela diferença. Não necessariamente ela vai aportar tudo de uma vez, ela pode programar isso com o fluxo, inclusive com o seu próprio fluxo de caixa, da empresa, mas ela pode contratar isso ao longo de até 20 anos. O que aconteceu no Portus é que essa dívida foi contratada em patamares não reais ou irreais, e ela, a partir de então, a partir da contratação, ela foi, na verdade você não tinha o pagamento sendo feito religiosamente ou de forma adimplente. Esse é um dos principais problemas do Portus. A questão do Portus, do ponto de vista financeiro, estou falando do ponto de vista financeiro, há um agravamento da situação do Portus e a gente tem um horizonte muito curto, em termos da saúde financeira do Portus.

Então algumas medidas de impacto terão que ser tomadas, no curto prazo, se não se reverter essa situa-

ção. E nesse sentido a Secretaria de Previdência Complementar, como órgão responsável pela fiscalização e monitoramento dos fundos, abriu uma discussão com a Secretaria Especial de Portos, está aqui o Dr. José Roberto, Dr. Vagner também, nós tivemos uma reunião na Secretaria, parece que duas ou três reuniões na Secretaria, a última teve, inclusive, teve a presença de todos os Presidentes das Docas, em que foi relatado o quadro de dificuldade das Companhias Docas. E acho que de tudo que eu falei, na verdade, o que a gente tem que guardar aqui, que na verdade, o dinheiro precisa entrar no Portus. Porque se o dinheiro não entrar no Portus, o Portus teria uma insuficiência de reserva. E insuficiência de reserva significa que a Secretaria, enquanto órgão responsável e ela é cobrada por isso, porque a Lei vale para as entidades e vale para a Secretaria. E nós temos órgãos de controle, inclusive, que acompanham a aplicação dessa Legislação. Então a Secretaria como órgão responsável, ela abriu uma negociação com outros órgãos do Governo, primeiramente com a própria Secretaria Especial de Portos, o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, a própria Casa Civil, e o próprio Ministro Luiz Marinho, inclusive, não veio aqui, mas ele está sensibilizado, já reportei a ele a questão do Portus, e ele tem conversado com outros Ministros, principalmente da área econômica, e a própria Ministra da Casa Civil, sobre a situação do Portus. Por quê? Porque hoje a gente já teria condição de ter um regime especial no Portus, o que seria... A gente sabe do impacto social que isso traria, então, por isso, a sensibilização que o Governo tem, no sentido de tentar encaminhar da melhor forma possível, essa situação. No sentido de reverter a tendência. Que hoje a tendência, nós temos uma situação de insolvência e temos um horizonte muito curto se a gente não tomar uma medida de imediato. E as saídas, Presidente, Senador Paim, as saídas elas existem. O que a gente precisa aqui, é discutir a viabilidade dessas saídas e aí eu teria quais saídas hoje? Primeiro, se pensar em aumento de contribuição. Um plano de benefício, um Fundo de Pensão, ele depende das contribuições. Seria o primeiro caminho. O segundo caminho, seria fechar o plano. Eu só tenho um plano, e hoje, inclusive, a notícia que eu tenho, o Dr. Marinho que está aqui, que preside a entidade Previdência pode dizer, as Docas também têm contratado, até porque a atividade portuária está retomando, então existe contratação nas Docas e os participantes, os empregados das Docas que estão entrando para trabalhar, eles também têm interesse de entrar no Fundo de Pensão. E estão entrando para um Fundo de Pensão, hoje, que apresenta problemas de viabilidade financeira. Então, precisaria estancar o problema e fechar esse plano. Seria uma outra solu-

ção. Fazer um saldamento do plano. O quê que é um saldamento do plano? Numa determinada data você saldar o plano, assegurar os direitos até àquela data, os direitos proporcionais dos participantes ativos ou os direitos integrais dos integrantes assistidos, no sentido, exatamente, de fechar o plano de maneira jurídica, de maneira segura, tendo toda a segurança jurídica é uma possibilidade, também, fazer esse saldamento que vai exigir aportes não imediatos, mas talvez aportes firmes, porque o problema do Portus é a decorrência de contratação de dívidas, contratação de dívidas e não honrar dívidas, não começada pagando um, dois meses e depois, a situação de inadimplência se retoma.

E, por último, seria a instituição de um novo plano, na modalidade de contribuição definida ou na modalidade de contribuição variável, a combinação dessas saídas e nos precisamos pensar e ter criatividade no sentido, de realmente, retomar e viabilizar o Portus passariam por essas saídas, porque caso contrário, Senador, caso contrário, se não se vislumbra uma saída no curto prazo, a Secretaria vai ter que exercer seu mandato legal. O que seria desastroso do ponto de vista social. Então, o que a gente tem feito é, exatamente, esse trabalho, primeiro de diálogo com os atores, nós tivemos também reunidos com todas as representações dos trabalhadores, os participantes e assistidos, sabemos da importância do Portus, da própria atividade portuária, hoje o Brasil, inclusive, um dos pontos importantes da infra-estrutura, são os portos, todos nós sabemos disso, e isso na verdade, acaba se desdobrando na situação do Portus. Então, eu queria deixar essa mensagem inicial, me colocar à disposição aqui e na Secretaria, eu tenho uma limitação de horário, vou poder permanecer aqui por mais algum tempo, mas dizer que a Secretaria, junto com outros órgãos do Governo, inclusive, a própria Secretaria Especial de Portos está imbuída em encontrar, e aí de maneira urgente, encontrar um caminho que torne viável a situação financeira do Portus. Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo de imediato a palavra ao Presidente da Federação Nacional dos Portuários, Sr. Eduardo Lírio Guterra, que conversou muito conosco sobre essa Audiência Pública e contribuiu, eu sei, para essa mobilização. Vocês que vieram de, praticamente, de todo o Brasil estão aqui muito convictos que estamos aqui para encontrar uma solução. Percebo, e quero adiantar, se me permita, que essa é a vontade, também, pelo menos dos Ministérios que eu conversei. Os três Ministérios que eu conversei, depois posso dar uma informação rápida, todos demonstraram a posição que o Dr. Ricardo Pena, aqui, apresentou nesse momen-

to. Nós temos que sair com uma solução para 40 mil homens e mulheres desse País, que estão com uma grande expectativa, e claro, estão nervosos, com justa razão. Você trabalha uma vida, deposita a esperança e de repente pode perceber que aquilo está desaparecendo. Então, com satisfação, Dr. Eduardo.

[palmas].

SR. EDUARDO LÍRIO GUTERRA: Bom dia a todos companheiros e companheiras. Eu queria saudar aqui a Comissão de Direitos Humanos do Senado, saudar o Presidente, Senador Garibaldi Alves, por ter colaborado para a realização desse evento, uma saudação especial ao Senador Paulo Paim, que além dessa força que ele tem nos dado aqui, tem demonstrado um compromisso com a questão da Previdência como um todo. E dizer que esse momento é um momento histórico para nós, portuários, porque nós estamos voltando a essa Casa, a Câmara, do qual tivemos a oportunidade de participar da discussão da Lei 8.630, que tanto mexeu na nossa vida. E hoje, nós estamos voltando aqui para discutir um assunto, que é o nosso Fundo de Pensão, que eu acho, entendo que seja um esqueleto do processo de privatização que nós tivemos nos portos brasileiros. Quer dizer, nós hoje...

[palmas].

Nós hoje estamos discutindo aqui a possibilidade de um Fundo de Pensão ser liquidado... Desculpa, gente.

[palmas].

Então é o seguinte. Nós hoje estamos discutindo aqui, que um Fundo de Pensão pode ser liquidado, numa atividade tão importante para o comércio exterior, para sustentar a economia do nosso País, tendo, pelo que a gente tem visto aí, as patrocinadoras do nosso Fundo de Pensão sendo mais recentemente, sendo retirada do Programa Nacional de desestatização, uma sinalização clara do Governo, que não quer privatizar essas empresas... Então, fica muito difícil pra gente entender, como é que essas empresas chegaram a esse ponto. Então, está ficando muito difícil entender isso. Mas eu queria dizer para essa Casa, o nosso objetivo, o objetivo dessa audiência, nós não estamos fazendo aqui lobby, nós não estamos aqui para pressionar essa Casa, nós estamos aqui para pegar o apoio dos Senadores, deixar eles conscientes dessa situação nossa, porque alguma medida talvez, possa vir do Governo para essa Casa e essa Casa vai ter o esclarecimento necessário para nos apoiar. Também não estamos aqui para pressionar o Governo, viu Dr. José Roberto? Nós não estamos aqui para pressionar o Governo. Porque a bem que foi dito pelo Secretário, e todos que nós temos conversado, eu e o Vilson, existe uma boa vontade. Nós precisamos achar o caminho

para isso. Também gostaríamos de afirmar, e acho que isso tem que ficar muito claro, que nós não estamos também, vindo aqui nessa Casa pedir nada que nós não tenhamos direito de receber.

[palmas]

Eu preparei uma rotina aqui, para colocar algumas questões para vocês, mas nada que foi colocado pelo Senador Paulo Paim e pelo Secretário de Previdência Complementar, que é um histórico como funcionava a Lei antes, a Lei da Previdência Complementar, porque, na verdade, a Legislação da Previdência é uma Legislação nova, ela vem sendo regulamentada através de portaria, de um entendimento da Secretaria de Previdência complementar e nós estamos acompanhando isso efetivamente, nós entramos para essa briga, efetivamente, a partir da aplicação, da aprovação da Lei 108 e a 109, pelo Congresso Nacional, que foram duas Leis que regulamentou a Previdência complementar pública e privada. E, por isso, que eu falo que isso é histórico, porque nós estamos sofrendo, no meu entendimento, o sistema portuário, as companhias de Docas, nós trabalhadores sofremos pela aplicação da Lei 8.630 e, talvez, estamos sofrendo por não ter sido cumprido a Lei 108 e a Lei 109 que foram duas Leis aprovadas aqui por essa Casa. Então, essa é a nossa dificuldade. Eu acho que, em função dessas colocações que foram feitas aqui, eu queria só reafirmar, eu acho que depois o companheiro Vilson vai complementar o trabalho que estamos fazendo, para chegar nessa audiência, aqui, e ver os companheiros que há muito tempo não participava de um movimento como esse, é que o seguinte, eu também entendo que, talvez, dado essa dificuldade, nós não tenhamos uma oportunidade como essa de resolver o problema do Portus. Porque isso já vem se arrastando há 10 anos. Como foi falado aqui, o Portus passou por intervenções – duas intervenções, passou mais recentemente, quando nós... Quando o Presidente Lula assumiu, o Secretário de Previdência complementar era o Dr. Adacir Reis. Nós estivemos na Secretaria e o Portus estava sob administração especial. Nós estivemos na Secretaria, falamos: “Secretário, nós queremos fazer um trabalho de resgatar o Portus, mas nós entendemos que o Portus sob uma administração especial fica parecendo que o Portus, de uma hora para outra, vai ser liquidado. Então, nós gostaríamos de ter liberdade para fazer o trabalho que precisamos fazer”. Naquela oportunidade, o Secretário nos perguntou: “Vocês têm condições de tocar, politicamente, a questão do Portus?” Nós respondemos que sim, que nós tínhamos. E quando o administrador especial saiu, ele fez um relatório, muito claro, muito transparente, da real situação do Portus; no final ele colocou seguinte: O Portus, se

nos próximos dois anos, não tiver um aporte financeiro, ele vai se tornar um fundo passível de liquidação. Isso foi em 2003. Quer dizer, nós estamos em 2008, a duras penas nos viemos tocando esse processo, mas chegou uma hora que, realmente, a situação é complicada. A conta não está fechando. Nós estamos pagando. E o Portus tem... É impressionante o tipo de dívida que o Portus tem. O Portus tem dívida, aquela mensal, que é obrigatória das patrocinadoras pagar, que não estão sendo pagas; tem a da RTCA, que já foi explicado aqui como é que funciona; tem dívidas contratadas não pagas, e tem dívidas de apropriação indébita, que é o desconto nosso, que nesse momento, tem empresa que não está repassando para o Portus. Nesse momento. Não é coisa lá de trás, não. É de agora. O que eu senti, também, nos administradores portuários, aí nos Presidentes da Direção das Companhias de Docas, eles têm duas preocupações, que nós temos também. Que é como que você toca a empresa no dia-a-dia e como é que você resolve o problema do Portus. Que é o nosso problema. Como é que nós mantemos essas empresas, porque delas muitos companheiros que estão na ativa precisam, e alguns que estão aposentados, e como é que resolve o problema do Portus. Eu não tenho dúvida que essa equação só vai fechar, se o Governo assumir uma forma de colocar dinheiro nessa discussão. Não é fácil conversar com o Governo sobre dinheiro, muito menos de tirar dinheiro do Governo. Então acho que dá pra gente sair desse processo... A nossa idéia é abrir um processo de negociação onde, efetivamente, R\$1 bilhão e meio é muito dinheiro, mas não é só R\$1 bilhão e meio. É muito mais do que isso. É R\$1 bilhão e meio da dívida das patrocinadoras. Fora o dinheiro da PORTOBRÁS, que ainda existe uma indefinição. Então é difícil botar esse dinheiro todo, então vamos negociar como é que faz isso parcelado, vamos discutir isso, vamos achar um encaminhamento. A nossa participação aqui... Isso não é uma coisa que começou aqui hoje e vai parar aqui, Senador, isso é um processo que nós estamos trazendo desde lá atrás, e provavelmente não vai acabar aqui. Então, eu quero encerrar a participação aqui, tinha feito algumas colocações aqui, mas na verdade, foi preenchido na colocação do Secretário e do senhor quando o senhor leu aquilo. Mas, de qualquer forma quero dizer que nós estamos unidos, essa é uma briga que nós compramos em nível de Brasil, vamos para esse jogo, esperamos resolver isso da melhor forma possível e eu queria em nome dos portuários participantes, das portuárias participantes e assistidas, entregar ao Senador aqui, a camisa no nosso Fundo de Pensão, o senhor já vestiu essa camisa antes de

receber, mas a gente faz questão de entregar essa camisa para o senhor.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu que tenho que dizer muito obrigado, pela camiseta e com certeza vou botar entre aquelas lembranças que marcaram a minha vida, ao longo desses meus quase 30 anos de vida pública, eu tenho no meu escritório em Canoas, uma sala onde eu guardo, não por ser ou não ser uma camiseta, mas pelo que ela representa. Uma luta emblemática dos aposentados e pensionistas do nosso País e todos aqueles que sonham em ter, um dia, uma aposentadoria decente e eu diria envelhecer ou ficar mais idoso com dignidade. Por isso muito obrigado a vocês. Eu levo com muito coração para casa.

[palmas].

Eu passo a palavra nesse momento ao Sr. Vilson Balthar Arsenio, Presidente da União Nacional das Entidades Representativas dos Participantes do Portus – UNAPPORTUS.

SR. VILSON BALTHAR ARSENIO: Muito obrigado, Senador. Bom dia a todos. É um prazer enorme...

[palmas].

Por mais que nos peçam, não é possível a gente não se emocionar. Primeiro eu quero agradecer a essa companheira que se deslocou do País inteiro para prestigiar esse evento. Agradecer ao Senador Paulo Paim. A gente não precisa estar aqui rasgando seda, a história política e combativa do Senador Paulo Paim, já nos garantiria a sua presença e a sua participação nessa luta nossa. Mas, de qualquer forma, em nome desses 13 mil participantes assistidos, que transformado em média de três pessoas por família, nós estamos falando aqui em nome de 42 mil pessoas, mais ou menos. E o histórico de tudo isso, já nos foi passado, primeiro pelo Secretário de Previdência Complementar e depois, numa forma emocionante, pelo companheiro Eduardo Lírio Guterra. E, como a gente, a prática de nossa longa vida, também, nessas lutas, nos mostra e nos ensina que sabe que aqui tem horário, tem prazo, etc. a gente não vai se alongar muito, mas a gente gostaria de fazer algumas colocações. Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que a gente está tentando resolver equacionar esse problema da forma negocial, da forma pacífica, da forma possível de se fazer. Mas tenho certeza absoluta, aqui não vai nenhuma forma de pressão, de desrespeito, mas estamos falando de pessoas que, ao longo de suas vidas, contribuíram e estão rigorosamente em dia com o nosso Fundo de Pensão.

[palmas].

Se o nosso Fundo de Pensão tem problema, esses problemas não foram os trabalhadores que causaram. E se for preciso, para defender o nosso patrimônio social Senador, e o senhor é um lutador desses trabalhadores aposentados, a sua história mostra isso, nós iremos a uma forma maior de luta. Esperamos não precisar chegar a ponto de se paralisar os portos desse país. Mas, se for preciso, nós o faremos.

[palmas].

E isso não é desrespeito, não é falta--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vilson, me permita um aparte. Nesse momento chegou aqui o Senador Heráclito Fortes, que está acompanhando esse debate também; queria convidar ele para vir à Mesa.

SR. VILSON BALTHAR ARSENIO: Muito obrigado, Senador. Prazer enorme, a gente agradece, os trabalhadores agradecem ao Senador Heráclito Fortes por estar nos prestigiando aqui. Mas vou ser breve dizendo o seguinte; essa dívida que vem, há mais de 10 anos, crescendo e já foi esclarecida aqui, reserva de tempo de serviço anterior, contribuição da parte patronal, ela se dá porque, infelizmente, o nosso Fundo de Pensão é um pouco diferenciado da grande maioria. A grande maioria dos Fundos de Pensão o patrocinador é único. E o nosso patrocinador é pulverizado. São diversas Companhias Docas ao longo desse país. E como disse o Eduardo, com a Lei 8.630, as Companhias Docas ficaram em dificuldades financeiras. Mas essa dívida é do Governo do Brasil. Porque as Companhias Docas são empresas estatais desse País.

[palmas].

Eu tenho um companheiro que é membro do nosso Conselho Deliberativo no Fundo de Pensão, que diz, de vez em quando, é uma dívida cínica. E não é falta de respeito se dizer isso. É uma dívida cínica, porque quando a gente conversa com os patrocinadores, com os diretores das Companhias Docas, a gente não sente nenhum interesse por parte deles, de tentar nos ajudar a resolver esse problema. E eu acho que eles esquecem, e aí o Secretário poderia nos ajudar, de que eu acho que pela Lei 109, eles também são responsabilizados. Nós, se o nosso fundo for liquidado, seremos as grandes vítimas. Mas eles também serão vítimas. Seus bens também serão confiscados. E eles tratam disso com um desprezo, com uma falta de interesse, o que a gente já não vê com relação à Secretaria dos Portos, que tem se mostrado interessada e nos ajudar. Então, Senador Paim, eu quero em nome desses trabalhadores, dizer que nós ainda acreditamos nesse País, que nós acreditamos no Governo Lula.

[palmas].

E que nós temos certeza que vamos sair daqui com a ajuda dos senhores, com uma solução para o nosso Fundo de Pensão. A dívida é grande, mas com 10, 15, 20 anos, é possível ela ser paga. E os trabalhadores agradecem. E eu posso falar em nome deles, ao senhor e a todos os presentes, por estarem abrindo essas portas para gente. Vamos evitar que esse país pare por conta de um Fundo de Pensão. Vamos resolver isso negocialmente. Porque eu sei que as pessoas nos ajudarão. Um abraço a todos e obrigado, Senador, pela sua boa vontade e pelo prazer de estar junto com a gente. O senhor é um combativo, lutador. Muito obrigado e estou honrado de estar aqui.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria também registrar a presença, ele estava aqui conosco já, foi falha minha aqui, porque tinha me avisado, está conosco, eu peço uma salva de palmas para ele também, está conosco o Deputado Federal Veloso, do PMDB da Bahia, que fez questão de vir à Mesa e se apresentar como um bom lutador pela causa. Queria dizer que tanto o Senador Heráclito, como V.Ex^a, a qualquer momento pode usar da palavra. Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Paim, eu queria agradecer a você por ter me chamado para cá, mas eu tenho que estar lá embaixo. Eu sou funcionário da casa, sou da Portus. Então eu estou aqui em solidariedade a eles.

[palmas].

Eu saí da PORTOBRÁS para assumir o mandato de Deputado Federal. De lá pra cá, não parei mais, estou aqui, MAS continuo com responsabilidade com essa questão que também é minha. De forma que eu tenho que ir para Comissão, logo mais, Comissão de... A CPI das ONGs, mas eu quero deixar bem claro aqui, a minha solidariedade e que fiquem inteiramente a vontade para me procurar para tratar desse assunto, porque eu estou nele também. Eu sou interessado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes, que está aqui demonstrando todo seu apoio a esse justo movimento e eu estou acreditando que nós haveremos de achar uma saída conjunta para essa questão, que mexe com o coração, com a emoção de todos nós. É com satisfação que passo a palavra nesse momento à Sra. Cláudia Muinhos Ricaldoni, representando o Sr. José Ricardo Sasseron, Presidente da Associação Nacional dos Participantes dos Fundos de Pensão – ANAPAR, ela é Secretária-Geral da entidade. Por favor.

[palmas].

SRA. CLÁUDIA MUINHOS RICALDONI: Bom dia a todas e a todos. Bom dia aos companheiros da Mesa, Senadores, presentes. Eu queria fazer essa breve apresentação, um pouquinho daquilo que o Secretário começou a abordar. Queria falar um pouquinho de como é que é a história da ANAPAR, e vocês vão ver que a nossa história é a história de luta de todos os participantes, em relação à democratização dos fundos e a perenidade de nossos benefícios. O sistema de Previdência complementar no Brasil, a gente pode considerar que ele fez 31 anos, se a gente considerar que ele se tornou... Teve o arcabouço legal em 77, com a primeira Legislação a respeito que é a Lei 6.435. O problema é o seguinte, nós temos 31 anos de sistema, e essa primeira Lei não falava uma linha sobre a representação dos participantes dentro dos Fundo de Pensão. Na verdade, os Fundos de Pensão, a gente pode entendê-los como uma empresa privada com dois sócios. Um é a patrocinadora, que oferece a seus empregados, por uma política de RH que ela tem e os outros sócios somos nós, participantes. O problema é que a gestão desses fundos ficou a vida inteira na mão de um sócio só. Somente a partir da Lei 108 e 109, notadamente a Lei 108, que fala especificamente de entidades fechadas patrocinadas por estatais, os participantes puderam eleger seus representantes no conselho deliberativo e conselho fiscal. Não podemos eleger e nem indicar representantes na diretoria Executiva, o que é um problema. Nós vamos falar disso daqui a pouquinho. A ANAPAR surgiu, exatamente, da luta dos participantes de Fundo de Pensão, para poder gerir e participar da fiscalização e gestão dentro dos Fundos. Na época que nós estávamos discutindo a Lei 108 e 109 no Congresso, várias vezes e várias vezes, nós viemos aqui conversar com os Deputados e Senadores, da necessidade de a gente democratizar essa gestão, porque como a gente diz em Minas, é o olho do dono que engorda a boiada. E tinha a parte do dono, que não estava na gestão dos Fundos.

A ANAPAR surgiu dessa luta e também de um momento no Brasil, onde os fundos, as empresas estatais começaram a ser privatizadas. E a gente começou a perceber, é que as nossas fundações começaram a sofrer mudanças e, invariavelmente, mudanças que afetavam o benefício e o compromisso das patrocinadoras com a gente. Aquilo que o Guterra falou é perfeito, talvez o Portus seja o esqueleto do armário dessa época de privatização. A gente que viveu isso no sistema elétrico – eu sou de originária, eu sou eletricitária de origem, nós vimos trabalhadores com 20, 25 anos de pagamento religioso do seu compromisso com o fundo verem seu benefício virar pó. Por uma simples transformação do modelo de plano. E foi exatamente

da necessidade de garantir esses direitos, que surgiu a ANAPAR. Quando a gente percebeu que, ou a gente se organizava, ou a gente ia à luta ou os nossos benefícios de 20, 30 anos iam, literalmente, para o ralo. E aconteceu com alguns companheiros. Isso aconteceu com alguns companheiros. Em 2001, a ANAPAR foi criada e, desde então, nossa obsessão, na verdade nós temos duas, que é formar cada vez mais participantes para entender, intervir e se tornarem dirigentes eleitos desses Fundos de Pensão. Nós vamos... Estamos formulando uma proposta de alteração da Legislação, porque de qualquer forma, a gente entende que a Lei, na medida em que permitiu, que nós fôssemos conselheiros fiscais e conselheiros deliberativos, foi um avanço. Mas nós queremos a gestão paritária desses Fundos. É isso que nós queremos. Por um motivo muito simples, meus companheiros. A patrocinadora, ela tem um poder maior do que qualquer um de nós na gestão desses Fundos. Primeiro, porque ela é empregadora de todos nós. Só aí ela já tem um poder diferenciado. Segundo, que na grande maioria dos fundos, ela faz a gestão na executiva sozinha. E olha, nenhum Fundo de Pensão no Brasil, chega aonde o Portus chegou da noite para o dia. Isso é um longo processo que, de repente a gente lembra com esse pesadelo, mas ele foi gestado ao longo do tempo.

E já foi dito aqui, reiteradas vezes que, a causa principal desse pesadelo é o fato das patrocinadoras não terem honrado os compromissos que assumiram quando resolveram patrocinar os Fundos. Nós aqui, vocês, nunca desonraram esses compromissos. O problema é que, se nós partimos para uma liquidação, somos nós que vamos sofrer, não são as patrocinadoras. E a gente pode dizer olha, vamos penhorar bens dos gestores... O problema é que não vai resolver a vida de... São quase... quantos mil aposentados, Guterra, hoje? Quase nove mil. O que adianta eu processar um diretor, se o camarada que está precisando daquele benefício para viver, não vai ter mais? Essa não é a saída. A nossa saída aqui é manter o Portus vivo, saudável, e para isso a gente vai precisar muito da ajuda da Secretaria, muito da ajuda do Governo, muito da ajuda dos Parlamentares. Porque não é uma saída fácil. Não é uma saída fácil. O Secretário, ele enumerou três ações. Eu fico pensando que, se ação correta seria aumentar a contribuição, se na verdade, tem patrocinadora hoje que nem a contribuição que precisa pagar está pagando.

[palmas].

Eu não tenho dúvida que vocês vão continuar pagando, mesmo porque é descontado em folha. Não tem muita alternativa, não é? Já tinha conversado com o Guterra, acho que, talvez, a gente saudar o plano Portus

que existe hoje e partir para um plano de contribuição variável, seja uma medida razoável. Vou deixar muito claro que isso não significa retirar direito de nenhum de vocês. Nós fizemos esse processo de saldamento em vários Fundos de Pensão, inclusive aquele da qual sou originária que é o Fundo dos Eletricitários de Minas Gerais, da Forluz; o pessoal da CEMIG. Fizemos esse saldamento na FUNCEF, fizemos um modelo parecido na PREVI; a PETROS está encaminhando para um modelo parecido. Então ele é viável e ele é perene. Agora, não há como falar de saldamento, se a gente não conseguir uma injeção de recursos para dentro do Portus. Nós precisamos de dinheiro. Nós precisamos de uma injeção de dinheiro. O Portus hoje tem uma necessidade de reservas, a gente chama assim, da ordem de R\$1 bi e 700 milhões. Nós temos em caixa pouco mais de R\$300. Menos um pouquinho. Ou seja, se nós, até para fazer esse saldamento, que era possível, é uma saída viável, nós precisamos que as patrocinadoras paguem, pelo menos, parte dessa dívida e paguem agora. Não é para contratar para muito tempo, não. Nós precisamos...

[palmas].

Nós precisamos conversar com o Governo sobre a dívida da PORTOBRÁS. Me parece que é uma medida de curto prazo para dar um fôlego para o Fundo. É como um paciente que está no CTI e a gente estabiliza para depois tratar mais de longo prazo, a enfermidade. Eu acho que para isso, nós precisamos de uma grande engenharia política, mais do que engenharia técnica. Porque tecnicamente o Secretário, os companheiros do Portus, a ANAPAR... A gente sabe exatamente como fazer. Nós estamos com um problema de recursos. E aí a engenharia política para construir juntos aos órgãos do Governo e junto às patrocinadoras. Vou deixar um parêntese aqui, também. Ninguém é obrigado a patrocinar um plano de Previdência; a patrocinadora, a rigor, ela não é obrigada a fazer isso.

Agora, uma vez que oferece como produto de Recursos Humanos, ela adquire responsabilidade com seus empregados e com os participantes do Fundo. Nesse sentido, a gente tem que construir, também, uma proposta viável para elas. Porque se nós não conseguirmos construir, isso vai ficar o que está, há quantos anos, 10, 15? Eu contrato a dívida e não pago a conta. Eu contrato a dívida e não pago a conta. Assim não vai funcionar. Nós precisamos de fato, contratar a dívida e que essa dívida seja factível e que a conta seja paga. Porque senão daqui a pouquinho nós estamos fazendo outra Audiência Pública aqui, daqui a um ou dois anos. Eu espero que essa tragédia, que está anunciada, e ela é uma tragédia, vocês não tenham dúvida disso. Mais do que perder recursos, porque se nós temos menos

de R\$300 milhões dentro da Portus, vocês não tenham dúvida que esse recurso é insuficiente, inclusive, para garantir a reserva do benefício de quem está aposentado. Imagina de quem ainda vai se aposentar. Imagina de quem ainda vai aposentar. Vocês viram um pouquinho do que nós estamos falando aqui com a companheira da do AEROS. Vocês viram o quê que é, você fazer a liquidação de um Fundo de Previdência, pelo que nós estamos, no AEROS. Nós temos uma diferença aí. O AEROS se tornou insolvente, muito por conta que a patrocinadora faliu, digamos assim. No caso de vocês, nós temos alternativa, Senador. Nós temos alternativas. Nós temos dívidas que são de empresas e empresas estatais. Nós temos uma dívida da PORTOBRÁS que tem que ser discutida... Que está sendo discutida na justiça, mas pode ser passível de uma negociação. E nós temos que construir isso junto às entidades representativas, aos Deputados e ao Governo Federal e às patrocinadoras. É muito fácil, talvez seria muito fácil, a gente dizer: "Olha, o problema é do Governo". E as patrocinadoras continuam à cavaleiro. O problema é delas. Foram elas que ofereceram o plano. São estatais? Sim. Então tem parte de responsabilidade do Governo. Mas quem vai assinar o contrato da dívida e quem vai ter que pagar esse contrato da dívida são as patrocinadoras. E eu acho que, nesse momento, essa crise é uma oportunidade, se a gente souber trabalhar bem. É uma oportunidade de a gente tornar o Portus solvente, perene, a partir dessa construção. E eu sugiro que no bojo dessa negociação, vocês coloquem na Mesa a questão paritária desse fundo, porque se vocês não estiverem lá, a...

[palmas].

A história pode se repetir. Ok? Eu quero deixar aqui o apoio da ANAPAR, nós já tivemos algumas reuniões com o Secretário, com o pessoal da Federação, não é? O que a gente puder fazer, nós estamos à disposição e eu quero parabenizar vocês, porque é uma negociação que a gente vai ter que fazer. Mas, sem essa pressão aqui, sem uma ameaça e sem uma... — a palavra ameaça é forte, mas é isso mesmo, eu sou sindicalista de origem, eu sei o que garante uma boa negociação, o que garante uma boa negociação é uma boa pressão é a categoria mobilizada. E eu acho que vocês estão no caminho certo. Parabéns a todos vocês.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu vou passar a palavra de imediato ao Sr. Eduardo Celso de Araújo Marinho, Diretor-Presidente do Fundo de Pensão Portus e em seguida passo a palavra ao Deputado Federal Veloso. E por último, en-

tão, vai falar o Ministro interino, que está aqui na Mesa conosco. Por favor, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Quero pedir desculpas, eu vou ter que me retirar. Mas vou sair aqui na maior tranquilidade, porque o Paim, embora nós sejamos de partidos diferentes, nessa questão nós temos uma parceria antiga. Assunto de servidor, assunto de funcionário, de aposentado, funcionário público, eu sigo a cartilha do Paim. De forma que ele vai me passar com mais detalhe essas informações logo mais. Agora eu só queria pedir a vocês aí da Portus, vocês estão me devendo uma camisa dessa. Agora, lembrem só uma coisa, o meu número tem que ser bem grande, porque eu sou gordo. Mas eu quero a camisa e não abro mão. Muito obrigado e estou com vocês na luta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu queria pedir ao companheiro Zé, Zé Renato, providenciar a camisa para o Senador. A "X", aquela maiorzona, ele está pedindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por favor, Dr. Eduardo Celso de Araújo Marinho. Em seguida falará o nosso Deputado e o Ministro encerra a Mesa, depois nós vamos ao debate.

SR. EDUARDO CELSO DE ARAÚJO MARINHO: Senador Paulo Paim, demais membros da Mesa, minhas senhoras e meus senhores. Eu gostaria de destacar o pronunciamento, a análise técnica feita pelo Dr. Ricardo Pena, perfeita, e que caracteriza bem a situação da instituição. E a análise feita com a razão e a emoção, feita pelo Guterra, nosso companheiro Guterra que, realmente, emocionou acho que, a todos. E quanto à análise do Dr. Ricardo Pena, eu só gostaria de observar, que ele colocou as soluções técnicas para o assunto. Mas não acredito que ele próprio defenda o aumento da contribuição. Porque, só virá aumentar o problema dos nossos patrocinadores. Que não têm capacidade para pagar agora, estão demonstrando, então acredito eu, estejam se preparando para isso, mas se aumentar essa contribuição, o futuro vai ficar mais negro ainda, para as nossas patrocinadoras. E quero dizer, também, que a contribuição do nosso participante, quando ele aderiu a esse plano Portus, era um para três. E num determinado momento essa contribuição passou a ser paritária.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, doutor, eu queria já aproveitar, o Heráclito Fortes está saindo, e está chegando o Senador José Nery. Então uma salva de palmas para quem está saindo e para quem vem para a Mesa. Senador José Nery, aqui na Mesa, por favor. Já tem que providenciar duas camisetas. Uma para o Senador Heráclito Fortes e outra para o Senador José Nery. Por favor, doutor.

SR. EDUARDO CELSO DE ARAÚJO MARINHO:

Continuando. Então os participantes já tiveram sua contribuição dobrada por exigência de Lei. E continuaram pagando e em partes, sem essa contrapartida. Eu gostaria de fazer uma análise, análise técnica está feita, a colocação do... da situação dos participantes está feita... Mas eu gostaria de fazer uma análise das responsabilidades. E não quero analisar responsabilidades de pessoas, e sim de instituições. Os Fundos de Pensão de modo geral, quando foram criados, já foram criados, Senador, deficitários. Porque na década de 1970, dois atuários, atuaram na criação de Fundos. Dois grandes atuários, atuários antigos, foram aos Estados Unidos trazer os modelos americanos... E, um desses atuários foi o que montou, também, o fundo Portus, que foi o professor Nogueira. E à época, se ele colocasse, abertamente, qual seria a dotação inicial para se criar aquele Fundo, eu tenho certeza que o Governo não criaria o Fundo. E o Fundo já nasceu, como muitos outros, deficitários. Só que outros, em sistemas saudáveis, que puderam no decorrer do tempo, recuperar isso aí, com aportes e mais aportes de recursos que em vários fundos eu já vi, já tiveram aportes, já tiveram aporte de recurso. Então, esse foi o primeiro problema na criação... Foi a criação do plano. A criação do plano foi feita pela PORTOBRÁS, uma empresa pública que hoje tem um sucessor. É o Governo Federal. O segundo grande problema que o Portus tem é em decorrência da própria extinção dessa PORTOBRÁS, com a Lei 8.630, a Lei de modernização dos portos, e a crônica e até agora sem solução, a Secretaria de Portos veio para buscar a solução para isso, insolvência, quase insolvência das Companhias Docas. O que provoca a geração de uma dívida muito grande para com a instituição. E a instituição tem processos de cobrança contra esses patrocinadores, legalmente ela tem que cobrar, mas chega em alguns pontos, quando vai bloquear contas, os próprios participantes ativos pedem para que isso não aconteça. Por quê? É o salário no final do mês que pode ficar prejudicado. Esses dois pontos têm que ser colocados. A criação, que foi feito pela PORTOBRÁS, uma empresa pública, que tem como sucessor o Governo Federal. E as Companhias Docas, empresas de economia mista, controladas pelo Governo Federal também. Não é uma cobrança, não... O direito de todos é de ter essa contrapartida. Cada um dos senhores contribuiu durante 29 anos para manutenção desse plano. Foram os únicos que, rigorosamente, se mantiveram durante esses 29 anos, em dia com suas contribuições.

[palmas].

Se hoje nós tivéssemos, pelo menos, as nossas patrocinadoras com suas contribuições em dia,

nós teríamos no mínimo mais R\$300 milhões. O que, não nos colocaria numa situação tão vulnerável. Essa dívida inicial da criação do plano, que é a reserva de tempo de serviço anterior, já citada pelo Secretário de Previdência, ela hoje chega à casa de R\$1 bilhão, R\$150, mais ou menos. Esses dois números já deixariam o plano, praticamente, equilibrado e pronto para um saldamento. Que eu acho, Senador, essa é a solução. É o saldamento do plano. Como disse a nossa companheira ali da ANAPAR, se nós, hoje, pugnarmos pela manutenção desse plano, com as Companhias Docas tendo que contribuir, talvez daqui a três, quatro, cinco anos, nós nos encontremos na mesma situação, tentando uma nova solução e isso vai se arrastar pelo tempo, e por anos e por vezes. O que nós temos que defender é o pagamento da contribuição de paridade. Essa é a primeira coisa. Não tem como não receber a contribuição, a paridade da contribuição. Isso não... É indiscutível, é um número que não tem que ter auditoria, não tem que ter nada. Porque esse número está dentro da própria patrocinadora. Tem que estar registrado no seu próprio balanço. Esse número existe. E está lá. É dívida de contribuição. Isso mesmo.

[palmas].

Em segundo passo, nós temos que auditar os números que nós temos, da reserva de tempo de serviço anterior. Que é R\$1 bi e 150, que nós temos colocado para os nossos patrocinadores, a CODESP já se pronunciou pedindo que esse número, que a base de dados que gerou esse número, fosse mandado para ela, por meio eletrônico, para que ela pudesse analisar e auditar o que está sendo feito. E, por último, a dívida do Governo Federal com a retirada de patrocínio de duas entidades. A PORTOBRÁS e a Companhia Brasileira de Dragagem. Note-se que à época, em 90, o Governo ficou com o patrimônio dessas empresas. Ficou, Senador, com o maior parque de dragagem instalado que tinha no país. O País não precisava importar, trazer draga de fora, não precisava contratar draga de fora. Existia um parque de dragagem, existiam dragas que à época elas conseguiam e faziam com sucesso e eficiência a dragagem de todos os portos brasileiros. Então, o Governo herdou esse patrimônio. O que fez com ele, não nos interessa analisar. Agora, essa dívida, o Governo tem que herdar também. A dívida de retirada de patrocínio. Se a esses números nós acrescentarmos essa dívida de retirada de patrocínio, o plano fica mais que saudável, dá para ter o seu saldamento tranquilamente e ainda sobra, vai sobrar recursos. Nós temos margem financeira com esses números, para fazer uma negociação com o Governo e ele nos dá só o que nós precisamos. Só o que é necessário. Só aquilo que o plano realmente necessita para o seu

saldamento. Senador, eu agradeço, o Portus agradece o apoio que o senhor tem dado e está dando a essa causa que não é minha não é de ninguém, é desse público e de milhares de outros que estão pelo Brasil e não puderam vir.

[palmas].

Mas que tenho certeza, se tivessem condições estariam todos aqui. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Como eu havia já anunciado, eu vou passar a palavra ao Deputado Federal Raymundo Veloso, do PMDB, em seguida o Senador José Nery para que ele faça também suas considerações.

DEPUTADO RAYMUNDO VELOSO SILVA

(PMDB-BA): Eu quero saudar os companheiros da Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Me permita. Eu queria convidar o nosso nobre Senador Gilberto, que é um lutador, também, que veio aqui para dar o seu apoio ao Movimento de vocês. Que ele sente na Mesa conosco e ele usa a palavra no momento que ele entender mais adequado.

[palmas]

SR. DEPUTADO RAYMUNDO VELOSO SILVA

(PMDB-BA): Mas dizia que quero saudar a Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, e dizer que o Senador Paulo Paim é um dos Senadores que mais luta pelas causas do trabalhador brasileiro e do aposentado.

[palmas].

Quero desejar um bom dia a todos os portuários do Brasil, e dizer que muito me honra estar participando dessa Audiência Pública, porque além de Deputado eu tenho a honra, tenho a glória, tenho a satisfação de dizer que sou portuário aposentado. Eu trabalhei na CODEBA, a Companhia Docas do Estado da Bahia, durante 36 anos e sei o sofrimento, não só dos portuários, mas de todo trabalhador brasileiro. E, como portuário, hoje como Deputado, tenho certeza de que estarei sempre lutando, trabalhando em prol dessa classe tão sofrida e como hoje vemos aqui, em busca de uma solução para o Portus. Dizer que, na minha base, Senador Paulo Paim, Salvador ou Ilhéus, quando ali chego, eu vejo, nas reuniões que tenho com os portuários, o semblante, a tristeza de todos, preocupados com o problema do Portus. E eu tenho dito que, não adianta tristeza, é preciso que haja esperança. Porque aqui em Brasília, como em todo território nacional, há pessoas que estão engajadas nessa luta e, com fé em Deus, nós iremos lutar para a solução desse problema. E dizer por fim que, todas as vezes que eu for à minha base vou ter a grande satisfação e alegria, como portuário, de usar essa camisa. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Passamos a palavra, nesse momento, ao Dr. José Roberto Correia Serra, Ministro interino da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, representando aqui o Ministro Pedro Brito do Nascimento. Nossos cumprimentos pela...

SR. JOSÉ ROBERTO CORREIA SERRA: Inicialmente, gostaria de saudar o Senador Paulo Paim, e através dele saúdo todos aqui, que compõem a Mesa. Dizer que foi uma satisfação, assim que recebemos o convite, aceitamos prontamente estarmos aqui nessa Audiência Pública. E em nome do Ministro Pedro Brito, que está em viagem ao exterior nós, inicialmente, gostaríamos de dizer que a questão do Portus ela é um dos pontos de extrema importância para a Secretaria de Portos. Todos aqui sabem, a secretaria tem pouco tempo de criada, nós pegamos uma situação extremamente crítica nos portos brasileiros. Por esta razão o Presidente da República criou a Secretaria Especial de Portos, para que nós tivéssemos essa ação direta nos portos brasileiros. Por esse motivo nós estamos aqui hoje reunidos e eu gostaria de, como portuário há 25 anos, saudar vocês que vieram de longe, para enfrentar de uma vez por todas este problema de Portus que eu, desde que me entendo por portuário, a gente discute. Então queria parabenizar vocês pela coragem de vir a Brasília para discutir esse problema.

[palmas].

Eu me sinto muito a vontade de estar aqui, porque sou portuário. Há 25 anos, sei o que é operação de beira de cais. Hoje estou em missão de Governo, com muita honra recebi essa missão e sabemos dos desafios que nós temos pela frente. A Portus é uma delas apenas. Todos vocês sabem, são portuários de anos e anos de beira de cais sabem das dificuldades operacionais que nós enfrentamos e sabem, sobretudo, da grande dificuldade que temos nas Companhias Docas. Por um processo que vem já de muitos anos. E todos nós sabemos também, e aí que eu gostaria de colocar, que há uma responsabilidade de todos que compõem, não só a questão portuária, administração, gestão de porto, mas, sobretudo, também, a administração do Portus; que ao longo de anos, eu como contribuinte de Portos, durante muitos anos sofri e quis buscar muitas explicações ao longo da minha vida de contribuição e muitas vezes não as tive. Então de fato, existem muitas questões que agora, nós temos que enfrentar. Não dá para jogar esse problema para frente. A Secretaria de Portos está totalmente sintonizada com essa questão de Portus. O Ministro Pedro Brito é sensível a essa questão. Isso não é somente

uma questão técnica. Isso é uma questão social, é uma questão que lida com vidas.

[palmas].

Uma questão que lida com aqueles que acreditaram durante anos, contribuindo com seu salário, com desconto em folha, num projeto que um dia a gente vê que está numa situação difícil. Eu gostaria de chegar aqui hoje para vocês e dizer que tenho uma solução para o problema. Gostaria de chegar, hoje de manhã estive pensando nisso. Essa semana, a semana passada tivemos várias reuniões sobre a questão dos Portos. Não quer dizer que não as tenhamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ministro, me permita que eu convide o nobre Senador Eduardo Suplicy, a vir fazer parte da Mesa.

[palmas].

Por favor, Ministro.

SR. JOSÉ ROBERTO CORREIA SERRA: Eu gostaria de colocar aos senhores e dizer o seguinte. A Secretaria de Portos, como eu disse, ela tem o compromisso em resolver esse problema dos Portos. Juntamente com todos aqueles que integram o Governo. Nós tivemos algumas reuniões já, com membros do Governo Federal, com representantes do Governo Federal de diversos setores; Secretaria de Previdência Complementar; o Ministério do Planejamento; a Secretaria do Tesouro Nacional; Casa Civil, nós estamos muito atentos a essa questão e estamos enfrentando da melhor forma que nós podemos, tentando encontrar as ferramentas não somente técnicas. Acho que muita coisa que foi dita e eu gostaria de ressaltar algumas delas. Primeiro ponto que acho que é importante, Senador, é que nós – e eu não sou especialista em cálculo atuarial, acho que nós temos que ter especialistas. Acho que foram ditas coisas muito importantes aqui. Primeiro, a questão da representação do trabalhador nas decisões do Portus. Isto é fundamental. Esta questão de proposta que foi feita de Comissão paritária, isso é fundamental na administração do Portus.

[palmas].

Acho que também é preciso dizer o seguinte: a responsabilidade das Companhias Docas, isso nós não podemos dizer que não existe e nós reafirmamos ontem, ratificamos em reunião a responsabilidade das Companhias Docas. Elas têm que, realmente, não somente passar os problemas para o Governo Federal, elas têm que enfrentar, também, a solução e encontrar uma solução também para o problema. A grande verdade é que, essas Companhia Docas estão em situações de grande dificuldade. Algumas já se recuperando, depois que assumimos com a gestão nova, com a gestão buscando soluções, efetivamente, para os problemas de beira de cais, de operação, com uma gestão mais eficiente,

nós já estamos conseguindo recuperar a situação de algumas delas de dívidas, operando no vermelho, já estão passando para uma situação melhor, mas o que nós temos aqui são números muito grandes para que nós possamos, rapidamente, resolver com uma injeção vindo das Companhias Docas para o Portus. Agora, existe outro grande problema. Que é, foi dito aqui, que até agora não há uma auditoria desses números. Nós falamos aqui de dívidas de R\$1 bilhão e 700 milhões, mas não há ainda uma auditoria que comprove, que ateste quais são realmente esses números. Nós temos três grandes parcelas que compõem esse problema do Portus. Uma, são os atrasos nas contribuições, isso é uma questão que a secretaria vai atuar, diretamente, nas companhias, nós estamos na ordem de R\$284 milhões, pelos cálculos que estão levantados aqui da dívida dos patrocinadores, temos uma dívida decorrente de um déficit de uma Resolução nº 606/92, R\$154 milhões, e tem a maior parcela desta dívida, que é a reserva de tempo de serviço anterior, não paga. Que é essa RTSA, no valor de R\$1 bilhão e 148 milhões. Esses são os componentes que nós temos, da dívida dos Portos, daquilo que teria que ser feito para pagamento, ressarcimento ao Portus.

Se nós observarmos, a maior parcela de reserva técnica serviço anterior não foi, essa parcela não está já consolidada. Há uma discussão sobre esses números. Também foi dito aqui, e eu acho que é importante registrar, e o Governo está atento a isso, nós tivemos, como eu disse, uma reunião para tratar dessas questões específicas e eu quero trazer aqui a mensagem de que nós estamos trabalhando para isso, o Governo não está desconsiderando. Nós estamos efetivamente juntos para encaminharmos uma questão de resolução desse problema. Mas temos algumas premissas fundamentais. A primeira é que nós entendemos, e aí a Secretaria entende, no caso, especificamente, que nos debruçamos mais tecnicamente sobre o problema, que não adianta injetarmos dinheiro num instituto que não nos dá segurança ainda. Nós precisamos criar um modelo com visão de futuro. Não podemos resolver o problema hoje e daqui a pouco esse problema ser recorrente. Temos todo o compromisso do Marinho, sabemos da responsabilidade de enfrentar essas questões, mas há limitações do Portus hoje, para, em absorver uma injeção, seja de Governo, seja de patrocinadora, administrar isso, quem é que garante que daqui a pouco não vamos ter que estar aqui novamente rediscutindo essa questão?

[palmas]

SR. JOSÉ ROBERTO CORREIA SERRA: Então, é preciso que nós, não só, passamos a discutir o problema de curto prazo, mas olharmos para o futuro

dos outros participantes e de todos que estão aqui que são pensionistas e de outros que podem vir a querer integrar a equipe do Portus. Que está, de certa forma, fechado para que a gente possa ter uma solução. Então, como eu falei, lamentavelmente eu, hoje, como Secretário e como Ministro interino dos Portos agora, nesse instante, eu não tenho ainda uma solução para chegar para os senhores, que eu gostaria muito de chegar aqui e dizer "Olha, encontramos uma solução". Nós estamos trabalhando muito, teremos ainda reuniões nessa semana, aqui em Brasília, a Casa Civil está totalmente empenhada em conduzir esse processo. Nós também, da Secretaria de Portos. E nós estamos abertos a receber as sugestões de todos os senhores. Como eu falei, nós não iremos construir uma coisa, sem que os senhores participem. Sem que os senhores dêem opinião. Não faz sentido mais, a gente construir uma coisa que é para que os outros tenham esses benefícios. A Secretaria tem o compromisso, como eu disse, Ministro Pedro Brito deixou claro isso, todas as posições dele. Nós iremos trabalhar com todo afinco para encontrarmos essa solução. E já estamos fazendo isso.

Agora, nós precisamos não construir somente uma solução de injetar dinheiro dentro do Portus. Nós precisamos é construir um novo Portus. Porque senão vai, daqui a pouco, acontecer de novo essas discussões aqui dentro; vão acontecer novamente e nós vamos estar aqui sempre retornando para discutir uma coisa que já há anos a gente ouve isso aí. Então, eu não gostaria de me prolongar, dar opinião para que todos participem do debate, mas reafirmar e ratificar que na nossa opinião, a solução não é somente injeção de recursos, nesse momento. Acho que para haver uma solução de curtíssimo prazo é preciso se discutir isso, mas é preciso nós olharmos para frente e sabermos onde nós queremos chegar, porque senão nós estaremos aqui novamente discutindo isso. Então eu encerro as minhas primeiras colocações sobre isso, parabenizando a vocês pela mobilização, pelo Movimento, colocando a Secretaria de Portos ao inteiro dispor para a gente trabalhar, nós queremos ouvir a sugestão de vocês, nós queremos saber como encaminhar essa questão e nos colocamos a disposição para qualquer esclarecimento e dúvidas. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Ministro. A gente fica contente com a fala do Ministro que mostra todo o compromisso com essa causa. E pelo que percebi aqui da Mesa, todos os Ministérios mais envolvidos demonstraram que estão trabalhando para uma solução e isso é muito bom. Nós esperamos, inclusive, aqui no encerramento da

nossa Audiência Pública, darmos alguns encaminhamentos mediante acordo aqui na Mesa, para vermos o próximo passo. Porque podem ter certeza, o que eu mais gosto é quando no fim de uma Audiência Pública, você dá alguns encaminhamentos. Senão fica só nós, batendo palmas para nós mesmos. E o Ministro já apontou alguns caminhos aqui, que eu achei interessante, Ministro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com certeza nós vamos construir a proposta juntos. Eu, nesse momento, não sei se o Senador Eduardo Suplicy quer falar agora ou quer falar no segundo momento. Se quiser pode ser nesse momento, Senador Suplicy. Está com a palavra o nobre Senador Eduardo Suplicy, de São Paulo e do Brasil.

[palmas].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente Paulo Paim, quero cumprimentá-lo por ter organizado esta Audiência Pública recebendo os trabalhadores portuários de todo o Brasil que aqui estão. E que ao longo dessas décadas confiaram a transferência de seus recursos para a Portus, quero cumprimentar o Diretor Presidente Eduardo Celso Araújo Marinho, ao Ministro dos Portos, José Roberto Correia Serra, os demais representados aqui na Mesa e saudar esta Audiência Pública. O Senador Paulo Paim tem sido, nesta Comissão de Direitos Humanos, um organizador fantástico no sentido de abrir oportunidades para os mais diversos segmentos, movimentos sociais do Brasil e, sobretudo, dos trabalhadores, dos pensionistas, os aposentados em geral. Mas enfim, de todos, inclusive, neste mês de maio, em que estamos comemorando 120 anos da abolição da escravidão. O Senador Paulo Paim colocou--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Suplicy, me permita só que eu chame para aqui à Mesa, a Deputada Iriny Lopes que é uma lutadora para essa causa também, ela já fica aqui na Mesa com a gente. Senador Suplicy com a palavra.

[palmas].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Seja bem-vinda, Deputada Iriny Lopes que ali no porto de Vitória tem uma presença tão significativa. Mas eu quero, como membro dessa Comissão de Direitos Humanos, estar apoiando estas ações. Acho que essas palavras de disposição do Governo do Presidente Lula, de estar encaminhando uma solução por mais difícil que seja a situação de dificuldade, porque os patrocinadores, as Companhias Docas têm deixado de fazer a contribuição devida, enquanto da parte dos trabalhadores a informação que temos é que estes

sempre têm mantido as suas contribuições. Então é mais do que justo que a voz de vocês esteja como é aqui, à disposição dos responsáveis, sendo ouvida e para encaminhar uma solução, que ao mesmo tempo seja de responsabilidade. O Governo do Presidente Lula e os Ministérios dos Portos, da Previdência e outros precisam agir com a devida responsabilidade, mas o importante é essa disposição de chegar a uma conclusão positiva. E que venha assegurar os direitos de todos vocês. Então, meus cumprimentos e sejam bem-vindos aqui, ao Senado Federal.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Senador Suplicy. O Suplicy está sempre nessa caminhada com a gente, em todos os momentos. Podem ter certeza que ele será parceiro, também, em tudo aquilo que nós pudermos fazer aqui no Senado, para a solução dessa importante questão. Eu só queria me dirigir, mais uma vez, à Deputada Iriny Lopes, que ela use a palavra no momento que ela assim entender. Porque aqui no Senado, desde que assumimos a Comissão de Direitos Humanos, a gente adota esse critério, tanto Senador, Senadora ou Deputado ou Deputada, são bem-vindos em todas as comissões e usam a palavra no momento que entenderem mais adequados, porque nós sabemos do compromisso que todos têm, que são dezenas de comissões funcionando aqui e na Câmara. O Presidente Eduardo Lúrio aqui, ele me fez uma proposta, porque sabe também, que a gente sempre abre para cinco ou seis líderes do Plenário poder fazer uma intervenção ou mesmo uma pergunta à Mesa durante três minutos. Só que ele foi mais ousado, ele quer que fale pelo menos um Presidente de cada entidade. E aí seriam, segundo ele me disse aqui, 16 pessoas.

Chegou nesse momento o Senador Renato Casagrande, lutador aqui, que vocês sabem, também, e com certeza ele vai, também, fazer uso da palavra. Convido para Mesa, no momento que ele entender mais adequado, ele faz uso da palavra. Mas está convidado para vir para Mesa já. O Presidente aqui me pede... Eu com certeza gostaria que todos falassem. Mas como nós temos um limite, eu até abro para os 16, se assim o Plenário entender. Desde que cada um fale, no máximo três minutos e se sentir contemplado na fala de um que o antecedeu, ele pode até abrir mão. Pode ser assim? Ok. Agora antes mesmo... Vou cumprimentar o nosso Senador... O Dr. Ricardo Pena Pinheiro, ele tem que se retirar porque tem, de fato, um compromisso em São Paulo. Mas Dr. Ricardo, se permitir, eu queria dizer que a sua presença aqui foi fundamental. O próprio Gabas(F), me ligou em nome do Ministro Marinho e me disse aquilo que o senhor

afirmou aqui. Que o Ministério da Previdência também tem todo compromisso de achar uma solução. Quero ir além para relatar a vocês; me pediu, inclusive, se havia possibilidade de nós adiarmos, por entorno de 15 dias, porque os órgãos de Governo estão tão empenhados em achar uma solução, porque como disse muito bem aqui, o Ministro José Roberto, eles gostariam de chegar aqui já com uma solução. Mas como não foi possível, porque muitos estavam deslocando já para Brasília, eu quero aqui, dar esse testemunho da boa vontade do Ministro Marinho e de toda sua equipe, já que no momento, o Sr. Ricardo Pena Pinheiro, que representa aqui o Ministro Marinho, nesse evento, tem que se retirar. Então uma salva de palmas a ele.

[palmas].

Nesse momento, se o Senador Casagrande quiser aguardar um pouquinho, para sentir um pouco o clima, eu vou começar a abrir para as entidades. Vai ter um micro... A Deputada está com compromisso, então, Deputada Iriny Lopes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos chamar... Qual é o primeiro? Companheiro de Manaus. Vai ter um microfone sem fio para ele falar. Me disseram que tinha um microfone sem fio aí. A Assessoria me disse que tinha um microfone sem fio. Que cada um ficasse exatamente nos três minutos. Tem o telefone sem fio? Telefone, o microfone. Está aí o microfone. Cada um pode falar. E eu peço que, no máximo três minutos, para que todos possam usar a palavra.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

[palmas].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Companheiro Rui, só um pouquinho. Com a autorização do nosso Senador, que o próximo é Belém do Pará, que esteja aqui já, junto aqui já, por favor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (REPRESENTANTE DO AMAZONAS): Em primeiro lugar, eu quero me identificar aos companheiros que não me conhecem. Hoje estou em satisfação de ver longa quantidade de companheiros de velhas jornadas. É um prazer e uma felicidade. E quero saudar a Mesa, quero saudar as autoridades, os Senadores, os Deputados que estão integrados nessa luta. Eu sou portuário de 46 anos de luta, 28 de porto e mais o restante como sindicalista. Acredito, na pessoa do Senador Paulo Paim, que eu conheço a sua luta como Deputado, como Senador, e sei que o senhor está sempre ao lado dos trabalhadores e os demais Deputados também, que estão integrados nessa luta. E quero pedir às autoridades, que

reveja essa questão Portus. Porque, como sabem, a nossa categoria é uma categoria muito importante no desenvolvimento desse País. Porque o País e o Estado que não tem porto, o país e o Estado ou Município que não tem porto não tem desenvolvimento. Porque o desenvolvimento de qualquer nação, qualquer Estado vem através dos portuários. Portuário é uma categoria histórica.

[palmas]

E quero pedir, também, ao Secretário de Portos, quero pedir ao Secretário de Portos... Quero pedir mais uma vez ao Secretário de Portos, já tive, em outra oportunidade, em conversação com o senhor, com o Ministro Brito, e que veja a questão do Amazonas. Porque Manaus, até me constrange de sempre estar batendo nessa tecla, é um Estado onde não se cumpre a Lei, não se respeita os portuários. Para o senhor ter uma idéia agora, transformaram uma empresa estatal, estadual, numa Secretaria de Portos, uma Secretaria, para fugir aos compromissos dos pagamentos da dívida que eles construíram.

[palmas]

Eles construíram a dívida e agora fizeram uma secretaria para não pagá-las. Então eu peço mais uma vez, o Secretário de Portos ficou de ir a Manaus, está me devendo essa visita, e eu quero terminar agradecendo a oportunidade que me foi dada, quero pedir que todos não larguem essa luta. Porque nós portuários trazemos no sangue a força da luta, o nosso passado é histórico e o nosso fim não será um fim pacífico, trágico de sermos considerados como as pessoas fora da sociedade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós vamos... Para ficar mais ágil o procedimento, porque nós temos que... os 16 terão que falar em meia hora; mas como a Mesa aqui entendeu, que seria melhor que cada um falasse mesmo ali, no púlpito ali. Sobe na Tribuna e fala. Nesse momento é o companheiro de Belém do Pará. Por favor, e em seguida, Natal. Três minutos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (REPRESENTANTE DO PARÁ): Bom dia a todos. Primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus, que permitiu que todos nós chegássemos aqui bem. Todo esse pessoal de ônibus nessa estrada aí perigosa. Agradecer também ao Senador Paulo Paim e a todos os Senadores que aqui estiveram presente e estão, a nossa Mesa toda, ao nosso Presidente, nosso Ministro interino, José Roberto Serra que tem demonstrado muito interesse pela nossa luta. E eu gostaria, nós sabemos que vamos sair daqui com uma posição firme do nosso Governo. Nós temos muita esperança; mas eu vim para cá, simples-

mente, para aproveitar a fala do nosso Ministro e pedir que essa paridade, Ministro, seja também extensiva às diretorias de Docas. Lá no Pará nós temos, no nosso estatuto, que um tem que ser da Casa, sim. Mas não é respeitado, é indicação, também, do Governo; que seja indicado pelo trabalhador, que seja indicado por voto do trabalhador esse nosso representante, que seja, também, extensivo essa paridade para as Companhias de Docas às suas diretorias. Porque são principais responsáveis pela situação que nós nos encontramos hoje. São as más administrações que são colocadas lá. Muito obrigado a todos e vamos com Deus, pessoal!

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nesse momento eu pediria aos companheiros do Plenário, que é importante a gente manter o silêncio. Acho que... Eu vou insistir com essa frase, pessoal. Os companheiros que quiserem conversar, eu vou fazer um apelo, vão ali fora e conversem ali fora, para não prejudicar o debate dos nossos amigos que viajaram o Estado todo e temos que ouvi-los aqui agora. O Senador... vai falar o companheiro de Natal e em seguida o Senador Casagrande e a Deputada Iriny, farão uso da palavra.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (REPRESENTANTE DE NATAL): Quero agradecer a todos que estão presente, principalmente a Mesa, aos homens que representam este país que está empenhado nesta luta e dizer que Rio Grande do Norte está presente. Nós estamos aqui numa luta do povo, uma luta que representa uma sociedade unida, os trabalhadores portuários. Creio que esta luta terá vitória. Agradecendo a presença de todos os companheiros do Rio Grande do Norte, de todo o Brasil, e que esta luta seja entregue nas mãos de pessoas que têm um compromisso com esta nação. E eu vejo de perto o interesse, a boa vontade do Senador Paulo Paim e de todos que estão aqui presente. Agradecendo, me despeço sabendo e levando comigo esta bandeira, esta causa que também é do Rio Grande do Norte. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar a palavra, nesse momento, ao Senador Renato Casagrande, e em seguida falará a Deputada Iriny Lopes e em seguida a Deputada Alice Portugal.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Bom dia, gente. Cumprimento o Senador Paulo Paim, a Deputada Iriny Lopes...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Cumprimento a Deputada Alice Portugal, Eduardo Guerra, os dirigentes da Portus que aqui se encontram, representantes José Roberto do Ministério da Secretaria de Portos, representando o Ministro Marinho, todos os portuários, dirigentes das entidades dos portuários presentes. Vim manifestar a minha solidariedade e meu apoio à causa e à luta, ao trabalho que vocês hoje estão desenvolvendo para preservarem os direitos que vocês têm por terem contribuído a vida toda para este, para terem a oportunidade de se aposentarem, de terem um benefício; então vim manifestar a minha solidariedade. Sou de um Estado, e eu e a Iriny Lopes somos de um Estado portuário, Estado do Espírito Santo, sabemos da importância da atividade portuária, da importância dos trabalhadores portuários e não podíamos ter uma outra posição, uma outra postura a não ser esta, de manifestar o apoio. Quem deu a contribuição a vida toda, não pode ter esta instabilidade, esse risco que vocês estão correndo agora. O Governo Federal tem uma prática, uma conduta de que quando um banco quebra o Governo socorre o banco.

[palmas]

E socorre por quê? Socorre para não deixar os correntistas no prejuízo. Aqui nós temos 12 mil trabalhadores, em torno de 9 mil aposentados e três mil na ativa. Se este banco, entre aspas, quebrar, são 30, 40 mil pessoas em dificuldades no nosso País. Então, se pode proteger o setor econômico, pode e deve proteger os trabalhadores brasileiros.

[palmas]

Sem nenhuma demagogia, naturalmente, os nossos fundos de Previdência precisam ter uma gestão cada vez mais responsável, porque também chegamos a situações como essa, por irresponsabilidade das Companhias Docas, que no passado não pagaram o sistema, não abasteceram o Fundo e chegamos, por irresponsabilidade de gestões passadas também, que administraram mal o Portus. Então temos que reconhecer os erros, identificar os erros para que os erros não perdurem para o futuro. Mas nós sabemos que é fundamental que não deixemos essa quantidade de pessoas abandonadas. Porque quem paga, quem dá a sua contribuição ao sistema de Previdência, tem a expectativa, tem a segurança de quando se aposentar vai continuar recebendo a sua aposentadoria, o seu salário, e é impossível que nós possamos imaginar, que alguém que já esteja aposentado ou contribuindo, pare de receber essa garantia. Impossível isso. Então, conte com o meu apoio e nosso apoio. Eu a pedido do... da Federação, nós fizemos, em nome do Paim, da Iriny, da Alice, diversos outros Parlamentares, fizemos um pedido de audiência ao Ministro da Fazenda,

Guido Mantega, para que a gente possa ir lá, num grupo de Parlamentares, possamos ir lá, manifestar nossa posição de apoio ao trabalho que vocês estão desenvolvendo e espero que o Ministro marque essa audiência o mais rápido possível.

[palmas]

Então me coloco à disposição, Paim, de forma muito competente, compromissada coordena essa audiência, nos coordena aqui no Senado, o que ele nos orientar, junto com o Eduardo Guterres, com a Iriny, nós estaremos à disposição para dar contribuição. Um abraço a vocês.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Muito obrigado, Senador Renato Casagrande, que está sempre conosco nessa caminhada e de imediato eu passo a palavra à Deputada Iriny Lopes, para que faça o seu pronunciamento.

DEPUTADA IRINY LOPES (PT-ES): Bom dia a todos e a todas deste Plenário. Nas pessoas do Senador Paim e do Eduardo Guterres, eu cumprimento toda a Mesa. E, nós estamos aqui também, companheiros e companheiras, para reafirmar o nosso compromisso e a nossa solidariedade com esta luta. O País precisa garantir aos seus trabalhadores e trabalhadoras o direito de ter uma aposentadoria com segurança. Isto é um contrato que vocês já cumpriram com a parte de vocês. E os contratos no nosso País precisam ser respeitados e assegurados. Nós estamos trabalhando junto ao Governo, no sentido de garantir com que, até o dia 14 de maio, que é a data que todos nós estamos com o olho nela, a gente possa ter uma solução de que a Portus não será liquidada.

[palmas]

E que os trabalhadores e trabalhadoras tenham de volta, em forma de benefícios os recursos da sua parte do contrato, que foi cumprida. Se tem outros que não cumpriram, caberá ao Governo tomar as providências necessárias para a punição daqueles que não cumpriram, mas caberá ao Governo a responsabilidade de fazer com que os trabalhadores e trabalhadoras desta categoria não sejam penalizados. Então, assim como o Senador Renato Casagrande, nós também estamos fazendo gestão junto ao Governo, no sentido de que, esta Comissão de Parlamentares que, sob a batuta do nosso Senador Paim, possa ter um espaço de diálogo, colocar a nossa posição que julgamos representar os trabalhadores e trabalhadoras portuários neste pleito e cobrar do Governo, assim como ser solidário com ele, também, na busca de soluções, a garantia de que vocês terão a aposentadoria pela qual já pagaram antecipadamente. Muito obrigada, um abraço e contem conosco nessa luta.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): De imediato, eu já havia convidado ela, inclusive, para que participasse da Mesa, eu passo já a palavra para a Deputada Alice Portugal, para fazer o seu pronunciamento.

DEPUTADA ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA):

Bom dia a todos e todas. Quero cumprimentar a Mesa, em nome do Senador Paulo Paim e dizer aos portuários brasileiros que esta batalha é uma batalha das mais nobres que qualquer categoria de trabalhadores pode envergar, pode erguer. Porque, na verdade, a Previdência é um pacto geracional. A Previdência é a maior conquista social dos trabalhadores no mundo. Quando pagamos, enquanto estamos rijos, no período do labor intenso, com a capacidade laboral em alta, nós pagamos para quando esta capacidade diminuir, quando na velhice, nós tenhamos o direito de receber essa contribuição que em juventude fizemos. Então, a Previdência Social é a maior pérola dos direitos dos trabalhadores. Ela é a garantia do depois. É o pagar agora para gozar depois. E por isso ela tem que ser tratada com a devida delicadeza. Como matéria fina. Por isso mesmo, quando da luta no serviço público, nós nos colocamos contra a possibilidade da derradeira circunstância que hoje está estabelecida, do servidor público pagar o que já pagou. Isso é injusto. E no caso de vocês, é algo mais grave ainda, porque é um débito de Estado. Há um débito da União, que pode ameaçar a garantia da saúde coletiva de um plano de Previdência constituído há anos atrás. Então, com a consciência da matéria fina que é a matéria previdenciária, estou agregada a esse núcleo de Deputados e Senadores, parceira que sou dos portuários da Bahia e, neste momento agregando-me aos portuários do Brasil, nesse litoral imenso, em que as Companhias de Docas sofreram as intempéries neoliberais dos governos anteriores.

[palmas]

E que precisam contar, com a solidariedade do Estado nacional, para garantir, não somente o desenvolvimento do País, mas, acima de tudo, os interesses dos trabalhadores, que nos seus ombros carregam o desenvolvimento e a arrecadação de recursos, no processo de importação e exportação, através dos portos brasileiros. Minha solidariedade. Estarei lado a lado com essa Comissão, para buscarmos o socorro necessário para a garantia de vocês. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Passamos de imediato, ao companheiro de Maceió. A Dra. Cláudia Muinhos Ricaldoni, vai ter que se retirar nesse momento, mas acho que a melhor forma de homenageá-la, porque ela já homenageou

você, com uma brilhante exposição, é darmos uma grande salva de palmas para ela, nesse momento em que ela está saindo.

[palmas]

SR. MILTON JORGE (REPRESENTANTE DE MACEIÓ): Bom dia a todos, em nome dos trabalhadores do porto de Maceió, estou aqui. Meu nome é Milton Jorge, Presidente do Sindicato dos Portuários de Alagoas e ex-Presidente do Conselho Fiscal do Portus. Nós acompanhamos, nós fomos indicados a nível nacional para ser o Presidente do Conselho, passamos quatro anos e batalhamos bastante em prol dos nossos trabalhadores. Eu venho aqui e queria pedir aos meus companheiros, Presidentes de sindicato para que, quando chegarem à sua base procurar a direção das nossas empresas, e é isso que eu faço, para que consiga junto com eles, sair dessa situação. Nós precisamos pressionar os nossos diretores das nossas empresas, das nossas Companhias Docas, para que eles venham aqui e saia dessa situação. Eu queria dizer, em nome do Porto de Maceió, que o Porto de Maceió vem cumprindo honradamente com seus compromissos, com o Portus. E a RTSA, nós vamos discutir, porque o Dr. Petrúcio(F) Bandeira, ao assumir agora, o Porto de Maceió, eu já contatei com ele e ele vai tentar, também, resolver essa situação. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Companheiro do Maranhão, por favor. A gente faz o apelo para os três minutos, para que a gente possa, no final, vocês voltarem para os Estados, com o mínimo de encaminhamento, não é? Então a gente faz um apelo para que, acelerarem aí e se alguém quiser abrir mão da palavra tem o direito de abrir. Democraticamente.

SR. EDUARDO (REPRESENTANTE DO MARANHÃO): Meu nome é Eduardo, eu sou do Sindiportes(F), Maranhão. É um prazer estar aqui perante as autoridades aqui, que comandam nosso país. Eu gostaria de dizer para o Eduardo que ele me emocionou hoje com as palavras dele. Porque meu pai, Eduardo, foi aposentado. É aposentado. E recebe um salário pequeno hoje. Quando ele se aposentou, ele tinha um salário bom. Razoável. E ele é aposentado pelo Portus. Eu gostaria de fazer uma pergunta. Como vai se dar o processo de revisão de cálculo dos aposentados? Essa é a pergunta que eu gostaria de fazer. Muito obrigado a todos é um prazer, apesar de minha delegação ser a menor de todas, eu me sinto honrado de saber que a gente tem força ainda. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Aratu, por favor. Em seguida... Aratu, em seguida Salvador. A gente faz o apelo aí, dos três minutos.

SR. LUIZ BORBA (REPRESENTANTE DE ARATU): Bom dia a todos, companheiros. Senador Paim, em nome do senhor, quero cumprimentar a todos os componentes da Mesa. Meu nome é Luiz Borba, sou Presidente do Sindicato dos Portuários de Aratu. Nós queremos registrar que os portuários de Candeias estão unidos nessa luta e mobilizados também. Se precisar, nós vamos ter que fazer greve no porto de Aratu, porque os direitos dos aposentados e o direito dos trabalhadores da ativa que hoje pagam o Portus não pode ser suprimido. Nós precisamos que o Governo cumpra a parte dele dentro do processo. E queremos registrar também, registrar que, hoje são 42 mil pessoas no Brasil que depende do Portus. Então, é um caos social muito grande, se o Governo não cumprir com a parte dele. Queremos deixar aqui uma perguntada para o Ministro em exercício. Hoje vários Fundos de Pensão tem um só patrocinador. Nós estamos com um problema no Portus, porque nós temos vários patrocinadores. Nós gostaríamos de deixar aqui uma solicitação para a CEP(F) estudar a proposta, nessa nova formatação do Portus, que foi colocado, para que nós tenhamos apenas um patrocinador, e que a CEP(F) seja a patrocinadora do Portus.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O representante de Salvador. Se vocês me permitirem, o representante de Salvador... Me permita que eu peça, nesse momento, e espero que eu... Deixa eu concluir aqui. Que a gente, antes de você falar, dê uma grande, grande salva de palma ao povo da Bahia, em repúdio àquela declaração de um coordenador do curso de medicina, dizendo que o povo da Bahia tem o QI baixo. Isso é uma ofensa a todo o povo brasileiro. Por isso aceite aqui, como uma moção de apoio do Congresso Nacional à nossa querida Bahia. Por favor.

[palmas]

SR. ULYSSES(F) (REPRESENTANTE DE SALVADOR): Bom dia pessoal, meu nome é Ulysses(F), sou atualmente Presidente do SUPORTES(F), Bahia e agradecer aqui ao Senador e aos da Mesa e especialmente agora o Senador Paulo Paim, pela lembrança que ele fez àquela – Eu não vou usar o termo, porque é muito pesado, maldita frase daquele cidadão que diz que é professor, ele diz que é professor. Se ele nasceu na Bahia, esqueçam que ele nasceu na Bahia. Não merece estar lá. Bom, para o nosso problema, companheiro Marcelo que estava ali, me chamou, sabendo que a gente ia ter a oportunidade de falar e disse o

seguinte, Senador e Sr. Secretário, Ministro interino, o Portus já tem o levantamento de tudo. Não precisa mais auditoria nem nada. Trabalhador por trabalhador, as contas estão feitas. E pode ser comprovada aqui pelo Presidente do Portus. Então, a gente não precisa de mais nada, não precisa de auditoria mais nenhuma. As providências que urgem agora, elas precisam ser tomadas já. Porque as contas já estão feitas. Já estão prontas. Trabalhador por trabalhador, empresa por empresa, e os números necessários forem para que essa solução seja dada. Uma outra coisa queria dizer, infelizmente a companheira da ANAPAR, não está mais aqui. A gente não pode esquecer o passado para preparar o futuro. E se a gente está pedindo hoje, para que participemos com maior quantidade de representantes dentro do Portus, inclusive, ajudando na administração, quiçá até, assumindo no futuro, uma Presidência do Portus, a gente tem que continuar fiscalizando e agora muito mais, porque vamos assumir a responsabilidade. Porque o que fizeram anteriormente com o Portus, não se faz com nada. O que fizeram foi roubar, e mal administrar e entregar.

[palmas]

E mais, os nossos aposentados, que eu espero um dia chegar lá e espero que todos aqui que ainda não estão, cheguem; contribuam. Continuem contribuindo com o Portus. Continuem contribuindo. E não vão perder só a complementação da aposentadoria. Estão jogando dinheiro no buraco, caso o Portus seja liquidado. Então é a mensagem que Salvador deixa aqui para os companheiros. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ainda homenageando a Bahia, o companheiro de Ilhéus.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (REPRESENTANTE DE ILHÉUS): Bom dia senhores, senhoras, bom dia autoridades presentes. Senador Paim, nós agradecemos o seu apoio. Quero dizer a todos os nossos companheiros, companheiras, sindicalistas, participantes e assistidos do Portus, que nós já demos o grande passo. Hoje nós marcamos um ponto nessa luta, certo? Quero agradecer também... desculpe, o Deputado Federal Raimundo Veloso, pelo apoio que está nos dando e quero lembrar, também, aos senhores da Mesa o seguinte, nós pagamos a nossa parte. Eu não acredito que aumentar a nossa contribuição, a nossa parcela mensal, vai resolver a nossa situação. Mesmo porque nós pagamos, estamos em dia, e as patrocinadoras hoje não estão repassando isso, que é de direito. Então está havendo uma apropriação indébita, certo, o aumento da mensalidade não resolverá a nossa situação e o que resolverá é justamente isso

que estamos fazendo. Vamos manter essa mobilização, se preciso vamos parar os portos, vamos dizer que nós pagamos nossas contas, pagamos tudo que nos é cobrado e não vamos admitir sermos lesado nessa... nisso que podemos chamar de construção do futuro, porque também é Constituição do futuro desse país. É só isso. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Companheiro de Vitória.

SR. ROBERTO (REPRESENTANTE DE VITÓRIA): Bom dia, companheiros. Eu sou Roberto, estou Presidente do Sindicato dos Portuários de Vitória – SUPORTES(F). Um sindicato unificado, onde a gente vem buscando, sempre, trabalhar integrado para que resolva os problemas. Gostaria de pedir permissão do Senador Paim, para em nome do Eduardo Guterres cumprimentar a Mesa, até pelo grande esforço que ele vem fazendo para a gente, juntos, conseguir resolver o problema dos Portus. Dizer para os companheiros o seguinte. Eu acho que nós estamos no caminho certo; estamos nos mobilizando para que os grandes problemas que a gente vai enfrentar ainda, no decorrer desse processo, serão muito grandes. E dizer para os companheiros mais um fato, que eu acho, que para mim é bastante relevante. Porque, hoje nós temos um Presidente da República que foi um sindicalista, sabe dos problemas que a classe trabalhadora tem e que precisa ser resolvido. Então esse, no meu ponto de vista, é o grande momento que a gente tem para resolver esse problema. Haja vista, que já passaram governantes anteriores e até agora não conseguimos resolver esse problema que vem ao longo desses dez anos.

[palmas]

Outro ponto queria dizer que, também que é importante a gente frisar, que esse corpo dirigente sindical que está hoje, à frente dos sindicatos de todo o Brasil, tem se esforçado bastante no sentido de resolver esse problema. Haja vista, que toda essa dívida que está levantada aí, só foi possível ser feita depois que nós, os trabalhadores junto, na oportunidade, com o Ministério dos Transportes, conseguimos fazer uma Diretoria de consenso dentro do Portus, onde dirigentes que são dois, que são efetivamente dos trabalhadores, apesar de que não existe a paridade ainda, mas nós temos dois que são dos trabalhadores, do conselho de administração e do conselho fiscal todos são oriundos do Portus. Não tem indicação política nessa situação, então por isso que nós conseguimos resolver o problema disso.

[palmas]

Eu acho que nós temos que nos manter mobilizados porque o nosso próximo passo vai ser muito

mais importante para gente. Que é aquele tiro que a gente tem que dar na hora certa, que é a mobilização para que se não resolver, no mais tardar até final de maio, nós temos que fazer uma greve, sim, em todo Brasil. Ok? Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Santos. Companheiro Pacheco.

SR. PACHECO (REPRESENTANTE DE SANTOS): O Pacheco é Presidente dos Companheiros [ininteligível] do Porto de Santos. Parabenizando ao Senador Paulo Paim e pela causa, pelo prestígio que foi observado aqui nessa plenária. Vários Senadores participaram aqui, estiveram presentes, vários Deputados de regiões portuárias estiveram presentes, e até Deputados de regiões não portuárias estiveram presentes. Quero parabenizar mesmo, de coração por esse prestígio. E ao mesmo tempo, como representante do maior porto da América Latina, o porto de Santos...

[palmas]

O maior porto da América Latina, o maior peso na balança comercial dessa nação, nós... Quero deixar aqui o meu lamento. Porque nós temos dois Deputados da nossa região, da nossa cidade, que não estiveram, sequer, estiveram presente aqui para prestigiar esse evento. Ou dizer palavras de apoio. Que é o Deputado Beto Mansur e o Deputado Márcio França. Dois homens de peso e considerados na nossa região. Esses eu lamento. Um deles com palavras de desestímulo "É muito difícil conseguir isso diante do Governo". Ora, se não vem para ajudar, pelo menos que não participem para atrapalhar.

[palmas]

Mas eu estou aqui para fazer uma pergunta diante da apreensão de todos. A Secretaria de Previdência Complementar estabeleceu uma data para entrar com processo de liquidação. Para a tranquilidade de todos, a pergunta é para o Ministro interino Serra e/ou Paulo Paim. Se acontecer, do dia 14 corrente agora, a Secretaria tomar a posição de entrar com o pedido de liquidação do nosso plano de Previdência, por estar... Por ser secretaria e por ser subordinada a Ministério, poderia ser estagnado ou pedido para não entrar com esse processo até que os atores tragam a solução para o nosso problema, porque pela fé, eu creio que, pelo empenho de todos, nós vamos ter a solução. Se isso poderá ser estagnado. Porque hoje nós agradecemos, eu na minha visão agradeço a Secretaria de Previdência Complementar por ter dado o xeque-mate e nós estarmos nessa situação, brigando hoje aqui, porque se não fosse essa posição nós estaríamos sendo empurrados com a barriga durante os 10 anos que nós já estamos e seria por muito mais.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Companheiro Valdir.

SR. VALDIR: Todos, senhores e senhoras, bom dia. Senador Paulo Paim, a todos da Mesa meus cumprimentos. Eu primeiro tenho que fazer um registro, mesmo sendo uma obrigação nossa eu quero render minhas homenagens a esses senhores. Eu tenho... Temos no ônibus de Santos senhores com 70, 80 anos, que enfrentaram viagem do Brasil todo...

[palmas]

SR. VALDIR: Doze, quinze, vinte, trinta horas de viagem, nós temos senhores que amanhã completarão 80 anos idade, 58 anos como sócio do sindicato, tem mais de sindicalização, do que eu de idade. Então, a todos vocês minhas homenagens, meu respeito. Seguindo, até uma instrução do Senador Paulo Paim, eu gostaria não de fazer aqui desse espaço um discurso, mas já fazer um pedido, seguindo até mesmo a orientação do Senador Paulo Paim. Não apenas ficarmos no discurso, nos aplausos, irmos embora sem nada, pelo menos, alinhavado. Eu gostaria que o Senador Paulo Paim que preside a Mesa tirasse daqui, do Ministro interino, José Serra, o compromisso perante nós do Brasil todo, que nenhuma medida da SPC contra o nosso fundo será tomada em que todos os mecanismos, todo o espaço para debate, seja esgotado. Porque gente, várias pessoas que nós conversamos, não consegue entender, gente do Governo, são autoridades, não conseguem entender quando eu tento explicar que o nosso Fundo de Pensão seria liquidado sendo o órgão SPC, um órgão do Governo, sendo o motivo principal, a dívida que as Companhias Docas, do próprio Governo, tem para conosco. Várias pessoas não conseguem entender isso. E por mais absurdo que pareça, é isso que hoje está eminente. Então, Senador, eu gostaria que o senhor, como Presidente, tirasse hoje, nesse instante, um compromisso do Sr. Ministro interino, que nada será feito contra nós, que é o nosso fundo, antes de todo o esgotamento de tempo possível para o fundo ter saúde financeira. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Robson. Eu só quero alertar a todos que só faltam mais três, depois do Robson e em seguida o Ministro vai aqui, nos encaminhamentos finais, dar o seu ponto de vista sobre as perguntas que foram encaminhadas à Mesa. Então, fiquem tranquilos que após o Robson – Robson, por favor. Depois teremos mais três e encerramos. Porque o importante para mim é o encaminhamento. Aí Robson.

SR. ROBSON: Bom dia a todos presentes, os companheiros e as companheiras, Senador Paulo Paim, meus parabéns por esse brilhante encaminhamento,

a chamada de responsabilidade para esse momento cruel, difícil que todos nós estamos vivenciando, em vosso nome cumprimento a todos os componentes da Mesa. Vou procurar ser breve e dizer que, em Santos, nós do Sindicato dos Operários Portuários, representamos aquele que tem o maior contingente de assistidos. Porém com a menor massa salarial, aqueles que dependem dos poucos recursos para comprar seus remédios e medicações. E hoje estão arriscados a perder até isso.

[palmas]

E não é um discurso emotivo, não é um discurso vazio, não é demagogia, é a realidade. Muitos dos companheiros sequer tiveram condições de se deslocar, embora tenha sido dada toda a estrutura, até por outros sindicatos, que se conveniaram e fizeram com que muitos estivessem aqui presentes, mas acredite, um grande número também ficou lá, pensando em vir e não pôde vir.

[palmas]

Senador, como bem disse o Ministro José Serra, não existem condições hoje e nós representamos, nesse momento, embora tenhamos empregados ainda nas Companhias Docas, um grande número de companheiros que são trabalhadores portuários avulsos que seria, em tese, a solução para esse fato que nós estamos vivenciando. Porque em 97, quando foi avulsalizado e todos saíram da CODESP, a conta inverteu, o número de assistidos passou a ser maior que o número de participantes. E aí essa conta não fecha. E eu pergunto. Muito como é que eu posso oferecer aos companheiros que eu represento hoje, os companheiros avulsos, a possibilidade de vir para o Fundo do Portus, se ele está quebrado, se ele está passando por essa situação que estamos passando? Primeiramente, tem que ser saneado todas as dívidas, colocá-lo como um instrumento seguro, sadio, para que aí sim, nós possamos oferecer a esse contingente que continua trabalhando nos portos hoje e que está sendo esquecido e que poderia ser, talvez, a salvação do plano que hoje aqui está. Muito obrigado a todos e é o que eu tinha a dizer.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Odair, por favor.

SR. ODAIR AUGUSTO DE OLIVEIRA: Senhores, bom dia. Odair Augusto de Oliveira, Presidente da Associação de Participantes do Portus, congrega 3200 associados sofridos como nós todos. Quero cumprimentar a Mesa, na palavra do Senador Paulo Paim e do Ministro Serra. Agradecer por este evento; confesso aos senhores que cheguei aqui com pouco de otimismo; saio daqui com muito otimismo. Digo para

os senhores porque, primeiro, por essa grande mobilização. Outros oradores antes de mim já falaram e não seria justo eu estar repetindo o que disseram. Mas esta mobilização que foi feita em todo o Brasil, senhores de idade viajando 20, 25 horas de ônibus para estarem aqui convocados pela nossa Federação, pela nossa Associação de Participantes do Portus, fazendo com que nós, que já estávamos aposentados há muitos anos, que contribuímos para esse fundo e que deveríamos estar tratando de nossos netos, estarmos aqui, lutando por uma promessa que nos foi feita, como um sonho e hoje este sonho não é um sonho, está sendo um pesadelo. Saio daqui otimista, sim. Saio otimista, porque estou vendo pessoas, que eu nunca imaginei, estarem aqui nos dando o apoio. E nós vamos levar essa palavra para Santos, sim. De todo esse pessoal que vem trabalhando junto com a gente. Obrigado. Parabéns à federação, parabéns à UNAPORTUS!

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sérgio Gianetto(F), do Rio de Janeiro.

SR. SÉRGIO GIANETTO(F) (REPRESENTANTE DO RIO DE JANEIRO): Senhores, Sr. Senador Paim, em seu nome saúdo a todos da Mesa. Caros colegas, companheiros, bravos lutadores portuários, é um prazer falar a vocês. Eu não poderia deixar de aproveitar a oportunidade para fazer uma rápida observação, sobre o que está acontecendo lá, com os companheiros do Rio de Janeiro. Nós tivemos na nossa remuneração, Senador, desculpe rapidamente, nós tivemos a nossa remuneração cortada drasticamente. A guarda portuária, que há mais de 30 anos tinha salário, foi reduzido mais de 80%. Isso tem que ficar registrado aqui. Senhores, eu sou Presidente do Sindicato dos Portuários, Sergio Gianetto(F). Eu queria fazer um protesto. O Secretário de Previdência complementar botou um terror numa reunião que teve passada aí. Ele foi embora. A coisa mais importante em tinha que estar está aqui. Tinha que estar aqui até o final. Porque aqui é o lugar dele. Escutar nossos problemas. E segundo, Serra, Ministro interino, não é, de forma nenhuma, injetar dinheiro. É pagar dívida. Pagar dívida! O Governo deve ao portuário! Nós não temos, companheiros, que pedir dinheiro a ninguém! Nem injetar dinheiro, não senhor! Tem que pagar dívida! Esse dinheiro é nosso e nós vamos lutar por ele! O Rio de Janeiro tem a característica de ser radical. Eu tenho a característica de ser radical. E vamos ser radical! Querendo ou não querendo. O Partido Socialista Brasileiro tem que ver a questão socialista e não está vendo, pelo menos no Rio de Janeiro! Obrigado!

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Orlando agora é o último da plenária, nós abrimos para, entorno de 16 companheiros, daí eu remeto para a Mesa, dois minutinhos para as considerações finais dos nossos convidados, o Ministro fará o encaminhamento e em seguida eu farei então o encerramento em nome da Comissão de Direitos Humanos. Por favor, Dr. Orlando.

SR. ORLANDO: Mais do que saudar a Mesa, eu quero felicitá-la pelo alto grau de sensibilidade demonstrado por todos aqueles que a integraram, ao abordar um problema social de tamanha envergadura. Eu quero dizer para os senhores que a maioria daqueles que compõem esse auditório é constituída de gente humilde, para não dizer humílima. Que recebe uma suplementação de aposentadoria, talvez até, insuficiente para garantir alguns anos a mais de sua existência. Gente que necessita desse parco recurso que é a devolução daquilo que depositaram no plano de benefícios, para poder sobreviver por mais alguns anos. É gente idosa que precisa de remédios para colesterol, para a pressão, para arteriosclerose, enfim. Se privada desse recurso essa gente vai ter a sua existência abreviada. Então essa dívida das patrocinadoras que hoje nós rotulamos de imoral, desumana, perversa, ela vai se transformar numa dívida assassina. Então, o apelo que se faz aqui nesse momento, essa gente que está aqui não vem pedir piedade ao secretário de previdência complementar que nos acena com ameaça de liquidação. Sequer viemos aqui estender o pires à caridade do Governo. Nós viemos aqui exigir o direito, e o Governo não tem o direito de trair o nosso sonho.

[palmas]

O trabalhador, durante muitos anos, depositou sua suada moeda ali, na esperança de ter uma aposentadoria decente, digna. Mas está sendo traída, cinicamente, pelos governos que se sucederam. Então, o apelo que eu faço neste momento, às autoridades que podem ter assento à Mesa do Presidente Lula é que as patrocinadoras reconheçam a sua dívida, assumam, através do Governo, o compromisso de saldá-las mediante um cronograma de desembolso que permita a reestruturação patrimonial do Portus. Esse apelo que eu faço em nome de todos os senhores, em nome de 40 mil famílias, entes da família portuária. Ganha uma dimensão maior, uma veemência maior. E é dirigido ao Presidente Lula que ele dedica essa questão, a esse apelo, mais do que a sua biografia de trabalhador, mais de sua biografia de cidadão brasileiro, dedique a ele o seu coração. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Eu vou assegurar agora aqui aos

membros da Mesa, que cada um faça, por dois minutos, começando pelo Deputado Federal Veloso, só as suas considerações finais, tipo uma saudação de um a dois minutos, que depois o Ministro então, vamos entrar, houve uma série de perguntas e vamos para os encaminhamentos.

DEPUTADO RAYMUNDO VELOSO SILVA (PMDB-BA): Sr. Senador, é inadmissível que o trabalhadores brasileiros, para ter alguma coisa na vida, a greve, como os auditores fiscais estão em greve há muito tempo. Falou-se aqui em greve dos portuários, mas é preciso, acima de tudo, que as autoridades competentes, Governo Lula, Secretaria dos Portos tomem uma iniciativa. Não podemos sair daqui, os senhores que vieram de tão longe deste País, sem uma solução. Vamos, Senador Paim, Srs. Senadores, aqueles que estiveram aqui, Deputados vamos abraçar, para que possamos dar esperança a esse povo sofrido, que é o povo portuário. Eu, da minha parte tenho certeza, que como portuário, eu repito, estarei sempre ao lado dos senhores e das senhoras.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Passo a palavra para as considerações finais do Sr. Vilson Balthar Arsênio, que é o Presidente da União Nacional das Entidade Representativas dos Participantes dos Portus – UNAPPORTUS. Por favor.

SR. VILSON BALTHAR ARSENIÓ: Muito obrigado, Senador. Mais uma vez eu quero agradecer ao...— Vai me permitir lhe chamar de companheiro Senador, por essa iniciativa, dizer do orgulho, do prazer que tenho de estar aqui, e a todos os parlamentares que aqui passaram e que se engajaram, ao Serra que também posso chamar de companheiro, porque é um portuário, foi um portuário do Ceará e a todos os companheiros que se deslocaram desse imenso País. O sacrifício que nós fizemos, não o sacrifício financeiro, mas o sacrifício do peso da idade, de ter que se deslocar, a gente comendo biscoito pela estrada, mas feliz para chegar aqui e mostrar para as autoridades brasileiras que fiquem atentos. Porque nós, como disse o companheiro Orlando, não estamos de pires na mão pedindo que nos emprestem o dinheiro. Estamos exigindo que paguem o que nos devem. Muito obrigado Senador, muito obrigado a todos, que Deus nos leve de volta aos nossos lares e essa luta vai continuar. Estamos juntos. Obrigado, Senador Paim, por tudo.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo a palavra ao Presidente do Fundo de Pensão do Portus, Sr. Eduardo Celso de Araújo Marinho.

SR. EDUARDO CELSO DE ARAÚJO MARINHO:

Para finalizar, Senador, gostaria de agradecer a iniciativa que o senhor tomou, das mais positivas que nós estamos vendo resultado, estamos vendo a repercussão que teve, gostaria de agradecer a todos que eu sei que a maioria aqui chegou com muito sacrifício, mas veio. Não tem ninguém de cara feia, está todo mundo com os olhos brilhantes, pela esperança da solução desse problema Portus.

Agradecer ao Ministro José Roberto Serra, que nos trouxe uma palavra de confiança e de comprometimento de toda a Secretaria de Portos, com um trabalho para a solução desse problema, hoje social, dos trabalhadores portuários. Muito obrigado a todos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É com satisfação que nesse momento eu passo a palavra, para suas considerações finais, ao Eduardo Lírio Guterra, Presidente da Federação Nacional dos Portuários e dizer que vocês podem saber que ele é guerreiro, ele é insistente. Ele teve no meu gabinete quantas vezes fosse necessário para que esse evento acontecesse. Eu queria dar uma salva de palmas para ele e passar a palavra para ele.

SR. EDUARDO LÍRIO GUTERRA: Eu queria agradecer o nosso Deputado portuário, lá de Salvador, o companheiro Vilson, o Presidente do Portus, Marinho, que tem, dentro da medida do possível, tentado colaborar com esse processo, agradecer ao Dr. José Roberto por ter atendido o convite da Comissão de Direitos Humanos, testemunhar para vocês, porque eu acho que tem que ser muito verdadeiro e transparente com vocês que nós temos conversado muito sobre isso com a Secretaria Especial de Portos e as portas estão abertas para a gentes, têm se mantido abertas, há um compromisso conosco, de tentar resolver isso. Eu quase que posso dizer para os companheiros, que esse problema, maior nosso, não está lá na secretaria, muito pelo contrário, eu vejo a secretaria como a solução dos nossos problemas. Acho que nossos problemas estão mais acima, estão mais naqueles que têm que assinar o cheque para botar dinheiro nessa discussão, que é onde nós temos que pressionar. Dizer, também, que os nossos encaminhamentos, a hora que a gente sair daqui, nós vamos tentar fazer uma foto aqui na frente da Câmara, que eu conversei com o Canidé(F), ele disse que tem como a gente articular isso, porque a gente não pode perder esse momento, depois nós vamos almoçar, e depois, por volta de duas horas, duas e meia, nós vamos fazer uma plenária nossa até umas cinco, seis horas da tarde, para a gente fazer uma avaliação do que aconteceu aqui e nos posicionarmos, porque foi o que os companheiros falaram;

apesar desse evento ter tido um sucesso, mas ele se deveu mais em função da participação de vocês nisso, vocês não tenham dúvida. Nós não podemos deixar o fogo baixar. Nós temos que nos manter mobilizados e à tarde, nós vamos tirar o encaminhamento, qual vai ser os novos passos que nós vamos dar. Mas dos sindicatos, das associações e da UNAPORTUS vocês podem ter certeza que nós vamos lutar e nós vamos vencer essa parada. Muito obrigado pela presença de vocês, obrigado, Senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Senador José Nery, ele tinha um compromisso, foi ao compromisso e disse "Olha, eu chego aí antes de encerrar, pode escrever aí". E chegou mesmo. Então é com alegria que a gente passa a palavra ao Senador José Nery, para que depois o Ministro faça o encerramento. Senador José Nery com a palavra, por favor. O Senador José Nery é um companheiro nossa aqui, ele preside a Subcomissão, inclusive, de combate ao trabalho escravo. Está fazendo um belo trabalho.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, Presidente da CDH, cumprimentar aqui a representação dos portuários, suas entidades representativas, Diretor Presidente do Fundo de Pensão Portus e, na correria em que... Da maneira que temos que exercer as nossas atividades aqui do Senado, estava vindo agora de duas audiências com o Presidente da Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia, e com o Presidente do Senado, Senador Garibaldi Alves. Então, chego aqui quase... numa correria, porque aqui na Casa sou o único Parlamentar no Senado, do PSOL, Partido Socialismo e Liberdade. Então, as demais bancadas que tem um, dois, três, quatro membros, dez, quinze é mais fácil dividir as tarefas. Então, para tentar cumprir o nosso compromisso e defender a todo e qualquer momento as causas, as lutas, as conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros e brasileiras, temos que correr muito. E testemunhar aqui o papel e o empenho do Senador Paulo Paim, que traz a essa Comissão de Direitos Humanos a discussão dos mais relevantes temas relacionados com o direito à vida, à dignidade, ao direito dos trabalhadores e trabalhadoras e nesta manhã não é diferente. Quando, por Requerimento de autoria do Senador Paulo Paim, se realiza esta Audiência Pública com os trabalhadores e trabalhadoras portuários do nosso País que aqui vêm, a esta Casa, para defender o seu patrimônio, construído com suor, com sacrifício, com a sua luta.

[palmas]

E não pode, de forma alguma, o apelo, a luta, a mobilização que vocês realizam para impedir a extin-

ção do Fundo de Pensão, para garantir direitos conquistados por conta do seu sacrifício, da sua dedicação, do seu trabalho, não pode ver naufragar algo que vocês construíram com o patrimônio que pertence a todos vocês. Portanto, eu trago aqui a solidariedade do nosso mandato, com certeza que a solidariedade de toda a Comissão de Direitos Humanos do Senado, para nos somarmos a essa mobilização, a essas reivindicações, para naquilo que seja os passos dessa luta, podermos, efetivamente, contribuir, Senador Paulo Paim, nas negociações, na pressão, na exigência da garantia de que o suor colocado nesse Fundo de Pensão, que é o suor e o trabalho mesmo de vocês, precisa ser preservado para dizer não à extinção e à liquidação do fundo, dizer sim à exigência das Companhias Docas, patrocinadoras do fundo, para cumprir as suas obrigações, depositando e pagando a dívida que tem para com vocês, para com os trabalhadores, e assim resgatar, garantir a dignidade dos trabalhadores portuários, mais de oito mil trabalhadores que com suas famílias são mais de 40 mil pessoas, possam ter sido garantido os seus direitos. É a nossa manifestação em apoio à luta que vocês empreendem.

[palmas]

Mas eu queria, Senador Paim, apelando ao senso democrático de V.Ex^a, como é costumeiro, submeter à apreciação extrapauta, um Requerimento de aditamento relacionado com a Audiência Pública que será realizada amanhã, por essa Comissão de Direitos Humanos, que vai ouvir os representantes das comunidades indígenas, quilombolas, pequenos agricultores, pescadores do Tocantins e do Maranhão e de outro lado, vai ouvir o Consórcio CESTE, que é responsável pela construção de uma hidrelétrica, a Hidrelétrica de Estreito, na divisa do Tocantins com o Maranhão e que está trazendo graves prejuízos àquelas comunidades nativas. E a Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Senador Paim, amanhã a tarde, realizará uma longa audiência, em que já estão convidados 20 autoridades, trabalhadores e entidades. E queria propor, Senador Paim, nesse aditamento, o convite a um conjunto de representações de indigenistas, de promotores do meio ambiente do Maranhão, de procuradores da República, de entidades que representam várias etnias indígenas, porque Sr. Presidente, essa discussão amanhã tem uma importância fundamental na resistência daqueles povos, para que também o direito desses irmãos nossos, lá no interior do Maranhão, especialmente do Tocantins, tenham especialmente os indígenas, seus direitos garantidos, visto que são eles, primeiramente, os donos dessa terra, dessas terras que foi apropriada pela ganância de uns poucos, para o lucro de uns poucos. Então queria submeter,

já aqui defendendo a aprovação do Requerimento, a consideração da Comissão, para que esse conjunto de entidades fosse, também convidadas e amanhã possamos realizar, quem sabe, uma das maiores audiências em termos de números de participantes convidados e quem sabe até tantos convidados possam então no processo, fazer uma negociação para quem sabe, em vez de 30, ouvir 10 de um lado, 10 do outro, ou ouvir cinco de um lado e cinco do outro... Enfim, é um Requerimento que coloco e submeto à apreciação da Comissão, muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Então, para que a gente ganhe tempo nos encaminhamentos que faremos em seguida, eu já acato a proposta do Senador José Nery na forma regimental. Então, o primeiro passo é consultar o Plenário se concordam. Senadores e Senadoras presentes se concordam com a inclusão extrapauta do Requerimento por ele defendido. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Vamos ao Requerimento. Os que concordam com o Requerimento ora apresentado em extrapauta permaneçam como se encontram, e eu farei o convite às pessoas daquele Estado. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Então nesse momento, está aprovado seu Requerimento, Senador José Nery. Eu, com muita satisfação quero passar a palavra ao Ministro José Roberto Correia Serra, Ministro interino, que aqui representa e muito bem, o Ministro Pedro Brito do Nascimento, que pelas informações que recebi, entende que uma solução nós temos que encontrar, e sei que o Ministro está fazendo de tudo para isso. Porque fui conversar um pouco antes e aqui o Ministro interino reafirmou essa disposição. Então, Ministro, com alegria a palavra a V.Ex^a, para que dê os encaminhamentos finais.

SR. JOSÉ ROBERTO CORREIA SERRA: Bem, gente, eu gostaria de dizer, inicialmente, aquilo que já foi colocado, para ratificar o que nós dissemos. Primeiro, nós ratificamos o compromisso da Secretaria Especial de Portos em encontrar uma solução para resolver esse problema em definitivo.

[palmas]

Não adianta querer jogar este problema, somente para a Secretaria de Portos, para o Ministério. Nós temos que participar como estamos fazendo aqui agora. Ou nós olhamos esse problema de frente, que se arrasta há 20 anos, crises sucessivas, nós não acreditávamos que chegaríamos a esse dia. Esse que é o fato. Ninguém acreditava que um dia o Portus poderia estar na situação que está. Nós sempre acreditávamos que apareceria alguma solução e essas coisas se re-

solveriam. Talvez por isso, que nós trabalhadores de portos não tenhamos participado mais ativamente da questão do Portus. Porque todo mundo achava no final, que apareceria uma solução mágica e tudo continuava como antigamente. Só que nós não percebemos que as instituições portuárias foram, a partir de uma certa época, perdendo aquela força que tinha antigamente. As administrações portuárias foram transferindo suas atividades para o setor privado. Perdendo o poder de recolhimento de recursos. Os trabalhadores foram envelhecendo, passando para ser da categoria de assistidos. Então, veja, nós da Secretaria de Portos, que estamos recebendo esses problemas todos, ratificamos o nosso compromisso. Não adianta nós ficarmos esperando soluções externas. Nós temos que encontrar uma solução para esse problema. Esse é o compromisso da secretaria. Juntamente com quem? Com todos aqueles que compõem essa solução. Isso junto com as Companhias Docas, junto com o Ministério do Planejamento, junto com Secretaria do Tesouro Nacional, junto com a Casa Civil, que está empenhadíssima em encaminhar essas questões, podem ter certeza absoluta disso, que a vinda de vocês em Brasília não é em vão e não será em vão. Você pode ter certeza. Portanto, a Secretaria ela não é o único ente participante nesse processo. Eu não posso aqui definir datas, nem assumir compromisso, porque nós não temos competência para fazer isto somente.

O que nós temos e sim, assumimos o compromisso, é de todo o empenho para que a gente resolva essa questão, definitivamente. Acho que há dois momentos, pelo que nós estamos aqui discutindo, dois momentos. O primeiro, de curto prazo. A situação que está sendo apresentada para gente é uma situação que tem dificuldades, que já vem, como eu disse, há algum tempo aparecendo, aparecendo e nada aconteceu. É de curto prazo, uma solução de curto prazo, nós temos que encaminhar isso, já estamos tratando, o Governo já está encaminhando propostas da questão das dívidas da PORTOBRÁS, da CBD, da extinção da CBD, da PORTOBRÁS, isso tudo está sendo encaminhado. E, estamos também, e o Governo também está consciente da questão de tempo para isto, nós precisamos encontrar soluções. Então, a minha proposta é que nós permaneçamos mobilizados, todos vocês, juntos, através da Federação Nacional dos Portuários, Senador, que nós tenhamos aqui um grupo de representantes de vocês, permanentemente ligados à Secretaria e aos demais grupos do Governo, para que a gente acompanhe juntos a solução de curto prazo. Tendo um apoio de técnicos especializados na área, de cálculo atuarial. Não adianta ficarmos somente com desejos, nós temos que resolver a coisa com base legal, com

base técnica e fundamentada para que isso aconteça, e na Secretaria iremos rediscutir; isso são questões de curto prazo. Para que nós saneemos de curto prazo essa questão dessa guilhotina na cabeça do Portus. E, como eu disse anteriormente, construímos uma solução de longo prazo. Não adianta nós resolvermos se daqui a um ano, seis meses, estarmos novamente discutindo isso. Eu acho que nós já não temos mais, todos nós, e eu me coloco como vocês portuários também, não dá mais para gente continuar falando de Portus e dos problemas que há e que houve ao longo dessas décadas que a gente viu. Não dá mais, eu acho que acabou; eu acho que acabou uma série de coisas que a gente tem que mudar na questão portuária. O que foi colocado aqui, a questão de paridade, essas questões de representatividade do trabalhador dentro do Portus e dentro da administração portuária, mudar a gestão dos portos.

Não adianta a gente querer hoje imaginar que nós vamos pegar as Companhias Docas e arrancar esse dinheiro todo, porque isso é inviável. Nós todos sabemos como é que estão as Companhias Docas, fruto de um trabalho que foi feito aí, negativo, e que não surtiu efeito para o que a gente pensa dos portos brasileiros, atuando no mercado exterior, trazendo benefícios, gerando empregos e sendo realmente uma ferramenta eficiente. Nós não podemos esquecer isso. Nós estamos diante de um problema e temos que, juntos encontrar uma solução. A nossa resposta é: O nosso compromisso da Secretaria em junto com vocês, em quem vocês elegerem representantes, encontrarmos porque há a boa vontade do Governo, há o reconhecimento nosso dos problemas que existem nas Companhias Docas que nós herdamos todos e que muitos que contribuíram durante a vida toda não tem a ver com isso. Já deram a sua parcela de trabalho para os portos. Então, a minha proposta concreta, Senador, é o seguinte, nós não podemos encontrar a solução num Plenário como esse. Nós não temos aqui os meios técnicos e outros, para encontrar. Agora, o que está claro é, primeiro: nós reconhecemos tudo que foi, todo o sacrifício que foi feito, estamos juntos com vocês na Secretaria de Portos, o Eduardo sabe que nós estamos lá, abertos a isso. Agora, isso é pouco. Não adianta se nós não encaminharmos e resolvermos o problema. Então fica aqui meu pedido, para que a gente encaminhe essas questões em dois tempos. Primeiro tempo, de curto prazo, no sentido de evitar consequências desastrosas para todos nós portuários. E segundo, trabalharmos no novo modelo para o Portus, porque senão, como eu disse, nós vamos retroceder. Então, fico aqui à disposição para que, através da federação, seja eleito um grupo de

trabalhadores que a gente possa ter, eventualmente, Eduardo, uma assessoria de técnicos da área, para que a gente possa descobrir sim, soluções que já estão sendo trabalhadas no âmbito do Governo Federal, porque reconhecemos tudo isso, o Ministro Pedro Brito, por diversas vezes, ratificou essa posição dele e nós não descansaremos enquanto não tivermos uma solução para esse problema. Então, muito obrigado a vocês e nós nos colocamos na Secretaria à disposição para continuarmos por essa bandeira de reconstrução de um novo Portus com a solução desses problemas todos. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Meus amigos e minhas amigas, eu só não vou falar de pé, por causa da minha perna. Que está com esse problema e eu vou daqui, fazer as injeções para combater uma pequena infecção que deu na parte de baixo, de uma pancada que eu levei há uma semana atrás. Mas eu quero só dizer para vocês, que dessa Audiência Pública eu saí convencido; por todos que falaram aqui e isso para mim tem que ser com compromisso de honra. Lá no Sul é meio assim, quer dizer, o gaúcho diz, tem que ser no fio do bigode, não precisa nada no papel. Primeiro, a resolução que no meu entendimento é unanimidade. Por parte do Governo e todos os trabalhadores e todos os envolvidos. Não se tomará nenhuma medida, no dia 14 de maio, em relação ao Portus.

[palmas]

Isso aqui para mim, porque ninguém falou aqui que tomaria medida. Segundo me permita, Ministro, me permita, Ministro, eu recebi antes dessa audiência, e quero reafirmar aqui, porque eu falo muito transparente o que acontece e ninguém pediu segredo. Dois telefonemas, um do Ministério da Previdência dizendo que, precisamos de pouco mais de tempo, que estamos comprometidos em achar uma solução efetiva para os Portos e queremos achar. Paim pode dizer isso lá. Muito bem. Então esse tempo significa que não tenhamos medida nenhuma dia 14. Segundo, recebi um outro telefonema ontem à noite, da Casa Civil, dizendo praticamente a mesma coisa. E o Ministro é testemunha. Fizemos uma série de reuniões, com diversos órgãos do Governo, para acharmos uma saída concreta para viabilizar de forma permanente o Portus. Então, mediante a isso, eu conversava aqui com o Eduardo, ele me dizia que vocês têm uma plenária hoje a tarde. E sei, na próxima quinta-feira, haverá um grande evento aqui em Brasília, no palácio, em relação ao... de um ano da Secretaria Especial de Portos. Eu sei que muitos de vocês vão estar aqui para prestigiar essa importante Secretaria. Que na plenária de vocês,

já tirem uma data, na linha que o Ministro falou, para vocês sentarem e continuarem as negociações que apontem uma decisão final e positiva para os nossos cerca de 40 mil brasileiros aposentados e pensionistas, que eu sei que jogaram muita esperança nessa Audiência Pública. A esperança é boa. Sonhar é bom, mas eu sei que o que vocês querem é que o sonho se torne realidade. Essa é a visão que nós estamos aqui. E por isso eu quero encerrar oficialmente esse evento, da Comissão de Direitos Humanos, dizendo da minha satisfação do evento.

Foi um evento aqui, Ministro, em que, com certeza absoluta ninguém se preocupou em jogar pedra ou se estava no Governo ou na oposição. Aqui pela fala de todos, da Mesa e do Plenário, vocês fizeram uma construção. Vocês querem dialogar com o Governo. O Governo aqui e o Ministro, quero dar meus parabéns a ele, que está do primeiro minuto ao último minuto, está aqui dizendo: "O Governo quer dialogar e quer encontrar a solução". Eu saio confiante dessa reunião, que ninguém estaria enganando esses homens e mulheres de cabelos brancos. Homens e mulheres que me disseram aqui, que viajaram muito 36 horas ou até mais que 36 horas, e vieram aqui depositando confiança no poder constituído, no Legislativo e no Executivo. Então, eu terminaria dizendo para vocês todos, essa foi uma Audiência Pública positiva. Porque Audiência Pública saiu daqui com o compromisso de atender as reivindicações básicas de vocês. Então, parabéns a todos, à Federação, a todos que aqui vieram na certeza que essa confiança no futuro, firmada aqui nesse presente, é que vai garantir a vitória de todos aqueles que estão aposentados e pensionistas e aqueles que sonham em se aposentar nos portos desse país que, graças a Deus, está sendo alavancado. Eu vi agora, recentemente, lá no meu Estado, no Rio Grande do Sul, cerca de mais de R\$10 bilhões de reais serão investidos na obra do início ao fim. Por isso, viva os portos. Viva os trabalhadores do nosso País!

Muito obrigado a todos. Está encerrada a presente Audiência Pública.

ATA DA 17ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 07 DE MAIO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 14:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÃO Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às quatorze horas e trinta e nove minutos do dia sete de maio de dois mil e oito, no na sala nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação

Participativa, com a presença dos seguintes Senhores Senadores: **Flávio Arns, Paulo Paim, José Nery, César Borges, Romeu Tuma, Virgínio de Carvalho** e o não membro **Senador João Ribeiro**. Os Senadores Cícero Lucena e Geraldo Mesquita Júnior justificam suas ausências. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e, em seguida, faz suas considerações iniciais e explica como serão conduzidos os trabalhos. O Presidente organiza os convidados em seis mesas de quatro pessoas cada.

Item único: A presente reunião foi convocada na forma de Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 23, de 2008 – CDH, de autoria do Senador José Nery, aprovado em 19/03/2008, aditado pelo Requerimento nº 33, de 2008, de autoria do Senador César Borges, aprovado em 17/04/2008, e Requerimento nº 41, de 2008 – CDH, de autoria: Senador José Nery, para debater o conflito entre o Consórcio Estreito Energia – CESTE e as populações atingidas pela construção da Usina Hidroelétrica de Estreito, na divisa dos estados do Maranhão e Tocantins. Em ato contínuo, o Presidente passa a direção dos trabalhos ao Senador José Nery. O Senador José Nery convoca, para compor a **1ª mesa** e fazer uso da palavra, os seguintes convidados: **Ronaldo Schuck** – Secretário de Energia Elétrica, representando Edison Lobão – Ministro de Estado de Minas e Energia – MME; **Valter Muchagata** – Diretor de Licenciamento Ambiental Substituto do IBAMA, representando Bazileu Alves Margarido Neto – Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; **Cirineu da Rocha** – Representante do Movimento Nacional dos Atingidos pelas Barragens – MAB; **Lourenço Krikati** – Representante da Coordenação das Organizações e Articulação dos Povos Indígenas do Maranhão – CO-APIMA. Às 15h18, o Senador Paulo Paim reassume a presidência dos trabalhos. Encerrada a fala dos convidados da 1ª mesa, o Presidente convoca os convidados da **2ª mesa** para fazerem uso da palavra: **Iara Vasco Ferreira** – Coordenadora Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente da FUNAI; **Sheila Apinagé** – Representante do Conselho das Organizações Indígenas da Bacia Araguaia Tocantins – COIAT; **Antônio Luiz Fonseca Abreu Jorge** – Diretor de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, representando José Renato Ponte – Presidente do Consórcio CESTE; **Norma Pinto Villela** – Diretora de Socioeconomia, representando José Renato Ponte – Presidente do Consórcio CESTE. Encerrada a fala dos convidados da 2ª mesa, o Presidente convoca os componentes da **3ª Mesa** para procederem as suas explanações: **Natal Alves Rodrigo** – Coordenador do MST, representando João Pedro

Stédile – Presidente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST; **Pedro Ursulino Coimbra de Castro** – Vereador do Município de Filadélfia, representando José de Ribamar Brito – Associação dos Moradores de Cana Brava; **Cleber Gomes Espírito Santo** – Presidente da Associação dos Barraqueiros da Praia de Filadélfia; **Ronivaldo Aires** – Associação dos Atingidos pela Barragem de Estreito – AABE. Encerrada a fala dos convidados da 3ª mesa, o Presidente convoca os convidados para compor a **4ª mesa** e fazerem uso da palavra: **Denerval Ferreira da Cruz** – Presidente da Colônia dos Pescadores Z-35; **José William Salviano Villar** – Presidente da Associação Comunitária Novo Progresso; **Adriano Rodrigues Filho** – Colônia de Pescadores Z-15; e **Cláudio Luiz dos Santos Beirão** – Assessor Jurídico do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, representando Paulo Machado – representante do CIMI. Encerrada a fala dos convidados da 4ª mesa, o Presidente convoca os convidados para compor a **5ª mesa** e fazerem uso da palavra: **Agemiro Pereira dos Santos** – Presidente da Associação do Assentamento Formosa. Às 16h50, após a explanação do Senhor Agemiro, o Senador Paulo Paim passa a presidência dos trabalhos ao Senador José Nery, que, de imediato, retoma a sequência das explanações e passa a palavra aos demais componentes da mesa: **Silva Carvalho** – Presidente da Associação dos Pequenos Produtores da Comunidade Mato Verde; **Luiz de Abreu de Moura** – Representante da Comissão de Pescadores do município de Estreito-MA e **Deborah Macedo Duprat de Brito Pereira** – Sub-procuradora Geral da República da 6ª Câmara. Às 17h15, o Senador Paulo Paim reassume a presidência dos trabalhos e convoca os convidados para compor a **6ª mesa** e fazerem uso da palavra: **Antônio Veríssimo da Conceição Apinagé** – Representante da Organização Indígena do Tocantins – OI e **Gercília Kraô** – Representante da Associação Indígena Wotykaty. Encerradas as falas dos convidados, componentes das mesas, o Presidente franqueia a palavra aos Prefeitos dos municípios de Estreito-MA, Senhor **José Lopes** e de Babaçulândia-TO, Senhor **Agimiro Dias da Costa**, a Dra. **Deborah Macedo Duprat de Brito Pereira** – Sub-procuradora Geral da República da 6ª Câmara e a Senhora **Maria dos Anjos Nunes da Silva** – representante da Comunidade Ilha de São José. O Senhor Presidente, após as exposições dos Senhores Convidados, passa a palavra ao Senador José Nery para suas considerações finais. Fazem o uso da Palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, José Nery, João Ribeiro e César Borges. Encerradas as falas dos Senhores Senadores e dos convidados, o Senhor Presidente faz suas considerações. Nada mais

havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dezoito horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 17ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Item Único. Audiência Pública. Nos termos do Requerimento nº 23, de 2008 – CDH, de autoria do Senador José Nery, aprovado em 19/03/2008, para debater o conflito entre o Consórcio Estreito Energia – CESTE e as populações atingidas pela construção da Usina Hidroelétrica de Estreito, na divisa dos estados do Maranhão e Tocantins.

Foram convidados as seguintes autoridades e interessados para o estudo do assunto... Olha, só olhando por cima aqui, se não me engano, são cerca de 30 convidados. Conforme informação que eu recebi aqui da Assessoria da Comissão, eu chamarei de quatro em quatro, chamo quatro debatedores e depois mais quatro, na ordem que eu recebi aqui da Assessoria para que cada um exponha a sua visão da questão.

Senador José Nery, eu pediria a V.Exª. que pudesse ficar aqui na Mesa comigo, porque eu tenho que fazer um depoimento no Plenário e talvez o senhor tenha que presidir um pouquinho só até eu ir lá e depois eu volto aqui.

O primeiro bloco aqui eu chamaria de imediato, se está presente, se já chegou o Sr. Ronaldo Schuck, está certo? Secretário de Energia Elétrica, representando o Exmo. Sr. Ministro Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia. Seja bem-vindo.

Se está, presente a Ministra Marina Silva, Ministra do Estado do Meio Ambiente ou alguém que a esteja representando. Chamamos agora Bazileu Alves Margarido Neto, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA, se está presente.

Chamamos Auxiliadora de Sá Leão, Diretora de Assuntos Fundiários da FUNAI e Lara Vasco Ferreira, Coordenadora Geral do Patrimônio Indígena e Meio Ambiente da FUNAI, representando o Sr. Márcio Augusto Freitas de Meira.

Pergunto, se está presente uma das duas. Eu chamei Auxiliadora de Sá Leão ou Lara Vasco Ferreira representando a FUNAI. Chamo Cirineu da Rocha, Representante do Movimento Nacional dos Atingidos pelas Barragens, o Cirineu da Rocha, está presente? Chamo Lourenço Krikati, está presente?

Essa seria a composição da primeira Mesa para expor sobre essa questão. Eu vou pedir ao Senador José Nery, eu pensei aqui de nós dividirmos, V.Exª. como autor do requerimento, o debate. Como são trinta convidados, trinta convidados, depois nós teremos que abrir ainda ao Plenário, que cada um pudesse usar o tempo de cinco minutos com mais dois se necessário, fazer uma exposição breve. Isso não vai prejudicar o debate num segundo momento. Eu não sei se o Senador continua pela quantidade de pessoas que nós temos aqui. Claro que no debate a gente pode ampliar. Mas num primeiro momento, eu daria cinco minutos para cada um com a tolerância de mais dois, mas seria muito importante que cada expositor ficasse exatamente no tempo, permitindo que todos pudessem falar. A gente não restringiu a um nome aqui. Todo mundo que pediu a gente colocou na lista, vai falar, e podem ter certeza, nem que eu e o Senador José Nery tenhamos que nos reciclar aqui entre o Plenário, mas vamos permitir que todos falemos.

Por isso é o apelo que eu faço para que fiquem nos cinco minutos e mais dois. Eu me comprometi com todos os convidados, todos, respeitando as divergências naturais num processo democrático, que eu ia estar aqui todo o período junto com o Senador José Nery, o Senador César Borges já está aqui, presidindo a sessão. Eu só vou ao Plenário, vou falar dez minutos e volto para cá para continuar aqui na coordenação dos trabalhos com o auxílio aqui do meu autor do requerimento, nobre Senador José Nery.

Então, de imediato, eu estou controlando o relógio a hora que eu falo também no plenário. O Senador José Nery pediu a palavra, eu passo a ele e em seguida nós vamos aos convidados.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Senador César Borges, ilustres convidados que participam dessa primeira Mesa, eu quero saudar a todas as representações das comunidades indígenas, dos pescadores, a representação de entidades da Região de Estreito, o Prefeito de Estreito está aqui presente. Saudar a representação dos movimentos sociais, dos agricultores, dos pequenos produtores, etc.

Presidente, eu queria propor para que, haverá nesse debate de forma muito clara dois posicionamentos, tendo em vista o conflito que se estabeleceu há bastante tempo e há um número grande de convi-

dos, trinta exatamente. Como muitos dos convidados talvez abordarão questões semelhantes, provavelmente eu sugeriria que se pudesse fazer um tempo de exposição de dez minutos quase que improrrogáveis e se fosse possível a gente acordar que depois pudéssemos aqui diminuir o número de inscritos para falar à Mesa, tendo em vista que haverá muito posicionamento praticamente igual. Claro que isso só seria possível se as partes concordarem, senão ouviremos aqui a todos os trinta convidados.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, eu entendo a sua preocupação, V.Ex^a. já tinha registrado para mim esse encaminhamento, mas eu me preocupo, se nós começarmos, embora a intenção é das melhores, a construir o acordo e quem fala e quem não fala, nós poderemos perder até um certo tempo. Eu proporia o seguinte, nós vamos chamar, quem está, está, quem não está, já está fora. E vamos encaminhando, quem não veio até o momento não seria chamado num segundo momento e com o compromisso, eu quero assegurar a V.Ex^a., que se nós conseguirmos acelerar e até algumas pessoas desistirem, nós ampliamos o tempo do debate, permitindo que todos possam usar da palavra com um período maior.

Eu confesso a vocês, eu vou até o Plenário, Senador José Nery, fazer um apelo aos auditores fiscais em greve, que já estão em greve há mais de quarenta dias, que suspendam a greve e entrem num processo de negociação com o Ministro do Planejamento Paulo Bernardo e claro, nesse apelo eu farei um pedido para que chegue num entendimento, porque já há um prejuízo na greve dos auditores de seis bilhões de reais. Só no Rio Grande do Sul, mais de trezentos caminhoneiros estão parados e não conseguem continuar, digamos, o percurso devido à alfândega e a devida conferência que os auditores fiscais teriam que fazer.

Por outro lado, eu sei que há boa vontade também por parte dos trabalhadores, então com esse apelo eu espero que a gente consiga fazer com que Governo e trabalhadores cheguem num entendimento que seja bom para ambas as partes. Eu não entro aqui no mérito das reivindicações. Então, se V.Ex^a. concordar, eu vou até o Plenário só fazer esse apelo e volto imediatamente para a acompanhar com V.Ex^a. e ficaremos aqui o tempo que for necessário.

Passo a Presidência ao Senador José Nery.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senhoras e Senhores. Vamos então dar início aos depoimentos da primeira Mesa de convidados nessa Audiência Pública, que tem por objetivo discutir conflitos que se arrastam há bastante tempo entre

as populações tradicionais da Região de Estreito e o Consórcio responsável pela construção da hidrelétrica de estreito. Envolve o Poder Público e, sobretudo, esse conflito se arrasta em razão de um modelo de desenvolvimento que seguramente traz e leva a muitos questionamentos.

Esperamos que nessa audiência os diversos pontos de vista sejam aqui expressados e possamos ao final chegar a alguns encaminhamentos que possam solucionar, senão todo o conflito porque envolve interesses bastante distintos, mas que possamos ter acordos de procedimentos que atendam especialmente à população daquela região.

Passo a palavra, como primeiro expositor, ao Dr. Ronaldo Schuck, do Ministério das Minas e Energia, Secretário de Energia Elétrica, aqui representando o Ministro Edison Lobão. Com a palavra o Secretário Ronaldo Schuck.

SR. RONALDO SCHUCK: Obrigado, caro Senador, presidindo a sessão, senhores Parlamentares, demais componentes da Mesa, representantes da sociedade como um todo.

Em função de viagem ao exterior de nosso Ministro Edison Lobão, coube a mim então a satisfação de poder participar deste evento aqui, da maior relevância para a discussão com a sociedade. Eu queria destacar que estou acompanhado aqui da Dra. Márcia Camargo, que ela coordena o núcleo de acompanhamento socioambiental dos projetos, dos grandes projetos em implantação nesse País. É um núcleo instituído justamente no âmbito do Governo como um todo, sob a coordenação da Casa Civil, mas envolvendo especialmente Minas e Energia e Meio Ambiente e que concentra as preocupações e as ações relativas à minimização dos efeitos eventuais das obras de infraestrutura do setor elétrico.

Bem, eu iniciaria dizendo que esse projeto em discussão, Hidrelétrica de Estreito, é hoje a maior usina em construção nesse País, são 1087 megawatts. Esse projeto nasceu a partir de um leilão realizado em 2002. Nós temos neste momento do País entre pequenas, médias e grandes usinas hidrelétricas, somente hidrelétricas, setenta e seis obras, eu estava relacionando aqui rapidamente, sendo que dessas setenta e seis, vinte e duas são grandes usinas, médias e grandes usinas e muitas delas PCH.

Mas seguramente esse projeto, pela relevância, pela quantidade de energia que ele agrega ao País, ele teve um processo de licenciamento, acreditamos e acompanhamos isso pessoalmente desde o início, extremamente cuidadoso, exigente, rigoroso e pela realimentação que tem a partir dos processos de acompanhamento que o Ministério faz com todos os proje-

tos, especialmente os de maior impacto, acreditamos que os compromissos estabelecidos no processo de licenciamento pelo Ibama, além das inovações criadas neste processo, que foram a criação de comitês de co-gestão junto aos doze Municípios dos quais dez já estão firmados e dois estão em fase final da elaboração para assinatura, todos esses conjuntos de compromissos firmados uma obra que está em andamento há cerca de um ano aproximadamente. Além do acompanhamento que o próprio Ministério, faz sistematicamente por ser uma obra de grande porte e, muito importante, também faz parte do PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, e que tem um processo de acompanhamento ainda mais rigoroso. Então nós, além das visitas que se faz, recebemos mensalmente relatório que retratam a realidade e para nós, então, a importância do êxito neste projeto, não só do ponto de vista técnico, obviamente é importante para o Governo e para o País o cumprimento de cronogramas, mas obviamente a conciliação dos aspectos dos impactos ambientais.

Então, eu queria destacar, Senador, que há um acompanhamento importante, a realimentação, o acompanhamento que permanentemente se faz. E eu acho que por isso é importante esse debate que temos com toda a sociedade aqui, para ver se alguma correção tem que ser feita ainda ou as coisas efetivamente estão andando dentro do que era previsto.

Talvez no momento em que o consórcio estiver presente à Mesa seria, se ele dispuser de alguma forma de apresentação do andamento das ações dos compromissos firmados juntamente com o órgão ambiental licenciador, aqui presente também, bem como as entidades representativas, será acho que bastante importante para que se tenha um nivelamento do conjunto todo e uma visão do todo.

Eu queria destacar que nessa inovação proposta pelo consórcio e aceita pelas comunidades, que foi os comitês de co-gestão, houve de fato [soa a campanha] uma condição inédita que é: todas as entidades representativas da sociedade puderam participar. Então houve uma abertura total no sentido de que a representatividade fosse a máxima. Então eu encerro por aqui a primeira manifestação e na sequência teremos oportunidade. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Concedo a palavra ao Sr. Valter Muchagata, Diretor de Licenciamento Ambiental Substituto do Ibama para que faça suas considerações. O senhor tem cinco minutos, com mais dois de prorrogação se for necessário.

SR. VALTER MUCHAGATA: Obrigada, Senador José Nery, Presidente dessa sessão. Eu quero saudar

a todos os presentes e louvar o Senado Federal por essa iniciativa para que possamos aprofundar o debate sobre as questões relevantes dentro do processo de licenciamento ambiental. Do ponto de vista do IBAMA é esse o interesse, em colhermos mais elemento e poderemos aperfeiçoar cada vez mais o nosso trabalho, o próprio processo de licenciamento ambiental.

Eu acho que é do conhecimento de todos quais são as etapas previstas dentro do licenciamento ambiental, mas, grosso modo, resumidamente, após a entrega dos estudos ambientais que devem ser elaborados sob a responsabilidade de quem está empreendendo o consórcio empreendedor, no caso da Estreito CESTE, esses estudos são analisados pela área técnica do Ibama, existem audiências públicas nesta fase ainda, e no caso de Estreito em particular, como nós tivemos alterações, complementações que foram feitas da primeira versão dos estudos entregues ao EIA/RIMA. Então nós tivemos uma segunda versão, portanto, tivemos uma nova rodada de audiências públicas, expusemos duas rodadas de audiências públicas em função de que o documento definitivo era bastante diferente da versão inicial, portanto, aquilo que deveria ser disponibilizado à sociedade e por ela debatido seria a versão final.

Assim foi feito e após essa primeira etapa o empreendimento foi considerado viável ambientalmente pelo IBAMA, estabeleceu-se uma série de condicionantes como toda a licença ambiental que deveriam, então, ser atendidas para que se pudesse evoluir para a fase seguinte que é a licença de instalação, essa sim que autoriza o início de obras, obviamente também com uma série de condicionantes, o que foi feito também no caso da Hidrelétrica de Estreito.

Eu quero só dizer que o processo está completamente dentro da normalidade técnica e legal. Nós temos aqui a licença de instalação nº 414 de 2006 com oito condições gerais, condicionantes gerais e cinquenta e cinco condições específicas, divididas entre meio físico, meio biótico e meio socioeconômico. Somente para o meio socioeconômico são trinta e quatro condicionantes. Portanto, é uma porcentagem expressiva porque no entendimento no IBAMA para além das questões ambientais propriamente ditas, vamos dizer *stricto sensu*, há essa relevância e importância do aspecto socioeconômico exatamente qual vai ser o futuro, que tipo de tratamento de medida que está sendo proposta para as comunidades atingidas, de quaisquer naturezas que sejam essas comunidades ou municipalidade mesmo.

Obviamente, não vou entrar aqui na leitura do documento, eu só queria destacar que vários aspectos são considerados quando se fala dentro do licencia-

mento ambiental sobre essa faceta, vamos dizer, do meio socioeconômico. Então desde que envolve segurança para a travessia do futuro reservatório já tem que a empresa apresentar um programa de como está se pensando em fazer isso futuramente.

Tudo que se refere a [soa a campainha] maximizar os, por assim dizer, impactos positivos previstos também pelo empreendimento, quer dizer além da minimização dos impactos negativos há que se pensar também na potencialização dos impactos positivos. É um duplo aspecto que é trabalhado no âmbito do licenciamento ambiental.

Então, nesse sentido, temos também programas que foram exigidos como condicionantes da licença de instalação que exatamente se referem a potencializar programas de potencialização, apoio às iniciativas locais, ao desenvolvimento da economia regional, um tratamento específico para aquelas atividades de pesca, barracas de praia, etc., todo esse tipo de atividade que existe já na região e que vão ser afetados em maior ou menor grau pelo empreendimento, já estão sendo de alguma forma e serão ainda mais após o enchimento da barragem.

De maneira que há uma dimensão bastante ampla de temas que são abordados e tratados dentro do licenciamento ambiental e essas exigências são não só feitas no papel, mas há um acompanhamento por meio de vistorias de outras reuniões que se fazem regularmente na região e relatórios também que devem ser apresentados pelo empreendedor ao IBAMA, o que no caso, eu quero sinalizar que essas condicionantes vêm sendo atendidas a contento do ponto de vista do IBAMA.

Evidentemente, há vários aspectos da questão social de qualquer região do País que a gente pegar, mas vamos falar dessa, que nós estamos aqui para falar deste empreendimento e dessa região, que são aspectos a diferentes esferas de Governo. Há questões que remetem realmente, vamos dizer, à questão fundiária, então tem que ver [soa a campainha] o que se pode fazer em termos de órgãos estaduais que trabalham sobre a questão, também o INCRA que se ocupa desse tema a nível nacional.

Existe, evidentemente, o componente indígena que é bastante importante. Há inclusive condicionantes específicas relacionadas dentro da licença que trata da matéria, mas é claro que aí há que haver uma parceria com a FUNAI para o desdobramento e as consequências dessas proposições, e mesmo na área de saúde e educação é claro que não se pode imputar ao empreendedor aquilo que está, esse é o entendimento do Ibama, para além da sua responsabilidade quanto

ao impacto realmente e efetivamente provocado pela chegada do empreendimento.

Aquilo que é impacto direto, sim, esse tem que ser exigido na íntegra que seja cumprido realmente sob as penas da lei. O que está para, além disso, fica por conta da liberalidade de quem está empreendendo e muita coisa também que deve e pode ser resolvida pela melhor articulação e integração das ações de Governo, aí representadas por diferentes órgãos da Administração Pública Federal e também Estadual e Municipal, porque não dizer.

Eu acho que é isso para finalizar, posicionar o entendimento do Ibama. Sr. Presidente, estamos à disposição aqui para quaisquer comentários, dúvidas e esclarecimentos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado ao Sr. Valter Muchagata, aqui representando o IBAMA. Registro a presença dos Senadores João Ribeiro e Arthur Virgílio, além do Senador César Borges que está aqui desde o início desta Audiência Pública.

Concedo a palavra ao Sr. Cirineu da Rocha, representando o Movimento Nacional dos Atingidos pelas Barragens, por cinco minutos, podendo prorrogá-lo por mais dois, se necessário.

SR. CIRINEU DA ROCHA: Boa tarde a todos e todas, eu queria aqui cumprimentar o Senador José Nery, autor desse requerimento para dar essa oportunidade de debate à sociedade, às instituições de Governo e também queria aqui estar cumprimentando a cada liderança, a cada homem, cada mulher que saiu de suas comunidades e cada povo que está aqui, saiu das suas comunidades há dois, três dias de viagem para estar aqui nesse momento para fazer essa debate.

É do entendimento nosso que de fato a questão da usina hidrelétrica de Estreito é uma das principais obras hoje do PAC. Agora também é uma questão clara entre nós que se questiona várias questões, várias irregularidades, em relação à usina hidrelétrica de Estreito. Desde a sua concessão, a questão dos estudos dos impactos ambientais, inclusive são várias ações civis públicas do Ministério Público, do CIMI, de outras ONG, inclusive da FAET(F), questionando essa questão que vai desde o licenciamento à questão da concessão. Inclusive uma ação civil pública houve uma liminar que foi derrubada pela Advocacia Geral da União no STJ, com um argumento muito mais político do que técnico. Diante disso, nós, várias comunidades ribeirinhas, várias categorias que são os pescadores, os agricultores, as pessoas que plantam vazante, viemos tentando discutir essas questões e tentar pautar uma questão que ela é um pouco mais ampla, que é

a não criação dos comitês de gestão e sim do Fórum de discussão, Fórum de negociação.

Eu vou explicar então aos senhores e às senhoras o porquê disso. Inclusive, nós já fizemos uma reunião e isso muito debatido numa última reunião que nós tivemos em Palmas, que havia feito uma reunião com um representante do Governo que no momento era Superintendente do IBAMA, aonde nós tínhamos feito um acordo da criação do Fórum e essa pessoa no momento representava o Governo.

Antes disso, eu queria deixar aqui com o Senador, tudo o que eu vou falar está aqui escrito e tem várias questões, vários documentos vão estar anexos neste documento, que vai ficar aqui na Comissão, inclusive esta ata que o representante do Governo estava no momento em que nós estávamos acampados em Estreito, em março, essa questão é o Anexo 1, aonde foi discutido, estava o representante do Ministério Público Estadual, Federal, do Maranhão e várias comunidades, vários povos indígenas onde foi discutida então a questão da criação do Fórum de discussão e negociação e que a outra reunião que faríamos em Palmas seria mais uma reunião que faríamos em Imperatriz, seria para discutir a questão do Regimento Interno e uma agenda de trabalho.

Essa reunião de Imperatriz não houve, foi transferida para Palmas, isso em torno de quase quinhentos quilômetros e nós solicitamos, aceitamos a mudança com a condição de que alguém pagasse o transporte das pessoas. Isso não foi pago e inclusive está a conta do pessoal na praça. Então essa é uma das questões.

Não foi aceita essa questão da criação do Fórum e ficou a questão dos comitês. Uma das questões que nós temos um entendimento que hoje, e aí é uma questão que também está no documento e a gente traz alguns documentos denunciando isso, que a gente entende que a empresa já vem violando a questão dos direitos econômicos elementares das famílias atingidas, uma vez que muitas das pessoas que compõem o comitê de gestão estão comprando terra a preço irrisório [soa a campainha] a preço abaixo do preço de mercado para depois estar repassando para a empresa. Isso tem os documentos e está aqui também nesses documentos que eu entreguei aqui para o Senador.

Uma outra questão é em relação às propostas já apresentadas pelo CESTE. Uma barragem que é São Salvador, na Região Sul do Estado de Tocantins, nós criamos uma metodologia de como definir um módulo para as famílias reassentadas. Utilizamos dados do Banco Mundial, que é a questão da renda mínima e da renda máxima, e também uma metodologia utilizada pelo ITESP, Instituto de Terras de São Paulo, para de-

finir a questão dos módulos de terra. Você pega várias culturas e dentro da questão da renda mínima e a renda máxima você vai chegar então a um módulo.

Essa foi toda uma construção junto com o Ministério Público, IBAMA e outras instituições onde estão as comunidades e a definição desse módulo foi em torno de vinte e sete hectares, e quem não quisesse o reassentamento podia pegar uma carta de crédito de setenta mil reais. Em Estreito, a proposta que a empresa tem apresentado é de doze hectares ou então trinta e cinco mil reais.

Bom, indo mais em relação à questão dos comitês, uma das questões é que a gente é contra a questão do comitê. Eles foram criados, uma responsabilidade que é da empresa foi repassada pelo Executivo Municipal, parte, inclusive pessoas do Executivo que têm comprado essas terras abaixo do preço. Alguns municípios não foram criados comitês, existe uma recomendação do Ministério Público Estadual e Federal dos dois Estados, pedindo a anulação dos comitês e a criação do fórum. Inclusive, uma denúncia que a gente traz aqui é que o Sr. Euclides José Brusck(F) que é composição do fórum lá, do Comitê Barra do Ouro, ele tem ameaçado vários trabalhadores lá e faz parte do comitê. Também tem aqui o documento. Tem várias outras questões. Hoje são doze municípios, se a gente fosse fazer doze reuniões você inviabilizaria e ia ter uma questão de custo. Então, a proposta que a gente tem discutido que é a questão da criação de um Fórum de discussão composto sob a coordenação do IBAMA e composto de todas as instituições representativas, que vai desde as associações de bairro, associações de moradores, associações de produtores, os povos indígenas e o Executivo.

Agora uma das questões que a gente acha importante é que o Ministério Público Estadual e Federal faça presente nessas reuniões, até para discutir a questão, que eu acho que é um dos papéis do Ministério Público, a garantia dos direitos coletivos e direitos elementares das famílias. E uma outra questão que é, assim, nós já temos experiência interessante em relação a isso que é na implementação da Barragem São Salvador, na implementação da barragem de Peixe Angical.

Então são questões que a gente coloca. Quando o representante do Ministério de Minas e Energia coloca que o comitê de gestão foi proposta da empresa, de fato foi uma proposta da empresa. Agora, quando coloca que é aceitável pelas comunidades, não é aceitável pelas comunidades. Parte das comunidades tem aceitado isso. A empresa tem usado uma estratégia de criar os consensos que a gente chama, em uma outra linguagem, que é a questão da cooptação que é assim: financiando, a gente trouxe aqui alguns

materiais, financiando algumas famílias, fazendo financiamento. Então, essas são as instituições que apóiam essas questões, são vários financiamentos desde camiseta, financiamento da questão das salas digitais de informática. O que a gente quer dizer? Nós não estamos discutindo aqui a questão da legitimidade dessas instituições e nem do trabalho que a empresa faz. Nós estamos discutindo aqui é como é que eles têm colocado essas instituições contra outros trabalhadores para aceitar uma proposta, esse é o debate. Não queremos discutir representatividade, o trabalho eu acho que é interessante, mas o que nós estamos discutindo é por que colocar um trabalhador contra o outro trabalhador. Aqui tem vários, não dá para ler agora, tem vários documentos colocando que nós do movimento, as comunidades são agitadores, são baderneiros, que estamos contra o progresso. Não é esse o debate. O debate é: nós queremos discutir, só que é queremos espaço legítimo, queremos um espaço onde possa ser discutido de fato.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Cirineu, obrigado pelas considerações e imediatamente passamos a palavra ao Sr. Lourenço Krikati, aqui representando a Coordenação das Organizações e Articulação dos Povos Indígenas do Maranhão para que possa usar a palavra por até sete minutos.

SR. LOURENÇO KRIKATI: Eu quero agradecer por essa oportunidade. Eu quero saudar a Mesa em nome do Senador.

Bom, eu quero, quase todos os relatos referentes a população que são atingidos, mas eu quero referir à população indígena. Inicialmente, com a instalação da hidrelétrica de Estreito, a empreendedora nem sequer se preocupou com a vida tradicional aonde aquela população habita.

Pelo argumento da empresa aqui a construção de hidrelétrica não atingirá a população indígena, mas não pensando que indiretamente ou diretamente será atingido a parte cultural social econômico dos povos indígenas, do qual é o Krahô que fica no Estado do Tocantins, que é acima da barragem, Apinagês que é Estado de Tocantins abaixo da barragem, o Krikati que fica ao lado da barragem e o Gavião, os dois, Krikati e Gavião, no Estado do Maranhão.

Isso vem preocupando nós, claro com a maior... Várias reuniões nós sentamos junto à FUNAI, mas só que não há mais satisfação indígena, deixaram. Fizeram também esse estudo aonde que nem estudo não chegou à nossa mão, e nós não temos a participação do que foi feito o estudo nas terras indígenas. Do que foi a primeira negociação tentando ver o nosso lado

que indiretamente preocupado com a situação indígena que dali da beira do Rio Tocantins com a construção da barragem vai sair vários ribeirinhos ali, vários agricultores ali, para onde que vão? Vão diretamente ser vizinho ou ficar ligado as terras indígenas onde que fica próxima da barragem.

E nós começamos a pensar e sequer não se pensou na vida social daqueles povos. Então, nós tentamos sentar e conversar. Tivemos a última reunião e nós junto com o movimento social onde as pessoas que serão atingidas diretamente começamos a preocupar com a vida deles também, claro que aquelas pessoas fizeram sua vida sempre ali, se criaram ali. Então, o que está acontecendo? Está tendo desrespeito aos direitos humanos, o direito à pessoa.

Do qual que o Senado, Senador, nós também, povos indígenas, acompanhamos a situação daqueles povos ou daqueles moradores com a criação do comitê e preocupou a nós também. Porque não a participação indígena no comitê? E o comitê ficou resumido, o número de pessoas resumido, não vai diretamente a pessoa que é atingida, não é ouvida as pessoas, o quanto tempo que mora ali que construiu sua vida que viveu ali, nem sequer há participação dessas pessoas.

O que nós olhamos? Nós reunimos, nós pensamos e na reunião de Imperatriz decidimos junto a IBAMA, FUNAI, Ministério Público e até mesmo representante do senhor que esteve lá, acompanhou a nossa discussão que o Fórum, tendo um Fórum há mais participação de pessoas que será diretamente atingido. Precisamos ouvir essas pessoas, está passando por cima do direito das pessoas [soa a campanha], é o direito que cabe a cada um deles. Então, nós indígenas, nós já vemos a preocupação com eles e nós também.

Eu quero perguntar também, está aqui o Ministério do Ministro, a FUNAI está acompanhando? Cadê a FUNAI? Não há participação indígena junto com a negociação. Que negócio que estão negociando que não há participação indígena? Nós queremos a participação nossa também. Segundo a informação agora que eu cheguei com o representante da CESTE, que a FUNAI já está sentando com a empresa, mas cadê o indígena junto?

Então, isso nós queremos sim. Nós queremos a participação nossa e nós insistimos que seja criado o Fórum, nós queremos participar também dessa discussão. Então nós não queremos só apenas usados como objeto, não. Nós temos direito de ser ouvido também e nós queremos esse direito e esse direito nós queremos ser discutido junto com nós. De que forma que nós queremos que ser assistido, de como que nós

queremos ser ouvidos, de que forma nós queremos viver após a criação de barragem?

Então é isso, essa é a situação que está acontecendo no nosso meio. Então nós viemos aqui para que o Senado ver o nosso lado também, a população indígena, ver o lado das pessoas que precisam esse apoio. É porque vocês vivem aqui e nós que vivemos lá, nós vivemos com uma pressão às vezes. Já acabou aquele tempo de ditadura, nós não podemos mais deixar as coisas acontecer isso, fazer as coisas assim com pressão sem respeitar nós, indígenas, ou aquelas pessoas carentes.

Então eu venho falar isso para as autoridades que tem pelo menos sensibilidade a essa causa [soa a campainha], porque não está havendo sensibilidade, nós sabemos que a hidrelétrica vai realmente sair, mas que precisamos sentar e discutir mais. Precisamos a nossa participação como indígenas para que nós possamos acompanhar junto. Só isso, obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Chamamos nesse momento a segunda Mesa. Eu peço aos meus convidados que podem retornar aos seus lugares no Plenário, que quando iniciar o debate todos terão oportunidade de pegar no microfone também no Plenário. Então, eu agradeço a todos e já de imediato chamo a Diretora de Assuntos da FUNAI, senhora Iara Vasco Ferreira, está presente? Chamamos também Sheila Apinajé, representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Araguaia Tocantins. E chamamos também o senhor Antônio Luiz Fonseca Abreu Jorge, Diretor de Saúde, Segurança e Meio Ambiente. Mas tem outro nome aqui: E. Norma Pinto Villela, presidente do Consórcio CESTE, é isso? Representando o Presidente do Consórcio CESTE. João Pedro Stédile, ou seu representante se estiver presente. E chamamos, então, o Sr. Antônio Justino Araújo Neto, Presidente da Associação dos Barraqueiros da Praia da Ponte JK e da Ilha Chupe Cabral. Está presente?

Passamos de imediato a palavra à senhora Iara Vasco Ferreira, conforme combinado, cinco minutos com mais dois, se necessário.

SRA. IARA VASCO FERREIRA: Muito boa tarde, obrigado Excelentíssimo Sr. Senador, boa tarde a todos da Mesa, todos senhores e senhoras presentes aqui. Eu estou representando o Presidente Márcio Meira, que neste momento está em audiência com o Exmo. Sr. Presidente da República em função da situação grave da terra indígena Raposa Serra do Sol. Então o Presidente Márcio Meira pede desculpas por não poder comparecer nesse momento, mas uma ou-

tra situação de tamanha gravidade o chamou a outro compromisso.

Desde agosto do ano passado eu assumi a Coordenação Geral do Patrimônio Indígena e Meio Ambiente, que dentro da FUNAI é responsável pelo encaminhamento dos procedimentos relativos à participação e intervenção da FUNAI no âmbito do licenciamento ambiental de empreendimento, que direta ou indiretamente afetam terras e povos indígenas.

Nós vimos trabalhando esses últimos meses exatamente na tentativa de aperfeiçoar esses procedimentos, quer dizer, a própria legislação ambiental no histórico brasileiro ela é relativamente resistente para a FUNAI é um procedimento na verdade que passou a ser adotado a partir do início dos anos 2000 e que tem buscado um grande aprendizado em função disso.

O principal dever da FUNAI, quer dizer missão e competência, é de cumprir e fazer cumprir os direitos dos povos indígenas e nesse aspecto, principalmente, observando o que o Estado Brasileiro ratificou que pelo próprio Congresso a convenção 69 da OIT, então a gente vem procurando na verdade adotar procedimentos dentro de toda a limitação de capacidade operativa mesmo que a Instituição FUNAI tem nos seus quadros, tanto na sede quanto nas suas Administrações Regionais, procurando dar o encaminhamento e o segmento devido dentro dessas condições.

Especificamente no caso da usina hidrelétrica de Estreito, como em muitos casos isso ocorreu, a FUNAI ela anda num compasso sempre, e isso num histórico recente, que estamos tentando num acordo em âmbito de Governo, tanto com o IBAMA e com outros órgãos licenciadores e outros órgãos do Governo, procurar caminhar para o passo dentro do processo de prazo do licenciamento ambiental, mas nem sempre isso ocorreu.

Em muitos casos, muitos empreendimentos, mesmo dentro da legislação ambiental, eles tiveram seu início independente, ou a FUNAI só passou a participar desse processo depois de que o processo efetivamente já havia se iniciado, seja no âmbito da licença prévia que é quando você atesta a viabilidade ambiental do empreendimento, ou seja na própria licença de instalação, quando o empreendimento já tem a sua permissão para a instalação, para início das obras. E isso causa um grande problema e um grande constrangimento em muitos casos, porque você é, na verdade, existe uma pressão para que a FUNAI adote os procedimentos que são necessários, que são cada vez mais exigidos, que isso está dentro do cumprimento da lei, e aí entra um elemento que é o elemento essencial e básico de trabalho da FUNAI, que é o cumprimento dos direitos

constitucionais dos índios, que é esse respeito à cultura diferenciada [soa a campainha]

Então, nem sempre os tempos indígenas, ou das culturas indígenas, eles obedecem rigorosamente os nossos prazos, muitas vezes até legais para determinados procedimentos e isso faz com que muitas vezes a FUNAI, num certo sentido, nessa tentativa de estabelecer esse diálogo com os índios para explicar na verdade para as comunidades indígenas o que se passa e o que está acontecendo, esse tempo ele é muito mais demorado.

No caso de Estreito também aconteceu isso. Quer dizer, a FUNAI ela entra no processo depois o que processo já tinha sido iniciado, inclusive a licença prévia ela já havia sido concedida. Agora, os estudos que foram realizados posteriormente que haviam e que faziam parte das condicionantes, eles foram no ano passado apresentados às comunidades indígenas e aí existe todo um contexto e uma situação que em detalhes, todo esse passado, eu não tenho esse histórico, mas que principalmente no âmbito da Diretoria de Assuntos Fundiários principalmente a questão das terras indígenas e aquelas que pelo próprio EIA/RIMA se identificou que teriam e sofreriam um impacto direto, elas passaram a ter um tratamento.

Como havia problemas e conflitos e um clima de tensão, no âmbito da própria Presidência da FUNAI havia se assumido um compromisso de restabelecer esse diálogo com as etnias indígenas. Recentemente, e aí talvez quando a equipe consultora que está desenvolvendo esses trabalhos, que faz parte da equipe da empresa que está empreendendo [soa a campainha], nós recebemos apenas as diretrizes para elaboração do plano básico de aplicação, ou seja, para a discussão das medidas mitigatórias e compensatórias que estão em análise da FUNAI para que a gente possa fazer a reunião com... É, depois eu complemento.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não, Senador João.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Questão de ordem. Sr. Presidente, eu apesar de não fazer parte desta Comissão, mas como sou Senador pelo Estado do Tocantins, e tenho todo o interesse em ver essa questão resolvida, em que não haja vencido e nem vencedores, que o vencedor seja, primeiro, aquele que tiver razão, segundo, o País o vencedor. Precisamos de energia elétrica no Brasil e precisamos proteger as pessoas que tiverem direitos.

Agora, em função de uma audiência que eu tenho fora, Sr. Presidente, V.Ex^a. sabe que hoje é um dia extremamente--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador João Ribeiro, só para informar aos nossos convidados que o Senador e a Senadora fala a qualquer momento, então V.Ex^a. está dentro do Regimento Interno e usa a palavra o tempo que entender necessário.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): --Eu quero pedir desculpas às pessoas, e até quero aproveitar, Sr. Presidente, para cumprimentar rapidamente o Prefeito da cidade de Babaçulândia que vejo aqui, Argemiro, e também vejo aqui o Vereador Pedro Coimbra, da cidade de Filadélfia, além das demais pessoas que aqui estão que vieram representantes do grupo CESTE, do Governo, das entidades que vieram aqui representar. E até, Sr. Presidente, deixar aqui bem claro que a nossa interferência nesta questão da construção da barragem da Estreito, nós tivemos num primeiro momento uma preocupação que havia apenas duas entidades convidadas, e foi quando eu conversei com V.Ex^a. e a Senadora Roseana e o Senador César Borges, porque eu acho que quando se quer fazer um debate, e aí eu não quero jamais colocar a culpa em ninguém, eu acho que foi falta de articulação mesmo, quer se debater alguma questão é preciso dar o amplo direito de participação de acusação, de defesa, para todos que é querer falar, não é verdade?

Então, isso foi solicitado que incluísse, não que não acontecesse este momento, que é muito importante o que está aqui acontecendo, mas que incluísse todas as entidades envolvidas diretamente impactadas pela construção da barragem da Estreito, até porque se nós não ouvirmos as comunidades, aí eu quero aqui dizer o seguinte: nós não sabemos quem é a favor ou quem é contra, ou é contra ou que ou a favor de quê. Eu acho que o importante é que a gente extraia daqui desta audiência pelo menos que a gente possa ter uma nação do que está realmente acontecendo, do que está havendo lá.

Com essas palavras, Sr. Presidente, eu quero apenas pedir licença e compreensão para que eu possa sair numa audiência, vou retornar daqui a pouco, assim que eu puder estarei de volta, e queria fazer uma pergunta a V.Ex^a. Se os debates vão acontecer só depois no final, pelo que eu percebo? Eu conversando com o Senador César Borges, eu estava lá na Infra-estrutura com a Ministra Dilma está lá debatendo também, e eu sou membro da Comissão, não pude estar aqui logo no início, assim que abriu a sessão aqui. Então, ele me informa que parece que V.Ex^a. disse que os debates acontecerão depois que todos forem ouvidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Explico, Senador João Ribeiro, são trinta convidados, então eu dei cinco minutos para cada

um, para que eles dêem o seu ponto de vista, mas o Senador e a Senadora a qualquer momento que entender adequado use a palavra. É a única forma de a gente contemplar os Senadores e todos aqueles que postularam os--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Os debatedores, então, no caso, os expositores, a gente pode questionar alguma coisa no momento que quiser?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pode, no momento que entender adequado, pode perguntar. Senador e Senadora aqui fala a qualquer momento. Ok?

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Ok, Senador Paulo Paim, então eu peço licença para me retirar um pouquinho, mas vou e volto que eu acho muito importante este assunto porque envolve o Estado do Tocantins e envolve o Brasil. O Maranhão do outro lado é o nosso Estado vizinho e nós queremos ver a usina hidrelétrica construída, mas não queremos ver a população prejudicada. Então nós não estamos aqui para fazer defesa de A ou de B, mas, sobretudo, a defesa de quem tiver direito, queremos que as coisas sejam feitas da forma mais correta possível e acho que o Governo pensa assim também. Aqueles que são os representantes do Governo, os órgãos do Governo aqui, eu acho que pensam assim também.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador César Borges com a palavra e em seguida eu passarei a palavra para a Sheila.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, Senador Paulo Paim e demais componentes da Mesa e que estão no plenário e que vieram, se deslocaram, às vezes, de tão longe, com tanto sacrifício para estar aqui presentes. Eu como, eu diria, co-autor dessa Audiência Pública que é da autoria do Senador José Nery e eu solicitei que fossem incluídas mais algumas pessoas da região, Sr. Presidente, eu quero também inicialmente até me desculpar, porque como V.Ex^a. precisou ir ao Plenário também, eu terei que ir ao Plenário para fazer um pronunciamento em nome do meu Partido, mas queria me desculpar dizendo que essa é uma situação, esse é uma debate que realmente é revestido de uma grande importância. Acho que V.Ex^a. faz muito bem em trazer esse assunto no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, porque temos que discutir esse modelo de desenvolvimento para o País.

Sem sombra de dúvida, o País precisa de energia, precisa de avançar seu desenvolvimento. Todos nós falamos da preocupação da infra-estrutura elétrica e de energia para o País enfrentar o desafio do crescimento e que possa gerar emprego, renda, afinal de contas melhoria na vida da população brasileira, em especial

dos trabalhadores que sem emprego não tem como avançar na sua melhoria e no seu avanço social.

Entretanto, sempre há esses conflitos. Lamentavelmente quando você implanta uma obra de infraestrutura aí, todas elas, estradas aeroportos, mas de forma muito especial as usinas hidrelétricas, que têm um lago e esse lago desloca uma população que muitas vezes são milhares de pessoas que são afetadas e tem sua vida totalmente afetadas, e que não podem ser simplesmente tratados como uma coisa a mais dentro dos problemas, mas sim uma questão fundamental.

Eu acho que aí essa questão não é nova, não é desse Governo, não é a questão de Estreito, é uma questão que nós já vivemos há muitos anos. Eu sou senador pela Bahia e até hoje nós temos um grave problema numa usina hidrelétrica chamada Itaparica, construída no rio São Francisco, que deslocou uns três milhares de famílias e que tiveram uma dificuldade muito grande de se adaptar depois em vilas e colônias, e que até hoje sofrem com os efeitos dessa mudança que tiveram que experimentar por conta da implantação da usina hidrelétrica.

Então, é esse o dilema que nós vivemos agora e aí, Sr. Presidente, eu diria o seguinte, é fundamental a participação do Estado Brasileiro. O que eu assisti até agora é que o Ministério de Minas e Energia deseja a geração de energia. É claro, é o papel do Ministério de Minas e Energia. O IBAMA tem toda uma legislação que foi exigida e foi, pelo que foi dito aqui pelo representante do IBAMA, foi cumprida essa legislação. Aqui está a FUNAI, o INCRA deveria também ou deve estar, não sei se vai se apresentar.

Então o papel para mediar esse conflito, essa dúvida entre o desenvolvimento e minorar, mitigar, o sofrimento das populações é uma responsabilidade do Estado. É uma responsabilidade do Estado. Não pode ser responsabilidade da CESTE, pura e simplesmente. Ela é responsável pelo que ela tiver de condicionante na liberação das licenças de implantação. E olha que essas licenças são um verdadeiro calvário, nós já discutimos aqui. Licença de localização, licença de implantação, depois licença de funcionamento, sempre há condicionantes a serem cumpridas. Mas a responsabilidade, a meu ver, é do Estado, que é o concedente, é ele que faz a licitação, é ele que comanda e é ele quem pode dirimir essas dificuldades.

Então eu acho, Sr. Presidente, que esse debate deve nos levar pelo menos a uma proposta de solução. Essa Comissão deve servir de intermediário junto com o Estado Brasileiro, representado por seus diversos órgãos, para que o Estado assuma essa responsabilidade, possa entrar nessa questão para minorar, para amaciar os conflitos que são grandes. Você vai

construir, tem uma concessão, vai construir a usina. Ninguém aqui, eu acho que está discutindo que a usina deixará de existir pelos benefícios que ela vai trazer para a sociedade local e a sociedade brasileira, mas também ninguém desconhece os prejuízos e o incômodo terrível causado a essas famílias que estão sendo deslocadas do seu habitat natural.

Então eu acho que é uma exigência do Governo, a responsabilidade do Governo, que ele atue através de seus diversos órgãos para minorar essas dificuldades e para resolver esses conflitos. É nessa disposição, Sr. Presidente, que eu coloco aqui a minha posição. Acho que não teremos aqui uma solução, mas teremos sim, uma disposição do Senado Federal em fazer esse debate aberto e tenho certeza, de V.Ex^a. essa disposição e da Comissão de atuar junto ao Governo Federal para minorar esses problemas. Porque até as obrigações da concessionária, que no caso é a CESTE, são obrigações que devem estar todas elas inscritas e quem é o órgão responsável de fazer a fiscalização é o Poder concedente.

Então, que o Poder concedente esteja acompanhando essa implantação permanentemente. Se caso alguma cláusula não seja cumprida, que obrigue, que a CESTE cumpra, mas é o Poder concedente, é o Estado, enfim, o responsável e é uma responsabilidade que ele não pode delegar nem abrir mão para ninguém. É o papel do Estado, é esse papel essencial.

Então, Sr. Presidente, eu quero me desculpar com V.Ex^a. e com todos que aqui vieram, que eu também vou me ausentar por conta dessas obrigações que temos aqui no Senado, mas esperar que V.Ex^a. possa ajudar nesse debate a solucionar, ou pelo menos minorar, mitigar essas dificuldades existentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador César Borges, eu sei que o Plenário vai entender, porque hoje nós estamos aqui com um debate inclusive com a Ministra Dilma, que tomou as atenções todas da Casa e temos também o Plenário que já está deliberando imediatamente, a Ordem do Dia vai começar às quatro horas, mas nós vamos continuar aqui. Vamos fazendo o revezamento, se for necessário, para que a nossa audiência continue e cheguemos a um bom termo, que eu acho que é o que todos querem, em cima de um grande entendimento no final.

Eu passo a palavra, então, à representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia do Araguaia Tocantins, Sr.^a Sheila Apinajé.

SRA. SHEILA APINAJÉ: Boa tarde a todos, meus parentes também. Eu estou aqui em nome da... só corrigindo também, não é Coordenação, é Conselho das Organizações Indígenas da Bacia Araguaia Tocantins, é Conselho. Em primeiro lugar, nós que-

remos aqui prestar uma solidariedade para o nosso povo, os nossos parentes que estão lá em Roraima, o que está acontecendo lá com os nossos parentes, a Raposa Serra do Sol. O que está acontecendo, nós estamos levantando essa bandeira também e faz também a nos preocupar em relação... Esses grandes empreendimentos que está acontecendo em volta de nossas terras indígena nas nossas áreas.

Então, que essa construção desde o licenciamento ela mostra as irregularidades para nós, povos indígenas, desde o licenciamento não considera nós, indígenas, como os impactados. Então, sendo que vai ser impactado diretamente ou indiretamente, mas nós somos impactados, que a empresa ela não vê isso. Lembrando que o programa chamado PAC do Governo é muito importante para o desenvolvimento, mas o Brasil realmente está vendo o desenvolvimento dos pobres, aquelas pessoas que vão sair, os ribeirinhos, as nossas terras que é já demarcada que vai ser mudada.

O próprio Governo tira aquele pedacinho de terra para nós habitar, conservar que nós fazemos do mesmo instante esse PAC está tirando o nosso pedacinho de terra. Será que é isso que nós queremos desse desenvolvimento? É isso que o Governo quer para os povos indígenas? Esse desenvolvimento que não considera as leis, que os povos indígenas tem que ser ouvidos antes de construir qualquer coisa. É isso que o País quer para nós?

As culturas onde que vários povos já não fala através desses empreendimentos que já vêm acontecendo há vários anos. É isso que nós queremos para o futuro para o nosso povo? Não, a gente quer a melhoria para o nosso futuro porque a gente não está pensando em presente. Que esse empreendimento de Estreito que vai ser atingido o povo Timbira, Krahô, Apinajé, Krikati, Gavião e outro que é Canela.

E os impactos sociais que nós vamos sofrer? Que isso é muito importante para nós porque chegando dizem que a conquista dos 500 anos que muita gente já perderam as suas falas, as suas tradições, mas hoje nós queremos a revitalização. E onde que os grandes empreendimentos está fazendo com que nós "diminuísse" as terras aonde vão perder as nossas tradições naturais porque lembrando [soa a campainha] que essa construção ela se trata do meio ambiente. O meio ambiente para nós significa a vida para nós.

Que esse meio ambiente nós estamos conservando para as próximas gerações. É isso que o Governo quer esse PAC? Não pensa naqueles povos que estão sofrendo. Para onde que vão as pessoas que vão sair das suas terras? E aquela que tem terra vai ser diminuído. Será que é isso que é esse desenvolvimento? Nós temos que discutir muito esses grande empreen-

dimentos que está acontecendo em volta de nossas terras indígenas. E é só isso e muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Obrigado, Sheila e passamos a palavra ao Sr. Antônio Luiz Fonseca Abreu Jorge, Diretor de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, e em seguida a Sr.^a Norma Pinto Villela, Diretora de Socioeconomia, representando o Sr. José Renato Ponte, Presidente do Consórcio CESTE.

SR. ANTÔNIO LUIZ FONSECA ABREU JORGE: Primeiramente, eu gostaria de agradecer a presença de todos, S.Ex^{as}. Senador Paulo Paim, agradecer a oportunidade de estarmos aqui com mais esse debate, mais essa audiência pública, discutindo empreendimentos da hidrelétrica Estreito, os representantes do Governo Federal e das comunidades.

Muito trabalho já foi feito dos programas previstos do nosso licenciamento ambiental. Preparamos uma apresentação que eu entendo que vai contribuir muito para entender melhor o empreendimento e a forma como ele está sendo implantado. Eu pedi para a Norma que faça a apresentação e que a gente dê depois a continuidade à sessão.

SRA. NORMA PINTO VILLELA: Eu só vou desejar boa tarde a todos e vou deixar o tempo para os meus cumprimentos iniciais para ganhar na apresentação que ela é um pouco extensa e nós temos muito pouco tempo.

Só para quem não conhece, o CESTE é um consórcio formado por quatro empresas, com 40.07% da Suez Energia, 30% da Empresa Vale, 25.49% da Alcoa e 4.44% da Camargo Corrêa. A característica do aproveitamento da Hidrelétrica de Estreito, e como já dito aqui, ela está localizada no Rio Tocantins, na divisa do Estado do Maranhão com o Estado de Tocantins. A área do reservatório e canteiro de obras passa por, interfere diretamente em doze municípios, dez no Estado de Tocantins e dois no Maranhão. A barragem fica a cento e trinta quilômetros da cidade de Imperatriz e quinhentos e treze da cidade de Palmas, capital do Estado do Tocantins. Ela é bem servida de logística de acesso e é importante destacar que a energia gerada por Estreito ela tem uma capacidade de atendimento de uma cidade de 2 milhões e 100 mil habitantes na região Sudeste, quase que o dobro disso, ou melhor o dobro disso de habitantes na região Norte. O próximo, por favor.

Como eu coloquei são doze municípios colocados ali naquele mapinha, do lado direito acima a Carolina e Estreito, pelo Maranhão e os demais, Babaçulândia, Palmeiras de Tocantins, Adrianópolis, enfim os demais dez Municípios do lado do Tocantins. O reservatório ele

acompanha o próprio caudal do rio, vocês podem ver que é um rio gordo que a gente chama. Como já dito aqui, a potência da usina é de 1087 megawatts. A área inundada é de quatrocentos quilômetros quadrados, isso aí já exclui a calha do rio, e o empreendimento interferirá exatamente 2411 imóveis, tanto no meio rural quanto no meio urbano. O próximo, por favor.

Aqui estão elencados os principais benefícios gerados pelo projeto, desde a possibilidade de navegabilidade do Tocantins nesse trecho do reservatório, a questão de empregos diretos e indiretos, a possibilidade de agricultura, a contratação da obra, 99% no Brasil com tecnologia nacional, enfim, eu não vou falar uma a uma senão eu vou perder aqui da apresentação. O próximo, por favor.

Para conhecimento de todos, em relação à compensação financeira que o empreendimento vai gerar ao Município quando começar o operar é uma receita de mais de 20 milhões de reais/ano, distribuída entre os Municípios, 9 milhões e 300 mil por ano para os Municípios, na mesma proporção para os Estados e numa proporção menor para a União, conforme reza a Lei da Compensação Financeira, e ali na tabela seguinte diz o quanto cada um dos Municípios vai receber anualmente em relação à compensação. O próximo, por favor.

Aqui também em nível de impostos, a parte esquerda da transparência é em relação aos impostos que estão sendo incididos hoje em função da construção da ordem de 144 milhões de reais e na parte da direita do *slide*, após a construção, durante a operação na ordem anual de 167 milhões de reais. São recursos que vão estar sendo injetados na região. [soa a campainha]

Aqui mostrando rapidamente as fases do empreendimento. A fase zero que é a fase de instalação do canteiro. A fase 1 que é a parte de terraplenagem que, já acabaram tanto a zero quanto a 1. E a fase 2 que nós estamos hoje, que é a fase dos obras civis e de concretagem que foi iniciada agora em fevereiro. Pode passar os próximos *slides* rapidamente, por favor, que era um detalhe de cada fase.

Os estudos ambientais, é importante destacar que eles foram iniciados desde janeiro de 2002, Estreito não nasce hoje, nasce há seis anos atrás com a elaboração dos estudos de impacto ambiental com a realização de dez Audiências Públicas, com a emissão de uma licença prévia, atestando a viabilidade do empreendimento em abril de 2005.

Depois em setembro do mesmo ano há a elaboração do projeto básico ambiental, que detalha todas as ações planejadas nos estudos ambientais e por fim, em dezembro de 2006, a emissão da licença de

instalação. E paralelamente, o Ministério de Minas e Energias e Empresa de Pesquisa Energética elaborou um estudo dos impactos cinéticos e cumulativos dos empreendimentos hidroelétricos localizados na bacia hidrográfica do Rio Tocantins. O próximo, por favor.

Eu não vou me ater, são características regionais, o ambiente natural é uma... Tudo bem, vamos passar rapidamente, porque o tempo é muito curto, as fotos por si só já dizem como é a região, vamos passando o Lago Azul, Rio Farinha, vegetação ciliar no Manoel Alves Grande... Mesetas da região de Carolina, que é uma característica muito interessante lá da região.

Aqui é importante se estacionar um pouquinho. Perfil da população, os proprietários da zona rural, a maior parte da fonte de sustento é a agricultura, sem assistência técnica, 74% é sem assistência. A renda mensal bastante inferior a dois salários mínimos no nível familiar e individual a um, enfim, mostrando um pouco a carência que é na região em relação ao desenvolvimento e o déficit de investimento público. [Soa a campanha] O próximo, por favor.

Para os não proprietários, também mostrando essa carência... A próxima, por favor... Demonstrando que os doze municípios, o índice de desenvolvimento urbano é inferior à média nacional, que é de 0.77, passando pela socioeconomia um pouco da paisagem regional, área de vazantes, onde são feitas colônias, agriculturas de ciclo curto, praias que são intensamente exploradas no período da seca no Tocantins, algumas ilustrações. Pode ir passando, por gentileza. Aí das praias na época que elas aparecem na seca. A cidade de Carolina e de Babaçulândia, um detalhe de uma moradia, a avenida principal de Palmeiras, escola rural, aqui só demonstrando que para lidar com todos aqueles compromissos que constam das licenças e dos estudos foram planejados trinta e nove programas ambientais, dos quais dois gerenciais, vinte do meio ambiente natural e dezessete socioeconomia.

Vou pedir para ir passando, não vou me ater um a um, mas só mostrando aos senhores, eu estou correndo que o tempo realmente está muito curto, eu peço desculpas ao Plenário, é muito difícil falar de Estreito, um aproveitamento, um empreendimento de tamanha complexidade em tão pouco tempo, mas é um desafio que a gente tem que alcançar e estamos aqui para isso.

Mas eu acho importante destacar na relação dos trinta e nove programas ambientais a preocupação do consórcio em utilizar empresas de pesquisa, universidades, instituições locais, como a Universidade de Brasília, a Universidade Estadual do Maranhão, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, o próprio CESTE em algumas ações. Podemos passar, por favor.

Novamente a Universidade do Tocantins, a Universidade Católica de Goiás, em programas do meio natural. A Natura, que é uma empresa de Goiás também, a Universidade Federal do Tocantins novamente, o próprio IBAMA, a UNITINS.

Agora entrando na socioeconomia, a UNITINS também atuando nas ações de educação ambiental, a Biolex, também uma empresa do Tocantins, atuando nas questões de saúde. A Cenec(F), que é uma empresa de planejamento e projeto com muita experiência na área econômica. O próximo, por favor. Novamente a UNITINS com a parte da arqueologia. Andrade Canelas, uma empresa que está nos ajudando a gerenciar toda a parte de construção civil, afeta aos programas ambientais. A Clara Comunicação do Maranhão, enfim a própria FUNAI em todo o apoio à comunidade indígena.

Destacando aqui, programas ambientais nas atividades econômicas, já foi dito aqui na abertura dessa nossa solenidade aqui, são seis programas ambientais planejados para lidar com a atividade econômica regional, visando manter a atividade do extrativismo vegetal, mineral, de barqueiros, barreiros, pesca, enfim, todas essas atividades e a manutenção da renda dessas pessoas com a chegada do empreendimento. O próximo, por favor.

A parte de comunicação social, aqui são só uns exemplos de vários meios que nos utilizamos de garantir uma via da mão dupla com a comunidade interferida pelo empreendimento, desde as audiências públicas até centros de informações instalados na reunião, que são quatro, 0800, participações em eventos, os comitês de co-gestão que já foram colocados aqui e outras ferramentas de comunicação que lançamos mão para garantir essa via de mão dupla como eu lhes falei.

Comunicação social, em números foram dez Audiências Públicas realizadas, além das centenas de audiências que são realizadas, como essa aqui e outras tantas em diferentes fóruns, duzentos e vinte reuniões com comunidades e associações de classe e hoje a cidade, até abril desse ano, mais de três mil reuniões individuais com cada uma das famílias interferidas pelo aproveitamento. Hoje já são mais de três mil reuniões individuais.

O nosso Centro de Apoio ao Migrante, instalado na rodoviária de Estreito, que visa atender aquelas pessoas que estão indo para a região em busca de emprego, hoje já temos quinhentos e sessenta e três atendimentos com alguns aproveitamentos na obra, outros encaminhamentos para as Secretarias Sociais e de Saúde da região de Estreito.

Um projeto que, com muito orgulho, eu trago aqui que é um projeto, é um *plus*, é um adicional que Es-

treito gera à região, eu costumo dizer que uma usina hidrelétrica muitas vezes ela é uma janela de oportunidades para as famílias, para as pessoas que estão na região. É um projeto que estamos implementando nos doze municípios que chamamos de Projeto Usina Social, onde a gente leva cidadania àquela população. São projetos em que a gente coloca a possibilidade junto com o SENAI, um convênio que fizemos com o SENAI, de tirada de documentos, de atendimentos médicos, odontológicos, oftalmológicos, ginecológicos, de atividades de lazer, de cultura, de curso de formação profissional, como empreendedorismo, cozinha Brasil, doces, enfim, uma série de cursos, são dezenas de cursos que a gente leva por um período de dez a quinze dias, uma semana a quinze dias na região. Hoje já atendemos mais de cento e cinquenta mil pessoas nesses projetos.

Na parte de educação ambiental já atendemos quatro mil pessoas e esse número vai mais do que duplicar. Na parte de saúde, em educação para saúde, já atendemos mais de dez mil pessoas na região. O próximo, por favor, eu estou acabando... Os comitês de co-gestão, que foi uma proposta do próprio CESTE de criação. O próximo, por favor.

A questão indígena, é importante esclarecer a quem não conhece ainda a questão, Estreito não interfere diretamente em terra indígena, não vai pegar nenhum pedaço de nenhuma terra indígena, mas independente dessa interferência não existir diretamente, existe todo um planejamento que está sendo discutido com a FUNAI, e esta, com as comunidades indígenas no sentido de levar um apoio a essas comunidades em várias frentes que, [soa a campanha] infelizmente, não dá tempo de abordá-las.

Além disso, também como um adicional que estamos fazendo é levando à região a assinatura de termos de compromisso mútuos que são fechados com as Prefeituras locais, já foram assinados dez e tem dois em vias de assinatura, onde a gente cobra uma série de possibilidades discutidas com cada um dos representantes da municipalidade que está colocado ali.

Sintetizando, 60% são obras, 24% reformas e 16% outras questões como, por exemplo, elaboração dos Planos Diretores Municipais. A situação hoje é que 36% foi concluído ou está em andamento, desculpa, 38%, 36% contratado e 26% em projeto. Finalizando, é importante colocar que nós, em fevereiro de 2007, obtivemos do BVQI, que é o *Bureau Veritas Quality International*, é uma entidade internacional de conformidade legal, que atestou que todo o planejamento do empreendimento foi feito de acordo com as regras do Banco Mundial, dos princípios do Equador e com a legislação ambiental brasileira.

E em março desse ano, esse certificado foi corroborado pelo BVQI, mostrando que Estreito atende satisfatoriamente aos princípios do Equador. E a última transparência aqui colocada, eu como representante do CESTE, coloco aqui com muita veracidade e posso dizer até com muita honra, dizendo que a implantação de Estreito é conduzida pelo CESTE com transparência, qualificação técnica e com responsabilidade social e ambiental. Muito obrigada a todos e eu peço desculpas pela correria, mas eu queria cumprir o tempo. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu que agradeço a todos os nossos convidados aqui na Mesa. Eu pediria que retornassem ao Plenário, podem sentar inclusive na primeira fila, não há problema algum. E eu convidaria agora essa outra nossa Mesa.

Então, representando o MST e representando o João Pedro Stédile, o Natal Alves Rodrigues. Convidamos Antônio Justino Araújo Neto, Presidente da Associação dos Barraqueiros da Praia da Ponte JK e da Ilha Chupe Cabral. Olha, daqui para a frente aqueles que eu chamar e que não virem, eu considero como que assunto encerrado. Então eu vou repetir está aqui o representante do MST e repito de novo, Antônio Justino Araújo Neto, Presidente da Associação dos Barraqueiros da Praia da Ponte JK e da Ilha Chupe Cabral. Não está.

Pedro Ursulino Coimbra de Castro, representando José de Ribamar Brito, Associação dos Moradores de Cana Brava. Cléber Gomes Espírito Santo, Presidente da Associação dos Barraqueiros da Praia de Filadélfia. Ronivaldo Aires, Associação dos Atingidos pela Barragem de Estreito, Município de Filadélfia, esta aí também? Por favor. Já temos quatro aqui, pela ordem em que eu chamei, eu passo a palavra de imediato ao Natal Alves Rodrigues, representando o MST.

SR. NATAL ALVES RODRIGUES: Boa tarde a todos e a todas. Em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar os Senadores por esta atitude de puxar um debate para nós, que é um debate de uma grande envergadura, porque está discutindo as questões do nosso povo, principalmente o povo do Estado do Tocantins, por ser um Estado como diz jovem, está apenas com vinte anos de criação, mas os seus problemas já estão do tamanho do Brasil inteiro.

Eu gostaria de retratar que é a questão da barragem de Estreito. Em primeiro lugar, foi feita uma pergunta: "O que o MST tem a ver com construção de barragem?" Essa foi uma das primeiras perguntas que foi feita no tempo em que a gente começou essa campanha da mobilização sobre a barragem de Estreito. Em primeiro lugar, é porque nós estamos muito preocupa-

dos com a aquela situação, porque aqui foi feita uma indagação, por que o INCRA não está presente?

Só do lado do Tocantins, nós temos três assentamentos de Reforma Agrária que vão ser atingidos diretamente. Lá no Município de Babaçulândia, Município de Filadélfia, Município de Barra de Ouro, Município de Palmeirante. E três assentamentos no Município de Estreito e Carolina. A nossa preocupação e o nosso programa é de manter o povo na terra, não de construir mais sem-terra, como é um projeto desse, de tamanha envergadura desse consórcio está gerando naquela região.

Ou seja, vai tirar o povo do seu habitat natural e colocar na rua da amargura, porque hoje vem a promessa de um desenvolvimento, mas para quem é que vai trazer esse desenvolvimento? Será que o povo daquela região foi consultado se querem esse desenvolvimento ou não? Eles estão satisfeito? E essa é nossa grande questão aqui, porque o povo, os que vão ser atingido, na verdade, que é a população ribeirinha, principalmente o pessoal que mora na beira do rio, os pescadores, os habitantes da Ilha de São José que estão lá há mais de setenta anos, agora vão perder o seu habitat natural. E para onde esse povo vai?

E essa é a grande preocupação nossa. Para onde esse povo vai? Esse povo está satisfeito com esse empreendimento? A doutora colocou aqui um programa bonito para inglês ver, está preocupado com todas as questões ambientais, preocupado com todo mundo, mas aí colocou aqui que estamos ouvindo todo mundo, só os companheiros que estão aqui, foi feita uma consulta lá atrás, você já foi assistido? Você foi visitado pelo CESTE? E diz nunca, nunca foi visitado. Então, quem é que o CESTE está atendendo na verdade? Quem é que está sendo atendido por esse projeto?

Então, essa é a nossa preocupação com aquele Estado. Nós queremos o que povo continue lá na terra. Em momento algum nós estamos colocando aqui que nós estamos querendo parar com a barragem de Estreito, até mesmo porque é uma questão que está aí a nível nacional a geração de energia. Nós não queremos, mas só que nós queremos que o povo também faça parte desse progresso, não seja só para poucos, esse progresso venha a favorecer poucos e a maioria vai permanecer na rua da amargura.

Então essa é a nossa preocupação. E a grande preocupação, e a grande proposta nossa, que a gente vem debatendo desde Imperatriz, desde quando a gente acampou em frente as instalações, aquela audiência lá em Palmas, é com a criação desse fórum aonde todo mundo possa debater seu problemas e possa ser atendido. No momento era isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Ficou dentro do tempo, restou ainda um minuto. Eu passo de imediato a palavra [soa a campainha] ao Sr. Pedro Ursulino Coimbra de Castro, representando José de Ribamar Brito, Associação dos Moradores de Canabrava. Você tem cinco minutos com mais dois se necessário.

SR. PEDRO URSULINO COIMBRA DE CASTRO: Sr. Presidente Paulo Paim, representantes de comunidades e de segmentos de alguns segmentos da região Tocantina, onde está sendo implantada a Hidrelétrica de Estreito.

Sr. Senador, eu sou o Vereador Pedro Coimbra, da cidade de Filadélfia, represento a associação dos moradores do Canabrava e acompanho o processo de implantação desse empreendimento desde a licitação em 2002. De lá para cá, tivemos oportunidade de, passo a passo, ver as ações deste empreendedor que para nós, como Vereador, que V.Ex^a. sabe que a gente tem que representar os atingidos e os mais oprimidos, mas sabemos da seriedade e do respeito com que essa empresa vem tratando o ribeirinho e o e o tocantino de uma forma geral.

Eu que sou nascido em Filadélfia, sou Vereador de quatro mandatos que agora fecha 16 anos, meu pai foi Prefeito da minha cidade quando ela foi criada, conheço toda a espécie de peixe que existe no Rio Tocantins, como a sua fauna e a sua flora. Discordo, no momento, até do convite quando se fala em conflito, porque até então não tinha havido conflito desde 2002 quando foi licitado o empreendimento. Houve um incidente agora há pouco tempo na Estreito--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, Vereador? Se não houvesse o conflito nós não estávamos aqui e não existiria aqui posição dos dois lados.

SR. PEDRO URSULINO COIMBRA DE CASTRO: Sim, em parte--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então o conflito existe.

[palmas]

SR. PEDRO URSULINO COIMBRA DE CASTRO: Certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu normalmente eu não interfero na fala de nenhum dos meus convidados, mas esta Comissão não teria tomado essa posição e não teríamos um Plenário lotado com uma outra sala ao lado lotada ainda. Até quero aproveitar, tem uma outra sala ao lado, com painel, está sendo transmitido também para outra tela, se alguns que estão de pé quiserem podem sentar ao lado.

Eu só faço isso em nome da Instituição, eu só quis resgatar, eu vou descontar o seu tempo, se necessário.

SR. PEDRO URSULINO COIMBRA DE CASTRO: Sim, gostaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O conflito existe, senão a Comissão não teria feito esse convite.

SR. PEDRO URSULINO COIMBRA DE CASTRO: Mas gostaria--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O senhor tem direito ao seu tempo e eu vou descontar.

SR. PEDRO URSULINO COIMBRA DE CASTRO: Desconte.

SR. PEDRO URSULINO COIMBRA DE CASTRO: E fico feliz até em usar o termo conflito porque se ele não tivesse sido usado, respeito a condição da Comissão até porque o Senador é um dos mais respeitados da Casa, eu assisto todos os programas da TV Senado e sei da sua conduta. No entanto, insisto em dizer por que a gente sabe da maneira em que o empreendimento vem fazendo para minimizar toda essa questão. Então esse termo me soou.

Continuando a minha fala. O empreendimento vem fazendo o seu papel. Nós na condição de atingido que sou, toda a minha família--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone] Eu já botei mais um minuto pela fala.

SR. PEDRO URSULINO COIMBRA DE CASTRO: Positivo. Na condição de atingido que sou, toda a minha família, defendo a situação de atingido de todos os ribeirinhos da região Tocantina. Como disse bem o Prefeito de Babaçulândia, nosso vizinho que está aqui presente, ele cuida da área estrita do Município dele. Eu sou aqui representando o Poder Legislativo, os oito Vereadores que lá ficaram, que me autorizaram através de Projeto de Resolução e o povoado de Canabrava e os restante dos atingidos do Município de Filadélfia.

Para todo efeito, o CESTE até o momento, este empreendimento vem tratando de forma coerente a conduta do empreendimento que é de necessidade nacional. Agora, temos que cobrar algumas coisas que ficam até o momento para ser tratada no comitê de co-gestão que os municípios estão se propondo junto ao CESTE. É a nossa proposta do Município de Filadélfia, o comitê de co-gestão, até porque, tocantino que sou, eu nunca vi um índio na minha região rondando da canoa. Nunca.

E no entanto, só a comunidade que vem tentando cobrar alguma coisa do empreendimento são as

comunidades indígenas que a FUNAI vem, com certeza, junto ao CESTE tratando de forma coerente e nós acompanhamos essas ações. Então, era o que eu tinha que dizer, tinha que expressar o meu sentimento, e é o que a gente, é o que nós estamos vendo e me sinto na obrigação de fazer esse papel aqui perante uma das autoridades legislativas mais competentes desse País, viu Senador?

Quero parabenizar, pegar esse gancho à medida, a Emenda 29 que foi votada ontem, que para nós foi uma satisfação, viu prefeito, você já sabe? Foi votada ontem que trata dos 10% dos recursos do Tesouro para a saúde. Então, senhores, eu peço ao Senado e às pessoas, o governo [soa a campainha] de forma geral e os atingidos que levem de forma consciente, coerente, porque aquilo é uma questão nacional e sabemos que as autoridades que estão acompanhando e o grupo CESTE, que é regido, ele não está sozinho. Como disse aqui um representante de uma entidade, já tem ações do Ministério Público, tem algumas ações tramitando na Justiça, com certeza elas serão julgadas.

Não é de forma política, não é de forma em detrimento de ninguém. Eu tenho certeza que a conduta até o momento está sendo de forma coerente. Era a minha palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço ao Vereador, de forma muito respeitosa, Vereador, que eu assinei o termo, porque eu é que assinei o requerimento de convocação mediante as informações que recebi, então não há nem aqui uma posição minha. Respeitamos ambos os lados.

Eu passo a palavra de imediato ao Sr. Cleber Gomes Espírito Santo, Presidente da Associação dos Barraqueiros da Praia de Filadélfia.

SR. CLEBER GOMES ESPÍRITO SANTO: Boa tarde a todos. Eu quero cumprimentar aqui o Senador Paulo Paim, companheiro Argemiro, Prefeito de Babaçulândia, Prefeito Zeca, Estreito. São dois municípios impactados, Senador, e os dois bravos Prefeitos vêm trabalhando aí à frente, tentando fazer o melhor para sua população.

Sr. Presidente, eu represento uma associação de bairros aqui da Praia de Filadélfia. Essa associação legalmente constituída e todos os barraqueiros vão ser atingidos. O que nós buscamos é um entendimento para minimizar esse impacto. Sabemos que o empreendimento vai acontecer, como já foi dito aqui todos os órgãos competentes já autorizaram. O Senador César Borges foi muito feliz na sua colocação em dizer que o Governo tem sua cota de responsabilidade porque ele que libertou o empreendimento, então o que eu quero dizer é que cada Município existe uma realidade. O nosso Município existe uma praia, o nosso

Município vizinho de Carolina não tem uma praia, mas da mesma maneira que nós vamos ser impactados, eles também vão.

Então, o que eu peço é que haja um entendimento, senhores Senadores, igual o senhor se propôs estar aqui presidindo aqui essa sessão, acompanho porque depois de acontecer, já aconteceu, não adianta reclamar e o que digo que nós, cada Município existe uma realidade e que eu sou a favor do comitê co-gestão, porque cada Município é uma realidade e cada realidade dos nossos municípios devem ser discutidas no nosso Município. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como o último dessa Mesa, eu passo a palavra para o Ronivaldo Aires, Associação dos Atingidos pela Barragem de Estreito, Município de Filadélfia.

SR. RONIVALDO AIRES: Boa tarde a todos. Eu queria cumprimentar o Senador e o Prefeito de Babaculândia, o Prefeito de Estreito, o pessoal indígena, o pessoal do Mário, o pessoal do MST.

Veja bem, nós representamos a Associação dos Atingidos pela Barragem em Estreito. Eu sou o Coordenador de Assuntos Institucionais dessa associação, porque eu sou militar, eu sou policial militar, não posso ser Presidente. Então, eu constituí a associação, registrei, mas não posso ser Presidente, mas estou na coordenação.

Houve uma reunião lá em Canabrava, eu não me lembro quando foi, mas teve vários representantes do IBAMA, do Governo Federal, várias pessoas, Naturatins, Casa Civil. Na oportunidade o pessoal ficaram maravilhados, não estou falando isso aqui como fanfarrão e nem para me aparecer, porque não, para mim não convém eu não quero me aparecer entendeu? Mas o pessoal ficaram maravilhados com o conhecimento que eu tinha a respeito do empreendimento, porque desde 2002 eu venho acompanhando o empreendimento. E busquei junto ao CESTE, eu não aprendi nada sozinho, simplesmente o pessoal do CESTE me ensinaram, porque eu fui buscar, eu fui buscar informação, corri atrás da informação e hoje eu posso dizer que conheço sobre a barragem de Estreito, entendeu?

E a posição da associação dos atingidos é que nós somos contra o Fórum, somos a favor de Comitê. Por quê? Veja bem, nós não podemos colocar num paralelo o Município de Tupiratins, que é atingida uma propriedade, com o Município de Filadélfia, que são várias propriedades. E lá em Filadélfia existe várias pessoas capacitadas que conhecem e pode defender os atingidos.

Eu acompanho todo o processo, por exemplo, eu estou agora com, se não me engano, com quinze cartas de crédito, acompanhando cada atingido pes-

soalmente, no momento que eu estou de folga, eu vou acompanhar junto ao CESTE para saber se eles estão fazendo com responsabilidade. Eu não sou a favor do empreendimento, mas também sou a favor que se resolva as coisas da maneira correta. Da maneira mais certa, respeitando os direitos dos atingidos e até então esses direitos estão sendo respeitados.

No nosso Município, graças a Deus, está ocorrendo tudo bem. O CESTE está de parabéns. Esse centro de informação que eles mostraram lá em Filadélfia não tinha, foi a Associação dos Atingidos que conseguiu para lá, na pessoa desse Ronivaldo que vos fala, porque eu sou enjoado a respeito de barragem, eu vou atrás deles, eles sabem, eu cobro mesmo entendeu? Eu vou atrás. E não adianta que a informação, aqui disseram que têm pessoas que não têm informação. Não têm porque não querem.

Um trabalho que eles estão desenvolvendo que é maravilhoso é o trabalho da Barros Engenharia. Eles pegam assistentes sociais, pedagogos e vão nas casa de cada um atingido mostrar as possibilidades, as alternativas de indenização para cada pessoa que é quer receber. Porque as pessoas que não querem fecham a porta e não recebem. Então, não estão interessados pelo empreendimento.

Então o meu ponto de vista é o seguinte: nós devemos, sim, criar o comitê de co-gestão, para que cada Município possa debater dentro do seu Município as suas demandas [soa a campainha], entendeu? As suas demandas. Aí sim, um comitê de co-gestão eu acho que vai pegar uma pessoa de cada, o Fórum vai pegar eu acho que uma pessoa de cada Município, o comitê de co-gestão vai pegar as lideranças do Município, entendeu? Vão pegar as lideranças dos Municípios.

[manifestação da platéia]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou fazer um apelo [soa a campainha] ao Plenário. A gente quer assegurar o direito de todos falarem. Com certeza, vocês que estão aqui, todos poderão aqui na Mesa, mediante seus representantes, expressar o seu ponto de vista, para que o debate possa fluir. Pelo que eu percebo aqui, eu me dou o direito dessa rápida fala, todos aqui querem uma solução em algumas áreas, nós estamos aqui para isso.

Quando o Senador José Nery me pediu que fizesse o encaminhamento dessa Audiência Pública, foi com esse objetivo: buscar soluções. Então, é bom que a gente ouça a todos, vamos ao debate e vamos buscar soluções. Por isso que eu faço um apelo aos meus amigos e minhas amigas que estão no plenário, que é bom que a gente ouça a todos, sem prejuízo do debate e no final vamos ver se encaminhamos algu-

mas soluções que atendam a vocês. Por isso que vocês vieram aqui, porque é querem soluções e aí pode contar conosco. Ok, meus amigos?

SR. RONIVALDO AIRES: E além do mais eu respeito cada um de vocês e nós estamos na mesma luta, todos nós somos atingidos, só não devemos é desrespeitar o direito de cada um, não é verdade? Então o meu ponto de vista é claro, eu tenho uma opinião formada e a gente defende a criação do comitê, entendeu? O meu muito obrigado e que Jesus Cristo nos abençoe.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A gente libera esta Mesa, todos podem retornar para os seus lugares e convido de imediato Denerval Ferreira da Cruz, Presidente da Colônia de Pescadores Z-35. Denerval está aqui? Denerval, está vindo já. Convido também Maria de Sousa Sales, Associação das Quebradeiras de Coco de Babaçulândia. Não veio? José William Salviano Villar, Presidente da Associação Comunitária de Novo Progresso. Adriano Rodrigues Filho, Colônia de Pescadores Z-15. Amélia Barbosa do Nascimento, Presidente da Associação dos Baraqueiros do Pé da Ponte da Ilha Cabral. Está? Paulo Machado, o representante do Conselho Indigenista Missionário – CIMI. Se encontra? O Paulo Machado vem chegando. Dra. Deborah, V.Ex^a. vai entrar na próxima Mesa. Passamos de imediato a palavra ao Sr. Ronivaldo Aires.

SR. DENERVAL FERREIRA DA CRUZ: Boa tarde, eu sou o Presidente da Colônia de Pescadores--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, é que a plaquinha estava ali, eu não conheço todos. Mas o Sr. Denerval Ferreira da Cruz, Presidente da Colônia dos Pescadores Z-35.

SR. DENERVAL FERREIRA DA CRUZ: Como Presidente há treze anos ali naquela colônia, reconheço bastante o Rio Tocantins desde mil e poucos que a gente anda nele e a gente já conhece bem a base do rio. Quando eu acompanho esta, sempre essas reuniões públicas, sempre eu falo por que é que o pescador hoje eu busco a barragem, eu busco a represa? Porque como nós estamos num caminho sofrido, que o pescador sai e passa três, quatro dias, hoje ao rio e ele não tira nenhum custo de suas despesa que leva ao rio.

E eu acredito com a barragem, porque eu conheço várias barragens, eu acredito que isto vai a melhorar a vida do pescador daqui a quatro anos o pescador vai sair ao rio e foi encontrar a matéria prima para você. Então, companheiro, falando do consórcio eu digo que a colônia de Estreito ela já foi beneficiada hoje nós temos uma sala de aula com onze computadores, filho de pescador já fez curso e está ensinando os outros

e nós temos sessenta alunos que vão receber agora o certificado e temos mais trinta caminhando para tornar a retirar dois meses para receber o certificado.

Eu acredito que o CESTE tem, sim, trazido algumas coisas já para Estreito. E quero dizer ainda mais que é uma satisfação que me eu me sinto quando eu vejo alguém falar na pesca andando, porque sempre nós temos acontecido... Receber do CESTE algumas coisas e outras pessoas ainda não ofereceu nada para nós. Mas, sim, hoje Estreito não é mais Estreito, está o nosso Prefeito aí que sabe, Estreito hoje está largo, viu? Agradecemos o CESTE e esse empreendimento, que todos os empreendimentos que vêm para a área da Estreito é saída para outra cidade.

Agora, não. Chegou em Estreito e ela vai ficar. Eu acredito que os amigos que são contra a barragem temos que aceitar, porque o nosso Município precisa. Porque hoje quantas pessoas de Estreito estão sendo empregados ali naquela barragem e de todo o Município que estão sendo afetados tem gente empregada ali. E o que nós precisamos? É emprego para ter o nosso pessoal ganhando o pão da cada dia? Ou é o camarada se botar para roubar? Porque não tendo emprego, é o jeito que tem é aumentar a malandragem.

Por isso, sempre que eu digo ali em Estreito hoje todos os hotel está lotado. Os marchantes estão vendendo bem. Hoje Estreito está matando a faixa de cinquenta gado, dia de sexta-feira e vende tudo. Portanto, gente, é uma coisa, preocupação que eu também sou marchante ali, sou pescador e sou marchante hoje, porque não pude mais ir ao rio, mas estou perto do mercado e estou perto da colônia para mim resolver os problemas e eu acredito que isto é uma coisa de grande satisfação.

Hoje nós estamos venda Estreito, como o Sr. Zeca Pereira está aí, que é grande amigo meu, ele sabe disso que Estreito está sendo beneficiado? Está. E sempre é o que digo para meus companheiros que tem dono de terra "não venda sua terras, espera o consórcio. Espera o consórcio para vocês pegar um preço maior". Porque têm muitas vezes que o camarada chega lá e compra a terra por banana, eles vendem e agora na hora do consórcio eles não espera. Então isso eu acho que não deve acontecer [soa a campanha]

Mas a minha área é pescaria, a minha área é pescaria, por isso são quatrocentos e cinquenta pescador que hoje nós estamos dentro de Estreito. É Estreito e Carolina, foi criado uma nova colônia, mas até o fim do ano eu estou ainda em Carolina.

Então meus prezados, aceito a mim dizer que eu sou a favor do consórcio, viu? E muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, passamos de imediato a palavra

ao Sr. José William Salviano Villar, Presidente da Associação Comunitária Novo Progresso. Cinco minutos com mais dois.

SR. JOSÉ WILLIAM SALVIANO VILLAR: Boa tarde a todos, cumprimentar a Mesa em nome do Presidente Senador Paulo Paim, cumprimentar os demais autoridades e convidados aqui presentes e representantes de classe em nome do prefeito de Estreito, José Lopes Pereira, que a obra está sendo construída na divisa entre o Maranhão e o Tocantins, mais precisamente ali em Estreito, Arguanópolis e Palmeiras.

Cumprimentar também o Prefeito de Babaçulândia, o Argemiro, que com certeza Babaçulândia será uma das cidades mais impactadas pelo empreendimento e ninguém melhor como ele, daqui a pouco, para falar também sobre o seu pensamento.

Em primeiro lugar, Presidente, eu quero dizer que, às vezes, a gente chega a certas dúvidas quando líderes de movimentos vêm, vão à nossa cidade e vem até aqui ao Senado Federal, inclusive, questionar a legalidade da construção da Hidrelétrica de Estreito. A gente lamenta isso porque nós temos órgãos federais como a FUNAI e o IBAMA, nós temos as Secretarias Estaduais do Meio Ambiente. Nós temos várias instituições competentes e que, de repente, são menosprezadas por certas pessoas, por certos dirigentes de movimentos que menosprezam a autoridade dessas entidades.

Eu quero dizer que a gente, às vezes, fica pensando: "Meu Deus do céu, será que é ilegal essa construção num País como esse, o nosso de hoje? Com tantas instituições, com a democracia imperando?" Agora a pouco, quando eu vi uma pessoa falar aqui eu me perguntei: "Será que nós estamos na época da ditadura ou na terra de ninguém?" São questionamentos que a gente fica a lamentar, esse tipo de questionamento, porque brinca com a mente da gente. Então, a gente tem que ter até mais respeito até com a mente dos outros para que não possa ser ludibriado. Certo?

Eu quero dizer, Presidente, que a minha cidade, nós temos representantes no comitê e nós queremos dizer aqui que nós somos a favor do comitê porque lá temos representantes não apenas das comunidades, mas nos Legislativos, no Executivo e no Judiciário. Nós entendemos que somos contra o Fórum por entendermos, como disse agora a pouco o Ronivaldo aqui, porque são cidades diferentes.

Por exemplo, o impacto de Estreito é mais social, o impacto da Babaçulândia já é mais ambiental e um pouco social. Então são várias, são diferentes as situações. Então, por essas questões é que nós somos contra esse Fórum. Nós queremos dizer também que não aceitamos, nós enquanto representantes, líder de

classe, filho daquela região, eu sou nascido em Estreito, meu pai foi Vereador e vice-Prefeito de Carolina, e foi o primeiro Prefeito de Estreito, não aceitamos de maneira nenhuma que entidades de fora vão lá tentar negociar pelo nosso povo. Não aceitamos, de maneira nenhuma.

Inclusive eu recebi um manifesto agora a pouco que de acordo aqui uma visita de intercâmbio realizada nas comunidades organizadas ficou decidido. Imagina a que ponto está chegando! O pessoal de Peichas(F) de Cal fizeram um intercâmbio e lá decidiram que não realizaram nenhum processo. Então, esse é o tipo de movimento que a gente lamenta e espera que através dessa Comissão nós podemos chegar a um denominador comum.

Eu quero dizer aqui, Presidente, que a maioria da comunidade de Estreito é favorável ao empreendimento, é visível a oportunidade de emprego trazido pelo CESTE. O comércio local deu uma alavancada muito grande, várias novas empresas se sustentaram [soa a campainha] nessa região, não apenas para trabalhar na barragem. Um caso espetacular é o comércio no Município de Estreito, o Prefeito Zeca Pereira está aí e é testemunha disso.

O setor hoteleiro eu não vou nem falar. As cerâmicas trabalham num ritmo jamais visto. As construções, a todo vapor. As empresas contratam até com carteira assinada, o que outrora na região não havia isso, vocês sabem que nós estamos numa região sofrida do Nordeste. Sou testemunha de várias ações do CESTE através de formatura com o SENAI. Participei, inclusive, com o Senador João Ribeiro, o Prefeito Argemiro aqui, já participei de uma formatura inclusive em Babaçulândia.

Sou testemunha que o CESTE está fazendo vários benefícios em minha cidade, como exemplo, eu posso citar aqui, quatro escolas foram ampliadas. O Hospital Municipal recebeu reaparelhamento e implemento de informática de última geração. Está construindo a Delegacia de Polícia Civil, a construção do quartel da Polícia Militar que diga aqui, Presidente, desculpa as outras pessoas, que diga aqui, foi depredado nesse manifesto que houve há uns quarenta e cinco dias atrás no Município.

A construção do quartel, que fica defronte ao canteiro central da hidrelétrica de Estreito foi depredado. Lamentável esse fato, mas nós temos aqui que trazer também, Presidente, para o senhor ter um pouco mais do conhecimento da situação da nossa região. Eu tenho conhecimento do termo de compromisso e tenho certeza que o CESTE, uma empresa conceituada como esta, irá de arcar com esses compromissos.

Entendo que o Governo Federal, principalmente o Governo Estadual é ausente no nosso Município. O Prefeito Zeca Pereira não tem medido esforços aqui e em São Luis. Para se ter uma idéia, Presidente, Estreito tem um efetivo policial de onze policiais, onze [soa a campainha] Arguianópolis, que é uma cidade vizinha, na divisa, são mais de vinte policiais e, diga-se de passagem, que Arguianópolis não tem três mil habitantes, mas fica no Estado de Tocantins e lá é uma diferença muito grande.

Quero dizer que, às vezes, as pessoas querem que o CESTE assuma, como disse o Senador César Borges, que o CESTE assuma o poder de Governo. Eu acho que, às vezes, o CESTE tem que cuidar no termo de compromisso, certo? O dever do Estado, o dever do Governo Federal tem que ser feito no Município, não pode deixar que o CESTE faça tudo se o Governo Federal, se o Governo Estadual ficam com as mãos abanando.

Eu quero agradecer ao senhor, agradecer a todos os presentes e meu boa tarde.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De imediato, eu passo a palavra ao Sr. Adriano Rodrigues Filho, Colônia de Pescadores Z-15.

SR. ADRIANO RODRIGUES FILHO: Cumprimos a Mesa na pessoa de V.Ex^a, Sr. Presidente Senador Paulo Paim, as demais pessoas presentes, na pessoa do nosso Prefeito Agimiro Dias da Costa, Prefeito da cidade de Babaçulândia. Estou aqui representando uma colônia de pescadores da qual foi constituída no nosso Município no dia 20 de março de 2004 e que nessa nesta colônia de pescadores, Sr. Presidente, nós temos cento e setenta e três pescadores onde essas pessoas tiram o seu sustento do rio.

Tenho essas lamentações aqui, o pessoal do CESTE já sabe dessas questões onde o consórcio ainda não reconheceu a nossa Instituição, ainda até o momento, nessa questão de negociar. O senhor sabe que todos os reservatórios eles demoram de cinco a seis anos um período de estabilização do lago. Então, em estudos imunoquímicos realizados desde 1949 relatam isso e todos os Lagos tem essa questão.

Então, é a minha preocupação hoje, é essa questão que já coloquei também antes dessa reunião para o Márcio, essas questões de que possa estar viabilizando essa negociação com os pescadores nesse período ao qual eles ficarão sem as suas atividades, durante aí de cinco a seis anos.

Temos também em nossa região esses pescadores também tem barcos em que numa época de praia eles trabalham como barqueiros. Essas pessoas também ainda não foram direcionadas a uma negociação em que nós pedimos a eles, ao CESTE, uma agilidade

nessa negociação para que essas pessoas possam estar direcionando seu direitos, o que possam fazer diante dessas necessidades.

As barracas a qual algumas pessoas aqui conhecem a nossa região Babaçulândia uma das mais belas praias do Rio Tocantins e lá nós temos os barraqueiros que também tiram sustento daquela temporada de praia, que demora do mês de junho até agosto, e que alguns deles também não tiveram ainda essa viabilização desta negociação. Então eu quero aqui dizer aos senhores ao qual estão presentes que nós também, na função de Presidente de uma associação, de uma colônia de pescadores naquele Município, juntamente com o nosso Prefeito da cidade, Prefeito Agimiro e todos os outros onze Presidentes de associações a qual estão lá, recomendado também pelo CESTE.

Fizemos isso em 22 de maio de 2007, criamos o comitê co-gestão, o qual esse comitê nós defendemos. Como já foi dito antes, não há duas cidades com a mesma realidade, dos doze municípios ao qual serão impactados cada uma tem uma realidade diferente e por isso que nós defendemos a criação do comitê co-gestão, a qual nós já criamos, temos as atas de fundação e de reuniões periodicamente, a qual já elaboramos também o Regimento Interno onde vamos repassar também para o consórcio as nossas reivindicações, o que nós queremos, o que os pescadores querem, o que os barraqueiros querem, os que os barqueiros querem, para que possamos ter uma melhor qualidade de vida.

Sabemos, Sr. Presidente, V.Ex^a. sabe de que a realidade do nosso interior é diferente aqui da capital e toda a nossa preocupação é essa. É que com a construção não só desse empreendimento, mas de outros empreendimentos, venha viabilizar a vida do povo. A nossa preocupação é que venha a melhorar a qualidade de vida do povo da nossa região. Eu acredito que todo mundo pensa assim, melhorar a qualidade de vida [soa a campainha] não só na questão social, mas na questão financeira, na questão educacional, porque só se muda uma comunidade com educação, só se muda um Município, um Estado, um País, através de educação e é isso que nós estamos cobrando e que nós queremos, que viabilizem essas questões e que nós possamos ter os nossos direitos ressarcidos de maneira tranqüila.

E lá em nossa região, todos nós que compomos o nosso Município, acredito que nós não necessitamos de órgãos de outras instituições a qual nos representar, por isso que nós defendemos o nosso Conselho a qual já está criado e quero aqui dizer a cada um de vocês que é uma satisfação imensa estar aqui representando uma entidade e a qual nós estaremos fa-

zendo parte até 2010, para que isso seja de maneira interessante para os nossos sócios a qual estão estou representando.

Eu quero aqui nesse momento encerrar a minha fala, mas dizer que somos favoráveis ao nosso Conselho e dizer a todos muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De imediato, Sr. Cláudio Luiz dos Santos, representante do Conselho Indigenista, CIMI.

SR. CLÁUDIO LUIZ DOS SANTOS: Em primeiro lugar, saudar a todos e a todas aqui na audiência e agradecer à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o convite do Conselho Indigenista Missionário para participar dessa audiência.

Bom, quem fala depois de tantas falas a gente vai entrar já num debate, a gente entra num debate. Eu acho que parte de uma coisa que foi falada aqui é questão do conflito. Quer dizer, o conflito ele existe e ele existe nesse momento são vários conflitos, não é um conflito, a gente percebe pelas inúmeras falas que são vários conflitos. E um deles que a gente percebe, que tem percebido e que tem acompanhado isso é que se dá exatamente porque, discordando do que foi falado aqui, o licenciamento não foi rigoroso. O licenciamento para essa obra não foi rigoroso, tanto que foram, como já foi falado aqui pelo representante do MAB, existem sete ações civis públicas discutindo esse empreendimento. Então, por motivos diferentes, mas existem sete ações civis públicas, dessas sete, correção, são seis agora porque uma delas foi arquivada, que foi uma de Tocantins que foi arquivada, então são seis ações civis públicas.

E no caso que nós interessa e que nós coloca nesse debate do Conselho Indigenista Missionário é exatamente a questão do que diz respeito aos povos indígenas. Como foi falado também aqui, então um debate nesse ponto, foi falado aqui a participação e a forma como empreendimentos como esse, e a gente tem acompanhamento isso, não é só esse da Estreito, outros empreendimentos que a gente tem de usinas hidrelétrica, a transposição do rio São Francisco, todos eles fazem estudos dos empreendimentos omitindo a presença de populações indígenas ou pelo menos não enxergando as populações indígenas.

Porque se as populações indígenas forem detectadas nesse debate aí vão partir para outro tipo de discussão. Uma delas é que haverá necessidade de que o Congresso Nacional autorize o empreendimento. Isso é um ponto que se faz propositalmente, ou de forma a omitir a presença indígena. Esse é um ponto que se coloca.

Outra questão, realmente, se uma coisa que tem que ser dita é que se uma obra, um empreendimento

como esse, a usina de Estreito, por exemplo, as barragens atingissem diretamente alguma terra indígena, ele não poderia acontecer porque a Constituição impede esse tipo de atividade. Então, atingir diretamente, realmente não ia ser possível realizar esse empreendimento, porque a Constituição Federal proíbe esse tipo de empreendimento, barragens que atinjam terra indígena. Então, esse é um ponto também que a gente queria observar.

O CIMI entrou então com uma ação, uma dessas ações civis públicas o CIMI entrou, é exatamente para resgatar essa discussão, para que possa então o componente indígena seja colocado dentro do projeto que não estava sendo discutido, a ação civil pública foi entrada em 2006, há dois anos atrás nós entramos com essa ação civil pública, exatamente porque o componente indígena, apesar da Quarta Câmara ter colocado... do Ministério Público Federal, a Sexta Câmara do Ministério Público Federal [soa a campainha] e a própria FUNAI ter colocado da necessidade de se observar o impacto que o empreendimento nas terras indígenas não está sendo observado. Foi necessário então entrar com a ação civil pública, existiam já outras ações civis públicas com outro assunto, essa nesse componente então a questão indígena foi colocado. Foi dada notícia de que o ano passado nós conseguimos uma liminar, infelizmente o Tribunal Regional Federal numa suspensão de segurança, que considero uma ação política, a suspensão de segurança não é uma ação jurídica, para mim eu entendo que ela é uma ação política, foi suspenso isso.

Mas em breve acredito que com o julgamento da ação a gente possa restabelecer isso que foi retirado, que é o componente indígena que não é observado nos estudos de impacto ambiental, num relatório de impacto ambiental. Era isso que o Conselho Indigenista Missionário queria trazer nesse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Bem, eu convido aqui os nossos painelistas a voltarem para seus lugares no Plenário e montamos a próxima Mesa. De imediato convidamos a Dra. Deborah Macedo Duprat de Brito Pereira, sub-Procuradora Geral da República da Sexta Câmara. Convidamos também o Dr. Álvaro Lotufo Manzano, não sei se está presente, Procurador da República do Estado de Tocantins. Convidamos, então, o Sr. Pedro Henrique de Oliveira Castelo Branco. Convidamos, então, Dr. Pedro Henrique Oliveira Castelo Branco, não vem? Francisco Generoso, Promotor Público do Meio Ambiente de Araguaína, Francisco Generoso, Promotor Público do Meio Ambiente de Araguaína, Araguaína, está presente? Não está também? Argemiro Pereira dos Santos, Presidente da Associação de Assentamento Formosa.

Silva Carvalho, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores da Comunidade de Mato Verde. Silva Carvalho, ainda temos um lugar na Mesa. Então vamos para Luiz Abreu de Moura, representante da Comissão de Pescadores de Arquiápolis, está presente.

Eu passo a palavra, então, ao Sr. Argemiro Pereira dos Santos.

SR. ARGEMIRO PEREIRA DOS SANTOS: Boa tarde. Eu represento uma associação que chama Associação Padre Josino, a associação no Município de Darcinópolis, Tocantins. Essa associação eu represento mais quatro comunidades que resiste no Município de Darcinópolis, Tocantins.

Então eu queria falar um pouco sobre as minhas palavras é porque o Consórcio CESTE, tem os trabalhadores do Consórcio CESTE que invade, eu digo já invade, nossa áreas lá não sei se é, não sei se o pessoal sabe ou se não sabe, eu sei que invade cortando os frutos do pessoal, cortando os frutos do pessoal lá. Eles chegam na casa dos idosos pedindo para os idosos assinar documento, esse mesmo idoso que está na minha associação e eu acho muito errado, muito ridículo, isso é uma falta de, é de um respeito.

Então, eu queria pedir para o pessoal que tivesse mais responsabilidade, mais respeito, tratasse mais o povo sério, inclusive eu trouxe um documento que está aqui uma relação do pessoal que quer o Fórum de negociação. Eu acho que deve estar aqui na Mesa. Então gente, eu luto pelo Fórum de negociação e sou contra o comitê de gestão, por quê? Porque o comitê de gestão foi criado no Município de Darcinópolis sem a presença do Ministério Público, sem a presença dos ribeirinhos atingidos, sem a presença do pessoal indígena.

Então eu não concordo com o comitê de gestão, quero sim o Fórum de negociação. O pessoal, eu não sei nem como é que um pessoal que, eu não sei o quê estão ganhando para estar falando sobre o CESTE desse tipo, porque eu acho muito ridículo, eu acho isso muito errado, gente. Eu queria mais respeito porque eu não sou a favor do empreendimento barragem, mas quero que o pessoal tenha respeito, procure as comunidades, não fique chegando de casa em casa conversando com o pessoal, porque lá tem uma associação, toda a coisa que nós pretende tem que ter uma reunião.

O pessoal vai na reunião, depois vai por trás, vai chegar lá no pessoal pedindo para assinar, senhor de idade, já avançado na idade, eu acho isso uma falta de respeito. Então, eu queria que o pessoal se controlizasse(F) mais um pouco e tratasse a gente mais com responsabilidade. Também queria como esse comitê de gestões, como todo mundo fala por ele e eu sou contra o comitê de gestões, eu sou a fa-

vor do Fórum de negociação, porque pelo Fórum de negociação a gente está junto para discutir, Ministério Público, IBAMA, todo mundo. Os movimentos sociais e só isso. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado ao Sr. Argemiro Pereira dos Santos, Presidente da Associação do Assentamento Formosa. Concedo a palavra ao Sr. Francisco Generoso, aliás, ele não está presente, não é isso? O Sr. Silva Carvalho para, em representando a Associação dos Pequenos Produtores da Comunidade Mato Verde, possa então fazer suas considerações. O senhor tem cinco minutos, prorrogáveis por mais dois.

SR. SILVA DE CARVALHO: Boa tarde a todos e a todas. Eu quero agradecer aqui o Senador José Nery, também à Dra. Deborah e assim todas as instituições que estão aqui. É um prazer a gente estar aqui para a gente poder expressar um pouco da maneira como a gente sobrevive lá no campo.

Pelo que eu vejo aqui, existe como a gente já conversou aqui, falou um pouco a respeito, falou o Vereador de Filadélfia, existe sim um conflito sim, e um pouco diferenciado ao conflito, porque na verdade o cidadão que está lá na cidade, eu não estou vendo ele atacado não, ele está muito bem, ele está muito satisfeito e não sei o porquê, assim, que o camarada ele vai elogiar um alguém por outro que ele está lá na zona rural, está sendo agredido. E mesmo assim me referir a dizer, e tenho testemunha, há um empreendimento, eu não sou contra o empreendimento avançar, eu não sou contra isso não. Eu sou a favor que as coisa se aumentem, mas que tenha um certo limite respeitando as comunidades que habitam na região em cima das suas propriedades.

Esse cidadão aqui do IBAMA, nós estivemos em Palmas, após aquela reunião só pelos... A pessoa que o consórcio espalha pelo campo, eu já fui agredidos duas vezes em cima da minha propriedade, então assim, o que é quero dizer é isso, que as pessoas que está por uma parte assim, eu vi vários aqui defendendo o consórcio, tudo bem, tem o direito de defender o que querem. Mas o que eu refiro é que diz que todos estão bem com o empreendimento. Não, na verdade vamos diferenciar a coisa.

Realmente a nossa comunidade, nós ribeirinhos, não estamos bem, conheço as outras comunidades vizinhas, também não estão bem. Eles estão perdido nas direções com muita agressões, agredidos pelo consórcio, ameaça, então assim você vê muito bem aqui aproveitando a oportunidade do local uma pessoa leiga que se encontra lá no campo, cansado do seu serviço, das debilidades da vida, chega o empreendi-

mento pesado, alguém sábio em palavras e agride a pessoa ameaçando até a polícia se não ceder os documentos para ele fazer um levantamento das suas propriedades.

Eu acho assim, pelo que eu vejo, para a gente elogiar alguém tem que conhecer todo o território, onde ele está andando, onde ele está trabalhando. Ou então na maneira se eu elogiar, eu elogio, bom, com os outros eu não sei, eu sei comigo, está bem, poderia ser assim. Mas o que eu digo, assim com o conhecimento que eu tenho na nossa região, são agressões que os companheiros que o consórcio está mandando lá para dentro, desrespeitando nós. Tem sítio lá feito a picada dentro que é quer dizer o prumar das propriedades, das pessoas, a travessa do Rio Xupé, fazendo picada e não falou com ninguém não, quando deu fé lá veio a tropa de lá para cá, picada já feita, fazendo trabalho de fotografia e não falou com ninguém, não.

Então, eu acho que uma empresa dessa não está trabalhando respeitando não. Eu já ouvi várias vezes o IBAMA dizer que colocou seus limites e, às vezes, alguém da empresa, a senhora da empresa falou aqui que a empresa está cumprindo com as regras. Que regra é essa? Que cumpre em um lugar e desrespeita em outro? Então eu acho que o negócio está diferenciado, eu acho que precisa ter um corrigimento(F) nessas coisas assim, e que na parte que eu acredito assim, que onde está sendo desrespeitado tem que ter um corrigimento(F), porque nem todas as pessoas estão sendo respeitadas, não.

A área do campo, a zona rural está totalmente, por onde eu conheço, está sendo violada, está sendo violentada pelo empreendimento. E a questão é essa, por onde eu tenho passado, porque eu tenho andado bastante, graças a Deus aqui têm pessoas que conhece a região que eu moro, têm pessoas que é nascido e criado na região, e assim, o que a gente tem feito? A gente tem andado e perguntado: "Você quer o quê? Você quer o comitê de gestor ou você quer o Fórum de articulações e negociações aonde você pode sentar com o Ministério Público e algumas outras instituições e discutir a sua partilha aqui da sua propriedade aonde você nasceu e se criou?".

Ou seja, não então eu sou a favor estar ao lado do Ministério Público e algumas outras instituições governamentais para ser discutida a minha saída daqui, para ser discutida o que eu vou receber. Então o que eu acho que seria assim a coisa, bem por aqui que tem que ser trabalhado, mas a maneira que nós estamos recebendo não é essa, é por essa razão nós queremos o Fórum aqui de negociações. Bom, se alguém da cidade está querendo o Comitê, então é como o Doutor Álvaro já falou, então cria os dois, cria os dois espaços,

porque a zona rural é zona rural e o espaço da cidade é urbano, então quer fazer diferença, então faz.

Mas o necessário é isso, que a gente quer que fosse a coisa somada direitinho, respeitando também a gente lá no campo, respeitando que a gente está sendo violado, viu cidadão? Daquele dia para cá já me atacaram duas vezes. Eu já vim agredido de lá. A gente tem testemunha, eu acho que até assim, eu não sei nem por que acontece assim, chega invade, se você falar se levanta bravo e te grita, alguma coisa e a gente não está para ser agredido por ninguém. Também a gente não está agredindo e aqui também eu encerro as minhas palavras.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado Sr. Silva Carvalho, pelas suas considerações e explicações e nesse momento eu passo a palavra ao Sr. Luiz de Abreu de Moura, da Comissão de Pescadores do Município de Arquiápolis... do Município de Estreito? Então está corrigindo e portanto, fale aí para expressar suas opiniões.

SR. LUIZ DE ABREU DE MOURA: Eu queria aqui uma correçãozinha da apresentação, que eu não sou da... Eu sou da Colônia Z-25(F), de Estreito Maranhão, eu sou representante da Comissão de Organização e Direito dos Pescadores Atingidos, entendeu? Eu tenho aqui o cadastramento, tem noventa e duas pessoas entre Carolina e Estreito, da qual nenhuma delas foi procurada pelo consórcio para ser negociada.

As reuniões que já houve na colônia de pescadores, como disse o Sr. Presidente que era o que está presente, foram feitas da maneira de porta fechada, da qual nós não tivemos participação. Com isso eu quero dar o meu repúdio a essa organização dos comitê e sou a favor do Fórum de negociação aonde cada classe possa representar, ter o seu representante legal, o Ministério Público para nos representar o MAB e todas as organizações, entendeu?

É um pouco isso que eu quero dizer e como também eu quero pedir aqui ao Senado Federal que nos dê o respaldo, Senador José Nery, no encaminhamento que seja olhada a situação que se encontra a colônia de Estreito Maranhão, entendeu? Porque lá a assembléia geral não vale nada, as coisas não acontecem, entendeu? Se chega uma Instituição de fora para ajudar na qualidade do MAB, que pouca gente teve oportunidade de ver em Palmas, a consideração pelo Presidente do IBAMA que se não era uma das melhores organização a nível nacional hoje.

Porque não(F) vamos respeitar um movimento que só veio somar ajuda à população que está se preocupando com o amanhã dessa população, entendeu? Não está se preocupando com o quem vai botar dinheiro no bolso e enriquecer ilicitamente. E amanhã

esse pessoal vai embora e a situação dos ribeirinhos, dos pescadores, fica lá na pior. Isso é que eu quero a consideração de todas as autoridades aqui, você que é do Ministério Público, Doutora, que nos dê respaldo nessa, vamos nos ajudar a defender o pescador que ela está lá sem voz e sem vez, entendeu? Era um pouco isso e também agradecer ao pessoal do MAB que, se eu estou aqui, agradeço ao movimento do MAB, entendeu?

E o Senador José Nery que nós estávamos numa reunião no Sindicato Rural de Imperatriz Maranhão, estava o Assessor dele lá quando foi agendada a primeira Audiência Pública, que era para ter sido dia 10 de abril. Era dia 07 Imperatriz a criação do fórum, a discussão do fórum entende? Aí foi articulada, não sei por que, foi transferido para Palmas. Até hoje ninguém pagou a conta, se responsabilizaram em pagar a conta, o consórcio se responsabilizou em pagar a conta. Até hoje ninguém nunca recebeu.

O próprio consórcio, aliás, a própria Instituição, o MAB e as organizações estão com a conta pendurada aí e vamos se saber como que vai pagar. Então eu quero encerrar as minhas palavras e dando muito agradecimento a todas as comunidades indígenas, pescador, ribeirinho e todas as organizações que estão dando sustentação para que seja defendido o direito de cada um pescador, de cada um ribeirinho, de cada um dono de terra e de cada um proprietário.

Aqui nós não somos contra a barragem, não senhor, entendeu? Somos totalmente a favor, desde que seja respeitado os direitos, os princípios ativos de cada comunidade, entendeu? Era isso que eu queria dizer. Aqui também tem outra coisa que eu queria mostrar para vocês. Isso é uma organização, isso é uma placa que está sendo construída lá na cidade de Estreito e já me foi dito por uma pessoa que era o CESTE que estava construindo e eu conheci a realidade da história que não era.

Procurei a Administração ela me deu essa, tirou a foto da placa, está aqui para quem quiser ver, entendeu? É uma obra financiada pela [soa campanha] Caixa Econômica Federal, não tem nada a ver com o CESTE. O CESTE está, sim, fazendo muito serviço em Estreito, mas devia fazer muito mais, entendeu? Era isso e muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado ao Sr. Luiz de Moura, aqui representando a Comissão de Pescadores de Estreito Maranhão. Concedo a palavra à Dra. Deborah Macedo Duprat de Brito Pereira, sub-Procuradora Geral da República da Sexta Câmara. A senhora tem a palavra por cinco minutos, prorrogáveis por mais dois.

SRA. DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITO

PEREIRA: Boa tarde aos presentes. Eu quero agradecer, em nome do Ministério Público Federal, o convite feito por essa Comissão para estarmos presentes nessa Audiência Pública e louvar o caráter sempre acolhedor e plural desse espaço.

Bom, foi dito pela representante do Consórcio CESTE nessa Audiência Pública que Estreito não se iniciou hoje, na verdade toda essa discussão se inicia em 2002, e já em 2003 o Ministério Público Federal ingressa com a primeira ação a respeito dos estudos. Por quê?

Bom, eram apontadas insuficiências várias nos estudos, mas havia uma questão central que era a ausência de avaliação integrada da bacia do Rio Tocantins. Nós podíamos dizer muito a respeito disso e não estou aqui responsabilizando o consórcio, eu acho que há outros responsáveis por isso, longe de mim, mas por que essa é uma questão tão importante?

Nós temos uma lei de água que é chamada Nova Lei de Águas em contraposição ao Código de Águas, que assegura que a água é um recurso que se destina, principalmente, ao consumo humano e é preciso que haja uma gestão democrática desse recurso para que seja assegurado essa destinação precípua e, além dela, se possibilitem múltiplos usos para a água. Essa lei ela vem numa época em que há uma série de estudos no mundo inteiro e em que a ONU declara em documentos oficiais que as grandes guerras que se travarão no futuro serão por conta de água. É um recurso escasso [soa a campainha], já está para acabar? [risos]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É um pouco de silêncio, eu faço um apelo por um pouco de silêncio.

SRA. DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITO

PEREIRA: É um recurso escasso, portanto, é um recurso que tende a acabar e é preciso cuidar dele com muito zelo. Então, essa noção de que a exploração de recursos hídricos corresponde necessariamente a progresso, ela não é tão linear como se supõe. Às vezes, a preservação desse recurso é uma garantia de progresso de riqueza muito maior do que aquela que se propõe um empreendimento.

Então, a proposta, a ação ela cuidava exatamente disso, de saber qual era o potencial para consumo humano da bacia do Rio Tocantins, lembrando que nessa bacia, no Rio Tocantins, a informação que eu tenho existem ou estão previstas para existir trinta e cinco incidências. Então é certo que a possibilidade de comprometimento do consumo humano da água desse recurso hídrico existente, ela existe.

Então nós não estamos aqui a dizer que esse empreendimento é impossível e que o comprometimento se dará necessariamente, e sim a dizer que ele é provável, agora para ter certeza, só um estudo integrado de bacia para dizer. Aliás, nós achamos que enquanto não houver estudo integrado de todas as bacias hidrográficas, era obrigação do Estado a suspensão de todos esse empreendimentos porque nós estamos tratando irresponsavelmente um recurso de extrema importância para a vida das pessoas.

Bom, fora essa questão, havia no estudo, há no estudo uma outra falha, essa de natureza também tão grave quanto a anterior, que é a insuficiência de absoluta ausência de análise do meio antrópico. Depois eu vou explicar um pouco isso, não me olhem assustados. Por que eu digo invisibilidade? Várias populações ficaram realmente invisíveis: quilombolas, quebradeiras de babaçu, várias populações ribeirinhas e se tivesse tempo poderia listá-las de maneira mais destacada. E as outras populações que ditas por estudadas foi considerada simplesmente que o empreendimento era bom, por quê? Porque gera renda, porque gera empregos, aquilo que foi apresentado naquela transparência aqui. Se ele fosse bom, se todos os empreendimentos hidroelétricos fossem considerados bons, simplesmente só porque são empreendimentos hidroelétricos [soa a campainha] Peço mais dois minutos, então. Porque geram empregos, nós não teríamos o movimento dos atingidos por barragem. Contesto da maneira que quiser, mas é um movimento que existiu por conta desses empreendimentos.

Eu, uma vez estava no Fórum social mundial em Porto Alegre, num dos primeiros, e ouvi um dos relatos que mais me impressionou a respeito dessas remoções forçadas por conta de alagamento. Por quê? As pessoas vivem ali na suas comunidades, tem ali suas relações de parentescos, de compadrio, de produção, tem os seus cemitérios, seus mortos ali enterrados, de repente isso tudo some. Aquilo que era coletivo, é tratado individualmente, como ficou muito claro aqui. As questões das indenizações, das relocações, perde-se a noção do conjunto e se trata singularmente, atomisticamente(F), aquele indivíduo.

Aquele indivíduo que tem uma indenização é relocalado, ele é um degradado, um degradado dentro de seu próprio País. Perdeu todas as suas relações de pertencimento. O que, aliás, poderia acontecer com qualquer um de nós, nos tirem dos nossos espaços significativos e nos mandem para qualquer outro que nós vamos sentir o que é isso. Então, não é fácil, não é simples a questão social em face de empreendimentos hidroelétricos, por isso que o meio antrópico ele tem que ser muito bem tratado. Não foi, nesse empreen-

dimento. Não foi com relação a índios e não foi com relação a esses grupos mencionados.

Isso significa que, primeiro: foi descumprido um dos itens necessários, obrigatórios do estudo de impacto ambiental que é o meio físico, o meio biótico, o meio antrópico. Quando não se estuda convenientemente o meio antrópico nós comprometemos todo o processo democrático de discussão do estudo de impacto ambiental [soa a campainha], porque as pessoas que deveriam participar da discussão, elas não estão previstas nesse estudo. Então, elas não têm noção de como o empreendimento vai impactá-las e elas não são chamadas a participar das Audiências Públicas. Compromete-se o caráter democrático do estudo.

Só para finalizar, com relação a uma série de grupos nós estamos também comprometendo um dispositivo da Convenção 69 da OIT, incorporada no ordenamento jurídico nacional e tida pelo Supremo Tribunal Federal com estatuto só inferior à Constituição Federal. E essa Convenção 69, ela diz que os grupos indígenas e povos tribais que alcançam todas as nossas populações tradicionais, elas têm que ser consultadas a respeito de quaisquer empreendimentos, quaisquer obras que lhes afetem.

Dizer que "Ah, o impacto é direto ou indireto", [soa a campainha] isso é irrelevante. É irrelevante porque impactou, afetou, tem que haver a consulta e nós não sabemos na verdade até hoje se esse impacto é direto ou indireto, porque o estudo... Só para concluir, eu vou pedir um minuto. O que foi feito com relação a índio? Os índios não são tratados no estudo de impacto ambiental porque não são considerados diretamente afetados.

A questão de impacto direto, o empreendedor, não por conta dele, por uma orientação até do Governo, dos órgãos licenciadores, tem o impacto direto como aquele correspondente às zonas geográficas do empreendimento. Impacto não significa obra. Impacto pode estar muito além do empreendimento ou muito aquém depende. Não significa, mas se considerou apenas a área do empreendimento, a área do lago ou seja, é impactado quem é afogado pelo empreendimento. Quem não é, ou não é impactado ou é impactado apenas indiretamente.

Em relação aos índios, nós exigimos que por meio de ação nossa, do CIMI, que fosse mostrado "Olha, há impacto ou não". Ao invés de exigir uma complementação do estudo do impacto ambiental, o IBAMA concede a licença prévia e coloca isso como condicionante para a emissão da licença de instalação. Então, é absoluto desvirtuamento de todo o processo de licença ambiental.

Aquilo que era parte do estudo, deixa de ser para ser condição, condição para emissão de licenças. Nós estamos na atualidade, para finalizar, já com licença de instalação sem que a FUNAI tenha se manifestado conclusivamente sobre um estudo etnoambiental. Porque até onde eu sei, não se manifestou.

Enfim, então são essas as razões que levaram e levam até o presente momento o Ministério Público a ter ingressado com várias ações, tentando impedir o processo de licenciamento de seguir adiante, queimando etapas que não foram necessariamente observadas. Me desculpem pelo excesso aqui, e obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Ficou dentro do tempo. Essa Mesa também agora a gente desfaz e convidamos os senhores Antônio Veríssimo da Conceição Apinajé, representante da Organização Indígena de Tocantins, está presente, e também Gercilia Krahô. Krahô? Gercilia Krahô, é isso? Acertei a pronúncia agora? Vou repetir ainda, Gercilia Krahô, representante da Associação Indígena... Agora esse aqui eu quero ver eu acertar. Como é que se pronuncia aqui? Votiscati(F)? Então senta aqui do meu lado que nós vamos chegar lá juntos. Representante da Associação Indígena. São os últimos dois convidados pela lista que eu recebi aqui e depois nós vamos abrir o nosso debate, com a palavra dos Senadores e também, a gente sempre tem feito isso, abre para mais dois do Plenário para colocarem o seu ponto de vista também. Então eu começo aqui com o Antônio Veríssimo, para que ele use o seu tempo.

SR. ANTÔNIO VERÍSSIMO DA CONCEIÇÃO

APINAJÉ: Boa tarde à Mesa, ao nobre Senador Paulo Paim e boa tarde à Plenária, às autoridades, às organizações, às lideranças. Quero dizer, em primeiro lugar, [soa a campainha] que sou contra, sou contra o empreendimento de Estreito, da forma errada como ela está sendo executado.

A gente sabe que foram detectados pelo Ministério Público várias irregularidades e vários vícios no licenciamento dessa obra de Estreito. Também quero dizer que sou a favor da criação do fórum, porque em primeiro lugar, o fórum ele abre um espaço para a discussão de todos os projetos e empreendimentos que já foram construídos e que tem impactos cumulativos, sim, no Rio Tocantins e os que estão sendo construídos e planejados.

Por exemplo, a gente sabe, a gente se fala que depois de conclusão de Estreito, a bola da vez será Serra Quebrada e aí a gente quer saber, a gente quer levantamento preciso das informações se isso é verdade, que Serra Quebrada já foi licitada que atinge, ameaça atingir inundar 10% de nossa área. Por isso que a

gente pede que todos os projetos de hidrelétrica no rio, eles sejam discutidos de forma integral, não só isoladamente. E esses comitês que foram criados em Município, a gente desconhece. Nós não podemos aceitar porque nós não conhecemos Comitê nenhum, porque até então nós não participamos desses comitês.

E quero dizer também às pessoas que estão aqui que alegam que Estreito gera emprego. Ora, eu quero dizer que a matança de seres humanos também gera emprego, as guerras também geram emprego, porque você vai ter que recrutar mais soldados...

[palmas]

SR. ANTÔNIO VERÍSSIMO DA CONCEIÇÃO

APINAJÉ: E vai ter que fabricar mais munição para matar as pessoas. Essa alegação, esse argumento de geração de empregos é um argumento vago, que não faz sentido. A preservação de nosso rio também gera emprego, sim. A pesca, os barqueiros, o turismo gera emprego. Amigos, e tudo têm um limite. A exploração do nosso rio também tem um limite. E não venha dizer aqui também que é gente de fora, porque eu sou tocanтинense do coração e sou brasileiro e sou patriota. E quero dizer também, quem está defendendo nossas áreas somos nós, porque Governo, Governo não está assumindo sua responsabilidade nenhuma, de defender terra indígena nenhuma. Cadê a FUNAI que não fiscaliza terra? Agora vem dizer que o CESTE jogando a bola para o Governo e o Governo jogando a bola para a CESTE. Como é que fica isso? E ainda temos a cara de pau, o absurdo de planejar uma barragem abaixo de nossa área que vai diminuir a nossa terra.

Isso é um absurdo, senhores, não podemos aceitar. Nobre Senador Paulo Paim, eu conheço sua postura aqui no Congresso e quero sua atuação firme na defesa de nossas terras. Nós não aceitamos mais essa situação de conflito que está estabelecida, onde os governos, as autoridades deixam as pessoas se matar porque não assumem responsabilidade. Cadê o cumprimento da Constituição que foi promulgada e que foi elaborada e que foi promulgada. Vamos fazer cumprir a lei, senhores.

Omissão, o que está gerando omissão? É o conflito, a morte. Vejamos o caso de nossos companheiros lá em Roraima [soa a campainha], porque o Governo não tem decisão, o Governo é indeciso, o Governo não tem um projeto político para o nosso País, para a população indígena. E quero afirmar, quero afirmar mais, sou a favor do Fórum e que o Fórum seja criado para tratar, se discutir toda a situação de hidrelétrica e de hidrovias no Rio Araguaia e Tocantins.

[palmas]

SR. ANTÔNIO VERÍSSIMO DA CONCEIÇÃO

APINAJÉ: Porque isso, isso faz parte da estratégia

de exploração de nossos recursos naturais, de nossa água, de tudo. Tudo virou mercadoria, a Estreito virou um grande mercado. Mercadoria é água, o ser humano é água, o ser humano é mercadoria. É isso que está acontecendo. Eu acredito que os senhores Prefeito, Vereadores que estão aqui eles são a favor sim, eles são a favor porque eles estão sendo beneficiados, beneficiados pelos *royalties* e pelos... Porque vivem na cidade.

E os atingidos, que vão ser expulsos das terras, para onde é que eles vão? Vão perambular nas periferias de algumas cidades da região que não tem estrutura nenhuma para receber, para suportar tantas pessoas que vão ser expulsas. As melhores terras que nós temos na região e no Estado de Tocantins e Maranhão está na beira do rio e estão sendo todas inundadas. E os trabalhadores rurais, para onde é que vão?

Temos que cair na realidade companheiros, tudo tem um limite. Tudo tem um limite, a vida tem limite, o nosso meio ambiente tem limite. Não podemos colocar nossos recursos naturais todos a serviço de virar mercadoria. Sim, sou a favor do desenvolvimento, mas que seja do desenvolvimento humano, para beneficiar nosso povo brasileiro e não saquear as nossas riquezas para tirar para fora do nosso País.

Se realmente hidrelétrica trouxesse desenvolvimento, Tucuruí está lá a realidade, Tucuruí, Serra da Mesa, não é esse desenvolvimento que se fala. A gente sabemos que a Vale do Rio Doce é uma das donas de Estreito. A empresa que mais lucra o seu capital, se ela pode tudo, se o Governo pode tudo, então que indenize, que compense todos os atingidos de forma justa, por favor.

[palmas]

SR. ANTÔNIO VERÍSSIMO DA CONCEIÇÃO APINAJÉ: Era isso que eu tenho para falar e no caso de Serra Quebrada eu quero assegurar, assegurar, pedir primeiro ao Legislativo, não deixa a condução de Serra Quebrada ser igual a de Estreito, é que eu quero pedir ao Parlamento Brasileiro. Vamos discutir de forma democrática a situação. Não só de Estreito, Serra Quebrada, Belo Monte, todos os projetos de hidroelétrica na Amazônia. Não podemos de forma nenhuma aceitar essa exploração descabida. A ganância atrás do lucro, e o nosso povo fica sempre excluído, o povo brasileiro, o povo da Amazônia, o extrativista, o pescador. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra pelo mesmo tempo à Sr.^a Gercilia Krahô, representando a Associação Indígena.

SRA. GERCILIA KRAHÔ: Boa tarde a todos. Vocês vão me desculpando que eu sou uma índia e eu sou analfabeta e vocês têm de prestar atenção mesmo do que eu vou falar para vocês aqui.

Eu não sei se vocês vão me entender do que eu vou falar, mas do que eu estou sentindo e do eu estou pensando, para poder contar para vocês e eu vou contar para vocês. Se entender bem, senão entender também não tem nada não. É o seguinte, é tudo que eu estou escutando e do que eu estou vendo aqui para mim não existiu, para mim é só mentira, que as pessoas estavam mostrando aqui nesse quadro.

Eu sou uma índia que foi a primeira que eu fiquei com minha criança acompanhando para ver se as coisas estavam melhorando para nós, até hoje. Não adianta vocês mentir na nossa frente. Não adianta que vocês vivem com os recursos para poder dizer que vocês estão levando os índios no direito sério. A pena é que nós, índio, respeita vocês, agora vocês não respeita nós.

Porque até agora vocês nunca juntaram nós, como Krahô, como os ribeirinho, para poder juntar, para nós poder discutir o que a gente pode querer sobre essa barragem. Todas história que foi feita e a gente pediu lá no [ininteligível] de Carolina que foi feito aquele documento, cadê o resultado daquele documento para nós? Que até agora nenhum foi apresentado para os caciques das aldeias. Nenhum! Das conversas que foi feita para nós, nenhum até agora não está resolvido.

Porque se tivesse resolvido e se tivesse do jeito que vocês estavam falando, do que estava contando a gente não estava aqui enfrentando essa batalha que a gente está aqui vendo na frente de vocês. Para mim sair da minha aldeia, para mim deixar as minhas crianças, a minha mãe preocupada comigo, como que eu estou aqui, que ainda vocês ainda vão dizer que a gente não vai ser impactado? Vocês moram lá na minha aldeia para vocês saber que eu não vou ser impactado? Que eu vou ser impactado sim! Eu que moro lá. Eu que sei da beira do Rio Tocantins, porque eu foi nascida e foi criada lá na beira do Rio Tocantins.

Em Pedro(F) de Carolina, o cupem(F) que falou que não pertencia os merrin(F) de lá tem razão, porque os merrin(F) de lá foi saído expulsado, não foi porque eles queriam sair de lá não. Então, não adianta vocês mentir na nossa frente não, que eu sou um merrin(F) e eu sou nova, mas eu sei porque as minha bisavó, os meu bisavô contou pra mim e eu estou com ele na minha cabeça. Eu não posso amostrar para vocês no documento porque eu não sei escrever, mas na minha conversa vocês devem entender do que eu estou falando para vocês.

Então, a gente está aqui para poder escutar a mentira de vocês, nós não vamos querer aceitar isso mais. Então, eu sou mulher, mas eu sou mulher sim, porque eu nasci e eles perguntaram quem era eu sou, minha mãe contou que eu sou mulher, então eu sou mulher mesmo. Eu posso morrer, mas eu não vou dar meu direito para seu ninguém. Por que é que eu quero esse meu direito? Porque eu quero criar meus filhos, eu quero criar meus netos, eu quero criar meus tata-ranetos, porque como eles vão viver?

Sobre essa água que vocês estão querendo, que vão [ininteligível] essa energia, não é para nós indígena e nem para os ribeirinhos. A pena que não cabe ribeirinho estão gastando o dinheirinho dele para poder comprar a comida e os shorts deles. Em invés de vocês, como os governos que chama a atenção que os pobres, como os Prefeitos das cidades eles são Prefeitos [soa a campainha] porque os pobres que bota eles para ser Prefeito, porque se fosse só nas custa dos cupê(F) rico, não existia Prefeito, porque eles não iam procurar ninguém.

Isso um bocado de gente sabe dessas coisas. E eu respondo a um outro cupezinho(F) que estava falando, sobre que ele acompanhou não sei o quê, não sei o quê, mas mentira dele, que amanhã depois como ele está aceitando, amanhã depois vai dar no rabo dele.

[risos e palmas]

SRA. GERCILIA KRAHÔ: E vai ser tudo que ele não vai querer morar aonde tem terra pra ele. Isso daqui não é mentira minha não, e todos de vocês sabe que esses daqui vai ser prejudicado e todo mundo na beira do Rio Tocantins. Então, nós indígenas, um bocado de gente está falando para vocês que não vai ser impactado os merrin(F), vai ser impactado sim. Se a gente não fosse impactado, a gente não estava aqui pedindo o apoio ao Sr. aqui.

Então, eu Gercília, eu falo o seguinte, a pena que foi todos que já foi falado nunca foi decidido nada, então a gente está pedindo esse fórum para ver se nós encontra o nosso respeito, para ver se nós vamos ter nossa voz, para os governos ver que nós ainda existe dentro desse Brasil. Então as pessoas que não sabe que nós não existe dentro desse Brasil, mas se nós não existisse, eu não estava aqui falando para vocês, na frente de vocês aqui.

Sem saber responder, sem saber falar como vocês sabem falar muito na leitura de vocês. Mas eu acredito e eu respeito vocês como autoridade que vocês estão por nós, um bocado dos cupês(F) do nosso lado tem de ver que nós existe dentro desse Brasil. E se a gente for correr atrás do que é nosso, os cupês(F) daqui dentro de Brasília iam caçar aonde é que fica esse Portugal,

os cupês(F), tem de ir para lá porque os merrin(F) morava aqui. Por que eu falo isso? Porque os meu bisavô morava aqui e muita história, um bocado de cupê(F) sabe [soa a campainha] e que tem muito foto largada nesse mundo aí que eu não sei, e eu nunca vi para poder prestar atenção aonde o local direito. Mas do que for que eu Gercília Krikô e Krahô, eu quero que o CESTE e o IBAMA, na frente de vocês, eles têm de assinar os documentos aqui para nós hoje.

E se não for, se eles não vão querer para poder ter esse Fórum para nós, eu Gercília, vou convidar todos os merrin(F) Krahô para nós entrar na obra e derrubar do que tem lá. Só isso que eu queria falar para vocês. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu convido aos nossos painelistas que retornem ao Plenário, e eu poderia fazer agora o seguinte encaminhamento. Têm dois Prefeitos que pediram a palavra por cinco minutos. É praxe do Plenário assim conceder... Dra. Deborah Duprat, eu quero, só para nós concluirmos aqui com o maior equilíbrio. Se vocês concordarem, eu vou dar a palavra aos dois Prefeitos que pediram para fazer uso da mesma, e ao mesmo tempo eu convidaria duas pessoas que têm uma posição para concluirmos por mais cinco minutos. Os dois Prefeitos querem fazer uso da palavra. Qual é o Prefeito? Prefeito de Babaçulândia, Agimiro, eu convido você a vir aqui. E eu convido também o de Estreito, José Lopes, Prefeito de Estreito. E convidaria aqui, o Plenário que decida, o Senador José Nery pode ajudar, duas pessoas que venham aqui, que pode ser até a Procuradora, a Deborah, para que use também cinco minutos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Procuradora Deborah, e mais uma pessoa indicada pelo Plenário. Agora vocês que decidem. A Dra. Deborah é uma que vai usar mais cinco minutos. Agora vocês digam quem é a outra pessoa.

[manifestação]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por favor, por favor, quem vem? Senador José Nery nos ajude aí. Então é a Maria, venha Maria, por favor.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Seja bem-vinda aqui, Sr.^a Maria. Então eu passo de imediato para o Prefeito de Estreito, José Lopes, por cinco minutos. Depois a Sr.^a Maria, depois outro Prefeito e depois a nossa Procuradora, então, conclui.

SR. JOSÉ LOPES PEREIRA: Boa tarde a todos. Em primeiro lugar, eu quero agradecer a Deus por essa tarde, essa Audiência Pública. Eu quero aqui parabe-

nizar o Senador, Excelentíssimo Senador pela sua organização dessa audiência. Eu quero saudar a todos os companheiros aqui, o meu colega Prefeito Agimiro, meus companheiros de Estreito que estão aqui, Willian, Luiz Moura, Presidente da Colônia de Pescador, Demerval, e todos aqui que estão nesse momento, nesse debate dessa Audiência Pública.

Eu fico muito feliz, primeiro eu quero me apresentar, eu sou Prefeito de Estreito, sou agricultor, nascido e criado na fazenda que eu moro até hoje e pela primeira vez candidato a Prefeito fui eleito naquela cidade e agradeço a Deus pela faculdade da vida que eu estou passando. Não tive oportunidade de estudar, mas tenho aprendido muito na Prefeitura de Estreito, na Administração Pública e hoje é mais um dia de aprendizado aqui na audiência como essa, ouvindo o que cada um de nós temos um problema diferente e cada cabeça tem um raciocínio diferente. Então, nós temos que respeitar as decisões de cada um.

Eu fico feliz quando todos aqui reclamam os problemas da sua região, dos seus Municípios, agora pensem bem como não seria que está o Município de Estreito, que é onde está sendo construída a hidrelétrica de Estreito. Pensem bem, uma população que subiu de vinte e dois mil habitantes para quarenta e cinco mil habitantes, mas eu estou feliz por isso, porque a primeira vez Prefeito da minha cidade, o desenvolvimento que nós recebemos, que tem crescido nessa Administração, para mim é uma grande honra saber que a nossa cidade está crescendo, está desenvolvendo.

Esse desenvolvimento precisamos mesmo, como aqui foi falado, de mais apoio do Estado, mais apoio do Governo Federal, mais apoio do CESTE que é quem está construindo a Hidrelétrica de Estreito. Porque claro que os problemas são muitos, claro que o empreendimento como esse, um empreendimento dos maiores do Brasil que está sendo construído na nossa cidade de Estreito.

E o Prefeito quando assumiu aquela cidade com trinta e oito inadimplências, com quatro meses de salário atrasados de todos os funcionários públicos do Município de Estreito, mas com tudo isso nessa gestão nunca atrasei, Senador, um dia de salário de funcionário nessa gestão e também já tirei todas as inadimplências do Município. Paguei as contas dos funcionários que tinham sem receber os quatro meses, parelei e paguei. Mas chegou a Hidrelétrica de Estreito com esse empreendimento e esse grande desenvolvimento, que o CESTE já nos ajudou.

O CESTE já doou os implementos de muita validade, de muita utilidade para a nossa saúde, ao nosso hospital de Estreito. A Prefeitura, junto ao Estado, que deu um convênio em parceria com o Prefeitura, nós

ampliamos e reformamos e construímos mais vinte leitos no hospital de Estreito. Nós temos uma estrutura muito grande, Senador, hoje, para receber os nossos pacientes. Hoje é um hospital dos melhores da região. Agora o nosso atendimento, nós precisamos muito, porque o medicamento, estamos atendendo as cidades vizinhas até do Tocantins, Palmeiras, Dianópolis, todos os Municípios vizinhos estão sendo atendidos na cidade de Estreito.

Agradecemos os implementos que nós recebemos, mas precisamos de medicamento, precisamos mais médico, precisamos mais enfermeiro, precisamos mais recurso para nós manter a saúde do nosso Município. Isso precisamos que o Estado olhe mais, o Governo Federal, porque isso vai gerar muitos recursos para o nosso Brasil. Vai gerar para o Estado, vai gerar para o Brasil e vai gerar para o Município, mas no momento o que tem na Estreito para ser verdade os tributos que a Estreito está recebendo [soa a campanha] só está dando malmente(F) para pagar a limpeza da cidade. E precisamos mais.

A Educação. Foi feito quatro salas de aulas, mas nós temos cinquenta e uma escolas no Município de Estreito, e o CESTE fez quatro salas de aula. Mas o Município já alugou mais oito prédiosinhos para poder botar os alunos, porque aumentou, não precisava. Então eu gostaria junto ao CESTE, que nós une as nossas forças com o Governo do Estado porque foi criado um Comitê Gestor lá em São Luís--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou lhe dar mais um minuto, porque é cinco com mais um. Em seguida o Senador José Nery.

SR. JOSÉ LOPES PEREIRA: Lá em São Luís, então eu gostaria que tivesse um Comitê Gestor que acompanhasse a Estreito junto com o CESTE ajudando, para o Governo de o Estado ajudar a Estreito, o CESTE e o Governo Federal.

Então eu queria aqui nas minhas palavras agradecer a oportunidade e dizer para vocês que para mim eu estou feliz até com tudo, mas eu quero que nós estejamos de mãos dadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr.^a Maria, por favor. Cinco minutos com mais um aqui, por favor.

SRA. MARIA DE SOUSA SALES: Eu quero agradecer a Deus em primeiro lugar por eu estar aqui debaixo desse teto, junto com os meus companheiros do MAB, os companheiros da Mesa aqui, muito obrigado a vocês pela oportunidade que vocês têm me dado.

E também eu estou aqui para dizer que eu não estou aqui não é para fazer graça não, eu estou aqui porque eu sou prejudicada da Ilha de São José. Eu não estou para puxar saco de Prefeito e nem de Vere-

ador, nem da empresa, porque quem puxa o saco da empresa é esse povo mesmo porque ganha dinheiro.

[palmas]

SRA. MARIA DE SOUSA SALES: E nós estamos sendo massacrados dentro daquela ilha com esse pessoal do CESTE. A preocupação que eles têm de nós é de nós sair e ainda mais que faça um documento comprovando que saímos, chega lá nas nossas terras dizendo aonde é que nós queremos morar e que é quer que nós assine um termo logo de para onde vamos e sem saber de nem falar o que nós precisamos.

Então isso que é a preocupação deles que nós desocupe a nossa área. Só que nós não vamos desocupar, e o que eu tenho de recado para dizer para a empresa é que nós somos, sim, a favor do Fórum, e que nós só vamos receber vocês lá junto com nós depois do Fórum de negociação, doa o que doer, mas nós vamos querer ele.

[palmas]

SRA. MARIA DE SOUSA SALES: E que também, assim, lá na ilha, quem mora na ilha sou eu. Eu que sei o quanto custa a preocupação do pessoal de lá, com muitas conversas, com quantas propostas bonitas, conversas bonitas, igual à dona que mostrou a arapuca para pegar nós lá na ilha, com tanta coisa bonita se aquilo só é sonho deles, porque nós sabemos que isso não é realidade. Porque um serviço todo mal feito que eles aprontam e mostra ali para a gente e sabemos que não tem futuro nenhum para nós.

Até mesmo falar de emprego, qual é o pessoal que foi para o reassentamento que tem emprego da empresa? Está todo mundo lá jogado e passando fome, sem nem emprego e aí eles chegam falando para nós que vai gerar emprego, para quem? Para os tubarões? Para os peixes? Porque vão tomar as nossas áreas e quem vai ficar no meio do rio são esses bichos. Então, que emprego que vai ter para nós? Nós queremos é a nossa indenização legalmente, se vocês quiserem a nossa terra vai ter que indenizar nós com honra, com dignidade e nos respeitar, porque lá nós não temos a nossa terra para vender, nós temos ela para morar. Porque nós fomos criados e nascido lá e precisamos de criar os nossos filhos lá.

Então chega vocês lá dizendo que lá está tudo bem, que está organizado direitinho, isso é mentira. Então o que eu quero falar para vocês sim, nós somos a favor do Fórum de negociação porque o comitê não servimos para nós, até mesmo que foi feito sem o consentimento de nós. Usaram o pessoal que é nosso Presidente da ilha virou um bicho que ninguém sabe mais quem é, que já é uma Ana Rosa de lá, de Arraes de Babaçulândia. E se nós tínhamos o nosso Presidente de lá da ilha e a gente não foi consultado

de nada disso com esse fórum de negociação, não é meu colega?

E então é isso que a gente estamos precisando, é do Fórum de negociação para que a gente possa negociar com o Ministério, que a gente tinha esse pessoal perto da gente. Claro que o Osni(F) tem preocupação sim, mas nós sabemos se ele vai ficar toda a vida no nosso pé não, né? Ele vai ter que sair um dia. Então nós não sabemos como é que vai ser o outro se vai ser pior, não sabemos.

Então nós necessitamos mesmo é do Fórum de negociação, esse é que é o nosso objetivo e nós não vamos abrir mão desse fórum de negociação.

[palmas]

SRA. MARIA DE SOUSA SALES: Está bom? E eu quero pedir desculpas a vocês e a empresa, também porque eu não quero, eu não sou comprada e não sou vendida, e o que eu tenho que falar, eu tenho que falar...

[palmas]

SRA. MARIA DE SOUSA SALES: Porque eu... Vocês vão embora e quem vai ficar sou eu no sofrimento. Então não podemos dar moleza para a empresa, não e nem delas nós conhecemos ela. Então é isso aí que eu quero agradecer, falar para vocês que vocês no respeito melhor, que trate de nós com educação, que até fala que nossos filhos que já casou dois anos atrás não tem direito de morar. Eles vão morar debaixo da ponte, porque eles não têm, eles não consideram eles como moradia que eles têm casa.

Eu tenho dois filhos casados e que foi feito cadastro de agora de 2002 para cá, de 92 para cá e que eles não considera, que considera só aqueles que já foi do ano retrasado de 2004 para lá. Então sabemos que família ela vai crescendo e ela vai casando e ela tem que sair de suas casas, eu não vou querer eles toda a vida dentro de minha casa. E eu quero, sim, o direito de cada um dos meus filhos. Igual vocês diz que nós não têm, é por isso que não abrimos mão do Fórum de negociação porque o Fórum de negociação nos respeita e trata melhor e conhecemos os nossos direitos.

É só isso o que eu queria falar para vocês, no que depender de nós, nós não vamos fazer graça para a empresa de maneira alguma. Nós vamos lutar por esse fórum de negociação e que ela só vai entrar lá para negociar com nós depois de tudo resolvido. É só isso que eu tenho para falar para vocês.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu estou dando exatamente o mesmo tempo para cada um, é cinco com mais um, ela usou cinco e teria direito a mais um minuto. E nesse momento eu passo

a palavra ao Prefeito de Babaçulândia, Sr. Agimiro. Cinco minutos com mais um, se necessário.

SR. AGIMIRO DIAS DA COSTA: Senador Paulo Paim, José Nery, parabenizar pelo requerimento e pelo evento. Dizer que a democracia é o melhor instrumento que ainda temos nesse Brasil para que a gente possa discutir as nossas idéias e as nossas divergências e os nossos pensamentos.

Eu sou nascido na Ilha de São José, sou Prefeito pela segunda vez em Babaçulândia, meu pai é barqueiro, foi barqueiro a vida inteira no Tocantins. De lá ele sustentou vinte e dois filhos, naquelas águas Tocantins. Dizer que sou a favor da barragem seria uma injustiça comigo mesmo, com meus sentimentos, com o meu coração. Lutei com todas as minhas forças desde o dia que começaram a falar sobre a barragem para impedi-lo, inclusive tive várias reuniões e audiências com a Ministra Marina, mas não foi possível impedir esse investimento.

Já que não foi possível impedir o investimento nós sempre procuramos dialogar e buscar o entendimento no quesito de melhorar a qualidade de vida daquela população. E vamos procurar até o último minuto do meu mandato, melhorar condição de vida daquele povo e da minha cidade, dos meus ribeirinhos, que é o Município mais atingido em termos de população. A Ilha de São José para mim é a minha pátria e ela, do momento que sumir, eu vou deixar de ter pátria, porque ela fica no meio do Tocantins. Tenho propriedades, tenho parentes, familiares que ainda moram lá, tenho propriedades lá ainda, espólio do meu pai. E exatamente nessas discussões que eu vejo que aqui se centram em duas discussões: querem o Fórum ou querem o comitê co-gestão. Eu, dentro do Município de Babaçulândia, lá nós temos Presidente de Câmara, nós temos Vereadores, nós temos Prefeitos eleitos pela comunidade, nós temos lá várias associações de moradores, eu acho que é dos municípios que mais tem associação de moradores organizados, e aqui o Adrianinho está aqui, Presidente da Z-15. Temos associações de barraqueiros, associações das quebra-deiras de coco, associações de pequenos produtores, Sindicato Rural dos Trabalhadores Rurais, temos associações de barqueiros, associação de moradores da cidade, e dentro dessa preocupação é que nós somos, sim, a favor do Comitê co-gestor.

Eu não quero saber e não quero discutir o que vai acontecer em Filadélfia e nem o que vai acontecer em Carolina, e nem com referência à questão dos indígenas, porque eu acho que aí tem os indígenas, tem os caciques, tem a FUNAI para cuidar dessas questões. Eu quero saber e me ater ao meu Município, aonde eu tenho a responsabilidade como gestor. E o nosso

Conselho, que foi criado e registrado, e foi criado em votações, os membros foram escolhidos em votações, e nós nos reunimos e tiramos algumas sugestões.

Quais é a primeira sugestão que nós queremos: que a carta de crédito seja aumentada imediatamente para que possa cumprir a sua obrigação social e melhorar a qualidade de vida daquela gente, porque a empresa sempre disse que o empreendimento é para melhorar a qualidade de vida do nosso povo. E a carta de crédito que tem hoje ela é baixa, devido à especulação financeira de terrenos, de imóveis, ela é baixa e nós estamos aqui com o ofício, inclusive eu vou passar para o Senador Paulo Paim, nós passamos ainda em fevereiro esse ofício ao CESTE e o comitê depois fez outro, para que possa levar como sugestões para que a empresa já possa deliberar sobre o aumento da carta de crédito e o aumento das indenizações para aquela população.

Também temos um documento tirado pelo Conselho e assinado por mim e o Coordenador e o Secretário Adel(F) Simon, votado em votação na última reunião, aonde as pessoas cadastradas tem que deixar de discutir aquilo lá, que é 2004. 2004 era apenas um estudo, a licença só saiu em 2006, dezembro de 2006, que seja cadastrado todo mundo até dezembro de 2006 para que todos possam ter o direito, porque foi porque ali que começou a concretizar o empreendimento no dia da licença que saiu. Então, deixo aqui também na mão do Senador Paulo Paim esse ofício.

Sobre a questão dos co-familiares, também sou a favor que os filhos que são casados e que moram com a família tenham o direito de ter o seu terreno, o seu local para morar ou então tenha a sua carta de crédito e seja completado para que ele possa permanecer e continuar a sua vida porque senão ele vai bater na porta da Prefeitura, mesmo eu não sendo o Prefeito, porque no dia 31 de dezembro eu entrego o mandato, mas o Município vai sofrer muito se isso não acontecer.

Sobre o empreendimento, o Brasil precisa de energia e aqui pelo que vi ninguém é contra o empreendimento, na minha cidade hoje cai a energia em torno de trinta vezes por dia, só essa semana queimaram doze computadores na Prefeitura, que é dinheiro do povo que está sendo gastado [soa a campainha], exatamente porque a energia da nossa cidade ainda é de péssima qualidade nos investimento que foram feitos no Tocantins.

Então, eu quero só dizer que eu sou a favor do Conselho co-gestor porque lá nós estamos próximos, lá nós conhecemos, lá nós conhecemos a nossa realidade, se perguntar a cada companheiro que mora no meu Município eu vou dizer o nome e o apelido dele. Eu vou dizer qual é o problema dele e qual é a

discussão que ele tem comigo e quantas vezes ele vai na minha casa ou na minha Prefeitura, na Prefeitura lá de Babaçulândia para discutir os seus problemas. Agora, cada um tem as suas idéias e cada um defende o que deve ser colocado e respeito todos os movimentos sociais. Agora, em Babaçulândia nós queremos que sejam respeitados os direitos da nossa comunidade e das nossas associações e do gestor público que tem o voto pela segunda vez, sua votação extraordinária para poder representar o povo. Se nós não tivermos competência para representar o nosso povo, pode largar de mão isso aí.

Então, eu quero só colocar com muita clareza que a democracia é o melhor sistema [soa a campainha] que tem para se discutir as questões e parabenizar os Senadores, e estamos abertos às discussões e que o CESTE possa nos atender nessas reivindicações que estamos fazendo e atenda bem a nossa população. É só isso que nós queremos dizer, e o nosso comitê gestor é a melhor forma de nós discutirmos os problemas da nossa sociedade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dra. Deborah Macedo Duprat de Brito Pereira, sub-Procuradora Geral da República da Sexta Câmara, por favor.

SRA. DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITO PEREIRA: Bom, resta pouco a dizer. O estudo de impacto ambiental, ele passa a ser exigido como condição prévia desses empreendimentos a partir da Constituição de 1988 e corresponde a uma época em que a humanidade, de uma maneira geral, se dá conta de que os recursos naturais são escassos e ela é finita e tende a acabar caso esses recursos não sejam de alguma maneira preservados.

O estudo de impacto ambiental é exatamente para resolver esse dilema que se coloca entre um projeto de desenvolvimento que um País coloca para si e a preservação desses recursos naturais. Daí porque é indispensável que esses estudos sejam convenientemente elaborados, porque só a análise correta de um estudo bem feito é que permitirá decidir essa equação, se se decide pelo desenvolvimento ou se se decide pela preservação de recursos indispensáveis à sobrevivência da humanidade. Lembrando que a nossa Constituição é uma Constituição antropocêntrica, isso quer dizer que o centro de todas as preocupações é o homem, não é uma natureza para ser vista, para ser admirada, mas sim porque ela é um instrumento indispensável à sobrevivência do próprio homem.

No caso de Estreito, eu volto a dizer, eu me recuso a discutir compensações, indenizações porque eu acho que nós não vencemos a fase primeira que é a da avaliação, e eu acho que tudo é reversível se nós

tratarmos seriamente as questões. Enfim, eu não me convenço de que coisas que iniciam erradas tenham que prosseguir porque houve um determinado investimento, porque houve uma determinada sinalização. Eu acho que, com seriedade, é sempre possível dar um passo atrás e corrigir os erros.

O estudo de Estreito é um estudo que apresenta vários problemas, um deles, que não foi dito na ocasião outro, além dos que eu mencionei, não existe uma coisa que é indispensável que é alternativas locais. É possível se localizar o empreendimento em outro lugar menos oneroso para o meio ambiente? O meio ambiente considerável, holisticamente, o meio ambiente tendo o homem como referência, isso que é o principal, porque o que se desconhece na maioria desses estudos é que a razão de ser do próprio estudo é o homem. É o homem considerado dentro do princípio da dignidade da pessoa humana e o homem inserido em comunidades humanas, essa coisa do cadastro é uma coisa que me incomoda, que me deixa profundamente triste, eu acho que essa é a razão de muitos dos conflitos que também se verifica, tratar indivíduos e não a inserção deles em grupos maiores. E também acabar de fazer essa idéia de que esses empreendimentos são fatores de aumento de renda para as populações localizadas no seu âmbito onde eles se situam.

Primeiro, esse empreendimento, como foi dito pelo próprio empreendedor, ele não tem que fazer as vezes do Estado. É papel de o Estado dar educação, saúde, não é papel de empreendimento. Se nós pegamos os vários empreendimentos existentes nesse País, eu acho que o povo de Tocantins está aqui, pode avaliar Lajeado. Vamos avaliar Lajeado, o que foi Lajeado para o povo de Tocantins.

Eu quero saber para o povo de Alcântara o que é o Centro de Lançamento de Alcântara, vamos pegar os grandes empreendimentos, vamos pegar IDHs desses Municípios, porque trato também do Centro de Lançamento de Alcântara. Tive a possibilidade de comparar o IDH daquele Município desde que houve a instalação do centro de lançamento e o IDH é decrescente desde então.

Então não há uma correspondência necessária entre o empreendimento e o aumento de renda de uma população. Pegue Tucuruí e os municípios de Tucuruí. Vamos pegar os exemplos do que existe. Então, é importante fazer essa avaliação e desfazer essa idéia de que [soa a campainha] um empreendimento ele chega para gerar, para proporcionar para aquela população aquilo que o Estado não vem conseguindo proporcionar. Isso não é justo para a população, entendeu? Não

é justo para o empreendedor e é uma desoneração indevida do Estado. É só isso, obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Vocês podem continuar aqui na Mesa, por favor. E nesse momento eu vou passar a palavra para o Senador José Nery, que é o autor do requerimento. Senador José Nery com a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, senhores convidados das diversas entidades representativas do movimento popular, indígena, dos atingidos por barragem, senhores representantes do Consórcio CESTE, responsável pela construção da hidrelétrica, senhores representantes dos Órgãos de Instituições Públicas do Governo, Ministério das Minas e Energia, FUNAI, IBAMA, senhores Prefeitos dos Municípios de Babaçulândia e Estreito, senhora Procuradora da República, sub-Procuradora da República, Deborah Duprat, senhoras e senhores.

Quando me retirei há pouco, Senador Paulo Paim, para ir ao Plenário e lá manifestar o nosso restrito apoio à greve dos auditores da Receita Federal e clamar pela continuidade da negociação com o Ministério do Planejamento, abordei ao final do meu pronunciamento uma palavra aos defensores dos direitos humanos no meu Estado no Pará por conta da absolvição de um criminoso, do mandante do crime de irmã Dorothy, Viltalino Bastos, que ontem foi inocentado no segundo, condenado no primeiro a trinta anos de prisão e inocentado no segundo julgamento.

Dirigi uma palavra muito rápida de apenas trinta segundos para me solidarizar com os índios da Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, que uma vez tendo suas terras demarcadas em 2005, e a implementação do Decreto Presidencial da demarcação tem sido motivo dos mais violentos questionamentos. Protestei contra o fato do fazendeiro, arroteiro, Prefeito do Município de Pacaraima, que liderou a invasão e a violência contra os indígenas da reserva, atacando violentamente deixando dez índios feridos, e isso foi o suficiente para que uma verdadeira solidariedade de classe e de interesses daqueles que combatem os povos indígenas, os povos nativos, o direito do nosso povo, foi o suficiente para receber interpelações do Plenário, depois outros pronunciamentos ao qual tive que esperar para poder apartear e responder com a palavra, e ficaram mais indignados ainda porque disse que apoiava a ação do Ministério da Justiça e da Polícia Federal que prendeu o Prefeito criminoso. A partir desses fatos, esperamos que o Governo faça cumprir o Decreto retirando os seis arroteiros que infernizam a vida daquele povo indígena.

Faço isso em reconhecimento de um direito, de uma luta e aqui todos sabem, não sou da bancada da base aliada de apoio ao Governo. Sou do PSOL e da oposição, mas tem questões que estão acima da luta política que se trava aqui no Congresso Nacional, a luta da cidadania e do direito mais legítimo do nosso povo tem que receber de todos o apoio, se quisermos ser coerentes com o mandato que recebemos livremente do povo. Portanto, me ausentei, disse isso aqui porque me ausentei um bom tempo para poder responder aos ataques, à luta e à determinação do povo indígena Raposa Serra do Sol.

Mas, como bem sabemos, o modelo de desenvolvimento preconizado para a Amazônia dos grandes projetos hidrelétricos, dos grandes projetos minerais, dos projetos florestais, do agronegócio, da pecuária, tem significado, sim, para a maioria do povo da Amazônia a negação dos mais elementares direitos.

Os grandes projetos como Tucuruí, os projetos hidrelétricos como Tucuruí, eu fiz um desafio quando visitei outro dia Altamira e fui instado a apoiar a implantação da hidrelétrica de Belo Monte, questionada pelo Ministério Público Federal pela ausência dos estudos mais elementares para o cumprimento da própria Constituição e naquele momento convidei aos Prefeitos, aos membros da associação comercial, Senador Paulo Paim, que fossem a Tucuruí contemplar e verificar o mais completo nível de desenvolvimento que o grande projeto levou àquela população, mas eu não queria que fosse só no Centro cidade, teria que ir a periferia, teria que ir nos assentamentos para o qual foram deslocados os moradores da bacia, da barragem de Tucuruí.

A depressão, a morte, por razões, aquelas populações que foram retiradas do seu local de origem que tem, quer dizer, aquela visão e aquele sentimento de pertencimento a um local que foi violentamente alterado, isso já significaria ao lado de um grande projeto da Amazônia é a repetição da tragédia da miséria dos grandes bolsões de pobreza, não é? E a falácia da geração de emprego é para muitos poucos e aí a brilhante... E nós somos a favor da geração de emprego, sim. Agora, não pode ser à custa do sacrifício de populações que historicamente habitaram, vivem essas regiões, e que são tratadas da forma mais desumana, mais desrespeitosa possível.

Então, diante desses pressupostos, o modelo de desenvolvimento que faz a depredação do meio ambiente, que altera violentamente a vida das pessoas, que não promove o desenvolvimento, porque a concepção de desenvolvimento não pode estar associada apenas aos lucros dos grandes empreendimentos, da sua contribuição na balança comercial do País, se

não tiver incluído a variante ambiental e o legítimo direito às populações aonde esses empreendimentos se instalam.

Portanto, quando houve a reunião em Imperatriz, quando da última mobilização dos movimentos lá da região, Senador Paulo Paim, a reunião que aconteceu em Imperatriz no dia 18 de março, com a presença do Ibama, do Ministério Público Federal, do Estadual, da FUNAI, do INCRA, de várias organizações sociais, movimentos do MAB, MST, CPT, etc., quando houve lá essa reunião, Senador Paulo Paim, houve o compromisso de que a maior reivindicação apresentada aqui nesta Audiência Pública, a constituição de um fórum interinstitucional para acompanhar, discutir todas as questões relativas à vida dessa população residente naquela região, que vai ser impactada pelo projeto, estabelecendo os compromissos, foi aceita a idéia lá desse fórum.

Marcaram a reunião do fórum então para o dia 07 de abril, que seria também em Imperatriz, mas as organizações foram instadas a participar de um fórum na capital do Tocantins, em Palmas, no dia 10. As organizações concordaram, inclusive com a anuência, eu quero aqui consultar aos representantes ao Dr. Antônio Luiz, que representa o Consórcio de Estreito, sobre a informação que nos foi prestada pelos movimentos de que o consórcio havia se responsabilizado para o pagamento do transporte até Palmas, porque foi aceita a transferência da reunião de Imperatriz sobre essa condição. E até hoje, me dizem, o compromisso feito, está lá a dívida em nome das entidades. Então, se for verdadeiro isso, primeira exigência aqui, que o consórcio cumpra a sua palavra para cumprir essa migalha diante da situação que submeteram aos trabalhadores.

[palmas]

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Então eu queria, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, dizer o quanto é importante essa Comissão de Direitos Humanos dirigida magistralmente por V.Ex^a. Tem cumprido aqui um papel dos mais relevantes para que o conflito existente de natureza relacionada a luta e a garantia dos direitos humanos, aqui nesse Senado Federal, tenha um endereço em que o povo fala com liberdade.

[palmas]

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Mas falam também as autoridades todas, qualquer órgão público, qualquer Instituição, fala o setor privado, como falou aqui, e assim, esse espaço, essa Comissão tem sido um dos mais, eu diria das mais relevantes, uma das mais inspiradoras, no sentido da palavra democracia, porque aqui todos falam. Tenham conflito, tenham idéias

diferentes, tenham divergência, todas manifestadas aqui, e mais do que isso, com respeito.

Claro que aqui eu não vou dizer que alguns na sua expressão, até na sua singeleza, na sua compreensão, no universo do seu mundo, da sua realidade, às vezes, expressa aqui palavras muito duras, que talvez nos incomodem, para alguns nos incomodem tanto. Mas todos nós devemos compreender o contexto em que elas são dirigidas.

Portanto, Senador Paulo Paim, senhores convidados e convidadas, esta Comissão de Direitos Humanos quer ser avalista, ou quer assumir aqui uma parceria, um compromisso da nossa tarefa, de aqui obter o compromisso das instituições públicas e do Consórcio CESTE, para que a mais elementar reivindicação de todos os moradores das associações, do povo daquela região, seja aceita e sacramentada como um compromisso de honra, se queremos de alguma forma respeitar o povo, porque o maior desrespeito é ter os procedimentos até aqui anotados, os estudos inclusos que autorizam o início das obras, sem que as condicionantes previstas sejam minimamente acatadas na prática, não de boca, não de falácia. Portanto, é um momento democrático, extraordinário, que lutamos tanto por isso. Pensem há vinte anos atrás, na ditadura, vir aqui uma pessoa do povo, falar, abrir seu coração, suas idéias ou qualquer um dos senhores, para criticar o Governo, para apontar erros. Sairia daqui, provavelmente, preso e o Parlamentar que o apoiasse talvez saísse daqui da porta com o seu mandato cassado.

Mas a liberdade democrática que estamos construindo permite que a gente faça esse debate tão aberto como nós estamos fazendo aqui. Portanto eu queria... Ah, e aqui nós vimos claramente que só há uma proposta: a constituição de um fórum mais amplo, inclusive eu acho que até pode ser combinado essa questão dos comitês gestores, mas o fórum mais amplo que oriente as grandes decisões de acompanhamento desse projeto.

[palmas]

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): O povo pedindo para ter o direito de falar, de ser ouvido, não de forma manipulada, não de forma que, a capricho de quem quer que seja, de um líder político, por mais importante que seja, determinar quem participa é o fulano, é o cicrano, representando a sociedade. Isso não. Isso é manipulação, mas esse fórum que se tivesse sido respeitada a decisão da reunião de Imperatriz, essa reunião aqui, essa Audiência Pública, que teria sido, provavelmente, cancelada porque estaria atendido com aquela reunião aqui.

Então, Sr. Presidente, encerro esperando que haja aqui, nessa Mesa de negociação, que o que for decidi-

do e assinado pelos representantes dos órgãos públicos, só não estava o CESTE, mesmo que convidado mas não esteve lá no dia da reunião lá em março, em Imperatriz, mas a única proposta apresentada à Mesa gostaria que fosse feito aqui um documento, um compromisso para a constituição desse fórum e discutida a sua forma de funcionamento e que houvesse, sim, o cumprimento da lei, o cumprimento da constituição, porque as palavras do Sr. Antônio Veríssimo, o líder indígena, eu até pensei em simplesmente não falar e apenas dizer que subscrevo e as faço simbolicamente, cada palavra de tantos, mas especialmente do líder Antônio Veríssimo, que falou aqui verdades incontestáveis e que pediu "Cumpram a Constituição, senhores. Respeitem o povo, senhores". Esse é o apelo, que é de Justiça, e a melhor forma de ajudar a construir uma sociedade mais democrática, mais justa, mais fraterna, mais humana, em que o lucro não esteja acima da vida, mas a vida seja a prioridade e o compromisso de todos nós. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Meu amigos e minha amigas, eu queria no encaminhamento final dessa importante Audiência Pública, primeiro agradecer a todos. Pelos meus cálculos aqui, em torno de trinta pessoas falaram sobre a barragem de Estreito e nesse encerramento, me permitam somente que eu encaminhe, consultando aqui toda a Mesa, na linha que foi proposta aqui pelo Senador José Nery. Que a gente assuma o compromisso de termos, como o Senador propôs, um fórum mais amplo que seja o centro do debate e que ali a gente possa ir construindo as políticas que atendam a todos aqueles setores que estão envolvidos nesse debate. Porque outro encaminhamento não seria possível nós tomarmos aqui, a não ser essa proposta colocada aqui pelo Senador José Nery. Eu rapidamente, pelo menos consultei aqui a Dra. Deborah, de que não vê nenhum conflito quanto a isso.

A pergunta que eu faria a todos os nossos convidados, se a partir desse evento é possível ampliar num único fórum e continuar construindo um caminho razoável que atenda aos interesses de todos os envolvidos. Todos nós aqui sabemos que a barragem de Estreito é uma realidade, ela é um fato e que percebo aqui é que parte da população gostaria de participar mais dos encaminhamentos. Eu acho que isso é possível e por isso eu apenas quero reafirmar esta disposição de todos de que se estabeleça um diálogo ainda mais amplo do que aconteceu até o momento.

Eu pergunto, inclusive, se as pessoas que respondem aqui pelo consórcio concordariam com essa formulação. Claro que isso, nós sabemos que tem que

haver muita boa vontade de todos, enfim, da população ribeirinha, do povo indígena, dos gestores, das prefeituras, dos Parlamentares envolvidos, do Ministério Público, então esse é o apelo que eu faço, porque eu não posso ir além disso.

Eu teria que apenas solicitar da possibilidade que haja um fórum mais amplo que vai ser construído por vocês, porque aqui todos disseram, e eu concordo, vocês retornam para suas realidades e nós ficamos aqui no Parlamento. E nós queremos ser parceiros de vocês. Já foi falado até aqui em outra Audiência Pública e eu me preocupo também que a gente fique de Audiência Pública em Audiência Pública, e as questões de interesse da população não sejam efetivamente encaminhadas.

Se vocês concordarem com essa formulação que é ampla, e no meu entendimento é generosa com todos, de fazermos com que esse fórum mais amplo, Senador José Nery, como V.Ex^a. propôs, seja o resultado dessa reunião. Logo, os procedimentos e encaminhamentos, não cabe ao Parlamento, todas as partes envolvidas que vão ter que poder fazer com que isso possa efetivamente acontecer.

Se eu tiver uma salva de palmas do Plenário, eu entendo que é por aí. Pode ser isso?

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não, Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paulo Paim, muito importante a salva de palmas para dar um entendimento, mas seria muito importante, em rápidas palavras, obter aqui o compromisso das instituições aqui representadas com esse entendimento, que tenha o fórum, já indicando aqui a data para a primeira reunião para discutir a forma de funcionamento e tal. Seria importantíssimo--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, está inscrito já aqui--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu gostaria de ouvir o compromisso que sem isso--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está inscrito já aqui o representante, por favor, o seu nome só para ficar gravado.

SR. ANTÔNIO LUIZ FONSECA ABREU JORGE: Antônio Luiz, eu sou Diretor de Saúde e Segurança e Meio Ambiente do Consórcio CESTE Energia.

Só dando uma resposta à Sua Excelência, Senador José Nery, sobre o pagamento das despesas, que realmente a monta é baixa, mas o CESTE recebeu o fax solicitando o pagamento e a gente respondeu imediatamente tanto ao IBAMA, quanto ao Ministério das Minas e Energia que não caberia ao CESTE pagar aquelas despesas.

Então o CESTE em nenhum momento concordou em pagar essas despesas e isso foi informado tanto ao IBAMA, quanto ao Ministério das Minas e Energia, e foi informado ao movimento que o CESTE não pagaria estas despesas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Esta informação não houve.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu gostaria muito que, claro que tem detalhes, pessoal, que vocês vão ter que continuar conversando. Eu estou falando isso nem como Senador, mas como ex-sindicalista.

Numa Audiência Pública a gente não vai conseguir entrar nesses detalhes. A pergunta que fica, que eu gostaria é essa possibilidade do fórum mais amplo. Podemos caminhar nesse sentido? E continua se fazendo a discussão.

SR. ANTÔNIO LUIZ FONSECA ABREU JORGE: Eu entendo, como foi já colocado por todos aqui, que o empreendimento da hidrelétrica Estreito, está sendo discutido, está sendo estudado desde 2000 em termos de estudo de impacto ambiental, com dez audiências públicas realizadas e outras audiências públicas pública realizadas.

Esta daqui é mais uma audiência pública que estamos realizando, já realizamos audiências públicas na Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, entre outras audiências públicas realizadas. Eu entendo que a gente criar um fórum único de negociação, e esse é o entendimento que ficou claro aqui das associações da região, não respeita necessidades específicas de cada Município.

Cada Município tem interferências diferentes no empreendimento. A gente não pode tratar--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permite só para ajudar o seu raciocínio? Eu entendo que uma coisa não inviabiliza a outra. Eu acho que dá muito bem para fazer a discussão dentro da realidade de cada Município e sem deixar de termos um encontro que permita, num único fórum, as pessoas dialogarem daquilo que for comum. A proposta no fundo é essa.

[palmas]

SR. ANTÔNIO LUIZ FONSECA ABREU JORGE: É exatamente, é isso que eu estou falando, que várias associações aqui já se manifestaram contrários à criação do fórum. O Consórcio CESTE Energia tem que respeitar a oposição dessas pessoas que foram colocadas em diversas audiências públicas, a posição das pessoas que são colocadas no dia-a-dia na implantação do empreendimento. Então o Consórcio CESTE Energia não pode virar as costas a essas pes-

soas, são essas lideranças legalmente constituídas, representativas da região--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deixa eu ajudar, porque eu estou vendo diversas pessoa pedindo a palavra já. O que eu estou propondo aqui, democraticamente, eu diria com muita tranquilidade, eu acho que não vai violentar a ninguém. Mantém todos os Fóruns, não estou aqui questionando os Fóruns, os comitês, a realidade de cada Município, que é legítimo.

Mas qual é o problema de nós termos, nós, vocês no caso, termos a possibilidade de ter um fórum mais amplo onde representante de todos os comitês, enfim, e Fóruns locais que estejam debatendo e possam se reunir e dialogar sobre o tema. Olha bem, o que nós estamos propondo aqui é dialogar sobre o tema. Ninguém está impondo nada a ninguém e nem que tem que aceitar essa ou aquela reivindicação e não inventar nada.

Eu apenas estou aqui, com muita singeleza e muita humildade, propondo da possibilidade, respeitando todas as divergências que são legítimas, que vocês possam em certo momento reunir num único local todos agentes que estão fazendo esse debate, é somente isso.

SR. ANTÔNIO LUIZ FONSECA ABREU JORGE: Eu entendo que se for conduzido pelo IBAMA, se for eu acho que o IBAMA tem que se manifestar a respeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu gostaria de ouvir o IBAMA, eu acho que ajudaria muito.

SR. ANTÔNIO LUIZ FONSECA ABREU JORGE: Acredito que se for um fórum com um representante de cada um dos comitês, e não com agentes externos...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É isso, esse é o espírito da proposta. Vamos ouvir o IBAMA.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paulo Paim, eu queria pedir para falar antes do IBAMA, se o Sr. Permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não, Senador tem a palavra sempre.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Mas o senhor está presidindo, eu tenho que pedir a palavra para falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador, pode falar a qualquer momento, Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Seria importante aqui ficar claro qual é a proposta que nós estamos aqui discutindo. O fórum interinstitucional seria formado pelas instituições públicas do Governo. Minis-

tério de Minas e Energia, IBAMA, FUNAI, INCRA, que todos tenham obrigações neste processo lá.

Ao mesmo tempo, estariam presentes a empresa, construtora, a responsável da barragem, estariam presentes os movimentos sociais da região, os movimentos sociais da região, MAB, associações indígenas, os comitês locais, a ampliação... Se os senhores entendem e se for apenas como os que já estão nos comitês, é um completo desvirtuamento da proposta que está se discutindo aqui. Aí não seria ampliação.

[palmas]

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Seria apenas um consórcio dos que já estão. Se é ampliação, inclui os comitês, mas inclui, e no processos dos comitês se modificam, se alteram, se renovam, mas um processo de diálogo permanente para ficar bem claro o que foi dito e acertado lá em Imperatriz. Está muito, está claro foi dito o seguinte: o objetivo... Sr. Presidente, seria com esses termos: Qual o objetivo? Discutir e acompanhar os programas ambientais e a realocação das famílias atingidas, promover o envolvimento de diversos órgãos na discussão dos envolvidos com a questão. É esse o sentido: A— o fórum amplo envolve os comitês, envolve essas entidades populares dos movimentos, envolve os órgãos públicos e envolve o consórcio, como grande elaborador das diretrizes. E aí a aplicação vai depender do convencimento, da oportunidade, da possibilidade. Não vai se colocar faca no pescoço de ninguém, mas esse é o espírito e a idéia desde sempre para que fosse coordenada--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pelo IBAMA, com a presença do Ministério Público Federal e Estadual. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, eu sou muito objetivo também nos meus encaminhamentos. Eu tentei aqui uma proposta de conciliação. Se não há entendimento, eu simplesmente vou encerrar a audiência, porque a vida é assim, e nem todos são obrigados a concordar com aquilo que eu falo, senão eu vou me sentir aqui o dono da verdade e eu não sou dono da verdade.

Eu vou ouvir IBAMA e se não há entendimento nós vamos encerrar, porque temos que encerrar a Audiência Pública, sem prejuízo de vocês continuarem dialogando, conversando e buscarem um outro caminho. Então eu vou ouvir o IBAMA, em seguida eu vou dar a minha posição democraticamente, respeitando a divergência que eu sinto que há no Plenário e naturalmente aqui na Mesa.

SR. VALTER MUCHAGATA: Obrigado Senador. Rapidamente para dizer que, primeiro, esse encami-

nhamento de comitês locais ele consta hoje como uma condicionante da licença que o IBAMA não teve oportunidade ainda de verificar, de validar ou não esse processo, aperfeiçoá-lo, etc., porque não foi realizada ainda uma rodada completa dessas reuniões dos comitês locais.

Então, a primeira coisa que a gente, inclusive foi combinado isso na reunião lá em Palmas, faremos agora final de maio e começo de junho. Bom, isso é uma questão e também é um fórum que esse comitê, inclusive denúncias que surgiram que não estaria sendo aberta à participação ampla, então isso o IBAMA deixou claro em compromisso firmado com a presença do Ministério Público e todos os presentes, que se abra a participação por dentro e quem está se sentindo excluído e seja um ator relevante, como o próprio MAB, inclusive, outras associações já se manifestaram também.

Eu também não vejo nenhum impedimento para que o Ministério Público Federal e Estadual participem também dessas reuniões dos comitês. Essa é uma primeira rodada. Nada temos contra a realização de um fórum, pode ser dois, um em cada Estado, pode ser um grande fórum. Agora do ponto de vista do IBAMA, nesse momento, o que nos compete coordenar efetivamente são pelo menos essa primeira rodada para a avaliação posterior dos comitês locais, inclusive para avaliar isso. Qual é a sua eficiência? Está atingindo o objetivo ou não? Há um caminho de aperfeiçoamento? Ou melhor, até excluir esse caminho ou mantê-lo em articulação com o que possa vir a ser o fórum amplo que está se propondo, que independente da decisão do IBAMA, acho até que ele pode funcionar por conta dos interessados, eu não sei.

De qualquer maneira, em havendo esse fórum, eu faço a pergunta, eu acho que é uma decisão até que tem que ser tomada internamente e ser discutido mais internamente, dentro da administração, no caso, da área ambiental federal, Senador e demais participantes. É a quem compete efetivamente a coordenação desse fórum, se é a Casa Civil, se é quem sabe a ANAEEEL, eu não sei quem encaminha o decreto de utilidade pública para a Casa Civil, que é que vai incomodar finalmente a vida de tantas famílias. Eu não sei se realmente é o IBAMA que acabe depois estar lidando com esses conflitos todos dessa maneira.

Eu acho que o caminho que a gente buscou hoje dentro da licença, ele busca resolver, mediar esse conflitos no âmbito local. Veja, não é a posição ideológica, não fazemos disso uma religião, nada disso. Em outros empreendimentos o IBAMA utilizou, lançou mão do instrumento do fórum, apenas por entender que a realidade é diferenciada, são muitos municípios e as

distâncias são longas, seria apropriado nesse momento a gente tentar validar esse caminho que foi delineado, que é dos comitês co-gestores locais.

Sem prejuízo que se faça fórum, apenas o IBA-MA não pode nesse momento, até por razões administrativas, Senador, assumir esse compromisso de coordenar um fórum dessa natureza só isso. Obrigado pela [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos e minhas amigas, eu entendi, há um divergência no Plenário. O encaminhamento que eu vou dar aqui me cabe como Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Nesse momento é simplesmente agradecer a todos, fazer o apelo para que continuem dialogando, buscando uma alternativa que atenda ao interesse principalmente daqueles que se sentem mais prejudicados, mas a vida é assim, dificilmente numa Audiência Pública a gente consegue sair com um acordo firmado.

Mas aqui foi feita a provocação positiva de que todos os setores continuem dialogando e construam o entendimento, pensando no bem de toda a população e do País. Um abraço a todos e está encerrada a presente reunião.

[palmas]

Sessão encerrada às 18h30.

ATA DA 18ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 08 DE MAIO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÃO Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às nove horas e dois minutos do dia sete de maio de dois mil e oito, na sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos seguintes Senhores Senadores: **Flávio Arns, Paulo Paim, Patrícia Saboya, Inácio Arruda, José Nery, Leomar Quintanilha, Wellington Salgado, Geovani Borges, César Borges, Romeu Tuma, Gilberto Goellner, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, Virgínio de Carvalho e Lúcia Vânia.** Os Senadores Cícero Lucena e Geraldo Mesquita Júnior justificam suas ausências. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior, faz as considerações iniciais e explica como serão conduzidos os trabalhos. **Pauta. Primeira Parte. Item Único:** A presente reunião foi convocada na forma de Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 06, de 2008

– CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 21/02/2008, com vistas a tratar dos projetos em tramitação no Congresso de interesse do povo negro. O Senhor Presidente convoca, para compor a mesa e fazer uso da palavra, os seguintes convidados: **José Vicente**, Reitor da Unipalmes de São Paulo – SP; **Regina Célia Silveira Santana**, Advogada membro integrante da Comissão do Negro e Assuntos Antidiscriminatórios – CONAD da OAB, Secção São Paulo – SP; **Carlos Santana**, Deputado Federal; **Edson Santos**, Ministro de Estado da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial -SEPPIR; **Antônio Roberto**, Deputado Federal; **Carlos Alves Moura**, Professor e Secretário-Executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz (CNBB); **Sebastião da Silva**, Conselheiro do Conselho de Defesa dos Direitos dos Negros da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania; e **Jaques Jesus**, Assessor de Diversidade e Apoio aos Cotistas – UnB e Coordenador do Centro de Convivência Negra – UnB. O Senhor Presidente, após as exposições dos Senhores Convidados, franqueia a palavra aos Senhores Senadores para suas considerações. Encerrada a primeira parte da reunião. O Senhor Presidente adia a discussão das matérias da **segunda parte** (de deliberação das matérias pautadas). Encerradas as falas dos Senhores Senadores e dos convidados, o Senhor Presidente faz suas considerações. Fazem o uso da palavra os seguintes Senhores Senadores: Paulo Paim, José Nery, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, Patrícia Saboya, Gilberto Goellner, César Borges e Wellington Salgado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores e as coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprova-do.

A presente reunião será realizada em duas partes: a primeira – Audiência Pública e a segunda – reunião deliberativa.

Primeira parte: Item Único – Audiência Pública nos termos do Requerimento nº 6/2008, CDH, de autoria de Senador e que requer realização de Audiência Pública para discutir projetos que tramitam no Congresso sobre a questão do povo negro tais como, entre outros, o PL nº 73/1999 que trata das Políticas de Cotas da Deputada Eunice Lobão, que se encontra ainda na Câmara dos Deputados, e o próprio Estatuto da Igualdade Racial.

Foram convidados para esse evento uma série de especialistas, mas já estão aqui conosco o Reitor da Unipalmares, Dr. José Vicente, que é um símbolo para nós no campo da educação. E aí, José Vicente, permita, meu querido Reitor, que eu já o cumprimente pela primeira turma de formandos, inclusive, 126 alunos na unidade Zumbi dos Palmares numa grande atividade que contou, inclusive, com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente da República. Foi o patrono inclusive dessa primeira turma, e fiquei feliz de saber que a Universidade Zumbi dos Palmares pretende estender, além de São Paulo, para outros Estados num futuro próximo. Esta Universidade que vem, no meu entendimento, fazer um papel belíssimo para todo o povo brasileiro e fiquei feliz também que recentemente V.Ex^a foi convidado para falar no exterior, depois o senhor vai comentar, sobre essa obra que é uma obra gigantesca, parabéns meu querido Reitor.

Aqui conosco, também, já Dr^a Regina Célia que é Advogada da Comissão do Negro da OAB para assuntos discriminatórios que vai fazer também a sua exposição.

Eu gostaria de, nesse primeiro momento, anunciar à Casa, quando os outros convidados estão ainda chegando, que esse é o segundo momento de um ciclo de debates que nós iniciamos aqui no último dia 30. No dia 30, tivemos um debate aqui “O Negro no Mercado de Trabalho” e já aproveitamos naturalmente para discutir o 1º de Maio que seria no outro dia, né, e a situação de todos os trabalhadores no país tanto negros, brancos, índios, enfim, a situação do assalariado brasileiro. Foi um grande evento que contou com a presença, inclusive, de representantes do Movimento Sindical e dos mais variados segmentos da sociedade. Aqui o DIEESE fez uma bela explanação naquela oportunidade sobre a situação do negro, especificamente, e das mulheres negras no mercado de trabalho.

O dia de hoje nós vamos, pela parte da manhã, discutirmos alguns projetos, e eu tenho aqui uma série deles, que infelizmente o Congresso ainda não deliberou e que... Sempre digo que esse assunto interessa a todos – a brancos e negros – que o combate a discriminação é uma, como é que chama? É a luta do bem,

né? De todo o cidadão desse país que quer de fato uma Pátria onde todos tenham oportunidades iguais. Então, nessa perspectiva, nós vamos pela parte da manhã fazer o debate desses projetos que tratam de cota, a questão do Estatuto, enfim, são inúmeros os projetos no campo da Legislação.

Na parte da tarde, nós vamos discutir, nesse mesmo dia, né? A questão da Lei nº 10.639, a Lei da Educação sobre a questão do negro... Da verdadeira história do negro na formação do povo brasileiro. Essa lei é uma lei importantíssima, Lei nº 10.639/2003, porque os dados que essa Comissão recebeu até o momento demonstram que não chega a 20% o número de prefeituras, ou seja, de Municípios que estão aplicando a lei como ela deve ser. Então, vamos debater a lei e por que inúmeros Municípios estão com dificuldades para que a lei seja efetivamente aplicada, falta de professores não acredito que seja, bom, se é falta de formação de profissionais que conheçam com profundidade esse tema, então, vamos tentar contribuir com esse debate e encontrar caminhos.

Aqui também hoje à tarde, nós vamos discutir a questão dos abolicionistas, porque nós entendemos que os escravocratas – a própria história se encarregou de apagar o nome deles – eu acho lamentável e me contaram e os especialistas, aqui, podem me ajudar que o próprio Rui Barbosa mandou incinerar documentos da época, mas ele entendeu, ao mandar incinerar, que era uma época tão triste, um crime tão hediondo contra o povo brasileiro que ele quis apagar. Mas eu acho que, no meu entendimento, não deveria ter apagado, acho que essa é a visão de todos que estudam porque... Como é que chama? Povo que não tem história acaba tendo dificuldades de analisar seu presente e projetar o seu futuro. Claro que o povo negro como os brancos, os índios, todos têm histórias, e esses documentos deveriam ser guardados, né? Mas o que... Inclusive, o Senador Cristovam ele fez toda uma retrospectiva da data em que foi aprovada a famosa Lei Áurea aqui no Congresso Nacional, e nós tivemos dificuldades. Eu tive a alegria de ser quem apresenta o livro de encontrar o nome dos escravocratas – esses praticamente sumiram – um ou outro que aparece lá um discurso, embora na época foi um debate ferrenho. Agora, os abolicionistas não... Esses os nomes deles estão aí, e nós, com certeza absoluta, vamos fazer questão de destacar o nome de cada abolicionista na reunião que teremos hoje à tarde e que são os verdadeiros homens que dedicaram a sua vida para uma política de liberdade e igualdade. Sabemos que eles também sofreram na época pela sua visão libertadora.

No dia 13, nós teremos no plenário do Senado Federal – eu sei que ambos estão convidados – no dia 13 no plenário do Senado Federal, uma Sessão Especial para debatermos os 120 anos da “Abolição Não Concluída”, essa é uma iniciativa dessa Comissão e também da Comissão de Educação liderada pelo Senador Cristovam que é o Presidente daquela Comissão.

Já no dia 15, teremos aqui também, nessa Comissão de Direitos Humanos, Audiência Pública para discutir a anistia a João Cândido – que eu tenho uma grande esperança ainda que a Câmara aprove no dia 13 de maio – estamos fazendo um movimento nesse sentido. Posso informar a todos que tive reunido, inclusive, com o alto comando da Marinha, eles são totalmente favoráveis que seja consagrada a anistia a João Cândido. Tive também com o próprio Ministro Edson, né, da CEPIS – o Edson Santos, e ele me acompanhou até o Presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, que disse da sua disposição e se depender dele, ele vai conversar com os líderes para que esse tema seja votado de uma vez por todas e quem sabe no dia 15 a gente não possa estar... Eu não diria nem festejando, mas fazendo um ato simbólico, aqui, em homenagem ao João Cândido e pela conquista definitiva da anistia – já que ele foi um dos grandes injustiçados para a história do nosso país – e também para João Cândido, eu apresentei um projeto para incluí-lo entre os Heróis da Pátria. Nós estamos trabalhando muito, Senador Suplicy, sempre presente, já está aqui conosco para prestigiar esse debate e seja bem-vindo, meu querido Senador Suplicy.

Então, teremos também essa questão do João Cândido no dia 15, e também teremos nesse dia, meu querido Reitor da Universidade Zumbi dos Palmares, queremos debater nesse dia e V.Ex^a estará convidado também – e sabe V.Ex^a vai dizer: “daqui a pouco vou ter que mudar para a Brasília e como é que fica lá a Universidade?”. Porque nesse dia nós queremos discutir também a questão do Zumbi dos Palmares não somente como herói da Pátria, que ele já é, não somente como um dia simbólico, porque 20 de novembro a data de Zumbi está na história do povo brasileiro – eu diria da humanidade. Nós queríamos nesse dia discutir, é um debate de forma muito fraternal, para que ninguém entenda diferente, porque no projeto que eu aprovei aqui no Senado e foi para a Câmara – eu insisto que 20 de novembro tem que ser feriado a nível nacional – explico o porquê. É que nesse dia – para mim – nós podíamos fazer a simbologia pegando a figura de Zumbi, que seja um dia de reflexão contra todo o tipo de discriminação, contra o negro, contra o branco, contra o índio, contra orientação sexual, contra a mulher, contra

a criança, enfim, que seja um dia de reflexão – o país discute formas de combater todo o tipo de discriminação. Esse é o objetivo de quando eu apresentei esse projeto, o Senado já aprovou e esperamos que agora a Câmara também aprove. Fazer um debate amplo e não ficaríamos só na questão do negro, do branco, né. O que representa o Brasil ter um dia para o debate de um tema tão importante como esse que é o combate a todo o tipo de discriminação.

Nesse dia, Reitor, nós vamos aproveitar também para debater um projeto que eu já aprovei aqui nas Comissões que é o “Troféu Lanceiros Negros”.

Lanceiros Negros, V.Ex^a conhece, V.Ex^a também conhece, é uma história bonita do povo gaúcho daqueles que pelearam na Revolução Farroupilha e, infelizmente, na reta final foram massacrados, porque não aceitavam qualquer tipo de acordo para o fim da Revolução sem que fosse assegurado primeiro o fim da escravidão. E como não aceitaram, porque exigiam a liberdade, e naquela época infelizmente as forças imperiais entendiam que se desse a liberdade para os lanceiros negros, com o fim da Revolução, o acordo feito entre o Poder Central e o Rio Grande do Sul seria como rastilho de pólvora e a abolição estaria consagrada em todo o país, mas era exatamente o que os lanceiros negros queriam – assegurar efetivamente a liberdade do nosso povo. Então, faremos também nesse dia esse debate.

No dia 21/05, teremos, então, um grande debate aqui sobre o preconceito contra as religiões. Então, nesse dia, nós não vamos só discutir não as religiões de motivo africanas, vamos discutir o preconceito que tem contra o evangélico, que tem contra religiões africanas, que tem contra a religião católica, por exemplo, os judeus, os índios, enfim... Queremos discutir a liberdade... O islamismo. Todos serão convidados para nesse dia 21/05 discutirmos a liberdade religiosa e será só esse o tema. No dia 29, já está chegando aqui o Prof^o Moura...

SRA. REGINA CÉLIA SILVEIRA SANTANA:

Não querendo cortar, Senador, o que eu realmente quero colocar que a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo, ela é pioneira, é a primeira Comissão de Direito e Liberdade Religiosa que foi fundada o ano passado. Então, é a primeira Comissão que trata a respeito desse tema e até no próximo dia 21 de maio nós teremos um Congresso Nacional discutindo as questões não só das religiões, como espírita, e também todo o mês de agosto nós temos também um Congresso Nacional que aprofunda mais a questão do evangélico.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, com certeza, vocês estarão presentes aqui

nessa reunião e o dia 29, eu estou só fazendo roteiro da Comissão, vocês terão a oportunidade de colocar seu ponto de vista de cada um dos temas.

No dia 29 teremos aqui o debate sobre as Comunidades Quilombolas. É um tema que tem que ser aprofundado e pretendemos fazer nesse dia um grande debate sobre essa questão das Comunidades Quilombolas. Como o tema de hoje é a questão da Legislação e as nossas preocupações pelo Congresso não ter ainda aprovado, eu vou listar aqui, rapidamente, os projetos que estão tramitando na Câmara e no Senado que serão frutos desse debate.

Eu começaria... tramitam aqui no Senado os seguintes Projetos de Lei de interesse da comunidade negra: PL nº 558 que institui o Dia Nacional de Luta pelo Direito das Pessoas com Doenças Falciformes – é uma doença que atinge diretamente a comunidade negra – é um projeto de nossa autoria, está pronto para ser votado, o Relator é o Senador Mão Santa que já deu parecer favorável.

Temos também a PEC nº 2 que estipula, institui o Fundo da Promoção da Igualdade Racial, porque há um debate profundo no movimento negro que... Da profundidade que exige, né, que temos que ter políticas públicas, mas temos que ter também um Fundo de Promoção da Igualdade Racial. E esse Fundo já está pronto para ser votado na CCJ, é o Fundo de Promoção da Igualdade. Ele tem uma correlação com o próprio Estatuto da Igualdade Racial, você aprova o Estatuto, mas o Fundo tem que ser PEC. Houve uma discussão, inclusive, com a comunidade nesse sentido, que muito entendia que o Fundo tinha que estar dentro do Estatuto, impossível. Para ser iniciativa do Legislativo, só com proposta de Emenda Constitucional e por isso que nós tivemos, eu apresentei, então, a PEC nº 2.

Temos também um projeto chamado “Projeto 21”, que é isso que eu dizia antes, que institui o diploma Lanceiro Negro e que eu apresentei ainda em 2004.

Temos também o PL nº 13/2004 que altera o Decreto nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 que modifica o Código Penal Brasileiro para incluir a previsão de agravantes aos crimes praticados por motivo de racismo. Está em tramitação pronto para votação na CCJ. Esse projeto eu apresentei em 2004 e o Relator o Senador Antonio Carlos Valadares.

Temos também um outro projeto do Senador Marcelo Crivella que vai também na mesma linha, PL nº 9/2004. Depois temos outro, o PL nº 225/2004 que vai também na linha de combate a todo o tipo de preconceito e discriminação. Esse do... Me lembro aqui, do Senador Crivella, ele trata dos crimes hediondos.

Bom, rapidamente, aqui só para situar, temos ainda um outro projeto que é de nº 225 também alte-

ra a Legislação para declarar que no crime de injúria qualificada pela utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião, origem, condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência você vai poder fazer com que a pena seja muito mais dura. Esse projeto eu apresentei em 2004.

Temos também o outro de 2003 que define como crime de vinculação de informações que induza ou incitem discriminação de raça, cor, etnia, religião, procedência... Esse eu apresentei também em 2003.

E, por último, o Projeto nº 2/2003 que prevê a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais, raciais e regionais.

Na Câmara dos Deputados – nossos convidados que chegaram agora eu estou listando todos os projetos de nossos interesses que estão tramitando na Câmara e no Senado – na Câmara e no Senado eu não vou listar um por um, mas, por exemplo, nós temos um projeto que inclui o líder da Revolta da Chibata, João Cândido, entre os Heróis da Pátria. Esse projeto eu apresentei em 2007, aprovei em 2008 e agora está na Câmara dos Deputados.

Temos também o Projeto nº 2.665/2007 que define os crimes resultantes de preconceito, raça e cor que foi apresentado também em 2007.

Temos também um outro projeto apresentado pelo Deputado Jô Moraes do PCdoB que trata de preconceito, raça ou cor.

Temos outro 2.071/2008 que diz que o ano nacional dos 120 anos da Abolição Não Conclusa é esse ano. Projeto... Aprovei no Senado no ano passado e ele está parado na Câmara dos Deputados.

Temos também ainda o PL nº 2.024/2007, autor: Deputado Henrique Afonso do PT do Acre que trata também do combate a discriminações. Depois temos o 987/2007, que vai na mesma linha, o 6.985 também na mesma linha e esse do Deputado Vicentinho.

Temos outro que é de nossa autoria que avança nas penalidades, que eu espero que seja aprovado ainda esse ano, que é o 6.418/2005.

Temos o 5.352/2005, prevê que 20 de novembro seria feriado nacional, aprovado no Senado e está na Câmara. E temos um da Marina Silva, esse que eu falava na abertura, que vai garantir a anistia definitiva para João Cândido, o Senado já aprovou e eu espero que a Câmara aprove ainda agora no dia 13 de maio. Falava ontem com o Deputado Carlos Santana e ele me dizia que há possibilidade da Câmara aprovar ainda nesse 13 de maio a anistia definitiva para o nosso Almirante negro, João Cândido.

Temos um outro projeto também do Deputado Vivaldo Barbosa do PDT que vai na mesma linha do combate aos preconceitos; Deputado Luiz Alberto

tem projeto que vai na mesma linha; Deputada Nice Lobão é o famoso PL nº 73 que trata das cotas das Universidades.

Temos ainda um aqui de autoria da Senadora, ex-Senadora, ex-Governadora, Benedita da Silva, que também define crimes resultantes de preconceito, raça e cor.

E temos o Estatuto da Igualdade Racial que eu apresentei no ano de 2000, ainda na Câmara, já passaram 8 anos; no Senado eu reapresentei aqui em 2003, o Senado aprovou por unanimidade, e ele está parado na Câmara dos Deputados. Fui informado que, numa Audiência Pública lá na Câmara dos Deputados, ontem, com a presença do Presidente daquela Comissão de Legislação Participativa – que é o Deputado Adão Pretto, que está fazendo um excelente trabalho também naquela Comissão – foi aprovado uma moção de apoio para que o Estatuto da Igualdade Racial seja aprovado ainda esse ano. O Estatuto eu apresentei em 2000 lá, em 2003 aqui, nós aprovamos por unanimidade, mas infelizmente há quase 8 anos está parado na Câmara dos Deputados.

Temos ainda outro projeto que vai na mesma linha que é do combate aos preconceitos e racismos que é o 6.264.

Bom, esse é um resumo dos projetos que nor-teiam o nosso trabalho na Sessão de hoje.

O que nós queremos aqui? Além, é claro, de dialogar? O Senador José Nery chegou, eu convidaria os nossos convidados que estão lá, digamos, nas cadeiras da imprensa para que venham, sentem na frente para acompanhar o debate, Senador José Nery está acompanhando eles, e me lembra aqui a assessoria que o outro painelistas Carlos Moura, eu convidaria o Carlos Moura... Dr. Carlos Alves Moura, professor e Secretário Executivo da Comissão Brasileira de Justiça e Paz que assuma aqui na Mesa com os outros convidados.

Eu, de imediato, eu vou passar a palavra aos nossos convidados da forma que sempre fizemos e em seguida, quando eu passar a palavra aos nossos convidados, eu não farei outra Mesa. Teremos quatro Mesas hoje pela manhã e quatro Mesas à tarde, e vou dar total liberdade, como tenho dado em outras Comissões, para que os Senadores usem a palavra no momento que entenderem adequado. Então, eu vou, por uma questão de uma homenagem especial a nossa Universidade Unipalmarenses, passar a palavra para o Reitor José Vicente, e depois que o Reitor falar os Senadores que quiserem falar comecem a interagir, a palavra dele, digamos, será o primeiro depoimento e em seguida passarei para a Drª Regina. Mas o Senador José Nery, antes que o Reitor use a palavra,

pediu, Senador Suplicy também tinha me pedido, eu tinha feito um sinal para ele, e ele concordou que o Reitor falasse primeiro.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, ilustres convidados, Reitor José Vicente da Unipalmarenses, Srª Regina Célia de Santana, e, aqui, o nosso querido Presidente da Comissão de Justiça e Paz da CNBB.

Sr. Presidente, pedindo desculpa ao senhor e ao nosso primeiro orador da nossa Sessão, em razão de compromissos externos, estarei me ausentando daqui a pouco e não vou ficar toda a Sessão, mas era para saudar esse ciclo de debates que a Comissão de Direitos Humanos vem fazendo com ilustres convidados para tratar dos mais importantes temas relacionados à igualdade racial, às cotas, o direito da população negra do nosso país e também aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, para registrar a presença aqui na Comissão de Direitos Humanos, de D. Flávio Giovenale, Bispo da diocese de Abaetetuba no Pará, cidade que ficou marcada por aquele episódio do ano passado quando a menina ficou mais de 20 dias presa com 20 homens numa cadeia pública do Município e que hoje veio a Brasília e participou da reunião da Comissão da Amazônia junto com a Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados anteontem, não é, e acabamos de ter várias Audiências, inclusive com o Ministro da Justiça. Eu queria, Sr. Presidente, além de congratular com esse ciclo de debates, dizer que estamos aqui juntos para afirmar o direito do nosso povo, especialmente da população negra do nosso país. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado Senador José Nery pelo registro que faz e, com certeza, o nosso convidado no momento que ele entender adequado ele também poderá fazer uso da palavra nessa Audiência Pública.

Então, eu para abrir o ciclo de debate passo a palavra ao Reitor José Vicente da Unipalmarenses e eu quero deixar bem a vontade os Srs. Senadores e Senadoras presentes, depois da fala do primeiro convidado se os Senadores entenderem que querem interagir, já estará aberto ao debate e daí vamos à sequência fazendo as Mesas conforme o combinado. Por favor, Reitor José Vicente.

SR. JOSÉ VICENTE: Caro amigo, Presidente dessa Comissão, nosso Senador Paim; a minha cara amiga Advogada, Drª Regina Célia da Comissão do Negro da OAB de São Paulo; meu caro amigo de longas datas e caminhadas...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Reitor, me permita só para informar ao plenário que, nesse momento, estamos ao vivo para todo o

Brasil e faço isso... E por que eu faço esse destaque, Reitor? Porque eu tenho ido a diversos debates sobre a questão racial na Câmara, não é nem gravado. Quero deixar registrado, aqui, o meu protesto, porque... Nós estamos falando do Congresso Nacional, não é reproduzido e nem gravado as Sessões de debate da questão racial da Câmara dos Deputados. Então, eu faço esse registro ao mesmo tempo que confirmo aqui a presença também do Senador Virginio Carvalho, assíduo e está sempre conosco para todos os debates como o Senador Suplicy, Senador José Nery e outros que estão chegando.

SR. JOSÉ VICENTE: Eu assino embaixo essa dificuldade que esse tema tem de chegar à mídia como um todo. Mas eu quero saudar, então, meu grande amigo de caminhadas, Carlos Alves Moura, quero saudar o grande amigo, grande amigo... Um grande soldado dessa luta que é de todos que é o Senador Eduardo Suplicy; quero saudar o Senador Virginio Carvalho; saudar o Senador José Nery, também D. Flávio, né, receba aí nossas considerações.

Quero na pessoa dessas personalidades saudar todas as demais personalidades e autoridades e esses que se encontram no plenário -mulheres, homens – e para dizer da satisfação de participar dessa atividade e mais ainda, de saber que esse tema, como sempre, tem tido na condução do Senador Paim e nessa Comissão o destaque e a importância que sempre precisou, e que, seguramente, continuará tendo nessa e, oxalá, em tantas outras Comissões, tantos outros espaços institucionais do nosso país em que esse tema precisa, deve e precisará da mesma maneira aprofundar-se para que possamos cumprir todos os caminhos e todas as necessidades que eles se colocam. E, talvez, a expressão máxima de quanto o país precisa de uma resposta – de tantas outras – mas de uma resposta definitiva para esse tema, seja exatamente a quantidade de legislação que está aí para ser apreciado. Se o Congresso é a caixa de ressonância da nação, a nação está falando através de seus representantes o quanto esse tema interessa a todos nós, brasileiros, e mais, o quanto respostas efetivas e definitivas seriam indispensáveis e necessárias para que cumpramos o objeto central de transformá-la em uma Nação justa, igual e democrática.

Eu quero pedir a licença, meu caro Presidente, para fazer dois registros que entendo que seja oportuno no sentido de dar a dimensão de quanto essa atividade dessa manhã é importante, mas também de quanto algumas coisas que têm acontecido no nosso país e mesmo no exterior possa contribuir para termos um juízo mais claro e mais aprofundado da importância do trabalho que é trabalhar pelos negros brasileiros.

Eu digo primeiramente do que foi a formatura da primeira turma da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares e digo isso porque, talvez, na formatura e no que significa Zumbi dos Palmares esteja a expressão do tipo do Brasil que nós imaginamos necessário, que nós imaginamos ser o Brasil que todos precisamos.

A Zumbi dos Palmares é uma construção coletiva e uma construção coletiva de todos os brasileiros – e brasileiros do quilate de V.Ex^a – que ao longo desses 10 anos tem sido um esteio para o nosso trabalho. Brasileiros do quilate do nosso Senador Eduardo Suplicy que está diuturnamente ajudando a fazer com que esse trabalho se torne realidade e de tantos outros, logicamente, Senador Virginio Carvalho, Senador José Nery, né, e brasileiros artistas negros também, autoridades de toda a natureza, Joel Zito Araújo, está me lembrando, Joel Zito Araújo, quanto aprendemos nos seus livros, em seus filmes, suas obras, oito títulos, fabuloso. Então, a representação simbólica é aquela de que nesse exato momento em que estamos nos aproximando – passamos do 1º de maio, mas estamos chegando no 13 de maio, e o 13 de maio nos remete a essa reflexão, ou seja, onde estamos? Como vamos? E para aonde vamos? E, talvez, mais ainda, com que roupa vamos, né? Diante das circunstâncias de dificuldades que assola esse tema na realidade.

E se temos dificuldades de toda a natureza, e se temos obstáculos alguns deles, inclusive, aparentemente intransponíveis, nós temos também realizações importantes que nos ilumina e que nos coloca a possibilidade de ter esperança de que as transformações que se precisa são possíveis. E é nesse sentido que eu exalto essa primeira realização da Universidade Zumbi dos Palmares, porque ela englobou primeiramente toda a representação da Sociedade Civil – toda a representação da Sociedade Civil – nós sempre falamos com bastante clareza que ali na Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares encontram-se os negros de todas as cores, tendo em conta que trabalhar por esse tema não é tarefa de negros, mas é tarefa de todos aqueles que têm um compromisso com justiça e com um bem comum.

Então, nesse sentido, essa materialização se fez presente e confirmou que é possível juntar uma plêiade de brasileiros em torno de um ideal comum.

O segundo aspecto importante dessa realização é aquela de que... Criar espaços diferenciados seria produzir discriminação ao reverso, não é? E a prática, ao longo do tempo, confirmou que todos estavam enganados ou aqueles que pensavam dessa maneira estavam equivocados, porque criar espaço que garanta particularidades é uma forma, assim, de conchamar e uma forma de exaltar o valor da diversidade e exal-

tar o valor da universalidade. E nesse sentido isso foi apreendido por todos que participaram do processo e, hoje, quando chegamos nesse momento de quase 5 anos de realização do nosso trabalho essas ponderações estão postas, estão consolidadas e estão internacionalizados por todos que estavam e estão diante do processo.

O terceiro aspecto importante desse trabalho e que demonstra e denota possibilidades na condução desse tema foi e é o papel do ambiente corporativo. Aqui, nós temos tido em tantas outras oportunidades chamado a responsabilidade do ambiente corporativo no que se diz respeito a sua indispensabilidade de criar caminhos e de ter uma atuação ostensiva e objetiva no sentido de privilegiar e de fazer com que a diversidade que todos nós advogamos seja uma realidade objetiva dentro das empresas e na área de atuação dessas empresas, quer na contratação de mão-de-obra, quer na divulgação da sua imagem institucional e quer também no relacionamento dos seus produtos com os consumidores negros. E se nós temos dificuldades das mais variadas, nós temos tido um grupo de empresas importantes capitaneadas principalmente pelo segmento bancário, e em que a ação dessas empresas além de estar fazendo a diferença tem criado possibilidades de que nós estendamos essa forma de ação para outros ramos e segmentos do ambiente corporativo.

Nós ao longo desses 4 anos tivemos 600 dos jovens da Universidade Zumbi dos Palmares fazendo *trainee* de Executivo Júnior nos dez maiores bancos do país, e dessa turma que se formou – dos 126 jovens negros que se formaram – então, 40 deles, quase 33.3% já saíram empregados, efetivados nessas empresas e nesses bancos.

De modo que é uma experiência impensável, a coisa de 10 anos atrás essas logomarcas fortíssimas, alocar junto a um tema que tem e tinha essa dificuldade e mais ainda, essas empresas compreendendo que responsabilidade social, compreendendo que a prática do pluralismo e a prática da igualdade de oportunidades passa obrigatoriamente pela necessidade de fazer um recorte racial, coloquemos no sentido de também privilegiar e prestigiar o jovem e o profissional negro. Então, essa é uma mudança significativa de cultura no ambiente corporativo, eu imagino que seja digna de registro e que deveria ser também objeto de condução em tantas outras oportunidades e em tantas outras intervenções legislativas dessa Comissão e dessa Casa.

E o terceiro, quarto e quinto aspecto definitivo dessa realização, Sr. Presidente, Sr. Senador, foi justamente o significado da cerimônia de formatura dessa 1ª turma. E eu digo isso porque o Senador Eduardo

Suplicy que esteve em todos os momentos de alegria e de tristeza desse trabalho, e esteve conosco também nessa formatura e, seguramente, ele há de concordar comigo. A história do Brasil nunca viu [soa a campainha] Nunca viu tantas autoridades, nunca viu tantas personalidades e nunca viu tantos veículos de comunicação para cobrir um evento que tratava de uma cerimônia relacionada ao tema negros brasileiros. Nós estávamos no ginásio do Ibirapuera na cidade de São Paulo, Sr. Senador, 5 mil pessoas nas galerias. Nós tínhamos o Presidente da República...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quero só dizer, dar o testemunho, eu não estava lá e você sabe o porquê. Eu lhe expliquei detalhadamente, mas fiquei todo o tempo assistindo pela TV toda a formatura, foi de fato algo magnífico.

SR. JOSÉ VICENTE: Fabuloso. Nós tivemos a presença do Sr. Presidente da República e foi o patrono da formatura da 1ª turma, acompanhado de 8 Ministros de Estados. Nós tivemos um grupo significativo de Senadores capitaneados pelo nosso Senador Eduardo Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ao som de Martinho da Vila.

SR. JOSÉ VICENTE: Ao som de Martinho da Vila, Sandra de Sá, Jair Rodrigues, Fundo de Quintal, tantas outras personalidades. E um dado significativo, Sr. Presidente, 80 veículos de comunicação cobrindo o evento, um evento transmitido ao vivo pela NBR e que tivemos a satisfação de recepcionar, inclusive, a TV Al-Jazeera, TV Al-Jazeera lá dos árabes, países islâmicos veio cobrir esse evento. Por que eu estou dizendo isso, por que eu quero relacionar isso? Para dizer do quanto o Brasil, os brasileiros, do quanto o mundo precisa desse Brasil novo e desse Brasil que respeite e desse Brasil que trate de uma maneira muito mais significativa os negros brasileiros. Então, esse é um aspecto interessante e esse é um registro que eu gostaria de fazer.

Um outro aspecto... Nosso grande Senador Romeu Tuma, amigo, companheiro combativo e que nos ajuda da mesma maneira em São Paulo com nossa Zumbi dos Palmares.

Eu quero dizer de uma outra ocorrência, Sr. Senador, que foi o *Right Superior Development Global Summit*. Esse é um evento que aconteceu nos dias 28, 29, 30 e 1º, agora, 28, 29, 30 de abril e 1º de maio, na cidade de Washington, capital dos Estados Unidos e que reuniu 300 instituições de Ensino Superior de todo o planeta. As maiores empresas e fundações norte-americanas, todas elas debaixo do departamento de Estado Norte-Americano, eu quero frisar isso para compreender o quê que o mundo está fazendo lá fora

nesse quesito que nós estamos discutindo aqui. Então, ao longo desses quatro dias ali no andar debaixo da nossa Secretária Condoleezza Rice, 300 autoridades do mundo inteiro se debruçaram para descobrir os caminhos de se manter um progresso sustentável e de se garantir a manutenção da paz e da liberdade global. E o dado interessante é que... Nesse evento, nessa atividade ao longo desses três dias sete Ministros de Estados, Secretários de Estados Americanos se revezaram trazendo sua contribuição, fazendo seus discursos, todos eles capitaneados pela Secretária da Educação, a Ministra da Educação no cargo equivalente do Brasil, Condoleezza Rice, e as maiores empresas, fundações americanas, sentadas a mesma Mesa e tentando achar caminhos e soluções para essa manutenção do desenvolvimento sustentável e também da garantia da paz e da liberdade. O veredicto final depois de três dias de debate de toda natureza: educação, incentivo à inovação tecnológica e valor da diversidade.

Então, vejam os senhores, lá nos Estados Unidos, na capital do Império, juntou-se todos os representantes de Estados e colocou como questão de Estado a discussão dos caminhos de progresso e de consolidação da liberdade e do valor da diversidade. O mundo inteiro juntou-se ao Império para dizer que esse é o único caminho da salvação, não é, e todos eles se debruçaram, então, para desenhar mecanismos e meios de implementar essas medidas ao redor de todo o planeta.

Então, na medida que nós estávamos nos aproximando dos 120 anos da abolição da escravidão, na medida em que nós estamos dizendo que ainda hoje 120 anos depois nós estamos arregaçando as mangas para tentar fazer com que meia dúzia de legislações possam definitivamente transformar-se em realidade objetiva. Nós estamos dizendo que o Estatuto está há 8 anos sendo debatido tanto no Senado quanto na Câmara, e no exato momento em que, enquanto nós debatemos meios de consolidar via Legislação progresso para os negros, ao mesmo tempo nós temos os reverses, Senador Paim, Senador Suplicy, Senador José Nery, [soa a campainha] Senador Virginio Carvalho, Senador Romeu Tuma, nós estamos com duas ações diretas de inconstitucionalidade que estão sendo analisadas pelo Supremo – que é uma contra o PROUNI e a outra contra aquelas leis de cotas das Universidades – principalmente do Rio de Janeiro, ou seja, um vai e vem. A gente tenta consolidar— Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só uma perguntinha... Que é uma coisa que a gente tem ouvido falar muito de contrariedades do PROUNI. Qual é o argumento da ADIN quanto ao PROUNI? Poderia explicar

por que tem muita confusão nessa área. Eu não estou falando por mim não, é que a sociedade, às vezes... Não sei se estou atrapalhando sua exposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Romeu Tuma, nós tínhamos combinado, Senador Cristovam chegou agora, um dos autores dos nossos requerimentos do dia 13 de maio e eu já falava aqui da sua obra, da pesquisa que V.Ex^a fez e tive a alegria de ser convidado para apresentar e V.Ex^a vai falar. Nós vamos permitir, quando ele concluir, os Senadores poderão, então, fazer sua intervenção e as perguntas virão no segundo momento. Como o tempo do nosso Reitor já terminou, mas já fica para responder a pergunta que o Senador Tuma colocou.

SR. JOSÉ VICENTE: Pois é, de qualquer maneira.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mais um minuto.

SR. JOSÉ VICENTE: Ótimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Essa foi boa, um minuto, ótimo. [risos]

SR. JOSÉ VICENTE: De qualquer maneira essa primeira observação, essa primeira intervenção é justamente. [risos] É para dizer o que nós temos de dificuldades de ação, o que nós precisamos construir, mas para dizer também que algumas coisas já estão acontecendo, né, aqui no Brasil, em São Paulo e para dizer também que o mundo lá fora converge no sentido de que esse é o caminho e essa é a chave, então, para esse tema e para realização desses fundamentos que precisamos. Eu, logicamente, em razão do esgotamento do meu tempo, eu encerro por aqui e fico disposto para conversarmos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Parabéns Reitor pelo trabalho, ninguém tem dúvidas quanto a isso. Eu queria convidar para a Mesa também, chegou nosso outro convidado que é o Dr. Sebastião da Silva, Conselheiro do Conselho de Defesa dos Direitos dos Negros, Secretaria dos Direitos Humanos e Cidadania.

[palmas]

Ele vem para a Mesa e eu quero registrar a presença conosco da Dr^a Abigail Ferreira, Presidente do Instituto de Cooperação e Desenvolvimento Humano e Social – CODES; quero também registrar com alegria, aqui conosco, o Assessor do Gabinete Extraordinário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Sr. Paulo Bayer.

E quero também, com alegria, até eu consulte a ele, porque ele tem tantos títulos não sei nem como anunciá-lo aqui, já que ele está fazendo documentário e filmando essa Sessão, do cineasta e doutor em Co-

municação, Joel Zito Araújo, pela USP, não é? Autor de “A Navegação do Brasil”... “A Negação do Brasil” e “Filhas do Vento”. Está registrado aqui nosso cineasta, e que repito quando ele chegou no meu gabinete com a simplicidade dele, o pessoal atendeu ele normalmente, conversava com um, com outro e tal e depois uma das nossas coordenadoras: “mas esse aí não é aquele que ganhou 8 Kikitos?” Eu digo: “É ele mesmo”. Todo mundo bateu palmas. Alegria recebê-lo conosco aqui.

Eu passo ao Senador Suplicy. Quero registrar... O Deputado que chega nesse momento é o Relator, inclusive, do Estatuto da Igualdade Racial, uma alegria enorme ter o senhor conosco nesse debate.

Nós tínhamos acertado que depois da primeira fala se os Senadores quisessem intervir, poderão intervir e nós vamos distribuindo aqui na Mesa, né?

Agora teria direito a palavra a Dr^a Regina Célia Silveira Santana.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Senador Paim, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, que eu já havia registrado.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Eu quero, em primeiro lugar, dar bom dia a todos aqui, muito especialmente ao amigo Reitor José Vicente.

Eu pedi pela ordem, porque eu tenho que estar às 10 horas, e dizem que vai ser absolutamente pontual a abertura de uma Sessão Solene no Plenário sobre o ano polar internacional, e eu sou o Presidente lá da Sessão por conta--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):

Senador Cristovam, me permita só que eu vi o nosso relator do Estatuto da Igualdade Racial, uma das peças mais importantes, queria convidar para sentar aqui na Mesa, porque ele vai acompanhar todos os debates, o Deputado Federal Antônio Roberto, que é o Relator do Estatuto da Igualdade Racial, e quero só dizer, se for pela posição dele, o Estatuto é aprovado na íntegra. Ele já nos falou isso aqui.

[palmas]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Então, Sr. Presidente, eu vim aqui, sobretudo, para dizer da minha solidariedade, marcar minha presença, pedir desculpas por não estar nessa Sessão, mas dizer o quanto ela é minha cara, seria para eu estar aqui, porque na minha biografia se há algo que eu me orgulho ter assinado junto com o Presidente Lula a lei que é motivo em grande parte da nossa conversa aqui de hoje que é a Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Obviamente, essa lei já vinha sendo trabalhada, aprovada no Congresso, mas foi a assinatura do Presidente Lula com a minha embaixo que fez com que hoje seja obrigatório o ensino da história nas escolas.

Nós temos que trabalhar juntos para que as Universidades ofereçam os cursos para formar os professores do 2º Grau, especialmente, para serem professores nas escolas. Isso é fundamental, sobretudo no momento em que a gente vê o crescimento da luta contra algumas conquistas como o caso das cotas. E eu tive com o Ministro Edson e nós conversamos, com uma sugestão minha, de fazer um grande evento nacional em defesa das cotas. Porque o movimento contra está sendo muito grande. Teve lá, não foi. E nós conversamos muito isso. A idéia é fazer na ABI, mas o Ministro que vai organizar tudo. Nós precisamos ir contra o crescimento desse movimento que tenta impedir as cotas. E eu quero concluir, e correr que já deve estar chamando, dizendo que no dia 13 de maio, por uma convocação do Senador Paim e minha, nós vamos ter uma solenidade sobre a comemoração da Abolição Incompleta. E nesta abolição, nessa data eu vou soltar um pequeno folheto com um prefácio do Senador Paim onde eu fiz uma análise das Atas das Sessões da Câmara...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O pequeno panfleto é um livro muito bem construído por ele, bom saberem.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas é um livro que tem a oportunidade – eu não nego – eu peguei as Atas da Câmara do Senado entre o dia 3 e 13 de maio de 1888 e analisei o discurso. E eu quero dizer que o discurso dos escravocratas da época não era diferente de muita gente hoje que se manifesta contra algumas conquistas. Os argumentos eram: “Não é hora, nós somos contra a escravidão, mas não é hora ainda de acabar”. Outros diziam: “Eu sou contra, mas como vão sobreviver os escravos, coitados”. E outro dizia: “Isso vai desarticular a economia do Brasil, vamos esperar mais 10 anos”, é o que a gente ouve quando se fala em mais investimentos para educação, quando se fala em cotas, quando se fala em algumas conquistas.

No dia 13 a gente vai soltar esse livrinho, o título vai ser “10 dias em maio, 1888” e creio que, sinceramente não vou dizer se está bom ou ruim, mas que está oportuno, está. São as Atas comentadas, tanto de Joaquim Nabuco a favor como de gente contrária à abolição, até para a gente trazer o nome desses de volta na história. E para que os Senadores de hoje saibam que um dia vão cobrar de nós o que a gente faz hoje, a gente faz hoje, às vezes, sem pensar na consequência daqui a 100 anos dizerem como foi possível que se votassem desse jeito.

Senador Paim, eu vim para dizer que eu estou presente, e vou ter a Sessão, depois vou ter mais uma fora. Eu sou do Conselho de Educação da CNI, quan-

do eu voltar, se ainda estiver funcionando, eu terei o maior prazer de estar aqui com vocês e até lá, muito obrigado Senador Paim, por estar cumprindo esse seu papel como Presidente da CDH.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Estaremos lhe aguardando aqui, Senador. Dr^a Regina, por favor.

SR^a REGINA CÉLIA SILVEIRA SANTANA: Bom dia a todos. Eu sou advogada e da Comissão do Negro e dos Assuntos Antidiscriminatórios da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção São Paulo. Quero, inicialmente, saudar com muita alegria o nosso Presidente desta Comissão, Senador Paulo Paim, que é realmente um lutador. Por que realmente eu faço esta colocação? Pelo simples fato dele vir de um Estado que é o Estado do Rio Grande do Sul onde todos temos conhecimento que é a maioria de pessoas brancas, até em decorrência da colonização européia existente. E o que eu realmente vejo e tenho acompanhado há mais de 20 anos que é realmente o único parlamentar que vem reiteradamente em cima deste assunto não só da questão racial, mas também ele invoca a todas as minorias. E, em decorrência disso, até sou do Estado de São Paulo, nasci em São Paulo, tenho as minhas atividades e também quero saudar, aqui, um grande Senador que é Eduardo Suplicy que realmente ele é merecedor do meu voto em todas as candidaturas. O nosso Senador também, Romeu Tuma, que temos aprendido muito com ele, é um homem aí lutador e aguerrido e os demais Senadores também que estão presentes aqui, mas, em nome aí do Senador Paulo Paim, quero felicitar a todos.

Mas a colocação realmente que eu quero colocar com esta temática que até é a abolição não completa, porque realmente a abolição ela não se completou. Com a publicação da Lei Áurea, o quê que todos nós vimos? Que os negros eles foram jogados – até é um termo muito forte em fazer esta colocação – mas foram, foram jogados ao vento, ao léu, sem ter nenhum rumo, nenhuma perspectiva não só de trabalho e, principalmente, de cultura, porque até então, a partir do momento que eles eram escravizados, o trabalho consistia em basicamente aquele esforço físico diário. Então, infelizmente, eles não tinham condições de estar aí tendo conhecimento, tendo cultura e até a sabedoria, apesar de que a sabedoria, todos nós sabemos, que não há necessidade da pessoa ter cultura, que o sábio ele já nasce consigo mesmo. Mas, independentemente, disso o que nós verificamos nesta luta que é o Estatuto da Igualdade Racial – que é um compêndio aí de leis que abarcará os direitos sociais, principalmente, da população negra é que temos, sim,

nossa Carta Magna que é a Constituição Federal, que ela em dois artigos, ela descreve muito bem. O art. 1º ela diz sobre a igualdade, já o art. 5º ela veda a discriminação. Porém não verificamos isso no dia-a-dia. O que realmente nós temos é uma discriminação muito velada e ela já nasce desde o princípio. Por quê? Se nós fizemos uma comparação do preconceito, da discriminação, o que nós temos aí? Até saiu uma publicação recentemente no jornal o “Estado de São Paulo” falando a respeito da adoção no Brasil. Então, toda a vez que um casal ele tem a pretensão de adotar ele, jamais, ele quer um negro, uma criança negra, um bebê negro. Primeiro que eles já querem um bebê, mas as características sempre são de um bebê branco e com os olhos azuis. O negro já... Desde o seu nascimento, ele já começa a ser excluído. Então, por isso que nós temos, sim, que lutar para mudar realmente o que vem ocorrendo. Porque através da cultura, através de um compêndio que é o Estatuto da Igualdade Racial, teremos reais condições de fazer com que a mentalidade das pessoas modifiquem. Só que não adianta de nada termos apenas leis, como profissional do direito até faço esta colocação, porque temos a Constituição e ela é bem clara, ela é bem cristalina ao colocar a igualdade entre todos e a vedação da discriminação. Só que isso não ocorre.

Então, por isso, que eu vejo essa aguerrida luta do Senador Paulo Paim em realmente, e eu acompanho os discursos dele diariamente, onde ele sempre coloca a questão não só do negro, mas de uma forma geral das pessoas que são excluídas. E o que eu vejo realmente no Brasil, nós realmente só teremos condições de ir à frente a partir do momento que se tem educação e, falando do Estatuto, e, principalmente, das cotas, eu vejo que a discussão ela já até superou os limites, porque hoje nós temos mais de 50 Universidades que adotaram o regime de cotas e é um sucesso. Além disso, os alunos que entraram, ingressaram na Universidade tanto pelo PROUNI quanto pelo sistema de cotas raciais, o desempenho deles supera, supera. Então, até aquela infeliz colocação do coordenador de curso de medicina da Universidade Federal da Bahia onde ele fez aí uma colocação totalmente aleatória, de que é--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR^a REGINA CÉLIA SILVEIRA SANTANA: Acredito que seja isso mesmo. Mas ele realmente vem aí a público dizer e comparar com um instrumento que é um instrumento riquíssimo de origem africana até o berimbau ele vem fazer uma comparação com o ser humano. Então isso é totalmente—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] [risos]

SRª REGINA CÉLIA SILVEIRA SANTANA: Então, realmente, e eu acredito que ele desconheça nossa Carta Magna, que é a Constituição Federal, porque para ele vir a público fazer essas declarações. Então, o que realmente nos coloca aí a mercê de todo aí esse trabalho que, realmente, a gente até vê que um doutor... Um doutor com todos os seus títulos, com todos os seus méritos, eu vejo que ele não merece o respeito e a consideração e, tampouco, também estar aí a frente da coordenação de um curso de uma Universidade da significativa como a Universidade da Bahia. Então, o que eu vejo que também não adianta nós termos somente a Legislação, porque temos, temos sim, só que infelizmente no Brasil nós temos que ter a legislação--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita Drª Regina, chegou o nosso Ministro, estava sendo esperado aqui com muito carinho, eu peço uma salva de palmas.

[palmas]

E a assessoria que coloque uma cadeira aqui para mim do nosso lado, convido o Ministro Edson Santos para fazer parte aqui da Mesa, Ministro.

SR. MINISTRO EDSON SANTOS: Interrompen-do.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nada, o senhor nunca interrompe. Faça o favor. Por favor, doutora, continue.

SRª REGINA CÉLIA SILVEIRA SANTANA: Não posso deixar de saudar duas grandes figuras que eu vejo que além do nosso Senador Paulo Paim, nós estamos aqui também diante de um aguerrido que é o Deputado Federal Carlos Santana, esse realmente é[soa a campainha]

[palmas]

Ele defende muito a nossa raça e, agora também, era um Deputado também que tem uma história espetacular e hoje ele exerce o cargo de Ministro que é o Edson Santos. Quero também aí felicitá-lo.

[palmas]

E colocar que é com imensa alegria e, até emoção, que eu faço parte de uma Mesa com tão grandes personalidades e que eu realmente vejo que lutam, lutam não só, mais uma vez eu coloco aí, até tornando um pouco repetitiva, mas não só da questão racial, mas que também defende todos. Então, isso é muito importante, porque nós sabemos aí que o nosso país ele tem uma elite que é a minoria e a grande maioria composta de pessoas carentes que realmente necessitam de tudo, não só alimentação [soa a campainha], mas principalmente a cultura.

E a colocação aí dando um segmento no tocante às cotas, o que realmente... O que eu vejo é que além de nós termos que estar difundindo, propagando em todos os Estados a questão a respeito do Estatuto da Igualdade Racial e, especialmente, as cotas, o direito de que os alunos tenham condições de ingressar numa Universidade Pública sendo um afro-descendente ou uma pessoa carente, é a propagação geral em todos os Estados. Por quê? Porque nós tivemos recentemente como foi citado, um grupo de pessoas, um pequeno grupo de pessoas que se intitularam dos 113, só que não estiveram presentes aqui na Audiência com o Ministro do STF, [soa a campainha] Gilmar Mendes, os 113, têm muitas personalidades que assinaram ali só que, infelizmente, não estavam aqui para colocarem realmente aí a sua presença e colocarem a sua cara e realmente vir dizer aí do que realmente eles pensam, se realmente eles são contrários.

E outro item também que nós temos, que não é a nosso favor é a mídia, porque como bem salientou o Senador Paulo Paim, ontem nós estávamos num seminário promovido aí numa junção aí do Congresso Nacional onde a mídia não estava presente. Então, às vezes, não adianta de nada você também fazer um esforço muito grande se a mídia não está ali presente, porque nós sabemos que tem uma grande mídia que ela, num pequeno ato, que tenha uma meia dúzia de pessoas ela torna aquilo como se fosse milhões e realmente não é por aí. E uma outra colocação também que foi colocada, que foi salientada pelo Senador Romeu Tuma, o fundamento das ações que foram impetradas perante o Supremo Tribunal Federal e qual é realmente o fundamento. O fundamento que essas duas ações que tramita essas ações diretas de inconstitucionalidade, eles colocam que haverá uma segregação e que também haverá uma discriminação a partir do momento que é concedido a uma pessoa carente, a um negro que ele já foi excluído desde... Antes da abolição, porque era um escravo, era até tratado como coisa, como rés, que não era nem uma pessoa, eles entendem que haverá uma discriminação no país e fazem um paradoxo com os Estados Unidos, que nada tem haver, porque nos Estados Unidos é um sucesso absoluto, foi e ainda continua sendo e continua sendo realmente... Um trabalho muito bem-feito, muito bem colocado, porém eles com argumentos frágeis colocam que realmente haverá aí uma discriminação e que os alunos não se sentirão confortáveis em permanecer de uma forma que ele não entrou pela porta da frente e sim por outros meios.

E para finalizar que meu tempo aí realmente acabou, uma grande, assim... não tem nada haver com o tema, mas uma coisa que eu quero realmente colocar,

até fazendo esse paralelo com os Estados Unidos, e o que tem repercutido muito no Brasil é o Senador pré-candidato pelo Partido Democratas, Barack Obama, que eu até faço uma comparação a V.Ex^a, Senador Paulo Paim, porque eu vejo que é o único político nesse momento...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não me arrume problema com a Dilma, a Dilma está muito bem, ontem aqui ela subiu, no mínimo passou de dois dígitos na pesquisa, estou muito bem com a Dilma, gaúcha, minha amiga do coração, me ajudou na 1ª campanha sindicalista e na minha campanha para o Senado, mas não por isso, eu falo pela história bonita dela, pela militância dela.

SR^a REGINA CÉLIA SILVEIRA SANTANA: Ou na próxima candidatura, eu acho que como vice não, eu realmente tendo esse espelho do Barack Obama eu vejo que o Senador, e uma, não é nem só a questão racial, o que eu realmente friso e coloco é como um todo, sempre focando nas minorias, seja pessoa com deficiência, seja no índio, seja questões homofóbicas, num todo é realmente um profissional que sempre comparece aqui no Congresso e sempre coloca aí e lutando. Temos também um fato muito inusitado dele de rasgar a Constituição. Então, espero que isso não ocorra e que realmente os nossos Tribunais Superiores verifiquem isso, em especial o STF, e realmente não dê ganho de causa, negue provimento aí a essas ações que estão em curso.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Senador, Deputado Carlos Santana ele tem que retornar, porque ele está coordenando uma Mesa na Câmara com o mesmo debate, políticas afirmativas, Estatuto, e ele é o Presidente da Comissão do Estatuto da Igualdade Racial e ele quer dá um aviso, vai se retirar e voltará a tarde, se puder, no debate da educação.

DEPUTADO CARLOS SANTANA (PT-RJ): Primeiro quero agradecer o convite do gabinete do companheiro e Senador Paulo Paim, aos Senadores presentes, Romeu Tuma, e o nosso Suplicy...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Patrícia que está conosco, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

DEPUTADO CARLOS SANTANA (PT-RJ): Patrícia desculpe. É importante para nós esse debate, nós afro-descendentes que somos a maioria da sociedade brasileira e tem um resgate histórico a sociedade brasileira conosco. E eu acho que é importante esse seminário e que tem como cunho central de trazer todos os projetos que têm na Casa para ser votado e o mais rápido possível, e nós estamos com essa tarefa

que é o Estatuto da Igualdade Racial que é a minha posição pessoal, que a gente deva votar esse ano, não dá mais para nós ficarmos esperando a votação, por isso que nosso Relator está aqui, fazendo um excelente trabalho, viajando, escutando todo mundo e mudando ou não mudando, entendeu? Alguns artigos, nós temos que votar. Ao mesmo tempo, dar uma boa notícia para nós, com a iniciativa do nosso Ministro e nossa lá que sou Presidente da Frente Parlamentar da Promoção da Igualdade Racial, nós conseguimos sensibilizar a Casa e no dia 13 nós vamos votar a anistia do nosso Almirante negro João Cândido.

[palmas]

Isso para nós é uma grande vitória não só para a Marinha, mas para todas as Forças Armadas, a gente sabe o exemplo do Batalhão Negro, os gaúchos, entendeu, nossos entendeu, nós sabemos o quê que foi a Guerra do Paraguai, aonde, entendeu, nós tivemos que ir e, impostamente, tivemos que ido para lá, mas ao mesmo tempo todos os processos de guerra do nosso país o Batalhão era Batalhão de escravos, porque os donos da terra, os donos do poder já entrava como oficial, então o João Cândido representa isso, vamos estar lá e queríamos agradecer também o Presidente Arlindo e aos líderes de todos os partidos, porque nós conseguimos desbloquear a Pauta e vamos ter essa votação. Paim, estamos juntos, estamos somando, aos companheiros da Mesa, o dia 13 para nós não é conclusivo, entendeu, nós entendemos que é uma batalha para nós, nós não temos o dia 13 como referência nossa, mas nós vamos continuar esse trabalho, aqui do lado do meu irmão, Edson Santos, cada vez mais nós temos um desafio, transformar esse Ministério num Ministério conclusivo, um Ministério que execute política. Chega de articulação, nós temos que votar recurso, da mesma forma, Paim, que nós vamos agora esse ano montar um grupo de parlamentares que vamos todas essas políticas afirmativas tem que ter recurso, não adianta a gente só fazer isso e aquilo e outro e no final não termos recurso, então, Paim, da mesma forma no Senado, com ajuda dos outros Senadores, pegar orçamento do ano que vem, depois lá para o mês de setembro, depois da eleição de outubro, nós sentarmos e verificar o que nós temos que botar em cada área para nós termos políticas afirmativas e política de reparação. Obrigado e axé para todos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Ministro Edson ele tem uma Audiência em seguida para questão quilombola com os Senadores do Espírito Santo. Então, ele pediu para usar a palavra nesse momento se os senhores concordarem. Ministro

Edson com a palavra, alegria para a Comissão de Direitos Humanos e, de pronto, nossos cumprimentos...

V.Exª tem o tempo que entender necessário para fazer sua explanação, Ministro.

SR. MINISTRO EDSON SANTOS: Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar aqui a Mesa, o Deputado Paim, que é um batalhador histórico da causa racial aqui no Congresso Nacional, podemos dizer que no Congresso Nacional, porque influencia também a Câmara Federal com suas proposições. Cumprimentar o nosso amigo Carlos Moura, Vicente Cândido, Sebastião da Silva e o Sr. Deputado Antônio Roberto que é o Relator do Estatuto da Igualdade Racial. Cumprimentar meu amigo Eduardo Suplicy, Senador Romeu Tuma e a Senadora Patrícia.

E quero aqui, em primeiro lugar, fazer um convite aos Senadores, está chegando formalmente esse convite aqui à Casa, conjunto de Senadores, mas eu gostaria de contar com a presença dos senhores no dia 13 de maio no Palácio do Planalto onde nós faremos um Ato que vai marcar o 13 de maio em homenagem ao 13 de maio que vai acontecer às 15 horas no Palácio do Planalto e onde nós lançaremos junto com o IBGE um mapa que situa espacialmente a desigualdade racial no Brasil. Alguns perguntam por que ter um mapa das desigualdades se a Secretaria de promoção de igualdade, mas é exatamente... São elementos que o IBGE acumulou em termos de suas pesquisas que nos permitirão formular políticas públicas que caminhem no rumo da desigualdade racial. Então, terei o maior prazer em receber às senhoras e senhores lá no Palácio do Planalto para promovermos o lançamento desse mapa e de um selo comemorativo do 13 de maio.

Quero dizer que tudo isso é um processo, alguns questionam, outros até renegam o 13 de maio, mas ele faz parte de um processo da história do povo brasileiro, um processo de luta, um processo abolicionista envolveu uma luta muito dura no Brasil. Nós tivemos ordens religiosas que compravam alforria de escravos e que também escondiam escravos que saíam do sistema de escravidão, tivemos figuras proeminentes no Brasil, dentre os quais eu destaco Luiz Gama que foi um mulato batalhador da luta pelo fim da escravidão, tivemos Joaquim Nabuco e uma série de outros personagens na nossa história que se destacaram na luta abolicionista. Daí a importância desse momento, um marco na história do Brasil e que não deve ser menosprezado, eu acho que faz parte de um processo ainda incompleto da busca da igualdade, né, da população brasileira independente da cor da sua pele.

Eu recentemente tive oportunidade de representar o Brasil no evento que marcou o Centenário da Imigração Japonesa, eu estive no Japão acompanhando a

Ministra Dilma e é evidente que as condições em que os imigrantes japoneses, aqui chegaram, a recepção que o Estado Brasileiro lhes ofereceu foi totalmente diferenciada da situação do tratamento que a população negra recebeu historicamente. Tiveram acesso a terra, tiveram condição para sua manutenção e sua reprodução. E nós tivemos a abolição da escravidão que não veio acompanhada de uma política de Reforma Agrária que possibilitasse ao ex-escravo o acesso à terra para nela se manter e para garantir a sobrevivência de sua família, de sua inserção plena na sociedade brasileira. Então, esse é um estado de situação que nos leva hoje a ter, inclusive, um programa voltado para a população remanescente de quilombo que dentre os pontos centrais da nossa política para esse segmento está a titulação das comunidades quilombolas, dando a eles o acesso à terra e a possibilidade a partir do apoio que o Estado Brasileiro lhes oferece, a possibilidade de ter dignificada a sua vida ali naquele espaço e a manutenção das suas tradições culturais e religiosas.

É importante a gente situar essa questão dessa forma para mostrar que a gente vive um processo de afirmação das minorias do Brasil, né? A criação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial ela faz parte de um processo de reconhecimento do estado de desigualdade de raças em nosso país e da necessidade do Estado assumir a responsabilidade pela promoção da igualdade, a CEPIS nada mais é do que um instrumento de assessoria da Presidência da República e assim deve se manter até para ter a possibilidade de atuar transversalmente em nível de Governo interagindo com o Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho, do Desenvolvimento Agrário, construindo políticas com esses Ministérios que visem à igualdade racial.

Então, nesse... Eu entendo que uma das questões que é importante a gente consolidar a Secretaria como um instrumento de formulação de políticas para esse Governo e para os Governos que o sucederão. Quero colocar que nós temos alguns projetos, aqui, que são fundamentais. Um já saiu aqui do Senado que foi de autoria da Senadora Marina Silva que tratava da anistia do líder João Cândido, eu tive oportunidade com o Senador Paim de ter uma conversa com o Presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, e com o comando da Marinha, porque envolve o personagem João Cândido que foi o líder da Revolta da Chibata. E ali ficou o manifesto por parte da Marinha brasileira não ter nenhum óbice à aprovação de uma lei que anistiasse João Cândido. Por conta disso, nós vimos criando todo um ambiente, dialogando com as diferentes bancadas e lideranças no Congresso no sentido de expressar a oportunidade da Câmara fazer essa votação. E, finalmente, no dia

13 de maio, ou na semana do dia 13 de maio, a gente sabe que a agenda Legislativa nunca é como a gente espera que seja, mas na semana do 13 de maio, eu acredito que a gente terá a condição de votar a anistia de João Cândido e com isso resgatando uma dívida que o Governo brasileiro tem para com esse personagem, porque a Revolta da Chibata ela teve como um dos pontos de entendimento entre os marinheiros revoltosos e o Governo Hermes da Fonseca, exatamente a anistia para os revoltosos. No entanto, assim que eles depuseram as armas, integraram os navios, foram presos, seviciados e João Cândido até o fim de sua vida sofreu com as seqüelas do período em que esteve preso pela Marinha brasileira, né. Então, esse é um projeto que a gente espera que tenha a urgência de votar, há um acordo na Câmara para que seja votado, será uma vitória do Congresso Nacional, e uma mensagem positiva do Congresso Nacional para a sociedade quando da semana do 13 de maio.

Outro ponto importante é o Estatuto da Igualdade Racial, temos aqui o Relator do projeto, já saiu aqui do Senado, está na Câmara, vai se desenvolver, eu entendo, um processo de negociação, de entendimento entre os Deputados, dada a complexidade da matéria, mas a gente espera ter condição política para votá-lo ainda esse ano na Câmara Federal e se não houver Emenda, será sancionado e se houver Emenda, voltará aqui ao Senado para a sua devida apreciação. Então, Senador--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ministro, se me permita, ontem eu estive no evento que o senhor comentava, eu dizia o seguinte: Se a Câmara aprovar mesmo com a alteração, se for o caso, até setembro, o Senado assume a responsabilidade de aprovar aqui sem alterar para você sancionar junto com o Presidente no dia 20 de novembro.

SR. MINISTRO EDSON SANTOS: É... vamos, então, estamos nos esforçando nesse caminho, e eu acho que vai ser um sinal positivo. Na forma que sair será um sinal positivo para a sociedade brasileira, o Estatuto é a consolidação dos direitos da população negra no Brasil e a afirmação das obrigações do Estado brasileiro para com ela. Então, eu acho que é fundamental que a gente produza esse documento legal ainda esse ano no Congresso de forma a termos a possibilidade da sanção quando do Dia Nacional da Consciência Negra.

Então, senhoras e senhores aqui presentes, não quero tomar em demasia o tempo dos senhores, mas eu quero colocar aqui para e, principalmente, para os Senadores que nós na Secretaria de Promoção da Igualdade Racial queremos ter a relação mais respeitosa e o mais fraterna possível com a Casa, com o Se-

nado Federal. Estamos abertos a ouvir sugestões e até críticas ao desenvolvimento do nosso trabalho. E--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Gostaria de colocar uma sugestão, então?

SR. MINISTRO EDSON SANTOS: Pois não, Sr. Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Ministro Edson Santos, saudando a sua presença e a todos que estão... Gostaria de fazer uma sugestão, Presidente Senador Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Que dentre os projetos de interesse da comunidade afro-brasileira que V.Ex^a citou no início, possam ser considerados também um projeto que V.Ex^a mesmo colocou já em pronunciamento histórico que, primeiro a lei já aprovada pelo Congresso e sancionada pelo Presidente, mas como ela será colocada em prática por etapas a critério do Poder Executivo começando pelos mais necessitados até que todos incondicionalmente venham receber a Renda Básica de Cidadania, mas também o projeto relacionado PLC nº 7.430/2006 já aprovado pelo Senado que tramita na Comissão de Finanças e Tributação onde o Deputado Ciro Gomes é o Relator, que possam ser considerados, eu encaminho por escrito essa sugestão, e gostaria aqui de saudar a todos os presentes, dizer de quão bela foi a formatura que o Reitor José Vicente mencionou aqui no início da sua exposição, e que eu tive a oportunidade de testemunhar e também dizer de meu apoio aos projetos mencionados seja o Estatuto da Igualdade Racial, Deputado Antônio Roberto, aqui, eu fui um dos que votei favoravelmente, o Senado praticamente por consenso o aprovou e por unanimidade, então, portanto, eu quero apoiar este projeto e saudar a Sebastião da Silva, Regina Célia da Silveira Santana, João Vicente Carlos Alves Moura. E eu espero estar, Ministro Edson Santos, ali na cerimônia do dia 13 de maio que V.Ex^a está nos convidando e para dar força ao propósito, aos propósitos da igualdade para todos no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu tenho que voltar agora na Comissão de Relações Exteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência acata a sua recomendação e volta a palavra ao Ministro Edson Santos.

SR. MINISTRO EDSON SANTOS: Agradeço a contribuição do Senador e dizer que nós vamos tomar ciência desse PL nº 7.430, o Relator Deputado Ciro Gomes, então, vamos dialogar com ele e, certamente, será... É uma contribuição legislativa que vai ao encontro da nossa expectativa, né. E dizer que... Reafirmar finalmente que nós estamos abertos ao diálogo com

o Senado e as contribuições que, certamente, essa Casa poderá oferecer à Secretaria de Promoção da Igualdade Racial. É o que eu tinha a colocar.

Cumprimento Senador Paim por essa iniciativa que só contribui para o estreitamento da relação Senado/Governo Federal e, em particular, com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Obrigado Sr. Ministro. Senador Romeu Tuma com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, desculpa incomodar, mas tenho que voltar também e eu não poderia deixar de fazer uma pequena manifestação se V.Exª permitisse. Saudando o nosso Ministro, a nossa querida companheira da OAB, do CONADE, do nosso Reitor, enfim, todos os que estão aqui, o Relator da Igualdade Racial que, por unanimidade, foi aprovada aqui. Paim, V.Exª sabe que eu não entro no mérito dos projetos que V.Exª apresenta, eu sou simplesmente um soldado para garantir a sua vitória, porque todos os projetos que V.Exª apresenta na Casa são de interesses da minoria, daqueles que não têm uma voz ativa durante a sua vida. Às vezes, eu fico pensando como policial, meu Ministro, minha advogada, que a cor da pele servia para identificar a pessoa, não a alma, o coração e os objetivos de vida de cada um de nós. Quantos de nós têm... Atravessa a linha da esperança para tornar realidade um sonho de infância? E todo o ser humano, Senadora Patrícia, V.Exª repete sempre, tem direito a este espaço no mundo. Ninguém foi criado por Deus para ser escravo do outro. Todos somos iguais por sermos filhos do mesmo homem. Então, não há como, às vezes, a gente fica num constrangimento profundo. Por que precisa tanta Lei, tanta luta para não haver qualquer tipo de discriminação se todos nós somos iguais? Feito de pele, de osso, de coração, de alma e de amor ao próximo. Por que tem que ter essa discriminação? Não é um grito de um homem de 76 anos, é de um homem que viveu uma vida inteira dedicado a uma profissão difícil de ser vencida por razões de discriminação racial.

Eu me lembro agora com saudades do colega de escola, de infância, 11 anos estudamos juntos, ele era negro e o sorriso dele nos alegrava sempre. Nos dividimos, nos separamos... Quando eu tinha 18 anos, hoje eu tenho 76 e vocês me fizeram lembrar dele hoje. Aquele sorriso alegre, companheiro, sempre leal, não havia desigualdade na cor de nenhum de nós, porque nós sabíamos que tínhamos que viver em sociedade e a oportunidade tem que ser dada por todos. Então, quando o Paim apresenta um projeto ele já traz na

alma aquilo que objetivamente o cidadão precisa Ter – a igualdade em toda e qualquer atividade.

Quando se criou a sua Universidade, Reitor, eu bati palma e fiz minhas orações em silêncio dentro da minha casa. Por quê? Porque está dando oportunidade àqueles que dificilmente poderiam encontrá-la. Vejam a advogada, membro da Ordem dos Advogados aqui presente usando da palavra, um Ministro do Estado, também representando uma política de corte da discriminação racial do Governo Federal do Presidente Lula. Então, essa formação de unidades, V.Exª falou do Obama, ele vem quebrando aos poucos todos os ranços que podiam existir dentro de uma discriminação racial e onde nos Estados Unidos a violência tomou conta dessa discriminação contra os negros.

Aqui nós tivemos a escravatura. Eu fui à África, Ministro e Reitor, eu fui à África e fui ao local onde os negros eram segregados para depois serem embarcados para o Brasil, para os Estados Unidos para servirem de escravos. É uma coisa, se os senhores imaginassem, não sei se lá estiveram já, o que acontece na alma com a gente, é uma transformação profundamente espiritualizada, porque a senhora consegue ouvir os gritos daqueles que lá estavam e, às vezes, morriam por falta de comida e de água. E, hoje, a África continua igual, minha Nossa Senhora da Penha, por que esses homens, os países ricos não estão olhando para a África com muito mais coração e alma do que uma exploração negativa e permanente?

Na última reunião que eu estive na ONU foi proibida a exportação de diamantes da África, porque a Inglaterra só explorava o diamante que o negro com sacrifício da própria vida tinha que extrair da terra. Então, são coisas históricas que não podem mais permanecer num mundo que a humanidade toda sofre, num conjunto, então, se irmanar, dar as mãos para termos um progresso. Eu agradeço a oportunidade, Paim, e tenho certeza que seremos vitoriosos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Senador. Eu queria, nesse momento, passar a palavra para o nosso Relator do Estatuto da Igualdade Racial, eu sei que na Câmara ele tem ainda uma série de atividades, eu agradeço a paciência dele estar aqui, e quero dizer meu querido Relator, Deputado Federal Antônio Roberto, que eu fiquei muito feliz pela sua posição no dia que eu estive lá. V.Exª me dizia: “Se depender de mim, eu aprovo na íntegra e remeto para sanção do Presidente”, mas, claro, que V.Exª tem que ouvir todos os Deputados. Mas demonstramos uma disposição já de fazer com que o Estatuto seja aprovado com rapidez.

Eu sei que é um debate longo, vamos conversar muito sobre esse tema, sei que comungo com a sua posição. Com alegria eu passo a palavra a V.Exª pelo tempo que entender necessário.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Sr. Presidente, Paulo Paim, esse bravo lutador pelas causas das minorias, demais componentes da Mesa, Sr. Ministro, Srs. Senadores, Deputados, visitantes.

É uma alegria imensa ter sido colocado nesse papel que eu chamo histórico de ser o Relator do seu projeto, Paulo Paim, porque a luta contra a discriminação racial ela não é só dos negros, ela tem um princípio fundamental anterior que é a questão da valorização humana e da liberdade, da igualdade perante todas as pessoas. Quer dizer, essa é uma luta de todos nós. Quando nós falamos a luta da mulher, não é da mulher. É de quem tem como valor fundamental o princípio da semelhança e da igualdade humana. Então, eu estou muito feliz, Paulo Paim, acho que é uma luta, eu tenho também toda uma história de luta com relação às minorias, aos Direitos Humanos, né. Toda a minha formação e todo o meu trabalho foi nesse sentido até hoje, apesar de ser o primeiro mandato na esfera política, mas eu estou muito feliz de poder estar presente nessa luta que já era uma luta individual e que agora se torna uma luta pública, uma luta realmente para... Apararmos ou compensar, reparar um pecado histórico. O Brasil cometeu esse pecado que até hoje ainda não foi reparado. É hora, realmente, de nós nos confessarmos e esse Estatuto é isso, é uma reparação, um pedido de perdão ao ter tratado os seres humanos pela sua cor da pele.

[palmas]

E eu acredito, então, que nós temos que colocar, nós sabemos, as forças contrárias já estão se manifestando, começaram todos os embates, nós temos que colocar um ponto essencial. Nós temos a par da votação e acho que tem que ser rápido mesmo e reafirmo o meu desejo de que a relatoria fará da forma como está, ou se tiver que mudar, que mudemos rápido para avançarmos, mas temos outra dimensão com relação a isso, que é a questão da consciência, o nível de consciência com relação à questão racial ainda é pequena no país, nós temos que aumentar ações fora a votação, ações públicas de aumento de consciência, nas escolas, na sociedade, em todos os momentos, todos os Senadores, todos os Deputados, todo o pessoal que já luta por essa questão tem que falar o tempo todo em todos os lugares mesmo que a gente tenha a trava da mídia como a Regina falou. Então, nós temos a obrigação de falar sempre e falar claramente. E acho que num nível até conceitual, o Romeu Tuma fez um depoimento aqui emocionado, bonito, esteticamente,

assim, glamuroso, até. E ele perguntava por que essa separação? É porque todo o autoritarismo ele pega a pequena diferença do outro. Nós somos, não existe ninguém igual no mundo. É verdade. Cada um de nós é diferente. Mas numa coisa pequena, porque nós somos semelhantes, perante a Lei nós somos iguais e nas relações nós somos todos semelhantes. Então, eu tenho uma semelhança de 99,9% com alguém, mas eu trato pelo 0,01%. Qual era a fundamentação básica do nazismo? Não aceito a diferença, apesar do judeu e o alemão serem 99,9% semelhantes, mas eu vou tratá-lo pela diferença e pior, vou querer acabar com a diferença, acabando com o diferente. Quer dizer, então, nós temos que dizer realmente a semelhança humana é da natureza, a semelhança humana ela é o óbvio, qualquer pessoa que tenha um pouco de percepção e de visão concordará que todas as pessoas são semelhantes. E são semelhantes e têm que ser iguais perante a lei.

Então, olha, é uma luta, é uma luta árdua, eu sei disso, mas nós temos que continuar essa luta. Tenho certeza, Paulo Paim, que seremos, Ministro, seremos vitoriosos e ainda mais, nós temos que ter a humildade de saber que o ótimo é inimigo do bom. No ponto em que está o Estatuto já é um grande avanço ainda que depois tenhamos que avançar sempre porque essa luta pela democracia ela não pára não, ela é sem fim, cada vez níveis mais altos terão que ser alcançados. Se nós formos entrar no mundo perfeccionista, na visão perfeccionista que temos que resolver todos os problemas nesse Estatuto de uma vez só, corremos o risco de, realmente, não terminar a abolição da escravatura. É isso.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero passar a palavra com muita satisfação e ela sabe disso, de uma mulher que é uma lutadora, é uma lutadora por todos como nós todos aqui nos identificamos com essa mesma caminhada, que é a nossa querida Senadora Patrícia Saboya que tem feito aqui uma luta, eu não diria uma luta somente de uma grande mulher, mas de uma gigante.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Contra todo o tipo de exploração, mas principalmente, me permita Patrícia dizer, da criança e adolescente, eu já te vi chorando nesta Comissão, numa Sessão Secreta, para que ninguém diga que o choro, às vezes, naquele momento de emoção é porque estavam todos filmando – numa Sessão Secreta, V.Exª chorando por aquilo que tem visto por esse país, e, recentemente, no plenário do Senado, só com isso

eu disse tudo. Dizer para nós que é muito importante a sua presença aqui, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Ainda me brindou, hoje, com um prêmio. Eu vou contar o que ela me contou de segredinho, que eu me senti muito feliz. Colocou assim: “Senador Paim, você aceita ser Relator do Estatuto do Garimpeiro?”. Eu respondi para ela: “no meu Estado praticamente não tem garimpeiro, mas eu aceito, sim, porque é uma luta justa”.

Grande Senadora, muito obrigado pelo presente.

[palmas]

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Paulo Paim, eu quero, mais uma vez, agradecer as palavras de V.Ex^a que eu toda vida que tenho a oportunidade de conversar um pouquinho com o Senador Paulo Paim saio muito fortalecida das nossas conversas, porque além da minha admiração, do meu respeito, do meu carinho ele consegue contagiar a cada um de nós e eu me lembro recentemente no plenário, tive a notícia muito triste de uma criança no meu Estado, no Ceará, que havia sido morta com 3 anos de idade a pauladas e foi estuprada e teve sua boca cheia de capim para que não pudesse se expressar, e ontem, Senador Paulo Paim, uma criança do meu Estado, mais uma vez, de dez meses de idade que foi estuprada violentamente pelo seu padrinho. E eu cheguei muito emocionada, muito revoltada no plenário de forma que eu não conseguia nem expressar, não conseguia sequer falar e foi a força do Senador Paulo Paim que ele... e eu dizia: “Eu estou chorando muito”, não conseguia falar, ele dizia: “É isso que as pessoas precisam ver, é sua indignação, nossa indignação”, isso que me deu força para falar daquele tema. Portanto, eu sou uma pessoa eternamente grata por todas as lições, os ensinamentos que eu tenho recebido desse homem, esse sim que é um gigante pela sua luta, pela sua determinação, eu diria sua obstinação em lutar e defender, principalmente, os mais pobres, os mais simples, os mais humildes e, certamente, os mais discriminados na nossa sociedade que são tantos.

E eu queria apenas, Senador Paulo Paim, aproveitar essa oportunidade para lhe parabenizar mais uma vez, nós estamos aqui todos reunidos discutindo um tema da mais alta importância, de Projetos de Lei que tramitam na Câmara dos Deputados que tratam dessa questão que é tão relevante para todos nós brasileiros, até porque, sabemos da enorme dívida que nosso país tem para com nossos irmãos negros que ainda vivem nos dias de hoje tanta discriminação, tantos preconceitos, tantas formas de... Que acabam excluindo a grande parte da nossa sociedade. E eu vejo isso também, Senador Paulo Paim, nessa minha

luta, nessa minha bandeira que é na defesa, eu diria até intransigente, às vezes, dos direitos de crianças e adolescentes, que é uma luta muito parecida com a que V.Ex^a lidera aqui no Senado, porque na verdade o que nós lutamos é por uma sociedade mais justa, por uma sociedade que, de uma vez por todas, aprenda a reconhecer o nosso maior patrimônio que são os nossos filhos, que são os nossos filhos e as nossas filhas, portanto, a humanidade. Mas nós ainda vivemos num país que muitas vezes é cego para esse tipo de luta que acontece, de enfrentamento que acontece no dia-a-dia.

Eu presidi uma CPI que investigou as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no país e vi, com meus próprios olhos, meu próprio testemunho uma realidade, talvez, a mais perversa que é quando uma criança tem não só o seu corpo, mas, principalmente, a sua alma violentada. São crimes que deixam marcas não só no corpo das nossas crianças, mas, certamente, no coração e na alma dessas crianças que ficarão infelizmente marcadas para o resto da vida. E quando nós apurávamos mais de 800 denúncias que recebemos de maus-tratos, de violência sexual contra crianças e adolescentes, há uma conta muito rápida que se faz, Senador Paulo Paim, é de que 90% das crianças que são vítimas de exploração sexual são crianças negras. E isso... Tem haver também com a relação muito próxima com a situação de pobreza que vivem as nossas crianças num mundo ainda de muita exclusão.

Então, eu acredito que a nossa luta se une mais uma vez aqui enquanto eu, como Presidente e Coordenadora da Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança e Adolescente, aproveito a idéia que V.Ex^a traz para essa Comissão, de um debate em que se busque consolidar aquilo que está tramitando na Câmara e no Senado para que a gente possa dar prioridade e agilidade a essas matérias da mesma forma que eu tenho procurado fazer com os projetos que foram votados aqui no Senado há 3 anos atrás, mas que infelizmente ainda dormem na Câmara dos Deputados. Projetos que resultado de uma CPI que ouviu mais de 800 denúncias que conseguiu fazer uma proposta de uma legislação completamente diferente daquela de 60 anos atrás em que a cabeça do Legislador ainda era cheia de valores em que se viam as relações acontecendo, afetivas entre meninos e meninas, homens e mulheres de uma forma completamente diferente da realidade de hoje. E não foi de forma alguma a nossa intenção, pelo contrário, de interferir nas relações afetivas entre as pessoas, mas de fazer com que o Estado Brasileiro fosse presente, atento e firme em relação àquelas leis que garantem a proteção dos nossos filhos e que punem com rigor

aqueles que cometem esses crimes contra as nossas crianças e os nossos adolescentes.

Então, eu venho, hoje, aqui com muito prazer tentar trazer a minha voz e somar a minha voz a de tantos brasileiros que, como a de V.Ex^a, Senador Paulo Paim, e de todos aqueles que aqui se manifestaram e eu quero cumprimentar ao Ministro Edson Santos dizendo da... Eu diria da torcida que todos temos para que o Ministério possa cumprir com o seu papel que é um papel histórico, importante de não só das políticas públicas, né, da execução das políticas públicas, mas o nosso maior desafio, Ministro, que eu acho que é uma verdadeira revolução cultural, uma verdadeira mudança na forma de pensar, na forma de ver, na forma de encarar os nossos problemas que são tão graves... De uma sociedade que está adoecida, está doente, está doente. É isso que eu posso dizer. Não posso generalizar porque seria injusto e perverso e leviano, mas é preciso que a sociedade brasileira abra bem os olhos e pense e reflita que mundo é esse que nós estamos vivendo. Que país é esse que nós estamos vivendo que não consegue respeitar os direitos fundamentais dos seres humanos, sejam das mulheres, sejam dos pobres, sejam dos negros, sejam das crianças.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Patrícia, me permita só uma frase, dizer que V.Ex^a fez no plenário o discurso com mais autoridade de toda a Casa em relação a menina Isabella. Quero lhe...

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que me permita nova salva de palmas para aquele pronunciamento.

[palmas]

E agora está provado que V.Ex^a indicou o que estava acontecendo.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Muito obrigado, Senador Paulo Paim, acho que essa é a luta de todos nós, nós não podemos nos calar, cruzar os braços, porque, às vezes, os problemas parecem tão grandes que nós nos sentimos tão impotentes para resolvê-los que, às vezes, é mais fácil ou mais cômodo fingir que eles não existem ou achar que é impossível de resolver esses problemas. Mas eu acho que a cada encontro, a cada palavra, a cada debate, a cada diálogo, a cada pronunciamento, a cada coisa que pode acontecer na nossa sociedade que a gente possa usar a nossa fala, nossa voz, ou, às vezes, o nosso grito para alertar a sociedade, vale muito a pena.

E eu quero aqui diante de todos os senhores e senhoras que eu tenho o maior respeito, apreço, admiração, dizer que eu venho, aqui, hoje a essa Comis-

são trazer a minha palavra como para que eu possa naquilo que eu aprendi a fazer na vida, naquilo que eu sei fazer, faço, talvez, não com competência, mas com muita paixão, com muito amor os senhores e senhoras terão também aqui a minha voz.

Parabéns a todos e muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Ministro vai ter que sair nesse momento. Ministro, muito obrigado.

Eu queria passar a palavra para o nosso Senador Gilberto Goellner. Eu faço questão de ouvir a sua fala aqui. Senador Gilberto é outro lutador, tem sido assíduo nessa Comissão pelo seu compromisso com os Direitos Humanos.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Senador Paulo Paim, eu comungo com a vossa idealização de tratar aqui esses assuntos atinentes ao povo negro dentro dessa Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da qual eu participo. E trazer para essa discussão, iniciando com uma Audiência Pública, e, posteriormente, sim, esse grande mutirão, esse grande mutirão que eu vejo que é do seu interesse e é dessa Comissão de trazer os projetos de interesse que, em tramitação no Congresso, não só aqui no Senado, mas também da Câmara para que regras claras, assim como precisa existir em tudo no país, venham melhorar essa relação de respeito à pessoa humana. Da mesma forma que há pouco relatei, um projeto do Senador Zambiasi ao qual ele colocava a integração da região da metade Sul, projeto criando fundo de desenvolvimento da metade Sul, da mesorregião da metade Sul do Rio Grande do Sul, do vosso Estado, também meu, minha origem e dizer que eu me solidarizo a todas essas ações e vou ser um companheiro dileto para nós andarmos com mais rapidez e, principalmente, também vejo com muita singularidade esse novo currículo escolar que também vai, agora, colocar a história afro-brasileira descendente. Meus parabéns.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço mais uma vez ao Senador Gilberto e passo a palavra nesse momento ao, posso dizer, me permitam, meu amigo, é porque o Carlos Moura ainda na Constituinte, Carlos Moura que está aqui à minha direita aqui, na Constituinte ele foi o mentor, eu diria, da Fundação Palmares, um dos mentores, pelo menos, tanto que foi eleito primeiro Presidente, com alegria passo a palavra ao Carlos Moura, professor e Secretário Executivo da CNBB. Por favor, doutor.

SR. CARLOS ALVES MOURA: Muito obrigado, Senador Paulo Paim, que há tempos faz dos seus man-

dados no Congresso Nacional um aríete para arrombar as portas com a Legislação, as portas impeditivas para que aqueles menos afortunados, para aqueles que vítimas do preconceito, da discriminação e do racismo têm dificuldades de participar efetivamente dos frutos do progresso e do desenvolvimento do país.

Eu quero saudar o companheiro e amigo magnífico Reitor da Unipalmes, o Zé Vicente. Cumprimento o Deputado Federal Antônio Roberto pela grandeza em que tem em assumir na Câmara dos Deputados uma tarefa muito difícil, ou seja, a de convencer os seus pares em votarem pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.

Eu quero cumprimentar o Sebastião da Silva, Conselheiro do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e Cidadania aqui do Distrito Federal.

Cumprimentar a Dr^a Regina Célia Santana da OAB de São Paulo que a todos nos encantou com a sua comunicação. Permita-me, Sr. Presidente, que faça uma referência à Abigail Ferreira, a nossa Juíza e também ao Joel Zito, nosso cineasta que cumpre uma missão muito grande nesta manhã que é a do registro desta Sessão na Comissão de Direitos Humanos.

Eu quero cumprimentar a Senadora Patrícia Saboya que traz um testemunho veemente, não é? Do quanto, crianças e adolescentes são vítimas de violência nesse país.

Quando essa Sessão foi inaugurada o Senador Paim trouxe uma grande relação de projetos que se encontram ou paralisados ou andando muito lentamente no Congresso Nacional. E eu pensava, Senador, enquanto ouvia a sua manifestação, o quanto é difícil essa luta. E recordava que a Lei Afonso Arinos é de 1950, muitos aqui, talvez, ainda não fossem nem nascidos. Foram necessários quase 40 anos ou mais para que em 1988 no processo Constituinte e graças ao trabalho do, então, Deputado Paulo Paim, da então Deputada Benedita da Silva .

[palmas]

Do hoje ainda Deputado Edmilson Valentim, do, então, Deputado Caó.

[palmas]

E de muitos outros e, inclusive, de parlamentares não negros, conseguiu-se a criação da Fundação Cultural Palmes, conseguiu-se introduzir o art. 68 no ato das disposições transitórias constitucionais que é aquele que determina que o Estado deverá garantir a propriedade aos ocupantes das terras quilombolas. Também foi em 1988 que na Constituição introduziu-se a alínea 42 do art. 5º que é a que criminaliza a prática do racismo e em 1989 a Lei Caó.

Agora, vejam bem, 1950, 48, 40 e tantos anos após é que veio essa Legislação que eu acabo de fazer referência. Mas isso porque houve uma mobilização do movimento negro de seus aliados. E aqui vai uma indagação: “Será que hoje nós militantes do movimento negro estamos menos aguerridos?” Talvez, este que ocupa a tribuna nesse instante, possa ter uma desculpa ou uma justificativa, porque a caminhada é longa e o peso dos anos pesa. E aí não cai o entusiasmo, mas as dificuldades são maiores. Mas o que eu quero ressaltar é a precisão, é a necessidade de que a militância do movimento negro com os seus aliados não-negros possam reunidos pressionar os senhores congressistas, e pressionar dessa maneira, falando, debatendo, conversando, trazendo exemplos como o Reitor José Vicente que construiu uma Universidade, e que não é uma Universidade segregacionista ou só para negros porque lá estão negros e não-negros.

Pois bem, estamos em 1989 com a Lei Caó, o art. 68 da titulação dos quilombolas só foi regulamentado em 1995 – foi o primeiro Decreto de regulamentação do artigo. E é de 1995 a introdução da injúria racial, projeto transformado em lei da autoria do Senador Paulo Paim.

Passam-se os anos e chegamos a 2003 com a Lei nº 10.639 e com a criação da CEPIS. Por mais lento, senhores parlamentares, senhores membros da Mesa, senhoras e senhores, por mais lento que seja o processo legislativo não há nenhuma justificativa para que a Legislação Anti-Racista Brasileira, para que a concretização da Legislação Anti-Racista Brasileira caminhe com tamanha lentidão no Congresso Nacional. Não há nenhuma justificativa se não aquela daqueles que por serem iguais no poderio econômico, que por serem iguais no poderio financeiro, que por serem iguais na condução do processo político brasileiro, que por serem iguais no preconceito tornam-se intolerantes e impedem o avanço de uma Legislação que possa minorar a existência dos despossuídos. É uma das justificativas encontradas para que o Estatuto da Igualdade Racial permaneça paralisado numa das Casas Legislativas Brasileiras. [soa a campainha]

Data de 2003 o Decreto nº 4.887, que é um outro Decreto, que regulamenta o art. 68 do ato das disposições transitórias. Mas os senhores sabem que há na Câmara dos Deputados um projeto de Decreto Legislativo com o objetivo de desconstituir o Decreto nº 4.887 que é aquele que regula a titulação das terras aos quilombolas e que não está caminhando com a lentidão que as outras Legislações e as outras propostas estão caminhando no Congresso Nacional. E, nessa oportunidade, é preciso chamar mais uma vez a atenção, porque o Decreto nº 4.887 se for descon-

tuído, nós não teremos mais possibilidade de vermos as terras dos ocupantes quilombolas serem tituladas. O que constituirá num retrocesso. E paralelo a isso há uma ação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal também contra o Decreto nº 4.887. Vejam bem, eu torno a chamar a atenção para a ação e o trabalho desenvolvido por iguais da riqueza e intolerantes quanto aos despossuídos. Eles se agrupam, se organizam, militam e pressionam as instituições para que os despossuídos não possam chegar à participação nos processos de crescimento e de desenvolvimento do país.

Portanto, é preciso mais do que nunca uma pressão, uma pressão que eu chamaria de “santa pressão”, porque será em função dela que a Legislação poderá ser aprovada e se aprovada, [soa a campainha] respeitada, difundida e acatada por todos, porque não basta a aprovação. E alguém já disse, aqui nesta tribuna, da precisão e da necessidade de se conscientizar. Conscientizar a população para que possamos efetivamente erradicarmos o racismo, o preconceito e a discriminação contra a comunidade negra. Muito obrigado, Sr. Senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu que agradeço Dr. Carlos Moura. De imediato passo a palavra ao Dr. Sebastião da Silva, Conselheiro do Conselho de Defesa dos Direitos dos Negros da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania.

SR. SEBASTIÃO DA SILVA: Muito obrigado por estar aqui presente, por ter sido convidado. E quero agradecer ao ilustre Senador, a V.Ex^a, Senador Paulo Paim, que tem trabalhado com grande maestria, perspicácia no Congresso Nacional há muitos anos em defesa do povo brasileiro e do negro.

Os meus respeitos aos Senadores que se ausentaram, Cristovam Buarque que foi Paraninfo da minha turma do curso de direito, ao Senador Suplicy, Senador Romeu Tuma, meus respeitos à Dr^a Regina Célia, ao Sr. Carlos Moura e ao magnífico Reitor da Unipalmarenses e as demais autoridades presentes. E ao Presidente do Conselho do Negro.

À Senadora Patrícia Saboya, meu grande respeito, ela representa no Senado Federal o útero de todas as mães brasileiras.

[palmas]

Podemos ver o quanto o seu trabalho foi digno em defesa dos menores, em defesa da não aceitação da menoridade, porque nesta menoridade estaria 80% de negros. A senhora soube e tem sabido concretizar o choro, a lágrima de todas as mães brasileiras.

Senhores, faço, aqui, minha a palavra de uma senhora lalorixá há muitos anos [ininteligível] que veio

do Benin. Ela dizia: “Se olhar o relógio o tempo não passa”. Realmente nós não olhamos o relógio, aprendemos intuitivamente, e com isso nossa luta chegou aonde chegamos.

Os ideais abolicionistas começa com uma cultura, com o trabalho da massa. E os ideais abolicionistas ele continuou dentro de nós, negros. Também me encantou muito e me fez lembrar quando estive em Badagry na Nigéria e no Benin, em [ininteligível] o quantitativo de negros que, quando parou o tráfico negreiro eles foram sepultados vivos, e deu-me a oportunidade de ver que aqui, por estar aqui, por nós estarmos aqui os nossos ancestrais sofreram muito.

Sr. Senador, Sr. Presidente, está sendo um momento em nome do Conselho do Negro de relatar, aqui, algo do que temos passado dentro do trabalho que fazemos no Distrito Federal com o Conselho do Negro e com relação à Lei 10 mil, 9 mil com a sua alteração. Sr. Presidente, temos escutado a todo o momento um grupo minoritário solicitando que seja extinta, que seja julgado inconstitucional a Lei de Cotas. Temos de reconhecer, Sr. Presidente, que a Lei de Cota não foi uma imposição política do Brasil, mas sim um acordo internacional assinado pelo Brasil e que entrou no nosso Ordenamento Jurídico e a qual temos de respeitar. O que o Governo atual fez foi implementar um trabalho que havia sido esquecido pelo Governo anterior. Então, a Lei de Cota ela não é uma Lei de Cota, exclusivamente, partidária, de um partido A, B ou C e sim de um acordo internacional e que deve ser respeitado e que, infelizmente, na divulgação da Lei de Cotas, na divulgação do estudo sobre a história do negro no ensino de 1º e 2º Grau, ele não tem sido claro que não se trata de uma imposição política e sim de um tratado, de um acordo internacional que o Brasil aceitou e que o atual Governo implementou, porque não é suficiente fazer a Lei. O importante é implementar a Lei, dar condições para que ela possa ter vida lá fora.

E o que muito dos nossos jovens, e até doutores recentemente vimos manifestação de coordenadores de cursos de Universidade, é um desconhecimento da nossa história, é um desconhecimento, talvez, até do nosso Ordenamento Jurídico e como ele funciona.

Eu diria que nós passamos não por um problema de preconceito, mas ele é mais sério, é um problema de genocídio cultural. Genocídio cultural, porque no íntimo, na alma de cada indivíduo reside um ancestral negro e que, talvez, eles não queiram assumir. Romeu Tuma, Senador, ele colocou com grande propriedade a essência... A essência do ser humano. E eu coloco de outra forma. Quem se julga muito importante e que tem visto as pessoas somente pela cútis, deva fazer

uma reflexão em um cemitério, porque lá vamos ver que não somos nada.

O que precisamos, Sr. Presidente, é que a mídia, não toda a mídia, mas alguns indivíduos, tendenciosamente, têm colocado, têm ressaltado a cota, o PROUNI, o ensino do negro de forma pejorativa e que não tem dado oportunidade sabendo-se que o nosso ensino ele tem as suas deficiências. Resulta, então, numa incapacidade de reflexão do nosso povo. Lembro-me ainda nos meus idos 20 anos de idade, quando o Sr. Carlos Moura assumiu a Palmares e que refez o contato com a África porque até então vivíamos isolados. Foi uma alegria, uma grande satisfação para todos nós e que abriu oportunidade para que voltássemos a nossa origem.

O que se discute, aqui hoje, Sr. Senador, e que depois de todos aqui presente terem falado, eu solicito ao Sr. Presidente que tenha um trabalho melhor de divulgação da Lei de Cotas em que o Brasil foi signatário quando num dado momento, não querendo aqui ressaltar alguns matizes religiosos, não foi pedido perdão ao negro pelo processo de escravidão que ele passou, aos índios americanos, da América do Sul, aos índios de um modo geral, foi pedido aos judeus, mas não foi pedido aos negros. E os negros de todo mundo reúnem-se em Duba(F) na África e retiram um quesito de que seria uma indenização psicológica que os países que passaram pelo sistema de escravidão deveriam indenizá-los [soa a campainha] por uma questão psicológica, por danos psicológicos, por danos morais que sofremos ao longo desses anos.

Os Estados Unidos já desde 1800, já havia feito a cota, não era interesse dele. E o Brasil, como outros países, seguiu os Estados Unidos criando, então, o sistema de cota. O sistema de cota não é uma prioridade de um Partido Político, o sistema de cota vem de um Ordenamento Jurídico da ONU. Porque, senhores, se não atentarmos para esse detalhe quando acabar o Governo Lula tudo farão para que seja retirado o sistema de cota no Brasil, alegando ser uma questão político partidária.

Sr. Presidente, deva ser ficado registrado [soa a campainha], porque nas Universidades nenhum aluno, eu estaria generalizando, mas grande parte dos alunos do curso de direito desconhecem, desconhecem o que levou a cota e o que levou ao PROUNI. E desconhecem, como bem tem lutado a Senadora Patrícia Saboya, a realidade brasileira.

Venho de uma família de dez filhos, sou o 9º e tive a oportunidade com lutas de fazer curso superior, mas nós negros temos que lutar todos os dias para vencer na vida e passar um verniz no rosto para que a discriminação não afete o nosso ego, o nosso senti-

mento, mas acabamos morrendo cedo de derrame ou mais, especificamente, de AVC, porque não suportamos a tamanha dor.

Então, não se fala só de cota, não se fala só de dar oportunidade de crescer, se fala de respeito humano. Não quero levar para o lado pessoal, mas quero agradecer a todos aqui presentes, muito teria de relatar aos senhores, mas, nesse exato momento, como Conselheiro do Distrito Federal, do Conselho do Negro e como estudioso da cultura negra eu solicito ao Sr. Presidente que registre esse dado que tem sido alarmante por professores universitários que desconhecem, profundamente, a origem da cota, o porquê da cota. E não se faz um país sem trabalhar o indivíduo como num todo e o todo seria o respeito ao ser humano. Muito obrigado, senhores.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu vou permitir que nossos convidados aqui da Mesa [soa a campainha] Que têm algum questionamento a fazer, enfim, queiram colocar, o meu amigo Carlos Moura pediu a palavra já.

Só lembrar que à tarde nós continuamos, hein, à tarde é só o debate sobre a Lei da Educação para que a verdadeira história do negro seja contada nas salas de aula, hoje acontece somente em 20% dos casos.

SR. CARLOS ALVES MOURA: Muito obrigado, Senador. Apenas para solicitar a V.Exª que peça à assessoria que possa distribuir este trabalho que é um manual de Direitos Humanos para quilombolas e organizado por um grupo do qual eu faço parte. De modo que seria muito interessante se todos aqui pudessem tomar conhecimento desse material. Então, eu peço a V.Exª que determine a distribuição e eu peço também licença a V.Exª e a todos e eu preciso de ausentar-me. Eu tenho, agora, uma reunião com o Ministro Edson Santos. E agradecer a V.Exª pela oportunidade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Nosso querido Carlos Moura já que estava guardando lugar para você, você também é painelista, você só podia chegar no momento que ele fosse sair, então, foi tudo combinado.

Eu convido o Jaques para vir para a Mesa, trazer a palavra e uma salva de palmas para os dois.

[palmas]

Carlos Moura que vai para outra atividade e o Jaques que chegou nesse momento. O Jaques estava aqui previsto sua fala, Jaques Jesus, Assessor de Diversidade e Apoio aos Cotistas – UNB e Coordenador do Centro de Convivência Negra – UNB.

Jaques você tem o tempo de 10 minutos com mais 5 se necessário. O Jaques se atrasou, porque estava

em outra atividade tão boa quanto essa, ou melhor, lá na Câmara dos Deputados liderada pelo meu amigo Adão Pretto que assumiu a Presidência da Comissão de Legislação Participativa, e estamos fazendo um trabalho conjunto, tenho certeza que vamos avançar Câmara e Senado com o mesmo objetivo. Jaques, com a palavra.

SR. JAQUES JESUS: Bom dia a todos e a todas. Lá na Câmara foi muito interessante a discussão, tinha muitos estudantes da escola fundamental, então, foi muito legal discutir sobre as cotas, explicar um pouco o porquê existe esse sistema. Bem, eu acho que o objetivo praticamente é esse ligado, eu acho que provavelmente ao assunto da minha área, as cotas, falando não só do Estatuto que é fundamental para essa nossa luta, eu acredito que espero que ainda esse ano em função do trabalho com o partido, né, que o PT tem feito para ainda esse ano ter uma Comissão como essa só acompanhando, especificamente, o Estatuto que nós temos esperança que esse ano o Estatuto nasça, ele realmente seja parido mesmo, no sentido da força, da necessidade de parir, de ele sair do papel e se tornar realidade, apesar das eleições Municipais e temos essa esperança.

Mas, no que tange minha área, principalmente, a PL nº 7.399 que é a Lei das Cotas é fundamental, na minha visão, ela vai nos auxiliar tremendamente a uniformizar o sistema de ação afirmativa no Brasil, porque hoje depende de cada instituição a boa vontade ou a consciência mínima da necessidade de inclusão, da necessidade de fazer ações voltadas à população negra e nesse tocante, por exemplo, a primeira Federal a ter ações afirmativas por essa percepção de que era fundamental haver inclusão do negro foi a UNB, que foi a primeira Federal. Outras como, por exemplo, a UERJ, Estaduais do Rio de Janeiro, elas dependeram de uma Lei Estadual, não dependeu de uma ação da própria comunidade acadêmica, de uma iniciativa da comunidade, isso traz certos problemas, por exemplo, hoje ela tem sido foco de ações de inconstitucionalidade, né, e que nós temos que lutar constantemente contra.

Comissão de Direitos Humanos, ontem, lançou uma nota de apoio às cotas, ao STF, eu acredito que vários parceiros militantes já estão no STF articulando em apoio às ações afirmativas, ao PROUNI, porque nós temos que lutar contra essas pessoas, aí que como muito bem colocou o nosso professor da UNB ontem, José Jorge, são muito parecidos com aqueles que lutavam contra a abolição, no final do século XIX. Então essas pessoas agora lutam contra a inclusão do negro, dizendo que essa inclusão poderia causar distensão em nossa sociedade, né, e infelizmente faz parte de um contexto que vai ser superado pela razão,

considerando ainda que o Brasil é signatário de vários acordos internacionais e tem que cumprir ações pela inclusão da população negra entre outros, né.

Então, espero realmente que a PL nº 7.399 – a Lei das Cotas ela saia, porque vai ser fundamental para que não dependa dessa boa vontade dos esforços contínuos de pessoas isoladas ou grupos de irem em cada Estado, estimular, discutir, acontecer coisas tristes como, por exemplo, na Federal do Ceará ela recusou, a Federal do Ceará ela discutiu e achou que não seria legal colocar cotas lá, porque teria que fazer também para os deficientes, teria que fazer cotas para outras populações, ou seja, ela assumiu o papel de uma Universidade reprodutora da lógica de segregação no país, que, infelizmente, nosso Ensino Superior no Brasil tem se prestado a isso desde que surgiu, tem sido um referencial da lógica da segregação. E a gente tem que lutar para transformar essa realidade.

Eu deixei material para ser distribuído, inclusive, a própria nota da Câmara e um material explicando um pouco o Centro de Convivência Negra que é um espaço da UNB, que eu coordeno dentro do meu trabalho de gestão das diversidades na Universidade.

Então, eu queria mostrar um *slide* que foi deixado com relação como funciona as cotas na UNB e por que mostrar isso? Não porque seja interessante a UNB. Está, tudo bem, vou atrasar, mas já vou falando. Não só porque a UNB, queira que vocês conheçam os dados, ela tem sido usada de fato como referência, inclusive, números mágicos, digamos assim que alguns lugares têm colocado com relação a UNB, em especial a questão dos 20%, me chamou muita atenção, tem sido repetido muito, como um número mágico, 20%, 20%, por que a gente colocou 20% na época que estabeleceu cotas na UNB? Foi uma questão política. Na verdade, o que a gente queria? Que fosse correspondente à população negra do DF que é 45%, praticamente metade da população do DF é negra.

E aí muita gente pergunta: “Tá e por que eu ando por aqui e eu não vejo esses negros?” Porque a maioria não está no Plano Piloto, a maioria está na periferia, está na Estrutural, está em Samambaia, está em Ceilândia, então, representando de novo essa lógica da sociedade brasileira, a maioria negra está na periferia. E a gente queria nesse sentido. Mas politicamente dentro da Universidade, na longa discussão que gerou as cotas para negros da UNB o número de consenso entre aqueles que não conseguiam aceitar de 50 até mais alto, mais baixo, ficou 20%.

Então, assim, eu percebo muito que outras instituições repetem muito esse número, no Estatuto também, o Senador Paulo Paim vai poder me esclarecer, repete, às vezes, essa numeração de 20%. E na Lei

das Cotas ela é excelente, porque ela vai ver a realidade de cada unidade da Federação. Não apenas os 50% para a escola pública que é importante, a gente que trabalha com cotas para negros temos que falar diuturnamente, a gente pelo fato de ter cotas para negros não exclui cotas para sociais ou qualquer outro tipo de ação afirmativa, né? A gente quer que agregue, né, a gente só está focado naquilo que é a nossa área. Então, assim, 50% das escolas públicas na Lei de Cotas e mais a representatividade de negros, indígenas em cada unidade da Federação que é excelente, por exemplo, aumentaria a presença de negros na UNB, aumentaria em torno de 10%, teríamos 45% de... dentro dos 50%, daria um pouco mais, seria como em torno de 30% de estudante negros e hoje é 20%, já é 20%.

Então, deixa eu falar rapidamente como funciona lá, se puder já passar, essa moça que aparece na imagem, eu queria marcar, faz parte da história de implantação do site do sistema de cotas para negros na UNB. Quando a gente fala, eu quando construí o conteúdo do site em 2005 e fui olhar o link da graduação da UNB na admissão, tinha cinco moças numa fila cursando vestibular na foto, né? Cinco moças na fila do vestibular, todas brancas, eu virei para o assessor de comunicação, nossa Universidade tem uma política afirmativa de diversidade, por que todas são brancas, tem que ter uma negra, outras, e aí foi interessante, porque apesar da Universidade ter uma política de ação afirmativa, essa consciência da necessidade de mudar não estava presente, então, isso tem tudo haver com a percepção que a gente tem, que as associações afirmativas, eu estou falando rápido por causa do tempo, se estiver correndo muito avisa. Elas visam transformar esse espaço que é homogêneo num espaço heterogêneo, num espaço da diferença, porque não adianta nós ficarmos com o discurso: “Ah, nós da Universidade valorizamos a diferença”, “Ah, nós daqui da Câmara, do Senado, recebemos, a Casa do povo”, pouquíssimos parlamentares negros, e aí na prática não tem como trabalhar a diversidade. É preciso pessoas diferentes no espaço para que a gente trabalhe de fato a diversidade e a partir dessa presença a gente tenha ações como essa para começar a transformar o olhar, para as pessoas verem o negro, tirarem o negro da invisibilidade que hoje vive, não se quer ver o negro, desde a novela, desde o telejornal, desde o filme, em qualquer espaço da imagem do negro representativo do que você não quer ver esse negro está fora, a gente tem que começar a mudar, a partir da presença efetiva do negro no espaço de poder.

Como funciona essa ação afirmativa? Ela primordialmente está no acesso do estudante negro, né, que

faz aquela reserva de 20% de vagas para o estudante que tem o mínimo de desempenho para estar na Universidade, ele tem a média, não é um estudante com demérito. E lutar pela permanência dele, buscar formas de apoio, que eu vou falar mais para frente das formas que a gente tem de apoio na Universidade, para chegar à formatura. Porque com isso a gente vai chegar ao objetivo básico das ações afirmativas das cotas, que diferente do que muita gente pensa, as cotas não visam de imediato mudar a lógica de poder. Elas não vão conseguir isso. O que elas visam primordialmente é criar uma massa crítica mínima para que a gente possa – essas pessoas – a partir da ação delas, formando como pessoas qualificadas, teve recentemente a formatura dos estudantes da Unipalmarenses, a partir dessa formatura deles, da saída deles que eles vão fazer a diferença, partir da só ocupação de espaço de poder, para começar a ter mais gente reproduzindo esse discurso e contradizendo a lógica racista que coloca o negro no espaço da cozinha, no espaço isolado e não permite que ele também esteja na frente, no espaço de poder.

É um ciclo mesmo de mais negros serem vistos nesse espaço de poder, para que eu queira também ser Senador, ser professor, ser Reitor, qualquer outro espaço. Muita gente fala: “Cotas não pode ser só na Universidade”. Sim, tem que ter em todo o canto, por isso o Estatuto da Igualdade Racial que visa essa luta, mesmo, pela mudança da desigualdade racial que vige no país, não pelo privilégio de negros, mas pela igualdade de todos. Pode passar. Pode passar.

Vou passar alguns dados sobre os candidatos ao vestibular da UNB, para explicar mais uma vez. Volta, volta. Olha só, vamos comparar os pretos e os brancos, pegar especificamente. Na UNB isso é interessante para nós negros são as pessoas negros de cor preta e parda, isso vai explicar um pouco depois a questão da nossa banca que é muito discutida, blá blá blá.

Bem, aí só os pretos, dentre os negros, que são a minoria que dá para identificar bem a discrepância econômica. O que acontece? Na UNB, quem concorre ao vestibular, em média os que têm renda inferior a 1.500 Reais a grande maioria dos pretos se enquadram nessa baixa renda, tá? E os brancos em torno de 30%, eu arredondei para cima para não ficar número quebrado. Com relação à renda familiar, acima de 2.500 Reais, você vai ver que tem menos pretos, quase não chega a 21% de pretos com essa renda maior e candidatos e com relação aos brancos é quase metade. Então, já a partir do momento da concorrência, já existe uma discrepância de renda, né? E isso vai afetar, como essa pessoa vai se inscrever, por exemplo, num vestibular, que eu já acompanhei muitos casos na avaliação dos

candidatos de babás, empregadas domésticas, a gente ficava com tristeza de ter que chamar a pessoa para se deslocar para conversar, fazer uma entrevista, porque ela tem também um gasto com aquilo. Então, tem que ter os mecanismos, como, por exemplo, vai passar a tela e falar do aumento da solicitação de isenção de taxas, a gente ter buscado uma política no acesso para aumentar o atendimento aos pedidos de isenção de taxa, para que essa pessoa tenha mais acesso a Universidade já antes de fazer a prova.

Em 2004 um pouco antes de começar as cotas, 60,5% dos pedidos eram atendidos. Em 2005 já foram 68,7% dos pedidos atendidos, em 2006, 81,46%, não coloquei aqui, mas já agora temos quase 90% dos pedidos de isenção de taxa do vestibular atendidos. [soa a campanha] Isso é uma importância política, considerando, inclusive, que fora do sistema de cotas para negros, por exemplo, estudantes que concorrem no vestibular da Universidade de Brasília a gente fez uma parceria com o Governo do Distrito Federal, e o Governo do Distrito Federal paga a inscrição de todos os estudantes de escolas públicas que concorrem no PAS e no vestibular da UNB, eu estava conversando com o pessoal do Mato Grosso do Sul, da Federal do Mato Grosso do Sul que tem buscado inclusão e falar de uma política barata, estimulante até para os próprios políticos, né? A Universidade propõe isso e tem um custo muito baixo para o Estado, e para o Estado sai como uma política de educação. Ela está financiando acesso aos estudantes, o GDF adorou, Governador, ficou como uma idéia dele. Então, foi excelente.

Passando a tela. Eu vou pular um pouquinho, mostrar a questão dos pretos e explicar, dos pretos fica bem patente à diferença, pode mudar a tela.

O que eu vou mostrar nessa tela? Aí vai mostrar como as cotas afetaram a presença dos negros em determinados cursos. Eu peguei só os pretos. Por exemplo, ali está dividido em função da concorrência no vestibular, tá? Ali você tem cursos de baixa concorrência, ou seja, que não tem tanta gente querendo, pedagogia, não tem tanta concorrência como, por exemplo, o de alta concorrência, o curso de alta concorrência é medicina, tem alta concorrência. O que vai acontecer ali? Em 2004 não tinha um preto, no curso de medicina da UNB, antes das cotas, não tinha ninguém, se tinha algum africano ainda vai, acho que são do semestre anterior, não tinha, 0%. Depois com a ação afirmativa, no mesmo semestre seguinte, pulou para 2,63%. É uma diferença significativa da presença do negro nesse espaço, e é só os pretos que eu coloquei, antes mostrou os pardos, eu só mostrei este para deixar bem patente a importância desta mudança, ou seja, veja que está aumentando a presença,

idéia de mostrar que está aumentando a presença do negro nesses cursos de alta concorrência, porque em pedagogia, por exemplo, biblioteconomia, arquivologia, em média o estudante cotista tem até a nota de corte maior do que dos outros, sempre a concorrência foi maior do estudante negro, então, continua essa lógica, mas nesses que tinha pouca concorrência do negro, aumentou sua presença, aumentou a concorrência dele, ele está mais presente, você vai ver mais médicos negros, mais advogados negros que é o curso de média alta concorrência e continua tendo pedagogos negros, arquivologistas negros, mas vai ver mais pessoas nesses espaços de poder negro, para a gente poder equalizar, não ter o negro só num espaço que lhe foi conferido pelas estratégias do próprio negro para lidar com o racismo no Brasil que coloca nesses espaços específicos. Pode passar.

Bem, como afetou a presença do negro na UNB? Em 2004 tínhamos 2% de estudantes negros, com as cotas em 2006 passamos a 10%, quintuplicamos, e hoje já temos em torno de 20%, decuplicamos a presença do negro na Universidade, então, temos em torno de uns 2.100. Quando eu coloquei, ocupam 2% das vagas universais é porque tem um fenômeno interessante, nem todo o negro que presta vestibular pela UNB quer concorrer pelas cotas, porque tem essa opção, ele pode dizer se quer ou não concorrer e, aí, engraçado, os que não querem concorrer pelas cotas, a gente sabe que é negro, concorre e mantém a mesma lógica anterior ainda de 2%. É interessante como se mantém essa lógica residual e a gente quer ao final dos 10 anos, que nós nos propusemos a manter o sistema de cotas na UNB que essa lógica seja mudada pela própria formação, presença do negro, mudar essa lógica e nós percebemos que ainda não foi mudada, não foi melhorada, a gente tem que aprimorar o sistema como nós temos feito. Não em função, como algumas pessoas acham, de demandas de mídia, de comunicação, mas em demanda interna que nós estabelecemos quando foi aprovado o plano de metas de inclusão racial, étnica, social, que em 2003 foi aprovado, instituiu as cotas na UNB em 2004 entraram os primeiros estudantes, nesse plano estabeleceu a necessidade de avaliar continuamente o sistema, tanto que a gente utilizava fotografia para filtrar a pessoa se era negra ou não, hoje a gente centra mais na entrevista. A entrevista é muito boa para articular, conversar com a pessoa, conhecer fisicamente. Pode passar.

Comparando um pouco o desempenho, antes de falar um pouco dessa comparação, queria falar que – a meu ver – existe uma questão que a gente confunde muito a idéia do mérito, passou no vestibular, uma nota boa, é muito simplista, eu acho que antes dessa

questão, mesmo que os estudantes de qualquer origem negro, pardo, indígena, tivesse um desempenho inferior a outros, não poderia nos imiscuir, nos retirarmos, excluir do dever ético, questão ética, moral, de incluir esses estudantes nas Universidades, mesmo que tivesse, se a gente fizesse isso [ininteligível] [soa a campainha] seríamos reprodutores do fascismo, do racismo, né, então, temos que fazer essa inclusão a partir da presença no espaço de poder das pessoas que são excluídas e que estão na sociedade. Tá. Ok.

Então, ali vocês vão ver rapidamente algumas diferenças que eu vou... Trancamento é praticamente o mesmo, um pouco menor, média geral praticamente a mesma, mas aí eu fiz um gráfico para vocês verem melhor comparando as populações, porque aí fica simplista porque é o dado bruto com relação comparando 2.000 pessoas com 20 mil, [ininteligível] é bobagem fazer isso dado bruto, porque aí eu não vou ver que o grupo de 20 mil as diferenças vão ser suavizadas, no grupo de 2.000, qualquer diferença vai ser potencializada, quem tiver nota alta vai dar nota altíssima, o que tiver nota baixa, o grupo todo cai, então, fazendo cálculo estatístico da diferença entre os grupos, o próximo, pode passar – o que vão ver? Uma evolução, que é a seguinte. A média da UNB é de 0 a 5, vocês estão vendo ali no canto as pontuações, no primeiro vestibular com cotas o que a gente vai ver? Aquela bolinha no meio do traço, naqueles de lá são os estudantes que entraram no vestibular, mas sem as cotas. Mas eles têm em média em torno de 3,6%, 3,6% de nota e a diferença entre os estudantes é baixa em função do número de estudantes, estatística. Os de cotas, a gente vai ver essa diferença aí nenhuma, a média é a mesma, e comparando o grupo estatisticamente e a diferenciação maior porque o grupo é menor, óbvio, como eu falei, e ali inclusive só tinha 600 pessoas.

Agora, veja no semestre seguinte. Aí a diferença já foi aumentando, no sentido de que a média do estudante da Universidade está ali em 3,4, 50%, do estudante negro, [soa a campainha] porque já tem mais negros entrando na Universidade, aumenta. O que está dizendo isso aí? Quantos mais negros entram na UNB, mais a média aumenta. Por que aumenta? Não é porque o negro tem uma essência diferente, especial, seja mais inteligente que um branco ou que outro, simplesmente pelo fato, que este estudante negro quem conversa, quem conhece, sabe que ele em geral é o primeiro da comunidade, não é o primeiro da família, em geral é o primeiro da comunidade, existe todo um grupo social atrás que valoriza a presença dele, ele é valorizado no seu grupo, na sua periferia, por estar nesse espaço de poder, então isso é um estímulo a ele, ele falta menos, ele tranca menos, está mais presente.

Então para marcar... Estuda mais. É um fato prático, não é porque é uma pessoa especial, é uma pessoa como qualquer outra.

Pode passar, eu vou pular algumas questões aqui, porque tem pouco tempo... Só falando do que tem na UNB, do trabalho da minha assessoria que ficou óbvio aqui um pouco o trabalho, vamos passar, conto como coordenar o Centro de Convivência Negra, [soa a campainha] só vou colocar, pode passar, a imagem para vocês verem, pelo menos, o que é o espaço, esse aí. Pode passar.

Esse, uma casa de vidro, que a gente chama de casa de vidro, que fica num espaço arborizado na Universidade, chama de casa de vidro no sentido da transparência, não porque seja frágil, porque a gente quer ser transparente e mostrar o papel do negro aí, infelizmente, as pessoas desinformadas, por exemplo, eu li um artigo do Demétrio...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Jaques me permita, registrar a presença nesse momento, é importante a questão interna da Casa, de dois Senadores que sempre estão na linha de frente com a gente, Senador César Borges, Senador Wellington Salgado, eu pego peço a ambas uma salva de palmas.

[palmas]

Me permitam, Senador César Borges, Senador Wellington Salgado, V.Ex^a que é um especialista em educação, hoje à tarde vamos discutir a questão da educação também aqui e o Senador César Borges foi o Relator do Estatuto também da Igualdade Racial, viu, teve um papel fundamental no Senado pela sua aprovação. Quero fazer esse registro e volto à palavra ao nosso painelistas.

SR. JAQUES JESUS: Retomando a palavra, o que quis dizer, li um artigo no Estado de São Paulo, de um senhor que nunca foi no Centro, que não conhece, aliás subscreveu uma lamentável carta de contra ações afirmativas, chamado Demétrio [ininteligível] que falava que o Centro para ele era um espaço de exclusão, ele nunca foi, não sabe nem o que é, infelizmente é uma pessoa da Universidade que fala de coisas que não conhece, só posso lamentar o papel dessa pessoa.

Então, o que acontece, é um espaço de inclusão, valorização da presença do negro, o nome “negro” e o texto que eu passei para vocês explica isso, é exatamente para marcar essa presença, no sentido de que precisamos conviver de igual para igual, só isso que o negro quer. Pode passar.

Eu vou passar esses dados, falando do nosso atendimento, pode passar, são dados muito específicos, em geral o sentimento das pessoas com o Centro são de satisfação, alegria, quem conhece mesmo, negros

e brancos, sabem que é um espaço de ligação da Universidade com estudantes negros. Pode passar.

E na UNB, hoje, o sentimento com relação a inclusão racial em outra pesquisa que eu fiz, estudantes, professores, servidores, tem se ligado a idéia de cotas que eu perguntei a inclusão: “o que é inclusão para você na UNB?”. As pessoas vêm com a idéia da cota – cota não é exclusão para as pessoas da UNB, para quem que ouviu na UNB é inclusão, é direito, é justiça. E fomenta acesso e luta contra a discriminação, basicamente é isso. Pode passar.

Tem os contatos. No site do sistema de cotas que a gente montou, vocês vão ter várias informações sobre os sistemas, tem links para vários espaços com relação à questão do negro, da igualdade, da diversidade, tem nosso e-mail, ccn@unb.br, e o telefone. Então, queria só repetir só uma coisa que eu falei lá na Câmara para os estudantes, o negro busca no país desde que nós viemos aqui lutando contra a discriminação é falar a verdade. E a verdade que o negro está falando é que essa sociedade desigual tem que se tornar igual, a gente está lutando por essa verdade, e a gente só vai conseguir mudar se fizer uma coisa o que o filósofo Friedrich falava: “Só quem tem um caos dentro de si, vai poder gerar uma estrela”. A gente só vai poder realmente transformar esse país num lugar lindo, legal bom para se conviver, se a gente tiver noção das desigualdades e lutar ferozmente contra tudo isso.

Então, muito obrigado, estou aberto a perguntas.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar para a Mesa para as considerações finais, mas se o Senador César Borges que trabalhou também no Estatuto da Igualdade Racial, ajudou para que ele fosse aprovado, tivemos audiência, inclusive, na Bahia, e o Senador Wellington Salgado, que tem sido parceiro nosso aqui em todas as votações, combatendo todo o tipo de discriminação, se quiserem fazer o uso da palavra a Presidência ficaria muito satisfeita pelo trabalho de ambos conosco, aqui, na aprovação de todas as políticas de combate ao preconceito e dizendo que, antes de V.Ex^{as} falarem, que o Senado da República todas as propostas de combate ao preconceito nós aprovamos, todas. E estão paradas na Câmara dos Deputados. Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu queria inicialmente saudar a todos os componentes da Mesa, todos os senhores aqui presentes, representante da comunidade, do povo negro brasileiro, e quero agradecer as suas palavras e, na verdade, nada mais fiz do que a minha obrigação, meu dever, relatando Projeto da Igualdade Racial de sua autoria, e

efetivamente como representante do povo baiano que é um povo que tem a marca da raça negra muito bem solidificada e isso é um orgulho para nós, porque traz uma riqueza cultural, racial muito grande, lamentavelmente vimos um episódio, agora, muito triste na Bahia, um coordenador no curso de medicina fez declarações estapafúrdias, inaceitáveis, nós repudiamos, fizemos moção de repúdio, essa pessoa foi, inclusive, afastada dessa direção do curso. Não é?. Mas a Bahia se orgulha muito disso. Então, eu como Senador baiano quero dizer a V.Ex^a que temos o máximo interesse de que todas as ações afirmativas com relação de levar a posição que a raça negra merece ter no nosso seio será sempre bem-vinda e aplaudida.

Muitas vezes, eu vejo algumas incompreensões com relação às ações afirmativas, muitos dizem. Por que ação afirmativa? Você está criando na verdade é uma discriminação inversa e há sempre essa questão, por exemplo, das cotas debatidas, né, e procuram colocar um débito com relação às cotas do baixo nível de ensino. Eu acho que se mascaram questões sobre questões. Quer dizer, nada tem a ver com a qualidade do nosso ensino que sempre foi precária e que nunca mereceu o apoio como prioridade dos nossos governantes – educação tem que ser prioridade nesse país, eu tenho uma tese, Sr. Presidente, que só através de uma educação de boa qualidade que possa atender a toda a população é que nós vamos combater as desigualdades, principalmente, sociais e dentro das desigualdades sociais estão as desigualdades raciais também. Só com educação plena e completa e isso não é a questão da cota, a questão da cota é recente e a questão da deficiência educacional no país é uma questão que se arrasta por décadas, senão pela história inteira da nação brasileira.

Então, é por isso que eu acho que se confundem essas questões, eu continuo defendendo no firme propósito que as ações afirmativas seriam para ajudar em determinado momento histórico que é o que nós vivemos que se resolva esse *gap(F)* existente entre o desenvolvimento dos diversos povos que compõe a etnia brasileira, toda a etnia brasileira, essa miscigenação que é um fato real e que orgulha o povo brasileiro e, em especial, o povo baiano.

Então, eu quero apenas agradecer as palavras elogiosas de V.Ex^a e dizer que essa é a nossa posição, estaremos sempre aqui prontos para contribuir em qualquer ação que diga acabar com qualquer tipo de discriminação e construir uma sociedade que só será justa quando houver igualdade em todos os sentidos – racial e social.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vou passar a palavra para o Senador Salgado, mas, me permita antes, Senador César Borges, eu ouvi uma declaração, um momento desse de Debate do Estadual da Igualdade Racial, eu sou autor e alguém disse, os relatores são todos brancos lá no Senado, eu digo: “sim, só tem eu de negro, [risos] não tinha como, claro que os relatores são brancos, só tem eu de negro” e, felizmente, que tivemos relatores e Senadores, graças a Deus, brancos que aprovaram, eles me diziam, tanto V.Ex^a, Senador José Sarney, Rodolpho Tourinho, Paim nós vamos fazer o que você achar de melhor, veja aí com a comunidade, fomos na Bahia num debate lá, isso não pode ser negativo, pelo contrário, é positivo que três Senadores brancos, negro só tem eu, repito de novo, disseram: “não vamos fazer o que for melhor para a comunidade”, ajudaram a construir, mesmo no debate com o Executivo, reunimos com o Executivo, o Executivo: “olha aqui dá, aqui não dá, aqui vamos ter que alterar, e foi assim que aprovamos aqui por unanimidade”.

Eu daria uma salva de palmas para os três relatores brancos que foram fundamentais para aprovar o Estatuto. Senador Salgado.

[palmas]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Paim, senhores convidados, Senador César Borges, realmente falar depois do representante da Bahia [risos] que tem no sangue essa sensibilidade, essa miscigenação de raças, é, realmente, repetir tudo o que V.Ex^a falou, Senador César Borges.

Agora, Senador Paim, se fizermos exame de sangue, eu tenho uma porção negra bem grande no meu sangue com certeza.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

[risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas essa Comissão, Senador Paim, e aqui eu quero aproveitar esse momento, como já falei o Senador César Borges já colocou tudo aquilo que eu poderia colocar, eu queria deixar bem claro na pessoa de V.Ex^a, V.Ex^a sabe que eu tenho um carinho especial, participei de vários eventos nessa Comissão não só com relação a questão negra, questão dos índios, V.Ex^a, talvez, tenha conseguido colocar uma quantidade de índios aqui dentro do Senado, com a Legislação que tem hoje, dá para criar um território, estão criando, [risos] a verdade é essa.

Eu queria simplesmente aproveitar esse momento que V.Ex^a me deu a palavra para dizer o quanto eu me sinto feliz de participar dessa Comissão e aqui adqui-

rir através do debate que eu vejo como as Audiências Públicas que se realizam no Senado, talvez, seja o melhor momento do Senado Federal, o momento onde ele sente realmente o contato com os grupos e com os interesses que vêm aqui, mostram o seu posicionamento e as razões lógicas que os levam a ter esse posicionamento.

Então, eu me sinto muito honrado de pertencer essa Comissão, participar não só desse momento, como eu bem coloquei, e V.Ex^a sempre participativo e lutador pelas questões não só raciais, não queria colocar só raciais mas pelos digamos assim, os que são menos privilegiados na sociedade brasileira.

Então, Senador Paim, está de parabéns, espero continuar participando aqui muitas vezes no Senado nós temos que ficar correndo de Comissão em Comissão, aprovar um Embaixador, discutir algum assunto na Economia, na CCJ e que acaba tendo daqui passar na Comissão de Constituição e Justiça, que é a Comissão mais importante do Senado Federal, digamos, porque importante, porque ali onde se vê as questões legais, Constitucionais, que podem ou não levar a criação de uma Lei no país. Então, Senador Paim, muito feliz de estar aqui, uma pena, mas vou requisitar, requisitar a gravação, vou ver na TV Senado, algum momento com certeza vai passar toda essa Audiência Pública que teve aqui.

Muito obrigado pelo momento que V.Ex^a me proporcionou.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço ao Senador Salgado, agora vou para as considerações finais da nossa Mesa, eu daria a cada um, se me permitam, mais ou menos só para limitar o tempo, nem tanto com a devida tolerância.

Eu começaria com nosso Reitor da Unipalmes, esse belíssimo projeto, José Vicente, foi inclusive, quem abriu hoje pela manhã o nosso trabalho. Por favor, Reitor.

SR. JOSÉ VICENTE: Cumprimentos... desculpa. Está ligado? Agora, sim? Tá bom. Então, como estava dizendo as nossas palavras finais são de cumprimentos, cumprimentar pela oportunidade, cumprimentar por nos permitir o acesso e o privilégio da sua amizade, cumprimentar por saber que somos um, Senador, presente, mas somos seguramente 50% da população brasileira que se reúne no seu mandato na defesa da construção desse Brasil que todos os brasileiros precisam que é um Brasil para todos, um Brasil que seja um Brasil democrático, um Brasil justo para todos os brasileiros de todas as cores.

[palmas]

Cumprimento aos colegas da Mesa pela oportunidade de aprender e, se me permita, meu caro Paim, de ver o jovem negro brasileiro sentado na tribuna.

[palmas]

Falando com propriedade, criando e sonhando como nós sonhamos, como fomos jovens, somos eternos jovens, uma satisfação de saber que o negro brasileiro tem voz, tem postura, tem sonhos, tem esperança e está trabalhando para tornar realidade.

Eu quero cumprimentar também o Deputado Antônio Roberto por saber que está nas vossas mãos uma possibilidade, nesse início de milênio, começarmos uma vida e uma história nova de justiça e de reparação, tendo em conta que está na relatoria do Estatuto da Igualdade Racial na Câmara dos Deputados.

Quero saudar cada um dos Senadores que já passaram nos nossos trabalhos pela manhã, o Senador Cristovam Buarque, Virginio Carvalho, José Nery, Eduardo Suplicy, Patrícia Saboya e estender a saudação, cumprimentos ao Senador César Borges e também ao Senador Wellington Salgado.

Eu estava dizendo, em rápidas palavras, o que o foi minha estada nos Estados Unidos, em Washington agora no final de abril onde eu vi todos os Senadores, parlamentares, 300 reitores do mundo inteiro, todas as empresas sentadas na mesma Mesa procurando resposta de como manter o progresso sustentável e como garantir a paz e a liberdade e eles convergiram que seria somente através da chave da educação e do valor da diversidade.

A diversidade, diziam eles, é um bem que todo o país que tiver deve abraçar com todas as forças, porque a diferença é que faz justamente a diferença da competitividade no mundo global.

Então, nós somos o país que temos como patrimônio a diversidade. E se nós tivermos a grandeza e a capacidade de transformar isso em ferramentas para o progresso, estaremos no [ininteligível] dos maiores países da Nação e, seguramente, também estaremos fazendo com que a coesão nacional cresça e se mantenha.

E de tudo que eu pude ouvir, aqui, hoje e de tudo o que eu aprendi aqui hoje, eu poderia dizer que nesse exato momento que nos aproximamos dos 120 anos da Abolição da Escravatura o sentimento é um sentimento de frustração num primeiro momento porque nós estávamos falando aqui dos 200 anos da chegada da Família Real, e vimos todo o Brasil se debruçando em atividades, em realizações e inaugurações de museus e bustos por esse acontecimento importante. Nós estávamos falando aqui dos 100 anos da abolição, dos 100 anos da imigração japonesa, da mesma forma o Brasil inteiro se movimentar e criar e produzir

atividades culturais, inaugurar espaços públicos e privados, fazer reformas em São Paulo, por exemplo, estão sendo reformados três estádios de beisebol para os japoneses, teve atividades no Teatro Municipal, enfim, uma série de realizações para marcar essa data. E, no momento dos 120 anos da abolição, seguramente, nós já sabíamos, e sabemos de tudo e isso aqui vai ficar no limbo outra vez, salvando logicamente uma cerimônia que vamos ter aqui no dia 13, mas o Brasil devia mais por essa oportunidade importante que nos leva a reflexão.

Mas, por outro lado, e apesar dos pesares nós também estamos felizes, felizes, esperançosos porque se o debate passa pela Casa do Povo e se na Casa do Povo tem personalidades com a estatura do vosso mandato e dos demais Senadores aqui presentes, nós ficamos esperançosos e esse futuro, muito em breve, será melhorado. E se nós temos uma série de ponderações e de reservas no que tem sido essa trajetória ao longo do tempo, nós também temos que reconhecer e agradecer aos que nos auxiliam, negros de todas as cores, mas, fundamentalmente, ao povo brasileiro que tem primeiramente colocado esse tema na agenda, a agenda do Estatuto da Igualdade Racial e todas as legislações que estão postas não é uma agenda do negro brasileiro, é uma agenda do Brasil e de todos os brasileiros. É o subterrâneo do Brasil que está se expressando nos mandatos de V.Ex^{as} no sentido de que nós queremos e vamos trabalhar para ter um país que nossos antepassados construíram e um país que todos os brasileiros precisam, que é um país de justiça e de igualdade e oportunidades.

É justamente esse subterrâneo que está fazendo com que a Lei nº 10.639 já esteja em quase 30% dos Municípios do nosso país, é esse subterrâneo que faz seu trabalho, às vezes, ali nos bastidores que está fazendo com que a Lei de Cotas e o PROUNI apesar de contestado através de Ações Diretas de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal vai ser, sim, vai receber sim um veredicto afirmativo.

Nós estamos falando com todos os Ministros do Supremo, com todas as fontes e todos eles estão cientes de que isso é um grande passo, é importante e é justamente esse subterrâneo que tem feito com que os 10 maiores bancos do nosso país, capitaneados pelo Banco Bradesco e pelo Banco Itaú tem hoje 700 jovens negros fazendo estágios de *trainee* de Executivo Júnior, isso é um fato extraordinário, E é esse o Brasil do subterrâneo que trabalha, e que realiza e que permitiu primeiro que nós tenhamos as cotas da UNB, estamos dizendo que aumentou em 20% a presença do negro na Universidade de Brasília e, digamos mais, o PROUNI permitiu a presença de quase 10.000% de

negros na Universidade Pública e nas Universidades privadas do nosso país, ou seja, em pouco mais de 5 anos nós jogamos a 10.000% a presença do negro no Ensino Superior. Se nós pudéssemos levar isso para outras áreas de atuação, na cultura, na economia, na política, esse Brasil daria um salto significativo em muito menor tempo.

E, finalizando, eu faço o registro também de duas grandes ocorrências importantes e que em certa medida confirma esse tempo de contradição, mas esse tempo de realização que é primeiramente na Universidade Zumbi dos Palmares, eu trago para dizer do ponto de vista simbólico, o que significa um país que discuta e que obstaculiza cotas, referenciar, referendar e aplaudir a Universidade Zumbi dos Palmares, é a primeira vez na história da América que nós temos uma instituição com essa natureza. Para que os brasileiros possam ter idéia, a Universidade de São Paulo, que é a maior Universidade da América Latina, possui 5.400 professores, dos quais quatro são negros, quatro são negros.

A Universidade Zumbi dos Palmares, 60% dos professores são doutores e mestres negros. Os dois mil jovens da Universidade Zumbi dos Palmares, 90% deles negros significa a maior proporção de universitários negros de toda a história da América Latina, não tem antecedente nesse sentido. E tudo isso feito com os negros de todas as cores, com apoio de todas as empresas, apoio de grande parte dos parlamentares brasileiros, isso é uma conquista do Brasil e os números da Universidade Zumbi dos Palmares significa a mudança de paradigma. O Brasil é um, antes da Universidade Zumbi dos Palmares, o Brasil é outro do ponto de vista da educação dentro dessa perspectiva.

De modo que eu quero parabenizar cada um dos brasileiros que participaram desse trabalho nessa manhã, cada um dos colegas que me privaram a honra de dividir essa Mesa, parabenizar e cumprimentar cada um dos parlamentares que, aqui, estiveram na figura do Senador César Borges, Wellington Carvalho, cumprimentar todos os demais Senadores que aqui estiveram. Dizer muito obrigado pelo vosso mandato, pela vossa luta, pela sua determinação e pela vossa amizade, e dizer que o Brasil pode ser o Brasil que os nossos antepassados sonhamos e pode ser o Brasil que todos os brasileiros precisam. E para que isso aconteça nós precisamos estar firmes e precisamos continuar determinados com nossa luta.

Muito obrigado, até a próxima oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Obrigado Reitor José Vicente pelo belíssimo trabalho realizado não só na Universidade Zumbi dos

Palmares, mas também aquilo que V.Ex^a tem feito para o Brasil e a nível internacional, levando o exemplo da caminhada, a importância da educação para todo o povo brasileiro – brancos e negros. Mas, V.Ex^a, com um carinho especial pela discriminação que sofreu e sofre o povo negro no longo de sua história.

Eu passo de imediato a palavra à Dr^a Regina Célia para suas considerações finais.

SR^a REGINA CÉLIA SILVEIRA SANTANA: Para que eu possa até ser bem breve nas minhas colocações finais, eu faço as palavras do magnífico Reitor as minhas palavras quanto à saudação a todos.

E quero ressaltar, na minha fala inicial, não coloquei esse excelente trabalho que o Reitor José Vicente vem desenvolvendo em São Paulo e acredito que estaremos, em breve, não só no Brasil, na América Latina, quem sabe, um dia no mundo inteiro. E peço licença a todos para fazer uma colocação, eu sei que não é de bom tom até o palestrante quem está fazendo uma preleção falar de si próprio, mas eu quero registrar que é muito gratificante em estar aqui, porque eu não sou apenas um membro da Comissão da Ordem dos Advogados que é uma Comissão de Negros, eu sou também uma gestora jurídica da maior siderúrgica da América Latina do país. E eu vejo que isso, eu me vejo como uma exceção. Então, para que isso não continue, para que isso não continue, não, não, eu gostaria de não, mas eu não gostaria de colocar, são várias siderúrgicas e prefiro, realmente, não colocar, porque estou aqui em nome da Comissão. Mas o que eu vejo que é muito importante é que este Estatuto seja aprovado, que haja a manutenção independente do Estatuto ser aprovado ou não, que haja a manutenção do sistema de cotas vigente que é uma maravilha – ele é espetacular. Então, eu vejo que a partir do momento que tem um projeto, um plano que ele foi, está sendo desenvolvido com grande satisfação não tem o porquê de se recuar. Digo isso até como advogada e tenho certeza que os nossos Ministros do Tribunal Superior, do STF, com certeza irão aí nesta linha, porque não é uma lei, mas o sistema ele é totalmente Constitucional e legal. Já ouvi isso de diversos juristas, desembargadores. Então, não tenho nenhuma dúvida, só que o que eu vejo eu não quero continuar sendo a exceção. E também uma coisa que eu vejo muito, muitos colocam que não há preconceito, não há racismo, isso realmente há, porque quando eu chego nos locais todos perguntam se eu vou num banco de investimento e até quando viajo para fora do país eu digo, a América Latina, pergunta aonde está a advogada, porque eu sempre estou acompanhada de diretores, pessoas altamente gabaritadas que são todos brancos, porque, infelizmente, onde eu trabalho não tem nenhum diretor

negro. Mas eu quero que isso realmente acabe. Então, só teremos condições de acabar com isso a partir do momento que haja uma oportunidade para os negros. E essa oportunidade eu só vejo através da cultura, através da educação porque você não terá condições de ter recursos não só para sobrevivência, mas eu digo vestuário, alimentação, num tudo e até um desenvolvimento maior na sua educação porque não é simplesmente você fazer uma Universidade, você tem que caminhar e subir mais degraus.

Então, a cada dia você tem que estar atualizado e pronto para o mercado de trabalho. E isso só é possível a partir do momento que tivermos aí uma cultura, uma cultura boa principalmente, não desmerecendo o trabalho, a gente sabe que as Universidades Particulares têm um trabalho excelente, exemplar, eu até vim de uma Universidade Privada, mas eu vejo que a Universidade Pública ela, realmente, tem membros com uma capacidade muito elevada.

E por que vamos deixar somente os filhos da elite estudar nas Universidades Públicas? Então, eu vejo que os negros, as pessoas carentes com menos condições de sobrevivência tenha esse direito.

E para finalizar eu quero até fazer uma colocação de um filósofo americano Vick Black(F) que ele faz a seguinte questão: "Tempo é questão de preferência, ou seja, nos dedicamos mais àquilo que é a verdadeira prioridade das nossas vidas". E, pelo que eu tenho acompanhado, posso estar realmente estar enganada, mas eu vejo que o único parlamentar que se dedica, exclusivamente, utilizando esta colocação desse filósofo americano é o nosso Senador Paulo Paim. Então, eu espero também que não só ele, mas que o Congresso Nacional, eu digo as duas Casas, também se debrucem neste tema porque é importante? É. Seminários, palestras, movimentos, só que, infelizmente, o cidadão depende desta Casa – que são as duas Casas, depende do Congresso Nacional para que tenha aí uma resposta através de uma Legislação que possa ser cumprida. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo a palavra ao nosso convidado Jaques. Eu vou deixar nosso Relator para o encerramento. Pode falar meu amigo Jaques.

SR. JAKES JESUS: Obrigado Senador, queria primeiro agradecer ao Senador Paulo Paim pelo convite, eu acho importante estar aqui não apenas para ter a oportunidade de falar para vocês e para trocar idéias, mas mais ainda para utilizar esse espaço como um recurso para propagar nossas idéias e pedir auxílio para realizar nossos projetos.

Saudar a Mesa, a Dr^a Regina Célia, o nosso Reitor José Vicente, nosso Deputado Federal Antônio Roberto, os parlamentares aqui presentes. Por quê? Como eu estava falando para o Reitor, agora esse ano nós vamos ter uma turma, grupos da Universidade de Brasília, pessoas se formando, isso é importantíssimo, porque é uma etapa fundamental do nosso processo, com essas pessoas se formando, nós criamos novos *trainees*, novos profissionais, como bem pontuou a Regina Célia, na UNB, nós temos apesar dos percalços, Paulo Paim acompanha comigo muito importante, muito intensamente nos últimos dias, apesar dos percalços, a Universidade de Brasília tem um histórico muito sério, tem um histórico de luta, nasceu de um ideário de inclusão, quando a gente remete ao Darcy Ribeiro, todos nossos grandes criadores, viam a UNB como espaço da Universidade realmente pública nesse país, então, pela nossa luta nós temos uma referência nacional e internacional e vão sair de lá profissionais altamente capacitados com um fortíssimo senso crítico.

Então, nós queremos esse espaço para que eles consigam trabalhar para além das cotas, é importante esse momento no Senado para tornar público e buscar o apoio mesmo, deixar bem claro que existe esse grupo de pessoas, como eu falei com o Reitor, os estudantes lá se formaram brilhantemente, já estão no mercado com alto referencial, altamente visíveis e da UNB a gente também quer tendo essa referência nossa histórica e também quer esse espaço de visibilidade para poder exercer aquilo que a gente deseja que é a transformação social.

Fica lançada aí a informação, renovo os contatos e eu queria só terminar lembrando uma questão do mérito que é importante sempre falar e eu falei para os estudantes lá e é importante falar aqui também. Quando a gente tem, como os estudantes eram da periferia de Ensino Fundamental, e eu falando para eles: "você que são do Ensino Fundamental, se você tirar uma nota 5.5 no vestibular e o estudante de uma escola, um cursinho pré-vestibular pago que nunca precisou trabalhar tirar 7. Será que ele tem mais mérito do que você, porque tirou 7 ou você tem mais mérito porque você lutou mais, teve que trabalhar, você teve que se esforçar no seu espaço para conseguir essa nota?", com certeza, para mim, esse estudante tem muito mais mérito, porque esse mérito é relativo. Não pode ser absolutizado, porque a pessoa tirou uma nota maior no vestibular, e a gente sabendo o histórico do vestibular, que nós temos processos que nossa advogada deve saber, desde a década de 40 que nem existia Brasília, que a Universidade do Brasil era processada por

certos advogados, porque o currículo era de escola particular, já daquela época(F).

A gente tem uma construção do vestibular falsamente idealizado como um espaço do mérito quando na verdade é um espaço para exclusão e como até, então, a gente tem visto do decoreba. Então, a gente com as cotas a gente muda essa visão. A gente quer dar uma nova visão do que é mérito e trabalhar outros conteúdos com isso a gente afeta o Ensino Fundamental e Médio, nós não queremos nos isolar, o erro muitas vezes da Universidade do Brasil é se isolar do resto da comunidade, com essas ações a Universidade afeta o ensino público, com a Lei nº 10.639, com certeza isso cai no currículo do próprio vestibular, afeta os próprios cursinhos, que sejam afetados no processo capitalista, né, para perceber que é importante saber a história e cultura do negro no Brasil e da África e com isso a gente busca mudar a sociedade e conquistar espaço. Muito obrigado, até a próxima.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem um comandante aqui do plenário. Todo o tempo, dá um minutinho, dá um minutinho. Eu vou passar para o Comandante, se puder, para efeito de gravação, citar seu nome e só um minuto para...

SR. ALBERT: Bom dia a todos, para mim é uma satisfação, meu nome é Albert, militante da causa negra, pastor, professor de história. Eu quero parabenizar primeiramente a todos pelo trabalho, pelo empenho, ao José Vicente o qual acompanho desde o princípio de toda a sua conquista, seu trabalho, ao Jaques também que temos acompanhado de longe, mas sabemos do seu empenho, do seu trabalho, ao Sr. Senador Paulo Paim, também quero aqui registrar, D^a Regina, Dr^a Regina, para mim é uma alegria conhecê-la pessoalmente, só a conhecia por informações, quero trazer uma notícia aqui, viu Senador.

Nós estamos organizando uma moção junto à comunidade evangélica afro-descendente no Brasil onde também estaremos trazendo uma consciência, e uma certa, um conceito junto aos parlamentares evangélicos da bancada parlamentar, estamos nos reunindo com esses líderes para que seja de fato aprovado o Estatuto da Igualdade Racial. Amém.

[palmas]

Nós não queríamos ser a obstrução disso e longe de nós evangélicos ter essa consciência, estava aqui o Senador César Borges, eu fui pastor dois anos em Salvador, ali no Curusu, na Liberdade, fui pastor três anos na Costa do Marfim em Abidjan e tenho uma consciência clara do objetivo dessa proposta, analisei cabalmente ao Estatuto da Igualdade Racial, sei dos intuitos, né, do que representa isso para a nossa

população, haja visto que nós do movimento negro não temos, talvez, uma noção do que representam os afro-descendentes dentro das igrejas, nós somos hoje quase 30 milhões de afro-descendentes junto as igrejas neopentecostais e pentecostais, então, é necessário termos essa moção e estamos articulando isso a nível nacional, né, parabeno a tua proposta aqui junto a UNB, que tem contemplado nossos jovens, nossas igrejas, a Unipalmes também, tem sido realmente uma referência para nós em São Paulo, eu sou ali de São Paulo, moro em Arujá, e quero agradecer plenamente o seu trabalho, Senador Paulo Paim, pelo seu empenho, e conte conosco, hoje, eu estou nas fileiras do partido do PRB e tenho hoje a responsabilidade de carregar o PRB Afro junto a um trabalho nacional. E quero aqui deixar em nome de todo o movimento negro evangélico a nossa satisfação e alegria de cumprimentar a essa Mesa e a todos que se fazem presentes aqui conosco. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Seu depoimento para mim é importante, eu vou explicar o porquê? Tentaram vender a imagem que o povo evangélico, do qual tenho uma enorme e boa relação também, não queria o Estatuto, porque não queria a liberdade religiosa, é exatamente o contrário, o povo evangélico também é discriminado, então, a liberdade religiosa é para todas as matrizes, por isso que eu fiquei feliz com o seu depoimento aqui, nós teríamos uma Mesa aqui que vai ser, se eu não me engano, no dia que é da assessoria, todos anotados, sabem do no que eu estou pensando. [risos]

Qual é o dia que vai ser o debate, ela me ajudou, no dia 21 nós faremos uma Mesa e todos os segmentos serão convidados para discutirmos política de combate à discriminação de todas as matrizes religiosas, enfim, da posição de cada segmento religioso nesse país, V.Ex^a está convidado para estar aqui conosco nesse debate.

SR. ALBERT: Vai ser um prazer, haja visto que eu me formei numa igreja totalmente tradicional no país, que é a igreja Presbiteriana, na cidade de Maringá onde me formei em 1991, eu era o único negro bacharel em teologia e que discutia questões não só da temática religiosa, mas também da inclusão na época do que os negros poderiam representar dentro de um púlpito, dentro de uma igreja.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo, com muita alegria, a palavra ao nosso Relator numa demonstração aqui da integração dessa proposta e do compromisso de brancos e negros. O Reitor sempre diz, a Regina aqui falou, todos falaram que a luta contra o preconceito é uma obrigação nos-

sa, por isso, meu querido amigo e Senador Wellington, minha alegria da sua presença aqui representando o Senado nesse plenário, de um público onde a maioria são negros, V.Ex^a que representa no plenário essa integração de brancos e negros.

O Estatuto só será realidade e, efetivamente, aplicado se brancos e negros assumirem esse compromisso que nesse momento o nosso nobre Relator aqui representa. Por gentileza, Deputado.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Sr. Presidente Paulo Paim, Senador, eu serei bastante breve, quero cumprimentar a todos da Mesa, nosso magnífico Reitor, José Vicente, Jaques Jesus, Regina Célia, querido Senador do meu Estado, Wellington Salgado de Minas Gerais, eu serei extremamente breve, mesmo porque realmente foi um sucesso até agora essa Audiência, mostra-se o valor de uma luta, o valor esforço no sentido do respeito às pessoas, da semelhança humana, da igualdade humana e eu acho que todos nós estamos caminhando mesmo para um desfecho muito favorável a todos nós e para o país realmente a questão racial ela não é uma questão só de negros, ela é uma questão de todas as pessoas, falamos desde o início da Audiência, mas realmente todos nós que temos o valor da democracia, o valor da igualdade, o valor do respeito, a valorização da pessoa humana, quer dizer, temos que lutar por todas as causas que realmente elevem a esse nível.

Agora, só para terminar, eu gostaria de lembrar que quando você está numa determinada luta são vários os sentimentos que estão por trás e que fundamentam essa luta. Fora as proposições, fora todos os raciocínios, há muitos sentimentos com relação aquele professor da Bahia, o sentimento é de indignação. O Reitor falou de uma certa frustração, agora, tem um sentimento que não pode faltar nessa luta e em qualquer luta que é o sentimento da esperança. Esse é o sentimento primordial que faz com que a gente possa realmente alcançar êxito nas nossas batalhas. E a esperança não é um sentimento passivo, não é um sentimento que nos ensinaram de submissão, de acomodação, de paciência excessiva, de tolerância não.

A esperança é um sentimento ativo, é fazer tudo, é cada um de nós realmente se impregnar de vigor para uma luta e aí eu tenho certeza, viu Senador Paulo Paim, que nós alcançaremos, abrindo meu coração para essa perspectiva futura da esperança, nós vamos conseguir aprovar esse ano se Deus quiser o Estatuto da Igualdade Racial.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero concluir e agradecendo a todos e, com

carinho especial, ao Deputado Antônio Roberto que é o Relator do nosso Estatuto da Igualdade Racial.

Quero mais uma vez reafirmar que estive com ele lá na Comissão Especial e a posição dele muito firme, quase que cobrando dos Deputados, cobrando de forma carinhosa, respeitosa, né, que aprovasse o Estatuto. E eu tenho a mesma visão que ele tem. O Estatuto é perfeito? Claro que não é. Eu sempre digo que não existem leis, lei nenhuma perfeita para mim. Agora, se aprovasse como ele está, como foi que o Estatuto do Idoso, também de nossa autoria, depois nós vamos alterando alguns artigos e aprimorando.

Agora, calculem uma já há uma reação muito forte dos setores conservadores como o Estatuto está, e o nosso Senador Wellington Salgado sabe, calculem se nós botarmos ali, aquilo que é o ideal dos nossos sonhos, daí mesmo que eles não deixam aprovar. É quase 100 artigos, cada artigo é uma lei, meu Deus. Eu sei que essa sua posição, o que está ali foi construído com muita negociação, negociação com o Executivo, negociação com todos os partidos aqui no Senado, ajeita aqui, resolve ali, até que aprovamos por unanimidade. O meu receio é que se a gente ficar discutindo na busca do ideal, nós podemos entrar naquela linha do Estatuto dos Povos Indígenas, que você comentava comigo, está há 20 anos lá, mas não avança. Esse, pelo menos, aprovamos numa Casa, está na outra Casa, se aprovar lá, vai para sanção.

Eu tenho tentado mostrar isso e falava com o Frei Davi que é também um pastor de Deus e ele me dizia: “Paim, mas alguns não estão entendendo, queriam botar o Fundo lá dentro”. Não dá, o Fundo tem que ser proposta de Emenda Constitucional e por isso eu botei ele numa PEC separado. Tal artigo é autorizativo, você acha que eu botei autorizativo porque eu gostei, uma imposição do processo de negociação, se tirar alguns artigos autorizativos, bomba, não vota. É isso que eu estou tentando mostrar, sei que V.Ex^a concorda com essa tese. Claro que eu queria o ideal, eu queria que saísse de lá uma lei que valesse por 500 anos mais, mas nós sabemos que mesmo que eu fizesse com essa intenção, não iria valer 500 anos, as gerações que vem vindo vão alterando com outra visão.

Eu encerro a todos, confio muito em V.Ex^a, Deputado Relator, Antônio Roberto, pela sua visão pragmática e objetiva. V.Ex^a poderia pegar como Relator, não, vou fazer um substitutivo. E todo mundo sabe que quando você faz um substitutivo, assume quase que a paternidade, V.Ex^a deixou de lado toda as vaidades, eu vou aprovar independente de mim como veio do Senado para ter uma conquista.

A gente fala muitas vezes, esse não é o termo adequado, mesmo para você conseguir a vitória final

você tem que batalhando por etapas e talvez os pedestistas, e se encontram alguns companheiros do PDT, eu vou usar uma frase do meu, foi meu líder sim, por que não dizer, uma referência para mim, do já falecido ex-Governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, Leonel Brizola. Leonel Brizola dizia sempre, eu conversei muito com o Leonel Brizola, ele dizia: “Paim, eu digo sempre para a moçada nós temos que saber andar pelo alambrado do campo”, vai chegando pelo alambrado entra no campo faz o gol quando dá. Temos que andar pelo alambrado. Outra frase que ele dizia: “Vamos comer o mingau pela beirada para não se queimar”, mingau normalmente é quente. Tem que ser aos poucos, não dá para ir com toda sede ao pote, essa frase é conhecida, acabar se queimando, e não levar a lugar nenhum.

Então, eu estou insistindo nessa tese, V.Exª sabe Relator que eu respeito muito a Câmara dos Deputados, o que for decidido lá nós vamos acatar com a maior tranquilidade e vamos tentar aprovar de novo aqui, sabemos que será um outro momento, mas faremos de tudo para aprovar.

Eu encerro a presente Audiência Pública, agradecendo a todos e convidando a todos, primeiro, quem quiser participar da Sessão do dia 13, será uma grande Sessão no plenário do Senado, os convites estão aqui tanto nossos convidados como vocês que estão no plenário, cada um vai receber um convite que eu consegui, pelo menos em torno de 40 convites chegassem para mim nesse momento, e outros eu vou reservar para a tarde.

E só lembrar que à tarde nós vamos discutir a Lei nº 10.639/1993, “História e cultura afro-brasileira na formação do nosso povo”. Nós queríamos discutir com esse eixo o campo da educação, porque aquilo que disse aqui o nosso Reitor. É importante, mas é pouco ainda, só 30% dos Municípios brasileiros estão aplicando esta que já é lei. Nós temos que fazer com que efetivamente a lei seja aplicada em todos os Municípios de nosso país.

Estão convidados aqui para a tarde, me permitam só para lembrar a eles, se alguns estão assistindo, convidados da tarde: João Batista de Almeida Sérgio, Presidente do Conselho dos Direitos do Negro aqui de Brasília; Edson Lopes Cardoso, esteve comigo ontem no debate, também um intelectual preparadíssimo, mestre em Comunicação Social e Diretor do Jornal Irohini; Evair Augusto Alves dos Santos, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Combate à Discriminação; Maria José Rocha Lima, Mestre em Políticas para Educação e Especialista em História da África; Embaixador Daniel Antônio Pereira, Embaixador do Brasil em Cabo Verde; Giovanni Harvey, Sub-secretá-

rio de Política de Ações Afirmativas; Celso Prudente, Professor da Unipalmes São Paulo; Marcos Teixeira, Professor da Universidade Federal de Rondônia; Renísia Cristina Garcia, Professora Doutoranda em Políticas Públicas e Gestão da Educação e ainda André Lázaro, Secretário da Secretaria de Educação Continuada – CEDAC/MEC.

Esses são os convidados que estarão à tarde conosco, naturalmente, todos estão convidados. Inicia a Audiência da tarde às 14:30 horas. Ok.

Está encerrada a presente reunião. Até mais, meus amigos. Abraço a todos.

[palmas]

Sessão encerrada às 12h29.

ATA DA 19ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 08 DE MAIO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 14:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÃO Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às quatorze horas e dezessete minutos do dia oito de maio de dois mil e oito, na sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos seguintes Senhores Senadores: **Paulo Paim e Virgínio de Carvalho**. Os Senadores Cícero Lucena e Geraldo Mesquita Júnior justificam suas ausências. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior, faz suas considerações iniciais e explica como serão conduzidos os trabalhos. Pauta. Primeira Parte. **Item Único:** A presente reunião foi convocada na forma de Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 06, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 21/02/2008, para tratar do abolicionismo e a aplicabilidade da Lei 10.639/93, que estabelece a inclusão no currículo da Rede oficial de Ensino a obrigatoriedade da temática “**História e Cultura Afro-Brasileiro**”. O Senhor Presidente convoca, para compor a mesa e fazer uso da palavra, os seguintes convidados: **João Batista de Almeida Sérgio**, Presidente do Conselho de Defesa dos Direitos do Negro no DF; **Edson Lopes Cardoso**, Mestre em Comunicação Social e Diretor do Jornal Irohini; **Daniel Antônio Pereira**, Embaixador de Cabo Verde no Brasil; **Giovanni Harvey**, Subsecretário de Políticas de Ações Afirmativas; **Maria José Rocha Lima**, Mestre em Políticas Públicas para Educação e Especialista em História da África; **Celso Prudente**, Professor da Unipalmes de São Paulo; **Renísia**

Cristina Garcia, Professora Doutoranda em Políticas Públicas e Gestão de Educação; **Maria Auxiliadora Lopes**, professora, em representação de André Lázaro, Secretário da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC. O Senhor Presidente, após as exposições dos Senhores Convidados, franqueia a palavra aos Senhores Senadores para suas considerações. O Senhor Presidente deu a palavra a a galeria. Encerradas as falas dos Senhores Senadores e dos convidados, o Senhor Presidente faz suas considerações. Fazem o uso da palavra os seguintes Senhores Senadores: Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dezessete horas e quatro minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta 19ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item único. Audiência Pública nos termos do Requerimento nº 6 de 2006(F) da CDH de autoria desse Senador aprovada no dia 21/02/2008 a realização de Audiência Pública para tratar das questões voltadas à Lei 10.639/93 que estabelece a inclusão no currículo da rede oficial de ensino a obrigatoriedade da temática a História e Cultura Afro-Brasileira e também da caminhada dos abolicionistas.

Convidados: João Batista de Almeida Sérgio, Presidente do Conselho de Defesa do Direito do Negro no DF, se já está presente peço que venha à mesa, por favor, Dr. João Batista. Convidamos também Dr. Edson Lopes Cardoso, Mestre em Comunicação Social e Diretor do Jornal Ìrohìn. Não sei se ele gosta, mas eu gosto de dizer que ele me assessorou muito como um intelectual tanto do tempo que eu fui Secretário da mesa da Câmara dos Deputados e também como vice-presidente. Dr. Edson, prazer em tê-lo conosco. Convido também Ivair Alves dos Santos, Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Combate à Discriminação – SEDH. Convidamos também Maria Rocha Lima, Mestre em Políticas Públicas para Educação e especialista em História da África. Convidamos também Daniel Antônio Pereira, Embaixador do Brasil em Cabo Verde.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ao contrário. Em Cabo Verde no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu não troquei. Quem trocou foi a assessoria. [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador não erra, quem erra é assessor. [risos] Meus comandantes assessores como é que é? Como é que está escrito aqui?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ele é Embaixador do Brasil em Cabo Verde. Não. É o inverso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Viu como eu tinha razão. Não é sempre que o Senador erra. Embaixador, seja bem-vindo e desculpe aqui o nosso equívoco.

Eu só peço que vocês arrumem para efeito de registro.

Vamos fazer duas mesas. Está presente também Gionanni Harvey, Subsecretário de Políticas de Ações Afirmativas. O Gionanni está presente? E na segunda mesa entraria Celso Prudente, professor da Unipalmes de São Paulo, Marcos Teixeira, professor da Universidade Federal de Rondônia, Renísia Cristina Garcia, professora doutoranda em políticas públicas em gestão e educação e Hermínio Belo Smith, diretor da Diretoria de Educação para Diversidade, representando o André Lázaro, Secretário de Segurança de Educação Continuada – SEDAC.

Então, meus amigos e minhas amigas, sejam todos bem-vindos a este evento. Pois a mesa, a minha assessoria aqui, que não erra, vai de imediato me informar aqui desde a escola que está presente e os nossos convidados, eu faria o registro de cada um.

Nós tivemos hoje pela manhã já uma Audiência Pública para mim de suma importância, professor Edson, discutimos aqui a questão dos projetos de interesse da comunidade negra e que estão meio que engavetados aqui no Congresso Nacional desde o PL 73, a questão do estatuto e aqui foi dito na linha que nós temos dialogado, o importante é avançar e aprovarmos, se tiver que modificar, vamos modificar no tempo adequado, mas importante é que a gente não permita que o estatuto fique como Estatuto do Povos Indígenas duas décadas em debate na casa e momentos como este como está sendo o seminário muito bem organizado lá na Câmara dos Deputados por parte do nosso presidente da Comissão de Assuntos Legislativos, que é o Deputado Adão Preto que, inclusive, hoje tem seminário lá também, contribui para que esse debate avance.

Eu sei que muitos podem perguntar o número pequeno de senadores hoje pela manhã, tivemos aqui quatro senadores e hoje à tarde está tendo sessão no

plenário. Assim mesmo eu quero dizer para vocês da importância deste evento, primeiro de todas as autoridades aqui presentes; segundo, a nossa juventude aqui acompanhando este debate. Eu sei que contribuindo com a sua presença, não só buscando informações, mas informações que levarão para o bom debate dentro da sala de aula, da importância da educação na sua plenitude e, principalmente, com essa lei.

Quero também dizer para vocês que todas as quintas-feiras durante o mês de maio nós teremos um debate voltado para a questão dos 120 Anos da Abolição não Acontecida. Este, na verdade, é o segundo, já, dia, fizemos um primeiro no dia 30, fizemos uma ligação com o dia 1º de maio voltado ao negro no mercado de trabalho. Hoje o assunto é educação. Temos para o próximo dia 21, se não me engano, a questão de Zumbi e a questão do... No próximo... Eu vou ler o roteiro aqui então. Dia 8, hoje à tarde será a questão da Lei 10.639 de 2003. Dia 13 no plenário do Senado Federal teremos uma sessão especial dos 120 anos da Abolição não Conclusa. Todos estão convidados. Será no Senado Federal às 10h da manhã. Uma iniciativa deste Senador e também do Senador Cristovam Buarque. Dia 15, no próximo dia 15, a Audiência Pública para discutirmos o Almirante Negro João Cândido e Zumbi. João Cândido, nós temos perseguindo a anistia para João Cândido. Já fizemos junto com o nosso Secretário e Ministro, hoje já, da CEPPIR, Edson Santos, junto com o Deputado Federal Santana um movimento junto à Câmara dos Deputados, tivemos com o Presidente Arlindo e há um compromisso de votar a anistia nos moldes que saiu aqui do Senado, obra da Ministra Marina. Esperamos que no dia 13 a Câmara vote. E se votar melhor. No dia 15 faríamos aqui uma grande sessão, eu diria, de homenagem ao João Cândido. Também vamos discutir no dia 15 a questão do Zumbi mediante um projeto que eu apresentei, aprovei nesta Casa, a ex-Senadora Benedita também apresentou para que 20 de novembro seja feriado nacional, um dia de reflexão e discussão sobre a questão das discriminações. Teremos no dia 21 debate aqui nesta Comissão também pela parte da manhã, que é a quinta-feira, que é o horário privilegiado desta Comissão, sempre às quintas, pela manhã o debate sobre comunidade negra e matrizes religiosas. Traremos aqui nesta mesa todas as matrizes religiosas e faremos um debate na linha de combater qualquer tipo de discriminação. No dia 29 teremos então um debate aqui sobre as Comunidades Quilombolas, que eu entendo, também, de suma importância.

Vamos começar o nosso debate. Eu proponho que seja 10 minutos com mais 5, mas com uma tolerância devida que a mesa há de fazer sempre para

que cada painelistas possa expressar com clareza o seu pensamento de um tema tão importante que é a educação.

E só dizer e quero elogiar, mais uma vez, como elogiei hoje pela manhã a TV Senado, a TV Senado cobre todas as Audiências Públicas, inclusive, quando elas são fora do horário convencional, o horário convencional é pela manhã, pela manhã já tivemos um debate, as questões relacionadas ao movimento negro e agora à tarde também. Há plenário neste momento, senão nós estaríamos ao vivo. Mas está sendo gravada e, normalmente, vai ao ar duas vezes, no mínimo, no mínimo, duas vezes durante o mês de maio para todo o Brasil. Coisa, Sr. Edson, que o senhor protestou e muito bem que a Câmara nem, sequer, está gravando as sessões de debate do estatuto. Eu já tinha feito esse protesto numa oportunidade. Achei correto quando o professor Edson fez ontem o mesmo protesto, na mesma linha, pelo menos, e nós estamos aqui. Então, com certeza, vocês podem saber que estão falando para todo o Brasil a situação da comunidade negra e a educação.

Convidamos, pela ordem, que eu recebi aqui, ele a siga com muita fidelidade, passando primeiro a palestra ao companheiro João Batista, presidente do Conselho de Defesa do Direito do Negro do DF. Em seguida é o professor Edson, depois estaria o Ivair na sequência.

SR. JOÃO BATISTA DE ALMEIDA SÉRGIO: Boa tarde a todos. Boa tarde a todas. Boa tarde ao nosso presidente, Senador Paim, por essa oportunidade de que o Conselho do Negro possa estar aqui em nome do Governo do Distrito Federal falar sobre as políticas públicas de promoção e de igualdade racial, mais precisamente da Lei 10.639.

Eu, na presença, saúdo também aos componentes da mesa, professor Edson Lopes Cardoso que ontem eu pude ter a felicidade de assistir a palestra, lá também na Câmara, ao Sr. Ivair Augusto Alves dos Santos, a Sra. Maria José Rocha Lima e também mais o nosso companheiro que ele não é do Brasil, ele é lá de Cabo Verde, é o Dr. Daniel Antônio Pereira, Embaixador de Cabo Verde no Brasil, que aceitou o nosso convite prontamente de estar aqui ao nosso lado e do Senador Paulo Paim para também falar um pouco das causas da Lei 10.639 e das questões do negro no Brasil. E também agradecer aos alunos que vieram lá do Guará da regional de ensino, agradecer à professora, agradecer à diretora Nazaré e também todos os alunos que aqui vieram hoje também prestigiar este evento que é bem coordenado pelo nosso Senador Paulo Paim.

Mas qual a função primordial do Conselho de Defesa dos Direitos do Negro do Distrito Federal? É, realmente, nós compramos uma luta, compramos uma batalha, onde nós traduzimos na Lei 10.639 e na saúde da população negra de Brasília.

O Conselho de Defesa dos Direitos do Negro ele está vinculado hoje à Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania. O nosso papel fundamental é fiscalizar também as ações governamentais e não governamentais e algumas ações internacionais no âmbito desse processo. O Conselho do Negro, nós hoje estamos criando uma biblioteca que ela leva o nome de SIABRA(F). E eu gostaria até que o nosso Senador Paulo Paim, também o Dr. Daniel e também o nosso professor diretor lá do Irohin, Dr. Edson me ajudasse a montar essa biblioteca lá no SIABRA(F), onde essa biblioteca nós vamos falar realmente o que a cultura negra, a cultura afro e que, às vezes, não encontramos literatura que possamos dar continuidade a esse trabalho.

A Lei 10.639 vai ser todo o decorrer de hoje falando sobre isso, o Conselho do Negro também nós temos uma política que se chama fórum de promoções de políticas públicas de igualdade racial, essa é a razão que esses alunos estão hoje aqui também. Em todo colégio do Distrito Federal nós fazemos essa ação, mostrando cada jovem de cada colégio a importância dessa lei. Então somente e eu fico até agradecido e feliz que os professores atenderam o nosso convite. Então, Senador são esses jovens que nós já estamos pensando, já estamos mudando... Então como o Senador Paulo Paim está dizendo em homenagem àqueles que ainda estão em pé se quiserem usar as cadeiras aqui da frente podem vir tomar assento.

Então, Senador, são esses jovens que o Conselho de Defesa dos Direitos do Negro já estão preparando para saber o que é igualdade racial e saber qual o valor que o negro tem nesse papel no cenário político do Brasil.

Da nossa parte enquanto Conselho de Defesa dos Direitos do negro eu nem tomaria muito tempo, porque têm muitos assuntos importantes para ser tratado hoje, então nós do Conselho de Defesa dos Direitos do Negro estamos felizes. E agradeço ao senhor por esta oportunidade que nos deu de estar aqui também participando desta Audiência Pública. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar, de imediato, a palavra para o professor Edson. Mas antes faço questão de registrar minha alegria, de estarmos aqui presentes, conforme já registrado pelo companheiro João, do Centro Educacional nº 1 do Guará, a qual eu peço uma grande

salva de palmas. E como é bom ver a sala lotada com a nossa juventude. [palmas]. Professor Edson o senhor terá o tempo necessário 10 mais 5 com a tolerância devida da mesa.

SR. EDSON LOPES CARDOSO: Obrigado, Senador Paulo Paim. É um prazer estar aqui com vocês. Eu quero agradecer o convite do Senado para poder vir aqui. Essa semana, eu estou tão afastado do Congresso, eu estive no Congresso por doze anos e têm tantos anos que eu não venho e essa semana já é a terceira vez que eu venho ao Congresso. Embora, eu esteja em Brasília, mas desenvolvo hoje à frente do Irohin uma atividade que, por incrível que pareça, eu não tenho vindo ao Congresso.

Cumprimento os meus companheiros de mesa. Haverá uma outra mesa. E eu confesso que não esbocei uma palestra e vou tentar adaptar ao máximo para estudantes, que eu imagino que sejam estudantes do 2º grau. Não é isso? Imagino isso. Portanto, peço desculpas porque eu faço palestra em Brasília em escolas desde 1984 e falo para crianças de 1º e jovem de 2º grau. Mas a reflexão, o jeito que eu pensei esta reflexão possa ser que não seja para alguns, adequado. Mas vou fazer o possível.

Veja bem, há uma mudança na Lei de Diretrizes e Base da educação brasileira em 2003 e há agora mais recente em 2008. São duas mudanças que introduzem cultura afro-brasileira e história da África, por um lado, e cultura e história dos segmentos indígenas brasileiros. Então negros e índios, a partir dessas mudanças na LDB passam a ser considerados segmentos históricos. Então essa seria, a meu ver, a primeira implicação dessa mudança da LDB, uma implicação radical, porque você no Brasil até aqui considerou sempre uma história de europeus e seus descendentes e pendurava nessa história observações referentes a negros e índios, mas você ia para a escola estudar a história de europeus e seus descendentes. Então essa mudança na LDB faz de segmentos considerados até aqui ahistóricos(F), ou seja, bárbaros, selvagens; segmentos históricos com uma história. Então essa é a primeira implicação.

Eu vou só citar um professor por quem eu tenho um respeito muito grande. Ele faleceu há uns dois anos atrás. Ele nasceu na Palestina e dava aula na Universidade de Colúmbia nos Estados Unidos. O nome dele é Edward Said, um fragmentozinho, uma observação do Said sobre esse tema que nós estamos tratando. "A redação da história", ele diz, "e as acumulações da memória têm sido consideradas de muitas maneiras como um dos fundamentos essenciais do poder orientando suas estratégias traçando seu progresso". Então observem, as acumulações da memória são acumulações da memória coletiva. Então o poder é o

poder de decidir o que é história e o que não é história. Então ter esse poder é fundamental, ou seja, não é um detalhe, é fundamento, é essencial, fundamento essencial. Então, digamos assim, quem decide que tal estátua está na praça pública? Quem decide que tal nome é dessa rua? Quem decide, por exemplo, que doze escolas de samba deverão tratar da chegada de D. João VI ao Brasil no carnaval do Rio de Janeiro, primeiro grupo, segundo grupo e terceiro grupo? Então essa decisão quem decide, por exemplo, que iremos silenciar sobre os 120 anos da abolição da escravidão no Brasil? Então essas decisões, são decisões de poder e Said chama atenção que não é um detalhe do poder, é algo essencial ao poder, poder decidir o que seja e o que não seja história. Para gente ter uma idéia do que significa como confrontação com o poder estabelecido, essas mudanças na LDB que diz: esses segmentos negros e índios são históricos; esses segmentos têm uma trajetória histórica e essa trajetória deve ser conhecida pelos estudantes brasileiros nas escolas. Então essa é uma implicação fundamental. A outra implicação derivada dessa é de que você orienta a diretriz da LDB vai no sentido de valorização da diversidade. Então o que você passa a ter com isso? Você passa a ter o conhecimento pleno de que o país tem uma grande diversidade cultural, étnica e que todos são segmentos históricos. Então essa mudança da LDB vai no sentido de valorizar a diversidade. Então por ser desta maneira há uma enorme dificuldade de implementar essa legislação.

Eu mostrava ontem na Câmara e vou mostrar para vocês um anúncio recente da Unimed. Só para gente ter uma idéia, isso aqui é uma empresa que, evidentemente, visa lucro e faz uma propaganda dessa natureza, a diversidade brasileira faz bem à saúde. A escola brasileira, por exemplo, está atrasada em relação a essa propaganda. Isso aqui foi um outdoor. Então, na verdade, nós não sabemos dizer ainda às crianças que chegam às nossas escolas: bem-vindos a uma escola que valoriza a diversidade e quer assegurar o pluralismo. Nós não temos essa escola. Essas mudanças na LDB vão nesse sentido de dizer: essa é a escola brasileira, é assim que tem que ser a escola brasileira. Então as dificuldades que nós temos vivenciado para implementar a legislação é essa. Agora tem um detalhe, a lei fala de 1º e 2º grau. Nós já temos alguns casos, eu vou citar um caso de Ribeirão Preto onde a Secretaria de Educação tem um projeto chamado Projeto Baobá que é para a implementação dessas mudanças na LDB, mas que tem uma leitura bem ampla dessas modificações da LDB, ou seja, não se concentra apenas no 1º e no 2º grau. Existe uma rede pré-escolar de 0 a 6 anos que é fundamental bus-

car trabalhar e não esperar a criança chegar... Vou dar um exemplo bem concreto. O conteúdo corpo humano é da 7ª série num livro de ciências, você não vai a 7ª série para trabalhar uma corporalidade, o respeito à corporalidade do outro para que as pessoas possam perceber que os seres humanos são diversos na aparência, na essência são os mesmos seres humanos, etc. e etc., ou seja, noções de genética das populações, porque é que temos textura de cabelo diferente, porque temos a cor da pele diferente. Você não esperar a 7ª série para fazer isso. Você pode antecipar conteúdos e já desde as atividades da creche você já pode estar introduzindo a valorização da diversidade, esse respeito a corporalidade do outro, em cima desse patamar você pode construir toda uma ética de relacionamento com esse respeito a corporalidade do outro. Então a experiência que está se fazendo em Ribeirão Preto é uma experiência rica porque não é apenas 1º e 2º grau é uma preocupação que vai com oficinas de trança para as educadoras de creche para que as crianças negras não fiquem jogadas na creche e quando suas mães chegam, elas são as únicas despenteadas porque a educadora de creche não recebeu um treinamento para trabalhar a diversidade de tipos de cabelos que temos em nossa escola, por exemplo. Então você não vai esperar o 1º grau para trabalhar a diversidade, você já tem que estar trabalhando de 0 a 6 anos. Então, na verdade, nós temos já alguns municípios em que por força mesmo do diálogo com o movimento negro, como é o caso de Ribeirão Preto, quem está à frente do Projeto Baobá é a professora Silvaninha e o Clênio que é um ativista de movimento negro há mais de 20 anos, ou seja, ela está junto do Secretário de Educação que lhe deu carta branca para tocar um projeto. A Secretaria de Educação de Ribeirão Preto tem editais comprando livros. Ela construiu um baú, todas as escolas recebem um baú com livros para começar a trabalhar. Então há um empenho da Secretaria e aí as coisas começam a caminhar. Diretores de escola participam de oficina, funcionários da escola não docentes participam de oficinas de treinamento. Então para que seja um projeto do conjunto da escola e não apenas sensibilização de professores.

Então há alguns municípios em que nós podemos dizer que há alguns avanços. Agora, vejam só, esse tipo de... Eu vou uma frase de um outro estudioso, na verdade, é um filósofo. Eu vou citar o Sartre num livro que está em espanhol, um livro sobre os judeus, mas Sartre está citando um filósofo alemão, outro filósofo que é o Reigel que é importante a gente pegar essa citação. Vejam só: "uma coletividade é histórica na medida em que tem memória de sua história. Se essa coletividade não tem memória da sua história, você

não pode dizer que ela é histórica". Então observem, o que veio sendo feito ao longo desses séculos com negros e índios, á medida em que você apaga essa história você acaba por convencer essas coletividades que elas não são históricas. Então vejam a importância dessa mudança na LDB. Na verdade, se trata de não só dizer que a coletividade é histórica, mas se trata de cultivar essa história. Porque sem o cultivo dessa memória histórica a coletividade não será histórica. Não é isso? Então é fundamental que nós possamos avançar nessa possibilidade. Agora o questionamento que está aqui é, na essência, um questionamento político por quê? Porque estamos pondo em questão uma estratégia de poder.

A Secretaria de Educação de São Paulo distribui uma orientação para todas as escolas de que desenvolvessem práticas e projetos que chamasse a atenção para a importância dos cem anos da migração japonesa no Brasil. Então você tem de um lado em São Paulo a Secretaria de Educação dizendo isso. No Rio você teve um investimento do Prefeito César Maia não só... Porque vocês sabem que existe uma verba de governo para as escolas de samba. O Prefeito estabeleceu uma verba extra para as escolas de samba que trabalhassem o tema D. João VI e a chegada da Família Real ao Brasil em 1808. A prefeitura pagou a ida de carnavalescos a Lisboa. A prefeitura fez reunião com carnavalescos e exigiu desses carnavalescos que na construção dos enredos evitassem críticas e deboche a D. João VI. Observe o poder e a história. Que sentido tem isso? Por que fazer isso? O que se quer com isso? Você quer cultivar uma memória, na verdade, e com isso afastar a possibilidade de que outros segmentos possam reverenciar também uma memória. Então, observem, com isso doze escolas trabalharam o tema da chegada dos Braganças ao Brasil. E em São Paulo, vindo do Governo do Estado exigindo que as escolas tivessem projetos sobre imigração japonesa. E sobre os 120 anos da abolição da escravidão no Brasil? Silêncio. Por quê? Agora vejam só porque uma data tão importante. Vejam só. Há 120 anos e é possível encontrar pessoas de 100 anos, de 110 anos, de 115 anos vivas. Então, ontem, há 120 anos a força de trabalho no Brasil era escravizada. Então, vejam só, há 120 anos a força de trabalho no Brasil era escravizada e isso já durava 350 anos, as pessoas eram proibidas de fazer qualquer coisa, exceto trabalhar.

Então, ora, o que aconteceu depois da abolição? O que aconteceu com essa população trazida à força [soa campainha] para o país e envolvida em todas as atividades econômicas, sociais; todas as atividades: realidade doméstica, realidade no campo; todas as realidades essa população estava envolvida. Ora, nós

poderíamos aos 120 anos de distância fazer uma reflexão que nos permitisse dimensionar essa trajetória. Quais os impasses para assegurar a cidadania plena aos descendentes dessa população? Por que essa população permanece quando se considera quaisquer indicadores sociais e econômicos essa população permanece em desvantagem diante de outros segmentos populacionais por quê? Para se evitar essas perguntas, para se evitar uma reflexão que é uma reflexão que apanha toda a história do Brasil, a distribuição de poder, a construção do que chamamos de nacionalidade brasileira que se construiu na base dessa desigualdade. Silencia-se sobre isso. Então é uma memória histórica, uma cumulação da memória que desagrade àqueles que querem que a sociedade fique desse modo como ela está. Então vejam só que a história não é um detalhe, por isso que a história é uma estratégia, é um fundamento essencial da estratégia de poder. O poder definiu o que é história e o que não é. Na medida em que eu posso silenciar sobre esse momento e valorizar D. João VI, imigração japonesa e etc. eu posso então deixar que as coisas permaneçam como estão. Por aí a gente pode dimensionar a importância dessa conquista do movimento negro e dos segmentos vinculados à luta dos povos indígenas no Brasil é de que a escola brasileira deve considerá-los como segmentos históricos e que há uma história para ser contada. Na verdade, estamos diante de uma mudança em que ainda não podemos assistir os seus resultados. As experiências que estão em curso já mostram uma escola, as crianças muito mais livres de estereótipos pela possibilidade que elas têm de uma conveniência mais franca e mais aberta. Mas é bem possível que daqui a dez anos, uma década, se conseguirmos, de fato, implementar essas mudanças, essas novas diretrizes da LDB a gente possa ter, pelo menos, uma juventude, uma nova geração equipada e com valores e uma perspectiva da história extremamente mais próxima do que a gente pode dizer verdade histórica. Então é uma conquista, que é preciso dizer antes de concluir, que levou muito tempo aqui nessa Casa. Para vocês terem uma idéia, praticamente todos os parlamentares negros que passaram pelo Congresso apresentaram um projeto nessa direção, porque é uma reivindicação de várias gerações de movimento negro. O Senador Paulo Paim em 88 era Deputado, 1988 apresentou um projeto na Câmara que foi aprovado em três dias no plenário da Câmara, e ficou oito anos aqui no Senado e foi arquivado, até que, finalmente, um projeto que é um projeto do movimento negro de Pernambuco é que vai chegar a ser sancionado como lei. Mas outros parlamentares negros também apresentaram, Abdias,

Benedita, o Beato na suplência que ele teve aqui no Senado apresentou também.

Então era uma questão central e como vocês podem ver por esse rápido resumo que eu pude fazer aqui como é central esse tema para a cidadania, como esse tema é central para a diversidade, como esse tema é central para que a gente possa ter uma sociedade democrática, fraterna e pluralista como está aqui no preâmbulo da Constituição projetado para a sociedade brasileira. Se a gente quer uma sociedade democrática, fraterna e pluralista a gente vai ter que passar pelo reconhecimento e a valorização da diversidade e de assegurar igualdade e oportunidades para todos. Então essa mudança que encontra tanta resistência, mas tem avançado em muitos municípios é uma mudança que anuncia um futuro bem diferente do presente que vivemos hoje no Brasil. Era isso e muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu vou conceder a palavra neste momento... Agora eu espero que tenha acertado aqui porque daí é grave, ao Embaixador do Cabo Verde no Brasil. E antes de passar a palavra a ele eu faço questão da gente demonstrar aqui o nosso carinho aos alunos [soa campainha] que são de Cabo Verde que estão na UNB que fazem intercâmbio aqui no Brasil. Vou citar aqui o nome deles. E cada um que eu citar nós vamos dar uma salva de palma bem carinhosa dos brasileiros aos alunos de Cabo Verde. Uma salva de palmas à Neima. [palmas]. Ao Milton. [palmas]. Ao Johnson. [palmas]. Ao Imari. [palmas]. À Janícia. [palmas]. À Érika. [palmas]. À Elga. [palmas]. Ao Ancildo. [palmas]. À Diva. [palmas]. À Cíntia. [palmas]. À Larissa. [palmas]. Ao Cormínio. [palmas].

Por favor, Embaixador, 10 minutos com mais 5, mas, se necessário, mais 5 como eu fiz com o meu professor aqui.

SR. DANIEL ANTÔNIO PEREIRA: Muito obrigado.

Eu queria agradecer o convite como foi formulado para estar aqui presente e partilhar com vocês algumas idéias sobre esta matéria. Eu devo dizer que enquanto ouvia o antecessor que falou nesta mesa me debati aqui com dois dilemas muito graves. O primeiro dilema é que eu, às vezes, não sei como me comportar em certas e determinadas circunstâncias quando eu sou, simultaneamente, diplomata e investigador. Não sei onde começa e acaba o investigador e onde começa e acaba o diplomata. Eu estou a desempenhar funções diplomáticas num país como o Brasil, então sinto um certo acanhamento, digamos assim, em emitir certas e determinadas opiniões que podem, eventualmente, ser

interpretada por extensão quando, na verdade, quem estava falando era o investigador. O segundo dilema com que eu estava debatendo aqui enquanto escutava o colega que falou antes de mim tinha duas opções, ou eu reformulava tudo aquilo que eu preparei para falar aqui ou eu continuava na minha e apresentava o papel que eu trouxe comigo. Ora, o papel que eu trouxe comigo não é sobre o Brasil, é sobre Cabo Verde e é sobre Cabo Verde porque Cabo Verde também é uma sociedade escravocrata onde persistiu a escravidão durante quatro séculos. A escravidão começou em Cabo Verde em 1466 e foi abolida em 1876. Mas o Cabo Verde teve um papel extremamente importante no contexto da formação do Atlântico e o Brasil se beneficiou muito com o Cabo Verde. Então eu achei que talvez nós devêssemos tirar o olho do umbigo do Brasil e olhássemos um pouco mais para outras realidades que enriqueceriam naturalmente quem está aqui e também jogando um pouco com a inteligência das pessoas que poderão, através do meu texto, chegar às suas próprias conclusões extrapolando de Cabo Verde algo que possa ser útil para o Brasil e se compreenda porque aqui no Brasil, neste momento, se discute essa questão de introdução da civilização afro ou brasileira nas escolas brasileiras. E não pensem que em Cabo Verde esse problema não se põe, põe-se, coloca-se e não é tão menos grave como o é no Brasil. Se calhar é menos, mas também é um problema com que nós debatemos em Cabo Verde.

Então, eu, de alguma forma, entendo que eu devo voltar a Cabo Verde... A maior parte dos alunos que está aqui, sequer, nunca ouviu falar de Cabo Verde. Cabo Verde são dez ilhas que estão no Oceano Atlântico a cerca de 450km da Costa Ocidental Africana. Essas ilhas estão a três hora e meia de voo de Fortaleza, é mais perto do que vocês possam imaginar e está há três horas e meia de Lisboa. Se nós tivéssemos aqui um mapa compreenderiam que Cabo Verde está precisamente no meio como se fosse traçado a esquadro e a compasso a distância entre o Brasil e Cabo Verde e a distância entre Cabo Verde e a Europa, e, portanto, ele vai julgar um papel, particularmente, importante no quadro da civilização e do mar Atlântico.

É por causa disso porque o fato, de alguma forma, vocês não sabem disso é que Cabo Verde antecipou em 40 anos aquilo que depois veio a acontecer no Brasil. Nós nascemos em 1460, o povoamento das nossas ilhas se iniciou em 1462, mas Cabo Verde tem umas características muito especiais. Não tinha ninguém, quando os portugueses chegaram não havia população absolutamente nenhuma e os portugueses decidiram que nessas ilhas devia ter gente, não por acaso. Os portugueses sabiam mais que aquilo

que, efetivamente, diziam e decidiram que tinha que ter gente. Mas os europeus não queriam ir para Cabo Verde, Cabo Verde não tinha rigorosamente nada. Os portugueses tiveram que introduzir rigorosamente tudo o que era necessário para fazer com que as populações pudessem se fixar nessas ilhas, desde plantas, desde animais, passando pelos homens. Vocês imaginam o que é que isso significará no século XV. Nós, às vezes, não damos muito valor àquilo que os nossos antepassados fizeram, mas, de fato, é uma aventura, é uma aventura aquilo que os portugueses fizeram e fizeram de forma que... E como é que o fizeram? Como os europeus não queriam ir para Cabo Verde decidiram que para atrair esses mesmos europeus dar-se-ia a possibilidade de ganhar a Costa Ocidental Africana comprar escravos para trazer para Cabo Verde para o povoamento das ilhas e, posteriormente, para ser revendido para a Europa e mais tarde ainda com a descoberta da América para ser revendido também para a América do Sul, ou seja, Cabo Verde vai se transformar primeiro numa placa giratória de toda a navegação do Atlântico, todos os grandes navegadores do mundo passaram por Cabo Verde, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Sebastião de Alcano, Fernando Magalhães; todos eles passaram por Cabo Verde o que dá ao fim ao cabo a importância dessas mesmas ilhas, e depois Cabo Verde também foi transformado num entreposto escravocrata para revender escravos para mão-de-obra, primeiro para a Europa, Portugal, Madeira Açores e, posteriormente, para a América do Sul, Brasil em primeiro lugar, e depois também para o Caribe, para a Colômbia etc. e etc.

E depois Cabo Verde também foi utilizado como uma espécie de estação de experiências. E aí foi experimentada muita coisa. Foi experimentada desde logo que plantas de tudo enquanto era mundo, circula por Cabo Verde e de Cabo Verde circula para outros sítios onde não existiam. O é que nós temos? Cana sacarina do Brasil veio de onde? Veio do Cabo Verde. Junto com a cana sacarina vieram os escravos ladinos(F) cabo-verdianos, escravos que ainda hoje na Bahia há um grupo de gente que é conhecida como Cabo Verde. São antigos escravos ladinos cabo-verdianos, mestiços, de cabelos mais lisos que acompanharam a cana-de-açúcar para a plantação, mas também para o trabalho na [ininteligível] dessas mesmas plantações. Portanto, os engenhos vieram de Cabo Verde e trouxe também os técnicos para trabalhar nestes mesmos engenhos. Não veio só a cana, veio o arroz, veio o coco, o coco que vocês hoje têm aqui veio de Cabo Verde, embora, o coco seja originário da Índia, veio o algodão; depois recebemos do Brasil o milho, os feijões, a mandioca que depois nós retransplantamos para o Continente Africa-

no. Vocês receberam as vacas, as cabras e as ovelhas de Cabo Verde, os cavalos de Cabo Verde e, portanto, nisso tudo perguntaram: mas por quê? Compreende-se com toda naturalidade que haja essa empatia entre cabo-verdianos e brasileiros, e há uma facilidade de diálogo entre cabo-verdianos e brasileiros; não é obra do acaso, é produto da própria história. Portanto, para verem como é que essas coisas, de alguma forma, nos ajudam a compreendermos uns aos outros.

Eu fui professor em Cabo Verde durante alguns anos e devo lhes dizer que quando eu fui professor em 81 na escola fundamental, pela vez, nunca se tinha falado da história de Cabo Verde nas escolas, a história em Cabo Verde era a história dos portugueses, Cabo Verde não tinha história. Eu fui o primeiro que introduziu no ensino cabo-verdiano quando eu ensinava a história, por exemplo, conceitos do espaço e do tempo utilizando exemplos de Cabo Verde. Antes nós utilizávamos exemplos de outros países, nunca de Cabo Verde. Então eu falava, por exemplo, espaço revolta de uma ribeira qualquer chamada ribeira dos engenhos, tempo 1823 a data em que essa revolta aconteceu. Portanto, era dando exemplos sobre Cabo Verde e sobre a história de Cabo Verde que eu cativava mais os alunos cabo-verdianos para a disciplina da história. Da mesma forma como fui eu o primeiro que introduziu a disciplina que abriu o curso de história em nível universitário em Cabo Verde, a história de Cabo Verde, a cadeia da história de Cabo Verde no conjunto do curso de história fui eu que o introduzi em Cabo Verde, porque nós não conhecíamos a nossa história. Nós conhecíamos a história portuguesa de fio a pavo, desde o primeiro rei até o último rei, conhecíamos os rios, conhecíamos os caminhos de ferro, conhecíamos as pontes, conhecíamos tudo. E de Cabo Verde dei conta, comigo próprio, que não conhecia nem sequer o nome da ribeira que passava a frente da minha casa. Isso não pode ser. Alguma coisa está errada nisso. Como é que eu posso conhecer o rio D'ouro, o rio Tejo, onde nasce, por onde passa, onde deságüe e não sei o que. Onde é que passa os caminhos de ferro português e desde Caminha até o Algarve. Como é que eu poderia saber qual era a altitude do monte lá da Serra da Estrela, que era o mais alto Portugal e não conhecia nada na minha terra, [soa campainha] alguma coisa estava errado nisso. Então quando eu fui fazer a história já fui com essa idéia na cabeça de que as coisas tinham que ser modificada. Porque nós temos, na verdade...

Eu lembro, ainda há pouco tempo eu estava em Lisboa antes de vir para cá, eu lembro que estava dando uma palestra numa associação de cabo-verdianos, já gente muito antiga que foi para Portugal depois da

independência de Cabo Verde que é recente, que é de 1965, portanto, coisa de 33, 34 anos, um senhor me dizia que quando eu falava da escravatura e do impacto que isso teve na nossa sociedade, quatro séculos são quatro séculos: nós devíamos esquecer essa coisa da escravatura. Como se fosse possível passar uma borracha por cima de quatro séculos de história. Não é possível. Não é possível você apagar 400 anos de história. A escravatura existiu, é um fato, você não pode fugir. Além, de ter existido, teve na base da formação social cabo-verdiana, teve um impacto muito grande na economia das nossas ilhas, teve, naturalmente, um impacto no tipo de sociedade que se criou, na mentalidade das pessoas, na psicologia das pessoas e nos marcou de forma indelével. Nós não podemos pura e simplesmente esquecer disso, por quê? Porque, na verdade, ou a gente assume a história em toda a sua integralidade no seu conjunto com seus aspectos negativos e seus aspectos positivos ou então vamos ficar desequilibrados toda vida. Na vida há coisas boas e há coisas más. Você não pode, de maneira nenhuma, tirar as coisas boas e pô-las deste lado e esquecer e por de lado as coisas más. Não. Assim como na vida você não pode ter só o lúdico, só o que é bom. É só dança, é só samba; não, há coisas também que exigem trabalho, que exigem dedicação, que exigem concentração; enfim, não podemos ter uma espécie de memória seletiva quando de um lado aquilo que você considera positivo e do outro lado aquilo que você considera negativo e esquece. Não. Tem que assumir a integralidade da nossa própria história nos seus aspectos positivos e nos seus aspectos negativos.

Eu acabei não utilizando o papel que eu trouxe para falar com vocês. E devo lhes dizer que ainda existem situações de alienação mental na nossa terra, relativamente a essa questão dos efeitos que a escravatura teve e dos impactos que a escravatura teve na nossa sociedade e teve desde o machismo, desde o patriarcalismo, desde o paternalismo, desde a tendência exacerbada a processos. Tudo isso são, naturalmente, conseqüências da escravatura no nosso país. Mas também teve aspectos positivos. E pasmem, a escravatura teve aspectos positivos para Cabo Verde, desde logo a criação de uma sociedade mestiça como a nossa. E esta sociedade mestiça como a nossa que foi criada em Cabo Verde acabou construindo a própria nação cabo-verdiana. E vocês me perguntarão: mas por que é que isso aconteceu em Cabo Verde? Ao contrário daquilo que aconteceu no Brasil Cabo Verde é nação antes de ser estado, o Brasil constrói nação a partir da existência do estado. Nós, no século XVII já tínhamos todos os condimentos e elementos daquilo que seria constituído na nação cabo verdiana. O que nós ape-

nas tomamos conhecimento e consciência dela nos finais do século XIX. Eu devo lhes dizer que a mestiçagem em Cabo Verde é uma coisa extraordinária, e foi também um dos aspectos que nós exportamos para o Brasil. Você em Cabo Verde tem coisas que não encontra em nenhuma outra sociedade escravocrata no mundo. Por exemplo, você tem escritores quinhentistas em Cabo Verde: André Álvares de Almada, André Dunalha. Álvares de Almada era um mestiço de tez negra, escreveu um livro chamado Tratado Breve dos Rios de Guiné, isto em 1594, e ele foi agraciado como cavaleiro da ordem de Cristo. Imaginem um negro ou um mestiço de tez negra [soa campainha] considerado cavaleiro da ordem de Cristo. Tivemos em Cabo Verde um governador mestiço Doreja(F) de Santiago em 1650, 51. Você não encontra isso em lado nenhum onde existiram as sociedades escravocratas. A intensidade da mestiçagem cabo-verdiana foi muito profunda e esta razão, por exemplo, porque o cabo-verdiano não aceita fazer parte das minorias étnicas, por exemplo. Nós temos uma imigração cabo-verdiana muito grande nos Estados Unidos. Ela é quase correspondente à população atual de Cabo Verde que é cerca de 500 mil pessoas, uma população do Plano Piloto. Pois então, o cabo-verdiano nos Estados Unidos não aceita fazer parte da minoria branca por quê? Porque antes de ser considerado ele prefere não ser considerado como negro em nenhuma circunstância porque para ele o que é mais importante é a dignidade da pessoa humana, não é a cor da pele que deve definir de que lado ele deve estar, é a dignidade da pessoa humana. É como homem que ele deve ser tratado, e não como preto, como mestiço, como azul, como amarelo ou como vermelho. É esta razão porque o cabo-verdiano não aceita pertencer às minorias étnicas, por exemplo, nas sociedades como norte-americana. A maior ofensa que se pode fazer a um cabo-verdiano é chamá-lo de preto. Chamar negro um cabo-verdiano é uma das maiores ofensas que você pode fazer. São duas coisas: uma é chamá-lo de negro no sentido pejorativo do termo e a segunda é você ser capaz de vilipendiar o nome da sua própria mãe. Essas coisas ele não aceita, pode matar por causa disso. Era o que eu tinha para partilhar co vocês. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Passamos, de imediato, a palavra... Só um momento. Nós temos os painelistas convidados. Passo a palavra, de imediato, ao Subsecretário de Política de Ações Afirmativas, Gionanni Harvey. Por favor, Gionanni.

SR. GIONANNI HARVEY: Senador, mais uma vez, agradeço a oportunidade da CEPIR poder parti-

cipar de uma iniciativa sua. Saúdo o Dr. João Sérgio, Edson Cardoso, Embaixador Daniel Pereira.

Eu vou procurar focar a minha intervenção em dois aspectos, mas antes gostaria de parabenizar aos jovens que estão presentes. Eu imagino que esses jovens estão acostumados a acompanhar os professores. Eu acho que é válido se registrar a iniciativa desses professores, porque eu me lembro da sabatina do Ministro Joaquim Barbosa e o Senador Paulo Paim estava aqui presente, Edson Cardoso estava aqui presente também. E o Senador Paulo Paim fez menção aos sentimentos da mãe do Ministro Joaquim Barbosa e o Senado se emocionou quando fez menção a isso. Eu senti, me emocionei a época e me emociono por ver que no nosso tempo de criança e de adolescente nós não tivemos a oportunidade de estar no Senado da República vendo negras e negros ocupando posição de poder em poderes Legislativo, Poder Executivo, e Poder Judiciário. Então acho extremamente importante a presença desses jovens aqui. E gostaria de registrar que no momento no qual, muitas vezes, os professores, muitas vezes, mesmo são desestimulados a saírem, a assumir a responsabilidade de sair com os alunos para atividades externas que professores aqui do Distrito Federal tomem essa iniciativa e que isso sirva de exemplo para a rede pública e privada do Distrito Federal e para todo o país.

Falar depois dos senhores é difícil. Eu fiquei aqui também pensando o que é que eu poderia fazer para que a minha fala fosse complementar ao que foi colocado aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já começou bem. Vai embora.

SR. GIONANNI HARVEY: O Senador Paulo Paim abordou no início que nós temos um tema do Estatuto da Igualdade Racial e nós temos uma agenda de promoção das ações afirmativas no país e de redução das desigualdades étnicos raciais. Essa agenda contempla ações como Estatuto da Igualdade Racial e eu partilho da avaliação do Senador. Ela contempla as ações no sentido de que seja ampliada a política de cotas. Eu acho importante que nós falemos para esses jovens sobre a importância para que eles não tenham dúvida do porquê que políticas como as políticas de cotas estão sendo implementadas no país. E essa agenda contempla também as ações com o objetivo de se introduzir e se qualificar o ensino da história da África no país.

Eu sou do tempo no qual no livro didático havia história do negro de alma branca. Quem é desse tempo sabe a diferença que é se poder estudar história do Continente Africano entendendo que a África é um continente, não é um país e, ao invés, se aprender

no livro didático que existem negros de alma branca e que o preço para isso é a negação da própria identidade. Mas ainda hoje nós estamos experimentando um debate sobre essa questão e é importante se dizer porque é que o estado brasileiro, o governo brasileiro precisa implementar ações afirmativas com o objetivo de reduzir essas desigualdades, por que é que a ação afirmativa é uma política de governo ao ponto do Presidente Lula ter criado uma Secretaria com essa finalidade conduzida hoje pelo Ministro Edson Santos. E por que é que nós lutamos tanto no âmbito da CEPIS em parceria com os demais Ministérios para que a Política de Ação Afirmativa possa se transformar numa política de estado? Por que é que é preciso isso? Porque nós somos sistematicamente bombardeados de informações que poderiam fazer aos desavisados ficarem em dúvida por que isso? Por que ação afirmativa, porque cota? Porque as pessoas defendem a idéia de que nós temos uma sociedade no qual as oportunidades são iguais e que basta apenas a implementação de políticas universais que essas políticas universais vão permitir que as desigualdades possam ser superadas.

Eu fiquei com mesmo dilema que o Embaixador Daniel enquanto ouvia os palestrantes e pedi ajuda à assessoria do Senador e eles me resgataram no meu computador e eu vou ler aqui um decreto, Decreto 528 de 28 de junho de 1890. Esse decreto eu o extraio de um livro de autoria da professora Eunice Prudente. O nome do livro é: Preconceito Racial e Igualdade Jurídica no Brasil, A Cidadania Negra em Questão. E o decreto da lavra do Marechal Deodoro da Fonseca diz o seguinte: "o Exmo. Manuel Deodoro da Fonseca..." Isso Decreto 528 de 28 de junho de 1890, dois anos após, menos de dois anos após a abolição, dois anos após a abolição, a lei Áurea. "O Exmo. Manoel Deodoro da Fonseca chefe do governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil constituído pelo exército e armada em nome da nação considerando a conveniência de regularizar o serviço de migração na república de modo que os imigrantes tenha segura garantia da efetividade dos auxílios que lhe forem prometidos para o seu estabelecimento. Considerando que a adoção de medidas adequadas e tendentes a demonstrar o empenho e as intenções do governo relativamente à imigração depende o desenvolvimento da corrente migratória e a segura aplicação de subsídios destinados àqueles serviços ao qual se acha intimamente ligado ao progresso da nação. Considerando que a proteção dada aos imigrantes e as medidas que asseguram a sua Pronta e conveniente alocação concorrerem eficazmente para interessá-los na prosperidade dos estabelecimentos em que forem localizados. Considerando que faz-se conveniente a concessão de favores que

animem a iniciativa particular e auxiliem o desenvolvimento das propriedades agrícolas facilitando-lhes a aquisição de braço de modo, porém, que seja atendida a conveniente colocação dos imigrantes decreta art. 1º é inteiramente livre a entrada nos portos da república dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho que não se acharem sujeitos à ação criminal de seu país, excetuados os indígenas da Ásia ou da África que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas”.

Então as pessoas ficam perguntando por que é que o governo brasileiro hoje, por que é que o estado brasileiro hoje precisa fazer política de governo, precisa fazer política de estado como se a redução das desigualdades pudessem ser superadas por geração espontânea, e como, principalmente, se esse quadro de desigualdade pudesse ter se instituído por geração espontânea. A desigualdade étnico racial no Brasil no foi constituída por um processo de geração espontânea da sociedade, um processo no qual todas as pessoas tiveram as mesmas oportunidades e os negros e os indígenas por terem características intelectuais, por terem disciplina para o trabalho por um conjunto de razões pueris não conseguiram se colocar. Nós tivemos política de governo e política de estado para criar e sustentar essa desigualdade. Nós tivemos isso, nós tivemos política de governo e política de estado e essas políticas se projetaram no sistema educacional, se projetaram no sistema de saúde, se projetaram nos marcos regulatórios e esse quadro de desigualdade foi social, política e juridicamente construído. E para reverter esse quadro de desigualdade nós precisamos mobilizar as forças sociais, as forças políticas e os instrumentos jurídicos para desmontar o que foi montado. E a política de cotas, o ensino de história da África, o Estatuto da Igualdade Racial são uma resposta, uma reparação a esse quadro. Não há porque, e aí eu meu dirijo especificamente aos jovens, os jovens se envergonharem de fazerem uso desses instrumentos. Vocês não estão fazendo uso desses instrumentos por conta de condições pessoais, particulares que cada um de vocês tenha. Vocês poderão fazer uso desses instrumentos por causa de um legado histórico, por causa de um capital social que foi construído com recursos do estado e que favoreceu determinados grupos sociais e étnicos que hoje posam como se tivesse construído esses impérios exclusivamente a partir dos seus próprios esforços. Isso não é verdade! Isso não é verdade! Essa vantagem social não foi construída a partir de competências individuais. A desigualdade e a desvantagem social de população negra não foi construída a partir de um comportamento leniente, preguiçoso; isso

foi construído institucionalmente com políticas de governo e com políticas de estado e para ser revestido só poderá ser revestido se nós instituirmos políticas de governo e políticas de estado.

Por isso eu saúdo, porque nós temos aqui à mesa, talvez, um dos maiores legisladores que o país já teve. As pessoas que acompanham a trajetória do Senador Paulo Paim sabem os desafios que o Senador Paulo Paim já teve que enfrentar e, com certeza, sabem os desafios que o Senador Paulo Paim vai enfrentar. E por isso, mais uma vez, eu agradeço a oportunidade de estar aqui. Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Neste momento eu convido os painelistas para retornarem ao plenário. E que a próxima mesa vai ser montada a partir da Sra. Maria José Rocha Lima, mestre em Políticas Públicas para Educação e especialista em História da África. Chamamos também o professor Celso Prudente da Unipalmare, São Paulo. Chamo também professora doutoranda em políticas públicas e gestão de educação, professora Renísia Cristina Garcia. Convido ainda representando André Lázaro da Secretaria de Educação Continuada, Sra. Maria Auxiliadora Lopes. Esta é a nossa segunda mesa. Os painelistas, eu peço que fiquem na primeira fila, de preferência, a não ser aqueles que tiveram que sair, naturalmente, eu entendo, como o professor Edson que tinha uma outra atividade.

Eu quero ainda registrar a presença, com alegria, entre nós, já falei do Centro Educacional, mas também daqueles que trabalharam para que este evento acontecesse por parte desse centro educacional. Eu quero registrar aqui, com alegria, a coordenadora do colégio a professora Ailda Maria Freitas Crispim que fez movimento para esse... E cumprimento também os professores Guilherme Eduardo Pereira, Daniela Pereira Rodrigues e João César de Macedo. [palmas].

Passo, de imediato, à nossa convidada mestre em políticas públicas para educação, especialista em história da África, professora Maria José Rocha Lima. 15 minutos com mais 5, se necessário.

SRA. MARIA JOSÉ ROCHA LIMA: Sr. Presidente da comissão, senhores que compartilham a mesa, este debate é importante para a educação brasileira. Saldar aos jovens aqui presentes, os jovens caboverdianos aqui também. E parabenizar a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa tão bem representada pelo Senador Paulo Paim, este que não é Senador do Estado do Rio Grande do Sul, mas é um Senador do Brasil, porque nós nos sentimos muito bem representados e, aliás, eu tive a alegria de saber que na UNIFAS(F), na União Feminina das Américas

e da África, inclusive, as mulheres indicaram o Senador como um candidato, um possível candidato à Presidência da República brasileira para a nossa grande honra. [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ainda bem que a minha candidata é uma mulher e se chama Dilma. Que deu show de bola aqui no Senado ontem.

SRA. MARIA JOSÉ ROCHA LIMA: Mas vejam, falar sobre abolicionismo e a implementação da Lei 10.639 agora substituída pela Lei 11.645 de 10 de março de 2008, é falar do uso da lei como um instrumento para realizar a abolição que ainda está por ser feita.

O estudo da história da África e das relações étnico raciais é vital para compreensão do avanço da sociedade e superação do racismo. Estudar o Continente Africano, a cultura dos africanos é desconstruir o discurso das velhas elites, um discurso persistente das velhas teorias que atribuem capacidades específicas e natas a raças ou a grupos humanos, inclusive, inferiorizando uns em relação a outros.

É muito interessante como nós no Brasil, aliás, Quiverbo o grande historiador africano, ele diz que se o homo sapiens tivesse surgido no Texas, certamente a CNN todos os dias repetiria que o homo tinha nascido nos Estados Unidos. Mas nós afro-brasileiros, os africanos não vêm explorando essa vantagem fantástica que é o homo erectus ter surgido no Continente Africano e o sapiens também, e, principalmente, que no Continente Africano é que é descoberto o fogo e o biface(F) uma arma poderosíssima que permitiu aos africanos migrarem, ao homo sapiens migrar para a Europa, sem falar que nós precisamos também dizer da riqueza fantástica daquele Continente. Eu estive morando em Angola e posso assegurar a todos vocês que, de fato, pela primeira vez na minha vida eu senti o peso de uma cultura ancestral da tradição pesando sobre os nossos cérebros. Eu quero dizer a vocês, mas assim com toda força que eu consiga que, de fato, nós precisamos desconstruir essas visões sobre o Continente Africano tão perversas que mostra sempre esta África pobre, esta África de descontinuidade econômica, contrariamente a isto, uma África fantástica, onde surgiu a maior civilização da humanidade que é o Egito. De uma riqueza impressionante e que eu, pela primeira vez, pude pensar sobre o seguinte: puxa vida! Agora sei porque para onde os africanos vão a sua marca persiste, fica mesmo em países de colonização inglesa. Os ingleses reconhecidos como tão rígidos, tão rigorosos. Mas se pensamos na Jamaica o que é que nos vem imediatamente à mente? Cultura africana o reggae, o negro marcando aquela cultura. No Brasil que as elites negam todo o tempo a

cultura africana, mas não têm jeito, gente, nós temos uma marca, tatuados, é um corpo tatuado e os cérebros profundamente marcados tendo escrito lá exatamente essa construção fantástica que é a cultura africana, a cultura negra.

Então eu penso que nós precisamos nos apropriar de tudo isso. E o que é que tenho aproveitado melhor dessa minha experiência no Continente Africano? É principalmente a necessidade de desconstrução desse discurso biologicista. Na Bahia, eu sou baiana, as pessoas dizem assim: puxa, a gente samba porque tem no sangue. Sangue coisa nenhuma. A questão não é biológica, a questão é histórica, é questão cultural. E se a gente pensa desse jeito que são genes e hormônios que definem as características humanas nós estamos caindo num incrível cilada que é valorizar a biologia, a genética, a herança em prejuízo do que há de mais importante no ser humano que é exatamente a construção cultural, que os negros construíram exatamente isso.

Então, a partir dessa experiência, eu que já vinha muito encabulada com esse negócio de herança genética e discutindo em todos os plenários com os professores o seguinte: os professores, de repente, acham que os seus alunos não aprendem porque são pobres, porque são negros e complexados, porque têm famílias desestruturadas, porque biologicamente, e não revelam, só aquele professor de medicina da Bahia teve coragem, numa época dessa de dizer tamanho absurdo. Mas no final das contas há um discurso embutido nisso tudo, principalmente doenças hiperatividade, dislexia, todas essas doenças começaram a aparecer nas escolas como um complicador das aprendizagens, o que tem sido muito difícil e a gente precisa enfrentar isso, dizer que os professores, que o ser humano não é marcado principalmente pelas diferenças biológicas, mas pela cultura e que todos podem aprender. Se você pega uma criança da Suécia e educa no sertão nordestino, certamente ela será como as crianças, como as suas irmãs de criação. E por isso, gente, eu estou, nesse momento, me valendo da lei e aplicando uma experiência aqui no Distrito Federal que é uma experiência de educação que até publicamos Combatendo a Intolerância com Aleijadinho, que é o seguinte: eu fui chamada pelos professores para discutir um problema da escola: violência e não aprendizagem. E os professores perturbados, atribuindo tudo a drogas, gangues que, aliás, é assim que tem sido abordada a questão da violência na escola, ela tem sido confundida com outras formas de violência. E aí eu fui para desbaratar, vamos dizer assim, esse discurso, mostrando o seguinte: as crianças negras e pobres não são violentas. Elas são humilhadas na escola porque não aprendem,

porque são tratadas de forma humilhante, porque são submetidas à situação de humilhação permanente. E quem não aprende fica com raiva. Aprender é um caldo de cultura para a violência. Todos nós aqui já experimentamos, em algum momento, em que alguém está aprendendo e a gente não. Como é ruim e sofrido. Vocês imaginam o que é uma criança, um jovem; jovem até que chega à 8ª série, ao ensino médio sem ter se alfabetizado, ser aprender a ler e escrever, enganando nas provas porque não consegue interpretar. Então é muito sofrido. E é essa humilhação de não aprender e de não conseguir realizar as atividades faz com que essas crianças e jovens comece a se manifestar de forma violenta. Às vezes ficam engraçados e também canalizam suas energias para outras coisas, por isso a gravidez precoce, a entrada em grupos, em gangues, em drogas, porque, de fato, a pessoa está tão infeliz que procura um lugar para jogar a sua energia e o seu desejo, infelizmente, porque não canalizada adequadamente.

Então nós começamos o trabalho mostrando aos professores que, infelizmente, além, de mal pagos e sofridos estão sendo agentes das elites brasileiras que vaticinam o fracasso das crianças das camadas populares. Os professores terminam e eu, professora, e sei cumprindo um papel terrível que, felizmente, o geógrafo Milton Santos nos salva dizendo: “não, não se incomode porque esse não é um problema individual seu, é um problema da ideologia dominante”. Na verdade, os professores viram verdadeiros objetos a serviço de determinados discursos, que parecem avançados de denúncia da pobreza, da exclusão, mas que no final das contas é um discurso paralisante.

E aí para gente avançar nessa discussão, a nossa discussão nessa escola foi a seguinte: vocês têm que lidar com a situação de violência e com as emoções dos alunos. E eles me diziam: Zezé eu não sou psicanalista. E aí eu fui mostrar o seguinte que a escola não está cumprindo as suas funções plenamente. A escola não é somente para ensinar os conhecimentos técnicos e científicos; a escola tem que cumprir um outro papel que é ensinar os nossos alunos a simbolizar. [soa campainha]. E aí o que é que significa ensinar os nossos alunos a lidar com as emoções e simbolizar? Gente os animais trazem escrito nos genes o que vão fazer durante toda a vida, inclusive, a se atrair, a se atraírem mutuamente. Têm animais que brigam na manada para exercer a chefia. Às vezes quando lutam e um ganha, diz para o outro que é forte, mas põe a pata no pescoço para dizer: venci, mas não vou destruir. Isso são rituais que nos animais estão escritos nos genes. Mas o ser humano não, além, de aprender a mamar, a andar, a falar e escrever, tem que aprender a convi-

ver socialmente: a beijar, abraçar. Tudo isso são rituais aprendidos culturalmente e socialmente que a escola não está ensinando. E qual o instrumento da escola para ensinar a simbolizar? A arte. Não tem outro. É a arte que cumpre esse papel. E aí meus amigos, por isso nós levamos os nossos alunos a visitarem a exposição do Aleijadinho no Centro Cultural Banco do Brasil e tomamos o Aleijadinho na escola como símbolo da superação de limites. Ora, para que melhor? Negro, bastardo, pobre, deformado e assustador, portador de hanseníase. Mas não é bacana, gente? Esse é o exemplo máximo. Quando os nossos alunos na escola agora vêm com essa história de que estão doentes, os professores também, e tantas outras justificativas, nós apelamos para a experiência do Aleijadinho, superando limites com Aleijadinho, tanto que todo o trabalho na escola foi feito nesse sentido.

E aí como nós trabalhamos com os alunos? Primeiro os emocionando. Ir visitar a exposição foi uma coisa fantástica, Paim. Só para você ter uma idéia, depois eu li o catálogo escrito por curadores de primeiríssima linha e os comentários que os nossos alunos fizeram, meninos de 8, 7 anos, 9, 10 eram assemelhados aos dos curadores. Detalhes que só um curador de arte pode perceber e que eles comentavam comigo: “Professora como ele introduziu este olho de vidro? Eu não vejo marca. Olha as veias saltadas?” Enfim, então eles ficaram muito emocionados com o Aleijadinho e a partir daí nós iniciamos a exploração. Só para vocês terem uma idéia, 415 alunos discutindo porque o Aleijadinho permitiu para, além, da beleza da arte estudar ciclo do ouro, o barroco mineiro, diamante, escravidão; enfim, a arte tem este poder de condensar numa unidade estética muitas informações. Nossos alunos aprenderam adoidado visitando a exposição. Segundo: Aleijadinho sublimava as suas dores e sofrimento de uma forma fantástica. Só para vocês terem uma idéia, além disso, roubaram a mulher dele, e ele nessa aflição, nesse terror fez a estátua do desafeto que era ajudante de ordem do governador com a cara completamente deformada. Então a gente dizia para os nossos alunos e para os nossos professores também: olha, o Aleijadinho não xingou o desafeto, não bateu, não cometeu violência; ele simbolizou numa estátua fantástica que ficou para a história da humanidade. Terceiro: a arte, o Aleijadinho permitiu que a gente mostrasse para os nossos alunos como protestar através da arte o Aleijadinho, por exemplo, em plena desgraça física ele produziu a sua maior obra que foi “Os Passos da Paixão” que são as 66 estátuas e os doze profetas. E aí o Mário de Andrade, eu me vali do escritor Mário de Andrade e comenta que ele tem uma fase, o Aleijadinho tem uma fase sã e uma fase doente. E na fase doente, gente, foi quando

ele produziu a sua maior obra. Então para os nossos alunos aqui, não há doença que impeça a aprendizagem e as realizações. Com as mãos gangrenadas, aliás, já não havia as mãos, porque ele amarrava os cinzeiros nos tocos de braço para continuar esculpindo, o Aleijadinho produziu [soa campainha] com as mãos – vou encerrar – gangrenadas. Anjos e Santos e esta obra monumental que é o barroco mineiro. É um negócio... Já pensou se todos os professores se dessem conta das maravilhas que a gente pode trabalhar, explorar a partir da arte e, enfim, levar, implementar a lei dessa forma rica, emocionante como foi trabalhar o Aleijadinho.

E eu digo também a vocês aqui presentes que a escola deu um salto fantástico, deu um salto tão grande que, por exemplo, os meninos passaram a faltar muito menos, a frequência ficou quase 100% em algumas classes de alfabetização, porque o projeto está implantado para alfabetização e adequação das aprendizagens idade e séries. Por exemplo, se a gente descobre um menino que está na 8ª série e não está lendo fluentemente, a gente leva para o contraturno para fazê-lo avançar e alcançar os seus colegas na sala de aula, porque é terrível você não se encontrar no núcleo comum de conhecimento. Vocês aí estão na sala de aula. Quando a gente está mais atrasado do que o outro não é um mal-estar? Então isso que no nosso projeto a gente está trabalhando de uma forma muito agradável.

Então nós vemos que as lições do Aleijadinho são pródigas, principalmente, no sentido de mostrar o papel que a arte pode jogar na educação. E esses dias, eu estou com pena de não ter lido antes de vir até aqui. Eu encontrei um livro publicado sobre os cem anos de Vygotsky. E vocês não sabem o que o homem diz lá, “ou arte ou barbárie”, que se o ser humano não for trabalhado para simbolização ele vai para neurose, psicopatia, porque neurose é até um nível suportável e que pode trabalhar. Todo mundo trabalha as suas neuroses, mas pode se descambar para a psicopatia. Quer dizer o grande estudioso russo Vigotsky fez um livro de trezentas e tantas páginas mostrando o papel da arte na sublimação dos sofrimentos da gente.

Eu encerro, para não abusar, dizendo a vocês que também nós destacamos o Aleijadinho pelo seguinte: numa época que mais se fala das desgraças do ser humano, das misérias, das fraquezas, da corrupção nós entendemos que mostrar alguém assim uma personalidade que produz grandezas é uma forma de animar também os nossos alunos, tanto que agora os nossos alunos vão estudar Niemeyer que é um cara fantástico, não é negro, mas um homem de fibra que está com cem anos estudando filosofia e astronomia. Então nós

vamos também pegar outras personalidades, mas estamos priorizando personalidades negras para poder mostrar para os nossos alunos essa grandeza dos homens negros e, portanto, acabar com essa história do negro como a imagem do cão, que o meu marido fez um ensaio também muito bonito que é o Negro na literatura do Cordel, a imagem do cão. Quer dizer o negro mostrado sempre como satânico, perverso, uma coisa terrível e que também pesa sobre os nossos cerebros essas imagens terríveis. E o Aleijadinho virou livro, como eu disse a vocês, e amanhã, vou dar uma bela notícia para vocês. Nós tivemos a alegria de 14 alunos dos 60 que foram premiados nacionalmente no Prêmio de redação Eco Futuro, são alunos da Escola 203 de Santa Maria que eu amanhã terei a honra de entregar prêmio a esses alunos. Muito obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo a palavra, de imediato, ao professor da Unipalmarenses São Paulo, professor Celso Prudente. 15 minutos com mais 5, se necessário.

SR. CELSO PRUDENTE: Agradecer de ter o meu nome lembrado para participar de tão significativo evento em favor dos esforços para se buscar um mundo bem mais humano, em que as pessoas possam se abraçar com mais tranquilidade no século que muitos indicavam como sendo a era de aquários, mas nós iniciamos esse século XXI já assistindo guerras que não podem, sequer, serem chamadas de guerras de tão violentas que o são.

Então, Senador Paulo Paim, fica o nosso respeito dos professores da Unipalmarenses, do nosso reitor José Vicente, dos nossos alunos. E também uma colocação muito pessoal porque os baianos, os nordestinos, notadamente, os baianos dizem que mancha de dendê não sai, então eu quero dizer que mancha de mate também não sai e a despeito de estar em São Paulo eu também sou um gaúcho.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O mate é gaúcho, o chimarrão é gaúcho.

SR. CELSO PRUDENTE: Então, fique esta observação.

Tratar da africanidade no Brasil é um assunto, ao mesmo tempo, afável, porque é de uma identificação total, mas se remete a páginas de violências, portanto, é um tema que está ligado à colonização. O dramaturgo Aimecesser(F) diz que a Europa inventou duas questões que ela não consegue resolver que uma é a colonização e outra a relação de mercado. E tem colocado a humanidade em profundo sofrimento. Mas algo que me chama muita atenção, Senador Paim, é que quando se discute as cotas, ou seja, as políticas públicas de ação afirmativa ou de ação reparatória,

isto é colocado como um alarido nacional como se nós tivéssemos diante de uma relação nunca vista e, portanto, traumático. Quando, na verdade, o Brasil é um país que nasceu e foi plasmado à luz das políticas públicas, portanto, das cotas, porque cotas é o apelido das políticas públicas. Podemos citar já uma grande dificuldade que o Brasil, o estado nasceu primeiro que a nação, o fato do estado ter nascido primeiro que a nação, aqueles que estavam próximo do estado que, na verdade, seriam as elites portuguesas que não vieram para cá compulsoriamente, elas já foram beneficiadas pelas cotas. As seis Marias, as capitânicas donatárias; isto também são cotas. E, recentemente, nós tivemos aqui no início do século XIX, inclusive, na nossa região do Sul toda uma ação em favor da integração da colonização européia, notadamente os alemães e italianos que receberam terras para formar a federação de Blumenau. Ora, isto daí, ao quase cego ver, isso também são cotas e ninguém, muito pelo contrário, quando se fala, aliás, quase não se fala disso. Isso é um fato, é uma página tão significativa do início do século XIX que não é dito e quando se fala do resultado dessas cotas eles não dizem que os alemães aqui são tratados como inferiores porque receberam cotas, pelo contrário, eles dizem o seguinte: olha só como o Sul se desenvolveu pelos alemães e italianos, notadamente, os alemães. Só que então nós teríamos que usar essa experiência das cotas para mostrar que as cotas são importantes para o Brasil, é o Brasil que ganha com as cotas, porque, evidentemente, ele que vai corrigir pequenas distorções de dinâmicas históricas.

E, recentemente, nós tivemos ainda no final do século XX, nós tivemos o PROER, o PROER foi uma política de cotas para os banqueiros, porque quando o estado, a partir do governo, compreendeu que o sistema financeiro poderia entrar num colapso ele beneficia alguns bancos e não sei se entraria em colapso ou não, a verdade é que os bancos estão aí. Mas, no entanto, quando as políticas públicas atendem às classes sociais favorecidas, elas são postas em uma política, ao meu quase cego ver, de meia luz, quando ninguém toca no assunto. E eles ainda desenvolvem um ar reticente na nossa juventude, nas nossas crianças e juventudes de que aqueles que, possivelmente, venham ser favorecidos pelas políticas públicas, mostraria um grau de inépcia, portanto, de incapacidade significativa, sendo que eles usaram das cotas e escondem tal página, aliás, se mostrasse, eu gostaria de sugerir ao Senador que estabeleça pela força do Senado que seja divulgada todas as políticas de cotas que o Brasil vem desenvolvendo desde o período do Brasil Colônia. E aí é que eles vão notar é que o negro brasileiro só entra nas políticas de cotas só no último

vagão do último trem e aqueles que foram beneficiados pelas cotas hoje negam as cotas. [soa campainha]. Um elemento que considero para esta reunião, Senador Paim, é que a Lei 10.639 que foi alterada com a entrada do componente ameríndio que nos deixa muito alegre e faz com que o projeto se amplie ainda mais que como o estatuto da igualdade racial fala no seu art. 23: "o Ministério da Educação fica autorizado a incentivar as instituições de ensino superior públicas e privadas no tópico 2 a incorporar nas matrizes curriculares dos cursos de formação dos professores temas que incluam valores respeitantes à pluralidade étnica e cultural da sociedade brasileira". Bom, existe a lei. Então o que tem que existir é a vontade política. E se há essa demanda para incentivar eu gostaria de sugerir neste magnífico encontro ao qual muito me honro de participar ao lado de estudiosos tão ilustres e de uma égide, de uma política tão ética como a sua eu quero sugerir que o Senado crie um selo de qualidade para as universidades que venham a adotar a Lei 10.639 estabelecendo novas disciplinas que tratam dessa questão um selo e esse selo também demanda uma política de bolsas de estudos e incentivo de pesquisa que só terão acesso às universidades que forem detentoras deste selo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Interessante a proposta.

[palmas].

SR. CELSO PRUDENTE: Eu parabeno, mais uma vez, a iniciativa e expresso com muita alegria e até um pouco de vaidade, porque o intelectual pode ter vaidade, quem não pode é general em véspera de guerra, e declino até a minha vaidade acadêmica de fazer parte deste certame. Agradeço pelo convite e parabeno.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quero dizer que eu já acatei a proposta do professor e quando eu pedi as palmas é sinal que vai virar projeto, que seja um projeto autorizativo, mas que já cria um fato político aqui no Congresso e a gente encaminha para o Executivo.

SR. CELSO PRUDENTE: Desculpe que eu ainda tenho três minutos, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ele percebeu que tem mais três minutos.

SR. CELSO PRUDENTE: E desses três minutos eu quero falar que a Amostra Internacional de Cinema Negro tem feito um esforço muito grande para apontar a notabilidade da presença africanista no cinema, e eu sou curador da amostra e nesse esforço nós temos conseguido discutir de uma maneira muito profícuca esta questão. Eu não poderia deixar de falar disto

quando eu vejo elegantemente o meu amigo e colega Joel aí sentado e quero também dar evidência á presença do cinema. [palmas]. Eu só queria dizer uma coisa para o Joel, você também poderia ser modelo, não só cineasta.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A professora doutoranda em políticas públicas e gestão de educação, professora Renísia Cristina Garcia.

SRA. RENÍSIA CRISTINA GARCIA: Boa tarde. Eu cumprimento a todos os painelistas aqui pela presença do Senador Paulo Paim. Agradeço o convite. Cumprimento a todos os adolescentes que estão aqui presentes, aos professores que aqui estão; isso é um excelente sinal para nós, significa várias cabeças pensando em prol de um mundo melhor e isso muito me felicita.

Eu fiz uma fala no *power point*. Eu acho que vou ser a primeira que vou fazer isto. Eu pensei em ler, mas eu acho que até em função das pessoas que estão aqui eu vou manter o *power point* porque eu vi que vocês vão conseguir acompanhar nesse telão.

Reflexões sobre o abolicionismo é a LDB 9394/96 alterada pela Lei 10.639/03. Eu só vou fazer uma explicação rápida porque é que eu coloco LDB 9394/96 alterada pela 10.639 porque é consenso a necessidade, Senador, de nós resguardarmos essa alteração do texto da LDB. Então agora nós temos a 11.645 que agrega a questão indígena, a 10.639, se criou uma outra lei, mas ambas estão alterando a nossa lei máxima da educação que é a Lei de Diretrizes e Bases 9394 de 1996. Então por isso essa referência sempre explicita a partir da lei maior.

O que vou falar aqui para vocês, gente, é uma fala rápida sobre esse livro que foi publicado o ano passado, é *Identidade Fragmentada*, um estudo sobre a história do negro na educação brasileira de 1993 a 2005 eu sou autora desse livro, e basicamente a proposta era fazer o levantamento a partir dos dados do INEP, principalmente, a partir do recorte raça e etnia no senso escolar e eu acabei extrapolando até por razões já explicitadas pelo Sr. Edson que é o diretor do *Irohín*, que é um jornal excelente, um pouco para gente mostrar a memória histórica e a relação que há de nós estarmos hoje, todos vocês jovens aí do fundo. Gente, vocês me permitam todos vocês eu vou direcionar a fala a eles. Pode ser? Nós pensarmos um pouco onde se insere essa Lei 10.639 num contexto maior de racismo institucional que vigora no país.

Rapidamente um outro olhar também que a gente tenta fazer é o seguinte, EU tento fazer rapidamente aqui com vocês resgatar essa perspectiva 10.639 num conflito de luta, num conflito de tensões que foram ocor-

rendo no Brasil desse Brasil Colônia, Brasil império até hoje. Qual é o objetivo disso? É nos pensarmos um pouco na 10.639 para, além, da questão de privilégio, não é questão de privilégio é questão de direito. Então eu vou tentar trilhar com vocês um raciocínio que eu estabeleço para essa fala específica montada para essa audiência.

O que é que nós vamos ver no final do Brasil império e no início da primeira república e também já no Brasil Colônia? E isso dialoga também um pouco que foi brilhante a fala do Edson, dos outros palestrantes também, mas eu vou focar mais na fala do Edson, porque levantou muito a questão histórica do país que é uma memória que precisa ser trabalhada, retrabalhada e pesquisada. O que é que a gente via no Brasil, no final da colônia, início do Brasil império, durante todo o Brasil império e início da primeira república? Que havia o negro cativo e todos os livros de história quando nós vemos, as grandes referências que a gente faz nos livros de história do negro é sempre o negro que está voltado para o trabalho braçal, nós não estamos dizendo que o negro não tem estado no trabalho braçal, nós estamos tentando pensar a história do Brasil para, além, do negro no trabalho braçal. Então os negros do Brasil se misturavam aos livros, principalmente, quando eles iam fazer trabalhos nas cidades também, porque eles não ficavam só no campo. Então nós tínhamos negros que eram carpinteiros, impressores, carregadores, vendedores ambulantes, cirurgiões, barbeiros que exerciam diferentes ocupações especializadas, semi-especializadas e ocupações não manuais. Com a abertura dos portos de 1808, o que é que a gente vai ver no Brasil na cidade do Rio de Janeiro? Nós vamos ver se configurar um ambiente também mais urbanizado e a presença da população negra é explícita. Então se você vai ver também na arte isso está explicitado nos quadros, nas referências que são feitas. Mas nos nossos livros de história isso ainda precisa ser trabalhado. Qual a importância disso, gente? Em vários momentos eu vou fazer essa conexão. É pensar que nas práticas discursivas todas essas relações que vão se estabelecer não só no mercado de trabalho a população negra também vai demandando não só os livres, mas os escravizados também que vão trabalhar como escravos de ganho, que vão estar fazendo esse trabalho na cidade eles vão demandar uma tentativa de encontrar quem são seus familiares, onde estão esses seus familiares. Porque nessa época a questão da linhagem muito importante. Então nós vamos ver também negros trabalhando no sentido também de conseguir recursos para comprar a sua própria liberdade. Então estou tentando dizer para vocês o seguinte: quando nós falamos em abolicionismo nós fazemos grandes

referências e a história do Brasil faz sempre referência a José Bonifácio, a grandes abolicionistas que lutaram pela causa do negro. E hoje nós temos João Cândido, nós temos outras referências, Luiz Gama que são referências de personalidades negras que estavam nesse processo. E eu chamo atenção também que esses sujeitos que não são conhecidos, negros que se misturavam, que estavam no mercado de trabalho, que estavam com suas ocupações especializadas ou semi-especializadas eles estavam lutando também para conseguir recurso para comprar sua liberdade. Isso é, gente, luta pela autonomia, isso é uma luta por direito. E com isso eu estou dizendo para vocês o seguinte: enquanto no discurso dos senhores e aí nós vamos ver Casa-Grande e Senzala com Gilberto Freyre, falar dessa relação harmônica, o que nós vemos não é uma relação harmônica e nunca foi uma relação harmônica.

Nós historiadores, eu sou historiadora de formação, fiz mestrado em história social na PUC e hoje eu faço doutorado na UNB na faculdade da educação. Então nós historiadores e educadores, e aí eu já assumo a postura de educadores, nós temos que ter muito claro que não é uma luta por privilégios, é uma luta por direitos. E já em 1860 quando o estado brasileiro reconhece em função das lutas políticas a não separação da família, o direito ao pecúlio e a autocompra, em especial, isso é resultado dessas lutas desses negros. Então é essa história que nós não conhecemos e nós precisamos nos unir para tentar pensar um pouco essa identidade étnica racial. Então esse espaço que eu coloco para vocês é um espaço do mercado de trabalho. Um outro esforço imenso que eu estou tentando pensar junto com vocês é que junto à questão econômica nós temos também um elemento extremamente importante que é o aspecto cultural. E aí eu estou brigando um pouco com o marxismo, mas aí depois nós vamos, talvez, ao final falar um pouco sobre isso. Por que é que eu estou querendo dizer um pouco isso? É porque quando a gente fala o negro quer inserção no mercado de trabalho, ele quer inserção no mercado de trabalho, só que nós queremos muito mais do que isso. Nós estamos falando de um resgate da cultura, um resgate da memória histórica de um segmento da população brasileira e até esse segmento também é um outro elemento que dá pano para manga, nós estamos falando de 48% da população brasileira, são os autodeclarados pretos e pardos. E quando vocês lêem as diretrizes que são os encaminhamentos para a implementação da lei o que perpassa essa lei, o caldo grosso dessa lei é a questão cultural de extrema importância, a identidade cultural da população negra. E a identidade cultural da população negra significa

revisitar o Brasil. Por que é que eu estou dizendo isso para vocês? Enquanto há todo esse bojo que precisa ser percebido e trabalhado no mercado de trabalho o que é que nós temos na perspectiva cultural? É uma identidade que se fragmenta em que sentido? Que se constrói nesse elemento. Quem são os negros no Brasil e quem são os pardos? Ao mesmo tempo em que você está lutando para ser considerado no espaço público como de direito e tentar resgatar quem são seus familiares, de que lugar da África veio, isso está acontecendo e também estão lutando, trabalhando e conseguindo recursos. Na pré-abolição o que é a gente vai ver? Nós vamos ver um desenho que se estabelece a partir da linhagem que nos diz o seguinte: quem são os livres? Olha uma colocação da Lili Schwarts(F) que é uma referência também nessa discussão racial. Quem são os livres? São aqueles que podiam sofrer com incapacidades legais e ultrajes, estarem sujeitos à correção legal e ilegal e ser tratado com desprezo, mas seu espaço era infinitamente melhor que a dos cativos. Quem são esses livres que eu estou dizendo? Nós poderíamos estar falando sobre aqueles que compraram a sua liberdade. Nós poderíamos estar falando no segundo momento sobre a Lei do Ventre lei ou nós poderíamos estar falando até dos que foram beneficiados depois com a Lei do Sexagenários, após os 60 anos estarem sendo libertos e após a abolição. Mas nós estamos dizendo assim: esses livres eram sujeitos à correção legal e ilegal e ser tratados com desprezo, mas era muito melhor ainda do que o negro cativo.

O que é que a gente vai ver no pós-abolição? A marca da escravidão que o Olacir Nogueira(F) vai nos dizer a questão do preconceito de cor e o preconceito de marca o que é que significa isso? E aí, rapidamente, eu poderia falar para vocês que no Brasil nós teríamos um preconceito de cor. E aí ele faz uma comparação nos Estados Unidos. E no Brasil haveria um preconceito marca, porque lá uma gota de sangue negro no seu sangue significa que você é negro. No Brasil não, nós teríamos o preconceito de cor.

O que é que se delineia isso? Qual é a relação disso no pós-abolição? No direito costumeiro por mais que tenha havido a abolição, no direito costumeiro o que é que fica? O serviço de nego, serviço de nego ninguém queria pegar. O que era serviço de nego? Eu estou falando nego porque era o termo que era utilizado à época. Eram aqueles serviços que eram considerados, principalmente, os serviços braçais, manuais, ou aquele serviço do libamba(F) aquele que trabalha na cidade e carrega peso e tal. Então é nessa perspectiva também que há um diferencial entre o pobre branco e o pobre negro desse período. E eu vou estender para a atualidade. Então o branco empobrecido não queria

fazer esses trabalhos também que ele considerava a base da pirâmide da escória. Desculpa-me falar. [soa campainha]. O que é que era um negro? Um africano boçal que fosse pagão. Olha o desenho que se estabeleceu que era o desenho do preconceito. Um africano boçal que era o termo que se utilizava fosse pagão, negro; sempre que visse um africano era tachado como boçal fosse ele pagão, negro, ele é não aculturado, sem especialização profissional, trabalhador na lavoura e, sem dúvida, escravo. Toda vez que se via um africano eram essas as referências que se fazia: boçal, negro, não aculturado, sem especialização profissional, trabalhador na lavoura e, sem dúvida, escravo. Um homem branco era supostamente um livre aculturado definido por estado e função e tendia se situar no topo de várias classificações sociais. Isso aqui é o preconceito de cor que nós estamos dizendo. Já as pessoas de origens mistas não eram tão facilmente situados. E aí nós estamos falando do negro e do branco, como eram vistos e aí nós estamos da mestiçagem que aquele senhor de Cabo Verde, o Embaixador fez referência aqui. O que é que significa mestiçagem, Cabo Verde a realidade que nos mostra uma realidade diferente da nossa. Mas o que é que significava nesse período ser mestiço? E aí nós vamos ver o censo, os poucos registros que existem nos mostram negros que não querem mais ser vistos como negros. E aí você vai ver, os dados nos mostram que as pessoas começam a se auto-identificar também como pardas, como uma tentativa de distanciamento, cada vez mais, do pertencimento às origens africanas.

O que é que significa abolição da escravatura então dentro desse processo? O que é que estou querendo dizer para vocês? Então há uma luta no mercado de trabalho, mas há também uma luta cultural. Então os negros tentam e tentam o tempo todo, pressionam por essa construção desses direitos, e na perspectiva do direito costumeiro, no imaginário social brasileiro o que é fica é: negro, boçal, trabalho braçal aculturado e o branco com outras referências sendo colocadas. Isso tem a ver com a linhagem que se constrói nessa época, E aí a educação vai nos ajudar em relação a isso. Nós vamos pensar sobre isso.

O que é que são as Leis do Ventre Livre de 1871, do Sexagenário, da Abolição de 1888 hoje nós temos claro que elas não podem mais ser vistas como benefício do senhor para com o escravizado e, sim, conquista desse forjada por disputas constantes, isso sem desmerecer, é claro, a atuação de importantes abolicionistas como Joaquim Nabuco, José Bonifácio, Luiz Gama, André Rebouças e outros.

O que nós estamos colocando aqui, para finalizar essa parte, e entrarmos mais na atualidade é que

muitos escravizados também tinham consciência que eram lutas por direitos e não apenas por privilégios. É outra coisa para questionar também essa coisa de que o escravidão não pensava. E constantemente nós vemos na Globo e nas novelas da Globo quando passa *Sinhá Moça* ou é recentemente, os escravizados totalmente desprovidos de compreensão do que está acontecendo e sendo direcionados na sua luta. Não é bem assim. Eu acredito que nós não estaríamos aqui sentados falando sobre isso.

E o que é que significa tudo isso para nós pensar a complexidade dessa questão? Quais são os elementos que deveriam estar nos ajudando a refletir sobre isso? A historiografia, a mídia e a legislação. E não é isso que nós vemos. A gente está caminhando para mais recentemente fazer as conexões.

Nós vamos ver a nossa história do Brasil completa de lacunas políticas. Até depois da década de 60 que a gente vai ver o apogeu da história social, você tem história das mulheres, você tem história do operariado brasileiro. Os intelectuais se debruçaram sobre isso, você não tem a história da população negra. E o Flávio Gomes tem um texto muito interessante também que ele vai fazer um levantamento sobre a imprensa e a imprensa brasileira também faz pouquíssimas referências a lutas da população negra. E quando os intelectuais se debruçam sobre a imprensa negra que era muito atuante o que é que a gente vai ver? Nós vamos ver que são feitas referências à descontinuidade como se fosse um grupo completamente desorganizado e também como se fossem cegos em tiroteio, ou seja, da mesma forma como você não reconhece a participação negra na história do Brasil Império, você também não reconhece no Brasil do primeiro período da República.

O papel da mídia também diante do Joel aqui, eu me coloco até como parceira para estar pensando um pouco e o Humberto [ininteligível] vai falar isso. Qual é o papel da mídia? Qual é o grande problema da mídia? Pelo caráter ligeiro que a informação chega ela vai atingir o telespectador em cheio e isso vai influenciar também na percepção que se tem do mundo e de si mesmo. E aí isso já foi trabalhado, muito bem trabalhado. E nós vamos ver no cinema o negro sempre numa condição de subalternidade que já também dialoga com esse desenho da nossa história do Brasil que está registrado nos nossos livros. Outra questão que também já foi falada pelo Edson, não foi pelo Edson, foi pelo Sr. Gionanni Harvey, ele fez a leitura de um decreto. A legislação da [soa campainha] exclusão e inclusão, a institucionalização das demandas do movimento social negro. Nós temos decretos que excluíam e hoje a luta é pela inclusão e pelo reconhe-

cimento desse espaço, inclusão talvez da população indígena, o negro, muitos já estão incluídos, agora a forma como está incluído é que se questiona. E nessa perspectiva a gente tem que pensar o seguinte: educar é um ato político. O conhecimento é uma construção social profundamente enraizada e o nexo de relações de poder. A universalização da educação básica atinge a um grande número de pessoas, mas ainda temos no Nordeste 97 milhões de pessoas que têm acesso, mas ainda temos 3 milhões de pessoas que não têm acesso. Então essa universalização precisa atingir também o Norte e o Nordeste. Pode passar, por favor.

Educação para ou dos negros. O é que nós vamos ver no Brasil? Nós estamos pensando uma educação para os negros ou dos negros? E aí fica essa celeuma de dizer que os negros querem um espaço privilegiado. Não é questão de privilégio. A questão é o seguinte: o desenho que se faz e aí a contribuição do Celso é muito importante, fazer um resgate das políticas que aconteceram no Brasil ao longo dos anos para nós pensarmos o seguinte: enquanto se ofereciam aos negros, técnicas rudimentares de leitura, escrita, aprendizagem e ofícios, quando oferecia, porque a lei falava e nós vamos ter decreto – e não vai dar tempo falar aqui – que não há espaço para os negros nas escolas, porque antes era para os filhos de colonos e para os brancos e isso era explícito em alguns decretos, os negros tiveram que criar outras formas de se formar. Isso são lutas por emancipação. Por isso que eu estou falando que a discussão é submissão versus emancipação que se dá no Brasil. Formarmos que as sociedades secretas, uma espécie de franco maçonaria, cuja palavra de ordem era proteção mútua. E aí nós estamos falando do Brasil Império. Mas o que é que a gente vai ver na década de 30 rapidamente? Atuação do movimento negro. Aquele movimento negro que na mídia aparece como sendo fragmentado, desarticulado e que bate cabeça. O que é que a gente vai ver? Uma frente negra brasileira que vai misturar música inglesa, educação moral e cívica e vai promover a alfabetização do negro. Essa alfabetização que, muitas vezes, o Poder Público deixou relegado a segundo e terceiro plano. E aí nós temos todo um aparato legal que pode ser revigorado a partir dessas discussões.

Eles estudavam engenharia e comércio. Muitos davam aulas, buscavam estruturar pequenos projetos que dessem continuidade a uma identidade negra livre das limitações e imposições do racismo.

O que foi o teatro experimental do negro? E aí nós temos a grande figura do Abdias do Nascimento que está aí ainda forte e vigoroso lutando pela questão da inclusão e da diversidade no Brasil e contra o racismo. Além de ensaios de peça vai promover o

quê? Cursos de alfabetização de adultos. Então isso é um pouco pensar o que é que é educação para os negros? Para dizer o seguinte: população negra teve que se articular para tentar dar conta de algo que o serviço público deixou relegado. Então é para gente pensar um pouco isso, é privilégio ou isso são direitos? O que é que esta Casa está pensando quando propõe o Estatuto da Igualdade Racial? Só para gente pensar juntos.

As demandas de ações afirmativas se inserem nesse universo que rapidamente eu falei para vocês. O que é que a gente vai perceber depois da década de 70? A visibilidade e a discriminação racial vai ser articulada em 1978, basicamente é um marco com o movimento negro unificado. Qual é o debate que vai estar sendo colocado na década de 70? Processos discriminatórios no sistema educacional oficial que não são perspectivas para grupos urbanos brancos. Os grupos urbanos brancos não percebem a discriminação. E hoje eu falo isso com muita tranquilidade, com muito respeito a todos que estão aqui, sejam negros ou sejam brancos. A questão não é falar: ah você... Não, não é isso. A questão é que você também não cobre do outro uma percepção que se isso não foi trabalhado na escola, se isso não foi trabalhado na mídia, se você não viveu isso, como é que você vai falar sobre isso? Então nós temos guetos, os guetos existem. Então eu estudei na PUC, tinha pouquíssimos negros na PUC. E nós sabemos que houve uma intelectualidade na PUC de São Paulo que fez um grande movimento. Nós temos o professor Ivair, nós temos a Débora que está na UNB, nós temos várias pessoas.

A Marcha Zumbi dos Palmares que até vai 20/11/1995 que vai ser o marco também para o Dia da Consciência Negra vai levar o quê? Várias pessoas às ruas, mas vai ser formulado também um grupo de trabalho interministerial a partir desse documento elaborado, a partir dessa conscientização. O que é esse grupo de trabalho? É para o desenvolvimento de políticas públicas de valorização à população negra. Então a época do Fernando Henrique já houve uma sinalização para que isso acontecesse. Mas, efetivamente, no Governo Lula é que nós vamos ver práticas sendo encaminhadas, mas por quê? Nós vamos [soa campanha] vamos ter também a 3ª Conferência de Durban, que vai estar pensando sobre isso. Pode passar.

As ações afirmativas são o quê? Políticas públicas adotadas pelo estado para correção das desigualdades sociais e para promoção da igualdade e oportunidade. Cabe ao estado promover o quê? Incentivar as políticas de reparações no que cumpre ao disposto na Constituição Federal art. 205 que assinala o dever do estado de garantir indistintamente por meio da edu-

cação iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um enquanto pessoa, cidadão ou profissional. É nesse universo que se insere a Lei 10.639. Encerro. Obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Olha, a nossa Audiência vai continuar. Mas nesse momento eu queria, de forma muito carinhosa, agradecer muito mesmo aos alunos do Centro Educacional nº 1 da cidade satélite do Guará aqui do DF e com [soa campainha] um abraço especial à coordenadora do colégio, a Sra. Ailda Maria Freitas Crispim. [palmas]. E também, naturalmente, a todos os alunos e professores, professor Guilherme Eduardo Pereira, Daniela Pereira Rodrigues e João César de Macedo. [palmas]. Eu sei que eles têm que sair agora devido ao ônibus, o contrato feito com o ônibus. Mas eu queria somente dizer a vocês que vocês enriqueceram muito com a sua presença. [palmas]. Eu tenho certeza que a mensagem que vocês levam é uma mensagem de otimismo, uma mensagem de que vale a pena estudar, que vale a pena vencer e levem uma mensagem que eu quero deixar para vocês. Por tudo que ouvi um pouquinho aqui hoje. O meu filho tem 14 anos e ele é negro como eu. E um dia ele chegou em casa e me contou a seguinte história? Pai, por que é que lá no colégio que eu estudo, alguns amiguinhos me chamam de negro? Ele não entendia isso. Até porque filho sempre teve de classe média. Eu digo chega para eles e diga o seguinte: Júnior... O nome dele é Paulo Renato Paim Júnior. Diga para ele: sou negro com muito orgulho, sim, senhor. Acabou a bronca e ficaram todos amigos para sempre. Então não tenham vergonha da cor da sua pele. Amem a cor da sua pele e os antepassados de vocês. Um abraço a essa meninada que está aqui. Levem essa mensagem de otimismo. [palmas]. A professora quer uma foto. Vamos tirar um foto para os alunos poderem sair e vamos liberá-los.

[pausa para foto].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-

RS): Uma salva de palmas para a moçada aí.

[palmas].

Retomamos aos nossos painelistas. Passamos a palavra à Maria Auxiliadora Lopes, representando André Lázaro, Secretário da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Por favor, professora, V. Exa. está com a palavra.

SRA. MARIA AUXILIADORA LOPES: Boa tarde a todos. Boa tarde aos componentes de mesa. Eu gostaria de agradecer em nome do SECAD/MEC, em nome do Dr. André Lázaro que, infelizmente, não pôde estar aqui, agradecer o convite para participar.

No momento que me chamaram para participar eu logo optei para falar da Lei 10.639. Como é que ela deve ou como ela está sendo operacionalizada, como ela está sendo implementada neste país? E eu diria que uma das coisas mais sérias que eu vejo que é que eu ando muito por aí falando da lei com professores, com o pessoal do sistema de ensino, e a questão mais incrível que tem é o seguinte: por que é que este país precisa de uma política, precisa de uma lei para dar igualdade e direitos a todos? É muito comum que se questione essa lei não é necessária. Se eu tenho uma constituição que dos princípios fundamentais lá no item 5 diz que nós devemos promover o bem de todos, sem preconceito de origem, de raça, de cor e de idade para que é que precisa de lei? E, na verdade, a gente imagina que talvez não precisasse mesmo não. E eu costumo perguntar para os professores assim: vamos pensar juntos se a gente precisa dessa lei. E aí eu costumo colocar para eles alguns dados: um homem negro com curso superior completo em 2000 a taxa era menor do que aos homens brancos em 1960. É uma diferença de 40 anos. Eu não vou passar todos os dados, até porque para gente não perder muito tempo falando disso. Sobre a esperança de vida dos negros em 2000 é semelhante a dos brancos em 91. No Estado do Rio de Janeiro os negros são 11.1% da população negra e representa 32.4% dos mortos pela polícia. Quando eu vejo, porque eu odiei esse título: Brasil em preto e branco 64.1 dos pobres brasileiros são negros.

Em 2002, esse dado é de 2002, é porque foi o último programa feito, o último cálculo feito, o índice de desenvolvimento humano do mundo, nós ficávamos, nós Brasil estava no ranking 73º lugar, isso se considerasse a população brasileira como um todo. Quando eu considero só aos brancos nós vamos para 44º lugar, quando eu considero só aos negros nós vamos para 105º lugar. No Brasil 11% da população brasileira é analfabeta, corresponde mais ou menos, 14 milhões de brasileiros. Desses 14 milhões de analfabetos 80% são negros. Quando eu pego o número médio de estudos da população brasileira, se eu pego brancos é 7.8 anos de estudo para os brancos e 6 para os negros. Eu não vou descer, mas está todo dividido por região. Aí eu penso o seguinte: ou eu costumo dizer ou eu tenho que acreditar ou alguém tem que me fazer acreditar que capacidade de aprender tem a ver com cor da pele, com maior ou menor quantidade de melanina na pele ou alguma coisa está errada no sistema educacional brasileiro. Como ninguém conseguiu me provar que tem uma relação entre cor da pele e inteligência eu concluo que tem coisa errada no sistema educacional brasileiro.

Então aí eu pego currículo. Em que local do projeto político pedagógico das escolas brasileiras nós estamos tratando a população negra? A formação de docentes em que momento a formação inicial e as universidades ou a formação continuada está tratando da educação das relações raciais na escola? O material didático, como é que nós estamos retratados nesse material didático? Nós estamos retratados em igualdade e condições? Como é minimizado os problemas de discriminação racial na escola? A gente chega a ouvir o professor a dizer quando nós temos um problema na sala de aula: ah, fulano não faz isso com ele não, coitadinho. Ele também é filho de Deus. Isso são exemplos dados a cada momento. O universo semântico. Como é o universo da nossa sala de aula? Será que os nossos cartazes estão tratando negros, brancos, indígenas asiáticos em igualdade de condições na escola? Como é que é a formação da direção das nossas escolas supervisor, diretor? Nós temos administradores negros na nossa escola? Nós temos negro ocupando posição de destaque no Ministério da Educação? Nós temos negro, pelo menos, com voz e voto, quantos negros nós temos com voz e voto no Conselho Nacional de Educação? Um por pressão dos movimentos sociais.

Então gente, vocês há de convir que o sistema tem alguma coisa errada no sistema. E a gente ainda é obrigado a ouvir que nós todos somos iguais perante a lei.

[palmas].

Nós temos discutido também muito quais são as consequências desse acontecimento na escola. Nós temos que o aluno negro evadiu da escola, não, ele foi expulso da escola porque ele não se vê naquele material, o professor não o trata em igualdade e condições. E aí vem uma série de consequências, tanto consequência para essa criança negra, como consequência para as crianças brancas. É isso que faz a perpetuação da discriminação, do racismo que tem na sociedade brasileira, o que vem causando a grande violência. Porque, na verdade, a Lei 10.639 e agora a 11.645 que altera o art. 26 da LDB tem que ser pensada e é pena que já não estejam mais aqui os professores, ela tem que ser pensada com base no parecer 03 do Conselho Nacional de Educação. E o Dr. Edson Cardoso falou aqui da necessidade de nós não estarmos...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Professora, só para ajudar. Mas eles vão receber a fita. Eu me comprometi que eles recebam a fita na íntegra e eles vão passar na sala de aula.

SRA. MARIA AUXILIADORA LOPES: Obrigada. Então o é que eu vejo? É que uma das coisas impor-

tantes é que no parecer do Conselho e na resolução do Conselho a resolução diz: educação das relações raciais e ensino de história, cultura afro-brasileira e africana na educação básica. Educação básica vai desde a educação infantil até o ensino médio. Então o parecer do Conselho ampliou a Lei 10.639 criando uma resolução, a Resolução 01 que essa Resolução 01 estende a toda educação básica, desde a educação infantil, criança de 0 a 6 até o ensino médio profissionalizante deve ser cumprida essa lei.

Então o que eu vejo, Senador, é que nós temos algumas dificuldades no cumprimento dessa lei. Porque todas às vezes... Eu já fui a várias audiências públicas no estado, principalmente, chamado pelo Ministério Público que, na verdade, tem prestado um serviço maravilhoso no sentido de intimar o sistema de ensino. Porque, na verdade, todas as vezes que chama, chama o Ministério da Educação, mas nós tínhamos que estar também porque o Ministério da Educação tem a responsabilidade pelo Sistema Nacional de Educação, mas os sistemas de ensino, muitos deles, não estão definitivamente cumprindo o que está previsto nessa lei aqui. Não está cumprindo até porque, vamos deixar para ver como é que fica se vão reivindicar, se vão lutar por aquilo que estão querendo. Nós temos, e eu gostaria de deixar bem claro, o Ministério da Educação está com uma série de publicações sobre o assunto, tanto as diretrizes quanto uma série de publicações. Essa é uma delas: orientações e ações para a educação das relações raciais. É orientação para professores, para o sistema de ensino, e essas orientações vão desde a educação infantil até o ensino médio.

Outra coisa também quando a gente fala de abolição e a nossa escola trabalha em cima disso, apesar do movimento social, muitas vezes, pressionar porque não querem comemorar 13 de maio, não querem falar sobre abolição, o sistema de ensino continua fazendo isso e a gente acha que está certo. Depende da maneira como você está tratando o assunto.

E nós vamos... Não vai poder ser no dia 13 de maio por causa da grande pressão do movimento social, mas no dia 27 nós estamos lançando um livro chamado IOT é um nome de um jogo africano e é um jogo para ser jogado com alunos em um tabuleiro com livro, com orientação para professor e para aluno com personalidades negras brasileiras por quê? Porque o que nós percebemos é que a nossa escola continua quando fala de negros, ela está falando sempre de escravos. Todas as vezes que nós estamos comemorar alguma coisa nós estamos fazendo dramatização de crianças negras chicoteando crianças brancas ou de mães negras cuidando de crianças brancas. Nunca nós colocamos o negro no seu devido lugar atual.

Então por isso esse livro, o IOT é um livro que nós vamos tratar, Nilton Santos, Valdemar Ferreira da Silva, uma série de pessoas dentro desse jogo. E esse livro vai ser lançado agora, talvez no dia 27 de novembro e a gente espera que esteja chegando para todos. É um passo a mais nessa educação das relações raciais que é o que nós estamos esperando. Temos também esse livro que está aí que é Superando o Racismo na Escola que também é orientação para professores e alguns resultados de pesquisa que nós estamos lançando nesse dia 27 para que nós possamos estar trabalhando com sistemas de ensino na orientação para a educação das relações raciais na escola.

Era isso. Eu fico à disposição para qualquer questão. Muito obrigada.

[palmas].

MARIA JOSÉ ROCHA LIMA: Com a licença dos senhores eu quero pedir ao Senador Paim para que registre nos anais deste seminário uma carta dirigida aos pais dos alunos vencedores do concurso de redação, "Ler é preciso". São professores do projeto combatendo a intolerância pelo prazer de aprender na escola e, portanto, é uma carta dirigida aos pais falando do que esses professores têm feito no sentido de mudar a realidade da escola combatendo a intolerância e promovendo a arte, enfim, o desejo de aprender. Passo às mãos do Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu acato, de imediato, e remeterei como Presidente da Comissão de Direitos Humanos a todos os pais, como uma forma de incentivo a essa bela caminhada. Parabéns a V. Exa., professora. Ok?

Não estava nada programado, mas eu me permito agora, eu quero que botem mais uma cadeira aqui na mesa e quero convidar o Joel Zito Araújo a sentar com a gente aqui. Vai ter que vir. Nem que tenha que trazer o computador.

Antes de passar a palavra a ele, Joel, te confesso que foi em 5 minutos eu liguei para o meu gabinete e pedi que me mandasse alguma coisa de você. Eu não li, vou ler agora. Se for um desastre é a cores e ao vivo.

Joel Zito Araújo cineasta e pesquisador mineiro da cidade de Nanuque. É doutor em ciências da comunicação pela Escola de Comunicação de Arte da Universidade de São Paulo. Fez pós-doutorado no departamento da Rádio, TV e Cinema e no departamento de antropologia da Universidade do Texas em Austin nos Estados Unidos. Nascido em 1954. Mais novo que eu. Eu vi que tinha surpresa aqui. Eu sou de 50. Nascido em 19...

SR. JOEL ZITO ARAÚJO: Novembro de 54.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Novembro ainda, ele ligou com 20 de novembro.

Eu sou de março. Nascido em 1954. Dirigiu documentários de curta e média metragem, tematizando o negro na sociedade brasileira dentre os quais destacam-se: "São Paulo abraça Mandela", 1991; "Retrato em Preto e Branco", 1993; "Ondas brancas nas Pupilas Pretas", 1995; "A Exceção e a Regra", 1997. Em 1999 finalizou o seu primeiro longa, o documentário: "O Efêmero Estado União de Jeová sobre o Delino de Matos, um homem que nos anos de 1950" – aí eu me encontrei agora, porque é a minha data. "Nos anos de 1950 tentou formar um estado camponês com a população de maioria negra no norte do Espírito Santo". Dois anos depois lançou "A Negação do Brasil" sobre a trajetória do personagem negro nas novelas brasileiras com impressionante trabalho de pesquisa que deu origem a um livro homônimo. Foi escolhido o melhor filme brasileiro "É Tudo Verdade" daquele ano, tendo sido também selecionado para vários festivais pelo mundo, entre eles o Festival do Cinema Latino de Madri e o Festival de Documentário do Porto. Em 2004 finalizou o seu primeiro longa-metragem de ficção "Filhos do Vento" que ganhou oito prêmios no Festival de Gramado, entre eles melhor filme, sendo a crítica, melhor diretor, ator e atriz. Na Amostra de Cinema de Tiradentes foi escolhido melhor filme público e participou ainda de festivais na Índia, na França, na África e em Camarões. Uma salva de palmas ao homem.

[palmas].

Eu passo a palavra a Joel Zito nesse momento.

SR. JOEL ZITO ARAÚJO: Bem, essa que é a vantagem de ter amigos. Ser recebido pelos amigos, ser bem tratado pelos amigos. Vir aqui ao Senado encontrar um amigo e se sentir em casa é a maior felicidade, o maior prêmio que a gente pode ganhar.

É uma surpresa esse convite para mim, porque o Senador sabe, muito bem, que a minha intenção durante esses dois dias que eu estou o acompanhando na realização de um novo documentário em parceria com amiga Mila norte-americana que está ali. [palmas]. A nossa intenção é de ser o mais discreto possível aqui, mas, enfim, foi um pouco impossível ser discreto aqui nesse contexto.

Então eu, de qualquer, forma agradeço a reverência e aproveito essa oportunidade, Senador, para deixar registrado também aqui nos anais do Senado uma coisa que começa a circular na Internet hoje que é uma carta de apoio dos artistas ao manifesto pró-cotas. [palmas]. Então queria te pedir autorização para poder ler esse manifesto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já está concedido.

SR. JOEL ZITO ARAÚJO: Vai sair amanhã. "Brasil, 9 de maio de 2008. É hora de se posicionar. Pre-

zados amigas e amigos artistas". Na verdade, isso é uma iniciativa de algumas pessoas, inclusive eu, um manifesto dirigido aos artistas, é um manifesto que vai circular nas listas de cineastas, na lista de atores, na lista de técnicos de cinema, de roteiristas buscando o maior número possível de assinatura de atores, diretores, enfim, de todo segmento em apoio à cota, principalmente, por conta dessa evidente reação violenta e, cada vez mais, digamos, persuasiva daqueles que estão contra a cota. Bem o teor da carta que é uma carta dirigida aos próprios artistas é o seguinte: "Prezadas amigas e amigos artistas. Como é do conhecimento de todos nós, somente depois de um século após o fim da escravidão a sociedade brasileira começou a criar políticas de reparação contra a profunda e arraigada desigualdade racial e social que ainda persiste, especialmente, com a política de cotas para estudantes negros que já foi adotada, com sucesso, por mais de 50 universidades do país. Destacamos que a política de cotas foi a primeira ação que fez com que a condição humana de ser negro trouxesse algum direito e vantagem social para o segmento afro da população brasileira. Mas numa hipocrisia típica em nosso país um grupo de professores universitários sustentado por alguns artistas e intelectuais consagrados impulsiona o movimento de reação contra a política de cotas e contra o Programa ProUni de inclusão de jovens negros na universidade passando a se intitular como anti racistas, assim como fazem os fazendeiros que para impedir a titulação de terras para os quilombolas criaram o movimento Paz no Campo exatamente contra àquele segmento populacional mais pobre e mais desassistido pelo estado brasileiro e que mais sofreu com a violência física e mental por eles perpetrada. E quem de nós que não sabe que é exatamente nos rincões mais carentes e distantes do nosso país nas comunidades rurais que se encontram os nossos irmãos 'mais negro de tão pobres' e mais negros na pele e nas tradições ancestrais. Os autoproclamados anti-racista que com toda simpatia da mídia entregaram um abaixo-assinado ao Supremo Tribunal Federal, como deve ser do conhecimento de todos vocês, não podem passar a impressão de que manifestam a opinião da maioria do Brasil. Sabemos que a última pesquisa nacional feita sobre o tema constatou que 58% da população apóiam cotas e uma outra parte significativa ainda está em dúvida. Portanto, demandamos um pouco de atenção e carinho de vocês, porque acreditamos que nós da classe artística temos que oferecer os nossos nomes em apoio ao abaixo-assinado em prol de ações afirmativas para a população negra a ser entregue na próxima semana ao STF. Acreditando que a paz social somente será possível se houver justiça. Deixamos um

abraço para todos". E aqui vem a assinatura de várias pessoas. É isso.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu vou passar aqui para a mesa, para suas considerações finais. Vou começar com a Regina para gente poder ir concluindo a nossa Audiência Pública. Começamos pela Renísia Cristina, por favor.

SRA. RENÍSIA CRISTINA GARCIA: Foi muito estar aqui com vocês e fazer essas discussões, foram muito interessantes as falas, agregaram muitas informações. Infelizmente, a minha fala não deu para chegar nos dados atuais, mas nós temos esses dados atuais em relação à educação, a desigualdade racial e agregando também à leitura da desigualdade regional, a quantas andam as crianças nas escolas desde a educação básica inteira e também no ensino superior e na pós-graduação. Eu tenho esses dados, vai ficar aí disponível. Quem tiver interesse. O e-mail? Ele pode colocar? renisiagustavo@terra.com.br. O livro também tem esses dados recentes está disponível no site do INEP: www.publicacoesinep.gov.br. Então mesmo assim foi um prazer estar com vocês e desculpem o atropelo das falas. E muito obrigado, Exmo. Senador Paulo Paim.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-

RS): Eu passo a palavra, de imediato, à nossa convidada Maria José também. Permita-me que eu fale direto para cada um de vocês pela nossa amizade.

SRA. MARIA JOSÉ ROCHA LIMA: Eu quero agradecer a oportunidade de falar, de discutir com os senhores, com as senhoras, com a minha amiga Margarida Shouller(F) essa mulher fantástica. [palmas]. E tantas pessoas importantes nessa luta pela promoção da igualdade no Brasil. E deixar um grande abraço e um convite a que vocês conheçam melhor o projeto combatendo a intolerância e a violência pelo prazer de apreender na Escola Santa Maria e estão convidados para a entrega do prêmio aos 14 alunos e 2 professores amanhã às 9h na Escola Classe 203 de Santa Maria.

Ao Senador Paim um grande abraço e a minha honra de tê-lo como Senador da República nos representando tão bem nessa luta e, particularmente, em defesa do Estatuto da Igualdade Racial. Muito obrigado a todos.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-

RS): Professor Celso as suas considerações finais.

SR. CELSO PRUDENTE: Mais uma vez, o meu agradecimento pelo reconhecimento de ter sido convidado para tão brilhante sessão que é esta Audiência

Pública e que, certamente, vai contribuir de maneira significativa para a reflexão da presença africanista no Brasil para relações mais humanas.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por favor, professora Maria Auxiliadora Lopes.

SRA. MARIA AUXILIADORA LOPES: Eu gostaria de agradecer, mais uma vez, o convite, a oportunidade de estar aqui com vocês. E gostaria de lembrá-los para quem se interessa pelo tema da educação das relações raciais que o MEC possui hoje 18 títulos sobre o assunto tanto para orientação direta a professores quanto para leitura, para conhecimento e que esse acervo está à disposição de todos vocês lá no Ministério da Educação. Muito obrigada pela oportunidade. Obrigada, Senador.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu sei que diversos convidados nossos dependem de horário de voo, que me comunicaram aqui. Eu já autorizei ao motorista aqui da Comissão para que levem eles ao aeroporto.

Há duas pessoas que pediram a palavra. Não é comum isso, não é protocolar. Depois que os painelistas fazem a exposição não dá para eu abrir de novo, depois de fazer um encerramento abrir para o plenário. Eu proporia, se vocês concordarem, o seguinte, porque nesta Comissão todo mundo fala, não tem quem não fale, eu acho que é uma das comissões... Eu acho que todas as comissões do Senado são democratas e da Câmara também. E nesse espírito da democracia o que eu poderia fazer são dois encaminhamentos, na próxima quinta nós teremos, de novo, o debate sobre a questão do povo negro, na próxima quinta será sobre Anistia João Cândido e Zumbi, continua o tema da questão do povo negro. Mas ambos me pediram a palavra e fazem sinal que, pelo menos, um minuto. Então quebrando o protocolo... Só um minutinho. Eu sabia que ia ser isso. Esse é o meu problema, se eu abro para um, abro para outro, nós vamos ficar às 6h e as pessoas têm que viajar. Então eu faço um apelo muito grande a vocês. Eu vou marcar um minuto e posso conversar com vocês depois que nós encerrarmos a Audiência Pública e posso ouvi-los com mais tempo. Então eu daria um minuto para cada um dos que me pediram a palavra. Vou começar com a professora Neide um minuto.

SRA. NEIDE: Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, digníssima mesa, cada vez mais nos animamos porque vemos um Brasil real.

Eu acabo de chegar do Piauí onde tudo o que foi dito aqui tem uma veracidade. Agora o que mais nos impressiona que um programa importantíssimo do Mi-

nistério da Educação não está sendo implementado chamado Programa Inovador de Curso. Só acredita que com o auxílio da UNIFAS(F), com o auxílio do Ministério da Educação e do Multiétnico que é um grupo a qual eu faço parte, nós professores pagamos o excesso de 80 reais de livros para que todo esse material que foi aqui divulgado chegasse à mão dos professores lá do Piauí. E o incrível, que um curso de formação de pedagogia os seus estudantes do curso de pedagogia não sabiam ainda da existência da lei. Isso é muito sério. Por isso eu insisti para que o senhor me desse esse momento porque está se falando de um Brasil plural, de um Brasil que precisa ser fotografado de uma maneira real, e o Brasil que a gente vê no Piauí, Parnaíba não é o Brasil de um Distrito Federal onde nós sabemos de toda a diversidade.

Eu quero dizer à professora Maria Auxiliadora que a senhora tem um árduo trabalho junto ao Ministério da Educação para que leve a eles a necessidade premente desse material, porque não é possível, e é possível, através de um organismo internacional importante, sério que é a UNIFAS(F) World, o Grupo Multiétnico uma professora anônima a gente ainda ter que pagar excesso de material para que professores tenham uma capacitação digna e acredita no país através de um Brasil igualitário e plural.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço por ter ficado, exatamente, no tempo combinado. V. Exa. foi um exemplo.

SRA. NEIDE: Desculpa exatamente a quebra do protocolo, Exmo. Sr. Senador, mas eu digo que o senhor é uma pessoa que eu já acompanho há muitos anos e o meu sucessor, o meu neto, que não será nem Senador, eu quero que ele seja presidente do Brasil é o seu espelho na minha casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado.

Eu vou permitir também um minuto ao Sr. Wagner. Pode falar daí mesmo no microfone. Só aperta o botão preto e acende uma luzinha verde.

SR. WAGNER: V. Ex. Sr. Senador, nós somos dois jornalistas e dois juízes arbitrais.

Entramos ontem no Supremo com um manifesto pedindo a anulação do manifesto que leva a assinatura de Ferreira Goulart, de Caetano Veloso, de Risério, de Ruth Cardoso e etc. Resultado: nós estamos pedindo a condenação daquele manifesto porque não tem consistência científica e está montada sobre os parâmetros de Lévi-Strauss, uma antropologia superada criticamente e estamos chamando para o estudo das cotas em nível da dialética das forças produtivas que intitulamos de cotas da mais valia. Mostramos

que a física contemporânea conseguiu construir um discurso da mecânica quântica, com a teoria da relatividade generalizada que se pode aceitar hoje que o que Reigel(F) colocou, Marx transportou para a economia que nós estamos vivendo o quê? Uma ideologia na econômica [soa campainha] num mundo que o Brasil é exemplo com sistema de cota, com o ProUni e com esse modelo que é o modelo revolucionário, não modelo tópico pós-moderno construtivista e que a nossa luta junto ao Supremo com juízes arbitrais e como jornalista é para trazer à tona e contestar que todas as palavras dentro daquele manifesto não têm consistência superada porque eu fui um membro fundador de tropicalismo, lutei com La Marca, quebrei o meu braço, tomei porrada da ditadura, minha esposa também, somos escritores e estamos lutando não apenas mais pela coisa da cota, estamos lutando de uma dívida pública do estado brasileiro, porque foi o homem negro que mandou o açúcar e que construiu o Brasil para fora [palmas], porque foi o homem negro que construiu a cultura do gado no Brasil, porque foi o homem negro que construiu a partir do século XVI construiu com poeta baiano negro que eles criticam e criticam o próprio Rui Barbosa, Gregório de Matos que eles criticam.

Nós citamos aqui e encerramos um manifesto que entregamos para ele. Se o senhor me permite esticar um segundo só para eu... Porque nós dissemos aqui no fim para eles: tomando as palavras de Austregésilo de Ataíde que foi presidente da Academia Brasileira de Letras: “não basta ver a África através da cooperação quadrisecular dos seus filhos, da longa lavragem dos seus sofrimentos e do extraordinário poder de recuperação da sua alma transplantada para o Brasil. É preciso ver o Brasil nas alturas históricas da evolução africana e no seu sentido realista de uma expansão que se qualifica pela reciprocidade”.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Acho que fechou bem a nossa audiência. Tem mais três no plenário pedindo a palavra. Eu vou dar a palavra a eles na próxima quinta-feira e com a leitura do seu manifesto, eu acho que nós fechamos de forma simbólica e muito bonita essa importante Audiência Pública.

Está encerrada a Audiência Pública. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 17h04.

ATA DA 20ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA

PARA O DIA 14 DE MAIO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÃO Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às nove horas e dez minutos do dia quatorze de maio de dois mil e oito, na sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos seguintes Senhores Senadores: **Flávio Arns, Fátima Cleide, Paulo Paim, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, César Borges, Cristovam Buarque e Jaime Campos** e a não membro Senadora **Rosalba Ciarline**. O Senadores Cícero Lucena e Romeu Tuma justificam suas ausências. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior, faz suas considerações iniciais e explica como serão conduzidos os trabalhos. Pauta. Item Único: A presente reunião foi convocada na forma de Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 36, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Siba Machado, aprovado em 24/04/2008, com vistas a debater a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima. O Senhor Presidente convoca, para compor a mesa e fazer uso da palavra, os seguintes convidados: **Sydney Possuelo**, Indigenista especialista em relações com índios “isolados”; **César Augusto Baldi**, Jurista; **Paulo Santilli**, Diretor de Assuntos Fundiários, em representação do Senhor Márcio Meira – Presidente da FUNAI e antropólogo; **Jecinaldo Saterê Mawé**, Cordenador Geral do COIAB; e **Joênia Wapichana**, Conselho Indígena de Roraima. Ao final da exposição da Senhora Joênia Wapichana apresenta vídeo que mostra momento da realidade dos indígenas na área indígena Raposa do Sol no Estado de Roraima. O Senhor Presidente, após as exposições dos Senhores convidados, franqueia a palavra aos Senhores Senadores para suas considerações. Às dez horas e vinte e nove minutos o Senhor Presidente passa a Presidência ao Senhor Senador Geraldo Mesquita Júnior. Encerradas as falas dos Senhores Senadores e dos convidados, o Senhor Presidente, Geraldo Mesquita Júnior, faz suas considerações finais. As Deputadas Estaduais de Roraima Aurelina Medeiros, Presidente da Comissão da Assembléia Legislativa de Roraima responsável pela análise da demarcação da área indígena contínua Raposa do Sol no Estado de Roraima e Marília Pinto entregam documentos à Comissão. Fazem o uso da palavra os seguintes Senhores Senadores: Paulo Paim, Geraldo Mesquita Júnior, Fátima Cleide, e as Deputadas Estaduais da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima Aurelina Medeiros e Marília Pinto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às

onze horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 20ª reunião da Comissão de Direitos Humanos e Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura. Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Item único. Audiência Pública. Realização de Audiência Pública nos termos do Requerimento nº. 36/08 da CDH, de autoria do Senador Sibá Machado. Aprovado em 24/04/08, com vistas a debater a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol do Estado de Roraima. Convidados já presentes Sydney Possuelo, indigenista e especialista em relações com índios isolados. Joênia Wapixana, advogada indígena integrante da delegação brasileira no fórum permanente dos povos indígenas da ONU. Márcio Pereira, Presidente da FUNAI e antropólogo, e César Augusto Baldi, professor de Direito Constitucional da Unisinos Rio Grande do Sul. Confirmado.

Eu gostaria antes de iniciarmos, estamos esperando a chegada do Senador Sibá Machado, todos vocês sabem que por uma decisão exclusivamente dela a nossa querida... Eu digo querida porque tenho um carinho muito grande por ela, a nossa querida Ministra Marina Silva acabou renunciando o cargo de Ministra no dia de ontem e deve assumir, creio eu que a semana que vem já a sua função de Senadora da República. Eu queria, no momento em que a Senadora volta à Casa, e que o Senador Sibá Machado deverá ceder o espaço a ela aqui no Senado da República suplente, dizer para vocês que essa Comissão, ainda o ano passado, fez uma homenagem à Ministra Marina Silva por tudo que ela representa. Ninguém tem dúvida que a Ministra Marina Silva é um... É muito mais do que um emblema, é um ícone a nível mundial em defesa do meio ambiente. Eu lamento muito que ela tenha saído do Ministério do Meio Ambiente, acho que é uma perda enorme para o país, para o mundo e para o Governo Lula, mas tenho certeza que aqui nessa Casa ela continuará defendendo com mesma firmeza de sempre a questão do meio ambiente que é defender a vida. Eu quero dizer que a Ministra Marina recebeu uma placa da Comissão que ela foi quem

teve a iniciativa da criação dessa Comissão de Direitos Humanos e Legislação participativa.

Na placa estava escrito: Nossa homenagem pela iniciativa da criação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação participativa do Senado Federal. Ministra, admiramos sua história pautada na defesa do meio ambiente, da vida em sua plenitude e na dignidade humana. Marina, como é bom saber que no mundo existem pessoas como você. Essa placa, Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Essa placa nós entregamos à Ministra Marina Silva quando ela esteve aqui e eu lembro que o Senador Sibá Machado fez um discurso emocionado contando toda a história da Ministra Marina Silva. Eu não poderia deixar de nesse dia falar sobre a Ministra. E dizer que, também, ontem à noite, numa homenagem à Ministra Marina Silva, uma luta histórica de um projeto dela se tornou realidade lá na Câmara dos Deputados. Nós, junto com o Senador Sibá Machado e outros Senadores trabalhamos muito para que a Câmara dos Deputados aprovassem a anistia definida ao Almirante negro João Cândido. Ontem à noite, dia 13 de maio, 120 anos da abolição da escravidão, que eu chamo abolição não conclusa, fizemos um movimento durante mais de dois meses junto à Marinha do Brasil, o alto comando da Marinha, conversamos com o Ministro das relações raciais, o Ministro Edson, conversamos com o Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Arlindo Chinaglia, e felizmente ontem o colégio de líderes da Câmara decidiu, eu acompanhei a votação, fiquei lá até as 22h30, e por unanimidade a Câmara enfim aprovou a anistia a João Cândido, o almirante negro, o líder da revolta das chibatas. Foi uma luta de cerca de cem anos, enfim, depois de cem anos houve o devido reconhecimento.

Eu acho que foi um gesto grandioso do Congresso Nacional e principalmente eu diria, nesse momento pode ser um detalhe, mas esse é o momento em que a Ministra Marina Silva está voltando à Casa o Congresso homenageia ela a anistia ao João Cândido já que foi iniciativa da Ministra quando ainda senadora, a proposta da anistia a João Cândido, um líder negro, tão injustiçado durante a sua vida e a anistia não concedida, mesmo pós morte que agora está assegurado. Amanhã esta Comissão de Direitos Humanos já havia programado uma Sessão de homenagem a Zumbi e a João Cândido. E vai ser com alegria que amanhã, se tudo der certo, estou preparando um Requerimento de urgência para ver se ainda hoje o Senado aprova a redação final em... Que vem da Câmara em relação à anistia a João Cândido.

Com essa pequena introdução relatando esses fatos, eu quero também, me permitam, eu sei que ele

não chegou, mas ele tá vindo, fazer uma homenagem a Sibá Machado. Sibá Machado que vai deixar a Casa por força, enfim, por decisões da vida, já que a Ministra está voltando, um grande Senador, um grande companheiro, ele nunca que foi tratado como se fosse suplente ou não suplente, embora haja um debate enorme na Casa sobre a questão de suplente, Senador Sibá Machado sempre foi tão titular como todos os titulares. Pela sua forma transparente; competente; habilidoso de discutir os temas da conjuntura nacional e internacional. Sem sombra de dúvida, não por ele ser o autor também dessa nossa audiência, ele Senador Sibá Machado, para nós, é um parlamentar que merece todos nossos elogios e todas nossas considerações. Vou torcer muito para que nas eleições agora de 2010 o Senador Sibá Machado retorne à Casa. Quem sabe como Senador ou mesmo como Deputado Federal. Pode ter certeza que o Governo perdeu com a saída da Ministra Marina. O Senado ganhou, sempre, por ter uma Senadora como a Ministra Marina. Mas seria muito bom se o Senado pudesse ter aqui Sibá Machado e Ministra Marina ambos parlamentares da maior qualidade. E eu lamento muito que o Senador Sibá não esteja mais aqui a partir da semana que vem, mas com certeza receberemos a Ministra Marina de braços abertos.

Vamos iniciar a nossa Audiência Pública. Eu recebi aqui uma relação que é uma introdução sobre esse debate. Mas como os painelistas me disseram que não eu não preciso fazer a leitura, nós vamos ganhar tempo. Porque eles vão tratar dos temas. Eu recebi aqui um resumo da assessoria, do histórico de todo o embate político, a realidade, o que está acontecendo na nossa reserva Raposa Serra do Sol. Tenho aqui dados da FUNAI, tem a portaria, fala de como é que foi em 1999, a história do Decreto, depois a situação do Supremo em 2007, 2008 a posição do Procurador-Geral da República, depois abril de 2008 de novo uma posição do Supremo Tribunal Federal, a realidade do conflito, 5 de maio de 2008, o confronto que houve na região, a posição dos militares, e depois no fim do Ministério da Agricultura, a posição do Presidente Lula, e depois no final aqui demonstra a própria posição do Presidente e do Ministro Tarso Genro na justiça, na linha de que se cumpra exatamente o que foi assegurado no encaminhamento feito pelo Governo Federal. Mas eu não vou apresentar esses comentários que foram feitos pela minha assessoria, porque ninguém mais do que vocês que vão dar o quadro. E o que vai valer não é o que tá aqui, porque isso não vai ficar nos anais. O que vai valer é a exposição que os senhores farão aqui nesse debate.

Então, é com alegria que eu abro esse debate sobre Raposa do Sol e como diz esse aqui eu vou deixar nos anuais da Casa, o artigo vou deixar e pedir que seja considerado como lido na íntegra, Raposa Serra do Sol, questão de justiça, escrito por frei Beto, autor do livro A Mosca Azul, reflexão sobre o poder, entre outros livros. Então esse artigo do frei Beto Raposa Serra do Sol questão de justiça eu peço que seja inserido nos anais dessa Audiência Pública como se eu tivesse lido ele na íntegra.

A partir desse momento vamos aos convidados. Eu passarei a palavra de imediato a Sydney Possuelo, indigenista, especialista em relações com índios isolados. V. Ex^a terá pelo tempo de 10 minutos com mais cinco se necessário e com uma tolerância da Mesa pela importância do tema. Está com a palavra Sydney Possuelo.

SR. SYDNEY FERREIRA POSSUELO: Obrigado, Senador. É com grande satisfação que atendi ao seu convite de estar aqui e falar um pouco o que está se passando hoje com relação à Raposa Serra do Sol é pra mim como se fosse um filme que estou revendo. Eu presidi a FUNAI na demarcação, um conjunto grande de demarcação que efetuamos a partir de 1991, 92, até meados de 93. E entre elas, entre várias demarcações que foram feitas naquela oportunidade, nós demarcamos Yanomami. E o interessante é que naquele momento, naquele período, as mesmas forças que se levantam hoje são as mesmas que se levantaram naquela época. Foi um embate muito grande que trabalhamos com o pensamento militar, segurança nacional, os políticos de Roraima e os interesses econômicos na região.

Então, pra mim, ver o que está acontecendo com Raposa Serra do Sol é pra mim, rever um filme que eu já participei e me sinto sempre nessas questões, eu me sinto um pouco violentado quando se repete por anos e anos, por décadas, por centenas de anos, por 500 anos a mesma história todas as vezes que se quer cumprir a Constituição Brasileira que determinava já há muito tempo, se demarcasse as terras indígenas em cinco anos. Todas as vezes que se quer cumprir isso, levantam-se forças econômicas, e os militares, junto, sempre, e nós temos de um lado os índios naquela extensão, naquela solidão grande dos arrozais, dos descampados lá, e do outro lado, essas forças econômicas que se levantam. Dizer que é um processo histórico e que nós devemos fazer justiça na demarcação, todos nós aqui estamos de acordo e sabemos que é isso mesmo. Tem que ser feito. O que nós, o que eu penso que seria de bom tamanho que a demarcação de Raposa Serra do Sol passasse agora, que não entrasse nessa luta nacional que parece

que tem um monte de homens que servem ao Brasil, que amam a pátria e um grupo de indígenas que são contrários à segurança nacional, que põem em risco o país, etc, etc.

Então nós sabemos que não é nada disso, e eu continuo aqui mesmo fora do Governo, continuo a achar que devemos realmente demarcar que é um ato de justiça, é o mínimo que esta nação pode fazer depois de 500 anos de realmente, verdadeiro massacre contra os povos indígenas. Então o mínimo que devemos fazer é dar continuidade e demarcar. Foi o último ato meu como Presidente da FUNAI, foi reconhecer Raposa Serra do Sol. Na minha gestão, embora houvesse um pedido claro do então, Ministro da Justiça, eu não atendi e reconheci então, fiz a publicação de Raposa Serra do Sol na época em 1993. E acho que de momento eu estarei aqui, Senador Paim, à disposição para maiores informações e para que se adiante mais, vamos dar a palavra a outras pessoas que possam encaminhar mais o debate e o assunto. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Sr. Sydney Possuelo. Eu passo de imediato a palavra a César Augusto Baldi, professor de Direito Constitucional da Unissinos Rio Grande do Sul.

SR. CÉSAR AUGUSTO BALDI: Vou fazer um pequeno histórico jurídico da questão da demarcação, para justamente pontuar a questão do embate de praticamente 30 anos. A demarcação do território indígena começou em 1937, se criou um Grupo de Trabalho que culminou do Decreto 22/91, que foi revogado por um decreto presidencial em 1775/96 que criou um processo, a meu ver meio esdrúxulo, contraditório em relação às terras indígenas e permitiu que terceiros interessados se manifestassem na área que vai ser demarcada como terra indígena. Um despacho nº 80 do então, Ministro da Justiça, hoje Ministro de Defesa Nelson Jobim, julgou improcedentes todas as contestações administrativas e excluiu a sede do Município de Uiramutã, além de propriedades particulares. E determinou a fluência(F) indígena exclusiva para terra. Levado a reconsideração o referido despacho o novo Ministro Renan Calheiros julgou improcedentes as manifestações de oposição à demarcação e declarou de posse permanente a área apresentada com superfície de 1 milhão 678 mil hectares, mantendo delimitação aprovada pela FUNAI em 1993 nos termos da portaria 820/98. Diversas ações judiciais sucessivas, concessões de liminares, ações populares, ocupações de territórios praticamente paralisaram o processo durante todo o Governo Fernando Henrique. Que naquele momento dependia pura e simplesmente de um Decreto de homologação presidencial. O Ministro da Justiça

Marcio Thomaz Bastos houve a retomada do processo que originou nova sucessão de debates judiciais, novos processos de ocupações de terras por não índios. Disso decorreram dois procedimentos: Uma reclamação perante o STF, que entendeu pela competência por julgamento de todos os processos que envolvam a demarcação, porque o Supremo entendeu que podia originar um conflito federativo entre o Estado de Roraima e a União, e uma outra reclamação perante a Comissão de Direitos Humanos da OEA. Essa sim, que determinou a celeridade na demarcação como área contínua.

Essa última, por fim, foi atendida resultando recomendações para o Brasil para cumprimento dos direitos indígenas. Sobreveio o Decreto que hoje é questionado de 15 de abril de 2005, após a edição da portaria 534 do Ministro da Justiça com que o STF na ocasião, entendeu que as reclamações pendentes tinham perdido objeto, uma vez que a portaria anterior estava anulada. O Supremo sempre declara por perda de objeto se o ato já foi revogado. Como já tinha uma nova portaria, o Supremo entendeu que todas as reclamações envolvendo a 820/98 tinham perdido objeto.

Naquela ocasião, o Ministro Relator Ayres Britto declarou que a portaria buscou harmonizar os grandes interesses nacionais envolvidos, essa fundamentação também está na portaria, citando condições indispensáveis para a defesa do território, das soberanias nacionais, o a preservação do meio ambiente, os direitos constitucionais dos índios e o princípio federativo. Esse decreto; e eu cito aqui, o Decreto de 15 de abril, estabeleceu quatro condições. Estabeleceu uma superfície contínua de um milhão 747 mil, 464 hectares, nos termos das delimitações para cinco comunidades indígenas, segundo ponto, a dupla afetação do parque Monte Roraima, muitas pessoas esquecem que dentro da reserva indígena tem o Parque Nacional do Monte Roraima e conseqüentemente o parque está duplamente afetado para a preservação do meio ambiente e para a realização dos direitos constitucionais dos índios, está no art. 3º, sendo administrado pela FUNAI, pelo IBAMA, e pela comunidade Ingariçó. Terceiro, isso está explícito também no Decreto, permitiu a ação das forças armadas para a defesa do território e das soberanias nacionais e permitiu a atuação do Departamento de Polícia Federal para garantir a segurança e ordem pública e proteger os direitos constitucionais indígenas. Está explícito no art. 4º, que poderão ambos, utilizar os meios necessários, adequados e proporcionais para desempenho de suas atribuições legais e constitucionais. Quarto, o mesmo Decreto estabeleceu a prerrogativa do Presidente da República em caso de real necessidade de “adotar as medidas

necessárias para afetar os bens públicos da União de uso indispensável, a defesa do território e a soberania nacional. Art. 5º"

Então, a simples leitura do texto como se verifica dos dois últimos artigos que eu falei do 4º e do 5º, demonstra a exaustão, e não somente está franqueado o acesso às forças armadas, que ironicamente na região, tem sua maioria indígenas, quanto estabelecidas as prerrogativas de defesa do território e soberanias nacionais. Não é demais lembrar, o professor Sydney Possuelo lembrou também que no mesmo Estado existe área Yanomami homologada em 1992, também áreas de fronteira e que tampouco representa qualquer perigo à soberania nacional ou sequer teve pretensão de criar uma nação indígena separada do território brasileiro, alegação constante naquela época e constante novamente agora.

Relembro também que pelo art. 20 da Constituição, são bens da União os territórios em terra de fronteira pelo art. 20 inciso II, e também são bens da União as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. Então, pela dupla afetação, diria eu, as terras indígenas são bens da União. Constitucionalmente. Aliás, em relação a essa questão das nações indígenas, ficam presentes algumas inconsistências e desconhecimentos em relação aos indígenas.

Primeiro: os grupos indígenas se denominam nações porque essa também é a nomenclatura que está na Convenção 169 da OIT, aplicável ao caso que reafirma a utilização da expressão Povos, não deve ser interpretada no sentido de dar implicação alguma no que se refere aos direitos que possam ser conferidos a esse no Direito Internacional.

Segundo ponto: O conceito de terras pela própria Convenção abrange territórios. Aqui entendido à totalidade do habitat das regiões que os povos interessados ocupam ou utilizam. Art. 1382. E a própria Convenção, ainda salienta, tendo em vista a importância que essa relação de territorialidade tem para a cultura e os valores espirituais dos indígenas.

Terceiro: Disso se segue que a definição de territórios indígenas, longe está de qualquer demanda por constituições de novos países, o que se pode verificar em todas as lutas indígenas do continente. Quatro: Na base da questão, eu verifico um implícito racismo anti-índio, que separa brasileiros e índios e que tem por base e que tem... Não tem qualquer base, nem legal nem constitucional, e deve ser peremptoriamente rechaçado. Cinco: Alegada intromissão estrangeira, tem por base também a denúncia realizada por ONGs à Comissão de Direitos Humanos da OEA e que está dentro do seu legítimo interesse de utilização de mecanismos multilaterais de mediação de conflitos.

Os argumentos ali de que teria terra em demasia para a população dos cinco grupos indígenas, à parte preconceituoso, incorrem alguns erros, que me parecem. Primeiro que a terra indígena demarcada para a Raposa Serra do Sol representa 7,7% do território de Roraima. Ao passo que os alegados 46% da superfície de Roraima somente são atingidos se somadas todas as 31 áreas de indígenas já demarcadas das quais o território indígena Raposa Serra do Sol é seis vezes menor que a área demarcada em 92. Também em área de fronteira.

Segundo ponto, a superfície restante, ou seja, os 54% do território de Roraima, equivalem em quilômetros quadrados à soma do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Alagoas, onde vivem 22 bilhões de habitantes. Ou, se eu quiser utilizar uma outra mensuração, equivale ao total do Estado de Pernambuco, onde vivem mais de 7 milhões de habitantes. Roraima tem pelo último censo do IBGE menos de 400 mil habitantes.

Quatro: Aceitando-se uma população de 15 mil ou 18 mil indígenas para a área demarcada, isso equivale a 1,17 km por habitante, pouco mais que duas vezes a média do Estado. Sem falar que as populações indígenas, a Joênia pode confirmar, que são da criação de gado e de outras atividades econômicas da própria reserva. Quatro: aceitando-se que os agricultores ocupam cerca de 1% da reserva, digamos, 180 km quadrados, seria uma densidade de 3 km por habitante, o que na realidade, diria eu, que tem terra demais, é para os agricultores e não para os índios. Ademais, o debate parece esquecer que Roraima só é território brasileiro porque na disputa com a Guiana se verificou pela defesa de Joaquim Nabuco que ela era habitada por silvícolas que eram súditos anteriores de Portugal. Então, conseqüentemente a questão de ter boa parte do território como terras indígenas também tem uma questão histórica específica do próprio Estado.

Os arrozeiros por sua vez não somente se instalaram, mas também ampliaram as lavouras quando o processo de demarcação já estava em curso. A professora Manuela Carneiro da Cunha cita dados num artigo da Folha de São Paulo, demonstrando que no período de 92 a 2005 as lavouras de arroz mais do que duplicaram de tamanho já se sabendo que a terra estava sendo demarcada. Não sendo proprietários da área, somente são devidas indenizações por benfeitorias tendo o Ministério da Justiça já efetuado boa parte dos pagamentos. Inclusive, alguns já revenderam as benfeitorias segundo alegação de algumas pessoas.

De qualquer forma na época foi estabelecido no decreto de demarcação foi estabelecido o prazo de um ano para a saída dos arrozeiros. Nós estamos em 2008. Extrapolado bastante o prazo inicial. Salienta-se

ademais que a resistência do grupo de 60 arroteiros, parcela ínfima em relação aos que ocupavam a terra à época, eram mais de 200, se deu pela implosão de pontes, barreiras, destruição de bens públicos, não podendo esquecer que por conta da celebração da comunidade da finalização da demarcação, que os indígenas celebraram de 23 a 30 de setembro de 2005, houve invasão por bando armado que resultou em incêndio da única ponte de acesso ao território, atos que conforme denúncia à ONU teriam sido coordenados pelo grupo ligado ao Prefeito de Pacaraima, maior produtor de arroz da região.

Por fim, eu só saliento a questão da Constituição. É importante salientar e o professor Sydney Possuelo salientou anteriormente o art. 231 reconhece o direito originário às terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas competindo à União sua demarcação. Acolheu, e o Supremo até hoje tinha acolhido essa teoria da posse indigenata, da qual decorreriam direitos originários que não se confundem com a ocupação ou mesmo com a posse, mas sim com o módulo tradicional que os indígenas ocuparem e utilizarem as terras e ao modo tradicional de produção conforme, aliás, a gente pode verificar em qualquer livro constitucional.

A recente declaração do direito dos povos indígenas adotadas em setembro do ano passado salientou que os indígenas são iguais a todos os outros povos, ainda que reconhecendo o direito de todos os povos a serem diferentes, considerarem a si próprios diferentes e serem respeitados como tais. Que já vinha referendado na Convenção que eu citei 169 da OIT, que foi internalizada no direito interno brasileiro pelo Decreto Legislativo 143/2002, do qual decorrem responsabilidades para os governos no sentido de adotar medidas necessárias para determinar as terras, garantir a proteção efetiva do direito de propriedade e posse. Não tem nenhuma previsão de demarcação em ilhas e nem em qualquer tratado internacional e nem em Legislação infraconstitucional.

A Convenção 169 por sua vez estabelece que os governos devem consultar os povos interessados. Eu até comentava isso antes do debate com a Joênia, dizendo que a Convenção tem salientado que os povos interessados têm que ser consultados “cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente”. Estabelecendo-se os meios de sua participação, obrigação da qual eu entendo, nem o Supremo estaria desobrigado, em caso de manifestar a intenção de alterar os limites já fixados pela portaria do Ministério da Justiça, ou sob pena do próprio Supremo ter que revezar a jurisprudência dele que vem se firmando no sentido de que os tratados internacionais de Direitos Humanos são

materialmente constitucionais, compõem o bloco de constitucionalidade, ampliam o núcleo mínimo de direitos e garantias funcionais(F) e constituem um próprio parâmetro de controle de constitucionalidade como se fossem princípios implícitos, mais alguns outros dados envolvendo a questão da constitucionalidade a gente pode discutir, não vou me alongar mais no momento, até porque, a Joênia deve ter muito mais informações interessantes para nós. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Agradeço ao César Augusto Baldi, professor de Direito Constitucional da Unisinos, já está na Mesa conosco o Jecinaldo Sateré, Coordenador-Geral da COIAB, e eu antes de passar a palavra nesse momento para o Dr. Paulo Santilli, que representa aqui o Presidente da FUNAI, quero registrar a alegria conosco aqui do Senador Mesquita Júnior. Pode saber, todos vocês aqui, o Brasil que está assistindo a TV Senado nesse momento, que é um lutador das causas sociais, das causas populares, eu tenho muito orgulho de dizer, Senador Mesquita Júnior, que eu sou seu amigo. Nós tivemos ontem, ainda, num grande evento com cerca de quatro mil sindicalistas onde V. Ex^a fez um discurso, eu diria, emocionado, defendendo as causas populares. E V. Ex^a está aqui nesse momento e se propõe inclusive, no momento que eu tiver que ir lá na Câmara para participar de uma atividade em nome do Senado em relação aos aposentados, mas irei lá no máximo em meia hora e volto, o Senador Mesquita Júnior vai continuar presidindo os trabalhos pela importância do tema. Eu digo que o... Me permita, Senador Mesquita Júnior, de que essa Casa tem grandes Senadores. Grandes Senadores. Ao contrário do que muitos dizem. Mas com certeza V. Ex^a está entre os grandes Senadores. Falo isso de coração porque tenho acompanhado sua trajetória, o embate, a nossa luta aqui dentro, a nossa, eu diria, em favor das causas populares.

Por isso que não me surpreende em nada V. Ex^a estar aqui nesse momento para colaborar com esse debate da situação dos nossos queridos, eu diria, companheiros, parceiros e irmãos que são os povos indígenas. Exatamente nos 120 anos da abolição. E um dos painelistas já disse: “o que está acontecendo com os povos indígenas são atos de discriminação.” Ninguém tem dúvida. Eu sempre digo: Se alguém é discriminado nesse país, não é por que são negros, principalmente são os índios. Depois são os negros. E nós temos obrigação, a Casa do povo tem obrigação de fazer esse debate considerando a importância da história bonita, querida da comunidade indígena.

Por isso eu quis fazer esta fala rápida com a sua presença aqui. Eu passo a palavra de imediato ao Paulo Santilli, que representa aqui o Presidente da FUNAI.

Com certeza absoluta ele pode dar o histórico nesse momento. Por favor, Paulo.

SR. PAULO SANTILLI: Agradecer o convite para estar nessa oportunidade trazendo algumas informações e podendo participar dessa troca de idéias com o propósito de que a gente possa esclarecer alguns dados da questão que vem sendo debatida pela imprensa e nas várias instâncias governamentais e do Estado Brasileiro. E eu gostaria de iniciar, lembrando que o processo de reconhecimento oficial dos direitos territoriais indígenas nessa poção extremo norte do país, nessa altura esse processo faz cerca de 30 anos, três décadas, desde os primeiros grupos técnicos instituídos pela FUNAI, para proceder ao reconhecimento desses direitos. E desde meados dos anos 70 até agora foram sucessivos grupos técnicos que vieram gradativamente ampliando o conhecimento etnográfico e antropológico sobre a forma própria de ocupação dos povos indígenas do seu território tradicional, até que em 92 um grupo instituído pelo Presidente aqui presente, Sydney Possuelo, chegou a uma proposta bastante amadurecida, muito bem fundamentada, de identificação com os limites em um extenso... Um exaustivo trabalho etnográfico.

Desde 92 esse processo, então, ele tramitou nas várias etapas, inclusive com a mudança da Legislação em 96. Devo lembrar que a terra indígena, o processo da terra indígena Raposa Serra do Sol junto com o processo da área vizinha à terra indígena, São Marcos foram os que receberam o maior número de contestações. Que se levaram a centenas, desde que se instituiu a atual mecânica para o reconhecimento de direitos territoriais indígenas. Com a edição do Decreto 1775. É interessante notar que, grande parte dessas contestações, não partiram de particulares, mas junto do Poder Público do então Governo Estadual e de algumas Prefeituras recém criadas já durante o próprio processo de delimitação e demarcação das terras indígenas.

Esse processo seguiu, então, desde então, ele passou por várias instâncias, ele recebeu o parecer das mais diversas instituições governamentais e até mesmo mais recentemente já após a demarcação, também foi objeto de debate, discussão, numa Subcomissão instituída especialmente para esse fim na Câmara dos Deputados. Devo ressaltar que ao longo desses anos também, os laudos, a matéria técnica que fundamenta a ocupação tradicional indígena também foi objeto de seguidos pronunciamentos da Associação Brasileira de antropologia e de outras instâncias técnicas que vieram se pronunciar publicamente sobre a qualidade, a procedência do trabalho técnico antropológico feito nessa região. Então, eu só estou querendo aqui

sumarizar que o processo referente à terra indígena Raposa Serra do Sol, talvez tenha sido um dos mais debatidos, um dos que foi mais bem examinados, por diversas instâncias públicas, técnicas, e vem sendo corroborado, vem sendo seguidamente reafirmado o acerto, a procedência desse trabalho técnico.

Eu gostaria de dizer que já após a edição do Decreto presidencial de homologação que veio, então, ratificar todo esse procedimento administrativo, que também houve um trabalho intenso do Governo para a consolidação do ordenamento fundiário nessa região. Esse processo como já foi mencionado pelo colega que me antecedeu, implicou no pagamento de indenizações a todos os ocupantes dessa terra indígena. Dos 309 então cadastrados, mais de 290 foram indenizados. Ou seja, acordaram com os valores pagos a título de indenização das benfeitorias. O montante desses pagamentos soma mais de 12 milhões investidos pelo Governo Federal no ordenamento dessa... No ordenamento fundiário dessa área que como também já foi mencionado pelo Decreto presidencial de 2005 que estipulava o prazo de um ano para a retirada dos ocupantes não índios dessa área, já decorreram três anos e isso foi feito pacificamente com a negociação, com a discussão dos valores e que hoje essa terra indígena Raposa Serra do Sol, está registrada na secretaria do patrimônio da União, é próprio da União assim como também tem seu registro final no cartório de registro de imóveis. Portanto, esse processo ele está consolidado. Ele chega aí à etapa final da sua tramitação.

Gostaria de ressaltar também que ele... A peça tanta coisa ou o relator antropológico, ele foi feito com absoluta tranquilidade, pois que há uma grande fartura, abundância de elementos de dados, de informações, atestando, demonstrando a procedência e a ocupação milenar dos povos indígenas nessa região. Os povos indígenas que vivem na Raposa Serra do Sol, são de filiação lingüística caribe(F), uma família lingüística que compreende aproximadamente 55 línguas cujo ponto de dispersão está nessa mesma região das Guianas. Portanto, é a partir dos próprios trabalhos dos lingüistas, dos cálculos glotocronológicos que eles fazem é que eles podem atestar uma antiguidade desses povos nessa região que levou a uma tal diversificação lingüística.

Então, tanto por aí, quanto pela própria cosmologia partilhada por todos os povos, cosmologia essa, referenciada a origem do mundo no próprio Monte Roraima, o divisor de água dos três grandes sistemas fluviais sul-americanos das águas que vertem para o Amazonas, para o Orinoco e para o Rio Essequibo, esse centro do mundo que é compartilhado na cosmologia de todos esses povos, esse ponto é originário de

todos eles também vem atestar por uma infinidade de narrativas cuja transcrição fonética mais exata foi colhida por Theodor Koch Grünberg, um etinólogo alemão que esteve nessa região entre 1911 e 1913, transcrição essa, aliás, que veio dar origem ao trabalho do Mário de Andrade, conhecido nacionalmente, o Macunaíma, é que também vem atestar a ocupação imemorial e tradicional desses povos sobre essa região.

Devo acrescentar que também, tanto por motivos de ordem ecológica, quanto de ordem social, isso tem a ver com as aldeias, a mobilidade das aldeias indígenas que hoje somam aproximadamente 200 ou mais, exatamente 194 aldeias, que reúne população de 19 mil indivíduos que essas aldeias tem uma mobilidade no espaço. Isso pôde ser demonstrado nos estudos. E essa mobilidade ocorre tanto por razões ecológicas, os povos nessa região vivem nos campos, nas aldeias, nas moradias construídas nas áreas de campo, no lavrado, e a agricultura, o cultivo são povos eminentemente agricultores, é feito nas áreas de mata. Então, essas áreas de mata, após dois, três anos, há uma mudança na produção, então uma área de mata de roça aberta na mata é deixada e é aberta uma outra área após esse período que é variável, dois, três, cinco anos, e as áreas de cultivo então elas são rotativas, seguidamente se abrem novas áreas e após um ciclo de algumas dezenas de anos são retomadas aquelas áreas que foram cultivadas anteriormente. Então, há um rodízio, uma rotatividade das áreas de cultivo, e isso à medida que vem sendo melhor compreendido, melhor estudado, isso vem sendo demonstrado como uma forma de ocupação não predatória, que permite secularmente esse cultivo sem qualquer degradação ambiental. E então, é tanto por motivos de ordem ecológica como de ordem social, no próprio processo de formação e constituição de aldeias na medida em que a população das aldeias é toda composta por parentes, os casamentos são feitos fora, são exogâmicos em relação à aldeia em grande medida, pois então dependem da mobilidade dos indivíduos ao longo da sua trajetória de vida por diferentes aldeias. Mas são por diversos motivos que essas aldeias apresentam uma mobilidade nesse espaço. E essa razão junto com a composição de diversas aldeias a partir de casamentos entre indivíduos em Ingaricó, Macuxi, Taurepã, Patamona, são aldeias, portanto de composição mista, que vem atestar a necessidade, vem demonstrar a continuidade desse território.

Eu, então, estou repassando esses pontos para dizer que há uma grande fatura de elementos de informações, tanto de ordem lingüística, de ordem historiográfica, de ordem etnológica que vem corroborar a procedência e a fundamentação do laudo e relatórios

antropológicos. E o que está em questão hoje não é esse passado. Esse passado é bastante conhecido e ficou bem demonstrado ao longo do processo administrativo. Mas é uma questão de futuro. É uma questão de futuro, creio que, o que discutimos hoje, e essa questão está afeta ao próprio direito à diferença inscrita na nossa Constituição, e o questionamento não se trata tanto dessa ocupação tradicional e memorial da região, mas o direito à diferença, o direito à reprodução física e cultural nas formas de organização social dos povos indígenas. Era isso que eu tinha a dizer. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradecemos ao Dr. Paulo Santilli que representa aqui o Presidente da FUNAI e passamos de imediato a palavra ao Sr. Jecinaldo Sateré Mawé, Coordenador-Geral da COIAB.

SR. JECINALDO SATERÉ MAWÉ: Obrigado, Senador Paulo Paim, o qual eu queria agradecer a oportunidade de os povos indígenas no Brasil e principalmente os povos indígenas do Estado de Roraima terem a oportunidade de expor ao Senado, à sociedade, um outro lado da moeda, vamos dizer assim. Porque o que vimos na grande mídia é apenas um lado e um lado discriminatório, um lado preconceituoso. Gostaria de parabenizá-lo, Senador Paim, pela luta das grandes causas sociais no país.

Também aqui agradecer ao Senador Sibá por esta iniciativa, e a presença aqui de termos realmente essa... Esse espaço aqui na área de Direitos Humanos. Agradecer a presença do Senador Mesquita, que também tem sido um dos defensores da causa indígena.

[palmas].

Senador Paim, os povos indígenas no Brasil vivem um momento de uma decisão do Supremo Tribunal Federal que pode afetar não só os povos indígenas de Roraima, mas sim o direito mais sagrado que existe, que é o direito ao território indígena nesse país. Por que digo isso? Porque num país ainda que não consegue ter material didático para ensinar as crianças a diminuir a discriminação e o preconceito no nosso país, ainda temos que ver hoje o Supremo Tribunal Federal praticamente vendo uma situação emblemática em Roraima, aonde vários dos pontos são questionados no nosso país. A soberania nacional do nosso país, a internacionalização da Amazônia, e muita terra para os índios. E a gente vê também vários outros pontos de que os índios estão divididos. Então, esses conceitos são levados como mecanismo de fazer avançar o agronegócio e o desmatamento sobre a Amazônia.

Está muito claro para nós que existe uma visão da sociedade brasileira, dos políticos, que os índios são os índios do passado, são os índios atrasados, primitivos, incapazes, inferiores. Esta não é mais a

realidade atual. Nós somos protagonistas de nossos próprios destinos e queremos fazer parte desse país como brasileiros que somos para um continuarmos a fortalecer o desenvolvimento, um desenvolvimento justo e sustentável para o nosso país. Mas também porque a COIAB, a maior organização indígena do país, de 20 anos de luta, defendemos em área contínua a terra indígena Raposa Serra do Sol. No país não temos exemplo de povos vivendo em ilhas. Vivemos de forma harmoniosa com a natureza. E não é só fonte de material para nós, mas também da base da reprodução cultural e espiritual dos povos indígenas. O questionamento de que somos um perigo à soberania nacional, é um discurso falso e vazio, que nós aqui fazemos questão de desmentir, porque a presença dos militares nunca foi impedida nos territórios indígenas. A existência das terras indígenas de forma contínua, como a terra indígena do alto Rio Negro na fronteira com a Colômbia e o território indígena do vale do javari, na fronteira com o Peru e o Amazonas são exemplos claros de que o exército mantém pelotões nessa área e temos procurado avançar e procurado o Exército inclusive para trabalhar um termo de convivência para que possamos ter, não estupro contra indígenas que já ocorreram pelo Exército do Brasil.

Então, podemos citar também que há três pelotões especiais do Exército nas fronteiras em Roraima. Então isso não procede. Isso é importante que se esclareça à sociedade, ao Senado, para que não seja um mecanismo contra o processo de demarcação dos territórios indígenas principalmente em área de fronteira. Vinha se dizendo e vem se dizendo muito que os territórios indígenas no Brasil são muito para os indígenas. Mas, eu peguei um dado que os proprietários de terras, os latifundiários, os grileiros de terra na Amazônia, para dar um exemplo, no Estado do Pará, só um proprietário de terra tem entre quatro a cinco milhões de hectares. Quer dizer que uma pessoa tem tudo isso. E os povos indígenas que têm direito na Constituição são tachados dessa forma. Então, isso também gostaria aqui de dizer isso.

Senador Paim, na nossa visão, na nossa análise, depois de 30 anos de sofrimento, de vários assassinatos, de várias perseguições que os povos indígenas de Roraima sofreram, a última delas, baleados por jagunços do Paulo César Quartiero, o que lidera atos de terrorismo em Roraima. Depois de tudo isso, nós acreditamos que há de se fazer justiça nesse país. Há de se fazer justiça, porque na nossa visão, depois de que todo o processo foi feito legalmente, foi dado o direito ao contraditório, foi pago às pessoas que estavam lá de boa-fé, e as pessoas de má-fé, seis fazendeiros continuam lá fazendo ato de terrorismo, mostrando que

parece que nesse país não há lei, o Supremo Tribunal precisa optar, precisa decidir por lado da justiça, não pelo lado somente dos povos indígenas. Por lado da justiça. Porque nós entendemos que um ato contrário do Supremo Tribunal Federal acarretará problemas graves e vários outros territórios estarão submetidos também a serem contestados. Quer dizer com isso, teremos um retrocesso no direito dos povos indígenas no país.

Esperamos, estamos confiantes que o Supremo Tribunal Federal possa optar por direito à justiça. Do contrário, a COIAB já adianta que será um ato que ficará inconstitucional. Porque não sei se é o dever do Supremo Tribunal Federal de legislar. O direito do Supremo Tribunal, ou o dever do Supremo Tribunal não é administrativo. Esse é um papel do Executivo e do Legislativo. Então, com isso já adiantamos que será um ato inconstitucional. E que nós, povos indígenas, estaremos atentos a essa decisão. Porque nós acreditamos que todos os processos foram feitos direito.

E eu queria dizer aqui em nome dos povos indígenas de Roraima, que pediram para falar isso, que qual for a decisão, os povos indígenas estão muito cientes dos seus direitos. Se preciso for, nós iremos até o fim, como sempre fizemos, porque foi só assim que nós fomos respeitados nesse país. Foi só assim, através da morte de nossos líderes que nós fomos capazes de ter o mínimo de respeito nesse país. Então, por isso estamos preparados. Os povos indígenas vão decidir qual for a decisão do Supremo. Mas estamos muito cientes disso. Então, queria dizer, Senador Paim, Senador Mesquita, nós estamos numa decisão histórica. Se contrário for, um grande retrocesso para os direitos dos povos indígenas no que há mais sagrado, que é o direito ao território indígena. Porque a partir do território que se garante a sobrevivência física, cultural dos povos indígenas no Brasil. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra à advogada indígena, integrante da Delegação Brasileira, no fórum permanente dos povos indígenas da ONU, Dra. Joênia Wapixana. A Dra. vai usar seu tempo e no final ela vai passar um pequeno filme, posso dizer isso, em torno de 10, 15 minutos. Foi filmado exatamente o que aconteceu lá no território indígena. Por favor, doutora.

SRª JOÊNIA BATISTA DE CARVALHO (JOÊNIA WAPIXANA): Eu quero cumprimentar meus parentes que estão aqui, tuxauas, da Raposa Serra do Sol como grandes lideranças indígenas e agradecer também à Mesa, ao Senador Paim, ao presente Senador Geraldo, e também nossos convidados que puderam expor de maneira bem claro em relação à nossa situação hoje em Roraima na Raposa Serra do Sol. E gostaria de

iniciar com palavras de um sábio Macuxi, que não fez universidade, não é um Senador, não é um Deputado, mas para nós é um grande sábio. Alguns homens agem feito gafanhotos em nossa terra. Vêm, comem, destroem e vão embora. Deixando o roçado destruído. Agem feitos formigões, cuja fome é tão absurda que comem toda floresta e animais. Com muita sede secam os rios, destroem a morada dos peixes. Feito tatus, vorazes, brocam e remexem a terra em busca de mais alimentos. Despejando seus excrementos, agrotóxicos, mercúrios e nos rios matando os peixes. Insaciáveis, furam a terra, liberando os espíritos causadores de doenças que são a dengue, a cólera e a malária. Que se espalham pelo ar e pelos rios.

[palmas]

Bom, essas são palavras simples, mas que retratam o que nós estamos passando hoje e o que nossos parentes ancestrais de muitos e muitos anos estão passando. Que é a invasão e a colonização forçada dos povos indígenas. Quero agradecer a palavra aqui em nome do Conselho indígena de Roraima, a nossa organização, que há muitos anos vem acompanhando a situação na Raposa Serra do Sol e colocando a público e realmente, Jecinaldo, nós queremos agradecer a oportunidade porque o outro lado, a maioria que somos nós povos indígenas em Roraima não temos tido a oportunidade. E eu quero destacar três pontos somente.

Primeiro, reafirmar e como muitos outros parentes tem reafirmado. Nós somos os brasileiros originários. Nós somos o cidadão brasileiro. E isso não tem que colocar em dúvida. Nós não somos risco à soberania nacional. Nós somos indígenas, temos a identidade, e jamais colocamos isso em dúvida para qualquer um. Então, o Estado de Roraima, que se estiver ouvindo, nossos políticos, nossos governantes, que tenha certeza que fomos nós indígenas de Roraima que defendemos ali e que definimos hoje o mapa do Brasil. Se não fôssemos nós o Brasil não teria esse mapa de hoje.

Quero deixar claro também em relação a isso, a sensação que temos quando ouvimos discursos absurdos, discriminatórios, ilegais, que querem negar essa nossa identidade. Querem tirar de nós a cidadania quando se coloca que nós estamos ali para impedir o desenvolvimento econômico do Estado de Roraima. Se 6% ali contribuem com a economia do Estado de Roraima, quanto por cento o povo indígena já contribuiu e contribui? Essa é a nossa pergunta. Outro ponto que quero deixar bastante claro também em relação a esses direitos originários, é que nós temos terras indígenas, nós estamos defendendo terras públicas. Isso já é um direito constitucional. O que os povos indígenas Raposa têm hoje é pós-permanente,

usufruto exclusivo. A implementação do Decreto de homologação é que deve ser feita. E com certeza não tem como ficar 1% entre duas terras indígenas. Se os arrozeiros ou outros ocupantes detêm 1% da terra indígena, não podem. Porque não tem a posse mansa, não tem a posse pacífica... O que eles têm levado é simplesmente a violação, a exploração da terra, o empobrecimento e conflitos. Divisões entre comunidades indígenas. Então não tem como manter 1% dentro das nossas terras indígenas.

[palmas]

Eu queria frisar também um terceiro ponto sobre os avanços constitucionais. Eu acho que essa Casa aqui tem que fazer esse papel. Aqui, no Congresso Nacional, foram firmados e garantidos nossos direitos enquanto povos. Direito à diferença cultural; direitos originários sobre as terras tradicionais; e também é importante que essa Casa, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, reafirme essas garantias constitucionais. Esse foi um processo que sofreu avanço e que nós, Brasil, sempre somos bem vistos em relação a nossos direitos indígenas. E reafirmar aqui e eu quero deixar claro que muitas pessoas falam que Raposa Serra do Sol representa 50% do Estado de Roraima. Isso é uma inverdade. 7,6% é que corresponde. 46% é a totalidade de 33 terras indígenas. Com isso, Raposa Serra do Sol, confirmando o que já foi concluído depois de 33 anos é justamente que nós queremos dizer que isso é cumprir com o dever constitucional, é cumprir com direitos e garantias fundamentais de povos indígenas, direitos e garantias que o Supremo Tribunal Federal e aí nós esperamos Srs. Ministros do Supremo que vocês confirmem o que a lei já diz e que a lei garante. Povos indígenas são merecedores e dependem, não digo sobreviver, mas viver dignamente. Não precisando negar sua identidade. E que o Estado de Roraima deveria, sim, trabalhar com os povos indígenas, ajudar o que os povos indígenas vêm desenvolvendo. Nós somos os maiores criadores de gados. 35 mil cabeças de gados. Temos 33 escolas estaduais, 13 mil alunos, 1060 professores indígenas, 36 acadêmicos indígenas em universidades federais, 414 agentes indígenas de saúde, 250 agentes, 372 foram certificados ano passado. Esses dados comprovam que nós estamos fazendo parte do Estado de Roraima. Nós fazemos parte dessa nação brasileira. Como tirar esses brasileiros de suas terras? Essa é a minha pergunta.

E eu quero terminar pedindo um destaque aos últimos acontecimentos da Raposa, o que esses 1% está fazendo em relação à Raposa Serra do Sol. Não podemos deixar impunes, tais crimes, não podemos fechar os olhos para a legislação brasileira, não podemos fechar os olhos para seres vivos, que sentem,

choram, e pedem justamente apoio de quem estiver ouvindo. Essa situação tem que reverter. Porque são seres vivos, são seres humanos que estão ali. Nós não esta estamos brincando, não estamos perdendo tempo, queremos simplesmente continuar vivendo. Muito obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu só peço que diminuam as luzes ali pra gente poder ver.

[Apresentação de vídeo].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como é que está o som aí? Vai? É de Rondônia? Tem cinco deputados de Rondônia aí, eu pediria a eles que... Roraima. É de Roraima. Eu estou explicando. Não precisa ficar nervoso por causa disso. Eu solicito aos cinco Deputados de Roraima que estão aí que entrem e podem assistir tranquilamente o debate como também o filme.

SRª JOÊNIA BATISTA DE CARVALHO (JOÊNIA WAPIXANA): Essas imagens elas retratam o dia 5 de maio desse ano, onde os indígenas estavam fazendo suas malocas, e foram acusados de invadirem sua própria terra pelos arrozeiros. E vocês podem ver as imagens não negam que há pistoleiros dentro da terra indígena que estão nas fazendas de arroz e que esses pistoleiros foram presos, e o mandante também foi preso e continua aqui em Brasília. Não sei até quando, porque vocês sabem que têm meios judiciários para colocar em liberdade e o nosso receio, a segurança da comunidade indígena que vai continuar sendo ameaçada enquanto não reafirmarem todo esse processo no Supremo. Então é necessário que se resolva essa questão retirando, não há possibilidade de manter essas pessoas ali dentro e continuar esse conflito.

O rapaz que estava filmando teve que sair correndo porque os pistoleiros também correram atrás deles, e aí é a Raposa Serra do Sol. O rapaz foi atingido na perna. Foram 10 feridos, no total. Todos foram encaminhados à Polícia Federal, inclusive onde estavam sendo ouvidos os últimos. E somente pararam porque chegou o carro da Polícia Federal na hora.

Ele levou um tiro na cabeça e ainda bateram muito na cabeça dele com a ponta da arma. Eles acusaram que os índios estavam com flecha e atacaram, mas isso é muito mais distante da própria sede da fazenda. Isso é falso, só ajuda a caluniar os povos indígenas. Não tem nenhum cercado aí na fazenda, como vocês podem ver.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Esse é uma criança, um adolescente, no caso ali.

SRª JOÊNIA BATISTA DE CARVALHO (JOÊNIA WAPIXANA): Esse rapaz tem 14 anos, é filho do Tuxaua que está aqui presente. Ele levou um tiro na coxa que ultrapassou.

As filmagens foram feitas porque toda vez que nós denunciávamos, principalmente em Roraima, muitos políticos falam que a gente mente. Então os indígenas... Se querem investigar, vão e filmam e estão preparados. Porque nesses tempos queimaram pontes, destruíram ali, e foi filmado pela imprensa e até hoje ninguém fez nada ainda. Então a gente está se preparando, acompanhando de perto, monitorando, e tenha certeza que qualquer crime aí pode ser denunciado.

[Apresentação de vídeo].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De fato as imagens são chocantes, e que mostra a gravidade do que está acontecendo. Devido ao tempo eu peço agora então que a gente... Já que as imagens principais pela informação que recebi foram passadas eu volto a palavra à Dra Joênia.

SRª JOÊNIA BATISTA DE CARVALHO (JOÊNIA WAPIXANA): Eu quero concluir apenas que nós temos que implementar o Decreto de homologação. Não resta dúvida nenhuma que a Raposa Serra do Sol foi reconhecida em um processo legal, e que não há como continuar com uma série de violações de Direitos Humanos ali dentro. Nós estamos aqui justamente para pedir apoio. E se tiver alguém de Roraima também que não entendeu a história, acho que está vendo aí agora os fatos não mostram, a imagem não mente, e que nós precisamos mostrar para o Brasil todo que essa situação que acontece na Raposa Serra do Sol não vai ficar impune. Não vai ficar. Nós precisamos resolver essa situação o mais breve possível. Que o Supremo Tribunal Federal possa julgar improcedente todas as ações que questionam a legalidade da Raposa Serra do Sol, que nós como povos indígenas de Roraima detemos os direitos sagrados e estamos pedindo apenas isso, que cumpra a Constituição. Isso é o mínimo que o Brasil esteja pagando com a dívida histórica em relação aos povos indígenas.

Quero agradecer a apresentação de vocês. Nós estamos... Eu queria informar também que nós estamos ingressando hoje, nós como comunidade indígena Raposa Serra do Sol, no Supremo Tribunal Federal como parte do processo e vamos garantir o nosso posicionamento jurídico, o nosso posicionamento de quem está ali no dia-a-dia e sabe mais do que ninguém o que passa ali em Roraima. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar a Presidência nesse momento ao Senador Mesquita Júnior, já está aqui conosco a Senadora Fátima Cleide, que eu tenho certeza vai

fazer também uso da palavra, eu vou até a Câmara, porque há uma atividade lá, quero cumprimentar aqui o Deputado João Paulo, ex-Deputado, Deputado constituinte, pode ter certeza que é um homem que tem compromisso com negros, índios, idosos, trabalhadores e toda a nossa gente.

Uma salva de palma ao João Paulo. Vou ter que acompanhá-lo até a Câmara, onde há um ato em defesa dos aposentados e eu sou autor de dois projetos de Lei que o Senado aprovou e que quer garantir uma aposentadoria decente para o povo. Eu só vou lá abri o ato e retorno para cá. Nesse período o Senador Geraldo Mesquita Júnior assume a Presidência. Eu me comprometo de que no máximo 30 minutos estou de volta.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Bem, eu queria antes de passar a palavra ao próximo convidado, dizer... A Senadora Fátima fala, mas eu queria pedir à Dr^a. Joênia que reproduzisse mais uma vez uma informação que me chamou muita atenção. Quando a senhora fala da atividade que vocês exercem na área, o número de cabeças de gado, o número de profissionais... Eu gostaria que a senhora repetisse essas informações, e vou justificar o meu pedido. Há uma tendência de alguns setores de fixar a idéia de que aquela área deveria ser melhor utilizada, digamos assim, para dizer o mínimo. E V.S^a nos trouxe aqui informações que por vezes nos faltam, de intensa atividade produtiva dos povos indígenas que ocupam aquelas áreas com dados que, confesso, me surpreenderam. Sabia de atividades, mas a primeira vez que eu vejo assim quantificado de forma precisa. Acho que essa é uma informação que precisa ser repetida à exaustão. Eu gostaria que a senhora mais uma vez relatasse, porque são números significativos.

SR^a JOÊNIA BATISTA DE CARVALHO (JOÊNIA WAPIXANA): Os Tuxaua trouxeram... Acho que é o histórico. Justamente nós preparamos o documento para rebater aos dados que terras indígenas são improdutivas. Que como se fossem territórios perdidos. E nós fizemos o cálculo, esses dados também constam no relatório do Ministério do Desenvolvimento agrário, na MDA, onde estudou formas sustentáveis de desenvolver na Raposa Serra do Sol. Mas isso tem sido, há muitos anos, uma prática de produção das próprias comunidades indígenas. Atualmente na Raposa Serra do Sol existem 35 mil cabeças de gados bovinos, 13 mil eqüinos, 12 mil suínos, 500 caprinos, 15 mil aves de criação, 30 açudes de peixe e tudo isso são fontes de sustentabilidade para as comunidades indígenas.

As comunidades indígenas têm criado isso muito aproveitando seu território de lavrado, com manejos tradicionais e considerando toda a sustentabilidade. Além disso, existem muitas roças comunitárias que contém suas mandiocas, batata, pimenta, banana e animais. E justamente essa produção que as comunidades já desenvolvem que o próprio Estado de Roraima poderia também estar ajudando, justamente a expandir esse comércio todo. Hoje nós temos a produção e é mantida a troca.

Em relação aos dados que coloquei, da presença do próprio Estado Brasileiro e que muitas vezes quando houve o anuncio da homologação e que o Governo do Estado falava que ia retirar as escolas de dentro da área porque não ia ser homologado conforme o interesse particular de quem estava no Governo, e falava assim, que as escolas eram mantidas pelo Estado, mas reforço aqui, que as escolas são estaduais, mas as verbas que são mantidas as escolas indígenas e a questão da saúde são verbas federais. Queria deixar claro aqui. E que em relação a isso as escolas estaduais são número de 33 escolas de ensino fundamental e médio, nós temos hoje 1060 professores federais, estaduais, e municipais, 13 mil alunos estratégias, 260 acadêmicos indígenas que estão fazendo universidade.

Então, isso para quem tiver ainda em risco que nós não somos brasileiros, é uma resposta que nós estamos envolvidos e nós somos parte sim do Estado de Roraima. Nós somos brasileiros, nós somos roraimenses, mas também nós somos indígenas. São 166 alunos que estão fazendo magistério indígena, e outros que estão se formando cem acadêmicos, mais tarde médicos, advogados, ainda mais, eu sou a primeira advogada indígena de Roraima e do Brasil, mulher indígena, e creio que muitos estão estudando para isso. Por isso estamos falando aqui sobre direitos com tanta propriedade. Não tem nenhum padre colocando coisa na nossa cabeça, não. Não tem nenhuma ONG estrangeira colocando discurso na nossa boca. Nós pensamos, estudamos para isso e estamos sabendo cada vez mais de nossos direitos. Queria só reafirmar isso porque tem muitos discursos discriminando os povos indígenas como incapazes de pensar e tomar suas próprias decisões de vida.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito bem. Eu faculto a palavra à Senadora Rosalba, a Senadora Fátima, que chegou anteriormente. Por favor, Senadora.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Geraldo, é um prazer ouvir mesmo que no final, a Dra. Joênia é sempre uma fonte inesgotável da Raposa Serra do Sol. Quero cumprimentar os convidados, Dr.

Sydney Possuelo, Dr. César Augusto, o Paulo Santilli, nosso querido Jecinaldo, dizer em primeiro lugar que eu trago aqui uma mensagem também do Senador Sibá Machado que infelizmente nos deixa hoje, infelizmente por dois motivos, porque nós perdemos a Ministra Marina Silva no Ministério do Meio Ambiente, e perdemos aqui também um guerreiro ao nosso lado, principalmente na questão indígena. Se bem que Marina volta para cá também e vem reforçar também o nosso Exército, que infelizmente aqui no Senado é bem pequenininho. Mas é combativo. Nós não nos cansamos mesmo muito de vez em quando, mas de estarmos todos os dias lutando em defesa dos Direitos Humanos, dos direitos dos povos indígenas, dos negros, das mulheres, das crianças, dos idosos. Enfim, de tudo aquilo que para a maioria não dá voto. Mas trago o abraço do Senador Sibá Machado e o agradecimento pelo comparecimento de todos vocês nesta manhã para que nós possamos informar ao Senado Federal, àqueles que têm interesse em conhecer um pouco mais sobre essa questão que está hoje na Ordem do Dia e de uma forma eu diria, Senador Geraldo Mesquita, um tanto quanto atravessada na nossa garganta.

Eu quero aqui dizer, que infelizmente perdi, por outras agendas, perdi a exposição dos senhores, mas quero deixar aqui muito claro o apoio da demarcação da Raposa Serra do Sol em área contínua, da forma como foi prevista, como foi homologada. E acredito, Sr. Presidente, senhores convidados, que está... Tem muita falácia no discurso daqueles que se opõem. Eu ouvi estarrecida; alguns discursos, mesmo no Plenário do Senado Federal, que dizem que nós estamos tentando fabricar um outro Chico Mendes. São pessoas que acham que é ameaça à soberania demarcar uma terra indígena em faixa contínua, em fronteira quando, desconhecendo até, acho que por pura ignorância também, por vontade de ser ignorante, que foram justamente essas populações indígenas nestas áreas de fronteiras que garantiram a nossa fronteira e a soberania do país naquela região. Então, eu acredito que terrorismo são essas imagens que a gente viu aqui, Senador Geraldo. Que mostram o quanto é inventarioso(F) eu diria até, as falas inventariosas(F), as falas que dizem que aqueles que estavam defendendo as suas terras, os fazendeiros, no caso, foram recebidos a flechadas. E ali a gente vê que o único objeto usado pelos indígenas era um pedaço de pau para sua defesa. E que pauzinho, bem pequenininho.

Enfim, eu quero Sr. Presidente, nesse momento, fazer aqui um apelo ao STF. Que não se deixe levar por aqueles que aprenderam sobre a Amazônia nos livros e na prática aprenderam sobre a Amazônia com os indígenas e que hoje se consideram autoridades má-

ximas em termos de Amazônia e que estão utilizando todos os espaços públicos para querer fazer valer a sua concepção contra os direitos dos povos indígenas. Ultimamente nós tivemos a oportunidade, infelizmente foi justamente no dia posterior à decisão do STF de retirar a operação lá de Roraima, nós tivemos uma Audiência Pública aqui nesta mesma Comissão atendendo a um Requerimento de minha autoria e também atendendo a uma solicitação do próprio movimento indígena onde nós discutíamos a declaração da ONU sobre os direitos dos povos indígenas. Infelizmente poucos compareceram aqui. Não foi, Senador Geraldo? Poucos compareceram. E a declaração hoje tem sido alvo também de oposição pelo mesmo fato, consideração de que a declaração se juntando a demarcação das terras indígenas, da terra indígena Raposa Serra do Sol é uma grande ameaça à soberania nacional. E não é ameaça, Sr. Sydney Possuelo, a soberania nacional um único fazendeiro deter milhares de hectares de terras. É impressionante isso. Famílias indígenas terem terra é considerado terra demais para pouco índio. Agora, uma única pessoa deter milhares de terra isto não é ameaça à soberania.

Então eu quero aqui dizer que estou muito preocupada, mas que faço esse apelo ao STF, que olhe com muito carinho para esta situação e atenda ao apelo da nação. Diz que a Amazônia tem aí... Nós atingimos aí há alguns dias, semana passada, o número de um milhão de pessoas assinando o manifesto de atores globais dizendo que a Amazônia é nossa, a Amazônia para sempre. A Amazônia é nossa e a Amazônia para sempre se a gente efetivamente garantir os direitos daqueles que primeiro chegaram a esse país e chegaram à Amazônia que são os povos indígenas.

[palmas]

Eu quero inclusive pedir àqueles que assinaram o manifesto Amazônia para sempre que também se juntem a essa luta, que se somem a esta luta para que o STF mantenha a posição já defendida pelo Governo de homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol em área contínua. E quero aqui também de público, parabenizar a ação do Ministério da Justiça, do Ministro da Justiça Tarso Genro, uma ação corajosa de ter ido a Roraima, e ter efetivamente dito que neste país nós temos um Estado de direito e que esse Estado de direito precisa ser respeitado. Não é formando milícias para defender os interesses de alguns que nós estaremos implementando efetivamente a nossa Legislação e principalmente o Estado de direito.

Meus parabéns a vocês Jecinaldo, Joênia, que aqui representam esta luta e saibam que vocês podem sempre contar conosco. Agora eu gostaria de ouvir do Dr. Sydney Possuelo, é importante. Até a Senadora

Rosalba que chegou aqui há pouco, é do Rio Grande do Norte, ela dizia: "Eu quero entender melhor, quero ouvir os dois lados". Até para que a Senadora Rosalba e tantos outros que não entendem ainda é importante colocar mais uma vez que seja, qual a importância de termos a área homologada em área contínua. Essa terra indígena Raposa Serra do Sol porque é importante fazer essa demarcação em área contínua.

SR. SYDNEY FERREIRA POSSUELO: Obrigado, Senadora. Bem, eu falei pouco. Eu acho que a questão não merece, pelo menos de minha parte, falar demais. No que me diz respeito, não se trata mais de justificar se a terra é indígena. Ela é terra imemorial dos povos indígenas. Não se trata mais de justificar se ali é uma área de fronteira e o Brasil corre perigo, etc, etc. Eu acho que nós temos que estar não na contramão da história, mas fazendo a história. E acho que essa coisa de raposa serra do sol veio acontecer exatamente no momento muito importante. Que é o momento aonde outros países, como, por exemplo, o Canadá, o Canadá devolveu o noroeste, o território noroeste canadense aos inuítes em dois milhões de quilômetros quadrados, e formou ali uma forma diferenciada de administração na qual tem assento permanente no Senado um inuíte que é trocado a cada um ou dois anos. Algo assim. Recentemente a Austrália devolvendo mais terras indígenas o Primeiro Ministro fez uma carta com pedidos de desculpas aos povos indígenas pelo processo de conquista durante o qual abusaram e mataram, destruíram os povos indígenas, etc.

Então nós já temos aí dois exemplos bem claros. O Canadá e a Austrália, que viveram situações semelhantes à nossa, aqueles povos indígenas, aliás, essa situação se repete aonde o homem, o chamado homem branco, a civilização cristã ocidental chega, esse processo de conquista realmente é uma coisa extremamente violenta.

Mas o que eu penso, Senadora, é que chegou o momento hoje atual que não se trata mais de dizer se a terra indígena se põe... A segurança nacional numa situação difícil. Não é nada disso. O que importa agora é se nós como nação, como povo, vamos nos mostrar como capazes de respeitar os Direitos Humanos, se nós vamos fazer isso, parar com a retórica de falar, parar de assinar tratados internacionais e vamos viver a questão de Direitos Humanos. Vamos vivenciar isso. Esses povos têm o direito. Veja só que qualquer um que compra uma fazenda, ele se acha no direito de defendê-la. Quem recebe dos seus pais, se acha muito mais. Meu pai estava aqui. E o que recebe de seu avô, muito mais. Bem, se isto transforma em direito o fato de uma ou duas gerações estar ali, imagina como não é quando você está ali imemorialmente. Se perde

no passado. Os Yanomamis estão ali ao lado, estão há quatro mil anos naquela terra. Trabalhos lingüísticos e outros tipos de trabalho comprovam a presença deles ali. Os demais povos que formam essa região de Roraima que estão ali há muito tempo.

Então, pra mim é uma história eu diria agora há pouco que é uma história que eu já vi. As mesmas forças se levantaram na época das grandes demarcações que efetuamos, e se repete agora. A eterna questão da segurança nacional, a questão dos interesses econômicos, são políticos regionais comprometidos com seus eleitores e, enfim, uma incompreensão. Então o que eu acho de tudo isso é o seguinte: Ou nós agora, aguardando o que o Supremo vai decidir ou nós vamos nos mostrar um país que realmente pratica a justiça ou vamos continuar com os 500 anos da nossa história que é uma injustiça permanente, uma violência permanente contra esses povos. Vamos aguardar. Eu espero que nós possamos demonstrar que nós estamos vivendo e vamos vivenciar a questão dos Direitos Humanos.

Presidente, eu queria lhe perguntar se eu posso falar alguma coisa sobre a nossa Senadora Marina Silva, que eu várias vezes critiquei a Senadora Marina Silva, mas é uma crítica que por incrível que pareça é ao contrário a uma crítica. Porque eu tenho um respeito muito grande pela Senadora, nós nos conhecemos, mas sempre critiquei que ela deveria ter saído há muito tempo. Eu só queria aqui me manifestar com a sua anuência de que o Governo perdeu com a saída da Senadora e ela engrandecia o Governo do Presidente Lula. Retorna a esta Casa onde com certeza ela não vai abandonar nem o meio ambiente e nem os povos indígenas. Obrigado, Senadora, pela possibilidade de ter falado.

[palmas]

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Obrigada, Presidente, por me dar essa oportunidade, até porque eu não faço parte da Comissão, mas esse é um assunto que tem despertado, realmente, o interesse de todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senadora Rosalba, se a senhora me permite, a senhora não faz parte dessa Comissão, mas é uma ilustre parlamentar, uma grande--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Formalmente eu não faço.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Aliás, eu acho que essa Comissão deveria estar repleta de Senadores aqui, hoje. Esse é um assunto de fundamental importância. E que merecia não só a presença dos parlamentares

que fazem parte da Comissão, mas como V. Ex^a, muitos parlamentares que tem a preocupação de compreender com exatidão o que está se passando. Isso não é uma crítica, é um registro que a gente precisa fazer.

Essa Casa que por vezes é sensível a questões relativas ao avanço do capital, muitas vezes se mostra muito insensível quando a questão diz respeito a situações como essas. Ontem assistimos a uma Sessão dos 120 anos da proclamação da República, uma Sessão que no início bem freqüentada, no Plenário, mas que logo em seguida se esvaziou. Ou seja, quando assuntos relativos aos negros, aos índios, aos... Àqueles que costumam chamar de desprotegidos transitam nessa Casa aqui, essa Casa às vezes se mostra de uma insensibilidade incrível. Hoje é um dia desses. Eu esperava aqui uma participação maciça de parlamentares para que a gente pudesse travar um debate aqui bem consistente. Mas saúdo a presença de V. Ex^a que não faz parte da Comissão se interessou e fazer parte dessa audiência que teve o privilégio de trazer aqui como expositores, pessoas que vivenciam a questão. Pessoas que entendem da questão, pessoas que vivenciam a questão. Não se trata de um lado ou outro aqui. Nós temos aqui a presença de parlamentares estaduais de Roraima, essa é uma Casa do contraditório, é uma Casa do debate, em seguida a Presidente da assembléia terá a palavra porque pretende aqui entregar à Comissão alguns documentos, e também fará uso da palavra. Mas eu queria aproveitar a oportunidade para parabenizar o interesse de V. Ex^a em participar dessa audiência.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Obrigada, Senador. Senador Geraldo Mesquita, na realidade não é o fato de não fazer parte formalmente da Comissão que nós não tenhamos que nos preocupar com essa questão. Porque é uma questão do Brasil, dos brasileiros. Eu sou do Rio Grande do Norte. Se na minha região nós não temos essas questões indígenas, mas o índio é brasileiro tanto quanto eu, tanto quanto qualquer outro brasileiro. E se trata de uma questão realmente social. Aí eu sou da Comissão de Assuntos Sociais, e Vice-Presidente, que desperta, e é necessário exatamente que nós possamos ouvir. E essa audiência eu quero parabenizar ao Senador Paim, ao Senador Geraldo Mesquita, a Senadora Fátima, e aos que aqui vieram para trazer as informações. Para que a gente possa, ouvindo exatamente os dois lados, podermos tirar as nossas conclusões, podermos fazer a nossa avaliação maior, e eu tenho certeza, uma coisa... Isso é algo que eu tenho dentro de mim, que os índios não estão querendo ser excluídos. Muito pelo contrário, porque se passa uma idéia pelo que a gente está ouvindo na imprensa, nas entrevistas, em

pronunciamento, que de repente o índio está querendo fazer um país dentro do país. A minha impressão não é essa não. Acho que eles se sentem brasileiros e querem estar incluídos entre os brasileiros. Entre todos os brasileiros.

E foi muito bom quando o senhor falou aí, Senador, ontem, 120 anos da lei áurea, e se hoje nós não temos mais que cortar as correntes que aprisionavam os negros, nós temos muitas outras correntes para cortar ainda nesse Brasil. Infelizmente. São as novas lutas de liberdade. E essa luta de liberdade é de respeitar a nossa história, respeitar aqueles que estavam aqui quando os portugueses chegaram, e nós somos um pouquinho de todos vocês. Então eu acho que é um respeito ao direito, o respeito à vida, o respeito à nossa história.

Então, eu queria aqui parabenizá-la, Dra. Joênia, colocou muito bem, mostrando coisas que eu desconhecia. Eu tive a oportunidade de ouvir também o Dr. Sydney, o senhor colocando esse direito que vem de pai, imemoriável, e também os que eu pude assistir através da TV, ou seja, está ao vivo através da TV aqui; as exposições? Então saio daqui, com certeza, já com outra visão, para que eu possa fazer o meu... Falando aqui para os juristas, ter a minha posição mais definida. E tenho certeza que é em busca do que for melhor para o Brasil. Porque o Rio Grande do Norte me colocou aqui, mas eu estou Senadora do Brasil e tenho que estar defendendo tudo que for melhor para os nossos brasileiros. E o índio é brasileiro. Muito obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):

Muito bem, Senadora. Lembro aqui a fala da Senadora Fátima quando ela dirige um apelo ao Supremo Tribunal Federal para que se debruce o mais rápido possível e delibere acerca da questão que ali foi colocada. E eu iria mais, Senadora Fátima, eu considero essa questão tão importante para o país que acho que o Supremo deveria, inclusive, inovar. Deveria promover uma Sessão e os seus membros se deslocarem até Roraima, porque quando a gente coloca o pé em determinado lugar, parece que a gente se sente irradiado por todas as questões que dizem respeito ali a uma questão como essa. Acho que o Supremo deveria inclusive inovar. Marcar uma Sessão especial externa ao prédio do Supremo, os Ministros... São 11 só. 11 Ministros em Roraima poderiam sentir, quero crer, com mais precisão o que está se passando ali. Fica aqui inclusive a sugestão, me associo a V. Ex^a nessa preocupação e fica aqui essa sugestão. Quem sabe o Supremo não se desloca até Roraima. A gente precisa fazer coisas diferentes nesse país para poder avançar. Eu queria

nesse momento facultar a palavra à Deputada Aurelina Medeiros, não antes de cumprimentar os senhores e senhoras parlamentares de Roraima. Saibam que é uma satisfação recebê-los nessa Casa, e fique V. Ex^a a vontade para se manifestar.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Senador, eu gostaria antes, Deputada, com a permissão do Presidente e a sua, só colocar aqui uma questão que eu acho que é muito importante. Vocês que moram na região, que residem... Nada é mais importante do que trazer realmente esse sentimento e quem está vivendo na pele suas próprias questões. Porque eu vejo é muita gente que fala sobre essa questão e nunca foi a Roraima. Então acho que isso é algo que... Quando eu estou defendendo as questões do meu Estado são questões que eu vejo, que eu assisto que eu faço questão de estar presente para poder trazer esse sentimento para o Senado. Então... Obrigada.

[palmas]

DEPUTADA ESTADUAL AURELINA MEDEIROS

(PSDB-RR): Sr. Presidente, nós queremos saudar os demais componentes da Mesa em seu nome. Nós estamos hoje aqui e queremos fazer a entrega à Comissão de Direitos Humanos de documentos sobre a questão fundiária do Estado de Roraima. Não é só a questão Raposa Serra do Sol. Nós temos áreas indígenas demarcadas em quantidade de terras maiores até, no Estado de Roraima. E hoje nós estamos discutindo a questão Raposa Serra do Sol, nós já estivemos no Senado a semana passada, e queríamos justamente trazer documentos para dar conhecimento às pessoas sobre a questão fundiária no Estado de Roraima. Então gostaria de passar... E eu gostaria de lembrar as palavras, não sei se foi do Dr. Sydney ou da Senadora Vânia. "Não se deixe levar pelos que conhecem a Amazônia através dos livros". Alguém disse uma frase, não sei se foi o Dr. Sydney, não se deixem levar pelos que conhecem a Amazônia através dos livros.

Os brasileiros não têm noção do que está acontecendo em Roraima. Eu, nós, não viemos preparados com material para mostrar a mesma realidade deprimente que a advogada Joênia mostrou aqui. Tem coisas piores que também nós temos gravado a partir dessa situação que foi gravada na hora, acho que por quem só estava mesmo preparado para gravar esse evento que aconteceu naquele momento. Mas nós não questionamos o direito dos índios. De forma nenhuma. Os índios têm seus direitos, nós reconhecemos isso. O que nós questionamos, tanto como disse a advogada Joênia, o Estado mantém nas comunidades indígenas atividade agrícola, escola, saúde, todos os professores das escolas indígenas, inclusive o Estado de Roraima se dá ao luxo de contratar, especializar professores,

e com língua indígena especialistas e selecionados para ministrar aulas em áreas indígenas, faculdade do Estado não é Federal, é estadual. Então o Estado tem uma preocupação imensa com as áreas indígenas e nós reconhecemos também o direito dos índios. Nós não questionamos isso. Nós questionamos a forma como as coisas são feitas, nós queremos o Brasil para os brasileiros, nós aqui mesmo nesse recinto a gente tem estrangeiros que assessoram parte das etnias que ocupam a área Raposa Serra do Sol. Isso é comum. Nós queremos trazer imagens para essa Comissão de índios ali que tem uma pessoa com 80 anos, casou com um branco, seu filho é um mestiço... É miscigenado, e ela tem que sair da região porque seu marido não é índio. Talvez possa parecer pequeno, mas são muitos casos.

Nós queríamos também pedir oportunidade a essa Comissão para que fossem ouvidas as outras etnias da Raposa Serra do Sol. Lá são nove etnias que tem ali. Sete tem posicionamento contrário a isso. Nenhum quer que os índios fiquem sem terra. Nem o Governo do Estado, nem Assembleia Legislativa... Não se trata disso. Apesar de nós termos 47% do Estado de Roraima, antes território federal, já destinados a comunidades indígenas, mais 10% a reservas ambientais, ao ponto, Presidente, de nós termos sobrepostas reservas ambientais e áreas indígenas numa confusão que é muito difícil de entender. Ao ponto também e nós passamos isso para vocês, nós não temos ali seis arrozeiros, Presidente. Ali nós temos 430 fazendas aqui nominadas. Está aqui a relação... Pedimos encarecidamente que se faça o que o senhor falou, Presidente, que vá uma Comissão a Roraima, que nós possamos todos sentar e definir essa situação para que se evite conflitos do tipo dos que vêm acontecendo aqui. Tenho certeza que, por exemplo, o Ministro Tarso Genro foi a Roraima, mas ele não falou com o Governador, não falou com ninguém em Roraima. Ele pegou um avião da Polícia Federal, desceu na base aérea, entrou no helicóptero, foi na região, quando nós nos preparávamos para recebê-lo na esperança de evitar um conflito na região ele entrou e saiu sem dizer nada a ninguém. O Presidente Lula também nunca foi a Roraima. O Governo do Estado, nós parlamentares, nós não somos irresponsáveis. Nós não somos contra índio, nós não somos contra negro, até por que não tem sangue azul no Brasil. Todos têm seus direitos. E nós respeitamos isso. Não podemos suportar mais essa situação que está aí. Deprimente para os índios, deprimente para os não índios, mas acima de tudo nós defendemos um Brasil para os brasileiros. Isso índios ou não índios.

E queríamos dizer, pedir a essa Comissão que nos ouvisse. Nós podemos trazer aqui representan-

tes de todas as etnias que moram na Raposa Serra do Sol para que possam ser ouvidos, e convidá-lo, Presidente, através da Comissão de Direitos Humanos. Realmente a situação de Roraima, os brasileiros desconhecem. Conhecem apenas dos discursos e da televisão. É bonito falar de direito dos índios. É muito bonito. É feio a gente ver a situação que vive hoje os índios da reserva indígena de São Marcos. É feio ver como vivem os yanomamis em Roraima, com expectativa de vida de 29 anos de idade, morrendo de inanição, de fome, de doença, abandonados ali. Isso é feio. Os índios são seres humanos. Eles não querem ser excluídos. Eles não querem ser isolados. Eles não são animais. Os índios no Estado de Roraima eles são Prefeitos, eles são médicos, eles são advogados. Não tem só a Joênia, ontem, a gente tinha aqui o Jonas e têm vários outros.

São Deputados, são Vereadores, são Prefeitos, a área de São Marcos e a área Raposa Serra do Sol ele tem três Prefeitos indígenas. Então, Sr. Presidente, eu só queria até encerrar para não polemizar, convidando a essa Comissão como o senhor falou. Vamos reunir um grupo e vamos a Roraima ver de perto essa situação que é alarmante. Não só preocupante. Muito obrigada pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, Deputada. Eu recebo a documentação que V. Ex^a encaminha a essa Comissão. Está recebida oficialmente e concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, estou com uma urgência numa outra Comissão que vai iniciar processo de votação agora e tenho que me retirar. Mas eu queria fazer um registro que eu considero muito importante. O preconceito, infelizmente, ninguém traz na testa sou preconceituoso. Mas nas falas a gente sente isso com uma firmeza e determinação muito grande. Até dói na gente ouvir. Quero cumprimentar os Deputados, mas lamento um registro feito pela nobre Deputada de que ela afirmou aqui e para mim isso é uma afirmação preconceituosa de que o Estado de Roraima se dá ao luxo de ter professores na aldeia indígena. Professores... [palmas]

Eu acredito que não é luxo garantir direito de educação a ninguém nesse país muito menos a indígena. Infelizmente foi uma afirmação que fere a quem defende os Direitos Humanos e eu espero que a gente possa superar esse processo. E acredito, Sr. Presidente, que muitas outras coisas a gente poderia debater aqui. Infelizmente eu tenho que sair neste momento; quero deixar com o senhor também, já fez o registro alarmante que outros parlamentares estejam aqui para fazermos o debate também com o outro lado. Estamos

ouvindo muito o Exército, acho importante, ouvir os parlamentares e conheço muito bem o que significa a classe política voltada para toda uma concepção desenvolvimentista, porque vivo isso no meu Estado de Rondônia, eu já fui a Roraima graças a Deus várias vezes e sou uma amazônida que procura conhecer a Amazônia. E tem um lado. Eu tenho um lado. Eu sou neta de índio que não tem nenhuma terra. Eu tenho 10 por 30 e não estou em busca de terra. Eu quero garantir como legisladora, como uma parlamentar deste país, deste Brasil, que o Brasil respeite a Amazônia e pra mim não há respeito à Amazônia se não houver respeito aos direitos dos povos tradicionais da Amazônia. Muito obrigada, Sr. Presidente.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Nós estamos nos encaminhando para o encerramento da nossa Sessão, da nossa audiência, e recebi aqui um pedido da Dra. Joênia para mais uma vez se manifestar e é como eu disse, aqui é uma Casa do debate, do contraditório, e eu estou aqui para assegurar isso. Portanto, concedo a palavra à Dra. Joênia, para fazer suas últimas considerações. Da mesma forma, em seguida falará...

SR^a JOÊNIA BATISTA DE CARVALHO (JOÊNIA WAPIXANA): Bom, eu quero reforçar e concordo plenamente, quero registrar aqui com o pronunciamento da Senadora Fátima Cleide, em dizer que tem muito preconceito e palavras que discriminam em relação aos povos. Quando diz ah, não tenho nenhum problema com o direito dos índios. Então vamos mudar esse discurso. Nós queremos aplicar também. A situação em Roraima, os parlamentares, os políticos deveriam trabalhar sim para reverter essa situação. Porque escola, saúde, educação, saúde, projetos, isso aí são obrigações do Estado.

Infelizmente o Estado o que emprega lá é mais que seu dever. E as verbas, de novo vou frisar aqui, são verbas do próprio Governo Federal. Eu imagino como é que seria se a gente tivesse dependendo só do Estado. Mas eu quero registrar aqui, Deputada, que se procure dar uma estudada um pouco nos orçamentos quando vai para a secretaria de educação. E muitas delas, os professores indígenas também até reclamam e vão no Ministério Público Federal quando não é aplicada as verbas federais. Outra situação que eu quero frisar bastante aqui, eu queria que desde já registrasse, eu vou encaminhar à Comissão de Ética também por esse pronunciamento, porque eu não concordo, porque se trata indígenas como esfomeados. Os Yanomamis têm culturas. E se estão doentes, por quê? Porque tem invasores. Não são pobres, foram empobrecidos por conta das invasões. Os garimpei-

ros, mais de mil garimpeiros ali na área yanomami, as doenças... E aí sim, deveria reverter essa situação. Então vamos trabalhar para isso.

Os Yanomamis estão realmente com problema de saúde. A gente precisa, aqui o sabe da situação. Em relação à saúde indígena também ali, a FUNASA é que presta a saúde em relação às populações indígenas. O Estado, alguns Municípios atendem e muitos nós temos reclamação quando vão para o sistema estadual para serem tratados. Em relação ao São Marcos, eu queria que eles estivessem aqui presentes, infelizmente não estão, mas eu queria ver esse discurso que acabou de pronunciar, serem ditos na época de campanha quando pedem votos para índios.

E queria registrar aqui que um dia nós vamos ter nossos Deputados, nossos Senadores, nós estamos trabalhando para isso. Hoje somos apenas 12 mil eleitores, mas nós vamos trabalhar. E aí sim vamos rever realmente quem tem palavra aqui na Câmara e no Senado. E vocês podem acreditar que nós ali em Roraima, nós estamos abrindo os olhos para quem faz duplo discurso. Quando está na época de campanha diz que está ajudando, que é a favor e que vai lá no São Marcos pedir votos. E os parentes acreditam. E esse mapa é o mapa que não retrata a realidade. Não tem 400 e poucas ocupações. A FUNAI tem o laudo aqui, nós sabemos de todos os nomes da fazenda, e os tuxauas estão ouvindo. E nós temos o mapa aqui também, o mapa das comunidades indígenas, cada comunidade, cada retiro, e as fazendas saíram de lá. Esses seis ocupantes, os arrozeiros, você vê a situação, seis arrozeiros em relação a 19 mil indígenas. Então realmente que está...

Eu espero sinceramente que nossos parlamentares de Roraima possam realmente dizer a verdade, e não apenas com discursos políticos, particulares e que só retratam uma parte da sociedade de Roraima.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado Dra. Joênia. Senhoras e senhores, essa Comissão designou essa Audiência Pública para ouvir pessoas previamente convidadas e relacionadas. E elas aqui estiveram e se manifestaram. De forma democrática abri a palavra para a Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima que aqui se faz presente e que manifestou propósito de fazer a entrega de uma documentação.

Essa Comissão recebeu, como não poderia deixar de fazê-lo. Encaminhará aos membros da Comissão a documentação para que ela possa ser examinada. A democracia aqui é plena e o contraditório e o debate também. Mas, segundo regras previamente estabelecidas, uma delas é exatamente isso, a Comissão se

reúne com pauta previamente determinada, a pauta hoje foi ouvir os convidados que aqui estão e estiveram, e trouxeram aqui suas considerações. Eu vou fazer uma... Tenho aqui a notícia de que a Deputada Marília também gostaria de se manifestar, se for a respeito da documentação, Deputada, a senhora fique a vontade e em seguida eu vou passar a palavra para o Jecinaldo, e vamos nos encaminhar para o encerramento dessa Comissão. Esse é um assunto que creio que deva merecer outras Audiências Públicas nessa Comissão, nessa Casa, essa audiência deveria estar acontecendo inclusive no Plenário do Senado Federal. Tal é a importância do tema, tal é a relevância do assunto. Mas esse assunto não sairá de pauta do Senado Federal. Ele será alvo seguramente de outras audiências para que continuemos debruçados sobre a questão para o esclarecimento cabal dessa questão. Há muitos parlamentares ainda, há muitos Senadores ainda que precisam ser municiados de informação, precisam entender a fundo o que está se passando. E para isso a Comissão se presta. Deputada, concedo à Sr^a dois minutos para a senhora se manifeste e em seguida passo a palavra ao Jecinaldo para que a gente encaminhe ao encerramento da Comissão.

DEPUTADA ESTADUAL MARÍLIA PINTO (PSDB-RR): Na verdade vou me limitar como V. Ex^a bem colocou a uma breve fala sobre a documentação trazida pela Comissão. Mas acho importante esse espaço que foi aberto para nós para o exercício do contraditório que é o que a democracia propõe. Em cima dos documentos que traremos e entregaremos a V. Ex^a, eu queria destacar rapidamente alguns pontos que a Dra. Joênia bem colocou na sua fala, onde ela diz que é preciso assegurar o cumprimento da Constituição Federal. Que a demarcação contínua Raposa Serra do Sol foi um processo reconhecido como legal. E que o conflito existente na área hoje viola o princípio dos Direitos Humanos. Parte da nossa documentação que será entregue a V. Ex^a ele coloca de maneira detalhada vários desses pontos postos pela Dra. Joênia. Mas ele confronta a fala da Dra. Joênia quando ele deixa muito claro que a Constituição Federal assegura direitos a todos os brasileiros. A índios e não índios. Que a democracia pressupõe a igualdade de direitos. A violação de Direitos Humanos, mas não ações segregatórias e discriminatórias, é isso que esse conjunto de documentos coloca de maneira muito clara, sobretudo, Senador, a origem de um laudo antropológico que foi o estopim e a partir dessas análises deu seqüência e reconheceu área demarcada Raposa Serra do Sol, as diversas incongruências existentes nesse documento.

E para que não fique uma discussão de posições talvez um pouco diferenciadas, não preconceituosas,

mas que busquem a realidade dos fatos e apresentam isso de forma muito clara, eu gostaria apenas incluir nesses documentos uma entrevista, uma reportagem de fato no domingo do dia 26, 27 de abril de 2008 do Deputado Federal Aldo Rebelo, onde ao jornal o Estado de São Paulo, tendo feito parte de uma Comissão Externa da Câmara e que elabora um relatório muito detalhado sobre a questão da área contínua, Raposa Serra do Sol, e coloca sim, Senador, a situação dramática das comunidades indígenas isoladas em áreas demarcadas.

Então, acho importante que isso seja anexado porque é uma fala de um Deputado Federal que não vive em Roraima, mas é um conhecedor desse assunto e que defende o interesse de indígenas e não indígenas. Porque o que está em supremacia é o interesse do povo brasileiro. Finalizando, Senador, dizer que a política indigenista não começa e termina em Roraima. Hoje isso é um problema do Brasil inteiro e quando as políticas públicas elas são discutidas com responsabilidade e com verdade, a força não se coloca sobre a lei. Então eu gostaria de anexar esse documento para V.Ex^a. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Recebo e anexo juntamente com os demais documentos que foram entregues a essa Comissão. Concedo para encerrar essa audiência a palavra ao Sr. Jecinaldo Sateré.

DEPUTADA ESTADUAL AURELINA MEDEIROS (PSDB-RR): Nós gostaríamos de pedir licença para nos retirar porque temos outra audiência na Câmara Federal.

SR. JECINALDO SATERÉ MAWÉ: Obrigado, Senador. Queria dizer que existe uma outra afirmação feita por esta Comissão de Deputados antiindígenas que estão saindo nesse momento que foi que nós somos assessorados por estrangeiros. Esta é uma afirmação grave, Sr. Presidente. E eu gostaria de que isso também fosse registrado e que isso é uma afirmação caluniosa e mostra realmente como que os políticos locais se comportam para a questão indígena em Roraima. Isso realmente é uma vergonha para o Brasil.

Uma outra situação que eu queria aqui aproveitar, realmente a gente é como formiga. A gente está na nossa casa. Se alguém não mexe com nós, nós não mexemos com ninguém, mas se atijar o formigueiro, realmente essas pessoas vão ter que agüentar o formigueiro.

Sr. Presidente, a divisão entre os indígenas que foi aqui também falado que é muito questionado vem assim num ato a próprio comportamento de políticos locais no Estado de Roraima. E que buscam patrocinar esses atos de terrorismo lá ocorrendo. Os Yanomami

estão em seus territórios assim como os Macuxi, Wapixana e outros povos da aldeia São Marcos, território São Marcos, estão em Roraima e o que estão trabalhando hoje são programas para o desenvolvimento sustentável desses territórios. Assim como o exemplo dado de Raposa Serra do Sol, assim também ocorre nesses territórios. Mas exatamente a falta de responsabilidade por conta de quem cuida da saúde dos povos indígenas, dos Yanomami, que no caso é a FUNASA, ocorre esses graves problemas de saúde acumulado a essa questão do garimpo na região.

Então, eu queria dizer que muito se fala em que nós deveremos ser... Ter direitos iguais no Brasil. Mas, por exemplo, quando se constrói alguma coisa ou se faz alguma coisa contra os direitos dos povos indígenas, nós não somos consultados. Poucas vezes somos consultados. Então, acho que realmente todos os brasileiros têm direitos iguais. Mas, quando o Brasil ratificou a Convenção 69, da organização internacional do trabalho, que diz bem claro, o direito à consulta, é exatamente isso que nós queremos que seja exercitado, porque, do contrario, só aparece realmente o outro lado. Então queria agradecer essa oportunidade que é muito importante que o Brasil conheça realmente a história real que passa em Roraima. Que passam os povos indígenas no Brasil. Se diz tanto em discurso bonito, na época de eleições, como foi falado pela Dra. Joênia, mas por exemplo, no dia do índio, no dia 19, mas depois esquece todos esses seus direitos. E se fala que tem uma dívida enorme com os povos indígenas do Brasil. Então, essa é só uma parte de uma dívida que precisa se pagar com os povos indígenas do Brasil. Nesse caso os povos indígenas de Roraima.

Então, eu queria dizer claramente que existem ONGs que realmente precisam ser fiscalizadas, precisam haver uma fiscalização, inclusive empresas transnacionais que comprem terra no Brasil. E isso não está sendo questionado. Mas existem também entidades internacionais de solidariedade sérias, que inclusive cumprem o papel onde o Estado não consegue chegar na Amazônia. E é preciso respeitar e valorizar o trabalho dessas entidades sérias.

Por fim, eu queria dizer que nós não perdemos a Ministra Marina Silva. Quem perde é o Governo do Presidente Lula, que não valorizou e não tem na sua estrutura uma política para a Amazônia. Para o desenvolvimento sustentável. E com isso nós recebemos Marina Silva de volta para a Amazônia. Porque ela também é um dos símbolos do que nós acreditamos, do que Chico Mendes acreditou, do que Juruna acreditou e vários outros líderes indígenas acreditam hoje.

Sr. Presidente, Srs. Senadores desse Senado do Congresso Nacional, nós também podemos perder o pescoço, mas não vamos perder o juízo. Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Jecinaldo, isso faz parte da dinâmica de uma administração. Veja você que você acaba de afirmar que quem perdeu a Ministra Marina é o próprio Governo Federal. Mas é o mesmo Governo Federal que em detrimento de críticas cáusticas, pesadas, assume a responsabilidade de promover a demarcação da terra que vocês tanto anseiam. Então, isso faz parte da dinâmica de um Governo que avança, que tem recursos, que tem méritos, tem deméritos. Faz parte do jogo.

O Dr. César Augusto deseja uma manifestação, e eu vou de pronto retomando a palavra dos convidados que aqui estão. Na verdade, são pessoas que em regra não têm a oportunidade que estão tendo aqui nessa Comissão de se manifestarem e creio que devemos aproveitar à exaustão a presença deles enquanto tiverem considerações a serem feitas aqui, creio que devemos colhê-las e ouvi-las com muita consideração e atenção. Com a palavra o Dr. César Augusto.

SR. CÉSAR AUGUSTO BALDI: Um pequeno aparte para o Senador foi justamente porque vem grassando um discurso que se diz de igualdade e anti-racista que ao fim ao cabo acaba praticando mais atos de desigualdade e mais manifestações racistas. A gente vê isso com os quilombolas, os negros, os homossexuais, com as populações indígenas.

Foi assinado recentemente um manifesto 113 anti-racistas contra as cotas que poderia ser assinado por qualquer racista sem problema nenhum. A mesma forma a manifestação de algumas situações dizendo queremos direitos para todos os brasileiros, parece querer inculcar a idéia de que os indígenas, os quilombolas, os negros têm direitos especiais. Os direitos são assegurados na Constituição que foi capaz de dizer pela primeira vez que o Brasil tem uma diversidade étnica que ele não reconhecia. Lá no artigo 215 ele fala, inclusive, em memória de grupos formadores da cultura brasileira; reconhecido. E da mesma forma no 231 que é bom salientar, diz explicitamente. "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. E os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos seus bens". E o § sexto que para o caso inclui, são nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio a posse de terra a que se refere o artigo das terras indígenas. Não são direitos especiais, são direitos as-

segurados na Constituição. Igualdade de condições. Era só essa a intervenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Agradeço, Dr. César. Eu queria agradecer a presença de nossos convidados. Representante da FUNAI, o Jecinaldo, Dr. César, Sydney Possuelo, que tem uma história incontestada de luta nesse país. Dra. Joênia, as lideranças indígenas aqui presentes, as senhoras e os senhores que tiveram interesse de aqui comparecer e ouvir com atenção um assunto que preocupa a todos nós brasileiros. E que sei, com certeza, que o sentimento de cada um de nós é de que ele tenha o desfecho e a solução que tranquilize essa nação e tranquilize principalmente os povos indígenas que moram no Estado de Roraima.

Portanto, eu dou por encerrada essa audiência, e repito, creio que devemos prosseguir no debate dessa questão, vou sugerir ao Presidente Senador Paim, dessa importante Comissão, que possamos prosseguir ouvindo outras pessoas, ouvindo as mesmas pessoas, mais uma vez, repito, eu acho importante porque aqui hoje compareceram pessoas envolvidas com a questão. Profundamente envolvidas com a questão que em regra não têm a oportunidade de se manifestarem. Creio que devem fazê-lo à exaustão. E com o respeito dessa Comissão e de toda a Nação.

Para encerrar, quero passar à secretaria da Comissão para que seja anexada a documentação hoje recebida, um memorial elaborado pelo Conselho Indígena de Roraima, que me foi passado pela Dra. Joênia com uma foto ilustrativa da região. Passo à secretaria. Está encerrada a audiência.

[palmas].

Sessão encerrada às 11h36.

ATA DA 21ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 15 DE MAIO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÃO Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às nove horas do dia quatorze de maio de dois mil e oito, na sala nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores: **Flávio Arns, Fátima Cleide, Paulo Paim, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita Júnior e Jaime Campos**. Os Senadores Cícero Lucena, Geraldo Mesquita Júnior e Romeu Tuma justificam suas ausências. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente

abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e, em seguida, faz suas considerações iniciais, explicando como serão conduzidos os trabalhos. Pauta. Item Único: A presente reunião foi convocada na forma de Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 06, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 21/02/2008, com vistas a tratar das questões atinentes ao Povo Negro. O Senhor Presidente convoca, para compor a mesa e fazer uso da palavra, os seguintes convidados: Marina Silva, Ministra de Estado do Ministério do Meio Ambiente – MMA; Edson Santos, Ministro de Estado da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, da Presidência da República; Antônio Inácio Matos da Silva, Coordenador de Formação Política do Movimento Negro Unificado/RS; Maria Luci Correa Ferreira, Representante dos Educadores Negros – Agentes Pastoral de Negros/POA; Daniel Sarmento, Procurador Federal do Rio de Janeiro; Samuel Santana Vida, Professor de Direito da Universidade Católica da Bahia; Ruben da Silva, Coordenador Representante dos Usuários da Comissão Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Grupo Hospitala, CEPPIR/RS; Ana do Carmo da Silva Honorato, Coordenadora Presidente da Comissão Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Grupo Hospitalar Conceição – CEPPIR/GHC; Frei David, Assessor da Educafro; Kleber Bispo dos Santos, Assessor Jurídico do Gabinete da Vereadora Claudete Alves; e José Antônio dos Santos da Silva, Presidente do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negro – CODENE; Sionei Ricardo Leão, Jornalista, Professor Universitário e Membro da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Corija-DF). Antes da exposição dos Senhores convidados é apresentado o vídeo “Chamas da Liberdade – TV Senado. O Senhor Presidente, após as exposições dos Senhores convidados, franqueia a palavra aos Senhores Senadores para suas considerações. Encerradas as falas dos Senhores Senadores e dos convidados, o Senhor Presidente faz suas considerações finais. Fazem o uso da palavra os seguintes Senhores Senadores: Paulo Paim, Eduardo Suplicy, Mão Santa, Cristovam Buarque, Flávio Arns, Magno Malta e do não membro Deputado Federal Antônio Roberto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às quatorze horas e seis minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Audiência Pública. Item Único. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 06/2008, da CDH, de autoria desse Senador, aprovado em 21/02/2008 com vistas a tratar das questões atinentes ao povo negro. Foram convidados para esse evento inúmeros painelistas que farão uso da palavra logo após nós passarmos um trabalho brilhante feito aqui pelo Senado que é o filme “Chama da Liberdade”.

É o filme “Chama da Liberdade” que mostra a caminhada e a saga do povo negro. É um documentário rápido que eu fiz questão de passar nesse momento, porque esse filme, nos 120 anos da Abolição não Conclusa, ele retrata parte da história do nosso povo. Claro que é só parte, é um compacto.

Então, antes mesmos de iniciarmos nossos trabalhos, nós começaríamos por esse filme. Eu peço que apaguem as luzes, dentro do possível, e que o filme seja o primeiro passo dessa Audiência Pública. Tem dois objetivos: discutir a anistia de João Cândido que felizmente o Senado... Num projeto da ex-Ministra Marina Silva e Senadora aprovado aqui no Senado estava na Câmara dos Deputados. Eu fiz uma reunião com o Alto Comando da Marinha e também com o Ministro da SEPPIR, o Edson Santos, e fomos depois com o Alto Comando, o Ministro e eu fomos ao Presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, e acordamos com ele que essa matéria seria votada no primeiro momento que a Pauta fosse desobstruída.

Felizmente, a Pauta foi desobstruída e a Câmara aprovou com uma Emenda – claro que estou olhando com muito carinho a Emenda. Falava aqui e quero já, de pronto, ao citar o nome dele, dizer que está conosco aqui na Mesa o João Cândido Oliveira Neto, sobrinho-neto de João Cândido. Uma salva de palmas [palmas] para a família de João Cândido que está aqui representada nesse momento histórico.

Nós vamos olhar com carinho a Emenda. Se a Emenda não trouxe nenhum prejuízo para o objetivo, nós vamos manter a Emenda. Agora, se a Emenda tiver algum tipo de seqüela para aquilo que nós queremos, a Emenda será naturalmente, de nossa parte... Vamos coordenar o movimento para que a Emenda seja derubada. Se for o caso, eu espero que a Emenda não vá ferir em nada uma luta de quase 100 anos da anistia do nosso comandante negro João Cândido.

Então, antes mesmo de passar a palavra, está aqui o Senador Suplicy, alguns convidados que ele falou comigo ontem à noite, eu queria que iniciasse com o filme e, em seguida, eu sei que eles vão gostar de ver o filme que fala um pouco da saga do povo negro. Então, vamos ao filme.

[exibição de vídeo]

Desde os primeiros tempos, os negros vindos da África e seus descendentes se rebelaram contra a escravidão. Mesmo numa terra estranha, de língua desconhecida eles nunca, em nenhum momento, eles deixaram de lutar por um ideal: A liberdade.

Entre 1550 e 1855 entraram pelos portos brasileiros cerca de 4 milhões de escravos. A maioria homens. Jovens de diversas Nações em orubás, gêges, tapas, auxás, angolas, bengalas, monjolos e bantos. Embora a escravidão já existisse na África, aqui eles conheceram o que era não ser dono nem do seu próprio corpo em razão da sua pele.

Para justificar a escravidão, diziam que o negro era um ser inferior, menos inteligente, destinado à sujeição. Transportados para o Novo Mundo seriam cristianizados e salvos. Nas colinas do Nordeste, o braço escravo plantou e colheu a cana-de-açúcar. Tempo de riquezas para os Barões da Colônia. Este pequeno fruto, por muito tempo, foi o nosso principal produto de exportação. O Brasil era o café e o café era o negro. Assim, passamos de Colônia a País independente. Escravos eram coisas, mercadorias que só tinham valor enquanto serventia.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pedir para técnica se puder aumentar um pouquinho o volume ajuda.

Com 16 meses de trabalho, o escravo compensava o valor gasto na sua compra. A vida útil de um negro escravizado era de 10 anos. Pressionado pela Inglaterra, em 1850, o Brasil finalmente cria uma lei proibindo o tráfico a partir da África.

Em 1850, o Governo Brasileiro lançou a Lei de Terras para prevenir a posse pelos ex-escravos. Em 1819, havia no Rio de Janeiro 360 mil habitantes livres para um total de 140 mil escravos. Em Minas Gerais, os livres eram 400 mil e os escravos 170 mil. Em Pernambuco, 270 mil pessoas eram livres e 97 mil escravos. No Maranhão, a proporção era inversa, haviam 66 mil habitantes livres e os escravos eram mais que o dobro, 133 mil.

Em 1871, foi decretada a Lei do Ventre Livre. A partir de então, os filhos nascidos de escravas seriam libertos. Aos 8 anos de idade poderiam ser entregues aos cuidados do Estado. Os donos de suas mães seriam indenizados. A outra alternativa era servir ao senhor até os 21 anos.

Em 1885, os escravos, com mais de 60 anos, foram declarados livres. Ainda assim, a lei estabelecia uma compensação para os proprietários. No início do Século XIX, a expectativa de vida do brasileiro era de 27 anos.

1870. Fim da guerra do Paraguai. Milhares de combatentes negros regressam vitoriosos dos campos de batalha. Eles não querem mais ser escravos, ganha a força o Abolicionismo. Um movimento que uniu diversos setores da sociedade. Impossível fazer justiça a todos os seus líderes. Destacam-se, entre outros, os negros Luiz Gama, Jornalista; André Rebouças, Engenheiro e Professor da Escola Politécnica; José do Patrocínio, Escritor, Membro da Academia Brasileira de Letras. Embora tenham deixado suas marcas na história, para o movimento negro de hoje, esses heróis da abolição não possuem o mesmo peso simbólico que o guerreiro Zumbi dos Palmares.

Na soleira da Casa Grande o escravo pediu abrigo a um menino. Quincas tinha apenas 8 anos e mesmo assim escondeu o fugitivo. Em meio às memórias de infância, nos recantos do Engenho Massangana(F), formou-se o caráter de Joaquim Nabuco. Humanista, Intelectual, Advogado, Diplomata, mas, antes de tudo, um Abolicionista.

A Faculdade de Direito do Recife, a mais antiga do país, foi um pólo irradiador das idéias do movimento. Aqui, Nabuco, João Alfredo e outros ativistas da abolição estudaram, discutiram propostas e deram formas às leis ainda no Brasil Império. Para Joaquim Nabuco, não bastava abolir a escravidão, era preciso acabar com as desigualdades. Só com a educação para todos, voto universal e oportunidades iguais seria possível alcançar a verdadeira democracia.

“Declaro extinta a escravidão no Brasil. Revogam-se as disposições em contrário”. Em 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea. O gesto contrariou muitos proprietários de fazendas e engenhos. A Lei não previa nenhuma compensação para os donos de escravos. Um ano e meio mais tarde veio a Proclamação da República. Pouco depois a Família Real partiu para o exílio.

Uma figura pouco conhecida, mas determinante para a Lei Áurea foi João Alfredo Correia de Oliveira. “O Alfredo é um homem profundamente reto, um tanto autoritário, mas achava que tinha que haver disciplina tanto na família como na política”.

Nascido numa família tradicional de Pernambuco, ele estava presente no Senado quando a Princesa Isabel jurou a Constituição Brasileira. Pela primeira Lei do Brasil Império, os Príncipes Regentes eram considerados Senadores natos. Anos mais tarde, João Alfredo, político conservador, foi nomeado chefe do gabinete

ministerial. Sua influência foi considerada decisiva junto à Princesa para que ela abolisse a escravatura sem restrições.

"Nós sabemos que existiam vários Projetos de Lei, alguns projetos retirados na última hora, substituídos por outros, então a atitude dos dois, a princesa Isabel e o João Alfredo nesse fechamento na questão da passagem de um projeto, que simplesmente não optou em garantir a indenização aos proprietários de escravos, foi decisivo não só para a abolição em si, mas para o futuro desse Regime que com a proclamação, com a abolição, me desculpa, acabou sendo dissolvido".

O museólogo e historiador Maurício Vicente Ferreira Júnior é um dos responsáveis pelo acervo do Museu Imperial em Petrópolis. Para ele, a queda da Monarquia não pode ser atribuída apenas aos opositores da abolição da escravatura. Nos meios políticos, o comentário da época era que a Princesa Isabel, herdeira do trono, seria excessivamente católica para governar um Estado Moderno laico. Pior ainda, seu marido o Conde D'eu, chamado, pejorativamente, de "o francês" atraía muitas antipatias. Ficou para a história a imagem de uma Regente sensível, muito ligada à família e amante das artes.

"Redentora que nada, liberdade é conversa fiada. 13 de maio só devemos protestar. Nosso povo ficou na calçada, mas está na hora da virada, essa bandeira o CCN vai levar".

"Quando a gente está trabalhando com a questão racial, é claro que tem uma, não sei se seria uma revolta, para dizer. Mas um ressentimento com o não respeito, com a falta de respeito que se tem na história do Brasil sobre a importância da população negra, enquanto que outros grupos que também foram importantes no processo de construção dessa sociedade são muito mais valorizados".

Este antigo entreposto de venda de escravos em São Luís, há quase 30 anos é a sede do Centro de Cultura Negra. Aqui as lideranças do Movimento Negro promovem cursos e seminários. Mas também é o local de ensaio do bloco afro "Acomabu" que teve como enredo de 2008 os 120 anos da falsa abolição.

"Me leva Acomabu(F) que eu vou protestar. Mais de 100 anos de história, a minha resistência veio do lado de lá. Me leva nesse teu afro bailar".

No período que antecedeu e, principalmente, depois da Lei Áurea, o poder empregou com rigor a Lei da Vadiagem. Quem não conseguisse ocupação era preso e condenado ao trabalho gratuito. A intenção era tornar a cidade um ambiente hostil para as grandes lavas de ex-escravos que fugiam da lavoura.

"A Lei Áurea foi a lei sancionada pela Princesa Isabel que foi feita para libertar os escravos".

"Zumbi foi um grande líder do Quilombo dos Palmares que existiu por quase 100 anos".

Em janeiro de 2003, uma lei tornou obrigatório o ensino da história e da cultura afro brasileiras nas escolas públicas e privadas. A mudança no currículo exige a preparação de professores e de todo o material didático. Essa é uma tarefa nada fácil, pois implica a revisão de conceitos e valores. O caminho é longo, mas, com certeza, o combate ao preconceito e a discriminação terá muito mais chances de sucessos se as novas gerações receberem informações corretas.

"No Brasil ninguém admite que é racista, mas nós praticamos diariamente atitudes racistas. Às vezes, involuntariamente".

"Às vezes um negro vai procurar um emprego em uma loja em algum shopping ou alguma loja assim, muitos proprietários de loja não dão oportunidades por causa que eles são negros".

"E eu acho que a discriminação poderia muito bem acabar".

"O negro pode ter as mesmas igualdades que o branco têm, sobre a profissão, direito e no trabalho".

"O negro alfabetizado, o negro capaz de definir sua vida incomoda a força do atraso. E é por isso que nós temos que levar nossos filhos, nossos amigos, nossas amigas para a escola. A educação nos liberta".

A cidade histórica de Alcântara foi promovida à categoria de Vila ainda em 1648.

"O sentimento é de orgulho. De orgulho em primeiro lugar, de ser uma alcantarense e orgulho de ser negra, de ter tido oportunidade de estudar um pouco mais e, principalmente, ter tido a oportunidade de usar esse estudo retornando para minha terra".

Nas praças, dezenas de prédios revelam a importância dos tempos do Brasil Colônia. Mas cada uma das pedras, paredes, telhados e azulejos que compõem esta relíquia lembra o trabalho dos escravos. Aqui, eles foram mais de 10 mil. Em frente à antiga cadeia, lugar de sofrimento, o pelourinho. Na zona rural, muitos quilombos ainda lutam pela sobrevivência em condições de pobreza. Hoje, o Município é governado por uma engenheira agrônoma e advogada negra.

"A gente sempre percebe a discriminação que existe, mas eu acho que nós negros temos que saber enfrentar isso e mostrar de que a capacidade, né? Acima de tudo, ela tem que prevalecer".

A abolição frustrou as expectativas. Muitos negros, com medo de que a história desse uma reviravolta, fugiram para bem longe onde não pudessem ser encontrados e outros foram em direção às grandes cidades.

Aos ex-escravos restava uma outra alternativa, continuar a trabalhar para os antigos senhores. Para quem construiu as bases da riqueza da nação o desejo de subir na vida e viver em igualdade permanecia uma miragem distante.

Os números são do IBGE. A população negra e parda em idade ativa tem em média 7,1 anos de estudo. Já entre os brancos são 8,7 anos de escolaridade. Enquanto 25,5% dos brancos com mais de 18 anos freqüentam ou já freqüentaram curso superior, para negros e pardos o percentual é de apenas 8,2%. No setor empresarial, negros e pardos, com o mesmo nível educacional, recebem metade dos rendimentos dos brancos.

Em 11 de outubro de 1890, um ano e meio depois da Abolição da Escravatura, o primeiro Código Penal Brasileiro da República estabelecia pena de 2 a 6 meses de prisão para quem praticasse a capoeira. Só em 1932 essa arte originária da África foi finalmente liberada.

A Lei Áurea falava em liberdade, mas não garantia a cidadania. Um estudo das Nações Unidas revela que 64% dos pobres brasileiros são negros. No Executivo, no Judiciário, nas Forças Armadas, nas Universidades, em postos de destaque nas empresas, os negros não chegam a 5%. No Congresso Nacional tramita há 10 anos o Estatuto da Igualdade Racial.

“O que é o Estatuto? Ele fala de políticas públicas, ele fala de saúde, de educação, de trabalho, de combater, via a Legislação, qualquer tipo de discriminação. E o Estatuto fala da titularidade, por exemplo, da terra dos quilombolas. Nós temos hoje no Brasil em torno de 5 mil quilombos”.

“Engenheiro fez aparelho para dar uma volta na lua, engenheiro fez aparelho para dar um volta na lua, se não for verdade é mentira sua, é mentira sua, é mentira sua”.

Na época das chuvas são 20 quilômetros de estrada quase intransponível. Distante da cidade mais próxima as terras do Pequi da Rampa já foram alvo da cobiça dos grileiros. Aqui vivem 31 famílias todas descendentes de escravos. Eles ganharam cartas de liberdade ainda em 1817. Em troca, entregaram um terço do que produziram para o padre português Antônio Fernandes Pereira.

“Do que era, porque nós temos hoje, que nós temos hoje, que eu estou vendo hoje, o que eu já vi e o que estou vendo hoje eu acho uma grande alegria, um grande crescimento e uma grande satisfação que nós temos aqui”.

Agora, a comunidade quilombola vive uma realidade diferente. A produção é coletiva. Todos participam. Com a criação de peixes em cativeiro, eles melhoram a

dieta das famílias. Com ração e ambiente adequados, os pintinhos crescem e se transformam em frango de raça, vendidos para aumentar a renda do povoado. A acerola garante a vitamina C na merenda escolar. As crianças aqui são saudáveis, a fome ficou para trás.

“Nós não tinha tempo, na época em nossos pais viviam, nem de sorrir, às vezes com seus filhos, o pai chegava da roça cansado, 9 horas da noite, 8 horas da noite, com fome, e não conversava com os filhos. Hoje, já pode conversar com nossos filhos, já pode dizer o que é melhor para os nossos filhos, já pode exigir dos poderes o que é de melhor para a nossa comunidade. Então, para mim hoje eu estou de parabéns até mais do que D^a Maria da Paz, porque ela viveu e eu também estou vivendo e estou lutando para conseguir essa melhoria de vida para essa comunidade de Pequi da Rampa”.

Hoje, eles têm trator, caminhão e acesso à internet, mas o povo do Pequi da Rampa não esquece suas tradições nem sua cultura. Na Semana Santa, o bolo da ceia de Páscoa vai para o forno de carvão e quando toca o tambor os cantadores e coreiras de diferentes gerações se juntam na animação.

“Trabalho muito com a imagem de cotas também na mídia. Como seria bom nos horários nobres da televisão as famílias negras vissem negros vitoriosos. Médicos, engenheiros, enfim, nas Forças Armadas, no Executivo, no Legislativo, que são referências. É uma demonstração que você pode chegar lá”.

Terceiro de 8 irmãos, o mineiro Joaquim Barbosa tornou-se o 1º negro Ministro do Supremo Tribunal Federal. Ele é autor de uma tese publicada na França sobre políticas compensatórias nos Estados Unidos.

“Eu vejo como um dos temas nobres de direito constitucional nos dias atuais essa temática da proteção de melhorias”.

Para chegar aonde está, Joaquim Barbosa, teve que superar muitos obstáculos.

“Trabalhando de 23 horas às 6 horas da manhã para depois, logo em seguida, freqüentar a Universidade de Brasília”.

“Ação afirmativa... A Lei de Cotas e a assistência compensatória, o estudo de cultura e história africana na escola. São vitórias importantes. Mas desde quando? Desde que ficou claro, por volta de 1940, 1950, que o Brasil não funcionava como uma democracia racial”.

Onze horas da manhã, 22 de agosto de 2007. Depois de quilômetros de estrada de terra, a equipe de grupo móvel de combate ao trabalho escravo entra pela selva amazônica.

“Opa, chegamos”.

Cento e vinte anos depois da Lei Áurea, eles vão apurar mais uma denúncia de exploração do ho-

mem pelo homem. Num barraco de palha, onde mais de 20 pessoas passam a noite, uma menor de idade prepara o almoço.

“Esposa de um dos trabalhadores é menor. 16 anos”.

Deste buraco ela tira a água para cozinhar. Não existem instalações sanitárias, não há salário fixo, todos trabalham praticamente em troca de comida. A dívida com os mantimentos fornecidos pelo patrão ultrapassa o valor do trabalho. A selva funciona como um imenso cordão de isolamento.

Sr. Antônio veio de Pedra Branca, interior do Ceará, na década de 70, em busca de emprego.

“Lá o Oliveira pegou nós e vendeu tudinho para o Miguel Resende, o Miguel Resende passou para outro gato por nome Barroso”.

“Mas vendeu vocês como? Mas gente não se vende, como que é isso?”

“Vende. A 80 cruzeiros cada uma cabeça”.

Resgatado de uma fazenda onde trabalhava em condições semelhantes à escravidão, ele tenta ganhar a vida nesta cooperativa de Açailândia – Maranhão. Mas o lucro com a venda do carvão ecológico não é suficiente para que todos participantes tenham um salário digno do nome. Os olhos de Sr. Antônio já viram tanta coisa que o coração dele é incapaz de esquecer.

“Lá nós trabalhamos um bocado de dia e nós nunca recebemos um dinheiro até hoje, lá foi muito foi taca, pisaram o menino todinho de cavalo, arrancaram as unhas dele, eu não apanhei, mas foi pior do que ter apanhado. Porque fiquei todo inchado de boca de arma, quebraram minha chapa, arrebentaram tudo. Um dia se eu não morrer hoje, nem amanhã o cara eu mato ele”.

Doze de março de 2008. Mais de mil manifestantes de todo o país vão ao Congresso Nacional. Eles reivindicam a aprovação de uma Emenda à Constituição. Iniciativa do Senado Federal. Pela proposta, os donos de fazendas ou empresas onde forem encontrados trabalhadores em condições análogas à escravidão terão suas propriedades confiscadas. Os homens e mulheres lá encontrados passariam da condição de explorados a legítimos donos da terra.

“Ontem, com o apoio do Senado da República, ontem com a aprovação dos projetos que estão tramitando no Senado e que dizem respeito à proteção daqueles que não devem ser objeto do desejo, da infâmia, dos que querem imprimir ainda no Brasil a marca do trabalho escravo”.

Na música, nas artes plásticas, na literatura, na ciência, em todos os setores a contribuição dos afrodescendentes fez da Cultura Brasileira o que ela é.

“Os africanos só trouxeram os seus próprios corpos e, obviamente, a memória. Então, era corpo/memória. Corpo, sujeito e memória”.

Para o professor da Universidade de Brasília, o ativista Nelson Loconfai Inocêncio, por mais que incomodem, as leis podem e devem ser instrumentos de mudança nas relações dentro da sociedade.

“Eu não vou esperar que todas as pessoas gostem de negros para poder respeitar os negros. Portanto, as leis criam limites. Você pode não gostar, porque aí eu não posso intervir, né? Sobre, uma questão que é mais de foro íntimo, mas o que eu posso fazer é exigir que você me respeite”.

Em 1951, a Lei Afonso Arinos incluiu nas contravenções penais os atos resultantes de preconceito de raça e de cor.

Em 1985 a Lei Caó descreveu as atitudes passíveis de punição e estabeleceu as penas cabíveis. Pela Constituição de 1988, o racismo é considerado crime inafiançável. Desde 2002, as universidades públicas vêm reservando cotas para afrodescendentes. No entanto, para que sejam obrigatórias em todo o país, as cotas ainda dependem da aprovação de uma Lei Federal.

“Cento e vinte anos depois, nós temos, no Brasil, uma comunidade negra organizada. Nós temos um conjunto de Instituições vinculadas ou ligadas à comunidade negra trabalhando no sentido de ampliar os direitos, ampliar as conquistas dessa comunidade e temos um conjunto de políticas públicas hoje no Brasil, senão todas elas em pleno funcionamento, mas algumas delas com resultados concretos”.

Eles acreditavam que mortos voltariam à terra mãe. Assim, combateram e mantiveram viva uma chama em nome dela. A passos firmes, seus descendentes avançam para uma nova história. Uma jornada que nenhum oceano será capaz de deter.

“O negro não perdeu. Feitas as contas ele ganhou, porque não só ele sobreviveu enquanto grupo étnico como também porque ele influenciou, tremendamente, a maneira brasileira de ser. A civilização brasileira não existe sem o negro. Isso é uma vitória, não há por que lamentar nem tomar posição de vítima. É isso que eu acho basicamente. Essa vitória histórica, digamos assim, que legitima a luta por novas conquistas. Essas novas conquistas serão conquistas do Negro e do Povo Brasileiro”.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Assim nós vimos uma produção do sistema de comunicação aqui do nosso Senado.

O filme “Chama da Liberdade”, que a TV Senado já passou no último fim de semana em 4 momentos – no sábado e no domingo e sabemos que vai haver

reproduções ainda durante todo esse mês de maio e, provavelmente, em junho, para que todos saibam um pouco da verdadeira história do povo negro.

Eu queria aqui, com muito carinho, cumprimentar todo o sistema de comunicação do Senado tanto o Jornal do Senado, a TV Senado, e a Rádio Senado, que estão fazendo um belíssimo trabalho e que simbolicamente eu apontaria para esse pequeno documentário a “Chama da Liberdade”. Uma salva de palma ao nosso sistema de comunicação do Senado, pelo trabalho belíssimo que fizeram. [palmas]

Está aqui o nosso Carlos Santana que é o Presidente da Frente Parlamentar Câmara e Senado em defesa da comunidade negra. [palmas]

E, chegando outros convidados, agora, lá do meu Rio Grande, Antônio, enfim, nós faremos 2 mesas. Então, tem diversos convidados que estão no Plenário ainda, nós faremos uma Mesa e depois uma segunda Mesa. E, por entendimento feito aqui na Mesa, quem vai abrir a nossa Audiência Pública de hoje é o Frei David. Daí, na seqüência, todos falarão.

Mas ao Senador Eduardo Suplicy está ali ansioso e, como sempre, eu quero dizer que o Senador Suplicy, como outros Senadores, é um companheiro nosso nessa luta aqui para que, efetivamente, seja dado o que nós chamamos “igualdade de oportunidades” para toda a comunidade negra.

Então, eu passo a palavra ao Senador Suplicy, em seguida, ao Frei David abre essa Audiência Pública.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Caro Presidente Senador Paulo Paim, da Comissão de Direitos Humanos, também eu quero cumprimentar toda a equipe da TV Senado responsável por esse filme, que avalio, tem extraordinária validade e um conteúdo de educação para todos nós brasileiros, relativamente à história dos negros no Brasil e da legislação e daquilo que ainda precisa ser modificado de extraordinária relevância.

Cumprimento, também, aos membros da Mesa, a Maria Leci Correia Ferreira, João Cândido de Oliveira Neto, cumprimentando o Congresso Nacional, agora a Câmara diante do esforço tão grande do Carlos Santana, o Paulo Paim--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Carlos Santana vai falar sobre isso depois.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): A Janete, de todos que colaboraram para que, finalmente, nesta semana do 13 de maio, o Senador Paulo Paim falou tantas vezes sobre isso até que conseguiu, meus parabéns, ao Frei David, ao Antônio Inácio Matos da Silva, ao Kleber Bispo dos Santos, cumprimentos e a todos convidados.

Ontem à noite, eu transmiti ao Senador Paulo Paim que uma Comissão de 15 pescadores da região de Icém, Colômbia, da usininha de Marimbondinho lá de FURNAS, ali onde o Rio Paraná e o Rio Grande se cruzam na fronteira de Minas Gerais, Paraná e São Paulo, e eis que eles encaminham, Sr. Presidente Paulo Paim, a nós Senadores da Comissão de Direitos Humanos, um requerimento, pois eles, há 100 anos, eles e as suas famílias, antepassados, mais de 100 anos... Vivem, sobretudo, da pesca. Ali seja onde haviam tantas cachoeiras, corredeiras, pequenas ilhas onde funcionava uma pequena hidrelétrica Marimbomdinho, faziam com que os peixes procriavam, subiam desciam com facilidade as águas, tornando a atividade pesqueira um meio de sobrevivência de tantos, alguns dos quais estão aqui, pessoas de, inclusive, alguns de mais de 60, 70 anos que vieram de ônibus e eles falaram: “puxa, será que nós poderíamos entregar?” Eles resolveram dormir aqui, vão voltar de ônibus para lá, mas ficaram contentes com o seu convite, Presidente Paulo Paim. Aqui, eles entregam a V.Exª este requerimento com as diversas considerações e como é que vêm sofrendo perseguições por parte da polícia ambiental ali de São José de Rio Preto que impõe a eles multas impagáveis e até com a força, inclusive, com tiros e a força policial tem impedido-os de estar realizando o trabalho, que é o sustento de suas famílias.

E, então, pedem que nós possamos, junto ao IBAMA, às autoridades do Governo de Minas Gerais, às autoridades do Governo do Estado de São Paulo em colaboração com, inclusive, houve uma Audiência Pública na Câmara Municipal de Icém onde eles colocaram isso para a Assembléia Legislativa e para, aqui, o Senado, pedindo que nós possamos, examinando esta problemática, realizaram uma reunião de esclarecimento para que as suas reivindicações possam, inclusive, para que nós possamos facilitar o diálogo deles – pescadores – com as Autoridades Municipais, Estaduais e da União com respeito a isso. Então, uma documentação bastante extensa, inclusive com as fotos de tudo isso, e eu entrego às mãos de V.Exª para que possamos tomar as providências cabíveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Suplicy, se V.Exª junto com o líder dos pescadores pudessem vir aqui nesse momento, eu receberia e podem ter certeza que nós vamos dar todo o encaminhamento adequado. Tanto lá no Município junto ao Estado e junto à União.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então, é o Presidente Sidnei Maria Pereira Ferreira, da Associação dos Pescadores Profissionais de Icém, pediria para vir, aqui, à frente e ele próprio entregar, pessoalmente, ao Senador Paulo Paim a documentação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ok. Sidnei, por favor. [palmas]

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Permita, Presidente Paulo Paim, aqui nós temos uma outra boa nova. Muito obrigado por sua atenção, mas a Vereadora da Câmara Municipal de São Paulo, Claudete Alves...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que eu conheço muito bem. Eu tive um debate lá com ela muitas vezes, uma lutadora pela causa.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Nesta semana, 13 de maio eis que ela lançou "Negros, o Brasil nos 10 milhões, 120 anos de uma Abolição inacabada". Então, ela... Esse aqui eu tive a honra de ter sido convidado, porque, colega dela e companheira a tantos anos de trabalho e de esforços, então, ela me convidou e eu fiquei muito contente de escrever o prefácio do livro.

E V.Exª terá o livro, e eu quero até anunciar que ela hoje está com inúmeros exemplares e me informa que a receita desse livro, em grande parte, colaborará para a ação que o Dr. Kleber Bispo dos Santos inclusive encaminhou com apoio de tantos outros com vistas à indenização para aqueles que foram escravos no Brasil e, até hoje, não conseguiram, não é isso Claudete? Então, eu quero anunciar essa boa nova. Finalmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só que eu estou com ciúmes de V.Exª, porque a Claudete, a Presidência queria receber o livro também. Aí Claudete... Eu quero um livro desse com sua autografia. Não tem problema nenhum.

SRA. CLAUDETE ALVES: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Viu, valeu a provocação. Ganhei o livro. Tudo bem Claudete. [palmas]

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): São 50 Reais. Eu sugiro que o Senador Paulo Paim ganhe um, mas depois possa colaborar e também... Ou comprar exemplares.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ela sabe disso.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Muito bem, Claudete Alves. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ela já anunciou para quem que eu devo dar os 50. Ela falou baixinho no meu ouvido. [risos]

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Presidente, quando vi--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O livro é belíssimo. Parabéns, Claudete. É 50 reais que eu darei com todo carinho. Pode ter certeza.

Vai ficar na Comissão de Direitos Humanos para que todos tenham acesso.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Presidente, no filme "Chama da Liberdade" há aquela cena sobre o trabalho escravo que foi constatado ali no interior da Floresta Amazônica, que tantas vezes acontece ainda em 2008.

Houvesse, neste Brasil, uma renda básica de cidadania, o direito de todos partilharem da riqueza da nação através de uma renda, não importa o que aconteça, esta pessoa certamente teria a liberdade de diante de uma única oferta como aquela de trabalho, dizer: "Olha, graças eu ter o necessário para sobrevivência, eu posso colher e negar um tipo de trabalho como este, escravo".

E, Sr. Presidente, eu aqui quero encaminhar a V.Exª o Projeto do Instituto de Revitalização da Cidadania que a sua Presidente Bruna Augusto Pereira, aqui presente, e o coordenador do projeto, Marcus Vinícius Brancaglione dos Santos, que eu peço a eles próprios que entreguem, em mãos, de V.Exª, porque no Município de Serra... De Santo André, na Vila de Paranapiacaba, que é patrimônio histórico e ecológico, eis que eles estão realizando um projeto para instituir, pioneiramente, no Brasil o direito de todos seus 1.400 habitantes receberem a Renda Básica.

Então, eu pediria à Bruna, Presidente, e ao Marcus, para encaminhar pessoalmente ao Presidente Paulo Paim. [palmas]

Presidente, estou encaminhando à Mesa, conforme ontem conversávamos a respeito, um requerimento para que possamos, nesta Comissão, ouvir a respeito do Estatuto da Igualdade Racial, do Sistema de Cotas que agora está sendo objeto de ações de um lado e de outro perante o Supremo Tribunal Federal... Que possamos convidar até porque V.Exª outro dia fez uma observação em Plenário que mexeu muito comigo, quando V.Exª falou: "Puxa...Até Caetano Veloso cujas músicas eu gosto tanto, ele foi assinar esse manifesto contra as cotas. Acho que nem quero mais ouvir as canções dele". [palmas]

Aí eu falei: "Puxa vida, mas o Caetano Veloso é tão especial, e ele que é amigo do Gilberto Gil e amigo de tantos negros do Brasil inteiro e, sobretudo, na Bahia e tal... Por que não estabelecer um diálogo com ele?" E V.Exª achou bom.

Então, eu venho sugerir e proponho que assine-mos juntos esse requerimento pelo qual convidamos para um dia termos aqui o Ministro Gilberto Gil e o Caetano Veloso, o Frei David e o Ali Kamel, jornalista que é editor e tem essa responsabilidade, editor da Rede Globo de televisão, de todo o jornalismo. Então, é do Fantástico, é do Jornal Nacional, do Jornal das Dez,

como ele escreveu um livro, reunindo uma série de dados importantes. Inclusive, encaminhou para mim e eu li o livro, eu acho que contem dados e uma reflexão importante. Por que, então, de forma mais respeitosa e amiga, porque nós todos somos testemunhas de como Caetano Veloso e Gilberto Gil são irmãos, são amigos... Então, por que não trazer aqui, por exemplo, Frei David, representando todo este conhecimento, porque ele traz aqui um conhecimento coletivo. O Ali Kamel para colocar e os dois poetas, compositores e amigos para, num diálogo respeitoso, porque eu disse ao amigo Paulo Paim, que bom será termos uma reflexão aqui entre Caetano Veloso e Gilberto Gil e com os dados que Frei David e Ali Kamel possam trazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Senador Suplicy, o requerimento já está na Mesa. Eu ia colocá-lo em votação no final dessa Audiência Pública, mas V.Exª já fez, e em nosso nome, já a defesa do requerimento.

Eu já proponho, se ninguém tiver nada em contrário, que esse requerimento entre extrapauta. Os que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos já à votação do requerimento que eu passo a ler: “Exmº Sr. Senador Paulo Paim, Comissão de Direitos Humanos.

Prezado Presidente, venho, nos termos regimentais, requerer que sejam convidados para expor os seus pontos de vista sobre o Estatuto de Igualdade Racial e o sistema de cotas para afrodescendentes do Sistema Educacional Brasileiro, perante a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, os cantores e compositores Caetano Veloso; o Ministro da Cultura, Gilberto Gil; o jornalista Ali Kamel e o Frei David Raimundo Santos”, aqui na Mesa. Quem assina o requerimento, mediante a conversa que tivemos, a assinatura vai do Senador Eduardo Matarazzo Suplicy e o Senador Paulo Paim.

Eu quero dizer também, Senador Suplicy, que recebi o livro do Ali Kamel e mandei de volta um livro, de minha autoria, que fala sobre a saga do povo negro. Ele me respondeu também cordialmente. Cada um, claro, mantém suas posições. V.Exª sabe do carinho que eu tenho pelo Caetano Veloso, tenho enorme carinho dele, sou um fã das músicas dele e claro que fiquei triste, não posso negar. É coisa de coração, de alma, de sentimento. Fiquei triste de ver o nome dele ali, mas isso não quer dizer que eu não respeite ele, as posições dele, enfim... O direito de divergir, mas deu aquela tristeza do fundo do coração, lá da alma. E continuo querendo bem ele. Eu acho que essa sua proposta, e eu conversei muito com o Frei David, sobre o tema e o Frei David, de pronto, concordou que a

gente faça um bom debate aqui com essas pessoas que pensam diferente, digamos. Nós sabemos muito bem que o Ali Kamel e o Caetano Veloso aprovaram o Requerimento dos 113. E nós sabemos que o Frei David praticamente lidera um documento de mais de 1.400 líderes, sindicalistas, [palmas] intelectuais, Senadores, Governadores, ex-Governadores que assinaram esse documento.

Eu confesso, Frei David, e vou dizer de público para que a história registre, eu fiquei muito tentado não só de encaminhar os 2 manifestos à Mesa do Senado, mas também encaminhar à Mesa do Senado da assinatura, Dos 113 que se posicionaram contra às Ações Afirmativas e dos mil e poucos que se posicionaram a favor. Para que a história registre. Porque quando nossos netos, bisnetos tiverem discutindo esse momento eles lembrem quem eram “a favor” das Ações Afirmativas e quem eram “contra”.

Eu quero dizer que farei um registro, respeitosamente, mas não pode ser como é hoje, que os discursos dos escravocratas na época foram queimados, foram apagados. Nós fizemos pesquisas e pesquisas e achamos apenas meia dúzia e sabemos que não eram meia dúzia. Então, eu queria nesse debate, respeitosamente, permitir que cada um exponha seu ponto de vista, e, oxalá, a gente consiga convencê-los, de repente, retirar a assinatura daquele documento, do 113. O que vocês acham? [palmas]

Convencê-los a tirar a assinatura e assinar o nosso. Isso é democracia e é bonito. Nesse debate não dá para negar cada um tem lado. Eu tenho lado e eu insisto com o tema até que me convença do contrário. Eu estou convencido, meu amigo Carlos Santana, minha amiga Senadora Fátima Cleide, que os argumentos do Frei David, os argumentos das Ações Afirmativas, os argumentos da importância do PROUNI hão de convencer a ambos, hão de convencer essa pessoa que eu tenho enorme respeito e carinho. Confesso que nunca estive com ele pessoalmente, mas aprendi a respeitá-lo no longo de sua caminhada que é o Caetano e claro que vamos torcer também que o próprio Ali Kamel, que mude de opinião, de posição e assine o documento dos 1.400.

Então, depois dessa pequena defesa que eu fiz, não sendo tendencioso, né? Eu botaria em votação o requerimento. Os que concordam com esse requerimento permaneçam como se encontram. E nós vamos aí acertar a data para convidá-los. E, antes dessa Audiência Pública, eu me comprometo de não fazer o registro em Plenário dos 113, porque eu tenho certeza que dos 113 muitos vão retirar a assinatura [palmas], vai cair, quem sabe, para 3 e aí eu botarei um documento com 3 e outro com a assinatura da maioria.

Eu queria dizer, antes de passar para o Carlos Santana que está aqui, a nosso convite, ele preside Frente Parlamentar Câmara e Senado em Defesa da Comunidade Negra, lembrar só... Da Fátima Cleide que está aqui conosco, nobre Senadora, fizemos ontem uma excelente Audiência Pública de iniciativa dela e do nosso querido Sibá Machado, vocês podem saber, vocês todos aqui, do amor, do carinho que eu tenho pela Ministra Marina. Eu chego a dizer que se dependesse de mim, a minha assinatura vai lá para que a Marina ganhe o Prêmio Nobel da Paz. Já disse isso a momento e farei de novo. E aí minha Senadora Fátima Cleide, eu quero também, aqui, deixar o meu carinho registrado ao Senador Sibá Machado – um lutador, um guerreiro implacável nas suas posições, eu digo no bom debate, no debate qualificado. Mas sempre generoso, companheiro, mesmo nos momentos de embates que nós tivemos aqui na Casa e sempre se dirigiu a todos com enorme respeito, mesmo no debate interno da bancada, mesmo quando discordávamos, que é legítimo, todos nós somos seres políticos e temos direito de discordar sempre respeitando a vontade da maioria. Sibá sempre foi qualificado, solidário, generoso, amigo em todos os momentos. Eu diria que o Sibá Machado foi o suplente mais titular que eu vi na minha vida de 30 anos de vida pública. [palmas] Mais titular, coerente, capacitado e competente. Por isso, eu quero estar hoje no almoço com ele. Espero que a Sessão não se estenda mais do que às 2 da tarde.

Meus amigos, vamos lá, eu vou passar a palavra ao nosso Carlos Santana, que liderou lá na Câmara a aprovação da anistia João Cândido.

DEPUTADO CARLOS SANTANA (PT-RJ): Sr. Presidente, Srs. Senadores, companheiros do Movimento Negro, não dos “movimentos negros”, porque o Movimento Negro para mim é um só. E assim, primeiro, eu quero elogiar o Senado pela compreensão que está tendo na matéria em relação à questão racial. Diferentemente da Câmara, onde a Câmara nós temos muita dificuldade de transmitir, de fazer o debate, de aprofundar, porque lá acirra muito mais as divisões. E não é à toa que a gente tem um trabalho pela frente a cumprir, e eu venho, humildemente, fazendo esse trabalho correndo, fazendo o meio-de-campo, como tem que o meio-de-campo, claro que quando eu jogava bola eu era zagueiro, mas, hoje, virei meio-de-campo aqui na Câmara, entendeu? Virei fazendo o meio-de-campo nas discussões.

Eu acho que é uma responsabilidade enorme que nós estamos tendo hoje em frente a uma conjuntura, que é uma conjuntura diferente no Século XVI, no Século XVII, no Século XVIII e até o meio do Século XIX. E, no Século XX, a gente trabalhou um pouco mais e

no século XXI a gente tem um desafio. Desafio enorme que é o desafio no Brasil e no mundo, e entender a questão racial como uma questão não só do Brasil, mas entender a questão racial do mundo e nós temos... Nós brasileiros e a elite brasileira e o mundo deve ao continente africano. Então, nós, que somos... Temos a origem lá na África, e é com muita tristeza quando eu vejo uma pessoa dizer que tem o pé na África. Eu tenho o corpo todo na África. Eu não tenho o pé na África. Tenho o corpo todo. Quando a gente fala “pé” já estamos aceitando a discriminação. Temos o corpo todo na África, eu acho que o mundo deve a esse continente onde surgiu tudo.

Então, por isso, que esse trabalho nosso, nós afrodescendentes onde estamos em cada local, temos essa obrigação de estar trabalhando.

Na Câmara, é muito difícil, porque nós só temos 8% dos Deputados que se assumem enquanto negro. E 8% que assumem enquanto negro e menos do que 8% que trabalha na discussão racial. E eu que tenho uma trajetória, da mesma trajetória do companheiro Paulo Paim, que começamos nos movimentos populares e depois nos dedicamos ao movimento sindical, eu estou dizendo para vocês que é um tema apaixonante, mas é um tema que, com muito desgaste, porque a gente tem que entender os momentos e trabalhando a nível do momento.

Eu quero agradecer muito na presença do Frei David, mais o Frei Leandro lá de São Paulo, da Educafro, do trabalho que fez, do sentido das coletas de estarmos discutindo, hoje, o Estatuto da Igualdade Racial. Não conseguimos fazer isso no Brasil todo, porque nem a Educafro – uma crítica singela, mas muito carinhosa – nem a Educafro do Rio de Janeiro encaminhou esta discussão. Não foi falta do negro aqui ter procurado. Eu sou dessas pessoas que eu vou a caminho, não espero ninguém me procurar. Fui lá, conversei com alguns, mas, graças a Deus, os companheiros da Educafro assumiram e vários movimentos de São Paulo assumiram e nós tivemos mais de cem mil assinaturas onde foi entregue nessa Casa e, num certo momento, certo evento que depois, numa sexta-feira eu liguei para o Frei David que a gente estava num embate, mas foi importante ter aquele embate que culminou na criação da Comissão.

A Comissão ela está fazendo esse papel da discussão hoje, internamente. Eu peço aos companheiros do Movimento Negro que acompanhem essa discussão, porque o embate na Câmara é muito mais forte. O embate na Câmara é um negócio, assim que vocês... Quem só está lá e quem passou por lá como o Suplicy, como o Paim sabe como é internamente. Aqui no Senado se tem mais liberdade de ação, entendeu? Tem

um apoio maior, um número menor, digamos assim, todo um apoio estrutural, coisa que nós não temos lá. Nós não temos nada disso. Lá é no peito, na raça e tentando trabalhar. E, por isso, que eu quero que os companheiros do Movimento Negro acompanhem bastante essa Comissão do nível do Estatuto. Ou nós vamos votar o Estatuto que saiu da Casa ou vai ter algumas alterações que as alterações voltam aqui para o Senado. Nós vamos fazer o nosso papel.

Ao mesmo tempo, eu quero assim.... Primeiro fazer um elogio ao nosso companheiro Edson Santos, o nosso Ministro, que teve um papel junto com a frente de nós conseguirmos pautar a anistia ao nosso Almirante negro. E eu quero falar uma coisa que eu falei na Comissão... Eu sou capixaba de nascimento, cheguei com 7 anos de idade no Rio de Janeiro e fui morar lá no Barata, em Realengo. E depois a minha vida toda em Bangu, mas eu tinha que me deslocar na baixada Fluminense na ditadura militar e fazer teatro lá na Vila Rosali, lá em São João de Meriti. E foi em São João de Meriti, por um grupo de companheiros que faziam teatro, que a gente ouviu falar de João Cândido. Isso com 17, 18 anos de idade e aí eu fui a busca de material e alguns companheiros ali, alguns companheiros até de classe média – que teve um período que a classe média saía de casa – que achava que indo para o subúrbio ou para a baixada Fluminense ia fazer a “Revolução”. Foi um período e eu, graças a Deus, filho de operário encontrei essas pessoas que ajudaram na minha formação política, na minha formação intelectual também.

E foi ali que eu tive o primeiro momento com a leitura do João Cândido. Fiquei apaixonado. Fiquei apaixonado, porque a minha história também era para ser marinheiro. Porque, como eu nasci no Espírito Santo, eu nasci na Prainha, lá em Vila Velha. Colado do colégio de aprendizado de marinheiro. Então, todo mundo que nasce ali o pai e a mãe diz assim; *“Quando você fizer 16 anos nós vamos botar você na Marinha. Já falei com o capitão, isso e aquilo outro”*. Entendeu? E claro, indo para o Rio de Janeiro, eu tive a felicidade de ir para o colégio da rede ferroviária federal, sou ferroviário desde 14 anos de idade, sou metalúrgico caldeireiro, com muito orgulho, que também a minha categoria sempre teve parlamentares negros. Sempre teve parlamentares negros a minha categoria. E eu agradeço muito a ela o meu primeiro mandato e, hoje, estou no 5º mandato de Deputado Federal. Então, a minha categoria de ferroviário que tem papel fundamental.

Então, eu acho, assim... A vitória que tivemos, a vitória de uma reparação de 98 anos que a sociedade, a elite brasileira, a elite branca estava devendo a anistia ao companheiro nosso Almirante negro João

Cândido. E ele não foi, aí que a gente tem que ter muita clareza, no fato histórico. Que, quando o companheiro João Cândido foi anistiado no dia 25 e no dia 26 de novembro, eles se entregaram, entre aspas, “deram a passagem” dos torpedeiros, dos grandes navios que estavam naquele momento... No dia 28 sai um Decreto 8.400 botando abaixo. Botando a baixo todo o processo de anistia e aí quase 1 mês depois tem a revolta dos navais. Que aí ele é preso pela revolta dos navais e que não participou da revolta dos navais. Estou dizendo isso, porque a gente tem que entender esse momento histórico, como é que se passa, e ficando 2 anos preso e sofrendo as piores mutilações da sua vida, da sua alma, internamente.

Então e nós... Quem lê o projeto da companheira Marina, que esse é um projeto da nossa Ministra Marina, não é só o João Cândido é todos aqueles marinheiros. Então, eu acho assim, é importante a juventude, os companheiros que gostam de ler e leu o livro do Adebalo Mobil(F) e o que é que diz? Por que ali também trabalha um pouco o retrato da questão do Nordeste. Porque como os aprendizes de marinheiros vinham e como era obrigado a vir para Marinha... E fala um pouco do Rio Grande do Sul, de todo o sul na figura da questão do João Cândido. Então, eu acho que a gente agora, primeiro, temos uma tarefa, companheiro Paulo Paim, eu acho que essa discussão de hoje, aqui, nós temos agora e eu queria pegar tanto os Senadores como a frente a gente marcar uma reunião com o Ministro da Cultura e o Ministro... O Ministro da Cultura, para quê? Primeiro que a gente consiga fazer um longa-metragem sobre a vida do João Cândido. [palmas]

Temos que ter um longa-metragem sobre a vida do João Cândido. E o Ministro da Educação, onde eu tenho um filho de 18 anos de idade, já está na faculdade e é a tristeza, [soa a campanha] é a tristeza, a gente vê que nos livros não têm, não fala do João Cândido. E tem um projeto na Câmara, da companheira Maria do Rosário, que pede para incluir em todos os livros o nosso herói, o nosso Almirante negro--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para ajudar nesse aspecto, o Senado já aprovou por unanimidade, mais ou menos, há uns 8 meses, “João Cândido, Herói da Pátria”. Já está lá na Câmara. É só a Câmara aprovar que ele já vai para os Heróis da Pátria.

Eu soube do projeto da Maria do Rosário, mas, como o Senado já aprovou a tempo, seria bom que ela apensasse. Ela só apensa e aprova como veio do Senado e ele vai para os Heróis da Pátria.

DEPUTADO CARLOS SANTANA (PT-RJ): Tá bom. Isso já é uma grande vitória, a gente trabalhar essas duas questões. Por quê? Porque eu entendo

que nós temos que fazer um trabalho muito na base, muito na formação dessa juventude, nessa criançada nossa, entendeu? Para a gente poder galgar a questão da desigualdade. Acabar com a desigualdade tem que ser lá, lá no pré, lá nas creches e depois para o ensino fundamental e assim, sucessivamente, e até chegar nas universidades.

Então, terminando, companheiro Paulo Paim, eu quero dizer ao neto do João Cândido, dizer que eu, vocês... Contem com esse soldado que está aqui. Eu quero... Onde em qualquer espaço e no sábado agora, eu já estou levando um livro do João Cândido, que eu tenho... Eu tenho esse hábito, a cada reunião, em cada local eu faço... Eu sorteio um livro e depois quando eu volto eu pergunto quem ganhou o livro e o que gostou. Eu tenho essa prática e venho fazendo essa prática há uns 5 anos e vem dando certo a cada local que vai.

Eu quero dizer que lá em São João de Meriti, com o Frei Tatá, que é o nosso orientador da pastoral afro, temos um sonho de montar um Museu João Cândido em São João de Meriti, [palmas] vamos trabalhar para isso e temos um sonho de ter no Rio de Janeiro, ali na Pedra do Sal onde iniciou toda a venda dos negros que iam no Rio de Janeiro de nós termos um museu falando da nossa raça e falando da nossa cor. Viva João Cândido, viva Zumbi e muito axé e que a gente esteja junto nessa caminhada. Valeu, Paulo Paim. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Grande Carlos Santana. A partir desse momento eu vou passar a palavra ao Frei David para que faça, então, primeiro a sua exposição, mas, antes convidando para Mesa ainda a Sueli Aparecida Bellato que é Conselheira Vice-Presidente do Ministério da Justiça e da Comissão de Anistia. Seja bem-vinda. Frei David com a palavra.

FREI DAVID: Senador e membros da Mesa e demais participantes da Audiência, para nós é motivo de honra e alegria poder contribuir com algumas reflexões.

Antes, alguns pontos breves, eu queria pedir ao Senador a possibilidade de sua assessoria trazer e premiar, doar para a equipe aqui os livros que foram lançados no dia 13 de maio pelo Senado. “Dez dias de maio de 1888” que o Senador Cristovam elaborou. Seria fundamental se todo mundo ganhasse esse livro, aqui, hoje.

O outro livrinho, “As 130 Leis que circulam na Casa, Senado e Câmara” sobre o tema do negro e se o Senador também consegue que a equipe do Senado providencie o “Jornal do Senado” edição especial sobre a questão do 13 de maio.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Atendendo de imediato ao Frei David, eu vou pedir ao Senador Cristovam, tenho certeza que vai liberar, “Dez dias de maio”, no período em que aconteceu a assinatura da Lei Áurea, é um livro que o Senador Cristovam fez numa pesquisa aqui na Casa, eu tive a honra de fazer a apresentação e também uma outra separata que ele também produziu que mostra os principais projetos de interesse da comunidade negra tramitando na Câmara e no Senado.

Vou pedir também o Estatuto da Igualdade Racial e vou pedir o “Jornal do Senado” para que cada um possa levar uma cópia. Está atendido já, Frei David.

FREI DAVID: Ok. E ponto 2, dizer com alegria, comunicar, partilhar com vocês a alegria, especialmente ao Senador Suplicy e ao Santana, a boa notícia. 11 Ministros, viu Senador Paim? 11 Ministros do Superior Tribunal de Justiça assinaram o nosso manifesto a favor das Cotas. [palmas]

11 Ministros do Supremo Tribunal e vou tentar conseguir que 11 Ministros assinaram em bloco. Vou tentar pegar esses nomes para o Senador anunciar ainda hoje na Audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador, eu quero mais. Quero ir para a Tribuna. Senador Suplicy, eu quero ir para a Tribuna do Senado na primeira hora e quero fazer o registro nos anais da Casa do nome dos 11 Ministros do Supremo Tribunal Federal. [palmas]

FREI DAVID: E seguindo o exemplo e a lucidez desses 11 Ministros, eu proponho a todos que estão seguindo agora a TV Senado e demais presentes que ainda não tiveram oportunidade de votar a favor das Cotas que entre no site www.manifestopelascotas.net E queremos registrar que vamos deixar aberto esse site para votação até o dia da próxima votação, quando o Ministro Joaquim Barbosa vai anunciar seu voto. Portanto, estará aberto na *internet* para todos votarem pela *internet*, votarem não, desculpem, darem seu nome a favor apoiando as Cotas. Você pode militante, povo de Deus, gente guerreira, gente do candomblé, gente da umbanda, espíritas e todos militantes da comunidade negra e demais militantes da sociedade civil. Quem ama a justiça, entre no site, www.manifestopelascotas.net

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Frei David, estão pedindo muito que o senhor, já está em suas mãos, o nome dos 11 Ministros. Que o senhor fizesse aqui a leitura do nome dos 11 Ministros e depois vamos dar uma cópia para o líder Carlos Santana, Deputado, que vai fazer também leitura lá na Câmara, no mesmo horário que eu farei aqui, o Carlos Santana falará lá. E se V.Exª pudesse ler, agora, aqui

o nome dos 11 Ministros. O meu amigo da SEPPIR, está aqui... O João Cândido, aprovado no Senado, na Câmara, com a Emenda, né? Nós vamos olhar com carinho a Emenda.

FREI DAVID: Senador, os 11 Ministros também é bom anunciar que assinou também o apoio às Cotas a grande cantora Beth Carvalho, [palmas]

O grande cantor Martinho da Vila, o grande cantor Netinho, Lázaro Ramos, Thaís Araújo, Paulo Betti, Luiz Carlos Lacerda, Joel Zito Araújo, e vários outros nomes do cenário nacional que trabalham e doam sua vida pelo mundo novo.

Os nossos Ministros são: Ministro Luiz Fux, Ministro Herman Benjamin, Ministro José Delgado, Ministro Francisco Falcão, Ministro Hamilton Carvalhido, Ministra Eliana Calmon, Ministra Fátima Nancy Andrighi, Ministro Napoleão Maia, Ministro Humberto Martins, Ministro Castro Meira. E agradecer, especialmente, ao bom trabalho de militância do Ministro Fux. [palmas] Nosso grande irmão da causa, alguém que está conseguindo motivar mais e mais pessoas da sociedade a entender que o Brasil ideal é o Brasil plural onde todos possam ter oportunidades iguais.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está entregue. Eu farei a leitura na Tribuna e o Carlos Santana, nosso Deputado, vai já tirar uma cópia e ler na Câmara dos Deputados.

FREI DAVID: Bom... Entrando direto no assunto, eu peço desculpas se alonguei, preparei, portanto, um *slide* para ajudar na reflexão e o tempo não ser muito longo. Podemos passar?

Principais aspectos para o debate... Nós estamos trabalhando com muito carinho a partir de João Cândido e Zumbi dos Palmares o tema da reparação. O tema da reparação ao povo negro. Os principais aspectos para o debate... Trabalhar e ampliar caminhos para reparar o povo negro.

Fatos históricos que justificam o pedido de indenização, ou seja, nós olhando que no Brasil, o Brasil está investindo grandes somas de dinheiro para garantir a todos aqueles que sofreram a perseguição política pela ditadura, estão sendo indenizados hoje, está aqui na Mesa a Dr^a Sueli Aparecida, [palmas] Vice-Presidente da Comissão da Anistia Nacional e representando o Ministério da Justiça. Ela está aqui com muita gentileza no lugar do Presidente da Comissão de Anistia para ouvir a demanda da comunidade negra e ver como encaminhar a reparação aos negros a partir do Ministério da Justiça. Ela está aqui para ouvir as nossas angústias e expectativas por esse Brasil que nos ama e quer ver justiça para o povo negro.

Também queremos e vamos contar fortemente com o Dr. Kleber que está aqui na Mesa, ele já entrou

na justiça paulista, na Justiça Federal, com o processo a partir da Vereadora Claudete pedindo justiça, reparação ao povo negro via judicial. [palmas]

O pedido em si, queremos deixar bem explícito na Audiência de hoje, e proposta de acordo com o Governo Brasileiro. Nós achamos que há mil possibilidades. Nós, a comunidade negra através do processo, apontou um caminho, mas nós povo brasileiro – negros e brancos – podemos negociar outros caminhos e queremos ver capacidade do Governo Brasileiro de ouvir nossas propostas.

A ação judicial, portanto, é um caminho que está sendo já trabalhado. Medidas do Executivo, nós entendemos que o Executivo pode e deve ser mais firme, mais pró-ativo, taí a presença da Dr^a Sueli, Vice-Presidente da Comissão da Anistia que, a partir... Representando também, porque, afinal, o Ministério da Justiça é o Executivo, mostrar que o Executivo pode criar medidas independentes do Legislativo. No entanto, também acreditamos que a presença nesta Casa da comunidade negra hoje pode gerar daqui propostas, minutas de projetos de licitações específicas no Congresso Nacional. Senado e Câmara, em vista do Brasil poder trabalhar a partir dessas Casas com leis que dêem guarida ao Ministério da Justiça de levar adiante a anistia ao povo negro.

E aí queremos dizer que é um caminho e que nós pedimos ao Ministério da Justiça, pedimos ao Brasil, pedimos a essa Casa Senado e a Câmara dos Deputados que evitem esse caminho que é o conflito que poderá ser gerado devido à ausência de políticas públicas. [ininteligível] na França “Um dia a miséria cansa”. E eu comunico ao Brasil e todos que amam o Brasil que nós, negros, vamos cansar de lutar por políticas públicas. Se nós não percebermos que nosso povo está sendo reparado com justiça, com políticas públicas, vamos ser obrigados a buscar outros caminhos e buscar justiça para a maioria dos brasileiros que somos nós, afrodescendentes.

Fatos históricos que justificam o pedido de indenização. Eu peço que pode descer todo esse *slide*. O fato histórico é bastante longo e conhecido por todos nós... Só vou destacar o fato de que na guerra do Paraguai o volume grande de negros que foi defender o Brasil na guerra do Paraguai... Eles, eles foram com a promessa de receber terra... Os que voltassem vivos e os parentes dos mortos na guerra do Paraguai receberiam terra como indenização e, até hoje, a Nação Brasileira não deu aos descendentes de negros a terra. Esse é um argumento social real que precisa ser reparado. E ali temos uma série de argumentos que eu vou, em respeito a vocês e à Mesa, que deverá expor questões importantes, não ler.

Podemos passar adiante. O contrário aconteceu. O Brasil iniciou um processo de eugenia. Ali temos a Lei Complementar à Constituição de 1824. Pela Legislação do Império, os negros não podiam frequentar escolas, pois eram considerados doentes de moléstias contagiosas. Ser negro equivalia a ser doente. Portanto, Dr^a Sueli, é esta Lei aí é uma Lei brasileira que nos puniu, puniu além da escravidão... Nós negros fomos punidos de não ter acesso ao ensino por Lei Oficial. Entendemos que essa lei, que nos puniu, também pode ser usada para recompensar nosso povo negro.

Nós temos, em consciência, de que a nossa Constituição Federal ela trabalha e tem argumentos fortes para dar legitimidade a uma reparação, porque ela quer igualdade de todos os povos. [soa a campanha] A Conferência de Durban também tem elementos, tem artigos muito, muito consistentes que dá substrato a essa proposta. A “Convenção 111”, convenção concernente à discriminação em matéria de emprego é também um instrumento que, a partir de botar em prática essa Convenção que o Brasil assinou, pode também ser um método eficiente de reparar nosso povo negro.

A Convenção relativa à luta contra a discriminação no campo do ensino... Também a Unesco tem vários artigos que o Brasil assinou e que nós negros, no Brasil, o fato de não termos... O fato de que 97% do povo afrobrasileiro não ter tido acesso à universidade é o suficiente para dizer que a Unesco está sendo ferida na lei que o Brasil assinou e não está cumprindo.

A convenção Legislativa a todas as formas de discriminação racial que o Brasil assinou também é um instrumento para nos dá capacidade de ter reparação.

A Lei nº 7.716 define os crimes resultantes de preconceito de raça e cor é outro instrumento para ser inspirado. As recomendações da OEA, nós temos, por exemplo, o caso Simone Diniz, uma empregada doméstica que em São Paulo foi discriminada ao buscar emprego e lá dizia claramente no anúncio do Jornal a Folha de São Paulo que ela não poderia se candidatar a aquele emprego por ser negra. Ela recorreu à justiça e a justiça falou que não foi racismo. Ela, então, a partir da comunidade negra recorreu à OEA. E a OEA puniu o Brasil e puniu a justiça de São Paulo por ter sido desonesta e discriminar e não ver o racismo onde teve racismo. O Brasil foi o primeiro país da América Latina a ser punido pela OEA por causa de discriminação racial.

Escravidão. Crime contra a humanidade. A escravidão é qualificada como crime contra a humanidade. Não apenas na declaração do Programa de Ação da III Conferência Mundial Contra o Racismo, como também

no art. 7 do Estatuto do Tribunal Penal Internacional. Tratado Internacional de Direitos Humanos ratificado pelo Brasil em 6 de junho de 2002. E ali está em detalhes, com certeza, eu vou deixar aqui registrado na Comissão de Direitos Humanos onde terá esse material todo disponível.

Escravidão, um crime imprescritível. É importante manter firme essa visão e também estão ali os argumentos. Vamos entregar também uma cópia à Dr^a Sueli, ao Ministério da Justiça para que nos ajude nesse processo bonito. Assim como o Ministério da Justiça através da Comissão de Anistia lutou e conseguiu indenizar todas as vítimas da ditadura, nós queremos também ver nosso povo negro indenizado nesse momento. [palmas]

Resultados da exclusão. Ali tem dados estatísticos bastante fortes. E que, com certeza, tivemos a alegria dessa semana de ver dados recentes do IPEA que vou, com prazer, substituir este *slide* por esses recentes. Também continuando com dados que não vou ler com certeza.

Ações Universalistas não são capazes de superar as desigualdades entre brancos e negros. O IPEA apresentou esse documento que, para mim, é marcante. O IPEA diz o seguinte: “Todos os contrários às cotas dizem que bastam as políticas universais de melhoria do Ensino Fundamental e Médio para resolver o problema do negro”. O IPEA diz que não. Ali o IPEA está provando que todas as políticas universalistas em nada mudou. A diferença de ano de estudo entre branco e negro. Desde 1929, até hoje nada, nada mudou. A diferença de estudo entre branco e negro, melhora um pouquinho para o negro, melhora para o branco e de modo que as duas linhas caminham mantendo a exclusão.

Benefícios da reparação coletiva para o Brasil. A Lei de Anistia garante indenização aos vitimados, ou seja, benefício da reparação coletiva para o Brasil. Estamos comparando a Lei de Anistia que, atualmente, a Dr^a Sueli trabalha com muito afinco e dedicação, ela garante a indenização aos vitimados... Seguindo.

Os descendentes de africanos, nós afrodescendentes merecemos uma justa indenização individual com certeza. No entanto, a solidariedade africana é para a construção de um país plural. E nós, portanto, optamos e propomos para discutirmos enquanto negros e negras por medidas... Por favor, volta um pouquinho no *slide* anterior.

Nós optamos por medidas que atinjam a coletividade dos afro-brasileiros. Portanto, nós achamos bastante justa a indenização por pessoa a partir das vítimas da opressão da ditadura, mas nós comunidade negra gostamos de estudar indenizações coletivas,

porque nós somos uma comunidade que queremos ver e discutir coletivamente nossos problemas.

Valorização dos talentos é a maneira de trabalhar a questão do coletivo. Distribuição do capital intelectual e o financeiro, por exemplo. A cota nas universidades públicas é a maneira de distribuir o capital intelectual.

Maior circulação de mercadorias e arrecadação de impostos vai também beneficiar tendo políticas voltadas para a comunidade negra, dando à comunidade negra condições financeiras e vamos ter mudanças nessa linha.

Proposta de acordo com o Governo Brasileiro efetivar até o dia 20 de novembro. Nós estamos propondo, portanto que o PL de Cotas seja aprovado como maneira de trabalhar essa questão. Eu quero pedir desculpas a vocês que esse *slide* que estou apresentando não é o *slide* que eu corriji... Faltou vários dados que está na outra edição, agora abri errado ali. Culpa minha. Abri errado o programa.

Em todo caso é o Projeto de Cotas é uma coisa que queremos ver reparado. O Fundo para o Estatuto nós entendemos que precisamos ter o Estatuto com o Fundo, mas, nesse caso, pode ser uma Lei que traga Fundo vindo em seguida complementando o Estatuto. Somos a favor da aprovação do Estatuto, conforme foi aprovado no Senado e, hoje, está na Câmara e aqui eu faço um apelo a todos os meus irmãos, lideranças das comunidades negras do Brasil que reveja a posição.

A Educafro, o Frei David, nós éramos a favor de adaptar o Estatuto às várias angústias da comunidade negra. No entanto, consultando pessoas que tramitam no Senado e na Câmara há mais de 20 anos, elas falam: "Frei David, o Estatuto, como saiu do Senado, ele poderá não ser aprovado, porque já está com o avanço além do que a maioria da Câmara dos Deputados pode similar. Se você, Frei David, comunidade negra, colocar no Estatuto além de algo que estão querendo, dificilmente o Estatuto vai ser aprovado na Câmara e vocês vão ficar uns 35 anos esperando a aprovação mínima de um Estatuto".

Eu quero lembrar a vocês que nossos irmãos indígenas estão há 35 anos com o seu Estatuto circulando no Senado e na Câmara. Sem aprovação. Por quê? Porque os indígenas exigiram e eu compreendo a angústia deles, perfeição nas Leis. A perfeição está brecando e com isso, há 35 anos, nossos irmãos indígenas querem ver o Estatuto do Indígena aprovado aqui nessa Casa e na Câmara dos Deputados e não estão conseguindo, e pelo que eu consultei várias pessoas, dificilmente, vão conseguir. Por isso, eu conclamo aos meus os irmãos, minhas irmãs da militância negra... É melhor uma lei menos perfeita, mas apro-

vada e sendo um instrumento de trabalho para nós do que uma lei perfeita engavetada sendo que para a prática. [palmas]

Eu quero lembrar a vocês, meus irmãos, que a nossa Constituição Brasileira que é uma Lei Máxima do Brasil e para mudar uma vírgula dessa Constituição exige um trâmite violento e o número violento de votos de Senadores e Deputados. Quero lembrar a vocês que em 2005 a nossa Constituição foi mudada 3 vezes. Em 2006, a nossa Constituição foi mudada 5 vezes e em 2007, a nossa Constituição foi mudada 3 vezes. Ora, se a Constituição pode ser mudada em função das composições das forças políticas nesta Casa, eu tenho certeza que a estratégia melhor é essa... Nós – negros e negras, nós Deputados, nós Senadores, nós militantes do povo negro votar o Estatuto como saiu do Senado, uma vez votando como saiu do Senado, o Senador Paim me garantiu que consegue que todos os Senadores aprovem aqui também. E no dia 20 de novembro desse ano ainda o Estatuto será promulgado pelo Presidente Lula. Por isso, eu conclamo aos meus irmãos da militância, porque eu tenho certeza que os Deputados e Senadores vão querer ouvir a militância para tomar essa decisão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita que essa é a posição também do SEPPIR e, com certeza, o Ministro vai demonstrar aqui na data que ele virá fazer o debate. A SEPPIR tem a mesma posição.

FREI DAVID: Eu sei que o meu irmão do MNU... Ele vai ser convocado pela circunstância de rever com seus irmãos o MNU, ele, com certeza, não tem a posição, ele vai, com certeza, consultar toda a direção do MNU para a rediscussão.

Eu, Frei David, humildemente me disponho a estar com vocês em qualquer momento para poder colocar. Eu mudei de posição depois que avaliei toda a conjuntura. Consultei Senadores, Deputados e até gostaria que o Senador Suplicy também desse a opinião dele, porque me falaram o seguinte: "O Estatuto como está, que passou no Senado, poderá ter dificuldade de aprovar na Câmara, mas vai ser aprovado com margens pequeníssimas de voto a favor, bem pequeno. Com aperto vai passar". Se nós – negros colocarmos no Estatuto tudo o que queremos, com certeza, vai ficar parado na Câmara por mais 20 anos. E nós achamos que não podemos condenar mais uma geração de negros à exclusão. [palmas] Nós queremos sim um Estatuto normal, viável e com o tempo aperfeiçoar esse Estatuto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone] Eu só quero registrar que eu votei a favor do Estatuto e obviamente o deba-

te vai servir para aperfeiçoar, inclusive o debate para o qual V.Ex^a... O senhor está convidado juntamente com o Ali Kamel, Gilberto Gil e Caetano Veloso. Então, é mais uma oportunidade de refletir e ouvir opiniões das mais diversas e tudo que puder fazer para aperfeiçoar, melhor.

FREI DAVID: Excelente, excelente. Continuando ali a nossa exposição. A gente quer dizer que esse *slide*, eu peço desculpas a vocês que estão vendo na televisão, bem como aos convidados da Mesa, eu, Frei David na hora que selecionei para apresentar coloquei a versão nº 1 essa é a versão nº 3 que está com outros dados mais ricos e vou passar à Mesa a versão nº 3. Obrigado e desculpe se me alonguei. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vou passar a palavra nesse momento ao Dr. Kleber que vai fazer sua exposição por 10 minutos, com mais 5 e com a tolerância da Mesa para que ele possa deixar bem claro a importância desse debate.

SR. KLEBER BISPO DOS SANTOS: Nesse momento gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Paim e dizer que é uma honra muito grande eu estar aqui nesse momento para discutir assuntos da dignidade da pessoa humana. E Senador Paim, é um orgulho e, a meu ver, é um ícone aqui no Senado da defesa da dignidade da pessoa humana. Gostaria de cumprimentar também Antônio Inácio Matos da Silva, Maria Lúcia Correia, João Cândido Neto, Frei David, Sueli Aparecida Bellato. Cumprimentar ao Senador Eduardo Suplicy, e eu quero dizer que Deus é muito bom para mim, agradecer a Deus, porque, nesse momento, eu posso estar tendo a oportunidade aqui de viver momentos semelhantes àqueles vividos no Parlamento há alguns séculos atrás.

Eu quero parabenizar ao Senado pela edição desse material que reflete... Se, de fato, houvesse impressão naquele dia saíam essas matérias. Parablenizo também pelo vídeo exposto. E eu quero agradecer também a Deus por ter colocado na minha vida uma pessoa como a Vereadora Claudete Alves que me deu a oportunidade dentro da minha função técnica de advogado poder estar lutando por uma causa da humanidade. Me outorgou uma procuração, expressamente, para defender a indenização e reparação aos descendentes de negros africanos escravizados no Brasil.

Procuração que a senhora me outorgou, Vereadora, foi uma procuração expressa e assinada. Mas eu creio que toda a população descendente de negros, africanos escravizados no Brasil, de uma forma implícita, também me outorga essa procuração. E assim, como o Luiz Gama filho de escravos, defendia com base na Lei Diogo Feijó de 1831 que foi quando foi proibido o tráfico de escravos no Brasil, eu posso es-

tar aqui hoje falando sobre essa causa nos dias atuais pleiteando indenização.

A minha exposição, eu vou dividi-la em 3 tópicos. Tópico histórico – não vou me alongar muito, porque foi objeto do vídeo e o principal serão os aspectos jurídicos que dão a legalidade e afirma a legalidade, e a possibilidade, e a concretude dessas indenizações e, para finalizar, falarei de algumas ações práticas que nós temos visto nesses últimos dias e que só corroboram a tese, Vereadora Claudete Alves, a tese que você no primeiro momento me passou, e, como advogado técnico, eu pude falar para senhora que era um pouco difícil de defender naquele momento. Porque não que eu não acreditasse, mas por alguns princípios do Direito, algumas resistências que ainda existem dentro da doutrina e do judiciário. Eu falei que não seria fácil, mas hoje nós estamos vendo que, graças a Deus, cada vez mais está tornando factível essa indenização.

Foram quase 4 séculos, 10 milhões, aproximadamente, de negros escravizados no Brasil. Negros que, como vimos aqui no vídeo, eram tratados como objetos... Eles podiam ser vendidos, leiloados, dados como garantia em contratos, negros que sofreram as mais severas violências físicas. E o Parlamento daquela época, Senador Paulo Paim, mediante algumas pressões vindas da Inglaterra, apenas criava legislações protelatórias.

Não tem como não falar da Lei do Ventre Livre, que, supostamente, libertaria aqueles filhos de escravos. Mas, na prática, eles teriam que trabalhar até os 21 anos. Não tem como não citar aqui a Lei do Sexagenário que libertaria aqueles escravos com 60 anos de idade. Mas que sequer chegavam a essa idade pelas condições que eles passavam e, por derradeiro, a Lei Áurea. Uma Lei que com 2 artigos dizia-se querer abolir a escravidão no país. Escravidão essa... Que repito, um tópico que eu quero frisar é a Lei de 1831. Já não era mais permitido o tráfico, posteriormente o Governo inglês, o Parlamento inglês editou a Lei Bill Aberdeen, permitindo que navios ingleses, até fora do território, apreendessem aqueles navios negreiros. Então, o Estado Brasileiro protelou ao máximo.

E, falando da Lei Áurea, de dois artigos, que, de fato, 2 artigos não visa a conceder uma igualdade material a ninguém, eu tenho uma frase da historiadora Emília Viotti da Costa, em sua obra “Senzala à Colônia” que merece ser lida nesse momento. “Após 13 de maio de 1888, cerca de dois milhões de brasileiros foram atirados à rua, sem meios de se alimentar, vestir, morar. Assim foi e eis que chegada a liberdade da Lei Áurea. A liberdade de não comer, não morar, não vestir, a liberdade de sobreviver, de subviver e de morrer”.

Ainda nos fatos históricos, eu não poderia deixar de citar alguns atos do Estado Brasileiro como o Decreto nº 1.331 de 1854 e aviso imperial nº 144, de nº 164 proibiu o acesso à escola de escravos, crianças negras. Posteriormente, o censo de 1872 revelou que 1 milhão e meio de escravos existentes, apenas 1 milhão e 4 sabiam ler e escrever. Não podemos deixar de citar o Código Penal na República que no art. 402 considerava a prática de capoeira crime, com pena de prisão celular de 2 a 6 meses. Não podemos deixar de citar as Resoluções que proibiam o batuque e o samba. Não podemos deixar de citar a Lei das Terras de 1850 que dava incentivo à aquisição de terras aos imigrantes europeus e asiáticos. Não podemos deixar de citar o Decreto de Ruy Barbosa, então Ministro da Fazenda, que determinou a incineração dos documentos remanescentes da escravidão. Não podemos deixar de citar, mesmo após a suposta Abolição, o Decreto Federal nº 7.967 de 18 de setembro de 1946 onde o Estado Brasileiro coloca como critério para admissão dos imigrantes, característica das mais convenientes à sua ascendência européia. Não podemos deixar de citar aqui a Lei Federal nº 5.465 de 1968 que estabeleceu cotas de 50% de vagas nas universidades públicas para os agricultores e filhos de agricultores. [soa a campanha] E não podemos deixar de citar a Guerra do Paraguai onde os negros foram expostos na linha de frente de batalha.

Cento e quatorze anos depois de 13 de maio de 1888, na Câmara Municipal de São Paulo, uma jovem negra--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só uma contribuição para o livro que ela havia acertado. Esses 50 reais tem fundo. [risos]

SR. KLEBER BISPO DOS SANTOS: Cento e quatorze anos depois, Senador, de 13 de maio de 1888, na Câmara Municipal de São Paulo uma jovem negra, Vereadora Claudete Alves, toma posse pela 1ª vez, na Câmara Municipal de São Paulo, maior Câmara da América Latina. [soa a campanha] Essa jovem é a 2ª Vereadora negra daquela capital. E a partir daí apresenta-se propostas legislativas que de fato visam atender a igualdade material. Feriado de 20 de novembro, Programa Municipal de Combate ao Racismo, em 4 anos de mandato 200 projetos apresentados nesse sentido.

Foi nesse momento que eu pude me agregar a esse trabalho quando fui procurado por esta Vereadora no retorno de uma viagem que havia feito aos Estados Unidos com a idéia de, muito rapidamente, ingressar com uma representação pleiteando indenização aos negros descendentes de negros africanos escravizados no Brasil. Procuramos o Ministério Público Federal,

elaboramos uma tese com os elementos que nos fora fornecido por esta Vereadora, e no dia 13 de maio de 2005, 3 anos atrás, estávamos protocolando o Ministério Público Federal um pedido, com base no direito meta individual. O que é que são os direitos meta individuais? Nós temos os direitos difusos, que são aqueles direitos que atingem, vai além do indivíduo, direito ao meio ambiente equilibrado, por exemplo, temos direitos coletivos, direitos de determinadas categorias, e nós temos os direitos individuais homogêneos que são aqueles direitos que abrangem algumas pessoas que, por determinado fato, foram lesadas. Posso citar o exemplo do acidente do shopping Osasco. Aquelas pessoas ali presentes, no caso do Ministério Público ingressar com uma ação coletiva, basta elas na sentença se habilitarem e pleitear seus direitos. Não necessita uma fase. Então, esse foi nosso pedido. Visando tornar mais democrático a representação da Vereadora Claudete Alves, Procurador da República em São Paulo na época— [soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Seu tempo está, mais ou menos, encerrado... Não, eu já dei 12 minutos. É que são 8 painelistas ainda.

SR. KLEBER BISPO DOS SANTOS: Então, eu vou concluir. Fora dada a oportunidade à consulta pública, que fora até respondida pelo Senador que noticiou o Estatuto da Igualdade, e agora apresentou a Emenda nº 02 que visa garantir a possibilidade jurídica. Quero dizer que o STJ, ao julgar uma ação da ditadura, já superou a questão da prescrição. Quero dizer que o STF deu seu 1º voto, Ministro Carlos Ayres Britto, a favor das Cotas.

E para poder concluir, não poderia deixar de citar e, aqui, me reporto à Sueli Aparecida Bellato, representante da Comissão de Anistia, que ficamos muito felizes ao ler a entrevista do Paulo Abraão, Presidente da Comissão de Anistia que, ao ser indagado, se família de descendentes escravo que pensa pedir indenização teriam esse direito... Ele entende que os mesmos têm esse direito, sim. [palmas] Só que a Legislação que hoje, que tem hoje se limita aos mortos e desaparecidos e a anistia.

Eu quero informar que a Vereadora Claudete Alves já protocolou no Senado Federal, no Ministério da Justiça, na Secretaria de Direitos Humanos, na Câmara dos Deputados e na SEPPIR requerimento para que se tome as medidas administrativas, legislativas e jurídicas cabíveis para que seja criada a mesma Comissão.

Quero dizer mais... Que a Entidade da Sociedade Civil Organizada, [soa a campanha] apenas para concluir, de São Paulo, fez um manifesto e está correndo um abaixo-assinado e existe um membro aqui presente, eu gostaria de fazer 2 requerimentos a V.Ex^a, o Sr.

Cláudio Thomas Edson, ele gostaria de protocolar o pedido dessa Entidade que tem mais de 6 anos, “Instituto Todos a Bordo”, na luta pela igualdade material e racial. E com certeza esse pedido é o mesmo sentimento da Educafro, Frei David, [palmas] e de tantas outras Entidades do Brasil. E o meu segundo e derradeiro pedido, eu vou juntar cópias dos requerimentos da Vereadora, Senador, a esta Comissão, e eu gostaria de ceder, pedir um aparte ceder meus últimos 5 minutos para a Vereadora poder estar saudando.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Você já falou 20 minutos. Era 10, mais 5 e a tolerância de mais 5. Você conclui. Deixa que a Presidência aqui orienta. Você conclui, e nós vamos permitir no Plenário, no encerramento, eu sempre abro para 3, 4 companheiros que estão no Plenário. E, naturalmente, a nossa Vereadora vai ser a primeira quando ao Plenário falar. Tá Vereadora? V.Exª será a primeira quando eu dirigir ao Plenário para que use a palavra. OK?

VEREADORA CLAUDETE ALVES (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone] Presidente, eu trocaria meu tempo para ele falar algo muito importante que não vai ter tempo, eu queria ceder essa possibilidade da minha fala a ele da orientação, da proliferação nos Tribunais. Eu acho importante, Kleber. Aí estou cedendo e agradecendo a gentileza.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Kleber, a tua companheira ali te deu o tom da palestra. Vai em frente. Você tem mais 5 minutos.

SR. KLEBER BISPO DOS SANTOS: Como o resultado dessa representação que tramita no Ministério Público Federal e hoje está tramitando aqui na Procuradoria de Brasília, o Ministério Público, como sabemos, ele tem autonomia. Cada membro tem um pensamento diferente. O Procurador Sérgio Gardenghi Suyama entendeu superada a questão do mérito da demanda que ao direito há. Precisamos saber como será realizado esse direito e efetivado. Ele não descartou a possibilidade de ações individuais, mas dentro da autonomia dele o pedido não foi acolhido através da ação coletiva. E através do Fundo nós temos aí a Emenda do Senador Paulo Paim, com certeza será aprovada.

Então, aqueles descendentes de negros africanos escravizados no Brasil, os DNAEBs, que é uma expressão aí criada pela Vereadora Claudete Alves, após estudos, ela está concluindo seu mestrado de Ciências Sociais na PUC e fez estes estudos e todos aqueles que se consideram DNAEBs devem procurar o judiciário, tendo prova, podendo requerer a sua indenização.

E eu, para concluir, dizer que isso não está longe da realidade, parabenizar aqui o Prefeito Eloy Pietá de

Guarulhos que nessa semana existiu uma propriedade lá que foi senzala. Ele me fez o termo de emissão na posse, o Ministro Edson Santos estava presente e está indenizando em 1 milhão e 900 mil os descendentes da matriarca Cândida Rodrigues Barbosa. [palmas] Então, eu conclamo a todos aqueles que ficaram acañados até hoje, dizer que hoje é um momento histórico. Os dias atuais são momentos históricos onde vai ser aprovado sim o Estatuto da Igualdade Racial e onde vai ser viabilizada sim a Comissão de Indenização aos DNAEBs e onde os descendentes de negros africanos escravizados no Brasil, desse país recorrerão ao judiciário sim para obter a igualdade material e a dignidade da pessoa humana. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo de imediato a palavra à Drª Sueli Aparecida Bellato, Conselheira Vice-Presidente do Ministério da Justiça e Conselho da Anistia, até porque ela vai ter que se retirar que está presidindo um outro evento e só saiu para fazer esse depoimento.

SRª SUELI APARECIDA BELLATO: [falha no áudio] a todos. Me sinto muito orgulhosa de estar podendo vivenciar, como disse o Dr. Kleber, esse momento do Parlamento brasileiro. Eu acho que nós não somos filhos da timidez. Nós não somos filhos dos “nãos”. Nós somos filhos da “esperança”. E, nesse sentido, é que eu quero dizer que a gente vai ter que buscar os caminhos juntos. Não sei se o Tiago de Mello que repete D. Elder Câmara, ou se é D. Elder Câmara que repete Tiago de Mello, mas até Gonzaguinha, “sonhos que se sonham juntos são realidade”, né?. Então, eu acredito na possibilidade de sonharmos para não sonhar sozinho, porque aí vira sonho só.

Então, nesse sentido, eu quero informar também aos senhores que faço parte daquele pequeno grupo da sociedade civil que desde o primeiro momento do Governo Lula fomos nomeados para presidir, trabalhar como Conselheiros do Ministério da Justiça, portanto do Sr. Ministro da Justiça na indicação das reparações dos prejuízos que as várias ditaduras que nós vivemos no Brasil causou aos seus cidadãos.

Não foi só a ditadura de 1964, mas também a do Estado Novo que trouxe muitos prejuízos aos cidadãos. Qual é o aparato com que nós trabalhamos? O instrumental que nós trabalhamos é aquele produzido pela Sociedade Brasileira através do seu Parlamento. Portanto, através do Legislativo. A ferramenta que nós temos hoje é a ferramenta resultado daquele momento de embate e de transição que a sociedade conquistou através dos parlamentares. Eu tenho também essa impressão que foi dita pelo Frei David, que hoje nós temos um Parlamento, talvez, mais tímido que tivemos quando da promulgação da Constituição de 1988.

Então, o que nós temos hoje e, aí, eu estou me dispondo, me oferecendo para conversar inclusive com o Sr. João Cândido, com a Prof^a Maria Luci, aquilo que foi possível à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça quer cruzar fileiras com os senhores com as senhoras para discutirmos os caminhos e alcançarmos os resultados. Veria hoje algumas dificuldades na reparação econômica, mas eu vejo dos anistiandos, desses mais de 6 anos, 5 anos que eu estou presente na Comissão desde o primeiro momento do Governo Lula, que o primeiro passo, a primeira reivindicação dos anistiados, daqueles que sofreram perseguição política não é a reparação econômica... É a reparação moral, é a reparação de cidadãos das condições de igualdade que o Estado Brasileiro lhes faltou quando deveria ter protegido. [palmas]

Então, nesse sentido, eu entendo que nós estamos do mesmo lado. Ainda que a Lei nº 10.559 tenha algumas dificuldades para contemplar o pleito pretendido nessa ocasião. No dia-a-dia estamos na Comissão de Anistia hoje, por exemplo, recuperando a memória principalmente, por isso, há uma Sessão Especial, hoje, no Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, onde houve a destruição da sede da UNE. Está sendo julgado alguns processos pela Comissão de Anistia, o Presidente Paulo Abraão se encontra nesse momento na Sessão no Rio de Janeiro junto com alguns Conselheiros, porque a reivindicação maior que a juventude estudantil faz hoje não é tanto a reparação econômica, é a reparação simbólica da devolução da sede da UNE que foi destruída pelo regime militar.

Esses pilares da nossa democracia continuam sendo buscados e resgatados. Nós estamos juntos para dizer... As caravanas enfrentam grandes dificuldades. As dificuldades de Conceição de Araguaia, talvez, não seja menor do que a dificuldade pleiteada pela comunidade negra.

Quando nós chegamos a São Domingos do Araguaia e que nós nos deparamos com a realidade que poucos brasileiros ainda hoje conhecem do que viveram aqueles poceiros dessa região... Só um sentimento me acometeu. O que foi Canudos, meu Deus. Se isso foi São Domingos de Araguaia na década de 70, o que não foi Canudos? E dizer de dívidas, dizer de dificuldades que o Legislativo tem para implementar os sonhos da comunidade brasileira, eu fico pensando no art. 68, como diz o Senador. Já foram regulamentados terrenos de quilombolas que pareciam ser menos difícil, se sequer o art. 68 está regulamentado no dia de hoje e que as terras sejam devolvidas nas comunidades que estão morando em cima da terra, que são comunidades com laudos periciais já identificados como comunidade afro, e ainda não foram, eu quero dizer que é

uma espreitada grande e difícil, mas não impossível. E é essa a minha palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Doutora, só para ajudar a senhora, alguns companheiros não entendem a importância da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. [palmas]

Está lá dentro de Estatuto a regulamentação, aprovada por unanimidade aqui no Senado. Se a Câmara aprovar, vai para sanção e o Presidente Lula vai sancionar, porque ele mesmo disse... Chegou a dizer a última vez, pelo amor de Deus, não venha daqui a 100 anos reclamar que isso não foi regulamentado, porque falta a Câmara aprovar o Estatuto onde regulamenta o art. 68 que garante a titularidade definitiva para a comunidade quilombola.

SR^a SUELI APARECIDA BELLATO: Agradeço, Senador, agradeço a contribuição que me informa inclusive, mas para dizer isso... A Comissão de Anistia, lida seu instrumental de trabalho, é uma lei que foi feita por essa Casa, aprovada por unanimidade e que hoje vários setores da sociedade a repelem, mas ela foi aprovada por unanimidade num determinado momento de 2002. Então, é esse material com que nós lidamos e que vamos ter que buscar quais são as outras medidas necessárias, Legislativa inclusive, para ter contemplado a anistia merecida, devida a João Cândido e a todos os outros mártires que nós tivemos na história brasileira, mas que, nesse momento, vislumbra algumas dificuldades para ser enfrentada sozinha, mas não vislumbro se não estivermos juntos. Muito obrigada, volto para presidir a Sessão da Comissão de Anistia onde nós estamos tendo hoje as 2 turmas em julgamento com processos de pessoas idosas que precisam ser reparadas. Muito obrigado e peço desculpas pela minha ausência. [palmas]

FREI DAVID: Dr^a Sueli, entendo que a senhora está disponibilizando para sentar com a Comissão da Comunidade Negra para trabalhar alguns caminhos.

SR^a SUELI APARECIDA BELLATO: Exatamente. É verdade. Já entreguei meu cartão, né? Certamente falo em nome do Presidente Paulo Abraão, hoje estou no exercício da Presidência em Brasília, mas essa é a disposição de todo o corpo do Ministério da Justiça de trabalharmos juntos para contemplar o pleito da comunidade. Obrigada. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo a palavra, de imediato, ao professor historiador Antônio Inácio Matos da Silva, Coordenador de Formação Política do Movimento Negro Unificado do Rio Grande do Sul.

Nós temos 8 convidados para falarem. Eu faço um apelo a todos se pudermos ficar 10, mais 5 e dar

15 minutos, e, no máximo, estourando 20. Vamos lá então.

SR. ANTONIO INÁCIO MATOS DA SILVA: Bom dia companheiros e companheiras. Nosso companheiro lutador, conhecido amigo de muitos anos da época da metalurgia, as greves lembro do Paim na caminhada de 10 mil pessoas em Canoas – Porto Alegre, uma emoção grande e quando era muito ruim para fazer esses debates. Éramos tratados como *ETs*, como alguma coisa que não tínhamos o que fazer, era bem assim que a sociedade nos olhava. Essa sociedade não é só sociedade elite, é uma sociedade, inclusive um momento social, muitos de esquerda [ininteligível].

Então, eu quero dar um bom dia à Mesa, bom dia especial ao nosso companheiro Frei David que eu acompanho toda a sua militância muitos anos e à Mesa. Eu sou Antônio Inácio Matos da Silva, eu sou militante do movimento negro há algum tempo... Para dizer que já tenho alguns anos de carreira, e participo do Movimento Negro Unificado que esse ano faz 30 anos em 1978 participei do início, me afastei um pouco por problemas de direções e depois voltei e hoje faço a coordenação da formação política no Rio Grande do Sul. E participo das atividades nacionais.

Nosso parceiro Kleber estava colocando... Nós estamos num momento, fazendo história aqui utilizando bem a nossa vida, essa dívida que nós temos para fazer alguma coisa de proveito para a humanidade. Dá para dizer que o nosso curto tempo de espaço aí da vida valeu a pena para a humanidade e para nós a gente está vivendo isso, né? Dá para dizer que a gente dá para a gente morrer feliz, né? O que nós estamos fazendo? É muito importante.

Eu, por exemplo, Vereadora, quando você recebeu o cheque, Senador Paim, levou para lá eu pensei, mas nós estamos lutando pelo Estatuto da Igualdade, nós brigamos há muito tempo pelo Fundo de Reparações. Não será, Senador Suplicy, que o simbolismo da entrega desse cheque não é nós negros que estamos sendo solidários com as nossas próprias famílias, pai e vô, criando Fundo de Reparações? É isso? Com um cheque de 50 Reais, é isso que nós queremos. [palmas]

VEREADORA CLAUDETE ALVES (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone] Isso é para financiar a nossa luta.

SR. ANTONIO INÁCIO MATOS DA SILVA: Estou começando isso para... Isso não é perspicácia minha, é sensação de quem vive 100% essa luta. Então, a gente consegue entender a importância disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Permita que eu registra a presença do Senador

Mão Santa. Senador Mão Santa sempre está com a gente, viu?

SR. ANTONIO INÁCIO MATOS DA SILVA: Quero falar um pouco sobre a Revolta da Chibata e João Cândido e dizer que já tenho pregado bastante tempo um filme, mas não sobre o João Cândido, mas sobre a Revolta da Chibata. Parece que foi Carlos Santana que colocou isso aqui. É bem importante, dando exemplo de belos filmes, de produções brasileiras. Tem aquele que fez o Olga, fez as Sete Mulheres, uma produção maravilhosa com histórias brasileiras. Eu sempre me inspiro nele que eu acho que sou um fã desse produtor.

Vinte e quatro de junho de 1880. O distrito de D. Feliciano, Encruzilhada do Sul, Município que se emancipou de Município de Rio Pardo, 19 de julho de 1849, temos aqui, nossa companheira Maria Luci Ferreira, moradora de Encruzilhada, portanto conterrânea de João Cândido Felisberto. [palmas]

Nesse dia João Cândido nasce e que vai mexer com a nossa inquietação até hoje e para sempre. Ele nasce, sua família como de resto todas as famílias negras na época, nasceu em terras de outros, né? Aliás, Abdias disse que o Brasil que é dos indígenas construído pelos negros para o prazer e deleite dos brancos. Então, essa terra que era dos indígenas, que foi trazido negros para cá, e seu pai era tropeiro... O Brasil da época nós estávamos próximo do advento da Abolição. Em 13 de maio. Tínhamos passado há pouco tempo, até passou no vídeo aqui, saído recentemente, não fazia muitos anos da Guerra do Paraguai. Estou fazendo o pano de fundo do Brasil para falar da história que é o foco, de João Cândido e a Revolta da Chibata.

É importante entendermos o momento como vivia o Brasil da época. 20 milhões de habitantes... O advento, como eu disse, inevitável do 13 de maio que iria acontecer, o Exército e a Marinha já fazem disputa pela paternidade. O Exército pró-republicano, a Marinha vivendo do passado, da glória da Guerra do Paraguai, suas naves quebradas, suas naus, e o Exército liderado por Deodoro da Fonseca, Marechal Deodoro da Fonseca, nesse clima que nasce o nosso companheiro João Cândido. Aos 10, 11 anos, João Cândido numa disputa com o filho do dono da terra, sempre vou fazer isso, dono da terra, se desacertaram – peraltice das crianças. Na época e até pouco tempo lembra os mais velhos, as crianças para serem corrigidas, até agora eu vejo pai dizer: “meu filho precisa servir. Precisa ir para o Exército”. Essa é uma correção estúpida que o pai está querendo dar para o filho. Pois, na época, era muito forte, era oficializado, isso era quase um dogma das famílias.

João Cândido teria que ser... Teria que ir para Marinha, teria que ser marinheiro. Que não era um

bom menino. Ele havia se indisposto com a família dos donos da terra. João Felipe Correia e outros... Com 11 anos, João Cândido vai para a Casa do Almirante Alexandrino de Alencar, uma Casa que existe até hoje, hoje é um Museu no Município de Rio Pardo para ser preparado para ir para a Marinha. Com 11 anos. Com 13, 14 anos, ele já está na Escola de Aprendizes em Florianópolis.

Alguém lembrou do Estatuto da Criança e Adolescente nesse momento? De 1990? Assinado pelo Collor. Com 13 anos. Com 15 anos e meio, João Cândido Felisberto já está no Rio. No Rio de Janeiro. É bom entender isso para compreender uma pessoa que viveu muito pouco na Marinha uma história grandiosa construída. A experiência vem desde a tenra infância, né? A escravidão, a Lei Áurea acontece, Proclamação da República em 15 de novembro, [soa a campainha] a Marinha era construída, era formada pelos filhos dos ruralistas, pelos... A burguesia urbana, filhos de militares como oficiais e os pobres seu lugar era ser marinheiro. Então, estava limitado, estava definido.

Quem eram os pobres da época? Os negros. Onde tem pobre, como até hoje? A maioria negro. Onde tem negro, como tem hoje a maioria pobre. Naquela época era 100% de negros sendo pobres. Nesse sentido, então, que a Marinha, os marinheiros são formados a maioria por negros, o Brasil primeiro com Deodoro da Fonseca, que depois renuncia, com o Marechal Floriano, segundo Presidente, seu Vice. Marechal de Ferro considerado pela dureza como ele tratou a Revolução da Marinha dos Oficiais em 1893, 1894, uma revolta dos oficiais que durou 6 meses. Depois os governos começam o grande acordo que a gente chama até hoje muitos “café com leite”, entre... O Rio era a capital, como Brasília é a capital. Mas os Presidentes não eram do Rio. Os Presidentes nunca são de Brasília, os Presidentes eram de Minas Gerais e São Paulo.

A partir de Marechal Floriano passou a ser todos advogados, todos da elite nacional num acordo, num grande acordo. Quando chega em 1910, a elite não se acerta. Não consegue ter um candidato de consenso. E aí tem 2 candidatos. Um dos candidatos, quem? Ruy Barbosa. Grande e conhecido Ruy Barbosa. Ministro do 1º Governo de Deodoro da Fonseca que fez aquela bobagem, né? Mandou incinerar os documentos que aqui. Hoje está fazendo falta para recorrer, para comprovar as reparações. Eles fazem de conta que não sabem, dizem que a gente está exagerando que é viagem nossa.

Ruy Barbosa concorre contra o sobrinho de Deodoro da Fonseca. Gaúcho, nascido no Rio Grande do Sul, sempre está produzindo essas figuras que sempre não nos orgulha muito, não. Hermes da Fonseca.

Na disputa, como eu disse, o Brasil tinha mais de 20 milhões, mas não chegou a 600, 700 mil pessoas que votaram no Brasil. Evidente que deu Hermes da Fonseca. A expectativa da Marinha, dos marinheiros, por conhecer o Ruy Barbosa com todos os problemas que ele especificava muito o avanço era muito grande. E a frustração, então, foi grande com a derrota.

Voltando um pouco, os marinheiros frustrados, quem queria avanço no Brasil, decepcionado, mas com Hermes da Fonseca volta então um militar a Governar o Brasil a partir de 1910. A Marinha, como eu disse, ela fez uma revolução em 1893, ou 1894 para querer o reaparelhamento da Marinha. Estava muito ruim a Marinha. Só podia ganhar do Paraguai, um país bem economicamente abaixo do Brasil.

Em 1906, 1907, o Governo remete para... O Governo Prudente de Moraes ele remete para o Congresso um pedido de reaparelhamento. Isso é aprovado no Congresso e no ano de 1909, e lá se vão... Olha lá, lá se vão marinheiros, técnicos da Marinha, para *Newcastle* na Inglaterra para construírem navios para Marinha.

O Brasil que era um atraso em termos de naus e equipamentos, passa a ser depois de construído a terceira força no mundo e passa a ter o maior navio, o maior encouraçado do planeta – O Minas Gerais. E quem é que está no Minas Gerais? Aquele que entrou com 15 anos. Portanto, já tinha 15 anos de idade na Marinha, já tinha 15 anos de experiência, era o mais experiente. [soa a campainha] João Cândido, está lá no Minas Gerais.

Tem outros navios, São Paulo, Deodoro, Bahia, são 4 navios que são colossos que orgulhavam todos os brasileiros, marinheiros, oficiais, pelo esplendor, pela capacidade bélica, inclusive. Como os marinheiros foram até a Inglaterra para saberem operar com os técnicos ingleses, chegam lá eles fazem contato com outras nações avançadas do ponto de vista de Direitos Humanos, como é toda nossa luta, luta negra. Ela uma luta pelos Direitos Humanos, e lá, no contato com os europeus, eles conhecem uma experiência exitosa.

Em 1905, lá na cidade de Odessa(F) no Mar Negro, aconteceu a Revolta do *Potenkim*, do encouraçado *Potenkim*. Marinheiros russos fizeram uma coisa esplendorosa. Eu tenho esse filme, uma beleza, transformar ele em CD para poder distribuir... Eu tenho ele em vídeo. Feito pelo russo chamado Sergey. Tem muitos russos com o nome Sergey, não tem como errar. Sergey fez, em 1925, foi considerado o maior filme da história, porque, enfim, estava começando a cinematografia.

E eles conhecem lá os marinheiros russos. E eles ficam fazendo a comparação, inevitável a comparação.

Quando voltam, já voltam com o navio São Paulo, navio Deodoro, em homenagem a Deodoro da Fonseca. Navio Bahia e outros navios, Timbiras e o Minas Gerais. É natural que a pessoa, então, está de roupa nova, está se sentindo. Assim é o espírito dos marinheiros. Mais a ideologia, mais o avanço, mais o aprendizado com os europeus... É desse jeito que eles chegam no Brasil. Está no Governo Nilo Peçanha.

Nilo Peçanha, não sei se a comparação grosseira, mas ele seria tipo o Jânio Quadros. Ele não seguia a linha do que elegeu ele. Por exemplo, ele não levou a Cultura, o chorinho para o palácio. Chiquinha Gonzaga, Ernesto Nazaré... A elite não gostava muito disso. E ele tinha uma relação boa com o povo, um pouco populista. Ora, sai um Governo que está querendo, Nilo Peçanha, que está querendo melhorar, aí quer melhorar mais, quer o Ruy Barbosa, aí o Ruy Barbosa perde e o retrocesso é muito grande. E as chibatadas estão acontecendo, nos porões lá dos navios. Chibatada que foi, no segundo dia da República, 6 de novembro, Decreto nº 03 tinha sido extinta. E a pressão da Marinha foi tão grande que 5 meses em abril de 1890 voltou, permitindo 3 dias de solitária e 25 chibatadas. Que beleza, né? A humanidade deles. Era muito forte a pressão da Marinha. E é nesse sentido que 1910 [soa a campainha] Vou tentar concluir, Senador, 1910... Eles voltam, tomam posse em 15 de novembro Hermes da Fonseca, eles pensam em dar um presente para o Hermes da Fonseca. Uma sublevação. Presente.

Acontece que o dia da posse cai um toró, eles tiveram que suspender. Mas aí o Hermes da Fonseca deu uma motivação muito forte através de seus superiores, Comandantes da Marinha... Em 16 de novembro o marinheiro Marcelino Rodrigues, uma briga com outro marinheiro, por causa de uma garrafa de cachaça, ele é chibatado a lei permitia até 25 chibatados. Ele é chibatado 250 vezes nas suas costas. [soa a campainha] 250 vezes. Evidente que isso criou um clima, cosnternação tão grande que foi preparado dia 22 de novembro, o dia que Hermes da Fonseca recebia a elite carioca no Clube da Tijuca com música clássica, voltou, terminou o chorinho que era da época do Nilo Peçanha, e aí às 10 horas da noite, o clarim, às 22 horas que toca o silêncio naquele dia, como dizia o, como falava o Edmar Morel aquele dia o clarim pediu luta.

Começou a Revolta da Chibata. 2.379 marinheiros participavam. Domínio completo dos marinheiros que tinham na sua mão aquilo que o próprio Governo, quando pediu para o Congresso disse: "nós vamos comprar os melhores encouraçados do mundo". Pois era verdade. E estava com os marinheiros, eles dominaram. [soa a campainha]

E o Governo submeteu, ficou de joelho e teve que negociar. Negociou, Ruy Barbosa foi intermediador, negociou 22, 23, 24, dia 25, 26, foram devolvidos os navios. Esse Governo ele traiu como sempre trai esses Governos. E os marinheiros voltam para os navios, entregam, o João Cândido retira toda a sua roupa de comandante e devolve para o Governo e dia 9 de dezembro o Governo arruma outro motivo, faz um... Para criar uma outra revolta, porque não se deu por vencido e a anistia que ele tinha feito, portanto, atenção, foi anistia da primeira revolta. 22 de novembro. E ele cria uma outra dia 9 de dezembro, uma revolta, bota 18 marinheiros na Ilha das Cobras, na solitária, morrem 16, só 2 não morrem, um tal de Lira – negro alto, e João Cândido. Porque morreram de asfixia. Colocado, imagina, no Rio de Janeiro, dezembro, botaram numa solitária lá no fundo. Bota aí as necessidades fisiológicas que são feitas, aí o comandante lá diz: vamos terminar com esse cheiro, bota cal. Aí alguém diz vamos lavar esse cal, imagina o cheiro, as pessoas morreram asfixiadas. 16, 16 brasileiros, como disse João Cândido, Museu da Imagem do Sonho em 1968, 29 de março de 68.

Essa foi a guerra, foi a luta, foi a vida de João Cândido, encerrando aqui. Depois ele teve um processo de desqualificação pessoal colocados no hospital dos alienados, foi tratado pelo grande médico Dr. Juliano Moreira, foi julgado por essa [soa a campainha] Por essa segunda revolta, foi absolvido por uma pessoa magnífica também, João Pessoa, morto depois em 1930, foi promotor que não teve nada para falar dele. E aí ele passou uma vida sofrida, foi trabalhar, permitiu trabalhar, a partir de 1959 ele foi para a, quem é do Rio, Praça 15 no Rio, vendia peixe e lá conseguiu também uma pensão do Governo do Rio Grande do Sul que a ditadura tirou. Do Governo do Rio Grande do Sul encaminhado pelo Deputado Carlos Santos, Deputado negro que foi Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Em 6(F) de dezembro de 69, às 3 horas da tarde morreu João Cândido. [soa a campainha] Às 15 horas da tarde, 7 anos exatamente antes de outro homem muito importante para história do Brasil, João Goulart. Que essas Casas todas procuram saber, tenho acompanhado se ele morreu mesmo do coração ou foi envenenado. Então, morreu lá. Ele que já morava desde 1912 em São João de Meriti, Deputado Carlos. Até hoje a família dele mora lá. Onde mora a Sônia, o Candinho, o outro Candinho, nós temos um Candinho aqui que é sobrinho neto, né? Que é o filho mais novo dele, essa história da pessoa que sofreu, não foi reconhecido em vida e isso que nós queremos recuperar. Desculpe o atraso. [palmas]

Só queria, uma coisa que queria colocar que agora em 2010 completam 100 anos... Nós devemos todos nós, Deputado Paim, pode ser nossa linha de frente aqui, fazer mais uma coisa do Brasil que os 180 quantos milhões que vão ter até 2010, fique sabendo da história de João Cândido. João Cândido e a Revolta da Chibata. Ele foi comandante dessa revolta, Obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para reflexão já do e importante depois professor no debate que teremos, que a Emenda aprovada na Câmara dos Deputados tem a seguinte redação. Nós aprovamos na íntegra, aqui no Senado, o Projeto da Anistia, da Ministra Marina, e a Câmara aprova com a seguinte Emenda: “Concedida anistia por morte a João Cândido Felisberto, líder da chamada ‘Revolta da Chibata’ e os demais participantes do movimento com o objetivo de restaurar o que lhes foi assegurado no Decreto de nº 2.280 de 20 de novembro de 1910”.

Aí é importante que nossos juristas estudem direitinho a Emenda para ver se, efetivamente, ela contempla que a nossa posição aqui no Senado é aprovar com a Emenda ou sem a Emenda. Que seja o mais amplo possível para restaurar a vida e a história de João Cândido, efetivamente, de forma mais abrangente possível. Então, por isso, eu quero lhe passar, professor, também já uma cópia da Emenda para que seja fruto do debate e do nosso entendimento. Aprova que o Senado agora pode aprovar a Emenda ou não. Se derrubar a Emenda, mantém o projeto original da Marina. Se aprovar com a Emenda, por isso, fica para reflexão de todos nós. Passo a palavra nesse momento à minha... Digo, querida amiga, né, Maria Luci Correa Ferreira, professora, representante aqui dos educadores negros, Agente Pastoral dos Negros, Rio Grande do Sul.

SRª MARIA LUCI CORREA FERREIRA: Será que já raiou a liberdade? Pergunta o criador uma voz que não ressoa. E um coro angelical se pronuncia, estão orquestrando a verdadeira anistia...

Saúdo, em primeiro lugar, o nosso nobre Senador Paulo Paim, Presidente desta celebração. Saúdo os parlamentares presentes, convidados especiais e público em geral.

Senhores e senhoras, eu tenho na minha mão 2 flores. 2 camélias. Simbolicamente, 2 camélias. Vou guardá-las aqui até o final deste relato. Paulo Paim, Senador Paulo Paim, ontem, 2 dias atrás aconteceu. 2 dias atrás aconteceu a votação sobre a anistia do João Cândido. Então, eu vou fazer o relato que nós vamos ver que é muito simbolismo do dia 13. Não estou repetindo, professor, apenas para encaixar esta minha... Esses fatos.

João Cândido Felisberto, símbolo dessa celebração, também conhecido como Almirante Negro, nasceu em 24 de junho de 1880 na Conchilha Bonita, interior do Município de Encruzilhada do Sul, Rio Grande do Sul. Era um dos 8 filhos de João Cândido Velho e Inácia Cândido Velho, tropeiros libertos. Foi escravo até os 8 anos, e quando raiou a liberdade, 13 de maio de 1888 sofreu a primeira e impactante separação.

Sua irmã Caetana e mais 60 escravos libertos foram presenteados a uma gentil senhora. Desta história, nunca antes desvendada, tenho a convicção que naquele momento floresceu o espírito de justiça e de liberdade no guri que já nasceu grande de pensamento. Tornou-se o líder da Revolta da Chibata. Justificando a sua ação solidária e de bravura registrando para a história e para o mundo a verdadeira Abolição da Escravatura e Cidadania na Marinha de Guerra.

Senador, somente amamos o que conhecemos. E para divulgar a saga desse marinheiro de 1ª Classe, a Secretaria Municipal de Encruzilhada do Sul criou o projeto Conheça João Cândido Felisberto, o Almirante Negro. Em 2002. E falamos para a população de mais de 2.100 alunos. O meu envolvimento com a temática ‘anistia’ surgiu após um depoimento expresso num jornal concedido por sua filha nos meados de 2000, que relatava o sonho do velho pai. A Marinha Brasileira deve reconhecer seus direitos com as devidas reparações, e a sua valorosa contribuição à causa da justiça social no país, disse ela. Diante disso, me consternei com o conteúdo daquela inspeção e, imediatamente, criamos ações que culminassem sempre em 24 de junho, data natalícia do mais ilustre encruzilhadense.

2002, 122 anos de João Cândido, atreladas à determinação e união ao Departamento Municipal de Cultura, criamos o Projeto Encruzilhada do Sul – Portal da Anistia de João Cândido. O senhor esteve presente conosco. E o manifesto de apoio cuidadosamente elaborado junto ao Projeto de Lei do Senado nº 45/2001, da então Senadora Marina Silva, que busca a reparação *post mortem* para João Cândido e seus marinheiros. A repercussão do evento conduzida pela mídia chegou ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul que, percebendo a relevante importância do projeto, somaram forças e lançaram o manifesto de apoio numa marcante solenidade no Teatro São Pedro, em Porto Alegre. E junto, na medida que ele assinou o documento, ele disse: “Estou assinando este documento em nome de todos que amam o nosso Rio Grande”, Olívio Dutra.

2003, 123 anos de João Cândido. Uma exemplar solenidade na Câmara Municipal de Vereadores de Encruzilhada do Sul suscitou o dever da memória

para aquele que enriqueceu a sociedade com solidariedade e compaixão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, professora, que eu receba aqui o Deputado Roberto que é o Relator do Estatuto da Igualdade Racial. [palmas]

Deputado, me permita dizer para todos aqui como é importante as mãos brancas e negras juntas. Se depender dele, o Estatuto seria aprovado, hoje, por unanimidade. [palmas] Por favor, professora.

SRª MARIA LUCI CORREA FERREIRA: Como eu colocava antes, sempre aos 24 de junho nós fazíamos uma homenagem a João Cândido. Então, em 2003, 123 anos do nosso Almirante. Uma exemplar solenidade na Câmara de Vereadores Municipal de Encruzilhada do Sul suscitou o dever da memória para aquele que enriqueceu a sociedade com solidariedade e compaixão. Houve ainda a apresentação de um... De projetos instituído Carta Documento e enviada às autoridades de âmbito nacional, as quais nos seus respectivos Ministérios avaliariam os nossos propósitos pautando denunciar que a pseudanistia para João Cândido e seus marinheiros violentou os direitos sagrados que as leis da República nos facultam.

Considerar que o Almirante Negro, buscando a maestria de si mesmo, combateu os maus contra a Lei da Chibata, denunciou o trabalho escravo, a alimentação precária e o mísero salário. É importante grafar a declaração do Senador Ruy Barbosa: "Gente dessa ordem não se despreza, lamentam-se os desvios, mas reconhece-se o valor humano que ele representa. Isto é uma Revolta honesta".

Aos 2004, 124 anos de João Cândido, a adesão do manifesto de apoio cresce num patamar que extrapola as expectativas. 70 mil assinaturas graças, especialmente, aos educadores negros [soa a campainha], movimentos estudantis e visita a outros Estados.

2005, 125 anos de João Cândido. Sendo convidada do Governador do Rio Grande do Sul, eu participei da I Conferência Nacional da Igualdade Racial. Estimulada pelo Presidente da Fundação Palmares na época, elaborei a moção de anistia cunhada por 100 delegados de âmbito nacional. Em Brasília, de 30 de junho a 2 de julho de 2005.

2006, 126 anos do nosso Almirante. Sempre no empenho de divulgar e buscar assinaturas de adesão à anistia definitiva recebemos o honroso convite do tradicional e destacado Colégio Estadual Técnico Agropecuário de Encruzilhada do Sul, Dr. Zeno Pereira Luz, para homenagear o Almirante Negro. Surgiu a idéia de criar um Centro de Estudos daquele educandário denominado João Cândido, o Almirante Negro.

Também enviamos a 2ª carta do documento a diversas pessoas e Autoridades Nacionais buscando a anistia definitiva. Sempre pautando. É chegada a hora de o Congresso Nacional recuperar a anistia que aprovou para os homens que se revoltaram e puseram fim aos castigos corporais na Marinha de Guerra, a anistia que foi desrespeitada à época.

Um Estado que pretende consolidar e aprofundar a democracia deve resgatar a memória dos que lutaram por um país digno e civilizado. Denunciamos que o maior entrave da lavra, a anistia definitiva, era a cor do marinheiro de 1ª Classe – era negro. Dentro do oficialato de brancos, surgiu um Almirante Negro por 3 dias. Denunciamos racismo.

2007, 127 anos de João Cândido. Propusemos em Encruzilhada do Sul, frente às comemorações dos 100 anos da Revolta da Chibata. 2007-2010. Este projeto visa contemplar as seguintes propostas: Instalação do buço do Almirante Negro; apresentação da peça teatral João Cândido do Brasil, já aconteceu, né, e encenada pelo elogiável Grupo União e Olho Vivo do Estado de São Paulo, do premiado César Vieira; também estamos propondo para esses 3 anos para se festejar os 100 anos da Revolta... Criar, buscar patrocínio para criar o documentário "João Cândido Felisberto das Cochilhas de Encruzilhada do Sul para o alto-mar"; também estamos buscando mobilização para se criar uma ONG Almirante Negro; e, também, intensificar as assinaturas em prol da anistia. [soa a campainha]

E 2008, então, né? Dar continuidade à visibilidade às propostas anunciadas no ano de 2007 que serão cunhadas no dia 24 de junho próximo.

Tenho a certeza que hoje recebi um Oscar da minha vida. Na minha vida, dessa minha modesta participação em direção à anistia de João Cândido.

Agradeço com o coração ao jornalista Rodolfo [ininteligível] lá de Encruzilhada do Sul; ao Secretário de Educação, Rosiberto Pinheiro Nunes; ao ex-Presidente do Departamento de Cultura, Elaine Fossa; ao ex-Presidente da Câmara de Vereadores, Carlos Heitor Paniagua. Agradeço à Profª Vera Regina Triunfo, que não mediu esforços para divulgar o feito de João Cândido; agradeço à UNA – Unidade Nacional pela Anistia por nos enviar fotos e muita coisa sobre João Cândido; À Modac(F), na pessoa do senhor, o Modac(F) também outro movimento do Rio de Janeiro sobre a anistia, ao Sr. Raimundo Porfírio(F), pela recepção no Rio de Janeiro e a acolhida no CIEP João Cândido foi interessante, porque nós somos no CIEP no ano 2003 e fizemos uma homenagem para João Cândido enquanto São Paulo fazia aquela homenagem na Escola de Samba Camisa Verde.

O senhor, Paulo Paim, estrela guia, acompanhou sempre o nosso projeto. O seu nome, Paulo Paim, está escrito nas estrelas. No seu desafio de indignação lançou sua flecha conectando o passado, o presente e o futuro. Dessa revolução, o qual foi o mais brilhante arqueiro.

Em nome de todos que amamos, Deus pai, agradeço a todos os senhores pela paciência de ouvir o meu relato.

Tenho 2 camélias. Uma branca e uma vermelha. Todos os senhores sabem que estas camélias foi a forma dos negros buscarem a sua libertação, ali no Rio de Janeiro, plantavam camélias e vendiam. Que essas duas camélias sejam a branca de paz e de harmonia entre nós todos, esse povo negro, brancos e negros. E a camélia vermelha seja de energia, de vibração e de amor. Tenho dito.

Muito obrigada. [palmas] Simbolicamente, eu estou entregando estas 2 camélias a esta pessoa que me fez chegar até aqui para dizer o que nós pedimos. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou nesse momento... Primeiro, registrar a presença entre nós da Presidente da Associação Nacional do PROUNI, Adriana Ferreira. Adriana Ferreira que está acompanhando o nosso Relator do Estatuto, o Deputado Roberto. Em seguida... Vou pedir que o neto do João Cândido continue aqui na Mesa e os outros convidados se pudessem sentar no Plenário que nós vamos ter uma outra Mesa agora e eu vou convidar, de imediato, meu amigo lutador companheiro, senhor, Dr. Anthony. Gostou? Senhor doutor... O José Antônio que é o nosso companheiro e é o Coordenador do... José Antônio dos Santos da Silva, Presidente do Conselho de Participação de Desenvolvimento da Comunidade Negra – CODENE. Então, convidar o Antônio aqui. Para mim é Antônio. O nome completo dele estou decifrando aqui agora.

Convido também Rubens da Silva, Coordenador Representante de Usuários da Comissão Especial de Política de Promoção de Igualdade Racial do Grupo Hospitalar Conceição ligado à SEPPIR.

Convido ainda Ana do Carmo da Silva Honorato, Coordenadora e Presidente da Comissão Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

E, por último, José... Tem alguém mais no Plenário que eu não chamei? Aqui. Sr. Sionei Ricardo Leão, Jornalista, Professor universitário e membro da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial. Então Sionei, por favor.

E também eu passo a palavra ao José Antônio da Silva que é o Coordenador Presidente do Conselho CODENE.

Pessoal, só me permita... Que não dá para todos virem para Mesa. Se tiver mais algum outro convidado, eu vou permitir que ele fale do Plenário.

SR. JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS DA SILVA:

Queria fazer uma saudação na pessoa do Senador Paulo Paim, a todos os companheiros e companheiras que compõem essa Mesa e a Mesa que nos antecedeu. Queria fazer uma saudação a nossa companheira Sátira Machado, Coordenadora da COPPIR, da Secretaria de Justiça e Desenvolvimento Social do Estado do Rio Grande do Sul, a nossa companheira Vereadora Claudete que a gente aprendeu a conhecer e a respeitar pelo seu trabalho em São Paulo. Há 5 anos, Claudete, quando tivemos uma oportunidade ali numa atividade que você realizava na Câmara de Vereadores e parabeniza-la pelo seu livro. E para sermos, eu acho que objetivos naquilo que nos traz aqui, importante esse momento que o Senado Federal através da Comissão--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Antônio, permita só que tem que chamar para Mesa a companheira Sátira Machado, Coordenadora Estadual de Políticas e Igualdade Racial.

SR. JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS DA SILVA: E também, quase passando batido, porque a gente quer aproveitar bem o tempo, sabendo que os companheiros tem muito a falar, nosso sempre amigo e militante companheiro Armando que, aqui, representa não só os companheiros sindicalistas, mas também os companheiros da União de Negros na Igualdade no Estado do Rio Grande do Sul.

Dizia, Paim, que é importante que esse momento o Senado através da Comissão de Direitos Humanos discute a anistia João Cândido, e depois de ouvirmos relatos como da profª Maria Luci, do Antônio Matos, do próprio Frei David que aqui passou, a gente precisa realmente pensar nas ações que vamos levar, Paim, a conseguirmos na Câmara Federal que realmente consigamos ainda nesse ano, um ano tão importante para nós que estamos aí fazendo um debate sobre a questão da falsa Abolição, 120 anos da falsa Abolição, e que também estamos no Rio Grande do Sul comemorando os 20 anos do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra que aconteceu no dia 4 de maio passado, mas que a gente precisa se mobilizar pelos nossos campos partidários não só pelo campo do movimento, e aí muito bem colocado, aqui, pelo Deputado Carlos Santana que não são os movimentos negros, ou os movimentos, mas sim a gente buscar uma grande unidade do movimento social negro para que a gente possa fazer uma caminhada fortíssima nos 27 Estados desse país e culminando aqui em Brasília em uma data chamada por essa Co-

missão que a gente possa estar visitando a Câmara Federal, os seus 513 Deputados e os sensibilizando da importância de, ainda dentro desse ano de 2008, estarmos fazendo essa grande reparação no nome de João Cândido.

Candinho, não preciso nem falar, né, Candinho? Do companheiro que está aqui que representa essa família, que representa esse nome importante para nós e que a gente sim precisa dos nossos campos partidários e assumo, Paim, aqui, publicamente, que ao voltar ao Rio Grande do Sul estaremos fazendo uma pressão por dentro da nossa organização a União de Negros pela Igualdade e também dentro do campo partidário que milita o PCdoB de estarmos fazendo contato com todos os Deputados Federais do PCdoB para que ainda possamos, Deputado, e desculpa não ter gravado o nome do Deputado, Roberto, Relator do Estatuto, que a gente não só, ao conseguir a anistia de João Cândido, que a gente também consiga garantir os votos do PCdoB para o Estatuto da Igualdade Racial. [palmas]

Eu acho que para nós que somos militantes de um Partido Comunista, que somos socialistas temos que ter esse comprometimento de buscarmos nas nossas bases e junto aos parlamentares que votem junto com o seu parecer para que a gente possa realmente constituir o ano de 2008 como o grande ano da vitória e da mudança desse país.

Precisamos sim aprovar políticas públicas, precisamos aprovar o Estatuto da Igualdade Racial com o Fundo de Reparações. Estamos lá, Paim, fazendo em nosso Estado uma grande mobilização e tivemos, agora no dia 30 de abril passado, uma Audiência Pública junto à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa onde estamos discutindo o art. 13 da Lei nº 11.901 que prevê também no Estado do Rio Grande do Sul o Fundo Estadual de Reparações da Comunidade Negra. Porque entendemos, Vereadora Claudete, que através dessa ação que você faz, né? De dizer que essa troca, essa coleta de recursos com relação à venda desse livro vai ser a nossa contribuição para que isso seja o processo da captação de recursos para que a gente possa dar mobilidade e visibilidade as nossas lutas, constituindo assim o fundo da base do movimento social para que a gente possa criar os mecanismos para conseguir mobilizar e incentivar toda à Câmara Federal e o Senado para que a gente aprove esse Estatuto com o Fundo. Porque políticas públicas... Se não tiver recursos, não adianta ser aprovada porque é muito bonito no papel. A gente aprova programas para isso, programas para criar moradia, mas não tivemos a verba para constituir essas reparações, nós não conseguimos avançar.

E, Paim, eu quero ser muito breve mesmo... Eu gostaria de ouvir mais os outros que estão aqui, e cometemos uma falha por causa da correria que saímos do Rio Grande do Sul, mas a gente... No dia 10, realizamos também no Estado um seminário alusivo aos 20 anos do CODENE e não podíamos deixar de homenagearmos algumas pessoas que foram fundamentais para nós para constituição daquele Conselho.

Companheiro, em memória, Gustavo Paiva, tivemos também a informação da companheira Marilene Parer(F) da importância que seu irmão, Homero Paim, né? Que levou para aquele Estado toda a construção do Conselho de Participação do Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo como também um dos militantes que lá no Estado, naquela época, na década de 80 tencionava o Governo Pedro Simon para que isso acontecesse. Homenageamos o Senador Pedro Simon com uma placa não só pela lei que ele criou em 1987, a Lei nº 8.632 que instituiu o "Dia Estadual de Consciência Negra" no 20 de novembro no Rio Grande do Sul como também pelo Decreto nº 32.813 que criou em 4 de maio de 1988 o Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra.

Homenageamos também o ex-Governador daquele Estado, Germano Rigotto, que, durante seu mandato de Governador em 2003, instituiu a Lei nº 11.901 que prevê no art. 13 o Fundo Estadual de Reparações que hoje fizemos essa mobilização e, com certeza, vamos contar com o apoio do nosso Senador tanto da sua pessoa como também do Senador Pedro Simon e do Senador Sérgio Zambiasi, homenageamos o Germano Rigotto também pelo Decreto nº 43.444 que instituiu a Semana de Consciência Negra naquele Estado reconhecendo depois o trabalho dos lanceiros negros, Profª Maria Luci, que eu acho que essa é a nossa unidade, é a nossa força, e por isso estamos crescendo no Estado, conseguimos ao constituir essa semana resgatar através do projeto de 2004 a memória dos lanceiros negros que foram traídos no Cerro de Porongos em 14 de novembro de 1844.

Então, são importantes momentos que a gente tem que resgatar, porque, hoje, acontece no Estado do Paraná um encontro que trata dos diálogos regionais. E esses diálogos regionais chamados pelo MEC têm a incumbência de criar um mecanismo entre o Governo Federal e Governos dos Estados, governos estaduais para que a gente possa realmente efetivar a implementação da Lei nº 10.639/2003.

E há uma outra pessoa que nós homenageamos, Paim, é a sua pessoa. Homenageamos e não podemos, infelizmente, trazer a placa hoje por causa da correria, mas a companheira Vera Triunfo recebeu em

seu nome, homenageamos o companheiro Senador Paulo Paim pela sua trajetória, pelo seu comprometimento com os trabalhadores negros e não-negros do Estado desse país, e, principalmente, Paim, pela sua luta aqui na Câmara Federal como Deputado Federal. E, hoje, como Senador, para que a gente realmente consiga instituir uma política pública que coloque na visibilidade o povo negro nesse país e desse Estado. Então, Paim, para simbolizar--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS DA SILVA: É sempre bom... Bem lembrado. E homenageamos também a 1ª mulher Presidente do Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra que foi a Profª Teresinha Juraci, né? Que muito nos honrou lá com a sua presença. Muito obrigado por lembrar, porque a gente quer aproveitar bem o tempo para que os outros possam falar e queríamos passar as suas mãos, Paim, para simbolizar, o livro "Olhar Negro Sobre o Brasil" que são as resoluções do Congresso da União dos Negros pela Igualdade que queremos deixar essa contribuição no seu gabinete, do seu mandato e, com certeza, com todas as outras Organizações do Brasil para que a gente realmente constitua esse ano, o grande ano da reparação, o grande ano da promoção da igualdade nesse país. Obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos, de imediato, a palavra à Sátira Machado. [soa a campainha] Terminou o tempo.

SRª SÁTIRA MACHADO: [risos] Cumprimento a Mesa então e ao cumprimentar o Senador cumprimento todos da Casa e todos que estão participando. É uma honra estar aqui representando o Estado do Rio Grande do Sul, um Estado que tem grandes lideranças negras e que tem uma história maravilhosa dos afro-gaúchos no nosso Estado.

Nós temos a lembrança de todas as comunidades quilombolas que nós temos lá, 132 comunidades quilombolas, clubes negros, as comunidades de terreiros, os lanceiros negros, as mulheres negras, toda a imprensa negra... Então, a gente tem uma história maravilhosa que realmente precisa ser contada para as nossas crianças e as crianças do Brasil todo.

O Governo do Estado, então, cria há pouco tempo a Coordenadoria das Políticas de Igualdade Racial para se somar ao trabalho emblemático do CODENE que é o Conselho de Participação do Desenvolvimento das Comunidades Negras e todo o movimento social trabalha esse legado que foi transmitido de gerações em gerações e que agora soma-se se criando as políticas públicas. Então, o Governo do Estado tem o entendimento através da Secretaria de Justiça e De-

seenvolvimento Social que é onde fica no Departamento de Direitos Humanos a Coordenadoria do legado das comunidades negras no Estado para a construção e a garantia de que as políticas de igualdade racial são suprapartidárias e precisam realmente ser garantidas no Estado.

É nesse entendimento que eu e o Antônio estamos aqui, hoje, em conjunto representando o nosso Estado junto com vários outros gaúchos que aqui estão, não é? Para a gente poder, então, além da questão do João Cândido, que eu acho que a Dª Maria Luci nos traz muito, nós vamos pensar nos projetos de documentário, de comemoração no 25 de junho de João Cândido, nosso professor também Antônio Matos e todas as outras possibilidades de estarmos garantindo, de forma transversal, nas secretarias, as políticas públicas.

A Secretaria da Saúde tem desenvolvido ações, a Secretaria da Educação, como mesmo disse o Antônio, está nos diálogos para garantir a Lei nº 10.639 nas suas escolas, a Secretaria da Cultura retomando também várias demandas antigas do movimento social como a garantia do Museu dos Cultos Afro, Centro de Referência da Comunidade Negra de Cultura e outras ações muitas que vão se somar nesses próximos períodos.

Eu gostaria de agradecer o convite de estar aqui, me somar a essa parceria, a esse grande processo como digo é suprapartidário, é importante, e só assim que a gente vai desenvolver o Brasil como um todo. Muito obrigada. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sei que o Senador Mão Santa vai ter um compromisso em seguida, e o Deputado Roberto também, que é Relator do nosso Estatuto, mas eu não abro mão que ambos deixem uma mensagem, aqui, nessa importante Audiência Pública que debate políticas públicas para a comunidade negra. Senador Mão Santa. Por favor.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-Pi): Senador Paim, realmente eu acho que esse é o momento mais importante que vivemos na democracia hoje no nosso país. A minha presença, aqui, primeiro traduz... Eu aprendi muito... Ao chegar tinha um professor falando sobre história, história da Marinha. E eu tenho orgulho das minhas raízes. Eu sou do Piauí. V.Exª falou de Ruy Barbosa. Eu acho o momento mais grandioso foi no período que V.Exª citou. Ele teve a coragem de deixar um ensinamento para todos nós. É por isso que ele é patrono desse Congresso. Naquele instante que ele tinha lutado pela Abolição das Escravaturas, pelo nascer da República que foi Ministro, quando ele viu o continuísmo militar, foram atrás dele e ele disse: "Estou fora. Não troco as trouxas das minhas convicções pelo

Ministério". E saiu numa campanha quase suicida. Por ideal, por luta, uma campanha heróica, como o Paim está defendendo hoje os aposentados sofridos e enganados do Brasil. E ele saiu numa campanha civilista, mas eu sou orgulhoso, Paim, porque eu represento o Piauí e professor que eu aprendi muito, ele ganhou as eleições em Teresina e mostrando a independência que eu estou aqui.

Agora, nós vivemos um momento de satisfação por isso que tenho esse exemplo de Ruy Barbosa. Que está dando coragem ao Paim, essa luta. E eu quero dizer que me sinto feliz de Deus ter-me permitido conhecer o Paim aqui. [palmas]

Ontem eu afirmava, eu nunca tive preconceito. Porque o melhor professor da minha existência foi um negro. Profº José Rodrigues da Silva. Na minha cidade amado e adorado. Ele foi professor de João Paulo Reis Veloso, o Ministro.

Então, eu nasci nesse clima. O povo da minha cidade, do Piauí, se curvando à inteligência e eu entro aqui e encontro o Paim, essa... E que nós somos nessas suas campanhas os seus Irineu. E nós temos que ter vaidade dos nossos homens que lutam. Os Estados Unidos respeitam Abraham Lincoln que teve coragem de dizer esse país não pode ser metade livre e metade escravo. A casa dividida será facilmente derrubada. O próprio John Kennedy que teve a coragem de botar um Exército, fala-se hoje em Cota. Um Exército para garantir um estudante negro no Estado sulista escravagista. John Kennedy, por isso, é citado aqui. Eles têm o Martin Luther King deles que teve sonho, mas eu afirmo, aqui e agora, nós temos o nosso Martin Luther King do Brasil que é o nosso Senador Paim. [palmas] E acredito mais nele do que o povo norte-americano está acreditando em Obama. Vamos à luta e à vitória com o Paim. Próximo Presidente da República desse país.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado Senador Mão Santa. Senador Mão Santa tem nos acompanhado, eu diria, em todos os temas de apelo popular. Foi Relator, ele não disse aqui, mas eu quero reafirmar, inclusive da questão do fator previdenciário. O fator previdenciário que vai garantir ao trabalhador o direito à aposentadoria integral teve a mão e a obra do Senador Mão Santa. [palmas]

Eu passo a palavra nesse momento ao Deputado Antônio Roberto que é o Relator do Estatuto da Igualdade Racial, mas me permita, Deputado, eu recebi um telefone a questão de minutos, do Senador Romeu Tuma. O Senador Romeu Tuma está hospitalizado, problema de doença, é um parlamentar sempre presente na Comissão de Direitos Humanos e pediu a mim que eu desse esse recado. Ele está assistindo

nesse momento a nossa Sessão lá no hospital, dizendo que podem contar com ele para todas as políticas afirmativas. Seja cota, Estatuto da Igualdade Racial... E para o Sr. Matos, ele mandou um abraço especial para você... Ele disse que ficou conhecendo alguns dados que não conhecia da história do nosso Almirante Negro. Mandou também para a professora e para todos, para o Frei David, enfim, para todos que falaram até o momento. E pediu o seguinte, que essa Audiência Pública, que está sendo transmitida ao vivo e vai ser depois, com certeza, reproduzida, a pedido do Senador Romeu Tuma que fosse remetido para todos os Estados e fazer um apelo que fosse reproduzido nas salas de aula.

Então, Senador Romeu Tuma, está assistindo, um abraço, um beijo carinhoso, sei que o senhor está se recuperando e, com certeza, voltará logo para continuar com a gente nessa luta. Senador Romeu Tuma, palmas para ele. [palmas] Deputado Antônio Roberto, Relator do Estatuto da Igualdade Racial.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Senador Paulo Paim, nosso grande líder, um dos maiores, senão o maior líder social do nosso país, a quem eu admiro já de muito tempo. V.Exª está me conhecendo recentemente e mesmo que estou no meu 1º mandato, nunca tinha sido candidato a nada. É uma honra estar do seu lado e, na sua pessoa, eu quero cumprimentar todos que fazem parte da Mesa, todos os companheiros. É uma honra e, providencialmente, pela providência divina, eu fui nomeado Relator desse Estatuto.

Dediquei a minha vida inteira às causas sociais, à questão dos Direitos Humanos, à questão ambiental e tenho a honra de estar sendo o Relator. Acredito que esse Estatuto está inserido em algo muito maior, eu disse que essa não é uma questão apenas do negro, é uma questão de quem acredita na autonomia humana, na liberdade humana, na dignidade humana e no respeito humano.

Através desse viés, da questão da raça e da cor, nós estamos avançando e aprofundando o respeito às mulheres, aos velhos, aos deficientes, às crianças, aos homossexuais, a todas aquelas pessoas que são semelhantes a nós e que a gente insiste, ditatorialmente, em vê-los pela diferença que é 0,01%. Então, essa semelhança humana, eu acho bonito estarmos todos juntos, né? Nessa mesma luta, porque o princípio é esse. E, como diz o José Antônio dos Santos, realmente está na hora de mobilizar. Nós temos que mobilizar, porque os neo-senhores do engenho já estão se mobilizando. Já houve várias reportagens na mídia, já tendenciosas com relação à divisão do Movimento Negro com relação às Cotas, a bancada ruralista já está começando a se movimentar.

Então, nós temos que estar unidos. E unidos não por uma questão ideológica, nesse momento a questão é muito maior. Não é uma questão de esquerda, não é questão de direita, não é questão do negro, do branco – somos todos nós empenhados.

Eu disse ao Senador Paulo Paim, e repito isso, dependendo de mim, nós aprovaríamos esse Estatuto tal qual ele está apesar de pequenas imperfeições, mas já há um processo muito forte de protelação. Mas nós, viu Paulo Paim, você tem a minha garantia que nós vamos fazer de maneira célere mesmo que haja as Emendas dos Deputados etc... Nós vamos acelerar, porque [palmas] hoje eu já conversei com o Deputado Arlindo Chinaglia falando da prioridade etc, quer dizer, então, olha companheiros, nós estamos aqui para promover a verdadeira “Abolição”, para promover a operacionalização do discurso.

A abolição todos nós já estamos falando isso, ela é absolutamente incompleta e cabe a nós completar essa abolição ainda que demore muitos anos de operacionalização, mas com a aprovação imediata do Estatuto nós teremos. Aí eu tenho certeza que assim como a história registrou e vai registrar aqueles que se opõe à liberdade, à autonomia e dignidade humana, vai também registrar e os nossos filhos, e os nossos netos e os netos dos nossos netos saberão que nós estivemos presentes nessa luta fundamental. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputado me permita, eu queria que V.Ex^a fosse portador, eu diria, do Senado, junto ao Presidente Arlindo. Eu estive lá anteontem à noite, onde foi aprovado e terminou às 10 horas da noite, a anistia para João Cândido... Foi um grande momento e V.Ex^a foi feliz não foi só anistia de João Cândido, foi aprovado também o reconhecimento da Convenção Internacional de ONU sobre as pessoas com deficiência. Aprovaram na mesma noite as 2 questões. Para nós isso é muito importante.

Queria que o senhor levasse um forte abraço a todos os Deputados e, especialmente, ao Presidente Arlindo. Se não fosse Arlindo, a matéria não seria aprovada com a Emenda que tenta aprimorar a redação. Claro que vamos olhar aqui com todo carinho a Emenda, mas, sem sombra de dúvida, a Câmara dos Deputados está de parabéns. Parabéns Arlindo, parabéns Deputados, parabéns a V.Ex^a.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Só um pequeno reparo, eu fiquei um pouco emocionado e toda vez que vou falar, né? Diante dessa causa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O assunto é emocionante.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Eu me esqueci de mandar um grande abraço ao nosso

Senador Romeu Tuma e desejar a ele melhoras. Essa pessoa tão digna, tão importante para nós sempre presente em todas as causas. Então, Senador Romeu Tuma, o meu abraço e de todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem... Me permita que eu anuncie, antes de V.Ex^a sair, como eu estive lá e falei com o Presidente Arlindo depois e também com o Secretário Mozart, e que eu quero também dizer a ele o meu “muito obrigado”, ele já... O projeto já está aqui no Senado, eu estou aqui com o requerimento de urgência que tem que passar pelo Plenário do Senado, porque houve uma pequena Emenda, mas eu queria convidar a todos, quando terminarmos a Audiência Pública, irmos até a sala do Presidente do Senado e com esse requerimento pedir para ele para que ele vote, em caráter de urgência, a questão do João Cândido e a nossa intenção, os historiadores me ajudem se eu não me enganei aqui, o aniversário de João Cândido é 24 de junho, não? Vamos fazer de tudo para que o Presidente Lula sancione no dia 24 de junho a nossa anistia a João Cândido. [palmas]

Eu passo a palavra nesse momento ao Sionei Ricardo Leão, Jornalista, Professor Universitário e membro da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial.

SR. SIONEI RICARDO LEÃO: Senador Paulo Paim, agradeço a oportunidade de estar aqui numa Audiência Pública tão importante. Cumprimento os membros da Mesa, cumprimento o Plenário na pessoa do Júlio Romário, advogado militante do Movimento Negro aqui de Brasília, representando o movimento daqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que trabalhou comigo, foi meu assessor lá na Câmara dos Deputados. Com muito orgulho eu lembro disso.

SR. SIONEI RICARDO LEÃO: Senador, eu sou paulista e me honra muito estar entre tantos gaúchos aqui. [risos] E a minha fala será uma tradução um pouco da minha vida relacionado ao jornalismo, às pesquisas que eu faço e a minha trajetória militar.

O senhor bem sabe, eu pesquisei esse tema, inclusive o Senador foi uma pessoa importante no seminário que nós fizemos aqui na Câmara dos Deputados em 2006 para discutir a questão dos negros nas Forças Armadas. Então, é bem a propósito aqui da discussão que nós estamos tratando. Na CASER, no tempo que eu estive... Eu fui sargento e servi em vários lugares, e foi ali que eu aprendi a conviver com os gaúchos, porque os gaúchos estão no Exército em todos os rincões desse país. E é impressionante, porque nos momentos de intervalo sempre surge um gaúcho com

uma cuia e o outro com uma garrafa térmica e fazem a roda e normalmente--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Estou me sentindo com a tua fala em casa.

SR. SIONEI RICARDO LEÃO: Isso mesmo. Fazem as rodas e as demais pessoas se viam obrigadas, numa situação positiva, se juntar e aquele papo, enfim... Então, a lembrança vem aqui nesse momento... O meu tema é os negros nas Forças Armadas, como estou insistindo nisso, e vou colocar para vocês pontuar minha fala com algumas imagens. Na verdade, eu ia fazer uma apresentação mais robusta e eu mudei a apresentação tornando mais simplificada até por conta do momento e estar dentro do tempo que eu tenho.

Então, inicialmente, eu quero fazer uma provocação, aqui tem uma imagem sobre a questão da oficialidade do Exército. Que é um tema importante, ou seja, as Forças Armadas brasileiras, e o João Cândido e a Marinha está dentro desse contexto, as Forças Armadas brasileiras têm sido um espaço de ascensão da população negra por várias razões históricas que foi pontuada por algumas pessoas aqui e, talvez, eu contribua com algumas outras informações.

No entanto, há uma contradição nisso. Por quê? Quando a gente percebe os altos escalões das 3 Forças nós não vemos uma representação equivalente a essa participação. Então, parte da minha pesquisa foi de levantar o número de generais oficiais negros. Que quando o Presidente... O então Presidente Fernando Henrique Cardoso promoveu o General Jorge Alves em 1999, General que servia no gabinete dele, a imprensa e o próprio Exército respaldou que o Jorge Alves seria o 2º General negro na história brasileira. Mas, à época, eu já pesquisava o tema e vi que o dado estava errado, porque um general o primeiro que se dizia, é o da foto da direita... O João Batista de Matos, general que foi promovido nos anos 50, enfim, que acabou indo para a reforma como General de Divisão.

O 2º, na minha conta, é o Job Lorena de Santana, militar conhecido, porque enquanto Coronel foi a pessoa que fez o inquérito do Rio Centro, história que todo mundo sabe, aquela bomba que ia explodir, enfim e se criou uma situação. O Job Lorena Santana foi a pessoa que fez o inquérito e mais tarde veio a ser promovido como General. Então, ele era o 2º. Com Jorge Alves seria o 3º, na minha conta, então... Já havia uma discrepância.

Mas, com as minhas pesquisas, eu acabei descobrindo 5 Generais negros na história. Um General desconhecido dos arquivos é o da esquerda – O General do Carmo, esse foi estudante na academia militar junto com o Dutra. E foi, enfim... É uma pessoa que

conta nessa pesquisa, mas mesmo assim, com 6 na história toda é pouco, né?

O Exército tem 160 postos de Generais na ativa. Então, quando o Jorge Alves foi promovido era um entre 160. E, ao longo da história, 6, então é bastante ínfima. E a situação é equivalente na Marinha de Guerra e na Aeronáutica, a Aeronáutica hoje tem o General... O Brigadeiro Coutinho e o Brigadeiro... Vai faltar o nome aqui, mas depois eu recordo. É uma pessoa bastante prestigiada. Depois eu dou o nome.

Podemos passar, Cristiano com seu auxílio? Essa é uma imagem importante, aqui trazer à luz um fato que, nos meus estudos, me impressionou muito que é a questão do Geisel. O Geisel dispensa apresentações, mas ele foi uma pessoa, vejam só, que foi discriminado no Exército por conta da questão racial. O Geisel, num dado momento, ele queria fazer um curso nos Estados Unidos da América e foi vetado pelo Exército por conta de ter ascendência germânica. Era uma época que o Exército tinha uma relação com os Estados Unidos da América, logo após a II Guerra Mundial, então o Exército considerou não podemos mandar, fazer esse curso nos Estados Unidos alguém que tenha, né, ascendência germânica. Sabem que o pai do Geisel era imigrante alemão no Rio Grande do Sul, inclusive.

Então, notem bem, que essa questão racial é um dado que merece aprofundamento. Claro que... É difícil ter documentação palpável para comprovar isso, mas é informação que corre, enfim, a boca pequeno.

A minha pesquisa centra muito o foco na questão da Guerra do Paraguai. Foi dito aqui pelo Antônio dos Santos, ele... Antônio Matos citou a Guerra do Paraguai e realmente é um dado fundamental, porque quando a gente vai tratar da questão da abolição e aí tem a presença do Exército que dá um golpe cabal no Império na medida que se recusa a capturar escravos fugidos a pedido do Gabinete, e isso ocorre, né, essa postura do Exército em relação à Guerra do Paraguai. Ou seja, a Guerra do Paraguai ela tem sido muito avocada pela questão do Exército, e também a Marinha, terem colocado muitos negros, e, inclusive, escravos para lutar. Então, isso vem sendo colocado numa perspectiva até de denúncia.

Mas nós também deveríamos aludir isso com a perspectiva da conquista do espaço da população negra nas Forças Armadas. E esta imagem aqui ela surpreende muitas pessoas, porque é a imagem de uma unidade especialmente composta para lutar na Guerra do Paraguai, cujos militares foram recrutados entre pessoas do Nordeste, grosso modo, da Bahia. Os Zuavos da Bahia e na maior parte capoeiristas. E aí também um dado importante a relação da capoeira e a Guerra do Paraguai. O Exército Brasileiro usou mui-

to de pessoas que sabiam lutar capoeira para serem combatentes, não é? E os zuavos da Bahia chamaram atenção, porque eram unidades em que todos os militares eram negros. Do comandante à pessoa mais simples. Não era como as outras que os comandantes eram brancos e os praças eram negros, nessas unidades todos eram negros.

Isso chamou muita atenção na época, inclusive, por conta do uniforme diferenciado e baseado numa tradição turca. Segundo os documentos do exército, a questão da tradição zuava foi... Surgiu entre nós em homenagem a um Tenente da família dona do Jornal do Comércio então, a Família Villeneuve, que a Família Villeneuve mandou um de seus jovens lutar, ele apareceu na Guerra da Criméia e morreu numa batalha em *Malakoff* entre os zuavos e aí na Guerra do Paraguai, para homenagear esse Tenente, o Exército decide recriar essas unidades com esse uniforme específico. Então, essa é uma informação que demonstra o quanto merece exploração essa relação da população negra/igualdade racial/Forças Armadas. Cristiano, por favor...

Um outro dado, ainda do contexto de negros e Forças Armadas, aqui no mês de maio [soa a campanha] é ressaltar que o André Rebouças também foi herói da Guerra do Paraguai.

O André Rebouças lutou na Guerra do Paraguai como Tenente de engenharia. Havia entrado no Exército do Rio de Janeiro, enfim, na corporação de engenharia e ele foi mandado pelo Imperador para lá, para lá. E ao cerco a Uruguaiana havia a possibilidade de um combate mais efusivo e de muitas mortes e é o André Rebouças que vai convencer o Exército Brasileiro de que os Paraguaiois cercados não deveriam ser fustigados, bastaria algum tempo que eles se renderiam, sem, portanto, derramamento de sangue e é o que acaba ocorrendo. Esse é um dado pouco explorado essa relação do André Rebouças e a questão militar. Notem bem, essa relação, isso eu quero demonstrar, essa relação da população negra e as Forças Armadas é um dado que temos que aprofundar. Cristiano, mais uma vez...

Saltando anos na história, eu trouxe aqui uma imagem que é muito interessante, instigante. Porque a gente tem aqui um pracinha brasileiro negro, dando guarda, vigiando soldados alemães capturados no teatro italiano. E aqui as considerações vão no seguinte sentido... Nesse vai e vem da condição da igualdade racial brasileira, é interessante citar que, quando chegou a tropa, a FEB na Itália, os americanos e os próprios ingleses ficaram espantados em ver a Tropa Brasileira, porque era uma tropa misturada, ou seja, negros e brancos estavam na mesma tropa. Isso para

eles era uma coisa muito estranha, né? Porque o Brasil esteve junto com tropas americanas, os *Buffalos Soldiers* em que havia segregação, como na tradição americana, né? Havia segregação, então brancos de um lado e negros de outro. Isso espantou tanto os americanos que virou tema de estudo. Tema de estudos pelas Forças Armadas americanas em universidades americanas, enfim, porque eles se perguntavam a si mesmo... “Como é que pode na mesma tropa ter negros e brancos juntos?” Que era a questão da nossa tropa brasileira.

E aqui, né, essa foto que é uma foto singular... Demonstrando a nossa, portanto, participação de negros combatendo a tropa que simbolizava a questão da eugenia, né? Os nazistas. É uma foto especial.

Ainda no contexto da II Guerra Mundial, essa é uma foto que nós temos aqui o mais alto o General MacClark(F), comandante do 5º Exército Norte-Americano, aqui o Brasil esteve subordinado na Itália, do lado dele, no meio, está o General da Zenóbio Costa, e depois o Mascarenhas de Moraes. O Zenóbio da Costa foi Comandante da Infantaria Brasileira na II Guerra Mundial. O Zenóbio da Costa foi o mentor da Polícia de Exército, a PE. O Zenóbio da Costa... Na Itália, existem documentos de depoimentos de pessoas que lutaram na Itália que após combates, quando o Brasil foi visitado, por exemplo, o Príncipe italiano foi visitar a tropa brasileira e a tropa foi perfilada e segundo esses relatos o Zenóbio da Costa mandou tirar das primeiras fileiras os negros brasileiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone] Me permita, meu amigo professor, eu tenho que bater palmas para um outro professor que é nosso Senador aqui, o Senador Cristovam Buarque. [palmas] Inclusive é o autor do livro que vocês receberam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quem chega atrasado não merece aplausos. Mesmo com a boa desculpa que eu tenho.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V.Ex^a é parceiro de todos.

SR. SIONEI RICARDO LEÃO: Então, prosseguindo, né? O Zenóbio da Costa foi mentor da PE, depois vou tecer considerações sobre isso, mas na Itália ele como comandante da infantaria e existem relatos que ele mandava tirar os negros na hora do desfile. E isso gerou uma contestação, porque a presença negra era muito grande e os próprios oficiais falavam: “se a gente vai tirar os negros, vai sobrar quem?” Mais para demonstrar a mentalidade dessa questão racial. Depois os negros já tendo lutado, enfim, dado tiro, suado, ainda o comandante... Isso revoltou inclusive a oficialidade. E assim... Isso já mudou.

Mas a polícia do Exército, a PE, né? Quando ela é criada no Brasil, para quem é mais antigo ou serviu na tropa nessa época, há de se lembrar que a Polícia do Exército todos os soldados eram de Santa Catarina. Quer dizer, mesmo nos lugares mais longe os soldados eram mandados vir entre os catarinenses, [soa a campainha] por essa concepção. Não, tem que ser com o perfil germânico, né? Alto, olhos claros e tal, então... Demonstrando essa mentalidade eugênica que prevaleceu, enfim uma discussão importante. Cristiano, mais uma vez, obrigado.

Bom... Indo para o encerramento, nessa questão do debate da igualdade racial sempre tem havido contestações em se dizer que nossos projetos de Cotas, nossas idéias macaqueiam os americanos. Há uma contraposição nesse sentido, porque, na verdade, a influencia cultural ela é comum. O Brasil, o jornalismo, que eu faço parte, tem influência norte-americana. A lógica do jornalismo... Enfim, outras influências nós temos. Então, me parece um pouco equivocado, né? De nos acusar de importar o projeto de Cotas dos americanos. Acho que não é bem isso.

Agora, dentro desse contexto, eu trouxe essa imagem para suscitar o seguinte e que, talvez, seja desconhecido de boa parte desse público que é demonstrar que as primeiras Instituições Americanas a acabarem com a segregação racial foram as Forças Armadas Americanas. Foram as Forças Armadas, por quê? Prestes à II Guerra Mundial, os líderes do movimento negro Norte-Americano se reuniram e consideraram a seguinte forma: "Olha, nós temos lutado em todas as guerras que os americanos têm se envolvido, mas embora tenhamos lutado, a segregação continua muito forte. Então, nós não temos tirado proveito disso". E aí nessa imagem, embaixo, tem uma foto, uma tela aludindo aos *Buffalos Soldiers* no Século XIX que ajudaram na conquista do Oeste Americano. Tropas segregadas também que foram importantes nesse momento.

Do lado direito, nós temos um soldado que lutou na Guerra de Secessão Norte-Americana. Os negros tiveram muito presentes ali. E, do lado oposto, nós temos os *tuskegees* que foram os primeiros pilotos de caça da aviação militar norte-americana negros. Houve um grande debate sobre isso, não foi fácil, mas eles conseguiram ingressar na Forças Armadas para serem pilotos. Então, isso foi resultado, essa questão da II Guerra Mundial dessa concepção da liderança norte-americana. Vamos fazer o seguinte: "estão nos convocando para lutar contra os racistas alemães na Europa, nós vamos lutar contra a discriminação racial na Europa, mas, ao retornarmos ao país, vamos lutar contra a discriminação que sofremos aqui". Em ra-

zão disso, as primeiras Instituições que acabam com a segregação nos Estados Unidos da América são as Forças Armadas. Depois vem a educação, enfim, é um dado eu acho que um pouco desconhecido de boa parte das pessoas que tratam a questão da desigualdade racial.

Eu trago isso para demonstrar que a questão das Forças Armadas merece uma análise mais profunda, né? Seja na Marinha que foi objeto aqui mais detido por conta do João Cândido, seja no Exército, seja na Força Aérea. Isso é pouco explorado, penso eu, muito em razão da nossa história dos anos no regime militar. A grande parte das pessoas que fazem militância negra lutaram pela redemocratização e por ter lutado pela redemocratização tinham como seus opositores as Forças Armadas que estavam do outro lado, então, existe essa antinomia.

Parece que hoje a gente pode rever essa questão de um outro ponto de vista, primeiro atribuindo a importância que as Forças Armadas têm nessa questão para toda a sociedade e, inclusive, para a questão da população negra. Cristiano, não sei se tinha mais algum *slide*. Acabou.

Então, obrigado pelo tempo e pela paciência aqui dos gaúchos. Vocês têm muito a dar pelo Brasil e por essa unidade que vocês demonstram na igualdade racial. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu vou passar a palavra para os últimos dois painelistas. Primeiro à Profª Ana do Carmo da Silva Honorato que é Coordenadora Presidente da Comissão Especial de Política e Promoção da Igualdade Racial do Grupo Hospitalar Conceição.

SRª ANA DO CARMO DA SILVA HONORATO:

Bom dia. Ao saudar o Senador Paulo Paim, saúdo aos participantes da Mesa e a plenária. Todos e todas. Da próxima vez que viermos acho que trarei a manta que uso no grupo lá no Rio Grande do Sul. [risos]

Bom... Vindo de uma Instituição como o Grupo Hospitalar Conceição... Vindo de uma Instituição como o Grupo Hospitalar Conceição que no passado fora uma Instituição extremamente racista, e que lá não se empregava negros, e, hoje, tendo como grande parte dos seus funcionários a população negra, eu venho aqui na qualidade de Coordenadora do Centro de Resultados Participação Cidadã do Grupo Hospitalar Conceição e trazer um pouco do relato do que é que é o nosso trabalho referente às questões de políticas afirmativas.

Este Centro de resultados trabalha as comissões de gênero, a Comissão de Acessibilidade e Mobilidade e a Comissão de Raça e Etnia ao qual desta eu também sou Coordenadora. Bom, trazendo assim, então,

após todos estes relatos dados a partir da vida de João Cândido pelos nossos companheiros, eu gostaria de trazer um pouco da nossa experiência para os dias de hoje, né? Referente ao papel de cada cidadão negro nesta luta contra o racismo que incorpora o espírito de Zumbi dos Palmares e o espírito, hoje, de João Cândido para traçar os nossos trabalhos e a nossa luta dentro do nosso país.

Bom... Também não gostaria de deixar de citar que também faço parte da Setorial de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores e também a Coordenação Municipal do Movimento Negro Unificado, no Município de Porto Alegre. A CEPPIR do Grupo Hospitalar Conceição que é CEPPIR com C, Comissão Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que muito se confunde com a SEPPIR do Governo Federal, trabalha as questões pertinentes da população negra e indígena com o enfoque na saúde.

Sua criação se deu em novembro de 2003. Composta por trabalhadores dos 4 hospitais do Grupo Hospitalar Conceição, Hospital Fêmima, Hospital Cristo Redentor, Hospital Nossa Senhora da Conceição e Hospital Criança da Conceição. Composta por estes trabalhadores com os representantes dos gestores, usuários do SUS e funcionários. A necessidade da criação desta Comissão se deu devido à falta de informação da população interna do grupo quanto à existência de uma política específica para a população negra que favorecesse o atendimento e qualificasse os profissionais de saúde. Também pelo alto índice de queixas de racismo da parte dos gestores aos funcionários na Delegacia Regional do Trabalho. Que a partir de assumir o Governo Lula, iniciou-se a colocação dos trabalhos inserindo as políticas afirmativas por dentro do Grupo Hospitalar Conceição, como uma maneira de combater essas ações de racismo.

E a primeira Instituição de saúde do nosso país a trabalhar as políticas afirmativas para a população negra, buscando assim a inclusão social e resgatando a importância de cada grupo étnico na construção da identidade brasileira. Considerando as diversidades religiosas, culturais e políticas e tendo como fonte inspiradora a Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal.

Assim lá tivemos muitas conquistas, né? Resgatando um pouco da nossa história, nós já obtemos por dentro do concurso público 10% de Cotas para negros e também Cotas para as pessoas portadoras de deficiência física e outras deficiências. Trabalhamos como todas as outras instituições--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Falaram tanto de chimarrão, chegou o chimarrão aqui.

SRª ANA DO CARMO DA SILVA HONORATO: Viva! Estava precisando... [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone][palmas] E o companheiro Batista Conceição, me lembra aqui, Presidente da Câmara de Vereadores de Santana do Livramento. Quem não sabe o que é o tal do chimarrão está aqui agora. É água quente mesmo da erva. Erva-mate, hein! Erva-mate.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu recomendo que dê um pouco para Srª Ana do Carmo para ela poder esquentar um pouco que está muito frio aqui na sala. O chimarrão vai ajudar.

SRª ANA DO CARMO DA SILVA HONORATO: Trabalhamos também através de seminários, conferências com a população externa e interna em parcerias com outras Entidades do movimento negro, com o Município e com o Estado e Governo Federal, juntamente, também, com o CODENE e temos representação no CODENE a partir desta Comissão.

Ministramos curso através de parceria de raça e etnia para gestores para eles poderem estar entendendo mais e trabalhando mais as questões da população negra junto a esta população externa e interna. Aplicamos a oficina de quesito raça cor. Também participamos na I Conferência Estadual e I Conferência Nacional na construção tanto quanto nela propriamente dita da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Bom... Trazendo, então, o que é essa Comissão do Grupo Hospitalar Conceição, eu gostaria de chegar no ponto propriamente dito ao qual por que esta Comissão se faz presente aqui nesta Mesa. Bom, quando da inauguração da emergência... Voltando, desculpe.

Também promovemos da 1ª à 5ª Semana de Consciência Negra do Grupo Hospitalar Conceição onde na 3ª semana em 2005 o tema foi João Cândido Felisberto. A partir desta semana, a gente conseguiu fazer a inauguração de uma Praça que se localiza na frente do Hospital Nossa Srª da Conceição e que se chama João Cândido Felisberto e lá conseguimos, assim, colocar o busto de João Cândido Felisberto com uma placa alusiva ao tema. [palmas]

Tivemos muita resistência. [soa a campainha] Tiveram pessoas que tiveram a capacidade de criar e-mails figurativos para nos enviar mensagens que desconstituísse a nossa ação. Mensagens que diziam "o que João Cândido Felisberto tem a ver com a questão saúde? Mensagens que diziam que a partir daquele momento nós esta seríamos colocando na frente de cada hospital a imagem de um "negrinho". Coisas do tipo ficaram, por muito tempo, perseguindo nossas ações. E todos sabemos que a imagem de

João Cândido de luta e de resistência ela cabe em qualquer Instituição.[palmas] Ela representa a nossa luta e faz com que esse espírito realmente nos fortaleça e nos dê, assim, o andamento para que a gente consiga realmente chegar no objetivo que é atingir, né? A igualdade racial.

Mesmo que tratando de maneira diferente. A partir do lançamento dessa Praça, tá? Inicia-se uma sequência de entrega de comendas anuais, onde a partir de 2005, junto com outras Instituições do movimento negro escolhemos personalidades negras que se destacam em seu trabalho. E lá apelidamos de “Joãozinho” a réplica daquela imagem que tem na frente do Grupo Hospitalar Conceição, né? Tipo o “Kikito” e entregamos a estas personalidades, com uma festa com bastante força, com bastante espírito de luta e onde essas pessoas recebem o que realmente em nenhum momento seriam valorizados, que não por um grupo que trabalhasse as questões afirmativas. Então, a partir disso, em 2006... Paim recebeu, né?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Recebi com muito orgulho.

SRª ANA DO CARMO DA SILVA HONORATO: Isso aí. Beleza. Em 2006, nós, então, entregamos na visita do Presidente Lula ao Grupo Hospitalar Conceição na inauguração da emergência deste grupo que hoje modelo para todo o país, dentro de um hospital 100% SUS como é o Grupo Hospitalar Conceição, e temos muita honra de ter 100% SUS, né? Uma correspondência solicitando a anistia de João Cândido e a partir desse momento consolidando a 1ª Instituição de Saúde também a nível Federal a estar dentro desta luta junto com o Movimento Negro do Brasil.

No dia 19 de abril, então, de 2006, Dia do Índio, a gente entregou este documento com o seguinte teor. Três importantes solicitações: Primeira, a anistia das penas de condenação injusta de João Cândido Felisberto na Revolta da Chibata, em 1910, por sua conduta a forma como eram castigados os marinheiros brasileiros, né? À chibatadas; a segunda, solicitação, aprovação a Estatuto da Igualdade Racial; a terceira solicitação, taxaço das grandes fortunas como uma forma de consolidar o Fundo de Reparação e de reverter séculos de injustiças. [palmas]

Então, a partir daí, né? A gente espera junto ao Movimento Negro, junto aos Governos, junto às lideranças todas [soa a campainha] chegar a esse objetivo final pelo qual todos estamos reunidos aqui.

E gostaria de deixar uma fala que muito tem a ver com a nossa luta partidária que muitas vezes usamos nas nossas manifestações que: “é viver e não ter a vergonha de ser feliz. Cantar, e cantar, e cantar a beleza de ser um eterno aprendiz. Eu sei que a vida

será bem melhor, e será. Mas, isso não impede que eu repita: É bonita, é bonita e é bonita!” [palmas]

Já construímos políticas, já aplicamos política. Agora, está na hora de atingirmos a humanidade. Que sejamos todos juntos, João Cândido, que sejamos todos juntos Zumbi dos Palmares demonstrando a garra que a população negra brasileira tem em suas lutas. Com certeza, com esse espírito de luta, com esta democracia que estamos tendo neste momento de podermos externar os nossos sentimentos e as nossas conquistas é que eu encerro a minha fala. Muito obrigada. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como nosso último painelista, passamos a palavra ao Sr. Rubens da Silva, Coordenador dos Representantes dos Usuários da Comissão Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

SR. RUBEN DA SILVA: Bom dia a todos. E quero cumprimentar meu colega Antônio, do CODENE, o nosso General lá no cantinho paulista, que agora nós não brigamos mais, nós conseguimos no Movimento Negro unir todas as forças para em benefício de recuperar o nome e a anistia de João Cândido Felisberto, graças a Deus, conseguimos. A minha amiga Sátira e a Ana representam o grande valor da mulher gaúcha, e a Claudete, também a mulher brasileira. Então, estamos todos juntos aqui para também lutar, mas sempre com beleza que é muito melhor. E o nosso Senador Paim, onde está embutido e chegando é o nosso grande Almirante Negro que vai nos levar e nos levou a essa caminhada que nós chegamos hoje até o Senado quando muitas vezes nós não podemos entrar no gabinete até de um Vereador. Porque nós éramos atendidos sempre por assessores, muitas vezes faz 200, 300 votos, não tem nada, não consegue, bota uma boquinha ele assessor do Senador Suplicy. Aí ele não deixa mais a gente falar com o Suplicy.

Então, a gente está chegando aí, chegamos no Senado e temos numa Mesa... E temos na Mesa, que é diferente agora. Agora os paulistas são nossos convidados. [risos]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Prezado...

[falas sobrepostas].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se me permite--

SR. RUBEN DA SILVA: E a Claudete perdeu os 5 minutos dela, porque entregou para o nobre advogado dela.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se me permite, prezado Ruben da Silva, eu quero dizer que no meu gabinete há uma diretiz de algo que eu aprendi com o meu pai, Paulo Cochrane Suplicy. O

mais importante, sempre, qualquer pessoa que queira conversar, que queira dizer de algum problema, por mais problemático que seja e a condição dessa pessoa, o importante, o mais importante até do que qualquer ajuda financeira que, porventura, se possa dar é ouvir essa pessoa com atenção.

Então, eu tenho, por diretriz pessoal, fazer isso. Além do mais, todas as pessoas que trabalham no meu gabinete a primeira coisa que eu digo é: "Quem entrar aqui no gabinete tem que ser ouvido com muito respeito e atenção". E pode... Se vier ao meu gabinete terá como comprovar isso. Se não ocorrer, por favor, me diga. [palmas][risos]

SR. RUBEN DA SILVA: Eu agradeço, Senador Suplicy. Porque isso aí é uma brincadeira, porque a gente é tão íntimo nos trabalhos que se faz, apesar de não estarmos todo dia juntos ou em Brasília, o senhor nos ajudou muito na Lei Orgânica do LOSANS, da Segurança Alimentar, do CONFEA. Por isso, eu brinquei com o senhor. Nos ajudou e está sempre na luta junto com o Senador Paim e também o Senador Mão Santa, e também levar--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. RUBEN DA SILVA: Não, o Cristóvam vou falar depois. É especial. E também o nosso Senador Romeu Tuma que se recupere, porque a luta começou e não pode parar e nós precisamos do senhor aqui bom e forte para essa luta.

E o nosso Senador Cristóvam Buarque, amanhã eu vou ter uma reunião lá na DRT, do Rio Grande do Sul, porque é uma vergonha que não se tem um trabalho com alcoolismo que é a doença mais democrática que tem. Dá em preto, branco, judeu, americano, inglês... E nós não temos um trabalho dentro das DRTs para que recupere essas pessoas do seu trabalho. Porque, além, de às vezes não ter vagas no serviço, eles perdem esse serviço e não recuperam mais pela fase agravante de seu alcoolismo. E amanhã eu tenho uma reunião com o Superintendente, o Eron Oliveira e sua equipe e alguns sindicalistas e empresários. Espero depois que o senhor dê um telefonema lá para ele para me atender bem que nem o gabinete do Senador Suplicy para que a gente possa, juntamente, porque eu falo aqui como usuário do SUS, falo como sociedade civil, como negro e militante do movimento negro. Então, nós temos aqui... Porque nós temos uma Mesa plural aqui, tem a Ana que é... Milita no PT, nós temos aqui não-negro, nós temos Governo, e eu sou assessor também do Deputado Germano Bono do DEM, para ver que lá no Rio Grande do Sul a gente consegue sentar numa Mesa para resolver os problemas do Rio Grande do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Inclusive em Canoas. Coligação total em Canoas. Jairo Jorge.

SR. RUBEN DA SILVA: É. Canoas que é o nosso QG, né? Qualquer confusão: "Paim". Que a gente sabe que vai ter o parceiro para resolver os problemas. O parceiro certo das horas incertas. E nessa situação eu queria também dar os parabéns que, muitas vezes, como usuário e como sociedade civil, a gente gosta de malhar um Deputado, Senadores... Mas não se fala quando eles estão na luta. E essa luta começou da SEPPIR do GHC, nesse dia 19, Dia do Índio, e nós temos ali a Ana que representa a gestão do trabalho. Porque a nossa Comissão representa... Ela é... Ela tem três coordenadores. Uma que representa a gestão, a Diretoria, nós temos a Vera Beatriz ali que representa os funcionários do Grupo Hospitalar Conceição [palmas], e eu que represento as ONGs e os usuários do SUS na Comissão.

Então, quando a gente começou esse trabalho de João Cândido, o que nós fizemos? Mandamos uma carta ao Presidente Lula, quando ele esteve numa visita no Rio Grande do Sul, na inauguração da nossa emergência, depois encaminhamos também uma documentação ao Senador Paim e após 2 anos também da Conferência da Segurança Alimentar, em Olinda, nós tivemos aqui que teve uma... Um trabalho para saber o que é que estava sendo feito em segurança alimentar, aí eu entreguei novamente uma carta na mão do Presidente Lula, no Planalto, e outra ao Senador Paim. Aí nós começamos fazer os trabalhos lá que há muito tempo já o Antônio Matos faz, a Profª Luci faz, Nilo Feijó e muitos outros companheiros lá do movimento que trabalham muitos anos nessa temática de João Cândido.

E aí nós conseguimos o que fazer? Na semana da alimentação, nós estávamos... Nós tivemos uma Audiência Pública do CONFEA e eu fui representar, que eu sou coordenador do GT das comunidades tradicionais, quilombolas, negros e povo de matriz africana no CONFEA. Nós temos um GT próprio de povos tradicionais. E aí, nessa Audiência, nós tínhamos também nossos representantes os índios. E foi aberta a palavra para os índios e para os negros, e eu disse que nós queríamos uma Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos para discutir "João Cândido" e a anistia de João Cândido.

E aí foi aceito esse pedido ali mesmo na Audiência Pública, e aí também teve um encaminhamento da Presidente da Comissão de Educação na Assembléia, Marisa Formolo, e o Presidente dos Direitos Humanos, Marquinho Langue(F). Aí fizemos uma Audiência Pública, foi convidado o CODENE e todos os militantes

do Movimento Negro. Foi encaminhado até pelo nosso Presidente do CODENE e o Presidente da Comissão de Direitos Humanos um livro que vai ser feito sobre João Cândido, já pediram a colaboração do Antônio e da Luci e de outros que trabalharam para que esse livro seja entregue dentro das escolas, para conhecer a verdadeira história do Brasil e de João Cândido Felisberto.

Por que isso? Porque a gente pega uma literatura, pega uma revista, a gente só vê herói americano [ininteligível]... O Capitão Marvel. O negro que trabalhou e lutou não aparece um herói, parece que todo negro é covarde. Então, basta. No Rio Grande do Sul basta. Nós queremos nossos heróis negros. E o primeiro que nós queremos é o João Cândido Felisberto [palmas] para botar no lado do Tamandaré e no lado de Duque de Caxias, que foram elementos que exterminaram com a nossa população, lá... Covardes, que para nós não é herói. Coronel Canabarro e esses elementos que para nós não são heróis. Nós queremos nossos heróis, nós queremos João Cândido, nós queremos Zumbi e nós queremos muitas Claudetes, muitas Sátiras e muitos Antônio que lutaram até agora e conseguimos chegar aqui numa Mesa do Senado. Que para nós é o maior orgulho que tem. Pelas mãos do Paim, mas chegamos aqui. E nós queremos ir mais longe, porque nós não podemos parar de caminhar. Podemos ir lento, mas nós vamos conseguir o que nós queremos, porque um dia essa classe dominante... Tudo aí... Vai ter vergonha na cara do que eles fizeram para nós, para os nossos antepassados. E o que não nos falta é coragem. Não só de falar, mas também de ações para chegar aonde nós queremos chegar.

E isso aqui... Eu fico imensamente feliz de estar aqui, o Senador Suplicy... Porque antes era só o Senador Paim nos ajudando. Aonde ia estava o Senador junto. Agora, nós temos outros Senadores, temos outros Deputados, o Roberto e tal e aonde a gente vai a gente tem, graças a Deus, alguém para caminhar ao nosso lado. Nós não queremos encaminhar na frente, nem queremos que essas pessoas fiquem atrás. Nós queremos juntar e, lado a lado, chegar no nosso objetivo. Então, eu espero, Senador Cristóvam Buarque, que o senhor se sensibilize disso, que é a doença mais democrática que tem é o alcoolismo. Está terminando tanto com os poderosos lá em cima, que o senhor sabe muito bem, que, às vezes, pega a Oposição e leva o alcoolismo para com os de lá debaixo também... Que o leite está mais caro do que uma garrafa de cachaca. Então, é mais fácil beber do que se alimentar na segurança alimentar.

Então, eu estou trabalhando com a minha equipe no Rio Grande do Sul pela insegurança alimentar,

porque muitos não têm o que comer. Para mudar a mentalidade muitas vezes de uma nutricionista, chegar dentro de uma favela e dizer vocês têm que comer comida balanceada. Eles não têm o que comer, Senador. Não pode comer comida balanceada. [soa a campainha]

Então, eu espero que o senhor é um grande parceiro nosso lá, junto com o Vieira da Cunha e o próprio Eron Oliveira... Eu espero que o senhor fale com eles lá, porque temos que dar o primeiro passo. Uma vez o Senador Paim falou: "recebo 180 cartas, 190, não esqueci, Senador, gente pedindo ajuda para álcool e droga e eu não sei o que fazer, mas eu tenho que fazer". Então, me ajude e vamos começar pela DRT e depois nós vamos capacitando e levando essa informação. Porque o que falta dentro do álcool e droga é formação, vergonha na cara de muitos profissionais por não saber trabalhar com álcool e droga eles bloqueiam todo o nosso trabalho.

E eu espero, com o Senador, com todos os meus amigos e com todo o nosso movimento negro que a gente esteja junto, cada um botando o seu objetivo e nós chegamos todos nós juntos. Muito obrigado e nós estamos à disposição a CEPPIR, eu, Antônio, Sátira, todo mundo à disposição do Rio Grande do Sul para tocar essas informações e, principalmente, as experiências para a gente não errar onde os outros já erraram. Se nós os mais antigos conseguirmos mostrar onde nós erramos, muita gente vai errar no outro lado, mas não onde nós erramos. Precisamos de humildade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Aqui o Prefeito Municipal Wagner Machado, que é um homem comprometido com essa caminhada que é o Prefeito Municipal de Santana do Livramento. Fez questão de vir aqui acompanhar essa Audiência Pública.

Bpm, antes de passar a palavra aos Senadores, vou passar a palavra ao João Cândido de Oliveira Neto que eu deixei para o final. É neto do nosso grande Almirante Negro. [palmas]

SR. JOÃO CÂNDIDO DE OLIVEIRA NETO: Em primeiro lugar, eu quero congratular e parabenizar ao Senador Paulo Paim pelo trabalho expressivo que ele tem feito ao longo de sua vida política, de sua carreira política, e que foi, devidamente, mencionado pelos que me antecederam em suas falas. E, em segundo lugar, congratular também, parabenizar todos os componentes da primeira Mesa, bem como da segunda Mesa, a todos que se fizeram presentes, aos nossos irmãos de luta, a todos aqueles que estão irmanados em nossa luta, independentemente da cor da nossa pele. Eu costumo dizer que a questão da aceitação da

negritude não está restrito à questão da cor da pele. Negro é uma raça. Então, todos aqueles que têm uma vinculação, tem uma descendência afro é negro por raça. Não é preto de cor. Então, a todos esses irmãos que estão... Me desculpe, que eu estou bastante emocionado. [palmas]

Ao contrário da minha irmã Ana, eu estou sentindo bastante calor. [risos].

Bem... A questão de João Cândido é uma luta que deveria ser encetado não somente pelo o Movimento Negro, mas sim por toda a sociedade brasileira a partir de 1910. Hoje, nós estamos lado a lado, como acabou de falar o Rubens, estamos lado a lado brancos e negros lutando para recolocar na sua devida posição a imagem pública que foi... Desculpe usar o termo denegrado, mas que foi denegrada de João Cândido Felisberto.

Não vou tratar dos aspectos históricos da vida de João Cândido, porque estou em frente de duas pessoas que sabem muito da vida de João Cândido, que é a Profª Maria Luci e o nosso Prof. Antônio Matos, companheiro de viagem. Mas, sim, falar e agradecer em nome da família, já que eu pertencço a um dos troncos que permaneceu identificado com João Cândido que permaneceu no Rio Grande do Sul, já que meu avô foi criado pela irmã, a vó Beca, a irmã de João Cândido da Marinha, João Cândido Felisberto, falar em nome da família e agradecer a todos que estão empenhados nessa luta e que nós estamos a ver concluída nos próximos dias, particularmente encabeçado pela figura do nosso querido Senador, e ainda segunda-feira à noite, falando com o Adalberto, que é um dos Candinhos, já que eu sou o João Cândido 5º da família e o 5º Candinho da família.

O Adalberto, um dos filhos vivo do João Cândido, o Almirante Negro, morador no São João de Meriti no Rio de Janeiro, nós conversávamos ainda segunda-feira à noite e ele pediu que eu transmitisse a todos que estão congressados(F) nesta luta um abraço dele e, particularmente, [palmas] E, particularmente, da nossa querida Zelândia que não se faz mais presente em carne, mas faz presente em espírito outra batalhadora incansável de João Cândido, atualmente, até o ano passado, era a filha mais velha viva de João Cândido, que uma das que procurou levar a bandeira de João Cândido em todos os rincões esclarecendo, mostrando a figura dele não como um militar, vamos dizer, um revoltoso, mas sim na pessoa do homem que ele foi.

E sempre quando eu tenho oportunidade de usar da palavra, eu gosto sempre de salientar que para nós, familiares e descendentes de João Cândido, além do fato histórico materializado naquela Revolta de 1910, 1913 para nós o mais importante exatamente era a

gente trazer à baila e muitos historiadores já estão enfocando nesse sentido, nessa direção é a figura humana de que foi João Cândido. Tanto como marido, tanto quanto pai, tanto quanto companheiro, tanto quanto profissional. Esse é que nós precisamos resgatar e resgatando estamos também resgatando a nossa auto-estima, a estima do povo negro que durante 400 anos praticamente esteve impossibilitado de mostrar toda a sua potencialidade como ser humano. Somente lhe foi permitido demonstrar a sua força de trabalho. Que ajudou e muito e está ajudando a constituir esse Brasil que todos nós amamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, eu tenho feito esses apartes que eu acho que são Senadores que merecem homenagem. E eu tenho feito com os outros, inclusive quando estava falando meu amigo Flávio Arns, meu Senador, estou fazendo um aparte no meio da fala do neto de João Cândido que V.Exª é um daqueles que merecem, como foi Senador Suplicy e Senador Cristovam, eu queria dizer para vocês, o Senador Flávio Arns é um lutador pela causa de todos que são discriminados, é um dos nossos ícones aqui como é o Senador Suplicy e o Senador Cristovam. Uma grande salva de palmas, é uma alegria de receber aqui [palmas] no momento em que está falando o neto do nosso João Cândido.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero aproveitar para pedir desculpas é que havia várias reuniões hoje e, por isso, que atrasei nessa daqui. Mas peço desculpas a todos. Obrigado. [palmas]

SR. JOÃO CÂNDIDO DE OLIVEIRA NETO: E é uma alegria, então, nós constatarmos que nós temos um número grande de segmentos sociais, políticos, que buscam, que estão buscando resgatar e já estamos resgatando a dignidade dessa pessoa maravilhosa que foi João Cândido Felisberto, conhecido por nós, afetuosamente, como "o Almirante Negro". E lógico, como um dos descendentes de João Cândido, eu tenho que me sentir muito honrado em fazer parte desse grupo a nível nacional que há muitos anos vem lutando pela reintegração, vamos dizer assim, da figura de João Cândido como um homem normal, um homem de muito ideal. Porque se ele não tivesse ideal... Um guri, como a gente diz no Rio Grande do Sul, um guri de 13 anos que sai de sua casa e ingressa na Escola de Aprendiz de Marinheiro, aos 20, sai como Cabo de 1ª Classe, aos 30, ele comanda a 3ª maior força marítima do mundo. Então, João Cândido Felisberto, não era simplesmente, vamos dizer assim, um marinheirozinho. João Cândido era um homem de potencial intelectual muito grande, embora não houvesse tido uma formação escolar... Porque na época não permitia. Mas foi uma pessoa que soube, nos cír-

culos sociais que ele conviveu, através, primeiramente na Casa do Almirante Alexandrino em Rio Pardo, posteriormente no Rio de Janeiro, ele era costureiro de freqüentar Casa de Senadores, o próprio Palácio da República, porque ele sempre foi um líder dentro da Marinha, inclusive no retorno da Inglaterra quando eles trouxeram essas belas naves, João Cândido mandou confeccionar um retrato a carvão em Londres do Presidente da República e foi entregar pessoalmente através intermediado pelo Almirante Alexandrino ao Presidente aquele presente que ele trouxe em nome de todos os marinheiros da nossa esquadra.

Então, João Cândido tinha essa facilidade de circulação e é um homem de expressão farta, além de ser... Não era um negrinho, até por conta da estatura, ele era um negrão muito bonito para os padrões da época e os padrões atuais. Então, um homem que sabia honrar muito a sua cor, honrar a sua família, e que nós todos, agora, como integrantes do Movimento Negro estamos irmanados e cada vez mais a essa luta do companheiro Paulo Paim e dos demais companheiros do movimento negro, os nossos Deputados e Senadores que estão empenhados nessa causa. Nós, em nome da família, queremos deixar um abraço muito afetuoso, um tríplice fraternal abraço e um beijo no coração de todos. Lembrando a nossa prima Zelândia que terminava sua fala--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): João Cândido, antes de você terminar, eu faço a mesma interrupção, porque o Senador Magno Malta é um lutador, sem sombra de dúvida, no combate a todo tipo de preconceito. Eu faço questão de pedir uma salva de palmas a ele. [palmas]

Vou aproveitar o Senador Magno Malta aqui, porque ele vai assinar o que faltava para dar urgência para que o Plenário vote com rapidez a anistia João Cândido que veio da Câmara. [palmas]

SR. JOÃO CÂNDIDO DE OLIVEIRA NETO: Então, para encerrar eu costumo terminar sempre as falas usando esse termo que a prima Zelândia usava quando ao telefone. Sempre ao final ela dizia, enviava para nós, os nossos familiares "um beijo no fundo do nosso coração". É o que eu deixo a todos em nome da Família João Cândido. Muito obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vou passar a palavra ao Senador Cristovam, porque ele tem que sair, ele tinha me pedido aqui, chegaram alguns comunicados aqui. Senador Cristovam.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Em seguida, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em seguida V.Ex^a.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Presidente Paim, muito rapidamente, porque outros Senadores querem falar e eu tenho que sair, apenas para dizer da minha satisfação de estar aqui e da minha surpresa, como eu coloco no artigo que publica-se agora sobre as Cotas. A minha surpresa é que 120 anos depois da Abolição a gente precisa ainda fazer reuniões como essa. 120 anos depois da Abolição ainda é preciso o Supremo Tribunal Federal decidir se Cotas é ou não é legal. Na verdade, há 100 anos, pelo menos, já devia não ter necessidade de Cotas. [palmas]

Não devia ter necessidade. Vamos dar 20 anos depois da Abolição. Em 20 anos dava para ter a igualdade. Igualdade que só virá se as escolas forem iguais para todos. O filho do pobre na mesma escola do filho do rico, filho trabalhador na mesma escola do filho do patrão, o branco na mesma escola do filho do negro e assim por diante. 20 anos teria dado tempo para isso. E em 1918 isso já podia estar resolvido, não está. E 100 anos depois, quando se tenta dar uma coisinha assim de nada, porque é muito pouco as Cotas, não porque elas são pequenas, mas, porque não incorpora e beneficia todos os pobres que não terminam o Ensino Médio. A Cota não beneficia os pobres e mesmo assim esse pouquinho de nada há uma parcela de negros que já conseguiram terminar o 2º Grau, que estão fazendo cursinho para poder entrar... Mesmo assim não querem deixar.

Então, eu quero dizer que é uma pena que a gente ainda precise fazer reuniões discutindo direitos de negros, mas, felizmente, tem gente ainda que luta por isso. E aí eu quero dizer que, de fato, um dos direitos é entrar na história com o respeito que merece cada um dos líderes negros desse país, e a história não está registrando. Ainda mais grave, a literatura não registra. Nem o nosso Machado de Assis, com toda sua maravilhosa literatura deu o devido respeito aos negros e escravos da sua época. Se a gente olhar bem, não há grandes personagens negros na literatura brasileira, a americana tem e a brasileira não tem. Então, é preciso resgatar isso.

Há uma coleção agora de biografias de grandes personagens brasileiros que eu e me lembro não saiu nenhum dos negros brasileiros que merece estar nesse panteão. Então, eu quero dizer que é uma pena que ainda é o título do meu artigo que eu trouxe cópia para vocês, ainda é preciso estar fazendo isso. E enquanto for preciso eu espero que cada um de nós faça o que é preciso para o Brasil ter uma democracia racial.

Eu vim aqui dar esse recado e dizer do meu orgulho de estar junto com vocês nessa luta. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar a palavra ao Senador Eduardo

Suplicy, depois ao Senador Flávio Arns e, em seguida, depois ao Senador Magno Malta. E dizer, Senador Cristovam... Dizendo, Senador Cristovam, que eu tive muito orgulho, porque eu apresentei o projeto para que João Cândido seja o herói da pátria e foi na sua Comissão, votamos com rapidez e agora já está na Câmara dos Deputados. Vamos torcer para que a Câmara também aprove. Parabéns, Senador Cristovam, pelo encaminhamento. Senador Suplicy, por favor.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente, Senador Paulo Paim, quando o Sionei Leão estava comentando como será bom se tivermos em breve tanto gerais, marechais, brigadeiros e comandantes negros quanto brancos, quando Rubens da Silva aqui mencionava que será bom o dia que tivermos inúmeros “Paims” e que a proporção de Senadores brancos, negros e de todas as origens seja mais próximo daquilo que o IBGE revelou nessa semana, ou seja, que a população de afrodescendentes no Brasil este ano está ultrapassando mesmo a de brancos e outros, quer dizer, para que... Eu quero só transmitir a vocês que me sinto com muita vontade de colaborar para que realmente possamos estar todos juntos na Mesa da fraternidade em que cada lugar, seja ali dentro os Ministros do Supremo Tribunal Federal onde o Ministro Joaquim Barbosa hoje honra tão bem, mas seja entre os Ministros de Estado, ontem, a Ministra Marina saiu, o Presidente Lula será que vai conseguir equilibrar? Mas, felizmente, já deu alguns passos na direção com o Ministro Gil, com o Ministro Edson Santos e assim por diante ali no Ministério. Mas são passos importantes. Mas eu fico pensando, porque para nós brasileiros o futebol é tão importante e se eu fico pensando assim quais alguns dos maiores craques da história do futebol do mundo, bom... Eu posso pensar em alguns brancos, como o Kaká, Sócrates, Raí, Zico, Falcão, mas se eu pensar naqueles que são negros e afrodescendentes, então, a coleção é enorme, porque de repente aqui pude pensar em Pelé, Romário, Ronaldo, Robinho, Ronaldinho, Zózi, Roberto Carlos, Dida, Garrincha, Djalma Santos, Obina [risos] Todos aqui sabem uma porção. Então, só queria dizer que em todos os segmentos, seja lá nas Forças Armadas, dentre os Senadores e tudo haja tantos e tão bons, craques como existem no nosso futebol... Que existam em todos os segmentos profissionais da sociedade brasileira. Este é o meu desejo que o quanto antes estejamos todos, de fato, juntos na Mesa da fraternidade.

Eu preciso pedir licença para um compromisso lá no Itamaraty para o qual já me chamam e estamos atrasados. E vou ter que estar nos 2 almoços com o Primeiro-Ministro da Finlândia e com o Sibá em homenagem ao povo negro também.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Senador Flávio Arns e, em seguida, Senador Magno Malta.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu também, bem rapidamente, eu quero novamente deixar o abraço a todos os expositores, a todas as idéias debatidas e abordadas nesta e em outras ocasiões. Cumprimentar, de maneira especial, o Senador Paulo Paim que é um batalhador na área de Direitos Humanos e quando se fala no Estatuto da Igualdade Racial justamente nesse sentido de permitir que a legislação, mas não só a legislação, que esse debate todo... Eu acho que, assim, isto vem evoluindo no Brasil, né? De que na consciência de todas as pessoas, na sensibilidade esteja assim bem escrito que todos têm que ter chances e oportunidades e direitos realizados... Todos sejam pobres, sejam ricos, negros, brancos, com deficiência, sem deficiência, de zona urbana, de zona rural, seja quem for.

Agora, a legislação tem que refletir tudo isso. E existem elementos fundamentais, eu diria, para que uma pessoa possa participar de maneira ativa na sociedade em que vive. O Senador Cristovam levantou e eu compartilho da idéia de que o acesso à educação de qualidade, desde a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior, mas começando lá com todo mundo, mas, particularmente, com as populações mais marginalizadas, vulnerabilizadas, porque este é um instrumento de mudança. E junto com instrumento de mudança políticas públicas adequadas para reforçar esse aspecto da população em relação à educação. Então, pensando-se na saúde, na assistência, na casa... Quer dizer toda política voltada para a família, eu diria, que mais fundamental é cada um ter o seu espaço e o espaço significa ter sua casa, seu lar, a sua residência e a partir daí haver, assim, mais paz e mais tranquilidade para que os direitos possam ser exercidos de uma maneira mais adequada.

Mas eu quero dizer a todos que este Senado Federal e, particularmente, esta Comissão de Direitos Humanos está realmente à disposição, né? Como instituição e isto é importante. Como instituição. Estamos, assim, juntos, caminho aberto... Isto é uma participação política. Quando a gente pensa, assim, “como é que o mandato pode contribuir para a mudança da realidade na nossa sociedade?” É nesse sentido, mandar até um caminho, um canal poderoso onde a sociedade organizada pode multiplicar o esforço que vem fazendo.

Também não adianta nada ter canais eventualmente se não houver organização do povo na busca dos objetivos – que eu até diria que é o instrumento mais forte de todos. Povo organizado buscando canais, abrindo canais, forçando outros canais. E, aqui, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

va está nesse caminho também sem dúvida alguma. Existe, assim, uma sensibilidade da parte de todos os Senadores, mesmo os que não estão presentes no dia de hoje, porque as atividades aqui também são múltiplas dentro do Congresso, mas, sem dúvida, existe esse clima bom, produtivo, de cidadania e de dignidade.

E eu quero lembrar, também, que é Direitos Humanos e Legislação Participativa. Essa expressão “Legislação Participativa” é algo muito importante, porque a própria sociedade pode sugerir para esta Comissão Legislação que seja necessária, pertinente, alteração, expressões, complementação e coisa semelhante. Não é necessário se ter aquele um milhão de assinaturas, também é... São leis de iniciativa popular um milhão de assinaturas, mas, aqui, na Legislação Participativa pode até virar preocupação nem em forma de lei. E esta preocupação é debatida pela Comissão e a própria Comissão transforma a preocupação em Legislação e tramita aqui no Senado e na Câmara como uma... Um Projeto de Lei da Comissão de Direitos Humanos surgida a partir de uma sugestão da sociedade.

Então, eu acho que é um instrumento bom que as entidades podem sempre pensar e discutir para que o debate de lá e não só em termos de lei, porque aqui no Brasil a gente vê que muitas coisas estão na lei, mas a lei... Falta a lei ser cumprida, transformar a lei em realidade, transformar direitos em realidade. E para isso essa Comissão pode ajudar também. Porque nós podemos chamar Ministro da Educação, da Saúde, podemos chamar Estado, se for o caso, no âmbito federal, se não se discute no Estado, mas Ministro, Secretarias, discutir políticas públicas, orçamento.... Quer dizer, tudo isso pode ser debatido aqui. E... Eu sugeriria inclusive que os movimentos todos, naturalmente, ficassem particularmente atentos com o orçamento, dinheiro... Orçamento. Porque nós temos políticas públicas muitas vezes adequadas, mas não existe orçamento para transformar aquela política pública em realidade. Eu costumo dizer que isso é até demagogia, quer dizer, é importante, a criança é importante, o deficiente, a política para o negro, tal, etc. Então, vamos olhar o orçamento para ver se é mesmo importante. O orçamento tem que dizer se é importante ou não.

Mas tudo isso só quero dizer que, vamos dizer, esse relacionamento, Presidente, pode se estreitar cada vez mais e em conjunto darmos conta desse desafio que eu acho que são desafios importantes aí para todas as áreas, e também para área, particularmente, objeto da discussão do dia de hoje. Obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Senador Paim, Senador Flávio Arns, meus irmãos presentes

aqui. Eu, na verdade, não vou me demorar, aliás, eu acho que a Comissão de Direitos Humanos faz um debate tão importante. Esse Estatuto da Igualdade Racial tem feito tanto bem que chega ao extremo de fazer com que o Senador Suplicy seja sucinto. [risos] Nunca vi ele falar tão rápido na minha vida. Fiquei admirado. Veja como essa Comissão faz bem. E me orgulho muito o fato de ter sido o 1º Presidente dessa Comissão, [palmas] quando foi criada, e a mim orgulha muito que todos que fazemos parte da CPI da Pedofilia, eu achei que não ia conhecer nada pior do que o narcotráfico, e me deparei com algo mais nefasto do que o narcotráfico.

Todos somos membros da Comissão de Direitos Humanos. De maneira que buscarmos, de forma acelerada, o Estatuto da Igualdade Social é dever nosso. Do ponto de vista qualitativo, nós já somos maioria nesse país há muito tempo. Quando o Suplicy fala ali no futebol que é o nosso encanto onde foi gerado as melhores alegrias para nós e cita tantos negros, né? E eu acabei citando, Obina, o terror do Vasco, nossa alegria no Flamengo, e Obina só tem um neurônio... Igual eu, igual Ruy Barbosa, igual Castro Alves. Que aquele cidadão lá diz que a gente na Bahia só tem um neurônio, só toca berimbau, porque só tem uma corda. Eu acho que realmente a Bahia, o povo da Bahia teve um momento de fraqueza e mostrou que só tinha um neurônio quando escolheu ele para ser o coordenador do curso. [palmas]

Eu sou filho de uma negra faxineira no interior da Bahia, sabe... Quem sabe a cidade mais pobre, mas uma negra digna, honrada, lá no interior da Bahia. Faxineira, merendeira, mas que me deu a riqueza que muita gente que pensa que nós não somos nada além do que temos sido mão-de-obra fácil e barata para construir os alicerces de uma Nação, ela deixou para mim dignidade, honra, amor a Deus, e foi mesmo com um neurônio que eu saí do interior da Bahia. Negro, fui para um Estado que não é o meu, em 1982. Em 1992, 10 anos depois eu me tornei Vereador no interior e 10 anos depois, em 2002, eu já era Senador com maior votação naquele Estado mesmo com um neurônio só.

Então, declarações nefastas como essa é que faz com que nós agucemos o nosso brio no sentido de que o Estatuto ganhe pernas rapidamente, nós seremos, daqui a pouco, se já não somos maioria do ponto de vista da quantidade, mas da qualidade eu sei que somos. E aí quando ele fala do futebol eu penso que quando olho para a imprensa do Brasil e vejo Glória Maria, vejo Geraldo Pereira, vejo Zileide Martins, vejo Délis Ortiz, eu falo com toda convicção, e sem erro,

que, do ponto de vista da qualidade, nós já somos maioria há muito tempo.

De maneira, Senador Paim, eu quero parabenizá-lo pela audiência e dizer que em todas as proposições nós estamos juntos e o que queremos no Estatuto e o que reivindicamos não estamos pedindo favor. Para nós e para os nossos filhos. Nós estamos reivindicando direitos. Direitos. Estamos reivindicando reconhecimento. E se nós não o fizermos, não precisamos ter a ilusão de que farão por nós. Mas como nós não fugimos à luta, tendo compreensão de que somos, do que podemos e onde vamos chegar, daqui a pouco vão ser um negro Presidente dos Estados Unidos, Obama. [palmas]

Quem sabe, daqui a pouco, vão ver um negro Presidente do Brasil também, né? [palmas] E certamente nós trabalhamos com a veia invertida, porque as pessoas de pele branca para nós elas têm a estatura do valor igual a nossa. E nunca trabalharemos no sentido de diminuí-las, porque se a pele realmente fizesse diferença de alguma coisa, figuras feitas Flávio Arns, [palmas] essa figura tremenda a quem o Brasil deve de lutas só Deus sabe em favor daqueles que precisam de uma voz.

Eu me lembro que eu era menino e minha mãe arrumou para mim ajudar um homem chamado Dr. Abdical. Chegou para uma companhia de eletrificação que ia colocar luz na cidade. Um negrinho engenheiro, e era o chefe da companhia, de Salvador. E eu era um menino e eu fazia mandado para ele. E encarregado me mandou ir atrás dele num domingo e eu fui, ele estava numa lanchonete. E a esposa dele era uma senhora loira, de olhos azuis, lá sentada com ele. Naquela cidade tinha um cidadão filho de homem muito rico, mas desse tipo de jovem que abusa pela autoridade do dinheiro no interior que o pai tem, um cabelo muito comprido, muito arruaceiro, e eu vi quando ele do balcão ficava jogando piada para o negrinho. Piada o tempo inteiro e para minha felicidade, o negrinho se levantou e se aproximou dele exatamente na hora que eu cheguei. E eu vi aquilo na minha infância e senti muito orgulho e nunca mais me esqueci.

Com muita simplicidade e educação, ele chegou perto dele e disse: "Eu estou aqui na sua cidade faz 60 dias e o povo é muito educado. Meu nome é Dr. Abdical, eu sou engenheiro da empresa tal. E eu vim pegar na sua mão", falou com ele. "E vim lhe ensinar uma coisa, porque você é jovem". Ele disse, depois eu ouvi isso de algumas pessoas, mas eu só era um menino quando eu vi isso lá. "Quando 2 corpos se encontram e duas mãos se unem reflete no chão a sombra da mesma cor".

Aquilo marcou a minha vida, Senador Paim. E eu agradeço você estar vivo, Dr. Abdical. Já era um jovem e eu só era um menino, mas se estiver vivo, que esteja vendo a TV Senado diga a ele que eu fiz referência, marcou minha vida na minha infância. Esse engenheiro baiano negro. E aquele rapaz calou-se, não mais nenhuma palavra, cabisbaixo se retirou do local. De maneira que vamos passar em quantidade, mas em qualidade nós já somos maioria faz muito tempo. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como eu havia combinado, nós, antes de passar para Mesa que vão poder fazer suas considerações finais, mais uma saudação, nós temos que encerrar, no máximo às duas horas, eu vou permitir que, como sempre fizemos, que 3 pessoas do Plenário usem a palavra.

Já me pediu o Vereador, me pediu o nosso sindicalista que está desde cedo aqui aguardando, a nossa representante do PROUNI, que mandou uma mensagem aqui bonita, mas eu não queria ler. Queria que você falasse dessa mensagem. Uma mensagem bonita que ela me mandou. Enfim, vou ter que falar, né? Em resumo, há dez anos atrás ela e um grupo de adolescentes saíram a pé de Minas Gerais, porque queriam mais espaço no mundo do trabalho... A maioria eram modelos, se não me engano. Chegaram no dia... Queriam chegar aqui no dia 20 de novembro. Devido à caminhada chegaram dia 21 de novembro. E chegaram aqui em Brasília e não tinha ninguém para recebê-los. Lembro que o Presidente da Câmara e do Senado "Paim, você não quer recebê-los?" Daí, fui recebê-los, acompanhei eles, fui aos Ministérios com eles, foi um momento bonito, e fico feliz ela mandar uma mensagem para Mesa, somente cumprimentando e agradecendo que está de novo aqui conosco e ela lembra aquele momento que para eles foi tão importante e hoje ela é, eles eram meninos e meninas na época, mas foram guerreiros, lutadores como eu diria, que eu gosto de dizer, verdadeiros filhos de Dandá e de Zumbi e que hoje está aqui nesse momento tão importante da vida de João Cândido. Um abraço a você e toda a juventude brasileira. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vou permitir que você use 5 minutinhos.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Senador Paim, eu peço licença para me retirar, eu fiquei aqui, é porque eu tenho uma família me esperando, uma criança de 10 anos abusada, que está grávida do padrasto. E eu peço licença, porque eu preciso realmente socorrer essa pessoa e procurar todas as maneiras de fazer esse desgraçado pagar esse crime dele. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não. Passo a palavra à Adriana, por favor.

SRA. ADRIANA: [pronunciamento fora do microfone]... Realmente está atrasado e meu vôo sai agora 15h40. E me sinto honrada de estar aqui de frente a essa Universidade de Cultura, de pessoas importantes da qual estou hoje fazendo parte enquanto estudante universitária do PROUNI. Não sou tão jovem assim, sou uma mulher de 42 anos, mãe de 3 filhos que através do programa PROUNI estou podendo realizar um sonho de minha juventude que era fazer uma faculdade. [palmas]

Estou no 4º período de Letras e, realmente, como a promoção da igualdade é extremamente importante, este programa, o PROUNI, hoje, com 3 anos de existência, inseriu no universo acadêmico cerca de 550 mil universitários. Só no meu Estado Minas Gerais nós somos 48 mil estudantes do PROUNI. E como a promoção é extremamente importante, realmente depois eu até gostaria de apresentar algumas das demandas dos estudantes do PROUNI, porque a nossa permanência ainda se faz necessária ter uma política para ela. Se faz necessário ter uma ação para ela, porque, estando no 4º período, hoje eu me encontro com a matrícula trancada por falta de condições de pagar até os 50% restante da minha bolsa.

Agradeço novamente por estar aqui, espero poder fazer parte novamente na época da qual estive com o Senador Paulo Paim, na época nós estávamos reivindicando contra a discriminação no mercado de trabalho. Então, eu coloco que hoje estou aqui reivindicando nosso espaço na Educação enquanto maior mecanismo de transformação de uma sociedade. Todos os países hoje, considerados de primeiro mundo, foram países que priorizaram a Educação. Então, nós temos sim, que seja através do PROUNI, que seja através das Cotas, mesmo com toda a deficiência o importante é promover que a população, a Nação Brasileira venha se posicionar. Isso é importante.

Se o IPEA hoje notifica que a partir, que no ano 2010 nós teremos uma população maior que 50% de negros que eles agora estão realmente observando que o Governo e seus representantes estão realmente criando ações que possam fazer com que o negro sinta orgulho de ser negro. Não simplesmente demonstrando matérias negativas que venham colocar o negro de forma negativa do qual ele tenha vergonha de se manifestar e dizer sou negro, eu não sou marrom bombom, eu não sou chocolate, eu não sou bronzada, eu sou negro com honra e com orgulho. [palmas]

E gostaria de terminar, porque eu gosto muito de falar, Senador, mas eu gostaria de terminar com duas frases. Uma de um filósofo e agora até em comemoração a esse ano 40 anos de morte de Martin Luther King que ele dizia: "O que me assusta não é o

grito dos opressores, mas é o silêncio dos oprimidos". E isso também nós estamos começando a vencer no nosso país. E a outra é de Confúcio: "Se queres entender o presente, tem que conhecer o passado". E mais uma de Confúcio, que eu acho linda, linda, linda: "Os homens por natureza são iguais. O que o diferencia é a educação".

Então, palmas para essa promoção, evidenciando, agora, essa questão da Comissão e me coloco à disposição para qualquer outra atividade que venha necessitar dos estudantes do PROUNI. Muito obrigada. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por favor, João Batista.

SR. JOÃO BATISTA: Na verdade, eu gostaria só de cumprimentar toda a Organização e, na verdade, eu vim por outra atividade aqui. Mas quando descobri dessa Audiência, dessa atividade, larguei-a, até, inclusive, estava com o meu Prefeito da minha cidade para poder acompanhar essa atividade. Só gostaria de ratificar o nosso compromisso, o nosso apoio ao Estatuto da Igualdade Racial e dizer para o neto do João Cândido, também, que certa vez eu disse para o Senador Paulo Paim que eu também escrevo eventualmente e eu fiz uma crônica que se chamava "O homem que torcia para os bandidos".

E quem é esse homem que torce para os bandidos? É aquele homem que, como nós, muitas vezes quando não tínhamos a consciência muitas vezes de algumas coisas, torcíamos para o Tarzan. Que era um homem branco, vivia num continente negro, que deixava que roubassem todas as riquezas do continente africano e nós íamos ao cinema para pagar e torcer para o Tarzan. Como nós torcíamos para os mocinhos que, na verdade, eram os bandidos. Como nós torcemos para os Norte-Americanos que atiraram uma bomba atômica nos japoneses.

Então, quando o ser humano consegue evidentemente ter a consciência plena da sua importância ele consegue efetivamente mudar e transformar a sociedade. Eu creio que ações como essa do João Cândido, de Zumbi de Palmares, outras lideranças negras, mostrar isso, trabalhar a auto-estima do povo negro como tem sido trabalhado ultimamente, mas acelerar esse processo, vai valorizar muito a nossa auto-estima. Então, essas seriam as nossas palavras, a nossa satisfação de estar mais uma vez presente aqui, de alguém que não se conforma em ver um Estado do Rio Grande do Sul, 55 Deputados Estaduais e nenhum negro. 31 parlamentares do Rio Grande do Sul, nenhum negro. [soa a campanha] E nós temos a liderança única e exclusiva do Senador Paulo Paim.

Eu acho que é importante a gente refletir sobre essas questões, trabalhar para melhorar as questões não só no Rio Grande do Sul, mas no Brasil, porque não existe o Brasil sem a presença do negro. Acho que o Brasil sem a presença do negro seria uma Argentina, sem samba, sem carnaval, sem religiosidade, sem mocotó, sem feijoada. Então, seria a Argentina. A diferença do Brasil em relação a outros povos é a presença do negro. É essa alegria, é o Penta-campeonato. Isso que nos diferencia do povo argentino, a presença do negro aqui.

Então, eu acho que nós temos que ressaltar e nos colocar a disposição. Lá no garrãozinho do Rio Grande, lá na fronteira com o Uruguai tem um Vereador que não quer ser único, mas que hoje faz esse trabalho também fazendo parte do CODENE de divulgar, foi candidato a Senador pelo PSB e tenho viajado pelo Estado tentando fazer, fincar essa necessidade de trabalhar para que a gente tenha mais liderança, mais negros e essa preocupação mais acelerada. [soa a campanha] Obrigado Senador. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Armando Teixeira, líder sindical.

SR. ARMANDO TEIXEIRA: Primeiramente quero dizer que meu nome é Armando, eu represento o SIN-TRAJUF do Rio Grande do Sul, Sindicato dos Trabalhadores no Judiciário Federal e com o seu coletivo de negros para a igualdade e também, com muita honra, eu aqui represento a UNEGRO – União de Negros para a Liberdade do Rio Grande do Sul.

Queria cumprimentar aos integrantes da Mesa, Senador Paulo Paim, demais participantes nessa Audiência e aqui está refletindo, Senador Paulo Paim, o que disse o Senador Mão Santa, ou comparando a Martin Luther King, pois eu teria uma maior ousadia, eu diria que, pelos anos que eu acompanho o teu trabalho, não é simplesmente o Senador do Rio Grande do Sul, mas o Senador de todos os brasileiros. Diria mais ainda, que tu possui [palmas] Possui todos os atributos que convém a ser o 1º Presidente negro desse país. [palmas]

Quanto ao Zumbi dos Palmares e João Cândido, aqui já foi... Já foram falados sobre eles exaustivamente. Eu pegaria esses dois heróis têm que ser anistiados imediatamente. E também pegando esse viés eu diria que nós negros de todo o Brasil devemos pegar o exemplo desses grandes brasileiros e partir para a luta, porque espaço não se ganha, espaço se adquire no campo da luta. E devemos assim lutar para que seja aprovado imediatamente o Estatuto da Igualdade Racial e que o negro, finalmente, nós todos negros finalmente, possamos [soa a campanha] adentrar à

cidadania. Muito obrigado e um grande abraço a todos. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar a palavra ao pastor, e, ao mesmo tempo, já peço que ele se identifique, por favor, e use os seus 3 minutos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quero cumprimentar à Mesa e a todos aqui presentes. Minha Vereadora Claudete de São Paulo, prazer revê-la. Eu sou pastor, estamos organizando o Movimento Negro de Líderes Evangélicos no Brasil, e, na qualidade de Ministro, eu quero ressaltar aqui um testemunho. Depois daquela Audiência que estive junto com o Paulo Paim e estive conversando com alguns líderes em São Paulo para que no dia 21, nós estejamos aqui em Brasília para a Audiência acerca da questão das religiosidades e matrizes africanas...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone] Debater a questão das matrizes religiosas. Serão todos convidados. De todas as religiões. Cada um vai expor seu ponto de vista e qual é o objetivo? Garantir a liberdade religiosa para todos. Que ninguém seja discriminado por sua opção da matriz religiosa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Muito bem. Eu fui procurado por um pastor judeu negro que estará no Brasil nesse período. Mas o que eu quero falar é sobre um amigo que, inclusive, é padre e que veio de Angola para uma conferência aqui em Aparecida e ele veio vestido com seus trajes de africanos, e para o meu espanto ele foi obrigado a tirar a roupa dos trajes africanos na sede da Igreja Católica. E, encontrando com ele no hotel, ele falou para mim: “Eu não sabia que o Brasil tinha tanta discriminação com as nossas, com nossos costumes”. Eu falei: “Meu companheiro, não precisa ficar preocupado, não. Porque eu, como pastor, eu sofri a mesma coisa”.

Então, gente, falar de discriminação, falar de racismo é sentir na pele. E eu acho que está na hora de nós termos coragem, ousadia de verdadeiramente enfrentarmos [soa a campanha] essa situação no Brasil de uma vez por todas. Porque, verdadeiramente, nós não podemos mais admitir isso.

Estou conclamando a todos os líderes, estou pedindo apoio não só à liderança evangélica na bancada na frente parlamentar como ao meu partido, aos líderes das Igrejas, e eu sei da dificuldade que muitos às vezes não querem, mas eu parabeno mais uma vez a todos que comparecem a essas Audiências.

Eu quero agradecer a Deus pela vinda do nosso Senador Paulo Paim, porque eu sei de que ele prima por uma questão de oportunidade e, sabendo nós que poucos nos deram oportunidade, poucos nos de-

ram oportunidade, e hoje nós temos oportunidade de estarmos trabalhando e de estarmos erguendo essa bandeira no Brasil e quem sabe no mundo. Porque não há discriminação apenas aqui no Brasil. Amém. Deus abençoe vocês.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Olha, na última Audiência Pública teve um Advogado que está lá atrás, humildemente aguardando, ele fez aqui também uma bela defesa da política de Cotas e, inclusive, entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal de livre e espontânea vontade demonstrando seu compromisso. Eu gostaria que ele também, ele ou a senhora, porque ambos defendem a mesma causa pudesse usar a palavra nesse momento tão importante da luta de todos nós pela igualdade, pela liberdade e pela justiça e na linha de combate a todo tipo de discriminação. Por favor, doutor.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Sr. Presidente, membros da Mesa e todos aqui presentes. Na realidade, eu trouxe, nós trouxemos aqui os fundamentos históricos socioeconômicos da civilização afro-brasileira. Numa forma de *slide* para que pudesse explicar a todos os senhores. Eu estou vendo que, pelo passar da hora, o tempo não daria para fazermos isso.

Então, eu gostaria desde já me comprometer com o Senador Paim, no momento que o próprio Caetano Veloso, o próprio Ministro, os outros que aqui vamos debater sobre os que assinaram o 113, né? Do manifesto contrário às Cotas e ao PROUNI, possamos também estarmos aqui e podermos mostrar a razão científica, cientificamente, né? Porque nós somos a favor das Cotas. Não podemos falar sobre Cotas nem sobre o PROUNI levando só em consideração o aspecto ideológico. Nós temos que levar em consideração a mais valia exatamente da civilização brasileira que são os aspectos socioeconômicos exatamente da... Eu estou um pouco nervosa, porque a gente prepara e de repente tem que falar sobre o outro aspecto.

Mas eu gostaria de fazer ênfase, basicamente, aqui que nós somos os responsáveis pela fixação de 25 mil famílias no Pelourinho, Salvador, Bahia. Somos baianos. E, como tal, somos contra, claro, exatamente a toda aquela polêmica surgida daquele Coordenador na Bahia, do curso de medicina. Então, aqui o que é que nós destacamos basicamente? Entre os anos de 1986 e 1989 resistimos na Bahia às várias tentativas do Governo local de expulsar as famílias negras dos casarões da Barra do Pelourinho em Salvador.

Durante as nossas pesquisas, em todo o Recôncavo Baiano, nas regiões dos canaviais do Nordeste, no interior paulista, no interior de Minas Gerais, no Rio Grande do Sul e nas favelas do Rio de Janeiro não existe, nossas pesquisas e estudos comprovaram

isso, não existe uma classe média economicamente bem abonada de afrodescendentes. Então, o que é que houve? A relação da burguesia com o negro, na realidade, mesmo com a Revolução Industrial, difere de direito homem negro do trabalhador escravo e dos seus descendentes a não transferência de renda e o seqüestro da mais valia.

Na realidade, houve isso... Resultou na não-formação de uma classe média do homem negro no Brasil. Então, é sobre esse ponto de vista que eu acho que nós temos que realmente explorar e discutirmos...

E gostaria, aqui, de transferir para o meu esposo, porque ele vai realmente falar com relação ao manifesto que nós vamos entrar. Só um minutinho Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ele pode completar. Tem mais um minuto e trinta, por favor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Esse manifesto que nós elaboramos e entramos no Supremo é porque o manifesto da direita, de Caetano, desse grupo, eles alega que não existe sustentação científica a questão das Cotas, analisa sob um prisma totalmente utópico de uma antropologia utópica e nós pegamos o manifesto sobre o crivo da dialética das forças produtivas. Estamos mostrando no Supremo que essa questão é uma questão tão polêmica, porque o branco operário saltou da categoria de operário primário para o proletário e o operário primário negro continua até hoje como operário primário negro e o que ela se refere na mais valia é que essas transferências não foram feitas e isso é um entrave total, por quê?

Porque nós temos uma população quase gigante negra e como é que nós vamos para as pesquisas nas universidades? Olha aí os grandes nomes na literatura, na arte, na construção da literatura brasileira, da física, da química, da matemática e não aparece. Por que é que não aparece? Porque são gênios, mas não têm oportunidade de escola. E concluindo, o que é que nosso manifesto pede ao Supremo? É que anule esse manifesto utópico, porque não tem consistência científica.

Como é que você vai fazer política? Como é que você vai fazer transformação social? Como é que você vai fazer educação? Como é que você vai fazer saúde sem ciência na época que a mecânica quântica já se une com a relatividade e que o homem já consegue mostrar que do buraco negro pode ter emissões de gazes e emissões de massa. Que é a massa negra, que é a energia negra que sustenta essa pequena quantidade de hidrogênio e que está aqui, essa massa que nós temos chamado essa matéria primordial. Hidrogênio e Hélio.

Então, sem ocupar muito tempo, nós precisamos de espaço para falar. Estamos lutando na surdina para ajudar aprovar, aqui, os documentos nessa Casa. Muito obrigado. [palmas]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Senador, [soa a campainha] gostaríamos de passar a suas mãos, como ficou acertado, o documento que nós demos entrada no Supremo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu gostaria de receber os documentos, a senhora pode me entregar e eu proporia o seguinte. No dia 21, vamos ter o debate das religiões, de todas as matrizes religiosas. Nós poderíamos, nesse mesmo dia, na abertura, vocês teriam o espaço que os outros painelistas tiveram. Dia 21 vocês estão convocados, então, os dois, por favor, deixa seu cartão aqui para fazer a exposição da sua tese.

Fariamos o primeiro, com *slide*, com o tempo adequado, vocês farão a exposição e, em seguida, entra o debate das matrizes africanas. Ok? Recebo o documento e vou dar um minuto para a nossa Vereadora Claudete. Quero só explicar que 2 horas eu tenho que encerrar, porque começa o Plenário.

VEREADORA CLAUDETE ALVES (PT-SP): Só um minuto. Primeiro para eu dizer do meu orgulho de estar participando no dia de hoje e dizer e deixar registrado aqui que, na verdade, você é o orgulho de todos os negros e negras desse país. Muitíssimo obrigada.

E para finalizar, você, o senhor, V.Ex^a pode se magoar do Caetano Veloso ter assinado o manifesto contra a dignidade do povo negro, contra a sua pessoa, contra cada um de nós. Você ficou magoado. Agora, eu tenho o direito de externar a minha raiva. E todos os CDs, todos os discos que eu tinha do Caetano eu joguei no lixo. Porque ele me enganou esses anos todos dizendo que era sensível, e eu só voltarei a comprar, e eu acho que cada negro, cada negra desse país só deverá voltar a ouvir Caetano Veloso quando ele mandar retirar o nome dele contra as Cotas e assinar a favor das Cotas. Que Deus te abençoe e continue fazendo o que Zumbi te delegou. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu entendo a sua indignação, a sua revolta e quero dizer que tenho muita esperança que a gente consiga conversar muito com o Caetano até porque ele filho da Bahia... Caetano, um abraço para você, vem para o nosso lado, Caetano. Nós precisamos de você, Caetano. Sei que ela falou indignada, mas, no fundo, ela tem, essa indignação é pelo carinho que ela

tem por você, Caetano. Entenda, Caetano, nós todos queremos você do nosso lado.

Eu vou pedir, aqui, ao nosso pessoal da técnica, como infelizmente o tempo terminou, não vai dar para as considerações finais da Mesa, porque eu sou obrigado, é regimental, 14h e 02 minutos que terminássemos a Audiência com aquela canção que todos nós adoramos, sem sombra de dúvida, que se refere ao João Cândido cantado por João Bosco e Mestre Aldir Branco e João Bosco, o mestre.

Vai tocar lá e nós vamos acompanhar. Deixa iniciar lá. Vamos ver. Volume no disco.

Há muito tempo nas águas da Guanabara...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dá para dar volume?

Um Dragão no mar...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Aí nós vamos cantar de pé.

TODOS CANTANDO JUNTOS: *Tinhas dignidade de um mestre-sala, e ao acenar pelo mar na alegria das Regatas, foi saudado no porto pelas mocinhas francesas. Jovens polacas e por batalhões de mulatas. Rubras cascatas jorravam das costas dos Santos entre cantos e chibatas. Inundando o coração do pessoal do porão que a exemplo do feitiço gritava, então. Glória aos piratas, às mulatas, às sereias. Glória à farofa, à cachaça, às baleias... Glória a todas as lutas inglórias, que através da nossa história não esquecemos jamais. Saudade do navegante negro que tem por monumento as pedras pisadas do cais. Mas salve, salve o navegante negro, que vem do monumento as pedras pisadas do cais. Mas faz muito tempo.*

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Antes de eu encerrar essa Audiência Pública, me permitam, nos termos do art. 336 inciso II, de pé estou fazendo essa leitura do Regimento Interno do Senado Federal, eu requeiro urgência para o PLS nº 45/2001, PLS nº 7.198/2002 na Câmara dos Deputados que concede anistia *post mortem* a João Cândido Felisberto, líder da chamada "Revolta da Chibata" e aos demais participantes com a assinatura de todos os Srs. Senadores para que ele seja votado com urgência.

Senhores e senhoras que concordam permaneçam como se encontram. E, agora, os que concordam batam palmas que João Cândido merece. [palmas] Está aprovado o requerimento.

Está encerrada a presente Audiência Pública.

Sessão encerrada às 14h06.



EDIÇÃO DE HOJE: 816 PÁGINAS

(OS: 14610/2008)